ANA PAULA GARCIA E WANDER GARCIA
COORDENADORES

7ª Edição 2018

COMO PASSAR

CONCURSOS CESPE

7.000 QUESTÕES COMENTADAS

CAPÍTULOS *ON-LINE*

DE ACORDO COM A REFORMA TRABALHISTA DA LEI 13.467/2017

10 ANOS EDITORA FOCO

EDITORA FOCO

SUMÁRIO

1. LÍNGUA PORTUGUESA 1

1. VERBO ... 1
2. PONTUAÇÃO ... 7
3. REDAÇÃO, COESÃO E COERÊNCIA ... 10
4. CONCORDÂNCIA ... 18
5. CONJUNÇÃO ... 22
6. PRONOMES ... 24
7. CRASE ... 27
8. SEMÂNTICA ... 30
9. PREPOSIÇÃO ... 32
10. VOZES VERBAIS ... 33
11. ORTOGRAFIA ... 34
12. REGÊNCIAS VERBAL E NOMINAL ... 35
13. ORAÇÃO SUBORDINADA ... 37
14. PARTÍCULA *SE* / PRONOME *SE* ... *38*
15. VÍRGULA E DOIS-PONTOS ... 38
16. ANÁLISES SINTÁTICA E MORFOLÓGICA ... 39
17. COMBINADAS ... 44

9. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA 67

1. PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS ... 67
2. PLANO PLURIANUAL – PPA ... 67
3. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO ... 68
4. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA ... 68
5. PROCESSO LEGISLATIVO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS ... 69
6. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF ... 70
7. RECEITAS ... 71
8. DESPESAS ... 71
9. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA ... 71
10. CRÉDITOS ADICIONAIS ... 73
11. OUTROS TEMAS E COMBINADOS ... 73

10. ARQUIVOLOGIA 75

1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE ARQUIVOLOGIA ... 75
2. O GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO E A GESTÃO DE DOCUMENTOS – DIAGNÓSTICOS – ARQUIVOS CORRENTES E INTERMEDIÁRIO – PROTOCOLOS – AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS – ARQUIVOS PERMANENTES ... 76
3. TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS E SUPORTES FÍSICOS – MICROFILMAGEM – AUTOMAÇÃO – PRESERVAÇÃO – CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS ... 83

11. LEI 8.112/1990 85

1. PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO ... 85
2. DIREITOS E VANTAGENS ... 86

3. REGIME DISCIPLINAR 87
4. SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR – BENEFÍCIOS 88
5. TEMAS COMBINADOS 88

12. LEI 8.666/1993 91

1. LICITAÇÃO 91
2. CONTRATOS 92
3. PREGÃO 93
4. TEMAS COMBINADOS 93

13. DIREITO CONSTITUCIONAL 99

1. PODER CONSTITUINTE 99
2. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS 100
3. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS 106
4. DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 108
5. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 114
6. DIREITOS SOCIAIS 120
7. NACIONALIDADE 121
8. DIREITOS POLÍTICOS 121
9. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO 123
10. ORGANIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO 133
11. ORGANIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO. PROCESSO LEGISLATIVO 137
12. DA ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO 144
13. DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA 155
14. DEFESA DO ESTADO 160
15. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO 164
16. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA 165
17. ORDEM SOCIAL 169
18. TEMAS COMBINADOS 172

14. DIREITO ADMINISTRATIVO 175

1. PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO 175
2. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 176
3. ATOS ADMINISTRATIVOS 179
4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 182
5. SERVIDORES PÚBLICOS 186
6. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 189
7. BENS PÚBLICOS 191
8. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE 194
9. RESPONSABILIDADE DO ESTADO 199
10. LICITAÇÃO 203
11. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 210
12. SERVIÇOS PÚBLICOS 213
13. PROCESSO ADMINISTRATIVO 214
14. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 217
15. OUTROS TEMAS E TEMAS COMBINADOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO 217

15. DIREITO CIVIL 219

1. LINDB ... 219
2. GERAL ... 219
3. OBRIGAÇÕES ... 223
4. CONTRATOS ... 225
5. RESPONSABILIDADE CIVIL ... 228
6. COISAS ... 230
7. FAMÍLIA ... 232
8. SUCESSÕES ... 234
9. DIREITOS AUTORAIS ... 234
10. QUESTÕES COM TEMAS COMBINADOS ... 235

16. DIREITO PROCESSUAL CIVIL À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI 13.105/2015 237

1. PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL ... 237
2. PARTES, PROCURADORES, MINISTÉRIO PÚBLICO E JUIZ ... 237
3. PRAZOS PROCESSUAIS. ATOS PROCESSUAIS ... 237
4. LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS ... 238
5. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA ... 239
6. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO. NULIDADES ... 240
7. TUTELA PROVISÓRIA ... 241
8. PROCESSO DE CONHECIMENTO ... 241
9. SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COISA JULGADA ... 241
10. TEMAS COMBINADOS DE PARTE GERAL / PROCESSO DE CONHECIMENTO ... 242
11. TEORIA GERAL DOS RECURSOS ... 242
12. RECURSOS EM ESPÉCIE ... 242
13. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS ... 243
14. EXECUÇÃO ... 243
15. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA ... 244
16. EXECUÇÃO FISCAL ... 244

17. DIREITO PENAL 245

1. CONCEITO, FONTES E PRINCÍPIOS ... 245
2. APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO ... 245
3. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES ... 246
4. FATO TÍPICO E TIPO PENAL ... 246
5. CRIMES DOLOSOS, CULPOSOS E PRETERDOLOSOS ... 248
6. ERRO DE TIPO, DE PROIBIÇÃO E DEMAIS ERROS ... 248
7. TENTATIVA, CONSUMAÇÃO, DESISTÊNCIA, ARREPENDIMENTO E CRIME IMPOSSÍVEL ... 249
8. ANTIJURIDICIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES ... 249
9. AUTORIA E CONCURSO DE PESSOAS ... 250
10. CULPABILIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES ... 251
11. PENAS E EFEITOS DAS PENAS ... 253
12. APLICAÇÃO DA PENA ... 253
13. *SURSIS*, LIVRAMENTO CONDICIONAL, REABILITAÇÃO E MEDIDAS DE SEGURANÇA ... 255
14. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM GERAL ... 255
15. PRESCRIÇÃO ... 255
16. CRIMES CONTRA A PESSOA ... 255
17. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO ... 256
18. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL ... 259

19. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 259
20. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE 261
21. TEMAS COMBINADOS DE DIREITO PENAL 272

18. DIREITO PROCESSUAL PENAL 277

1. FONTES, PRINCÍPIOS GERAIS, EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO 277
2. INQUÉRITO POLICIAL E OUTRAS FORMAS DE INVESTIGAÇÃO 279
3. AÇÃO PENAL 280
4. AÇÃO CIVIL 281
5. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. CONEXÃO E CONTINÊNCIA 281
6. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES 283
7. PROVAS 284
8. SUJEITOS PROCESSUAIS 285
9. CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E PRAZOS 285
10. PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA 285
11. PROCESSO E PROCEDIMENTOS 287
12. PROCESSO DE COMPETÊNCIA DO JÚRI 288
13. JUIZADOS ESPECIAIS 288
14. SENTENÇA, PRECLUSÃO E COISA JULGADA 289
15. NULIDADES 290
16. RECURSOS 290
17. *HABEAS CORPUS*, MANDADO DE SEGURANÇA E REVISÃO CRIMINAL 291
18. LEI DE EXECUÇÃO PENAL 294
19. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE 295
20. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS 298

19. DIREITO EMPRESARIAL 301

1. TEORIA GERAL 301
2. DIREITO SOCIETÁRIO 301
3. TÍTULOS EM ESPÉCIE 301
4. DIREITO FALIMENTAR – FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO 302
5. CONTRATOS EMPRESARIAIS 302
6. PROPRIEDADE INDUSTRIAL 302

20. DIREITO TRIBUTÁRIO 303

1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA 303
2. PRINCÍPIOS 305
3. IMUNIDADES 307
4. DEFINIÇÃO DE TRIBUTO E ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS 308
5. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – FONTES 308
6. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO 309
7. FATO GERADOR E OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA 310
8. LANÇAMENTO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO 311
9. SUJEIÇÃO PASSIVA, CAPACIDADE E DOMICÍLIO 312
10. SUSPENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO 317
11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES EM ESPÉCIE 323
12. TEMAS COMBINADOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES 329
13. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO 331
14. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, FISCALIZAÇÃO 332

15. DÍVIDA ATIVA, INSCRIÇÃO, CERTIDÕES 333
16. REPARTIÇÃO DE RECEITAS 335
17. AÇÕES TRIBUTÁRIAS 336
18. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL 337
19. SIMPLES NACIONAL - MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP 337
20. CRIMES TRIBUTÁRIOS 338
21. TEMAS COMBINADOS E OUTRAS MATÉRIAS 338

21. DIREITO DO TRABALHO 343

1. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO E ESPÉCIES DE EMPREGADOS E TRABALHADORES 343
2. CONTRATO DE TRABALHO COM PRAZO DETERMINADO 345
3. TRABALHO DA MULHER E DO MENOR 345
4. ALTERAÇÃO, INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 346
5. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO 348
6. JORNADA DE TRABALHO 351
7. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 352
8. ESTABILIDADE 354
9. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO 355
10. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO 355
11. TEMAS COMBINADOS 357

22. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 359

1. JUSTIÇA DO TRABALHO E MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 359
2. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA 361
3. COMPETÊNCIA 362
4. CUSTAS, EMOLUMENTOS E HONORÁRIOS 363
5. PARTES, ADVOGADOS, REPRESENTAÇÃO 363
6. NULIDADES 364
7. PROVAS 364
8. PROCEDIMENTO (INCLUSIVE, ATOS PROCESSUAIS) 365
9. EXECUÇÃO 369
10. COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA 370
11. INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE 370
12. DEMANDAS COLETIVAS (DISSÍDIO COLETIVO, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, AÇÃO DE CUMPRIMENTO) 371
13. RECURSOS 371
14. QUESTÕES COMBINADAS 374

23. DIREITO DO CONSUMIDOR 377

1. CONCEITO DE CONSUMIDOR E RELAÇÃO DE CONSUMO 377
2. RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO E PRESCRIÇÃO 377
3. RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO E DECADÊNCIA 377
4. PRÁTICAS COMERCIAIS 377

24. DIREITO AMBIENTAL 379

1. HISTÓRICO E CONCEITOS BÁSICOS 379
2. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL 379
3. INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE 380
4. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL E PROTEÇÃO JUDICIAL DO MEIO AMBIENTE 381
5. BIOSSEGURANÇA E PROTEÇÃO DA SAÚDE HUMANA 382

6. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS 382

16. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 383

1. CONCEITOS BÁSICOS E PRINCÍPIOS 383
2. DIREITOS FUNDAMENTAIS 383
3. POLÍTICA E ENTIDADES DE ATENDIMENTO 384
4. MEDIDAS DE PROTEÇÃO 385
5. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E ATO INFRACIONAL – DIREITO MATERIAL 385
6. ATO INFRACIONAL – DIREITO PROCESSUAL 387
7. CONSELHO TUTELAR 389
8. MINISTÉRIO PÚBLICO 389
9. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS 390
10. CRIMES 390
11. DECLARAÇÕES E CONVENÇÕES 390

26. PROCESSO COLETIVO 391

1. INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E PRINCÍPIOS 391
2. COMPETÊNCIA, CONEXÃO, CONTINÊNCIA E LITISPENDÊNCIA 391
3. LEGITIMAÇÃO, LEGITIMADOS, MINISTÉRIO PÚBLICO E LITISCONSÓRCIO 392
4. OBJETO 392
5. COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO 392

27. DIREITO FINANCEIRO 393

1. PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS 393
2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E PLANO PLURIANUAL – PPA 394
3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 394
4. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF 395
5. RECEITAS 396
6. RENÚNCIA DE RECEITA 397
7. PRECATÓRIOS 397
8. CONTROLE, FISCALIZAÇÃO, TRIBUNAIS DE CONTAS 397

28. DIREITO ECONÔMICO 399

1. MINERAÇÃO 399
2. DIREITO ECONÔMICO INTERNACIONAL 399

29. DIREITO PREVIDENCIÁRIO 401

1. PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS 401
2. CUSTEIO 403
3. SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA E DEPENDENTES 404
4. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS 407
5. PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS 409
6. AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS 410
7. TEMAS COMBINADOS 411

30. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO 413

1. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO 413
2. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO 423

31. DIREITOS HUMANOS 425

1. GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS 425
2. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS 425
3. SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS 426
4. SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO ESPECÍFICA DOS DIREITOS HUMANOS 427
5. SISTEMA REGIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS 427
6. SISTEMA AMERICANO DE PROTEÇÃO ESPECÍFICA DOS DIREITOS HUMANOS 427
7. DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 428
8. COMBINADAS E OUTROS TEMAS DE DIREITOS HUMANOS 429

32. DIREITO ELEITORAL 431

1. FONTES E PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL 431
2. DIREITOS POLÍTICOS, ELEGIBILIDADE E ALISTAMENTO ELEITORAL 431
3. INELEGIBILIDADE 431
4. PARTIDOS POLÍTICOS, CANDIDATOS 431
5. ELEIÇÕES, VOTOS, APURAÇÃO, QUOCIENTES ELEITORAL E PARTIDÁRIO 432
6. PROPAGANDA ELEITORAL E RESTRIÇÕES NO PERÍODO ELEITORAL 433
7. PRESTAÇÃO DE CONTAS, DESPESAS, ARRECADAÇÃO, FINANCIAMENTO DE CAMPANHA 433
8. COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL 434
9. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL 434
10. AÇÕES, RECURSOS, IMPUGNAÇÕES 435
11. CRIMES ELEITORAIS 436
12. TEMAS COMBINADOS E OUTRAS MATÉRIAS 436

33. DIREITO AGRÁRIO 437

1. ASPECTOS HISTÓRICOS 437
2. CONCEITOS E PRINCÍPIOS DO DIREITO AGRÁRIO 437
3. USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL 438
4. DESAPROPRIAÇÃO PARA A REFORMA AGRÁRIA 438

34. RECURSOS HÍDRICOS 441

1. POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS 441
2. TEMAS COMBINADOS 441

36. DIREITO URBANÍSTICO 443

1. ESTATUTO DAS CIDADES E INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA 443

38. DIREITO EDUCACIONAL 445

1. NORMAS CONSTITUCIONAIS 445
2. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO 446

39. LÍNGUA INGLESA 447

40. LÍNGUA ESPANHOLA 467

41. CONTABILIDADE 471

1. TEORIA DA CONTABILIDADE 471
2. CONTABILIDADE GERAL 474
3. CONTABILIDADE COMERCIAL 500

4. CONTABILIDADE DE CUSTOS 507
5. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 510
6. CONTABILIDADE PÚBLICA 520

42. ECONOMIA 521

1. MICROECONOMIA 521
2. MACROECONOMIA 525
3. ECONOMIA INTERNACIONAL 529
4. HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL 532
5. ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA 535
6. MATEMÁTICA FINANCEIRA 537
7. TÓPICOS DE CONTABILIDADE 538

43. GEOGRAFIA 539

1. HISTÓRIA DA GEOGRAFIA 539
2. A GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO 542
3. GEOGRAFIA ECONÔMICA 545
4. GEOGRAFIA AGRÁRIA 547
5. GEOGRAFIA URBANA 549
6. GEOGRAFIA POLÍTICA 552
7. GEOGRAFIA E GESTÃO AMBIENTAL 555

44. HISTÓRIA DO BRASIL 563

1. O PERÍODO COLONIAL 563
2. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA 570
3. O PRIMEIRO REINADO (1822-1831) 573
4. A REGÊNCIA (1831-1840) 575
5. O SEGUNDO REINADO (1840-1889) 577
6. A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889- 1930) 583
7. A ERA VARGAS (1930-1945) 588
8. A REPÚBLICA LIBERAL (1945-1964) 591
9. O REGIME MILITAR (1964-1985) 596
10. O PROCESSO DEMOCRÁTICO A PARTIR DE 1985 601

45. HISTÓRIA MUNDIAL 603

1. ESTRUTURAS E IDEIAS ECONÔMICAS 603
2. REVOLUÇÕES 611
3. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: MODELOS E INTERPRETAÇÕES 616
4. COLONIALISMO, IMPERIALISMO, POLÍTICAS DE DOMINAÇÃO 633
5. A EVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA NAS AMÉRICAS 640
6. IDEIAS E REGIMES POLÍTICOS 643
7. A VIDA CULTURAL 649

46. POLÍTICA INTERNACIONAL 653

1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONCEITOS BÁSICOS, ATORES, PROCESSOS, INSTITUIÇÕES E PRINCIPAIS PARADIGMAS TEÓRICOS 653
2. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: EVOLUÇÃO DESDE 1945, PRINCIPAIS VERTENTES E LINHAS DE AÇÃO 657
3. O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL 662
4. A POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA; A ARGENTINA E O BRASIL 672

5. A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA E RELAÇÕES COM O BRASIL 675
6. RELAÇÕES DO BRASIL COM OS DEMAIS PAÍSES DO HEMISFÉRIO 676
7. A POLÍTICA EXTERNA FRANCESA E RELAÇÕES COM O BRASIL 678
8. A UNIÃO EUROPEIA E O BRASIL 678
9. A ÁFRICA E O BRASIL 680
10. A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA, DA ÍNDIA E DO JAPÃO; RELAÇÕES COM O BRASIL 681
11. ORIENTE MÉDIO: A QUESTÃO PALESTINA; IRAQUE; IRÃ 686
12. A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA 688
13. A AGENDA INTERNACIONAL E O BRASIL 689
14. O BRASIL E A FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS 703
15. A DIMENSÃO DA SEGURANÇA NA POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL 705
16. O BRASIL E AS COALIZÕES INTERNACIONAIS: O G-20, O IBAS E O BRIC 706
17. O BRASIL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL 709
18. QUESTÕES COMBINADAS 710
19. OFICIAL DE CHANCELARIA 711

47. DIREITO DO IDOSO 713

1. DIREITOS FUNDAMENTAIS 713
2. MEDIDAS DE PROTEÇÃO 715
3. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO 715
4. ACESSO À JUSTIÇA 717
5. CRIMES 718
6. POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO/CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO 718
7. TEMAS VARIADOS 720

48. DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA 721

1. POLÍTICA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (LEI 7.853/1989 E DEC. 3.298/1999) 721
2. ACESSIBILIDADE (LEIS 13.146/2015 E 10.098/2000 DEC. 5.296/2004) 722
3. SAÚDE MENTAL 723
4. ACESSO À JUSTIÇA 723
5. TUTELA PENAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA 723
6. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 723

49. DIREITO DE TRÂNSITO 727

1. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI Nº 9.503/1997) 727
2. PERFIL CONSTITUCIONAL E FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO DPRF 741
3. LEI Nº 9.654/1998 742
4. DECRETO Nº 1.655/1995 742

50. LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DE CARREIRAS 745

1. MINISTÉRIO PÚBLICO 745
2. DEFENSORIA PÚBLICA 747
3. ANVISA 754

4. AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE (ANS) 758
5. ANATEL 762
6. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME (MDS) 765
7. MINISTÉRIO DA SAÚDE E SUS 767
8. INSS 768
9. TCU 769
10. TRIBUNAIS SUPERIORES 770
11. LEGISLAÇÃO APLICADA AO MPU 774

51. ÉTICA PROFISSIONAL 779

1. ATIVIDADE DE ADVOCACIA E MANDATO 779
2. DIREITOS DO ADVOGADO 781
3. INSCRIÇÃO NA OAB 783
4. SOCIEDADE DE ADVOGADOS 784
5. ADVOGADO EMPREGADO 786
6. HONORÁRIOS 786
7. INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS 787
8. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 787
9. DEVERES DOS ADVOGADOS, INFRAÇÕES E SANÇÕES 789
10. OAB E ELEIÇÕES 791
11. ÉTICA DO ADVOGADO 795
12. QUESTÕES DE CONTEÚDO VARIADO 797

1. Língua Portuguesa

Diego Amorim, Eloy Gustavo de Souza, Fernanda Franco, Henrique Subi, Magally Dato e Rodrigo Ferreira de Lima*

1. VERBO

Hoje o sistema isola, atomiza o indivíduo. Por isso seria importante pensar as novas formas de comunicação. Mas o sistema também nega o indivíduo. Na economia, por exemplo, mudam-se os valores de uso concreto e qualitativo para os valores de troca geral e quantitativa. Na filosofia aparece o sujeito geral, não o indivíduo. Então, a diferença é uma forma de crítica. Afirmar o indivíduo, não no sentido neoliberal e egoísta, mas no sentido dessa ideia da diferença é um argumento crítico. Em virtude disso, dessa discussão sobre a filosofia e o social surgem dois momentos importantes: o primeiro é pensar uma comunidade autoreflexiva e confrontar-se, assim, com as novas formas de ideologia. Mas, por outro lado, a filosofia precisa da sensibilidade para o diferente, senão repetirá apenas as formas do idêntico e, assim, fechará as possibilidades do novo, do espontâneo e do autêntico na história. Espero que seja possível um diálogo entre as duas posições em que ninguém tem a última palavra.

Miroslav Milovic. **Comunidade da diferença**. Relume Dumará, p. 131-2 (com adaptações).

(Analista – STF – 2008 – CESPE) Com referência às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item a seguir.

(1) Como o último período sintático do texto se inicia pela ideia de possibilidade, a substituição do verbo "tem" (l.18) por tenha, além de preservar a correção gramatical do texto, ressaltaria o caráter hipotético do argumento.

1: a substituição de verbo *ter* no presente do indicativo (*tem*) pela forma verbal no presente do subjuntivo (*tenha*) reforça a ideia de suposição do argumento, uma vez que o modo subjuntivo indica caráter hipotético.

Gabarito 1C

Aceitar que somos indeterminados naturalmente, que seremos lapidados pela educação e pela cultura, que disso decorrem diferenças relevantes e irredutíveis aos genes é muito difícil. Significa aceitarmos que há algo muito precário na condição humana. Parte pelo menos dessa precariedade ou indeterminação alguns chamarão liberdade. Porém nem mesmo a liberdade é tão valorizada quanto se imagina. Ela implica responsabilidades.

Parece que se busca conforto na condição de coisa. Se eu for objeto, isto é, se eu for natureza, meus males independem de minha vontade. Aliás, o que está em discussão não é tanto o que os causou, mas como resolvê-los: se eu puder solucioná-los com um remédio ou uma cirurgia, não preciso responsabilizar-me, a fundo, por eles. Tratarei a mim mesmo como um objeto.

A postura das ciências humanas e da psicanálise é outra, porém. Muito da experiência humana vem justamente de nos constituirmos como sujeitos. Esse papel é pesado. Por isso, quando entra ele em crise — quando minha liberdade de escolher amorosa ou política ou profissionalmente resulta em sofrimento —, posso aliviar-me procurando uma solução que substitua meu papel de sujeito pelo de objeto.

Roberto Janine Ribeiro. **A cultura ameaçada pela natureza.** Pesquisa Fapesp Especial, p. 40 (com adaptações).

(Analista – STF – 2008 – CESPE) Considerando o texto acima, julgue o item subsequente.

(1) A substituição de primeira pessoa do plural em "aceitarmos" (l.4) pela forma correspondente não flexionada, aceitar, manteria coerente a argumentação, mas provocaria incorreção gramatical.

1: Não haveria incorreção gramatical na construção "Significa *aceitar* que há algo...". As relações semânticas se mantêm preservadas. A assertiva está errada.

Gabarito 1E

Se a perspectiva do político é a perspectiva de como o poder se constitui e se exerce em uma sociedade, como se distribui, se difunde, se dissemina, mas também se oculta, se dissimula em seus diferentes modos de operar, então é fundamental uma análise do discurso que nos permita rastreá-lo. A necessidade de discussão da questão política e do exercício do poder está em que, em última análise, todos os grupos, classes, etnias visam, de uma forma ou de outra, o controle do poder político. Porém, costumamos ver o poder como algo negativo, perverso, no sentido da dominação, da submissão. Não há, entretanto, sociedade organizada sem formas de exercício de poder. A questão, portanto, deve ser: como e em nome de quem este poder se exerce?

Danilo Marcondes. **Filosofia, linguagem e comunicação**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 147-8 (com adaptações).

(Analista – STJ – 2008 – CESPE) Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto anterior, julgue o item a seguir.

(1) A flexão de plural em "formas" (l.12) indica que, se em lugar do verbo impessoal, em "Não há" (l.11), for empregado o verbo existir, serão preservadas a coerência textual e a correção gramatical com a forma existem.

1: em "Não há, entretanto, sociedade organizada sem formas de exercício de poder." o verbo *haver* é impessoal e sempre fica no singular no sentido de existir. Porém, se utilizarmos o verbo existir, que é pessoal, haverá flexão verbal, se for o caso. Nesse contexto, a substituição fará com que o verbo existir concorde com o núcleo do sujeito "sociedade" no singular: "Existe, entretanto, sociedade organizada sem formas de exercício de poder."

Gabarito 1E

Em um artigo publicado em 2000, e que fez muito sucesso na Internet, Cristovam Buarque desenhava um idílico mundo futuro, liberto das soberanias nacionais, em que tudo seria de todos. Se tudo der certo no planeta (o que é discutível), quem sabe um dia, daqui a mil ou dois mil anos, cheguemos lá. Como nada ainda deu certo no planeta, a internacionalização só será aceitável quando se cumprirem duas premissas. Primeira: que desapareçam os Estados nacionais. Segunda: que os grupos, ou comunidades, ou sociedades que restarem mantenham entre si relações impecavelmente equitativas. Quem sabe um dia...

Roberto Pompeu de Toledo. "Amazônia: premissas para sua entrega". In: **Veja**, 28/5/2008 (com adaptações).

* **Henrique Subi** comentou as questões dos concursos Policiais, de Enfermagem e Bancários, **Eloy Gustavo de Souza** comentou as questões de Diplomacia e Oficial de Chancelaria, **Fernanda Franco** comentou as questões de Assistente de Chacelaria, **Diego Amorim** comentou as questões dos concursos da Polícia Militar, **Fernanda Franco e Rodrigo Ferreira de Lima** comentaram as questões dos concursos Federais e **Magally Dato** comentou as demais questões.

(Analista – STJ – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item, a respeito da organização das ideias do texto acima.

(1) O emprego das formas verbais "cheguemos" (l.6), "desapareçam" (l.8) e "mantenham" (l.10) indica a expressão de ações hipotéticas; mas o desenvolvimento do texto permite, coerentemente, considerá-las assertivas, e sem que se prejudique a correção gramatical, em seus lugares, é possível empregar as formas chegamos, desaparecem e mantêm, respectivamente.

1: não é possível a substituição das formas verbais do modo subjuntivo (*cheguemos, desapareçam e mantenham*) por formas no modo indicativo. O subjuntivo nos remete à ideia de incerteza, suposição.

Gabarito 1E

Pode-se dizer que há complexidade onde quer que se produza um emaranhamento de ações, de interações, de retroações. E esse emaranhamento é tal que nem um computador poderia captar todos os processos em curso. Mas há também outra complexidade que provém da existência de fenômenos aleatórios (que não podem ser determinados e que, empiricamente, agregam incerteza ao pensamento). Pode-se dizer, no que concerne à complexidade, que há um polo empírico e um polo lógico e que a complexidade aparece quando há simultaneamente dificuldades empíricas e dificuldades lógicas. Pascal disse há já três séculos: "Todas as coisas são ajudadas e ajudantes, todas as coisas são mediatas e imediatas, e todas estão ligadas entre si por um laço que conecta umas às outras, inclusive as mais distanciadas. Nessas condições — agrega Pascal — considero impossível conhecer o todo se não conheço as partes". Esta é a primeira complexidade: nada está isolado no Universo e tudo está em relação.

Edgard Morin. "Epistemologia da complexidade". In: Dora Fried Schnitman (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade.** Porto Alegre: Artmed, 1996, p. 274 (com adaptações).

(Analista – STJ – 2008 – CESPE) Julgue os seguintes itens, a respeito de redações alternativas para termos e estruturas linguísticas do texto acima.

(1) O desenvolvimento das ideias do texto permite, também, a utilização gramaticalmente correta e textualmente coerente da forma verbal produz no lugar de "produza" (l.2).

(2) O sentido impessoal do verbo haver permite que a afirmação generalizada "Mas há também outra complexidade que provém" (l.4-5) seja substituída por uma frase nominal no plural: Mas também outras necessidades provém.

1: não é possível o uso da forma verbal no modo indicativo. A expressão "onde quer que" sugere o uso do subjuntivo pelo seu caráter de incerteza; **2:** a forma plural do verbo *provir* na 3ª pessoa do plural do presente do indicativo é *provêm*.

Gabarito 1E, 2E

O mundo do trabalho tem mudado numa velocidade vertiginosa e, se os empregos diminuem, isso não quer dizer que o trabalho também.

Só que ele está mudando de cara. Como também está mudando o perfil de quem acaba de sair da universidade, da mesma forma que as exigências da sociedade e — por que não? — do mercado, cada vez mais globalizado e competitivo.

Tudo indica que mais de 70% do trabalho no futuro vão requerer a combinação de uma sólida educação geral com conhecimentos específicos; um coquetel capaz de fornecer às pessoas compreensão dos processos, capacidade de transferir conhecimentos, prontidão para antecipar e resolver problemas, condições para aprender continuamente, conhecimento de línguas, habilidade para tratar com pessoas e trabalhar em equipe.

Revista do Provão, n.º 4, 1999, p. 13 (com adaptações).

(Analista – TST – 2008 – CESPE) A partir do texto acima, julgue o item subsequente.

(1) A opção pelo emprego das formas verbais "tem mudado" (l.1) e "está mudando" (l.4) indica que a argumentação do texto mostra as mudanças do "trabalho" como durativas, estendidas no tempo.

1: As locuções verbais "tem mudado" e "está mudando" transmitem ideias de ações durativas, de aspecto contínuo e não pontuais.

Gabarito 1C

Texto para a questão seguinte.

A cidade estivera agitada por motivos de ordem técnica e politécnica. Outrossim, era a véspera da eleição de um senador para preencher a vaga do finado Aristides Lobo. Dous candidatos e dous partidos disputavam a palma com alma. Vá de rima; sempre é melhor que disputá-la a cacete, cabeça ou navalha, como se usava antigamente. A garrucha era empregada no interior. Um dia, apareceu a Lei Saraiva, destinada a fazer eleições sinceras e sossegadas. Estas passaram a ser de um só grau. Oh! ainda agora me não esqueceram os discursos que ouvi, nem os artigos que li por esses tempos atrás pedindo a eleição direta! A eleição direta era a salvação pública. Muitos explicavam: direta e censitária. Eu, pobre rapaz sem experiência, ficava embasbacado quando ouvia dizer que todo o mal das eleições estava no método; mas, não tendo outra escola, acreditava que sim, e esperava a lei.

A lei chegou. Assisti às suas estreias, e ainda me lembro que na minha seção ouviam-se voar as moscas. Um dos eleitores veio a mim e por sinais me fez compreender que estava entusiasmado com a diferença entre aquele sossego e os tumultos do outro método. Eu, também por sinais, achei que tinha razão, e contei-lhe algumas eleições antigas. Nisto o secretário começou a suspirar flebilmente os nomes dos eleitores. Presentes, posto que censitários, poucos. Os chamados iam na ponta dos pés até à urna, onde depositavam uma cédula, depois de examinada pelo presidente da mesa; em seguida assinavam silenciosamente os nomes na relação dos eleitores, saíam com as cautelas usadas em quarto de moribundo. A convicção é que se tinha achado a panacéia universal.

Machado de Assis. *Op. Cit.*, p. 706.

(Analista – TSE – 2006 – CESPE) Em relação ao texto, assinale a opção correta.

(A) A substituição de "estivera" (l.1) por tinha estado prejudica a correção gramatical do período.

(B) A correção gramatical e as ideias originais serão mantidas, caso se reescreva o trecho "me não esqueceram (...) artigos que li" (l.9-10) da seguinte forma: não me esqueço dos discursos que ouvi, nem dos artigos que li.

(C) Na expressão "contei-lhe" (l.22), "lhe" exerce a função de objeto direto.

(D) A palavra "panacéia" (l.29) significa estratégia, método.

A: são equivalentes as formas verbais "estivera" e "tinha estado"; **B:** correta; **C:** o verbo *contar* é transitivo direto e indireto. O pronome *lhe* corresponde ao objeto indireto. **D:** a palavra *panaceia* (sem acento, de acordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa) tem o sentido daquilo que se emprega para remediar dificuldades.

Gabarito "B"

Um lugar sob o comando de gestores, onde os funcionários são orientados por metas, têm o desempenho avaliado dia a dia e recebem prêmios em dinheiro pela eficiência na execução de suas tarefas, pode parecer tudo — menos uma escola pública brasileira. Pois essas são algumas das práticas implantadas com sucesso em um grupo de escolas estaduais de ensino médio de Pernambuco. A experiência chama a atenção pelo impressionante progresso dos estudantes depois que ingressaram ali.

Como é praxe no local, o avanço foi quantificado. Os alunos são testados na entrada, e quase metade deles tirou

zero em matemática e notas entre 1 e 2 em português. Isso em uma escala de zero a 10. Depois de três anos, eles cravaram 6 em tais matérias, em uma prova aplicada pelo Ministério da Educação. Em poucas escolas públicas brasileiras, a média foi tão alta. De saída, há uma característica que as distingue das demais: elas são administradas por uma parceria entre o governo e uma associação formada por empresários da região. Os professores são avaliados em quatro frentes: recebem notas dos alunos, dos pais e do diretor e ainda outra pelo cumprimento das metas acadêmicas. Aos melhores, é concedido bônus no salário.

Veja, 12/3/2008, p. 78 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – STF – 2008 – CESPE) Com referência às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item a seguir.

(1) As formas verbais "têm" (l.2) e "recebem" (l.3) estão no plural para concordar com o antecedente "gestores" (l.1).

1: as formas verbais dos verbos *ter* e *receber* estão no plural para concordar com o sujeito plural "funcionários": "**os funcionários** são orientados por metas, **têm** o desempenho avaliado dia a dia e **recebem** prêmios". A assertiva está errada.
Gabarito 1E

É comum ouvir que o Brasil é um país onde há leis que pegam e leis que não pegam, como se isso fosse uma originalidade brasileira como a jabuticaba. É uma injustiça. Há muitos países que sofrem com o mesmo problema. As leis, principalmente as que interferem na vida cotidiana dos cidadãos, requerem uma sintonia fina entre vários componentes: aparato policial, comportamento coletivo, grau de escolaridade etc. Do contrário, elas tendem a não sair do papel. No Brasil, existe muita lei que não pega por falta dessa sintonia. Ou não há polícia suficiente para fazê-la ser cumprida. Ou a lei destoa fortemente de arraigados hábitos coletivos. E assim por diante.

André Petry. Adultério e a desonesta. *In*: **Veja**, 22/9/2004, p. 93 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – STM– 2004 – CESPE) Julgue o seguinte item, a respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto acima.

(1) Por se tratar de uma situação que o texto deixa claramente hipotética, a substituição do modo indicativo no verbo "interferem" (l.5) pelo subjuntivo **interferissem** preservaria as relações de sentido e a correção gramatical do texto.

1: as relações de sentido não seriam preservadas ao se substituir a forma verbal no modo indicativo (que expressa um fato de maneira definida, real) pela forma no subjuntivo (que expressa um fato incerto, duvidoso, eventual ou mesmo irreal). Os sentidos das orações "As leis, principalmente as que *interferem* na vida" é diferente de "As leis, principalmente as que *interferissem* na vida" são diferentes.
Gabarito 1E

Filhos malcriados e agressivos... O problema da autoridade em crise não é do vizinho, não acontece no exterior, não é confortavelmente longínquo. É nosso. Parece que criamos um bando de angustiados, mais do que seria natural. Sim, natural, pois, sobretudo na juventude, plena de incertezas e objeto de pressões de toda sorte, uma boa dose de angústia é do jogo e faz bem.
Mas quando isso nos desestabiliza, a nós, adultos, e nos isola desses de quem estamos ainda cuidando, a quem devemos atenção e carinho, braço e abraço, é porque, atordoados pelo excesso de psicologismo barato, talvez tenhamos desaprendido a dizer não, nem distinguimos quando se devia dizer sim.
Ter um filho é necessariamente ser responsável.
Ensinar numa escola é ser responsável. Estar vivo, enfim, é uma grave responsabilidade.

Lya Luft. Sobre pais e filhos. *In*: **Veja**, 16/6/2004, p. 21 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – STM – 2004 – CESPE) Considere as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima para julgar o item a seguir.

(1) De acordo com os sentidos do texto, a substituição de "devia" (l.13) por **deveria** preserva a coerência textual e a correção gramatical.

1: em "quando se devia dizer sim", é possível a substituição do verbo *dever* no pretérito imperfeito do indicativo pela forma no futuro do pretérito. O futuro do pretérito pode ser usado com a intenção de se exprimir incerteza sobre fato passado.
Gabarito 1C

Sempre que um crime violento envolvendo menores abala a sociedade, ressurge a discussão sobre a necessidade de alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo seus defensores, diminuir a responsabilidade penal para 16 anos inibiria a ação delituosa de rapazes e moças.
Segmentos da população, assustados com o aumento da violência, imaginam ser esse o caminho para a reconquista da segurança perdida.
Encarar o Estatuto da Criança e do Adolescente como bode expiatório das mazelas nacionais é solução cômoda, mas ineficaz. Ninguém de bom senso pode crer que situar em faixa etária mais baixa a imputação criminal seja a fórmula mágica capaz de devolver a paz às ruas e aos lares. Bandidos que hoje usam jovens menores de 18 anos como escudo, com a mudança, recorrerão a menores de 16 anos. Depois virão os de 14, 12, 10.

Correio Braziliense. Opinião. 13/7/2004, p. 16 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – STM – 2004 – CESPE) Julgue o seguinte item, a respeito do texto acima.

(1) Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical, e o texto torna-se mais objetivo e assertivo, com a substituição de "seja" (l.12) pelo seu equivalente do modo indicativo: **é**.

1: a noção de tempo que o subjuntivo ("seja") apresenta não é tão precisa quanto a do modo indicativo ("é"). Desse modo, o período "Ninguém (...) pode crer que situar em faixa etária mais baixa a imputação criminal seja a fórmula" estaria gramaticalmente errado ao se substituir a ideia da incerteza do subjuntivo ("seja") pela certeza do indicativo ("é").
Gabarito 1E

Pesquisas constatam doses crescentes de pessimismo diante do que o futuro esteja reservando aos que habitam este mundo, com a globalização exacerbando a competitividade e colocando os Estados de bem-estar social nos corredores de espera de cumprimento da pena de morte.
É preciso "investir no povo", recomenda o Per Capita — um centro pensante, criado recentemente na Austrália —, com seus dons progressistas. Configurar um mercado no qual as empresas levem em consideração o interesse público, sejam ampliados os compromissos de proteção ao meio ambiente e tenham como objetivo o bem-estar dos indivíduos. A questão maior é saber como colocar em prática essas belezas, num momento em que as lutas sociais sofrem o assédio cada vez mais agressivo da globalização e as próprias barreiras ideológicas caem por terra.

Newton Carlos. Má hora das esquerdas. *In*: **Correio Braziliense**, 20/11/2007 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – TST – 2008 – CESPE) A partir do texto acima, julgue o item subsequente.

(1) Preserva-se a correção gramatical e a coerência textual ao se substituir "esteja" (l.2) por **está**, mas perde-se a ideia de hipótese, de possibilidade que o modo subjuntivo confere ao verbo.

1: em "pessimismo diante do que o futuro esteja reservando", a substituição da forma subjuntiva ("esteja") pela do indicativo "está" faz com que a ideia de hipótese se perca, tendo em vista que o modo indicativo expressa um fato de maneira definida.
Gabarito 1C

Trabalho demais, agenda cheia, Internet, celular e carros que chegam a mais de 200 km/h transformam o homem moderno numa espécie de Coelho Branco de Alice no País das Maravilhas. Sempre apressado, eternamente atrasado. E doente. Literalmente. A velocidade, símbolo do desenvolvimento tecnológico e de um modo de produção e consumo cada vez mais vorazes, criou um sentimento de urgência que poucos conseguem administrar. Se é que conseguem mesmo. O resultado é um novo mal que é a cara do nosso tempo: a doença da correria, uma espécie de superestresse que foi descrito pelo médico americano Larry Dossey como uma resposta ao fato de o nosso relógio interno ter virado o relógio de pulso e o despertador.
Iniciativas que privilegiam o bem-estar, a simplicidade, a tradição local, o resgate da história e a hospitalidade começam a pipocar pelo globo. Esse é o começo de uma revolução cultural, uma mudança radical na forma como vemos o tempo e como lidamos com a velocidade e a lentidão.

In: **Galileu**, out./2005, p.43 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – TST – 2008 – CESPE) Com relação ao texto acima, julgue o item a seguir.

(1) A inserção de **administrarem** depois de "mesmo" (l.9) tornaria explícita uma ideia subentendida do texto e preservaria sua correção gramatical.

1: não há motivo para que o infinitivo do verbo *administrar* seja flexionado no plural após a palavra "mesmo". O verbo no infinitivo somente aparece flexionado quando seu sujeito plural é o mesmo da oração principal e vem claramente expresso; quando o sujeito do infinitivo não é o mesmo da oração principal e aparece claramente antes do infinitivo; quando o infinitivo vem precedido de uma preposição e seu sujeito plural não está expresso e quando se deseja indicar a indeterminação do sujeito.
Gabarito 1E

É frequente tecermos aqui neste espaço considerações positivas sobre atitudes de cidadania de pessoas e entidades que, cansadas de esperar tudo do poder público, decidem recuperar o poder de iniciativa da sociedade e agir pelo bem comum. São entidades que criam e sustentam escolas de iniciativa privada, mas com sentido público, outras que buscam complementar o ensino público com opções pedagógicas enriquecedoras, que geralmente não são oferecidas pelas redes públicas. São pessoas que doam à comunidade trabalho voluntário no tempo que lhes sobra de suas atividades profissionais. No país todo, há inúmeras promoções assim, que contribuem para melhorar muito o que é oferecido pelos serviços públicos em diversos setores.

Jornal do Commercio. Editorial, 7/10/2008. (com adaptações).

(Técnico Judiciário – TRT/5ª – 2008 – CESPE) Em relação ao texto acima, julgue o item a seguir.

(1) O segmento "o poder de iniciativa da sociedade" (l.4-5) exerce a função sintática de objeto direto.

1: em "pessoas e entidades que (...) decidem recuperar o poder de iniciativa da sociedade", a locução verbal transitiva direta "decidem recuperar" tem como complemento o objeto direto "o poder de iniciativa da sociedade".
Gabarito 1C

O caos estampado pelos jornais em relação aos sistemas de saúde dos estados, o alto grau de defasagem dos alunos de escolas públicas, as notas destes nas avaliações oficiais de desempenho escolar e os sensíveis gargalos que dão morosidade aos procedimentos do setor público de toda ordem têm convivido no país com a estabilidade do servidor público concursado. O instituto é uma garantia de Primeiro Mundo à carreira dos funcionários públicos contra as injunções políticas que certamente decorrem das mudanças de governo. E não há nada de errado com ela — é uma segurança de profissionalização do servidor, de que ele não estará servindo ao político que eventualmente ocupa um cargo público, mas ao Estado.

Valor Econômico, 5/10/2007.

(Técnico Judiciário – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Com referência às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item que se segue.

(1) A forma verbal "têm" (l.6) está no plural para concordar com o sujeito simples "gargalos" (l.4).

1: o verbo *ter* está no plural para concordar com o sujeito composto, que tem como núcleos "caos", "grau de defasagem", "notas" e "gargalos" (O caos (...), o alto grau de defasagem dos alunos (...), as notas destes (...) e os sensíveis gargalos (...) têm convivido no país com a estabilidade do servidor").
Gabarito 1E

A fazenda que foi desapropriada recentemente pelo governo tem capacidade para o assentamento de 250 famílias e está situada numa região que registra os mais altos índices de conflito agrário no país. Ela é a primeira propriedade da lista das 101 fazendas que utilizam mão de obra escrava no Brasil e que vão ser destinadas à reforma agrária. O decreto de desapropriação é considerado uma vitória para os trabalhadores rurais e para a reforma agrária. Os movimentos sociais da região lutam pela obtenção da terra há pelo menos seis anos.

Internet: <http://www.tst.gov.br/noticias>. Acesso em 27/10/2004 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – TRT/10ª – 2004 – CESPE) Considerando as ideias e as estruturas do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) A forma verbal "tem" (l.2) também estaria correta se escrita com acento circunflexo: têm.

(2) O sentido e a correção gramatical do texto serão mantidos, caso a forma verbal "há" (l.9) seja substituída pela preposição **a**.

1: o verbo *ter* está no singular para concordar com o sujeito simples ("fazenda"); **2:** em "lutam pela obtenção da terra há pelo menos seis anos", a forma verbal não pode ser substituída por uma preposição. O verbo *haver* está sendo empregado no sentido de tempo transcorrido.
Gabarito 1E, 2E

(Fiscal de Tributos/Rio Branco-AC – 2007 – CESPE) Considerando que os fragmentos incluídos nos itens seguintes, na ordem em que são apresentados, são partes sucessivas de um texto de José Pimenta (Internet: <ambienteacreano.blogspot.com>), julgue-os quanto à correção gramatical.

(1) Última tentativa do governo boliviano para ocupar a região acreana, a criação do Bolivian Syndicate exigiu da antiga colônia espanhola concessões enormes de soberania. Segundo os termos do contrato assinado em julho de 1901, a Bolívia oferecia a companhia internacional, compostas por grandes grupos financeiros, principalmente norte-americanos, uma concessão de trinta anos para a exploração da seringueira na região.

(2) O consórcio capitalista dispunha de plena autoridade sobre o comércio da borracha e também de direitos políticos e judiciais essenciais. Ele usufruía o direito de compra e venda dos seringais, o direito de navegar e de controlar os

rios por meio de uma polícia própria e o direito de estabelecer as leis e exercer a justiça. Em contrapartida, a Bolívia recebia 60% da arrecadação realizada pela companhia.

(3) A criação do Bolivian Syndicate foi um dos momentos-chave do conflito acreano, um evento crítico que levou à incorporação do Acre ao Brasil. Para os seringueiros brasileiros, o Bolivian Syndicate surgiu como uma espécie de companhia colonial que controlava não só a terra, mas também toda a organização do trabalho extrativista da borracha. Essa situação revoltou a população acreana, que conseguiu superar suas divisões internas e se organizar contra o inimigo comum.

(4) O sentimento do povo acreano espalhou-se além das bacias do Purus e do Juruá e comoveu o país que deu um apoio decisivo à luta dos seringueiros. A formação do Bolivian Syndicate criou um fervor nacionalista e patriótico que cimentou a nação, contra os inimigos do Brasil. Manifestações contra os americanos e bolivianos se organizaram em Manaus, Belém e Rio de Janeiro. Orgulho da nação, a Amazônia era novamente cobiçada pelo capital estrangeiro.

1: O verbo *oferecer* é transitivo direto e indireto. O objeto indireto do verbo é "a companhia internacional". Esse objeto deve ser regido por preposição *a*: "**oferecia à** companhia internacional"; **2:** Foram respeitadas as normas gramaticais. As regências dos verbos *dispor* (transitivo indireto), *usufruir* (transitivo direto), *exercer* (transitivo direto), *receber* (transitivo direto e indireto) estão corretas. Os verbos estão concordando com seus sujeitos. Os nomes estão concordando com seus complementos; **3:** Foram respeitadas as normas gramaticais. As regências dos verbos *ir* (intransitivo), *levar* (transitivo direto e indireto), *surgir* (intransitivo), *controlar* (transitivo direto), *revoltar* (transitivo direto), *conseguir* (transitivo direto), *superar* (transitivo direto) e *organizar* (transitivo direto). Os verbos estão concordando com seus sujeitos. Os nomes estão concordando com seus complementos; **4:** Há a necessidade de vírgula antes da oração subordinada adjetiva explicativa: "A formação do Bolivian Syndicate criou um fervor nacionalista e patriótico, [*vírgula*] que cimentou a nação [*sem vírgula*] contra os inimigos do Brasil."

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

1 A maioria dos comentários sobre crimes ou se
limitam a pedir de volta o autoritarismo ou a culpar a
violência do cinema e da televisão, por excitar a
4 imaginação criminosa dos jovens. Poucos pensam que
vivemos em uma sociedade que estimula, de forma
sistemática, a passividade, o rancor, a impotência, a
7 inveja e o sentimento de nulidade nas pessoas. Não
podemos interferir na política, porque nos ensinaram a
perder o gosto pelo bem comum; não podemos tentar
10 mudar nossas relações afetivas, porque isso é assunto de
cientistas; não podemos, enfim, imaginar modos de viver
mais dignos, mais cooperativos e solidários, porque isso
13 é coisa de "obscurantista, idealista, perdedor ou ideólogo
fanático", e o mundo é dos fazedores de dinheiro.
Somos uma espécie que possui o poder da
16 imaginação, da criatividade, da afirmação e da
agressividade. Se isso não pode aparecer, surge, no lugar,
a reação cega ao que nos impede de criar, de colocar no
19 mundo algo de nossa marca, de nosso desejo, de nossa
vontade de poder. Quem sabe e pode usar — com
firmeza, agressividade, criatividade e afirmatividade —
22 a sua capacidade de doar e transformar a vida, raramente
precisa matar inocentes, de maneira bruta. Existem mil
outras maneiras de nos sentirmos potentes, de nos
25 sentirmos capazes de imprimir um curso à vida que não
seja pela força das armas, da violência física ou da evasão pelas drogas, legais ou ilegais, pouco importa.

Jurandir Freire Costa. *In*: **Quatro autores em busca do Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 43 (com adaptações).

(Escrivão de Polícia Federal – 2002 – CESPE) Julgue o item a seguir, a respeito do emprego das estruturas linguísticas do texto acima

(1) Antes da forma verbal "Somos" (.15), seria coerente com as ideias do texto introduzir, para o fim de articulação sintática entre os parágrafos, a expressão Em consequência disso.

1: incorreta. A forma verbal "somos" introduz um período que irá refutar os argumentos anteriores, usados por outras pessoas e os quais o autor quer justamente atacar. Portanto, o que se segue não pode ser iniciado por "em consequência disso", que dá ideia de continuidade ao raciocínio.

Gabarito 1E

Um desafio cotidiano

Recentemente me pediram para discutir os desafios políticos que o Brasil tem pela frente. Minha primeira dúvida foi se eles seriam diferentes dos de ontem.

Os problemas talvez sejam os mesmos, o país é que mudou e reúne hoje mais condições para enfrentá-los que no passado. A síntese de minhas conclusões é que precisamos prosseguir no processo de democratização do país.

Kant dizia que a busca do conhecimento não tem fim. Na prática, democracia, como um ponto final que uma vez atingido nos deixa satisfeitos e por isso decretamos o fim da política, não existe. Existe é democratização, o avanço rumo a um regime cada vez mais inclusivo, mais representativo, mais justo e mais legítimo. E quais as condições objetivas para tornar sustentável esse movimento de democratização crescente?

Embora exista forte correlação entre desenvolvimento e democracia, as condições gerais para sua sustentação vão além dela. O grau de legitimidade histórica, de mobilidade social, o tipo de conflitos existentes na sociedade, a capacidade institucional para incorporar gradualmente as forças emergentes e o desempenho efetivo dos governos são elementos cruciais na sustentação da democratização no longo prazo.

Nossa democracia emergente não tem legitimidade histórica. Esse requisito nos falta e só o alcançaremos no decorrer do processo de aprofundamento da democracia, que também é de legitimação dela.

Uma parte importante desse processo tem a ver com as relações rotineiras entre o poder público e os cidadãos. Qualquer flagrante da rotina desse relacionamento arrisca capturar cenas explícitas de desrespeito e pequenas ou grandes tiranias. As regras dessa relação não estão claras. Não existem mecanismos acessíveis de reclamação e desagravo.

(Agente de Polícia Federal – 2000 – CESPE) Com relação às ideias do texto acima, julgue o item a seguir.

(1) Considerando que o verbo existir pode ser substituído pelo verbo haver, as formas verbais "exista" (l. 14) e "existem" (l. 29) admitem ser substituídas por haja e há, respectivamente.

1: correta. O verbo "haver", quando sinônimo de "existir", é impessoal e não se flexiona.

Gabarito 1C

Brinkmanship

Em 1964, o cineasta Stanley Kubrick lançava o filme Dr. Strangelove. Nele, um oficial norte-americano ordena um bombardeio nuclear à União Soviética e comete suicídio em seguida, levando consigo o código para cancelar o bombardeio. O presidente norte-americano busca o governo soviético na esperança de convencê-lo de que o evento foi um acidente e, por isso, não deveria haver retaliação. É, então, informado de que os soviéticos implementaram uma arma de fim do mundo (uma rede de bombas nucleares subterrâneas), que funcionaria automaticamente quando o país fosse atacado ou quando alguém tentasse desacioná-la. O Dr. Strangelove, estrategista do presidente, aponta uma falha: se os soviéticos dispunham de tal arma, por que a guardavam em segredo? Por que não contar ao mundo? A resposta do inimigo: a máquina seria anunciada na reunião do partido na segunda-feira seguinte.

Pode-se analisar a situação criada no filme sob a ótica da Teoria dos Jogos: uma bomba nuclear é lançada pelo país A ao país B. A política de B consiste em revidar qualquer ataque com todo o seu arsenal, o qual pode destruir a vida no planeta, caso o país seja atacado. O raciocínio que leva B a adotar tal política é bastante simples: até o país mais fraco do mundo está seguro se criar uma máquina de destruição do mundo, ou seja, ao ter sua sobrevivência seriamente ameaçada, o país destrói o mundo inteiro (ou, em seu modo menos drástico, apenas os invasores). Ao elevar os custos para o país invasor, o detentor dessa arma garante sua segurança. O problema é que de nada adianta um país possuir tal arma em segredo. Seus inimigos devem saber de sua existência e acreditar na sua disposição de usá-la. O poder da máquina do fim do mundo está mais na intimidação do que em seu uso.

O conflito nuclear fornece um exemplo de uma das conclusões mais surpreendentes a que se chega com a Teoria dos Jogos. O economista Thomas Schelling percebeu que, apesar de o sucesso geralmente ser atribuído a maior inteligência, planejamento, racionalidade, entre outras características que retratam o vencedor como superior ao vencido, o que ocorre, muitas vezes, é justamente o oposto. Até mesmo o poder de um jogador, considerado, no senso comum, como uma vantagem, pode atuar contra seu detentor.

Schelling denominou brinkmanship (de brink, extremo) a estratégia de deliberadamente levar uma situação às suas consequências extremas.

Um exemplo usado por Schelling é o bem conhecido jogo do frango, que consiste em dois indivíduos acelerarem seus carros na direção um do outro em rota de colisão; o primeiro a virar o volante e sair da pista é o perdedor.

Se ambos forem reto, os dois jogadores pagam o preço mais alto com sua vida. No caso de os dois desviarem, o jogo termina em empate. Se um desviar e o outro for reto, o primeiro será o frango, e o segundo, o vencedor. Schelling propôs que um participante desse jogo retire o volante de seu carro e o atire para fora, fazendo questão de mostrá-lo a todas as pessoas presentes. Ao outro jogador caberia a decisão de desistir ou causar uma catástrofe. Um jogador racional optaria pelo que lhe causasse menos perdas, sempre perdendo o jogo.

Fabio Zugman. **Teoria dos jogos.** Internet: <www.iced.org.br> (com adaptações).

(Agente de Polícia/RN – 2008 – CESPE) Na linha 4, do texto acima, o verbo implementar, na forma verbal "implementaram", está sendo usado no sentido de

(A) suprir de implementos.
(B) solucionar.
(C) demarcar.
(D) distribuir estruturas em determinada área.
(E) desenvolver ou produzir.

Os únicos termos que podem ser usados como sinônimos de "implementar" no texto são "desenvolver" ou "produzir". Todos os demais, caso inseridos, alterariam o sentido da oração.

Gabarito "E"

É essencial que as autoridades revejam as providências referentes ao tratamento e à custódia de todos os presos, a fim de assegurar que os mesmos sejam tratados com humanidade e em conformidade com a legislação brasileira e o conjunto de princípios da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre proteção de todo indivíduo sob qualquer forma de detenção ou reclusão, as regras mínimas da ONU sobre o tratamento de prisioneiros e o artigo 10 do Acordo Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (ICCPR), que reza que todo indivíduo privado de liberdade deve ser tratado com humanidade e respeito pela dignidade inerente à pessoa humana.

Anistia Internacional. **Tortura e maus-tratos no Brasil**, 2001, p. 72 (com adaptações).

(Agente de Polícia/RR – 2003 – CESPE) Tendo o texto acima por referência e considerando o tema por ele tratado, julgue o item a seguir.

(1) O verbo rezar tem várias acepções e a forma "reza" (L.9) está sendo utilizada no texto com o sentido de: contém escrito, encerra, prescreve, preceitua, determina.

1: correta. "Rezar" ainda pode significar "referir", "resmungar", "murmurar".

Gabarito 1C

A adoção, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, constitui o principal marco no desenvolvimento da ideia contemporânea de direitos humanos. Os direitos inscritos nessa Declaração constituem um conjunto indissociável e interdependente de direitos individuais e coletivos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, sem os quais a dignidade da pessoa humana não se realiza por completo. A Declaração transformou-se, nesta última metade de século, em uma fonte de inspiração para a elaboração de diversas cartas constitucionais e tratados internacionais voltados à proteção dos direitos humanos. Esse documento, chave do nosso tempo, tornou-se um autêntico paradigma ético a partir do qual se pode medir e contestar a legitimidade de regimes e governos. Os direitos ali inscritos constituem hoje um dos mais importantes instrumentos de nossa civilização, visando assegurar um convívio social digno, justo e pacífico.

Internet: <http://www.direitoshumanos.usp.br/dhbrasil/pndh> (com adaptações).

(Agente de Polícia/RR – 2003 – CESPE) Com base no texto acima e considerando o tema por ele focalizado, julgue o item subsequente.

(1) Embora o efeito de sentido seja diferente, o emprego da forma verbal no presente "constitui" (L.3) ou no pretérito constituiu opções gramaticalmente corretas e coerentes para o primeiro período do texto.

1: correta. A única diferença será semântica (no original, o verbo no presente indica a importância do documento até os dias de hoje; se alterado para o pretérito, terá sentido de informação histórica), sem qualquer prejuízo para a correção gramatical.

Gabarito 1C

2. PONTUAÇÃO

O agente ético é pensado como sujeito ético, isto é, como um ser racional e consciente que sabe o que faz, como um ser livre que escolhe o que faz e como um ser responsável que responde pelo que faz. A ação ética é balizada pelas ideias de bem e de mal, justo e injusto, virtude e vício. Assim, uma ação só será ética se consciente, livre e responsável e será virtuosa se realizada em conformidade com o bom e o justo. A ação ética só é virtuosa se for livre e só o será se for autônoma, isto é, se resultar de uma decisão interior do próprio agente e não de uma pressão externa.

Evidentemente, isso leva a perceber que há um conflito entre a autonomia da vontade do agente ético (a decisão emana apenas do interior do sujeito) e a heteronomia dos valores morais de sua sociedade (os valores são dados externos ao sujeito). Esse conflito só pode ser resolvido se o agente reconhecer os valores de sua sociedade como se tivessem sido instituídos por ele, como se ele pudesse ser o autor desses valores ou das normas morais, pois, nesse caso, ele será autônomo, agindo como se tivesse dado a si mesmo sua própria lei de ação.

Marilena Chaui. "Uma ideologia perversa".
In: **Folhaonline**, 14/3/1999 (com adaptações).

(Analista – STF – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item, a respeito da organização das estruturas linguísticas e das ideias do texto acima.

(1) Os sinais de parênteses nas linhas de 12 a 15 têm a função de organizar as ideias que destacam e de inseri-las na argumentação do texto; por isso, sua substituição pelos sinais de travessão preservaria a coerência textual e a correção do texto, mas, na linha 15, o ponto final substituiria o segundo travessão.

1: tanto os parênteses quanto o travessão podem isolar uma ideia, destacando-a.

Gabarito 1C

Aceitar que somos indeterminados naturalmente, que seremos lapidados pela educação e pela cultura, que disso decorrem diferenças relevantes e irredutíveis aos genes é muito difícil. Significa aceitarmos que há algo muito precário na condição humana. Parte pelo menos dessa precariedade ou indeterminação alguns chamarão liberdade. Porém nem mesmo a liberdade é tão valorizada quanto se imagina. Ela implica responsabilidades.

Parece que se busca conforto na condição de coisa. Se eu for objeto, isto é, se eu for natureza, meus males independem de minha vontade. Aliás, o que está em discussão não é tanto o que os causou, mas como resolvê-los: se eu puder solucioná-los com um remédio ou uma cirurgia, não preciso responsabilizar-me, a fundo, por eles. Tratarei a mim mesmo como um objeto.

A postura das ciências humanas e da psicanálise é outra, porém. Muito da experiência humana vem justamente de nos constituirmos como sujeitos. Esse papel é pesado. Por isso, quando entra ele em crise — quando minha liberdade de escolher amorosa ou política ou profissionalmente resulta em sofrimento —, posso aliviar-me procurando uma solução que substitua meu papel de sujeito pelo de objeto.

Roberto Janine Ribeiro. **A cultura ameaçada pela natureza.** Pesquisa Fapesp Especial, p. 40 (com adaptações).

(Analista – STF – 2008 – CESPE) Considerando o texto acima, julgue o item subsequente.

(1) O deslocamento do travessão na linha 21 para logo depois de "profissionalmente" (l.20) preservaria a correção gramatical do texto e a coerência da argumentação, com a vantagem de não acumular dois sinais de pontuação juntos.

1: os termos destacados pelo uso do travessão trabalham sintaticamente entre si, isto é, seus verbos e complementos estão dentro do travessão. O deslocamento do travessão, como sugerido, resultaria em alterações sintáticas e semânticas: o sujeito do verbo *resultar*, que é "liberdade de escolher", não ficaria claramente indicado.

Gabarito 1E

Se a perspectiva do político é a perspectiva de como o poder se constitui e se exerce em uma sociedade, como se distribui, se difunde, se dissemina, mas também se oculta, se dissimula em seus diferentes modos de operar, então é fundamental uma análise do discurso que nos permita rastreá-lo. A necessidade de discussão da questão política e do exercício do poder está em que, em última análise, todos os grupos, classes, etnias visam, de uma forma ou de outra, o controle do poder político. Porém, costumamos ver o poder como algo negativo, perverso, no sentido da dominação, da submissão. Não há, entretanto, sociedade organizada sem formas de exercício de poder. A questão, portanto, deve ser: como e em nome de quem este poder se exerce?

Danilo Marcondes. *Filosofia, linguagem e comunicação*.
São Paulo: Cortez, 2000, p. 147-8 (com adaptações).

(Analista – STJ – 2008 – CESPE) Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item a seguir.

(1) A vírgula logo depois de "operar" (l.4) indica que a relação entre as ideias expressas no período iniciado por "então é fundamental" (l.4-5) e as ideias expressas no período anterior seria mantida se a palavra "então" fosse substituída por "posto que".

1: o advérbio então, nesse contexto, tem a acepção de "nesse caso", "nessa situação", e não pode ser substituído pela locução conjuntiva posto que, que significa "embora", "apesar de que". Muita atenção! Apesar de largamente utilizado para indicar causalidade, *posto que* não tem essa função, segundo a norma culta da língua portuguesa. Assim, está errada (segundo a norma culta) a construção "O candidato deve passar, posto que estudou muito" e está correta a construção "Posto que estudou muito, o candidato não passou." A vírgula após a palavra *operar* foi utilizada para isolar a oração seguinte, que tem valor explicativo. Sendo assim, está incorreta a assertiva.

Gabarito 1E

Pode-se dizer que há complexidade onde quer que se produza um emaranhamento de ações, de interações, de retroações. E esse emaranhamento é tal que nem um computador poderia captar todos os processos em curso. Mas há também outra complexidade que provém da existência de fenômenos aleatórios (que não podem ser determinados e que, empiricamente, agregam incerteza ao pensamento). Pode-se dizer, no que concerne à complexidade, que há um polo empírico e um polo lógico e que a complexidade aparece quando há simultaneamente dificuldades empíricas e dificuldades lógicas. Pascal disse há já três séculos: "Todas as coisas são ajudadas e ajudantes, todas as coisas são mediatas e imediatas, e todas estão ligadas entre si por um laço que conecta umas às outras, inclusive as mais distanciadas. Nessas condições — agrega Pascal — considero impossível conhecer o todo se não conheço as partes". Esta é a primeira complexidade: nada está isolado no Universo e tudo está em relação.

Edgard Morin. "Epistemologia da complexidade".
In: Dora Fried Schnitman (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade.** Porto Alegre: Artmed, 1996, p. 274. (com adaptações).

(Analista – STJ – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item, a respeito de redações alternativas para termos e estruturas linguísticas do texto acima.

(1) Preserva-se o respeito às regras de pontuação do padrão formal da língua portuguesa ao se retirar os parênteses das linhas 6 e 7, demarcando-se a explicação do que sejam "fenômenos aleatórios" (l.6) por um travessão ou por uma vírgula logo depois dessa expressão.

1: tanto os parênteses quanto o travessão podem isolar uma ideia, destacando-a.

Gabarito 1C

Sempre que um crime violento envolvendo menores abala a sociedade, ressurge a discussão sobre a necessidade de alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo seus defensores, diminuir a responsabilidade penal para 16 anos inibiria a ação delituosa de rapazes e moças.

Segmentos da população, assustados com o aumento da violência, imaginam ser esse o caminho para a reconquista da segurança perdida.

Encarar o Estatuto da Criança e do Adolescente como bode expiatório das mazelas nacionais é solução cômoda, mas ineficaz. Ninguém de bom senso pode crer que situar em faixa etária mais baixa a imputação criminal seja a fórmula mágica capaz de devolver a paz às ruas e aos lares. Bandidos que hoje usam jovens menores de 18 anos como escudo, com a mudança, recorrerão a menores de 16 anos. Depois virão os de 14, 12, 10.

Correio Braziliense. Opinião. 13/7/2004, p. 16 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – STM – 2004 – CESPE) Julgue o seguinte item, a respeito do texto acima.

(1) Na linha 11, a expressão "de bom senso" não está entre vírgulas porque ela restringe, isto é, não é empregada com a função de explicar, a ideia de "Ninguém".

1: em "Ninguém de bom senso pode crer", a expressão "de bom senso" delimita a ideia do pronome indefinido ("Nenhuma pessoa de bom senso").
Gabarito 1C

O caos estampado pelos jornais em relação aos sistemas de saúde dos estados, o alto grau de defasagem dos alunos de escolas públicas, as notas destes nas avaliações oficiais de desempenho escolar e os sensíveis gargalos que dão morosidade aos procedimentos do setor público de toda ordem têm convivido no país com a estabilidade do servidor público concursado. O instituto é uma garantia de Primeiro Mundo à carreira dos funcionários públicos contra as injunções políticas que certamente decorrem das mudanças de governo. E não há nada de errado com ela — é uma segurança de profissionalização do servidor, de que ele não estará servindo ao político que eventualmente ocupa um cargo público, mas ao Estado.

Valor Econômico, 5/10/2007.

(Técnico Judiciário – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Com referência às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item que se segue.

(1) As vírgulas logo após "estados" (l.2) e após "públicas" (l.3) têm justificativa idêntica.

1: as vírgulas foram utilizadas por se tratar de uma sequência enumerativa. Gabarito 1C

O

A maioria dos comentários sobre crimes ou se limitam a pedir de volta o autoritarismo ou a culpar a violência do cinema e da televisão, por excitar a imaginação criminosa dos jovens. Poucos pensam que vivemos em uma sociedade que estimula, de forma sistemática, a passividade, o rancor, a impotência, a inveja e o sentimento de nulidade nas pessoas. Não podemos interferir na política, porque nos ensinaram a perder o gosto pelo bem comum; não podemos tentar mudar nossas relações afetivas, porque isso é assunto de cientistas; não podemos, enfim, imaginar modos de viver mais dignos, mais cooperativos e solidários, porque isso é coisa de "obscurantista, idealista, perdedor ou ideólogo fanático", e o mundo é dos fazedores de dinheiro.

Somos uma espécie que possui o poder da imaginação, da criatividade, da afirmação e da agressividade. Se isso não pode aparecer, surge, no lugar, a reação cega ao que nos impede de criar, de colocar no mundo algo de nossa marca, de nosso desejo, de nossa vontade de poder. Quem sabe e pode usar — com firmeza, agressividade, criatividade e afirmatividade — a sua capacidade de doar e transformar a vida, raramente precisa matar inocentes, de maneira bruta. Existem mil outras maneiras de nos sentirmos potentes, de nos sentirmos capazes de imprimir um curso à vida que não seja pela força das armas, da violência física ou da evasão pelas drogas, legais ou ilegais, pouco importa.

Jurandir Freire Costa. *In*: **Quatro autores em busca do Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 43 (com adaptações).

(Escrivão de Polícia Federal – 2002 – CESPE) Julgue o item a seguir, a respeito do emprego das estruturas linguísticas do texto acima.

(1) O emprego das aspas nas linhas 13 e 14 indica a simulação de comentários de outras pessoas, retomadas pelo autor.

1: correta. As aspas, no caso, servem para destacar que o trecho corresponde a uma citação.
Gabarito 1C

No nosso cotidiano, estamos tão envolvidos com a violência que tendemos a acreditar que o mundo nunca foi tão violento como agora: pelo que nos contam nossos pais e outras pessoas mais velhas, há dez, vinte ou trinta anos, a vida era mais segura, certos valores eram mais respeitados e cada coisa parecia ter o seu lugar.

Essa percepção pode ser correta, mas precisamos pensar nas diversas dimensões em que pode ser interpretada. Se ampliarmos o tempo histórico, por exemplo, ela poderá se mostrar incorreta. Embora a violência não seja um fenômeno dos dias de hoje, pois está presente em toda e qualquer sociedade humana, sua ocorrência varia no grau, na forma, no sentido que adquire e na própria lógica nos diferentes períodos da História. O modo como o homem a vê e a vivencia atualmente é muito diferente daquele que havia na Idade Média, por exemplo, ou em outros períodos históricos em outras sociedades.

Andréa Buoro *et al*. **Violência urbana** – dilemas e desafios. São Paulo: Atual, 1999, p. 12 (com adaptações).

(Escrivão de Polícia Federal – 2002 – CESPE) Julgue os seguintes itens, a respeito do emprego dos sinais de pontuação no texto acima.

(1) Pela função que desempenha no texto, o sinal de dois-pontos depois de "agora" (l.3) corresponde à ideia de "pois", colocado entre vírgulas.

(2) Para melhorar a clareza do texto, sem ferir a correção gramatical, deveria ser introduzido o termo "atrás", entre vírgulas, imediatamente após a palavra "anos" (l.4).

(3) Pelo seu sentido textual, a oração entre vírgulas "pois está presente em toda e qualquer sociedade humana" (l.10) poderia vir entre parênteses.

(4) Se a oração "pois está presente em toda e qualquer sociedade humana" (l.10) fosse retirada do texto, seria também obrigatória a retirada de ambas as vírgulas que a isolam.

(5) Na linha 14, a inserção de uma vírgula após "períodos históricos" alteraria as relações semânticas entre essa expressão e "outras sociedades" (l.14-15).

1: correta. Os dois-pontos indicam que o trecho seguinte tem função explicativa, sendo perfeitamente possível sua substituição por "pois", que tem a mesma natureza; **2:** incorreta. A assertiva tem dois problemas: primeiro, se fôssemos inserir a palavra "atrás", ela não poderia estar entre vírgulas; segundo, se algo aconteceu "**há** dez anos", só pode ter sido no passado, para trás. "**Há** dez anos **atrás**" é pleonasmo; **3:** correta. Pela sua natureza explicativa, as vírgulas poderiam ser substituídas por parênteses; **4:** incorreta. A vírgula depois de "hoje" deveria ser mantida, porque separa a oração subordinada que está deslocada da ordem direta do texto; **5:** correta. A inserção da vírgula

transformaria o trecho em uma enumeração, deixando "períodos históricos" de alterar o termo "outras sociedades" para se tornar um elemento autônomo da oração.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5C

1 Do ponto de vista de sua origem, de sua etimologia, a palavra
preconceito significa prejulgamento, ou seja, ter ideia firmada sobre
alguma coisa que ainda não se conhece, ter uma conclusão antes de
4 qualquer análise imparcial e cuidadosa. Na prática, a palavra
preconceito foi consagrada como um prejulgamento negativo a
respeito de uma pessoa ou de alguma coisa. Ter preconceito ou ser
7 preconceituoso significa ter uma opinião negativa antes de conhecer
o suficiente ou de obter os elementos necessários para um julgamento
imparcial. Com base nesses elementos, pode-se estabelecer a seguinte
10 definição: preconceito é a opinião, geralmente negativa, que se tem
a respeito de uma pessoa, de uma etnia, de um grupo social, de uma
cultura ou manifestação cultural, de uma ideia, de uma teoria ou de
13 alguma coisa, antes de se conhecerem os elementos que seriam
necessários para um julgamento imparcial.
Um ponto que merece especial atenção das pessoas é que, não
16 raro, o preconceito age no interior da mente, insinuando-se
sutilmente, procurando disfarçar sua verdadeira natureza, para que
sua influência não seja percebida.

Idem, ibidem.

(Escrivão de Polícia/PA – 2006 – CESPE) Assinale a opção em que a justificativa de emprego de sinal de pontuação, no texto acima, está incorreta.

(A) Na linha 1, as vírgulas isolam uma expressão explicativa.
(B) A vírgula empregada na linha 3 separa oração coordenada assindética.
(C) Na linha 10, os dois-pontos indicam a citação de outra voz no texto.
(D) No trecho "é que, não raro, o preconceito" (l.15-16), as vírgulas isolam termo adverbial.

A: correta. A expressão "de sua etimologia" explica o termo "origem"; **B:** correta. Orações coordenadas são aquelas que contêm, cada uma, todos os termos necessários para sua completa compreensão, sendo, portanto, sintaticamente independentes. São assindéticas as orações coordenadas que não se ligam por uma conjunção, a qual é substituída por vírgula, ponto e vírgula ou dois-pontos; **C:** incorreta (devendo ser assinalada). Os dois-pontos indicam o início do aposto explicativo, não a mudança da voz do texto; **D:** correta, pois a locução adverbial está deslocada dentro do período.

Gabarito "C"

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Entre as opções a seguir, que formam em seu conjunto um texto, assinale a que **não** apresenta erro de pontuação.

(A) Segundo Gramsci, as várias ciências "humanas" fundadas no século XIX, como a sociologia e a psicologia seriam filosofia de não filósofos, misturas de observação empírica e racionalizações burguesas; logo, ideologia fatalista com ares de neutralidade. O intelectual que as professa não teria via de regra, condições mentais para viver o nexo entre vontade e estrutura.
(B) Ora, tanto os técnicos, quanto os humanistas postam-se aquém dessa relação, pois, é nos polos isolados da estrutura ou do sujeito, que recai a ênfase da sua vida mental. Mas, como é possível propor a relação vontade-estrutura? Gramsci antecipa a tendência atual de acentuar o caráter, próprio da política em face da economia.
(C) Paradoxalmente, esse modo de pensar Gramsci o recebeu do seu maior adversário, Benedetto Croce que sustentou a distinção da esfera ético-prática, dando-lhe, como princípio formal a vontade. Para Croce, a vontade seria um grau consciente do nível econômico.
(D) Para Gramsci, a vontade é, não só a condição de existência da política mas, um movimento para edificar o homem livre, não se forma sem a consciência das necessidades materiais do homem oprimido. Essa consciência das necessidades é o aguilhão que faz o militante comunista, Antonio Gramsci, opor-se ao pensador liberal, Benedetto Croce.
(E) O intelectual que ignora o tecido de vínculo e violência com que se amarram as classes sociais não poderá atingir o limiar da "consciência da necessidade", que é, por sua vez, condição para que se produza uma vontade de agir sobre as estruturas. É preciso que ele se encaminhe para uma teoria rigorosa, sem a qual os seus ímpetos de demolir estruturas poderão ser truncados pela tecnologia míope ou diluídos pelo humanismo retórico.

Trechos adaptados de Alfredo Bosi. *Op. cit.*, p. 243-4.

A: Errado (Pontuação) Segundo Gramsci, as várias ciências "humanas" fundadas no século XIX, como a sociologia e a psicologia(1) seriam filosofia de não filósofos, misturas de observação empírica e racionalizações burguesas; logo, ideologia fatalista com ares de neutralidade. O intelectual que as professa não teria(2), via de regra, condições mentais para viver o nexo entre vontade e estrutura. (1): falta a vírgula que isolaria a expressão de exemplificação. (2): falta a vírgula que isolaria a expressão adverbial;
B: Errado (Pontuação) Ora, tanto os técnicos,(1) quanto os humanistas postam-se aquém dessa relação, pois,(2) é nos polos isolados da estrutura ou do sujeito,(3) que recai a ênfase da sua vida mental. Mas, como é possível propor a relação vontade-estrutura? Gramsci antecipa a tendência atual de acentuar o caráter,(4) próprio da política em face da economia.
(1): separa indevidamente os núcleos do sujeito composto coordenado pela estrutura "tanto...quanto". (2) e (3): isola indevidamente o objeto indireto, separando, inclusive, o termo "é" do "que", os quais constituem uma partícula de realce. (4): separa indevidamente o adjunto adnominal do seu núcleo, gerando um sentido não desejado;
C: Errado (Pontuação) Paradoxalmente, esse modo de pensar(1) Gramsci o recebeu do seu maior adversário, Benedetto Croce(2) que sustentou a distinção da esfera ético-prática, dando-lhe, como princípio formal(3) a vontade. Para Croce, a vontade seria um grau consciente do nível econômico. (1): falta a vírgula que isolaria o objeto pleonástico invertido. (2): falta a vírgula que tornaria, como é desejável, a oração adjetiva restritiva em explicativa. (3): falta a vírgula que com a anterior isolaria o predicativo do objeto;
D: Errado (Pontuação) Para Gramsci, a vontade é,(1) não só a condição de existência da política mas,(2) um movimento para edificar o homem livre, não se forma sem a consciência das necessidades materiais do homem oprimido. Essa consciência das necessidades é o aguilhão que faz o militante comunista, Antonio Gramsci, opor-se ao pensador liberal, Benedetto Croce. (1): separa indevidamente o predicativo do verbo de ligação. (2): separa os núcleos do predicativo coordenados pela estrutura "não só...mas";
E: Certo.

Gabarito "E"

1 Desde o primeiro contato Jadon admitiu a precariedade
das suas relações com os companheiros de refeitório. E a
atitude de permanente alheamento que assumiam na sua
4 presença, ele a recebeu como possível advertência à conduta
que deveria manter no seio daquela comunidade. Sem
manifestar irritação ante o isolamento a que o constrangiam,
7 conjecturava se eles não acabariam por se tornar mais
expansivos.
Era-lhe penoso, entretanto, encontrá-los sempre na
10 mesma posição, a aparentar indiferença pela comida que lhes
serviam e por tudo que se passava ao redor. Enquanto Jadon
almoçava, permaneciam quietos, os braços caídos, os olhos
13 baixos. Ao jantar, lá estavam nos mesmos lugares, diante das
compridas mesas espalhadas pelo salão. Assentavam-se em
grupos de vinte, deixando livres as cabeceiras. Menos uma,
16 justamente a da mesa central, onde ficava um velho alto e
pálido. Este, a exemplo dos demais, nada comia, mantendo-se
numa postura de rígida abstração, como a exigir que
19 respeitassem o seu recolhimento. Malgrado a sua recusa em se
alimentar, silenciosos criados substituíam continuamente os
pratos ainda cheios.
22 A princípio Jadon espreitava-os discretamente, na
esperança de surpreendê-los trocando olhares ou segredos entre
si. Logo verificou a inutilidade do seu propósito: jamais
25 desviavam os olhos da toalha e prosseguiam com os lábios
cerrados. Experimentou o recurso de dirigir-se bruscamente aos
vizinhos, e desapontou-se por não conseguir despertar-lhes a

atenção. Mantinham-se impassíveis, mesmo quando as frases eram ásperas ou acompanhadas de gritos.

Após essa experiência, seguiu-se um período em que Jadon desistiu de penetrar na intimidade daqueles cavalheiros taciturnos que, apesar de manifestarem evidente desinteresse pelos alimentos, apresentavam-se saudáveis e tranquilos. Esta observação seria o suficiente para convencê-lo de que os comensais evitavam comer somente durante a sua permanência no recinto. Por certo aguardavam sua saída para se atirarem avidamente às especialidades da casa. Nesse momento talvez se estendessem em alegres diálogos, aos quais não faltariam desprimorosas alusões à sua pessoa, cuja presença deveria ser bastante desagradável para todos.

Murilo Rubião. **O convidado: contos**.
São Paulo: Ática, 1988, p. 89-90 (com adaptações).

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Entre as opções abaixo, que reproduzem períodos do texto com a pontuação alterada, assinale a que apresenta **erro** de emprego da vírgula, segundo a norma gramatical.

(A) Desde o primeiro contato, Jadon admitiu a precariedade das suas relações com os companheiros de refeitório.
(B) Nesse momento, talvez se estendessem em alegres diálogos, aos quais não faltariam desprimorosas alusões à sua pessoa, cuja presença deveria ser bastante desagradável para todos.
(C) A princípio, Jadon espreitava-os discretamente, na esperança de surpreendê-los trocando olhares ou segredos entre si.
(D) Sem manifestar irritação ante o isolamento a que o constrangiam, conjecturava se eles não acabariam, por se tornar mais expansivos.
(E) Por certo, aguardaram sua saída para se atirarem, avidamente, às especialidades da casa.

A alternativa "D" está errada (Pontuação) A segunda vírgula separa equivocadamente uma locução verbal: "acabariam por se tornar".
Gabarito "D"

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Considerando os sentidos do texto, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) A relação entre Jadon e seus companheiros de refeitório era de mútua indiferença.
(2) Ao longo da narrativa, percebem-se mudanças na atitude de um dos personagens.
(3) No trecho reproduzido, o narrador revela as conjecturas de Jadon, mas não as dos demais personagens.
(4) O silêncio no refeitório foi mantido durante o período a que corresponde o relato.

1: Errado (Interpretação) Jadon se intriga com a aparente atitude de indiferença de seus companheiros.
2: Certo (Interpretação) A atitude de Jadon frente à impassibilidade de seus companheiros de refeitório passa por três fases: observação dissimulada, tentativa de estabelecer contato e desistência de entender o comportamento deles;
3: Certo (Interpretação) Em nenhum momento nos é dado saber o que pensam os acompanhantes de Jadon;
4: Errado (Interpretação) Jadon gritou no refeitório, quando tentava estabelecer contato com os outros.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

3. REDAÇÃO, COESÃO E COERÊNCIA

Folha – O sr. concorda que muitas das restrições impostas pelo Estado são impostas por pensamentos "puritanos" de parte da sociedade?

Giannetti – A opinião pública pode, sim, se tornar uma força tirânica e muito cerceadora, tanto quanto a regulamentação estatal. São dois mecanismos diferentes de coerção e de cerceamento.

Na verdade, o que estamos aprendendo hoje é que o cérebro humano é modular. Esses módulos do cérebro têm motivações diferentes, e há um processo permanente de negociação entre áreas do cérebro que nos motivam a fazer coisas diferentes. O indivíduo está permanentemente e internamente cindido, renegociando consigo mesmo o que ele faz. E essa negociação é escorregadia.

O que acontece é que, muitas vezes ciente dessa dificuldade de agir tal como ele preferiria, pede que alguma força de fora, o Estado, defina para ele os termos da transação. Ele está tentando fazer um contrato com ele mesmo, por meio do Estado.

Folha de S. Paulo, 23 out. 2005. Trecho da entrevista concedida pelo economista Eduardo Giannetti (com adaptações).

(Analista – ANATEL – 2006 – CESPE) Com relação a aspectos morfossintáticos do trecho de entrevista apresentado no texto acima, julgue os próximos itens.

(1) Atenderia às regras prescritas pela gramática a seguinte formulação da pergunta feita ao entrevistado: O senhor concorda com a ideia de que, entre as restrições estabelecidas pelo Estado, muitas são impostas por pensamentos "puritanos" de parte da sociedade?
(2) O trecho inicial da resposta apresentada pelo entrevistado assim pode ser mencionado, de forma correta e fidedigna: O economista, Giannetti, afirmou que, apesar de serem instrumentos distintos de coerção e cerceamento da liberdade, pode a opinião pública, tal como a regulamentação estatal, força tirânica e muito cerceadora, impor restrições a conduta da sociedade.
(3) Uma construção alternativa, igualmente correta e mais enfática, para o período "E essa negociação é escorregadia" (ℓ 14) é a seguinte: Negociação essa que é escorregadia.
(4) Atende à norma gramatical a seguinte síntese do último parágrafo: O cidadão prefere mais que o Estado aja por ele do que agir à partir de seu próprio pensamento.

(Reescrita) 1: correta, pois a paráfrase da pergunta está corretamente redigida e pontuada, além de apresentar o mesmo conteúdo do original. É interessante notar que a reescrita apresenta elaboração textual superior ao original, já que evita repetição do termo "impostas" e esclarece o sentido do original.
(Reescrita/crase) 2: incorreta, pois a reescrita não transmite o mesmo conteúdo da resposta original ao dizer que apenas a regulamentação estatal é tirânica e cerceadora. No texto original tanto regulamentação estatal como opinião pública podem se tornar forças tirânicas e cerceadoras. Há também um erro gramatical no trecho "impor restrições a conduta da sociedade." O verbo "impor" é bitransitivo, ou seja, rege dois complementos, um sem intermédio de preposição (o que se impõe – restrições) e outro com a preposição "a" (a quem se impõe – a conduta da sociedade). O segundo complemento é centrado no termo "conduta", substantivo feminino que vem acompanhado do artigo "a". Da união desse artigo e da preposição exigida pelo verbo resulta a necessidade da crase para introduzir o termo. A frase correta seria "impor restrições à conduta da sociedade."
(Reescrita) 3: incorreta, pois a reescrita está incorreta já que o pronome demonstrativo "essa" se refere à fala anterior do próprio falante, ele resume suas próprias palavras. Para retomar enfaticamente o seu discurso, o pronome adequado, que retoma a ideia de proximidade do que disse o próprio falante é a forma de primeira pessoa "este" e variantes. (Diz Bechara, 2006: "*No discurso, quando o falante deseja fazer menção ao que ele acabou de narrar (anáfora), emprega* este *e flexões. (...)*"). Ao se usar o pronome de segunda pessoa, coloca-se uma posição de distanciamento do que se disse, evitando a ênfase. A alternativa correta e enfática seria "Negociação esta que é escorregadia"
(Reescrita) 4: incorreta, pois o verbo *preferir* rege duplo objeto, um direto e outro indireto – preferir algo a algo. O valor semântico do verbo já carrega o sentido de que algo é "mais" do que outro e tal construção é incorreta. Além disso, a regência do verbo para o objeto indireto é da preposição "a" e não "de", como aparece no trecho. (Sobre isso, diz o *Dicionário Houaiss*: "Gramática e Uso: o uso, embora freq. no Brasil, de *preferir* seguido de *do que* (prov. por influência da construção comparativa mais ... (do) que [gosto mais deste do que daquele; prefiro este do que aquele])

não é aceito pela norma culta da língua, embora se abone em escritores como Mário de Andrade, Cecília Meireles e Oswald de Andrade, e mesmo em clássicos como Manuel Bernardes, Garrett e Camilo C. Branco, como o registra Antenor Nascentes em *O problema da regência*, 3. ed., 1967; o mesmo quanto a preferir antes, construção de expressividade pleonástica, mas que se abona em Camilo, Eça de Queirós, Euclides da Cunha etc."). Outro erro gramatical do trecho está no uso da crase na expressão "à partir de". A expressão é formada pelo verbo "partir" e verbos não aceitam artigo como determinante. O "a" presente na expressão é apenas a preposição e não deve se usar a crase. A escrita correta do trecho seria: "O cidadão prefere que o Estado aja por ele a agir a partir de seu próprio pensamento."

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

Texto para os itens a seguir

1 [Tipo do expediente] n.º 43/SCO-MI
Brasília, 12 de junho de 2009.
[Vocativo]
4 Convido Vossa Excelência a participar da sessão de abertura do seminário Ecoturismo no Centro-Oeste, a ser realizado em 27 de julho próximo, às 9 h, no auditório do
7 Centro de Convenções, nesta capital.
Certo de contar com sua presença, reitero meu sentimento de apreço e estima por Vossa Excelência.
10 [fecho]

João da Silva
13 Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste-MI
A Sua Excelência o Senhor
Senador José Moraes
16 Senado Federal
Brasília/DF

(Agente Administrativo – Ministério da Int. Nacional – 2006 – CESPE) Tendo como referência o texto apresentado, julgue os itens subsequentes quanto à diagramação (alinhamento na página) ou ao emprego dos pronomes de tratamento recomendado na redação de documentos oficiais.

(1) A indicação de local e data (ℓ2) deve estar alinhada à direita, coincidindo o ponto final com a borda da margem direita.

(2) Para se efetuar a concordância correta com a forma de tratamento "Vossa Excelência" (ℓ4), deve ser empregado, em substituição a "sua" (ℓ8), o pronome **vossa**, de que resultará a expressão **vossa presença**.

(3) No âmbito do Poder Executivo, conforme normatização incidente sobre a redação de fórmulas de saudação, é desaconselhável o emprego da expressão "reitero meu sentimento de apreço e estima por Vossa Excelência" (ℓ8-9).

(4) Nos documentos oficiais que seguem o padrão ofício, o endereçamento deve constar no final da página, à esquerda, se o documento contiver apenas uma página, como é o caso do texto apresentado (ℓ14-17); se contiver mais de uma, deve constar na última página.

(redação) 1: Certo. Segundo o Manual de redação da Presidência da República, a indicação de local e data deve estar "por extenso, com alinhamento à direita".
2: Errado. O pronome de tratamento concorda com o verbo na 3ª pessoa do singular e, por conseguinte, os pronomes referentes a essa pessoa do discurso.
3: Certo. Acerca das saudações, o Manual de redação da Presidência da República "estabelece o emprego de somente dois fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial:
a) para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República: Respeitosamente,
b) para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior: Atenciosamente,
4: Errado. Conforme as regras de redação oficial, o endereçamento deve constar no início da página, à esquerda.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Agente Administrativo – Ministério da Int. Nacional – 2006 – CESPE) Julgue os itens subsequentes com base nas prescrições que regem a redação de documentos oficiais.

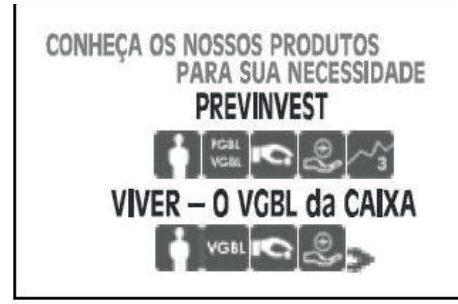
(1) Para requerimentos, padronizou-se o seguinte fecho: **Nesses termos**, **pede deferimento**.

(2) Por ser suscetível a falsificações, o correio eletrônico (*e-mail*) não tem valor documental nos órgãos do Poder Executivo, sendo usado apenas nas comunicações de caráter particular entre servidores.

(3) Em comunicação dirigida a um juiz, deve ser empregado o vocativo "**Senhor Juiz**,".

(redação) 2: Errado. Conforme o Manual de redação da Presidência da República, "Nos termos da legislação em vigor, para que a mensagem de correio eletrônico tenha *valor documental*, i. é, para que possa ser aceito como documento original, é necessário existir *certificação digital* que ateste a identidade do remetente, na forma estabelecida em lei".
3: Certo. Segundo o Manual de redação da Presidência da República, "As demais autoridades serão tratadas com o vocativo Senhor, seguido do cargo respectivo:
Senhor Senador,
Senhor Juiz,
Senhor Ministro,
Senhor Governador".

Gabarito 1C, 2E, 3C



O PREVINVEST, da CAIXA, é um excelente investimento para quem quer manter seu padrão de vida durante a aposentadoria. Com ele, você pode escolher o tipo de fundo de investimento em que você quer aplicar seus recursos, o valor da contribuição ou da renda desejada e a partir de quando pretende receber o benefício. O PREVINVEST é oferecido em duas modalidades: PGBL e VGBL.

A modalidade PGBL é ideal para os clientes que utilizam declaração completa de imposto de renda (IR), pois permite deduzirem-se da base de cálculo as contribuições feitas nos planos até o limite de 12% da renda bruta anual, desde que eles estejam contribuindo para o regime geral de previdência social do INSS ou para outro regime próprio.

A modalidade VGBL é mais indicada para os clientes que utilizam declaração simplificada de IR ou são isentos, ou ainda para os que ultrapassam o limite de 12% de desconto permitido. Além disso, o IR incide exclusivamente sobre os rendimentos alcançados com a aplicação dos recursos.

Internet: <www.caixa.gov.br> (com adaptações).

(CEF – Técnico Bancário – 2006 – CESPE) Considerando o primeiro parágrafo do texto, julgue o próximo item.

(1) As ideias e a correção gramatical do texto seriam mantidas caso se reescrevesse o trecho "para quem quer manter seu padrão de vida durante a aposentadoria" da seguinte forma: "para quem quer que seu padrão de vida seja mantido durante a aposentadoria".

1: correta. A transposição para a voz passiva foi feita perfeitamente.
Gabarito 1C

Aplicação financeira

A carteira de investimentos da CAIXA oferece as melhores opções para o seu dinheiro. Seja qual for o seu perfil — ousado ou conservador —, a CAIXA tem uma modalidade de aplicação para você.

Você garante o seu futuro e ainda conta com uma série de vantagens, sempre com a segurança e solidez da CAIXA.

Internet: <www.caixa.gov.br > (com adaptações).

(CEF – Técnico Bancário – 2006 – CESPE) No item a seguir, é apresentada uma reescritura dos dois parágrafos do anúncio acima. Julgue se a reescritura apresentada mantém as ideias originais e a correção gramatical.

(1) A carteira de investimentos da CAIXA oferece as melhores escolhas para você aplicar o seu dinheiro. Se o seu perfil for ousado, a CAIXA tem uma modalidade de aplicação para o seu dinheiro; se for conservador, idem.
Sempre com a segurança e a solidez da CAIXA, você garante o seu futuro, além de contar com uma série de vantagens.

1: correta. A paráfrase não apresenta qualquer problema gramatical, alteração semântica ou perda de coerência com o texto original.
Gabarito 1C



(CEF – Técnico Bancário – 2006 – CESPE) Julgue os itens seguintes.

(1) É correta e coerente com o texto **"Missão"** a substituição de "intermediando" e "atuando" por ao intermediar e em atuar, respectivamente.

(2) O texto **"Missão"** permanecerá correto, se o trecho "caráter social, tendo como valores fundamentais" for substituído por: **caráter social. Têm como valores fundamentais**.

1: incorreta. A substituição do gerúndio pelo infinitivo em "intermediando" altera a coerência do texto, porque "ao intermediar" traz a ideia de conformidade, não presente na oração original. Já a substituição de "atuando" pela expressão proposta tornaria o texto gramaticalmente errado; **2:** incorreta. O verbo "ter" deveria estar no singular (sem acento), porque, nessa paráfrase, resgataria o termo "missão" (linha 1).
Gabarito 1E, 2E

Representantes dos maiores bancos brasileiros reuniram-se no Rio de Janeiro para discutir um tema desafiante. Falaram sobre a necessidade de estabelecer mecanismos de controle sobre o oceano de incertezas que cerca o mercado financeiro e, assim, atenuar os solavancos que volta e meia ele provoca na economia mundial. Na mais recente crise — a do mercado de hipotecas de alto risco dos Estados Unidos — , os bancos americanos amargaram perdas superiores a 100 bilhões de dólares. A turbulência decorrente do estouro de mais essa bolha ainda não teve suas consequências totalmente dimensionadas. A questão que se coloca é até que ponto é possível injetar alguma previsibilidade em um mercado tão interconectado, gigantesco e que tem o risco no DNA. O único consenso é que o mercado precisa ser mais transparente. O investidor tem o direito de ser informado sobre a composição do produto que estiver comprando e o grau de risco que está assumindo.

Veja, 12/3/2008 (com adaptações).

(BB – Escriturário – 2008 – CESPE) Com relação às informações do texto acima e à sua organização, julgue os itens de 1 a 5.

(1) Mantendo-se a correção gramatical e a coerência do texto, é possível deslocar a oração "para discutir um tema desafiante" (l.2-3), que expressa uma finalidade, para o início do período, fazendo-se os devidos ajustes nas letras maiúsculas e acrescentando-se uma vírgula logo após "desafiante".

(2) No texto, "ele" (l.6) refere-se a "tema desafiante" (l.2-3), e "essa bolha" (l.10) refere-se a "turbulência" (l.9).

(3) Preservam-se a coerência da argumentação e a correção gramatical do texto ao se inserir um sinal de dois-pontos depois da primeira ocorrência de "é" na linha 12 e um ponto de interrogação depois de "DNA" na linha 14.

(4) Na linha 15, o termo "O investidor" pode ser substituído por **Qualquer investidor** ou por **Os investidores**, sem prejuízo para o sentido e para a correção gramatical do período.

(5) Na linha 17, a substituição de "estiver" por "está", provocaria incoerência textual e incorreção gramatical no período.

1: correta. Trata-se apenas de inversão da ordem direta do discurso, não havendo qualquer alteração de sentido e respeitaram-se as regras de pontuação; **2:** incorreta. "Ele" retoma o termo "oceano de incertezas" e "essa bolha" refere-se a "a do mercado de hipotecas de alto risco nos Estados Unidos"; **3:** correta. Os dois-pontos têm como função anunciar o aposto, que nesse caso pode ser colocado em forma de questionamento; **4:** incorreta. Haveria alteração de sentido, porque o texto trata especificamente do investidor do mercado de hipotecas, bem como haveria erro gramatical caso se optasse pela expressão "os investidores", já que o restante da oração também deveria ir para o plural; **5:** incorreta. Os tempos verbais podem ser substituídos na forma indicada sem qualquer prejuízo para a coerência ou correção gramatical.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E

Não foi por falta de aviso. Desde 2004, a Aeronáutica vem advertindo dos riscos do desinvestimento no controle do tráfego aéreo. Ao apresentar suas propostas orçamentárias de 2004, 2005 e 2006, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) informou, por escrito, que a não liberação integral dos recursos pedidos levaria à situação vivida agora no país. Mesmo assim, as verbas foram cortadas ano após ano pelo governo, em dois momentos: primeiro no orçamento, depois na liberação efetiva do dinheiro.

As advertências do DECEA foram feitas à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, na oportunidade em que foram solicitadas verbas para "operação, manutenção, desenvolvimento e modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB)". Elas são citadas em relatório do Tribunal de Contas da União (TCU).

O Estado de S.Paulo, 25/3/2007, p. C6 (com adaptações).

(BB – Escriturário – 2007 – CESPE) Com referência às estruturas e às ideias do texto, bem como a aspectos associados aos temas nele tratados, julgue os próximos itens.

(1) A expressão "Não foi por falta de aviso" (l.1) é adequada para iniciar um ofício.

(2) A substituição da expressão “foram solicitadas” (l.13) por se solicitaram prejudica a correção gramatical do período.

1: incorreta. A objetividade e a clareza necessárias na elaboração de um ofício não permitem que se inicie sua redação com uma oração retórica e instigante como essa, que chama o leitor a continuar acompanhando o texto para descobrir do que ele trata; **2:** incorreta. Não há qualquer prejuízo à correção gramatical, nem mesmo à coerência do texto. Altera-se apenas a voz do verbo da passiva para a ativa (com sujeito indeterminado).

Gabarito 1E, 2E

1 Precisamos de menos debates sobre diferentes modelos
de desenvolvimento e mais ênfase na indispensabilidade
de governos eficazes. Isso implica — fundamentalmente —
4 fazer mais com menos, e não pouco de cada vez. Isso exige
competência, disciplina, persistência. E deve resultar numa
máquina pública que gaste menos do que arrecada para poder
7 investir maciçamente em saúde e nutrição, habitação e
educação de qualidade — as únicas coisas realmente capazes
de acabar com o círculo vicioso da pobreza.

Idem, ibidem.

(Técnico Judiciário – TRE/MT – 2005 – CESPE) No texto III, a correção gramatical e a coerência textual serão mantidas, caso se substitua

(A) “sobre” (l.1) por *a cerca*.
(B) “de” (l.3) por *pelos*.
(C) “com” (l.4) por *por*.
(D) “numa” (l.5) por *em uma*.
(E) “com o” (l.9) por *no*.

A: seria possível a substituição por “acerca de” (“Precisamos de menos debates acerca de diferentes”); **B:** a troca da preposição provoca alteração de sentido. O trecho “indispensabilidade de governos” é diferente de “indispensabilidade pelos governos”; **C:** a troca da preposição provoca alteração semântica. Veja: “fazer mais com menos” e “fazer mais por menos” produzem sentido diverso; **D:** “numa” é a contração da preposição *em* e do artigo indefinido *uma*. Não há alteração ao se optar por “numa” ou por “em uma”; **E:** os sintagmas “de acabar com o círculo vicioso” e “de acabar no círculo vicioso” possuem acepções diferentes. As substituições sugeridas em A, B, C e E não manteriam a coerência textual.

Gabarito “D”

1 De acordo com o juiz federal Alexandre Vasconcelos,
coordenador do projeto de execução fiscal eletrônica da 1.ª
Região, a eficácia no julgamento manual desses feitos é muito
4 baixa. Segundo ele, de uma média de 22.000 processos
atualmente em tramitação nas varas de execução fiscal do DF,
cerca de 6.000, apenas, estão realmente ativos. O restante está
7 sobrestado ou arquivado provisoriamente, na maioria dos
casos porque, devido à demora nos trâmites, o devedor não é
mais localizado ou não existem mais bens em seu nome para
10 serem penhorados. Ao longo do tempo, a tendência é que
essas dívidas acabem prescrevendo, o que se traduz em
prejuízos ao erário público. “Uma vista para a Procuradoria-
13 Geral da Fazenda Nacional pode durar meses”, observa o juiz.
A partir de agora, ele ressalta, a comunicação entre o juiz e o
procurador será toda feita em meio eletrônico, o que deve
16 agilizar bastante essa tramitação. Uma outra vantagem da
execução fiscal eletrônica é o uso da certificação digital — os
juízes poderão assinar eletronicamente os documentos do
19 processo. “O juiz muitas vezes tem de assinar mais de 500
despachos iguais, e agora ele poderá verificar todos e
assiná-los eletronicamente em bloco”, comenta Vasconcelos.

Internet: <imprensa@cjf.gov.br> (com adaptações).

(Técnico Judiciário – TJ/RR – 2006 – CESPE) Em relação ao texto, assinale a opção correta.

(A) As vírgulas nas linhas 1 e 3 justificam-se por isolar expressão restritiva.
(B) A substituição da expressão “cerca de” (l.6) por acerca de mantém a coerência e a correção gramatical do período.
(C) Na linha 8, o sinal indicativo de crase em “devido à” justifica-se pela regência de “devido” e pela presença de artigo definido feminino antes de “demora”.
(D) A palavra “trâmites” (l.8) é acentuada por ser paroxítona terminada em -es.

A: as vírgulas estão isolando um aposto explicativo; **B:** “cerca de” significa “perto de”; “acerca de” é uma locução prepositiva e equivale a “a respeito de”; **C:** assertiva correta; **D:** a palavra “trâmites” é proparoxítona.

Gabarito “C”

1 Os heróis existem em todas as culturas e em todas as
épocas. Cada povo tem seus heróis, que vão de fundadores
de cidades ou civilizações a mártires de causas voltadas ao
4 bem coletivo.
Os tipos de heróis são muitos. Há o herói social,
aquele que luta pelas necessidades de um grupo ou de um
7 povo; há o herói velho, experiente, que tem a missão de
ensinar; há o herói jovem, intrépido, que enfrenta desafios
por impulso; há o herói cotidiano, que enfrenta o trânsito e
10 luta para sustentar com dignidade a sua família; há o herói de
ocasião, que, diante do perigo ou de uma situação limite,
reúne forças tiradas não se sabe de onde; há o herói
13 equivocado, que luta por causas enganosas; há o herói
justiceiro; o vingativo; o de dupla personalidade, que é
metade homem-comum, metade super-homem etc.

Moacyr Scliar. **Um país chamado infância.** Português: linguagens. 2002, p. 57 (com adaptações).

(Fiscal de Tributos Estaduais/AC – 2006 – CESPE) Com referência à significação das palavras no texto, assinale a opção que apresenta a associação correta.

(A) “mártires” (l.3) = vítimas; “experiente” (l.7) = esperto
(B) “intrépido” (l.8) = medroso; “impulso” (l.9) = tentação
(C) “luta” (l.10) = labuta; “dignidade” (l.10) = decência
(D) “equivocado” (l.13) = enganador; “justiceiro” (l.14) = vingativo

A: a palavra mártires, pelo contexto, significa: pessoas que sacrificam algo de muito valor por um objetivo; a palavra experiente tem a acepção de experto (com x). Esperto com s tem a acepção de atento. A associação é incorreta; **B:** intrépido é corajoso; impulso é uma força espontânea. A associação é incorreta; **C:** de acordo com o texto, a associação é correta; **D:** a palavra equivocado significa enganado e justiceiro é aquele que faz justiça. A associação é incorreta.

Gabarito “C”

Os novos *sherlocks*

1 Dividida basicamente em dois campos, criminalística e
medicina legal, a área de perícia nunca esteve tão na moda.
Seus especialistas volta e meia estão no
4 noticiário, levados pela profusão de casos que requerem
algum tipo de tecnologia na investigação. Também viraram
heróis de seriados policiais campeões de audiência.
7 Nos EUA, maior produtor de programas desse tipo, o
sucesso é tão grande que o horário nobre, chamado de *prime
time*, ganhou o apelido de crime time. Seis das dez séries de
10 maior audiência na TV norte-americana fazem parte desse
filão.
Pena que a vida de perito não seja tão fácil e
13 glamorosa como se vê na TV. Nem todos utilizam aquelas
lanternas com raios ultravioleta para rastrear fluidos do
corpo humano nem as canetas com raio laser que traçam a
16 trajetória da bala. “Com o avanço tecnológico, as provas
técnicas vêm ampliando seu espaço no direito brasileiro,
principalmente na área criminal”, declara o presidente da
19 OAB/SP, mas, antes disso, já havia peritos que recorriam às
mais diversas ciências para tentar solucionar um crime.
Na divisão da polícia brasileira, o pontapé inicial da
22 investigação é dado pelo perito, sem a companhia de legistas,
como ocorre nos seriados norte-americanos. Cabe a ele
examinar o local do crime, fazer o exame externo da vítima,

25 coletar qualquer tipo de vestígio, inclusive impressões digitais, pegadas e objetos do cenário, e levar as evidências para análise nos laboratórios forenses.

Pedro Azevedo. **Folha Imagem**, ago./2004 (com adaptações).

(Agente de Polícia Federal – 2004 – CESPE) A respeito do texto acima, julgue o item subsequente.

(1) A informação contida no trecho "Na divisão (...) legistas" (R.21-22), reescrita em ordem direta e na voz ativa, fica assim: O perito, sem a companhia de legistas, na divisão da polícia brasileira, dava o pontapé inicial da investigação.

1: incorreta. A frase na ordem direta e na voz ativa seria: O perito dá o pontapé inicial da investigação sem a companhia de legistas na divisão da polícia brasileira.

Gabarito 1E

Texto

A Revolução Industrial provocou a dissociação entre dois pensamentos: o científico e tecnológico e o humanista. A partir do século XIX, a liberdade do homem começa a ser identificada com a eficiência em dominar e transformar a natureza em bens e serviços. O conceito de liberdade começa a ser sinônimo de consumo. Perde importância a prática das artes e consolidam-se a ciência e a tecnologia. Relega-se a preocupação ética. A procura da liberdade social se faz sem considerar-se sua distribuição. A militância política passa a ser tolerada, mas como opção pessoal de cada um.

Essa ruptura teve o importante papel de contribuir para a revolução do conhecimento científico e tecnológico. A sociedade humana se transformou, com a eficiência técnica e a consequente redução do tempo social necessário à produção dos bens de sobrevivência.

O privilégio da eficiência na dominação da natureza gerou, contudo, as distorções hoje conhecidas: em vez de usar o tempo livre para a prática da liberdade, o homem reorganizou seu projeto e refez seu objetivo no sentido de ampliar o consumo. O avanço técnico e científico, de instrumento da liberdade, adquiriu autonomia e passou a determinar uma estrutura social opressiva, que servisse ao avanço técnico e científico. A liberdade identificou-se com a ideia de consumo. Os meios de produção, que surgiram no avanço técnico, visam ampliar o nível dos meios de produção.

Graças a essa especialização e priorização, foi possível obter-se o elevado nível do potencial de liberdade que o final do século XX oferece à humanidade. O sistema capitalista permitiu que o homem atingisse as vésperas da liberdade em relação ao trabalho alienado, às doenças e à escassez. Mas não consegue permitir que o potencial criado pela ciência e tecnologia seja usado com a eficiência desejada.

(Cristovam Buarque, **Na fronteira do futuro**. Brasília: EDUnB, 1989, p. 13; com adaptações)

(Agente de Polícia Federal – 2000 – CESPE) Quanto à organização do acima, julgue os itens a seguir.

(1) A argumentação do texto estrutura-se em três eixos principais: ciência e tecnologia, busca da liberdade e militância política.

(2) A tese para esse texto argumentativo pode assim ser resumida: nem todo "potencial de liberdade" gera liberdade com a eficiência desejada.

(3) Para organizar o texto, predominantemente argumentativo, o autor recorre a ilustrações temáticas e trechos descritivos sobre condições das sociedades.

(4) A ideia de melhor aproveitamento do tempo como resultado da eficiência técnica é um argumento utilizado para provar a necessidade de lazer e descanso dos homens.

(5) O fragmento a seguir, caso fosse utilizado como continuidade do texto, manteria a coerência da argumentação: Existe, assim, uma ambiguidade entre a ampliação dos horizontes da liberdade e os resultados, de fato, alcançados pelo homem.

1: incorreta. A militância política não é um dos eixos principais do texto, sendo mencionada apenas de passagem. Os argumentos são estruturados entre o avanço da ciência e tecnologia e a fruição da liberdade; **2:** correta. É justamente a crítica exposta pelo autor do texto ao avanço científico e tecnológico; **3:** incorreta. O autor não se vale de ilustrações temáticas. O texto é composto de argumentos pautados na descrição da situação da sociedade, colhidos da observação empírica; **4:** incorreta. A conclusão do autor é inversa: o avanço tecnológico criou uma contração, porque aumenta as possibilidades de lazer, porém ao mesmo tempo tolhe do homem o exercício dessa liberdade; **5:** correta. O argumento é coerente com as ideias esposadas no texto e conclui de forma lógica a crítica do autor.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5C

(Agente de Polícia Federal – 2000 – CESPE) De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, a redação oficial deve caracterizar-se por impessoalidade, uso de padrão culto da linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Em face dessa caracterização e do fragmento de texto oficial abaixo, julgue os itens que se seguem.

> A subchefia de assuntos jurídicos desse ministério submeteu ao magnífico procurador-geral da república, Dr. Aristóteles Sócrates Platão, consulta sobre sua opinião pessoal a respeito de matéria controversa que versa sobre os limites entre os direitos dos cidadões e a esfera do poder público, no sentido de tornar clara, explícita e incontroversa a questão levantada pela prestigiosa comissão que investiga o recebimento de um excelente automóvel zero quilômetro da marca Mercedez Benz pelo senhor chefe dos serviços gerais do nosso ministério para que seje investigado a fundo se o episódio pode ser considerado inflação do código de ética recentemente promulgado pelo poder executivo.

(1) Exceto pelo emprego de períodos sintáticos longos, o fragmento respeita as normas de concisão e objetividade recomendadas pelo Manual de Redação da Presidência da República.

(2) No fragmento, para que a característica de clareza seja observada, deve não apenas ser reformulado o nível sintático como também deve haver mais precisão na organização das ideias.

(3) Embora os níveis gráfico e lexical estejam corretos, o texto desrespeita as regras do padrão culto da linguagem no nível sintático.

(4) O texto não obedece às características de formalidade e de impessoalidade que devem nortear toda correspondência oficial para que esta adquira uniformidade.

(5) As formas de tratamento empregadas no texto revelam um caráter de respeitosa formalidade e estão de acordo com as recomendações para textos oficiais.

1: incorreta. Falta ao texto objetividade, porque permeado de opiniões pessoais do autor, e concisão, pois diversas passagens apresentam reiterações de termos sinônimos, caracterizando a prolixidade; **2:** correta. Tais falhas também são percebidas na redação, à qual falta clareza na exposição das ideias; **3:** incorreta. Há problemas também no nível gráfico (ortografia) e lexical (vocabulário); **4:** correta. Como salientado no comentário da questão 1, o texto é permeado de opiniões do próprio autor, fulminando a objetividade necessária aos documentos oficiais; **5:** incorreta. "Magnífico" é pronome de tratamento reservado a reitores de universidades. O Procurador-Geral da República, chefe do Ministério Público da União, deve ser tratado por "Excelência".

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5E

É essencial que as autoridades revejam as providências referentes ao tratamento e à custódia de todos os presos, a fim de assegurar que os mesmos sejam tratados com humanidade e em conformidade com a legislação brasileira e o conjunto de princípios da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre proteção de todo indivíduo sob qualquer forma de detenção ou reclusão, as regras mínimas da ONU sobre o tratamento de prisioneiros e o artigo 10 do Acordo Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (ICCPR), que reza que todo indivíduo privado de liberdade deve ser tratado com humanidade e respeito pela dignidade inerente à pessoa humana.

Anistia Internacional. **Tortura e maus-tratos no Brasil**, 2001, p. 72 (com adaptações).

(Agente de Polícia/RR – 2003 – CESPE) Tendo o texto acima por referência e considerando o tema por ele tratado, julgue o item seguinte.

(1) A eliminação do termo referencial "os mesmos" (L.3) prejudicaria a coerência do texto.

1: incorreta. Perceba que a eliminação hipotética do referencial não altera o sentido da oração: "a fim de assegurar que sejam tratados com humanidade (...)"

Gabarito 1E

A imaginação foi sempre o húmus do jardim de Clio. No caso da África, antes do século XVII, é particularmente válido o definir-se a história como o adivinhar do passado. Dele, abstraídas a Etiópia, a franja sudanesa infiltrada pelo Islão e as cidades-estado do Índico, áreas que conheceram a escrita e nos deixaram alguns poucos documentos — poucos, muitas vezes tardios e também contaminados por lendas —, sabemos apenas o que nos devolve uma arqueologia que mal arranhou as imensas extensões africanas, o que anotaram, a partir do século IX, viajantes e eruditos árabes e, mais tarde, os portugueses e outros europeus, bem como o que nos chegou das tradições e das crônicas orais dos povos negros. Se, nos textos em que se profetiza às avessas, ainda que fundados sobre o registro, o depoimento e a memória escrita, o rigor de quem os compõe não afasta de todo o mito e deixa que ele frequente a narrativa e nela se imiscua, é porque é também importante contar, ao lado do que se julga ter realmente acontecido, as imaginações que se fizeram fatos e os fatos que se vestiram de imaginário, porque se incorporaram ao que um povo tem por origem e rastro, e, por isso, o marcam, definem e distinguem. Oraniã, Xangô, Tsoede, Cibinda Ilunga aparecem como personagens neste livro de história porque pertencem iniludivelmente à realidade dos iorubas, dos nupês, e dos lundas e quiocos. Eles estão aqui como Enéias e sua viagem de Tróia ao Lácio, e como Réia Sílvia, a loba, Rômulo e Remo, nos compêndios sobre História romana, cujos autores os sabem mitos, mas não ignoram que fecundaram um destino.

Alberto da Costa e Silva. **A enxada e a lança: A África antes dos portugueses.** 2.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 3-4.

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Considerando os sentidos do texto acima, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) O vocábulo "abstraídas" (ℓ4) pode ser substituído por **consideradas conjuntamente**, sem que se altere o sentido do período.

(2) A palavra "húmus" está empregada, na primeira oração do texto, com o sentido de **praga**. Do desdobramento dessa metáfora advém a ideia de que os documentos históricos africanos são "contaminados por lendas" (ℓ7).

(3) Na linha 16, "se imiscua", forma verbal no modo subjuntivo, tem o sentido de **se intrometa**.

(4) A palavra "iniludivelmente" (ℓ23) significa, no texto, **indubitavelmente**.

1: Errado (Vocabulário) No contexto em questão, o termo "abstraídas" significa "com exceção de";
2: Errado (Interpretação) A leitura total do texto permite concluir que os relatos fantasiosos também cumprem um papel no trabalho historiográfico. Isso fica claro com o seguinte trecho: "é também importante contar, ao lado do que se julga ter realmente acontecido, as imaginações que se fizeram fatos e os fatos que se vestiram de imaginário, porque se incorporaram ao que um povo tem por origem e rastro, e, por isso, o marcam, definem e distinguem.". A palavra "húmus", metáfora de imaginação, não pode ser, portanto, entendida pejorativamente como "praga", é sinônimo de "fertilizante" e equivale, denotativamente, a "algo favorável à atividade historiográfica";
3: Certo (Flexão verbal e Vocabulário) A forma "se imiscua" é o presente do subjuntivo do verbo "imiscuir-se" e, entre os seus sentidos, está o de "intrometer-se";
4: Certo (Vocabulário) Embora o sentido original das expressões "iniludivelmente" e "indubitavelmente" seja "de modo não iludível" e "de modo não duvidoso", a primeira toma o sentido da segunda, no contexto em que aparecem, passando ambas a serem sinônimos contextuais.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

Contos de vigário

Passam-se tempos sem que ouçamos falar em contos de vigário. Muito bem. Tornamo-nos otimistas, imaginamos que, se a reportagem não menciona esses espantosos casos de tolice combinada com safadeza, certamente os homens ficaram sabidos e melhoraram.
Pensamos assim e devemos estar em erro.
Provavelmente esse negócio continua a florescer, mas as vítimas têm vergonha de queixar-se e confessar que são idiotas. Raras vezes um cidadão se resolve a afrontar o ridículo, e vai à polícia declarar que, não obstante ser parvo, teve a intenção de embrulhar o seu semelhante.
O que ele faz depois de logrado é meter-se em casa, arrancar os cabelos, evitar os espelhos e passar uns dias de cama, procedimento que todos nós adotamos quando, em consequência de um disparate volumoso, nos sentimos inferiores ao resto da humanidade. Convenientemente curado, cicatrizado, esquecida a fraqueza, o sujeito levanta-se e adquire consistência para realizar nova tolice. E assim por diante, até a hora da tolice máxima, em que ninguém reincide porque isto é impossível.

Graciliano Ramos. **Linhas tortas: obra póstuma**. 11.a ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1984. p. 154.

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Assinale a opção em que o sinônimo proposto corresponde à acepção com que o termo foi empregado no texto.

(A) "combinada" (ℓ4) — organizada
(B) "afrontar" (ℓ9) — ofender
(C) "declarar" (ℓ10) — desvendar
(D) "embrulhar" (ℓ11) — tapear
(E) "logrado" (ℓ12) — alcançado

A alternativa "D" está certa (Vocabulário) O termo "embrulhar" é bastante utilizado com o sentido de tapear.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Julgue (C ou E) os itens abaixo, com base no padrão gramatical e estilístico da modalidade escrita da língua portuguesa culta.

(1) O pesquisador cumpriu suas metas rigorosamente dentro do prazo e do orçamento e, portanto, honrou uma vez mais sua própria autobiografia.

(2) Os resultados da pesquisa foram divulgados através de relatório impresso e boletim eletrônico, que rapidamente disseminaram-se na comunidade científica, da qual uma maior consciência das questões de pesquisa se tornou cada vez mais evidenciada.

(3) Antes de mais nada, é preciso aproveitarmos a oportunidade para ressaltarmos as qualidades textuais do relatório, que inclusive contêm a indicação de planos futuros de aproveitamento comercial dos produtos.

(4) Em que pese o bom andamento da pesquisa, contudo, essa comissão sugere a manutenção da mesma equipe, não obstante, a contratação de estagiários, conforme carta com pedido em anexo.

1: Errado (Vícios de linguagem) Pleonasmo vicioso: sua própria autobiografia;
2: Errado (Conector) A locução prepositiva "através de" tem valor espacial, deve ser substituída por "por meio de". (Vícios de linguagem) O distanciamento da oração adjetiva gera ambiguidade: o que se disseminou? Os resultados da pesquisa ou o relatório impresso e o boletim eletrônico? (Colocação pronominal) Deve ser empregada a próclise em "disseminaram-se", por se tratar de uma oração subordinada e por haver palavra atrativa de pronome. (Regência) Para que a adjetiva final passe a ter algum sentido, deve-se substitui a preposição "de" do relativo por "em": na qual;
3: Errado (Estilística) O emprego desnecessário de dois infinitivos pessoais gera eco: *aproveitarmos a oportunidade para ressaltarmos.* (Concordância – Acentuação) O verbo "contêm" está no plural, mas deveria estar no singular para concordar com o antecedente do relativo "que" (relatório);
4: Errado (Estilística) Texto incoerente.
(Análise sintática – conector) Emprego equivocado da locução conjuntiva "em que pese", pois ela deve ser utilizada com valor concessivo: "em que pese (apesar de) um possível prejuízo do bom andamento do trabalho". (Pontuação) O termo "não obstante" refere-se à contratação de estagiários, portanto não deveria haver vírgula.
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

Situação das Fronteiras quando da Independência

Diante do vai-e-volta das relações luso-hispânicas, o Brasil independente herdou de Portugal todas as suas questões de limites;

Com a agravante de que, enquanto Portugal teve que lidar apenas com a Espanha e a França, agora era necessário encetar negociações com a França, a Holanda e a Inglaterra, e com todas as nações sul-americanas, exceto o Chile, muitas das quais pretendiam confinar, simultaneamente, com o novo Império, nas mesmas regiões.

Mauro Pereira de Mello. **A questão dos limites entre os estados do Acre e de Rondônia (aspectos históricos e formação do território).** *In:* **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro: IBGE, (52), n.º 4.

(Diplomacia – 2006 – CESPE) A respeito dos vocábulos empregados no texto, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) O adjetivo "hispânico", embora seja empregado corriqueiramente como sinônimo de **espanhol**, equivale originalmente a **ibérico**.
(2) O verbo "encetar", no texto, está empregado na acepção de **instigar**, **encorajar**, **impelir**.
(3) No texto, o vocábulo "agravante" é um termo adjetivo, marcado pela terminação típica dessa classe de palavras (-nte).
(4) O verbo **confinar** tem a mesma significação no texto e na frase seguinte: **De acordo com o mapa da época, via-se que vários reinos confinavam**.

1: Certo (Vocabulário) "Hispânia" era o nome dado pelos romanos à península Ibérica;
2: Errado (Vocabulário) encetar: dar início a, principiar, começar;
3: Errado (Formação de palavras) A palavra agravante está empregada como substantivo por derivação imprópria, como mostra a anteposição do artigo: "*com a agravante de...*";
4: Certo (Vocabulário) "confinar" pode ser entendido nos dois contextos como "fazer fronteira".
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Texto para as duas próximas questões

Religião mestiça

Insulado deste modo no país, que o não conhece, em luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária, nômade ou mal fixo à terra, o sertanejo não tem, por bem dizer, ainda capacidade orgânica para se afeiçoar a situação mais alta.
O círculo estreito da atividade remorou-lhe o aperfeiçoamento psíquico. Está na fase religiosa de um monoteísmo incompreendido, eivado de misticismo extravagante, em que se rebate o fetichismo do índio e do africano. É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas. Uma análise destas revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.

Euclides da Cunha. **O homem/Os sertões.** *In*: **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 197.

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos a aspectos semânticos de termos presentes no texto.

(1) "Insulado" (ℓ1) integra o campo semântico de **ilha**.
(2) O prefixo **extra-**, nos vocábulos "extraordinária" (ℓ3) e "extravagante" (ℓ10), tem efeito de superlativo.
(3) Os termos "monoteísmo" (ℓ9), "misticismo" (ℓ9) e "fetichismo" (ℓ10) constituem exemplos do uso do sufixo **-ismo**, que se disseminou para designar movimentos sociais, ideológicos, políticos, opinativos, religiosos e personativos.
(4) Na forma verbal "revelaria" (ℓ14), a terminação **-ria** exprime ideia de hipótese ou possibilidade.

1: Certo (Estrutura de palavras) O termo provém do latim "*insula*", que significa ilha;
2: Errado (Estrutura de palavras) Nos dois casos, o prefixo tem valor de "fora de". Em "extraordinário", designa algo que foge daquilo que seria normal;
Em "extravagante", o que está fora de uso;
3: Certo (Estrutura de palavras) Pode-se atribuir às palavras o sentido de movimento ou prática religiosos;
4: Certo (Emprego de tempos e modos verbais) A ideia de possibilidade está no fato de a revelação depender de que se faça uma análise das superstições: *(se se fizesse) uma análise destas, (ela) revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.*_
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Ainda com relação ao texto, assinale a opção correta.

(A) No primeiro parágrafo, a escolha lexical reflete uma visão do mundo que atribui influência determinante do meio sobre o homem.
(B) Em "a sua rudeza extraordinária" (ℓ3), o referente de "sua" é o termo "o sertanejo" (ℓ4).
(C) Em "se afeiçoar a situação mais alta" (ℓ5-6), é opcional a omissão do acento grave indicativo de crase.
(D) Os adjetivos contidos no período "É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas." (ℓ11-13), conforme classificação da gramática tradicional, são termos essenciais das orações a que pertencem.
(E) Na referência à "fusão de estádios emocionais distintos" (ℓ14), nota-se um problema de coesão textual, porque os sentidos dos vocábulos "fusão" e "estádios" não se explicam pelo que os antecede.

A: Certo (Vocabulário) Segue uma transcrição do primeiro parágrafo cujos termos em negrito comprovam a afirmativa feita na questão: **Insulado** deste modo no país, que o não conhece, em **luta aberta com o meio**, que lhe **parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária**, nômade ou mal fixo à terra, sertanejo não tem, por bem dizer, ainda **capacidade orgânica** para se afeiçoar a situação mais alta;
B: Errado (Coesão) O referente de "sua" é o termo "o meio";
C: Errado (Crase) Embora a colocação da crase seja possível, ela não é opcional, pois ela alteraria o sentido: a ideia de "situação mais alta" passaria do genérico para uma "situação mais alta específica";
D: Errado (Análise sintática) Os cinco adjetivos presentes exercem a função de adjunto adnominal, são, portanto, termos acessórios da oração: "É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo,

deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas".

Funções Sintáticas segundo a NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira)

Termos Essenciais Sujeito Predicado - predicação verbal - predicativo	**Termos Integrantes** Complementos Verbais - Objeto Direto - Objeto Indireto Complemento Nominal Agente da Passiva
Termos Acessórios Adjunto Adnominal Adjunto Adverbial Aposto	**Termo à Parte** Vocativo

E: Errado (Coesão) O termo "fusão de estádios emocionais distintos" diz respeito à mistura de dois estágios de religiosidade: o monoteísmo com as crenças africanas e indígenas.
Gabarito "A"

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Considere que as frases a seguir, que contêm numerais, estejam em textos genéricos, isto é, não estejam ligadas às áreas de matemática ou de cálculo. Com base nesse ponto de vista, julgue os itens abaixo quanto ao emprego dos numerais.

(1) Os participantes discutiram vinte projetos de lei e apenas nove deles foram aprovados.
(2) Das 31 propostas, vinte ficaram para a reunião seguinte.
(3) Ao redigir a nota, observe o art. 3.º da Lei Complementar n. 95, de 1998 (LC 95/98).
(4) Naquela região, cerca de 1,2 milhões de pessoas vivem da economia informal.

1: Certo. (Redação Oficial) Em dezenas redondas e na indicação de zero a nove, o padrão é escrever os números por extenso.
2: Errado. (Redação Oficial) Questão polêmica. Como "31" não é uma dezena redonda, o mais comum é que ele será indicado por algarismos arábicos. Talvez a banca esteja considerando a regra de não se empregarem esses algarismos em começo de frase, essa regra, contudo, não se aplica no caso, pois o que inicia a frase é o "das", preposição contraída com artigo.
3: Certo. (Redação Oficial) Na numeração de artigos de leis, decretos e portarias, usa-se o ordinal até nove, e o cardinal, de dez em diante: Art. 1º (primeiro). Art. 9º (nono). Art. 10 (dez). Art. 91 (noventa e um).
4: Errado. (Concordância) Com decimais, a concordância do termo "milhão" deve ser feita com o número que aparece antes da vírgula: cerca de 1,2 milhão de pessoas.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, tendo em vista o uso tecnicamente recomendado para a grafia de números, datas e horas.

(1) Foram levadas em consideração pesquisas feitas nos anos de 1.991, 1.996 e 2.001.
(2) O endereço oficial fica na Avenida das Nações, 1.020, ap. 304.
(3) Já foram gastos 3.450 milhões de reais nessa obra.
(4) O contrato expira em 1.º de dezembro de 2007.
(5) Essa fase do projeto vai de 10/8/06 a 9/8/07.
(6) O intervalo será de 10h15 a 10h30.
(7) O ponteiro parou às 13 h 20 min. 10 s.

1: Errado. (Redação Oficial) A identificação do ano não deve conter ponto entre a classe do milhar e a da centena.
2: Errado. (Redação Oficial) Questão polêmica. A regra diz que as classes são separadas por pontos (ex.: 1.750 páginas), exceto no caso de ano (ex.: em 1750), de código postal (ex.: CEP 70342-070) e de especificação de caixa postal (ex.: 1011). No caso, "1.020" não é caixa postal, mas a numeração da do endereço, portanto não se poderia afirmar categoricamente que está errado.
3: Errado. (Redação Oficial) A forma "3.450 milhões" é incorreta, ou se escreve 3,45 milhões ou 3 milhões e 450 mil.
4: Certo. (Redação Oficial) As datas devem ser grafadas por extenso, sem o numeral zero à esquerda. Exemplo: "4 de março de 1998, 1º de maio de 1998."
5: Certo (Redação Oficial) Também estaria correto se se escrevesse "de 10/8/2006 a 9/8/2007".
6 e **7:** Certo e errado. (Redação Oficial) Em se tratando de horas (hora legal), recomenda-se o uso de algarismos arábicos, seguido de abreviatura, sem espaço (ex.: 12h; das 13 às 18h30).
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5C, 6C, 7E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Julgue os seguintes itens, que tratam do uso das siglas em contexto organizacional.

(1) Na primeira vez em que a sigla é mencionada no texto, o nome correspondente deve aparecer sempre antes, por extenso, seguido da sigla, que deve estar antecedida de traço, como em: Universidade de Brasília – UnB.
(2) As siglas formadas com até três letras devem ser escritas empregando-se maiúsculas, como em GDF, U.N.E., ONU.
(3) Se, em um texto, for escrito "BRB — Banco de Brasília", a forma como a sigla foi empregada deve ser considerada correta.
(4) Siglas com quatro letras ou mais têm emprego livre: podem ser escritas com todas as letras maiúsculas ou apenas com a inicial maiúscula, como em **Detran** e **INSS**.

1: Errado. (Redação Oficial) Sendo a primeira vez que a sigla aparece em um texto, é recomendável que o nome correspondente apareça por extenso, mas não é obrigatório.
2: Certo. (Redação Oficial) Essa é a recomendação oficial.
3: Certo. (Redação Oficial) As siglas formadas com até três letras devem ser escritas empregando-se maiúsculas.
4: Errado (Redação Oficial) Siglas com quatro letras ou mais serão escritas com letras maiúsculas, se todas forem pronunciadas; apenas a primeira letra será escrita com maiúscula, se a sigla for pronunciada como palavra.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) No que se refere às questões técnicas para uniformidade do texto, julgue os itens subsequentes.

(1) A parte final do documento, que o encerra e por vezes contém o endereço do destinatário, denomina-se epígrafe.
(2) Para sintetizar o conteúdo do documento, o redator redige uma ementa, cuja estrutura é diferenciada em razão da natureza do documento.
(3) A identificação do signatário do documento, que é a autoridade que a expede, é feita da seguinte forma: ao final, após a assinatura, coloca-se o nome e o cargo.
(4) Para dar maior clareza ao formato do documento, deixa-se uma linha, no lugar onde o signatário poderá colocar sua assinatura.

1: Errado. (Redação Oficial) A epígrafe vem no início do documento definindo o seu assunto ou objeto.
2: Certo.
3: Certo.
4: Errado. (Redação Oficial) O local em que será feita a assinatura é indicada no final do documento pela presença do nome e abaixo dele do cargo do signatário. A assinatura é feita acima do nome, sem que haja linha alguma para determiná-la.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Considere o seguinte trecho de um documento:

(...)

Senhor Deputado,

1. (...)

2. Em sua proposta enviada, Sua Excelência faz uma apresentação de sugestão a fim de resolver o problema de falta de água potável na região, que temos a grata satisfação de estar registrando.

3. (...)

Com protestos de elevada estima e consideração, subscrevo-me,

Atenciosamente,
(identificação do signatário)

Tendo o trecho de documento acima como referência, julgue os itens a seguir, referentes às características da redação em contexto organizacional.

(1) Nesse trecho, a saudação está redigida corretamente.
(2) A forma de tratamento está correta, mas deveria ser escrita do seguinte modo: S. Excia.
(3) No segundo parágrafo, há problemas de concisão, entre os quais se pode citar o emprego desnecessário de "enviada".
(4) O parágrafo transcrito apresenta vícios de linguagem, entre os quais estão a cacofonia e o gerundismo.
(5) O fecho é formal; portanto adequado a esse tipo de texto.

1: Errado. (Redação Oficial) Discordância quanto ao gabarito oficial. Segundo os seguintes manuais: MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, MANUAL DE REDAÇÃO E DE ATOS OFICIAIS da ANA e Manual de Redação Oficial do Tribunal de Contas do Distrito Federal, a saudação está correta.
2: Errado. (Emprego de pronome) A forma "Sua" nos pronomes de tratamento indica que se está falando da autoridade; quando se fala com a autoridade, a forma mais comum é "Vossa". Pode-se, contudo, empregar a forma "Sua" para expressar extrema reverência. A abreviação, entretanto, deve ser V. Ex.ª.
3: Certo. (Vícios de linguagem) Outro exemplo de estrutura redundante é "faz uma apresentação de sugestão", que pode ser substituída por "sugere".
4: Errado. (Vícios de linguagem) A cacofonia resulta de uma ordem de palavras cuja leitura acaba por sugerir um termo licencioso, não há tal fato no texto. O gerundismo é o emprego de locuções verbais com gerúndio que são desnecessários e não fazem parte da tradição da língua, como no caso das formadas por verbo ir + infinitivo: "vou estar verificando" no lugar de "vou verificar". No caso, a locução "estar registrando" poderia ser, a bem da concisão, ser substituída por "registrar".
5: Errado. (Redação Oficial) O trecho "Com protestos de elevada estima e consideração, subscrevo-me" fere a objetividade e a concisão desejadas. Obs.: termo "Atenciosamente" é empregado para autoridades de mesma hierarquia ou hierarquia inferior; para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República, emprega-se "Respeitosamente".
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

4. CONCORDÂNCIA



Gastar um pouquinho a mais durante o mês e logo ver sua conta ficar no vermelho. Isso que parecia apenas um problema de adultos ou pais de famílias está também atingindo os mais jovens.

Diante desse contexto, é fundamental, segundo vários educadores, que a família ensine a criança, desde pequena, a saber lidar com dinheiro e a se envolver com o controle dos gastos. Uma criança que cresça sem essa formação será um adulto menos consciente e terá grandes chances de se tornar um jovem endividado.

Para o jovem que está começando sua vida financeira e profissional, um plano de gastos é útil por excelência, a fim de controlar, de forma equilibrada, o que entra e o que sai. Para isso, é recomendável:

a) anotar todas as despesas que são feitas mensalmente, analisando o resultado de acordo com o que costuma receber;
b) comprar, preferencialmente, à vista;
c) ao receber, estabelecer um dízimo, ou seja, guardar 10% do valor líquido do salário em uma conta de poupança, todo mês.

Graziela Salomão. **Economista explica como o jovem pode controlar seu orçamento e evitar gastar demais**. *In*: **Época**, 31/10/2005 (com adaptações).

(CEF – Técnico Bancário – 2006 – CESPE) A partir das ideias e das estruturas presentes no texto, julgue o item a seguir.

(1) O trecho "anotar todas as despesas que são feitas" (l.19) estaria igualmente correto se reescrito da seguinte forma: "anotar toda despesa que é feita".

1: correta, porque as regras de concordância nominal mantêm-se íntegras.
Gabarito 1C



O PREVINVEST, da CAIXA, é um excelente investimento para quem quer manter seu padrão de vida durante a aposentadoria. Com ele, você pode escolher o tipo de fundo de investimento em que você quer aplicar seus recursos, o valor da contribuição ou da renda desejada e a partir de quando pretende receber o benefício. O PREVINVEST é oferecido em duas modalidades: PGBL e VGBL.

A modalidade PGBL é ideal para os clientes que utilizam declaração completa de imposto de renda (IR), pois permite deduzirem-se da base de cálculo as contribuições feitas nos planos até o limite de 12% da renda bruta anual, desde que eles estejam contribuindo para o regime geral de previdência social do INSS ou para outro regime próprio.

A modalidade VGBL é mais indicada para os clientes que utilizam declaração simplificada de IR ou são isentos, ou ainda para os que ultrapassam o limite de 12% de desconto permitido. Além disso, o IR incide exclusivamente sobre os rendimentos alcançados com a aplicação dos recursos.

Internet: <www.caixa.gov.br> (com adaptações).

(CEF – Técnico Bancário – 2006 – CESPE) Considerando o primeiro parágrafo do texto, julgue o próximo item.

(1) Passando-se o período "Com ele (...) o benefício" para o tratamento de segunda pessoa do singular, tem-se: Com ele, tu podes escolher o tipo de fundo de investimento em que tu queres aplicar teus recursos, o valor da contribuição ou da renda desejada e a partir de quando pretendes receber o benefício.

1: correta. As conjugações verbais e os pronomes possessivos foram corretamente alterados juntamente com a pessoa do verbo.
Gabarito 1C

O número de mulheres no mercado de trabalho mundial é o maior da História, tendo alcançado, em 2007, a marca de 1,2 bilhão, segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em dez anos, houve um incremento de 200 milhões na ocupação feminina. Ainda assim, as mulheres representaram um contingente distante do universo de 1,8 bilhão de homens empregados.
Em 2007, 36,1% delas trabalhavam no campo, ante 46,3% em serviços. Entre os homens, a proporção é de 34% para 40,4%. O universo de desempregadas subiu de 70,2 milhões para 81,6 milhões, entre 1997 e 2007 — quando a taxa de desemprego feminino atingiu 6,4%, ante 5,7% da de desemprego masculino. Há, no mundo, pelo menos 70 mulheres economicamente ativas para 100 homens.
O relatório destaca que a proporção de assalariadas subiu de 41,8% para 46,4% nos últimos dez anos. Ao mesmo

tempo, houve queda no emprego vulnerável (sem proteção social e direitos trabalhistas), de 56,1% para 51,7%. Apesar
19 disso, o universo de mulheres nessas condições continua superando o dos homens.

O Globo, 7/3/2007, p. 31 (com adaptações).

(BB – Escriturário – 2008 – CESPE) Julgue o próximo item, relativo ao texto apresentado.

(1) O emprego de singular em "houve" (l.4) deve-se ao singular em "um incremento" (l.4-5) e, por isso, se essa expressão estivesse no plural, o verbo deveria ser empregado também no plural.

1: incorreta. O verbo "haver", no sentido de existir, é impessoal e, por isso, é conjugado sempre na terceira pessoa do singular.

Gabarito 1E

1 Em meio a uma crise da qual ainda não sabe como escapar, a União Europeia celebra os 50 anos do Tratado de Roma, pontapé inicial da integração no continente. Embora
4 sejam muitos os motivos para comemorar, como a manutenção da paz e a consolidação do mercado comum, os chefes dos 27 Estados-membros têm muito com o que se
7 preocupar. A discussão sobre a Constituição única não vai adiante, a expansão para o leste dificulta a tomada de decisões e os cidadãos têm dificuldade para identificar-se
10 como parte da megaestrutura europeia.

O Estado de S.Paulo, 25/3/2007, p. A20.

(BB – Escriturário – 2007 – CESPE) Com referência às estruturas e às ideias do texto, bem como a aspectos associados aos temas nele tratados, julgue o item subsequente.

(1) Na linha 6, a forma verbal "têm" está no plural para concordar com "Estados-membros".

1: incorreta. A forma verbal "têm" concorda com o substantivo "chefes".

Gabarito 1E

1 O número de mulheres no mercado de trabalho mundial é o maior da História, tendo alcançado, em 2007, a marca de 1,2 bilhão, segundo relatório da Organização
4 Internacional do Trabalho (OIT). Em dez anos, houve um incremento de 200 milhões na ocupação feminina. Ainda assim, as mulheres representaram um contingente distante do
7 universo de 1,8 bilhão de homens empregados.
Em 2007, 36,1% delas trabalhavam no campo, ante 46,3% em serviços. Entre os homens, a proporção é de 34%
10 para 40,4%. O universo de desempregadas subiu de 70,2 milhões para 81,6 milhões, entre 1997 e 2007 — quando a taxa de desemprego feminino atingiu 6,4%, ante
13 5,7% da de desemprego masculino. Há, no mundo, pelo menos 70 mulheres economicamente ativas para 100 homens.
O relatório destaca que a proporção de assalariadas
16 subiu de 41,8% para 46,4% nos últimos dez anos. Ao mesmo tempo, houve queda no emprego vulnerável (sem proteção social e direitos trabalhistas), de 56,1% para 51,7%. Apesar
19 disso, o universo de mulheres nessas condições continua superando o dos homens.

O Globo, 7/3/2007, p. 31 (com adaptações).

(BB – Escriturário – 2008 – CESPE) Julgue o próximo item, relativo ao texto apresentado.

(1) Na redação de documento oficial, como um relatório ou ata, por exemplo, o parágrafo final do texto respeitaria o registro formal da língua se assim fosse escrito: O relatório destaca a proporção de assalariadas terem subido de quarenta e um vírgula oito por cento para quarenta e seis ponto quatro por cento.

1: incorreta. Há erro de concordância na locução verbal, que deveria ser grafada "ter subido", para concordar com "proporção".

Gabarito 1E

(Analista – TSE – 2006 – CESPE) Assinale a opção em que o fragmento de texto apresenta erro gramatical.

(A) O diretor-geral do TSE, Athayde Fontoura Filho, fez a palestra de lançamento do Manual de Contratos Administrativos na Justiça Eleitoral, de autoria do professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes.

(B) A obra trata da unificação de procedimentos que eram adotados de forma diferente pelos TREs na contratação de serviços e compras, como explicou o diretor do TSE.

(C) O diretor-geral do TSE salientou a importância de um trabalho de sistematização das experiências anteriores de gestão, que começaram a ser delineados em 2005. "É um trabalho que enobrece o serviço público", segundo ele.

(D) Athayde Fontoura ressaltou, contudo, que a sistemática de gestão dos contratos no serviço público ainda carece de aperfeiçoamentos, porque é um processo em andamento. Tanto que, segundo ele, algumas ações que não puderam ser implantadas neste ano, em virtude do calendário eleitoral, foram transferidas para 2007.

Opções adaptadas. Internet: <www.tse.gov.br>.

Verifique a concordância nominal: "experiências [*palavra feminina plural*] anteriores de gestão, que começaram a ser delineadas [*palavra feminina plural*] em 2005".

Gabarito "C"

(Analista – TSE – 2006 – CESPE) Assinale a opção em que fragmento de texto apresenta erro gramatical.

(A) Os próximos quatro anos serão decisivos para a reconstrução republicana. O resultado das eleições demonstraram clara independência com as populações locais.

(B) Elas não entregam mais seus ouvidos e, com eles, os seus votos, aos chefetes locais. Isso anuncia surpresas importantes nas eleições municipais de 2008.

(C) É agora o tempo oportuno para as grandes reformas (como a agrária), que vêm sendo adiadas neste país há mais de 40 anos e sem as quais continuaremos sendo um dos países mais injustos do globo.

(D) Para que elas se façam, é preciso que o arcabouço constitucional seja sólido e claro. Se somos República Federativa no rótulo, que a sejamos no conteúdo. E a União nada cederá de seu poder se não houver a pressão dos estados.

Opções adaptadas de Mauro Santayana. *Op cit*.

Verifique a concordância verbal: "O resultado das eleições demonstrou [*o verbo concorda com o núcleo do sujeito, no singular*] clara independência".

Gabarito "A"

(Técnico Judiciário – STJ – 2004 – CESPE) Os itens subsequentes são reescrituras adaptadas de partes de textos extraídos de UnB Revista, n.º 9, dez./2003-mar./2004.

Julgue-os quanto a acentuação gráfica, emprego do sinal indicativo de crase, concordância, regência e pontuação.

(1) Políticas de controle da natalidade não são uma solução viável, não só porque violam a liberdade das famílias de decidir seu tamanho, mas, também, porque causam um vazio geracional que, futuramente, poderá ter diversos impactos negativos para a sociedade.

(2) O crescimento da economia parece ser uma proposta mais tentadora: crescer aumenta a quantidade de recursos disponíveis e, se os resultados desse crescimento forem distribuídos a todos, a tendência é de que a pobreza seja reduzida.

1: a concordância verbal está correta. Os verbos estão concordando com seus sujeitos ("Políticas são"; "Políticas violam"; "Políticas causam"; "vazio geracional poderá"). A concordância nominal também foi respeitada: "diversos impactos negativos"; **2:** não há problemas sintáticos nesses períodos. As palavras *disponíveis*, *distribuídos* e *tendência* estão corretamente acentuadas (são respectivamente: paroxítona terminada em ditongo decrescente; *i* tônico do hiato; paroxítona terminada em

ditongo crescente). A concordância verbal foi respeitada. Todos os verbos estão concordando com seus sujeitos ("o crescimento parece"; "crescer aumenta"; "resultados forem"; "tendência é"; "pobreza seja"). A regência nominal também foi respeitada "distribuídos a todos". A palavra regente *distribuído* exige preposição *a*.

Gabarito 1C, 2C

1 Filhos malcriados e agressivos... O problema da autoridade em crise não é do vizinho, não acontece no exterior, não é confortavelmente longínquo. É nosso. Parece
4 que criamos um bando de angustiados, mais do que seria natural. Sim, natural, pois, sobretudo na juventude, plena de incertezas e objeto de pressões de toda sorte, uma boa dose
7 de angústia é do jogo e faz bem.
Mas quando isso nos desestabiliza, a nós, adultos, e nos isola desses de quem estamos ainda cuidando, a quem
10 devemos atenção e carinho, braço e abraço, é porque, atordoados pelo excesso de psicologismo barato, talvez tenhamos desaprendido a dizer não, nem distinguimos
13 quando se devia dizer sim.
Ter um filho é necessariamente ser responsável. Ensinar numa escola é ser responsável. Estar vivo, enfim, é
16 uma grave responsabilidade.

Lya Luft. Sobre pais e filhos. *In*: Veja, 16/6/2004, p. 21 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – STM – 2004 – CESPE) Considere as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima para julgar o item a seguir.

(1) Na linha 14, o emprego de flexão de singular em "é necessariamente" é requisito de concordância com "um filho".

1: na oração "Ter um filho é necessariamente ser responsável.", o verbo *ser* está no singular para concordar com o sujeito oracional "Ter um filho".

Gabarito 1E

(Técnico Judiciário – TRE/PA – 2005 – CESPE) Assinale a opção correta quanto a concordância e regência.

(A) A Revolução de 1930 tinha como um dos princípios à moralização do sistema eleitoral. Um dos primeiros atos foram a criação de uma comissão de reforma da legislação eleitoral, ao qual trabalho resultou o primeiro Código Eleitoral do Brasil.

(B) O Código Eleitoral de 1932 criou a justiça eleitoral, que passou a ser responsável perante todos trabalhos eleitorais — alistamento, organização das mesas de votação, apuração dos votos, reconhecimento e proclamação dos eleitos. Além disso, regularam em todo o país as eleições federais, estaduais e municipais.

(C) A justiça eleitoral é composta pelo Tribunal Superior Eleitoral, pelos tribunais regionais eleitorais, pelos juízes e pelas juntas eleitorais. Esses órgãos tem suas composição e competências estabelecida pelo Código Eleitoral.

(D) O fato é que as instituições públicas devem estar atenta à seu ambiente interno e externo. Internamente, a justiça eleitoral vem desempenhando seu papel ao promover com lisura o processo eleitoral. Externamente, apesar de, constitucionalmente, já estar imbuída por caráter social, busca agora a aproximação para com o cidadão, para mostrá-lo o caminho para a inclusão social.

(E) A partir de 1986, com a informatização do cadastro de eleitores, a justiça eleitoral tem trazido extraordinária evolução ao processo eleitoral brasileiro. A urna eletrônica estabeleceu o auge desse processo de modernização, que continua em constante aprimoramento.

A: "tinha como um dos princípios **a** [*preposição*] moralização do sistema eleitoral."; "**do** qual trabalho resultou o primeiro Código"; **B:** "Além disso, regulou [*verbo concorda com 'O Código Eleitoral de 1932'*] em todo o país as eleições"; **C:** verifique a concordância verbal ("órgãos têm") e nominal ("composição e competências estabelecidas"): "Esses órgãos **têm** suas **composição e competências estabelecidas** pelo Código Eleitoral."; **D:** verifique a concordância nominal ("instituições atentas") e as regências verbal e nominal: "instituições públicas devem estar **atentas a** [*preposição. Não ocorre crase diante de palavra masculina*] seu ambiente"; "busca agora a aproximação **do** cidadão, para **mostrar-lhe** [*o verbo mostrar é bitransitivo. O complemento indireto desse verbo é o pronome lhe*] o caminho para a inclusão social."; **E:** assertiva correta.

Gabarito "E"

(Fiscal de Tributos Estaduais/AC – 2006 – CESPE) Assinale a opção que apresenta desvio na concordância, na regência ou no emprego do sinal indicativo de crase.

(A) Um anti-herói é a figura lendária à qual faltam as qualidades físicas ou as virtudes atribuídas ao herói clássico.

(B) Um herói famoso é Arthur, um rei que viveu na Grã-Bretanha, ao século V, e com cujo companheiro, os cavaleiros da Távola Redonda, venceram inúmeras e sangrentas batalhas.

(C) O Fantasma foi o primeiro super-herói de todos os tempos: o primeiro a usar roupa colante, o primeiro a usar máscara e o primeiro a usar cueca por cima da calça.

(D) O livro Novos Heróis Salvando Animais em Extinção narra a história de jovens, ousados e aventureiros, os quais juram que bicho depende de gente e gente precisa de bicho.

A seguir, o trecho corrigido: "Um herói famoso é Arthur, um rei que viveu na Grã-Bretanha, no século V, que, com seus companheiros, os cavaleiros da Távola Redonda, venceu [o sujeito do verbo *vencer* é 'Um herói famoso'] inúmeras e sangrentas batalhas."

Gabarito "B"

Texto

1 A maioria dos comentários sobre crimes ou se limitam a pedir de volta o autoritarismo ou a culpar a violência do cinema e da televisão, por excitar a
4 imaginação criminosa dos jovens. Poucos pensam que vivemos em uma sociedade que estimula, de forma sistemática, a passividade, o rancor, a impotência, a
7 inveja e o sentimento de nulidade nas pessoas. Não podemos interferir na política, porque nos ensinaram a perder o gosto pelo bem comum; não podemos tentar
10 mudar nossas relações afetivas, porque isso é assunto de cientistas; não podemos, enfim, imaginar modos de viver mais dignos, mais cooperativos e solidários, porque isso
13 é coisa de "obscurantista, idealista, perdedor ou ideólogo fanático", e o mundo é dos fazedores de dinheiro.
Somos uma espécie que possui o poder da
16 imaginação, da criatividade, da afirmação e da agressividade. Se isso não pode aparecer, surge, no lugar, a reação cega ao que nos impede de criar, de colocar no
19 mundo algo de nossa marca, de nosso desejo, de nossa vontade de poder. Quem sabe e pode usar — com firmeza, agressividade, criatividade e afirmatividade —
22 a sua capacidade de doar e transformar a vida, raramente precisa matar inocentes, de maneira bruta. Existem mil outras maneiras de nos sentirmos potentes, de nos
25 sentirmos capazes de imprimir um curso à vida que não seja pela força das armas, da violência física ou da evasão pelas drogas, legais ou ilegais, pouco importa.

Jurandir Freire Costa. *In*: **Quatro autores em busca do Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 43 (com adaptações).

(Escrivão de Polícia Federal – 2002 – CESPE) Julgue o item a seguir, a respeito do emprego das estruturas linguísticas do texto acima.

(1) Na linha 2, é obrigatório o emprego da forma verbal "limitam" para concordar com o sujeito da oração.

1: incorreta. O uso do plural não é obrigatório, porque em construções dessa natureza, o verbo pode tanto concordar com a palavra que está mais próxima ("comentários"), quanto com o determinante ("maioria"), hipótese em que se usaria o singular e a oração também estaria correta.

Gabarito 1E

Texto

1 No nosso cotidiano, estamos tão envolvidos com a violência que tendemos a acreditar que o mundo nunca foi tão violento como

agora: pelo que nos contam nossos pais e outras pessoas mais velhas, há dez, vinte ou trinta anos, a vida era mais segura, certos valores eram mais respeitados e cada coisa parecia ter o seu lugar.
Essa percepção pode ser correta, mas precisamos pensar nas diversas dimensões em que pode ser interpretada. Se ampliarmos o tempo histórico, por exemplo, ela poderá se mostrar incorreta.
Embora a violência não seja um fenômeno dos dias de hoje, pois está presente em toda e qualquer sociedade humana, sua ocorrência varia no grau, na forma, no sentido que adquire e na própria lógica nos diferentes períodos da História. O modo como o homem a vê e a vivencia atualmente é muito diferente daquele que havia na Idade Média, por exemplo, ou em outros períodos históricos em outras sociedades.

Andréa Buoro *et al*. Violência urbana – dilemas e desafios. São Paulo: Atual, 1999, p. 12 (com adaptações).

(Escrivão de Polícia Federal – 2002 – CESPE) Com relação ao emprego das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens abaixo.

(1) Por referir-se ao sujeito da oração iniciada com "tendemos" (l.2), a forma verbal no infinitivo "acreditar" (l.2) poderia ser empregada flexionada: acreditarmos.

(2) Se, em lugar do pronome plural "nos" (l.3), fosse empregado o singular, me, o verbo que o segue deveria ser empregado no singular: conta.

(3) Na linha 5, a forma verbal "parecia ter", empregada no singular, é gramaticalmente invariável: mesmo que o sujeito fosse plural, ela teria de ser empregada no singular.

(4) Se o trecho "toda e qualquer sociedade humana" (l.10) fosse reescrito no plural, ter-se-ia: todas e qualquer sociedades humanas.

(5) Se "O modo" (l.12) for empregado no plural, é obrigatória a substituição do restante do sujeito por "como os homens a veem e a vivenciam".

1: incorreta. Em locuções verbais, a concordância é feita com o verbo auxiliar, mantendo-se sempre o principal no infinitivo; **2:** incorreta. "Contam" concorda com "nossos pais e outras pessoas mais velhas", razão pela qual permaneceria no plural mesmo com a alteração sugerida. **3:** incorreta. A locução verbal "parecia ter" é variável, devendo ser transposta para o plural para concordar com o sujeito caso esse fosse plural; **4:** incorreta. O correto seria: "Todas e quaisquer sociedades humanas"; **5:** incorreta. O pronome oblíquo "a" refere-se à violência, que permaneceria no singular mesmo com a alteração sugerida. Com isso, o restante do período não precisaria ser alterado ("Os modos como o homem a vê e a vivencia" – significando que existem várias formas de ver e vivenciar a violência).

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E, 5E

Um desafio cotidiano

Recentemente me pediram para discutir os desafios políticos que o Brasil tem pela frente. Minha primeira dúvida foi se eles seriam diferentes dos de ontem.

Os problemas talvez sejam os mesmos, o país é que mudou e reúne hoje mais condições para enfrentá-los que no passado. A síntese de minhas conclusões é que precisamos prosseguir no processo de democratização do país.

Kant dizia que a busca do conhecimento não tem fim. Na prática, democracia, como um ponto final que uma vez atingido nos deixa satisfeitos e por isso decretamos o fim da política, não existe. Existe é democratização, o avanço rumo a um regime cada vez mais inclusivo, mais representativo, mais justo e mais legítimo. E quais as condições objetivas para tornar sustentável esse movimento de democratização crescente?

Embora exista forte correlação entre desenvolvimento e democracia, as condições gerais para sua sustentação vão além dela. O grau de legitimidade histórica, de mobilidade social, o tipo de conflitos existentes na sociedade, a capacidade institucional para incorporar gradualmente as forças emergentes e o desempenho efetivo dos governos são elementos cruciais na sustentação da democratização no longo prazo.

Nossa democracia emergente não tem legitimidade histórica. Esse requisito nos falta e só o alcançaremos no decorrer do processo de aprofundamento da democracia, que também é de legitimação dela.

Uma parte importante desse processo tem a ver com as relações rotineiras entre o poder público e os cidadãos. Qualquer flagrante da rotina desse relacionamento arrisca capturar cenas explícitas de desrespeito e pequenas ou grandes tiranias. As regras dessa relação não estão claras. Não existem mecanismos acessíveis de reclamação e desagravo.

(Agente de Polícia Federal – 2000 – CESPE) Com relação às ideias do texto acima, julgue o seguinte item.

(1) Se o substantivo "movimento" (l. 13) estivesse empregado no plural, também os adjetivos "sustentável" (l. 12) e "crescente" (l. 13) precisariam estar no plural.

1: incorreta. Apenas o adjetivo "sustentável" deveria ir para o plural. "Crescente" refere-se a "democratização"

Gabarito 1E

Texto para a próxima questão.

As mudanças e transformações globais nas estruturas políticas e econômicas no mundo contemporâneo colocam em relevo as questões de identidade e as lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas. Mesmo que o passado que as identidades atuais reconstroem seja, sempre, apenas imaginado, ele proporciona alguma certeza em um clima que é de mudança, fluidez e crescente incerteza. As identidades em conflito estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem.

Tomaz Tadeu da Silva (Org.). Stuart Hall e Kathryn Woodward. **Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 24-5 (com adaptações).

É essencial que as autoridades revejam as providências referentes ao tratamento e à custódia de todos os presos, a fim de assegurar que os mesmos sejam tratados com humanidade e em conformidade com a legislação brasileira e o conjunto de princípios da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre proteção de todo indivíduo sob qualquer forma de detenção ou reclusão, as regras mínimas da ONU sobre o tratamento de prisioneiros e o artigo 10 do Acordo Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (ICCPR), que reza que todo indivíduo privado de liberdade deve ser tratado com humanidade e respeito pela dignidade inerente à pessoa humana.

Anistia Internacional. **Tortura e maus-tratos no Brasil**, 2001, p. 72 (com adaptações).

(Agente de Polícia/RR – 2003 – CESPE) Tendo o texto acima por referência e considerando o tema por ele tratado, julgue o item seguinte.

(1) Como o texto se refere a várias ações, seria gramaticalmente correto substituir "É essencial" (L.1) por São essenciais.

1: incorreta. A expressão "É essencial" é oração principal do período composto por subordinação e "essencial" é um advérbio, portanto não se flexiona.

Gabarito "1E"

Falar em direitos humanos no Brasil é falar de lutas sociais que se desenrolam em uma sociedade que carrega marcas históricas de desmandos, violências, arbitrariedades, desigualdades e injustiças. Os resultados não poderiam ser outros, senão o quadro de violações aos direitos humanos que permeiam as relações sociais em praticamente toda a sociedade brasileira e que atingem com maior brutalidade as populações

empobrecidas e socialmente excluídas.
O importante avanço institucional que conquistamos com o fim do ciclo totalitário, a redemocratização do país e a volta das instituições democráticas, não foi acompanhado de correspondente avanço no que se refere aos direitos econômicos, sociais e culturais. Perpetuam-se no Brasil os modelos econômicos que aprofundam o escandaloso quadro de concentração de renda e contrastes sociais. O agravamento da situação de desesperança de nosso povo, atingido duramente pela exclusão social, pela falência dos serviços públicos e pela violência crescente, seja no campo seja nas grandes cidades, exige da sociedade civil brasileira uma atuação consciente, transformadora e efetiva.

Internet: <http://www.mndh.org/br/asp> (com adaptações).

(Agente de Polícia/RR – 2003 – CESPE) Considerando o texto acima como referência e tendo em vista o que ele aborda, julgue o item que se segue.

(1) A expressão "Perpetuam-se" (L.13) está no plural para concordar com "contrastes sociais" (L.15).

1: incorreta. No trecho, "perpetuam-se" concorda com "modelos econômicos", seu objeto direto.
Gabarito 1E

A adoção, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, constitui o principal marco no desenvolvimento da ideia contemporânea de direitos humanos. Os direitos inscritos nessa Declaração constituem um conjunto indissociável e interdependente de direitos individuais e coletivos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, sem os quais a dignidade da pessoa humana não se realiza por completo. A Declaração transformou-se, nesta última metade de século, em uma fonte de inspiração para a elaboração de diversas cartas constitucionais e tratados internacionais voltados à proteção dos direitos humanos. Esse documento, chave do nosso tempo, tornou-se um autêntico paradigma ético a partir do qual se pode medir e contestar a legitimidade de regimes e governos. Os direitos ali inscritos constituem hoje um dos mais importantes instrumentos de nossa civilização, visando assegurar um convívio social digno, justo e pacífico.

Internet: <http://www.direitoshumanos.usp.br/dhbrasil/pndh> (com adaptações).

(Agente de Polícia/RR – 2003 – CESPE) Com base no texto acima e considerando o tema por ele focalizado, julgue o item subsequente.

(1) Se a expressão "os quais" (L.8) viesse no singular — o qual — para concordar com "um conjunto" (L.5), haveria prejuízo para a correção gramatical do período.

1: incorreta. É possível que a locução pronominal relativa "o qual" concorde, no singular, com "um conjunto" sem prejuízo para a correção gramatical.
Gabarito 1E

5. CONJUNÇÃO

(Agente Administrativo – Ministério da Int. Nacional – 2006 – CESPE) O sentido original do texto seria mantido com a substituição

(1) do conector "e" pela conjunção **porque**, em "mas a mulher gastava pouco, e a vida era barata" (ℓ.2-3).
(2) do conector "posto que" por **embora**, em "a casa em que morava (...), posto que menor, era propriedade dele" (ℓ.3-5).
(3) do conector "para" por **a fim de**, em "e guardar o que sobrasse para acudir às moléstias grandes" (ℓ.14-15).
(4) do conector "afinal" por **portanto**, em "Pádua hesitou muito; afinal, teve de ceder aos conselhos de minha mãe" (ℓ.15-16).
(5) dos conectivos "ou (...) ou (...)" por **tanto (...) quanto (...)**, em "Pádua, ou por ordem regulamentar, ou por especial designação, ficou substituindo o administrador" (ℓ.21-23).

(conjunção) 1: Errado. Haveria alteração semântica, pois, segundo o período, a vida era barata por outros motivos que não o fato da mulher gastar pouco. Se substituirmos o conectivo "e" por porque, a relação estabelecida seria de causa, ou seja, a vida era barata por causa da mulher gastar pouco.
2: Certo. Ambos os conectivos estabelecem relação de concessão na oração,
3: Certo. Ambos os conectivos estabelecem relação de finalidade na oração.
4: Errado. O conectivo "afinal" estabelece relação de finalidade na oração, ao passo que o conectivo portanto, de conclusão.
5: Errado. Os conectivos "ou (...) ou (...)" estabelecem relação de alternância, enquanto que os conectivos tanto (...) quanto (...), de comparação.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5E

O número de mulheres no mercado de trabalho mundial é o maior da História, tendo alcançado, em 2007, a marca de 1,2 bilhão, segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em dez anos, houve um incremento de 200 milhões na ocupação feminina. Ainda assim, as mulheres representaram um contingente distante do universo de 1,8 bilhão de homens empregados.
Em 2007, 36,1% delas trabalhavam no campo, ante 46,3% em serviços. Entre os homens, a proporção é de 34% para 40,4%. O universo de desempregadas subiu de 70,2 milhões para 81,6 milhões, entre 1997 e 2007 — quando a taxa de desemprego feminino atingiu 6,4%, ante 5,7% da de desemprego masculino. Há, no mundo, pelo menos 70 mulheres economicamente ativas para 100 homens.
O relatório destaca que a proporção de assalariadas subiu de 41,8% para 46,4% nos últimos dez anos. Ao mesmo tempo, houve queda no emprego vulnerável (sem proteção social e direitos trabalhistas), de 56,1% para 51,7%. Apesar disso, o universo de mulheres nessas condições continua superando o dos homens.

O Globo, 7/3/2007, p. 31 (com adaptações).

(BB – Escriturário – 2008 – CESPE) Julgue o próximo item, relativo ao texto apresentado.

(1) A relação de sentidos entre as orações do 1.º parágrafo do texto permite substituir "Ainda assim" (l.5-6) por **No entanto** ou por **Apesar disso**, sem prejuízo da correção gramatical do texto.

1: correta. Todas são locuções conjuntivas concessivas, podendo ser usadas uma pela outra.
Gabarito 1C

(Analista – TSE – 2006 – CESPE) O diretor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Athayde Fontoura Filho, reafirmou que a urna eletrônica apresenta risco zero de fraude e que a segurança pode ser aferida por meio da votação paralela, realizada no dia da eleição, concomitantemente ao pleito oficial. Assinale a opção que não representa continuação coesa e coerente para o trecho acima.

(A) Porquanto, no período entre o primeiro e o segundo turno das eleições, o TSE tradicionalmente aproveita para verificar e corrigir as urnas de locais em que foram verificados problemas.
(B) Athayde Fontoura destacou que, nos estados em que a eleição for só para presidente da República, o tempo de votação deverá ser de apenas 10 segundos. Nos estados onde houver eleição também para governador, o TSE estima que cada pessoa leve, em média, 20 segundos para votar.
(C) Também lembrou a estimativa de que 90% dos votos de todo o país para presidente da República estarão totalizados até às 22 h de domingo. Segundo o diretor, até a meia-noite do mesmo dia, 99% dos votos devem estar totalizados.

(D) O diretor-geral informou ainda que seis estados pediram ao TSE tropas federais para garantir a segurança do segundo turno das eleições. De acordo com ele, no total, 120 municípios do Amazonas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Tocantins e Pará receberão reforço na segurança.

Opções adaptadas. Internet: <www.tse.gov.br>.

A conjunção coordenativa *porquanto* introduz um segmento que denota explicação do que foi dito anteriormente. Não é coerente o uso dessa conjunção com o objetivo de ligar esse trecho ao anterior.

Gabarito "A"

O terreno da ética é o próprio chão onde estão fincadas as bases de uma sociedade. Essa construção é feita todos os dias. Há algo de imaterial em todos os edifícios políticos.

Eles não estão aí por obra divina. Precisam ser reforçados permanentemente, por meio de atos significativos em que as pessoas reconheçam o interesse público. É isso que mantém a ordem pública, e não somente, nem, sobretudo, a força policial.

Se as pessoas deixam de acreditar em uma ética subjacente ao dia a dia em um código de conduta que rege a ação dos políticos, pode-se prever que todo o edifício da sociedade estará ameaçado.

O Globo, 30/11/2006, p. 6 (com adaptações).

Acerca das relações lógico-sintáticas textuais, as opções seguintes apresentam propostas de associação, mediante o emprego de conjunção, entre períodos sintáticos do texto acima.

(Analista – TSE – 2006 – CESPE) Assinale a opção que apresenta proposta de associação incorreta.

(A)	período	conjunção	período
(B)	primeiro	e	segundo
(C)	terceiro	entretanto	quarto
(D)	quarto	conquanto	quinto
(E)	quinto	já que	sexto

O período termina sempre por uma pausa bem definida. Essa pausa pode ser o ponto final, o ponto de exclamação, o ponto de interrogação, as reticências e até mesmo os dois pontos. **A:** "O terreno da ética é o próprio chão onde estão fincadas as bases de uma sociedade [*primeiro período*] e [*conjunção aditiva*] essa construção é feita todos os dias." [*segundo período*]; **B:** "Há algo de imaterial em todos os edifícios políticos [*terceiro período*] entretanto [*conjunção adversativa*] eles não estão aí por obra divina." [*quarto período*]; **C:** não é possível ligar o quarto período e o quinto ("Precisam ser reforçados permanentemente, por meio de atos significativos em que as pessoas reconheçam o interesse público.") pela conjunção concessiva *conquanto*; **D:** ("Precisam ser reforçados permanentemente, por meio de atos significativos em que as pessoas reconheçam o interesse público [*quinto período*] já que [*conjunção causal*] é isso que mantém a ordem pública, e não somente, nem, sobretudo, a força policial."

Gabarito "C"

Texto

A Revolução Industrial provocou a dissociação entre dois pensamentos: o científico e tecnológico e o humanista. A partir do século XIX, a liberdade do homem começa a ser identificada com a eficiência em dominar e transformar a natureza em bens e serviços. O conceito de liberdade começa a ser sinônimo de consumo. Perde importância a prática das artes e consolidam-se a ciência e a tecnologia. Relega-se a preocupação ética. A procura da liberdade social se faz sem considerar-se sua distribuição. A militância política passa a ser tolerada, mas como opção pessoal de cada um.

Essa ruptura teve o importante papel de contribuir para a revolução do conhecimento científico e tecnológico. A sociedade humana se transformou, com a eficiência técnica e a consequente redução do tempo social necessário à produção dos bens de sobrevivência.

O privilégio da eficiência na dominação da natureza gerou, contudo, as distorções hoje conhecidas: em vez de usar o tempo livre para a prática da liberdade, o homem reorganizou seu projeto e refez seu objetivo no sentido de ampliar o consumo. O avanço técnico e científico, de instrumento da liberdade, adquiriu autonomia e passou a determinar uma estrutura social opressiva, que servisse ao avanço técnico e científico. A liberdade identificou-se com a ideia de consumo. Os meios de produção, que surgiram no avanço técnico, visam ampliar o nível dos meios de produção.

Graças a essa especialização e priorização, foi possível obter-se o elevado nível do potencial de liberdade que o final do século XX oferece à humanidade. O sistema capitalista permitiu que o homem atingisse as vésperas da liberdade em relação ao trabalho alienado, às doenças e à escassez. Mas não consegue permitir que o potencial criado pela ciência e tecnologia seja usado com a eficiência desejada.

(Cristovam Buarque, **Na fronteira do futuro**. Brasília: EDUnB, 1989, p. 13; com adaptações)

(Agente de Polícia Federal – 2000 – CESPE) Julgue o item seguinte, acerca do emprego das palavras e expressões no texto acima.

(1) A ideia expressa no texto pelo emprego de "mas" (l.9) corresponde à ideia adversativa de porém, expressão que pode ocupar o mesmo lugar na oração.

1: correta. "Mas" é conjunção adversativa equivalente a "porém" e podem ser usadas uma pela outra. Outros sinônimos de "mas": "contudo", "todavia", "entretanto".

Gabarito 1C

Texto

A maioria dos comentários sobre crimes ou se limitam a pedir de volta o autoritarismo ou a culpar a violência do cinema e da televisão, por excitar a imaginação criminosa dos jovens. Poucos pensam que vivemos em uma sociedade que estimula, de forma sistemática, a passividade, o rancor, a impotência, a inveja e o sentimento de nulidade nas pessoas. Não podemos interferir na política, porque nos ensinaram a perder o gosto pelo bem comum; não podemos tentar mudar nossas relações afetivas, porque isso é assunto de cientistas; não podemos, enfim, imaginar modos de viver mais dignos, mais cooperativos e solidários, porque isso é coisa de "obscurantista, idealista, perdedor ou ideólogo fanático", e o mundo é dos fazedores de dinheiro. Somos uma espécie que possui o poder da imaginação, da criatividade, da afirmação e da agressividade. Se isso não pode aparecer, surge, no lugar, a reação cega ao que nos impede de criar, de colocar no mundo algo de nossa marca, de nosso desejo, de nossa vontade de poder. Quem sabe e pode usar — com firmeza, agressividade, criatividade e afirmatividade — a sua capacidade de doar e transformar a vida, raramente precisa matar inocentes, de maneira bruta. Existem mil outras maneiras de nos sentirmos potentes, de nos sentirmos capazes de imprimir um curso à vida que não seja pela força das armas, da violência física ou da evasão pelas drogas, legais ou ilegais, pouco importa.

Jurandir Freire Costa. *In*: **Quatro autores em busca do Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 43 (com adaptações).

(Escrivão de Polícia Federal – 2002 – CESPE) Julgue o item a seguir, a respeito do emprego das estruturas linguísticas do texto acima.

(1) As relações semânticas entre os dois primeiros períodos do texto permitiriam iniciar o segundo período com a conjunção "No entanto".

1: correta. Os períodos trazem uma ideia de contraposição, sendo coerente com o uso de "no entanto".

Gabarito 1C

6. PRONOMES

Representantes dos maiores bancos brasileiros reuniram-se no Rio de Janeiro para discutir um tema desafiante. Falaram sobre a necessidade de estabelecer mecanismos de controle sobre o oceano de incertezas que cerca o mercado financeiro e, assim, atenuar os solavancos que volta e meia ele provoca na economia mundial. Na mais recente crise — a do mercado de hipotecas de alto risco dos Estados Unidos — , os bancos americanos amargaram perdas superiores a 100 bilhões de dólares. A turbulência decorrente do estouro de mais essa bolha ainda não teve suas consequências totalmente dimensionadas. A questão que se coloca é até que ponto é possível injetar alguma previsibilidade em um mercado tão interconectado, gigantesco e que tem o risco no DNA. O único consenso é que o mercado precisa ser mais transparente. O investidor tem o direito de ser informado sobre a composição do produto que estiver comprando e o grau de risco que está assumindo.

Veja, 12/3/2008 (com adaptações).

(BB – Escriturário – 2008 – CESPE) Com relação às informações do texto acima e à sua organização, julgue o item abaixo.

(1) Embora "se", em "se coloca" (l.11-12), possa ser classificado como partícula apassivadora tanto quanto como pronome reflexivo, é nesta última função que está empregado no texto.

1: incorreta. A oração está na voz passiva sintética, exercendo a partícula "se" a função de partícula apassivadora.
Gabarito 1E

Um fator a ser revisto no MERCOSUL é o foco: não adianta debater uma agenda mirabolante, com 40 ou 50 temas. É preciso focar as ações de modo pragmático, com as seguintes prioridades: concluir a união aduaneira; eliminar barreiras jurídicas e monetárias; facilitar os negócios entre as empresas dos países-membros e obter financiamentos em nome do bloco no Banco Mundial, para ampliar a infraestrutura regional, o que até agora sequer foi pleiteado. As questões alfandegária e fitossanitária devem ser harmonizadas o mais rapidamente possível, pois não haverá bloco econômico viável enquanto houver entrave no intercâmbio entre os Estados-membros. Finalmente, é preciso considerar que, no mundo globalizado, as relações externas afetam o cotidiano das empresas e das pessoas. O atual impasse no MERCOSUL só será superado se os empresários se organizarem na defesa de seus interesses e direitos, por meio da informação e da mobilização da sociedade sobre as implicações internas das decisões tomadas em fóruns internacionais.

Abram Szajman. *O Globo*, 26/11/2006 (com adaptações).

(Analista – TSE – 2006 – CESPE) Em relação ao texto acima, assinale a opção correta.

(A) Na linha 1, a substituição do sinal de dois-pontos por ponto final, com a modificação de inicial minúscula para maiúscula na palavra "não", prejudica a correção gramatical do texto.
(B) O emprego de sinal de ponto e vírgula (l.4-5) justifica-se por isolar elementos de uma enumeração.
(C) Na linha 7, o termo "o que" retoma o antecedente "ampliar a infraestrutura regional".
(D) O vocábulo "se" (l.14-15) exerce a mesma função sintática em ambas as ocorrências.

A: a alteração sugerida prejudica a correção gramatical. O sinal de dois-pontos enuncia uma enumeração; **B:** uma das funções do sinal de ponto e vírgula é isolar elementos de uma enumeração (como nestes comentários!); **C:** o termo "o que" retoma "as prioridades" (concluir; eliminar; facilitar; obter); **D:** a palavra *se* na linha 14 ("será superado *se* os empresários") é conjunção condicional e na linha 15 ("os empresários *se* organizarem na defesa") é pronome reflexivo.
Gabarito "B"

1 Um dos lugares-comuns do pensamento político é o de que o sistema democrático exige a descentralização do poder. Democracia não é só o governo do povo, mas o governo do povo *4* a partir de sua comunidade. Esse é um dos argumentos clássicos para o voto distrital: o eleitor fortalece seu poder, ao associá-lo ao de seus vizinhos. Em países de boa tradição democrática, esses *7* vizinhos discutem, dentro dos comitês dos partidos, mas também fora deles, suas ideias com os candidatos. Embora isso não signifique voto imperativo — inaceitável em qualquer situação *10* —, o parlamentar escolhido sabe que há o eleitor múltiplo e bem identificado, ao qual deverá dar explicações periódicas. Se a esse sistema se vincula a possibilidade do *recall*, do contramandato, *13* cresce a legitimidade do instituto da representação parlamentar. O fato é que, com voto distrital ou não, tornou-se inadiável a discussão em torno do sistema federativo. Quem conhece o Brasil *16* fora das campanhas eleitorais sabe das profundas diferenças entre os estados.

Mauro Santayana. *Jornal do Brasil*, 24/11/2006.

(Analista – TSE – 2006 – CESPE) Acerca das relações lógico-sintáticas do texto acima, assinale a opção incorreta.

(A) "-lo", em "associá-lo" (l.5), refere-se a "poder" (l.2).
(B) "deles" (l.8) refere-se a "comitês dos partidos" (l.7).
(C) "isso" (l.8) refere-se a "discutem, dentro dos comitês dos partidos, mas também fora deles, suas ideias com os candidatos" (l.7-8).
(D) "ao qual" (l.11) refere-se a "parlamentar escolhido" (l.10).

"Ao qual" se refere a "eleitor".
Gabarito "D"

É comum ouvir que o Brasil é um país onde há leis que pegam e leis que não pegam, como se isso fosse uma originalidade brasileira como a jabuticaba. É uma injustiça. Há muitos países que sofrem com o mesmo problema. As leis, principalmente as que interferem na vida cotidiana dos cidadãos, requerem uma sintonia fina entre vários componentes: aparato policial, comportamento coletivo, grau de escolaridade etc. Do contrário, elas tendem a não sair do papel. No Brasil, existe muita lei que não pega por falta dessa sintonia. Ou não há polícia suficiente para fazê-la ser cumprida. Ou a lei destoa fortemente de arraigados hábitos coletivos. E assim por diante.

André Petry. Adultério e a desonesta. *In*: Veja, 22/9/2004, p. 93 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – STM – 2004 – CESPE) Julgue o seguinte item, a respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto acima.

(1) A expressão "muita lei" (l.9) está sendo empregada na forma de singular, mas com um sentido generalizante correspondente ao plural: o que se diz a respeito de "muita lei" vale para muitas leis.

1: A palavra *muita* em "existe muita lei que não pega" é pronome indefinido e tem a acepção de "diversos, vários".
Gabarito 1C

Filhos malcriados e agressivos... O problema da autoridade em crise não é do vizinho, não acontece no exterior, não é confortavelmente longínquo. É nosso. Parece que criamos um bando de angustiados, mais do que seria natural. Sim, natural, pois, sobretudo na juventude, plena de incertezas e objeto de pressões de toda sorte, uma boa dose de angústia é do jogo e faz bem.
Mas quando isso nos desestabiliza, a nós, adultos, e nos isola desses de quem estamos ainda cuidando, a quem

devemos atenção e carinho, braço e abraço, é porque, atordoados pelo excesso de psicologismo barato, talvez tenhamos desaprendido a dizer não, nem distinguimos quando se devia dizer sim.
Ter um filho é necessariamente ser responsável. Ensinar numa escola é ser responsável. Estar vivo, enfim, é uma grave responsabilidade.

Lya Luft. Sobre pais e filhos. *In*: Veja, 16/6/2004, p. 21 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – STM – 2004 – CESPE) Considere as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima para julgar o item a seguir.

(1) O pronome "isso" (l.8) resume as ideias do primeiro parágrafo: as angústias da juventude.

1: o pronome demonstrativo anafórico "isso" retoma e resume as ideias do que foi dito anteriormente.
Gabarito 1C

À semelhança do Brasil, o Acre compõe-se de uma grande diversidade de povos indígenas, cujas situações frente à sociedade nacional também são muito variadas. Enquanto a grande maioria dos grupos se encontra em contato permanente ou regular com a população regional (mestiça ou branca), alguns ainda são classificados pelo órgão indigenista como "isolados".
As sociedades indígenas acreanas dividem-se de maneira desigual em duas grandes famílias linguísticas: Pano e Arawak. Alguns desses povos encontram-se também nas regiões peruanas e bolivianas fronteiriças ao Acre. Do ponto de vista da antropologia, o conhecimento sobre as sociedades indígenas do estado é muito desigual. Se alguns povos, como os Kaxinawá ou os Ashaninka, atraíram o interesse de vários pesquisadores, as informações etnográficas disponíveis sobre a maior parte dos povos indígenas acreanos ainda são muito incipientes.
Os povos indígenas ocuparam um lugar marginal na historiografia do Acre. Como no resto da Amazônia, o imaginário ocidental sobre a natureza e a alteridade humana projetou seus fantasmas na região acreana e nos seus primeiros habitantes indígenas. A "conquista do deserto ocidental" e a incorporação do Acre à nação revelam alguns mitos fundadores do pensamento ocidental e brasileiro sobre a Amazônia e os povos indígenas.

José Pimenta. Internet: <ambienteacreano.blogspot.com> (com adaptações).

(Fiscal de Tributos/Rio Branco-AC – 2007 – CESPE) Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) A substituição de "cujas" (l.2) por as quais mantém a correção gramatical do período e as relações lógicas originais.
(2) Na linha 4, a forma verbal "encontra" está no singular para concordar com "a grande maioria".
(3) A substituição de "dividem-se" (l.8) por são divididas mantém a correção gramatical do período.
(4) Em "encontram-se" (l.10), o pronome "se" indica que o sujeito da oração é indeterminado, o que contribui para a impessoalização do texto.
(5) A palavra "incipientes" (l.17) está sendo empregada no sentido de pouco confiáveis, suspeitos.
(6) O emprego da palavra "alteridade" (l.20) está relacionado ao sentido de **diferença, diversidade, distinção**, ou seja, ao sentido de **outro**.

1: Não há possibilidade de substituição de *cujos* por *as quais* preservando as relações sintático-semânticas. O pronome *cujo* é relativo possessivo e concorda com a coisa possuída ("cujas situações"); **2:** O verbo está concordando com o sujeito; **3:** Em "As sociedades indígenas acreanas dividem-se", o pronome se é apassivador. Não há alteração de sentido a mudança para: "As sociedades indígenas acreanas são divididas"; **4:** O sujeito do verbo *encontrar* é "Alguns desses povos". O pronome *se* é reflexivo; **5:** A palavra *incipiente* significa aquilo que está no começo; **6:** A palavra *alteridade* tem as acepções informadas na assertiva ("natureza ou condição do que é outro, do que é distinto").
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5E, 6C

Texto

A maioria dos comentários sobre crimes ou se limitam a pedir de volta o autoritarismo ou a culpar a violência do cinema e da televisão, por excitar a imaginação criminosa dos jovens. Poucos pensam que vivemos em uma sociedade que estimula, de forma sistemática, a passividade, o rancor, a impotência, a inveja e o sentimento de nulidade nas pessoas. Não podemos interferir na política, porque nos ensinaram a perder o gosto pelo bem comum; não podemos tentar mudar nossas relações afetivas, porque isso é assunto de cientistas; não podemos, enfim, imaginar modos de viver mais dignos, mais cooperativos e solidários, porque isso é coisa de "obscurantista, idealista, perdedor ou ideólogo fanático", e o mundo é dos fazedores de dinheiro. Somos uma espécie que possui o poder da imaginação, da criatividade, da afirmação e da agressividade. Se isso não pode aparecer, surge, no lugar, a reação cega ao que nos impede de criar, de colocar no mundo algo de nossa marca, de nosso desejo, de nossa vontade de poder. Quem sabe e pode usar — com firmeza, agressividade, criatividade e afirmatividade — a sua capacidade de doar e transformar a vida, raramente precisa matar inocentes, de maneira bruta. Existem mil outras maneiras de nos sentirmos potentes, de nos sentirmos capazes de imprimir um curso à vida que não seja pela força das armas, da violência física ou da evasão pelas drogas, legais ou ilegais, pouco importa.

Jurandir Freire Costa. *In*: **Quatro autores em busca do Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 43 (com adaptações).

(Escrivão de Polícia Federal – 2002 – CESPE) Julgue o item a seguir, a respeito do emprego das estruturas linguísticas do texto acima.

(1) O pronome indefinido "Poucos" (l.4) refere-se a jovens de imaginação criminosa.

1: incorreta. "Poucos" refere-se a "poucas pessoas" da sociedade em geral.
Gabarito 1E

Um desafio cotidiano

Recentemente me pediram para discutir os desafios políticos que o Brasil tem pela frente. Minha primeira dúvida foi se eles seriam diferentes dos de ontem.

Os problemas talvez sejam os mesmos, o país é que mudou e reúne hoje mais condições para enfrentá-los que no passado. A síntese de minhas conclusões é que precisamos prosseguir no processo de democratização do país.

Kant dizia que a busca do conhecimento não tem fim. Na prática, democracia, como um ponto final que uma vez atingido nos deixa satisfeitos e por isso decretamos o fim da política, não existe. Existe é democratização, o avanço rumo a um regime cada vez mais inclusivo, mais representativo, mais justo e mais legítimo. E quais as condições objetivas para tornar sustentável esse movimento de democratização crescente?

Embora exista forte correlação entre desenvolvimento e democracia, as condições gerais para sua sustentação vão além dela. O grau de legitimidade histórica, de mobilidade social, o tipo de conflitos existentes na sociedade, a capacidade institucional para incorporar gradualmente as forças emergentes e o desempenho efetivo dos governos são elementos cruciais na sustentação da democratização no longo prazo.

Nossa democracia emergente não tem legitimidade histórica. Esse requisito nos falta e só o alcançaremos no decorrer do processo de aprofundamento da democracia, que também é de legitimação dela.

Uma parte importante desse processo tem a ver com as relações rotineiras entre o poder público e os cidadãos. Qualquer flagrante da rotina desse relacionamento arrisca capturar cenas explícitas de desrespeito e pequenas ou grandes tiranias. As regras dessa relação não estão claras. Não existem mecanismos acessíveis de reclamação e desagravo.

(Agente de Polícia Federal – 2000 – CESPE) Com relação às ideias do texto, julgue os seguintes itens.

(1) A posição do pronome átono "me" (l. 1), antecedendo o verbo, constitui uma violação às regras da colocação pronominal da norma culta e, por isso, ele deveria ser usado posposto a "pediram" (l. 1).

(2) Se a opção pelo emprego do pronome átono antes do verbo em "só o alcançaremos" (l. 22) fosse alterada, a construção sintática correta seria só alcançaremo-lo.

1: incorreta. O advérbio "recentemente" determina a próclise, portanto o texto está dentro dos ditames da norma culta; **2:** incorreta. Não se admite a ênclise caso o verbo esteja no futuro do presente ou no futuro do pretérito do indicativo. A opção, nesse caso, é a mesóclise: "alcançá-lo-emos".

Gabarito 1E, 2E

Texto

A Revolução Industrial provocou a dissociação entre dois pensamentos: o científico e tecnológico e o humanista. A partir do século XIX, a liberdade do homem começa a ser identificada com a eficiência em dominar e transformar a natureza em bens e serviços. O conceito de liberdade começa a ser sinônimo de consumo. Perde importância a prática das artes e consolidam-se a ciência e a tecnologia. Relega-se a preocupação ética. A procura da liberdade social se faz sem considerar-se sua distribuição. A militância política passa a ser tolerada, mas como opção pessoal de cada um.

Essa ruptura teve o importante papel de contribuir para a revolução do conhecimento científico e tecnológico. A sociedade humana se transformou, com a eficiência técnica e a consequente redução do tempo social necessário à produção dos bens de sobrevivência.

O privilégio da eficiência na dominação da natureza gerou, contudo, as distorções hoje conhecidas: em vez de usar o tempo livre para a prática da liberdade, o homem reorganizou seu projeto e refez seu objetivo no sentido de ampliar o consumo. O avanço técnico e científico, de instrumento da liberdade, adquiriu autonomia e passou a determinar uma estrutura social opressiva, que servisse ao avanço técnico e científico. A liberdade identificou-se com a ideia de consumo. Os meios de produção, que surgiram no avanço técnico, visam ampliar o nível dos meios de produção.

Graças a essa especialização e priorização, foi possível obter-se o elevado nível do potencial de liberdade que o final do século XX oferece à humanidade. O sistema capitalista permitiu que o homem atingisse as vésperas da liberdade em relação ao trabalho alienado, às doenças e à escassez. Mas não consegue permitir que o potencial criado pela ciência e tecnologia seja usado com a eficiência desejada.

(Cristovam Buarque, **Na fronteira do futuro**. Brasília: EDUnB, 1989, p. 13; com adaptações)

(Agente de Polícia Federal – 2000 – CESPE) Julgue o item abaixo, relativos às ideias do texto acima.

(1) A supressão do pronome átono na forma verbal "identificou-se" (l. 23) manteria o mesmo nível de formalidade de linguagem e a mesma regência verbal.

1: incorreta. A alteração da forma pronominal do verbo diminuiria a formalidade do texto, que é focada na impessoalidade do discurso. Além disso, seria alterada a regência verbal, que não mais comportaria a preposição "com".

Gabarito 1E

1 Há algo que une técnicos e humanistas. Ambos se
creem marcados por um fator distintivo, inerente a seus
cérebros: o dom da inteligência, que os apartaria do
4 trabalhador manual ou mecânico. Gramsci percebe nessa
crença um ranço ideológico da divisão do trabalho:
"Em qualquer trabalho físico, até no mais mecânico e
7 degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, um
mínimo de atividade intelectual criadora.
Todos os homens são intelectuais, pode-se dizer, mas
10 nem todos os homens têm na sociedade a função de
intelectuais. Não se pode separar o *Homo faber do Homo
sapiens*."
13 O que distingue, portanto, a figura pública do homem
da palavra é a rede peculiar de funções que os intelectuais
costumam desempenhar no complexo das relações sociais.
16 À medida que o técnico se quer cada vez mais técnico,
restringindo-se a mero órgão do sistema, e à medida que o
humanista é deixado avulso do contexto, um e outro se irão
19 fechando em suas *pseudototalidades*. O seu conhecimento
político decairá. E o sistema, contentando-se com alguns
profissionais mais à mão, alijará dos centros de decisão a
22 maior parte dos intelectuais.
Um Gramsci puramente historicista talvez não pudesse
dizer mais nada. Os fatos têm a sua razão, os intelectuais são
25 o que são, e ponto-final. Mas Gramsci foi um pensador
revolucionário. Por isso, via uma possibilidade de projeto no
intelectual moderno, que sucederia, nesse caso, o apóstolo e
28 o reformador de outrora.

Alfredo Bosi. **Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica**. São Paulo: Ática, 1988, p. 242-3 (com adaptações).

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Em cada um dos itens abaixo é apresentada, em relação a trechos do texto, uma alternativa de colocação pronominal. Com base na prescrição gramatical, julgue (C ou E) cada proposta apresentada.

(1) "que os apartaria" (ℓ3) / **que apartá-los-ia**

(2) "Ambos se creem marcados" (ℓ1-2) / **Ambos creem-se marcados**

(3) 'Não se pode separar' (ℓ11) / **Não pode-se separar**

(4) "um e outro se irão fechando" (ℓ18-19) / **um e outro irão-se fechando**

1: Errado (Colocação pronominal) Em orações subordinadas, emprega-se próclise;

2: Certo (Colocação pronominal) Questão problemática: embora a palavra "ambos" não apareça como fator de próclise em diversos autores, ela é assim descrita na "Nova Gramática do Português contemporâneo" de Celso Cunha e Lindley Cintra, que constava da bibliografia recomendada pelo concurso;

3: Errado (Colocação pronominal) Em locuções verbais com palavra atrativa, não se deve colocar o oblíquo enclítico ao auxiliar. Há, portanto, duas possibilidades: "Não se pode separar" e "Não pode separar-se";

4: Errado (Colocação pronominal) Há dois motivos que impedem a ênclise: 1º "um e outro" é uma locução pronominal indefinida, que é fator de próclise. 2º Ainda que não houvesse fator de próclise, no lugar da ênclise, deveria ter sido empregada a mesóclise, pois a forma verbal "irão" está no futuro do presente.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

Contos de vigário

1 Passam-se tempos sem que ouçamos falar em contos
de vigário. Muito bem. Tornamo-nos otimistas, imaginamos
que, se a reportagem não menciona esses espantosos casos de
4 tolice combinada com safadeza, certamente os homens
ficaram sabidos e melhoraram.
Pensamos assim e devemos estar em erro.

Provavelmente esse negócio continua a florescer, mas as vítimas têm vergonha de queixar-se e confessar que são idiotas. Raras vezes um cidadão se resolve a afrontar o ridículo, e vai à polícia declarar que, não obstante ser parvo, teve a intenção de embrulhar o seu semelhante.

O que ele faz depois de logrado é meter-se em casa, arrancar os cabelos, evitar os espelhos e passar uns dias de cama, procedimento que todos nós adotamos quando, em consequência de um disparate volumoso, nos sentimos inferiores ao resto da humanidade. Convenientemente curado, cicatrizado, esquecida a fraqueza, o sujeito levanta-se e adquire consistência para realizar nova tolice. E assim por diante, até a hora da tolice máxima, em que ninguém reincide porque isto é impossível.

Graciliano Ramos. **Linhas tortas: obra póstuma**. 11.a ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1984. p. 154.

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Quanto à descrição gramatical de elementos do texto, assinale a opção correta.

(A) A forma verbal "Passam-se" (ℓ1) está no plural para atender à regra gramatical de concordância com o sujeito da oração.
(B) Em "Tornamo-nos" (ℓ2), a supressão do **s** é prescrita para se evitar o efeito de eco.
(C) O verbo "queixar-se" (ℓ8), utilizado no texto como verbo pronominal, conjuga-se facultativamente sem o pronome.
(D) Em "nos sentimos inferiores ao resto da humanidade" (ℓ15-16), houve transgressão dos requisitos gramaticais para a colocação pronominal.
(E) Em "levanta-se" (ℓ17), a partícula "se" indica a indeterminação do sujeito.

A: Certo (Análise sintática) O sujeito é o termo que está após o verbo (os tempos). O pronome "se" é nesse caso partícula de realce;
B: Errado (Emprego dos pronomes) Trata-se de uma adaptação fonética: o emprego enclítico do pronome oblíquo átono de primeira pessoa do plural (nos) em verbos também na primeira pessoa do plural leva sempre à supressão dos "s" da desinência "mos";
C: Errado (Verbo) Uma das características do verbo pronominal é a obrigatoriedade da presença do pronome oblíquo átono que o acompanha;
D: Errado (Colocação pronominal) A próclise se justifica por ser uma oração subordinada;
E: Errado (Funções do "se") O pronome "se" pode ser classificado como parte integrante do verbo (PIV), caso se considere o verbo "levantar-se" como pronominal; ou como objeto direto reflexivo.

Gabarito "A"

7. CRASE



Gastar um pouquinho a mais durante o mês e logo ver sua conta ficar no vermelho. Isso que parecia apenas um problema de adultos ou pais de famílias está também atingindo os mais jovens.

Diante desse contexto, é fundamental, segundo vários educadores, que a família ensine a criança, desde pequena, a saber lidar com dinheiro e a se envolver com o controle dos gastos. Uma criança que cresça sem essa formação será um adulto menos consciente e terá grandes chances de se tornar um jovem endividado.

Para o jovem que está começando sua vida financeira e profissional, um plano de gastos é útil por excelência, a fim de controlar, de forma equilibrada, o que entra e o que sai. Para isso, é recomendável:

a) anotar todas as despesas que são feitas mensalmente, analisando o resultado de acordo com o que costuma receber;
b) comprar, preferencialmente, à vista;
c) ao receber, estabelecer um dízimo, ou seja, guardar 10% do valor líquido do salário em uma conta de poupança, todo mês.

Graziela Salomão. **Economista explica como o jovem pode controlar seu orçamento e evitar gastar demais**. *In*: **Época**, 31/10/2005 (com adaptações).

(CEF – Técnico Bancário – 2006 – CESPE) A partir das ideias e das estruturas presentes no texto, julgue o item a seguir.

(1) É obrigatório o sinal indicativo de crase em "à vista" (l.22), à semelhança do que ocorre com a expressão à prestações.

1: incorreta. A despeito de seu uso irrestrito, e de certa polêmica que gira em torno desse caso, "a vista" não tem acento grave indicativo da crase. Mais ainda, "a prestações", por ser expressão formada com palavra no plural, também não pode levar crase.

Gabarito 1E

O número de mulheres no mercado de trabalho mundial é o maior da História, tendo alcançado, em 2007, a marca de 1,2 bilhão, segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em dez anos, houve um incremento de 200 milhões na ocupação feminina. Ainda assim, as mulheres representaram um contingente distante do universo de 1,8 bilhão de homens empregados.

Em 2007, 36,1% delas trabalhavam no campo, ante 46,3% em serviços. Entre os homens, a proporção é de 34% para 40,4%. O universo de desempregadas subiu de 70,2 milhões para 81,6 milhões, entre 1997 e 2007 — quando a taxa de desemprego feminino atingiu 6,4%, ante 5,7% da de desemprego masculino. Há, no mundo, pelo menos 70 mulheres economicamente ativas para 100 homens.

O relatório destaca que a proporção de assalariadas subiu de 41,8% para 46,4% nos últimos dez anos. Ao mesmo tempo, houve queda no emprego vulnerável (sem proteção social e direitos trabalhistas), de 56,1% para 51,7%. Apesar disso, o universo de mulheres nessas condições continua superando o dos homens.

O Globo, 7/3/2007, p. 31 (com adaptações).

(BB – Escriturário – 2008 – CESPE) Julgue o próximo item, relativo ao texto apresentado.

(1) Devido à função que exerce na organização das ideias, a preposição "ante" (l.8) pode ser substituída por **frente à**, preservando-se a coerência e a correção gramatical do texto.

1: incorreta. "Frente a", se fosse incluída nesse ponto do texto, não levaria o acento grave indicativo da crase considerando que antecederia um numeral.

Gabarito 1E

Não foi por falta de aviso. Desde 2004, a Aeronáutica vem advertindo dos riscos do desinvestimento no controle do tráfego aéreo. Ao apresentar suas propostas orçamentárias de 2004, 2005 e 2006, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) informou, por escrito, que a não liberação integral dos recursos pedidos levaria à situação vivida agora no país. Mesmo assim, as verbas foram cortadas ano após ano pelo governo, em dois momentos: primeiro no orçamento, depois na liberação efetiva do dinheiro.

As advertências do DECEA foram feitas à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, na oportunidade em que foram solicitadas verbas para "operação, manutenção, desenvolvimento e modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB)". Elas são citadas em relatório do Tribunal de Contas da União (TCU).

O Estado de S.Paulo, 25/3/2007, p. C6 (com adaptações).

(BB – Escriturário – 2007 – CESPE) Com referência às estruturas e às ideias do texto, bem como a aspectos associados aos temas nele tratados, julgue o próximo item.

(1) O sinal indicativo de crase em "à situação" (l.7) justifica-se pela regência de "pedidos" (l.6) e pela presença de artigo definido, feminino, singular.

1: incorreta. Quem rege a preposição "a", que se aglutina com o artigo definido feminino singular no fenômeno da crase, é o verbo "levaria".

Gabarito 1E

1 Há séculos os estudiosos tentam entender os motivos que levam algumas sociedades a evoluir mais rápido que outras. Só recentemente ficou patente que, além da
4 liberdade, outros fatores intangíveis são essenciais ao desenvolvimento das nações. O principal deles é a capacidade de as sociedades criarem regras de conduta que,
7 caso desrespeitadas, sejam implacavelmente seguidas de sanções.

Veja, 5/9/2007 (com adaptações).

(Analista – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Julgue o seguinte item, a respeito da organização das ideias no texto acima.

(1) A ausência de sinal indicativo de crase em "a evoluir" (l.2) indica que o fato de evoluir é considerado de maneira genérica e indeterminada; se a opção fosse pela determinação, com a presença de artigo definido, seria obrigatório o uso de crase.

1: a crase não ocorre antes de verbo. A assertiva está errada.

Gabarito 1E

1 Durante um bom tempo, a administração da Justiça, no Brasil, fez-se por intermédio do Ouvidor-Geral, a quem se podia recorrer no caso de haver discordância com relação
4 às decisões dos ouvidores setoriais, responsáveis pelas comarcas estabelecidas em cada uma das capitanias hereditárias. Modernamente, a função do ouvidor está
7 relacionada às tarefas de ouvir e de encaminhar as solicitações do cidadão, e as experiências dos municípios e estados que instalaram ouvidorias têm comprovado a
10 importância da aliança entre governantes e governados para o fortalecimento de nossas instituições democráticas. Ao se fazer um apanhado histórico do papel do ouvidor na estrutura
13 do Poder Judiciário, no Brasil, é importante ressaltar que seu surgimento se deu com o objetivo de proteger o cidadão contra qualquer tipo de abuso, garantindo-lhe os direitos
16 fundamentais, hoje elencados pela própria Constituição Federal.

Internet: <http://www.camara.gov.br>.

(Analista – TRT/10ª – 2004 – CESPE) Tendo por base o texto acima, julgue o item que se segue.

(1) O emprego de sinal indicativo de crase em "as experiências" (l.8) preservaria o sentido original e a correção gramatical do texto.

1: em "encaminhar as solicitações do cidadão, e as experiências dos municípios e estados", a palavra "experiências" corresponde a um dos núcleos do objeto direto do verbo *encaminhar*. Caso fosse feito o uso da crase, as relações sintático-semânticas não seriam preservadas, pois "às experiências" corresponderia ao objeto indireto.

Gabarito 1E

Fome de cidadania

1 Campanhas contra a fome não enchem a barriga de ninguém. O doador se alimenta com a bondade de seu gesto, sem garantir o pão de cada dia ao faminto. Provoca-se muito mais ansiedade do que saciedade, sem promover o direito básico de cada ser humano ao alimento e à nutrição.
6 Cabe à família, à sociedade e ao Estado o dever de garantir esse direito a qualquer ser humano, especialmente aos fracos e aos pequenos. Não se faz caridade com a partilha do pão, proclama-se a vocação humana à vida em comunhão. Não é movido por um sentimento piegas que me inclino diante do desvalido, mas em reconhecimento de que minha própria honra foi atingida e ultrajada
12 na indigência de meu semelhante. A solidariedade só é virtude quando se cultiva a justiça. Então, sim, a sociedade se renova em seu compromisso com as exigências da cidadania.

Dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias – RJ.
Internet: <http://www.santacecilia.org.br>. Acesso em dez./2003 (com adaptações – alterado).

(Analista – TJ/AP – 2004 – CESPE) Com base na estruturação sintática e na pontuação do texto II, julgue o item a seguir.

(1) As duas ocorrências do acento indicativo de crase que aparecem na linha 4 são facultativas, devido ao fato de antecederem complementos nominais genéricos.

1: em "Cabe à família, à sociedade e ao Estado o dever de garantir esse direito a qualquer ser humano", o verbo *caber* é transitivo indireto e exige a preposição *a*. As palavras regidas "família" e "sociedade" aceitam o artigo definido feminino. Ocorre a crase.

Gabarito 1E

1 O Superior Tribunal de Justiça (STJ) compõe-se de, no mínimo, 33 ministros nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado
4 Federal. Os ministros são escolhidos por meio de listas tríplices, por voto secreto, pela maioria do plenário, que se reúne para tal fim.
7 Podem ser ministros do STJ os brasileiros com mais de 35 anos e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, conforme determina o
10 texto constitucional. Um terço das vagas é preenchido por juízes dos tribunais regionais federais (TRFs) e um terço é composto por desembargadores dos tribunais de justiça; o
13 terço restante é reservado, em partes iguais, a advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Territórios, alternadamente, desde que
16 tenham mais de 10 anos de efetiva atividade profissional e sejam indicados, em listas sêxtuplas, pelos seus órgãos de representação.

Internet: <http://www.stj.gov.br> (com adaptações).

(Técnico Judiciário – STJ – 2004 – CESPE) A respeito das informações e da estrutura do texto acima, julgue o item que se segue.

(1) No trecho "é reservado, em partes iguais, a advogados" (l.13), o termo sublinhado pode receber o sinal indicativo de crase, sem prejuízo da norma culta brasileira.

1: o termo sublinhado não poderá receber o sinal indicativo de crase, pois é uma preposição exigida pelo termo regente "reservado". A crase ocorre quando há a contração da preposição *a* e do artigo definido feminino *a*. Não há o artigo feminino, pois "advogados" é palavra masculina.

Gabarito 1E

1 Filhos malcriados e agressivos... O problema da autoridade em crise não é do vizinho, não acontece no exterior, não é confortavelmente longínquo. É nosso. Parece
4 que criamos um bando de angustiados, mais do que seria natural. Sim, natural, pois, sobretudo na juventude, plena de incertezas e objeto de pressões de toda sorte, uma boa dose
7 de angústia é do jogo e faz bem.
Mas quando isso nos desestabiliza, a nós, adultos, e nos isola desses de quem estamos ainda cuidando, a quem
10 devemos atenção e carinho, braço e abraço, é porque, atordoados pelo excesso de psicologismo barato, talvez tenhamos desaprendido a dizer não, nem distinguimos

quando se devia dizer sim.
Ter um filho é necessariamente ser responsável. Ensinar numa escola é ser responsável. Estar vivo, enfim, é uma grave responsabilidade.

Lya Luft. Sobre pais e filhos. *In*: **Veja**, 16/6/2004, p. 21 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – STM – 2004 – CESPE) Considere as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima para julgar o item a seguir.

(1) Para preservar a correção gramatical, se o termo "adultos" (l.8) fosse substituído por um termo no feminino, a preposição antes de "nós" (l.8) sofreria contração com o artigo feminino e receberia acento indicativo de crase.

1: em "a nós" o *a* é preposição. Não há a possibilidade de haver um artigo antes do pronome *nós*. Nunca ocorreria a crase.

Gabarito 1E

O caos estampado pelos jornais em relação aos sistemas de saúde dos estados, o alto grau de defasagem dos alunos de escolas públicas, as notas destes nas avaliações oficiais de desempenho escolar e os sensíveis gargalos que dão morosidade aos procedimentos do setor público de toda ordem têm convivido no país com a estabilidade do servidor público concursado. O instituto é uma garantia de Primeiro Mundo à carreira dos funcionários públicos contra as injunções políticas que certamente decorrem das mudanças de governo. E não há nada de errado com ela — é uma segurança de profissionalização do servidor, de que ele não estará servindo ao político que eventualmente ocupa um cargo público, mas ao Estado.

Valor Econômico, 5/10/2007.

(Técnico Judiciário – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Com referência às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item que se segue.

(1) O sinal indicativo de crase em "à carreira" (l.8) justifica-se pela regência da palavra "garantia" e pela presença de artigo definido feminino singular.

1: em "é uma garantia (...) à carreira dos funcionários públicos", a palavra regente "garantia" exige a preposição *a*. A palavra regida aceita artigo. Ocorre a crase.

Gabarito 1C

(Agente de Polícia Federal – 2004 – CESPE) Os fragmentos contidos nos itens seguintes, na ordem em que são apresentados, constituem reescrituras sucessivas de parágrafos de notícia assinada por Julita Lemgruber e publicada no Jornal do Brasil (Internet: <http://www.cesec.ucam.edu.br/artigos.asp>. Acesso em ago./2004). Julgue-os quanto ao emprego do sinal indicativo de crase, à regência, à concordância e à grafia.

(1) Na tarde do dia 29 de abril último, no teatro do SESC Tijuca, adolescentes infratores e sob a responsabilidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas, órgão subordinado à Secretaria da Infância e da Juventude do Estado do Rio de Janeiro, encenaram, orientados por um grupo de profissionais de uma organização nãogovernamental, passagens de suas vidas, a partir de situações e textos criados por eles mesmos.

(2) Os jovens apresentaram à um público, ora perplexo, ora emocionado, mas sempre profundamente impactado, cenas de seu cotidiano: a violência à que estão submetidos dentro de casa; o jovem traficante pegado no flagrante; a relação dos meninos infratores com a polícia e entre eles e o tráfico.

(3) Durante as discussões, em que meninos e meninas, com extraordinária franqueza e emoção, abordaram cenas de suas vidas, uma das meninas disse que sua mãe apanhara de seu pai por anos a fio. Um menino argumentou: "Ora, com todo o respeito, se sua mãe apanhou por tantos anos, ela bem que devia merecer." A menina retrucou, também com respeito, que sua mãe nunca merecera nada; seu pai é que bebia muito.

(4) Este trabalho que obriga a reflexão, provoca questionamento: ajuda a alguns meninos e meninas a concluírem que na vida do crime eles e elas mais perdem que ganham, acaba de ser suspenso. Foi determinado ao grupo de profissionais que vinha trabalhando com os jovens, que, em futuras encenações, estaria proibido o assunto de polícia, de tráfico de drogas, de violência, das lamentáveis condições que são submetidos os adolescentes-infratores privados da liberdade, enfim, de seu trágico cotidiano.

1: correta; **2:** incorreta. Não ocorre crase antes de palavra masculina: "Os jovens apresentaram a um público (...)". Da mesma forma, não houve aglutinação, e portanto ocorre crase, no trecho: "a violência a que estão submetido (...)". Apenas para informação, "pegado" está correto (particípio regular do verbo "pegar"); **3:** correta; **4:** incorreta. "Ajudar" é verbo transitivo direto, portanto a primeira preposição "a" no trecho após os dois pontos é incorreta: "ajuda alguns meninos e meninas a concluírem (...)". Frise-se, também, que em respeito à coerência do texto, os dois pontos deveriam ser substituídos por vírgula.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

Texto

A Revolução Industrial provocou a dissociação entre dois pensamentos: o científico e tecnológico e o humanista. A partir do século XIX, a liberdade do homem começa a ser identificada com a eficiência em dominar e transformar a natureza em bens e serviços. O conceito de liberdade começa a ser sinônimo de consumo. Perde importância a prática das artes e consolidam-se a ciência e a tecnologia. Relega-se a preocupação ética. A procura da liberdade social se faz sem considerar-se sua distribuição. A militância política passa a ser tolerada, mas como opção pessoal de cada um.

Essa ruptura teve o importante papel de contribuir para a revolução do conhecimento científico e tecnológico. A sociedade humana se transformou, com a eficiência técnica e a consequente redução do tempo social necessário à produção dos bens de sobrevivência.

O privilégio da eficiência na dominação da natureza gerou, contudo, as distorções hoje conhecidas: em vez de usar o tempo livre para a prática da liberdade, o homem reorganizou seu projeto e refez seu objetivo no sentido de ampliar o consumo. O avanço técnico e científico, de instrumento da liberdade, adquiriu autonomia e passou a determinar uma estrutura social opressiva, que servisse ao avanço técnico e científico. A liberdade identificou-se com a ideia de consumo. Os meios de produção, que surgiram no avanço técnico, visam ampliar o nível dos meios de produção.

Graças a essa especialização e priorização, foi possível obter-se o elevado nível do potencial de liberdade que o final do século XX oferece à humanidade. O sistema capitalista permitiu que o homem atingisse as vésperas da liberdade em relação ao trabalho alienado, às doenças e à escassez. Mas não consegue permitir que o potencial criado pela ciência e tecnologia seja usado com a eficiência desejada.

(Cristovam Buarque, **Na fronteira do futuro**. Brasília: EDUnB, 1989, p. 13; com adaptações)

(Agente de Polícia Federal – 2000 – CESPE) Julgue o item seguinte, acerca do emprego das palavras e expressões no texto acima.

(1) Na linha 30, o uso da crase em "às doenças" e "à escassez" indica que tais complementos são regidos por "relação" (l. 29), do mesmo modo que "trabalho" (l.30).

1: correta. A locução "em relação" rege a preposição "a". Em "ao trabalho", não ocorre crase por ser palavra masculina; nas demais, femininas, deve-se anotar a crase por meio do acento grave.

Gabarito 1C

A adoção, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, constitui o principal marco no desenvolvimento

da ideia contemporânea de direitos humanos. Os direitos inscritos nessa Declaração constituem um conjunto indissociável e interdependente de direitos individuais e coletivos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, sem os quais a dignidade da pessoa humana não se realiza por completo. A Declaração transformou-se, nesta última metade de século, em uma fonte de inspiração para a elaboração de diversas cartas constitucionais e tratados internacionais voltados à proteção dos direitos humanos. Esse documento, chave do nosso tempo, tornou-se um autêntico paradigma ético a partir do qual se pode medir e contestar a legitimidade de regimes e governos. Os direitos ali inscritos constituem hoje um dos mais importantes instrumentos de nossa civilização, visando assegurar um convívio social digno, justo e pacífico.

Internet: <http://www.direitoshumanos.usp.br/dhbrasil/pndh> (com adaptações).

(Agente de Polícia/RR – 2003 – CESPE) Com base no texto acima e considerando o tema por ele focalizado, julgue o item subsequente.

(1) Na linha 12, a substituição de "à" por para "a" preservaria a coerência e a correção do período.

1: correta. Trata-se de crase facultativa, porque o substantivo "proteção", no caso, não demanda necessariamente a presença do artigo definido.

Gabarito 1C

8. SEMÂNTICA



Gastar um pouquinho a mais durante o mês e logo ver sua conta ficar no vermelho. Isso que parecia apenas um problema de adultos ou pais de famílias está também atingindo os mais jovens.

Diante desse contexto, é fundamental, segundo vários educadores, que a família ensine a criança, desde pequena, a saber lidar com dinheiro e a se envolver com o controle dos gastos. Uma criança que cresça sem essa formação será um adulto menos consciente e terá grandes chances de se tornar um jovem endividado.

Para o jovem que está começando sua vida financeira e profissional, um plano de gastos é útil por excelência, a fim de controlar, de forma equilibrada, o que entra e o que sai. Para isso, é recomendável:

a) anotar todas as despesas que são feitas mensalmente, analisando o resultado de acordo com o que costuma receber;

b) comprar, preferencialmente, à vista;

c) ao receber, estabelecer um dízimo, ou seja, guardar 10% do valor líquido do salário em uma conta de poupança, todo mês.

Graziela Salomão. **Economista explica como o jovem pode controlar seu orçamento e evitar gastar demais**. / *n*: **Época**, 31/10/2005 (com adaptações).

(CEF – Técnico Bancário – 2006 – CESPE) A partir das ideias e das estruturas presentes no texto, julgue os itens a seguir.

(1) Na linha 2, o vocábulo "durante" expressa uma circunstância de continuidade, de permanência.

(2) A expressão "ficar no vermelho" (l.3) está empregada em sentido figurado.

(3) Na passagem "Para o jovem que está começando sua vida financeira e profissional" (l.15-16), há, entre os dois adjetivos, relação de causa e consequência.

(4) No contexto do último parágrafo do texto, a expressão "por excelência" (l.16-17) pode ser substituída, sem perda semântica, por "e excelente".

1: correta, tendo o mesmo valor de "ao longo de"; **2:** correta. Trata-se do sentido conotativo da expressão, bastante utilizada como indicativo de que as despesas superaram as receitas nas contas pessoais; **3:** incorreta. Os adjetivos têm natureza distinta, não se relacionando um com o outro (uma coisa é a vida financeira, outra é a vida profissional). A conjunção aditiva "e" demonstra bem essa situação; **4:** incorreta. "Por excelência" é expressão que significa "de grande importância", "de grande destaque". Sua substituição pelo adjetivo "excelente" causaria, por isso, notória alteração semântica no trecho.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

Uma antiga preocupação dos legisladores do passado era a de assegurar o direito dos povos de manter "os costumes da terra". Assim fizeram os romanos com os municípios e as províncias, que se autogovernavam em troca dos tributos em dinheiro ou soldados para expansão de seu poder. Era de tal forma o respeito a essa autonomia relativa que, em certo momento do regime cruel de Tibério, as eleições chegaram a ser suspensas em Roma, mas se mantiveram nas províncias.

Muitos defendem o federalismo, quando se encontram na oposição, mas dele se esquecem quando chegam ao governo. Os municípios, manietados pela falta de recursos próprios, reclamam pela ajuda dos governos dos estados e da União, quando deveriam articular-se em busca de seus direitos de tributação direta e de autonomia política.

Idem, ibidem.

(Analista – TSE – 2006 – CESPE) No que diz respeito aos sentidos e a aspectos gramaticais do texto acima, assinale a opção incorreta.

(A) Na expressão "era a de assegurar" (l.2), a presença da preposição "de" decorre da regência de "preocupação" (l.1).

(B) O emprego de vírgula após "províncias" (l.4) justifica-se por isolar oração de natureza explicativa.

(C) A substituição de "chegaram a ser" (l.8) por **foram** mantém a correção gramatical do período.

(D) A palavra "manietados" (l.12) está sendo empregada com o sentido de **mobilizados**.

A palavra "manietados" significa "de mãos amarradas", impedidos.

Gabarito "D"

Não somos livres como acreditamos ser. Quando se entende isso, fica evidente que a maior parte dos nossos atos e pensamentos não é tão livre de condicionamentos como gostamos de acreditar. Nossa certeza de sermos livres, de fazermos tudo aquilo que queremos, e quando queremos, é quase sempre uma ilusão. Quase todos, na verdade, carregamos condicionamentos mais ou menos ocultos que, com frequência, tornam difícil a manifestação de uma honestidade genuína, uma criatividade livre, uma intimidade simples e pura. É preciso sublinhar o fato de que todas as posições existenciais necessitam de pelo menos duas pessoas cujos papéis combinem entre si. O algoz, por exemplo, não pode continuar a sê-lo sem ao menos uma vítima. A vítima procurará seu salvador e este último, uma vítima para salvar. O condicionamento para o desempenho de um dos papéis é bastante sorrateiro e trabalha de forma invisível.

Planeta, set./2007 (com adaptações).

(Analista – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Julgue o próximo item, a respeito das ideias e estruturas linguísticas do texto acima.

(1) A expressão "a maior parte dos" (l.2) poderia ser substituída por **quase todos os**, sem prejuízo da coerência ou da correção gramatical do texto, já que as duas expressões têm função significativa semelhante.

1: a expressão "a maior parte dos" não equivale a "quase todos os". "A maior parte" significa maioria, mais da metade (mais que 50%). "Quase todos" indica quantidade próxima à totalidade (quase 100%).

Gabarito 1E

Há séculos os estudiosos tentam entender os motivos que levam algumas sociedades a evoluir mais rápido que outras. Só recentemente ficou patente que, além da liberdade, outros fatores intangíveis são essenciais ao desenvolvimento das nações. O principal deles é a capacidade de as sociedades criarem regras de conduta que, caso desrespeitadas, sejam implacavelmente seguidas de sanções.

Veja, 5/9/2007 (com adaptações).

(Analista – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Julgue o seguinte item, a respeito da organização das ideias no texto acima.

(1) Ao expressar a relação de comparação como "mais rápido que outras" (l.2-3), e, não, como **mais rápido do que outras**, o autor do texto faz opção por um maior grau de formalidade, respeitando regra gramatical da norma culta que prescreve ser errado o emprego da preposição nesse contexto.

1: o autor optou por não utilizar a preposição *de*, porém seu uso não provocaria alteração de sentido: "os estudiosos tentam entender os motivos que levam algumas sociedades a evoluir mais rápido *do* que outras." A assertiva está errada.
Gabarito 1E

Desde que Montesquieu, no século XVIII, em O Espírito das Leis, definiu as linhas básicas do sistema democrático de governo, a ciência política não logrou conceber, até os nossos dias, forma mais significativa de expressão da vontade de um povo no que se refere à convivência em uma sociedade politicamente organizada do que a estabelecida por ele, genialmente, na clássica tríplice separação dos poderes do Estado.

O Estado, entidade inanimada e abstrata, que, ao se realizar, materializa-se na concreção de formas, atos e sentidos, traduz-se nesse imensurável complexo de ações que dão substância ao desejo de conformação política de uma nação.

Internet: <http://www.stf.gov.br/noticias/imprensa>.

(Analista – TRT/10ª – 2004 – CESPE) Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) Pode-se inferir do contexto que a palavra "logrou" (l.3) está sendo empregada com o sentido de desejou.

(2) O emprego do termo "do que" (l.7) é uma exigência que está vinculada ao uso da expressão antecedente "mais significativa" (l.4).

1: em "a ciência política não logrou conceber, até os nossos dias, forma mais significativa de expressão da vontade", o vocábulo *lograr* na locução "logrou conceber" tem a acepção de "usufruir o que se conquistou; gozar, desfrutar". A assertiva está errada; **2:** os termos da expressão comparativa "mais...do que" estão vinculados em: "a ciência política não logrou conceber (...) forma mais significativa de expressão da vontade de um povo (...) do que a [*expressão da vontade*] estabelecida por ele [*pelo próprio povo*]". A assertiva está correta.
Gabarito 1E, 2C

O processo, que é o instrumento que reúne todas as peças da pretensão levada ao juiz, seja do autor, seja do réu, da acusação ou da defesa, é uma engrenagem complexa. A Constituição Federal erigiu o devido processo legal, situado substancialmente no acatamento ao primado do contraditório e do amplo direito de defesa, como um conjunto de regras de valores supremos não só para os julgadores mas também para as partes do qual não pode se afastar o aplicador do direito no momento de exercer a jurisdição.

Entretanto, a esse pretexto, o que se verifica é um eterno vai-e-vem na tramitação do processo, de imperdoável irracionalidade, que não pode ser atribuído ao juiz, mas ao nosso já vetusto sistema processual, ultrapassado em quilômetros de distância da evolução por que passa o Mundo e da qual o Brasil não se pode apartar.

Internet: <http://www.stf.gov.br/noticias/imprensa>.

(Analista – TRT/10ª – 2004 – CESPE) Julgue o item que se segue, relativo ao texto acima.

(1) A palavra "erigiu" (l.4) está sendo empregada com o mesmo significado que apresenta na seguinte frase: O governo erigiu um monumento em granito para celebrar a passagem da data nacional.

1: o verbo *erigir* em "A Constituição Federal erigiu o devido processo legal" tem a acepção de "instituir". Diferente do uso em "O governo erigiu um monumento" em que o significado do verbo é "construir". A assertiva está errada.
Gabarito 1E

Dar o peixe ou ensinar a pescar?

Ainda é muito comum o argumento de que, no combate à pobreza no Brasil, não se deve dar o peixe, mas ensinar a pescar. Os resultados de pesquisas recentes, no entanto, indicam que ensinar a pescar pode ser muito pouco para uma grande massa de população que já se encontra em situação de extrema privação.

A pobreza é uma metáfora para o sofrimento humano trazido à arena pública, e pode ser definida de maneiras distintas. Muita energia é despendida na busca de uma definição rigorosa, capaz de distinguir com clareza o sofrimento suficiente do sofrimento insuficiente para classificar alguém como pobre, mas aqui isso não é necessário: apenas para conduzir a argumentação, vamos tratar pobreza como uma situação extrema, na qual se encontram os indivíduos pertencentes a famílias que não dispõem de renda para adquirir uma cesta de alimentos e outros bens de consumo, como vestimentas e medicamentos.

Pesquisas embasadas nesse tipo de definição estimam que uma fração entre um terço e a metade da população brasileira possa ser considerada pobre. Essa é uma definição forte; e estimativas subjetivas de linhas de pobreza demonstram que boa parte da população brasileira ainda consideraria insuficientes as rendas de famílias que se encontram em níveis superiores aos usados nessas pesquisas como linha de pobreza. Vamos assumir, também, que a existência desse tipo de pobreza é socialmente inaceitável e, portanto, que desejamos erradicá-la o quanto antes. É óbvio que o horizonte de tempo proposto define que tipos de mudança na sociedade serão necessários. Provavelmente, um prazo mais curto exigirá políticas mais drásticas.

Para manter a argumentação em torno das propostas mais debatidas, atualmente, para a erradicação da pobreza no país, vamos definir como limite razoável algo entre uma e duas décadas.

A insuficiência de recursos nas mãos de parte da população pode ser entendida como resultado ou de uma insuficiência generalizada de recursos ou de má distribuição dos recursos existentes. Logo, o combate à pobreza pode tomar dois rumos básicos: aumentar o nível de recursos *per capita* da sociedade ou distribuir melhor os recursos existentes. Nada impede, é claro, que as duas coisas ocorram simultaneamente.

Os caminhos para o aumento dos recursos *per capita* encontram-se entre dois extremos: diminuir a população ou fazer com que a economia cresça mais rápido que ela. Como as estratégias de diminuição da população existente, em um prazo razoável, beiram o absurdo, a proposta de crescimento da economia, maior do que a do crescimento da população, é geralmente muito mais debatida no Brasil.

Dadas as dificuldades que se colocam para o crescimento acelerado de qualquer economia, durante muito tempo se sugeriu que o problema da pobreza no Brasil poderia ser enfrentado pela via do controle de natalidade. Embora esse argumento, ainda hoje, encontre algum eco fora dos meios acadêmicos, todas as evidências empíricas disponíveis rejeitam a viabilidade da erradicação da pobreza por meio da redução no ritmo de reprodução da população.

Marcelo Medeiros. *In*: **UnB Revista**, dez./2003-mar./2004, p. 16-9 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – STJ – 2004 – CESPE) A partir do texto **Dar o peixe ou ensinar a pescar?**, julgue os itens seguintes.

(1) Além de ser correta, a substituição do termo "despendida" (l.9) por dispendida não altera o sentido do texto.

(2) O emprego do itálico em "*per capita*" (l.38 e 41) justifica-se por se tratar de uma expressão estrangeira que significa, no contexto, em língua portuguesa, por cabeça ou por pessoa.

1: não existe registro da palavra "dispendida". O correto para expressar a acepção de "fazer despensas, dispêndios, gastar" é despendida. **2:** emprega-se o itálico em textos digitados ou as aspas em textos manuscritos para indicar palavras estrangeiras. A assertiva está correta.
Gabarito 1E, 2C

1 O caos estampado pelos jornais em relação aos sistemas de saúde dos estados, o alto grau de defasagem dos alunos de escolas públicas, as notas destes nas avaliações
4 oficiais de desempenho escolar e os sensíveis gargalos que dão morosidade aos procedimentos do setor público de toda ordem têm convivido no país com a estabilidade do servidor
7 público concursado. O instituto é uma garantia de Primeiro Mundo à carreira dos funcionários públicos contra as injunções políticas que certamente decorrem das mudanças
10 de governo. E não há nada de errado com ela — é uma segurança de profissionalização do servidor, de que ele não estará servindo ao político que eventualmente ocupa um
13 cargo público, mas ao Estado.

Valor Econômico, 5/10/2007.

(Técnico Judiciário – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Com referência às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item que se segue.

(1) O termo "gargalos" (l.4) está sendo empregado no sentido figurado ou conotativo, e significa obstáculos, empecilhos.

1: em "sensíveis gargalos que dão morosidade aos procedimentos", a palavra *gargalo* está sendo usada no sentido conotativo, representando um obstáculo e não no sentido próprio, que é uma passagem muito estreita.
Gabarito 1C

9. PREPOSIÇÃO

1 Costumamos olhar pouco para fora do Brasil quando tentamos compreender o que estamos vivendo. Faz muito que a distância entre os países desapareceu, no plano
4 objetivo. Continuamos, porém, vivendo "isolados do mundo", como diz uma canção, ainda que apenas na subjetividade.
7 Se pensarmos no que está à nossa volta, na América do Sul, então, mais ainda. Mesmo quando é bem informado, o brasileiro típico se mostra mais capaz de dar notícia do que
10 ocorre na Europa e nos Estados Unidos da América do que em qualquer de nossos vizinhos.
É pena, pois estar mais informados sobre o que
13 acontece além das fronteiras pode ajudar muito a que nos entendamos como país.

Marcos Coimbra. "Olhando à nossa volta". In: *Correio Braziliense*, 23/9/2007 (com adaptações).

(Analista – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Com relação às ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item a seguir:

(1) Na linha 9, a preposição **de**, em "do que", introduz o segundo termo de uma comparação iniciada com "mais capaz de".

1: a preposição de no sintagma em questão faz parte do primeiro termo da comparação e tem valor de pronome demonstrativo: "o brasileiro típico se mostra *mais capaz de* dar notícia daquilo que ocorre na Europa e nos Estados Unidos da América *do que* em qualquer de nossos vizinhos." O segundo termo da comparação está na outra ocorrência de "do que" em: "*do que* em qualquer de nossos vizinhos". A assertiva está incorreta.
Gabarito 1E

1 Não somos livres como acreditamos ser. Quando se entende isso, fica evidente que a maior parte dos nossos atos e pensamentos não é tão livre de condicionamentos como
4 gostamos de acreditar. Nossa certeza de sermos livres, de fazermos tudo aquilo que queremos, e quando queremos, é quase sempre uma ilusão. Quase todos, na verdade,
7 carregamos condicionamentos mais ou menos ocultos que, com frequência, tornam difícil a manifestação de uma honestidade genuína, uma criatividade livre, uma intimidade
10 simples e pura. É preciso sublinhar o fato de que todas as posições existenciais necessitam de pelo menos duas pessoas cujos papéis combinem entre si. O algoz, por exemplo, não
13 pode continuar a sê-lo sem ao menos uma vítima. A vítima procurará seu salvador e este último, uma vítima para salvar. O condicionamento para o desempenho de um dos papéis é
16 bastante sorrateiro e trabalha de forma invisível.

Planeta, set./2007 (com adaptações).

(Analista – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Julgue o próximo item, a respeito das ideias e estruturas linguísticas do texto acima.

(1) Na linha 9, a inserção da preposição **de** imediatamente antes de "uma criatividade" e de "uma intimidade" preservaria a coerência e a correção gramatical do texto, explicitando haver mais de um complemento para "manifestação" (l.8).

1: a inserção da preposição em: "tornam difícil a *manifestação* de uma honestidade genuína, de uma criatividade livre, de uma intimidade simples e pura." mantém as relações sintático-semânticas e deixa claro quem são os complementos de "manifestação". A assertiva está correta.
Gabarito 1C

1 Há séculos os estudiosos tentam entender os motivos que levam algumas sociedades a evoluir mais rápido que outras. Só recentemente ficou patente que, além da
4 liberdade, outros fatores intangíveis são essenciais ao desenvolvimento das nações. O principal deles é a capacidade de as sociedades criarem regras de conduta que,
7 caso desrespeitadas, sejam implacavelmente seguidas de sanções.

Veja, 5/9/2007 (com adaptações).

(Analista – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Julgue o seguinte item, a respeito da organização das ideias no texto acima.

(1) O emprego da preposição **de** separada do artigo que determina "sociedades", em "a capacidade de as sociedades" (l.5-6), indica que o termo "as sociedades" é o sujeito da oração subordinada.

1: não é porque a preposição *de* está separada do artigo *a* que "as sociedades" é o sujeito da oração subordinada reduzida de infinitivo ("as sociedades criarem regras"). Alguns gramáticos repudiam a contração da preposição *de* com parte do núcleo do sujeito ("*das* sociedades criarem") argumentando que o sujeito não pode vir seguido de preposição. Cunha & Cintra dizem que "Quando a preposição que antecede o artigo está relacionada com o verbo, e não com o substantivo que o artigo introduz, é **aconselhável** [*grifo nosso*] que os dois elementos fiquem separados, embora não faltem exemplos de sua aglutinação..." (CUNHA, C. & CINTRA, L.F.L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 209). Entretanto Bechara explica que "não se trata (...) de regência preposicional do sujeito, mas do contato de duas palavras que, por hábito e por eufonia, costumam ser incorporadas na pronúncia. (...) O que a lição dos fatos nos permite ensinar é que ambas as construções são corretas" (BECHARA, E. **Lições de Português pela análise sintática**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001, pp. 190-191). Em conclusão, o sujeito da oração subordinada é "as sociedades" havendo a contração ou não.
Gabarito 1E

Justiça Itinerante Fluvial

Uma das faces do funcionamento do Juizado Especial no Estado do Amapá é a Justiça Itinerante Fluvial. Essa modalidade de serviço judiciário consiste no atendimento de comunidades ribeirinhas por meio da utilização de uma embarcação adaptada para o atendimento judiciário em áreas não servidas por postos avançados e inacessíveis por estradas. Esta desloca-se pelo rio Amazonas e afluentes, visitando ribeirinhos, até o distrito de Bailique, arquipélago localizado no extremo norte do estado. Em seu interior ocorrem audiências cíveis, criminais e de família, em que juízes e promotores efetuam todos os procedimentos judiciários necessários: fazem interrogatórios, proferem sentenças, efetuam conciliações, etc. Nas jornadas do Juizado Itinerante Fluvial, diversas comunidades ribeirinhas são visitadas pela equipe. Na embarcação, que serve de base para a execução dos trabalhos, a comunidade ribeirinha recebe uma ampla orientação de seus direitos e da forma como podem deles usufruir como cidadãos amapaenses. A base fica ancorada em pontos estratégicos no meio do rio, e os interessados aproximam-se em pequenos barcos e canoas, para serem prontamente atendidos pelos serventuários ali presentes. Pela peculiaridade de algumas localidades, nem sempre há a necessidade de o atendimento ser efetuado dentro da embarcação. Nesses casos, o atendimento ocorre em centros comunitários ou escolas da própria localidade. Assim, diversas famílias têm alcançado direitos antes tidos como impossíveis, tais como certidões de nascimento de seus filhos, certidões de casamento, posse de terras, etc.

A Lei n.º 9.099/1995 introduziu importantes modificações no sistema penal e processual brasileiro, instituindo os juizados especiais, possibilitando a aplicação de novos institutos, como transação e suspensão condicional do processo. Com isso, nas pequenas infrações, o autor e a vítima poderão ser poupados das delongas e dos prazos decorrentes do processo, com a solução imediata do litígio, por meio da composição, tanto no âmbito civil como no criminal.

Nessa nova realidade de aplicação de penas, a justiça do Amapá visualizou um horizonte infinito de trabalho, tendo a sua disposição o respaldo da lei. Surgiram então os Juizados Itinerantes Terrestre e Fluvial, com a premissa máster de oferecer às comunidades distantes das cidades o mesmo atendimento encontrado nos fóruns, pois as jornadas itinerantes são compostas por juízes, promotores, escrivães, policiais, e toda a infra-estrutura para a realização de audiências cíveis, criminais e de família.

Internet: <http://www.tjap.gov.br>. Acesso em dez./2003 (com adaptações).

(Analista – TJ/AP – 2004 – CESPE) A respeito das ideias e das estruturas do texto I, julgue o item seguinte.

(1) No segmento "nem sempre há a necessidade de o atendimento ser efetuado dentro da embarcação", os vocábulos sublinhados podem, sem se incorrer em erro, ser contraídos da seguinte forma: **do**.

1: a banca considerou errada a assertiva, mas há entendimento diverso, conforme o comentário feito à questão anterior. Entendemos que o sujeito da oração subordinada é "o atendimento", havendo a contração ou não.
Gabarito 1E

O processo, que é o instrumento que reúne todas as peças da pretensão levada ao juiz, seja do autor, seja do réu, da acusação ou da defesa, é uma engrenagem complexa. A Constituição Federal erigiu o devido processo legal, situado substancialmente no acatamento ao primado do contraditório e do amplo direito de defesa, como um conjunto de regras de valores supremos não só para os julgadores mas também para as partes do qual não pode se afastar o aplicador do direito no momento de exercer a jurisdição.

Entretanto, a esse pretexto, o que se verifica é um eterno vai-e-vem na tramitação do processo, de imperdoável irracionalidade, que não pode ser atribuído ao juiz, mas ao nosso já vetusto sistema processual, ultrapassado em quilômetros de distância da evolução por que passa o Mundo e da qual o Brasil não se pode apartar.

Internet: <http://www.stf.gov.br/noticias/imprensa>.

(Analista – TRT/10ª – 2004 – CESPE) Em relação ao texto acima, julgue o item que se segue.

(1) Na linha 5, a presença de preposição em "ao primado" justifica-se pela regência de "situado".

1: a presença da preposição *a* no sintagma "ao primado" justifica-se pela regência de "acatamento": "situado substancialmente no acatamento ao primado do contraditório". A assertiva está errada.
Gabarito 1E

10. VOZES VERBAIS

Levantamento do Ministério da Saúde revela o mapa da contaminação ambiental no Brasil e conclui que a população está adoecendo por causa da poluição do solo e da água. O estudo informa que há 1,3 milhão de pessoas expostas diretamente ao perigo. São moradores próximos às 15 mil áreas identificadas no relatório da Secretaria de Vigilância em Saúde. Nesse diagnóstico nacional, o estado de São Paulo aparece como a região mais crítica. Tem 157 áreas de contaminação, que colocam em risco 470 mil pessoas.

Samanta Sallum. *In*: **Correio Braziliense**, 12/1/2005 (com adaptações).

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Em relação ao texto acima, julgue os próximos itens.

(1) O período estaria gramaticalmente correto se as formas verbais "revela" (ℓ.1), "conclui" (ℓ.2) e "informa" (ℓ.4) estivessem no pretérito perfeito.

(2) À linha 4, estaria igualmente correto o uso de **há 1,3 milhões**.

(3) O sinal indicativo de crase em "às 15 mil áreas" (ℓ.5-6) decorre de dois fatores: no contexto, a regência da palavra "próximo" exige preposição "a", e a expressão "15 mil áreas" admite artigo definido no plural.

(verbo) 1: Certo. No contexto, tanto a conjugação das formas verbais no presente do indicativo quanto no pretérito perfeito do indicativo expressam uma ação que ocorre durante o momento em que se fala. O pretérito perfeito indica uma ação que foi totalmente realizada, ou seja, no contexto, o "levantamento" foi completamente finalizado.
2: Errado. No caso de expressões numéricas decimais, a concordância é feita da seguinte forma: a palavra que vem depois concorda com o algarismo antes da virgula (Exemplos: 1,3 milhão ou 4,7 milhões).
3: Certo. O emprego da crase ocorre quando há a contração da preposição a e do artigo definido a ou as. Desse modo, é necessário observar a regência da palavra "próximo" (que é regida pela preposição a – próximo a que/quem) e da presença do artigo definido no plural (as 15 mil áreas).
Gabarito 1C, 2E, 3C

Mesmo quando sucumbimos aos nossos impulsos consumistas, estamos sempre pagando um preço além daquele debitado em nossa conta bancária. Quando você compra um carro, por exemplo, não está adquirindo apenas um veículo útil ou um símbolo de *status*. Você leva também um possível agente poluidor e — se levarmos em conta os números de acidentes nas estradas do país — uma arma em potencial. Nesse caso, há o preço da consciência ambiental e da responsabilidade de dirigir não apenas para si mesmo, mas para a comunidade como um todo. O comprador acaba levando mais do que compra e, para o bem maior da coletividade, é preciso que arque com essas despesas extras.

Planeta, maio/2006, p. 50 (com adaptações).

(BB – Escriturário – 2008 – CESPE) A partir do texto acima, julgue o item que se segue.

(1) A grafia de "arque" (l.12) comprova que se admite, para o verbo arcar, também a grafia arquar.

1: incorreta. O uso do dígrafo "qu" em "arque" ocorre apenas para mantermos o fonema /k/ do verbo.

Gabarito 1E

1 Mesmo quando sucumbimos aos nossos impulsos consumistas, estamos sempre pagando um preço além daquele debitado em nossa conta bancária. Quando você 4 compra um carro, por exemplo, não está adquirindo apenas um veículo útil ou um símbolo de *status*. Você leva também um possível agente poluidor e — se levarmos em conta os 7 números de acidentes nas estradas do país — uma arma em potencial. Nesse caso, há o preço da consciência ambiental e da responsabilidade de dirigir não apenas para si mesmo, 10 mas para a comunidade como um todo. O comprador acaba levando mais do que compra e, para o bem maior da coletividade, é preciso que arque com essas despesas extras.

Planeta, maio/2006, p. 50 (com adaptações).

(BB – Escriturário – 2008 – CESPE) A partir do texto acima, julgue o item que se segue.

(1) Pelo desenvolvimento das ideias no texto, é correto afirmar que o pronome em "você compra" (l.3-4) refere-se a qualquer pessoa, a nenhum sujeito específico; por essa razão, a substituição desse termo por "compramos" mantém a coerência textual e a correção gramatical do texto.

1: incorreta. A alteração da conjugação verbal transforma o sujeito da oração (de "você" para "nós") e, ainda que se mantenha a ideia de generalidade, não se dirigindo a nenhuma pessoa específica, implicaria a concordância de todos os demais elementos com o plural do novo sujeito.

Gabarito 1E

1 Uma das faces do funcionamento do Juizado Especial no Estado do Amapá é a Justiça Itinerante Fluvial. Essa modalidade de serviço judiciário consiste no atendimento de 4 comunidades ribeirinhas por meio da utilização de uma embarcação adaptada para o atendimento judiciário em áreas não servidas por postos avançados e inacessíveis por estradas.

7 Esta desloca-se pelo rio Amazonas e afluentes, visitando ribeirinhos, até o distrito de Bailique, arquipélago localizado no extremo norte do estado. Em seu interior ocorrem audiências 10 cíveis, criminais e de família, em que juízes e promotores efetuam todos os procedimentos judiciários necessários: fazem interrogatórios, proferem sentenças, efetuam conciliações, etc.

13 Nas jornadas do Juizado Itinerante Fluvial, diversas comunidades ribeirinhas são visitadas pela equipe. Na embarcação, que serve de base para a execução dos trabalhos, 16 a comunidade ribeirinha recebe uma ampla orientação de seus direitos e da forma como podem deles usufruir como cidadãos amapaenses. A base fica ancorada em pontos estratégicos no 19 meio do rio, e os interessados aproximam-se em pequenos barcos e canoas, para serem prontamente atendidos pelos serventuários ali presentes.

22 Pela peculiaridade de algumas localidades, nem sempre há a necessidade de o atendimento ser efetuado dentro da embarcação. Nesses casos, o atendimento ocorre em 25 centros comunitários ou escolas da própria localidade. Assim, diversas famílias têm alcançado direitos antes tidos como impossíveis, tais como certidões de nascimento de seus filhos, 28 certidões de casamento, posse de terras, etc.

A Lei n.º 9.099/1995 introduziu importantes modificações no sistema penal e processual brasileiro, 31 instituindo os juizados especiais, possibilitando a aplicação de novos institutos, como transação e suspensão condicional do processo.

34 Com isso, nas pequenas infrações, o autor e a vítima poderão ser poupados das delongas e dos prazos decorrentes do processo, com a solução imediata do litígio, por meio da 37 composição, tanto no âmbito civil como no criminal.

Nessa nova realidade de aplicação de penas, a justiça do Amapá visualizou um horizonte infinito de trabalho, tendo 40 a sua disposição o respaldo da lei. Surgiram então os Juizados Itinerantes Terrestre e Fluvial, com a premissa máster de oferecer às comunidades distantes das cidades o mesmo 43 atendimento encontrado nos fóruns, pois as jornadas itinerantes são compostas por juízes, promotores, escrivães, policiais, e toda a infraestrutura para a realização de 46 audiências cíveis, criminais e de família.

Internet: <http://www.tjap.gov.br>. Acesso em dez./2003 (com adaptações).

(Analista – TJ/AP – 2004 – CESPE) A respeito das ideias e das estruturas do texto I, julgue o item seguinte:

(1) As ideias e a correção gramatical do texto serão mantidas, caso o trecho na voz passiva "as jornadas (...) de família" (l.43-46) seja reescrito na voz ativa como **juízes, promotores, escrivães e policiais, bem como toda a infraestrutura para a realização de audiências cíveis, criminais e de família, compõem as jornadas itinerantes**.

1: o trecho na voz passiva "as jornadas itinerantes são compostas por juízes, promotores, escrivães [*sic* – o correto é *escrivães*], policiais, e toda a infraestrutura para a realização de 46 audiências cíveis, criminais e de família" pode ser reescrito na voz ativa, substituindo a forma verbal "são compostas" por "compõem". Além disso, o agente da passiva será o sujeito da ativa e o sujeito da passiva ("as jornadas itinerantes") será o objeto da ativa.

Gabarito 1C

11. ORTOGRAFIA

(Analista – TRE/PA – 2005 – CESPE) Assinale a opção em que o fragmento de texto está gramaticalmente correto quanto a grafia, morfologia e sintaxe.

(A) Segundo estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a maioria dos latinosamericanos considera que a democracia é indispensável para o desenvolvimento e é preferível à qualquer outra forma de governo, embora se mostrem insatisfeitos com seu desempenho.

(B) De acordo com os dados da pesquisa A Democracia na América Latina, realizados pelo PNUD, 66% dos latino-americanos considera que a democracia é indispensável para o desenvolvimento de seus países e que não pode haver democracia sem partidos políticos ou congressos.

(C) A satisfação ou insatisfação com a democracia, segundo conclusões de pesquisa encomendada pela ONU, na América Latina, estão relacionados com sua eficácia para resolver os problemas econômico, social e politico do país.

(D) Passados 20 anos da Campanha Diretas Já, o Brasil, segundo relatório do PNUD, apresenta uma situação contraditória: atinge a melhor avaliação no Índice de Democracia Eleitoral, mas, ao mesmo tempo, tem uma população que abriria mão do sistema democrático em prol de uma economia mais segura.

(E) Conforme o relatório do PNUD, 64,7% dos entrevistados — entre os 18.643 latino-americanos ouvidos — afirmam que os governantes não cumprem o que promete por que mentem para ganhar as eleições. A maior parte se queixam também da corrupção, ineficiência do Judiciário, falta de profissionalismo combinada com o abuso da força policial e incapacidade dos governos de resolver problemas sociais básicos.

Opções adaptadas. Internet: <http://www.eleicoes.infonet.com.br>.

A: "a maioria dos latino-americanos considera (...) embora se mostre insatisfeita"; **B:** "De acordo com os dados da pesquisa (...) realizada pelo PNUD, "66% dos latino-americanos consideram"; **C:** "A satisfação (...) está relacionada com sua eficácia para resolver os problemas econômico, social e político"; **D:** o período está gramaticalmente correto; **E:** "os governantes não cumprem o que prometem, porque (...). A maior parte se queixa (...)".

Gabarito "D"

Justiça Itinerante Fluvial

Uma das faces do funcionamento do Juizado Especial no Estado do Amapá é a Justiça Itinerante Fluvial. Essa modalidade de serviço judiciário consiste no atendimento de comunidades ribeirinhas por meio da utilização de uma embarcação adaptada para o atendimento judiciário em áreas não servidas por postos avançados e inacessíveis por estradas. Esta desloca-se pelo rio Amazonas e afluentes, visitando ribeirinhos, até o distrito de Bailique, arquipélago localizado no extremo norte do estado. Em seu interior ocorrem audiências cíveis, criminais e de família, em que juízes e promotores efetuam todos os procedimentos judiciários necessários: fazem interrogatórios, proferem sentenças, efetuam conciliações, etc.

Nas jornadas do Juizado Itinerante Fluvial, diversas comunidades ribeirinhas são visitadas pela equipe. Na embarcação, que serve de base para a execução dos trabalhos, a comunidade ribeirinha recebe uma ampla orientação de seus direitos e da forma como podem deles usufruir como cidadãos amapaenses. A base fica ancorada em pontos estratégicos no meio do rio, e os interessados aproximam-se em pequenos barcos e canoas, para serem prontamente atendidos pelos serventuários ali presentes.

Pela peculiaridade de algumas localidades, nem sempre há a necessidade de o atendimento ser efetuado dentro da embarcação. Nesses casos, o atendimento ocorre em centros comunitários ou escolas da própria localidade. Assim, diversas famílias têm alcançado direitos antes tidos como impossíveis, tais como certidões de nascimento de seus filhos, certidões de casamento, posse de terras, etc.

A Lei n.º 9.099/1995 introduziu importantes modificações no sistema penal e processual brasileiro, instituindo os juizados especiais, possibilitando a aplicação de novos institutos, como transação e suspensão condicional do processo.

Com isso, nas pequenas infrações, o autor e a vítima poderão ser poupados das delongas e dos prazos decorrentes do processo, com a solução imediata do litígio, por meio da composição, tanto no âmbito civil como no criminal.

Nessa nova realidade de aplicação de penas, a justiça do Amapá visualizou um horizonte infinito de trabalho, tendo a sua disposição o respaldo da lei. Surgiram então os Juizados Itinerantes Terrestre e Fluvial, com a premissa máster de oferecer às comunidades distantes das cidades o mesmo atendimento encontrado nos fóruns, pois as jornadas itinerantes são compostas por juízes, promotores, escrivães, policiais, e toda a infraestrutura para a realização de audiências cíveis, criminais e de família.

Internet: <http://www.tjap.gov.br>. Acesso em dez./2003 (com adaptações).

(Analista – TJ/AP – 2004 – CESPE) A respeito das ideias e das estruturas do texto I, julgue o item seguinte.

(1) No singular, os vocábulos "fóruns" e "juízes" têm, respectivamente, a seguinte grafia: fórum e juiz.

1: a assertiva está correta. Normalmente, o plural de palavras terminadas em *-m* é formado pela terminação *-ns* e o plural de palavras terminadas em *-z* é formado pela terminação *-es*.
Gabarito 1C

(Escrivão de Polícia/PA – 2006 – CESPE) Os interesses econômicos das grandes potências aconselharam o encorajamento das **reinvidicações**(1) dos trabalhadores, em todo o mundo. Era preciso evitar que países onde as forças sindicais eram **débeis**(2) fizessem concorrência industrial aos países onde essas forças eram mais ativas. Era preciso impedir a **vil**(3) remuneração da mão de obra operária, em **prejuízo**(4) das economias então dominantes. Assim, razões extremamente estreitas e egoístas geraram a contradição de contribuir para o avanço do movimento operário, em escala mundial.

Idem, *ibidem* (com adaptações).

Assinale a opção em que o número apresentado corresponde à palavra do texto acima cuja grafia não está de acordo com as normas da língua padrão.

(A) 1.
(B) 2.
(C) 3.
(D) 4.

A única palavra que está grafada em desacordo com as normas da língua padrão é a de número 1, pois o correto é "reivindicações". Portanto, a alternativa "A" deve ser assinalada.
Gabarito "A"

A Revolução Industrial provocou a dissociação entre dois pensamentos: o científico e tecnológico e o humanista. A partir do século XIX, a liberdade do homem começa a ser identificada com a eficiência em dominar e transformar a natureza em bens e serviços. O conceito de liberdade começa a ser sinônimo de consumo. Perde importância a prática das artes e consolidam-se a ciência e a tecnologia. Relega-se a preocupação ética. A procura da liberdade social se faz sem considerar-se sua distribuição. A militância política passa a ser tolerada, mas como opção pessoal de cada um.

Essa ruptura teve o importante papel de contribuir para a revolução do conhecimento científico e tecnológico. A sociedade humana se transformou, com a eficiência técnica e a consequente redução do tempo social necessário à produção dos bens de sobrevivência.

O privilégio da eficiência na dominação da natureza gerou, contudo, as distorções hoje conhecidas: em vez de usar o tempo livre para a prática da liberdade, o homem reorganizou seu projeto e refez seu objetivo no sentido de ampliar o consumo. O avanço técnico e científico, de instrumento da liberdade, adquiriu autonomia e passou a determinar uma estrutura social opressiva, que servisse ao avanço técnico e científico. A liberdade identificou-se com a ideia de consumo. Os meios de produção, que surgiram no avanço técnico, visam ampliar o nível dos meios de produção.

Graças a essa especialização e priorização, foi possível obter-se o elevado nível do potencial de liberdade que o final do século XX oferece à humanidade. O sistema capitalista permitiu que o homem atingisse as vésperas da liberdade em relação ao trabalho alienado, às doenças e à escassez. Mas não consegue permitir que o potencial criado pela ciência e tecnologia seja usado com a eficiência desejada.

(Cristovam Buarque, **Na fronteira do futuro**. Brasília: EDUnB, 1989, p. 13; com adaptações)

(Agente de Polícia Federal – 2000 – CESPE) Julgue o item abaixo, relativos às ideias do texto.

(1) A omissão do artigo "o" imediatamente antes de "tecnológico" (l. 2) indica que "científico e tecnológico" constitui um item da oposição e "humanista" (l. 2), outro.

1: correta. A inexistência do artigo definido pretende demonstrar que "científico e tecnológico" deve ser visto como um único elemento.
Gabarito 1C

12. REGÊNCIAS VERBAL E NOMINAL



Gastar um pouquinho a mais durante o mês e logo ver sua conta ficar no vermelho. Isso que parecia apenas um problema de adultos ou pais de famílias está também atingindo os mais jovens.

Diante desse contexto, é fundamental, segundo vários educadores, que a família ensine a criança, desde pequena, a saber lidar

com dinheiro e a se envolver com o controle dos gastos. Uma criança que cresça sem essa formação será um adulto menos consciente e terá grandes chances de se tornar um jovem endividado.

Para o jovem que está começando sua vida financeira e profissional, um plano de gastos é útil por excelência, a fim de controlar, de forma equilibrada, o que entra e o que sai. Para isso, é recomendável:

a) anotar todas as despesas que são feitas mensalmente, analisando o resultado de acordo com o que costuma receber;

b) comprar, preferencialmente, à vista;

c) ao receber, estabelecer um dízimo, ou seja, guardar 10% do valor líquido do salário em uma conta de poupança, todo mês.

Graziela Salomão. **Economista explica como o jovem pode controlar seu orçamento e evitar gastar demais**. *In*: **Época**, 31/10/2005 (com adaptações).

(CEF – Técnico Bancário – 2006 – CESPE) A partir das ideias e das estruturas presentes no texto, julgue os itens a seguir.

(1) No trecho "que a família ensine a criança, desde pequena, a saber lidar com dinheiro e a se envolver com o controle dos gastos" (l.9-12), o verbo ensinar rege um complemento com preposição e um sem preposição.

1: correta. "A criança" é complemento sem preposição ("a" é artigo definido feminino singular), enquanto "a saber lidar" é complemento preposicionado ("a" é preposição).
Gabarito 1C

Mesmo quando sucumbimos aos nossos impulsos consumistas, estamos sempre pagando um preço além daquele debitado em nossa conta bancária. Quando você compra um carro, por exemplo, não está adquirindo apenas um veículo útil ou um símbolo de *status*. Você leva também um possível agente poluidor e — se levarmos em conta os números de acidentes nas estradas do país — uma arma em potencial. Nesse caso, há o preço da consciência ambiental e da responsabilidade de dirigir não apenas para si mesmo, mas para a comunidade como um todo. O comprador acaba levando mais do que compra e, para o bem maior da coletividade, é preciso que arque com essas despesas extras.

Planeta, maio/2006, p. 50 (com adaptações).

(BB – Escriturário – 2008 – CESPE) A partir do texto acima, julgue o item que se segue.

(1) Quando tem complementação, como na acepção usada em "sucumbimos" (l.1), o verbo sucumbir exige o emprego da preposição a, como em "aos nossos impulsos" (l.1). Por isso, se esse complemento estivesse no feminino plural, seria correto o emprego de "às".

1: correta. Ocorreria a crase pela aglutinação da preposição "a" com o artigo definido feminino plural "as".
Gabarito 1C

(BB – Escriturário – 2008 – CESPE) A partir do texto acima, julgue o item que se segue.

(1) O emprego das preposições em "da responsabilidade" (l.9) e "para a comunidade" (l.10) é exigido, respectivamente, por "preço" (l.8) e "dirigir" (l.9).

1: correta. As preposições atendem às regras de regência aplicáveis aos termos em destaque.
Gabarito 1C

Em meio a uma crise da qual ainda não sabe como escapar, a União Europeia celebra os 50 anos do Tratado de Roma, pontapé inicial da integração no continente. Embora sejam muitos os motivos para comemorar, como a manutenção da paz e a consolidação do mercado comum, os chefes dos 27 Estados-membros têm muito com o que se preocupar. A discussão sobre a Constituição única não vai adiante, a expansão para o leste dificulta a tomada de decisões e os cidadãos têm dificuldade para identificar-se como parte da megaestrutura europeia.

O Estado de S.Paulo, 25/3/2007, p. A20.

(BB – Escriturário – 2007 – CESPE) Com referência às estruturas e às ideias do texto, bem como a aspectos associados aos temas nele tratados, julgue o item subsequente.

(1) O emprego de preposição em "da qual" (l.1) atende à regência do verbo "escapar" (l.2).

1: correta. "Escapar" rege a preposição "de", que acaba por aglutinar-se com a locução pronominal "a qual" para formar o adjunto adverbial.
Gabarito 1C

(Analista – TSE – 2006 – CESPE) Assinale a opção que apresenta fragmento de texto gramaticalmente correto.

(A) O presidente do TSE, Marco Aurélio de Mello, atribuiu ao "aprimoramento" do processo eleitoral eletrônico a velocidade da totalização dos votos. Nesta última eleição, o TSE bateu o recorde histórico, alcançando a totalização de 90% dos votos às 19 h. Às 21 h 15 min, já haviam sido apuradas 99% das urnas.

(B) "Estamos num caminho certo, no caminho que consagra o sistema que preserva, acima de tudo, a vontade do eleitor", destacou. O presidente lembrou de que a expectativa inicial era de chegar ao patamar de 90% dos votos totalizados em todo o país às 22 horas, mas o índice foi alcançado às 19 h 30 min.

(C) O presidente do TSE avaliou que o sistema de votação brasileiro é "satisfatório", tendo sido preservado a vontade do eleitor. Marco Aurélio ponderou que, diante da agilidade na apuração dos votos, a antecipação do resultado final em todo o país não é o mais importante no momento.

(D) Ao responder uma questão sobre os resultados apontados na apuração do segundo turno presidencial, o ministro Marco Aurélio considerou que, "sem dúvida alguma, a diferença maior de votos resulta por legitimidade para o candidato eleito". O ministro Marco Aurélio congratulou aos eleitores brasileiros que, mais uma vez, compareceram às urnas para exercer "esse direito inerente à cidadania, que é o direito de escolher os representantes".

Opções adaptadas. Internet: <www.tse.gov.br>.

A: correta; **B:** "O presidente lembrou que a expectativa inicial era chegar ao patamar de 90% dos votos (...)"; **C:** verifique a concordância: "tendo sido preservada *a vontade* do eleitor."; **D:** o verbo transitivo direto e indireto *congratular* exige a preposição *por*: "O ministro Marco Aurélio congratulou os eleitores brasileiros por que, mais uma vez, compareceram às urnas".
Gabarito "A"

Durante um bom tempo, a administração da Justiça, no Brasil, fez-se por intermédio do Ouvidor-Geral, a quem se podia recorrer no caso de haver discordância com relação às decisões dos ouvidores setoriais, responsáveis pelas comarcas estabelecidas em cada uma das capitanias hereditárias. Modernamente, a função do ouvidor está relacionada às tarefas de ouvir e de encaminhar as solicitações do cidadão, e as experiências dos municípios e

estados que instalaram ouvidorias têm comprovado a importância da aliança entre governantes e governados para o fortalecimento de nossas instituições democráticas. Ao se fazer um apanhado histórico do papel do ouvidor na estrutura do Poder Judiciário, no Brasil, é importante ressaltar que seu surgimento se deu com o objetivo de proteger o cidadão contra qualquer tipo de abuso, garantindo-lhe os direitos fundamentais, hoje elencados pela própria Constituição Federal.

Internet: <http://www.camara.gov.br>.

(Analista – TRT/10ª – 2004 – CESPE) Tendo por base o texto acima, julgue o item que se segue.

(1) A preposição empregada em "a quem" (l.2) justifica-se pela regência do verbo "recorrer" (l.3).

1: na oração "a quem se podia recorrer no caso de haver discordância", o verbo regente *recorrer* é transitivo indireto e exige a preposição *a*. A assertiva está correta.
Gabarito 1C

Filhos malcriados e agressivos... O problema da autoridade em crise não é do vizinho, não acontece no exterior, não é confortavelmente longínquo. É nosso. Parece que criamos um bando de angustiados, mais do que seria natural. Sim, natural, pois, sobretudo na juventude, plena de incertezas e objeto de pressões de toda sorte, uma boa dose de angústia é do jogo e faz bem.

Mas quando isso nos desestabiliza, a nós, adultos, e nos isola desses de quem estamos ainda cuidando, a quem devemos atenção e carinho, braço e abraço, é porque, atordoados pelo excesso de psicologismo barato, talvez tenhamos desaprendido a dizer não, nem distinguimos quando se devia dizer sim.

Ter um filho é necessariamente ser responsável. Ensinar numa escola é ser responsável. Estar vivo, enfim, é uma grave responsabilidade.

Lya Luft. Sobre pais e filhos. *In*: Veja, 16/6/2004, p. 21 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – STM – 2004 – CESPE) Considere as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima para julgar o item a seguir.

(1) Preserva-se a coerência textual ao se substituir o pronome "quem" (l.9) pelo pronome **que**; mas para se preservar a correção gramatical será, então, necessário retirar-se a preposição que o antecede.

1: em "e nos isola desses de quem estamos ainda cuidando, a quem devemos", as preposições que antecedem as duas ocorrências do pronome *quem* se justificam por exigência dos verbos regentes *cuidar* e *dever*. A substituição do pronome "quem" por "que" seria possível, porém as preposições permaneceriam.
Gabarito 1E

(Fiscal de Tributos Estaduais/AC – 2006 – CESPE) Assinale a opção gramaticalmente **incorreta**.

(A) O plenário do STF elegeu na quarta-feira, dia 15/3, por oito votos a um, a juíza Ellen Gracie como nova presidenta da corte; ela é a primeira mulher a ser eleita para o cargo mais alto do Poder Judiciário brasileiro.

(B) Devido à proximidade das eleições, a ministra Gracie tornar-se-á, muito provavelmente, a primeira mulher a assumir interinamente a presidência da República, em caso de viagem do presidente Lula.

(C) Segundo a assessoria do STF, o ministro Jobim, obedeceu o regimento interno da instituição ao realizar a eleição por voto secreto, na segunda sessão ordinária do mês anterior ao da expiração do mandado.

(D) Emocionada, a ministra Ellen Gracie disse, em referência à tradição de eleger para a presidência o ministro mais antigo, que a previsibilidade do resultado não tira a solenidade do momento, nem o torna menos comovente a quem recebe a suprema honra de conduzir os destinos do STF.

A seguir o trecho corrigido: "Segundo a assessoria do STF, o ministro Jobim obedeceu ao regimento interno da instituição ao realizar a eleição por voto secreto (...)"
Gabarito "C"

(Escrivão de Polícia/PA – 2006 – CESPE) Considerando os trechos abaixo, que constituem um texto, assinale a opção incorreta no que se refere ao emprego das classes de palavras e suas flexões.

(A) A técnica de estabelecer freios ao poder na linha da tradição ocidental não é o único caminho possível para a vigência dos direitos humanos.

(B) Não é da essência de um regime de direitos humanos a separação entre o domínio jurídico e os outros domínios da existência humana, como os domínios religioso, moral e social.

(C) O Ocidente repetirá hoje os mesmos erros do passado se insistir na existência de um modelo único para a expressão e a proteção dos direitos humanos.

(D) Estados Unidos e Europa desrespeitaram a autonomia de destino de cada povo se tentarem impor sua verdade, sua economia, seu modo de vida, seus direitos humanos.

João Baptista Herkenhoff.
Internet: <dhnet.org.br/inedex.htm> (com adaptações).

A única alternativa que apresenta erro gramatical é a letra "D", devendo ser assinalada. O período estaria correto se trocássemos o pronome "se" pela preposição "ao": "(...) de cada povo ao tentarem impor sua verdade (...)".
Gabarito "D"

(Escrivão de Polícia/PA – 2006 – CESPE) Considerando os trechos abaixo, que constituem um texto, assinale a opção em que há erro de regência.

(A) A Inglaterra deu início ao constitucionalismo, como depois veio a ser entendido, quando, em 1215, os bispos e barões impuseram o rei João Sem Terra a Magna Carta. Era o primeiro freio que se opunha ao poder dos reis.

(B) O constitucionalismo inglês desencadeou conquistas liberais na sociedade. Apenas o habeas corpus bastaria para assegurar à Inglaterra um lugar proeminente na História do Direito.

(C) Sabe-se, contudo, da origem feudal dos grandes documentos ingleses: não eram cartas de liberdade do homem comum. Pelo contrário, eram contratos feudais escritos, nos quais o rei, como suserano, comprometia-se a respeitar os direitos de seus vassalos.

(D) Não afirmavam direitos humanos, mas direitos de estamentos. Em consonância com a estrutura social feudal, o patrimônio jurídico de cada um era determinado pelo estamento, ordem ou estado a que pertencesse.

Idem, ibidem (com adaptações).

A única alternativa que apresenta erro de regência é a letra "A", que deve ser assinalada. O verbo "impor" rege a preposição "a", sendo correto dizer: "(...) os bispos e barões impuseram ao rei João Sem Terra (...)".
Gabarito "A"

13. ORAÇÃO SUBORDINADA

O número de mulheres no mercado de trabalho mundial é o maior da História, tendo alcançado, em 2007, a marca de 1,2 bilhão, segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em dez anos, houve um

incremento de 200 milhões na ocupação feminina. Ainda assim, as mulheres representaram um contingente distante do universo de 1,8 bilhão de homens empregados.

Em 2007, 36,1% delas trabalhavam no campo, ante 46,3% em serviços. Entre os homens, a proporção é de 34% para 40,4%. O universo de desempregadas subiu de 70,2 milhões para 81,6 milhões, entre 1997 e 2007 — quando a taxa de desemprego feminino atingiu 6,4%, ante 5,7% da de desemprego masculino. Há, no mundo, pelo menos 70 mulheres economicamente ativas para 100 homens.

O relatório destaca que a proporção de assalariadas subiu de 41,8% para 46,4% nos últimos dez anos. Ao mesmo tempo, houve queda no emprego vulnerável (sem proteção social e direitos trabalhistas), de 56,1% para 51,7%. Apesar disso, o universo de mulheres nessas condições continua superando o dos homens.

O Globo, 7/3/2007, p. 31 (com adaptações).

(BB – Escriturário – 2008 – CESPE) Julgue o próximo item, relativos ao texto apresentado.

(1) O desenvolvimento das ideias do texto confere à oração reduzida iniciada por "tendo alcançado" (l.2) um valor adjetivo, correspondente a **que tem alcançado**.

1: incorreta. Para manter o sentido do texto e o valor adjetivo da oração reduzida, deveríamos substituí-la por "que alcançou".
Gabarito 1E

Em meio a uma crise da qual ainda não sabe como escapar, a União Europeia celebra os 50 anos do Tratado de Roma, pontapé inicial da integração no continente. Embora sejam muitos os motivos para comemorar, como a manutenção da paz e a consolidação do mercado comum, os chefes dos 27 Estados-membros têm muito com o que se preocupar. A discussão sobre a Constituição única não vai adiante, a expansão para o leste dificulta a tomada de decisões e os cidadãos têm dificuldade para identificar-se como parte da megaestrutura europeia.

O Estado de S.Paulo, 25/3/2007, p. A20.

(BB – Escriturário – 2007 – CESPE) Com referência às estruturas e às ideias do texto, bem como a aspectos associados aos temas nele tratados, julgue o item subsequente.

(1) Mantém-se a correção gramatical do texto ao se escrever com o que se preocupar: a discussão em lugar do trecho "com o que se preocupar. A discussão" (l.6-7).

1: correta. A alteração não fere a correção gramatical ou mesmo a coerência do texto, apenas determina a mudança da classificação sintática da oração posterior para subordinada substantiva apositiva.
Gabarito 1C

Sempre que um crime violento envolvendo menores abala a sociedade, ressurge a discussão sobre a necessidade de alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo seus defensores, diminuir a responsabilidade penal para 16 anos inibiria a ação delituosa de rapazes e moças.

Segmentos da população, assustados com o aumento da violência, imaginam ser esse o caminho para a reconquista da segurança perdida.

Encarar o Estatuto da Criança e do Adolescente como bode expiatório das mazelas nacionais é solução cômoda, mas ineficaz. Ninguém de bom senso pode crer que situar em faixa etária mais baixa a imputação criminal seja a fórmula mágica capaz de devolver a paz às ruas e aos lares. Bandidos que hoje usam jovens menores de 18 anos como escudo, com a mudança, recorrerão a menores de 16 anos. Depois virão os de 14, 12, 10.

Correio Braziliense. Opinião. 13/7/2004, p. 16 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – STM – 2004 – CESPE) Julgue o seguinte item, a respeito do texto acima.

(1) Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se substituir "envolvendo" (l.1) por **que envolve**.

1: em "Sempre que um crime violento envolvendo menores" é possível desenvolver a oração reduzida de gerúndio, substituindo "envolvendo" por "que envolve".
Gabarito 1C

14. PARTÍCULA *SE* / PRONOME *SE*



Gastar um pouquinho a mais durante o mês e logo ver sua conta ficar no vermelho. Isso que parecia apenas um problema de adultos ou pais de famílias está também atingindo os mais jovens.

Diante desse contexto, é fundamental, segundo vários educadores, que a família ensine a criança, desde pequena, a saber lidar com dinheiro e a se envolver com o controle dos gastos. Uma criança que cresça sem essa formação será um adulto menos consciente e terá grandes chances de se tornar um jovem endividado.

Para o jovem que está começando sua vida financeira e profissional, um plano de gastos é útil por excelência, a fim de controlar, de forma equilibrada, o que entra e o que sai. Para isso, é recomendável:

a) anotar todas as despesas que são feitas mensalmente, analisando o resultado de acordo com o que costuma receber;

b) comprar, preferencialmente, à vista;

c) ao receber, estabelecer um dízimo, ou seja, guardar 10% do valor líquido do salário em uma conta de poupança, todo mês.

Graziela Salomão. Economista explica como o jovem pode controlar seu orçamento e evitar gastar demais. *In*: **Época**, 31/10/2005 (com adaptações).

(CEF – Técnico Bancário – 2006 – CESPE) A partir das ideias e das estruturas presentes no texto, julgue o item a seguir.

(1) A estrutura "a se saber lidar com dinheiro", em que há inserção do pronome se, atende à prescrição gramatical e substitui corretamente o trecho "a saber lidar com dinheiro" (l.10-11).

1: incorreta. O pronome "se", na formação proposta, não foi aplicado corretamente, considerando que não exerce qualquer função sintática ou morfológica na oração.
Gabarito 1E

15. PONTUAÇÃO



Gastar um pouquinho a mais durante o mês e logo ver sua conta ficar no vermelho. Isso que parecia apenas um problema de adultos ou pais de famílias está também atingindo os mais jovens.

Diante desse contexto, é fundamental, segundo vários educadores, que a família ensine a criança, desde pequena, a saber lidar com dinheiro e a se envolver com o controle dos gastos. Uma criança que cresça sem essa formação será um adulto menos consciente e terá grandes chances de se tornar um jovem endividado.

Para o jovem que está começando sua vida financeira e profissional, um plano de gastos é útil por

excelência, a fim de controlar, de forma equilibrada, o que entra e o que sai. Para isso, é recomendável:

19 a) anotar todas as despesas que são feitas mensalmente, analisando o resultado de acordo com o que costuma receber;

22 b) comprar, preferencialmente, à vista;

c) ao receber, estabelecer um dízimo, ou seja, guardar 10% do valor líquido do salário em uma conta de poupança,

25 todo mês.

Graziela Salomão. Economista explica como o jovem pode controlar seu orçamento e evitar gastar demais. In: Época, 31/10/2005 (com adaptações).

(CEF – Técnico Bancário – 2006 – CESPE) Tomando por base as construções sintáticas utilizadas no texto, julgue o item que se seguem com referência à pontuação.

(1) Emprega-se ponto e vírgula ao final de enumerações de itens sempre que, no interior desses, a exemplo do que ocorre no último parágrafo do texto, há indicação de pausa de menor duração.

1: correta. Trata-se de um dos usos do ponto e vírgula recomendados pelo o padrão culto da língua.
Gabarito 1C

1 Mesmo quando sucumbimos aos nossos impulsos consumistas, estamos sempre pagando um preço além daquele debitado em nossa conta bancária. Quando você
4 compra um carro, por exemplo, não está adquirindo apenas um veículo útil ou um símbolo de *status*. Você leva também um possível agente poluidor e — se levarmos em conta os
7 números de acidentes nas estradas do país — uma arma em potencial. Nesse caso, há o preço da consciência ambiental e da responsabilidade de dirigir não apenas para si mesmo,
10 mas para a comunidade como um todo. O comprador acaba levando mais do que compra e, para o bem maior da coletividade, é preciso que arque com essas despesas extras.

Planeta, maio/2006, p. 50 (com adaptações).

(BB – Escriturário – 2008 – CESPE) A partir do texto acima, julgue o item que se segue.

(1) Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical se o termo "despesas extras" (l.12) for escrito entre aspas no texto.

1: correta, porque o termo "despesas" é usado em seu sentido conotativo (figurado), sendo autorizado o uso das aspas para indicar essa situação.
Gabarito 1C

1 Em meio a uma crise da qual ainda não sabe como escapar, a União Europeia celebra os 50 anos do Tratado de Roma, pontapé inicial da integração no continente. Embora
4 sejam muitos os motivos para comemorar, como a manutenção da paz e a consolidação do mercado comum, os chefes dos 27 Estados-membros têm muito com o que se
7 preocupar. A discussão sobre a Constituição única não vai adiante, a expansão para o leste dificulta a tomada de decisões e os cidadãos têm dificuldade para identificar-se
10 como parte da megaestrutura europeia.

O Estado de S.Paulo, 25/3/2007, p. A20.

(BB – Escriturário – 2007 – CESPE) Com referência às estruturas e às ideias do texto, bem como a aspectos associados aos temas nele tratados, julgue o item subsequente.

(1) As vírgulas logo após "comemorar" (l.4) e "comum" (l.5) podem, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituídas por travessões.

1: correta. O trecho entre vírgulas exerce função sintática de aposto e, portanto, pode ser isolado na oração por travessões.
Gabarito 1C

(Fiscal de Tributos Estaduais/AL – 2002 – CESPE) Os itens abaixo apresentam alguns resultados do Censo 2000. Julgue-os quanto à ortografia, à pontuação e à sintaxe.

(1) O índice do GINI, que é o termômetro da distribuição de renda, caiu de 0,637 para 0,609, evidenciando que o abismo entre ricos e pobres diminuiu; entretanto, há muito ainda a ser feito nesse sentido.

(2) Mais da metade dos chefes de família do país ganham até R$ 350,00 por mês e, no máximo, cento e cinquenta reais nas regiões mais pobres; no Nordeste, a renda mensal de um pai de família é, em média, de R$ 448,00, o que representa menos da metade do rendimento registrado no Sudeste.

(3) A situação das mulheres melhorou: hoje elas ganham 71,4% do rendimento dos homens, sendo que em 1991, a participação feminina, na receita familiar era de 63,1% do total.

(4) Ainda existem dezessete milhões e seiscentos mil analfabetos, cuja maior taxa está no Nordeste, com um montante de 24,6% e onde 34,7% dos chefes de família tem até três anos de estudo.

(5) Na região Sudeste, o serviço de esgoto cobre mais de 80% dos domicílios; no Centro-Oeste, só 40,8%; porém, 3,7 milhões de domicílios brasileiros não possuem nenhum tipo de instalação sanitária.

Itens adaptados de Lucila Soares. **Veja**, 26/12/2001, p. 33.

1, **2** e **5:** Corretas; **3:** "A situação das mulheres melhorou: hoje elas ganham 71,4% do rendimento dos homens, sendo que, [incluir vírgula neste ponto, pois o adjunto adverbial intercalado deve ficar entre vírgulas] em 1991, a participação feminina [retirar a vírgula] na receita familiar era de 63,1% do total; **4:** Ainda existem dezessete milhões e seiscentos mil analfabetos, cuja maior taxa está no Nordeste, com um montante de 24,6%, [incluir esta vírgula, pois a expressão anterior é explicativa em relação à taxa nordestina e deve ficar entre vírgulas] e onde 34,7% dos chefes de família tem até três anos de estudo.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E, 5C

16. ANÁLISES SINTÁTICA E MORFOLÓGICA

1 Em dezembro de 2000, quando tomou posse no Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Ellen Gracie Northfleet obrigou a corte a uma reforma insólita: a
4 construção de um banheiro feminino ao lado do plenário. Até então, em 172 anos de história, tal peça não tinha sido necessária. Ellen foi a primeira mulher a integrar a Suprema
7 Corte do país. Na quarta-feira, dia 15 de março, a juíza quebrou mais um tabu. Pelo sistema de rodízio dos ministros, foi escolhida para a presidência do Supremo. Todos os seus
10 40 antecessores no cargo foram homens.

A chegada de uma mulher ao cargo mais alto da justiça brasileira não é um fato isolado. Uma pesquisa da Associação
13 dos Magistrados Brasileiros mostra que a presença feminina na Justiça cresceu muito. Até o final dos anos 60, apenas 2,3% dos magistrados eram mulheres. Hoje são 22,4%.
16 Elas estão principalmente nos juizados especiais, a área mais moderna do Poder Judiciário brasileiro. Ocupam 37,1% dessas cortes.

19 Segundo a pesquisa, as juízas são mais críticas em relação à atuação da Ordem dos Advogados do Brasil e da justiça. São mais éticas e preocupadas com as questões
22 humanas, tendendo à individuação das sentenças. Os juízes seguiriam a lei, de forma prática. As juízas seriam mais preocupadas com as questões sociais e econômicas que
25 cercam os casos.

Como presidente do Supremo, Ellen Gracie passa a ser a quarta pessoa na linha de sucessão presidencial, atrás do
28 vice-presidente e dos presidentes da Câmara e do Senado. A expectativa é de que ela assuma interinamente o Palácio do Planalto durante uma das viagens internacionais do presidente

31 Luiz Inácio Lula da Silva.
A primeira oportunidade poderá ser no dia 12 de maio, quando o presidente Lula estará em Viena, para o encontro de
34 cúpula entre União Europeia e América Latina. Se, na mesma data, estiverem viajando Alencar, Renan e Aldo, Ellen Gracie poderá ser a primeira mulher a ocupar a presidência da
37 República do Brasil.

Época, n.º 409, 20/3/2006, p. 22 (com adaptações).

(Fiscal de Tributos Estaduais/AC – 2006 – CESPE) Assinale a opção em que a passagem para a voz passiva está correta e preserva o sentido em que está redigida a informação no texto.

(A) Linhas 2-4: Com indicação da ministra Ellen Gracie Northfleet, a Corte foi obrigada a construir um banheiro feminino ao lado do plenário.
(B) Linhas 12-14: A presença feminina na Justiça tem crescido muito no Brasil, é o que mostra a pesquisa da Associação dos Magistrados.
(C) Linhas 16-18: 37,1% das cortes nos juizados especiais do Poder Judiciário brasileiro é ocupada por magistradas.
(D) Linhas 22-23: As leis e os regulamentos são seguidos, de forma prática, pelos juízes.

A: trecho original: "a ministra Ellen Gracie Northfleet [sujeito da ativa] obrigou a corte [objeto] a uma reforma insólita: a construção de um banheiro feminino ao lado do plenário." Modificada para voz passiva: "Com indicação da ministra Ellen Gracie Northfleet, a Corte [sujeito da passiva] foi obrigada a construir um banheiro feminino ao lado do plenário"; **B:** na assertiva, a oração não está na voz passiva. Na voz passiva teríamos: "O crescimento da presença feminina na Justiça no Brasil foi mostrada por pesquisa da Associação dos Magistrados."; **C:** na assertiva, a voz passiva está correta, porém há erro de concordância: "37,1% das cortes nos juizados especiais do Poder Judiciário brasileiro são ocupadas por magistradas."; **D:** o trecho original: "Os juízes seguiriam a lei, de forma prática." não pode ser modificado por: "As leis e os regulamentos são seguidos, de forma prática, pelos juízes.", pois a informação "os regulamentos" não está na oração original.
Gabarito "A"

Os novos *sherlocks*

1 Dividida basicamente em dois campos, criminalística e medicina legal, a área de perícia nunca esteve tão na moda. Seus especialistas volta e meia estão no
4 noticiário, levados pela profusão de casos que requerem algum tipo de tecnologia na investigação. Também viraram heróis de seriados policiais campeões de audiência.
7 Nos EUA, maior produtor de programas desse tipo, o sucesso é tão grande que o horário nobre, chamado de *prime time*, ganhou o apelido de crime time. Seis das dez séries de
10 maior audiência na TV norte-americana fazem parte desse filão.
Pena que a vida de perito não seja tão fácil e
13 glamorosa como se vê na TV. Nem todos utilizam aquelas lanternas com raios ultravioleta para rastrear fluidos do corpo humano nem as canetas com raio laser que traçam a
16 trajetória da bala. "Com o avanço tecnológico, as provas técnicas vêm ampliando seu espaço no direito brasileiro, principalmente na área criminal", declara o presidente da
19 OAB/SP, mas, antes disso, já havia peritos que recorriam às mais diversas ciências para tentar solucionar um crime.
Na divisão da polícia brasileira, o pontapé inicial da
22 investigação é dado pelo perito, sem a companhia de legistas, como ocorre nos seriados norte-americanos. Cabe a ele examinar o local do crime, fazer o exame externo da vítima,
25 coletar qualquer tipo de vestígio, inclusive impressões digitais, pegadas e objetos do cenário, e levar as evidências para análise nos laboratórios forenses.

Pedro Azevedo. Folha Imagem, ago./2004
(com adaptações).

(Agente de Polícia Federal – 2004 – CESPE) A respeito do texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) Na oração "que requerem algum tipo de tecnologia na investigação" (R.4-5), o pronome relativo "que" refere-se ao antecedente "casos" e exerce a função sintática de sujeito.
(2) A expressão entre vírgulas "maior produtor de programas desse tipo" (R.7) pode ser suprimida da frase, sem prejuízo sintático ou semântico, por estar exercendo a função de aposto explicativo.
(3) A forma verbal "utilizam" (R.13) está complementada por um objeto direto composto por dois núcleos.

1: correta. Na oração complexa "(...) levados pela profusão de casos que requerem (...)", o pronome relativo "que" refere-se a "casos", de forma que a oração simples "que requerem" é equivalente a "casos requerem". Fica claro, então, que o pronome acumula a função de sujeito da oração; **2:** incorreta, porque a expressão é classificada como aposto circunstancial, dando uma qualidade a mais para seu antecedente, importante para a compreensão da informação que virá em seguida (por que dados sobre os EUA? Porque ele é o maior produtor de programas desse tipo); **3:** correta, sendo os núcleos do objeto direto "lanternas" e "canetas".
Gabarito 1C, 2E, 3C

Texto

A Revolução Industrial provocou a dissociação entre dois pensamentos: o científico e tecnológico e o humanista. A partir do século XIX, a liberdade do homem começa a ser identificada com a eficiência em dominar e transformar a natureza em bens e serviços. O conceito de liberdade começa a ser sinônimo de consumo. Perde importância a prática das artes e consolidam-se a ciência e a tecnologia. Relega-se a preocupação ética. A procura da liberdade social se faz sem considerar-se sua distribuição. A militância política passa a ser tolerada, mas como opção pessoal de cada um.

Essa ruptura teve o importante papel de contribuir para a revolução do conhecimento científico e tecnológico. A sociedade humana se transformou, com a eficiência técnica e a consequente redução do tempo social necessário à produção dos bens de sobrevivência.

O privilégio da eficiência na dominação da natureza gerou, contudo, as distorções hoje conhecidas: em vez de usar o tempo livre para a prática da liberdade, o homem reorganizou seu projeto e refez seu objetivo no sentido de ampliar o consumo. O avanço técnico e científico, de instrumento da liberdade, adquiriu autonomia e passou a determinar uma estrutura social opressiva, que servisse ao avanço técnico e científico. A liberdade identificou-se com a ideia de consumo. Os meios de produção, que surgiram no avanço técnico, visam ampliar o nível dos meios de produção.

Graças a essa especialização e priorização, foi possível obter-se o elevado nível do potencial de liberdade que o final do século XX oferece à humanidade. O sistema capitalista permitiu que o homem atingisse as vésperas da liberdade em relação ao trabalho alienado, às doenças e à escassez. Mas não consegue permitir que o potencial criado pela ciência e tecnologia seja usado com a eficiência desejada.

(Cristovam Buarque, **Na fronteira do futuro**. Brasília: EDUnB, 1989, p. 13; com adaptações)

(Agente de Polícia Federal – 2000 – CESPE) A respeito da organização sintática das estruturas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) A oração iniciada por "Perde importância" (l. 6) não precisa ter seu sujeito explicitado porque mantém o mesmo da oração anterior.
(2) Em vez de substantivo, o termo "procura" (l. 7) pode ser classificado como verbo, mas, nesse caso, para que as relações semânticas do texto sejam mantidas, seu sujeito deverá ser "liberdade".
(3) Mantêm-se as mesmas relações de dependência sintática, e a mesma classificação das orações, ao se substituir os dois-pontos depois de "conhecidas" (l. 17) por um ponto final.

(4) Se fosse suprimida a vírgula que antecede a oração "que surgiram do avanço técnico" (l. 24), seria mantida correta a pontuação e não haveria alteração da estrutura sintática do período.

(5) em "obter-se" (l. 27), o sujeito indeterminado expresso pelo pronome indefinido "se" refere-se à ideia de humanidade em geral.

1: incorreta. O sujeito da oração é "a prática das artes"; **2:** incorreta. Enxergar o termo "procura" como verbo altera as relações semânticas do texto e "liberdade" seria seu objeto direto; **3:** incorreta. O ponto final interrompe o período, alterando-se, assim, as relações sintáticas e a classificação das orações. No texto, a oração após os dois-pontos é oração subordinada substantiva apositiva; se colocado o ponto final, teríamos uma oração subordinada adverbial modal; **4:** incorreta. A pontuação estaria correta, mas a classificação sintática se alteraria. Entre vírgulas, "que surgiram do avanço técnico" é oração subordinada adjetiva explicativa; sem a vírgula, tornar-se-ia oração subordinada adjetiva restritiva; **5:** correta. A partícula "se" aparece como índice de indeterminação do sujeito, amplo como a humanidade.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E, 5C

Falar em direitos humanos no Brasil é falar de lutas sociais que se desenrolam em uma sociedade que carrega marcas históricas de desmandos, violências, arbitrariedades, desigualdades e injustiças. Os resultados não poderiam ser outros, senão o quadro de violações aos direitos humanos que permeiam as relações sociais em praticamente toda a sociedade brasileira e que atingem com maior brutalidade as populações empobrecidas e socialmente excluídas.

O importante avanço institucional que conquistamos com o fim do ciclo totalitário, a redemocratização do país e a volta das instituições democráticas, não foi acompanhado de correspondente avanço no que se refere aos direitos econômicos, sociais e culturais. Perpetuam-se no Brasil os modelos econômicos que aprofundam o escandaloso quadro de concentração de renda e contrastes sociais. O agravamento da situação de desesperança de nosso povo, atingido duramente pela exclusão social, pela falência dos serviços públicos e pela violência crescente, seja no campo seja nas grandes cidades, exige da sociedade civil brasileira uma atuação consciente, transformadora e efetiva.

Internet: <http://www.mndh.org/br/asp> (com adaptações).

(Agente de Polícia/RR – 2003 – CESPE) Considerando o texto acima como referência e tendo em vista o que ele aborda, julgue o item que se segue.

(1) Para que a expressão "a redemocratização do país e a volta das instituições democráticas" (L.10-11) não seja um aposto, a vírgula após "democráticas" pode ser eliminada, sem prejuízo para a correção gramatical do período.

1: correta. Assim procedendo, a expressão em destaque passa a exercer a função de adjunto adverbial e não há prejuízo para a correção gramatical do texto.

Gabarito 1C

As três almas do poeta

Ênio, poeta latino do século II a. C., falava três línguas: o grego, que ele tinha aprendido por ser, na época, a língua de cultura dominante no sul da Itália; o latim, em que escreveu suas obras; e o osco (uma língua aparentada com o latim), que era, com toda a probabilidade, sua língua nativa. O mais provável é que o latim fosse usado nas relações com as autoridades romanas; o grego, nas grandes cidades; e o osco, nas regiões rurais. E Ênio, que sabia as três, costumava dizer que tinha "três almas".

É curioso observar que ele exprimiu com isso uma coisa muito importante relativa ao conhecimento de uma língua: não se trata simplesmente de "uma outra maneira de dizer as coisas" (table em vez de mesa, te quiero em vez de eu te amo), mas de outra maneira de entender, de conceber, talvez mesmo de sentir o mundo.

A ideia de que a diferença entre as línguas se resume em maneiras distintas de se referir aos objetos do mundo natural pode ser chamada a "teoria ingênua" da relação entre a língua e a realidade. E, como a maior parte das teorias ingênuas, é, ao mesmo tempo, simples, evidente e incorreta (não é óbvio que o Sol nasce no leste? Mas não é o Sol que nasce, é a terra que gira).

Examinemos um exemplo, quanto ao significado das palavras nas línguas. Temos, em português, a palavra dedo, que nos parece muito concreta; Diríamos que é simplesmente o nome que damos, em nossa língua, a um objeto que nos é dado pelo mundo real: um dedo é uma coisa, ou seja, uma parte definida do corpo, e o que pode variar é a maneira de designar essa coisa. No entanto, em inglês há duas palavras para "dedo": finger e toe, que não são a mesma coisa. Um finger é um dedo da mão, e um toe é um dedo do pé; para nós são todos dedos, mas para um inglês são coisas diferentes. Esse é um pequeno exemplo de como duas línguas recortam diferentemente a realidade. Agora podemos ver que a palavra portuguesa dedo não é simplesmente a designação de uma coisa — porque, antes de designar essa coisa, a nossa língua a definiu de certa maneira. Tanto é assim que o inglês fez uma definição diferente, e precisou de duas palavras. O exemplo das distintas maneiras que as línguas têm de designar as cores também é bastante ilustrativo disso.

Falar uma língua é, portanto, ver o mundo de certa maneira, e falar três línguas é, até certo ponto, ter a 43 capacidade de ver o mundo de três maneiras diferentes. Talvez fosse isso que o velho Ênio estivesse tentando dizer, quando afirmou que tinha três almas.

Mário A. Perini. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 41-52 (com adaptações).

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Acerca de fatos linguísticos do primeiro parágrafo do texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Na oração "por ser, na época, a língua de cultura dominante no sul da Itália" (ℓ2-3), pode-se substituir "de" por **da** sem prejuízo para o sentido original do texto.

(2) No primeiro parágrafo, há mais de um aposto.

(3) Há, no primeiro parágrafo, quatro orações subordinadas de natureza explicativa.

(4) No trecho "O mais provável é que o latim fosse usado nas relações com as autoridades romanas; o grego, nas grandes cidades; e o osco, nas regiões rurais" (ℓ6-8), utiliza-se uma forma de elipse, por meio da qual se evitam repetições.

1: Errado (Emprego do artigo) Sem artigo, "dominante" refere-se a "língua de cultura", ou seja, há uma língua de cultura que domina na região. Com o artigo, "dominante" refere-se a "cultura", ou seja, uma língua que pertence à cultura dominante na região;
2: Certo (Análise sintática) Há 3 apostos: 1 "poeta latino do século II a. C. / 2 "o grego (...), o latim (...) e o osco" / 3 "uma língua aparentada com o latim";
3: Certo (Análise sintática) o grego, que ele tinha aprendido / o latim, em que escreveu suas obras / o osco (...), que era, com toda a probabilidade, sua língua nativa. / E Ênio, que sabia as três.
4: Certo (Figuras de linguagem) Trata-se da zeugma (elipse de um termo que já ocorreu antes) da conjunção integrante "que" e da locução verbal "fosse usado" : O mais provável é que o latim fosse usado nas relações com as autoridades romanas; que o grego fosse usado nas grandes cidades;
E que o osco fosse usado nas regiões rurais.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Julgue (C ou E) os itens subsequentes, considerando a articulação de elementos textuais, bem como aspectos semânticos e morfossintáticos do texto.

(1) O vocábulo "simplesmente" é empregado com o mesmo sentido nas linhas 12, 25 e 35 do texto.
(2) No trecho "mas de outra maneira de entender, de conceber, talvez mesmo de sentir o mundo" (ℓ.14-15), observa-se a ocorrência de um único termo como complemento de três verbos.
(3) A posposição de "certa" na expressão "certa maneira" (ℓ.37) prejudicaria a coerência do texto.
(4) A substituição de "Tanto é assim que" (ℓ.37) por **Tanto que** prejudicaria o sentido do período em que tal expressão se insere.

1: Certo (Vocabulário) Nas três ocorrências, o vocábulo "simplesmente" equivale ao termo "apenas", sendo, portanto, palavra denotativa de exclusão;
2: Certo (Análise sintática) Trata-se do termo "o mundo" que, por coesão por elipse, é o complemento de três verbos: "mas de outra maneira de entender *o mundo*, de conceber *o mundo*, talvez mesmo de sentir *o mundo*";
3: Certo (Emprego de Pronomes) A palavra "certo", quando empregada como adjunto adnominal, muda de sentido e de classe gramatical de acordo com a posição em relação ao substantivo: antes dele, é um pronome indefinido e indica que o conhecimento da "maneira" mencionada não é preciso; após ele, é um adjetivo e indica que se trata da "maneira" correta;
4: Errado pelo gabarito oficial (Análise sintática – conectores) Questão polêmica: embora não seja registrado o termo "tanto é assim que", as expressões "tanto que" e "tanto assim que" são indicadas no dicionário *Houaiss* e em *Othon M. Garcia* como sinônimas, e o sentido indicado para elas no dicionário – *a prova disso é que* – cabe no trecho em questão:
"Agora podemos ver que a palavra portuguesa dedo não é simplesmente a designação de uma coisa — porque, antes de designar essa coisa, a nossa língua a definiu de certa maneira. *Tanto é assim que* / *A prova disso é que* o inglês fez uma definição diferente, e precisou de duas palavras. O exemplo das distintas maneiras que as línguas têm de designar as cores também é bastante ilustrativo disso."
Se o sentido é igual, podemos supor, então, que o acréscimo do "é" seria uma questão de ênfase: desse modo, "prejudicar o sentido" (como está no enunciado) não seria "alterar o sentido" mas, no caso, "diminuir a sua força".
Gabarito Nosso: 1C, 2C, 3C, 4 Anulada
Gabarito Oficial 1C, 2C, 3C, 4E /

1 A imaginação foi sempre o húmus do jardim de Clio.
No caso da África, antes do século XVII, é particularmente
válido o definir-se a história como o adivinhar do passado.
4 Dele, abstraídas a Etiópia, a franja sudanesa infiltrada pelo
Islão e as cidades-estado do Índico, áreas que conheceram a
escrita e nos deixaram alguns poucos documentos — poucos,
7 muitas vezes tardios e também contaminados por lendas —,
sabemos apenas o que nos devolve uma arqueologia que mal
arranhou as imensas extensões africanas, o que anotaram, a
10 partir do século IX, viajantes e eruditos árabes e, mais tarde,
os portugueses e outros europeus, bem como o que nos
chegou das tradições e das crônicas orais dos povos negros.
13 Se, nos textos em que se profetiza às avessas, ainda que
fundados sobre o registro, o depoimento e a memória escrita,
o rigor de quem os compõe não afasta de todo o mito e deixa
16 que ele frequente a narrativa e nela se imiscua, é porque é
também importante contar, ao lado do que se julga ter
realmente acontecido, as imaginações que se fizeram fatos e
19 os fatos que se vestiram de imaginário, porque se
incorporaram ao que um povo tem por origem e rastro, e, por
isso, o marcam, definem e distinguem. Oraniã, Xangô,
22 Tsoede, Cibinda Ilunga aparecem como personagens neste
livro de história porque pertencem iniludivelmente à realidade
dos iorubas, dos nupês, e dos lundas e quiocos. Eles estão
25 aqui como Enéias e sua viagem de Tróia ao Lácio, e como
Réia Sílvia, a loba, Rômulo e Remo, nos compêndios sobre
História romana, cujos autores os sabem mitos, mas não
28 ignoram que fecundaram um destino.

Alberto da Costa e Silva. **A enxada e a lança: A África antes dos portugueses.** 2.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 3-4.

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Considerando os sentidos e os aspectos morfossintáticos do texto, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Na linha 3, a supressão simultânea dos artigos definidos que antecedem "definir-se" e "adivinhar" não prejudicaria a correção gramatical do período.
(2) O complemento da forma verbal "sabemos" (ℓ.8) tem mais de um núcleo.
(3) A expressão "neste livro de história" (ℓ.22-23) designa o livro do qual se extraiu o texto.
(4) Nas linhas 27 e 28, as orações em que se inserem as formas verbais "ignoram" e "fecundaram" têm o mesmo sujeito.

1: Errado (Emprego de artigo) A retirada dos artigos implicaria a retirada também da preposição "de" regida pelo substantivo "adivinhar", pois, como ele voltaria a ser verbo, o seu complemento passaria de nominal a verbal e, sendo um objeto direto, não seria mais regido por preposição;
2: Certo (Análise sintática) Seu complemento possui três núcleos constituídos por pronomes demonstrativos seguidos por orações adjetivas: "**sabemos** apenas *o* que nos devolve uma arqueologia que mal arranhou as imensas extensões africanas, *o* que anotaram, a partir do século IX, viajantes e eruditos árabes e, mais tarde, os portugueses e outros europeus, bem como *o* que nos chegou das tradições e das crônicas orais dos povos negros;
3: Certo (Emprego de pronomes) Trata-se de função dêitica: o pronome "este" indica o livro de que faz parte o trecho;
4: Errado (Análise sintática – coesão) O sujeito de ambos é oculto. No caso de "ignoram", trata-se de "cujos autores", que está em zeugma para se evitar a repetição; no caso de "fecundaram", são as figuras míticas africanas.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

Texto para as próximas cinco questões.

Religião mestiça

1 Insulado deste modo no país, que o não conhece, em
luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na
organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária,
4 nômade ou mal fixo à terra, o sertanejo não tem, por bem
dizer, ainda capacidade orgânica para se afeiçoar a situação
mais alta.
7 O círculo estreito da atividade remorou-lhe o
aperfeiçoamento psíquico. Está na fase religiosa de um
monoteísmo incompreendido, eivado de misticismo
10 extravagante, em que se rebate o fetichismo do índio e do
africano. É o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao
mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar
13 pelas superstições mais absurdas. Uma análise destas
revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.

Euclides da Cunha. **O homem/Os sertões.** *In*: **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 197.

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Com relação ao texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) No primeiro parágrafo, a antecipação das causas e das explicações é um recurso de ênfase que reforça a afirmação final do autor.
(2) O pronome "lhe", na oração "que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária" (ℓ.2-3), funciona como objeto indireto usado com sentido possessivo.
(3) No trecho "Insulado (...) à terra" (ℓ.1-4), observa-se perfeito paralelismo sintático.
(4) Pode-se substituir "por bem dizer" (ℓ.4-5) pela expressão **por assim dizer**, sem causar prejuízo ao sentido do período.

1: Certo (Análise sintática) O predicativo invertido no trecho tem valor circunstancial de causa ou explicação, o que pode ser comprovado pela possibilidade de ser transformado em orações causais pelo acréscimo de "por" e verbo no infinitivo: *por estar insulado / por estar em luta aberta com o meio / por ser nômade ou mal fixo à terra;*
2: Certo (Análise sintática) O pronome "lhe" desempenha o papel do possessivo "seu":
que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária

que parece haver estampado na sua organização e no seu temperamento a sua rudeza extraordinária"
3: Errado (Paralelismo) A coordenação das três características atribuídas ao sertanejo (1ª insulado deste modo no país; 2ª em luta aberta com o meio; 3ª nômade ou mal fixo à terra), embora apresentem alguma semelhança, estão longe de caracterizarem um perfeito paralelismo sintático. Entre as diferenças de estruturação, pode-se citar o fato de que as duas primeiras característica têm subordinadas a si orações adjetivas, o que não ocorre na terceira; **4:** Errado (Vocabulário) "por assim dizer": dizer com eufemismo ou por aproximação // "por bem dizer": dizer com precisão.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

Texto IV

O período que se seguiu à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, ás condições dominantes em 1914;

De 1924-28ª 1931-33, com grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929;

De 1932-33 a 19393, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

J.J de Arruda. **A crise do capitalismo.** D. A. Reis, Filho. J; Ferreira. C. Zenha (orgs) *In* **O século XX.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2000, p. 22 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Com relações ao texto IV, assinale a opção incorreta

(A) O texto é composto por apenas um longo período. Para se atender ao estilo da escrita contemporânea – textos com períodos curtos – e à prescrição gramatical, esse período poderia ser transformado em quatro. Para tal, bastaria substituir o sinal de dois-pontos (ℓ2) por ponto e fazer corresponder, com os devidos ajustes nas letras maiúsculas, um período a cada uma das "três grandes fatias".
(B) A forma como as datas estão dispostas demonstra que o período a que o texto se refere é delimitado por uma perspectiva científica, e não meramente cronológica. Nesse contexto, a oração adjetiva "que se segui à Grande Guerra" (ℓ1) poderia, sem perda da precisão histórica, ser substituída pela expressão pós-Grande Guerra.
(C) A elipse na oração ao longo segmento oracional "quando todos os países europeus procuraram" (ℓ 3-4).
(D) Há redundância em "os resquícios deixados pela guerra" (ℓ 4), o que permite a alteração para os resquícios da guerra.
(E) O paralelismo sintático seria observado com mais rigor gramatical caso se substituísse "com o grande surto de prosperidade" (ℓ7) por: quando se assistiu ao grande surto de prosperidade.

A opção errada é a "A" (Análise sintática) As alterações propostas não bastariam para a obtenção de quatro períodos. Seria necessária a inclusão de verbos para a configuração de orações principais nas três últimas frases. Abaixo está a transcrição da reescrita tal como proposta na alternativa, os termos sublinhados são as orações subordinadas. Note-se que os trechos não sublinhados a que elas se ligam não possuem verbo.
O período que se seguiu à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias.
De 1919 a 1924–28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914.
De 1924–28 a 1931–33, com o grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929.
De 1932–33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.
Gabarito "A"

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005 – CESPE) No primeiro período do texto VI: "Os acontecimentos (...) que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930" (ℓ 1- 6), a locução sublinhada estabelece entre frases uma relação lógica de

(A) causa
(B) concessão
(C) condição
(D) conformidade
(E) consequência

A alternativa "C" é a certa (Análise sintática) O valor condicional da locução conjuntiva "sem que" fica claro quando a substituímos por uma conjunção com esse valor, como "caso": "Os acontecimentos (...) que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos caso não se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930".
Gabarito "C"

circum-lóquio

(pur troppo non allegro)

sobre o neoliberalismo terceiro mundista

7.

1 o neoliberalismo
sonha um admirável
mundo fixo
4 de argentários e multinacionais
terratenentes terrapotentes
coronéis políticos
7 milenaristas (cooptados) do
perpétuo
status quo:
10 um mundo prive
palácio de cristal
à prova de balas:
13 bunker blau
durando para sempre – festa
estática
16 (ainda que sustente sobre
fictas
palafitas
19 e estas sobre uma lata
de lixo)

Haroldo de Campos. Poema inédito.
In: **Folha de S. Paulo**. 12/6/1998

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Com base na analise do vocabulário da estrofe transcrita no texto VIII, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A estrofe esquematiza-se da seguinte maneira:

(2) O autor utiliza os seguintes estrangeirismos: "terrapotentes", status quo", "bunker blau" e fictas", que deveriam ter sido obrigatoriamente escritos em itálico.

(3) Nos versos 2 e 3, "sonha um admirável / mundo fixo", a posição dos adjetivos que modificam o substantivo "mundo" é evidência de que a ordem das palavras na oração diz respeito à sintaxe e também à semântica. Caso se alterasse a ordem (sonha um mundo / admirável fixo), haveria significativa mudança de sentido.

(4) A composição por justaposição, como processo de formação de palavras, prevalece no texto, tendo como exemplos: "neo-liberal", "multinacionais", "terratenentes" e "terrapotentes".

1: Certo pelo Gabarito oficial (Interpretação) Ainda que a esquematização proposta descreva a estrofe até o décimo quinto verso, os cinco últimos, que estão entre parênteses, não apenas fazem parte desta estrofe, como ainda encerram o reverso do "admirável mundo fixo" – a miséria que o sustenta. Contribuem, portanto, de forma imprescindível para o sentido da estrofe e não podem ser desconsiderados num esquema dela, a não ser que se informe que esta é parcial. Seria melhor que a questão tivesse sido anulada ou o Gabarito alterado para ERRADO;
2: Errado (Formação de palavras) O adjetivo "fictas" é um termo da língua portuguesa e "terrapotentes" é um neologismo;
3: Certo (Análise sintática) Na colocação original, o adjetivo "admirável" qualifica o conjunto formado por "mundo fixo": "um mundo fixo que é admirável". Na alteração proposta, o adjetivo "fixo" passa a qualificar o conjunto formado por "mundo admirável": "um mundo admirável que é fixo";
4: Certo (Formação de palavras) Embora possam ser confundidos com prefixos, os termos "multi" e "neo" são radicais.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Assinale a opção incorreta quanto à descrição gramatical.

(A) O verbo sonhar, além da regência expressa no verbo 2, tem emprego também, conforme prescrição gramatical, como intransitivo e transitivo indireto.

(B) O uso dos dois-pontos depois de "status quo" (v. 9) tem a função de introduzir uma explicação.

(C) Nos cinco últimos versos, os parênteses assinalam isolamento sintático e semântico.

(D) A locução conjuntiva "ainda que" (v. 16) tem o mesmo sentido de posto que.

(E) A fragilidade das bases do mundo neoliberal é reforçada pelo adjetivo "fictas" (v. 17), que significa falsas.

A: Certo (Regência) VI: Eu sonhei muito ontem. // VTI: Eu sonhei com um mundo novo;
B: Certo (Análise sintática) Eles introduzem um aposto do explicativo que pode ter como fundamental tanto o termo "um admirável mundo fixo" quanto "o perpétuo status quo", pois ambas as atribuições são coerentes com o sentido do poema;
C: Errado (Análise sintática) O trecho se constitui de uma oração adverbial concessiva subordinada à oração anterior, portanto não há isolamento sintático. A relação semântica entre o trecho em questão com o resto do texto é de oposição, trata-se da contrapartida do mundo de luxo e conforto a que tem acesso uma parcela privilegiada da população;
D: Certo (Análise sintática – conector) Ambas as locuções conjuntivas têm valor concessivo;
E: Certo (Vocabulário) Segundo o dicionário Houaiss, "ficto" tem como primeiro grupo de significado: "em que há simulação; falso, inventado, simulado".
Gabarito "C"

17. COMBINADAS

Texto para as próximas duas questões

O que é o que é?

1 Se recebo um presente dado com carinho por pessoa de quem não gosto — como se chama o que sinto? Uma pessoa de quem não se gosta mais e que não gosta mais da
4 gente — como se chama essa mágoa e esse rancor? Estar ocupado, e de repente parar por ter sido tomado por uma desocupação beata, milagrosa, sorridente e idiota — como se
7 chama o que se sentiu? O único modo de chamar é perguntar: como se chama? Até hoje só consegui nomear com a própria pergunta. Qual é o nome? e é este o nome.

Clarice Lispector. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 199.

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Com relação a aspectos gramaticais do texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Em "Se recebo um presente" (ℓ1), a substituição do conectivo por Caso seria sintaticamente correta e dispensaria alterações formais.

(2) Nos trechos "— como se chama o que sinto? " (ℓ2) e "— como se chama essa mágoa e esse rancor?" (ℓ4), o emprego do travessão equivale gramaticalmente ao de vírgula.

(3) Nos segmentos "— como se chama o que sinto?" (ℓ2) e "e que não gosta mais da gente" (ℓ3-4), os pronomes relativos exercem a mesma função sintática.

(4) O referente dos pronomes demonstrativos "essa" e "esse", em "como se chama essa mágoa e esse rancor?" (ℓ4) é "Uma pessoa" (ℓ2-3).

1: Errado (Análise sintática – conjunção) A substituição proposta do conectivo implica alteração da flexão do verbo para o presente do subjuntivo: **Original:** Se recebo um presente...e **Alterada:** Caso receba um presente...;
2: Certo (Pontuação) Em ambos os casos os travessões estão separando orações. No primeiro caso, separa-se uma condicional da sua principal; no segundo, elas são coordenadas, embora se possa perceber que há implicitamente uma estrutura semelhante à do primeiro caso;
3: Errado (Análise sintática – função sintática do relativo) No primeiro caso, o relativo tem como antecedente o demonstrativo "o" e exerce a função de objeto direto da forma verbal "sinto". No segundo caso, o relativo tem como antecedente o substantivo "pessoa" e exerce a função de sujeito da forma verbal "gosta";
4: Errado (Coesão) O referente dos dois demonstrativos não se encontra num termo no texto, ele é uma situação expressa pelas orações adjetivas anteriores e os seus referentes: "pessoa de quem não se gosta mais e que não gosta mais da gente".
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Com relação a aspectos gramaticais e aos sentidos do texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) É gramaticalmente correto flexionar no plural a forma verbal em "como se chama essa mágoa e esse rancor?" (ℓ4), tendo como resultado como se chamam (...).

(2) Em "de repente parar por ter sido tomado por uma desocupação" (ℓ5-6), a preposição "por" introduz termo com valor causal, na primeira ocorrência, e o agente da passiva, na segunda.

(3) O trecho final — "Qual é o nome? e é este o nome." (ℓ9) — resume a tese de que a propriedade da linguagem de denominar é limitada.

(4) No título do texto, as duas ocorrências da forma verbal "é" são sintaticamente equivalentes.

1: Certo (Concordância verbal) O sujeito do verbo em questão é composto e seu primeiro núcleo é singular: portanto, pode-se empregar tanto a concordância atrativa quanto a gramatical, ou seja, o verbo pode ficar no singular ou no plural;
2: Certo (Análise sintática – oração reduzida) A primeira preposição

"por" introduz uma oração reduzida que traz o motivo da ação de parar expresso na oração principal; a segunda subordina o termo "desocupação" à locução verbal de voz passiva "ter sido tomado" na qual expressa o valor semântico de agente;
3: Certo (Interpretação) "Qual é o nome? e é este o nome" significa que, para aquilo que não se possui nome, nós o "nomeamos" com sua descrição, descrição que apareceria na pergunta sobre o seu nome;
4: Errado (Interpretação – Análise sintática) Na sua primeira ocorrência, a forma verbal "é" deve ser classificada como de ligação e, na segunda, como intransitiva (no sentido de "existir"). O título do texto é equivalente a "O que é o (aquilo) que é (existe)?" e faz referência ao assunto do texto: a inexistência de nomes (o que é) para muitas situações e sentimentos (aquilo que existe).
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

Texto para as próximas duas questões

A diferença na linguagem

"Para os 1 gramáticos, a arte da palavra quase se esgota na arte da escrita, o que se vê ainda pelo uso que fazem dos acentos, muitos dos quais fazem alguma distinção ou evitam algum equívoco para os olhos mas não para os ouvidos." Neste texto Rousseau nos sugere que, para ler bem, é preciso prestar ouvidos à voz original, adivinhar as diferenças de acento que a articulam e que se tornaram imperceptíveis no espaço homogêneo da escrita. Na leitura, o olho treinado do Gramático ou do Lógico deve subordinar-se a um ouvido atento à melodia que dá vida aos signos: estar surdo à modulação da voz significa estar cego às modalidades do sentido. Na oposição que o texto faz entre a arte de falar e a arte de escrever, podemos encontrar não apenas as razões da desqualificação da concepção gramatical da linguagem, mas também a indicação do estatuto que Rousseau confere à linguagem. O que é importante notar aqui é que a oposição entre falar e escrever não se funda mais na oposição entre *presença* e *ausência*: não é a ausência do sujeito falante que desqualifica a escrita, mas a atonia ou a homogeneidade dos signos visuais. Se a essência da linguagem escapa à Gramática, é porque esta desdobra a linguagem num elemento essencialmente homogêneo.

Bento Prado Jr. **A retórica de Rousseau**. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 129-130.

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Com relação às ideias e aos aspectos gramaticais do texto, extraído da obra **A retórica de Rousseau**, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) No período inicial do texto, há três orações subordinadas adjetivas com sentido restritivo.
(2) Seria correto empregar, no texto, vírgula antes da conjunção "mas" (ℓ4) e depois da locução adverbial "Neste texto" (ℓ5).
(3) No trecho "e que se tornaram imperceptíveis no espaço homogêneo da escrita" (ℓ7-8), seria admissível, de acordo com o padrão escrito da língua portuguesa, a colocação do pronome "se" após a forma verbal "tornaram".
(4) O emprego das aspas, no trecho inicial do texto, indica a voz do autor de A retórica de Rousseau.

1: Certo pelo Gabarito oficial (Análise sintática) O Gabaritoestá errado, pois há cinco orações adjetivas restritivas: "Para os gramáticos, a arte da palavra quase se esgota na arte da escrita, o (1)que se vê ainda pelo uso (2)que *fazem* dos *acentos*, muitos (3)dos quais *fazem* alguma distinção (4)ou evitam algum equívoco para os olhos (5)*mas* não para os ouvidos." **Nota:** na terceira oração adjetiva, o relativo "os quais" foi empregado com valor partitivo. Independentemente desse valor partitivo, as orações coordenadas alternativa e adversativa que se seguem à terceira subordinam-se também como adjetivas ao indefinido "muitos". Essa estruturação de subordinadas que se coordenam entre si chama-se equipolência, e é comum que nelas o conector subordinativo (no caso, o pronome relativo) seja expresso apenas na primeira oração, ficando em zeugma nas demais: muitos (3)dos quais *fazem* alguma distinção (4)ou (muitos dos quais) evitam algum equívoco para os olhos (5)*mas* (muitos dos quais) não (evitam) para os ouvidos.";
2: Certo (Pontuação) No primeiro caso, trata-se de separar uma oração coordenada adversativa com verbo elíptico. No segundo, um adjunto adverbial invertido;
3: Errado (Colocação pronominal) Em orações subordinadas, deve-se empregar próclise;
4: Errado (Pontuação) Segundo informação do texto, o trecho em questão é uma citação de Rousseau;
E o autor de A Retórica de Rousseau é Bento Prado Júnior.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Com relação às ideias e aos aspectos gramaticais do texto, assinale a opção correta.

(A) O uso recorrente de vocábulos pertencentes aos campos semânticos da visão e da audição prejudica a coerência e a coesão do texto.
(B) Em suas duas ocorrências, a forma verbal "fazem" (ℓ2 e l.3) concorda com sujeitos distintos.
(C) Os operadores "não apenas" (ℓ13) e "mas também" (ℓ14-15) possibilitam ao autor a apresentação de dois argumentos mutuamente excludentes.
(D) Na linha 16, a expressão "é que" é expletiva.
(E) É a mesma a justificativa para o uso de inicial maiúscula em "Gramático" (ℓ9) e em Gramática (ℓ21)

A: Errado (Coesão) Ao contrário do que foi afirmado, a recorrência desses vocábulos garantem a coesão e a coerência do texto, pois este defende a tese da necessidade de uma leitura (visão) que leve em conta o aspecto da pronúncia (audição) para que se possa estabelecer o seu preciso sentido;
B: Certo (Análise sintática) Na primeira ocorrência, o sujeito é oculto "os gramáticos"; na segunda, é o relativo "os quais" que tem com referente "muitos (dos acentos)";
C: Errado (Análise sintática – conector) Os operadores em questão estabelecem entre os argumentos uma adição enfática;
D: Errado (Partícula de Realce) A expressão "é que" não é expletiva, por desempenhar na frase função de conector e, consequentemente, não poder ser suprimida. Trata-se de verbo de ligação e conjunção integrante;
E: Errado (Interpretação) O emprego de "Gramático" e "Lógico" com letra maiúscula e artigo definido visa a se fazer uma referência genérica a esses especialistas: não se trata de um gramático ou lógico específicos, mas de especialistas em abstrato. Já, em "Gramática", trata-se do emprego de maiúscula para nomes de áreas do conhecimento.
Gabarito "B"

Em **Emílio**, Rousseau constrói a temporalidade da vida de Emílio como uma ficção, jamais se teria proposto a aplicá-la. O menino Emílio não existe, não existiu e não foi pensado para existir. Trata-se de um artifício lógico-dedutivo para meditar sobre a educação e as orientações do ensino. Emílio é alegoria para reflexão sobre o ato de educar as crianças. Emílio, que não é filho, tampouco é aluno... É um construto teórico e um suporte operatório para a análise conceitual do ato educativo.
Se o discípulo não se separa do mestre desde o nascimento até a maturidade, pode-se supor que o "criador" do Emílio tenha pretendido que o relato da trajetória de vida do ser individual correspondesse a uma reconstituição das etapas trilhadas pela espécie humana em direção à civilização. Emílio, ao nascer, é o homem do estado de natureza; o Emílio bem educado — que, aos 25 anos, se despede de seu educador — é o homem civil, que vive em uma sociedade corrompida, mas que, a despeito disso, pode ser considerado apto para fundar o legítimo contrato social. O traçado de educação de Emílio propõe-se ao educador como metáfora para reflexão, uma meditação sobre a arte de formar os homens. Com a mesma estrutura hipotético-dedutiva que orientara seus escritos políticos, Rousseau constrói seu educando — um discípulo que não é e que não pretende ser empírico, mas que tem sua própria temporalidade inscrita na narrativa dos seus primeiros 25 anos de vida em educação.

Carlota Boto. **O Emílio como categoria operatória do pensamento rousseauniano**. *In*: José Oscar de Almeida Marques (Org.). **Verdades e mentiras. 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau**. Ijuí–RS: Unijuí, 2005, p. 379-84 (com adaptações).

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Com relação às ideias do texto e aos seus aspectos textuais, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Existe consenso a respeito da ideia de que o "menino Emílio" (ℓ3) foi construído pelo filósofo francês, na obra Emílio, com propósito de orientação psicológica.

(2) Ao analisar a narrativa de Rousseau, a autora emprega, reiteradas vezes, o presente histórico — em vez dos tempos verbais pretéritos —, para imprimir assertividade à sua argumentação.

(3) A repetição de palavras e o uso de paráfrases contribuem para estabelecer a coesão do texto.

(4) A diversidade de temas no trecho "Trata-se ... ato educativo." (ℓ4-9) compromete a coerência do texto.

1: Errado (Interpretação) O propósito é de orientação pedagógica;
2: Certo (Emprego dos tempos e modos verbais) O uso do presente do indicativo pelo perfeito do indicativo ocorre em geral em narrativas de fatos já ocorridos, para conferir um maior realce à narração – é o chamado presente histórico. Desse uso consagrado, podemos estender, por se tratar de um texto dissertativo, que a finalidade da autora seria a de "imprimir maior assertividade à sua argumentação";
3: Certo (Coesão) Como exemplo de repetição de palavras, podemos citar "Emílio" que aparece nove vezes no texto. Com relação às paráfrases, trata-se da repetição da mesma ideia – a de que Emílio é um artifício teórico – por formas diferentes;
4: Errado (Interpretação) No trecho em questão, há três frases, sendo as duas últimas paráfrases da primeira, ou seja, os temas são os mesmos.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

Texto para as três próximas questões

Texto I

Em sucessivos relatórios do ministro da Fazenda em meados da década de 1880, aludia-se ao fato de várias assembleias provinciais estabelecerem impostos sobre a exportação, uma parte da receita dos quais podiam reter, e também sobre a importação, o que era expressamente vedado pela Constituição. Sob pressão de associações comerciais e dos delegados regionais da Fazenda, diversas assembleias foram forçadas a votar a supressão desses impostos. O Visconde Paranaguá, em seu relatório para 1883, informava que apenas Pernambuco, Bahia e Maranhão ainda resistiam. A questão da repartição dos impostos e das competências de cada ente federativo parece, portanto, mais antiga que a própria República.

Gustavo H. B. Franco (organização, introdução e comentários). A economia em **Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 59 (com adaptações).

Texto II

Impostos inconstitucionais...

Ontem, ao voltar uma esquina, dei com os impostos inconstitucionais de Pernambuco. Conheceram-me logo, eu é que, ou por falta de vista, ou porque realmente eles estejam mais gordos, não os conheci imediatamente. Conheci-os pela voz, *vox clamantis in deserto*. Disseram-me que tinham chegado no último paquete. O mais velho acrescentou até que agora hão de repetir com regularidade estas viagens à corte.

— A gente, por mais inconstitucional que seja, concluiu ele, não há de morrer de aborrecimento na cela das probabilidades. Uma chegadinha à corte, de quando em quando, não faz mal a ninguém, exceto...

— Exceto...?

— Isso agora é querer perscrutar os nossos pensamentos íntimos. Exceto o diabo que o carregue, está satisfeito? Não há coisa nenhuma que não possa fazer mal a alguém, seja quem for. Falei de um modo geral e abstrato. (...)

— São todos inconstitucionais?

— Todos.

— Vamos aqui para calçada. E agora, que tencionam fazer?

— Agora temos de ir ao imperador, mas confesso, meu amigo, receamos perder tempo. Você conhece a velha máxima que diz que a história não se repete?

— Creio que sim.

— Ora bem, é o nosso caso. Receamos que o imperador, ao dar conosco, fique aborrecido de ver as mesmas caras e, por outro lado, como a história não se repete... Você, se fosse imperador, que é que faria?

— Eu, se fosse imperador? Isso agora é mais complicado. Eu, se fosse imperador, a primeira coisa que faria era ser o primeiro cético do meu tempo. Quanto ao caso de que se trata, faria uma coisa singular, mas útil: suprimiria os adjetivos.

— Os adjetivos?

— Vocês não calculam como os adjetivos corrompem tudo, ou quase tudo; e, quando não corrompem, aborrecem a gente, pela repetição que fazemos da mais ínfima galanteria. Adjetivo que nos agrada está na boca do mundo.

— Mas que temos nós outros com isso?

— Tudo; vocês como simples impostos são excelentes, gorduchos e corados, cheios de vida. O que os corrompe e faz definhar é o epíteto de inconstitucionais. Eu, abolindo por um decreto todos os adjetivos de Estado, resolvia de golpe esta velha questão, e cumpria esta máxima que é tudo o que tenho colhido da história e da política, que aí dou por dois vinténs a todos os que governam o mundo: os adjetivos passam, e os substantivos ficam.

Machado de Assis. *In*: **Gazeta de notícias** (1881–1900). Balas de Estalo. Rio de Janeiro, 16/5/1885.

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Com relação ao texto I e ao texto II, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) No texto I, narrativa de cunho histórico acerca de tema da economia brasileira, o autor emprega predominantemente linguagem referencial e objetiva.

(2) O emprego de "portanto", na linha 13 do texto I, permite que se afirme que os fatos narrados acerca dos impostos fundamentam a conclusão do autor de que os problemas relativos a esse assunto precederam o regime republicano.

(3) Caso, no texto I, o pronome "própria" (ℓ13) fosse substituído por **mesma**, seria mantido o sentido da frase, embora se prejudicasse a ênfase dada, no texto, ao termo "República" (ℓ13).

(4) Embora pertençam a diferentes gêneros e adotem registros distintos, os textos I e II versam sobre temática comum.

1: Certo (Funções da Linguagem) O relato de fatos de importância histórica permite classificar o texto como uma narrativa de cunho histórico, e o emprego de uma linguagem denotativa e impessoal igualmente pode ser chamada de referencial e objetiva;
2: Certo (Análise sintática) O emprego da conjunção "portanto" estabelece uma conclusão acerca do que se apresentou antes;
3: Errado (Emprego de Pronomes) Os pronomes demonstrativos "mesmo" e "próprio" são empregados para reforçar o termo a que se ligam e possuem o mesmo valor, portanto a troca não prejudicaria a ênfase;
4: Certo (Interpretação) Ambos os textos tratam da disputa fiscal entre províncias e corte.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Acerca das ideias e dos sentidos do texto II, assim como de suas estruturas linguísticas e organização textual, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O autor valeu-se do discurso indireto livre, que consiste em dar voz e atribuir características e sentimentos humanos a seres inanimados.

(2) O narrador recorreu à função metalinguística da linguagem para formular, ao final da crônica, sua máxima, carregada de arbitrariedade.

(3) O trecho "Eu, se fosse imperador, a primeira coisa que faria era ser o primeiro cético do meu tempo." (ℓ30-31) produz efeito humorístico, por sua incongruência interna e por desviar-se do "caso de que se trata" (ℓ31).

(4) A frase "vox clamantis in deserto" (ℓ4-5) está em itálico, porque remete o interlocutor ao respectivo texto-fonte e faz parte da memória coletiva nacional.

1: Errado (Tipos de discurso e Figuras de linguagem) Há dois erros nesta alternativa. O primeiro é a definição apresentada de discurso indireto livre; na verdade, essa definição se aplica à figura de linguagem denominada personificação ou prosopopeia. O segundo é que, em todo o texto, não há discurso indireto livre; no primeiro parágrafo há dois trechos de discurso indireto ("que tinham chegado no último paquete" e "que agora hão de repetir com regularidade estas viagens à corte"), e todo o restante do texto está em discurso direto;
2: Certo (Funções da linguagem) A máxima "os adjetivos passam, os substantivos ficam" se constrói por meio da função metalinguística por empregar termos gramaticais, e é arbitrária por simplificar de forma inaceitável uma questão complexa: a do litígio sobre a legalidade da cobrança de impostos;
3: Certo (Interpretação) A incongruência interna é a de um imperador ser o maior cético do seu tempo, pois, ao exercer o papel de chefe de estado, se esperaria dele que não apenas defendesse os valores da sociedade que representa, mas ainda que os encarnasse. O assunto tratado é o da legitimidade dos impostos, portanto, ao tecer considerações sobre ser imperador e decidir a questão por meio da supressão do adjetivo, o narrador está propondo a substituição do debate sobre a legalidade pela ação arbitrária do executivo. Essa ação é caracterizada como contumaz prática do poder, ou seja, da questão da legitimidade dos impostos passa-se à da legitimidade das formas de se exercer o poder;
4: Errado (Emprego de itálico) Pode-se justificar o itálico da frase, por ela estar escrita em latim. Além disso, ela constitui uma passagem dos evangelhos que fala de São João Batista, pertence, portanto, à memória coletiva cristã.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Com base no texto II, assinale a opção em que a supressão da palavra ou expressão sublinhada provoca erro gramatical.

(A) "eu é que, ou por falta de vista, ou porque realmente eles estejam mais gordos, não os conheci" (ℓ2-4).
(B) "Não há coisa nenhuma que não possa fazer mal a alguém, seja quem for." (ℓ14-15).
(C) "Você, se fosse imperador, que é que faria?" (ℓ27-28).
(D) "Quanto ao caso de que se trata, faria uma coisa singular" (ℓ31-32).
(E) "Mas que temos nós outros com isso?" (ℓ38).

A: Errado (Partícula de realce) A estrutura "é que" não desempenha papel sintático na frase e pode ser retirada sem prejuízo de sentido, apenas com perda da ênfase do sujeito (eu);
B: Errado (Emprego de palavras) Uma vez que a indicação da ausência de "coisa" está indicada pela negação no verbo "haver", a colocação do indefinido "nenhuma" apenas enfatiza a ausência, e sua eliminação não acarreta alteração de sentido;
C: Errado (Partícula de realce) O trecho "que é que" equivale no contexto em que aparece a um pronome interrogativo (que) reforçado por uma partícula de realce (é que). Embora apenas a partícula de realce seja dispensável, a retirada do trecho proposto mantém a gramaticalidade e o sentido original, porque o "que" restante passa a valer como pronome interrogativo;
D: Certo (Análise sintática) O trecho "de que" corresponde a uma preposição e um pronome relativo. A retirada do primeiro implicaria uma transgressão de regência e a do segundo uma desestruturação da frase, já que não há a possibilidade desse relativo ser empregado elipticamente nesse caso;
E: Errado (Emprego de palavras) O trecho "nós outros" é o sujeito do verbo "ter", que, por estar conjugado, dispensaria para fins de sentido a explicitação do sujeito.

Gabarito "D"

As primeiras cartas

O importante não é a casa onde moramos.
Mas onde, em nós, a casa mora.
Avô Mariano

Escapo-me dali, me apressando entre os atalhos. Quando reentro em casa não encontro vivalma. Todos foram para o caminho da areia assistir à desgraça, consolando Ultímio. De soslaio, parece-me ouvir um ruído. Entro na sala fúnebre e nada vejo, senão o aquietado corpo do velho Mariano. Lá está o desfinado, entre flores e velas. Subo para o quarto. De novo, sobre a cabeceira, uma outra carta. A tremência em minhas mãos não me ajuda a ler:
Estas cartas, Mariano, não são escritos. São falas. Sente-se, se deixe em bastante sossego e escute. Você não veio a esta Ilha para comparecer perante um funeral. Muito ao contrário, Mariano. Você cruzou essas águas por motivo de um nascimento. Para colocar o nosso mundo no devido lugar. Não veio salvar o morto. Veio salvar a vida, a nossa vida. Todos aqui estão morrendo não por doença, mas por desmérito do viver.
É por isso que visitará estas cartas e encontrará não a folha escrita mas um vazio que você mesmo irá preencher, com *suas caligrafias. Como se diz aqui: feridas da boca se curam com a própria saliva. Esse é o serviço que vamos cumprir aqui, você e eu, de um e outro lado das palavras. Eu dou as vozes, você dá a escritura. Para salvarmos Luar-do-Chão, o lugar onde ainda vamos nascendo. E salvarmos nossa família, que é o lugar onde somos eternos.*
Comece em seu pai, Fulano Malta. Você nunca lhe ensinou modos de ele ser pai. Entre no seu coração, entenda aquela rezinguice dele, amoleça os medos dele. Ponha um novo entendimento em seu velho pai. Às vezes, seu pai lhe tem raiva? Pois lhe digo: aquilo não é raiva, é medo. Lhe explico: você despontou-se, saiu da Ilha, atravessou a fronteira do mundo. Os lugares são bons e ai de quem não tenha o seu, congênito e natural. Mas os lugares nos aprisionam, são raízes que amarram a vontade da asa.
A Ilha de Luar-do-Chão é uma prisão. A pior prisão, sem muros, sem grades. Só o medo do que há lá fora nos prende ao chão. E você saltou essa fronteira. Se afastou não em distância, mas se alonjou da nossa existência.
Antes, seu pai estava bem consigo mesmo, aceitava o tamanho que você lhe dava. Desde a sua partida ele se tornou num estranho, alheio e distante. Seu velhote passou a destratá-lo? Pois ele se defende de si mesmo. Você, Mariano, lhe lembra que ele ficou, deste lado do rio, amansado, sem brilho de viver nem lustro de sonhar.

Mia Couto. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra.**
São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 64-5.

(Diplomacia – 2008 – CESPE) A propósito dos componentes semântico e estilístico do texto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A epígrafe do texto estrutura-se em um jogo de palavras.
(2) No texto, a oposição ou contraste como estratégia argumentativa pode ser exemplificada em vários enunciados, entre eles: "*Não veio salvar o morto. Veio salvar a vida, a nossa vida.*" (ℓ7) e "*encontrará não a folha escrita mas um vazio que você mesmo irá preencher*" (ℓ9).
(3) O sentido do trecho *"feridas da boca se curam com a própria saliva"* (ℓ10) equivale ao do clássico provérbio Amor com amor se paga.
(4) É exemplo de paralelismo sintático o estilo de construção do trecho "você e eu, de um e outro lado das palavras. Eu dou as vozes, você dá a escritura" (ℓ11).

1: Certo (Gêneros Textuais) Jogo de palavras é uma reescrita de um texto, empregando-se parcialmente as palavras originais, mas, em geral, de forma a se alterar o sentido. No caso, o segundo verso retoma o primeiro por meio de um jogo de palavras;

2: Certo (Figuras de linguagem) Podem-se apontar pelo menos as seguintes antíteses nos trechos presentes na questão: morto x vida // folha escrita x vazio;
3: Errado (Interpretação) O provérbio "amor com amor se paga" pode ser interpretado como uma retribuição igualitária do sentimento amoroso. Já o trecho "feridas da boca se curam com a própria saliva", como um fato ou uma recomendação de que aquele que sofre um mal irá resolvê-lo com seus próprios recursos. Em outras palavras, o primeiro se constrói com a ideia de reciprocidade e o segundo com a de reflexibilidade;
4: Certo (Paralelismo) Há três coordenações de termos sintaticamente equivalentes: 1ª de pronomes pessoais, 2ª de locuções e 3ª e mais significativa de orações de mesma estrutura sintática: pronome pessoal como sujeito, verbo "dar" e um substantivo com artigo como objeto direto.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

Ciro dos Anjos escreveu, faz pouco tempo, uma de suas páginas mais belas sobre as antigas fazendas mineiras. Ele dá os requisitos essenciais a uma fazenda bastante lírica, incluindo, mesmo, uma certa menina de vestido branco. Nada sei dessas coisas, mas juro que entendo alguma coisa de arquitetura urbana, embora Caloca, Aldari, Jorge Moreira e Ernâni, pobres arquitetos profissionais, achem que não.

Assim vos direi que a primeira coisa a respeito de uma casa é que ela deve ter um porão, um bom porão com entrada pela frente e saída pelos fundos. Esse porão deve ser habitável porém inabitado; e ter alguns quartos sem iluminação alguma, onde se devem amontoar móveis antigos, quebrados, objetos desprezados e baús esquecidos. Deve ser o cemitério das coisas. Ali, sob os pés da família, como se fosse no subconsciente dos vivos, jazerão os leques, as cadeiras, as fantasias do carnaval do ano de 1920, as gravatas manchadas, os sapatos que outrora andaram em caminhos longe.

Quando acaso descerem ao porão, as crianças hão de ficar um pouco intrigadas; e como crianças são animais levianos, é preciso que se intriguem um pouco, tenham uma certa perspectiva histórica, meditem que, por mais incrível e extraordinário que pareça, as pessoas grandes também já foram crianças, a sua avó já foi a bailes, e outras coisas instrutivas que são um pouco tristes mas hão de restaurar, a seus olhos, a dignidade corrompida das pessoas adultas.

Convém que as crianças sintam um certo medo do porão; e embora pensem que é medo do escuro, ou de aranhas-caranguejeiras, será o grande medo do Tempo, esse bicho que tudo come, esse monstro que irá tragando em suas fauces negras os sapatos da criança, sua roupinha, sua atiradeira, seu canivete, as bolas de vidro, e afinal a própria criança.

O único perigo é que o porão faça da criança, no futuro, um romancista introvertido, o que se pode evitar desmoralizando periodicamente o porão com uma limpeza parcial para nele armazenar gêneros ou utensílios ou mais facilmente tijolo, por exemplo; ou percorrendo-o com uma lanterna elétrica bem possante que transformará hienas em ratos e cadafalsos em guarda-louças.

Ao construir o porão deve o arquiteto obter um certo grau de umidade, mas providenciar para que a porta de uma das entradas seja bem fácil de arrombar, porque um porão não tem a menor utilidade se não supomos que dentro dele possa estar escondido um ladrão assassino, ou um cachorro raivoso, ou ainda anarquistas búlgaros de passagem por esta cidade. Um porão supõe um alçapão aberto na sala de jantar. Sobre a tampa desse alçapão deve estar um móvel pesado, que fique exposto ao sol ao menos duas horas por dia, de tal modo que à noite estale com tanto gosto que do quarto das crianças dê a impressão exata de que o alçapão está sendo aberto, ou o terrível meliante já esteja no interior da casa.

Rubem Braga. **Um pé de milho**. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1982, p. 129-31 (com adaptações).

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Com base no texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) No terceiro parágrafo, nas expressões "a sua avó" (ℓ12) e "a seus olhos" (ℓ13), os pronomes possessivos remetem ao referente "pessoas grandes" (ℓ12).
(2) Na linha 17, o termo "um romancista introvertido" exerce função sintática de predicativo do objeto "da criança".
(3) Em "a menor utilidade" (ℓ22), o emprego do adjetivo no grau superlativo estabelece comparação entre as três possíveis utilidades supostas para um porão.
(4) Caso o acento grave de "à noite" (ℓ25) seja suprimido, a coesão e a coerência textuais do período em que se insere essa expressão serão prejudicadas.

1: Errado (Coesão) O referente dos possessivos é "crianças";
2: Certo (Análise sintática – predicativo) O verbo "faça" é, no contexto em que aparece, transitivo predicativo, ou seja, além do objeto (ser que sofreu transformação: criança) pede também um predicativo desse objeto (estado transformado do ser: um romancista introvertido);
3: Errado (Flexão de Grau do Adjetivo) As três suposições citadas constituem condições necessárias para que o porão seja útil, e não a indicação de sua utilidade. O superlativo, portanto, expressa enfaticamente a ausência de utilidade, caso aquelas três suposições não sejam possíveis. Além disso, não há comparação entre essas suposições;
4: Certo (Crase) A supressão da crase alteraria a função sintática do termo que de adjunto adverbial de tempo passaria a ser o sujeito do verbo "estalar". A coesão estaria, portanto, prejudicada, já que se perderia o valor anafórico que a elipse do sujeito possui de retomada do termo "móvel pesado". A coerência, igualmente, seria prejudicada de modo que ou o texto passaria a ser incoerente, ou teria que ser interpretado metaforicamente, mas ainda assim se distanciando do sentido pretendido pelo emissor.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

Há algo que une técnicos e humanistas. Ambos se crêem marcados por um fator distintivo, inerente a seus cérebros: o dom da inteligência, que os apartaria do trabalhador manual ou mecânico. Gramsci percebe nessa crença um ranço ideológico da divisão do trabalho: "Em qualquer trabalho físico, até no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, um mínimo de atividade intelectual criadora.

Todos os homens são intelectuais, pode-se dizer, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais. Não se pode separar o *Homo faber do Homo sapiens*."

O que distingue, portanto, a figura pública do homem da palavra é a rede peculiar de funções que os intelectuais costumam desempenhar no complexo das relações sociais. À medida que o técnico se quer cada vez mais técnico, restringindo-se a mero órgão do sistema, e à medida que o humanista é deixado avulso do contexto, um e outro se irão fechando em suas *pseudototalidades*. O seu conhecimento político decairá. E o sistema, contentando-se com alguns profissionais mais à mão, alijará dos centros de decisão a maior parte dos intelectuais.

Um Gramsci puramente historicista talvez não pudesse dizer mais nada. Os fatos têm a sua razão, os intelectuais são o que são, e ponto-final. Mas Gramsci foi um pensador revolucionário. Por isso, via uma possibilidade de projeto no intelectual moderno, que sucederia, nesse caso, o apóstolo e o reformador de outrora.

Alfredo Bosi. **Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica**. São Paulo: Ática, 1988, p. 242-3 (com adaptações).

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Acerca de aspectos gramaticais e estilísticos do texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A inserção do fragmento **que é** imediatamente antes da expressão "inerente a seus cérebros" (ℓ2-3), apesar de atender a preceito gramatical, não resultaria em estrutura mais adequada estilisticamente que a original, se considerado o contexto do período.

(2) O emprego de acento gráfico na forma verbal "crêem" (ℓ2) atende à mesma regra que determina a acentuação gráfica das seguintes formas verbais flexionadas no plural: têm, vêem, vêm e dêem.

(3) O período "Todos os (...) de intelectuais" (ℓ9-11) poderia, sem que se alterasse seu sentido original, ser corretamente reescrito da seguinte forma: Pode-se dizer que, apesar de não exercer sempre, na sociedade, a função de intelectual, todo o ser humano é intelectual.

(4) A forma verbal "apartaria" (ℓ3) está flexionada no futuro do pretérito porque denota uma ação que compõe uma hipótese, uma suposição.

1: Certo (Análise sintática) A substituição proposta transformaria o adjunto adnominal "inerentes a seus cérebros" em uma oração adjetiva restritiva. Embora gramaticalmente possível, tal troca é desnecessária, pois a escolha pelo emprego de adjunto adnominal deixa o trecho mais conciso;
2: Errado (Acentuação gráfica) A regra que determinava a acentuação das formas "crêem", 'vêem" e "dêem" é diferente da que ainda determina a acentuação das formas "têm" e "vêm". As formas verbais "crer", "dar", "ler" e "ver" – mnemonicamente designadas por credelevê – e suas formas derivadas eram acentuadas na terceira pessoa do plural – "crêem", "dêem", "lêem" e "vêem" –, o recente acordo ortográfico extinguiu esse acento. Os verbos "ter" e "vir" e formas derivadas recebem acento diferencial na terceira pessoa do plural do presente do indicativo para distingui-las das formas plurais: ele tem, ele contém, ele vem, ele convém // eles têm, eles contêm, eles vêm, eles convêm;
3: Errado (Emprego dos pronomes) O trecho "todo o ser humano" refere-se à totalidade dos seres humanos;
Deveria, portanto, ser escrita da seguinte maneira: "todo ser humano";
4: Certo (Emprego dos tempos e modos verbais) O verbo "apartaria" expressa uma condição que se constitui numa crença que será questionada no texto, daí o emprego do futuro do pretérito do indicativo.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Texto para as duas próximas questões

Frente à tradição hindu que há 2.500 anos divide a sociedade indiana em mais de 2.000 castas, os 60 anos dos ideais liberais de Gandhi e os 10 anos da legalização do casamento entre castas revelam-se impotentes para transformar a organização hierárquica da sociedade. Em confronto direto com o costume milenar, o governo da Índia oferece uma recompensa de R$ 2.400 para homens e mulheres de diferentes grupos sociais que formalizem sua união.

O dinheiro equivale ao dobro da renda per capita anual do país. O governo justifica que a medida é um passo para a reacomodação das desigualdades. Para grande parte da sociedade, é um passo no escuro.

O governo — que já enfrenta protesto contra cotas em universidades — vê-se, agora, diante de um desafio maior. O esquema está sob ataque de todos os lados. Os conservadores alegam que a medida é gatilho para o caos social. Os liberais sustentam que poucos vão receber a oferta porque o dinheiro vai desaparecer no bolso de autoridades corruptas.

Indianos de castas mais baixas dizem que rejeitariam a recompensa, pois perderiam o acesso preferencial às universidades, garantido pelas já controversas cotas. Hoje, o governo oferece 22,5% das vagas aos intocáveis, os últimos na hierarquia hindu, mas pretende aumentá-las para 50%. "Sei que esta não é a única maneira de pôr um fim à discriminação, mas é preciso começar de algum lugar", defende a ministra da Justiça Social. Para a socióloga Radhika Chopra, a oferta é uma forma de sinalizar que esses casamentos não devem ser condenados. "Com a medida, o governo apoia os indivíduos que transgrediram barreiras sociais e mostra que podem funcionar como exemplos", acrescenta a socióloga.

Jornal do Brasil, 17/12/2006 (com adaptações).

(Diplomacia – 2007 – CESPE) No que se refere a funções da linguagem, predomina, no texto, a função

(A) fática, visto que o autor do texto busca, de forma sutil, convencer os leitores dos benefícios do projeto que visa incentivar o casamento entre pessoas pertencentes a castas diferentes.

(B) metalinguística, haja vista o foco em aspectos intertextuais, como demonstram as diversas vozes que acompanham a informação divulgada.

(C) emotiva, dado que são as falas das autoridades entrevistadas que direcionam a forma como as informações são apresentadas.

(D) conativa, visto que as opiniões expressas estão devidamente referenciadas, não havendo, portanto, perda de objetividade na transmissão das informações.

(E) referencial, dado que a ênfase recai nas informações a respeito de determinado assunto.

A alternativa certa é a "E" (Funções da linguagem) Sendo um texto de reportagem típico – impessoal, com linguagem objetiva –, tem-se o predomínio da função referencial.
Gabarito "E"

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Assinale a opção em que a reescrita de segmentos do texto, em registro formal da linguagem e baseada exclusivamente nas informações apresentadas, **não** imprimiria precisão ao texto original.

(A) "Frente à tradição hindu que há 2.500 anos divide a sociedade indiana" (ℓ1-2) / **Em face da tradição hindu, que dividiu há 2.500 anos atrás, a sociedade indiana**.

(B) "oferece uma recompensa de R$ 2.400" (ℓ7) / **assegura recompensa correspondente a 2.400 reais**.

(C) "para homens e mulheres de diferentes grupos sociais que formalizem sua união" (ℓ7-8) / **a homens e mulheres que formalizem sua união com pessoa pertencente a casta distinta da sua**.

(D) "O esquema está sob ataque de todos os lados" (ℓ15) / **A medida enfrenta opositores de todos os lados**.

(E) "os últimos na hierarquia hindu" (ℓ23-24) / **os pertencentes à mais baixa casta na hierarquia hindu**.

A alternativa errada é o item "A" (Vício de linguagem) A alteração padece de um pleonasmo vicioso: o emprego do verbo "haver", indicador de tempo transcorrido, com o termo "atrás". Além disso, o emprego do presente na frase original enfatiza que a divisão de castas continua forte até hoje.
Gabarito "A"

A maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de unidade e pureza*: esses dois conceitos perdem o contorno exato do seu significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma, se mostra mais e mais eficaz. A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus exportavam para o Novo Mundo. Em virtude do fato de que a América Latina não pode mais fechar suas portas à invasão estrangeira nem reencontrar sua condição de paraíso, de isolamento e inocência, constata-se com cinismo que, sem essa contribuição, seu produto seria mera cópia — silêncio —, uma cópia muitas

vezes fora de moda. Sua geografia deve ser uma geografia de
16 assimilação e de agressividade, de aprendizagem e de reação, de falsa obediência. A passividade reduziria seu papel efetivo ao desaparecimento por analogia. Guardando seu lugar na segunda
19 fila, é, no entanto, preciso que assinale sua diferença, marque sua presença, uma presença muitas vezes de vanguarda. O silêncio seria a resposta desejada pelo imperialismo cultural, ou ainda o eco
22 sonoro que apenas serve para apertar mais os laços do poder conquistador.

* Em artigo de significativo título, **Sol da Meia-Noite**, Oswald de Andrade percebia, por detrás da Alemanha nazista, os valores de unidade e pureza e, no seu estilo típico, comentava com rara felicidade: "A Alemanha racista, purista e recordista precisa ser educada pelo nosso mulato, pelo chinês, pelo índio mais atrasado do Peru ou do México, pelo africano do Sudão. E precisa ser misturada de uma vez para sempre. Precisa ser desfeita no *melting-pot* do futuro. Precisa mulatizar-se." (**Ponta de Lança**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 62.)

Silviano Santiago. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978. p. 18-9 (com adaptações).

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Considerando os sentidos e os aspectos morfossintáticos do texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A substituição da expressão "à medida que" (ℓ5) por **na medida que** não implicaria prejuízo para o conteúdo semântico ou a correção gramatical do texto.
(2) Na linha 6, a partícula "se" que antecede a forma verbal "afirma" é índice de indeterminação do sujeito.
(3) O emprego de itálico em *"paraíso"* (ℓ12) realça o sentido objetivo desse vocábulo.
(4) Nos termos "seu produto" (ℓ14) e "Sua geografia" (ℓ15), os pronomes possessivos remetem ao mesmo referente.

1: Errado (Análise sintática – conectores) A locução "na medida que" não é aceita pela norma. Há duas locuções conjuntivas muito parecidas, mas de emprego distinto: – **à medida que**: à proporção que / – **na medida em que**: porque;
2: Errado (Funções do "se") O "se" pode ser classificado como PIV (parte integrante do verbo), se se considerar o verbo "afirmar" como pronominal "afirmar-se"; ou, em caso contrário, como partícula apassivadora;
3: Errado (Vocabulário) A palavra "paraíso" é empregada no sentido metafórico de lugar aprazível;
4: Certo (Coesão) Eles referem-se à América Latina.
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

Texto III

Quando as 5 mil pequenas lâmpadas iluminaram a fachada do Palácio da Eletricidade, por ocasião da inauguração da Exposição Universal de Paris (1900), causando assombro à multidão que assistia ao espetáculo, comprovou-se o triunfo da ciência e a soberania da máquina. A luz vencera o limite da noite e instaurava as 24 horas como o novo tempo da cidade.

A arte afastava-se do mundo burguês à procura de nova clientela, capaz de um ato de fruição total. Era preciso tornar-se autêntica e, para isso, ela precisava eliminar dos seus efeitos específicos quaisquer outros que pudessem ter sido tomados por empréstimo. Era necessário tornar-se "autárquica", "pura"

A busca incessante dessa pureza motivou os artistas do início do século XX, o que resultou na produção de obras que deram corpo a uma notável revolução cultural.

P. E Grinberg e A. A. Luz **Revoluções artístico-culturais no século XX**. *In*: F.C. Teixeira da Silva (coord). **Séculos sombrios: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Com base no texto III, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Atenderia às exigências linguísticas puristas a alteração na linha 4, de "causando" por: o que causou.
(2) A concordância verbal em "comprovou-se" (ℓ 5) atende regra segundo a qual, em construções com posposição de sujeito composto, é obrigatória a concordância do verbo com o primeiro núcleo do sujeito.
(3) Considerando os elementos de coesão textual, verifica- se que a expressão "ao espetáculo" (ℓ 5) tem como referência "Exposição Universal de Paris" (ℓ 3 – 4).
(4) O emprego das aspas em "autárquica" e "pura" (ℓ 14 – 15) indica que a atribuição de sentido às duas palavras não deve ser exatamente a corrente, a usual.

1: Certo (Análise sintática) Os gramáticos mais conservadores condenam o emprego de orações adjetivas reduzidas de gerúndio como um estrangeirismo;
2: Errado (Concordância verbal) A posposição de um verbo a um sujeito composto permite que ele concorde com a totalidade dos núcleos do sujeito ou com o núcleo mais próximo;
3: Errado (Coesão) O referente é a iluminação das 5 mil lâmpadas;
4: Certo (Figuras de linguagem) A atribuição das palavras "autárquica" e "pura" à arte deixa claro que se trata de emprego metafórico.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Texto para as próximas duas questões

1 A Alemanha vai enfrentar a pior recessão desde a 2.ª Guerra Mundial e já planeja, para 2009, um novo pacote de estímulo à economia. As medidas serão anunciadas
4 assim que o novo presidente norte-americano, Barack Obama, tomar posse, no final de janeiro. Há menos de um mês, o governo alemão anunciou um pacote de medidas de
7 US$ 63 bilhões para fortalecer a economia. Agora, a oposição quer que outros 25 bilhões sejam usados no pacote. A crise está obrigando governos, como o da
10 Alemanha, a atuarem em meio a uma tormenta, o que políticos na Europa já haviam esquecido. "Não temos muita experiência com esse estado de choque", admitiu a chanceler
13 alemã Angela Merkel.

Jamil Chade. **O Estado de S. Paulo**, 18/12/2008 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008 – CESPE) Com referência ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) O sinal indicativo de crase em "à economia" (ℓ3) justifica-se pela regência de "planeja" (ℓ2) e pela presença de artigo definido feminino.
(2) A substituição de "assim que" (ℓ4) por **logo que** mantém a correção gramatical do período.
(3) O nome "Barack Obama" (ℓ4-5) está entre vírgulas porque se trata de um aposto.
(4) O emprego de vírgula logo após "Agora" (ℓ7) justifica-se para isolar adjunto adverbial de tempo.
(5) Na linha 10, o termo "o que" refere-se ao antecedente "atuarem em meio a uma tormenta".

1: Errado. o verbo planeja tem como complemento a expressão "um novo pacote de estímulo" e rege seu complemento sem preposição (quem planeja, planeja um pacote e não a um pacote). "à economia" complementa o sentido do substantivo "estímulo" que rege seu complemento com a preposição a. A crase se justifica, portanto, pela regência do substantivo estímulo e pela presença do artigo definido feminino a que acompanha o substantivo economia;
2: Certo. "Assim que" introduz a ideia de "quando" as medidas serão anunciadas, é, portanto, uma conjunção que indica uma oração subordinada adverbial temporal. Uma conjunção que mantém o sentido de tempo dado à oração principal (as medidas serão anunciadas) substitui corretamente a original. É o caso de "logo que". É importante ressaltar que a ideia temporal do trecho é de que algo acontece logo após a condição estabelecida, é imediatamente consecutivo, sentido transmitido tanto por "assim que" como por "logo que";
3: Certo. O aposto é um termo da oração que explica, exemplifica ou restringe o sentido de uma informação imediatamente anterior a ele.

Aparece isolado por pontuação (parênteses, travessão e, principalmente, vírgulas) e não possui verbo entre seus termos. “Barack Obama” vem isolado por vírgulas e explica ao leitor quem é o novo presidente norte-americano, informação imediatamente anterior;
4: Certo. A ordem natural da oração em português é sujeito-verbo-complementos do verbo. Adjuntos adverbais, como “agora”, que indica uma circunstância temporal, vêm associados à ação ocorrida e, na ordem natural, devem aparecer ao fim da oração. No entanto, por questão de estilo ou de relevância nas informações apresentadas, é possível que essa ordem natural seja alterada. Para tal, é necessário indicar que o termo está sintaticamente deslocado por meio de vírgulas, como acontece na oração com o adjunto adverbial “agora”;
5: Certo. A expressão “o que” é um elemento de coesão do texto, que liga informações evitando repetição. Ao observarmos a oração “o que políticos na Europa já haviam esquecido” podemos perguntar “o que os políticos na Europa já haviam esquecido?” e teremos como resposta a informação da oração anterior, “a atuarem em meio a uma tormenta”. Tal relação entre as informações é estabelecida pela expressão ‘o que”.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008 – CESPE) Considerando que os fragmentos apresentados nos itens de **1** a **5** constituem partes sucessivas de um texto de Jamil Chade (**O Estado de S. Paulo**, 18/12/2008), julgue-os quanto à correção gramatical.

(1) O jornal alemão **Frankfurter Allgemeine Zeitung** divulgou as novas previsões do Ministério da Economia da Alemanha que indicam que o maior mercado da Europa sofrerão uma queda de pelo menos 3% em 2009. O encolhimento da economia poderá ser ainda maior se a recessão atingir outros países.
(2) Trata-se, de qualquer forma, do maior tombo na economia alemã desde a 2.ª Guerra Mundial e da mais profunda recessão no país no período pós-nazismo.
(3) A notícia obrigou a chanceler Angela Merkel anunciar um novo pacote de incentivo a economia que será implementado à partir de janeiro. O pacote incluiria bilhões de euros para obras de infraestrutura, comunicações e renovações de escolas.
(4) Ataques à Merkel estão fazendo que ela perca popularidade, mesmo diante do pacote de mais de US$ 60 bilhões e incentivos fiscais anunciados em novembro. Ela ainda é vista como tendo hesitando em apoiar um estrategismo europeu de combate a crise.
(5) Agora, a chanceler justifica sua nova posição diante do aprofundamento da crise. “Estamos vendo uma constante mudança nas previsões de crescimento, que apontam para tempos muito difíceis”, afirmou.

1: Errado. O item apresenta um problema na concordância dos termos. No trecho “o maior mercado da Europa sofrerão uma queda”, o sujeito da oração é “o maior mercado da Europa” e seu núcleo, mercado, está no singular. O verbo da oração deve concordar com o sujeito singular, no entanto, aparece no plural, “sofrerão”. O escrita correta seria “o maior mercado da Europa sofrerá uma queda”. A confusão pode ter sido causada pela troca do referente do verbo. O autor teria erroneamente concordado sofrer com “as previsões e acompanhado a concordância do verbo “indicam”;
2: Certo. O item não apresenta problemas gramaticais. A confusão poderia decorrer do verbo tratar e da informação que o segue ser dividida em duas partes: “o maior tombo” e “a mais profunda recessão”. Mas é importante notar que ambos os termos são introduzidos pela preposição “de” e não funcionam como sujeitos do verbo, mas sim como objetos indiretos: eles recebem a ação de serem tratados. A presença da preposição é fundamental para que não exista confusão com o formato de oração em que o verbo se encontra na voz passiva sintética, indicada pela partícula “se”, em que o sujeito paciente deve indicar a concordância do verbo no plural, já que sujeito não pode ser iniciado por preposição (a voz passiva ocorre apenas com verbos transitivos diretos). O que temos na oração é um caso de sujeito indefinido com verbo transitivo indireto mais a partícula “se”;
3: Errado. O problema do trecho está na regência do verbo obrigar. O verbo é transitivo direto e indireto, quem obriga, obriga alguém a algo. O objeto direto do verbo é “a chanceler Angela Merkel”, o alguém que foi obrigado. O objeto indireto, aquilo a que ela foi obrigada, é “anunciar um novo pacote de incentivo(...)”, e deveria ser introduzido pela preposição “a”, o que não ocorreu;
4: Errado. O item apresenta incorreção gramatical na construção da locução verbal “tendo hesitando”. A combinação correta dos verbos seria “tendo hesitado”. Ao se usar o verbo auxiliar “ter”, ele passa a carregar todas as características da conjugação necessárias à construção da frase, deixando ao verbo principal “hesitar” apenas a função de sentido e a forma gramatical fixa em particípio. O item apresenta, no geral, uma construção gramatical bastante incomum, apesar de aceita pela norma culta. Um bom recurso de entendimento da informação é tentar reescrever o trecho com outras construções, apesar de ser auxílio somente à interpretação e não à correção gramatical;
5: Certo. O item não apresenta problemas gramaticais. A confusão poderia decorrer da concordância do verbo “apontam”, que poderia ser tomada como se referindo a “uma constante mudança” e, nesse caso, o verbo deveria estar no singular. No entanto, não há razões para discordar da concordância feita com “as previsões de crescimento”, um sujeito de núcleo no plural e que exige a concordância do verbo tal qual aparece.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5C

Texto para as próximas duas questões

1 A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) anunciou um corte de 2,2 milhões de barris diários de petróleo, a maior redução feita de uma só vez pelos 11
4 países-membros do cartel. Em comunicado, o grupo considerou a medida como parte complementar do corte anterior de dois milhões de barris diários, anunciado em
7 setembro, como uma tentativa de estabilizar a cotação do petróleo, que, desde julho, já caiu mais de US$ 100. Com isso, a partir de janeiro de 2009, a produção terá redução
10 total de 4,2 milhões de barris diários. A medida, que foi acompanhada por países fora do cartel, não conseguiu, no entanto, segurar o preço da commodity, que caiu abaixo
13 dos US$ 40.

O Globo, 18/12/2008.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008 – CESPE) Julgue os seguintes itens, a respeito do texto acima.

(1) As expressões “cartel” (ℓ4 e 11) e “grupo” (ℓ4) constituem uma cadeia coesiva, pois retomam o antecedente “Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)” (ℓ1-2).
(2) A forma verbal “anunciado” (ℓ6) concorda com “corte anterior” (ℓ5-6), por isso está no masculino singular.
(3) O emprego das vírgulas que isolam o segmento “a partir de janeiro de 2009” (ℓ9) justifica-se por tratar-se de adjunto adverbial de tempo.
(4) O termo “no entanto” (ℓ12) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período e sem alteração das informações originais, ser substituído por qualquer um dos seguintes: porém, contudo, conquanto, contanto que.

1: Certo. Elementos de coesão são palavras que substituem termos anteriores apresentados no texto, retomando uma informação prévia e evitando a repetição. A coesão textual é essencial para dinâmica e estruturação do texto, garantindo agilidade e entendimento na leitura. As expressões “cartel” e “grupo” retomam o referente OPEP e garantem a compreensão de maneira global do sentido a ser transmitido;
2: Certo. Entender os referentes e as relações entre os termos do texto, é parte fundamental da compreensão. “anunciado em setembro” aparece isolado por vírgulas e funciona como aposto do termo “corte anterior”. “Anunciado” é uma forma verbal nominal, o particípio, e cumpre função de adjetivo na elaboração da oração. Adjetivos são termos que acompanham o substantivo e com ele concordam em gênero e número. A forma do particípio “anunciado” deve concordar com seu termo regente “corte”, por isso aparece no masculino singular;
3: Certo. A ordem natural da oração em português é sujeito-verbo-complementos do verbo. Adjuntos adverbais, como “a partir de janeiro de 2009”, que indica uma circunstância temporal, vêm associados à ação ocorrida e, na ordem natural, devem aparecer ao fim da oração. No entanto, por questão de estilo ou de relevância nas informações

apresentadas, é possível que essa ordem natural seja alterada. Para tal, é necessário indicar que o termo está sintaticamente deslocado por meio de vírgulas, como acontece na oração com o adjunto adverbial "a partir de janeiro de 2009";
4: Errado. A locução conjuntiva "no entanto" indica relação de contrariedade entre a informação da oração anterior e a transmitida pela subsequente, criando relação de adversidade . Significa que será apresentada uma informação que segue o caminho oposto ao antes apresentado. Ao fazer todas as medidas, o grupo esperava que o preço se mantivesse, mas isso não aconteceu. Ao se testar as outras expressões sugeridas no item, notamos que "conquanto" indica relação de concessão e "contanto que" indica uma relação de condição e não podem ser aplicadas.
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008 – CESPE) Considerando que os fragmentos incluídos nos itens que se seguem, na ordem em que são apresentados, constituem partes sucessivas de um texto adaptado de **O Globo** (18/12/2008), julgue-os quanto à correção gramatical.

(1) Para os analistas, a queda dos preços do petróleo indica que os investidores ainda estão preocupados com os rumos da economia mundial, que aproxima-se de uma longa recessão global, cuja vai afetar o consumo de combustíveis.
(2) Em apenas cinco meses, o barril perdeu toda a valorização acumulada nos últimos dois anos.
(3) Em nota, a OPEP justificou o corte, afirmando que "o volume de petróleo que entra no mercado continua bem acima da demanda atual". Além disso, "o impacto da grave retração da economia global levou a destruição da demanda, resultando em uma pressão de queda com os preços sem precedentes".
(4) O cartel alertou ainda que a contínua deterioração dos preços terá impacto negativo nos investimentos para garantir a oferta necessária de petróleo no médio e longo prazos. O governo norte-americano criticou a decisão da OPEP.

1: Errado. Cujo (e suas variantes feminina ou plural) é um pronome relativo e, como tal, cumpre duas funções na construção do texto: substitui um elemento anterior em uma nova oração subordinada adjetiva e relaciona oração principal e oração subordinada adjetiva. O pronome cujo estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação de posse. O termo substituído é aquele que "é de" algo. Por exemplo, ao se unir as orações (1) O rapaz foi aprovado e (2) As notas do rapaz foram as melhores da sala. O elemento em comum entre elas é "o rapaz". Na segunda oração o rapaz é o "dono" das notas. Ao se unir as duas orações por meio do pronome relativo, teríamos o resultado: O rapaz, cujas notas foram as melhores da sala, foi aprovado. Na oração apresentada no item, a relação estabelecida entre os termos não é como a do exemplo e o pronome a ser utilizado deveria ser o pronome relativo universal "que": "(...)de uma longa recessão global, que vai afetar o consumo de combustíveis.";
2: Certo. A pontuação da oração está correta, isolando o adjunto adverbial, tanto concordância como regência seguem as regras estabelecidas pela norma culta, a construção sintática é correta e não há problemas de ortografia nas palavras;
3: Errado. O problema do trecho está na regência do verbo levar que, no contexto, exige a preposição "a". O termo subsequente é feminino, "destruição", e é antecedido por artigo feminino. Ao se unir preposição "a", exigida pelo verbo, e artigo "a", que acompanha o objeto "destruição", o uso da crase se faz necessário. A forma correta seria então "Em nota, a OPEP justificou o corte, afirmando que "o volume de petróleo que entra no mercado continua bem acima da demanda atual". Além disso, "o impacto da grave retração da economia global levou à destruição da demanda, resultando em uma pressão de queda com os preços sem precedentes";
4: Certo. A concordância está correta, em especial na concordância do adjetivo no plural "prazos" com dois referentes singulares "médio" e "longo". A regência segue as regras estabelecidas pela norma culta, a construção sintática é correta e não há problemas de ortografia ou pontuação.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

Texto para a próxima questão

A Organização dos Estados Americanos (OEA) naufraga em um mar de alternativas regionais, cujo acento maior é a exclusão dos EUA. É o caso da proposta de uma nova organização de países da América Latina e Caribe, que se junta a outras iniciativas do mesmo teor, como o Grupo do Rio e a UNASUL. O poder de Washington já fora avisado por instituições acadêmicas norte-americanas de que a OEA corre o risco de perder vigência. Seria a quebra do mais importante elo da cadeia de ações coletivas envolvendo América Latina e EUA, com a predominância histórica dos norte-americanos.

O primeiro golpe foi dado com o Grupo do Rio, inspirado no fracassado Grupo de Contadora. Em 1984, países latino-americanos se reuniram na ilha panamenha de Contadora com o objetivo de encontrar soluções para a guerra na América Central, que se tornara sangrenta, com aberta intervenção norte-americana. Contadora chegou a concluir um texto de proposta de paz. Mas sofreu operação de bloqueio, conduzido por Constantine Menge, o encarregado da América Latina no Conselho de Segurança Nacional dos EUA na época. A revista Current History divulgou documentos que estabeleciam como "estratégia do governo Reagan" impedir negociações de paz na América Central. A única coisa que importava era derrubar os sandinistas na Nicarágua e, com isso, na visão reaganiana, traçar uma "linha de contenção do comunismo em território norte-americano".

Newton Carlos. **Folha de S.Paulo**, 18/12/2008 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, relativos ao texto acima.

(1) A proposta de uma nova organização de países da América Latina e Caribe é um dos fatores que contribui para a vigência da OEA.
(2) A expressão "naufraga em um mar" (ℓ2) está sendo empregada em sentido conotativo.
(3) A substituição de "cujo" (ℓ2) por o qual mantém a correção gramatical do período.
(4) Em "de que a OEA" (ℓ7), o emprego de preposição "de" se deve à regência de "avisado" (ℓ6).
(5) A forma verbal "Seria" (ℓ8) está no futuro do pretérito e indica uma ação que provavelmente poderia ter acontecido no passado.
(6) As palavras "panamenha" (ℓ14) e "reaganiana" (ℓ25) são palavras estrangeiras adaptadas à língua portuguesa por derivação com o acréscimo de sufixos.

1: Errado. A nova organização seria um dos fatores predominantes para que a OEA perdesse seu valor como reunião de países, justamente por ser, segundo o texto, uma forma histórica de dominação dos EUA sobre os outros países da América. A proposta de nova organização é um dos exemplos das regionalidades em que naufraga a OEA;
2: Certo. "Conotativo" significa que os termos foram usados em seu sentido figurado, enquanto "denotativo" significa que o termo segue o sentido dado pelo dicionário. Naufragar, no dicionário, indica ir a fundo em água. No texto, a expressão aparece de forma figurada para indicar que a OEA está em rumos de sumir. "Mar" também é usado em sentido figurado, não é um mar de águas salgadas, como especificado pela expressão seguinte "de alternativas regionais";
3: Errado. A função de um pronome relativo é unir duas orações, uma principal e uma subordinada adjetiva e substituir um termo da oração principal na subordinada. O pronome relativo "cujo" estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação de posse. O termo substituído é aquele que "é de" algo. Ao se separar as orações unidas pelo pronome, teríamos: (1) A Organização dos estados Americanos (OEA) naufraga em um mar de alternativas regionais. E (2) O acento maior das

alternativas regionais é a exclusão dos EUA. Ao se substituir o pronome "cujo" por "o qual" a relação da preposição "de" se perde e altera tanto o sentido como torna o trecho incorreto gramaticalmente;

4: Certo. A oração "O poder de Washington já fora avisado por instituições acadêmicas norte-americanas de que a OEA corre o risco de perder vigência" encontra-se na voz passiva analítica e possui locução verbal composta de verbo auxiliar "ser" conjugado em tempo e pessoa e verbo principal no particípio (fora avisado). O verbo principal, que carrega o sentido, cumpre as suas funções gramaticais da mesma maneira. É um verbo transitivo direto e indireto e "de que a OEA corre o risco de perder vigência" cumpre a função de objeto indireto do verbo, regido pela preposição "de";

5: Errado. A forma verbal no futuro do pretérito indica uma hipótese que se cumpre se algumas condições são atendidas. No texto, não há qualquer indicação de que isso ainda não seja possível, uma vez que as condições aparecem em um tempo que não acabou. Indica, portanto, uma possibilidade, algo que talvez possa acontecer;

6: Errado. Apesar de o item indicar corretamente com a formação da palavra "reaganiana", que deriva do nome do presidente americano Reagan, a palavra panamenha é formada pelo acréscimo do sufixo –enha, no entanto deriva de uma palavra da língua portuguesa, o nome do país Panamá.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5E, 6E

Texto para a próxima questão

A Câmara dos Deputados brasileira aprovou, por 265 votos favoráveis e 61 contrários, a adesão da Venezuela ao MERCOSUL, bloco regional formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

O protocolo de adesão, assinado em julho de 2006, ainda precisa ser aprovado pelo Senado para entrar em vigor. Os congressos do Uruguai, da Argentina e da própria Venezuela já votaram pela entrada do país no MERCOSUL. Apenas o Paraguai e o Brasil ainda não chancelaram o acordo. Dados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional mostram que a entrada do país resultará em um bloco com mais de 250 milhões de habitantes, área de 12,7 milhões de km^2, PIB superior a U$ 1 trilhão (aproximadamente 76% do PIB da América do Sul) e comércio global superior a US$ 300 bilhões.

O deputado Arnaldo Madeira argumentou que o ingresso da Venezuela no bloco pode ser prejudicial para a economia da região, devido à postura polêmica do atual presidente do país, Hugo Chávez. "Nós temos hoje um forte antagonismo entre o presidente da Venezuela e vários parceiros da região e isso poderá dificultar a integração com outros blocos econômicos. Votamos contra por razões de ordem econômica e não ideológica", disse.

Antônio Carlos Pannunzio lembrou ainda que a Venezuela deixou de cumprir diversos requisitos estabelecidos pelo protocolo de adesão. José Genoíno disse que o isolamento da Venezuela poderia levar a uma crise e a um fundamentalismo. "A integração entre países é pluralista. Não podemos fazer um crivo ideológico sobre quem está na Presidência da República para realizar a integração", disse.

Maria Clara Cabral. **Folha de S.Paulo**,18/12/2008.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008 – CESPE) Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) O emprego de preposição em "ao MERCOSUL" (ℓ3) justifica-se pela regência de "contrários" (ℓ2), que exige preposição **a**.

(2) A palavra "chancelaram" (ℓ9) está sendo empregada com o sentido de **sancionaram**.

(3) A forma verbal "mostram" (ℓ11) está no plural porque concorda com "Relações Exteriores" (ℓ10).

(4) Nas duas ocorrências de "superior a" (ℓ13 e 15), "a" funciona como artigo definido.

(5) O emprego de vírgulas logo após "habitantes" (ℓ12) e "km^2" (ℓ13) justifica-se por isolar elementos de mesma função gramatical componentes de uma enumeração.

(6) O antagonismo a que o deputado Arnaldo Madeira se refere ocorre entre o Brasil e o presidente da Venezuela.

(7) O emprego de aspas nos dois últimos parágrafos indica que a citação da fala dos locutores foi transcrita literalmente.

(8) Pelas informações do texto, os deputados citados são todos contrários ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL.

(9) O termo "pelo" (ℓ26) é resultado da contração das formas antigas da preposição **per** e do artigo **lo**.

(10) Em "a um fundamentalismo" (ℓ28), o emprego de preposição deve-se à regência de "levar" (ℓ27), e não exige sinal indicativo de crase porque antecede artigo indefinido masculino.

1: Errado. O termo regente é "adesão". Vemos, pela leitura do texto, que o adjetivo "contrários" se encontra dentro do aposto "por 265 votos favoráveis e 61 contrários" e não se relaciona com a construção sintática do que se segue. Trata-se de um caso de regência nominal e o substantivo adesão pede para seu complemento a preposição "a". Associada a preposição "a" ao artigo masculino "o", que acompanha o substantivo masculino MERCOSUL, temos a forma final "ao";

2: Certo. De acordo com o dicionário Aurélio, uma das possíveis acepções do verbo chancelar é "aprovar"; se associado ao contexto legal de que trata o texto, observamos que se trata de sinônimo do verbo sancionar;

3: Errado. A forma verbal "mostram" concorda corretamente com o núcleo do sujeito da oração "dados" (l.10). São os dados que apresentam as informações subsequentes ao verbo. É importante notar que a distância entre o verbo e o núcleo, intercalados por uma série de informações, torna a identificação do referente mais difícil. É necessário ter cautela e atenção ao identificar as relações entre termos em construções complexas;

4: Errado. Em ambos os casos, "a" funciona como preposição exigida pela regência nominal do adjetivo superior. O termo regido não apresenta artigo, trata-se de um número plural e masculino e que não poderia ser antecedido de artigo feminino singular. Se houvesse artigo, no caso de um complemento que cumprisse as exigências para tal, seria necessário o uso da crase, indicando a presença de duas vogais "a";

5: Certo. Entre as linhas 12 e 15 são dados adjuntos adnominais que caracterizam o "bloco", sendo apresentados em sequência, corretamente separados por vírgulas;

6: Errado. O antagonismo a que se refere o deputado em sua fala é entre o presidente da Venezuela e vários parceiros da região (l.20 e 21). A confusão na resposta pode decorrer do início da fala do deputado "nós temos hoje...", mas que nada mais é do que uma maneira da língua oral de iniciar sua fala, sendo sinônimo de "a situação atual é de...";

7: Certo. O uso das aspas em um texto pode apresentar um termo estrangeiro ou usado de forma conotativa, ou a transcrição exata da fala de outra pessoa que não o autor do texto. No caso do item, trata-se claramente de uma transcrição literal, uma vez que os interlocutores são apresentados e acrescentam dados e opiniões relativas ao assunto do texto;

8: Errado. As opiniões contrárias ao ingresso da Venezuela são defendidas pelos deputados Arnaldo Madeira, que cita o desacorde entre a Venezuela e países parceiros, e pelo deputado Antônio Carlos Pannunzio, que lembrou a falta de cumprimento de exigências para a entrada no MERCOSUL por parte da Venezuela. Já José Genoíno assume uma visão pluralista e contrária a apresentada pelos outros dois deputados, argumentando sobre a necessidade de se olhar para além da ideologia do presidente do país;

9: Certo. A contração utilizada atualmente tem como significado os da preposição "por" e do artigo "o", mas é grafada com base nas formas antigas dessas palavras. Na contração há ainda a assimilação do -r final ao l- inicial (perlo → pelo);

10: Certo. No contexto, o verbo levar exige a preposição a tem como significado "ter por consequência". Como visto no item, a palavra que segue a preposição é o artigo "um" o que impede a utilização de um artigo feminino "a" para que seja necessário o uso da crase.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E, 7C, 8E, 9C,10C

Texto para a próxima questão

Brasil. País do verde-amarelo. Terra do futebol, do samba amigo e das mulatas sensuais. País da violência, das riquezas minerais e da política corrupta. Terra de Ronaldinho e de Chico Buarque. Alguma mentira? Não. Nosso país é de uma diversidade e de uma adversidade espantosas. De altos e baixos e extremos radicais. Riqueza, exuberância e miséria. São tantas coisas que falar sobre ele parece ser fácil. Ou não. São tantos extremos que evitar estereótipos parece difícil. Ou não. Todos estão sujeitos aos estereótipos. A ignorância e a arrogância permeiam esse caminho. A questão não é lutar para deletá-los, mas sim lutar para desmitificá-los.

Todavia, não podemos apenas apontar como réu a miopia estrangeira. Nós, brasileiros, principalmente os que vivem fora, ajudamos a construir esse olhar defeituoso. Os motivos? Vários, provavelmente. Principalmente quando se pensa que é muito menos desgastante se submeter a uma ideia preconcebida a enfrentá-la e apresentar uma realidade mais complexa.

Grosseiramente falando, parece-me uma aplicação da Escola de Frankfurt inadequada: junta-se toda a cultura e dessa fusão sai não a soma, mas o rascunho desatento, ignorando traços históricos, sociais e culturais. Nasce o "Brasil para a massa estrangeira". Nosso país é resumido a sexo, dança, mulher, praia e Amazônia. Nenhum desses pontos é mentira. Temos, sim, isso tudo. Mas "apenas" isso? Merecemos ser lembrados apenas por essas palavras-chaves?

Maíra Suspiro. **Estereótipos. Um olhar estrangeiro**. Internet: <www.cinemacomrapadura.com.br> (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007 – CESPE) Julgue os itens a seguir quanto às estruturas linguísticas e à organização das ideias no texto acima.

(1) O fato de a palavra "verde-amarelo" (ℓ.1) ser grafada com hífen mostra que se trata de uma composição vocabular em que o adjetivo **verde** passa a ser prefixo.

(2) Na linha 5, a flexão de plural em "espantosas" indica que esse adjetivo qualifica não só "adversidade", mas também "diversidade".

(3) Pelo desenvolvimento das ideias no texto, é correto afirmar que a troca entre os adjetivos "fácil" (ℓ.7) e "difícil" (ℓ.8) seria coerente, pois a correção gramatical do texto não seria prejudicada.

(4) O neologismo "deletá-los" (ℓ.11) segue um processo comum de criação de novos vocábulos em língua portuguesa: o da criação de novos verbos de primeira conjugação (terminados em **ar**), a partir de uma base lexical de empréstimo ou vernácula.

(5) A substituição de "Os motivos?" (ℓ.14-15) por outra interrogação de mesmo sentido, como **Por quê?** ou **As razões?**, preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

(6) Por estar associada a "muito menos" (ℓ.16), a preposição em "a enfrentá-la" (ℓ.17) corresponde a **do que**.

(7) Conclui-se da argumentação do texto que retratar o Brasil por meio de estereótipos é fazer-lhe um "rascunho desatento, ignorando traços históricos, sociais e culturais" (ℓ.21-22).

(8) Se fosse empregado o vocábulo "palavras-chaves" (ℓ.26) em um texto de documento oficial, seria obrigatória a flexão de plural como **palavras-chave**, que é, das duas formas gramaticalmente corretas, a mais formal.

1: Errado. Trata-se de um adjetivo composto com dois termos de igual importância, ambas as palavras que compõem o termo são radicais com significado isolado, mas que combinam em uma nova palavra. Há palavras compostas grafadas com ou sem hífen (guarda-chuva ou passatempo), assim como há prefixos unidos ao radical por hífen ou sem (pré-história ou prefixo). O importante é, então que se note qual o valor semântico dos termos que compõem a formação da palavra: dois radicais que se combinam ou um radical de que derivam novas palavras pelo acréscimo de afixos;

2: Certo. Um mesmo adjetivo que se refere a dois termos deve concordar no plural. "Espantosas" qualifica os termos "diversidade" e também o termo "adversidade" e deve, portanto, considerar duas palavras na sua concordância, o que exige o uso do plural. Já que as duas palavras são femininas, o adjetivo manteve a flexão de gênero, pois deve concordar em gênero e número com os substantivos que acompanha;

3: Certo. Gramaticalmente, a troca seria de termos equivalentes, um adjetivo substituindo outro. O que permita que a troca seja de fato positiva é a construção que segue as orações: "ou não". Ela indica que não há um padrão exato de comportamento nas situações e que é possível existir também o oposto do que foi afirmado, fazendo a troca entre os adjetivos antônimos possível;

4: Certo. O processo de formação de palavras que dá origem ao verbo "deletar" é o de derivação por sufixação, ou seja, aquele em que se acrescenta um sufixo a uma outra palavra, no caso o estrangeiro "delete", que significa apagar e migrou para o português no contexto da informática, mais o sufixo –ar, indicador de verbo. Esse processo é visto em outros termos ligados originalmente ao novo campo lexical que surgiu com a popularização dos computadores, como por exemplo, lincar e logar. Apesar de originalmente o verbo "deletar" ter ficado restrito ao âmbito semântico da palavra de que deriva, a informática, ele é usado no texto em outro contexto, o que mostra que o neologismo se fixou na língua e atende a diversos campos. Ainda assim, a norma culta sugere que se evite o uso de deletar, priorizando apagar, suprimir ou remover (como sugere o dicionário Houaiss);

5: Errado. O texto perderia a coerência pela resposta dada à pergunta original: "Vários, provavelmente." O pronome indefinido "vários" concorda com o referente na pergunta, "motivos". As duas perguntas sugeridas para substituição não atendem a essa possibilidade de resposta mantendo a concordância, no caso de "as razões?", ou a coerência, no caso de "por que?" e seriam necessárias diversas alterações no texto subsequente para se manter a correção;

6: Certo. A expressão "muito menos (desgastante)" estabelece um relação de comparação entre duas informações, no caso "se submeter a uma ideia preconcebida" e "enfrentá-la e apresentar uma realidade mais complexa". A mensagem é que uma é menos desgastante *do que* a outra. No texto, o termo que indica a comparação, "do que", foi substituído pela preposição "a", termo natural ao contexto e aceito pela norma culta para indicar relação de comparação;

7: Certo. O texto argumenta em favor de uma visão plural e sem estereótipos da cultura e da identidade do Brasil. É possível notar a argumentação em favor da ideia complexa de país em trechos como "Principalmente quando se pensa que é muito menos desgastante se submeter a uma ideia preconcebida a enfrentá-la e apresentar uma realidade mais complexa" ou " Todos estão sujeitos aos estereótipos (...). A questão não é lutar para deletá-los, mas sim lutar para desmitificá-los.". Ao fim do texto, a autora apresenta sua conclusão sobre como o país é visto, "rascunho desatento, ignorando traços históricos, sociais e culturais", na forma de uma analogia com o movimento da Escola de Frankfurt, mas que, diferentemente das obras positivas do movimento, não foi além da reunião primária para uma visão complexa de todos os elementos que se agrupam;

8: Errado. "Palavras-chaves" não é uma forma aceita pela norma formal. Apenas o primeiro elemento varia no plural de palavras compostas por dois substantivos em que o segundo limita o significado do primeiro (além de palavras-chave, temos, por exemplo, peixes-boi, públicos-alvo, salários-família, etc.). Em documentos oficiais, assim como em textos acadêmicos, a norma culta é exigida e o uso de "palavras-chaves" seria considerado um erro. O texto que dá base a questão apresenta-se como formal e deveria usar a forma "palavras-chave".

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5E, 6C, 7C, 8E

Texto para a próxima questão

Em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir "identidade". A identidade é simplesmente aquilo que se é: "sou brasileiro", "sou negro", "sou heterossexual", "sou jovem", "sou homem". A identidade assim concebida parece ser uma positividade ("aquilo que sou"), uma característica independente, um "fato" autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é auto-contida e auto-suficiente. Na mesma linha de raciocínio, também a diferença é concebida como uma entidade independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: "ela é italiana", "ela é branca", "ela é homossexual", "ela é velha", "ela é mulher". Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nessa perspectiva, concebida como algo que remete a si própria. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe. É fácil compreender, entretanto, que identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência. A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder essa relação. Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido. De certa forma, é exatamente isso que ocorre com nossa identidade de "humanos". É apenas em circunstâncias muito raras e especiais que precisamos afirmar que "somos humanos".

Tomaz Tadeu da Silva. A produção social da identidade e da diferença. *In*: **Identidade e diferença**, p. 74-5 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007 – CESPE) A partir do texto acima, julgue os itens abaixo.

(1) A argumentação do texto objetiva mostrar que a definição de "identidade" (ℓ2) deve ser estabelecida em estreita relação de dependência com a definição de "diferença" (ℓ9).

(2) De acordo com o desenvolvimento das ideias do texto, "positividade" (ℓ5) pode ser interpretada como uma entidade que "tem como referência a si própria" (ℓ7).

(3) Na organização da coesão textual, as expressões "Nessa perspectiva" (ℓ6) e "Na mesma linha de raciocínio" (ℓ8) remetem à mesma ideia de "Em uma primeira aproximação" (ℓ1).

(4) Por já ter sido marcado no termo "à identidade" (ℓ10), o sinal indicativo de crase é dispensável, mas subentendido, em "a diferença" (ℓ11).

(5) No desenvolvimento textual, o sujeito expresso por "o outro" (ℓ11) faz oposição ao sujeito expresso por "se" (ℓ3).

(6) Na linha 11, o sinal de dois-pontos introduz uma enumeração de afirmações que ilustram ou exemplificam a argumentação da oração anterior.

(7) O período sintático iniciado por "A forma afirmativa" (ℓ18) expressa uma ideia de identidade oposta, contrária àquela apresentada na definição do primeiro parágrafo.

(8) O emprego de **em que**, em lugar de "no qual" (ℓ20), preserva a coerência da argumentação e a correção do texto.

(9) Seriam mantidos a correção gramatical e o mesmo sentido de argumentação do texto caso se continuasse o período terminado em "não fariam sentido" (ℓ21) com a seguinte oração explicativa: porque só assim seria preservada a identidade própria de cada um.

(10) Mantêm-se a correção gramatical, a coerência argumentativa do texto e o nível formal da linguagem adequado a documentos oficiais se, em lugar de "É apenas em" (ℓ23), o último período sintático do texto for iniciado com **Apenas em**.

1: Certo. O autor inicia o texto definindo "identidade" e "diferença" para depois estabelecer a relação de necessidade entre os dois, defendendo a definição do termo "identidade" apenas possível quando em comparação com o que de diferente existe. Como afirma no trecho "Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido.". Não seria necessário ter identidade se não houvesse heterogeneidade. Há, em certo ponto, crítica à noção de identidade individualista e distante da relação com o outro, uma vez que o texto mostra a primeira definição, da identidade autossuficiente, como inválida;
2: Certo. O termo positividade vem explicado por um aposto entre parênteses ("aquilo que sou"). O resto do texto confirma a acepção do termo como aquela identidade que se auto-refere, uma vez que não estabelece relações com o outro; "a identidade é" e não "a identidade é o que tenho de relação com o que é diferente";
3: Certo. As duas expressões são elementos de coesão textual e procuram relacionar partes do texto de forma sequencial. Notamos que o autor inicia com uma informação, a definição de identidade é fácil, e retoma essa informação para acrescentar novas partes ao texto. Primeiramente, por meio da expressão "nessa perspectiva", acrescenta que a identidade é definida como autossuficiente, para depois, com o auxílio da expressão "na mesma linha de raciocínio", acrescentar a definição de diferença. Há nessas expressões de retomada elementos de coesão claros: o pronome "essa" e o pronome "mesma", que indicam se falar de algo já citado e utilizado, assim como a expressão completa, para evitar a repetição e conectar os trechos;
4: Errado. A crase em "à identidade" é resultado da união da preposição "a", regida pelo termo "oposição", e do artigo definido feminino que acompanha o substantivo feminino "identidade". O termo "a diferença" é o sujeito da oração em que se inserem as expressões entre vírgulas ("Apenas, neste caso, em oposição à identidade,") e não se relaciona sintaticamente com o termo "oposição" e não há preposição, mesmo que subentendida. Se houvesse, a oração seria lida de forma incorreta e estaria sintaticamente incoerente;
5: Certo. O pronome "se" (l.3) indica aquilo que alguém é. No texto, a noção inicial de identidade é centrada nessa definição. Para se definir a diferença, é dado como aquele que é "outro" que não o "alguém" inicial. As orações seguem padrões sintáticos semelhantes justamente para que a oposição entre os dois sujeitos fique clara. Tal construção também facilita a definição posterior dos termos "identidade" e "diferença";
6: Certo. A pontuação é utilizada para introduzir orações apositivas, ou seja, exemplos que expliquem e ilustrem o que foi dito antes. É importante notar que se trata da definição do outro e os exemplos são nomeados pelo pronome de 3ª pessoa "ela", em oposição à exemplificação inicial, que trazia como nomeação o pronome "eu" (l.3 e 4);
7: Errado. O trecho retoma a ideia de identidade apresentada no primeiro parágrafo. O termo "afirmativa" retoma o trecho anterior por se relacionar com a definição pelo que se é (positividade, l.5). Há, entre os dois trechos citados, um caminho em que se apresentam outras informações. "A forma afirmativa" funciona como elemento de coesão, por retomar o primeiro parágrafo sem prejuízo à leitura global e permitir estabelecer relações entre partes do texto;
8: Certo. "Que" é um pronome relativo universal e pode, quase sempre, substituir outros pronomes relativos, se associado às preposições necessárias e mantendo as relações anteriores. Na reescrita "Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, em que todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido.", a preposição original "em" foi mantida e a relação entre as orações principal e subordinada adjetiva é coerente, bem como a referência do pronome relativo (mundo imaginário). Também poderia ser feita a substituição sem qualquer prejuízo pelo pronome relativo "onde", uma vez que o referente é um lugar;
9: Errado. De acordo com o que sugere a argumentação do texto, em um mundo homogêneo não seria necessário haver a identidade de cada um, uma vez que a identidade se define necessariamente pela diferença. O acréscimo da oração explicativa seria incoerente, portanto, com todo o processo argumentativo do texto, em especial com o trecho a que se referiria, uma vez que o que "não faria sentido" são as próprias "afirmações de identidade";
10: Errado. O verbo "é" define o período como oração e possui um sujeito, a oração "que precisamos afirmar que 'somos humanos'" Caso o verbo fosse retirado, seria necessário reescrever a oração eliminando a relação sujeito-predicado. Teríamos: "Apenas em circunstâncias muito raras e especiais, precisamos afirmar que 'somos humanos'". Sem tal alteração o texto se tornaria incoerente e inadequado gramaticalmente à norma culta.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5C, 6C, 7E, 8C, 9E, 10E

Texto para a próxima questão

As primeiras impressões deixadas pelos letrados franceses sobre os indígenas brasileiros no século XVI, as de Montaigne e de Jean de Léry, foram, por assim dizer, de admiração. Mesmo o costume da antropofagia, tão comum naquela época, não lhes pareceu tão condenável vistas as circunstâncias em que os nativos se encontravam. A imagem idealizada que criaram, especialmente a transmitida por Montaigne, inspirou muitas teses sobre a bondade natural do homem. Com a passagem dos séculos, porém, essa segurança de o nativo brasileiro ser um Adão no Paraíso deu lugar a uma outra, bem mais realista, a apresentada pelo etnólogo Claude Lévy-Strauss quando visitou o interior do Brasil nos anos 30 do século XX. Sua percepção pouco indulgente também nos ajudou, pois "os franceses, usando a sua língua, empregando os seus métodos, nos punham dentro do país", como disse o professor Antônio Cândido.

O Brasil visto por franceses. Internet: <www.educaterra.terra.com.br> (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007 – CESPE) Com base no texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) A argumentação do texto organiza-se no contraste entre duas visões diferentes, de intelectuais franceses, sobre os indígenas brasileiros: a idealizada, de Montaigne, no século XVI, e a realista, de Lévy-Strauss, no século XX.

(2) A expressão "por assim dizer" (ℓ3) tem a função textual de enfatizar e ressaltar a "admiração" (ℓ4) dos "letrados franceses" (ℓ1-2).

(3) O pronome "lhes" (ℓ5) está flexionado no plural para concordar com o substantivo a que se refere, "impressões" (ℓ1).

(4) O desenvolvimento do texto mostra que o termo "vistas" (ℓ5) corresponde a **visto que**.

(5) O deslocamento da frase "especialmente a transmitida por Montaigne" (ℓ7-8) para o final do período sintático em que ela ocorre preserva a correção gramatical do texto e as relações semânticas entre os termos, com a vantagem de tornar mais clara a informação e permitir a supressão das vírgulas.

(6) Na linha 11, a retirada do pronome em "a apresentada" preserva a correção gramatical e a coerência textual, pois o termo por ele retomado, "uma outra", mantém-se subentendido na flexão de feminino do particípio.

1: Certo. O contraste da argumentação é claro no trecho "Com a passagem dos séculos, porém, essa segurança de o nativo brasileiro ser um Adão no Paraíso deu lugar a uma outra, bem mais realista, a apresentada pelo etnólogo Claude Lévy-Strauss (...)". A primeira visão, do século XVI pode ser vista no trecho "A imagem idealizada que criaram, especialmente a transmitida por Montaigne, inspirou muitas teses sobre a bondade natural do homem", enquanto a segunda aparece no trecho "bem mais realista, a apresentada pelo etnólogo Claude Lévy-Strauss";
2: Errado. A expressão "por assim dizer" traz certa dúvida em relação ao termo "admiração". O autor quer mostrar que não é o termo preciso, na sua concepção, mas é adequado para apresentar a visão dos intelectuais e, dessa forma, colabora com a argumentação do texto. Tal hesitação é corroborada pela explicação subsequente, sobre como uma prática condenada socialmente, o canibalismo, pareceu afetar a visão encantada dos letrados;
3: Errado. O pronome "lhes" complementa o sentido do verbo parecer, indicando *a quem* algo pareceu. O pronome lhe se refere sempre a uma pessoa e carrega em si o sentido de objeto introduzido por preposição. Poderia ser substituído corretamente por "aos letrados franceses", termo a que se refere e com o qual concorda em número plural;
4: Errado. O termo "vistas" corresponde ao termo "dadas" e significa que as circunstâncias apresentadas aos letrados eram aquelas. A construção do período com a conjunção "visto que" poderia ser aceitável se houvesse adaptação da informação subsequente como uma oração em que seria necessário acrescentar como eram de fato as condições encontradas;
5: Errado. A expressão "especialmente a transmitida por Montaigne" é aposto e explica a expressão "imagem idealizada". Na reescrita como propõe o item teríamos "A imagem idealizada que criaram inspirou muitas teses sobre a bondade natural do homem, especialmente a transmitida por Montaigne" e o deslocamento do aposto faria com que o entendimento fosse de que se refere ou a "teses", ressalvando-se que a concordância ("a transmitida") no singular tratar-se-ia de uma especificação dentro de um grupo, ou ao termo "bondade", pela maior proximidade e concordância entre os termos. Ainda é necessário ressaltar que o uso da vírgula se faria necessário da mesma forma, já que o aposto sempre vem isolado por pontuação;
6: Certo. O referente de sentido do termo "apresentada" é "uma outra (visão)". O pronome "a" auxilia na identificação da referência e na construção de um trecho posterior mais coeso. No entanto, não é um termo necessário, uma vez que o encadeamento dos termos da oração mostra o referente claramente.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5E, 6C

Texto para a próxima questão

O começo, como se sabe, é a nudez. Nada impressionou tanto os primeiros europeus que aqui aportaram quanto a nudez dos nativos. Mais do que o pau-brasil, mais do que os papagaios e as araras, o grande sucesso da temporada das descobertas foram os índios e índias pelados, tão livres e soltos, e à vontade com seus corpos, que os recém-chegados de terras subjugadas pelo frio e pelo pecado se tomaram de estupefação.

Exemplares de índios eram levados ao Velho Continente para ser exibidos em feiras e festas. Na França, fizeram grande sucesso. Ficou famosa a festa que, em 1550, em Rouen, para celebrar a visita do rei Henrique II, teve como principal atração a apresentação de índios do Brasil. Autores importantes como Montaigne detiveram-se sobre esses seres miraculosos, que consolavam o europeu já carregado de história e de culpa com uma visão do paraíso. Fortalecia-se e consolidava-se o mito do bom selvagem. Rousseau, ele próprio um leitor dos antigos livros sobre as miraculosas terras onde os homens e mulheres andavam nus, baseia-se no bom selvagem para criar a tese da bondade natural: o homem é naturalmente bom, a sociedade é que o corrompe. Conseqüência: mudando-se a sociedade, pode-se mudar o homem. Crie-se uma sociedade mais justa e eqüitativa e os seres humanos reverterão à primeira natureza da bondade.

Roberto Pompeu de Toledo. A nudez que solapa e desorganiza. *In:* **Veja**, 29/8/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007 – CESPE) Julgue os itens abaixo, a respeito do texto acima.

(1) A substituição de "tanto" (ℓ2) por **mais** e de "quanto" (ℓ3) por **que** preserva a ideia de comparação e a correção gramatical do segundo período sintático do texto.

(2) A expressão "o grande sucesso" (ℓ4-5) inicia a oração principal do período sintático; oração esta que resume as ideias do primeiro parágrafo do texto.

(3) O sinal indicativo de crase em "à vontade" (ℓ6) é exigido pela regência do termo "Mais do que" (ℓ3), que comanda a relação semântica de intensidade construída no período.

(4) Na linha 10, para que as regras gramaticais exigidas na redação de um documento oficial sejam respeitadas, é obrigatório que se empregue a forma não flexionada do infinitivo de "ser" porque já foi feita a flexão de plural em "eram" (ℓ9).

(5) Ao se empregar a preposição **em** junto à expressão "a festa" (ℓ11), formando **na festa**, mantêm-se a correção gramatical e a coerência da argumentação.

(6) O desenvolvimento da argumentação do texto mostra que a "tese da bondade natural" (ℓ20-21) do homem baseou-se na

bondade e na religiosidade de índios brasileiros, que foram considerados miraculosos nas cortes europeias.

(7) A função explicativa da frase introduzida pelo sinal de dois-pontos na linha 21 permite a substituição desse sinal pela expressão **ou seja**, entre vírgulas, sem prejuízo da correção ou da coerência do texto.

(8) O emprego do verbo "Crie-se" (ℓ23) sugere, no texto, uma hipótese que terá como conseqüência a volta dos seres humanos à sua primeira natureza, a bondade.

(9) A regência do verbo **reverter**, ao exigir o sinal indicativo de crase em "à primeira natureza" (ℓ24), mostra que o verbo **reverter** está empregado, nessa oração, com a acepção de **voltar**, **retornar**.

1: Certo, "tanto...quanto" é uma locução conjuntiva que indica comparação entre as informações apresentadas nas duas orações que se relacionam. A locução conjuntiva "mais... que" mantém exatamente o mesmo sentido de comparação e não há necessidade de qualquer alteração na escrita das orações para que exista coerência gramatical. O trecho reescrito ficaria "Nada impressionou mais os europeus que aqui aportaram que a nudez dos nativos";

2: Certo. "O grande sucesso da temporada das descobertas foram os índios e índias pelados, tão livres e soltos, e à vontade com seus corpos", centrada no verbo "foram", é a oração principal do período, pois possui outras orações que se conectam e dependem dela e que cumprem função sintática de termos da oração principal. São orações dependentes a oração subordinada adverbial consecutiva "que os recém-chegados de terras subjugadas pelo frio e pelo pecado se tomaram de estupefação", que traz uma consequência da surpresa que a nudez causou nos europeus, e as orações subordinadas adverbiais comparativas "Mais do que o pau-brasil" e "mais do que os papagaios e as araras", que comparam em grau de superioridade a nudez e outras novidades da terra recém-descoberta. Podemos observar na oração principal a síntese do impacto da nudez na visão dos europeus sobre o novo mundo, já que resume em poucas palavras e retoma a primeira ideia do texto;

3: Errado, "à vontade" é uma locução adverbial de modo feminina singular e iniciada por preposição "a" mais artigo "a". O uso da crase não depende da regência de palavras anteriores, mas sim da constituição da expressão. Além disso, o termo "mais do que" indica relação de comparação com a oração principal e não comanda a intensidade de outros termos do período;

4: Errado. "Ser" é a forma nominal do infinitivo do verbo e compõem a locução verbal da voz passiva ("serem" é verbo auxiliar e "exibidos" é verbo principal) que faz parte de uma oração subordinada adverbial final reduzida. Na oração reduzida, o sujeito não é explícito, apesar de ser possível encontra seu referente de significado facilmente (índios). Apesar do referente plural, ao se usar o infinitivo sem o sujeito declarado, o foco da mensagem está na ação e não a quem ela se refere, o que permite o uso do infinitivo não flexionado "ser". Poderia ser usada também a forma flexionada sem qualquer prejuízo à correção gramatical da frase, e teríamos "exemplares de índios eram levados ao Velho Continente para serem exibidos em feiras e festas.";

5: Errado. "A festa" é sujeito do verbo "ficou" e rege também o termo "famosa", que funciona como predicativo do sujeito. Ao se acrescentar a preposição, o termo muda de função sintática na oração, tonando-se um adjunto adverbial de lugar, e ela se tornaria incoerente pela ausência de sujeito. A leitura seria de que alguém, que não sabemos quem, ficou famosa na festa;

6: Errado. O texto caracteriza o índio como miraculoso devido à visão que os portugueses tinham sobre como os nativos se sentiam à vontade com a nudez e como não carregavam em si as amarras da sociedade portuguesa. Era uma visão de pureza por sua liberdade. Não há no texto qualquer referência à bondade ou à religiosidade dos índios, ou até mesmo se os portugueses os consideravam miraculosos, apenas sabemos que sua forma de vida inspirou visões que criticavam os modelos de sociedade europeus. Não é possível, portanto, fazer inferências quanto às informações propostas no item;

7: Certo. Tanto a expressão "ou seja" como os dois pontos são formas de relacionar informações com suas explicações ou exemplificações. "Ou seja" é uma expressão explicativa usada para se dizer uma mesma coisa em outras palavras, o que substitui com coerência a relação de aposto estabelecida pelos dois pontos, uma vez que ambos têm o mesmo objetivo. Gramaticalmente, não há prejuízo, pois a alteração não causa incoerências sintáticas;

8: Certo. O verbo está conjugado no tempo presente do modo subjuntivo, o que transmite a ideia de algo que pode acontecer, mas não é certo ainda. Apresenta uma hipótese do possível. Se a possibilidade de uma sociedade mais justa se concretiza, a consequência proposta por Rousseau também se torna verdadeira. Tal condição é estabelecida no período anterior: "mudando-se a sociedade, pode-se mudar o homem.";

9: Certo. O verbo "reverter", no sentido de "retornar (à condição inicial, ao ponto de onde se partiu etc.); retroceder, regressar" (dicionário Houaiss), é classificado como transitivo indireto e exige a preposição "a" para seus objetos. O objeto do verbo, "à sua primeira natureza" possui crase pois, além da regência do verbo, há o artigo definido feminino "a", que acompanha o termo "natureza".

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E, 5E, 6E, 7C, 8C, 9C

Texto para a próxima questão

1 Uma pessoa pode nascer e ser criada em condições domésticas adversas ao desenvolvimento do amor próprio e da auto-confiança e, ainda assim, encontrar recursos
4 psicológicos suficientes para fazer escolhas que permitam mudar sua vida para melhor. Os tempos que correm são propícios à imputação de culpas coletivas, de crença em
7 destinos definidos por raça ou classe social. Essas grandiosas noções esquemáticas são imperfeitas porque minimizam o poder de decisão individual das pessoas.

Carta ao leitor. *In*: **Veja**, 4/7/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007 – CESPE) Julgue os próximos itens, a respeito das estruturas linguísticas e da organização das ideias no texto acima.

(1) As estruturas lingüísticas do texto mostram que tanto "adversas" (ℓ2) quanto "propícios" (ℓ6) exigem complementos regidos pela preposição **a**.

(2) A presença da preposição **de** antes do termo "autoconfiança" (ℓ3) indica que esse termo é complemento de "desenvolvimento" (ℓ2), e não de "condições domésticas" (ℓ1-2).

(3) A oração iniciada por "e, ainda assim, encontrar" (ℓ3) apresenta uma ideia de conseqüência que se associa, por subordinação, à anterior.

(4) Os verbos no infinitivo, "nascer" (ℓ1), "encontrar" (ℓ3), "fazer" (ℓ4) e "mudar" (ℓ5) subordinam-se a "pode" (ℓ1); por isso, subentende-se "Uma pessoa" (ℓ1) como sujeito textual desses verbos.

(5) Os pronomes "que" (ℓ4) e "sua" (ℓ5) tomam como referência substantivos já explicitados no texto; por isso, funcionam como elementos coesivos de construção textual.

(6) A expressão "Essas grandiosas noções esquemáticas" (ℓ7-8) retoma as ideias de "amor próprio" (ℓ2), "auto-confiança" (ℓ3) e "recursos psicológicos" (ℓ3-4).

1: Certo. O adjetivo "adversas" exige a preposição para o seu complemento, como mostra a combinação prepositiva que o introduz: "ao desenvolvimento". A preposição "a" foi associada ao artigo masculino "o" que acompanha o substantivo "desenvolvimento". O termo regido pelo adjetivo "propícios" se inicia por crase, resultado da associação entre a preposição "a" e o artigo definido feminino "a" que acompanha o termo "imputação". Temos, portanto, dois casos de regência nominal de adjetivos que pedem a preposição "a";

2: Certo. Caso fosse complemento de "condições domésticas", seria regido pelo qualificador "adversas" e deveria vir introduzido pela preposição "a", exigida pela regência do adjetivo. Já o substantivo "desenvolvimento" rege a preposição "de" para seus complementos, como acontece com as expressões "do amor próprio" e "da autoconfiança". Trata-se, portanto, de um termo com dois complementos. A análise gramatical da regência auxilia na compreensão do texto, uma vez que indica os referentes e permite analisar as relações que se estabelecem entre as partes do texto;

3: Errado. Podemos substituir, sem prejuízo de sentido, a expressão "e, ainda assim," por "mas". A relação que se estabelece entre as orações é de coordenação, ou seja, são orações sintaticamente independentes, e trata-se de uma relação de adversidade. A segunda oração apresenta uma ideia oposta àquela apresentada na primeira: o

que se espera de alguém que nasce e se cria em condições adversas é que não encontrem os recursos para mudar sua vida, no entanto, a informação da segunda oração diz exatamente o oposto, que é possível encontrar esses recursos;
4: Errado. Os verbos "nascer", "encontrar" e "fazer" representam complementos do verbo "pode", na forma de orações reduzidas em infinitivo, e possuem o mesmo sujeito "uma pessoa". No entanto, o verbo "mudar" é subordinado à forma verbal "permitam" que tem como sujeito significativo o termo "escolhas", e possui o mesmo sujeito significativo;
5: Certo. Pronomes são, por excelência, elementos coesivos, uma vez que retomam termos anteriores, evitam a repetição deles e estabelecem relações de significado, trazendo ao texto coerência e agilidade. O pronome relativo "que" substitui o termo "mudanças" na oração subordinada adjetiva "que permitam mudar sua vida para melhor", ao mesmo tempo que estabelece a relação dessa oração com a sua principal. Já o pronome "sua" retoma o termo "uma pessoa"(l.1), estabelecendo relação de posse entre ela e a vida;
6: Errado. A expressão "essas grandiosas noções esquemáticas" retoma as expressões "imputação de culpas coletivas" e "crença em destinos definidos por raça ou classe social", pois são indicadoras de imobilidade pessoal perante o contexto coletivo, como propõe a informação subsequente "porque minimizam o poder de decisão individual das pessoas". Além disso, o pronome demonstrativo "essas" indica proximidade da informação referida, o que impede que se refira aos termos propostos no item, textualmente distantes.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E

Texto para a próxima questão

Empurrado pela falta de perspectivas e por um presente sombrio, um grupo de pessoas decide abandonar o seu país rumo a uma terra distante, que promete prosperidade e bem-aventurança aos que tiverem coragem, perseverança e disposição para pegar no pesado. O objetivo dos viajantes é um só: trabalhar duro, economizar ao máximo e voltar para casa, de bolsos cheios, o mais rápido possível. O passar do tempo, as circunstâncias históricas e o curso da vida, no entanto, fazem com que essa volta seja sucessivamente adiada, até acabar definitivamente esquecida. E assim, para os filhos dos filhos desses viajantes, a terra distante passa a ser aquela que seus antepassados deixaram um dia.

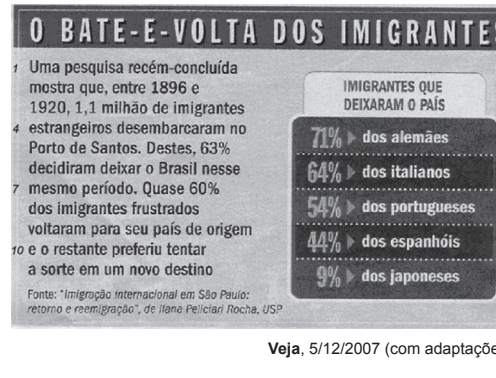
Veja, 12/12/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007 – CESPE) Com base nas estruturas linguísticas, nos aspectos textuais e nas ideias apresentadas no texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) Apesar da possibilidade, textual e argumentativa, de se usar a paráfrase **algumas pessoas** para a expressão "um grupo de pessoas" (ℓ2), essa substituição desrespeitaria a correção gramatical do texto.
(2) Na argumentação do texto, "uma terra distante" (ℓ3) e "a terra distante" (ℓ11) referem-se à mesma **terra**.
(3) Embora se altere o modo verbal empregado, preservam-se a coerência de argumentação e a correção gramatical do texto ao se substituir "tiverem" (ℓ4) por **tem**.
(4) Como o vocábulo "possível" (ℓ7) desempenha função de adjunto adverbial, deveria ser grafado como **possivelmente**, já que possível é adjetivo e não advérbio.
(5) Na organização da coesão textual, a expressão "essa volta" (ℓ9) retoma a frase iniciada por "voltar para casa" (ℓ6-7).
(6) Subentende-se do desenvolvimento das ideias do texto que as novas gerações, descendentes dos viajantes, optam por permanecer na terra que lhes deu prosperidade.

1: Certo. "Um grupo de pessoas" funciona como sujeito do verbo "decide" e seu núcleo é a palavra "grupo". É com o núcleo que o verbo concorda em número e pessoa (3ª do singular). Ao se fazer a alteração de "um grupo de pessoas" para "algumas pessoas", o núcleo do sujeito passa a ser a palavra "pessoas" e exige do verbo a concordância na 3ª pessoa do plural, "decidem". Portanto haveria realmente prejuízo à gramática do texto, como afirma o item. É importante ressaltar que a expressão "um grupo de pessoas" admite dupla concordância. O verbo está corretamente no texto original concordando com o núcleo "grupo". No entanto, também seria possível a escrita como "um grupo de pessoas decidem", em que o verbo concorda com o qualificador "pessoas", que, apesar de sua função sintática de adjunto adnominal, é também o termo que carrega o principal significado no sujeito;
2: Errado. Na linha 3, a expressão "uma terra distante" se refere ao país para onde imigra o grupo de pessoas, como visto no trecho "um grupo de pessoas decide abandonar o seu país rumo a uma terra distante". Já na linha 11, "a terra distante" é o país de onde emigrou esse grupo de pessoas, como mostra a frase "ser aquela que seus antepassados deixaram um dia". É importante notar que o uso da mesma expressão para tratar de referentes diferentes causa certa dificuldade na interpretação e pode ser um problema na interpretação da coesão textual. É exatamente essa confusão que o item aborda. Há, no entanto, intenção do autor em repetir a mesma expressão para designar lugares diferentes;
3: Errado. O problema na alteração sugerida pelo item está na concordância entre verbo e seu sujeito. O sujeito da oração original é plural, representado no pronome "os", que compõem a expressão "aOS que". Para se fazer a alteração, seria necessário que o verbo estivesse conjugado também na 3ª pessoa do plural, ou seja, a forma verbal "têm", acentuada. Sem o acento gráfico, o verbo está conjugado no singular e não concordaria com o sujeito. Não haveria, no entanto, prejuízo gramatical ou de coerência em alterar o tempo do verbo "ter" do futuro do subjuntivo (tiverem) para o presente do indicativo (têm), apesar de existir sutil alteração na mensagem que é transmitida. O futuro do pretérito indica uma hipótese, enquanto o presente do indicativo indica algo real;
4: Errado. Possível é um adjetivo. No texto, a palavra deve ser vista como parte integrante da expressão "o mais... possível", em que a palavra possível aparece ligada e concordando com o artigo que a antecede. A expressão inteira funciona como adjunto adverbial de intensidade ao adjetivo "rápido". Analisar o termo isoladamente traria prejuízo à sua compreensão sintática. Caso o termo fosse substituído pelo advérbio "possivelmente", haveria prejuízo de coerência textual e de correção gramatical;
5: Certo. O pronome demonstrativo "essa" busca seu referente em informação anterior do texto. Trata-se de um típico elemento de coesão textual. O substantivo que o acompanha, "volta", retoma no campo semântico o verbo "voltar", trazendo para a nova informação a ser apresentada o que foi dito anteriormente como referência;
6: Errado. A expressão-chave para inferir a informação sobre o movimento dos descendentes é "terra distante". No início do texto se lê "Empurrado pela falta de perspectivas e por um presente sombrio, um grupo de pessoas decide abandonar o seu país rumo a uma terra distante". Essa terra distante é o país que recebe o grupo de pessoas e apresenta novas possibilidades. Ao se retomar a expressão ao fim do texto, o autor mostra que os descendentes desse grupo de pessoas buscam outra terra distante, com novas possibilidades. Exatamente aquela deixada pelos antepassados e que não apresentava perspectivas para a geração anterior. É possível subentender, então, que os descendentes optam por deixar a terra que trouxe prosperidade aos antepassados e buscam prosperidade exatamente naquela terra que não trouxe aos que vieram antes.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5C, 6E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007 – CESPE)



Veja, 5/12/2007 (com adaptações)

Considerando as informações do texto verbal e do gráfico apresentados acima, julgue os itens de **1** a **4**.

(1) A informação do texto verbal mais diretamente relacionada às informações do gráfico é apresentada pela expressão "imigrantes estrangeiros", porque o gráfico mostra como se distribuem, por nacionalidade, os imigrantes que desembarcaram no Porto de Santos.

(2) A organização das ideias do texto permite a inserção do sinal de dois-pontos depois de "mostra" (ℓ2), sem prejuízo da correção gramatical.

(3) Subentende-se, das informações apresentadas, que se qualifica como "frustrados" (ℓ8) o grupo de imigrantes a que se refere o termo "Destes" (ℓ5).

(4) O desenvolvimento das ideias do texto admite a inserção do termo **dos imigrantes frustrados** depois de "restante" (ℓ10); mas, nesse caso, seria obrigatória a flexão do verbo **preferir** no plural, para que fosse respeitada a correção gramatical.

1: Errado. A expressão do texto verbal que se relaciona mais diretamente com o gráfico é "imigrantes frustrados". Isso pode ser observado pelo título dado à tabela: "Imigrantes que deixaram o país". Ao usar o termo "imigrantes", o texto trata de pessoas que chegaram a uma terra nova, e depois deixaram essa terra. O país do título é, portanto, o Brasil e os números indicam aqueles que desembarcaram no porto de Santos, mas que não permaneceram no país;

2: Errado. A inserção do sinal de dois-pontos após "mostra" é possível. No entanto, haveria excesso de elementos de coesão, uma vez que a pontuação exerceria a mesma função da conjunção "que", a de introduzir um complemento ao verbo "mostra". Para que os dois-pontos fossem usados seria, então, necessário retirar a conjunção "que". Caso contrário há prejuízo da correção gramatical;

3: Errado. O pronome demonstrativo "estes", acompanhado da preposição "de", retoma uma informação apresentada imediatamente anterior no texto. Trata-se, portanto, o grupo dos imigrantes "que desembarcaram no Porto de Santos". A ideia do texto é que desse grupo total que desembarcou 63% não permaneceu. O pronome demonstrativo funciona como elemento de coesão e retoma algo anteriormente dito para lhe acrescentar novos dados em uma parte posterior do texto;

4: Errado. É possível inserir a expressão "imigrantes frustrados" como qualificador de "restante". Como funcionaria como um qualificador, ou seja, um adjunto adnominal, o núcleo do sujeito, a que se refere o verbo continua o termo "restante", no singular. Portanto, não haveria necessidade de mudança na concordância do verbo, que permaneceria correto no singular. Também é importante notar que a inserção da expressão como qualificador seria um excesso e prejudicaria a coesão textual, uma vez que a expressão se repetiria em um espaço muito curto no texto. A coesão é boa e o referente claro apenas com o termo "restante", que claramente retoma a expressão presente linhas antes.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão

Estou comendo umas empanadas e bebendo um vinho, ao entardecer, em uma modesta casa em Assunção, capital do Paraguai. Há qualquer coisa de meigo por aqui. E não é só porque entendem o português e aceitam o real como moeda. Há uma simpatia pelo Brasil, apesar de nosso fantasma imperialista, que vem desde aquela maldita guerra que arrasou o país. E isso é curioso porque minha geração dizia que imperialistas eram os norte-americanos. Mas aqui dão como exemplo atual a represa de Itaipu, cujo contrato é leonino contra o Paraguai.

Affonso Romano de Sant'Anna. Ali, no Paraguai. *In*: **Correio Braziliense**, 16/12/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007 – CESPE) Com base nos aspectos sintático-semânticos do texto acima, julgue os seguintes itens.

(1) O deslocamento da expressão "em uma modesta casa em Assunção," (ℓ2) para o início do período sintático, com os devidos ajustes nas letras maiúscula e minúscula, preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

(2) O emprego da flexão de plural nos verbos "entendem" (ℓ4), "aceitam" (ℓ4) e "dão" (ℓ9) marca gramaticalmente um sujeito indeterminado que se depreende, pelo discurso, como **paraguaios**.

(3) A organização sintático-semântica do texto nas linhas 3 e 4 permite, sem prejuízo da correção gramatical, assim se iniciar o quarto período: É porque há uma simpatia.

(4) Conclui-se, da argumentação do texto, que a "represa de Itaipu" (ℓ9) é uma demonstração do imperialismo norte-americano no Paraguai.

(5) Na linha 9, o pronome relativo "cujo" estabelece a relação de posse entre "represa de Itaipu" e "contrato".

1: Errado. O termo "Assunção", que faz parte da expressão, recebe um aposto: "capital do Paraguai", e o aposto deve sempre estar imediatamente após o termo que explica. A expressão "em uma modesta casa em Assunção" funciona como adjunto adverbial de tempo na oração e, como tal, pode ser colocada em diversas posições, se respeitar as regras de pontuação e a coerência textual e de acordo com as intenções comunicativas do autor (a informação apresentada antes na oração adquire maior importância, apesar de não alterar a essência da mensagem). A oração reescrita, como sugere o item, seria: "Em uma modesta casa em Assunção, estou comendo umas empanadas e bebendo um vinho, ao entardecer, capital do Paraguai". Para que a seja coerente, seria necessário que o aposto acompanhasse o termo que explica: "Em uma modesta casa em Assunção, capital do Paraguai, estou comendo umas empanadas e bebendo um vinho, ao entardecer". A alteração dessa forma estaria gramaticalmente correta, no entanto soa estranha pela falta de ordenação no uso dos adjuntos adverbiais. O mais natural seria que o adjunto adverbial de tempo, "ao entardecer", acompanhasse a posição do de lugar: "Em uma modesta casa em Assunção, capital do Paraguai, ao entardecer, estou comendo umas empanadas e bebendo um vinho.";

2: Certo. Quando não há sujeito explícito ou identificado anteriormente, não é possível determinar a que se refere o verbo, se conjugado na terceira pessoa do plural. Não é possível identificar claramente no texto, ou nomear gramaticalmente, quem são aqueles que "entendem", "aceitam" ou "dão". Há, portanto, a ausência do referente do sujeito sintático, o que classifica o sujeito como indeterminado. No entanto, pelo contexto, é possível inferir que, já que o narrador está no Paraguai, esteja falando do povo desse país, mesmo sem a presença sintática do referente;

3: Certo. O período que se inicia por "Há uma simpatia pelo Brasil" estabelece uma relação de causa com o período "Há qualquer coisa de meigo por aqui", assim como o período "E não é só porque entendem o português e aceitam o real como moeda" também o faz, de forma negativa (a causa da meiguice não é só essa). A ausência do conectivo "porque" não causa prejuízo à leitura, justamente pela presença no período anterior. No entanto, é possível retomá-lo para a causa da afirmativa sem qualquer prejuízo. Seria uma repetição de estilo e adequada à coesão textual;

4: Errado. O último período do texto, "mas aqui dão como exemplo atual a represa de Itaipu, cujo contrato é leonino contra o Paraguai", retoma a informação dada em "apesar de nosso (Brasil) fantasma imperialista". A confusão de referente para o exemplo de imperialismo pode ser decorrente da oração encaixada entre a primeira e a segunda informação, uma curiosidade dada pelo autor de como a sua visão não condiz com o que a história conta: o Brasil é exemplo de imperialismo para os paraguaios, mas o próprio Brasil se sentiu alvo do imperialismo americano. Para entender as referências do fim do texto é necessário analisar o adjunto adverbial "aqui" em relação com o início do texto, em que o autor diz estar na capital do Paraguai, país assombrado pelo fantasma imperialista do Brasil ("desde aquela maldita guerra"). Outro importante fator é o conhecimento do leitor a respeito de Itaipu, a usina binacional Brasil-Paraguai. Em posse desse dado, não há porque existir confusão entre quem demonstra imperialismo com a represa;

5: Certo. Cujo (e suas variantes feminina ou plural) é um pronome relativo e, como tal, cumpre duas funções na construção do texto: substitui um elemento anterior em uma nova oração subordinada adjetiva e relaciona oração principal e oração subordinada adjetiva. O pronome cujo estabelece uma relação específica entre as orações, uma relação de posse. O termo substituído é aquele que "é de" algo. Ao separar as duas orações que compõem o período, teríamos:" (1) "Mas aqui dão como exemplo atual a represa de Itaipu" e (2) O contrato da represa de Itaipu é leonino contra o Paraguai". Podemos ver, então, que a relação entre "contrato" e "represa de Itaipu" é de posse e intermediada pelo pronome cujo.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5C

Texto para a próxima questão

Veja — Quais são os riscos embutidos nesse projeto de grande país?

Carvalho — É quase impossível um país como o Brasil não exercer um papel de liderança regional, pelo menos em relação a nações menores e de médio porte. A ideia é tentadora, exatamente pelo tamanho do país e seus recursos. O risco é que acabemos por desviar a atenção dos problemas internos em busca do sonho de grandeza externa. Hoje não há liderança externa sem que a casa esteja arrumada. Não só na economia, mas principalmente no bemestar da população.

Entrevista de José Murilo de Carvalho a **Veja**, 26/12/2007 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007 – CESPE) Julgue os itens que se subseguem, a respeito do trecho de entrevista acima.

(1) Uma reescrita para o início da resposta do entrevistado, que eliminasse a dupla negativa — "impossível" e "não" — e respeitasse a correção gramatical e a coerência do texto, seria: É quase possível um país como o Brasil exercer um papel...

(2) A ausência de sinal indicativo de crase em "a nações" (ℓ5) respeita as regras gramaticais, pois o substantivo não está determinado por artigo.

(3) Do desenvolvimento das ideias do texto, depreende-se que "A ideia" (ℓ6) refere-se tanto a "projeto de grande país" (ℓ1-2) quanto a "papel de liderança regional" (ℓ4).

(4) A síntese objetiva da resposta à pergunta está na afirmação do período iniciado por "O risco é que" (ℓ7).

(5) O emprego coloquial de "acabemos por desviar" (ℓ7), admissível em um diálogo, deve ser substituído por **acabamos por desviar** em um texto de documento oficial, para que sejam respeitadas as regras do padrão culto da língua.

(6) Subentende-se, como oração principal da última frase da resposta: Não há liderança externa.

1: Errado. Da forma como foi reescrito, o trecho apresentou diferença de significado com o original principalmente pela presença do advérbio de intensidade "quase". "Quase possível" não é oposto a "quase impossível", já que o advérbio indica que algo "está próximo de ser". Para que a coerência fosse mantida, seria necessário alterar essa palavra por um advérbio de sentido positivo, por exemplo, "é bem possível um país como o Brasil exercer um papel de liderança regional";

2: Certo. O "a" que introduz a palavra "nações" é a preposição regida pelo substantivo "relação" para seu complemento. Esse complemento, "nações", está no plural e se viesse acompanhado de artigo, este deveria concordar em número e gênero com o substantivo; teríamos a presença de "as" antes de "nações". Caso o artigo estivesse presente, seria feita a contração das duas vogais "a", a preposição pedida por "relação" e o artigo determinante de "nações". Teríamos: "em relação às nações menores". A ausência do artigo no texto original não prejudica o entendimento do texto. É, na verdade, um recurso argumentativo, uma vez que não determina as nações lideradas, tornando o entendimento do leitor sobre elas generalizado, ou seja, não é necessário saber quais são;

3: Certo. A partir da pergunta feita, o entrevistado constrói seu raciocínio do que é o "projeto de grande país" colocando-o como "liderança regional". A expressão "a ideia" é uma retomada desse raciocínio na medida em que compara o país, de grande tamanho e recursos, com nações de menor porte. A sequência dos três termos que se referem acrescentando novas informações é um recurso de coesão do texto e torna-o mais dinâmico e fácil de ler, uma vez que colabora no encadeamento das ideias ao longo da leitura;

4: Certo. Nas primeiras linhas da resposta, o entrevistado contextualiza o leitor no campo temático de que trata, explicando o porquê de o Brasil ser um projeto de grande país, antes de apresentar os riscos que pode correr nessa posição. A retomada do termo "risco(s)" indica que, após esse primeiro momento, o entrevistado irá responder diretamente ao questionamento proposto. O uso da mesma palavra é uma repetição necessária e colabora na coesão das ideias entre pergunta e resposta;

5: Errado. A forma "acabemos" no texto original está correta. Trata-se da conjugação do verbo na primeira pessoa do plural do presente do subjuntivo. O modo subjuntivo indica que a informação não possui necessariamente referente no mundo real, propondo uma hipótese ou desejo. Podemos ler a informação como: caso venha a se concretizar o projeto de grande país, pode ser que se desvie a atenção dos problemas internos em busca do sonho de grandeza externa. O usa da 1ª pessoa do plural é devido à posição em que o entrevistado se coloca, a de brasileiro e parte do projeto de grande país, e, portanto, também parte das possíveis consequências. No entanto, a conjugação utilizada não é comum e o item se aproveita da sonoridade estranha para propor outra resposta correta;

6: Errado. No último período do texto não há qualquer elemento de coesão que retome trechos anteriores. Portanto, gramaticalmente, a maior probabilidade recai sobre a conexão da oração com o termo mais próximo. Analisando o sentido do trecho, a possibilidade se confirma: a casa é que deve estar arrumada tanto na economia, como no bem-estar da população.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5E, 6E

Texto para a próxima questão

O ser humano nos é revelado em sua complexidade: ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural. O cérebro, por meio do qual pensamos, a boca, pela qual falamos, a mão, com a qual escrevemos, são órgãos totalmente biológicos e, ao mesmo tempo, totalmente culturais. O que há de mais biológico — o sexo, o nascimento, a morte — é, também, o que há de mais impregnado de cultura. Nossas atividades biológicas mais elementares, como comer e beber, estão estreitamente ligadas a normas, proibições, valores, símbolos, mitos, ritos, ou seja, ao que há de mais especificamente cultural; nossas atividades mais culturais — falar, cantar, dançar, amar, meditar — põem em movimento nossos corpos, nossos órgãos, portanto, o cérebro.

A partir daí, o conceito de homem tem dupla entrada: uma entrada biofísica, uma entrada psicossociocultural; duas entradas que remetem uma à outra.

À maneira de um ponto de holograma, trazemos, no âmbito de nossa singularidade, não apenas toda a humanidade, toda a vida, mas também quase todo o cosmo, incluso seu mistério, que, sem dúvida, jaz no fundo da natureza humana.

Eis, pois, o que uma nova cultura científica pode oferecer à cultura humanística: a situação do ser humano no mundo, minúscula parte do todo, mas que contém a presença do todo nessa minúscula parte. Ela o revela, simultaneamente, em sua participação e em sua estranheza ao mundo. Assim, a iniciação às novas ciências torna-se, ao mesmo tempo, iniciação à nossa condição humana, por intermédio dessas ciências.

Paradoxalmente, são as ciências humanas que, no momento atual, oferecem a mais fraca contribuição ao estudo da condição humana, precisamente porque estão desligadas, fragmentadas e compartimentadas. Essa situação esconde inteiramente a relação indivíduo/espécie/sociedade, e esconde o próprio ser humano. Tal como a fragmentação das ciências biológicas anula a noção de vida, a fragmentação das ciências humanas anula a noção de homem. Assim, Lévi-Strauss acreditava que o fim das ciências humanas não

é revelar o homem, mas dissolvê-lo em estruturas.
Seria preciso conceber uma ciência antropossocial religada, que concebesse a humanidade em sua unidade antropológica e em suas diversidades individuais e culturais.

Edgar Morin. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 40-1 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005 – CESPE) Com base no texto acima, julgue os próximos itens.

(1) No primeiro parágrafo, é apresentada a tese de que a complexidade do ser humano se evidencia na indissociabilidade dos planos biofísico e cultural.

(2) No primeiro período, considerando-se o paralelismo sintático, "ser", na segunda ocorrência, deve ser interpretado como substantivo.

(3) Nas linhas 3 e 4, as expressões adverbiais "por meio do qual", "pela qual" e "com a qual" denotam circunstância irrelevante para a construção da ideia principal que o autor do texto defende a respeito da complexidade humana.

(4) Nas linhas 3 e 4, na associação de órgãos do corpo humano à atividade que eles desenvolvem, representada por verbo, o emprego da vírgula é fundamental na construção do paralelismo sintático.

(5) As expressões "O que há de mais biológico" (.6) e "ao que há de mais especificamente cultural" (.11) revelam que o autor reconhece duas naturezas distintas no ser humano e a especificidade de cada uma delas.

(6) Se, nas linhas 6 e 7, em vez dos travessões, tivessem sido empregadas vírgulas, estaria correta a flexão do verbo **ser** na 3.ª pessoa do plural (**são**).

(7) Na linha 10, os vocábulos nominais coordenados integram o campo semântico de "cultura" (.8).

(8) Mais do que uma relação dialética entre natureza e cultura, o autor revela visão maniqueísta sustentada em dicotomia extrema, explicitada no trecho "o conceito de homem tem dupla entrada" (.15).

(9) Os vocábulos "biofísica" e "psicossociocultural" (.16), formados por composição, expressam, na morfologia, a proposta de abordagem interdisciplinar no estudo do ser humano apresentada por Edgar Morin.

(10) As acepções do vocábulo "holograma" (.18) são: *filme fotográfico em que se fixa imagem hográfica*; *gráfico que evidencia a presença do todo na parte e da parte no todo*. No texto, vigora a segunda acepção.

(11) A omissão da vírgula empregada após "mistério" (.21) iria alterar a informação expressa, visto que seria introduzido um sentido restritivo.

(12) A referência do pronome "Ela" (.26) é a expressão "uma nova cultura científica" (.23).

(13) Segundo o autor do texto, o conceito de homem tem duas entradas, que, embora remetam uma à outra, devem ser separadas para que as ciências humanas tenham condições de explicitar a noção de homem.

(14) A ciência antropossocial religada é uma área das ciências humanas que, historicamente, concebe o ser humano em uma perspectiva fragmentada, que despreza a complexidade da cultura.

(15) Edgar Morin cita Lévi-Strauss como o precursor da abordagem científica da antropologia social orientada para a diversidade da humanidade.

(16) Segundo o autor do texto, as ciências biológicas têm-se destacado porque não anulam a noção de homem, apesar de diluírem a noção de vida.

1: Certo. A afirmação se prova verdadeira já no início do parágrafo: "O ser humano nos é revelado em sua complexidade: ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural." Trata-se da tese do texto, a ser desenvolvida tanto no primeiro parágrafo (na citação de ações culturais e órgãos do corpo) como no desenvolvimento de toda a argumentação. Um texto argumentativo tende a se iniciar evidenciando qual o assunto tratado e que postura tomar diante dele, exatamente como ocorre aqui;

2: Certo. O paralelismo sintático consiste em relacionar termos em seus significados por aparecerem em um encadeamento de funções sintáticas idênticas ou um encadeamento de orações de valores sintáticos iguais. O termo "ser" aparece na primeira linha acompanhado do artigo "o", do adjetivo "humano" e funciona como sujeito da oração. Podemos lê-lo na segunda linha da mesma maneira: "um ser que é, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural". É possível que seja entendido como verbo, uma vez que a ideia de "ser" está implícita pela caracterização que se dá do ser humano e que, numa oração completa, apareceria como citado na interpretação da leitura (um ser que é). No entanto, ao se observar o paralelismo entre a primeira e a segunda oração, deve-se admitir o termo com diretamente correlacionado ao do primeiro período, e, portanto, com a mesma função de sujeito;

3: Errado. As expressões citadas são pronomes relativos associados a preposições, pronomes que introduzem orações subordinadas adjetivas e relacionam as duas partes constituintes da complexidade humana. O termo da oração principal, biológico, aparece substituído pelo pronome como adjunto adverbial de instrumento do verbo da oração subordinada. Ao reescrever as orações separadamente teríamos: (1) "O cérebro, a boca, a mão são órgãos totalmente biológicos (...)" e (2) "Pensamos por meio do cérebro, falamos pela boca, escrevemos com a mão". A ausência dessas expressões prejudicaria a coerência textual e a ausência completa das orações subordinadas traria dano argumentativo ao texto, uma vez que a relação base da complexidade não seria descrita;

4: Certo. Em todos os casos, a expressão entre vírgulas é uma oração subordinada adjetiva explicativa, ou seja, caracterizam os elementos biológicos, que aparecem na oração principal, como instrumentos da ação cultural. A presença das vírgulas denota que as orações explicam como os elementos do corpo funcionam como instrumentos de ações culturais. Se não houvesse vírgulas, a classificação das orações seria como subordinada adjetiva restritiva e isso transformaria o entendimento delas. Elas são fundamentais, tanto argumentativamente como sintaticamente na construção completa do período;

5: Certo. Desde o início do texto, o autor relaciona as funções biológicas às funções culturais do ser humano como interdependentes e indissociáveis. As expressões deixam clara a argumentação do autor em perceber que, apesar de unidas, são duas partes distintas e que podem ser vistas como tais até o ponto em que não prejudicam a compreensão global da complexidade humana. "o que há de mais" indica que são questões reconhecidamente marcantes em determinado âmbito do entendimento humano, já que o autor as coloca como exemplos máximos de atividades biológicas ou culturais. Essa separação é argumentada posteriormente no texto como necessária, mas exagerada;

6: Errado. A concordância do verbo ser na linha 3 se faz com o seu sujeito sintático, o pronome demonstrativo "o", no singular. Entre travessões, assim como seria entre vírgulas, temos um aposto que exemplifica o que é que há de mais biológico, no entanto não interfere sintaticamente na relação entre sujeito significativo e predicado;

7: Certo. A sequência de substantivos na linha 10 funciona como complemento nominal do adjetivo "ligadas" e são todos introduzidos pela preposição "a", que não se repete porque todos os vocábulos cumprem a mesma função sem alteração gramatical. A retomada do campo semântico da cultura, que surgiu na linha 8, fica clara no trecho introduzido pela expressão explicativa "ou seja", que resume todos os vocábulos em "o que há de mais especificamente cultural", expressão também ligada ao adjetivo "ligadas" pela mesma preposição e que cumpre a mesma função sintática;

8: Errado. Durante toda a sua argumentação, o autor visa claramente condenar a visão maniqueísta e isolada das duas áreas da complexidade humana. A expressão que finaliza explicação iniciada na linha 15 deixa claro que não é possível tratar essas áreas como inimigas e incompatíveis, uma vez que sempre "remetem uma à outra" e, portanto, devem manter constante diálogo para que façam sentido. Trata-se de uma dupla entrada, mas que interferem diretamente uma na outra, e separá-las como partes distintas faz com que o estudo de ambas seja enfraquecido;

9: Certo. Palavras formadas por composição são aquelas que unem dois ou mais radicais de significados distintos para a criação de um novo termo. Como há mais de um radical, há mais de um campo semântico abordado. No total dos dois termos, temos cinco radicais: "bio", "física", "psico", "sócio" e "cultural". Juntos, esses radicais denotam a pluralidade com que deve ser tratada a questão. Por estarem compostos em termos complexos, se mostram indissociáveis, inter-relacionados e interdependentes;

10: Certo. A segunda acepção do termo indica que estão relacionados parte e todo e que um é visível no outro. Como segue o texto a partir da linha 19, vemos que o autor defende que no singular é possível enxergar toda a existência, ao mesmo tempo em que todo o mistério da existência reside na singularidade humana. Portanto se enxerga o todo a partir da visão do singular ao mesmo tempo em que se vê que esse todo existe dentro do que é único que participa do todo, como se lê no trecho "a situação do ser humano no mundo, minúscula parte do todo, mas que contém a presença do todo nessa minúscula parte (linha 24-26);
11: Certo. O trecho após a vírgula, introduzido pelo pronome relativo "que", é uma oração subordinada adjetiva explicativa. O pronome relativo relaciona o substantivo "mistério", que está na oração principal, a uma caracterização sua, a oração subordinada. A presença das vírgulas indica que a oração é explicativa, o que significa que todo o mistério do cosmo está incluso na relação com a vida e jaz no fundo da natureza humana. Sem as vírgulas, a oração subordinada seria restritiva e o sentido da oração seria significativamente alterado. Seria dizer que dentre todo o mistério do cosmo, apenas aquele que está incluso na relação com a vida é que jaz no fundo da raça humana;
12: Anulada. O pronome "ela" deveria funcionar como elemento de coesão entre os trechos do texto. No entanto, a quantidade de informações e a estrutura complexa da frase anterior, não permitem deixar claro qual é o referente do pronome no trecho. Não podemos afirmar com certeza sintática se "ela" se refere a "cultura científica", "cultura humanística" ou até mesmo "a situação do ser humano" ou "presença", uma vez que são todas expressões femininas e singulares e o conteúdo relacionado nas linhas 27 e 28 é associável a qualquer uma das expressões. Assim, o item só não seria anulado se tratasse da ambiguidade sintática e de sentido presente no trecho;
13: Errado. É justamente a separação entre as duas entradas de conceito de homem que impede que as ciências humanas expliquem a noção de homem. Justamente por estarem fragmentadas é que as ciências humanas não abordam "inteiramente a relação indivíduo/espécie/sociedade", e, portanto, a noção de homem;
14: Errado. É preciso que se observe dois pontos de discordância entre o item e o texto. Primeiramente, a ciência antropossocial é apresentada como uso do verbo conjugado no futuro do pretérito, "seria necessária" e que, por existir em hipótese de futuro, não pode ser concebida como historicamente ativa. Em segundo lugar, a oração subordinada adjetiva que ajuda a definir antropossocial como uma ciência "que concebesse a humanidade em sua unidade antropológica e em suas diversidades individuais e culturais", é oposta a uma perspectiva fragmentada e que leva em consideração toda a diversidade e complexidade cultural na sua concepção;
15: Errado. Lévi-Strauss é citado por ter reconhecido na fragmentação das ciências humanas a não possibilidade de revelar o que é homem, mas sim dissolver esse conceito em estruturas pré-determinadas, a saber, as ciências humanas. A proposta do autor vai na linha contrária à do pensador: não dissolver o homem em diversas abordagens independentes, mas integrá-lo em uma ciência multifacetada; **16:** Errado. Segundo a argumentação do autor, as ciências biológicas anulam a noção de vida (linha 17), e não simplesmente a diluem, assim como as ciências humanas anulam a noção de homem. O destaque dado às ciências biológicas no processo argumentativo é por poder oferecerem à cultura humanística a situação do ser humano no mundo (linha 23 a 25).

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E, 7C, 8E, 9C, 10C, 11C, 12 Anulada, 13E, 14E, 15E, 16E

Texto para a próxima questão

Nas nove partes de **Tristes Trópicos**, de Claude Lévi-Strauss, as reflexões sobre os índios brasileiros se concentram entre a quinta e a oitava partes do livro. Os nambiquaras, grupo que o antropologo encontrou nos sertões do Centro-Oeste, embasaram um dos capítulos-chave do livro "Lição de Escrita", que narra como o chefe da tribo, mesmo não sabendo escrever, fingiu que o sabia, numa *mise-en-scène* para aumentar o próprio prestígio diante do seu povo: rabiscou "garatujas" que deveriam parecer negociações comerciais em pé de igualdade com o homem branco (no caso, o próprio Lévi-Strauss, forçado a entrar no jogo). O episódio suscita considerações mais gerais sobre o impacto da escrita na história humana, não tanto como instrumento de saber, mas, sim, de poder, de dominação política.

Caio Liudvik. **O abc de Tristes Trópicos. Folha de S. Paulo**, 22/5/2005 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005 – CESPE) Com base no texto acima, julgue os itens subsequentes.

(1) As informações contidas no texto justificam o título do capítulo "Lição de Escrita" da obra **Tristes Trópicos**.
(2) A colocação do pronome após o verbo em "se concentram" (.2-3) desrespeitaria regra da língua padrão.
(3) Não contraria as ideias desenvolvidas no texto a seguinte análise: o gesto do chefe da tribo, se contextualizado historicamente, revela, por um lado, repetição das práticas dos colonizadores e, por outro, a necessidade de demonstração de poder frente à dominação da cultura estrangeira letrada.
(4) O registro de garatujas feito pelo chefe da tribo compõe uma *mise-en-scène* motivada pelas relações comerciais e sociais assimétricas entre índios e brancos.
(5) De acordo com o autor do texto, o estudo de Lévi-Strauss a respeito dos nambiquaras indica a impossibilidade dos indígenas de receberem a escrita como instrumento de saber civilizatório.
(6) O fato de "Lição de Escrita" ser um dos capítulos-chave do livro de Claude Lévi-Strauss atesta a importância das reflexões sobre os índios brasileiros para o conjunto das partes que compõem a obra **Tristes Trópicos**.
(7) Nas linhas 8 e 9, os pronomes "próprio" e "seu" referem-se a "o chefe da tribo" (.6).
(8) A expressão coloquial "em pé de igualdade" (.10) significa o mesmo que **regidas por equidade**.
(9) O segmento "forçado a entrar no jogo" (.11-12) indica que, entre o chefe da tribo e o antropologo, houve acordo prévio para que o ato formal da negociação fosse escrito.
(10) Nas linhas 14 e 15, a preposição "de" antes de "saber", "poder" e "dominação política" indica que os termos que ela introduz são subordinados ao núcleo nominal "instrumento" (.14). Utiariti, 17 de janeiro de 1938.

1: Certo. O título do capítulo é de fato justificado pelo texto, uma vez que é apresentado um resumo do conteúdo do capítulo de como o chefe da tribo ensinou a Lévi-Strauss o valor da escrita, mesmo sem de fato saber escrever. No entanto, a ausência de vírgulas para isolar o título do capítulo cria certa confusão na interpretação do texto. Sem conhecimento prévio do leitor, não é claro se "Lição de Escrita" é o título dado a um livro inspirado nos estudos dos índios que foram publicados em "Tristes Trópicos" ou um capítulo de "Tristes Trópico nomeado a partir da experiência. Para que não houvesse ambiguidade e o referente claro do título fosse o capítulo, a frase deveria ser: "(...) embasaram um dos capítulos-chave do livro, "Lição de Escrita", que narra como o chefe da tribo (...)". A questão deveria ser revista;
2: Errado. A colocação pronominal é a posição do pronome oblíquo átono em relação ao verbo: antes (próclise), depois (ênclise) e no meio (mesóclise) e deve seguir algumas regras específicas de acordo com o contexto gramatical apresentado. Por exemplo, a próclise é obrigatória em caso de palavra atrativa, por exemplo, de valor negativo. A forma "não concentram-se" seria incorreta. Também é regra que não se inicia período com pronome oblíquo átono, portanto, nesses casos é obrigatória a ênclise: "Se concentram" seria incorreto. Quando não há nenhuma regra que obrigue determinada colocação pronominal, é possível que o autor faça a escolha entre próclise e mesóclise a partir de estilo e naturalidade no discurso. Na frase apresentada no item não há qualquer regra que obrigue ou impeça a mudança da colocação do pronome "se" em relação ao verbo "concentra". Tanto próclise como ênclise são validadas pela norma culta da língua. A reescrita seria: "as reflexões sobre os índios brasileiros concentram-se entre a quinta e a oitava partes do livro";
3: Certo. A análise proposta no item é corroborada ao final do texto, em que são explicitadas as relações de poder e dominação da escrita ao longo da história humana. Além disso, o chefe teatraliza a escrita para reafirmar seu poder e para se colocar em grau de igualdade de força com o dominador perante seu povo, como visto no trecho: "numa mise-en-scène para aumentar o próprio prestígio diante do seu povo";
4: Certo. A simulação de escrita é uma tentativa do chefe da tribo de se igualar ao homem branco. Isso prova que eram desiguais. O branco dominador, com o poder da escrita, se colocava acima do índio também

nas relações comerciais, como demonstrado no trecho "(as garatujas) deveriam parecer negociações comerciais em pé de igualdade com o homem branco";
5: Errado. A abordagem dada pelo antropologo a relações entre escrita e sociedade não aborda tanto o processo civilizatório, mas sim as relações de poder estabelecidas pelo domínio do conhecimento, como visto em "O episódio suscita considerações mais gerais sobre o impacto da escrita na história humana, não tanto como instrumento de saber, mas, sim, de poder, de dominação política". Se os índios receberiam ou não a escrita e se ela auxiliaria no chamado processo civilizatório não são questões abordadas pelo texto;
6: Certo. Por ser caracterizado como um capítulo-chave de "Tristes Trópicos", o texto dá a "Lição de Escrita" posição privilegiada dentro da obra do antropologo. Os índios, personagens do capítulo, são o objeto de estudo e o meio usado por Lévi-Strauss para a formulação de ideias centrais de suas teorias. Há ressalva a ser feita quanto a coerência no texto sobre o entendimento de "Lição de Escrita" como capítulo. Sem o conhecimento prévio, o leitor poderia entendê-lo como outro livro, devido a falhas na pontuação. (ver item 1 da questão);
7: Certo. Os pronomes funcionam como elementos de coesão do texto, retomando a informação anterior "chefe" e relacionando-a a outras informações posteriores. Não há, na construção do texto, qualquer prejuízo ao entendimento do leitor, uma vez que não existe outro possível referente para os pronomes. Tanto "povo" como "prestígio" são posses claras do chefe e os pronomes indicam essa relação;
8: Certo, "em pé de igualdade" é uma expressão do registro coloquial da língua. "Regidas por equidade" carrega o mesmo significado, mas no registro formal. Ambas carregam a mesma mensagem: a simulação era de que nas relações comerciais existia equivalência de forças entre índios e brancos;
9: Errado. O termo "forçado" indica que o antropologo não teve escolhas quanto ao seu papel na mise-en-scène. Não é dito no texto de que forma ele foi obrigado, mas fica claro que ele não estava de acordo com o posicionamento do chefe;
10: Certo. O substantivo é caracterizado pelas locuções adjetivas compostas de preposição "de" mais verbo no infinitivo. (de saber, de poder e de dominação política). Como seguem a mesma estrutura, não se faz necessário repetir para cada locução o termo caracterizado. A estrutura confere agilidade e dinâmica na leitura mantendo a coesão e coerência das ideias.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C, 5E, 6C, 7C, 8C, 9E, 10C

Texto para a próxima questão

Meu caro senhor,
escrevo-lhe de Utiariti, aonde chegamos ontem, de caminhão, depois de uma viagem difícil.(...)
Da viagem, não direi nada. Esta região do Brasil é um matagal deserto e desesperador, através do qual viajamos por 700 km. Em Utiariti, fomos muito bem recebidos pela equipe do telégrafo, que nos havia preparado um belo rancho à beira-rio, localizado, por uma gentileza à qual fui muito sensível, junto do acampamento nambiquara. De modo que lhe escrevo entre uns quinze homens, mulheres e crianças na nudez mais agressiva (pois, é uma pena, seus corpos não são bonitos), mas de humor extremamente hospitaleiro, por mais que se trate do mesmo grupo (e provavelmente dos mesmos indivíduos) que massacrou a missão protestante de Juruema, há cinco anos. Infelizmente, o trabalho promete ser de uma dificuldade extrema: nenhum intérprete à mão, ignorância total do português e língua de uma fonética que parece inabordável à primeira vista. Mas faz apenas 24 horas...
(...)
Minha mulher e eu enviamos nossos cumprimentos.
Claude Lévi-Strauss.

Folha de S. Paulo, 22/5/2005 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005 – CESPE) Julgue os seguintes itens a respeito das ideias e das estruturas linguísticas do trecho acima, que faz parte de carta escrita por Lévi-Strauss a Mário de Andrade.

(1) Depreende-se do trecho destacado da carta que o autor gostou da localização do rancho que habitaria.
(2) Se o texto fosse de uma carta oficial, e não, de uma carta pessoal, os termos "aonde" (l.3) e "mulher" (l.20), de uso coloquial, deveriam ser substituídos, respectivamente, por **onde** e **esposa**.
(3) Na linha 5, o emprego de **Essa**, em vez de "Esta", atenderia melhor às exigências de coesão textual.
(4) Nessa carta, escrita em 1938, Lévi-Strauss registra impressões sobre os costumes indígenas, marcadas por índices que não se distanciam muito dos contidos nos relatos dos primeiros colonizadores a respeito dos indígenas. Entre esses índices, destacam-se: "matagal deserto e desesperador" (l.6), "nudez mais agressiva" (l.11) e "grupo (...) que massacrou a missão protestante" (l.13-15).
(5) A forma verbal composta "havia preparado" (.8) é equivalente à forma simples **preparara**.
(6) Preserva-se tanto a coerência textual quanto a correção gramatical ao se utilizar **a que** em vez de "à qual" (.9).
(7) Depreende-se do desenvolvimento do texto que o pronome "lhe" utilizado na linha 10 refere-se a "equipe do telégrafo" (.7-8).
(8) O próprio nome da tribo — "nambiquara" (.10) — comprova ser procedente a observação do autor do texto de que essa tribo fala uma "língua de uma fonética que parece inabordável à primeira vista" (.17-18).
(9) A carta do antropologo Claude Lévi-Strauss é um registro do encontro do homem branco e letrado com a cultura indígena.
(10) Na carta, ao considerar que os corpos nus dos índios da tribo nambiquara "não são bonitos" (.12), o autor emite um juízo de valor regulado por parâmetros análogos aos que embasam a cultura nambiquara.
(11) Se o autor quisesse conferir um tom menos gentil e mais afirmativo ao texto, ele deveria empregar o modo indicativo, **trata**, em lugar do modo subjuntivo, "trate" (.13), substituição que preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.
(12) Caso fossem suprimidos os sinais de parênteses na linha 14, seria necessária a alteração da flexão de singular em "massacrou" (.14) para plural: **massacraram**.
(13) A expressão "ignorância total do português" (.17) foi utilizada com sentido pejorativo, denotando deficiência linguística.
(14) A frase "Mas faz apenas 24 horas..." (.18) poderia ser corretamente substituída por: **No entanto, só cheguei a 24 horas atrás**.

1: Certo. A informação que comprova o gosto do autor pela localização está na linha **9:** "localizado, por uma gentileza à qual fui muito sensível", trecho que pode ser interpretado como um apreço do antropologo pelo local onde ficaria;
2: Errado. O termo "aonde" indica que houve movimento para se chegar a um lugar, situação contemplada, como lemos no trecho "aonde chegamos ontem, de caminhão". Já o termo "mulher" é aceito como sinônimo de esposa também em situações formais, como consta no dicionário Houaiss: "5 (sXIV) companheira conjugal;
Esposa Ex.: sua m. não poderá acompanhá-lo devido a compromissos profissionais". Seriam situações gramaticais, portanto, aceitas em situações de exigência de norma culta da língua;
3: Errado. O pronome demonstrativo "esta" é usado em situações textuais em que a informação a que se refere ainda será apresentada, ou seja, em que o referente do pronome é posterior a ele. "Esta" se refere a "região do Brasil". O uso do pronome "essa", da segunda pessoa, indicaria que a informação já foi apresentada e causaria danos ao entendimento por não atender corretamente às exigências de coesão textual;
4: Certo. Lévi-Strauss caracteriza o interior do Brasil e os indígenas como carentes de civilização e reforça o choque cultural entre o mundo "selvagem" dos trópicos e o civilizado mundo europeu. Os termos citados no item, "matagal deserto e desesperador" (.6), "nudez mais agressiva" (.11) e "grupo (...) que massacrou a missão protestante" (.13-15), carregam forte denotação negativa. A surpresa sentida pela

nudez e a visão de choque pelo espaço ou pelas ações dos índios são bastante semelhantes a trechos das cartas dos primeiros colonizadores portugueses a aportar no Brasil, como a conhecida carta de Pero Vaz, datada da descoberta do Brasil. Nos termos citados, Lévi-Strauss é a figura do colonizador civilizado transposta para o contexto do século XX;

5: Certo. O pretérito mais-que-perfeito, tempo que indica uma ação anterior na linha temporal a outra também no passado, possui duas formas, sendo uma simples e outra em locução verbal. Ambas possuem exatamente o mesmo significado e podem ser permutadas sem prejuízo gramatical ou de sentido. "havia preparado" ou "preparara" são equivalentes. É a escolha do autor, baseada em questões de estilo, que definirá qual será usada;

6: Certo. O pronome relativo "que" é considerado universal e, feitas as devidas adaptações, pode substituir outros pronomes relativos. No trecho "por uma gentileza à qual fui muito sensível", o pronome "a qual" une o termo "gentileza" a uma oração subordinada adjetiva que o qualifica. O pronome relativo cumpre função sintática de complemento nominal do termo "sensível", que exige a preposição "a" para seu complemento. O pronome relativo está na sua forma feminina por substituir um termo feminino, "gentileza", por isso a exigência da crase, união da preposição pedida por "sensível" e da composição do pronome relativo. A substituição de "a qual" por "a que" mantém a regência, o sentido e o referente originais;

7: Errado. O pronome "lhe" refere-se ao interlocutor do autor, ou seja, a quem recebe a carta. Essa interpretação é confirmada pelo verbo a que o pronome serve de objeto, "escrevo", ou seja, lê-se "escrevo para você". A equipe dos telégrafos recebeu o antropologo e não a carta do antropologo;

8: Errado. "Nambiquara" é um termo que foi utilizado pelo autor sem qualquer dificuldade. A apropriação do nome da tribo não colabora com a argumentação da língua de fonética inabordável, uma vez que foi escrito. A dificuldade do autor diz respeito ao estranhamento que certos sons no que é dito pelos índios causa aos ouvidos do autor, uma vez que aspectos fonéticos dizem respeito à sonoridade das línguas;

9: Certo. A visão do antropologo, civilizado e europeu, deixa claro o seu choque ao contato com os a cultura indígena, tanto no que diz respeito à língua como nos costumes da nudez e no medo de possíveis violências. O autor analisa a cultura indígena a partir de critérios pré-estabelecidos da sua cultura letrada;

10: Errado. O autor considera que os corpos nus não são bonitos a partir dos parâmetros culturais de beleza que carrega. Não há qualquer referência ao padrão cultural indígena de beleza ou em como o povo relaciona culturalmente beleza e nudez. Trata-se novamente do julgamento de valores de uma nova cultura a partir de conceitos pré-estabelecidos da cultura branca e letrada europeia;

11: Errado. A conjugação do verbo "tratar" é no tempo presente do subjuntivo, que indica uma hipótese, exigido pela estrutura da expressão "por mais que", uma conjunção que indica uma ideia de concessão. A alteração da conjugação do verbo para o presente do indicativo causaria danos à gramática, por não respeitar a estrutura do subjuntivo exigida pela conjunção e tornaria o trecho incoerente, já que excluiria a ideia de hipótese necessária para a ideia de concessão;

12: Certo. Como aparece isolada por parênteses, a expressão de caráter explicativo "e provavelmente dos mesmos indivíduos" não interfere na estrutura gramatical da oração "por mais que se trate" e na sua relação com a oração subordinada adjetiva "que massacrou a missão protestante". Nesse caso, o pronome relativo "que" da oração subordinada se refere a "grupo" e exige a concordância do verbo no singular. Ao serem retirados os parênteses, o termo "indivíduos" passa a ser o referente do pronome relativo "que", por proximidade e coerência textual, e exige a concordância do verbo que acompanha o pronome no plural. A reescrita seria: "por mais que se trate do mesmo grupo e provavelmente dos mesmos indivíduos que massacraram a missão protestante de Juruema, há cinco anos.";

13: Errado. A ignorância total do português aparece como um dos elementos que compõem a dificuldade do trabalho. O termo ignorante possui popularmente conotação negativa, mas na carta indica apenas a ausência de conhecimento da língua. Tal interpretação é possível pela frase que antecede e indica que é um problema a falta de um intérprete, que facilmente resolveria o problema;

14: Errado. A substituição não é possível pois a expressão "a 24 atrás" não está de acordo com as exigências da norma culta. Para se indicar período de tempo no passado, é necessário usar o verbo "haver" conjugado na terceira pessoa do singular, "há". É também preciso considerar que o verbo assim conjugado já indicaria que se trata de algo que já aconteceu, assim como o termo "atrás. O uso de ambos seria considerado um excesso linguístico, um pleonasmo. Seria correto dizer, então "No entanto, só cheguei há 24 horas." Ou "No entanto, só cheguei 24 horas atrás".

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5C, 6C, 7E, 8E, 9C, 10E, 11E, 12C, 13E, 14E

Texto para a próxima questão

Nenhum povo está mais distante da noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência — e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no "homem cordial": é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso, a polidez é, de algum modo, organização e defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções.

No "homem cordial", a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que, no brasileiro — como bom americano —, tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros.

Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasi**l. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 147.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005 – CESPE) Com base nas ideias e nas estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) As ideias desenvolvidas no primeiro parágrafo estão sustentadas em dois campos semânticos opostos: de um lado, espontaneidade, forma natural, forma viva, cordialidade; De outro, mímica deliberada, fórmula, defesa, polidez.

(2) O texto ressalta a capacidade de emancipação no processo de vida organizada em sociedade do homem brasileiro, identificado como o homem cordial.

(3) Segundo o texto, aquilo que se configura como forma espontânea na polidez é convertido em fórmula pela cordialidade.

(4) A ideia expressa no primeiro período do texto pode ser reescrita, com correção gramatical, do seguinte modo: **Povo algum se distancia tanto da noção ritualista quanto o povo brasileiro**.

(5) No texto, os adjetivos "ordinária" (.2) e "polida" (.5) são antônimos.

(6) A parte inicial do trecho após o travessão, na linha 4, — "e isso (...) consistir" —, poderia ser corretamente reescrita da seguinte forma: **o que explica por que a atitude polida consiste**.

(7) Considerando-se as regras de concordância nominal, na oração "quando necessário" (.10), o adjetivo poderia receber flexão de gênero feminino, mas o sentido original do texto seria afetado.

(8) Como o adjetivo "intatas" (.12) está deslocado, seria correta a concordância com o núcleo nominal mais próximo, podendo ele, assim, assumir a forma de singular.

(9) O emprego das aspas na expressão "homem cordial" (.13) é fundamental para abonar a função de adjunto adverbial de lugar que essa expressão exerce na oração.

(10) Nas linhas 14 e 15, uma estrutura alternativa e correta para se evitar a repetição de palavras com o mesmo sentido seria: **em viver e apoiar-se consigo mesmo**.

(11) Infere-se do texto que a cordialidade, como "um viver nos outros" (.19), é um índice de dependência social.

1: Certo. A mímica se opõe à espontaneidade na medida em que a cordialidade não é natural ao brasileiro, mas decorre da cópia de uma atitude natural do "homem cordial". Coloca-se em oposição o que deveria ser, e o que era originalmente, a cordialidade como forma de vida e a mímica dessa cordialidade na aparência, o que denota que ela não existe;
2: Errado. O texto já começa por dizer que "nenhum povo está mais distante da noção ritualista da vida que o brasileiro", o que se desenvolve em dizer que a cordialidade é uma mímica aparente de uma essência cordial que não possui. Não há, portanto, por não haver noção ritualística da vida, processo de organização da vida em sociedade;
3: Errado. De acordo com o texto, aquilo que é uma forma espontânea de polidez se transforma em fórmula justamente pela ausência da cordialidade como característica natural. A manifestação espontânea de polidez é convertida em mímica e reproduzida na aparência;
4: Certo. O pronome indefinido "algum" muda de sentido de acordo com a sua colocação em relação ao substantivo que qualifica. Se aparece antes indica que existe algo, mas não se sabe definir o que. Se aparece depois, indica que não existe e é sinônimo de "nenhum". A reescrita proposta no item indica exatamente essa possibilidade;
5: Errado. Apesar de admitir acepção de caráter pejorativo, que denota má educação, descortesia ou grosseria, o adjetivo "ordinária" é usado no texto no sentido de conforme ao costume, comum, habitual, e, portanto, não corresponde ao antônimo de polida, que no texto significa de fina educação, cortês, atencioso. (Dicionário Houaiss);
6: Errado. A relação que se estabelece entre o trecho após o travessão e a oração anterior é de que a causa de ela poder iludir na aparência é a "a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no 'homem cordial'". Essa relação é devida à forma do verbo "se explica", que está voz passiva sintética, ou seja, significa "isso é explicado pelo fato de". Na reescrita proposta pelo item, a relação seria exatamente oposta, pela utilização do verbo "explica" na voz ativa seguido da conjunção porque, e indicaria que ela poder iludir na aparência é a causa de a atitude polida consistir em uma mímica das manifestações espontâneas do "homem cordial";
7: Certo. Caso estivesse no feminino, a expressão indicaria que aquilo que seria necessário é a polidez. Então, quando se precisar de polidez, ela servirá de resistência. A reescrita sugerida pelo item seria correta, já que existe referente claro para o termo estar no feminino e há coerência nas ideias do trecho. No entanto o sentido original, de que quando a situação exigisse uma peça de resistência a polidez assim o serviria, foi alterado;
8: Certo. O adjetivo "inatas" aparece pré-posto aos substantivos que qualifica, "sensibilidade" e "emoções". A ordem natural seria que ele aparecesse após os substantivos. Quando o adjetivo é deslocado de sua posição natural pode concordar, em gênero e número, apenas com o mais próximo, mas ainda assim manter-se como referente a todos os termos que qualifica;
9: Certo. A expressão "no homem cordial" indica o lugar onde "a vida em sociedade é uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo". No entanto, homem cordial seria uma pessoa e não um lugar, o que tornaria a expressão incoerente no texto. Para que esse sentido figurativo seja aceito, a presença das aspas, que indicam uma leitura não literal do termo, é fundamental;
10: Errado. O verbo apoiar tem como regência a preposição "sobre" para a circunstância de onde se apoiar, diferentemente do verbo viver que aceita a preposição "com" para indicar circunstância de companhia (a preposição aparece combinada ao pronome na forma "consigo"). Portanto, retirada da expressão "sobre si próprio" em favor de um único referente para os dois verbos, causaria prejuízo na coerência e na gramática textual. O excesso de expressões que indicam individualidade é um recurso de estilo do texto para reforçar a ideia de solidão. Uma possível reescrita, menos enfática na força de solidão, seria "viver consigo e apoiar-se em si";
11: Certo. "Um viver nos outros" é uma expressão que reforça a redução do indivíduo à parcela social e periférica (l.17), e sua dependência do outro, para libertá-lo do pavor da solidão. A maneira de expansão para a vida social é a cordialidade, a ritualística social, como desenvolvido ao longo do texto.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5E, 6E, 7C, 8C, 9C, 10E, 11C

Texto para a próxima questão

Se observamos o sistema capitalista em seu conjunto, vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento; E, se observamos, em particular, o conjunto dos países periféricos, constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte. Essa massa crescente de excluídos, em termos absolutos e relativos, que se concentra nos países periféricos constitui por si mesma um fator de peso na evolução do sistema. Não se pode ignorar a possibilidade de que ocorram, em determinados países, e mesmo de forma generalizada, mutações no sistema de poder político, sob a pressão dessas massas, com modificações de fundo na orientação geral do processo de desenvolvimento. Quaisquer que sejam as novas relações que se constituam entre os Estados dos países periféricos e as grandes empresas, a nova orientação do desenvolvimento terá de ser num sentido muito mais igualitário, favorecendo as formas coletivas de consumo e reduzindo o desperdício provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo privado dos grupos privilegiados. Nesta hipótese, a pressão sobre os recursos não reprodutíveis muito provavelmente se reduziria.

Celso Furtado. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.86-7.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005 – CESPE) Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima, julgue os próximos itens.

(1) No conjunto do sistema capitalista, predomina a tendência evolutiva, isto é, o capitalismo se orienta, progressivamente, em um sentido mais igualitário.
(2) Segundo o texto, duas das saídas para a provável redução da pressão sobre os recursos não reprodutíveis seriam o favorecimento de formas coletivas de consumo e a redução do desperdício verificado no consumo efetuado por grupos privilegiados.
(3) De acordo com o texto, mesmo sendo crescente a massa de excluídos, a atuação dela é inócua porque está restrita aos países periféricos.
(4) No estabelecimento de novas relações entre os Estados dos países periféricos e as grandes empresas, deveria ser considerada a necessidade de elevação da capacidade de consumo das massas excluídas frente à dos grupos privilegiados.
(5) O trecho de "Se observarmos" (.1) "em vinte" (.6) não perde em coesão e em correção gramatical se a correlação entre as formas verbais "Se observarmos... vemos" (.1-2) for substituída por **Se observarmos... veremos**.
(6) Beneficiaria a clareza do trecho nas linhas 3 e 4 a seguinte reescrita: **excluir dos principais benefícios do desenvolvimento nove em cada dez pessoas**.
(7) Considerando-se a construção do período que se inicia após o ponto e vírgula na linha 4, é correta a substituição da conjunção condicional "se" pelas correlatas "caso" ou "desde que".
(8) A retirada de todos os traços de plural dos vocábulos da linha 14 não resulta em incorreção gramatical.
(9) As formas verbais "favorecendo" (.17) e "reduzindo" (.18) correspondem, respectivamente, a **que favoreça** e **que reduza**.

1: Errado. Como demonstra o trecho "vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento", o texto defende a ideia de que o capitalismo evolui para a exclusão de muitos e o privilégio de poucos, ou seja, que evolui para uma cada vez maior desigualdade social;
2: Certo. De acordo com o trecho final do texto, as resoluções em busca de uma situação mais igualitária, ou seja, o favorecimento das formas coletivas de consumo e a redução do desperdício dos padrões de consumo dos privilegiados, teria como consequência natural a redução da pressão sobre os recursos não reprodutíveis;

3: Errado. A afirmação do item se prova errada no trecho "Essa massa crescente de excluídos, em termos absolutos e relativos, que se concentra nos países periféricos constitui por si mesma um fator de peso na evolução do sistema. Não se pode ignorar a possibilidade de que ocorram, em determinados países, e mesmo de forma generalizada, mutações no sistema de poder político, sob a pressão dessas massas", ou seja, a massa dos excluídos é capaz de alterar o caminho da evolução do sistema;
4: Certo. Como diz o texto, "a nova orientação do desenvolvimento terá de ser num sentido muito mais igualitário", ou seja, deve haver uma tentativa de equilibrar os excessos das classes privilegiadas com as faltas das massas excluídas. Como se lê entre as linhas 11 e 15, essas relações devem ser intermediadas pelo Estado, a partir da pressão política das massas para mudanças políticas, em relação com as empresas;
5: Errado. A primeira oração, introduzida pela conjunção "se", indica uma condição para o que é apresentado na segunda oração. Na gramática dessas orações, estaria correta a alteração do verbo do presente para o futuro, alterando-se apenas sutilmente a ênfase dada às informações observadas. É, no entanto, uma questão de coesão textual o paralelismo sintático entre esse primeiro conjunto de orações e o conjunto "e, se observamos, em particular, o conjunto dos países periféricos, constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte", que também deve ser analisado pela proposta do item. Para que a alteração proposta pelo item não trouxesse qualquer prejuízo à coesão proposta pelo paralelismo, o ideal seria que a forma verbal "constatamos" sofresse a mesma alteração e teríamos "e, se observamos... constataremos";
6: Certo. Não há qualquer necessidade de correção gramatical para que se faça a alteração da ordem dos termos. "nove pessoas em dez" e "dos principais benefícios do desenvolvimento" funcionam como objetos do verbo e podem se organizar sem privilégio de ordem sintática. É possível reescrever o trecho para facilitar o entendimento para tornar a expressão "nove pessoas em dez" mais clara, exigência feita pela colocação da expressão após "dos principais benefícios do desenvolvimento". Apesar de exigida pela nova organização da frase, a reescrita da expressão não depende da posição e poderia ser feita sem alteração da ordem.
7: Errado. As conjunções "caso" e "desde que" introduzem uma relação de condição entre as informações, assim como a conjunção "se". No entanto, as conjunções sugeridas exigem a reescrita dos trechos para a adequação gramatical dos verbos de acordo com o que pedem as conjunções. Teríamos: "caso observemos, em particular, o conjunto dos países periféricos, constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte" e "desde que observemos, em particular, o conjunto dos países periféricos, constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte";
8: Certo. Na reescrita proposta, teríamos "Qualquer que seja a nova relação que se constitua entre os Estados dos países periféricos e as grandes empresas (...)", gramaticalmente correta. A alteração, no entanto, torna o trecho menos genérico, o que alteraria a interpretação do texto no que diz respeito a quantidade de alternativas para a nova relação;
9: Certo. As formas verbais "favorecendo" e "reduzindo" são partes constituintes de orações subordinadas adverbiais consecutivas reduzidas em gerúndio e podem ser desenvolvidas com o uso da conjunção "que", que mantém a relação de consequência entre a ação dos governos e a consequências de suas ações, e a forma do verbo conjugada no presente do subjuntivo, de modo a manter a correção gramatical do trecho.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5E, 6C, 7E, 8C, 9C

9. Administração Financeira e Orçamentária

Robinson Sakiyama Barreirinhas

1. PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) A respeito das finanças públicas e do orçamento público, julgue os itens subsequentes:

(1) Veda-se ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

(2) Admite-se a utilização, mediante autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.

(3) A lei orçamentária anual não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa, admitindo-se, contudo, preceito relativo à autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

1: Assertiva correta, nos termos do art. 164, § 1º, da CF; **2:** correta, pois a autorização legislativa específica possibilita essa utilização, nos termos do art. 167, VIII, da CF; **3:** correta, em conformidade com o princípio da exclusividade – art. 165, § 8º, da CF.

Gabarito 1C, 2C, 3C

(Analista – TCU – 2009 – CESPE) Com referência ao Sistema Tributário Nacional e aos princípios da ordem orçamentária, julgue os itens a seguir.

(1) De acordo com o princípio do orçamento bruto, as receitas e despesas públicas devem constar da lei orçamentária, de forma a possibilitar que nela se incluam apenas saldos positivos ou negativos resultantes do confronto entre as receitas e as despesas de determinado serviço público.

(2) O princípio do equilíbrio orçamentário permanece, no Brasil, como norma de hierarquia constitucional.

(3) O princípio da estrita legalidade tributária deriva do princípio da legalidade, em sentido amplo, e atende ao postulado da segurança jurídica.

(4) O princípio da legalidade orçamentária é uma projeção do princípio da legalidade visto sob a sua feição genérica e postula que o ordenador de despesas só pode fazer aquilo que a lei orçamentária permite.

(5) O princípio do nãoconfisco, em matéria tributária, permite que sejam expropriados os bens utilizados na produção ou no tráfico de entorpecentes e drogas afins.

1: incorreta, pois o princípio do orçamento bruto refere-se ao princípio da universalidade, especificamente indicando que as receitas e as despesas devem constar da Lei Orçamentária Anual – LOA pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções – art. 6º da Lei 4.320/1964; **2:** discutível, pois parece-nos que o princípio do equilíbrio está implícito na Constituição Federal, sendo perceptível em normas como a do art. 166, § 3º, II, da CF, por exemplo, além de em disposições legais, como o art. 48, *b*, da Lei 4.320/1964 e o art. 31, § 1º, II, da LRF (Lei Complementar 101/2000); **3:** assertiva correta, pois define adequadamente o princípio da estrita legalidade; **4:** correta, em virtude do disposto no art. 167, I e II, da CF; **5:** incorreta, pois o confisco de bens por força da legislação penal não se insere no âmbito tributário.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) A respeito da conta única do Tesouro Nacional, julgue os itens a seguir.

(1) A conta única do Tesouro Nacional, mantida junto ao Banco do Brasil e operacionalizada pelo do Banco Central, destina-se a acolher as disponibilidades financeiras da União, à disposição das unidades gestoras.

(2) A conciliação da conta única é a compatibilização de seus saldos no Banco Central e no SIAFI. Essa conciliação é desnecessária, caso não existam pendências a regularizar ou valores a identificar.

1: incorreta, pois as disponibilidades de caixa da União devem ser depositadas no Banco Central, não no Banco do Brasil – art. 164, § 3º, da CF; **2:** incorreta, pois a conciliação da conta única é sempre realizada. Caso inexistam pendências, a conciliação é automática. Consulte o Manual SIAFI – Subsistema Orçamentário e Financeiro – Módulo Disponibilidades – Transação REGCONCCTU (registra conciliação da CTU). Ver também o art. 5º, § 5º, da IN STN 4/2004).

Gabarito 1E, 2E

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Entre os princípios orçamentários, há o denominado princípio da unidade. Assinale a opção correspondente à definição correta desse princípio.

(A) Todas as receitas e despesas públicas devem ser incluídas na lei orçamentária.

(B) Todas as receitas e despesas públicas devem ser consignadas pelos seus valores brutos, vedadas as deduções de qualquer natureza.

(C) Os conceitos e critérios de elaboração da lei orçamentária devem ser uniformes ao longo do tempo.

(D) Cada ente federativo deve aprovar uma única lei orçamentária.

Veja os comentários às questões anteriores.

Gabarito "D"

2. PLANO PLURIANUAL – PPA

(Técnico – ANAC – 2009 – CESPE) Julgue o item a seguir, relativo à questão de orçamento público.

(1) O plano plurianual contém as metas e as prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e orienta a elaboração da lei orçamentária anual, entre outras atribuições.

1: incorreta, pois a assertiva refere-se à LDO – art. 165, § 2º, da CF. Interessante anotar que o plano plurianual refere-se a quatro exercícios.

Gabarito 1E

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) Com relação ao orçamento público, julgue o item a seguir.

(1) O plano plurianual representa a mais abrangente peça de planejamento governamental, com o estabelecimento de prioridades e no direcionamento das ações do governo, para um período de quatro anos.

1: assertiva correta, conforme o art. 165, § 1º, da CF.

Gabarito 1C

(Analista – Ministério do Meio Ambiente – 2008 – CESPE) No que se refere ao planejamento em geral e ao Plano Plurianual (PPA) no Brasil, julgue o próximo item.

(1) Considere que, na redação final do PPA 2008/2011, para que as ações constantes do plano sejam executadas, tenham sido considerados prioritários os projetos com menor índice de execução ou aqueles que não poderão ser concluídos no período plurianual. Nesse caso, seria correto que a lógica subjacente tivesse sido a de que há necessidade de injeção de mais recursos justamente nos projetos com maiores atrasos, evitando que eles comprometam o conjunto dos investimentos.

1: Apesar do texto um pouco confuso, parece-nos que a assertiva é incorreta, vez que a prioridade, nesse caso, seria contrária à lógica do

PPA, que, em regra, privilegia os projetos com maior índice de execução ou que possam ser concluídos no período plurianual – art. 3º, § 2º, II, da Lei 11.653/2008 (PPA federal 2008/2011).
Gabarito 1E

(Analista – Ministério do Meio Ambiente – 2008 – CESPE) A respeito de planejamento e da planificação no Brasil, em particular, julgue o próximo item.

(1) Nos termos do PPA 2008/2011, a inclusão, alteração ou exclusão de programas são de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, e só poderão ser feitas e encaminhadas mediante projeto de lei de revisão anual ou projeto específico de alteração da lei do referido plano.

1: Assertiva correta, conforme o art. 15 da Lei 11.653/2008 (PPA federal 2008/2011).
Gabarito 1C

3. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) Com relação ao orçamento público e à administração financeira, julgue o item seguinte.

(1) A avaliação da evolução do patrimônio líquido por unidade administrativa é parte integrante da lei de diretrizes orçamentárias, destacando-se a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

1: assertiva correta, pois a evolução do patrimônio líquido, inclusive nos últimos três exercícios, compõe o Anexo de Metas Fiscais da LDO – art. 4º, § 2º, III, da LRF.
Gabarito 1C

(Analista – Ministério do Meio Ambiente – 2008 – CESPE) Com base na doutrina e na legislação sobre orçamentos públicos, receitas e despesas, julgue o item a seguir.

(1) Nas diretrizes orçamentárias estabelecidas para 2008, na área de meio ambiente, as ações de reflorestamento e combate ao desmatamento, além da revitalização de bacias hidrográficas, são consideradas prioritárias e relevantes.

1: Assertiva correta, nos termos do art. 5º, XII, da Lei 11.514/2007 (LDO federal de 2008), que aponta, como diretrizes para o meio ambiente: ações de reflorestamento e combate ao desmatamento, revitalização de bacias hidrográficas.
Gabarito 1C

(Analista – Ministério do Meio Ambiente – 2008 – CESPE) Com relação aos conceitos gerais de administração e à legislação administrativa brasileira, julgue o item seguinte.

(1) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determina que as autorizações de despesas, constantes do projeto de lei orçamentária, devem considerar os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico e de qualquer outro fator relevante.

1: incorreta, pois são as previsões de receita (não autorizações de despesas) que deverão considerar os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante, nos termos do art. 12 da LRF.
Gabarito 1E

4. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

(Técnico – ANAC – 2009 – CESPE) Julgue os itens a seguir, relativos a questões de orçamento público.

(1) O orçamento de investimento das empresas estatais faz parte da Lei Orçamentária Anual.

(2) Os programas orçamentários são compostos de atividades, projetos e operações especiais. As atividades representam as ações orçamentárias de natureza continuada; os projetos, as ações de duração limitada no tempo; e as operações especiais, as ações de governo que não resultam em produto e(ou) serviços disponibilizados à população, como amortização e encargos, pagamento de sentenças judiciais, entre outras.

1: assertiva correta, pois a LOA compreende o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto – art. 165, § 5º, II, da CF; **2:** assertiva correta.
Gabarito 1C, 2C

Por se valor didático, eis as definições previstas no art. 5º da Lei 12.465/2011 (LDO federal para 2012), consolidadas na seguinte tabela:

Programa	Instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.
Atividade	Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.
Projeto	Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.
Operação especial	Despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do Governo Federal, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
Subtítulo	O menor nível da categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação.
Unidade orçamentária	O menor nível da classificação institucional.
Órgão orçamentário	O maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.
Concedente	Órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários.
Convenente	Órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais ou do Distrito Federal e as entidades privadas, com os quais a Administração Federal pactue a execução de ações com transferência de recursos financeiros.

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) Com relação ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

(1) Os programas, conforme suas características, podem ser classificados em atividades, projetos e operações especiais.

(2) Cada unidade gestora, no seu âmbito de atuação, desempenha papel de coordenadora do processo de alterações orçamentárias.

(3) O orçamento de desempenho, também identificado como orçamento moderno, é aquele elaborado com base nos programas de trabalho de governo que serão executados durante o exercício financeiro.

1: incorreta, pois as atividades, os projetos e as operações especiais compõem os programas de governo. Não são, portanto, espécies de programas ou classificação de programas como indica a assertiva; **2:** incorreta, pois não há esse papel de coordenação a cargo das unidades gestoras. A propósito, veja o art. 52 e seguintes da Lei 12.465/2011 (LDO federal para 2012); **3:** incorreta, pois a assertiva refere-se ao moderno orçamento-programa em que o planejamento é conceito central, focando-se os objetivos a serem atingidos. O orçamento de desempenho (em que há preocupação com os resultados advindos da despesa pública) é normalmente identificado como uma evolução do

orçamento tradicional (este dissociado dos ideais de planejamento e resultados), mas anterior ao orçamento-programa (em que o planejamento é o conceito central).
Gabarito 1E, 2E, 3E

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) Com relação ao orçamento público, julgue o item a seguir.

(1) A ação orçamentária articula um conjunto de programas que concorrem para a concretização de um objetivo comum.

1: incorreta, pois ação orçamentária é cada atividade, projeto e operação especial que compõe o programa – ver art. 5º, § 5º, da Lei 12.465/2011 (LDO federal para 2012).
Gabarito 1E

(Analista – INSS – 2008 – CESPE) Com relação a orçamento público, julgue os itens subsequentes.

(1) A chamada regra de ouro na Lei de Responsabilidade Fiscal, que já estava estabelecida na Constituição Federal, tem como finalidade limitar o endividamento dos entes da Federação, de modo que só possam ser contraídas novas dívidas se o seu produto financiar investimentos, isto é, se forem destinadas à reposição ou ao aumento dos ativos do respectivo ente.

(2) De acordo com as classificações orçamentárias, o programa, que constitui o elo entre o plano plurianual e os orçamentos anuais, corresponde à articulação de um conjunto de ações, cujo resultado esperado é expresso por indicadores que permitem avaliar o desempenho da administração.

(3) A tradicional classificação da despesa pública por elementos é um critério embasado no objeto do dispêndio. Com a adoção do orçamento-programa, a ênfase em sua concepção é transferida dos meios para os fins, priorizando-se a classificação funcional e a estrutura programática.

1: incorreta, pois a regra de ouro veda a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ou seja, veda o endividamento para suprir despesas correntes, nos termos, e com as exceções, do art. 167, III, da CF e art. 12, § 2º, da LRF. Importante destacar que as despesas de capital não se restringem a investimentos ou à reposição ou ao aumento dos ativos do próprio ente (existem as transferências de capital) – art. 12, §§ 4º a 6º, da Lei 4.320/1964; **2:** correta, descrevendo adequadamente o programa. Interessante indicarmos a definição dada pelo art. 5º, I, da Lei 12.465/2011 (LDO federal para 2012), segundo o qual programa é o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual; **3:** assertiva correta. Em relação às despesas, o orçamento público atualmente foca os objetivos do governo, não simplesmente os gastos que podem ser realizados. Por essa razão, ganha importância a chamada classificação funcional-programática para as contas públicas. A *função* representa o maior nível de agregação das ações de governo. A função é desdobrada em *programas*, pelos quais se estabelecem produtos finais – arts. 2º e 13 da Lei 4.320/1964.
Gabarito 1E, 2C, 3C

(Analista – Ministério do Meio Ambiente – 2008 – CESPE) Com base na doutrina e na legislação sobre orçamentos públicos, receitas e despesas, julgue o item a seguir.

(1) O orçamento base-zero caracteriza-se como um modelo do tipo racional, em que as decisões são voltadas para a maximização da eficiência na alocação dos recursos públicos. Adota-se, como procedimento básico, o questionamento de todos os programas em execução, sua continuidade e possíveis alterações, em confronto com novos programas pretendidos.

1: assertiva correta. O conceito de orçamento base-zero procura fugir da simples repetição do orçamento do exercício anterior, com pequenas correções, para o próximo período. A ideia é "partir do zero" a cada projeto de orçamento, ou seja, planejar efetivamente todas as ações para o exercício financeiro a que se refere (o que, como se pode imaginar, é muito trabalhoso).
Gabarito 1C

(Analista – Ministério do Meio Ambiente – 2008 – CESPE) Com base na doutrina e na legislação sobre orçamentos públicos, receitas e despesas, julgue o item a seguir.

(1) As alterações da legislação tributária são parâmetros adotados para se definirem as estimativas de arrecadação, que constituem uma das etapas do processo orçamentário. Nesse sentido, é relevante levar em conta, entre outros aspectos, as alterações de alíquotas, as desonerações fiscais e a concessão de créditos tributários.

1: assertiva correta, conforme o art. 165, § 6º, da CF, lembrando que a LDO deve dispor sobre as alterações na legislação tributária, nos termos do art. 165, § 2º, da CF, de modo a orientar a elaboração do projeto de LOA.
Gabarito 1C

5. PROCESSO LEGISLATIVO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS

(Analista – Ministério do Meio Ambiente – 2008 – CESPE) Com base na doutrina e na legislação sobre orçamentos públicos, receitas e despesas, julgue o item a seguir.

(1) O veto do presidente da República a determinado programa contido no projeto de lei orçamentária aprovado pelo Congresso Nacional permite a superveniência de recursos que poderão ser utilizados mediante créditos suplementares, sem necessidade de prévia autorização legislativa.

1: incorreta, pois não há possibilidade de abertura de crédito adicional suplementar sem autorização legislativa – art. 42 da Lei 4.320/1964. Nesse sentido, os recursos disponibilizados pelo veto poderão ser utilizados mediante créditos especiais ou suplementares, mas isso depende de prévia e específica autorização legislativa (não basta autorização genérica na LOA, por exemplo) – art. 166, § 8º, da CF.
Gabarito 1E

(Administrador – Ministério do Esporte – 2008 – CESPE) No âmbito federal, o projeto de lei orçamentária anual para o exercício de 2009 envolve recursos da ordem de 1,2 trilhões de reais. No que concerne ao orçamento da União, julgue os itens subsequentes.

(1) O orçamento da União fixa despesas que devem ser obrigatoriamente executadas. As unidades orçamentárias estão autorizadas a transferir gastos para os exercícios seguintes, classificados como restos a pagar, mas não podem deixar de realizar a despesa regularmente incluída na lei orçamentária.

(2) Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado pelo Congresso Nacional antes do início do exercício financeiro a que se refere, a programação de todas as dotações dele constantes poderá ser executada, desde que respeitado o limite de um doze avos do total de cada ação, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

(3) As alterações na legislação tributária somente poderão ser aprovadas quando especificamente autorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

(4) Além de fixar despesas e prever receitas, o orçamento público no Brasil expressa as políticas desenvolvidas pela entidade pública, os interesses que nele predominam e os setores beneficiados.

(5) No âmbito da Comissão Mista de Orçamentos, um parlamentar somente poderá apresentar emenda destinando recursos para a realização de um projeto, se ele já estiver previsto no Plano Plurianual.

1: incorreta, pois a lei orçamentária é autorizativa, não impositiva; **2:** assertiva incorreta. Normalmente a LDO de cada ente prevê a solução para o caso de a LOA não ser aprovada até o final do exercício (execução de dotações do projeto de lei, especialmente em relação às despesas inadiáveis, ou utilização da LOA anterior, por exemplo). No âmbito federal, o art. 65 da Lei 12.465/2011 (LDO federal para 2012) prevê que, se o projeto de LOA 2012 não fosse sancionado até 31.12.2011, a programação constante desse projeto poderia ser executada para o atendimento das despesas inadiáveis indicadas; **3:** incorreta. A LDO deve dispor sobre as alterações na legislação tributária, nos termos do

art. 165, § 2º, da CF. Entretanto, a validade das alterações da legislação tributária não fica condicionada à prévia e específica autorização na LDO; **4:** assertiva correta, considerando que o moderno orçamento-programa é ferramenta de planejamento das políticas públicas; **5:** adequada. A rigor, o art. 166, § 3º, I, da CF determina que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5C

6. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Com base na legislação e nas práticas atinentes a suprimento de fundos, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores e rol de responsáveis, julgue o item seguinte.

(1) O atendimento de despesas de exercícios anteriores poderá ser feito mediante a reabertura de créditos adicionais, desde que aprovados nos quatro últimos meses do exercício antecedente.

1: incorreta, pois o atendimento de despesas de exercícios anteriores deve ser feito à conta de dotação específica (DEA – despesas de exercícios anteriores), discriminada por elementos, conforme o art. 37 da Lei 4.320/1964. É possível a reabertura de créditos especiais e extraordinários pelos seus saldos, que serão incorporados no orçamento vigente, desde que tenham sido autorizados nos quatro últimos meses do exercício anterior, mas isso não significa que essa dotação pode ser utilizada para pagamento de despesas de exercícios anteriores.

Gabarito 1E

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Com fundamento na Lei de Responsabilidade Fiscal e em seus desdobramentos, julgue os itens seguintes.

(1) Entre as chamadas transferências legais, incluem-se aquelas realizadas fundo a fundo, destinadas à educação, que se caracterizam pela descentralização de recursos mediante convênios.

(2) Se um município, ao final do primeiro quadrimestre de 2009, tiver ultrapassado o limite da sua dívida consolidada em R$ 600 milhões, isso significará que, até o final de agosto, ele deverá reduzi-la em R$ 200 milhões, sob pena de ficar impedido de receber transferências voluntárias a partir de setembro.

(3) Considerando que o Poder Executivo tenha determinado, em ato normativo, a realização de um programa iniciando-se em 2009 e com conclusão prevista para 2011, implicando despesas de custeio ao longo de todo o período, e mesmo considerando que haja disponibilidade de recursos na fonte indicada, ainda assim o parecer do órgão técnico deverá ser contrário à implementação imediata do referido programa, pois este dependerá de prévia inclusão no plano plurianual ou de lei que autorize sua inclusão.

1: incorreta, pois as transferências legais, como diz o nome, são aquelas decorrentes de determinação legal, e não de convênio, conforme consta da assertiva – ver o art. 25 da LRF; **2:** incorreta, pois o ente deve reduzir o excedente em pelo menos 25% até o final do quadrimestre seguinte, o que, no caso, corresponde a R$ 150 milhões; **3:** incorreta, pois a exigência de prévia inclusão no PPA ou de lei que autorize sua inclusão refere-se a investimentos, não a despesas de custeio – art. 167, § 1º, da CF.

Gabarito 1E, 2E, 3E

(Administrador – Ministério do Esporte – 2008 – CESPE) A privatização de bancos estaduais e a LRF constituíram um duro golpe nas históricas práticas do clientelismo e da corrupção. Quanto às mudanças introduzidas na legislação brasileira pela LRF, julgue os itens seguintes.

(1) No cálculo do montante de receitas correntes líquidas, um Estado deve incluir os valores recebidos da União e excluir os valores transferidos para os Municípios, quando são destinados à aplicação no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

(2) São proibidas as operações de crédito entre a União ou qualquer órgão da administração federal direta e indireta e Estados ou Municípios.

(3) Para um Município instituir um serviço permanente de atendimento telefônico, a fim de prestar informações turísticas locais, a prefeitura municipal deverá, antes, fazer uma estimativa do custo total do serviço para o ano em curso e para os dois anos seguintes, além de demonstrar que a despesa adicional será compensada pelo aumento permanente de receitas ou pela diminuição permanente de outras despesas.

(4) Se um dos poderes ou órgão público ultrapassar o limite de despesas de pessoal que lhe é imposto pela LRF, entre as medidas que poderão ser tomadas está a demissão de servidores públicos estáveis.

(5) Nos últimos dezoito meses do mandato do chefe do Poder Executivo, o ente respectivo da Federação está proibido de realizar qualquer tipo de operação de crédito por antecipação de receita.

1: assertiva correta, nos termos do art. 2º, IV, da LRF; **2:** imprecisa, pois essa vedação comporta as exceções contidas no§ 1º do art. 35, da LRF; **3:** assertiva correta, pois trata-se de despesa continuada e de caráter obrigatório a ser criada, devendo atender aos requisitos dos arts. 16 e 17 da LRF; **4:** correta, pois o art. 169, § 4º, da CF prevê a excepcional possibilidade de demissão de servidor estável como medida para recondução das despesas com pessoal ao limite legal; **5:** incorreta, pois a vedação refere-se ao último ano do mandato – art. 38, IV, *b*, da LRF.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C, 5E

(Analista – Ministério do Meio Ambiente – 2008 – CESPE) A respeito dos conceitos e aplicações atinentes à administração orçamentária e financeira públicas, julgue os próximos itens.

(1) O atendimento das despesas de conservação do patrimônio público está entre as condições que limitam a inclusão de novos projetos na lei orçamentária e nas de créditos adicionais.

(2) O Ministério do Meio Ambiente pode consignar, em seu orçamento, dotação específica, a título de ajuda financeira, a empresas privadas com projetos de conservação do meio ambiente, com base no caráter de lei especial de que se reveste o orçamento público.

1: assertiva correta, pois a LOA e as leis de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a LDO – art. 45 da LRF; **2:** incorreta, pois é necessária autorização por lei específica para a destinação de recursos públicos para o setor privado, conforme o art. 26 da LRF, o que não é o caso da LOA.

Gabarito 1C, 2E

(Analista – Ministério do Meio Ambiente – 2008 – CESPE) Com base na doutrina e na legislação sobre orçamentos públicos, receitas e despesas, julgue o item a seguir.

(1) A apuração e a divulgação dos dados da arrecadação líquida, sem a indicação das deduções previamente efetuadas a título de restituições, fere o princípio da discriminação.

1: incorreta, pois a LOA deve apresentar as receitas e despesas pelos seus totais, sem qualquer dedução, conforme o princípio do orçamento bruto – art. 6º da Lei 4.320/1964.

Gabarito 1E

7. RECEITAS

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Com base na Lei 4.320/1964 e nos conceitos e aplicações dela decorrentes, julgue os itens seguintes

(1) De acordo com as características do regime contábil adotado no Brasil, a receita lançada e não arrecadada será apropriada no exercício de seu recebimento, exceto se inscrita em dívida ativa, hipótese em que o resultado econômico será imediatamente afetado.

(2) A lei em questão distinguiu as aplicações em imóveis ora como investimentos ora como inversões financeiras. Daí a diferença entre a construção e a simples aquisição para uso de imóveis já concluídos e em utilização. No primeiro caso, gera-se um incremento no PIB; no segundo, mera transferência da propriedade de bens já produzidos.

1: correta, pois a receita pública é contabilizada pelo regime de caixa, ou seja, somente quando efetivamente realizada (quando o dinheiro entra no caixa do Poder Público) – art. 35, I, da Lei 4.320/1964; **2:** assertiva correta, conforme o art. 12, §§ 4º e 5º, da Lei 4.320/1964.
Gabarito 1C, 2C

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) Julgue os itens subsequentes com relação a receitas públicas.

(1) No que concerne a estágios da receita, o lançamento de ofício é efetuado pela administração sem a participação do contribuinte.

(2) As receitas provenientes de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e de outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes devem ser classificadas como receitas correntes.

(3) O 1.º nível da codificação da natureza da receita é utilizado para mensurar o impacto das decisões do governo na economia nacional.

1: assertiva correta, conforme o art. 52 da Lei 4.320/1964 e o art. 149 do CTN; **2:** correta, nos termos do art. 11, § 1º, da Lei 4.320/1964; **3:** assertiva correta. A classificação por natureza da receita adota codificação com 8 dígitos, divididos em 6 níveis. Nível 1: categoria econômica (1º dígito); Nível 2: origem (2º dígito); Nível 3: espécie (3º dígito); Nível 4: rubrica (4º dígito); Nível 5: alínea (5º e 6º dígitos); Nível 6: subalínea (7º e 8º dígitos)– ver o item 4.2.1. do Manual Técnico de Orçamento – MTO do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para 2013 e os anexos da Lei 4.320/1964. O primeiro nível (categoria econômica – receita corrente ou de capital) é utilizado para mensurar o impacto das decisões do Governo na economia nacional (formação de capital, custeio, investimentos etc.) – ver o item 4.1. do Manual de Receita Nacional (Portaria Conjunta STN/SOF 3/2008).
Gabarito 1C, 2C, 3C

8. DESPESAS

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Com fundamento na Lei de Responsabilidade Fiscal e em seus desdobramentos, julgue o item seguinte.

(1) Se o aumento acentuado e inesperado do número de matrículas na rede pública de ensino obrigar a Administração a efetuar a contratação de novos professores mediante terceirização, as despesas daí decorrentes terão de ser enquadradas entre as despesas de pessoal e computadas para efeito de cálculo do respectivo limite.

1: assertiva correta, conforme o art. 18, § 1º, da LRF.
Gabarito 1C

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) Com relação às despesas públicas, julgue os próximos itens.

(1) Despesas de exercícios anteriores constituem-se em modalidade de dívida pública flutuante e são registradas por exercício e por credor.

(2) Segundo a natureza da despesa, amortização, juros e encargos da dívida deverão ser classificados na categoria econômica de despesas de capital.

(3) A responsabilidade pela aplicação do suprimento de fundos, após sua aprovação na respectiva prestação de contas, é da autoridade que o concedeu.

1: incorreta, pois a assertiva refere-se a Restos a Pagar – art. 92, parágrafo único, da Lei 4.320/1964; **2:** incorreta, pois o pagamento dos juros e encargos da dívida pública é classificado como despesa corrente – art. 13 da Lei 4.320/1964 e Anexo III da Portaria Interministerial **SOF/STN** 163/2001; **3:** assertiva correta, pois o ordenador da despesa que autoriza a despesa sob regime de adiantamento (suprimento de fundos) é inteiramente responsável pela sua aplicação – art. 68 da Lei 4.320/1964 e art. 45 do Decreto 93.872/1986.
Gabarito 1E, 2E, 3C

9. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Com base em conceitos e na legislação pertinente à programação, execução e controle de recursos orçamentários e financeiros, julgue os itens a seguir.

(1) Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais do TCU serão entregues em duodécimos de igual valor, até o dia 20 de cada mês.

(2) Constatando-se, após a aprovação e publicação do orçamento, a impossibilidade de arrecadação da receita prevista no exercício, a alternativa de que dispõe o governo para cumprir a programação aprovada é a obtenção de empréstimos a título de antecipação da receita orçamentária.

1: incorreta, pois não há previsão de que os duodécimos sejam de igual valor – art. 168 da CF; **2:** incorreta, pois as operações de ARO restringem-se, como diz o nome, a antecipar as receitas do exercício, não para suprir a frustração de receita, devendo ser liquidadas integralmente até o final do mesmo ano – art. 38, II, da LRF.
Gabarito 1E, 2E

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Com relação aos estágios da despesa e à guia de recolhimento da União (GRU), julgue os seguintes itens.

(1) Na assinatura de um contrato de seguro para cobertura de riscos que poderão afetar o patrimônio de um ente público no exercício subsequente, o empenho, a liquidação e o pagamento ocorrem antes do fato gerador na ótica do regime de competência, de acordo com a doutrina e a legislação contábeis.

(2) Além do documento de arrecadação de receitas federais (DARF) e da guia da previdência social (GPS), os ingressos de valores na conta única da União são efetuados por meio da GRU, utilizada, por exemplo, para pagamento de inscrições em concursos públicos.

1: assertiva correta. Pela natureza peculiar do contrato de seguro, cujo objeto é aleatório (somente em caso de sinistro haverá contraprestação por parte da seguradora), o empenho, a contratação, a liquidação e o pagamento ocorrem antes do período de cobertura (que seria o fato gerador a que se refere o examinador). De qualquer forma, parece-nos que o regime da competência é observado, pois a despesa é realizada na contratação do seguro, antes do período de cobertura; **2:** assertiva correta, pois existem essas três guias de arrecadação no âmbito federal, além da Guia de Salário Educação (GSE).
Gabarito 1C, 2C

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE – adaptada) Com base na legislação e nas práticas atinentes a suprimento de fundos, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores e rol de responsáveis, julgue o item seguinte.

(1) De acordo com a legislação federal, a inscrição de despesas em Restos a Pagar é válida até o encerramento do exercício financeiro seguinte, mas, nos termos da legislação civil, os direitos dos respectivos credores só prescrevem cinco anos depois.

1: incorreta, pois atualmente o art. 68 do Decreto 93.872/1986 não prevê prazo de validade geral para os Restos a Pagar (razão pela qual adaptamos o gabarito oficial, que indicava a assertiva como correta). Apenas os restos a pagar não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, conforme o § 2º, com as exceções do § 3º desse mesmo dispositivo. É comum afirmar-se que os direitos dos credores prescrevem em 5 anos contados da inscrição em Restos a Pagar, ao se interpretar o art. 70 do Decreto 93.872/1986, mas é importante notar que o dispositivo não se refere ao termo inicial desse prazo (não diz que a contagem se iniciana data da inscrição). O art. 1º do Decreto 20.910/1932 (correspondente ao revogado art. 178, § 10, VI, do CC/1916) prevê o prazo prescricional quinquenal contra a Fazenda Pública, que deve ser contado, em nosso entender, após o vencimento da dívida, ou seja, do inadimplemento do Poder Público, a partir de quando o credor poderia exigir seu pagamento (normalmente antes da inscrição em restos a pagar).
Gabarito 1E

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Com base na Lei 4.320/1964 e nos conceitos e aplicações dela decorrentes, julgue o item seguinte

(1) Considerando os saldos orçamentários de determinado ente, em milhões de reais, ao final do exercício, apresentados na tabela a seguir, é correto concluir que o superávit do orçamento corrente foi de R$ 205 milhões.

Receitas	despesas
Receitas tributárias 350	Pessoal e encargos 75
Novos empréstimos 120	Outros custeios 70
Rolagem da dívida 60	Juros 65
	Investimentos 130
	Amortizações 180
Total 530	Total 520

1: assertiva incorreta. O superávit do orçamento corrente corresponde à diferença positiva entre as receitas correntes e as despesas correntes – art. 11, § 3º, da Lei 4.320/1964. No caso, são receitas correntes apenas as Tributárias (350). As despesas correntes são de Pessoal (75), Custeios (70) e Juros (65). Houve, portanto, superávit do orçamento corrente de R$ 140 milhões.
Gabarito 1E

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) Determinada unidade gestora da administração direta do governo federal, ao final do exercício financeiro de 2008, havia recebido a provisão anual no valor total de R$ 100.000,00. Do total provisionado, empenhou R$ 90.000,00 e liquidou o valor de R$ 70.000,00 do total empenhado. Realizou, ao longo do exercício financeiro de 2008, pagamentos no valor total de R$ 60.000,00, dos quais R$ 30.000,00 foram relativos a restos a pagar processados do exercício financeiro de 2007. Não houve anulação de empenhos no exercício de 2008.

Com base nos dados hipotéticos apresentados no texto acima, julgue os seguintes itens.

(1) Para o exercício financeiro de 2009, o valor de despesas de exercícios anteriores será de R$ 30.000,00.

(2) O valor de restos a pagar processados/2008 será de R$ 40.000,00.

(3) O valor de restos a pagar não processados/2008 será de R$ 10.000,00.

1: incorreta, pois não é possível fazer essa afirmação. Em princípio, todos os valores empenhados e não pagos em 2008 poderiam ser quitados como Restos a Pagar, no exercício seguinte; **2:** assertiva correta. Perceba que dos R$ 60 mil pagos em 2008, R$ 30 mil referem-se à despesa extraorçamentária (Restos a Pagar de 2007). Assim, em relação à despesa orçamentária de 2008, houve pagamento de apenas R$ 30 mil reais (R$ 60 mil total - R$ 30 mil dos Restos a Pagar de 2007). Considerando que a despesa processada (liquidada) em 2008 foi de R$ 70 mil, conclui-se que restaram sem pagamento R$ 40 mil (R$ 70 mil - R$ 30 mil pagos durante 2008). É esse montante de R$ 40 mil que foi inscrito como Restos a Pagar processados – art. 36 da Lei 4.320/1964; **3:** assertiva incorreta. Em 2008 foram empenhadas despesas no valor total de R$ 90 mil, e liquidadas apenas R$ 70 mil, o que leva à conclusão de que no final daquele ano deveriam ser inscritas despesas no montante de R$ 20 mil como Restos a Pagar não processados (R$ 90 mil - R$ 70 mil).
Gabarito 1E, 2C, 3E

(Analista – Ministério do Meio Ambiente – 2008 – CESPE) A respeito dos conceitos e aplicações atinentes à administração orçamentária e financeira públicas, julgue os próximos itens.

(1) Quando a vigência de convênios e contratos de repasse, em que há transferência de recursos da União, for plurianual, deverá ser feito um empenho global, correspondente ao total do convênio ou contrato, mas, a cada ano, a execução dependerá da consignação de crédito específico.

(2) Na vigência de um convênio ou contrato, é permitido o pagamento antecipado de fornecimento de bens, execução de obra ou prestação de serviço, desde que esse procedimento possibilite abreviar o prazo de execução do respectivo convênio ou contrato.

1: incorreta, pois o empenho restringe-se à parte do convênio ou contrato a ser executada durante o exercício financeiro. Em relação à execução nos exercícios seguintes, deverá haver empenho nos respectivos exercícios – arts. 27 e 30, § 1º, do Decreto 93.872/1986; **2:** incorreta, pois, em regra, não é possível o pagamento antecipado pelo Poder Público (paga-se somente após liquidação, ou seja, após a efetiva prestação do serviço ou fornecimento do bem) – art. 38 do Decreto 93.872/1986 e art. 62 da Lei 4.320/1964.
Gabarito 1E, 2E

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Suponha que um ente público apresente a seguinte situação no último mês do exercício:

- arrecadação prevista para o exercício: R$ 1.500.000,00;
- arrecadação prevista após revisão das estimativas: R$ 1.750.000,00;
- despesas empenhadas e liquidadas: R$ 1.450.000,00 (não há intenção de novos empenhos);
- créditos extraordinários abertos no exercício: R$ 70.000,00;
- crédito especial aprovado em novembro e que só será utilizado no exercício subsequente: R$ 85.000,00.

Com base nesses dados e tendo em vista a solicitação de novos créditos especiais de R$ 150.000,00, conclui-se que será possível aprovar tal solicitação no limite de

(A) R$ 95.000,00.
(B) R$ 145.000,00.
(C) R$ 150.000,00.
(D) R$ 230.000,00.

O crédito adicional especial é autorizado por lei e destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica – art. 41, II, da Lei 4.320/1964. Assim como o crédito adicional suplementar, sua abertura depende da existência de recursos disponíveis, decorrentes, entre outras possibilidades, de excesso de arrecadação ou de anulação total ou parcial de outras dotações ou de outros créditos adicionais – art. 43, § 1º, II e III, da Lei 4.320/1964.
No caso descrito na questão, houve excesso de arrecadação de R$ 250 mil (a previsão era de R$ 1.500 mil e foram arrecadados R$ 1.750 mil). Como é o último mês do ano e não há intenção de novos empenhos, e ainda considerando que, durante o exercício, houve empenho de

apenas R$ 1.450 mil dos R$ 1.500 mil inicialmente previstos, conclui-se que há "sobra" de R$ 50 mil nas dotações já existentes, que podem ser total ou parcialmente anuladas. Perceba que, na LOA, se havia previsão de R$ 1.500 mil em receitas, foram fixadas dotações orçamentárias (autorização para despesas) no mesmo montante.
Assim, somando-se o excesso de arrecadação (R$ 250 mil) ao valor de dotações que podem se anuladas (R$ 50 mil), tem-se um total de R$ 300 mil que, em princípio, poderiam suportar a abertura do crédito adicional especial pretendido.
Entretanto, deve-se considerar que já foram abertos créditos especiais no valor de R$ 85 mil e extraordinários no montante de R$ 70 mil, sobrando apenas R$ 145 mil para suportar a nova abertura de créditos especiais (= R$ 300 mil – R$ 85 mil – R$ 70 mil).
Note que a pretensão de se utilizar os créditos extraordinários apenas no exercício seguinte (art. 167, § 2º, da CF/1988) é irrelevante, pois foi onerado o orçamento presente. Ademais, lembre-se de que o crédito extraordinário, embora possa ser aberto sem demonstração dos recursos disponíveis, será considerado para fins de cálculo do excesso de arrecadação – art. 43, § 4º, da Lei 4.320/1964.
Gabarito "B"

10. CRÉDITOS ADICIONAIS

(Técnico – ANAC – 2009 – CESPE) Julgue os itens a seguir, relativos a questões de orçamento público.

(1) Os créditos orçamentários adicionais são classificados, exclusivamente, como suplementares, especiais ou extraordinários.

(2) Os créditos especiais e os extraordinários têm vigência no exercício financeiro em que são autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 6 meses do exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

1: assertiva correta, conforme o art. 41 da Lei 4.320/1964; **2:** incorreta, pois a situação excepcional que permite a reabertura dos créditos especiais e extraordinários no exercício seguinte é de autorização promulgada nos últimos 4 meses do exercício financeiro (não 6 meses, como consta da assertiva) – art. 167, § 2º, da CF.
Gabarito 1C, 2E

Veja a seguinte tabela com as espécies de créditos adicionais:

Créditos Adicionais		
Suplementares	Destinados a reforço de dotação orçamentária já existente.	- autorizados por lei e abertos por decreto executivo; - dependem da existência de recursos disponíveis para suportar a despesa.
Especiais	Destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.	
Extraordinários	Para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.	- abertos por decreto do Poder Executivo, que dele dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo (o art. 167, § 3º, da CF refere-se à Medida Provisória – art. 62 da CF).

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) Com relação ao orçamento público e à administração financeira, julgue os itens seguintes.

(1) Prevista na lei orçamentária anual, a autorização para abertura de créditos suplementares é uma das exceções de cumprimento do princípio do orçamento bruto.

(2) Na utilização do *superavit* financeiro como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais, devem ser considerados os saldos dos créditos adicionais do exercício anterior e as operações de crédito a eles vinculadas.

1: incorreta, pois a autorização de abertura de créditos pode ser considerada uma exceção prevista constitucionalmente ao princípio da exclusividade – art. 165, § 8º, da CF. O princípio do orçamento bruto refere-se ao princípio da universalidade, especificamente indicando que as receitas e as despesas devem constar da Lei Orçamentária Anual – LOA pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções – art. 6º da Lei 4.320/1964; **2:** correta, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei 4.320/1964.
Gabarito 1E, 2C

11. OUTROS TEMAS E COMBINADOS

(Analista – Ministério do Meio Ambiente – 2008 – CESPE) Com relação aos conceitos gerais de administração e à legislação administrativa brasileira, julgue os itens seguintes.

(1) Entre os novos paradigmas da administração, destaca-se o que se convencionou denominar *downsizing*, tendência em foco a partir de meados dos anos 80 do século passado, que se caracteriza pelo alargamento da hierarquia, aumento dos quadros de chefia e concentração dos poderes de decisão.

(2) Uma diferença importante entre dispensa e inexigibilidade de licitação é que, em relação à dispensa, os casos não podem ser ampliados, porque constituem exceção à regra geral que exige licitação quando houver possibilidade de competição, e, em relação à inexigibilidade, a possibilidade de ampliação está implícita e a competição é inviável.

(3) A fase externa do pregão se inicia com a convocação dos candidatos previamente cadastrados pelo órgão ou entidade que estiver interessada na aquisição de bens e serviços.

1: incorreta, pois o *downsizing* caracteriza-se pela redução de quadros e níveis hierárquicos; **2:** assertiva correta, considerando que a listagem dos casos de inexigibilidade de licitação, no art. 25 da Lei 8.666/1993, não é taxativa; **3:** incorreta, pois a convocação dos interessados, que inicia a fase externa do pregão, não se restringe àqueles previamente cadastrados – art. 4º da Lei 10.520/2002.
Gabarito 1E, 2C, 3E

(Analista – Ministério do Meio Ambiente – 2008 – CESPE) No que se refere ao planejamento em geral e ao Plano Plurianual (PPA) no Brasil, julgue os próximos itens.

(1) Na análise da situação estratégica de uma organização, ao se elaborar o plano estratégico, é relevante identificar qual a participação de cada produto ou serviço bem como de cada cliente ou usuário no conjunto das atividades dessa organização.

(2) Considere que, para analisar as reclamações generalizadas dos passageiros da aviação comercial brasileira na época do chamado apagão aéreo, as autoridades tenham elaborado um diagrama de Ishikawa — também conhecido como espinha de peixe. Nesse caso, seria correto representar pelas linhas inclinadas do referido diagrama, entre outras causas identificadas, os atrasos nos embarques, a falta de informações pelas companhias e as longas esperas sem o fornecimento de refeições aos passageiros.

(3) Os grupos-tarefa, ou forças-tarefa, são formados para atuar em caráter permanente na execução de projetos de responsabilidade de uma organização. Seus componentes se relacionam apenas por contatos verticais no âmbito da própria organização e, em geral, por contatos horizontais com os homólogos de outras entidades.

1: assertiva correta, referindo-se à análise ambiental (ambientes interno e externo) necessária para a elaboração do plano estratégico; **2:** assertiva correta. O Diagrama Ishikawa, Diagrama de Causa e Efeito, Diagrama 6M ou Diagrama Espinha de Peixe é uma ferramenta gráfica que indica as causas e os efeitos de determinado evento. As causas podem ser classificados em 6 tipos, no caso da indústria (método, matéria-prima, mão de obra, máquinas, medição e meio-ambiente); **3:** incorreta, pois as forças tarefas são, por definição temporárias. Ademais, tendem a ser formadas por representantes de vários departamentos da organização, o que reforça a comunicação horizontal.
Gabarito 1C, 2C, 3E

(Analista – INSS – 2008 – CESPE) A respeito de administração financeira, julgue o próximo item.

(1) As decisões financeiras inerentes à atividade de uma empresa – de captação e aplicação de recursos – são interdependentes, pois a viabilidade dos negócios a longo prazo tem de assegurar aos capitais investidos na empresa remuneração superior ao retorno esperado pelos investimentos que ela realiza.

1: incorreta, pois isso é impossível. Não há como a empresa garantir aos investidores remuneração superior ao retorno esperado pelos investimentos que realiza (a empresa não pode "pagar mais" aos investidores do que "lucra" com o negócio).
Gabarito 1E

(Analista – Ministério do Meio Ambiente – 2008 – CESPE) A respeito de planejamento e da planificação no Brasil, em particular, julgue o próximo item.

(1) Utilizando-se o princípio ou a análise de Pareto, aplicado à administração da qualidade, é possível demonstrar, por meio de um gráfico que apresente uma curva do tipo ABC, que a maior parte dos defeitos é responsável pela quase totalidade dos prejuízos.

1: incorreta. O Gráfico ou Diagrama de Pareto parte da premissa de que a maior parte dos problemas advém de um número reduzido de causas, o oposto do que é afirmado na assertiva. O gráfico ou diagrama apresenta barras verticais indicando determinadas ocorrências, das quantidades maiores para as menores, e uma linha representando o percentual acumulado.
Gabarito 1E

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Considere as seguintes definições.

– Despesas orçamentárias com planejamento e execução de obras, incluindo aquisição de imóveis considerados necessários à realização dessas últimas, e com aquisição e instalações de equipamentos e material permanente.
– Receita resultante da venda de produtos ou serviços colocados à disposição dos usuários ou da cessão remunerada de bens e valores.
– Contribuições que derivam da contraprestação à atuação estatal exercida em favor de determinado grupo ou coletividade.
– Despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou a aquisição de um bem de capital.

Essas definições correspondem, respectivamente, às seguintes denominações:

(A) inversões financeiras; receita derivada; contribuições de intervenção no domínio econômico; despesas orçamentárias correntes.
(B) investimentos; receita originária; contribuições de intervenção no domínio econômico; despesas orçamentárias correntes.
(C) inversões financeiras; receita originária; contribuições de intervenção no domínio econômico; despesas orçamentárias correntes.
(D) investimentos; receita originária; contribuições sociais; despesas orçamentárias de capital.

"Despesas orçamentárias com planejamento e execução de obras (...)" são investimentos, nos termos do art. 12, § 4º, da Lei 4.320/1964; "Receita resultante da venda de produtos ou serviços (...)" são receitas originárias, ou seja, aquelas auferidas pela exploração do patrimônio estatal (aluguéis, vendas de ativos, prestação de serviços em regime privado etc.). Receita derivada, por outro lado, são aquelas decorrentes do poder estatal, exigidas compulsoriamente dos cidadãos, por meio de lei (tributos, penalidades pecuniárias); "Contribuições que derivam da contraprestação à atuação estatal exercida em favor de determinado grupo ou coletividade" é a definição mais comum para as CIDE (Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico); "Despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou a aquisição de um bem de capital" refere-se às despesas correntes. Note que há essa correlação finalística entre as receitas e as despesas (correntes e de capital, respectivamente).
Gabarito "B"

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) As peculiaridades do processo de elaboração e execução orçamentária no Brasil incluem o**(a)**

(A) seu caráter impositivo.
(B) insignificante proporção de créditos adicionais aprovados e abertos durante o exercício.
(C) contingenciamento das dotações orçamentárias.
(D) liberação de recursos uniformemente ao longo do exercício.

A: incorreta. A lei orçamentária é autorizativa, não impositiva. Significa dizer que as despesas são autorizadas, mas não impostas ao executor do orçamento (ele pode ou não realizá-las) – art. 167, I, II e III, da CF/1988; **B:** incorreta. É muito comum a abertura de créditos adicionais suplementares (e, em menor escala, de créditos adicionais especiais), normalmente autorizados pela própria LOA (art. 165, § 8º, da CF/1988); **C:** correta. O contingenciamento é obrigatório nas hipóteses previstas nos arts. 9º e 31, § 1º, II, da LRF; **D:** incorreta. A liberação dos recursos observa cronograma mensal, fixado a partir da programação financeira, nos termos do art. 8º da LRF. Significa dizer que o desembolso varia em conformidade com o fluxo das receitas ao longo do exercício.
Gabarito "C"

10. ARQUIVOLOGIA

Elson Garcia

As questões deste capítulo devem ser resolvidas pela leitura da **NOBRADE** – Norma Brasileira de Descrição Arquivística, que deve ser lida pelo candidato. Acesse a norma no seguinte link:

http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf

Outro documento de leitura importante é a Consolidação da Legislação Arquivística Brasileira – **CLAB**, que pode ser encontrada no seguinte link:

http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=48

De acordo com o tema perguntado, também devem ser acessados os documentos contidos nas Publicações Digitais - **PD**, que podem ser encontradas na seguinte página:

http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm

1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE ARQUIVOLOGIA

(Técnico Judiciário – TRE/GO – 2008 – CESPE) A respeito da prática arquivística em esfera pública no Brasil, assinale a opção correta.

(A) A legislação brasileira define arquivo como sendo o conjunto formado exclusivamente por documentos textuais oficiais, produzidos e recebidos por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, em suas funções administrativas, legislativas e judiciárias, ou por instituições de caráter público, ou ainda por entidades privadas, encarregadas da gestão de serviços públicos.

(B) Chama-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas realizados na fase corrente e na intermediária e que abrangem produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos, estabelecendo sua destinação, isto é, determinando a eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

(C) O cidadão brasileiro tem o direito de receber dos órgãos públicos informações relativas a seus direitos e deveres, exclusivamente particulares, contidas em documentos de arquivo, quando autorizado pelo judiciário. Outras informações são originariamente consideradas sigilosas, a fim de garantir a segurança do Estado e a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem de outras pessoas.

(D) A gestão da informação é o conjunto de procedimentos automatizados por meio dos quais é feita a indexação e o armazenamento dos documentos eletrônicos, obedecendo a princípios específicos, uma vez que tais documentos não são regidos pela legislação arquivística.

Apenas a alternativa "b" traz definição correta.

Gabarito "B"

(Técnico Judiciário – TRE/GO – 2008 – CESPE) É correto afirmar que o princípio teórico-metodológico fundamental da teoria arquivística é o(a)

(A) respeito à pertinência territorial.
(B) gestão de documentos.
(C) arranjo estrutural funcional.
(D) respeito à proveniência.

O princípio da proveniência é princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos.

Gabarito "D"

(Técnico Judiciário – TRE/GO – 2008 – CESPE) Os processos de passagem de documentos do arquivo corrente para o intermediário e deste para o permanente são denominados, respectivamente,

(A) arranjo e classificação.
(B) arquivamento e acondicionamento.
(C) avaliação e seleção.
(D) transferência e recolhimento.

De fato os conceitos trazidos no enunciado coincidem com os institutos mencionados na alternativa "d".

Gabarito "D"

(Técnico Judiciário – TRE/GO – 2008 – CESPE) Assinale a opção que apresenta corretamente a definição de documento de arquivo.

(A) Toda informação gerada por atividades de órgãos públicos, fixada em suportes e reunida intencionalmente por características culturais comuns.

(B) Qualquer documento considerado autêntico e preservado em velino por causa dos fatos sociais ou históricos registrados por seu conteúdo.

(C) Qualquer documento produzido ou recebido por pessoa física ou jurídica, acumulado naturalmente ao longo das atividades e preservado como prova de tais atividades.

(D) A informação textual gerada oficialmente no decurso de ação administrativa ou judicial de órgão público, fixada ou não em suporte.

Documentos de arquivo são todos os que produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades, constituem elementos de prova ou de informação. Já *documentos públicos* são todos os documentos de qualquer suporte ou formato, produzidos e/ou recebidos por um órgão governamental na condução de suas atividades, ou também aqueles produzidos e/ou recebidos por instituições de caráter público e por entidades privadas responsáveis pela execução de serviços públicos.

Gabarito "C"

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) A respeito dos arquivos intermediários, assinale a opção correta.

(A) O acesso aos documentos no arquivo intermediário é aberto ao público.

(B) As características provisórias do arquivamento intermediário impedem a aplicação da tabela de temporalidade.

(C) Os arquivos intermediários são constituídos, fundamentalmente, por documentos com valor informativo.

(D) Os documentos do arquivo intermediário são mantidos por conta dos prazos prescricionais e precaucionais e aguardam a destinação final: eliminação ou guarda permanente.

(E) Os arquivos intermediários são formados por documentos que perderam a vigência administrativa, mas são providos de valor histórico-cultural.

A alternativa "d" está correta, conforme a definição de arquivos intermediários, já mencionada em comentários anteriores.

Gabarito "D"

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Com relação ao arquivo permanente, assinale a opção correta.

(A) A função de um arquivo permanente é reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta aos documentos.

(B) Os documentos do arquivo permanente têm valor primário decrescente.
(C) O acesso aos documentos do arquivo permanente é feito com a autorização do órgão acumulador.
(D) As atividades intelectuais no arranjo de documentos estão relacionadas ao acondicionamento e à fixação de etiquetas de identificação nas unidades de armazenamento.
(E) O tratamento da documentação permanente deve ser feito a partir da aplicação do princípio da territorialidade, um dos princípios fundamentais da arquivologia.

A alternativa "a" está correta, conforme a definição de arquivos permanentes, já mencionada em comentários anteriores.
Gabarito "A"

(Técnico – ANAC – 2009 – CESPE) Acerca das teorias e dos princípios arquivísticos, julgue os itens a seguir.

(1) A instituição de interesse público com objetivo de conservar, estudar e colocar à disposição do público coleções de peças e objetos de valor cultural é considerada um arquivo.
(2) A função primária do arquivo é funcional, isto é, ser instrumento da administração. Em um segundo momento, considera-se o valor para a história e a cultura de uma sociedade.
(3) A teoria das três idades considera o valor secundário dos documentos como principal elemento para a definição das idades documentais.
(4) O fundo de arquivo é resultado da aplicação da teoria das três idades.
(5) Os estágios de evolução dos arquivos são conhecidos como arquivos setoriais e arquivos gerais ou centrais.
(6) O arquivo intermediário, assim como o arquivo corrente, é constituído de documentos de valor primário.

1: incorreto, pois o conceito acima é de museu e não de um arquivo; **2:** correto, pois os documentos de arquivo são conservados de acordo com o valor primário, ou do interesse que apresentam para a instituição. Numa segunda etapa pelo valor histórico, ou secundário; **3:** incorreto, pois para a definição das idades documentais devem ser considerados os valores primário e secundário e, além disso, a frequência de uso dos documentos; **4:** incorreto, pois o fundo de arquivo que é formado por documentos de uma mesma instituição é resultado do princípio da proveniência e não da teoria das três idades; **5:** incorreto, pois os estágios de evolução dos arquivos são: corrente, intermediário e permanente; **6:** correto, pois os arquivos corrente e intermediário têm valor primário, ou seja, têm interesse administrativo.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5E, 6C

(Agente Administrativo – MDS – 2006 – CESPE) Para o Arquivo Nacional, "avaliar é estabelecer preceitos capazes de orientar a ação dos responsáveis pela análise e seleção de documentos, com vistas à fixação de prazos para sua guarda ou eliminação, contribuindo para a racionalização dos arquivos públicos". No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a avaliação é definida como "o processo de análise de arquivos, visando estabelecer sua destinação de acordo com os valores que lhe são atribuídos". Para a ABNT, avaliação é o processo de análise da documentação de arquivo, visando estabelecer a sua destinação, de acordo com seus valores probatórios e informativos". Na Instrução Normativa n.º 1/1986 CD-CEDI/CoArq., da Câmara dos Deputados, a avaliação é definida como "análise e fixação do destino final dos documentos produzidos e recebidos pela Câmara dos Deputados, em caráter oficial (...) no desempenho de suas funções".

Com base nas afirmações acima, julgue os itens a seguir, acerca do processo de avaliação de documentos de arquivo.

(1) Conseguir a participação ativa de autoridade da área administrativa, conhecer o funcionamento da instituição a que está subordinado o arquivo e conhecer as atividades típicas referentes às várias fases de arquivamento são requisitos para o processo de avaliação.
(2) Há inúmeras possibilidades de serem inventadas técnicas que reduzam o trabalho de decidir sobre os valores dos documentos a uma operação mecânica.
(3) A avaliação de documentos não fornece subsídios à fixação de prazos para guarda ou eliminação de documentos.

1: correta; **2:** incorreta, pois não há como inventar técnicas para reduzir o trabalho de decidir a uma operação mecânica. A avaliação de documentos é uma atividade intelectual e que exige experiência do examinador; **3:** incorreta, pois a avaliação de documentos visa à fixação de prazos para sua guarda ou eliminação.
Gabarito 1C, 2E, 3E

2. O GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO E A GESTÃO DE DOCUMENTOS – DIAGNÓSTICOS – ARQUIVOS CORRENTES E INTERMEDIÁRIO – PROTOCOLOS – AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS – ARQUIVOS PERMANENTES

(Técnico Judiciário – TRE/GO – 2008 – CESPE) A destinação dos documentos é indicada

(A) pelo plano de classificação.
(B) pelos instrumentos de pesquisa.
(C) pela tabela de temporalidade.
(D) pela tipologia documental.

A alternativa "c" está correta. A Tabela de Temporalidade Documental é o registro esquemático do ciclo de vida documental do órgão. A tabela é criada após a análise da documentação, com aprovação pela autoridade competente. O objetivo é determinar o prazo de guarda dos documentos no arquivo corrente, sua transferência ao arquivo intermediário, os critérios para a microfilmagem, a eliminação ou o recolhimento ao arquivo permanente.
Gabarito "C"

(Técnico Judiciário – TRE/GO – 2008 – CESPE) Acerca das rotinas de tratamento documental em arquivos, assinale a opção correta.

(A) As atividades que compõem as rotinas de classificação são as seguintes: receber o documento; ler o conteúdo do documento identificando a data, o(s) responsável(is) pela assinatura e o assunto; localizar o(s) assunto(s) no Índice de classificação bibliográfica; anotar o código no verso do documento; preencher a(s) folha(s) de identificação com a data e o(s) nome(s) do(s) responsável(is).
(B) As rotinas de arquivamento consistem em: inspeção do documento para verificar se está assinado e se é original; formação de dossiê, agrupando os documentos emitidos na mesma data, que devem ser acondicionados em pasta suspensa com prendedor; na pasta, deve-se registrar o dia ou o mês em que foram emitidos os documentos e os números de protocolo, para facilitar sua localização; dentro do dossiê, os documentos devem ser ordenados alfabeticamente pelo nome das pessoas que os assinam.
(C) As atividades a seguir são rotinas de protocolo: receber documentos enviados por outras instituições; despachar documentos enviados por setores do órgão; armazenar os documentos em fase corrente; emprestar os documentos aos setores que os solicitarem; fazer o controle de retirada; controlar o prazo para devolução do documento; prestar informações contidas nos documentos; estabelecer procedimentos de conduta dos arquivistas com relação à prática e à ética profissional.
(D) Fazem parte das rotinas para destinação de documentos na fase corrente as seguintes atividades: verificar se os documentos a serem destinados estão organizados de acordo com os conjuntos definidos na tabela de temporalidade; verificar se cumpriram o prazo de guarda estabelecido; registrar os documentos a serem eliminados; proceder à eliminação; elaborar termo de eliminação; elaborar lista de

documentos destinados à fase intermediária; operacionalizar a passagem ao arquivo intermediário.

A alternativa "d" traz, corretamente, elementos da rotina de destinação de documentos na fase corrente.

Gabarito "D"

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Acerca da gestão de documentos, assinale a opção correta.

(A) Não é objetivo da gestão de documentos racionalizar a produção dos documentos, mas, sim, eliminar os documentos de valor secundário.
(B) As atividades de protocolo fazem parte da fase de destinação na gestão de documentos.
(C) Os principais instrumentos de gestão arquivística são o plano de classificação e a tabela de temporalidade.
(D) A preservação é a função arquivística que permite a agilização do acesso aos documentos.
(E) A avaliação de documentos de arquivo é executada com a aplicação do código de classificação.

A alternativa "c" é a única que condiz com a gestão de documentos.

Gabarito "C"

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Os arquivos correntes são

(A) formados por documentos com valor secundário.
(B) armazenados em depósitos centralizados, localizados distantes dos setores de trabalho onde foram acumulados.
(C) transferidos, após o final de sua utilização, aos arquivos permanentes, onde aguardam a destinação final.
(D) formados por documentos com prazos precaucionais esgotados.
(E) alocados perto dos seus usuários diretos, devido à grande possibilidade de uso que apresentam, e são conhecidos também como arquivos ativos.

A alternativa "e" está correta, conforme a definição de arquivos correntes, já mencionada em comentários anteriores.

Gabarito "E"

(Técnico Judiciário – TRE/MT – 2005 – CESPE) Acerca dos métodos de arquivamento adotados nas instituições arquivísticas, assinale a opção correta.

(A) O método de arquivamento numérico decimal possibilita a criação de mais de 10 classes.
(B) No método de arquivamento enciclopédico, os temas criados são relacionados obedecendo a uma ordem alfabética.
(C) O método de arquivamento duplex apresenta como desvantagem a definição de apenas dez classes.
(D) Uma das desvantagens do método de arquivamento alfabético é a utilização de instrumentos auxiliares para a recuperação das informações.
(E) O método de arquivamento dígito-terminal apresenta como desvantagem a lentidão na recuperação da informação.

Os métodos básicos de arquivamento mais utilizados são os seguintes:
- alfabético: quando o elemento principal para a recuperação da informação for o nome;
- geográfico: quando o elemento principal para a recuperação da informação for o local (cidade, estado e país);
- numérico simples: quando o elemento principal para a recuperação da informação for o número do documento;
- numérico-cronológico: quando ao número do documento vier associado a data;
- ideográfico: quando o elemento principal para a recuperação da informação for o assunto. A ordenação dos assuntos deverá seguir a modalidade alfabética (dicionária ou enciclopédica) ou numérica (decimal ou duplex).

Gabarito "B"

(Técnico Judiciário – TRE/PA – 2005 – CESPE) Quanto ao gerenciamento da informação, assinale a opção em que todas as atividades apresentadas, referentes a documentos e processos, são de responsabilidade do setor de protocolo.

(A) autuação, encaminhamento e arquivamento
(B) recebimento, classificação, controle da tramitação e expedição
(C) classificação, descrição, arquivamento e expedição
(D) registro, classificação, destinação e avaliação
(E) autuação, registro, organização e descrição

As atividades de protocolo consistem no conjunto de operações visando o **controle** dos documentos que ainda tramitam no órgão, de modo a assegurar sua imediata localização, garantindo, assim o acesso à informação. Tais operações envolvem *recebimento* e *classificação* dos documentos; registro, autuação e *controle* da tramitação; e *expedição*.

Gabarito "B"

(Técnico – ANAC – 2009 – CESPE) Uma das principais funções do arquivo é permitir o acesso rápido e eficiente aos documentos. Essa função somente pode ser cumprida se os documentos forem organizados de maneira lógica e racional, respeitando as características dos documentos de arquivo. Quanto aos métodos de arquivamento, julgue os itens subsequentes.

(1) O método de arquivamento dos documentos de arquivo deve ser definido a partir da natureza dos documentos e da estrutura da organização que os produz ou recebe.
(2) A localização dos documentos de arquivo nos métodos de arquivamento do sistema direto depende de um índice ou de um código.
(3) Nome, local, número, data e assunto são os elementos de um documento que devem ser considerados na ordenação dos documentos de arquivo.
(4) A ordenação geográfica, que é típica do sistema direto, tem como elemento principal o correspondente.
(5) Pastas de um arquivo classificadas como acordos, convênios, correspondências, relatórios, processos, formulários e guias são exemplos da utilização do método de arquivamento por assunto.
(6) É possível encontrar vários esquemas padronizados de classificação por assunto em arquivos, entre eles o esquema dígito-cronológico.

1: correto, pois o método de arquivamento é determinado pela natureza dos documentos a serem arquivados e pela estrutura da entidade, podendo a instituição adotar quantos métodos forem necessários para bem organizar seus documentos; **2:** incorreto, pois o sistema direto de arquivamento não depende de um índice ou de um código. Neste sistema a busca do documento é feita diretamente no local onde se acha guardado. Por exemplo, se você procura por um documento endereçado ao João e os documentos estão organizados alfabeticamente basta ir à letra "J" para encontrá-lo; **3:** correto, pois, os elementos informativos mais comumente tomados como referência para a ordenação são: número do documento (atribuído pelo emissor ou pelo receptor) data, local de procedência; nome do emissor ou do destinatário e o objeto ou tema específico do documento; **4:** incorreto, pois o método geográfico é um método direto e tem como elemento principal o local e não o correspondente; **5:** incorreto, pois o método por assunto (o mesmo que ideográfico) tem como elemento principal o assunto. Exemplos: Admissão de Pessoal, Assistência Jurídica, Imóveis. Não podemos confundir assunto com os tipos físicos dos documentos (espécies documentais), como acordos, convênios, correspondências, memorandos, telegramas e relatórios. Estes podem até servir de subdivisão auxiliar, contudo, não são assuntos; **6:** incorreto, pois os métodos dígito-cronológicos ao contrário do método por assunto são métodos básicos e numéricos.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E, 6E

(Técnico – ANATEL – 2009 – CESPE) Os documentos chegam, em determinado órgão público instalado em Brasília, de forma variada. Uns são registrados e, em seguida, enviados ao destinatário, outros entram sem nenhum tipo de anotação. Além disso, há aqueles que, atualmente, entram no órgão por meio das tecnologias da informação (*fax*, correio eletrônico). Cada setor de trabalho organiza seus documentos de maneira independente, sem nenhum tipo de orientação e, depois, por falta de espaço físico ou devido ao final do ano civil, esses documentos são transferidos para outro lugar, conhecido, geralmente, como arquivo morto.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens subsequentes, acerca das técnicas de arquivamento e dos procedimentos administrativos no âmbito do setor público.

(1) O método de arquivamento por assunto depende da interpretação dos documentos e de um amplo conhecimento das atividades organizacionais.

(2) O registro dos documentos que chegam a um órgão público deve ser feito no setor de protocolo e consiste na reprodução dos dados do documento destinada a controlar a movimentação e fornecer dados de suas características fundamentais aos interessados.

(3) Um documento classificado como secreto, confidencial ou reservado poderá ser autuado por qualquer servidor sem nenhum tipo de tratamento diferenciado em relação aos documentos ostensivos.

(4) Para a formação de processo em órgãos públicos, deverão ser observados os documentos cujo conteúdo esteja relacionado a ações e operações contábeis financeiras ou requeira análises, informações, despachos e decisões de diversas unidades organizacionais.

(5) Quando, no momento do ato da anexação, for constatada a ausência de uma peça, será necessário utilizar uma nota chamada termo de ressalva, para informar a inexistência de tal peça.

(6) As mensagens e documentos resultantes de transmissão por meio de aparelho de fac-símile (fax) podem constituir peças de processo.

(7) Parte da documentação de um processo, de acordo com as normas em vigor, não pode ser separada para formar outro processo.

(8) O processo desaparecido ou extraviado não poderá ser reconstituído. O desaparecimento ou extravio de processo deverá ser comunicado à respectiva chefia, que terá de promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar.

(9) Os documentos que entram no órgão público descrito na situação hipotética em questão e que vão para os setores destinatários irão formar os arquivos correntes dessas unidades.

(10) Os documentos produzidos e (ou) recebidos por uma unidade ou setor de trabalho de um órgão público que deixaram de ser frequentemente consultados, mas que ainda podem ser solicitados deverão ser transferidos ao arquivo intermediário.

(11) Os arquivos correntes e as atividades de controle, como o protocolo, podem ser centralizados ou descentralizados.

(12) A análise cuidadosa do gênero e da natureza dos documentos que chegam a um órgão público ou que dele saem é suficiente para se determinar a escolha dos métodos principal e auxiliares de arquivamento a serem adotados na organização da documentação corrente.

(13) Os documentos arquivados nos diversos setores do órgão público podem ser ordenados de várias maneiras; entre elas, destacam-se as seguintes classificações: ostensiva, sigilosa, particular, oficial, interna e externa.

(14) A divisão da documentação em classes, conforme os temas caracteriza o método de arquivamento dígito-terminal.

1: correto, pois a aplicação deste método, que não é de fácil execução, depende realmente da correta interpretação dos documentos submetidos à análise, além de amplo conhecimento das atividades institucionais; **2:** correto, pois o registro de documentos é feito no Setor de Protocolo e consiste na inserção dos elementos identificadores de cada documento recebido pela unidade cadastradora e de sua tramitação, para fins de acompanhamento controle e consulta; **3:** incorreto, pois a autuação de documentos classificados como "SECRETO", "CONFIDENCIAL" ou "RESERVADO" será processada por servidor com competência para tal, da mesma forma que os demais documentos, devendo, no entanto, as unidades de protocolo central ou setorial, após a autuação, lacrarem o envelope do processo, apondo o número do processo, o órgão de destino e o carimbo correspondente ao grau de sigilo; **4:** correto, pois na autuação ou formação do processo realmente deverão ser observados os documentos cujo conteúdo esteja relacionado a ações e operações contábeis financeiras, ou requeira análises, informações, despachos e decisões de diversas unidades organizacionais de uma Instituição; **5:** correto, pois a ressalva é uma nota utilizada para informar que uma peça foi retirada do processo quando do ato da apensação, isto é, ao proceder a apensação foi constatada a ausência de uma peça; **6:** incorreto, pois as mensagens e documentos resultantes de transmissão via fax e de termo-impressão (processo de impressão, p.ex. de cupons fiscais) deverão ser fotocopiados para se constituir em peças de Processo; **7:** incorreto, pois por intermédio da juntada, pode-se fazer a união de um processo a outro, ou de um documento a um processo. Esta juntada realiza-se por anexação ou por apensação. A juntada por anexação é a união definitiva e irreversível de 01 (um) ou mais processo(s)/documentos(s), a 01 (um) outro processo (considerado principal), desde que pertencentes a um mesmo interessado e que contenham o mesmo assunto. A juntada por apensação é a união provisória de um ou mais processos a um processo mais antigo, destinada ao estudo e à uniformidade de tratamento em matérias semelhantes, com o mesmo interessado ou não; **8:** incorreto, pois a autoridade competente que tiver ciência do fato promoverá a apuração imediata e, quando necessário, solicitará a reconstituição do processo. Na reconstituição do processo, são observados os seguintes procedimentos: elaborar documento para registrar o desaparecimento ou extravio do processo que será a primeira folha do processo reconstituído; certificar se existem cópias dos documentos que integravam o processo. Caso existam, essas serão inseridas como folhas do processo reconstituído; ordenar as folhas para que sejam autuadas; autuar um novo processo, utilizando-se a sequência numérica atual do órgão. Se, no decorrer do trâmite processual, for encontrado o processo extraviado ou desaparecido, poderá ser realizada a juntada por anexação; **9:** correto, pois quando os documentos recebidos são distribuídos para os setores destinatários passarão a formar as arquivos correntes destas unidades; **10:** correto, pois os arquivos intermediários ou de segunda idade, são conjunto de documentos originários de arquivo corrente, com uso pouco frequente, que aguardam, em depósito de armazenamento temporário, sua destinação final. Os documentos são ainda conservados por razões administrativas, legais ou financeiras. É uma fase de retenção temporária que se dá por razões de precaução; **11:** correto, pois se pode utilizar um sistema centralizado de arquivos correntes, entendendo-se não apenas a reunião da documentação em um único local, como também a concentração de todas as atividades de controle como: recebimento, registro, distribuição, movimentação e expedição – de documentos de uso corrente em um único órgão da estrutura organizacional, ou então a descentralização dos arquivos correntes; **12:** incorreto, pois os métodos de arquivamento devem considerar os documentos a serem arquivados e a estrutura da instituição que está sendo organizada; **13:** incorreto, pois os objetivos da classificação e da ordenação são diferentes. A classificação é, basicamente, para dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos. A ordenação é muito menos complexa que a classificação: trata-se de estabelecer um ou mais critérios que determinem a disposição física de um dado conjunto de documentos. Portanto as classes: ostensiva, sigilosa, particular, oficial, interna e externa, não estão ligados à ordenação; **14:** incorreto, pois o método dígito-terminal surgiu em decorrência da necessidade de serem reduzidos erros no arquivamento de grande volume de documentos, cujo elemento principal de identificação é o número. Os documentos são numerados sequencialmente, mas sua leitura apresenta uma peculiaridade que caracteriza o método: os números, dispostos em três grupos de dois dígitos cada um, são lidos da direita para a esquerda, formando pares. Exemplo: o número 831.423, será lido 23.14.83. Quando o número for composto de menos de seis dígitos, serão colocados zeros à sua esquerda para fins de complementação. São vantagens do método dígito-terminal a redução de erros de arquivamento e a rapidez na localização e arquivamento. Portanto, este método não tem nada a ver com divisão de documentos em classes.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E, 7E, 8E, 9C, 10C, 11C, 12E, 13E, 14E

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Arquivo pode ser entendido como a guarda sistemática de informações para servir de base para pesquisas futuras. Com relação a esse assunto, julgue os itens seguintes.

(1) O arquivo que tem sob sua guarda documentos que merecem tratamento especial de armazenamento, acondicionamento ou conservação é chamado arquivo especializado.
(2) A organização dos documentos segundo seu aspecto formal é chamada de classificação por gênero.
(3) Na elaboração de um plano de arquivo deve ser definida a centralização ou descentralização dos serviços de arquivo nas fases corrente e intermediária.
(4) O arquivamento é composto de uma sequência de etapas. É chamada de ordenação a etapa que consiste na disposição dos documentos em consonância com a classificação e a codificação estabelecidas.
(5) Considerando as regras de alfabetação, está correta a sequência abaixo.
Andrade, Sibelius de
Barbosa, Rodolfo de Campos
Júnior, Pedro de Alcântara
Lima, Bernadete Barbosa

1: incorreto, pois o arquivo que tem sob sua guarda documentos que merecem tratamento especial de armazenamento, acondicionamento ou conservação é chamado de arquivo especial. O arquivo especializado é aquele que guarda documentos de determinado assunto específico; **2:** incorreto, pois a organização dos documentos segundo seu aspecto formal é chamada de diplomática. A diplomática é a disciplina que tem como objeto o estudo da estrutura formal e da autenticidade dos documentos; **3:** incorreto, pois na elaboração de um plano de arquivo, somente na fase corrente deverá ser definida a centralização ou descentralização dos serviços de arquivo; **4:** correto; **5:** incorreto, pois os sobrenomes que exprimem grau de parentesco como Filho, Júnior, Neto, Sobrinho são considerados parte integrante do último sobrenome, mas não são considerados na ordenação alfabética. Portanto a sequência correta é:
Júnior, Pedro de Alcântara
Andrade, Sibelius de
Barbosa, Rodolfo de Campos
Lima, Bernadete Barbosa
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5E

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) Acerca de arquivamento e procedimentos administrativos, julgue os itens a seguir.

(1) As operações de arquivamento são inspeção, estudo, classificação, codificação, ordenação e guarda dos documentos.
(2) O recolhimento é a passagem dos documentos dos arquivos correntes para os arquivos intermediários e tem como objetivo racionalizar os trabalhos de arquivamento e de localização dos documentos, liberando espaços e economizando recursos materiais.
(3) Os documentos de arquivo não são objeto de coleção, mas produtos e subprodutos das funções e das atividades de uma organização pública ou privada e das atividades de uma pessoa física.
(4) O método de avaliação dos documentos de um arquivo aplica-se a unidades isoladas e não ao conjunto dos documentos.
(5) O arquivo intermediário é constituído de documentos que perderam todo o valor de natureza administrativa.
(6) Na expedição dos documentos deve-se expedir a cópia do documento, com os anexos, se for o caso, e encaminhar o original, acompanhado dos antecedentes que deram origem a ele, ao arquivo.
(7) Na ordenação geográfica de documentos relativos à correspondência com outros países, deve-se alfabetar em primeiro lugar o país, seguido da cidade e do correspondente. Por exemplo: França Paris — Duchein, Michel.
(8) O método numérico simples determina a numeração sequencial dos documentos, dispondo os números em três grupos de dois dígitos cada um. Por exemplo: 52-63-19.
(9) No arquivamento por assunto, pode ser adotado o método alfabético ou o método numérico. O método alfabético deve ser aplicado quando o volume e a diversidade de assuntos da documentação a ser arquivada forem pequenos.
(10) Uma das vantagens apresentadas pelo método duplex de arquivamento é a possibilidade ilimitada de classes de documentos.

1: correto, pois o arquivamento é uma sequência de operações intelectuais e físicas que visam à guarda ordenada de documentos. Estas operações são inspeção, estudo, classificação, codificação, ordenação e guarda dos documentos. Este é o conceito apresentado no livro: Arquivo: teoria e prática; PAES, Marilena Leite. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002; **2:** incorreto, pois o recolhimento é o deslocamento dos documentos do arquivo intermediário para o arquivo permanente; **3:** correto; **4:** incorreto, pois é feita a avaliação do conjunto de documentos de um arquivo, analisando seu conteúdo e o contexto dos documentos. Isso permite eliminar aqueles destituídos de valor informativo e legais para a administração que o gerou, preservando, assim, aqueles de valor probatório e testemunhal das ações; **5:** incorreto, pois o arquivo intermediário é um conjunto de documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco frequente e que aguarda destinação; **6:** incorreto, pois a expedição de documentos consiste no envio dos originais (com anexos, se for o caso) aos destinatários, via correio, malotes ou em mãos. Faz parte ainda do processo de expedição o envio das cópias, devidamente classificadas acompanhadas dos antecedentes que lhes deram origem, ao setor de arquivamento (ao Arquivo propriamente dito); **7:** Ccorreto, pois a ordenação geográfica é um método direto cujo elemento principal é o local. Na correspondência com outros países deve-se alfabetar em primeiro lugar o país seguido da cidade e do correspondente; **8:** errado, pois o método numérico simples é um método indireto, pois exige a consulta a um índice alfabético. Nesse método atribui-se a cada entrada uma numeração sequencial sem qualquer preocupação com a ordenação alfabética. Além disso, será necessário um registro para controle da numeração utilizada nas pastas a fim de impedir duplicidades; **9:** correto, pois no arquivamento por assunto ou ideográfico pode ser adotado os métodos alfabéticos ou numéricos. Os métodos numéricos permitem maior volume e diversidade de assuntos; **10:** correto, pois neste método classifica-se a documentação em classes correspondentes a assuntos, partindo-se do geral para o particular. Exemplo: 0:Administração; **1:**Pesquisas;1-**1:** Psicologia;1.1.**1:** Aplicada ao trabalho. Em relação a outros métodos apresenta a vantagem de permitir a abertura ilimitada de classes.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E, 6E, 7C, 8E, 9C, 10C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Os arquivos são reconhecidos, cada vez mais, como um capital informacional importante para as organizações públicas e privadas. Eles estão situados em um contexto administrativo e organizacional em que a informação deve ser considerada, organizada e tratada como um recurso tão importante quanto os recursos humanos, materiais ou financeiros.

Jean-Yves Rousseau e Carol Couture. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Dom Quixote, 1998 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, relativos aos arquivos.

(1) Arranjo, descrição, publicação, preservação, avaliação, criação e referência são atividades desenvolvidas nos arquivos permanentes.
(2) O caráter orgânico é uma das características básicas dos arquivos.
(3) O princípio da naturalidade dos arquivos é a lei que rege as intervenções arquivísticas.
(4) Os arquivos são constituídos pelos documentos produzidos pela própria organização. Quando recebidos de outras organizações, os documentos são registrados nos serviços de protocolo, mas não são considerados arquivísticos.
(5) Os arquivos podem ser setoriais e gerais ou centrais.
(6) Protocolo, expedição, arquivamento, empréstimo, consulta e destinação são atividades dos arquivos correntes.
(7) Arquivos intermediários, também denominados limbos ou purgatórios, são constituídos de documentos em curso ou consultados frequentemente, conservados em escritórios ou em dependências próximas de fácil acesso.

(8) Documentos transferidos a arquivos intermediários devem conservar a classificação que lhes foi dada nos arquivos correntes.

1: incorreto, pois dentre as atividades típicas do arquivo permanente, destacam-se o arranjo, a descrição, a preservação e a conservação de documentos. Por exemplo, não faz parte do arquivo permanente a atividade de avaliação; **2:** correto, pois é o caráter orgânico que liga o documento aos outros do mesmo conjunto. Um documento, destacado de seu conjunto, do todo à que pertence, significa muito menos do que quando em conjunto; **3:** incorreto, pois o princípio da naturalidade ou cumulatividade considera os arquivos como uma formação progressiva natural e orgânica, isto é, os documentos vão surgindo em um contexto específico, ao longo do tempo e das necessidades da instituição ou pessoa e mantém uma relação orgânica entre si, justificando sua acumulação/reunião; **4:** incorreto, pois de acordo com o art. 2º da Lei 8.159/1991, consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades especificas bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos; **5:** correto, pois os arquivos pela extensão de sua atuação podem ser setoriais e gerais ou centrais; **6:** correto, pois conforme o livro **Arquivo: teoria e prática**, Marilena Leite Paes, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2007, as atividades dos arquivos corrente são: protocolo, expedição, arquivamento, empréstimo, consulta e destinação; **7:** incorreto, pois os arquivos intermediários são conjunto de documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco frequente, que aguardam destinação; **8:** correto pois de acordo com o livro **Arquivo: teoria e prática**, Marilena Leite Paes, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2007, os documentos transferidos a arquivos intermediários devem conservar a classificação que lhes foi dada nos arquivos correntes.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6C, 7E, 8C

(Agente Administrativo – Ministério do Esporte – 2008 – CESPE)
Os arquivos têm um papel fundamental nas organizações contemporâneas. Quanto maior o número e a qualidade das informações, mais decisões seguras são tomadas. O arquivo, como um estoque informacional estratégico e privilegiado, tem muito a contribuir para a tomada de decisão e comprovação de direitos e deveres. Entretanto, para cumprir essa função primordial de disponibilizar as informações contidas nos documentos, é necessário que esses documentos estejam organizados. Acerca das técnicas de arquivamento, julgue os itens de 1 a 7.

(1) Considere os seguintes nomes.
Antônio Silva
José Sousa
B. dos Santos
Roberto Teixeira Neto
Carlos Monte Alegre
Ministro Paulo de Tarso
Antônia Heredia Herrera
III Congresso Nacional de Arquivologia.

Aplicando-se corretamente as regras de alfabetação, a ordenação alfabética dos nomes acima ficaria da forma apresentada a seguir.
Congresso Nacional de Arquivologia (III)
Heredia Herrera, Antônia
Monte Alegre, Carlos
Santos, B. dos
Silva, Antônio
Sousa, José
Tarso, Paulo de (Ministro)
Teixeira Neto, Roberto

(2) Quando se organiza um arquivo por estados da Federação, as capitais são ordenadas alfabeticamente como qualquer outra cidade, mas quando o principal elemento de identificação é a cidade e não o estado da Federação, as capitais devem ser alfabetadas em primeiro lugar.

(3) Na correspondência com outros países, as pastas devem ser alfabetadas, em primeiro lugar, pelo país, seguido da capital e do correspondente. As pastas das demais cidades serão alfabetadas em ordem alfabética, após as respectivas capitais dos países a que se referem.

(4) A classificação fundamenta-se basicamente na interpretação dos documentos, mas isso não determina que todos os documentos de, para ou sobre uma pessoa, assunto ou acontecimento devam estar classificados sob o mesmo título e arquivados juntos.

(5) Apor os símbolos correspondentes ao método de arquivamento adotado é uma atividade conhecida como codificação dos documentos.

(6) O código de classificação de documentos é o instrumento de destinação que determina os prazos em que os documentos devem ser mantidos nos arquivos correntes.

(7) Os arquivos correntes são de acesso restrito e devem ficar próximos dos usuários diretos.

1: correta. Levando em conta as seis regras de alfabetação abaixo, a classificação apresentada está correta: - nos nomes de pessoas físicas, considera-se o último sobrenome e depois o prenome; s.- obrenomes compostos de um substantivo e um adjetivo ou ligados por hífen não se separam; .- os sobrenomes que exprimem grau de parentesco como Filho, Júnior, Neto, Sobrinho são considerados parte integrante do último sobrenome,mas não são considerados na ordenação alfabética; .os títulos não são considerados na alfabetação, sendo colocados após o nome completo, entre parênteses; .- os nomes espanhóis são registrados pelo penúltimo sobrenome,que corresponde ao sobrenome de família do pai; .nos títulos de congressos, conferência, reuniões, assembleias e assemelhados, os números arábicos, romanos ou escritos por extenso deverão aparecer no fim, entre parênteses. **2:** incorreta. Quando se organiza um arquivo por estados da Federação, o método básico de arquivamento é o denominado geográfico. É um método direto, cujo elemento principal é o local. Esse método pode ser ordenado de duas formas: 1. Nome do estado, cidade e correspondente (Nota: as capitais sempre devem estar em primeiro lugar, frente as outras cidades do mesmo estado); 2. Nome da cidade, estado e correspondente (Nota: a regra das capitais não se aplica a esse tipo de ordenação). Portanto, a afirmativa está errada, pois a ordenação das capitais apresentadas são opostas em relação ao que prevê as regras. **3:** correta. **4:** incorreta, pois no livro *Arquivo: teoria e prática,* Marilena Leite Paes, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002, consta que "a classificação fundamenta-se basicamente na interpretação dos documentos e isso determina que todos os documentos de, para ou sobre uma pessoa, assunto ou acontecimento devem estar classificados sob o mesmo título e arquivados juntos, formando o que se chama de dossiê". **5:** correto pois, a codificação consiste na aposição dos símbolos correspondentes ao método de arquivamento adotado. **6:** incorreto, pois é a Tabela de temporalidade que é o instrumento com o qual se determina a prazo de permanência de um documento ém uma arquivo corrente. **7:** correta.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5C, 6E, 7C

(Agente Administrativo – Ministério do Esporte – 2008 – CESPE)
Acerca do protocolo e de procedimentos administrativos, julgue os itens subsequentes.

(1) As atividades dos arquivos correntes são as seguintes: recolhimento de documentos, preparação de catálogo seletivo, eliminação de documentos e preparação de amostragem documental.

(2) O registro de documentos consiste na identificação de procedência, espécie, número e data do documento, primeira distribuição, entre outros elementos.

(3) Desmembramento é o ato pelo qual um processo, tendo deixado de atender as formalidades indispensáveis ou de cumprir alguma disposição legal, é devolvido ao órgão de origem a fim de que sejam corrigidas ou sanadas as falhas apontadas.

(4) A decisão proferida pela autoridade administrativa em caso que lhe é submetido à apreciação é conhecida como despacho.

(5) Correspondência é toda espécie de comunicação escrita que circula nos órgãos ou entidades, à exceção dos processos. Quanto à sua natureza, a correspondência classifica-se em interna ou externa, oficial ou particular, recebida ou expedida.

(6) A autuação ou formação do processo deve ser realizada, obrigatoriamente, por meio de um documento original.
(7) Documentos reservados são aqueles cuja tramitação requer maior celeridade que a rotineira. Entre esses tipos de documentos, incluem-se pedidos de informação oriundos do Poder Executivo, do Poder Judiciário e das casas do Congresso Nacional; mandados de segurança; licitações judiciais ou administrativas; pedidos de exoneração ou dispensa; demissão; auxílio-funeral; diárias para afastamento da instituição; folhas de pagamento; e outros que, por conveniência da administração ou por força de lei, exijam tramitação preferencial.
(8) Um processo em um ministério pode ser encerrado, por exemplo, pelo cumprimento dos compromissos arbitrados ou quando seu desenvolvimento foi interrompido por período superior a um ano, por omissão da parte interessada.

1: incorreta, pois as principais atividades do arquivo corrente são as seguintes: Produção,Utilização e destinação; **2:** correta; **3:** incorreta. Na etapa de Protocolo, caso haja alguma inconsistência, o processo será devolvido à unidade destinatária, por meio de despacho na última folha do processo, comunicando as razões da devolução e solicitando que sejam providenciadas as correções ou sanadas as irregularidades. Portanto trata-se de uma devolução e não um desmembramento; **4:** correto, pois despacho é toda decisão proferida pela autoridade administrativa em caso que lhe é submetido à apreciação; **5:** correta; **6:** incorreta, pois o processo deve *ser autuado*, preferencialmente, por um *documento original*. No entanto, a *autuação* pode *ser* feita em uma cópia de *documento*; **7:** incorreta, pois os documentos reservados são relativos a assuntos que não devem ser do conhecimento do público em geral. Recebem essa classificação, entre outros, partes de planos, programas e projetos e as suas respectivas ordens de execução; cartas, fotografias aéreas e negativos que indiquem instalações importantes; **8:** correta.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E, 7E, 8C

(Agente Administrativo – Ministério da Int. Nacional – 2006 – CESPE)
De acordo com a ABNT, no grupo de documentos de guarda permanente deverão estar inseridos os documentos de valor probatório, relativos a direitos, tanto de pessoas físicas ou jurídicas, como da coletividade, e os de valor informativo sobre pessoas, fatos ou fenômenos, cuja memória, do ponto de vista histórico, seja considerada relevante. A propósito desse tema, julgue os itens subsequentes, a respeito da guarda permanente em relação às instituições públicas e privadas.

(1) Atos de criação, atos constitutivos e documentos relativos a direitos patrimoniais não pertencem ao grupo de documentos permanentes por prevalecer o interesse administrativo para determinar o valor das informações.
(2) A guarda permanente deve abranger documentos concernentes à administração de pessoal, como, por exemplo, acordos e reajustes salariais, planos de remuneração e classificação de cargos etc.
(3) Os documentos relativos às instituições públicas, que, mesmo originais, detenham interesse administrativo somente por determinado período, têm a sua guarda permanente.

1: incorreta, pois quanto aos órgãos públicos a guarda permanente deve abranger, entre outros, os documentos relativos à origem, aos direitos e aos objetivos da instituição. Ex: atos de criação (leis, decretos, portarias e resoluções); atos constitutivos(estatutos, contratos sociais, alvarás); documentos relativos a direitos patrimoniais); **2:** correta; **3:** incorreta, pois documentos que detenham somente interesse administrativo não têm guarda permanente.
Gabarito 1E, 2C, 3E

(Agente Administrativo – Ministério da Int. Nacional – 2006 – CESPE)
Os resultados esperados de um processo de avaliação de documentos de arquivo incluem o(a)

(1) Aumento do índice de recuperação da informação.
(2) Conquista de espaço físico e redução de peso.

1: correta; **2:** correta.
Gabarito 1C, 2C

(Agente Administrativo – Ministério da Int. Nacional – 2006 – CESPE)
Em determinado setor de trabalho de um ministério, tramitam cerca de quinhentos processos por ano. Enquanto permanecem nesse setor, os processos são acondicionados em caixas-arquivo e dispostos por número. O acesso a esses documentos só é possível com a informação do número do processo, que é gerado no momento de sua autuação. Os demais documentos, como ofícios, memorandos, contratos, relatórios etc., são arquivados pela origem (órgãos governamentais, entidades da sociedade civil etc.) ou pela espécie documental (ofícios recebidos e expedidos, memorandos, contratos etc.), tornando complexa e demorada a localização dos documentos desejados. Em geral, os processos são solicitados pelos interessados segundo os assuntos de que tratam (aquisição de material e contratação de serviços; solicitação de transporte; pedido de férias etc.). Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

(1) O recebimento, o registro, a movimentação e a expedição de documentos são atividades de responsabilidade do setor de protocolo.
(2) A autuação mencionada na situação descrita é o termo que caracteriza a abertura do processo.
(3) O controle da tramitação dos processos pelos setores de trabalho responsáveis pela condução dos assuntos tratados nos processos é de responsabilidade do setor de protocolo e dos próprios setores de trabalho por onde tramitam os processos.
(4) O ato pelo qual um processo é devolvido para cumprir as formalidades indispensáveis é conhecido como distribuição.
(5) Por meio da operação conhecida como juntada por anexação, é possível unir provisoriamente um ou mais processos a um processo mais antigo para o estudo e a uniformização de tratamento em matérias semelhantes.
(6) O desentranhamento de peças de um processo pode ocorrer quando houver interesse da administração ou a pedido do interessado.
(7) As folhas do processo que tramita pelos setores que decidirão sobre a matéria nele tratada devem ser numeradas em ordem crescente.
(8) A correspondência recebida que tiver caráter ostensivo — ofício ou carta — não deve ser aberta pelo protocolo. Deve-se registrar, apenas, a espécie do documento e o órgão emissor para, em seguida, encaminhá-lo imediatamente ao seu destinatário.
(9) A correspondência particular não deve ser expedida pelas unidades de protocolo — central ou setorial — do órgão.
(10) As correspondências tais como ofícios, memorandos e avisos são classificadas quanto à natureza em secreta, confidencial, ultrassecreta e reservada.

1: correta; **2:** correta; **3:** correta; **4:** incorreto, pois o ato pelo qual um processo que, tendo deixado de atender as formalidades indispensáveis ou de cumprir alguma disposição legal, é devolvido ao órgão que assim procedeu, a fim de corrigir ou sanar as falhas apontadas é conhecido como diligência; **5:** incorreta. A juntada de processo é o ato pelo qual ocorre a juntada definitiva ou provisória de um processo a outro. De acordo com a literatura, existem dois tipos de juntada: por anexação ou apensação. A juntada por anexação é o ato de juntar definitivamente um ou mais processos em tramitação em outro, desde que, o interessado e o pedido sejam os mesmos, passando ambos a constituírem peça única, se dando por solicitação da área identificadora. A juntada por apensação é o ato de juntar definitivamente ou provisoriamente um ou mais processos ao processo principal quando há interesse quanto ao objeto, relativos ao mesmo interessado ou não, se dando por solicitação no processo em análise. A afirmativa está errada, pois relata que a juntada por anexação é provisória; **6:** correta. O ato de desentranhamento consiste na retirada de um determinado documento ou qualquer folha juntada a um processo. Ele pode ocorrer por interesse da administração ou a pedido do interessado; **7:** correta; **8:** incorreta. O recebimento e o controle da tramitação de documentos da instituição e efetuado pelo setor de protocolo. Ao receber um documento de caráter ostensivo

o responsável deve abrí-lo, tomar conhecimento de seu conteúdo e tomar as demais providências necessárias; **9:** correta; **10:** incorreta. Os documentos são classificados de acordo com sua natureza em: Ostensivos ou ordinários, cuja divulgação não prejudica a administração e Sigilosos, por sua natureza devem ter conhecimento restrito. Os sigilosos são divididos em ultrassecretos, secretos, confidenciais e reservados. Portanto a afirmativa acima está errada.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E, 6C, 7C, 8E, 9C, 10E

(Agente Administrativo – Ministério da Int. Nacional – 2006 – CESPE) Acerca dos arquivos correntes e da classificação de documentos, julgue os itens a seguir.

(1) Os arquivos correntes são constituídos de documentos com pouca frequência de uso que, pelo valor informativo que apresentam, são mantidos próximos de quem os recebe ou os produz.

(2) Enquanto tramitam pelas unidades político-admininistrativas, os processos fazem parte dos arquivos ativos ou correntes do órgão ao qual pertencem.

(3) A disposição de processos por seu número é um método de classificação de documentos conhecido como duplex.

(4) Na organização feita segundo a origem dos documentos, o correto é dispor as pastas alfabeticamente a partir dos nomes dos órgãos ou das empresas, não considerando, para fins de ordenação, os artigos e preposições que os constituem.

(5) Caso seja necessário adotar o método dígito-terminal nos documentos referentes à correspondência com órgãos públicos ou com entidades da sociedade civil, deve-se atribuir um número a cada órgão público ou entidade da sociedade civil, obedecendo a ordem de entrada ou de registro, sem qualquer preocupação com a ordem alfabética.

1: incorreta, pois os arquivos correntes são constituídos de documentos com alta frequência de uso; **2:** correta; **3:** incorreta, pois a disposição de processos por seu número é um método de classificação de documentos conhecido como numérico; **4:** correta; **5:** incorreta. Esse método surgiu em decorrência da necessidade de serem reduzidos erros no arquivamento de grande volume de documentos cujo elemento principal de identificação é o número. Os documentos são numerados sequencialmente mas sua leitura apresenta uma peculariedade que caracteriza o método: os números dispostos em 3 grupos de dois dígitos cada um, são lidos da direita para a esquerda formando pares.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5E

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) A respeito da gestão de documentos aplicada a arquivos governamentais, julgue os itens seguintes.

(1) Na gestão de documentos, a fase de produção refere-se à elaboração de documentos resultantes de atividades de um órgão ou setor e contribui para que sejam criados apenas documentos essenciais à administração e evitadas a duplicação e a emissão de vias desnecessárias.

(2) A fase da gestão de documentos em que são feitas a análise e a avaliação de documentos acumulados em arquivos é conhecida como preservação de documentos.

(3) Na gestão de documentos, as atividades de protocolo, a recuperação de informações e a elaboração de normas de acesso à documentação são desenvolvidas na fase de utilização de documentos.

(4) A gestão de documentos é aplicada originalmente na idade permanente.

(5) Uma das principais finalidades da gestão de documentos é a proteção dos documentos de valor permanente para a organização e a sociedade.

1: correta; **2:** incorreta. O processo de análise de documentos de arquivo que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos é de avaliação. Portanto a afirmativa acima está incorreta; **3:** correta; **4:** incorreta, pois a gestão de documentos é aplicada às três idades: corrente, intermediário e permanente; **5:** correta.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5C

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) Determinada organização instalada em Brasília enviou um documento a funcionário do MMA, a fim de que fossem resolvidos problemas entre as duas instituições. No MMA, o setor que recebeu o documento coletou algumas informações deste, incluindo-as em uma base de dados. Em seguida, o documento foi enviado para o destinatário, tramitando, posteriormente, em vários setores até que os problemas fossem resolvidos. Depois de arquivado por determinado período no último setor para onde havia sido enviado, o documento foi encaminhado a outro espaço, onde deve ser mantido até ser eliminado.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens subsequentes, acerca de arquivo.

(1) A inclusão de dados sobre o documento em uma base de dados é conhecida como registro de documentos e faz parte das atividades de protocolo, vinculadas aos arquivos correntes.

(2) Na situação em apreço, se o documento fosse um ofício de caráter ostensivo, ele não deveria ser aberto no setor de protocolo, mas encaminhado diretamente ao destinatário, que deveria fazer o respectivo registro no sistema de protocolo.

(3) Enquanto tramitava nos vários setores, o documento em questão fez parte dos arquivos correntes do MMA.

(4) Na situação considerada, o documento, antes de ser eliminado, deve ser mantido no arquivo permanente.

(5) O arquivo intermediário deve ser subordinado técnica e administrativamente ao arquivo permanente, para que seja evitada a proliferação de depósitos e mantida uniforme a política arquivística da instituição.

(6) O código de classificação deve ser anotado na primeira folha do documento.

(7) O inventário sumário é o instrumento técnico responsável pela gestão dos prazos de guarda e pela destinação final de documentos.

(8) A tabela de temporalidade é aplicada somente em arquivo semiativo e em arquivo inativo, de acordo com as normas do Arquivo Nacional.

(9) Após ter tramitado e ter sido classificado, o documento deve ser arquivado, obedecendo-se às seguintes operações: inspeção, ordenação, arquivamento, retirada e controle.

(10) As cópias de documentos cujos originais encontram-se no mesmo conjunto não devem ser descartadas, pois são consideradas originais arquivísticos.

1: correta; **2:** incorreta, pois o documento de caráter ostensivo ou ordinário deve ser aberto e registrado no setor de protocolo; **3:** correta; **4:** incorreta, pois o documento antes de ser eliminado deve ser mantido no arquivo intermediário; **5:** correta; **6:** correta; **7:** incorreta, pois o instrumento técnico responsável pela gestão dos prazos de guarda e pela destinação final de documentos e a Tabela de Temporalidade; **8:** incorreta, pois a tabela de temporalidade é aplicada em arquivos ativos; **9:** correta; **10:** incorreta. A norma de descarte de documentos públicos estabelece que a eliminação de documentos somente poderá ocorrer após a aplicação da Tabela de Temporalidade de Documentos. Excetuam-se desse procedimento de eliminação as cópias e vias de documentos cujo original ou um exemplar encontram-se no mesmo conjunto documental ou dossiê.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5C, 6C, 7E, 8E, 9C, 10E

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE) Acerca da situação hipotética acima apresentada e das técnicas de arquivo, julgue os itens de 1 a 15.

(1) Os documentos acumulados por órgãos públicos e entidades públicas, em decorrência de suas funções e atividades, são considerados arquivos públicos.

(2) Na situação apresentada, a aplicação da teoria das três idades documentais permitiria melhor fluxo documental na unidade, melhorando as condições de seus arquivos.

(3) A legislação arquivística brasileira, apesar do grande avanço, não considera os arquivos como instrumento de apoio à administração.

(4) A unidade em questão poderia, anualmente, eliminar os documentos sem uso, independentemente de autorização.
(5) Na situação considerada, devido à quantidade de consultas recebidas pelo arquivo da unidade, pode-se considerá-lo como um arquivo corrente.
(6) O arquivo setorial é aquele estabelecido juntos aos órgãos operacionais, cumprindo funções de arquivo corrente.
(7) Na situação em apreço, o acesso aos documentos contidos no arquivo da unidade é público, embora exista restrição de acesso apenas para os documentos considerados permanentes.
(8) O registro dos documentos que chegam ao setor é uma atividade conhecida como de arquivo especializado.
(9) As atividades de protocolo são de responsabilidade dos arquivos centrais ou gerais.
(10) Os documentos pouco usados na mencionada unidade poderiam ser transferidos para o arquivo permanente, onde aguardariam o término de seus prazos de guarda.
(11) O recebimento e a expedição dos documentos em um órgão público são tarefas realizadas pelo protocolo.
(12) O curso do documento desde a sua produção ou recepção até o cumprimento de sua função administrativa é conhecido como termo de recolhimento.
(13) O dossiê é um conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento.
(14) O dossiê é um documento do gênero iconográfico.
(15) O conjunto de operações técnicas referentes à produção, à tramitação, ao uso, à avaliação e ao arquivamento em fase corrente e intermediária é conhecido por gestão de documentos.

1: correta; **2:** correta; **3:** incorreta, pois a legislação arquivísitica considera os arquivos como instrumento de apoio a administração; **4:** incorreta, para eliminação de documentos é necessário autorização do órgão competente; **5:** correta; **6:** correta; **7:** incorreta, pois é possível consultar os documentos considerados permanentes; **8:** incorreta, pois o registro dos documentos que chegam ao setor é uma atividade conhecida como de protocolo; **9:** incorreta, pois as atividades de protocolo são de responsabilidade dos arquivos correntes; **10:** incorreta, pois os documentos pouco usados na mencionada unidade poderiam ser transferidos para o arquivo intermediário, onde aguardariam o término de seus prazos de guarda; **11:** correta; **12:** incorreta, pois o curso do documento desde a sua produção ou recepção até o cumprimento de sua função administrativa é conhecido como ciclo vital; **13:** correta; **14:** A afirmativa está incorreta, pois o gênero iconográfico se refere a obras de arte, fotografias, negativos,slides, microformas; **15:** correta.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E, 5C, 6C, 7E, 8E, 9E, 10E, 11C, 12E, 13C, 14E, 15C

(Agente Administrativo – Ministério da Educação – 2009 – CESPE) Acerca de arquivamento, julgue os itens a seguir.

(1) Arquivamento é o conjunto das operações de acondicionamento e armazenamento de documentos.
(2) O arquivamento horizontal permite consulta rápida e evita manipulação ou remoção de outros documentos.
(3) É possível, na escolha do método de arquivamento, definir um método principal e métodos auxiliares para a organização da documentação.
(4) Quando as pastas que contêm documentos de arquivo de determinado setor são dispostas pelo nome dos correspondentes, isso caracteriza a utilização do método de arquivamento do tipo unitermo.
(5) Na ordenação das pastas, não devem ser considerados os artigos e as preposições que fazem parte dos nomes de empresas e de órgãos governamentais.

1: correto; **2:** incorreto, pois o arquivamento horizontal dificulta a consulta rápida e exige a remoção de outros documentos; **3:** correto; **4:** incorreto, pois quando as pastas que contêm documentos de arquivo de determinado setor são dispostas pelo nome dos correspondentes, isso caracteriza a utilização do método de arquivamento do tipo geográfico; **5:** correto.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5C

(Agente Administrativo – Ministério da Educação – 2009 – CESPE) A respeito dos procedimentos administrativos, julgue os itens subsequentes.

(1) As correspondências consideradas ostensivas são classificadas, pelo grau de sigilo, em confidenciais, sigilosas e ultrassecretas.
(2) A correspondência oficial, com indicações de confidencial, reservado ou particular no envelope deve ser aberta para registro no sistema de protocolo antes de ser encaminhada ao destinatário.
(3) Para que ocorra a expedição de documentos, os setores de trabalho devem encaminhar o original, acompanhado de uma cópia, ao setor de protocolo, que faz o devido registro, arquiva o original e expede a cópia do documento ao destinatário.
(4) Os órgãos públicos devem manter registros da tramitação de todos os documentos de arquivo produzidos e(ou) recebidos, independentemente da espécie documental (por exemplo, ofício, processo, projeto, contrato).
(5) Ao se proceder à abertura do envelope de uma correspondência, deve-se observar se ele contém o comprovante de recebimento, para que seja providenciada a devolução desse documento ao remetente.

1: incorreto, pois as correspondências ostensivas não são sigilosas não havendo necessidade de restrição de acesso, pois sua natureza de assunto não prejudica a administração; **2:** incorreto, pois a correspondência oficial, com indicações de confidencial, reservado ou particular no envelope não deve ser aberta para registro no sistema de protocolo antes de ser encaminhada ao destinatário; **3:** incorreto, pois cabe ao setor de trabalho, expedir o original com os anexos e encaminhar as cópias acompanhadas com os antecedentes que lhes deram origem ao arquivo; **4:** correto; **5:** correto.
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5C

3. TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS E SUPORTES FÍSICOS – MICROFILMAGEM – AUTOMAÇÃO – PRESERVAÇÃO – CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS

(Técnico Judiciário – TRE/GO – 2008 – CESPE) A respeito da preservação da integridade dos documentos, assinale a opção correta.

(A) Preservação é o nome dado ao processo de exposição de uma peça documental a vapores químicos, dentro de câmaras especiais a vácuo, para destruição de insetos e fungos, resultando na polimerização do documento.
(B) Denomina-se conservação o conjunto de atividades que visam à preservação dos documentos, isto é, ações realizadas com o objetivo de desacelerar os processos de degradação por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos, como higienização, acondicionamento, reparos e outros.
(C) A limpeza do depósito do arquivo deve ser rigorosa para evitar a proliferação de fungos e insetos; o chão deve ser limpo com pano umedecido em uma mistura de água, solventes, cera e substâncias bactericidas. Uma vez por mês, pelo menos, as estantes devem ser limpas com a mesma mistura.
(D) A luz natural e o calor são prejudiciais aos documentos. Recomenda-se, para o local de armazenamento, a utilização de lâmpadas fluorescentes, por não produzirem calor nem radiação ultravioleta (UV), e o uso de condicionadores de ar para manter a temperatura abaixo de 5 graus durante o dia. Durante a noite, os aparelhos podem ser desligados, para reduzir os custos e o risco de incêndio.

A alternativa "b" traz o exato conceito de conservação.
Gabarito "B"

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Quanto à preservação, à conservação e à restauração de documentos, assinale a opção correta.

(A) A conservação compreende os cuidados prestados aos documentos e não se refere ao local de guarda.

(B) A luz do dia e a umidade são prejudiciais à conservação do acervo documental.
(C) A desinfestação e o alisamento são técnicas de restauração de documentos.
(D) A higienização dos documentos consiste em mergulhar o documento em banho de gelatina.
(E) O *silking* é um método de desinfestação que combate os insetos e apresenta maior eficiência que a fumigação.

De fato, a luz do dia e a umidade são prejudiciais à conservação do acervo documental.
Gabarito "B"

(Técnico – ANAC – 2009 – CESPE) A respeito da conservação e da proteção de documentos, julgue os seguintes itens.

(1) O ar seco e a alta umidade são fatores de enfraquecimento do papel.
(2) A higienização mecânica dos documentos feita com uma trincha ou uma flanela é uma ação importante para a conservação dos documentos em papel.
(3) O processo químico mais efetivo para a desinfestação e desinfecção de materiais arquivísticos é a emulação.

1: correto; **2:** correto; **3:** incorreto, pois o processo químico mais efetivo para a desinfestação e desinfecção de materiais arquivísticos é o de fumigação.
Gabarito 1C, 2C, 3E

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Acerca do assunto abordado no texto acima, julgue os seguintes itens.

(1) Uma das vantagens da microfilmagem é a característica de poder prescindir da organização arquivística de documentos e do estabelecimento de um programa de avaliação e seleção do acervo documental.
(2) Microfilmagem é a produção de imagens fotográficas de um documento em formato altamente reduzido.

1: incorreto, pois de acordo com o Art.11º da Lei 1.799/1996, os documentos em tramitação ou em estudo poderão a critério da autoridade competente ser microfilmados, não sendo permitida a sua eliminação até a definição de sua destinação final.O artigo 13º da mesma lei,estabelece que os documentos oficiais ou públicos, com valor de guarda permanente, não poderão ser eliminados após a microfilmagem, devendo ser recolhidos ao arquivo público de sua esfera de atuação ou preservados pelo próprio órgão detentor; **2:** correto.
Gabarito 1E, 2C

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE) No que se refere à conservação preventiva de documentos em arquivos, julgue os itens a seguir.

(1) A higienização e o acondicionamento são ações de conservação dos documentos.
(2) O ar seco e a umidade são fatores de enfraquecimento do papel.
(3) A ação antrópica não interfere na degradação dos arquivos.
(4) A higienização de documentos é um procedimento em que documentos quebradiços e ressecados são colocados em uma atmosfera úmida para readquirirem flexibilidade.

1: correto; **2:** correto; **3:** incorreto. A ação antrópica se refere a efeitos derivados de atividades humanas, em oposição a aqueles que ocorrem em ambientes naturais sem influência humana. A afirmativa não está correta, pois esta ação antrópica pode interferir na degradação dos arquivos; **4:** incorreto, pois a higienização, ou limpeza dos documentos é um procedimento de retirada, por meio de técnicas apropriadas,de poeira e outros resíduos.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

11. Lei 8.112/1990

Wander Garcia, Ana Paula Garcia, Ivo Shigueru Tomita, Georgia Renata Dias e Sebastião Edilson Gomes*

1. PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

1.1. PROVIMENTO

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Não constitui hipótese de provimento em cargo público

(A) a nomeação.
(B) a reintegração.
(C) a transferência.
(D) o aproveitamento.
(E) a promoção.

Art. 8º, I, VIII, VII e II, respectivamente, da Lei 8.112/1990.
Gabarito "C"

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Jorge, servidor público de carreira, foi aposentado por invalidez em dezembro de 2005. No mês de março de 2009, Jorge foi submetido a uma junta médica oficial, que considerou insubsistentes os motivos para a sua aposentadoria por invalidez e sugeriu o imediato retorno do servidor à ativa. Nessa situação hipotética, no retorno de Jorge à ativa, ocorre

(A) readaptação.
(B) reversão.
(C) reintegração.
(D) recondução.
(E) remoção.

Art. 25, I, da Lei 8.112/1990.
Gabarito "B"

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Acerca dos agentes públicos e da Lei nº 8.112/1990, julgue os itens de 1 a 5.

(1) Enquanto a função de confiança deve ser exercida exclusivamente por servidor público efetivo, o cargo em comissão pode ser ocupado também por agente público não concursado, desde que destinado apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(2) Considere a seguinte situação hipotética: Determinado ente federativo, sob o argumento de modernizar a gestão administrativa e reestruturar o quadro de pessoal, editou lei regulamentando a realização de concurso interno e ascensão funcional em determinada carreira típica do Estado, no qual pessoas anteriormente admitidas, mediante concurso público, para cargos de nível médio poderão ascender às carreiras de nível superior, atendidos certos requisitos próprios. Nessa situação, conforme a jurisprudência majoritária do STF, a conduta do referido ente encontra suporte na CF, já que não violou a exigência do concurso público.

(3) Em conformidade com a jurisprudência do STF, a simples aprovação em concurso público, ainda que fora do número de vagas, gera, para o habilitado, direito adquirido à nomeação.

(4) A posse em cargo público, que poderá ser realizada mediante procuração específica, terá de ocorrer no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, enquanto o prazo para o servidor entrar em exercício será de quinze dias, contados da referida posse.

(5) A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe o prazo prescricional, até a decisão final proferida por autoridade competente.

1: Conforme prescreve o art. 37, V da CF, as funções de confiança, serão exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. Dessa forma, percebe-se que os cargos em comissão podem ser preenchidos por pessoa não concursada, desde que respeitado o percentual mínimo de nomeações de servidores de carreira; **2:** No julgamento do RE 601387/RJ (j. 30.11.2009, publicado em 01.02.2010) cuja relatora foi a Ministra Carmen Lucia, decidiu o STF que com o advento da Constituição Federal de 1988, afastou-se a possibilidade de provimento de cargo público pelo sistema de ascensão funcional, conforme reiterado entendimento do Eg. STF. Não mais subsiste o suporte jurídico legitimador do Ato Regulamentar e da Resolução que disciplinaram o provimento derivado de cargo público mediante ascensão funcional se é declarada, com efeitos *ex tunc*, a inconstitucionalidade dos dispositivos legais que os fundamentavam. A jurisprudência do STF firmou-se no sentido de que, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, não mais se admite a ascensão funcional e que é imprescindível a aprovação em concurso público para o provimento de cargos públicos. Confiram-se, a título de exemplos, os seguintes julgados: "CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ASCENSÃO FUNCIONAL: INCONSTITUCIONALIDADE. C.F., art. 37, II. Constituição do Estado do Amapá, art. 48. I – A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite a ascensão funcional, espécie de provimento derivado vertical. C.F., art. 37, II. II – Inconstitucionalidade de dispositivo da Constituição do Amapá que admite a ascensão funcional, art. 48. III – ADI julgada procedente" (ADI 3.030, rel. Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, j. 24.02.2005, DJ 18.03.2005).
"EMENTA: Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 4.379, de 07 de junho de 1990, do Estado do Espírito Santo. - Esta Corte já firmou o entendimento de que a ascensão funcional não mais é permitida pela atual Constituição, em virtude do disposto no artigo 37, II – e no ponto que interessa não foi modificado com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998 –, que passou a exigir concurso público para os casos em que, anteriormente, era ela admitida. - Inconstitucionalidade, por isso, do artigo 6º da lei sob exame, a qual, por interdependência, repercute em todo o texto da mesma lei. Ação que se julga procedente para declarar-se inconstitucional a Lei 4.379, de 07 de junho de 1990, do Estado do Espírito Santo" (ADI 368, rel. Min. Moreira Alves, Tribunal Pleno, j. 05.12.2002, DJ 02.05.2003); **3:** O STF entende que apenas os aprovados no limite das vagas do edital é que têm direito subjetivo à nomeação; aprovados fora desse limite não têm, portanto, o mesmo direito; **4:** A regra é que o servidor tome posse por ele mesmo, quando assinará o respectivo termo de posse (art. 13). Porém, a posse poderá dar-se mediante procuração, desde que específica (art. 13, § 3º). O servidor empossado em cargo público terá o prazo de 15 dias para entrar em exercício, contados da data da posse (art. 15, § 1º); **5:** A afirmativa encontra-se correta, pois conforme art. 142, § 3º, a abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5C

(Agente Administrativo – Ministério da Educação – 2009 – CESPE) Considerando o disposto na Lei nº 8.112/1990 e suas atualizações, julgue os itens subsequentes.

(1) A investidura em cargo público ocorre com a nomeação pela autoridade competente.

(2) Em regra, o servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, com a ressalva de que,

* **Georgia Renata Dias** comentou as questões dos concursos de Analista – STF – 2013, Analista Judiciário – Área Administrativa – TRT8 – 2013. **Ivo Shigueru Tomita** comentou as questões dos concursos de Técnico – STF – 2013 e Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT8. **Wander Garcia** comentou a questão do concurso Analista TRT/TRTR/8ª/2016, **Wander Garcia**, **Ana Paula Garcia** e **Sebastião Edilson Gomes** comentaram as demais questões.

para o primeiro período aquisitivo de férias, são exigidos doze meses de exercício.

(3) Concede-se horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo e da obrigatoriedade de compensar o horário no órgão ou entidade em que tiver exercício.

1: A investidura em cargo público ocorrerá com a posse (art. 7º); **2:** A assertiva corresponde ao § 1º do art. 77, cuja redação reza que para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício; **3:** Dispõe o art. 98, *caput* e § 1º que *será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo. § 1º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho.*

Gabarito 1E, 2C, 3C

(Analista – TRE/MA – 2009 – CESPE) Considerando a Lei n.º 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale opção incorreta.

(A) O servidor que ocupa cargo em comissão ou de natureza especial pode ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições que atualmente ocupa, hipótese em que deve optar pela remuneração de um deles enquanto durar a interinidade.

(B) As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais podem prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas de outros países, segundo as normas e os procedimentos dessa lei.

(C) Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros e criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, com vistas ao provimento em caráter efetivo ou em comissão.

(D) Não é permitida a prestação de serviços gratuitos, salvo nos casos previstos em lei.

(E) A investidura em cargo público ocorre com a nomeação.

A: correta (art. 9º, parágrafo único, da Lei 8.112/1990); **B:** correta (art. 5, § 3º, da Lei 8.112/1990); **C**: correta (art. 3º, parágrafo único, da Lei 8.112/1990); **D**: correta (art. 4º da Lei 8.112/1990); **E**: incorreta, pois a investidura ocorre com a posse (art. 7º da Lei 8.112/1990), e não com a nomeação.

Gabarito "E"

(Analista – TRE/MA – 2009 – CESPE) Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor que não for redistribuído é colocado em disponibilidade ou, ainda, fica sob a tutela do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC). Essa forma de provimento denomina-se

(A) recondução.
(B) aproveitamento.
(C) readaptação.
(D) reversão.
(E) reintegração.

Art. 31 da Lei 8.112/1990.

Gabarito "B"

(Analista – TRE/MA – 2009 – CESPE) Em relação à Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta quanto ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União.

(A) O servidor em estágio probatório pode exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação e somente pode ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargo de natureza especial ou cargo de provimento em comissão do grupo direção e assessoramento superiores (DAS) de níveis 6, 5 e 4 ou equivalentes.

(B) O servidor não aprovado no estágio probatório deverá ser reintegrado ao cargo anteriormente ocupado, se estável.

(C) O servidor será exonerado do cargo ou o ato de sua designação para função de confiança será tornado sem efeito, se ele não entrar em exercício no prazo improrrogável de quinze dias, contados da data da posse.

(D) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo sujeita-se a estágio probatório durante o qual a sua aptidão e capacidade são objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os fatores de assiduidade, responsabilidade, capacidade interpessoal, disciplina, produtividade e iniciativa.

(E) Respaldada pela CF, a lei em questão determina que o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquire estabilidade no serviço público ao completar dois anos de efetivo exercício.

A: correta, art. 20, § 3º, da Lei 8.112/1990; **B:** incorreta, trata-se de caso de recondução (art. 29 da Lei 8.112/1990), e não de reintegração; **C**: incorreta, o caso é de exoneração (art. 34, parágrafo único, II, da Lei 8.112/1990), pois o servidor já tomou posse; se se tratasse de caso em que a pessoa tivesse sido nomeada, mas não tivesse tomado posse, aí sim poder-se-ia falar em tornar sem efeito o ato de nomeação (art. 13, § 6º, da Lei 8.112/1990); **D**: incorreta, a capacidade interpessoal não está prevista no art. 20 da Lei 8.112/1990; **E**: incorreta, a estabilidade requer três anos de efetivo exercício, nos termos da atual redação do art. 41 da CF; o texto da Lei 8.112/1990 ainda não foi atualizado nesse sentido (art. 21 da Lei 8.112/1990).

Gabarito "A"

1.2. VACÂNCIA

(Analista – TRE/MA – 2009 – CESPE) Se um servidor público estável for aprovado em outro concurso público que ofereça melhor remuneração, em cargo inacumulável, após sua posse no novo cargo, ficará caracterizada, em relação ao cargo anterior,

(A) demissão do servidor, gerando a vacância no antigo cargo.
(B) exoneração do cargo.
(C) redistribuição.
(D) vacância por posse.
(E) remoção.

Art. 33, VIII, da Lei 8.112/1990.

Gabarito "D"

2. DIREITOS E VANTAGENS

2.1. VENCIMENTOS E REMUNERAÇÃO

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, denomina-se

(A) remuneração.
(B) vantagem pecuniária.
(C) salário.
(D) indenização.
(E) comissão.

Art. 41, *caput*, da Lei 8.112/1990.

Gabarito "A"

2.2. VANTAGENS

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) O auxílio-moradia pago pela administração pública

(A) é incorporado ao vencimento do servidor após 3 anos de recebimento ininterrupto.

(B) é incorporado ao vencimento do servidor imediatamente após ser concedido.
(C) é incorporado ao vencimento do servidor apenas quando pago em caráter definitivo e irrevogável.
(D) não é incorporado ao vencimento do servidor, por ser pago apenas em caráter transitório.
(E) não é incorporado ao vencimento do servidor, por ter caráter indenizatório.

Arts. 49, § 1º, e 51, IV, da Lei 8.112/1990.
Gabarito "E"

(Agente de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O vencimento, a remuneração e o provento não podem ser objeto de penhora, exceto no caso de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

1: correta, pois segundo o art. 48 da Lei 8.112/1990*, o vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.*
Gabarito 1C

(Técnico – ANAC – 2009 – CESPE) Acerca dos direitos e das vantagens conferidas em favor dos servidores públicos e com fundamento nas disposições inseridas na Lei nº 8.112/1990, julgue os itens seguintes.

(1) Não será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.
(2) No caso de o deslocamento do servidor decorrer de alteração de lotação ou da nomeação para cargo efetivo, será concedido pela Administração auxílio-moradia.
(3) O servidor poderá ausentar-se do serviço por um dia, para doação de sangue, sem qualquer prejuízo.
(4) Ao servidor público estudante que for removido de ofício será assegurada, na localidade da nova residência, matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independentemente de vaga.

1: A afirmativa corresponde à redação do art. 55 da Lei nº 8.112/1990; **2:** Diversas são as hipóteses em que se concede o auxílio-moradia, conforme dispõe o art. 60-B. No caso em questão, encontramos a resposta no inciso VIII deste artigo, que aduz que o mesmo será concedido caso o deslocamento *não tenha sido por força de alteração de lotação ou nomeação para cargo efetivo*; **3:** Conforme art. 97, I, sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço por 1 (um) dia, para doação de sangue; **4:** A afirmativa corresponde ao disposto no *caput* do art. 99, da Lei nº 8.112/1990.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

3. REGIME DISCIPLINAR

3.1. ACUMULAÇÃO

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Considerando que um servidor público federal, residente em São Luís – MA, onde exerce seu cargo efetivo, tenha sido eleito vereador no município de Alcântara, assinale a opção correta.

(A) Havendo compatibilidade de horários, é possível que o servidor cumule as duas funções, porém deve optar pela remuneração que deseja receber: ou a remuneração do cargo efetivo, ou as vantagens do cargo eletivo.
(B) Havendo compatibilidade de horários, é possível que o servidor acumule as duas funções, recebendo as vantagens do cargo de vereador e a remuneração do cargo efetivo.
(C) Ainda que exista compatibilidade de horários, se o servidor optar por exercer o cargo eletivo, deve, necessariamente, pedir afastamento, sem remuneração, do cargo efetivo.
(D) A Lei nº 8.112/1990 veda expressamente qualquer acumulação de cargos.
(E) O servidor não pode acumular os cargos de vereador com o de servidor público em São Luís – MA, pois deve, necessariamente, transferir sua residência para outro município, caso opte por exercer o mandato eletivo.

Art. 38, III, da CF.
Gabarito "B"

3.2. RESPONSABILIDADES

(Agente de Polícia/TO – 2008 – CESPE) Julgue os seguintes itens, a respeito dos direitos e obrigações do servidor público previstos no Regime Jurídico Único.

(1) Em regra, o servidor público tem direito a um período de 30 dias de férias por ano trabalhado, sendo admitida a acumulação desse período somente por necessidade da administração, jamais por interesse pessoal.
(2) Considere que determinado escrivão de polícia não compareça habitualmente à delegacia onde está lotado, embora observe o horário de trabalho quando se faz presente. Nessa situação, esse escrivão descumpre o dever funcional da assiduidade.
(3) O servidor público, conforme a natureza da infração que cometer no exercício do cargo, pode responder perante a Administração Pública e(ou) perante o Poder Judiciário.

1: correta, conforme art. 77 da Lei 8.112/1990; **2:** correta, pois a Lei 8.112/1990 em seu art. 116, X, descreve que *são deveres do servidor (...) ser assíduo e pontual ao serviço.* Nesse sentido corrobora o julgado do TRF 5ª Região, donde se lê que *quantidade de faltas injustificadas ao serviço cometidas pelo apelante, no total de quarenta durante o ano, além de violar o dever funcional de assiduidade (art. 116, inc. X, da Lei n. 8.112/90), configura comportamento desidioso (art. 117, inc. XV, da Lei n. 8.112/90) (*Apelação Cível 349443/RN, 0007508-70.2002.4.05.8400, 3ª T., j. 03.09.2009, rel. Desembargador Federal Leonardo Resende Martins (Substituto), DJ 18.09.2009, p. 535); **3:** correta, pois há que se levar em consideração que os servidores públicos podem ser responsabilizados por seus atos, não somente na esfera administrativa, mas também na cível e criminal, salientando que em relação aos aspectos penais, os mesmos serão apurados pelo Poder Judiciário.
Gabarito 1C, 2C, 3C

3.3. PENALIDADES

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Se dois servidores públicos federais discutirem na repartição pública em que trabalham e, nessa discussão, um deles, exaltado, agredir fisicamente o outro, tal atitude poderá acarretar, para o agressor, a penalidade administrativa de

(A) advertência.
(B) suspensão.
(C) demissão.
(D) prestação de serviços sociais.
(E) multa em favor do servidor agredido.

Art. 132, VII, da Lei 8.112/1990.
Gabarito "C"

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) A penalidade de cassação de aposentadoria de um servidor concursado do Senado Federal deve ser aplicada pelo

(A) presidente da República.
(B) ministro da Justiça.
(C) ministro presidente do STF.
(D) presidente do Senado Federal.
(E) presidente da Câmara dos Deputados.

Art. 141, I, da Lei 8.112/1990.
Gabarito "D"

4. SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR – BENEFÍCIOS

(Técnico – ANAC – 2009 – CESPE) No que concerne à seguridade social do servidor regulamentada pela Lei nº 8.112/1990, julgue os itens subsequentes.

(1) O servidor público será aposentado compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos integrais.

(2) São estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

(3) Será licenciado com remuneração integral o servidor acidentado no percurso da residência para o trabalho e vice-versa, posto que essa situação equipara-se ao acidente em serviço.

1: O servidor público será aposentado, compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com *proventos proporcionais* ao tempo de serviço (art. 186, II); **2:** Afirmativa correta nos termos do art. 189, parágrafo único; **3:** Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço, configurando-se acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido. Saliente-se que equipara-se ao acidente em serviço o dano sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa (arts. 211, *caput* e 212, parágrafo único, II).
Gabarito 1E, 2C, 3C

5. TEMAS COMBINADOS

(Escrivão de Polícia Federal – 2009 – CESPE) No que se refere à organização administrativa da União e ao regime jurídico dos servidores públicos civis federais, julgue os itens seguintes.

(1) A empresa pública e a sociedade de economia mista podem ser estruturadas mediante a adoção de qualquer uma das formas societárias admitidas em direito.

(2) O vencimento, a remuneração e o provento não podem ser objeto de penhora, exceto no caso de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

1: incorreta, pois segundo o que dispõe o art. 5º, III do Dec.-lei 200/1967, *as sociedades de economia mista devem ser revestidas da forma de sociedade anônima.* Já *as empresas públicas podem revestir-se de quaisquer das formas admitidas em direito,* conforme prevê o art. 5º, II do citado Decreto-lei, **2:** correta, pois conforme art. 48 da Lei 8.112/1990, *o vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.*
Gabarito 1E, 2C

(Escrivão de Polícia/AC – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Os empregados de uma empresa pública devem ser contratados sob o regime da Lei nº 8.112/1990.

1: incorreta, pois tais servidores submetem-se ao regime trabalhista comum, cujas regras encontram-se disciplinadas na CLT, de forma que os litígios decorrentes das relações de trabalho, serão dirimidos pela Justiça do Trabalho (art. 114 da CF). Em que pese tais considerações, há que se observar ainda que: a contratação deve ser precedida de aprovação em concurso público (art. 37, II da CF); não pode haver acúmulo de cargos ou funções públicas (art. 37, XVII da CF); são equiparados a funcionários públicos para fins penais (art. 327, §§ 1º e 2º do CP); são considerados agentes públicos para os fins de incidência das diversas sanções na hipótese de improbidade administrativa (Lei. 8.429/1992).
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério do Trabalho – 2008 – CESPE) Acerca do regime jurídico dos servidores públicos, cada um dos itens subsequentes apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

(1) Joana, que ocupa determinado cargo em comissão, é a substituta legal de Adriana, que ocupa cargo em comissão superior ao de Joana, e que vai gozar férias durante 1 mês. Nesse caso, durante as férias de Adriana, Joana assumirá o exercício dos dois cargos, podendo ainda optar pela remuneração de um deles.

(2) Paulo não gozou as férias relativas ao ano de 2008 e, em 16 de julho desse mesmo ano, foi exonerado do cargo em comissão que ocupava. Nessa hipótese, Paulo fará jus à indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício de fração superior a 14 dias.

(3) Maria, servidora pública federal, é esposa de Pedro, que foi recentemente aprovado em concurso público na esfera federal em localidade distinta do domicílio do casal. Nesse caso, Maria tem direito a ser removida para acompanhar o seu cônjuge.

1: O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade (art. 9º, parágrafo único); **2:** Conforme art. 78, § 3º, o servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias; **3:** A remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede. Esta pode se dar: de ofício, no interesse da Administração; a pedido, a critério da Administração; e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração. A servidora não se enquadra nas hipóteses, não tendo portanto direito (art. 36, parágrafo único, I, II e III, "a").
Gabarito 1C, 2C, 3E

(Técnico – INSS – 2008 – CESPE) Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética envolvendo servidores públicos, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na Lei nº 8.112/1990.

(1) Joaquim, após demanda judicial, obteve sentença favorável ao recebimento de indenização a qual, esperava ele, seria incorporada ao seu vencimento. Entretanto, no mês posterior à publicação da sentença, verificou, no contracheque, não ter havido alteração em seu vencimento. Nessa situação, o setor de pagamentos agiu corretamente, pois verbas de natureza indenizatória não podem ser incorporadas ao vencimento.

(2) Decorridos cinco anos de sua posse, Mônica, com o intuito de aperfeiçoar sua qualificação profissional, solicitou licença para terminar curso de pós-graduação que deixara incompleto. Ao receber resposta negativa, Mônica decidiu apresentar recurso, alegando que a licença capacitação é direito subjetivo do servidor e que, em situações como a sua, é dever da Administração concedê-la. Nesse caso, a legislação apoia todos os argumentos apresentados por Mônica.

(3) Renato, servidor de órgão público federal e estudante, constatou, no início do ano letivo, incompatibilidade entre seu horário escolar e o da repartição onde trabalha. Depois de explicar sua situação ao chefe, foi por este informado de que teria direito a horário especial, desde que compensasse o tempo não trabalhado. Renato contra-argumentou dizendo que era impossível compensar o tempo de afastamento do trabalho, pois, além de assistir às aulas, precisava estudar muito e fazer as tarefas escolares. Nessa situação, os argumentos de Renato não têm amparo legal.

(4) Antônio, após ter sido aposentado por invalidez, iniciou tratamento que implicou a cura da doença que o afastara do serviço público. Após avaliação da junta médica oficial, que aprovou seu retorno às atividades das quais se afastara, Antônio requereu a readaptação ao cargo ocupado e o cômputo do tempo de afastamento para fins de promoção na carreira. Nessa situação, os pedidos de Antônio devem ser atendidos, por estarem amparados na legislação do servidor público.

(5) Mara, jornalista, dirigiu-se a determinada repartição pública e solicitou, com o objetivo de preparar matéria para o jornal do bairro onde trabalha, informações sobre uma lista de itens, que incluía dados sobre o efetivo policial e nomes de policiais da área de inteligência que trabalham sem uniforme no bairro em questão. O servidor atendeu-a rápida e polidamente, mas negou-se a fornecer-lhe informações sobre os referidos itens, pois tratava-se de dados sigilosos. Nessa situação, a atitude do servidor está correta, pois é seu dever atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas aquelas protegidas por sigilo.

1: Entende-se como vencimento a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei (art. 40). Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens: indenizações; gratificações e adicionais. Contudo, as indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito (art. 49, I, II e III, e § 1º); **2:** Se for do *interesse da Administração*, o servidor poderá, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no País (art. 96-A); **3:** O horário especial será concedido ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo. No entanto, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho (art. 98, § 1º); **4:** Antônio iniciou tratamento após ter sido aposentado por invalidez. O tempo em que o servidor esteve aposentado será contado apenas para nova aposentadoria e não para promoção na carreira (art. 103, § 1º); **5:** Dentre os deveres do servidor, encontra-se o de atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo (art. 116, V, "a").
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5C

(Técnico – ANAC – 2009 – CESPE) Com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Federais, julgue os próximos itens.

(1) Não são considerados servidores públicos aqueles que ocupam empregos nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista.

(2) A ascensão é forma de provimento de cargo público.

(3) É obrigatório o comparecimento do servidor no ato de posse, não sendo permitida a posse mediante procuração específica.

(4) Readaptação é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

(5) Uma das formas de declarar-se a vacância de determinado cargo público é a promoção do servidor.

1: A Lei nº 8.112/1990 institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das *autarquias*, inclusive as em regime especial, e das *fundações públicas federais*. Não se inclui aí os empregados públicos das empresas públicas e sociedades de economia mista (art. 1º); **2:** As formas de provimento de cargo público são: nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução, conforme art. 8º; **3:** A regra é que o servidor compareça no ato da posse. Entretanto, em caráter excepcional, a posse poderá dar-se mediante procuração específica (art. 13, § 3º); **4:** A readaptação consiste na investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica (art. 24); **5:** São várias as hipóteses de vacância do cargo público, dentre elas a promoção (art. 33, III).
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

(Técnico – ANAC – 2009 – CESPE) Com relação ao regime disciplinar disposto na Lei nº 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

(1) Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, ainda que os cargos de que decorram essas remunerações sejam acumuláveis na atividade.

(2) Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, convertendo-se, automaticamente, em pedido de exoneração do outro cargo.

(3) A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar não interrompem a prescrição, mas tão somente a decisão final proferida pela autoridade competente.

1: A afirmativa encontra-se incorreta, pois nos termos do art. 118, § 3º considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, *salvo quando* os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade; **2:** A afirmativa encontra-se correta conforme art. 133, § 5º; **3:** A afirmativa encontra-se incorreta, pois o art. 142, § 3º da Lei nº 8.112/1990 aduz que a *abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente*.
Gabarito 1E, 2C, 3E

(Técnico – ANATEL – 2009 – CESPE) Julgue os itens que se seguem à luz da Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

(1) O servidor público que estiver cumprindo estágio probatório não faz jus à licença para tratar de interesses particulares a critério da Administração Pública.

(2) Servidor aposentado por invalidez mediante laudo de junta médica oficial de agência reguladora estadual poderá reintegrar-se ao cargo antes ocupado, quando declarado insubsistente o motivo pela mesma junta que o aposentou.

(3) Readaptação é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado quando invalidada a sua demissão por decisão judicial.

1: A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração (art. 91); **2:** A afirmativa encontra-se incorreta, pois nos termos do art. 28 da Lei nº 8.112/1990, a reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens. Nesse caso, seria possível a reversão; **3:** A readaptação *é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica* (art. 24).
Gabarito 1C, 2E, 3E

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) Com relação ao regime de trabalho dos servidores e à legislação aplicável a eles, julgue os itens de 1 a 5.

(1) A exoneração não se caracteriza como uma penalidade administrativa disciplinar aplicável aos servidores públicos.

(2) Os cargos públicos em comissão não poderão ser providos segundo as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho.

(3) Durante o estágio probatório, é vedado ao servidor público assumir cargo em comissão.

(4) A aposentadoria compulsória se dará, em qualquer caso, com proventos integrais do cargo em que se encontra o servidor.

(5) A redistribuição caracteriza-se quando o servidor é deslocado de lugar, o que pode ocorrer a pedido ou de ofício.

1: As penalidades disciplinares são: advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada (art. 127, I a VI); **2:** Estabelece o art. 62 em seu parágrafo único que *lei específica estabelecerá a remuneração dos cargos em comissão*; **3:** O servidor *em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão* ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação. (art. 20, § 3º); **4:** O servidor será aposentado compulsoriamente, aos setenta anos de idade, *com proventos proporcionais* ao tempo de serviço (art. 186, II); **5:** Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, e somente ocorrerá a redistribuição *ex officio* para a ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade (art. 37, § 1º).
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E, 5E

(Analista – ANAC – 2009 – CESPE) De acordo com o disposto na Lei nº 8.112/1990, que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis, julgue os itens que se seguem.

(1) A readaptação, a reversão e a recondução são formas de provimento de cargo público.

(2) É permitida a acumulação de vencimento de cargo ou de emprego público efetivo com proventos de inatividade, considerando que não haverá incompatibilidade de horários.

(3) As vantagens e os benefícios concedidos aos servidores em atividade são estendidos aos inativos, salvo quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função.

(4) O presidente de comissão de processo disciplinar deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

(5) É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidades dos Poderes da União, de Estado, do Distrito Federal (DF) e de Município, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública.

1: São formas de provimento de cargo público a nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução (art. 8º); **2:** Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade (art. 118, § 3º); **3:** A afirmativa encontra-se incorreta, pois aos inativos são estendidos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria (art. 189, parágrafo único); **4:** O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de *cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado* (art. 149); **5:** A afirmativa encontra-se correta, cuja redação corresponde ao que prescreve o § 3º, do art. 103.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5C

(Administrador – Ministério do Esporte – 2008 – CESPE) Acerca da lei que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública direta, indireta ou fundacional, julgue os itens que se seguem.

(1) A lei referida é conhecida como Lei de Improbidade Administrativa e é aplicável a agentes públicos, servidores ou não, bem como a particulares.

(2) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito avaliar a conveniência de representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

(3) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não estará de forma alguma sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa.

1: correta – a Lei nº 8.429/1992 aplica-se tanto a agentes públicos como a terceiros que induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiem sob qualquer forma, direta ou indireta – arts. 2º e 3º da Lei nº 8.429/1992; **2:** incorreta – quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público para a indisponibilidade dos bens do indiciado – art. 7º da Lei nº 8.429/1992; **3:** incorreta – o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança – art. 8º da Lei nº 8.429/1992.
Gabarito 1C, 2E, 3E

12. LEI 8.666/1993

Ana Paula Garcia, Georgia Renata Dias, Ivo Shigueru Tomita, Sebastião Edilson Gomes e Wander Garcia*

1. LICITAÇÃO

1.1. PRINCÍPIOS

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Com relação à alienação de bens imóveis da administração pública, assinale a opção correta segundo a Lei n.º 8.666/1993.

(A) Existem hipóteses em que não se exige a avaliação prévia do bem.
(B) Não pode haver dispensa de licitação, nem mesmo com motivação da autoridade responsável.
(C) A alienação do bem depende de autorização legislativa.
(D) A alienação do bem prescinde da comprovação de existência do interesse público, desde que a autoridade competente justifique seu ato com outra razão.
(E) Não se faz possível a dação em pagamento nem a doação do bem, por impossibilitar a realização da licitação.

A: incorreta (art. 17, *caput*, da Lei 8.666/1993); **B:** incorreta. Pode haver dispensa, nos termos do art. 24 da Lei 8.666/1993; **C:** correta (art. 17, I, da Lei 8.666/1993); **D:** incorreta (art. 17, *caput*, da Lei 8.666/1993); **E:** incorreta (art. 17, I, *a* e *b*, da Lei 8.666/1993).
Gabarito "C"

1.2. CONTRATAÇÃO DIRETA (LICITAÇÃO DISPENSADA, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE)

(Técnico Judiciário – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Julgue o item subsequente acerca da licitação.

(1) A União pode contratar, com dispensa de licitação, a prestação de serviços de organização social para atividades contempladas no contrato de gestão.

1: certa (art. 24, **XXIV**, da Lei 8.666/1993).
Gabarito 1C

(Técnico Judiciário – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Acerca de licitações públicas, julgue o próximo item.

(1) A contratação de famoso cantor para se apresentar em praça pública no aniversário de determinada cidade caracteriza um dos casos de dispensa licitação.

1: errada, trata-se de hipótese de inexigibilidade de licitação (art. 25, **III**, da Lei 8.666/1993).
Gabarito 1E

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Acerca da licitação, julgue os itens subsequentes.

I. A contratação, pela administração pública, de artista consagrado pela crítica especializada pode ser feita mediante dispensa de licitação.
II. Comprovada a venda de determinado produto por uma fornecedora exclusiva, incide a inexigibilidade de licitação.
III. As hipóteses de inexigibilidade de licitação impostas pela lei não são exaustivas.
IV. A lei admite a preferência de determinada marca, mesmo havendo mais de um fabricante para aquele produto na praça onde deve ser realizada a licitação.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 0.
(B) 1.
(C) 2.
(D) 3.
(E) 4.

I: incorreta, trata-se de hipótese de inexigibilidade de licitação (art. 25, III, da Lei 8.666/1993); **II**: correta (art. 25, I, da Lei 8.666/1993); **III**: correta. As hipóteses de inexigibilidade são exaustivas (art. 25 da Lei 8.666/1993); **IV**: incorreta (art. 25, I, da Lei 8.666/1993).
Gabarito "C"

(Técnico – ANAC – 2009 – CESPE) Considerando o disposto na Lei n.º 8.666/1993 e suas recentes alterações, julgue os itens de 1 a 5.

(1) É vedada a realização sucessiva de contratações diretas por dispensa de licitação para aquisição do mesmo objeto ou para prestação de serviços de mesma natureza.
(2) É inexigível a licitação para locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e de localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado segundo avaliação prévia.
(3) Nem mesmo nas licitações de âmbito internacional é permitida aos licitantes a cotação de preços em moeda estrangeira, sejam os licitantes estrangeiros ou nacionais.
(4) Após a fase de habilitação, em nenhuma hipótese, é possível a desistência da proposta apresentada por um dos licitantes, a fim de se evitar fraude contra a Administração.
(5) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera para a Administração a obrigação de indenizar, salvo pelos serviços efetivamente prestados pela empresa contratada, desde que a esta não seja imputável à causa da anulação.

1: Essa questão foi objeto de inúmeros recursos, pois de fato a Lei 8.666/1993, não veda de forma expressa a realização sucessiva de contratações diretas. Embora inicialmente o gabarito oficial tenha considerado correta, posteriormente foi considerada como incorreta; **2:** A afirmativa encontra-se incorreta, pois licitação inexigível é aquela que não pode ser exigida por inviabilidade de competição entre os interessados. A Lei 8.666/1993, em seu art. 25, I a III, elenca como hipóteses de inexigibilidade: fornecedor exclusivo, serviços técnicos especializados e atividades artísticas; **3:** Afirmativa incorreta, pois nas concorrências de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes. Quando for permitido ao licitante estrangeiro cotar preço em moeda estrangeira, igualmente o poderá fazer o licitante brasileiro (art. 42, § 1º); **4:** incorreta. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, *salvo por motivo justo* decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão (art. 43, § 6º); **5:** correta. Observe que a autoridade competente deve anular o procedimento licitatório por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, não gerando obrigação de indenizar (art. 49, *caput* e § 1º da Lei 8.666/1993). Entretanto, a nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável (art. 59, parágrafo único).
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

* **Georgia Renata Dias** comentou as questões do concurso de Analista – STF – 2013 e Analista Judiciário – Área Administrativa – TRT8; **Ivo Shigueru Tomita** comentou as questões do concurso de Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT8 – 2013 e de Técnico – TJ/CE – 2013 e **Wander Garcia** comentou as questões de Promotor de Justiça/PI – 2014, Juiz de Direito 2016, Analista TRE/PI/2016, Analista TRT/8ª/2016, Analista TCE/PR/2016 e **Ana Paula Garcia** e **Sebastião Edilson Gomes** comentaram as demais questões.

(Analista – Ministério da Integração Social – 2009 – CESPE)

(1) Em certos casos, é inexigível a licitação para contratação de serviços de publicidade e divulgação.

1: incorreta. A Lei 8.666/1993, em seu art. 25, I a III, elenca como hipóteses de inexigibilidade, consistindo em: fornecedor exclusivo, serviços técnicos especializados e atividades artísticas. Entretanto, na parte final do inc. II, prescreve que é *vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação*.
Gabarito 1E

1.3. FASES/PROCEDIMENTO (EDITAL, HABILITAÇÃO, JULGAMENTO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO)

(Técnico Judiciário – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Acerca de licitações públicas, julgue o próximo item.

(1) Após empate em todos os critérios definidos em edital, uma empresa brasileira terá preferência em relação a uma empresa suíça, na celebração de contrato administrativo com o município de São Paulo.

1: certa, conforme dispõe o art. 3º, § 2º, da Lei 8.666/1993.
Gabarito 1C

2. CONTRATOS

2.1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) Com respeito aos contratos administrativos, julgue os itens a seguir:

(1) O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites das modalidades de licitação concorrência e tomada de preços.

(2) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Administração, especialmente designado para tanto, permitida a contratação de terceiros para substituí-lo.

(3) É cabível a rescisão unilateral do contrato, por meio de ato escrito da Administração, pelo cometimento reiterado de faltas na execução do contrato, anotadas em registro próprio pelo representante da Administração.

(4) A escolha da modalidade de garantia cabe ao contratado e não pode ultrapassar o correspondente a 5% do valor do contrato, a não ser no caso de ajustes que importem entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário. Ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.

(5) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais da execução do contrato, porém, em caso de inadimplência, a responsabilidade por seu pagamento é transferida à Administração Pública.

1: correta. Informa o art. 62 que o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de: *concorrência e tomada de preços* e nas hipóteses de dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação. Aduz, ainda, o dispositivo citado que, nos demais casos, o instrumento contratual é facultativo, devendo a Administração Pública substituí-lo por outros instrumentos hábeis. São eles: a carta-contrato; a nota de empenho de despesa; a autorização de compra ou ordem de execução de serviço; **2: incorreta.** A fiscalização da execução do contrato é uma prerrogativa, que possui a Administração Pública, fato que se dá por um representante da Administração especialmente designado para esta função, permitindo-se a *contratação de terceiros para ajudá-lo*, e *não para substituí-lo* (art. 67, *caput*); **3: correta.** Conforme determina o art. 78, VIII, constituem motivo para rescisão do contrato o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei de Licitações. Diz o art. 67, § 1º que o representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados)"; **4: incorreta.** A exigência de garantia se dá na fase de habilitação do procedimento licitatório, visando verificar a capacidade econômico-financeira do interessado, devendo estar prevista no instrumento convocatório. O art. 56, § 1º, I, II e III, estabelece as *modalidades de garantia*, cabendo ao contratado optar por uma delas. São elas: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; seguro-garantia e fiança bancária. Entretanto, convém observar que a garantia não pode exceder o limite de cinco por cento do valor do contrato (§ 2º); se as obras, serviços e fornecimentos forem de grande vulto, de grande complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, o limite de garantia poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato, desde que demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente (§ 3º) e se a garantia prestada pelo contratado for em dinheiro, a mesma será devolvida ao contratante após a execução do contrato (§ 4º); **5: incorreta.** O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis (art. 71, § 1º).
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E

2.2. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

(Técnico – ANAC – 2009 – CESPE) Quanto aos contratos administrativos celebrados em conformidade com a Lei 8.666/1993, julgue os itens que se seguem.

(1) A Administração possui a prerrogativa de ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis vinculados ao objeto do contrato, nos casos de serviços essenciais que envolvam rescisão do contrato administrativo.

(2) Os efeitos produzidos pela declaração de nulidade do contrato administrativo não são retroativos.

(3) Em nenhuma hipótese é possível a celebração de contrato verbal com a Administração em razão do rígido formalismo exigido, a fim de evitar abusos e prejuízos ao erário.

(4) Os contratos administrativos poderão ser alterados, unilateralmente, pela Administração, para acrescer ou diminuir, quantitativamente, no caso de obras, serviços e compras, até 25% do valor inicial atualizado do contrato.

(5) A administração pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.

1: correta. Em se tratando de serviços públicos essenciais, a Administração Pública pode *ocupar provisoriamente bens móveis*, *imóveis*, *pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato*, tanto na hipótese relacionada à apuração de faltas contratuais, como na hipótese de rescisão do contrato, o que, nos termos do art. 80, I e II, ocorre da seguinte forma: I – assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração; II – ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei 8.666/1993; **2: incorreta.** A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos (art. 59); **3: incorreta.** Em relação à forma, a regra é que os contratos administrativos devem ser escritos, considerando-se nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração. Contudo, essa regra admite exceção para compras de pequeno valor. Isto é, valores que não ultrapassem a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, II, "a", o que equivale a R$ 4.000,00 (art. 60, parágrafo único); **4:** A assertiva encontra-se correta e, nesse caso, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os

seus acréscimos (art. 65, I, "b" e § 1º); **5: correta.** A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei 8.212/1991 (art. 71, § 2º).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5C

3. PREGÃO

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) Acerca de pregão, julgue os itens de 1 a 4.

(1) Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer a função, sendo uma de suas atribuições o credenciamento dos interessados em participar da licitação.

(2) Os tipos de licitação a serem utilizados na modalidade pregão são menor preço e menor lance ou oferta.

(3) Na modalidade pregão, examinada a proposta classificada em primeiro lugar, caberá ao ordenador de despesas decidir motivadamente a respeito da aceitabilidade dessa proposta.

(4) Na modalidade pregão, a habilitação dos licitantes é fase posterior ao julgamento e classificação.

1: correta. No pregão não há comissão de licitação. O que existe é uma equipe de apoio integrada em sua maioria por servidores, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor. O pregão é realizado por um pregoeiro designado pela autoridade competente, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o qual, via de regra, participa de curso para aprender os procedimentos do pregão. Não há responsabilidade solidária para os componentes da comissão de apoio em caso de irregularidade. Quem responde é o pregoeiro. No âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio poderão ser desempenhadas por militares (art. 3º, IV, §§ 1º e 2º da Lei 10.520/2002); **2: incorreta.** O critério adotado *será sempre o de menor preço* (art. 4º, X da Lei 10.520/2002); **3: incorreta.** Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade (art. 4º, XI); **4: correta,** pois no pregão há uma *inversão de fases*. Na concorrência os procedimentos são os seguintes: Edital; Habilitação; Classificação e Julgamento, Homologação e Adjudicação. No pregão os procedimentos previstos no art. 4º da Lei 10.520/2002, são os seguintes: Edital (inc. I); Classificação e Julgamento (incs. X e XI); Habilitação (incs. XII e XIII); Adjudicação (incs. XV e XVI) e Homologação (inc. XII).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

4. TEMAS COMBINADOS

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Com referência aos ditames trazidos pela Lei 8.666/1993, de observância obrigatória pela Administração Pública, julgue os próximos itens:

(1) Se determinado Estado da Federação, em processo de licitação para aquisição de um produto encontrado em todo o território nacional, inserir no instrumento convocatório cláusula estabelecendo preferência por contratar empresas sediadas no próprio Estado, a fim de fomentar o desenvolvimento econômico local, a referida cláusula ofenderá o disposto na lei, especialmente o princípio da isonomia.

(2) O processo de licitação será iniciado, obrigatoriamente, mediante a realização de audiência pública pela autoridade responsável, sempre que o valor estimado para a contratação for superior a 1,5 milhão de reais, a fim de ampliar o acesso a todos os interessados.

(3) Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da lei em apreço, assim como para representar ao tribunal de contas responsável pela fiscalização dos recursos.

(4) Se, na comemoração do centenário de determinada instituição da Administração Pública federal, o responsável pela instituição e pela celebração da data promover a contratação direta, com dispensa de licitação, de serviços, justificando a situação emergencial, tal contratação afrontará a lei em exame, pois a situação descrita não é passível de contratação emergencial sem licitação.

1: correta. A Lei de Licitações em seu art. 3º informa que, no procedimento licitatório, há que se observar o princípio constitucional da isonomia, tanto que o art. 37, XXI da CF reza que "as *obras, serviços, compras e alienações* serão contratados mediante processo de *licitação pública* que *assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.*" Infere-se daí que não pode haver impedimento àqueles que desejem participar do certame licitatório; **2: incorreta.** Sempre que o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o limite previsto no art. 23, I, "c", isto é, *superior a R$ 150.000.000,00* (cento e cinquenta milhões de reais), o processo licitatório será obrigatoriamente iniciado com *audiência pública*, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital, e divulgada com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua realização, pelos mesmos meios previstos para a publicidade da licitação, à qual terão acesso e direito a todas as informações pertinentes e a se manifestar todos os interessados (art. 39, *caput*). As licitações simultâneas são aquelas com objetos similares e com realização prevista para intervalos não superiores a trinta dias, e licitações sucessivas, são aquelas que também possuem objetos similares, e o edital subsequente tenha uma data anterior a cento e vinte dias após o término do contrato resultante da licitação antecedente (art. 39, parágrafo único); **3: correta.** Está correta a afirmativa, pois art. 41 dispõe que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, sendo que *qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade* na aplicação da Lei 8.666/1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis (art. 41, § 1º); **4: correta.** A licitação dispensável admite concorrência entre interessados, mas a Administração Pública em razão de seu poder discricionário, e levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, pode realizá-la ou não. Se a opção for pela não realização da concorrência, fica o Poder Público autorizado a realizar a contratação direta, nos casos elencados no art. 24 em rol taxativo (*numerus clausus*). Aduz o inc. IV do referido artigo que "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos. Os casos de emergência ou calamidade pública, a exemplos de enchentes, terremotos, epidemias, também justificam a contratação direta pela Administração Pública, o que não é o caso do enunciado.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Com relação aos contratos administrativos celebrados pela Administração Pública e à Lei de Licitações, julgue os itens subsequentes:

(1) É possível a celebração de contratos pela Administração Pública em posição de igualdade com o particular contratante, sendo estes considerados como contratos administrativos atípicos; além disso, é facultativa a sua formalização, desde que possam ser substituídos por outros instrumentos hábeis de comprovação.

(2) É possível a alteração unilateral pela Administração Pública do contrato administrativo celebrado na hipótese de reforma de edifício, até o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato, para os seus acréscimos.

(3) Como exemplo de prerrogativa ou poder exorbitante da Administração Pública, esta poderá alterar as cláusulas

econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos, mesmo sem a prévia concordância do contratado.

(4) Se comprovada a efetiva atuação de servidor público para favorecer determinada empresa, e o órgão da Administração Pública decidir por anular o contrato administrativo já celebrado, a declaração de nulidade terá efeitos *ex tunc* e desobrigará a Administração de indenizar a empresa contratada pelos serviços efetivamente prestados.

1: correta. Saliente-se que o art. 62, informa que o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e tomada de preços e nas hipóteses de dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação. Aduz ainda o citado artigo que, nos demais casos, o instrumento contratual é facultativo, devendo a Administração Pública substituí-lo por outros instrumentos hábeis. São eles: carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço; **2: correta.** É possível a alteração unilateral pela Administração Pública, sendo que o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos (art. 65, § 1º); **3: incorreta.** A Administração Pública, em razão da supremacia do interesse público sobre o interesse privado e da indisponibilidade do interesse público, possui algumas prerrogativas (privilégios). Dentre estas, encontram-se as chamadas cláusulas exorbitantes, justamente porque exorbitam, extrapolam as cláusulas comuns admissíveis nos contratos regidos pelo direito privado. O art. 58, I a V, da Lei 8.666/1993, elenca as principais cláusulas exorbitantes, tendo a Administração Pública a prerrogativa de: *modificá-los, unilateralmente*, para melhor adequação às finalidades de *interesse público*, respeitados os direitos do contratado; *rescindi-los, unilateralmente*, nos casos especificados no inc. I do art. 79 da Lei 8.666/1993; *fiscalizar-lhes a execução*; *aplicar sanções* motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste e, nos casos de serviços essenciais, *ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato*, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo. Entretanto, *as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado* (art. 58, § 1º); **4: incorreta.** A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos. Entretanto, a nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa (art. 59, parágrafo único).

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Técnico – ANAC – 2009 – CESPE) Acerca dos dispositivos da Lei de Licitações, julgue os itens a seguir.

(1) O procedimento licitatório será sempre sigiloso, com exceção da fase de abertura das propostas, que deverá ser pública e acessível a todos os interessados.

(2) Nenhuma compra será feita sem a indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato.

(3) A alienação de bens imóveis da Administração Pública direta e indireta independe da autorização legislativa, bastando a realização de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência.

(4) A permuta de bens móveis, permitida exclusivamente entre órgãos e entidades da Administração Pública, depende de avaliação prévia, mas a licitação poderá ser dispensada nesse caso.

(5) Nas situações em que couber a tomada de preços, a Administração poderá utilizar o convite e, em qualquer caso, a concorrência.

1: incorreta. O sigilo na apresentação das propostas se faz necessário para que haja igualdade entre os licitantes, pois se assim não fosse, aquele que soubesse da proposta de seu concorrente estaria em vantagem. Há que se esclarecer que *a licitação não será sigilosa*, o que é *sigiloso é o conteúdo das propostas*, até a abertura dos envelopes (art. 3º, § 3º). Inclusive, o sigilo das propostas é tão importante que seu descumprimento, nos termos do art. 94 da Lei 8.666/1993, constitui crime passível de detenção de dois a três anos e multa; **2: correta.** De fato, nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa (art. 14); **3: incorreta.** A alienação de bens da Administração Pública está subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, sendo precedida de avaliação. Quando imóveis, *dependerá de autorização legislativa para órgãos da Administração direta e entidades autárquicas e fundacionais*, e, para todos, *inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência* (art. 17, I); **4: correta.** A permuta nada mais é do que uma troca, onde as partes, se obrigam a dar uma coisa pela outra, só podendo ocorrer entre imóveis, destinados ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia (art. 24, X). A alienação de bens da Administração Pública deverá ser feita com base no interesse público e será precedida de avaliação e dependerá de autorização legislativa para órgãos da Administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta no caso de permuta (art. 17, I, "c"); **5: incorreta.** A regra é: quem pode o mais pode o menos. Quando couber tomada de preços, é possível utilizar-se a modalidade de convite, mas a concorrência não se aplica em qualquer caso. Por exemplo, *não há concorrência para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, o que se dá através de concurso*. Em regra a concorrência é utilizada para contratação de obras, serviços de engenharia, compras e serviços de grande vulto, e nada impede que a Administração Pública utilize a modalidade de concorrência para contratação de valor menor. Há que se observar ainda que a concorrência é modalidade que se aplica à concessão de serviço público, conforme determinação do art. 2º, II da Lei 8.987/1995, que estabeleceu as regras sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos. Quanto às parcerias público-privadas (PPPs), a contratação será precedida de licitação na modalidade de concorrência, conforme art. 10 da Lei 11.079/2004 que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública. Tanto para a alienação de imóveis quanto para o direito real de uso, deve-se observar a modalidade de concorrência, qualquer que seja o valor de seu objeto (art. 23, § 3º da Lei 8.666/1993).

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5E

(Técnico – ANATEL – 2009 – CESPE) Com referência a licitações, julgue os itens de 1 a 4.

(1) O pregão não pode ser considerado uma modalidade de licitação, em razão de não integrar a Lei 8.666/1993.

(2) A licitação é um procedimento administrativo por meio do qual os entes da Administração Pública selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados. Tal seleção deve ser devidamente formalizada em regras, as quais possuem a flexibilidade necessária para garantir a eficácia do resultado.

(3) O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é a garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser rigorosamente observadas por todos os participantes.

(4) A licitação é dispensável em algumas situações, como em casos de segurança nacional ou grave perturbação da ordem.

1: incorreta. Embora não previsto na Lei 8.666/1993, o pregão é uma modalidade de licitação. Tal modalidade foi instituída pela Lei 10.520/2002 para *aquisição de bens e serviços comuns* pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme disposto em regulamento, *qualquer que seja o valor da contratação*, podendo ocorrer na forma presencial ou eletrônica; **2: incorreta.** Em relação à licitação, a doutrina apresenta conceitos semelhantes e, de início pode-se afirmar que a licitação é um procedimento administrativo que tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a Adminis-

tração Pública. O ilustre doutrinador José dos Santos Carvalho Filho define licitação como o "procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos: a celebração do contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico". (*Manual de direito administrativo.* 24. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 218); **3: correta.** O instrumento convocatório é o ato que estabelece as regras do certame licitatório e geralmente vem sob a forma de edital, mas também pode se dar por carta-convite. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório significa que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada (art. 41 da Lei 8.666/1993). Hely Lopes Meirelles afirma que o "edital é a lei interna da licitação, e como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como à Administração que os expediu". (*Direito administrativo brasileiro.* 36. ed. São Paulo: Malheiros. 2010, p. 285); **4: correta.** A licitação dispensável admite concorrência entre interessados mas a Administração Pública, em razão de seu poder discricionário e levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, pode realizá-la ou não. Se a opção for pela não realização da concorrência, fica o Poder Público autorizado a realizar a contratação direta, nos casos elencados no art. 24 em rol taxativo (*numerus clausus*), dentre estes os casos de guerra ou grave perturbação da ordem (inc. III). Não seria lógico nem coerente que houvesse licitação em caso de guerra ou comoção interna. São situações que justificam a contratação direta pela Administração Pública.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Analista – INSS – 2008 – CESPE) Julgue os próximos itens, relativos à licitação.

(1) Considere que a Administração tenha anulado licitação durante a execução do respectivo contrato administrativo. Nessa situação, há dever de indenizar o contratado na parte do contrato que este já houver executado.

(2) Suponha que a União pretenda contratar organização social para o desenvolvimento de atividades contempladas em contrato de gestão. Nesse caso, haverá inexigibilidade de licitação.

(3) Em razão de o INSS ser autarquia especial de intervenção no domínio econômico, nos aspectos de ingerência no setor privado, ele não se submeterá a procedimentos licitatórios.

1: correta. Segundo José dos Santos Carvalho Filho, invalidação é a "forma de desfazimento do ato administrativo em virtude da existência de vício de legalidade" (*Manual de direito administrativo.* 24. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 144). A autoridade competente deve anular o procedimento licitatório por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, não gerando obrigação de indenizar (art. 49, *caput* e § 1º da Lei 8.666/1993). Entretanto, a nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável (art. 59, parágrafo único); **2: incorreta.** Contrato de gestão é aquele que pode ser firmado com entidade privada ou com entidades da Administração indireta, e tem como objetivo proporcionar autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta que poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o Poder Público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade (art. 37, § 8º da CF). A Lei 9.637/1998, em seu art. 5º, c/c art. 1º, define contrato de gestão como o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às organizações sociais cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. Contudo, para Hely Lopes Meirelles, *o contrato de gestão trata-se mais de um acordo operacional pelo qual o órgão superior da Administração direta estabelece, em conjunto com os dirigentes da entidade contratada, o programa de trabalho, com a fixação de objetivos a alcançar, prazos de execução, critérios de avaliação de desempenho, limites para despesas, assim como o cronograma da liberação de recursos financeiros previstos* (*Direito administrativo brasileiro.* 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 273). É o caso, por exemplo, de Hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia, qualificados pelo Ministério da Saúde, ou Secretarias de Saúde dos Estados ou Municípios como Organização Social; **3: incorreta.** De fato o INSS é uma autarquia, mas não de intervenção no domínio econômico, e sim para atividades voltadas para fins de previdência social oficial. Em tempo, José dos Santos Carvalho Filho define autarquia como "pessoa Jurídica de direito público, integrante da Administração indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado". (*Manual de direito administrativo.* 24. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 428). Por revestirem-se das peculiaridades próprias do regime direito público, os contratos celebrados pelas autarquias, regem-se pelas normas de direito público sendo, em regra, precedidos de licitação (art. 37, XXI da CF e art. 1º, parágrafo único da Lei 8.666/1993).

Gabarito 1C, 2E, 3E

(Analista – ANAC – 2009 – CESPE) Considerando os dispositivos da Lei 8.666/1993, responsável por instituir normas para licitações e contratos da Administração Pública, julgue os itens de 1 a 5.

(1) Enquanto na dispensa há possibilidade de competição que justifique a licitação, nos casos de inexigibilidade, a competição não é possível porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração.

(2) É permitido à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de licitação, permitindo-se a inclusão posterior de documento ou de informação que deveria constar originariamente da proposta.

(3) A Administração fica estritamente vinculada às normas e às condições do edital e qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 8.666/1993.

(4) O pregão é a modalidade utilizada para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração e de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.

(5) A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato, portanto, a Administração não fica obrigada a indenizar o contratado pelo que houver sido executado até a data da declaração.

1: correta. A licitação dispensável admite concorrência entre interessados, mas a Administração Pública, em razão de seu poder discricionário e levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, pode realizá-la ou não. Se a opção for pela não realização da concorrência, fica o Poder Público autorizado a realizar a contratação direta, nos casos elencados no art. 24 em rol taxativo (*numerus clausus*). Por outro lado, a licitação inexigível é aquela que não pode ser exigida por inviabilidade de competição entre os interessados. A Lei 8.666/1993 em seu art. 25, I a III elenca como hipóteses de inexigibilidade: fornecedor exclusivo, serviços técnicos especializados e atividades artísticas; **2: incorreta.** É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, *vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta* (art. 43, § 3º); **3: correta.** A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Saliente-se, contudo, que qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei de Licitações, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis (art. 41, § 1º); **4: incorreta.** O pregão é uma modalidade de licitação não compreendida na Lei de Licitações. Tal modalidade foi instituída pela Lei 10.520/2002 para *aquisição de bens e serviços comuns* pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme disposto em regulamento, *qualquer que seja o valor da contratação*, podendo ocorrer na forma presencial ou eletrônica; **5: incorreta.** A anulação do contrato administrativo ocorre quando se verifica alguma ilegalidade. Esta pode se dar em relação ao objeto, ao agente capaz, inobservância do procedimento licitatório etc. Inclusive, dispõe o art. 49, § 2º da Lei 8.666/1993 que "a nulidade do

procedimento licitatório induz à do contrato". A anulação do contrato pode ser realizada de ofício pela Administração Pública, ou pelo Poder Judiciário desde que provocado. Entretanto, é necessário parecer escrito e devidamente fundamentado, respeitando-se, por óbvio, o contraditório e a ampla defesa (art. 49, *caput* e § 3). É bom destacar que a anulação, por motivo de ilegalidade, do contrato administrativo não gera obrigação de indenizar por parte da Administração Pública (art. 49, § 1º). Entretanto, *a nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados*, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa (art. 59, parágrafo único).
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) Considere que a União, por meio de dispensa de licitação, tenha firmado contrato de prestação de serviços de forma continuada com determinada empresa. Firmado o contrato, o órgão da União responsável pelo contrato passou a exigir da referida empresa a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre o contrato. Diante dessa situação hipotética e acerca da licitação pública, na forma da Lei 8.666/1993, julgue os itens seguintes.

(1) Se a Administração Pública não fizer a referida exigência ao longo da execução do contrato administrativo, a União poderá ser responsabilizada, de forma solidária, pelas respectivas contribuições devidas.

(2) A exigência de regularidade fiscal, caso ocorra na fase de habilitação, é ilegal, pois se trata de contrato firmado por dispensa de licitação.

1: correta. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis. *A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato*, nos termos do art. 31 da Lei 8.212/1991 (art. 71, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/1993); **2:** incorreta. Habilitação é fase em que a Administração Pública analisa a documentação apresentada para verificar se os interessados estão ou não aptos a participar do certame licitatório. O art. 27 apresenta quais documentos serão exigidos dos interessados, dentre os quais, o que comprove a regularidade fiscal e trabalhista (inc. IV). A regularidade fiscal do candidato, é a prova de que o participante encontra-se em dia com suas obrigações fiscais em nível federal, estadual e municipal, consistindo na entrega de uma série de documentos arrolados no art. art. 29.
Gabarito 1C, 2E

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) Acerca de licitações públicas, julgue os itens que se seguem.

(1) Na modalidade pregão, é vedada a exigência de garantia da proposta.

(2) Diferentemente das modalidades de licitação, que estabelecem o critério de julgamento, os tipos de licitação definem os procedimentos a serem adotados.

(3) A modalidade consulta de licitação é prevista apenas para as agências reguladoras.

(4) Celeridade, razoabilidade, justo preço e seletividade são alguns dos princípios correlatos norteadores da modalidade pregão.

1: correta. No pregão é vedada a exigência de garantia de proposta (art. 5º, I da Lei 10.520/2002); **2:** incorreta. O tipo consiste no critério de julgamento utilizado para seleção da proposta mais vantajosa para Administração Pública; **3:** correta. A consulta é considerada pela doutrina como a sétima modalidade de licitação, encontrando amparo no *caput* dos arts. 55 e 58 da Lei 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações), que criou a ANATEL. Posteriormente a Lei 9.986/2000 que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras, em seu art. 37, estendeu a modalidade a todas as Agências Reguladoras, à exceção de obras e serviços de engenharia, os quais são regulados pela Lei 8.666/1993; **4:** correta. O pregão tem como objetivo a celeridade nas aquisições, redução de custos e facilidade na participação dos competidores, pois inverte as fases de habilitação e classificação dos licitantes, sendo analisados apenas os lances de menor preço.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Analista – TCU – 2009 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, relativos a licitações públicas.

(1) A inexigibilidade de licitação ocorre sempre que houver impossibilidade jurídica de competição, enquanto a dispensa de licitação tem lugar em contexto de viabilidade jurídica de competição.

(2) A União, em suas contratações públicas, não pode conceder tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, pois tal comportamento violaria o princípio da isonomia entre os licitantes.

(3) O critério de julgamento aplicável a uma licitação vincula-se ao tipo de licitação. Os tipos de licitação aplicáveis a todas as modalidades de licitação são os de menor preço, melhor técnica, técnica e preço e maior lance ou oferta.

(4) A modalidade de licitação denominada pregão pode ser utilizada para a aquisição de bens e serviços de informática e automação, considerados como bens e serviços comuns.

(5) A adjudicação compulsória ao vencedor da licitação corresponde à celebração do contrato.

1: correta. A licitação inexigível é aquela que não pode ser exigida por inviabilidade de competição entre os interessados. A Lei 8.666/1993 em seu art. 25, I a III elenca como hipóteses de inexigibilidade: fornecedor exclusivo, serviços técnicos especializados e atividades artísticas. Por outro lado, a licitação dispensável admite concorrência entre interessados, mas a Administração Pública, em razão de seu poder discricionário e levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, pode realizá-la ou não; **2:** incorreta. Ocorre exatamente o contrário, pois a Lei Complementar 123/2006, conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, prevê, em seu art. 47, "nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica"; **3:** incorreta. Constituem tipos de licitação, *exceto na modalidade concurso*: a de menor preço – quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço; a de melhor técnica; a de técnica e preço e a de maior lance ou oferta – nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso (art. 45, § 1º, I a IV); **4:** incorreta. O pregão é uma modalidade de licitação não compreendida na Lei de Licitações. Tal modalidade foi instituída pela Lei 10.520/2002 para *aquisição de bens e serviços comuns* pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme disposto em regulamento, *qualquer que seja o valor da contratação*, podendo ocorrer na forma presencial ou eletrônica. Para todos os efeitos, consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado (art. 1º, parágrafo único da Lei 10.520/2002). O pregão foi regulamentado pelo Decreto 3.555/2000, sendo posteriormente alterado pelos Decretos 3.693/2000 e 3.784/2001. O Anexo do Decreto 3.784/2001 traz uma relação imensa do que se considera como bens e serviços comuns. Os bens comuns se dividem em: I – bens de consumo, tais como água mineral; combustíveis; gêneros alimentícios; material de expediente; material de limpeza; medicamentos; uniformes etc.; e II – bens permanentes, a exemplo de mobiliários; equipamentos; veículos etc. Os serviços comuns por sua vez, se referem aos serviços de apoio administrativo; assinatura de periódicos; assistência médica e hospitalar; atividades auxiliares (garçom, jardineiro, motorista, secretária) etc. Não se considera os serviços de informática e automação como bens e serviços comuns;

5: incorreta. Adjudicação compulsória consiste em que o objeto da licitação deve ser atribuído ao licitante vencedor. Adjudicar não significa contratar, mas sim garantir ao vencedor que, quando a Administração Pública for contratar o fará com o licitante vencedor, não podendo a Administração celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade (art. 50 da Lei 8.666/1993).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5E

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) Quanto aos contratos administrativos, julgue os itens subsequentes.

(1) A exigência ou não de garantia para execução do contrato é decisão discricionária da autoridade competente.

(2) Entre as diferentes modalidades de garantias para a execução do contrato encontra-se o seguro-garantia, em que um banco se responsabiliza a pagar determinado valor à Administração na hipótese de inadimplemento do contratado.

(3) Nos casos de inexigibilidade, para o contrato ter eficácia é exigida a ratificação pela autoridade superior e a publicação na imprensa oficial dos atos de inexigibilidade ou dispensa, sendo desnecessária a publicação do resumo do instrumento do contrato.

1: correta. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras (art. 56); **2:** incorreta. No caso de inadimplemento contratual, pode a Administração Pública aplicar a *multa de mora pelo atraso na execução* (art. 86); ou por *inexecução total ou parcial do contrato* (art. 87, II). Se houver garantia, o valor da multa será descontado da mesma. É bom salientar que a exigência de garantia se dá *na fase de habilitação* do procedimento licitatório, visando *verificar a capacidade econômico-financeira do interessado*, devendo estar prevista no instrumento convocatório. O art. 56, § 1º, I, II e III, estabelece as *modalidades de garantia*, cabendo ao contratado optar por uma delas. São elas: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; seguro-garantia e fiança bancária. No seguro-garantia, a Seguradora garante que o Contratado realizará a obra ou os serviços a que se propõe. A Seguradora emite a apólice, mas para isso analisa os aspectos econômicos e financeiros da empresa, sua experiência e capacidade de realização do objeto do contrato. Estes funcionam como pré-requisitos para emissão da apólice. Na fiança bancária o Banco é o fiador das responsabilidades assumidas pelo contratado. Entretanto, o Banco só outorga a carta de fiança, após análise da capacidade econômica financeira da empresa, a fim de verificar se o contratado tem capacidade de ressarci-lo em eventual inadimplência contratual; **3:** incorreta. A publicação do contrato é requisito indispensável para sua eficácia. Aliás, o que se publica é um resumo do contrato. Veja o que prescreve o parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/1993: "A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei."

Gabarito 1C, 2E, 3E

13. Direito Constitucional

Bruna Vieira, Fábio Tavares, Eduardo Dompieri, Felipe Maciel, Georgia Renata Dias, Henrique Subi, Ivo Shigueru Tomita, Licínia Rossi e Teresa Melo*

1. PODER CONSTITUINTE

(Agente Administrativo – Ministério da Previdência – 2010 – CESPE) Acerca do direito constitucional, julgue o item.

(1) O poder constituinte derivado, ou de revisão ou reforma, caracteriza-se por ser inicial, autônomo e incondicionado, corporificando-se por meio de instrumento denominado emenda constitucional.

1: Errado, pois as características mencionadas são relativas ao poder constituinte originário que é aquele que cria a primeira Constituição do Estado ou a sua nova Constituição, ou seja, instaura um novo ordenamento jurídico. O poder derivado, ao contrário, não detém autonomia, é limitado e condicionado. Sendo assim, está subordinado aos comandos trazidos pelo poder originário.

Gabarito 1E

(Ministério Público/SE – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito dos conceitos de mutação constitucional, revisão constitucional e poder constituinte.

(A) Tratando-se de mutação constitucional, o texto da constituição permanece inalterado, e alteram-se apenas o significado e o sentido interpretativo de determinada norma constitucional.

(B) A revisão constitucional prevista no ADCT da CF, que foi realizada pelo voto da maioria simples dos membros do Congresso Nacional, gerou seis emendas constitucionais de revisão que detêm o *status* de normas constitucionais originárias.

(C) Previsto pelo constituinte originário, o poder constituinte derivado decorrente encontra limitações apenas nas cláusulas pétreas.

(D) Sendo poder de índole democrática, autônomo e juridicamente ilimitado, o poder constituinte originário tem como forma única de expressão a assembleia nacional constituinte.

(E) É expressamente previsto na CF que os Poderes Legislativos dos estados, do DF e dos municípios devem elaborar suas constituições e leis orgânicas mediante manifestação do poder constituinte derivado decorrente.

A: correta, já que a alteração da Constituição pode ocorrer pela via formal (emendas à Constituição) ou pela via informal (mutação constitucional). A mutação permite que o sentido e o alcance da norma constitucional sejam alterados sem que haja qualquer modificação no texto do dispositivo da Constituição. É feita pelos órgãos estatais ou pelos costumes sociais; **B:** incorreta, pois ainda que a revisão constitucional tenha procedimento distinto do aplicado às emendas constitucionais do art. 60 da CF, é também exemplo do poder de reforma da Constituição, pois o fruto do seu trabalho tem igualmente natureza jurídica de emendas à Constituição (embora chamadas de "emendas de revisão). Por isso, mesmo que presente alguma discussão doutrinária a respeito, as emendas de revisão configuram-se exercício do poder constituinte derivado, precisando observar, por isso, os mesmos limites expressos (art. 60 da CF) e implícitos de reforma da CF. Na leitura do art. 3º do ADCT pode-se notar que o quórum de aprovação das emendas de revisão (maioria absoluta) é menos rígido que o prescrito para aprovação das emendas "ordinárias" (maioria de três quintos – art. 60, § 2º, da CF), somando-se a isso o fato de o dispositivo que prevê a revisão constitucional constar do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o que corrobora a vontade do constituinte originário de realizar a revisão constitucional uma única vez. Dessa forma, tem-se que a revisão constitucional foi concebida pelo Poder Constituinte Originário para ser realizada apenas uma vez, após cinco anos da promulgação da CF, pelo voto da maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão unicameral. Em obediência à determinação constitucional, a revisão ocorreu em 1993/1994 e resultou em 6 emendas de revisão, tendo aí a norma constitucional exaurido sua eficácia; **C:** incorreta, já que o Poder Constituinte Derivado Reformador encontra limites expressos e implícitos. Os limites do poder reformador expressos são: Formais (CF, art. 60, I, II e III, §§ 2º, 3º e 5º); Circunstanciais (CF, art. 60, § 1º) e Materiais (CF, art. 60, § 4º). Em contrapartida, os limites implícitos são classificados: Quanto aos direitos e garantias fundamentais; quanto à titularidade do poder constituinte originário; quanto á titularidade do poder reformador e quanto ao processo legislativo especial de reforma; **D:** incorreta, pois ao contrário do Poder Constituinte Originário (que é inicial, autônomo, ilimitado e incondicionado), o Poder Constituinte Derivado é secundário, subordinado e limitado, e exercido pelos representantes do povo. Daí resulta a conclusão de que o poder derivado encontra limites nas regras previstas pelo constituinte originário, que não se resumem às cláusulas pétreas. Além disso, o Poder Constituinte Originário se manifesta por intermédio de Assembleia Nacional Constituinte ou pelo ato de outorga de uma nova Constituição; **E:** incorreta. Não há previsão constitucional expressa nesse sentido. E, apesar de a elaboração das Constituições estaduais ser exemplo do Poder Constituinte Derivado Decorrente, os Municípios não possuem Poder Constituinte, sendo certo que a elaboração da Lei Orgânica Municipal é ato de *terceiro grau*, ou seja, sua capacidade de auto-organização não decorre diretamente da CF, como no caso dos Estados e do Distrito Federal.

Gabarito "A"

(Defensor Público/BA – 2010 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, relativos ao poder constituinte.

(1) O denominado poder constituinte supranacional tem capacidade para submeter as diversas constituições nacionais ao seu poder supremo, distinguindo-se do ordenamento jurídico positivo interno assim como do direito internacional.

(2) O Brasil adotou a teoria segundo a qual o poder constituinte originário não é totalmente ilimitado, devendo ser respeitadas as normas de direito natural.

1: correta. Maurício Andreiuolo Rodrigues, citado por Pedro Lenza, afirma que o poder constituinte supranacional "faz as vezes do poder constituinte porque cria uma ordem jurídica de cunho constitucional, na medida em que reorganiza a estrutura de cada um dos Estados ou adere ao direito comunitário de viés supranacional por excelência, com capacidade, inclusive, para submeter as diversas constituições nacionais ao seu poder supremo. Da mesma forma, e em segundo lugar, é supranacional, porque se distingue do ordenamento positivo interno assim como do direito internacional"; **2:** incorreta. O Poder Constituinte Originário (PCO) é inicial porque inaugura uma nova ordem jurídica; ilimitado porque não se submete aos limites impostos pela ordem jurídica anterior; autônomo porque exercido livremente por

* **Eduardo Dompieri** comentou as questões do concurso de Promotor de Justiça/AC – 2014. **Georgia Renata Dias** comentou as questões do concurso de Analista – TJ/CE – 2013, Analista – STF – 2013 e de Analista Judiciário – Área Administrativa – TRT8 – 2013. **Ivo Shigueru Tomita** comentou as questões dos concursos de Analista e Técnico – TJ/CE – 2013, de Técnico – STF – 2013 – CESPE e de Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT8 – 2013. **Bruna Vieira e Teresa Melo** comentaram as questões dos seguintes concursos: Procurador do Estado/AM/2016, Analista TRT/8ª/2016, Analista TCE/PR/2016, Analista TRE/PI/2016, Juiz de Direito/AM/2016, Juiz de Direito/DF/2016. **Teresa Melo** comentou as questões do concurso para Analista TCE/PA/2016, **Bruna Vieira**, **Fábio Tavares**, **Felipe Maciel**, **Henrique Subi**, **Licínia Rossi** e **Teresa Melo** comentaram as demais questões.

seu titular (o povo) e incondicionado por não se submeter a nenhuma forma preestabelecida para sua manifestação, nem mesmo aos "direitos adquiridos". Importante ressaltar que, para a doutrina jusnaturalista, o direito natural impõe limites ao PCO que, por essa razão, não seria totalmente autônomo.

Gabarito 1C, 2E

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, relativos aos poderes constituintes originário e derivado.

I. O poder constituinte originário não se esgota quando se edita uma constituição, razão pela qual é considerado um poder permanente.

II. Respeitados os princípios estruturantes, é possível a ocorrência de mudanças na constituição, sem alteração em seu texto, pela atuação do denominado poder constituinte difuso.

III. O STF admite a teoria da inconstitucionalidade superveniente de ato normativo editado antes da nova constituição e perante o novo paradigma estabelecido.

IV. Pelo critério jurídico-formal, a manifestação do poder constituinte derivado decorrente mantém-se adstrita à atuação dos estados-membros para a elaboração de suas respectivas constituições, não se estendendo ao DF e aos municípios, que se organizam mediante lei orgânica.

V. O poder constituinte originário pode autorizar a incidência do fenômeno da desconstitucionalização, segundo o qual as normas da constituição anterior, desde que compatíveis com a nova ordem constitucional, permanecem em vigor com *status* de norma infraconstitucional.

Estão certos apenas os itens

(A) I e V.
(B) II e III.
(C) I, III e IV.
(D) I, II, IV e V.
(E) II, III, IV e V.

I: Correta. O poder constituinte originário não se esgota quando se edita uma constituição, razão pela qual é considerado um poder permanente porque seu titular é o povo; **II:** Correta. A ocorrência de mudanças na constituição, sem alteração em seu texto, pela atuação do denominado poder constituinte difuso, nada mais é que atuação do Poder Constituinte Derivado pela via do PROCESSO INFORMAL, denominado de mutação constitucional. A mutação constitucional pode ser vista de diversos aspectos, de forma ampla ou restritivamente ou ainda quanto a sua forma e não há consenso na doutrina quanto à sua classificação, assim, faremos uma análise de maneira genérica e nos aprofundaremos nos pontos controvertidos. De maneira mais ampla, a mutação constitucional pode ser entendida como toda e qualquer alteração da constituição seja ela através de reforma (atos do poder constituinte derivado) ou alterações interpretativas sem modificação de texto (operadas pelo judiciário). Quanto à mutação em análise estrita, pode ainda ser dividida em mutação formal, que nada mais é do que a alteração formal do texto legal, e mutação informal, que se consubstancia na alteração interpretativa sem modificação de texto. Essa última espécie é a utilizada pela maioria dos autores, por vezes a mais polêmica e com amplas ramificações no direito constitucional e como um todo. Passemos então a análise da mutação constitucional (pois mutação pode ocorrer em qualquer espécie normativa) em seu aspecto informal/interpretativo, no âmbito de nossa Corte Constitucional, em que a partir deste momento chamaremos apenas de mutação. Tendo em vista a classificação de nossa constituição como rígida, ou seja, em que seu processo de alteração é mais lento e dificultoso que a alteração de uma legislação ordinária, e a constante evolução da sociedade, não se poderia admitir o engessamento da Constituição frente às necessidades sociais, isso, tendo como base a diferenciação entre texto legal e norma, passou a admitir-se a interpretação das normas constitucionais, possibilitando o dinamismo, mas devendo manter a segurança jurídica. Em relação aos limites da mutação constitucional, tema de várias controvérsias, pode-se entender que não há grandes diferenças entre limites da interpretação e da mutação constitucional se partirmos do pressuposto em que a mutação constitucional seria a alteração do sentido de um texto em decorrência da modificação do contexto. Mas, se considerarmos a mutação como fenômeno complexo, como consequência de diversos fatores sociais, políticos, institucionais etc., seus limites vão além dos limites da interpretação. Neste passo, a interpretação deve buscar no texto legal a vontade do legislador e não a do aplicador do direito e obedecer aos princípios de interpretação, que segundo Manoel Gonçalves Ferreira Filho ao citar Canotilho, exemplifica: "1) princípio da unidade da Constituição, que exclui contradições, 2) princípio do efeito integrador, ou seja, deve-se preferir a interpretação que dá reforço à unidade política; 3) Princípio da máxima efetividade, quer dizer, deve-se preferir a interpretação que dê maior efetividade à norma; 4) princípio da justeza ou conformidade funcional, que impede a alteração da repartição de funções; 5) princípio da concordância prática ou harmonização, pelo qual se deve evitar o sacrifício (total) de um bem jurídico em favor de outro; 6) princípio da força normativa, em razão do qual se deve procurar dar eficácia óptima à lei constitucional etc."; **III:** Incorreta. O STF não adota a doutrina da "inconstitucionalidade superveniente", mas entende que as normas pré-constitucionais que não se compatibilizam com o *conteúdo* da nova Constituição são por ela revogadas. Por isso, não cabe ADI contra norma anterior à Constituição; **IV:** Correta. Inclusive, o autor tem o mesmo entendimento, mas devemos pontuar que a matéria não é pacífica; **V:** Correta. No caso brasileiro o ordenamento não admite, como regra geral, o fenômeno da *desconstitucionalização*, segundo o qual as normas da Constituição anterior, materialmente compatíveis com a nova ordem constitucional, permanecem em vigor com *status* de lei ordinária. Só existirá desconstitucionalização se o próprio Poder Constituinte assim determinar, haja vista sua autonomia.

Gabarito "D"

(Analista – TCU – 2009 – CESPE) A respeito do poder constituinte de reforma, julgue os itens subsequentes.

(1) O poder de reforma recebe, doutrinariamente, as mais diferentes denominações, sendo seus sinônimos as expressões poder constituinte derivado ou poder constituinte de segundo grau.

(2) No Brasil, o poder de emendar a Constituição só se concretiza quando a proposta de emenda reúne, entre outros requisitos, o voto favorável de três quintos dos membros de cada casa do Congresso Nacional e em dois turnos de votação em cada uma delas.

(3) O poder de reforma inclui tanto o poder de emenda como o poder de revisão do texto constitucional.

(4) O poder de reforma é criado pelo poder constituinte originário e se confunde com ele ao estabelecer o procedimento a ser seguido para as alterações constitucionais e as limitações a serem observadas.

1: correto, pois o poder de reforma é denominado derivado ou de segundo grau pelo fato de ser limitado e condicionado pelo poder constituinte originário, força inicial e criadora da Constituição. Noutras palavras, o poder constituinte derivado só existe por força do poder constituinte originário; **2:** correto, pois o processo legislativo de aprovação das emendas à Constituição é mais rigoroso, o que garante a supremacia constituição e faz da Constituição brasileira uma constituição rígida; **3:** correto, pois o poder constituinte derivado reformador se manifesta através das emendas à Constituição (art. 59, inciso I, da CF), ou através da revisão constitucional, procedimento de alteração do texto constitucional menos rigoroso, através do qual a Constituição brasileira pôde ser alterada em sessão unicameral, através da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional (art. 3º do ADCT). Vale ressaltar que o processo de revisão constitucional se deu em junho de 1994, sendo, portanto, norma de eficácia exaurida; **4:** incorreto, pois o poder de reforma é criado pelo poder constituinte originário, mas não se confunde com ele, eis que aquele é limitado e condicionado por este. O poder constituinte originário é a potência criadora e inicial, que rompe com a ordem constitucional anterior e faz surgir uma nova Constituição; já o poder de reforma é a competência, criada pelo poder constituinte originário, de modificar o texto constitucional, desde que respeitados os limites previstos na própria Constituição.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

2. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) A respeito dos princípios fundamentais, da aplicabilidade das normas constitucionais e dos direitos sociais, julgue os itens a seguir.

(1) Sendo os direitos fundamentais válidos tanto para as pessoas físicas quanto para as jurídicas, não há, na Cons-

tituição Federal de 1988 (CF), exemplo de garantia desses direitos que se destine exclusivamente às pessoas físicas.

(2) A dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, apresenta-se como direito de proteção individual em relação ao Estado e aos demais indivíduos e como dever fundamental de tratamento igualitário dos próprios semelhantes.

(3) O livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é norma constitucional de eficácia contida; portanto, o legislador ordinário atua para tornar exercitável o direito nela previsto.

1: incorreta – Os direitos fundamentais são, por excelência, dirigidos às pessoas físicas, porém extensíveis às pessoas jurídicas no que couber. Assim, existem direitos que só podem ser destinados a pessoas físicas, como a garantia do *habeas corpus*, que só pode beneficiar pessoas físicas (embora possa ser impetrado por pessoas jurídicas); **2:** correta – O respeito à dignidade humana, erigido a fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CF) também impede a adoção de tratamento diferenciado entre as pessoas. Ou seja, é oponível em face do Estado e dos particulares; **3:** incorreta – A primeira parte está correta, pois a norma do art. 5º, XIII, da CF, é de eficácia contida (ou restringível), mas não precisa da atuação do legislador ordinário para que possa se tornar exercitável. As normas constitucionais de eficácia contida são de aplicabilidade imediata, embora possam vir a ser restringidas pelo legislador no futuro. Ao contrário, as normas de eficácia *limitada* precisam da intermediação do legislador para que possam ser aplicadas.
Gabarito 1E, 2C, 3E

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) A Constituição Federal de 1988 (CF) apresenta, em sua conformação estrutural, os elementos constitutivos do Estado, quais sejam, a soberania, a finalidade, o povo e o território. Nesse sentido, julgue os itens que se seguem, relacionados a esses elementos.

(1) As capacidades de auto-organização, autogoverno, auto-administração e autolegislação reconhecidas aos estados federados exemplificam a autonomia que lhes é conferida pela Carta Constitucional.

(2) Considerando que os direitos sejam bens e vantagens prescritos no texto constitucional e as garantias sejam os instrumentos que asseguram o exercício de tais direitos, a garantia do contraditório e da ampla defesa ocorre nos processos judiciais de natureza criminal de forma exclusiva.

1: correta – A Federação Brasileira difere um pouco do modelo clássico de federalismo, pois nela tanto União, Estados-membros, como também os Municípios, são autônomos. V. art. 18, *caput*, da CF. Segundo a doutrina, a autonomia é a capacidade de auto-organização (cada um dos entes federativos pode elaborar sua própria Constituição), autogoverno (garantia assegurada ao povo de escolher seus próprios dirigentes e de, através deles, editar leis) e autoadministração (capacidade assegurada aos estados de possuir administração própria, faculdade de dar execução às leis vigentes). Alguns autores falam, ainda, em autolegislação, capacidade de elaborar suas próprias leis, respeitados os limites e as competências fixadas na Constituição Federal; **2:** incorreta – A primeira parte está correta. Isso porque, embora a expressão "direitos e garantias" seja muito utilizada, a doutrina afirma que *direitos* correspondem aos benefícios previstos na norma constitucional, ao passo que as *garantias* dizem respeito aos instrumentos através dos quais se assegura o pleno exercício dos direitos. Daí porque, embora distintos, os conceitos são conexos. Entretanto, a garantia do contraditório e da ampla defesa não se destina exclusivamente aos processos criminais, aplicando-se aos processos em geral, inclusive administrativos. V. art. 5º, LV, da CF.
Gabarito 1C, 2E

(Agente Administrativo – Ministério da Previdência – 2010 – CESPE) Acerca do direito constitucional, julgue o item.

(1) A norma constitucional é uma sobrenorma, porque trata do conteúdo ou das formas que as demais normas devem conter, apresentando princípios que servem de guias supremos ao exercício das competências dos órgãos.

1: Correto, a principal norma do ordenamento jurídico brasileiro é a Constituição Federal. Suas normas, além de possuírem o grau máximo de eficácia, delimitam o conteúdo e o procedimento das demais. As normas infraconstitucionais (leis, decretos, medidas provisórias, dentre outras) só valerão se estiverem de acordo com os mandamentos constitucionais. Desse modo, é possível afirmar que o fundamento de validade das regras jurídicas repousa na CF.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério da Previdência – 2010 – CESPE) Acerca do direito constitucional, julgue o item.

(1) Pode ser objeto de emenda constitucional a proposta tendente a abolir o direito de petição aos poderes públicos ou a obtenção de certidões em repartições públicas.

1: Errado, pois de acordo com o art. 60, § 4º, IV, da CF, as emendas constitucionais tendentes a abolir os direitos e garantias individuais, ao contrário do mencionado, **não podem** sequer ser objeto de deliberação.
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério da Previdência – 2010 – CESPE) Acerca do direito constitucional, julgue o item.

(1) A função típica do Poder Legislativo é legislar, do Poder Executivo, administrar e do Poder Judiciário, exercer a jurisdição. Contudo, cada um dos poderes exerce, em pequena proporção, função que seria originariamente de outro. Isso ocorre para assegurar-se a própria autonomia institucional de cada poder e para que um poder exerça, em última instância, um controle sobre o outro, evitando-se o arbítrio e o desmando.

1: Correto, de fato, o Legislativo, Executivo e Judiciário exercem funções típicas e atípicas. O art. 2º da CF consagra a regra da separação dos poderes, ditando que eles são independentes, porém subordinados ao princípio da harmonia. Com a finalidade de evitar os abusos cometidos pelos detentores do poder, ou seja, que a concentração do poder fique nas mãos de uma única pessoa ou órgão, é que o constituinte dividiu as funções estatais. Isso se consagrou por meio do sistema dos freios e contrapesos (*checks and balances*), técnica por meio da qual o poder é contido pelo próprio poder, sendo, portanto, uma garantia do povo contra o arbítrio e o despotismo.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério da Previdência – 2010 – CESPE) Acerca do direito constitucional, julgue o item.

(1) Segundo a estrutura escalonada ou piramidal das normas de um mesmo sistema jurídico, no qual cada norma busca sua validade em outra, situada em plano mais elevado, a norma constitucional situa-se no ápice da pirâmide, caracterizando-se como norma-origem, porque não existe outra que lhe seja superior.

1: Correto, de fato, a principal norma do ordenamento jurídico brasileiro é a Constituição Federal. Seus comandos, além de possuírem o grau máximo de eficácia, delimitam o conteúdo e o procedimento das demais. As normas infraconstitucionais (leis, decretos, medidas provisórias, dentre outras) só valerão se estiverem de acordo com os mandamentos constitucionais. Desse modo, é possível afirmar que o fundamento de validade das regras jurídicas repousa na CF.
Gabarito 1C

(Ministério Público/SE – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta acerca da Federação.

(A) As matérias de competência privativa da União podem ser delegadas por meio de lei complementar que autorize os estados a legislar sobre temas específicos nela previstos.

(B) São requisitos para que os estados se incorporem, se subdividam ou se desmembrem para se anexarem a outros ou para formarem novos estados a aprovação da população diretamente interessada, mediante plebiscito, e lei complementar estadual aprovada pela maioria absoluta das casas legislativas dos estados envolvidos.

(C) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios devem preservar a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, serão feitos por lei estadual, obedecidos os requisitos de lei complementar estadual, e dependem de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

(D) Não existem, na atualidade, territórios federais no Brasil. Nada impede, entretanto, que voltem a ser criados sob a forma de distritos federais, dotados de autonomia política, mas não administrativa e financeira, constituindo entes *sui generis* do Estado Federal.

(E) Os estados podem, mediante decreto governamental, no período determinado por lei complementar federal, instituir regiões metropolitanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A: correta, réplica do art. 22, parágrafo único, da CF; **B:** incorreta, por não refletir o disposto no art. 18, § 3º, da CF; **C:** incorreta, por apresentar uma redação contrária ao art. 18, § 4º, da CF; **D:** incorreta. Realmente não existem territórios federais atualmente, mas podem voltar a ser criados; no entanto, terão natureza de territórios federais (art. 18, § 2º, da CF); **E:** incorreta, não reflete o disposto no art. 25, § 3º, da CF.

Gabarito "A"

(Ministério Público/RO – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta com referência ao conceito e à classificação das constituições.

(A) Para a teoria da força normativa da constituição – desenvolvida, principalmente, pelo jurista alemão Konrad Hesse –, a constituição tem força ativa para alterar a realidade, sendo relevante a reflexão dos valores essenciais da comunidade política submetida.

(B) De acordo com a classificação quanto à extensão, no Brasil, a Constituição de 1988 é sintética, pois constitucionaliza aspectos além do núcleo duro das constituições, estabelecendo matérias que poderiam ser tratadas mediante legislação infraconstitucional.

(C) As constituições denominadas rígidas são aquelas que não admitem alteração e que, por isso mesmo, são consideradas permanentes.

(D) Para o jurista alemão Peter Härbele, a constituição de um país consiste na soma dos fatores reais de poder que regulamentam a vida nessa sociedade.

(E) O legado de Carl Schmitt, considerado expoente da acepção jurídica da constituição, consistiu na afirmação de que há, nesse conceito, um plano lógico-jurídico, em que estaria situada a norma hipotética fundamental, e um plano jurídico positivo, ou seja, a norma positivada.

A: correta, pois para Ferdinand Lassale a Constituição diz respeito ao "fato social", pois é resultado do somatório das "forças reais de poder". Caso não haja correspondência entre a constituição real e esse "fato social", a constituição seria uma mera "folha de papel". Ao contrário, Konrad Hesse desenvolveu a doutrina da "força normativa da Constituição", segundo a qual os fatores reais de poder são limitados pela própria Constituição; **B:** incorreta, quanto à extensão, a CF/1988 é analítica, pois trata de todos os temas que os representantes do povo entendem importantes e, por isso, é extensa e detalhista. A Constituição dos EUA, ao contrário, é sintética; **C:** incorreta, já que as constituições rígidas são aquelas que preveem, para a alteração das normas constitucionais, um mecanismo mais difícil que aquele estabelecido para as normas não constitucionais. Sua alteração é mais difícil, mas não significa que não possam ser alteradas; **D:** incorreta, pelos fundamentos apresentados na alternativa "A"; **E:** incorreta, pois para Carl Schmitt, idealizador da noção de Constituição em sentido político, há diferença entre Constituição e lei constitucional. Constituição refere-se, apenas, "à decisão política fundamental (estrutura e órgãos do Estado, direitos individuais, vida democrática etc.); as leis constitucionais seriam os demais dispositivos inseridos no texto do documento constitucional, mas não contêm matéria de decisão política fundamental." (José Afonso da Silva, **Curso de Direito Constitucional** *Positivo*, 1998. p. 40). O enunciado da questão reproduz a lição de Kelsen, de que a Constituição é norma jurídica fundamental, desdobrando-se nos aspectos lógico-jurídico e jurídico-positivo, sendo certo que o sentido lógico-jurídico é o fundamento de validade para a elaboração da norma jurídico-positiva.

Gabarito "A"

(Defensoria Pública da União – 2010 – CESPE) Julgue o item seguinte.

(1) Atendendo ao princípio denominado correção funcional, o STF não pode atuar no controle concentrado de constitucionalidade como legislador positivo.

1: correta. O princípio da conformidade (ou correção) funcional, também chamado de *princípio da justeza*, visa impedir, na concretização da CF, a alteração da repartição das funções constitucionalmente estabelecidas.

Gabarito 1C

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) No que se refere ao conceito e à classificação de constituição, julgue o próximo item.

(1) Segundo a doutrina, quanto ao critério ontológico, que busca identificar a correspondência entre a realidade política do Estado e o texto constitucional, é possível classificar as constituições em normativas, nominalistas e semânticas.

1: correta, classificação atribuída a Karl Loewenstein. Segundo Pedro Lenza "enquanto nas Constituições normativas a pretendida limitação ao poder se implementa na prática, havendo, assim, correspondência com a realidade, nas nominalistas busca-se essa concretização, porém, sem sucesso, não se conseguindo uma verdadeira normatização do processo real do poder. Por sua vez, nas semânticas nem sequer se têm essa pretensão, buscando-se conferir legitimidade meramente formal aos detentores do poder, em seu próprio benefício." Dessa forma, continua o mesmo autor, "da normativa à semântica percebemos uma gradação de democracia e Estado democrático de direito para autoritarismo." (Pedro Lenza, **Direito Constitucional Esquematizado**, 2010, p. 85).

Gabarito 1C

(Técnico Judiciário – TRT/17ª – 2009 – CESPE) A respeito dos princípios fundamentais que regem a atuação da República Federativa do Brasil, julgue os itens a seguir.

(1) De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), todo o poder emana do povo, que o exerce exclusivamente por meio de representantes eleitos diretamente.

(2) Constitui princípio que rege a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais a concessão de asilo político, vedada a extradição.

(3) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, dos municípios, do Distrito Federal e dos territórios.

1: incorreto. Não reflete o disposto no art. 1º, parágrafo único, da CF/1988; **2:** incorreto. O art. 4º, X, da CF/1988 garante o asilo político, mas não há vedação da extradição (*v.* art. 5º, LI e LII, da CF/1988); **3:** incorreto. Os territórios não integram a federação brasileira (art. 1º da CF/1988). Vale lembrar que, conforme o art. 18 da CF/1988, os territórios federais integram a União.

Gabarito 1E, 2E, 3E

(Analista – TCU – 2009 – CESPE) Tendo em vista a aplicação dos diversos critérios de classificação das constituições ao modelo brasileiro de 1988, julgue os itens a seguir.

(1) Por expressar apenas as regras básicas de organização do Estado e os preceitos referentes aos direitos fundamentais, a CF é considerada como uma constituição analítica.

(2) Quanto à forma, a CF é uma constituição escrita, pois se acha consolidada em usos e costumes, convenções e textos esparsos, bem como na jurisprudência formada sobre os temas constitucionais.

(3) A Constituição Federal de 1988 (CF) é considerada pela maior parte da doutrina constitucionalista como uma constituição rígida. Há, no entanto, visão que – atentando para o fato de a CF ter um núcleo imutável, que não se submete a modificações nem mesmo por emenda – a classifica como super-rígida.

1: incorreto, pois a Constituição brasileira, pelo contrário, não se limita a definir as regras básicas de organização do Estado e os direitos e garantias fundamentais (constituição material), avançando

em assuntos que, a rigor, poderiam ser disciplinados pelo legislador. Por essas razões, é chamada de analítica ou prolixa; **2:** incorreto, pois a Constituição brasileira é escrita em razão de ser formada por um conjunto de regras sistematizadas e organizadas em um único documento, ao passo que as constituições não escritas ou costumeiras são consolidadas em usos, costumes, convenções e documentos esparsos, conforme proposto no item em análise; **3:** correto, pois a classificação da Constituição brasileira como super-rígida é atribuída a Alexandre Morais, o qual leva em conta a existência das chamadas cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, da CF).

Gabarito 1E, 2E, 3C

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) Acerca das classificações de Constituição, julgue o item subsequente.

(1) A CF, quanto à origem, é promulgada, quanto à extensão, é analítica e quanto ao modo de elaboração, é dogmática.

1: Correta, pois a CF/88 é considerada como promulgada porque adveio de uma Assembleia Nacional Constituinte composta por representantes do povo. Sua elaboração se deu de maneira consciente e livre, diferentemente das Constituições outorgadas, que são criadas de forma imposta. Quanto à extensão, diz-se analítica ou prolixa, pois se trata de uma Constituição longa que não se restringe a cuidar de normas materialmente constitucionais, normas estruturais, de organização do poder, de funcionamento do Estado. Trata, de forma minuciosa, de diversos assuntos relevantes para o Estado. Por fim, quanto ao modo de elaboração, classificamos como dogmática porque parte da aceitação de dogmas vigentes no período de sua formação, considerados o núcleo de uma doutrina.

Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) Acerca das classificações de Constituição, julgue o item subsequente.

(1) Uma Constituição classificada como semiflexível ou semirrígida significa que ela é tanto rígida como flexível, com matérias que exigem um processo de alteração mais dificultoso do que o exigido para alteração de leis infraconstitucionais.

1: Correto, de fato, na Constituição semiflexível a parte rígida será alterável por um processo mais dificultoso que o das demais normas jurídicas e a parte flexível, alterável pelo mesmo processo de elaboração e modificação das leis. Vale lembrar que, no Brasil, a única Constituição que tivemos classificada como semirrígida foi a Constituição do Império de 1824, conforme o seu art. 5º.

Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) A respeito dos conceitos de Constituição e da CF, julgue o seguinte item.

(1) No sentido sociológico defendido por Ferdinand Lassale, a Constituição é fruto de uma decisão política.

1: Errado, pois segundo Lassale, "os problemas constitucionais não são problemas de Direito, mas do poder; a verdadeira Constituição de um país somente tem por base os fatores reais e efetivos do poder que naquele país vigem e as constituições escritas não têm valor nem são duráveis a não ser que exprimam fielmente os fatores do poder que imperam na realidade social" (A essência da Constituição, p. 40). Portanto, somente terá valia a Constituição se efetivamente expressar a realidade social e o poder que a comanda. Em oposição a Lassale, Carl Schmitt (sentido político) defendeu o conceito de que a Constituição é a decisão política fundamental de um povo, visando sempre a dois focos estruturais básicos – organização do Estado e efetiva proteção dos direitos fundamentais.

Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) A respeito dos conceitos de Constituição e da CF, julgue o seguinte item.

(1) No sentido jurídico, a Constituição não tem qualquer fundamentação sociológica, política ou filosófica.

1: Correto, de fato, Hans Kelsen mencionava que o fundamento de validade da Constituição era encontrado na dimensão jurídica e não sociológica ou política. Esse autor representava o ordenamento jurídico por meio de uma pirâmide, na qual a Constituição se encontrava no ápice e abaixo estavam todos os demais atos normativos. Portanto, juridicamente, a Constituição localiza-se no mais elevado degrau da pirâmide e é exatamente em decorrência disso que é fundamentada sua normatividade.

Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) A respeito dos conceitos de Constituição e da CF, julgue o seguinte item.

(1) Uma Constituição do tipo cesarista se caracteriza, quanto à origem, pela ausência da participação popular na sua formação.

1: Errado, pois a Constituição cesarista é aquela que, embora elaborada de maneira unilateral (por um imperador ou ditador), após sua criação é submetida a um referendo popular para dar uma aparência de legitimidade. Desse modo, embora não possa ser considerada democrática, pois a participação do povo apenas tem a finalidade de confirmar a vontade daquele que a impôs, há colaboração popular.

Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) A respeito dos conceitos de Constituição e da CF, julgue o seguinte item.

(1) A CF vigente, quanto à sua alterabilidade, é do tipo semiflexível, dada a possibilidade de serem apresentadas emendas ao seu texto; contudo, com *quorum* diferenciado em relação à alteração das leis em geral.

1: Errado, pois a CF/88, quando ao processo de modificação ou alterabilidade, é considerada **rígida**, pois para ser modificada deve seguir um procedimento mais solene, mais dificultoso que o de alteração das demais normas jurídicas. O art. 60 da CF disciplina o processo legislativo das emendas constitucionais e fundamenta a rigidez constitucional.

Gabarito 1E

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Acerca dos fundamentos, objetivos e princípios da CF, julgue o item seguinte.

(1) Apesar de a CF estabelecer que todo o poder emana do povo, não há previsão, no texto constitucional, de seu exercício diretamente pelo povo, mas por meio de representantes eleitos.

1: Errado. O art. 1º, parágrafo único, da CF, ao contrário do afirmado, determina todo o poder emana do povo e que o exercício desse poder pode ser dar **diretamente** ou por meio de representantes eleitos.

Gabarito 1E

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) No tocante aos direitos e às garantias fundamentais previstos na CF, julgue o item a seguir.

(1) Somente por decisão judicial transitada em julgado as associações podem ser compulsoriamente dissolvidas.

1: Correto, pois de fato o art. 5º, XIX, da CF determina que as associações só podem ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial e exige, no caso da dissolução, o trânsito em julgado.

Gabarito 1C

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) No tocante aos direitos e às garantias fundamentais previstos na CF, julgue o item a seguir.

(1) A contribuição sindical definida em lei é obrigatória, mesmo para os profissionais liberais que não sejam filiados a sindicato.

1: Correta, pois de acordo com o art. 8º, IV, da CF, a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, **independentemente da contribuição prevista em lei.**

Gabarito 1C

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) No tocante aos direitos e às garantias fundamentais previstos na CF, julgue o item a seguir.

(1) Admite-se a quebra do sigilo das comunicações telefônicas, por decisão judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal ou administrativa.

1: Errada. Admite-se a quebra do sigilo apenas com a finalidade de investigação criminal ou instrução processual penal é que o juiz pode determinar a quebra do sigilo das comunicações telefônicas (art. 5º, XII, da CF).

Gabarito 1E

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) A cidadania pode ser entendida como o processo que se efetiva por meio do conhecimento e da conquista dos direitos humanos. Com relação a esse assunto, julgue o item que se segue.

(1) A cidadania implica o efetivo exercício dos direitos civis, políticos e socioeconômicos, bem como a participação e a contribuição para o bem-estar da sociedade.

1: Correto, pois a cidadania é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, II, da CF). Compreendida de forma abrangente, contempla a possibilidade do exercício dos direitos fundamentais constitucionalmente assegurados, além da participação e contribuição para o bem-estar da sociedade. Desse modo, pode o cidadão, por exemplo, ingressar com ação popular visando a anulação de um ato lesivo ao patrimônio público (art. 5º, LXXIII, da CF).

Gabarito 1C

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) A cidadania pode ser entendida como o processo que se efetiva por meio do conhecimento e da conquista dos direitos humanos. Com relação a esse assunto, julgue o item que se segue.

(1) Existem mecanismos constitucionais de que o cidadão pode dispor para defender e reivindicar seus direitos como, por exemplo, a ação popular, bastando ser maior de 18 anos de idade para estar habilitado para exercício dessa garantia.

1: Errado, pois para que o sujeito ingresse com a ação popular ele deve possuir título de eleitor e estar no exercício dos seus direitos políticos (art. 1º, § 3º, da Lei 4.717/1965 – Lei da Ação Popular).

Gabarito 1E

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) A cidadania pode ser entendida como o processo que se efetiva por meio do conhecimento e da conquista dos direitos humanos. Com relação a esse assunto, julgue o item que se segue.

(1) A evolução da cidadania é um processo que se originou após o século XIX.

1: Errado, pois o conceito de cidadania pode ser analisado sobre vários aspectos. Quanto à evolução história, a cidadania advém das brigas sociais e políticas, por exemplo, as que antecederam a independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789). Portanto, é possível afirmar que a evolução do conceito de cidadania se originou durante o século XVIII.

Gabarito 1E

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) Acerca dos sentidos, dos elementos e das classificações atribuídos pela doutrina às constituições, assinale a opção correta.

(A) O elemento de estabilização constitucional é consagrado nas normas destinadas a assegurar a solução de conflitos constitucionais, a defesa da Constituição, do Estado e das instituições democráticas.

(B) O elemento socioideológico é assim denominado porque limita a ação dos poderes estatais e dá a tônica do estado de direito, consubstanciando o elenco dos direitos e garantais fundamentais.

(C) Quanto à forma, diz-se formal a constituição cujo texto é composto por normas materialmente constitucionais e disposições diversas que não tenham relação direta com a organização do Estado.

(D) Segundo o sentido sociológico da constituição, na concepção de Ferdinand Lassalle, o texto constitucional equivale à norma positiva suprema, que regula a criação de outras normas.

(E) Segundo o sentido político da constituição, na concepção de Carl Schmitt, o texto constitucional equivale à soma dos fatores reais de poder, não passando de uma folha de papel.

A: correta. De fato, os elementos de estabilização constitucional visam à superação dos conflitos constitucionais, ao resguardo da estabilidade constitucional, à preservação da supremacia da Constituição, à proteção do Estado e das instituições democráticas e à defesa da Constituição. Citamos como exemplo as normas que tratam da intervenção federal, estadual (artigos 34 a 36 da CF/1988), as normas que tratam dos estados de sítio e de defesa e as demais integrantes do título V da CF/1988, com exceção dos capítulos II e III (porque eles integram os elementos orgânicos), as normas que tratam do controle de constitucionalidade e, ainda, as que cuidam do processo de emendas à Constituição; **B:** incorreta. Os elementos socioideológicos são aqueles que definem ou demonstram a ideologia adotada pelo texto constitucional. As normas que os integram são as que tratam dos direitos sociais, as que compõem a ordem econômica e financeira e a ordem social, e podem ser são encontradas no capítulo II do título II e nos títulos VII e VIII da CF/1988; **C:** incorreta. A Constituição formal leva em conta não o conteúdo da norma, mas a forma como a regra foi introduzida no sistema jurídico constitucional. Se a norma passou por um processo de incorporação mais complexo e solene que o procedimento de incorporação das leis, mesmo que não tenha conteúdo de direito constitucional, será tida como norma constitucional. O Brasil adota o que chamamos de constituição formal, por exemplo, no art. 242, § 2º, da CF/1988 que estabelece que o Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, será mantido na órbita federal. Esse dispositivo, muito embora não trate de matéria constitucional, é uma norma que está dentro da CF/1988, ou seja, é formalmente constitucional. O fato de estar alocada na constituição escrita dá a ela a força de norma constitucional. Dessa maneira, é regida pelo princípio da supremacia e só pode ser alterada pelo processo legislativo das emendas constitucionais (art. 60 da CF/1988). Além disso, a Constituição Federal determina que o grau máximo de eficácia das normas decorre da forma e não da matéria da norma que pertence à Constituição. Isso significa dizer que o que importa, realmente, é se a norma está ou não inserida no texto da Constituição, porque, se tiver conteúdo constitucional, mas não estiver contemplada no texto, certamente terá menos eficácia que as normas que estão lá inseridas; **D:** incorreta. O sentido sociológico da constituição, na concepção de Ferdinand Lassalle, tem a ver com elementos relacionados ao poder. Desse modo, somente terá valia a Constituição se efetivamente expressar a realidade social e o poder que a comanda. De nada adianta a existência de uma norma positiva suprema, que regula a criação de outras normas, se esse conteúdo não puder ser relacionado e adaptado aos elementos efetivos do poder; **E:** incorreta. O conceito trazido na alternativa diz respeito ao sentido dado por Ferdinand Lassalle e não por Carl Schmitt. Em oposição a Lassale, Carl Schmitt sempre defendeu o conceito de que a Constituição é a decisão política fundamental de um povo, visando sempre dois focos estruturais básicos – -organização do Estado e efetiva proteção dos Direitos fundamentais. Para esse autor há divisão clara entre Constituição e lei constitucional. Na primeira, encontraríamos as matérias constitucionais, ou seja, organização do Estado e garantia dos Direitos fundamentais, sempre com o objetivo de limitar a atuação do poder. Já as leis constitucionais seriam aqueles assuntos tratados na Constituição, mas que materialmente não tinham natureza de norma constitucional. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, trata da organização do Estado, enquanto o artigo 5º dispõe sobre os Direitos fundamentais. Se terminasse aqui, já seria suficiente para Schmitt denominá-la como uma verdadeira Constituição.

Gabarito "A"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Chega de ação. Queremos promessas. Assim protestava o grafite, ainda em tinta fresca, inscrito no muro de uma cidade, no coração do mundo ocidental. A espirituosa inversão da lógica natural dá conta de uma das marcas dessa geração: a velocidade da transformação, a profusão de ideias, a multiplicação das novidades. Vivemos a perplexidade e a angústia da aceleração

da vida. Os tempos não andam propícios para doutrinas, mas para mensagens de consumo rápido. Para jingles, e não para sinfonias. O direito vive uma grave crise existencial. Não consegue entregar os dois produtos que fizeram sua reputação ao longo dos séculos. De fato, a injustiça passeia pelas ruas com passos firmes e a insegurança é a característica da nossa era.

Na aflição dessa hora, imerso nos acontecimentos, não pode o intérprete beneficiar-se do distanciamento crítico em relação ao fenômeno que lhe cabe analisar. Ao contrário, precisa operar em meio à fumaça e à espuma. Talvez esta seja uma boa explicação para o recurso recorrente aos prefixos pós e neo: pós-modernidade, pós-positivismo, neoliberalismo, neoconstitucionalismo. Sabe-se que veio depois e que tem a pretensão de ser novo. Mas ainda não se sabe bem o que é. Tudo é ainda incerto. Pode ser avanço. Pode ser uma volta ao passado. Pode ser apenas um movimento circular, uma dessas guinadas de 360 graus.

L. R. Barroso. **Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito. O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil**. *In*: Internet: <jus2.uol.com.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima como motivação, assinale a opção correta a respeito do constitucionalismo e do neoconstitucionalismo.

(A) O neoconstitucionalismo tem como marco filosófico o pós-positivismo, com a centralidade dos direitos fundamentais, no entanto, não permite uma aproximação entre direito e ética.

(B) A democracia, como vontade da maioria, é essencial na moderna teoria constitucional, de forma que as decisões judiciais devem ter o respaldo da maioria da população, sem o qual não possuem legitimidade.

(C) No neoconstitucionalismo, a Constituição é vista como um documento essencialmente político, um convite à atuação dos poderes públicos, ressaltando que a concretização de suas propostas fica condicionada à liberdade de conformação do legislador ou à discricionariedade do administrador.

(D) O constitucionalismo pode ser definido como uma teoria (ou ideologia) que ergue o princípio do governo limitado indispensável à garantia dos direitos em dimensão estruturante da organização político-social de uma comunidade. Nesse sentido, o constitucionalismo moderno representa uma técnica de limitação do poder com fins garantísticos.

(E) O neoconstitucionalismo não autoriza a participação ativa do magistrado na condução das políticas públicas, sob pena de violação do princípio da separação dos poderes.

A: A parte final não é verdadeira; **B:** As decisões judiciais não devem sequer ser influenciadas pela opinião pública, devendo obediência à Constituição e ao direito; **C** e **D:** O neoconstitucionalismo visa desatrelar a noção de Constituição à mera limitação do poder político, devendo também buscar a máxima efetividade das normas constitucionais; **E:** Embora a participação ativa dos juízes seja questionável em doutrina, a banca considera que não há violação da separação de poderes nesse caso.

Gabarito "D"

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Acerca da formação da constituição, da recepção, da reforma e da revisão de normas constitucionais, na sistemática constitucional brasileira, assinale a opção correta.

(A) No tocante ao poder constituinte originário, o Brasil adotou a corrente positivista, de modo que o referido poder se revela ilimitado, apresentando natureza pré-jurídica.

(B) O STF admite a teoria da inconstitucionalidade superveniente de ato normativo produzido antes da nova constituição e perante o novo dispositivo paradigma, nela inserido.

(C) No fenômeno da recepção, são analisadas as compatibilidades formais e materiais da lei em face da nova constituição.

(D) As normas produzidas pelo poder constituinte originário são passíveis de controle concentrado e difuso de constitucionalidade.

(E) A CF pode ser alterada, a qualquer momento, por intermédio do chamado poder constituinte derivado reformador e também pelo derivado revisor.

A: Sim. Ao contrário, para a doutrina jusnaturalista, o direito natural impõe limites ao Poder Constituinte Originário que, por essa razão, não seria totalmente autônomo; **B:** O STF não adota a doutrina da "inconstitucionalidade superveniente", mas entende que as normas pré-constitucionais que não se compatibilizam com o *conteúdo* da nova Constituição são por ela revogadas. Por isso, não cabe ADIN contra norma anterior à Constituição (mas pode caber ADPF – art. 1º, parágrafo único, I, da Lei 9.882/1999); **C:** Pelo princípio da recepção, a legislação anterior à nova Constituição, desde que seja *materialmente* compatível com o novo texto, é validada e passa a se submeter à nova disciplina constitucional. Se a contrariedade com a CF de 1988 for apenas formal, sendo válido seu conteúdo, são recepcionadas; **D:** As normas constitucionais fruto do Poder Constituinte Originário não podem ser objeto de controle de constitucionalidade, mas aquelas inseridas na Constituição por emenda podem ter a constitucionalidade analisada; **E:** Na leitura do art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (o que corrobora a vontade do constituinte originário de realizar a revisão constitucional uma única vez), a revisão constitucional foi concebida pelo Poder Constituinte Originário para ser realizada apenas uma vez, após cinco anos da promulgação da CF, pelo voto da maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão unicameral. Em obediência à determinação constitucional, a revisão ocorreu em 1993/1994 e resultou em 6 emendas de revisão, tendo aí a norma constitucional exaurido sua eficácia.

Gabarito "A"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Com referência aos princípios constitucionais, julgue os seguintes itens.

(1) De acordo com o princípio da legalidade, apenas a lei decorrente da atuação exclusiva do Poder Legislativo pode originar comandos normativos prevendo comportamentos forçados, não havendo a possibilidade, para tanto, da participação normativa do Poder Executivo.

(2) Segundo a doutrina, a aplicação do princípio da reserva legal absoluta é constatada quando a CF remete à lei formal apenas a fixação dos parâmetros de atuação para o órgão administrativo, permitindo que este promova a correspondente complementação por ato infralegal.

(3) O Poder Judiciário, fundado no princípio da isonomia previsto na Carta da República, pode promover a equiparação dos vencimentos de um servidor com os de outros servidores de atribuições diferentes.

1: incorreta – O princípio da legalidade é mais amplo que o da reserva de lei e está insculpido no art. 5º, II, da CF. A legalidade impõe que a criação de direitos e obrigações só pode ser realizada por "lei", aí entendida em sentido amplo. Já a reserva legal ocorre sempre que a CF se referir à regulamentação de uma matéria "nos termos da lei" ou na "forma da lei", que deve obedecer ao processo legislativo constitucionalmente previsto; **2:** incorreta – A reserva legal ocorre sempre que a CF se referir à regulamentação de uma matéria "nos termos da lei" ou na "forma da lei", que deve obedecer ao processo legislativo constitucionalmente previsto; **3:** incorreta – Vedação expressa pelo art. 37, XIII, da CF

Gabarito 1E, 2E, 3E

(OAB – CESPE – 2009) De acordo com a classificação das constituições, denomina-se dogmática a constituição que

(A) é elaborada, necessariamente, por um órgão com atribuições constituintes e, somente existindo na forma escrita, sistematiza as ideias fundamentais contemporâneas da teoria política e do direito.

(B) somente pode ser alterada mediante decisão do poder constituinte derivado, sendo também conhecida como histórica.

(C) contém uma parte rígida e outra flexível e sistematiza os dogmas aceitos pelo direito positivo internacional.

(D) sistematiza os dogmas sedimentados pelos costumes sociais e, também conhecida como costumeira, é modificável por normas de hierarquia infraconstitucional, dada a rápida evolução da sociedade.

A: correta. *Dogmática* é a constituição elaborada por um órgão constituinte, que sistematiza os valores políticos e ideológicos dominantes em uma determinada época histórica. É necessariamente escrita; **B** e **D:** incorretas. As constituições históricas ou costumeiras, diferentemente das dogmáticas que sempre são escritas, devem ser não escritas e resultam da formação histórica, dos fatos sociais e da evolução das tradições. Exemplo: Constituição Inglesa; **C:** incorreta. A constituição que contém uma parte rígida e outra flexível é classificada como semirrígida. Tal classificação toma por base o processo de alteração das normas constitucionais e não o seu modo de elaboração.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.2) Com relação ao preâmbulo da CF e às disposições constitucionais transitórias, assinale a opção correta.

(A) Por traçar as diretrizes políticas, filosóficas e ideológicas da CF, o preâmbulo constitucional impõe limitações de ordem material ao poder reformador do Congresso Nacional, podendo servir de paradigma para a declaração de inconstitucionalidade.

(B) Considerando-se que o conteúdo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é de direito intertemporal, não é possível afirmar que suas normas ostentam o mesmo grau de eficácia e de autoridade jurídica em relação aos preceitos constantes do texto constitucional.

(C) A doutrina constitucional majoritária e a jurisprudência do STF consideram que o preâmbulo constitucional não tem força cogente, não valendo, pois, como norma jurídica. Nesse sentido, seus princípios não prevalecem diante de eventual conflito com o texto expresso da CF.

(D) As disposições constitucionais transitórias são normas aplicáveis a situações certas e passageiras; complementares, portanto, à obra do poder constituinte originário e, situando-se fora da CF, não podem ser consideradas parte integrante desta.

A: incorreta. O preâmbulo serve tão somente como critério interpretativo das normas constitucionais, não tendo, portanto, o condão de gerar direitos e obrigações. Dessa forma, *não* pode ser empregado como *paradigma* ou padrão para *declaração de inconstitucionalidade*; **B:** incorreta. O conteúdo do ADCT (arts. 1º ao 114), de fato, tem por finalidade tratar de assuntos de direito intertemporal. É composto de normas criadas para executarem um determinado papel que, em sendo cumprido, passam a não ter mais utilidade. É por esse motivo que tais normas são conhecidas como de eficácia esgotada ou exaurida. Cumprido o encargo para o qual foram criadas, não possuem mais utilidade alguma. Mas isso não faz com que as normas constantes do ADCT não ostentem o mesmo grau de eficácia e de autoridade jurídica em relação aos preceitos constantes do texto constitucional. Tais normas integram a Constituição Federal, para serem alteradas dependem pelo processo da emenda constitucional e, além disso, estão *no mesmo patamar* das normas constantes do corpo das disposições permanentes ou duráveis (art. 1º ao 250 da CF); **C:** correta. O *preâmbulo* da CF traz diversos *princípios*, como o da igualdade, da liberdade, da solução pacífica das controvérsias, dentre outros, que servem como diretrizes ideológicas, políticas e filosóficas a serem observados pelo intérprete das normas constitucionais. Ocorre que, embora o preâmbulo tenha de ser utilizado como alicerce, segundo o Supremo Tribunal Federal, ele *não tem força normativa,* não cria direitos e obrigações e não pode ser utilizado como parâmetro para eventual declaração de inconstitucionalidade. Por exemplo: uma lei que fira tão somente o preâmbulo constitucional não poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade no STF e nem de outro mecanismo de controle de constitucionalidade; **D:** incorreta. As normas constantes do ADCT, de fato, são aplicáveis a situações certas e passageiras, têm natureza de norma constitucional, mas, diferente do que consta da alternativa, elas *integram* a Constituição Federal.

Gabarito "C"

3. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

(Defensor Público/BA – 2010 – CESPE) No que se refere à hermenêutica e interpretação constitucional, julgue os itens subsequentes.

(1) De acordo com o denominado princípio do efeito integrador, deve-se dar primazia, na resolução dos problemas jurídico-constitucionais, aos critérios que favoreçam a integração política e social e o reforço da unidade política.

(2) De acordo com o método tópico-problemático, a análise da norma constitucional não deve estar embasada na literalidade da norma, mas na realidade social e nos valores subjacentes do texto constitucional, razão pela qual a Constituição deve ser interpretada, por esse método, como algo em constante renovação, em compasso com as modificações da vida em sociedade.

1: correto. Pelo princípio do efeito integrador (Canotilho), na resolução dos problemas jurídico-constitucionais deve ser dada primazia aos critérios favorecedores da integração política e social, bem como ao reforço da unidade política; **2:** errado. Ainda de acordo com Canotilho, o método hermenêutico-concretizador difere do método tópico-problemático justamente porque, no primeiro, parte-se da Constituição para o problema, valendo-se o intérprete de suas pré-compreensões sobre o tema para obter o sentido da norma. Na tópica, ao contrário, parte-se do caso concreto para a norma.

Gabarito 1C, 2E

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) A respeito das normas constitucionais programáticas, julgue o seguinte item.

(1) De acordo com entendimento do STF, configura exemplo de norma constitucional programática o preceito constitucional segundo o qual a política agrícola deve ser planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo tanto produtores e trabalhadores rurais, como setores de comercialização, de armazenamento e de transportes.

1: correta, porque as normas programáticas estabelecem um programa de atuação para o legislador infraconstitucional e indicam os fins a serem alcançados pelos órgãos estatais, sendo típicas de Constituições ditas dirigentes.

Gabarito 1C

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) Quanto à hermenêutica constitucional, julgue os itens a seguir.

(1) Pelo princípio da concordância prática ou harmonização, na hipótese de eventual conflito ou concorrência entre bens jurídicos constitucionalizados, deve-se buscar a coexistência entre eles, evitando-se o sacrifício total de um princípio em relação ao outro.

(2) O método hermenêutico-concretizador caracteriza-se pela praticidade na busca da solução dos problemas, já que parte de um problema concreto para a norma.

1: correta – Parte da noção de unidade da Constituição para estabelecer a coexistência dos bens constitucionais em jogo, evitando o sacrifício total de um em benefício do outro; **2:** incorreta – De acordo com Canotilho, a interpretação das normas constitucionais é um conjunto de métodos, que o mestre português divide em: a) jurídico (ou hermenêutico clássico); b) tópico-problemático; c) hermenêutico-concretizador; d) científico-espiritual; e) normativo-estruturante; f) da comparação constitucional. O científico-espiritual é o método valorativo, sociológico, segundo o qual a interpretação das normas constitucionais não se fixa à literalidade da norma, mas leva em conta a realidade social e os valores subjacentes ao texto da Constituição. O normativo-estruturante defende que a literalidade da norma deve ser analisada "à luz da concretização da norma em sua realidade social". O método hermenêutico-concretizador difere do tópico-problemático justamente porque, no primeiro, parte-se da Constituição para o problema, valendo-se o intérprete de suas pré-compreensões sobre o tema para obter o sentido da norma. Na tópica, ao contrário, parte-se do caso concreto para a norma. O método hermenêutico clássico entende a

Constituição como lei e, por isso, a interpreta através dos métodos tradicionais de hermenêutica (gramatical, lógico, sistemático, histórico, teleológico etc.). Para melhor compreensão do tema v. Pedro Lenza, **Direito constitucional esquematizado**, 2010, p. 132 a 134.
Gabarito 1C, 2E

(Analista – TRE/BA – 2010 – CESPE) Quanto à aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais, julgue os itens subsequentes.

(1) No tocante à aplicabilidade, de acordo com a tradicional classificação das normas constitucionais, são de eficácia limitada aquelas em que o legislador constituinte regula suficientemente os interesses concernentes a determinada matéria, mas deixa margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos em que a lei estabelecer ou na forma dos conceitos gerais nela previstos.

(2) A técnica da interpretação conforme a constituição permite a manutenção, no ordenamento jurídico, de leis e atos normativos que possuam valor interpretativo compatível com o texto constitucional.

1: incorreta. De acordo com José Afonso da Silva, há: a) normas constitucionais de eficácia plena (ou absoluta) e aplicabilidade imediata, que produzem efeitos plenos tão logo entram em vigor; b) normas constitucionais de eficácia contida (ou redutível ou restringível) e aplicabilidade imediata, que, muito embora tenham eficácia direta e aplicabilidade imediata quando da promulgação da CF, podem vir a ser restringidas pelo legislador infraconstitucional no futuro e c) normas constitucionais de eficácia limitada, que, por sua vez, podem ser: c.1) de princípio institutivo (ou organizativo) ou c.2) de princípio programático. Normas constitucionais de eficácia limitada são as que possuem aplicabilidade indireta e eficácia mediata, pois dependem da intermediação do legislador infraconstitucional para que possam produzir seus efeitos jurídicos próprios. Serão de princípio institutivo se contiverem regras de estruturação de instituição, órgãos ou entidades, como a norma do art. 18, § 2º, da CF. As normas constitucionais de eficácia limitada e de princípio programático veiculam programas a serem implementados pelo Estado (arts. 196, 205 e 215, da CF); **2:** correta. A *interpretação conforme a Constituição* é, ao mesmo tempo, princípio de interpretação e técnica de controle de constitucionalidade, tendo aplicação diante de normas jurídicas *plurissignificativas*. Vale dizer, a interpretação conforme a Constituição somente será possível quando a norma infraconstitucional apresentar vários significados ou puder ser interpretada de várias formas, umas compatíveis com as normas constitucionais e outras não, devendo-se excluir a interpretação contra o texto constitucional e optar pela interpretação que encontra guarida na CF, ou seja, pela interpretação conforme a Constituição. Entretanto, não legitima o intérprete a atuar como legislador positivo.
Gabarito 1E, 2C

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Considerando a aplicabilidade, a eficácia e a interpretação das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

(1) As normas de eficácia contida permanecem inaplicáveis enquanto não advier normatividade para viabilizar o exercício do direito ou benefício que consagram; por isso, são normas de aplicação indireta, mediata ou diferida.

(2) As normas constitucionais de eficácia limitada são desprovidas de normatividade, razão pela qual não surtem efeitos nem podem servir de parâmetro para a declaração de inconstitucionalidade.

1: incorreta. As normas constitucionais de eficácia contida (ou redutível ou restringível) são de eficácia direta e aplicabilidade imediata quando da promulgação da CF, muito embora possam vir a ser restringidas pelo legislador infraconstitucional no futuro; **2:** incorreta. Toda norma constitucional, ainda que de eficácia limitada, possui força para revogar as normas em contrário ou para servir de vetor de interpretação para o legislador ordinário. Assim, mesmo tendo baixa densidade normativa, as normas de eficácia limitada podem servir como parâmetro para a declaração de inconstitucionalidade das leis que com elas colidem.
Gabarito 1E, 2E

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens que se seguem.

(1) De acordo com o entendimento do STF, constitui norma de eficácia restringível o preceito constitucional que veda a prisão civil por dívida, salvo a do responsável por inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.

(2) O dispositivo constitucional que assegura aos idosos a gratuidade dos transportes coletivos urbanos constitui norma de eficácia contida.

1: errado. As normas constitucionais *de eficácia contida* (ou redutível ou restringível) correspondem àquelas que, muito embora tenham eficácia direta e aplicabilidade imediata quando da promulgação da CF, podem vir a ser restringidas pelo legislador infraconstitucional no futuro. Sobre o tema, importante notar que a prisão civil por dívida é, em regra, vedada pelo nosso ordenamento. A Constituição Federal, entretanto, estabelece duas exceções à regra geral, legitimando a prisão civil do devedor que não paga pensão alimentícia e a do depositário infiel (art. 5º, LXVII, da CF). Entretanto, o Pacto de San José da Costa Rica, ratificado pelo Brasil, é ainda mais restritivo: só permite a prisão dos devedores de pensão alimentícia; ou seja, com base na Convenção Americana de Direitos Humanos, o depositário infiel não pode ser preso. O conflito entre a norma internacional e a norma constitucional foi inúmeras vezes analisado pelo STF que, em entendimento tradicional, decidia pela prevalência da Constituição e autorizava a prisão do depositário infiel. Ocorre que, em virada jurisprudencial (RE 466.343-1/SP, Rel. Min. Cezar Peluso), o STF acabou por consagrar a tese da *supralegalidade* dos tratados para concluir que a prisão do depositário infiel é ilícita. Com base no entendimento atual do STF, mais restritivo da prisão, só é permitida a prisão do devedor de pensão alimentícia; **2:** errado, pois corresponde a norma de eficácia plena, ou seja, de aplicabilidade imediata e que produzem efeitos plenos tão logo a Constituição entra em vigor.
Gabarito 1E, 2E

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) A respeito da interpretação das normas constitucionais, julgue os itens seguintes.

(1) A técnica da interpretação conforme somente pode ser utilizada diante de normas polissêmicas.

(2) É possível utilizar-se da declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto como instrumento decisório para atingir uma interpretação conforme a CF, técnica que assegura a constitucionalidade da lei ou ato normativo, sem, todavia, alterar seu texto.

1: correta. A interpretação conforme a Constituição ocorre diante de normas plurissignificativas (ou polissêmicas), ou seja, que admitem mais de uma interpretação possível, devendo-se preferir aquela que mais se aproxima da Constituição. Funciona como técnica de interpretação constitucional e como mecanismo de controle de constitucionalidade, sendo aceita em doutrina e também pela jurisprudência do STF; **2:** correta. Para Gilmar Mendes (**Jurisdição Constitucional**, 1996, p. 196 e 197), a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto "refere-se, normalmente, a casos não mencionados no texto, que, por estar formulado de forma ampla ou geral, contém, em verdade, um complexo de normas". A declaração de inconstitucionalidade é parcial porque atinge apenas uma (ou algumas) dessas normas, mantendo-se íntegro o texto.
Gabarito 1C, 2C

(Defensoria/ES – 2009 – CESPE) Acerca da interpretação e da aplicação das normas constitucionais, julgue o item seguinte.

(1) A interpretação conforme a Constituição determina que, quando o aplicador de determinado texto legal se encontrar frente a normas de caráter polissêmico ou, até mesmo, plurissignificativo, deve priorizar a interpretação que possua um sentido em conformidade com a Constituição. Por conseguinte, uma lei não pode ser declarada inconstitucional, quando puder ser interpretada em consonância com o texto constitucional.

1: correta. A interpretação conforme a Constituição é, ao mesmo tempo, princípio de interpretação e técnica de controle de constitucionalidade,

tendo aplicação diante de normas jurídicas plurissignificativas. Vale dizer, a interpretação conforme a Constituição somente será possível quando a norma infraconstitucional apresentar vários significados ou puder ser interpretada de várias formas, umas compatíveis com as normas constitucionais e outras não, devendo-se excluir a interpretação contra o texto constitucional e optar pela interpretação que encontra guarida na CF, ou seja, pela interpretação conforme a Constituição. Entretanto, não legitima o intérprete a atuar como legislador positivo.

Gabarito 1C

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Com relação às características das normas constitucionais, assinale a opção correta.

(A) São consideradas materialmente constitucionais as normas que, mesmo não tendo conteúdo propriamente constitucional, possuem em seus enunciados todos os elementos necessários à sua executoriedade direta e integral.

(B) As normas constitucionais programáticas definem objetivos cuja concretização depende de providências situadas fora ou além do texto constitucional, traçando metas a serem alcançadas pela atuação futura dos poderes públicos.

(C) As normas constitucionais definidoras de direitos, por sua natureza, não geram direitos na sua versão positiva; assim, não investem os jurisdicionados no poder de exigir do Estado prestações que proporcionem o desfrute dos bens jurídicos nelas consagrados.

(D) Uma característica que diferencia a norma constitucional das demais normas jurídicas é a natureza da linguagem, na medida em que a Constituição se utiliza apenas de cláusulas fechadas, que exigem aplicação direta e não admitem mediações concretizadoras por parte do intérprete constitucional.

(E) Por desfrutarem de superioridade jurídica em relação a todas as demais normas, as disposições constitucionais são autoaplicáveis, não dependendo de regulamentação.

A: incorreta. Conceito de normas formalmente constitucionais. As materialmente constitucionais são aquelas que veiculam temas fundamentais, que não podem faltar no texto constitucional; **B:** correta. São próprias de Constituições dirigentes e, muitas vezes, traduzem políticas públicas; **C:** incorreta. As definidoras de direitos, como o próprio nome afirma, geram direitos subjetivos, que podem ser exigidos do prestador; **D:** incorreta. Há inúmeras cláusulas abertas na Constituição, o que às vezes é criticado e, outras é tido como necessário; **E:** incorreta. A supremacia da Constituição não impede a existência de normas constitucionais de eficácia limitada.

Gabarito "B"

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Acerca dos princípios jurídicos e das regras de direito, bem como das técnicas de interpretação constitucional, assinale a opção correta.

(A) Pelo seu caráter abstrato e em razão do seu grau de indeterminação, os princípios jurídicos não são considerados, sob o prisma constitucional, normas jurídicas.

(B) Pela sua natureza finalística, as regras de direito são mandatos de otimização ou preceitos de intensidade modulável, a serem aplicados na medida do possível e com diferentes graus de efetivação.

(C) Os princípios constitucionais identificam as normas que expressam decisões políticas fundamentais, valores a serem observados em razão de sua dimensão ética ou fins públicos a serem realizados, podendo referir-se tanto a direitos individuais como a interesses coletivos.

(D) Todas as normas constitucionais desempenham uma função útil no ordenamento jurídico, mas, diante de contradição entre elas, as normas que compõem a Constituição material têm primazia e possuem *status* hierárquico superior em relação às que veiculam conteúdo formalmente constitucional.

(E) Em face de normas infraconstitucionais de múltiplos significados, e visando preservar a supremacia da Constituição, o intérprete constitucional deve, como regra, promover o descarte da lei ou do ato normativo cuja constitucionalidade não seja patente e inequívoca.

A: incorreta. Toda norma jurídica, seja norma-regra ou norma-princípio, é dotada de eficácia, podendo revogar as normas em sentido contrário e servir como vetor de interpretação; **B:** incorreta. A alternativa se refere aos princípios, não às regras; **C:** correta. E, como toda norma jurídica, são dotados de eficácia; **D:** incorreta. Não há hierarquia formal entre normas constitucionais, ainda que alguns defendam a "hierarquia axiológica"; **E:** incorreta. O intérprete deve promover a interpretação conforme a Constituição, que tem aplicação diante de normas jurídicas plurissignificativas. Vale dizer, a interpretação conforme a Constituição somente será possível quando a norma infraconstitucional apresentar vários significados ou puder ser interpretada de várias formas, umas compatíveis com as normas constitucionais e outras não, devendo-se excluir a interpretação contra o texto constitucional e optar pela interpretação que encontra guarida na CF, ou seja, pela interpretação conforme a Constituição. Entretanto, não legitima o intérprete a atuar como legislador positivo.

Gabarito "C"

(Técnico Judiciário – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Quanto à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os seguintes itens.

(1) A disposição constitucional que prevê o direito dos empregados à participação nos lucros ou resultados da empresa constitui norma de eficácia limitada.

(2) A norma constitucional que estabelece a liberdade quanto ao exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão constitui norma de eficácia plena.

1: correta, pois o art. 7º, XI, da CF/1988 condiciona a eficácia da norma ao que for "definido em lei", ou seja, a produção de efeitos dessa norma depende da intermediação do legislador; **2:** incorreta, pois o art. 5º, XIII, da CF/1988, dispõe que a prestação de trabalho é livre, mas devem ser "atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer". Assim, a norma é de eficácia contida.

Gabarito 1C, 2E

4. DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

4.1. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EM GERAL

(Agente Administrativo – Ministério da Previdência – 2010 – CESPE) Acerca do direito constitucional, julgue o item.

(1) O controle repressivo de constitucionalidade, realizado pelo Poder Judiciário, pode dar-se por via de ação ou via de exceção, também dito de defesa, difuso ou aberto.

1: Correta. O controle será posterior ou repressivo (controle superveniente) quando o ato normativo eivado de vício de inconstitucionalidade já tenha sido editado. De fato, o Judiciário faz essa verificação tanto pela forma difusa, que é a que se dá em um caso concreto, como por via de ação ou concentrada, em que o controle é feito de forma abstrata, ou seja, é verificada a constitucionalidade de uma lei em tese. Vale destacar que a Constituição admite, de forma excepcional, que o Poder Legislativo também faça esse controle, por exemplo, na hipótese do artigo 62, § 5º, da CF, em que ele rejeita medida provisória por considerá-la inconstitucional. Outra situação ocorre quando o Congresso Nacional susta, por meio de decreto legislativo, atos normativos do Poder Executivo que exorbitaram seu poder regulamentar ou excederam os limites da delegação legislativa, conforme disposição prevista nos artigos 49, V, 84, IV, e 68, todos da CF.

Gabarito 1C

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, relativos ao poder constituinte e ao controle de constitucionalidade no Brasil.

(1) De acordo com entendimento do STF, o controle jurisdicional prévio ou preventivo de constitucionalidade sobre projeto de lei ainda em trâmite somente pode ocorrer de modo incidental, na via de exceção ou defesa.

(2) A doutrina destaca a possibilidade de apuração de questões fáticas no controle abstrato de constitucionalidade, já que, após as manifestações do advogado-geral da União e do procurador-geral da República, pode o relator da ADI

ou da ação declaratória de constitucionalidade requisitar informações adicionais ou mesmo designar perito para o esclarecimento de matéria ou circunstância de fato.

1: correta, por intermédio de mandado de segurança impetrado pelos congressistas que, segundo o STF, têm direito líquido e certo ao devido processo legislativo; **2:** correta, art. 9º, § 1º, da Lei 9.868/1999.
Gabarito 1C, 2C

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) O Estado brasileiro, como estado democrático de direito, apresenta, no seu texto constitucional, os parâmetros para o exercício da soberania popular, a partir de princípios e normas basilares, submetidos a constante controle. Com relação a esse tema, julgue os itens a seguir.

(1) Verifica-se a inconstitucionalidade formal, também conhecida como nomodinâmica, quando a lei ou o ato normativo infraconstitucional contém algum vício em sua forma, independentemente do conteúdo.

(2) No direito brasileiro, em se tratando de controle de constitucionalidade, em regra, aplica-se a teoria da nulidade de forma absoluta no controle concentrado.

1: correta, em linhas gerais, a inconstitucionalidade *formal* refere-se ao processo legislativo, ou seja, aos casos de vício de iniciativa, ao modo de elaboração da lei em desacordo com as regras constitucionais. Ao contrário, uma lei será *materialmente* inconstitucional se a proposição legislativa não estiver em consonância com o conteúdo da CF, com os princípios constitucionais; **2:** incorreta, em regra, a declaração de inconstitucionalidade tem efeitos *ex tunc*, mas há possibilidade de modulação de efeitos no tempo, observado o disposto no art. 27 da Lei 9.868/1999. Por isso, não há que se falar em aplicação da teoria da nulidade de forma absoluta.
Gabarito 1C, 2E

(OAB – CESPE – 2010.1) Assinale a opção correta a respeito da medida cautelar em sede de ação direta de inconstitucionalidade, de acordo com o que dispõe a Lei 9.868/1999.

(A) Tal medida não poderá ser apreciada em período de recesso ou férias, visto que é imperioso que seja concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do STF, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou ato normativo impugnado.

(B) Essa medida cautelar só poderá ser concedida se ouvidos, previamente, o advogado-geral da União e o procurador-geral da República.

(C) A decisão proferida em sede de cautelar, seja ela concessiva ou não, será dotada de eficácia contra todos, com efeito *ex nunc*, salvo se o STF entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa.

(D) O relator, em face da relevância da matéria e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica, poderá, após a prestação das informações e a manifestação do advogado-geral da União e do procurador-geral da República, sucessivamente, submeter o processo diretamente ao STF, que terá a faculdade de julgar definitivamente a ação.

A: incorreta. Poderá ser concedida, no período de recesso, *ad referendum* do plenário (art. 10 da Lei 9.868/1999). O referido artigo assim dispõe: "Salvo no período de recesso, a medida cautelar na ação direta será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal, observado o disposto no art. 22, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou ato normativo impugnado, que deverão pronunciar-se no prazo de cinco dias. § 1º O relator, julgando indispensável, ouvirá o Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República, no prazo de três dias. § 2º No julgamento do pedido de medida cautelar, será facultada sustentação oral aos representantes judiciais do requerente e das autoridades ou órgãos responsáveis pela expedição do ato, na forma estabelecida no Regimento do Tribunal. § 3º Em caso de excepcional urgência, o Tribunal poderá deferir a medida cautelar sem a audiência dos órgãos ou das autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado"; **B:** incorreta. Somente serão ouvidos o Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República se assim entender como indispensável o Relator (Lei 9.868/1999, art. 10, já transcrito); **C:** incorreta. Somente as decisões que concedem a medida cautelar terão eficácia *erga omnes* e efeito vinculante (Lei 9.868/1999, art. 11: "§ 1º A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex nunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa. § 2º A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário"). A jurisprudência do STF se posiciona da seguinte maneira: "Agravo Regimental. Decisão que negou seguimento à reclamação. §§ 1º e 2º do art. 4º do CPP, com a redação dada pela Lei nº 10.628/2002. Alegada violação aos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal na ADI 2.797-MC e na Rcl 2.381-AgR. 1. No julgamento da Rcl 2.381-AgR, o STF determinou a aplicação dos §§ 1º e 2º do art. 4º do CPP (redação dada pela Lei nº 10.628/2002, até que sobreviesse o julgamento final da ADI 2.797. Julgamento em que declarou a inconstitucionalidade dos §§ 1º e 2º do art. 4º do CPP. Logo, as decisões que o reclamante aponta como desrespeitadas não mais fazem parte do mundo jurídico. 2. Esta colenda Corte indeferiu a medida liminar postulada na ADI 2.797, sendo certo que *somente as decisões concessivas das liminares em ADIs e ADCs é que se dotam de efeito vinculante. Não as denegatórias*. 3. Ante a natureza subjetiva do processo, as decisões proferidas em reclamação não têm eficácia *erga omnes* (contra todos). 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg na Rcl 3.424-1/SP, Pleno, j. 11.10.2007, rel. Min. Carlos Britto, *DJe* 01.08.2008, Ement. Vol. 2326-2, p. 329); **D:** correta. A Lei 9.868/1999, em seu art. 12, determina: "Havendo pedido de medida cautelar, o relator, em face da relevância da matéria e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica, poderá, após a prestação das informações, no prazo de dez dias, e a manifestação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República, sucessivamente, no prazo de cinco dias, submeter o processo diretamente ao Tribunal, que terá a faculdade de julgar definitivamente a ação."
Gabarito "D"

(Defensoria/ES – 2009 – CESPE) Com relação ao controle de constitucionalidade, julgue os itens subsequentes.

(1) Conforme entendimento do STF, cabe reclamação da decisão que conceder ou negar a liminar proferida em ação direta de inconstitucionalidade.

(2) Caso um cidadão esteja litigando contra o estado do Espírito Santo e o juiz de direito não tenha aplicado, no julgamento dessa causa, o entendimento manifestado pelo plenário do STF em recurso extraordinário interposto em outro processo, não caberá reclamação ao STF contra a decisão do juiz de direito.

1: errado. Não cabe reclamação porque a decisão não tem efeito vinculante. Como já foi gabarito do próprio CESPE, o indeferimento da medida cautelar na ADI não significa confirmação da constitucionalidade da lei com efeito vinculante; **2:** correta, porque a decisão no RE não tem efeito vinculante. Caso se tratasse de decisão final em ADIn, aplicar-se-ia o entendimento do STF de que todos aqueles que comprovarem efetivo interesse de agir, a partir da existência de provimento jurisdicional diverso daquele fixado em ADIn, podem requerer o pronunciamento do Tribunal a respeito, independentemente da condição de parte no processo principal ou da legitimação concorrente para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade (art. 103 da CF). Isso porque o objetivo principal da reclamação é a garantia da eficácia vinculante das decisões de mérito do STF, de modo a preservar a higidez constitucional.
Gabarito 1E, 2C

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Com relação ao controle de constitucionalidade no direito brasileiro, assinale a opção correta.

(A) O controle de constitucionalidade concreto, também chamado controle por via de defesa, deve ser suscitado tanto pelo autor quanto pelo réu da ação, não tendo o magistrado ou o tribunal competência para isso.

(B) Diferentemente do que se verifica com o controle abstrato de normas, que tem como parâmetro de controle a CF vigente, o controle incidental realiza-se em face da constituição sob cujo império foi editada a lei ou o ato normativo.

(C) A aferição de constitucionalidade de uma EC só é possível em sentido material, não em sentido formal. De igual maneira, o STF não admite a possibilidade de se examinar a constitucionalidade de proposta de EC antes de sua promulgação.

(D) É possível a medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, mas não em ação declaratória de constitucionalidade.

(E) A arguição de descumprimento de preceito fundamental é cabível para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do poder público federal ou estadual. Da mesma forma que ocorre em relação às ações diretas de inconstitucionalidade, não cabe a arguição de descumprimento em face de lei ou ato normativo municipal.

A: incorreta. O magistrado pode declarar a inconstitucionalidade de ofício, independentemente de provocação; **B:** correta. Devendo-se notar que o controle de normas pré-constitucionais também pode ser realizado por ADPF (art. 1º, parágrafo único, I, da Lei 9.882/1999); **C:** incorreta. Cabe controle formal ou material de EC, além de o STF ter firme entendimento de que os parlamentares têm direito líquido e certo ao devido processo legislativo, de modo que entende cabível a impetração de mandado de segurança pelos congressistas para "barrar" a tramitação de proposta de emenda constitucional que fira, por exemplo, uma cláusula pétrea; **D:** incorreta, pois não reflete o disposto nos arts. 10 e 21 da Lei 9.868/1999; **E:** incorreta. A lei fala em "ato do Poder Público", sem qualificação, além de consignar expressamente o cabimento de ADPF de lei municipal (art. 1º, *caput* e parágrafo único, I, da Lei 9.882/1999).

Gabarito "B"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) A respeito do controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

(A) O controle concentrado de constitucionalidade no âmbito dos estados surgiu no ordenamento jurídico brasileiro com a CF.

(B) A intervenção de terceiros é admitida no controle concentrado de constitucionalidade, por meio do instituto do *amicus curiae*.

(C) Segundo entendimento do STF, excepcionalmente, é possível a modulação dos efeitos das decisões proferidas em sede de controle difuso de constitucionalidade, o que representa uma flexibilização do princípio da nulidade no controle de constitucionalidade.

(D) No controle de constitucionalidade político, a atividade de controle é desempenhada por um órgão integrante da estrutura do Poder Judiciário, no entanto a fundamentação das decisões tem por conteúdo uma solução ao caso concreto, mesmo sem uma fundamentação jurídica.

(E) Na hipótese de uma lei municipal contrariar uma norma prevista na CF, e obrigatoriamente repetida na constituição estadual, o tribunal de justiça estadual não poderá apreciar a alegação de inconstitucionalidade dessa lei, em face da constituição estadual, sob pena de usurpar a competência do STF.

A: O controle de constitucionalidade, de início apenas difuso, surgiu com a República (Constituição de 1981). O controle concentrado só foi instituído com a EC 16/1965, que alterou a CF 1946, já durante o regime militar; **B:** A admissão de *amicus curiae* no controle concentrado não é exemplo de intervenção de terceiros, que é expressamente vedada (art. 7º da Lei 9.868/1999); **C:** O art. 102, § 2º, da CF determina a produção de efeitos contra todos (*erga omnes*) e vinculantes, omitindo-se sobre a produção de efeitos no tempo. Em regra, a declaração de inconstitucionalidade tem efeitos *ex tunc*, mas há possibilidade de modulação de efeitos, observado o disposto no art. 27 da Lei 9.868/1999, que se refere ao controle concentrado. Entretanto, o STF tem admitido a aplicação, por analogia, do art. 27 da Lei 9.868/1999 ao controle difuso; **D:** Quanto à natureza do órgão que o exerce, o controle de constitucionalidade pode ser *político* ou *judicial*. Todo controle de constitucionalidade exercido fora do Poder Judiciário terá caráter político, e poderá ser preventivo ou repressivo. O *controle político preventivo* ocorre, por exemplo, no caso de rejeição de projeto de lei pela Comissão de Constituição e Justiça por motivo de inconstitucionalidade. Já o *controle político repressivo* na hipótese de não aprovação, pelo Congresso Nacional, de Medida Provisória por inconstitucionalidade ou pela sustação congressual de ato do Executivo que exorbite dos limites de delegação legislativa (art. 49, V, da CF); **E:** É certo que o TJ não pode apreciar a constitucionalidade de uma lei tendo por parâmetro de controle a Constituição Federal. Entretanto, se a norma da Constituição Federal é de reprodução obrigatória pela Constituição do Estado, o TJ poderá apreciar sua constitucionalidade, sem que isso represente usurpação da competência do STF.

Gabarito "C"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Acerca do controle de constitucionalidade no Brasil, julgue os itens que se seguem.

(1) É possível a declaração de inconstitucionalidade de norma constitucional originária incompatível com os princípios constitucionais não escritos e os postulados da justiça, considerando-se a adoção, pelo sistema constitucional brasileiro, da teoria alemã das normas constitucionais inconstitucionais.

(2) É admissível o controle de constitucionalidade de emenda constitucional antes mesmo de ela ser votada, no caso de a proposta atentar contra cláusula pétrea, sendo o referido controle feito por meio de mandado de segurança, que deve ser impetrado exclusivamente por parlamentar federal.

(3) A declaração de inconstitucionalidade de uma norma pelo STF acarreta a repristinação da norma anterior que por ela havia sido revogada, efeito que pode ser afastado, total ou parcialmente, por decisão da maioria de 2/3 dos membros desse tribunal, em decorrência de razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.

(4) De acordo com entendimento do STF, a decisão declaratória de inconstitucionalidade de determinada lei ou ato normativo não produzirá efeito vinculante em relação ao Poder Legislativo, sob pena de afronta à relação de equilíbrio entre o tribunal constitucional e o legislador.

1: incorreta, não há inconstitucionalidade de norma constitucional fruto do Poder Constituinte Originário, apenas do Poder Constituinte Derivado (emendas constitucionais e emendas de revisão); **2:** correta, pois o STF entende que os congressistas têm direito líquido e certo ao devido processo legislativo; **3:** correta, segundo o próprio CESPE, a declaração final de inconstitucionalidade pelo STF, quando proferida em sede de fiscalização normativa abstrata, importa restauração das normas anteriormente revogadas pelo diploma normativo objeto do juízo de inconstitucionalidade, considerado o efeito repristinatório que lhe é inerente; **4:** correta, art. 102, § 2º, da CF.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Com relação ao controle de constitucionalidade de normas, julgue os itens seguintes.

(1) A decisão de mérito proferida pelo STF no âmbito de ação declaratória de constitucionalidade produz, em regra, efeitos ex nunc e vinculantes para todos os órgãos do Poder Executivo e demais órgãos do Poder Judiciário.

(2) Na arguição de descumprimento de preceito fundamental, a decisão exarada produz efeito vinculante, que, em sua dimensão objetiva, abrange não só a parte dispositiva, mas também os fundamentos determinantes da decisão.

(3) Segundo entendimento do STF, é possível a utilização da técnica da modulação ou limitação temporal dos efeitos de decisão declaratória de inconstitucionalidade no âmbito do controle difuso de constitucionalidade.

1: incorreta, não reflete o disposto no art. 102, § 2º, da CF; **2:** correta, art. 10, § 3º, da Lei 9.882/1999; **3:** correta, aplicação ao controle difuso, por analogia, da regra do art. 27 da Lei 9.868/1999.

Gabarito 1E, 2C, 3C

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Acerca do controle de constitucionalidade no sistema constitucional brasileiro, assinale a opção correta.

(A) O ordenamento jurídico nacional admite o controle concentrado ou difuso de constitucionalidade de normas produzidas tanto pelo poder constituinte originário, quanto pelo derivado.

(B) É possível a declaração de inconstitucionalidade de norma editada antes da atual Constituição e que tenha desres-

peitado, sob o ponto de vista formal, a Constituição em vigor na época de sua edição, ainda que referida lei seja materialmente compatível com a vigente CF.

(C) Segundo posicionamento atual do STF, não se revela viável o controle de constitucionalidade de normas orçamentárias, por serem estas normas de efeitos concretos.

(D) O STF reconhece a prefeito municipal legitimidade ativa para o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental, não obstante a ausência de sua legitimação para a ação direta de inconstitucionalidade.

(E) A decisão que concede medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade não se reveste da mesma eficácia contra todos nem de efeito vinculante que a decisão de mérito.

A: incorreto, pois não se admite o controle de constitucionalidade de normas constitucionais originárias; **B:** correto, pois um dos requisitos para que uma norma seja recepcionada é a sua compatibilidade formal e material com a Constituição anterior, vale dizer, não haver declaração de inconstitucionalidade diante da ordem constitucional revogada. Diferentemente ocorreria se a norma editada fosse atacada em face da Constituição atual. Neste caso, não haveria controle de constitucionalidade, mas sim verificação de recepção constitucional; **C:** incorreto, pois o STF modificou sua posição e atualmente permite a discussão da constitucionalidade de leis orçamentárias através de ações de controle concentrado (ADI 4.048 MC, DJ 21/08/2008); **D:** incorreto, pois não há qualquer decisão do STF nesse sentido, prevalecendo a previsão legal (art. 2º, inciso I, da Lei 9.882/99); **E:** incorreto, pois a decisão da medida cautelar também possui tais características.

Gabarito "B"

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) No que se refere à ADI, à ADC e à ADPF, assinale a opção correta.

(A) Ao contrário do rito da ADI e da ADC, não há, no procedimento da ADPF, previsão de medida liminar.

(B) Lei ou ato normativo distrital, ainda que de natureza municipal, que contrariar preceito inserido na CF pode ser objeto de ADI perante o STF.

(C) O relator da ADPF, constatando a ausência de requisitos necessários ou mesmo a inépcia da inicial, deverá indeferir a petição inicial, em decisão irrecorrível.

(D) O STF admite a figura do *amicus curiae* na ADC, sem, contudo, reconhecer-lhe a faculdade de interpor recurso quanto à matéria objeto do processo objetivo, salvo quando se insurge contra a decisão que não admite sua intervenção.

(E) Na ADI por omissão, é obrigatória a oitiva do procurador-geral da República e do advogado-geral da União.

A: incorreta, art. 5º, da Lei n. 9.882/99. Dispõe, ainda, o § 1º, do art. 5º da referida lei, que: "Em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, *ad referendum* do Tribunal Pleno"; **B:** incorreta, pois conforme dispõe a Súmula n. 642 do STF *não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal,* não obstante isso será possível o **controle difuso**. Cabe lembrar, por fim, que a CF/88 – (art. 32, § 1º) – confere ao Distrito Federal as mesmas competências reservadas aos Estados e Municípios. Portanto, se a lei ou o ato normativo tiver natureza estadual e contrariar a Constituição Federal será possível impugná-los pela via do **controle concentrado**; **C:** incorreta, pois de acordo com o § 2º, do art. 4º, da Lei n. 9.882/9**9:** *Da decisão de indeferimento da petição inicial caberá agravo, no prazo de cinco dias*; **D:** correta. Segundo julgado do STF: Ementa: "Ação direta de inconstitucionalidade. Embargos de declaração opostos por *amicus curiae*. Ausência de legitimidade. Interpretação do § 2º da Lei n. 9.868/99. 1. A jurisprudência deste Supremo Tribunal é assente quanto ao não cabimento de recursos interpostos por terceiros estranhos à relação processual nos processos objetivos de controle de constitucionalidade. 2. Exceção apenas para impugnar decisão de não admissibilidade de sua intervenção nos autos. 3. Precedentes. 4. Embargos de declaração não conhecidos" (Brasil, STF, ADI-ED 3615/PB, Relator(a): Min. Cármen Lúcia, Julgamento: 17/03/2008, Tribunal Pleno); **E:** incorreta, pois conforme dispõe o § 2º, do art. 12-E, da Lei n. 9.868/99 – (com redação incluída pela Lei n. 12.063/2009) –, o relator PODERÁ solicitar a manifestação do AGU, que deverá ser encaminhada no prazo de quinze dias.

Gabarito "D"

(Magistratura Federal – 5ª Região – 2009 – CESPE) A respeito do controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, assinale a opção correta.

(A) Ocorre inconstitucionalidade por arrastamento quando a declaração de inconstitucionalidade alcança outra norma constitucional que não tenha sido impugnada inicialmente. Em tal situação, conforme entendimento do STF, diante do princípio da demanda, o referido tribunal não pode apreciar a norma consequente caso ela não tenha sido arrolada como inconstitucional pelo autor da ação direta de inconstitucionalidade.

(B) No controle difuso, a atribuição de efeitos prospectivos à declaração de inconstitucionalidade é proibida pelo STF.

(C) Em face do princípio da subsidiariedade, segundo entendimento do STF, a possibilidade de impetração de mandado de segurança exclui a de se ingressar com arguição de descumprimento de preceito fundamental.

(D) A expressão bloco de constitucionalidade pode ser entendida como o conjunto normativo que contém disposições, princípios e valores materialmente constitucionais fora do texto da CF formal.

(E) Os tribunais de justiça dos estados, por decisão da maioria relativa de seus membros, podem deferir pedido de medida cautelar na ação declaratória de constitucionalidade consistente na determinação de que os juízes e os tribunais suspendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei ou do ato normativo objeto da ação até seu julgamento definitivo

A: Incorreta. Muito embora haja vinculação ao pedido, se a declaração de inconstitucionalidade de uma norma tem por consequência direta a inconstitucionalidade da norma subsequente, o STF admite que também seja declarada inconstitucional, por arrastamento. Sabe-se que o Poder Judiciário só pode agir quando provocado, mesmo nos casos de controle de constitucionalidade, de forma que o Supremo Tribunal Federal só pode atuar em face da apresentação, pelo interessado, de uma petição Inicial formal, fundamentada nos arts. 102, e seguintes, da CF, contendo todos os dispositivos da lei cuja constitucionalidade se pretenda ser apreciada, bem como os seus fundamentos jurídicos. No entanto, embora o STF esteja vinculado ao pedido, essa vinculação não se impõe como regra em relação aos seus fundamentos ou à causa de pedir, o que significa dizer que a Corte é livre para declarar a inconstitucionalidade da norma não apenas pelos motivos indicados pelo impetrante da ação, mas também, poderá fazê-lo com base em qualquer outro fundamento que seus membros reputarem existente. Conclui-se, dessa forma, que a causa de pedir aberta permite que o Supremo Tribunal Federal declare a inconstitucionalidade de um artigo ou de uma lei com base em dispositivo constitucional diferente do apontado pelo autor como ensejador da incompatibilidade com a Constituição Federal. Entretanto, cabe ressaltar que o autor não está dispensado de apontar o fundamento jurídico do pedido em face da causa de pedir aberta, de forma que não se dispensa a motivação do pedido, que sempre deverá estar presente. Por fim, a causa de pedir aberta existe no controle abstrato de constitucionalidade porque ao analisar a constitucionalidade de um dispositivo o Supremo Tribunal Federal a terá analisado frente à Constituição inteira, não se restringindo aos fundamentos do pedido do autor, da mesma forma que, ao declarar constitucional o pedido, o Tribunal o terá analisado frente toda a Carta Constitucional. Importante notar, porém, que só há falar em inconstitucionalidade por arrastamento no controle concentrado; **B:** Incorreta. O STF aceita a aplicação ao controle difuso, por analogia, do art. 27 da Lei 9.868/1999 que prevê a modulação de efeitos temporais; **C:** Incorreta. De acordo com a corrente majoritária, o princípio da subsidiariedade da ADPF (art. 4º, § 1º, da Lei 9.882/1999) leva em conta a existência de outro meio igualmente objetivo para sanar a lesividade; **D:** Correta. Hoje se fala, também, em bloco de legalidade. Marcelo Novelino ensina que a expressão (bloco de constitucionalidade) foi cunhada por Louis Favoreu, referindo-se a todas as normas do ordenamento jurídico francês que tivessem *status* constitucional. J.J. Canotilho, por sua vez, ao tratar do bloco de constitucionalidade oferta-lhe sentido de

referência, ou seja, apenas as normas que servem de parâmetro (referência) fariam parte deste bloco. Aqui a expressão é tomada em sentido restrito. Existem outros autores, entretanto, que a tomam no sentido amplo. Para estes, o bloco de constitucionalidade engloba não apenas as normas formalmente constitucionais, mas todas aquelas que versem sobre matéria constitucional, alcançando, assim, a legislação infraconstitucional (como o TIDH Tratado Internacional de Direitos Humanos, por exemplo); **E:** Incorreta, pois só há ADC de lei federal (art. 102, I, *a*, da CF) que apresente controvérsia judicial.

Gabarito "D"

(Analista – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Acerca da aplicação e da interpretação das normas constitucionais e do controle de constitucionalidade, julgue os itens seguintes.

(1) Caso o STF declare, de forma incidental, no julgamento de um recurso extraordinário, que um artigo de determinada lei federal é inconstitucional, nesse caso, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o STF, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela decisão ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

(2) Caso julgue improcedente a declaração de inconstitucionalidade de uma lei federal em face da CF, sob o argumento de que há uma interpretação na qual aquela lei está em conformidade com a constituição, o STF aplicará a técnica de interpretação da declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.

(3) O princípio da conformidade funcional visa impedir, na concretização da CF, a alteração da repartição das funções constitucionalmente estabelecidas.

1: correta, redação do art. 27 da Lei 9.868/1999; **2:** incorreta, para Gilmar Mendes (**Jurisdição Constitucional**, 1996, p. 196 e 197), a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto "refere-se, normalmente, a casos não mencionados no texto, que, por estar formulado de forma ampla ou geral, contém, em verdade, um complexo de normas". A declaração de inconstitucionalidade é parcial porque atinge apenas uma (ou algumas) dessas normas, mantendo-se íntegro o texto. Assim, a ADIn é parcialmente procedente (não há julgamento de improcedência do pedido); **3:** correta, o princípio da conformidade funcional é também chamado de princípio da justeza e determina que o intérprete da Constituição, ao realizar sua tarefa, não pode subverter as regras de repartição de competências estabelecida pela própria Constituição.

Gabarito 1C, 2E, 3C

(Analista – TRE/MA – 2009 – CESPE) Quanto ao sistema constitucional de controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos, assinale a opção correta.

(A) A ação declaratória de constitucionalidade não admite a concessão de medida cautelar, sob pena de afronta ao princípio da presunção de constitucionalidade das leis e atos normativos.

(B) É inadmissível o controle jurisdicional de constitucionalidade de proposição legislativa em trâmite, por ainda não existir lei ou ato normativo passível de controle de constitucionalidade.

(C) O STF considera legítima a utilização da ação civil pública como instrumento de fiscalização incidental de constitucionalidade de leis ou atos do poder público municipal, pela via difusa, quando a controvérsia constitucional não se apresentar como o único objeto da demanda, mas como questão prejudicial, necessária à resolução do conflito principal.

(D) Compete ao STF processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade tendo por objeto lei ou ato normativo municipal que contrarie previsões expressas na constituição estadual, desde que constituam mera repetição de disposição prevista na CF.

(E) O chefe do Poder Executivo não pode deixar de cumprir lei ou ato normativo que entenda flagrantemente inconstitucional, sob pena de afronta à competência e à atuação dos Poderes Legislativo e Judiciário.

A: O art. 21 da Lei 9.868/1999 expressamente admite a possibilidade de concessão de medida cautelar, por maioria absoluta, para suspensão dos processos que envolvam a lei; **B:** O STF admite a impetração de MS por deputados e senadores para evitar a tramitação de proposta de emenda constitucional que fira o art. 60, § 4º, da CF, por entender que os congressistas têm direito líquido e certo ao devido processo legislativo; **C:** O controle de constitucionalidade em ACP é exercido incidentalmente, pois a inconstitucionalidade da norma é apreciada como causa de pedir e não como pedido principal da ação; **D:** Não cabe ADIn contra lei municipal (art. 102, I, "a", da CF), que podem ser controladas, diretamente pelo STF, pela via da ADPF (art. 1º, parágrafo único, I, da Lei 9.882/1999); **E:** O Poder Executivo, como qualquer outro poder, pode deixar de cumprir lei ou ato normativo flagrantemente inconstitucionais, como já decidiu o STF: *"Os Poderes Executivo e Legislativo, por sua Chefia – e isso mesmo tem sido questionado com o alargamento da legitimação ativa na ação direta de inconstitucionalidade –, podem tão só determinar aos seus órgãos subordinados que deixem de aplicar administrativamente as leis ou atos com força de lei que considerem inconstitucionais" (STF, ADI 221-MC/DF, Rel. Min. Moreira Alves), o que não prejudica posterior declaração de (in) constitucionalidade pelo Poder Judiciário.*

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.1) Acerca do controle concentrado de constitucionalidade exercido pelo STF, assinale a opção correta.

(A) É possível a declaração de inconstitucionalidade de normas constitucionais originárias.

(B) É cabível o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade cujo objeto seja lei ou ato normativo distrital decorrente do exercício de competência estadual e municipal.

(C) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão admite pedido de medida liminar.

(D) Declarada a constitucionalidade de lei ou de ato normativo federal, em sede de ação declaratória de constitucionalidade, não se revela possível a realização de nova análise contestatória da matéria sob a alegação de que novos argumentos conduziriam a uma decisão pela inconstitucionalidade.

A: incorreta. Não há que se falar em controle de constitucionalidade de normas constitucionais produto do poder constituinte originário, uma vez que tais normas serão sempre consideradas constitucionais; **B:** incorreta. Reza o art. 32, § 1º, da CF que o Distrito Federal exerce as competências legislativas reservadas aos Estados e aos Municípios. Dessa forma, o controle concentrado a ser levado a efeito pelo STF ficará condicionado à natureza da norma constitucional elaborada pelo Distrito Federal. Se se tratar de lei ou ato normativo distrital decorrente do exercício de competência estadual, é cabível o ajuizamento de ação direta perante o STF; em se tratando de lei ou ato normativo distrital de natureza municipal, não é possível o controle concentrado por meio de ação direta. O controle, nesse caso, será o difuso; **C:** incorreta. A ação direta de inconstitucionalidade por omissão não comporta pedido de medida liminar, conforme já entendeu o STF (ADIn 361-5/DF, Pleno, j. 05.10.1990, rel. Marco Aurélio, *DJ* 26.10.1990, *RT* 668/212); **D:** correta. Introduzida no ordenamento jurídico pela EC 3/1993, a ação declaratória de constitucionalidade se presta a transformar uma presunção relativa de constitucionalidade em absoluta. Tal decisão, portanto, tem o condão de vincular os órgãos do Poder Judiciário e a Administração Pública.

Gabarito "D"

(Procurador do Município/Aracaju – 2008 – CESPE) Com referência ao controle de constitucionalidade de leis, julgue o item que segue de acordo com o posicionamento do STF.

(1) O município de Aracaju pode ajuizar, perante o Tribunal de Justiça de Sergipe, ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal que fira a Constituição estadual.

1: incorreta, de acordo com o art. 108, VI, da Constituição de Sergipe, o Prefeito Municipal tem legitimidade para propor ADIn no âmbito do TJ, mas não o Município.

Gabarito 1E

4.2. CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE

4.2.1. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

(Ministério Público/ES – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta com relação ao controle de constitucionalidade em âmbito estadual e municipal.

(A) Não se admite controle de constitucionalidade de direito estadual mediante a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental, mesmo porque existe procedimento diverso para o exercício do seu controle de constitucionalidade.

(B) Segundo jurisprudência pacífica do STF, na hipótese de propositura simultânea de ação direta de inconstitucionalidade contra lei estadual perante o STF e o TJ, o processo no âmbito do STF deverá ser suspenso até a deliberação final do TJ estadual.

(C) De acordo com a CF, o monopólio do exercício do controle abstrato de normas estaduais e municipais perante as cortes estaduais é do chefe do MP estadual.

(D) A jurisprudência do STF é pacífica no sentido de que os TJs estaduais poderão exercer o controle de constitucionalidade de leis e demais atos normativos municipais em face da CF.

(E) Segundo jurisprudência majoritária do STF, a decisão proferida em sede de recurso extraordinário interposto contra decisão de mérito proferida em controle abstrato de norma estadual de reprodução obrigatória da CF possui eficácia *erga omnes*.

A: incorreta, cabe ADPF quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição (art. 1º, parágrafo único, I, da Lei 9.882/1999); **B:** incorreta, pois o contrário se verifica na hipótese: o processo no âmbito estadual fica suspenso aguardando a decisão do STF; **C:** incorreta, pois a CF não estabeleceu os legitimados ativos para o controle concentrado em âmbito estadual, mas vedou a legitimação para agir a um único órgão (art. 125, § 2º, da CF); **D:** incorreta, já que o controle concentrado de leis ou atos normativos estaduais e municipais em âmbito estadual tem por parâmetro a Constituição Estadual (e apenas ela); **E:** correta, redação de acordo com a jurisprudência do STF (RE 187.142/RJ, Rel. Min. Ilmar Galvão).
Gabarito "E"

(Ministério Público/RO – 2010 – CESPE) A respeito do controle de constitucionalidade na jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

(A) O STF está adstrito à fundamentação jurídica (*causa petendi*) invocada na ADI, desde que o proponente a tenha trazido de forma específica, e não genérica.

(B) Não é possível a intervenção de terceiros na ADI e na ADC, em razão da natureza objetiva do controle normativo abstrato, no qual não se discutem interesses ou direitos subjetivos nem há litígio entre as partes.

(C) Quando ato normativo municipal for contestado em face de norma da constituição do estado repetida da CF, por força da reprodução obrigatória, a competência para julgar a ADI será do STF.

(D) Não é cabível o ajuizamento de ADI perante o STF para impugnar ato normativo editado pelo DF, no exercício de competência que a CF tenha reservado aos municípios.

(E) A ação civil pública pode ser manejada para se obter o controle de constitucionalidade de lei, desde que a declaração de inconstitucionalidade seja *incidenter tantum* e tenha eficácia *erga omnes*.

A: incorreta, no exame da constitucionalidade de determinada lei ou ato normativo em controle abstrato de constitucionalidade perante a Constituição Federal, o STF analisa o pedido constante da ADIn em face de todo o texto constitucional, e não apenas do dispositivo apontado pelo autor como violado pela lei que está sendo acoimada de inconstitucional. Por isso, fala-se que a causa de pedir na ADIn é aberta, já que o órgão julgador está, em princípio, limitado ao pedido de inconstitucionalidade formulado, mas não está adstrito ao fundamento da inconstitucionalidade apontado pelo legitimado ativo. Vale dizer, o STF só pode agir se for provocado, se receber um pedido formalmente válido em ADIn, mas pode declarar a inconstitucionalidade da norma por motivo diverso daquele transcrito na petição inicial da ADIn. Isso não significa, por outro lado, que o autor está dispensado de fundamentar seu pedido, deixando de explicitar os motivos pelos quais entende ser a norma inconstitucional. A fundamentação (causa de pedir) é imprescindível e um dos requisitos da petição inicial, mas como a verificação da compatibilidade da lei ou ato normativo se dá diante de toda a Constituição, o STF pode entender que a norma está em desacordo com outro dispositivo constitucional, que não o apontado pelo autor, o que se costumou chamar de "causa de pedir aberta"; **B:** incorreta, pois em regra, não é possível (arts. 7º e 18 da Lei 9.868/1999), mas é admitida a participação de *amicus curiae*; **C:** incorreta, na exata medida que a competência permanece sendo do TJ, mas, nesse caso, cabe a interposição de recurso extraordinário para o STF, pois o parâmetro de controle passa a ser a Constituição Federal. O STF não irá analisar a compatibilidade vertical entre a lei estadual e a Constituição do Estado, mas entre a lei estadual e a Constituição Federal, utilizando, para tanto, um recurso típico do controle difuso. Apesar disso, o controle não perde sua natureza abstrata, razão pela qual a decisão do STF, nesse recurso extraordinário, produzirá os mesmos efeitos da ADIn genérica (*erga omnes*, vinculantes e *ex tunc*); **D:** correta, pois não cabe ADIn em face de lei municipal, mas apenas de lei federal ou estadual (art. 102, I, "a", da CF); **E:** incorreta, o controle de constitucionalidade em ACP é exercido incidentalmente, pois a inconstitucionalidade da norma é apreciada como causa de pedir e não como pedido principal da ação. Assim, os efeitos são *inter partes*, não *erga omnes*.
Gabarito "D"

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) No que concerne ao controle concentrado de constitucionalidade, julgue os seguintes itens.

(1) Para o STF, o indeferimento da medida cautelar na ADI não significa confirmação da constitucionalidade da lei com efeito vinculante.

(2) No processo objetivo de controle de constitucionalidade, o *amicus curiae* tem legitimidade para interpor recurso nas mesmas hipóteses facultadas ao titular da ação.

1: correta, e, de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 11 da Lei 9.868/1999, "a medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex nunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa"; "A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário"; **2:** incorreta, de acordo com o art. 26 da Lei 9.868/1999, "a decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória".
Gabarito 1C, 2E

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Quanto ao controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, julgue os próximos itens.

(1) Segundo entendimento do STF, quando tramitam simultaneamente duas ações diretas de inconstitucionalidade, uma perante o tribunal de justiça do estado e outra perante o STF, tendo por objeto a mesma lei estadual, impugnada sob o fundamento de afronta a princípios inseridos na Constituição estadual que reproduzam princípios da CF, a ação direta em trâmite perante o tribunal do estado deve ser suspensa até o julgamento final da ação ajuizada perante o STF.

(2) De acordo com o STF, compete ao tribunal de justiça do estado-membro julgar a ação direta de inconstitucionalidade cujo objeto consista em lei ou ato normativo municipal que contrarie previsão inserida na Constituição estadual, ainda que de repetição obrigatória e redação idêntica a dispositivo constante da CF.

1: certo. As leis estaduais podem ser objeto de duplo controle abstrato de constitucionalidade: no TJ local, tendo como parâmetro a Constitui-

ção do Estado (art. 125, § 2º, da CF), bem como no STF, tendo como parâmetro a Constituição Federal (art. 102, I, "a", da CF). Assim, em tese, há possibilidade de concomitância de ADIn estadual e de ADIn federal contra a lei estadual, devendo-se, nesse caso, ser suspenso o trâmite da representação de inconstitucionalidade estadual até julgamento final da ADIn pelo STF, pois ao Supremo Tribunal Federal cabe a guarda precípua da Constituição, sendo seu intérprete maior. Importante observar que, ao apreciarem a constitucionalidade de lei estadual em face da Constituição do Estado, a decisão do TJ local, em regra, não está sujeita a recurso para o STF, que é o guardião da Constituição Federal e não da Constituição do Estado. Entretanto, há casos em que a norma da constituição estadual apontada como violada apenas reproduz uma norma da Constituição Federal, por ser de observância obrigatória pelos estados-membros. Nesses casos a lei estadual, ao violar a Constituição Estadual está, em verdade, afrontando norma da Constituição Federal. Daí a possibilidade de interposição de recurso extraordinário para o STF, pois o parâmetro de controle passa a ser a Constituição Federal. O STF não irá analisar a compatibilidade vertical entre a lei estadual e a Constituição do Estado, mas entre a lei estadual e a Constituição Federal, utilizando, para tanto, um recurso típico do controle difuso. Apesar disso, o controle não perde sua natureza abstrata, razão pela qual a decisão do STF, nesse recurso extraordinário, produzirá os mesmos efeitos da ADIn genérica (*erga omnes*, vinculantes e *ex tunc*); **2:** certo. Só cabe ADIn de lei ou ato normativo estadual ou federal (art. 102, I, "a", da CF).

Gabarito 1C, 2C

(OAB – CESPE – 2009.2) Assinale a opção correta no que diz respeito ao controle das omissões inconstitucionais.

(A) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão que objetive a regulamentação de norma da CF somente pode ser ajuizada pelos sujeitos enumerados no artigo 103 da CF, sendo a competência para o seu julgamento privativa do STF.

(B) Na omissão inconstitucional total ou absoluta, o legislador deixa de proceder à completa integração constitucional, regulamentando deficientemente a norma da CF.

(C) A omissão inconstitucional pode ser sanada mediante dois instrumentos: o mandado de injunção, ação própria do controle de constitucionalidade concentrado; e a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, instrumento do controle difuso de constitucionalidade.

(D) O mandado de injunção destina-se à proteção de qualquer direito previsto constitucionalmente, mas inviabilizado pela ausência de norma integradora.

A: correta. Art. 12-A da Lei 9.868/1999; **B:** incorreta. Na chamada *omissão inconstitucional total ou absoluta*, há ausência de legislação integrativa infraconstitucional; na omissão parcial, a lei existe, mas é insuficiente; **C:** incorreta. No mandado de injunção, o controle é difuso (exercido pela via de exceção ou defesa); na ação direta de inconstitucionalidade por omissão, por seu turno, o controle é concentrado (art. 103, § 2º, da CF e Capítulo II-A da Lei 9.868/1999); **D:** incorreta. O art. 5º, LXXI, da CF faz menção a direitos, liberdades constitucionais e prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Gabarito "A"

4.2.2. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Com relação ao controle de constitucionalidade no direito brasileiro, julgue o próximo item.

(1) O pedido de medida liminar é cabível na ação direta de inconstitucionalidade, mas não na arguição de descumprimento de preceito fundamental, que exige, para sua propositura, o esgotamento de todas as vias possíveis para sanar a lesão ou a ameaça de lesão a preceito fundamental.

1: incorreta, a liminar é cabível tanto na ADIn quanto na ADPF (art. 5º da Lei 9.882/1999). Importante ressaltar, ainda, que a parte final é verdadeira, pois a ADPF é subsidiária (art. 4º, I, da Lei 9.882/1999).

Gabarito 1E

(OAB – CESPE – 2009.1) A respeito da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), assinale a opção correta.

(A) O conceito de preceito fundamental foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei nº 9.882/1999, segundo a qual apenas as normas constitucionais que protejam direitos e garantias fundamentais podem ser consideradas preceito fundamental.

(B) Na ADPF, não se admite a figura do *amicus curiae*.

(C) A ADPF, criada com o objetivo de complementar o sistema de proteção da CF, constitui instrumento de controle concentrado de constitucionalidade a ser ajuizado unicamente no STF.

(D) A ADPF pode ser ajuizada mesmo quando houver outra ação judicial ou recurso administrativo eficaz para sanar a lesividade que se pretende atacar, em observância ao princípio da indeclinabilidade da prestação judicial.

A: incorreta. Deixaram a Constituição Federal e a Lei 9.882/1999 de definir o que vem a ser preceito fundamental, o que caberá, por certo, à doutrina e ao STF. O Supremo já mencionou que o sistema constitucional tributário é um exemplo de preceito fundamental, além de temas como os direitos e garantias individuais; **B:** incorreta. É possível a participação do *amicus curiae* (amigo da corte) na ADPF (art. 6º, § 2º, da Lei 9.882/1999); **C:** correta. Art. 102, § 1º, da CF, e Lei 9.882/1999); **D:** incorreta. A ADPF é regida pelo princípio da subsidiariedade, ou seja, só cabe quando não houver outro meio eficaz para sanar a lesividade (art. 4º, § 1º, da Lei 9.882/1999).

Gabarito "C"

5. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

5.1. DIREITOS E DEVERES EM ESPÉCIE

(Agente Administrativo – Ministério da Previdência – 2010 – CESPE) Acerca do direito constitucional, julgue o item.

(1) Os direitos e as garantias fundamentais consagrados constitucionalmente não são ilimitados, uma vez que encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados na mesma Carta Magna.

1: Correta, pois de fato, os direitos e garantias são limitados, assim, ainda que sejam considerados fundamentais, não são direitos absolutos. Na crise advinda do confronto entre dois ou mais direitos fundamentais, ambos terão de ceder. Às vezes, será necessário fazer prevalecer um em detrimento do outro naquela situação específica.

Gabarito 1C

(Ministério Público/RO – 2010 – CESPE) Acerca dos direitos e garantias fundamentais assegurados na CF, assinale a opção correta.

(A) A garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio legal durante o período noturno pode ser afastada por determinação judicial.

(B) As associações podem ser compulsoriamente dissolvidas mediante ato normativo editado pelo Poder Legislativo.

(C) O mandado de injunção é ação constitucional de caráter civil e de procedimento especial, cuja natureza jurídico-processual, segundo entendimento do STF, permite a formação de litisconsórcio passivo, necessário ou facultativo, entre particulares e entes estatais.

(D) Segundo jurisprudência do STF, é constitucional norma legal que vede a progressão do regime de cumprimento de pena para os crimes hediondos.

(E) Segundo pronunciamento do STF, é inconstitucional, por ofender a garantia da liberdade de expressão e do direito à informação, norma legal que determine vedação de divulgação de pesquisas eleitorais quinze dias antes do pleito.

A: incorreta. Não reflete o disposto no art. 5º, XI, da CF; **B:** incorreta. Não reflete o disposto no art. art. 5º, XIX, da CF. Note-se que o dispositivo deve ser interpretado em conjunto com o inciso XVII do

mesmo artigo. Assim, só se exige trânsito em julgado para a dissolução compulsória da associação. A suspensão de atividades só pode ser determinada por decisão judicial, mas não se exige o trânsito em julgado da decisão nesse caso; **C:** incorreta. O STF entende ser incabível o litisconsórcio passivo, necessário ou facultativo, entre particulares e entes estatais (V. MI 335); **D:** incorreta. Súmula Vinculante 26 do STF: "Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico"; **E:** correta, STF, ADIn 3741, Rel. Min. Ricardo Lewandowski.

Gabarito "E"

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) Quanto a direitos e garantias individuais e coletivos, julgue o item a seguir.

(1) A CF assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal. Nesse sentido, não sendo atendido o pedido de certidão, por ilegalidade ou abuso de poder, o remédio cabível será o habeas data.

1: incorreta, a primeira parte está correta (art. 5º, XXXIV, *b*, da CF), mas o remédio cabível é o mandado de segurança.

Gabarito 1E

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Relativamente aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item seguinte.

(1) O ordenamento constitucional veda o envio compulsório de brasileiros ao exterior, que caracterizaria a pena de banimento, assim como proíbe a retirada coativa de estrangeiros do território nacional, que caracterizaria a pena de expulsão.

1: incorreta. A pena de banimento, cujo conceito é apresentado na questão, é vedada pela Constituição (art. 5º, XLVII, "d"), mas a CF não impede a retirada coativa de estrangeiros do território nacional, o que ocorre via expulsão, deportação ou extradição.

Gabarito 1E

(OAB – CESPE – 2010.1) Assinale a opção correta com relação ao sigilo bancário.

(A) A quebra do sigilo bancário está submetida à chamada reserva de jurisdição, podendo somente os juízes determiná-la e, ainda assim, de forma fundamentada.
(B) Conforme a lei complementar que rege a matéria, constitui quebra ilegal de sigilo bancário a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos administrativos, mesmo quando do fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa.
(C) As comissões parlamentares de inquérito poderão determinar a quebra de sigilo bancário sem a interferência do Poder Judiciário, desde que o façam de forma fundamentada.
(D) A quebra do sigilo bancário pode ser determinada diretamente pelo Tribunal de Contas da União.

A: incorreta. "EMENTA: 1. Recurso Extraordinário. Inadmissibilidade. Instituições financeiras. Sigilo bancário. Quebra. Requisição. Necessidade de autorização judicial ou decisão de Comissão Parlamentar de Inquérito, ambas devidamente fundamentadas. Jurisprudência assentada. Ausência de razões novas. Decisão mantida. Agravo regimental improvido. Nega-se provimento a agravo regimental tendente a impugnar, sem razões novas, decisão fundada em jurisprudência assente na Corte. 2. Recurso. Agravo Regimental. Jurisprudência assentada sobre a matéria. Caráter meramente abusivo. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 557, § 2º, c/c arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC [art. 932, § 4º, c/c arts. 5º e 77, II, do NCPC]. Quando abusiva a interposição de agravo, manifestamente inadmissível ou infundado, deve o Tribunal condenar a agravante a pagar multa ao agravado." (STF, AgRg no RE 243.157-2/MG, 2ª T., j. 06.11.2007, rel. Min. Cezar Peluso, *DJe* 01.02.2008, Ement. 2305-4, p. 766, *LEXSTF* v. 30, nº 353, 2008, p. 195-199); **B:** incorreta. Segundo a LC 105/2001, art. 1º, § 3º: "Não constitui violação do dever de sigilo: (...) IV – a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa."; **C:** correta. *Vide* justificativa apresentada na alternativa "A"; **D:** incorreta. "EMENTA: Mandado de Segurança. Tribunal de Contas da União. Banco Central do Brasil. Operações financeiras. Sigilo. 1. A Lei Complementar nº 105, de 10.01.2001, não conferiu ao Tribunal de Contas da União poderes para determinar a quebra do sigilo bancário de dados constantes do Banco Central do Brasil. O legislador conferiu esses poderes ao Poder Judiciário (art. 3º), ao Poder Legislativo Federal (art. 4º), bem como às Comissões Parlamentares de Inquérito, após prévia aprovação do pedido pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do plenário de suas respectivas comissões parlamentares de inquérito. 2. Embora as atividades do TCU, por sua natureza, verificação de contas e até mesmo o julgamento das contas das pessoas enumeradas no art. 71, II, da Constituição Federal, justifiquem a eventual quebra de sigilo, não houve essa determinação na lei específica que tratou do tema, não cabendo a interpretação extensiva, mormente porque há princípio constitucional que protege a intimidade e a vida privada, art. 5º, X, da Constituição Federal, no qual está inserida a garantia ao sigilo bancário. 3. Ordem concedida para afastar as determinações do acórdão nº 72/96 – TCU – 2ª Câmara (fl. 31), bem como as penalidades impostas ao impetrante no Acórdão nº 54/97 – TCU – Plenário." (STF, MS 22.801-6/DF, Pleno, j. 17.12.2007, rel. Min. Menezes Direito, *DJe* 14.03.2008, Ement. nº 2311-1, p. 167, *LEXSTF* v. 30, nº 356, 2008, p. 488-517).

Gabarito "C"

Reflexos do NCPC: de acordo com o art. 1.021, § 4º, do novo código, quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado **multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa**. No regramento anterior (art. 557, § 2º, do antigo código), o valor da multa nesta hipótese variava entre um e dez por cento do valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor. Outra alteração é encontrada no § 5º do art. 1021 do novo código, segundo o qual a interposição de qualquer outro recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no § 4º, **à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que farão o pagamento ao final**. Também foi citado o art. 14, II, do antigo código, o qual foi substituído pelo art. 5º do novo código, o qual dispõe que aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. O inciso III do antigo art. 14 é encontrado no novo código lá no art. 77, II. Tal norma trata dos deveres das partes e de seus procuradores e menciona que um deles é o de não formular pretensão **ou de apresentar defesa** quando cientes de que são destituídas de fundamento. As partes sublinhadas foram trazidas pelo novo regramento. Por fim, o art. 80, VII, do novo CPC substituiu o art. 17, VII, do antigo código, apenas reproduzindo que a interposição de recurso com intuito manifestamente protelatório é considerada litigância de má-fé.

(Técnico Judiciário – TRT/17ª – 2009 – CESPE) De acordo com os direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

(1) O Brasil se submeterá à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação manifestar adesão.
(2) A CF/1988 assegura a todos o direito de reunião pacífica em locais abertos ao público, desde que mediante autorização prévia da autoridade competente e que não se frustre outra reunião prevista para o mesmo local.
(3) A CF/1988 veda a interferência do Estado no funcionamento das associações e cooperativas.

1: correto (art. 5º, § 4º, da CF/1988); **2:** incorreto. Não reflete o disposto no art. 5º, XVI, da CF/1988; **3:** correto (art. 5º, XVIII, da CF/1988).

Gabarito 1C, 2E, 3C

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Acerca dos direitos e das garantias fundamentais expressos na CF/1988, assinale a opção correta.

(A) Inexiste pena de morte, no Brasil, em qualquer hipótese.
(B) É exigida autorização do poder público para realização de reuniões em locais abertos ao público, ainda que com finalidade pacífica.

(C) Nenhum cidadão brasileiro pode ser extraditado.
(D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.
(E) A criação das associações e, na forma da lei, a de cooperativas, depende de autorização estatal.

A: incorreta. A CF/1988 permite a instituição de pena de morte nos casos de guerra declarada (art. 5º, XLVII, *a*, da CF/1988); **B:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 5º, XVI, da CF/1988; **C:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 5º, LI, da CF/1988; **D:** correta (art. 5º, LXX, *a*, da CF/1988); **E:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 5º, XVIII, da CF/1988.
Gabarito "D"

(Agente de Polícia/ES – 2009 – CESPE) Um deputado federal subiu à tribuna da Câmara dos Deputados para defender um projeto de emenda constitucional com a finalidade de instituir a pena de morte no Brasil. O deputado, durante seu discurso em plenário, no momento em que informava aos colegas da proposta realizada, disse que discordava da vedação constitucional absoluta da pena de morte. Com referência à situação hipotética acima apresentada, aos direitos fundamentais, em especial ao direito à vida, julgue os itens que se seguem.

(1) O projeto de emenda constitucional é de duvidosa constitucionalidade, já que não se admite emenda constitucional que tenha por fim abolir direitos e garantias individuais.
(2) Equivocou-se o deputado ao dizer que a Constituição Federal de 1988 (CF) veda a pena de morte de forma absoluta, pois a CF admite a pena de morte em caso de guerra declarada, desde que atendidos os requisitos constitucionais.

1: correta. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais (art. 60, § 4º, I a IV, da CF). A proibição da instituição de pena de morte no Brasil é direito e garantia individual fixado no art. 5º, XLVII, da CF: não haverá penas: de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; de banimento; cruéis; **2:** correta (art. 5º, XLVII, da CF).
Gabarito 1C, 2C

(Analista – ANAC – 2009 – CESPE) Quanto aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

(1) São brasileiros os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira que vierem a residir no Brasil e optarem pela nacionalidade brasileira, desde que essa opção ocorra até a maioridade.
(2) Embora seja possível a restrição da liberdade de locomoção dos indivíduos nos casos de prática de crimes, é vedada a prisão civil por dívida, salvo, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), quando se tratar de obrigação alimentícia ou de depositário infiel.
(3) No direito de greve, além do fato de o empregado não trabalhar, incluem-se diversas situações de índole instrumental, tais como atuação em piquete pacífico, passeata, propaganda, coleta de fundos, operação tartaruga e não colaboração.
(4) A CF assegura a validade e o gozo dos direitos fundamentais, dentro do território brasileiro, ao estrangeiro em trânsito, que possui, igualmente, acesso às ações, como o mandado de segurança e demais remédios constitucionais.
(5) É imprescritível a ação tendente a reparar violação dos direitos humanos ou dos direitos fundamentais da pessoa humana.

1: incorreto, pois, nesses casos, a opção pela nacionalidade brasileira pode acontecer em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade – e não até a maioridade (art. 12, inciso I, alínea "c", da CF); **2:** incorreto, pois, diante do reconhecimento da supralegalidade dos tratados internacionais sobre direitos humanos (RE 349.703, DJ 04/06/2009), o STF decidiu que não mais subsiste, no sistema normativo brasileiro, a prisão civil por infidelidade depositária, independentemente da modalidade de depósito. Tal entendimento, inclusive, foi ratificado pela Súmula Vinculante nº 25: "é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito; **3:** correto, pois a Constituição garantiu o direito de greve de forma ampla, não especificando nem restringindo as suas formas de exercício (art. 9º, *caput*); **4:** correto, pois, embora a Constituição Federal tenha utilizado a expressão "estrangeiros residentes no País" (art. 5º, *caput*), entendeu o STF que a interpretação da norma deve se dá no sentido de também abarcar os estrangeiros em trânsito (HC 94.016, DJ 26/02/2009); **5:** correto, pois entendeu o STJ que os direitos fundamentais são imprescritíveis, por força da Constituição da República que elevou a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, da CF) à condição de fundamento do Estado brasileiro (STJ, REsp 816.209, DJ 10/04/2007).
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5C

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) A atual CF tem uma clara expansão dos direitos e garantias fundamentais, em relação aos modelos então vigentes. A esse respeito, julgue o item a seguir.

(1) Os direitos e garantias fundamentais encontram-se destacados exclusivamente no art. 5º do texto constitucional.

1: Errada, pois o próprio texto constitucional determina, em seu art. 5º, § 3º, que os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Desse modo, o rol não é exclusivo.
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) A atual CF tem uma clara expansão dos direitos e garantias fundamentais, em relação aos modelos então vigentes. A esse respeito, julgue o item a seguir.

(1) No tocante aos direitos políticos, o STF julgou recentemente a constitucionalidade da cláusula de barreira para partidos políticos, o que foi bem recebido pela doutrina, como medida moralizadora da atuação dos partidos políticos.

1: Errada, pois ao contrário do mencionado, o STF, no julgamento das ADIs 1351 e 1354, declarou inconstitucional dispositivos da Lei 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos) que trata da denominada cláusula de barreira. Segundo Gilmar Mendes, o sistema adotado privilegiava os partidos com funcionamento parlamentar em detrimento daqueles que detivessem apenas o registro no Tribunal Superior Eleitoral (Curso de Dir. Constitucional, 4ª Ed., p. 844).
Gabarito 1E

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) Com relação aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

(1) Considere que Joana, filha de Manoel, português, e de Sofia, italiana, tenha nascido em Brasília, onde seus pais estavam passando férias. Considere, ainda, que, ao completar 21 anos de idade, Joana tenha retornado ao Brasil para prestar concurso público e tenha sido presa. Nesse caso hipotético, Joana poderá ser extraditada.

1: Errada, pois Joana não poderá ser extraditada porque é brasileira nata (art. 5º, LI, da CF). Embora seus pais sejam estrangeiros, quando deram luz à Joana, eles estavam no Brasil passeando e não a serviço de seus países. Sendo assim, Joana se enquadra na regra trazida pelo art. 12, I, da CF, a qual dispõe que "são natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país".
Gabarito 1E

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) Com relação aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

(1) Considere que Marcos, oficial da Aeronáutica há 8 anos, seja casado com Vânia, cujo irmão é senador pelo estado da Paraíba. Nesse caso, não há impedimentos para que Marcos se candidate a cargo eletivo no referido estado, desde que se afaste da carreira militar.

1: Correta, pois Marcos não é atingido pela inelegibilidade reflexa prevista no art. 14, § 7º, da CF, pois esta se aplica aos parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, dos Chefes dos Executivos. Além disso, o art. 14, § 8º, I, da CF, determina que o militar alistável, se contar menos de dez anos de serviço, **é elegível**, desde que se afaste da atividade.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério da Educação – 2009 – CESPE) Julgue o item que se segue, referente às garantias fundamentais expressas na CF.

(1) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

1: Correta (art. 5º, XLIV, da CF).
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério da Educação – 2009 – CESPE) Julgue o item que se segue, referente às garantias fundamentais expressas na CF.

(1) É livre a manifestação de pensamento, assim como é permitido o anonimato nos meios de comunicação, o que abrange matérias jornalísticas e notícias televisivas.

1: Errada. O art. 5º, IV, da CF, determina que é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item a seguir à luz da CF.

(1) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização e publicação, mas não o de reprodução, não podendo a transmissão desse direito aos herdeiros ser limitada por lei.

1: Errada, pois aos autores é garantido também o direito de reprodução de suas obras. Além disso, a Constituição dispõe que tais direitos são transmissíveis aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar (art. 5º, XXVII, da CF).
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item a seguir à luz da CF.

(1) Se um indivíduo, ao se desentender com sua mulher, desferir contra ela inúmeros golpes, agredindo-a fisicamente, causando lesões graves, as autoridades policiais, considerando tratar-se de flagrante delito, poderão penetrar na casa desse indivíduo, ainda que à noite e sem determinação judicial, e prendê-lo.

1: Correta, pois de acordo com o princípio da inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI, da CF), a regra é que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador. Ocorre que a Constituição excepciona essa regra em nos casos de flagrante delito, desastre, para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial. Assim, é possível que as autoridades policiais adentrem a casa desse indivíduo e prenda-o em flagrante.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item a seguir à luz da CF.

(1) Se um brasileiro nato viajar a outro país estrangeiro, lá cometer algum crime, envolvendo tráfico ilícito de entorpecentes, e voltar ao seu país de origem, caso aquele país requeira a extradição desse indivíduo, o Brasil poderá extraditá-lo.

1: Errada, pois o brasileiro nato não pode ser extraditado (art. 5º, LI, da CF).
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item a seguir à luz da CF.

(1) Um brasileiro naturalizado pode ser ministro do STJ.

1: Correta, pois o brasileiro naturalizado pode ser ministro do STJ, pois os cargos privativos de nato estão previstos no arts. 12, § 3º e 89, VII, ambos da CF e não há nesses dispositivos menção ao cargo de Ministro do STJ.
Gabarito 1C

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Com relação aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os itens subsequentes.

(1) Segundo entendimento do STF, é vedada a utilização de algemas, sob pena de ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana e do direito fundamental do cidadão de não ser submetido a tratamento desumano ou degradante.

(2) As associações somente podem ser compulsoriamente dissolvidas por meio de decisão judicial transitada em julgado, considerando a vedação constitucional de interferência do Estado em seu funcionamento.

(3) Os partidos políticos devem registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, que decidirá acerca do pedido de registro partidário em decisão judicial devidamente fundamentada.

(4) A condenação criminal transitada em julgado constitui hipótese de suspensão dos direitos políticos enquanto durarem seus efeitos.

1: errado. Súmula Vinculante 11/STF: "Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado"; **2:** certo (art. 5º, XIX, da CF). Note-se que o dispositivo deve ser interpretado em conjunto com o inciso XVIII do mesmo artigo. Assim, só se exige trânsito em julgado para a dissolução compulsória da associação. A suspensão de atividades só pode ser determinada por decisão judicial, mas não se exige o trânsito em julgado da decisão nesse caso; **3:** errado, pois não reflete o disposto no art. 17, § 2º, da CF; **4:** certo. A hipótese do art. 15, III, da CF é de *suspensão* de direitos políticos e não de perda.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Acerca dos direitos e garantias fundamentais, e da sua proteção judicial e não judicial, assinale a opção correta.

(A) O modelo jurisdicional brasileiro prevê o direito genérico ao duplo grau de jurisdição, garantia que toda pessoa acusada de delito tem, no processo, de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior.

(B) A sentença originada da instância arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, o mesmo efeito da sentença proferida pelos órgãos judiciais, mas, em face da garantia constitucional da universalidade da jurisdição do Poder Judiciário, ela fica sujeita a recurso ou a homologação judicial.

(C) O mandado de segurança pode ser impetrado por pessoas naturais, mas não por pessoas jurídicas, em defesa de direitos individuais.

(D) Qualquer pessoa, seja física ou jurídica, nacional ou estrangeira, tem legitimidade para exercer o direito de petição, apresentando reclamações a qualquer autoridade legislativa, executiva ou jurisdicional, contra ilegalidade ou abuso de poder.

(E) O sujeito passivo do *habeas corpus* será a autoridade pública, pois somente ela tem a prerrogativa de restringir a liberdade de locomoção individual em benefício do interesse público ou social, razão pela qual não se admite sua impetração contra ato de particular.

A: incorreta. A garantia do duplo grau de jurisdição não é absoluta, comportando exceções como nas hipóteses de competência originária do STF (art. 102, I, da CF); **B:** incorreta. Não há falar em homologação judicial de sentença arbitral. V. art. 31 da Lei 9.307/1996: "A sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, constitui título executivo"; **C:** incorreta, pois não reflete o disposto no art. 1º da Lei 12.016/2009; **D:** correta (art. 5º, XXXIV, *a*, da CF); **E:** incorreta. O art. 5º, LXVIII, da CF, não faz menção a ato do Poder Público, razão pela qual se admite a impetração de HC para cessar coação à liberdade de locomoção provocada por particular.
Gabarito "D"

Reflexos do NCPC: o art. 496 do novo CPC, ao tratar da remessa necessária, altera regras previstas no antigo art. 475. Especificamente em relação aos §§ 2º e 3º do art. 475 do velho CPC, vale lembrar que eles foram substituídos pelos §§ 3º e 4º do art. 496 do novo CPC O § 3º excepciona a regra do **duplo grau de jurisdição**, afirmando que não se aplica o disposto neste artigo quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a: I - 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; II - 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; III - 100 (cem) salários-mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público. Na mesma linha, o § 4º do art. 496 do novo código também determina a não aplicação do o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em: I - súmula de tribunal superior; II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos; III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; IV - entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.

(Analista – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, relativos aos direitos e às garantias fundamentais.

(1) O estrangeiro sem domicílio no Brasil não tem legitimidade para impetrar *habeas corpus*, já que os direitos e as garantias fundamentais são dirigidos aos brasileiros e aos estrangeiros aqui residentes.

(2) Caso um escritório de advocacia seja invadido, durante a noite, por policiais, para nele se instalar escutas ambientais, ordenadas pela justiça, já que o advogado que ali trabalha estaria envolvido em organização criminosa, a prova obtida será ilícita, já que a referida diligência não foi feita durante o dia.

1: incorreta, apesar de o art. 5º, *caput*, da CF, falar em brasileiros e estrangeiros residentes no país, doutrina e jurisprudência concordam que são destinatários das normas de direitos fundamentais também os estrangeiros de passagem pelo Brasil; **2:** incorreta, segundo o STF, "dados obtidos em interceptação de comunicações telefônicas e em escutas ambientais, judicialmente autorizadas para produção de prova em investigação criminal ou em instrução processual penal, podem ser usados em procedimento administrativo disciplinar, contra a mesma ou as mesmas pessoas em relação às quais foram colhidos, ou contra outros servidores cujos supostos ilícitos teriam despontado à colheita dessa prova". (STF, Inq 2424 QO-QO, Rel. Min. Cezar Peluso).

Gabarito 1E, 2E

(OAB – CESPE – 2009.3) No que se refere aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

(A) O direito de propriedade intelectual abrange tanto a propriedade industrial quanto os direitos do autor.

(B) Às representações sindicais não é assegurado o direito de fiscalização do aproveitamento econômico de obras criadas por artistas a elas associados.

(C) A proteção à reprodução da imagem não abrange as atividades desportivas.

(D) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização de suas obras, mas não o de reprodução delas.

A: correta. (art. 5º, XXVII e XXIX, da CF); vale ressaltar que a Convenção da OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual) define como Propriedade Intelectual a soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico; **B:** incorreta. Tal direito é assegurado aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas (art. 5º, XXVIII, *b*, da CF); **C:** incorreta (art. 5º, XXVIII, *a*, da CF); **D:** incorreta (art. 5º, XXVII, da CF).

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.1) De acordo com a CF, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF, assinale a opção correta.

(A) Os direitos fundamentais não são assegurados ao estrangeiro em trânsito no território nacional.

(B) Como decorrência da inviolabilidade do direito à liberdade, a CF assegura o direito à escusa de consciência, desde que adstrito ao serviço militar obrigatório.

(C) É admitida a interceptação telefônica por ordem judicial ou administrativa, para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.

(D) O duplo grau de jurisdição, no âmbito da recorribilidade ordinária, não consubstancia garantia constitucional.

A: incorreta. Embora o *caput* do art. 5º da CF faça referência tão somente a brasileiros e estrangeiros residentes no País, a jurisprudência do STF já firmou entendimento segundo o qual as garantias fundamentais devem ser estendidas aos estrangeiros não residentes no País; **B:** incorreta (arts. 5º, VIII, e 143, § 1º, da CF); **C:** incorreta. A interceptação telefônica só pode ser determinada por ordem *judicial* (art. 5º, XII, da CF); **D:** correta. Vale lembrar, a despeito de o duplo grau de jurisdição não constituir garantia constitucional expressa, há diversos dispositivos no texto constitucional dos quais se infere tal princípio: arts. 5º, LV, 92, 93, III, e 108, II, da CF.

Gabarito "D"

5.2. REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

(Agente Administrativo – Ministério da Previdência – 2010 – CESPE) Acerca do direito constitucional, julgue o item.

(1) Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, caberá mandado de segurança.

1: Errada, pois o remédio correto nesta hipótese é o *habeas corpus*. De acordo com o art. 5º, LXVIII, da CF, conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

Gabarito 1E

(Ministério Público/SE – 2010 – CESPE) Com referência às ações constitucionais e aos direitos sociais previstos na CF, assinale a opção correta.

(A) *Habeas data* é o remédio constitucional adequado para o caso de recusa de fornecimento de certidões para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, próprio ou de terceiros, assim como para o caso de recusa de obtenção de informações de interesse particular, coletivo ou geral.

(B) Se o autor da ação popular dela desistir, o MP poderá, entendendo presentes os devidos requisitos, dar-lhe prosseguimento.

(C) Diferentemente das organizações sindicais, das entidades de classe e das associações, os partidos políticos não têm legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo.

(D) Os sindicatos não têm legitimidade processual para atuar na defesa de direitos individuais da categoria que representem, mas são parte legítima para defender direitos e interesses coletivos, tanto na via judicial quanto na administrativa.

(E) Os direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais indicados no texto constitucional são extensíveis, em sua totalidade, aos servidores ocupantes de cargo público.

A: incorreta. O *habeas data* visa a: a) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, e b) retificar dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo (art. 5º, LXXII, da CF); **B:** correta, mas precisa ter sido proposta por um cidadão; **C:** incorreta. Há expressa autorização constitucional (art. 5º, LXX, *a*, da CF); **D:** incorreta. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas (art. 8º, III, da CF); **E:** incorreta. Os servidores públicos têm estatuto próprio e estão sujeitos às regras do art. 39 e ss. da CF.

Gabarito "B"

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) Acerca dos remédios constitucionais, julgue o item que se segue.

(1) Tal como ocorre na ADI, não é admitida a impetração de mandado de segurança contra lei ou decreto de efeitos concretos.

1: incorreta. O contrário: só cabe ADI contra lei ou ato normativo dotados de abstração e generalidade. Não cabe mandado de segurança contra "lei em tese", mas apenas contra lei de efeitos concretos. Súmula 266/STF: "Não cabe mandado de segurança contra lei em tese."

Gabarito 1E

(OAB – CESPE – 2010.1) Assinale a opção correta com relação à garantia constitucional do *habeas corpus*.

(A) Caso uma decisão de turma recursal de juizados especiais criminais constitua ato coator da liberdade de locomoção de um acusado, será cabível *habeas corpus* dirigido ao STJ.
(B) Caso a sentença penal condenatória emanada de juiz militar imponha pena de exclusão de militar ou de perda de patente, será cabível a utilização do *habeas corpus*.
(C) Caso ocorra, ao fim de um processo penal, a fixação de pena de multa em sentença penal condenatória, ficará prejudicada a utilização do *habeas corpus*, haja vista a sua destinação exclusiva à tutela do direito de ir e vir.
(D) Ainda que já extinta a pena privativa de liberdade, é cabível a utilização de *habeas corpus* para pedido de reabilitação de paciente.

A: incorreta. "Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de *habeas corpus* contra decisão de Turma recursal de juizados especiais criminais" (Súmula 690 do STF); **B:** incorreta. "Não cabe *habeas corpus* contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública" (Súmula 694 do STF); **C:** correta. "Não cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada" (Súmula 693 do STF); **D:** incorreta. "Não cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade" (Súmula 695 do STF). Nesse sentido, já decidiu o STF que: "A via do *habeas corpus* não é a adequada para o fim pretendido pela Impetrante – pedido de reabilitação do Paciente. 2. Extinta a punibilidade ou encerrada a sua execução, não há que se falar em constrangimento à liberdade de locomoção do Paciente a ser protegido via *habeas corpus*" (HC 90.554, 1ª T., j. 06.03.2007, rel. Min. Cármen Lúcia, *DJ* 23.03.2007).

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2010.1) Considerando as repercussões processuais das garantias constitucionais, assinale a opção correta.

(A) Impõe-se, por ser norma de processo civil, de aplicação imediata, a legislação superveniente à impetração do mandado de segurança.
(B) A ausência de decisão administrativa em prazo razoável não enseja mandado de segurança, pois o Poder Judiciário não pode fixar prazo para decisões do Poder Executivo.
(C) Estrangeiro residente no exterior não pode impetrar mandado de segurança no Brasil.
(D) Mandado de segurança coletivo impetrado pela OAB deve ser ajuizado perante a Justiça Federal, ainda que não se trate de postulação de direito próprio.

A: incorreta. Aplica-se a legislação da época da impetração (STF, AgRg no RE 457.508-6/PI, 2ª T., j. 14.08.2007, rel. Min. Eros Grau, *DJ* 21.09.2007); **B:** incorreta. Enseja a fixação de prazo razoável. Dever de decidir dos administradores públicos (STF, MS 24.167-5/RJ, Pleno, j. 05.10.2006, rel. Min. Joaquim Barbosa, *DJ* 02.02.2007); **C:** incorreta. Poderá impetrar, dado o caráter universal dos direitos fundamentais, mesmo aos turistas em passeio pelo Brasil (STF, RE 215.267-6/SP, j. 24.04.2001, rel. Min. Ellen Gracie, *DJ* 25.05.2001); **D:** correta. "Presente a Ordem dos Advogados do Brasil – autarquia federal de regime especial – no polo ativo de mandado de segurança coletivo impetrado em favor de seus membros, a competência para julgá-lo é da Justiça Federal, a despeito de a autora não postular direito próprio" (STF, AgRg no RE 266.689-1/MG, 2ª T., j. 17.08.2004, rel. Min. Ellen Gracie, *DJ* 03.09.2004).

Gabarito "D"

(Agente de Polícia Federal/Escrivão de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue o seguinte item, à luz da CF.

(1) Conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou à de terceiros, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

1: incorreta, o *habeas data* (art. 5º, LXXII, da CF) é ação personalíssima, cuja tutela se limita a informações relativas à pessoa do impetrante (não é possível a impetração por terceiros, em regra).

Gabarito 1E

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Julgue o item seguinte, referente aos direitos e deveres individuais e coletivos.

(1) Qualquer cidadão poderá impetrar habeas data no Poder Judiciário para assegurar o conhecimento de informações relativas a sua pessoa disponíveis na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), independentemente de ter formulado o pedido diretamente na agência.

1: incorreto, pois a ausência de recusa da ANATEL em fornecer as informações implica a falta de interesse de agir da ação (art. 8º, parágrafo único, inciso I, da Lei 9.507/1997).

Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item a seguir à luz da CF.

(1) Associação com seis meses de constituição pode impetrar mandado de segurança coletivo.

1: Errada, pois o art. 5º, LXX, "b", da CF traz, dentre os legitimados para impetrarem mandado de segurança coletivo, a associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados

Gabarito 1E

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Em relação aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF, assinale a opção correta.

(A) Os candidatos a cargo eletivo que tenham sido condenados, mesmo por sentença não transitada em julgado, são, conforme entendimento do STF, inelegíveis, desde que assim esteja previsto em lei complementar.
(B) Os sindicatos têm legitimidade extraordinária para defesa dos interesses individuais homogêneos dos integrantes da categoria, havendo a necessidade, conforme entendimento do STF, da expressa autorização dos substituídos.
(C) A ação civil pública não pode ser usada como instrumento de controle de constitucionalidade, sob pena de usurpação das atribuições do STF.
(D) Na hipótese de figurar o presidente da República no polo passivo de uma ação popular, a competência será do STF.
(E) Se, em uma ação de mandado de segurança, a segurança for concedida, então a autoridade coatora terá direito de recorrer.

A: O STF, ao julgar a ADPF 144, Rel. Min. Celso de Mello, concluiu que o princípio da presunção de inocência impede a inelegibilidade, antes

do trânsito em julgado, ainda que lei complementar disponha nesse sentido; **B:** O STF entende que o art. 8º, III, da CF, trata de hipótese de substituição processual, razão pela qual não há necessidade de autorização dos substituídos para o ingresso em juízo; **C:** É possível o exercício do controle de constitucionalidade em ACP desde que incidentalmente, ou seja, que a inconstitucionalidade da norma seja apreciada como *causa de pedir* e não como *pedido principal* da ação; **D:** O STF julga o Presidente da República nas infrações penais comuns (art. 86 da CF). A ação popular tem natureza cível; **E:** É de se notar que, após o julgamento pela segunda instância, caberá Recurso Especial para o STJ caso a ordem seja concedida e esteja configurada uma das hipóteses do art. 105, III, da CF, ou Recurso Ordinário para o mesmo STJ no caso de denegação da ordem (art. 105, II, *b*, da CF).

Gabarito "E"

(OAB – CESPE – 2009.1) No que se refere aos remédios constitucionais, assinale a opção correta.

(A) A doutrina brasileira do *habeas corpus*, cujo principal expoente foi Rui Barbosa, conferiu grande amplitude a esse *writ,* que podia ser utilizado, inclusive, para situações em que não houvesse risco à liberdade de locomoção.

(B) O *habeas data* pode ser impetrado ao Poder Judiciário, independentemente de prévio requerimento na esfera administrativa.

(C) A ação popular pode ser ajuizada por qualquer pessoa para a proteção do patrimônio público estatal, da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural.

(D) A ação civil pública somente pode ser ajuizada pelo MP, segundo determina a CF.

A: correta. Art. 5º, LXVIII, da CF; **B:** incorreta. Art. 8º da Lei 9.507/1997 (lei que disciplina o rito processual do *habeas data*); **C:** incorreta. Art. 5º, LXXIII, da CF. Somente está legitimado a ajuizar a ação popular o cidadão, assim entendido, o brasileiro nato ou naturalizado em gozo de seus direitos políticos. Dessa forma, foram excluídos os brasileiros que não estejam no gozo de seus direitos políticos, os estrangeiros e as pessoas jurídicas (Súmula 365 do STF); **D:** incorreta. A ação civil pública (Lei 7.347/1985) pode ser proposta pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados, pelos Municípios, pelas associações civis e por outros legitimados relacionados na lei.

Gabarito "A"

5.3. TEORIA GERAL DOS DIRETOS FUNDAMENTAIS

(Defensoria/ES – 2009 – CESPE) No que concerne a direitos e garantias fundamentais, julgue os itens subsequentes.

(1) Considere que o estrangeiro Paul, estando de passagem pelo Brasil, tenha sido preso e pretenda ingressar com *habeas corpus*, visando questionar a legalidade da sua prisão. Nesse caso, conforme precedente do STF, mesmo sendo estrangeiro não residente no Brasil, Paul poderá valer-se dessa garantia constitucional.

(2) Os direitos de primeira geração ou dimensão (direitos civis e políticos) – que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais – realçam o princípio da igualdade; os direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) – que se identificam com as liberdades positivas, reais ou concretas – acentuam o princípio da liberdade; os direitos de terceira geração – que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais – consagram o princípio da solidariedade.

1: certo. Muito embora o art. 5º, *caput*, da CF refira-se a estrangeiros *residentes* no país, a norma deve ser interpretada extensivamente para abranger também os estrangeiros de passagem pelo Brasil, pois a interpretação sistemática da CF, antes de proibir, garante a impetração de *habeas corpus* por estrangeiros. Os direitos e garantias fundamentais (rol no qual se insere a garantia do *habeas corpus*) são dotados de diversas características, dentre elas a *universalidade*, segundo a qual esses direitos e garantias dirigem-se indistintamente a todo ser humano, independentemente de raça, credo, nacionalidade ou convicção política. Ademais, a Constituição de 1988 impõe a observância dos direitos fundamentais, inclusive dos não expressamente previstos em seu texto, mas decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados (art. 5º, § 2º, da CF), como o da dignidade da pessoa humana. No caso, o respeito à dignidade humana, erigido a fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CF) também impede a adoção de tratamento diferenciado nessa hipótese; **2:** errado. Apesar da crítica da doutrina em relação à categorização dos direitos fundamentais em gerações ou dimensões, há associação entre tais gerações e o lema da Revolução Francesa. Dessa forma, os direitos de primeira geração equivalem à liberdade (direitos de liberdade e direitos políticos); os de segunda geração à igualdade (direitos sociais, culturais e econômicos) e os de terceira geração à fraternidade (direitos coletivos, à proteção ambiental e à defesa do consumidor). Há, ainda, quem defenda direitos de quarta geração, associados, por exemplo, às pesquisas genéticas.

Gabarito 1C, 2E

6. DIREITOS SOCIAIS

(Defensor Público/BA – 2010 – CESPE) No que diz respeito aos direitos sociais e fundamentais e às funções essenciais da justiça, julgue o item abaixo.

(1) Considere que o MP tenha ajuizado ação em face de determinado ente da Federação, visando obter provimento jurisdicional que assegurasse o fornecimento de medicamentos a pessoa considerada hipossuficiente. Nessa situação, apesar de o MP ter agido em defesa de interesses sociais e individuais indisponíveis, resta configurada, segundo entendimento do STF, a usurpação de competência da DP, visto que se busca assegurar o direito à saúde de pessoa hipossuficiente.

1: incorreta, STF, RE 554088, Rel. Min. Eros Grau: "1. A Constituição do Brasil, em seu artigo 127, confere expressamente ao Ministério Público poderes para agir em defesa de interesses sociais e individuais indisponíveis, como no caso de garantir o fornecimento de medicamentos a hipossuficiente. 2. Não há que se falar em usurpação de competência da defensoria pública ou da advocacia privada".

Gabarito 1E

(Defensoria Pública da União – 2010 – CESPE) Julgue o seguinte item:

(1) Os direitos sociais previstos na Constituição, por estarem submetidos ao princípio da reserva do possível, não podem ser caracterizados como verdadeiros direitos subjetivos, mas, sim, como normas programáticas. Dessa forma, esses direitos devem ser tutelados pelo poder público, quando este, em sua análise discricionária, julgar favoráveis as condições econômicas e administrativas.

1: errado. Toda norma constitucional, ainda que veicule direito social, possui eficácia para revogar as normas em contrário ou para servir de vetor de interpretação para o legislador ordinário. Assim, mesmo que atrelados à reserva do financeiramente possível, os direitos sociais podem, por exemplo, servir como parâmetro para a declaração de inconstitucionalidade das leis que com elas colidem.

Gabarito 1E

(Procurador do Município/Boa Vista-RR – 2010 – CESPE) Com relação aos direitos sociais constitucionalmente assegurados para proteção do trabalhador, julgue os itens seguintes.

(1) A previsão constitucional de regras diferenciadas de aposentadoria para quem exerça atividades sob condições especiais que prejudiquem a sua saúde ou a sua integridade física carece de regulamentação infraconstitucional. Por essa razão, caso a regulamentação não seja produzida, os servidores que exerçam atividades nocivas podem solicitar a aplicação, por analogia, das regras do regime geral de previdência.

(2) Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante dos empregados

com a finalidade exclusiva de promover o entendimento direto entre eles e os empregadores.

(3) Tanto o trabalhador urbano quanto o trabalhador rural têm direito a assistência gratuita para seus filhos e dependentes, em creches e pré-escolas até determinada idade.

1: correta, vide STF, MI 721/DF, Pleno, j. 30.08.2007, rel. Min. Marco Aurélio. Tal entendimento foi sumulado em 2014 pelo STF: Súmula Vinculante 33: "aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III, da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica"; **2:** correta, art. 11 da CF; **3:** correta, o art. 7º, XXV, da CF: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas".

Gabarito 1C, 2C, 3C

7. NACIONALIDADE

(Defensoria Pública da União – 2010 – CESPE) Nenhum Estado soberano é obrigado a aceitar o ingresso, em seu território, de pessoa que não mantenha com ele vínculo político. Entretanto, no momento em que aceite o ingresso de indivíduo nessa condição, o Estado passa a ter, em relação a ele, deveres oriundos do direito internacional. Nesse contexto, a Lei n.º 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro) e diversos julgados do STF vêm normatizando os direitos e deveres dos estrangeiros em território nacional. Com relação a esse assunto, julgue os próximos itens.

(1) Um imigrante e um turista recebem o mesmo tipo de visto para ingresso no país.

(2) Considere que um estrangeiro tenha sido expulso do país por pertencer a célula terrorista e ter participado do sequestro de autoridades brasileiras. Considere, ainda, que, após a abertura de inquérito no Ministério da Justiça, no qual foi assegurada ampla defesa ao alienígena, o presidente da República tenha decidido, por meio de decreto, pela sua expulsão do país. Nessa situação, o estrangeiro só poderá voltar ao país mediante decreto presidencial que revogue o anterior.

(3) Considere que Melchior, devido a fundado temor de perseguição por motivo de raça, se encontre fora de seu país de nacionalidade e que, tendo ingressado no Brasil, se tenha dirigido à Defensoria Pública e indagado acerca da possibilidade de permanência no país, em condição de asilo. Nesse caso, é correto que o defensor público recomende a Melchior que requeira refúgio, com base na lei que normatiza o assunto.

(4) Suponha que Raimundo, brasileiro nato, tenha saído do Brasil para morar nos Estados Unidos da América, onde reside há mais de trinta anos, e que, nesse país, tenha obtido a nacionalidade americana como condição para permanecer no território americano. Nessa situação, caso deseje retornar ao Brasil para visitar parentes, Raimundo necessitará de visto, pois, ao obter a nacionalidade americana, perdeu a nacionalidade brasileira.

1: errado, pois não reflete o disposto no art. 4º, II (turista) e IV (imigrante), e no art. 17, ambos da Lei 6.815/1980; **2:** certo (art. 7º, III e art. 66, ambos da Lei 6.815/1980); **3:** certo (art. 1º, I, da Lei 9.474/1997); **4:** errado. Aplica-se ao caso a exceção prevista no art. 12, § 4º, II, *b*, da CF.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Agente de Polícia Federal/Escrivão de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue o seguinte item, à luz da CF.

(1) São privativos de brasileiro nato os cargos de ministro de Estado da Defesa, ministro de Estado da Fazenda e de oficial da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica.

1: incorreta (ministro de Estado da Fazenda). O art. 12, § 3º, da CF estabelece como cargos privativos de brasileiros natos os de Presidente e Vice-Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; Ministro do Supremo Tribunal Federal; carreiras diplomáticas; oficiais das forças armadas e Ministro de Estado da Defesa. Não insere nesta lista o "Ministro de Estado da Fazenda". Para complementar veja também art. 89, VII; art. 222 ambos da CF (também trazendo alguns cargos privativos de brasileiros natos).

Gabarito 1E

(Técnico – ANATEL – 2009 – CESPE) Mário, casado com Ângela, é analista administrativo da ANATEL e esteve a serviço dessa agência em Paris nos meses de outubro e novembro de 2008, quando, nesse período, nasceu seu filho Lúcio, em hospital de Brasília. Com base na CF, julgue os itens seguintes, relativos à situação hipotética acima.

(1) Caso Lúcio tivesse nascido em Paris, ele não poderia ocupar os cargos de ministro do Supremo Tribunal Federal e de oficial das Forças Armadas, haja vista que esses cargos são privativos de nascidos no Brasil.

(2) Lúcio é brasileiro nato.

1: Errada, pois como Mário estava em Paris a serviço do Brasil, Lúcio, seu filho, se estivesse nascido lá, seria considerado brasileiro nato (art. 12, I, "b", da CF). **2:** Correta de fato, Lúcio é considerado brasileiro nato, pois se enquadra na regra prevista no art. 12, I, "a", da CF.

Gabarito 1E, 2C

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Abdul, nascido na Síria, conseguiu sua naturalização no Brasil em 1.º de maio de 2004. Por ser jornalista profissional, pretende adquirir uma empresa de radiodifusão na cidade onde reside, no interior do estado de Pernambuco. Considerando a situação hipotética apresentada, é correto afirmar, de acordo com a CF, que, em 2009,

(A) é proibido a Abdul adquirir a empresa de radiodifusão, pois não possui mais de dez anos na condição de naturalizado brasileiro.

(B) é vedado a Abdul adquirir a empresa de radiodifusão, pois não é brasileiro nato.

(C) não é permitido a Abdul adquirir a empresa de radiodifusão, pois somente pessoas jurídicas podem ser proprietárias de tais empresas.

(D) Abdul pode adquirir a empresa de radiodifusão, pois está naturalizado como brasileiro há mais de cinco anos.

(E) Abdul pode adquirir a empresa de radiodifusão, pois não existem restrições na CF para que estrangeiros adquiram esse tipo de empresa.

Art. 222 da CF.

Gabarito "A"

8. DIREITOS POLÍTICOS

A democracia repousa sobre dois princípios fundamentais, que lhe dão a essência conceitual: o da soberania popular, segundo o qual o povo é a única fonte do poder; e a participação direta ou indireta, do povo no poder, para que este seja efetiva expressão da vontade popular.

> José Afonso da Silva. Curso de direito constitucional positivo. 24.ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 131 (com adaptações).

(Técnico Judiciário – TRE/BA – 2010 – CESPE) Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, acerca do princípio da democracia, dos direitos políticos e de temas relacionados.

(1) A participação indireta do povo no poder ocorre com a representação. Nesta, o representante exerce um mandato e não fica vinculado à vontade dos representados. Além disso, o eleito não representa apenas os seus eleitores, mas toda a população de um território. Desse modo, o mandato é considerado livre e geral.

(2) Os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório, são inalistáveis e inelegíveis.
(3) Caso seja promulgada uma emenda constitucional que autorize o alistamento eleitoral aos que contem com quinze anos de idade, essa norma deverá ter aplicação imediata, observados os prazos e procedimentos da legislação eleitoral quanto ao alistamento.

1: correto. O povo exerce o poder que lhe detém de forma direta e indireta. Direta por meio do plebiscito, referendo, iniciativa popular de lei e pela ação popular. Indiretamente ao votar e eleger os seus representantes. De fato, tais governantes representam toda a população de um determinado território e não apenas aqueles que os elegeram. O mandato é tido como livre, pois não está vinculado a opinião popular. Ao eleger, o povo delega o seu poder ao governante. Os representantes eleitos atuam de forma geral, ou seja, sobre qualquer tema relacionado ao seu âmbito de competência. **2:** correto. É o que se extrai da leitura dos arts. 14, §§ 2º e 4º, da CF/1988. **3:** incorreta. O art. 16 da CF/1988 determina que a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
Gabarito 1C, 2C, 3E

(Ministério Público/SE – 2010 – CESPE) Tendo em vista a disciplina constitucional relativa aos direitos de nacionalidade e aos direitos políticos, assinale a opção correta.

(A) A CF veda expressamente a extradição do brasileiro, seja ele nato ou naturalizado.
(B) Os estrangeiros originários de países de língua portuguesa adquirirão a nacionalidade brasileira se mantiverem residência contínua no território nacional pelo prazo mínimo de quatro anos, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização.
(C) Mesmo que já sejam detentores de mandato eletivo ou candidatos à reeleição, são absolutamente inelegíveis o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do presidente da República, do governador de estado, do prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito.
(D) O militar somente pode ser candidato a cargo eletivo se possuir mais de dez anos de serviço.
(E) Para concorrer à reeleição, os detentores de cargos eletivos no Poder Executivo não precisam renunciar ao mandato.

A: incorreta. O nato não pode ser extraditado e o naturalizado sim, na forma do art. 5º, LI, da CF; **B:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 12, § 1º, da CF; **C:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 14, § 7º, parte final, da CF; **D:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 14, § 8º, I e II, da CF; **E:** correta, art. 14, §§ 5º e 6º, da CF (note-se que o § 6º fala em "outros cargos").
Gabarito "E"

(Analista – TRE/MT – 2010 – CESPE) Com relação aos direitos e deveres políticos estipulados na CF, assinale a opção correta.

(A) O cidadão com pouco mais de 70 anos de idade, alfabetizado e portador de título eleitoral, é obrigado a votar.
(B) Um cidadão com dezoito anos de idade, boliviano naturalizado brasileiro, não pode candidatar-se a vereador em uma pequena cidade do interior de um estado brasileiro, por faltar-lhe capacidade eleitoral passiva.
(C) Ao governador de determinado estado da Federação que pretenda candidatar-se a deputado federal nas próximas eleições não se exigirá a desincompatibilização do cargo, visto que se trata de eleição para outro cargo público.
(D) Caso um cidadão com trinta anos de idade, militar com oito anos de serviços prestados, pretenda se candidatar nas próximas eleições, ele deverá ser afastado temporariamente pela autoridade superior e, se eleito, passará, automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
(E) A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, devendo o autor responder, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

A: O voto é facultativo para os maiores de 70 anos (art. 14, § 1º, II, "b", da CF); **B:** O cargo de vereador pode ser exercido por brasileiros naturalizados, pois não se encontra no rol do art. 12, § 3º, da CF. Ademais, o candidato preenche os requisitos do art. 14, § 3º, I e VI, "d", da CF; **C:** Não reflete o disposto no art. 14, § 6º, da CF; **D:** O militar com menos de dez anos de serviço deve afastar-se da atividade (art. 14, § 8º, I, da CF); **E:** correta – Art. 14, § 11, da CF.
Gabarito "E"

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Acerca dos direitos políticos expressos na CF/1988, julgue os itens a seguir.

I. Em conformidade com a CF/1988 é obrigatório o voto para uma brasileira, analfabeta, que tenha 67 anos de idade no dia da eleição.
II. Se um brasileiro, estudante, tem 20 anos de idade, milita por determinado partido político e está no pleno exercício dos seus direitos políticos, então, nesse caso, a CF/1988 permite que ele se candidate a vereador do município do seu domicílio eleitoral.
III. Caso um brasileiro, militar há 12 anos, pretenda candidatar-se a deputado estadual nas próximas eleições, então, para concorrer ao cargo eletivo, a CF/1988 exige somente que ele se afaste da atividade.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item I está certo.
(B) Apenas o item II está certo.
(C) Apenas os itens I e III estão certos.
(D) Apenas os itens II e III estão certos.
(E) Todos os itens estão certos.

I: incorreto. O voto dos analfabetos é facultativo (art. 14, § 1º, II, *a*, da CF/1988); **II:** correto (art. 14, § 3º, I, II, III, IV, V e VI, *d*, da CF/1988); **III:** incorreto. Não reflete o disposto no art. 14, § 8º, I e II, da CF/1988.
Gabarito "B"

(Técnico – ANATEL – 2009 – CESPE) Considere que Jessé, analfabeto, com 19 anos de idade, deseje candidatar-se ao cargo de vereador nas próximas eleições municipais na região onde mora. Em face dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem à luz da Constituição Federal de 1988 (CF).

(1) Embora seja analfabeto, Jessé é obrigado a votar, em razão de ter 19 anos de idade.
(2) Jessé não poderá candidatar-se ao cargo de vereador nas próximas eleições, uma vez que os analfabetos são inelegíveis.

1: Errada. De acordo com o art. 14, § 1º, II, "a", da CF, o alistamento eleitoral e o voto, para o analfabeto, são facultativos. **2:** Correta. Conforme dispõe o art. 14, § 4º, da CF, são inelegíveis os inalistáveis e **os analfabetos.**
Gabarito 1E, 2C

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Acerca de nacionalidade e direitos políticos e sociais, no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

(A) Na hipótese de criação de município por desmembramento, o irmão do prefeito do município-mãe não pode se candidatar a chefe do Executivo do município recém-criado, devido à inelegibilidade reflexa.
(B) A perda da nacionalidade brasileira pode decorrer de ato do ministro da Justiça ou de decisão judicial e tem como consequência o retorno do indivíduo à situação de estrangeiro.
(C) Uma vez perdida a nacionalidade brasileira, por decisão judicial transitada em julgado, o indivíduo poderá readquiri-la por meio de decisão favorável em ação rescisória ou por intermédio de novo procedimento de naturalização.
(D) É direito social dos trabalhadores urbanos e rurais a jornada de sete horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
(E) O ordenamento jurídico nacional não assegura aos trabalhadores o direito de relacionamento com organizações

sindicais internacionais nem o direito de filiação a essas organizações.

A: correto, pois se aplica ao novo município a regra do § 7º do art. 14 da CF no sentido de que são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição (Súmula nº 12 do TSE); **B:** incorreto, pois a perda da nacionalidade brasileira somente pode ser perdida em virtude de cancelamento da naturalização, por decisão judicial transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, ou em razão de aquisição de outra nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis (Art. 12, § 4º, da CF). Ademais, a perda da nacionalidade brasileira não implica, necessariamente, a condição de estrangeiro, uma vez que também há a possibilidade de a pessoa punida passar a condição de apátrida; **C:** incorreta (art. 36 da Lei 818/49); **D:** incorreto, pois a jornada nesses casos será de seis horas (art. 7º, inciso XIV, da CF); **E:** incorreto, pois, nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador), os Estados partes deverão garantir o direito dos trabalhadores de organizar sindicatos e de se filiar livremente, para proteger e promover seus interesses. Como projeção desse direito, os Estados Partes permitirão aos sindicatos formar federações e confederações nacionais e se associar às já existentes, bem como formar organizações sindicais internacionais e associar-se de acordo com seus interesses (art. 8, 1, *a*).

Gabarito "A"

(Magistratura Federal – 5ª Região – 2009 – CESPE) Com relação aos partidos políticos, ao alistamento, à eleição e aos direitos políticos, assinale a opção correta.

(A) Considere que Petrônio tenha sido eleito e diplomado no cargo de prefeito de certo município no dia 1.º/1/2008. Nessa situação hipotética, o mandato eletivo de Petrônio poderá ser impugnado ante a justiça eleitoral, no prazo de 15 dias a contar da diplomação, por meio de ação instruída com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

(B) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica com registro dos seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

(C) É vedado aos estrangeiros, ainda que naturalizados brasileiros, o alistamento como eleitores.

(D) Suponha que Pedro, deputado federal pelo estado X, seja filho do atual governador do mesmo estado. Nessa situação hipotética, Pedro é inelegível para concorrer à reeleição para um segundo mandato parlamentar pelo referido estado.

(E) A condenação criminal com trânsito em julgado ensejará a perda dos direitos políticos do condenado.

A: Correta. A ação de impugnação de mandato eletivo prevista no artigo 14, § 10 da Constituição Federal, cujo procedimento é o previsto no artigo 3º da Lei Complementar 64/90, de acordo o atual entendimento do Tribunal Superior Eleitoral. A ação visa impugnar mandato eletivo, ou seja, cassar uma manifestação de vontade do eleitor, a gravidade do fato que ensejar a ação deve estar alicerçada em indícios ou provas da prática de abuso de poder econômico, corrupção ou fraude. Em outras palavras, as provas necessariamente devem ser suficientemente convincentes, cabais e de idoneidade inegável. Mister se faz destacar que o prazo de 15 dias, contados da diplomação, para ajuizamento da ação de impugnação de mandato eletivo é decadencial e o seu ajuizamento extemporâneo acarreta a perda do direito de impugnar o mandato almejado. Conquanto o procedimento seja o previsto no artigo 3º da Lei Complementar 64/90, eventuais recursos seguem os preceitos do Código Eleitoral, inclusive o prazo de três dias, de acordo com o artigo 258 do Código Eleitoral. Apartando-se de julgados anteriores o Tribunal Superior Eleitoral atualmente tem entendido ser desnecessária a citação do "vice" para figurar no polo passivo da ação, na condição de litisconsórcio necessário. São legitimados: Ministério Público, partidos políticos e coligações, e os candidatos. Será competente para conhecer e julgar a ação o mesmo juiz que tiver competência para registrar e diplomar o réu; **B:** Incorreta. Adquirem personalidade na forma da lei civil e, posteriormente, registram seus estatutos no TSE (art. 17, § 2º, da CF). A doutrina classifica DUPLO REGISTRO; **C:** Incorreta. Apenas os estrangeiros (e, durante o serviço militar, os conscritos) não podem se alistar como eleitores (art. 14, § 2º, da CF); **D:** Incorreta. Não há inelegibilidade nesse caso, de acordo com o art. 14, § 7º, da CF, já que Pedro já era titular de cargo eletivo; **E:** Incorreta. O art. 15, III, da CF traduz hipótese de suspensão de direitos políticos, não de perda.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.2) Assinale a opção correta a respeito dos partidos políticos.

(A) Como sujeitos de direitos, os partidos políticos têm legitimidade para atuar em juízo, e, se tiverem representação no Congresso Nacional, podem ajuizar mandado de segurança coletivo.

(B) Somente os partidos com representação no Congresso Nacional podem usufruir dos recursos do fundo partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

(C) A CF consagra o princípio da liberdade partidária de modo ilimitado e irrestrito, não admitindo condicionantes para a criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos.

(D) Os partidos políticos somente adquirem personalidade jurídica após duplo registro: no registro civil das pessoas jurídicas e no tribunal regional eleitoral do estado em que estão sediados.

A: correta. (Art. 5º, LXX, "a", da CF); **B:** incorreta. O art. 17, § 3º, da CF, ao mencionar que os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, não faz distinção entre aqueles que têm ou não representação no Congresso Nacional. Desse modo, após serem constituídos (e a aquisição da personalidade jurídica se dá na forma da lei civil) e terem registrado seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e a televisão, na forma da lei; **C:** incorreta. O art. 17, *caput*, da CF, trata da liberdade partidária, mas traz alguns preceitos que devem ser observados, como o caráter nacional, a prestação de contas à Justiça Eleitoral etc. Portanto, o princípio mencionado não tem caráter absoluto; **D:** incorreta. O art. 17, § 2º, da CF dispõe que a aquisição da personalidade jurídica se dá na forma da lei civil. Conforme o art. 8º da Lei 9.096/1995, isso ocorre com o registro do partido político no cartório competente do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, da Capital Federal. Nesse momento já adquiriram personalidade jurídica, após isso é que devem registrar seus estatutos no TSE.

Gabarito "A"

9. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

9.1. DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E TERRITÓRIOS

(Advogado – CEF – 2010 – CESPE) Acerca do instituto da intervenção, assinale a opção correta.

(A) Em âmbito estadual, para garantir o livre exercício de qualquer dos poderes nas unidades da Federação, o presidente da República poderá ser solicitado a decretar a intervenção pelo Poder Legislativo ou pelo chefe do Poder Executivo, se esses poderes se sentirem sob coação indevida, ou pelo presidente do tribunal de justiça, se a coação recair sobre o Poder Judiciário.

(B) O presidente da República é a autoridade competente para decretar a intervenção federal; no entanto, dependerá de representação para tal fim, especialmente nas situações destinadas a pôr termo a grave comprometimento da ordem pública e a reorganizar as finanças da unidade da

Federação que deixar de entregar aos municípios receitas tributárias fixadas na CF, dentro dos prazos estabelecidos em lei.

(C) O procedimento destinado a viabilizar, nas hipóteses de descumprimento de ordem ou de sentença judiciais, a efetivação do ato de intervenção federal nos estados-membros reveste-se de caráter político-administrativo, muito embora instaurado perante órgão competente do Poder Judiciário, circunstância que inviabiliza, ante a ausência de causa, a utilização do recurso extraordinário.

(D) O procurador-geral da República poderá propor perante o STF ação de executoriedade de lei federal ou representação por inconstitucionalidade para fins interventivos. Essas modalidades de intervenção passam por crivo judicial; no entanto, o presidente da República não está obrigado a decretar a intervenção.

(E) No caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, a presença de voluntariedade e intencionalidade no descumprimento da decisão transitada em julgado não é pressuposto indispensável ao acolhimento do pedido de intervenção federal, bastando, para tanto, a simples inobservância da ordem da autoridade judiciária competente mesmo sem esses elementos subjetivos.

A: incorreta, pois na hipótese de intervenção federal em razão da necessidade de garantia do livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação (art. 34, inciso IV, da CF), a decretação da intervenção dependerá de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário (art. 36, inciso I, da CF); **B:** incorreta, pois nas hipóteses de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública (art. 34, inciso III, da CF) e de reorganizar as finanças da unidade da Federação que deixar de entregar aos municípios receitas tributárias fixadas na CF, dentro dos prazos estabelecidos em lei" (art. 34, inciso V, alínea "b", da CF), prescinde-se de representação, de modo que pode o Presidente da República agir de ofício; **C:** correta, pois este é o entendimento do STF, já consolidado na Súmula 637, cujo verbete determina que "não cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município"; **D:** incorreta, pois embora haja a previsão da competência do PGR para a propositura de ambas as ações (art. 36, inciso III, da CF), se houver provimento no âmbito do STF, o Presidente da República estará sim obrigado a decretar a intervenção; **E:** incorreta, pois, nos termos da jurisprudência do STF, o descumprimento voluntário e intencional de decisão judicial transitada em julgado é pressuposto indispensável ao acolhimento do pedido de intervenção federal (IF 5.050-AgR, DJ 24/04/2008)W

Gabarito "C"

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) No que se refere à organização político-administrativa do Estado Federal brasileiro e às competências da União, estados e municípios, julgue os itens subsequentes.

(1) Na esfera da competência material comum, a Constituição Federal de 1988 prevê que leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os estados, o Distrito Federal e os municípios, com vistas ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

(2) Em face da descentralização administrativa e política que caracteriza o Estado brasileiro, a República Federativa do Brasil constitui um estado unitário descentralizado, dispondo os entes políticos estatais de autonomia para a tomada de decisão, no caso concreto, a respeito da execução das medidas adotadas pela esfera central de governo.

1: correta, art. 23, parágrafo único, da CF; **2:** incorreta, o Brasil é uma Federação, não um estado unitário. São duas as formas de Estado: Unitário e Federal, sendo que o Estado Federal se qualifica pela descentralização política e administrativa, imperando a repartição constitucional de competências entre os entes federados. O Estado Unitário é caracterizado pela unidade de poder sobre o território, pessoas e bens (Estado unitário puro). Nada impede, porém, que seja descentralizado administrativamente (Estado unitário descentralizado).

Gabarito 1C, 2E

(OAB – CESPE – 2010.1) Acerca da distribuição de competências dos entes federativos prevista na CF, assinale a opção correta.

(A) Compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situem os potenciais hidroenergéticos.

(B) No âmbito da legislação concorrente, compete à União legislar sobre normas gerais ou especiais, sem prejuízo da competência suplementar dos Estados, do DF e dos Municípios.

(C) A competência residual, ainda que em matéria tributária, como a instituição de novos impostos, é dos Estados e do DF.

(D) A competência privada da União para legislar sobre certos temas, como os de direito penal, por exemplo, impede que os Estados legislem sobre questões específicas, ainda que, para isso, haja, prevista em lei complementar, autorização da União.

A: correta. De acordo com o art. 21, XII, "b", da CF, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos; **B:** incorreta. Conforme art. 24, § 1º, da CF, a competência da União, no âmbito da legislação concorrente, limitar-se-á a estabelecer **normas gerais**. Já o § 2º do mesmo dispositivo determina que a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência **suplementar dos Estados**; **C:** incorreta. A competência residual em matéria tributária é da **União**. O art. 154 da CF determina que a União poderá instituir: I – mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição; II – na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação; **D:** incorreta. Poderá haver essa autorização por meio de lei complementar. Conforme dispõe o art. 22 da CF, compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil, comercial, **penal**, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho. O parágrafo único do mesmo dispositivo normativo determina que lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

Gabarito "A"

(Analista – TRT/21ª – 2010 – CESPE) Em relação à organização político-administrativa do Estado federal brasileiro, julgue os itens a seguir.

(1) Os municípios devem, obrigatoriamente, constituir guardas municipais destinadas à preservação da ordem pública e à proteção de seus bens, serviços e instalações.

(2) No plano de suas atribuições administrativas e legislativas, os estados federados exercem competências remanescentes, razão pela qual estão inseridos na competência reservada dos estados-membros as atribuições que não constarem do rol de competências da União e dos municípios e que não pertencerem à competência comum a todos os entes federativos.

1: incorreta, o art. 144, § 8º, da CF prevê uma faculdade, não uma obrigação; **2:** correta, pela teoria dos poderes remanescentes a competência legislativa e administrativa remanescente é dos Estados (art. 25, § 1º, da CF).

Gabarito 1E, 2C

(Analista – TRE/BA – 2010 – CESPE) A respeito da organização do Estado e da intervenção do estado no município, segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens subsequentes.

(1) A instituição de regiões metropolitanas pelos estados federados dispensa a edição prévia de lei complementar federal, diante da autonomia que lhes foi conferida pela CF.

(2) A intervenção do estado no município tem caráter excepcional e é permitida nas hipóteses previstas na CF e eventualmente estabelecidas na respectiva constituição estadual.

1: correta, o art. 25, § 3º, da CF, refere-se apenas à lei complementar do próprio estado para a instituição de regiões metropolitanas. A exigência de prévia lei complementar federal diz respeito à criação, à incorporação, à fusão e ao desmembramento de Municípios (art. 18, § 4º, da CF); **2:** incorreta, as hipóteses de intervenção dos Estados em seus próprios municípios encontram-se taxativamente previstas no art. 35 da CF.
Gabarito 1C, 2E

(Técnico Judiciário – TRE/BA – 2010 – CESPE) Acerca das disposições gerais da administração pública, julgue o item que se segue.

(1) A proibição de acumular cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

1: correto. É o que se extrai da leitura do art. 37, XVII, da CF/1988.
Gabarito 1C

(Técnico Judiciário – MPU – 2010 – CESPE) A respeito da organização político-administrativa do Estado e da administração pública, julgue o item que se segue, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF/1988).

(1) Considere que determinado estado da Federação tenha obtido aprovação tanto de sua população diretamente interessada, por meio de plebiscito, como do Congresso Nacional, por meio de lei complementar, para se desmembrar em dois estados distintos. Nesse caso, foi cumprida a exigência imposta pela Constituição para incorporação, subdivisão, desmembramento ou formação de novos estados ou territórios federais.

1: correto. De fato esses são os requisitos exigidos pela Constituição (art. 18, § 3º) para a incorporação, subdivisão, desmembramento e formação de novos estados ou territórios federais.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério da Previdência – 2010 – CESPE) Acerca do direito constitucional, julgue o item.

(1) Os territórios integram a União, e sua criação ou transformação em estado ou ainda a sua reintegração ao estado de origem serão reguladas por lei delegada.

1: Errada, pois os territórios federais integram a União, mas a sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas por **lei complementar** e não lei delegada (art. 18, § 2º, da CF).
Gabarito 1E

(Ministério Público/ES – 2010 – CESPE) Acerca do sistema de repartição de competências inserido na CF e do sistema federalista adotado pelo Brasil, assinale a opção correta.

(A) A forma federativa de Estado poderá ser alterada mediante emenda constitucional.
(B) Compete privativamente à União legislar sobre direito financeiro.
(C) O sistema federal adotado pelo Brasil confere autonomia administrativa e política aos estados, ao DF e aos municípios, mas não lhes confere competência para o exercício de sua atividade normativa, em razão dos diversos limites impostos pelas normas de observância obrigatória.
(D) É possível a criação de novos territórios federais, na qualidade de autarquias que integrem a União, na forma regulada por lei complementar.
(E) É da competência exclusiva da União promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

A: incorreta, por constituir cláusula pétrea (ou limite material de reforma da Constituição), conforme disposto no art. 60, § 4º, I, da CF; **B:** incorreta. A competência é concorrente (art. 24, I, da CF); **C:** incorreta. A Federação Brasileira difere um pouco do modelo clássico de federalismo, pois nela tanto União, Estados-membros, como também os Municípios, são autônomos. V. art. 18, *caput*, da CF. Segundo a doutrina, a autonomia é a capacidade de auto-organização (cada um dos entes federativos pode elaborar sua própria Constituição), autogoverno (garantia assegurada ao povo de escolher seus próprios dirigentes e de, por meio deles, editar leis) e autoadministração (capacidade assegurada aos Estados de possuir administração própria, faculdade de dar execução às leis vigentes); **D:** correta. Hoje não existem mais territórios (arts. 14 e 15 do ADCT), mas podem vir a ser criados (art. 18, § 2º, da CF); **E:** É competência comum da União, Estados, DF e Municípios, conforme art. 23, IX, da CF.
Gabarito "D"

(Ministério Público/ES – 2010 – CESPE) Acerca da organização do Estado em consonância com a CF, assinale a opção correta.

(A) A faixa de até 50 km de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira é considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.
(B) O DF é entidade federativa que acumula as competências legislativas reservadas pela CF aos estados e aos municípios, sendo permitida sua divisão em municípios, desde que aprovada pela população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e pelo Congresso Nacional, mediante a edição de lei complementar.
(C) Compete privativamente à União legislar a respeito da responsabilidade por dano ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
(D) É permitida a edição de medida provisória para regulamentação dos serviços de gás canalizado, cuja exploração, diretamente ou mediante concessão, pertence aos estados, conforme competência constitucionalmente prevista.
(E) A instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, depende de lei complementar.

A: incorreta. A faixa de fronteira mede até 150 km de largura (art. 20, § 2º, da CF); **B:** incorreta. O DF acumula as competências dos Estados e dos municípios, mas é vedada sua divisão em municípios (art. 32, *caput* e § 1º, da CF); **C:** incorreta. As competências são concorrentes (art. 24, VII e VIII, da CF); **D:** incorreta. A matéria não pode ser regulada por medida provisória (art. 25, § 2º, da CF); **E:** correta, art. 25, § 3º, da CF.
Gabarito "E"

(Defensoria Pública da União – 2010 – CESPE) Com relação à organização político-administrativa, julgue o item a seguir.

(1) Considere que a Lei X, segundo a qual os servidores públicos deveriam estar submetidos à carga horária de 30 horas semanais, tenha sido alterada pela Lei Y, que passou a exigir cumprimento de carga horária de 40 horas semanais. Nesse caso, se a Lei Y não tiver previsto aumento na remuneração desses servidores, está caracterizada a violação ao princípio da irredutibilidade de vencimentos.

1: correta, pois o valor da hora de trabalho seria menor, violando o disposto no art. 7º, VI, da CF.
Gabarito 1C

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) Julgue os itens seguintes, que versam sobre as competências dos entes federativos no Estado brasileiro.

(1) De acordo com entendimento do STF, é inconstitucional lei estadual que disponha sobre aspectos relativos ao contrato de prestação de serviços escolares ou educacionais, por se tratar de matéria inserida na esfera de competência privativa da União.
(2) Para o STF, é inconstitucional norma inserida no âmbito de constituição estadual que outorgue imunidade formal, relativa à prisão, ao chefe do Poder Executivo estadual, por configurar ofensa ao princípio republicano.
(3) A CF atribui à União a competência tributária residual, permitindo-lhe instituir, mediante lei ordinária específica, outros impostos além dos arrolados em sua esfera de competência, desde que esses impostos não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos arrolados na CF e sejam não cumulativos.

1: correta, assim, uma lei estadual que estabelecesse o dia de vencimento das mensalidades escolares seria inconstitucional por violar o art. 22, XXIV, da CF; **2:** correta, de acordo com o STF, a imunidade do Presidente da República, prevista no art. 86, § 3º, da CF, não pode ser conferida aos Governadores de Estado pelas Constituições estaduais. Confira-se passagem da ementa da ADI 978, Rel. Min. Ilmar Galvão: "(...) O Estado-membro, ainda que em norma constante de sua própria Constituição, não dispõe de competência para outorgar ao Governador a prerrogativa extraordinária da imunidade à prisão em flagrante, à prisão preventiva e à prisão temporária, pois a disciplina dessas modalidades de prisão cautelar submete-se, com exclusividade, ao poder normativo da União Federal, por efeito de expressa reserva constitucional de competência definida pela Carta da República. – A norma constante da Constituição estadual – que impede a prisão do Governador de Estado antes de sua condenação penal definitiva – não se reveste de validade jurídica e, consequentemente, não pode subsistir em face de sua evidente incompatibilidade com o texto da Constituição Federal. PRERROGATIVAS INERENTES AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ENQUANTO CHEFE DE ESTADO. – Os Estados-membros não podem reproduzir em suas próprias Constituições o conteúdo normativo dos preceitos inscritos no art. 86, §§ 3º e 4º, da Carta Federal, pois as prerrogativas contempladas nesses preceitos da Lei Fundamental – por serem unicamente compatíveis com a condição institucional de Chefe de Estado – são apenas extensíveis ao Presidente da República"; **3:** incorreta, o art. 154, I, da CF traduz competência tributária residual da União, mas a instituição deve ser feita mediante lei complementar.

Gabarito 1C, 2C, 3E

(Técnico Judiciário – TRT/17ª – 2009 – CESPE) No tocante à organização do Estado brasileiro, a CF/1988:

(1) Determinou que compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente o presidente da República e os governadores dos estados e do Distrito Federal nos crimes comuns.

(2) Estabeleceu que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à justiça, à qual compete representar a União, judicial e extrajudicialmente.

(3) Atribuiu à União a competência privativa para legislar sobre consórcios e sorteios, razão pela qual é inconstitucional a lei ou ato normativo estadual que institua loteria no âmbito do estado.

(4) Considerou os cargos, empregos e funções públicas de acesso exclusivo dos brasileiros natos e naturalizados.

(5) Estabeleceu a possibilidade de o presidente da República delegar, ao advogado-geral da União, sua competência para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, quando isso não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

(6) Conferiu ao Tribunal de Contas da União a tarefa de julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta da União, sem, contudo, atribuir-lhe a competência para aplicar sanções aos responsáveis, nos casos de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, por ser a referida competência exclusiva do Poder Judiciário, observado o devido processo legal.

1: incorreto. Os governadores dos estados e do DF são julgados no STJ por crimes comuns (art. 105, I, *a*, da CF/1988). O Presidente da República é julgado pelo STF (art. 102, I, *b*, da CF/1988); **2:** incorreto. O MP é instituição permanente e essencial à justiça (art. 127 da CF/1988), mas a representação judicial e extrajudicial da União, suas autarquias e fundações é feita exclusivamente pela Advocacia-Geral da União (art. 131 da CF/1988); **3:** correto (art. 22, XX, da CF/1988); **4:** incorreto. Não reflete o disposto no art. 37, I, da CF/1988; **5:** correto (art. 84, VI, *a* c/c parágrafo único, da CF/1988); **6:** incorreto. Não reflete o disposto no art. 71, II e VIII, da CF/1988.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5C, 6E

(Analista – TCU – 2009 – CESPE) Julgue os próximos itens, acerca da repartição de competências e da organização do Estado brasileiro.

(1) Com relação à repartição de competências administrativas entre a União e os estados-membros, adotou-se a técnica da competência remanescente, segundo a qual aos Estados-membros são reservadas as competências que não sejam da União e do DF. Quanto às competências dos municípios, essas são comuns a estes e aos estados-membros.

(2) Em matéria legislativa, a repartição de competência chamada remanescente ou reservada dos estados corresponde àquela em que a competência estadual é decorrente da delegação pela União, por meio de lei complementar.

(3) Ao lado da repartição de competências, que consiste na atribuição, pela Constituição Federal, a cada ente federado, de uma matéria que lhe seja própria, há a repartição de rendas, cujo objetivo é assegurar a autonomia dos entes federados.

1: incorreto, pois aos Estados-membros são reservadas as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição, sendo, portanto, uma competência remanescente ou reservada (art. 25, § 1º). Por outro lado, a Constituição estabelece expressamente as competências municipais (art. 30 e incisos), sendo incorreta a afirmação que elas são comuns aos Estados-membros; **2:** incorreto, pois a competência remanescente ou reservada dispensa delegação pela União, qualquer que seja a espécie legislativa. Trata-se de consequência direta da regra constitucional que estabelece que sejam reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição (art. 25, § 2º); **3:** correto, pois a repartição das rendas ou das receitas tributárias é estabelecida pela Constituição (arts. 157 a 162) e compreende um importante instrumento de fortalecimento e equilíbrio do pacto federativo e de redução das desigualdades regionais.

Gabarito 1E, 2E, 3C

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) Ao Estado podem ser atribuídas duas vertentes: o governo, de natureza transitória, responsável precípuo pela proposição das políticas públicas; e a administração pública, com o encargo de fazer a implementação de tais políticas, de maneira mais estável. A esse respeito, julgue os itens a seguir.

(1) Diferentemente do que ocorria com o Código Civil de 1916, no Código Civil vigente tem-se a previsão expressa dos territórios como pessoas jurídicas de direito público.

(2) O modelo de federalismo brasileiro é do tipo segregador.

(3) A teoria da aparência é abrigada pelo direito administrativo brasileiro.

(4) As assembleias legislativas estaduais não possuem personalidade judiciária.

1: Correta, de fato, o art. 41, II, do Código Civil (Lei 10.406/2002) determina que os territórios, bem como os Estados e o Distrito Federal, são pessoas jurídicas de direito público interno.**2:** Correta, pois o federalismo segregador ou por desagregação é, de fato, o adotado pelo Brasil. De acordo com Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (Dir. Constitucional Descomplicado, 8º Ed., p. 292), "a federação é formada por desagregação quando um Estado unitário se descentraliza, instituindo uma repartição de competências entre entidades federadas autônomas, criadas para exercê-las. Ocorre um movimento centrífugo, de dentro para fora, isto é, um Estado unitário descentraliza-se mediante a criação de entes federados autônomos".**3:** Correta, pois a aplicação da teoria da aparência pode ocorrer na denominada função de fato, ou seja, aquela exercida por alguém que está investido de forma irregular no cargo. Nessa hipótese, em relação aos terceiros de boa-fé, os atos praticados pelo agente serão considerados válidos. **4:** Errada. De acordo com a jurisprudência, "a assembleia legislativa estadual, a par de ser órgão com autonomia financeira expressa no orçamento do Estado, goza, legalmente, de independência organizacional. É titular de direitos subjetivos, o que lhe confere a chamada "personalidade judiciária", que a autoriza a defender os seus interesses em juízo. Tem, pois, capacidade processual" (TJ-BA, ApCív nº 24.417-7).

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) Acerca da organização do Estado, julgue o item seguinte.

(1) Considere a situação em que uma pessoa, ao cavar um poço artesiano no sítio de sua propriedade, tenha encontrado uma reserva de gás natural. Nesse caso, a reserva

pertencerá à União, mas o proprietário terá por força expressa de dispositivo constitucional, direito a participação no resultado da lavra.

1: Correta, pois de acordo com o art. 176, § 2º, da CF, assegura a participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.
Gabarito 1C

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) Acerca da organização do Estado, julgue o item seguinte.

(1) Compete privativamente à União legislar sobre direito marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

1: Correta, conforme o disposto no art. 22, I, da CF.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério da Educação – 2009 – CESPE) Acerca da organização do Estado estipulada expressamente na CF, julgue o item a seguir.

(1) É da competência privativa dos estados e do DF legislar acerca de diretrizes e bases da educação nacional.

1: Errada, pois a competência para legislar sobre diretrizes e bases da educação é **privativa da União** (art. 22, XXIV, da CF).
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério da Educação – 2009 – CESPE) Acerca da organização do Estado estipulada expressamente na CF, julgue o item a seguir.

(1) É possível a formação de novos estados ou territórios federais, desde que haja aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, mediante a aprovação e promulgação de lei complementar.

1: Correta, pois de fato, conforme o art. 18, § 3º, da CF, os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante **aprovação da população diretamente interessada**, através de **plebiscito**, e do Congresso Nacional, por lei **complementar**.
Gabarito 1C

(Defensoria/ES – 2009 – CESPE) Acerca da organização política e administrativa do Estado, julgue os itens a seguir.

(1) Conforme prevê a CF, é de competência material comum entre União, estados, municípios e DF planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente em caso de secas e inundações.

(2) Suponha que um estado-membro da Federação tenha legislado, de forma exaustiva, acerca de assistência jurídica e defensoria pública, dada a inexistência de legislação federal sobre o tema. Nesse caso, ao ser promulgada legislação federal a esse respeito, as normas estaduais incompatíveis com ela serão automaticamente revogadas.

1: errado, pois a competência é da União (art. 21, XVIII, da CF); **2:** errado. A matéria é de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal (art. 24, XIII, da CF). Assim, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados podem exercer a competência legislativa plena (art. 24, § 3º, da CF). A superveniência de lei federal sobre normas gerais apenas *suspende a eficácia* da lei estadual, no que lhe for contrário. Não existe revogação.
Gabarito 1E, 2E

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue os itens a seguir, a respeito da organização do Estado.

(1) Segundo entendimento do STF, é constitucional lei estadual que estabelece o dever dos municípios de transportar, da zona rural para a sede do município, alunos carentes matriculados no ensino fundamental, tendo em vista a competência municipal para atuar prioritariamente no ensino fundamental.

(2) Os territórios, quando criados, podem ser divididos em municípios, aos quais não serão aplicadas as regras de regência dos demais municípios, já que estarão inseridos em território federal, considerado como descentralização administrativa da União.

(3) É cabível a interposição de recurso extraordinário em face de acórdão do tribunal de justiça do estado que defira o pedido de intervenção estadual em município.

1: errado. STF, ADI 307, Rel. Min. Eros Grau: "O art. 30 (da lei impugnada na ADIn) impõe aos Municípios o encargo de transportar da zona rural para a sede do Município, ou Distrito mais próximo, alunos carentes matriculados a partir da 5ª série do ensino fundamental. Há aqui indevida ingerência na prestação de serviço público municipal, com reflexos diretos nas finanças locais. O preceito afronta francamente a autonomia municipal"; **2:** errado, pois não reflete o disposto no art. 33, § 1º, da CF; **3:** errado. Súmula 637/STF: "Não cabe recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município".
Gabarito 1E, 2E, 3E

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Em um distrito pertencente ao município X, foi realizada pesquisa de opinião pública, seguida de abaixo-assinado, no qual sua população optou por desmembrar o distrito do município X, criando um novo município. Sendo assim, a assembleia legislativa do estado aprovou lei estadual em que criou o novo município e delimitou os novos limites deste e do município X. Nessa situação hipotética, a lei estadual que criou o novo município é

(A) constitucional, já que foram realizados uma pesquisa de opinião pública e um abaixo-assinado, em que a população do distrito manifestava seu interesse na criação do novo município.

(B) inconstitucional, pois a criação de novos municípios pode ser regulamentada apenas por lei federal.

(C) constitucional, pois atende a todos os requisitos previstos na CF para desmembramento de municípios.

(D) inconstitucional, pois não foi realizada prévia consulta, mediante plebiscito, das populações de ambas as localidades.

(E) inconstitucional, pois a transformação de distrito em município depende de autorização prévia de lei municipal ao qual pertença o distrito, não cabendo ao estado legislar sobre tal matéria.

Art. 18, § 4º, da CF: "A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei".
Gabarito "D"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) No que concerne à Federação brasileira, julgue os itens a seguir.

(1) Suponha que a constituição de determinado estado-membro tenha assegurado a estudantes o direito à meia-passagem nos transportes coletivos urbanos rodoviários municipais. Nessa situação, de acordo com o entendimento do STF, a previsão é constitucional, pois o ente estadual atuou no âmbito de sua competência, dando tratamento equânime aos estudantes em toda a sua esfera de atuação.

(2) No âmbito da competência legislativa concorrente, caso a União não tenha editado a norma geral, o estado-membro poderá exercer a competência legislativa ampla. Contudo, sobrevindo a norma federal faltante, o diploma estadual terá sua eficácia suspensa no que lhe for contrário, operando-se, a partir de então, um verdadeiro bloqueio de competência, já que o estado-membro não mais poderá legislar sobre normas gerais quanto ao tema tratado na legislação federal.

1: incorreta, é inconstitucional porque o Estado não pode dispor sobre matéria da competência municipal (art. 30, V, da CF); **2:** correta, art. 24, §§ 3º e 4º, da CF.
Gabarito 1E, 2C

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta, no que se refere à repartição de competência entre os entes da Federação brasileira.

(A) Norma estadual de iniciativa parlamentar que conceda melhoria remuneratória aos policiais militares do estado é constitucional, já que é atribuição do estado-membro legislar sobre matéria de interesse dos policiais militares do estado, e foi observado o modelo estabelecido para a esfera federal.

(B) Os estados-membros não possuem competência para explorar nem regulamentar a prestação de serviços de transporte intermunicipal, por se tratar de matéria de interesse local.

(C) Segundo o STF, é constitucional, e não se confunde com a atividade-fim das instituições bancárias, lei municipal que disponha sobre atendimento ao público e tempo de espera nas filas de atendimento das referidas instituições.

(D) O estado-membro tem competência para estabelecer, desde que na constituição estadual, regras de imunidade formal e material aplicáveis a vereadores.

(E) O STF considera inconstitucional, por invasão da competência da União para dispor sobre trânsito e transporte, lei estadual que autorize o Poder Executivo do estado a apreender e desemplacar veículo de transporte coletivo encontrado em situação irregular.

A: incorreto, pois são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração (art. 61, § 1º, inciso I, alínea "a", da CF); **B:** incorreto, pois não se trata de assunto de interesse local, mas sim estadual. Ademais, como são reservadas aos Estados-membros as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição, tanto a prestação quanto a regulamentação do transporte intermunicipal são competências estaduais (STF, ADI 2.349, DJ 14/10/2005); **C:** correto (STF, RE 432.789, DJ 07/10/2005); **D:** incorreto (STF, ADI 371, DJ 23/04/2004); **E:** incorreto, pois o STF entende que, nesse caso, a lei estaria inserida dentro do poder de polícia do Estado (STF, ADI 2.751, DJ 24/02/2006).

Gabarito "C"

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) Acerca dos estados-membros da Federação brasileira, assinale a opção correta.

(A) Não obstante a ausência de previsão na CF, o estado-membro pode, no exercício de sua autonomia, subordinar a eficácia de contratos e convênios celebrados pelas respectivas secretarias de estado à aprovação da assembleia legislativa.

(B) Os estados-membros têm autonomia para, nas respectivas constituições, estabelecer imunidade dos governadores à perseguição criminal durante o mandato por atos estranhos ao exercício de suas funções, tal como ocorre com o presidente da República.

(C) Segundo entendimento do STF, todas as regras constitucionais relativas ao Poder Legislativo da União são de observância obrigatória pelos estados-membros, por força do princípio da simetria.

(D) Na ausência de previsão específica na constituição estadual, permanece o subsídio mensal do governador como limite remuneratório do Poder Executivo estadual, salvo as carreiras do MP e dos procuradores e defensores públicos estadual.

(E) Os estados-membros podem criar, mediante lei complementar, regiões metropolitanas dotadas de personalidade jurídica própria, com o objetivo de oferecer soluções para problemas ou carências localizadas.

A: incorreta, nesse sentido segue julgado do STF: "Constitucional. Convênios, acordos, contratos e atos de secretários de estado. Aprovação da Assembleia Legislativa: inconstitucionalidade. I. Norma que subordina convênios, acordos, contratos e atos de Secretários de Estado à aprovação da Assembleia Legislativa: inconstitucionalidade, porque ofensiva ao princípio da independência e harmonia dos poderes. *CF, art. 2º. II.* Inconstitucionalidade dos incisos XX e XXXI do art. 99 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro. III. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente" (ADI 676, Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, julgado em 01/07/1996) – (negrito nosso); **B:** incorreta, nesse sentido também já se manifestou o STF, senão vejamos: "EMENTA: Ação Direta de Inconstitucionalidade – Constituição do Estado do Pernambuco – Outorga de prerrogativa de caráter processual penal ao Governador do Estado – Imunidade a prisão cautelar – Inadmissibilidade – Usurpação de competência legislativa da União – Prerrogativa inerente ao Presidente da República enquanto Chefe de Estado (CF/88, art. 86, § 3.º) – Ação direta procedente. Imunidade a prisão cautelar – prerrogativa do Presidente da República – Impossibilidade de sua extensão, me diante norma da Constituição estadual, ao Governador do Estado. – O Estado-membro, ainda que em norma constante de sua própria Constituição, não dispõe de competência para outorgar ao Governador a prerrogativa extraordinária da imunidade a prisão em flagrante, a prisão preventiva e a prisão temporária, pois a disciplinação dessas modalidades de prisão cautelar submete-se, com exclusividade, ao poder normativo da União Federal, por efeito de expressa reserva constitucional de competência definida pela Carta da República. A norma constante da Constituição estadual – que impede a prisão do Governador de Estado antes de sua condenação penal definitiva – não se reveste de validade jurídica e, consequentemente, não pode subsistir em face de sua evidente incompatibilidade com o texto da Constituição Federal. PRERROGATIVAS INERENTES AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ENQUANTO CHEFE DE ESTADO. Os Estados-membros não podem reproduzir em suas próprias Constituições o conteúdo normativo dos preceitos inscritos no art. 86, §§ 3.º e 4.º, da Carta Federal, pois as prerrogativas contempladas nesses preceitos da Lei Fundamental – por serem unicamente compatíveis com a condição institucional de Chefe de Estado – são apenas extensíveis ao Presidente da República. Precedente: ADI 978 -PB, Rel. p/ o acórdão Min. Celso de Mello" (ADI 1.028, j. 19.10.1995, *DJ* de 17.11.1995. Cf., ainda, ADI 1.634 -MC); **C:** incorreta, pois o STF entende que algumas atribuições, prerrogativas e imunidades não se estendem aos demais; **D:** correta. Na ausência de previsão específica na constituição estadual, permanece o subsídio mensal do governador como limite remuneratório do Poder Executivo estadual, salvo as carreiras do MP e dos procuradores e defensores públicos estadual; **E:** incorreta. Ensina Michel Temer que a região metropolitana: "(...) não é dotada de personalidade. Com este dizer fica afastada a ideia de governo próprio ou, mesmo, de administração própria. Não é pessoa política nem administrativa. Não é centro personalizado. Não é organismo. É órgão" (TEMER, Michel. **Elementos de direito constitucional**. 14. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 1998. p. 122).

Gabarito "D"

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) Com base na doutrina e na jurisprudência do STF, assinale a opção correta quanto ao município no federalismo nacional.

(A) A sucessão do prefeito e do vice-prefeito inclui-se no domínio normativo da lei orgânica municipal e não se sujeita ao princípio da simetria constitucional.

(B) Os municípios são competentes para explorar e regulamentar a prestação de serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros.

(C) A CF não atribui aos municípios competência suplementar, mas apenas aos estados-membros.

(D) O deferimento de pedido de intervenção estadual nos municípios por TJ possui natureza político-administrativa, o que, todavia, não obsta sua apreciação pelo STF em recurso extraordinário.

(E) Os municípios têm autonomia para regular o horário de funcionamento do comércio local, ainda que em contrariedade ao disposto em leis estaduais válidas, com base na competência que lhes foi atribuída pela CF para legislar acerca de assuntos de interesse local.

A: correta: "Por entender usurpada a competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local (CF, art. 30, I), o Tribunal julgou procedente pedido formulado em ação direta proposta pelo Procurador-Geral da República para declarar a inconstitucionalidade do § 2º do art. 75 da Constituição do Estado de Goiás que estabelece que, no caso de vacância no último ano de período de governo, serão, sucessivamente, chamados, para exercer o cargo de Prefeito, o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara. Considerou-se, na linha

da jurisprudência da Corte, que não cabe, ao Estado-membro, sob pena de frontal transgressão à autonomia constitucional do Município, disciplinar, ainda que no âmbito da própria Carta Política estadual, a ordem de vocação das autoridades municipais, quando configuradas situações de vacância ou de impedimento cuja ocorrência justifique a sucessão ou a substituição nos cargos de Prefeito e/ou de Vice-Prefeito do Município. ASSEVEROU-SE QUE A MATÉRIA PERTINENTE À SUCESSÃO E À SUBSTITUIÇÃO DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO INCLUI-SE, POR EFEITO DE SUA NATUREZA MESMA, NO DOMÍNIO NORMATIVO DA LEI ORGÂNICA PROMULGADA PELO PRÓPRIO MUNICÍPIO. O Min. Carlos Britto fez ressalvas quanto aos fundamentos do voto da relatora. Precedentes citados: ADI 687/PA (DJU de 10.2.2006) e ADI 1057 MC/BA (DJU de 6.4.2001)". (ADI 3549/GO, rel. Min. Cármen Lúcia, 17.9.2007). **B:** incorreta, nesse sentido segue julgado STF: "Os Estados-membros são competentes para explorar e regulamentar a prestação de serviços de transporte intermunicipal. (...) A prestação de transporte urbano, consubstanciando serviço público de interesse local, é matéria albergada pela competência legislativa dos Municípios, não cabendo aos Estados-membros dispor a seu respeito." (ADI 2.349, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 31-8-2005, Plenário, *DJ* de 14-10-2005.) No mesmo sentido: ADI 845, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 22-11-2007, Plenário, *DJE* de 7-3-2008; RE 549.549-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 25-11-2008, Segunda Turma, *DJE* de 19-12-2008. (sublinhado nosso); **C:** incorreta, art. 30, II da CF/88 determina que compete aos municípios suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; **D:** incorreta, pois de acordo com a Súmula n. 637 do STF: "não cabe recurso extraordinário contra acórdão de tribunal de justiça que defere pedido de intervenção estadual em município"; **E:** incorreta, pois segundo entendimento do STF, muito embora os Municípios tenham autonomia para fixar o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais – (Súmula n. 645 do STF) – não deverá infringir leis estaduais ou federais válidas. Nesse sentido: (690499 SP, Relator: Min. Dias Toffoli, Data de Julgamento: 24/08/2011, Data de Publicação: DJe-170 Divulg. 02/09/2011 Public. 05/09/2011).

Gabarito "A"

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE) Acerca da repartição de competências entre os entes da Federação brasileira, assinale a opção correta.

(A) Segundo a doutrina, ocorrendo conflito entre os entes da Federação no exercício da competência comum ou paralela, a solução se dará por meio do critério da preponderância de interesses, o que implica a prevalência do interesse da União, em face de sua superior posição, na relação hierárquica mantida com os estados e os municípios.

(B) Lei complementar federal poderá autorizar os estados membros a legislarem sobre pontos específicos das matérias inseridas no âmbito da competência legislativa privativa da União, sem prejuízo da retomada pela União, a qualquer tempo, da sua competência para legislar sobre o assunto objeto da delegação.

(C) Conforme jurisprudência do STF, apenas a União pode legislar sobre a anistia ou o cancelamento de infrações disciplinares de servidores estaduais e municipais.

(D) Segundo entendimento do STF, compete privativamente à União legislar sobre custas dos serviços forenses.

(E) De acordo com o posicionamento do STF, a fixação de tempo razoável de espera dos usuários dos serviços de cartórios constitui matéria relativa à disciplina dos registros públicos, inserida na competência legislativa privativa da União.

A: Incorreta. Em tema de divisão constitucional de competências, há dois princípios importantes: o da predominância do interesse e o do interesse local. Não há hierarquia entre os entes que compõem a Federação, mas pode-se falar em hierarquia de interesses, em que os mais amplos (da União) devem preferir aos mais restritos (dos Estados), noção que se ajusta ao princípio da predominância do interesse. No mais, compete aos Municípios legislar sobre temas de interesse local (art. 30, I, da CF), ou seja, sobre as necessidades próprias da localidade; **B:** Correta. O art. 22, parágrafo único, da CF determina que lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas; **C:** Incorreta. "Só quando se cuidar de anistia de crimes – que se caracteriza como *abolitio criminis* de efeito temporário e só retroativo – a competência exclusiva da União se harmoniza com a competência federal privativa para legislar sobre Direito Penal; ao contrário, conferir à União – e somente a ela – o poder de anistiar infrações administrativas de servidores locais constituiria exceção radical e inexplicável ao dogma fundamental do princípio federativo – qual seja, a autonomia administrativa de Estados e Municípios – que não é de presumir, mas, ao contrário, reclamaria norma inequívoca da Constituição da República (precedente: Rp 696, 6-10-1966, Rel. Baleeiro). Compreende-se na esfera de autonomia dos Estados a anistia (ou o cancelamento) de infrações disciplinares de seus respectivos servidores, podendo concedê-la a Assembleia Constituinte local, mormente quando circunscrita – a exemplo da concedida pela Constituição da República – às punições impostas no regime decaído por motivos políticos" (**ADI 104**, Rel. Min. Sepúlveda Pertence); **D:** Incorreta. É matéria de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, IV, da CF c/c a Lei nº 9.289, de 04 de julho de 1996); **E:** Incorreta, pois é matéria de interesse local. Vejamos: "Distrito Federal: competência legislativa para fixação de tempo razoável de espera dos usuários dos serviços de cartórios. A imposição legal de um limite ao tempo de espera em fila dos usuários dos serviços prestados pelos cartórios não constitui matéria relativa à disciplina dos registros públicos, mas assunto de interesse local, cuja competência legislativa a Constituição atribui aos Municípios (...)" (**RE 397.094, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).**

Gabarito "B"

(Magistratura Federal – 5ª Região – 2009 – CESPE) A respeito da organização do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

(A) Para regulamentar a exploração direta, ou mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado, pode ser utilizada pelos estados medida provisória, desde que prevista a sua edição na respectiva constituição estadual.

(B) Compete ao município manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do estado a que ele pertence, programas de educação infantil e de ensino fundamental, bem como serviços de atendimento à saúde da população.

(C) Compete exclusivamente à União legislar acerca da responsabilidade por dano ao meio ambiente.

(D) O registro, o acompanhamento e a fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e de exploração de recursos hídricos e minerais são de competência material privativa da União.

(E) São bens da União as terras devolutas.

A: Incorreta. Vedação expressa pelo art. 25, § 2º, da CF, o qual determina que cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação; **B:** Correta. Literalidade do art. 30, VI, da CF. A Resolução nº 71, de 10 de junho de 2001, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, dispõe sobre o Registro de Entidades não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Socioeducativo das governamentais e não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Atendimento e dá outras providências; **C:** Incorreta. Competência concorrente da União, dos Estados e do DF (art. 24, VIII, da CF); **D:** Incorreta. É competência comum de todos os entes federativos (art. 23, XI, da CF); **E:** Incorreta. São bens da União apenas as terras devolutas qualificadas no art. 20, II, da CF. A regra geral, portanto, é de que as terras devolutas são bens dos Estados (art. 26, IV, da CF).

Gabarito "B"

(Analista – TRE/MA – 2009 – CESPE) De acordo com as regras constitucionais relativas à organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

(A) Compete à União e aos estados legislar concorrentemente sobre trânsito e transporte.

(B) A CF veda a criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais.

(C) O chefe do Poder Executivo federal tem competência para decretar a intervenção em qualquer município situado em toda a extensão do território nacional, enquanto o chefe do Poder Executivo estadual tem competência para decretar a intervenção nos municípios instalados em sua área de atuação.

(D) Compete privativamente à União legislar sobre direito econômico e penitenciário.
(E) Cabe à União explorar, em regime de monopólio, em todo o território nacional, os serviços de gás canalizado.

A: Art. 22, XI, da CF (competência privativa da União); **B:** O art. 31, § 4º, da CF, veda a criação de conselho ou corte de contas municipais, mas a Constituição ressalva os Tribunais de Contas Municipais já existentes à época de sua promulgação (art. 31, § 1º, parte final, da CF); **C:** A intervenção da União só ocorre nos Estados e nos Municípios situados em Territórios (art. 34, *caput*, e art. 35, *caput*, ambos da CF); **D:** Art. 24, I, da CF (competência legislativa concorrente); **E:** Viola o art. 25, § 2º, da CF.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.3) No tocante às hipóteses de criação de Estados membros, previstas na CF, assinale a opção correta.

(A) No desmembramento para a anexação de outro Estado, a parte desmembrada constituirá novo Estado, com identidade própria.
(B) Na fusão, dois ou mais Estados unem-se, geograficamente, para a formação de um novo Estado, o que implica perda da personalidade primitiva.
(C) Na cisão, o Estado subdivide-se em dois ou mais Estados membros, com personalidades distintas, mantendo o Estado originário sua personalidade jurídica.
(D) No desmembramento para a formação de novo Estado, o Estado originário perde sua identidade, para formar um novo Estado com personalidade jurídica própria.

A: incorreta. Nos termos do art. 18, § 3º, da CF, a parte desmembrada do Estado-membro poderá tanto constituir um novo Estado quanto anexar-se a outro ente federativo. Há ainda a hipótese de a parte desmembrada dar origem a um novo Território Federal; **B:** correta. Art. 18, § 3º, da CF – incorporação entre si; **C:** incorreta. Na cisão (subdivisão), a que alude o art. 18, § 3º, da CF, o Estado de fato se subdivide em dois ou mais Estados-membros, com personalidades distintas, desaparecendo, no entanto, o Estado originário; **D:** incorreta. No desmembramento, seja para a formação de novo Estado, seja para a anexação da parte desmembrada a Estado já existente, o Estado membro original preserva sua identidade.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.2) Considerando o sistema de repartição de competências entre os entes federativos, assinale a opção correta.

(A) É da responsabilidade da União organizar e manter o Poder Judiciário, o MP e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.
(B) Aos Estados e Municípios cabe exercer os poderes enumerados no texto constitucional, restando à União a competência dita remanescente.
(C) Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
(D) No exercício de sua autonomia político-administrativa, cabe aos Municípios criar, organizar e suprimir distritos, independentemente de qualquer disciplina legal, de âmbito estadual, sobre o tema.

A: correta. Art. 21, XIII, da CF; **B:** incorreta. A competência dita remanescente, em consonância com o disposto no art. 25, § 1º, da CF, cabe aos Estados-membros. Considera-se remanescente a competência que não for expressa dos outros entes; **C:** incorreta. Art. 24, I, da CF; **D:** Incorreta. Art. 30, IV, da CF.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.1) Acerca do federalismo nacional, assinale a opção correta.

(A) Segundo preceitua a CF, são entes federativos os Estados membros, o DF, os Municípios e os territórios federais.
(B) O DF não possui capacidade de autoadministração visto que não organiza nem mantém suas próprias polícias.
(C) A CF, ao extinguir os territórios federais até então existentes, vedou a criação de novos territórios.
(D) A CF não atribuiu ao território a chamada tríplice capacidade.

A: incorreta. Arts. 1º, *caput*, e 18, *caput* e § 2º, da CF. São entes que compõem a Federação: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O território constitui uma autarquia que integra a União (art. 18, § 2º); **B:** incorreta. O Distrito Federal, unidade federativa autônoma, possui capacidade de autoadministração (art. 32, CF); **C:** incorreta. Conforme determina o art. 18, § 2º, da CF, é possível a criação de novos territórios, o que deverá ser feito por meio de lei complementar; **D:** correta. O território não é dotado de autonomia política.
Gabarito "D"

9.2. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(Técnico Judiciário – MPU – 2010 – CESPE) A respeito da organização político-administrativa do Estado e da administração pública, julgue o item que se segue, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF/1988).

(1) De acordo com a CF/1988, cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente a brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, não havendo, portanto, a possibilidade de obtenção de emprego público por estrangeiros.

1: incorreta, o art. 37, I, da CF/1988 determina que os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério da Previdência – 2010 – CESPE) Acerca do direito constitucional, julgue o item.

(1) O princípio da moralidade administrativa, que deve reger a atuação do poder público, confere substância e dá expressão a uma pauta de valores éticos sobre os quais se funda a ordem jurídica do Estado. Nesse contexto, a inobservância do referido princípio pode configurar improbidade administrativa e acarretar, para o agente público, a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível, se sua conduta configurar, também, a prática de ato tipificado como crime.

1: Correta, de acordo com o art. 37, § 4º, da CF, os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
Gabarito 1C

(Ministério Público/SE – 2010 – CESPE) Com base nas normas constitucionais referentes à administração direta e indireta e ao instituto da intervenção, assinale a opção correta.

(A) A exigência constitucional de reserva de vaga para portadores de deficiência física em concurso público é exigência de caráter geral que não pode ser afastada, salvo se o número de cargos resultante do percentual legalmente previsto for inferior a um, caso em que a fração poderá ser desprezada.
(B) Em razão da proibição de acumular remuneradamente cargos públicos, não se admite o acúmulo de proventos da inatividade com subsídios ou vencimentos oriundos de cargo, função ou emprego público, mesmo que acumuláveis na atividade.
(C) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, nesse último caso, definir as áreas de sua atuação.
(D) Na intervenção federal, o presidente da República age por provocação e deve decretar o ato interventivo quando se trate de reorganizar as finanças da unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, ou que deixar de entregar aos municípios receitas tributárias fixadas na CF, nos prazos estabelecidos em lei.

(E) Além das hipóteses descritas na CF, o legislador constituinte estadual pode prever outros casos de intervenção do estado nos municípios.

A: incorreta. Também pode ser afastada nos casos em que as atribuições do cargo sejam incompatíveis com a deficiência (v. art. 5º, § 2º, da Lei 8.112/1990); **B:** incorreta. O art. 37, § 10, da CF excepciona essa hipótese; **C:** correta, art. 37, XIX, da CF; **D:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 34, V, *a* e no art. 36, I a III, ambos da CF; **E:** incorreta. As hipóteses foram taxativamente previstas pelo constituinte originário.

Gabarito "C"

(Procurador do Município/Boa Vista-RR – 2010 – CESPE) Julgue os itens subsecutivos, referentes ao papel dos municípios na Federação brasileira.

(1) Nas consultas plebiscitárias para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, deve-se consultar a população dos territórios diretamente afetados pela alteração. Nesse caso, a vontade popular é aferida pelo percentual que se manifestar em relação ao total da população consultada.

(2) O entendimento do STF, fixando o número exato de vereadores por município, não encontra previsão expressa na Constituição Federal de 1988 (CF), que prevê apenas o número máximo e o número mínimo de vereadores, a depender da população.

(3) O estado pode intervir em seus municípios somente quando estes deixarem de pagar, por dois anos consecutivos, a dívida fundada ou não prestarem as contas devidas, na forma da lei, ou ainda quando não aplicarem o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e no desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

(4) A doutrina diverge no que se refere ao considerar municípios entidades federativas. Para alguns, são apenas divisões político-administrativas dos estados.

1: correta, a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios devem seguir o regramento estabelecido no art. 18, § 4º, da CF, ou seja, a) realizarem-se durante o período previsto em lei complementar federal, b) após a elaboração de estudo de viabilidade municipal, c) com consulta prévia (mediante plebiscito) às populações diretamente interessadas e, cumpridos esses requisitos, o processo é finalizado pela edição de, d) lei estadual; **2:** incorreta, previsão expressa no art. 29, IV, "*a*" a "*x*", da CF; **3:** incorreta, também na hipótese de o Tribunal de Justiça dar provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial (v. art. 35, I a IV, da CF); **4:** correta, mas a CF lista os Municípios como entes autônomos no art. 18 da CF.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Advogado – CEF – 2010 – CESPE) No que concerne às disposições constitucionais relativas à administração pública, assinale a opção correta.

(A) A contratação de advogados para o exercício da função de defensor público estadual só é admissível se devidamente justificada a excepcionalidade por ato motivado da autoridade competente e desde que por tempo determinado.

(B) Por se submeterem a regime jurídico tipicamente privado, os empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista não estão submetidos ao teto salarial determinado pela CF aos servidores públicos estatutários.

(C) O STF fixou jurisprudência no sentido de que não há direito adquirido a regime jurídico-funcional pertinente à composição dos vencimentos ou à permanência do regime legal de reajuste de vantagem, ainda que eventual modificação introduzida por ato legislativo superveniente acarrete decréscimo de caráter pecuniário.

(D) A CF autoriza a acumulação de dois cargos de médico, sendo compatível, de acordo com a jurisprudência do STF, interpretação ampliativa para abrigar no conceito de cargo de perito criminal com especialidade em medicina veterinária.

(E) A regra é a admissão de servidor público mediante concurso público. As duas exceções à regra são para os cargos em comissão e a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Nessa segunda hipótese, deverão ser atendidas as seguintes condições: previsão em lei dos cargos; tempo determinado; necessidade temporária de interesse público; e interesse público excepcional.

A: incorreta, pois a Defensoria Pública, enquanto função essencial à Justiça, é composta por servidores de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e de títulos (art. 134, § 1º, da CF), de modo que nem mesmo por tempo determinado e em situações excepcionais é possível a contratação de advogados – não concursados – para desempenharem a função de defensor público estadual; **B:** incorreta, pois o teto salarial determinado pela CF também é aplicável às empresas públicas e sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que recebam recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral (art. 37, inciso XI e § 9º, da CF); **C:** incorreta, pois o STF firmou o entendimento de que, embora não se reconheça o direito adquirido a regime jurídico-funcional, dada a garantia de irredutibilidade, jamais poderá ocorrer a diminuição do quanto já percebido conforme regime anterior (RE 416.434 ED-AgR, DJ de 09/02/2007); **D:** incorreta, pois o STF firmou no sentido de que não é compatível interpretação ampliativa para abrigar no conceito de médico o cargo de perito criminal com especialidade em medicina veterinária, uma vez que a especialidade médica não pode ser confundida com a especialidade veterinária (RE 248.248, DJ de 13/11/2008); **E:** correta, pois este sãos os preceitos constitucionais quanto ao ingresso no serviço público, de modo que a não obediência ao princípio do concurso público somente se dá em situações excepcionalmente previstas na própria Constituição (art. 37, incisos II e IX).

Gabarito "E"

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Com base nas disposições contidas na CF/1988 relativas à administração pública, assinale a opção correta.

(A) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, em razão da iniciativa privativa de cada poder para dispor a respeito da remuneração de seus servidores.

(B) É proibida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias com vistas à remuneração de pessoal do serviço público.

(C) A vedação de acumular dois cargos públicos não abrange empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

(D) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, não havendo qualquer acessibilidade aos estrangeiros.

(E) O prazo de validade de concurso público é de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.

A: incorreta. Não reflete o disposto no art. 37, XII, da CF/1988; **B:** correta (art. 37, XIII, da CF/1988); **C:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 37, XVII, da CF/1988; **D:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 37, I, da CF/1988; **E:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 37, III, da CF/1988.

Gabarito "B"

(Analista – ANAC – 2009 – CESPE) A respeito da administração pública, julgue os itens que se seguem.

(1) A União, os estados e o DF manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira.

(2) Apenas os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei podem assumir cargos, empregos e funções públicas, os quais não são acessíveis a estrangeiros.

1: correto. De acordo com a redação do art. 39, § 2º, da CF; **2:** incorreto, pois a Constituição ressalva que, na forma da lei, também são acessíveis aos estrangeiros (art. 37, inciso I).
Gabarito 1C, 2E

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) Acerca do serviço público, julgue o seguinte item.

(1) Considere que a União pretenda criar uma nova empresa pública, prestadora de serviços públicos, para atuar em determinada área. Nesse caso, essa empresa estará sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

1: Errada, de acordo com o art. 173, § 1º, II, da CF, as empresas públicas **exploradoras de atividade econômica** estão sujeitas ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. A empresa pública **prestadora de serviços públicos**, diferente das primeiras e em razão do princípio da continuidade dos serviços públicos, se submete a várias regras de direito públicos. Vale lembrar que, por fazerem parte da Administração Pública, ambas estão sujeitas a controles, a fiscalização pelo Tribunal de Contas, a concurso público quando forem admitir funcionários, ao processo de licitação para contratarem etc. Por fim, segue um julgado: "Distinção entre empresas estatais prestadoras de serviço público e empresas estatais que desenvolvem atividade econômica em sentido estrito. (...). As sociedades de economia mista e as empresas públicas que explorem atividade econômica em sentido estrito estão sujeitas, nos termos do disposto no § 1º do art. 173 da Constituição do Brasil, ao regime jurídico próprio das empresas privadas. (...). O § 1º do art. 173 da Constituição do Brasil não se aplica às empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades (estatais) que prestam serviço público." (**ADI 1.642**, Rel. Min. **Eros Grau**, julgamento em 3-4-2008, Plenário, *DJE* de 19-9-2008.)
Gabarito 1E

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) Acerca do serviço público, julgue o seguinte item.

(1) Suponha que um usuário de serviço público prestado por empresa privada em determinado estado da Federação pretenda ingressar com ação judicial visando rescindir o contrato de prestação do referido serviço, por deficiência dessa operadora. Nesse caso, essa ação deverá ser julgada pela justiça comum estadual.

1: Correta, pois a competência é da Justiça Estadual. Apenas se a empresa pública fosse da União é que a ação deveria ser proposta na justiça federal (art. 109, I e IV, da CF). Além disso, vale a leitura do enunciado da Súmula Vinculante nº 27 (STF) que dispõe que compete à Justiça estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a ANATEL não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, nem opoente.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) Quanto às disposições acerca de servidores públicos previstas na CF, julgue o seguinte item.

(1) Servidor público federal portador de deficiência pode ter critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria.

1: Correto, de acordo com o art. 40, § 4º, I, da CF, é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores portadores de deficiência.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) Quanto às disposições acerca de servidores públicos previstas na CF, julgue o seguinte item.

(1) Para que uma servidora pública federal, que exerça o magistério no ensino superior possa reduzir em cinco anos os requisitos de idade para aposentadoria, ela deverá comprovar tempo de serviço exclusivo nessa função.

1: Errada, a servidora leciona no ensino superior e, portanto, não tem direito à redução. O fundamento para tanto é encontrado no art. 40, § 5º, da CF que determina que os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove **exclusivamente** tempo de efetivo exercício das funções de **magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio**.
Gabarito 1E

(Técnico – ANATEL – 2009 – CESPE) Ainda com base na CF, julgue o item subsequente.

(1) Aos servidores públicos são garantidos o direito à livre associação sindical e o direito de greve, nos termos e limites definidos em lei específica.

1: Correto, é o que determina o art. 37, VI e VII, da CF.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério da Educação – 2009 – CESPE) Com relação à organização dos poderes e aos serviços públicos, julgue o seguinte item, considerando o disposto na CF.

(1) A Câmara dos Deputados é composta de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada estado, em cada território e no DF, não podendo nenhuma unidade da Federação possuir menos de dez ou mais de sessenta deputados.

1: Errada, a parte final da afirmação é que contém vício. De acordo com o art. 45, § 1º, da CF, o número total de Deputados, bem como a representação por Estados e pelo Distrito Federal, serão estabelecidos por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha **menos de oito ou mais de setenta Deputados.**
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério da Educação – 2009 – CESPE) Com relação à organização dos poderes e aos serviços públicos, julgue o seguinte item, considerando o disposto na CF.

(1) O Senado Federal possui 81 senadores, eleitos segundo o princípio majoritário para um mandato de oito anos, com renovação obrigatória de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

1: Correta, de fato, o Senado Federal é formado por 81 senadores. Ao todo, são eleitos três senadores por Estado, incluindo o Distrito Federal. Os senadores são eleitos segundo o sistema de voto majoritário, com mandato de oito anos. Assim, cada mandato de senador dura duas legislaturas. A representação de cada estado e do Distrito Federal é renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. Dessa forma, ora a disputa eleitoral preenche 27 vagas (um novo senador para cada ente da federação), ora envolve 54 vagas (dois novos senadores para cada ente da federação). Além disso, cada senador é eleito com dois suplentes (art. 46 da CF). Fonte: site do Senado.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério da Educação – 2009 – CESPE) Com relação à organização dos poderes e aos serviços públicos, julgue o seguinte item, considerando o disposto na CF.

(1) A prestação de serviços públicos incumbe ao poder público, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre mediante licitação.

1: Correta: conforme o art. 175 da CF, incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
Gabarito 1C

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Com relação aos preceitos constitucionais aplicáveis à administração pública, julgue os próximos itens.

(1) Segundo entendimento do STF, a vedação ao nepotismo não exige edição de lei formal, visto que a proibição é extraída diretamente dos princípios constitucionais que norteiam a atuação administrativa.

(2) É inconstitucional a ascensão funcional como forma de investidura em cargo público, por contrariar o princípio da prévia aprovação em concurso público.

1: correta, Súmula Vinculante 13/STF: "A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."; **2:** correta, o art. 37, II, da CF exige concurso público para provimento inicial em todo e qualquer cargo público efetivo, abolindo a ascensão funcional.

Gabarito 1C, 2C

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) No tocante à administração pública, assinale a opção correta.

(A) Decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar em que seja assegurada a ampla defesa são as únicas hipóteses, previstas na CF, de perda do cargo por servidor público estável.

(B) Segundo o STF, emenda inserida na constituição estadual que estabeleça subsídio mensal e vitalício para ex-governador e sua transferência ao cônjuge supérstite não afronta o princípio constitucional da impessoalidade.

(C) A responsabilidade das autarquias pelos prejuízos causados a terceiros não é direta, de modo que, diante da ocorrência de dano, o lesado deve buscar a reparação diretamente ao ente federativo e não à autarquia.

(D) Conforme posicionamento do STF, enquanto não concluído e homologado o concurso público, pode a administração alterar as condições do certame constantes do edital, para adaptá-las à nova legislação aplicável.

(E) O ato de aposentadoria do servidor impede a instauração de processo administrativo disciplinar para apuração de falta por ele eventualmente praticada no exercício do cargo, se a sanção aplicável for a de demissão.

A: incorreto, pois, além das duas, há também a possibilidade de perda do cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa (art. 41, § 1º, inciso III, da CF); **B:** incorreto, pois entendeu o STF em sentido contrário, isto é, que tal emenda seria inconstitucional por afronta aos princípios federativo, da igualdade, da impessoalidade, da moralidade e da responsabilidade dos gastos públicos (STF, ADI 3.853, DJ 26/10/2007); **C:** incorreto, pois as autarquias são dotadas de personalidade jurídica própria – descentralização administrativa -, de modo que a responsabilidade nesses casos recairá diretamente sobre elas; **D:** correto (STF, RE 318.106, DJ 18/11/2005); **E:** incorreto, pois a aposentadoria não impede a instauração de processo administrativo para a apuração de falta grave, sendo assim possível a cassação da aposentadoria.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.3) Com relação aos servidores públicos, assinale a opção correta.

(A) Pode-se estabelecer forma de contagem de tempo de contribuição fictício, desde que mediante lei complementar.

(B) Servidor público que exerça atividade de risco pode ter requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria.

(C) O servidor portador de deficiência não pode ter requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria.

(D) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público não se aplica o regime geral de previdência social.

A: incorreta. O art. 40, § 10, da CF proíbe qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício; **B:** correta. De acordo com o art. 40, § 4º, II, da CF; **C:** incorreta. A regra é a proibição de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, mas há exceções, por exemplo, na hipótese dos portadores de deficiência (art. 40, § 4º, I, da CF); **D:** incorreta. O art. 40, § 13, da CF trata do assunto justamente de forma contrária, mencionando que a esses servidores se aplica o regime geral de previdência, se aposentando, portanto, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Gabarito "B"

10. ORGANIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO

(Ministério Público/ES – 2010 – CESPE) Com base na organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em consonância com a jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

(A) É inconstitucional norma estadual que subordine a nomeação dos dirigentes de autarquias e fundações públicas à prévia aprovação da assembleia legislativa, por se entender que somente aquelas autoridades constantes no modelo federal estariam submetidas a esse procedimento.

(B) As constituições estaduais poderão fixar a exigência de autorização legislativa nos casos de ausência do chefe do Poder Executivo do país por prazo inferior a quinze dias, por entender que não se aplica o princípio da simetria na espécie.

(C) É inconstitucional norma estadual que determine que o chefe do Poder Executivo promova prestação trimestral de contas à assembleia legislativa.

(D) É inconstitucional norma estadual que confira aos defensores públicos prerrogativas inseridas no estatuto constitucional da magistratura, em especial a garantia da inamovibilidade.

(E) Não ofende a CF norma estadual que estabeleça, na hipótese de vacância dos cargos de governador e vice-governador do estado, no último ano do período governamental, a convocação sucessiva do presidente da assembleia legislativa e do presidente do TJ, para o exercício do cargo de governador.

A: incorreta. "À vista da cláusula final de abertura do art. 52, III, *f*, da CF, consolidou-se a jurisprudência do STF no sentido da validade de normas locais que subordinam a nomeação dos dirigentes de autarquias ou fundações públicas à prévia aprovação da Assembleia Legislativa." (ADI 2.225-MC, Rel. Min. Sepúlveda Pertence); **B:** incorreta. O art. 83 da CF exige autorização no caso de afastamento superior a quinze dias, devendo ser aplicada por simetria federativa aos Estados; **C:** correta. "Prestação trimestral de contas à Assembleia Legislativa. Desconformidade com o parâmetro federal (CF, art. 84, XXIV), que prevê prestação anual de contas do Presidente da República ao Congresso Nacional" (ADI 2.472-MC, Rel. Min. Maurício Corrêa); **D:** incorreta. As garantias estabelecidas pela CF para os defensores públicos podem ser ampliadas pelos Estados, sem que isso configure inconstitucionalidade; **E:** incorreta. "EC 28, que alterou o § 2º do art. 79 da Constituição do Estado de Sergipe, estabelecendo que, no caso de vacância dos cargos de Governador e Vice-Governador do Estado, no último ano do período governamental, serão sucessivamente chamados o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente do Tribunal de Justiça, para exercer o cargo de Governador. A norma impugnada suprimiu a eleição indireta para Governador e Vice-Governador do Estado, realizada pela Assembleia Legislativa em caso de dupla vacância desses cargos no último biênio do período de governo. Afronta aos parâmetros constitucionais que determinam o preenchimento desses cargos mediante eleição." (ADI 2.709, Rel. Min. Gilmar Mendes).

Gabarito "C"

(Técnico Judiciário – TRE/BA – 2010 – CESPE) Julgue o item abaixo, a respeito do Poder Executivo.

(1) Na eleição do presidente e do vice-presidente da República, se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, deve ser feita nova eleição, concorrendo os dois candidatos mais votados. Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer a morte de candidato, deverão ser convocadas novas eleições.

1: incorreta, a primeira parte da afirmação está correta, a segunda, não. Se antes do segundo turno ocorrer a morte do candidato, será convocado, dentre os remanescentes, o de maior votação (art. 77, § 4º, da CF/1988).

Gabarito 1E

(Analista – TRT/21ª – 2010 – CESPE) Com relação às atribuições e responsabilidades do presidente da República, julgue os seguintes itens.

(1) O presidente da República somente pode ser processado, seja por crime comum, seja por crime de responsabilidade, após o juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados, que necessita do voto de dois terços de seus membros para autorizar o processo.

(2) A Constituição Federal de 1988 concede ao presidente da República a prerrogativa de celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

1: correta, art. 51, I, da CF; **2:** correta, art. 84, VIII, da CF.

Gabarito 1C, 2C

(Analista – TRE/MT – 2010 – CESPE) A respeito das disposições constantes da CF que tratam do Poder Executivo, assinale a opção correta.

(A) O presidente e o vice-presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do país por período superior a sessenta dias, sob pena de perda do cargo.

(B) Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o presidente do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e o do STF.

(C) De acordo com a CF, o presidente da República poderá delegar a atribuição de conferir condecorações e distinções honoríficas.

(D) O cargo de presidente será declarado vago, se decorridos dez dias da data fixada para a posse, o presidente ou o vice-presidente, salvo por motivo de força maior, não tiver assumido o cargo.

(E) Nos crimes de responsabilidade, uma vez admitida a acusação contra o presidente da República por um terço da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o STF.

A: Não reflete o disposto no art. 83 da CF; **B:** Não reflete o disposto no art. 80 da CF; **C:** O art. 84, XXI, da CF não pode ser objeto de delegação, pois não consta do rol do parágrafo único do mesmo artigo; **D:** Art. 78, parágrafo único, da CF; **E:** A competência para admitir a acusação é da Câmara dos Deputados (art. 86 da CF).

Gabarito "D"

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) No que se refere à organização político-administrativa do Estado e às atribuições e responsabilidades do presidente da República, julgue o item subsequente.

(1) A CF autoriza o presidente da República a delegar ao advogado-geral da União o envio de mensagem e de plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa.

1: incorreta, o art. 84, XI, da CF não pode ser objeto de delegação, pois não consta do rol do parágrafo único do mesmo artigo.

Gabarito 1E

(OAB – CESPE – 2010.1) Assinale a opção correta no que se refere às limitações estabelecidas no texto constitucional ao cargo de Presidente da República.

(A) O Presidente da República pode escolher e nomear livremente os ministros de Estado, com exceção do ministro das Relações Exteriores, cuja indicação deve ser aprovada pelo Senado Federal, assim como ocorre com os candidatos ao cargo de embaixador.

(B) A nomeação, pelo Presidente da República, do Advogado-Geral da União depende da prévia aprovação do Senado Federal, que o fará em escrutínio secreto.

(C) Embora nomeado pelo Presidente da República para um mandato de dois anos, o Procurador-Geral da República poderá ser destituído do cargo, de ofício, antes do término do mandato, por decisão da maioria absoluta dos senadores.

(D) Os ministros de Estado são nomeados livremente pelo Presidente da República, podendo o Congresso Nacional, por deliberação da maioria absoluta de seus membros, exonerá-los a qualquer tempo.

A: incorreta. Vale apenas para embaixadores (CF, art. 52, IV); **B:** incorreta. O Advogado-Geral da União é *nomeado livremente* pelo *Presidente*, desde que seja cidadão maior de trinta e cinco anos, possua notável saber jurídico e reputação ilibada (art. 131, § 1º, da CF); **C:** correta. Assim está disposto no art. 52, XI, da CF; **D:** incorreta. É da competência *privativa do Presidente* a nomeação *e exoneração* dos Ministros de Estado (art. 84, I, da CF).

Gabarito "C"

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Com respeito ao Poder Executivo, assinale a opção correta com base na CF/1988.

(A) O presidente e o vice-presidente da República podem ausentar-se do país por período de trinta dias sem que percam os seus cargos, independentemente de licença do Congresso Nacional.

(B) Será considerado eleito presidente da República, no primeiro turno, o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, incluído o cômputo dos votos em branco e dos nulos.

(C) Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, são chamados, sucessivamente, ao exercício da presidência o presidente do Senado Federal, o presidente da Câmara dos Deputados e o presidente do STF.

(D) Os ministros de Estado são de livre nomeação do presidente da República e escolhidos apenas entre brasileiros maiores de trinta anos e no exercício dos direitos políticos.

(E) É da competência privativa do presidente da República dispor, mediante decreto, acerca da organização e do funcionamento da administração federal, quando isso não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

A: incorreta. Não reflete o disposto no art. 83 da CF/1988; **B:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 77, § 2º, da CF/1988; **C:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 80 da CF/1988; **D:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 84, I da CF/1988; **E:** correta (art. 84, VI, *a*, da CF/1988).

Gabarito "E"

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) Julgue os próximos itens relativos à organização dos poderes.

(1) O Poder Judiciário não pode anular ato de nomeação dos diretores das agências reguladoras.

(2) Os diretores das agências reguladoras serão escolhidos pelo presidente da República, mas essa escolha deve ser aprovada, por meio de voto secreto, após arguição pública, pelo Senado Federal.

(3) As agências reguladoras federais possuem elevado grau de independência em face do poder central, razão pela qual não estão submetidas ao controle por parte do Tribunal de Contas da União, no que se refere aos aspectos de eficiência do serviço público concedido, fiscalizado pelas agências.

1: incorreto, pois a anulação de um ato administrativo pressupõe a existência de alguma ilegalidade que torna o ato passível de ser anulado. No caso da nomeação de diretores de agências reguladoras, tal ato deve se revestir das formalidades prescritas em lei, sob pena de ter sua nulidade reconhecida judicialmente. Especificamente quanto à ANTAQ, os membros da Diretoria serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos, e serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal (art. 53, § 1º, da Lei 10.233/2001), de modo que o descumprimento de qualquer desses requisitos permitiria a anulação do ato de nomeação

pelo Poder Judiciário; **2:** correto, pois as agências são dirigidas em regime de colegiado, por um Conselho Diretor ou Diretoria composta por Conselheiros ou Diretores, sendo um deles o seu Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente. O Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente e os demais membros do Conselho Diretor ou da Diretoria serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal (artigos 4º e 5º da Lei 9.986/2000); **3:** incorreto, pois o elevado grau de independência das agências reguladoras não lhe retira a condição de autarquia especial condicionada pelos princípios constitucionais da administração pública (art. 37, *caput,* da CF), entre os quais está o princípio da eficiência.

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Quanto ao Poder Executivo, assinale a opção correta.

(A) No sistema de governo presidencialista, o chefe de governo é também o chefe de Estado.
(B) Quando o presidente da República celebra um tratado internacional, o faz como chefe de governo.
(C) O presidente da República responde por crimes comuns e de responsabilidade perante o Senado Federal, depois de autorizado o seu julgamento pela Câmara dos Deputados.
(D) Algumas competências privativas do presidente da República podem ser delegadas aos ministros de estado. Entre elas está a de presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa quando não estiver presente na sessão.
(E) O presidente da República não pratica crime de responsabilidade quando descumpre uma decisão judicial que entende ser inconstitucional ou contrária ao interesse público.

A: correta. De fato, quando o sistema de governo adotado é o presidencialismo, o Presidente da República cumula duas funções: chefe de Estado (representa o país externamente) e chefe de governo (administra o país internamente). É o que ocorre no Brasil; **B:** incorreta, tal atribuição é feita com base na chefia de Estado; **C:** incorreta, pois nas infrações penais comuns o Presidente da República é submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal (art. 86, *caput*, da CF/1988). Tanto pela prática de crime de responsabilidade como pela prática de crime comum é necessária a autorização da Câmara de Deputados para que o Presidente seja processado. É o que se denomina de juízo de admissibilidade da Câmara; **D:** incorreta (art. 84, XVIII e parágrafo único, da CF/1988); **E:** incorreta (art. 85, VII, da CF/1988).

Gabarito "A"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) No que se refere ao disposto na CF acerca do Poder Executivo e do BACEN, assinale a opção correta.

(A) Os crimes de responsabilidade praticados pelos ministros de Estado, sem qualquer conexão com o presidente da República, serão processados e julgados pelo STJ.
(B) As infrações penais praticadas pelo presidente da República durante a vigência do mandato, sem qualquer relação com a função presidencial, serão objeto de imediata *persecutio criminis*.
(C) Compete privativamente ao presidente da República extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei.
(D) O poder e o dever do BACEN de fiscalizar as instituições financeiras não se estendem à fiscalização da estipulação contratual das taxas de juros por elas praticadas no desempenho da intermediação de dinheiro na economia.
(E) De acordo com entendimento firmado no STF, os municípios não dispõem de competência para exigir, mediante lei formal, a instalação, em estabelecimentos bancários, de equipamentos de segurança, como portas eletrônicas ou câmaras filmadoras, por importar conflito direto com as prerrogativas fiscalizadoras do BACEN.

A: incorreto, pois a competência nesses casos é do STF (art. 102, inciso I, alínea "c", da CF); **B:** incorreto, pois há previsão constitucional expressa no sentido de que o Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções (art. 86, § 4º, da CF); **C:** correto (art. 84, inciso XXV, da CF); **D:** incorreto, pois entende o STF que o Banco Central do Brasil está vinculado pelo dever-poder de fiscalizar as instituições financeiras, em especial na estipulação contratual das taxas de juros por elas praticadas no desempenho da intermediação de dinheiro na economia (ADI 2.591, DJ 29/09/2006); **E:** incorreto, pois entendeu o STF que os Municípios, enquanto entes federativos autônomos, podem exigir, mediante lei formal, instalação, em estabelecimentos bancários, de sanitários ou a colocação de bebedouros, sem que o exercício dessa atribuição institucional, fundada em título constitucional específico (CF, art. 30, I), importe em conflito com as prerrogativas fiscalizadoras do Banco Central do Brasil (AI 614.510 AgR, DJ 21/06/2007).

Gabarito "C"

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE) No que se refere ao Poder Executivo, assinale a opção correta.

(A) A denúncia oferecida à Câmara dos Deputados, imputando ao chefe do Poder Executivo federal a prática de crime de responsabilidade, não o coloca na posição de acusado; por essa razão, os princípios do contraditório e da ampla defesa serão de observância obrigatória somente após o início do processo propriamente dito, perante o Senado Federal.
(B) É indelegável a atribuição constitucional do presidente da República de conceder indulto.
(C) O ministro do Planejamento e os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica integram o Conselho da República.
(D) Conforme orientação do STF, a manifestação do Conselho de Defesa Nacional não constitui requisito de validade da demarcação de terras indígenas, mesmo daquelas situadas em região de fronteira.
(E) Segundo posicionamento do STF, a imunidade formal relativa à prisão do presidente da República é aplicável também aos chefes dos poderes executivos estaduais, desde que diante de expressa previsão nas respectivas constituições estaduais.

A: Incorreta, pois não reflete o disposto no art. 86, *caput,* e § 1º, II, da CF, e principalmente, os princípios do contraditório e da ampla defesa serão de observância obrigatória desde o momento que a Câmara dos Deputados receber denúncia, imputando ao chefe do Poder Executivo a prática de crime de responsabilidade; **B:** Incorreta. A competência prevista no art. 84, XII, da CF é delegável, na forma do parágrafo único do mesmo artigo; **C:** Incorreta. De acordo com o art. 89 da CF, dele participam: "I – o Vice-Presidente da República; II – o Presidente da Câmara dos Deputados; III – o Presidente do Senado Federal; IV – os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados; V – os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal; VI – o Ministro da Justiça; VII – seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução"; **D:** Correta. V. STF, MS 25.483, Rel. Min. Carlos Britto. Para ilustrar ainda mais: "O substantivo 'índios' é usado pela CF de 1988 por um modo invariavelmente plural, para exprimir a diferenciação dos aborígenes por numerosas etnias. Propósito constitucional de retratar uma diversidade indígena tanto interétnica quanto intraétnica. Índios em processo de aculturação permanecem índios para o fim de proteção constitucional. Proteção constitucional que não se limita aos silvícolas, estes, sim, índios ainda em primitivo estádio de habitantes da selva. (...) Somente à União, por atos situados na esfera de atuação do Poder Executivo, compete instaurar, sequenciar e concluir formalmente o processo demarcatório das terras indígenas, tanto quanto efetivá-lo materialmente, nada impedindo que o Presidente da República venha a consultar o Conselho de Defesa Nacional (inciso III do § 1º do art. 91 da CF), especialmente se as terras indígenas a demarcar coincidirem com faixa de fronteira. As competências deferidas ao Congresso Nacional, com efeito concreto ou sem densidade normativa, exaurem-se nos fazeres a que se referem o inciso XVI do art. 49 e o § 5º do art. 231, ambos da CF. (...) Os arts. 231 e 232 da CF são de finalidade nitidamente fraternal ou solidária, própria de uma

quadra constitucional que se volta para a efetivação de um novo tipo de igualdade: a igualdade civil-moral de minorias, tendo em vista o protovalor da integração comunitária. Era constitucional compensatória de desvantagens historicamente acumuladas, a se viabilizar por mecanismos oficiais de ações afirmativas. No caso, os índios a desfrutar de um espaço fundiário que lhes assegure meios dignos de subsistência econômica para mais eficazmente poderem preservar sua identidade somática, linguística e cultural. Processo de uma aculturação que não se dilui no convívio com os não índios, pois a aculturação de que trata a Constituição não é perda de identidade étnica, mas somatório de mundividências. Uma soma, e não uma subtração. Ganho, e não perda. Relações interétnicas de mútuo proveito, a caracterizar ganhos culturais incessantemente cumulativos. Concretização constitucional do valor da inclusão comunitária pela via da identidade étnica. (...) A CF trabalhou com data certa – a data da promulgação dela própria (5 de outubro de 1988) – como insubstituível referencial para o dado da ocupação de um determinado espaço geográfico por essa ou aquela etnia aborígene; ou seja, para o reconhecimento, aos índios, dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. (...) É preciso que esse estar coletivamente situado em certo espaço fundiário também ostente o caráter da perdurabilidade, no sentido anímico e psíquico de continuidade etnográfica. A tradicionalidade da posse nativa, no entanto, não se perde onde, ao tempo da promulgação da Lei Maior de 1988, a reocupação apenas não ocorreu por efeito de renitente esbulho por parte de não índios. Caso das 'fazendas' situadas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, cuja ocupação não arrefeceu nos índios sua capacidade de resistência e de afirmação da sua peculiar presença em todo o complexo geográfico da 'Raposa Serra do Sol'. (...) O modelo de demarcação das terras indígenas é orientado pela ideia de continuidade. Demarcação por fronteiras vivas ou abertas em seu interior, para que se forme um perfil coletivo e se afirme a autossuficiência econômica de toda uma comunidade usufrutuária. Modelo bem mais serviente da ideia cultural e econômica de abertura de horizontes do que de fechamento em 'bolsões', 'ilhas', 'blocos' ou *clusters*, a evitar que se dizime o espírito pela eliminação progressiva dos elementos de uma dada cultura (etnocídio). (...) Cada etnia autóctone tem para si, com exclusividade, uma porção de terra compatível com sua peculiar forma de organização social. Daí o modelo contínuo de demarcação, que é monoétnico, excluindo-se os intervalados espaços fundiários entre uma etnia e outra. Modelo intraétnico que subsiste mesmo nos casos de etnias lindeiras, salvo se as prolongadas relações amistosas entre etnias aborígines venham a gerar, como no caso da Raposa Serra do Sol, uma condivisão empírica de espaços que impossibilite uma precisa fixação de fronteiras interétnicas. Sendo assim, se essa mais entranhada aproximação física ocorrer no plano dos fatos, como efetivamente se deu na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, não há como falar de demarcação intraétnica, menos ainda de espaços intervalados para legítima ocupação por não índios, caracterização de terras estaduais devolutas, ou implantação de Municípios. (...) Voto do Relator que faz agregar aos respectivos fundamentos salvaguardas institucionais ditadas pela superlativa importância histórico-cultural da causa. Salvaguardas ampliadas a partir de voto-vista do Ministro Menezes Direito e deslocadas, por iniciativa deste, para a parte dispositiva da decisão. Técnica de decidibilidade que se adota para conferir maior teor de operacionalidade ao acórdão" (Pet 3.388, Rel. Min. Ayres Britto, julgamento em 19-3-2009, Plenário, *DJE* de 1º-7-2010.); **E:** Incorreta. De acordo com o STF, a imunidade do Presidente da República, prevista no art. 86, § 3º, da CF, não pode ser conferida aos Governadores de Estado pelas Constituições estaduais. Confira-se passagem da ementa da ADI 978, Rel. Min. Ilmar Galvão: "(...) O Estado-membro, ainda que em norma constante de sua própria Constituição, não dispõe de competência para outorgar ao Governador a prerrogativa extraordinária da imunidade à prisão em flagrante, à prisão preventiva e à prisão temporária, pois a disciplinação dessas modalidades de prisão cautelar submete-se, com exclusividade, ao poder normativo da União Federal, por efeito de expressa reserva constitucional de competência definida pela Carta da República. – A norma constante da Constituição estadual – que impede a prisão do Governador de Estado antes de sua condenação penal definitiva – não se reveste de validade jurídica e, consequentemente, não pode subsistir em face de sua evidente incompatibilidade com o texto da Constituição Federal. PRERROGATIVAS INERENTES AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ENQUANTO CHEFE DE ESTADO. Os Estados-membros não podem reproduzir em suas próprias Constituições o conteúdo normativo dos preceitos inscritos no art. 86, §§ 3º e 4º, da Carta Federal, pois as prerrogativas contempladas nesses preceitos da Lei Fundamental – por serem unicamente compatíveis com a condição institucional de Chefe de Estado – são apenas extensíveis ao Presidente da República".

Gabarito "D"

(Magistratura Federal – 5ª Região – 2009 – CESPE) Acerca do Poder Executivo, do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, assinale a opção correta.

(A) Todos os membros do Conselho da República, órgão de consulta da Presidência, são escolhidos pelo presidente da República.
(B) Compete ao Conselho de Defesa Nacional opinar a respeito das questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
(C) Para que o presidente da República seja julgado pelo STF por crimes comuns, é necessária a autorização de dois terços da Câmara dos Deputados, por força da qual fica ele suspenso das suas funções.
(D) Não se submete ao controle concentrado de constitucionalidade, conforme entendimento do STF, o decreto que, dando execução a lei inconstitucional, cria cargos públicos remunerados e estabelece as respectivas denominações, competências, atribuições e remunerações.
(E) Conforme entendimento do STF, o presidente da República pode delegar aos ministros de Estado, por meio de decreto, a atribuição de demitir, no âmbito das suas respectivas pastas, servidores públicos federais.

A: Incorreta. Não reflete o disposto no art. 89 da CF que, dentre outros membros, prevê "seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução"; **B:** Incorreta. Competência do Conselho da República (art. 90, II, da CF); **C:** Incorreta. A primeira parte está correta (art. 86, *caput*, da CF), mas só é afastado das funções, nos crimes comuns, quando do recebimento da denúncia ou queixa-crime pelo STF (art. 86, § 1º, I, da CF); **D:** Incorreta. As situações expressamente previstas no art. 84, VI, da CF correspondem a decretos autônomos, porque encontram fundamento de validade diretamente na Constituição, e não em uma lei. Nessas hipóteses, portanto, caberá controle concentrado de constitucionalidade; **E:** Correta. Consta da ementa do MS 25.518, Rel. Min. Sepúlveda Pertence: "Presidente da República: competência para prover cargos públicos (CF, art. 84, XXV, primeira parte), que abrange a de desprovê-los, a qual, portanto é susceptível de delegação a Ministro de Estado (CF, art. 84, parágrafo único)". O STF também entende que, nos casos de mandado de segurança contra ato praticado no exercício de poderes administrativos delegados, a competência jurisdicional para apreciar o *writ* é aferida em razão da qualidade da autoridade delegada e não em função da hierarquia da autoridade delegante (Súmula 510/STF – Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial).

Gabarito "E"

(OAB – CESPE – 2009.2) Assinale a opção correta acerca do Poder Executivo.

(A) O presidente e o Vice-Presidente da República não podem ausentar-se do país, por qualquer período de tempo, sem licença do Senado Federal, sob pena de perda do cargo.
(B) Será considerado eleito Presidente da República o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os votos em branco e os nulos.
(C) Em casos de vacância ou de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, serão chamados ao exercício da Presidência da República, sucessivamente, o presidente do Senado Federal, o presidente da Câmara dos Deputados e o presidente do STF.
(D) O Presidente da República somente poderá ser processado e julgado, nas infrações penais comuns, perante o STF, com a prévia anuência do Senado Federal.

A: incorreta. A regra existe e está expressa no art. 83 da CF, mas a ausência não é por qualquer tempo e sim por período *superior a quinze dias*; **B:** correta. Trata-se da redação do art. 77, § 2º, da CF; **C:** incorreta. Em primeiro lugar chama-se o *Presidente da Câmara*, que é o representante do povo (detentor do poder), depois o Presidente do Senado, representante dos Estados e, por fim, o Presidente do STF, conforme art. 80 da CF; **D:** incorreta. De fato, é o STF quem julga o Presidente na hipótese de crime comum, mas a *anuência* ou juízo de admissibilidade para o processo e julgamento quem faz é a *Câmara de Deputados*, por dois terços dos votos (art. 86 da CF).

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.1) No tocante à responsabilização do Presidente da República, assinale a opção correta.

(A) Na CF, é assegurada ao Presidente da República a prerrogativa de somente ser processado, seja por crime comum, seja por crime de responsabilidade, após o juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados.
(B) Compete ao STF processar e julgar originariamente o Presidente da República nas infrações penais comuns e nas ações populares.
(C) Tratando-se de crime de responsabilidade, a decisão proferida pelo Senado Federal pode ser alterada pelo STF.
(D) São alternativas as sanções de perda do cargo de presidente e de inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.

A: correta (art. 86, *caput*, da CF); **B:** incorreta. Compete ao STF processar e julgar, originalmente, o Presidente da República nas infrações penais *comuns* (arts. 86, *caput,* e 102, I, "b", da CF); **C:** incorreta. A decisão proferida pelo Senado Federal *não* pode ser revista pelo STF; **D:** incorreta. As sanções são cumulativas, pois o art. 52, parágrafo único, da CF menciona perda do cargo *com* inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

Gabarito "A"

11. ORGANIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO. PROCESSO LEGISLATIVO

11.1. ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS DO SENADO, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO CONGRESSO NACIONAL

(Técnico Judiciário – MPU – 2010 – CESPE) A respeito do Poder Legislativo, julgue o seguinte item.

(1) O Poder Legislativo opera por meio do Congresso Nacional, instituição bicameral composta pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

1: correta, de fato, o Poder Legislativo Federal é bicameral, pois é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 44 da CF/1988). Além disso, a regra é a de que as deliberações de cada Casa e de suas comissões sejam tomadas por maioria de votos, desde que estejam presentes a maioria absoluta dos membros.

Gabarito 1C

(Ministério Público/RO – 2010 – CESPE) Com relação à organização dos poderes na CF, assinale a opção correta.

(A) Suplente de deputado ou senador deve ser convocado nos casos de licença do titular por período superior a sessenta dias.
(B) Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional deve deliberar somente sobre a matéria para a qual foi convocado, não podendo ser incluídas na pauta sequer as medidas provisórias em vigor na data da convocação extraordinária.
(C) O Senado Federal compõe-se de três representantes de cada estado e do DF, com mandato de oito anos, eleitos segundo o princípio proporcional, sendo os representantes renovados de quatro em quatro anos, de forma alternada, por um e dois terços.
(D) A CF prevê a reunião em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal na hipótese, entre outras, de conhecer e deliberar sobre veto.
(E) É de competência do Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o presidente e o vice-presidente da República, bem como contra os ministros de Estado.

A: incorreta. Não reflete o disposto no art. 56, § 1º, da CF; **B:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 57, § 8º, da CF; **C:** incorreta. Os Senadores são eleitos pelo princípio majoritário (art. 46, *caput*, §§ 1º e 2º, da CF); **D:** correta, art. 57, § 3º, IV, da CF; **E:** incorreta, competência privativa da Câmara dos Deputados (art. 51, I, da CF).

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2010.1) Com relação à organização do Poder Legislativo e ao regime jurídico constitucional dos congressistas, assinale a opção correta.

(A) Os deputados federais e os senadores, todos eles eleitos pelo sistema majoritário, representam o povo dos seus respectivos estados.
(B) A criação de cargos públicos no âmbito das casas do Congresso Nacional deve ser feita por meio de lei ordinária.
(C) Os deputados federais e os senadores não podem assumir cargo de confiança na direção de empresas públicas ou sociedades de economia mista da União.
(D) Desde a expedição do diploma, deputados federais e senadores estão sujeitos a julgamento perante o STF, o qual, ao receber a denúncia contra congressista, deverá solicitar autorização à respectiva Casa para prosseguir com a ação penal.

A: incorreta. Art. 45 da CF: "A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. § 1º – O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados. § 2º – Cada Território elegerá quatro Deputados. "Art. 46 da CF: "O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário"; **B:** incorreta. A criação desses cargos se dá por meio de resolução. Art. 51 da CF: "Compete privativamente à Câmara dos Deputados (...) IV – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias". Art. 52 da CF: "Compete privativamente ao Senado Federal: (...) XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias"; **C:** correta. Art. 54 da CF: "Os Deputados e Senadores não poderão: I – desde a expedição do diploma: a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades constantes da alínea anterior; II – desde a posse: a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada; b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, 'a'"; **D:** incorreta. Art. 53 da CF: "Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. § 1º – Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. § 2º – Desde a expedição do diploma, os membros

do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. § 3º – Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001). § 4º – O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora. § 5º – A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato".

Gabarito "C"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta acerca do Poder Legislativo, na organização federativa brasileira.

(A) Pela aplicação da teoria dos poderes implícitos, o STF reconhece ao TCU a competência para conceder medidas cautelares no exercício das atribuições que lhe foram fixadas na CF.
(B) Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional delibera, além da matéria para a qual foi convocado e das medidas provisórias em vigor na data da convocação, a respeito dos projetos de lei complementar em regime de urgência.
(C) A CF atribui ao presidente da República iniciativa reservada no que concerne a leis sobre matéria tributária.
(D) As matérias de competência privativa do Senado Federal não dependem de sanção presidencial e se materializam por meio de decreto legislativo.
(E) O TCU, ao apreciar a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, deve assegurar ao servidor o exercício do contraditório e da ampla defesa, sob pena de nulidade do procedimento.

A: correto (STF, MS 24.510, DJ 19/03/2004); **B:** incorreto, pois além da matéria para a qual foi convocada, a sessão legislativa extraordinária deverá colocar em pauta as medidas provisórias em vigor – e não os projetos de lei complementar em regime de urgência (art. 57, §§ 7º e 8º); **C:** incorreto, pois as leis sobre matéria tributária não são apresentadas pela CF como de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF); **D:** incorreto, pois a espécie normativa a ser utilizada é a Resolução (art. 59, inciso VII, da CF); **E:** incorreto, pois a jurisprudência do STF firmou-se no sentido de dispensar o contraditório e a ampla defesa na apreciação pelo TCU da legalidade de ato de concessão inicial de aposentadoria, salvo se isto se der após mais de cinco anos da concessão (STF, MS 26.053, DJ 22/02/2011).

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.2) Assinale a opção correta acerca da organização do Congresso Nacional.

(A) A convocação extraordinária do Congresso Nacional pode ser feita pelos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e pelo Presidente da República, nos casos taxativamente previstos na CF. Os membros de ambas as casas não têm competência para propor esse tipo de convocação.
(B) Além de outros casos previstos na CF, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão, em sessão conjunta, para a apreciação de veto presidencial a projeto de lei e sobre ele deliberar.
(C) Na constituição das mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e na montagem das comissões permanentes e temporárias, há de se assegurar, obrigatoriamente, a representação proporcional, de modo que nenhum partido ou bloco parlamentar deixe de ser contemplado.
(D) O deputado ou senador licenciado para exercer o cargo de ministro de Estado, governador ou secretário estadual, ou que estiver licenciado para tratar de interesse particular, poderá optar pela remuneração do mandato, desde que, neste último caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias.

A: incorreta. O art. 57, § 6º, II, da CF autoriza a convocação extraordinária pelo requerimento da maioria dos membros de ambas as casas, em caso de urgência ou interesse público relevante; **B:** correta (art. 57, § 3º, IV, da CF); **C:** incorreta. O art. 58, § 1º, da CF diz que deve ser assegurada a representação proporcional, *tanto quanto possível* e não de forma absoluta; **D:** incorreta (art. 56, I e § 3º, da CF) A licença para tratar de interesse particular é obtida *sem* remuneração.

Gabarito "B"

11.2. PRERROGATIVAS E IMUNIDADES PARLAMENTARES

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) A respeito da organização dos poderes no Estado, julgue os próximos itens.

(1) A CF não atribuiu a imunidade formal ao parlamentar municipal e não a reconheceu, ao parlamentar estadual, quanto aos crimes praticados antes da diplomação.
(2) A CF, ao conferir autonomia aos estados-membros, impõe a observância obrigatória de princípios relacionados ao processo legislativo, de modo que o legislador estadual não pode validamente dispor sobre as matérias reservadas à iniciativa do chefe do Poder Executivo.

1: certo. Os vereadores possuem apenas a imunidade material (art. 29, VIII, da CF), ao contrário dos deputados e senadores, que possuem imunidades material (art. 53, *caput*, da CF) e formal (art. 53, § 2º, da CF); **2:** certo. Pelo princípio da simetria, as regras estabelecidas na Constituição Federal para o processo legislativo (inclusive as de criação ou revisão das constituições) devem ser seguidas pelos estados.

Gabarito 1C, 2C

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) José, candidato a deputado federal pelo estado de Pernambuco, registrou sua candidatura no dia 2 de julho. A eleição ocorreu no dia 3 de outubro, e o resultado que o declarou eleito foi divulgado no dia 6 de outubro. José foi diplomado pelo TRE do Estado de Pernambuco no dia 17 de dezembro e tomou posse no cargo de deputado federal no dia 2 de fevereiro do ano seguinte. No caso hipotético apresentado acima, a imunidade formal de José deve ser contada a partir

(A) do registro de sua candidatura, no dia 2 de julho.
(B) do dia da eleição, no dia 3 de outubro.
(C) do dia da divulgação do resultado das eleições, no qual foi declarado eleito, no dia 6 de outubro.
(D) da diplomação, no dia 17 de dezembro.
(E) da data da posse, no dia 2 de fevereiro do ano seguinte.

O art. 53, § 1º, da CF, estabelece como termo inicial da imunidade formal a data da expedição do diploma.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.3) Segundo a CF, aos membros do Poder Legislativo municipal

(A) não são asseguradas imunidades formais nem materiais.
(B) são asseguradas, em observância ao princípio da simetria, as mesmas prerrogativas formais e materiais garantidas aos membros do Poder Legislativo federal.
(C) são asseguradas apenas as imunidades materiais, visto que lhes é garantida a inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do município.
(D) é assegurada imunidade formal, não podendo eles sofrer persecução penal pela prática de delitos, sem prévia licença da respectiva câmara municipal.

A: incorreta. Ao vereador é assegurada apenas a imunidade material, que é aquela que o torna inviolável civil e penalmente por palavras, opiniões e votos que proferir no curso do mandato. O art. 29, VIII, da CF determina que tal imunidade é válida na circunscrição do Município; **B:** incorreta. O vereador possui apenas imunidade material. **C:** correta. É o que dispõe o art. 29, VIII, da CF; **D:** incorreta. O vereador não possui imunidade formal ou processual que são aquelas relativas à prisão e ao processo criminal (art. 53, §§ 2º e 3º, da CF).

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.1) No que se refere às prerrogativas conferidas aos parlamentares federais, assinale a opção correta.

(A) Os delitos de opinião praticados por congressistas, no exercício formal de suas funções, somente poderão ser submetidos ao Poder Judiciário após o término do mandato do parlamentar.
(B) Recebida a denúncia contra senador ou deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o STF dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa do parlamentar réu ou do partido político a que é filiado, pode sustar o andamento da ação.
(C) A imunidade parlamentar formal não obsta, observado o devido processo legal, a execução de pena privativa de liberdade decorrente de decisão judicial transitada em julgado.
(D) As imunidades de deputados e senadores não subsistirão durante o estado de sítio dada a gravidade da situação de crise e da excepcionalidade da medida.

A: incorreta. Os parlamentares possuem certas garantias em razão da função que exercem. Dentre elas há a imunidade material que o torna inviolável civil e penalmente por palavras, opiniões e votos que proferir no curso dos mandatos (art. 53, § 1º, da CF). Desse modo, não serão responsabilizados por opiniões proferidas no curso dos mandatos; **B:** incorreta. Não é por iniciativa do parlamentar réu ou do partido a que é filiado. O art. 53, § 3º, da CF dispõe que o andamento da ação poderá ser sustado por iniciativa do partido político representado na Casa respectiva do Senador ou Deputado acusados ou pelo voto da maioria de seus membros; **C:** correta. De fato, não obsta, pois nesse caso o parlamentar perderá o mandato (art. 55, VI, da CF); **D:** incorreta. A regra é que as imunidades persistem durante o estado de sítio (art. 53, § 8º, da CF).
Gabarito "C"

11.3. COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO – CPI

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) A respeito da organização dos poderes, julgue o item subsequente.

(1) As comissões parlamentares de inquérito, por possuírem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podem, ao final da investigação, promover a responsabilização civil ou criminal dos infratores.

1: Errada, pois as CPIs **não** promovem a responsabilidade dos infratores. De acordo com o art. 37 do Regimento Interno da Câmara, **ao final** dos trabalhos, a Comissão apresentará **relatório circunstanciado**, com suas conclusões, que será publicado no Diário da Câmara dos Deputados e **encaminhado:** I – **à Mesa**, para as providências de alçada desta ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução, ou indicação, que será incluída em Ordem do Dia dentro de cinco sessões; II – **ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União**, com a cópia da documentação, **para que promovam a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas** e adotem outras medidas decorrentes de suas funções institucionais; III – **ao Poder Executivo**, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes do art. 37, §§ 2º a 6º, da Constituição Federal, e demais dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando prazo hábil para seu cumprimento; IV – **à Comissão Permanente** que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior; V – **à Comissão Mista** Permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, e ao Tribunal de Contas da União, para as providências previstas no art. 71 da mesma Carta. Parágrafo único. Nos casos dos incisos II, III e V, a remessa será feita pelo Presidente da Câmara, no prazo de cinco sessões.
Gabarito 1E

(OAB – CESPE – 2009.1) De acordo com a doutrina e jurisprudência, as comissões parlamentares de inquérito instituídas no âmbito do Poder Legislativo federal

(A) têm a missão constitucional de investigar autoridades públicas e de promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
(B) não podem determinar a quebra do sigilo bancário ou dos registros telefônicos da pessoa que esteja sendo investigada, dada a submissão de tais condutas à cláusula de reserva de jurisdição.
(C) devem obediência ao princípio federativo, razão pela qual não podem investigar questões relacionadas à gestão da coisa pública estadual, distrital ou municipal.
(D) podem anular atos do Poder Executivo quando, no resultado das investigações, ficar evidente a ilegalidade do ato.

A: incorreta. As comissões parlamentares de inquérito não promovem responsabilidades, apenas investigam o fato determinado e encaminham seus relatórios ao Ministério Público para que ele promova as responsabilidades dos infratores (art. 58, § 3º, da CF); **B:** incorreta. No âmbito federal, a CPI tem poder para determinar a quebra do sigilo bancário, fiscal e de dados telefônicos (acesso às contas, registros telefônicos). O que está reservado à cláusula de reserva jurisdicional, portanto só por ordem judicial e para fins de investigação criminal ou instrução processual penal é a quebra do sigilo das comunicações telefônicas (escuta ou interceptação telefônica) (art. 5º, XII, da CF); **C:** correta (art. 58, § 3º, c.c. os arts. 1º e 18, todos da CF); **D:** incorreta. Como mencionado, a CPI não promove responsabilizações (art. 58, § 3º, da CF).
Gabarito "C"

11.4. PROCESSO LEGISLATIVO

(Analista – TRT/21ª – 2010 – CESPE) Julgue os itens a seguir, que versam acerca de processo legislativo.

(1) As medidas provisórias perdem a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, prorrogável uma vez, por igual período.
(2) As matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional são reguladas por decretos legislativos.

1: incorreta, o prazo é de sessenta dias (art. 62, § 3º, da CF); **2:** correta, art. 49 da CF.
Gabarito 1E, 2C

(Ministério Público/ES – 2010 – CESPE) Acerca do processo legislativo na CF, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o STF, a não conversão da medida provisória tem efeito repristinatório sobre o direito com ela colidente.
(B) A CF consagrou, em seu texto, a iniciativa popular, sem restrição de matérias, para promover proposta de emenda constitucional.
(C) É vedada a edição de medidas provisórias relativas a matéria de direito civil.
(D) Projeto de lei de iniciativa do STF e dos demais tribunais superiores deverá ser iniciado, mediante o respectivo depósito junto à mesa, no Senado Federal.
(E) A ausência de sanção pelo chefe do Poder Executivo no prazo constitucional de quinze dias em projeto de lei encaminhado pelo Poder Legislativo faz caducar o projeto, por não existir forma silente de sanção.

A: correta. A medida provisória opera sob condição resolutiva de sua conversão em lei. Assim, se não for convertida, perderá seus efeitos desde a edição (art. 62, § 3º, da CF), restaurando-se o direito anterior; **B:** incorreta. Não há iniciativa popular para emendas constitucionais, cujos legitimados são apenas os listados no art. 60, I a III, da CF; **C:** incorreta. O rol do art. 62, § 1º, da CF não inclui direito civil (por outro lado, não pode ser adotada medida provisória sobre direito processual civil); **D:** incorreta. Terão início na Câmara dos Deputados (art. 64 da CF); **E:** incorreta. Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção (art. 66, § 3º, da CF).
Gabarito "A"

(Defensoria Pública da União – 2010 – CESPE) No que concerne ao processo legislativo, julgue os itens subsequentes.

(1) Considere que o chefe do Poder Executivo tenha apresentado projeto de lei ordinária que dispõe sobre a remuneração de servidores públicos. Nesse caso, não se admite emenda parlamentar ao projeto para aumento do valor da remuneração proposto.

(2) A autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública estadual assegura, conforme a Constituição Federal, ao defensor público-geral do estado a iniciativa de propor projeto de lei que disponha sobre a criação e a remuneração de cargos de defensor público estadual.

1: certo (art. 63, I, da CF); **2:** errado. O art. 61, § 1º, II, *a*, da CF prescreve ser de iniciativa privativa do Presidente da República, a elaboração de leis que versem sobre criação de cargos ou sobre o aumento de sua remuneração. Por simetria, cabe ao Governador de Estado, Chefe do Poder Executivo Estadual, a edição de leis sobre a mesma matéria em seus limites territoriais.

Gabarito 1C, 2E

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) No que se refere ao processo legislativo, julgue os itens subsequentes.

(1) Pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores, o veto presidencial a projeto de lei poderá ser rejeitado. Em tal hipótese não haverá mais a participação do presidente da República no processo legislativo, já que a subsequente promulgação ficará a cargo do presidente do Senado Federal.

(2) De acordo com a CF, uma vez aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, a eficácia dos dispositivos que sofreram alteração fica suspensa até que seja sancionado ou vetado o projeto.

(3) Nos projetos orçamentários de iniciativa exclusiva do presidente da República são admitidas, em caráter excepcional, emendas parlamentares que impliquem aumento de despesas.

1: incorreta. A primeira parte está correta (art. 66, § 4º, da CF), mas uma vez derrubado, o projeto de lei é enviado para promulgação pelo Presidente da República (art. 66, § 5º, da CF); **2:** incorreta. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto (art. 62, § 12, da CF); **3:** correta. O art. 63, I, da CF, proíbe a apresentação de emendas que impliquem aumento de despesa em projetos de lei de iniciativa privativa do Poder Executivo, salvo no caso do art. 166, §§ 3º e 4º, da CF. Por sua vez, o art. 166, § 3º, da CF, trata dos requisitos indispensáveis para a aprovação de emenda parlamentar nas leis orçamentárias anuais: precisarão ser compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 166, § 3º, I), e devem indicar os recursos necessários para cobrir a despesa (art. 166, § 3º, II).

Gabarito 1E, 2E, 3C

(Analista – TRE/MT – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta quanto ao processo legislativo devidamente estabelecido na CF.

(A) No que se refere a leis delegadas, se a resolução determinar a apreciação do projeto de lei pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, sendo vedada qualquer emenda.

(B) A CF poderá ser emendada mediante proposta de um terço das assembleias legislativas das unidades da Federação, mediante a maioria relativa de seus membros.

(C) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma republicana de governo.

(D) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito civil.

(E) Decorrido o prazo de quinze dias para o exame do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, o silêncio do presidente da República importará veto, em razão da impossibilidade de ocorrer sanção tácita.

A: Art. 68, § 3º, da CF; **B:** Não reflete o disposto no art. 60, III, da CF; **C:** Não reflete o disposto no art. 60, § 4º, I, da CF; **D:** Não se encontra entre as matérias listadas no art. 62, § 1º, da CF; **E:** O silêncio importa sanção (art. 66, § 3º, da CF).

Gabarito "A"

(Analista – TCU – 2009 – CESPE) Julgue os itens que seguem, relativos a medidas provisórias (MPs).

(1) Um conceito válido de MP é aquele que a entende como um ato normativo primário, sob condição resolutiva, de caráter excepcional no quadro da separação dos poderes.

(2) O Poder Judiciário não detém competência para exercer crítica sobre o juízo de existência dos pressupostos da MP, pois eles são discricionários.

(3) As MPs produzem, ao serem editadas, pelo menos dois efeitos: o efeito inovador da ordem jurídica e o efeito provocador do Congresso Nacional para que este delibere sobre o assunto.

(4) É possível regular por MP matéria que a Constituição reserva à iniciativa legislativa exclusiva dos Poderes Legislativo ou Judiciário ou mesmo a outros órgãos como o Ministério Público e o tribunal de contas, pois não há, quanto a isso, vedação constitucional explícita.

1: correto. As medidas provisórias são atos normativos que buscam seu fundamento de validade diretamente na Constituição (art. 59, inciso V, da CF) e, por isso, são atos primários. Por outro lado, trata-se de ato sob condição resolutiva, pois a sua permanência depende de ulterior apreciação pelo Congresso Nacional (art. 62, *caput*, da CF). Ademais, compreendem exceção no quadro de separação dos poderes, eis que através das medidas provisórias o Presidente da República exerce a função legislativa, a qual não lhe cabe por via de regra; **2:** incorreto, pois cabe sim ao Poder Judiciário o controle dos pressupostos constitucionais da relevância; **3:** correto, pois desde a publicação, as medidas provisórias já produzem efeitos. Por outro lado, o Congresso Nacional não pode se furtar a apreciar as medidas provisórias, havendo determinação constitucional no sentido de que se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando (art. 62, § 6º, da CF); **4:** incorreto, pois embora não exista restrição expressa, a doutrina defende que não pode ser editada MP sobre assunto de iniciativa exclusiva dos demais poderes, em respeito à separação entre eles.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Defensoria/ES – 2009 – CESPE) Acerca do processo legislativo e da competência do TCU, julgue o item abaixo.

(1) Compete ao TCU examinar, previamente, a validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público.

1: errado. As competências do TCU estão listadas no art. 71, I a XI, da CF.

Gabarito 1E

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Quanto aos limites de atuação do poder de reforma constitucional e ao alcance de proteção das cláusulas pétreas, assinale a opção correta.

(A) Sendo um poder instituído, o poder de reforma constitucional sofre limitações de conteúdo, mas não de forma. Assim, uma proposta de emenda à CF que seja rejeitada poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa.

(B) O STF entende que os direitos e garantias individuais considerados cláusulas pétreas pela CF restringem-se àqueles expressos no elenco do art. 5.º, não admitindo interpretação extensiva.

(C) Consideram-se limitações temporais as situações que impedem que a CF seja emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

(D) No exercício do poder de reforma constitucional, o Congresso Nacional dispõe da faculdade de modificar a Lei Magna, não se admitindo que essa competência seja restringida por limitações outras que não aquelas constantes de forma explícita do texto constitucional.

(E) A jurisprudência do STF considera que os limites materiais ao poder constituinte de reforma não significam a intangibilidade literal da disciplina dada ao tema pela Constituição originária, mas sim a proteção do núcleo essencial dos princípios e institutos protegidos pelas cláusulas pétreas.

A: incorreta. Vedação expressa no art. 60, § 5º, da CF; **B:** incorreta. O STF entende que o princípio da anterioridade tributária, que não está listado no art. 5º da CF, é direito individual, constituindo cláusula pétrea na forma do art. 60, § 4º, IV, da CF; **C:** incorreta. Considera-se limitação circunstancial (art. 60, § 1º, da CF); **D:** incorreta. O Poder Constituinte Derivado submete-se a limitações explícitas (art. 60, §

1º e ss., da CF) e implícitas (não pode ser alterado, por exemplo, o procedimento de reforma da Constituição); **E:** correta, e pode haver emenda constitucional sobre matérias listadas como cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, da CF), desde que para ampliá-las ou para corrigir-lhes a redação. O que a Constituição veda, para as cláusulas pétreas, é o retrocesso constitucional, e não a modificação pura e simples.

Gabarito "E"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Acerca da organização e atuação dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, no Estado brasileiro, julgue os itens seguintes.

(1) As decisões exaradas pelo TCU, no exercício da missão de auxiliar o Congresso Nacional na função fiscalizadora, não são imunes à revisão judicial e, quando reconhecem débito ou multa, constituem título executivo extrajudicial, cuja execução compete à Advocacia-Geral da União.

(2) Em decorrência da aplicação do princípio da simetria, o chefe do Poder Executivo estadual pode dispor, via decreto, sobre a organização e funcionamento da administração estadual, desde que os preceitos não importem aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

(3) Não há veto ou sanção presidencial na emenda à Constituição, em decretos legislativos e em resoluções, nas leis delegadas, na lei resultante da conversão, sem alterações, de medida provisória.

(4) As medidas provisórias não convertidas em lei no prazo constitucional perdem a eficácia a partir do ato declaratório de encerramento do prazo de sua vigência.

1: correta, pois o Judiciário pode apreciar toda lesão ou ameaça de lesão a direito (art. 5º, XXXV, da CF). A qualidade de título executivo está expressa no art. 71, § 3º, da CF; **2:** correta, aplicação, por simetria federativa, do art. 84, VI, *a*, da CF; **3:** correta, o art. 48 da CF dispensa a sanção (e, por consequência, não há veto), nos casos do art. 49 (decretos legislativos), 51 e 52 (resoluções), todos da CF. As emendas constitucionais não têm sanção ou veto, porque são exercício do Poder Constituinte Derivado, exercido pelo Poder Legislativo. As medidas provisórias sem alteração não demandam sanção/veto, pois o texto foi encaminhado pelo Presidente da República, único legitimado a adotá-las (art. 62 da CF). O mesmo raciocínio vale para as leis delegadas (art. 68 da CF); **4:** incorreta, perdem a eficácia desde a edição (art. 62, § 3º, da CF).

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) A respeito de espécies normativas, assinale a opção correta.

(A) A proposta de emenda constitucional deve ser discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, e será considerada aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros e for promulgada após a respectiva sanção presidencial.

(B) Segundo posicionamento do STF, não gera inconstitucionalidade formal a emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa de tribunal de justiça estadual que importe aumento de despesa, já que apenas em proposta de iniciativa do chefe do Poder Executivo a CF veda a apresentação de emenda parlamentar que implique aumento de despesa.

(C) A medida provisória aprovada pelo Congresso Nacional com alterações é transformada em projeto de lei de conversão e deve ser promulgada pelo presidente do Senado, independentemente de sanção ou veto do presidente da República.

(D) O decreto legislativo é espécie normativa destinada a dispor acerca de matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional e deve ser, obrigatoriamente, instruído, discutido e votado em ambas as casas legislativas, no sistema bicameral.

(E) As resoluções constituem atos normativos secundários que dispõem acerca da regulação de determinadas matérias do Congresso Nacional não inseridas no âmbito de incidência dos decretos legislativos e da lei.

A: incorreto, pois no procedimento legislativo das emendas constitucionais não há sanção presidencial, cabendo a promulgação às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 60, § 3º, da CF); **B:** incorreto, pois há sim inconstitucionalidade formal (art. 63, inciso I, da CF), sendo esse o entendimento do STF (ADI 2.305, DJ 04/08/2011); **C:** incorreto, pois havendo alterações, adota-se o procedimento legislativo ordinário, de modo que haverá necessidade de sanção presidencial para que a MP seja promulgada (art. 62, § 12º, da CF); **D:** correto, pois, como o Decreto Legislativo é a espécie normativa destinada a dispor sobre as matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional, a votação deverá ocorrer em ambas as Casas legislativas (art. 49 da CF); **E:** incorreto, pois as resoluções são atos normativos primários (art. 59 da CF), por meio das quais são regulamentadas as matérias de competência privativa da Câmara dos Deputados (art. 51 da CF) e do Senado Federal (art. 52), além de algumas de competência do Congresso Nacional.

Gabarito "D"

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) Quanto ao processo legislativo e ao controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

(A) De acordo com a doutrina, quando o projeto de lei for modificado em sua substância pela casa revisora, a emenda deve retornar para a análise da casa iniciadora, sob pena de configuração de vício formal subjetivo, passível de controle de constitucionalidade.

(B) O controle prévio ou preventivo de constitucionalidade realizado pelo Poder Legislativo incide sobre todos os projetos de atos normativos.

(C) No Brasil, o controle posterior ou repressivo de constitucionalidade é exercido com exclusividade pelo Poder Judiciário, tanto de forma difusa como concentrada.

(D) No tocante à legitimação dos partidos políticos para a representação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou federal, contestados em face da CF, o STF entende que a perda de representação do partido político no Congresso Nacional após o ajuizamento da ADI descaracteriza a legitimidade ativa para o prosseguimento da ação.

(E) De acordo com a doutrina, a técnica da declaração de inconstitucionalidade por arrastamento pode ser aplicada tanto em processos distintos como no mesmo processo.

A: incorreta. Para poder descartar esta alternativa o candidato deveria dominar os conceitos de vício formal subjetivo e vício formal objetivo. Escrevendo sobre o tema, de forma muito didática ensina Pedro Lenza: "**Vício formal subjetivo:** o vício formal subjetivo verifica-se na fase **de iniciativa**. Tomemos um exemplo: algumas leis são de iniciativa exclusiva **(reservada)** do Presidente da República, como as que fixam ou modificam os efetivos das Forças Armadas, conforme o art. 61, § 1.º, I, da CF/88. Iniciativa privativa, ou melhor, **exclusiva** ou **reservada**, significa, no exemplo, ser o Presidente da República o único responsável por deflagrar, dar início ao processo legislativo da referida matéria. Em hipótese contrária (ex.: um Deputado Federal dando início), estaremos diante de um vício formal subjetivo insanável, e a lei será inconstitucional. **Vício formal objetivo:** por seu turno, o vício formal objetivo será verificado nas demais fases do processo legislativo, posteriores à fase de iniciativa. Como exemplo citamos uma lei complementar sendo votada por um *quorum* de maioria relativa. Existe um vício formal objetivo, na medida em que a lei complementar, por força do art. 69 da CF/88, deveria ter sido aprovada por maioria absoluta. Outro exemplo seria uma PEC votada com *quorum* diferente do previsto no art. 60, § 2.º (3/5 em cada Casa e em 2 turnos de votação). Se isso ocorrer, a emenda promulgada padecerá de vício formal objetivo de inconstitucionalidade. Outra hipótese seria a violação ao princípio do bicameralismo federativo. Como se sabe, os projetos de lei federal devem ser aprovados nas duas Casas do Congresso Nacional – Câmara dos Deputados e Senado Federal. Se, eventualmente, projeto de lei for modificado **em sua substância** pela Casa revisora, terá a emenda de voltar para a análise da Casa iniciadora, sob pena de configurar o vício formal objetivo. Nesse ponto, a denominada "**emenda de redação**" pode existir na Casa revisora, mas desde que não signifique substancial modificação do texto aprovado na Casa iniciadora. Se isso ocorrer, terá de voltar para a análise da outra Casa (art. 65, parágrafo único), sob pena de se configurar o vício formal objetivo." (LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 253-254.). Reparem, portanto, que o erro da alternativa foi

ter determinado tal situação como sendo de vício formal subjetivo, quando na verdade é de vício formal OBJETIVO. **B:** incorreta, há casos em que o controle preventivo – (ou prévio) não ocorrerá, podemos citar como exemplos, os decretos, a medidas provisórias e as resoluções dos Tribunais; **C:** incorreta, como regra, o controle posterior ou repressivo é exercido pelo Poder Judiciário – (pela via concentrada ou difusa) –, todavia, tal regra não é absoluta comportando algumas exceções, onde tal controle será exercido pelo Poder Legislativo e pelo Poder Executivo. Como exemplo, podemos encontrar uma dessas exceções no art. 49, V, da CF/88, onde o controle repressivo será exercido pelo Poder Legislativo. Outro caso em que poderá ocorrer controle repressivo pelo Poder Legislativo é na hipótese de medida provisória – (art. 62, CF/88). Quanto ao controle repressivo exercido pelo Poder Executivo, podemos citar como exemplo, a hipótese do Chefe do Poder Executivo poder negar a execução de ato normativo que lhe pareça inconstitucional, todavia, ensina a doutrina que o Chefe do Poder Executivo precisa fundamentar e dar publicidade ao ato, sob pena de incidência do crime de responsabilidade. **D:** incorreta, esse entendimento já foi adotado em julgados do STF, todavia, o posicionamento atual da Suprema Corte segue no sentido de que a perda superveniente de representação do partido no Congresso Nacional não obsta o prosseguimento da ação; **E:** correto, de acordo com a doutrina "a dependência ou interdependência normativa entre os dispositivos de uma lei pode justificar a extensão da declaração de inconstitucionalidade a dispositivos constitucionais mesmo nos casos em que estes não estejam incluídos no pedido inicial da ação. É o que a doutrina denomina de declaração de inconstitucionalidade consequente ou por arrastamento. Assim, mesmo diante do assentado entendimento de que o autor deve impugnar não apenas as partes inconstitucionais da lei, mas todo o sistema normativo no qual elas estejam inseridas, sob pena de a ação não ser conhecida, o Supremo Tribunal Federal tem flexibilizado o princípios do pedido para declarar a inconstitucionalidade por arrastamento de outros dispositivos em virtude de sua dependência normativa em relação aos dispositivos inconstitucionais expressamente impugnados." (MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 1183.). No mesmo sentido, é ainda mais direto o posicionamento de Pedro Lenza, o qual entende que "naturalmente, essa técnica da declaração de inconstitucionalidade por arrastamento pode ser aplicada tanto em processos distintos como em um mesmo processo, situação que vem sendo verificada com mais frequência". Ou seja, já na própria decisão, o STF define quais normas são atingidas, e no dispositivo, por arrastamento, também reconhece a **invalidade** das normas que estão "contaminadas".

Gabarito "E"

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) Quanto à atuação do Poder Legislativo federal e às espécies normativas, assinale a opção correta.

(A) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
(B) É da competência exclusiva do Congresso Nacional permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.
(C) Cabe ao Congresso Nacional disciplinar, em resolução, as relações jurídicas decorrentes de medidas provisórias não convertidas em lei no prazo constitucional.
(D) A edição de medida provisória acarreta a revogação de lei anterior que verse acerca do mesmo assunto.
(E) Caso o presidente da República extrapole os limites fixados na resolução concedente da delegação legislativa, o Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, pode sustar a lei delegada, com efeitos *ex nunc*.

A: incorreta, pois de acordo com o art. 49, XVI da CF/88 é de competência EXCLUSIVA do Congresso Nacional autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais; **B:** incorreta, pois de acordo como art. 49, II, da CF/88, compete exclusivamente ao Congresso Nacional AUTORIZAR O PRESIDENTE DA REPÚBLICA a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar; **C:** incorreta, a disciplina se dará mediante DECRETO LEGISLATIVO, conforme disposição constitucional expressa prevista no § 3º, do art. 62 da CF/88; **D:** incorreta, ela apenas suspende a eficácia das demais normas do ordenamento que com ela sejam incompatíveis; **E:** correto. Debruçando-se sobre o tema ensina Pedro Lenza que: "Havendo exorbitância nos limites da delegação legislativa (ou seja, caso o Presidente da República elabore a lei delegada além do limite fixado na resolução congressual), caberá ao Congresso Nacional sustar o aludido ato normativo, por meio de **decreto legislativo**, realizando, desta feita, controle repressivo de constitucionalidade (art. 49, V)" (LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 588.). No mesmo sentido são os entendimentos de Uadi Lammêgo Bulos, vejamos: "Sempre que o presidente da República extrapolar os limites fixados na resolução, concedente da lei delegada, o Congresso Nacional poderá sustá-la via decreto legislativo, paralisando todos os seus efeitos. O ato que susta a lei delegada logra eficácia *ex nunc*, pois não produz efeitos retroativos, operando-se a partir da publicação do decreto legislativo. Nesse caso, inexiste declaração de nulidade da lei delegada, mas simples sustação de seus efeitos. Por outro lado, o dispositivo em estudo consagra uma espécie de controle legislativo que não obstaculiza, nem, tampouco, suplanta a declaração de inconstitucionalidade pelo Poder Judiciário. Assim, havendo violação dos requisitos formais do art. 68, tal declaração poderá ser acionada. Nessa hipótese, o ato de sustação produzirá efeitos *ex tunc*, isto é, desde a edição da espécie normativa, desempenhando efeitos retroativo. Isto porque a eventual declaração de inconstitucionalidade de lei delegada, por parte do Supremo Tribunal Federal, difere daquela outra empreendida pelo Congresso Nacional" (BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal anotada**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 746).

Gabarito "E"

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE) Julgue os itens abaixo, relativos à atuação do Poder Legislativo e às espécies normativas.

I. Os membros do Congresso Nacional não têm direito ao recebimento de parcela indenizatória em decorrência de convocação extraordinária, não obstante fazerem jus ao pagamento de ajuda de custo durante a sessão legislativa ordinária.
II. De acordo com a CF, pelo procedimento legislativo abreviado, as comissões, em razão da matéria de sua competência, podem discutir e votar projeto de lei que dispense, na forma regimental, a competência do plenário.
III. Quando o veto presidencial abarcar todo o projeto de lei, o Congresso Nacional não poderá promover a rejeição parcial desse veto.
IV. Segundo a doutrina e a jurisprudência, a medida provisória editada pelo presidente da República pode ser retirada da apreciação do Poder Legislativo, tal como se dá com o projeto de lei por ele encaminhado ao Congresso Nacional.
V. O STF reconhece a constitucionalidade de medida provisória editada por governador de estado, desde que seja admitida na constituição estadual e observe os princípios e limitações impostos na CF.

Estão certos apenas os itens

(A) I, II e IV.
(B) I, II e V.
(C) I, III e IV.
(D) II, III e V.
(E) III, IV e V.

I: Correta. Art. 57, § 7º, da CF; **II:** Correta. Art. 58, § 2º, I, da CF; **III:** Incorreta. O art. 66, § 4º, da CF, não estabelece essa limitação; **IV:** Incorreta. De acordo com o art. 62, *caput*, da CF, uma vez adotada a Medida Provisória, seu texto deve ser submetido de imediato ao Congresso Nacional, razão pela qual não é permitido ao Presidente da República retirar o ato da apreciação dos parlamentares. Para resolver o impasse institucional, há muito o STF admite a adoção de nova medida provisória para ab-rogar a primeira, embora essa solução seja criticada pela doutrina. Dessa forma, a primeira medida

provisória deixaria de trancar a pauta de votação do Congresso, atendendo à vontade do Presidente da República. Ocorre que a segunda medida provisória não teria efeitos meramente revogatórios, devendo ser submetida à análise do Poder Legislativo, uma vez que a Constituição não traz nenhuma exceção à regra da imediata submissão ao Congresso Nacional. Ademais, a eficácia ab-rogatória da segunda MP só se tornará definitiva se e quando seu texto for convertido em lei. Até então o que se terá é a suspensão da vigência da primeira medida provisória, condicional à aprovação da segunda. Assim, se a segunda MP for rejeitada ou caducar, a primeira voltará a viger, pelo restante do prazo constitucional ainda existente, cabendo também ao Congresso a sua análise. Pelo mesmo motivo, uma possível ação direta de inconstitucionalidade proposta contra a primeira MP não se torna prejudicada pela simples adoção da medida ab-rogatória, mas apenas com a conversão da segunda MP em lei. Note-se, por fim, que a hipótese não equivale à repristinação, que só é admitida pelo ordenamento brasileiro se houver manifestação expressa do legislador nesse sentido (art. 2º, § 3º, da LINDB). Aqui, a continuidade da eficácia da primeira medida provisória é resultado do procedimento previsto pela própria Constituição para o trâmite das medidas provisórias e depende da existência de prazo residual; **V:** Correta, pois também pode ser adotada pelo Governador do Distrito Federal desde que haja previsão na lei orgânica do DF e sejam observados os princípios e limitações impostos pelo modelo estabelecido no art. 62 da CF.

Gabarito "B"

(Analista – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Com relação à responsabilidade do presidente da República e ao processo legislativo, julgue os itens subsequentes.

(1) São crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.

(2) É constitucional medida provisória que discipline o trâmite da ação rescisória no âmbito da justiça do trabalho, desde que se atente para os limites materiais da CF, tais como a ampla defesa e o contraditório.

1: correta, art. 85, III, da CF; **2:** incorreta, viola o art. 62, § 1º, "b", da CF.

Gabarito 1C, 2E

(OAB – CESPE – 2009.2) Considerando as normas constitucionais sobre processo legislativo, assinale a opção correta.

(A) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre o aumento de remuneração dos cargos, funções e empregos na administração direta e autárquica.

(B) A iniciativa popular de lei pode ser exercida pela apresentação, à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por cinco Estados.

(C) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. As comissões permanentes de ambas as Casas podem discutir e votar projetos de lei que dispensarem a competência do plenário, mas não têm o poder de apresentar tais projetos para dar início ao processo legislativo.

(D) A emenda à CF será promulgada, com o respectivo número de ordem, pelo presidente do Senado Federal, na condição de presidente do Congresso Nacional. Se a promulgação não ocorrer dentro do prazo de quarenta e oito horas após a sua aprovação, as mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal deverão fazê-lo.

A: correta. É o que determina o art. 61, II, "a", da CF; **B:** incorreta. Os projetos de iniciativa popular iniciam-se na Câmara de Deputados e não no Senado Federal, assim como os demais projetos de iniciativa extraparlamentar (ex. projeto iniciado pelo Presidente da República, pelo Procurador-Geral da República etc.). É o que dispõe o art. 61, § 2º, da CF. A Câmara, por representar o povo, é conhecida como "porta de entrada" para os projetos de iniciativa fora do parlamento; **C:** incorreta. As comissões, além de discutir e votar podem, sim, iniciar projetos de lei ordinária e lei complementar (arts. 58 e 61, *caput*, da CF); **D:** incorreta. A emenda é promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado, com o respectivo número de ordem (art. 60, § 3º, da CF).

Gabarito "A"

11.5. FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA. TRIBUNAIS DE CONTAS

(Analista – TRT/21ª – 2010 – CESPE) Com relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro e quanto aos Poderes Executivo e Legislativo, julgue os próximos itens.

(1) Se o presidente da República atentar contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais estará praticando ato que caracteriza crime de responsabilidade.

(2) Matéria referente a nacionalidade e a cidadania pode ser objeto de lei delegada.

(3) O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar e de orientação do Poder Legislativo, e a este Poder se subordinando, ao qual incumbe a prática de atos de natureza administrativa concernentes à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União.

(4) Constitui competência concorrente entre União, estados e Distrito Federal legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

1: correta, art. 85, III, da CF; **2:** incorreta, há proibição expressa no art. 68, § 1º, II, da CF; **3:** incorreta, é órgão auxiliar do Poder Legislativo no controle externo (art. 71 da CF), mas não há subordinação; **4:** incorreta, a competência é privativa da União (art. 22, IV, da CF).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Analista – TRT/21ª – 2010 – CESPE) Acerca de fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue os itens subsequentes.

(1) É da competência exclusiva do Senado Federal julgar anualmente as contas prestadas pelo presidente da República e apreciar os relatórios acerca da execução dos planos de governo.

(2) Compete ao Congresso Nacional exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional da União e das entidades da administração direta e indireta.

1: incorreta, competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49, IX, da CF); **2:** correta, art. 70 da CF.

Gabarito 1E, 2C

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) As sindicâncias já instaladas no Senado incluem a que investiga as empresas que intermediavam empréstimos consignados para servidores e as auditorias do TCU sobre os contratos e a folha de pagamento da instituição. As cobranças da sociedade por mais transparência aumentam a pressão para que sejam divulgados todos os gastos da Casa.

O Globo, 28/6/2009, p. 8 (com adaptações).

As irregularidades que levam o TCU a retardar o início de obras costumam estar associadas a manobras que fazem os preços e os serviços, reais ou falsos, subir aos céus. Obras são interrompidas quando as fiscalizações surpreendem alterações de projeto, materiais fora da especificação ou descumprimento de cláusulas contratuais. Por fim, os casos que comportam as medidas extremas do tribunal estão previstos, com clareza, na legislação.

Jânio de Freitas. *In*: **Folha de S.Paulo**, 28/6/2009, p. A11 (com adaptações).

Tendo os textos acima como referências iniciais e considerando o campo de atuação do TCU no Brasil dos dias atuais, julgue os itens:

(1) As auditorias mencionadas no primeiro texto inscrevem-se entre as competências do TCU, fixadas constitucionalmente, entre as quais está a de realizar, por iniciativa própria ou não, inspeções e auditorias de naturezas contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

(2) Mencionada no texto, a questão dos empréstimos consignados adquire maior relevância, porque corresponde a uma atividade realizada sem amparo legal e à revelia do próprio Sistema Financeiro Nacional.

(3) As auditorias que o TCU realiza no Senado Federal, conforme mencionado no primeiro texto, tornam-se necessárias porque, diferentemente do que ocorre com o Poder Executivo e em observância ao preceito constitucional da independência dos poderes, inexistem sistemas de controle interno no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário.

(4) Além dos aspectos indicados no segundo texto, entre outras irregularidades que podem levar o TCU a sugerir a interrupção ou o retardamento do início de obras financiadas com recursos públicos, está a prática do superfaturamento, ou seja, o acerto que faz o serviço contratado custar ao erário valor superior ao de mercado.

(5) Infere-se do segundo texto que a ação regular do TCU vê-se prejudicada pela ausência de regulamentação de muitos dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF), problema que se expressa na falta de amparo legal para o exercício das atividades inerentes ao controle externo.

1: Correta, de fato, conforme o art. 71, IV, da CF, é atribuição do Congresso Nacional realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. **2:** Errada, os empréstimos consignados não configuram atividades realizadas sem o devido amparo legal. A Lei 10.820/2003 dispõe, justamente, sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento. **3:** Errada, o art. 70, *caput*, da CF, ao tratar das diversas fiscalizações existentes, determina que elas sejam feitas também pelo sistema de controle interno de cada poder. Além disso, o art. 74 menciona que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. **4:** Correta, o art. 71, X, da CF admite que o Tribunal suste, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Além disso, de acordo com o art. 276 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, poderá, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências, a **suspensão do ato ou do procedimento impugnado**, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada. **5:** Errada, a CF, o Regimento Interno do TCU e a sua lei orgânica (Lei 8.443/1992) regulamentam o exercício das atividades inerentes ao controle externo realizado pelo Tribunal.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5E

(Analista – TCU – 2009 – CESPE) Acerca dos sistemas de controle externo e do controle externo no Brasil, julgue os itens subsequentes.

(1) O sistema de controle externo, na maioria dos países signatários, é levado a termo ou pelas cortes de contas ou pelas auditorias-gerais. As principais características do sistema de tribunal de contas são as decisões colegiadas e o poder sancionatório. No Brasil, bem como nos demais países que adotam esse sistema, os tribunais de contas, quanto à sua organização, encontram-se ligados à estrutura do Poder Legislativo.

(2) A relevância do controle externo no Brasil não se restringe aos aspectos concernentes à eficiente gestão das finanças ou à adequada gerência administrativa do setor público. Envolve também o equilíbrio entre os poderes na organização do Estado democrático de direito.

1: incorreto, pois o TCU não integra o Poder Legislativo, embora tenha a Constituição Federal determinado que a Corte de Contas auxilie o Congresso Nacional no exercício do controle externo (art. 71). Assim, o TCU é órgão autônomo e independente, de estatura constitucional, cujas decisões não podem ser revistas pelo Poder Legislativo; **2:** correto, pois o controle externo compreende um conjunto de ações desenvolvidas por uma estrutura organizacional que não integra a estrutura controlada, visando à fiscalização dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública. É, em essência, o exercício do controle de um poder sobre o outro, sendo assim um dos principais fatores de equilíbrio entre as funções estatais.

Gabarito 1E, 2C

(Analista – TCU – 2009 – CESPE) Julgue os itens seguintes, acerca das regras constitucionais sobre o controle externo.

(1) O Tribunal de Contas da União (TCU) aprecia a legalidade do ato concessivo de aposentadoria e, encontrando-se este em conformidade com a lei, procede a seu registro. Essa apreciação é competência exclusiva do TCU e visa ordenar o registro do ato, o que torna definitiva a aposentadoria, nos termos da lei. Entretanto, se, na apreciação do ato, detectar se ilegalidade, não compete ao TCU cancelar o pagamento da aposentadoria, inclusive para respeitar o princípio da segregação.

(2) Todas as manifestações das cortes de contas têm valor e força coercitiva, entretanto, só os acórdãos condenatórios têm eficácia de título executivo, ou seja, unicamente os processos de contas, abrangendo tanto as contas anuais quanto as contas especiais, podem ser julgados, ensejando a constituição de título executivo e podem ter como efeito a produção de coisa julgada.

(3) A função judicante é expressa quando o TCU exerce a sua competência infraconstitucional de julgar as contas de gestão dos administradores públicos. Entretanto, no tocante às prestações de contas apresentadas pelo governo federal, compete ao TCU apenas apreciá-las e emitir parecer prévio, já que compete ao Congresso Nacional julgá-las, com base na emissão do parecer emitido pela comissão mista permanente de senadores e deputados.

1: correto, pois a aposentadoria é ato complexo, que somente se aperfeiçoa com o registro no TCU (STF, MS 25.552, DJ 29/05/2008); **2:** incorreto, pois nem todas as decisões das cortes de contas possuem valor e força coercitiva, como, por exemplo, as auditorias de natureza operacional e a emissão de parecer prévio. Por outro lado, deve ser ressaltado que, de fato, as decisões condenatórias possuem natureza de título executivo judicial, por expressa determinação constitucional (art. 71, § 3º, da CF); **3:** incorreto, pois a função judicante do TCU é prevista na Constituição Federal (art. 71, inciso II), de modo que não se trata de uma competência infraconstitucional como propõe o item analisado.

Gabarito 1C, 2E, 3E

12. DA ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Julgue os itens a seguir, referentes ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça.

(1) A CF assegura autonomia funcional, administrativa e financeira às defensorias públicas estaduais, por meio das quais o Estado cumpre o seu dever constitucional de garantir às pessoas desprovidas de recursos financeiros o acesso à justiça.

(2) De acordo com a CF, compete aos juízes federais processar e julgar os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvadas as competências da justiça militar e da justiça eleitoral.

1: correta, art. 134, *caput* e § 2º, da CF; **2:** correta, art. 109, IV, da CF.

Gabarito 1C, 2C

(Técnico Judiciário – TRE/BA – 2010 – CESPE) Acerca do Poder Judiciário, julgue os seguintes itens.

(1) Compete aos juízes federais processar e julgar os crimes políticos e compete ao Supremo Tribunal Federal julgar o recurso ordinário contra as sentenças advindas do julgamento desses crimes.

(2) É cabível recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) das decisões dos TREs quando versarem sobre inelegibilidade

ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais.

(3) Compete ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, fixando prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. É negada ao CNJ competência para desconstituir ou rever atos praticados pelos presidentes dos tribunais de justiça.

1: correto. É o que se extrai da leitura dos arts. 109, IV, e 102, II, *b*, ambos da CF/1988; **2:** correto. É o que dispõe o art. 121, § 4º, III, da CF/1988; **3:** incorreto. O art. 103-B, § 4º, II, da CF/1988 autoriza, além da apreciação da legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, a sua desconstituição e revisão.
Gabarito 1C, 2C, 3E

(Técnico Judiciário – MPU – 2010 – CESPE) A respeito do Poder Judiciário, julgue o seguinte item.

(1) O Supremo Tribunal Federal (STF) cumpre, entre outras, a função de órgão de cúpula do Poder Judiciário, e a ele cabe a iniciativa de, por meio de lei ordinária, dispor sobre o Estatuto da Magistratura.

1: incorreta. De fato, o STF exerce a função de órgão de cúpula do Poder Judiciário e a ele cabe a iniciativa da lei que trata do Estatuto da Magistratura. Ocorre que tal lei, conforme o art. 93, *caput*, da CF/1988 é uma lei **complementar** e não ordinária, como afirmado.
Gabarito 1E

(Defensoria Pública da União – 2010 – CESPE) *Acerca do Poder Judiciário, julgue os próximos itens.*

(1) Compete ao STF julgar ação civil pública proposta contra ato praticado pelo Conselho Nacional de Justiça.

(2) O credor pode ceder a terceiros, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios, de qualquer valor e natureza, independentemente da concordância do devedor.

(3) A legislação em vigor não admite a concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

1: errado. A ação civil pública tem início no primeiro grau de jurisdição; **2:** certo (art. 100, § 13, da CF); **3:** errado. O art. 12-F da Lei 9.868/1999 expressamente prevê a medida cautelar em ADIn por omissão.
Gabarito 1E, 2C, 3E

(Analista – TRE/BA – 2010 – CESPE) No que se refere às disposições contidas na CF acerca do Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

(1) Nos crimes comuns, o presidente da República não está sujeito à prisão enquanto não for proferida sentença condenatória.

(2) O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) será composto, no mínimo, por sete membros, escolhidos mediante eleição pelo voto secreto de três juízes entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dois juízes entre os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, por nomeação do presidente da República, de dois juízes entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo STF.

1: correta, art. 86, § 3º, da CF; **2:** correta, art. 119, I e II, da CF.
Gabarito 1C, 2C

(Analista – TRE/BA – 2010 – CESPE) No que se refere à organização dos poderes no Estado, julgue os seguintes itens.

(1) É de competência exclusiva do presidente da República resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos ao patrimônio nacional.

(2) A CF confere aos tribunais com número superior a trinta e cinco julgadores a discricionariedade quanto à constituição de órgão especial, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno.

1: incorreta, competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49, I, da CF); **2:** incorreta, o art. 93, XI, da CF faculta a constituição de órgão especial aos tribunais com mais de vinte e cinco julgadores.
Gabarito 1E, 2E

(Analista – TRT/21ª – 2010 – CESPE) No que concerne ao Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

(1) É da competência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgar, em recurso ordinário, o *habeas corpus* e o mandado de segurança decididos em única instância pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), se denegatória a decisão.

(2) Compete à justiça do trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho entre os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e seus respectivos servidores, estejam estes submetidos a vínculo celetista ou estatutário.

1: Competência do STF (art. 102, II, "a", da CF); **2:** O art. 114, I, da CF não abrange o regime estatutário
Gabarito 1E, 2E

(Analista – TRE/MT – 2010 – CESPE) Acerca do estabelecido na CF a respeito do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

(A) Existe vedação absoluta para os juízes exercerem qualquer outro cargo ou função pública.

(B) As indicações para o Conselho Nacional de Justiça, se não efetuadas no prazo legal, deverão ser realizadas pelo STF.

(C) Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) processar e julgar, originariamente, o litígio entre estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o estado ou o Distrito Federal (DF).

(D) A repercussão geral exigida para viabilizar o recurso extraordinário no âmbito do STF somente pode ser recusada pela manifestação de um terço dos seus membros.

(E) O mandato dos juízes dos tribunais eleitorais é de três anos, admitida uma única recondução pelo mesmo período de tempo.

A: Salvo uma função pública de magistério (art. 95, parágrafo único, I, da CF); **B:** Art. 103-B, § 3º, da CF; **C:** Competência do STF (art. 102, I, "e", da CF); **D:** Somente pode ser recusada por dois terços (art. 102, § 3º, da CF); **E:** Dois anos (art. 121, § 2º, da CF).
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2010.1) Acerca da edição de Súmulas vinculantes pelo STF, assinale a opção correta.

(A) Ainda que inexistam reiteradas decisões sobre determinada matéria constitucional, o STF poderá criar Súmula vinculante acerca do tema caso o julgue relevante.

(B) O enunciado da Súmula deve versar sobre normas determinadas, quando exista, com relação a elas, controvérsia atual, entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública, que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos.

(C) O procurador-geral da República manifestar-se-á acerca da edição de enunciado de Súmula vinculante apenas nos casos em que o propuser.

(D) O Conselho Federal da OAB e os conselhos seccionais são legitimados a propor a edição de enunciado de Súmula vinculante.

A: incorreta. O art. 103-A da Constituição Federal exige, para a edição de súmula vinculante, a existência de reiteradas decisões sobre a matéria constitucional; **B:** correta. Segundo a Lei 11.417/2006, o enunciado da Súmula terá por objeto a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, **acerca das quais haja**, entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública, **controvérsia atual** que acarrete grave **insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos** sobre idêntica questão; **C:** incorreta. Segundo a Lei 11.417/2006, o Procurador-Geral da República, nas propostas que

não houver formulado, manifestar-se-á previamente à edição, revisão ou cancelamento de enunciado de Súmula vinculante; **D:** incorreta. Segundo a Lei 11.417/2006, são legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de Súmula vinculante: I – o Presidente da República; II – a Mesa do Senado Federal; III – a Mesa da Câmara dos Deputados; IV – o Procurador-Geral da República; V – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VI – o Defensor Público-Geral da União; VII – partido político com representação no Congresso Nacional; VIII – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional; IX – a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; X – o Governador de Estado ou do Distrito Federal; XI – os Tribunais Superiores, os Tribunais de Justiça de Estados ou do Distrito Federal e Territórios, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais Militares.

Gabarito "B"

(Analista – TRT/17ª – 2009 – CESPE) A respeito das competências da União, dos estados e dos municípios e da organização dos poderes, julgue os itens a seguir.

(1) Compete ao presidente do TRT encaminhar projeto de lei ordinária ao Congresso Nacional cujo objeto seja a instituição de novo plano de cargos e salários dos servidores daquele tribunal.

(2) Um quinto dos membros do TST são escolhidos entre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, atendidos os demais requisitos constitucionais.

(3) Conforme entendimento do STF compete à justiça do trabalho apreciar litígios instaurados contra entidades de previdência privada e relativos à complementação de aposentadoria, pensão ou de outros benefícios previdenciários, desde que a controvérsia jurídica resulte de obrigação oriunda de contrato de trabalho.

1: incorreta, não reflete o disposto no art. 96, II, "b", da CF; **2:** correta, art. 111-A, I, da CF; **3:** incorreta. "Compete à Justiça Comum julgar causa relativa à complementação de aposentadoria, a cargo de entidade de previdência privada, cuja responsabilidade não decorre do contrato de trabalho. (...) Inicialmente, aduziu-se a existência de duas situações: 1) a aposentadoria paga por fundo de previdência fechado possui um contrato de trabalho como causa remota e o ex-empregador é geralmente o garantidor da entidade previdenciária; 2) o segurado não possui relação de emprego com o fundo de previdência, nem com o ex-empregador, na condição de garantidor da entidade pagadora de complementações. Ademais, ressaltou-se que o art. 202, § 2º, da CF passou a estabelecer que as condições contratuais previstas nos planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho. Entendeu-se que, no caso, a competência deveria ser verificada em face da extinção do contrato de trabalho e da nova relação criada em decorrência da aposentadoria. (AI 556099, Rel. Min. Gilmar Mendes).

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Analista – TRE/MA – 2009 – CESPE) Com relação à organização dos Poderes no Estado brasileiro, assinale a opção correta.

(A) Não caberá recurso da decisão do TRE que conceder *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção.

(B) Compete privativamente ao presidente da República dispor, mediante decreto, sobre extinção de órgãos públicos.

(C) O Poder Legislativo, no exercício de sua função fiscalizadora, pode constituir comissões parlamentares de inquérito, as quais têm poder para quebrar o sigilo bancário, fiscal e de dados e determinar a indisponibilidade de bens da pessoa investigada.

(D) O STF tem competência constitucional para rever e alterar a decisão do Senado Federal exarada em processo de apuração de crime de responsabilidade do presidente da República.

(E) Aos juízes é vedado o exercício da advocacia perante qualquer juízo ou tribunal, antes do decurso de três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

A: Sim, de acordo com o art. 121, § 3º, da CF; **B:** Não reflete o disposto no art. 84, VI, "b", da CF; **C:** Art. 58, § 3º, da CF. O STF entende que as CPIs podem determinar a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico por terem poderes próprios de autoridades judiciais, desde que o ato seja adequadamente fundamentado e revele a necessidade objetiva da medida extraordinária. Entretanto, não lhes cabe decretar a indisponibilidade de bens "que não é medida de instrução – a cujo âmbito se restringem os poderes de autoridade judicial a elas conferidos no art. 58, § 3º – mas de provimento cautelar de eventual sentença futura, que só pode caber ao Juiz competente para proferi-la" (STF, MS 23480, Rel. Min. Sepúlveda Pertence); **D:** Não há regra constitucional nesse sentido; **E:** Não reflete o disposto no art. 95, parágrafo único, V, da CF.

Gabarito "A"

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) A súmula vinculante foi introduzida na CF/1988 mediante a publicação da Emenda Constitucional n.º 45/2004. A esse respeito, assinale a opção correta.

(A) O STF pode, somente de ofício, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante.

(B) A súmula vinculante tem efeito somente em relação aos órgãos do Poder Judiciário.

(C) Do ato administrativo ou da decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao STF.

(D) É necessário o quórum de três quintos dos membros do STF para a edição da súmula vinculante.

(E) A súmula vinculante tem por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de determinadas normas, cuja controvérsia acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica, motivo pelo qual não é possível a sua revisão ou cancelamento, nem mesmo de ofício, pelo STF.

A: incorreta. O STF pode editar a súmula de ofício ou mediante provocação (art. 103-A, § 2º, da CF e art. 3º da Lei nº 11.417/06); **B:** incorreta. A súmula vinculará os órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal (art.103-A, *caput*, da CF); **C:** correta (art. 103-A, § 3º, da CF); **D:** incorreta. O quórum para a edição da súmula vinculante é de dois terços dos membros do STF (art.103-A, *caput*, da CF); E: incorreta. A revisão e o cancelamento da súmula vinculante são possíveis (art.103-A, *caput*, da CF).

Gabarito "C"

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Considerando as disposições contidas na CF/1988 relativas ao CNJ, introduzido pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, assinale a opção correta.

(A) O CNJ é composto por dezessete membros, com mais de trinta e menos de setenta anos de idade, cujo mandato é vitalício.

(B) O procurador-geral da República e o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiarão junto ao CNJ.

(C) As decisões e os atos emanados do CNJ não podem ser submetidos ao controle judicial de qualquer tribunal, pois até mesmo o STF submete-se às suas decisões.

(D) Compete ao CNJ o controle da atuação administrativa, financeira e jurisdicional dos atos praticados pelos membros do Poder Judiciário.

(E) Os membros do CNJ são nomeados pelo presidente do STF.

A: incorreta. 15 membros (art. 103-B, *caput*, da CF/1988); **B:** correta (art. 103-B, § 6º, da CF/1988); **C:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 5º, XXXV, da CF/1988; **D:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 103-B, § 4º, da CF/1988 (que não se refere ao controle jurisdicional); **E:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 103-B, §§ 1º e 2º, da CF/1988.

Gabarito "B"

(Analista – ANAC – 2009 – CESPE) Em relação aos poderes da União, julgue os próximos itens.

(1) Ofende o princípio constitucional da separação e da independência dos poderes a intimação de magistrado para

prestar esclarecimentos perante comissão parlamentar de inquérito acerca dos atos de natureza jurisdicional por ele praticados.

(2) O STF compõe-se de doze ministros, escolhidos entre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e de reputação ilibada.

(3) Somente ao STF compete processar e julgar as ações diretas de inconstitucionalidade, genéricas ou interventivas, as ações de inconstitucionalidade por omissão e as ações declaratórias de constitucionalidade, com intuito de garantir a prevalência das normas da CF no ordenamento jurídico.

(4) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados dos tribunais regionais federais.

1: correto. Como a convocação tem como fim o depoimento sobre atos de natureza jurisdicional, haveria sim ofensa ao princípio da separação dos poderes. Todavia, se o juiz fosse convocado para depor sobre ato administrativo, não haveria indevida ingerência de um poder em outro (STF, HC 80.089, DJ 29/09/2000); **2:** incorreto, pois são onze ministros, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada (art. 101, *caput*, da CF); **3:** correto, sendo o STF o guardião da Constituição Federal (art. 102, inciso I, alínea "a", da CF); **4:** incorreto, pois cabe ao STF processar e julgar, originariamente, as revisões criminais e as ações rescisórias apenas de seus próprios julgados (art. 105, inciso I, alínea "e", da CF).
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) A respeito da organização dos poderes, julgue o item subsequente.

(1) O Tribunal Marítimo não integra o Poder Judiciário da União.

1: Correta, o Tribunal Marítimo não é órgão do Judiciário (art. 92 da CF).
Gabarito 1C

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) Em relação ao STF, assinale a opção correta.

(A) Seus ministros serão nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples dos senadores.

(B) É sua competência conceder medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso extraordinário que ainda não foi objeto de juízo de admissibilidade na origem.

(C) Compete ao STF acolher originariamente o mandado de segurança contra atos de outros tribunais.

(D) É cabível, originariamente, a reclamação para a preservação de sua competência, mesmo que o ato atacado já tenha transitado em julgado.

(E) Segundo a CF, compete ao STF julgar, em recurso ordinário, o denominado crime político.

A: incorreta. A aprovação dos nomes dos Ministros escolhidos pelo Presidente da República é do Senado Federal, que deverá se pronunciar por sua maioria absoluta (art. 101, parágrafo único, da CF/1988); **B:** incorreta. Inexistindo juízo de admissibilidade na origem, ou seja, sendo negado seguimento ao recurso caberá à parte inconformada manejar o recurso cabível (art. 544 do CPC). Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 10 (dez) dias; **C:** incorreta. A competência originária do STF, em mandado de segurança, se refere aos atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, "d", da CF/1988); **D:** incorreta. Transitada em julgado, o meio processual próprio é a ação rescisória; **E:** correta, face ao contido no art. 102, II, "b", da CF/1988.
Gabarito "E"

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) No que se refere ao Poder Judiciário, assinale a opção correta.

(A) Segundo o STF, o Poder Judiciário tem competência para dispor acerca da especialização de varas, ainda que haja impacto orçamentário, já que possui autonomia orçamentária, e a matéria se insere na organização da organização judiciária dos tribunais, não restrita ao campo de incidência exclusiva da lei.

(B) Após a aquisição da vitaliciedade, todo e qualquer magistrado somente poderá perder o cargo por decisão judicial transitada em julgado.

(C) O Conselho da Justiça Federal funciona junto ao STJ, cabendo-lhe a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes de correição, cujas decisões são dotadas de caráter vinculante.

(D) Na hipótese de grave violação de direitos humanos, o procurador-geral da República ou o advogado-geral da União, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderão suscitar, perante o STJ, incidente de deslocamento de competência para a justiça federal.

(E) Consoante o STF, no concurso de crimes, a competência criminal da justiça federal para um deles não tem a força de atrair o processo dos crimes conexos.

A: Incorreta. Nos termos do art. 96, da CF: Compete privativamente: (…) II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169: (…) *c)* a criação ou extinção dos tribunais inferiores; d) a alteração da organização e da divisão judiciárias. Sem prejuízo o art. 169, da CF determina: § 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. Consoante a isto, ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira. O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete: I – no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais; II – no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais. Se os órgãos referidos no § 2º, do art. 99, da CF, não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados no § 1º, do art. 99, da CF. Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do art. 99, § 1º, da CF, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual. Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais; **B:** incorreta, pois essa regra comporta exceção, como por exemplo: Os Ministros do STF quando julgados pelo Senado Federal nos crimes de responsabilidade – (art. 52, II, da CF/88). Nessa hipótese os Ministros se submetem à jurisdição política do Senado Federal; **C:** correta, conforme o art. 105, parágrafo único, II da CF/88; **D:** incorreta, pois de acordo com o § 5º, do art. 109 da CF/88 tal incumbência é conferida apenas ao Procurador-Geral da República e não ao Advogado-Geral da União. Trata-se do fenômeno da "federalização". Cabe lembrar ainda que o incidente de deslocamento é medida excepcional e de exercício discricionário do PGR. Por fim, insta salientar que tal incidente é exercido perante o Superior Tribunal de Justiça – (não confundir com STF) –, competindo à Terceira Seção do STJ o julgamento do IDC – Incidente de Deslocamento de Competência, conforme prevê o parágrafo único, do art. 1º, da Resolução nº 6 do STJ, de 16.2.2005. **E:** incorreta, pois no concurso de crimes, havendo competência criminal da justiça federal para um deles, o outro será atraído pelo instituto da conexão. Nesse sentido segue julgado do STF: "Ementa: Penal. Processual penal. *Habeas corpus*. Questão nova: excesso de prazo. Competência.

Justiça federal. Conexão. Sentença condenatória. CPP, art. 82. Exame de provas: impossibilidade. *I.* O *habeas corpus* não pode ser conhecido quanto à alegação de excesso de prazo, tendo em vista que tal questão não foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça. II. No concurso de crimes, a competência criminal da Justiça Federal para um deles atrai o processo dos crimes conexos. Isto não ocorrerá, entretanto, quando já exista sentença condenatória proferida pela Justiça estadual, hipótese em que, embora os crimes tenham sido reunidos em processo único na Justiça do Estado, aplica-se o art. 82 do Código de Processo Penal, restringindo-se a nulidade ao delito federal. Precedentes: HC 57.949-SP, Xavier de Albuquerque, "DJ" 17.10.80; HC 74.788-MS, Sepúlveda Pertence, *"DJ" 12.9.97".* (...) (HC 81617, Relator(a): Min. Carlos Velloso, Segunda Turma, julgado em 04/06/2002, DJ 28-06-2002 PP-00142 Ement. Vol-02075-03 PP-00626).

Gabarito "C"

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) A respeito da jurisprudência e dos preceitos constitucionais relativos à competência do STJ e do STF, assinale a opção correta.

(A) Compete ao STJ processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre tribunais superiores e qualquer outro tribunal.
(B) Conflitos entre juízos de estados-membros diversos devem ser dirimidos pelo STF.
(C) Compete ao STF dirimir conflito negativo de atribuição entre o MP federal e o MP estadual.
(D) Compete ao STF resolver conflito de competência entre TJ e juízes não submetidos à sua jurisdição.
(E) Compete ao STJ processar e julgar, originariamente, habeas corpus no qual juiz de direito figure como autoridade coatora.

A: incorreta, pois de acordo com o art. 102, I, "o" da CF/88, tal competência é do Supremo Tribunal Federal – STF; **B:** incorreta, pois dispõe o art. 105, I, "d" que essa competência é do Superior Tribunal de Justiça – STJ; **C:** correta. No tocante à essa hipótese a jurisprudência nem sempre foi pacífica, no início o Superior Tribunal de Justiça entendia que a competência para solucionar os conflitos de atribuições entre membros de Ministérios Públicos distintos era sua, fundamentando tal posicionamento com a aplicação da analogia, alegando que se a competência para julgar conflito de competência entre um Juiz Federal e um Juiz Estadual é do STJ, por analogia, o conflito de atribuições também seria. Todavia, tempos depois a essas primeiras decisões, o Supremo Tribunal Federal, debruçando-se sobre o tema, decidiu que o conflito de ATRIBUIÇÕES entre membros de Ministérios Públicos distintos pertence a ele, STF. Nesse sentido segue o seguinte julgado: "1. COMPETÊNCIA. Atribuições do Ministério Público. Conflito negativo entre MP federal e estadual. Feito da competência do Supremo Tribunal Federal. Conflito conhecido. Precedentes. Aplicação do art. 102, I, *f*, da CF. Compete ao Supremo Tribunal Federal dirimir conflito negativo de atribuição entre o Ministério Público federal e o Ministério Público estadual. 2. COMPETÊNCIA CRIMINAL. Atribuições do Ministério Público. Ação penal. Formação de *opinio delicti* e apresentação de eventual denúncia. Fatos investigados atribuídos a ex-governador de Estado. Incompetência do Superior Tribunal de Justiça. Matéria de atribuição do Ministério Público estadual. Inconstitucionalidade dos §§ do art. 84 do CPP, introduzidos pela Lei nº 10.628/2002. Conflito negativo de atribuição conhecido. É da atribuição do Ministério Público estadual analisar procedimento de investigação de atos supostamente delituosos atribuídos a ex-governador e emitir a respeito *opinio delicti*, promovendo, ou não, ação penal." (853 RJ, Relator: Cezar Peluso, Data de Julgamento: 07/03/2007, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-004 DivulG. 26-04-2007 Public. 27-04-2007 DJ 27-04-2007 PP-00056 Ement. VOL-02273-01 PP-00025 RT v. 96, n. 863, 2007, p. 485-488); **D:** incorreta, tal competência é do STJ, conforme dispõe o art. 105, I, "d" da CF/88; **E:** incorreta, art. 105, I "b" da CF/88, fora dessas hipóteses, a competência para julgamento será da autoridade judiciária hierarquicamente superior, qual seja, Tribunal de Justiça.

Gabarito "C"

(Magistratura Federal – 5ª Região – 2009 – CESPE) No que se refere ao Poder Judiciário, assinale a opção correta.

(A) Suponha que um juiz federal substituto ocupe cargo de professor em uma universidade pública, na qual lecione a disciplina de direito penal, duas vezes por semana, no turno noturno, e que esse mesmo magistrado tenha sido convidado a ministrar aulas em um cursinho preparatório para a magistratura, uma vez por semana, também no turno noturno. Nessa situação hipotética, há violação à CF, visto que, conforme o entendimento do STF, juiz somente pode ocupar um único cargo de professor.
(B) Compete ao presidente do TRF da 5.ª Região encaminhar ao Congresso Nacional proposta orçamentária do tribunal que preside.
(C) Os débitos de natureza alimentícia, para fins de pagamento por precatório, compreendem os decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações, por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.
(D) Suponha que um juiz do trabalho tenha determinado a prisão em flagrante de uma testemunha, pelo crime de falso testemunho, nos autos de uma reclamação trabalhista. Nessa situação hipotética, compete à justiça do trabalho, e não à justiça federal, julgar o referido crime.
(E) É prerrogativa do juiz ser preso apenas por ordem escrita do tribunal ou do órgão especial competente para o julgamento de crime que ele tenha cometido.

A: Incorreta. O STF deferiu cautelar na ADIn 3126, Rel. Min. Gilmar Mendes, sob o fundamento de que "o objetivo da restrição constitucional (art. 95, parágrafo único, I) é o de impedir o exercício da atividade de magistério que se revele incompatível com os afazeres da magistratura. Necessidade de se avaliar, no caso concreto, se a atividade de magistério inviabiliza o ofício judicante". Em suma, o Supremo afirmou que, não havendo incompatibilidade de horários, não há vedação constitucional para o exercício de mais de uma função de magistério; **B:** Incorreta. Não reflete o disposto no art. 99, §§ 1º e 2º, II, da CF; **C:** Correta, nos termos do art. 100, § 1º, da CF; **D:** Incorreta. Competência da justiça federal (art. 109, VI, da CF); **E:** Incorreta. O dispositivo da LOMAN que assim previa foi vetado.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.2) Relativamente à organização e às competências do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

(A) A edição de Súmula vinculante pelo STF poderá ocorrer de ofício ou por provocação de pessoas ou entes autorizados em lei, entre estes, os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade. O cancelamento ou revisão de Súmula somente poderá ocorrer por iniciativa do próprio STF.
(B) Cabe reclamação constitucional dirigida ao STF contra decisão judicial que contrarie Súmula vinculante ou que indevidamente a aplique. O modelo adotado na CF não admite reclamação contra ato que, provindo da administração, esteja em desconformidade com a referida Súmula.
(C) O Conselho Nacional de Justiça, órgão interno de controle administrativo, financeiro e disciplinar da magistratura, é composto por membros do Poder Judiciário, do MP, da advocacia e da sociedade civil.
(D) As causas em que entidade autárquica, empresa pública federal ou sociedade de economia mista seja interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente são de competência da Justiça Federal.

A: incorreta. A segunda parte da alternativa está errada, pois o art. 103-A, § 2º, da CF dispõe que não só a edição, mas a *revisão e o cancelamento* da Súmula vinculante pode ocorrer de ofício *ou por provocação* de pessoas ou entes autorizados em lei, entre estes, os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade; **B:** incorreta. Ato que provenha da Administração Pública e que contrarie uma Súmula vinculante também pode ser objeto de reclamação ao STF (art. 103-A, § 3º, da CF); **C:** correta, é o que dispõe o art. 103-B da CF; **D:** incorreta. A *sociedade de economia mista* não entra nesse rol de competência da Justiça Federal (art. 109, I, da CF) As causas em que essa sociedade seja parte é de competência da *Justiça Estadual.*

Gabarito "C"

(Técnico Judiciário – TRE/GO – 2008 – CESPE) Segundo a CF/1988, são órgãos da Justiça Eleitoral

(A) Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral,

Tribunal Regional Eleitoral, Juízes Eleitorais e Juntas Eleitorais.

(B) Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral, Juízes Eleitorais e Ministério Público Eleitoral.

(C) Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral, Juízes Eleitorais e o Corregedor Eleitoral.

(D) Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral, Juízes Eleitorais e Juntas Eleitorais.

Conforme dispõe o art. 118, I a IV, da CF, são órgãos da Justiça Eleitoral: I – o Tribunal Superior Eleitoral; II – os Tribunais Regionais Eleitorais; III – os Juízes Eleitorais e IV – as Juntas Eleitorais.

Gabarito "D"

(Técnico Judiciário – TJ/DF – 2008 – CESPE) Acerca da organização do Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

(1) O Conselho Nacional de Justiça é órgão integrante da estrutura do Poder Judiciário, com jurisdição em todo o território nacional.

(2) A Constituição Federal, após o advento da Emenda Constitucional n. o 45/2004, vedou as férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, o que não se estende aos tribunais superiores.

(3) A Constituição autoriza que servidores da justiça possam receber delegação para a prática de certos atos de competência dos juízes, como atos de administração ou de mero expediente.

(4) Compete ao Supremo Tribunal Federal a iniciativa de projeto de lei que disponha sobre a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos serviços auxiliares do TJDFT, já que esse tribunal pertence à União.

(5) Um sexto dos membros do Superior Tribunal de Justiça deve necessariamente ser oriundo da carreira de advogados.

(6) Os tribunais regionais federais, os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal e os tribunais regionais do trabalho podem funcionar descentralizadamente, constituindo câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

1: incorreto. O CNJ, apesar da abrangência nacional e de integrar o Poder Judiciário (art. 92, I-A, da CF/1988), não exerce *jurisdição*, não tem função jurisdicional. De acordo com o art. 103-B, § 4º, da CF/1988, sua função principal é o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes; **2:** correto (art. 93, XII, da CF/1988); **3:** correto (art. 93, XIV, da CF/1988); **4:** incorreto. Não reflete o disposto no art. 96, II, *b*, da CF/1988; **5:** incorreto. Não reflete o disposto no art. 104, parágrafo único, II, da CF/1988; **6:** correto (art. 107, § 3º; art. 115, § 2º e art. 125, § 6º, todos da CF/1988).

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5E, 6C

(Técnico Judiciário – TJ/RJ – 2008 – CESPE) Em relação ao Poder Judiciário, assinale a opção correta.

(A) O CNJ é órgão do Poder Judiciário.

(B) A reserva de plenário para declaração de inconstitucionalidade de norma deve ocorrer ainda que o STF não tenha apreciado idêntica questão.

(C) Para a definição do número de juízes em uma comarca, o tribunal deve se ater à efetiva demanda judicial, sendo irrelevante estudo quanto à proporcionalidade entre magistrados e a respectiva população.

(D) A prática de atos jurisdicionais de mero expediente é indelegável, a exemplo dos atos decisórios, por serem eles inerentes à atividade judicante.

(E) Não se admite julgamento secreto no sistema processual brasileiro, em observância à moralidade administrativa e à publicidade dos atos no estado de direito.

A: correta (art. 92, I-A, da CF/1988); **B:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 97 da CF/1988 e no art. 481, parágrafo único, do CPC; **C:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 93, XIII, da CF/1988; **D:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 93, XIV, da CF/1988; **E:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 93, IX, da CF/1988.

Gabarito "A"

Reflexos do NCPC: o art. 949, parágrafo único, do novo CPC, reproduzindo regra prevista no parágrafo único do art. 481 do antigo código, determina que os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário ou ao órgão especial a arguição de inconstitucionalidade quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) A respeito da administração pública, julgue o item subsequente.

(1) A organização do Poder Judiciário está fundamentada na divisão da competência entre os órgãos que o integram no âmbito estadual e federal. À justiça federal cabe o julgamento das ações não compreendidas na competência da justiça estadual.

1: incorreta, pois a definição da competência da Justiça Federal é feita por um rol exaustivo (*numerus clausus*) estabelecido no art. 109 da CF. A competência da Justiça Estadual, sim, é chamada de **residual:** compete-lhe processar e julgar tudo aquilo que não couber à Justiça Federal, à Justiça do Trabalho, à Justiça Eleitoral e à Justiça Militar.

Gabarito 1E

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) A respeito da administração pública, julgue o item subsequente.

(1) O Ministério Público do Distrito Federal faz parte do Ministério Público da União.

1: correta, nos termos do art. 128, I, *d*, da CF.

Gabarito 1C

(Agente Fiscal/Teresina-PI – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item:

(1) Na qualidade de guarda da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal, como órgão do Poder Judiciário, tem a responsabilidade de decidir acerca da juridicidade da ação dos demais poderes do Estado.

1: correta, art. 102, I, da CF. O Supremo Tribunal Federal é a última instância do Poder Judiciário, responsável pelo respeito dos atos estatais à juridicidade, princípio mais amplo que o da legalidade, pois engloba a necessidade de observância não só à lei formal, mas a todo *bloco de legalidade*. "Na qualidade de guarda da Constituição, o Supremo Tribunal Federal tem a elevada responsabilidade de decidir acerca da juridicidade da ação dos demais Poderes do Estado. No exercício desse mister, deve esta Corte ter sempre em perspectiva a regra de autocontenção que lhe impede de invadir a esfera reservada à decisão política dos dois outros Poderes, bem como o dever de não se demitir do importantíssimo encargo que a Constituição lhe atribui de garantir o acesso à jurisdição de todos aqueles cujos direitos individuais tenham sido lesados ou se achem ameaçados de lesão." (STF, MS 25579 MC, Rel. p/ acórdão Min. Joaquim Barbosa).

Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE) Acerca da organização dos poderes, conforme o entendimento do STF, julgue o item subsequente.

(1) Compete à justiça do trabalho o julgamento das ações propostas por servidor do MS contra a União, oriundas da relação de trabalho.

1: Errada: vale a leitura do seguinte julgado: "Servidores públicos. Regime temporário. Justiça do Trabalho. Incompetência. No julgamento da ADI 3.395/DF-MC, este Supremo Tribunal suspendeu toda e qualquer interpretação do inciso I do art. 114 da CF (na redação da EC 45/2004) que inserisse, na competência da Justiça do Trabalho, a apreciação de causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo. As contratações temporárias para suprir os serviços públicos estão no âmbito de relação jurídico-administrativa, sendo competente para dirimir os conflitos a Justiça comum e não a Justiça especializada." (Rcl 4.872, Rel. p/ o ac. Min. Menezes Direito, julgamento em 21-8-2008, Plenário, DJE de 7-11-2008.).

Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE) Acerca da organização dos poderes, conforme o entendimento do STF, julgue o item subsequente.

(1) O conflito de competência entre o Tribunal Regional Federal com sede em São Paulo – SP e o Tribunal Regional do Trabalho com sede em Campinas – SP será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

1: Correta: de acordo com o art. 105, I, "d", da CF, compete ao STJ processar e julgar, de forma originária, os conflitos de competência tribunais.

Gabarito 1C

(Magistratura/AC – 2008 – CESPE) Considerando a organização do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

(A) O Conselho Nacional de Justiça, órgão administrativo integrante da estrutura do Poder Judiciário, tem natureza jurídica de órgão de controle interno dos demais órgãos e membros do Poder Judiciário.

(B) A promoção dos juízes, que ocorre de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, é obrigatória para juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento, desde que o juiz tenha dois anos de exercício na respectiva entrância e integre a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver, com tais requisitos, quem aceite o lugar vago. Por outro lado, não deve ser promovido o juiz que, mesmo preenchendo tais requisitos, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.

(C) As aposentadorias dos magistrados obedecem aos mesmos critérios, requisitos e espécies daquelas previstas para os demais servidores públicos.

(D) Considere que um juiz tenha sido nomeado para o cargo de desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), em uma das vagas do quinto constitucional. Nessa hipótese, esse juiz não pode tomar posse no cargo de ministro do STJ nas vagas destinadas aos juízes de carreira.

A: Não reflete o disposto no art. 103-B, § 4º, da CF; **B:** Art. 93, II, *a*, *b* e *e*, da CF; **C:** A aposentadoria dos magistrados rege-se pelo art. 40 da CF e pelas regras de transição previstas primeiro no art. 8º da EC 20/1998 e, posteriormente, no art. 2º, § 3º, da EC 41/2003. Além disso, os servidores se aposentam por invalidez permanente, voluntária ou compulsoriamente. Os magistrados podem ser aposentados por interesse público (art. 93, VIII, da CF); **D:** Não há vedação constitucional nesse sentido.

Gabarito "B"

(Magistratura/PI – 2008 – CESPE) No que tange ao Poder Judiciário, assinale a opção incorreta.

(A) O STF pode decidir o recurso extraordinário com fundamento diverso daquele sustentado pelo recorrente.

(B) Compete ao STF julgar conflito de competência entre o STJ e o TJPI.

(C) Compete ao STF julgar os conflitos de atribuição entre o Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual.

(D) Compete ao STJ julgar *habeas corpus* no qual figure como paciente conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

(E) As atuais súmulas do STF somente produzirão efeitos vinculantes após sua confirmação por dois terços de seus integrantes e publicação na imprensa.

A: O Recurso Extraordinário é de fundamentação vinculada (art. 102, III, da CF), assim como o Recurso Especial (art. 105, III, da CF) e os Embargos de Declaração (art. 535 do CPC); **B:** Não reflete o disposto no art. 102, I, *o*, da CF; **C:** O STF conferiu maior abrangência ao art. 102, I, *f*, da CF, ante o fato de estarem envolvidos órgão da União e de Estado-membro, para entender que é sua a competência para solução do caso. Ver CJ 5133/RS; CJ 5267/GB; MS 22042 QO/RR, Pet 3528/BA; **D:** Art. 105, I, *c*, da CF; **E:** Art. 8º da EC 45/2004 e art. 103-A da CF.

Gabarito "B"

(Magistratura/SE – 2008 – CESPE) Prescinde de membros do Ministério Público na sua composição o

(A) Tribunal Regional Eleitoral.

(B) Superior Tribunal de Justiça Militar.

(C) Tribunal de Contas da União.

(D) Tribunal Regional Federal.

(E) Tribunal Superior do Trabalho.

A: Art. 120, § 1º, I a III, da CF; **B:** Não reflete o disposto no art. 123, parágrafo único, II, da CF; **C:** Não reflete o disposto no art. 73, § 2º, I, da CF; **D:** Não reflete o disposto no art. 107, I, da CF; **E:** Não reflete o disposto no art. 111-A, I, da CF.

Gabarito "A"

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Ainda acerca do direito constitucional, assinale a opção correta.

(A) Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgar as causas e os conflitos entre a União e os estados, a União e o DF, ou entre uns e outros, incluindo as respectivas entidades da administração indireta.

(B) Compete ao STF a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.

(C) Compete ao STF julgar as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional de um lado e, do outro, município ou pessoa residente ou domiciliada no país.

(D) Compete ao STJ julgar o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do STF e dos órgãos da justiça militar, da justiça eleitoral, da justiça do trabalho e da justiça federal.

(E) Ao Conselho Nacional de Justiça, que funcionará junto ao STJ, cabe a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.

A: Não reflete o disposto no art. 102, I, *f*, da CF; **B:** Não reflete o disposto no art. 105, I, *i*, da CF; **C:** Não reflete o disposto no art. 105, II, *c*, da CF; **D:** Art. 105, I, *h*, da CF; **E:** O Conselho Nacional de Justiça não funciona junto ao STJ.

Gabarito "D"

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) No referente ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale a opção correta.

(A) O CNJ é órgão do Poder Judiciário com poder jurisdicional em todo o território nacional.

(B) As decisões do CNJ fazem coisa julgada formal e material.

(C) Ao CNJ cabe rever, em grau de recurso, as decisões jurisdicionais dos membros do Poder Judiciário.

(D) Os atos do CNJ estão sujeitos ao controle jurisdicional do STF.

(E) Nos crimes de responsabilidade, os membros do CNJ são julgados perante o STF.

A, **B** e **C:** O CNJ não possui poder jurisdicional, apesar de integrar a estrutura do Judiciário (arts. 92, I-A e 103-B, § 4º, ambos da CF); **D:** Art. 102, I, *r*, da CF; **E:** Não reflete o disposto no art. 52, II, da CF.

Gabarito "D"

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Quanto às atribuições e competências do STF, assinale a opção correta.

(A) Compete ao STF julgar ação popular ajuizada contra o presidente da República.

(B) Na ADI, a causa de pedir pode ser desconsiderada ou suprida por outra, conforme jurisprudência do STF.

(C) Segundo a jurisprudência dominante, compete ao STF julgar habeas corpus impetrado contra decisão de relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, denegue liminar.

(D) Segundo a jurisprudência dominante, compete ao STF julgar mandado de segurança contra ato de ministro de Estado no exercício de competência delegada pelo presidente da República.

(E) Segundo a jurisprudência dominante, compete ao STF julgar mandado de segurança impetrado contra ato do Tribunal Superior Eleitoral.

A: É competente para processar e julgar a ação o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município (art. 5º da Lei 4.717/1965); **B:** O STF entende que não se encontra vinculado à fundamentação jurídica do pedido da ADIn (causa de pedir aberta), por ser sua função precípua a guarda da Constituição; **C:** Não reflete o disposto na Súmula 691/STF; **D:** Não reflete o disposto na Súmula 510/STF art. 105, I, *b*, da CF; **E:** Não reflete o disposto no art. 102, I, *d*, da CF.
Gabarito "B"

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) Acerca da organização e competência do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

(A) Ação popular proposta contra o presidente da República é de competência originária do STF.
(B) Mandado de segurança impetrado por empresa pública federal contra ato ilegal e abusivo praticado por secretário de um estado da Federação deve ser julgado pelo tribunal de justiça desse estado.
(C) Com o advento da EC n.º 45/2004, as ações de indenização por danos materiais ou morais do servidor público não celetista impetradas contra o respectivo ente federativo, mesmo diante do regime estatutário, devem ser julgadas pela justiça do trabalho.
(D) Compete à justiça federal julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no país.
(E) Considere-se que determinado estado da Federação tenha o nome inscrito no cadastro de inadimplentes diante do alegado descumprimento de cláusulas insertas em convênio firmado com a União. Nessa situação, eventual litígio existente entre a União e esse estado será de competência da justiça federal, visto que não há, na hipótese, conflito federativo a atrair a competência do STF.

A: É competente para processar e julgar a ação o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município (art. 5º da Lei 4.717/1965); **B:** Não reflete o disposto no art. 109, I, da CF; **C:** Não reflete o disposto no art. 114, VI, da CF; **D:** Art. 109, II, da CF; **E:** Não reflete o disposto no art. 102, I, *f*, da CF.
Gabarito "D"

(Cartório/DF – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O defensor público da União tem legitimidade ativa para propor edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante.

1: incorreta, o art. 3º da Lei 11.417/2006 lista os legitimados para a edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante, onde não consta o Defensor Público da União.
Gabarito 1E

(Analista – STJ – 2008 – CESPE) Acerca da organização dos poderes, julgue os próximos itens.

(1) Se um deputado federal acusar, na tribuna da Câmara dos Deputados, um servidor público de praticar crime de corrupção, e restar provado que esse servidor público era inocente, haverá crime de calúnia, cuja competência para julgamento é do STF.
(2) Diante do princípio da continuidade da atividade jurisdicional, a EC n.º 45 vedou aos ministros do STJ o gozo de férias coletivas nos meses de janeiro e julho.
(3) Caso um juiz federal decline de sua competência, alegando que determinada matéria seria de competência da justiça estadual, mas o juiz estadual que receber esse processo entenda que a matéria seria de competência da justiça federal, caberá ao STJ julgar originariamente o conflito.

1: incorreta, os parlamentares são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato ou em função dele, por força do art. 53 da CF; **2:** incorreta, as férias coletivas foram vedadas para os juízos e tribunais de segundo grau, de acordo com o art. 93, XII, da CF, incluído pela EC 45/2004; **3:** correta, art. 105, I, "d", da CF.
Gabarito 1E, 2E, 3C

(Analista – TJ/DF – 2008 – CESPE) Acerca das competências e atribuições dos tribunais de justiça dos estados e de sua relação com o Poder Legislativo, julgue os itens subsequentes.

(1) A cláusula constitucional que atribui exclusividade ao Tribunal de Justiça para instaurar o processo legislativo em matéria de organização e divisão judiciárias do estado não impede os parlamentares de propor emendas ao respectivo projeto de lei. Nesse sentido, o referido projeto pode sofrer emendas parlamentares que acarretem, inclusive, aumento da despesa prevista.
(2) Compete à Constituição do estado definir as atribuições do respectivo tribunal de justiça, nos termos da Constituição da República. Tal competência não pode ser transferida ao legislador infraconstitucional.

1: correta, a competência originária do Tribunal está prevista no art. 125, § 1º, da CF. A possibilidade de o projeto sofrer emendas parlamentares, inclusive com aumento da despesa, decorre da interpretação *a contrario sensu* do art. 63 da CF, cujas hipóteses são taxativas; **2:** correta, art. 125, § 1º, da CF.
Gabarito 1C, 2C

(Analista – STF – 2008 – CESPE) Com base na legislação disciplinadora das súmulas vinculantes, julgue os itens que se seguem.

(1) O STF poderá, de ofício ou por provocação, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, editar enunciado de súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante apenas em relação aos órgãos do Poder Judiciário.
(2) No procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado da súmula vinculante, o relator poderá admitir, por decisão irrecorrível, a manifestação de terceiros na questão, nos termos do Regimento Interno do STF.
(3) São legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante os mesmos legitimados a propor ação direta de inconstitucionalidade.

1: incorreta, os efeitos são vinculantes também para toda a Administração Pública, nas esferas federal, estadual e municipal (art. 103-A da CF); **2:** correta, art. 3º, § 2º, da Lei 11.417/2006; **3:** incorreta, o art. 3º da Lei 11.417/2006, lista os legitimados para a edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante, que não coincidem com os legitimados para a propositura de ADIn (art. 103 da CF). São eles: "I – o Presidente da República; II – a Mesa do Senado Federal; III – a Mesa da Câmara dos Deputados; IV – o Procurador-Geral da República; V – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VI – o Defensor Público-Geral da União; VII – partido político com representação no Congresso Nacional; VIII – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional; IX – a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; X – o Governador de Estado ou do Distrito Federal; XI – os Tribunais Superiores, os Tribunais de Justiça de Estados ou do Distrito Federal e Territórios, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais Militares. § 1º O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que não autoriza a suspensão do processo".
Gabarito 1E, 2C, 3E

(Analista – STF – 2008 – CESPE) Sobre súmulas vinculantes, julgue os itens a seguir.

(1) O DF, por deter competência normativa relativa aos estados e municípios, poderá, legitimamente, editar ato normativo que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios.
(2) Nos processos perante o TCU, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da

legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

1: incorreta, Súmula Vinculante 2/STF: "É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias"; **2:** correta, redação da Súmula Vinculante 3/STF.
Gabarito 1E, 2C

(Analista – STF – 2008 – CESPE) Julgue os itens seguintes, relativos à organização do Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça.

(1) *Habeas corpus* impetrado contra promotor de justiça do DF e territórios deve ser julgado no TRF da 1.ª Região.
(2) O advogado-geral da União e os ministros de Estado são julgados pelo Senado Federal nos crimes de responsabilidade.

1: correta, art. 108, I, "a", da CF, já que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios integra o Ministério Público da União (art. 128, I, "d", da CF); **2:** incorreta, o AGU é julgado pelo Senado Federal nos crimes de responsabilidade (art. 52, II, da CF), mas os demais Ministros de Estado são julgados pelo STF (art. 102, I, "c", da CF).
Gabarito 1C, 2E

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Acerca do Direito Constitucional, julgue os itens a seguir.

(1) No plano federal, existe lei orçamentária anual específica para o Poder Judiciário, de iniciativa privativa do Supremo Tribunal Federal (STF), que define as receitas e despesas dos tribunais superiores, bem como das justiças do trabalho, militar e federal.
(2) Um ministro do STF é hierarquicamente superior a um ministro do TST.
(3) A Constituição da República atribui à Justiça do Trabalho a competência para julgar causas trabalhistas em que a União figura como ré.
(4) Recente alteração constitucional introduziu no rol dos órgãos que formam a Justiça do Trabalho os Juizados Especiais do Trabalho, que são competentes para julgar causas trabalhistas de menor complexidade.

1: incorreta, não reflete o disposto no art. 165, § 5º, I, da CF; **2:** incorreta, não existe hierarquia entre os Ministros do STF e os Ministros dos demais Tribunais Superiores; **3:** correta, art. 114, I, da CF; **4:** incorreta, não reflete o disposto no art. 111, I, II, e III, da CF.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Acerca dos tribunais e juízes eleitorais, assinale a opção correta.

(A) O STF não tem competência para rever decisões do TSE.
(B) Os juízes eleitorais e as juntas eleitorais são órgãos da justiça eleitoral.
(C) Os membros do TSE são vitalícios.
(D) Os órgãos da justiça eleitoral não têm competência para julgar *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção.

A: Não reflete o disposto no art. 121, § 3º, da CF; **B:** Art. 118, III e IV, da CF; **C:** Contraria o disposto no art. 121, § 2º, primeira parte, da CF, proibida a recondução após dois biênios consecutivos; **D:** O art. 121, § 4º, V, da CF expressamente menciona o cabimento desses remédios constitucionais.
Gabarito "B"

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Assinale a opção incorreta acerca do tratamento constitucional relativo aos tribunais regionais eleitorais (TREs).

(A) É inconstitucional a previsão legislativa de que a eleição de juízes para compor os TREs se faça mediante eleição por voto secreto dos tribunais de justiça dos estados, tendo em vista o princípio da publicidade.
(B) A presidência e a vice-presidência dos TREs devem recair sempre sobre os membros desembargadores.
(C) Os membros dos TREs oriundos de nomeação, pelo presidente da República, serão escolhidos entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo respectivo tribunal de justiça.
(D) Haverá apenas um TRE na capital de cada estado e no Distrito Federal.

A: A regra do art. 120, § 1º, I, da CF é exceção ao princípio da publicidade estabelecida pelo próprio Poder Constituinte Originário, razão por que não há que se falar em inconstitucionalidade; **B:** Art. 120, § 2º, da CF; **C:** Art. 120, § 1º, III, da CF; **D:** Art. 120, *caput*, da CF.
Gabarito "A"

(Analista – TJ/DF – 2008 – CESPE) O papel do STF na ordem constitucional foi positivamente afetado pela introdução da exigência da repercussão geral para o exame dos recursos extraordinários. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

(1) Uma das finalidades da introdução do mecanismo da repercussão geral nos recursos extraordinários foi o de firmar o papel do STF como corte constitucional e não como instância recursal.
(2) A análise da repercussão geral é de competência exclusiva do STF.
(3) A verificação da existência da preliminar formal de repercussão geral é de competência exclusiva do tribunal ou da turma recursal de origem.

1: correta, a repercussão geral é o *passaporte* dos recursos extraordinários para o STF, pois só será admitido o apelo que versar sobre questão constitucional, resgatando a função de Corte Constitucional do STF e afastando-o da figura de Tribunal de Apelação. Para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa (critério subjetivo). Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal (critério objetivo) – art. 1.035, §§ 1º e 3º, do NCPC; **2:** correta, art. 1.035, *caput* e § 2º, do NCPC, sendo a decisão irrecorrível; **3:** incorreta, art. 1.035, § 2º, do NCPC.
Gabarito 1C, 2C, 3E

(Analista – TJ/RJ – 2008 – CESPE) Acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

(A) Os servidores não poderão receber delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório, já que a função jurisdicional é indelegável.
(B) Aos juízes e desembargadores é vedado o exercício da advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos quarenta dias do afastamento do cargo, por aposentadoria ou exoneração.
(C) Ao TJRJ compete julgar os juízes do respectivo estado, bem como os seus membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, inclusive os crimes eleitorais.
(D) O TJRJ tem autonomia administrativa e financeira, devendo elaborar a sua própria proposta orçamentária, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os outros poderes, na lei de diretrizes orçamentárias, encaminhando-a por meio de seu presidente.
(E) Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações por parte do TJRJ que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, mesmo que mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

A: Contraria o disposto no art. 93, XIV, da CF; **B:** Embora comumente conhecido como *quarentena*, o art. 95, parágrafo único, V, da CF estabelece o prazo de três anos; **C:** Não reflete o disposto no art. 125, *caput*, da CF, c/c art. 108, I, "a", da CF (aplicável à justiça comum por simetria constitucional). Ver art. 161, IV, "d", nº 2, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro; **D:** Art. 99, § 1º e § 2º, II, da CF; **E:** Não reflete o disposto no art. 99, § 5º, da CF.
Gabarito "D"

(Analista – TJ/RJ – 2008 – CESPE) Ainda acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

(A) Caberá recurso de apelação endereçado ao respectivo tribunal de justiça contra sentença proferida por juiz de direito, mesmo quando este atua no exercício de competência da justiça federal.
(B) O CNJ é composto apenas por membros do Poder Judiciário e tem competência, entre outras, para exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
(C) Compete ao STF julgar mandado de segurança contra ato ilegal e abusivo praticado pelo CNJ.
(D) Compete ao STJ julgar as causas e os conflitos entre a União e os estados, a União e o DF, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
(E) Compete à União fixar, por meio de lei ordinária, o valor das obrigações de pequeno valor que a fazenda federal, estadual, distrital ou municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado, independentemente de precatório.

A: Competência do TRF (art. 108, II, da CF); **B:** Não reflete o disposto no art. 103-B, I a XIII, da CF. Ver, tb., o § 4º do mesmo artigo; **C:** Art. 102, I, "r", da CF; **D:** Competência do STF (art. 102, I, "f", da CF); **E:** Não reflete o disposto no art. 100, § 4º, da CF.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.3) Acerca da edição de Súmulas Vinculantes pelo STF, assinale a opção correta.

(A) Ainda que inexistam decisões sobre determinada matéria constitucional, o STF poderá criar Súmula Vinculante acerca de tal matéria, caso a julgue relevante.
(B) O enunciado da Súmula deve versar sobre normas determinadas apenas quando exista controvérsia atual quanto a elas, entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública, que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos.
(C) O Procurador-Geral da República deverá se manifestar acerca da edição de enunciado de Súmula vinculante apenas nos casos em que o propuser.
(D) O Conselho Federal da OAB e seus órgãos seccionais são legitimados a propor a edição de enunciado de Súmula Vinculante.

A: incorreta. Art. 103-A, *caput*, da CF. O dispositivo faz alusão a *reiteradas* decisões sobre matéria constitucional; **B:** correta. Art. 103-A, § 1º, da CF; **C:** incorreta. Art. 2º, § 2º, da Lei 11.417/2006 (regulamenta o art. 103-A da CF); **D:** incorreta. O Conselho Federal da OAB dispõe de legitimidade para propor a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de Súmula vinculante, conforme art. 103-A, § 2º, da CF, e art. 3º, V, da Lei 11.417/2006; seus órgãos seccionais, no entanto, não contam com tal legitimidade.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.3) Acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

(A) Compete ao STJ julgar os conflitos de competência entre o TST e o TRF.
(B) Supondo-se que Fernando fosse condenado por crime político por meio de sentença proferida por Juiz Federal da Seção Judiciária de São Paulo, o recurso interposto contra essa sentença seria julgado pelo respectivo TRF.
(C) Supondo-se que João, servidor público federal regido pela Lei 8.112/1990, pretendesse ingressar com ação contra a União buscando o pagamento de verbas salariais a que tivesse direito, a ação deveria ser proposta perante a Justiça Federal e não perante a Justiça do Trabalho.
(D) Supondo-se que Marcos, após ter sofrido dano por ação de empregado de empresa pública federal, pretendesse ingressar com ação de reparação de danos materiais e morais contra a empresa pública, deveria fazê-lo na Justiça Comum Estadual.

A: incorreta. Conforme o art. 102, I, "*o*", da CF a competência é do *STF* e não do STJ; **B:** incorreta. O recurso seria julgado pelo STF (art. 102, II, "*b*", da CF); **C:** correta (art. 109, I, da CF); **D:** incorreta. Nesse caso a competência é da Justiça Federal (art. 109, I, da CF).

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.3) De acordo com dispositivo constitucional vigente, a Súmula com efeito vinculante

(A) será editada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), para a correta interpretação de lei federal.
(B) será editada por qualquer tribunal, quando houver reiteradas decisões que recomendem a uniformização do entendimento pelos juízes de primeiro grau.
(C) será editada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após reiteradas decisões sobre matéria constitucional.
(D) será editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para o aprimoramento das rotinas administrativas dos órgãos do Poder Judiciário.

Todas as alternativas encontram fundamento no art. 103-A da CF. Esse dispositivo, introduzido pela EC 45/2004, confere competência exclusiva ao *Supremo Tribunal Federal* para a edição da chamada *Súmula Vinculante*.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.3) A chamada quarentena para juízes, introduzida na CF pela Emenda Constitucional nº 45/2004,

(A) veda ao juiz aposentado o exercício da advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria.
(B) veda ao desembargador aposentado o exercício da advocacia, enquanto estiverem em atividade no tribunal do qual se afastou os magistrados que lhe foram contemporâneos.
(C) veda ao juiz afastado em processo administrativo disciplinar o exercício da advocacia no juízo ou tribunal do qual foi afastado.
(D) veda ao juiz exonerado o exercício da advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos da exoneração.

A: correta (art. 95, parágrafo único, V, da CF); **B:** incorreta. A vedação é imposta exclusivamente ao magistrado que se aposentou e não está condicionada a outro; **C:** incorreta. O magistrado, por possuir a garantia da vitaliciedade (em primeiro grau, adquirida após dois anos de exercício), não poderá ser afastado do cargo por processo administrativo disciplinar, apenas por sentença judicial transitada em julgado (art. 95, I, da CF) **D:** incorreta (art. 95, parágrafo único, V, da CF).

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3) Compete ao STJ processar e julgar originalmente

(A) os mandados de segurança contra ato dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio tribunal.
(B) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados.
(C) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for do Congresso Nacional.
(D) a extradição solicitada por estado estrangeiro.

A: correta (art. 105, I, "*b*", da CF); **B:** incorreta. Nessa hipótese a competência é do STF (art. 102, I, "*n*", da CF); **C:** incorreta. Nessa hipótese a competência também é do STF (art. 102, I, "*q*", da CF); **D:** incorreta. Mais uma vez trata-se de competência do STF e não do STJ (art. 102, I, "*g*", da CF).

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2) Com relação às regras pertinentes ao Poder Judiciário constantes da CF, assinale a opção correta.

(A) O ingresso na carreira da magistratura deve ser feito por concurso público de provas ou de provas e títulos, e o cargo inicial será o de juiz substituto.
(B) Os TRTs não se submetem à regra do quinto constitucional, diferentemente dos tribunais regionais federais e dos tribunais dos estados e do DF.
(C) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as

ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do DF e dos Municípios.

(D) Cabe ao STF o processo e o julgamento dos mandados de segurança e dos *habeas data* contra ato de ministro de Estado, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

A: incorreta. O art. 93, I, da CF exige concurso de provas *e* títulos; **B:** incorreta. Os TRTs também se submetem à regra do quinto constitucional (arts. 94 e 111-A, I, da CF); **C:** correta (art. 114, I, da CF); **D:** incorreta. A competência é do *STJ* e não do STF (art.105, I, "b", da CF).

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.2) A homologação de sentenças estrangeiras é de competência

(A) da Justiça Federal do local onde tem domicílio o interessado.
(B) do TRF da região onde tem domicílio o interessado.
(C) do STF.
(D) do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A competência para a *homologação de sentença estrangeira* é do *STJ*. Vale lembrar que antes da EC 45/2004 tal competência era dada ao STF (art. 105, I, "*i*", da CF).

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.2) Será competente para julgar originariamente *habeas corpus* em que figure como paciente desembargador de Tribunal de Justiça Estadual

(A) o TRF da respectiva região.
(B) o STF.
(C) o próprio tribunal de Justiça Estadual ao qual esteja vinculado o desembargador.
(D) o STJ.

Todas as alternativas encontram fundamento no art. 105, I, "*c*", da CF. Desse modo, é competente para julgar originariamente *habeas corpus* em que figure como *paciente desembargador* de Tribunal de Justiça Estadual o *STJ*.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.2) Contra decisão judicial que tenha contrariado Súmula vinculante aplicável a caso concreto cabe

(A) mandado de segurança ao STJ, se o ato provier de juiz de direito.
(B) reclamação ao STF.
(C) reclamação ao Tribunal de Justiça.
(D) reclamação ao CNJ.

O art. 103-A, § 3º, da CF é expresso no sentido de que cabe *reclamação ao STF*.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.2) De acordo com dispositivo constitucional, a Súmula do STF com efeito vinculante

(A) será aprovada após reiteradas decisões sobre matéria constitucional.
(B) somente poderá ser revista ou cancelada mediante provocação devidamente motivada.
(C) é de observância obrigatória pelos demais órgãos do Poder Judiciário caso seja aprovada pela maioria simples dos membros do tribunal.
(D) não poderá ser cancelada ou revista.

A: correta (art. 103-A, *caput*, da CF); **B:** incorreta. A Súmula vinculante poderá ser revista ou cancelada *de ofício ou por provocação*, por exemplo, dos legitimados à propositura de ação direta de inconstitucionalidade (art. 103-A, *caput*, e § 2º, da CF); **C:** incorreta. Para que produza efeito vinculante, a súmula tem de ser aprovada por *dois terços* dos membros do STF (art. 103-A, *caput*, da CF); **D:** incorreta. É claro que a súmula *pode ser cancelada ou revisada* (art. 103-A, *caput*, e § 2º, da CF).

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.1) A Súmula do STF com efeito vinculante

(A) pode ser aprovada mediante decisão da maioria absoluta dos seus membros.
(B) não pode ser revista ou cancelada de ofício pelo próprio STF.
(C) não é de observância obrigatória para a administração pública estadual e municipal.
(D) pode ter seu cancelamento provocado por aqueles legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade.

A: incorreta. A Constituição exige a aprovação por *dois terços* dos membros do STF (art. 103-A, *caput*, da CF); **B:** incorreta. A Súmula vinculante *pode* ser revista ou cancelada *de ofício, pelo próprio STF*, ou por provocação, por exemplo, dos legitimados à propositura de ação direta de inconstitucionalidade (art. 103-A, *caput*, e § 2º, da CF); **C:** incorreta. Não só o Poder Judiciário, mas a Administração Pública direta ou indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, são atingidos pelo efeito produzido pela Súmula vinculante (art. 103-A, *caput*, da CF); **D:** correta (art. 103-A, § 2º, da CF e art. 3º da Lei 11.417/2006).

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.1) Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgar, originariamente,

(A) o mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado.
(B) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
(C) a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição.
(D) a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual.

A: correta (art. 105, I, "*b*", da CF); **B:** incorreta. A competência é do STF (art. 102, I, "*g*", da CF) **C:** incorreta. Cabe ao STF o julgamento de ADPF (art. 102, § 1º, da CF); **D:** incorreta. A ação declaratória de constitucionalidade é julgada pelo STF, mas *não cabe* contra lei ou ato normativo *estadual* (art. 102, I, "*a*", da CF).

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3) As ações contra o CNJ e contra o Conselho Nacional do Ministério Público serão julgadas

(A) na Justiça Federal do domicílio do autor.
(B) no STJ, quando se tratar de mandado de segurança.
(C) no STF, em qualquer hipótese.
(D) no Tribunal Superior do Trabalho, se houver matéria trabalhista.

As ações contra o CNJ e o CNMP são sempre julgadas pelo STF, conforme dispõe o art. 102, I, "*r*", da CF.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.3) O CNJ

(A) compõe-se integralmente de magistrados.
(B) terá seus membros nomeados pelo presidente do STF, depois de aprovados por maioria absoluta no Senado Federal.
(C) poderá rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunal julgados há menos de um ano.
(D) poderá apreciar, de ofício, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, mas não poderá desconstituí-los.

A: incorreta. O CNJ é integrado por membros da Magistratura, do Ministério Público, da Advocacia e Cidadãos (art. 103-B, *caput* e incisos, da CF); **B:** incorreta. Quem *nomeia* os membros do CNJ, após aprovação do Senado, é o *Presidente da República* e não o do STF (art. 103-B, § 2º, da CF); **C:** correta. (Art. 103-B, § 4º, V, da CF); **D:** incorreta. O CNJ pode, não só apreciar a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou Órgãos do Poder Judiciário, mas também *desconstituir*, rever ou fixar prazo para que adotem as providências necessárias (art. 103-B, § 4º, II, da CF).

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.2) Assinale a opção correta acerca do CNJ.

(A) O mandato de seus membros dura quatro anos, admitida uma recondução.

(B) Seus membros são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
(C) Nenhum de seus membros pode ser indicado pelo Conselho Federal da OAB, cujos representantes podem, porém, falar e ser ouvidos em quaisquer sessões do CNJ.
(D) São suas funções receber e conhecer reclamações contra membro ou órgão do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares.

A: incorreta. É admitida uma recondução, mas o *mandato é de dois anos* e não quatro (art. 103-B da CF); **B:** incorreta. Os membros são nomeados pelo Presidente, depois de aprovada a maioria absoluta do *Senado Federal* (art. 103-B, § 2º, da CF); **C:** incorreta. Dois advogados serão indicados pelo Conselho Federal da OAB (art. 103-B, XII, da CF); **D:** correta (art. 103-B, § 4º, III, da CF).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.2) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

(A) somente poderá apreciar a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário mediante provocação devidamente fundamentada.
(B) poderá apreciar, de ofício, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, mas não poderá desconstituí-los.
(C) poderá desconstituir os atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, em caso de ilegalidade.
(D) poderá apreciar, de ofício ou mediante provocação, a conveniência e oportunidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário.

A e **B:** incorretas. O CNJ age de ofício ou por provocação e pode, não só apreciar a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, mas também *desconstituir*, rever ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias (art. 103-B, § 4º, II, da CF); **C:** correta. Conforme o dispositivo constitucional já mencionado; **D:** incorreta. A Constituição menciona apenas apreciação da **"ilegalidade"** (art. 103-B, § 4º, II, da CF). Por razões de conveniência e oportunidade (*mérito* do ato administrativo), só a própria Administração Pública é quem pode revogar um ato administrativo. O Poder Judiciário não adentra ao mérito do ato administrativo e o CNJ, como já mencionado, integra esse poder.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.1) O Conselho Nacional de Justiça

(A) não integra o Poder Judiciário.
(B) tem seus atos sujeitos a controle apenas no STF.
(C) ainda não teve a constitucionalidade da sua instituição apreciada pelo STF.
(D) exerce função jurisdicional em todo o território nacional.

A: incorreta. O CNJ integra o Poder Judiciário (art. 92, I-A, da CF); **B:** correta (art. 102, I, "*r*", da CF); **C:** incorreta. A constitucionalidade do CNJ já foi questionada perante o STF e a decisão foi no sentido de que o órgão é constitucional. Os fundamentos do Supremo são os seguintes: o CNJ faz parte de Poder Judiciário; a maioria de seus membros advém desse poder; o órgão não constitui instrumento de controle externo e, portanto, não fere a separação dos poderes, nem o pacto federativo (ADI 3.367-1/DF, Pleno, j. 13.04.2005, rel. Cezar Peluso, *DJ* 17.03.2006); **D:** incorreta. O *CNJ não tem função jurisdicional* (STF, AgRg no MS 27.148/DF, Decisão monocrática, j. 20.05.2010, rel. Min. Celso de Mello, *DJ* 26.05.2010.) No mesmo sentido: STF, MC em MS 28.611/MS, Decisão monocrática, j. 08.06.2010, rel. Min. Celso de Mello, *DJ* 14.06.2010.
Gabarito "B"

13. DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

(Analista – TRT/21ª – 2010 – CESPE) Acerca das funções essenciais à justiça, julgue os itens que se seguem.

(1) À Defensoria Pública da União e às defensorias públicas estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
(2) Aos membros do Ministério Público, assim como aos juízes, é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

1: incorreta, o art. 134, § 2º, da CF refere-se apenas às defensorias estaduais; **2:** correta, art. 95, parágrafo único, V; e art. 128, § 6º, ambos da CF.
Gabarito 1E, 2C

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Considerando as normas constitucionais sobre as funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

(1) Entre as funções institucionais do Ministério Público, está a de promover, em caráter exclusivo, a ação civil pública para a promoção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

A atribuição prevista no art. 129, III, da CF não é exclusiva do MP.
Gabarito 1E

(Ministério Público/ES – 2010 – CESPE) Com relação a deveres, vedações, impedimentos e suspeições dos membros do MP, assinale a opção correta.

(A) Havendo motivo de ordem íntima que iniba seu ofício, o membro do MP dar-se-á por suspeito.
(B) No MPE/ES, constitui dever do promotor de justiça titular residir na região metropolitana da Grande Vitória.
(C) É vedado ao membro do MP deter cotas de sociedade limitada que atue no ramo de prestação de serviços.
(D) É vedado ao membro do MP emitir juízo depreciativo sobre promoções, pareceres e decisões judiciais ou realizar crítica nos autos e em obras técnicas.
(E) O membro do MP estará impedido de participar de comissão de concurso quando concorrer seu cônjuge ou companheiro; tal impedimento alcança a situação em que parente consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral participe do certame, limitando-se nessa situação ao segundo grau.

A: correta, art. 43, VII, da Lei 8.625/1993; **B:** incorreta. Deve residir, se titular, na respectiva comarca (art. 43, X, da Lei 8.625/1993); **C:** incorreta. O art. 44, III, da Lei 8.625/1993 permite a participação como cotista; **D:** incorreta. Vedação dirigida aos magistrados (art. 36, III, da LC 35/1979); **E:** incorreta. Não se encontra entre as vedações previstas em lei, mas ao MP também cabe observar o princípio da moralidade.
Gabarito "A"

(Ministério Público/SE – 2010 – CESPE) Quanto ao poder investigatório do MP, segundo a jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

(A) A outorga constitucional de funções de polícia judiciária à instituição policial não impede nem exclui a possibilidade de o MP determinar a abertura de inquéritos policiais, requisitar esclarecimentos e diligências investigatórias, sem prejuízo de outras medidas que lhe pareçam indispensáveis à formação da *opinio delicti*, além de conferir ao MP possibilidade de assumir a presidência do inquérito policial.
(B) A cláusula de exclusividade inscrita na CF no sentido de que a Polícia Federal destina-se a exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União inibe a atividade de investigação criminal do MP.
(C) O MP, diante da fiscalização intraorgânica e daquela desempenhada pelo CNMP, não está permanentemente sujeito ao controle jurisdicional dos atos que pratique no âmbito das investigações penais que promova *ex propria auctoritate*.
(D) Há legitimidade constitucional no poder de investigar do MP, pois os organismos policiais (embora detentores da função de polícia judiciária) não têm, no sistema jurídico brasileiro, o monopólio da competência penal investigatória.
(E) Na seara criminal, o MP não possui poder de investigar, por autoridade própria, pois tal possibilidade não se encontra

expressa na CF, de onde emergem, de modo taxativo, suas funções institucionais.

A: incorreta, pois a "investigação penal, quando realizada por organismos policiais, será sempre dirigida por autoridade policial, a quem igualmente competirá exercer, com exclusividade, a presidência do respectivo inquérito. A outorga constitucional de funções de polícia judiciária à instituição policial não impede nem exclui a possibilidade de o Ministério Público, que é o *dominus litis*, determinar a abertura de inquéritos policiais, requisitar esclarecimentos e diligências investigatórias, estar presente e acompanhar, junto a órgãos e agentes policiais, quaisquer atos de investigação penal, mesmo aqueles sob regime de sigilo, sem prejuízo de outras medidas que lhe pareçam indispensáveis à formação da sua *opinio delicti*, sendo-lhe vedado, no entanto, assumir a presidência do inquérito policial, que traduz atribuição privativa da autoridade policial" (STF, HC 89.837, Rel. Min. Celso de Mello); **B:** incorreta. "É perfeitamente possível que o órgão do Ministério Público promova a colheita de determinados elementos de prova que demonstrem a existência da autoria e da materialidade de determinado delito. Tal conclusão não significa retirar da Polícia Judiciária as atribuições previstas constitucionalmente, mas apenas harmonizar as normas constitucionais (arts. 129 e 144 da CF) de modo a compatibilizá-las para permitir não apenas a correta e regular apuração dos fatos supostamente delituosos, mas também a formação da *opinio delicti*. O art. 129, I, da CF, atribui ao *Parquet* a privatividade na promoção da ação penal pública. Do seu turno, o CPP estabelece que o inquérito policial é dispensável, já que o Ministério Público pode embasar seu pedido em peças de informação que concretizem justa causa para a denúncia. Ora, é princípio basilar da hermenêutica constitucional o dos 'poderes implícitos' segundo o qual, quando a CF concede os fins, dá os meios. Se a atividade fim – promoção da ação penal pública – foi outorgada ao *parquet* em foro de privatividade, não se concebe como não lhe oportunizar a colheita de prova para tanto, já que o CPP autoriza que 'peças de informação' embasem a denúncia" (STF, HC 91.661, Rel. Min. Ellen Gracie); **C:** incorreta. "O Ministério Público, sem prejuízo da fiscalização intraorgânica e daquela desempenhada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, está permanentemente sujeito ao controle jurisdicional dos atos que pratique no âmbito das investigações penais que promova *ex propria auctoritate*, não podendo, dentre outras limitações de ordem jurídica, desrespeitar o direito do investigado ao silêncio (*nemo tenetur se detegere*), nem lhe ordenar a condução coercitiva, nem constrangê-lo a produzir prova contra si próprio, nem lhe recusar o conhecimento das razões motivadoras do procedimento investigatório, nem submetê-lo a medidas sujeitas à reserva constitucional de jurisdição, nem impedi-lo de fazer-se acompanhar de advogado, nem impor, a este, indevidas restrições ao regular desempenho de suas prerrogativas profissionais (Lei 8.906/1994, art. 7º, *v.g.*)" (STF, HC 89.837, Rel. Min. Celso de Mello); **D:** correta. "O poder de investigar compõe, em sede penal, o complexo de funções institucionais do Ministério Público, que dispõe, na condição de *dominus litis* e, também, como expressão de sua competência para exercer o controle externo da atividade policial, da atribuição de fazer instaurar, ainda que em caráter subsidiário, mas por autoridade própria e sob sua direção, procedimentos de investigação penal destinados a viabilizar a obtenção de dados informativos, de subsídios probatórios e de elementos de convicção que lhe permitam formar a *opinio delicti*, em ordem a propiciar eventual ajuizamento da ação penal de iniciativa pública" (STF, HC 89837, Rel. Min. Celso de Mello); **E:** incorreta, pois a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afirma claramente que o Ministério Público tem legitimidade constitucional e infraconstitucional para investigar.

Gabarito "D"

(Ministério Público/SE – 2010 – CESPE) Acerca das autonomias constitucionais, da estrutura organizacional e do regime jurídico do MP na CF, julgue os itens a seguir.

I. É possível a delegação legislativa em matéria relativa à organização do MP, à carreira e à garantia de seus membros.

II. Cabe ao MP zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na CF e promover as medidas necessárias à sua garantia. Essa é função autenticamente de defensor do povo, o chamado *ombudsman*.

III. A CF conferiu elevado *status* constitucional ao MP, desvinculando-o dos capítulos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

IV. A CF erigiu à condição de crime de responsabilidade do presidente da República os seus atos que atentem contra o livre exercício do MP.

V. São aplicáveis ao MP os decretos, os regulamentos e os atos normativos derivados que venham a ser expedidos pelo Poder Executivo, pois o MP deve submeter-se ao poder regulamentar do Poder Executivo.

Estão certos apenas os itens

(A) I, II e IV.
(B) I, II e V.
(C) I, III e V.
(D) II, III e IV.
(E) III, IV e V.

I: incorreta, em razão da vedação contida no art. 68, § 1º, I, da CF; **II:** correta, art. 129, II, da CF; **III:** correta. Encontra-se no Capítulo das Funções Essenciais à Justiça, ao lado, por exemplo, da Advocacia-Geral da União; **IV:** correta, art. 85, II, da CF; **V:** incorreta. O MP é instituição autônoma (art. 127, § 2º, da CF).

Gabarito "D"

(Ministério Público/SE – 2010 – CESPE) Julgue os itens abaixo, relativos aos princípios institucionais do MP.

I. Pelo princípio da indivisibilidade, quem está presente em qualquer processo é o MP, ainda que por intermédio de determinado promotor ou procurador de justiça, podendo os membros da instituição ser substituídos uns por outros no processo, nos casos legalmente previstos, sem que isso constitua alteração processual.

II. O Procurador-Geral de justiça pode impor procedimento funcional a membro do MP, mediante recomendação com caráter vinculativo, com vistas a servir aos interesses da lei.

III. O promotor de justiça que substitui outro no transcorrer de um processo fica vinculado ao parecer de seu antecessor.

IV. Nos planos administrativo e funcional, há subordinação hierárquica dos membros do MP à chefia e aos órgãos de direção superior da instituição.

V. Pelo princípio da unidade, todos os membros de determinado MP formam parte de único órgão, sob a direção do mesmo chefe, guiados pelos mesmos fundamentos e com as mesmas finalidades, constituindo, pois, uma única instituição.

Estão certos apenas os itens

(A) I e IV.
(B) I e V.
(C) II e III.
(D) II e IV.
(E) III e V.

I: correta, devendo-se apenas registrar que não há unidade e indivisibilidade entre membros de ministérios públicos diversos; **II** e **III:** incorretas. Violam o princípio da independência funcional (art. 127, § 1º, da CF); **IV:** incorreta. Não se pode falar em hierarquia funcional; **V:** correta. De acordo com Hugo Nigro Mazzilli, *unidade* significa que os membros do MP integram um só órgão, sob a direção de um só chefe.

Gabarito "B"

(Técnico Judiciário – MPU – 2010 – CESPE) A respeito das funções essenciais à justiça, julgue o seguinte item.

(1) São funções essenciais à justiça as do Ministério Público, da advocacia pública, da advocacia privada e da defensoria pública.

1: correta, as funções essenciais à justiça estão previstas no capítulo IV da Constituição Federal e são compostas das seguintes instituições: Ministério Público, Advocacia (Pública e Privada) e a Defensoria Pública.

Gabarito 1C

(Defensor Público/BA – 2010 – CESPE) Com relação à DP, julgue o item subsecutivo.

(1) De acordo com a CF, são de iniciativa exclusiva do presidente da República as leis que disponham sobre a organização da Defensoria Pública da União bem como as normas gerais para a organização da DP dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

1: errado, pois não há defensoria pública municipal. V. art. 61, § 1º, II, "d", da CF.
Gabarito 1E

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) Acerca de direitos, deveres e responsabilidades dos membros da AGU, julgue os itens que se seguem.

(1) Segundo o STJ, a Corregedoria-Geral da AGU pode promover a abertura de processo administrativo disciplinar contra procurador da União para apurar indícios de violação aos seus deveres funcionais quando este exara, reiteradamente, pareceres jurídicos que confrontam pareceres normativos vinculantes da AGU.

(2) O advogado-geral da União, diretamente ou mediante delegação, pode autorizar a realização de acordos ou transações, em juízo, para terminar o litígio nas causas de valor de até R$ 500.000,00 que tratem do patrimônio imobiliário da União.

(3) É vedado aos membros da AGU e de seus órgãos vinculados exercer a advocacia privada e figurar como sócio em sociedade de advogados, mesmo durante o período de gozo de licença para tratar de interesses particulares, ou de licença incentivada sem remuneração, ou durante afastamento para o exercício de mandato eletivo, salvo o exercício da advocacia em causa própria e a advocacia *pro bono*.

1: correta, v. STJ, MS 13861, Rel. Min. Arnaldo Esteves: "1. A correição efetuada pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União pode e deve adentrar na formação do mérito jurídico em pareceres emitidos por membros da Advocacia-Geral da União – AGU, para concluir pela existência de indícios de inobservância das leis e de orientações consolidadas no âmbito da Administração Pública. 2. O aprofundamento das questões de fato e de direito discutidas nos processos administrativos em que emitidos os pareceres jurídicos questionados deve se dar no curso do processo disciplinar. O que se requer da correição é a simples evidência de indícios, hábeis a fundamentar uma investigação mais aprofundada. Não se coaduna com essa fase preliminar o exaurimento da matéria debatida. 3. Constitui justa causa, ou motivo determinante, hábil a ensejar a abertura de processo administrativo disciplinar, a existência de indícios de manifestações jurídicas de membro da Advocacia-Geral da União que se apresentem, de forma sistemática, contrárias a pareceres normativos da AGU, aprovados pelo Presidente da República."; **2:** incorreta, o art. 1º da Lei 9.469/1997 estabelece o limite de R$ 500.000,00, mas não prevê que o litígio deva versar sobre patrimônio imobiliário da União; **3:** correta, Orientação Normativa nº 27/AGU.
Gabarito 1C, 2E, 3C

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) No que se refere à atuação da Advocacia-Geral da União, julgue os próximos itens.

(1) O Advogado-Geral da União, ministro por determinação legal, obteve da Carta da República tratamento diferenciado em relação aos demais ministros de Estado, o que se constata pelo estabelecimento de requisitos mais rigorosos para a nomeação – idade mínima de 35 anos, reputação ilibada e notório conhecimento jurídico –, bem como pela competência para o julgamento dos crimes de responsabilidade, visto que ele será sempre julgado pelo Senado Federal, ao passo que os demais ministros serão julgados perante o STF, com a ressalva dos atos conexos aos do presidente da República.

(2) Quando o STF apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, compete ao Advogado-Geral da União exercer a função de curador especial do princípio da presunção de constitucionalidade da norma, razão pela qual não poderá, em hipótese alguma, manifestar-se pela inconstitucionalidade do ato impugnado.

1: correta, o AGU tem *status* de Ministro de Estado (art. 1º, parágrafo único, da Lei 8.682/1993). Os requisitos para nomeação estão listados no art. 131, § 1º, da CF. V., tb, art. 52, II, da CF; **2:** incorreta, o STF recentemente entendeu "ser necessário fazer uma interpretação sistemática, no sentido de que o § 3º do art. 103 da CF concede à AGU o direito de manifestação, haja vista que exigir dela defesa em favor do ato impugnado em casos como o presente, em que o interesse da União coincide com o interesse do autor, implicaria retirar-lhe sua função primordial que é a defender os interesses da União (CF, art. 131). Além disso, a despeito de reconhecer que nos outros casos a AGU devesse exercer esse papel de contraditora no processo objetivo, constatou-se um problema de ordem prática, qual seja, a falta de competência da Corte para impor-lhe qualquer sanção quando assim não procedesse, em razão da inexistência de previsão constitucional para tanto" (ADIn 4309/TO, Rel. Min. Cezar Peluso). V. **Informativo STF** 562/2009.
Gabarito 1C, 2E

(Defensoria/ES – 2009 – CESPE) No que diz respeito à organização e às funções essenciais do Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

(1) A atividade jurisdicional deve ser ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas nos juízos e tribunais, devendo ainda haver juízes em plantão permanente nos dias em que não houver expediente forense normal.

(2) Compete ao Ministério Público estadual instaurar inquérito civil público para apurar irregularidades em contratos firmados por sociedade de economia mista de capital majoritário da União, desde que não se trate de hipótese de defesa do patrimônio nacional ou dos direitos dos cidadãos.

(3) A defensoria pública, conforme previsto na lei de regência, tem legitimidade para propor ação civil pública na defesa do meio ambiente.

1: errado. As férias coletivas foram vedadas para os juízos e tribunais de segundo grau (art. 93, XII, da CF); **2:** certo. Ao decidir a ACO-AgR 1.233, o STF concluiu que compete ao Ministério Público Estadual atuar nos casos em que se apuram atos de improbidade administrativa cometidos por agentes públicos no âmbito de sociedade de economia mista federal; **3:** certo (art. 4º, VII, da LC 80/1994).
Gabarito 1E, 2C, 3C

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, relativos às funções essenciais à justiça.

(1) De acordo com o entendimento do STF, é inconstitucional lei editada pelo estado-membro que prevê a vinculação da DPE a determinada secretaria de estado.

(2) Compete privativamente ao MP promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de interesses difusos e coletivos.

1: certo. STF, ADIn 3569, Rel. Min. Sepúlveda Pertence: "A EC 45/2004 outorgou expressamente autonomia funcional e administrativa às defensorias públicas estaduais, além da iniciativa para a propositura de seus orçamentos (art. 134, § 2º): donde ser inconstitucional a norma local que estabelece a vinculação da Defensoria Pública a Secretaria de Estado"; **2:** errado. A ação civil pública não é de competência privativa do MP, cabendo sua propositura, por exemplo, também à AGU.
Gabarito 1C, 2E

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito do MP segundo a CF/1988.

(A) Apesar de ser assegurada autonomia funcional e administrativa ao MP, a iniciativa legislativa para criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, a política remuneratória e os planos de carreira dos seus servidores cabem ao Poder Judiciário.

(B) A destituição do procurador-geral da República, por iniciativa do presidente da República, prescinde de autorização do Senado Federal.

(C) O MP da União engloba, entre outros, o MPDFT.

(D) A CF/1988 garante, em favor dos membros do MP, a vitaliciedade e a inamovibilidade de forma absoluta.

(E) Os MPs dos estados e o MPDFT formam lista tríplice entre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu procurador-geral, que é nomeado pelo presidente do tribunal de justiça, para mandato de três anos, permitida uma recondução.

A: incorreta. Não reflete o disposto no art. 127, § 2º, da CF/1988; **B:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 128, § 2º, da CF/1988; **C:** correta (art. 128, I, *d*, da CF/1988); **D:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 128, § 5º, I, *a* e *b*, da CF/1988; **E:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 128, § 3º, da CF/1988.

Gabarito "C"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) No que se refere às funções essenciais da justiça, assinale a opção correta.

(A) O Ministério Público Eleitoral é um componente do MP da União.
(B) Os membros do Ministério Público Militar que atuam na Justiça Militar de 1.ª instância compõem a estrutura do MP estadual.
(C) A imunidade processual conferida aos advogados não abrange o delito de calúnia.
(D) Os defensores públicos estaduais podem exercer a advocacia privada, desde que fora das suas atribuições institucionais, e em horário em que não esteja no exercício do cargo de defensor público.
(E) Aos advogados públicos será assegurada a estabilidade após dois anos de efetivo exercício, certificados por avaliação de desempenho.

A: O MPU é formado pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (art. 128, I, "*a*" a "*d*", da CF); **B:** O Ministério Público Militar, que integra o Ministério Público da União, não se confunde com o Ministério Público Estadual; **C:** Sim. O advogado é inviolável pelos atos e manifestações, desde que nos limites da lei (art. 133 da CF); **D:** Vedação expressa no art. 134, § 1º, da CF. **E:** A estabilidade no serviço público será assegurada após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho, conforme disposto no art. 132, parágrafo único da CF.

Gabarito "C"

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE) Quanto às funções essenciais à justiça, julgue os itens subsequentes.

I. CF enumera, em rol taxativo, as funções institucionais do MP.
II. Norma constitucional que impõe a citação prévia do advogado-geral da União para promover a defesa de ato ou texto impugnado em ação direta de inconstitucionalidade é compreendida com moderação, pelo STF, pois o Advogado-geral da União não está obrigado a defender tese jurídica se sobre a inconstitucionalidade dela a Corte Suprema já fixou entendimento.
III. De acordo com entendimento do STF, será considerada constitucional a norma estadual que atribuir à defensoria pública do estado a defesa judicial dos servidores públicos estaduais processados civil ou criminalmente em razão do regular exercício do cargo, pois a CF não restringe as atribuições da defensoria pública à assistência aos que comprovarem insuficiência de recursos.
IV. Conforme posicionamento do STF, será constitucional norma estadual que atribuir o exercício das funções dos membros do MP especial no tribunal de contas do estado aos membros do MP estadual.
V. Segundo o STF, o advogado privado deve comprovar efetiva habilitação profissional, demonstrando a regularidade de sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, sob pena de inexistência dos atos processuais praticados.

Estão certos ap,enas os itens

(A) I e II.
(B) I e IV.
(C) II e V.
(D) III e IV.
(E) III e V.

I: Incorreta. O rol do art. 129 da CF é exemplificativo; **II:** Correta. O AGU funciona como curador da constitucionalidade das leis (art. 103, § 3º, da CF). Entretanto, é importante registrar que o STF recentemente entendeu "ser necessário fazer uma interpretação sistemática, no sentido de que o § 3º do art. 103 da CF concede à AGU o direito de manifestação, haja vista que exigir dela defesa em favor do ato impugnado em casos como o presente, em que o interesse da União coincide com o interesse do autor, implicaria retirar-lhe sua função primordial que é a defender os interesses da União (CF, art. 131). Além disso, a despeito de reconhecer que nos outros casos a AGU devesse exercer esse papel de contraditora no processo objetivo, constatou-se um problema de ordem prática, qual seja, a falta de competência da Corte para impor-lhe qualquer sanção quando assim não procedesse, em razão da inexistência de previsão constitucional para tanto" (ADIn 4309/TO, Rel. Min. Cezar Peluso). V. **Informativo STF** 562/2009; **III:** Incorreta. Ao apreciar a ADIn 3022, Rel. Min. Joaquim Barbosa, o STF concluiu que a norma extrapola o modelo da Constituição Federal (art. 134), o qual restringe as atribuições da Defensoria Pública à assistência jurídica a que se refere o art. 5º, LXXIV; **IV:** Incorreta. ADIn 3307, Rel. Min. Cármen Lúcia: "O Ministério Público Especial, cujas atividades funcionais sejam restritas ao âmbito dos Tribunais de Contas, não se confunde nem integra o Ministério Público comum. É obrigatória a adoção, pelos Estados, do modelo federal de organização do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público que perante ele atua. Aplicação do princípio da simetria"; **V:** Correta. MS 21730, Rel. Min. Celso de Mello: "A exigência da comprovação de efetiva habilitação profissional do advogado que atua em juízo constitui prerrogativa conferida aos magistrados pelo próprio Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (art. 65). A exigência judicial de comprovação da regularidade da habilitação profissional do advogado não traduz, enquanto providencia expressamente autorizada pela lei, comportamento processual que possa ser qualificado como arbitrário, especialmente naqueles casos em que a atuação desse operador do Direito gera dúvidas fundadas quanto a sua qualificação para o exercício da Advocacia. – A ausência de demonstração da regular inscrição do mandatário judicial nos quadros da OAB gera, uma vez decorrido o prazo assinado pelo juiz, a inexistência dos atos processuais praticados".

Gabarito "C"

(Analista – TRE/GO – 2008 – Ministério Público/ES – 2010 – CESPE) Com relação ao perfil constitucional do MP, assinale a opção correta.

(A) Constitui função institucional do MP promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União, nas hipóteses constitucionalmente estabelecidas.
(B) Compete ao STF elaborar a proposta orçamentária do MP em conformidade com os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
(C) O Procurador-Geral da República será nomeado pelo presidente da República para mandato de quatro anos, vedada a recondução.
(D) Constitui condição necessária para a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do presidente da República, a autorização de um terço dos membros do Senado Federal.
(E) O Procurador-Geral do DF e territórios poderá ser destituído por deliberação da maioria relativa dos membros da Câmara Legislativa do DF.

A: correta, art. 25, II, da Lei 8.625/1993; **B:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 127, § 3º, da CF; **C:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 128, § 1º, da CF; **D:** incorreta. O art. 128, § 2º, da CF exige maioria absoluta dos membros do Senado Federal; **E:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 128, § 4º, da CF.

Gabarito "A"

(Magistratura/SE – 2008 – CESPE) Em relação às funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

(A) O Procurador-Geral de Justiça acumula a chefia do Ministério Público estadual com o cargo de chefe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado.

(B) É vedado o afastamento de membro do Ministério Público para exercer cargo de secretário de Estado.
(C) É vedado aos promotores de justiça residir em comarca diferente daquela em que estão lotados.
(D) A defensoria pública e as procuradorias estaduais têm autonomia funcional e administrativa.
(E) A Constituição estadual não pode conferir prerrogativa de foro aos procuradores de estado.

A: O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado é uma carreira distinta, não fazendo parte do Ministério Público Estadual nem do Ministério Público da União; **B:** Art. 128, § 5º, II, *d*, da CF. Ver ADIn 3574, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, j. 16/05/2007, DJe 31/05/2007; **C:** Não reflete o disposto no art. 129, § 2º, da CF; **D:** O art. 134, § 2º, da CF não se aplica às procuradorias estaduais; **E:** V., **ADIn 2.587/GO, Rel. p/ acórdão Min. Carlos Britto, Tribunal Pleno, j. 01/12/2004, DJ 06/11/2006 e ADIn 541-3/PB, rel. p/ acórdão Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, j. 10/05/2007, DJ 06/09/2007.**

Gabarito "B"

(Magistratura/AL – 2008 – CESPE) Com relação à organização do Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

(A) Considere a seguinte situação hipotética. Pedro, além de ser juiz de direito substituto no estado de Alagoas, é professor em duas faculdades privadas distintas, lecionando a disciplina de direito constitucional para o curso noturno de direito, duas vezes por semana em cada uma delas. Nessa situação, conforme entendimento do STF, Pedro tem violado a CF, já que o juiz somente poderá exercer um único cargo de professor.
(B) Conforme determina a CF, o TRE é composto, entre outros, por dois juízes oriundos da classe dos advogados, os quais são nomeados pelo presidente da República, após indicação do respectivo tribunal de justiça. No entanto, esses juízes não estão impedidos de continuar a exercer a advocacia.
(C) O advogado, por ser inviolável em seus atos e manifestações praticados no exercício da profissão, não pratica crime de desacato.
(D) Compete ao STF julgar os membros do Conselho Nacional de Justiça nos crimes comuns e de responsabilidade.
(E) O governador de estado tem competência concorrente com o respectivo tribunal de justiça para encaminhar projeto de lei que vise majorar a remuneração dos servidores do Poder Judiciário.

A: Para o STF, o exercício de mais de uma função no magistério não importa em lesão ao bem privilegiado pela CF (o exercício da magistratura) nos casos em que há compatibilização de horários. Ver ADI 3.126-MC, Rel. Min. Gilmar Mendes; **B:** Art. 120, § 1º, III, da CF. Só não podem exercer a advocacia em matéria eleitoral; **C:** O advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites da lei (art. 133 da CF); **D:** Não reflete o disposto no art. 52, II, da CF; **E:** Não reflete o disposto no art. 96, II, *b*, da CF.

Gabarito "B"

(Ministério Público/RR – 2008 – CESPE) A CF foi o instrumento que representou, no contexto da nova ordem normativa, o elemento decisivo de consolidação jurídico-institucional do Ministério Público (MP). A Carta da República, ao dispensar singular tratamento normativo ao MP, redesenhou o novo perfil constitucional e outorgou a essa instituição e a seus membros atribuições inderrogáveis, explicitando a sua destinação político-institucional, ampliando as suas funções jurídicas e deferindo-lhes, de maneira muito expressiva, garantias e autonomias inéditas na estrutura estatal. Acerca desse assunto, julgue os itens de 6 a 10, de acordo com a doutrina, a CF e a legislação referente ao MP.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. Um promotor de justiça lotado na promotoria do júri da capital paulista foi especificamente designado pelo procurador-geral de justiça para atuar, excepcionalmente, em um caso de grande repercussão ocorrido no interior paulista e que, a princípio, seria de atribuição do promotor de São José do Rio Preto – SP. Nessa situação, de acordo com o regime jurídico do MP, a conduta do procurador-geral foi correta.
(2) De acordo com o regime jurídico do MP, poderá ser homologada pelo Procurador-Geral da República, chefe do Ministério Público Federal, solicitação de promotor de justiça do estado da Bahia que deseje permutar seu cargo público com procurador da República lotado em Brasília, desde que ambos concordem com a mudança de trabalho.
(3) Por serem parte do Ministério Público da União, o Ministério Público Federal, o do Trabalho, o Militar e o do DF e Territórios devem ser presididos por um integrante do Ministério Público do DF, por ser o DF sede do poder federal.
(4) Considere que uma candidata seja aprovada em primeiro lugar no concurso para promotora do Meio Ambiente do Ministério Público do DF e deseje atuar, quando entrar em exercício, no âmbito judicial do STJ, como membro do *parquet* que exerce as funções de *custos legis* em turma desse tribunal. Nessa situação, de acordo com o regime jurídico do MP, o procurador-geral da República não pode aceitar a solicitação da candidata.
(5) Mesmo que ministro de Estado seja preso por crime de responsabilidade em Brasília/DF, não cabe a promotor criminal da capital da República denunciar o referido delito perante o STF.

1: incorreta. Viola o princípio do promotor natural, extensão dos princípios descritos no art. 5º, LIII; no art. 127, § 1º; no art. 128, § 5º, I, *b*, todos da CF; **2:** incorreta. Promotores de Justiça integram o Ministério Público Estadual e Procuradores da República são membros do Ministério Público Federal que, por sua vez, faz parte do Ministério Público da União (art. 128, I, *a* e II, da CF). O ingresso nos cargos depende de aprovação prévia em concurso público (art. 37, II, da CF); **3:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 128, § 1º, da CF; **4:** correta. Reflete o disposto no art. 44, parágrafo único, no art. 47, § 1º e no art. 66, todos da LC 75/1993. **5:** correta, art. 52, I, da CF.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5C

(Delegado/TO – 2008 – CESPE) De acordo com a disciplina constitucional acerca do Poder Judiciário e do Ministério Público julgue o próximo item.

(1) Entre as funções institucionais do Ministério Público, estão o controle da atividade policial e a requisição de diligências investigatórias e da instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

1: correta, é o que dispõe o art. 129, VII e VIII, da CF/1988.

Gabarito 1C

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) O Ministério Público (MP) é tido constitucionalmente como uma função essencial à justiça, e, nessa perspectiva, atua perante a justiça eleitoral. Acerca do MP e de sua atuação na função eleitoral, assinale a opção incorreta.

(A) O procurador regional eleitoral, que atuará perante o TRE, será sempre oriundo do MP federal. Onde houver procuradores regionais da República, o procurador regional eleitoral será escolhido entre estes e, onde não houver, será escolhido entre os procuradores da República que sejam vitalícios. Perante os juízes e juntas eleitorais, a função eleitoral do MP federal será exercida por membros do MP dos estados, ou seja, o promotor de justiça atuará como promotor eleitoral.
(B) O procurador regional eleitoral pode ser destituído antes do término de seu mandato, desde que por iniciativa do procurador-geral eleitoral e mediante aprovação do Conselho Superior do MP federal.
(C) Perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) oficiarão os subprocuradores gerais da República, mediante delegação do procurador-geral da República, o qual é também o procurador geral eleitoral.

(D) O procurador regional eleitoral é designado para um mandato de dois anos, permitida, contudo, a recondução e, do mesmo modo que acontece como o procurador-geral da República, as reconduções podem ser múltiplas.

A: Arts. 76, 78 e 79 da LC 75/1993; **B:** Art. 76, § 2º, da LC 75/1993; **C:** Arts. 73 e 74, parágrafo único, da LC 75/1993; **D:** Não reflete o disposto no art. 76, § 1º, da LC 75/1993.

Gabarito "D"

(Analista – TJ/RJ – 2008 – CESPE) Acerca das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

(A) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo ele propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos.
(B) O Ministério Público abrange o Ministério Público da União e os ministérios públicos estaduais e do DF e territórios.
(C) Aos membros do Ministério Público, ao contrário do que ocorre com os membros da magistratura, não é vedado o exercício de atividade político-partidária.
(D) Às defensorias públicas são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
(E) À Advocacia-Geral da União compete representar a União, as autarquias e as fundações, judicial e extrajudicialmente.

A: Art. 127, § 2º, da CF; **B:** O Ministério Público abrange o Ministério Público da União e o Ministério Público dos Estados. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é uma das carreiras do MPU (art. 128, I, "a" a "d" e II, da CF); **C:** Não reflete o disposto no art. 128, § 5º, II, "e", da CF; **D:** O art. 134, § 2º, da CF refere-se às defensorias públicas estaduais e impõe observância também ao art. 99, § 2º, da CF; **E:** A Advocacia-Geral da União é responsável pela representação da União, das autarquias *federais* e das fundações *públicas federais*, judicial e extrajudicialmente.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3) Acerca das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

(A) A Advocacia-Geral da União é a instituição que representa judicial e extrajudicialmente a União, as autarquias e as fundações públicas federais, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que disponha sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
(B) Às defensorias públicas da União e dos Estados são asseguradas a autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
(C) O Procurador-Geral da República poderá ser destituído do cargo pelo Presidente da República, independentemente de prévia aprovação do Senado.
(D) Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do MPU ou dos Estados.

A: incorreta. O art. 131, *caput,* da CF trata da Advocacia-Geral da União e não inclui, dentre suas atribuições, a de representar judicial e extrajudicialmente as autarquias e fundações públicas federais; **B:** incorreta. A alternativa está *incompleta*, pois o § 2º do art. 134 da CF determina que, além dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, deve ser observado o disposto no art. 99, § 2º, da CF; **C:** incorreta. O art. 128, § 2º, da CF exige que a destituição do Procurador-Geral da República seja *precedida de autorização* da maioria absoluta do *Senado* Federal; **D:** correta, conforme dispõe o art. 130-A, § 2º, III, da CF.

Gabarito "D"

14. DEFESA DO ESTADO

(Ministério Público/ES – 2010 – CESPE) A respeito da intervenção federal nos estados, assinale a opção correta.

(A) Um dos princípios expressamente consignados na CF que possibilitam o cabimento da representação interventiva pelo procurador-geral da República é o da independência e harmonia entre os poderes.
(B) Segundo o STF, as hipóteses de omissão administrativa e de prática de ato concreto com violação aos direitos da pessoa humana ensejam a possibilidade de manejo da representação interventiva do ente estatal.
(C) De acordo com a CF, na hipótese de recusa à execução de lei federal, a representação interventiva será julgada pelo STJ.
(D) Na hipótese de inobservância dos princípios constitucionais – forma republicana, sistema representativo e regime democrático –, a decretação da intervenção dependerá de solicitação do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou de requisição do STF.
(E) A jurisprudência do STF entende que somente caberá representação interventiva para combater ato normativo estadual apto a ofender, de modo efetivo ou potencial, qualquer dos princípios sensíveis elencados na CF.

A: incorreta. O art. 34, VII, da CF lista os "princípios constitucionais sensíveis", dentre os quais não se encontra a separação de poderes; **B:** correta. Com fundamento no art. 34, VII, *b*, da CF; **C:** incorreta. A competência é do STF (art. 36, III, da CF); **D:** incorreta. A intervenção por desrespeito aos princípios constitucionais sensíveis (art. 34, VII, da CF) depende de provimento, pelo STF, de representação formulada pelo Procurador-Geral da República (art. 36, III, da CF); **E:** incorreta. As hipóteses de intervenção estadual em municípios estão arroladas no art. 35, I a IV, da CF.

Gabarito "B"

(Ministério Público/SE – 2010 – CESPE) Com relação à segurança pública, à polícia ostensiva e à polícia judiciária, assinale a opção correta.

(A) A segurança pública é dever da União e tem como objetivo fundamental a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
(B) Os municípios que tiverem mais de vinte mil habitantes podem constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.
(C) Às polícias civis competem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
(D) Compete privativamente à União legislar sobre normas de organização, efetivos, material bélico e garantias, convocação e mobilização das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, bem como sobre normas de organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.
(E) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares subordinam-se aos governadores dos estados, com exceção do DF, onde a subordinação se dá em relação ao chefe de governo da União.

A: incorreta. É dever do Estado (não apenas da União), direito e responsabilidade de todos (art. 144 da CF); **B:** incorreta. O art. 144, § 8º, da CF não limita a criação de guardas municipais aos municípios com mais de vinte mil habitantes; **C:** correta, art. 144, § 4º, da CF; **D:** incorreta. A primeira parte está correta (art. 22, XXI, da CF), mas quanto às polícias civis a competência é concorrente (art. 24, XVI, da CF); **E:** incorreta. As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (art. 144, § 6º, da CF).

Gabarito "C"

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Considerando a defesa do Estado e das instituições democráticas segundo o disposto na CF, julgue o próximo item.

(1) A obrigação de permanência em determinada localidade e a intervenção nas empresas de serviços públicos são medidas coercitivas admitidas no estado de defesa.

1: errado. Medidas que ocorrem no estado de sítio (art. 139, I e VI, da CF).
Gabarito 1E

(Agente de Polícia Federal/Escrivão de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Com fundamento nas regras estabelecidas na CF quanto à defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item que se segue.

(1) A Polícia Federal tem competência constitucional para prevenir e reprimir, com exclusividade, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho.

1: incorreta (com exclusividade). Esta competência não é exclusiva da Polícia Federal. Outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência também têm esta incumbência (art. 144, § 1º, II, da CF).
Gabarito 1E

(Agente de Polícia/ES – 2009 – CESPE) Acerca da organização da segurança pública, conforme as normas constitucionais, julgue os itens subsequentes.

(1) Os estados devem seguir o modelo federal de organização da segurança pública, atendo-se aos órgãos que, segundo a CF, são incumbidos da preservação da ordem pública, das pessoas e do patrimônio.
(2) A gestão da segurança pública, nos estados, é atribuição privativa dos delegados de polícia civil.
(3) Os municípios podem instituir guardas municipais com a função de reforçar a segurança pública, em auxílio à polícia civil.

1: correta. É a consagração do princípio da simetria constitucional. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal (art. 25 da CF); **2:** incorreta. Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares (art. 144, § 4º, da CF); **3:** incorreta (com a função de reforçar a segurança pública, em auxílio à polícia civil). Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei (art. 144, § 8º, da CF).
Gabarito 1C, 2E, 3E

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Em razão da decretação do estado de calamidade pública no sistema de saúde de um município do estado de Pernambuco, o presidente da República efetuou a requisição de bens e serviços municipais do único hospital municipal existente. Nessa situação hipotética, a requisição de bens e serviços municipais efetuada pela União é

(A) constitucional, pois foi decretado o estado de calamidade pública.
(B) constitucional, pois a União pode requisitar a qualquer tempo bens e serviços municipais.
(C) inconstitucional, pois a requisição de bens e serviços municipais pode ser efetuada apenas pelo estado e, não, pela União.
(D) inconstitucional, pois não cabe ao presidente da República fazer a requisição desses bens e serviços, mas sim ao Congresso Nacional, por lei específica.
(E) inconstitucional, pois é inadmissível a requisição de bens e serviços públicos municipais pela União em situação de normalidade institucional, sem a prévia decretação do estado de defesa ou de sítio.

Se não decretado o estado de defesa, vige normalmente o pacto federativo estabelecido pela CF, razão por que a União não pode legitimamente requisitar bens municipais. Entretanto, caso decretado o estado de defesa, com fundamento em calamidade pública (art. 136, *caput*, da CF), uma das medidas possíveis é a ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos (art. 136, § 1º, II, da CF).
Gabarito "E"

(Magistratura Federal – 2ª região – 2009 – CESPE) Quanto à defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

(A) De acordo com a doutrina, no estado de sítio há controle político prévio, concomitante e sucessivo.
(B) É vedada, em caráter absoluto, a suspensão das imunidades parlamentares no estado de sítio.
(C) O Congresso Nacional não permanecerá em funcionamento no estado de sítio, quando este for decretado na hipótese de declaração de guerra ou de resposta a agressão armada estrangeira.
(D) Segundo a CF, os guardas municipais dispõem de competência para o policiamento ostensivo e preventivo.
(E) Compete à Polícia Federal apurar as infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e intermunicipal e exija repressão uniforme.

A: correta. Quanto às modalidades de controle político – (prévio, concomitante e sucessivo – (também chamado de a *posteriori*) – ensina a doutrina: "**Controle político prévio:** tendo em vista a sua maior gravidade, o controle realizado pelo **Congresso Nacional** será **prévio**, ou seja, o Presidente da República, para a sua decretação ou prorrogação, dependerá de prévia e expressa autorização do Congresso Nacional. Se o Congresso rejeitar o pedido, o Presidente da República, agora vinculado, não poderá decretar o estado de sítio. Se o fizer, sem dúvida, cometerá crime de responsabilidade. Estando o Congresso Nacional em recesso, haverá convocação extraordinária, pelo **Presidente do Senado Federal** (art. 57, § 6.º, I, CF/88). Decretado o estado de sítio, nos termos do art. 138, § 3.º, o Congresso Nacional permanecerá em funcionamento até o término das medidas coercitivas. **Controle político concomitante:** nos termos do art. 140, a Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de 5 de seus membros para **acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de sítio**. **Controle político sucessivo (ou *a posteriori*):** nos termos do art. 141, parágrafo único, logo que cesse o estado de sítio, as medidas aplicadas em sua vigência serão relatadas pelo Presidente da República, em mensagem ao Congresso Nacional, com especificação e justificação das providências adotadas, com relação nominal dos atingidos e indicação das restrições aplicadas. Conforme visto para o estado de defesa, prestadas as informações e não aceitas pelo Congresso Nacional, parece ficar caracterizada a prática do crime de responsabilidade."; **B:** incorreta, pois nos termos do § 8º, do art. 53, da CF poderão ser suspensas MEDIANTE O VOTO DE DOIS TERÇOS DOS MEMBROS DA CASA RESPECTIVA, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida. No tocante a possibilidade de ampliação da suspensão das imunidades ao estado de defesa ensina Uadi Lammêgo Bulos que "não se há que falar em suspensão das imunidades no estado de defesa (art. 136), porque o § 8º em epígrafe é sobremodo claro nesse particular, reportando-se, apenas, ao estado de sítio. Afigura-se descabida qualquer exegese ampliativa da mensagem prescrita do preceito" (BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal anotada**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 790); **C:** incorreta, art. 138, § 3º, da CF/88; **D:** incorreta, art. 144, § 8º, da CF/88. À guarda municipal compete o policiamento administrativo da cidade com o objetivo de proteção do patrimônio público, não cabendo à ela, portanto, o policiamento ostensivo e preventivo, bem como as atribuições da polícia judiciária. Porém, cabe lembrar, que muito embora não caiba a guarda municipal o policiamento ostensivo, nada impede que realizem prisões em flagrante, pois se a qualquer do povo é permitido tal direito, não há razão lógica para impedir que a guarda municipal o faça. Nesse sentido seguem os seguintes julgados do STJ: "*Habeas corpus.* Tráfico de drogas. Alegação de constrangimento ilegal. Pleito pela revogação da prisão preventiva. Circunstâncias autorizadoras presentes decisão fundamentada. Postula o reconhecimento de nulidade na prisão em flagrante. A preservação da ordem pública é responsabilidade de todos, sendo dever daqueles que compõem a segurança pública. Precedentes. 1. O fato de estar inserido no rol dos delitos hediondos ou equiparados não basta para a imposição da constrição cautelar, por ser necessária a existência de circunstâncias que demonstrem a adoção desta medida excepcional. 2. As Turmas componentes da Terceira Seção do Superior Tribunal de

Justiça já cristalizaram o entendimento de inexistir constrangimento ilegal quando a prisão, suficientemente fundamentada, retratar a necessidade da medida para as garantias da ordem pública e aplicação da lei penal. 3. No caso concreto, a necessidade da segregação cautelar, encontrava-se, à época, fundamentada na participação do paciente no tráfico de entorpecentes, evidenciando a dedicação aos delitos da espécie, alicerce suficiente, à época, para a motivação da garantia da ordem pública. 4. **A Quinta Turma deste Sodalício expõe que pode a Guarda Municipal, inobstante sua atribuição constitucional (art. 144, § 8º, CF), bem como qualquer do povo, prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito (art. 301, CPP).** 5. Ordem denegada" (STJ – HC: 194392 SP 2011/0006251-5, Relator: Ministro Adilson Vieira Macabu (Desembargador convocado do TJ/RJ), Data de Julgamento: 16/02/2012, T5 – Quinta Turma, Data de Publicação: DJe 15/03/2012). Ementa: "Processual penal. *Habeas corpus*. Tráfico ilícito de entorpecentes. Prisão em flagrante. Guarda municipal. Nulidade da ação penal. Inexistência. Art. 301 do CPP. Ordem denegada. 1**. A prisão em flagrante efetuada pela Guarda Municipal, ainda que não esteja inserida no rol das suas atribuições constitucionais (art. 144, § 8º, da CF), constitui ato legal, em proteção à segurança social. 2. Se a qualquer do povo é permitido prender quem quer que esteja em flagrante delito, não há falar em proibição ao guarda municipal de proceder à prisão.** 3. Eventual irregularidade praticada na fase pré-processual não tem o condão de inquinar de nulidade a ação penal, se observadas as garantias do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, restando, portanto, legítima a sentença condenatória. 4. Ordem denegada" (STJ – HC: 129932 SP 2009/0035533-0, Relator: Ministro Arnaldo Esteves Lima, Data de Julgamento: 15/12/2009, T5 – Quinta Turma, Data de Publicação: DJe 01/02/2010) – (negrito nosso); **E:** incorreta, art. 144, § 1º, I, da CF/88, a repercussão deve ser interestadual ou "internacional" e não intermunicipal.

Gabarito "A"

(Magistratura Federal – 5ª Região – 2009 – CESPE) No que concerne à defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

(A) A declaração de estado de guerra ou a resposta a agressão armada estrangeira autoriza a decretação do estado de defesa.
(B) O presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa a fim de preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades naturais de grandes proporções.
(C) A intervenção federal fundada na inexecução de ordem ou decisão judiciária de tribunal de justiça depende de requisição desse tribunal, a qual deve ser encaminhada diretamente ao presidente da República.
(D) Compete ao presidente da República aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, bem como autorizar o estado de sítio, podendo, também, o chefe do governo suspender qualquer uma dessas medidas.
(E) O militar em atividade pode acumular o cargo militar com outro de professor efetivo na rede pública de ensino.

A: Incorreta. Fundamento para a decretação do estado de sítio (art. 137, II, da CF); **B:** Correta, nos termos do art. 136, *caput*, da CF; **C:** Incorreta. A intervenção federal prevista no art. 34, VI, da CF depende de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral (art. 36, II, da CF); **D:** Incorreta. Compete ao Presidente da República decretá-los, e ao Congresso Nacional autorizar somente ao Estado de Sítio (art. 84, IX e art. 49, IV, ambos da CF); **E:** Incorreta. Ressalvada as hipóteses de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, será transferido para a reserva nos termos da lei (art. 142, § 3º, II, da CF).

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta quanto à disciplina sobre a intervenção federal.

(A) No caso de descumprimento, por algum Estado-membro, dos princípios constitucionais sensíveis, a decretação de intervenção dependerá de provimento, pelo STF, de representação do procurador-geral da República.
(B) Se houver, por parte de Estado-membro, ameaça ao livre exercício de qualquer dos poderes, o pedido de intervenção federal dependerá de requisição do STF.
(C) A União só poderá intervir nos Estados após prévia anuência do Congresso Nacional.
(D) O Estado só poderá intervir em seus Municípios se a assembleia legislativa, por maioria absoluta, aprovar a decretação da intervenção.

A: correta. Conforme art. 36, III, da CF; **B:** incorreta. O art. 36, I, da CF determina que somente quando a coação for exercida contra o Poder Judiciário é que a decretação da intervenção depende de requisição do STF. Nas demais hipóteses de ameaça ao livre exercício dos poderes, basta a solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido; **C** e **D:** incorretas. A intervenção torna-se eficaz e começa a produzir efeitos a partir do decreto do Presidente da República (na hipótese de intervenção federal) ou governador de Estado (no caso de intervenção estadual).

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta com base no que dispõe a CF acerca do estado de defesa.

(A) Quando cessar o estado de defesa, cessarão também seus efeitos, não sendo os seus executores responsabilizados pelos ilícitos cometidos.
(B) Haverá supressão do direito de reunião durante a vigência do estado de defesa.
(C) O preso ficará incomunicável durante a vigência do estado de defesa.
(D) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

A: incorreta. O art. 141, *caput*, da CF menciona que embora cessado o estado de defesa, *haverá responsabilização* dos executores ou agentes *pelos ilícitos cometidos*; **B:** incorreta. O art. 136, § 1º, I, "a", da CF não fala em "supressão", mas apenas restrição ao direito de reunião; **C:** incorreta. Diversamente do afirmado, na vigência do estado de defesa é *proibida a incomunicabilidade do preso* (art. 136, § 3º, IV, da CF); **D:** correta (art. 136, § 2º, da CF).

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.1) De acordo com a CF e com a doutrina, a intervenção federal

(A) dispensa, quando espontânea, a autorização prévia do Congresso Nacional.
(B) exige, em qualquer hipótese, o controle político.
(C) exige do presidente da República, quando provocada por requisição, a submissão do ato ao Conselho da República e ao Conselho de Defesa Nacional, para posterior exame quanto à conveniência e oportunidade da decretação.
(D) é provocada por solicitação quando a coação ou o impedimento recaem sobre cada um dos três Poderes do Estado.

A: correta. Espontânea é a intervenção em que o chefe do Poder Executivo atua de ofício; **B:** incorreta. Art. 36, § 3º, da CF; **C:** incorreta. Em se tratando de requisição do Poder Judiciário, o Presidente da República deverá decretar a intervenção federal, estando, pois, vinculado; **D:** incorreta. É provocada por solicitação quando a coação ou o impedimento recaem sobre o Poder Legislativo ou o Poder Executivo, impedindo o exercício desses poderes. Nesse caso, o Presidente da República, para decretar a intervenção, dependerá de solicitação desses poderes.

Gabarito "A"

(Agente de Polícia/RN – 2008 – CESPE) Sob regime constitucional precedente, mais precisamente até o advento da CF, as situações de crise institucional comportavam a adoção de três procedimentos – medidas de emergência, estado de sítio e estado de emergência – os quais, afora o estado de sítio, que já existia desde 1891, foram introduzidos em nosso direito pela Emenda Constitucional n.º 11/1978, à Constituição de 1967. A CF contempla apenas dois mecanismos de proteção do

regime democrático – o estado de defesa e o estado de sítio –, institutos que muito embora ostentem apelidos novos, pouco ou nada diferem daqueles em que se inspiraram.

Gilmar Ferreira Mendes, *et al*. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2.a ed. 2008, p. 1339-41 (com adaptações).

A respeito do estado de defesa e do estado de sítio, assinale a opção correta à luz da CF.

(A) Na vigência do estado de defesa, é vedada a incomunicabilidade do preso.
(B) Para preservar, em locais restritos e determinados, a ordem pública ameaçada por calamidades de grandes proporções na natureza, o presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, em um primeiro momento, decretar o estado de sítio.
(C) O presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa nos casos de comoção grave de repercussão nacional.
(D) Cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, inclusive a responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes.
(E) Em hipótese alguma, na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa poderá ser superior a dez dias.

A: correta (art. 136, § 3º, IV, da CF); **B:** incorreta (em um primeiro momento, decretar o estado de sítio). Para que seja decretado o Estado de Sítio, o Presidente da República deverá solicitar aprovação do Congresso Nacional. Para complementar: o Estado de Sítio pode ser decretado nos seguintes casos: comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa; declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira (art. 137, I e II, da CF); **C:** incorreta (solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de defesa). Nesta hipótese não se trata de estado de defesa, até porque comoção grave de repercussão nacional é motivo que enseja a decretação do Estado de Sítio (art. 137, I, da CF). O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. Note que em se tratando de Estado de Defesa, a participação/aprovação do Congresso Nacional é posterior ou passo que no Estado de Sítio é prévia; **D:** incorreta (inclusive a responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes). Cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes. Logo que cesse o estado de defesa ou o estado de sítio, as medidas aplicadas em sua vigência serão relatadas pelo Presidente da República, em mensagem ao Congresso Nacional, com especificação e justificação das providências adotadas, com relação nominal dos atingidos e indicação das restrições aplicadas (art. 141 da CF); **E:** incorreta (em hipótese alguma). Se autorizado pelo Poder Judiciário, na vigência do Estado de Defesa, excepcionalmente a prisão ou detenção de qualquer pessoa poderá ser superior a dez dias (art. 136, § 3º, III, da CF).

Gabarito "A"

(Magistratura/AL – 2008 – CESPE) Acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

(A) As imunidades dos deputados federais e dos senadores previstas na CF subsistirão mesmo no estado de sítio, não havendo possibilidade de sua suspensão.
(B) O estado de defesa autoriza a convocação extraordinária do Congresso Nacional pelo presidente da República.
(C) A emenda à CF, mesmo na hipótese de estado de defesa ou de estado de sítio, necessita de maioria e carece, para sua aprovação, de votação em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
(D) O estado de defesa autoriza a restrição ao direito de reunião, ainda que exercida no seio das associações, ao sigilo de correspondência e ao sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.
(E) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive eleitorais e militares.

A: Não reflete o disposto no art. 53, § 8º, da CF; **B:** Não reflete o disposto no art. 57, § 6º, I e II, da CF; **C:** Não reflete o disposto no art. 60, § 1º, da CF; **D:** Art. 136, § 1º, I, *a*, da CF; **E:** Não reflete o disposto no art. 144, § 4º, da CF.

Gabarito "D"

(Ministério Público/RO – 2008 – CESPE) A respeito da organização dos poderes, assinale a opção correta.

(A) Caso um deputado federal, que também seja radialista, ao promover uma mesa de debates no seu programa de rádio, injurie um famoso empresário, nessa hipótese, conforme precedentes do STF, o deputado não poderá ser responsabilizado pela injúria praticada, já que possui imunidade material quanto a suas opiniões, palavras e votos.
(B) Caso o governador de determinado estado tenha sido processado pelo MP estadual perante o STJ por crime comum, nessa hipótese, a previsão, na Constituição estadual, de que o governador somente será processado após licença da respectiva assembleia legislativa não será óbice ao seguimento da ação penal, já que tal dispositivo é inconstitucional.
(C) Diante do parâmetro normativo constitucional relativo ao presidente da República, é constitucional a norma, prevista em Constituição estadual, que assegure ao governador do estado imunidade contra a prisão cautelar penal.
(D) O MP não tem competência para buscar a reparação civil junto aos infratores, assim identificados em uma comissão parlamentar de inquérito.
(E) Conforme preceitua a CF, o presidente da República poderá delegar ao Procurador-Geral da República o poder de extinguir cargos públicos, quando vagos.

A: incorreta. A imunidade parlamentar não aproveita os atos praticados sem vinculação com o exercício do mandato. V. STF, RE 210.917, Rel. Min. Sepúlveda Pertence; **B:** incorreta. Aplicação, por simetria, do disposto no art. 51, I, da CF; **C:** incorreta. O art. 86, § 3º, da CF, não contém regra nesse sentido e, por isso, não há falar em simetria; **D:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 58, § 3º, parte final, da CF; **E:** correta, art. 84, parágrafo único, da CF.

Gabarito "E"

(Ministério Público/RO – 2008 – CESPE) Acerca do Poder Judiciário e do MP, assinale a opção correta.

(A) Compete ao STJ julgar o conflito de atribuições entre o MP federal e o estadual.
(B) Caso mandado de segurança impetrado contra ministro de Estado seja concedido, caberá recurso ordinário, contra essa decisão, para a instância superior.
(C) Compete ao STF julgar reclamação contra decisões judiciais ou atos administrativos que venham a contrariar decisão anterior proferida em sede de controle abstrato de constitucionalidade, reconhecendo-se a legitimidade ativa *ad causam* a todos que comprovem prejuízo oriundo das decisões ou atos administrativos impugnados.
(D) Os Procuradores-Gerais de justiça dos estados e do DF serão nomeados pelos respectivos governadores, após formação de lista tríplice escolhida por meio de eleições internas em cada órgão, somente podendo ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo competente.
(E) Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do MP e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, inclusive a orientação no que se refere à forma como proceder nos autos judiciais e administrativos de sua com-

petência, com vistas a proporcionar maior padronização e celeridade.

A: incorreta. O STF conferiu maior abrangência ao art. 102, I, *f*, da CF, ante o fato de estarem envolvidos órgão da União e de Estado-membro, para entender que é sua a competência para solução do caso. Ver CJ 5133/RS; CJ 5267/GB; MS 22042 QO/RR, Pet 3528/BA; **B:** incorreta. Em caso de concessão da ordem pelo STJ (art. 105, I, *b*, da CF), não cabe recurso ordinário para o STF (art. 102, II, *a*, da CF); **C:** correta. Após o julgamento da Rcl 1.880/SP, Rel. Min. Maurício Corrêa, o Supremo passou a admitir reclamação proposta por qualquer pessoa afetada pela desobediência à decisão proferida em controle abstrato, desde que comprovasse interesse de agir; **D:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 128, § 3º, da CF; **E:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 130-A, § 2º, da CF.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.2) Não constitui causa de intervenção da União nos Estados e no DF a necessidade de

(A) manter a integridade nacional.
(B) prover a execução de ordem judicial.
(C) assegurar o princípio da autonomia municipal.
(D) garantir a aplicação do mínimo exigido da receita na segurança pública.

Todas as alternativas encontram fundamento no art. 34 da CF. Dentre as hipóteses excepcionais e taxativas de intervenção da União nos Estados ou Distrito Federal, *não* há a que visa garantir a aplicação do mínimo exigido da receita na *segurança pública.* O mesmo dispositivo trata da *aplicação do mínimo exigido* da receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do *ensino* e nas ações e serviços públicos de *saúde* (art. 34, VII, *e*, da CF). Se essa aplicação não estiver sendo garantida, cabe intervenção federal.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.3) Acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

(A) Se o estado de sítio for decretado durante o recesso parlamentar, caberá ao Presidente da República convocar extraordinariamente o Congresso Nacional.
(B) O estado de defesa deve ser decretado quando houver declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.
(C) Tanto no estado de defesa quanto no estado de guerra, as atividades dos parlamentares no Congresso Nacional devem permanecer suspensas.
(D) A decretação do estado de defesa é autorizada para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

A: incorreta. Não é o Presidente da República quem faz essa convocação, mas sim o *Presidente do Senado Federal* (art. 138, § 2º, da CF); **B:** incorreta. Trata-se de hipótese de cabimento da decretação do *estado de sítio* e não do estado de defesa (art. 136, *caput*, e 137, II, ambos da CF; **C:** incorreta. Os arts. 136, § 6º, e 138, § 3º, da CF tratam do assunto justamente de forma contrária, exigindo o funcionamento do Congresso Nacional; **D:** correta, conforme dispõe o art. 136, *caput*, da CF.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.2) Com relação ao que dispõe a CF acerca da disciplina das forças armadas, assinale a opção incorreta.

(A) A sindicalização é proibida ao militar.
(B) Ao militar que esteja em serviço ativo é proibida a filiação a partido político.
(C) Os eclesiásticos são isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz.
(D) É garantida ao militar a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

A: correta (art. 142, § 3º, IV, da CF); **B:** correta (art. 142, § 3º, V, da CF); **C:** correta (art. 143, § 2º, da CF); **D:** incorreta, devendo ser assinalada (art. 142, § 3º, VIII, da CF).

Gabarito "D"

15. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO

(Ministério Público/RO – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta com relação aos preceitos constitucionais e à jurisprudência referentes a tributação e orçamento.

(A) A imunidade tributária conferida aos entes da Federação diz respeito aos impostos, não alcançando as contribuições.
(B) Os estados e o DF podem instituir contribuição, mediante aprovação de lei, para o custeio do serviço de iluminação pública, sendo facultada a cobrança da contribuição na fatura de consumo de energia elétrica.
(C) Segundo decisão do STF, em controle de constitucionalidade abstrato, não ofende o princípio da não confiscatoriedade hipótese normativa que estipule multa fiscal de 300%, desde que se trate de inadimplemento pelo contribuinte de obrigação tributária.
(D) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de competência da União não incidem sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.
(E) Com a finalidade de não ofender o pacto federativo, a CF veda que a União conceda incentivos fiscais às diferentes regiões do país, ainda que sob o argumento de promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico.

A: correta, art. 150, VI, "a", da CF; **B:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 149-A, *caput*, da CF (v., tb., seu parágrafo único); **C:** incorreta. O STF afastou a multa ao julgar a ADIN-MC 1075, Rel. Min. Celso de Mello: "A proibição constitucional do confisco em matéria tributária – ainda que se trate de multa fiscal resultante do inadimplemento, pelo contribuinte, de suas obrigações tributárias – nada mais representa senão a interdição, pela Carta Política, de qualquer pretensão governamental que possa conduzir, no campo da fiscalidade, à injusta apropriação estatal, no todo ou em parte, do patrimônio ou dos rendimentos dos contribuintes, comprometendo-lhes, pela insuportabilidade da carga tributária, o exercício do direito a uma existência digna, ou a prática de atividade profissional lícita ou, ainda, a regular satisfação de suas necessidades vitais básicas"; **D:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 149, § 2º, II, da CF; **E:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 151, I, da CF.

Gabarito "A"

(Defensoria Pública da União – 2010 – CESPE) Suponha que o governo federal pretenda criar novo imposto. Acerca dessa situação, dos impostos da União, dos estados, dos municípios e da repartição das receitas tributárias, julgue os itens a seguir.

(1) Considerando-se que o referido imposto seja criado, 20% do produto da arrecadação devem, necessariamente, ser destinados aos Estados-membros e ao Distrito Federal.
(2) Considerando-se que esse imposto venha a incidir sobre operações relacionadas a energia elétrica e telecomunicações, para que a criação do imposto seja constitucional, ele deverá ser instituído por meio de lei complementar e não poderá ser não cumulativo nem ter fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos já previstos no texto constitucional.

1: certo (art. 157, II, da CF); **2:** errado. De acordo com o art. 155, § 3º, da CF, "à exceção dos impostos de que tratam o inciso II do *caput* deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do país". Ainda que fosse possível sua instituição, registre-se que os impostos criados em exercício da competência residual tributária da União devem ser não cumulativos (art. 154, I, da CF).

Gabarito 1C, 2E

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) A respeito das limitações do poder de tributar previstas na CF, assinale a opção correta.

(A) A criação de imunidade tributária é matéria típica de lei ordinária.
(B) A simples atualização monetária não se confunde com majoração de tributo.
(C) A instituição de emolumentos cartorários pelo tribunal de justiça de um estado não afronta o princípio da reserva legal.

(D) Lei complementar estadual que isente os membros do MP do pagamento de custas judiciais ou emolumentos é constitucional.

(E) Lei que, por motivos extrafiscais, imprima tratamento desigual a microempresas e empresas de pequeno porte de capacidade contributiva distinta ofende o princípio da isonomia tributária.

A: Imunidade tributária só pode ser estabelecida pela Constituição; **B:** STF, AI 349382, Rel. Min. Joaquim Barbosa: "Legitimidade da utilização da UFIR, prevista na Lei nº 8.383/91, para atualização monetária do imposto de renda, por não representar majoração de tributo ou modificação da base de cálculo e do fato gerador"; **C:** STF, ADIn 3401, Rel. Min. Gilmar Mendes: "Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Resolução nº 196, de 19.1.2005, editada pelo órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que alterou a destinação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registros. 2. Redução de parcela destinada ao Poder Executivo. 3. Violação aos arts. 98, § 2º (com a redação da Emenda nº 45, de 2004), 167, VI e IX, todos da Constituição Federal. 4. Dispensa da oitiva do órgão responsável pela edição do ato, tendo em vista a urgência da matéria. 5. Plausibilidade jurídica do pedido. 6. Alegação de equívoco na interpretação que possibilita que o § 2º do art. 98 alcance os emolumentos extrajudiciais. 7. Matéria orçamentária e reserva legal: ofensa ao art. 167, VI e IX, tendo em vista a potencial invasão, pelo ato impugnado, de matéria reservada à lei. 8. Presença de sinal de bom direito e de *periculum in mora*. 9. Conveniência política na suspensão do ato. 10. Liminar deferida para o fim de suspender a vigência do ato"; **D:** STF, ADIn 3260, Rel. Min. Eros Grau: "1. A lei complementar estadual que isenta os membros do Ministério Público do pagamento de custas judiciais, notariais, cartorárias e quaisquer taxas ou emolumentos fere o disposto no artigo 150, inciso II, da Constituição do Brasil. 2. O texto constitucional consagra o princípio da igualdade de tratamento aos contribuintes"; **E:** O art. 146, III, *d*, da CF estabelece distinção favorável às microempresas e empresas de pequeno porte, sem que isso implique violação ao princípio da isonomia.

Gabarito "B"

(Analista – TRE/MA – 2009 – CESPE) Acerca do Sistema Tributário Nacional e da repartição de receitas tributárias, assinale a opção correta.

(A) Os estados não poderão condicionar a entrega de recursos aos municípios ao pagamento de seus créditos.

(B) Os municípios têm direito à integralidade do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

(C) A CF atribuiu aos estados competência tributária residual, que consiste na possibilidade de criação de impostos não previstos no texto constitucional, mediante lei complementar.

(D) Os municípios têm competência constitucional para instituição de contribuição para custeio de serviço de iluminação pública, a qual pode ser cobrada na fatura de consumo de energia elétrica.

(E) Segundo o princípio da anterioridade tributária, não se revela possível a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei instituidora ou que os tenha majorado.

A: Não reflete o disposto no art. 160, parágrafo único, I, da CF; **B:** 50% do produto da arrecadação do IPVA dos veículos licenciados em seu território pertencem aos municípios (art. 158, III, da CF); **C:** A competência tributária residual é da União (art. 154 da CF); **D:** Art. 149-A da CF; **E:** O art. 150, III, "a", da CF consagra o princípio da irretroatividade tributária. O princípio da anterioridade vem previsto no art. 150, III, "b" e "c" da CF.

Gabarito "D"

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) Tendo em vista o que dispõe a CF a respeito de tributação e orçamento, assinale a opção correta.

(A) Cabe à lei ordinária estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.

(B) Competem à União, em território federal, os impostos estaduais e, se o território não for dividido em municípios, cumulativamente, os impostos municipais.

(C) A União, os estados e os municípios têm competência concorrente para instituir contribuições de intervenção no domínio econômico.

(D) Compete aos municípios instituir ITCMD.

A: Cabe à lei complementar (art. 146, III, da CF); **B:** Art. 147 da CF; **C:** Competência exclusiva da União (art. 149); **D:** Competência dos estados e do Distrito Federal (art. 155, I, da CF).

Gabarito "B"

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Considerando que um estado da Federação resolva instituir a cobrança de um valor para a realização de fiscalização em estabelecimentos comerciais que possuem instalações sanitárias, assinale a opção correta.

(A) A cobrança do serviço a ser prestado pelo ente público tem natureza de tarifa.

(B) A instituição da referida cobrança poderá ser feita por meio de decreto, uma vez que se trata de preço público.

(C) Trata-se, no caso, de taxa de serviço, uma vez que a fiscalização a ser feita nos estabelecimentos terá caráter efetivo e específico.

(D) Trata-se, no caso, de cobrança de um tributo, da espécie taxa, o qual, por essa razão, só poderá ser instituído por lei.

(E) A cobrança a ser instituída tem natureza de preço público, uma vez que deverá resultar de uma relação contratual.

Trata-se de taxa pelo exercício de poder de polícia (= espécie de tributo), o que exige lei.

Gabarito "D"

16. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

(Ministério Público/ES – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta com relação à ordem econômica na CF.

(A) Dos diversos postulados da ordem econômica expressos na CF não deriva a adoção do sistema econômico capitalista.

(B) A CF defende a livre concorrência de mercado e não reconhece a simples existência de abuso de poder econômico.

(C) Entre os princípios expressamente consignados na CF está o tratamento favorecido para as microempresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.

(D) Segundo interpretação sistemática que se dá ao capítulo da ordem econômica na CF, a desigualdade dos agentes econômicos é a característica inerente de uma ordem econômica fundada na livre-iniciativa e que se processa por meio da livre concorrência.

(E) O Estado, na qualidade de agente regulador da atividade econômica, exercerá, na forma da lei, a função de fiscalização, deixando para o setor privado e o livre mercado o próprio planejamento e incentivo da atividade econômica.

A: incorreta. O art. 170 da CF refere-se expressamente à livre-iniciativa e à livre concorrência, além de outros princípios que se ajustam ao sistema capitalista; **B:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 173, § 4º, da CF; **C:** incorreta. O art. 170, IX, da CF refere-se a empresas de pequeno porte, não a microempresas; **D:** correta, desde que não haja abuso de poder econômico, devendo o Estado funcionar como agente normativo e regulador da atividade econômica (art. 174 da CF); **E:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 174 da CF.

Gabarito "D"

(Advogado – CEF – 2010 – CESPE) Com relação à ordem econômica e financeira, assinale a opção correta.

(A) Compete privativamente à União legislar sobre direito comercial, razão pela qual ofende a CF lei estadual que estabeleça obrigatoriedade de informações específicas nos rótulos de embalagens de café comercializado no estado-membro.

(B) O atendimento de requisição de documento ou informação de natureza comercial, feito por autoridade administrativa

ou judiciária estrangeira a pessoa física residente ou domiciliada no Brasil, não dependerá de autorização do poder competente.

(C) É admissível a alienação de ações de sociedade de economia mista estadual, com perda do controle acionário por parte do Estado, desde que mediante prévia autorização legislativa e por lei em sentido formal.

(D) A União, os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei complementar, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.

(E) Segundo previsão da CF, é inadmissível, na ordenação do transporte aquático, que o transporte de mercadorias na cabotagem e a navegação interior sejam feitos por embarcações estrangeiras.

A: incorreta, pois, embora a competência para legislar sobre direito comercial seja privativa da União (art. 22, inciso I, da CF), entendeu o STF que no caso proposto pela questão prevalece a competência concorrente da União e dos Estados-membros para legislar sobre produção e consumo (art. 24, inciso V, da CF). Assim, não há usurpação de competência da União para legislar sobre direito comercial e comércio interestadual, porque o ato normativo impugnado buscou, tão somente, assegurar a proteção ao consumidor (**ADI 2.832,** *DJ* 20/06/08); **B:** incorreta, pois dependerá sim de autorização do poder competente por expressa disposição constitucional (art. 181 da CF); **C:** correta, pois este foi o entendimento adotado pelo STF, que reconheceu a possibilidade de admitir tais alienações, desde que haja autorização mediante lei formal (ADI 1.348, DJ 07/03/08); **D:** incorreta, pois, embora haja previsão constitucional nesse sentido, não há a exigência de lei complementar (art. 179 da CF); **E:** incorreta, pois há sim a possibilidade de tais modalidades de transporte serem feitas por embarcações estrangeiras, havendo, todavia, a exigência de lei que estabeleça as condições (art. 178, parágrafo único, da CF).

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2010.1) A respeito dos princípios gerais da atividade econômica, assinale a opção correta com base na CF.

(A) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exerce, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, que são determinantes tanto para o setor público quanto para o privado.

(B) Para todos os efeitos, os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade do solo e, por isso, consideram-se pertencentes ao respectivo Estado da Federação.

(C) O aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida depende de autorização do Estado.

(D) Constitui monopólio da União o transporte, por meio de conduto, de gás natural, qualquer que seja a sua origem.

A: incorreta. O *caput* do art. 174 da CF prevê que o planejamento é determinante para o setor público, mas apenas indicativo em relação ao setor privado; **B:** incorreta. O art. 176 da CF dispõe que os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União; **C:** incorreta. O § 4º do art. 176 da CF dispõe que o aproveitamento desse potencial não depende de autorização ou concessão; **D:** correta. Assim está previsto no inciso IV do art. 177 da CF.

Gabarito "D"

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) Julgue os itens que se seguem com relação ao regime constitucional da regulação de transportes.

(1) Considere que a União pretenda comprar petróleo bruto do Canadá com vistas a regular o preço dos seus derivados no mercado interno. Nesse caso, o transporte desse petróleo da origem para o Brasil deverá ser feito em regime de monopólio pela União.

(2) Suponha que uma empresa estrangeira de transporte aquaviário pretenda desenvolver o transporte de cabotagem de passageiros no Brasil. Nesse caso, sendo essa empresa estrangeira, estará vedada a sua atuação em águas brasileiras.

1: incorreto, pois após a promulgação da Emenda nº 9/1995, a atividade de transporte de petróleo e derivados deixou de ser monopólio da União e hoje pode ser exercida por empresas privadas através do regime de concessão; **2:** incorreto, pois a Constituição permite o transporte de pessoas – inclusive o de cabotagem – seja realizado por empresas estrangeiras, desde que atendidas as condições previstas em lei (art. 178, parágrafo único, da CF).

Gabarito 1E, 2E

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) Considere que um estado da federação, que não possui fronteira com outros países, pretenda explorar, diretamente, a atividade de transporte aquaviário de passageiros entre portos localizados em seu território, bem como prestar melhor atendimento às demandas por estrutura portuária. Com respeito a essa situação e à organização do Estado, na forma da Constituição Federal (CF), julgue os itens subsequentes.

(1) Depende de autorização a construção e a exploração de instalação portuária pública de pequeno porte.

(2) Nesse caso, conforme a CF/1988, a atividade de transporte aquaviário é privativa da União, não podendo os estados membros exercerem essa atividade.

(3) O serviço público de infraestrutura aeroportuária é de competência comum entre a União, os estados membros, o Distrito Federal e os municípios, não sendo esse serviço monopólio da União.

(4) Se a exploração de infraestrutura de transporte for associada à prestação de serviços de transporte, a outorga adequada será a concessão, e não a permissão ou a autorização.

1: correto, por expressa determinação do art. 21, inciso XII, alínea "d", da CF c/c art. 14, inciso III, alínea "h", da Lei 10.233/2001; **2:** incorreto, pois compete à União explorar os serviços de transporte aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território (art. 21, inciso XII, alínea "d", da CF). Fora desses casos – como o transporte aquaviário dentro do mesmo Estado e que não se dê entre portos brasileiros – os estados membros poderão exercer a atividade, com esteio em sua competência residual (art. 25, § 1º, da CF); **3:** incorreto, pois se trata-se de competência exclusiva da União, mas que pode ser delegada a particulares, mediante concessão (art. 21, inciso XII, alínea "c", da CF c/c art. 13, inciso I, da Lei 10.233/2001); **4:** correto, por expressa disposição do art. 13, inciso I, da Lei 10.233/2001)

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) Com relação à ordem econômica, julgue os itens que se seguem.

(1) Suponha que, por meio de lei, a União tenha instituído contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados. Nesse caso, os recursos arrecadados serão destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

(2) A exploração de atividade econômica diretamente pelo Estado será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.

(3) As empresas estatais, no que se refere à constituição e ao funcionamento dos respectivos conselhos de administração e fiscal, deverão contar com a efetiva participação de acionistas minoritários.

1: correto, pois os recursos arrecadados pela CIDE relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados são destinados a três atividades distintas: a) ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo; b) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; c) ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Da forma escrita no item a ser julgado, entende-se que haveria uma única destinação, qual seja, o financiamento de programas de infraestrutura de transporte, o que o tornaria incorreto. Destarte, embora tenha o

CESPE mantido o gabarito como "correto", com a devida vênia, o item está incorreto; **2:** correto, pois, ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei (art. 173 da CF); **3:** correto, por expressa disposição do art. 173, 1º, inciso IV, da CF)

Gabarito 1C, 2C, 3C

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) Quanto ao direito de propriedade e à desapropriação, assinale a opção correta.

(A) A CF contempla hipótese de desapropriação de imóvel urbano não edificado mediante pagamento em títulos da dívida pública municipal.

(B) De acordo com a jurisprudência do STF, a justa indenização na desapropriação de imóvel urbano deve ser observada no momento da imissão provisória na posse e não quando ocorre a transferência do domínio.

(C) Segundo o STF, o decreto que declara um imóvel de utilidade pública para fins de desapropriação é ato normativo, que pode ser objeto de ADI.

(D) Considerando a competência da União para desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, as operações de transferência desse bem são isentas exclusivamente de impostos federais.

(E) É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos de lei estadual, que o proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado promova seu adequado aproveitamento.

A: correta, art. 182, § 4º, III, da CF/88. Trata-se da chamada desapropriação-sanção; **B:** incorreta. Entendimento do STF: "desapropriação. Imóvel urbano. Justa indenização. Decreto-lei nº 1.075/70. Imissão na posse. Depósito prévio. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal posiciona-se no sentido de que a garantia constitucional da justa indenização, nas desapropriações, diz respeito ao pagamento do valor definitivo fixado **–** seja por acordo das partes, seja por decisão judicial **–** momento em que ocorre a transferência do domínio. O depósito prévio permite ao desapropriante a simples imissão na posse do imóvel. A norma do art. 3º do Decreto-Lei nº 1.075/70, que permite ao desapropriante o pagamento da metade do valor arbitrado, para imitir-se provisoriamente na posse de imóvel urbano, já não era incompatível com a Carta precedente (RE 89.033 – RTJ 88/345 e RE 91.611 – RTJ 101/717) e nem o é com a atual. Recurso extraordinário não conhecido." (STF – RE: 164186 SP, Relator: Min. Ilmar Galvão, Data de Julgamento: 19/11/1996, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 07-02-1997 PP-01355 Ement. VOL-01856-04 PP-00691); **C:** incorreta, segundo entendimento consolidado no STF o decreto que declara um imóvel de utilidade pública para fins de desapropriação não é ato normativo, mas sim, ato ADMINISTRATIVO, não cabendo contra ele Ação Direta de Inconstitucionalidade **–** (ADIn). Todavia, caberá contra ele ação ordinária visando sua anulação; **D:** incorreta, pois de acordo com o § 5º, do art. 184, da CF/88 as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária são isentas de impostos federais, estaduais e municipais. Aliás, como bem lembra a doutrina, na realidade não se trata de isenção, mas sim de imunidade; **E:** incorreta, pois o § 4º, do art. 182, da CF/88 exige lei federal.

Gabarito "A"

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) Com referência à ordem econômica, assinale a opção correta.

(A) São princípios gerais da atividade econômica, entre outros, o da vedação do confisco e o da uniformidade.

(B) Compete exclusivamente à União instituir contribuições de intervenção no domínio econômico, as quais, segundo a doutrina, apesar da nomenclatura, não possuem natureza jurídica tributária.

(C) Considerando que a ordem econômica se funda na valorização do trabalho humano e na livre-iniciativa, é absolutamente vedada a exigência de autorização de órgãos públicos para o exercício de qualquer atividade econômica.

(D) Compete exclusivamente à União promover tratamento jurídico diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, simplificando suas obrigações administrativas, tributárias e previdenciárias.

(E) Constitui monopólio da União o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.

A: incorreta, pois a vedação do confisco – (art. 150, IV, da CF/88) e a uniformidade – (art. 151, I, da CF/88) são princípios relacionados ao SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. No tocante aos princípios gerais da ordem econômica estes, estão previstos de forma expressa no art. 170, da CF/88, podendo também ser encontrados em outros dispositivos constitucionais, sendo classificados como princípios implícitos. Podemos citar como exemplos de princípios implícitos o art. 5º, XXVIII e XXIX, da CF/88; **B:** incorreta, pois de acordo com adeptos da teoria pentapartida – (também chamada de teoria quinquipartida), teoria essa também adotada pelo STF, as contribuições especiais possuem sim natureza jurídica de tributo; **C:** incorreta, art. 170, parágrafo único, da CF/88; **D:** incorreta, pois nos termos do art. 179 da CF/88, não se trata de competência exclusiva da União; **E:** correta, art. 177, IV da CF/88.

Gabarito "E"

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta quanto ao instituto da propriedade e à ordem econômica.

(A) Na desapropriação, a indenização justa e prévia deve traduzir a mais completa recomposição do valor retirado do patrimônio do expropriado e, nesse sentido, reconhece o STF a legitimidade do pagamento de indenização pelas matas existentes, até mesmo aquelas integrantes da cobertura vegetal sujeita a preservação permanente.

(B) A CF prevê que as glebas nas quais forem localizadas culturas de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas, sem indenização ao proprietário. O STF entende que, nessa hipótese, o termo gleba se refere apenas à área efetivamente cultivada e não a toda a propriedade, de modo que a gleba não poderia ser considerada o todo, mas somente a parte objeto do plantio ilegal.

(C) São princípios gerais da atividade econômica, entre outros, a função social da propriedade, a defesa do consumidor e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno e médio porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no país.

(D) Segundo orientação do STF, embora haja distinção entre atividade e propriedade, não se permite que o domínio do resultado da lavra das jazidas de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos possa ser atribuído pela União a terceiros, sob pena de ofensa à reserva de monopólio.

(E) De acordo com a CF, a economia brasileira é descentralizada e de mercado. Nesse sentido, o Estado somente pode intervir no domínio econômico como agente regulador e em caráter excepcional.

A: Correta. Entendimento do STF. A propósito do tema, confiram-se alguns trechos de ementas do Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça: "É firme a jurisprudência do STJ sobre a inindenizabilidade, como regra, das Áreas de Preservação Permanente, já que não passíveis de exploração econômica direta. Por sua vez, a Reserva Legal, onde se encontra vedado o corte raso da vegetação nativa, não pode ser indenizada como se fosse terra de livre exploração econômica. Cabe, nesse caso, ao proprietário provar o uso lícito"; "A indenização da cobertura florística, em separado, depende da efetiva comprovação de que o proprietário esteja, no momento da desapropriação, explorando economicamente os recursos vegetais, nos termos e limites de autorização expedida"; "Na falta de licença ambiental e de Plano de Manejo, a exploração de florestas não é direito ou interesse indenizável; ao contrário, se ocorrer, caracteriza-se como ilícito ambiental, sujeito a sanções administrativas e penais, sem prejuízo do dever de reparar o dano causado, de forma objetiva, nos termos da Lei 6.938/81"; **B:** Incorreta. A desapropriação confiscatória encontra-se prevista no art.

243 da CF. Ao interpretar o dispositivo, o Supremo Tribunal Federal entendeu que "glebas" correspondem à totalidade da propriedade em que realizado o cultivo de plantas psicotrópicas, e não apenas à área específica em que a plantação é encontrada. Dessa forma, ainda que o plantio ilegal se encontre em 10% da propriedade, toda a sua extensão será expropriada. A EC 81/2014 deu nova redação ao art. 243 da CF, que substituiu o termo "glebas" por "propriedades rurais e urbanas"; **C:** Incorreta. Só das empresas de pequeno porte (art. 170, I a IX, da CF); **D:** Incorreta. Conferir toda a ementa da ADIn 3273, Rel. Min. Carlos Britto, onde se lê: "A distinção entre atividade e propriedade permite que o domínio do resultado da lavra das jazidas de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos possa ser atribuída a terceiros pela União, sem qualquer ofensa à reserva de monopólio [art. 177 da CB/88]"; **E:** Não reflete o disposto no art. 174 da CF.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.3) A respeito da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, assinale a opção correta.

(A) A alienação, a qualquer título, de terras públicas com área de mil e quinhentos hectares a pessoa jurídica depende de prévia aprovação do Congresso Nacional.
(B) A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, sem a participação do setor de produção.
(C) Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais por reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.
(D) Propriedade produtiva pode ser desapropriada para fins de reforma agrária, dada a imperiosa necessidade de se observar o interesse coletivo.

A: incorreta. O art. 188, § 1º, da CF determina área *superior a dois mil e quinhentos* hectares; **B:** incorreta. O art. 187, *caput*, da CF *exige a participação* efetiva do *setor de produção* na política agrícola; **C:** correta. A alternativa corresponde ao texto do art. 189, *caput*, da CF; **D:** incorreta. O art. 185, II, da CF dispõe que a *propriedade produtiva é insuscetível* de desapropriação para fins de reforma agrária.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.2) No que se refere à política urbana e a de reforma agrária, assinale a opção correta.

(A) É insuscetível de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra.
(B) O imóvel público situado na área urbana só pode ser adquirido por usucapião se estiver sendo ocupado há cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, como moradia familiar, desde que os membros da família não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.
(C) Compete à União desapropriar, por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
(D) O plano diretor, aprovado pela câmara municipal, é obrigatório para cidades que tenham mais de vinte mil eleitores, nos termos do que dispõe o Estatuto das Cidades.

A: correta (art. 185, I, da CF); **B:** incorreta. O bem público é imprescritível, portanto não pode ser adquirido por usucapião (art. 183, § 3º, da CF); **C:** incorreta. Essa modalidade de desapropriação *não* será paga mediante *indenização justa, prévia e em dinheiro, mas por meio de títulos da dívida agrária*, resgatáveis no prazo de até vinte anos (art. 184, *caput*, da CF); **D:** incorreta. A Constituição menciona *vinte mil habitantes e não eleitores* (art. 182, § 1º, da CF).

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2) Assinale a opção correta a respeito da atuação do Estado no domínio econômico.

(A) A CF proíbe a formação de monopólios, inclusive os estatais.
(B) O Estado promove a exploração direta de atividade econômica por meio de empresas públicas e sociedades de economia mista.
(C) As atividades monopolizadas pela União são impassíveis de delegação.
(D) O Estado pode estabelecer o controle de abastecimento e o tabelamento de preços.

A: incorreta. O art. 177 da CF enumera uma série de atividades que constituem *monopólio da União*, por exemplo, a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro; **B:** incorreta. Em regra, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da *segurança nacional* ou a *relevante interesse coletivo* (art. 173 da CF); **C:** incorreta. Observadas as condições previstas constitucional e legalmente, *poderá haver delegação* (art. 177, § 1º, da CF); **D:** correta. É o que se verifica no art. 174 da CF.

Gabarito "D"

(Magistratura/AC – 2008 – CESPE) Quanto aos princípios gerais da atividade econômica, da tributação e do orçamento, assinale a opção correta.

(A) É um princípio da ordem econômica o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.
(B) O IPTU progressivo é cabível apenas em relação a imóvel que não esteja cumprindo sua função social, de acordo com o plano diretor municipal.
(C) A abertura de crédito extraordinário, no orçamento, deve ser feita sempre por meio de lei.
(D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista submetem-se ao mesmo regime jurídico das empresas privadas.

A: art. 170, IX, da CF; **B:** atualmente, a CF prevê expressamente a progressividade do IPTU em razão do valor do imóvel – art. 156, § 1º, I, da CF; **C:** o crédito extraordinário pode ser aberto por norma infralegal – art. 167, § 3º, da CF e art. 44 da Lei 4.320/1964; **D:** a lei disporá sobre a sujeição das empresas públicas e das sociedades de economia mista que explorem atividade econômica ao regime próprio das empresas privadas (o texto constitucional original não previa a regulação por lei, mas sim a imposição expressa a esse regime jurídico), sem prejuízos de suas peculiaridades, como, por exemplo, a exigência de licitação – art. 173, § 1º, II e III, da CF.

Gabarito "A"

(Magistratura/PI – 2008 – CESPE) Com relação ao direito constitucional urbanístico, agrário e ecológico, assinale a opção correta.

(A) Conforme preveem a CF e os precedentes do STF, a Administração Pública não pode autorizar, licenciar ou permitir obras e(ou) atividades nos espaços territoriais protegidos, já que qualquer alteração ou supressão somente poderá ser feita por meio de lei.
(B) A propriedade rural atende a sua função social, segundo critérios e graus estabelecidos em lei, quando preenche, entre outros, o requisito constitucional da exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.
(C) O plano diretor, considerado instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, é obrigatório, conforme a CF, para todas as cidades.
(D) As operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária não estão isentas dos tributos estaduais ou municipais, mas apenas dos tributos federais.
(E) Conforme a CF, todo aquele que possuir, como sua, área urbana de até 250 m², por cinco anos ininterruptos, sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirirá o seu domínio, mesmo que seja proprietário de outro pequeno imóvel rural.

A: art. 225, § 1º, III e IV, da CF; **B:** art. 186, IV, da CF; **C:** o plano diretor é obrigatório apenas para as cidades com mais de vinte mil habitantes – art. 182, § 1º, da CF; **D:** a imunidade refere-se a todos os impostos (trata-se de imunidade, apesar de a CF fazer referência a isenção) – art. 184, § 5º, da CF; **E:** o usucapião previsto no art. 191 da CF não ocorre no caso de o interessado ser proprietário de qualquer imóvel rural ou urbano.

Gabarito "B"

(Magistratura/PI – 2008 – CESPE) No que concerne à ordem econômica e financeira do Estado, assinale a opção correta.

(A) A defesa do consumidor não é um princípio da ordem econômica, mas, sim, um direito fundamental de terceira geração.
(B) No que se refere aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, as empresas públicas e as sociedades de economia mista submetem-se exclusivamente ao regime jurídico próprio das empresas privadas.
(C) Constitui monopólio da União a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.
(D) Compete ao TCU fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros recebidos pelos estados ou municípios em decorrência de participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, ou de compensação financeira por essa exploração.
(E) Compete à justiça estadual julgar as demandas judiciais em que empresa pública ou sociedade de economia mista da União figurem como autoras ou rés.

A: a defesa do consumidor é indicada expressamente como princípio da ordem econômica – art. 170, V, da CF; **B:** a lei disporá sobre a sujeição das empresas públicas e das sociedades de economia mista que explorem atividade econômica ao regime próprio das empresas privadas (o texto constitucional original não previa a regulação por lei, mas sim a imposição expressa a esse regime jurídico), sem prejuízos de suas peculiaridades, como, por exemplo, a exigência de licitação – art. 173, § 1º, II e III, da CF; **C:** art. 177, II, da CF; **D:** o TCU não tem essa atribuição, com relação à aplicação das receitas pelos Estados e Municípios – art. 71 da CF; **E:** a competência é da justiça federal, nos termos e com as exceções do art. 109, I, da CF.

Gabarito "C"

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) Considerando a ordem econômica na CF, assinale a opção correta.

(A) A CF veda, de forma peremptória, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, ainda que necessária aos imperativos da segurança nacional.
(B) A criação de empresas públicas e sociedades de economia mista é forma de intervenção indireta do Estado na economia.
(C) Segundo a CF, o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida não depende de autorização ou concessão.
(D) É vedado pelo Estado o controle dos preços de bens e serviços, bem como o aumento do lucro, sob pena de violação ao fundamento constitucional da livre-iniciativa.

A: Não reflete o disposto no art. 173 da CF; **B:** São exemplos de participação do Estado na economia; **C:** Art. 176, § 4º, da CF; **D:** STF, ADIn 314-QO, Rel. Min. Moreira Alves: "Em face da atual Constituição, para conciliar o fundamento da livre-iniciativa e do princípio da livre concorrência com os da defesa do consumidor e da redução das desigualdades sociais, em conformidade com os ditames da justiça social, pode o Estado, por via legislativa, regular a política de preços de bens e de serviços, abusivo que é o poder econômico que visa ao aumento arbitrário dos lucros."

Gabarito "C"

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) Acerca da ordem econômica, assinale a opção incorreta.

(A) Inclui-se, entre os princípios da ordem econômica, a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de fabricação e prestação.
(B) Segundo a CF, os investimentos de capital estrangeiro serão, com base no interesse nacional, disciplinados por lei, a qual incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.
(C) Ressalvados os casos previstos na CF, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
(D) Constitui monopólio da União o transporte do petróleo bruto de origem nacional ou estrangeira, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.
(E) A União, os estados, o DF e os municípios devem dispensar às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, com vistas a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

A: art. 170, VI, da CF; **B:** art. 172 da CF; **C:** art. 173 da CF; **D:** o monopólio refere-se apenas ao transporte marítimo (não ao terrestre, por exemplo), além daquele realizado por meio de conduto – art. 177, IV, da CF; **E:** arts. 170, IX e 179, ambos da CF.

Gabarito "D"

17. ORDEM SOCIAL

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) No que se refere aos direitos e deveres das populações indígenas, julgue o item abaixo.

(1) No processo de demarcação de terra indígena situada em região de fronteira, o STF considera dispensável a manifestação do Conselho de Defesa Nacional no processo homologatório.

1: correta, STF, Pet 3388 (Raposa Serra do Sol): "(...) Somente à União, por atos situados na esfera de atuação do Poder Executivo, compete instaurar, sequenciar e concluir formalmente o processo demarcatório das terras indígenas, tanto quanto efetivá-lo materialmente, nada impedindo que o Presidente da República venha a consultar o Conselho de Defesa Nacional (inciso III do § 1º do art. 91 da CF), especialmente se as terras indígenas a demarcar coincidirem com faixa de fronteira. (...)".

Gabarito 1C

(Advogado – CEF – 2010 – CESPE) A respeito dos princípios constitucionais do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Segundo a jurisprudência do STF, a aposentadoria espontânea implica, por si só, extinção do contrato de trabalho.
(B) Não viola os princípios constitucionais da liberdade de associação e da liberdade sindical a norma legal que condiciona o recebimento do benefício do seguro-desemprego à filiação do interessado a uma colônia de pescadores de sua região, uma vez que essa exigência evita fraudes e otimiza o pagamento do referido benefício.
(C) O STF fixou jurisprudência no sentido de que a legislação superveniente que altera a política salarial fixada em norma coletiva de trabalho viola o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
(D) Compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho, não sendo obrigatório utilizar-se de lei complementar para disciplinar a matéria, que somente é exigida, conforme previsão da CF, para regrar a dispensa imotivada.
(E) O STF firmou entendimento no sentido de que há ofensa à CF no estabelecimento de um limite máximo de 150 salários mínimos, para além do qual os créditos decorrentes da relação de trabalho deixam de ser preferenciais, nas situações de falência da empresa, uma vez que há, na prática, verdadeira perda de direitos por parte dos trabalhadores.

A: incorreta, pois o STF firmou entendimento, reconhecendo a inconstitucionalidade do art. 453, § 2º, da CLT, que prevê a dispensa automática do empregador em decorrência de sua aposentadoria voluntária (AI 656.971 AgR, DJ 27/04/2011); **B:** incorreto, pois o entendimento firmado pelo STF foi justamente o contrário, isto é, no sentido de que há sim violação dos princípios constitucionais da liberdade de associação e da liberdade sindical (ADI 3.464, DJ 05/03/2009); **C:** incorreto, pois é pacífico o entendimento no STF no sentido de que descabe alegar direito adquirido a regime jurídico, bem como de que não há violação ao princípio da irredutibilidade de vencimentos, quando preservado o montante global da remuneração do servidor pela legislação superveniente (AI 751.703 AgR, julgado em 18/02/2011); **D:** correto, eis que este foi o entendimento firmado pelo STF (**ADI 3.934**, DJ 05/11/2009); **E:** incorreto, pois o entendimento do STF foi justamente o contrário, ou seja, no sentido de que tal limitação não ofende a Constituição (**ADI 3.934**, DJ 05/11/2009).

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2010.1) No que diz respeito à ordem social, assinale a opção correta.

(A) É lícita a decisão que, provinda de diretor de escola pública, impeça aluno de frequentar, temporariamente, aulas do ensino fundamental em razão do não pagamento de contribuição instituída pela associação de pais e mestres para custear despesas, de pequena monta, da escola.

(B) Por gozarem de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, as universidades públicas não estão sujeitas ao controle do tribunal de contas.

(C) Será impedido de concluir o curso fundamental o aluno que, matriculado em escola pública ou particular, não curse, pelo menos, um semestre de disciplina voltada para a educação religiosa.

(D) Entre os deveres do Estado para com o ensino fundamental, incluem-se as garantias de acesso gratuito do educando a material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A: incorreta. O ensino público fundamental é gratuito, não se permitindo que um aluno seja impedido de frequentar as aulas. Art. 208: "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; **B:** incorreta. O fato de as universidades públicas terem autonomia didático-científica não impede que as mesmas sejam fiscalizadas pelo Tribunal de Contas. Art. 207: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. § 1º. É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei (incluído pela Emenda Constitucional 11, de 1996)." Art. 70. "A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária" (Redação dada pela Emenda Constitucional 19, de 1998). Art. 71. "O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: I – apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público"; **C:** incorreta. Art. 210: "Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 1º – O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental"; **D:** correta. Art. 208. "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II – progressiva universalização do ensino médio gratuito; III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material **didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde**."

Gabarito "D"

(Agente de Polícia Federal/Escrivão de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Julgue o item abaixo, que trata da ordem social.

(1) A Constituição Federal de 1988 (CF) não reconhece aos índios a propriedade sobre as terras por eles tradicionalmente ocupadas.

1: correta, o Texto Constitucional garante aos índios apenas os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo-lhes a sua posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, rios e lagos nelas existentes (e não a sua propriedade) – art. 231, *caput* e § 2º, da CF.

Gabarito 1C

(Agente de Polícia/ES – 2009 – CESPE) Acerca da proteção constitucional dispensada à criança e ao adolescente, julgue os itens a seguir.

(1) Qualquer medida privativa de liberdade imposta a adolescentes deve ter como pressuposto a brevidade e excepcionalidade da medida.

(2) Estado, sociedade e família são os pilares da política da proteção especial à criança e ao adolescente instituída pela CF, nela estando abrangidos os programas de prevenção e de atendimento às crianças e aos adolescentes dependentes de substâncias entorpecentes e drogas afins.

1: correta (art. 227, § 3º, V, da CF). **2:** correta (art. 227, § 3º, VII, da CF – com redação dada pela EC 65/2010).

Gabarito 1C, 2C

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) No que se refere aos comandos constitucionais relativos à ordem social, assinale a opção correta.

(A) Considerando a proteção especial prevista na CF, não se aplica o princípio da reserva do possível no tocante à efetivação dos direitos assegurados aos idosos.

(B) Apesar de competir ao Poder Executivo outorgar e renovar a concessão, permissão ou autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, referidos atos somente produzem efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional.

(C) Como forma de apoiar e incentivar a capacitação tecnológica, a CF confere à União, aos estados, ao DF e aos municípios a faculdade de vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

(D) É privativa de brasileiro nato a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

(E) A admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros é privativa de instituições de pesquisa científica e tecnológica.

A: incorreta. Considerando a proteção especial prevista na CF, se aplica o princípio da reserva do possível no tocante à efetivação dos direitos assegurados aos idosos. O instituto da reserva do possível se originou na jurisprudência constitucional alemã, e os estudiosos do Direito Comparado frisam que conceitos constitucionais transplantados necessitam de interpretação e aplicação de uma maneira adaptada para as circunstâncias particulares de um contexto cultural e socioeconômico diferente, o que exige detalhada observância. Os critérios determinantes da reserva do possível são abstratos, parte da doutrina vem conferindo ao instituto o *status* de norma, especificamente, de princípio cujo escopo é solucionar eventuais conflitos entre âmbitos normativos que colidem. A tese da reserva do possível, no que tange às restrições aos direitos fundamentais, não é admitida em sentido amplo. Ora, tal tese imanta o poder público da possibilidade de não cumprir com o *mister* constitucionalmente obrigado. Assim sendo, a reserva do possível deve adaptar-se ao ordenamento jurídico brasileiro para ser instrumento de preservação do erário em prol dos cidadãos. Os direitos sociais demandam uma atuação positiva do Estado, e são por demais sensíveis ás limitações, o que gerou profundos embates doutrinários. Ora, os investimentos a serem feitos de acordo com o determinado em seu orçamento poder ter aparo na reserva do possível. A Suprema Corte com efeitos modulados visando não atingir o orçamento público, mesmo tendo uma norma sido considerada inconstitucional durante toda a sua

vigência, surge o conceito de reserva do possível, como uma forma de tentar adequar a realização de direitos à realidade. Indubitavelmente, os direitos sociais são indispensáveis para um bom desenvolvimento social, tais necessidades são apontadas pela própria sociedade. Por tal motivo, esses direitos serão caracterizados como núcleo valorativo constitucional. A não efetivação reflete negativamente na sociedade, causando sensação de injustiça. Estando os direitos sociais alicerçados no conceito de dignidade da pessoa humana, o mínimo existencial exige limites consubstanciados na Constituição. O Judiciário poderá efetivar os direitos fundamentais, respeitando as limitações impostas pelo texto constitucional. Parece racional, havendo necessidade, interferir, inclusive na projeção orçamentária com escopo de garantir a efetividade dos direitos fundamentais. Aos juízes caberá a avaliação das possibilidades para a concretização dos direitos do homem, fazendo transparecer o desejo de manter o Estado democrático de Direito. Deixando o Legislativo e o Executivo de atuar, de acordo com as suas atribuições, poderá o Judiciário intervir com escopo de garantir a aplicação das políticas públicas. O Brasil assume obrigações cuja finalidade seja a garantia dos direitos fundamentais ao cidadão. Entretanto, o Estado está vinculado a uma atuação no sentido de proporcionar ao cidadão uma condição mínima de bem-estar social, sobretudo, com o reconhecimento de que o indivíduo faz jus à dignidade como valor supremo e indisponível. **B:** correta, art. 223, § 3º da CF/88. Nos termos do art. 223, da CF, compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem. A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal. O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial. O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão; **C:** incorreta, pois de acordo com o art. 218, § 5º da CF/88 tal faculdade foi conferida apenas aos Estados e ao Distrito Federal; **D:** incorreta, pois conforme dispõe o art. 222, da CF/88, poderá também ser conferida a brasileiros naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País; **E:** incorreta, §§ 1º e 2º, do art. 207 da CF/88. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

Gabarito "B"

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta acerca da ordem social e dos direitos constitucionais dos trabalhadores.

(A) A CF estabelece que o Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura e, nesse sentido, estabelece a obrigatoriedade para os estados e o DF de vincularem até 0,5% de sua receita tributária líquida a fundo estadual de fomento à cultura.

(B) A CF admite a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens exclusivamente aos brasileiros natos.

(C) A CF não prevê, entre os direitos sociais coletivos dos trabalhadores, o direito de representação classista.

(D) O direito subjetivo dos idosos à gratuidade do transporte coletivo urbano é assegurado pela CF, em norma de eficácia plena.

(E) De acordo com a CF, a fundação de sindicato rural demanda autorização prévia do poder público e registro no órgão estatal competente.

A: Incorreta. A vinculação é facultativa (art. 216, § 6º, da CF); **B:** Incorreta. "A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País" (art. 222 da CF); **C:** Incorreta. Previu no art. 8º, I a VIII, da CF; **D:** Correta, réplica do art. 230, § 2º, da CF; **E:** Incorreta. Não reflete o disposto no art. 8º, I e parágrafo único, da CF.

Gabarito "D"

(Analista – Ministério do Meio Ambiente – 2008 – CESPE) Com base no direito constitucional, julgue os itens subsequentes.

(1) A instalação de obra ou atividade causadora, mesmo que apenas potencialmente, de significativa degradação do meio ambiente deve ser precedida por estudo de impacto ambiental, exigindo-se, ainda, o atendimento ao princípio da publicidade.

(2) Usinas que se destinam a operar com reator nuclear só poderão ser instaladas mediante definição do local específico de seu funcionamento, estabelecida por lei de cada estado ou do Distrito Federal.

1: correto, pois a Constituição estabelece a obrigação do Poder Público de exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade (art. 225, inciso IV); **2:** incorreto, pois as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas (art. 225, § 6º, da CF).

Gabarito 1C, 2E

(Agente Administrativo – Ministério do Trabalho – 2008 – CESPE) Acerca da ordem social, julgue o item que se segue.

(1) Considere que a diretora de uma escola pública de ensino fundamental passe a cobrar dos seus alunos uma anuidade como contribuição para a escola e que uma aluna, por não pagar tal anuidade, mesmo tendo condições econômicas para isso, tenha sido impedida pela diretora de assistir às aulas. Nesse caso, a conduta da diretora de impedir essa aluna de assistir às aulas não viola a Constituição.

1: Errada, a conduta da diretora dessa escola pública viola diretamente o art. 206, IV, da CF que determina que o ensino seja ministrado com base no princípio da **gratuidade** do ensino público em estabelecimentos oficiais. Paralelo ao tema há a Súmula Vinculante (STF) nº 12 que, ao tratar do ensino público nas universidades, e a questão tratasse do ensino em universidades, determina que a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, IV, da CF.

Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério do Trabalho – 2008 – CESPE) Acerca da ordem social, julgue o item que se segue.

(1) O inventário, a desapropriação e o tombamento são formas de proteção do patrimônio cultural brasileiro.

1: Correta, de acordo com o art. 216, § 1º, da CF, o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e **protegerá o patrimônio cultural brasileiro**, **por meio de inventários**, registros, vigilância, **tombamento e desapropriação**, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério do Trabalho – 2008 – CESPE) Acerca da ordem social, julgue o item que se segue.

(1) Sobre a receita de concursos de prognósticos incide contribuição social destinada a financiar a seguridade social.

1: Correta, de acordo com o art. 195, III, da CF, uma das receitas que contribui para o financiamento da seguridade social é a advinda da contribuição social que incide sobre a receita de concursos de prognósticos.

Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério do Trabalho – 2008 – CESPE) Acerca da ordem social, julgue o item que se segue.

(1) Mesmo que um servidor público federal possua regime próprio de previdência social, ele poderá ser contribuinte facultativo do regime geral de previdência social.

1:. Errada, conforme o art. 201, § 5º, da CF, é **proibida** a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério do Trabalho – 2008 – CESPE) Acerca da ordem social, julgue o item que se segue.

(1) Suponha que Maria, de 25 anos de idade, possua deficiência que a incapacita ao trabalho e que, na casa em que mora, com a mãe e mais cinco irmãos, a renda familiar seja de um salário mínimo. Nessa situação, Maria tem direito a benefício da assistência social, no valor de um salário mínimo por mês, mesmo na hipótese de jamais ter contribuído para a seguridade social.

1: Correta, de fato, de acordo com o art. 203, V, da CF, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, **independentemente de contribuição** à seguridade social, e tem como um dos objetivos a garantia de um salário **mínimo** de benefício mensal à **pessoa portadora de deficiência** e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. A norma que regulamenta este dispositivo é a Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).

Gabarito 1C

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) Tendo em vista o tratamento dado pela CF ao meio ambiente, assinale a opção correta.

(A) A CF prevê expressamente que a obrigação de preservar o meio ambiente é do poder público e da coletividade.
(B) O direito ao meio ambiente equilibrado não pode ser considerado direito fundamental, visto que não integra o rol dos direitos previstos no art. 5º da CF.
(C) Condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores a sanções penais ou administrativas, que não podem ser cumuladas com a obrigação de ressarcir o dano, sob pena de *bis in idem*.
(D) Usinas que operem com reator nuclear devem ter sua localização definida por decreto do presidente da República, sem o qual não podem ser instaladas.

A: Art. 225 da CF; **B:** Os direitos fundamentais não são apenas os listados no art. 5º ou no Título II da CF; **C:** As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (art. 225, § 3º, da CF); **D:** Em lei federal (art. 225, § 6º, da CF).

Gabarito "A"

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) No que concerne à ordem social, assinale a opção correta de acordo com o disposto na CF.

(A) Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base no caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão bipartite e com a participação dos trabalhadores e dos empregadores.
(B) Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem, de forma autônoma, do tempo de contribuição na administração pública ou na atividade privada, rural e urbana, não sendo lícita a compensação financeira entre os dois sistemas.
(C) É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, pelos estados, pelo DF e pelos municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, ainda que na qualidade de patrocinador.
(D) A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, o processamento e a transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.
(E) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, desde que o interessado seja contribuinte da seguridade social.

A: a gestão da seguridade social é quadripartite (trabalhadores, empregadores, aposentados e Governo) – art. 194, VII, da CF; **B:** é prevista a compensação financeira entre os regimes – art. 201, § 9º, da CF; **C:** os entes políticos e as entidades indicadas na assertiva somente podem aportar recursos em entidades de previdência privada na qualidade de patrocinadores, nos termos e observando o limite previsto no art. 202, § 3º, da CF; **D:** art. 199, § 4º, da CF; **E:** a assistência social independe de contribuição para a seguridade social – art. 203 da CF.

Gabarito "D"

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) Segundo a CF, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de

(A) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até cinco anos de idade.
(B) ensino fundamental e médio, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
(C) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente em escolas exclusivas para portadores de necessidades especiais.
(D) ensino religioso, de matrícula obrigatória nas escolas públicas de ensino fundamental.
(E) atuação prioritária dos municípios no ensino fundamental e médio.

A: art. 208, IV, da CF; **B:** o ensino médio não é obrigatório, embora o Estado tenha o dever de garantir sua progressiva universalização – art. 208, II, da CF; **C:** a educação aos portadores de deficiência deverá ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino – art. 208, III, da CF; **D:** a matrícula no ensino religioso é facultativa – art. 210, § 1º, da CF; **E:** os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil – art. 211, § 2º, da CF.

Gabarito "A"

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Acerca do Direito Constitucional, julgue o item a seguir.

(1) É compatível com a Constituição Federal (CF) o custeio de programas de assistência social mediante a utilização de receitas provenientes de contribuição para a seguridade social.

Art. 204 da CF.

Gabarito "C"

18. TEMAS COMBINADOS

(Analista – TRE/BA – 2010 – CESPE) Com relação aos direitos e às garantias fundamentais e aos direitos políticos, julgue os itens seguintes.

(1) Os sigilos bancário e fiscal são consagrados como direitos individuais constitucionalmente protegidos que podem ser excepcionados por ordem judicial fundamentada. Nesse sentido, é válida a quebra de sigilo bancário de membros do Congresso Nacional quando decretada por um TRE em investigação criminal destinada à apuração de crime eleitoral.
(2) A suspensão dos direitos políticos, na hipótese de condenação criminal transitada em julgado, cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independentemente de reabilitação ou de prova de reparação dos danos.

1: incorreta, art. 5º, XII, da CF. Apesar de o sigilo bancário não ser direito absoluto, sua quebra depende de decisão judicial (é medida que se submete à "reserva de jurisdição"). Entretanto, "o STF, sendo o juiz natural dos membros do Congresso Nacional nos processos penais condenatórios, é o único órgão judiciário competente para ordenar, no que se refere à apuração de supostos crimes eleitorais atribuídos a parlamentares federais, toda e qualquer providência necessária à obtenção de dados probatórios essenciais à demonstração de alegada prática delituosa, inclusive a decretação da quebra de sigilo bancário dos congressistas." (Rcl 511, Rel. Min. Celso de Mello); **2:** correta, art. 15, III, da CF.

Gabarito 1E, 2C

(Analista – TRE/BA – 2010 – CESPE) Acerca dos sistemas de controle de constitucionalidade e do sistema tributário nacional, julgue os itens que se seguem.

(1) Quando uma lei municipal afronta simultaneamente dispositivos previstos na CF e na constituição estadual, mesmo em se tratando de preceitos de repetição obrigatória, compete ao tribunal de justiça do estado processar e julgar originariamente eventual ação direta de inconstitucionalidade.
(2) Entre as regras constitucionais básicas referentes às limitações ao poder de tributar, destaca-se a que impõe a necessidade de prévia autorização orçamentária para a exigibilidade dos tributos.

1: correta, não cabe ADIn contra lei municipal, mas ela pode ser questionada no TJ local se contrariar a Constituição Estadual (art. 125, § 2º, da CF); **2:** incorreta, limitação não prevista nos arts. 150 a 152 da CF.
Gabarito 1C, 2E

(Analista – TRE/MT – 2010 – CESPE) Observando o disposto na CF, bem como sua interpretação pelo STF, assinale a opção correta.

(A) O Conselho Nacional de Justiça é um órgão do Poder Judiciário e tem jurisdição em todo território nacional.
(B) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica com o registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
(C) A reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo será permitida apenas uma vez, por igual período.
(D) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano após a data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra no período subsequente.
(E) Os deputados e senadores dispõem de legitimação ativa para suscitar o controle incidental de constitucionalidade pertinente à observância dos requisitos que condicionam a válida elaboração das proposições normativas que se achem em curso no âmbito de suas respectivas casas legislativas.

A: O CNJ é órgão do Poder Judiciário (art. 92, I-A, da CF) com atribuição em todo o território nacional, mas não exerce jurisdição (art. 103-B, § 4º, da CF); **B:** Não reflete o disposto no art. 17, § 2º, da CF; **C:** Não reflete o disposto no art. 62, § 10, da CF; **D:** Não reflete o disposto no art. 16 da CF; **E:** O STF admite a impetração de MS por deputados e senadores para evitar a *tramitação* de proposta de emenda constitucional que fira o art. 60, § 4º, da CF, por entender que os congressistas têm direito líquido e certo ao devido processo legislativo.
Gabarito "E"

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) A respeito do direito constitucional, julgue o item que se segue.

(1) Considerando que a lei orgânica seja equivalente, no município, à sua Constituição, se uma lei ordinária municipal ferir o disposto na lei orgânica do município, então essa lei ordinária estará sujeita ao sistema de controle de constitucionalidade.

1: Errada, não existe controle de constitucionalidade de leis municipais em relação à lei orgânica do Município, pois esta não tem natureza jurídica de norma constitucional. Apenas na esfera distrital é que pode haver controle concentrado, tomando por base a lei orgânica do Distrito Federal (Reclamação 3464, STF)
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) A respeito do direito constitucional, julgue o item que se segue.

(1) Para que um partido político tenha representação no Congresso Nacional, é suficiente que o partido tenha um só parlamentar em qualquer uma das Casas do Congresso.

1: Correta, segundo o STF, de fato, é suficiente que o partido tenha um só parlamentar em qualquer uma das Casas do Congresso. Além disso, quem representará o partido político será o seu Diretório Nacional ou Executiva do Partido (ADI, 1.449-8/AL)
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) A respeito do direito constitucional, julgue o item que se segue.

(1) Um promotor de justiça, no uso de suas atribuições, poderá ingressar com ação popular.

1: Errada, o Ministério Público atua como fiscal da lei e, como entidade pública autônoma, **não** pode ingressar com ação popular. Mas, se o cidadão propuser a ação e não der andamento, o promotor poderá, de acordo com o art. 9º da Lei 4.717/1965, promover o prosseguimento da ação.
Gabarito 1E

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) Acerca do tratamento do consumidor na Constituição Federal, julgue o item que se segue.

(1) Compete privativamente à União legislar sobre direito do consumidor.

1: Errada, de acordo com o art. 24, VIII, da CF, a competência é concorrente e não privativa da União.
Gabarito 1E

(Técnico – ANTAQ – 2009 – CESPE) Acerca do tratamento do consumidor na Constituição Federal, julgue o item que se segue.

(1) São princípios da ordem econômica a defesa do consumidor e a soberania nacional.

1: Correta, conforme dispõe o art. 170 da CF, são princípios que regem a ordem econômica os seguintes: I – a **soberania nacional**; II – a propriedade privada; III – a função social da propriedade; IV – a livre concorrência; V – a **defesa do consumidor**; VI – a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
Gabarito 1C

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Tendo em vista as competências dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, assinale a opção correta.

(A) Como instrumentos de fiscalização do Poder Legislativo, as comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo determinar as diligências que julgar necessárias, tomar depoimentos, ouvir indiciados e testemunhas, requisitar documentos de órgãos públicos e promover a responsabilidade civil e criminal dos infratores.
(B) Pela regra do quinto constitucional, na composição dos tribunais regionais federais, dos tribunais dos estados, do DF e territórios, e dos tribunais do trabalho, um quinto dos seus lugares será composto de membros do MP com mais de dez anos de carreira e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
(C) É da iniciativa privativa do presidente da República as leis que disponham acerca da organização da DPU, cabendo aos chefes dos Poderes Executivos estaduais a iniciativa de propor normas gerais para a organização das respectivas DPEs.
(D) O Conselho Nacional de Justiça é órgão de natureza administrativa, composto de membros oriundos não apenas do Poder Judiciário, mas também do MP, da advocacia e da sociedade, característica que não permite considerá-lo órgão integrante do Poder Judiciário.
(E) O Tribunal de Contas da União é órgão de orientação do Poder Legislativo, a este subordinado, apto a exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União.

A: incorreta. A responsabilização civil ou criminal é feita pelo Ministério Público (art. 58, § 3º, da CF); **B:** correta. Não existe "quinto" no STF (porque os cargos são de livre nomeação do Presidente da República), na justiça eleitoral (TSE e no TRE), além de no STJ a regra ser a do "terço" constitucional; **C:** incorreta, pois não reflete o disposto no art. 134, § 1º, da CF; **D:** incorreta. É órgão do Judiciário (art. 92, I-A, da CF). V., tb, art. 103-B, I a XIII, da CF; **E:** incorreta. É órgão auxiliar do Poder Legislativo (art. 71 da CF).
Gabarito "B"

14. Direito Administrativo

Wander Garcia, Flávia M. Barros Fabre, Georgia Renata Dias, Ivo Shigueru Tomita, Marcos Destefenni e Sebastião Edilson Gomes*

1. PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1.1. PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS EXPRESSOS NA CONSTITUIÇÃO

(Analista – TCU – 2009 – CESPE) Acerca dos princípios constitucionais que informam o Direito Administrativo, julgue os próximos itens.

(1) A Administração Pública responde civilmente pela inércia em atender uma situação que exige a sua presença para evitar uma ocorrência danosa. Exemplo disso é a situação em que há demora do Estado em colocar um para-raios em uma escola localizada em área com grande incidência de raios, o que leva a uma catástrofe, ao serem as crianças atingidas por um relâmpago em dia chuvoso. Nesse caso, o princípio da eficiência, que exige da Administração rapidez, perfeição e rendimento, deve incidir no processo de responsabilização do gestor público.

(2) O atendimento do administrado em consideração ao seu prestígio social angariado junto à comunidade em que vive não ofende o princípio da impessoalidade da Administração Pública.

(3) A probidade administrativa é um aspecto da moralidade administrativa que recebeu da Constituição Federal brasileira um tratamento próprio.

1: correta. Na realidade, o princípio da eficiência apresenta duas facetas: em relação ao modo de atuação do agente público, estabelece que esse deve ter o melhor desempenho possível de suas atribuições visando atingir os melhores resultados e, por outro lado, em relação ao modo de organização, estrutura e disciplina da Administração. Esse princípio estabelece como objetivo a boa administração, visando à melhor prestação do serviço público. A assertiva é em relação ao primeiro aspecto do princípio; **2:** incorreta. O princípio da impessoalidade veda que o agente público trate a coisa pública como se sua fosse e, em relação aos administrados, estabelece a vedação a favoritismos ou perseguições; **3:** correta. A probidade administrativa é espécie do gênero moralidade administrativa, qualificada pela conduta honesta do agente público, o qual, ao atuar, não se enriquece ilicitamente, obtém vantagem indevida, para si ou para outrem, ou causa dano ao erário.

Gabarito 1C, 2E, 3C

(Advogado – Anatel – 2009 – CESPE) O presidente de um tribunal de justiça estadual tem disponível no orçamento do tribunal a quantia de R$ 2.000.000,00 para pagamento de verbas atrasadas dos juízes de direito e desembargadores. Cada juiz e desembargador faz jus, em média, a R$ 130.000,00. Ocorre que o presidente da Corte determinou, por portaria publicada no Diário Oficial, o pagamento das verbas apenas aos desembargadores, devendo os juízes de direito aguardar nova disponibilização de verba orçamentária para o pagamento do que lhes é devido. O presidente fundamentou sua decisão de pagamento inicial em razão de os desembargadores estarem em nível hierárquico superior ao dos juízes. Irresignados, alguns juízes pretendem ingressar com ação popular contra o ato que determinou o pagamento das verbas aos desembargadores. Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue os itens subsequentes, acerca do controle e dos princípios fundamentais da administração pública.

(1) A decisão do presidente do tribunal de justiça violou o princípio da impessoalidade, na medida em que esse princípio objetiva a igualdade de tratamento que o administrador deve dispensar aos administrados que se encontrarem em idêntica situação jurídica.

(2) Respeitado o princípio da publicidade, uma vez que a decisão do presidente que determinou o pagamento aos desembargadores foi publicada mediante portaria no Diário Oficial, é correto afirmar que, em consequência, os princípios da moralidade e legalidade não foram violados.

(3) Mesmo sendo a hipótese de cabimento de ação popular, a associação de juízes que se sentiu lesada com o ato do presidente do tribunal tem legitimidade para propor esse tipo de ação.

1: correta; primeiro porque não existe subordinação hierárquica entre desembargadores em geral e juízes em geral; segundo porque, mesmo que existisse, esse fato não pode gerar privilégios não previstos em lei em favor dos desembargadores, sob pena de violação ao princípio da igualdade, um dos aspectos do princípio da impessoalidade; **2:** incorreta; há violação ao princípio da moralidade, pois não é ético privilegiar determinados agentes públicos em detrimento de outros; e há violação ao princípio da legalidade, pois não há lei autorizando esse tipo de discriminação; **3:** incorreta, pois a associação de juízes não tem legitimidade para propor ação popular, cuja legitimidade ativa é exclusiva do cidadão; a associação poderá promover mandado de segurança coletivo ou ação civil pública no caso.

Gabarito 1C, 2E, 3E

(Advogado – Anatel – 2009 – CESPE) Julgue o item abaixo, relativo aos poderes e deveres do administrador público.

(1) Governadores de estado devem obrigatoriamente observar o princípio da moralidade pública na prática de atos discricionários.

1: correta; aliás, todo e qualquer agente público no exercício de competência discricionária há de observar o princípio da moralidade pública, sem prejuízo da observância de outros princípios, como da legalidade e da razoabilidade.

Gabarito 1C

(Analista – TRE/MA – 2009 – CESPE) Acerca dos princípios constitucionais da administração pública, assinale a opção correta.

(A) Diferentemente do princípio da legalidade, o princípio da publicidade possui exceções, quando se refere, por exemplo, à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas.

(B) O princípio da autotutela refere-se ao poder e dever de declarar a nulidade dos próprios atos, desde que praticados em desacordo com a lei.

(C) Segundo os princípios da legalidade e da finalidade, os poderes concedidos à administração pública devem ser

* **Wander Garcia** comentou as questões do concurso de Defensoria/DF – 2013, Cartório/ES – 2013, Cartório/PI, Cartório/RR – 2013, Cartório/DF – 2014 e Promotor de Justiça/PI – 2014, Analista TCE/PR/2016, Analista TCE/PA/2016, Analista TRE/PI/2016, Analista TRT/8ª/2016, Juiz de Direito 2016 e Procurador do Estado 2016. **Georgia Renata Dias** comentou as questões dos concursos de Analista – STF – 2013 e Analista Judiciário – Área Administrativa – TRT8; **Ivo Shigueru Tomita** comentou as questões dos concursos de Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT8 – 2013, Técnico – STF – 2013 e Analista – TJ/CE – 2014. **Wander Garcia**, **Flávia M. Barros Fabre**, **Marcos Destefenni** e **Sebastião Edilson Gomes** comentaram as demais questões.

respaldados pelas devidas disposições legais. No entanto, tais poderes são ampliados quando a sua atuação fica aquém do mínimo necessário para suprir as demandas de atendimento ao interesse coletivo.

(D) O princípio da publicidade é um requisito formal dos atos administrativos, contratos e procedimentos, pois apenas a partir da publicação por instrumentos oficiais de divulgação, a exemplo dos diários oficiais, é que tais ações tornam-se transparentes e efetivas.

(E) O princípio da moralidade administrativa, por possuir relação com o princípio da legalidade, impõe que um ato, para ser legal, isto é, esteja em conformidade com a lei, precisa ser necessariamente moral.

A: correta – art. 2º, parágrafo único, V, da Lei 9.784/1999; **B:** incorreta – a autotutela permite que a Administração anule os atos ilegais e revogue os atos inconvenientes; **C:** incorreta – os poderes devem sempre respeitar a lei, não podendo ser ampliados para passar por cima dela; **D:** incorreta – a publicidade é um requisito de eficácia dos atos administrativos; **E:** incorreta – os dois princípios citados têm campos próprios de vinculação: o da legalidade impõe o respeito à lei; o da moralidade, por sua vez, impõe o respeito à moralidade administrativa, tirada do interior da Administração.

Gabarito "A"

1.2. PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS EXPRESSOS EM OUTRAS LEIS OU IMPLÍCITOS E PRINCÍPIOS COMBINADOS

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) No que se refere aos princípios e poderes da administração pública, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o princípio da impessoalidade, é possível reconhecer a validade de atos praticados por funcionário público irregularmente investido no cargo ou função, sob o fundamento de que tais atos configuram atuação do órgão e não do agente público.

(B) O princípio da hierarquia é aplicável quando o Estado cria pessoas jurídicas públicas administrativas, como forma de descentralizar a prestação de serviços públicos.

(C) O princípio da boa-fé está previsto expressamente na CF e, em seu aspecto subjetivo, corresponde à conduta leal e honesta do administrado.

(D) O poder disciplinar, que confere à administração pública a tarefa de apurar a prática de infrações e de aplicar penalidades aos servidores públicos, não tem aplicação no âmbito do Poder Judiciário e do MP, por não haver hierarquia quanto ao exercício das funções institucionais de seus membros e quanto ao aspecto funcional da relação de trabalho.

(E) Na administração pública, a hierarquia constitui elemento essencial, razão pela qual não é possível a distribuição de competências dentro da organização administrativa mediante a exclusão da relação hierárquica quanto a determinadas atividades.

A: correta, pois o princípio da impessoalidade tem três aspectos, quais sejam, i) dever de respeito à igualdade, ii) imputação dos atos dos agentes públicos diretamente à Administração (Teoria do Órgão) e iii) respeito à finalidade; o segundo aspecto do princípio justifica a afirmativa feita; **B:** incorreta, pois a hierarquia se dá de *órgão para órgão*, dentro de uma mesma pessoa jurídica; no caso, temos poder de uma *pessoa jurídica sobre outra pessoa jurídica*, de modo que há *controle* ou *tutela*, e não *hierarquia*; **C:** incorreta, pois esse princípio não está previsto expressamente na CF; ademais, o princípio da boa-fé deve ser visto em sua concepção objetiva, ou seja, relacionada à ética, e não em sua concepção subjetiva, pois esta diz respeito à boa-fé segundo a concepção particular de cada um; **D:** incorreta, pois todos os poderes têm sua Administração Pública, inclusive o Poder Judiciário; e tanto no Judiciário como no Ministério Público há subordinação administrativa, que se revela em situações como deferimento de férias, promoções, remoções e também no poder disciplinar sobre os membros desses órgãos; **E:** incorreta, pois a delegação de competência poderá, em determinadas situações, excluir a relação hierárquica entre dois órgãos ou agentes públicos, como na delegação da específica competência que gerava a relação de hierarquia entre o delegante e o delegatário.

Gabarito "A"

Ora, um Estado funcionalmente eficiente demanda um Direito Público que privilegie, por sua vez, a funcionalidade. Um Direito Público orientado por uma teoria funcional da eficiência. (...) A administração privada é sabidamente livre para perseguir as respectivas finalidades a que se proponha e, assim, a falta de resultados não traz repercussões outras que as decorrentes das avenças privadas, como ocorre, por exemplo, nas relações societárias. Distintamente, a administração pública está necessariamente vinculada ao cumprimento da Constituição e, por isso, os resultados devem ser alcançados, de modo que se não o forem, salvo cabal motivação da impossibilidade superveniente, está-se diante de uma violação praticada pelo gestor público, pois aqui existe relevância política a ser considerada.

Diogo de Figueiredo Moreira Neto. **Quatro paradigmas do direito administrativo pós-moderno**. Belo Horizonte: Ed.Fórum,2008, p.110-11(com adaptações).

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Considerando o texto acima e com base nos princípios que regem a administração pública, julgue os próximos itens.

(1) Com base no princípio da eficiência e em outros fundamentos constitucionais, o STF entende que viola a Constituição a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas.

(2) Segundo o STF, a falta de defesa técnica por advogado, no âmbito de processo administrativo disciplinar, não ofende a CF. Da mesma forma, não há ilegalidade na ampliação da acusação a servidor público, se, durante o processo administrativo, forem apurados fatos novos que constituam infração disciplinar, desde que rigorosamente observados os princípios do contraditório e da ampla defesa. O referido tribunal entende, também, que a autoridade julgadora não está vinculada às conclusões da comissão de processo administrativo disciplinar.

(3) Considere que Platão, governador de estado da Federação, tenha nomeado seu irmão, Aristóteles, que possui formação superior na área de engenharia, para o cargo de secretário de estado de obras. Pressupondo-se que Aristóteles atenda a todos os requisitos legais para a referida nomeação, conclui-se que esta não vai de encontro ao posicionamento adotado em recente julgado do STF.

1: correta (Súmula Vinculante/STF n. 13); **2:** correta (Súmula Vinculante/STF n. 5); **3:** correta, pois o STF entende que a Súmula Vinculante n. 13 não se aplica quando há nomeação de parente para cargo de secretário municipal, secretário estadual e ministro de Estado; aliás, por conta desse entendimento, vem se entendendo que outros cargos de natureza política (ex.: Diretor de Tribunal e Diretor de Casa Legislativa) também possibilitam nomeação sem respeito à súmula vinculante.

Gabarito 1C, 2C, 3C

2. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1. PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta em relação aos poderes administrativos e à organização administrativa.

(A) O poder vinculado significa que a lei deixou propositadamente certa faixa de opção para o exercício da vontade

psicológica do agente, limitado entretanto a escolha dos meios e da oportunidade para a concretização do ato administrativo.

(B) O poder discricionário é conferido à administração de forma expressa e explícita, com a norma legal já trazendo em si própria a determinação dos elementos e requisitos para a prática dos respectivos atos.

(C) O poder disciplinar consiste em distribuir e escalonar as funções, ordenar e rever as atuações e estabelecer as relações de subordinação entre os órgãos, inclusive seus agentes.

(D) Pela desconcentração rompe-se uma unidade personalizada e não há vínculo hierárquico entre a administração central e a pessoa estatal descentralizada. Assim, a segunda não é subordinada à primeira.

(E) A descentralização pressupõe pessoas jurídicas diversas: a que originalmente tem ou teria titulação sobre certa atividade e aquela a que foi atribuído o desempenho da atividade em causa.

A: incorreta, pois no poder vinculado não há margem de liberdade, já que a lei estabelece, objetivamente, cada requisito para a prática do ato; trata-se, neste caso, da definição do poder discricionário; **B:** incorreta, pois essa definição é de poder vinculado; **C:** incorreta, pois essa definição é de poder hierárquico; o poder disciplinar é correlato ao poder hierárquico, mas ambos não se confundem uma vez que no poder disciplinar a Administração controla o desempenho das funções executivas e a conduta dos seus agentes, responsabilizando-os pelas eventuais faltas cometidas; **D:** incorreta, pois a desconcentração é a distribuição de competência de órgão para órgão, e não de pessoa jurídica para outra "pessoa estatal descentralizada" e a alternativa "D" refere-se ao conceito de descentralização; **E:** correta, pois a descentralização, de fato, é a distribuição de competência de uma pessoa jurídica para outra pessoa jurídica, *vide*, por exemplo, o art. 37, XIX e XX, da CF.

Gabarito "E"

2.2. PODER HIERÁRQUICO

(Técnico Judiciário – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Quanto ao poder hierárquico e ao poder disciplinar, julgue os itens a seguir.

(1) A remoção de servidor ocupante de cargo efetivo para localidade muito distante da que originalmente ocupava, com intuito de puni-lo, decorre do exercício do poder hierárquico.

(2) A aplicação de penalidade criminal exclui a sanção administrativa pelo mesmo fato objeto de apuração.

1: errada, pois a afirmativa revela *poder disciplinar*, e não *poder hierárquico*; no entanto, é bom consignar que a situação narrada importa numa ilegalidade (*desvio de poder* ou *desvio de finalidade*), pois usou-se da *remoção* para punir e esse instituto não tem essa finalidade; **2:** errada, pois as punições criminais são independentes das punições administrativas.

Gabarito 1E, 2E

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o item abaixo, relativo aos poderes da administração.

(1) A relação hierárquica constitui elemento essencial na organização administrativa, razão pela qual deve estar presente em toda a atividade desenvolvida no âmbito da administração pública.

1: errada, pois há atividades desempenhadas pela Administração que não pressupõe a hierarquia, como é a atividade dos conselhos (Conselho do Meio Ambiente, Conselho da Criança e do Adolescente etc.).

Gabarito 1E

(Delegado/AC – 2008 – CESPE) Julgue o item subsequente.

(1) Considere que a Constituição da República determina que as polícias civis sejam dirigidas por delegados de polícia de carreira. Essa determinação confere aos delegados poder hierárquico e poder disciplinar sobre os servidores da polícia civil que lhes são subordinados.

1: incorreta, pois, no caso, é possível dizer que os delegados têm poder hierárquico, mas não quer dizer que têm poder disciplinar, pois um poder é independente do outro; o poder disciplinar é o poder de aplicar sanções pelo cometimento de infração disciplinar; normalmente, esse poder é conferido a mais de uma autoridade, sendo que a demissão, boa parte das vezes, é prerrogativa exclusiva do Chefe do Executivo.

Gabarito 1E

2.3. PODER REGULAMENTAR

(Agente Administrativo – Ministério do Trabalho – 2008 – CESPE) Acerca dos poderes públicos, julgue o item a seguir.

(1) Se o Presidente da República, ao regulamentar uma lei para a sua fiel execução, exorbite dos limites legais impostos, então, nesse caso, é possível a edição de decreto legislativo por parte do Senado Federal para sustar o dispositivo do decreto presidencial que ultrapassou os limites legais.

1: incorreta. Caso o Presidente da República exorbite de seu poder regulamentar, o *Congresso Nacional* deverá sustar tal ato normativo – art. 49, V da CF/88.

Gabarito 1E

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta com relação ao decreto.

(A) O presidente da República pode, mediante decreto, extinguir cargos públicos quando vagos.

(B) O presidente da República pode, mediante decreto, extinguir órgãos e entes públicos.

(C) O presidente da República pode dispor, por meio de decreto, sobre o aumento de salário para os servidores públicos.

(D) O decreto autônomo é, em regra, admitido no ordenamento jurídico brasileiro, desde que não viole direitos fundamentais.

(E) O decreto, no ordenamento jurídico brasileiro, não pode inovar na ordem jurídica, visto que tem natureza secundária, e deve sempre regulamentar uma lei.

A: correta (art. 84, VI, "b", da CF); **B** e **C:** incorretas, pois é possível, por decreto, que o Presidente da República disponha sobre a organização e funcionamento da administração, desde que não haja criação ou extinção de órgãos públicos, nem aumento de despesa (art. 84, VI, "a", da CF); **D:** incorreta, pois a regra é que o decreto seja só de *execução de lei* e não *autônomo de lei*; assim, um decreto não pode inovar na ordem jurídica, mas apenas explicar a lei; os decretos autônomos de lei são excepcionais e previstos no art. 84, VI, da CF; **E:** incorreta, pois a palavra "sempre" não se coaduna com a exceção prevista no art. 84, VI, da CF, pela qual, nos casos lá previstos, cabe decreto autônomo de lei.

Gabarito "A"

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Em razão da impossibilidade de que as leis prevejam todas as contingências que possam surgir na sua execução, em especial nas diversas situações que a administração encontrar para cumprir as suas tarefas e optar pela melhor solução, é necessária a utilização do poder administrativo denominado poder

(A) hierárquico.

(B) de polícia.

(C) vinculado.

(D) regulamentar.

(E) disciplinar.

A lei nem sempre entra nos detalhes de como, na prática, será aplicada pelos agentes públicos. Para explicar a lei e traçar o modo como ela será executada no plano concreto, a Administração se vale do *poder regulamentar*.

Gabarito "D"

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) O modelo regulatório propõe a extensão ao setor dos serviços públicos de concepções desenvolvidas na atividade econômica privada. Somente incumbe ao Estado desempenhar atividades diretas

nos setores em que a atuação da iniciativa privada, orientada à acumulação egoística de riqueza, colocar em risco valores coletivos ou for insuficiente para propiciar sua plena realização.

Marçal Justen Filho. **Curso de direito administrativo**. Saraiva: São Paulo, 2005, p. 450 (com adaptações).

Assinale a opção correta com relação aos poderes regulador, regulamentar e de polícia.

(A) Uma distinção significativa entre o poder de polícia e a regulação é que, no modelo de Estado regulador, as sanções não possuem necessariamente natureza repressiva, admitindo-se também sanções positivas ou premiais, como o fomento, por exemplo.

(B) No direito brasileiro, a atividade regulamentar restringe-se aos decretos de execução, não sendo permitida a existência de outros atos normativos infralegais.

(C) O decreto regulamentar somente poderá ser sustado por meio de controle judicial, jamais por ato do Poder Legislativo.

(D) O efetivo ou potencial exercício do poder de polícia da administração poderá ser remunerado por meio de taxa.

(E) A distinção entre regulação e regulamentação, no modelo de Estado regulador, não tem razão de ser. Em qualquer situação, cabe ao Estado, por meio do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, concretizar os valores constitucionais dos serviços públicos ou do mercado. Nesse contexto, não é inconstitucional uma lei que delegue ao Poder Executivo a atribuição de regulamentá-la, mediante decreto, e que esse decreto venha a definir, por si mesmo, as condições ou os requisitos necessários ao nascimento do direito material.

A: correta. O poder de polícia consiste na faculdade que possui a Administração Pública de estabelecer limitações à liberdade e à propriedade em prol do bem comum. Em geral, impõe um *non facere*, isto é, impõe ao particular uma abstenção. As sanções aplicadas em decorrência da inobservância dessas limitações são de natureza repressiva, visando a punir o infrator. O perfil do poder regulatório da Administração Pública é diverso. O art. 174 da CF/1988 estabelece que o Estado é um agente normativo e *regulador* da atividade econômica. Essa regulação econômico-social consiste "na atividade estatal de intervenção indireta sobre a conduta dos sujeitos públicos e privados, de modo permanente e sistemático, para implementar as políticas de governo e a realização dos direitos fundamentais" (JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. Saraiva: São Paulo, 2005, p. 447). Ela se vale tanto de imposições de abstenção (*non facere*) como de promoção (*facere*) como solução para atingir os objetivos delineados pelo Estado. Possui, portanto, uma função repressiva mas também promocional (fomento); **B:** incorreta. Segundo Hely Lopes Meirelles, e como já citado acima, o poder regulamentar "é a faculdade de que dispõem os Chefes de Executivo (Presidente da República, Governadores e Prefeitos) de explicar a lei para sua correta execução, ou *de expedir decretos autônomos* sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei"; **C:** incorreta. É da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa (art. 49, V, da CF/1988); **D:** incorreta. Apenas o regular exercício do poder de polícia pode ser remunerado por taxas, ao passo que a utilização efetiva ou potencial dos serviços público dá ensejo à sua cobrança. Vejamos o que diz o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966): "Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o *exercício regular do poder de polícia*, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição"; **E:** incorreta. Poder regulamentar e função regulatória não se confundem. Como vimos, poder regulamentar é "é a faculdade de que dispõem os Chefes de Executivo (Presidente da República, Governadores e Prefeitos) de explicar a lei para sua correta execução, ou *de expedir decretos autônomos* sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei", ao passo que a regulação é uma das funções administrativas do Estado, consistente "na atividade estatal de intervenção indireta sobre a conduta dos sujeitos públicos e privados, de modo permanente e sistemático, para implementar as políticas de governo e a realização dos direitos fundamentais" (JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. Saraiva: São Paulo, 2005, p. 447).

Gabarito "A"

2.4. PODER DE POLÍCIA

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Tavares é dono de um bar em local de intensa atividade noturna. Devido ao reduzido espaço na parte interna de seu estabelecimento, Tavares costuma colocar mesas na calçada em frente ao bar e na área lateral deste. Com o passar do tempo, visando proporcionar maior conforto aos seus clientes, Tavares decidiu cercar e cobrir a área pública, incorporando-a ao seu estabelecimento. Informados da situação, os fiscais da prefeitura autuaram Tavares por invasão de área pública, concedendo-lhe prazo para que sanasse a ilegalidade. Tavares, contudo, quedou-se inerte. Vencido o prazo concedido pela prefeitura para a regularização da situação, observados os devidos procedimentos legais, os fiscais demoliram a construção em área pública.

Tendo como referência a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

(A) No caso apresentado, a administração pública valeu-se de seu poder hierárquico.

(B) Os fiscais agiram acertadamente, visto que, após juízo de discricionariedade, praticaram o ato que entenderam mais apropriado para o caso.

(C) A prefeitura deveria ter ingressado com ação demolitória em juízo, uma vez que, em estado democrático de direito, ninguém deve ser privado de seus bens sem o devido processo legal.

(D) A prefeitura agiu com acerto, pois a administração pública pode valer-se de seus poderes administrativos para impor limites ao exercício de direitos e liberdades individuais e, assim, evitar danos à coletividade, sem ter de recorrer ao Poder Judiciário.

(E) Caso Tavares estivesse ocupando a área por mais de cinco anos, o direito de a administração pública questionar a ocupação estaria prescrito, e Tavares poderia incorporar a área pública a seu estabelecimento.

A: incorreta, pois a Administração se valeu de seu poder de polícia; **B:** incorreta, pois os fiscais devem obedecer à lei e não ao juízo pessoal sobre o que é de interesse público ou não; naturalmente que a lei, em certos casos, confere margem de liberdade ao agente público, mas a alternativa não mencionada que foi a lei que estabeleceu a discricionariedade aos agentes públicos; **C:** incorreta, pois no caso se tem invasão a um *bem público*, invasão essa que, como se sabe, não gera *posse* em favor do invasor (com todos os efeitos típicos da *posse*), mas mera *detenção*, de modo que a Administração pode agir sem ter de buscar apreciação jurisdicional; naturalmente, em casos mais complexos (por exemplo, uma ocupação de área pública por grande número de pessoas que passam a habitar o local), recomenda-se, na prática, o ingresso com ação de reintegração de posse; **D:** correta, principalmente em homenagem ao princípio do interesse público sobre o particular, aliado ao poder de polícia, não havendo necessidade, no caso narrado, de ingresso em juízo para regularizar a situação; **E:** incorreta, já que a área ocupada, por ser pública, não se sujeita à prescrição aquisitiva (art. 102 do CC)

Gabarito "D"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Acerca do exercício do poder de polícia, assinale a opção correta.

(A) As normas decorrentes do exercício do poder de polícia municipal são aplicadas para restringir direitos dos estados e da União, desde que a atuação esteja dentro dos limites de sua competência.

(B) A jurisprudência do STF, de modo geral, admite a delegação de poder de polícia a uma entidade particular, desde que atendido o interesse público.

(C) Segundo jurisprudência pacífica do STF, é legal a aplicação de sanção de impedimento do exercício profissional no

caso de inadimplência da anuidade junto ao respectivo conselho de fiscalização profissional.

(D) O exercício do poder de polícia pela União exclui a atuação dos estados, mas não aos municípios, em razão do interesse local.

(E) O exercício do poder de polícia prescinde de lei específica.

A: correta, pois a União e os Estados não têm imunidade ao cumprimento das normas que estão no contexto da competência municipal; assim, quando a União, por exemplo, construir um imóvel, terá de obedecer às regras do Código de Obras e das leis de zoneamento e de uso e ocupação do solo, todas municipais; **B:** incorreta, pois o poder de polícia só pode ser exercido por autoridade pública; o particular, nesse sentido, só pode contribuir *materialmente* (e não *volitivamente*) para o exercício do poder de polícia (ex.: uma empresa particular pode operar um radar de trânsito, mas a multa de trânsito, elemento de vontade, só pode ser expedida por autoridade administrativa); **C:** incorreta, pois a questão não está pacificada no STF, que ainda não se pronunciou definitivamente sobre o tema; de qualquer maneira, é bom lembrar que o STF vem restringindo a utilização de constrangimentos exagerados para a cobrança de tributos, o que poderá mudar o panorama das decisões existentes sobre o assunto, que, em sua maioria, admitem o impedimento do exercício da profissão por inadimplência na anuidade, principalmente se o impedimento estiver previsto em lei (art. 5º, XIII, da CF); **D:** incorreta, pois, em matéria ambiental, por exemplo, como existe competência comum administrativa da União, dos Estados, do DF e dos Municípios (art. 23 da CF), o poder de polícia de uma entidade não exclui o da outra; naturalmente, quem expedir a primeira autuação, terá sua penalidade mantida; **E:** incorreta, pois, pelo princípio da legalidade, é necessário lei para a Administração condicionar e restringir a liberdade e a propriedade das pessoas.

Gabarito "A"

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) A Lei nº 9.873/1999 estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela administração pública federal, direta e indireta, e dá outras providências. Acerca das disposições dessa lei e dos demais temas relacionados ao poder de polícia, assinale a opção correta.

(A) A Lei nº 9.873/1999, que não se aplica às infrações de natureza funcional nem aos processos e procedimentos de natureza tributária, dispõe que o prazo prescricional da ação punitiva da administração pública, no exercício do poder de polícia, é de cinco anos, contados da data em que o ato tornou-se conhecido.

(B) O procedimento administrativo instaurado no exercício do poder de polícia visando à aplicação de penalidade sofrerá prescrição intercorrente se for paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho. Os autos, contudo, só serão arquivados mediante requerimento da parte interessada.

(C) Mesmo sem autorização legal expressa, o atributo da autoexecutoriedade do poder de polícia autoriza o exercício desse poder quando necessária a prática de medida urgente, sem a qual poderá ocorrer prejuízo maior aos bens de interesse público.

(D) Os atributos da autoexecutoriedade e da coercibilidade são exclusivos dos atos decorrentes do poder de polícia. O atributo da discricionariedade, apesar de verificado nos atos praticados no exercício de outros poderes da administração, é um atributo marcante do poder de polícia, pois todos os atos decorrentes desse poder são necessariamente discricionários.

(E) Segundo entendimento do TRF da 5.ª Região, a Polícia Rodoviária Federal pode apreender veículo utilizado no transporte irregular de passageiros ou de madeira e, independentemente de previsão expressa em lei, condicionar a sua devolução ao pagamento da multa aplicada.

A: incorreta, pois o prazo de 5 anos é contado da data da prática do ato e, no caso das infrações permanentes ou continuadas, do dia da cessação da permanência (art. 1º, *caput*, da Lei 9.873/1999); **B:** incorreta, pois o arquivamento também pode ser feito de ofício (art. 1º, § 1º, da Lei 9.873/1999); **C:** correta, pois o atributo da autoexecutoriedade pode ser utilizado quando a lei expressamente autorizar ou quando se estiver diante de situação de urgência, em que não há como aguardar provimento jurisdicional; **D:** incorreta, pois os atributos mencionados também podem existir em outros atos administrativos; por exemplo, o atributo da autoexecutoriedade também está presente na *requisição administrativa de bens ou serviços*; ademais, nem todo exercício do poder de polícia é discricionário, havendo casos em que a lei tipifica de modo objetivo e claro como o poder de polícia deverá atuar, situação em que se terá competência vinculada, e não discricionária; **E:** incorreta, pois o princípio da legalidade impõe que a Administração só possa agir quando houver lei autorizando; ademais, é questionável condicionar a devolução de bens ao pagamento de multas, havendo decisões em sentido contrário nos tribunais.

Gabarito "C"

2.5. PODERES ADMINISTRATIVOS COMBINADOS

(Agente de Polícia/ES – 2009 – CESPE) Julgue os itens seguintes, acerca da competência administrativa e de sua avocação e delegação.

(1) A competência é requisito de validade do ato administrativo e se constitui na exigência de que a autoridade, órgão ou entidade administrativa que pratique o ato tenha recebido da lei a atribuição necessária para praticá-lo.

(2) Na delegação de competência, a titularidade da atribuição administrativa é transferida para o delegatário que prestará o serviço.

(3) Também os poderes administrativos, a exemplo do poder de polícia, podem ser delegados a particulares.

(4) Para que haja a avocação não é necessária a presença de motivo relevante e justificativa prévia, pois esta decorre da relação de hierarquia existente na Administração Pública.

1: correta, pois a competência significa que ato administrativo só pode ser realizado por agente público que tenha poder legal para praticá-lo. Esta é a primeira condição para que o ato administrativo seja efetivamente válido. A rigor, pode-se dizer que a competência resulta de lei, sendo que o ato administrativo realizado por agente incompetente, ou que exceda os limites legais, resulta inválido; **2:** incorreta, pois a delegação de competência, a qual encontra amparo nos arts. 11 a 15 da Lei 9.784/1999. Neste caso, o superior hierárquico confere a um subordinado, o exercício temporário de algumas atribuições que competem originalmente ao delegante (art. 12), exceto na edição de atos de caráter normativo; decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade (art. 13), devendo ocorrer somente em caráter excepcional (art. 15), não podendo o delegante renunciar as suas competências nem transferir a titularidade delas (art. 11); **3:** incorreta, pois os poderes administrativos são conferidos à Administração Pública pelo ordenamento jurídico para que possam atingir a finalidade única, que é o interesse público, sendo intransferíveis e irrenunciáveis, não podendo o Administrador Público dele declinar sob pena de ser responsabilizado; **4:** incorreta, pois avocação será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados (art. 11 da Lei 9.784/1999).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

3. ATOS ADMINISTRATIVOS

3.1. CONCEITO, PERFEIÇÃO, VALIDADE E EFICÁCIA

(Técnico – ANATEL – 2009 – CESPE) Acerca do conceito de ato administrativo, julgue o item abaixo.

(1) Atos administrativos são aqueles praticados exclusivamente pelos servidores do Poder Executivo, como, por exemplo, um decreto editado por ministro de estado ou uma portaria de secretário de justiça de estado da Federação.

1: incorreta. Também praticam atos administrativos não apenas o Poder Executivo, mas também os Poderes Legislativo, Judiciário, o Ministério Público, os Tribunais de Contas e etc., quando esses estiverem no exercício de suas respectivas funções administrativas atípicas.

Gabarito 1E

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O ato administrativo está sujeito a regime jurídico administrativo, razão pela qual o ato de direito privado praticado pelo Estado não é considerado ato administrativo.

1: correto; são exemplos de ato de direito privado praticado pelo Estado os seguintes: contrato de locação em que o Estado é locatário, contrato de seguro contratado pelo Estado, contrato de financiamento (mútuo) contratado pelo Estado e emissão de cheque pelo Estado.
Gabarito 1C

(Advogado – Anatel – 2009 – CESPE) Julgue o item seguinte, referente aos atos administrativos.

(1) Ato administrativo é aquele praticado no exercício concreto da função administrativa pelos órgãos do Poder Executivo ou pelos órgãos judiciais e legislativos. Assim, um tribunal de justiça estadual, quando concede férias aos seus servidores, desempenha uma função administrativa.

1: correta, pois o Executivo pratica, tipicamente, a atividade administrativa, ao passo que o Legislativo e o Judiciário praticam, tipicamente, as atividades legislativa e jurisdicional, respectivamente, bem como praticam, atipicamente, atividades administrativas.
Gabarito 1C

3.2. REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO (ELEMENTOS, PRESSUPOSTOS)

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) A respeito dos atos administrativos, assinale a opção correta.

(A) Segundo a doutrina majoritária, sujeito, motivo, finalidade, causa e forma são pressupostos de existência do ato administrativo; objeto e pertinência do ato, pressupostos de validade.
(B) São elementos do ato administrativo o conteúdo (ou objeto) e a forma (ou formalização), os dois de índole obrigatória, sendo certo que a forma é o revestimento exterior do ato.
(C) Motivo ou móvel são expressões sinônimas, significando a realidade objetiva e externa do agente que corresponde àquilo que suscita a vontade da administração pública.
(D) São atributos do ato administrativo: a presunção de legitimidade, a imperatividade, a exigibilidade e a executoriedade, sendo este último a qualidade pela qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
(E) Os efeitos atípicos dos atos administrativos subdividem-se em prodrômicos e reflexos. Os primeiros existem enquanto perdura a situação de pendência do ato; os segundos atingem terceiros não objetivados pelo ato.

A: incorreta, pois houve uma inversão e algumas imprecisões nas descrições feitas, que utilizam como fundamento a doutrina de Celso Antônio Bandeira de Mello; são pressupostos de existência do ato o *conteúdo*, a *pertinência à função administrativa* e a *forma*, ao passo que são pressupostos de validade o *sujeito* (que deve ser competente, capaz e não impedido), o *motivo*, a *finalidade*, os *requisitos procedimentais*, a *causa* e a *formalização*; **B:** incorreta, pois são elementos o conteúdo, a pertinência à função administrativa e a forma; **C:** incorreta, pois *motivo* é o fundamento de fato que autoriza a pratica do ato, ao passo que *móvel* é a intenção do agente; **D:** incorreta, pois o último atributo é denominado autoexecutoriedade; não bastasse, a definição dada para autoexecutoriedade é, na verdade, a definição de imperatividade; **E:** correta, pois traz a definição exata dos efeitos atípicos dos atos administrativos.
Gabarito "E"

(Analista – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Julgue o item a seguir

(1) O desvio de finalidade do ato administrativo verifica-se quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

1: a definição está correta e diz respeito ao desvio de finalidade, também chamado de desvio de poder.
Gabarito 1C

O governador do estado do Rio de Janeiro emitiu um decreto, para fiel execução das leis, após aprovação de parecer da procuradoria-geral do estado, disciplinando a lei X. No entanto, entendeu-se, após o mesmo gerar os efeitos que dele se esperava, que o referido decreto, em alguns pontos, estaria ultrapassando os limites legais, regulando matéria que não estava contida na lei X.

3.3. ATRIBUTOS DO ATO ADMINISTRATIVO

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Acerca dos atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

I. A imperatividade é a característica do ato administrativo que faz com que esse ato, tão logo seja praticado, possa ser imediatamente executado e seu objeto, imediatamente alcançado.
II. A presunção de legitimidade dos atos administrativos é *iuris tantum*.
III. Todo ato administrativo é autoexecutável.
IV. São atributos dos atos administrativos a presunção de legitimidade, a imperatividade, a exigibilidade e a autoexecutoriedade.

Estão certos apenas os itens

(A) I e III.
(B) II e IV.
(C) III e IV.
(D) I, II e III.
(E) I, II e IV.

I: incorreta, pois a definição dada é do atributo *autoexecutoriedade*; **II:** correta, pois a expressão *juris tantum* indica que a presunção de legitimidade é relativa, e não absoluta (cuja expressão utilizada é *juris et de jure*); **III:** incorreta, pois a autoexecutoriedade somente existe quando a lei expressamente autorizar ou quando não houver tempo de buscar a prestação jurisdicional; **IV:** correta, valendo conferir o texto introdutório que trouxemos no início deste capítulo.
Gabarito "B"

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Em decorrência do atributo da presunção de veracidade, não pode o ato administrativo ter sua validade apreciada de ofício pelo Poder Judiciário.

1: correta, sendo certo que o Judiciário poderá, sim, apreciar a validade do ato administrativo, caso venha a ser provocado para tanto.
Gabarito 1C

(Analista – TRE/MA – 2009 – CESPE) No tocante aos atos administrativos, assinale a opção correta.

(A) A revogação do ato administrativo produz efeitos *ex tunc*.
(B) O ato administrativo se sujeita ao regime jurídico de direito público ou de direito privado.
(C) A imperatividade é atributo presente em todos os atos administrativos, inclusive naqueles que conferem direitos solicitados pelos administrados e nos atos enunciativos.
(D) A tipicidade é atributo do ato administrativo constante unicamente nos atos unilaterais, razão pela qual não se faz presente nos contratos celebrados pela administração pública.
(E) A permissão é ato administrativo bilateral e vinculado pelo qual a administração faculta ao particular a execução de serviço público ou a utilização privativa de bem público.

A: incorreta – a revogação produz efeitos não retroativos (*ex nunc*); **B:** incorreta – a Administração Pública pratica *atos administrativos* (sujeitos somente ao regime de direito público) e *atos regidos pelo direito privado* (ex.: locação em que a Administração é locatária); os primeiros são regidos apenas pelo direito público; **C:** incorreta – a imperatividade é qualidade do ato pela qual a Administração impõe obrigações a terceiros; os atos citados não importam na criação de obrigações para terceiros, não se podendo falar, então, no atributo da imperatividade; **D:** correta – pela tipicidade (também um atributo do

ato administrativo), os atos administrativos devem corresponder aos tipos previstos em lei; no caso, somente se pode falar em tipicidade quanto a atos unilaterais da Administração; **E:** incorreta – a permissão é ato administrativo *unilateral*, *discricionário* e precário.

Gabarito "D"

3.4. EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

(OAB - CESPE – 2010.1) Assinale a opção correta no que se refere à revogação dos atos administrativos.

(A) A revogação do ato administrativo produz efeitos *ex tunc*.
(B) Atos vinculados não podem ser objeto de revogação.
(C) A revogação pode atingir certidões e atestados.
(D) Atos que gerarem direitos adquiridos poderão ser revogados.

A: incorreta. A revogação do ato administrativo produz efeitos *ex nunc*. Doutrina: Maria Sylvia Zanella Di Pietro. **Direito administrativo**. 22. ed., p. 249; **B:** correta. Os atos vinculados não podem ser objeto de revogação porque não possuem margem de discricionariedade, ou seja, não há aspectos relativos à oportunidade e conveniência. Doutrina: *Idem*, *ibidem*; **C:** incorreta. A revogação não pode atingir tais atos (certidões, atestados etc.), já que os efeitos deles decorrentes são oriundos de lei e dizem respeito a situações fáticas imodificáveis pela vontade da Administração Pública. Doutrina: *Idem*, *ibidem*, p. 250; **D:** incorreta. Tais atos não podem ser revogados (o juízo de conveniência e oportunidade da administração não pode atingir os direitos adquiridos). Doutrina: *Idem*, *ibidem*.

Gabarito "B"

(OAB - CESPE – 2009.3) Acerca das modalidades de extinção dos atos administrativos, assinale a opção correta.

(A) A revogação configura modalidade de extinção cuja retirada ocorre por motivos de conveniência, oportunidade e ilegalidade.
(B) A renúncia é modalidade de extinção por meio da qual são extintos os efeitos do ato por motivos de interesse público.
(C) A cassação configura modalidade de extinção em que a retirada decorre de razões de oportunidade e de conveniência.
(D) A caducidade configura modalidade de extinção em que ocorre a retirada por ter sobrevindo norma jurídica que tornou inadmissível situação antes permitida pelo direito e outorgada pelo ato precedente.

A: incorreta. A revogação se dá por motivo de conveniência e oportunidade, e não por motivo de ilegalidade; esta é motivo para a *anulação* do ato administrativo, e não para a *revogação* deste; **B:** incorreta. A renúncia é a extinção do ato administrativo feita a pedido do beneficiário do ato; **C:** incorreta. A cassação é a extinção do ato administrativo pelo descumprimento, pelo particular, dos requisitos para continuar se beneficiando do ato; **D:** correta. O conceito de caducidade está correto; outro conceito possível é aquele pelo qual a caducidade é a extinção de um ato administrativo pela ilegalidade superveniente que atinge este.

Gabarito "D"

3.5. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E ATOS EM ESPÉCIE

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

1) O ato composto é aquele que resulta de manifestação de dois ou mais órgãos, singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para a formação de um único ato.

1: incorreta, pois essa definição é ato de complexo; o ato composto é aquele em que dois ou mais órgãos formam dois ou mais atos, e não um único ato.

Gabarito 1E

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Acerca da advocacia pública consultiva, julgue o item a seguir.

(1) No que tange às repercussões da natureza jurídico-administrativa do parecer jurídico, o STF entende que: quando a consulta é facultativa, a autoridade não se vincula ao parecer proferido, de modo que seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo; por outro lado, quando a consulta é obrigatória, a autoridade administrativa se vincula a emitir o ato tal como submetido à consultoria, com parecer favorável ou contrário, e, se pretender praticar ato de forma diversa da apresentada à consultoria, deverá submetê-lo a novo parecer; por fim, quando a lei estabelece a obrigação de decidir à luz de parecer vinculante, essa manifestação de teor jurídico deixa de ser meramente opinativa, não podendo a decisão do administrador ir de encontro à conclusão do parecer.

1: Correta, pois na *consulta facultativa*, a autoridade não é obrigada a fazer a consulta e, fazendo-a, pode acatá-la ou não; na *consulta obrigatória*, a autoridade é obrigada a fazer a consulta, mas não é obrigada a acatá-la, podendo solicitar novo parecer; e na *consulta vinculante*, a autoridade é obrigada a pedir a consulta e a acatá-la também, de modo que o parecer emitido não é mera opinião, mas tem caráter decisório, como é o caso do parecer previsto no art. 38 da Lei 8.666/1993.

Gabarito 1C

(OAB - CESPE – 2009.3) A autorização de uso de bem público por particular caracteriza-se como ato administrativo

(A) unilateral, discricionário e precário, para atender interesse predominantemente particular.
(B) vinculado e bilateral, ensejando indenização ao particular no caso de revogação pela administração.
(C) bilateral, efetivado mediante a celebração de contrato com a administração, de forma a atender interesse eminentemente público.
(D) discricionário e precário, empregado para atender interesse predominantemente público, formalizado após a realização de licitação.

A autorização de uso de bem público, tem, de fato, a definição dada na alternativa "a". A permissão de uso de bem público, por sua vez, também é um ato unilateral, discricionário e precário, porém depende de licitação e é feita no interesse da coletividade também. E a concessão de uso de bem público é ato bilateral (é um contrato), de modo que não é precário, e também depende de licitação.

Gabarito "A"

(OAB - CESPE – 2009.3) De acordo com a classificação dos atos administrativos, constitui ato de gestão

(A) o decreto de regulamentação.
(B) o embargo de obra.
(C) a apreensão de bens.
(D) o negócio contratual.

Atos de gestão são os praticados sem uso de prerrogativas públicas, em igualdade com o particular, na administração de bens e serviços. O único ato que se encaixa nessas características é o mencionado na alternativa "d". Nos demais casos, temos atos de império, em que a administração age no gozo de prerrogativas de autoridade.

Gabarito "D"

(OAB - CESPE – 2009.1) Um ministro de Estado, após o recebimento de parecer opinativo da consultoria jurídica do Ministério que chefia, baixou portaria demitindo determinado servidor público federal. Considerando essa situação hipotética e o conceito de ato administrativo, assinale a opção correta.

(A) O ato opinativo, como o parecer da referida consultoria jurídica, por não produzir efeitos jurídicos imediatos, não é considerado ato administrativo propriamente dito. Dessa forma, será ato administrativo o ato decisório que o acolha ou rejeite, mas não o parecer, que é considerado ato da administração.
(B) O ato de demissão é ilegal por ter sido proferido por autoridade incompetente, haja vista que a delegação de poderes, nessa hipótese, é vedada.
(C) O motivo, na hipótese, é o parecer da consultoria jurídica do Ministério.
(D) O ato de demissão do servidor não é passível de anulação pelo Poder Judiciário, visto que a valoração acerca

da existência, ou não, da infração é tema que compete exclusivamente ao Poder Executivo.

O enunciado deixa claro que se trata de um mero parecer opinativo. Assim, não tem caráter decisório, de prescrição de conduta, não se tratando, portanto, de ato administrativo. Caso se tratasse de parecer vinculante, aí, sim, estaríamos diante de ato administrativo, dado o caráter decisório deste.

Gabarito "A"

3.6. TEMAS COMBINADOS DE ATO ADMINISTRATIVO

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Com relação aos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

(1) De acordo com a teoria dos motivos determinantes, o agente que pratica um ato discricionário, embora não havendo obrigatoriedade, opta por indicar os fatos e fundamentos jurídicos da sua realização, passando estes a integrá-lo e a vincular, obrigatoriamente, a administração, aos motivos ali expostos.

(2) Não é possível o controle de legalidade exercido pelo Poder Judiciário na hipótese de remoção de servidor público de ofício, mas com características de perseguição política, em razão de a motivação atender ao interesse da Administração.

(3) A doutrina majoritária afirma ser a presunção de legitimidade, atributo dos atos administrativos, privilégio típico de um Estado autoritário, por ser absoluta e não admitir prova em contrário.

(4) Conforme jurisprudência recente do STF e do STJ, a aposentadoria é um ato complexo que se aperfeiçoa com o registro no TCU.

1: correta. A teoria dos motivos determinantes estabelece que a validade do ato se vincula aos motivos indicados expressamente como seu fundamento, de modo que, caso se comprovem inexistentes ou falsos, ensejarão sua nulidade. Logo, ainda quando a lei não exija a motivação para a prática do ato, se ela existir, vincula o ato em si, que só será válido se houver congruência com o motivo apontado; **2:** incorreta. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede (art. 36 da Lei nº 8.112/1990). Não se trata de uma punição e se for utilizada como tal, configurará desvio de finalidade, cabendo a anulação de tal ato pelo Poder Judiciário por vício de legalidade; **3:** incorreta. Uma vez que só é dado à Administração Pública fazer o que a lei determina, tem-se, como decorrência lógica de tal fato, uma presunção relativa de que os atos por ela praticados guardam conformidade com o que está estabelecido pela lei. Logicamente, é possível a realização de prova em contrário; **4:** correta. Segundo o art. 71 da CF/88, compete ao Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, ressalvados para os cargos em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões. Tal "apreciação, para fins de registro", consiste na verificação, sem caráter jurisdicional, da legalidade ou, num sentido mais amplo, da validade dos atos administrativos benéficos àqueles que são investidos em funções públicas, inativados ou pensionados pela Administração Pública. O fundamento para que apenas nos atos de registro de aposentadoria, reforma e pensão levados à efeito pelos tribunais de contas não seja possível o exercício da ampla defesa e do contraditório, tal como estabelecido na Súmula Vinculante nº 3, tem supedâneo na ideia de que tais atos são do *tipo complexo (não do tipo composto)*, ou seja, são formados pela conjugação da vontade da Administração e do Tribunal de Contas, de modo que não se aperfeiçoariam até que o registro fosse efetivado, o que impediria sua impugnação antes disso.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Analista – TCU – 2009 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, relativos aos atos administrativos.

(1) São exemplos de atos administrativos relacionados com a vida funcional de servidores públicos a nomeação e a exoneração. Já os atos praticados pelos concessionários e permissionários do serviço público não podem ser alçados à categoria de atos administrativos.

(2) O ato administrativo não surge espontaneamente e por conta própria. Ele precisa de um executor, o agente público competente, que recebe da lei o devido dever-poder para o desempenho de suas funções.

(3) Os atos praticados pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário devem sempre ser atribuídos à sua função típica, razão pela qual tais poderes não praticam atos administrativos.

1: incorreta. Atos administrativos são declarações de vontade do Estado, *ou de quem o represente*, que produzem efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeito a controle pelo Poder Judiciário; **2:** correta. Atos administrativos são declarações de vontade do Estado, o qual se manifesta através de seus agentes públicos, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeito a controle pelo Poder Judiciário; **3:** incorreta – Todos os poderes exercem funções típicas e atípicas. A função típica do Poder Legislativo é legislar, mas ele também exerce funções administrativas e de julgamento; o Poder Judiciário, igualmente, tem como função típica julgar, mas também possui funções administrativas e normativas. O mesmo ocorre com o Poder Executivo, cuja função maior é administrar e executar, mas que possui também as funções atípicas de julgar e normatizar. Quando o Poder Legislativo e o Poder Judiciário estão no exercício de sua função atípica de administrar e executar, eles praticam atos administrativos.

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) Considere que a ANTAQ tenha editado resolução que exija, como requisito para obtenção de autorização para o afretamento de embarcações estrangeiras, a prévia consulta sobre a disponibilidade de embarcações nacionais que possam fazer a navegação de cabotagem. Acerca dessa situação hipotética e dos atos administrativos a ela relacionados, julgue os itens que se seguem.

(1) Resoluções como a mencionada são classificadas como atos administrativos compostos, já que são formadas pela vontade de mais de um agente público.

(2) As resoluções editadas pelas agências reguladoras com vistas a regular o serviço público concedido, quando dotadas de características de abstração e generalidade, como no caso apresentado, não poderão ser impugnadas diretamente por meio de mandado de segurança, mesmo que haja direito líquido e certo.

(3) Por serem consideradas atos normativos primários, resoluções como a descrita poderão ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade.

1: incorreta. Resoluções são atos administrativos gerais ou individuais emanados de autoridades outras que não o Chefe do Executivo; **2:** correta. Segundo a Súmula nº 266 do STF, aplicável por analogia a atos normativos gerais, não cabe mandado de segurança contra lei em tese; **3:** correta – art. 102, I, *a*, da CF/88.

Gabarito 1E, 2C, 3C

4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

4.1. TEMAS GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ÓRGÃOS E ENTIDADES, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO, CONTROLE E HIERARQUIA, TEORIA DO ÓRGÃO)

(Técnico Judiciário – TRE/MA – 2009 – CESPE) Acerca da organização administrativa, assinale a opção correta.

(A) Do ponto de vista orgânico, a administração pública compreende as diversas unidades administrativas (órgãos e entidades) que visam cumprir os fins do Estado.

(B) No processo de descentralização administrativa, há distribuição de competências materiais entre unidades administrativas desprovidas de personalidade jurídica.

(C) A criação de determinado órgão prescinde de autorização legislativa do chefe do Poder Executivo.

(D) Os órgãos possuem personalidade jurídica própria, motivo pelo qual é amplamente aceita pelos tribunais a sua capacidade processual para estar em juízo.

(E) Ocorre desconcentração administrativa quando determinada entidade federativa cria autarquia mediante lei específica.

A: correta, pois, analisando a Administração Pública organicamente, percebe-se que ela é composta de pessoas jurídicas (entidades) e, dentro das pessoas jurídicas, ela é dividida em órgãos; **B:** incorreta, pois a descentralização diz respeito à distribuição de competência para *pessoas jurídicas* (distribuição externa de competências), e não para meros *órgãos internos*; **C:** incorreta, pois, de acordo com o princípio da legalidade, somente por lei a Administração pode agir, o que inclui o agir para criar órgãos; as exceções a esse princípio estão no art. 84, VI, da CF/1988, e não incluem a *criação* de órgãos; **D:** incorreta. Os órgãos não são pessoas jurídicas e, portanto, não tem personalidade jurídica própria; **E:** incorreta. A desconcentração é a distribuição interna de competência, ou seja, de um órgão de uma pessoa jurídica para outro órgão da mesma pessoa jurídica; a situação narrada na afirmativa ora analisada diz respeito à criação de uma outra pessoa jurídica (uma autarquia), caracterizando a descentralização.

Gabarito "A"

(Escrivão de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, relativos à Administração Pública.

(1) O poder de a Administração Pública impor sanções a particulares não sujeitos à sua disciplina interna tem como fundamento o poder disciplinar.

(2) O princípio da presunção de legitimidade ou de veracidade retrata a presunção absoluta de que os atos praticados pela Administração Pública são verdadeiros e estão em consonância com as normas legais pertinentes.

1: incorreta, pois o poder disciplinar consiste em apurar infrações dos servidores públicos e aplicar penalidades; **2:** incorreta, pois pela presunção de legitimidade temos que os atos praticados pelo administrador público presumem-se verdadeiros até prova em contrário (presunção de veracidade). Porém, em havendo ilegalidade, pode-se questionar na esfera judicial.

Gabarito 1E, 2E

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) A respeito da Administração Direta e Indireta, julgue os itens seguintes.

(1) Autarquias podem ser criadas para exercerem atividades de ensino, em que se incluem as universidades.

(2) As empresas públicas e as sociedades de economia mista têm personalidade jurídica de direito privado, o que, nesse aspecto, as torna diferentes das autarquias, qualificadas como pessoas jurídicas de direito público.

1: correta. Em geral, as universidades públicas nascem como autarquias, pessoas jurídicas de direito público dotadas de autonomia administrativa, econômica e financeira; **2:** correta – empresas públicas, sociedades de economia mista e autarquias integram a chamada Administração Pública Indireta, mas as duas primeiras são pessoas jurídicas de direito privado, ao passo que as autarquias são pessoas jurídicas de direito público.

Gabarito 1C, 2C

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) A respeito da organização da administração pública, assinale a opção correta.

(A) Por não possuírem personalidade jurídica, os órgãos não podem figurar no polo ativo da ação do mandado de segurança.

(B) Segundo a teoria da imputação, os atos lícitos praticados pelos seus agentes são imputados à pessoa jurídica à qual eles pertencem, mas os atos ilícitos são imputados aos agentes públicos.

(C) Os órgãos públicos da administração direta, autárquica e fundacional são criados por lei, não podendo ser extintos por meio de decreto do chefe do Poder Executivo.

(D) A delegação de competência, no âmbito federal, somente é possível se assim determinar expressamente a lei.

(E) Quando as atribuições de um órgão público são delegadas a outra pessoa jurídica, com vistas a otimizar a prestação do serviço público, há desconcentração.

A: incorreta, pois os órgãos não têm personalidade jurídica, mas podem ter personalidade judiciária; por exemplo, a Mesa de qualquer Casa Legislativa, apesar de ser um mero órgão, pode ser sujeito ativo de um mandado de segurança; **B:** incorreta, pois os atos ilícitos praticados pelos agentes públicos nessa qualidade também são imputados à pessoa jurídica à qual eles pertencem; **C:** correta, pois o princípio da legalidade não compactua com a criação ou extinção de órgãos por mero decreto; ademais, o art. 84, VI, da CF, que estabelece alguns casos de decreto autônomo de lei, é claro, em sua alínea "a", que o decreto não poderá criar ou extinguir órgão; **D:** incorreta, pois é justamente o contrário, ou seja, a delegação em princípio é permitida, salvo se não houver impedimento legal (art. 12, *caput*, da Lei 9.784/1999); **E:** incorreta, pois, nesse caso, há descentralização, já que o destinatário das atribuições é uma pessoa jurídica.

Gabarito "C"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Acerca da administração pública indireta, assinale a opção correta.

(A) Não colide materialmente com a CF a determinação de que sejam previamente aprovadas, pelo Poder Legislativo, as indicações dos presidentes das entidades da administração pública indireta.

(B) Devido à natureza privada das empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, não há espaço para que essas entidades sejam fiscalizadas pelo TCU.

(C) Prevalece o entendimento de que as fundações públicas com personalidade jurídica de direito público são verdadeiras autarquias, as quais devem ser criadas por lei e não por ato infralegal.

(D) As autarquias são caracterizadas pela sua subordinação hierárquica a determinada pasta da administração pública direta. Dessa forma, contra a decisão proferida por elas cabe recurso hierárquico próprio para o chefe da pasta.

(E) O consórcio público, mesmo com personalidade jurídica de direito público, não passa a integrar a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

A: incorreta, pois o STF só admite esse tipo de previsão para as indicações das entidades autárquicas, como as agências reguladoras; em relação às empresas estatais, todavia, o STF entende que: "A intromissão do Poder Legislativo no processo de provimento das diretorias das empresas estatais colide com o princípio da harmonia e interdependência entre os poderes. A escolha dos dirigentes dessas empresas é matéria inserida no âmbito do regime estrutural de cada uma delas" (ADI 1.642, *DJ* 03.04.2008); **B:** incorreta, pois a própria Constituição Federal determina esse tipo de fiscalização em relação às empresas estatais, já que estas são integrantes da Administração Indireta (art. 71, II, da CF); **C:** correta, valendo salientar que o art. 37, XIX, da CF dispõe que as entidades autárquicas devem ser criadas por meio de lei específica; **D:** incorreta, pois entre o ente político criador e a autarquia criada não existe subordinação, mas sim controle, tutela ou supervisão ministerial; assim, não há que se falar em recurso hierárquico a ser julgado pelo ente político contra decisões tomadas por autarquias; **E:** incorreta, pois o consórcio público com personalidade de direito público passa sim a fazer parte da Administração Indireta de todos os entes consorciados (art. 6º, § 1º, da Lei 11.107/2005).

Gabarito "C"

(Advogado – Anatel – 2009 – CESPE) Acerca dos órgãos públicos, julgue os itens seguintes.

(1) O Estado, como ente despersonalizado, tanto no âmbito internacional, como internamente, manifesta sua vontade por meio de seus agentes, ou seja, as pessoas jurídicas que pertencem a seus quadros.

(2) Quanto à composição, os órgãos públicos se classificam em singulares e coletivos. Os singulares são aqueles integrados por um só agente, como os chefes do Poder Executivo, e os coletivos, aqueles compostos por vários agentes.

1: incorreta, pois o Estado é pessoa jurídica, portanto, ente personalizado; no âmbito externo, é pessoa jurídica de direito público externo; no

âmbito interno, a União é pessoa jurídica de direito público interno; **2:** correta, valendo dar como exemplo de órgãos coletivos, as comissões de licitação e de concursos públicos.

Gabarito 1E, 2C

(OAB - CESPE – 2009.2) No que concerne à administração pública, assinale a opção correta.

(A) A Caixa Econômica Federal é pessoa jurídica de direito público interno.
(B) O Banco do Brasil S.A., na qualidade de sociedade de economia mista controlada pela União, goza de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.
(C) As empresas públicas, cujos funcionários são regidos pelo regime dos servidores públicos da União, são criadas por meio de decreto do Presidente da República.
(D) Os órgãos públicos não são dotados de personalidade jurídica própria.

A: incorreta. Na Administração Indireta há dois tipos de pessoas jurídicas, as pessoas jurídicas de direito público (que realizam atividade típica da Administração; por exemplo, realizam fiscalização, como é o caso do IBAMA) e as pessoas jurídicas de direito privado estatais (que exploram atividade econômica ou meramente prestam serviços público; por exemplo, a Caixa Econômica Federal – CEF); assim, a CEF é uma pessoa jurídica de direito *privado* estatal; **B:** incorreta. O Banco do Brasil – BB é uma pessoa jurídica de direito privado estatal, já que explora atividade econômica; dessa forma, o BB não tem imunidade de impostos, pois seu regime deve ser o de direito privado, que reclama que esse banco concorra com os outros num regime de igualdade, ou seja, sem vantagens adicionais (art. 173, § 1º, II, da CF); **C:** incorreta. As empresas públicas, por serem pessoas de direito privado estatais, têm seus agentes regidos pela CLT (art. 173, § 1º, II, da CF), e não pelo regime dos servidores da União (regime estatutário); ademais, tais entidades, para serem criadas, dependem de autorização de *lei* específica (art. 37, XIX, da CF), que precede ao arquivamento de seus atos constitutivos no registro público competente; **D:** correta. De fato, os órgãos públicos não têm personalidade jurídica própria; os órgãos públicos são componentes das pessoas jurídicas; estas sim têm personalidade jurídica; assim, no âmbito da União, esta tem personalidade jurídica, ao passo que os Ministérios (por exemplo), que são órgãos, não têm personalidade.

Gabarito "D"

4.2. AUTARQUIAS

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A autarquia é pessoa jurídica de direito público destituída de capacidade política.

1: correta, pois a autarquia é uma pessoa jurídica de direito público, podendo assumir responsabilidades típicas de Estado, mas não pode ser considerada um ente político, ou seja, alguém que tem capacidade política – ou seja, capacidade de autogoverno, autoadministração, autolegislação e autoconstituição –, pois somente a União, os Estados, o DF e os Municípios têm essa característica.

Gabarito 1C

(OAB - CESPE – 2009.2) Assinale a opção correta acerca das fundações.

(A) Fundação pública é pessoa jurídica instituída por lei para o desempenho de atividade de natureza econômica, de interesse coletivo, mantida com recursos públicos.
(B) A fundação pública decorre da conjugação de esforços entre diversos sujeitos de direito, o que lhe confere a natureza associativa.
(C) Tanto as fundações públicas quanto as autarquias desempenham atividades de interesse coletivo que exigem a atuação de uma entidade estatal, por intermédio da aplicação de prerrogativas próprias do direito público.
(D) É possível o recebimento, pelas fundações privadas, de incentivos e subsídios oriundos dos cofres públicos, circunstância que implicará a incidência de instrumentos de controle de sua atividade.

A: incorreta. A fundação pública é instituída para o desempenho de atividade típica da Administração, e não para o desempenho de atividade econômica; **B:** incorreta. A fundação pública tem como elemento marcante o *patrimônio* (é um *patrimônio personalizado*), e não as *pessoas*; **C:** incorreta. Tais entidades não praticam simples atividades de *interesse coletivo*, mas sim *atividades públicas*, *atividades típicas* da Administração; um hospital privado sem fins lucrativos pratica atividade de *interesse coletivo*; já uma autarquia ou fundação que fiscaliza o meio ambiente pratica *atividade típica da Administração*; **D:** correta. Uma vez que tais entidades recebam recursos públicos, estarão sujeitas à prestação de contas junto à Administração e à fiscalização do Tribunal de Contas (art. 70, parágrafo único, da CF).

Gabarito "D"

(OAB - CESPE – 2009.1) Julgue os itens subsequentes, relativos à organização e estruturação da administração pública.

I. Uma lei que reestruture a carreira de determinada categoria de servidores públicos, pode também dispor acerca da criação de uma autarquia.
II. O controle das entidades que compõem a administração indireta da União é feito pela sistemática da supervisão ministerial.
III. As autarquias podem ter personalidade jurídica de direito privado.
IV. As autarquias têm prerrogativas típicas das pessoas jurídicas de direito público, entre as quais se inclui a de serem seus débitos apurados judicialmente e executados pelo sistema de precatórios.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e IV.
(D) III e IV.

I: incorreta, pois a autarquia tem que ser criada por lei específica (art. 37, XIX, da CF); **II:** correta. No caso, temos os institutos do *controle, tutela ou supervisão ministerial*; **III:** incorreta, pois as autarquias são pessoas jurídicas de direito público (art. 41, IV, do CC); **IV:** correta (art. 100 da CF).

Gabarito "C"

4.3. AGÊNCIAS REGULADORAS

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Relativamente à administração indireta, julgue o item seguinte.

(1) As agências reguladoras são autarquias sob regime especial, as quais têm, regra geral, a função de regular e fiscalizar os assuntos relativos às suas respectivas áreas de atuação. Não se confundem os conceitos de agência reguladora e de agência executiva, caracterizando-se esta última como a autarquia ou fundação que celebra contrato de gestão com o órgão da administração direta a que se acha hierarquicamente subordinada, para melhoria da eficiência e redução de custos.

1: Incorreta, pois as autarquias e fundações não se acham *hierarquicamente subordinadas*, mas submetidas apenas ao chamado *controle ou tutela*.

Gabarito 1E

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito do direito administrativo regulador.

(A) Decisão de agência reguladora pode ser alterada por meio de recurso hierárquico.
(B) As agências executivas podem ser transformadas em agências reguladoras, por meio de contrato de gestão.
(C) Os contratos de concessão de serviço público devem ser precedidos de procedimento licitatório de concorrência, no qual a análise da habilitação dos licitantes deve ser obrigatoriamente anterior à de classificação das propostas e oferecimento de lances.

(D) Será obrigatória autorização por meio de lei específica para uma concessão patrocinada, no âmbito das parcerias público-privadas, em que mais de 70% da remuneração do parceiro privado deva ser paga pela administração pública.

(E) De acordo com a lei de regência atual, os contratos de franquia postal podem ser celebrados por meio de credenciamento.

A: incorreta. A princípio, a decisão de uma agência reguladora na área de sua atribuição não pode ser alterada por meio de recurso hierárquico. Todavia, essa independência foi mitigada no Parecer Normativo da AGU, AC nº 51/2006, que basicamente acolheu o entendimento de que a agência reguladora, como autarquia que é, estaria sujeita sim à supervisão ministerial, e sua maior autonomia limitar-se-ia às questões unicamente técnicas, cabendo controle governamental para verificação da consonância entre suas decisões a e política pública adotada pelo governo. Esse parecer foi acolhido pelo Presidente de República e agora tem caráter vinculante; **B:** incorreta. Agência executiva é a qualificação dada à autarquia ou fundação que celebre contrato de gestão com o órgão da Administração Direta a que se ache vinculada para a melhoria de sua eficiência e redução de gastos. Ou seja, por meio de contrato de gestão, uma autarquia ou fundação passa a qualificar-se como agência executiva; **C:** incorreta (art. 18-A da Lei nº 8.987/1995); **D:** correta (art. 10, § 3º, da Lei nº 11.079/2004); **E:** incorreta. "Art. 5º A operação da AGF se dará, exclusivamente, mediante a celebração de contrato de franquia, firmado entre a ECT e a pessoa jurídica selecionada em procedimento licitatório, na modalidade concorrência, utilizando o critério de julgamento previsto no inciso IV do *caput* do art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995" (art. 5º do Decreto nº 6.639/2008).

Gabarito "D"

(OAB - CESPE – 2009.2) As agências reguladoras, na qualidade de autarquias,

(A) estão sujeitas à tutela ou controle administrativo exercido pelo ministério a que se achem vinculadas, nos limites estabelecidos em lei.

(B) podem ter suas decisões alteradas ou revistas por autoridades da administração a que se subordinem.

(C) não dispõem de função normativa.

(D) podem ser criadas por decreto.

A: correta (art.19 do Dec.-lei 200/1967); **B:** incorreta. Não há *subordinação* das agências reguladoras em relação a autoridades da Administração Direta; o que há é o *controle* ou *supervisão ministerial*, que é exercido nos limites da lei (art. 26 do Dec.-lei 200/1967), e não de forma ampla e quase irrestrita, como ocorre quando há *hierarquia*; esta ocorre de órgão para órgão (ou de agente para agente) e permite que o órgão superior altere ou revise as decisões do órgão inferior, ao passo que o *controle* ocorre de pessoa jurídica para pessoa jurídica e não prevê essa possibilidade, como regra; **C:** incorreta. As agências reguladoras têm ampla função normativa (por exemplo, *vide* o art. 3º, incisos IV, X, XII e XIV, da Lei 9.472/1997); **D:** incorreta. As agências reguladoras, por terem natureza jurídica de autarquia, devem ser criadas mediante lei específica (art. 37, XIX, da CF).

Gabarito "A"

4.4. CONSÓRCIOS PÚBLICOS

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Acerca dos consórcios públicos, assinale a opção correta.

(A) Suponha que alguns municípios do estado do Espírito Santo e do Rio de Janeiro venham a firmar um consórcio público com o estado do Rio de Janeiro, visando o aperfeiçoamento do serviço público da região. Nessa situação, não haveria impedimento de a União também integrar esse consórcio.

(B) Podem participar como consorciados tanto as pessoas jurídicas de direito público quanto as pessoas jurídicas de direito privado.

(C) O ente consorciado poderá ser excluído, após prévia suspensão, quando não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

(D) A União não poderá celebrar convênios com consórcio público em que não figure como consorciada.

(E) Por meio de contrato de programa poderá ser atribuído ao contratado o exercício dos poderes de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços por ele mesmo prestados.

A: incorreta, pois, em consórcios de municípios, a União só pode participar se os Estados correspondentes também participarem (art. 1º, § 2º, da Lei 11.107/2005); **B:** incorreta, pois somente entes políticos (União, Estados, DF e Municípios) podem participar como consorciados (art. 1º da Lei 11.107/2005 e art. 241 da CF); **C:** correta (art. 8º, § 5º, da Lei 11.107/2005); **D:** incorreta (art. 14 da Lei 11.107/2005); **E:** incorreta, pois é nula a cláusula do contrato de programa que permite a atribuição desses poderes ao contratado (art. 13, § 3º, da Lei 11.107/2005).

Gabarito "C"

4.5. ENTES DE COOPERAÇÃO

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) No meio, entre as atividades exclusivas de Estado e a produção de bens e serviços para o mercado, temos hoje, dentro do Estado, uma série de atividades na área social e científica que não lhe são exclusivas, que não envolvem poder de Estado. Incluem-se nessa categoria as escolas, as universidades, os hospitais etc. Se o seu financiamento em grandes proporções é uma atividade exclusiva do Estado, sua execução definitivamente não o é. Pelo contrário, estas são atividades competitivas, que podem ser controladas não apenas pela administração pública gerencial, mas também e principalmente pelo controle social e pela constituição de quase-mercados. Nesses termos, não há razão para que essas atividades permaneçam dentro do Estado, sejam monopólio estatal. Mas também não se justifica que sejam privadas.

Luiz Carlos Bresser Pereira. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In: **Lua Nova – Revista de Cultura Política**, nº 45, 1998, p. 49-95 (com adaptações).

Com relação à reforma do Estado brasileiro e ao tema abordado no texto acima, assinale a opção correta.

(A) No contexto da reforma do Estado referida no texto, publicização surge como sinônimo de privatização. Ambas partem da dicotomia entre o público e o privado e servem para caracterizar a alteração da forma de gestão pública em que se impõe a transferência de vários bens e atividades do Estado (ambiente público) para a propriedade privada (ambiente privado).

(B) A administração pública gerencial, ou nova administração pública, tem como uma de suas características principais a diminuição do papel da burocracia estatal, colocando em segundo plano o trabalho técnico na formulação e gestão das políticas públicas.

(C) As leis que dispõem sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e como OSCIPs são instrumentos importantes da reforma do Estado brasileiro realizada na segunda metade da década passada. Essas leis, contudo, não preveem formas de controle dessas entidades, que, apesar de caracterizarem-se como privadas, são fomentadas pelo poder público.

(D) A administração pública gerencial deve dar ênfase na avaliação que tem como parâmetro os resultados obtidos, especialmente quando se trata da prestação de serviços sociais e científicos. Por essa razão, tanto a lei que trata das organizações sociais quanto a que trata das OSCIPs preveem que o instrumento firmado entre o poder público

e as entidades qualificadas – contrato de gestão e termo de parceria, respectivamente – deve estipular as metas e os resultados a serem atingidos e os critérios objetivos de avaliação e desempenho.

(E) O plenário do STF deferiu medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade para suspender a eficácia do dispositivo legal que diz ser dispensável a licitação para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

A: incorreta, pois a *privatização* e a *publicização* têm objetos diferentes; a privatização se dá sobre o público (ex.: privatização de empresas), ao passo que a publicização se dá sobre o privado (ex.: dever da propriedade privada atender à função social); **B:** incorreta, pois a *administração gerencial* está preocupada com os *resultados* (e não com o controle de *meios*, típico da *administração burocrática*), de modo que o trabalho *técnico* (profissional) é prioritário, e não, colocado em segundo plano; **C:** incorreta, pois tais leis incluem, sim, formas de controle das organizações sociais e OSCIPs, valendo citar os arts. 8º e ss. da Lei 9.637/1998 e 11 a 13 da Lei 9.790/1999; **D:** correta (arts. 9º e 10 da Lei 9.790/1999 e arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998); **E:** incorreta, pois o art. 24, XXIV, da Lei 8.666/1993 foi considerado constitucional pelo STF (ADI 1.923 – *Informativo* 474).

Gabarito "D"

5. SERVIDORES PÚBLICOS

5.1. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO

(Advogado – Anatel – 2009 – CESPE) Acerca da classificação dos agentes públicos, julgue os próximos itens.

(1) Os jurados das sessões de tribunal do júri e os mesários convocados para os serviços eleitorais nas eleições são classificados pela doutrina majoritária do direito administrativo como agentes particulares colaboradores que, embora sejam particulares, executam certas funções especiais que podem ser qualificadas como públicas.

(2) Aos agentes políticos compete a execução e realização das diretrizes estabelecidas ao Estado pela Constituição Federal (CF), como é o caso dos titulares de ofícios de notas e de registro não oficializados, ou seja, os titulares de cartórios extrajudiciais e os concessionários e permissionários de serviços públicos.

1: correta, pois, de fato, os jurados são considerados agentes particulares em colaboração com o poder público, valendo aproveitar o ensejo para lembrar que, dentro dessa categoria, eles são subclassificados como agentes honoríficos; **2:** incorreta, pois os agentes citados não são agentes políticos, mas agentes delegados.

Gabarito 1C, 2E

5.2. VÍNCULOS (CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO)

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A CF confere aos entes federativos a competência para adotar, quanto aos agentes públicos, regimes jurídicos diversificados, com a ressalva das carreiras por ela institucionalizadas.

1: incorreta. O STF, em 2007, deferiu medida cautelar, com efeitos retroativos, restabelecendo a eficácia da redação original do art. 39, *caput*, da CF, que previa o regime jurídico único; porém, segundo a doutrina preponderante, a exigência de regime jurídico único, que consta da redação original do art. 39, *caput*, da CF significa que não é possível haver mais de um estatuto de funcionário público para reger os servidores com cargo público na Administração Direta e Indireta; há de existir um estatuto de funcionário público único; no entanto, para reger os servidores com emprego público a CLT continuará sendo utilizada.

Gabarito 1E

5.3. PROVIMENTO

(OAB - CESPE – 2009.2) Maria ocupava cargo efetivo na administração pública federal e, após quinze anos de serviço público, aposentou-se por invalidez. Dois anos após a aposentadoria, submeteu-se a junta médica oficial, a qual declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria, o que ocasionou o retorno de Maria ao serviço público. Na situação hipotética apresentada, o instituto aplicado ao caso de Maria foi a

(A) readaptação.
(B) reintegração.
(C) recondução.
(D) reversão.

Art. 25, I, da Lei 8.112/1990. Os demais institutos estão previstos nos arts. 24, 28 e 29 da referida lei, respectivamente.

Gabarito "D"

5.4. VACÂNCIA

(OAB - CESPE – 2008.3) Assinale a opção correta acerca da exoneração de servidores públicos segundo a Lei n.º 8.112/1990.

(A) A vacância do cargo público é decorrência exclusiva da exoneração.

(B) A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício, e, no último caso, ela ocorrerá quando não forem satisfeitas as condições do estágio probatório ou quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

(C) A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança não fica ao alvedrio da autoridade que investiu o agente da função ou do cargo em comissão.

(D) Quando requerida a exoneração pelo próprio servidor, a autoridade superior competente pode deixar de realizar o ato, caso o pequeno número de servidores no setor ocupado pelo requerente possa comprometer a continuidade do serviço público.

A: incorreta (Art. 33 da Lei 8.112/1990); **B:** correta (Art. 34 da Lei 8.112/1990); **C:** incorreta (Art. 35, I, da Lei 8.112/1990); **D:** incorreta (Art. 35, II, da Lei 8.112/1990).

Gabarito "B"

5.5. ACESSIBILIDADE E CONCURSO PÚBLICO

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Claiton obteve aprovação em concurso público para o cargo de especialista em regulação de serviços públicos de telecomunicações, área engenharia, da ANATEL em 12º lugar, cargo para o qual eram previstas no edital apenas 10 vagas, conforme homologação em novembro de 2006. O prazo de validade do concurso era de um ano e foi prorrogado por igual período. Em janeiro de 2009, Claiton encaminhou um e-mail para a Ouvidoria da ANATEL, exigindo a sua nomeação, pois fora aprovado no concurso e acreditava ter direito à nomeação.

Considerando a situação hipotética apresentada, a Lei nº 8.112/1990 e a doutrina do Direito Administrativo brasileiro, julgue o item abaixo.

(1) Claiton não tem direito à nomeação, uma vez que os aprovados em concursos públicos, fora do número de vagas previsto no edital, possuem mera expectativa de direito quanto à nomeação.

1: correta. Embora ainda haja certa celeuma a respeito do tema, o fato é que anteriormente era pacífico o entendimento de que candidato aprovado em concurso público possuía mera expectativa de direito de ser nomeado em um cargo público efetivo ou admitido em um emprego público. Atualmente, o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento pacífico no sentido de que o candidato aprovado em concurso público, *desde que dentro das vagas previstas no edital (ou seja, aqueles que não estiverem dentro do número de vagas previstas*

no edital não fazem jus a tal direito), exceto as de cadastro de reserva, tem direito líquido e certo à nomeação/admissão. O entendimento pacífico era nos sentido de que a nomeação e a admissão são atos discricionários da Administração Pública, que através de critérios de conveniência e oportunidade decidirá se está ou não precisando de mão de obra para o exercício das atribuições do cargo efetivo ou emprego público relacionado ao certame.

Gabarito 1C

(Advogado – Anatel – 2009 – CESPE) Lucas foi aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo de analista administrativo da ANATEL. Considerando que o prazo de validade do concurso expirará em julho de 2009, com possibilidade de prorrogação por mais um ano, ou seja, julho de 2010, Lucas resolveu encaminhar um *e-mail* para a ouvidoria da agência, indagando se o presidente prorrogaria ou não o certame. A ouvidoria da ANATEL respondeu a Lucas que a contratação de pessoal nas agências, por meio de concurso público, é um ato de gestão e não de império e que a prorrogação do concurso constitui um ato discricionário. Com base na situação hipotética acima apresentada, julgue os itens subsequentes, acerca da classificação dos atos administrativos.

(1) As informações prestadas pela ouvidora estão corretas, pois a contratação de pessoal por meio de concurso público para composição de quadro funcional é caracterizada como ato de gestão, não intervindo a vontade dos administrados para sua prática.

(2) Na situação considerada, a informação da ouvidoria, quanto à prorrogação do concurso público constituir ato discricionário, está correta, embora não tenha atendido objetivamente à indagação de Lucas.

1: incorreta, pois se trata de ato de império, já que a Administração goza de prerrogativas públicas; **2:** correta, pois, de fato, os Tribunais Superiores reconhecem que é discricionária a possibilidade estabelecida no art. 37, III, da CF.

Gabarito 1E, 2C

5.6. EFETIVIDADE, ESTABILIDADE E VITALICIEDADE

(OAB - CESPE – 2009.3) Na administração pública, há servidores estáveis, nomeados por concurso público e aprovados em estágio probatório, e os que adquiriram a estabilidade excepcional. Acerca dessas duas modalidades de estabilidade, assinale a opção correta.

(A) A estabilidade excepcional não foi concedida aos ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão, além de não ter sido concedida, ainda, aos ocupantes de cargos declarados, por lei, de livre exoneração.

(B) De acordo com a CF, o servidor celetista tem direito à estabilidade nos mesmos moldes do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo.

(C) A CF reconheceu tanto a estabilidade quanto a efetividade aos servidores que, apesar de não nomeados por concurso público, estavam em exercício, na data da promulgação da CF, há, pelo menos, cinco anos continuados.

(D) Os servidores, nas duas modalidades de estabilidade, possuem a garantia de permanência no serviço público, de modo que somente podem perder seus cargos, empregos e funções por sentença judicial transitada em julgado.

A: correta. De fato, tais cargos e funções são incompatíveis com a estabilidade, pois a exoneração é livre (art. 37, II, da CF); **B:** incorreta. A estabilidade só existe para servidores que detêm cargo efetivo (art. 41 da CF); **C:** incorreta (art. 19 do ADCT); **D:** incorreta. Servidores estáveis podem perder o seu cargo não só por sentença transitada em julgado, como também por processo disciplinar (pela prática de infração disciplinar), processo administrativo com ampla defesa (em avaliação periódica de desempenho), hipóteses previstas no art. 41, § 1º, da CF, e também para atender a limites de despesa com pessoal (art. 169, § 4º, da CF).

Gabarito "A"

5.7. REMUNERAÇÃO E SUBSÍDIO

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Acerca dos servidores públicos, julgue o item abaixo.

(1) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

1: correta (art. 37, XIII, da CF).

Gabarito 1C

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Os DPs e os servidores públicos organizados em carreira devem ser, obrigatoriamente, remunerados por subsídios.

1: errada, pois os defensores públicos devem receber pela sistemática do subsídio (art. 135 c/c art. 134 da CF), mas nem todos os servidores em carreira devem, obrigatoriamente, receberem por essa sistemática; há casos expressos na Constituição (exs.: arts. 39, § 4º, e 144, § 9º, da CF) e, quanto aos demais servidores de carreira, não há *obrigatoriedade* de adoção dessa sistemática, mas apenas *possibilidade* dessa adoção (art. 39, § 8º, da CF).

Gabarito 1E

5.8. RESPONSABILIDADE CIVIL DO SERVIDOR PÚBLICO

(OAB - CESPE – 2008.2) No que concerne às responsabilidades do servidor público, assinale a opção incorreta.

(A) Tais responsabilidades podem ser do tipo civil, penal e administrativo.

(B) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se.

(C) A responsabilidade civil do servidor público é objetiva.

(D) A responsabilidade administrativa do servidor público será afastada em caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou de sua autoria.

A: correta (art. 121 da Lei 8.112/1990); **B:** correta (art. 125 da Lei 8.112/1990); **C:** incorreta, devendo ser assinalada (art. 37, § 6º, da CF e art. 122 da Lei 8.112/1990); **D:** correta (art. 126 da Lei 8.112/1990).

Gabarito "C"

5.9. INFRAÇÕES E PROCESSOS DISCIPLINARES. COMUNICABILIDADE DE INSTÂNCIAS

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Acerca da sindicância e do processo administrativo disciplinar (PAD), assinale a opção correta.

(A) O servidor público federal que for demitido por ter atuado ilegalmente como procurador em sua repartição pública poderá retornar imediatamente ao serviço público, se for aprovado em novo concurso público.

(B) Como medida cautelar e a fim de que o servidor acusado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do PAD poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até sessenta dias, com prejuízo da remuneração.

(C) Caso um indivíduo tenha contribuído durante trinta e cinco anos no serviço público para o regime próprio de previdência social dos servidores públicos federais, porém, depois de se aposentar, teve a aposentadoria cassada, após o devido PAD, tal penalidade será inconstitucional, já que a relação previdenciária do servidor nada tem a ver com a falta disciplinar ocorrida na ativa.

(D) Se um servidor acumular dois cargos públicos indevidamente, deverá ser instaurado PAD, no rito ordinário, o qual culminará, na hipótese de se provar o fato, na demissão do servidor, esteja ele acumulando os dois cargos de boa ou má-fé.

(E) Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais, sendo que as penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

A: incorreta, pois, nesse caso, o servidor não mais poderá retornar ao serviço público federal (arts. 137, parágrafo único, 132, XIII, e 117, XI, todos da Lei 8.112/1990); **B:** incorreta, pois o afastamento é sem prejuízo da remuneração (art. 147, *caput*, da Lei 8.112/1990); **C:** incorreta, pois tal penalidade está prevista em lei (art. 127, IV, da Lei 8.112/1990) e o STF entende ser constitucional a medida (RMS 24.557 e MS 21.948); **D:** incorreta, pois, detectada a acumulação ilegal, a autoridade competente notificará o servidor, por intermédio de sua chefia, para apresentar opção no prazo de 10 dias, sendo que, apenas na hipótese de omissão do servidor em fazer a opção, instaurar-se-á processo disciplinar pelo rito sumário para apuração do fato, além de regularização imediata (art. 133, *caput*, da Lei 8.112/1990); **E:** correta (arts. 128, *caput*, 131, *caput*, da Lei 8.112/1990).

Gabarito "E"

(OAB - CESPE – 2010.1) Com relação ao regime disciplinar dos servidores públicos federais, previsto na Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta.

(A) Em caso de processo administrativo disciplinar contra servidor público, a lei autoriza, como medida cautelar, que a autoridade instauradora do processo determine o seu afastamento do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração, para evitar que esse servidor possa influir na apuração do fato a ele imputado.

(B) Servidor aposentado não pode ser punido em razão de infração administrativa praticada na ativa e cuja penalidade prevista seja a de demissão.

(C) A penalidade de demissão não impede, em nenhuma hipótese, que o servidor venha a ocupar outro cargo público.

(D) As penalidades de suspensão aplicadas aos servidores públicos não poderão ter seus registros cancelados.

A: correta. Leia-se o que dispõe a Lei 8.112/1990: "Art. 147. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração. Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo."; **B:** incorreta. Leia-se o que dispõe a Lei 8.112/1990: "Art. 134. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão."; **C:** incorreta. Leia-se o que dispõe a Lei 8.112/1990: "Art. 137. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos. Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI. Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos: I – crime contra a administração pública; IV – improbidade administrativa; VIII – aplicação irregular de dinheiros públicos; X – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional; XI – corrupção;"; **D:** incorreta. Leia-se o que dispõe a Lei 8.112/1990: "Art. 131. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar. Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos."

Gabarito "A"

(OAB - CESPE – 2009.1) Com base no regime jurídico dos servidores públicos federais, assinale a opção correta.

(A) Remoção caracteriza-se como o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo poder.

(B) A anulação do ato de demissão de servidor público detentor de cargo efetivo ou em comissão implica a sua reintegração ao cargo.

(C) O servidor público que tenha sido absolvido na esfera criminal, por falta de provas da existência de crime, deve ser, obrigatoriamente, absolvido da infração administrativa.

(D) O servidor público detentor de cargo efetivo que seja demitido por lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio não pode mais retornar ao serviço público.

A: incorreta (art. 36 da Lei 8.112/1990); **B:** incorreta. Leia o texto do art. 28 da Lei 8.112/1990 e repare a referência ao servidor estável, que pressupõe *cargo efetivo*, e não *cargo em comissão;* **C:** incorreta (art. 126 Lei 8.112/1990); **D:** correta (art. 132, X, c/c 137, parágrafo único, da Lei 8.112/1990).

Gabarito "D"

5.10. TEMAS COMBINADOS DE SERVIDOR PÚBLICO

(Escrivão de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Quanto ao regime jurídico concernente aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal, bem como às sanções aplicáveis aos agentes públicos, julgue o item a seguir.

(1) Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente constitui ato de improbidade administrativa e, por consequência, impõe a aplicação da lei de improbidade e a sujeição do responsável unicamente às sanções nela previstas.

1: incorreta, pois o art. 12, caput, da Lei 8.429/1992, estabelece que aquele que frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente, responde independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, penas que podem ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, de acordo com a gravidade do fato.

Gabarito 1E

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) No que se refere à Administração Pública e aos servidores públicos, julgue os itens que se seguem.

(1) A CF exclui, para efeito de teto salarial do funcionalismo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

(2) Após a aquisição da estabilidade, o servidor público não pode perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica.

1: correta – art. 37, XI da CF/88; **2:** incorreta – art. 41, III da CF/88.

Gabarito 1C, 2E

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) Considere a situação de um empregado público de empresa pública federal, prestadora de serviços públicos, que tenha sido demitido por justa causa e, por discordar do fundamento da demissão, tenha ingressado na Justiça do Trabalho com reclamação trabalhista, pleiteando verbas rescisórias, já que estaria submetido ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com relação a essa situação e acerca da organização administrativa da União e da sua administração indireta, julgue os itens seguintes.

(1) A referida reclamação trabalhista deverá ser julgada pela Justiça Federal, e não pela Justiça do Trabalho.

(2) Os salários dos empregados das empresas públicas federais são fixados por meio de lei ordinária federal.

1: incorreta – tratando-se de relação trabalhista e não estatutária, a competência é da Justiça do Trabalho; **2:** incorreta – art. 169, § 1º da CF/88.

Gabarito 1E, 2E

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) Uma empregada da CAIXA foi transferida, de ofício, de Brasília para a cidade de Fortaleza/CE. O seu esposo, servidor da Receita Federal do Brasil, requereu ao seu órgão sua remoção para a capital cearense,

justificando seu pedido com base na transferência da esposa. No entanto, o requerimento foi indeferido. Com base nessa situação hipotética, à luz da jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

(A) Não assiste razão ao servidor público, uma vez que a remoção para acompanhar cônjuge é devida apenas na hipótese de os dois agentes serem servidores regidos pela Lei nº 8.112/1990.
(B) Tendo sido o pedido indeferido pela Receita Federal, cabe à empregada da CAIXA impetrar mandado de segurança para garantir a sua permanência em Brasília por respeito à unidade familiar prevista na CF.
(C) Não há impedimento para que seja concedida a pleiteada remoção pelo simples fato de os regimes jurídicos serem distintos; no entanto, o deferimento do pedido condiciona-se à existência de vagas.
(D) Em razão da especial proteção que a CF garante à família, o requerimento formulado pelo servidor da Receita Federal deveria ter sido deferido, independentemente da existência de vagas.
(E) O direito à pleiteada remoção é controvertido, razão pela qual não seria cabível a impetração de mandado de segurança para garanti-lo, uma vez que a ação mandamental exige certeza jurídica quanto à pretensão nele ventilada.

De fato, o STF, invocando o princípio da proteção especial do Estado à família (art. 226 da CF), tem o entendimento mencionado na alternativa "D", valendo citar que o caso narrado o enunciado da questão é um caso concreto, julgado pelo STF no MS 23.058/DF, em 18.09.2008, rel. Min. Carlos Britto.

Gabarito "D"

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) No que concerne ao regime constitucional dos servidores públicos, assinale a opção correta.

(A) Servidor público federal nomeado para ocupar cargo em comissão deverá contribuir para o regime próprio de previdência social, em relação ao cargo em comissão.
(B) Conforme entendimento do STJ, é vedada a acumulação do cargo de professor com o de agente de polícia civil, o qual não se caracteriza como cargo técnico.
(C) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, não sendo admitida realização de novo concurso, se ainda não tiverem sido chamados os candidatos aprovados no concurso anterior.
(D) A CF não distingue os conceitos de função de confiança e de cargo em comissão, de forma que todo cargo em comissão é, de fato, uma função de confiança.
(E) Conforme recente entendimento do STJ, o prazo do estágio probatório não foi alterado, com o advento da Emenda Constitucional n. 19/1998, que fixou o prazo para aquisição da estabilidade em três anos.

A: incorreta, pois o servidor em cargo em comissão deverá contribuir para o Regime Geral da Previdência (INSS), nos termos do art. 40, § 13, da CF; **B:** correta, pois o cargo de agente de polícia civil não é considerado cargo técnico pelo STJ (art. 37, XVI, *b, da CF*); **C:** incorreta, pois é possível fazer novo concurso mesmo que não tiverem sido chamados os candidatos aprovados no concurso anterior, mas os candidatos aprovados no concurso anterior têm prioridade enquanto estiver em validade o concurso; **D:** incorreta, pois as funções em confiança só podem ser preenchidas por servidores ocupantes de cargo efetivo, ao passo que os cargos em comissão podem ser providos por pessoas que não fazem parte do quadro da Administração (art. 37, V, da CF); **E:** incorreta, pois, para o STF e o STJ, o estágio probatório passou a ser de 3 anos, com a mudança do tempo de efetivo exercício para a aquisição da estabilidade, que, desde a EC 19/1998, é de 3 anos (STF, STA 269 AgR, DJ 26.02.2010 e STJ MS 12.523/DF, 18.08.2009).

Gabarito "B"

6. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

6.1. CONCEITO, MODALIDADES, TIPIFICAÇÃO E SUJEITOS ATIVO E PASSIVO

(Técnico Judiciário – STJ – 2008 – CESPE) Tendo em vista as disposições da Lei 8.429/1992 acerca da improbidade administrativa, julgue o seguinte item.

(1) Adriano foi nomeado pelo Presidente da República membro de um conselho nacional, com mandato de dois anos e sem direito a qualquer remuneração. Nessa situação, ao exercer referido mandato, Adriano não poderá responder pela prática de ato de improbidade administrativa, pois não deterá a condição de agente público.

1: errada, pois, de acordo com o art. 2º da Lei 8.429/1992, para efeito de se saber quem é agente público, pouco importa se há *remuneração* ou não, ou se trata de vínculo *transitório* ou não.

Gabarito 1E

((Agente de Polícia/ES – 2009 – CESPE) Em relação à lei que disciplina as condutas de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

(1) Os atos tipificados nos dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa, de regra, não constituem crimes no âmbito da referida lei, porquanto muitas das condutas ali definidas, apesar de se revestirem de natureza criminal, são definidas como crime em outras leis.
(2) Caso um funcionário público, no exercício do cargo, contribua para que pessoa jurídica incorpore indevidamente em seu patrimônio particular, valores integrantes do acervo patrimonial de uma fundação pública, esse funcionário público, uma vez demonstrada a sua responsabilidade, estará sujeito, entre outras cominações, à perda da função pública e à obrigação de ressarcir integralmente o dano.
(3) A Lei de Improbidade Administrativa relacionou os atos de improbidade administrativa em três dispositivos: os que importam em enriquecimento ilícito, os que importam dano ao erário e os que importam violação dos princípios norteadores da Administração Pública.
(4) Somente o agente público em exercício, ainda que transitoriamente ou sem remuneração e independentemente da forma de investidura no cargo ou função, é considerado sujeito ativo de atos de improbidade administrativa.

1: correta, pois Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, estará o responsável pelo ato de improbidade sujeito às cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, até porque a Lei 8.429/1992 não prevê sanções penais, mas apenas sanções de natureza civil, administrativa e política, a exemplo da *perda dos bens, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios* (art. 12 da Lei 8.429/1992). As sanções penais dos crimes praticados contra a Administração Pública estão previstas no Código Penal, nos arts. 312 e seguintes; **2:** correta, pois assim estabelece a Lei 8.429/1992 em seu art. 10, II e III c/c os arts. 1º e 12, II; **3:** correta, conforme descritos nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/1992; **4:** incorreta, pois o sujeito ativo é aquele que pratica o ato improbidade, concorre para a prática ou dele obtém vantagens, sendo possível a responsabilização de qualquer pessoa, ainda que não seja agente público, desde que se beneficie de forma direta ou indireta, conforme art. 3º da Lei 8.429/1992.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Negar publicidade aos atos oficiais constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.

1: errada, pois o fato narrado constitui ato de improbidade adminis-

trativa que "atenta contra princípios da administração pública" (art. 11, IV, da Lei 8.429/1992).

Gabarito 1E

(OAB - CESPE – 2009.2) O MP tomou conhecimento de que um servidor, Vicente, ocupante do cargo de ordenador de despesas de determinado Município, facilitava a aquisição de bens por preço superior ao de mercado. Com referência a essa situação hipotética e à improbidade administrativa, assinale a opção correta.

(A) Não estará prescrita a pretensão do MP caso seja ajuizada ação com o exclusivo propósito de ressarcir os prejuízos causados ao erário quinze anos após a saída do referido servidor do cargo de ordenador de despesas.
(B) Vicente não poderá ser condenado em eventual ação de improbidade proposta pelo MP caso o tribunal de contas competente aprove as contas do município.
(C) O prazo prescricional das ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa é contado, na situação hipotética em questão, a partir da data em que Vicente praticou o ato.
(D) Caso o ato praticado por Vicente não esteja tipificado de forma expressa na Lei de Improbidade Administrativa, não poderá o juiz condená-lo pela prática de ato de improbidade.

A: correta. De fato, o STF tem entendimento de que, em caso de ato ilícito praticado contra a Administração (o que inclui o ato de improbidade administrativa), é imprescritível a pretensão visando ao ressarcimento do erário, nos termos do art. 37, § 5º, da CF (STF, MS 26.210, DJ 10.10.2008); **B:** incorreta (art. 21, II, da Lei 8.429/1992); **C:** incorreta. O prazo de prescrição é contado do *término do exercício* do mandato, cargo em comissão ou de função de confiança (art. 23, I, da Lei 8.429/1992); no caso dos demais vínculos, o prazo é contado na forma do estabelecido em lei local para as penas puníveis com demissão a bem do serviço público; por exemplo, no caso de servidor federal, o prazo é de 5 (cinco) anos, contados da data do *conhecimento* do fato (art. 142, I e § 1º, da Lei 8.112/90), e não da data da *prática* do ato; o problema é que a questão não esclareceu em que Município Vicente trabalha e qual é a redação da lei lá prevista; assim, a questão poderia ser anulada, mas não o foi; **D:** incorreta; a examinadora considerou incorreta, pois a Lei de Improbidade traz, nos incisos dos arts. 9º, 10 e 11 rol exemplificativo de casos que constituem ato de improbidade.

Gabarito "A"

(OAB - CESPE – 2009.1) Assinale a opção correta conforme a Lei de Improbidade (Lei n.º 8.429/1992).

(A) É cabível a indisponibilidade dos bens do indiciado quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito.
(B) Se houver fundados indícios de responsabilidade, será cabível o arresto dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.
(C) Proposta a ação de improbidade, é permitido o acordo, a transação ou a conciliação.
(D) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da lei além do limite do valor da herança.

A: correta (art. 7º da Lei 8.429/1992); **B:** incorreta. O art. 16 da Lei 8.429/1992 faz referência ao *sequestro,* e não ao *arresto*; **C:** incorreta (Art. 17, § 1º, da Lei 8.429/1992); **D:** incorreta (art. 8º da Lei 8.429/1992).

Gabarito "A"

6.2. QUESTÕES PROCESSUAIS

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A DP pode celebrar acordo nas ações de improbidade administrativa.

1: errada, pois não cabe acordo em ação de improbidade (art. 17, § 1º, da Lei 8.429/1992).

Gabarito 1E

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Se o MP não atuar como parte nas ações de improbidade administrativa, deve atuar, obrigatoriamente, como fiscal da lei.

1: correta (art. 17, § 4º, da Lei 8.429/1992).

Gabarito 1C

6.3. PRESCRIÇÃO

(Técnico Judiciário – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Com relação à improbidade administrativa, julgue os itens que se seguem.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. José foi secretário de saúde do município Alfa e celebrou contrato com a empresa Gama S.A., na data de 12/03/2004, para manutenção dos equipamentos hospitalares da rede pública de saúde de Alfa. Após investigação, constatou-se a existência de esquema de corrupção com a percepção de ilegais vantagens financeiras para assinatura da avença, o que implicou seu afastamento definitivo do cargo em 20/10/2004. Nessa situação hipotética, a ação de improbidade estará prescrita a partir de 19/04/2009.
(2) A posse e o exercício de agente público em seu cargo ficam condicionados à apresentação de declaração de bens e valores que componham seu patrimônio, a fim de ser arquivada no setor de pessoal do órgão.
(3) O indivíduo que for condenado por improbidade administrativa à perda de direitos políticos não pode, enquanto perdurarem os efeitos da decisão judicial, propor ação popular.

1: errada, pois, como João tem um cargo em comissão, aplica-se o disposto no art. 23, I, da Lei 8.429/1992, de maneira que o prazo prescricional é de 5 anos, contados da data do afastamento do cargo; no caso, esse prazo vence no dia 20/10/2010, não se podendo dizer, portanto, que a prescrição se deu a partir de 19/04/2009; **2:** correta (art. 13, *caput*, da Lei 8.429/1992); **3:** correta, pois somente o cidadão, ou seja, aquele que está com os direitos políticos em dia, pode propor a ação popular; de qualquer maneira, é bom ressaltar que a questão deveria ser mais técnica e usar a expressão "*suspensão* dos direitos políticos", e não perda.

Gabarito 1E, 2C, 3C

6.4. TEMAS COMBINADOS E OUTRAS QUESTÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Quanto à improbidade administrativa, assinale a opção correta à luz da Lei n. 8.429/1992.

(A) É crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia tem conhecimento de que este é inocente.
(B) Ação culposa de terceiro não dará ensejo ao integral ressarcimento de dano, quando ocorrer lesão ao patrimônio público.
(C) No caso de enriquecimento ilícito, o terceiro beneficiário não perde os valores acrescidos ao seu patrimônio.
(D) Qualquer pessoa que tome conhecimento de prática de ato de improbidade administrativa deve representar ao MP estadual.
(E) As ações de improbidade administrativa de atos que atentem contra os princípios da administração pública podem ser propostas até dez anos após o término da função de confiança de quem as tenha praticado.

A: correta, pois assim estabelece o art. 19 da LIA; **B:** incorreta, pois o ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, pelo qual terceiros beneficiários ou colaboradores podem ser responsabilizados, pode ser praticado a título de dolo ou de culpa, nos termos do art. 10 da LIA; **C:** incorreta, pois há perda dos valores acrescidos nos termos do art. 6º da LIA; **D:** incorreta, pois a representação é um dever das autoridades administrativas. As demais pessoas podem

representar; **E:** incorreta, pois o prazo prescricional é de cinco anos, nos termos do art. 23, I, da LIA.

Gabarito "A"

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) A respeito de improbidade administrativa, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 8.429/1992.

(A) A ação de improbidade administrativa terá o rito ordinário e será proposta pelo MP ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de sessenta dias da efetivação da medida cautelar.
(B) Sendo meramente culposa a conduta comissiva do agente público que ocasione prejuízo ao erário, isso não poderá ensejar responsabilização por improbidade administrativa.
(C) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na lei podem ser propostas em até três anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
(D) Ao MP não é permitido efetuar transação, acordo ou conciliação nas ações de improbidade administrativa. Essa vedação, legalmente, não se aplica à fazenda pública, tendo em vista que o ajuste feito com o agente público infrator poderá ser economicamente vantajoso ao erário.
(E) Praticado ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito, o responsável estará sujeito às seguintes cominações: perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; ressarcimento integral do dano, quando houver; perda da função pública; suspensão dos direitos políticos por período de oito a dez anos; pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial; e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

A: incorreta, pois a ação deve ser proposta no prazo de 30 dias da efetivação da medida cautelar (art. 17, *caput*, da Lei 8.429/1992); **B:** incorreta, pois, na modalidade de improbidade por prejuízo ao erário (art. 10 da Lei 8.429/1992) admite-se que conduta dolosa ou *culposa* caracterize ato de improbidade administrativa; vale salientar que o STJ já pacificou entendimento no sentido de que as modalidades dos arts. 9º e 11 da Lei 8.429/1992 requerem *dolo* para se configurar, ao passo que a modalidade do art. 10 se configura com conduta *culposa* ou *dolosa* (EREsp 875.163/RS, DJ 30/06/10); aproveitando o ensejo, vale lembrar que o STJ afastou qualquer tipo de responsabilidade objetiva em matéria de improbidade administrativa e vem esclarecendo que o *dolo* exigido é o *dolo genérico*, consistente na "vontade de realizar fato descrito na norma incriminadora" (REsp 765.212/AC, J. 02.03.10); **C:** incorreta, pois o prazo é de 5 anos (art. 23, I, da Lei 8.429/1992); **D:** incorreta, pois é proibida a transação na ação por improbidade administrativa, seja quem for o autor dela (art. 17, § 1º, da Lei 8.429/1992); **E:** correta (art. 12, I, da Lei 8.429/1992).

Gabarito "E"

7. BENS PÚBLICOS

7.1. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Julgue o item seguinte, acerca dos bens públicos.

(1) Considerando que um Governador de Estado prometa a construção de uma praça para atividades esportivas para toda a comunidade de seu Estado, é correto afirmar que essa praça, tão logo seja construída, será classificada no Direito Administrativo brasileiro como bem de uso especial.

1: incorreta. Será um bem de uso comum do povo, isto é, um bem que, por determinação legal ou sua natureza, pode ser utilizado por todos em igualdade de condições, sem necessidade de qualquer autorização ou consentimento prévio da Administração.

Gabarito 1E

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção incorreta relativamente aos bens públicos.

(A) Bens de uso comum do povo são aqueles que, por determinação legal ou por sua própria natureza, podem ser utilizados por todos em igualdade de condições, sem necessidade de consentimento individualizado por parte da administração, a exemplo de rios, mares, estradas, ruas e praças.
(B) Não dispondo a lei em contrário, consideram-se de uso especial os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
(C) Bens de uso especial são as coisas móveis ou imóveis, corpóreas ou incorpóreas, utilizadas pela administração pública para a realização de suas atividades e a consecução de seus fins.
(D) São bens de uso especial os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
(E) Os bens integrantes do domínio público do Estado têm por características a imprescritibilidade e a impenhorabilidade.

A: correta (art. 99, I, do Código Civil); **B:** incorreta, devendo ser assinalada, pois consideram-se dominicais tais bens (art. 99, parágrafo único, do Código Civil); vale lembrar que o único exemplo de pessoa jurídica de direito público com estrutura de direito privado é o da fundação pública, de modo que há uma presunção relativa de que os bens dessas fundações (que só têm bens públicos) são do tipo dominicais, podendo, naturalmente, alguns bens ser de uso comum do povo e de uso especial, desde que tenham a destinação respectiva; **C** e **D:** corretas (art. 99, II, do Código Civil); **E:** correta, pois todos os bens públicos são imprescritíveis, não se sujeitando à usucapião (art. 102 do Código Civil), e impenhoráveis, pois a execução contra a Fazenda Pública é feita por precatório ou pagamento à vista, em caso de pequeno valor (art. 100 da CF/1988); no entanto, nem todos os bens públicos são inalienáveis, já que os bens dominicais são alienáveis, observadas as exigências da lei (art. 101 do Código Civil).

Gabarito "B"

(OAB - CESPE – 2009.2) Com relação aos bens de uso comum do povo e aos bens de uso especial, assinale a opção correta.

(A) O não uso dos bens de uso comum do povo implica desafetação.
(B) Os bens de uso especial são penhoráveis.
(C) Enquanto mantiverem a afetação, nem os bens de uso comum nem os de uso especial podem ser objeto de compra e venda ou doação.
(D) Apenas os bens de uso comum do povo têm como característica a imprescritibilidade.

A: incorreta. A desafetação se dá por *lei*, por *decreto* ou por *fato administrativo*, e não pelo decurso do tempo; **B:** incorreta. Todos os bens públicos são impenhoráveis; a execução contra a Fazenda Pública é feita mediante a expedição de precatório (art. 100 da CF); **C:** correta. De fato, isso decorre do art. 100 do Código Civil, pelo qual tais bens são inalienáveis enquanto tiverem essa destinação, ou seja, enquanto tiverem afetação; **D:** incorreta. Todos os bens públicos são imprescritíveis, ou seja, não podem ser objeto de usucapião (art. 102 do CC).

Gabarito "C"

(OAB - CESPE – 2009.1) Assinale a opção correta acerca dos bens públicos.

(A) Consideram-se privados os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público aos quais a lei tenha dado estrutura de direito privado.
(B) Considera-se bem público de uso comum o bem público imóvel onde funcione repartição pública.
(C) Depende de prévia aprovação do Congresso Nacional a alienação ou cessão de terras públicas, de qualquer tamanho, incluindo-se as destinadas à reforma agrária.
(D) Pode ser autorizada por meio de permissão de uso a utilização, a título precário, de bens públicos imóveis federais

para a realização de eventos de curta duração, de natureza recreativa, esportiva, cultural, religiosa ou educacional.

A: incorreta. Consideram-se *públicos* (e não *privados*) do tipo *dominicais* (art. 99, parágrafo único, do Código Civil); **B:** incorreta (art. 99, II, do Código Civil); **C:** incorreta (art. 49, XVII, da CF); **D:** correta (art. 22 da Lei 9.636/1998).

Gabarito "D"

7.2. REGIME JURÍDICO (CARACTERÍSTICAS)

(Analista – TCU – 2009 – CESPE) A respeito do domínio e dos bens públicos, julgue os itens a seguir.

(1) A utilização da linha de jundu como critério para demarcar os terrenos de marinha é uma prática que atende à legalidade estrita no processo de gestão dos bens públicos.

(2) Domínio público é um conceito mais extenso que o de propriedade, pois ele inclui bens que não pertencem ao poder público.

1: incorreta. O correto é se utilizar do que determinar a lei, ou propor sua revisão. *A Linha de Jundu* é aquela que indica o final das praias e o início da vegetação que a segue, denominada de jundu, *e tem sido por vezes utilizada como critério para demarcar os terrenos de Marinha devido a dificuldade em determinar o que diz a lei. Com efeito, segundo o Dec.-lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946, terreno de marinha constitui-se numa faixa de 33 (trinta e três) metros, a contar da linha da preamar-média de 1831, para dentro da terra, nas áreas banhadas por águas sujeitas à maré, conforme se depreende do seu art. 2º. Todavia, há enorme dificuldade em se determinar a linha da preamar-média de 1831, o que tem levado ao uso não respaldado em lei da linha de jundu;* **2:** correta. Segundo a clássica doutrina de Rui Cirne Lima, a noção de domínio público é mais extensa que a de propriedade, pois nela estão incluídos não apenas os bens que pertencem ao Poder Público, mas todos os bens que participam da atividade administrativa.

Gabarito 1E, 2C

7.3. USO DOS BENS PÚBLICOS

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Ato unilateral, precário e discricionário quanto à decisão de outorga, pelo qual se faculta a alguém o uso de um bem público. Sempre que possível, será outorgada mediante licitação ou, no mínimo, com obediência a procedimento em que se assegure tratamento isonômico aos administrados.

Celso Antônio Bandeira de Mello. **Curso de direito administrativo**. 19.ª ed., São Paulo: Malheiros, 2005, p. 859 (com adaptações).

O texto acima traduz o conceito de

(A) autorização de uso de bem público.
(B) permissão de uso de bem público.
(C) concessão de uso de bem público.
(D) cessão de uso de bem público.
(E) concessão de direito real de uso de bem público.

A: incorreta, pois a outorga de autorização de uso não requer licitação; **B:** correta, trazendo definição compatível com a prevista no art. 2º, IV, da Lei 8.987/1995; **C:** incorreta, pois a concessão não é unilateral, mas bilateral, já que tem natureza de contrato; **D:** incorreta, pois a cessão de uso de bem público não requer licitação; **E:** incorreta, pois tal concessão é de natureza contratual, não se tratando de ato unilateral, portanto.

Gabarito "B"

7.4. BENS PÚBLICOS EM ESPÉCIE

(Ministério Público/RO – 2008 – CESPE) Julgue os próximos itens, a respeito de bens públicos.

I. Pelo instituto do indigenato, as áreas indígenas são bens dos índios, aos quais serão destinados os frutos pela exploração econômica dessas áreas.

II. As áreas de fronteira são bens da União considerados de uso público de uso especial, obedecidas as restrições impostas em face da soberania nacional.

III. Os recursos minerais, mesmo que localizados na superfície, são bens da União, mas se assegura o pagamento de *royalties* aos estados e municípios onde esses recursos naturais forem encontrados.

IV. É constitucional a cobrança de taxa na utilização de bens públicos.

V. O município poderá exercer o direito de preempção na alienação onerosa de imóveis urbanos, entre particulares, quando tiver o interesse em destinar essa área à proteção de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1.
(B) 2.
(C) 3.
(D) 4.
(E) 5.

I: incorreta (arts. 20, XI, e 231, § 1º, da CF); **II:** incorreta (art. 20, II, da CF); não se trata de bens de uso especial, mas de uso comum; **III:** correta, nos termos do art. 20, IX e § 1º, da CF; **IV:** incorreta, pois a taxa é cobrada em razão da prestação de um serviço público ou do exercício de poder de polícia (art. 145, II, da CF); no caso, pode-se cobrar um ***preço*** público; **V:** correta, nos termos dos arts. 25, *caput*, e 26, VIII, do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).

Gabarito "B"

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Considerando a legislação pertinente à propriedade, ao uso e exploração de bens públicos, solo, subsolo e recursos hídricos, assinale a opção correta.

(A) As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade comum ao solo, para efeitos de exploração ou aproveitamento.
(B) Aos estados pertencem as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, nesse caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.
(C) As terras devolutas constituem bens públicos de uso comum.
(D) Todos os bens públicos são inalienáveis e estão fora do comércio jurídico de direito privado.
(E) A afetação e a desafetação de um bem público devem ser feitas de modo expresso, não se admitindo a forma tácita.

A: incorreta (art. 176 da CF); **B:** correta (art. 26, I, da CF); **C:** incorreta, pois são bens dominicais; **D:** incorreta, pois os bens dominicais são alienáveis (art. 101 do CC); **E:** incorreta; se a Administração construir uma praça num bem dominical, ainda que não haja manifestação expressa (por decreto ou por lei) instituindo a afetação, esta terá se operado, de modo tácito, passando o local a ser um bem de uso comum do povo.

Gabarito "B"

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Com relação ao domínio público, assinale a opção correta.

(A) De acordo com a classificação prevista no Código Civil, os bens públicos podem ser de uso comum do povo, de uso especial e dominiais, sendo esses bens indisponíveis e inalienáveis.
(B) A doutrina entende que a desafetação de um bem público pode ocorrer por meio de ato administrativo, de lei ou mesmo de fato jurídico, como um incêndio que torne um veículo inservível.
(C) Todas as terras devolutas pertencem à União.
(D) O patrimônio cultural brasileiro constitui-se apenas de bens de natureza material.
(E) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, assim entendidas aquelas habitadas em caráter permanente, as

utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, são de sua propriedade, cabendo à União apenas demarcá-las.

A: incorreta, pois os bens dominicais são alienáveis (art. 101 do Código Civil); **B:** correta, pois a desafetação pode ocorrer pelos eventos citados, valendo lembrar, todavia, que se afetação de um bem público se der por lei, este não pode ser desafetado por mero ato administrativo; **C:** incorreta, pois há terras devolutas dos Estados (art. 26, IV, da CF); **D:** incorreta, pois há bens materiais e imateriais (art. 216 da CF); **E:** incorreta, pois tais terras pertencem à União (art. 20, XI, da CF), cabendo aos índios apenas a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (art. 231, § 2º, da CF).

Gabarito "B"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Relativamente aos bens públicos, julgue os itens seguintes.

(1) As terras devolutas são espécies de terras públicas que, por serem bens de uso comum do povo, não estão incorporadas ao domínio privado. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos estados-membros, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais. Constituem bens da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.

(2) Os rios públicos são bens da União quando situados em terrenos de seu domínio, ou ainda quando banharem mais de um estado da Federação, ou servirem de limites com outros países, ou se estenderem a território estrangeiro ou dele provierem. Os demais rios públicos bem como os respectivos potenciais de energia hidráulica pertencem aos estados-membros da Federação.

1: incorreta, pois as terras devolutas são bens dominicais; no mais, a afirmativa está correta, nos termos dos arts. 20, II, e 225, § 5º, da CF; **2:** incorreta; a parte que diz respeito à União está correta (art. 20, III, da CF); porém, a parte que diz que os potenciais de energia elétrica são dos Estados está incorreta, pois tais potenciais pertencem à União (art. 20, VIII, da CF).

Gabarito 1E, 2E

(OAB - CESPE – 2008.3) Acerca dos bens públicos, assinale a opção correta.

(A) Segundo a CF, as terras devolutas ou arrecadadas pelos estados por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais, são bens indisponíveis.

(B) Os bens públicos dominiais estão fora do comércio jurídico do direito privado.

(C) Segundo a orientação da doutrina, os bens públicos podem sofrer desafetação tácita pelo não uso.

(D) Os potenciais de energia hidráulica são bens públicos pertencentes aos estados onde se encontrem.

A: correta (art. 225, § 5º, da CF); **B:** incorreta (art. 101 do CC); **C:** incorreta. A desafetação depende de ato inequívoco da administração pública e, muitas vezes, só pode ser feita por meio de lei; **D:** incorreta (art. 20, VIII, da CF).

Gabarito "A"

(OAB - CESPE – 2008.3) Em determinado hospital público pertencente à União, foram construídos, na área interna do terreno em que está situado e que também pertence à União, diversos imóveis de 150 m² de área, para moradia temporária de médicos residentes. Os referidos imóveis são benfeitorias do hospital, sendo parte integrante deste, que é um bem afetado a finalidade pública. No entanto, o custo de manutenção desses imóveis ficou, ao longo do tempo, muito alto, e o diretor do hospital resolveu vendê-los. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

(A) Os imóveis construídos na área interna do hospital, que é afetado a uma finalidade pública, como benfeitorias e partes integrantes que dele são, amoldam-se à definição de bens de uso especial.

(B) Os imóveis cuja venda se discute estão submetidos ao instituto da afetação e, portanto, podem ser vendidos, sobretudo por haver justificação no seu alto custo de manutenção.

(C) Não só o hospital e os imóveis que foram construídos em sua área como também os bens de uso especial, de forma geral, concentram-se no domínio da União.

(D) Os médicos residentes que permanecerem residindo nos imóveis mencionados por 5 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, adquirirão o domínio desses bens, podendo pleitear a usucapião.

A: correta. De fato, por serem benfeitorias e seguirem a sorte do bem principal, as residências, assim como o hospital em si, são bens de uso especial; **B:** incorreta. Bens de uso especial são bens afetados, e, portanto, não podem ser alienados sem a desafetação e o cumprimento dos demais requisitos estabelecidos no art. 17 da Lei 8.666/1993; **C:** incorreta. Os bens de uso especial podem pertencer à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios; **D:** incorreta. Não existe usucapião em bem público (art. 102 do CC e arts. 183, § 3º, e 191, parágrafo único, ambos da CF).

Gabarito "A"

(OAB - CESPE – 2008.2) Acerca das espécies de bens públicos, assinale a opção correta.

(A) Os terrenos de marinha acrescidos pertencem ao primeiro ente federado que os descobrir.

(B) São bens da União os recursos naturais da plataforma continental, sendo esta medida a partir da costa até o limite de 12 milhas marítimas.

(C) As terras devolutas são bens exclusivos da União.

(D) As correntes de água que banhem mais de um Estado são bens da União.

A: incorreta. Os terrenos de marinha são da União (art. 20, VII, da CF); **B:** incorreta (art. 11 da Lei 8.617/1993); **C:** incorreta. As terras devolutas podem ser da União (art. 20, II, da CF) ou dos Estados-membros (art. 26, IV, da CF); **D:** correta (art. 20, III, da CF).

Gabarito "D"

7.5. TEMAS COMBINADOS DE BENS PÚBLICOS

(Ministério Público/RR – 2008 – CESPE) Julgue os próximos itens.

(1) Segundo a CF, os bens públicos não podem ser adquiridos por usucapião.

(2) Enquadram-se como bens públicos da União, de acordo com previsão constitucional, os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio ou do DF, desde que não banhem mais de um estado.

1: certo (arts. 183, § 3º, e 191, parágrafo único, da CF); **2:** errado (art. 20, III, da CF).

Gabarito 1C, 2E

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta acerca dos bens públicos.

(A) São bens do domínio público do Estado considerados afetados a uma finalidade pública os de uso comum do povo e os dominicais.

(B) Em execução de título executivo judicial na qual a União tenha sido condenada a pagar valor elevado, o exequente pode requerer ao juiz a penhora de bem da executada, desde que não tenha destinação pública.

(C) Os bens de uso comum que têm como característica a inalienabilidade absoluta não são imprescritíveis.

(D) O bem imóvel dominical da União pode ser alienado, desde que se demonstre interesse público e haja prévia avaliação, autorização legislativa e regular procedimento licitatório.

(E) A utilização de uma rua, durante 24 horas, pela comunidade, para a comemoração de festejos regionais, caracteriza uso normal de bem público.

A: incorreta, pois os bens dominicais são precisamente aqueles que não se encontram afetados a qualquer finalidade pública específica; **B:**

incorreta, pois no Brasil os bens públicos (sejam eles de bem comum do povo, de uso especial ou dominicais), são sempre impenhoráveis; **C:** incorreta, pois todos os bens públicos possuem como atributos a impenhorabilidade e a imprescritibilidade e mesmo os bens de uso comum do povo podem ser alienados, desde que haja sua devida e justificada desafetação; **D:** correta, pois os bens públicos dominicais são aqueles não afetados a qualquer finalidade pública específica, de modo que podem ser alienados nos termos constantes no art. 17, I, da Lei nº 8.666/1993; **E:** incorreta, pois a rua é típico bem de uso comum do povo, de sorte que seu uso "normal" ou ordinário é o tráfego de veículos e pessoas, ou seja, é aquele exercido conforme sua destinação principal. O uso desse bem público para a comemoração de festejos etc., é *extraordinário ou anormal*, e pode ser feito desde que com a devida autorização municipal.

Gabarito "D"

8. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE

8.1. DESAPROPRIAÇÃO

(Magistratura/AL – 2008 – CESPE) Acerca da desapropriação, assinale a opção correta.

(A) A desapropriação de um bem destina-se, em todos os casos, a retirá-lo da esfera particular e incluí-lo no patrimônio do Estado.
(B) O Estado pode desapropriar as zonas que se valorizem extraordinariamente em consequência de obra ou serviço público feitos na área.
(C) O procedimento da desapropriação envolve duas fases: a executória, realizada pelo Poder Executivo, e a judicial, realizada pelo Poder Judiciário.
(D) Tresdestinação é a obrigação que tem o expropriante de oferecer ao expropriado o bem, sempre que a este for dada destinação diversa da indicada no ato expropriatório.
(E) A desapropriação para fins de reforma agrária deve ser feita mediante pagamento de indenização justa, prévia e em dinheiro.

A: incorreta, pois há casos de desapropriação para entrega da coisa a terceiro (ex.: desapropriação para reforma agrária); **B:** correta (art. 4º do Dec.-lei 3.365/1941); **C:** incorreta, pois as duas fases são: a declaratória e a executória; nesta ou a Administração faz um acordo com o proprietário da coisa ou ingressa com ação de desapropriação; **D:** incorreta, pois o instituto em tela significa a utilização do imóvel desapropriado em finalidade que não é de interesse público; configurada a situação haverá direito de retrocessão em favor do proprietário anterior; **E:** incorreta (art. 184 da CF).

Gabarito "B"

(Magistratura/SE – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta com referência à desapropriação.

(A) A desapropriação, por interesse social, de imóvel rural que não cumpra sua função social importa prévia e justa indenização da área e das benfeitorias úteis com títulos da dívida agrária.
(B) Os valores de custas e emolumentos devem ser pagos pelo expropriante porque a imunidade tributária somente alcança os impostos.
(C) A pequena propriedade rural não pode ser objeto de desapropriação para fim de reforma agrária.
(D) A valorização extraordinária de terras pela conclusão de obra pública, no caso em que não sejam ditas áreas socialmente aproveitadas, caracteriza interesse social para decretação de desapropriação.
(E) Os bens desapropriados por interesse social passam a integrar o patrimônio do expropriante, que não poderá aliená-lo no prazo de 10 anos, mas poderá alugá-lo por até 1%, por mês, do valor pago na indenização.

A: incorreta (art. 184, § 1º, da CF); **B:** incorreta, pois a Fazenda Pública, apesar de não ter imunidade constitucional de taxas, mas sim de impostos, costuma ter isenção de pagamento de emolumentos processuais; **C:** incorreta, pois pode ser desapropriada, caso seu proprietário seja também de outra (art. 185, I, da CF); **D:** correta (art. 2º, VI, da Lei 4.132/1962); **E:** incorreta (art. 4º da Lei 4.132/1962); *vide* também os arts. 16 e 21 da Lei 8.629/1993.

Gabarito "D"

(Magistratura/SE – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito da desapropriação.

(A) Apenas a União pode desapropriar imóvel rural.
(B) Bens públicos não podem ser desapropriados.
(C) O registro da desapropriação independe da verificação de que o imóvel pertence à pessoa que figure no processo expropriatório como proprietário.
(D) Na sua feição indireta, aceita no ordenamento jurídico brasileiro, o Estado é livre de indenizar o particular.
(E) A desapropriação deve ser precedida de indenização em dinheiro, à exceção da destinada à reforma agrária.

A: incorreta. Lembrando que a afirmativa seria verdadeira apenas se a desapropriação do imóvel rural fosse a desapropriação-sanção para fins de reforma agrária (art. 2º, § 1º, da Lei 8.629/1993 e art. 184, *caput*, da CF); **B:** incorreta (art. 2º, § 2º, do Dec.-lei 3.365/1941); **C:** correta (art. 35 do Dec.-lei 3.365/1941); **D:** incorreta (arts. 10, parágrafo único, 15-A, § 3º, do Dec.-lei 3.365/1941); **E:** incorreta (art. 182, § 4º, III, da CF **–** pagamento por ***títulos***, em área urbana).

Gabarito "C"

(Ministério Público/RO – 2008 – CESPE) O governador do estado de Rondônia, em atendimento a um pleito de organizações da sociedade civil, que atuam na defesa do meio ambiente, criou uma reserva florestal no estado. Pedro, que possui uma fazenda no local, na qual se desenvolve atividade pecuária e de ecoturismo, entendendo que houve prejuízo econômico em decorrência desse ato, ingressou com ação na justiça. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito da intervenção do estado na propriedade.

(A) O governador do estado de Rondônia não tem competência para declarar uma área como de interesse social para criar uma reserva florestal, já que essa matéria é de competência da União.
(B) A natureza jurídica dessa espécie de intervenção do estado na propriedade é de desapropriação indireta.
(C) Pedro fará jus a indenização somente se houver comprometimento na exploração econômica de sua propriedade com a criação da reserva florestal.
(D) Os juros compensatórios, se devidos, têm de ser calculados na taxa de 12% ao ano, a contar do trânsito em julgado da sentença condenatória.
(E) Os juros moratórios, na espécie, se devidos, têm de ser fixados em 1% ao mês, a contar da data do trânsito em julgado da respectiva sentença.

A desapropriação indireta, que enseja indenização completa e cabal, só restará caracterizada se houver esvaziamento econômico da propriedade, ou seja, se houver comprometimento na sua exploração econômica. E os juros compensatórios devidos, de 12% ao ano (Súmula 618 do STF e ADI 2.332-2, do STF, em que houve suspensão da regra que estipulava juros de 6% ao ano, prevista no art. 15-A, *caput*, do Dec.-lei 3.365/1941), devem ser computados desde a ocupação do imóvel pela Administração Pública.

Gabarito "C"

(Ministério Público/RR – 2008 – CESPE) Julgue os itens a seguir, que versam sobre a intervenção do Estado na propriedade, a desapropriação e os direitos e garantias fundamentais.

(1) Podem ser sujeitos ativos da desapropriação por utilidade pública a União, os estados, os municípios e o DF.
(2) A indenização, no processo de desapropriação, deve ser sempre prévia, justa e em dinheiro.
(3) A desapropriação é forma originária de aquisição da propriedade.
(4) O instituto da desapropriação e o do confisco são idênticos, uma vez que ambos constituem transferência compulsória da propriedade, expressando o poder ilimitado de exercício do domínio eminente pelo poder público.

1: certa (art. 2º, § 2º, do Dec.-lei 3.365/1941); **2:** incorreta. Cuidado com a palavra "sempre"; a indenização é paga por meio de títulos, e não por dinheiro, em alguns casos (arts. 182, § 4º, III, e 184, *caput*, da CF); **3:** certa (*vide* arts. 31 e 35 do Dec.-lei 3.365/1941); **4:** errada, pois no confisco não há indenização (*vide* art. 243 da CF).

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) A respeito da desapropriação, julgue os próximos itens.

(1) Os estados e os municípios podem desapropriar imóveis rurais, para fins de utilidade pública.

(2) A imissão provisória na posse do bem objeto da expropriação é possível desde que ocorra mediante a correspondente indenização, por parte do expropriado, pela utilização do bem até a extinção do domínio.

1: correta; só não é possível a desapropriação de imóveis rurais quando se objetiva a desapropriação-sanção, com pagamento mediante títulos, cuja competência é exclusiva da União (art. 184 da CF); **2:** errada, pois o *expropriante* (e não o *expropriado*) deve depositar o preço fixado pelo juiz para que se imita provisoriamente na posse do imóvel (art. 15 do Dec.-lei 3.365/1941).

Gabarito 1C, 2E

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Acerca da desapropriação por utilidade pública, assinale a opção correta.

(A) Podem executar a desapropriação as concessionárias e permissionárias de serviços públicos, assim como autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo poder público, empresas públicas e sociedades de economia mista, mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.

(B) O termo inicial para o prazo de caducidade da declaração emitida pelo poder público é de dois anos, contados da data de expedição do respectivo decreto.

(C) Segundo o STF, a imissão provisória na posse dos bens, mesmo que precedido do depósito do valor correspondente ao valor cadastral do imóvel e independentemente da citação do réu, contraria o princípio da justa e prévia indenização em dinheiro estipulado na CF.

(D) Segundo o STF, a base de cálculo dos honorários advocatícios na desapropriação é o valor da condenação.

(E) O Poder Judiciário poderá decidir, no processo de desapropriação, se ocorrem ou não os casos de utilidade pública.

A: correta (art. 3º do Dec.-lei 3.365/1941); **B:** incorreta, pois o prazo é de 5 anos, no caso de utilidade pública (art. 10 do Dec.-lei 3.365/41), e de 2 anos, no caso de interesse social (art. 3º da Lei 4.132/1962); **C:** incorreta (Súmula 652 do STF); **D:** incorreta, pois a base de cálculo consistirá na diferença entra a indenização fixada em juízo e a oferta inicial feita pelo Poder Público, corrigidas monetariamente, conforme a Súmula 141 do STJ, sendo que o percentual sobre essa base de cálculo é de 0,5% a 5% (art. 27, § 1º, do Dec.-lei 3.365/1941); **E:** incorreta, pois a contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço, devendo outras questões ser resolvidas em ação própria (arts. 9º e 20 do Dec.-lei 3.365/1941).

Gabarito "A"

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Considerando a desapropriação no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

(A) O procedimento da desapropriação compreende as fases declaratória e executória. Na primeira, a declaração expropriatória pode ser feita somente pelo Poder Executivo, ao passo que a fase executória desenvolve-se apenas no âmbito do Poder Judiciário.

(B) Depende de autorização do presidente da República a desapropriação pelos estados, pelo Distrito Federal (DF) e pelos municípios de ações ou cotas de empresas cujo funcionamento dependa de autorização do governo federal e se subordine à sua fiscalização.

(C) A declaração de utilidade pública não confere ao poder público o direito de penetrar no bem, ainda que para fazer verificações ou medições.

(D) A desapropriação de imóveis rurais é sempre de competência da União.

(E) A lei não pode atribuir poder expropriatório a entidades da administração indireta, visto que os únicos sujeitos ativos da desapropriação são a União, o DF, os estados e os municípios.

A: incorreta, pois a fase executória pode se dar extrajudicial (por acordo) ou judicialmente (por ação de desapropriação), nos termos do art. 10 do Dec.-lei 3.365/1941; **B:** correta (art. 2º, § 3º, do Dec.-lei 3.365/1941); **C:** incorreta (art. 7º do Dec.-lei 3.365/1941); **D:** incorreta, pois só é de competência da União a desapropriação sanção de área rural (art. 2º, § 1º, da Lei 8.629/1993 e art. 184, *caput*, da CF); **E:** incorreta, pois para a fase declaratória é possível que, por ***lei***, seja dada legitimidade a um ente da Administração Indireta, desde que se trate de pessoa jurídica de direito público (por ex., a Aneel tem tal legitimidade – art. 10 da Lei 9.074/1995); já para a fase executória (para tentativa de acordo ou ingresso com a ação de desapropriação), é possível conferir legitimidade a concessionário de serviço público, o que pode ser feito por ***lei*** ou por ***contrato***.

Gabarito "B"

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) Não constitui requisito para a caracterização da função social da propriedade para fins rurais o(a)

(A) aproveitamento racional e adequado do espaço.

(B) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente.

(C) preservação da flora e da fauna nativas.

(D) observância das disposições que regulam as relações de trabalho.

(E) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Dentre as alternativas, a única que não contempla requisito caracterizador é a "C" (art. 186 da CF).

Gabarito "C"

(Cartório/DF – 2008 – CESPE) No que concerne aos princípios básicos da administração, da desapropriação e da caducidade da desapropriação, julgue os itens a seguir.

(1) A competência para declarar a utilidade pública ou o interesse social do bem que se pretende desapropriar, assim como a prática dos atos executórios necessários à transferência da propriedade, cabe aos delegatários do poder público.

(2) A responsabilidade civil passou por vários estágios, iniciando-se com a irresponsabilidade do Estado, evoluindo para a responsabilidade com culpa, chegando, na atualidade, à teoria do risco integral, adotada pela CF, segundo a qual a responsabilidade independe da demonstração de culpa ou dolo.

(3) Após caducar o decreto expropriatório, pode o bem ser objeto de nova declaração de interesse público ou social, desde que decorra desse fato o lapso temporal de pelo menos um ano.

1: incorreta, art. 6º do Dec.-lei 3.365/1941; **2:** incorreta, o Brasil não adota a teoria do risco integral, mas a do risco administrativo, admitindo causas excludentes da responsabilidade estatal; **3:** correta, art. 10 do Dec.-lei 3.365/1941.

Gabarito 1E, 2E, 3C

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) No que concerne às desapropriações, assinale a opção correta.

(A) Ao imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular destinado às classes de menor renda não se dará outra utilização, embora seja legalmente cabível a retrocessão.

(B) No processo de desapropriação, cabe ao Poder Judiciário decidir se os casos de utilidade pública se verificam ou não.

(C) Se a coisa expropriada por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social não tiver o destino para que se desapropriou, ou não for utilizada em obras ou serviços públicos, caberá ao expropriado direito de preferência, pelo preço da coisa na época da expropriação.
(D) No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por utilidade pública, não serão devidos juros compensatórios quando o imóvel possuir graus de utilização da terra e de eficiência na exploração iguais a zero.
(E) De acordo com expressa disposição legal, no processo judicial de desapropriação por utilidade pública, a contestação somente poderá versar sobre vício processual ou impugnação do preço; qualquer outra questão deverá ser decidida por ação direta.

A: incorreta, pois também não cabe retrocessão (art. 5º, § 3º, do Dec.-lei 3.365/41); **B:** incorreta (art. 9º do Dec.-lei 3.365/1941); **C:** incorreta, pois caberá direito de retrocessão, que é considerado direito real (e não *pessoal*, como é o direito de preferência), permitindo ao antigo proprietário reaver a coisa (STJ Edcl no Resp 623.511, DJ 26/09/2005); **D:** incorreta, pois tal disposição também é válida para as desapropriações por interesse social (art. 15-A, *caput* e § 2º, do Dec.-lei 3.365/1941); **E:** correta (art. 20 do Dec.-lei 3.365/1941).
Gabarito "E"

(OAB - CESPE – 2010.1) Acerca da desapropriação e dos institutos a ela relacionados, assinale a opção correta.

(A) Tratando-se de desapropriação por utilidade pública para a realização de obra, as áreas contíguas necessárias à execução da obra poderão ser abrangidas pela desapropriação, independentemente da inclusão dessas áreas na declaração de utilidade pública.
(B) A fase declaratória, durante a qual o Poder Público manifesta sua vontade na futura desapropriação, é iniciada com a declaração expropriatória e formalizada por meio de ato exclusivo do chefe do Poder Executivo federal, estadual ou municipal; por isso, não pode o dirigente máximo de autarquia ou de agência reguladora, por exemplo, expedir declaração expropriatória.
(C) O decreto expropriatório caduca no prazo de 5 (cinco) anos caso a desapropriação por utilidade pública não seja efetivada mediante acordo ou judicialmente, sendo o termo final desse prazo, para as desapropriações que correrem na via judicial, o do trânsito em julgado da ação de desapropriação.
(D) No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, havendo divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem, os juros moratórios destinam-se a recompor a perda decorrente do atraso no efetivo pagamento da indenização fixada na sentença; desse modo, só serão devidos esses juros se o pagamento não for feito até 1.º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ter sido feito.

A: incorreta. O art. 4.º do Dec.-lei 3.365/1941 dispõe em sentido contrário: "A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda"; **B:** incorreta. Há casos na legislação brasileira em que o dirigente máximo de autarquia ou agência reguladora tem a atribuição de promover a declaração expropriatória. É o caso, por exemplo, do DNIT e da ANEEL. Nesse sentido, Carvalho Filho. *Manual de direito administrativo*. 13. ed., 2005, p. 641; **C:** incorreta. Nos termos do art. 10 do Dec.-lei 3.365/1941, deve ser efetivada ou "intentar-se judicialmente", ou seja, deve-se contar até o ajuizamento (Carvalho Filho. *Op. cit.*, p. 643); **D:** correta. São os conceitos que se podem extrair dos arts. 15-A e 15-B do Dec.-lei 3.365/1941. "Art. 15-A. No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, havendo divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem, fixado na sentença, expressos em termos reais, incidirão juros compensatórios de até seis por cento ao ano sobre o valor da diferença eventualmente apurada, a contar da imissão na posse, vedado o cálculo de juros compostos." "Art. 15-B. Nas ações a que se refere o art. 15-A, os juros moratórios destinam-se a recompor a perda decorrente do atraso no efetivo pagamento da indenização fixada na sentença final de mérito, e somente serão devidos à razão de até seis por cento ao ano, a partir de 1.º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do artigo 100 da Constituição."
Gabarito "D"

(OAB - CESPE – 2009.1) Acerca da intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a opção correta.

(A) A limitação administrativa consiste na instituição de ônus real de uso pelo Poder Público sobre a propriedade privada.
(B) A desapropriação, que consiste na transferência de propriedade de terceiro ao Poder Público, tem por objeto bens móveis ou imóveis, corpóreos ou incorpóreos, públicos ou privados.
(C) A desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, é de competência da União e dos Estados, devendo ser realizada sobre imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, mediante prévia indenização em títulos da dívida agrária.
(D) Ocorre a desapropriação indireta quando a entidade da administração direta decreta a desapropriação, sendo o processo expropriatório desenvolvido por pessoa jurídica integrante da administração descentralizada.

A: incorreta. Limitação administrativa é imposição *geral e gratuita* (ex: lei de zoneamento de uma cidade), ao passo que a servidão é especial (grava pessoas determinadas) e normalmente *onerosa* (impõe indenização); assim, a servidão, sim, é um *ônus real*, que recai sobre bem determinado; **B:** correta (art. 2º do Dec.-lei 3.365/1941); **C:** incorreta. A desapropriação-sanção (com pagamento de títulos), para fins de reforma agrária, é da competência exclusiva da União (art. 184, *caput*, da CF); **D:** incorreta. Ocorre a desapropriação indireta quando a administração se apossa de um imóvel particular, dando destinação pública a este, sem observância das formalidades legais; essa situação permite que o proprietário da coisa ingresse com ação indenizatória por desapropriação indireta.
Gabarito "B"

(OAB - CESPE – 2008.3) Assinale a opção correta acerca de desapropriação.

(A) A desapropriação indireta, forma legítima de intervenção na propriedade, é realizada por entidade da administração indireta.
(B) Os bens públicos não podem ser desapropriados.
(C) Em caso de desapropriação por interesse social para fim de reforma agrária, deve haver indenização, necessariamente em dinheiro, das benfeitorias úteis e das necessárias.
(D) A desapropriação de imóveis urbanos pode ser feita mediante prévia e justa indenização, permitindo-se à administração, caso haja autorização legislativa do Senado Federal, pagá-la com títulos da dívida pública.

A: incorreta. A desapropriação indireta tem esse nome porque é feita sem a observância dos trâmites previstos em lei, e não porque só pode ser feita pela administração indireta; **B:** incorreta (art. 2º, § 2º, do Dec.-Lei 3.365/1941); **C:** correta (art. 184, § 1º, da CF); **D:** incorreta. A desapropriação de imóveis urbanos só será paga com títulos da dívida pública caso haja descumprimento da função social da propriedade (art. 182, § 4º, III, da CF).
Gabarito "C"

(OAB - CESPE – 2008.2) A modalidade de intervenção estatal que gera a transferência da propriedade de seu dono para o Estado é

(A) a desapropriação.
(B) a servidão administrativa.
(C) a requisição.
(D) o tombamento.

De fato, é a desapropriação. A servidão é apenas um direito real que permite o uso da coisa. A requisição de bens ou serviços é feita para

atender a situação transitória, em caso de iminente perigo público. E o tombamento restringe a utilização da coisa, sem passá-la para o domínio do Poder Público.

Gabarito "A"

(OAB - CESPE – 2008.1) Acerca da desapropriação e dos juros moratórios e compensatórios incidentes sobre ela, assinale a opção correta.

(A) É irrelevante o fato de o imóvel ser ou não produtivo para a fixação dos juros compensatórios na desapropriação, pois estes são devidos em razão da perda antecipada da posse, que implica a diminuição da garantia da prévia indenização estipulada na Constituição Federal.

(B) Em ação expropriatória, os juros compensatórios devem ser fixados à luz do princípio da retroatividade, ou seja, deve ser aplicado o índice vigente ao tempo da sentença que julga a desapropriação.

(C) Os juros moratórios, seja na desapropriação direta, seja na indireta, contam-se desde a imissão na posse.

(D) Na atualidade, a taxa de juros compensatórios aplicável às desapropriações é de 6% ao ano.

A: correta. De fato, os juros compensatórios têm por finalidade compensar o proprietário pela perda antecipada da posse da coisa sem o recebimento integral dos valores que lhe cabem; **B:** incorreta. Os juros compensatórios, de acordo com a Súmula 618 do STF, são sempre de 12% ao ano; **C:** incorreta. Os juros moratórios são contados a partir do momento em que o Poder Público está em mora no pagamento da indenização; como o pagamento, de regra, é feito por precatório, esse atraso só passa a existir "a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição" (art. 15-B do Dec.-lei 3.365/1941); o mesmo dispositivo estabelece que esses juros serão de 6% ao ano; esse dispositivo não foi alterado pelo STF; **D:** incorreta. Os juros compensatórios são de 12% ao ano, como se viu.

Gabarito "A"

8.2. REQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

(Magistratura/AL – 2008 – CESPE) De acordo com a Lei n. 8.080/1990, para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização. O instituto previsto nesse dispositivo legal refere-se a

(A) requisição administrativa.

(B) ocupação temporária.

(C) servidão administrativa.

(D) limitação administrativa.

(E) desapropriação.

Trata-se da requisição administrativa, prevista no art. 5º, XXV, da CF, e também em outras leis, como a Lei 8.080/1990 (art. 15, XIII).

Gabarito "A"

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Acerca da intervenção do Estado sobre a propriedade, julgue o item seguinte.

(1) A requisição constitui modalidade de intervenção cujo procedimento é unilateral, autoexecutório e independente da aquiescência do particular para sua concretização, ao passo que a desapropriação tem por objeto bem exclusivamente privado e configura procedimento administrativo pelo qual o poder público ou seus delegados impõe(m) ao proprietário a perda de um bem, mediante justa indenização.

1: incorreta, pois a desapropriação também incide sobre bem público (art. 2º, § 2º, do Dec.-lei 3.365/1941).

Gabarito 1E

(Cartório/DF – 2008 – CESPE) Com relação à intervenção do Estado na propriedade, julgue o item que se segue.

(1) A requisição, modalidade de intervenção do Estado na propriedade, é o meio pelo qual o Estado se utiliza de bens e serviços de particulares, em caso de perigo público iminente, sendo sempre obrigado a indenizar o proprietário, a título compensatório, pelo período em que houver a indisponibilidade do seu patrimônio.

1: incorreta, requisição é a utilização coativa de bens ou serviços particulares pelo poder público por ato de execução imediata e direta da autoridade requisitante e indenização ulterior, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias (que não necessariamente se caracterizam como perigo público iminente).

Gabarito 1E

(OAB - CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta com relação às modalidades de restrição do Estado sobre a propriedade.

(A) A servidão administrativa afeta a exclusividade do direito de propriedade, visto que transfere a outrem faculdades de uso e gozo.

(B) A requisição de imóveis é restrição imposta ao proprietário que não utiliza adequadamente a sua propriedade.

(C) As limitações administrativas consubstanciam obrigações de caráter específico a proprietários determinados, sem afetar o caráter absoluto do direito de propriedade, que confere ao titular o poder de usar, gozar e dispor da coisa do modo como melhor lhe convier.

(D) O tombamento, que configura instituição de direito real de natureza pública, impõe ao proprietário a obrigação de suportar ônus parcial sobre o imóvel e não afeta o caráter absoluto do direito de propriedade.

A: correta. De fato, a servidão incide sobre o direito de propriedade, fazendo com que determinadas faculdades de uso e gozo de um bem sejam transferidas em favor da coletividade; por exemplo, pode-se instituir uma servidão no imóvel particular, para o fim de instalar uma torre de energia elétrica em parte do bem; **B:** incorreta. A requisição é restrição que se dá em caso de iminente perigo público; por exemplo, utiliza-se a requisição quando pessoas estão desabrigadas por conta de uma enchente, determinando o Poder Público o uso temporário de propriedades privadas, mediante indenização ulterior; **C:** incorreta. A limitação administrativa consiste numa imposição **geral** e **gratuita**, que delimita o direito das pessoas; um exemplo é a lei que estabelece as regras para as construções de imóveis; assim, as obrigações não atingem pessoas determinadas, mas sim pessoas indeterminadas; **D:** incorreta. O tombamento acompanha o imóvel, de modo que a primeira afirmativa não pode ser contestada; porém, nem sempre as obrigações decorrentes do tombamento (*vide* o Dec.-lei 25/1937) atingem de modo parcial um imóvel e não afetam o caráter absoluto do direito de propriedade; há casos em que o proprietário deve ser, inclusive, indenizado pelos prejuízos causados.

Gabarito "A"

(OAB - CESPE – 2008.1) No que concerne à intervenção do Estado sobre a propriedade privada, é correto afirmar que

(A) a servidão administrativa afeta o caráter absoluto do direito de propriedade, implicando limitação perpétua do mesmo em benefício do interesse coletivo.

(B) as limitações administrativas constituem medidas previstas em lei com fundamento no poder de polícia do Estado, gerando para os proprietários obrigações positivas ou negativas, com o fim de condicionar o exercício do direito de propriedade ao bem-estar social.

(C) a requisição de bens móveis e fungíveis impõe obrigações de caráter geral a proprietários indeterminados, em benefício do interesse geral, não afetando o caráter perpétuo e irrevogável do direito de propriedade.

(D) o tombamento implica a instituição de direito real de natureza pública, impondo ao proprietário a obrigação de suportar um ônus parcial sobre o imóvel de sua propriedade, em benefício de serviços de interesse coletivo.

A: incorreta. A servidão é um ônus real que permite à administração usar um bem para a prestação de um serviço público ou para uma obra pública; normalmente, a servidão atinge apenas parte de um imóvel (ex.: servidão para a instalação de uma antena de celular num pedaço de uma propriedade); dessa forma, a servidão não afeta o caráter absoluto do direito de propriedade; **B:** correta. De fato, a limitação administrativa vem prevista em lei, impondo obrigações negativas ou positivas às pessoas; por se tratar de uma imposição geral (atinge a todos que estão em dada situação), a limitação administrativa não gera o direito de indenizar; um exemplo de limitação administrativa é a lei de trânsito, que condiciona nossa liberdade e nossa propriedade para resguardar o bem-estar social; **C:** incorreta. A requisição de bens ou serviços atinge um bem *determinado* (por ex.: um ginásio esportivo de um clube privado), para apaziguar uma situação de iminente perigo público (por ex.: pessoas desabrigadas por conta de uma grande enchente); **D:** incorreta. O tombamento não é instituído em benefício de um *serviço público*, mas com o objetivo de proteger um bem de valor histórico ou cultural.

Gabarito "B"

8.3. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Julgue o item a seguir.

(1) Servidão administrativa é um direito real de gozo que independe de autorização legal, recaindo sobre imóvel de propriedade alheia. Sejam públicas ou privadas, as servidões se caracterizam pela perpetuidade, podendo, entretanto, ser extintas no caso de perda da coisa gravada ou de desafetação da coisa dominante. Em regra, não cabe indenização quando a servidão, incidente sobre imóvel determinado, decorrer de decisão judicial.

1: Incorreta, pois a servidão, por incidir normalmente em imóvel determinado, faz com que o proprietário da coisa sofra em favor da coletividade, o que gera o direito de indenização, em virtude do princípio da igualdade (ex.: servidão para que alguém suporte uma torre de telefonia em sua propriedade); diferente é a situação da limitação administrativa, em que há uma imposição geral, atingindo pessoas indeterminadas, situação que não gera direito de indenização, pois a limitação administrativa apenas delimita os direitos das pessoas, sem tirar parte desses direitos. Assim, em caso de servidão, havendo dano, cabe indenização, seja em caso de servidão instituída por ato judicial, seja em caso de servidão instituída administrativamente.

Gabarito 1E

(OAB - CESPE – 2009.3) A respeito do instituto da servidão administrativa, assinale a opção correta.

(A) Cabe direito a indenização em qualquer das hipóteses de servidão administrativa.
(B) A servidão administrativa dispensa, em sua instituição, autorização legal.
(C) As servidões administrativas podem decorrer diretamente da lei, de acordo ou de sentença judicial.
(D) Somente mediante lei pode ser extinta uma servidão administrativa.

A: incorreta. Normalmente, a servidão gera direito à indenização; porém, quando uma servidão não causar dano algum, não haverá direito à indenização; tal ocorre, por exemplo, quando o Poder Público instala placas com nome de ruas nas paredes de imóveis particulares; **B:** incorreta e **C:** correta. Como todo ato administrativo, a servidão só pode ser praticada pela Administração porque a lei autoriza; todavia, não é necessário lei específica para a instituição de cada servidão, podendo tal se dar por acordo ou por sentença judicial também (arts. 10 e 40 da Lei de Desapropriação – Dec.-lei 3.365/1941); **D:** incorreta. Tal afirmativa somente é válida em se tratando de servidão instituída por lei não temporária.

Gabarito "C"

8.4. TOMBAMENTO

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) Uma das formas de proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural, o tombamento

(A) não pode atingir bens públicos.
(B) só pode atingir bens imóveis.
(C) pode atingir bens materiais e imateriais.
(D) pode atingir obras de origem estrangeira que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais.
(E) pode atingir obras de origem estrangeira que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país.

A: incorreta (art. 5º do Dec.-lei 25/1937); **B:** incorreta (art. 1º do Dec.-lei 25/1937); **C:** correta (art. 216, *caput* e § 1º, da CF); **D** e **E:** incorretas (art. 3º, 5 e 1, do Dec.-lei 25/1937).

Gabarito "C"

8.5. LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) É lícito ao poder público intervir na propriedade privada para preservar o interesse público. No município de João Pessoa, por exemplo, as edificações na faixa litorânea não podem ultrapassar a altura equivalente a quatro andares. Esse tipo de intervenção caracteriza

(A) servidão administrativa.
(B) ocupação temporária.
(C) tombamento.
(D) limitação administrativa.
(E) desapropriação.

Esse tipo de intervenção geral estabelecida pela lei caracteriza a limitação administrativa.

Gabarito "D"

8.6. TEMAS COMBINADOS DE INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE

(Magistratura/AC – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta acerca da intervenção do Estado na propriedade.

(A) Um município pode desapropriar um imóvel rural, por utilidade pública, para implantação de colônias ou cooperativas de povoamento ou trabalho agrícola, mediante o pagamento de prévia e justa indenização em dinheiro, sem afetar a competência privativa da União para desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.
(B) O juiz de direito, quando investido das funções de juiz eleitoral, pode solicitar o uso de estabelecimento de ensino privado para realização das eleições. Nessa hipótese, se não houver a concordância do proprietário, é lícito que o juiz, como autoridade administrativa eleitoral, determine a requisição do referido imóvel para realizar as eleições, sem nenhuma indenização em favor do proprietário.
(C) Na desapropriação, para instituir-se servidão administrativa, não são devidos juros compensatórios pela limitação de uso da propriedade.
(D) O tombamento, como instrumento de defesa do patrimônio histórico e artístico, é de competência privativa da União, por intermédio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A: correta, pois é de competência da União apenas a desapropriação-sanção para a reforma agrária, ou seja, a desapropriação por não cumprimento da função social da propriedade (art. 2º, § 1º, da Lei 8.629/1993 e art. 184, *caput*, da CF); **B:** incorreta, pois a requisição, se importar em dano, enseja indenização ao particular, sob pena de violação aos princípios da igualdade e da legalidade; **C:** incorreta (art. 40 do Dec.-lei 3.365/1941); **D:** incorreta, pois a Constituição determina que o Poder Público em geral atue nesse mister (art. 216, § 1º, da CF) e que todos os entes da federação protejam bens culturais (art. 23, III, da CF).

Gabarito "A"

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) No que concerne às formas de intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

(A) Ocupação temporária é a modalidade de intervenção estatal na propriedade particular fundada na urgência, que

incide sobre bens móveis, imóveis e até mesmo serviços prestados por particulares.

(B) Quanto à eficácia, o tombamento dos bens poderá ser provisório ou definitivo, mas nem sempre poderá gerar direito a indenização.

(C) A requisição administrativa destina-se ao uso da propriedade do particular, ocorre sempre em caso de urgência — mediante autorização judicial — e não enseja qualquer indenização ao particular.

(D) Segundo jurisprudência reiterada do STF, a limitação administrativa *non aedificandi* imposta aos terrenos marginais nas estradas de rodagem da zona rural afeta o domínio do particular e obriga a administração a promover a indenização devida.

(E) O tombamento somente poderá incidir sobre bens particulares, não havendo previsão legal para incidir sobre bens públicos.

A: incorreta, pois a *ocupação temporária* incide sobre imóvel (no caso, sobre *terreno não edificado*); ademais, esse instituto é utilizado quando o Poder Público precisa do imóvel alheio para fazer *obras* (art. 36 do Dec.-lei 3.365/1941), não se tratando de situação de urgência, como ocorre com a *requisição de bens ou serviços*; **B:** correta, valendo lembrar que se tem tombamento *provisório* logo em seguida à notificação do proprietário para se defender da intenção do Poder de Público de tombar a coisa, ao passo que se tem tombamento *definitivo* quando todos os trâmites para o tombamento já foram cumpridos; **C:** incorreta, pois a requisição é autoexecutória, ou seja, não depende de autorização judicial; ademais, caso haja dano, o particular tem sim direito à indenização, que é feita *a posteriori*; **D:** incorreta, pois a limitação administrativa, por ser geral, como regra, não dá ensejo à indenização (v. Súmula 479 do STF); **E:** incorreta, pois o tombamento de bens públicos, que tem o nome de *tombamento de ofício*, é possível (arts. 2º e 5º, do Dec.-lei 25/1937).

Gabarito "B"

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Acerca da intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

(A) Conforme entendimento do STJ, na limitação administrativa, a prescrição da pretensão indenizatória se dá em cinco anos, ao passo que a desapropriação indireta tem o prazo prescricional de vinte anos.

(B) Se a propriedade é atingida por um ato específico, imposto pela administração, embora calcada na lei para suportar uma obrigação, a hipótese é de limitação administrativa, e não de servidão.

(C) A requisição somente poderá ser de bens, jamais de serviços.

(D) Não se admite que a lei possa declarar um imóvel como de interesse público, para fins de desapropriação, já que se trata de ato privativo do chefe do Poder Executivo.

(E) Conforme entendimento do STF, a imissão provisória na posse do imóvel que está sendo objeto de desapropriação é inconstitucional, na medida em que ela somente poderá correr após a efetiva indenização e em dinheiro.

A: correta, pois o prazo de 5 anos (limitação administrativa) está previsto no art. 10, parágrafo único, do Dec.-lei 3.365/1941, ao passo que o prazo de 20 anos (desapropriação indireta) decorre do fato de que se trata de indenização pela perda da propriedade, aplicando-se, por analogia, o prazo para a usucapião extraordinária, que é de 20 anos; esse entendimento do STJ deverá se modificar para os novos casos que passarem a ser julgados por aquela Corte, pois o atual Código Civil estabelece prazos menores para a usucapião extraordinária (10 e 15 anos, a depender do caso, conforme art. 1.238 do CC); **B:** incorreta, pois atos específicos, atingindo bens determinados, importam em servidão administrativa, ao passo que atos genéricos, atingindo bens indeterminados, importam em limitação administrativa; **C:** incorreta, pois a requisição administrativa incide sobre bens ou serviços; **D:** incorreta, pois se um ato de menor relevância pode (ex.: Decreto), uma lei, que é ato que pode inclusive inovar na ordem jurídica, também pode declarar um bem como de interesse público para fins de desapropriação. **E:** incorreta, pois é pacífico que a imissão provisória na posse, mediante alegação de urgência e depósito prévio, é constitucional (v. Súmula 652 do STF).

Gabarito "A"

9. RESPONSABILIDADE DO ESTADO

9.1. MODALIDADES DE RESPONSABILIDADE (OBJETIVA E SUBJETIVA). REQUISITOS DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA

(Técnico Judiciário – TRE/GO – 2008 – CESPE) Joaquim, motorista de pessoa jurídica prestadora de serviço público, transportava documentos oficiais que necessitavam ser entregues com urgência. No trajeto, Joaquim, por imperícia e imprudência, envolveu-se em acidente de trânsito, no qual colidiu com veículo de particular. Considerando a situação hipotética acima, assinale opção correta.

(A) A responsabilidade civil será exclusiva de Joaquim, visto que agiu com imperícia e imprudência.

(B) A Constituição Federal de 1988 (CF) adotou a responsabilidade objetiva do Estado, sob a modalidade do risco integral, razão pela qual a pessoa jurídica deverá responder pelos danos.

(C) Trata-se de hipótese que exclui o dever de indenizar, visto que Joaquim estava executando serviço público de natureza urgente.

(D) A responsabilidade civil será da pessoa jurídica, na modalidade objetiva, com a possibilidade de direito de regresso contra o motorista.

A: incorreta, pois o Estado é responsável pela reparação civil, nos termos do art. 37, § 6º, da CF/1988, sendo sua responsabilidade objetiva, ou seja, independentemente de culpa ou dolo de seu agente público; Joaquim, se tiver agido com culpa ou dolo, poderá sofrer ação regressiva do Estado, para que este possa se ressarcir dos prejuízos que tiver que suportar, mas não pode ser acionado pela vítima; **B:** incorreta, pois a CF/1988 adotou a responsabilidade objetiva sob a modalidade *risco administrativo*, e não *risco integral*; na primeira modalidade admite-se excludentes de responsabilidade (ex: força maior, caso fortuito, culpa exclusiva da vítima ou de terceiro), ao passo que na segunda, não; **C:** incorreta, pois a urgência não é excludente de responsabilidade; confira exemplos de excludentes no comentário do item anterior; **D:** correta, nos termos do art. 37, § 6º, da CF/1988.

Gabarito "D"

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item que se segue.

(1) A responsabilidade civil do Estado poderá ser afastada se comprovada a culpa exclusiva da vítima, ou mitigada a reparação na hipótese de concorrência de culpa.

1: correta. Adota-se no Brasil a teoria do risco administrativo, a qual estabelece que a regra geral é a responsabilidade objetiva do Estado, admitidas algumas excludentes: caso fortuito ou de força maior, culpa de terceiros ou culpa exclusiva da vítima. Caso a culpa da vítima não seja exclusiva, tem-se ao menos uma mitigação da responsabilidade, dada a concorrência de culpa no evento.

Gabarito 1C

(Administrador – Ministério do Esporte – 2008 – CESPE) Em setembro de 2008, Marcelo, motorista de entidade da Administração Pública, estava dirigindo carro oficial quando colidiu com um veículo particular. O chefe imediato de Marcelo foi logo informado do fato e solicitou a realização de perícia, que foi ao local e, ao examinar os veículos e ouvir testemunhas, verificou que a culpa pelo abalroamento fora de Marcelo. A Administração então condicionou a indenização do particular ao término do processo administrativo disciplinar de Marcelo.

Em face da situação acima apresentada, julgue os itens a seguir.

(1) O particular deve aguardar o término do processo administrativo disciplinar para pleitear a indenização perante o Poder Judiciário.

(2) A responsabilidade civil da Administração será, no caso em questão, aferida sob a modalidade objetiva.

(3) A demonstração de culpa exclusiva do particular excluiria a responsabilização da Administração.
(4) O prazo prescricional para a Administração aplicar sanção a Marcelo começou a correr a partir do momento em que seu chefe imediato teve conhecimento da sua conduta.
(5) O chefe da repartição é competente para aplicar a Marcelo a penalidade de advertência ou até mesmo de suspensão, se ela for de até 30 dias.

1: incorreta. A responsabilidade estatal é do tipo objetiva, isto é, basta a configuração do nexo causal entre o ato e o dano sofrido e isso independe da apuração disciplinar de culpa do funcionário para fins de ação regressiva do Estado contra esse; **2:** correta. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa – art. 37, § 6º da CF/88; **3:** correta. Adota-se no Brasil a teoria do risco administrativo, a qual estabelece que a regra geral é a responsabilidade objetiva do Estado (art. 37, § 6º da CF/88), admitidas algumas excludentes: caso fortuito ou de força maior, culpa de terceiros ou culpa exclusiva da vítima; **4:** correta – art. 142, § 1º da Lei nº 8.112/1990; **5:** correta – art. 141, III da Lei nº 8.112/1990.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5C

(Magistratura/PI – 2008 – CESPE) Júlio, motorista de uma empresa pública estadual exploradora de atividade econômica no ramo de energia elétrica, conduzia caminhão da empresa que transportava combustível para o abastecimento de outros veículos. Devido à má sinalização e ao estado da rodovia federal na qual trafegava, o pneu dianteiro esquerdo do caminhão estourou após impacto em buraco causado por fortes chuvas do mês de janeiro de 2002 e existente no local, conforme prova testemunhal, havia aproximadamente 30 dias. Sem conseguir conduzir o referido veículo, que trafegava dentro dos limites legais de velocidade, acabou por capotá-lo, causando grande derramamento do óleo diesel transportado. O óleo derramado contaminou um reservatório de água potável que abastecia o município Z, acarretando morte por intoxicação da pequena Cíntia, de 4 anos de idade, que havia ingerido água do reservatório. A família de Cíntia, então, ingressou com ação de danos materiais e morais contra a referida empresa pública, com fundamento na responsabilidade objetiva prevista no texto constitucional. Considerando a situação hipotética apresentada acima, assinale a opção correta acerca da responsabilidade objetiva do Estado.

(A) A empresa pública para a qual Júlio trabalha não responde por danos morais e materiais de forma objetiva.
(B) A ação poderá ser proposta contra a referida empresa pública em até cinco anos, contados a partir da data do fato, conforme preceitua a Lei n. 9.494/1997.
(C) A responsabilidade objetiva pela morte de Cíntia, de acordo com a teoria da causa direta ou imediata e com os precedentes do STF, seria da União, pois a ela competia sinalizar e manter as rodovias federais.
(D) Conforme a jurisprudência predominante do STJ, a empresa pública deverá, de forma obrigatória, denunciar à lide a União, o município e (ou) a empresa que fabricou o pneu, se pretender, no futuro, propor uma eventual ação regressiva.
(E) Pela teoria do risco integral, caberia à empresa arguir uma das causas excludentes da sua responsabilidade, como o caso fortuito, a força maior ou a culpa exclusiva da vítima ou de terceiro.

A: está correta, pois a empresa pública não é prestadora de serviço público, mas exploradora de atividade econômica, de modo que não incide a responsabilidade objetiva prevista no art. 37, § 6º, da CF; **B:** incorreta, pois, no caso, a prescrição é regulada pelo Código Civil (art. 206, § 3º, V); **C:** incorreta, pois, no caso, a responsabilidade da União, se houvesse, seria do tipo subjetiva, pelo fato de a falta de sinalização e de manutenção da rodovia envolver ***conduta omissiva***, sendo certo que o STF e o STJ entendem que a responsabilidade do Estado por omissão é subjetiva; vale ressaltar que o STF tem decisão no sentido de que a responsabilidade estatal por *atos omissivos* ***específicos*** é objetiva; um exemplo de caso de omissão específica do Estado é a agressão física a aluno por colega, em escola estadual, hipótese em que a responsabilidade estatal será objetiva, com base na Teoria do Risco Administrativo (STF, ARE 697.326 AgR/RS, DJ 26/04/13); não se pode confundir uma *conduta omissiva genérica* (ex: o Estado não conseguir evitar todos os furtos de carros), com uma *conduta omissiva específica* (ex: o Estado ter o dever de vigilância sobre alguém e não evitar o dano); no primeiro caso, o Estado responde *subjetivamente*, só cabendo indenização se ficar provado que o serviço foi defeituoso (ex: um policial presencia um furto e nada faz); no segundo caso, o Estado responde *objetivamente*, não sendo necessário perquirir sobre se o serviço estatal foi ou não defeituoso **D:** incorreta, pois a denunciação da lide só é obrigatória no caso do garante (art. 70, III, do CPC [corresponde ao art. 125, III, do NCPC]), p. ex., no caso da existência de uma seguradora; **E:** incorreta, pois pela teoria do risco integral, não cabe alegar excludente de responsabilidade.

Gabarito "A"

(Magistratura/SE – 2008 – CESPE) Em relação à responsabilidade extracontratual do Estado, assinale a opção correta.

(A) A CF prevê a responsabilidade objetiva da administração pública tanto na prática de atos omissivos como na realização de atos comissivos.
(B) O STF entende não haver responsabilização civil do Estado por ato omissivo quando um preso, foragido há vários meses, pratica crime doloso contra a vida, por não haver nexo de causalidade direto e imediato.
(C) As concessionárias de serviço público, em razão de serem pessoas jurídicas de direito privado, não respondem objetivamente pelos atos que praticarem, tendo apenas responsabilização na modalidade subjetiva.
(D) A administração não responde civilmente por ato que houver praticado em estrita observância ao princípio da legalidade.
(E) Nos atos de império, o direito brasileiro adota a teoria da irresponsabilidade civil do Estado.

A: incorreta, pois a CF só prevê responsabilidade objetiva nos atos comissivos, vez que o art. 37, § 6º, da CF usa a expressão "causar", própria dos atos comissivos; o STF e o STJ já pacificaram entendimento no sentido de que a responsabilidade do Estado por omissão é subjetiva; vale ressaltar que o STF tem decisão no sentido de que a responsabilidade estatal por *atos omissivos* ***específicos*** é objetiva; um exemplo de caso de omissão específica do Estado é a agressão física a aluno por colega, em escola estadual, hipótese em que a responsabilidade estatal será objetiva, com base na Teoria do Risco Administrativo (STF, ARE 697.326 AgR/RS, DJ 26/04/13); não se pode confundir uma *conduta omissiva genérica* (ex: o Estado não conseguir evitar todos os furtos de carros), com uma *conduta omissiva específica* (ex: o Estado ter o dever de vigilância sobre alguém e não evitar o dano); no primeiro caso, o Estado responde *subjetivamente*, só cabendo indenização se ficar provado que o serviço foi defeituoso (ex: um policial presencia um furto e nada faz); no segundo caso, o Estado responde *objetivamente*, não sendo necessário perquirir sobre se o serviço estatal foi ou não defeituoso **B:** correta. Confira-se o seguinte precedente: "Ato omissivo do Poder Público: latrocínio praticado por apenado fugitivo. Responsabilidade subjetiva: culpa publicizada: falta do serviço. CF, art. 37, § 6º. Tratando-se de ato omissivo do poder público, a responsabilidade civil por tal ato é subjetiva, pelo que exige dolo ou culpa, esta numa de suas três vertentes, a negligência, a imperícia ou a imprudência, não sendo, entretanto, necessário individualizá-la, dado que pode ser atribuída ao serviço público, de forma genérica, a falta do serviço. A falta do serviço – *faute du service* dos franceses – não dispensa o requisito da causalidade, vale dizer, do nexo de causalidade entre a ação omissiva atribuída ao poder público e o dano causado a terceiro. Latrocínio praticado por quadrilha da qual participava um apenado que fugira da prisão tempos antes: neste caso, não há falar em nexo de causalidade entre a fuga do apenado e o latrocínio. Precedentes do ST**F:** RE 172.025/RJ, Rel. Ilmar Galvão, *DJ* 19.12.1996; RE 130.764/PR, Rel. Moreira Alves, *RTJ* 143/270". (STF, 2ª T., RE 369820/RS, Rel. Min. Carlos Velloso, *DJ* 27.02.2004); **C:** incorreta, pois as concessionárias de serviço público, mesmo que pessoas jurídicas de direito privado, respondem objetivamente justamente por prestarem serviço público

(art. 37, § 6º, da CF); **D:** incorreta, pois há casos em que, mesmo obedecendo a lei, há responsabilidade (ex.: desapropriação, servidão administrativa, requisição administrativa, dentre outros); **E:** incorreta, pois não existe essa exceção (art. 37, § 6º, da CF).

Gabarito "B"

(Ministério Público/AM – 2008 – CESPE) José, morador de um bairro periférico, foi recrutado informalmente, por policiais do posto policial presente naquele bairro, para exercer, em cooperação à polícia militar, atividades como diligências, rondas, plantões e vigilância de presos. Certo dia, durante um plantão, Antônio, esposo de Maria, julgando que José fosse amante de sua esposa, adentrou o posto policial e desferiu um tiro em José, deixando-o paraplégico. Acerca da situação hipotética descrita acima e da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

(A) Está configurada a responsabilidade civil do Estado pela falta do serviço, ou seja, a responsabilidade subjetiva, pois a administração pública tolerava a atividade ilegal exercida por José.
(B) A responsabilidade civil do Estado, no caso, é a objetiva, pois foi o Estado que recrutou José e este ficou paraplégico em serviço.
(C) No caso concreto, não está configurado o nexo de causalidade necessário à configuração da responsabilidade civil do Estado.
(D) Apenas a adoção da teoria do risco integral, adotada pela CF na atualidade, é capaz de gerar a responsabilização do Estado em casos como esse.
(E) Como a conduta danosa praticada contra José foi realizada por agente que não é servidor público, tal fato é motivo suficiente para excluir qualquer responsabilidade do Estado, não sendo necessário indagar qualquer outro aspecto para solucionar a controvérsia.

No caso, como a motivação do crime é de ordem pessoal, nada tendo a ver com a função exercida por José, não é o caso de responsabilizar o Estado. Há de se consignar também que a hipótese é de omissão do Estado, e não está configurada a falta do serviço, pois não é possível dizer, diante do enunciado, que era possível ao Estado evitar o crime.

Gabarito "C"

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Quanto à responsabilidade extracontratual do Estado, na esteira da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

(A) Segundo decisão recente do STF, a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é também objetiva relativamente aos não usuários do serviço.
(B) Segundo o STF, a responsabilidade civil do Estado é objetiva no caso de lesão corporal causada por disparo de arma de fogo pertencente à corporação militar realizado por servidor militar em período de folga contra ex-esposa em decorrência de rompimento da relação conjugal.
(C) Segundo o STF, para a configuração da responsabilidade objetiva do Estado, é necessário que o ato praticado seja ilícito.
(D) Segundo jurisprudência pacífica do STJ acerca do dano indenizável, quanto aos filhos do falecido, impõe-se o limite de pensão até o instante em que estes completam vinte e um anos de idade e, no que se refere à viúva, até o momento em que esta completar sessenta e cinco anos de idade.
(E) A força maior e o caso fortuito, ainda que determinantes para a ocorrência de evento danoso, não podem ser considerados como excludentes de responsabilidade do Estado.

A: correta, tendo o STF mudado seu entendimento a respeito do assunto; assim, hoje, o STF entende que são beneficiários da responsabilidade objetiva das concessionárias de serviço público não só os *usuários* do serviço (ex.: passageiro de um ônibus que se acidenta), como também os *não usuários* do serviço (ex.: alguém que não é passageiro do ônibus, mas que estava caminhando ou andando de bicicleta quando do acidente no primeiro, vindo a sofrer danos por conta do evento); *vide*, a respeito, o RE 591.874/MS, j. 26.08.09; **B:** incorreta, pois o servidor militar, por estar de folga, não estava *na qualidade de agente público* quando do ocorrido, não se tendo preenchido o requisito do "nessa qualidade", presente no art. 37, § 6º, da CF; **C:** incorreta, pois o ato ilícito, entendido como aquele em que há *culpa* ou *dolo* (art. 186 do CC), não é essencial para a configuração da responsabilidade objetiva do Estado, pois nesta não se verifica se há culpa ou dolo; por exemplo, a requisição de bens ou serviços e a desapropriação são atos lícitos, mas ensejam indenização pelos danos causados aos particulares; **D:** incorreta, pois os filhos terão direito a pensão até fazer *25 anos*, ao passo que a viúva terá direito à pensão não até fazer 65 anos, mas até a data em que a vítima (seu marido) fizesse 65 anos, valendo salientar que o STJ vem admitindo que a expectativa de vida seja maior que 65 anos, tendo em vista os novos dados do IBGE (REsp 1027318/RJ, DJ 31/08/2009); **E:** incorreta, pois adotamos a Teoria do Risco Administrativo, que admite tais excludentes, ao contrário da Teoria do Risco Integral, que não admite excludentes da responsabilidade estatal.

Gabarito "A"

(Delegado/AC – 2008 – CESPE) Acerca da responsabilidade civil do Estado e de seus servidores, julgue os itens a seguir.

(1) Os servidores públicos de uma autarquia do Acre respondem objetivamente pelos danos que, no exercício de suas funções, causem culposamente a terceiros.
(2) Considere que um detento tenha sido morto por seus colegas de carceragem, dentro da cela de uma delegacia de polícia do Estado do Acre. Nessa situação, o Acre responde pelos danos materiais e morais resultantes dessa morte, mesmo que reste demonstrada a ausência de culpa dos agentes públicos responsáveis pela segurança dos presos.

1: errada, pois os agentes públicos só respondem se agirem com culpa ou dolo (art. 37, § 6º, parte final, da CF); **2:** correta, pois a responsabilidade do Estado no caso é considerada objetiva (STF, AgRg no AgIn 603.865, rel. Min. Carmem Lúcia, *DJ* 06.02.2009).

Gabarito 1E, 2C

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta no que concerne à responsabilidade civil do Estado.

(A) Nos Estados absolutistas, negava-se a obrigação da administração pública de indenizar os prejuízos causados por seus agentes aos administrados, com fundamento no entendimento de que o Estado não podia causar males ou danos a quem quer que fosse (*the king can do no wrong*). Segundo a classificação da doutrina, a teoria adotada nesse período era a teoria do risco integral.
(B) Perante o transportado, a responsabilidade da transportadora que exerça função pública sob concessão é contratual e subjetiva.
(C) A Constituição Federal de 1988 adotou o princípio da responsabilidade civil subjetiva para as autarquias.
(D) De acordo com a teoria da responsabilidade objetiva, o Estado responde pelos danos causados por seus agentes a terceiros, independentemente da prova de culpa ou da demonstração do nexo causal.
(E) Uma sociedade de economia mista prestadora de serviço público responderá por danos causados a terceiros independentemente da prova de culpa.

A: incorreta, pois trata-se da fase da irresponsabilidade do Estado, fase que é totalmente oposta à teoria do risco integral, pela qual o Estado responde objetivamente e sem excludentes de responsabilidade; **B:** incorreta (art. 37, § 6º, da CF); **C:** incorreta, pois autarquia é pessoa de direito público (art. 37, § 6º, da CF); **D:** incorreta, pois é necessário nexo causal; **E:** correta (art. 37, § 6º, da CF).

Gabarito "E"

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) Um policial militar do estado da Paraíba, durante o período de folga, em sua residência, teve um desentendimento com sua companheira e lhe desferiu um tiro com uma arma pertencente à corporação. Considerando o ato hipotético praticado pelo referido policial, é correto afirmar que

(A) está configurada a responsabilidade civil do Estado, pois a arma pertencia à corporação.
(B) está configurada a responsabilidade civil do Estado, pois o disparo foi efetuado por um policial militar, e o fato de ele estar de folga não afasta a responsabilidade do Estado.
(C) não há responsabilidade civil do Estado, visto que o dano foi causado por policial fora de suas funções públicas.
(D) não há responsabilidade civil do Estado, pois o dano não foi causado nas dependências de uma repartição pública.
(E) não há responsabilidade civil do Estado, uma vez que a conduta praticada pelo policial não configurou dano.

Confira o seguinte precedente: "Responsabilidade civil do Estado. Lesão corporal. Disparo de arma de fogo pertencente à corporação. Policial militar em período de folga. Caso em que o policial autor do disparo não se encontrava na qualidade de agente *público. Nessa contextura, não há falar de responsabilidade civil do Estado." (STF, RE 363423, Rel. Carlos Britto,* DJ 13.03.2008). É importante ressaltar que há precedente em sentido contrário. Confira: "Ocorrência de relação causal entre a omissão, consubstanciada no dever de vigilância do patrimônio público ao se permitir a saída de policial em dia de folga, portando o revólver da corporação, e o ato ilícito praticado por este servidor. Responsabilidade extracontratual do Estado caracterizada. Inexistência de argumento capaz de infirmar o entendimento adotado pela decisão agravada." (STF, RE 213525, AgR, Rel. Ellen Gracie, *DJ* 05.02.2009).

Gabarito "C"

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) Uma empresa privada foi contratada pela União para construir um prédio, onde irá funcionar órgão público. No entanto, durante a execução da obra, um andaime caiu sobre um carro estacionado nas imediações. Após a perícia, verificou-se que o servidor público responsável pelo acompanhamento do contrato não estava no local na hora do acidente.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz do instituto da responsabilidade civil do Estado.

(A) De acordo com a legislação de regência e com a teoria do risco administrativo, a responsabilidade civil da União será objetiva.
(B) A responsabilidade civil da União será subjetiva, pois houve omissão do agente público no acompanhamento da obra.
(C) A ação de reparação civil, na hipótese, sob o fundamento da responsabilidade civil objetiva da União, caberá diretamente contra a União e o servidor.
(D) Como se trata de contrato de obra pública, a responsabilidade civil será subjetiva e, em um primeiro momento, apenas da construtora contratada pela execução da obra, sem que a conduta do servidor exclua ou reduza essa responsabilidade.
(E) A denunciação do servidor à lide, pela União, é obrigatória, sob pena de perda do direito de regresso.

Sob pena de tornar-se uma espécie de "segurador universal", não se pode imputar ao Estado a responsabilidade por ato de terceiro, no caso, a empresa contratada. O vínculo contratual com a administração pública não tem influência, no caso, sobre a ação, o evento danoso e o nexo entre eles, nem há previsão legal determinando sua responsabilidade subsidiária. Logo, não há que se falar em responsabilidade objetiva do Estado, mas tão somente em responsabilidade subjetiva ou aquiliana da empresa privada responsável pela obra.

Gabarito "D"

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Acerca do Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

(1) Considere-se que um servidor do TST, no exercício de sua função, submeteu um advogado a constrangimento que configurou dano moral. Nessa situação, por tratar-se de dano moral, a responsabilidade do TST é subsidiária.

1: errada, pois o dano foi causado por agente do Estado, atuando nessa qualidade, ou seja, na qualidade de agente público; no caso, o ofendido pode acionar a União Federal, que é a pessoa jurídica da qual faz parte o TST, e pedir indenização (art. 37, § 6º, da CF); o STF não permite que se ingresse com ação diretamente em face do servidor público; a vítima deve acionar a União e esta pode atuar regressivamente contra seu agente, caso este tenha agido com culpa ou dolo.

Gabarito 1E

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Um caminhão trafegava por uma rodovia mantida pela União quando sofreu um acidente com capotagem. A velocidade empreendida pelo motorista era a permitida, e a capotagem foi causada pelos bruscos movimentos realizados para desviar de uma série de buracos presentes na pista. O acidente danificou o caminhão e gerou a perda de toda a carga. Com base nessa situação, assinale a opção correta.

(A) Houve culpa exclusiva da vítima.
(B) Está presente o caso fortuito.
(C) A responsabilização do Estado ocorrerá na forma subjetiva.
(D) No caso presente, a identificação do agente público causador do dano é de fácil identificação, o que possibilita ao Estado valer-se de ação regressiva, caso seja obrigado a indenizar a vítima.

O caso trata de conduta omissiva do Estado. Esse tipo de conduta enseja responsabilidade subjetiva, na qual se verificará a existência da chamada culpa anônima do serviço (o serviço não funcionou, funcionou mal ou funcionou atrasado), de modo que a alternativa "c" é a correta.

Gabarito "C"

(OAB - CESPE – 2008.3) No que concerne à responsabilização extracontratual da administração pública, assinale a opção correta.

(A) A verdade sabida, em atenção ao princípio da eficiência, é admitida no direito brasileiro para apuração de falta que, tendo sido cometida por servidor público, cause dano a terceiro.
(B) O homicídio cometido, fora da penitenciária, por presidiário que esteja em fuga não implica responsabilização do Estado, pois este não pode ser considerado segurador universal.
(C) As concessionárias de serviço público, quando em exercício deste, respondem objetivamente à responsabilização civil pelos atos comissivos que praticarem.
(D) Inexiste dever de indenizar quando o ato administrativo é praticado em estrita observância ao princípio da legalidade.

A: incorreta. A verdade sabida, que é aquela testemunhada ou conhecida inequivocamente pelo superior hierárquico, que, assim, poderia aplicar diretamente sanções leves, não pode ser utilizada para responsabilizar o agente público, pois este deve ter direito a contraditório e ampla defesa; **B:** incorreta. Se o crime for cometido na fuga, não é possível aplicar os precedentes do STF que entendem que não há nexo de causalidade entre a conduta estatal e o dano; p. ex., confira-se precedente em que a responsabilidade foi afastada, mas a fuga já tinha ocorrido há 21 meses do dano praticado: "Ação de Reparação de Danos. Assalto cometido por fugitivo de prisão estadual. Responsabilidade objetiva do Estado. Recurso extraordinário do Estado provido. Inexistência de nexo de causalidade entre o assalto e a omissão da autoridade pública que teria possibilitado a fuga de presidiário, o qual, mais tarde, veio a integrar a quadrilha que praticou o delito, cerca de vinte e um meses após a evasão" (STF, AR 1.376/PR, DJ 22.09.2006); **C:** correta (art. 37, § 6º, da CF); **D:** incorreta. Quando a administração causa um dano especial e anormal a alguém, ainda que calcada numa lei, é dever dela indenizar o prejudicado; p. ex., a desapropriação está de acordo com o princípio da legalidade, mas reclama indenização em favor do expropriado.

Gabarito "C"

9.2. RESPONSABILIDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Com relação à regra da responsabilidade objetiva do Estado, julgue o próximo item.

(1) Essa regra não se aplica às entidades da administração indireta que executem atividade econômica de natureza privada.

1: correta, pois somente as entidades da administração indireta que sejam pessoas jurídicas de direito público ou que sejam concessionárias de serviço público respondem objetivamente (art. 37, § 6º, da CF).

Gabarito 1C

(Advogado – SERPRO – 2008 – CESPE) Julgue os itens a seguir, acerca da responsabilidade civil do Estado.

(1) Uma concessionária do serviço público federal causou danos morais a determinado usuário do serviço. Nesse caso, a responsabilidade da concessionária será objetiva, e o prazo prescricional da ação, de 5 anos.

(2) Pela teoria do risco integral, a ambulância de um hospital público que venha a atropelar um ciclista não será civilmente responsável pelo fato se houver culpa exclusiva do ciclista.

1: correta (art. 1º-C da Lei 9.494/1997); **2:** incorreta, pois tal conclusão se dá pela teoria do risco administrativo (que admite excludentes de responsabilidade) e não pela teoria do risco integral (que não admite excludentes).

Gabarito 1C, 2E

(OAB - CESPE – 2010.1) Manoel estava no interior de um ônibus da concessionária de serviço público municipal, empresa não integrante da administração pública, quando o veículo derrapou em uma curva e capotou. Em razão desse acidente, Manoel sofreu dano material e moral. Nessa situação hipotética, a responsabilidade será

(A) objetiva e da concessionária, com prazo de prescrição de 5 (cinco) anos, conforme previsto em lei especial.

(B) subjetiva e da concessionária, com prazo de prescrição de 5 (cinco) anos, conforme previsto no Código Civil.

(C) objetiva e do Município, com prazo prescricional de 3 (três) anos, conforme previsto em lei especial.

(D) subjetiva e do Município, com prazo prescricional de 3 (três) anos, conforme previsto no Código Civil.

A: correta. A responsabilidade será objetiva e da concessionária, conforme prevê o § 6.º do art. 37 da CF: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa." Na hipótese, prevê o Código Civil o prazo de 3 (três) anos de prescrição: "Art. 206. Prescreve: (...) § 3.º Em 3 (três) anos: V – a pretensão de reparação civil"; prevê, por outro lado, a Lei 9.494/1997: "Art. 1.º- C. Prescreverá em 5 (cinco) anos o direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos. (Incluído pela Medida Provisória n.º 2.180-35, de 2001)"; **B:** incorreta. *Vide* justificativa à opção A; **C:** incorreta. *Vide* justificativa à opção A; **D:** incorreta. *Vide* justificativa à opção A.

Gabarito "A"

9.3. RESPONSABILIDADE POR ATOS LEGISLATIVOS E JUDICIAIS

(Procurador do Estado/ES – 2008 – CESPE) José era presidente de empresa pública estadual. Depois de prisão preventiva de estrepitosa repercussão na mídia nacional, viu-se denunciado por peculato culposo por haver inserido, em conluio com empregado do departamento de pessoal, servidores fantasmas na folha de pagamento da empresa. A sentença de primeiro grau o condenou a sete meses de detenção, o que foi confirmado pelo tribunal de justiça, ali havendo o trânsito em julgado. Paralelamente, tramitava tomada de contas especial relativa ao episódio e que, após meticulosa apuração, eximiu José de toda a responsabilidade. A isso seguiu-se pedido de revisão criminal em que o tribunal de justiça o absolveu por negativa de autoria e não houve recurso das partes. José propôs, então, ação de indenização pelo rito ordinário contra o estado, decorrente não apenas do erro na condenação criminal, mas também da prisão preventiva e da ação difamatória de membro do Ministério Público. Diante da situação hipotética acima apresentada, julgue os itens que se seguem.

(1) A decisão da tomada de contas que eximiu José de responsabilização administrativa, se ocorrida antes da sentença, implicaria exoneração de condenação criminal.

(2) Não gera preclusão a inexistência do reconhecimento do direito à indenização no acórdão de revisão criminal.

(3) A responsabilidade civil pelo erro judiciário constitui garantia fundamental e será apurada com base na teoria objetiva.

(4) A mera prisão cautelar indevida, nos termos da atual jurisprudência do STF, já é suficiente para gerar o direito à indenização.

1: errada, pois a instância administrativa não se comunica na instância criminal; **2:** correta, pois a responsabilidade civil decorrente de erro judiciário reconhecido em revisão pode ser pedida na esfera cível; **3:** correta, nos termos dos arts. 5º, LXXV, 37, § 6º, da CF; **4:** errada, pois o erro judiciário é aquele reconhecido em revisão criminal.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(OAB - CESPE – 2008.2) Josué, condenado por latrocínio e estelionato, cumprindo pena em regime aberto, fugiu diversas vezes do estabelecimento prisional. Embora sempre localizado e novamente detido pelas autoridades policiais, ele não foi submetido à regressão de regime prisional. Durante a oitava fuga, Josué praticou estupro contra criança de 12 anos de idade. Tendo por base essa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da responsabilidade do Estado.

(A) Configura-se, no caso, a responsabilidade subjetiva do Estado em face do fato de Josué não ter sido submetido à regressão de regime prisional e ter cometido o crime em ocasião em que deveria estar preso.

(B) Nesse caso, é impossível a configuração do nexo causal, pois não houve uma conduta positiva, ou seja, um agir, por parte da administração pública.

(C) Na situação apresentada, sequer cabe discutir a responsabilização do Estado, pois o ato danoso praticado foi realizado por um particular, Josué, e, não, por um agente público.

(D) À situação apresentada é aplicável a teoria do risco integral.

No caso de omissão do Estado, a responsabilidade é subjetiva, devendo-se verificar a existência de falta do serviço (serviço estatal defeituoso); na situação narrada houve, no mínimo, atitude culposa do Estado, a ensejar a sua responsabilização; trata-se de um caso real: STF, 2ª T., RE 409.203/RS, rel. p/ Acórdão: Min. JOAQUIM BARBOSA, DJ 20.04.2007. Aproveitando o ensejo, é importante informar que o STF tem decisão no sentido de que a responsabilidade estatal por *atos omissivos* ***específicos*** é objetiva. É caso de omissão específica do Estado a agressão física a aluno por colega, em escola estadual, hipótese em que a responsabilidade estatal será objetiva, com base na teoria do risco administrativo (STF, ARE 697.326 AgR/RS, DJ 26/04/13).

Gabarito "A"

10. LICITAÇÃO

10.1. CONTRATAÇÃO DIRETA (LICITAÇÃO DISPENSADA, DISPENSA DE LICITAÇÃO E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO)

(Ministério Público/RO – 2008 – CESPE) Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética com relação a licitações públicas, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresente a assertiva correta.

(A) O estado de Rondônia editou uma lei disciplinando o sistema de registro de preços. Nessa situação, a referida

lei é inconstitucional, já que é de competência privativa da União legislar acerca de licitações públicas.

(B) O prefeito de determinado município pretende contratar uma empresa de publicidade para divulgar as ações de seu governo. Nessa situação, mesmo diante da notória especialidade, o contrato não poderá ser firmado com inexigibilidade de licitação.

(C) Determinado estado fez publicar edital no qual consta que um projeto executivo será elaborado pela empresa contratada. Nessa situação, houve frontal violação à lei geral de licitações, a qual veda que a mesma empresa que irá fazer o projeto executivo venha a executá-lo.

(D) A receita estadual apreendeu 100 computadores em uma operação de seus agentes. Uma escola particular, que atua junto à sociedade carente, solicitou a doação desses computadores. Nessa situação, conforme a lei de regência, essa doação dependerá de lei autorizadora específica e de avaliação prévia, sendo dispensada apenas a licitação.

(E) Devido a uma inesperada enchente do principal rio de um bairro, um município adquiriu alimentos, vestuário, cobertores e remédios, utilizando-se, para tanto, da dispensa de licitação. Na mesma oportunidade, a entidade municipal resolveu contratar uma empresa de construção civil para construir duas escolas para proteger as pessoas desabrigadas e, depois de passada a situação emergencial, atender aos alunos daquela comunidade. Nessa situação, mesmo que a obra mencionada tenha previsão de ser concluída em dois anos, o referido município poderá se utilizar da dispensa de licitação.

A: está incorreta, pois compete privativamente à União editar apenas as ***normas gerais*** em matéria de licitação (art. 22, XXVII, da CF); **B:** está correta, nos termos do art. 25, II (parte final), da Lei 8.666/1993; **C:** incorreta (art. 9º, § 2º, da Lei 8.666/1993); **D:** incorreta (art. 17, II, *a,* da Lei 8.666/1993); **E:** incorreta, pois a dispensa de licitação pela situação de emergência não permite que o contrato supere 180 dias (art. 24, IV, da Lei 8.666/1993).

Gabarito "B"

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Constitui hipótese de inexigibilidade de licitação a contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, desde que o preço contratado seja compatível com o de mercado.

1: incorreta, pois esse caso não é de *inexigibilidade*, mas de *dispensa* de licitação (art. 24, XX, da Lei 8.666/1993).

Gabarito 1E

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) Um prefeito, tendo realizado contratação direta de um publicitário para a realização dos serviços de publicidade institucional da prefeitura, justificou o seu ato sob o argumento de que, por se tratar de serviço técnico de notória especialização, não seria exigível a licitação. Na situação apresentada, a atitude do prefeito, à luz da Lei de Licitações, deve ser considerada

(A) correta, visto que, de fato, por constituir serviço técnico de notória especialização, a mencionada contratação dispensaria procedimento licitatório.

(B) errada, pois não se trata de hipótese de inexigibilidade de licitação, mas de dispensa de licitação.

(C) errada, pois serviços de publicidade não podem ser classificados como de notória especialização, sendo necessário o procedimento de licitação para a contratação desse tipo de serviço.

(D) correta, pois, geralmente, as contratações de serviços de publicidade são de baixo valor, o que assegura a contratação direta, sem licitação.

(E) errada, pois prefeituras são impedidas de contratar serviços de publicidade.

É vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade, conforme previsão do art. 25, II (parte final), da Lei 8.666/1993.

Gabarito "C"

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) As hipóteses de licitação dispensável não incluem

(A) a aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das forças singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, necessariamente justificadas quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificadas pelo comandante da força.

(B) o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no país, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.

(C) a contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

(D) a contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.

(E) a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que possam ser fornecidos somente por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

A: correta (art. 24, XXIX, da Lei 8.666/1993); **B:** correta (art. 24, XXVIII, da Lei 8.666/1993); **C:** correta (art. 24, XXVII, da Lei 8.666/1993); **D:** correta (art. 24, XXII, da Lei 8.666/1993); **E:** incorreta, devendo ser assinalada, pois esse caso não é de *dispensa*, mas de *inexigibilidade* (art. 25, I, da Lei 8.666/1993).

Gabarito "E"

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) As hipóteses de inexigibilidade de licitação incluem

(A) a contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

(B) a compra de material de uso pelas forças armadas — com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo —, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto.

(C) o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no país, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.

(D) a contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.

A: correta (art. 25, III, da Lei 8.666/1993); **B:** incorreta, pois esse caso é de *dispensa de licitação* (art. 24, XIX, da Lei 8.666/1993) e não de *inexigibilidade*; **C:** incorreta, pois esse caso é de *dispensa de licitação* (art. 24, XXVIII, da Lei 8.666/1993) e não de *inexigibilidade*; **D:** incorreta, pois esse caso é de *dispensa de licitação* (art. 24, XXII, da Lei 8.666/1993) e não de *inexigibilidade.*

Gabarito "A"

(Cartório/DF – 2008 – CESPE) Com relação à dispensa de licitação, julgue o item seguinte.

(1) É dispensável a licitação em caso de fornecimento de bens ou serviços, produzidos ou prestados no país, desde que envolvam tanto a alta complexidade tecnológica como a defesa nacional, situação que exige parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.

1: correta – Art. 24, XXVIII, da Lei 8.666/1993.

Gabarito 1C

(Analista – STJ – 2008 – CESPE) Acerca das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

(1) A concessão de direito real de uso de bens públicos imóveis construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública, não precisa ser licitada.

1: correta – art. 17, I, *f*, da Lei 8.666/1993.
Gabarito 1C

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) De acordo com a Lei nº 8.666/1993 (Lei das Licitações), assinale a opção correta.

(A) Nos casos em que for cabível a modalidade convite, a administração não poderá utilizar a tomada de preços, tampouco a concorrência.
(B) É vedado conceder preferência, como critério de desempate, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional.
(C) É dispensável a licitação para contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado.
(D) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem, a licitação é inexigível.

A: incorreta – a tomada de preços e a concorrência são modalidades que abrangem a modalidade convite; **B:** incorreta – art. 3º, § 2º, da Lei 8.666/1993; **C:** correta – art. 24, XXII, da Lei 8.666/1993; **D:** incorreta – trata-se de caso de dispensa (art. 24, III, da Lei 8.666/1993), e não de inexigibilidade.
Gabarito "C"

(Analista – TRE/MA – 2009 – CESPE) No que concerne aos institutos da licitação e dos contratos no âmbito da administração pública, assinale a opção correta.

(A) A adjudicação é ato administrativo discricionário.
(B) A licitação fracassada autoriza a contratação direta por parte da administração, por constituir hipótese de dispensa de licitação.
(C) Os contratos administrativos devem ser formalizados por instrumento lavrado em cartório de notas, sob pena de invalidade.
(D) Nenhuma cláusula estranha ao edital de licitação pode ser acrescentada ao contrato posteriormente celebrado pela administração pública, sob pena de nulidade do ato.
(E) Constitui hipótese de dispensa de licitação a contratação de serviços técnicos, de natureza singular, de profissionais de notória especialização.

A: incorreta – adjudicação consiste na atribuição do objeto da licitação ao seu vencedor; tal ato deve levar em conta um critério objetivo, qual seja, a verificação de quem é o vencedor; não há critérios subjetivos a serem analisados, de modo que não se trata de ato discricionário; **B:** incorreta – a licitação deserta é que autoriza a contratação direta (art. 24, V, da Lei 8.666/1993); a licitação fracassada é aquela em que apareceram interessados na disputa, mas todos foram inabilitados ou desclassificados, o que justifica a providência prevista no art. 48, § 3º, da Lei 8.666/1993; **C:** incorreta – essa determinação só existe para contratos relativos a direitos reais sobre imóveis (art. 60, *caput*, da Lei 8.666/1993); **D:** correta – de fato, o princípio da vinculação ao edital impede que do contrato conste cláusula não prevista no edital; **E:** incorreta – trata-se de hipótese de inexigibilidade de licitação (art. 25, II, da Lei 8.666/1993).
Gabarito "D"

(OAB - CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta quanto às hipóteses legais de dispensa de licitação.

(A) Configura hipótese de dispensa de licitação a aquisição, pela União, Estados, DF e Municípios, de determinados produtos, com a finalidade de normalizar o abastecimento.
(B) Constitui hipótese de dispensa de licitação a contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
(C) É possível a contratação direta nas hipóteses de licitação deserta e de licitação fracassada.
(D) Admite-se dispensa de licitação na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em decorrência de rescisão contratual, uma vez atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.

A: incorreta. Tal dispensa só existe em favor da União (art. 24, VI, da Lei 8.666/1993); **B:** incorreta. Essa é uma hipótese de inexigibilidade (art. 25, III, da Lei 8.666/1993), e não de dispensa de licitação; **C:** incorreta. A contratação direta só é admitida na hipótese de *licitação deserta*, em que não apareceram interessados (art. 24, V, da Lei 8.666/1993), mas não na hipótese de *licitação fracassada*, em que apareceram interessados, mas todos foram inabilitados ou desclassificados (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/1993); **D:** correta (art. 24, XI, da Lei 8.666/1993).
Gabarito "D"

(OAB - CESPE – 2009.1) No que se refere a licitação e contratos, assinale a opção correta.

(A) Em regra, a venda de bens públicos imóveis passíveis de alienação ocorre por meio das modalidades de concorrência ou leilão.
(B) É dispensável a licitação quando não acudirem interessados à licitação anterior, e a licitação, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas.
(C) Não está impedida de participar de licitações a empresa que se utilize do trabalho do menor de dezesseis anos de idade, mesmo fora da condição de aprendiz.
(D) A microempresa ou empresa de pequeno porte que deixe de comprovar, na fase de habilitação, a sua regularidade fiscal será excluída de imediato do certame.

A: incorreta. A regra é a utilização de concorrência (arts. 17, I, e 23, § 3º, da Lei 8.666/1993); por exceção, cabe leilão (art. 19, III, da Lei 8.666/1993); **B:** correta (Art. 24, V, da Lei 8.666/1993); **C:** incorreta. (Art. 27, V, da Lei 8.666/1993 - veja também Lei 9.854/1999); **D:** incorreta (arts. 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006).
Gabarito "B"

(OAB - CESPE – 2008.1) De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública, é inexigível a licitação

(A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
(B) quando não acudirem interessados à licitação anterior e, justificadamente, não puder ser repetida a licitação sem prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
(C) em caso de inviabilidade de competição para aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por empresa ou representante comercial exclusivo.
(D) quando a União tiver de intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

A alternativa correta é a letra "C" (art. 25, I, da Lei 8.666/1993). As demais são hipóteses de dispensa de licitação (art. 24 da mesma lei).
Gabarito "C"

10.2. MODALIDADES DE LICITAÇÃO E REGISTRO DE PREÇOS

(Administrador – Ministério do Esporte – 2008 – CESPE) O ME resolveu adquirir cem computadores, tendo em vista a necessidade de renovação do seu aparato tecnológico, e ficou definido que a modalidade licitatória adotada seria o pregão. Foi elaborado e aprovado termo de referência, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara e sem especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitassem ou frustrassem a competição ou sua realização. Houve apresentação de justificativa da necessidade da contratação e elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas. Por fim, foram definidas as exi-

gências de habilitação e as sanções aplicáveis e designados o pregoeiro e sua equipe de apoio.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

(1) Os computadores se incluem no conceito de bens comuns, o que justifica a adoção do pregão.
(2) O pregão em apreço deve ser realizado preferencialmente na forma eletrônica e mediante a adoção do critério menor preço.
(3) Na situação narrada, pode-se verificar que foram atendidos todos os requisitos da fase preparatória do pregão, na forma eletrônica.

1: correta. A aferição do que é ou não é um bem ou serviço considerado comum não se baseia na complexidade do objeto em si, mas tão somente na possibilidade de que os padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado – art. 1º, parágrafo único da Lei nº 10.520/2002; **2:** correta – arts. 2º e 4º, § 1º do Dec. nº 5.450/2005; **3:** correta – art. 9º do Dec. nº 5.450/2005.
Gabarito 1C, 2C, 3C

(Magistratura/AL – 2008 – CESPE) Licitação entre interessados prévia e devidamente cadastrados ou interessados que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, enquadra-se na modalidade de

(A) tomada de preços.
(B) convite.
(C) concorrência.
(D) pregão.
(E) concurso.

Art. 22, § 2º, da Lei 8.666/1993.
Gabarito "A"

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O leilão é modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração.

1: incorreta, pois o leilão é modalidade da qual podem participar quaisquer interessados e não somente aqueles que estejam cadastrados junto à Administração (art. 22, § 5º, da Lei 8.666/1993).
Gabarito 1E

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Acerca dos processos licitatórios, assinale a opção correta.

(A) Considera-se deserta a licitação quando nenhum dos interessados é selecionado em decorrência de inabilitação ou desclassificação.
(B) A modalidade de licitação denominada pregão, nos termos da legislação vigente, somente pode ser adotada no âmbito da União.
(C) É inexigível a licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado.
(D) Na modalidade de licitação denominada pregão, caso o licitante vencedor seja inabilitado, o pregoeiro deverá declarar a licitação fracassada e realizar novo julgamento.
(E) Havendo interesse público superveniente, a administração poderá deixar de firmar o contrato, ainda que o resultado da licitação já tenha sido homologado.

A: incorreta, pois a licitação ***deserta*** se dá quando não aparecem licitantes; o caso narrado é de licitação ***fracassada***; **B:** incorreta, pois não há essa limitação na Lei 10.520/2002; **C:** incorreta, pois é caso de dispensa (art. 24, X, da Lei 8.666/1993), preenchidos os demais requisitos do dispositivo citado; **D:** incorreta (art. 4º, XVI, da Lei 10.520/2002); **E:** correta, pois, de fato, a Administração pode deixar de firmar o contrato por revogação do certame, seja por não convocação do adjudicatório para sua assinatura; de qualquer forma, é importante lembrar que a doutrina vem sendo no sentido de que, se já há vencedor, este tem direito de ser indenizado pelas despesas que teve com a participação do certame.
Gabarito "E"

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) A modalidade de licitação apropriada para a venda de bens imóveis da administração cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento é denominada

(A) convite.
(B) concorrência ou leilão.
(C) leilão ou pregão.
(D) tomada de preços.
(E) concurso.

A alternativa "B" compreende o disposto na questão, de acordo com o art. 19, III, da Lei 8.666/1993.
Gabarito "B"

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) O edital é o meio pelo qual a administração torna pública a realização de uma licitação. A modalidade de licitação que não utiliza o edital como meio de tornar pública a licitação é o (a)

(A) concorrência.
(B) leilão.
(C) tomada de preços.
(D) convite.
(E) concurso.

A alternativa correta é a "D", conforme arts. 22, § 3º, e 38, I, da Lei 8.666/1993.
Gabarito "D"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Com relação à modalidade de compra denominada pregão no âmbito da administração pública estadual, assinale a opção correta.

(A) O servidor militar não pode exercer as funções de pregoeiro.
(B) O pregão eletrônico pode ser aplicado às licitações para locações imobiliárias e alienações em geral.
(C) A secretaria de planejamento e gestão do Estado é o órgão gestor do sistema pregão na forma eletrônica.
(D) O prazo de validade das propostas deve ser, regra geral, de cento e oitenta dias.
(E) Somente são exigidos documentos de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar.

A: incorreta, pois não há essa proibição no art. 3º, IV, da Lei 10.520/2002; **B:** incorreta, pois a modalidade pregão se destina à *aquisição* de bens e serviços comuns, e não às *locações* e *alienações* em geral (art. 1º da Lei 10.520/2002); **C:** incorreta, nos termos do disposto na lei local do Estado de Pernambuco; é bom ressaltar que quando o candidato estiver fazendo concursos estaduais ou municipais deverá ler, também, as leis locais de licitação e contratos; **D:** incorreta, pois o prazo de validade das propostas no pregão é de 60 dias, assim como ocorre na Lei 8.666/1993; a diferença é que, no pregão, o edital pode fixar um prazo diferente do estabelecido no art. 6º da Lei 10.520/2002; **E:** correta (art. 4º, XII, da Lei 10.520/2002).
Gabarito "E"

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) Ainda no que se refere a licitações e contratos, assinale a opção correta.

(A) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados, em número mínimo de três, pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas.
(B) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 dias.
(C) De acordo com a Lei n. 8.666/1993, é lícita a criação de outras modalidades de licitação, bem como a combinação das modalidades já existentes.

(D) É inexigível a licitação referente a compras ou contratações de serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas e seus meios de deslocamento quando em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento.

(E) É inexigível a licitação na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.

A: incorreta, pois a alternativa misturou o convite (art. 22, § 3º, da Lei 8.666/1993) com a tomada de preços (art. 22, § 2º, da Lei 8.666/1993); **B:** correta (art. 22, § 4º, da Lei 8.666/1993); **C:** incorreta (art. 22, § 8º, da Lei 8.666/1993); **D:** incorreta, pois esse caso é de dispensa (art. 24, XVIII, da Lei 8.666/1993); **E:** incorreta, pois esse caso é de dispensa (art. 24, XXII, da Lei 8.666/1993).

Gabarito "B"

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Com relação a licitações e contratos administrativos, assinale a opção incorreta.

(A) Tarefa é o regime de execução indireta mediante o qual se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional.

(B) Segundo a Lei nº 8.666/1993, é vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.

(C) As atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato administrativo, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração contratual, podem ser registradas por simples apostila e dispensam a celebração de aditamento.

(D) O pregão na forma eletrônica não se aplica, no âmbito da União, às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.

(E) Na modalidade de licitação denominada pregão, o prazo de validade das propostas será de sessenta dias, se outro não estiver fixado no edital.

A: incorreta (devendo ser assinalada), pois o regime narrado é o de *empreitada integral* (art. 6º, VIII, *e*, da Lei 8.666/1993), sendo que o regime de *tarefa* é o de execução indireta (ou seja, aquela em que a Administração contrata terceiros), "quando se ajusta mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais" (art. 6º, VIII, *d*, da Lei 8.666/1993); **B:** correta (art. 7º, § 3º, da Lei 8.666/1993); **C:** correta (art. 65, § 8º, da Lei 8.666/1993); **D:** correta, pois o pregão é destinado à *aquisição* de bens e serviços *comuns*, o que exclui as *obras* (que não são serviços *comuns*, pois não existe uma "obra padrão", sendo cada obra uma situação única, que envolve um terreno e um projeto próprios), e também as *locações* e *alienações* (que não são *aquisições*). Diz o art. 1º da Lei nº 10.520/2002 que: "Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei. Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado." **E:** correta (art. 6º da Lei 10.520/2002).

Gabarito "A"

(OAB - CESPE – 2010.1) Mauro, chefe do setor de compras de um órgão do Instituto Nacional do Seguro Social, recebeu pedido de abertura de procedimento licitatório para a aquisição de grande quantidade dos seguintes itens: impressoras, cartuchos para impressoras, monitores LCD e licença para uso de sistema operacional a ser utilizado nos computadores da autarquia. A solicitação estava de acordo com todas as normas aplicáveis, incluindo-se a justificativa do quantitativo e da necessidade dos referidos itens. Antes de promover a abertura de qualquer procedimento de compra, Mauro procedeu a análise técnico-econômica e concluiu que a compra dos cartuchos para impressoras, se realizada separadamente da dos demais itens, implicaria uma ampliação da concorrência, sem perda da economia de escala. Constatou, também, que era a terceira vez no ano que a administração encaminhava pedido para a compra de cartuchos para impressora. Por fim, verificou que a estimativa do valor total que seria gasto na contratação era de R$ 700.000,00. De acordo com os dados apresentados nessa situação hipotética, Mauro deve promover a abertura de

(A) concorrência, pois o valor a ser gasto é substancioso e os produtos e serviços de informática não podem ser caracterizados como serviços comuns.

(B) pregão, sendo preferencial a sua utilização na forma presencial.

(C) convite para a elaboração de ata de registro de preços para a aquisição de cartuchos de impressoras e de concorrência para a compra dos demais itens solicitados.

(D) dois pregões eletrônicos, um para a elaboração de ata de registro de preços para a aquisição de cartuchos de impressoras e outro para a compra dos demais itens solicitados.

A: incorreta. O pregão independe do valor, e bens e serviços de informática podem ser caracterizados como comuns e devem ser adquiridos por meio de pregão (ressalvadas as aquisições em que a técnica é realmente importante e que os produtos não possam ser definidos por especificações usuais de mercado). Nesse sentido, o TCU: "Assunto: INFORMÁTICA. DOU de 04.05.2009, S. 1, p. 120. Ementa: alerta ao DNIT no sentido de que as contratações para aquisição de bens e serviços de informática não precisam ser realizadas, necessariamente, sob a forma de licitação do tipo 'técnica e preço', podendo também ocorrer sob a forma de pregão, conforme já tratado pelo TCU em diversos julgados precedentes, a exemplo dos Acórdãos de n.º 237/2009-P, 144/2008-P, 2.658/2007-P, 1.782/2007-P, 1.114/2006-P, 2.138/2005-P, 2.094/2004-P, 1.182/2004-P, 740/2004-P (com redação alterada pelo Acórdão n.º 1.299/2006- P) e 313/2004-P (item 1.6.2, TC-019.930/2008-9, Acórdão n.º 819/2009-Plenário); **B:** incorreta. No âmbito da União deve-se adotar a forma eletrônica. A forma presencial só é adotada se comprovada a inviabilidade de se fazer eletronicamente (Dec. 5.450/2005, art. 4.º); **C:** incorreta. O SRP não admite o convite como modalidade para registrar os preços da Ata (Dec. n.º 7.892/2013, art. 7.º); **D:** correta. A análise técnica e econômica para o fracionamento da contratação foi feita, conforme determina o art. 23, § 1.º, da Lei 8666/1993; foi observado o art. 15, II e IV, da mesma lei, e atendeu-se ao que dispõem os arts. 3.º, I, e 7.º, do Decreto n.º 7.892/2013, sendo aplicável o sistema de registro de preços para necessidades frequentes e adotada a licitação para registro de preço por meio de pregão se o item for comum.

Gabarito "D"

(OAB - CESPE – 2009.2) Acerca de pregão, assinale a opção correta.

(A) Caso o licitante vencedor seja inabilitado, o pregoeiro deverá declarar a licitação fracassada e realizar novo procedimento.

(B) Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e ao valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

(C) A aplicação do pregão eletrônico é restrita ao âmbito federal.

(D) A licitação por meio do pregão é considerada deserta quando nenhum dos interessados é selecionado em decorrência de inabilitação ou desclassificação.

A: incorreta (art. 4º, XVI, da Lei 10.520/2002); **B:** correta (art. 4º, XI, da Lei 10.520/2002); **C:** incorreta. *Vide* os parágrafos do art. 2º da Lei 10.520/2002; **D:** incorreta. Não se deve confundir licitação *deserta* (que é aquela em que não apareceram interessados para participar do certame), com licitação *fracassada* (que é aquela em que todos os licitantes que apareceram foram inabilitados ou desclassificados).

Gabarito "B"

(OAB - CESPE – 2008.1) As modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/1993 não incluem

(A) leilão.
(B) tomada de preços.
(C) pregão.
(D) concurso.

O pregão está previsto em lei própria (Lei 10.520/2002); a Lei 8.666/93 só prevê as modalidades concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão (art. 22).

Gabarito "C"

(OAB - CESPE – 2008.1) Com base nas modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens abaixo.

I. Leilão é a modalidade de licitação realizada entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados. Não é cabível, entretanto, para bens semoventes e bens imóveis.
II. Concorrência é a modalidade de licitação que permite a participação de interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução de seu objeto.
III. Convite é a modalidade de licitação entre, no mínimo, 3 (três) interessados do ramo, escolhidos e convidados pela unidade administrativa, e da qual podem participar também aqueles que, mesmo não estando cadastrados, manifestem seu interesse com antecedência de até 48 horas da apresentação das propostas.
IV. Tomada de preços é a modalidade de licitação realizada entre interessados devidamente cadastrados ou que preencham os requisitos para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e IV.
(D) III e IV.

Art. 22, §§ 5º, 1º, 3º e 2º, da Lei 8.666/1993, respectivamente.

Gabarito "C"

10.3. FASES DA LICITAÇÃO

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) A fase da licitação na qual se atribui ao vencedor o objeto da licitação é a

(A) adjudicação.
(B) homologação.
(C) contratação.
(D) habilitação.
(E) classificação.

Trata-se da adjudicação, nos termos do art. 43, VI, da Lei 8.666/1993. A *adjudicação* (que é a atribuição do objeto do certame ao vencedor da licitação) não se confunde com a *homologação* (que é a verificação da regularidade formal do certame), nem com a *contratação* (que acontece depois da adjudicação – *vide* arts. 64, *caput*, e 81, ambos da Lei 8.666/1993 – e consiste não celebração do contrato), muito menos com a *habilitação* (que é a declaração de que o licitante preenche condições de qualificação para continuar no certame) e a *classificação* (que é a declaração de que o licitante tem proposta apta).

Gabarito "A"

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Considere-se que o TST tenha realizado licitação do tipo técnica e preço para adquirir vinte impressoras e que o resultado da licitação tenha sido homologado, mas ainda não tenham sido celebrados os respectivos contratos. Com base nessa situação, julgue os itens subsequentes.

(1) Uma vez homologada a licitação, ela deixa de ser sujeita a revogação ou anulação por parte da administração pública.
(2) A homologação da licitação confere ao licitante direito a que os contratos sejam celebrados no prazo de trinta dias, contados da publicação do ato homologatório.
(3) Uma vez adquiridas pelo TST, as referidas impressoras se tornarão bens públicos de uso especial.

1: incorreta – a homologação da licitação (verificação de sua regularidade formal) não impede, por exemplo, que, posteriormente, esta seja anulada pela descoberta de uma ilegalidade, até porque o princípio da legalidade determina que a Administração anule os atos ilegais; **2:** incorreta – o licitante não tem direito à contratação; por outro lado, a Administração só pode obrigar o vencedor da licitação a celebrar o contrato se este for convocado em até 60 dias da entrega das propostas (art. 64, § 3º, da Lei 8.666/1993); **3:** correta, pois os bens públicos utilizados em um serviço público são bens de uso especial, e não de uso comum do povo ou meramente dominiais.

Gabarito 1E, 2E, 3C

(OAB - CESPE – 2008.2) Para a contratação do serviço de demolição parcial e reparação de um prédio de uma autarquia situada na cidade de São Paulo, foi aberto processo de licitação pública. Por motivo de interesse público, a licitação deveria ocorrer no Distrito Federal (DF), onde fica o ministério ao qual a entidade está vinculada, mas restou claro, no edital do certame, que os licitantes deveriam ter sua sede instalada no Estado de São Paulo, local onde seriam realizadas as obras. O aviso da licitação, com o resumo do edital, foi publicado, no DF, em jornal diário de grande circulação. Considerando a situação hipotética apresentada e tendo por base a lei que regula licitações e contratos, assinale a opção correta.

(A) A autarquia, por estar sediada em São Paulo, não poderia realizar a licitação no DF.
(B) Está correta a exigência editalícia de que os licitantes tenham domicílio no Estado de São Paulo.
(C) A publicidade dada à licitação não poderia ser realizada mediante resumo do edital, nem em jornal diário de grande circulação nem no Diário Oficial, pois é obrigatória a publicação do edital em sua integralidade.
(D) Ainda que a licitação seja realizada no DF, é obrigatória a publicação de aviso acerca do processo licitatório também em São Paulo, local em que o serviço a ser contratado será prestado.

A lei admite a publicação de aviso contendo o resumo do edital, mas determina, para o caso, que tal aviso seja publicado no Diário Oficial da União (que circula também em São Paulo), e não apenas em jornal de grande circulação do DF (art. 21, I, da Lei 8.666/1993).

Gabarito "D"

10.4. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS

(Magistratura/AC – 2008 – CESPE) Acerca de licitações, assinale a opção correta.

(A) A venda de bens públicos móveis se subordina aos seguintes requisitos: interesse público devidamente justificado, avaliação prévia, autorização legislativa e licitação.
(B) Para o desempenho das atividades previstas no contrato de gestão, as organizações sociais que não integram a administração pública podem ser contratadas com dispensa de licitação.
(C) A lei geral de licitações proíbe a venda direta de bens públicos imóveis a particulares, ainda que no âmbito de programas habitacionais de interesse social.
(D) A modalidade de licitação do pregão se aplica às hipóteses de compra de quaisquer bens ou serviços, em todas as esferas da federação.

A: incorreta, pois é necessário interesse público e avaliação prévia (art. 17, *caput*, da Lei 8.666/1993), bem como licitação (art. 17, II, da Lei 8.666/1993); não há necessidade de autorização legislativa; **B:** correta (art. 24, XXIV, da Lei 8.666/1993); **C:** incorreta (art. 17, I, *f*, da Lei 8.666/1993); **D:** incorreta, pois a modalidade é para aquisição de bens e serviços ***comuns*** (art. 1º da Lei 10.520/2002).

Gabarito "B"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito da Lei n. 8.666/1993.

(A) Esta lei define projeto básico como sendo o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
(B) A venda de bens imóveis das autarquias deve ser precedida de autorização legislativa.
(C) Segundo a lei em apreço, é vedado, em caso de empate na licitação, dar preferência a bens produzidos por empresas brasileiras.
(D) A tomada de preços e o concurso são tipos de licitação.
(E) Na venda de bens imóveis, a administração deve utilizar a modalidade maior lance ou oferta.

A: incorreta, pois essa definição é de projeto executivo (art. 6º, X, da Lei 8.666/1993); a definição de projeto básico está no art. 6º, IX, da Lei 8.666/1993; **B:** correta, pois as autarquias são pessoas jurídicas de direito público (art. 41, IV, do CC) e, assim, seus bens são públicos (art. 98 do CC), e os bens públicos dependem de autorização legislativa para serem alienados (art. 17, I, da Lei 8.666/1993); **C:** incorreta (art. 3º, § 2º, III, da Lei 8.666/1993); **D:** incorreta, pois são *modalidades* de licitação (art. 22 da Lei 8.666/1993); os *tipos* de licitação são menor preço, melhor técnica etc. (art. 45, § 1º, da Lei 8.666/1993); **E:** incorreta, pois esses são *tipos* de licitação; as *modalidades* cabíveis para venda de imóveis são concorrência e leilão (*vide* arts. 19 e 23, § 3º, da Lei 8.666/1993).
Gabarito "B"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Com relação a licitações e contratos, assinale a opção correta à luz da Lei n. 8.666/1993 e suas alterações.

(A) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que tenham atendido a todas as condições exigidas para cadastramento até o segundo dia anterior à data do recebimento de propostas.
(B) Exige-se a licitação para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no país, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
(C) As compras da administração pública, sempre que possível, devem ser processadas por meio de sistema de registro de preço.
(D) Para obras e serviços de engenharia acima de R$ 1.500.000,00, a modalidade de licitação indicada deve ser a tomada de preços.
(E) É dispensável a licitação quando há inviabilidade de competição para contratação de profissional de qualquer setor artístico.

A: incorreta, pois para participar da *concorrência* não é necessário estar previamente cadastrado; esse prévio cadastrado diz respeito à modalidade *tomada de preços* (art. 22, § 2º, da Lei 8.666/1993), que permite a participação de não cadastrados apenas se preencherem as condições exigidas para cadastramento até o *terceiro* dia anterior à data do recebimento das propostas; **B:** incorreta, pois, nesse caso, tem-se dispensa de licitação (art. 24, XXVIII, da Lei 8.666/1993); **C:** correta (art. 15, *caput* e inciso II, da Lei 8.666/1993); **D:** incorreta, pois deve ser concorrência (art. 23, I, "c", da Lei 8.666/1993) e não tomada de preços; **E:** incorreta, pois, nesse caso, tem-se inexigibilidade de licitação (art. 25, III, da Lei 8.666/1993) e não dispensa de licitação.
Gabarito "C"

(Defensoria/ES – 2009 – CESPE) Quanto à licitação, julgue os itens que se seguem.

(1) Considerando a relevância de seu objeto, as licitações internacionais devem ser realizadas obrigatória e exclusivamente na modalidade de concorrência.
(2) A adjudicação produz o efeito de sujeitar o adjudicatário às penalidades previstas no edital e à perda de eventuais garantias oferecidas, caso não assine o contrato no prazo e nas condições estabelecidas.

1: incorreta, pois há casos em que cabe tomada de preços (art. 23, § 3º, da Lei 8.666/1993); **2:** correta (art. 81 da Lei 8.666/1993).
Gabarito 1E, 2C

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Julgue os itens a seguir.

(1) A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê modalidades diversas de licitação, conforme o valor da contratação a ser feita pela administração pública. Apenas no caso de consórcios formados por mais de três entes da Federação, a referida lei toma por base valores diferentes de contratação para definir a modalidade de licitação cabível.
(2) As hipóteses de dispensa de licitação previstas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, são taxativas, não comportando ampliação, segundo entendimento de Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Já em relação à inexigibilidade, a referida lei não prevê um *numerus clausus*. No caso de doação com encargo, estabelece o mencionado diploma legal que deverá a administração pública realizar licitação, dispensada no caso de interesse público devidamente justificado.

1: incorreta, pois nos consórcios formados por *até* três entes da Federação a lei também toma por base valor diferente para definir a modalidade cabível (art. 23, § 8º, da Lei 8.666/1993); **2:** correta, pois, de fato, as hipóteses de dispensa de licitação são taxativas e as de inexigibilidade, exemplificativas; ademais, a regra da licitação no caso da doação por encargo está correta e prevista no art. 17, § 4º, da Lei 8.666/1993.
Gabarito 1E, 2C

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) Acerca de licitações, contratos administrativos e temas relacionados, assinale a opção correta.

(A) Considerando que a Lei nº 8.666/1993 dispõe que a licitação é dispensável na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos, é correto concluir que o objeto contratado sem prévia licitação com fundamento nesse dispositivo legal pode ser subcontratado.
(B) No procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, em qualquer fase da licitação, a comissão pode promover diligências destinadas a complementar a instrução do processo, permitindo, inclusive, a juntada posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta.
(C) A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços e às atualizações decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato não caracteriza alteração da avença, mas deve ser registrada em termo aditivo.
(D) No sistema de registro de preços, ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item. Quando das contratações, contudo, deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da ata.
(E) O pregão não pode ser utilizado para a contratação de bens e serviços de tecnologia da informação.

A: incorreta, pois o TCU não admite a subcontratação na contratação direta de que trata o art. 24, XIII, da Lei 8.666/1993, tendo em vista a possibilidade de se caracterizar a fraude ao dever de licitar; **B**: incorreta, pois, apesar de a diligência poder ser feita a qualquer tempo (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993), é vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta; **C:** incorreta, pois a variação pode ser registrada por simples *apostila*, não sendo necessário *contrato aditivo* (art. 65, § 8º da Lei 8.666/1993); **D:** correta (art. 6º, *caput* e II, do Decreto 3.931/2001[revogado pelo Decreto 7.892/2013]); **E:** incorreta, pois é possível a utilização do pregão no caso, desde que se trata de bens ou serviços comuns (art. 1º da Lei 10.520/2002).
Gabarito "D"

(OAB - CESPE – 2008.3) Assinale a opção correta acerca da declaração de inidoneidade, que pode ser aplicada pela administração pública ao contratado, na forma prevista na Lei de Licitações e Contratos.

(A) A declaração de inidoneidade não pode ser aplicada em caso de inexecução parcial do contrato.
(B) A aplicação da declaração de inidoneidade exclui a aplicação de multa e vice-versa.
(C) A declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Governador do Estado ou do DF, ou do Prefeito Municipal, caso se trate de contrato celebrado respectivamente pela União, pelo Estado ou pelo DF, ou pelo Município.
(D) A declaração de inidoneidade pode ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos firmados com a administração pública, tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributo, atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou por demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A: incorreta (art. 87, *caput* e inc. IV, da Lei 8.666/1993); **B:** incorreta (art. 87, § 2º, da Lei 8.666/1993); **C:** incorreta (art. 87, § 3º, da Lei 8.666/1993); **D:** correta (art. 88 da Lei 8.666/1993).
Gabarito "D"

(OAB - CESPE – 2008.1) A declaração da inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública federal é da competência do

(A) Ministro de Estado.
(B) Presidente da República.
(C) Órgão gestor do cadastro informativo de créditos (CADIN).
(D) Presidente de comissão de licitação.

Art. 87, § 3º, da Lei 8.666/1993.
Gabarito "A"

11. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

11.1. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS, FORMALIZAÇÃO E CLÁUSULAS CONTRATUAIS NECESSÁRIAS

(Administrador – Ministério do Esporte – 2008 – CESPE) Acerca de contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

(1) No caso de inadimplência de contratado com relação a encargos comerciais relativos a obra contratada, a responsabilidade pelo pagamento destes não se transfere para a Administração.
(2) O contrato entre a Administração e empresa para execução de serviços de jardinagem é eficaz a partir da assinatura da avença pelo particular.
(3) O contrato administrativo pode ser rescindido unilateralmente pela Administração em caso de interesse público ou conveniência, o que implicará o dever de indenizar o particular.
(4) O aumento da carga tributária que repercuta no contrato administrativo somente implicará revisão deste, se o aumento tiver ocorrido após a sua celebração.
(5) A contratação verbal com a Administração é aceita para pequenas compras de pronto pagamento.

1: correta – art. 71 da Lei nº 8.666/1993; **2:** incorreta. A publicação resumida do instrumento contratual é condição indispensável para sua eficácia – art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993; **3:** correta – arts. 78, XII e 79, § 2º da Lei nº 8.666/1993; **4:** incorreta – Diz a lei que: "quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso" – art. 65, § 5º da Lei nº 8.666/1993; **5:** correta. Diz a lei que: "É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, II, *a* desta Lei, feitas em regime de adiantamento" – art. 60, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5C

(Magistratura/AL – 2008 – CESPE) Com relação aos contratos administrativos, assinale a opção correta.

(A) Os contratos administrativos são caracterizados por sua imutabilidade.
(B) Segundo a lei pertinente, os contratos administrativos poderão ser alterados unilateralmente pela administração, quando necessária, por imposição de circunstâncias supervenientes, a modificação da forma de pagamento, mantido o valor inicial atualizado.
(C) Os contratos administrativos poderão ser legalmente alterados unilateralmente pela administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
(D) Os contratos administrativos são caracterizados pela impessoalidade, sendo irrelevantes as condições pessoais do contratado.
(E) As cláusulas contratuais do contrato administrativo devem ser elaboradas de comum acordo pelas partes.

A: incorreta (art. 58, I, da Lei 8.666/1993); **B:** incorreta (art. 58, I, da Lei 8.666/1993 – repare no "respeitados os direitos do contratado", inclusive o direito de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato – art. 58, § 2º, da Lei 8.666/1993); **C:** correta (art. 65, I, *a*, da Lei 8.666/1993); **D:** incorreta, pois a regra é a pessoalidade; o contratado só poderá subcontratar se a Administração autorizar (art. 72 da Lei 8.666/1993); **E:** incorreta, pois as cláusulas contratuais são criadas pela Administração, que, junto com a publicação do edital, deve publicar a minuta do contrato a ser firmado (art. 40, § 2º, III, da Lei 8.666/1993).
Gabarito "C"

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Com relação aos contratos administrativos, julgue os itens subsequentes.

(1) As cláusulas exorbitantes incidem nos contratos administrativos, desde que expressamente previstas.
(2) A Administração Pública pode rescindir unilateralmente o contrato por motivo de interesse público, circunstância que lhe impõe o dever de ressarcir o contratado dos prejuízos regularmente comprovados.
(3) Na concessão de serviço público, não há a incidência das cláusulas exorbitantes, tampouco da característica da mutabilidade.

1: incorreta, pois tais cláusulas decorrem da própria lei (art. 58 da Lei 8.666/1993); **2:** correta (arts. 78, XII, e 79, § 2º, da Lei 8.666/1993); **3:** incorreta (art. 58 da Lei 8.666/1993).
Gabarito 1E, 2C, 3E

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta com relação a contratos administrativos.

(A) Quando a administração celebra contratos administrativos, as cláusulas exorbitantes existem implicitamente, ainda que não expressamente previstas. Quando a administração celebra contratos de direito privado, as cláusulas exorbitantes têm de ser expressamente previstas, com base em lei que derrogue o direito comum.
(B) Uma das peculiaridades do contrato administrativo é a possibilidade de a administração rescindi-lo unilateralmente. Porém, essa faculdade somente poderá ser exercida se houver inadimplemento por parte da contratada.
(C) Caracteriza-se o fato do príncipe quando a administração, como parte contratual, torna impossível a execução do contrato ou provoca seu desequilíbrio econômico.

(D) Álea administrativa é todo acontecimento externo ao contrato, estranho à vontade das partes, imprevisível e inevitável, que causa um desequilíbrio muito grande, tornando a execução do contrato excessivamente onerosa para o contratado.

(E) Entre as modalidades de contrato administrativo estão a concessão de serviço público, o contrato de obra pública, a permissão de uso de bem público e a autorização administrativa.

A: correta, pois, de fato, nos contratos administrativos as cláusulas exorbitantes decorrem da própria lei (art. 58 da Lei 8.666/1993); já nos contratos regidos pelo Direito Privado (financiamentos, seguros, locação em que a Administração é locatória, dentre outros), as cláusulas exorbitantes aplicam-se no que couber (art. 62, § 3º, da Lei 8.666/1993), fazendo necessário, para não haver surpresas, previsão contratual expressa; **B:** incorreta (art. 78 e seus incisos, da Lei 8.666/1993); **C:** incorreta, pois o fato do príncipe é um fato ***geral*** que onera o contrato, ao contrário do fato da administração, que é um fato que se dirige ***especificamente*** ao contrato, onerando-o; **D:** incorreta, pois a álea (o risco) pode prejudicar tanto a contratante (a Administração), como o contratado (art. 65, II, *d*, da Lei 8.666/1993); **E:** incorreta, pois a permissão e a autorização administrativas não são contratos, são atos unilaterais e precários.

Gabarito "A"

(OAB - CESPE – 2009.3) Em decorrência das chamadas cláusulas exorbitantes, a administração pública

(A) tem o poder de reter a garantia exigida do contratado, após a execução integral e adequada do objeto do contrato.

(B) pode aplicar ao contratado sanções de natureza administrativa, na hipótese de inexecução total ou parcial do contrato.

(C) pode rescindir unilateralmente o contrato por motivos de interesse público, não sendo devida indenização ao contratado.

(D) tem a faculdade de promover a alteração unilateral do contrato para modificar sua natureza, no tocante ao seu objeto, razão pela qual pode transformar contrato de compra e venda em contrato de permuta.

As cláusulas exorbitantes são aquelas que decorrem do art. 58 da Lei 8.666/1993; as condutas descritas nas alternativas "a", "c" e "d" não são compatíveis com as disposições citadas. No caso da alternativa "c", a rescisão mencionada é possível, mas depende de indenização ao particular, por não haver culpa deste. No caso da alternativa "d", não é possível a modificação contratual que altere o objeto do contrato, sob pena de fraude à licitação.

Gabarito "B"

(OAB - CESPE – 2008.3) Referentemente aos contratos administrativos, assinale a opção correta.

(A) A presença da administração pública na relação contratual é suficiente para se qualificarem avenças no contrato administrativo.

(B) O princípio da continuidade do serviço público impede que o contratado suspenda, sob a alegação de falta de pagamento, o serviço que presta à administração pública.

(C) As cláusulas exorbitantes possibilitam à administração pública alterar unilateralmente o contrato administrativo, exceto no que se refere à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

(D) A modificação da finalidade da empresa contratada pela administração para prestação de serviços implica automática rescisão do contrato administrativo.

A: incorreta. Há contratos dos quais faz parte a administração pública, mas que não são contratos administrativos, como, por exemplo, o contrato de locação em que a administração pública é locatária; **B:** incorreta. Tal impedimento só ocorre nos primeiros 90 (noventa) dias de atraso no pagamento (art. 78, XV, da Lei 8.666/1993); **C:** correta (art. 58, I e § 1º, da Lei 8.666/1993); **D:** incorreta (art. 78, XI, da Lei 8.666/1993).

Gabarito "C"

(OAB - CESPE – 2008.1) A respeito da disciplina legal relativa aos contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

I. A ilegalidade no procedimento da licitação vicia também o próprio contrato, já que aquele procedimento é condição de validade deste, de modo que, ainda que a referida ilegalidade seja apurada depois de celebrado o contrato, este terá de ser anulado.

II. A faculdade que a administração possui de exigir garantia nos contratos de obras, serviços e compras admite que tal exigência seja feita somente com o licitante vencedor e no momento da assinatura do respectivo contrato, não na fase licitatória.

III. A subcontratação, total ou parcial, do objeto do contrato, a associação do contratado com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial, somente são possíveis se expressamente previstas no edital e no contrato.

IV. Entre as normas referentes ao aspecto formal, inclui-se a que exige a publicação, no Diário Oficial, da íntegra do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da assinatura, como condição para que o contrato adquira eficácia.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e IV.

(D) III e IV.

I: correta. De fato, a ilegalidade na licitação contamina a validade da contratação; **II:** incorreta. Admite-se exigência de garantia na fase licitatória (art. 31, III, da Lei 8.666/1993); **III:** correta. De fato, trata-se de previsão expressa do art. 78, VI, da Lei 8.666/1993; **IV:** incorreta. O prazo é diverso (art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/1993).

Gabarito "B"

11.2. ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

(OAB - CESPE – 2010.1) Acerca do contrato administrativo, assinale a opção correta.

(A) Mediante acordo entre as partes, pode a supressão de um objeto contratado ser superior a 25% do valor atualizado do contrato.

(B) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas obras, serviços, compras ou reforma de edifício, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

(C) Em atenção ao princípio da supremacia do interesse público, a majoração dos encargos do contratado advinda de alteração unilateral do contrato não implica o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial.

(D) A responsabilidade do contratado pela reparação ou correção dos vícios encontrados no objeto contratado somente ocorrerá se houver previsão expressa nesse sentido no contrato firmado entre a administração pública e o fornecedor.

A: correta. A assertiva corresponde à redação do art. 65, § 2.º, II, da Lei 8.666/199**3:** "Art. 65. (...) § 2.º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo: I – (*Vetado*) II – as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes"; **B:** incorreta. Para reforma de edifício, o limite é de até 50% (Lei 8.666/1993, art. 65, § 1.º): "Art. 65. (...) § 1.º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos"; **C:** incorreta. A assertiva contraria o comando expresso do art. 65, § 6.º, da Lei 8.666/1993: "Art. 65. (...) (...) § 6.º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial"; **D:** incorreta. Tal responsabilidade está prevista no art. 69 da Lei 8.666/199**3:** "Art.

69. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados."

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3) O governo de um Estado contratou determinada empresa para a construção da sede de uma das suas secretarias. A obra tinha prazo definido para o início, porém a empresa não pôde começar o serviço dentro do prazo estipulado em contrato porque a administração pública não entregou, em tempo hábil, o local da obra, tampouco expediu as ordens de serviço necessárias, o que impediu que a empresa iniciasse a obra no prazo previsto, descumprindo, portanto, cláusula contratual. Considerando a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que, apesar do descumprimento do prazo, a empresa contratada está isenta de sanções administrativas, de acordo com a hipótese de

(A) fato do príncipe.
(B) fato da administração.
(C) álea econômica.
(D) álea ordinária ou empresarial.

Trata-se de *fato da administração*, pois o atraso resultou de conduta da administração que se dirige *especificamente* sobre o contrato administrativo, retardando ou impedindo a sua execução.

Gabarito "B"

11.3. EXECUÇÃO DO CONTRATO

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta com relação aos contratos administrativos e à Lei de Licitações.

(A) Os contratos administrativos são caracterizados, via de regra, por sua imutabilidade.
(B) Cláusulas exorbitantes são aquelas que não constavam do contrato administrativo quando de sua elaboração, mas que foram posteriormente acrescentadas por meio de aditivo contratual firmado entre as partes.
(C) Segundo a lei em tela, a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato, são motivos para a rescisão do contrato.
(D) Contratos administrativos são aqueles em que uma das partes é uma pessoa jurídica de direito público.
(E) Fato da administração são medidas de ordem geral não relacionadas diretamente com o contrato, mas que nele repercutem, provocando desequilíbrio econômico-financeiro em detrimento do contratado.

A: incorreta, pois podem ser alterados quando há interesse público (art. 58, I, da Lei 8.666/1993); **B:** incorreta, pois são as cláusulas que, presentes ou não no contrato, conferem prerrogativas especiais em favor da Administração (*vide* exemplos dessas cláusulas no art. 58 da Lei 8.666/1993); **C:** correta (art. 78, VI, da Lei 8.666/1993); **D:** incorreta, pois isso não é suficiente para que um contrato seja administrativo; contratos em que uma pessoa jurídica é locatária de um imóvel ou tomadora de um empréstimo ou segurada, por exemplo, não são contratos administrativos, pois são regidos pelo direito privado; **E:** incorreta, pois essa definição é de *fato do príncipe* e não de *fato da administração*; este é fato que se dirige especificamente sobre o contrato, retardando ou impedindo a sua execução.

Gabarito "C"

11.4. EXTINÇÃO DO CONTRATO

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) O Estado da Paraíba firmou contrato de prestação de serviços continuados de limpeza com determinada pessoa jurídica, no valor de R$ 10.000.000,00 por ano. Ao longo do cumprimento desse contrato, verificou-se que a contratada não estaria recolhendo as contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários, motivo pelo qual foi-lhe negada a certidão negativa de débitos previdenciários. Além disso, o estado da Paraíba houve por bem aumentar o número de pessoas para prestar os serviços de limpeza, o que ensejou uma majoração de R$ 2.400.000,00 por ano. Quanto à Lei nº 8.666/1993, e considerando o texto hipotético apresentado, assinale a opção correta.

(A) Esse contrato pode ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitado a sessenta meses. No entanto, esse prazo máximo poderá ainda ser ultrapassado em até doze meses, desde que em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior.
(B) A exigência de regularidade fiscal deve ser observada no momento da contratação, mas a eventual ausência da certidão negativa de débito ao longo do contrato, conforme entendimento do STJ, autoriza apenas a retenção das parcelas devidas pela administração.
(C) A contratada não está obrigada a cumprir esse contrato, em face da sua alteração unilateral.
(D) Mesmo considerando que a contratada seja uma organização social e que o contrato de prestação de serviço seja decorrente do contrato de gestão, é necessário que tenha havido, previamente ao contrato, licitação.
(E) De acordo com o valor do contrato, as modalidades de licitação cabíveis à espécie são a concorrência ou a tomada de preço.

A: correta (art. 57, II e § 4º, da Lei 8.666/1993); **B:** incorreta, pois a eventual ausência de certidão negativa *ao longo do contrato* não autoriza a retenção do pagamento, por não haver previsão legal nesse sentido. O STJ entende que a retenção, então, é indevida, sem prejuízo de se instaurar processo administrativo para a rescisão do contrato, por descumprimento de cláusula contratual por parte do contratado; **C:** incorreta, pois a alteração contratual está dentro do limite de 25% para os acréscimos quantitativos no valor do contrato (art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993); **D:** incorreta, pois o caso transcrito enseja *dispensa* de licitação (art. 24, XXIV, da Lei 8.666/1993); **E:** incorreta, pois para a aquisição de *serviços comuns* (serviços com especificações no mercado), como é o caso de limpeza, cabe também o pregão, seja qual for o valor do contrato, nos termos do art. 1º da Lei 10.520/2002.

Gabarito "A"

11.5. FIGURAS ASSEMELHADAS (CONTRATO DE GESTÃO, TERMO DE PARCERIA, CONVÊNIO, CONTRATO DE PROGRAMA ETC.)

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) A respeito do direito administrativo, assinale a opção correta.

(A) Os serviços públicos privativos do poder público não são passíveis de concessão.
(B) Consórcio administrativo é o acordo de vontade entre duas ou mais pessoas jurídicas públicas da mesma natureza e mesmo nível de governo, constituído sob a forma de pessoa jurídica.
(C) O convênio entre entidades públicas e particulares é forma de delegação de serviços públicos.
(D) As organizações sociais são pessoas jurídicas de direito público, instituídas por iniciativa de particulares para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado, com incentivo e fiscalização do poder público, mediante vínculo jurídico instituído por meio de parceria público-privada.
(E) Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é inconstitucional a exigência de autorização legislativa para a celebração de convênio ou consórcio.

A: incorreta, pois os serviços públicos são, por definição, privativos do Estado; alguns são exclusivos do Estado (são os chamados serviços

próprios do Estado, como o de segurança pública) e não são passíveis de concessão; os outros, por sua vez, podem ser objeto de concessão para o particular; **B:** incorreta, pois consórcio administrativo (que não se confunde com consórcio público, previsto na Lei 11.107/2005, este sim pessoa jurídica) é um acordo de vontade entre duas pessoas jurídicas da mesma natureza, mas que não se constitui em pessoa jurídica; **C:** incorreta, pois convênio é um acordo de vontades para consecução de objetivos comuns, o que não traduz uma delegação de serviços públicos; **D:** incorreta, pois as organizações sociais são pessoas de direito ***privado*** (Lei 9.637/1998) e não se confundem com o instituto da parceria público-privada; **E:** está correta: "A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que a regra que subordina a celebração de acordos ou convênios firmados por órgãos do Poder Executivo à autorização prévia ou ratificação da Assembleia Legislativa, fere o princípio da independência e harmonia dos poderes (art. 2º da CF)." (ADI 342/PR, *DJ* 11.04.2003).

Gabarito "E"

12. SERVIÇOS PÚBLICOS

12.1. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS, CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) No que se refere aos serviços públicos, julgue o item abaixo.

(1) Os serviços públicos *uti singuli* são aqueles prestados à coletividade, que têm por finalidade a satisfação indireta das necessidades dos cidadãos, tais como os serviços de iluminação pública e de saneamento.

1: incorreta, pois esses são os serviços *uti universi*, que têm destinatários indeterminados; os serviços *uti singuli* são aqueles que têm destinatários determinados.

Gabarito 1E

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) Acerca dos serviços públicos que devem ser prestados pelo Estado e das normas que regem as licitações, assinale a opção correta.

(A) Quanto ao objeto, os serviços públicos serão administrativos, executados pelo Estado para atender necessidades coletivas de ordem econômica, e industriais, que se destinam a atender as próprias necessidades da administração.
(B) Quanto à exclusividade da titularidade, os serviços públicos serão *uti universi*, de utilização coletiva e imensurável, e *uti singuli*, de utilização particular e mensurável.
(C) Se a administração pública deixar de efetuar os pagamentos devidos por mais de noventa dias, pode o particular contratado, licitamente, suspender a execução do contrato, com fundamento na cláusula *exceptio non adimpleti contractus*.
(D) Quanto à utilização, os serviços públicos serão privativos, prestados em regime de monopólio pelo Estado, e não privativos, prestados pelo Estado ou por entidade particular.
(E) É dispensável a licitação quando houver inviabilidade de competição, especialmente para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por representante comercial exclusivo.

A: incorreta, pois houve inversão das definições de serviços administrativos e serviços industriais; **B:** incorreta, pois a classificação dos serviços nas espécies mencionadas tem como critério a situação dos destinatários do serviço, e não dos titulares deste; **C:** correta (art. 78, XV, da Lei 8.666/1993); **D:** incorreta, pois é quanto à essencialidade que os serviços são divididos nas espécies mencionadas; **E:** incorreta, pois esse caso é inexigibilidade de licitação (art. 25, I, da Lei 8.666/1993), e não de dispensa de licitação.

Gabarito "C"

12.2. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Uma concessionária de energia elétrica, pessoa jurídica de direito privado, houve por bem terceirizar o serviço de corte do fornecimento de tal serviço. Marcos, empregado dessa empresa terceirizada, ao efetuar a suspensão dos serviços de energia elétrica em favor de Maria, acabou por agredi-la, já que essa alegava que a conta já havia sido paga. Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A lei geral de concessão não autoriza a suspensão do fornecimento de energia elétrica, pelo inadimplemento por parte do usuário, já que o acesso ao serviço de energia elétrica decorre da própria dignidade da pessoa humana, que deve prevalecer sobre os interesses econômicos da concessionária.
(B) Eventual ação de indenização por danos materiais e morais deverá ser proposta contra a concessionária, já que essa se responsabiliza pelos atos dos seus prepostos, não sendo possível alegar-se culpa exclusiva de terceiro.
(C) O prazo prescricional da ação de reparação de danos, na espécie, será de cinco anos, na forma do Código Civil, já que inexiste prazo prescricional específico para as concessionárias de serviço público.
(D) Cabe mandado de segurança contra ato dos diretores da concessionária de serviço público, com vistas a restabelecer o serviço de energia elétrica, o qual deverá ser impetrado na justiça estadual.
(E) A competência para julgar eventual ação de indenização proposta contra a concessionária de serviço público será da justiça federal, já que se trata de uma delegação de serviço público federal.

A: incorreta, pois a interrupção é possível, sim (art. 6º, § 3º, II, da Lei 8.987/1995), salvo em relação à prestação de serviços essenciais, como hospitais e creches; **B:** correta (art. 25 da Lei 8.987/1995); **C:** incorreta, pois há prazo específico em relação às empresas concessionárias, também de 5 anos, mas previsto em lei específica (art. 1º-C da Lei 9.494/1997); **D:** incorreta, pois não é cabível mandado de segurança no caso; **E:** incorreta, salvo se a concessionária for uma empresa pública federal (art. 109, I, da CF).

Gabarito "B"

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) A declaração de caducidade nos contratos de concessão de serviço público não é autorizada quando

(A) o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço.
(B) a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão.
(C) a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido.
(D) a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.
(E) o poder público retomar o serviço durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização devida.

A a **D:** corretas (art. 38, § 1º, I, II, IV e VII, respectivamente, da Lei 8.987/1995), valendo salientar que a caducidade é a extinção da concessão por *culpa* do particular, ou seja, por inexecução total ou parcial do contrato; **E:** incorreta, devendo ser assinalada, pois a retomada do serviço durante o prazo de concessão denomina-se *encampação* ou *resgate*; se o tema fosse *ato administrativo*, e não *concessão de serviço público*, o nome da extinção do ato seria *revogação*, e não *encampação*; a encampação está prevista no art. 37 da Lei 8.987/1995, e depende de interesse público devidamente motivado, lei autorizativa específica e prévio pagamento de indenização.

Gabarito "E"

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Ainda no que concerne ao serviço público, assinale a opção correta.

(A) O dispositivo constitucional que preceitua caber ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre mediante licitação, a

prestação de serviços públicos, demonstra que o Brasil adotou uma concepção subjetiva de serviço público.

(B) A permissão de serviço público é definida pela lei geral de concessões como a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

(C) No procedimento de licitação para contratação de serviços públicos, obrigatoriamente a primeira fase será a de habilitação e a segunda, de julgamento da proposta que melhor se classificar, conforme as condições estabelecidas no edital, não sendo possível a inversão dessas fases.

(D) No contrato de concessão, é obrigatória cláusula que preveja o foro de eleição, não sendo possível, diante do interesse público envolvido, prever-se o emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes do contrato ou a ele relacionadas, inclusive a arbitragem.

(E) No contrato de concessão patrocinada, no âmbito das parcerias público-privadas, os riscos do negócio jurídico decorrentes de caso fortuito ou força maior serão suportados exclusivamente pelo parceiro privado.

A: incorreta, pois o serviço público não é conceituado a partir do sujeito que o presta, mas sim em função do serviço em si, da sua importância para a sociedade; tanto isso é verdade que o serviço público pode ser prestado tanto pelo Poder Público, como por um particular, mediante concessão ou permissão; **B:** correta (art. 2º, IV, da Lei 8.987/1995); **C:** incorreta, pois não há procedimento de licitação para a *contratação de serviços públicos*, mas sim procedimento de licitação para *outorgar concessão de serviços públicos*, procedimento esse que observará o rito da concorrência (art. 2º, II, da Lei 8.987/1995); de qualquer forma, é bom lembrar que, mesmo adotando-se o rito da concorrência, a Lei 8.987/1995, atualmente, admite a inversão de fases no procedimento, primeiro fazendo-se o julgamento das propostas e a classificação, para depois passar para a fase de habilitação; **D:** incorreta, pois cabe arbitragem (art. 23-A da Lei 8.987/1995); **E:** incorreta, pois os riscos serão repartidos (art. 5º, III, da Lei 11.079/2004).

Gabarito "B"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) No que se refere a concessões, permissões e autorizações, assinale a opção correta.

(A) Se uma empresa apresentar-se como licitante para firmar contrato de concessão e, na fixação da tarifa apresentada como proposta, estiverem incluídos subsídios específicos que a empresa possua, não disponíveis para os demais licitantes, nesse caso, a proposta deverá ser analisada.

(B) Diante do princípio da indisponibilidade do interesse público, o contrato de concessão não poderá prever o emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, como a arbitragem.

(C) Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido e cabe-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

(D) Nas concessões de parcerias público-privadas, não se admite a emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da administração pública.

(E) A constituição da sociedade de propósito específico dar-se-á após a celebração do contrato de concessão, no âmbito das parcerias público-privadas.

A: incorreta, pois esse tipo de proposta enseja desclassificação do licitante, na forma do art. 17, *caput*, da Lei 8.987/1995); **B:** incorreta, pois poderá prever sim (art. 23-A da Lei 8.987/1995); **C:** correta (art. 25 da Lei 8.987/1995); **D:** incorreta, pois se admite sim (art. 5º, § 2º, II, da Lei 11.079/2004); **E:** incorreta, pois essa sociedade deve estar constituída antes da celebração do contrato (art. 9º, *caput*, da Lei 8.987/1995).

Gabarito "C"

(OAB - CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

(A) A permissão de serviço público ocorre mediante título precário e sem licitação.

(B) As concessões e permissões estão sujeitas à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, independentemente da cooperação dos usuários.

(C) Considera-se concessão de serviço público a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

(D) A concessão de serviço público que não for precedida da execução de obra pública poderá ser formalizada mediante acordo verbal.

A: incorreta. A permissão depende de licitação (art. 2º, IV, da Lei 8.987/1995); **B:** incorreta (art. 3º da Lei 8.987/1995); **C:** correta (art. 2º, II, da Lei 8.987/1995); **D:** incorreta (art. 4º da Lei 8.987/1995).

Gabarito "C"

(OAB - CESPE – 2009.2) Considere que, após o devido processo licitatório, a administração pública tenha delegado a execução de um serviço público a um particular para que este executasse o serviço em seu próprio nome, por sua conta e risco, pelo prazo de 5 (cinco) anos. Em troca, conforme previsão contratual, o particular receberia, a título de remuneração, a tarifa paga pelos usuários do serviço. Nesse caso, a administração pública firmou contrato de

(A) autorização de serviço público.

(B) empreitada de serviço público.

(C) concessão de serviço público.

(D) permissão de serviço público.

O fato de a Administração Pública ter feito essa delegação por prazo determinado faz com que a situação caracterize um *contrato* (*concessão*), e não mero ato *unilateral* e *precário* (típicos da *autorização* e da *permissão*; só a título de informação, o que diferencia a *permissão* da *autorização* é o fato de a permissão exigir *licitação*, apesar de o vínculo subsequente ser precário, ou seja, permitir seu desfazimento a qualquer tempo, independentemente de indenização). O fato é que o próprio enunciado da questão caracteriza como *contratual* a relação. Assim, incide o disposto no art. 2º, II e III, da Lei 8.987/1995, caracterizando a *concessão*. Não se trata de empreitada, pois, no caso, há delegação de serviço público, com tarifas pagas pelos usuários, e não mero acerto para a realização de uma obra.

Gabarito "C"

(OAB - CESPE – 2009.1) Conforme dispõe a lei geral de concessões, a encampação consiste

(A) no retorno dos bens públicos aplicados na execução do objeto do contrato de concessão ao poder concedente.

(B) na declaração de extinção do contrato de concessão em face da inexecução total ou parcial do contrato, desde que respeitados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

(C) na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

(D) no fim do contrato de concessão, por iniciativa do concessionário, quando houver descumprimento das condições do contrato pelo poder concedente.

Art. 37 da Lei 8.987/1995.

Gabarito "C"

13. PROCESSO ADMINISTRATIVO

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Acerca da Lei nº 9.784/1999 – marco legal referente ao processo administrativo – e de aspectos relacionados a esse tema, julgue os itens de 1 a 3.

(1) A lei em apreço regulamenta o processo administrativo no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios, visando, entre outros aspectos, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da administração.
(2) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria. Como exceção, pode ser objeto de delegação a decisão a ser proferida em recursos administrativos.
(3) Segundo jurisprudência recente do STF, é inconstitucional a exigência de depósito prévio da multa aplicada pela Administração Pública como condição de admissibilidade do recurso na esfera administrativa.

1: A afirmativa encontra-se incorreta. Na verdade a Lei nº 9.784/1999 estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração (art. 1º); **2:** incorreta. Em regra, a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos (art. 11). Porém, em caráter excepcional, um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial (art. 12). Contudo, não podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo; a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade (art. 13, I a III); **3:** correta. Em recente julgado sobre a matéria, o STF entendeu que exigências de depósito prévio ofendem o direito de petição e os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, aplicáveis integralmente aos processos administrativos, por força da disposição expressa dos incisos LIV e LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988. Tal posicionamento adveio do julgamento dos Recursos Extraordinários 389383/SP, 390513/SP e 388359/PE cujo relator foi o Ministro Marco Aurélio, e da ADI 1922/DF, que teve como relator o Min. Joaquim Barbosa (DJU 05.06.2007), cujo teor é o seguinte: "a exigibilidade do depósito da multa, em certos casos, em face do montante e da situação econômico-financeira do infrator, acaba por impedir o direito de defesa". No STJ, a questão é pacífica e podem ser citados precedentes que datam de agosto de 2006 (REsp nº 745410/SP, rel. Min. Humberto Martins, DJ 01.09.2006). Tal posicionamento foi consolidado pela aprovação e edição da Súmula nº 373, cuja redação informa que: "*é ilegítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo*". Vide, também, a Súmula Vinculante nº 21 do STF.
Gabarito 1E, 2E, 3C

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Com referência ao processo administrativo na Administração Pública federal, julgue o item que se segue.

(1) Não cabe recurso das decisões administrativas proferidas pelos servidores das agências reguladoras, conforme preceitua a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal.

1: incorreta. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito, sendo que recurso deve ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior (art. 56, § 1º).
Gabarito 1E

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) Uma agência reguladora emitiu ato autorizativo precário. Três anos depois de editado o referido ato, verificou-se que o mesmo teria sido dado de forma ilegal. Imediatamente, o órgão competente determinou a instauração de processo administrativo visando a cassar esse ato, assegurando-se ao seu destinatário o direito de ampla defesa e o contraditório. O processo só foi finalizado mais de 5 anos depois da edição do ato – tendo-se concluído que o mesmo tinha sido editado de forma ilegal –, quando foi então concluso para julgamento por parte da autoridade competente. Com relação a essa situação hipotética e ao processo administrativo, na forma da Lei nº 9.784/1999, julgue os itens subsequentes.

(1) Como já foi ultrapassado o prazo de 5 anos, a contar da data da edição do ato autorizativo, operou-se a decadência do direito de cassar o referido ato.
(2) Na situação apresentada, a autoridade competente poderá delegar poderes para que outra autoridade a ela subordinada decida a respeito do referido processo.

1: incorreta. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. Contudo, considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato (art. 54, § 2º), que nesse caso, foi a instauração do processo administrativo; **2:** incorreta. Em caráter excepcional poderá haver delegação (art. 12). Entretanto *não podem ser objeto de delegação* a edição de atos de caráter normativo; *a decisão de recursos administrativos* e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade (art. 13, I a III).
Gabarito 1E, 2E

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) No tocante à competência legislativa em matéria administrativa e à competência administrativa, assinale a opção correta.

(A) A competência administrativa pode ser objeto de delegação, ainda quando esta competência tenha sido conferida por lei a determinado órgão ou agente, com exclusividade.
(B) Na hipótese de omissão do legislador quanto à fixação de competência para a prática de determinados atos, a atuação administrativa não é viável, já que nenhuma autoridade pode exercer competência que não lhe tenha sido atribuída expressamente por lei.
(C) De acordo com a legislação de regência, a avocação de competência é admitida apenas em caráter temporário e por motivos relevantes devidamente justificados.
(D) A distribuição de competência na esfera administrativa é fixada exclusivamente mediante a adoção de critérios relacionados à matéria e ao território.
(E) Em regra, a competência administrativa é renunciável.

A: incorreta, pois a competência conferida com exclusividade é indelegável (art. 13, III, da Lei 9.784/1999); **B:** incorreta, pois determinado órgão que não tenha determinada competência poderá passar a tê-la mediante delegação, observado o disposto nos arts. 11 e ss. da Lei 9.784/1999; **C:** correta (art. 15 da Lei 9.784/1999); **D:** incorreta, pois a distribuição de competência pode levar em conta outras questões, como o *valor*, por exemplo; **E:** incorreta, pois a competência é irrenunciável (art. 11 da Lei 9.784/1999).
Gabarito "C"

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) No que se refere à Lei do Processo Administrativo (Lei n. 9.784/1999), assinale a opção correta.

(A) Se determinado ato for praticado com base em parecer jurídico, deverá constar desse ato a transcrição daquela motivação, não sendo suficiente a mera referência ao anterior parecer.
(B) Pessoa absolutamente incapaz, de 10 anos de idade, tem legitimidade para instaurar processo relativo a pedido de concessão de pensão, decorrente da morte do titular, nessa situação, independentemente de estar devidamente representada.
(C) Na hipótese de decisão administrativa contrariar enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.
(D) Suponha que um servidor público tenha recebido uma delegação de poderes e, com base nela, tenha editado

determinado ato. Nessa situação, como houve delegação, eventual impugnação judicial ao ato deve ser feita contra a autoridade delegante.

(E) A decisão proferida em recurso administrativo não poderá prejudicar a situação da pessoa do recorrente.

A: incorreta, pois a motivação *aliunde*, ou seja, aquela em que a decisão faz referência a manifestação anterior, é admitida pela lei, valendo salientar que a manifestação anterior passará a ser parte integrante do ato administrativo que a utiliza como motivação (art. 50, § 1º, da Lei 9.784/1999); **B:** incorreta, pois são capazes, para o processo administrativo, os maiores de 18 anos (art. 10 da Lei 9.784/1999), devendo os demais estarem representados (absolutamente incapazes) ou assistidos (relativamente incapazes), nos termos da lei civil; **C:** correta (art. 56, § 3º, da Lei 9.784/1999); **D:** incorreta, pois a impugnação deve ser feita contra o delegado (art. 14, § 3º, da Lei 9.784/1999); **E:** incorreta, pois, no *recurso administrativo* (mas não na *revisão administrativa* – art. 65, parágrafo único, da Lei 9.784/1999), é cabível a reforma em prejuízo do recorrente, desde que este possa se manifestar previamente à decisão do recurso (art. 64, parágrafo único, da Lei 9.784/1999).

Gabarito "C"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito da Lei n. 9.784/1999.

(A) O processo administrativo iniciar-se-á somente a pedido de interessado.

(B) O processo administrativo regido pela Lei 9.784/1999 não protege os direitos ou interesses difusos.

(C) Os atos praticados sob o manto da delegação imputam-se ao delegante e ao delegado, de forma concorrente.

(D) Está impedido de atuar no processo administrativo o tio daquele que atuou como testemunha.

(E) O parecer do órgão consultivo deverá ser emitido impreterivelmente no prazo máximo de quinze dias.

A: incorreta, pois pode ser iniciado de ofício (art. 5º da Lei 9.784/1999); **B:** incorreta, pois protege sim (arts. 9º, IV, e 58, VI, da Lei 9.784/1999); **C:** incorreta, pois imputam-se ao delegado (art. 14, § 3º, da Lei 9.784/1999); **D:** correta (art. 18, II, da Lei 9.784/1999), valendo lembrar que tio é parente de 3º grau; **E:** incorreta, pois o prazo é de quinze dias, mas há exceção, já que a lei prevê que o prazo pode ser diferente em caso de norma especial ou de comprovada necessidade de maior prazo (art. 42, *caput*, da Lei 9.784/1999).

Gabarito "D"

(OAB - CESPE – 2009.3) O Ministério do Turismo instaurou processo administrativo para apurar responsabilidade e promover a reparação dos danos causados em acidente de trânsito envolvendo veículo do Ministério, conduzido, na ocasião, por Alfredo, motorista lotado no referido órgão público. O veículo particular era conduzido por Bruno. Ambos foram regularmente intimados a comparecer ao Ministério e prestar esclarecimentos a respeito do acidente. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com as normas que regulam o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

(A) Caso Bruno compareça ao processo administrativo, reconheça que o acidente foi causado por total e exclusiva imprudência sua e recolha o valor referente aos prejuízos causados no veículo do Ministério, o órgão competente para julgamento do processo em referência poderá declarar extinto o processo.

(B) O órgão responsável pela instrução do processo administrativo não pode, em nenhuma hipótese, indeferir pedido de produção de provas ou recusar documentos ou pareceres apresentados por Alfredo durante a fase de instrução.

(C) Caso Alfredo não compareça, na data designada, para prestar esclarecimentos, a autoridade responsável pela decisão do processo administrativo deverá aplicar os efeitos da revelia e concluir que Alfredo reconhece como verdadeiros os fatos que Bruno tenha relatado.

(D) Caso Alfredo não compareça, na data designada, para prestar esclarecimentos, não lhe será garantido direito de ampla defesa no prosseguimento do processo.

A: correta (arts. 51 e 52 da Lei 9.784/1999); **B:** incorreta (art. 38, § 2º, da Lei 9.784/1999); **C** e **D:** incorretas, v. art. 27 da Lei 9.784/1999.

Gabarito "A"

(OAB - CESPE – 2009.2) Com referência ao processo administrativo e a temas a ele relacionados, assinale a opção correta.

(A) As atividades que buscam a verificação e a comprovação de fatos e dados no processo administrativo podem ser impulsionadas de ofício pela administração, independentemente de requerimento do interessado.

(B) Caso a matéria discutida no processo administrativo se apresente bastante controversa e inquietante, a autoridade responsável poderá deixar de decidir e submeter o tema à apreciação do Poder Judiciário.

(C) Um agente administrativo que tenha competência para decidir determinado recurso administrativo pode delegar tal competência a subordinado seu.

(D) O servidor que atue como perito em um processo administrativo pode exercer outras funções no mesmo processo, exceto a de julgar.

A: correta (arts. 2º, parágrafo único, XII, e 29, ambos da Lei 9.784/1999); **B:** incorreta (art. 48 da Lei 9.784/1999); **C:** incorreta (art. 13, II, da Lei 9.784/1999); **D:** incorreta (art. 18, II, da Lei 9.784/1999).

Gabarito "A"

(OAB - CESPE – 2009.1) Assinale a opção correta no que se refere à Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

(A) Considera-se entidade administrativa a unidade de atuação integrante da estrutura da administração direta.

(B) São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de 16 (dezesseis anos), ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.

(C) O desatendimento da intimação para ciência de decisão importa o reconhecimento da verdade dos fatos pelo administrado.

(D) Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

A: incorreta. Entidade é a unidade que tem personalidade jurídica, podendo ser da administração direta (ex: União) ou indireta (ex.: uma autarquia), conforme art. 1º, § 2º, II, da Lei 9.784/1999; **B:** incorreta (art. 10 da Lei 9.784/1999); **C:** incorreta (art. 27 da Lei 9.784/1999); **D:** correta (art. 12 da Lei 9.784/1999).

Gabarito "D"

(OAB - CESPE – 2009.1) O INSS, em processo administrativo, concluiu, com base em entendimento antigo e recorrente na autarquia, que a servidora pública Kátia deveria ressarcir determinada quantia aos cofres públicos. A referida servidora recorreu e, quando ainda pendente o julgamento do recurso administrativo, o INSS tomou ciência de decisão do STF proferida em sede de reclamação, na qual se consagrava o entendimento de que o servidor, em casos análogos ao de Kátia, não tem o dever de ressarcir a quantia. Nessa decisão, o STF entendeu ter sido violado enunciado de súmula vinculante. Com referência a essa situação hipotética e com enfoque nos reflexos da súmula vinculante no processo administrativo, assinale a opção correta.

(A) O INSS deve seguir o entendimento firmado na súmula vinculante e adequar suas futuras decisões ao enunciado da súmula.

(B) Ao julgar o processo administrativo, a autoridade pode proferir decisão sem abordar a questão relativa à súmula caso entenda que esta não seja aplicável à espécie.

(C) A autoridade responsável pelo julgamento do processo administrativo não se sujeita à responsabilização pessoal caso não ajuste a decisão administrativa reiteradamente aplicada ao comando da súmula.

(D) Os enunciados de súmula vinculante só vinculam o Poder Judiciário, com exceção do STF, e a administração direta, não abarcando as autarquias.

Art. 64-B da Lei 9.784/1999.

Gabarito "A"

14. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

14.1. CONTROLE DO LEGISLATIVO E DO TRIBUNAL DE CONTAS

(Defensoria/ES – 2009 – CESPE) No exercício de suas atribuições, a Administração Pública sujeita-se a controle. Julgue o item seguinte, de acordo com a doutrina aplicável ao tema.

(1) O controle financeiro realizado pelo Poder Legislativo em face da Administração Pública envolve o denominado controle de economicidade, de modo a permitir o exame do mérito, com a finalidade de verificar se o órgão procedeu da forma mais econômica na aplicação da despesa pública, atendendo à relação custo-benefício.

1: Correta (art. 70, *caput*, da CF).

Gabarito 1C

14.2. CONTROLE PELO JUDICIÁRIO

(Advogado – Anatel – 2009 – CESPE) Julgue os itens seguintes, acerca do controle da administração pública.

(1) O mandado de segurança individual tem como requisito para sua impetração a fundamentação em alegações que dependam exclusivamente de dilação probatória, segundo jurisprudência pacífica dos tribunais.

(2) O mandado de segurança, o *habeas corpus* e o *habeas data* são ações mandamentais que não exigem capacidade postulatória, pois qualquer cidadão tem legitimidade para seu ajuizamento segundo jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

1: incorreta, pois é justamente o contrário; exige-se direito líquido e certo, ou seja, que haja prova constituída dos fatos que dão base ao direito alegado, não sendo possível dilação probatória no procedimento dessa ação; **2:** incorreta, pois essa afirmação só vale para o *habeas corpus*.

Gabarito 1E, 2E

15. OUTROS TEMAS E TEMAS COMBINADOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

(Agente Administrativo – Ministério do Meio Ambiente – 2009 – CESPE) Em relação aos poderes e aos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

(1) Uma das características do poder de polícia é a discricionariedade, que é a possibilidade que tem a Administração de pôr em execução as suas decisões, sem precisar recorrer previamente ao Poder Judiciário.

(2) Todo ato praticado no exercício de função administrativa é considerado ato administrativo.

(3) Pelo atributo da presunção de veracidade, presume-se que os atos administrativos estão em conformidade com a lei.

1: incorreta. Embora o poder de polícia seja marcado pela discricionariedade, a segunda parte da assertiva não traz a sua definição, mas a de um de seus atributos, a autoexecutoriedade; **2:** incorreta. Na verdade, todo ato praticado no exercício da função administrativa é *ato da Administração*. A Administração Pública, em sua atuação diuturna, pratica uma série de outros atos que não podem ser considerados atos administrativos (que é uma das espécies de atos de Administração): são os atos de direito privado, atos materiais, atos políticos, atos de conhecimento, opinião, juízo ou valor, atos normativos; **3:** incorreta. O conceito dado não é o da presunção de veracidade, mas de legitimidade. A presunção de veracidade estabelece que, até prova em contrário, os fatos narrados pela Administração Pública que ensejaram o ato administrativo são presumidos como verdadeiros.

Gabarito 1E, 2E, 3E

(Analista – ANAC – 2009 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, relativos aos atos e aos recursos administrativos.

(1) No âmbito administrativo, o princípio da oficialidade assegura a possibilidade de instauração do processo por iniciativa da Administração, independentemente de provocação do administrado e, ainda, possibilita o impulsionamento do processo, com a adoção de todas as medidas necessárias à sua adequada instrução.

(2) A revogação, possível de ser feita pelo Poder Judiciário e pela Administração, não respeita os efeitos já produzidos pelo ato administrativo.

(3) O recurso administrativo depende de caução e será dirigido automaticamente à autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

1: correta. Diversamente do que ocorre nos processos judiciais, em que vige o princípio da inércia jurisdicional, no processo administrativo tem-se o princípio da oficialidade, pelo qual é possível a impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados – art. 2º, XII da Lei nº 9.784/1999; **2:** incorreta. A revogação é modalidade de extinção do ato administrativo que não apresenta qualquer vício por motivos de conveniência ou oportunidade. Tratando-se de ato que não apresenta qualquer ilegalidade, não pode ser feito pelo Poder Judiciário, mas tão somente pela Administração Pública em exercício de autotutela; **3:** incorreta. Segundo o que estabelece a lei de processo administrativo federal, o recurso será primeiramente dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 05 dias, o encaminhará à autoridade superior. Ademais, salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução – art. 56, §§ 1º e 2º da Lei nº 9.784/1999.

Gabarito 1C, 2E, 3E

(Analista – ANAC – 2009 – CESPE) Acerca dos agentes e dos serviços públicos, julgue os seguintes itens.

(1) Os empregados públicos, pelo fato de serem contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, não se submetem às normas constitucionais referentes a requisitos para a investidura, acumulação de cargos e vencimentos, entre outros previstos na Constituição Federal de 1988 (CF).

(2) O serviço postal, o Correio Aéreo Nacional, os serviços de telecomunicações e de navegação aérea são exemplos de serviços públicos exclusivos do Estado.

(3) Diferentemente dos servidores estatutários e dos empregados públicos, os servidores temporários não são considerados servidores públicos.

(4) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou de permissão, sempre mediante licitação, a prestação de serviços públicos.

1: incorreta – arts. 37, II, VIII, XI, XV CF/88; **2:** correta – art. 21, X, XI e XII, *c* da CF/88; **3:** incorreta. Servidores públicos são todas as pessoas físicas que prestam serviços, com vínculo empregatício ou estatutário à Administração Pública direta ou indireta e isso abrange logicamente os servidores temporários; **4:** correta – art. 175 da CF/88.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) No que concerne à administração pública federal, assinale a opção correta.

(A) A autoridade administrativa superior, caso pretenda delegar a decisão de recursos administrativos, deverá fazê-lo mediante portaria a ser publicada no Diário Oficial da União, de modo a garantir o conhecimento da delegação aos interessados, em consonância com o princípio da publicidade.

(B) Compete privativamente ao presidente da República expedir instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos.

(C) Compete privativamente ao presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a criação e a extinção de órgãos públicos.

(D) Prescreve em cinco anos a ação punitiva da administração pública federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contando-se tal prazo da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

(E) Ao delegar a edição de atos de caráter normativo, o instrumento de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

A: incorreta, pois não é possível a delegação da competência para decidir recursos administrativos (art. 13, II, da Lei 9.784/1999); **B:** incorreta, pois as *instruções* podem ser expedidas pelos Ministros, não só para a execução de decretos e regulamentos, mas também para a execução de leis (art. 87, II, da CF/1988); **C:** incorreta, pois o Presidente não pode, por decreto, criar e extinguir órgãos públicos, mas apenas tratar da organização da Administração, desde que não aumente despesa, nem promova a criação ou a extinção mencionadas (art. 84, VI, *a*, da CF/1988); **D:** correta (art. 1º da Lei 9.873/1999); **E:** incorreta, pois não é possível a delegação da competência para editar atos de caráter normativo (art. 13, I, da Lei 9.784/1999).

Gabarito "D"

15. Direito Civil

Ana Paula Garcia, André de Carvalho Barros, Gabriela R. Pinheiro, Gustavo Nicolau, Vanessa Trigueiros e Wander Garcia*

1. LINDB

1.1. EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO

(OAB - CESPE – 2010.1) A respeito da vigência, aplicação, eficácia e interpretação da lei, assinale a opção correta.

(A) A derrogação torna sem efeito uma parte de determinada norma, não perdendo esta a sua vigência.
(B) A interpretação da norma presta-se a preencher as lacunas existentes no sistema normativo.
(C) O regime de bens obedece à lei do país em que for celebrado o casamento.
(D) Em regra, caso a lei revogadora venha a perder a vigência, restaura-se a lei revogada.

A: correta. A revogação é gênero que contém duas espécies: a ab-rogação, que é a supressão total da norma anterior, e a derrogação, que torna sem efeito uma parte da norma. A norma derrogada não perderá sua vigência, pois somente os dispositivos atingidos é que não mais terão obrigatoriedade (art. 2.º da LINDB, antiga LICC. *Vide*, também, Maria Helena Diniz. **Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro interpretada**. 3. ed., Ed. Saraiva, 1997, p. 66); **B:** incorreta. O preenchimento das lacunas é feito pela integração das normas (art. 4.º da LICC, atual LINDB: "Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito"). Interpretar é descobrir o sentido da norma, determinar o seu conteúdo e delimitar o seu exato alcance. A integração das normas serve para colmatar, preencher, as lacunas do sistema (Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald. **Direito civil teoria geral**. 6. ed., Rio de Janeiro, Ed. Lumen Juris, 2007, p. 54 e 58); **C:** incorreta. O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, à do primeiro domicílio conjugal (LICC, atual LINDB, art. 7.º, § 4.º); **D:** incorreta. Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência (LICC, atual LINDB, art. 2.º, § 3.º), ou seja, de regra, o nosso direito não admite a repristinação, que consiste justamente em ser restabelecida a lei revogada quando a revogadora venha a perder a vigência. "Pelo art. 2.º, § 3.º, que é peremptório, a lei revogadora de outra lei revogadora não terá efeito repristinatório sobre a velha norma abolida, a não ser que haja pronunciamento expresso da lei a esse respeito" (Maria Helena Diniz. *Op. cit.*, p. 82).
Gabarito "A"

2. GERAL

2.1. DOMICÍLIO

(Técnico Judiciário – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Com relação à disciplina do domicílio, julgue o item abaixo.

(1) No Brasil, não se admite a pluralidade de domicílios.

1: incorreta, pois existe mais de uma possibilidade de domicílio, como se pode verificar dos arts. 70 a 74 do CC/2002.
Gabarito 1E

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Com relação ao tema domicílio, assinale a opção correta de acordo com o Código Civil.

(A) O domicílio do servidor público será o do local em que firmar moradia, mesmo que outro seja o local em que permanentemente exerça sua atividade funcional.
(B) A casa de praia ocupada de modo ocasional por um indivíduo pode ser considerada seu domicílio.
(C) A Lei Civil admite que uma pessoa tenha mais de um domicílio civil.
(D) O domicílio da pessoa jurídica que possui inúmeros estabelecimentos será o local em que funcionar sua sede administrativa.

A: incorreta – art. 76, parágrafo único, do CC; **B:** incorreta – art. 70 do CC (ânimo definitivo); **C:** correta – de fato, o direito civil não adotou a teoria da unidade domiciliar (art. 71 do CC); **D:** incorreta – art. 75, § 1º, do CC.
Gabarito "C"

(OAB - CESPE – 2009.1) A respeito das regras do domicílio, assinale a opção incorreta.

(A) Admite-se que uma pessoa possa ter domicílio sem possuir residência determinada, ou que esta seja de difícil identificação.
(B) Caso um indivíduo possua diversas residências onde viva alternadamente, qualquer uma delas pode ser considerada o seu domicílio.
(C) A mera troca de endereço não caracteriza, por si só, mudança de domicílio.
(D) O domicílio civil é formado pelo elemento objetivo, que consiste na residência, sendo despiciendo averiguar-se o elemento subjetivo.

A: correta (art. 73 do CC); **B:** correta (art. 71 do CC); **C:** correta (art. 74 do CC); **D:** incorreta, devendo ser assinalada (art. 70 do CC); na verdade, o conceito de domicílio é formado pelos elementos objetivo (a residência) e subjetivo (o ânimo definitivo).
Gabarito "D"

2.2. DIREITOS DA PERSONALIDADE

(OAB - CESPE – 2010.1) Considere que o filho de Mário Lins de Souza e de Luna Ferreira de Melo tenha sido registrado com o nome de Paulo de Souza. Nessa situação hipotética,

(A) Paulo, se assim o desejar, poderá, no prazo de até 1 (um) ano após atingir a maioridade, introduzir em seu nome um patronímico materno, sem que precise justificar sua vontade.
(B) é obrigatória, em razão da abolição do traço patriarcal da legislação civil brasileira, a adoção do sobrenome materno, de modo que o registro de nascimento de Paulo poderá ser alterado a qualquer momento e, até mesmo, de ofício.
(C) apenas por meio do casamento será possível a Paulo alterar seu nome, o que será feito com a inclusão de sobrenome da esposa.
(D) Paulo poderá, se assim o desejar, incluir em seu nome apelido que seja notório, o que deverá ocorrer por meio de pedido devidamente instruído e dirigido ao oficial do cartório de registro civil.

---

* **Gustavo Nicolau** comentou as questões dos concursos de Cartório/RR – 2013, Cartório/ES – 2013, Defensoria/DF – 2014, Ministério Público/PI – 2014, Juiz de Direito 2016, Analista TCE/PR/2016, Analista TCE/PA/2016, Analista TRT/8ª/2016, Analista TRE/PI/2016, Procurador do Estado 2016; **Gabriela R. Pinheiro** comentou as questões dos concursos de Analista – STF – 2013 e Analista – TJ/CE – 2013. **Ana Paula Garcia**, **André de Carvalho Barros**, **Gabriela Rodrigues**, **Gustavo Nicolau**, **Vanessa Trigueiros** e **Wander Garcia** comentaram as demais questões.

A: correta (art. 56 da LRP – Lei de Registros Públicos). É o que se extrai da lição de Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho: "Da mesma forma, nesta hipótese de alteração espontânea, devem ser mantidos os apelidos de família, o que limita também as possibilidades de modificação do nome, sendo a mais comum a incorporação de sobrenomes maternos ou de avós, (...)" (**Novo curso de direito civil**. Vol. I, 9. ed., São Paulo: Saraiva, p. 116); **B:** incorreta. Não existe dispositivo legal que determine alteração de ofício em casos como o apresentado (LRP, arts. 54 e 55). "Art. 54. O assento do nascimento deverá conter: 1.º) o dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determiná-la, ou aproximada; 2.º) o sexo do registrando; 3.º) o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido; 4.º) o nome e o prenome, que forem postos à criança; 5.º) a declaração de que nasceu morta, ou morreu no ato ou logo depois do parto; 6.º) a ordem de filiação de outros irmãos do mesmo prenome que existirem ou tiverem existido; 7.º) os nomes e prenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, o lugar e cartório onde se casaram, a idade da genitora, do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal. 8.º) os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos; 9.º) os nomes e prenomes, a profissão e a residência das duas testemunhas do assento, quando se tratar de parto ocorrido sem assistência médica em residência ou fora de unidade hospitalar ou casa de saúde; 10) número de identificação da Declaração de Nascido Vivo – com controle do dígito verificador, ressalvado na hipótese de registro tardio previsto no art. 46 desta Lei. Art. 55. Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato. Parágrafo único. Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso, independentemente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do Juiz competente."; **C:** incorreta. Além da alteração decorrente do casamento, poderá haver ainda modificação por vontade própria, em razão de coação ou ameaça e por inclusão de apelido (LRP, arts. 56 e 58). "Art. 56. O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa. Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios."; **D:** incorreta. Com exceção do casamento, toda alteração de nome demandará decisão judicial (LRP, art. 57). "Art. 57. A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei. § 1.º Poderá, também, ser averbado, nos mesmos termos, o nome abreviado, usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional. § 2.º A mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva com homem solteiro, desquitado ou viúvo, excepcionalmente e havendo motivo ponderável, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o patronímico de seu companheiro, sem prejuízo dos apelidos próprios, de família, desde que haja impedimento legal para o casamento, decorrente do estado civil de qualquer das partes ou de ambas. § 3.º O juiz competente somente processará o pedido, se tiver expressa concordância do companheiro, e se da vida em comum houverem decorrido, no mínimo, 5 (cinco) anos ou existirem filhos da união. (Incluído pela Lei 6.216, de 1975) § 4.º O pedido de averbação só terá curso, quando desquitado o companheiro, se a ex-esposa houver sido condenada ou tiver renunciado ao uso dos apelidos do marido, ainda que dele receba pensão alimentícia. § 5.º O aditamento regulado nesta Lei será cancelado a requerimento de uma das partes, ouvida a outra. § 6.º Tanto o aditamento quanto o cancelamento da averbação previstos neste artigo serão processados em segredo de justiça. § 7.º Quando a alteração de nome for concedida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime, o juiz competente determinará que haja a averbação no registro de origem de menção da existência de sentença concessiva da alteração, sem a averbação do nome alterado, que somente poderá ser procedida mediante determinação posterior, que levará em consideração a cessação da coação ou ameaça que deu causa à alteração. § 8.º O enteado ou a enteada, havendo motivo ponderável e na forma dos §§ 2.º e 7.º deste artigo, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus apelidos de família."

Gabarito "A"

2.3. BENS

(Defensoria Pública/ES – 2009 – CESPE) De acordo com o Código Civil, julgue os itens seguintes.

(1) Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram, bem como o direito à sucessão aberta, são considerados bens imóveis para os efeitos legais, de acordo com o Código Civil.

(2) As pertenças não seguem necessariamente a lei geral de gravitação jurídica, por meio da qual o acessório sempre seguirá a sorte do principal. Por isso, se uma propriedade rural for vendida, desde que não haja cláusula que aponte em sentido contrário, o vendedor não estará obrigado a entregar máquinas, tratores e equipamentos agrícolas nela utilizados.

1: correta. Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram, bem como o direito à sucessão aberta são considerados *bens imóveis por determinação legal* (art. 80, I e II, do CC); **2:** correta. Pertenças são os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro (ex: tratores). Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso (arts. 93 e 94 do CC).

Gabarito 1C, 2C

(Defensoria Pública/PI – 2009 – CESPE) Ao realizar uma reforma de seu imóvel, o proprietário demoliu algumas paredes de sua casa e conservou as portas e janelas que estavam ali instaladas, pensando em revendê-las, já que eram muito antigas e bastante valiosas. Nesse caso, as referidas portas e janelas são consideradas

(A) bens móveis, porque são decorrentes de demolição.

(B) bens imóveis, porque foram apenas provisoriamente retiradas para serem empregadas em um bem da mesma natureza.

(C) pertenças, porque, de modo ideal, sempre estarão agregadas a um bem imóvel.

(D) bens imóveis por força de ficção legal, em função do seu alto valor em relação ao bem principal.

(E) bens móveis por antecipação, porque, apesar de ligadas ao imóvel, passaram a ser objeto de negócio separado.

Nos termos do art. 84 do CC, os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; readquirem essa qualidade os *provenientes da demolição* de algum prédio. Os materiais de demolição somente não perdem a característica de imóveis se forem provisoriamente separados do prédio, para nele se reempregarem (art. 81, II, CC).

Gabarito "A"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) A respeito da disciplina dos bens, julgue os itens seguintes.

(1) A praça, exemplo típico de bem de uso comum do povo, perderá tal característica se o poder público tornar seu uso oneroso, instituindo uma taxa de uso, por exemplo.

(2) O imóvel público onde esteja localizada uma Procuradoria Regional da União é considerado bem de uso especial, qualificação que impede a sua alienação.

1: incorreta, pois é possível a cobrança de retribuição pelo uso de bem de uso comum do povo (art. 103 do CC); **2:** correta, pois os edifícios públicos são bens de uso especial e tais bens são inalienáveis (art. 100 do CC).

Gabarito 1E, 2C

2.4. FATOS JURÍDICOS

2.4.1. ESPÉCIES, FORMAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS

(Técnico Judiciário – TRT/17ª – 2009 – CESPE) O negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado é anulável, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou. No entanto, a lei estabelece o prazo

de 180 dias a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade, para pleitear-se a anulação. Acerca desse assunto, julgue o item abaixo.

(1) O prazo referido é um prazo decadencial, cujo objeto são os direitos potestativos.

1: correta, pois os prazos para pedir em juízo a *desconstituição* de negócios jurídicos são decadenciais; já prazos para pedir em juízo a *condenação* de alguém são prescricionais; no caso, como se trata de pedir a anulação (desconstituição) de um negócio jurídico, está-se diante de prazo decadencial.

Gabarito 1C

2.4.2. CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO

(Magistratura Federal/2ª região – 2009 – CESPE) Com referência à disciplina da condição imposta nos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

(A) A incerteza é elemento imprescindível à condição e deve apresentar-se sob a forma subjetiva.
(B) A condição simplesmente potestativa torna anulável o negócio jurídico, pois não se verifica o elemento incerteza.
(C) Sendo suspensiva, a condição impossível é tida por inexistente, não havendo anulação do negócio jurídico.
(D) Em contratos de execução periódica, em regra, o implemento da condição resolutiva produz efeitos *ex tunc*.
(E) A ocorrência de evento futuro e incerto que caracterize a condição pode consistir em uma possível autorização legislativa.

A: incorreta, pois apesar de a incerteza ser elemento essencial à condição, a mesma deve-se apresentar sob forma objetiva; **B:** incorreta, pois apenas a condição puramente potestativa é proibida pelo Código Civil (art. 122); **C:** incorreta. A condição impossível suspensiva anula o negócio jurídico como um todo, ao passo que se a condição impossível for da espécie resolutiva o negócio está mantido tendo-se por inexistente apenas a condição em si; **D:** incorreta, pois para essas hipóteses o Código Civil determina – como regra – o efeito *ex nunc* (art. 128); **E:** correta, pois não há vedação legal e a autorização legislativa não deixa de ser um evento futuro e incerto.

Gabarito "E"

2.4.3. DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

((Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Marcelo, filho de Joana e Lauro, após realizar uma ressonância magnética, teve diagnóstico de câncer de pulmão. Com isso, Lauro, no dia seguinte, vendeu seu apartamento pela metade do preço de mercado, a fim de levar seu filho para fazer tratamento em renomado hospital nos Estados Unidos da América. Lá chegando, foram informados de que o diagnóstico fora equivocado. Ao retornar ao Brasil, Lauro procurou um advogado que lhe informou acerca da possibilidade de ser anulado o negócio jurídico relativo à venda do imóvel. Nessa situação hipotética, a anulação da venda do imóvel se justifica por motivo de

(A) erro.
(B) estado de perigo.
(C) lesão.
(D) onerosidade excessiva.
(E) estado de necessidade.

Lauro vendeu seu imóvel por quantia *manifestamente desproporcional* à que valia o bem, diante da *premente necessidade* que tinha em relação a custear o tratamento de seu filho, configurando-se, então, o instituto da *lesão* (art. 157 do CC). Não se configura o *estado de perigo* no caso, pois o comprador do imóvel não tinha conhecimento do estado de perigo em que se encontrava o filho de Lauro, requisito necessário para a configuração do instituto previsto no art. 156 do CC.

Gabarito "C"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) A respeito dos elementos, dos defeitos e da validade dos atos jurídicos, assinale a opção correta.

(A) A conversão substancial do negócio jurídico é meio jurídico capaz de sanar sua invalidade absoluta.
(B) Se o adquirente de determinado bem ignorava o estado de insolvência do alienante, tal negócio não será passível de anulação por fraude contra credores.
(C) Embora haja significativas diferenças entre nulidade e anulabilidade, ambas são reconhecidas por meio de ação desconstitutiva.
(D) Se comprovada a inexperiência do contratante, a lesão restará configurada ainda que a desproporcionalidade entre as prestações que incumbem às partes seja superveniente.
(E) A consequência da inserção de termo inicial ou suspensivo no contrato é o adiamento da aquisição do direito.

A: incorreta (art. 170, do CC); **B:** correta (art. 158, do CC); **C:** incorreta, pois a ação que visa combater o ato nulo é declaratória e não desconstitutiva; **D:** incorreta, pois a desproporcionalidade deve ser no momento da celebração do negócio jurídico (art. 157, § 1º, do CC); **E:** incorreta (art. 131, do CC).

Gabarito "B"

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Acerca dos defeitos dos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

(A) Se, na celebração do negócio, uma das partes induzir a erro a outra, levando-a a concluir o negócio e assumir obrigação desproporcional à vantagem obtida, esse negócio será nulo porque a manifestação de vontade emanou de erro essencial e escusável.
(B) O dolo acidental, a despeito do qual o ato seria realizado, embora por outro modo, acarreta a anulação do negócio jurídico.
(C) A lesão é defeito que surge concomitantemente à realização do negócio e enseja-lhe a anulabilidade, mas, ainda assim, permite-se a revisão contratual para evitar a anulação e aproveitar-se, desse modo, o negócio.
(D) No negócio jurídico a título gratuito, somente se configura a fraude quando a insolvência do devedor for notória ou houver motivo para ser conhecida, caso em que se admite a anulação por iniciativa do credor.
(E) Em caso de anulabilidade de negócio jurídico por coação moral, é vedado ao juiz, sob critério subjetivo, considerar circunstâncias personalíssimas do coato que possam ter influído em seu estado moral, pois deve levar em conta o ser humano médio.

A: incorreta, pois o caso configura dolo, que torna o negócio anulável (art. 171, II, do CC); **B:** incorreta, pois o dolo acidental só obriga a satisfação de perdas e danos (art. 146 do CC); **C:** correta, pois o negócio já nasce manifestamente desproporcional (art. 157, *caput*, do CC), mas é possível que se revise o negócio a fim de que este não seja anulado (art. 157, § 2º, do CC); **D:** incorreta, pois no negócio gratuito, basta a demonstração da insolvência (elemento subjetivo), não sendo necessário demonstrar o conluio fraudulento, ou seja, que o contratante com o devedor tinha ciência do estado de insolvência deste (elemento subjetivo), nos termos do art. 158, *caput*, do CC; **E:** incorreta, pois deve-se levar em conta circunstâncias pessoais do coato, como seu sexo, idade, condição, saúde e temperamento (art. 152 do CC).

Gabarito "C"

(OAB - CESPE – 2010.1) A respeito dos defeitos dos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

(A) A lesão é um defeito que surge concomitantemente à realização do negócio e enseja a sua anulabilidade. Entretanto, permite-se a revisão contratual para evitar a anulação, aproveitando-se, assim, o negócio.
(B) Se, na celebração do negócio, uma das partes induzir a erro a outra, levando-a a concluir o negócio e a assumir uma obrigação desproporcional à vantagem obtida pelo outro, esse negócio será nulo porque a manifestação de vontade emana de erro essencial e escusável.
(C) O dolo acidental, a despeito do qual o negócio seria realizado, embora por outro modo, acarreta a anulação do negócio jurídico.

(D) Tratando-se de negócio jurídico a título gratuito, somente se configura fraude quando a insolvência do devedor seja notória ou haja motivo para ser conhecida, admitindo-se a anulação do negócio pelo credor.

A: correta. De acordo com o art. 157, § 2.º, do CC, "não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito". Segundo César Fiúza (**Direito Civil** – curso completo. 12.ª ed., p. 242), "primeiramente, a lesão deve ocorrer no momento da celebração do contrato, devendo ser apreciada segundo as circunstâncias deste momento"; **B:** incorreta. Dispõe o art. 138 do CC que o negócio jurídico celebrado em virtude de erro substancial e escusável é anulável, e não nulo; **C:** incorreta. De acordo com o art. 146 do CC, o dolo acidental, a despeito do qual o negócio seria realizado, embora por outro modo, só obriga à satisfação de perdas e danos, logo, não enseja a invalidade do negócio; **D:** incorreta. A fraude a título oneroso só viciaria o ato, tornando-o anulável, se a insolvência do devedor-alienante fosse notória, conhecida do adquirente ou houvesse motivos para conhecê-la. Se ficar provado que a insolvência não era notória, que o adquirente agiu de boa-fé, o ato oneroso de alienação não será anulado, conforme art. 159 do CC. Já a fraude a título gratuito sempre vicia o ato e ocorre mesmo que o devedor ignore sua condição de insolvente, a teor do art. 158 do CC, na fraude a título gratuito não se exige que se prove o *consilium fraudis*, ou seja, não há necessidade de se provar a participação do adquirente, a fraude ocorre ainda que o adquirente não saia do estado de insolvência e até mesmo o alienante pode ignorar seu estado de insolvência.

Gabarito "A"

(OAB - CESPE – 2009.2) A respeito dos defeitos e da invalidade do negócio jurídico, assinale a opção correta.

(A) O negócio jurídico resultante do vício de coação não é passível de confirmação, por ser nulo de pleno direito.
(B) Configura-se o vício de lesão quando alguém, premido pela necessidade de salvar a si mesmo, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação onerosa.
(C) São anuláveis os negócios jurídicos por vício de erro.
(D) São nulos os negócios jurídicos por vício de dolo.

A: incorreta. Art. 171, II, do CC ("anulável"); **B:** incorreta. Não se deve confundir estado de perigo (art. 156 do CC) com lesão (art. 157 do CC); **C:** correta (arts. 138 e 171, II, do CC); **D:** incorreta (arts. 145 e 171, II, do CC).

Gabarito "C"

2.4.4. INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

(Técnico Judiciário – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Quanto à nulidade e à anulabilidade dos atos jurídicos, julgue os seguintes itens.

(1) A simulação, considerada pela doutrina um vício social, é causa de nulidade do negócio jurídico; no entanto, é possível que subsista o negócio que se dissimulou.
(2) Poderá haver anulação do negócio jurídico se o devedor insolvente doar imóvel do seu patrimônio a um irmão seu.
(3) A nulidade absoluta, embora envolva evidente interesse social, somente será decretada pelo juiz, de ofício, para favorecer pessoa absolutamente incapaz.

1: correta (art. 167 do CC/2002); **2:** correta, pois a doação é uma *transmissão gratuita de bens* e, sendo o devedor insolvente o vendedor, configura-se a fraude contra credores (art. 158 do CC/2002); **3:** incorreta, pois o juiz pode decretar a nulidade absoluta sempre que estiver diante dela, independentemente de se tratar ou não de absolutamente incapaz (art. 168, parágrafo único, do CC/2002).

Gabarito 1C, 2C, 3E

(Defensoria Pública/ES – 2009 – CESPE) Acerca dos atos e fatos jurídicos no direito civil, julgue os itens a seguir.

(1) Com relação à validade do negócio jurídico, considera-se que, não dispondo a lei em contrário, a escritura pública apenas é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a sessenta vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
(2) Será nulo o negócio jurídico se o motivo determinante de uma das partes for ilícito.
(3) A interrupção da prescrição, quando efetuada contra o devedor solidário, envolverá os demais, incluindo os seus herdeiros.

1: incorreta, pois deve-se tratar de imóvel com valor superior a 30 salários-mínimos (art. 108 do CC); **2:** incorreta, pois o negócio só será nulo se o motivo determinante, *comum a ambas* as partes, for ilícito (art. 166, III, do CC); **3:** correta (art. 204, § 1º, parte final, do CC).

Gabarito 1E, 2E, 3C

(Analista – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O ato ilícito poderá originar ou criar um direito para quem o comete.

1: o ato ilícito só cria direitos para a vítima (art. 927 do CC).

Gabarito 1E

2.5. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) No que diz respeito à disciplina da prescrição, julgue o item que se segue.

(1) A renúncia da prescrição, que pode ser realizada de forma expressa ou tácita, somente pode ser feita validamente após ter-se consumado a prescrição, ou seja, a renúncia prévia não é aceita pelo Código Civil.

1: correta – A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição – exemplo: pagamento da dívida prescrita (art. 191 do CC).

Gabarito 1C

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) No que tange à disciplina da prescrição e da decadência no Código Civil de 2002, assinale a opção correta.

(A) Não é possível que haja renúncia prévia de prazo prescricional legal, mas pode haver renúncia de prazo decadencial fixado em lei, desde que seja feita de forma expressa, já que a sua aplicação é adstrita aos direitos potestativos.
(B) Caso um dos credores solidários interpele judicialmente o devedor quanto à interrupção da prescrição, tal fato não aproveitará aos demais credores que se quedaram inertes.
(C) A citação realizada em ação que tenha terminado com a resolução do processo sem julgamento do mérito não é apta a interromper a prescrição.
(D) Os contratantes podem, desde que mediante prévio acordo por escrito, diminuir os prazos prescricionais estabelecidos no Código Civil, mas não é lícito que eles aumentem o referido prazo, pois isso configuraria violação de norma de ordem pública.
(E) Se, após prescrita a dívida, o devedor ajuizar ação de consignação em pagamento, não deve o juiz decretar de ofício a prescrição, uma vez que o Código Civil não extinguiu a renúncia à prescrição.

A: incorreta (arts. 191 e 210 do CC); **B:** incorreta (art. 204, § 1º, do CC); **C:** incorreta (art. 202, I, do CC); **D:** incorreta (art. 192 do CC); **E:** correta, pois, nesse caso, tem-se renúncia tácita à prescrição (art. 191 do CC), não podendo o juiz reconhecê-la.

Gabarito "E"

(Analista – TRT/17ª – 2009 – CESPE) A respeito de prescrição e decadência, julgue os seguintes itens.

(1) A alteração dos prazos por acordo entre as partes é admissível na decadência, porém não o é na prescrição.
(2) Se a prescrição for suspensa em favor de um dos credores solidários, só aproveitará aos demais se a obrigação for indivisível.

1: correta – art. 192 do CC; **2:** correta – art. 201 do CC.

Gabarito 1C, 2C

(OAB - CESPE – 2009.2) Assinale a opção correta a respeito da prescrição e da decadência.

(A) A prescrição iniciada contra o credor continua a correr contra o sucessor universal absolutamente incapaz.
(B) Não corre prescrição enquanto pendente a condição suspensiva em relação ao negócio jurídico.
(C) Pode haver renúncia à decadência prevista em lei por aquele que a aproveita.
(D) A pretensão condenatória não exercitada no prazo legal sujeita-se aos efeitos da decadência.

A: incorreta (arts. 196 e 198, I, do CC); **B:** correta (art. 199, I, do CC); **C:** incorreta (art. 209 do CC); **D:** incorreta. A alternativa descreve o instituto da prescrição (art. 189 do CC); há de se lembrar que nas pretensões condenatórias fala-se em prazos *prescricionais*, ao passo que quando se busca provimentos constitutivos está-se diante de prazos *decadenciais*.

Gabarito "B"

3. OBRIGAÇÕES

3.1. INTRODUÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) A respeito da teoria geral das obrigações, dos contratos e da posse, julgue os itens subsequentes.

I. Na obrigação de dar coisa certa, se a coisa se perder sem culpa do devedor antes da tradição, este fica obrigado a ressarcir ao credor as perdas e os danos, sem prejuízo da eventual restituição do preço recebido.
II. Tratando-se de coisas determinadas pelo gênero e quantidade, antes de cientificado da concentração, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito, salvo se o objeto da dívida for limitado.
III. Na obrigação de prestar determinado fato, sobrevindo a morte do devedor antes do advento do termo, a obrigação transmite-se aos herdeiros ou sucessores do devedor.
IV. No inadimplemento de obrigação indivisível, se for de um só devedor a culpa, ficarão os demais codevedores exonerados do cumprimento das suas quotas na dívida, ressalvadas as perdas e os danos.
V. A solidariedade não subsiste para os herdeiros do credor solidário, mas conserva a vinculação em relação aos demais cocredores, salvo se a obrigação for indivisível.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e V.
(D) III e IV.
(E) IV e V.

I: incorreta, pois o perecimento da coisa certa sem culpa do devedor extingue a obrigação (CC, art. 238); **II:** correta, pois a coisa incerta não perece (CC, art. 246); **III:** incorreta, pois nesse caso entende-se resolvida a obrigação (CC, art. 248); **IV:** incorreta, pois nessa hipótese os demais devedores continuam obrigados à sua parte na obrigação, exonerando-se apenas das perdas e danos daí decorrentes; **V:** correta, pois de pleno acordo com a regra prevista no CC, art. 270.

Gabarito "C"

(OAB - CESPE – 2010.1) Acerca das obrigações de dar, fazer e não fazer, assinale a opção correta.

(A) No caso de entrega de coisa incerta, se houver, antes da escolha, perda ou deterioração do bem, ainda que decorrente de caso fortuito ou força maior, a obrigação ficará resolvida para ambas as partes.
(B) Em caso de obrigação facultativa, o perecimento da coisa devida não implica a liberação do devedor do vínculo obrigacional, podendo-se dele exigir a realização da obrigação devida.
(C) É divisível a obrigação de prestação de coisa indeterminada.
(D) Tratando-se de obrigação de entrega de coisa certa, a obrigação será extinta caso a coisa se perca sem culpa do devedor, antes da tradição ou mediante condição suspensiva.

A: incorreta. *Vide* art. 246 do Código Civil. A respeito, assevera Senise que, tratando-se de entrega de coisa incerta, aplica-se "a regra *genus non perit*, ou seja, o gênero jamais perece, quando houver ilimitação de sua quantidade para que o devedor dele disponha em prol do credor (*gennus ilimitatum*). (...) antes da escolha, o devedor não poderá alegar a perda ou a deterioração do bem, mesmo sob o fundamento da ocorrência de força maior ou de caso fortuito, porque, como lembra Sílvio Rodrigues, não se pode cogitar de riscos sobre uma coisa indicada tão somente pelo gênero (*gennus non perit*), porém ainda não indicada mediante a concentração" (Roberto Senise Lisboa. **Manual de direito civil**. V. **2:** direito das obrigações e responsabilidade civil. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 90); **B:** incorreta. Assevera Senise que "obrigação facultativa, também denominada *obrigação com faculdade alternativa*, é aquela conferida por lei ao devedor, caso ele não tenha condições de cumprir a obrigação pactuada com o credor. (...) As principais regras da obrigação facultativa são:(...) c) o perecimento da coisa devida importa na liberação do devedor do vínculo obrigacional, não se podendo dele exigir a realização da obrigação facultativa" (*Idem*, *ibidem*, p. 102); **C:** incorreta. Proclama Senise que "obrigação divisível é aquela que pode ser cumprida parcialmente, pois se torna possível o fracionamento da prestação até a completa satisfação dos interesses do credor". Por outro lado, esclarece que obrigação indivisível é aquela que somente pode ser cumprida na sua integralidade, ante a impossibilidade de fracionamento da prestação. "São indivisíveis por lei, entre outras, as dívidas: (...) e) de *coisa indeterminada*, por faltar-lhe a indicação precisa pela parte interessada" (*Idem*, *ibidem*, p. 106); **D:** correta. *Vide* art. 234 do Código Civil. A respeito, assinala Senise que "as principais regras da obrigação de dar coisa certa são: (...) f) Se a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição ou mediante condição suspensiva, a obrigação será extinta" (*Idem*, *ibidem*, p. 88).

Gabarito "D"

(OAB - CESPE – 2009.3) Francisco, Paulo e José tomaram R$ 150 mil emprestados de Flávio para a aquisição de uma lancha de passeio. Ficou acertado que o pagamento do débito ocorreria em três parcelas iguais e que todos os devedores ficariam obrigados pela dívida toda. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Flávio poderia escolher quaisquer dos devedores para cumprir a obrigação por inteiro. No entanto, qualquer deles teria o direito de pagar a sua parte na dívida, tão logo ocorresse o vencimento.
(B) Se Flávio recebesse de Francisco um terço do valor da dívida, ficaria impedido de cobrar somente de José o valor restante.
(C) Se Flávio conceder a Paulo remissão de sua parte na dívida, a obrigação estará extinta para este devedor.
(D) Caso José venha a falecer, Flávio poderá demandar de um dos herdeiros a totalidade da dívida.

A e **B:** incorretas. Flávio poderia escolher qualquer devedor para a cobrança da obrigação por inteiro, por ter sido estipulada expressamente a solidariedade (art. 265 do CC); assim, não há que se falar "em sua parte na dívida", pois a dívida de cada um é pela obrigação inteira; **C:** correta. O art. 277 do CC admite a remissão da dívida em relação a um dos devedores solidários; **D:** incorreta, pois se pode demandar apenas a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário (art. 276 do CC).

Gabarito "C"

(OAB - CESPE – 2009.2) No que se refere às modalidades de obrigações, assinale a opção correta.

(A) Nas obrigações solidárias passivas, se a prestação se perder, convertendo-se em perdas e danos, o credor perderá o direito de exigir de um só devedor o pagamento da totalidade das perdas e danos.
(B) A obrigação de dar coisa certa confere ao credor simples direito pessoal, e não real, havendo, contudo, no âmbito do direito, medidas destinadas a persuadir o devedor a cumprir a obrigação.

(C) O compromisso de compra e venda configura obrigação de dar quando o promitente vendedor se obriga a emitir declaração de vontade para a celebração do contrato definitivo, outorgando a escritura pública ao compromissário comprador, depois de pagas todas as prestações.

(D) Caracteriza obrigação de meio o ato de o advogado assumir defender os interesses dos clientes, empregando seus conhecimentos para obtenção de determinado resultado; nesse tipo de obrigação, o advogado não fará jus aos honorários advocatícios quando não vencer a causa.

A: incorreta. Nas obrigações solidárias, se a prestação for convertida em perdas e danos, subsiste a solidariedade (art. 279 do CC); **B:** correta (art. 621, parágrafo único, do antigo CPC; art. 806, § 1º, do novo CPC); **C:** incorreta (art. 481 do CC); **D:** incorreta. Exatamente por se tratar de obrigação de meio, e não de resultado, o advogado fará jus aos honorários advocatícios contratados independentemente do resultado da demanda.

Gabarito "B"

3.2. TRANSMISSÃO, ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

(OAB - CESPE – 2010.1) Assinale a opção correta de acordo com o Código Civil brasileiro.

(A) A sub-rogação objetiva ou real ocorre pela substituição de uma das partes, sem a extinção do vínculo obrigacional.

(B) Caso o sub-rogado não consiga receber a importância devida, ele poderá cobrá-la do credor original.

(C) Aplica-se à dação em pagamento o regime jurídico dos vícios redibitórios.

(D) Opera-se novação quando o devedor oferece nova garantia ao credor.

A: incorreta. Assevera Senise Lisboa que "A sub-rogação pode ser objetiva e subjetiva. Sub-rogação objetiva ou real é aquela que se dá pela substituição do objeto da obrigação, sem a extinção do vínculo obrigacional. (...). Sub-rogação subjetiva ou pessoal é aquela que se dá pela substituição de uma das partes, sem a extinção do vínculo obrigacional" (Roberto Senise Lisboa. **Manual de direito civil**. V. **2:** direito das obrigações e responsabilidade civil. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 138); **B:** incorreta. Observa Senise Lisboa que "(...) caso o sub-rogado não consiga receber a importância devida, não poderá cobrá-la do credor original" (Roberto Senise Lisboa. *Op. cit.*, p. 141); **C:** correta. Segundo Senise Lisboa, "aplica-se à dação em pagamento o regime jurídico do instituto dos vícios redibitórios (defeito oculto existente na coisa à época de sua aquisição) e o da evicção (perda da coisa em virtude de sentença judicial)" (Roberto Senise Lisboa. *Op. cit.*, p. 149); **D:** incorreta. Assinala Senise que "não há novação no oferecimento de nova garantia ao credor. A simples constituição de uma garantia ao credor constitui elemento acessório ou secundário do negócio jurídico. Como a regra impede que o principal, que é o negócio jurídico, seja modificado pela garantia, que é elemento acessório, não há como se conceber a novação" (Roberto Senise Lisboa. *Op. cit.*, p. 154).

Gabarito "C"

(OAB - CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta a respeito da transmissão e das modalidades de obrigações.

(A) A obrigação pura é qualificada por uma condição, termo ou encargo.

(B) Tratando-se de assunção de dívida, o novo devedor pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.

(C) A cessão de crédito *pro soluto* transfere o crédito sem que tal transferência possa significar a extinção da obrigação em relação ao devedor.

(D) Na obrigação de resultado, o devedor será exonerado da responsabilidade se provar que a falta do resultado previsto decorreu de caso fortuito ou força maior.

A: incorreta. Obrigação pura e simples é aquela que produz efeitos normalmente, por não estarem sujeitas a condição, termo ou encargo; **B:** incorreta (art. 302 do CC); **C:** incorreta. A cessão de crédito é o negócio jurídico bilateral pelo qual o credor transfere a outrem, a título oneroso ou gratuito, os seus direitos na relação obrigacional; há três figuras: o cedente (credor que transmite o crédito), o cessionário (terceiro que recebe o crédito) e o cedido (o que continua devedor); assim, não há que se falar em extinção da obrigação em relação ao devedor, que continua obrigado, agora para com o cessionário; **D:** correta. A obrigação de resultado é aquela em que o devedor se compromete a atingir determinado fim, sob pena de responder pelo insucesso; são exemplos, a obrigação do vendedor de entregar a coisa vendida, a obrigação do transportador de levar o passageiro são e salvo ao destino e a obrigação do cirurgião plástico em cirurgias de natureza estética; essa obrigação gera uma responsabilidade objetiva; porém, o caso fortuito ou força maior exclui o nexo de causalidade, e, consequentemente, a responsabilidade (art. 393 do CC).

Gabarito "D"

3.3. INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Marcelo tomou por empréstimo R$ 5 mil em uma instituição financeira para pagar em vinte e quatro meses. A partir do décimo segundo mês, Marcelo interrompeu o pagamento das prestações ante as dificuldades financeiras por que estava passando. Comparecendo ao banco, foi informado de que no contrato havia cláusula permitindo a cobrança de comissão de permanência.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

(1) A hipótese descrita aponta um contrato de mútuo, que, além de ser contrato real, tem a fungibilidade do objeto como uma de suas características.

(2) Na hipótese descrita, que constitui um exemplo de mútuo, a comissão de permanência poderá ser cumulada com a correção monetária, mas não com os juros remuneratórios.

(3) Hoje prevalece o entendimento jurisprudencial de que a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado, não é potestativa.

1: correta, pois o mútuo é contrato real (só passa a existir com a entrega da coisa pelo mutuante ao mutuário), e tem por objeto bens fungíveis (art. 586 do CC); **2:** incorreta. A comissão de permanência não poderá ser cumulada com a correção monetária (Súmula 30 do STJ); vale consignar que a outra afirmativa está certa, pois, de fato, não é possível cumular comissão de permanência com juros remuneratórios (Súmula 296 do STJ); **3:** correta, conforme a Súmula 294 do STJ.

Gabarito 1C, 2E, 3C

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue os itens a seguir, a respeito das obrigações.

(1) O inadimplemento absoluto decorre da completa impossibilidade do cumprimento da obrigação, de modo que o objeto devido tenha se tornado inútil ao credor. Disso decorre que não há inadimplemento absoluto em obrigações pecuniárias, como no caso do pagamento de aluguéis, pois o dinheiro não perece e qualquer indenização é sempre prestada em moeda.

(2) A assunção de dívida transfere a terceira pessoa os encargos obrigacionais da exata forma como estabelecidos entre o credor e o devedor original, de modo que o silêncio daquele que prestou garantia pessoal ao pagamento do débito importará a manutenção dessa garantia.

1: incorreta, pois o inadimplemento absoluto decorre não só da completa impossibilidade do cumprimento da obrigação, como também quando a prestação já não é útil ao credor (art. 389 do CC); **2:** incorreta, pois, salvo assentimento expresso do devedor primitivo, consideram-se extintas, a partir da assunção de dívida, as garantias especiais por ele originariamente dadas ao credor (art. 300 do CC).

Gabarito 1E, 2E

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) De acordo com o que dispõe o Código Civil a respeito das obrigações, assinale a opção correta.

(A) A cláusula penal convencional só pode ser exigida pelo credor quando ele provar prejuízo em razão do inadimplemento da obrigação pelo devedor.

(B) Nas obrigações decorrentes de ato ilícito, o qual acarreta responsabilidade extracontratual subjetiva, os juros moratórios deverão ser contados desde o instante em que se praticou o ilícito.
(C) É ilícita a convenção pactuada pelas partes em que se estabeleça responsabilidade contratual ainda que os prejuízos resultem de caso fortuito ou força maior.
(D) A novação, diferentemente do pagamento, não extingue a obrigação original.
(E) Nas obrigações alternativas, se todas as prestações se tornarem impossíveis em razão de força maior, ainda assim subsistirá a obrigação pactuada originariamente.

A: incorreta (art. 416 do CC); **B:** correta, estando em vigor, ainda, a Súmula 54 do STJ, valendo dizer que tanto a jurisprudência, como a doutrina (Enunciado 163 do CJF) entendem que, na responsabilidade por ato ilícito, os juros moratórios são contados da data do ato ilícito, e não da citação, não se aplicando o disposto no art. 398 do CC; **C:** incorreta (art. 393 do CC); **D:** incorreta, pois a novação extingue e substitui a obrigação original (art. 360, I, do CC); **E:** incorreta, pois, nesse caso, a obrigação fica extinta (art. 256 do CC).
Gabarito "B"

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) A respeito da disciplina das obrigações, assinale a opção correta.

(A) Considere que Marcos tenha cedido seus direitos sobre determinado imóvel a Lúcia, obrigando-se a pagar o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana relativo ao ano anterior, que estava em atraso. Considere, ainda, que Lúcia tenha pago a Marcos R$ 200 mil, correspondentes a 90% do preço ajustado para o imóvel, comprometendo-se a pagar o restante em 60 dias. Nessa situação hipotética, eventual atraso no cumprimento de qualquer das obrigações ainda pendentes não ensejaria, por si só, a resolução do contrato, visto que se configuraria, na hipótese, inadimplemento mínimo.
(B) Caso um candidato a cargo de juiz de direito fosse atropelado quando se dirigia para a realização da prova oral, tendo sido aprovado em outras fases do concurso, seria possível que fosse atribuída ao ofensor a obrigação de indenizar pela perda de uma chance, desde que restasse comprovado que o candidato seria aprovado na prova oral, diante de seu desempenho em concursos anteriores.
(C) De acordo com a legislação brasileira, considera-se mora apenas o pagamento extemporâneo por parte do devedor ou a recusa injustificada do credor de receber o pagamento no prazo devido, caracterizando-se como inadimplemento a desconformidade quanto ao lugar ou ao modo de pagamento previamente estabelecidos.
(D) O inadimplemento da obrigação pode ser absoluto ou relativo, sendo absoluto quando o atraso na prestação gera, no devedor, o desinteresse em prestá-la ante a impossibilidade de reparar eventuais prejuízos decorrentes de sua atitude.
(E) Considere que uma empresária tenha contratado uma agência de publicidade para a colocação de outdoors na cidade em que trabalha, a fim de divulgar a sua empresa, tendo a contratada instalado os referidos outdoors em locais de difícil acesso e sem iluminação. Nessa situação hipotética, não se caracteriza descumprimento de obrigação, visto que o serviço foi realizado, mesmo que de forma não satisfatória.

A: correta, pois não há se falar em inadimplemento absoluto no caso. O cumprimento das obrigações, no caso, ainda é possível e útil para ambas as partes, caracterizando, então, inadimplemento mínimo ou relativo; **B:** incorreta, pois o bom desempenho em concursos anteriores não torna objetivamente provável a aprovação do candidato no concurso para a magistratura. Sobre um caso de aplicação do instituto da perda de uma chance, vide um exemplo recente do STJ: "Perda de chance que gera dever de indenizar. Candidato a vereador, sobre quem publicada notícia falsa, não eleito por reduzida margem de votos. - As Turmas que compõem a Segunda Seção desta Corte vêm reconhecendo a possibilidade de indenização pelo benefício cuja chance de obter a parte lesada perdeu, mas que tinha possibilidade de ser obtida. - Aplica-se a teoria da perda de uma chance ao caso de candidato a Vereador que deixa de ser eleito por reduzida diferença de oito votos após atingido por notícia falsa publicada por jornal, resultando, por isso, a obrigação de indenizar.– Tendo o Acórdão recorrido concluído, com base no firmado pelas provas dos autos, no sentido de que era objetivamente provável que o recorrido seria eleito vereador da Comarca de Carangola, e que esse resultado foi frustrado em razão de conduta ilícita das rádios recorrentes, essa conclusão não pode ser revista sem o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, procedimento vedado em sede de Recurso Especial, nos termos da Súmula 7 desta Corte." (REsp 821.004/MG, *DJ* 24.09.2010); **C** e **D:** incorretas, pois a **mora** *ocorre na hipótese em que ainda é possível e útil a realização da prestação, apesar da inobservância do tempo, do lugar e da forma devidos*, ao passo que o **inadimplemento absoluto** *ocorre na hipótese de credor estar impossibilitado de receber a prestação devida, seja porque é impossível o cumprimento, seja porque a prestação já não é útil ao credor;* **E:** incorreta, pois houve descumprimento, em função do fato de que, em obrigações como estas, em que há alternativas de *outdoors* a serem escolhidas pela devedora, esta deve escolher, pelo menos, uma alternativa de qualidade média, sob pena de violação ao princípio da boa-fé objetiva.
Gabarito "A"

3.4. ATOS UNILATERAIS, PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS

(OAB - CESPE – 2008.1) No que concerne aos atos unilaterais, às preferências e privilégios creditórios, assinale a opção correta.

(A) Aquele que estipula uma gratificação pela prestação de determinado serviço anunciado publicamente e dirigido a todos fica obrigado a cumprir a recompensa a todas as pessoas que executarem a ação recompensável da maneira por ele esperada.
(B) O pagamento indevido faz surgir, para aquele que recebeu indevidamente, a obrigação de restituir, seja espontaneamente ou por meio da ação de repetição de indébito.
(C) O gestor de negócios alheios age voluntariamente no interesse do dono do negócio e de acordo com a vontade declarada deste, que será obrigado a indenizar os prejuízos sofridos pelo gestor, além das despesas úteis e necessárias realizadas.
(D) A insolvência civil gera a declaração de insolvência e esta implica a execução dos bens do devedor não empresário por concurso universal de credores, sem qualquer preferência ou privilégio, ou seja, todos os credores devem concorrer em igualdade de condições, respeitada a proporcionalidade de seus créditos.

A: incorreta (art. 857 do CC); **B:** correta. De fato, aquele que recebeu o pagamento que não lhe era devido, com base no princípio de vedação ao enriquecimento ilícito, deverá restituir o que recebeu; **C:** incorreta (art. 861 do CC); **D:** incorreta (art. 956 do CC).
Gabarito "B"

4. CONTRATOS

4.1. CONCEITO, PRESSUPOSTOS, FORMAÇÃO E PRINCÍPIOS DOS CONTRATOS

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Determinado indivíduo comprou um carro e, após dez dias utilizando-o, constatou defeito que diminuiu sensivelmente o valor do veículo. O adquirente desconhecia o defeito no momento da realização do negócio jurídico e, se dele tivesse conhecimento, não o teria celebrado. Em relação à situação hipotética acima, julgue os itens subsequentes.

I. A hermenêutica contratual moderna impõe o princípio da sociabilidade dos contratos como limitação à liberdade contratual.
II. O adquirente pode redibir o contrato ou reclamar abatimento do preço.

III. O erro como vício de consentimento e o vício redibitório confundem-se porque, em ambos, o negócio jurídico contém defeito que vicia a vontade do adquirente.
IV. O adquirente, se optar pela ação redibitória, deverá observar o prazo prescricional fixado em lei.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.
(B) I e IV.
(C) III e IV.
(D) I, II e III.
(E) II, III e IV.

I: correta, valendo citar, a respeito, o princípio da função *social* dos contratos (art. 421 do CC); **II:** correta, pois se configurou o instituto do vício redibitório, cabendo *redibição*, consistente na extinção do contrato, enjeitando-se a coisa (art. 441 do CC), ou *abatimento proporcional do contrato* (art. 442 do CC); o adquirente deve escolher, portanto, entre as duas ações edilícias existentes, a ação *redibitória* ou a ação *estimatória* (ou *quanti minoris*), sendo que a última objetiva o abatimento proporcional do preço; **III:** incorreta, pois o *erro*, defeito do negócio jurídico, é um vício subjetivo (na vontade do adquirente), ensejando a anulação do negócio, ao passo que o *vício redibitório* é um vício objetivo (na coisa adquirida), ensejando a rescisão contratual ou o abatimento proporcional do preço, tudo a demonstrar que os institutos não se confundem; **IV:** incorreta, pois se trata de prazo decadencial. Primeiro, porque o prazo se encontra na *Parte Especial* do Código Civil (todos os prazos que estão nessa parte do Código são decadenciais). Ademais, findo o prazo fixado na lei, extingue-se um *direito potestativo* do adquirente (de redibir o contrato ou de pedir o abatimento do preço), direito esse próprio do instituto da decadência. Por fim, as ações edilícias não são do tipo condenatória (que ensejam prazos prescricionais), mas do tipo *constitutiva* (que ensejam prazos decadenciais), já que visam desconstituir o contrato (ação redibitória) ou modificar a cláusula relativa ao preço (ação estimatória).
Gabarito "A"

(Magistratura Federal/2ª região – 2009 – CESPE) A respeito da boa-fé, julgue os itens a seguir.

I. A boa-fé objetiva recomenda a verificação da vontade aparente das partes em um contrato.
II. Não é possível que uma pessoa aja com boa-fé subjetiva, desprovida de boa-fé objetiva.
III. Por se tratar de regra de conduta, a boa-fé objetiva da parte é analisada externamente.
IV. A boa-fé objetiva, apesar de desempenhar importante papel de paradigma interpretativo do negócio jurídico, não é fonte de obrigação.
V. A boa-fé objetiva impõe deveres laterais aos negócios jurídicos, ainda que não haja previsão expressa das partes.

Estão certos apenas os itens

(A) I, II e IV.
(B) I, III e V.
(C) I, IV e V.
(D) II, III e IV.
(E) II, III e V.

I: correta, pois a boa-fé subjetiva não se preocupa com o íntimo, com a ciência da parte a respeito da existência ou não de vício; **II:** incorreta, pois os institutos não se confundem e não constituem requisitos recíprocos. Assim, é possível que uma pessoa aja com boa-fé subjetiva, que é a ignorância de um vício que macula o negócio e ao mesmo tempo descumpra deveres de lealdade, colaboração, informação plena sigilo sobre dados relevantes etc.; **III:** correta, pois a boa-fé objetiva se preocupa com a conduta concreta, com o comportamento efetivamente realizado, não perquirindo investigações no subjetivo do contratante; **IV:** incorreta, pois da boa-fé objetiva decorre a necessidade de se observar os chamados deveres anexos, a exigir das partes o cumprimento – além dos deveres nucleares e centrais – de outras obrigações, como a de informar plenamente os termos do contrato, manter sigilo sobre dados relevantes, colaborar com a outra parte e zelar pela segurança do outro contratante. O descumprimento dos deveres anexos – segundo o Enunciado 24 do Conselho da Justiça Federal – acarreta inadimplemento contratual; **V:** correta, pois os deveres anexos decorrem diretamente do referido princípio, não havendo necessidade de cláusula contratual que os preveja.
Gabarito "B"

4.2. ONEROSIDADE EXCESSIVA

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) O item subsequente apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

(1) Carlos celebrou contrato com Paula, em 10.08.2008, para que ela cuidasse do jardim da casa dele, mediante o pagamento de R$ 80,00 por semana, reajustáveis em 2% a cada seis meses. O contrato incluía a utilização de adubos, terra e inseticidas. Nessa situação, se a inflação vier a atingir índices superiores aos praticados no momento em que foi concluído o contrato, acarretando aumento no preço dos produtos utilizados, Paula poderá pedir a resolução da avença, invocando como fundamento a teoria da imprevisão, o que exigirá a demonstração, não só da onerosidade excessiva que suportará, como também da extrema vantagem que obterá Carlos.

A aplicação da Teoria da Imprevisão depende da ocorrência de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis (art. 478 do CC), e a inflação, segundo o STF e o STJ, não é um acontecimento dessa natureza: "Não se mostra razoável o entendimento de que a inflação possa ser tomada, no Brasil, como álea extraordinária, de modo a possibilitar algum desequilíbrio na equação econômica do contrato, como há muito afirma a jurisprudência do STJ" (REsp 744.446/DF, rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, julgado em 17/04/2008); não bastasse, a doutrina e a jurisprudência vêm entendendo que, cumpridos os requisitos do art. 478 do CC, deve-se, em primeiro lugar, buscar a *revisão* contratual, partindo-se para a sua *resolução* apenas quando não for possível a revisão.
Gabarito 1E

4.3. VÍCIOS REDIBITÓRIOS

(OAB - CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta a respeito dos vícios redibitórios e da evicção.

(A) As partes podem inserir no contrato cláusula que exclua a responsabilidade do alienante pela evicção.
(B) O adquirente, ante o vício redibitório da coisa, somente poderá reclamar o abatimento do preço.
(C) Não há responsabilidade por evicção caso a aquisição do bem tenha sido efetivada por meio de hasta pública.
(D) Se o alienante não conhecia, à época da alienação, o vício ou defeito da coisa, haverá exclusão da sua responsabilidade por vício redibitório.

A: correta (art. 448 do CC); **B:** incorreta. Pode-se reclamar o abatimento ou pedir a extinção do contrato (arts. 441 e 442 do CC); **C:** incorreta (art. 447, parte final, do CC); **D:** incorreta. O não conhecimento apenas exime o alienante de pagar indenização por perdas e danos (art. 443 do CC).
Gabarito "A"

4.4. EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

(OAB - CESPE – 2010.1) No que diz respeito à extinção dos contratos, assinale a opção correta.

(A) Na resolução por onerosidade excessiva, não é necessária a existência de vantagem da outra parte, bastando que a prestação de uma das partes se torne excessivamente onerosa.
(B) A resolução por inexecução voluntária do contrato produz efeitos *ex tunc* se o contrato for de execução continuada.
(C) Ainda que a inexecução do contrato seja involuntária, a resolução ensejará o pagamento das perdas e danos para a parte prejudicada.

(D) A eficácia da resolução unilateral de determinado contrato independe de pronunciamento judicial e produz efeitos *ex nunc*.

A: incorreta. É necessária a vantagem da outra parte. "Art. 478. Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação."; **B:** incorreta. Nesse caso, a resolução possui efeitos *ex nunc*. Ensina a doutrina: "Tal resolução por inexecução voluntária, que impossibilita a prestação por culpa do devedor, tanto na obrigação de dar como na de fazer ou de não fazer, produz os seguintes efeitos: 1.º extingue o contrato retroativamente, visto que opera *ex tunc*, se o contrato for de execução única, apagando todas as consequências jurídicas produzidas, restituindo-se as prestações cumpridas, e *ex nunc*, se o contrato for de duração ou execução continuada, caso em que não se restituirão as prestações já efetivadas, pois a resolução não terá efeito relativamente ao passado (...)" (Maria Helena Diniz. **Direito civil brasileiro**. vol. 3. 22. ed., São Paulo: Saraiva, 2006, p. 168); **C:** incorreta. A inexecução contratual involuntária exime das perdas e danos. Ensina a doutrina: "A total inexecução contratual pode advir, algumas vezes, de fatos alheios à vontade dos contratantes, que impossibilitam o cumprimento da obrigação que incumbe a um deles, operando-se de pleno direito, então, a resolução do contrato, sem ressarcimento das perdas e danos, por ser esta uma sanção aplicada a quem agiu culposamente, e sem intervenção judicial, exonerando-se o devedor do liame obrigacional" (*Idem*, *ibidem*, p. 169); **D:** correta. A resilição unilateral do contrato está prevista no art. 473 do CC e se opera mediante denúncia notificada à outra parte, com efeitos *ex nunc*. Os efeitos se produzem independentemente de pronunciamento judicial, como ensina a doutrina: "A resilição unilateral dos contratos não requer, para a sua eficácia, pronunciamento judicial. Produz tão somente efeitos *ex nunc*, não operando retroativamente, de sorte que não haverá restituição das prestações cumpridas, uma vez que as consequências jurídicas já produzidas permanecerão inalteráveis" (*Idem*, *ibidem*, p. 175).

Gabarito "D"

(OAB - CESPE – 2009.2) Com relação ao contrato, assinale a opção correta.

(A) A rescisão tem origem em defeito contemporâneo à formação do contrato, e a presença do vício torna o contrato anulável ou nulo.
(B) O distrato constitui espécie de resolução contratual.
(C) A resilição consiste na extinção do contrato por circunstância superveniente à sua formação, como, por exemplo, o inadimplemento absoluto.
(D) A resolução constitui a extinção do contrato por simples renúncia da parte.

A: correta. A rescisão é a extinção do contrato em razão de sua invalidação; **B:** incorreta. Distrato é espécie de resilição bilateral; **C:** incorreta. Resilição é a extinção pela vontade de uma ou de ambas as partes; **D:** incorreta. Resolução é a extinção do contrato por culpa do contratante, por impossibilidade da prestação (involuntária) ou por onerosidade excessiva.

Gabarito "A"

4.5. COMPRA E VENDA E TROCA

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Em relação aos contratos, assinale a opção correta.

(A) Considere que determinado indivíduo tenha comprado uma televisão, ficando pactuado o dia para a entrega do bem pelo estabelecimento comercial e que, na véspera da data combinada para a entrega, o estabelecimento tenha se incendiado por problema elétrico e todos os seus bens tenham sido destruídos. Nessa situação, o contrato de compra e venda ficará resolvido, porque o vendedor não tem obrigação, já que a televisão foi destruída.
(B) No direito brasileiro, não é permitido o mútuo oneroso em que se presumam devidos os juros.
(C) A cláusula de reserva de domínio consiste no direito que o vendedor se reserva de reaver, em certo prazo, o imóvel alienado, restituindo ao comprador o preço mais as despesas por ele realizadas.
(D) Não é lícito que, no contrato de compra e venda, o preço seja fixado pela taxa de mercado.
(E) Considere que um indivíduo tenha celebrado contrato de compra e venda de seu apartamento em 10/11/2008, sendo a respectiva escritura pública devidamente registrada no cartório de registro de imóveis em 10/3/2009. Considere, ainda, que, no mês de janeiro de 2009, tenha sobrevindo cobrança do IPTU sobre o imóvel. Nessa situação, o vendedor é responsável pelo pagamento do IPTU.

A: incorreta, pois até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do vendedor (art. 492 do CC), que não pode se exonerar do compromisso que tem, mormente porque tem meios para conseguir outra televisão no mercado e porque, no caso, tem-se relação de consumo, que encerra responsabilidade objetiva; **B:** incorreta, pois o atual Código dispõe que no mútuo destinado a fins econômicos presumem-se devidos os juros (art. 591 do CC); **C:** incorreta, pois ocorre o contrário, ou seja, o vendedor reserva para si a propriedade da coisa, que serve como garantia do pagamento integral do preço; **D:** incorreta, pois é admissível pactuação nesse sentido (art. 486 do CC); **E:** correta, pois, enquanto não se tem o registro da escritura na matrícula do imóvel, o vendedor continua como proprietário da coisa, pouco importando para o Poder Público a existência de convenção registrada entre as partes.

Gabarito "E"

(OAB - CESPE – 2009.1) A cláusula segundo a qual o vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la, em determinado prazo, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, é denominada:

(A) venda com reserva de domínio.
(B) preempção ou preferência.
(C) venda a contento.
(D) retrovenda.

Art. 505 do CC.

Gabarito "D"

4.6. MÚTUO, COMODATO E DEPÓSITO

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta quanto aos contratos regulados no Código Civil.

(A) Não existe comodato, mas contrato atípico, na situação em que empresa distribuidora de derivados de petróleo ceda a outrem o uso de determinados equipamentos que serão utilizados na revenda de seus produtos.
(B) O contrato de mútuo é essencialmente gratuito, de modo que, mesmo se tratando de empréstimo de dinheiro, o silêncio das partes impedirá a cobrança de juros.
(C) Não desnatura o contrato de depósito o fato de o depositário ser contratado para transportar a coisa de um lugar a outro e tê-la consigo até que o depositante a reclame no prazo máximo estipulado.
(D) A fiança, como contrato acessório que é, admite ser feita em valor inferior, igual ou superior à obrigação principal garantida.
(E) Apesar de a doação ter na aceitação um ato indispensável a seu aperfeiçoamento, essa aceitação poderá ser até mesmo ficta, se o donatário for absolutamente incapaz e a doação for pura.

A: incorreta (art. 579, do CC); **B:** incorreta, pois trata do mútuo feneratício (art. 591, do CC); **C:** incorreta, pois pelo contrato de depósito recebe o depositário um objeto móvel, para guardar, até que o depositante o reclame (art. 627,do CC); **D:** incorreta, pois *a fiança pode ser de valor inferior ao da obrigação principal e contraída em condições menos onerosas, e, quando exceder o valor da dívida, ou for mais onerosa que ela, não valerá senão até ao limite da obrigação afiançada* (art. 823, do CC); **E:** correta (art. 543, do CC).

Gabarito "E"

4.7. SEGURO

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Com relação aos planos e seguros privados, dispostos na Lei n.º 9.656/1998, assinale a opção correta.

(A) As pessoas jurídicas domiciliadas no exterior não podem constituir capital de pessoas jurídicas de direito privado constituídas sob as leis brasileiras para operar planos privados de assistência à saúde.
(B) As operadoras de planos privados de assistência à saúde podem realizar quaisquer operações financeiras com seus diretores.
(C) As operadoras de planos privados de assistência à saúde podem excluir, sem limite de tempo, a cobertura às doenças e às lesões preexistentes na data da contratação do plano.
(D) É vedada às pessoas físicas a operação de plano ou seguro privado de assistência à saúde.
(E) As operadoras de planos privados de assistência à saúde podem realizar quaisquer operações financeiras com membros de seus conselhos administrativos.

A: incorreta, pois as pessoas jurídicas domiciliadas no exterior podem constituir ou participar do capital, ou do aumento do capital, de pessoas jurídicas de direito privado constituídas sob as leis brasileiras para operar planos privados de assistência à saúde, conforme artigo 1º, § 3º da referida Lei; **B:** incorreta, pois o art. 21 da Lei 9.656 veda a possibilidade de operações financeiras com os diretores; **C:** incorreta, pois o art. 11 da mencionada Lei estabelece que "é vedada a exclusão de cobertura às doenças e lesões preexistentes à data de contratação dos produtos [...] após vinte e quatro meses de vigência do aludido instrumento contratual"; **D:** correta, pois as pessoas físicas não podem operar planos ou seguros privados de assistência à saúde (art. 1º, § 4º, da Lei 9.656); **E:** incorreta, pois o art. 21 da Lei 9.656 veda a possibilidade de operações financeiras com membros do conselho administrativo.
Gabarito "D"

(Defensoria Pública/PI – 2009 – CESPE) De acordo com as regras concernentes ao seguro automotivo, assinale a opção correta.

(A) A indenização pelo sinistro não pode gerar nenhum proveito ao segurado.
(B) Se a esposa do segurado causar sinistro por culpa, o segurador pode sub-rogar-se, nos limites da indenização paga.
(C) O contrato celebrado não pode ser transferido a terceiro que venha a adquirir o veículo.
(D) O seguro de um bem poderá ser contratado por valor superior ao seu valor atual, mas isso implicará aumento no valor do prêmio.
(E) O atraso no pagamento de prestação do prêmio importa em desfazimento automático do contrato, de acordo com a jurisprudência do STJ.

A: correta, pois no seguro de dano, a indenização não pode ultrapassar o valor do interesse segurado no momento do sinistro (art. 781 do CC); **B:** incorreta (art. 786, § 1º, do CC); **C:** incorreta (art. 785 do CC); **D:** incorreta (art. 778 do CC); **E:** incorreta, pois "é entendimento pacificado pela jurisprudência da Segunda Seção que o simples atraso da prestação mensal ou o seu não pagamento, sem a prévia notificação do segurado, não enseja suspensão ou cancelamento automático do contrato de seguro" (AgRg no AgRg no Ag 1.125.074/SP, *DJe* 06.10.2010).
Gabarito "A"

4.8. OUTROS CONTRATOS E TEMAS COMBINADOS

(Magistratura Federal/2ª região – 2009 – CESPE) Quanto às regras atinentes aos contratos, assinale a opção correta.

(A) O outorgado pode substabelecer os poderes recebidos do outorgante, se essa possibilidade expressamente constar do instrumento do contrato.
(B) Se a nulidade da obrigação resultar apenas de incapacidade pessoal do devedor, tal obrigação não será suscetível de fiança.
(C) Na empreitada, a direção e a fiscalização da obra competem ao próprio empreiteiro, e a remuneração é proporcional ao trabalho realizado.
(D) Na prestação de serviço para a confecção de uma escultura, o pagamento está subordinado ao fato de a prestação alcançar exatamente o resultado esperado pelo contestante.
(E) O depósito necessário que decorra de incêndio presume-se gratuito e admite qualquer meio legal de prova.

A: incorreta, pois na omissão da procuração a respeito do substabelecimento, o mesmo é permitido, sendo que nesse caso o mandatário será responsável caso o substabelecido tenha procedido de forma culposa (CC, art. 667, § 4º); **B:** incorreta, pois o art. 824 possibilita a fiança de uma obrigação cujo vício decorra apenas da incapacidade pessoal do devedor; **C:** correta, pois de acordo com os termos do art. 614 do Código Civil; **D:** incorreta, pois a equiparação do resultado com a expectativa do contratante não é condição para o pagamento; **E:** incorreta, pois o depósito necessário não se presume gratuito (CC, art. 651).
Gabarito "C"

(OAB - CESPE – 2009.3) No que se refere aos contratos, assinale a opção correta.

(A) O mandato escrito é materializado por meio da procuração, como ocorre com o mandato judicial que o advogado recebe de seu cliente.
(B) Dono de hotel, por não ser considerado depositário, não responde por roubo de bagagem dos hóspedes efetuado pelos empregados dentro do estabelecimento.
(C) Somente é lícito às partes estipular contratos tipificados no Código Civil.
(D) O tutor pode dar em comodato, sem autorização especial, as coisas confiadas à sua guarda, desde que o faça para atender às necessidades do tutelado.

A: correta (art. 653, parte final, do CC); **B:** incorreta (art. 932, IV, do CC); **C:** incorreta (art. 425 do CC); **D:** incorreta (art. 580 do CC).
Gabarito "A"

(OAB - CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta no que se refere aos contratos tipificados no Código Civil brasileiro.

(A) No contrato de doação, são revogáveis por ingratidão as doações puramente remuneratórias e as oneradas com encargo já cumprido.
(B) Tanto o contrato de empreitada quanto o de prestação de serviço geram obrigação de resultado.
(C) O contrato de compra e venda subordinado à condição de dissolução caso o objeto do contrato não seja do agrado do comprador denomina-se venda a contento, cláusula sempre presumida nos contratos de compra e venda.
(D) O contrato estimatório é aleatório e deve ter por objeto coisa móvel.

A: incorreta (art. 564, I e II, do CC); **B:** incorreta. Nem todo contrato de prestação de serviço gera obrigação de resultado; profissionais liberais como o advogado, o médico, o dentista, o fisioterapeuta, o psicológico, entre outros, têm, como regra, obrigação de meio, e não de resultado, quando prestam serviços; **C:** incorreta. A venda a contento é uma *cláusula especial* à compra e venda, não se presumindo, portanto (art. 509 e seguintes do CC, insertos na seção "das Cláusulas Especiais à Compra e Venda"); **D:** correta. O contrato estimatório nada mais é do que o conhecido "contrato de consignação"; por exemplo, há várias lojas de venda de automóveis em que o proprietário deixa o veículo em consignação, a fim de que as primeiras vendam-no e fiquem com parte do valor da venda; leia os arts. 534 a 537 do CC.
Gabarito "D"

5. RESPONSABILIDADE CIVIL

5.1. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Ricardo, que dirigia seu carro em velocidade normal, atropelou Raimundo, causando-lhe sérios ferimentos. Em depoimento prestado na delegacia de polícia, Ricardo afirmou que o atropelamento ocorrera por motivos de força maior, haja vista que trafegava normalmente

pela via quando um motoqueiro, dirigindo em alta velocidade, cruzou a frente do veículo que ele conduzia, não lhe tendo restado outra alternativa senão a de desviar o carro para o acostamento. Alegou, ainda, que não havia visto Raimundo, que aguardava pelo ônibus no acostamento, e que, se não tivesse desviado o veículo, ele poderia ter causado a morte do motoqueiro. Testemunhas confirmaram a versão de Ricardo.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

(1) A despeito de o ato praticado por Ricardo não ser considerado ilícito civil, ele terá a obrigação de indenizar Raimundo, caso haja o ajuizamento de ação com esse fim.

1: correta (art. 188, II, c/c art. 929, do CC)
Gabarito 1C

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) No que tange à responsabilidade civil, julgue o item seguinte.

(1) Embora o CC somente tenha feito referência à boa-fé na conclusão e na execução do contrato, a doutrina entende haver lugar para a responsabilidade pré-contratual, a qual não se aplica aos chamados contratos preliminares, mas aos contatos anteriores à formalização do pacto contratual.

1: correta, pois a doutrina e a jurisprudência evoluíram no sentido de dar mais responsabilidade aos envolvidos na fase de negociações preliminares; com base no *princípio da boa-fé*, vem se entendendo que, se na fase das negociações preliminares forem criadas *fortes expectativas* em um dos negociantes, gerando inclusive despesas de sua parte, o outro negociante deverá responder segundo a chamada *responsabilidade pré-contratual*, instituto jurídico que se aplica apenas à fase de negociações preliminares, daí o nome de responsabilidade "pré-contratual".
Gabarito 1C

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) A respeito da responsabilidade civil e da obrigação por atos ilícitos, assinale a opção correta.

(A) O desvio de atribuições por parte do empregado, por si só, não exonera o patrão do dever de indenizar.
(B) O inadimplemento contratual, dada a sua natureza, é incompatível com o dano moral.
(C) De acordo com a jurisprudência do STJ, a absolvição criminal por insuficiência de provas gera dano moral.
(D) Os pais não possuem legitimidade concorrente com o filho para pleitear indenização por danos morais quando este sobrevive ao sinistro.
(E) O dono de prédio locado possui responsabilidade subsidiária por coisas que dele caiam e causem dano a terceiros.

A: correta, pois a alternativa trata de responsabilidade objetiva (art. 932, III, do CC); **B:** incorreta, pois "*o descumprimento de contrato pode gerar dano moral quando envolver valor fundamental protegido pela Constituição Federal de 1988* " (art. 186, do CC e enunciado 411, CJF); **C:** incorreta, pois a absolvição criminal por insuficiência de provas permite ao lesado ajuizar ação de indenização no juízo cível (art. 935, do CC); **D:** incorreta, pois os pais também possuem legitimidade para pleitear indenização; **E:** incorreta, pois a responsabilidade é daquele que habitar prédio ou parte dele (art. 938, do CC).
Gabarito "A"

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Considerando o que dispõe o Código Civil, assinale a opção correta no que se refere à responsabilidade civil.

(A) No caso de responsabilidade civil em virtude de ofensa à saúde, o ofendido não tem direito a ser indenizado das despesas e dos lucros cessantes.
(B) O dono de edifício responde pelos danos causados pela ruína da edificação, dispensando o lesado de provar que a ruína foi devida à falta de reparos e que a necessidade dessas reparações era manifesta.
(C) Somente há responsabilidade do empregador pelos danos que seus empregados, no exercício de suas funções, causarem a terceiros se ficar demonstrado que o empregador infringiu o dever de vigilância.
(D) O Código Civil consagra a responsabilidade civil objetiva das empresas pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
(E) Em caso de responsabilidade civil subjetiva, fica afastada a possibilidade de o juiz reduzir o montante da indenização considerando o grau de culpa do agente, tendo em vista o princípio da reparação integral do dano.

A: incorreta (art. 949 do CC); **B:** incorreta (art. 937 do CC); **C:** incorreta (art. 932, III, c/c art. 933, ambos do CC); **D:** correta (art. 931 do CC); **E:** incorreta (art. 944, parágrafo único, do CC).
Gabarito "D"

(Magistratura Federal/2ª região – 2009 – CESPE) No que se refere a perdas e danos, assinale a opção correta.

(A) Na responsabilidade contratual, a distinção entre culpa e dolo, para fins de indenização, será irrelevante conforme a natureza do contrato.
(B) O Código Civil adota a teoria da equivalência dos antecedentes causais, para fins de indenização.
(C) Lucro cessante corresponde ao ganho que provavelmente ingressaria no patrimônio do lesado.
(D) A indenização pela perda da chance exige a probabilidade objetiva de que o resultado em expectativa ocorreria.
(E) A teoria da diferença consiste em avaliar o dano tomando em consideração o patrimônio do ofensor.

A: incorreta, pois há situações nas quais tal distinção será relevante; **B:** incorreta, pois parte da doutrina filia-se à teoria da causalidade adequada, enquanto outra parte prefere adotar a teoria da causalidade direta. Nesse sentido, Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona lecionam: "a despeito de reconhecermos que o nosso Código melhor se amolda à teoria da causalidade direta e imediata, somos forçados a reconhecer que, por vezes, a jurisprudência adota a causalidade adequada, no mesmo sentido" (GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo, **Novo Curso de Direito Civil**. Responsabilidade Civil. São Paulo: Saraiva, p. 94); **C:** correta, pois define o lucro cessante de forma adequada; **D:** incorreta, pois referida responsabilidade não exige probabilidade objetiva, posto que o que se indeniza é a mera oportunidade, a possibilidade de auferir um ganho que foi tolhida por ato ilícito; **E:** incorreta, pois a teoria da diferença compara a situação da pessoa no momento presente com a situação que ela estaria caso o dano não houvesse ocorrido. Referida teoria foi acolhida pelo Código Civil português, no artigo 562: "Quem estiver obrigado a reparar um dano deve reconstituir a situação que existiria, se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação".
Gabarito "C"

(OAB - CESPE – 2010.1) Assinale a opção correta com relação à responsabilidade civil.

(A) O dano deve ser certo, por essa razão não é possível a indenização por dano eventual, decorrente da perda de uma chance.
(B) Tratando-se de responsabilidade subjetiva contratual, a responsabilidade do agente pode subsistir mesmo nos casos de força maior e de caso fortuito, desde que a lei não coíba a sua previsão.
(C) De acordo com o regime da responsabilidade civil traçado no Código Civil brasileiro, inexistem causas excludentes da responsabilidade civil objetiva.
(D) A extinção da punibilidade criminal sempre obsta a propositura de ação civil indenizatória.

A: incorreta. Assinala Senise Lisboa que: "O dano deve ser certo, isto é, fundado em um fato determinado. É inviável a responsabilidade civil do agente por mero dano hipotético ou eventual, pois não há como se reparar algo que pode sequer vir acontecer. Contudo, a partir do desenvolvimento dado à matéria pela jurisprudência francesa, assentou-se o entendimento de que há a possibilidade de se proceder à reparação pela chance perdida, isto é, daquilo que a vítima poderia, dentro de um critério de probabilidade, vir a obter para si, caso tivesse sido influenciada pelo agente a se conduzir de forma diversa. É a teoria da perda de uma chance, que considera que excepcionalmente torna-se

possível a indenização por dano eventual" (Roberto Senise Lisboa. **Manual de direito civil**. V. **2:** obrigações e responsabilidade civil. 4 ed., São Paulo: Saraiva, 2009, p. 235); **B:** correta. Assevera Senise Lisboa que: "A responsabilidade subjetiva contratual pressupõe a existência de um negócio jurídico efetivamente celebrado entre as partes. (...), Assim, na responsabilidade subjetiva contratual, podem as partes fixar a assunção da obrigação, mesmo nos casos de força maior e de caso fortuito, desde que a lei não coíba a sua previsão" (Roberto Senise Lisboa. *Op. cit.*, p. 279); **C:** incorreta. Afirma Senise Lisboa que: "As excludentes da responsabilidade objetiva não correspondem às da responsabilidade subjetiva. Nem poderia ser assim entendido, uma vez que a construção da teoria objetiva desprezou o pressuposto culpa, historicamente forjado como o elemento subjetivo do tipo civil. (...) São excludentes da responsabilidade civil objetiva: a) a culpa exclusiva da vítima; b) a culpa exclusiva de terceiros; c) a força maior; e d) o caso fortuito" (Roberto Senise Lisboa. *Op. cit.*, p. 334-5); **D:** incorreta. Assevera Senise Lisboa que: "Pouco importando se o caso é, na esfera cível, de responsabilidade subjetiva ou objetiva, cumpre observar que a sentença judicial proferida em processo criminal pode gerar efeitos, ou não, sobre o processo civil. Vigora, entre nós, o princípio da independência entre a responsabilidade civil e criminal, segundo o qual a responsabilidade civil pode ser apurada em processo próprio e distinto daquele em que se procedeu à análise da responsabilidade penal. (...). Observam-se as seguintes regras, acerca do princípio da independência de instâncias: (...) e) a extinção da punibilidade criminal não obsta a ação civil" (Roberto Senise Lisboa. *Op. cit.*, p. 339-40).

Gabarito "B"

(OAB - CESPE – 2009.3) Acerca da responsabilidade civil por fato de outrem, assinale a opção correta.

(A) Em razão da inexistência de relação de preposição, empresa locadora de veículos não possui responsabilidade sobre danos que o locatário cause a terceiros no uso do carro locado.
(B) O empregador é responsável por dano causado por empregado seu, ainda que praticado com desvio de atribuição, caso o ofendido não tenha conhecimento desse desvio.
(C) O simples afastamento do filho menor da casa dos pais exime-os da responsabilidade pelos atos lesivos que ele venha a praticar.
(D) Para responsabilizar os pais por atos lesivos causados por filho menor, a vítima necessita demonstrar a culpa *in vigilando* desses pais.

A: incorreta, pois a locadora, por ser proprietária do veículo, também é responsável pelos danos causados pelo locatário (Súmula STF 492); **B:** correta, pois o art. 932, III, do CC impõe a responsabilidade do patrão por atos do empregado "no exercício do trabalho que lhe competir" ou "em razão dele", de maneira que, mesmo que o empregado haja em situação de desvio de função, desde que atue "em razão" do trabalho, o patrão responderá; enfim, o desvio de atribuição, trata-se de questão interna do empregador, que continua responsável pelos danos causados pelo empregado; **C:** incorreta, pois o afastamento dos filhos menores não pode servir como elemento descaracterizador da responsabilidade dos pais; aliás, mesmo quando os pais emancipam um filho menor, os primeiros continuam responsáveis pelos atos destes, enquanto estes não completarem 18 anos, conforme jurisprudência pacífica do STJ; **D:** incorreta, pois a responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos é objetiva (art. 933 do CC).

Gabarito "B"

(OAB - CESPE – 2009.2) De acordo com o que dispõe o Código Civil a respeito da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

(A) Somente há responsabilidade do empregador pelos danos que seus empregados, no exercício de suas funções, causarem a terceiros, se ficar demonstrado que o empregador infringiu o dever de vigilância.
(B) O Código Civil consagra a responsabilidade civil objetiva das empresas pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
(C) O dono de edifício responderá pelos danos causados pela ruína do prédio, estando o lesado dispensado de provar que a ruína decorreu de falta de reparos e que a necessidade dessas reparações é manifesta.
(D) No caso de responsabilidade civil em virtude de ofensa à saúde, o ofendido não tem direito de ser indenizado das despesas dos lucros cessantes.

A: incorreta (art. 932, III, c.c. art. 933, ambos do CC); **B:** correta (art. 931 do CC); **C:** incorreta (art. 937 do CC); **D:** incorreta (art. 949 do CC).

Gabarito "B"

5.2. INDENIZAÇÃO

(OAB - CESPE – 2009.1) Em virtude de acidente de trânsito ocorrido em 10/1/2006, um indivíduo foi condenado a pena privativa de liberdade, tendo a sentença penal transitado em julgado em 15/2/2009. Nessa situação hipotética,

I. é possível a vítima cumular as indenizações por danos morais e materiais, conforme jurisprudência do STJ.
II. a vítima do acidente pode ajuizar ação reparatória civil pelos danos sofridos, visto que sua pretensão ainda não está prescrita.
III. a pretensão de reparação civil prescreve em três 3 (três) anos.
IV. o indivíduo culpado pelo acidente e a vítima podem, antes de decorrida a prescrição, pactuar que o prazo prescricional para a pretensão civil seja de 5 (cinco) anos.

Estão certos apenas os itens:

(A) I, II e III.
(B) I, II e IV.
(C) I, III e IV.
(D) II, III e IV.

I: correta (Súmula 37 do STJ); **II:** correta (art. 200 do CC); **III:** correta (art. 206, § 3.º, **V**, do CC); **IV:** incorreta (art. 192 do CC).

Gabarito "A"

6. COISAS

6.1. POSSE

6.1.1. POSSE E SUA CLASSIFICAÇÃO

(OAB - CESPE – 2009.3) No que se refere aos institutos da posse e da propriedade, assinale a opção correta.

(A) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias e úteis, não lhe assistindo o direito de retenção pela importância das benfeitorias necessárias.
(B) Caracteriza usucapião a posse, por 5 (cinco) anos, de coisa móvel, desde que comprovada a boa-fé do possuidor.
(C) Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno alheio perde, em proveito do proprietário, as sementes, plantas e construções, com direito a indenização se procede de boa-fé.
(D) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, anula a indireta, de quem aquela foi havida.

A: incorreta. Esse possuidor somente tem direito de ver ressarcidas as benfeitorias necessárias (art. 1.220 do CC); **B:** incorreta (art. 1.260 do CC); **C:** correta (art. 1.255 do CC); **D:** incorreta (art. 1.197 do CC).

Gabarito "C"

(OAB - CESPE – 2009.1) Quanto ao instituto da posse, a lei civil estabelece que:

(A) a posse pode ser adquirida por terceiro sem mandato, independentemente de ratificação do favorecido.
(B) o possuidor de má-fé tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias, assistindo-lhe o direito de retenção pela importância destas.
(C) é assegurado ao possuidor de boa-fé o direito à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis. Quanto às voluptuárias, estas, se não forem pagas, poderão ser levantadas, desde que não prejudiquem a coisa.
(D) obsta à manutenção ou à reintegração da posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa.

A: incorreta (art. 1.205, II, do CC); **B:** incorreta (art. 1.220 do CC); **C:** correta (art. 1.219 do CC); **D:** incorreta (art. 1.210, § 2.º, do CC).

Gabarito "C"

6.2. PROPRIEDADE IMÓVEL

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue os próximos itens, relativos à propriedade.

(1) Compõem o direito de propriedade as faculdades de usar, gozar, dispor e reivindicar a coisa de quem injustamente a possua, de modo que, tendo-se como certo o conceito de posse injusta como aquela violenta, clandestina ou precária, não será possível obter a posse por meio de reivindicatória se a pessoa que detém a coisa não o faz mediante qualquer dos mencionados vícios.

(2) Distanciando-se do sistema francês, a lei brasileira exige que a transmissão de um bem imóvel por ato oneroso *inter vivos* seja materializada por meio de escritura pública de compra e venda, de modo que somente após a lavratura desse ato é que o bem passará a integrar o patrimônio do comprador, sendo sua a propriedade.

1: incorreta, pois a ação reivindicatória tem por fundamento o direito de propriedade (trata-se de uma ação petitória), sendo desnecessário discutir-se sobre a injustiça ou não da posse de quem detém a coisa; **2:** incorreta, pois, no Brasil, diferentemente do sistema francês, a propriedade imóvel só se adquire com o registro da escritura na matrícula do imóvel (art. 1.245 do CC).

Gabarito 1E, 2E

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) No direito brasileiro, quanto à alienação de bem imóvel de valor superior ao limite legal,

(A) o contrato de compra e venda firmado por instrumento público é condição bastante à transmissão da propriedade.

(B) o contrato de compra e venda do bem estabelece apenas obrigações, de modo que transmitirá a propriedade uma segunda convenção realizada pelas partes no cartório de registro de imóveis.

(C) o registro imobiliário é o ato que determina a transmissão da propriedade, sendo irrelevante a posterior nulidade do contrato que o antecedeu.

(D) firmado contrato válido de transmissão da propriedade, apenas o registro no cartório imobiliário será bastante à efetiva transmissão, pois o primeiro só estabelece obrigações.

(E) a transmissão da propriedade ocorre pela formação de contrato válido, sendo o registro uma condição de eficácia que opera efeitos retroativos à data em que foi firmada a avença.

A e **B:** incorretas, pois estão em desacordo com o art. 1.245, *caput,* do CC; **C:** incorreta, pois o registro pode ser anulado (art. 1.247, do CC); **D:** correta (art. 1.245, *caput* e § 1º, do CC); **E:** incorreta, pois está em desacordo com o art. 1.245, *caput,* do CC.

Gabarito "D"

(OAB - CESPE – 2010.1) Assinale a opção correta com relação ao registro, exigido na transmissão da propriedade de bens imóveis.

(A) Realizado o registro do título translativo, este produzirá efeitos *ex tunc*, o que torna o adquirente proprietário desde a formalização do título.

(B) Sendo o registro, no âmbito do direito nacional, meio necessário para a transmissão da propriedade de bem imóvel, sua realização importa presunção absoluta de propriedade.

(C) Vendido o imóvel a duas pessoas diferentes, será válido o registro ainda que realizado pelo adquirente que possua o título de data mais recente.

(D) Se uma pessoa vender imóvel seu a outra e esta, por sua vez, o vender a terceiro, será possível, provada a regularidade dos negócios, o registro desse último título translativo sem que se registre o primeiro.

A: incorreta. "Como modo de aquisição, portanto, o registro produz efeitos *ex nunc*, jamais retroagindo à aquisição da propriedade imobiliária à época da formalização do título" (Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald. **Direito civil e direitos reais**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 5. ed., 2008, p. 243); **B:** incorreta. "A força probante do registro induz presunção *juris tantum* de propriedade, produzindo todos os efeitos legais, enquanto não cancelado" (Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald. *Op. cit.*, p. 245); **C:** correta. Quem primeiro registra é considerado o proprietário, regra que decorre do chamado princípio da preferência de registro. "Assim, se o alienante vender o imóvel a pessoas diferentes, adquiri-lo-á o primeiro que registrar, ainda que o título translativo prenotado seja de data posterior, restando ao outro adquirente tão somente ação indenizatória contra o alienante, em face do inadimplemento da obrigação de dar" (Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald. *Op. cit.*, p. 245); **D:** incorreta. "Se o imóvel não se achar registrado em nome do alienante, não pode ser registrado em nome do adquirente, pois ninguém pode transmitir o que não lhe pertence" (Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald. *Op. cit.*, p. 249).

Gabarito "C"

6.3. USUCAPIÃO

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) Acerca do direito civil, julgue os itens que se seguem.

(1) A aquisição da propriedade imóvel dar-se-á exclusivamente por meio do registro do título translativo no registro de imóveis, o qual será considerado eficaz desde o momento em que o título for apresentado ao oficial do registro, e este o prenotar no protocolo.

(2) Ainda que resulte de usucapião, o usufruto de imóveis constituir-se-á mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis.

1: incorreta, pois além do registro do título translativo, a aquisição da propriedade pode se dar pela usucapião e por acessão (CC, arts. 1.238 até 1.259); **2:** incorreta, pois o usufruto de imóveis somente se constituirá pelo registro quando não resultar de usucapião (CC, art. 1.391).

Gabarito 1E, 2E

6.4. LEI DE REGISTROS PÚBLICOS

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, relativos a registros públicos, direito das coisas, obrigações e família.

I. Se o teor do registro do imóvel não exprimir a realidade jurídica ou a verdade dos fatos, poderá ser anulado por decisão administrativa a cargo do próprio oficial registrador, de ofício ou a requerimento da parte prejudicada ou do MP.

II. A aquisição de bem realizada em hasta pública, instituída no bojo do processo de execução, não exclui a responsabilidade do executado pela evicção.

III. A adoção de pessoa maior de dezoito anos pode ser realizada por escritura pública.

IV. O reconhecimento da filiação não pode ser revogado, nem mesmo quando feito em testamento, mas não constitui obstáculo à declaração judicial de sua invalidade.

V. A acessão industrial ou artificial é modo originário de aquisição da propriedade imobiliária.

Estão certos apenas os itens

(A) I, II e III.
(B) I, III e V.
(C) I, IV e V.
(D) II, III e IV.
(E) II, IV e V.

I: incorreta, pois a hipótese é de retificação e não de anulação (Lei de Registros Públicos, art. 212); **II:** correta, pois de acordo com o art. 447 do Código Civil; **III:** incorreta, pois referida adoção depende de sentença judicial (CC, art. 1.619); **IV:** correta, tendo em vista o disposto na Lei 8.560/92, art. 1°; **V:** correta, pois a acessão é forma originaria de aquisição de propriedade (CC, art. 1.248).

Gabarito "E"

6.5. DIREITOS REAIS NA COISA ALHEIA – GARANTIA

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) No que diz respeito ao penhor e à hipoteca, assinale a opção correta.

(A) Se um hóspede não pagar as despesas relativas ao consumo dos produtos do frigobar da pousada em que se hospedou durante determinado período, o fornecedor torna-se credor pignoratício das bagagens, dinheiro ou joias que o devedor tiver consigo no estabelecimento.
(B) Um bem imóvel gravado do ônus real de servidão não pode ser objeto de hipoteca.
(C) É válida cláusula que proíba a venda do imóvel hipotecado pelo devedor.
(D) A constituição de penhor sobre coisa móvel exige do proprietário a capacidade de alienar-lo. A aquisição superveniente da propriedade não torna eficaz a garantia real outorgada por quem não era proprietário do bem gravado pelo penhor.
(E) Não se admite o penhor de títulos de crédito.

A: correta (art. 1.467, I, do CC); **B:** incorreta, pois um direito é de fruição (servidão) e o outro, de garantia (hipoteca), não havendo exclusão de um, pela existência de outro; de qualquer maneira, havendo servidão, eventual excussão da garantia fará com que o novo proprietário da coisa tenha que suportar a servidão já gravada nela; **C:** incorreta, pois tal cláusula é nula (art. 1.475 do CC); **D:** incorreta (art. 1.420, § 1º, do CC); **E:** incorreta (art. 1.451 e ss. do CC).

Gabarito "A"

7. FAMÍLIA

7.1. CASAMENTO

7.1.1. DISPOSIÇÕES GERAIS, CAPACIDADE, IMPEDIMENTOS, CAUSAS SUSPENSIVAS, HABILITAÇÃO, CELEBRAÇÃO E PROVA DO CASAMENTO

(OAB - CESPE – 2010.1) Acerca do direito de família, assinale a opção correta.

(A) O casamento religioso com efeitos civis passa a produzir efeitos somente a partir da data em que é efetivado o seu registro perante o oficial competente.
(B) A existência de impedimentos dirimentes absolutos acarreta a ineficácia do casamento.
(C) O casamento inexistente não pode ser declarado putativo.
(D) É inválido o casamento contraído por coação a qualquer dos cônjuges.

A: incorreta. *Vide* art. 1.515 do Código Civil. A respeito, assevera Maria Helena Diniz que "registrado o casamento religioso, irradiará efeitos civis a partir da data de sua celebração e não a partir do ato registrário. Feito o registro, o estado civil passará a ser o de casados, desde a data da solenidade religiosa. O registro não é, portanto, meramente probatório, por ser ato essencial para a atribuição de efeitos civis, pois sem ele ter-se-á somente um ato religioso e uma mera união estável" (Maria Helena Diniz. **Código Civil anotado**. 10. ed., São Paulo: Saraiva, 2004, p. 1.098); **B:** incorreta. *Vide* art. 1.521 do Código Civil. A respeito, assevera Senise Lisboa que "impedimento matrimonial é o fato jurídico que obsta a validade, a eficácia ou a regularidade do casamento. O novo Código estabelece que os impedimentos proíbem o casamento. E as causas suspensivas levam à ineficácia temporária dos efeitos matrimoniais. No modelo do atual Código, os impedimentos matrimoniais são: a) impedimentos dirimentes absolutos, que acarretam a nulidade do casamento, pelo reconhecimento de sua invalidade; b) impedimentos dirimentes relativos, que acarretam a anulação do casamento, pelo reconhecimento de sua ineficácia" (Roberto Senise Lisboa. **Manual de direito civil**. vol.. **5:** direito de família e sucessões. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 66); **C:** correta. *Vide* art. 1.540 do Código Civil. A respeito, assevera Senise Lisboa que "a teoria da inexistência deve ser adotada como fato social desprovido de repercussão jurídica. Todavia, um fato inexistente para o direito pode ter a aparência de existência jurídica. (...) No casamento inexistente, há a falta de um dos pressupostos indispensáveis para a sua existência no mundo jurídico, a saber: a diversidade de sexo, a celebração solene ou o consentimento dos interessados. O casamento inexistente não pode ser declarado putativo para beneficiar o cônjuge que teria agido de boa-fé, enquanto o casamento nulo e o anulável podem ter esse efeito" (Roberto Senise Lisboa. *Op. cit.*, p. 75); **D:** incorreta. *Vide* art. 1.558 do Código Civil. A respeito, assinala Senise Lisboa que "casamento inválido é aquele que não gera efeitos jurídicos desde a data de sua celebração, uma vez declarada a sua nulidade. (...) Por se tratar de hipótese de nulidade absoluta, a invalidade do casamento pode ser requerida a qualquer tempo. (...) Casamento ineficaz é aquele que gera efeitos jurídicos até a data da declaração judicial de sua anulabilidade, desconstituindo-se o vínculo matrimonial. Há ineficácia do casamento: (...) e) por coação" (Roberto Senise Lisboa. *Op. cit.*, p. 76-77).

Gabarito "C"

7.1.2. REGIME DE BENS

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Quanto ao direito de família, julgue o item seguinte.

(1) O regime de bens passa a gerar efeitos a partir do casamento e cessa com o falecimento de um dos cônjuges, com a separação judicial ou com o divórcio, não sendo possível que a mera separação de fato seja considerada como razão relevante para alterar qualquer dos efeitos decorrentes do regime adotado, já que, por si só, a separação de fato não dissolve o casamento, independentemente de sentença.

1: incorreta – Segundo o STJ, a preservação do condomínio patrimonial entre cônjuges após a separação de fato é incompatível com a orientação do novo Código, que reconhece eventual união estável estabelecida por qualquer um dos até então cônjuges nesse período (art. 1.723, § 1º, do CC); assim, a comunicação de bens e dívidas deve cessar com a ruptura da vida em comum (vide, por exemplo, o REsp 555.771).

Gabarito 1E

(OAB - CESPE – 2009.3) João e Maria, às vésperas do casamento, firmaram documento particular, e não por escritura pública, por meio do qual optaram pelo regime da separação de bens. Eles viveram aparentemente bem durante 10 (dez) anos, mas, no início de 2006, Maria requereu separação litigiosa fundamentada em provas irrefutáveis, que foi julgada procedente. Na situação hipotética apresentada, na fase da partilha dos bens, o juiz deve:

(A) declarar nulo o pacto particular e aplicar as regras do regime da comunhão parcial de bens.
(B) decidir pela divisão, em partes iguais, do patrimônio comum, independentemente da forma e da data de aquisição.
(C) determinar a ratificação do pacto antenupcial.
(D) aplicar as regras que tratam do regime da comunhão universal de bens.

Art. 1.640, *caput* e parágrafo único, do CC.

Gabarito "A"

7.1.3. TEMAS COMBINADOS DE CASAMENTO

(OAB - CESPE – 2009.2) Em relação às regras que disciplinam o casamento, assinale a opção correta.

(A) Se os cônjuges divorciados quiserem restabelecer a união conjugal, terão de peticionar nos mesmos autos em que se processou o divórcio, informando ao juiz que pretendem restabelecer a vida conjugal.
(B) O homem com 16 anos de idade, filho de pais solteiros e que viva na companhia da mãe, não necessita de consentimento do pai para se casar.

(C) Decorrido um ano do trânsito em julgado da sentença que haja decretado a separação judicial, é automática a conversão desta em divórcio.
(D) No casamento realizado mediante procuração, a morte superveniente do mandante acarreta a inexistência do casamento se este tiver sido celebrado pelo mandatário após a morte do mandante.

A: incorreta. Somente é possível restabelecer a sociedade conjugal antes do divórcio, nos autos da separação, eis que o divórcio coloca termo ao casamento, sendo necessário, no caso, a celebração de novo casamento (art. 1.577 do CC); **B:** incorreta (art. 1.517 do CC); **C:** incorreta (art. 1.580 do CC); **D:** correta. De fato, se no momento da celebração o mandante já era falecido o casamento deve ser considerado inexistente.
Gabarito "D"

7.2. UNIÃO ESTÁVEL

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Quanto ao direito de família, julgue os itens seguintes.

(1) É possível que homem e mulher que resolvam manter união estável estabeleçam entre si regime de bens por meio de um contrato de convivência, negócio jurídico que poderá, inclusive, ser formalizado por meio de instrumento particular e cuja falta acarretará a aplicação das regras atinentes ao regime da comunhão parcial.
(2) A união estável é uma realidade fática, de modo que, ao contrário do casamento, essencialmente formal, os conviventes poderão dispor livremente acerca dos reflexos patrimoniais de sua união e estabelecerem entre si limitação ao eventual direito de um deles receber pensão alimentícia do outro ou mesmo acerca do direito de herdar bens um do outro.

1: correta, conforme o art. 1.725 do CC; **2:** incorreta, pois o pacto antenupcial não pode estipular qualquer regra que contravenha disposição absoluta de lei, como são as regras que tratam do direito a alimentos e do direito sucessório quanto à legítima (art. 1.655 do CC).
Gabarito 1C, 2E

(OAB - CESPE – 2009.1) A respeito do direito de família, assinale a opção correta.

(A) Suponha que uma criança tenha sido concebida com material genético de Maria e de um terceiro, tendo sido a inseminação artificial previamente autorizada pelo marido de Maria. Nessa situação hipotética, o Código Civil prevê expressamente que a criança é presumidamente considerada, para todos os efeitos legais, filha de Maria e de seu marido.
(B) Os cunhados, juridicamente, não podem ser classificados como parentes.
(C) Aplicam-se à união estável as regras do regime da separação de bens, salvo contrato escrito em que se estipule o contrário.
(D) Não pode ser reconhecida como união estável a relação pública, contínua, duradoura e com ânimo de constituir família, entre uma mulher solteira e um homem casado que esteja separado de fato.

A: correta (art. 1.597, V, do CC); **B:** incorreta (art. 1.595, § 1.º, do CC); **C:** incorreta (art. 1.725 do CC); **D:** incorreta (art. 1.723, § 1.º, do CC).
Gabarito "A"

7.3. PARENTESCO E FILIAÇÃO

(OAB - CESPE – 2009.2) Com base no Código Civil brasileiro, assinale a opção correta acerca do reconhecimento dos filhos.

(A) O filho havido fora do casamento não pode ser reconhecido, separadamente, pelos pais.
(B) O filho maior pode ser reconhecido, independentemente de seu consentimento, visto que o reconhecimento da paternidade constitui direito subjetivo do genitor.
(C) O filho havido fora do casamento e reconhecido por um dos cônjuges não poderá residir no lar conjugal sem o consentimento do outro cônjuge.
(D) É passível de revogação o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento.

A: incorreta (art. 1.607 do CC); **B:** incorreta (art. 1.614 do CC); **C:** correta (art. 1.611 do CC); **D:** incorreta (art. 1.610 do CC).
Gabarito "C"

7.4. ALIMENTOS

(OAB - CESPE – 2010.1) Assinale a opção correta acerca da prestação de alimentos.

(A) Somente os filhos têm o direito de pedir alimentos.
(B) O direito a alimentos é recíproco entre pais e filhos.
(C) Após a separação judicial do casal, mesmo que o cônjuge venha a necessitar de alimentos, ele não mais poderá pleitear ao outro cônjuge a prestação alimentícia.
(D) Os créditos alimentares prescrevem em 5 (cinco) anos.

A: incorreta. Segundo o art. 1.694 do CC, "podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação". E também o art. 1.696 do CC dispõe que: "O direito à prestação de alimento é recíproco entre pais e filhos e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros"; **B:** correta. De acordo com o art. 1.696 do CC, "o direito à prestação de alimento é recíproco entre pais e filhos e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros"; **C:** incorreta. De acordo com o art. 1.704 do CC, se um dos ex-cônjuges, já separado judicialmente, vier a necessitar de alimentos, o outro terá o dever de prestá-los, mediante o pagamento de pensão arbitrada pelo juiz, caso não tenha sido declarado culpado na separação judicial; **D:** incorreta. De acordo com o art. 206, § 2.º, do CC, "Prescreve em 2 (dois) anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem".
Gabarito "B"

(OAB - CESPE – 2009.2) Assinale a opção correta acerca dos encargos alimentares.

(A) A transmissão da obrigação alimentícia não ocorre em relação aos herdeiros do devedor, visto que é obrigação personalíssima.
(B) Admite-se a prestação de alimentos com caráter complementar, desde que reste comprovado que os alimentos originalmente fixados não atendem integralmente às necessidades do credor.
(C) Alimentos são devidos entre cônjuges, companheiros e parentes, limitando-se, neste caso, aos colaterais até o terceiro grau.
(D) A fixação dos alimentos privilegia a necessidade em detrimento da possibilidade.

A: incorreta (art. 1.700 do CC); **B:** correta (art. 1.699 do CC); **C:** incorreta (arts. 1.694 do CC); **D:** incorreta (art. 1.694, § 1.º, do CC).
Gabarito "B"

7.5. BEM DE FAMÍLIA

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Regina e Jorge são casados pelo regime da comunhão parcial de bens e possuem dois imóveis, um apartamento de dois quartos, no centro do Rio de Janeiro, no valor de R$ 200 mil, e uma casa de um quarto, na Barra da Tijuca, no valor de R$ 220 mil, onde residem alternadamente. Com base na situação hipotética apresentada, julgue os próximos itens, a respeito do bem de família.

(1) Se Regina e Jorge não quiserem que qualquer dos imóveis seja considerado bem de família em possível processo de execução movido em face deles, eles deverão eleger um dos bens, mediante escritura pública registrada no cartório competente.

(2) Caso um dos imóveis residenciais do casal estivesse situado em área rural, tal fato não seria óbice para sua instituição como bem de família.

1: Errada, pois, de acordo com o disposto no art. 5º, parágrafo único, da Lei 8.009/90, a impenhorabilidade recairá sobre o de menor valor. Como o imóvel ultrapassa 1/3 do patrimônio líquido do casal, não será possível a determinação do casal por escritura pública; **2:** Certa, pois o bem de família é o imóvel residencial urbano ou rural (art. 1.712 do CC).
Gabarito 1E, 2C

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Laura e Ricardo são casados sob regime de comunhão parcial de bens e possuem dois imóveis: um em São Paulo e um em Campinas. O casal passa a maior parte do tempo no imóvel de São Paulo, utilizando o de Campinas quando viaja a trabalho e no período de férias. Com base nessa situação hipotética e na disciplina do bem de família, assinale a opção incorreta.

(A) Se o casal tiver instituído um dos imóveis como bem de família, o efeito será não só a impenhorabilidade como também a restrição de sua comerciabilidade.
(B) Se o casal não tiver instituído um dos imóveis como bem de família, em um possível processo de execução movido contra eles, a penhora recairá sobre o de maior valor.
(C) Para que seja promovida a instituição de um dos imóveis como bem de família, é dispensável a outorga conjugal.
(D) Caso tenha sido instituído como bem de família um dos dois imóveis, a morte de um dos cônjuges acarretará a extinção desse bem, se o casal não tiver filhos menores.
(E) Para que o casal institua um dos bens como de família, não será necessária a comprovação de solvência de ambos os cônjuges.

A: correta, pois a cláusula de impenhorabilidade (art. 1.715, do CC) implica também a inalienabilidade (art. 1.717, do CC); **B:** correta, pois o bem de família deve recair sobre o bem de menor valor (art. 5º, parágrafo único, da Lei n. 8.009/90). Logo, o bem remanescente, que poderá ser objeto de penhora, será o de maior valor; **C:** correta, pois não se trata de ato que acarrete um encargo ao bem do casal, estando excluído do rol previsto no art. 1.647, do CC; **D:** incorreta, devendo ser assinalada, pois se extingue o bem de família com a morte de ambos os cônjuges e a maioridade dos filhos, desde que não sujeitos a curatela (art. 1.722, do CC); **E:** correta, pois o art. 1.711, do CC não traz tal exigência e até mesmo porque o bem de família não é atingido, em regra, pelas dívidas posteriores à sua constituição (art. 1.715, do CC).
Gabarito "D"

8. SUCESSÕES

8.1. SUCESSÃO EM GERAL

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Acerca das sucessões em geral, julgue os itens subsequentes.

(1) A sucessão hereditária assenta-se, entre outras, em razão de ordem ética, na medida em que se presume a afeição do morto ao herdeiro, motivo pelo qual o neto que foi autor da denúncia que redundou na condenação do avô pelo crime de apropriação indébita não faz jus à herança deste.
(2) Considere que, com o falecimento de João, tenha restado a seus dois únicos herdeiros, como herança, dois apartamentos de dois quartos localizados no mesmo andar de um prédio residencial. Nessa situação, mesmo considerando a possibilidade de divisão cômoda do acervo, é ineficaz a cessão onerosa do direito à sucessão de um desses imóveis a terceiro, se realizada por qualquer dos coerdeiros antes da partilha.

1: incorreta, pois esse não é um dos casos de indignidade (art. 1.814 do CC); **2:** correta (art. 1.793, § 2º, do CC).
Gabarito 1E, 2C

(OAB - CESPE – 2009.3) Acerca das regras aplicáveis às sucessões, assinale a opção correta.

(A) Quando não se efetua o direito de acrescer, não se transmite aos herdeiros legítimos a quota vaga do nomeado.
(B) São irrevogáveis os atos de aceitação ou de renúncia da herança.
(C) O direito à sucessão aberta bem como o quinhão de que disponha o coerdeiro não pode ser objeto de cessão por escritura pública.
(D) A renúncia da herança deve constar expressa e exclusivamente de instrumento público.

A: incorreta (art. 1.944 do CC); **B:** correta (art. 1.812 do CC); **C:** incorreta (art. 1.793 do CC); **D:** incorreta (art. 1.806 do CC).
Gabarito "B"

8.2. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

(OAB - CESPE – 2009.2) Acerca do direito sucessório, assinale a opção correta.

(A) A aceitação da herança é o ato jurídico unilateral por meio do qual o herdeiro manifesta livremente sua vontade de receber a herança, por isso o ato deve sempre ser feito por declaração escrita.
(B) Os descendentes do herdeiro que renuncia à herança herdam por representação na sucessão legítima.
(C) É válida a disposição testamentária do testador casado, em favor de filho que nasça de seu relacionamento com concubina.
(D) Não é válida disposição de última vontade que institua pessoa jurídica como herdeira testamentária.

A: incorreta (art. 1.805 do CC); **B:** incorreta (art. 1.811 do CC); **C** e **D:** Não existe qualquer disposição legal que proíba tais disposições.
Gabarito "C"

9. DIREITOS AUTORAIS

(OAB - CESPE – 2008.1) A respeito das licenças para exploração e das cessões de patentes, assinale a opção correta.

(A) As cessões de patentes, assim como as licenças para exploração, são legalmente classificadas em voluntárias e compulsórias.
(B) Para ter efeito entre as partes, as licenças para exploração de patentes devem ser registradas no INPI.
(C) As licenças compulsórias serão concedidas com caráter de exclusividade para a exploração da patente.
(D) Tanto o pedido de patente quanto a patente, ambos de conteúdo indivisível, podem ser cedidos, total ou parcialmente.

A: incorreta. *Vide* capítulo VIII da Lei 9.279/1996; **B:** incorreta (art. 62 da Lei 9.279/1996); **C:** incorreta (art. 68, § 1.º, da Lei 9.279/1996); **D:** correta (art. 58 da Lei 9.279/1996).
Gabarito "D"

(OAB - CESPE – 2008.1) Assinale a opção correta no que diz respeito a invenção e modelo de utilidade realizado por empregado ou prestador de serviço.

(A) A invenção pertence exclusivamente ao empregador quando decorrer de contrato de trabalho cuja execução ocorra no Brasil e que tenha por objeto a pesquisa ou a atividade inventiva.
(B) O empregador, titular da patente, é obrigado a conceder ao empregado autor de invento participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração da patente.
(C) A invenção pertence, em regra, exclusivamente ao empregador quando decorrer de contrato de estágio cuja execução ocorra no Brasil e que tenha por objeto a pesquisa ou a atividade inventiva, ainda que aquela seja resultado de contribuição pessoal do estagiário.
(D) Considera-se desenvolvida pelo empregado, em regra, a invenção cuja patente tenha sido por ele requerida até o prazo de um ano após a extinção do vínculo empregatício.

A: correta (art. 88 da Lei 9.279/1996); **B:** incorreta (art. 89 da Lei 9.279/1996); **C:** incorreta (art. 91, *caput*, da Lei 9.279/1996); **D:** incorreta (art. 91, § 3.º, da Lei 9.279/1996).
Gabarito "A"

10. QUESTÕES COM TEMAS COMBINADOS

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) A respeito do direito das sucessões, dos direitos do consumidor e da prestação alimentícia, julgue os itens que se seguem.

I. O codicilo é um ato de última vontade, instituído a título singular, por meio do qual o codicilante pode instituir herdeiro, reconhecer filhos ou efetuar deserdações, sendo admitida a sua escritura a rogo.
II. Ante o efeito meramente declaratório da partilha, pode-se inferir que a cessão dos direitos hereditários por um dos herdeiros dispensa o consentimento dos demais herdeiros.
III. A obrigação de prestar alimentos é recíproca entre ascendentes, descendentes e colaterais de 2.º grau, de modo que o tio, na falta ou impossibilidade de parente de grau mais próximo, fica obrigado a prestar alimentos ao sobrinho.
IV. A pena de sonegação de bens da herança pode ser imputada a quem não detenha a qualidade de herdeiro.
V. É nula de pleno direito cláusula contratual relativa a fornecimento de produtos e serviços que possibilitem a renúncia do direito de indenização ao consumidor por benfeitorias úteis ou voluptuárias.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1.
(B) 2.
(C) 3.
(D) 4.
(E) 5.

I: incorreta, pois o codicilo limita-se a pequenas "disposições especiais sobre o seu enterro, sobre esmolas de pouca monta a certas e determinadas pessoas, ou, indeterminadamente, aos pobres de certo lugar, assim como legar móveis, roupas ou joias, de pouco valor, de seu uso pessoal" (CC, art. 1.881). A deserdação de um parente necessário não teria lugar numa manifestação codicilar; **II:** incorreta, pois o herdeiro que desejar ceder seus direitos hereditários deverá – segundo o art. 1.794 – dar o direito de preferência aos demais herdeiros. Caso tal direito não seja concedido, o coerdeiro preterido poderá - depositado o preço - haver para si a quota cedida a estranho, se o requerer até cento e oitenta dias após a transmissão (CC, art. 1.795); **III:** incorreta, pois o Código Civil limita a obrigação de prestar alimentos em razão do parentesco até o irmão bilateral ou unilateral (CC, art. 1.697); **IV:** correta, pois há entendimento de que o cônjuge que não é herdeiro, mas apenas meeiro poderia incorrer na referida conduta de sonegar bens da herança; **V:** incorreta, pois o CDC, no art. 51, XVI prevê como nula de pleno direito a cláusula que possibilite a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.

Gabarito "A"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) No que concerne a fundações, bens, obrigações, casamento, direito real e sucessório, assinale a opção correta.

(A) Pode ser criada uma fundação por meio de testamento particular mediante dotação de bens livres, determinando-se o fim a que se destina e, facultativamente, o modo de administrá-la.
(B) Deve ter domicílio necessário o preso ainda não condenado.
(C) São pertenças os pneus instalados em um automóvel.
(D) As acessões artificiais são consideradas benfeitorias realizadas no bem imóvel.
(E) As servidões não aparentes podem ser constituídas por meio da usucapião.

A: correta, pois de acordo com o disposto no art. 62 do CC; **B:** incorreta, pois somente o preso já condenado e que esteja cumprindo sentença terá domicílio necessário (CC, art. 76 parágrafo único); **C:** incorreta, pois o pneu de um automóvel não se enquadra na definição do art. 93 para as pertenças: "*São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro*"; **D:** incorreta, pois acessões artificiais constituem o bem principal e não um acessório deste; **E:** incorreta, pois apenas as servidões aparentes é que ensejam proteção possessória e, portanto, usucapião. Nesse sentido é a súmula 415 do STF: "*Servidão de trânsito não titulada, mas tomada permanente, sobretudo pela natureza das obras realizadas, considera-se aparente, conferindo direito à proteção possessória*".

Gabarito "A"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Acerca de negócios jurídicos, direitos das obrigações e separação judicial, assinale a opção incorreta.

(A) Existem direitos patrimoniais que podem ser adquiridos independentemente de ato do adquirente.
(B) A promessa de recompensa sujeita ao implemento de condição suspensiva constitui exemplo de direito futuro não deferido.
(C) Na cessão de crédito, o devedor pode opor contra o cessionário todas defesas pessoais que detinha contra o cedente à época da cessão.
(D) De acordo com o regime de participação final nos aquestos, à época da dissolução da sociedade conjugal, cabe a cada cônjuge o direito à metade dos bens adquiridos pelo casal, a título oneroso, na constância do casamento.
(E) A obrigação do alienante quanto aos vícios redibitórios da coisa qualifica-se como obrigação de meio.

A: correta. Na estipulação em favor de terceiro, por exemplo, o estipulante contrata em favor de terceira pessoa que pode nem saber da existência do contrato (CC, art. 436). É o que ocorre, por exemplo, no seguro de vida cujo beneficiário é o filho; **B:** correta, pois nesse caso o direito a que se visa está subordinado a ocorrência de um evento futuro e incerto; **C:** correta, pois coincidente com a regra estabelecida pelo art. 294 do CC; **D:** correta, pois nesse peculiar regime de bens existe uma separação patrimonial durante o casamento e uma participação ao final, correspondente à metade dos bens adquiridos pelo casal, a título oneroso, na constância do casamento (Art. 1672 CC); **E:** incorreta, devendo ser assinalada, pois tal obrigação é objetiva, portanto, de resultado.

Gabarito "E"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) No que se refere aos negócios jurídicos, ao direito de empresa e aos direitos reais de garantia, assinale a opção correta.

(A) Resta caracterizada a lesão ainda que a desproporção entre as prestações ocorra em momento superveniente à declaração da vontade.
(B) A existência de impedimentos suspensivos obsta a constituição válida da união estável.
(C) A forma de realização do negócio e a vontade do agente constituem elementos acidentais do negócio jurídico.
(D) A enfiteuse e o usufruto são modalidades de direitos reais de garantia.
(E) A cooperativa, independentemente de seu objeto, é considerada sociedade simples.

A: incorreta, pois o instituto da lesão tem como ideia principal o fato de o contrato nascer desequilibrado, em virtude de inexperiência ou premente necessidade da parte. Para as hipóteses de o contrato se tornar desequilibrado ao longo do tempo, adota-se a solução dos artigos 317 e 478 do Código Civil (onerosidade excessiva); **B:** incorreta, pois apenas os impedimentos matrimoniais do art. 1.521 é que obstam a constituição válida de uma união estável (CC, art. 1.727); **C:** incorreta, pois a vontade do agente é elemento de existência do negócio jurídico, sendo seu elemento mais importante; **D:** incorreta, pois ambas as espécies citadas constituem direitos reais sobre coisas alheias de fruição, não ensejando qualquer garantia sobre créditos; **E:** correta, em função do disposto no art. 982 parágrafo único.

Gabarito "E"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Com relação ao direito das obrigações, da família, das sucessões e da propriedade imaterial, assinale a opção correta.

(A) Em decorrência do direito de representação, os descendentes de herdeiro excluído sucedem no lugar deste.
(B) Caducará o legado se o legatário falecer depois do legante.
(C) O fideicomisso poderá abranger, no todo ou em parte, a legítima fideicomitente.

(D) Direitos patrimoniais do autor são aqueles em que se reconhece a paternidade da obra, sendo, portanto, inseparáveis de seu autor, perpétuos, inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis.

(E) O aval posterior ao vencimento do título de crédito é ineficaz.

A: correta. O herdeiro indigno é considerado morto para os efeitos da lei. Logo, eventual exclusão deste herdeiro acarreta o direito de representação ao seu descendente, desde que a concepção deste último tenha ocorrido antes da abertura da sucessão (CC, art. 1.816); **B:** incorreta, pois a caducidade do legado ocorrerá se o legatário falecer antes do legante (CC, art. 1.939, V); **C:** incorreta, pois o fideicomisso implica em grave restrição sobre o bem deixado, o que não se compatibiliza com o direito à legítima; **D:** incorreta, pois os direitos descritos na assertiva são os direitos morais do autor; **E:** incorreta, pois o aval posterior ao título produz os mesmos efeitos do anteriormente dado (CC, art. 900).

Gabarito "A"

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Acerca de domicílio, residência, bens e fatos jurídicos, assinale a opção correta.

(A) O domicílio do tutelado é necessário e é do seu representante ou assistente legal.

(B) No contrato de promessa de compra e venda de bem imóvel, é licito se inserir cláusula instituidora de foro de eleição diverso daquele da situação do imóvel objeto da promessa de alienação.

(C) A coisa perdida pode ser licitamente apropriada pela primeira pessoa que a encontrar.

(D) Os bens reciprocamente considerados são classificados como públicos, privados, disponíveis e indisponíveis.

(E) Os fatos jurídicos naturais resultam da atuação humana positiva ou negativa, comissiva ou omissiva, de modo a influenciarem nas relações de direito, variando as consequências em razão da qualidade da conduta e da intensidade da vontade.

A: correta (art. 76 do CC); **B:** incorreta, pois tal cláusula é abusiva, se se tratar de relação de consumo; mas mesmo que não se trate, a competência envolvendo imóvel é a do local deste, tratando-se de competência absoluta, não passível de modificação por convenção entre as partes; **C:** incorreta (art. 1.233 do CC); **D:** incorreta (art. 92 do CC); **E:** incorreta, pois fatos jurídicos naturais são aqueles decorrentes da natureza, sem a interferência direta humana (nascimento, morte, terremoto, raio etc.).

Gabarito "A"

16. Direito Processual Civil à luz do Novo Código de Processo Civil – Lei 13.105/2015

Denis skorkowski, Fernando Cavalcante, Luiz Dellore, Murilo Sechieri Costa Neves, Renato Montans e Tiago Queiroz de Oliveira*

Para fins didáticos inserimos questões bônus de outras bancas examinadoras, de modo a incrementar os estudos sobre o NCPC.

1. PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) No que se refere aos princípios que regem o processo civil e aos relativos à jurisdição civil, assinale a opção correta.

(A) O princípio da publicidade não impede que existam processos em segredo de justiça, no interesse das próprias partes. Esse sigilo é restrito a estranhos, enquanto não prejudicar o interesse público à informação, assim, por autorização do juiz, os atos processuais podem ser investigados e conhecidos por outros, além das partes e seus advogados.

(B) Pelo princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, nenhum juiz será afastado de suas funções sem que lhe sejam garantidos, em processo adequado, os direitos inerentes ao contraditório e à ampla defesa.

(C) Pelo princípio do contraditório, o autor pode deduzir a ação em juízo, alegar e provar os fatos constitutivos de seu direito, e ao réu é assegurado o direito de contestar todos os fatos alegados pelo autor, como também o de fazer a prova contrária, salvo em caso de revelia.

(D) Por representar garantia constitucional que visa à proteção do interesse público representado pelo patrimônio das pessoas de direito público, o duplo grau de jurisdição é exigido em todo e qualquer processo em que tais pessoas sejam partes ou intervenientes.

(E) É vedado às pessoas maiores e capazes, mesmo no caso de direito patrimonial disponível, entregar a responsabilidade de solucionar eventual conflito de interesses à pessoa não integrante da estrutura do Poder Judiciário, bem como solucionar a lide por outros caminhos que não a prestação jurisdicional.

A: correta (CF, art. 93, IX, parte final); **B:** incorreta. Inafastabilidade é o acesso à justiça (CF, art. 5º, XXXV); **C:** incorreta. Contraditório é a informação + possibilidade de manifestação, aplicável a ambas as partes; **D:** incorreta. A remessa necessária é que determina, em diversos casos, a necessidade de revisão da decisão desfavorável à Fazenda Pública (NCPC, art. 496); **E:** incorreta. A arbitragem é uma dessas possibilidades (Lei 9.307/1996, art. 1º).

Gabarito "A"

2. PARTES, PROCURADORES, MINISTÉRIO PÚBLICO E JUIZ

(Analista – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Com referência às partes e aos procuradores em um processo civil, julgue os itens que se seguem.

(1) Não se confundem a responsabilidade de uma das partes por dano processual causado a outra com a responsabilidade destas pelas despesas processuais, sendo certo que, no primeiro caso, a lei processual enumera taxativamente as hipóteses em que se configura a responsabilidade por perdas e danos.

(2) Caso uma pessoa adquira um bem cuja propriedade esteja sendo objeto de litígio entre o alienante e terceira pessoa, o adquirente não poderá substituir o alienante no feito, caso a outra parte não consinta, porém será possível ao adquirente ingressar no feito como assistente do alienante, até porque, nessa hipótese, a coisa julgada ultrapassa seus limites usuais para atingir quem adquire a coisa litigiosa.

1: arts. 79 e 82 do NCPC; **2:** art. 119 do NCPC.

Gabarito 1C, 2C

3. PRAZOS PROCESSUAIS. ATOS PROCESSUAIS

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) Em ação sob rito ordinário, o município apresentou defesa no prazo legal e requereu que fosse determinada ao autor a exibição de documentos que estariam em sua posse. Acolhido o requerimento, o juiz conferiu ao autor prazo de 5 dias para que exibisse tais documentos. Ao fim do prazo conferido, o procurador do autor peticionou para requerer a fixação de outro prazo para cumprimento da ordem, sob o argumento de que seu cliente estivera hospitalizado na semana anterior, e juntou ao pedido o atestado da internação.

Considerando a situação hipotética apresentada e a disciplina legal dos prazos prevista no CPC, assinale a opção correta.

(A) Decorrido o prazo estabelecido pelo juiz, extinguiu-se a possibilidade de a parte praticar o ato determinado, independentemente da apresentação de qualquer justificativa.

(B) A devolução do prazo dependerá da anuência do município, que deverá ser intimado para manifestar-se fundamentadamente a respeito do pedido do autor.

* **Luiz Dellore** comentou as questões dos concursos de Cartório/DF – 2014; Cartório/RR – 2013; Cartório/ES – 2013; Cartório/PI – 2013; Procurador do Estado/PB – 2008; Procurador – Banco Central – 2009; Magistratura Federal/3ª Região – 2011; Magistratura Federal/1ª Região – 2011; Magistratura Federal/5ª Região – 2009; Defensoria/DF – 2013; Procurador/DF – 2013; Delegado Federal – 2013; Procurador do Município/Natal-RN – 2008; Procurador de Contas TCE/ES – CESPE e Procurador do Estado/PE – CESPE. **Murilo Sechieri Costa Neves** comentou as questões dos concursos de Magistratura/BA – 2012; Magistratura/PA – 2012; Magistratura/ES – 2011; Magistratura/PB – 2011; Magistratura/PI – 2011 e 2008; Magistratura/SE – 2008; Ministério Público/TO – 2012; Ministério Público/SE – 2010 e Ministério Público/RR – 2008; Ministério Público/AM – 2008; Ministério Público/RN – 2009; Defensor Público da União – 2010 e Ministério Público/RO – 2010. **Tiago Queiroz de Oliveira** comentou as questões dos concursos de Delegado/AC – 2008; Delegado/AC – 2008; Técnico Judiciário – TJDFT – 2013; Defensor Público/ES – 2012; Defensor Público/TO – 2013 e Analista – TRT/17ª – 2009. **Renato Montans** comentou as questões do concurso de Analista TJ/CE – 2013. **Fernando Cavalcante** realizou a atualização para o NCPC dos comentários das questões dos concursos de: Magistratura/CE – 2012; Ministério Público/SE – 2010; Ministério Público/ES – 2010; Advogado – CEF – 2010; Defensor Público da União – 2010; Advogado da União/AGU – 2009; Procurador – Banco Central – 2009; Procurador do Estado/ES – 2008; Procurador do Município/Natal-RN – 2008; Procurador do Estado/PB – 2008; Magistratura/SE – 2008; Magistratura/AL – 2008; Analista – TRE/GO – 2008 e demais questões bônus de outras bancas examinadoras. **Luiz Dellore e Denis skorkowski** comentaram as questões dos seguintes concursos: Juiz de Direito 2016, Analista TCE/PA/2016, Analista TCE/PR/2016, Analista/TRT/8ª/2016, Analista/TER/PI/2016, Procurador do Estado 2016, **Luiz Dellore, Murilo Sechieri Costa Neves, Renato Montans e Tiago Queiroz de Oliveira** comentaram as demais questões.

(C) Verificado pelo juiz que a internação hospitalar configura justa causa para o descumprimento da ordem, novo prazo será assinalado para a exibição dos referidos documentos.
(D) Por tratar-se de prazo estabelecido para a prática de ato favorável ao próprio interesse, o autor poderá requerer a dilação sem apresentar justificativa alguma.

NCPC, art. 223, *caput* e §§.

Gabarito "C"

(Analista – TJ/RJ – 2008 – CESPE) A respeito da comunicação dos atos processuais, assinale a opção correta.

(A) Em caso de citação por edital, o prazo fixado pelo juiz no edital não se confunde com o prazo de defesa. Realizada a citação por edital, começa a correr o prazo para contestar no primeiro dia útil seguinte ao prazo de dilação assinado pelo juiz.
(B) Se não ocorrer a citação ou se esta for inválida, o comparecimento espontâneo do réu apenas para alegar a nulidade ou a inexistência da citação procedida convalidará a nulidade ou suprirá o defeito. Nesse caso, reconhece-se como citado o réu, contando-se a partir desse comparecimento o prazo para que se apresente a contestação.
(C) Quando a citação for ficta, não comparecendo o réu para defender-se no processo, desde que se trate de direito indisponível ou que haja fundado receio da incapacidade da parte requerida, o juiz nomeará um curador especial que será responsável pela defesa do revel ou do incapaz.
(D) O réu será considerado citado quando o oficial de justiça comparecer à residência do demandado e não o encontrar, por três vezes consecutivas, em horários diferentes, inclusive depois do expediente forense. Presume-se, nesse caso, que o réu ocultou-se para não receber a citação.
(E) A intimação das partes, das testemunhas, dos auxiliares da justiça e de outras pessoas que intervêm no processo será feita por publicação no órgão oficial, devendo constar da publicação os nomes das partes ou de seus advogados, ainda que o processo tramite sob segredo de justiça ou que uma das partes seja revel.

A: correta, nos termos dos arts. 257, IV e 231, V, do NCPC; **B:** art. 239, § 1º, do NCPC; **C:** art. 72, II, do NCPC; **D:** arts. 252 e seguintes, do NCPC (ATENÇÃO: no NCPC, a citação por hora certa ocorre depois de 2, e não 3 tentativas); **E:** art. 272, § 2º, do NCPC.

Gabarito "A"

4. LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

(Ministério Público/RR – 2008 – CESPE) Com respeito ao litisconsórcio e à intervenção de terceiros, julgue os itens que se seguem.

(1) Na denunciação da lide promovida pelo réu, pode a sentença condenar diretamente o denunciado a compor os prejuízos reclamados pelo autor se restar comprovado ter sido ele o causador direto dos danos sofridos por aquele.
(2) Em caso de litisconsórcio unitário, a decisão da causa tem de ser uniforme para todos os litisconsortes. Por isso, a confissão de um deles é ineficaz, inclusive em relação àquele que confessou.
(3) No chamamento ao processo, forma-se um litisconsórcio necessário passivo entre as partes do processo primitivo, visando à condenação do terceiro e à reparação do prejuízo decorrente de sua eventual derrota na causa.

1: errado (art. 128, parágrafo único, do NCPC); de fato, como a relação existente é entre o réu e o denunciado, deverá o magistrado primeiramente julgar a lide principal, entre autor e réu e, em caso de procedência, integral ou parcial, julgará, na mesma sentença, a denunciação; **2:** certo. No **litisconsórcio unitário**, justamente porque a decisão deverá ser igual para todos, a **confissão** de um litisconsorte será ineficaz em relação à determinação do resultado da decisão da causa, conquanto possa ser considerada válida em si mesma, desde que esteja revestida das formalidades; mas, para que se verifique a eficácia no processo, necessário será que todos os litisconsortes unitários igualmente confessem, de forma válida; **3:** errado. Na verdade, as hipóteses que permitem o chamamento ao processo são casos de devedores solidários chamados pelo devedor que figura no polo passivo; assim, não se trata de litisconsórcio necessário.

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Acerca da denunciação à lide e do chamamento ao processo, das capacidades postulatória, de ser parte e de estar em juízo, assinale a opção correta.

(A) O mero detentor da coisa, uma vez citado em nome próprio, deve promover a denunciação à lide do legítimo possuidor indireto ou proprietário.
(B) Tanto o autor como o réu podem promover o incidente do chamamento ao processo.
(C) Quem tem capacidade para estar em juízo tem capacidade de ser parte; porém, nem sempre, quem detém capacidade de ser parte tem capacidade para estar em juízo.
(D) Na assistência adesiva, se o assistido requerer o julgamento antecipado da lide, será lícito ao assistente postular a produção de prova pericial, bem como juntar rol de testemunhas.
(E) Ainda que sem procuração da parte, o advogado tem direito de ter vista dos autos de qualquer processo pelo prazo de cinco dias.

A: incorreto, pois aquele que detém a coisa deve realizar a nomeação à autoria (art. 338 do NCPC); **B:** incorreto, já que só o réu tem a faculdade de promover o chamamento ao processo (art. 131, *in fine*, do NCPC). **C:** correto. A capacidade de direito ou de gozo não se confunde com a capacidade de fato ou de exercício, requisito este exigido para que a pessoa exercite, pessoalmente, direitos e obrigações na órbita civil. Isso posto, a personalidade jurídica oriunda do direito civil está para a capacidade de ser parte, assim como a capacidade de fato ou de exercício está para a capacidade de estar em juízo. O recém-nascido com vida tem personalidade jurídica, motivo pelo qual possui capacidade de ser parte, e, por isso, pode pleitear alimentos. Para tanto, será representado por seu representante legal, visto que não possui capacidade de estar em juízo (capacidade de fato ou de exercício). **D:** incorreto, já que a assistência adesiva ou simples não impede que o assistido, dentre outros, pugne pelo julgamento antecipado da lide; aliás, o assistente simples, enquanto mero auxiliar, não pode promover atividade processual incompatível com a vontade da parte assistida (art. 124 do NCPC). **E:** incorreto. A vista dos autos fora do cartório, pelo prazo de 05 (cinco) dias, só pode ser postulada pelo advogado que ostente procuração de uma das partes (40, II, do NCPC).

Gabarito "C"

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) Paulo adquiriu de André um automóvel, para pagar em 10 prestações. Como Paulo pagou 9 prestações e deixou de pagar a última, alegando ter encontrado defeito oculto no automóvel, André ajuizou ação em face de Paulo para reaver o bem alienado. No curso da demanda, Paulo vendeu o automóvel a Rui.

Com relação à situação hipotética apresentada e à luz do que estabelece o CPC, assinale a opção correta.

(A) Paulo deverá promover a nomeação à autoria de Rui, uma vez que este adquiriu a coisa litigiosa.
(B) O remédio processual adequado à defesa dos direitos de Rui é a promoção da sua denunciação à lide, porquanto poderá perder o automóvel caso a decisão seja favorável a André.
(C) O resultado da ação movida por André contra Paulo não afetará Rui, pois a sentença decorrente dessa ação só produz efeitos entre as partes, André e Paulo.
(D) Rui, caso não seja admitido como parte da ação em questão, poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial de Paulo, para proteger os próprios interesses.

A: incorreta. ATENÇÃO: O Novo CPC extingue a nomeação à autoria e traz, no art. 338 que "Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu"; **B:** incorreta. Tampouco se trata de ação de regresso (denunciação – NCPC, art. 125). **C:** incorreta. Quando ocorre alienação

de objeto litigioso, a decisão atinge o adquirente (NCPC, art. 108, § 3º). **D:** correta. NCPC, art. 108, § 2º.

Gabarito "D"

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) Duas empresas privadas discutem, em juízo, causa que pode levar a demandada à condição de insolvência, com o consequente prejuízo de todos os que mantêm relação comercial com ela. Entre os clientes da demandada, encontra-se a autarquia Beta, que experimentará severos prejuízos financeiros caso a citada empresa seja condenada ao final do processo. Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A existência de evidente interesse econômico na solução da causa autoriza a pessoa jurídica de direito público a ingressar no processo como assistente simples.

(B) A pessoa jurídica de direito público pode ingressar no feito servindo-se de forma anômala de intervenção, que a autoriza a esclarecer questões de fato e de direito e até a recorrer, se for o caso.

(C) Trata-se de situação que autoriza a intervenção da autarquia Beta como opoente, visto que o destino final da empresa demandada interessa à consecução das finalidades da autarquia.

(D) Havendo interesse jurídico da autarquia Beta no resultado da demanda e, inclusive, existindo relação entre esta e uma das partes dessa demanda, a hipótese será de assistência litisconsorcial.

(E) Como a autarquia Beta mantém negócios com a demandada, há direito de regresso que autoriza qualquer das partes a denunciar à lide a referida autarquia.

A: incorreta, porque o interesse que autoriza a assistência é o jurídico, e não o econômico (NCPC, art. 119); **B:** correta, considerando a excepcional possibilidade de ingresso de entes federais ainda que não haja interesse jurídico (Lei 9.469/1997, art. 5º, parágrafo único); **C:** incorreta, porque não se trata de hipótese de oposição (NCPC, art. 682); **D:** incorreta, pois (i) o interesse, como antes visto, é econômico e (ii) a assistência litisconsorcial se justifica quando há interesse jurídico entre o assistente e a parte contrária do assistido (NCPC, art. 124); **E:** incorreta, porque o enunciado não traz qualquer informação que leve à conclusão de que haveria direito de regresso em favor da autarquia Beta (NCPC, art. 128).

Gabarito "B"

5. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

(Delegado/AC – 2008 – CESPE) Em relação à competência, julgue os itens seguintes.

(1) A competência da justiça civil é residual, ou seja, é ela competente para apreciar todas as causas que não sejam da competência da justiça especializada, bem como as relacionadas ao direito penal. As justiças federal e estadual encarregam-se do exercício da jurisdição em matéria civil.

(2) Nas ações de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente com veículo, será competente o foro do domicílio do autor ou do local do fato, podendo, ainda, o autor optar pelo foro do domicílio do réu.

(3) É competente o foro da situação do imóvel para a ação de manutenção de posse; no entanto, por se tratar de competência territorial, esta pode ser modificada por acordo, tácito ou expresso, entre as partes.

1: Correto. De fato, pode-se falar em jurisdição comum (civil e penal) e especial (trabalhista, militar e eleitoral). A competência civil se perfaz por exclusão: o que não for da alçada das Justiças Especializadas nem versar sobre matéria penal, é civil. A justiça trabalhista é exemplo de jurisdição especial. A jurisdição comum possui âmbito de atuação nas esferas federal e estadual.

2: Correto (art. 53, V, do NCPC). Nesses casos, além do foro do local do fato ou do de seu próprio domicílio, o autor poderá renunciar a tal prerrogativa e optar pelo domicílio do réu, consoante à regra geral constante do art. 46 do NCPC.

3: Errado. O foro da situação do imóvel encerra hipótese de competência funcional, visto que o juízo do foro onde está localizado o bem tem melhores condições de processar e julgar o feito, ante a sua proximidade da coisa imóvel. Logo, por ser absoluta, tal competência é inderrogável por vontade das partes (arts. 62 e 63, do NCPC).

Gabarito 1C, 2C, 3E

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) Acerca da competência no processo civil, assinale a opção correta.

(A) O Ministério Público somente será ouvido no conflito de competência quando atuar, na causa correspondente, como parte ou fiscal da lei.

(B) Caso o juiz da causa principal tenha competência em razão da matéria ou funcional para conhecer a ação acessória, ele é competente para julgar, também, a ação declaratória incidente e a reconvenção.

(C) É competente o foro do domicílio ou residência do alimentante para a ação em que se pedem alimentos. Esse juízo será competente para julgar ação de revisão dos alimentos, em decorrência de conexão entre os feitos.

(D) Cabe ao STF processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.

(E) As pessoas jurídicas de direito público têm foro privilegiado, por isso, nas ações propostas por essas pessoas, a competência é determinada pelo foro do local onde funcionem as respectivas administração e vara privativa.

A: incorreta. O MP somente será ouvido nos conflitos de competência do art. 178 (NCPC, art. 951.); **B:** correta. NCPC, art. 61; **C:** incorreta. O foro competente é de quem pede alimentos (NCPC, art. 53, II) – além disso, a revisional é proposta após o término da ação de alimentos, por isso não há conexão; **D:** incorreta. Não para lei municipal (CF, art. 102, I, *a*); **E:** incorreta. NCPC, art. 51 e CF, art. 109.

Gabarito "B"

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) Um TRF, ao julgar determinado recurso interposto contra decisão de juiz federal, reconheceu a ilegitimidade *ad causam* da União, que, até então, integrava a lide no polo passivo, em litisconsórcio com outras pessoas. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Independentemente de o recurso julgado ser apelação ou agravo, o julgamento da causa ou da matéria restante deve ser atribuído ao órgão judiciário estadual competente, uma vez que o ente federal não mais participa, como parte, da ação.

(B) Caso o recurso julgado tivesse sido um agravo, não subsistiria motivo para justificar a competência da Justiça Federal, devendo ocorrer a remessa dos autos à Justiça Estadual, visto que da lide não mais participa o ente federal.

(C) O reconhecimento da ilegitimidade do ente federal como parte pelo TRF implica a instauração de conflito de competência com a Justiça Estadual e impõe a imediata remessa dos autos ao STJ.

(D) Se o recurso julgado tivesse sido uma apelação, a decisão recorrida deveria ser anulada e a causa remetida à Justiça Estadual, o que não ocorreria se o recurso tivesse sido um agravo, hipótese em que os atos até então praticados seriam válidos.

(E) Se o recurso julgado pelo TRF tivesse sido um agravo, a competência para julgamento da causa seria da Justiça Federal, visto que um ente federal integrava inicialmente a lide.

A: incorreta, pois, no caso de apelação, a sentença proferida pela Justiça Federal não poderá ser revista pela Justiça Estadual (assim, seria o caso de o TRF anular a sentença); **B:** correta. Com a exclusão da União em sede de agravo, o juiz federal de origem enviará os autos para o juiz estadual competente (NCPC, art. 64, § 4º); **C:** incorreta, uma vez que o reconhecimento da incompetência pela Justiça Federal acarreta tão só a remessa dos autos à Justiça Estadual, mas isso não significa a ocorrência de conflito de competência (NCPC, art. 66); **D:** incorreta, porque os atos decisórios proferidos pelo juiz federal são

nulos (NCPC, art. 113, § 2º); **E:** incorreta, conforme exposto nos itens anteriores – com a exclusão da União, a Justiça Federal deixaria de ser a competente.

Gabarito "B"

(Analista – TST – 2008 – CESPE) A respeito da competência do juízo, julgue os itens que se seguem.

(1) É critério geral que a competência se estabelece pelo local em que ocorreu o fato.
(2) Segundo a lei processual em vigor, somente um juiz brasileiro é competente para proceder ao inventário e à partilha de bens situados em território brasileiro, ainda que o *de cujus* seja um diplomata estrangeiro.
(3) O único meio processual para se questionar a incompetência relativa do juízo é a exceção, a qual suspende o feito até que seja definitivamente julgada.
(4) A incompetência absoluta poderá ser arguida pelo réu por ocasião da contestação. Não o fazendo nesse momento processual, ele somente poderá suscitá-la em alegações finais.

1: art. 46 do NCPC; **2:** art. 23, II, do NCPC; **3:** A incompetência relativa será alegada como questão preliminar de contestação. O Novo CPC não prevê a hipótese de suspensão do processo com a contestação ofertada pelo réu; **4:** art. 64, § 1º, do NCPC.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Segundo o Código de Processo Civil (CPC), o conflito de competência, quando possível, pode ser instaurado por iniciativa

(A) do MP, de qualquer dos magistrados envolvidos no julgamento do processo ou das partes.
(B) do MP, apenas.
(C) do MP ou de qualquer dos magistrados envolvidos no julgamento do processo, apenas.
(D) de qualquer dos magistrados envolvidos no julgamento do processo ou das partes, apenas.

Art. 953 do NCPC.

Gabarito "A"

6. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO. NULIDADES

(Ministério Público/AM – 2008 – CESPE) Acerca da formação, suspensão e extinção do processo, assinale a opção correta.

(A) O falecimento de uma das partes e a sucessão entre vivos de bem litigioso são causas obrigatórias de substituição da parte por seu sucessor. Nesses casos, não pode ser recusada a substituição, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, por perda da capacidade superveniente de uma das partes.
(B) A perempção atinge o direito de ação, mas não o direito material que dela poderia ter sido objeto. Assim, a extinção do processo não impede que o autor volte a propor a mesma ação, em uma nova relação processual.
(C) Extingue-se o processo sem resolução de mérito pela renúncia ao direito em que se funda a ação, com a expressa concordância do réu. Nesse caso, a desistência da ação não impede a reabertura de processo com a mesma lide, em razão da inexistência da eficácia da coisa julgada material.
(D) A ilegitimidade passiva da parte para a causa implica a extinção do processo por carência da ação. A comprovação da inexistência das condições da ação conduz à extinção do processo sem resolução do mérito, que pode ocorrer por provocação da parte ou por iniciativa do juiz a qualquer tempo, enquanto não houver sentença de mérito, ainda mesmo que o saneador reste irrecorrido.
(E) Ocorre a transação entre as partes quando o réu reconhece como procedente em parte o pedido, desde que o autor renuncie de parte desse pedido. Nessa situação, o juiz decide a lide com resolução do mérito, declarando procedente o pedido e, se essa decisão transitar em julgado, inicia-se a fase do cumprimento da sentença.

A: incorreta (art. 110 do NCPC); **B:** incorreta (art. 485, V, do NCPC); **C:** incorreta (art. 487, III, *c*, do NCPC); **D:** correta (art. 485, VI, § 3º, do NCPC); **E:** incorreta (art. 485, III, do NCPC). A sentença que homologa acordo não julga o pedido, mas simplesmente homologa o acordo celebrado pelas partes, sendo que somente se falará em cumprimento de sentença se uma das partes não cumprir o acordo celebrado.

Gabarito "D"

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Extingue-se o processo com apreciação do mérito quando

(A) o juiz verificar, desde logo, a prescrição ou a decadência.
(B) o autor desistir da ação.
(C) não concorrer qualquer das condições da ação.
(D) ocorrer a morte do procurador e não houver a nomeação de outro em seu lugar.
(E) o juiz acolher a alegação de coisa julgada.

Alternativa A correta (art. 487, II, do NCPC). As hipóteses de extinção do processo com resolução do mérito encontram-se dispostas no rol do art. 487 do NCPC.

Gabarito "A"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Com relação à suspensão do processo, julgue os itens seguintes.

I. A morte do representante legal da pessoa jurídica não acarreta a suspensão do processo.
II. A morte do único advogado constituído acarreta a suspensão imediata do processo.
III. Falecido o único advogado do réu, a inércia em nomear outro patrono no prazo estabelecido acarreta a extinção do processo.
IV. Por convenção das partes, o processo pode ser suspenso por qualquer prazo, desde que não exceda um ano.
V. A suspensão do processo com base na prejudicialidade ocorre quando se tratar de prejudicial externa.

Estão certos apenas os itens

(A) I, II e V.
(B) I, III e IV.
(C) I, III e V.
(D) II, III e IV.
(E) II, IV e V.

I: correta, por ausência de previsão legal (*vide* NCPC, art. 313); **II:** correta. NCPC, art. 313, I; **III:** Incorreta. A hipótese seria de revelia (NCPC, art. 76, II); **IV:** Incorreta. O prazo máximo é de 6 meses (NCPC, art. 313, § 3º, *in fine*); **V:** correta. NCPC, art. 313, V, a.

Gabarito "A"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Acerca da formação, suspensão e extinção do processo, julgue os itens a seguir.

(1) Considere que, conferido prazo para apresentação de réplica ante a alegação, pelo réu, de fato modificativo do direito apontado na inicial, o autor tenha se quedado inerte e deixado de se manifestar nos autos por mais de 30 dias. Nessa situação hipotética, fica caracterizado caso de contumácia, que autoriza a extinção do processo sem resolução do mérito.
(2) A estabilização da relação processual por meio da citação é essencial à própria existência do processo, considerando-se proposta a ação a partir do momento em que ocorre citação válida, o que também implica a litispendência, torna prevento o juízo e faz litigiosa a coisa.
(3) O CPC permite que as partes, mediante convenção, suspendam o processo por prazo que não exceda seis meses, o que revela a existência de um direito à suspensão do processo, a qual independe da declinação de motivo.

1: errada, pois (i) a réplica não é providência indispensável ao andamento do processo, devendo o juiz, por força do princípio do impulso oficial (NCPC, art. 2º), dar andamento ao processo e (ii) somente após a intimação pessoal é possível a extinção por abandono (NCPC, art. 485, § 1º); **2:** errada. A citação implica litispendência, torna prevento o juízo e faz litigiosa a coisa (NCPC, art. 240); **3:** correta. NCPC, art. 313, II.

Gabarito 1E, 2E, 3C

7. TUTELA PROVISÓRIA

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Quanto ao instituto da tutela antecipada, assinale a opção correta.

(A) O provimento que a concede ou a nega possui feição de sentença, sujeitando-se ao recurso de apelação.
(B) A função precípua do referido instituto é assegurar o resultado prático do processo.
(C) Esse instituto destina-se a assegurar a viabilidade da realização do direito afirmado pelo autor.
(D) Caso o juiz conceda tutela antecipada, seja initio litis, seja ao prolatar sentença de mérito, eventual recurso interposto contra sentença definitiva não suspende os seus efeitos em relação à antecipação da tutela.
(E) Esse tipo de tutela pode ser concedido de ofício.

A: incorreta. A TA, em regra, é concedida em momento separado da sentença e, assim, por decisão interlocutória, razão pela qual cabível agravo de instrumento (NCPC, art. 1.015, I); **B:** incorreta. A tutela de urgência busca RESGUARDAR o direito (evitar o perecimento enquanto se debate), ao passo que a tutela de urgência antecipada busca já SATISFAZER o direito (já a efetivação dos efeitos da futura decisão positiva); **C:** incorreta, conforme exposto acima; **D:** correta. NCPC, art. 1.012, V; **E:** incorreta, considerando o exposto no art. 294 do NCPC, aplicando-se o princípio dispositivo (contudo, vale destacar que, apesar da clareza da lei, parte da jurisprudência admite a concessão de ofício, como por exemplo em questões previdenciárias).

Gabarito "D"

8. PROCESSO DE CONHECIMENTO

(Defensor Público/ES – 2009 – CESPE) Acerca do processo civil brasileiro, julgue o item subsequente.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. Aluísio é réu em processo de execução de pensão alimentícia, que corre pelo rito do art. 732 do CPC, cuja autora é Patrícia, sua filha mais velha. Citado para efetuar o pagamento em três dias, Aluísio não o fez. Patrícia, então, indicou à penhora parte dos vencimentos de Aluísio, que é servidor público. O juiz, contudo, não aceitou a indicação feita por Patrícia, com base no argumento de que o inciso IV do art. 649 do CPC considera os vencimentos impenhoráveis. Nesse caso, o juiz agiu corretamente, haja vista o comando expresso do citado artigo.

1: incorreto, porque o art. 833, IV e § 2º, do NCPC contém expressa ressalva à impenhorabilidade dos salários no caso de execução de alimentos. Logo, a penhora deveria ter sido deferida.

Gabarito 1E

8.1. PETIÇÃO INICIAL

(Defensor Público/PI – 2009 – CESPE) José, cidadão juridicamente necessitado, procurou a DPE/PI para ajuizar, contra Manoel, ação pleiteando indenização por danos materiais no valor de R$ 1.000,00 e indenização por danos morais no valor de R$ 15.000,00. Entendendo juridicamente viável a pretensão, o DP deverá elaborar a petição inicial do caso. Nessa situação hipotética, deve-se atribuir à causa o valor de

(A) R$ 1.000,00, pois, sendo alternativos os pedidos, o valor da causa corresponderá ao pedido de menor valor.
(B) R$ 15.000,00, pois, sendo alternativos os pedidos, o valor da causa corresponderá ao pedido de maior valor.
(C) R$ 16.000,00 pois, havendo cumulação de pedidos, o valor da causa corresponderá à soma dos valores de todos eles.
(D) R$ 15.000,00, pois, se houver pedido subsidiário, o valor da causa corresponderá ao pedido principal.
(E) R$ 16.000,00, já que a causa não tem conteúdo econômico imediato.

O valor da causa deve corresponder ao benefício econômico pretendido pelo autor por meio do processo. Se houver cumulação de pedidos, o valor da causa será a soma dos valores de cada um deles. Assim, se o autor pretende obter as indenizações que somadas equivalem a R$16.000,00, esse será o valor da causa. Por isso, estão incorretas as alternativas "A", "B", "D" e "E" (esta em razão da menção à suposta ausência de conteúdo econômico imediato).

Gabarito "C"

8.2. PROVAS

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Durante depoimento prestado no curso de ação movida por José para obter condenação de João a reparar determinados danos, uma testemunha acabou declarando que havia sido firmado um contrato posterior entre as partes. Mais tarde, José ajuizou outra ação contra João, exigindo o cumprimento de cláusula daquele contrato cuja existência foi informada no depoimento. A respeito da situação hipotética acima, assinale a opção correta.

(A) Independentemente do valor do contrato, deve ser bastante à prova de sua existência o depoimento prestado no outro processo, já que as partes são as mesmas.
(B) Ainda que seja possível a José utilizar a prova emprestada, extraindo dos autos originais cópia do termo, essa prova não perde o caráter de prova oral.
(C) Caso o contrato ultrapasse o valor de dez salários-mínimos à época de sua celebração, apenas a prova documental é suficiente à prova de sua existência, sem que se admita prova testemunhal.
(D) A extração do termo de depoimento do processo anterior e sua juntada ao novo feito, além de ser admissível como prova emprestada, constitui prova documental bastante ao intento do autor.
(E) Todo contrato cujo valor ultrapasse o limite de dez salários-mínimos à época de sua celebração somente deve ser provado pela apresentação de seu instrumento, servindo a prova oral apenas de complemento.

A: incorreta, pois não será admitida prova exclusivamente testemunhal nos contratos de valor superior a 10 salários mínimos (CC, art. 227). Atenção: Houve exclusão do artigo que tratava sobre o assunto no CPC; **B:** correta. A prova emprestada não perde sua característica do processo originário; **C:** incorreta. Cabe, também, a prova testemunhal (NCPC, art. 444); **D:** incorreta, conforme exposto em "B"; **E:** incorreta, conforme exposto em "C" – lembrando que não há tarifação entre as provas, conforme princípio do livre convencimento (NCPC, art. 371).

Gabarito "B"

9. SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COISA JULGADA

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Relativamente ao processo de execução, ao cumprimento da sentença e aos embargos de terceiro, julgue os próximos itens.

(1) Após o trânsito em julgado da sentença de procedência proferida em ação de despejo cumulada com cobrança de aluguéis na qual foram parte o locador e o locatário, o fiador do contrato de locação regularmente constituído é parte passiva no procedimento de cumprimento dessa sentença quanto aos valores nela apurados.
(2) Considere que o adquirente de determinado bem, visando à proteção de sua posse, tenha ajuizado embargos de terceiro para afastar ato de constrição judicial decorrente de sentença de procedência proferida em ação reivindicatória. Nessa situação hipotética, o embargado poderá, nos próprios embargos e independentemente do ajuizamento de outra ação, demonstrar que a venda ocorreu enquanto pendente a demanda reivindicatória, fato que importa fraude à execução, sendo ineficaz diante do cumprimento do julgado.

1: Errada. Súmula 268/STJ: O fiador que não integrou a relação processual na ação de despejo não responde pela execução do julgado; **2:** Correta, porque a fraude à execução acarreta a ineficácia do negócio, o que pode ser reconhecido de forma incidental, inclusive por meio dos embargos de terceiro (NCPC, art. 792).

Gabarito 1E, 2C

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Quanto aos títulos executivos judiciais, assinale a opção correta.

(A) A sentença criminal condenatória será título executivo judicial no cível ainda que sujeita a recurso, desde que este não tenha efeito suspensivo.
(B) Homologada transação entre as partes no curso de um processo, poderá ser discutida durante o cumprimento da sentença a validade do acordo de vontades, se apontada a ocorrência de coação.
(C) Não é possível discutir a validade da citação durante o cumprimento de sentença homologatória de acordo judicial.
(D) No cumprimento de sentença arbitral, não será possível discutir a capacidade da pessoa eleita como árbitro em razão dos limites temáticos impostos à impugnação.
(E) Da mesma forma que ocorre no caso do formal e da certidão de partilha, a escritura pública de partilha lavrada em cartório competente também é título executivo judicial por equiparação.

A: incorreto. É título executivo a sentença penal condenatória *transitada em julgado* (art. 515, VI, do NCPC); **B:** incorreto. Para tanto, o coacto deverá se valer da ação anulatória a que alude o art. 966, § 4º, do NCPC; **C:** correto. Se o réu, a despeito da invalidade da citação, comparece ao processo e celebra transação com o autor, dá-se por sanado o defeito outrora existente, consoante dispõe o art. 239, § 1º, do NCPC; **D:** incorreto. Faculta-se ao executado, por meio de impugnação ao cumprimento de sentença, postular a declaração de nulidade da sentença arbitral quando esta for proferida por quem não podia ser árbitro (arts. 32, II, e 33, § 3º, da Lei 9.307/96); **E:** incorreto, já que a escritura pública é título executivo extrajudicial (art. 784, II, primeira parte, do NCPC).

Gabarito "C"

10. TEMAS COMBINADOS DE PARTE GERAL / PROCESSO DE CONHECIMENTO

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) No que concerne aos recursos no processo civil, assinale a opção correta.

(A) O reexame necessário possui natureza jurídica de recurso.
(B) A dimensão horizontal do efeito devolutivo refere-se ao objeto do recurso.
(C) Havendo recurso de apelação, diante do silêncio da parte recorrida, as questões de ordem pública são transferidas ao tribunal em razão do efeito devolutivo.
(D) Admite-se a interposição do agravo de instrumento na forma de recurso adesivo.
(E) O efeito expansivo subjetivo diz respeito à dimensão do pedido recursal da parte recorrente.

A: incorreta, porque a natureza do reexame necessário é de condição de eficácia de certas sentenças, e não de recurso (no NCPC, remessa necessária – art. 496); **B:** correta, porque o aspecto horizontal do efeito devolutivo está relacionado aos capítulos da decisão que são objeto de impugnação pelo recorrente; **C:** incorreta, porque a transferência das matérias de ordem pública decorre do efeito translativo, e não do efeito devolutivo; **D:** incorreta, porque a interposição de recurso adesivo, nos termos do art. 997, § 2º, do NCPC, limita-se aos seguintes recursos: apelação, embargos infringentes, recurso especial e recurso extraordinário; **E:** incorreta, porque o efeito expansivo subjetivo é aquele que diz respeito à extensão da decisão proferido no recurso aos litisconsortes do recorrente, ainda que eles não tenham impugnado a decisão.

Gabarito "B"

11. TEORIA GERAL DOS RECURSOS

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Com relação aos princípios fundamentais dos recursos, assinale a opção correta.

(A) O princípio do duplo grau de jurisdição, por ser de aplicação ilimitada, não sofre exceções.
(B) Em respeito ao princípio da proibição da *reformatio in pejus*, a prescrição do direito do autor, se não manifestada pelo réu em seu recurso, não pode ser conhecida de ofício pelo tribunal julgador.
(C) Se o autor recorrer da sentença de extinção do processo sem resolução do mérito, objetivando sua cassação e, posteriormente, julgamento da lide em seu favor, nada obsta a que o tribunal julgue improcedente o pedido formulado na inicial, sem que isso venha a ferir o princípio da proibição da *reformatio in pejus*.
(D) É possível a interposição dos recursos de agravo e de apelação no caso de a sentença que resolve em uma mesma relação processual conter uma parte agravável — na qual se decidiu questão incidente — e outra apelável — na qual se decidiu a lide.
(E) Pelo princípio da taxatividade, consideram-se recursos aqueles designados por lei federal ou criados pelos tribunais brasileiros.

A: incorreta. O duplo grau de jurisdição, princípio constitucional implícito, sofre uma série de limitações – como nos julgamentos de ADIs, de competência originária do STF; **B:** incorreta. Havendo recurso do réu, é possível a piora da situação do autor – e a prescrição pode ser conhecida de ofício (NCPC, art. 332, § 1º); **C:** correta. Tanto porque se aplica o § 3º do art. 1.013 do NCPC como porque o pedido do recorrente, ao menos em parte (quanto a se afastar a extinção), foi acolhido; **D:** incorreta. Pelo princípio da unirrecorribilidade. Nesses casos, só cabível a apelação, por se tratar de sentença; **E:** incorreta. Pela taxatividade, só é recurso o que a lei determinar (NCPC, art. 994). Além disso, legislação processual é de competência privativa da União (CF, art. 22, I).

Gabarito "C"

(Procurador da República – 25º) Em relação aos recursos, no sistema jurídico brasileiro:

(A) São meios de impugnação de decisões judiciais, inseridos no mesmo processo e nos mesmos autos;
(B) Em determinadas hipóteses, o mesmo ato judicial pode ser impugnado, simultânea e cumulativamente, por mais de um recurso;
(C) A fungibilidade recursal exige dúvida objetiva e inexistência de erro grosseiro na interposição do recurso;
(D) O recurso adesivo é admissível apenas na apelação e nos chamados recursos extraordinários.

A: incorreta, porque há ao menos um recurso, que embora – como todos os demais – desenvolva-se no mesmo processo, tramita em autos apartados, que é o agravo de instrumento, o que, por si só, invalida a afirmação contida na alternativa; **B:** correta (embora tenha sido apontada no gabarito oficial como incorreta), porque é possível – e comum – que um mesmo acórdão seja impugnado, ao mesmo tempo, por recurso extraordinário e especial; **C:** correta, de acordo com a doutrina majoritária. Porém, a jurisprudência do STJ exige um terceiro requisito, não apontado na alternativa (que foi considerada como correta no gabarito oficial) que é a interposição dentro do prazo menor, se houver diversidade de prazo para o recurso efetivamente interposto e o recurso cabível; **D:** incorreta, porque também pode ser utilizado nos embargos infringentes (art. 997, II, do NCPC).

Gabarito "C"

12. RECURSOS EM ESPÉCIE

12.1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Quanto aos embargos de declaração, segundo o CPC, assinale a opção correta.

(A) Os embargos declaratórios apresentados nos tribunais devem ser levados pelo relator a julgamento na sessão

subsequente a sua interposição, oportunidade em que o magistrado proferirá seu voto.

(B) Para que sejam conhecidos, faz-se necessário que o embargante efetue o pagamento das custas processuais e comprove esse pagamento quando da interposição do recurso.

(C) O juiz terá 10 dias para julgar os embargos de declaração, a contar da data em que lhe foram conclusos.

(D) Quando os primeiros embargos de declaração apresentados forem manifestamente protelatórios, poderá o julgador, de imediato, aplicar multa de 10% sobre o valor da condenação.

A: correta, art. 1.024, § 1º do NCPC; **B:** os embargos de declaração não estão sujeitos a preparo (art. 1.023 do NCPC); **C:** incorreta, art. 1.024 do NCPC **D:** incorreta, art. 1.026, § 2º, do NCPC.

Gabarito "A"

12.2. OUTROS RECURSOS E TEMAS COMBINADOS

(Magistratura/SE – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito dos recursos contra as decisões proferidas no processo civil.

(A) São incabíveis embargos de declaração utilizados com a finalidade de instaurar nova discussão acerca de controvérsia jurídica já apreciada ou com o escopo de rever decisão anterior, reexaminando ponto sobre o qual já houve pronunciamento, com inversão, em consequência, do resultado final.

(B) O princípio da proibição da reforma para pior não se aplica ao julgamento dos recursos de sentença na qual ocorre a sucumbência recíproca dos litigantes, pois, nesses casos, toda matéria é devolvida ao tribunal, que pode reformar a decisão para pior contra o único recorrente.

(C) O autor, o réu e o Ministério Público, nos feitos em que atue como parte ou como fiscal da lei, têm interesse recursal para interpor apelação, ainda que a sentença seja terminativa.

(D) Na ação de acidente de trabalho, em que o segurado estiver assistido por advogado, o Ministério Público não tem legitimidade para recorrer da sentença de procedência proferida nessa ação.

(E) Em decisão irrecorrível, o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou de tribunal superior.

A: correta, pois, de fato, a infringência pode ser apenas a consequência do julgamento dos embargos declaratórios e não seu pedido principal, que é restrito às hipóteses previstas no art. 1.022 do NCPC; **B:** incorreta, pois somente é cabível a reforma para pior nos casos de questão de ordem pública em que o relator poderia, a qualquer tempo, reconhecê-la; **C:** incorreta, porque aquele que saiu vencedor não tem interesse em recorrer; **D:** incorreta (Súmula 226 do STJ); **E:** incorreta (art. 932, V, e seus incisos do NCPC).

Gabarito "A"

13. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

(Magistratura/AL – 2008 – CESPE) Quanto à legitimidade para propor ação sob o rito especial estabelecida para promover interdição ou levantá-la, assinale a opção correta.

(A) O MP detém legitimidade para propor a interdição independentemente da existência ou inércia dos demais legitimados, já que se trata de interesse público evidente.

(B) O CPC se refere especificamente ao cônjuge como legitimado a propor a interdição, de modo que não está legitimado o companheiro por se tratar de situação excepcional que afasta interpretação extensiva.

(C) Apesar de referido pela lei como parte legítima, o tutor não detém interesse de agir necessário ao ajuizamento da interdição, porque tem sob seu poder pessoa que já é incapaz de praticar por si os atos da vida civil.

(D) O pedido de levantamento da interdição pode ser ajuizado a qualquer momento, estando legitimado para tanto o próprio interditado, que poderá constituir validamente procurador apesar de sua condição de incapaz para a prática dos atos da vida civil.

(E) Parente próximo só poderá ajuizar pedido de interdição se comprovar que os pais e o cônjuge do requerido estão impedidos de fazê-lo, pois a lei estabeleceu uma ordem de preferência na relação de legitimados.

Art. 756, § 1º, do NCPC.

Gabarito "D"

14. EXECUÇÃO

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Com relação à execução, assinale a opção correta.

(A) Na execução de título extrajudicial, o prazo para oposição de embargos inicia-se com a juntada aos autos do mandado de citação, de cada um dos executados, incluindo de seus cônjuges.

(B) Constituem títulos executivos extrajudiciais o crédito documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio, e os créditos decorrentes de foro e laudêmio.

(C) Quando há requerimento de liquidação de sentença, que não pode ser feito na pendência de recurso, a parte deve ser intimada na pessoa de seu advogado.

(D) É penhorável um saldo de R$ 10.000 depositado em caderneta de poupança.

(E) Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro dependem de homologação pelo STJ para serem aqui executados, devendo satisfazer os requisitos de formação pela lei do lugar de sua celebração e indicar o Brasil como lugar de cumprimento da obrigação.

A: incorreta, porque em se tratando de cônjuges executados, o prazo para os embargos será comum, contado da juntada aos autos do último mandado de citação (art. 915, § 1º, NCPC); **B:** correta. NCPC, art. 781 do NCPC; **C:** incorreta, porque a liquidação pode ser iniciada na pendência de recurso (NCPC, art. 512); **D:** incorreta, porque é impenhorável o dinheiro depositado em caderneta de poupança até 40 salários-mínimos (NCPC, art. 833, X); **E:** incorreta. NCPC, art. 784, §§ 2º e 3º.

Gabarito "B"

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) Quanto ao processo de execução, assinale a opção correta.

(A) As execuções contra a fazenda pública, nelas incluídas as execuções contra as empresas públicas, autarquias e empresas de economia mista, processa-se mediante precatório. Nessa ação, a defesa se faz por meio de embargos, que, apesar de constituírem ação incidental desconstitutiva, com motivação restrita, suspende a execução até a solução definitiva da causa.

(B) Nas ações de execução movidas contra a fazenda pública, não são devidos honorários advocatícios, por se tratar de ação necessária, e a executada não pode solver a obrigação de modo espontâneo, exceto em se tratando de obrigação de fazer.

(C) Não tendo o devedor bens no foro da execução, a penhora será feita por carta precatória e os embargos poderão ser oferecidos no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é exclusiva do juízo deprecante.

(D) Nas execuções propostas contra a fazenda pública, o prazo para o oferecimento dos embargos é de vinte dias. Opostos os embargos, suspende-se a execução até a definitiva solução da questão posta em juízo.

(E) Na execução por título extrajudicial, o oferecimento dos embargos à execução não exige a prévia segurança do juízo. Porém, o executado só poderá pleitear a atribuição de efeito suspensivo aos embargos, quando o juízo estiver garantido por penhora, depósito ou caução suficiente.

A: incorreta. As execuções contra a fazenda pública processam-se mediante precatório, porém os embargos não suspendem a execução; **B:** incorreta, pois não há exceção de honorários em execuções contra a fazenda pública; **C:** incorreta. NCPC, art. 914, § 2º; **D:** incorreta. O prazo é de 30 dias ((art. 1º-A da Lei 9.494/97), não se aplicando o previsto no art. 910 do NCPC; **E:** correta. NCPC, arts. 914 e 919, § 1º.

Gabarito "E"

(Magistratura/AL – 2008 – CESPE) Quanto à suspensão da execução, assinale a opção correta.

(A) Recebidos os embargos à execução, esta permanecerá suspensa até o trânsito em julgado da decisão que julgá-los.

(B) Na hipótese de o devedor não possuir bens penhoráveis, não ocorrerá suspensão, mas extinção do feito por perda superveniente do interesse de agir, já que a ação ter-se-á tornado inútil à satisfação do direito.

(C) A suspensão da execução por convenção das partes não está sujeita a limite temporal traçado pela lei processual, mas ao prazo concedido pelo credor ao devedor para que este cumpra a obrigação.

(D) No que diz respeito à execução do patrimônio do executado, a morte deste não será causa bastante para a suspensão da execução.

(E) Caso seja concedido efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados, a execução permanecerá suspensa quanto aos demais, independentemente dos fundamentos manejados pelo embargante.

A: incorreta (art. 919 do NCPC); **B:** incorreta (art. 921, III, do NCPC); **C:** correta (art. 922 do NCPC); **D:** incorreta (art. 921, I, do NCPC); **E:** incorreta, pois o caso trata de suspensão parcial que, na verdade, é apenas uma redução das medidas executivas a serem realizadas, quando apenas um dos sujeitos executados entra com embargos, sendo que somente ele pode ser beneficiado. A execução contra os outros continua, ou seja, não há suspensão do processo, mas apenas uma limitação temporária (até o julgamento dos embargos) no polo passivo.

Gabarito "C"

15. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

(Procurador do Estado/ES – 2008 – CESPE) Quanto à execução em face da fazenda pública, julgue os itens a seguir.

(1) Em execuções movidas contra a fazenda pública, ainda que não embargadas, são devidos honorários advocatícios ao exequente, salvo quando se tratar de obrigação de dar coisa certa, por não se submeter ao regime do precatório.

(2) Uma sentença que rejeita embargos à execução, seja ela fundada em título judicial ou extrajudicial oposto pela fazenda pública, não está sujeita ao reexame necessário.

1: errado. Art. 1º-D da Lei n. 9.494/97; **2:** certo. Não há previsão legal nesse sentido (NCPC, art. 496).

Gabarito 1E, 2C

16. EXECUÇÃO FISCAL

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta quanto à execução fiscal.

(A) Na execução fiscal, caso os bens oferecidos à penhora pelo executado sejam de difícil alienação, o credor pode recusar a nomeação, com a consequente indicação à penhora de dinheiro existente em conta-corrente do devedor.

(B) A taxa sistema especial de liquidação e custódia (SELIC) pode ser incluída na liquidação de sentença condenatória com trânsito em julgado que tenha fixado correção monetária e juros de mora, pois essa taxa fixa tão somente os índices dos juros convencionais cobrados pelo mercado. Por isso, ela pode ser cumulada com correção monetária e juros de mora.

(C) Na execução fiscal, a intervenção do Ministério Público, na qualidade de fiscal da lei, é obrigatória, em razão do interesse público, no caso, consubstanciado no crédito da Fazenda Pública.

(D) Os embargos do devedor, na execução fiscal, só serão admitidos com a garantia do juízo. Por isso, a insuficiência da penhora para garantir a satisfação integral do credor acarreta a extinção liminar dos embargos do devedor e o prosseguimento da execução.

(E) Na execução fiscal, o despacho que determinar a citação interrompe a prescrição e, caso o executado não seja citado no prazo fixado em lei, e a ação ficar paralisada por mais de cinco anos, o juiz, de ofício, decretará a extinção da execução.

A: correta (Lei 6.830/80, art. 15, II); **B:** incorreta. A SELIC já embuto juros e correção, então não pode ser cumulada com correção; **C:** incorreta. Súmula 189/STJ: É desnecessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais; **D:** incorreta. A jurisprudência não exige a garantia total do débito (Lei 6.830/80, art. 16, § 1º); **E:** incorreta (Lei 6.830/80, art. 8º, § 2º e art. 40).

Gabarito "A"

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) Instaurado processo executivo fiscal, o executado opôs-lhe embargos, no prazo legal, apontando a existência de vício insanável no título da dívida ativa em que se baseava a execução. Ao avaliar o caso, o procurador municipal reconheceu a existência do vício, sendo cancelada a inscrição da dívida ativa e extinta a execução fiscal. Nessa situação, quanto aos encargos da sucumbência, assinale a opção correta.

(A) O município não deverá arcar com qualquer ônus da sucumbência, pois a Lei de Execução Fiscal determina que o cancelamento da inscrição importa isenção de ônus para as partes.

(B) Após o oferecimento de embargos pelo executado, a desistência da execução fiscal não exime o exequente dos encargos da sucumbência.

(C) O município arcará com os ônus da sucumbência apenas se a tese levantada nos embargos tiver sido o motivo para o cancelamento administrativo da inscrição na dívida ativa.

(D) Por contar com isenção das custas processuais, o município reembolsará apenas as despesas com os honorários advocatícios, mas não as custas adiantadas pelo embargante.

No caso, como os embargos são uma ação autônoma, uma vez apresentados, há sucumbência (NCPC, art. 85 e 90). De seu turno, em relação à execução em si, aplica-se a regra do art. 26 da Lei 6.830/80.

Gabarito "B"

17. Direito Penal

Arthur Trigueiros, Eduardo Dompieri e Tatiana Subi*

1. CONCEITO, FONTES E PRINCÍPIOS

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) Cabe ao legislador, na sua propícia função, proteger os mais diferentes tipos de bens jurídicos, cominando as respectivas sanções, de acordo com a importância para a sociedade. Assim, haverá o ilícito administrativo, o civil, o penal etc. Este último é o que interessa ao direito penal, justamente por proteger os bens jurídicos mais importantes (vida, liberdade, patrimônio, liberdade sexual, administração pública etc.). O direito penal

(A) tem natureza fragmentária, ou seja, somente protege os bens jurídicos mais importantes, pois os demais são protegidos pelos outros ramos do direito.

(B) tem natureza minimalista, pois se ocupa, inclusive, dos bens jurídicos de valor irrisório.

(C) tem natureza burguesa, pois se volta, exclusivamente, para a proteção daqueles que gerenciam o poder produtivo e a economia estatal.

(D) é ramo do direito público e privado, pois protege bens que pertencem ao Estado, assim como aqueles de propriedade individualizada.

(E) admite a perquirição estatal por crimes não previstos estritamente em lei, assim como a retroação da *lex gravior*.

A: correta, uma vez que o princípio da fragmentariedade expressa exatamente o fato de o Direito Penal tutelar os bens jurídicos mais relevantes (bens jurídico-penais), ficando a cargo dos outros ramos do direito a tutela dos demais bens jurídicos; **B:** incorreta, pois o Direito Penal, por ser ramo violento, capaz de restringir a liberdade de locomoção do cidadão, somente será chamado a intervir diante de bens jurídicos de valor relevante, não se ocupando das lesões ínfimas ou irrisórias a bens jurídicos (princípio da insignificância ou bagatela); **C:** incorreta, pois o Direito Penal, em teoria, não escolhe essa ou aquela classe social para intervir, devendo incidir diante de fatos típicos contrários ao direito. **D:** incorreta, uma vez que o Direito Penal é, induvidosamente, ramo do direito público, já que a prática de um ilícito penal, ainda que tenha uma vítima imediata, tem sempre o Estado como sujeito passivo constante. **E:** incorreta, pois é princípio basilar do Direito Penal o da legalidade (não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal – art. 5º, XXXIX, CF e art. 1º do CP), bem como o da irretroatividade *in pejus* (a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu – art. 5º, XL, da CF e art. 2º, do CP).

Gabarito "A"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) A respeito dos princípios constitucionais penais, assinale a opção correta.

(A) Fere o princípio da legalidade, também conhecido por princípio da reserva legal, a criação de crimes e penas por meio de medida provisória.

(B) A lei penal mais favorável ao réu tem efeito extra-ativo relativo, pois, apesar de ser aplicada a crimes ocorridos antes de sua vigência, não se aplica a crimes ocorridos durante a sua vigência caso seja posteriormente revogada.

(C) A responsabilidade pela indenização do prejuízo que foi causado pelo condenado ao cometer o crime não pode ser estendida aos seus herdeiros, sem que, com isso, seja violado o princípio da personalidade da pena.

(D) Em razão do princípio da presunção de inocência, não é possível haver prisão antes da sentença condenatória transitada em julgado.

(E) No Brasil vige, de forma absoluta, o princípio da vedação à pena de morte, inexistindo exceções.

A: correta – o *princípio da legalidade*, *estrita legalidade* ou *reserva legal* (arts. 1º do CP e 5º, XXXIX, da CF) estabelece que os tipos penais incriminadores só podem ser concebidos por lei em sentido estrito, ficando afastada, assim, a possibilidade de a lei penal ser criada por outras formas legislativas que não a lei em sentido formal, como, por exemplo, a *medida provisória* (art. 62, § 1º, I, *b*, da CF); **B:** incorreta – a lei penal mais benéfica ao réu (*lex mitior*) tem incidência retroativa e ultrativa; não há que se falar, portanto, em extratividade relativa; **C:** incorreta – vige, no Direito Penal, o *princípio da pessoalidade* ou *personalidade* ou *da responsabilidade pessoal*, que prescreve que a pena não pode passar da pessoa do delinquente, podendo, entretanto, a obrigação de reparar o dano e a decretação de perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas até o limite do valor do patrimônio transferido (art. 5º, XLV, CF); **D:** incorreta – a Súmula nº 9 do STJ estabelece que a prisão provisória não ofende o princípio constitucional da presunção de inocência, consagrado no art. 5º, LVII, da CF; **E:** incorreta – o Código Penal Militar (Decreto-Lei 1.001/69), em seus arts. 55 a 57, faz alusão à pena de morte, representando, portanto, exceção à regra contida no art. 5º, XLVII, *a*, da CF.

Gabarito "A"

2. APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) A respeito da aplicação da lei penal, dos princípios da legalidade e da anterioridade e acerca da lei penal no tempo e no espaço, julgue os seguintes itens.

(1) Ocorrendo a hipótese de *novatio legis in mellius* em relação a determinado crime praticado por uma pessoa definitivamente condenada pelo fato, caberá ao juízo da execução, e não ao juízo da condenação, a aplicação da lei mais benigna.

(2) O princípio da legalidade, que é desdobrado nos princípios da reserva legal e da anterioridade, não se aplica às medidas de segurança, que não possuem natureza de pena, pois a parte geral do Código Penal apenas se refere aos crimes e contravenções penais.

(3) A lei processual penal não se submete ao princípio da *retroatividade in mellius*, devendo ter incidência imediata sobre todos os processos em andamento, independentemente de o crime haver sido cometido antes ou depois de sua vigência ou de a inovação ser mais benéfica ou prejudicial.

1: correta – Súmula 611 do STF e art. 66, I, da LEP; **2:** incorreta – as medidas de segurança – *internação* e *tratamento ambulatorial* –, previstas no art. 96, I e II, do CP, devem, sim, obediência ao *princípio da legalidade*. A esse respeito, *vide*: STF, 1ª T., HC 84.219/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 16.8.2005; **3:** correta – o art. 2º do CPP estabelece que a lei processual penal terá aplicação imediata, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a égide da lei anterior. Não tem, pois, efeito retroativo. Vale, entretanto, fazer uma ressalva. Quando se tratar de uma norma processual dotada de caráter material, há quem entenda

* **Eduardo Dompieri** comentou as questões dos concursos de Promotor de Justiça/PI – 2014, Defensoria/DF – 2013, Cartório/RR – 2013, Analista – STF – 2013 e Analista – TJ/CE – 2013, Juiz de Direito 2016, Analista TCE/PR/2016, Analista TCE/PA/2016, Analista TRE/PI/2016, Analista TRT/8ª/2016. **Arthur Trigueiros** comentou as questões dos concursos de Promotor de Justiça/AC – 2014, Escrivão de Polícia Federal – 2013, Polícia Rodoviária Federal – 2013, Escrivão de Polícia/BA – 2013, Investigador de Polícia/BA – 2013 e Escrivão de Polícia/DF – 2013. **Arthur Trigueiros**, **Eduardo Dompieri** e **Tatiana Subi** comentaram as demais questões.

que a sua eficácia no tempo deverá seguir o regramento do art. 2º, parágrafo único, do CP.

Gabarito 1C, 2E, 3C

(OAB – CESPE – 2010.1) Assinale a opção correta acerca da pena cumprida no estrangeiro e da eficácia da sentença estrangeira.

(A) É possível a homologação, pelo STJ, de sentença penal condenatória proferida pela justiça de outro país, para obrigar o condenado residente no Brasil à reparação do dano causado pelo crime que cometeu.
(B) A competência para a homologação de sentença estrangeira é do STF, restringindo-se a referida homologação a casos que envolvam cumprimento de pena privativa de liberdade no Brasil.
(C) Apenas nas hipóteses de infração penal de menor potencial ofensivo, admite-se que a pena cumprida no estrangeiro atenue a pena imposta, no Brasil, pelo mesmo crime.
(D) A pena cumprida no estrangeiro não atenua nem compensa a pena imposta, no Brasil, pelo mesmo crime, dado o caráter independente das justiças nacional e estrangeira.

A: correta. Cuida-se da previsão do art. 9.º, I, do CP, sendo a competência para a referida homologação do STJ (CF, art. 105, I, *i*); **B:** incorreta. A competência para a homologação de sentença estrangeira é do STJ (CF, art. 105, I, *i*). Ademais, a homologação pode ocorrer para fins diversos do cumprimento de pena privativa de liberdade (CP, art. 9.º, I e II); **C:** incorreta. Não existe, na norma aplicável à espécie (CP, art. 8.º), a restrição descrita na assertiva; **D:** incorreta. A pena cumprida no estrangeiro deve ser descontada da aplicada, no Brasil, pelo mesmo crime (CP, art. 8.º).

Gabarito "A"

3. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES

(Agente de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Os crimes comissivos por omissão – também chamados de crimes omissivos impróprios – são aqueles para os quais o tipo penal descreve uma ação, mas o resultado é obtido por inação.

1: correta, pois, de fato, os crimes omissivos impróprios, impuros ou comissivos por omissão, são aqueles em que o agente, por omissão (deixar de fazer o que era preciso), produz um resultado, muito embora o tipo penal descreva uma ação. Somente se fala em omissão imprópria para a situação em que o agente tenha o dever jurídico de agir para impedir o resultado, mas, por omissão, não o faz, respondendo como se tivesse atuado positivamente (leia-se: como se tivesse praticado uma conduta comissiva, ou seja, por ação). Importante destacar que a omissão imprópria (ou espúria, ou crimes comissivos por omissão) vem prevista no art. 13, § 2º, do CP.

Gabarito 1C

(Magistratura/PI – 2008 – CESPE) Acerca da teoria do crime, assinale a opção incorreta.

(A) Crime biprópriο é aquele que exige uma especial qualidade, tanto do sujeito ativo como do sujeito passivo do delito.
(B) Crime vago é aquele que tem como sujeito passivo pessoa jurídica não identificada.
(C) O crime de ímpeto é o delito praticado sem premeditação.
(D) O crime gratuito e o crime praticado por motivo fútil são tipos de crimes diferentes.
(D) Crime transeunte é aquele que não deixa vestígios.

A: correta – exemplo de crime biprópriο é o infanticídio, em que é exigida uma qualidade especial tanto do sujeito ativo (mãe) quanto do passivo (filho nascente ou recém-nascido); **B:** incorreta, devendo ser assinalada – crime vago é aquele que tem como sujeito passivo uma coletividade destituída de *personalidade jurídica*; **C:** correta – chamado também de *crime de curto-circuito*, é o delito repentino, cometido de forma não premeditada; **D:** correta – gratuito é o crime cometido sem motivo, que não deve ser confundido com o crime cometido por motivo fútil, o qual, em se tratando de homicídio, é qualificado (que significa matar por motivo de pequena importância); **E:** correta – exemplo de crime transeunte é a injúria verbal. Crimes não transeuntes, de outro lado, são aqueles que deixam vestígios.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.2) Em relação à classificação das infrações penais, assinale a opção correta.

(A) Crimes hediondos são os previstos como tal na lei específica, e crimes assemelhados a hediondos são todos aqueles delitos que, embora não estejam previstos como tal na lei, causem repulsa social, por sua gravidade e crueldade.
(B) Crime próprio é sinônimo de crime de mão própria.
(C) Crime unissubsistente é o que se consuma com a simples criação do perigo para o bem jurídico protegido, sem produzir dano efetivo.
(D) No crime comissivo por omissão, o agente responde pelo resultado, e não, pela simples omissão, uma vez que esta é o meio pelo qual o agente produz o resultado.

A: incorreto. Adotamos o *sistema legal*, segundo o qual à lei cabe definir quais crimes devem ser rotulados como *hediondo*. Este rol – taxativo – encontra-se contemplado no art. 1º da Lei 8.072/1990. De outro lado, o Constituinte, no art. 5º, XLIII, da CF, tratou de indicar quais crimes merecem tratamento mais severo: tortura, tráfico de drogas e terrorismo. São os chamados *delitos equiparados a hediondo*; **B:** incorreto. *Crime próprio* é o que exige do agente uma característica especial. São exemplos o peculato (art. 312, CP), em que somente poderá figurar como sujeito ativo o funcionário público, e o infanticídio (art. 123 do CP), cujo sujeito ativo há de ser a mãe em estado puerperal. Nestes dois exemplos, são admitidas, a teor do art. 30 do CP, a coautoria e a participação de pessoas desprovidas dessas qualidades; o *crime de mão própria*, diferentemente, exige que o sujeito ativo pratique pessoalmente a conduta descrita no tipo penal. Não cabe, nesta modalidade de crime, coautoria. Exemplo sempre lembrado pela doutrina é o crime de falso testemunho, que exige uma atuação pessoal do agente; **C:** incorreto. *Crime unissubsistente* é aquele cuja conduta é constituída de um único ato. Não admite a forma tentativa, posto que a conduta não pode ser fracionada; **D:** correto. No crime omissivo impróprio (comissivo por omissão), o agente deixa de evitar o resultado que podia ou devia ter evitado. Sua obrigação está consubstanciada no art. 13, § 2º, do CP.

Gabarito "D"

4. FATO TÍPICO E TIPO PENAL

(Agente de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) São elementos do fato típico: conduta, resultado, nexo de causalidade, tipicidade e culpabilidade, de forma que, ausente qualquer dos elementos, a conduta será atípica para o direito penal, mas poderá ser valorada pelos outros ramos do direito, podendo configurar, por exemplo, ilícito administrativo.

1: incorreta, pois o fato típico, primeiro requisito constitutivo do crime, é formado por quatro elementos, quais sejam, a conduta, o resultado (apenas nos crimes materiais, assim considerados aqueles que exigem resultado para a sua configuração), nexo de causalidade (também para os crimes materiais) e tipicidade. A culpabilidade não integra o fato típico, tratando-se, porém, de pressuposto indispensável para que se possa aplicar pena ao agente. É bom que se diga que o conceito analítico de crime, para os adeptos da teoria ou concepção bipartida, corresponde ao fato típico e à antijuridicidade (ou ilicitude), enquanto que para a concepção ou teoria tripartida, corresponde ao fato típico, à antijuridicidade (ou ilicitude) e à culpabilidade. Portanto, para a teoria tripartida, a culpabilidade é requisito do crime.

Gabarito 1E

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Em uma festividade natalina que ocorria em determinado restaurante, o garçom, ao estourar um champanhe, afastou-se do dever de cuidado objetivo a todos imposto e lesionou levemente o olho de uma cliente, embora não tivesse a intenção de machucá-la. Levada ao hospital para tratar a lesão, a moça sofreu um acidente automobilístico no trajeto, vindo a falecer em consequência exclusiva dos ferimentos provocados pelo infortúnio de trânsito.

Com referência a essa situação hipotética e ao instituto do nexo causal no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

(A) O garçom deverá responder pelo delito de homicídio culposo.

(B) O garçom poderá responder apenas pelo delito de lesão corporal culposa.
(C) O garçom não deverá responder por nenhum delito.
(D) Em regra, o CP adotou a teoria da causalidade adequada para identificar o nexo causal entre a conduta e o resultado.
(E) Segundo a teoria da imputação objetiva, o garçom, por ter criado um risco absolutamente proibido pela sociedade, deveria responder pelo delito de homicídio doloso.

O enunciado da questão retrata, fielmente, a ocorrência de uma causa superveniente absolutamente independente da conduta do agente, que por si só produziu o resultado. Aplicável ao caso o art. 13, § 1º, do CP, que adota a teoria da causalidade adequada. Assim, muito embora o garçom tenha dado causa à condução da vítima ao hospital, em razão do ferimento provocado pelo estouro – quiçá imprudente – de uma garrafa de champanhe, o fato é que a efetiva causa da morte da moça foi o acidente automobilístico, que não se encontra na linha de desdobramento causal normal da conduta do agente. Logo, deverá ele responder apenas pelos atos anteriores à morte, vale dizer, pela lesão corporal culposa. Frise-se que, como regra, o CP, em seu art. 13, *caput*, adotou a teoria da *conditio sine qua non* (ou teoria da equivalência dos antecedentes causais), segundo a qual causa é tudo aquilo sem o que o resultado não teria ocorrido (da forma e como ocorreu). Porém, tal teoria não é aplicada no caso de causas supervenientes relativamente independentes que por si sós produzam o resultado, havendo, aqui, um rompimento do nexo causal, sendo inviável que se impute o resultado posterior à conduta do agente a este.
Gabarito "B"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Acerca das teorias que regem o direito penal e os seus institutos, assinale a opção correta.

(A) A teoria final da ação foi elaborada por Von Liszt no final do século XIX, tendo sido desenvolvida também por Beling e Radbruch, resultando na estrutura mundialmente conhecida como sistema Liszt-Beling-Radbruch.
(B) A teoria causal da ação teve por mérito superar a taxativa separação dos aspectos objetivos e subjetivos da ação e do próprio injusto, transformando, assim, o injusto naturalístico em injusto pessoal.
(C) Para a teoria constitucional do direito penal, a verificação da ocorrência do fato típico doloso não se resume ao aspecto formal-objetivo, dependendo, ainda, da ocorrência de outros elementos de índole material-normativa e subjetiva.
(D) Para a teoria social da ação, um fato considerado normal, correto, justo e adequado pela coletividade, ainda que formalmente enquadrável em um tipo incriminador, pode ser considerado típico pelo ordenamento jurídico, devendo, no entanto, ser excluída a culpabilidade do agente.
(E) A teoria funcional da conduta está estruturada em duas vertentes: para a primeira, que tem Claus Roxin como principal defensor, a função da norma é a reafirmação da autoridade do direito; a segunda, cujo principal representante é Günther Jakobs, sustenta que um moderno direito penal deve estar estruturado teleologicamente, isto é, atendendo a finalidades valorativas.

A: incorreta. A teoria idealizada no século XIX por Lizst, Beling e Radbruch foi a clássica, também chamada de naturalística, mecanicista ou causal; **B:** incorreta, pois, de acordo com a teoria clássica (ou causal), a conduta era considerada um mero comportamento humano voluntário provocador de modificação no mundo exterior, dando azo à caracterização da conduta criminosa independentemente de o agente ter agido com dolo ou culpa. Em suma, a conduta era analisada de forma absolutamente objetiva, sendo que o elemento subjetivo da ação (dolo ou culpa) estava sediado na culpabilidade; **C:** correta. De acordo com a teoria constitucional (ou constitucionalista) do delito, defendida fortemente, na atualidade, por Luiz Flávio Gomes, inexiste crime se a conduta do agente não ofender ao bem jurídico tutelado penalmente. O fato típico deve ser, segundo esta teoria, bipartido em uma faceta objetiva e outra subjetiva. Na parte objetiva, por sua vez, há nova bipartição, desta feita, uma dimensão formal e outra material (nesta última, encerrar-se-á um juízo valorativo acerca da conduta e do resultado jurídico); **D:** incorreta. De acordo com a teoria social, Johannes Wessels defendeu, em síntese, que o comportamento humano deve ser cotejado com os aspectos sociais que o rodeiam. Assim, um fato não poderá ser considerado típico se for tolerado pela sociedade, sem trazer repercussão social negativa. Logo, o tipo penal conteria um elemento implícito (a referida repercussão social da conduta), que, se ausente, *tornaria o fato atípico*; **E:** incorreta. Segundo Claus Roxin, adepto de um funcionalismo moderado, fundado em uma teoria personalista da ação, o direito penal deve ser estruturado teleologicamente, inaugurando, aí, um sistema funcional-teleológico, baseado em um ponto de vista teleológico (finalístico) e, também, valorativo das normas. Portanto, para Roxin, o Direito Penal deve guiar-se mais pela política criminal do que pelo dogmatismo clássico. Já para Günther Jakobs, adepto ao funcionalismo sistêmico (ou radical), o Direito Penal deve ter sua autoridade (re)afirmada pelas normas, fortalecendo, assim, uma visão de prevenção geral positiva da pena (reafirmação da autoridade e vigência da lei penal), bem como sua função de proteção de objetos jurídicos.
Gabarito "C"

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Denis desferiu cinco facadas em Henrique com intenção de matar. Socorrido imediatamente e encaminhado ao hospital mais próximo, Henrique foi submetido à cirurgia de emergência, em razão da qual contraiu infecção e, finalmente, faleceu. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta, com base no entendimento do STF.

(A) Trata-se de causa absolutamente independente superveniente, que rompeu o nexo causal, devendo Denis responder por tentativa de homicídio.
(B) Trata-se de causa relativamente independente e superveniente que rompeu o nexo causal, devendo Denis responder por tentativa de homicídio.
(C) Não houve rompimento do nexo de causalidade, devendo Denis responder por homicídio doloso consumado.
(D) Trata-se de causa relativamente independente e superveniente que rompeu o nexo causal, devendo Denis responder por lesão corporal seguida de morte.
(E) Não houve rompimento do nexo causal, mas Denis deve responder apenas por tentativa de homicídio.

A infecção contraída por Henrique é considerada *causa superveniente relativamente independente* que se encontra na linha de desdobramento natural da conduta. Não há se falar, pois, em rompimento do nexo causal. A esse respeito: STF, HC 78.049-8, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJU 9.04.99.
Gabarito "C"

(Cartório/DF – 2008 – CESPE) Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item seguinte com base no direito penal brasileiro.

(1) O nexo causal que resulta da omissão é de natureza normativa, e não, naturalística. A omissão, portanto, é erigida pelo direito como causa do resultado, ocorrendo quando quem tem o dever legal de evitar o resultado não o faz.

1: correta. De fato, o nexo de causalidade, nas condutas omissivas, deriva de uma inatividade do agente, vale dizer, de um comportamento negativo. Assim, diz-se que "do nada, nada surge", ou seja, se o agente nada fez, por nada poderia responder. Todavia, nos crimes omissivos, a relação de causalidade é de natureza normativa, ou seja, o resultado advindo da inação do agente a ele será imputado não por tê-lo, com sua conduta direta, provocado, mas, sim, pelo fato de, em razão do dever jurídico de agir para impedi-lo, nada ter feito nesse sentido. Aqui, a omissão somente será penalmente relevante quando o agente, podendo – e devendo - agir para impedir determinado resultado, nada faz (art. 13, § 2º, do CP).
Gabarito 1C

(OAB – CESPE – 2009.1) Ana e Bruna desentenderam-se em uma festividade na cidade onde moram e Ana, sem intenção de matar, mas apenas de lesionar, atingiu levemente, com uma faca, o braço esquerdo de Bruna, a qual, ao ser conduzida ao hospital para tratar o ferimento, foi vítima de acidente de automóvel, vindo a falecer exclusivamente em razão de traumatismo craniano. Acerca dessa situação hipotética, é correto afirmar, à luz do CP, que Ana

(A) não deve responder por delito algum, uma vez que não deu causa à morte de Bruna.
(B) deve responder apenas pelo delito de lesão corporal.
(C) deve responder pelo delito de homicídio consumado.
(D) deve responder pelo delito de homicídio na modalidade tentada.

O acidente de automóvel do qual resultou a morte de Bruna constitui, conforme reza o art. 13, § 1º, do CP, *causa superveniente relativamente independente*, que tem o condão de romper o nexo causal, fazendo com que Ana responda tão somente pela lesão corporal. Embora o acidente automobilístico tenha sido gerado pela lesão experimentada por Ana (causas relativamente independentes), ele, acidente, foi capaz, por si só, de produzir o resultado.
Gabarito "B"

5. CRIMES DOLOSOS, CULPOSOS E PRETERDOLOSOS

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Com relação aos crimes culposos, assinale a opção correta.

(A) A culpa consciente ocorre quando o agente assume ou aceita o risco de produzir o resultado. Nesse caso, o agente não quer o resultado, caso contrário, ter-se-ia um crime doloso.
(B) A culpa imprópria ou culpa por extensão é aquela em que a vontade do sujeito dirige-se a um ou outro resultado, indiferentemente dos danos que cause à vítima.
(C) A compensação de culpas no direito penal, aceita pela doutrina penal contemporânea e acolhida pela jurisprudência pátria, diz respeito à possibilidade de compensar a culpa da vítima com a culpa do agente da conduta delituosa, de modo a assegurar equilíbrio na relação penal estabelecida.
(D) São elementos do fato típico culposo: conduta humana voluntária (ação/omissão), inobservância do cuidado objetivo (imprudência/negligência/imperícia), previsibilidade objetiva, ausência de previsão, resultado involuntário, nexo de causalidade e tipicidade.
(E) A autoria dos crimes culposos é basicamente atribuída àquele que causou o resultado. Com isso admite-se a participação culposa em delito doloso, participação dolosa em crime culposo e participação culposa em fato típico culposo.

A: incorreta – na *culpa consciente*, embora o agente tenha a previsão do resultado ofensivo, espera sinceramente que ele não ocorra. Ele avalia a situação e conclui que a sua habilidade impedirá que o resultado antevisto seja produzido. Se, no entanto, o agente, com a sua conduta, assume o risco de produzir determinado resultado, ainda que a sua vontade não seja a ele dirigida, está-se então diante do chamado *dolo eventual*; **B:** incorreta – na *culpa imprópria* (por equiparação ou assimilação, ou com previsão), o agente, porque avaliou mal a situação, acredita que age acobertado por uma causa de exclusão de ilicitude. Ele, aqui, busca por um resultado determinado, certo. Se a conduta do agente é dirigida a um ou outro resultado, configurado estará o chamado dolo alternativo; **C:** incorreta – a *compensação de culpas* não foi acolhida pela doutrina penal, tampouco pela jurisprudência; **D:** correta – para que se possa falar em crime culposo, devem, portanto, estar presentes os requisitos (elementos) acima; à falta de um deles, o fato será atípico; **E:** incorreta – inexiste participação culposa em delito doloso, bem assim participação dolosa em crime culposo. Da mesma forma, não há que se falar em participação culposa em fato típico culposo. O que pode haver é *coautoria* em delito culposo.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.2) Com relação ao dolo e à culpa, assinale a opção correta.

(A) A conduta culposa poderá ser punida ainda que sem previsão expressa na lei.
(B) Caracteriza-se a culpa consciente caso o agente preveja e aceite o resultado de delito, embora imagine que sua habilidade possa impedir a ocorrência do evento lesivo previsto.
(C) Caracteriza-se a culpa própria quando o agente, por erro de tipo inescusável, supõe estar diante de uma causa de justificação que lhe permite praticar, licitamente, o fato típico.
(D) Considere que determinado agente, com intenção homicida, dispare tiros de pistola contra um desafeto e, acreditando ter atingido seu objetivo, jogue o suposto cadáver em um lago. Nessa situação hipotética, caso se constate posteriormente que a vítima estava viva ao ser atirada no lago, tendo a morte ocorrido por afogamento, fica caracterizado o dolo geral do agente, devendo este responder por homicídio consumado.

A: incorreto. O art. 18, parágrafo único, do CP prevê a chamada *excepcionalidade do crime culposo*, ou seja, só há que se falar em crime culposo se houver previsão legal expressa nesse sentido; caso contrário, o agente não poderá ser punido a título de culpa; **B:** incorreto. Na *culpa consciente* o agente prevê o resultado, mas espera sinceramente que ele não ocorra. O agente, neste caso, não aceita a ocorrência do resultado. Tal postura (de aceitar o resultado) é compatível com o *dolo eventual*, em que o sujeito assume o risco de produzi-lo, conforma-se com ele, mostra-se, enfim, indiferente em relação a ele, resultado; **C:** incorreto. *Culpa própria*: o agente não deseja o resultado tampouco assume o risco de produzi-lo; **D:** correto. Também chamado de *erro sucessivo* ou *aberratio causae*.
Gabarito "D"

6. ERRO DE TIPO, DE PROIBIÇÃO E DEMAIS ERROS

(Magistratura/SE – 2008 – CESPE) Acerca do erro na lei penal brasileira, assinale a opção correta.

(A) O erro inescusável sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e a culpa, se prevista em lei.
(B) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta o agente de pena, sendo consideradas as condições ou qualidades da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.
(C) O erro sobre a ilicitude do fato é escusável, sendo que o desconhecimento da lei deve ser considerado como circunstância agravante no momento da dosimetria da pena.
(D) É inimputável quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.
(E) Quando, por erro na execução do crime, sobrevém resultado diverso do pretendido, o agente responde por dolo eventual.

A: incorreta – o erro inescusável ou vencível, consistente naquele em que o agente, se houvesse agido com o necessário cuidado, o teria, dessa forma, evitado, exclui o dolo, mas permite a responsabilização por crime culposo (se houver previsão nesse sentido); **B:** correta – art. 20, § 3º, do CP (erro sobre a pessoa); **C:** incorreta – o erro sobre a ilicitude do fato pode ser escusável ou não. O desconhecimento da lei, por sua vez, constitui circunstância atenuante, nos termos do art. 65, II, do CP; **D:** incorreta – art. 20, § 1º, 1ª parte, do CP. Trata-se de excludente de ilicitude imaginária. No que tange à sua natureza jurídica, não há consenso na doutrina. Para alguns, trata-se de ***erro de tipo permissivo*** (teoria limitada da culpabilidade), o que ensejaria, portanto, a exclusão do dolo; para outros, seria um autêntico ***erro de proibição*** (teoria extremada da culpabilidade). Não há se falar, neste último caso, em exclusão do dolo; **E:** incorreta – art. 74 do CP (resultado diverso do pretendido).
Gabarito "B"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Abel pretendia tirar a vida do seu desafeto Bruno, que se encontrava caminhando em um parque ao lado da namorada. Mesmo ciente de que também poderia acertar a garota, Abel continuou sua empreitada criminosa, efetuou um único disparo e acertou letalmente Bruno, ferindo levemente sua namorada.

A partir dessa situação hipotética e em relação ao instituto do erro, assinale a opção correta.

(A) Na situação de delito putativo por erro de tipo, o agente não sabe que está cometendo um crime, mas acaba por praticá-lo.
(B) O erro de tipo essencial escusável exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.

(C) O caso hipotético acima caracteriza o que a doutrina denomina de *aberratio ictus*, devendo Abel responder apenas pelo homicídio.
(D) Abel deve responder pelos delitos de homicídio e lesão corporal leve em concurso formal imperfeito.
(E) Abel deve responder pelos delitos de homicídio e lesão corporal leve em concurso ideal.

A: incorreta. Não se cogita, no enunciado, da existência de delito putativo por erro de tipo, assim considerado aquele erroneamente suposto pelo agente. Em outras palavras, diz-se que o crime putativo por erro de tipo existe, apenas, na mente do agente, que, pretendendo cometer um crime, em razão de uma falsa percepção da realidade (erro), comete fato penalmente atípico; **B:** incorreta, pois o erro de tipo essencial, que é aquele que recai sobre elementares, quando invencível (ou inevitável, ou escusável), exclui o dolo e a culpa; **C:** incorreta, pois, no caso relatado no enunciado, Abel, mediante uma única ação, cometeu dois crimes (homicídio e lesão corporal leve), devendo responder por ambos; **D:** correta. Se Abel, mediante uma única ação, provocou dois resultados lesivos, deverá responder por ambos. No caso, deverá ser responsabilizado por homicídio (com relação a Bruno) e por lesão corporal leve (com relação à namorada de Bruno). Considerando ter agido com dolo direto com relação ao seu desafeto e com dolo eventual com relação à namorada dele, caracterizado está o concurso formal imperfeito (ou impróprio), que se caracteriza pelo fato de o agente agir com desígnios autônomos (ou pluralidade de desígnios), na forma do art. 70, *caput*, segunda parte, do CP, devendo as penas ser somadas; **E:** incorreta. A mera informação na alternativa de que Abel deve responder por ambos os crimes em concurso ideal (sinônimo de concurso formal) não expressa a real situação, qual seja, a da incidência do concurso formal imperfeito. A assertiva está, portanto, incompleta.
Gabarito "D"

7. TENTATIVA, CONSUMAÇÃO, DESISTÊNCIA, ARREPENDIMENTO E CRIME IMPOSSÍVEL

(OAB – CESPE – 2009.3) Amaro, durante uma calorosa discussão no trânsito, desferiu, com intenção homicida, dois tiros de revólver em Bernardo. Mesmo dispondo de mais munição e podendo prosseguir, Amaro arrependeu-se, desistiu de continuar a ação criminosa e prestou imediato socorro a Bernardo, levando-o ao hospital mais próximo. A atitude de Amaro foi fundamental para a preservação da vida do Bernardo, que, contudo, teve sua integridade física comprometida, ficando incapacitado para suas ocupações habituais, por 60 (sessenta) dias, em decorrência das lesões provocadas pelos disparos. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A atitude de Amaro caracteriza arrependimento posterior, tornando-o isento de pena.
(B) Amaro deve responder apenas pelo delito de lesão corporal de natureza grave.
(C) Amaro deve responder pelo delito de tentativa de homicídio.
(D) A atitude de Amaro caracteriza desistência voluntária, ficando excluída a ilicitude de sua conduta.

Amaro, após ter dado início à execução do crime, já que desferiu contra Bernardo dois tiros de arma de fogo, mesmo podendo prosseguir na sua empreitada, na medida em que dispunha de meios para tanto (seu revólver ainda tinha cartucho íntegro), arrependeu-se e, de forma voluntária, desistiu de avançar no *iter criminis*. Em seguida, agiu para que o resultado não se produzisse. Em consonância com o disposto no art. 15 do CP, o agente deve responder tão somente pelos *atos praticados*, isto é, pela lesão corporal de natureza grave experimentada por Bernardo, nos termos do art. 129, § 1º, I, do CP.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.2) De acordo com o art. 14, inciso II, do CP, diz-se tentado o crime quando, iniciada a execução, este não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. Em relação ao instituto da tentativa (*conatus*) no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

(A) A tentativa determina a redução da pena, obrigatoriamente, em dois terços.
(B) As contravenções penais não admitem punição por tentativa.
(C) O crime de homicídio não admite tentativa branca.
(D) Considera-se perfeita ou acabada a tentativa quando o agente atinge a vítima, vindo a lesioná-la.

A: incorreto. A diminuição a ser aplicada é da ordem de um a dois terços, conforme preceitua o art. 14, parágrafo único, do CP; **B:** correto. O art. 4º da Lei das Contravenções Penais reza que a tentativa de contravenção não é punida; **C:** incorreto. *Tentativa branca* ou *incruenta* é aquela em que a vítima não é atingida fisicamente. Exemplo: o sujeito descarrega sua arma contra a vítima, mas esta não chega a ser atingida (tentativa branca de homicídio); **D:** incorreto. *Perfeita* ou *acabada* (crime falho) é a tentativa em que o agente pratica todos os atos executórios que estão à sua disposição e, ainda assim, o crime não se consuma.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.1) Acerca dos institutos da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior, assinale a opção correta.

(A) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza responderá pelo crime consumado com causa de redução de pena de um a dois terços.
(B) A desistência voluntária e o arrependimento eficaz, espécies de tentativa abandonada ou qualificada, passam por três fases: o início da execução, a não consumação e a interferência da vontade do próprio agente.
(C) Crimes de mera conduta e formais comportam arrependimento eficaz, uma vez que, encerrada a execução, o resultado naturalístico pode ser evitado.
(D) A natureza jurídica do arrependimento posterior é a de causa geradora de atipicidade absoluta da conduta, que provoca a adequação típica indireta, de forma que o autor não responde pela tentativa, mas pelos atos até então praticados.

A: incorreto. O art. 15 do CP, que cuida da *desistência voluntária* e do *arrependimento eficaz*, dispõe que o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução do crime (desistência voluntária) ou impede que o resultado se produza (arrependimento eficaz) responde tão somente pelos atos até então praticados; **B:** correto. Parte da doutrina faz uso da terminologia *tentativa abandonada* ou *qualificada* para se referir à desistência voluntária e ao arrependimento eficaz. Sua aplicação de fato pressupõe início de *execução e ausência de consumação por vontade do agente*. Se a não consumação se der por circunstâncias alheias à sua vontade, a ele será imputada a prática de delito tentado; **C:** incorreto. Crimes de mera conduta não admitem resultado naturalístico; delitos formais admitem, mas não exigem que ele ocorra para que o crime atinja sua consumação. São crimes de consumação antecipada. Bem por isso, não comportam arrependimento eficaz, que somente terá incidência no âmbito dos crimes materiais, em que o resultado, previsto no tipo, é indispensável à consumação do delito; **D:** incorreto. É causa obrigatória de redução de pena contida no art. 16 do CP.
Gabarito "B"

8. ANTIJURIDICIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES

(Agente de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Para que se configure a legítima defesa, faz-se necessário que a agressão sofrida pelo agente seja antijurídica, contrária ao ordenamento jurídico, configurando, assim, um crime.

1: incorreta, pois a legítima defesa, considerada causa excludente da ilicitude ou antijuridicidade (arts. 23, II e 25, ambos do CP), parte do pressuposto que exista uma "agressão injusta", não exigindo a lei, em momento algum, que referida agressão seja "antijurídica", vale dizer, contrária ao direito, configuradora de um crime. Qualquer que seja a agressão injusta perpetrada em face de alguém, poderá a vítima, sob o manto da legítima defesa, cometer um fato típico, não respondendo, contudo, criminalmente, haja vista que restará afastada a ilicitude do

fato praticado para repelir uma agressão injusta, atual ou iminente, a direito próprio ou alheio, desde que quem a invoque utilize moderadamente dos meios necessários para afastar a referida agressão.
Gabarito 1E

(Escrivão de Polícia/AC – 2008 – CESPE) Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca de excludentes da ilicitude.

(1) Marcelo andava por uma rua erma e foi abordado por um assaltante, que anunciou o assalto e lhe ordenou que entregasse a carteira de dinheiro. Nessa situação, Marcelo poderá repelir a injusta agressão, estando acobertado pela excludente da ilicitude legítima defesa. Se houver excesso na repulsa à agressão, Marcelo só responderá se esse ato for doloso.

(2) Em um grave incêndio ocorrido em um prédio comercial, o corpo de bombeiros foi chamado para salvar a vida das pessoas que ainda estavam no interior do prédio. Nessa situação, um bombeiro não poderia deixar de tentar salvar a vida de pessoas que estivessem no prédio em chamas, para salvar a própria vida.

(3) Gisele colocou cacos de vidro em cima do muro de sua casa, para evitar a ação de ladrões. Certo dia, uma criança que mora em uma casa próxima, ao pular o muro da casa de Gisele para pegar uma bola que havia ali caído, veio a se lesionar com os cacos de vidro. Nessa situação, não houve crime na conduta de Gisele, que agiu acobertada pela causa excludente da ilicitude, exercício regular do direito.

1: incorreta, pois qualquer que seja a causa excludente da ilicitude, a lei pune o excesso, seja este doloso ou culposo (art. 23, parágrafo único, do CP). **2:** correta, pois não pode invocar o estado de necessidade a pessoa que tiver o dever legal de enfrentar a situação de perigo (art. 24, § 1º, do CP). A profissão de bombeiro lida, diuturnamente, com situações geradoras de perigo aos profissionais. Nem por isso poderão escusar-se de desempenhar suas atividades alegando risco para a própria vida. **3:** correta, pois a conduta de Gisele se amolda perfeitamente ao exercício regular de direito, considerada causa excludente da ilicitude (art. 23, III, do CP). Importante destacar ao candidato que a instalação de mecanismos para a proteção de bens jurídicos (especialmente a propriedade privada), desde que visíveis, configuram o que a doutrina convencionou chamar de *ofendículos*. Assim, se os cacos de vidro, obviamente visíveis no muro da casa de Gisele, tiverem lesionado pessoa que tentou ingressar em sua casa, tal conduta da proprietária do imóvel não configura crime de lesões corporais. Haveria crime, contudo, se os mecanismos de proteção à propriedade fossem invisíveis (ex.: arma de fogo acionada com a abertura da porta da frente da residência).
Gabarito 1E, 2C, 3C

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Em relação às causas excludentes de ilicitude, julgue os itens a seguir.

(1) Quanto ao estado de necessidade, o CP brasileiro adotou a teoria da diferenciação, que só admite a incidência da referida excludente de ilicitude quando o bem sacrificado for de menor valor que o protegido.

(2) Considere a seguinte situação hipotética. Célio chegou inconsciente e gravemente ferido à emergência de um hospital particular, tendo o chefe da equipe médica determinado o imediato encaminhamento do paciente para se submeter a procedimento cirúrgico, pois o risco de morte era iminente. Luiz, irmão de Célio, expressamente desautorizou a intervenção cirúrgica, uma vez que seria necessária a realização de transfusão de sangue, fato que ia de encontro ao credo religioso dos irmãos. Nessa situação, o consentimento de Luiz com relação à intervenção cirúrgica seria irrelevante, pois os profissionais médicos estariam agindo no exercício regular de direito.

1: incorreta – no que toca ao estado de necessidade, o Código Penal acolheu, em oposição à *teoria diferenciadora*, a *teoria unitária*, segundo a qual esta excludente de ilicitude restará caracterizada na hipótese de o bem sacrificado ser de valor igual ou inferior ao do bem preservado. Se o bem sacrificado for de valor superior ao do bem preservado, aplica-se a diminuição do art. 24, § 2º, do CP. Para a teoria diferenciadora, o estado de necessidade pode ser *justificante* (o bem sacrificado é de valor inferior ou equivalente ao do bem preservado) ou *exculpante* (o bem sacrificado é de valor superior ao do bem preservado). Neste último caso, o estado de necessidade constitui uma causa supralegal de exclusão da culpabilidade, pela inexigibilidade de conduta diversa; **2:** correta – estabelece o art. 146, § 3º, I, do CP não constituir crime de constrangimento ilegal a conduta do médico que, diante de iminente risco de morte, realiza ato cirúrgico contra a vontade do paciente ou de seu representante legal. Ainda que o Código não contivesse norma a esse respeito, o médico teria agido sob o manto do estado de necessidade.
Gabarito 1E, 2C

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta no que concerne às descriminantes.

(A) O agente que, em legítima defesa, disparar contra seu agressor, mas, por erro, alvejar um terceiro inocente, não responderá por qualquer consequência penal ou civil.

(B) A atuação em estado de necessidade só é possível se ocorrer na defesa de direito próprio, não se admitindo tamanha excludente se a atuação destinar-se a proteger direito alheio.

(C) Na legítima defesa, toda vez que o agente se utilizar de um meio desnecessário, este será também imoderado.

(D) Não é possível a legítima defesa contra estado de necessidade.

(E) Não é possível legítima defesa real contra quem está em legítima defesa putativa.

A: incorreta, pois o agente que, em legítima defesa, dispara contra seu agressor e atinge terceira pessoa, terá agido em legítima defesa com *aberratio ictus* (erro na execução), o que, de fato, excluirá a responsabilidade penal, mas não a civil (STJ, REsp. 152030/DF, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, 4ª T., RSTJ 113, p. 290/RT 756); **B:** incorreta, já que o estado de necessidade pode ser próprio, quando a atuação do agente voltar-se à proteção de direito próprio que esteja sendo ameaçado por situação de perigo, ou de terceiro, quando o direito ameaçado pertencer a terceira pessoa (art. 24, *caput*, do CP); **C:** incorreta, visto que o uso de um meio desnecessário, ou seja, inadequado à repulsa da agressão injusta atual ou iminente, não será considerado, necessariamente, imoderado, eis que a imoderação diz respeito à conduta daquele que, após cessar a agressão, ainda prossegue no contra-ataque, dando margem ao excesso (art. 23, parágrafo único, do CP); **D:** correta, dado que a legítima defesa tem como pressuposto a existência de um agressão injusta, o que é incompatível com quem age em estado de necessidade, que atua para salvar-se de perigo atual, fazendo-o amparado pelo ordenamento jurídico; **E:** incorreta, eis que é perfeitamente possível a coexistência de legítima defesa real contra quem age em legítima defesa putativa (ou imaginária). Afinal, neste último caso, objetivamente, o agente age injustamente contra terceiro, acredita ser vítima de uma agressão injusta atual ou iminente. Por esse motivo, poderá invocar legítima defesa real quem for agredido por alguém que atue em legítima defesa putativa.
Gabarito "D"

9. AUTORIA E CONCURSO DE PESSOAS

(Agente de Polícia/RN – 2008 – CESPE) Acerca do concurso de pessoas, assinale a opção correta.

(A) Considere que Lia e Lena estivessem discutindo dentro do carro quando, acidentalmente, Lia atropelou um pedestre que atravessava na faixa de segurança. Nessa situação hipotética, Lia e Lena deverão responder pela prática de homicídio culposo.

(B) O crime de falso testemunho admite coautoria e participação.

(C) Considere que Mévio e Leo tenham resolvido furtar uma casa supostamente abandonada. Nesse furto, considere que Leo tenha ficado vigiando a entrada, enquanto Mévio entrou para subtrair os bens; dentro da residência, Mévio descobriu que a mesma estava habitada e acabou agredindo o morador; após levarem os objetos para um local seguro, Mévio narrou o fato para Leo. Considerando essa situação hipotética, Mévio deverá responder pelo crime de roubo e Leo, por furto.

(D) No crime de induzimento ou instigação ao suicídio, o agente que instiga age como partícipe e o suicida é, ao mesmo tempo, sujeito ativo e passivo.
(E) As circunstâncias e as condições de caráter pessoal se comunicam entre os coautores e partícipes do crime.

A: incorreta, pois não se vislumbra atividade culposa por parte de Lena, passageira, mas, apenas, de Lia; **B:** incorreta, pois o crime de falso testemunho, considerado como de mão própria, admite apenas a participação, sendo inviável a coautoria, já que se trata de delito que exige uma atuação personalíssima do agente (testemunha, contador, tradutor, perito ou intérprete); **C:** correta, pois Mévio, ao empregar violência contra o morador, praticou o crime de roubo, ao passo que Leo, considerado partícipe, visto que não praticou conduta típica, deve responder pelo crime inicialmente combinado, incidindo, aqui, o instituto denominado de cooperação dolosamente distinta (art. 29, § 2º, do CP); **D:** incorreta, pois o agente que instiga alguém a suicidar-se é autor do crime do art. 122 do CP, sendo certo que o suicida é a vítima (sujeito passivo); **E:** incorreta, visto que as circunstâncias ou condições de caráter pessoal somente se comunicam entre os coautores e partícipes do crime quando elementares deste (art. 30 do CP).
Gabarito "C"

(Escrivão de Polícia/RN – 2008 – CESPE) João instigou Leo a quebrar o braço de Rui, para que este não participasse de competição de luta. Leo começou a bater em Rui e resolveu espancá-lo até a morte. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) João e Leo responderão pelo crime de homicídio doloso, porque este foi o resultado final da conduta instigada por João.
(B) João não responderá pela prática de crime, pois a instigação não é punível no ordenamento jurídico brasileiro, exceto quando expressamente prevista no tipo legal.
(C) Leo responderá como autor de homicídio culposo e João, como mandante.
(D) João responderá pelo crime de lesão corporal, porque quis participar de crime menos grave do que o cometido por Leo.
(E) João e Leo responderão pelo crime de lesão corporal seguida de morte, porque assumiram o risco de produzir o resultado morte.

A: incorreta, pois, no concurso de agentes, todos os concorrentes devem aderir às vontades uns dos outros (liame subjetivo ou vínculo psicológico), o que não se verificou entre João e Leo. Este último espancou Rui até a morte (homicídio doloso), sendo certo que João apenas o havia instigado para que quebrasse o braço da vítima (lesão corporal dolosa); **B:** incorreta, pois o art. 29, *caput*, do CP, é claro ao prescrever que quem, de qualquer modo, concorre para a prática do crime, por este responderá na medida de sua culpabilidade. Assim, tanto o coautor, quanto o partícipe, responderão pela prática do crime; **C:** incorreta, pois Leo espancou Rui dolosamente, devendo, portanto, responder por homicídio doloso; **D:** correta, pois, de fato, João quis concorrer para a prática de crime menos grave, verificando-se uma cooperação dolosamente distinta (art. 29, § 2º, do CP); **E:** incorreta, pois no crime de lesão corporal seguida de morte, esta última decorre de culpa do agente (art. 129, § 3º, do CP). Como visto, Leo deve responder por homicídio doloso, ao passo que João deverá ser responsabilizado por lesão corporal dolosa, haja vista que instigou Leo para tanto.
Gabarito "D"

(Ministério Público/AM – 2008 – CESPE) A respeito do concurso de pessoas, assinale a opção incorreta.

(A) É possível haver participação de participação.
(B) Não há participação dolosa em crime culposo.
(C) É possível haver participação culposa em crime doloso.
(D) É possível haver participação sucessiva.
(E) Admite-se coautoria em crime culposo.

A: correta. É a chamada ***participação em cadeia***. Exemplo: "A" induz "B" a induzir "C". Deve haver início de execução; **B:** correta. Admite-se a coautoria em crime culposo, mas não a participação. O crime culposo tem o seu tipo aberto, razão pela qual não se afigura razoável afirmar-se que alguém auxiliou, instigou ou induziu uma pessoa a ser imprudente, sem também sê-lo; **C:** incorreta, devendo ser assinalada. Não há que se falar em participação culposa em crime doloso por falta de ***liame subjetivo***, ou seja, o partícipe deve ter ciência da sua colaboração; **D:** correta. Dá-se a chamada ***participação sucessiva*** quando o autor é induzido ou estimulado a praticar o ato criminoso e, posteriormente, por outro partícipe é mais uma vez induzido ou estimulado a praticá-lo; **E:** correta. Tal possibilidade já constava da Exposição de Motivos do Código Penal de 1940. Reitere-se: não se admite, todavia, a participação em crimes culposos.
Gabarito "C"

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Em relação ao concurso de pessoas e ao crime continuado, assinale a opção correta.

(A) A jurisprudência do STJ e do STF é firme quanto à impossibilidade de se admitir a participação do advogado que ilicitamente instrui a testemunha no crime de falso testemunho, por se tratar de delito de mão própria, devendo a punição do causídico limitar-se à esfera administrativa junto ao Conselho Seccional da OAB.
(B) Em face do art. 29, *caput*, segundo o qual, quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade, é correto afirmar que o CP, em relação à natureza jurídica do concurso de pessoas, adotou, em regra, a teoria dualista.
(C) Se algum dos agentes quis participar de crime menos grave, deve ser-lhe aplicada a pena deste, exceto na hipótese de ter sido previsível o crime mais grave, situação em que todos os agentes respondem por este delito.
(D) Em relação à unidade de desígnios para o reconhecimento da figura do crime continuado, o CP, adotando a teoria subjetiva, exige que o agente tenha atuado com a intenção de praticar todos os delitos em continuidade.
(E) O crime continuado é uma ficção jurídica, pois há uma pluralidade de delitos, mas o legislador presume que eles constituem um só crime, apenas para efeito de sanção penal.

A: ainda que se trate de *crime de mão própria*, que, por isso mesmo, exige atuação pessoal do agente, é perfeitamente plausível o concurso de pessoas na modalidade **participação**, uma vez que nada obsta que o advogado induza ou instigue a testemunha a mentir em juízo ou na polícia. A esse respeito: STF, RHC 81.327-SP, 1ª T., Rel. Min. Ellen Gracie, DJ 5.4.2002; **B:** o Código Penal adotou, como regra, a *teoria monista* ou *unitária*, que considera que há um crime único para todos os coautores e partícipes. A ela contrapõe-se a *teoria dualista*, para a qual há um crime em relação aos coautores e outro em relação aos partícipes; **C:** se o agente quis participar de crime menos grave, a ele deve ser atribuída a pena deste; se, todavia, o resultado mais grave era previsível, a pena do crime inicialmente pretendido pelo agente será aumentada até a metade, consoante dispõe o art. 29, § 2º, do CP; **D:** o Código Penal não se filiou à teoria subjetiva, não exigindo, por isso, que o agente atue com unidade de propósito no crime continuado. Basta, pois, a homogeneidade objetiva. Aderimos, portanto, à teoria objetiva pura; **E:** de fato, quanto à natureza do crime continuado (art. 71 do CP), o Código Penal adotou a *teoria da ficção jurídica*.
Gabarito "E"

10. CULPABILIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES

(Agente de Polícia/ES – 2009 – CESPE) Julgue o item seguinte.

(1) Pedro, com 21 anos de idade, após ter sido ofendido moralmente por Caio em uma briga de bar, matou o desafeto com várias facadas. Processado criminalmente pela conduta delituosa, verificou-se, no curso do processo, que Pedro era, ao tempo do crime, inimputável por doença mental. Nessa situação, em decorrência disso, ao final do processo, Pedro deverá ser absolvido tendo como fundamento a inexistência de culpabilidade, embora típica e ilícita a ação praticada.

1: correta, pois, uma vez constatado que Pedro, ao tempo do crime (ação ou omissão), em razão de doença mental, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, será o caso de ser reconhecida sua inimputabilidade penal, e, por consequência, absolvê-lo (art. 386,

VI, do CPP). O inimputável, embora cometa um fato típico e ilícito, ficará isento de pena em razão da ausência de um dos requisitos da culpabilidade, qual seja, a imputabilidade penal (capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento). Registre-se, por oportuno, que, embora a sentença que reconheça a exclusão da culpabilidade pela inimputabilidade por déficit mental (art. 26, *caput*, do CP) tenha natureza absolutória, é fato que o magistrado imporá ao réu medida de segurança (art. 97, do CP), que é espécie de sanção penal. Por esta razão, referida sentença é denominada "absolutória imprópria".

Gabarito "C"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Quanto às excludentes de ilicitude e de culpabilidade, assinale a opção correta.

(A) Considerando que A, para defender-se de injusta agressão armada de B, desfira tiros em relação ao agressor, mas, por erro, atinja letalmente C, terceiro inocente, nessa situação, a legítima defesa desnaturar-se-á, devendo A responder pelo delito de homicídio culposo pela morte de C.

(B) No ordenamento jurídico brasileiro, não se admite a hipótese de legítima defesa da honra, uma vez que o princípio da dignidade da pessoa humana sobrepõe-se ao sentimento de vingança por parte do agressor.

(C) Para que haja estrito cumprimento do dever legal, a obrigação deve decorrer diretamente de lei *stricto sensu*, não se reconhecendo essa excludente de ilicitude quando a obrigação estiver prevista em decreto, regulamento ou qualquer ato administrativo infralegal.

(D) A coação física, quando elimina totalmente a vontade do agente, exclui a conduta; na hipótese de coação moral irresistível, há fato típico e ilícito, mas a culpabilidade do agente é excluída; a coação moral resistível atua como circunstância atenuante genérica.

(E) Verifica-se a situação de obediência hierárquica tanto nas relações de direito público quanto nas de direito privado, uma vez que, nas duas hipóteses, é possível se identificar o nexo entre o subordinado e o seu superior.

A: incorreta. A assertiva consagra a chamada legítima defesa com *aberratio ictus* (erro na execução), que não desnatura a excludente da ilicitude. Contudo, caberá, por parte dos parentes da vítima (terceiro inocente), buscar a reparação civil em razão da prática do crime, podendo, por sua vez, "A", regressivamente, demandar "B"; **B:** incorreta. A despeito de o assunto ser polêmico, pode-se sustentar que a honra, sendo um direito fundamental consagrado no art. 5º, X, da CF, é inviolável. Referido bem jurídico, quando ligado ao aspecto do respeito pessoal, admite, sim, que se invoque a legítima defesa quando injustamente agredido, desde que haja a necessária moderação exigida no art. 25 do CP. O mesmo se pode dizer com relação à honra vinculada ao aspecto da dignidade sexual, admitindo, também, a invocação da legítima defesa. Porém, no campo puramente da infidelidade conjugal, sob o pretexto de defender a própria honra, não poderá o cônjuge traído matar o traidor, sob pena de caracterização de crime; **C:** incorreta. A excludente da ilicitude decorrente do estrito cumprimento de dever legal abarca não somente a obrigação imposta por lei em sentido estrito, mas, também, aquela oriunda da lei *lato sensu*, compreendendo os atos infralegais (ex.: decretos, regulamentos, atos administrativos em geral). Bastará que o agente que invocar a causa justificante em comento não extrapole os limites previstos na lei (aqui tomada em sentido amplo); **D:** correta. De fato, a coação física irresistível afasta o próprio fato típico, visto que a conduta, elemento daquele, pressupõe o binômio "consciência e vontade". A *vis absoluta* (coação física) afeta a voluntariedade do comportamento humano, inexistindo, portanto, conduta do agente, aqui tomada em sua técnico-jurídica. Já a coação moral irresistível (*vis compulsiva*) afasta a culpabilidade (por inexigibilidade de conduta diversa àquela praticada pelo agente), mantendo íntegros, porém, o fato típico e a ilicitude. Finalmente, com relação à coação resistível, esta é considerada circunstância atenuante genérica (art. 65, III, "c", do CP). **E:** incorreta. De acordo com a doutrina, a obediência hierárquica a ordem não manifestamente ilegal somente afastará a culpabilidade, nos termos do art. 22 do CP, quando a relação entre superior hierárquico e subordinado for de direito público.

Gabarito "D"

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Quanto à culpabilidade e à imputabilidade penal, julgue o próximo item.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. Em uma festividade de calouros de determinada faculdade, João foi obrigado por vários veteranos, mediante coação física, a ingerir grande quantidade de bebida alcoólica, ficando completamente embriagado, uma vez que não tinha costume de tomar bebida com álcool. Nesse estado, João praticou lesões corporais e atentado violento ao pudor contra uma colega que também estava na festa. Nessa situação, trata-se de embriaguez acidental decorrente de força maior, devendo ser excluída a imputabilidade de João, que fica isento de pena pelos delitos que praticou.

1: correta – preceitua o art. 28, II, § 1º, do CP que, decorrendo a embriaguez acidental (não voluntária nem culposa) e completa de força maior (o agente foi obrigado a ingerir álcool, por exemplo) ou de caso fortuito (agente desconhece o fato de ter-se embriagado), a imputabilidade do sujeito estará excluída se, ao tempo da ação ou omissão, ele era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de autodeterminar-se de acordo com esse entendimento.

Gabarito 1C

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta relacionada à imputabilidade penal, considerando um caso em que o laudo de exame médico-legal psiquiátrico não foi capaz de estabelecer o nexo causal entre o distúrbio mental apresentado pelo periciado e o comportamento delituoso.

(A) O diagnóstico de doença mental é suficiente para tornar o agente inimputável.

(B) A doença mental seria atenuante quando considerada a dosimetria da pena, devendo o incriminado cumprir de um sexto a um terço da pena.

(C) Trata-se de caso de aplicação de medidas de segurança.

(D) Deverá ser realizada nova perícia.

(E) O agente deve ser responsabilizado criminalmente.

No que concerne à aferição da imputabilidade do agente, o critério adotado foi o *biopsicológico*, conforme se depreende do art. 26 do CP, que representa uma conjugação dos critérios *biológico* e *psicológico*. Por tal critério, é considerado inimputável aquele que, por força do distúrbio mental de que padece era, no momento da conduta, totalmente incapaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. À falta de elementos que demonstrem o nexo entre o distúrbio e a conduta criminosa, o agente deverá ser responsabilizado.

Gabarito "E"

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Um jovem religioso, fervoroso e abstêmio, durante uma comemoração de casamento, ingeriu aguardente. Transtornado e embriagado, agrediu sua companheira com golpes de faca, completamente descontrolado. A situação acima descreve um exemplo de embriaguez

(A) por força maior.

(B) dolosa.

(C) preterdolosa.

(D) proveniente de caso fortuito.

(E) acidental.

Art. 28, II, do CP.

Gabarito "D"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Tarso, embriagado, colidiu o veículo que dirigia, vindo a lesionar gravemente uma pessoa. Nessa situação hipotética, a respeito da imputabilidade penal de Tarso, assinale a opção correta.

(A) Pela teoria da *actio libera in causa*, Tarso não poderá responder pelo crime, pois não era capaz de se autodeterminar no momento da ação criminosa.

(B) A responsabilidade de Tarso depende de a embriaguez ser voluntária ou culposa.

(C) Caso a embriaguez de Tarso tenha sido preordenada, ele responderá pelo crime, mas de forma atenuada.

(D) Caso seja comprovado que Tarso sofre da doença do alcoolismo, sua pena será apenas o tratamento médico.

(E) Se Tarso estava completamente embriagado por ter sido obrigado a ingerir uma garrafa inteira de uísque por um desafeto seu, que lhe apontava uma arma e intencionava humilhá-lo, então, nesse caso, Tarso será isento de pena.

Art. 28, § 1º, do CP.
Gabarito "E"

(OAB – CESPE – 2010.1) Em relação à imputabilidade penal, assinale a opção correta.

(A) Quanto à aferição da inimputabilidade, o CP adota, como regra, o critério psicológico, segundo o qual importa saber se o agente, no momento da ação ou da omissão delituosa, tem ou não condições de avaliar o caráter criminoso do fato e de orientar-se de acordo com esse entendimento.
(B) A pena poderá ser reduzida se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não for inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
(C) A pena imposta ao semi-imputável não pode ser substituída por medida de segurança.
(D) A embriaguez não acidental, seja voluntária ou culposa, completa ou incompleta, exclui a imputabilidade do agente que, ao tempo da ação ou omissão delituosa, for inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

A: incorreta. Como regra, o CP adotou o *critério biopsicológico* para a aferição da inimputabilidade, que constitui uma fusão do sistema biológico com o psicológico; **B:** correta. *Vide* art. 26, parágrafo único, do Código Penal; **C:** incorreta. A pena imposta ao semi-imputável pode ser substituída por medida de segurança, conforme estabelece o art. 98 do CP; **D:** incorreta. A embriaguez não acidental jamais excluirá a imputabilidade do agente. Somente a embriaguez acidental, nas condições estabelecidas no art. 28, § 1º, do CP, excluirá a imputabilidade do agente, que constitui um dos elementos da culpabilidade.
Gabarito "B"

11. PENAS E EFEITOS DAS PENAS

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, acerca do instituto da pena.

(1) É inadmissível a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos ao réu reincidente, ainda que a substituição seja socialmente recomendável e se trate de reincidência genérica.
(2) Quanto às suas finalidades, segundo a teoria eclética ou conciliatória, a pena tem dupla função: punir o criminoso e prevenir a prática do crime.

1: assertiva incorreta, visto que, ainda que se trate de réu reincidente, pode o magistrado proceder à substituição, desde que a medida revele-se socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime (reincidência específica), na forma estatuída no art. 44, § 3º, do CP; **2:** assertiva correta. De fato, segundo a chamada teoria eclética, conciliatória ou mista, a pena tem dúplice finalidade: presta-se tanto a reprimir quanto a prevenir.
Gabarito 1E, 2C

(Defensoria/ES – 2009 – CESPE) Julgue os próximos itens, acerca das penas e dos efeitos da condenação.

(1) Cabe substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, se forem preenchidos os demais requisitos legais, mesmo que o condenado seja reincidente, desde que, em face da condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não tenha sido motivada pela prática do mesmo crime.
(2) A condenação tem como efeito genérico tornar certa a obrigação de reparar o dano. Esse efeito é automático, não precisa ser expressamente pronunciado pelo juiz na sentença condenatória e destina-se a formar título executivo judicial para a propositura de ação civil *ex delicto*.

1: correta – art. 44, § 3º, do CP; **2:** correta – art. 91, I, do CP.
Gabarito 1C, 2C

(OAB – CESPE – 2009.1) Com relação à finalidade das sanções penais, assinale a opção correta.

(A) Segundo entendimento doutrinário balizador das normas aplicáveis à espécie, as teorias tidas por absolutas advogam a tese da aplicação das penas para a prevenção de futuros delitos.
(B) As teorias tidas por relativas advogam a tese da retribuição do crime, justificada por seu intrínseco valor axiológico, que possui, em si, seu próprio fundamento.
(C) O ordenamento jurídico brasileiro não reconheceu somente a função de retribuição da pena, sendo certo que a denominada teoria mista ou unificadora da pena é a mais adequada ao regime adotado pelo CP.
(D) As medidas de segurança têm finalidade essencialmente retributiva.

A: incorreto. *As teorias absolutas* sustentam que a pena constitui mera retribuição, compensação pelo mal impingido à sociedade. Ela é desprovida de objetivos práticos; **B:** incorreto. As *teorias relativas*, diferentemente, enxergam na pena um instrumento preventivo, um meio de se evitar um futuro delito; **C:** correto. A adoção da *teoria mista* pelo ordenamento jurídico brasileiro está no art. 59 do CP; **D:** incorreto. A função primordial das *medidas de segurança* é prevenir crimes que possam vir a ser praticados pelo sujeito tido por perigoso.
Gabarito "C"

12. APLICAÇÃO DA PENA

(Magistratura Federal/2ª região – 2009 – CESPE) Quanto à aplicação de pena, assinale a opção correta.

(A) Havendo concurso de crimes, as penas de multa não serão aplicadas de forma autônoma e integral, mas seguindo a regra da pena privativa de liberdade.
(B) Em caso de crime continuado, o aumento efetuado pelo juiz em face da continuidade não poderá exceder o resultado que ocorreria em caso de concurso material de delitos.
(C) No concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, não pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, devendo proceder a todos os aumentos ou diminuições legalmente previstos.
(D) A condenação anterior à pena de multa não impede a suspensão da pena, se presentes os demais requisitos.
(E) É incabível o livramento condicional para o condenado por crime doloso cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, mesmo se as condições pessoais não fizerem presumir que o condenado não voltará a delinquir.

A: incorreta. No concurso de crimes, as penas de multa serão aplicadas distinta e integralmente, nos termos do art. 72 do CP; **B:** incorreta, de acordo com a banca examinadora. Porém, o art. 71, parágrafo único, do CP, determina a observância do que se convencionou chamar de "concurso material benéfico". Assim, adotado o sistema da exasperação na continuidade delitiva, não poderá a pena ser superior àquela que seria encontrada em caso de soma das penas dos delitos parcelares; **C:** incorreta, pois o art. 68, parágrafo único, do CP, é claro ao prescrever que no concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua; **D:** correta, nos termos do art. 77, § 1º, do CP; **E:** incorreta, pois o art. 83, parágrafo único, do CP, dispõe que para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a concessão do livramento ficará também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2010.1) Admite-se a suspensão condicional da pena (*sursis*)

(A) nos casos de condenação a pena restritiva de direito ou privativa de liberdade, desde que não superior a quatro anos.
(B) a reincidente em crime doloso, desde que a condenação anterior tenha sido exclusivamente à pena de multa.
(C) para o condenado que, na data do fato, tenha idade acima de setenta anos, desde que a pena não seja superior a dois anos.
(D) para o condenado em estado de saúde grave ou portador de doença incurável, desde que ele tenha reparado o dano.

A: incorreta. Na dicção do art. 77, *caput* e III, do CP, é vedada a aplicação do "sursis" nos casos de condenação a pena restritiva de direito. Além disso, constitui requisito objetivo à concessão do *sursis* a condenação a uma pena privativa de liberdade não superior a dois a 2 (dois) anos. É o que estabelece o art. 77, *caput*, do CP. A exceção fica por conta do *sursis* etário, que poderá ser concedido quando a pena privativa de liberdade não for superior a quatro anos (art. 77, § 2º, do CP); **B:** correta. É vedada nos casos de reincidência em crime doloso, à exceção do previsto no § 1.º do art. 77 do CP. Vide, nesse sentido, a Súmula nº 499 do STF; **C:** incorreta. A pessoa tem de ter mais de 70 (setenta) anos à data da sentença, e a pena não pode ser superior a 4 (quatro) anos; **D:** incorreta. A lei não menciona doença incurável nem a obrigação de reparar o dano.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2010.1) No que se refere às penas restritivas de direitos e à de multa, assinale a opção correta.

(A) Se o condenado for reincidente, o juiz não poderá aplicar a substituição da pena privativa de liberdade, apesar de, em face de condenação anterior, a medida ser socialmente recomendável e a reincidência não se ter operado em virtude da prática do mesmo crime.
(B) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado, sendo aplicável às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade, atendidos os demais requisitos legais.
(C) A limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanência, aos sábados, domingos e feriados, por oito horas diárias, em casa de albergado ou em outro estabelecimento adequado.
(D) A pena de multa consiste no pagamento, ao fundo penitenciário, da quantia determinada na sentença e calculada em dias-multa, sendo, no mínimo, de dez e, no máximo, de trezentos e sessenta e cinco dias-multa, a ser fixada pelo juiz, não podendo ser inferior a um trigésimo do maior salário-mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a cinco vezes esse salário.

A: incorreta. O juiz poderá, neste caso, aplicar a substituição (CP, art. 44, § 3.º); **B:** correta. A assertiva está de acordo com o disposto no art. 46 do CP; **C:** incorreta. Essa modalidade de pena deve ser cumprida apenas aos sábados e domingos e em casa de albergado ou em outro estabelecimento adequado (CP, art. 48: "A limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, por 5 (cinco) horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado"); **D:** incorreta. A multa é, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa, e não 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias-multa, conforme art. 49 do CP.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2010.1) Com relação à pena de multa, assinale a opção correta.

(A) Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será considerada dívida de valor, aplicando-se-lhe as normas da legislação relativa à dívida ativa da fazenda pública, exceto no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição, incidindo, nesse caso, as normas do CP.
(B) Sobrevindo ao condenado doença mental, é suspensa a execução da pena de multa.
(C) Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa deverá ser paga no prazo de 10 (dez) dias e será convertida em pena privativa de liberdade caso o condenado não realize o pagamento.
(D) É vedado o pagamento da pena de multa em parcelas mensais, dada a natureza jurídica de tal espécie de sanção.

A: incorreta. Aplicam-se as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição. De acordo com o art. 51 do CP, "Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será considerada dívida de valor, aplicando-se-lhe as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição"; **B:** correta. Assim dispõe o art. 52 do CP acerca da suspensão da execução da multa: "É suspensa a execução da pena de multa, se sobrevém ao condenado doença mental."; **C:** incorreta. O art. 51 do CP determina que seja ela considerada dívida ativa de valor, vedada, pois, a conversão em pena privativa de liberdade; **D:** incorreta. O pagamento em parcelas mensais é expressamente previsto no art. 50 do CP: "A multa deve ser paga dentro de 10 (dez) dias depois de transitada em julgado a sentença. A requerimento do condenado e conforme as circunstâncias, o juiz pode permitir que o pagamento se realize em parcelas mensais."
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta quanto à fixação da pena.

(A) Concorrendo circunstâncias atenuantes e agravantes, deve sempre prevalecer a circunstância atenuante, em respeito ao princípio *in dubio pro reo*.
(B) Na segunda etapa da dosimetria da pena, o juiz não pode reduzir a pena em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, visto que tal possibilidade não está prevista expressamente em lei.
(C) Será reincidente o réu que possuir condenação por crime anterior, ainda que esta não tenha transitado em julgado.
(D) O CP adotou o sistema trifásico de fixação da pena, segundo o qual o juiz fixa a pena-base, considera, em seguida, as circunstâncias agravantes e atenuantes e, por último, as causas de aumento e de diminuição da pena.

A: incorreto (art. 67 do CP); **B:** incorreto (art. 66 do CP); **C:** incorreto (art. 63 do CP); **D:** correto (art. 68, *caput*, do CP).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.2) Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a respeito de penas. Assinale a opção em que a assertiva está de acordo com o que dispõe o CP.

(A) Júlio foi definitivamente condenado à pena privativa de liberdade em regime fechado e passou a trabalhar no presídio. Nessa situação, embora o trabalho de Júlio seja remunerado, ele não terá direito aos benefícios da previdência social.
(B) Roberto, durante o trâmite de processo por crime de roubo, ficou preso provisoriamente em razão de prisão preventiva decretada pelo juiz para a garantia da ordem pública. Nessa situação, caso o juiz imponha a Roberto, na sentença definitiva, medida de segurança, e não pena privativa de liberdade, o tempo de prisão provisória não será computado na medida de segurança.
(C) Paulo foi definitivamente condenado à pena privativa de liberdade em regime fechado. Nessa situação, Paulo deverá, necessariamente, ser submetido ao exame criminológico para a obtenção da progressão de regime.
(D) Túlio, funcionário público, praticou crime de peculato doloso, vindo a ser definitivamente condenado à pena privativa de liberdade. Nessa situação, a progressão do regime de cumprimento de sua pena ficará condicionada à reparação do dano que causou ou à devolução do produto do crime, com os acréscimos legais.

A: incorreto (art. 39 do CP); **B:** incorreto (art. 42 do CP); **C:** incorreto. A nova redação conferida ao art. 112 da LEP deixou de exigir o exame criminológico. Entretanto, a jurisprudência firmou o entendimento no sentido de que o Juízo da Execução, em face das peculiaridades do caso concreto, se entender necessário, pode determinar a sua realização.

Nesse sentido, a Súmula 439 do STJ e Súmula Vinculante nº 26; **D:** correto (art. 33, § 4º, do CP).
Gabarito "D"

13. *SURSIS,* LIVRAMENTO CONDICIONAL, REABILITAÇÃO E MEDIDAS DE SEGURANÇA

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) No que se refere a efeitos da condenação e reabilitação, julgue os itens subsequentes.

(1) Nos termos do Código Penal, a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo ocorrerá quando, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública, for aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano.

(2) A reabilitação atinge a pena principal aplicada ao condenado, não alcançando os efeitos da condenação.

1: correta – art. 92, I, *a*, do CP; **2:** incorreta – art. 93, parágrafo único, do CP.
Gabarito 1C, 2E

14. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM GERAL

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Não leva à extinção da punibilidade do agente

(A) a retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.

(B) a prescrição, a decadência ou a perempção.

(C) a renúncia do direito de queixa ou o perdão aceito, nos crimes de ação privada.

(D) o casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.

(E) a retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.

A: correta, nos termos do art. 107, III, do CP; **B:** correta, pois corresponde ao que estabelece o art. 107, IV, do CP; **C:** correta (art. 107, V, do CP); **D:** incorreta, devendo ser assinalada. Com o advento da Lei 11.106/2005, que revogou o art. 107, VII, do CP, dentre outras mudanças implementadas, não mais existe a possibilidade de extinguir-se a punibilidade do agente pelo casamento deste com a vítima, nos crimes contra os costumes, atualmente denominados crimes contra a dignidade sexual; **E:** correta (art. 107, VI, do CP).
Gabarito "D"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Acerca da extinção da punibilidade, julgue os itens a seguir.

(1) Caso a pena de multa seja alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada, aplicam-se a ela os mesmos prazos previstos para as respectivas penas privativas de liberdade.

(2) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um deles, isoladamente.

1: correta – art. 114, II, do CP; **2:** correta – art. 119 do CP.
Gabarito 1C, 2C

(Magistratura Federal/2ª região – 2009 – CESPE) A respeito das causas de extinção da punibilidade, assinale a opção correta.

(A) Estando o condenado no gozo de *sursis* ou livramento condicional, não se admite a concessão de indulto.

(B) Acarreta perempção e, consequentemente, extinção da punibilidade o não comparecimento do querelante, na ação penal privada, à audiência para oitiva das testemunhas.

(C) A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não necessariamente se estende a este. Nos delitos conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

(D) O cumprimento de pena no estrangeiro não é causa impeditiva da prescrição, por falta de previsão legal e impossibilidade de aplicação da analogia *in mallan partem*.

(E) Constitui causa interruptiva da prescrição o oferecimento da denúncia ou queixa.

A: incorreta, pois não há vedação para a concessão de indulto caso o condenado esteja no gozo de *sursis* ou livramento condicional; **B:** incorreta. As causas de perempção, cabíveis apenas para os crimes de ação penal privada, vêm previstas no art. 60 do CPP, dentre elas, deixar o querelante de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo (inciso III). Considerando que a alternativa restringe-se a afirmar que acarreta perempção o não comparecimento do querelante à audiência de instrução, sem informar se houve, ou não, motivo justificado, não pode ser considerada correta; **C:** correta, nos termos do art. 108 do CP; **D:** incorreta, pois, nos termos do art. 116, II, do CP, o curso da prescrição não correrá enquanto o agente cumprir pena no estrangeiro; **E:** incorreta, pois é causa interruptiva da prescrição, dentre outras, o recebimento da denúncia ou queixa, nos termos do art. 117, I, do CP, e não o simples oferecimento da peça inicial acusatória.
Gabarito "C"

15. PRESCRIÇÃO

(OAB – CESPE – 2009.3) Em relação aos institutos da graça, do indulto e da anistia, assinale a opção correta.

(A) Com a outorga da graça, benefício individual concedido mediante a provocação da parte interessada, eliminam-se os efeitos penais principais e secundários da condenação.

(B) Após a concessão do indulto, benefício de caráter coletivo outorgado espontaneamente pela autoridade competente, eliminam-se apenas os efeitos extrapenais da condenação.

(C) Compete, privativamente, ao presidente da República conceder graça e indulto; já a anistia é atribuição do Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República.

(D) A anistia foi instituída por lei penal de efeito retroativo, que retira as consequências da ação criminosa já praticada, eliminando os efeitos penais e extrapenais da condenação.

A: incorreto. A *graça* ou *indulto individual* atinge tão somente a pena imposta, permanecendo os demais efeitos da condenação, tais como reincidência, antecedentes etc.; **B:** incorreto. O *indulto coletivo*, que é concedido de ofício pelo presidente da República, também só atinge a pena imposta, permanecendo os demais efeitos penais e os extrapenais da condenação; **C:** correto. Ao presidente da República compete, privativamente, conceder *graça* e *indulto*, nos termos do art. 84, XII, da CF. De outro lado, constitui de fato atribuição do Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, a concessão de anistia, conforme reza o art. 48, VIII, da CF; **D:** incorreto. A anistia, de fato, é instituída por lei penal de efeito retroativo, que afasta todas as consequências de natureza penal; os efeitos civis, todavia, subsistem.
Gabarito "C"

16. CRIMES CONTRA A PESSOA

(Agente de Polícia/ES – 2009 – CESPE) Julgue o item seguinte.

(1) Francisco, imputável e legalmente habilitado, ao conduzir imprudentemente um veículo automotor, deu causa a acidente de trânsito com vítima, produzindo lesões corporais em João, um dos ocupantes do veículo. Nessa situação, Francisco será indiciado em inquérito policial por lesão corporal culposa leve, grave ou gravíssima, dependendo da intensidade da lesão experimentada pela vítima e aferida em laudo pericial.

1: incorreta, pois o legislador não previu o grau ou intensidade da lesão corporal culposa, escalonada em leve (art. 129, *caput*, do CP), grave (art. 129, § 1º, do CP) ou gravíssima (art. 129, § 2º, do CP) apenas quando praticada dolosamente.
Gabarito 1E

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue os itens que se seguem com relação aos crimes contra a vida, contra o patrimônio e contra a administração pública.

(1) A premeditação, apesar de não ser considerada qualificadora do delito de homicídio, pode ser levada em consideração para agravar a pena, funcionando como circunstância judicial.

(2) Considere a seguinte situação hipotética. Ana subtraiu maliciosamente determinada peça de roupa de alto valor de uma amiga, com a intenção tão só de utilizá-la em uma festa de casamento. Após o evento, Ana, tendo atingido seu objetivo, devolveu a vestimenta. Nessa situação, Ana não responderá pelo delito de furto, uma vez que o CP não tipifica a figura do furto de uso.

(3) Na hipótese de peculato culposo, a reparação do dano, se precedente à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade.

1: correta – a *premeditação*, conquanto não faça parte do rol do art. 121, § 2º, do CP (qualificadora), será, na primeira fase de fixação da pena (pena-base), considerada no exame das *circunstâncias do crime*; **2:** correta – o elemento subjetivo do crime de furto, representando pelo dolo, consiste na vontade livre e consciente de apossar-se clandestinamente de coisa alheia móvel de forma definitiva, não transitória (*animus furandi* ou *animus rem sibi habendi*). Inexiste, portanto, por parte do agente, intenção de devolvê-la ao proprietário ou possuidor. Assim, constitui fato atípico a conduta do sujeito que, depois de apossar-se de coisa alheia móvel, a restitui à vítima (furto de uso); **3:** correta – é o que prescreve o art. 312, § 3º, primeira parte, do CP. Se a reparação do dano se der depois da sentença irrecorrível, a pena imposta será reduzida de metade, nos moldes do art. 312, § 3º, *in fine*, do CP.

Gabarito 1C, 2C, 3C

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta com relação ao crime de homicídio.

(A) No homicídio qualificado pela paga ou promessa de recompensa, o STJ entende atualmente que a qualificadora não se comunica ao mandante do crime.

(B) Referente ao motivo torpe, a vingança pode ou não configurar a qualificadora, a depender da causa que a originou.

(C) A ausência de motivo configura motivo fútil, apto a qualificar o crime de homicídio.

(D) Para a configuração da qualificadora relativa ao emprego de veneno, é indiferente o fato de a vítima ingerir a substância à força ou sem saber que o está ingerindo.

(E) A qualificadora relativa ao emprego de tortura foi tacitamente revogada pela lei específica que previu o crime de tortura com resultado morte.

A: incorreta, uma vez que a posição consolidada do STJ é no sentido de que a qualificadora da paga ou promessa de recompensa (art. 121, § 2º, I, do CP) comunica-se ao mandante do crime. Confira-se: "Habeas corpus. *Homicídio mediante paga. Exclusão de qualificadoras. Inviabilidade. Paga ou promessa de recompensa. Comunicabilidade. Recurso que impossibilitou a defesa da vítima. Revolvimento do conjunto fático-probatório. Impossibilidade*. 1. No homicídio mercenário, a qualificadora da paga ou promessa de recompensa é elementar do tipo qualificado e se estende ao mandante e ao executor. (...)" (HC 99144 / RJ; *Habeas corpus* 2008/0015031-9, Rel. Min. Og Fernandes, *DJe* 09.12.2008); **B:** correta, visto que a vingança pode, ou não, constituir motivo torpe, sendo necessário que se analise o caso concreto para que se possa aferir se o motivo que a originou foi repugnante ou vil (torpe); **C:** incorreta, uma vez que "(...) não se pode confundir, como se pretende, ausência de motivo com futilidade. Assim, se o sujeito pratica o fato sem razão nenhuma, não incide essa qualificadora, à luz do princípio da reserva legal" (STJ, REsp. 769651/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, 5ª T., *DJ* 15.05.2006, p. 281). Há quem sustente, contudo, que a ausência de motivo configura a qualificadora do motivo torpe (e não o motivo fútil); **D:** incorreta, pois o venefício (homicídio praticado com o emprego de veneno), de acordo com a doutrina, pressupõe que seja ministrado insidiosamente, vale dizer, sem que a vítima perceba ou tenha conhecimento prévio; **E:** incorreta, pois a qualificadora da tortura (art. 121, § 2º, III, do CP) não se confunde com o crime de tortura qualificado pela morte (v. Lei 9.455/1997), que pressupõe dolo no antecedente (na tortura) e culpa no consequente (na morte), diversamente do que ocorre com o homicídio qualificado pela tortura (o agente emprega a tortura como meio de execução para alcançar a morte da vítima, impondo-lhe um sofrimento ainda maior).

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.1) Acerca dos crimes contra a honra, assinale a opção correta.

(A) Não constituem injúria ou difamação punível a ofensa não excessiva praticada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu advogado e a opinião da crítica literária sem intenção de injuriar ou difamar.

(B) Em regra, a persecução criminal nos crimes contra a honra processa-se mediante ação pública condicionada à representação da pessoa ofendida.

(C) Caracterizado o crime contra a honra de servidor público, em razão do exercício de suas funções, a ação penal será pública incondicionada.

(D) O CP prevê, para os crimes de calúnia, de difamação e de injúria, o instituto da exceção da verdade, que consiste na possibilidade de o acusado comprovar a veracidade de suas alegações, para a exclusão do elemento objetivo do tipo.

A: correto (art. 142, I e II, do CP); **B:** incorreto. A ação penal, nos crimes contra a honra, em consonância com o que dispõe o art. 145, *caput*, do CP, cabe, em regra, à vítima, ou seja, é de iniciativa privada; **C:** incorreto. Segundo entendimento firmado na Súmula 714 do STF, se se tratar de ação penal por crime contra honra de servidor público em razão do exercício de suas funções, será concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação da vítima; **D:** incorreta, pois o crime de injúria (art. 140 do CP) não admite a *exceção da verdade*; a calúnia (art. 138 do CP) e a difamação (art. 139 do CP) comportam o instituto, previsto, respectivamente, nos arts. 138, § 3º, e 139, parágrafo único, ambos do Código Penal, com a ressalva de que, na difamação, somente há que se falar em exceção da verdade se o ofendido for funcionário público e a ofensa a ele impingida tiver relação com o exercício de suas funções.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.2) A respeito do crime de omissão de socorro, assinale a opção correta.

(A) O crime de omissão de socorro é admitido na forma tentada.

(B) É impossível ocorrer participação, em sentido estrito, em crime de omissão de socorro.

(C) A omissão de socorro classifica-se como crime omissivo próprio e instantâneo.

(D) A criança abandonada pelos pais não pode ser sujeito passivo de ato de omissão de socorro praticado por terceiros.

A: incorreto. O crime *omissivo puro*, como a omissão de socorro, não comporta a forma tentada; **B:** incorreto. Apesar de o tema ser polêmico, a jurisprudência majoritária entende que é possível participação em crime omissivo próprio; **C:** correto. É *crime omissivo próprio* (puro), na medida em que a lei descreve a omissão. Diz-se *instantâneo* porque a consumação se dá em um só instante. Não há continuidade temporal; **D:** incorreto. Dispõe o art. 135 do CP que a *criança abandonada* por seus responsáveis pode, sim, ser sujeito passivo do ato praticado por terceiros (deixar de prestar assistência).

Gabarito "C"

17. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

(Técnico Judiciário – TJ/RR – 2006 – CESPE) Com relação aos crimes contra o patrimônio, assinale a opção correta.

(A) A distinção entre o furto mediante fraude e o estelionato é que, no primeiro, o agente emprega a fraude para subtrair o bem sem o consentimento do proprietário, enquanto, no estelionato, há o emprego do meio fraudulento para iludir o ofendido a entregar voluntariamente o bem.

(B) A qualificadora do rompimento de obstáculo à subtração da coisa só incide caso a violência seja empregada quando o obstáculo é inerente à própria *res furtiva*.

(C) A consumação do crime de extorsão mediante sequestro ocorre no momento da obtenção da vantagem exigida como preço pelo resgate da vítima.

(D) Para a tipificação do crime de apropriação indébita, é necessário que o agente empregue meio fraudulento para que a coisa seja confiada a ele pelo ofendido, invertendo, logo após, sua posse ou detenção.

A: correta. De fato, no *furto mediante fraude*, esta se presta a viabilizar a subtração da coisa. Aqui, a vítima nem se dá conta da subtração. No *estelionato*, a situação é bem outra: o ardil é empregado com o propósito de a vítima, iludida, entregar a coisa ao agente, ou seja, no *furto qualificado* tem-se a fraude para iludir a vigilância da vítima e, dessa forma, possibilitar a subtração; no *estelionato*, tem-se a fraude para iludir a vítima a entregar a coisa; **B**: incorreta. Não qualifica o crime de furto a violência empregada contra obstáculo que é inerente à própria coisa. Dessa forma, o arrombamento de fechadura de veículo para subtração do mesmo não qualifica. De outro lado, o arrombamento da mesma fechadura para subtração de objetos existentes no interior do veículo qualifica o crime de furto. Nesse sentido: conferir: STF, HC 98.406-RS, rel. Min. Ellen Gracie, 16.6.2009; **C**: incorreta. A consumação, neste crime, se dá com a privação da liberdade da vítima, sendo desnecessária a obtenção da vantagem pretendida. É o chamado crime formal, em que o resultado naturalístico, embora previsto no tipo penal, não é exigido à consumação do delito; **D**: incorreta. Se o agente empregar meio fraudulento para que a coisa lhe seja confiada, incorrerá no crime de estelionato, e não no de apropriação indébita, em que o dolo é subsequente à posse.

Gabarito "A"

(Agente de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item, relativos a crimes contra o patrimônio.

(1) Diferenciam-se os crimes de extorsão e estelionato, entre outros aspectos, porque no estelionato a vítima quer entregar o objeto, pois foi induzida ou mantida em erro pelo agente mediante o emprego de fraude; enquanto na extorsão a vítima despoja-se de seu patrimônio contra a sua vontade, fazendo-o por ter sofrido violência ou grave ameaça.

1: correta, visto que, de fato, no crime de estelionato (art. 171 do CP), a vítima, induzida ou mantida em erro pelo agente, que se vale de artifício, ardil ou outro meio fraudulento, acaba por entregar-lhe a coisa, ao passo que no delito de extorsão (art. 158 do CP), mediante grave ameaça ou violência, é compelida a entregar objetos que integram seu patrimônio ao agente, não lhe restando alternativa.

Gabarito 1C

(Escrivão de Polícia/AC – 2008 – CESPE) Acerca dos crimes contra o patrimônio, julgue os seguintes itens.

(1) Diferentemente do que ocorre no crime de furto, no de roubo, a subtração de coisa móvel alheia, para si ou para outrem, ocorre mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

(2) O crime de dano submete-se à ação penal privada. Assim, somente se procede mediante queixa.

(3) Comete crime de furto mediante fraude o sujeito ativo que se apropria de coisa alheia móvel de que tem a posse ou a detenção.

1: correta, visto que, de fato, no crime de furto o agente não subtrai a coisa alheia móvel com emprego de grave ameaça ou violência (art. 155 do CP), diversamente do que ocorre com o roubo, praticado exatamente com o emprego de grave ameaça ou violência (art. 157 do CP); **2:** correta, pois, como regra, o crime de dano (art. 163 do CP) somente se procede mediante queixa, tratando-se, pois, de crime de ação penal privada. Porém, o art. 167 do CP, prevê situações em que referido crime será de ação penal pública (art. 163, parágrafo único, I, II e III). **3:** incorreta, pois o sujeito que se apropria de coisa alheia móvel de que tem a posse ou detenção comete o crime de apropriação indébita (art. 168 do CP).

Gabarito 1C, 2C, 3E

(Agente de Polícia/ES – 2009 – CESPE) Julgue o item seguinte.

(1) Maurício, advogado de Fernanda, ingressou com ação de reparação de danos em favor desta, tendo logrado êxito na causa e, ao final, recebido a importância correspondente ao dano. De posse da importância, não repassou a quantia à Fernanda, alegando que se utilizou do dinheiro em momento de sérias dificuldades financeiras, prometendo devolvê-lo. Nessa situação, a conduta do advogado caracteriza o crime de apropriação indébita com a incidência de aumento da pena em razão da condição profissional do agente, em face da inversão do título da posse.

1: correta (art. 168, § 1º, III, do CP).

Gabarito 1C

(Agente de Polícia/ES – 2009 – CESPE) Julgue o item seguinte.

(1) Saulo, utilizando-se da fraude conhecida como conto do bilhete premiado, ofereceu o falso bilhete a Salete para que esta resgatasse o prêmio. Encantada com a oferta e desconhecendo a falsidade do bilhete, Salete entregou a Saulo vultosa quantia, sob a crença de que o bilhete representasse maior valor. Após dirigir-se à casa lotérica, Salete descobriu o engodo e procurou uma delegacia de polícia para registrar o fato. Nessa situação, não cabe qualquer providência na esfera policial, porquanto a vítima também agiu de má-fé (torpeza bilateral), ficando excluído o crime de estelionato.

1: incorreta, pois a torpeza bilateral (dolo bilateral), que se caracteriza pela má-fé simultânea da vítima e do estelionatário, não afasta o crime de estelionato. Assim, mesmo que a vítima pretenda obter alguma vantagem com a oferta do agente delitivo, caso tenha havido fraude por parte deste, continuará caracterizado o crime de estelionato. Afinal, o art. 171 do CP não exige a boa-fé da vítima, bastando a existência: a) de fraude empregada pelo agente; b) de vantagem ilícita obtida pelo estelionatário; c) de prejuízo patrimonial suportado pela vítima.

Gabarito 1E

(Ministério Público/RO – 2008 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, relativos a crimes contra o patrimônio.

I. Segundo entendimento mais recente do STJ, para caracterizar a causa de aumento de pena prevista no CP no que concerne ao emprego de arma no crime de roubo, não há a necessidade de se apreender e realizar perícia na arma para constatar sua potencialidade lesiva, podendo o seu emprego ser demonstrado pela prova testemunhal.

II. Responde por furto mediante fraude, e não por estelionato, o agente que transfere valores da conta-corrente da vítima para a sua, por intermédio da Internet, após ter conseguido acessar ilicitamente dados da conta.

III. Conforme previsão legal, somente se admitirá a delação premiada no crime de extorsão mediante sequestro se o crime for cometido em concurso e o delator facilitar a libertação do sequestrado. Nesse caso, o delator terá sua pena reduzida de um a dois terços.

IV. A jurisprudência do STF quanto à consumação do furto é mais rígida que a do STJ, pois exige a saída da coisa da chamada esfera de vigilância da vítima.

V. Se cheques pré-datados emitidos como garantia de dívida forem devolvidos por falta de fundos ao serem apresentados antes da data combinada, o emitente responde por crime de estelionato, na modalidade prevista no CP como emissão de cheque sem suficiente provisão de fundos.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.
(B) I e IV.
(C) II e III.
(D) III e IV.
(E) IV e V.

I: embora considerada incorreta, esta proposição reflete posicionamento jurisprudencial mais recente, segundo o qual a apreensão e a respectiva perícia da arma não é necessária à configuração da majorante presente no art. 157, § 2º, I, do CP, se por outros meios restou comprovado o seu emprego. Nesse sentido: "*É desnecessária a apreensão e a perícia da arma de fogo para caracterizar a majorante prevista no art. 157, § 2º, I, do CP, se por outros meios for comprovado seu emprego na prática criminosa. A 2ª Turma, em homenagem aos princípios da segurança jurídica e da colegialidade, e para evitar decisões díspares entre as Turmas, deliberou acompanhar essa orientação, formalizada pelo Plenário no julgamento do HC 96099/RS (DJe de 5.6.2009) e, em consequência, indeferiu habeas corpus em que sustentada a necessidade de apreensão e perícia de arma de fogo para fins de verificação da sua potencialidade lesiva e consequente incidência da referida causa de aumento. Consignou-se que tal entendimento já vinha sendo adotado pela 1ª Turma e que a 2ª Turma teria, em casos análogos, sufragado tese em sentido diametralmente oposto após a prolação do citado paradigma. Os Ministros Gilmar Mendes, relator, e Celso de Mello ressalvaram sua convicção*

pessoal. HC 103046/RJ e HC 104984/RS, rel. Min. Gilmar Mendes, 19.10.2010. (HC-103046) (Inform. STF 605)"; **II:** correta: STJ, 5ª T., HC 56978-GO, Rel. Min. Gilson Dipp, j. 01.06.2006; **III:** correta: art. 159, § 4º, do CP; **IV:** incorreta. A jurisprudência do STF e do STJ dispensa, para a consumação do furto e do roubo, o critério da saída da coisa da *esfera de vigilância da vítima* e se contenta com a constatação de que, cessada a clandestinidade ou a violência, o agente tenha tido a posse da *res*, mesmo que retomada, em seguida, pela perseguição imediata: STF, HC 92450-DF, 1ª T., Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 16.09.2008; STJ, REsp 1059171-RS, 5ª T., Rel. Min. Felix Fischer, j. 02.12.2008. Tal entendimento encontra-se consolidado na Súmula 582, do STJ; **V:** incorreta. Cheque emitido em garantia de dívida (pré-datado) representa mera *promessa de pagamento*, como se *nota promissória* fosse. Eventual falta de fundos quando da sua apresentação não caracteriza o estelionato na modalidade *fraude no pagamento por meio de cheque* (art. 171, § 2º, VI, CP). No caso narrado não há crime, já que os cheques foram apresentados antes da data combinada.

Gabarito "C"

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Considera-se famulato o furto

(A) praticado em estado de extrema miserabilidade, para evitar perigo maior decorrente da ausência de alimentação, situação em que há estado de necessidade, não se incluindo no conceito, entretanto, o furto de bens supérfluos.
(B) de gados pertencentes a terceira pessoa, espalhados por currais, com ânimo de assenhoreamento definitivo pelo autor do crime.
(C) praticado pelo empregado, aproveitando-se de tal situação, de bens pertencentes ao empregador.
(D) de energia elétrica.
(E) de bens de uso comum do povo, que possam ter algum valor econômico.

De fato, considera-se famulato o furto perpetrado pelo empregado em detrimento do empregador, o que poderá configurar a qualificadora do abuso de confiança (art. 155, § 4º, II, do CP). Segundo Fragoso, "*há abuso de confiança quando o agente se prevalece de qualidade ou condição pessoal que lhe facilite a prática do furto. De certa forma, já o CP prevê entre as agravantes genéricas esta situação (art. 61, II, letras f e g). É o caso do famulato (furto praticado por empregado), ou de alguém que se valha de relações de amizade ou de uma situação de confiança, para mais facilmente subtrair coisa alheia.*" (FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de Direito Penal** – Parte Especial. 8. ed. rev. e atual. por Fernando Fragoso. Rio de Janeiro: Forense, 1986. p. 274).

Gabarito "C"

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta com referência aos crimes contra o patrimônio.

(A) No crime de roubo, se a arma não é apreendida e, consequentemente, não pode ser submetida a perícia, o autor do crime responde por roubo simples, pois, tratando-se de crime não transeunte, a prova testemunhal não supre a ausência da perícia, mesmo que tenha havido disparo da arma de fogo.
(B) A jurisprudência tem aplicado analogicamente o entendimento já consolidado quanto ao crime de furto, para fins de afastar a tipicidade do roubo de uso.
(C) Inexiste concurso material entre os delitos de quadrilha armada e o roubo qualificado pelo emprego de arma, devendo o porte ou a posse da arma de fogo ser considerado uma única vez, sob pena de *bis in idem*.
(D) Ocorre crime de latrocínio se, logo após a subtração da coisa pretendida, por *aberractio ictus*, o agente atinge seu comparsa, querendo matar a vítima.
(E) Se o agente, após subtrair os pertences da vítima com grave ameaça, obriga-a a entregar o cartão do banco e a fornecer a respectiva senha, há concurso formal entre os crimes de extorsão e roubo, pois são crimes da mesma espécie, isto é, contra o patrimônio.

A: incorreta, pois a demonstração de que o roubo foi perpetrado com emprego de arma admite outros meios de prova que não apenas a pericial (STJ, HC 127.661/SP; HC 91.294-SP); **B:** incorreta, uma vez que o crime de roubo é considerado complexo, visto que atinge, a um só tempo, o patrimônio e a integridade corporal ou a liberdade pessoal da vítima (violência ou grave ameaça), razão pela qual não se pode admitir a mesma *ratio* do furto de uso (subtração da *res* e posterior restituição íntegra à vítima); **C:** incorreta, visto que o crime de quadrilha ou bando armado (art. 288, parágrafo único, do CP) é autônomo com relação aos crimes perpetrados pela quadrilha. Assim, se esta praticar diversos crimes de roubo circunstanciado ou majorado pelo emprego de arma, haverá a incidência do concurso material entre o crime de quadrilha ou bando armado e os roubos majorados pelo emprego de arma (TJSP – Ap. Crim. 197.775-3, 1ª Cam. Crim.). Atualmente, com o avento da Lei 12.850/2013, o crime de quadrilha ou bando passou a ter nova nomenclatura: associação criminosa.; **D:** correta, pois se o agente, durante a execução do crime, por *aberratio ictus* (erro na execução – art. 73 do CP), atinge seu comparsa, responderá como se houvesse atingido a própria vítima, respondendo, portanto, pelo crime de latrocínio; **E:** incorreta, visto que, na linha adotada pelo STJ, configuram-se os crimes de roubo e extorsão, em concurso material, se o agente, após subtrair alguns pertences da vítima, obriga-a a entregar o cartão do banco e fornecer a respectiva senha (HC 102613/SP, Rel. Min. Felix Fischer, 5ª T., *DJe* 06.10.2008). Há entendimento, também do STJ, no sentido de que seria admissível a continuidade delitiva entre ambos os crimes (REsp 1.031.683-SP, Rel. Min. Jane Silva, Desembargadora convocada do TJMG – 06.11.2008).

Gabarito "D"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Roberto, com 23 anos de idade, subtraiu para si um aparelho celular avaliado economicamente em R$ 900,00, pertencente ao seu pai, Alberto, de 63 anos de idade, e em seguida, vendeu-o por R$ 200,00 para Felipe, o qual sabia que o aparelho não custava tão barato. Considerando a situação hipotética acima descrita, assinale a opção correta no referente aos crimes contra o patrimônio.

(A) Roberto é isento de pena, por ter praticado o crime contra ascendente, ocorrendo, assim, uma escusa absolutória legalmente prevista.
(B) Felipe praticou crime de receptação culposa, mas será isento de pena em face da extensão da escusa absolutória aplicável a Roberto.
(C) Roberto praticou, em tese, crime de furto, e Felipe, receptação culposa, porque, pela desproporção entre o valor e o preço do aparelho celular, deveria presumir ter sido obtido por meio criminoso.
(D) Se Felipe revender o aparelho celular para Frederico, este não responderá por crime algum, pois não se pune a receptação de coisa já receptada.
(E) Roberto não responderá por crime algum, em face da aplicação do princípio da insignificância, já consolidado na jurisprudência dos tribunais superiores como aplicável aos bens avaliados em até R$ 1.000,00.

A despeito de o crime contra o patrimônio ter sido praticado contra ascendente e não ter sido empregada, no seu cometimento, violência ou grave ameaça à pessoa, não é o caso de incidir a imunidade a que alude o art. 181, II, do CP, pois o ofendido conta com mais de 60 anos de idade - nos termos do art. 183, III, do CP. Felipe, por sua vez, deverá ser responsabilizado pelo crime de *receptação culposa* – art. 180, § 3º, do CP, pois, dada a inegável desproporção entre o valor e o preço que pagou pelo bem, deveria presumir que foi obtido por meio criminoso.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2010.1) Com relação aos crimes contra o patrimônio, assinale a opção correta.

(A) A conduta da vítima não é fator de distinção entre os delitos de roubo e extorsão.
(B) O crime de extorsão mediante sequestro consuma-se no momento em que o resgate é exigido, independentemente do momento da privação da liberdade da vítima.
(C) Ocorre crime de extorsão indireta quando alguém, abusando da situação de outro, exige, como garantia de dívida, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou terceiro.
(D) No crime de apropriação indébita, o fato de o agente praticá-lo em razão de ofício, emprego ou profissão não

interfere na imposição da pena, por se tratar de elementar do tipo.

A: incorreta. No roubo, a subtração da *res* é feita pelo autor do crime, ao passo que, na extorsão, o apoderamento da *res* depende de uma conduta da vítima, que, em regra, entrega o bem ao agente; **B:** incorreta. Este crime é consumado no momento em que a vítima é privada de sua liberdade, independentemente do momento em que a condição ou preço do resgate é exigido (crime formal); **C:** correta. O crime de extorsão indireta está tipificado no art. 160 do CP, que assim dispõe: "exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro"; **D:** incorreta. Trata-se de causa de aumento especial, prevista no art. 168, § 1.º, do CP.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.1) Acerca dos crimes contra o patrimônio, assinale a opção correta.

(A) O crime de latrocínio só se consuma quando o agente, após matar a vítima, realiza a subtração dos bens visados no início da ação criminosa.
(B) O crime de extorsão é consumado quando o agente, mediante violência ou grave ameaça, obtém, efetivamente, vantagem econômica indevida, constrangendo a vítima a fazer alguma coisa ou a tolerar que ela seja feita.
(C) Quem falsifica determinado documento exclusivamente para o fim de praticar um único estelionato não responderá pelos dois delitos, mas apenas pelo crime contra o patrimônio.
(D) O crime de apropriação indébita de contribuição previdenciária é delito material, exigindo-se, para a consumação, o fim específico de apropriar-se da coisa para si (*animus rem sibi habendi*).

A: incorreto. Súmula 610 do STF: "Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima"; **B:** incorreto. O crime de extorsão é formal, consumando-se independentemente da obtenção de vantagem indevida por parte do agente. É a posição esposada na Súmula 96 do STJ; **C:** correto. É o entendimento consagrado na Súmula 17 do STJ; **D:** incorreto. O crime do art. 168-A do CP é formal, consumando-se com a mera omissão do agente, consubstanciada em deixar de repassar a quantia devida ao INSS.
Gabarito "C"

18. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Acerca do crime contra a dignidade sexual e da Lei das Contravenções Penais, assinale a opção correta.

(A) Considere a seguinte situação hipotética. Antônio convidou Bruna, 25 anos de idade, para ir a uma festa. De forma dissimulada, Antônio colocou determinada substância na bebida de Bruna, que, após alguns minutos, ficou totalmente alucinada. Aproveitando-se do estado momentâneo de Bruna, que não poderia oferecer resistência, Antônio levou-a para o estacionamento da festa, onde com ela manteve conjunção carnal. Passado o efeito da substância, Bruna de nada se lembrava. Nessa situação, Antônio praticou o delito de estupro comum, e não o de estupro de vulnerável.
(B) Aquele que mendiga, por ociosidade ou cupidez, pratica contravenção penal, ficando sujeito à pena de prisão simples.
(C) Aquele que pratica tentativa de contravenção penal deve ser punido, no entanto fará jus à causa de redução de pena prevista no CP em seu limite máximo.
(D) A mulher pode ser coautora do delito de estupro.
(E) A lei brasileira é aplicável a contravenção penal praticada fora do território nacional.

A: Antônio praticou o crime de estupro de vulnerável, previsto no art. 217-A, § 1º, parte final, do CP, tendo em conta que Bruna, em razão da substância por ele adicionada em sua bebida, ficou impossibilitada de oferecer resistência; **B:** o art. 60 da Lei das Contravenções Penais, que previa a contravenção de *mendicância*, foi revogado pela Lei 11.983/2009; **C:** em consonância com o que dispõe o art. 4º da LCP, a tentativa de contravenção não é punível; **D:** atualmente, pode ser sujeito ativo do crime de estupro tanto o homem quanto a mulher, como *coautor* ou na qualidade de *partícipe*; **E:** determina o art. 2º da LCP que a lei brasileira somente é aplicável à contravenção praticada no território nacional.
Gabarito "D"

19. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(Agente de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. Tancredo recebeu, para si, R$ 2.000,00 entregues por Fernando, em razão da sua função pública de agente da Polícia Federal, para praticar ato legal, que lhe competia, como forma de agrado. Nessa situação, Tancredo não responderá pelo crime de corrupção passiva, o qual, para se consumar, tem como elementar do tipo a ilegalidade do ato praticado pelo funcionário público.

1: incorreta, visto que o delito de corrupção passiva, previsto no art. 317 do CP, restará configurado quando o agente solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas sempre em razão dela, vantagem indevida. Referida vantagem pode visar à prática de ato legal ou ilegal, sendo certo ressaltar que, em regra, o funcionário público é corrompido para a prática de atos ilegais. Oportuno mencionar que se denomina de *corrupção passiva própria* aquela em que o sujeito ativo (funcionário público) deixa de praticar ou pratica *ato ilegal*, ao passo que se chama de *corrupção passiva imprópria* a hipótese em que o agente é corrompido para a prática de *ato legal*. Por fim, frise-se que a legalidade ou ilegalidade do ato praticado pelo funcionário público corrupto não consta como elementar do tipo penal.
Gabarito 1E

(Agente de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Caso um policial federal preste ajuda a um contrabandista para que este ingresse no país e concretize um contrabando, consumar-se-á o crime de facilitação de contrabando, ainda que o contrabandista não consiga ingressar no país com a mercadoria.

1: correta, visto que comete o crime de facilitação de contrabando ou descaminho, previsto no art. 318 do CP, o funcionário público que, com infração de dever funcional, facilita a entrada ou a saída de mercadoria proibida no Brasil (contrabando), ou facilita que se iluda o Fisco na arrecadação dos tributos pendentes sobre as mercadorias lícitas. De acordo com a doutrina, trata-se de *crime formal*, ou seja, consuma-se com a efetiva facilitação por parte do agente ao contrabandista, ainda que este não consiga, de fato, ingressar com a mercadoria no país.
Gabarito 1C

(Agente de Polícia/ES – 2009 – CESPE) Acerca dos crimes praticados contra a administração pública, cada um dos itens que segue apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

(1) Um policial se deparou com uma situação de flagrante delito por crime de tráfico de drogas, todavia, percebendo, logo em seguida, que o autor era um antigo amigo de infância, deixou de efetivar a prisão, liberando o conhecido. Nessa situação, a conduta do policial caracterizou o crime de prevaricação.
(2) Um funcionário dos Correios se apropriou indevidamente de cheque contido em correspondência sob a sua guarda em razão da função, utilizando o título para compras, em proveito próprio, em um supermercado. Nessa situação, a conduta do funcionário caracterizou o crime de furto simples, pois o objeto material do delito, do qual o agente detinha a posse em razão do cargo, era particular.
(3) Um policial civil, ao executar a fiscalização de ônibus interestadual procedente da fronteira do Paraguai, visando coibir o contrabando de armas e produtos ilícitos, deparou-se com uma bagagem conduzida por um passageiro con-

tendo vários produtos de origem estrangeira de importação permitida, todavia sem o devido pagamento de impostos e taxas. Sensibilizado com os insistentes pedidos do passageiro, o policial civil deixou de apreender as mercadorias, liberando a bagagem. Nessa situação, o policial civil, por descumprir dever funcional, será responsabilizado pelo crime de facilitação de contrabando ou descaminho.

(4) Paulo, delegado de polícia, exigiu de Carlos certa quantia em dinheiro para alterar o curso de investigação policial, livrando-o de um possível indiciamento. Quando da exigência, se encontrava acompanhado de Joaquim, que não era funcionário público, mas participou ativamente da conduta, influenciando a vítima a dispor da importância exigida, sob o argumento de que o policial civil poderia beneficiá-lo. Nessa situação, Paulo e Joaquim, mesmo que Carlos não aceite a exigência, responderão pelo crime de concussão.

(5) Geraldo, imputável, após ser abordado por 3 policiais militares em uma blitz, com a clara intenção de menosprezar e desprestigiar a função do agente público, passou a ofender verbalmente toda a guarnição policial, tendo, em decorrência disso, recebido voz de prisão e sido conduzido à presença da autoridade policial competente. Nessa situação, Geraldo responderá pelo crime de desacato por três vezes, considerando-se o número de policiais que foram ofendidos, sujeitos passivos principais do delito.

(6) Um particular, nos termos dos dispositivos do Código de Processo Penal que disciplinam a prisão em flagrante, desacompanhado de funcionário público, efetuou a prisão de determinado cidadão que acabou de cometer um homicídio. O autor do delito, mediante violência, se opôs à execução do ato, produzindo lesões graves em seu executor. Nessa situação, o referido cidadão, além das penas relativas à conduta que ensejou a prisão, responderá pelo crime de resistência sem prejuízo das correspondentes à violência.

1: correta (art. 319 do CP), visto que o policial deixou de praticar ato de ofício (realizar a prisão em flagrante de um traficante), para satisfazer sentimento pessoal (amizade); **2:** incorreta, pois o funcionário dos Correios, sendo funcionário público, ao se apropriar de um cheque, em razão do cargo, cometeu o crime de peculato (art. 312 do CP). O fato de o cheque ser particular não afasta o crime, visto que este tem como objetos materiais: a) dinheiro; b) valor; ou c) bem móvel público ou particular; **3:** correta (art. 318 do CP), visto que o policial, omitindo-se em seu dever, acabou facilitando o crime de descaminho praticado pelo passageiro. Discutível, porém, o gabarito dado pela examinadora, visto que, primeiramente, não compete à Polícia Civil a apuração do crime de contrabando ou descaminho, mas, sim, à Polícia Federal. De outro lado, a conduta do policial poderia, também, amoldar-se, ao crime de corrupção passiva privilegiada (art. 317, § 2º, do CP); **4:** correta (art. 316 do CP). O fato de Paulo haver exigido certa quantia de Carlos para deixar de praticar um ato de ofício configura, por si só, o crime de concussão, independentemente de não conseguir receber o valor. Trata-se, é bom que se diga, de crime formal (consuma-se com a mera exigência, independentemente do recebimento da vantagem indevida). Joaquim, embora particular, também responderá pelo crime, visto que a condição de funcionário público de Paulo, por ser elementar do crime, comunica-se a terceiros (art. 30 do CP); **5:** incorreta, pois se a intenção de Geraldo era a de menosprezar a função dos agentes, ainda que sejam 3 policiais, haverá um só crime. Assim não fosse, para cada xingamento realizado em detrimento de 1 só policial, por exemplo, haveria pluralidade de crimes. O que o art. 331 do CP protege é a função administrativa dos agentes públicos e não, propriamente, a pessoa deles; **6:** incorreta, pois, a despeito de um cidadão "comum" poder efetuar a prisão em flagrante de quem assim se encontre (art. 301 do CPP – flagrante facultativo), caso o detido resista à prisão, mediante grave ameaça ou violência, não terá cometido o crime de resistência (art. 329 do CP). Afinal, referido delito deve ser praticado em face de funcionário que esteja executando um ato legal, ou quem lhe esteja prestando auxílio. Tratando-se de crime contra a Administração em geral, pressupõe, como dito, que o ato alvo da resistência seja oriundo de uma atividade típica de funcionário público.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C, 5E, 6E

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Julgue o item abaixo, acerca dos crimes contra a Administração Pública.

(1) Governador de Estado que, após responder por ação de improbidade administrativa perante o Poder Judiciário, for condenado nas penas de suspensão dos direitos políticos e indisponibilidade dos bens não responderá por crime no âmbito penal.

1: incorreta, visto que as esferas penal, civil e administrativa são independentes. Assim, se a conduta do agente configurar crime contra a Administração e também ato de improbidade administrativa, deverá ser responsabilizado nos âmbitos penal e civil. Nada impede, ainda, que o agente, neste caso, também seja punido na esfera administrativa.

Gabarito 1E

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Considerando os crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

(A) São incompossíveis os crimes de corrupção ativa praticados pelo particular e de concussão cometido pela autoridade pública.

(B) Pratica concussão o funcionário que exige, mediante violência, direta ou indiretamente, para si ou para outrem, em razão da função pública, vantagem indevida.

(C) A corrupção é crime de concurso necessário, sendo necessária, para a consumação, a presença do corruptor ativo e do corruptor passivo.

(D) Como a qualidade de funcionário público é circunstância pessoal, não se comunica ao particular que eventualmente participe da prática de crime contra a administração pública. Em tais situações, responde o particular por crime diverso.

(E) Em denúncia de crime de prevaricação, é suficiente que o Ministério Público (MP) afirme que o acusado agiu para a satisfação de interesse pessoal, pois, durante a instrução, pode-se perquirir no que consistiu o mencionado interesse.

A: correta, uma vez que o crime de concussão (art. 316 do CP) se caracteriza pela conduta do agente (funcionário público) de exigir da vítima que lhe entregue uma vantagem indevida, impondo-se a ela um temor decorrente da própria função pública exercida pelo sujeito ativo. Assim, a vítima cede à exigência e entrega a vantagem requisitada, o que, por evidente, não poderá caracterizar o crime de corrupção ativa (art. 333 do CP), visto que este pressupõe uma oferta ou promessa de vantagem indevida a funcionário público, o que resta descaracterizado caso haja a exigência; **B:** incorreta, visto que o crime de concussão (art. 316 do CP), embora tenha como conduta nuclear (verbo do tipo) a exigência, não tem como meios executórios a violência ou a grave ameaça. No crime em questão, o funcionário público, valendo-se de seu cargo, emprego ou função, impõe à vítima um temor fundado na própria atividade, mas sem utilizar violência ou grave ameaça. Caso haja emprego, por exemplo, de violência, o agente irá responder por crime contra o patrimônio (ex.: roubo – art. 157 do CP; extorsão – art. 158 do CP); **C:** incorreta, já que o crime de corrupção, seja ativa, seja passiva, não pressupõe, necessariamente, a existência de um crime bilateral (corrupção passiva de um lado e corrupção ativa de outro). Afinal, se um funcionário público simplesmente solicitar uma vantagem indevida de um particular, já terá cometido corrupção passiva, que é crime formal, ainda que tenha havido a negativa de entrega do quanto solicitado, o que, por evidente, não caracteriza corrupção ativa; **D:** incorreta, pois o fato de um dos agentes ser funcionário público é considerado condição pessoal, que, como elementar dos crimes contra a administração pública, comunicar-se-á aos coautores ou partícipes, consoante prescreve o art. 30 do CP; **E:** incorreta, uma vez que cabe ao titular da ação penal, ao oferecer a petição inicial acusatória, descrever adequadamente todos os elementos do tipo legal do crime, sob pena de inépcia e consequente rejeição da denúncia ou queixa.

Gabarito "A"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Quanto aos crimes contra a fé pública e contra a administração pública, assinale a opção correta.

(A) No crime de falsificação de documento público, o fato de ser o agente funcionário público é um indiferente penal, ainda que esse agente cometa o crime prevalecendo-se do cargo, tendo em vista que tal delito é contra a fé e não contra a administração pública.

(B) No crime de falsidade ideológica, o documento é materialmente verdadeiro, mas seu conteúdo não reflete a realidade, seja porque o agente omitiu declaração que dele deveria constar, seja porque nele inseriu ou fez inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita.
(C) No crime de prevaricação, a satisfação de interesse ou sentimento pessoal é mero exaurimento do crime, não sendo obrigatória a sua presença para a configuração do delito.
(D) Não haverá o crime de condescendência criminosa quando faltar ao funcionário público competência para responsabilizar o subordinado que cometeu a infração no exercício do cargo.
(E) A ocorrência de prejuízo público como resultado do fato não influencia a pena do crime de abandono de função.

A: incorreta, pois não reflete o disposto no art. 297, § 1º, do CP; **B:** o crime do art. 299 do CP (falsidade ideológica) não deve ser confundido com aqueles previstos nos arts. 297 e 298 do CP, respectivamente *falsificação de documento público* e *falsificação de documento particular*, em que a falsidade é *material*, já que o vício incide sobre o aspecto físico do documento, a sua *forma*. Já a *falsidade ideológica*, diferentemente, incide sobre o *conteúdo* do documento, a ideia nele contida, que é perfeito do ponto de vista *material*. Assertiva, portanto, correta; **C:** a configuração do crime de *prevaricação* (art. 319, CP) está condicionada à presença do chamado *elemento subjetivo especial do tipo*, consistente no propósito de satisfazer *interesse* ou *sentimento pessoal*; não basta, pois, que o agente realize as condutas contidas no tipo penal; **D:** se o funcionário não dispuser de competência para responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, deverá levar o fato ao conhecimento da autoridade que detenha tal atribuição. Se não o fizer, será responsabilizado pelo crime de *condescendência criminosa* – art. 320, CP; **E:** não é necessária, à consumação deste crime do art. 323 do CP, a produção de resultado naturalístico consistente no prejuízo para a Administração (crime formal).
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2010.1) Considere que Charles, funcionário público no exercício de suas funções, tenha desviado dolosamente valores particulares de que tinha a posse em razão do cargo. Nessa situação hipotética,

(A) Charles praticou crime de furto, e não de peculato, haja vista que os valores de que tinha a posse em razão do cargo eram particulares, e não, públicos.
(B) se Charles reparar o dano antes do recebimento da denúncia, sua punibilidade será extinta; se o fizer posteriormente, sua pena será diminuída.
(C) a pena de Charles não seria alterada na eventualidade de ser ele ocupante de cargo em comissão de órgão da administração direta, visto que a tipificação do crime já considera o fato de ser o agente funcionário público como elementar do tipo.
(D) Charles praticou peculato-desvio, podendo eventual reparação do dano ser considerada arrependimento posterior ou circunstância atenuante genérica, a depender do momento em que for efetivada.

A: incorreta. O tipo penal do peculato prevê o envolvimento de valores particulares de que o agente tem a posse em razão do cargo. Assim dispõe o art. 312 do CP: "Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio. Pena: reclusão, de dois a doze anos, e multa. § 1.º Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário."; **B:** incorreta. A reparação do dano só gera os efeitos mencionados no caso de peculato culposo (CP, art. 312). § 2.º "Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem. Pena: detenção, de três meses a um ano." § 3.º "No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta."; **C:** incorreta. Há aumento de um terço da pena em tais situações. Assim dispõe o art. 327, § 2.º, do CP: "A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público."; **D:** correta. A conduta se amolda ao tipo descrito no art. 312 do CP. Além disso, quanto ao arrependimento posterior, assim prevê o CP, no art. 16: "Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços." Se for posterior ao recebimento da denúncia, somente haverá a incidência de circunstância atenuante genérica.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.1) Ernesto, funcionário público, após se aposentar, permitiu o fornecimento de sua senha de acesso aos bancos de dados da administração pública a Vinícius, que, por acaso, acabou perdendo a senha. Na situação narrada, a conduta de Ernesto é

(A) Atípica, por se tratar de funcionário público aposentado.
(B) Atípica, porque não houve prejuízo para a administração pública.
(C) Típica e consiste em violação de sigilo funcional através de sistema informatizado.
(D) Típica e consiste em inserção de dados falsos em sistema de informações.

Art. 325, § 1º, I, do CP.
Gabarito "C"

20. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

20.1. CRIMES DA LEI ANTIDROGAS

(Agente de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Considerando a legislação penal especial, julgue os seguintes itens.

(1) Nos crimes de tráfico de substâncias entorpecentes, é isento de pena o agente que, em razão da dependência ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
(2) É atípica, por falta de previsão na legislação pertinente ao assunto, a conduta do agente que simplesmente colabora, como informante, com grupo ou associação destinada ao tráfico ilícito de entorpecentes.

1: correta, nos exatos termos do art. 45 da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas); **2:** incorreta. Tal conduta está tipificada no art. 37 da Lei de Tóxicos.
Gabarito 1C, 2E

(Agente de Polícia/ES – 2009 – CESPE) Acerca dos crimes hediondos e da legislação antidrogas, julgue os itens seguintes.

(1) É vedada a progressão de regime do réu condenado por tráfico de drogas, devendo aquele cumprir a totalidade da pena em regime fechado.
(2) Se um indivíduo, imputável, ao regressar de uma viagem realizada a trabalho na Argentina, for flagrado na fiscalização alfandegária trazendo consigo 259 frascos da substância denominada lança-perfume e, indagado a respeito do material, alegar que desconhece as propriedades toxicológicas da substância e sua proibição no Brasil em face do uso frequente nos bailes carnavalescos, onde pretende comercializar o produto, nessa situação, a alegação de desconhecimento das propriedades da substância e ignorância da lei será inescusável, não se configurando erro de proibição.
(3) O agente que infringe o tipo penal da lei de drogas na modalidade de importar substância entorpecente será também responsabilizado pelo crime de contrabando, visto que a droga, de qualquer natureza, é também considerada produto de importação proibida.
(4) Se Y, imputável, oferecer droga a Z, imputável, sem objetivo

de lucro, para juntos a consumirem, a conduta de Y se enquadrará à figura do uso e não da traficância.

(5) Segundo o disposto na legislação específica, são crimes hediondos, entre outros, o homicídio qualificado, o latrocínio, a epidemia com resultado de morte e o genocídio.

(6) Em decorrência da nova política criminal adotada pela legislação de tóxicos, a conduta do usuário foi descriminalizada, porquanto, segundo o que institui a parte geral do Código Penal, não se considera crime a conduta à qual a lei não comina pena de reclusão ou detenção.

(7) Caso um indivíduo, imputável, seja abordado em uma "blitz" policial portando expressiva quantidade de maconha, sobre a qual alegue ser destinada a consumo pessoal, e, apresentado o caso à autoridade policial, esta defina a conduta como tráfico de drogas, considerando, exclusivamente, na ocasião, a quantidade de droga em poder do agente, agirá corretamente a autoridade policial, pois a quantidade de droga apreendida é o único dado a ser levado em consideração na ocasião da lavratura da prisão em flagrante.

(8) Suponha que Francisco, imputável, suspeito da prática de crime de estupro seguido de morte, seja preso em flagrante delito e, no decorrer de seu interrogatório na esfera policial, confesse a autoria do crime, mas, após a comunicação da prisão ao juiz competente, verifique-se, pela prova pericial, que Francisco foi torturado para a confissão do crime. Nessa situação, deverá a autoridade judiciária, mesmo se tratando de crime hediondo, relaxar a prisão de Francisco, sem prejuízo da responsabilização dos autores da tortura.

(9) Suponha que policiais civis, investigando a conduta de Carlos, imputável, suspeito de tráfico internacional de drogas, tenham-no observado no momento da obtenção de grande quantidade de cocaína, acompanhando veladamente a guarda e o depósito do entorpecente, antes de sua destinação ao exterior. Buscando obter maiores informações sobre o propósito de Carlos quanto à destinação da droga, mantiveram o cidadão sob vigilância por vários dias e lograram a apreensão da droga, em pleno transporte, ainda em território nacional. A ação da polícia resultou na prisão em flagrante de Carlos e de outros componentes da quadrilha por tráfico de drogas. Nessa situação, ficou evidenciada a hipótese de flagrante provocado, inadmissível na legislação brasileira.

1: incorreta, na medida em que o § 2º do art. 2º da Lei dos Crimes Hediondos autoriza a progressão de regime nos crimes de tráfico de entorpecentes; **2:** correta. Dispõe o art. 21 do Código Penal que o desconhecimento da lei é inescusável. O fato do uso de "lança-perfume" ocorrer à revelia das autoridades não permite deduzir que seu uso é lícito, sob pena de aplicarmos o mesmo raciocínio para a maconha e o "crack". Notadamente, ainda que o indivíduo não soubesse realmente da proibição, poderia facilmente obter essa informação; **3:** incorreta, porque tal procedimento importaria em *bis in idem*. Havendo disposição específica da Lei de Drogas, o contrabando fica absorvido pelo crime mais grave; **4:** correta. Consignando a discordância de parte da doutrina com tal afirmação, a assertiva é correta porque, a par da pena privativa de liberdade, a Lei 11.343/2006 determina a aplicação das medidas previstas no art. 28, cujo destinatário é o usuário de entorpecentes; **5:** correta, nos moldes do art. 1º, I, II, VII e parágrafo único, da Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/1990); **6:** incorreta. A exigência de pena privativa de liberdade para a caracterização do crime não está prevista na parte geral do Código Penal, mas sim na Lei de Introdução ao Código Penal (art. 1º do Decreto-lei 3.914/1941). Além disso, o STF decidiu que não houve descriminalização da conduta do usuário (que equivaleria a *abolitio criminis*), mas sim mera despenalização, "exclusão, para o tipo, das penas privativas de liberdade" (STF, RE 430105 QO/RJ, DJ 13/02/2007); **7:** incorreta. A quantidade de entorpecentes apreendida é apenas um dos critérios a serem considerados, ao lado do local e das condições da apreensão, das circunstâncias sociais e pessoais, e a conduta e os antecedentes criminais do agente (art. 28, § 2º, da Lei de Drogas); **8:** correta. No caso, o auto de prisão em flagrante se fundamenta em prova ilícita, razão pela qual deve ser relaxada a prisão e instaurada a persecução penal para apuração dos crimes de tortura; **9:** incorreta. "Flagrante provocado ou preparado" é aquele que impede a consumação do delito, por obra do agente provocador. Trata-se de uma ficção, pois o agente acredita que está praticando o crime, mas nunca conseguirá chegar ao fim de seu intento. Segundo o STF, é hipótese de crime impossível. No caso narrado, na verdade, a autoridade policial agiu através da chamada "ação controlada", que consiste no acompanhamento da prática delitiva até o momento em que a prisão em flagrante trará o melhor resultado para a operação. Tal instrumento de investigação está autorizado pelo art. 2º, II, da Lei 9.034/1995 [revogada pela Lei 12.850/2013].

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E, 7E, 8C, 9E

(Analista – STF – 2008 – CESPE) Com relação ao sistema nacional de políticas públicas sobre drogas, julgue os itens abaixo.

(1) A legislação descriminalizou a conduta de quem adquire, guarda, tem em depósito, transporta ou traz consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Atualmente, o usuário de drogas será isento da aplicação de pena e submetido a tratamento para recuperação e reinserção social.

(2) É atípica a conduta do agente que semeia plantas que constituam matéria-prima para a preparação de drogas, ainda que sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

1: incorreta – para o STF, embora o art. 28 da Lei 11.343/06 tenha afastado a possibilidade de aplicação da pena de prisão ao usuário de drogas, o dispositivo manteve íntegro o ***caráter de crime***. Não há que se falar, portanto, em descriminalização das condutas do art. 28 ante o abandono da pena de prisão; **2:** incorreta – a conduta está tipificada no art. 33, § 1º, II, da Lei 11.343/06.

Gabarito 1E, 2E

(Analista – TJ/CE – 2008 – CESPE) A associação beneficente presidida por Aldo obteve da Receita Federal, por doação, várias caixas de cosméticos apreendidas em operação da Polícia Federal, que havia desmantelado quadrilha especializada em contrabando e descaminho. Posteriormente, potes de creme de beleza, ainda lacrados, foram vendidos pela associação em leilão beneficente. Dois dias depois, vários arrematantes reclamaram o dinheiro de volta, alegando que os produtos estavam deteriorados. Descobriu-se, então, que os potes continham, de fato, a substância entorpecente conhecida como merla, e não o creme embelezante descrito no rótulo.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que seguem.

(1) Aldo cometeu o crime de tráfico de entorpecente porque era seu dever assegurar-se de que o produto que estava vendendo no leilão era de boa qualidade.

(2) A hipótese configura crime impossível por impropriedade do objeto material.

1: incorreta – o crime contido no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06 é punido tão somente na modalidade dolosa, isto é, exige-se que o agente, dotado de consciência e vontade, concretize um dos núcleos contidos no tipo penal. Se a associação da qual Aldo é presidente *adquiriu* e, em seguida, *vendeu* alguns potes, ainda lacrados, pensando tratar-se de creme de beleza, mas que continham, na verdade, substância entorpecente, incorreu este em *erro de tipo* (art. 20, CP), na medida em que desconhecia o seu conteúdo. Não agiu, pois, com dolo de traficar (o erro de tipo exclui o dolo); **2:** incorreta – não se trata de crime impossível por impropriedade do objeto material (art. 17 do CP), já que este existe (substância entorpecente), mas a sua aquisição e posterior venda não eram de conhecimento de Aldo.

Gabarito 1E, 2E

(OAB – CESPE – 2009.3) Considere que Júlio, usuário de droga, tenha oferecido pela primeira vez, durante uma festa, a seu amigo Roberto, sem intuito de lucro, pequena quantidade de maconha para consumirem juntos. Nessa situação hipotética, Júlio

(A) praticou conduta típica, entretanto, como a lei em vigor despenalizou a conduta, ele deve ser apenas submetido a admoestação verbal.

(B) praticou tráfico ilícito de entorpecentes e, de acordo com a legislação em vigor, a pena abstratamente cominada será a mesma do traficante regular de drogas.
(C) deverá ser submetido à pena privativa de liberdade, diversa e mais branda que a prevista abstratamente para o traficante de drogas.
(D) praticou conduta atípica, dada a descriminalização do uso de substância entorpecente.

Cuida-se de inovação introduzida pela Lei 11.343/2006. É a chamada *cessão gratuita e eventual*, que, a teor do art. 33, § 3º, da Lei de Drogas, traz os seguintes requisitos: eventualidade no oferecimento da droga; ausência de objetivo de lucro; intenção de consumir a droga em conjunto; e oferecimento da droga a pessoa de relacionamento do agente. Dado que a pena máxima cominada é de 1 ano, a competência é do Juizado Especial Criminal.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.3) Com relação à legislação referente ao combate às drogas, assinale a opção correta.

(A) O agente que, para consumo pessoal, semeia plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância capaz de causar dependência psíquica pode ser submetido à medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
(B) O agente que tiver em depósito, para consumo pessoal, drogas sem autorização poderá ser submetido à pena de reclusão.
(C) O agente que transportar, para consumo pessoal, drogas em desacordo com determinação legal poderá ser submetido à pena de detenção.
(D) O agente que entregar a consumo drogas, ainda que gratuitamente, em desacordo com determinação legal, pode ser submetido à pena de advertência sobre os efeitos das drogas.

A: correto (art. 28, III e § 1º, da Lei 11.343/2006); **B:** incorreto. O agente que tiver em depósito, para consumo pessoal, drogas sem autorização estará sujeito às penas previstas no preceito secundário da norma do art. 28 da Lei 11.343/2006, a saber: advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade; e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. O legislador não previu pena de prisão para esses casos; **C:** incorreto. Pelas razões invocadas no comentário anterior, serão aplicadas as medidas relacionadas nos incisos do art. 28 da Lei 11.343/2006. A prática deste crime, portanto, não comporta a aplicação de pena de prisão; **D:** incorreto. A conduta está tipificada no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006, cuja pena prevista é reclusão de 5 a 15 anos, além do pagamento de 500 a 1.500 dias-multa.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2) Assinale a opção correta com base na legislação atual de combate às drogas (Lei n. 11.343/2006).

(A) Se um indivíduo, acusado de tráfico de drogas, colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores do crime e na recuperação total do produto do crime, nessa situação, caso ele seja condenado, terá sua pena reduzida nos termos da lei.
(B) Segundo a novel legislação, o indivíduo que esteja cumprindo pena em decorrência de condenação por tráfico ilícito de entorpecentes não pode beneficiar-se de livramento condicional.
(C) O agente que, em razão da dependência de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento terá sua pena reduzida pela metade.
(D) É vedada, em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos na lei em questão, a infiltração, por agentes de polícia, em tarefas de investigação.

A: correto (art. 41 da Lei 11.343/2006 - Lei de Tóxicos); **B:** incorreto (art. 44, parágrafo único, da Lei de Tóxicos); **C:** incorreto (art. 45 da Lei de Tóxicos); **D:** incorreto (art. 53, I, da Lei de Tóxicos).
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.1) Alguém que tenha, em sua residência, para consumo pessoal, substância entorpecente, sem autorização legal, pratica, segundo a nova legislação sobre o tema, conduta caracterizada como

(A) Contravenção.
(B) Crime.
(C) Infração penal *sui generis*.
(D) Fato atípico.

Art. 28 da Lei n. 11.343/2006. Embora este tema tenha gerado bastante polêmica, com a criação de várias correntes a respeito, o STF sedimentou o entendimento de que o art. 28 da Lei de Drogas tem natureza de crime, sendo o usuário um "tóxico delinquente" (RE 430.105-9-RJ, 1ª T., rel. Min. Sepúlvida Pertence, j. 13.2.2007).
Gabarito "B"

20.2. CRIMES DE TORTURA

(Agente de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Julgue o item seguinte, relativo a crimes de tortura.

(1) A prática do crime de tortura torna-se atípica se ocorrer em razão de discriminação religiosa, pois, sendo laico o Estado, este não pode se imiscuir em assuntos religiosos dos cidadãos.

1: incorreta, na medida em que o art. 1º, I, "c", da Lei 9.455/1997, dispõe que é crime de tortura se esta ocorrer em razão de discriminação religiosa. O Estado é laico, porém prevê a liberdade religiosa a seus cidadãos, punindo quem causar a alguém, mediante violência ou grave ameaça, em razão de discriminação religiosa, intenso sofrimento físico ou mental. É chamado pela doutrina de tortura discriminatória.
Gabarito 1E

(Agente de Polícia/ES – 2009 – CESPE) No que tange aos crimes de tortura, julgue os itens subsequentes.

(1) Considerando que X, imputável, motivado por discriminação quanto à orientação sexual de Y, homossexual, imponha a este intenso sofrimento físico e moral, mediante a prática de graves ameaças e danos à sua integridade física resultantes de choques elétricos, queimaduras de cigarros, execução simulada e outros constrangimentos, essa conduta de X enquadrar-se-á na figura típica do crime de tortura discriminatória.
(2) Se um policial civil, para obter a confissão de suposto autor de crime de roubo, impuser a este intenso sofrimento, mediante a promessa de mal injusto e grave dirigido à sua esposa e filhos e, mesmo diante das graves ameaças, a vítima do constrangimento não confessar a prática do delito, negando a sua autoria, não se consumará o delito de tortura, mas crime comum do Código Penal, pois a confissão do fato delituoso não foi obtida.
(3) O crime de tortura é crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa, não sendo próprio de agente público, circunstância esta que, acaso demonstrada, determinará a incidência de aumento da pena.
(4) O artigo que tipifica o crime de maus-tratos previsto no Código Penal foi tacitamente revogado pela Lei da Tortura, visto que o excesso nos meios de correção ou disciplina passou a caracterizar a prática de tortura, porquanto também é causa de intenso sofrimento físico ou mental.

1: incorreta. Pode parecer surpreendente, mas a Lei 9.455/1997 não inclui, dentre os dolos específicos caracterizadores do crime de tortura, a discriminação por orientação sexual, apenas a racial e a religiosa. Com isso, atos que imponham intenso sofrimento físico ou mental a outrem, com base no preconceito resultante da orientação sexual, sujeitam o agente às penas do crime de lesão corporal, pela falta do elemento subjetivo do tipo (dolo específico); **2:** incorreta. O crime de tortura, em qualquer de suas modalidades, é crime formal, não se exigindo o resultado naturalístico para sua consumação; **3:** correta. A tortura é, efetivamente, um crime comum, sendo a condição de agente público apenas uma causa de aumento de pena (art. 1º, § 4º, I, da Lei 9.455/1997); **4:** incorreta. A diferença entre o crime de maus-tratos, previsto no art. 136 do Código Penal, e a

tortura-castigo (art. 1º, II, da Lei 9.455/1997) reside na intensidade do sofrimento (maior na tortura) e no dolo do agente. Isso porque o crime de maus-tratos é crime de perigo concreto (basta expor a vida ou a saúde da vítima a risco), ao passo que a tortura é crime de dano (é necessário o intenso sofrimento físico ou mental). Com isso, não há que se falar em revogação do crime de maus-tratos, por criminalizar conduta diferente da tortura.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Quanto à legislação a respeito do crime de tortura, assinale a opção correta.

(A) A condenação por crime de tortura acarreta a perda do cargo, função ou emprego público, mas não a interdição para seu exercício.
(B) Não se aplica a lei de tortura se do fato definido como crime de tortura resultar a morte da vítima.
(C) O condenado por crime previsto na lei de tortura inicia o cumprimento da pena em regime semiaberto ou fechado, vedado o cumprimento da pena no regime inicial aberto.
(D) Aquele que se omite em face de conduta tipificada como crime de tortura, tendo o dever de evitá-la ou apurá-la, é punido com as mesmas penas do autor do crime de tortura.
(E) Pratica crime de tortura a autoridade policial que constrange alguém, mediante emprego de grave ameaça e causando-lhe sofrimento mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

A: incorreta – art. 1º, § 5º, da Lei 9.455/1997 (Tortura); **B:** incorreta – art. 1º, § 3º, da Lei 9.455/1997 (Tortura); **C:** incorreta. Sendo este crime equiparado a hediondo, o cumprimento da pena deve, necessariamente, iniciar-se no regime fechado, conforme preleciona o art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/1990 (Crimes Hediondos); **D:** incorreta – art. 1º, § 2º, da Lei 9.455/1997 (Tortura); **E:** correta. Conduta tipificada no art. 1º, I, *a*, da Lei 9.455/1997 (Tortura).

Gabarito "E"

20.3. CRIMES HEDIONDOS

(Agente de Polícia/RN – 2008 – CESPE) Em relação aos crimes hediondos (Lei n.º 8.072/1990) e aos crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei n.º 7.716/1989), assinale a opção correta.

(A) Os crimes hediondos e a prática de terrorismo são imprescritíveis e insuscetíveis de anistia, graça, indulto ou fiança.
(B) A pena pela prática de crime hediondo deve ser cumprida em regime integralmente fechado.
(C) O participante que denunciar à autoridade a quadrilha formada para prática de crime hediondo, possibilitando seu desmantelamento, ficará isento de pena.
(D) Não constitui crime de racismo a simples recusa de atendimento a uma pessoa, na mesa de um bar, em razão da cor de sua pele.
(E) A Lei n.º 7.716/1989 não considera crime de racismo o ato preconceituoso contra homossexual praticado em razão da opção sexual da vítima.

A: incorreta. Imprescritíveis são somente o crime de racismo e a ação de grupos armados contra o Estado Democrático; **B:** incorreta. Desde a Lei 11.464/2007, seguindo orientação do STF, o regime prisional nos crimes hediondos será inicialmente fechado, podendo progredir o condenado com o cumprimento de 2/5 da pena, se primário, ou 3/5, se reincidente. Vale consignar, ainda, que no HC 111.840, julgado em 29/12/2011, o STF declarou inconstitucional as disposições legais, constantes da Lei de Crimes Hediondos e da Lei de Drogas, que estabelecem a obrigatoriedade do regime inicial fechado para crimes hediondos, retirando do magistrado a possibilidade de averiguar as circunstâncias de cada caso concreto; **C:** incorreta. O benefício da delação premiada previsto na Lei de Crimes Hediondos garante apenas a redução da pena de 1/3 a 2/3 (art. 8º, parágrafo único, da Lei 8.072/1990); **D:** incorreta. A conduta amolda-se ao tipo penal previsto no art. 5º da Lei 7.716/1989; **E:** correta. As determinantes do crime de racismo, nos termos do art. 1º da Lei 7.716/1989, são apenas a raça, cor, etnia, religião e procedência nacional.

Gabarito "E"

(Delegado/AC – 2008 – CESPE) Acerca das leis penais especiais, julgue o item abaixo:

(1) Em caso de crime hediondo, a prisão temporária será cabível, mediante representação da autoridade policial, pelo prazo de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

1: correta. Em vista do que dispõe o art. 2º, § 4º, da Lei 8.072/1990 (Crimes Hediondos), nos chamados crimes hediondos e também nos delitos a eles equiparados (tráfico de drogas, tortura e terrorismo) a prisão temporária, disciplinada na Lei 7.960/1989, será decretada pelo juiz (sempre), mediante representação da autoridade policial ou a requerimento do MP, pelo prazo de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade. O prazo estabelecido pelo legislador de 30 dias corresponde somente a um limite. Nada impede – e isso tem sido comum no dia a dia forense – que o juiz, em face das peculiaridades do caso concreto, decrete 10, 15 ou 20 dias. Enfim, o prazo que julgar mais adequado.

Gabarito 1C

(Delegado/TO – 2008 – CESPE) De acordo com a legislação especial pertinente, julgue o item seguinte.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. Em 28.07.2007, Maria foi presa e autuada em flagrante delito pela prática de um crime hediondo. Concluído o inquérito policial e remetidos os autos ao Poder Judiciário, foi deferido pelo Juízo pedido de liberdade provisória requerido pela defesa da ré. Nessa situação, procedeu em erro a autoridade judiciária, pois os crimes hediondos são insuscetíveis de liberdade provisória.

1: incorreta. Em se tratando de crime hediondo ou delito a ele equiparado, é vedada, por força do disposto no art. 2º, II, da Lei de Crimes Hediondos, a concessão de fiança. Com a edição da Lei 11.464/2007, que alterou este dispositivo e passou a admitir a liberdade provisória sem fiança (CF, art. 5º, XLIII), o juiz está autorizado a conceder liberdade provisória – sem fiança – nos crimes hediondos, desde que não presentes os requisitos da prisão preventiva – art. 312, CPP.

Gabarito 1E

(Analista – STJ – 2008 – CESPE) Acerca dos crimes hediondos, julgue os itens que se seguem.

(1) De acordo com a nova redação da Lei dos Crimes Hediondos, a pena será sempre cumprida em regime inicialmente fechado, cabendo a progressão de regime após o cumprimento de dois quintos da pena, se o apenado for primário.
(2) O condenado pela prática de crime de tortura, por expressa previsão legal, não poderá ser beneficiado por livramento condicional, se for reincidente específico em crimes dessa natureza.

1: correta – art. 2º, §§ 1º e 2º, da Lei 8.072/1990, com redação alterada pela Lei 11.464/2007. Em se tratando de apenado reincidente, a progressão, neste caso, dar-se-á após o cumprimento de 3/5 da pena; **2:** correta – art. 83, V, do Código Penal.

Gabarito 1C, 2C

(Analista – TJ/DF – 2008 – CESPE) Com base na Lei dos Crimes Hediondos, julgue os itens a seguir.

(1) A pena por crime hediondo deve ser cumprida em regime inicialmente fechado, podendo o condenado progredir de regime após o cumprimento de dois quintos da pena, se for primário, e de três quintos da pena, se for reincidente.
(2) O crime de homicídio é considerado hediondo quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e quando for qualificado.

1: correta – art. 2º, §§ 1º e 2º, da Lei 8.072/1990 (com redação alterada pela Lei 11.464/2007); **2:** correta – art. 1º, I, da Lei 8.072/1990.

Gabarito 1C, 2C

(OAB – CESPE – 2009.2) Antônio, réu primário, sofreu condenação já transitada em julgado pela prática do crime previsto no art. 273 do CP, consistente na falsificação de produto destinado a fins terapêuticos, praticado em janeiro de 2009. Em face dessa situação hipotética e com base na legislação e na

jurisprudência aplicáveis ao caso, assinale a opção correta.

(A) Antônio cometeu crime hediondo, mas poderá progredir de regime de pena privativa de liberdade após o cumprimento de um sexto da pena, caso ostente bom comportamento carcerário comprovado pelo diretor do estabelecimento prisional.
(B) Antônio cometeu crime hediondo, de forma que só poderá progredir de regime de pena privativa de liberdade após o cumprimento de dois quintos da pena, caso atendidos os demais requisitos legais.
(C) Antônio cometeu crime hediondo e, portanto, não poderá progredir de regime.
(D) Antônio não cometeu crime hediondo e poderá progredir de regime de pena privativa de liberdade após o cumprimento de um sexto da pena, caso ostente bom comportamento carcerário comprovado pelo diretor do estabelecimento prisional, mediante decisão fundamentada precedida de manifestação do MP e do defensor.

O crime capitulado no art. 273 do CP é hediondo, nos exatos termos do art. 1º, VII-B, da Lei 8.072/1090. Com a modificação legislativa implementada pela Lei 11.464/2007, que alterou a redação do § 2º do art. 2º da Lei 8.072/1990 (Crimes Hediondos), a progressão de regime, no caso de condenado a crime hediondo, dar-se-á após o cumprimento de dois quintos da pena, se se tratar de apenado primário; e de três quintos, se reincidente.
Gabarito "B"

20.4. CRIMES DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

(Agente de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Antes da sentença, a internação do adolescente infrator poderá ser determinada pelo juiz por prazo indeterminado.

1: incorreta. Nos termos do art. 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a internação provisória (antes da sentença) poderá ser determinada pelo prazo máximo de 45 dias.
Gabarito 1E

(Delegado/TO – 2008 – CESPE) De acordo com a legislação especial pertinente, julgue o item seguinte.

(1) Considere que uma autoridade policial de determinado Município, ao transitar em via pública, observou a presença de menores perambulando pela rua, tendo, de pronto, determinado aos seus agentes a apreensão de dois deles para fins de averiguação. Nessa situação, a atitude da autoridade policial está correta por se tratar de adolescentes em situação de risco.

1: incorreta, na medida em que o adolescente somente poderá ser privado de sua liberdade em decorrência de flagrante de ato infracional ou por força de ordem escrita de autoridade judiciária competente (art. 106 da Lei 8.069/1990).
Gabarito 1E

(Cartório/DF – 2008 – CESPE) Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item seguinte com base no direito penal brasileiro.

(1) A autoridade judiciária pode suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, de adolescente que esteja cumprindo medida socioeducativa de internação, se existirem motivos sérios e fundados da prejudicialidade dessas visitas aos interesses do adolescente.

1: correta, nos exatos termos do art. 124, § 2º, da Lei 8.069/1990 (ECA).
Gabarito 1C

20.5. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO

(Agente e Escrivão de Polícia/PB – 2008 – CESPE) Se um indivíduo remeter dinheiro para o exterior, sem autorização legal e sem declará-lo à repartição federal competente, ele praticará crime contra

(A) o Sistema Financeiro Nacional.
(B) a ordem tributária.
(C) a ordem econômica.
(D) a fé pública.
(E) a administração pública.

Trata-se de crime contra o Sistema Financeiro Nacional, nos termos do art. 22, parágrafo único, da Lei 7.492/1986.
Gabarito "A"

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Considerando a legislação acerca dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (SFN), julgue a assertiva:

(1) Os crimes contra o SFN são de competência da Justiça Estadual, desde que não haja comprovação de prejuízo a bens da União.

1: incorreta – Em vista do que dispõe o art. 26 da Lei 7.492/1986, a ação penal, nos crimes tratados nesta lei, será promovida pelo Ministério Público Federal perante a Justiça Federal.
Gabarito 1E

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) Paulo e Pedro, ambos funcionários públicos, em coautoria, retardaram, contra disposição expressa de lei, ato de ofício necessário ao regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Paulo e Pedro praticaram o delito de prevaricação.
(B) Os objetos jurídicos do delito praticado são a credibilidade do sistema financeiro e a proteção ao investidor.
(C) O delito em espécie pode ser punido tanto na forma culposa como na dolosa.
(D) A ação penal, no crime em comento, será promovida pelo MP estadual, perante a Justiça Estadual.

A: incorreta, dado que deve prevalecer, neste caso, o princípio da especialidade, afastando a infração prevista no art. 319 do CP, que exige, ainda, o elemento subjetivo específico que consiste em "satisfazer interesse ou sentimento pessoal". Responderão Paulo e Pedro pelo crime do art. 23 da Lei 7.492/1986; **B:** correta, pois a intenção da Lei 7.492/1986 é assegurar às instituições financeiras, seja pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, o sigilo em suas operações e serviços prestados, além da credibilidade; **C:** incorreta, já que a conduta prevista no art. 23 da Lei 7.492/1986 não é punida a título de culpa; **D:** incorreta (art. 26 da Lei 7.492/1986).
Gabarito "B"

(Cartório/DF – 2008 – CESPE) Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item seguinte com base no direito penal brasileiro.

(1) Para os fins da lei que define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, instituição financeira é toda e qualquer pessoa jurídica, de direito público ou privado, que, como atividade principal ou acessória, custodie, emita, distribua, negocie, intermedeie ou administre valores mobiliários ou capte, intermedeie ou aplique recursos financeiros de terceiros, a ela se equiparando a pessoa jurídica que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização ou qualquer tipo de poupança ou recursos de terceiros. Dessa forma, a pessoa natural que exerça quaisquer das atividades mencionadas não está sob a incidência da referida lei.

1: errada (art. 1º, II, da Lei 7.492/1986).
Gabarito 1E

20.6. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

((Delegado/PB – 2009 – CESPE) Considerando a legislação acerca dos crimes contra a ordem tributária, julgue a assertiva:

(1) Nos crimes contra a ordem tributária, a delação premiada não é prevista como causa de redução da pena.

1: incorreta – Art. 16, parágrafo único, da Lei 8.137/1990.
Gabarito 1E

(Procurador do Município/Natal–RN – 2008 – CESPE) Márcio e Fabiano, empresários estabelecidos no município de Barcelona – RN, associaram-se eventualmente para fraudar o fisco

estadual, mediante alteração de notas fiscais representativas de transações comerciais, conduta tipificada no art. 1.º, III, da Lei n.º 8.137/1990, causando, assim, prejuízos ao erário estadual.

Acerca dessa situação hipotética e com base nas disposições da lei que define os crimes contra a ordem tributária e na jurisprudência dominante, assinale a opção correta.

(A) Ainda que o crédito tributário não tenha sido definitivamente apurado na esfera administrativa fiscal, segundo a jurisprudência do STF, há de ser recebida a denúncia pelo crime em questão, uma vez que a conduta representa prática de infração penal de natureza formal.
(B) Apenas a supressão de tributo ou contribuição social caracteriza a prática de crime previsto na lei, não sendo tipificada a supressão de acessório.
(C) Ainda que o prejuízo provocado ao fisco estadual seja de valor ínfimo, por exemplo, em torno de R$ 20,00, segundo a jurisprudência do STJ, não se aplica, no caso, o princípio da insignificância.
(D) Caso Fabiano confesse espontaneamente à autoridade policial toda a trama delituosa, poderá se beneficiar de uma causa de diminuição de pena, ainda que seu gesto não seja eficaz para a investigação.

A: incorreta – "Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, I a IV, da Lei 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo (Súmula Vinculante nº 24); **B:** incorreta – também configura o crime do art. 1º da Lei 8.137/90 a conduta de suprimir ou reduzir acessório; **C:** incorreta – é aplicado, sim, o princípio da insignificância neste caso, devendo-se levar em conta, para sua incidência, o valor mínimo fixado para a propositura da ação de execução fiscal; **D:** correta – art. 16, parágrafo único, da Lei 8.137/90.
Gabarito "D"

(Analista – STF – 2008 – CESPE) No que concerne aos crimes contra a ordem tributária, julgue os seguintes itens, com base no entendimento do STF.

(1) Dispõe o art. 1º da Lei nº 8.137/1990 que constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante determinadas condutas ali descriminadas. Em tais casos, se o crédito não houver sido lançado definitivamente, o crime não se tipifica, pois o delito é material.
(2) O delito de falsificação de contrato social é absorvido por crime contra a ordem tributária, desde que tenha servido de meio para a sua prática.

1: correta – a consumação, de fato, opera-se com a redução ou ausência do pagamento do tributo, sendo necessário o lançamento definitivo do crédito. É delito material. *Vide*: STF, HC 81.321-SP, 1ª T., rel. Min. Cezar Peluso, j. 4.12.2007; e Súmula Vinculante nº 24, que consolidou entendimento jurisprudencial até então firmado; **2:** incorreta – o delito de falsificação de contrato social *não* é absorvido por crime contra a ordem tributária, ainda que tenha servido de meio para a sua prática. Nesse sentido: STF, HC 91.542-RJ, 2ª T., rel. Min. Cezar Peluso, j. 18.9.2007.
Gabarito 1C, 2E

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Acerca dos crimes contra a ordem tributária, assinale a opção que não contém circunstância que agrava a pena do crime de supressão ou redução de tributo.

(A) ocasionar grave dano à coletividade
(B) ser o crime praticado para satisfazer interesse pessoal
(C) ser o crime cometido por servidor público no exercício de suas funções
(D) ser o crime praticado em relação à prestação de serviços ou ao comércio de bens essenciais à vida ou à saúde

Art. 12, I, II e III, da Lei 8.137/90.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.2) A conduta de exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou para cobrá-los parcialmente, corresponde a

(A) Fato atípico.
(B) Crime de concussão.
(C) Crime de corrupção passiva.
(D) Crime contra a ordem tributária.

Art. 3º, II, da Lei 8.137/1990 (Crimes contra a Ordem Tributária).
Gabarito "D"

20.7. ESTATUTO DO DESARMAMENTO

(Agente de Polícia/ES – 2009 – CESPE) No que tange às condutas relativas a armas de fogo no Brasil e à legislação correlata, julgue os itens seguintes.

(1) Se um indivíduo imputável introduzir no território nacional, sem autorização da autoridade competente, certa quantidade de armas de brinquedo, réplicas perfeitas de armas de fogo de grosso calibre, com o intuito de comercialização, e esse material for apreendido no decorrer de uma fiscalização rotineira de trânsito, nessa situação, esse indivíduo deverá ser responsabilizado por tráfico internacional de arma de fogo.
(2) Suponha que João, imputável, possua em sua residência um revólver calibre 38, sem registro, herdado de um bisavô, e que, aos 02/12/2008, por volta das 16 h, uma equipe de policiais militares, sabedores da existência do armamento, tenha adentrado na casa sem autorização judicial, apreendido o objeto e dado voz de prisão ao seu possuidor. Nessa situação, apresentado o caso à autoridade policial competente, deveria esta determinar a lavratura do auto de prisão em flagrante de João, em face da caracterização da posse irregular de arma de fogo de uso permitido.
(3) No caso específico de tráfico internacional de arma de fogo, em que a ação se inicie no território nacional e tenha a consumação no território estrangeiro, ou vice-versa, a ação penal correspondente é pública incondicionada e de competência da justiça federal.
(4) Os crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e o comércio ilegal de arma de fogo, nos termos da legislação específica, são insuscetíveis de liberdade provisória.
(5) Caso um policial civil, durante atividade de investigação levada a efeito em um show realizado em um estádio de futebol, depare-se com um indivíduo portando abaixo da camisa, junto à cintura, um revólver de calibre permitido, e esse indivíduo, indagado a respeito do armamento, apresente ao policial o registro da arma em seu nome e o respectivo porte concedido nos termos da legislação específica, nessa situação, mesmo diante da regularidade do registro e do porte, o policial deverá recolher a arma de fogo e providenciar o seu encaminhamento à autoridade competente, que adotará as medidas legais pertinentes, entre as quais a apreensão da arma e a cassação do porte anteriormente deferido.

1: incorreta. Armas de brinquedo não são armas de fogo. Quando são réplicas perfeitas, a ponto de que possam se confundir com armas de fogo, sua importação e comercialização são proibidas em território nacional. Com isso, a prática descrita na assertiva enquadra-se na figura penal do contrabando (art. 334-A do Código Penal); **2:** incorreta. A Lei 10.826/2003 autorizou que, até o dia 31 de dezembro de 2008, os possuidores de armas de fogo de uso permitido poderiam requerer o respectivo registro independentemente do pagamento de taxas (esse prazo acabou prorrogado para 31 de dezembro de 2009 pela Lei 11.922/2009). Com isso, operou-se uma "*abolitio criminis* temporária", ou seja, durante esse prazo não se poderia imputar crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido ao possuidor, porque este ainda tinha resguardado o direito ao registro; **3:** correta. Todos os crimes previstos no Estatuto do Desarmamento são de ação penal pública incondicionada e, quando ficar evidenciada sua transnacionalidade, a competência para processo e julgamento será da Justiça Federal (art. 109, V, e art. 144, § 1º, I, da CF); **4:** incorreta. A Lei 10.826/2003 traz, efetivamente, dispositivo com tal redação (art. 21). Porém, em 2007, no bojo da ADI 3112-1, o STF julgou inconstitucional este artigo, por

violação ao princípio da presunção da inocência e da obrigatoriedade de fundamentação dos mandados de prisão; **5:** correta. Tal medida administrativa está prevista no art. 26, § 1º, do Decreto 5.123/2004, que regulamenta o Estatuto do Desarmamento.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5C

(Agente e Escrivão de Polícia/PB – 2008 – CESPE) A Lei n.º 10.826/2003 — Estatuto do Desarmamento — determinou que os possuidores e os proprietários de armas de fogo não registradas deveriam, sob pena de responsabilidade penal, no prazo de 180 dias após a publicação da lei, solicitar o seu registro, apresentando nota fiscal de compra ou a comprovação da origem lícita da posse ou entregá-las à Polícia Federal. Houve a prorrogação do prazo por duas vezes — Lei n.º 10.884/2004 e Lei n.º 11.118/2005 — até a edição da Lei n.º 11.191/2005, que estipulou o termo final para o dia 23/10/2005.

Assinale a opção correta acerca do estatuto mencionado no texto acima.

(A) O porte consiste em manter no interior de residência, ou dependência desta, ou no local de trabalho a arma de fogo.
(B) A posse pressupõe que a arma de fogo esteja fora da residência ou do local de trabalho.
(C) As condutas delituosas relacionadas ao porte e à posse de arma de fogo foram abarcadas pela denominada *abolitio criminis* temporária, prevista na Lei n.º 10.826/2003.
(D) O porte de arma, segundo o Estatuto do Desarmamento, pode ser concedido àqueles a quem a instituição ou a corporação autorize a utilização em razão do exercício de sua atividade. Assim, um delegado de polícia que esteja aposentado não tem direito ao porte de armas; o pretendido direito deve ser pleiteado nos moldes previstos pela legislação para os particulares em geral.
(E) A objetividade jurídica dos crimes de porte e posse de arma de fogo, tipificados na Lei n.º 10.826/2003, restringe-se à incolumidade pessoal.

A e **B:** incorretas. A posse de arma de fogo consiste em possuir ou manter, no interior de sua residência ou dependência desta, ou ainda no local de trabalho, arma de fogo (art. 12 da Lei 10.826/2003); já o crime de porte de arma de fogo pressupõe que a arma esteja fora da residência ou local de trabalho (art. 14 da Lei 10.826/2003); **C:** incorreta. Entendem a doutrina e jurisprudência que a *abolitio criminis* temporária só ocorreu para o crime do art. 12 do Estatuto do Desarmamento (posse de arma de fogo), não abrangendo o crime de porte de arma de fogo; **D:** correta. O porte de arma é concedido de acordo com a função da pessoa. Assim, se ela deixou de praticar a função que justificava o porte de arma, deve requerê-lo como um cidadão comum; **E:** incorreta. A objetividade jurídica dos dois dispositivos mencionados abrange a incolumidade pública, o controle das propriedades de armas no território nacional, a incolumidade física e o patrimônio dos cidadãos.

Gabarito "D"

(Agente de Polícia/RN – 2008 – CESPE) Em relação às disposições da Lei n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), assinale a opção correta.

(A) Será aplicada multa à empresa de produção ou comércio de armamentos que realizar publicidade para venda, estimulando o uso indiscriminado de armas de fogo, exceto nas publicações especializadas.
(B) Durante o prazo de que a população dispõe para entregá-la à Polícia Federal, o delito de posse de arma de fogo foi claramente abolido pela referida norma.
(C) É amplamente admissível a consideração da arma desmuniciada como majorante no delito de roubo, porquanto, ainda que desprovida de potencialidade lesiva, sua utilização é capaz de produzir temor maior à vítima.
(D) A utilização de arma de brinquedo durante um assalto acarreta a majoração, de um terço até metade, da pena eventualmente aplicada ao criminoso.
(E) É permitido o porte de arma de fogo aos integrantes das guardas municipais dos municípios com mais de cinquenta mil e menos de quinhentos mil habitantes, mesmo fora de serviço.

A: correta, nos exatos termos do art. 33, II, da Lei 10.826/2003; **B:** incorreta. A classificação de tal situação como "*abolitio criminis* temporária" foi feita pela doutrina e jurisprudência, não estando expresso na norma; **C:** incorreta. A jurisprudência dos Tribunais Superiores assentou-se no sentido de que a arma desmuniciada não caracteriza a causa de aumento do crime de roubo (STJ, HC 67796, DJ 08/03/2007). Na verdade, para a jurisprudência dominante, sequer caracteriza crime de porte de arma de fogo; **D:** incorreta. O Estatuto do Desarmamento, no art. 36, expressamente revogou a Lei 9.437/1997, causando a descriminalização do uso de arma de brinquedo para prática de crimes. A Súmula 174 do STJ, que previa aumento de pena no crime de roubo se este fosse praticado com arma de brinquedo, foi cancelada. Portanto, a utilização de arma de brinquedo durante um assalto NÃO acarreta a majoração da pena; **E:** incorreta. Nos termos do art. 6º, IV, do Estatuto do Desarmamento, o porte nessas condições é permitido apenas durante o serviço.

Gabarito "A"

20.8. CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

(Agente de Polícia/RN – 2008 – CESPE) Paul, cidadão britânico e presidente de organização não governamental para proteção aos cachorros, em visita ao Brasil para divulgar os trabalhos de sua organização, presenciou, em um "pet shop", o corte das caudas de três filhotes de cachorro da raça rottweiler. Inconformado, Paul compareceu à delegacia mais próxima no intuito de formalizar uma representação criminal contra o médico veterinário responsável pelo estabelecimento comercial.

A partir dessa situação hipotética e com base na Lei n.º 9.605/1998 (crimes contra o meio ambiente), assinale a opção correta.

(A) A representação não deverá ser formalizada pela autoridade policial, pois Paul, além de não ser cidadão brasileiro, não presenciou nenhuma infração penal.
(B) A representação deverá ser formalizada pela autoridade policial, uma vez que a nacionalidade de Paul não a impede, além do que a conduta narrada na situação hipotética caracteriza, em tese, crime previsto na Lei nº 9.605/1998.
(C) O direito de formalizar *notitia criminis* só é extensível aos estrangeiros no território nacional quando expressamente autorizados por lei, além do que o fato presenciado por Paul não é considerado criminoso pela Lei n.º 9.605/1998.
(D) Não se exige formalidade rígida para a redução a termo de comunicação de infração penal a autoridades policiais, no entanto, na situação hipotética narrada, Paul é mensageiro de um fato não criminoso, pois a conduta do médico veterinário não é tipificada pelo ordenamento jurídico brasileiro.
(E) O fato presenciado por Paul é, em tese, crime contra a fauna. No entanto, por não ser cidadão brasileiro, Paul não terá sua pretensão atendida pelas autoridades policiais, uma vez que tal direito assiste apenas aos cidadãos brasileiros maiores e capazes.

A conduta descrita amolda-se ao tipo penal previsto no art. 32 da Lei 9.605/1998. Com isso, qualquer pessoa do povo poderá, por escrito ou verbalmente, dar ciência da infração penal à autoridade policial, que mandará instaurar inquérito após verificar a procedência das informações (art. 5º, § 3º, do CPP), ou seja, a representação de Paul deve ser recebida. Correta, portanto, a alternativa B.

Gabarito "B"

20.9. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE

(Agente de Polícia/ES – 2009 – CESPE) À luz da jurisprudência e doutrina dominantes, julgue os itens seguintes quanto aos crimes de abuso de autoridade.

(1) Se um delegado de polícia, mediante fundadas suspeitas de que um motorista esteja transportando em seu caminhão certa quantidade de substância entorpecente para fins de comercialização, determinar a execução de busca no veículo, sem autorização judicial, resultando infrutíferas

as diligências, uma vez que nada tenha sido encontrado, essa conduta da autoridade policial caracterizará o crime de abuso de autoridade, pois, conforme entendimento doutrinário dominante, o veículo automotor onde se exerce profissão ou atividade lícita é considerado domicílio.

(2) Caso, no decorrer do cumprimento de mandado de busca e apreensão determinado nos autos de ação penal em curso, o policial responsável pela diligência apreenda uma correspondência destinada ao acusado e já aberta por ele, apresentando-a como prova no correspondente processo, essa conduta do policial encontrar-se-á resguardada legalmente, pois o sigilo da correspondência, depois de sua chegada ao destino e aberta pelo destinatário, não é absoluto, sujeitando-se ao regime de qualquer outro documento.

(3) A ação penal por crime de abuso de autoridade é pública condicionada à representação do cidadão, titular do direito fundamental lesado.

(4) Considerando que determinada autoridade policial execute a prisão em flagrante de um autor de furto, lavrando, logo após, o respectivo auto de prisão, a partir de então, essa autoridade policial deverá, entre outras providências, comunicar a prisão ao juiz competente, dentro de 24 horas, sob pena de incorrer em abuso de autoridade.

(5) Nos termos da lei que incrimina o abuso de autoridade, o sujeito ativo do crime é aquele que exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração. À vista disso, afasta-se a possibilidade de concurso de pessoas em tais delitos, quando o coautor ou partícipe for um particular.

1: incorreto. O conceito de domicílio, para fins de inviolabilidade, é extraído do art. 150, § 4º, do Código Penal, que não inclui veículos em seu rol nem qualquer equiparação nesse sentido. Ademais, havendo fundadas suspeitas, a autoridade policial pode determinar a busca pessoal a qualquer momento, pelo que não há que se falar em abuso de autoridade; **2:** correta. O sigilo da correspondência é constitucionalmente garantido até que a missiva chegue ao seu destinatário e seja por ele aberta. Após tal ato, a carta é equiparada a qualquer outro documento; **3:** incorreta. A representação mencionada na Lei 4.898/1965 tem valor de *notitia criminis*, não de condição de procedibilidade. Nos termos do art. 1º da Lei 5.249/1967, a ação penal é pública incondicionada; **4:** correta. A conduta descrita amolda-se no tipo penal previsto no art. 4º, "c", da Lei 4.898/1965 (o prazo de 24 horas consta do art. 306, § 1º, do CPP); **5:** incorreta. Os crimes próprios, como o abuso de autoridade, aceitam a figura do coautor ou partícipe na prática delitiva, por conta do art. 30 do Código Penal, que determina a comunicação das circunstâncias de caráter pessoal entre os agentes quando estas retratarem elementares do crime.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5E

(Agente e Escrivão de Polícia/PB – 2008 – CESPE) Considerando que um cidadão, vítima de prisão abusiva, tenha apresentado sua representação, na Corregedoria da Polícia Civil, contra o delegado que a realizou, assinale a opção correta quanto ao direito de representação e ao processo de responsabilidade administrativa, civil e penal no caso de crime de abuso de autoridade.

(A) Eventual falha na representação obsta a instauração da ação penal.

(B) A ação penal é pública incondicionada.

(C) A representação é condição de procedibilidade para a ação penal.

(D) A referida representação deveria ter sido necessariamente dirigida ao Ministério Público (MP).

(E) Se a representação apresentar qualquer falha, a autoridade que a recebeu não poderá providenciar, por outros meios, a apuração do fato.

A: incorreta. Eventual falha na representação NÃO obsta a instauração da ação penal. Mesmo que a representação não apresente os requisitos enumerados na lei, o Ministério Público tem o dever de apurar a ocorrência do delito. Isso porque a ação penal nos crimes de abuso de autoridade é pública incondicionada; **B:** correta, nos termos da explicação à alternativa anterior; **C:** incorreta. A representação tratada nesta lei não tem natureza de condição de procedibilidade, mas sim de mera comunicação do fato à autoridade competente. Por fim, cabe esclarecer que a Lei 5.249/1967, em seu artigo 1º, dispõe que "a falta de representação do ofendido, nos casos de abusos previstos na Lei 4.898, de 9 de dezembro de 1965, não obsta a iniciativa ou o curso de ação pública"; **D:** incorreta. Dispõe o art. 2º, alíneas "a" e "b", da citada lei, que a representação pode ser dirigida à autoridade administrativa superior ou ao órgão do Ministério Público. Dessa forma, não há necessidade de que seja dirigida ao MP; **E:** incorreta. Como já dito, eventuais falhas na representação não obstam a apuração do fato. Trata-se de mera comunicação da ocorrência delituosa, podendo a autoridade competente apurá-la por outros meios.

Gabarito "B"

(Escrivão de Polícia/RN – 2008 – CESPE) Acerca do direito de representação e do processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade, e das demais disposições da Lei n.º 4.898/1965, assinale a opção correta.

(A) Só se considera autoridade, para os efeitos dessa lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública em caráter permanente na administração pública direta da União, dos estados, do DF e dos municípios.

(B) A representação será dirigida exclusivamente ao órgão do MP que tiver competência para iniciar processo-crime contra a autoridade culpada, devendo o réu ser denunciado no prazo de cinco dias.

(C) O processo administrativo instaurado concomitantemente ao criminal deverá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal, a fim de que se evitem decisões conflitantes.

(D) Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, poderá ser cominada a pena de não poder o acusado exercer funções de natureza policial no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.

(E) Se o órgão do MP não oferecer a denúncia no prazo fixado na lei em questão, será admitida ação privada, não podendo o "parquet" futuramente intervir no feito ou retomar a ação como parte principal.

A: incorreta. O artigo 5º da Lei de Abuso de Autoridade explicita quem é considerado autoridade para os efeitos da lei (quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração). São os titulares de cargos públicos, serventuários do Poder Judiciário, guarda municipal etc. e qualquer pessoa ainda que transitoriamente e sem receber remuneração exerça função pública; **B:** incorreta, na medida em que a representação pode ser dirigida à autoridade administrativa superior ou ao órgão do Ministério Público (art. 2º da Lei de Abuso de Autoridade); assim, não é dirigida exclusivamente ao MP. Além disso, ao receber a representação, o prazo para o MP denunciar o réu é de 48 horas (art. 13 da citada lei); **C:** incorreta. O processo administrativo instaurado NÃO pode ser sobrestado para aguardar a decisão da ação penal ou civil (art. 7º, § 3º, da Lei de Abuso de Autoridade). Isso porque o resultado penal não depende do administrativo; **D:** correta, nos termos do art. 6º, § 5º, da referida lei; **E:** incorreta. Caso o MP não ofereça denúncia no prazo fixado, cabe ação privada. Porém, poderá o MP intervir na ação e até retomá-la como parte principal (art. 16 da já citada lei).

Gabarito "D"

20.10. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA

(Escrivão de Polícia/RN – 2008 – CESPE) Em relação ao instituto da interceptação telefônica e das demais disposições da Lei n.º 9.296/1996, assinale a opção correta.

(A) A interceptação de comunicações telefônicas só pode ser realizada depois de já instaurada a ação penal contra o denunciado.

(B) A interceptação das comunicações telefônicas não poderá ser determinada de ofício pela autoridade judiciária.

(C) O disposto na referida lei aplica-se à interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática.

(D) A gravação que não interessar à prova terá de ser inutilizada durante a instrução processual por decisão da autoridade policial.
(E) Constitui contravenção penal realizar interceptação de comunicações telefônicas sem autorização judicial.

A: incorreta. A interceptação telefônica pode ser realizada durante a investigação policial ou durante a instrução processual penal; desta forma, ela pode ser autorizada antes da instauração da ação penal (art. 1º da Lei 9.296/1996); **B:** incorreta. A interceptação telefônica pode ser decretada de ofício pelo juiz ou a requerimento da autoridade policial ou representante do MP (art. 3º e incisos da Lei 9.296/1996); **C:** correta, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da referida lei; **D:** incorreta (art. 9º, da já citada lei); **E:** incorreta. Constitui crime, punido com reclusão, realizar interceptação telefônica sem autorização judicial (art. 10 da Lei 9.296/1996).
Gabarito "C"

20.11. JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

(Agente de Polícia/RN – 2008 – CESPE) Em relação às disposições da Lei n.º 9.099/1995 (juizados especiais), assinale a opção incorreta.

(A) Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.
(B) Dependerá de representação da pessoa ofendida a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.
(C) Da decisão de rejeição da denúncia caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.
(D) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o MP, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, observados os demais requisitos legais.
(E) Não encontrado o acusado para ser citado, o juiz titular do juizado especial criminal deverá determinar a citação por intermédio de edital, com prazo de 15 dias.

A: correta (art. 61 da Lei 9.099/1995); **B:** correta (art. 88 da Lei 9.099/1995); **C:** correta (art. 82 da Lei 9.099/1995); **D:** correta (art. 89 da Lei 9.099/1995); **E:** incorreta, devendo esta ser assinalada. Não cabe citação por edital em sede de Juizado Especial Criminal (art. 66, parágrafo único, da Lei 9.099/1995).
Gabarito "E"

20.12. CRIMES DE TRÂNSITO

(Agente de Polícia/RN – 2008 – CESPE) Um motorista dirigia seu veículo automotor pelas ruas de sua cidade sob a influência de cocaína. Com os reflexos comprometidos, atropelou uma pessoa que passava pela faixa de pedestres, tendo, no entanto, prestado imediato socorro à vítima, que sofreu apenas ferimentos leves. A perícia constatou que o condutor transitava em velocidade superior à máxima permitida para a via, estabelecida em 50 km/h.

A partir dessa situação hipotética e com base na Lei n.º 9.503/1997 — CTB, assinale a opção correta.

(A) Como se trata de infração de menor potencial ofensivo, não deverá ser instaurado inquérito para a apuração do fato, mas tão somente a lavratura de termo circunstanciado.
(B) Havendo composição dos danos civis entre o condutor e a vítima do atropelamento, o acordo a ser homologado acarretará a renúncia ao direito de queixa ou representação.
(C) O fato narrado só se tornou criminoso em razão do atropelamento, uma vez que a simples condução de veículo automotor em via pública sob influência de cocaína, ao contrário da influência de álcool, não é crime.
(D) Não será imposta prisão em flagrante ao condutor do veículo pelo crime de trânsito, no entanto deverá ser instaurado inquérito policial para a investigação da infração penal.
(E) Segundo o CTB, não é criminosa a omissão do motorista que provocou acidente e deixou de prestar imediato socorro à vítima que teve morte instantânea, por ser inútil o ato.

A: incorreta. A conduta amolda-se ao tipo penal previsto no art. 303 do CTB que, a despeito de ser crime de menor potencial ofensivo, o art. 291, § 1º, I, do próprio CTB afasta a aplicação dos institutos despenalizadores da Lei 9.099/1995 caso o condutor esteja sob influência de álcool ou qualquer substância psicoativa que cause dependência, ou seja, deverá ser instaurado inquérito policial e não simples termo circunstanciado; **B:** incorreta, pelas mesmas razões expostas no comentário à alternativa anterior; **C:** incorreta. A conduta amolda-se tipo penal previsto no art. 306 do CTB, que pune a condução de veículo automotor sob influência de álcool ou qualquer substância psicoativa que cause dependência; **D:** correta, nos termos do art. 301 do CTB e das razões expostas à alternativa "A"; **E:** incorreta. A conduta amolda-se ao tipo penal previsto no art. 304 do CTB, independentemente da morte da vítima.
Gabarito "D"

20.13. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (LEI MARIA DA PENHA)

(OAB – CESPE – 2008.3) Com base na Lei Maria da Penha, assinale a opção correta.

(A) Para os efeitos da lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher a ação que, baseada no gênero, lhe cause morte, lesão, sofrimento físico ou sexual, não estando inserido em tal conceito o dano moral, que deverá ser pleiteado, caso existente, na vara cível comum.
(B) É desnecessário, para que se aplique a Lei Maria da Penha, que o agressor coabite ou tenha coabitado com a ofendida, desde que comprovado que houve a violência doméstica e familiar e que havia entre eles relação íntima de afeto.
(C) A competência para o processo e julgamento dos crimes decorrentes de violência doméstica é determinada pelo domicílio ou pela residência da ofendida.
(D) Para a concessão de medida protetiva de urgência prevista na lei, o juiz deverá colher prévia manifestação do MP, sob pena de nulidade absoluta do ato.

A: incorreta (art. 5º, *caput*, da Lei 11.340/2006); **B:** correta (art. 5º, III, da Lei 11.340/2006); **C:** incorreta (art. 70 do CPP); **D:** incorreta (art. 19, § 1º, da Lei 11.340/2006).
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.2) De acordo com a Lei n.º 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar ao agressor, de imediato, a seguinte medida protetiva de urgência:

(A) Proibição de aproximar-se da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando limite mínimo de distância entre estes e o agressor.
(B) Decretação da prisão temporária do agressor.
(C) Proibição de contato direto com a ofendida, seus familiares e testemunhas, salvo indiretamente, por telefone ou carta.
(D) Arbitramento do valor a ser prestado a título de alimentos definitivos à ofendida e aos filhos menores.

A: correta, pois em conformidade com o que estabelece o art. 22, III, *a*, da Lei 11.340/2006; **B:** incorreta, uma vez que a Lei Maria da Penha não prevê a possibilidade de decretação da prisão temporária, tão somente a custódia preventiva (art. 20); **C:** incorreta, já que, segundo estatui o art. 22, III, *b*, da Lei Maria da Penha, é vedado qualquer tipo de contato, inclusive por carta ou telefone; **D:** incorreta, pois o art. 22, V, da Lei 11.340/2006 somente faz alusão aos alimentos provisionais ou provisórios.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.1) Assinale a opção correta no que se refere aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

(A) É possível a prisão preventiva no crime de ameaça, punido com detenção, se resulta de violência contra a mulher no âmbito familiar.

(B) Para a concessão de medidas protetivas de urgência, é necessária a audiência das partes.
(C) Permite-se a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica.
(D) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, não será admitida renúncia à representação.

A: correta (art. 20 da Lei 11.340/2006); **B:** incorreta (art. 19, § 1º, da Lei 11.340/2006); **C:** incorreta (art. 17 da Lei 11.340/2006); **D:** incorreta (art. 16 da Lei 11.340/2006). O STF, ao julgar a ADIN nº 4.424, de 09.02.2012, entendeu ser incondicionada a ação penal em caso de crime de lesão corporal praticado contra a mulher no ambiente doméstico. A atuação do MP, nesses casos, portanto, prescinde da anuência da vítima, entendimento esse atualmente consagrado na Súmula 542, do STJ.
Gabarito "A"

20.14. LAVAGEM DE DINHEIRO

(Agente e Escrivão de Polícia/PB – 2008 – CESPE) Acerca dos crimes de lavagem de capitais, assinale a opção incorreta.

(A) São objetos materiais do crime de lavagem: o bem, o direito ou o valor proveniente de crime.
(B) A lei exige a demonstração da existência da materialidade de um crime antecedente.
(C) Segundo o STJ, a lei privilegia a separação obrigatória das ações penais e a autonomia do feito referente à lavagem de dinheiro, sob o argumento de que seria providência indispensável à eficácia da legislação, já que, primeiro, o procedimento relativo à infração antecedente pode estar sujeito à jurisdição de outro país e, segundo, é necessário que se resguarde a persecução criminal, ante a gravidade e a reiteração de delitos que desafiam o Estado.
(D) A pena do crime de lavagem de dinheiro é aumentada se esse crime é cometido por intermédio de organização criminosa.
(E) O delito de lavagem de dinheiro não é punível se isento de pena o autor do crime antecedente.

A: correta. Objeto material do crime é a pessoa ou coisa sobre a qual recai a conduta criminosa. No caso da "lavagem" de dinheiro, trata-se exatamente do valor, bem ou dinheiro proveniente de crime que é, após a conduta, ocultado ou transformado em ativos lícitos; **B:** correta. Basta a comprovação da materialidade do crime antecedente, não se exigindo a comprovação da autoria ou mesmo a condenação do acusado (art. 2º, § 1º, da Lei 9.613/1998); **C:** correta. Trata-se de transcrição parcial do julgado no HC 59.663/SP, DJ 06/12/2006; **D:** correta, nos exatos termos do art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/1998; **E:** incorreta, devendo esta ser assinalada. O disposto na alternativa contraria frontalmente o art. 2º, § 1º, da Lei 9.613/1998, nos termos do comentário à letra "B".
Gabarito "E"

(OAB – CESPE – 2008.1) Acerca do crime de lavagem de dinheiro, previsto na Lei n.º 9.613/1998, assinale a opção incorreta.

(A) No processo por crime de lavagem de dinheiro, não se aplica o disposto no art. 366 do Código de Processo Penal, que estabelece que o processo e o curso do prazo prescricional fiquem suspensos caso o acusado, citado por edital, não compareça nem constitua advogado, situação em que o processo deve seguir à sua revelia.
(B) Esse crime admite ação controlada, pela qual a ordem de prisão de pessoas ou da apreensão ou sequestro de bens, direitos ou valores poderá ser suspensa pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata possa comprometer as investigações.
(C) O crime de lavagem de dinheiro pressupõe a existência de uma conduta antecedente, que não precisa ser, necessariamente, criminosa, mas que deve estar prevista no rol exemplificativo da lei acima citada.
(D) Esse crime constitui atividade complexa, que envolve três fases: a introdução do dinheiro ilícito no sistema financeiro, promovendo o distanciamento dos recursos de sua origem; a transformação, quando, por meio de negócios, é ocultada a procedência dos recursos; e a integração, quando os bens aparentemente regulares são incorporados ao sistema econômico.

A: correta. Apesar de a redação do art. 2º, § 2º, da Lei 9.613/1998 ter sido alterada pela Lei 12.683/2012, permanece a impossibilidade de incidir, no âmbito dos crimes de lavagem de dinheiro, a suspensão condicional do processo, prevista no art. 366 do CPP; **B:** correta. A ação controlada está disciplinada no art. 3º, III, da Lei n. 12.850/2013; **C:** incorreta (devendo ser assinalada). Com o advento da Lei 12.683/2012, que alterou diversos dispositivos da Lei 9.613/1998, a conduta antecedente, que antes deveria estar contemplada no rol do art. 1º, agora pode ser representada por qualquer infração penal (crime e contravenção); **D:** correta. De fato, é bastante comum o fracionamento do processo de lavagem de dinheiro em três momentos. No primeiro, o dinheiro, de forma muitas vezes pulverizada, é introduzido no mercado financeiro; na segunda etapa, os valores são transferidos entre contas com o objetivo de ocultá-los; e, por fim, são introduzidos na economia formal, e, dessa forma, adquirem aparência de legalidade.
Gabarito "C"

20.15. ESTATUTO DO IDOSO

(Agente e Escrivão de Polícia/PB – 2008 – CESPE) Eduardo abandonou seu pai, Pedro, de 71 anos de idade, em uma casa de saúde, ao mesmo tempo em que deixou de prover as necessidades básicas dele. Acerca dessa situação hipotética, de acordo com o Estatuto do Idoso, assinale a opção correta.

(A) Se Pedro tivesse 60 anos de idade, a situação não se enquadraria no Estatuto do Idoso, que regula os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.
(B) Eduardo praticou dois delitos cujos núcleos dos tipos penais são, respectivamente, abandonar e deixar de prover.
(C) À conduta praticada por Eduardo aplica-se o procedimento previsto na Lei dos Juizados Especiais e, subsidiariamente, no que couberem, as disposições do Código Penal (CP) e do Código de Processo Penal (CPP).
(D) O crime praticado por Eduardo é de ação penal pública condicionada, aplicando-se a ele as disposições do CP relativas à imunidade absoluta e relativa.
(E) Se Eduardo agiu com culpa, ainda assim sua conduta deve ser punida.

A: incorreta. O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) aplica-se a pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. O que ocorre é que certas disposições da lei são aplicáveis somente a partir dos 65 anos; **B:** incorreta. A conduta amolda-se ao tipo penal descrito no art. 98 do Estatuto do Idoso, que é crime de ação múltipla, isto é, prevê mais de uma conduta possível para a consumação do crime. Nesses casos, a prática de uma, algumas ou todas as condutas implica, sempre, em crime único; **C:** correta, nos exatos termos do art. 94 do Estatuto do Idoso. Vale destacar que, em 2010, no bojo da ADI 3096-5, o STF determinou interpretação conforme a Constituição para este artigo, limitando a interpretação do termo "procedimento" aos atos processuais concatenados visando a sentença e afastando, assim, a aplicação dos institutos despenalizadores do JECrim; **D:** incorreta. Todos os crimes previstos no Estatuto do Idoso são de ação penal pública incondicionada (art. 95 do Estatuto); **E:** incorreta. O delito em questão não está previsto na forma culposa, sendo essa, portanto, atípica.
Gabarito "C"

20.16. QUESTÕES COMBINADAS E OUTROS TEMAS

(Agente de Polícia/RN – 2008 – CESPE) Acerca das disposições criminais da Lei n.º 8.078/1990 — CDC —, assinale a opção correta.

(A) A pena pecuniária para as infrações penais praticadas contra as relações de consumo será fixada em dias-multa, correspondente ao mínimo e ao máximo de dias de duração da pena privativa da liberdade cominada ao crime.
(B) Não é cabível ação penal subsidiária na hipótese de crime definido no CDC, pois há expressa vedação legal nesse sentido, cabendo exclusivamente ao MP dar início à persecução criminal.

(C) Nas infrações penais de que trata o CDC, o valor da fiança, se assim recomendar a situação econômica do indiciado ou réu, poderá ser reduzido até a metade ou aumentado pelo juiz em até cem vezes.
(D) As penas de interdição temporária de direitos e prestação de serviços à comunidade no âmbito do CDC não poderão ser aplicadas cumulativamente com as penas privativas de liberdade.
(E) Aquele que utiliza, na cobrança de dívidas, procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo, não comete crime, mas mera infração administrativa sujeita à pena de multa.

A: correta, nos exatos termos do art. 77 do CDC; **B:** incorreta. Não há qualquer previsão nesse sentido e, ainda que houvesse, seria inconstitucional, porque a ação penal privada subsidiária é um direito fundamental previsto no art. 5º, LIX, da Constituição Federal; **C:** incorreta. Nos termos do art. 79, parágrafo único, "b", do CDC, o valor da fiança pode ser aumentado em até 20 vezes; **D:** incorreta, porque a cumulação das penas está autorizada pelo art. 78 do CDC; **E:** incorreta. A conduta amolda-se ao tipo penal previsto no art. 71 do CDC.
Gabarito "A"

(Escrivão de Polícia/RN – 2008 – CESPE – Adaptada) Assinale a opção correta acerca das disposições da Lei n.º 12.037/09 (identificação criminal).

(A) O civilmente identificado por documento original não será submetido à identificação criminal, ainda que o estado de conservação desse documento impossibilite a completa identificação dos caracteres essenciais.
(B) Por expressa vedação legal, não será identificado criminalmente o agente que praticar infração de menor potencial ofensivo, ainda que não porte documento de identidade civil.
(C) O civilmente identificado por documento original não será submetido à identificação criminal, exceto quando, entre outras hipóteses, houver indício de falsificação do documento de identidade.
(D) Sendo necessária a identificação criminal, a autoridade policial não deverá determinar a juntada dos materiais datiloscópico e fotográfico nos autos da comunicação da prisão em flagrante ou nos do IP.
(E) Cópia do documento de identificação civil apresentada não poderá ser mantida nos autos da prisão em flagrante nem nos do IP, sob pena de responsabilidade funcional da autoridade policial.

A: incorreta. O mau estado de conservação do documento de identidade é uma das causas que autoriza a identificação criminal (art. 3º, VI, da Lei 12.037/2009); **B:** incorreta. Não há qualquer previsão legal nesse sentido, valendo as regras sobre a identificação criminal mesmo para os casos de infração penal de menor potencial ofensivo; **C:** correta, nos termos do art. 3º, I, da Lei 12.037/2009; **D:** incorreta, por contrariar frontalmente o disposto no art. 5º da Lei 12.037/2009; **E:** incorreta, sendo obrigatória sua juntada nos autos por força do art. 3º, parágrafo único, da Lei 12.037/2009.
Gabarito "C"

(Procurador do Município/Natal – RN – 2008 – CESPE) Determinado comerciante, no intuito de evitar prejuízos ao seu negócio, expôs à venda mercadorias em condições impróprias para o consumo, conduta relacionada tipicamente à infração penal definida no art. 7.º, inciso IX, da Lei n.º 8.137/1990. A autoridade policial efetuou a prisão em flagrante do comerciante e apreendeu as referidas mercadorias, mas não determinou a realização de perícia nas mesmas para atestar sua imprestabilidade ao consumo.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Embora se trate de crime formal, é necessária a realização de perícia para a comprovação do elemento objetivo do tipo, qual seja, a existência de mercadoria em condições impróprias ao consumo.
(B) A realização de perícia revela-se desnecessária, uma vez que, tratando-se de delito formal, a consumação ocorre independentemente da verificação de dano ao consumidor.
(C) A realização de perícia somente seria exigida se a mercadoria efetivamente resultasse em dano ao consumidor.
(D) A tipificação do mencionado delito não se vincula às disposições do CDC que estabelecem os produtos impróprios para o consumo.

Trata-se, de fato, de *crime formal*, já que não depende, à sua consumação, de prejuízo efetivo ao consumidor; ademais, é de rigor a realização de exame para atestar se a mercadoria é ou não imprópria ao consumo.
Gabarito "A"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Acerca dos crimes relativos à licitação, julgue os itens que se seguem.

(1) Os crimes definidos na lei de licitações sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, à perda de cargo, emprego, função ou mandato eletivo, ainda que o crime não tenha sido consumado.
(2) Não interfere na pena aplicada ao agente o fato de ser ele ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança em órgão da administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública ou em outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo poder público.

1: correta – art. 83 da Lei 8.666/93; **2:** incorreta – art. 84, § 2º, da Lei 8.666/93.
Gabarito 1C, 2E

(Magistratura/AC – 2008 – CESPE) Acerca dos crimes previstos nas leis penais especiais, assinale a opção correta.

(A) Com relação ao crime de abuso de autoridade, inexiste condição de procedibilidade para a instauração da ação penal correspondente.
(B) A nova Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) estabelece um rol de penas possíveis para a pessoa que adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para uso pessoal, drogas ilícitas. Para determinar se a droga se destinava ao consumo pessoal, o juiz observará apenas a natureza e a quantidade da droga.
(C) O STF admite, em casos excepcionais, a fixação de regime integralmente fechado para o cumprimento da pena de condenados por crimes hediondos.
(D) Sendo crime próprio, o crime de tortura é caracterizado por seu sujeito ativo, que deve ser funcionário público.

A: correta – prescreve a Lei 5.249/1967 que "a falta de representação do ofendido, nos casos de abuso previstos na Lei 4.898/1965, não obsta a iniciativa ou o curso da ação penal pública"; **B:** incorreta – art. 28, I, II, III e § 2º, da Lei 11.343/2006; **C:** incorreta – com a disciplina estabelecida pela Lei 11.464/2007, que alterou a redação do § 2º do art. 2º da Lei de Crimes Hediondos, a progressão de regime, em se tratando de condenado a crime hediondo ou a delito a ele equiparado, se primário for o apenado, se dará após o cumprimento de dois quintos da pena; se for reincidente, de três quintos; **D:** incorreta – o art. 1º da Lei 9.455/1997 contempla quatro figuras delituosas. A primeira delas, contida no art. 1º, I, trata de crime comum, já que não se exige do sujeito ativo nenhuma condição especial. A outras figuras são delitos próprios.
Gabarito "A"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) O agente que induz ou instiga dolosamente a prática de esterilização cirúrgica pratica crime

(A) contra a organização do trabalho, previsto no CP.
(B) contra o planejamento familiar.
(C) definido na lei de transplantes.
(D) contra a saúde pública, previsto no CP.
(E) contra os costumes, previsto no CP.

De fato, o agente que induzir ou instigar dolosamente a prática de esterilização cirúrgica incorre nas penas do crime definido no art. 17 da Lei 9.263/1996, tratando-se de delito contra o

planejamento familiar. Referido diploma legal regulamentou o art. 226, § 7º, da CF.

Gabarito "B"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Acerca dos crimes contra a ordem tributária e econômica, o consumidor e as relações de consumo e o meio ambiente, assinale opção **incorreta**.

(A) Nos crimes previstos na Lei n. 8.137/1990, materiais ou formais, a decisão definitiva do processo administrativo consubstancia uma condição objetiva de punibilidade.
(B) Constitui crime contra a ordem econômica a formação de acordo entre ofertantes, visando ao controle, em detrimento da concorrência, de rede de fornecedores.
(C) A execução de serviço de alto grau de periculosidade, que contraria determinação de autoridade competente, constitui crime contra as relações de consumo e não mera infração administrativa.
(D) Não é crime o desmatamento de floresta nativa em terras de domínio público, sem autorização do órgão competente, quando a conduta for necessária à subsistência imediata e pessoal do agente.
(E) Em relação à responsabilidade penal da pessoa jurídica pela prática de delitos contra o meio ambiente, adotou a Lei n. 9.605/1998 a teoria da realidade ou da personalidade real.

A: incorreta, devendo ser assinalada. Apenas para os crimes materiais contra a ordem tributária, definidos no art. 1º da Lei 8.137/1990, o esgotamento da via administrativa é considerado condição objetiva de punibilidade (vide Súmula vinculante 24); **B:** correta (art. 4º, II, "c", da Lei 8.137/1990); **C:** correta (art. 65 da Lei 8.078/1990 – CDC); **D:** correta (art. 50-A, § 1º, da Lei 9.605/1998); **E:** correta. De acordo com a teoria da personalidade real, cujo precursor foi o jurista alemão Otto Gierke, a pessoa jurídica tem vontade própria, sendo uma "verdadeira realidade", com capacidade de deliberação própria, daí podendo ser responsabilizada criminalmente. Apesar de críticas, é uma teoria aceita pelo moderno Direito Penal, que deve visar à punição da macrocriminalidade, especialmente aquela voltada à lesão de bens jurídicos transindividuais.

Gabarito "A"

(Procurador do Município/Natal – RN – 2008 – CESPE) Acerca das disposições criminais do CDC — Lei n.º 8.078/1990 —, assinale a opção correta.

(A) O fato de qualquer crime previsto na referida norma ser cometido em época de grave crise econômica ou por ocasião de calamidade determina a incidência de aumento de pena de um a dois terços.
(B) A pena pecuniária prevista para os crimes contra as relações de consumo definidos no referido código deve ser calculada em dias-multa e ser, no mínimo, de 10 dias-multa e, no máximo, de 360 dias-multa, por aplicação subsidiária do CP.
(C) Caracteriza circunstância agravante o fato de o crime ser cometido em detrimento de operário ou rurícola.
(D) O fato de um comerciante deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia de um produto, adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo, não constitui crime, mas mera infração administrativa.

A: alternativa incorreta, visto que a prática de qualquer dos crimes previstos no CDC em época de grave crise econômica ou por ocasião de calamidade constitui *circunstância agravante*, conforme estabelece o art. 76, I, da Lei 8.078/90; **B:** o CDC estabelece, em relação à pena pecuniária, critério diverso do adotado pelo Código Penal. Reza o art. 77 da lei especial que a pena de multa deve variar, em dias-multa, de acordo com o mínimo e o máximo de dias de duração da pena privativa de liberdade. Assertiva, portanto, incorreta; **C:** proposição correta, pois em conformidade com o que preceitua o art. 76, IV, "b", do CDC; **D:** incorreta – a prática da conduta descrita no enunciado configura o crime do art. 74 do CDC.

Gabarito "C"

(Cartório/DF – 2008 – CESPE) Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item seguinte com base no direito penal brasileiro.

(1) A lavagem de dinheiro é crime autônomo, não constituindo mero exaurimento do crime antecedente.

1: correta. De fato, a lavagem de dinheiro, que até o advento da Lei 12.683/2012, exigia, para sua configuração, a prática de um dos crimes antecedentes indicados no art. 1º da Lei 9.613/1998, constituía, e ainda constitui, crime autônomo, dissociado da infração penal anteriormente cometida e, cujos proveitos ou produtos, se pretenda ocultar ou dissimular.

Gabarito 1C

(OAB – CESPE – 2008.1) Patrícia, vendedora em uma butique, recusou o acesso de Latifa, mulher muçulmana, à loja, e negou-se a atendê-la, por acreditar que, pelo modo como estava trajada, Latifa não tinha o perfil de compradora daquele estabelecimento. Na ocasião, Patrícia deixou transparecer que se considerava superior a Latifa. Considerando a situação hipotética descrita, assinale a opção correta.

(A) Os elementos subjetivos do delito são o dolo e a culpa.
(B) No delito em questão, pune-se o preconceito, que resultou em atitude segregacionista, pouco interessando a eventual alegação da comerciante de que Latifa, pessoa discriminada, não teria o perfil de cliente daquela loja.
(C) O sujeito ativo do delito limita-se ao gerente.
(D) O delito em questão é prescritível.

Art. 5º da Lei 7.716/1989 (legislação que define crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor). É crime doloso e imprescritível, nos termos do art. 5º, XLII, da CF.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.1) Constitui conduta criminosa

(A) deixar o pai de prover, sem justa causa, a instrução primária do filho em idade escolar.
(B) cometer adultério.
(C) emitir cheque pré-datado, sabendo-o sem provisão de fundos.
(D) destruir culposamente a vidraça de prédio pertencente ao departamento de polícia civil.

A: correta. A conduta dos pais que deixam de providenciar, sem justa causa, a educação primária do filho em idade escolar está descrita no art. 246 do CP – abandono intelectual; **B:** incorreta. O art. 240 do CP, que definia o crime de adultério, foi revogado pela Lei 11.106/2005. Suas implicações atualmente estão limitadas ao direito de família; **C:** incorreta. Cheque é ordem de pagamento à vista. Se alguém aceita o cheque para futura compensação, configurada estará uma promessa de pagamento. Nesse caso, não sendo o título compensado por falta de provisão de fundos, estaremos diante de um ilícito civil; **D:** incorreta. Não há, no CP, previsão de dano culposo. O art. 163 do CP não faz qualquer menção à modalidade culposa desse crime.

Gabarito "A"

21. TEMAS COMBINADOS DE DIREITO PENAL

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) A respeito dos institutos de direito penal, assinale a opção correta.

(A) Conforme jurisprudência unânime do STF, para a caracterização da majorante no delito de roubo exercido com o emprego de arma, exige-se a apreensão da arma para que seja periciada, a fim de se constatar a sua potencialidade lesiva.
(B) Os critérios de progressão de regime estabelecidos em lei nova, ainda que mais gravosos, aplicam-se às penas com execução em curso na data de sua publicação, pois se trata de norma de caráter processual, logo de aplicação imediata.
(C) O indivíduo que, de uma só vez, introduzir no Brasil unidades de CDs musicais, pirateados de artistas brasileiros, e CDs virgens, sem o recolhimento dos tributos devidos, pelo princípio da consunção, deverá responder apenas pelo crime de descaminho.
(D) No tipo de homicídio qualificado pelo fato de o delito ter sido praticado mediante paga ou promessa de recompensa,

ou por outro motivo torpe, há espaço para a interpretação analógica.

(E) No delito de furto, são incompatíveis a qualificadora do concurso de pessoas e o privilégio relativo à primariedade do agente e ao pequeno valor da coisa furtada.

A: incorreta. À época em que formulada a questão, divergiam as duas Turmas do STF acerca da (im)prescindibilidade da apreensão e respectiva perícia da arma de fogo, para fins de configuração da majorante prevista no art. 157, § 2º, I, do CP. Porém, atualmente, ambas as Turmas inclinam-se pela desnecessidade da apreensão – e realização de exame pericial – da arma, podendo existir outros meios de prova aptos à demonstração da majorante, tais como as declarações do ofendido e o depoimento de testemunhas; **B:** incorreta. Não há dúvidas de que as normas relativas à progressão de regime têm conteúdo material (penal), e, portanto, quando mais gravosas, não retroagirão para alcançar fatos praticados anteriormente à sua edição; **C:** incorreta, pois a conduta do agente que introduz no Brasil CDs musicais pirateados configura o crime de contrabando (introdução de mercadoria proibida no país – art. 334-A do CP), ao passo que os CDs virgens que sejam trazidos do exterior sem o recolhimento dos tributos caracteriza o crime de descaminho (art. 334 do CP). Responderá, pois, o agente, pelo crime dos arts. 334 e 334-A do CP, em concurso formal imperfeito; **D:** correta. De fato, a qualificadora definida no art. 121, § 2º, I, do CP, contém nítida aplicação do mecanismo da interpretação analógica, visto que o homicídio será qualificado quando o agente o cometer mediante paga ou promessa de recompensa, ou por qualquer outro motivo torpe. Vê-se que o legislador, após enumeração casuísta (paga ou promessa de recompensa), introduziu uma cláusula genérica (ou por outro motivo torpe), a fim de permitir ao intérprete-aplicador do Direito que inclua no campo da tipicidade penal qualquer outra situação que se assemelhe ao "ato mercenário" do agente; **E:** incorreta. Tanto STJ, quanto STF, vêm admitindo a possibilidade de coexistência do furto qualificado e privilegiado, pouco importando a disposição topográfica do privilégio (§ 2º, do art. 155 do CP) e das circunstâncias descritas no § 4º, do mesmo dispositivo legal.

Gabarito "D"

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) A respeito de tipicidade, ilicitude e culpabilidade, assinale a opção correta.

(A) A participação, no concurso de pessoas, é considerada hipótese de tipicidade mediata ou indireta.

(B) Elemento subjetivo especial é aquele que depende de uma interpretação jurídica, como ocorria em relação ao conceito de mulher honesta, atualmente não mais previsto na legislação penal.

(C) No caso de legítima defesa de direito de terceiro, é necessária a prévia autorização deste para que a conduta do agente não seja ilícita.

(D) O Código Penal (CP) adota a teoria psicológico-normativa da culpabilidade, para a qual a culpabilidade não é requisito do crime, mas, sim, pressuposto de aplicação da pena.

(E) Se o bem jurídico tutelado pela norma penal for disponível, independentemente da capacidade da vítima, o consentimento do ofendido constitui causa supralegal de exclusão da ilicitude.

A: correta, uma vez que a participação, espécie de concurso de pessoas, caracterizada por uma conduta acessória do agente (partícipe), se enquadra naquilo que a doutrina denomina de tipicidade por subordinação indireta ou mediata, vale dizer, a conduta do agente não se amolda perfeitamente a um tipo penal, sendo necessário que se utilize o art. 29 do CP como norma de extensão típica. Afinal, não existe um tipo penal que prescreva, por exemplo, a participação em um homicídio ("induzir, instigar ou auxiliar terceiro a matar alguém"). Daí a necessidade de o intérprete-aplicador do direito se valer do precitado art. 29 do CP; **B:** incorreta, pois o elemento subjetivo do tipo é aquele que revela um especial fim de agir do agente, ou, como se diz impropriamente, o "dolo específico", não se confundindo com o elemento normativo do tipo, que é aquele que depende, como narra a própria assertiva, de uma interpretação, de um juízo de valor prévio para que se conclua pela tipicidade penal (ex.: a antiga expressão "mulher honesta", ou, ainda, a expressão "indevidamente", prevista em alguns tipos penais, ou, então, "obsceno", no crime de ato obsceno); **C:** a legítima defesa de terceiro, que se caracteriza pelo fato de alguém defender bem jurídico alheio que está sendo agredido injustamente ou na iminência de sê-lo (art. 25 do CP), dispensa-se o consentimento do terceiro no sentido de autorizar que se atue em sua defesa, especialmente se o bem jurídico injustamente agredido for indisponível (vida, por exemplo); **D:** incorreta, uma vez que o Código Penal, ao adotar o sistema finalista (ou teoria finalista), voltou-se à denominada teoria normativa pura da culpabilidade, da qual foram retirados o dolo e a culpa, que migraram para o fato típico. Assim, a culpabilidade transforma-se em verdadeiro juízo de reprovabilidade incidente sobre o agente que tenha praticado fato típico e ilícito, tratando-se de um pressuposto de aplicação da pena; **E:** incorreta, já que o consentimento do ofendido poderá configurar uma causa supralegal de exclusão da ilicitude apenas se o bem jurídico tutelado pela norma penal for disponível e se o ofendido for plenamente capaz para consentir (tal não ocorre, por exemplo, no crime de estupro de vulnerável – art. 217-A do CP -, ainda que a vítima, menor de quatorze anos, consinta com a prática do ato libidinoso; haverá estupro mesmo assim).

Gabarito "A"

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Acerca das excludentes de culpabilidade, da imputabilidade e do concurso de pessoas, assinale a opção correta.

(A) Exclui a culpabilidade do crime, por inexigibilidade de conduta diversa, a coação física irresistível ou vis absoluta.

(B) Na prática de crime em obediência hierárquica, se a ordem não for manifestamente ilegal, o subordinado e o superior hierárquico não respondem por crime algum.

(C) Dividem-se os crimes em monossubjetivo e plurissubjetivo, sendo que somente neste último pode ocorrer concurso de pessoas.

(D) A participação de menor importância configura exceção à teoria monista, adotada pelo CP quanto ao concurso de pessoas.

(E) Ocorrendo coação moral resistível, não se afasta a culpabilidade, havendo simplesmente reconhecimento de atenuante genérica.

A: incorreta, uma vez que a coação física irresistível, ou *vis absoluta*, exclui a conduta (que é o comportamento humano, positivo ou negativo, consciente e voluntário, dolo ou culposo, dirigido a uma finalidade), não se confundindo com a coação moral irresistível, ou *vis compulsiva,* que, por afastar a exigibilidade de conduta diversa, é considerada causa excludente da culpabilidade (art. 22 do CP); **B:** incorreta, pois a obediência hierárquica, tal como definida no art. 22 do CP, somente afastará a culpabilidade do agente, isentando-o de pena, se a ordem emanada do superior hierárquico for não manifestamente ilegal, hipótese em que este último responderá pelo crime; **C:** incorreta, já que se consideram crimes monossubjetivos (ou unissubjetivos, ou de concurso eventual) aqueles que podem ser praticados por uma só pessoa, admitindo-se, aqui, o concurso de pessoas, enquanto que os plurissubjetivos (ou de concurso necessário) são aqueles que, para a própria tipicidade penal, exigem a concorrência de duas ou mais pessoas (ex.: associação criminosa – art. 288 do CP), não se falando, aqui, em concurso de agentes, que, repita-se, somente em cabimento nos crimes de concurso eventual (ou monossubjetivos); **D:** incorreta, dado que a participação de menor importância, cabível apenas, à evidência, aos partícipes (art. 29, § 1º, do CP), não configura uma exceção à teoria monista, segundo a qual todos os concorrentes (autores, coautores e partícipes) de um crime responderão por ele. O instituto em questão (participação de menor importância) somente demonstra que, a despeito de todos os concorrentes de um crime responderem pelo mesmo fato, observar-se-á a culpabilidade de cada um deles. Daí a participação de menor importância simplesmente gerar a redução da pena do partícipe que houver concorrido de maneira menos relevante para o sucesso da empreitada criminosa; **E:** correta, pois apenas a coação moral irresistível é capaz de excluir a culpabilidade, consoante prevê o art. 22 do CP. Se a coação moral for resistível, aplicar-se-á a circunstância atenuante genérica prevista no art. 65, III, "c", do CP).

Gabarito "E"

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Quanto aos crimes contra a paz pública e a fé pública, assinale a opção correta.

(A) Com relação ao delito de apologia de crime ou criminoso, previsto no CP, há crime único se o agente, em um mesmo contexto fático, faz apologia de vários crimes ou de vários autores de crimes.

(B) No crime de quadrilha, é necessário que ocorra estabilidade da associação e que haja organização estruturada, com hierarquia entre os membros ou com papéis previamente definidos para cada um.

(C) No crime de quadrilha, se somente um quadrilheiro for identificado, mas houver prova robusta da existência dos demais associados, o crime se perfaz.

(D) Com relação ao crime de moeda falsa, se o falsificador exportar, vender ou introduzir na circulação a moeda, responderá pelos diversos crimes em concurso formal homogêneo.

(E) É atípica a conduta do agente que restitui à circulação, mesmo tendo recebido de boa-fé, papel falsificado pela supressão de sinal indicativo de sua inutilização, da qual tomou posterior conhecimento.

A: incorreta, porque, de acordo com Magalhães Noronha, "*apologia de fato criminoso não é apologia de um ou mais delitos. Pensamos, por conseguinte, que haverá concurso formal ou ideal de crimes se, com a mesma ação, o sujeito ativo faz apologia, isto é, exalta ou elogia mais de um crime cometido*" (**Direito Penal**, vol. 4, p. 88). Há que se ressaltar, a despeito do entendimento da banca examinadora, que há posicionamento doutrinário em sentido contrário (confira-se, por exemplo, Rogério Greco. **Código Penal Comentado**. 4. ed. Ed. Impetus, p. 759); **B:** incorreta. Ao tempo em que esta questão foi elaborada, o art. 288 do CP (quadrilha ou bando) exigia o número mínimo de quatro pessoas, reunidas de forma estável e permanente, com o fim de perpetrarem um número indeterminado de crimes. Com a entrada em vigor da Lei 12.850/2013, que modificou a redação do art. 288 (associação criminosa), o número mínimo exigido para a configuração deste crime passou a ser de três pessoas. Não se exige que a quadrilha tenha um "chefe" ou "líder", ou que seja previamente definida a função de cada um dos seus membros; **C:** correta, eis que "para a configuração do delito de quadrilha não é necessário que todos os integrantes tenham sido identificados. Basta a comprovação de que o bando era integrado por quatro ou mais pessoas" (STJ, HC 52989/AC, Rel. Min. Félix Fischer, 5ª T., *DJ* 01.08.2006, p. 484); **D:** incorreta, já que o crime de moeda falsa, previsto no art. 289 do CP, em seu § 1º, traz diversas condutas que podem ser perpetradas pelo agente, dentre elas as de exportar, introduzir ou vender moeda falsa, tratando-se, pois, de tipo misto alternativo ou crime de ação múltipla, no qual a prática de mais de um "verbo" pelo sujeito ativo configurará crime único; **E:** incorreta (art. 289, § 2º, do CP).

Gabarito "C"

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) Em relação ao concurso de crimes e à extinção de punibilidade, julgue os itens subsequentes.

I. Ocorre o concurso material quando o agente, mediante mais de uma conduta, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, situação em que as penas são cumuladas.

II. A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinada pelo CP, não é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.

III. Havendo um concurso formal de crimes, quanto à pena de multa, aplica-se o sistema de cumulação material, ou seja, são elas impostas distinta e integralmente, sem que se fale no sistema da exasperação, que é voltado apenas para as penas privativas de liberdade.

IV. Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.

V. No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

VI. No concurso de infrações, executar-se-á primeiramente a pena mais grave. Porém, no que se refere à prescrição, as penas mais leves prescrevem com as mais graves.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 2.
(B) 3.
(C) 4.
(D) 5.
(E) 6.

I: correta (art. 69 do CP); **II:** correta (Súmula 715 do STF); **III:** correta (art. 72 do CP); **IV:** correta (art. 119 do CP e Súmula 497 do STF); **V:** correta (art. 119 do CP); V**I:** correta (arts. 69, *caput*, parte final e 118 do CP).

Gabarito "E"

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta com relação à interpretação da lei penal, dos crimes contra a pessoa e a paz pública.

(A) Na legislação brasileira, não se mostra possível a existência de um homicídio qualificado-privilegiado, uma vez que as causas qualificadoras, por serem de caráter subjetivo, tornam-se incompatíveis com o privilégio. Além disso, a própria posição topográfica da circunstância privilegiadora parece indicar que ela não se aplicaria aos homicídios qualificados.

(B) Considere a seguinte situação hipotética. Diego e Márcio, adultos, resolveram testar suas respectivas sortes, instigando, um ao outro, a participar de roleta russa. Em hora e local combinados, diante de um revólver municiado com apenas um projétil, cada qual começou a puxar o gatilho contra sua própria cabeça, até que Márcio findou por se suicidar. Nessa situação, Diego não responderá por nada, pois não se pune a autoeliminação da vida.

(C) A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.

(D) A reincidência, prevista no CP como agravante genérica, influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

(E) O crime de quadrilha ou bando é formal e autônomo, mas sua consumação depende da realização dos crimes ulteriores visados.

A: incorreta, pois é perfeitamente possível, de acordo com a doutrina e jurisprudência, a coexistência das qualificadoras de caráter objetivo com as circunstâncias privilegiadoras (todas de caráter subjetivo, vale ressaltar) previstas no § 1º, do art. 121, do CP; **B:** incorreta, uma vez que a conduta de Diego se amolda àquela prevista no art. 122 do CP, qual seja, a de instigar Márcio a suicidar-se; **C:** correta (Súmula 241 do STJ); **D:** incorreta, já que é pacífico o entendimento segundo o qual a reincidência somente influi na prescrição da pretensão executória (Súmula 220 do STJ); **E:** incorreta, dado que o crime de quadrilha ou bando [atualmente denominado associação criminosa], por ser formal, independe da efetiva prática dos crimes pelos membros do grupo, bastando o reconhecimento de que os agentes se reuniram, de forma estável e permanente, com o fim de cometerem indeterminados crimes.

Gabarito "C"

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) Acerca da sujeição ativa e passiva da infração penal, assinale a opção correta.

(A) Doentes mentais, desde que maiores de dezoito anos de idade, têm capacidade penal ativa.

(B) É possível que os mortos figurem como sujeito passivo em determinados crimes, como, por exemplo, no delito de vilipêndio a cadáver.

(C) No estelionato com fraude para recebimento de seguro, em que o agente se autolesiona no afã de receber prêmio, é possível se concluir que se reúnem, na mesma pessoa, as sujeições ativa e passiva da infração.

(D) No crime de autoaborto, a gestante é, ao mesmo tempo e em razão da mesma conduta, autora do crime e sujeito passivo.

(E) O Estado costuma figurar, constantemente, na sujeição passiva dos crimes, salvo, porém, quando se tratar de delito perquirido por iniciativa exclusiva da vítima, em que não há nenhum interesse estatal, apenas do ofendido.

A: correta, pois o doente mental, desde que maior de dezoito anos, tem a possibilidade de figurar como sujeito ativo de infrações penais. Importante lembrar que se a doença mental retirar completamente a capacidade de entendimento e autodeterminação do agente, ficará isento de pena (art. 26, *caput*, do CP), o que não induz pensar não ter ele capacidade penal ativa; **B:** incorreta, eis que os mortos não têm sequer personalidade jurídica, motivo pelo qual não podem ser vítimas de crimes (ausência de capacidade penal passiva). No entanto, alguns crimes previstos no CP que tratam dos mortos (ex.: calúnia contra os mortos; vilipêndio de cadáver) tutelam, em verdade, a família deles e a necessidade que se deve ter de respeitá-los; **C:** incorreta, visto que, de acordo com a conhecida frase "a autolesão não se pune", decorrente do princípio da alteridade (o Direito Penal somente pode intervir diante de lesões a bens jurídicos de terceiros), é impossível, no crime de fraude para recebimento de seguro (art. 171, § 2º, V, do CP), que o agente delitivo seja a própria vítima. Em verdade, o sujeito passivo do crime em questão é a seguradora, que será lesada caso pague o prêmio ao segurado (estelionatário); **D:** incorreta, porque o crime de autoaborto, definido no art. 124, *caput*, primeira parte, do CP, a vítima é o feto ou o produto da concepção e não a própria gestante. Afinal, trata-se de crime de mão própria, perpetrado pela gestante, razão pela qual não pode ser vítima de sua própria conduta (princípio da alteridade); **E:** incorreta, visto que o Estado figura como sujeito passivo em todo e qualquer ilícito penal, seja de forma direta (ex.: crimes contra a administração pública), seja de forma indireta (todos os demais crimes em que não figure como diretamente lesado). Diz-se ser o Estado um sujeito passivo constante (ou formal) de toda infração penal.

Gabarito "A"

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) Levando em conta as disposições do CP e a interpretação do STF, assinale a opção correta.

(A) Mostra-se pacífico nos tribunais, sobretudo no STF, que é possível, no roubo, a aplicação da causa de aumento de pena do emprego de arma, quando esta não for apreendida nem periciada.

(B) É possível a substituição de pena de réu reincidente (reincidência genérica) que for condenado por crime não violento com pena igual ou inferior a quatro anos, desde que a aludida reincidência não seja oriunda da prática do mesmo crime e a medida seja socialmente recomendável.

(C) Na hipótese chamada de roubo frustrado em que o agente subtraia coisa da vítima, mas seja, logo após, perseguido e preso em flagrante por terceira pessoa, com integral recuperação da res, ocorre crime na modalidade tentada.

(D) Nos crimes contra a administração pública, o CP não prevê nenhum requisito para a progressão de regime vinculado à reparação do dano ou à devolução do produto do ilícito praticado.

(E) Apenas bens públicos são objeto material do crime de peculato, não sendo possível, jamais, que esse crime atinja bens particulares.

A: incorreta, visto que a questão envolvendo a majoração do roubo pelo emprego de arma quando esta não é apreendida ou periciada por muito tempo foi controvertida no STF, havendo posicionamentos absolutamente contrários nas 1ª e 2ª Turmas daquela C. Corte. No entanto, a fim de assegurar-se o princípio da segurança jurídica, o STF, no julgamento do HC 100854/DF, rel. Min. Gilmar Mendes, acabou por pacificar o entendimento segundo o qual é desnecessária a apreensão e perícia da arma de fogo para que se majore a pena do delito de roubo, desde que existam outros meios comprobatórios de que se empregou a arma para a subtração (Informativo STF 605); **B:** correta (art. 44, § 3º, do CP); **C:** incorreta, eis que já se assentou na jurisprudência o entendimento de que o crime de roubo se consuma no momento em que a *res* é retirada violentamente da vítima, sendo desnecessária a posse tranquila da coisa subtraída ou mesmo que saia da esfera de vigilância da vítima (STJ, REsp 1035115/RS; STJ, HC 88284/ES; STJ, REsp 536082/SP); **D:** incorreta, uma vez que o art. 33, § 4º, do CP, exige, para o caso de crimes perpetrados contra a administração pública, que o condenado repare o dano causado ou devolva o produto do ilícito praticado, com os devidos acréscimos legais, sob pena de não obter a progressão de regime penitenciário; **E:** incorreta, dado que a própria descrição típica do peculato dá conta de que os objetos materiais do crime podem ser dinheiro, valor ou bem móvel público ou particular de que o agente tenha a posse em razão do cargo (art. 312, *caput*, do CP).

Gabarito "B"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta acerca dos crimes relativos a licitações, contra a administração pública e a ordem tributária, contra o SFN e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

(A) Os crimes relativos a licitações são de ação penal pública incondicionada e, dada a natureza dos delitos, não se admite ação penal privada subsidiária da pública, conforme expressa vedação legal.

(B) O funcionário público que patrocine diretamente interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público, pratica o crime de advocacia administrativa, previsto no CP.

(C) Nos crimes contra o SFN, cometidos em quadrilha ou coautoria, o coautor ou partícipe que, por meio de confissão espontânea, revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá a pena reduzida.

(D) Nos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, pune-se a tentativa com a mesma pena do crime consumado, havendo, assim, exceção, por expressa disposição legal, à regra geral prevista no CP.

(E) Nos delitos de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, configura modalidade qualificada a prática do crime de forma habitual ou por intermédio de organização criminosa.

A: a ação penal, nos crimes definidos na Lei de Licitações, é *pública incondicionada* – art. 100 da Lei 8.666/93; terá lugar a ação penal privada subsidiária da pública, instrumento de índole constitucional (art. 5º, LIX, da CF), na hipótese de o membro do Ministério Público mostrar-se negligente, deixando de ajuizar a ação penal dentro no prazo de lei; **C:** correta, pois reflete o que estabelece o art. 25, § 2º, da Lei 7.492/86 (crimes contra o Sistema Financeiro); **D:** a *tentativa*, a teor do que dispõe o art. 1º, § 3º, da Lei 9.613/98, é punida nos moldes do art. 14 do CP; **E:** constitui hipótese de aumento de pena o fato de o crime definido na Lei 9.613/98 ser praticado de forma *reiterada* ou por intermédio de *organização criminosa* (art. 1º, § 4º).

Gabarito "C"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) A respeito de crimes culposo e impossível, da obediência hierárquica, do erro de proibição e do arrependimento posterior, assinale a opção correta.

(A) Caso um renomado e habilidoso médico, especializado em cirurgias abdominais, ao realizar uma intervenção, esqueça uma pinça no abdome do paciente, nesse caso, tal conduta representará culpa por imperícia, pois é relativa ao exercício da profissão.

(B) Se, em um supermercado dotado de sistema eletrônico de vigilância, um cliente colocar diversos objetos do estabelecimento dentro de sua bolsa, com intenção de subtraí-los para si, a simples presença do sistema eletrônico de vigilância no supermercado tornará o crime impossível.

(C) Caso o fato seja cometido em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, não serão puníveis o agente que obedeceu nem o autor da coação ou da ordem.

(D) O desconhecimento da lei é inescusável. Desse modo, o erro sobre a ilicitude do fato, evitável ou inevitável, não elidirá a pena, podendo apenas atenuá-la.

(E) Em crimes cometidos sem violência ou grave ameaça a pessoa, a pena será reduzida de um a dois terços se, por ato voluntário do agente, for reparado o dano ou restituída a coisa até o recebimento da denúncia ou da queixa.

A: a *imperícia* pressupõe falta de aptidão para o exercício de arte, ofício ou profissão. O agente imperito não tem pleno domínio da técnica necessária para a prática de certa atividade. Evidente não ser este o caso do médico que dispõe de conhecimento adequado ao exercício de sua profissão. Dessa forma, o profissional que já fez diversas cirurgias e, por isso, tem pleno domínio da técnica a ser empregada no seu mister não pode ser considerado *imperito*, na hipótese de esquecer uma pinça no abdome do paciente; sua conduta deve, isto sim, ser considerada negligente, pois agiu com descuido; **B:** o *furto sob vigilância* pode, em determinadas situações, a depender do caso concreto,

caracterizar *crime impossível* pela *ineficácia absoluta do meio* (art. 17 do CP). É o caso, por exemplo, do agente que, desde o momento em que ingressa no supermercado, passa a ser permanentemente vigiado por sistema de câmeras e também por seguranças, que ficam o tempo todo no seu encalço. Não há, neste caso, a menor possibilidade de o crime consumar-se. Isso não quer dizer que a existência, por si só, de sistema de segurança por câmeras elimine a possibilidade de o crime chegar à sua consumação. É perfeitamente plausível que o agente se aproveite de determinado ângulo de monitoramento em que a subtração não é visualizada pelo sistema de câmeras. Dessa forma, a ineficácia do meio deve ser avaliada caso a caso. A assertiva está incorreta porque afirma que "a simples presença do sistema eletrônico de vigilância no supermercado tornará o crime impossível"; **C:** se se tratar de ordem *não* manifestamente ilegal, o *superior hierárquico* somente responderá pelo resultado, nos moldes do art. 22 do CP; o *subordinado*, neste caso, ficará isento de pena (sua culpabilidade ficará excluída). Agora, se a ordem for *manifestamente ilegal*, a responsabilidade recairá sobre ambos, superior hierárquico e subordinado; **D:** é correta a assertiva segundo a qual o desconhecimento da lei é inescusável. É o que estabelece o art. 21, *caput*, do CP. Todavia, o erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição), se inevitável (escusável), gera a exclusão da culpabilidade; se inescusável (evitável), constitui causa de redução de pena (art. 21, *caput*, segunda parte, do CP); **E:** correta, pois contempla os requisitos do *arrependimento posterior*, que constitui causa pessoal de diminuição de pena – art. 16 do CP.

Gabarito "E"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Com relação a concurso de crimes, efeitos da condenação e a extinção da punibilidade, assinale a opção correta.

(A) No concurso formal imperfeito, as penas aplicam-se cumulativamente por resultarem os crimes de desígnios autônomos. Nesse caso, não poderá a pena exceder a que seria cabível pela regra do concurso material.
(B) Em todas as modalidades de concurso de crimes, a aplicação da pena de multa segue a regra da aplicação da pena privativa de liberdade.
(C) Aperda de cargo, como efeito da condenação, ocorrerá apenas quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a quatro anos, ainda que se trate de crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública.
(D) As penas restritivas de direito prescrevem em dois anos, independentemente do prazo previsto para a respectiva pena privativa de liberdade.
(E) Interrompe-se o curso da prescrição com o oferecimento da denúncia.

A: assertiva correta. No chamado *concurso formal impróprio* ou *imperfeito* (segunda parte do *caput* do art. 70 do CP), em que a conduta única decorre de desígnios autônomos, as penas são somadas, aplicando-se o critério ou *sistema* do *cúmulo material*. Se a pena resultante do *concurso material* mostrar-se mais vantajosa ao agente do que a do *concurso formal*, aplica-se aquela. É o *concurso material benéfico* – art. 70, parágrafo único, do CP; **B:** a teor do que estabelece o art. 72 do CP, a pena de multa será aplicada *distinta* e *integralmente*. Proposição incorreta; **C:** incorreta, pois, no caso de crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, impõe-se, como efeito da condenação, a perda de cargo, se aplicada pena privativa de liberdade igual ou superior a *um* ano – art. 92, I, *a*, do CP; **D:** proposição incorreta, visto que, à luz do que prescreve o art. 109, parágrafo único, do CP, aplicam-se às penas restritivas de direito os mesmos prazos estabelecidos para as privativas de liberdade; **E:** proposição incorreta, pois não corresponde ao que estabelece o art. 117, I, do CP.

Gabarito "A"

(Magistratura Federal/2ª região – 2009 – CESPE) Acerca de culpa, culpabilidade e ilicitude, julgue os seguintes itens.

I. Para a teoria diferenciadora alemã, a qual chegou a ser prevista no CP de 1969, que não chegou a entrar em vigor, há necessidade de ponderação entre os bens e deveres em conflito e somente o bem reputado de menor valor pode ser licitamente sacrificado para proteção do de maior valor.
II. O CP brasileiro não adotou a teoria diferenciadora, todavia, em relação ao agente que tinha o dever legal de enfrentar o perigo, poderá haver a aplicação do estado de necessidade justificante, se o bem que sacrificou era de menor valor do que o protegido.
III. O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, não constitui causa de diminuição da reprimenda, podendo ser valorado como circunstância judicial, quando da aplicação da pena, na primeira fase da dosimetria.
IV. Nos crimes culposos, o tipo penal é aberto, o que decorre da impossibilidade do legislador de antever todas as formas de realização culposa; assim, o legislador prevê apenas genericamente a ocorrência da culpa, sem definí-la, e, no caso concreto, o aplicador deve comparar o comportamento do sujeito ativo com o que uma pessoa de prudência normal teria, na mesma situação.

Estão certos apenas os itens

(A) I e IV.
(B) II e III.
(C) II e IV.
(D) I, II e III.
(E) I, III e IV.

I: correta. De acordo com o princípio do balanço dos bens, haverá exclusão da ilicitude sempre que um bem jurídico menos valioso for sacrificado para a proteção de outro de maior valor. Na análise do estado de necessidade, a teoria diferenciadora reza exatamente isso: somente se poderá invocar referida causa excludente da ilicitude se o bem protegido tiver maior valor do que o bem sacrificado. Essa era a teoria adotada pelo Código Penal de 1969, que teve seu início de vigência sucessivamente postergado, até ser revogado em 1978. Registre-se, porém, não ter sido essa a teoria adotada pelo nosso atual Código Penal, mas, sim, a unitária, segundo a qual a causa de justificação em comento existirá se houver o sacrifício de bem de igual ou inferior valor àquele que se pretende resguardar; **II:** incorreta. Para a teoria diferenciadora, de origem alemã, não adotada em nosso Código Penal, o sacrifício de bem jurídico de valor inferior àquele ameaçado admitirá o reconhecimento de estado de necessidade justificante (excludente de ilicitude), mas, não, por aquele que tiver o dever legal de enfrentar o perigo. Neste caso, poder-se-ia reconhecer o estado de necessidade exculpante (por inexigibilidade de conduta diversa, o agente não será responsabilizado criminalmente, tratando-se de causa excludente da culpabilidade); **III:** incorreta. O erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição), se inevitável, isenta o réu de pena (causa excludente da culpabilidade). Porém, sendo evitável, a reprimenda será reduzida de um sexto a um terço (art. 21, *caput*, do CP); **IV:** correta. De fato, os crimes culposos apresentam, em regra, tipos penais abertos, cabendo ao intérprete-aplicador do Direito valorar a conduta perpetrada pelo agente, comparando-a com a de um homem de mediana prudência e discernimento (vulgarmente chamado de "homem médio"), verificando, assim, se houve a quebra do dever objetivo de cuidado.

Gabarito "A"

18. Direito Processual Penal

Arthur Trigueiros, Eduardo Dompieri e Savio Chalita*

1. FONTES, PRINCÍPIOS GERAIS, EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO

(Técnico Judiciário – STF – 2008 – CESPE) Em ação penal ajuizada contra um cidadão, um promotor de justiça fez uma narração genérica dos atos que, a seu ver, haviam importado na configuração de um crime. O processo foi bastante demorado e transcorreram-se mais de 6 anos sem que sequer a sentença do juízo do primeiro grau de jurisdição tivesse sido prolatada. Um segundo promotor, que veio a substituir o primeiro, observou que o fato imputado ao cidadão na verdade não configurava crime e pediu ao juiz, em alegações finais, que reconhecesse a atipicidade da conduta, ou seja, que a conduta do cidadão não configurava qualquer delito. Tendo por base a situação hipotética descrita, julgue os itens que se seguem.

(1) A ação penal, quando demasiadamente genérica, impossibilita ao cidadão o exercício do direito de defesa – um postulado básico do estado de direito – e pode atingir a própria dignidade humana.

(2) A duração prolongada, abusiva e não razoável do processo penal, embora gere transtorno à vida do acusado, não chega a atingir qualquer norma constitucional.

(3) A instauração da ação penal, quando evidente a atipicidade da conduta, constitui violação aos direitos fundamentais, em especial ao princípio da dignidade da pessoa humana.

(4) O segundo promotor ofendeu o princípio da unidade do Ministério Público, pois não poderia atuar no caso discordando dos encaminhamentos realizados pelo primeiro promotor de justiça.

1: proposição correta, pois em conformidade com o que estabelecem os arts. 1º, III, e 5º, LV, da CF; **2:** incorreta, pois não reflete o disposto no art. 5º, LXXVIII, da CF; **3:** correta. A denúncia ou queixa que narra fato atípico deve ser rejeitada pelo juiz, a teor do que dispõe o art. 395, II, do CPP; se, ainda assim, a peça acusatória for recebida, é de rigor a absolvição sumária do acusado, na forma prescrita no art. 397, III, do CPP; **4:** incorreta (art. 127, § 1º, da CF). O membro do Ministério Público pode, em vista do *princípio da unidade,* que rege a instituição, ser substituído por outro na prática de certo ato, que poderá, em face do *princípio da independência funcional*, atuar em consonância com a sua convicção, não estando, pois, vinculado ao posicionamento, neste caso, do primeiro promotor.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Cartório/DF – 2008 – CESPE) Com base na jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item seguinte, acerca do direito processual penal.

(1) A CF assegura aos acusados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Entre tais meios, inclui-se o Pacto de São José da Costa Rica, que prevê garantia judicial da comunicação prévia e pormenorizada da imputação. Em consonância com essa orientação constitucional, o CPP determina que a acusação deve conter a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol de testemunhas.

1: correta – art. 8º, item 2, "c", do Pacto de São José da Costa Rica: "Garantias judiciais. (...) 2. Toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovadamente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas: (...) b) comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada; (...)"

Gabarito 1C

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) Quanto às garantias constitucionais do processo e às normas das convenções e tratados de direito internacional relativos ao processo penal, com base no entendimento do STF, assinale a opção correta.

(A) Buscando concretizar os preceitos previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos, a Emenda Constitucional nº 45/2004 introduziu na CF uma nova modalidade de recurso inominado, de modo a conferir eficácia ao duplo grau de jurisdição.

(B) Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

(C) Não há contraditório no inquérito policial, procedimento eminentemente inquisitório, de forma que o defensor, ainda que no interesse do representado, não tem direito a acesso amplo aos elementos de prova já documentados nos autos e que digam respeito ao direito de defesa; poderá ele, sobre tais documentos, exercer o contraditório diferido.

(D) A gravação clandestina de conversa telefônica, feita por um dos interlocutores, com transcrição posteriormente juntada em inquérito policial em que um dos participantes era investigado, é fonte ilícita de prova e ofende a garantia de vedação de provas ilícitas.

A: incorreta, visto que tal alteração não foi implementada pela EC 45/2004; **B:** correta, pois em conformidade com o entendimento firmado na Súmula 704 do STF; **C:** incorreta. Embora o contraditório não tenha incidência no âmbito do inquérito policial, que constitui, por isso, procedimento inquisitório, é incorreto dizer-se que ao defensor é vedado amplo acesso aos elementos de prova já documentados nos autos e que digam respeito ao direito de defesa. *Vide*, nesse sentido, Súmula Vinculante 14; **D:** incorreta. Nesse sentido, a seguinte ementa: "PROVA. Criminal. Conversa telefônica. Gravação clandestina, feita por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro. Juntada da transcrição em inquérito policial, onde o interlocutor requerente era investigado ou tido por suspeito. Admissibilidade. Fonte lícita de prova. Inexistência de interceptação, objeto de vedação constitucional. Ausência de causa legal de sigilo ou de reserva da conversação. Meio, ademais, de prova da alegada inocência de quem a gravou. Improvimento ao recurso. Inexistência de ofensa ao art. 5º, incs. X, XII e LVI, da CF. Precedentes. Como gravação meramente clandestina, que se não confunde com interceptação, objeto de vedação constitucional, é lícita a prova consistente no teor de gravação de conversa telefônica realizada por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro, se não há causa legal específica de sigilo nem de reserva da conversação, sobretudo quando se predestine a fazer prova, em juízo ou inquérito, a favor de quem a gravou" (STF, RE 402717/PR, 2ª T., rel. Min. Cezar Peluso, j. 02/12/2008).

Gabarito "B"

* **Eduardo Dompieri** comentou as questões dos concursos de Promotor de Justiça/PI – 2014, Defensoria/DF – 2013, Cartório/DF – 2014, Cartório/PI – 2013, Cartório/RR – 2013, Cartório/ES – 2013, Analista – STF – 2013, Analista – TJ/CE – 2013, Escrivão de Polícia/BA– 2013, Agente de Polícia/DF – 2013 e Polícia Rodoviária Federal – 2013, Juiz de Direito 2016, Analista TRE/PI/2016. **Arthur Trigueiros** comentou as questões dos concursos Promotor de Justiça/AC – 2014. **Arthur Trigueiros**, **Eduardo Dompieri** e **Savio Chalita** comentaram as demais questões.

(OAB – CESPE – 2009.3) A lei processual penal

(A) não admite aplicação analógica, em obediência ao princípio da legalidade estrita ou tipicidade expressa.
(B) admite interpretação extensiva e o suplemento dos princípios gerais de direito, por expressa disposição legal.
(C) tem aplicação imediata, devendo os atos praticados sob a vigência de lei anterior revogada ser renovados e praticados sob a égide na nova lei, sob pena de nulidade absoluta.
(D) não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, não vigorando, no direito processual penal, o princípio *tempus regit actum*.

A: incorreta. A lei processual penal, a teor do que dispõe o art. 3º do CPP, comporta, sim, aplicação analógica; **B:** alternativa correta. Por expressa disposição do art. 3º do CPP, a lei processual penal admite a interpretação extensiva bem como o suplemento dos princípios gerais de direito; **C** e **D:** incorretas. Art. 2º do CPP. Adotou-se, quanto à eficácia da lei processual no tempo, o *princípio da aplicação imediata* ou do efeito imediato (*tempus regit actum*), preservando-se os atos até então praticados, que, por essa razão, não serão renovados. Vale, aqui, fazer uma ressalva. Quando se tratar de uma norma processual dotada de caráter material (norma mista), a sua eficácia no tempo deverá seguir o regramento do art. 2º, parágrafo único, do Código Penal, ou seja, a lei processual dotada de carga penal poderá retroagir em benefício do réu.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.1) Acerca do significado dos princípios limitadores do poder punitivo estatal, assinale a opção correta.

(A) Segundo o princípio da culpabilidade, o direito penal deve limitar-se a punir as ações mais graves praticadas contra os bens jurídicos mais importantes, ocupando-se somente de uma parte dos bens protegidos pela ordem jurídica.
(B) De acordo com o princípio da fragmentariedade, o poder punitivo estatal não pode aplicar sanções que atinjam a dignidade da pessoa humana ou que lesionem a constituição físico-psíquica dos condenados por sentença transitada em julgado.
(C) Segundo o princípio da ofensividade, no direito penal somente se consideram típicas as condutas que tenham certa relevância social, pois as consideradas socialmente adequadas não podem constituir delitos e, por isso, não se revestem de tipicidade.
(D) O princípio da intervenção mínima, que estabelece a atuação do direito penal como *ultima ratio*, orienta e limita o poder incriminador do Estado, preconizando que a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de determinado bem jurídico.

A: incorreta. O *princípio da culpabilidade* preconiza que ninguém pode ser punido se não houver agido com dolo ou culpa – art. 18, parágrafo único, do CP. A assertiva contempla o princípio da fragmentariedade, segundo o qual *a lei penal constitui, por força do postulado da intervenção mínima, uma pequena parcela (fragmento) do ordenamento jurídico. Isso porque somente se deve lançar mão desse ramo do direito diante da ineficácia ou inexistência de outros instrumentos de controle social menos traumáticos (subsidiariedade)*; **B:** incorreta. Não corresponde ao postulado da fragmentariedade, ao qual nos referimos no comentário à alternativa anterior. A proposição descreve o princípio da humanidade; **C:** incorreta. Preconiza o *princípio da ofensividade* que não se pode incriminar uma conduta dotada de ínfima lesão. A alternativa descreve o postulado da adequação social, segundo o qual não se pode reputar criminosa a conduta tolerada pela sociedade, ainda que corresponda a uma descrição típica. É dizer, embora formalmente típica, porque subsumida num tipo penal, carece de tipicidade material, porquanto em sintonia com a realidade social em vigor. A sociedade se mostra, nessas hipóteses, indiferente ante a prática da conduta, como é o caso da tatuagem. Também são exemplos: a circuncisão praticada na religião judaica; o furo na orelha para colocação de brinco etc.; **D:** correta. O direito penal deve ser visto como o último recurso de que dispõe o legislador para solucionar as lides ocorridas na coletividade. Isto é, o legislador, antes de recorrer ao direito penal, deve lançar mão de outros ramos do direito, outros mecanismos pacificadores. O direito penal, enfim, há de ser visto como a *ultima ratio*.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.3) Assinale a opção correta de acordo com o CPP.

(A) Com a aplicação imediata da lei processual penal, os atos realizados sob a vigência da lei anterior perdem sua validade.
(B) A lei processual penal não admite interpretação extensiva.
(C) Caso a autoridade policial tome conhecimento de um crime de ação penal privada, ela poderá instaurar, de ofício, o inquérito policial.
(D) Caso a autoridade policial tome conhecimento da prática de infração penal, ela deve averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, bem como quaisquer outros elementos que contribuírem para a apreciação do seu temperamento e caráter.

A: incorreta. Dado o que estabelece o art. 2º do CPP, a lei processual penal é aplicada desde logo e os atos realizados sob a égide da lei anterior serão preservados. Não há que se falar, portanto, em perda de validade dos atos realizados sob o império da lei revogada; **B:** incorreta. Por expressa disposição do art. 3º do CPP, a lei processual penal admite, sim, interpretação extensiva; **C:** incorreta. Em vista do que dispõe o art. 5º, § 5º, do CPP, sendo a ação penal de iniciativa privada, a instauração de inquérito policial condiciona-se ao requerimento de quem tem qualidade para ajuizar a respectiva ação penal. É dizer, sem essa manifestação de vontade, é vedado à autoridade policial proceder a inquérito; **D:** correta, pois em conformidade com o disposto no art. 6º, IX, do CPP.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.2) Com base na CF, assinale a opção correta.

(A) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, a pessoa que ficar presa além do tempo fixado na sentença bem como o preso provisório.
(B) Concede-se *habeas corpus* sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência ou coação em relação a qualquer de seus direitos individuais, por ilegalidade ou abuso de poder.
(C) Aos acusados são assegurados o contraditório e a ampla defesa, não sendo possível restringir determinado recurso a apenas uma das partes, como a defesa, por exemplo.
(D) Assegura-se ao acusado a gratuidade do *habeas corpus*, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de tramitação processual.

A: incorreta, pois o art. 5º, LXXV, da CF não contemplou o preso provisório; **B:** incorreta (art. 5º, LXVIII, da CF). O *habeas corpus* será concedido em relação à liberdade de locomoção; **C:** incorreta, já que pode haver recurso exclusivo da defesa (art. 5º, LV, da CF e art. 609, parágrafo único, do CPP); **D:** correta. Art. 5º, LXXVII, da CF (gratuidade do *habeas corpus)*; art. 5º, LXXVIII, da CF (razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.1) Assinale a opção correta à luz dos princípios regentes do processo penal.

(A) O juiz pode abster-se de julgar os casos que lhe forem apresentados, independentemente de causa de suspeição, impedimento ou incompetência.
(B) As partes, se entrarem em acordo, podem subtrair ao juízo natural o conhecimento de determinada causa na esfera criminal.
(C) Pode o juiz transmitir o poder jurisdicional a quem não o possui.
(D) No processo penal, o juiz tem o dever de investigar como os fatos se passaram na realidade, não devendo se conformar com a verdade formal constante dos autos.

A: incorreta, dado o que enuncia o *princípio da indeclinabilidade*; **B:** incorreta, em visto do que estabelece o *princípio da inevitabilidade*; **C:** incorreta, dado o que prescreve o *princípio da indelegabilidade*; **D:** correta, pois em conformidade com o disposto no art. 156, I e II, do CPP. No processo penal, em que vige, diferentemente do que se dá no

âmbito do processo civil, o *princípio da busca da verdade real*, o juiz não pode se limitar a ser um mero espectador da produção da prova. A lei lhe confere, com algumas limitações, a iniciativa de descobrir a verdade dos fatos, a verdade substancial. Note que essa atuação do magistrado, consistente em determinar, de ofício, a produção da prova, é supletiva à das partes e terá lugar mesmo antes de iniciada a ação penal, desde que se trate de prova considerada urgente e relevante. No curso da ação penal, poderá o magistrado determinar diligências que entender necessárias para esclarecer dúvida sobre ponto relevante, também por iniciativa própria. Registre-se, no entanto, que parte da comunidade jurídica não vê com bons olhos essa iniciativa do juiz, notadamente na fase inquisitorial, pois representa patente violação ao sistema acusatório, por nós adotado.

Gabarito "D"

2. INQUÉRITO POLICIAL E OUTRAS FORMAS DE INVESTIGAÇÃO

(Agente de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Julgue os itens subsequentes quanto à prisão em flagrante, prova e inquérito policial.

(1) Não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.

(2) Não se admite a acareação entre o acusado e a pessoa ofendida, considerando-se que o acusado tem o direito constitucional ao silêncio, e o ofendido não será compromissado.

(3) O término do inquérito policial é caracterizado pela elaboração de um relatório e por sua juntada pela autoridade policial responsável, que não pode, nesse relatório, indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas.

(4) No inquérito policial, o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

1: correta, pois, conforme a Súmula 145 do STF: "Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação". Trata-se, no caso, de crime impossível por obra do agente provocador; **2:** incorreta, pois o art. 229 do Código de Processo Penal admite a acareação nas situações descritas, ou seja, entre o acusado e a pessoa ofendida; **3:** incorreta, pois o art. 10, § 2º, do CPP dispõe que no relatório a autoridade policial poderá indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas; **4:** correta, em conformidade com o art. 14 do CPP.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Agente de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Considerando o estabelecido no Código de Processo Penal, julgue o item abaixo, a respeito da prova.

(1) Excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, de ofício ou a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por meio de sistema de videoconferência.

1: correta, conforme dispõe o art. 185, § 2º, do CPP.

Gabarito 1C

(Escrivão de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Acerca do inquérito policial, julgue os itens que se seguem.

(1) O inquérito policial tem natureza judicial, visto que é um procedimento inquisitório conduzido pela polícia judiciária, com a finalidade de reunir elementos e informações necessárias à elucidação do crime.

(2) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas se de outras provas tiver notícia, salvo com expressa autorização judicial.

1: incorreta, pois o Inquérito Policial é um procedimento de natureza administrativa e, como sugere o nome, inquisitorial, não havendo previsão de algumas garantias, como é o direito ao contraditório, visto que se trata de uma peça informativa (ninguém será condenado pelo inquérito, mas sim por meio de uma ação penal); **2:** incorreta, pois o art. 18 do CPP dispõe que, após ordenado o arquivamento pela autoridade judiciária por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas sobre o caso, caso tenha notícias de outras provas.

Gabarito 1E, 2E

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta com referência ao inquérito policial (IP).

(A) Sendo o crime de ação penal pública incondicionada, se o promotor de justiça com atribuições para tanto requisitar a instauração do IP, a autoridade policial pode deixar de instaurá-lo, se entender descabida a investigação, ante a presença de causa excludente de antijuridicidade.

(B) O IP possui a característica da indisponibilidade, que significa que, uma vez instaurado, não pode a autoridade policial, por sua própria iniciativa, promover seu arquivamento, exceto nos crimes de ação penal privada.

(C) No IP instaurado por requisição do ministro da Justiça, objetivando a expulsão de estrangeiro, o contraditório é obrigatório.

(D) O IP possui a característica da oficialidade, que significa que, ressalvadas as hipóteses de crimes de ação penal pública condicionada à representação ou de ação penal privada, o IP deve ser instaurado de ofício pela autoridade policial sempre que tiver conhecimento da prática de um delito.

(E) Ocorrendo nulidade no IP, por inobservância das normas procedimentais estabelecidas para realização de determinado ato, a autoridade policial deve declarar a nulidade por escrito, repetindo-se o ato.

A: incorreta, pois não pode a autoridade policial recusar-se a atender a requisição do MP para instauração de inquérito policial – art. 5º, II, do CPP; **B:** incorreta, pois, uma vez instaurado o inquérito, é vedado à autoridade policial, ainda que se trate de crime de ação penal de iniciativa privada, promover o arquivamento dos autos, na forma do art. 17 do CPP; **C:** correta, visto que, no inquérito que visa à expulsão de estrangeiro, o contraditório é obrigatório (Lei 6.815/1980); **D:** incorreta, pois atribuir ao inquérito a característica da oficialidade implica dizer que os órgãos encarregados de confeccioná-lo hão de ser oficiais, ou seja, é defeso a um particular a elaboração do inquérito policial, ainda que se trate de ação penal de iniciativa privada ou mesmo condicionada a representação; **E:** incorreta, pois não há esta imposição legal.

Gabarito "C"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Com relação ao inquérito policial, julgue os itens a seguir.

I. É uma peça escrita, preparatória da ação penal, de natureza inquisitiva.

II. É presidido pela autoridade policial, da chamada polícia judiciária, pois atua em face do fato criminoso já ocorrido.

III. Sua finalidade investigatória objetiva dar elementos para a "opinio delicti" do órgão acusador de que há prova suficiente do crime e da autoria, para que a ação penal tenha justa causa. Para a ação penal, justa causa é o conjunto de elementos probatórios razoáveis sobre a existência do crime e da autoria.

IV. Embora não se apliquem à atividade nele desenvolvida os princípios da atividade jurisdicional, o inquérito encerra um juízo de formação de culpa que se conclui com um veredicto de possibilidade ou não da ação penal.

V. É regido pelo princípio da não exclusividade, ou seja, no sistema brasileiro, admite-se que mais de um órgão o presida, em função do princípio da primazia do interesse público.

Estão certos apenas os itens

(A) I, II e III.
(B) I, III e IV.
(C) I, IV e V.
(D) II, III e V.
(E) II, IV e V.

I: correta – diz-se *preparatório* porquanto prepara a ação penal, à qual servirá de sustentáculo, alicerce. Diz-se *escrito* porque todas as suas

peças devem ser reduzidas a escrito – art. 9º do CPP. Além disso, é *inquisitivo*, pois não incidem, no inquérito, *contraditório* e *ampla defesa*; **II:** correta – art. 4º do CPP; **III:** correta – o inquérito policial se presta a reunir elementos de autoria e materialidade acerca de uma infração penal, sem o que a ação penal não poderá ser proposta. Cuidado: isso não quer dizer que o inquérito é indispensável, pois, dispondo o titular da ação penal de elementos suficientes de autoria e prova de que o crime existiu, poderá promover, independente de inquérito, a ação penal; **IV:** incorreta – diversos postulados que têm aplicação na atividade jurisdicional são também aplicáveis no inquérito; **V:** incorreta – embora a atividade investigativa não constitua atribuição exclusiva da Polícia Judiciária – art. 4º, parágrafo único, do CPP, somente a esta cabe a confecção do inquérito policial.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.1) Em relação ao inquérito policial, assinale a opção incorreta.

(A) Caso as informações obtidas por outros meios sejam suficientes para sustentar a inicial acusatória, o inquérito policial torna-se dispensável.
(B) O MP não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para que sejam realizadas novas diligências, dado que imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
(C) Nas hipóteses de ação penal pública, condicionada ou incondicionada, a autoridade policial deverá instaurar, de ofício, o inquérito, sem que seja necessária a provocação ou a representação.
(D) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito, uma vez que tal arquivamento é de competência da autoridade judicial.

A: correta. De fato, o inquérito policial não constitui fase imprescindível da persecução criminal, podendo o titular da ação penal, em razão disso, dele abrir mão se dispuser de elementos suficientes para subsidiar a peça exordial (arts. 12, 39, § 5º, e 46, § 1º, do CPP); **B:** correta, nos termos do art. 16 do CPP; **C:** incorreta, devendo ser assinalada, pois não reflete o disposto no art. 5º, § 4º, do CPP. Em se tratando de crime de ação penal pública condicionada a representação, é imprescindível o oferecimento desta para a instauração do inquérito policial; na hipótese de ação penal pública incondicionada, a autoridade policial tem a obrigação de instaurar o inquérito, independente de provocação do ofendido; **D:** correta, pois corresponde ao que estabelecem os arts. 17 e 18 do CPP.

Gabarito "C"

3. AÇÃO PENAL

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue os itens seguintes quanto à ação penal, à ação civil *ex delicto*, à jurisdição e à competência.

(1) Considera-se perempta a ação penal pública condicionada quando, após seu início, o MP deixa de promover o andamento do processo durante trinta dias seguidos.
(2) Com o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, o ofendido deve promover a liquidação do dano para fins de propositura da ação civil *ex delicto*, pois é vedado ao juiz fixar valor para reparação dos danos causados pela infração.
(3) No mandado de segurança impetrado pelo MP contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.

1: incorreta – a *perempção* (art. 107, IV, do CP), instituto exclusivo da ação penal privada, constitui uma sanção aplicada ao querelante que deixa de promover o bom andamento processual, mostrando-se negligente e desidioso. Suas hipóteses estão listadas no art. 60 do CPP. Portanto, não há que se falar em perempção no âmbito da ação penal pública, tampouco no da ação penal privada subsidiária da pública, pois, neste caso, uma vez constatada a desídia do querelante, a titularidade é retomada pelo MP; **2:** incorreta – assertiva em desacordo com o que estabelece o art. 63, parágrafo único, do CPP; **3:** a assertiva – correta – corresponde ao teor da Súmula 701 do STF.

Gabarito 1E, 2E, 3C

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Caberá ação penal privada subsidiária da pública se o representante do *parquet*

(A) determinar o arquivamento das peças de informação.
(B) determinar o arquivamento do inquérito policial.
(C) requisitar as diligências necessárias à obtenção de dados informativos que aperfeiçoem o acervo que contém a *informatio delicti*.
(D) excluir algum indiciado da denúncia.
(E) se mantiver inerte, não oferecendo a denúncia, no prazo legal, desde que não tenha ele, tempestivamente, pugnado pela necessidade de novas diligências a serem realizadas pela autoridade policial, nem tenha se manifestado pelo arquivamento dos autos.

A *ação penal privada subsidiária da pública* ou *substitutiva*, que encontra previsão nos arts. 5º, LIX, da CF, 100, § 3º, do CP e 29 do CPP, somente terá lugar na hipótese de inércia, desídia do membro do Ministério Público. Pedido de arquivamento de inquérito policial não corresponde a inércia. No mais, somente ao juiz é dado determinar o arquivamento de inquérito policial, o que só poderá ser feito a pedido do MP, consoante arts. 18 e 28 do CPP.

Gabarito "E"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) No que concerne à denúncia, assinale a opção correta.

(A) A denúncia deve conter a identificação e qualificação do denunciado, de maneira que não haja dúvida sobre a autoria, e a descrição pericial do fato criminoso em todas as circunstâncias agravantes e atenuantes contidas no tipo.
(B) A denúncia deve conter o histórico da vida pregressa do denunciado, descrevendo todos os dados fáticos necessários à determinação da infração penal, a *opinio doctorum* sobre o delito, tipificando o delinquente e a vítima e estabelecendo as medidas de controle social cabíveis.
(C) Na denúncia, os dados fáticos que correspondem aos elementos do tipo penal são considerados circunstâncias identificadoras de tipo, enquanto os elementos que correspondem à identificação do denunciado são chamados de circunstâncias identificadoras do agente.
(D) A falta de descrição de uma elementar na denúncia provoca sua inépcia.
(E) Quando inepta, a denúncia não pode ser rejeitada, mas é possível trancar a ação penal por meio de *habeas corpus*.

A denúncia, a teor do art. 41 do CPP, deve contemplar, assim como a queixa, a descrição minuciosa do fato criminoso com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou, ao menos, a indicação de elementos que possam levar à sua identificação, a classificação jurídica do crime imputado ao denunciado e, sempre que necessário, o rol de testemunhas. Se inepta a denúncia, o juiz deve rejeitá-la de plano – art. 395, I, do CPP. Se, ainda assim, for recebida, é possível impetrar-se *habeas corpus* com vistas ao trancamento da ação penal.

Gabarito "D"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Acerca da ação penal, julgue os itens seguintes.

I. Somente lei expressa pode estabelecer a legitimação extraordinária do ofendido ou de terceiro, que, dessa forma, titularizam *o ius puniendi* em nome do Estado.
II. O vício de legitimidade leva à carência da ação e, no processo penal, é causa de nulidade absoluta.
III. Uma vez instaurado, o *habeas corpus* pode trancar ação penal cujo pedido seja juridicamente impossível.
IV. Na ação pública condicionada, a representação do ofendido poderá ser apresentada até ocorrer a decadência que extinguiria a punibilidade, desde que tal medida seja requisitada pelo ministro da Justiça.
V. A ação pública de ofício só pode ser iniciada por flagrante ou por portaria da autoridade policial ou judicial.

Estão certos apenas os itens

(A) I e III.
(B) I e IV.
(C) II e III.

(D) II e V.
(E) IV e V.

I: incorreta – o Estado nunca deixa de ser o titular exclusivo do direito de punir. Na ação penal privada, somente é delegada ao ofendido a legitimidade para deflagrar o processo. Em momento algum o Estado abre mão do seu *jus puniendi*; **II:** correta – arts. 395, II, e 564, II, do CPP; **III:** correta – se o pedido formulado pelo titular da ação, na inicial, não encontrar ressonância no direito material, é de rigor, por ausência de uma das condições da ação, a rejeição da exordial; se, ainda assim, a denúncia ou a queixa for recebida, poderá ser impetrado *habeas corpus* com o propósito de determinar o trancamento da ação penal em curso; **IV:** incorreta – a *representação* do ofendido, na ação penal pública condicionada, independe de *requisição* do ministro da Justiça, o que somente será exigido se se tratar de ação penal pública a esta condicionada; **V:** incorreta – a instauração da ação penal pública depende da provocação de seu titular, o Ministério Público.
Gabarito "C"

(Analista – TRE/MA – 2009 – CESPE) Em relação aos princípios gerais de direito processual penal e à ação penal, assinale a opção correta.

(A) Ação penal secundária é aquela em que a lei estabelece um titular ou uma modalidade de ação penal para determinado crime, mas, mediante o surgimento de circunstâncias especiais, prevê, secundariamente, nova espécie de ação para aquela mesma infração.
(B) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação penal privada personalíssima passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
(C) O princípio da *par conditio* significa que o juiz forma sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, sendo-lhe vedado fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
(D) Pelo princípio da iniciativa das partes, cabe à parte provocar a prestação jurisdicional, sendo vedado ao juiz agir de ofício, especialmente quanto a questões probatórias.
(E) Em regra, o ofendido, ou seu representante legal, decai no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado da data do crime.

A: correta – verifica-se a chamada *ação penal secundária* quando as circunstâncias do caso concreto fazem variar o tipo de ação a ser ajuizada; **B:** incorreta – na *ação penal privada personalíssima* inexiste sucessão por morte ou ausência, razão por que não tem incidência o art. 31 do CPP. Tal se dá porque, nesta modalidade de ação privada, a titularidade é conferida única e exclusivamente ao ofendido. Com a morte deste, a ação penal não poderá ser proposta por outra pessoa. Havia no Código Penal dois casos. Com a revogação do art. 240, CP (crime de adultério), restou tão somente o delito de *induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento*, capitulado no art. 236 do CP; **C:** incorreta – o art. 155, *caput*, do CPP consagra o *princípio do livre convencimento motivado* (art. 93, IX, da CF), limitando a formação da convicção do magistrado às provas produzidas sob o crivo do contraditório, sendo-lhe defeso, pois, fundamentar sua decisão *exclusivamente* nos elementos colhidos na investigação, exceção feita às provas cautelares, não repetíveis e antecipadas; **D:** assertiva incorreta, visto que as modificações implementadas pela Lei 11.690/2008 no art. 156 do CPP ampliaram sobremaneira os poderes do juiz de determinar de ofício a produção da prova. Dessa forma, nada impede que o magistrado, com fulcro no art. 156, II, do CPP, com o propósito de esclarecer dúvida acerca de ponto relevante, determine, em caráter supletivo, diligências com o objetivo de se atingir a verdade real; **E:** incorreta – o prazo, contado nos moldes do art. 10 do CP, já que gera reflexos no campo do direito penal, tem como termo inicial o dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor da infração – art. 38 do CPP.
Gabarito "A"

4. AÇÃO CIVIL

(OAB – CESPE – 2010.1) Acerca da ação civil *ex delicto*, assinale a opção correta.

(A) A execução da sentença penal condenatória no juízo cível é ato personalíssimo do ofendido e não se estende aos seus herdeiros.
(B) Ao proferir sentença penal condenatória, o juiz fixará valor mínimo para a reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, sem prejuízo da liquidação para apuração do dano efetivamente sofrido.
(C) Segundo o CPP, a sentença absolutória no juízo criminal impede a propositura da ação civil para reparação de eventuais danos resultantes do fato, uma vez que seria contraditório absolver o agente na esfera criminal e processá-lo no âmbito cível.
(D) O despacho de arquivamento do inquérito policial e a decisão que julga extinta a punibilidade são causas impeditivas da propositura da ação civil.

A: opção incorreta. O art. 63 do CPP assegura a legitimidade para a execução da sentença penal condenatória ao ofendido, a seu representante legal ou a seus herdeiros; **B:** opção correta. Cuida-se da previsão do art. 63, parágrafo único, c/c art. 387, IV, ambos do CPP. A resposta é fruto da reforma do CPP, em 2008; **C:** opção incorreta. Apenas na hipótese de ter sido reconhecida, categoricamente, a inexistência material do fato, mediante sentença absolutória, é que se impede a propositura da ação civil (CPP, art. 66); **D:** opção incorreta. As causas apontadas na assertiva não impedem a propositura da ação civil, conforme previsto no art. 67, I e II, do CPP.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.3) Impede a propositura da ação civil para a reparação do dano causado pelo fato delituoso

(A) a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estrito cumprimento de dever legal.
(B) a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime.
(C) o despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação.
(D) a decisão que julgar extinta a punibilidade.

A: correta, nos termos do art. 65 do CPP; **B:** incorreta, pois não reflete o disposto no art. 67, III, do CPP; **C:** incorreta, nos termos do art. 67, I, do CPP; **D:** incorreta, pois contraria o que estabelece o art. 67, II, do CPP.
Gabarito "A"

5. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. CONEXÃO E CONTINÊNCIA

(Magistratura/PI – 2008 – CESPE) Quanto a jurisdição e competência, assinale a opção correta.

(A) Ocorre conexão intersubjetiva por simultaneidade quando vários agentes cometem crimes, uns contra os outros.
(B) Em caso de crimes continuados ou permanentes, cuja execução se prolonga no tempo, podendo atingir o território de mais de uma jurisdição, a competência será da justiça federal.
(C) Compete à justiça federal o julgamento de contravenção penal praticada em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades.
(D) Para processo e julgamento de um crime de homicídio praticado a bordo de uma embarcação brasileira que esteja em alto-mar, vindo da França para o Brasil, é competente o foro do lugar de nascimento do autor do crime.
(E) Em caso de conexão entre crime de competência do juizado especial criminal e crime de competência do juízo comum, prevalecerá a competência deste último, que deverá aplicar os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

A: incorreta – art. 76, I, primeira parte, do CPP: "se, ocorrendo duas ou mais infrações penais, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas (...)". Exemplo sempre lembrado pela doutrina é aquele em que diversos torcedores, que não se

conhecem, invadem o campo para agredir os jogadores e o árbitro; **B:** incorreta – em vista do que dispõe o art. 71 do CPP, tratando-se de *crime continuado* ou *permanente*, em que a ação tenha se desenvolvido em diversos locais, com repercussão no âmbito de competência de vários juízes, a competência para o processamento e julgamento firmar-se-á pela *prevenção*; **C:** incorreta – o art. 109, IV, primeira parte, da CF afasta a competência da Justiça Federal para o processamento e julgamento das contravenções penais, mesmo as praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas. É o que estabelece a Súmula nº 38, STJ: "Compete à Justiça Estadual Comum, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades". Assertiva, portanto, incorreta; **D:** incorreta – arts. 5º, § 1º, do CP, 89 do CPP e 109, IX, da CF; **E:** correta – art. 60, *caput* e parágrafo único, da Lei 9.099/1995.

Gabarito "E"

(Magistratura/SE – 2008 – CESPE) Segundo entendimento dos tribunais superiores sobre competência, assinale a opção correta.

(A) Viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função do outro denunciado.

(B) A competência do tribunal de justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual.

(C) A competência constitucional do tribunal do júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecida exclusivamente pela Constituição estadual.

(D) o processo e julgamento dos crimes conexos de competência federal, eleitoral e estadual compete à justiça federal, uma vez que prevalece a justiça especial em relação à comum.

(E) O processo por contravenção penal praticada em detrimento de bens da União compete à justiça federal.

A: assertiva incorreta, visto que não reflete o teor da Súmula nº 704, STF: "Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados"; **B:** correta – os prefeitos municipais serão julgados, pela prática de crimes comuns e dolosos contra a vida, pelo Tribunal de Justiça (art. 29, X, da CF). Pela prática de crimes da esfera federal, o julgamento caberá aos Tribunais Regionais Federais. Agora, se se tratar de crimes de responsabilidade, previstos no Dec.-lei 201/67, o chefe do executivo municipal será submetido a julgamento pelo Poder Legislativo local. Nesse sentido: Súmula nº 702, STF: "A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da Justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau"; **C:** incorreta – Súmula nº 721 do STF e Súmula Vinculante nº 45: "A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual"; **D:** art. 78, IV, do CPP. Há ressalva quanto aos crimes de natureza eleitoral, como prevê o artigo 109, I da Constituição Federal; **E:** o art. 109, IV, primeira parte, da CF afasta a competência da Justiça Federal para o processamento e julgamento das contravenções penais, mesmo as praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas. Súmula nº 38, STJ: "Compete à Justiça Estadual Comum, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades". Assertiva, portanto, incorreta.

Gabarito "B"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Em relação à competência no âmbito do direito processual penal, assinale a opção correta.

(A) A competência para julgar conflito negativo de atribuições entre órgãos do MP de estados-membros diversos é do STJ.

(B) Caso determinada autoridade do estado do Rio Grande do Norte, detentora de foro especial por prerrogativa de função no TJRN, cuja previsão encontra-se apenas na respectiva constituição estadual, cometa crime doloso contra a vida, a competência para processá-la e julgá-la deve ser do tribunal do júri.

(C) Por se tratar de hipótese de competência criminal absoluta, verificada a ocorrência de conexão entre delitos diversos, deve ser determinada a reunião dos processos, ainda que um deles já tenha sido julgado, sob pena de nulidade, que pode ser alegada a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.

(D) Tratando-se de competência territorial pelo lugar da infração, em regra, o CPP adotou a teoria da atividade.

(E) Em regra, observa-se a teoria do resultado para se firmar a competência no âmbito dos juizados especiais criminais estaduais.

A: incorreta. *Vide*, a esse respeito, a seguinte ementa: "COMPETÊNCIA. Atribuições do Ministério Público. Conflito negativo entre MP de dois estados. Magistrados que se limitaram a remeter os autos a outro juízo a requerimento dos representantes do Ministério Público. Inexistência de decisões jurisdicionais. Oposição que se resolve em conflito entre órgãos de Estados diversos. Feito da competência do Supremo Tribunal Federal. Conflito conhecido. Precedentes Inteligência e aplicação do art. 102, I, "f", da CF. Compete ao Supremo Tribunal Federal dirimir o conflito negativo de atribuições entre representantes do Ministério Público de Estados diversos. (Pet 3631, Relator: Cezar Peluso, Tribunal Pleno, DJ 07.03.2008)"; **B:** correta, nos termos da Súmula 721 do STF, cujo teor foi reproduzido na Súmula Vinculante 45, a seguir transcrita: "A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual"; **C:** incorreta. A reunião de processos por força da conexão não tem lugar se um deles já foi julgado. Nesse sentido: STJ, RE 1.001.820/RJ, rel. Min. Luis Felipe Salomão; **D:** incorreta, visto que o CPP adotou, no que toca à competência em razão do lugar da infração, a chamada *teoria do resultado*, que estabelece que a competência será determinada pelo local em que ocorreu a consumação do crime (art. 70, *caput*, do CPP); **E:** incorreta. O art. 63 da Lei 9.099/1995 estabelece que a competência do Juizado Especial Criminal será determinada em razão do lugar em que foi *praticada* a infração penal. Surgiram, assim, três teorias a respeito do juiz competente para o julgamento da causa: (i) *teoria da atividade:* é competente o juiz do local onde se verificou a ação ou omissão; (ii) *teoria do resultado*: a ação deve ser julgada no local onde se produziu o resultado; e (iii) *teoria da ubiquidade:* é considerado competente tanto o juiz do local em que se deu a ação ou omissão quanto aquele do lugar em que se produziu o resultado. Na doutrina e na jurisprudência, predominam as teorias da atividade e da ubiquidade.

Gabarito "B"

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) Acerca de aplicação da lei penal e da competência, assinale a opção correta.

(A) Em relação aos crimes de tortura, não há disposição específica relativa à competência; vigora, assim, a regra geral de territorialidade prevista no CPP, não sendo competente a justiça brasileira se o crime for praticado fora do território nacional, ainda que a vítima seja brasileira.

(B) Compete à justiça federal o processo e julgamento de quaisquer crimes em que indígena figure como autor ou como vítima.

(C) Compete à justiça estadual o processo por contravenção penal, salvo se praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades, fato que atrai a competência da justiça federal.

(D) Compete à justiça federal o processo e julgamento dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do CPP de preponderância do lugar da infração à qual for cominada pena mais grave.

(E) Compete à justiça federal processar e julgar as causas relativas a crimes praticados em detrimento de sociedade de economia mista.

A: incorreta, pois não reflete o disposto no art. 2º da Lei 9.455/1997; **B:** incorreta. A competência para o julgamento de crime que indígena figure como autor ou réu é, em regra, da Justiça Comum Estadual (Súmula 140, STJ: "Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima"). Agora, se o crime envolver a disputa de direitos indígenas, a competência,

neste caso, passa à Justiça Federal (art. 109, XI, da CF); **C:** incorreta, pois, ainda que praticada em desfavor de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades, a competência para o julgamento das contravenções penais caberá, sempre, à Justiça Estadual (art. 109, IV, da CF e Súmula 38 do STJ: "Compete à Justiça Estadual Comum, na vigência da Constituição de 1988, o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades"); **D:** proposição correta, já que em conformidade com o entendimento sufragado na Súmula 122 do STJ: "Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, *a*, do Código de Processo Penal"; **E:** incorreta, pois contraria o entendimento firmado na Súmula 42 do STJ: "Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento".

Gabarito "D"

(Analista – TJ/AP – 2008 – CESPE) Quanto à competência, julgue os itens que se seguem.

(1) Nos crimes de maior potencial ofensivo, adotou-se a teoria da ubiquidade para a fixação da competência *ratione loci*.

(2) A competência deve ser fixada pela continência quando o agente incorrer em *aberratio ictus*.

(3) Na hipótese de ocorrer crime eleitoral e crime comum conexos, a competência para julgá-los é da justiça eleitoral.

1: incorreta – em vez da *teoria da ubiquidade*, acolhida pelo Código Penal em seu art. 6º para estabelecer o *lugar do crime*, o Código de Processo Penal, diferentemente, adotou a *teoria do resultado* para a fixação de competência, fazendo alusão ao *lugar da consumação* – art. 70 do CPP. No que concerne às *infrações penais de menor potencial ofensivo*, reza o art. 63 da Lei 9.099/1995 que a competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi *praticada* a infração penal. Há divergências na doutrina quanto ao sentido do termo "praticada"; **2:** correta – a competência será determinada pela *continência*, nos termos do art. 77 do CPP, quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração, bem assim nas hipóteses de *concurso formal de crimes* (art. 70 do CP), *erro na execução* (*aberratio ictus* – art. 73 do CP) e *resultado diverso do pretendido* (*aberratio criminis* – art. 74 do CP); **3:** correta – art. 78, IV, do CPP.

Gabarito 1E, 2C, 3C

(OAB – CESPE – 2010.1) Acerca da competência no âmbito do direito processual penal, assinale a opção correta.

(A) Caso um policial militar cometa, em uma mesma comarca, dois delitos conexos, um cujo processo e julgamento seja de competência da justiça estadual militar e o outro, da justiça comum estadual, haverá cisão processual.

(B) Os desembargadores dos tribunais de justiça dos estados e dos tribunais regionais federais possuem prerrogativa de foro especial, devendo ser processados e julgados criminalmente no STF.

(C) A competência para processo e julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela prevenção do juízo federal do local por onde as mercadorias sejam indevidamente introduzidas no Brasil.

(D) Caso um indivíduo tenha cometido, em uma mesma comarca, dois delitos conexos, um cujo processo e julgamento seja da competência da justiça federal e o outro, da justiça comum estadual, a competência para o julgamento unificado dos dois crimes será determinada pelo delito considerado mais grave.

A: opção correta. Previsão do art. 79, inciso I, do CPP e entendimento solidificado na Súmula 90 do STJ; **B:** opção incorreta. O art. 105, inciso I, alínea "a", da CF atribui tal competência ao STJ; **C:** opção incorreta. Segundo a Súmula 151 do STJ: "A competência para o processo e julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela prevenção do juízo federal do lugar da apreensão dos bens."; **D:** opção incorreta. Nessas hipóteses, a competência será da justiça federal, ainda que o delito afeto à justiça comum estadual tenha pena superior (STJ, Súmula 122).

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.3) Determinada rede de lanchonetes estabelecida nos Estados Unidos da América utiliza navios próprios para fornecer mercadorias aos seus franqueados fora daquele país. A bordo de um desses navios, em águas pertencentes ao mar territorial brasileiro, paralelas ao estado de Pernambuco, houve um crime contra o patrimônio e, algumas horas após esse fato, a embarcação atracou no porto de Santos – SP, onde, de acordo com o respectivo plano de viagem, seria sua primeira e última parada no território brasileiro.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta no que se refere à competência para processar e julgar o mencionado delito, de acordo com a CF, o CP e o CPP.

(A) A competência para processar e julgar o referido crime será da justiça federal de Pernambuco.

(B) A competência para processar e julgar o referido crime será da justiça federal de Santos.

(C) A justiça brasileira não tem competência para processar e julgar tal crime, pois a lei penal pátria não se aplica aos delitos cometidos a bordo de navios estrangeiros.

(D) O mencionado crime deve ser processado e julgado pela justiça do DF.

Art. 109, IX, da CF; art. 89 do CPP; e art. 5º, § 2º, do CP. É hipótese de territorialidade. Nesse sentido: STF, 1ª T., RHC 86.998-SP, rel. Min. Marco Aurélio Mello, j. 13.2.2007.

Gabarito "B"

6. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Considerando as disposições do CPP relativas às exceções e às questões prejudiciais, assinale a opção correta.

(A) As exceções de suspeição do juiz e do membro do MP devem ser julgadas pelo tribunal recursal competente.

(B) As exceções serão processadas e julgadas em autos apartados e, em regra, suspendem o andamento da ação penal.

(C) Autoridades policiais exercem atividade meramente administrativa, razão pela qual não podem declarar-se suspeitas.

(D) Quanto ao efeito, a questão prejudicial pode ser obrigatória, quando necessariamente se acarreta a suspensão do processo, ou facultativa, quando o juiz criminal tiver a faculdade de suspender ou não a ação. As duas situações são previstas pelo CPP.

(E) Existindo questão prejudicial ao deslinde da ação penal, deve o juiz suspender o processo pelo prazo improrrogável de seis meses. Expirado tal prazo sem que o juiz cível tenha proferido decisão, o juiz criminal deve fazer prosseguir o processo, decidindo todas as teses de acusação e defesa.

A: incorreta. Está correta a parte da assertiva em que se afirma que a exceção de suspeição do juiz será julgada pelo tribunal competente – art. 100, *caput*, do CPP; merece reparo, no entanto, o trecho que afirma que a exceção de suspeição do membro do MP será julgada pelo tribunal, visto que a competência, neste caso, recairá sobre o próprio juiz que preside o feito – art. 104 do CPP; **B:** incorreta, pois contraria o disposto no art. 111 do CPP, que estabelece que as exceções, que serão processadas em autos apartados, não suspendem, em regra, o andamento da ação penal; **C:** incorreta. Diante da ocorrência de motivo legal, a autoridade policial deve declarar-se suspeita. É o que estabelece o art. 107 do CPP; **D:** correta, nos termos dos arts. 92 e 93 do CPP; **E:** o legislador não fixou prazo durante o qual deve permanecer o processo suspenso, o que ficará ao prudente critério do magistrado.

Gabarito "D"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Julgue os itens que se seguem acerca da restituição das coisas apreendidas e do perdimento de bens.

(1) A restituição, por constituir ato privativo da autoridade judicial, não poderá ser ordenada pela autoridade policial, ainda que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

(2) Mesmo que haja dúvida sobre a titularidade do bem apreendido, compete ao juiz criminal decidir sobre o incidente.

1: incorreta – art. 120, *caput*, do CPP; **2:** incorreta – art. 120, § 4º, do CPP.

Gabarito 1E, 2E

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) Com relação às medidas assecuratórias previstas no CPP, assinale a opção correta.

(A) É cabível o sequestro de bens imóveis adquiridos pelo acusado com os proventos da infração, desde que haja indícios veementes da proveniência ilícita dos bens e que estes ainda não tenham sido transferidos a terceiro.
(B) Uma vez ordenado judicialmente o sequestro, poderá ele ser levantado se a ação penal não for intentada no prazo de sessenta dias, contados da data da conclusão da diligência.
(C) Não legitima o levantamento do sequestro a prestação de caução por parte de terceiro idôneo, a quem tiverem sido transferidos os bens.
(D) A sentença irrecorrível de extinção da punibilidade não autoriza o levantamento do arresto ou o cancelamento da hipoteca, mas somente a sentença absolutória irrecorrível.
(E) O sequestro é medida assecuratória específica para os bens imóveis adquiridos com os proventos da infração; portanto, não cabe para bens móveis assim adquiridos.

A: incorreta, pois, ainda que transferidos a terceiro, caberá o sequestro de bens (art. 125, do CPP); **B:** correta, pois reflete o disposto no art. 131, I, do CPP; **C:** incorreta, pois em desacordo com o que estabelece o art. 131, II, do CPP; **D:** incorreta, pois não reflete o disposto no art. 141 do CPP; **E:** incorreta, já que o sequestro também poderá recair sobre bens móveis. É o que estabelece o art. 132 do CPP.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.3) Acerca de incidente de insanidade mental do acusado, assinale a opção correta.

(A) Não se admite a instauração de exame de sanidade mental do acusado após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, uma vez que a medida não terá mais eficácia.
(B) O exame de avaliação da saúde mental do acusado poderá ser ordenado na fase do inquérito, mediante representação da autoridade policial ao juiz competente.
(C) Caso seja comprovada a insanidade mental do acusado, ao tempo da infração penal, o processo deverá ser imediatamente extinto, decretando-se a extinção da punibilidade do réu.
(D) Para efeito do exame, o acusado acometido de insanidade mental, se estiver preso, deverá ser imediatamente libertado, para que a família o conduza para a análise clínica em estabelecimento que entenda adequado.

A: incorreta. Se a doença mental surgir no curso da execução da pena, aplica-se o art. 154 do CPP; **B:** correta, nos termos do art. 149, § 1º, do CPP; **C:** incorreta. O processo não será extinto; prosseguirá com a presença do curador (art. 151 do CPP); **D:** incorreta. Se o acusado estiver preso, será internado em manicômio judiciário; se estiver solto e requererem os peritos, onde o juiz entender necessário (art. 150, *caput*, do CPP).

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.2) Assinale a opção correta a respeito da exceção de suspeição.

(A) Sempre que houver arguição de suspeição de jurado no procedimento do tribunal do júri, deverá o juiz determinar a suspensão do processo principal até que se decida o incidente.
(B) As partes não poderão arguir de suspeição os serventuários ou funcionários da justiça e os peritos não oficiais, pois tais servidores exercem atividade meramente administrativa.
(C) Caso seja arguida a suspeição de membro do MP, a decisão caberá ao próprio juiz criminal que conduz o processo principal.
(D) Julgada procedente a exceção de suspeição do juiz pelo tribunal competente, o processo deverá ser remetido ao seu substituto, com aproveitamento dos atos já praticados no processo principal.

A: incorreta, pois o juiz decidirá o incidente imediatamente (art. 106 do CPP); **B:** incorreta, por contrariar o disposto no art. 105 do CPP; **C:** correta, nos moldes do art. 104 do CPP; **D:** incorreta. Os atos já praticados no processo principal ficarão nulos (art. 101 do CPP).

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.1) Acerca de exceções, assinale a opção correta.

(A) Podem ser opostas exceções de suspeição, incompetência de juízo, litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada e, caso a parte oponha mais de uma, deverá fazê-lo em uma só petição ou articulado.
(B) Tratando-se da exceção de incompetência do juízo, uma vez aceita a declinatória, o feito deve ser remetido ao juízo competente, onde deverá ser declarada a nulidade absoluta dos atos anteriores, não se admitindo a ratificação.
(C) A exceção de incompetência do juízo, que não pode ser oposta verbalmente, deve ser apresentada, no prazo de defesa, pela parte interessada.
(D) A parte interessada pode opor suspeição às autoridades policiais nos atos do inquérito, devendo fazê-lo na primeira oportunidade em que tiver vista dos autos.

A: correta, nos termos dos arts. 95 e 110, § 1º, do CPP; **B:** incorreta, já que os atos anteriores serão ratificados (art. 108, § 1º, do CPP); **C:** incorreta, pois pode ser oposta verbalmente (art. 108, *caput*, do CPP); **D:** incorreta. Não se poderá opor suspeição às autoridades policiais nos atos do inquérito (art. 107 do CPP).

Gabarito "A"

7. PROVAS

(Magistratura/SE – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta acerca da prova criminal.

(A) Quanto ao estado das pessoas, a observância das restrições à prova previstas na lei civil é uma limitação à liberdade probatória do processo penal.
(B) A busca pessoal inclui bolsas e malas, bem como o veículo que esteja na posse da pessoa, sendo indispensável o mandado judicial.
(C) Os menores de quatorze anos não podem ser testemunhas em juízo uma vez que, por não prestarem compromisso de dizer a verdade, não respondem por ato infracional correspondente a falso testemunho.
(D) A interceptação telefônica só será admitida em crimes apenados com reclusão e desde que não exista outro meio de se produzir a prova para instruir processo criminal ou cível.
(E) O conselho de sentença do tribunal do júri adota o sistema da livre convicção e tem liberdade para apreciar a prova, desde que respeite critérios legais de valoração da prova.

A: correta – art. 155, parágrafo único, do CPP; **B:** incorreta – a busca pessoal de fato inclui bolsas e malas, bem como o veículo que esteja na posse da pessoa, sendo dispensável, em regra, o mandado judicial, nos termos do disposto no art. 244 do CPP; **C:** incorreta – preleciona o art. 208 do CPP que os menores de 14 anos serão ouvidos como informantes, já que a eles não se deferirá o compromisso a que alude o art. 203 do mesmo Estatuto; **D:** incorreta – art. 5º, XII, da CF e arts. 1º e 2º da Lei 9.296/96; **E:** incorreta – o sistema que prevalece no Tribunal popular é o da íntima convicção, no qual os jurados estão dispensados de motivar suas decisões. O sistema da prova legal, que tem incidência bastante restrita no nosso ordenamento, não é aplicado no caso dos jurados.

Gabarito "A"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Com relação à prova, assinale a opção correta.

(A) O direito processual regula os meios de prova, que são os instrumentos que trazem os elementos de convicção aos autos. A finalidade da prova é o convencimento do juiz, que é seu destinatário.

(B) A materialidade da prova pode ser direta ou indireta, sendo a primeira colhida na flagrância da conduta delituosa, enquanto a última deriva do testemunho e da perícia.
(C) Na instrução processual, todos os fatos relevantes devem ser submetidos à atividade probatória.
(D) O direito também é objeto de prova, pois os juízes estaduais não são obrigados a conhecer o direito federal em caráter absoluto.
(E) A prova do direito estrangeiro só pode ser aceita quando submetida à apreciação do Tribunal Penal Internacional.

A: correta – todo instrumento que se presta a alcançar a verdade no processo constitui *meio* de prova. O Código de Processo Penal tratou de enumerar e disciplinar alguns desses meios. Exemplos: prova *testemunhal* e *pericial*. Cumpre consignar que o rol contemplado no CPP não é taxativo. A finalidade da prova é fornecer ao magistrado subsídios para que possa, depois de formado seu convencimento, aplicar a lei ao caso concreto; **B:** incorreta – *direta* é a prova que, por si só, demonstra o fato; *indireta*, aquela em que o fato que se pretende provar é deduzido de outra prova, o que se faz por meio de um raciocínio lógico; **C:** incorreta – há fatos que prescindem de prova. É o caso dos fatos *axiomáticos* ou *intuitivos*, que, por serem evidentes, não precisam ser provados; não constituem, por essa razão, objeto de prova, que diz respeito a tudo aquilo que deve ser provado; **D:** incorreta – o direito, salvo algumas exceções (legislação estrangeira e municipal, por exemplo), não precisa ser provado, pois o juiz é obrigado a conhecê-lo (*iure novit cúria*); **E:** incorreta – não há essa previsão.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2010.1) Com relação aos meios de prova no processo penal, assinale a opção correta de acordo com o CPP.

(A) Se o juiz tiver notícia da existência de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa, não poderá providenciar, independentemente de requerimento das partes, a juntada aos autos, uma vez que é mero espectador do processo, sem atuação de ofício na gestão da prova.
(B) Em regra, a testemunha não pode eximir-se da obrigação de depor. No entanto, o cônjuge do acusado à época do fato criminoso, ainda que dele se encontre separado judicialmente, pode recusar-se a testemunhar.
(C) Em regra, as partes deverão apresentar os documentos necessários à comprovação de suas alegações na primeira oportunidade que falarem nos autos, sob pena de preclusão.
(D) O procedimento de acareação só será admitido entre acusados, sendo vedada a acareação entre acusado e testemunha.

A: opção incorreta. O juiz, neste caso, pode, sim, atuar de ofício, por força do que dispõe o art. 234 do CPP; **B:** opção correta. Cuida-se da previsão do art. 206 do CPP; **C:** opção incorreta. Em regra, as partes poderão apresentar documentos em qualquer fase do processo (CPP, art. 231); **D:** opção incorreta. Nos termos do art. 229 do CPP: "A acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes".
Gabarito "B"

8. SUJEITOS PROCESSUAIS

(OAB – CESPE – 2010.1) Carlos, empresário reconhecidamente bem sucedido, foi denunciado por crime contra a ordem tributária. No curso da ação penal, seu advogado constituído renunciou ao mandato procuratório. Devidamente intimado para constituir novo advogado, Carlos não o fez, tendo o juiz nomeado defensor dativo para patrocinar sua defesa. Nessa hipótese, de acordo com o que dispõe o CPP, Carlos

(A) será obrigado, por não ser pobre, a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz.
(B) será obrigado, por não ser pobre, a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo próprio defensor.
(C) será obrigado, por não ser pobre, a pagar os honorários do defensor dativo, os quais deverão ser postulados em ação própria no juízo cível da comarca onde tenha tramitado a ação penal.
(D) estará desobrigado do pagamento dos honorários advocatícios, visto que é incabível o arbitramento de honorários ao defensor dativo, ainda que o réu não seja pobre.

A: opção correta. Dispõe o art. 263, parágrafo único, do CPP que: "O acusado que, não for pobre, será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz."; **B:** opção incorreta. *Vide* texto do art. 263, parágrafo único, do CPP, transcrito na justificativa da opção "A"; **C:** opção incorreta. *Vide* texto do art. 263, parágrafo único, do CPP, transcrito na justificativa da opção "A". Não há determinação legal que obrigue o defensor dativo a postular em ação própria o pagamento de seus honorários, os quais devem ser arbitrados pelo próprio juiz da causa criminal; **D:** opção incorreta. *Vide* texto do art. 263, parágrafo único, do CPP, transcrito na justificativa da opção "A".
Gabarito "A"

9. CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E PRAZOS

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Em relação aos prazos no âmbito do processo penal, julgue os itens que se seguem.

(1) O prazo para a interposição de agravo contra decisão do juiz da execução penal é de dez dias.
(2) No processo penal, contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.

1: incorreta – o agravo de execução segue o rito do recurso em sentido estrito. O prazo para a sua interposição é de cinco dias, nos termos da Súmula 700 do STF: "É de cinco dias o prazo para interposição de agravo contra decisão do juiz da execução penal"; **2:** correta, nos termos da Súmula 710 do STF.
Gabarito 1E, 2C

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Julgue o seguinte item:

(1) A citação de acusado que esteja no exterior, em local conhecido, deve ser efetuada, conforme a sistemática processual penal brasileira, por intermédio de carta rogatória, ordenando-se expressamente a suspensão do processo e o prazo prescricional, até o efetivo cumprimento da ordem judicial.

1: incorreta – A teor do que estabelece o art. 368 do CPP, estando o acusado no estrangeiro, em local conhecido, será citado por carta rogatória, devendo ser suspenso, tão somente, o curso do prazo prescricional até o seu cumprimento.
Gabarito 1E

(OAB – CESPE – 2009.3) No que se refere a citações e intimações, assinale a opção correta.

(A) É inadmissível no processo penal a citação por hora certa.
(B) Tratando-se de processo penal, a citação inicial deve ser feita pelo correio.
(C) Tratando-se de processo penal, não se admite a citação de acusado por edital.
(D) O réu preso deve ser citado pessoalmente.

A: incorreta. A Lei 11.719/2008 alterou a redação do art. 362 do CPP e introduziu no processo penal a *citação por hora certa*, a ser realizada por oficial de Justiça na hipótese de ocultação do réu; **B:** incorreta. No processo penal, a citação inicial far-se-á por mandado, nos termos do art. 351 do CPP. Inexiste, no âmbito do processo penal, citação pelo correio, comumente utilizada no processo civil; **C:** incorreta, pois se admite a citação por edital (arts. 364, 365 e 366 do CPP); **D:** correta, nos termos do art. 360 do CPP.
Gabarito "D"

10. PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA

(Agente de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Julgue os itens a seguir, acerca das prisões cautelares.

(1) Assemelham-se as prisões preventiva e temporária porque ambas podem ser decretadas em qualquer fase da inves-

tigação policial ou da ação penal. No entanto, a prisão preventiva pressupõe requerimento das partes, ao passo que a prisão temporária pode ser decretada de ofício pelo juiz.

(2) Por completa falta de amparo legal, não se admite o flagrante forjado, que constitui, em tese, crime de abuso de poder, podendo ser penalmente responsabilizado o agente que forjou o flagrante.

1: incorreta, pois a prisão temporária só terá espaço durante a fase do inquérito policial, tal como dispõe o art. 1º, I, da Lei 7.960/1989. Não há possibilidade, também, de a prisão temporária ser decretada de ofício, cabendo ao Ministério Público requerer, e a Autoridade Policial representar pela prisão na fase investigativa. Quanto à prisão preventiva, com as recentes alterações trazidas pela Lei 12.403/2011, além das possibilidades elencadas pelos arts. 311 e 312 do CPP, o parágrafo único inserido no art. 312 traz a possibilidade da decretação da prisão preventiva, de ofício pelo magistrado, bem como mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, caso as medidas cautelares impostas forem descumpridas (possibilidade durante o curso da ação penal), como dispõe o novo art. 282, § 4º, do CPP; **2:** correta, pois o flagrante forjado consiste no "plantar evidências", produzindo situação de flagrância inexistente no plano jurídico. Por exemplo: Numa blitz, ao parar um veículo, o policial, de posse de um entorpecente, diz ter encontrado dentro do veículo, o que na realidade não ocorreu. O crime não existiu e o agente poderá ser responsabilizado na esfera administrativa, criminal e civil.
Gabarito 1E, 2C

(Delegado/AC – 2008 – CESPE) No que se refere a prisão e liberdade provisória, julgue os próximos itens.

(1) A própria autoridade policial poderá conceder fiança, nos casos de infração punida com detenção ou prisão simples.

(2) Mesmo sem o consentimento do morador, poder-se-á efetuar a prisão dentro da sua residência em caso de situação de flagrante delito em curso, naquele momento, no interior da residência.

1: a Lei 12.403/2011 mudou sobremaneira o panorama da fiança. Antes da reforma por ela implementada, a autoridade policial, em vista da revogada redação do art. 322 do CPP, somente estava credenciada a concedê-la nas hipóteses de infração punida com *detenção* ou *prisão simples*. Bem por isso, não podia o delegado de polícia arbitrar fiança nos crimes punidos com *reclusão*, tarefa exclusiva do magistrado. Pela nova redação dada ao art. 322 do CPP, a autoridade policial passa a conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a quatro anos, independentemente de ser o crime apenado com reclusão ou detenção (qualidade da pena). Naqueles casos em que a pena máxima superar os quatro anos, somente o magistrado poderá estabelecer a fiança; **2:** a prisão de uma pessoa que se encontra em situação flagrancial e dentro de uma residência prescinde do consentimento do morador e pode ser levada a cabo a qualquer hora do dia. O dispositivo constitucional que trata da inviolabilidade do domicílio (art. 5º, XI) excepciona, dentre outras, a situação de flagrante.
Gabarito 1C, 2C

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Considerando a lei que regulamenta a prisão temporária, assinale a opção correta.

(A) Pode ser decretada a prisão temporária em qualquer fase do IP ou da ação penal.

(B) A prisão temporária pode ser decretada por intermédio de representação da autoridade policial ou do membro do MP, assim como ser decretada de ofício pelo juiz competente.

(C) O prazo da prisão temporária, que em regra é de 5 dias, prorrogáveis por igual período, é fatal e peremptório, de modo que, esgotado, o preso deve ser imediatamente posto em liberdade, não podendo ser a prisão convertida em preventiva.

(D) Quando a prisão temporária for requerida pela autoridade policial, por intermédio de representação, não haverá necessidade de prévia oitiva do MP, devendo o juiz decidir o pedido formulado no prazo máximo de 24 horas.

(E) Não cabe prisão temporária nas contravenções nem em crimes culposos.

A: incorreta – sendo uma modalidade de prisão cautelar destinada a viabilizar a investigação no inquérito policial, somente no curso deste a prisão temporária poderá ser decretada, sendo, pois, vedado o seu uso na ação penal – art. 1º, I, da Lei 7.960/1989; **B:** incorreta – é defeso ao juiz decretar de ofício a prisão temporária, somente podendo fazê-lo a requerimento do MP ou mediante representação formulada pela autoridade policial – art. 2º, *caput*, da Lei 7.960/1989; **C:** incorreta – é verdade que, uma vez esgotado o prazo da prisão temporária, o investigado deve ser imediatamente colocado em liberdade – art. 2º, § 7º, da Lei 7.960/1989, mas nada obsta que ele permaneça preso pelo fato de em seu desfavor ter sido decretada a prisão preventiva (conversão da temporária em preventiva) ou ainda pelo fato de a prisão temporária haver sido prorrogada; **D:** incorreta – assertiva em desconformidade com o art. 2º, § 1º, da Lei 7.960/1989; **E:** correta – as contravenções penais e os crimes culposos não integram o rol do art. 1º, III, da Lei 7.960/1989.
Gabarito "E"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Acerca da prisão preventiva, assinale a opção correta.

(A) É decretada para garantir a ordem pública, a ordem econômica, por necessidade da instrução criminal e para a segurança da aplicação da pena.

(B) Para que seja decretada, é necessário que haja indícios do fato e suspeita fundada acerca da autoria.

(C) Para o juiz fundamentar sua decisão, basta a remissão genérica às hipóteses legais.

(D) A falta de fundamentação da decisão que a decreta poderá ser suprida sem representação da autoridade ou requerimento do MP.

(E) É decretada imediatamente, sempre que for possível a condução coercitiva do acusado para submeter-se ao reconhecimento das vítimas e testemunhas.

A: correta – para que seja decretada a prisão preventiva, é indispensável que haja prova da *existência do crime* e *indícios suficientes de autoria*. Mais: além desses dois requisitos, é necessário que se faça presente um dos *fundamentos* dessa modalidade de custódia provisória, contemplados no art. 312 do CPP; **B:** incorreta – não bastam *indícios*; é necessária a prova da *existência do fato*, o que corresponde à *materialidade*. Quanto à autoria, bastam *indícios*. A certeza de autoria somente se impõe na sentença; **C:** incorreta – a decisão que decreta a prisão preventiva deve basear-se em dados concretos acerca do fato, sendo, portanto, insuficiente a mera remissão às hipóteses legais – art. 315, CPP; **D:** incorreta – neste caso, é indispensável que o juiz se baseie no parecer do MP; **E:** incorreta – não constitui hipótese de decretação da custódia preventiva.
Gabarito "A"

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) Acerca da prisão e do *habeas corpus*, assinale a opção correta.

(A) O representante legal de pessoa jurídica citado para representá-la tem interesse processual para impetrar *habeas corpus* em favor dela, não havendo, assim, óbice ao processamento do *writ*.

(B) Morador de rua que não comprove residência fixa ou ocupação lícita oferece risco à aplicação da lei penal, de forma que sua prisão, para preservação da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, pode ser validamente lastreada em tais fundamentos, por si sós.

(C) O CPP expressamente veda a prisão em flagrante do agente que se apresente à autoridade policial, ainda que logo após a prática de crime.

(D) A prisão preventiva é condição de procedibilidade para o processo de extradição e, tendo natureza cautelar, destina-se a assegurar a execução de eventual ordem de extradição, mas comporta, em regra, liberdade provisória e prisão domiciliar.

(E) Incumbe ao Estado aparelhar-se visando à observância das decisões judiciais. Se não houver meios de assegurar o cumprimento da pena em regime semiaberto, ocorre a transformação em aberto e, se inexistente casa do albergado, em prisão domiciliar.

A: incorreta – embora possa figurar como impetrante, a pessoa jurídica não pode ser paciente no *habeas corpus*, dado que este se presta a proteger, direta ou indiretamente, a liberdade de locomoção; **B:** incorreta – o fato de o agente ser morador de rua e, por conta disso,

não comprovar residência fixa ou ocupação lícita não constitui motivo bastante à decretação da custódia preventiva. Nesse sentido: STF, HC 97.177/DF, SEGUNDA TURMA, rel. Min. Cezar Peluso; **C:** incorreta – embora não haja previsão expressa nesse sentido, a apresentação espontânea, segundo parte significativa da doutrina e da jurisprudência, elide a detenção em flagrante, mesmo que logo em seguida à prática do crime; **D:** incorreta – embora seja correto dizer-se que a prisão preventiva constitui condição de procedibilidade para o processo de extradição (*RTJ* 149/374-375, rel. Min. Celso de Mello), não procede a afirmação de que, neste caso, é cabível, como regra, liberdade provisória e prisão domiciliar (arts. 81 e 84, parágrafo único, da Lei 6.815/1980). De ver-se que, recentemente, os arts. 80, 81 e 82 da Lei 6.815/1980 foram alterados por força da Lei 12.878/2013, o que conferiu nova conformação normativa à prisão cautelar para fins de extradição. De toda forma, a assertiva, ainda assim, deve ser considerada incorreta, visto que a modificação normativa a que nos referimos não incidiu no art. 84 da Lei 6.815/1980; **E:** a questão é polêmica, mas atualmente prevalece o entendimento, tanto na doutrina quanto na jurisprudência, de que o sentenciado deve aguardar a vaga no regime menos severo, pois o condenado não poder arcar com a ineficiência do Estado em criar vagas no regime semiaberto. Nesse sentido: STF, HC 96.169/SP, PRIMEIRA TURMA, rel. Min. Marco Aurélio, j. 25/08/2009.

Gabarito "E"

(Analista – TRE/MA – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta com relação à prisão, à liberdade provisória e aos atos e prazos processuais.

(A) No processo penal, contam-se os prazos da data da juntada aos autos do mandado de intimação ou da carta precatória ou de ordem.

(B) Na hipótese de concurso de crimes, a concessão de liberdade provisória considera cada conduta isoladamente, de forma que a fiança deve ser concedida ainda que a soma das penas mínimas cominadas seja superior a dois anos de reclusão, mas, individualmente consideradas, não ultrapassem tal prazo.

(C) Não cabe prisão preventiva na hipótese de crime culposo, de contravenção penal e no caso de o réu ter agido acobertado por causa de exclusão da ilicitude.

(D) A chamada prisão para averiguação é a privação momentânea da liberdade fora das hipóteses de flagrante e sem ordem escrita do juiz competente. Apesar de ser inconstitucional, tal prisão não configura crime de abuso de autoridade.

(E) O indivíduo que, tendo praticado o delito de roubo a uma farmácia, for perseguido, logo após, por autoridades policiais, e, durante a fuga, na iminência de ser alcançado e preso, dirigir-se ao distrito policial mais próximo para se entregar, não pode ser preso em flagrante, por ter-se apresentado espontaneamente.

A: incorreta – Súmula nº 710 do STF; **B:** incorreta – Súmula nº 81 do STJ; **C:** correta – em vista do que dispõem os arts. 313 e 314 do CPP (com redação modificada pela Lei 12.403/2011), a prisão preventiva não tem lugar nos crimes culposos, nas contravenções penais e também na hipótese de o réu ter agido sob o manto de uma das causas excludentes de ilicitude; **D:** incorreta – a chamada *prisão para averiguação* configura, sim, em princípio, o crime do art. 4º, *a*, da Lei 4.898/1965; **E:** incorreta – é hipótese de *flagrante impróprio* (art. 302, III, do CPP).

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.2) Acerca das prisões cautelares, assinale a opção correta.

(A) Em regra, a prisão temporária deve ter duração máxima de 5 (cinco) dias. Tratando-se, no entanto, de procedimento destinado à apuração da prática de delito hediondo, tal prazo poderá estender-se para 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

(B) A apresentação espontânea do acusado à autoridade policial, ao juiz criminal ou ao MP impede a prisão preventiva, devendo o acusado responder ao processo em liberdade.

(C) Considere que Amanda, na intenção de obter vantagem econômica, tenha sequestrado Bruna, levando-a para o cativeiro. Nesse caso, a prisão em flagrante de Amanda só poderá ocorrer até 24 (vinte e quatro) horas após a constrição da liberdade de Bruna, devendo a autoridade policial, caso descubra o paradeiro da vítima após tal prazo, solicitar ao juiz competente o mandado de prisão contra a sequestradora.

(D) São pressupostos da prisão preventiva: garantia da ordem pública ou da ordem econômica; conveniência da instrução criminal; garantia de aplicação da lei penal; prova da existência do crime; indício suficiente de autoria.

A: correta. A *prisão temporária*, a ser decretada tão somente pelo juiz de direito, terá o prazo de 5 (*cinco) dias*, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade, nos termos do art. 2º da Lei 7.960/1989. Em se tratando, no entanto, de crime hediondo ou delito a ele equiparado (tortura, tráfico de drogas e terrorismo), a *custódia temporária* será decretada por *até* 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade, em consonância com o disposto no art. 2º, § 4º, da Lei 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos); **B:** incorreta. O art. 317 do CPP, que previa a apresentação espontânea do acusado, foi revogado pela Lei 12.403/2011. A despeito disso, a apresentação espontânea do acusado não elide a possibilidade de o juiz decretar-lhe a prisão preventiva, desde que presentes os requisitos legais; **C:** incorreta. O crime perpetrado por Amanda – extorsão mediante sequestro (art. 159 do CP) – é permanente, o que permite, com fulcro no art. 303 do CPP, a prisão em flagrante de seus autores enquanto o processo de consumação não cessar. Dito de outro modo, enquanto Bruna estiver no cativeiro, Amanda poderá, sim, ser presa em flagrante, ainda que isso venha a ocorrer dias, semanas depois do arrebatamento da vítima; **D:** incorreta (art. 312 do CPP).

Gabarito "A"

11. PROCESSO E PROCEDIMENTOS

(OAB – CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta quanto ao procedimento comum previsto no CPP.

(A) O juiz decidirá se realiza o interrogatório por videoconferência em razão de pedido do MP, não precisando fundamentar sua decisão.

(B) Na audiência de instrução e julgamento, deverá proceder-se à tomada das declarações do ofendido e do réu, designando-se nova data para a inquirição das testemunhas e dos peritos.

(C) Conforme a complexidade do caso, após a audiência de instrução e julgamento, poderá o juiz conceder às partes prazo de cinco dias sucessivamente para a apresentação de memoriais.

(D) Caso a denúncia ou a queixa sejam manifestamente ineptas ou falte justa causa para a ação penal, deverá o réu ser absolvido sumariamente.

A: incorreta, visto que esta decisão deverá ser fundamentada (art. 185, § 2º, do CPP); **B:** incorreta. Em face do novo panorama trazido pela Lei 11.719/2008, toda a instrução deverá ser realizada em audiência única (de instrução e julgamento). Ouve-se, em primeiro lugar, o ofendido; depois, serão ouvidas as testemunhas de acusação e, em seguida, as de defesa. Após, vêm os esclarecimentos dos peritos e as acareações. Em seguida, procede-se ao reconhecimento de pessoas e coisas. Finalmente, interroga-se o acusado; **C:** correta, nos termos do art. 403, § 3º, do CPP; **D:** incorreta. Se acaso a denúncia ou a queixa for absolutamente inepta ou faltar justa causa para o exercício da ação penal, a peça inicial será rejeitada, nos termos do art. 395 do CPP. As hipóteses de absolvição sumária estão contidas no art. 397 do CPP.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.2) Acerca das normas aplicáveis ao processo e ao julgamento dos crimes de calúnia e injúria, previstas no CPP, assinale a opção correta.

(A) É pública incondicionada a ação penal por crime contra a honra de funcionário público em razão do exercício de suas funções.

(B) Caso seja oferecida a exceção da verdade ou da notoriedade do fato imputado, poderá o querelante contestar a exceção, podendo ser inquiridas as testemunhas arroladas na queixa.

(C) O juiz, antes de receber a queixa, oferece às partes oportunidade para se reconciliarem, fazendo-as comparecer em juízo para serem ouvidas, separadamente, na presença, obrigatória, dos seus advogados, lavrando-se o termo respectivo.

(D) No caso de reconciliação, depois de assinado pelo querelante termo de desistência da queixa, esta será suspensa pelo prazo de dois anos, e o juiz fixará as condições a serem respeitadas pelo querelado para que se opere a extinção da punibilidade após o decurso do referido prazo.

A: incorreta. Nos termos do disposto no art. 145, parágrafo único, do CP, se se tratar de crime perpetrado contra a honra de funcionário público em razão de suas funções, a ação penal será *pública condicionada à representação do ofendido*. Ocorre, no entanto, que o STF, por meio da Súmula 714, firmou entendimento no sentido de que, nesses casos, a legitimidade é concorrente entre o ofendido (mediante queixa) e o Ministério Público (ação pública condicionada à representação do ofendido); **B:** correta – art. 523 do CPP; **C:** incorreta. As partes serão ouvidas sem a presença dos seus advogados e não será lavrado termo (art. 520 do CPP); **D:** incorreta. Depois de assinado o termo, a queixa será arquivada (art. 522 do CPP).
Gabarito "B"

12. PROCESSO DE COMPETÊNCIA DO JÚRI

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Acerca do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri, assinale a opção correta.

(A) Após o trânsito em julgado da sentença de pronúncia, é dada vista dos autos ao órgão do MP, pelo prazo de cinco dias, para oferecimento do libelo crime acusatório.

(B) A intimação da sentença de pronúncia, em caso de crime inafiançável, é necessariamente pessoal, não prosseguindo o processo até que o réu seja intimado da sentença de pronúncia, caso em que ocorre a chamada crise de instância.

(C) Ainda que preclusa a decisão de pronúncia, havendo circunstância superveniente que altere a classificação do crime, o juiz deve ordenar a remessa dos autos ao MP.

(D) O desaforamento ocorre necessariamente para a comarca mais próxima, onde inexistem os motivos ensejadores do pedido.

(E) O julgamento é adiado pelo não comparecimento de acusado solto, ainda que regularmente intimado e sem que tenha dado justificativa.

A: incorreta, pois, com a Lei 11.689/2008, preclusa a decisão de pronúncia, os autos serão encaminhados ao juiz presidente do Tribunal do Júri, o qual determinará a intimação do órgão do Ministério Público (ou do querelante) e do defensor, para, no prazo de cinco dias, apresentação do rol de testemunhas, juntada de documentos e/ou requerimento de diligências (art. 422, CPP); **B:** incorreta, pois, com o advento da Lei 11.689/2008, é possível a intimação por edital do acusado solto que não for encontrado, nos termos do art. 420, parágrafo único, CPP; **C:** correta (art. 421, parágrafo 1º, CPP); **D:** incorreta, pois o desaforamento ocorre preferencialmente (e não necessariamente) para a comarca mais próxima (art. 427, CPP); **E:** incorreta, pois o julgamento não será adiado (art. 457, CPP).
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.1) A respeito do questionário utilizado no tribunal do júri, assinale a opção correta.

(A) O juiz-presidente não deve formular quesitos sobre causas de diminuição de pena alegadas pela defesa, visto tratar-se de matéria atinente à fixação da pena, que incumbe ao juiz-presidente, e não, aos jurados.

(B) Havendo mais de um crime ou mais de um acusado, os quesitos devem ser formulados em série única, dividida em capítulos conforme o crime ou o acusado.

(C) Se a resposta a qualquer dos quesitos estiver em contradição com outra ou outras já apresentadas, o juiz-presidente deverá, de imediato, declarar a nulidade da sessão de julgamento, designando outra para o primeiro dia desimpedido.

(D) Se, pela resposta apresentada a um dos quesitos, o juiz-presidente verificar que ficam prejudicados os seguintes, assim o declarará, dando por finda a votação.

A: incorreta, pois devem ser formulados quesitos sobre as causas de diminuição de pena alegadas pela defesa (art. 483, IV, do CPP); **B:** incorreta. Neste caso, os quesitos devem ser formulados em séries distintas (art. 483, § 6º, do CPP); **C:** incorreta. O juiz-presidente deverá submeter novamente à votação os quesitos a que se referirem tais respostas (art. 490, *caput*, do CPP); **D:** correta (art. 490, parágrafo único, do CPP).
Gabarito "D"

13. JUIZADOS ESPECIAIS

(OAB – CESPE – 2009.1) Acerca do procedimento relativo aos crimes de menor potencial ofensivo, previsto na Lei 9.099/1995, assinale a opção correta.

(A) A reparação dos danos sofridos pela vítima não é objetivo do processo perante o juizado especial criminal, devendo ser objeto de ação de indenização por eventuais danos materiais e morais sofridos, perante a vara cível ou o juizado especial cível competente.

(B) Não sendo encontrado o acusado, para ser citado pessoalmente, e havendo certidão do oficial de justiça afirmando que o réu se encontra em local incerto e não sabido, o juiz do juizado especial criminal deverá proceder à citação por edital, ouvido previamente o MP.

(C) Na audiência preliminar, o ofendido terá a oportunidade de exercer o direito de representação verbal nas ações penais públicas condicionadas e, caso não o faça, ocorrerá a decadência do direito.

(D) Tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo o caso de arquivamento, o MP poderá propor a aplicação imediata de pena de multa, a qual, se for a única aplicável, poderá ser reduzida, pelo juiz, até a metade.

A: incorreta, pois um dos objetivos dos juizados especiais criminais é a reparação dos danos sofridos pela vítima (art. 62 da Lei 9.099/1995); **B:** incorreta. No âmbito do juizado, não se procederá à citação por edital. Na hipótese de o autor não ser encontrado para citação pessoal, o juiz encaminhará as peças ao juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei – art. 66, parágrafo único, da Lei 9.099/95; **C:** incorreta. Não ocorrerá a decadência. O direito poderá ser exercido no prazo estabelecido na lei (art. 75, parágrafo único, da Lei 9.099/1995); **D:** correta, nos termos do art. 76, § 1º, da Lei 9.099/1995.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2010.1) Considerando as disposições processuais penais previstas na Lei federal 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais), assinale a opção correta.

(A) Os processos referentes aos juizados especiais criminais devem orientar-se pelos critérios de oralidade, documentação, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade, em busca, sempre que possível, da conciliação ou da transação.

(B) O juizado especial criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência apenas para a conciliação e o julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

(C) Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrente da aplicação das regras de conexão e continência, serão observados os institutos da transação penal, excluindo-se os da composição dos danos civis.

(D) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

A: opção incorreta. Dispõe o art. 2º da Lei 9.099/1995 que "o processo orientar-se-á pelos critérios de oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação". Do mesmo modo, também não há exigência, no sistema dos juizados especiais, que as provas sejam

conservadas "por escrito", o que afasta o critério da "documentação". Ada Pellegrini Grinover, Antônio Carlos de Araújo Cintra e Cândido Rangel Dinamarco lecionam que "quando se exige que as alegações ou provas orais sejam conservadas por escrito, fala-se no princípio da documentação" (**Teoria Geral do Processo**. 18 ed., Malheiros Editores, 2002. p. 325); **B:** opção incorreta. Dispõe o art. 60 da Lei 9.099/1995 que "o Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência"; **C:** opção incorreta. Dispõe o parágrafo único do art. 60 da Lei 9.099/1995 que "na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis"; **D:** opção correta. Trata-se da redação expressa no art. 64 da Lei 9.099/1995.

Gabarito "D"

14. SENTENÇA, PRECLUSÃO E COISA JULGADA

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Com base no CPP, assinale a opção correta acerca da sentença penal.

(A) Da sentença obscura, ambígua, contraditória ou omissa caberão embargos de declaração, no prazo de cinco dias, a serem interpostos perante o tribunal competente.

(B) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, pode atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

(C) Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o juiz deve baixar os autos, para que o MP a adite no prazo de três dias.

(D) Caso o MP promova o aditamento da denúncia ou queixa, por força de *mutatio libelli*, o juiz é obrigado a receber o aditamento, pois o MP é o titular da ação penal pública.

(E) Nos crimes de ação pública, o juiz pode proferir sentença condenatória, ainda que o MP tenha pedido a absolvição, mas não pode reconhecer agravantes que não tenham sido alegadas na denúncia, em face do princípio da congruência.

A: incorreta, visto que, em caso de sentença que apresente omissão, contradição, obscuridade ou ambiguidade, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de 2 (dois) dias, cabendo ao juiz prolator da decisão apreciá-los, e não o Tribunal (art. 382, CPP); **B:** correta. Trata-se da aplicação do instituto da *emendatio libelli*, cabendo ao juiz, ao verificar que a capitulação jurídica do fato descrito na denúncia ou queixa está equivocada (tipificação incorreta), atribuir definição jurídica diversa (tipificação correta), ainda que tenha de aplicar pena mais severa (art. 383, CPP); **C:** incorreta, eis que, no presente caso, será necessária a aplicação do instituto da *mutatio libelli*, cabendo ao Ministério Público aditar a denúncia no prazo de 5 (cinco) dias (art. 384, *caput*, CPP); **D:** incorreta (art. 384, §5º, CPP); **E:** incorreta (art. 385, CPP).

Gabarito "B"

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta com relação à sentença.

(A) O crime de abuso de autoridade é de competência da justiça militar, federal ou estadual, conforme o agente seja, respectivamente, integrante das Forças Armadas, ou da polícia militar ou do corpo de bombeiros militares dos estados.

(B) Sentença absolutória imprópria é aquela que condena o réu, impondo-lhe uma sanção a mais, qual seja, a medida de segurança.

(C) No rito do júri, o *judicium causae* fica limitado, fática e juridicamente, à denúncia ou queixa.

(D) A justiça militar estadual só julga réus militares. Por isso, o civil que praticar um crime contra as instituições militares estaduais será processado na justiça comum estadual, não na justiça militar.

(E) No caso de *mutatio libelli*, o MP só aditará a denúncia se a mutação implicar tipificação mais grave.

A: incorreta (Súmula 172, STJ); **B:** incorreta, eis que a sentença absolutória imprópria é, de fato, absolutória (e não condenatória, como afirmado na alternativa). Contudo, é denominada de "imprópria" pelo fato de o juiz impor ao réu uma medida de segurança, haja vista o reconhecimento da inimputabilidade; **C:** incorreta, pois é a decisão de pronúncia (e não a denúncia ou queixa) que limita o *judicium causae* (ou juízo da causa), que corresponde à segunda fase do rito escalonado do júri. Assim, caberá ao Ministério Público fazer sua sustentação oral (debates orais) nos limites da pronúncia (art. 476, *caput*, CPP), não podendo ir além dela, sob pena de nulidade; **D:** correta (Súmula 53, STJ); **E:** incorreta. O aditamento da denúncia, em caso de *mutatio libelli*, sempre ocorrerá independentemente de a modificação implicar tipificação mais ou menos grave (art. 384, CPP).

Gabarito "D"

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) De acordo com o CPP, assinale a opção correta.

(A) No caso de *mutatio libelli*, o MP deverá aditar a denúncia no prazo de cinco dias, não sendo válido às partes arrolar novas testemunhas.

(B) Recusando-se membro do MP a aditar a denúncia, em caso de *mutatio libelli*, o juiz fará remessa dos autos ao procurador-geral, ou a órgão competente do MP, e este promoverá o aditamento, designará outro órgão do MP para fazê-lo ou insistirá na recusa, a qual só então estará o juiz obrigado a atender.

(C) No caso de *mutatio libelli*, ouvido o defensor do acusado no prazo de cinco dias e admitido o aditamento, não há previsão legal de realização de nova audiência, já que a nova definição jurídica do fato terá advindo da instrução já realizada.

(D) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, salvo se tiver de aplicar pena mais grave, hipótese em que é indispensável o aditamento.

(E) No caso de *emendatio libelli* efetuada na sentença, ainda que se trate de infração da competência de outro juízo, o juiz deverá sentenciar, em consequência da *perpetuatio jurisdictionis*.

A: incorreta. Com o advento da Lei 11.719/2008, que modificou, dentre outros, o art. 384 do CPP, se o magistrado entender cabível nova definição jurídica do fato em consequência de prova de elementar ou circunstância não contida na inicial, o aditamento pelo Ministério Público passa a ser obrigatório, ainda que a nova capitulação jurídica implique aplicação de pena igual ou menos grave. No panorama anterior, o aditamento da inicial pelo Ministério Público somente se impunha na hipótese de a nova tipificação resultar em aplicação de pena mais grave. Neste caso, cada parte poderá, sim, ao contrário do que se afirma na proposição, que está, por isso, incorreta, arrolar até três testemunhas, no prazo de cinco dias (art. 384, § 4º, do CPP); **B:** correta. É o que estabelece o art. 384, § 1º, do CPP; **C:** incorreta, visto que, uma vez admitido o aditamento pelo Ministério Público, o juiz designará dia e hora para a realização de nova audiência (em continuação), inquirindo-se novas testemunhas e procedendo-se a novo interrogatório do réu; **D:** incorreta, pois poderá o juiz, desde que não haja alteração na descrição fática, atribuir ao fato definição jurídica diversa daquela operada na inicial, mesmo que tal implique aplicação de pena mais grave (*emendatio libelli* – art. 383, *caput*, do CPP); **E:** incorreta, pois, neste caso, o juiz deverá providenciar para que os autos sejam remetidos ao juízo competente – art. 383, § 2º, do CPP.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2010.1) Márcio foi denunciado pelo crime de bigamia. O advogado de defesa peticionou ao juízo criminal requerendo a suspensão da ação penal, por entender que o primeiro casamento de Márcio padecia de nulidade, fato que gerou ação civil anulatória, em trâmite perante o juízo cível da mesma comarca. Nessa situação hipotética,

(A) deverá o juízo criminal, de ofício, extinguir a punibilidade de Márcio, uma vez que o delito de bigamia foi revogado.

(B) considerando-se a independência das instâncias, o processo criminal deverá ter seguimento independentemente do desfecho da ação anulatória civil.
(C) apesar de as instâncias cível e criminal serem independentes, o juízo criminal poderá, por cautela, determinar a suspensão da ação penal até que se resolva, no juízo cível, a controvérsia relativa à nulidade do primeiro casamento de Márcio.
(D) a ação penal deverá ser suspensa até que a nulidade do primeiro casamento de Márcio seja resolvida definitivamente no juízo cível.

A: opção incorreta. A Lei 11.106/2005, que alterou o Código Penal, revogou, no capítulo referente aos crimes contra o casamento, entre outros, apenas o delito de adultério (antigo art. 240), de forma que a figura típica da bigamia continua em vigor (art. 235); **B:** opção incorreta. *Vide* justificativa à opção "D"; **C:** opção incorreta. *Vide* justificativa à opção "D"; **D:** opção correta. Trata-se de hipótese de suspensão obrigatória (CPP, art. 92). Nesse sentido, ainda: Fauzi Hassan Choukr. Código de Processo Penal – Comentários Consolidados e Crítica Jurisprudencial. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 233.
Gabarito "D"

15. NULIDADES

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Silvana impetrou *habeas corpus* alegando a nulidade absoluta de processo criminal em que foi condenada, porque sua defesa foi realizada por advogado licenciado da OAB, e, por conseguinte, seriam nulos os atos por ele praticados. Registra-se que os poderes de representação judicial outorgados ao advogado, ainda que licenciado da OAB, foram ampla e livremente conferidos por Silvana, ciente de sua licença, mediante instrumento de procuração. Considerando a situação hipotética acima e o entendimento atual do STF, assinale a opção correta.

(A) No processo penal, tanto a falta da defesa quanto a deficiência de defesa constituem nulidade absoluta.
(B) Na via eleita, Silvana pode tentar demonstrar que não sabia que o patrono constituído estava impossibilitado de exercer a advocacia.
(C) O princípio da falta de interesse, tal como estabelecido no CPP, não admite arguição da nulidade por quem tenha dado causa ou concorrido para a existência do vício.
(D) O *habeas corpus* deve ser concedido, porque o patrono de Silvana estava impossibilitado de exercer a advocacia e, por conseguinte, seriam nulos os atos por ele praticados.
(E) O *habeas corpus* deve ser concedido, porque a ilegitimidade do representante da parte é causa de nulidade absoluta.

Art. 565 do CPP.
Gabarito "C"

16. RECURSOS

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Com relação às nulidades e aos recursos no âmbito do processo penal, assinale a opção correta.

(A) No processo penal, a falta e a deficiência da defesa técnica constituem nulidade absoluta.
(B) É nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, mas não transcreve a denúncia ou a queixa.
(C) O prazo para a interposição de agravo contra decisão do juiz da execução penal é de cinco dias.
(D) Ao MP é concedido prazo em dobro para a interposição dos recursos criminais.
(E) Quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável à acusação, admitem-se embargos infringentes e de nulidade a serem interpostos pelo MP.

A: proposição incorreta, pois não reflete o posicionamento firmado na Súmula nº 523 do STF: "No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu"; **B:** incorreta, visto que não corresponde ao entendimento consolidado na Súmula nº 366 do STF: "Não é nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia"; **C:** assertiva correta, pois corresponde ao teor da Súmula nº 700 do STF: "É de cinco dias o prazo para interposição de agravo contra decisão do juiz da execução penal"; **D:** incorreta. O art. 188 do CPC [corresponde ao art. 180 do NCPC], que concede o prazo em dobro para o MP recorrer, não tem aplicação no âmbito do processo penal; **E:** incorreta. Os embargos infringentes e de nulidade, recursos exclusivos da *defesa*, somente podem ser opostos quando a decisão desfavorável ao réu, em segunda instância, não for unânime – art. 609, parágrafo único, CPP.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2010.1) Maurício foi denunciado pela prática do delito de estelionato perante a 1.ª Vara Criminal de Justiça de Belo Horizonte – MG. Por entender que não havia justa causa para a ação penal, o advogado contratado pelo réu impetrou *habeas corpus* perante o TJ/MG, que, por maioria de votos, denegou a ordem. Nessa situação hipotética, em face da inexistência de ambiguidade, omissão, contradição, ou obscuridade no acórdão, caberá recurso

(A) ordinário constitucional ao STJ.
(B) ordinário constitucional ao STF.
(C) especial ao STJ e(ou) recurso extraordinário ao STF, conforme o teor da fundamentação do acórdão.
(D) de embargos infringentes e de nulidade ao grupo criminal competente do TJ/MG.

O art. 105, II, "a", da CF/1988 assim dispõe: "Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I – julgar, em recurso ordinário: a) os "habeas-corpus" decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória".
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.1) Jaime foi denunciado pela prática de crime político perante a 12.ª Vara Criminal Federal do DF. Acolhida a pretensão acusatória e condenado o réu, a decisão condenatória foi publicada no Diário da Justiça. Nessa situação hipotética, considerando-se que não há fundamento para a interposição de *habeas corpus* e que não há ambiguidade, omissão, contradição ou obscuridade na sentença condenatória, contra esta cabe

(A) recurso ordinário constitucional diretamente ao STF.
(B) recurso ordinário constitucional diretamente ao STJ.
(C) recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região.
(D) pedido de revisão criminal ao próprio juízo sentenciante.

Conforme e estabelece o art. 102, II, *b*, da C**F:** "Compete ao Supremo Tribunal Federal: I – julgar, em recurso ordinário: a) crime político".
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2) Assinale a opção correta acerca do tribunal do júri.

(A) Em se tratando de nulidades do júri, o CPP determina que sejam elas suscitadas logo após a réplica.
(B) O efeito devolutivo da apelação contra decisões do júri não é adstrito aos fundamentos da sua interposição.
(C) A soberania dos veredictos não é assegurada, pela CF, à instituição do júri.
(D) Se a decisão for manifestamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando os jurados decidirem arbitrariamente, dissociando-se de toda e qualquer evidência probatória, caberá apelação.

A: incorreta. *Vide* art. 571, I, V e VIII, do CPP, que indica o momento oportuno para suscitá-las; **B:** incorreta. Súmula 713 do STF: "O efeito devolutivo da apelação contra decisões do júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição"; **C:** incorreta, já que está expressamente prevista no art. 5º, XXXVIII, *c*, da CF; **D:** correta (art. 593, III, *d*, do CPP).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.2) Assinale a opção correta de acordo com as súmulas do STF.

(A) A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, não impede o conhecimento da apelação por este interposta.

(B) Admite-se a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.
(C) A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo CP, é considerada para a concessão de outros benefícios, tais como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.
(D) Inadmite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

A: correta (Súmula 705 do STF); **B:** incorreta, pois, se ultrapassar o limite de um ano, a suspensão não poderá ser admitida (Súmula 243 do STJ); **C:** incorreta, uma vez que a pena unificada não é considerada para a concessão dos benefícios citados (Súmula 715 do STF); **D:** incorreta, pois é admitida, neste caso, a progressão (Súmula 716 do STF).
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2) Assinale a opção correta acerca dos recursos, segundo o CPP.

(A) O juiz deverá recorrer, de ofício, da sentença concessiva de *habeas corpus*.
(B) O MP poderá desistir de recurso que haja interposto.
(C) Admite-se recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.
(D) A parte será prejudicada pela interposição de um recurso por outro, ainda que tenha atuado de boa-fé.

A: correta (art. 574, I, do CPP); **B:** incorreta, visto que ao MP não é dado desistir do recurso que haja interposto (art. 576 do CPP – postulado da indisponibilidade); **C:** incorreta, pois, não havendo interesse na reforma ou modificação do julgado, não será admitida a interposição de recurso (art. 577, parágrafo único, do CPP); **D:** incorreta, pois em conformidade com o art. 579 do CPP, que enuncia o princípio da fungibilidade recursal.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.1) Acerca dos recursos no processo penal, assinale a opção correta.

(A) No caso de crime político previsto na Lei de Segurança Nacional, cabe recurso ordinário constitucional ao STJ.
(B) No caso de concurso de pessoas, a decisão do recurso interposto por um dos réus se estende aos demais, em face do princípio da igualdade, sendo irrelevante o fundamento.
(C) Admite-se protesto por novo júri quando a condenação imposta em grau de recurso for igual ou superior a vinte anos, desde que decorrente de concurso material.
(D) É nula a decisão do tribunal de justiça que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.

A: incorreta. Caberá recurso ordinário constitucional ao STF (art. 102, II, b, da CF); **B:** incorreta. Só se estenderá aos demais se os motivos não forem de caráter exclusivamente pessoal (art. 580 do CPP); **C:** incorreta. Os artigos 607 e 608 do CPP, que disciplinavam o *protesto por novo júri*, foram revogados por força da Lei 11.689/2008; **D:** correta, pois a redação da assertiva corresponde à Súmula 160 do STF.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.1) Assinale a opção correta acerca do recurso de apelação.

(A) O regular processamento de recurso de apelação do condenado depende do seu recolhimento à prisão.
(B) O Código de Processo Penal (CPP) não permite que o apelante recorra de apenas uma parte da sentença, como, por exemplo, do regime de cumprimento da pena, visto que a apelação deve ser interposta em relação a todo o julgado.
(C) O acesso à instância recursal superior consubstancia direito que se encontra incorporado ao sistema pátrio de direitos e garantias fundamentais.
(D) A apelação da sentença absolutória impedirá que o réu seja posto imediatamente em liberdade.

A: incorreta (art. 5º, LXVI, da CF). A prisão processual automática é incompatível com a atual ordem constitucional; **B:** incorreta, já que ao apelante é dado o direito de recorrer de apenas uma parte da sentença (art. 599 do CPP); **C:** correta, conforme art. 5º, LV e § 2º, da CF; e arts. 92 e ss., também da CF ("Do Poder Judiciário"). A garantia do *duplo grau de jurisdição* está implicitamente prevista na Constituição Federal; **D:** incorreta, pois não impedirá que ele seja posto imediatamente em liberdade (art. 596 do CPP).
Gabarito "C"

17. *HABEAS CORPUS,* MANDADO DE SEGURANÇA E REVISÃO CRIMINAL

(Técnico Judiciário – TJ/RR – 2006 – CESPE) Com relação ao *habeas corpus*, assinale a opção correta.

(A) Caberá *habeas corpus* contra decisão do juiz que defere ao réu liberdade provisória em virtude de prisão em flagrante, podendo o remédio jurídico ser interposto pela autoridade policial ou pelo representante do Ministério Público.
(B) O *habeas corpus* pode ser impetrado por meio de petição anônima, pois o juiz poderá conceder a ordem desde que identificado o paciente.
(C) Em inquérito policial instaurado pela autoridade policial mediante requisição judicial, a autoridade coatora é o juiz de direito, pois o delegado de polícia não podia deixar de cumprir a requisição.
(D) Em nenhuma hipótese, a defesa do réu pode ser cometida a pessoa leiga, não sendo possível a prática de qualquer ato privativo de advogado por pessoa não inscrita no órgão da classe, mesmo que em sede de *habeas corpus*.

A: incorreta. Não é admissível a impetração de *habeas corpus* quando não houver violência ou coação à liberdade de locomoção – art. 5º, LXVIII, da CF e art. 647 do CPP; **B:** incorreta. Embora não se exija habilitação legal, não se admite a impetração apócrifa, devendo esta, pois, ser indeferida de plano; **C:** correta. Neste caso, a competência para julgar o *habeas corpus* será do Tribunal; **D:** incorreta. O *habeas corpus*, no que se refere à sua impetração, não exige habilitação técnica, podendo tal atribuição ser conferida a qualquer pessoa – art. 654, *caput*, do CPP.
Gabarito "C"

(Escrivão de Polícia/AC – 2008 – CESPE) Julgue os itens a seguir, acerca do *habeas corpus*.

(1) Caberá *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, sendo considerada ilegal a coação quando o processo for manifestamente nulo.
(2) Ordenada a soltura do paciente em virtude de *habeas corpus*, a autoridade que tiver determinado a coação não poderá ser condenada nas custas processuais.
(3) O *habeas corpus*, que visa tutelar o direito de ir e vir do réu, é recurso exclusivo da defesa e não pode ser impetrado pelo Ministério Público.

1: correta, com base no que dispõe o art. 647 do CPP; **2:** incorreta, pois o art. 653 do CPP dispõe que, ordenada a soltura do paciente em virtude da concessão de ordem a *habeas corpus* impetrado, a autoridade que por má-fé ou evidente abuso de poder determinou a coação será condenada nas custas decorrentes do ato; **3:** incorreta, pois o art. 654 do CPP dispõe em sua parte final que o *habeas corpus* poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público;
Gabarito 1C, 2E, 3E

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) A respeito do mandado de segurança criminal, assinale a opção correta.

(A) O MP não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança criminal, uma vez que se trata de prerrogativa exclusiva da defesa.
(B) Nos casos urgentes, segundo jurisprudência sumulada do STF, é cabível mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.
(C) A competência para processar e julgar mandado de segurança contra decisões emanadas dos juizados especiais criminais estaduais é dos respectivos tribunais de justiça.

(D) É inadmissível a interposição de mandado de segurança criminal nas hipóteses em que haja controvérsia acerca da matéria de direito.

(E) O mandado de segurança em matéria penal deve ser julgado por autoridade judicial com competência criminal.

A: é pacífico o entendimento no sentido de que o Ministério Público tem legitimidade para a impetração de mandado de segurança no âmbito criminal, não se tratando, portanto, de instrumento exclusivo da defesa. Sua disciplina encontra-se atualmente na Lei 12.016/2009; **B:** proposição incorreta, visto que contraria entendimento firmado na Súmula nº 267 do STF; **C:** a jurisprudência vem entendendo que a competência para o julgamento de mandado de segurança impetrado em face de decisão emanada dos juizados especiais criminais é do Colégio Recursal encarregado de reavaliar as decisões do juizado; **D:** incorreta, visto que contraria entendimento firmado na Súmula nº 625 do STF; **E:** assertiva correta, visto que detém competência para o julgamento do mandado de segurança em matéria criminal a autoridade judiciária com competência no âmbito criminal.

Gabarito "E"

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Felipe foi denunciado pelo Ministério Público pela prática de crime de furto. Presentes as condições objetivas e subjetivas para tanto, o promotor de justiça ofereceu proposta de suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89 da Lei n.º 9.099/1995. Felipe aceitou as condições, tendo sido o acordo homologado pelo juiz e suspenso o processo pelo prazo de dois anos, estabelecido para o cumprimento das condições avençadas. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Felipe poderá impetrar *habeas corpus* para trancamento da ação penal por ausência de justa causa, apesar de ter aceitado a proposta de suspensão condicional do processo.

(B) No momento em que o acusado aceita livremente a proposta ministerial consubstanciada na suspensão condicional do processo, consequentemente, ele renuncia ao interesse de agir, sendo impossível buscar o trancamento da ação penal via *habeas corpus*, com fundamento na falta de justa causa para sua existência.

(C) Felipe somente poderá impetrar *habeas corpus* para trancamento da ação penal com base na extinção da punibilidade prévia à aceitação da proposta ofertada pelo Ministério Público.

(D) O *habeas corpus* não se presta a trancar ação penal por ausência de justa causa.

(E) Felipe somente poderá impetrar *habeas corpus* para trancamento da ação penal com base na atipicidade da conduta que lhe foi imputada.

É possível impetrar-se *habeas corpus* no curso de processo suspenso nos termos do art. 89 da Lei 9.099/1995 (*sursis* processual).

Gabarito "A"

(Cartório/DF – 2008 – CESPE) Com base na jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item seguinte, acerca do direito processual penal.

(1) De acordo com a jurisprudência do STJ, a alegação de atipicidade da conduta por ausência de dolo é compatível com a via estreita do *habeas corpus*.

1: Incorreta. Nesse sentido: STJ, HC 177.099-PB, 6ª T., rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, j. 07/02/2013, *DJe* 20/02/2013.

Gabarito 1E

(Cartório/DF – 2008 – CESPE) Com base na jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item seguinte, acerca do direito processual penal.

(1) Devido à ausência de expressa previsão legal, é incabível a revisão criminal no âmbito dos juizados especiais.

1: Incorreta, visto que é admissível, sim, a revisão criminal de decisão condenatório proferida pelo juizado especial criminal, dado que inexiste dispositivo que exclua tal possibilidade. No sentido do afirmado, conferir: "Conflito negativo de competência entre tribunal de justiça e colégio recursal – Revisão criminal – Crime de menor potencial ofensivo – Ameaça – Ação penal que teve curso perante os juizados especiais – Ausência de previsão legal expressa para a revisão no âmbito dos juizados – Garantia constitucional – Vedação tão somente quanto à ação rescisória – Incompetência do tribunal de justiça para rever o *decisum* questionado – Impossibilidade de formação de grupo de turmas recursais – Utilização analógica do CPP – Possibilidade, em tese, de convocação de magistrados suplentes a fim de evitar o julgamento pelos mesmos juízes que apreciaram a apelação – Competência da turma recursal. 1. Apesar da ausência de expressa previsão legal, mostra-se cabível a revisão criminal no âmbito dos Juizados Especiais, decorrência lógica da garantia constitucional da ampla defesa, notadamente quando a legislação ordinária vedou apenas a ação rescisória, de natureza processual cível. 2. É manifesta a incompetência do Tribunal de Justiça para tomar conhecimento de revisão criminal ajuizada contra *decisum* oriundo dos Juizados Especiais. 3. A falta de previsão legal específica para o processamento da ação revisional perante o Colegiado Recursal não impede seu ajuizamento, cabendo à espécie a utilização subsidiária dos ditames previstos no Código de Processo Penal. 4. Caso a composição da Turma Recursal impossibilite a perfeita obediência aos dispositivos legais atinentes à espécie, mostra-se viável, em tese, a convocação dos magistrados suplentes para tomar parte no julgamento, solucionando-se a controvérsia e, principalmente, resguardando-se o direito do agente de ver julgada sua ação revisional. 5. Competência da Turma Recursal." (STJ, Conflito de Competência 47.718/RS, 3ª Seção, rel. Min. Jane Silva – Des. convocada do TJMG, j. 13/08/2008).

Gabarito 1E

(Cartório/DF – 2006 – CESPE) Segundo a legislação e a doutrina pertinentes, e considerando, ainda, a jurisprudência do STJ e do STF, julgue o próximo item, relativo ao direito processual penal.

(1) O *habeas corpus* é a via adequada para a correção da dosagem de pena.

1: Incorreta. Nesse sentido, *vide*: STF, 2ª T., HC 86.540-SP, j. 06/12/2005, rel. Min. Carlos Velloso, *DJ* 03/02/2006.

Gabarito 1E

(Analista – STJ – 2008 – CESPE) Julgue os seguintes itens, que versam acerca de *habeas corpus* e das relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.

(1) O STJ entende possível o recebimento de *habeas corpus* como substitutivo de revisão criminal, quando a ilegalidade for manifesta e não for necessário o revolvimento de matéria fático-probatória.

(2) A alegação de ausência do estado de flagrância é matéria de ordem pública e, por versar diretamente sobre o direito de liberdade, ainda que não tenha sido objeto de análise pelo tribunal *a quo*, pode ser analisada pelo STJ.

1: correta – nesse sentido, o seguinte julgado: "Processual penal. *Habeas corpus*. art. 121, § 2º, I, III e IV, art. 211 (duas vezes), art. 180, § 1º, e art. 288, parágrafo único, todos do CP. *Habeas corpus* substitutivo de revisão criminal. Possibilidade. I – O recebimento do *habeas corpus* como substitutivo de revisão criminal é viável tão somente quando a ilegalidade for manifesta e não seja necessário o revolvimento de matéria fático-probatória (Precedentes). II – Dessa forma, havendo possibilidade de lesão ao direito de locomoção do paciente, deve o e. Tribunal a quo conhecer do *habeas corpus* impetrado na origem, como substituto de revisão criminal, para análise, como entender de direito, das questões levantadas na impetração, que não exijam o revolvimento de prova. III – Assim, no caso, deve o e. Tribunal de origem examinar as questões levantadas no writ referentes à dosimetria da pena (matéria de direito). Contudo, não merece censura a decisão prolatada pelo e. Tribunal de origem em que não conheceu do *mandamus* na parte em que se buscava a revisão da condenação do paciente pelos crimes conexos. Isso porque é inegável que, neste caso, o exame do material probatório revelar-se-ia indispensável, posto que não há como se afastar uma condenação com base na alegação de falta de justa-causa sem que se verifique em que elementos probatórios se apoia o juízo condenatório. Ordem parcialmente concedida". (HC 102.139/PA, Rel. Ministro Felix Fischer, QUINTA TURMA, j. 17/06/2008, *DJe* 18/08/2008); **2:** incorreta – a alegação de ausência do estado de flagrância, para ser apreciada pelo STJ, há de ter sido objeto de análise pelo tribunal *a quo*, sob pena de configurar indevida supressão de instância. Confira, nesse sentido, o julgado: "*Habeas corpus*. Prisão

em flagrante. Homicídio duplamente qualificado, posse ilegal de arma de fogo de uso permitido e violência doméstica. Alegação de ausência do estado de flagrância. Matéria não examinada no tribunal a quo. Supressão de instância. Indeferimento do pedido de liberdade provisória. Ausência de justificativa idônea amparada em fatos concretos. Constrangimento ilegal evidenciado. Precedentes do STJ e do STF. Ordem parcialmente conhecida e, nesta parte, concedida, em consonância com o parecer ministerial. 1. A alegação de ausência do estado de flagrância não foi objeto de análise pelo acórdão impugnado, o que inviabiliza o exame da matéria por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância. 2. É fora de dúvida que a manutenção da prisão cautelar, assim entendida aquela que antecede a condenação transitada em julgado, há de explicitar a necessidade da medida, indicando os motivos que a tornam indispensável, dentre os elencados no art. 312 do CPP, como, aliás, impõe o art. 315 do mesmo Código. 3. Como se verifica da decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória do paciente, confirmada pela Corte Estadual, manteve-se a segregação do acusado sob o argumento de que era necessária, mas sem apontar, objetivamente, as razões pelas quais se mostra indispensável o seu encarceramento provisório, limitando-se a repetir os dizeres do art. 312 do CPP. 4. Ordem parcialmente conhecida e, nesta parte, concedida, em consonância com o parecer do MPF, mas apenas e somente para deferir o pedido de liberdade provisória ao paciente, se por outro motivo não estiver preso, sem prejuízo de nova decretação, com base em fundamentação concreta". (HC 98.882/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, j. 26/06/2008, *DJe* 04/08/2008).

Gabarito "C", 2E

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Acerca do *habeas corpus*, assinale a opção correta.

(A) Se o *habeas corpus* for concedido em virtude de nulidade do processo, os atos anteriores poderão ser integralmente ratificados pelo juiz competente.
(B) A autoridade que houver determinado a coação reputada ilegal não poderá ser condenada nas custas, após a soltura do paciente em virtude de *habeas corpus*.
(C) A concessão do *habeas corpus* não obstará nem porá termo ao processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.
(D) Somente o advogado, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, poderá impetrar o *habeas corpus*.

A: art. 652 do CPP; **B:** art. 653 do CPP; **C:** art. 651 do CPP; **D:** art. 654 do CPP. Para a impetração do *habeas corpus* não se faz necessário habilitação técnica, podendo fazê-lo, portanto, o próprio paciente.

Gabarito "C"

(Analista – TJ/DF – 2008 – CESPE) Julgue os seguintes itens, relativos ao *habeas corpus*.

(1) No caso de *habeas corpus* repressivo, se o juiz verificar, antes do julgamento do pedido de liminar, que a coação ilegal já cessou, não poderá julgar prejudicado o pedido, devendo enfrentar o mérito, tendo em vista que a coação ilegal representa violação a direito humano fundamental e pode vir a se repetir.
(2) Em caso de nulidade manifesta do processo, não cabe *habeas corpus*, pois não há coação ilegal. Deve a parte, em tal caso, simplesmente peticionar ao juiz da causa, requerendo que declare a nulidade do feito.

1: art. 659 do CPP; **2:** art. 647, VI, do CPP.

Gabarito 1E, 2E

(Analista – TJ/RJ – 2008 – CESPE) Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética relativa a *habeas corpus*, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta assertiva correta.

(A) Henrique foi preso em flagrante delito por porte de arma de fogo. Oferecida a denúncia, o juiz a recebeu. Nessa situação, se for ilegal a prisão, a autoridade coatora passa a ser o juiz que recebeu a denúncia e o *habeas corpus* não poderá ser interposto por estudante de direito que não seja inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
(B) Mário foi preso em flagrante pela prática de crime de roubo. Na audiência de instrução e julgamento, constatou-se que Mário não havia sido intimado para o ato e, apesar da manifestação da defesa requerendo o adiamento do ato e a intimação regular do acusado, o juiz realizou a audiência. Nessa situação, se o tribunal conceder *habeas corpus* em face da nulidade do processo, haverá, em consequência, o trancamento da ação penal.
(C) Júlio foi denunciado pela prática de crime de furto, embora ficasse constatado que ocorrera a prescrição entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia. Nessa situação, não cabe *habeas corpus* com a finalidade de trancar a ação penal, tendo em vista que não há coação ilegal, pois Júlio não estava preso.
(D) Porfírio foi preso em flagrante pela prática de infração penal punida com pena de detenção. No entanto, a autoridade policial não lhe concedeu fiança, embora preenchidos os requisitos legais para tanto, por entender que seria conveniente para a instrução do inquérito policial a manutenção da prisão de Porfírio. Nessa situação, não há coação ilegal passível de ser sanada via *habeas corpus*.
(E) Hugo foi preso em flagrante delito e, após determinação do juiz de direito no sentido de ele ser colocado em liberdade, em face de decisão de liberdade provisória com fiança, o delegado de polícia, por má-fé, manteve Hugo preso por mais duas semanas. Nessa situação, ordenada a soltura de Hugo em virtude de *habeas corpus*, o delegado de polícia será condenado nas custas.

A: incorreta – o *habeas corpus* pode ser impetrado por qualquer pessoa (art. 654 do CPP), independentemente de habilitação técnica. Assim, o estudante de direito (impetrante), ainda que não inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, poderá impetrá-lo em favor do paciente. De outro lado, a autoridade coatora é de fato o juiz que recebeu a denúncia; **B:** incorreta – art. 652 do CPP; **C:** incorreta –art. 648, VII, do CPP; **D:** incorreta – art. 648, V, do CPP; **E:** correta – art. 653 do CPP.

Gabarito "E"

(OAB – CESPE – 2008.3) Acerca da revisão criminal, assinale a opção correta.

(A) A revisão poderá ser requerida em qualquer tempo, antes ou após a extinção da pena.
(B) Ainda que fundada em novas provas, não é admitida a reiteração do pedido de revisão criminal.
(C) A revisão não pode ser pedida pelo próprio réu, pois é recurso de interposição privativo de advogado.
(D) Julgando procedente a revisão, o tribunal poderá alterar a classificação da infração ou absolver o réu, mas não poderá modificar a pena.

A: correta (art. 622, *caput*, do CPP); **B:** incorreta, visto que, se fundada em novas provas, é admitida a reiteração do pedido (art. 622, parágrafo único, do CPP); **C:** incorreta. Pode ser pedida pelo réu, por seu procurador ou, no caso de morte do réu, pelo seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão (art. 623 do CPP); **D:** incorreta, pois poderá modificar a pena (art. 626, *caput*, do CPP).

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2) Durante uma blitz, um policial simulou a descoberta de arma de fogo e substância alucinógena no porta-malas do carro de Rui, que foi preso em flagrante. O flagrante foi comunicado ao juiz no prazo legal. O advogado de Rui apresentou requerimento adequado ao juiz de plantão, que indeferiu o pedido, sob o fundamento de que as prisões provisórias não ofendem os preceitos constitucionais. Nessa situação hipotética, a providência cabível para que Rui seja liberado será

(A) O *habeas corpus* perante o tribunal de justiça.
(B) O livramento condicional perante o juiz titular.
(C) A reclamação à corregedoria de polícia.
(D) O *habeas corpus* perante o STF.

Art. 5º, LXVIII, da CF; arts. 647 e 648, I, do CPP. O remédio constitucional deverá ser impetrado no Tribunal de Justiça porque a autoridade coatora, neste caso, é juiz de direito.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.1) No que se refere às ações autônomas criminais, assinale a opção correta.

(A) Em face da soberania dos veredictos, das decisões de mérito do tribunal do júri não se admite revisão criminal.
(B) A revisão criminal pode ser requerida, desde que antes da extinção da pena, pelo réu ou por procurador, independentemente de habilitação.
(C) Cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa ou quando já estiver extinta a pena privativa de liberdade.
(D) Admite-se mandado de segurança para o advogado poder acompanhar diligência em processo judicial, ainda que sigiloso.

A: incorreta. Prevalece hoje na doutrina e na jurisprudência o entendimento segundo o qual cabe revisão criminal contra decisão definitiva proferida pelo Tribunal Popular; **B:** incorreta, visto que a revisão pode ser requerida depois de extinta a pena, e o procurador deve estar legalmente habilitado (arts. 622 e 623 do CPP); **C:** incorreta. Não cabe *habeas corpus* nas hipóteses contidas na alternativa (Súmulas 693 e 695 do STF); **D:** correta, nos moldes do art. 5º, LXIX, da CF. As Leis 1.533/1951 e 4.348/1964 foram expressamente revogadas pela Lei 12.016/2009, que estabeleceu nova disciplina para o mandado de segurança (individual e coletivo). Destina-se o mandado de segurança a amparar direito líquido e certo. A jurisprudência tem entendido cabível o uso do mandado de segurança, entre outras hipóteses, para permitir o acesso do advogado aos autos de inquérito e também do processo, ainda que tramitem em segredo de justiça.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.1) Adalberto, indiciado pelo crime de roubo, está preso preventivamente por mais de dois anos, sendo o excesso de prazo culpa do Poder Judiciário. Além disso, o juiz marcou a audiência de oitiva de testemunhas do Ministério Público para 2009.

Nesse caso, o advogado de Adalberto, a fim de que este aguarde o término do processo em liberdade, poderá

(A) impetrar *habeas corpus*.
(B) opor embargos de declaração da decisão do juiz quanto à designação da audiência de oitiva de testemunhas para 2009.
(C) opor embargos infringentes da decisão do juiz quanto à designação da audiência de oitiva de testemunhas para 2009.
(D) interpor agravo em execução.

Art. 5º, LXVIII, da CF; e arts. 647 e 648, II, do CPP.
Gabarito "A"

18. LEI DE EXECUÇÃO PENAL

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) De acordo com a Lei de Execução Penal, assinale a opção correta.

(A) O trabalho externo é inadmissível para os presos em regime fechado, tendo em vista o alto grau de periculosidade dos condenados.
(B) A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento penal, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de dois terços da pena.
(C) Se o preso for punido por falta média, será revogada a autorização de trabalho externo.
(D) Se o preso praticar fato definido como crime, revogar-se á a autorização de trabalho externo.
(E) Para o preso provisório, o trabalho é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.

A: incorreta – é admissível que o recolhido em regime fechado desempenhe trabalhos externos em serviço ou obras públicas, desde que tomadas cautelas para evitar a fuga (art. 36, LEP); **B:** incorreta – para que seja autorizada a realização de trabalhos externos é exigível que o sentenciado tenha cumprido no mínimo 1/6 de sua pena; **C:** incorreta e **D:** correta – a autorização para realização de trabalho externo será revogada nos casos em que o sentenciado praticar fato definido como crime, for punido por falta grave, ou tiver comportamento contrário aos requisitos estabelecidos neste artigo (art. 37, parágrafo único, LEP); **E:** ao preso provisório o trabalho não é obrigatório (art. 31, parágrafo único).
Gabarito "D"

(Magistratura/AL – 2008 – CESPE) Com base na Lei de Execução Penal (LEP) e acerca dos direitos, deveres e disciplina do preso e (ou) condenado, assinale a opção correta.

(A) O princípio da legalidade não se aplica ao regime disciplinar previsto na LEP, de forma que é possível haver falta disciplinar que não esteja prevista expressamente em lei ou regulamento, a depender de ato do diretor do presídio, ratificado pelo juiz competente.
(B) Não sendo possível identificar o preso que deu início a motim em um corredor do presídio, o diretor do estabelecimento poderá aplicar sanção disciplinar coletiva.
(C) O preso provisório não se submete ao regime disciplinar diferenciado, que é aplicável somente ao condenado definitivamente a pena privativa de liberdade.
(D) Sujeita-se ao regime disciplinar diferenciado o condenado sobre o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.
(E) A inclusão no regime disciplinar diferenciado pode ser aplicada por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional, com posterior homologação pelo juiz da execução.

A: incorreta – o ***princípio da legalidade*** aplica-se, sim, ao regime disciplinar previsto na LEP, que contempla, por conta disso, um rol taxativo de faltas disciplinares; **B:** incorreta – o art. 45, § 3º, da LEP impõe a vedação às sanções coletivas. É necessário, sim, que a conduta de cada preso seja individualizada; **C:** incorreta – o art. 52, *caput* e § 1º, da LEP dispõe que o RDD também poderá abrigar presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros, que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade; **D:** correta – art. 52, § 2º, da LEP; **E:** art. 60, *caput*, da LEP.
Gabarito "D"

(Ministério Público/AM – 2008 – CESPE) Acerca da execução penal, assinale a opção correta.

(A) Entende o STF que, em caso de cometimento de falta grave pelo preso durante o cumprimento da pena, haverá a perda dos dias remidos, aplicando-se analogicamente o disposto no art. 58 da Lei de Execução Penal, para limitar a perda a trinta dias.
(B) Havendo rebelião em um pavilhão do presídio, não se podendo identificar ao certo quem deu início a ela, é cabível a punição de todos os condenados desse pavilhão.
(C) Segundo a Lei de Execução Penal, a tentativa é punida com sanção mais branda do que a correspondente à falta consumada.
(D) Em caso de regime disciplinar diferenciado, o tempo de isolamento ou inclusão preventiva no regime não será computado no período de cumprimento da sanção disciplinar.
(E) É nula a decisão judicial que transfere o sentenciado do regime fechado para o regime semiaberto, sem oitiva e anuência prévias do MP.

A: incorreta. Neste caso, ante a mudança implementada no art. 127 da LEP pela Lei 12.433/2011, o juiz poderá revogar até 1/3 do tempo remido; **B:** incorreta (art. 45, § 3º, da LEP). É a consagração do princípio da *responsabilidade pessoal*, razão pela qual é necessária a identificação dos participantes e individualização das condutas; **C:** incorreta. Em face do que estabelece o art. 49, parágrafo único, da LEP, a tentativa deve ser punida com a mesma sanção prevista para a falta consumada; **D:** incorreta (art. 60, parágrafo único, da LEP); **E:** correta (art. 112, § 1º, da LEP).
Gabarito "E"

(Ministério Público/RR – 2008 – CESPE) Com relação à execução da pena, julgue os próximos itens.

(1) Se um interno de um presídio tiver sido surpreendido quando fazia uso de telefone celular, nessa situação, sua conduta pode ser enquadrada como falta grave, tendo como consequência a perda dos dias remidos.
(2) O regime disciplinar diferenciado poderá ser imposto aos presos provisórios e aos condenados, sendo cabível quando houver risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.

(3) Considere a seguinte situação hipotética. Iran foi condenado à pena privativa de liberdade de seis anos, em regime fechado, pela prática do crime de estupro, com violência real. Tendo cumprido dois anos da pena aplicada, requereu a progressão de regime, tendo sido expedido, pelo diretor do presídio, atestado comprovando seu bom comportamento carcerário. O pedido foi deferido pelo juiz. Nessa situação, o juiz agiu incorretamente, tendo em vista que, tratando-se de delito praticado com violência contra a pessoa, torna-se imprescindível a realização de exame criminológico.

1: correta – arts. 50, VII, e 127 da LEP, cuja nova redação impõe ao magistrado, a título de perda decorrente do cometimento de falta grave, o limite de 1/3 dos dias remidos; **2:** correta – art. 52, § 1º, da LEP; **3:** incorreta – a nova redação conferida ao art. 112 da LEP deixou de exigir o exame criminológico. Entretanto, a jurisprudência firmou o entendimento no sentido de que o Juízo da Execução, em face das peculiaridades do caso concreto, se entender necessário, pode determinar a sua realização. Nesse sentido, a Súmula 439 do STJ e Súmula Vinculante nº 26.

Gabarito 1C, 2C, 3E

(OAB – CESPE – 2009.3) Acerca do instituto da remição, previsto na Lei de Execução Penal, assinale a opção correta.

(A) O tempo remido não poderá ser computado para a concessão de livramento condicional e indulto.
(B) O condenado que for punido por falta grave não perderá o direito ao tempo remido, que constitui direito adquirido do preso.
(C) Poderão ser beneficiados pela remição em razão do trabalho o preso provisório e o preso condenado que cumpra a pena em regime fechado, semiaberto ou aberto.
(D) O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho continuará a se beneficiar da remição.

A: incorreta. Em vista da nova redação dada ao art. 128 pela Lei 12.433/2011, o tempo remido será computado para todos os fins, não só para a concessão de livramento condicional e indulto. Na prática, já funcionava dessa maneira; **B:** incorreta. O cometimento de falta grave implica a revogação de parte do tempo remido. Não há que se falar, aqui, em direito adquirido. Em vista das alterações implementadas na LEP pela Lei 12.433/2011, estabeleceu-se, no caso de cometimento de falta grave, uma proporção máxima em relação à qual poderá se dar a perda dos dias remidos. Assim, diante da prática de falta grave, poderá o juiz, em vista da nova redação do art. 127 da LEP, revogar no máximo 1/3 do tempo remido, devendo a contagem recomeçar a partir da data da infração disciplinar. Antes disso, o condenado perdia os dias remidos na sua totalidade. *Vide* o teor da Súmula Vinculante 9, que, com a edição da Lei 12.433/2011, perdeu sua razão de ser; **C:** incorreta. Os condenados que cumpram pena em regime aberto não poderão ser beneficiados (art. 126, *caput*, da Lei 7.210/1984, com redação modificada pela Lei 12.344/2011); **D:** correta. Art. 126, § 4º, da Lei 7.210/1984, com redação alterada pela Lei 12.433/2011.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.2) Com base no que dispõe a Lei de Execuções Penais, assinale a opção correta.

(A) A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para regimes mais rigorosos, quando o condenado, por exemplo, praticar fato definido como crime doloso ou falta grave.
(B) A saída temporária destina-se aos condenados que cumpram pena em regime fechado ou semiaberto e poderá ser autorizada para visita à família, frequência a curso profissionalizante ou de instrução do ensino médio ou superior.
(C) Considere que James tenha sido definitivamente condenado pela prática de crime de estupro e que, posteriormente, no curso da execução de tal pena, ele tenha sido condenado pela prática de crime de corrupção passiva. Nessa situação, como James já estava cumprindo a pena do crime de estupro, não poderá haver soma das penas para determinação do regime.
(D) O ingresso do condenado no regime aberto em decorrência da progressão do regime semiaberto fixado como inicial pela sentença condenatória constitui resultado do cumprimento de parte da pena imposta e é automático, não pressupondo a aceitação do programa do regime aberto e de eventuais condições impostas pelo juiz.

A: correta (art. 118 da Lei 7.210/1984); **B:** incorreta. Os condenados que cumprem a pena em regime fechado não fazem jus à saída temporária, nos termos do disposto no art. 122 da Lei 7.210/1984; **C:** incorreta. As penas serão somadas para determinação do regime de cumprimento da reprimenda (art. 111, parágrafo único, da Lei 7.210/1984); **D:** incorreta, dado que o ingresso no regime mais brando não é automático e pressupõe a aceitação do programa e das condições impostas pelo juiz (arts. 113 e 114 da Lei 7.210/1984).

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.1) Acerca da substituição da pena privativa de liberdade, assinale a opção incorreta.

(A) As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as penas privativas de liberdade, podendo ser aplicadas em casos de crimes cometidos com grave ameaça, desde que não tenha havido violência contra a pessoa.
(B) Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.
(C) A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta.
(D) A pena de multa descumprida não pode ser convertida em prisão.

A: incorreta, devendo ser assinalada, visto que não pode ter havido grave ameaça (art. 44, I, do CP); **B:** correta, nos termos do art. 44, § 3º, do CP; **C:** correta, nos termos do art. 44, § 4º, primeira parte, do CP; **D:** correta. Com a alteração implementada pela Lei 9.268/1996, que modificou a redação do art. 51 do Código Penal, fica vedada a conversão da pena de multa em prisão.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3) Assinale a opção correta acerca do regime disciplinar diferenciado, segundo a Lei de Execução Penal.

(A) Estará sujeito a esse regime disciplinar, sem prejuízo da sanção penal, o condenado que praticar, enquanto preso, fato previsto como crime doloso, causando com isso subversão da ordem ou disciplina internas.
(B) O regime disciplinar diferenciado terá a duração máxima de 6 meses.
(C) O preso provisório não se sujeita ao regime disciplinar diferenciado.
(D) O preso não terá direito a visitas semanais.

A: correta, nos moldes do art. 52, *caput*, da Lei 7.210/1984 (Lei de Execução Penal); **B:** incorreta. Determina o art. 52, I, da Lei 7.210/1984 que o regime disciplinar diferenciado (RDD) terá a duração máxima de 360 dias; **C:** incorreta. Por força do disposto no *caput* do art. 52 da Lei 7.210/1984, além do condenado, o preso provisório também sujeitar-se-á ao regime disciplinar diferenciado; **D:** incorreta. O preso, condenado ou provisório, terá direito a visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas, conforme prescreve o art. 52, III, da Lei 7.210/1984.

Gabarito "A"

19.. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

(Magistratura/AC – 2008 – CESPE) Com relação a procedimentos presentes no CPP, assinale a opção correta.

(A) Mesmo extinta a punibilidade, no decorrer do processo, em relação ao delito do processo principal, deve o juiz julgar a exceção da verdade interposta.
(B) O procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, previsto no CPP, será cabível para todos os crimes praticados por servidor público, desde que comprovada essa condição.
(C) No procedimento comum, as partes poderão oferecer documentos a qualquer momento, até o final da fase

probatória, sendo vedado às partes oferecer documentos por ocasião das alegações finais.

(D) Com relação ao procedimento previsto na nova Lei de Drogas, tratando-se de crime de fabricação de objeto destinado à preparação de drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, o juiz, ao receber a denúncia, poderá decretar o afastamento cautelar do denunciado de suas atividades, se este for funcionário público, comunicando o fato ao órgão respectivo.

Art. 56, § 1º, da Lei 11.343/2006.
Gabarito "D"

(Magistratura/AL – 2008 – CESPE) Acerca do processo e julgamento dos crimes de tráfico e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, julgue os itens abaixo.

I. Para a lavratura do auto de prisão em flagrante, não se faz necessário laudo de constatação da natureza e quantidade da droga.

II. Os prazos de conclusão do inquérito policial podem ser duplicados pelo juiz, ouvido o MP, mediante pedido justificado da autoridade policial.

III. Em qualquer fase da persecução criminal, é permitida, mediante autorização judicial e ouvido o MP, a não atuação policial sobre os portadores de drogas que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, ainda que não haja conhecimento sobre a identificação dos agentes do delito ou de colaboradores.

IV. O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre as circunstâncias judiciais previstas no CP, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.

V. O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, poderá ser beneficiado com o perdão judicial.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e IV.
(D) III e V.
(E) IV e V.

I: incorreta – art. 50, § 1º, da Lei 11.343/2006; **II:** correta – art. 51, parágrafo único, da Lei 11.343/2006; **III:** incorreta – art. 53, parágrafo único, da Lei 11.343/2006; **IV:** correta – art. 42 da Lei 11.343/2006; **V:** incorreta – art. 41 da Lei 11.343/2006.
Gabarito "C"

(Ministério Público/RO – 2008 – CESPE) Acerca da interceptação das comunicações telefônicas, com base na legislação pertinente, assinale a opção correta.

(A) A interceptação telefônica poderá ser determinada pelo juiz a requerimento da autoridade policial ou do MP, não podendo ser determinada de ofício.

(B) No caso de a diligência possibilitar a gravação da comunicação interceptada, não há necessidade de sua transcrição, bastando a juntada de CDs com o conteúdo da comunicação.

(C) Deferido o pedido, os procedimentos de interceptação telefônica poderão ser conduzidos pela autoridade policial ou pelo MP, dando-se ciência, em todos os casos, à corregedoria-geral de polícia.

(D) Excepcionalmente, o pedido de interceptação de comunicação telefônica poderá ser feito verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que autorizem a interceptação, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.

(E) Ainda que a gravação não interesse à prova, não se admite a sua inutilização, devendo toda a gravação permanecer arquivada, ao final, junto com os autos principais.

A: incorreta (art. 3º da Lei 9.296/1996); **B:** incorreta (art. 6º, § 1º, da Lei 9.296/1996); **C:** incorreta (art. 6º, *caput*, da Lei 9.296/1996); **D:** correta (art. 4º, § 1º, da Lei 9.296/1996); **E:** incorreta (art. 9º da Lei 9.296/1996).
Gabarito "D"

(Delegado/AC – 2008 – CESPE) Acerca das leis penais especiais, julgue os itens a seguir.

(1) No caso de ação praticada por organização criminosa, a lei respectiva prevê meios operacionais de investigação específicos, entre eles a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes, a qual independe de autorização judicial.

(2) Em crimes ambientais, em se tratando de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, poderá haver a responsabilização penal da pessoa jurídica, desde que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal, no interesse da sua entidade.

(3) Em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como substituir a pena privativa de liberdade por pena de multa.

(4) Em caso de crime hediondo, a prisão temporária será cabível, mediante representação da autoridade policial, pelo prazo de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

1: atualmente, a *infiltração de agentes* está prevista nos arts. 10 e ss. da Lei 12.850/2013, que revogou, na íntegra, a Lei 9.034/1955, que contemplava esta medida investigativa no seu art. 2º, V. De toda sorte, a nova lei de regência manteve tal exigência (a infiltração somente pode ser determinada por juiz de direito – art. 10, *caput*, da Lei 12.850/2013); **2:** correta – art. 225, § 3º, da CF e art. 3º, parágrafo único, da Lei 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais). A responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais, a despeito de ser rechaçada por parte da doutrina, é de fato admitida; **3:** incorreta – art. 17 da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha); **4:** assertiva em consonância com o disposto no art. 2º, § 4º, da Lei 8.072/1990 (Crimes Hediondos), ressaltando-se que a prisão temporária também será decretada a requerimento do MP.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Delegado/AC – 2008 – CESPE) Considerando o programa especial de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas e a legislação correlata e julgue os itens que se seguem.

(1) A solicitação para ingresso no programa mencionado não pode ser feita diretamente pela autoridade policial que conduz a investigação criminal, a qual deverá formular representação ao Ministério Público, que tem legitimidade para tanto.

(2) Em caso de urgência e considerando a procedência, a gravidade e a iminência da coação ou ameaça, a vítima ou testemunha poderá ser colocada provisoriamente sob a custódia de órgão policial, pelo órgão executor, no aguardo de decisão do conselho deliberativo, comunicando-se imediatamente o fato aos membros deste e ao Ministério Público.

1: incorreta – prescreve o art. 5º da Lei 9.807/1999 que a solicitação que visa ao ingresso em programa de proteção a vítima e testemunha poderá ser encaminhado ao órgão executor pelo interessado, pelo representante do MP, pela *autoridade policial* que conduz a investigação, pelo juiz competente e também por órgãos públicos e entidades com atribuições de defesa dos direitos humanos; **2:** alternativa em consonância com o que dispõe o art. 5º, § 3º, da Lei 9.807/1999.
Gabarito 1E, 2C

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Acerca do tráfico ilícito e do uso indevido de substâncias entorpecentes, com base na legislação respectiva, assinale a opção correta.

(A) No caso de porte de substância entorpecente para uso próprio, não se impõe prisão em flagrante, devendo o autor de fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer.

(B) Para a lavratura do auto de prisão em flagrante, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, o qual será necessariamente firmado por perito oficial.

(C) O IP relativo a indiciado preso deve ser concluído no prazo de 30 dias, não havendo possibilidade de prorrogação do prazo. A autoridade policial pode, todavia, realizar diligências complementares e remetê-las posteriormente ao juízo competente.

(D) Findo o prazo para conclusão do inquérito, a autoridade policial remete os autos ao juízo competente, relatando sumariamente as circunstâncias do fato, sendo-lhe vedado justificar as razões que a levaram à classificação do delito.

A: correta – art. 48, § 2º, da Lei 11.343/2006; **B:** nos termos do art. 50, § 1º, da Lei 11.343/2006, na falta de perito oficial, o laudo de constatação poderá ser firmado por pessoa idônea. Nesse ponto reside o erro da assertiva; **C:** reza o art. 51, parágrafo único, da Lei de Drogas que o prazo para conclusão do inquérito relativo a réu preso, que é de 30 dias, pode ser duplicado pelo juiz, desde que ouvido o MP e mediante pedido justificado da autoridade policial; **D:** a autoridade policial, ao remeter os autos de inquérito policial ao juízo, já findos, deverá relatar de forma sumária as circunstâncias em que os fatos se deram, bem assim justificar as razões que a levaram à classificação do delito, entre outras providências listadas no art. 52 da Lei 11.343/2006.
Gabarito "A"

(Delegado/PB – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta com base na legislação sobre interceptação telefônica.

(A) A interceptação das comunicações telefônicas pode ser determinada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal ou na instrução processual penal.

(B) O pedido de interceptação das comunicações telefônicas deve ser feito necessariamente por escrito.

(C) Não se admite interceptação das comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

(D) Somente após o trânsito em julgado da sentença penal pode a gravação ser inutilizada, mediante decisão judicial, ainda que não interesse à prova.

(E) Ainda que a diligência possibilite a gravação da comunicação interceptada, é dispensada a transcrição da gravação.

A: incorreta – art. 3º, I, da Lei 9.296/96; **B:** incorreta – art. 4º, § 1º, da Lei 9.296/1996; **C:** correta – art. 2º, III, da Lei 9.296/1996; **D:** incorreta – art. 9º da Lei 9.296/1996; **E:** incorreta – art. 6º, § 1º, da Lei 9.296/1996.
Gabarito "C"

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) A prática do crime de lavagem de dinheiro é atribuída ao agente que dissimula a natureza e a origem de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de determinados crimes. Esses crimes não abrangem

(A) o terrorismo.

(B) a extorsão mediante sequestro.

(C) o crime contra a administração pública, incluindo a exigência direta ou indireta, para si ou para outrem, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou a omissão de atos administrativos.

(D) os crimes contra a ordem tributária.

(E) o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins.

Ao tempo em que esta questão foi elaborada, a proposição correta de fato era a "D", visto que os crimes a que ela faz referência não estavam contemplados no rol do art. 1º da Lei 9.613/1998. Sucede que esse dispositivo teve sua redação alterada por força da Lei 12.683/2012. Com isso, não mais se exige, à configuração do crime de lavagem de dinheiro, que a operação financeira esteja vinculada a determinados crimes, listados em rol taxativo, como até então ocorria.
Gabarito "D"

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) Acerca do tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, seu uso e seu procedimento penal, à luz da legislação em vigor, assinale a opção correta.

(A) A doutrina garantista, atenta ao princípio da reserva legal, aponta como lacuna de formulação, e não silêncio eloquente do legislador, a falta de previsão, em relação aos crimes de tráfico ilícito de substância entorpecente, da conduta de produzir drogas, de forma que, estando o agente nessa situação, somente com a ação controlada dos policiais eventualmente infiltrados seria possível prendê-lo em flagrante, de modo a aguardar outra conduta prevista do tipo penal de ação múltipla.

(B) A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação pode ser realizada em qualquer fase da persecução criminal, dependendo, no entanto, de autorização judicial e oitiva do MP.

(C) Se restar comprovado, ao fim da instrução criminal, que o agente, em razão da dependência, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ao tempo da ação, o juiz, se absolver o acusado, não poderá determinar o seu encaminhamento para tratamento médico adequado.

(D) Não há, na legislação específica, disposição expressa a respeito da pena de multa, devendo o juiz aplicar, subsidiariamente, os dispositivos do CPP acerca do tema.

(E) Reincidindo o agente na prática do crime de uso de substância entorpecente, caberá a sua prisão em flagrante, devendo ser ele imediatamente encaminhado ao juiz competente.

A: incorreta; é verdade que o crime de tráfico de entorpecentes, capitulado no art. 33 da Lei 11.343/2006, constitui um tipo de ação múltipla ou de conteúdo variado, de sorte que, para a sua consumação, é suficiente a prática de uma das ações nele previstas. Ocorre que a conduta de produzir drogas é uma das dezoito previstas no tipo do art. 33 da Lei de Drogas, que consiste em dar origem a algo que até então não existia. Por conta disso, é desnecessário lançar mão do expediente da ação controlada para viabilizar a prisão em flagrante por outra conduta prevista no art. 33 da Lei; **B:** correta; art. 53, I, da Lei 11.343/2006; **C:** incorreta; art. 45, parágrafo único, da Lei 11.343/2006; **D:** incorreta; art. 43 da Lei 11.343/2006; **E:** incorreta; não se imporá a prisão em flagrante àquele que incorrer na prática do crime previsto no art. 28 da Lei de Drogas, mesmo que se trate de reincidente.
Gabarito "B"

(Analista – TJ/CE – 2008 – CESPE) Com base na legislação atinente ao tráfico de drogas, julgue o item abaixo.

(1) Poderá o agente ser preso em seu domicílio, a qualquer hora do dia ou da noite, se a polícia tiver informação segura da existência de grande quantidade de drogas ali guardadas capazes de causar dependência física ou psíquica.

1: correta – tratando-se de crime permanente, em que a consumação se protrai no tempo por vontade do agente, a prisão em flagrante é possível, em princípio, enquanto não cessar a permanência – arts. 5º, XI e LXI, da CF e 303 do CPP.
Gabarito 1C

(Analista – TJ/DF – 2008 – CESPE) Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens a seguir.

(1) A medida de internação pode ser aplicada em caso de prática de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa ou em caso de ato infracional semelhante a crime hediondo.

(2) Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público pode conceder a remissão, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional. Essa remissão implica extinção do processo e reconhecimento da responsabilidade por parte do adolescente.

1: incorreta – a medida de internação somente terá lugar nas hipóteses elencadas no art. 122 da Lei 8.069/90 (ECA). O cometimento de ato infracional correspondente a crime hediondo por si só não justifica a medida excepcional de internação (art. 121, *caput*, ECA), que somente ocorrerá, reitere-se, nas hipóteses arroladas no art. 122; **2:** incorreta – arts. 126 e 127 do ECA.
Gabarito 1E, 2E

20. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS

(Escrivão de Polícia Federal – 2009 – CESPE) Julgue os itens subsequentes quanto a prisão em flagrante, prova e inquérito policial.

(1) Não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.

(2) Não se admite a acareação entre o acusado e a pessoa ofendida, considerando-se que o acusado tem o direito constitucional ao silêncio, e o ofendido não será compromissado.

(3) O término do inquérito policial é caracterizado pela elaboração de um relatório e por sua juntada pela autoridade policial responsável, que não pode, nesse relatório, indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas.

(4) No inquérito policial, o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

1: correta, pois conforme Súmula 145 do STF; **2:** incorreta, pois de acordo com o art. 229 do CPP, a acareação é admitida; **3:** incorreta, pois na conclusão do inquérito policial será possível indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas; **4:** correta, pois de acordo com o art. 14 do CPP.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Agente de Polícia/ES – 2009 – CESPE) Acerca da prova no processo penal brasileiro, julgue os itens que se seguem.

(1) O sistema da livre convicção, método de avaliação da prova concernente à livre valoração ou à íntima convicção do magistrado, é inaplicável no processo penal pátrio, porquanto afasta a necessidade de motivação das decisões judiciais.

(2) Se, no curso de uma ação penal em que se apure a prática de homicídio, for introduzida como prova uma mensagem da vítima psicografada por um médium, circunstanciando detalhes do crime e apontando a autoria do fato, e, a partir da juntada da mensagem e das informações nela contidas, novas provas forem produzidas, resultando, inclusive, na apreensão da arma do crime, a mensagem psicografada poderá ser considerada prova testemunhal, levando-se em conta a pessoa do médium que a produziu.

(3) Caso uma indivíduo tenha sido gravemente ferido por disparo acidental de arma de fogo, resultando-lhe sérios danos à integridade física com lesões de natureza grave, nessa situação e considerando que a infração penal, conforme descrita, deixa vestígios materiais, será indispensável o exame pericial, direto ou indireto, sob pena de nulidade.

(4) O exame de corpo de delito e outras perícias, conforme entendimento jurisprudencial dominante, serão realizados por dois peritos oficiais que prestarão compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, sendo nulo o exame realizado por só um perito.

(5) Considere que Angélica, imputável, tenha sido arrolada como testemunha de acusação nos autos de uma ação penal, tendo sido notificada pessoalmente da audiência para a sua oitiva. Sem justificativa, Angélica faltou à audiência e, mesmo novamente notificada, não compareceu em juízo. Nessa situação, considerando que, no processo penal, o depoimento da testemunha é meio de prova, tanto como os documentos e as perícias, poderá o juiz determinar a condução coercitiva de Angélica, sem prejuízo do processo penal por crime de desobediência.

1: incorreta, pois o art. 155 do CPP expressa sobre o livre convencimento motivado do juiz diante da livre apreciação da prova; **2:** incorreta, pois a carta psicografada não é admitida como meio de prova no direito brasileiro; **3:** correta, pois o art. 158 do CPP dispõe que sempre que a infração deixar vestígios, será indispensável a realização do exame de copo de delito, direto ou indireto, não sendo possível supri-lo a confissão do acusado; **4:** incorreta, pois o art. 159 dispõe que será realizado por perito oficial, portador de diploma de curso superior; **5:** correta, pois de acordo com o que dispõe os arts. 218 e 219 do CPP.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5C

(Escrivão de Polícia/RN – 2008 – CESPE) Considerando que um indivíduo seja surpreendido no momento em que tentava estuprar sua enteada de 10 anos de idade, assinale a opção correta.

(A) A autoridade policial não pode instaurar o IP de ofício, tendo em vista que se trata de crime de ação penal pública condicionada à representação da vítima.

(B) O indivíduo em questão pode ser preso em flagrante delito e, no momento da lavratura do auto de prisão em flagrante, deve estar acompanhado de seu advogado ou de um defensor público para assegurar o direito à ampla defesa e ao devido processo legal.

(C) Caso não seja entregue ao mencionado indivíduo a nota de culpa no prazo previsto em lei, a prisão em flagrante pode ser relaxada em face da ilegalidade, o que prejudica a ação penal.

(D) Na hipótese de o citado indivíduo ser solto na fase do IP, pode ser decretada sua prisão temporária durante a ação penal para facilitar a produção de provas.

(E) O arquivamento do IP é de competência do juiz, a requerimento do membro do MP, e não impede seu desarquivamento sempre que surgirem novas provas contra o referido indivíduo.

A: incorreta, pois o parágrafo único do art. 225 do CP dispõe que nos crimes contra a liberdade sexual, sendo a vítima menor de idade, proceder-se-á mediante ação penal pública incondicionada; **B:** incorreta, pois não há obrigatoriedade da presença de seu advogado ou defensor público; **C:** incorreta, o relaxamento da prisão em flagrante em razão de possível ilegalidade não prejudicará a ação penal, apenas a prisão cautelar na modalidade de flagrância; **D:** incorreta, pois a prisão temporária apenas terá espaço durante a investigação policial; **E:** correta, pois de acordo com o que dispõe o art. 18 do CPP.
Gabarito "E"

(Agente de Polícia/TO – 2008 – CESPE) Quanto ao processo penal, seus princípios e procedimentos, julgue os itens a seguir.

(1) Sendo o inquérito policial um procedimento realizado pela polícia judiciária cujo destinatário é o juiz, são aplicáveis em sua elaboração e tramitação todos os princípios processuais inerentes à instrução criminal, entre os quais o contraditório e a ampla defesa.

(2) Para os efeitos da Lei dos Juizados Especiais Criminais, são considerados crimes de menor potencial ofensivo o desacato, o furto simples e a ameaça, entre outros.

(3) Considere a seguinte situação hipotética. A autoridade policial de determinado município, por força de auto de prisão em flagrante, instaurou inquérito policial contra Joaquim, que foi indiciado pela prática de estelionato. Nessa situação, o prazo para a conclusão do inquérito policial, estando Joaquim preso, será de 10 dias, contados a partir do dia em que se executou a ordem.

(4) A prisão preventiva e a prisão temporária, exemplos de prisão cautelar, antecipam o reconhecimento de culpa com a consequente privação da liberdade do indivíduo, pois o juízo que se faz, ao decretá-las, é de culpabilidade.

(5) Considere que policiais em serviço de ronda noturna perceberam que, em determinada casa, um homem apunhalava uma mulher, a qual, por sua vez, gritava desesperadamente por socorro. Nessa situação, os policiais, mesmo que em horário noturno, poderão adentrar a residência sem o consentimento dos moradores e realizar a prisão do agressor.

1: incorreta, pois o destinatário será o promotor de justiça ou o titular da ação penal. Também porque o inquérito policial é um procedimento administrativo de cunho investigativo, inquisitorial com finalidade informativa, não prevendo alguns princípios garantistas, pois não há juízo a ser formado, mas sim reunião de elementos probatórios; **2:** incorreta, pois a pena máxima cominada ao crime de furto simples é de 4 anos; **3:** correta, pois de acordo com o que dispõe o art. 10 do CPP; **4:** incorreta, pois a finalidade de ambas modalidades de prisão será o de garantir a ordem, a aplicação da pena e a investigação, não se tratando de juízo de culpabilidade; **5:** correta, pois estarão diante de uma situação de flagrância. O mesmo é válido caso a casa fosse invadida por particulares para salvar a mulher que clamava o socorro.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5C

(Agente de Polícia/TO – 2008 – CESPE) Acerca dos temas de direito penal, julgue os próximos itens.

(1) A responsabilidade penal de um adolescente de 17 anos de idade que comete um crime grave deve ser aferida em exame psicológico e psicotécnico, pois, restando demonstrado em laudo pericial que este tinha plena capacidade de entendimento à época do delito, deverá responder criminalmente, ficando à mercê dos dispositivos do Código Penal brasileiro.

(2) Considere a seguinte situação hipotética. Lúcio, funcionário público, por indulgência, deixou de responsabilizar subordinado que cometera infração administrativa no exercício do cargo, não levando o fato ao conhecimento da autoridade competente. Nessa situação, Lúcio praticou, em tese, o crime descrito como condescendência criminosa.

(3) Considere que um boxeador profissional, durante uma luta normal, desenvolvida dentro dos limites das regras esportivas, cause ferimentos que resultem na morte do adversário. Nessa situação, o boxeador deverá responder por homicídio doloso, com atenuação de eventual pena, em face das circunstâncias do evento morte.

(4) O roubo difere do furto pelo uso de grave ameaça (violência psíquica) ou violência, ou de qualquer outro meio que reduza a possibilidade de resistência da vítima.

(5) O aborto, o homicídio e a violação de domicílio são considerados crimes contra a pessoa.

(6) Considere a seguinte situação hipotética. Antônia foi vítima de injúria praticada por Margarida no dia 10.10.2007, tendo, por intermédio de advogado, requerido a instauração do competente inquérito policial no dia 15.10.2007 e oferecido queixa crime no dia 31.10.2007. Nessa situação, agiu corretamente o advogado de Antônia, pois o crime de injúria é de ação privada, e só será admitida a queixa se oferecida no prazo de seis meses a contar do dia em que o ofendido veio a saber quem é o autor do delito.

(7) O tráfico ilícito de entorpecentes e a tortura, considerados crimes hediondos, são insuscetíveis de fiança ou anistia subsequentes.

(8) São crimes hediondos relacionados na legislação específica: o homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, o roubo simples, a extorsão mediante sequestro, entre outros.

(9) Considere que determinado crime foi praticado por um adolescente, em detrimento de bens e serviços da União. Nesse caso, tratando-se de menor de 18 anos de idade, inimputável, caberá conhecer do ato infracional o juiz da infância e da juventude, ou o juiz que exercer essa função, na esfera estadual.

(10) Considere que uma autoridade policial, no decorrer das investigações de um crime de furto e sem o competente mandado judicial, ordenou aos seus agentes que arrombassem a porta de uma residência e vistoriassem o local, onde provavelmente estariam os objetos furtados. No interior da residência foi encontrada a maior parte dos bens subtraídos. Nessa situação, a autoridade policial e seus agentes agiram dentro da legalidade, pois a conduta policial oportunizou a recuperação dos objetos.

(11) Considere que o autor de inúmeros furtos de pequeno valor, no decorrer da atividade criminosa, passou a converter o produto da venda dos objetos subtraídos em aplicações financeiras de origem lícita, de modo a ocultar a origem de seu patrimônio. Nessa situação, a conduta descrita caracteriza o crime de lavagem de dinheiro com enquadramento penal constante na lei pertinente.

(12) Considere a seguinte situação hipotética. No momento de seu interrogatório policial, João, acusado por tráfico de entorpecentes, foi submetido pelos policiais responsáveis pelo procedimento a choques elétricos e asfixia parcial, visando à obtenção de informações sobre o endereço utilizado pelo suposto traficante como depósito da droga. João, após as agressões, comunicou o fato à autoridade policial de plantão, a qual, apesar de não ter participado da prática delituosa, não adotou nenhuma providência no sentido de apurar a notícia de tortura. Nessa situação, a autoridade policial responderá por sua omissão, conforme previsão expressa na Lei de Tortura.

1: incorreta, pois não importa sua capacidade de entendimento, será julgado por ato infracional com base na Lei 8.069/1990, uma vez que é menor de idade; **2:** correta, uma vez que sua obrigação seria levar o ocorrido a conhecimento a quem de competência, conforme dispõe o preceito do art. 320 do CP; **3:** incorreta, pois há a ocorrência de exclusão de ilicitude trazido pelo art. 23 do CP, uma vez que o ocorrido deu-se na hipótese do inciso III, exercício regular de direito, já que as regras foram respeitadas; **4:** correta, como bem pode-se depreender na leitura do *caput* dos arts. 155 e 157, ambos do CP; **5:** correta, pois todos inseridos no Título I do Código Penal; **6:** correta, pois o crime é de ação privada, tendo o advogado procedido corretamente; **7:** incorreta, pois o art. 2º, I e II, da Lei 8.072/1990 dispõe que será insuscetível de anistia, graça e indulto, e fiança, os crimes considerados hediondos, bem como terrorismo, tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes; **8:** incorreta, pois o roubo simples não está elencado no rol que traz o art. 1º da Lei 8.072/1990; **9:** correta, uma vez que a competência para apuração de atos infracionais será da Justiça Estadual; **10:** incorreta, pois é imprescindível que neste tipo de ação a autoridade tenha em mãos mandado judicial, conforme art. 241 do CPP; **11:** incorreta, à época em que a questão foi elaborada, pois a Lei 9.613/1998, ao longo do seu art. 1º, elencava os crimes que ensejariam a lavagem de dinheiro, sendo que o crime de furto não estava dentre os crimes elencados. Com o advento da Lei 12.683/2012, tem-se por praticado o crime de lavagem de dinheiro quem oculta ou dissimulta a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal (art. 1°). Assim, a lei deixou de estabelecer um rol de crimes para a configuração da lavagem de dinheiro, a fim de tornar mais eficiente a persecução penal; **12:** correta, pois conforme disposto no art. 1º, § 2º da Lei 9.455/1997.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6C, 7E, 8E, 9C, 10E, 11E, 12C

(Agente de Polícia/TO – 2008 – CESPE) Considerando o direito penal, o processo penal e a legislação especial, julgue os itens a seguir.

(1) No decorrer da instrução criminal, o acusado pode dispensar a presença de advogado no seu interrogatório, em face da disponibilidade da defesa técnica nos atos processuais.

(2) Considere que a autoridade policial de determinado município tenha concluído o inquérito policial e o tenha remetido ao Poder Judiciário no prazo legal. Considere, ainda, que a autoridade judiciária tenha determinado o arquivamento do feito por falta de elementos para a instauração da ação penal. Nessa situação, a autoridade policial, em hipótese alguma, poderá retomar o curso das investigações, sob pena de constrangimento ilegal às pessoas investigadas.

(3) No curso da ação penal, o juiz pode determinar de ofício a produção de provas, com objetivo de obter maiores elementos para formar seu convencimento.

(4) Um adolescente de 16 anos de idade que esteja cumprindo medida socioeducativa de semiliberdade e que pratique novo ato infracional de natureza grave poderá ser punido com medida de internação, devido à reiteração no cometimento de infrações graves.

(5) Segundo a lei que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica.

(6) Considere que determinado cidadão guardasse, em sua residência, cerca de 21 kg de cocaína, em depósito, para fins de mercancia e que, durante uma busca realizada por ordem judicial em sua casa, a droga tenha sido encontrada e os fatos tenham sido imediatamente apresentados à autoridade policial competente. Nessa situação, esse cidadão não pode ser preso em flagrante, pois, no momento da abordagem, ele não praticava nenhum ato típico da traficância.

(7) Considere a seguinte situação hipotética. Durante a realização de um assalto a um posto de gasolina, José atirou no frentista que tinha consigo o dinheiro das vendas realizadas naquele dia. Após o disparo, José fugiu, sem efetivar a subtração pretendida. O frentista faleceu em decorrência da lesão sofrida. Nessa situação, mesmo que não tenha realizado a subtração do dinheiro, José responderá pela prática do crime de latrocínio consumado.

(8) Considere que um delegado de polícia, visando a completa apuração dos crimes e o reconhecimento por parte das vítimas, prendeu um cidadão suspeito de praticar vários delitos de estelionato. A prisão, efetuada apenas para averiguações, não foi feita em razão de flagrante delito; também não havia mandado de prisão expedido. Nessa situação, a prisão será legal se ficar provado que o referido cidadão é o autor dos crimes.

(9) Considere a seguinte situação hipotética. Manoel, penalmente responsável, fazendo-se passar por policial, convenceu um cidadão idoso a entregar-lhe determinada quantia em dinheiro, sob o argumento de que submeteria as notas a exame de autenticidade. Nessa situação, Manoel responderá pelo crime de estelionato, uma vez que a vítima entregou-lhe o dinheiro de forma livre e espontânea, ainda que por meio de fraude.

(10) Considere a seguinte situação hipotética. Jonas, aceitando desafio de Gabriel, ofendeu, no decorrer do duelo, a integridade física de seu desafeto, causando-lhe lesões corporais graves. Nessa situação, Jonas agiu em legítima defesa, pois tinha o propósito de se defender de eventuais agressões.

1: incorreta, pois a presença da defesa técnica é obrigatória, incorrendo em nulidade absoluta sua falta, como preceitua a Súmula 523 do STF; **2:** incorreta, pois o art. 18 do CPP dispõe que após o arquivamento, a autoridade policial poderá proceder novas pesquisas se de outras provas tiver notícias; **3:** correta, com fundamento no art. 156, II, do CPP; **4:** correta, pois com fundamento no que dispõe o art. 122, II, da Lei 8.069/1990; **5:** correta, conforme disposto no art. 3º da Lei 9.605/1998; **6:** incorreta, uma vez que o art. 33 da Lei 11.343/2006 prevê a manutenção do entorpecente em depósito como crime; **7:** correta, uma vez que a intenção não era simplesmente matar, mas sim roubar a quantia em dinheiro, que por motivos diversos não foi levado; **8:** incorreta, pois qualquer que fosse a modalidade de prisão cautelar, exceto o flagrante, seria necessário que houvesse já expedido o mandado de prisão, não sendo possível que a ordem dos fatos fosse contrário, prisão e posterior expedição do mandado; **9:** correta, pois de acordo com o preceito primário do art. 171 do CP; **10:** incorreta, pois contribuiu para a ocorrência da situação de perigo, afastando desta forma a possibilidade da legítima defesa.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5C, 6E, 7C, 8E, 9C, 10E

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Em relação à revisão criminal, ao *habeas corpus* e à execução penal, julgue os próximos itens.

(1) Na hipótese de revisão criminal contra condenação manifestamente contrária à prova dos autos, proferida pelo júri popular, o tribunal competente, caso acolha o pedido revisional, deve anular o júri e remeter o acusado a novo julgamento.

(2) É incabível a ordem concessiva de *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade, ou contra decisão condenatória somente a pena de multa ou, ainda, em relação a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

(3) Considere a seguinte situação hipotética. Antônio foi condenado pela prática do delito X pelo juízo da 5.ª vara criminal de Maceió, sendo certo que a condenação foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. Transitado em julgado o *decisum* e iniciado o cumprimento da pena privativa de liberdade, foi publicada pelo Congresso Nacional lei ordinária reduzindo pela metade a pena cominada ao delito X. Nessa situação, compete ao juízo da 5.ª vara criminal da capital alagoana a aplicação da lei penal mais benigna.

1: prevalece na doutrina e na jurisprudência o entendimento segundo o qual o tribunal competente para o julgamento da ação revisional está credenciado, quando da análise de sentenças proferidas pelo Tribunal do Júri, a modificar a decisão dos jurados, exercendo, desse modo, um juízo rescisório. Neste caso, o direito à liberdade sobrepõe-se à soberania dos veredictos; **2:** segundo a Súmula nº 693, STF: "Não cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada". No mesmo sentido a Súmula 695 do STF: "Não cabe *habeas corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade". Assim é porque, nesses casos, inexiste ameaça à liberdade de locomoção do acusado; **3:** a aplicação da lei mais favorável ao sentenciado, após o trânsito da sentença condenatória, cabe ao juízo das execuções – Súmula 611 do STF.

Gabarito 1 ANULADA, 2C, 3E

(Analista – TJ/CE – 2008 – CESPE) Com relação às decisões no âmbito dos juizados especiais criminais (JECs), aos crimes de racismo e à injúria qualificada por conotação racial, julgue os itens seguintes.

(1) Das decisões proferidas pelo juiz do JEC caberá recurso de apelação que será julgado por uma turma especial recursal composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.

(2) Nos crimes de racismo, a ação penal privada contra o ofensor poderá ser proposta nos JECs, já que esses crimes são considerados delitos de pequeno potencial ofensivo.

(3) Nos casos em que se configure a injúria qualificada por conotação racial, a prova do fato insultuoso competirá ao querelante.

1: correta – art. 82 da Lei 9.099/1995; **2:** incorreta – os crimes de racismo, definidos na Lei 7.716/89, são de ação penal pública incondicionada e não estão sujeitos ao procedimento sumariíssimo previsto para as infrações penais de menor potencial ofensivo; **3:** correta – a partir do advento da Lei 12.033/2009, que alterou a redação do parágrafo único do art. 145 do Código Penal, a ação penal, até então de iniciativa privada, passou a ser pública condicionada nos casos de injúria consistente na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência (forma qualificada). De toda forma, o ônus de provar o alegado, em regra, é da acusação, em vista do disposto no art. 156, *caput*, do CPP.

Gabarito 1C, 2E, 3C

19. Direito Empresarial

Fernando Castellani, Henrique Subi e Robinson Sakiyama Barreirinhas*

1. TEORIA GERAL

1.1. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Julgue o item seguinte, que se refere à sociedade empresária.

(1) A teoria da desconsideração da personalidade jurídica é sempre aplicável aos casos em que os sócios ou administradores extrapolam seus poderes, violando a lei ou o contrato social, e a norma jurídica lhes impõe a responsabilidade por tais atos.

A desconsideração cabe em caso de abuso da personalidade jurídica (art. 50 do CC), o que não se confunde com os atos do administrador (sua validade ou sua eficácia) que extrapolem os poderes concedidos pela sociedade (*ultra vires*). Se a operação realizada pelo administrador for evidentemente estranha ao objeto social, não vincula a sociedade (teoria *ultra vires*), a depender do tipo societário – art. 1.015, parágrafo único, III, do CC.
Gabarito 1E

(OAB - CESPE – 2009.2) Os sócios da Frente e Verso Tecidos Ltda. praticaram atos desvirtuados da função da pessoa jurídica, constatando-se fraude relativa à sua autonomia patrimonial. Os credores propuseram a ação judicial competente e o juízo *a quo* decretou a desconsideração da personalidade jurídica da referida sociedade. Considerando a situação hipotética apresentada e a disciplina normativa da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta.

(A) O juízo *a quo* não tem competência para decretar a desconsideração da personalidade jurídica da Frente e Verso Tecidos Ltda., mas apenas para decidir por sua dissolução, total ou parcial, nos casos de fraude relativa à autonomia patrimonial.
(B) A decretação da desconsideração da personalidade jurídica da Frente e Verso Tecidos Ltda. acarreta sua liquidação.
(C) A decisão judicial importará na extinção da Frente e Verso Tecidos Ltda., com a posterior liquidação de seus bens materiais e imateriais.
(D) A desconsideração da personalidade jurídica importará na retirada momentânea da autonomia patrimonial da Frente e Verso Tecidos Ltda., para estender os efeitos de suas obrigações aos bens particulares de seus sócios.

A: incorreta, porque o art. 50 do CC entrega justamente ao juiz o poder de desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade, atendidos os requisitos legais (desvio de finalidade ou confusão patrimonial). **B** e **C:** incorretas, porque a desconsideração da personalidade não gera a "dissolução" ou a "liquidação" da pessoa jurídica. A desconsideração da personalidade consiste na declaração de ineficácia da personalidade, para o fim específico de estender os efeitos de determinada obrigação aos bens particulares de seus sócios. Essa declaração não extingue a sociedade, que continua a existir e a funcionar normalmente em relação aos demais negócios jurídicos que tenha praticado ou venha a praticar; **D:** correta.
Gabarito "D"

2. DIREITO SOCIETÁRIO

2.1.SOCIEDADE ANÔNIMA

2.1.1. CONSTITUIÇÃO, CAPITAL SOCIAL, AÇÕES, DEBÊNTURES E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS

(OAB - CESPE – 2010.1) De acordo com o que dispõe a Lei das Sociedades por Ações, as ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confiram a seus titulares, podem ser ordinárias, preferenciais ou de fruição. As ações de fruição:

(A) constituem títulos que podem ser atribuídos aos acionistas após suas ações serem integralmente amortizadas.
(B) conferem aos titulares apenas os direitos comuns de acionista sem quaisquer privilégios ou vantagens.
(C) conferem ao titular algum privilégio ou vantagem de ordem patrimonial, sem que, entretanto, o acionista tenha direito de participação nos lucros reais.
(D) são tipicamente usadas por acionistas especuladores, ou por aqueles que não têm interesse na gestão da sociedade.

A: correta. "As ações de fruição são títulos que podem ser atribuídos aos acionistas quando suas ações são integralmente amortizadas" (Marlon Tomazette. **Direito societário**. 2.ª ed., São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 277). Lei 6.404/1976: "Art. 44 (...) § 5.º As ações integralmente amortizadas poderão ser substituídas por ações de fruição, com as restrições fixadas pelo estatuto ou pela assembleia geral que deliberar a amortização; em qualquer caso, ocorrendo liquidação da companhia, as ações amortizadas só concorrerão ao acervo líquido depois de assegurado às ações não amortizadas valor igual ao da amortização, corrigido monetariamente"; **B:** incorreta. "As ações ordinárias são aquelas que conferem apenas os direitos comuns de acionista sem privilégios ou vantagens, assegurando inclusive o direito de voto" (Marlon Tomazette. *Op. cit.*, p. 269); **C:** incorreta. "As ações preferenciais são ações que possuem algum privilégio ou vantagem de ordem patrimonial, podendo não possuir o direito de voto. São ações tipicamente usadas pelos acionistas rendeiros e especuladores, que têm muito pouco ou nenhum interesse na gestão da companhia" (*Idem*, *ibidem*, p. 270); **D:** incorreta. *Vide* justificativa apresentada na alternativa C.
Gabarito "A"

3. TÍTULOS EM ESPÉCIE

3.1. NOTA PROMISSÓRIA

(Magistratura/SE – 2008 – CESPE) Alfredo emitiu nota promissória em favor de Pedro e estabeleceu que seu vencimento se daria 6 meses após o vencimento do título. Entretanto, esqueceu-se de apor este acordo no título, que foi emitido sem data de vencimento. Pedro, por sua vez, negociou a nota promissória, colocando-a em circulação.

---

* **Fernando Castellani** comentou as questões dos concursos de Magistratura Federal e MPF e as provas dos seguintes concursos: MAG/BA/12, MAG/CE/12, MAG/ES/11, MAG/PA/12, MAG/PI/11, MP/PI/12, MP/RN/09, MP/RR/12, MP/TO/12; **Robinson Barreirinhas** comentou as questões dos concursos de Defensoria, Delegado, Cartório e as demais questões dos concursos de Procuradoria, Magistratura e Ministério Público, e **Henrique Subi** comentou as questões dos concursos referentes à advocacia das empresas estatais, autarquias e agências reguladoras, Promotor de Justiça/PI – 2014, Cartório/DF – 2014 Defensoria/DF – 2013, Cartório/PI – 2013, Cartório/RR – 2013, Procurador do Município de Natal/08, Juiz de Direito 2016, Procurador do Estado 2016; **Henrique Subi** e **Robinson Sakiyama Barreirinhas** comentaram as questões da OAB.

A respeito da situação hipotética acima, assinale a opção correta.

(A) Pedro pode tirar cópia da nota promissória e transferi-la por endosso, desde que a cópia indique que o original encontra-se em sua posse.
(B) Se, no curso da circulação da nota, for dado aval sem a indicação da pessoa por quem se dá, esse aval será considerado nulo.
(C) Caso o emitente tenha colocado a expressão "não à ordem", ou outra equivalente, a nota promissória será considerada intransferível.
(D) Se, durante a circulação da nota promissória emitida por Pedro, houver alteração de seu texto original, os signatários posteriores poderão aceitá-la ou não.
(E) No caso de a cártula da nota promissória ser preenchida consignando data de vencimento contrária à originalmente estabelecida, Pedro poderá negar-se ao pagamento antecipado da nota, independentemente da boa-fé do portador.

A: correta, conforme os arts. 67 e 68 c/c art. 77, todos da Lei Uniforme; **B:** incorreta. O aval em branco considera-se dado em favor do subscritor (emitente) da nota promissória – art. 77, *in fine*, da Lei Uniforme; **C:** incorreta. A nota promissória com a cláusula "não à ordem" é transmissível pela forma e com os efeitos da cessão ordinária de crédito – art. 11 c/c art. 77, ambos da Lei Uniforme; **D:** incorreta. Os signatários posteriores obrigam-se nos termos do texto alterado (os anteriores, nos termos do texto original) – art. 69 c/c art. 77, ambos da Lei Uniforme; **E:** incorreta. O portador de boa-fé não é prejudicado pelo preenchimento da nota em desconformidade com o acordado entre terceiros e o subscritor – art. 10 c/c art. 77, ambos da Lei Uniforme.
Gabarito "A"

3.2. CHEQUE

(OAB - CESPE – 2010.1) Acerca da disciplina normativa do cheque, assinale a opção correta.

(A) A lei admite a emissão de cheque contra banco, instituição financeira ou cooperativa de crédito.
(B) Assim como os demais títulos de crédito, o cheque deve ser apresentado para aceite.
(C) A lei veda ao banco sacado a prestação de aval para garantir o pagamento do cheque.
(D) Admite-se, excepcionalmente, a estipulação de cláusula de juros inserida no cheque.

A: incorreta. A Lei 7.357/1985 não admite o saque de cheque contra cooperativa de crédito (art. 3.º da Lei 7.357/1985); **B:** incorreta. O cheque não admite aceite, pois o banco sacado não assume obrigação cambial de qualquer natureza. Veja-se, a propósito, o art. 6.º da Lei 7.357/1985; **C:** correta. O banco sacado está expressamente proibido de ingressar no cheque como avalista de quem quer que seja, nos termos do art. 29 da Lei 7.357/1985; **D:** incorreta. A alternativa contraria formalmente o disposto na Lei 7.357/1985: "Art. 10. Considera-se não escrita a estipulação de juros inserida no cheque."
Gabarito "C"

4. DIREITO FALIMENTAR – FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO

4.1. FALÊNCIA

(OAB - CESPE – 2010.1) Suponha que Maria tenha ajuizado ação de cobrança contra a pessoa jurídica Y, a qual, no curso da referida ação de conhecimento, teve sua falência decretada pelo juízo competente. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta com base na legislação de regência.

(A) A decretação da falência de Y não pode suspender o curso da ação proposta por Maria.
(B) Caso a sede de Y esteja localizada fora do país, o juízo competente para a decretação da falência será o do local de sua filial no Brasil.
(C) O juízo competente para processar a ação proposta por Maria, poderá determinar, de imediato, a reserva da importância que estimar devida na falência.
(D) Se a habilitação do crédito de Maria ocorrer após a homologação do quadro geral de credores e for recebida como retardatária, Maria perderá o direito aos rateios eventualmente realizados, mas o valor de seu crédito será acrescido de juros e atualizado monetariamente até a data de sua integral satisfação.

A: incorreta, pois a *vis atractiva* do juízo falimentar determina que sejam suspensas as ações e execuções do devedor, exceto as que demandem quantia ilíquida ou que tenham competência absoluta determinada em razão da matéria (trabalhistas e tributárias, por exemplo), a partir da decretação da quebra; **B:** correta, nos exatos termos do art. 3.º da Lei 11.101/2005. Para empresas sediadas no país, a competência é determinada pelo principal estabelecimento do devedor. Já quando se tratar de empresa com sede no estrangeiro, fixar-se-á a competência pelo local da filial aqui instalada; **C:** incorreta. A Lei de Falência autoriza a reserva do numerário determinada apenas pelo juiz competente para julgar ação que demande quantia ilíquida ou do juiz trabalhista, nos termos do art. 6.º, § 3.º, da Lei 11.101/2005; **D:** incorreta, vez que as habilitações retardatárias (aquelas apresentadas após o transcurso do prazo de 15 dias contados da publicação do edital com a primeira relação de credores) não fazem jus ao cálculo de juros e demais acessórios sobre o crédito (art. 10, § 3.º, da Lei 11.101/2005).
Gabarito "B"

5. CONTRATOS EMPRESARIAIS

5.1. ARRENDAMENTO MERCANTIL / *LEASING*

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) A respeito dos contratos de empresas, julgue o item seguinte.

(1) Caracteriza-se *leasing* operacional quando uma sociedade empresária aliena um bem de sua propriedade à companhia de *leasing*, que o arrenda à mesma pessoa jurídica que o vendeu.

1: Assertiva incorreta, pois refere-se ao *lease back*, e não ao *leasing* operacional.
O arrendamento mercantil ou *leasing* é um contrato em que o arrendatário paga prestações pelo uso de um bem por determinado período e, ao final, tem a opção de adquiri-lo, mediante pagamento do valor residual, ou devolvê-lo ao arrendatário.
Leasing operacional ou *leasing renting* ocorre na hipótese de o bem pertencer previamente à arrendadora, que o arrenda ao interessado (ao arrendatário). Nessa modalidade, muitas vezes as despesas de manutenção, assistência técnica e serviços correlatos à operacionalidade do bem ficam a cargo do arrendador – art. 6º da Resolução CMN 2.309/1996.
Leasing financeiro ou *leasing* puro existe nos casos em que o arrendatário indica o bem que a arrendadora adquirirá de terceiro e, em seguida, arrendará ao primeiro (ao arrendatário). Nessa modalidade, as despesas de manutenção, assistência técnica e serviços correlatos à operacionalidade do bem ficam a cargo do arrendatário – art. 5º da Resolução CMN 2.309/1996.
Lease back ou *leasing* de retorno ocorre se o proprietário do bem (arrendatário) vende-o à arrendadora, que, em seguida, arrenda o mesmo bem para o antigo proprietário (ao arrendatário).
Gabarito 1E

6. PROPRIEDADE INDUSTRIAL

(OAB - CESPE – 2009.3) De acordo com a Lei da Propriedade Industrial, poderá ser registrado como marca:

(A) símbolo ou sinal específico formado por cores e denominações que estejam dispostas ou combinadas de modo peculiar e distintivo.
(B) reprodução ou imitação de título, de moeda ou cédula de curso forçado da União, dos Estados, do DF, dos Territórios e dos Municípios.
(C) termo técnico que, usado na indústria, na ciência e na arte, tenha relação com o produto ou serviço a distinguir.
(D) sinal de caráter genérico comum, necessário ou simplesmente descritivo, quando tiver relação com o produto ou serviço a distinguir, vedada a utilização de forma distintiva.

A: correta, porque reproduz o art. 122 da Lei 9.279/1996, que descreve aquilo que pode ser registrado como marca; **B**, **C** e **D:** incorretas, porque contrariam frontalmente o art. 124 da mesma lei, respectivamente os incisos XIV, XVIII e VI, dentre todos aqueles que elencam sinais não registráveis como marca.
Gabarito "A"

20. Direito Tributário

Fernando Castellani, Henrique Subi e Robinson Sakiyama Barreirinhas*

1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) Julgue os seguintes itens:

(1) Os estados e os municípios têm competência para instituir contribuições de intervenção no domínio econômico.
(2) A instituição de taxas de serviços públicos é de competência tributária comum entre os entes da Federação.
(3) É legalmente facultado à pessoa jurídica de direito público o exercício de sua competência tributária.
(4) A CF criou os tributos possíveis de serem instituídos pelos entes da Federação, sendo proibida a criação de outros.

1: Somente a União detém essa competência – art. 149 da CF; **2:** Art. 145, II, da CF; **3:** O exercício da competência tributária é facultativo. Ou seja, o ente político pode optar por não instituir o tributo de sua competência, embora isso possa ser considerado irresponsabilidade fiscal – art. 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF; **4:** A União detém a chamada competência residual, que lhe permite criar outros impostos e contribuições, nos termos dos arts. 154, I, e 195, § 4º, ambos da CF.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) Uma unidade da Federação, para incrementar suas receitas tributárias, concedeu benefício fiscal no pagamento de ICMS, por meio de lei ordinária específica. Julgue o item seguinte, com relação a essa situação hipotética.

(1) A unidade da Federação pode conceder qualquer benefício fiscal de sua competência, independentemente de acordo firmado com os demais estados.

1: Os benefícios fiscais relativos ao ICMS não podem ser concedidos isoladamente pelos Estados ou pelo Distrito Federal, pois dependem de aprovação pelo Conselho Fazendário – CONFAZ, nos termos do art. 155, § 2º, XII, *g*, da CF.
Gabarito 1E

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item:

(1) Os estados têm competência tributária exclusiva para legislar sobre a concessão de benefícios fiscais ao ICMS.

1: Diferentemente de todos os outros tributos, os benefícios fiscais relativos ao ICMS não podem ser concedidos isoladamente pelos Estados ou pelo Distrito Federal, pois dependem de aprovação pelo Conselho Fazendário – CONFAZ, nos termos do art. 155, § 2º, XII, *g*, da CF.
Gabarito 1E

(Magistratura/BA – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta acerca de exclusão de crédito tributário, competência tributária, imunidade tributária e fontes do direito tributário.

(A) De acordo com a CF, em nenhuma hipótese a União poderá conceder isenção de tributos estaduais e municipais.
(B) Tratados internacionais ratificados pelo Brasil não constituem meio hábil para a instituição de isenções relativas a tributos estaduais e municipais, conforme a jurisprudência.
(C) A CF concede imunidade em relação ao ICMS apenas às operações que destinem ao exterior produtos industrializados.
(D) A capacidade tributária ativa, que consiste no fato de uma pessoa política poder figurar no polo ativo de uma relação jurídico-tributária, é indelegável.
(E) A CF atribui à União a denominada competência residual ou remanescente para a instituição de impostos e contribuições sociais relativas à seguridade social.

A: incorreta, pois a União poderá conceder isenção de tributos estaduais e municipais, desde que para garantir o equilíbrio socioeconômico entre as regiões (CF, art. 151, I); **B:** incorreta, pois o STF tem entendimento no sentido de que o Chefe do Executivo tem legitimidade para firmar acordos internacionais que versem sobre matéria tributária, incluindo eventuais tributos estaduais e municipais, garantindo, com isso, a utilidade e a abrangência de tratados internacionais; **C:** incorreta, pois a imunidade de ICMS nas operações de exportação incluem mercadoria (que podem ou não ser produtos industrializados) e serviços (desde que sujeitos a ICMS) (CF, art. 155, X, a); **D:** incorreta, pois a capacidade tributária ativa é passível de delegação para outra pessoa jurídica de Direito Público interno (CTN, art. 7º). Essa afirmação não se confunde com a impossibilidade de delegação da competência tributária, matéria exclusivamente constitucional; **E:** Correta, pois a CF expressamente autoriza a União instituir impostos (CF, art. 154, I) e contribuições (CF, art. 195, § 4º) diferentes dos previstos, como forma de ampliar as receitas tributárias mediante novos tributos. Exige-se, como requisitos, a definição de novo fato gerador e base de cálculo, utilização de lei da espécie complementar e adoção do princípio da não cumulatividade.
Gabarito "E"

Veja a seguinte tabela com as competências dos entes políticos em relação aos impostos, para estudo e memorização:

Competência em relação aos impostos		
União	**Estados e DF**	**Municípios e DF**
- imposto de importação - imposto de exportação - imposto de renda - IPI - IOF - ITR - Imposto sobre grandes fortunas - Impostos extraordinários - Impostos da competência residual	- ITCMD - ICMS - IPVA	- IPTU - ITBI - ISS

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Julgue os seguintes itens, que dizem respeito ao sistema tributário nacional.

(1) Para que sejam garantidas a aplicação do princípio do não confisco e a do princípio da capacidade contributiva, o STF entende que a constituição de um estado-membro da Federação pode estabelecer limites para o aumento dos impostos e contribuições municipais.
(2) Suponha que determinado tributo criado pela União, com base em sua competência tributária residual, tenha o produto de sua arrecadação destinado à formação de reservas cambiais. Nesse caso, o referido tributo somente poderá ser uma contribuição.

1: incorreta, pois os Municípios têm autonomia em relação aos demais entes federados e sua competência tributária é privativa, concedida diretamente pela Constituição Federal, não podendo ser restringida ou eliminada pelos Estados; **2:** incorreta, pois a competência residual

* **Robinson Sakiyama Barreirinhas** comentou as questões dos concursos de Promotor de Justiça/PI – 2014, Defensoria/DF – 2013, Cartório/ES – 2013, Cartório/PI – 2013, Cartório/RR – 2013, Juiz de Direito 2016, Analista TCE/PR/2016, Analista TCE/PA/2016, Procurador do Estado 2016. **Fernando Castellani**, **Henrique Subi** e **Robinson Sakiyama Barreirinhas** comentaram as demais questões.

da União, prevista no art. 151, I, da CF, refere-se apenas a impostos. É interessante lembrar que a União pode criar outras contribuições sociais, com base no art. 195, § 4º, da CF.

Gabarito 1E, 2E

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) Considerando que o presidente da República Federativa do Brasil tenha assinado tratado com três países da América do Sul, no qual ficou deliberado que os produtos originários de um gozarão, nos outros países, do mesmo tratamento tributário aplicado ao produto nacional, assinale a opção correta.

(A) Por se tratar de convenção internacional de integração regulando matéria tributária, o tratado gerará para os impostos de competência da União efeitos imediatos, por aplicação dos princípios do efeito direto e da aplicabilidade imediata.
(B) Caso o Congresso Nacional venha a homologar o tratado mediante decreto legislativo, este gerará efeitos para a União, os estados e os municípios, inclusive no que diz respeito à matéria reservada à lei complementar.
(C) O Estado-membro poderá denunciar o tratado sempre que houver diminuição de sua receita pela incidência do ajuste, com base na distribuição de competência tributária estabelecida na CF.
(D) O tratado incorporado ao sistema tributário nacional por decreto legislativo tem prevalência sobre a lei ordinária.
(E) Em virtude da paridade estabelecida no tratado, não poderá ser tributado o bem importado por instituição que apenas no estrangeiro goze de imunidade tributária.

A: incorreta, pois o tratado é incorporado, em nosso ordenamento, em matéria tributária, no mesmo grau de hierarquia da lei ordinária, o que implica em respeito às mesmas limitações que uma lei ordinária tributária, como, por exemplo, o princípio da anterioridade. Assim, se o tratado versar sobre instituição ou majoração de tributo, sujeitar-se-á ao prazo constitucional; **B:** incorreta, pois o tratado somente poderá versar sobre matéria típica de lei ordinária ou medida provisória, não sendo competente, portanto, para as matérias reservadas à lei complementar tributária (CF, art. 146); **C:** incorreta, pois não há tal previsão no texto constitucional; **D:** correto, pois o tratado acerca de matéria tributária é incorporado ao nosso ordenamento com o mesmo grau de hierarquia da lei ordinária, o que significa que, em face das leis ordinárias então em vigor, o tratado deverá prevalecer, já que se tratará de lei posterior; **E:** incorreta, pois no caso descrito, a imunidade não é do bem, mas da pessoa (instituição), de forma que não violaria os termos do tratado a tributação de tal bem.

Gabarito "D"

Veja a seguinte tabela, que indica a produção do tratado e sua introdução no sistema jurídico interno brasileiro (em princípio, não há "acordos executivos", sem referendo pelo Congresso Nacional, em matéria tributária):

1º O Presidente da República celebra o tratado, muitas vezes por meio de plenipotenciário – art. 84, VIII, da CF
2º O Congresso Nacional referenda o tratado, aprovando-o por decreto legislativo – art. 49, I, da CF
3º O Presidente ratifica o tratado, manifestando o consentimento aos demais países
4º O Presidente promulga o tratado, por decreto, cuja publicação insere-o no sistema jurídico interno

(OAB - CESPE – 2009.2) Compete aos Estados e ao DF instituir imposto sobre

(A) a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
(B) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
(C) a propriedade predial e territorial urbana.
(D) a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

A: correta, pois os Estados e o Distrito Federal têm competência para instituir três impostos (art. 155 da CF): o ITCMD (inc. I), o ICMS (inc. II) e o IPVA (inc. III); **B:** incorreta, pois o IOF é imposto da União (art. 153, V, da CF); **C:** incorreta, pois o IPTU é da competência dos Municípios e do DF (art. 156, I, e art. 147, *in fine*, da CF); **D:** incorreta, pois o ITBI é municipal (art. 156, II, da CF) – não confundir com o ITCMD estadual (art. 155 da CF).

Gabarito "A"

Veja a tabela seguinte, em que indicamos as competências relativas aos impostos, para estudo e memorização:

Competência em relação aos impostos		
União	**Estados e DF**	**Municípios e DF**
- imposto de importação – II - imposto de exportação – IE - imposto de renda – IR - IPI - IOF - ITR - Imposto sobre grandes fortunas - Impostos extraordinários - Impostos da competência residual	- ITCMD - ICMS - IPVA	- IPTU - ITBI - ISS

(OAB - CESPE – 2009.2) Assinale a opção correta acerca da competência tributária.

(A) O ente político poderá transferir a terceiros as atribuições de arrecadação e fiscalização de tributos.
(B) Os Estados, na forma das respectivas leis, têm competência para instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
(C) É lícita a delegação da competência tributária de uma pessoa jurídica de direito público interno a outra.
(D) A União, os Estados e o DF têm competência para instituir impostos não previstos expressamente na CF, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados no texto constitucional.

A: correta, pois, embora a *competência tributária* (competência para legislar acerca do tributo) seja indelegável, é possível delegar a *sujeição ativa* (a lei pode indicar outro ente para ocupar o polo ativo da obrigação tributária) – art. 7º do CTN; **B:** incorreta, pois a competência para essa contribuição é dos Municípios e do Distrito Federal – art. 149-A da CF; **C:** incorreta, pois a competência tributária é indelegável – art. 7º, *caput*, do CTN; **D:** incorreta, pois somente a União detém a chamada *competência residual* – art. 154, I, da CF.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.1) É de competência exclusiva da União instituir

(A) contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
(B) contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
(C) contribuição para o custeio do regime previdenciário próprio dos servidores estaduais.
(D) contribuição de melhoria, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

A: essa é a alternativa correta, pois reflete exatamente o disposto no art. 149, *caput*, da CF. Importante ressaltar, entretanto, que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir e cobrar a contribuição de seus servidores, para custeio dos respectivos regimes previdenciários próprios – art. 149, § 1º, da CF; **B:** incorreta, pois a competência em relação às contribuições de melhoria (cujo fato gerador é a valorização imobiliária decorrente de obra pública) é de todos os entes políticos (não é de competência exclusiva da União, como consta da assertiva). Trata-se da chamada *competência comum* – art. 145, *caput* e III, da CF; **C:** incorreta, pois todos os entes políticos devem instituir essa contribuição em relação aos seus próprios servidores. Ademais, a assertiva refere-se aos servidores *estaduais*, de modo que, nesse caso, a competência é do respectivo Estado – art. 149, § 1º, da CF; **D:** incorreta, por duas razões. Em primeiro lugar, a competência em

relação à contribuição de melhoria é *comum* (de todos os entes) – art. 145, *caput* e III, da CF. Em segundo lugar, o investimento público a que se refere a assertiva dá ensejo ao empréstimo compulsório (art. 148, II, da CF) e não à contribuição de melhoria que tem como fato gerador a valorização imobiliária decorrente de obra pública (art. 145, *caput* e III, da CF).

Gabarito "A"

2. PRINCÍPIOS

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) Julgue os seguintes itens:

(1) A capacidade contributiva é medida, exclusivamente, pela disponibilidade financeira das pessoas.

(2) O princípio da capacidade contributiva, a que alude a Constituição Federal (CF), tem como destinatário imediato o legislador ordinário das pessoas políticas.

(3) O princípio da legalidade irrestrita determina que alguns tributos sejam criados por meio de lei.

(4) O princípio da uniformidade é regra que se aplica exclusivamente à União.

1: A capacidade contributiva é aferida por diversos sinais representativos de riqueza (renda, patrimônio, atividades econômicas, consumo etc.) – art. 145, § 1º, da CF; **2:** A assertiva é verdadeira. O legislador deve observar esse princípio ao produzir as normas tributárias, especialmente aquelas que quantificam a tributação; **3:** A assertiva é contraditória em seus próprios termos. A palavra "irrestrita" deixa claro que não há limitação ao princípio da legalidade (não são apenas "alguns tributos" que se sujeitam a ele); **4:** Embora a CF faça referência apenas à União no art. 151, I, da CF; os Estados, o DF e os Municípios não podem, em princípio, instituir tributos que não sejam uniformes em seus respectivos territórios.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) Julgue os seguintes itens:

(1) O princípio da anterioridade não se aplica a todos os tributos.

(2) As leis que instituem contribuições parafiscais e impostos extraordinários estão dispensadas da exigência de que sua aplicação se dê apenas no exercício seguinte ao da sua publicação.

1: Há exceções ao princípio da anterioridade – art. 150, § 1º, da CF; **2:** As contribuições sociais (denominadas por alguns contribuições parafiscais) e os impostos extraordinários são exceções ao princípio da anterioridade – arts. 150, § 1º, e 195, § 6º, da CF.

Gabarito 1C, 2C

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) A instituição de tributo com alíquotas progressivas sem ser exageradamente oneroso, não podendo, portanto, ser considerado confisco, faz transparecer, no direito tributário, na instituição do referido tributo, o cuidado com o princípio da

(A) seletividade.
(B) não diferenciação tributária.
(C) legalidade estrita.
(D) capacidade contributiva.
(E) igualdade tributária, em sentido jurídico.

A: incorreto, pois tal princípio refere-se a possibilidade de diferenciação da tributação a partir de uma seleção; **B:** incorreto, pois tal princípio refere-se a impossibilidade dos tributos estaduais e municipais estabelecerem tributação diferenciada a partir da origem ou destino do produto ou serviço; **C:** incorreto, pois tal princípio refere-se a exigência de lei; **D:** correto, pois tal princípio estabelece a necessidade da tributação ser definida a partir da capacidade econômica do sujeito passivo; **E:** incorreto, pois tal princípio refere-se a definição do tratamento de diferentes contribuintes e não um isoladamente.

Gabarito "D"

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta com relação aos princípios constitucionais da anterioridade e da legalidade.

(A) Às taxas é aplicado o princípio da anterioridade de exercício, mas não o da anterioridade nonagesimal, que é restrita a impostos e contribuições.

(B) Ofende o princípio da legalidade decreto que antecipa data de recolhimento de tributo.

(C) Autarquia federal pode expedir instrução normativa para cobrança de preço público objetivando custear o cadastro de empresas e serviços administrativos referente à fiscalização das atividades desenvolvidas por empresas do ramo importador de pescados, inclusive estabelecendo sanções pecuniárias para o descumprimento das obrigações que relacionar.

(D) Inexistindo legislação específica impondo condições e limites, é lícito ao Poder Executivo alterar as alíquotas da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE).

(E) Atende ao princípio da anterioridade de exercício a publicação, no Diário Oficial, da lei instituidora de imposto no dia 31/12, sábado, apesar de a sua circulação dar-se apenas na segunda-feira.

A: incorreta, pois ambas as modalidades de anterioridade são aplicáveis a todos os tributos, com as exceções previstas na própria constituição – art. 150, III, *b* e *c*, e § 1º, da CF; **B:** assertiva incorreta, pois a fixação da data de vencimento do tributo, inclusive sua antecipação, pode ser veiculada por decreto, pois não se submete ao princípio da legalidade – ver RE 195.218/MG; **C:** incorreta, pois, embora a fixação de preço público não dependa de lei, o custeio de serviços relacionados à fiscalização dá ensejo à taxa pelo exercício de poder de polícia. Ou seja, por se tratar de taxa, submete-se ao princípio da legalidade. Ademais, as normas que impõem penalidades pecuniárias também devem ser veiculadas por lei; **D:** assertiva incorreta, pois há previsão nesse sentido somente em relação, especificamente, à CIDE sobre combustíveis – art. 177, § 4º, I, *b*, da CF; **E:** essa é a melhor alternativa, até por exclusão das demais. Há precedentes do STF nesse sentido – ver RE 250.521/SP.

Gabarito "E"

Veja a seguinte tabela, para memorização e estudo do princípio da legalidade e de suas exceções em matéria tributária:

Dependem de lei – art. 97 do CTN	Não dependem de lei
– a instituição de tributos, ou a sua extinção; – a majoração de tributos, ou sua redução (exceção: alteração das alíquotas do II, IE, IPI, IOF e da CIDE sobre combustíveis). Equipara-se à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso. **Não constitui majoração de tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo;** – a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo; – a fixação de alíquota do tributo e da sua base de cálculo, ressalvado o disposto nos artigos 21, 26, 39, 57 e 65; – a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas; – as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.	– fixação da data para pagamento do tributo; – regulamentação das obrigações acessórias (forma de declaração, escrituração, recolhimento etc.). Há controvérsia quanto à própria fixação de obrigações acessórias, pois o art. 113, § 2º, do CTN faz referência à **legislação** tributária (expressão que inclui não apenas as leis, mas também os decretos, portarias etc.); – alteração das alíquotas do II, IE, IPI, IOF e da CIDE sobre combustíveis.

Veja a seguinte tabela, com as exceções ao princípio da anterioridade comum e nonagesimal, para estudo e memorização:

Exceções à anterioridade comum (art. 150, III, *b*, da CF)	Exceções à anterioridade nonagesimal (art. 150, III, *c*, da CF)
– empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública ou de guerra externa ou sua iminência (art. 148, II, *in fine,* da CF, em sentido contrário); – imposto de importação (art. 150, § 1º, da CF); – imposto de exportação (art. 150, § 1º, da CF); – **IPI** (art. 150, § 1º, da CF); – IOF (art. 150, § 1º, da CF); – impostos extraordinários na iminência ou no caso de guerra externa (art. 150, § 1º, da CF); – restabelecimento das alíquotas do ICMS sobre combustíveis e lubrificantes (art. 155, § 4º, IV, *c*, da CF); – restabelecimento da alíquota da CIDE sobre combustíveis (art. 177, § 4º, I, *b*, da CF); – contribuições sociais (art. 195, § 6º, da CF).	– empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública ou de guerra externa ou sua iminência (art. 148, II, *in fine,* da CF, em sentido contrário – entendimento doutrinário); – imposto de importação (art. 150, § 1º, da CF); – imposto de exportação (art. 150, § 1º, da CF); – **IR** (art. 150, § 1º, da CF); – IOF (art. 150, § 1º, da CF); – impostos extraordinários na iminência ou no caso de guerra externa (art. 150, § 1º, da CF); – fixação da base de cálculo do IPVA (art. 150, § 1º, da CF); – fixação da base de cálculo do IPTU (art. 150, § 1º, da CF);

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Com referência às limitações do poder de tributar, assinale a opção correta.

(A) Contra a imposição de multas por sonegação fiscal ou mesmo pelo não recolhimento do tributo, não se pode argumentar com a proibição constitucional de utilização de tributo com efeito de confisco, já que de tributo não se trata.
(B) A imunidade constitucional de livros não se estende à COFINS.
(C) A limitação de exigência tributária sobre o patrimônio, renda ou serviços uns dos outros (União, estados, DF e municípios) é passível de modificação constitucional, uma vez que se trata de princípio de garantia subjetiva, e a restrição de imutabilidade tributária refere-se às garantias objetivas.
(D) Pode incidir IOF sobre aplicações financeiras realizadas por autarquia estadual, uma vez que as rendas derivadas são relativas a atividades eminentemente privadas.
(E) A imunidade tributária sobre livros, jornais e periódicos abrange a aquisição de máquinas e aparelhos destinados à sua impressão.

A: incorreta, pois o STF entende que a vedação ao confisco aplica-se também às penalidades pecuniárias (embora admita multas em percentuais elevados) – ver ADI 551/RJ; **B:** assertiva correta, pois as imunidades previstas no art. 150, VI, da CF referem-se exclusivamente a impostos. Ademais, em relação aos livros, entende-se que a imunidade aplica-se apenas à sua produção e circulação, não ao faturamento ou à renda das empresas envolvidas (ou seja, incide IR sobre o lucro da editora, por exemplo – perceba que a Cofins incide sobre o faturamento); **C:** incorreta, pois a imunidade recíproca refere-se à autonomia dos entes federados e, a rigor, ao sistema federativo (cláusula pétrea – art. 60, § 4º, I, da CF). Ademais, a referência à "restrição de imutabilidade tributária" não tem sentido; **D:** incorreta, pois a imunidade recíproca estende-se às autarquias, desde que as aplicações financeiras refiram-se às suas atividades essenciais – art. 150, § 2º, da CF; **E:** incorreta, pois o STF tem entendimento bastante restrito em relação à imunidade dos livros e periódicos, reconhecendo-a apenas no que se refere a materiais diretamente relacionados ao suporte (papel, inclusive os fotográficos necessários à publicação, filmes etc. – ver Súmula 657 do STF), mas não a tintas e equipamentos gráficos.
Gabarito "B"

Veja a seguinte tabela, com as hipóteses de aplicação da lei tributária a ato ou a fato pretérito, para estudo e memorização:

Aplicação da lei tributária a ato ou a fato pretérito
– lei expressamente interpretativa – art. 106, I, do CTN
– redução ou extinção de sanção (*lex mitior*) – art. 106, II, do CTN
– normas relativas à fiscalização ou ao aumento de garantias e privilégios do crédito tributário, exceto para atribuir responsabilidade tributária a terceiros – art. 144, § 1º, do CTN

(OAB - CESPE – 2010.1) Consoante o princípio tributário da reserva legal, é vedado à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça. Todavia, admite-se, constitucionalmente, que

(A) a União e os Estados criem ou aumentem tributo por meio de decreto.
(B) a União aumente determinados tributos por meio de decreto.
(C) a União crie ou aumente tributo por meio de decreto.
(D) os Estados aumentem tributo por meio de decreto.

A: incorreta, pois as únicas exceções ao princípio da legalidade estrita são relativas a tributos federais (admite-se a alteração de alíquotas por norma infralegal – II, IE, IPI, IOF e CIDE sobre combustíveis); **B:** correta, conforme comentário à alternativa "A"; **C:** incorreta, pois a instituição (criação) do tributo deverá ser sempre feita por meio de lei. O que se admite é a alteração das alíquotas de determinados tributos federais por norma infralegal; **D:** incorreta, conforme comentário à alternativa "A".
Gabarito "B"

(OAB - CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta no que se refere à legalidade tributária.

(A) É vedada a majoração de alíquotas de imposto de renda por medida provisória.
(B) O IPI deve ser instituído, obrigatoriamente, por lei complementar.
(C) O governador pode conceder, por meio de decreto, isenção válida de IPVA.
(D) É possível alterar, nos limites estabelecidos em lei, as alíquotas do IOF por decreto.

A: incorreta, pois a medida provisória substitui a lei ordinária também em matéria tributária, nos termos do art. 62, § 2º, da CF; **B:** incorreta, pois o IPI, a exemplo da generalidade dos tributos, exige simples lei ordinária para ser instituído ou alterado. A exigência de lei complementar é exceção (para impostos da competência residual, empréstimos compulsórios e outras contribuições sociais além das previstas expressamente na CF); **C:** incorreta, pois as únicas exceções ao princípio da legalidade estrita são relativas a tributos federais (admite-se a alteração de alíquotas por norma infralegal – II, IE, IPI, IOF e CIDE sobre combustíveis). Ademais, benefícios fiscais em relação a qualquer tributo (inclusive federais) somente podem ser fixados por lei específica, no caso por lei ordinária estadual, nos termos do art. 150, § 6º, da CF; **D:** correta, pois se trata de exceção à legalidade estrita – art. 153, § 1º, da CF.
Gabarito "D"

(OAB - CESPE – 2009.2) De acordo com os princípios da anterioridade e da noventena, previstos na CF, a cobrança de imposto

(A) sobre a renda e proventos de qualquer natureza deve obedecer ao princípio da noventena, mas não ao da anterioridade.
(B) sobre produtos industrializados deve obedecer ao princípio da anterioridade, mas não ao da noventena.
(C) sobre a importação de produtos estrangeiros deve obedecer ao princípio da anterioridade.
(D) sobre a exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados não se sujeita ao princípio da anterioridade nem ao da noventena.

A: incorreta, pois o IR (art. 153, III, da CF) é exceção apenas à anterioridade nonagesimal (ou noventena), e não à anterioridade anual – art. 150, § 1º, da CF; **B:** incorreta, pois o IPI (art. 153, IV, da CF) é exceção à anterioridade anual, mas não à anterioridade nonagesimal (é o oposto do IR); **C:** incorreta, pois os II, IE, IPI e IOF são exceções ao princípio da anterioridade anual; **D:** correta, pois os II, IE e IOF são exceções à anterioridade anual e à anterioridade nonagesimal.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.1) A vedação constitucional à cobrança de tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu não se aplica

(A) ao imposto sobre propriedade territorial rural.
(B) ao imposto sobre produtos industrializados.
(C) à fixação da base de cálculo do imposto sobre propriedade de veículos automotores.
(D) à fixação da base de cálculo do imposto sobre serviços de qualquer natureza.

A: incorreta, pois o ITR (art. 153, VI, da CF) não é exceção à anterioridade anual ou à anterioridade nonagesimal – art. 150, § 1º, da CF; **B:** incorreta, pois o IPI (art. 153, IV, da CF) não é exceção à anterioridade nonagesimal – art. 150, § 1º, da CF; **C:** correta, pois a fixação de base de cálculo do IPVA (art. 155, III, da CF) e do IPTU (art. 156, I, da CF) são exceções à anterioridade nonagesimal – art. 150, § 1º, *in fine*, da CF; **D:** incorreta, pois, conforme comentário à alternativa anterior, somente a base do IPVA e do IPTU podem ser alteradas sem observância da anterioridade nonagesimal.
Gabarito "C"

3. IMUNIDADES

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE) Considerando que um estado da Federação possua dois imóveis, um para abrigar um gerador de energia e outro que é a residência oficial do governador, assinale a opção correta.

(A) O imóvel que abriga o gerador de energia estará imune ao pagamento de imposto, caso sirva para propiciar luz à residência oficial do governador.
(B) A residência oficial será imune ao pagamento de imposto somente se estiver situada em área residencial e urbana.
(C) Se não for finalidade essencial do estado fornecer moradia para o governador, pode ser cobrado IPTU do imóvel residencial.
(D) Haverá imunidade recíproca do imóvel que abriga o gerador, caso este seja utilizado para abastecer parte da cidade e seja cobrado tributo para isso.
(E) Se a residência oficial for vendida, o comprador estará imune ao pagamento do imposto de transferência de sua propriedade.

A: correta, pois, nesse caso, o imóvel de propriedade do ente federado não está sendo utilizado para exploração de atividade econômica de natureza privada, o que afastaria a imunidade recíproca – art. 150, VI, *a*, e § 3º, da CF; **B:** incorreta, pois não existe essa limitação em relação à imunidade recíproca; **C:** incorreta, pois o imóvel público é imune, considerando que não há exploração econômica de natureza privada; **D:** incorreta, pois a imunidade do imóvel não está condicionada à prestação de serviço público ou à cobrança de tributo; **E:** incorreta, pois a imunidade recíproca não aproveita aos particulares, especialmente o adquirente do imóvel, que é contribuinte do imposto sobre transmissão – art. 150, § 3º, *in fine*, da CF.
Gabarito "A"

(OAB - CESPE – 2009.2) A Igreja Céu Azul, que goza de imunidade quanto ao pagamento de certos tributos, é proprietária de vários imóveis, um deles alugado a terceiros, e outro, onde são celebrados os cultos, que possui uma casa pastoral, um cemitério e um amplo estacionamento. Considerando a situação hipotética apresentada e as normas atinentes à imunidade tributária, assinale a opção correta.

(A) Apenas a União está autorizada a instituir impostos sobre o patrimônio, renda e serviços da Igreja Céu Azul.
(B) A imunidade não abrange a casa pastoral, o cemitério e o estacionamento da Igreja Céu Azul, pois a norma constitucional se refere apenas aos templos de cultos religiosos.
(C) O imóvel alugado a terceiros goza de imunidade quanto ao pagamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais da Igreja Céu Azul.
(D) A imunidade tributária conferida à referida igreja dispensa-a do recolhimento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, bem como do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

A: incorreta, pois a imunidade dos templos afasta impostos federais, estaduais, distritais e municipais – art. 150, VI, *b*, da CF; **B:** incorreta, pois a imunidade abrange todas as áreas necessárias, direta ou indiretamente, para a realização dos cultos e das atividades religiosas; **C:** correta, conforme jurisprudência pacífica do STF – Súmula 724/STF ("Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, *c*, da Constituição, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tais entidades"); **D:** incorreta, pois a imunidade dos templos, a exemplo das outras previstas no art. 150, VI, da CF, refere-se apenas a impostos, e não a taxas ou contribuições de melhoria, nem afasta o dever de cumprir as obrigações acessórias (manter documentação fiscal, prestar declarações ao Fisco etc.).
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.1) O princípio constitucional da imunidade recíproca

(A) não se aplica aos Municípios, abrangendo apenas a União, os Estados e o DF.
(B) aplica-se aos entes políticos que exerçam atividade econômica em concorrência com o particular.
(C) não se aplica aos impostos diretos, abrangendo apenas os indiretos.
(D) é extensivo às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

A: incorreta, pois a imunidade recíproca refere-se a todos os entes políticos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), além de suas autarquias e fundações públicas – art. 150, VI, *a*, e § 2º, da CF; **B:** incorreta, pois a imunidade recíproca não abrange o patrimônio, a renda e os serviços relacionados à exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados – art. 150, § 3º, da CF; **C:** incorreta, pois a imunidade recíproca abrange qualquer imposto que possa atingir o patrimônio, a renda ou os serviços da entidade imune, seja direto (IR, IPTU, IPVA) ou indireto (IPI, ICMS, ISS, nos casos em que a entidade é o contribuinte de direito); **D:** correta, conforme o art. 150, § 2º, da CF.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.1) Entidade beneficente de assistência social sem fins lucrativos pode gozar, desde que atenda aos requisitos legais, de imunidade de

(A) contribuições para a seguridade social, a despeito de ter de pagar impostos sobre patrimônio, renda e serviços.
(B) impostos sobre o patrimônio, renda e serviços, mas não de contribuições para a seguridade social.
(C) impostos sobre o patrimônio, renda e serviços e de contribuições para a seguridade social.
(D) quaisquer impostos, mas não de contribuições para a seguridade social.

As entidades de assistência social sem fins lucrativos podem gozar da imunidade relativa aos impostos (art. 150, VI, *c*, da CF) e às contribuições sociais (art. 195, § 7º, da CF), desde que atendam aos requisitos legais, de modo que a alternativa "C" é a correta.
Gabarito "C"

4. DEFINIÇÃO DE TRIBUTO E ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Uma empresa detém a propriedade sobre terras agriculturáveis em diversos estados do Brasil, no ambiente rural, e, em diversos municípios de seu estado de origem, é proprietária de terras urbanas. Nessa situação, em razão das propriedades que detém, a empresa torna-se contribuinte de

(A) dois impostos federais e um estadual.

(B) dois impostos estaduais e um municipal.

(C) um imposto municipal e um federal.

(D) um imposto municipal, um estadual e um federal.

(E) um imposto municipal e um estadual.

Por ser proprietária de imóveis rurais, a empresa é contribuinte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), de competência da União (art. 153, VI, da CF) e por ser proprietária de imóveis urbanos a pessoa jurídica é também contribuinte do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), de competência do Município da localização dos imóveis (art. 156, I, da CF).
Gabarito "C"

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) Acerca de taxa, de preço público, de contribuições e de empréstimo compulsório, assinale a opção correta.

(A) O valor cobrado por serviço público não essencial sob o regime de concessão é necessariamente submetido ao regime próprio das taxas.

(B) A COFINS não incide sobre a receita da sociedade comercial decorrente da locação de veículos, por se tratar de cessão de uso e gozo de coisa a título oneroso, que não pode ser equiparada com mercadoria.

(C) A União pode instituir empréstimo compulsório com devolução do valor recebido em títulos da dívida pública.

(D) A COFINS não incide sobre as variações cambiais que decorram de vendas ao exterior.

(E) A taxa independe da associação do fato gerador com o serviço para o qual foi instituída.

A: incorreta, pois nos termos da interpretação do STF, os serviços públicos não essenciais podem ser remunerados por taxas ou por tarifa, cabendo a lei do ente competente definir, por opção, o regime remuneratório (CF, art. 175, parágrafo único, III); **B:** incorreta, pois o conceito de receita bruta, para fins de COFINS, é amplo e não sofre restrições constitucionais (CF, art. 195, I, *b*); **C:** incorreta, pois a devolução dos empréstimos compulsórios deve ser feita, obrigatoriamente, em moeda, ainda que não haja previsão constitucional expressa (CF, art. 148); **D:** correta, conforme entendimento do STJ: "*Processo civil e tributário. PIS e COFINS. Receitas decorrentes de exportação. Variação cambial positiva. Não incidência. Agravo regimental a que se nega provimento*" (AgRg no Ag 1352975/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, 1ª Turma, julgado em 15.02.2011, *DJe* 24.02.2011). Cabe ressaltar que a matéria aguarda julgamento no STF (RE 627.815); **E:** incorreta, pois a taxa somente será cabível, no sistema constitucional vigente, no caso de atividade estatal obrigatória e diretamente vinculada ao sujeito passivo, de prestação de serviço ou de exercício de poder de polícia (CF, art. 145, II).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.3) Caso a União pretenda fazer investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional,

(A) não poderá ser instituído tributo, visto que se trata de despesa de investimento.

(B) poderá ser instituído empréstimo compulsório, por meio de lei complementar federal, para ser cobrado no mesmo exercício em que seja publicada a lei que o institua.

(C) poderá ser instituído imposto extraordinário para vincular a sua arrecadação à despesa no referido investimento.

(D) poderá ser instituído empréstimo compulsório por meio de lei complementar, observado o princípio da anterioridade.

A: incorreta, pois investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional é hipótese que permite a instituição de empréstimo compulsório (= espécie de tributo), por lei complementar federal (é da competência exclusiva da União), nos termos do art. 148, II, da CF; **B:** incorreta, pois o empréstimo compulsório instituído em caso de investimento público submete-se ao princípio da anterioridade anual (art.150, II, *b*, da CF). É bom lembrar que a outra hipótese de empréstimo compulsório (para fazer frente à despesa extraordinária, decorrente de calamidade pública, de guerra ou na sua iminência, prevista no art. 148, I, da CF) não se submete à anterioridade, conforme dispõe o art. 150, § 1º, da CF; **C:** incorreta, pois o imposto extraordinário somente pode ser instituído em caso de guerra externa ou sua iminência (situação, aliás, que permite também a instituição de empréstimo compulsório – art. 148, I, da CF), nos termos do art. 154, II, da CF; **D:** correta, conforme o art. 148, II, da CF.
Gabarito "D"

5. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – FONTES

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item:

(1) Os tratados e as convenções internacionais em vigor devem ser respeitados pela legislação tributária que lhes sobrevierem.

1: Esse é o conteúdo do art. 98 do CTN.
Gabarito 1C

(Defensoria/ES – 2009 – CESPE) Acerca do Sistema Tributário Nacional, julgue o próximo item.

(1) Cabe a lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.

1: assertiva correta, conforme o art. 146, III, *b*, da CF.
Gabarito 1C

(OAB – CESPE – 2010.1) Suponha que um decreto trate integralmente sobre relações jurídicas pertinentes aos tributos e que uma lei disponha parcialmente sobre tributos. Nessa situação, de acordo com o CTN,

(A) nem o decreto nem a lei se inserem no conceito de legislação tributária.

(B) o decreto insere-se no conceito de legislação tributária; a lei, não.

(C) tanto o decreto quanto a lei se inserem no conceito de legislação tributária.

(D) a lei se insere no conceito de legislação tributária; o decreto, não.

O art. 96 do CTN define que a expressão 'legislação tributária' compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes. **A**, **B** e **D:** incorretas, pois decreto e lei são abrangidos pela *legislação tributária*; **C:** correta, conforme comentário inicial.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2010.1) Caso ocorra a fusão de duas grandes indústrias alimentícias brasileiras que, juntas, detenham mais de 60% do mercado nacional de certo item de alimentação, de acordo com o que dispõe a CF, para prevenir os desequilíbrios da concorrência causados pela citada fusão,

(A) a União, os Estados, o DF e os Municípios poderão estabelecer critérios especiais de tributação, além de outras normas com os mesmos objetivos.

(B) somente a União poderá estabelecer critérios especiais de tributação, podendo os Estados, o DF e os Municípios estabelecer outras normas com os mesmos objetivos.

(C) a União, os Estados, o DF e os Municípios poderão estabelecer critérios especiais de tributação, todavia apenas a União detém competência para estabelecer outras normas com os mesmos objetivos.

(D) somente a União poderá estabelecer critérios especiais de tributação, além de outras normas com os mesmos objetivos.

Somente a União pode (= competência privativa ou exclusiva), por meio de lei complementar, estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo de sua competência para estabelecer, por lei ordinária, normas de igual objetivo – art. 146-A da CF. **A**, **B** e **C:** incorretas, pois a competência é privativa da União; **D:** correta, conforme comentário inicial.
Gabarito "D"

6. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) Julgue os seguintes itens:

(1) Os atos normativos expedidos pela autoridade administrativa entram em vigor na data de sua assinatura, salvo disposição de lei em contrário.

(2) As decisões dos órgãos singulares ou colegiados de jurisdição administrativa, quanto aos efeitos normativos, entram em vigor 30 dias após a data da sua publicação, salvo disposição em contrário.

(3) Os dispositivos de lei que instituem os tributos, sejam quais forem, começam a vigorar no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorreu a sua publicação.

1: Os atos da autoridade administrativa entram em vigor na data de sua publicação, salvo disposição em contrário – art. 103, I, do CTN; **2:** Art. 103, II, do CTN; **3:** O princípio da anterioridade comporta exceções, como no caso dos impostos aduaneiros (II e IE) – art. 150, § 1º, da CF.
Gabarito 1E, 2C, 3E

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Com base no Direito Tributário, julgue o item que se segue.

(1) Caso a União celebre com os estados-membros convênio para a adoção de método eletrônico para o lançamento de certos tributos, o referido convênio entrará em vigor na data nele prevista.

1: assertiva correta, nos termos do art. 103, III, do CTN.
Gabarito 1C

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Com base no Direito Tributário, julgue o item que se segue.

(1) É lícita a interpretação restritiva de lei que conceda isenção de impostos e contribuições federais a uma categoria de empresas localizadas em determinada região brasileira.

1: incorreta, pois a interpretação não deve ser restritiva, mas apenas estrita. O Código Tributário usa a expressão "interpretação literal" – art. 111 do CTN.
Gabarito 1E

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Com relação aos fatos, atos e negócios jurídicos, assinale a opção correta.

(A) A legislação tributária estabelece hierarquia entre as leis instituidoras de tributos federais, estaduais e municipais.

(B) Se, em procedimento administrativo fiscal, houver discussão sobre o alcance de uma norma impositiva, e, em face disso, tiver sido editada lei explicitando o sentido da referida norma, essa lei terá efeito retroativo.

(C) A lei que estabeleça redução de alíquota de tributo terá efeito retroativo, desde que o procedimento administrativo não tenha sido definitivamente julgado, por ser mais benéfica ao contribuinte.

(D) Uma nova lei que estabeleça redução de multa punitiva retroagirá em benefício do contribuinte, o que não ocorre quando se tratar de multa moratória.

(E) Na integração da norma tributária, poderá ser utilizada a analogia, a interpretação analógica e a interpretação extensiva.

A: incorreta, pois não há essa hierarquia. Cada ente tributante regula privativamente os tributos de sua competência, muito embora haja normas nacionais gerais aplicáveis a todos (normalmente veiculadas por lei complementar federal – art. 146 do CTN); **B:** assertiva correta, pois se trata de norma expressamente interpretativa, cuja retroatividade é admitida – art. 106, I, do CTN; **C:** incorreta, pois a lei aplicável em relação ao tributo é sempre aquela vigente à época do fato gerador – art. 144, *caput*, do CTN. Somente a norma relativa à penalidade, desde que mais benéfica ao infrator (*lex mitior*), pode ser aplicada retroativamente – art. 106, II, do CTN; **D:** incorreta, pois a retroatividade da *lex mitior* refere-se a qualquer penalidade (multa punitiva ou moratória) – art. 106, II, do CTN; **E:** incorreta à luz do art. 108 do CTN que, no caso de lacuna legal, permite apenas a aplicação da analogia, dos princípios gerais de direito tributário, dos princípios gerais de direito público e da equidade, nessa ordem.
Gabarito "B"

Veja a seguinte tabela, com as hipóteses excepcionais de aplicação retroativa da legislação tributária:

Aplicação da lei tributária a ato ou a fato pretérito
– lei expressamente interpretativa – art. 106, I, do CTN
– redução ou extinção de sanção (*lex mitior*) – art. 106, II, do CTN
– normas relativas à fiscalização ou ao aumento de garantias e privilégios do crédito tributário, exceto para atribuir responsabilidade tributária a terceiros – art. 144, § 1º, do CTN

Veja a seguinte tabela, para memorização das regras de integração e sua ordem de aplicação, conforme previsto no art. 108 do CTN:

Regras de integração – casos de ausência de disposição expressa
1º – analogia (não pode implicar exigência de tributo ao arrepio da lei)
2º – princípios gerais de direito tributário
3º – princípios gerais de direito público
4º – equidade (não pode implicar dispensa de pagamento do tributo devido)

(OAB – CESPE – 2009.3) Com relação à aplicação retroativa de lei nova que diminua a penalidade por infrações à legislação tributária e os juros de mora em 2% do valor estabelecido na lei anterior, assinale a opção correta.

(A) O Código Tributário Nacional veda a retroatividade de lei em todas as hipóteses.

(B) A retroatividade de lei nova a fato pretérito somente ocorre quando a lei for expressamente interpretativa e incluir a aplicação de penalidade.

(C) Caso o ato não esteja definitivamente julgado, a lei nova retroagirá a fato pretérito para beneficiar o contribuinte infrator em relação à diminuição da penalidade, mas não em relação aos juros de mora.

(D) Caso o ato esteja definitivamente julgado, tanto a penalidade quanto os juros de mora serão aplicados nos valores previstos na nova lei, ou seja, a lei retroagirá para beneficiar o contribuinte.

A: incorreta, pois há diversas hipóteses de retroatividade da norma tributária, incluindo o caso daquela que reduz penalidade; **B:** incorreta, pois a retroatividade da norma expressamente interpretativa afasta a penalidade em relação aos dispositivos interpretados – art. 106, I, *in fine*, do CTN; **C:** correta, pois a retroatividade da norma mais benéfica ao acusado (*lex mitior*) restringe-se às infrações e às penalidades, nos termos do art. 106, II, do CTN, o que não abrange os juros de mora; **D:** incorreta, pois a *lex mitior* não é aplicada no caso de ato definitivamente julgado (não há, nessa hipótese, retroatividade da norma mais benéfica ao acusado) – art. 106, II, do CTN.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.1) Constitui hipótese de lei tributária irretroativa

(A) lei instrumental que regule formalidades aplicáveis ao lançamento.
(B) lei expressamente interpretativa.
(C) lei que deixe de definir certo ato como infração, desde que se trate de ato não definitivamente julgado.
(D) lei que majore as alíquotas do imposto sobre serviços.

A regra é a irretroatividade da lei tributária. As exceções estão concentradas nos arts. 106 e 144 do CTN. **A:** incorreta, pois a norma instrumental relativa ao lançamento é aplicada imediatamente à atuação da administração tributária, ainda que relacionada a fato gerador pretérito (não há ampliação ou modificação da incidência tributária e da cobrança da exação, mas apenas alteração quanto à forma como o Fisco lançará o tributo, não havendo falar em irretroatividade); **B:** incorreta, pois a lei expressamente interpretativa retroage, nos termos do art. 106, I, do CTN; **C:** incorreta, pois é também caso de retroatividade, expressamente previsto no art. 106, II, *a*, do CTN; **D:** correta, pois as normas atinentes à incidência tributária e à quantificação da obrigação (base de cálculo e alíquota) jamais retroagem, ou seja, aplica-se sempre a norma vigente à época do fato gerador (lembre-se que a retroatividade da *lex mitior* refere-se, apenas, às penalidades pecuniárias, e nunca ao tributo).
Gabarito "D"

7. FATO GERADOR E OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) O fisco local constatou que determinada empresa estava fraudando a fiscalização tributária e a autuou em valor correspondente ao tributo e a uma penalidade pecuniária. Após a revisão administrativa do referido auto de infração, a penalidade pecuniária foi majorada.

Nessa situação,

(A) a obrigação acessória não pode ser revista administrativamente.
(B) a obrigação tributária não se altera com a alteração do crédito tributário.
(C) o auto de infração fiscal constituiu o crédito tributário e, por isso, a revisão não poderia alterar o valor da penalidade para majorá-lo.
(D) o valor do auto de infração acabou constituído pelo tributo e penalidade pecuniária, que se referem à obrigação acessória.
(E) a obrigação acessória não pode ser convertida em obrigação principal.

A: incorreto, pois a obrigação tributária acessória, apesar de não ter conteúdo pecuniário, pode ser objeto de impugnação; **B:** correto, pois a obrigação, a rigor, não se confunde com o crédito tributário (CTN, art. 140); **C:** incorreto, pois a revisão administrativa implica na possibilidade de refazimento do próprio auto, nos casos previstos em lei (CTN, art. 149); **D:** incorreto, pois tributo e multa, por terem conteúdo pecuniário, são consideradas obrigações principais (CTN, art. 113, § 1º) **E:** incorreto, pois a eventual não satisfação de obrigação acessória poderá ser sancionada com multa pecuniária, que constitui-se obrigação principal (CTN, art. 113, § 3º).
Gabarito "B"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Uma empresa contratou, em 1.º/8/2009, outra empresa para prestar determinado serviço. Se o contrato continha cláusula que o submetia a condição resolutiva, então o fato gerador da obrigação tributária do Imposto sobre Serviços (ISS) ocorre no momento

(A) atual.
(B) em que forem prestados os serviços.
(C) em que for emitida a nota fiscal.
(D) em que for implementada a condição resolutiva.
(E) em que for efetuado o pagamento.

Pendente condição resolutiva, considera-se ocorrido o fato gerador imediatamente, desde a data do ato, salvo disposição em contrário (art. 117, II, do CTN). A ocorrência do fato gerador é postergada para a data do implemento somente em caso de condição suspensiva.
Gabarito "B"

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) João firmou, com empresa sediada no exterior, contrato de compra de mercadorias importadas, para serem entregues em um mês, mediante pagamento em doze parcelas mensais, a partir da assinatura do contrato. O fisco, antes de trinta dias, realizou auditoria na empresa de João, tomando como base o contrato para considerar ocorrido o fato gerador de obrigação tributária. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A consideração da ocorrência do fato gerador pelo fisco deve-se à situação de fato constatada, mesmo sem lei específica que a preveja.
(B) O fato gerador ocorreu em virtude de que a situação jurídica constatada pelo fisco estava definitivamente constituída.
(C) O fato não poderia ter servido como base para o fisco, uma vez que não surgiu a obrigação tributária pela importação ainda inexistente da mercadoria.
(D) A situação jurídica tomada como base para a consideração da ocorrência do fato gerador se deu sob condição resolutória.
(E) A situação jurídica sob condição resolutória não gera imediatamente a obrigação, como pretendido pelo fisco na situação em apreço.

O fato gerador do imposto de importação ocorre apenas no momento da entrada do bem no território nacional (art. 19 do CTN), que se dá por ocorrido, em regra, na data do registro da declaração de importação (art. 73, I, do Decreto 6.759/2009 – Regulamento Aduaneiro – RA). Assim, no momento da autuação (antes da data de entrega da mercadoria) ainda não havia ocorrido o fato gerador, sendo inviável a cobrança do imposto. **A:** incorreta, pois não existe fato gerador sem lei que o preveja; **B:** incorreta, pois a entrada da mercadoria (fato gerador) ainda não havia ocorrido; **C:** essa é a correta, conforme comentários iniciais; **D** e **E:** incorretas, pois não há, no caso descrito, condição resolutória ou resolutiva (condição cujo implemento afasta o acordo de vontades – art. 128 do CC).
Gabarito "C"

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta no que concerne ao fato gerador da obrigação tributária.

(A) As obrigações principais e acessórias estão sujeitas ao princípio constitucional da legalidade estrita.
(B) A obrigação do pagamento tributário decorre da adequação da situação fática (fato gerador) à previsão normativa abstrata instituidora do tributo, fenômeno denominado incidência tributária. As situações não previstas na norma abstrata correspondem à não incidência.
(C) A obrigação tributária de pagamento de tributo não admite que em sua base de cálculo seja inserido o valor de outro tributo.
(D) A inadimplência das vendas a prazo é condição resolutiva da hipótese de incidência tributária.
(E) A hipótese de incidência depende da origem lícita da renda auferida, máxime quando incidir sobre o lucro.

A: incorreta, pois nos termos do CTN, a obrigação acessória decorre da "legislação tributária", que compreende o conjunto de leis, tratados, decretos e normas complementares em matéria tributária, não se aplicando, então, a legalidade estrita tributária (CTN, arts. 113, § 2º e 96); **B:** correta, nos exatos termos da melhor doutrina tributária e da interpretação sistemática da lei (CTN, arts. 113 e 114); **C:** incorreta, pois não existe tal limitação na legislação; **D:** incorreta, pois o fato gerador do tributo considera-se ocorrido independente da validade ou da efetividade dos negócios subjacentes (CTN, art. 118); **E:** incorreta, pois a origem ilícita não se confunde com a licitude do próprio fato gerador, condição necessária para a incidência tributária (CTN, arts. 3º e 118).
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2010.1) Um fiscal federal, em processo de auditoria, verificou que uma empresa estava em dívida para com o Fisco em relação ao imposto de renda. Ao autuar a empresa para pagamento do imposto, o fiscal impôs-lhe, ainda, uma multa por atraso no pagamento e outra, por não ter entregue a declaração anual de rendimentos da pessoa jurídica. Nessa situação hipotética,

(A) todas as obrigações são consideradas principais.
(B) a obrigação de pagar o imposto de renda é considerada principal; a de pagar as multas, não.
(C) a obrigação de pagar o imposto de renda e a de pagar a multa de mora são consideradas principais; a de pagar a multa por atraso na entrega da declaração, não.
(D) a obrigação de pagar o imposto de renda e a de pagar a multa por atraso na entrega da declaração são consideradas principais; a de pagar a multa de mora, não.

A: correta, pois toda obrigação de natureza tributária que tenha por objeto a entrega de dinheiro ao Fisco (tributo ou multa) é considerada obrigação tributária *principal*, nos termos do art. 113, § 1º, do CTN, que determina que "a obrigação principal (...) tem por objeto o pagamento de *tributo ou penalidade pecuniária* e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente"; **B**, **C** e **D:** incorretas, pois o pagamento de multa de qualquer espécie (= penalidade pecuniária) é, também, objeto da obrigação tributária *principal*.
Gabarito "A"

8. LANÇAMENTO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) O fisco, ao exercer o seu poder de polícia, encontrou empresa que sonegava tributos, o que propiciou a lavratura de auto de infração contra a empresa e a cobrança dos tributos devidos e das penalidades relativas aos fatos constatados, sendo o auto entregue imediatamente na empresa.

Com relação a essa situação, assinale a opção correta.

(A) A lavratura de auto de infração apenas cria a obrigação de pagar o tributo por parte do contribuinte infrator e não a penalidade nele imposta.
(B) A circunstância descrita constituiu o crédito tributário.
(C) O fato descrito não é considerado lançamento tributário.
(D) Esse fato é caso de lançamento por homologação.
(E) Começa a contagem da prescrição a partir da lavratura do auto de infração, não se suspendendo com a impugnação do referido auto por parte do contribuinte infrator.

A: incorreto, pois o auto de infração é ato de lançamento tributário que constitui o crédito tributário referente aos tributos, juros, correção monetária e multas; **B:** correto, pois essa é a função principal do lançamento tributário (CTN, art. 142); **C:** incorreto, pois o auto de infração é modalidade de lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149); **D:** incorreto, pois trata-se de lançamento feito diretamente pela autoridade administrativa, configurando, com isso, lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149); **E:** incorreto, pois a prescrição é contada a partir da data da constituição definitiva do crédito, que somente ocorre no momento em que não mais se sujeita a alteração administrativa, o que implica reconhecer que a impugnação administrativa suspende o prazo prescricional (CTN, art. 174).
Gabarito "B"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Acerca do lançamento na constituição do crédito tributário, assinale a opção correta.

(A) O lançamento se torna eficaz, via de regra, com a notificação do sujeito passivo da obrigação tributária.
(B) O lançamento é atividade administrativa vinculada e discricionária.
(C) O lançamento é regido por lei vigente na data da ocorrência do fato gerador da obrigação, mesmo que outra lei posterior imponha penalidade menos severa ao fato.
(D) A alteração de critério jurídico adotado pelo fisco autoriza a revisão de lançamento já realizado.
(E) A modalidade é, via de regra, a do lançamento direto, no caso dos contribuintes do ICMS.

A: correto, pois somente com a notificação do sujeito passivo se completa o ato administrativo; **B:** incorreto, pois o lançamento é atividade administrativa plenamente vinculada, não se aplicando a discricionariedade (CTN, art. 142); **C:** incorreto, pois no caso de cominação de penalidade menos severa, aplica-se a chamada retroatividade benéfica, para todos os atos não definitivamente julgados (CTN, art. 106); **D:** incorreto, pois a alteração dos critérios jurídicos, chamado por alguns de erro de direito, somente poderá ser aplicado a fatos ocorridos posteriormente a alteração, não podendo, com isso, ter aplicação retroativa, atingidos atos já lançados (CTN, art. 146); **E:** incorreto, pois o ICMS, em regra, sujeita-se a lançamento por homologação, cabendo ao sujeito passivo realizar a apuração e recolhimento dos valores.
Gabarito "A"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Com base no Direito Tributário, julgue o item que se segue.

(1) Se, na importação de produtos eletrônicos originados da Coreia, determinada pessoa jurídica brasileira pagou US$ 10.000,00, o preço pago pelos produtos deverá ser convertido em moeda nacional ao câmbio do dia do lançamento, para fins de apuração do valor do imposto de importação devido.

1: assertiva incorreta, pois o câmbio a ser considerado é aquele da data do fato gerador – art. 143 do CTN.
Gabarito 1E

Fiscais da fazenda estadual compareceram à sede de uma distribuidora de gêneros alimentícios, onde lavraram termo de início de fiscalização, arrecadaram documentos que estavam espalhados no departamento de contabilidade e notificaram o sócio-gerente para apresentar os livros e os documentos fiscais da empresa. Ao examinar a documentação encontrada na empresa, os auditores constataram a existência de livros com a descrição de vendas à vista, vendas a prazo, vendas por cheque e vendas por cartão de crédito, seguida da discriminação de datas e de números semelhantes a valores monetários.

A empresa mostrou os livros de registro de entrada e saída de mercadoria e de apuração do ICMS. No entanto, ao verificar que os valores lançados nos livros fiscais diferenciavam-se dos encontrados nos livros arrecadados, os fiscais notificaram a sociedade comercial para apresentar seus livros diário e razão analítico, pedido que não foi atendido. Em razão disso, os fiscais lavraram termo de verificação e responsabilidade tributária apontando atos ilícitos de responsabilidade dos sócios, dando-lhes de tudo ciência, e auto de infração pela diferença do ICMS, acrescida de multa por sonegação fiscal e correção monetária, notificando a sociedade comercial e indicando-a como devedora do tributo para apresentar defesa, ou pagar o valor apurado. O fisco verificou os documentos dos últimos cinco anos da empresa, demorando cinco meses para lavrar o auto de infração e dois meses para notificar a empresa, que apresentou defesa administrativa, cujo procedimento encerrou-se passados seis anos da defesa apresentada. O executivo fiscal foi ajuizado quatro anos após o julgamento definitivo na esfera administrativa. Findo o procedimento fiscal, os sócios alienaram o fundo de comércio e alugaram o imóvel a terceiro, que constituiu nova empresa no mesmo ramo de comércio anteriormente desenvolvido no local.

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) A respeito da situação hipotética descrita no texto, assinale a opção correta.

(A) A lavratura do auto de infração dá início ao lançamento fiscal, impedindo o transcurso do prazo de decadência.
(B) Por tratar-se de tributo apurado como sonegação fiscal, o valor não será objeto de revisão.
(C) O lançamento fiscal foi realizado por arbitramento.
(D) A notificação da sociedade comercial do auto de infração constitui condição de eficácia do lançamento fiscal, pressuposto de validade e exigibilidade do crédito tributário.
(E) O lançamento feito pela empresa (por homologação) e não recolhido no prazo estipulado deve integrar o cálculo

do tributo devido no auto de infração, sem o qual não é possível sua cobrança por meio de executivo fiscal.

A: incorreta, pois a lavratura do auto de infração, com a regular notificação do contribuinte, constitui o crédito tributário (é o lançamento). A partir dele, não há falar em prazo decadencial para lançar, mas apenas prescricional para cobrar; **B:** incorreta, pois qualquer lançamento pode ser objeto de revisão pelo fisco, observado o disposto no art. 145 do CTN; **C:** incorreta, pois o lançamento foi realizado de ofício pela autoridade fiscal, embora tenha arbitrado o valor devido. Lembre-se de que há apenas três modalidades de lançamento tributário (declaração, ofício e homologação); **D:** assertiva correta, pois somente com a notificação do sujeito passivo é que se conclui o lançamento; **E:** incorreta, pois o lançamento de ofício independe dos atos da empresa.

Gabarito "D"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Considerando a situação hipotética descrita no texto, assinale a opção correta.

(A) O tempo que decorreu entre a notificação do auto de infração e a decisão final da impugnação corre contra o contribuinte, que responderá pelo débito originário acrescido de juros e correção monetária caso seja mantida a exigência.
(B) Com o tempo transcorrido entre a lavratura do auto de infração e a constituição definitiva do crédito tributário, ocorreu a perempção do direito de constituir definitivamente o débito tributário.
(C) A lavratura do termo de início da fiscalização interrompeu o curso do prazo prescricional.
(D) Uma vez proposta a execução fiscal, e tendo sido determinada a citação do executado, o prazo decadencial foi interrompido.
(E) O crédito tributário já existe a partir da lavratura do auto de infração, não cabendo discussão sobre perda de direito da fazenda pública.

A: a assertiva é correta, pois o crédito tributário é corrigido e acrescido de juros até a data do efetivo recolhimento – art. 161 do CTN; **B:** incorreta – com a notificação do lançamento o crédito já está constituído. Há entendimento no sentido de que a constituição definitiva se dá apenas após o prazo para recurso administrativo ou com a decisão definitiva no processo correspondente. Outros entendem que o crédito já estava constituído definitivamente e apenas teve sua exigibilidade suspensa durante o processo administrativo. Qualquer que seja a linha doutrinária adotada, o resultado prático é o mesmo (não corre prazo prescricional durante o processo administrativo), e não há falar em perempção; **C:** incorreta, até porque no momento da lavratura do termo de início de fiscalização o crédito ainda não estava constituído e, portanto, não corria prazo prescricional para cobrança, mas sim decadencial para o lançamento; **D:** incorreta, pois se a execução existe, é porque já houve constituição do crédito tributário e, portanto, não há falar em prazo decadencial para lançar. O que existe, após a constituição do crédito, é prazo prescricional para a cobrança; **E:** incorreta, pois, mesmo após o lançamento (que se conclui com a notificação da autuação) é possível a extinção do direito da fazenda por decurso de prazo, ou seja, pode ocorrer prescrição do direito de cobrar o crédito.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.1) Não está prevista, no Código Tributário Nacional, no que se refere a lançamento efetuado de ofício, a comprovação de

(A) ação ou omissão do sujeito passivo que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária.
(B) falta funcional que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária.
(C) ocorrência, no lançamento anterior, de fraude funcional da autoridade que o efetuou.
(D) ocorrência, no lançamento anterior, de omissão de formalidade especial da autoridade que o efetuou.

A, **C** e **D:** corretas, pois essas situações dão ensejo ao lançamento de ofício, conforme o art. 149, VI e IX do CTN; **B:** incorreta, devendo essa alternativa a ser indicada pelo candidato, pois a falta funcional da autoridade que efetuou o lançamento anterior sempre permite a revisão do lançamento, independentemente de existir previsão de penalidade pecuniária. Veja o disposto no art. 149, IX, do CTN: "O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos: (...) quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade especial".

Gabarito "B"

9. SUJEIÇÃO PASSIVA, CAPACIDADE E DOMICÍLIO

((Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) A lei pode atribuir a terceiro responsabilidade tributária originária pelo cumprimento da obrigação tributária como sujeito passivo direto, a fim de facilitar a fiscalização e o recolhimento do tributo devido. A respeito desse assunto, é correto afirmar que

(A) o enunciado corresponde a responsabilidade por sucessão.
(B) o enunciado cuida de responsabilidade por solidariedade.
(C) a lei não pode impor a terceiro a referida responsabilidade.
(D) o enunciado trata de responsabilidade por substituição, cujas modalidades são de substituição para frente e substituição para trás.
(E) a atribuição de responsabilidade a terceiro, pelo pagamento de obrigação tributária, pode ser instituída por ato administrativo, desde que haja previsão de todos os fatos que a geraram.

A matéria de responsabilidade tributária é tratada no CTN, dos art. 128 a 138, dividindo-se em quatro grupos: responsabilidade por sucessão (CTN, art. 130 a 133), responsabilidade de terceiros (CTN, art. 134 e 135), responsabilidade por infrações (CTN, 136 a 138) e responsabilidade por substituição (apesar de não haver menção a tal nomenclatura na lei, a doutrina identifica como fundamento o CTN, art. 128). **A:** incorreto, pois na responsabilidade por sucessão, temos caso de sujeição indireta, pois o terceiro surge em momento diverso ao nascimento da obrigação, por força de um fato novo; **B:** incorreto, pois na responsabilidade solidária, não temos tipo de sujeito passivo, mas mera relação entre sujeitos, que respondem em conjunto, pela totalidade da obrigação; **C:** incorreto, pois a legislação expressamente prevê tal possibilidade (CTN, art. 128); **D:** correto, pois essa é a exata definição da substituição tributária, que nada mais é do que uma técnica que visa a eficiência arrecadatória, pela troca do sujeito passivo, desde o nascimento da obrigação (CF, art. 150, § 7.º, CTN, art. 128); **E:** incorreto, pois sujeição passiva é matéria adstrita ao princípio da legalidade (CTN, art. 121 e CF, art. 150, I).

Gabarito "D"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Empregado de uma empresa mercantil emitiu nota fiscal de uma operação comercial, destacando o valor do tributo devido em patamar inferior ao que seria correto, em virtude da aplicação equivocada de percentual inferior ao estabelecido pelo fisco. Em função disso, foi lavrado auto de infração contra a empresa e se impôs o pagamento do valor do tributo somado à multa e penalidades cabíveis para o caso. Tal fato foi notificado ao sócio-gerente responsável pela administração da empresa, que se dirigiu para o fisco, declarou e pagou apenas o tributo devido, sem incluir os valores da multa e das penalidades que foram aplicadas.

Com base nessa situação, assinale a opção correta.

(A) A autuação não poderia ter ocorrido em virtude da existência de equívoco praticado pelo empregado da empresa e, não, pelo sócio-gerente.
(B) A autuação poderia ter ocorrido, mas perdeu a validade e a eficácia quando o responsável pela empresa fez a denúncia de forma espontânea.
(C) Não há que se falar em denúncia espontânea, uma vez que já iniciado o procedimento administrativo.
(D) A autuação fiscal está correta, pois a responsabilidade tributária por infrações ocorre, desde que comprovado o dolo na prática do ato.

(E) A responsabilidade por infrações administrativas é sempre pessoal e do agente que a praticou, independentemente da situação.

A: incorreto, pois o ato praticado pelo preposto ou empregado gera responsabilidade tributária do administrador (CTN, art. 135); **B:** incorreto, pois a denúncia somente se considera espontânea quando ocorre antes do início de qualquer procedimento administrativo em face do sujeito passivo, o que, obviamente, está afastado, já que ocorreu o próprio ato de lançamento (CTN, art. 138); **C:** correto, por expressam previsão legal (CTN, art. 138); **D:** incorreto, pois a responsabilidade pela infração a legislação tributária independe da vontade do agente, sedo irrelevante o dolo para caracterizá-la (CTN, art. 136); **E:** incorreto, pois somente será pessoal a responsabilidade nos casos previstos na lei, em que se exige dolo específico (CTN, art. 137).
Gabarito "C"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Considerando a situação hipotética descrita no texto, assinale a opção correta.

(A) Por tratar-se de sociedade por cota de responsabilidade limitada, a responsabilidade dos sócios pela dívida tributária é solidária, mas limitada ao valor que restou para integralização do capital.
(B) A pessoa jurídica que continuar as atividades no local responderá pelas dívidas tributárias contraídas anteriormente.
(C) A responsabilidade tributária é da empresa e somente subsidiariamente poderá ser responsabilizado o sócio.
(D) Os sócios da empresa são pessoalmente responsáveis pelos débitos tributários, por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador.
(E) A responsabilidade subsidiária do sócio somente será admitida no caso em exame porque os funcionários públicos lavraram termo de verificação e responsabilidade tributária dos atos ilícitos e deram ciência aos sócios.

A: incorreta, pois a responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor de suas cotas e solidária apenas em relação ao capital eventualmente ainda não integralizado – art. 1.052 do CC; **B:** incorreta, pois o locatário do imóvel, apesar de explorar o mesmo ramo de atividade, não é a mesma pessoa que adquiriu o fundo de comércio, o que afasta a responsabilidade do art. 133 do CTN; **C:** há entendimento no sentido de que a responsabilidade dos sócios administradores, no caso do art. 135 do CTN, é solidária e até exclusiva, já que o dispositivo legal usa a expressão "pessoalmente responsáveis". A jurisprudência dominante do STJ, entretanto, é pela responsabilidade subsidiária – ver Resp 1.141.128/SP, muito embora a Súmula 430/STJ tenha feito menção à responsabilidade solidária do sócio-gerente. Ademais, consta que a administração fiscal responsabilizou a empresa, "notificando a sociedade comercial e indicando-a como devedora do tributo", e não os sócios. Por essas razões, entendemos que a C é a melhor alternativa, embora o gabarito oficial indicasse a D; **D:** embora essa tese seja razoável, não tem sido acolhida pelo Judiciário para reconhecer a responsabilidade solidária dos sócios com base no art. 124, I, do CTN; **E:** incorreta – a responsabilidade dos sócios decorre do disposto no art. 135 do CTN.
Gabarito Oficial "D" – Nosso gabarito "C"

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) Um estado, ao firmar contrato com uma empresa privada, desobrigando-a de recolher tributo devido pela sua atividade, passou a ser responsável pelo seu pagamento.

A partir dessa situação, assinale a opção correta.

(A) O contrato firmado é válido, uma vez que estipulado pelo ente da Federação competente para cobrar tributos.
(B) O sujeito passivo continuará sendo a empresa, já que, para alteração de sua definição, é preciso edição de decreto.
(C) Caso não haja disposição de lei em contrário, nenhuma convenção ou contrato tem validade para alterar o sujeito passivo de obrigação tributária perante a fazenda pública.
(D) A responsabilidade atribuída ao estado, no pagamento do tributo devido pela empresa, fere o princípio da anterioridade.
(E) Somente se houvesse lei nesse sentido é que seria possível a responsabilização do estado no pagamento desse tributo.

A sujeição passiva é regulada exclusivamente por lei e não pode ser alterada por contrato, mesmo que firmado pelo Poder Público – art. 123 do CTN.
Gabarito "C"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) João adquiriu de Júlio um imóvel por meio de simples escritura pública de compra e venda, na qual não havia referência a qualquer quitação de IPTU e de contribuição de melhoria. Contudo, não havia crédito constituído na época da lavratura daquele instrumento. Nessa situação, considerando que havia créditos dos dois tributos em fase de constituição quando da compra, é correto afirmar que a responsabilidade pelo pagamento

(A) do IPTU será de João e da contribuição de melhoria, de Júlio.
(B) do IPTU será de João e a contribuição de melhoria será 50% para cada um.
(C) do IPTU será de Júlio e da contribuição de melhoria, de João.
(D) dos dois tributos será de Júlio.
(E) dos dois tributos será de João.

O adquirente é responsável pelos tributos relativos aos bens adquiridos (art. 131, I, do CTN), quaisquer que sejam eles (impostos, taxas ou contribuições de melhoria). Além disso, a Fazenda Pública reserva-se no direito de lançar, dentro do prazo de decadência, quaisquer débitos que sejam apurados posteriormente. Nesse caso, porém, pode o comprador eximir-se da responsabilidade pelo pagamento, desde que faça constar no título de aquisição a certidão negativa de débitos (art. 129 do CTN). Não o fazendo, deverá arcar com as dívidas.
Gabarito "E"

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) A respeito da responsabilidade tributária, assinale a opção correta.

(A) Considere que João tenha adquirido um galpão onde funcionou, por quinze anos, um minimercado, que recém-encerrou suas atividades, e tenha instalado ali nova empresa com o mesmo ramo de atividade. Nessa situação, João sucedeu a antiga empresa, respondendo pelos tributos relativos ao fundo de comércio do estabelecimento anterior.
(B) O funcionário do fisco que expedir fraudulentamente certidão negativa contra a fazenda pública responderá pelo crédito tributário, já que estará caracterizada a responsabilidade de terceiro pela obrigação tributária.
(C) A responsabilidade tributária é pessoal ou solidária, inexistindo responsabilidade subsidiária para o pagamento do tributo.
(D) A responsabilidade do espólio não alcança as multas devidas pelo *de cujus*, inclusive a moratória.
(E) É defeso ao fisco efetivar inscrição em dívida ativa do sucessor hereditário do devedor, já que a responsabilidade do sucessor se limita ao quinhão e ao montante do tributo devido pelo *de cujus* até a abertura da sucessão e não pagos até a data da partilha.

A: a afirmação é, no mínimo, discutível. Para que João sucedesse a antiga empresa, seria necessário que tivesse adquirido o estabelecimento empresarial, e não apenas o galpão – art. 133 do CTN. Ademais, deveria haver continuidade na exploração da atividade (não fica claro, pois a assertiva afirma genericamente que o minimercado "recém-encerrou" suas atividades). De qualquer forma, a alternativa B é a melhor, pois claramente correta; **B:** correta, conforme o art. 208 do CTN; **C:** incorreta, pois é possível responsabilidade tributária subsidiária – art. 128 do CTN; **D:** assertiva incorreta, pois, apesar de o art. 131, III, do CTN referir-se expressamente apenas a tributos (não a penalidades pecuniárias), a jurisprudência entende que a responsabilidade do espólio é por todo o crédito tributário, conforme previsto no art. 129 do CTN – ver REsp 499.147/PR; **E:** incorreta, pois, a rigor, o art. 131, II, do CTN refere-se aos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação (e não até a abertura da sucessão). De qualquer forma, é possível a inscrição do sucessor em dívida ativa, pois se trata de sujeito passivo (responsável tributário).
Gabarito "B"

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Francisco passou a não pagar aos credores e ao fisco os tributos devidos nas operações da sociedade comercial que gerenciava, tendo-se retirado da sociedade e registrado a alteração contratual na junta comercial. Os credores promoveram diversas ações de execução contra a empresa, cujo patrimônio foi totalmente alienado para o pagamento das dívidas, no curso do procedimento administrativo de lançamento fiscal. A fazenda nacional ajuizou execução fiscal contra a pessoa jurídica, mas não obteve êxito na localização de bens para penhora. Nessa situação hipotética, a execução fiscal poderá ser redirecionada contra Francisco

(A) em virtude da inexistência de bens da sociedade e da inadimplência com a fazenda pública, que é credora privilegiada.
(B) porque não foi requerida, previamente, a falência.
(C) na parte relativa à redução tributária obtida por meio de contribuição previdenciária descontada do empregado e deliberadamente não recolhida aos cofres públicos.
(D) se for demonstrado que o sucessor na administração da empresa não tinha conhecimento dos débitos fiscais.
(E) caso se trate de sociedade por cotas de responsabilidade limitada.

A: incorreta, pois o simples inadimplemento não implica responsabilidade do administrador – Súmula 430 do STJ; **B:** incorreta, até porque a descrição dos fatos não indica, necessariamente, situação falimentar à época em que Francisco gerenciava a empresa. Ademais, apesar de razoável, o Judiciário não vem acolhendo a tese de que a omissão do administrador em requerer a autofalência seria ilícito suficiente para sua responsabilidade tributária (art. 135 do CTN); **C:** essa é a assertiva correta, pois a apropriação indevida desses valores é ilícito, inclusive penal (art. 168-A do CP), que implica responsabilidade do administrador – art. 135, III, do CTN; **D:** incorreta, pois o desconhecimento do sucessor na administração é irrelevante para a responsabilidade de Francisco; **E:** assertiva incorreta, pois o tipo societário não influi diretamente na responsabilidade tributária do art. 135 do CTN.
Gabarito "C"

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) Em testamento, certo indivíduo solteiro havia determinado que seu imóvel, avaliado em R$ 100.000,00, deveria ser destinado a uma criança, filha de um casal amigo; o outro imóvel, de R$ 150.000,00, seria destinado a seu filho, também criança, que era órfão de mãe no momento da lavratura do testamento. O saldo bancário deveria ser distribuído igualmente entre o legatário e o herdeiro citados. Ao falecer, o testador deixou saldo bancário de R$ 100.000,00 e foi dado cumprimento ao testamento. Na elaboração, pelo tabelião, do documento de arrecadação do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doações relativo aos imóveis, foi apurado imposto menor que o devido, fato que, antes de encerrar o processo judicial de cumprimento do testamento, foi descoberto pelo fisco do respectivo estado de situação dos bens e que gerou duas multas moratórias. Nessa situação hipotética,

(A) o espólio deve responder pelas diferenças dos impostos e o tabelião, pelas multas.
(B) o pai do legatário deve responder pela diferença do imposto sobre a transmissão do imóvel legado, o curador do filho deve responder pela diferença do imposto sobre o imóvel herdado e o tabelião, pelas multas.
(C) o pai do legatário deve responder pela diferença do imposto sobre a transmissão do imóvel legado e pela respectiva multa, e o curador do filho deve responder pela diferença do imposto sobre o imóvel herdado e pela respectiva multa.
(D) o espólio deve responder pelas diferenças dos impostos e pelas multas.
(E) o espólio deve responder pelas diferenças dos impostos, e o pai do legatário e o curador do filho devem responder pelas respectivas multas.

A, **B**, **C** e **E:** incorretas, pois a responsabilidade dos pais, do curador e do tabelião surge apenas em caso de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação pelos contribuintes, o que não é o caso, pelo que consta – art. 134, I, II e VI, do CTN; **D:** essa é a melhor alternativa, pois, apesar de o espólio responder pelas dívidas deixadas pelo *de cujus* (art. 131, III, do CTN), e não, imediatamente, pelos débitos devidos pelos contribuintes (herdeiro e legatário), na prática, a responsabilidade pelo recolhimento dos tributos antes da partilha ou adjudicação recai sobre o espólio, representado pelo inventariante – ver o art. 192 do CTN. É bom lembrar que o inventariante pode ser solidariamente responsabilizado pelo recolhimento, nos termos do art. 134, IV, do CTN.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.3) Determinado contribuinte, notificado pelo Fisco local a comprovar, por meio de documentos e notas fiscais relativos a um período, a regularidade fiscal das operações por ele praticadas, resolveu procurar o Fisco, declarar que estava em débito e realizar o pagamento dos tributos objeto de fiscalização com juros de mora. Na situação hipotética apresentada, o referido contribuinte

(A) faz jus ao benefício da espontaneidade, mas poderá ser cobrado em relação ao descumprimento da legislação tributária.
(B) não faz jus ao benefício da espontaneidade, por isso poderá ser autuado e ter de pagar pelas penalidades cabíveis.
(C) não poderá ser autuado pelo Fisco posteriormente, visto que já realizou o pagamento de tributos devidos e dos juros de mora.
(D) tem direito ao benefício da espontaneidade, portanto, não será responsabilizado pelas penalidades cabíveis.

A partir da notificação do Fisco, não há mais espontaneidade em relação ao tributo respectivo (tributo a que se refere a notificação). Nesse caso, o contribuinte deverá recolher todo o valor devido, incluindo as penalidades pecuniárias (multas moratórias e compensatórias), além dos juros e correção monetária – art. 138, parágrafo único, do CTN. **A** e **D:** incorretas, pois não faz jus ao benefício; **B:** correta, conforme comentários iniciais; **C:** incorreta, pois, inexistindo espontaneidade, o Fisco poderá lançar e cobrar a multa que não foi recolhida pelo contribuinte.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.2) Em 2007, João adquiriu de Antônio a propriedade de um imóvel urbano e está sendo cobrado pelo não pagamento da taxa de coleta residencial de resíduos sólidos relativa ao ano de 2006, referente ao imóvel. Nessa situação hipotética, João

(A) somente será responsável pelo pagamento da taxa se, no título de transmissão da propriedade, não constar prova de seu pagamento.
(B) será responsável pelo pagamento da taxa em qualquer hipótese, pois o crédito tributário sub-roga-se automaticamente na pessoa do adquirente do imóvel.
(C) não poderá ser responsabilizado pelo pagamento da taxa, visto que a aquisição do imóvel ocorreu em momento posterior ao seu fato gerador.
(D) somente será responsável pelo pagamento da taxa se essa obrigação constar do título de transmissão da propriedade.

Em princípio, os tributos relacionados ao imóvel (IPTU, ITR, ITBI, taxas de serviços referentes ao bem) podem ser cobrados do adquirente, que é responsável nos termos do art. 130 do CTN, exceto se constar, no título translativo (escritura), prova do pagamento (registro da certidão negativa de débitos). **A:** correta, admitindo-se que a coleta de lixo possa ser considerada serviço referente ao imóvel; **B:** incorreta, pois existe a possibilidade de o adquirente do imóvel se exonerar da responsabilidade, desde que tome a cautela de conseguir certidão negativa de débitos e fazer constar da escritura; **C** e **D:** incorretas, pois o adquirente responde pelos débitos tributários relacionados com o bem, conforme comentário inicial.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.1) Duas pessoas físicas, maiores e capazes, celebram contrato de locação de imóvel residencial no qual é estipulado que a responsabilidade pelo pagamento do imposto sobre a renda incidente sobre o aluguel será do

locatário, que o descontará do valor pago pela locação. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O contrato é absolutamente ineficaz e inválido, por transferir a outra pessoa, que não a legalmente responsável, a obrigação pelo pagamento de imposto.
(B) O contrato é válido, e a responsabilidade tributária, no caso, passa a ser solidária, podendo a Fazenda Pública exigir o imposto de qualquer das partes contratantes.
(C) O contrato é válido e produz efeitos entre as partes, mas é ineficaz perante a Fazenda Pública, pois as convenções particulares, salvo disposições de lei em contrário, não podem definir a responsabilidade pelo pagamento de tributo de modo diverso do previsto na lei tributária.
(D) O contrato é válido e eficaz até mesmo perante a Fazenda Pública, pois o imposto de renda admite a retenção na fonte, havendo transferência da responsabilidade tributária para quem efetua o pagamento.

A: incorreta, pois o contrato é válido e produz efeito entre as partes, embora não possa ser oposto ao Fisco para modificar a sujeição passiva tributária – art. 123 do CTN; **B** e **D:** incorretas, pois o sujeito passivo é definido exclusivamente pela lei, sendo irrelevante, nesse sentido, o acordo entre particulares – art. 121 do CTN; **C:** correta, nos termos do art. 123 do CTN.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.1) AB Alimentos Ltda. adquiriu, em 5/1/2009, o estabelecimento empresarial da CD Laticínios Ltda. e continuou a exploração da respectiva atividade, sob outra razão social. Nessa situação hipotética, a responsabilidade pelo pagamento de tributos relativos ao estabelecimento empresarial, devidos até 5/1/2009, é

(A) integralmente de AB Alimentos Ltda., em qualquer hipótese.
(B) integralmente de AB Alimentos Ltda., se CD Laticínios Ltda. continuar a exploração da respectiva atividade econômica.
(C) solidária, entre AB Alimentos Ltda. e CD Laticínios Ltda., em qualquer hipótese.
(D) subsidiária, de AB Alimentos Ltda. com CD Laticínios Ltda., se a alienante prosseguir na exploração da atividade econômica ou iniciar nova atividade dentro de 6 (seis) meses, a contar da data da alienação.

Se alguém adquire o estabelecimento empresarial e continua a exploração da atividade econômica, passa a responder pelos débitos tributários relacionados a ela, deixados pelo alienante. Essa responsabilidade será: integral, caso o alienante abandone a atividade empresarial (inc. I), ou apenas subsidiária, caso o alienante continue em alguma atividade empresarial (ainda que em outro ramo), ou inicie outra atividade empresarial dentro de 6 (seis) meses contados da alienação (inc. II) – art. 133, do CTN. **A:** incorreta, pois a responsabilidade pode ser apenas subsidiária; **B:** incorreta, pois, nesse caso, a responsabilidade do adquirente é subsidiária; **C:** incorreta, pois a responsabilidade do adquirente pode ser integral ou solidária; **D:** correta, conforme comentário inicial.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.3) Considere que um estabelecimento empresarial seja alienado e que o adquirente continue a exploração da mesma atividade, mas sob outra razão social, e o alienante volte a ter atividade empresarial somente após 6 (seis) meses, contados da data da alienação. Nessa situação hipotética,

(A) a responsabilidade pelos tributos devidos até a data da alienação é exclusiva do alienante.
(B) o alienante terá responsabilidade integral pelo pagamento dos tributos devidos, caso, dentro dos 6 (seis) meses, contados da data de alienação, inicie outra atividade empresarial.
(C) a responsabilidade do adquirente pelo pagamento dos tributos devidos é subsidiária, visto que a dívida foi contraída antes da alienação.
(D) o adquirente terá responsabilidade integral pelo pagamento dos tributos devidos até a data da alienação.

Se alguém adquire o estabelecimento empresarial e continua a exploração da atividade econômica, passa a responder pelos débitos tributários relacionados a ela, deixados pelo alienante. Essa responsabilidade será: integral, caso o alienante abandone a atividade empresarial (inc. I), ou apenas subsidiária, caso o alienante continue em alguma atividade empresarial (ainda que em outro ramo), ou inicie outra atividade empresarial dentro de 6 (seis) meses contados da alienação (inc. II) – art. 133, do CTN. No caso, se o alienante retornou à atividade empresarial somente após 6 (seis) meses da alienação, a responsabilidade do adquirente é integral, razão pela qual a alternativa "D" é a correta.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.3) Suponha que as pessoas jurídicas Alfa e Beta tenham adquirido, em conjunto, imóvel comercial localizado em determinado município da Federação e o tenham alugado para Antônio. Considerando essa situação hipotética e a legislação tributária aplicável, assinale a opção correta.

(A) Relativamente ao IPTU incidente sobre o referido imóvel, a responsabilidade pelo seu pagamento será do locatário, se houver expressa determinação contratual, cabendo à Fazenda Pública, no caso de eventual execução fiscal, ajuizá-la contra Antônio.
(B) Se Alfa ajuizar ação de restituição de IPTU incidente sobre o referido imóvel, pago indevidamente, a interrupção do prazo prescricional não favorecerá Beta.
(C) Se Alfa não estiver regularmente constituída, a responsabilidade pelo pagamento de tributos incidentes sobre o aludido imóvel recairá exclusivamente sobre Beta.
(D) Os créditos tributários relativos ao IPTU existentes no ato da aquisição do imóvel referido sub-rogam-se nas pessoas de Alfa e Beta, salvo quando conste do título prova de sua quitação.

A: incorreta, pois o sujeito passivo do IPTU é o proprietário do imóvel (Alfa e Beta), conforme fixado pela lei, sendo que o acordo entre particulares não altera a sujeição passiva – art. 123 do CTN; **B:** incorreta, pois Alfa e Beta, por terem interesse comum no domínio do imóvel (fato gerador do IPTU) são solidariamente responsáveis pelo tributo, de modo que a interrupção da prescrição em favor de um aproveita ao outro – arts. 124, I, e 125, III, do CTN; **C:** incorreta, pois a regularidade da sociedade é irrelevante para a capacidade tributária – art. 124, I, c/c art. 126, III, do CTN; **D:** correta, pois a responsabilidade dos adquirentes do imóvel é prevista no art. 130 do CTN.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.2) João adquiriu de Pedro uma das lojas de tecidos que este possuía e que funcionava no mesmo endereço havia vinte anos. João continuou, então, aquela atividade comercial, mas criou, para tanto, nova empresa, com novo registro empresarial. Certo dia, recebeu do Fisco Estadual uma notificação para pagamento de ICMS relativo a vendas ocorridas na loja que comprara, sendo elas realizadas em data anterior à da operação de compra da loja. Considerando-se a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que João

(A) Não responderá pela dívida tributária anterior porque não foi constituída por ele, mas por Pedro.
(B) Não responderá pela dívida tributária anterior porque a ele só pertence a nova pessoa jurídica.
(C) Responderá integralmente pela dívida tributária anterior porque, com a compra da loja, adquiriu a totalidade dos direitos e deveres relativos àquele estabelecimento.
(D) Responderá pela dívida tributária anterior subsidiariamente com Pedro, desde que este continue a explorar a venda de tecidos em suas outras lojas.

Se alguém adquire o estabelecimento empresarial e continua a exploração da atividade econômica, passa a responder pelos débitos tributários relacionados a ela, deixados pelo alienante. Essa responsabilidade será: integral, caso o alienante abandone a atividade empresarial (inc. I), ou apenas subsidiária, caso o alienante continue em alguma atividade empresarial (ainda que em outro ramo), ou inicie outra atividade empresarial dentro de 6 (seis) meses contados da alienação (inc. II) – art. 133, do CTN. **A:** incorreta, pois o adquirente do estabelecimento responde pelos débitos deixados pelo alienante; **B:** incorreta. O adquirente responde pelos débitos, sendo irrelevante que a

exploração da atividade empresarial seja feita por outra pessoa jurídica, com denominação e personalidade jurídica distintas; **C:** incorreta, pois a responsabilidade do adquirente pode ser subsidiária, nos termos do art. 133, II, do CTN; **D:** correta, conforme comentário inicial.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.2) O indivíduo a quem a lei atribua dever de pagar determinado tributo é considerado, segundo o CTN,

(A) contribuinte, porque, independentemente de ter relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador, sua obrigação decorre da lei.
(B) sujeito passivo, independentemente de ter ou não relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador.
(C) sujeito ativo, independentemente de ter ou não relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador.
(D) responsável, em razão de ter relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador.

Quem deve pagar o tributo é o *sujeito passivo*, que pode ser (i) *contribuinte* (tem relação pessoal e direta com o fato gerador) ou (ii) *responsável* (não tem relação pessoal e direta com o fato gerador, mas a lei indica para ocupar o polo passivo da obrigação tributária) – Art. 121 do CTN. **A:** incorreta, pois a assertiva descreve o responsável tributário; **B:** correta, pois o sujeito passivo pode ou não ter relação pessoal e direta com o fato gerador (no primeiro caso é contribuinte, no segundo caso é responsável); **C:** incorreta, pois quem paga o tributo é o sujeito passivo. Sujeito ativo é quem cobra; **D:** incorreta, pois a assertiva descreve o contribuinte.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.2) Com base no que dispõe o CTN, um indivíduo de um mês de idade

(A) já tem total capacidade tributária.
(B) tem capacidade tributária restrita até completar dezesseis anos de idade.
(C) tem capacidade tributária restrita até completar dezoito anos de idade.
(D) não tem qualquer capacidade tributária, porque é menor.

A capacidade tributária independe da capacidade civil, de modo que o bebê de 1 mês pode ocupar o polo passivo da obrigação tributária – art. 126, I, do CTN. A idade, portanto, é irrelevante, razão pela qual as assertivas "B", "C" e "D" são incorretas, enquanto a "A" é correta.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.1) Considere que Pedro e Tiago sejam, por lei, considerados sujeitos passivos solidários em relação a determinada dívida tributária. Nessa situação,

(A) se a lei conceder remissão pessoal a Tiago, o saldo da dívida passa todo para Pedro.
(B) se a lei conceder a interrupção da prescrição em prejuízo de Tiago, não será afetada a prescrição para Pedro.
(C) se Pedro pagar a metade da dívida, somente Tiago permanecerá devedor.
(D) se Pedro foi quem deu razão à dívida, o Fisco deve primeiramente cobrar dele e, somente após esgotados os esforços, deve cobrar de Tiago.

A: correta, pois os benefícios fiscais concedidos em caráter pessoal a um dos devedores solidários não aproveitam aos demais – art. 125, II, do CTN; **B:** incorreta, pois a interrupção da prescrição em favor de um dos devedores solidários aproveita aos outros – art. 125, III, do CTN; **C:** incorreta, pois o pagamento realizado por um dos devedores solidários aproveita aos demais – art. 125, I, do CTN; **D:** incorreta, pois não há benefício de ordem na solidariedade tributária – art. 124, parágrafo único, do CTN.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.1) Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com relação ao sujeito passivo tributário e à responsabilidade tributária. Assinale a opção em que a assertiva está correta.

(A) Pedro estava sendo executado por dívida tributária, em virtude do não recolhimento de imposto de renda, quando veio a falecer. Nessa situação, o espólio do *de cujus* responderá pelos respectivos débitos, não havendo qualquer responsabilidade dos sucessores no que se refere ao patrimônio pessoal deles.
(B) Roberto foi nomeado curador de seu pai, que, acometido de acidente vascular cerebral, passou a ser absolutamente incapaz de exercer os atos da vida civil. Nessa situação, se, no exercício da curatela, Roberto intervier em algum ato que configure fato gerador de tributo devido pelo curatelado, Roberto será responsável subsidiário ao cumprimento da referida obrigação principal.
(C) Luciano é motorista de caminhão e não possui residência fixa. Sendo autônomo, ele presta serviços a diversas empresas: uma situada na região Sul, outra na região Norte e outra na região Centro-Oeste do país. Nessa situação, não tendo Luciano domicílio eleito, deve ser considerado seu domicílio tributário o lugar onde Luciano for encontrado.
(D) Patrícia celebrou, por escritura pública, contrato de compra e venda de imóvel pertencente a Joaquim. No ato da lavratura do instrumento, Joaquim apresentou certidão negativa de débitos tributários relativos ao imóvel objeto do contrato, tendo sido esse fato consignado na própria escritura pública. Entretanto, posteriormente, a Fazenda Municipal constatou a existência de débitos, anteriores à alienação do bem a Patrícia, de imposto predial e territorial urbano (IPTU) relativo ao respectivo imóvel. Nessa situação, Patrícia é responsável tributária pelo pagamento do referido crédito tributário.

A: correta, nos termos do art. 131 do CTN. Antes da partilha, o juiz verificará o recolhimento de todos os tributos pelo espólio. Caso haja partilha e o débito deixado pelo falecido seja descoberto posteriormente, os sucessores responderão apenas até as forças da herança ou do legado; **B:** imprecisa, pois o art. 134, II, do CTN refere-se à solidariedade do responsável, no caso de impossibilidade de o Fisco exigir o tributo do próprio contribuinte; **C:** incorreta, pois, no caso de residência incerta ou desconhecida, considera-se domicílio tributário o centro habitual das atividades do sujeito passivo. Quando isso tampouco for identificável (parece ser o caso de Luciano), considerar-se-á domicílio o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação – art. 127, I, e § 1º, do CTN; **D:** incorreta, pois se a inexistência de débito tributário comprovada pela certidão negativa foi consignada na escritura, afasta-se a responsabilidade tributária do adquirente do imóvel – art. 130, *caput*, *in fine*, do CTN.
Gabarito "A"

10. SUSPENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO

10.1. SUSPENSÃO

Veja a seguinte tabela para estudar e memorizar as causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário:

Suspensão	Extinção	Exclusão
– a moratória	– pagamento	– a isenção
– o depósito do seu montante integral	– a compensação	– a anistia
– as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo	– a transação	
– a concessão de medida liminar em mandado de segurança	– remissão	
– a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial	– a prescrição e a decadência	
– o parcelamento	– a conversão de depósito em renda	
	– o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 150 e seus §§ 1º e 4º	
	– a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 164	
	– a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória	
	– a decisão judicial passada em julgado	
	– a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei	

(Técnico Fiscal/Vila Velha-ES – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item:

(1) Considere a seguinte situação hipotética. Ao chegar à sede da fábrica de móveis de que é sócio, Tenório foi surpreendido com uma cobrança, que entende ser indevida, quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICMS). Assim, o advogado de Tenório impetrou mandado de segurança e o juízo competente deferiu o provimento jurisdicional liminar pleiteado, para sobrestar a cobrança do tributo, até decisão final de mérito. Nesse caso, a concessão da medida liminar em mandado de segurança constitui hipótese de exclusão do crédito tributário.

1: A liminar suspende a exigibilidade do crédito – art. 151, IV, do CTN.
Gabarito 1E

(Ministério Público/RO – 2008 – CESPE) Um contribuinte inadimplente de determinado tributo requereu na secretaria de fazenda o pagamento integral do débito, incluindo os juros e multas, em parcelas mensais e iguais, o que foi aceito pelo fisco. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

(A) O contribuinte requereu moratória, uma vez que incluiu no pagamento os juros e multas.
(B) O instituto tributário a que se refere a questão chama-se moratória, uma vez que a dívida foi parcelada em prestações mensais e iguais.
(C) O contribuinte requereu o instituto denominado parcelamento, uma vez que o débito já está vencido.
(D) O instituto da moratória é aplicado em débitos vencidos ou não.
(E) O parcelamento é causa de extinção do crédito tributário.

A: incorreto, pois moratória é uma dilação de prazo, por iniciativa do fisco, decorrente de previsão legal, (CTN, art. 152); **B:** incorreto, pois incorreto, pois moratória é uma dilação de prazo, por iniciativa do fisco, decorrente de previsão legal, em regra, para pagamento integral (CTN, art. 152); **C:** correta, pois a característica básica do parcelamento é o pagamento em parcelas, de débitos já vencidos (CTN, art. 155); **D:** incorreta, pois é comum referir-se à moratória como favor legal concedido antes do vencimento do tributo; **E:** incorreto, pois a moratória e parcelamento são causas suspensivas do crédito (art. 151, I e VI, do CTN).
Gabarito "C"

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta acerca do instituto tributário denominado parcelamento.

(A) O parcelamento é causa de extinção do crédito tributário.
(B) O parcelamento é causa de suspensão da obrigação tributária.
(C) Ao parcelamento aplicam-se, subsidiariamente, as normas relativas à anistia.
(D) O parcelamento do crédito tributário será concedido na forma e na condição estabelecidas em lei específica.
(E) O parcelamento suspende o crédito tributário, mas não pode ser concedido por lei específica do estado da Federação.

A e **B:** incorretas e **D:** correta – o parcelamento suspende a exigibilidade do crédito. A forma e as condições serão estabelecidas por lei específica (art. 155-A do CTN); **C:** incorreta – aplicam-se subsidiariamente as normas relativas à moratória – art. 155-A, § 2º, do CTN; **E:** incorreta – o parcelamento, como benefício fiscal, **deve** ser concedido por lei específica – ver, a propósito, o art. 150, § 6º, da CF
Gabarito "D"

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) A suspensão do crédito tributário não ocorre em casos de

(A) consignação em pagamento.
(B) reclamações e recursos interpostos nos processos tributários administrativos.
(C) depósito do montante integral.
(D) concessão de medida liminar em mandado de segurança.
(E) parcelamento.

Art. 151 do CTN – a consignação em pagamento é causa extintiva do crédito, nos termos do art. 156, VIII, do CTN. As demais assertivas referem-se a modalidades de suspensão do crédito tributário.
Gabarito "A"

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) Considerando que o órgão fazendário competente tenha deferido pedido de contribuinte devedor de determinado tributo já vencido para realizar o pagamento de dívida, principal e juros, mensalmente, assinale a opção correta.

(A) Nesse caso, houve moratória, uma vez que o pagamento será feito em prestações.
(B) O instituto tributário aplicado ao caso é o da anistia, já que não será cobrada penalidade.
(C) O procedimento administrativo deferido pelo órgão fazendário causa a extinção do crédito tributário.
(D) O instituto tributário aplicado, nesse caso, denomina-se parcelamento e é causa de suspensão do crédito tributário.
(E) O crédito tributário poderá ser cobrado judicialmente, por meio de execução fiscal, uma vez que o contribuinte declarou ser devedor do referido tributo.

A: incorreta – o pagamento em prestações não é essencial para a configuração da moratória – entende-se que é concedida antes do vencimento; **B:** incorreta – a anistia é perdão (extinção) e não se confunde com parcelamento (suspensão); **C:** incorreta – o parcelamento não extingue o crédito, apenas suspende sua exigibilidade; **D:** correta – Art. 151, VI, do CTN; **E:** incorreta – durante o parcelamento a exigibilidade do crédito fica suspensa, o que impede a execução.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2010.1) Certo contribuinte foi notificado, em 31 de outubro de determinado ano, para pagamento de um tributo, sem que a lei ou a notificação tenha determinado o vencimento daquela obrigação. Nessa situação hipotética, o vencimento ocorrerá

(A) em 30 de novembro do mesmo ano, independentemente do vencimento dos outros impostos cobrados pelo mesmo ente da Federação.
(B) na data do vencimento dos outros impostos cobrados pelo mesmo ente da Federação, por aplicação da analogia.
(C) em qualquer data, desde que anterior a 31 de dezembro daquele mesmo ano.
(D) em qualquer data, desde que não ultrapasse o dia 31 de outubro do ano seguinte.

A: correta, pois, salvo disposição em contrário da legislação, o vencimento do crédito tributário ocorre 30 (trinta) dias após a notificação do lançamento – art. 160, *caput*, do CTN; **B**, **C** e **D:** incorretas, conforme comentário anterior.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.2) Segundo o Código Tributário Nacional, o parcelamento do crédito tributário

(A) não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.
(B) não deve ser concedido a devedor em recuperação judicial.
(C) deve ser concedido na forma e na condição estabelecidas em lei complementar da União.
(D) não exclui, em nenhuma hipótese, a incidência de juros e multas.

A: correta – art. 154, parágrafo único, c/c art. 155-A, § 2º, do CTN; **B:** incorreta, pois lei específica deverá dispor sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial. Até que isso aconteça, aplicam-se as leis gerais de parcelamento do ente da Federação ao devedor em recuperação judicial, não podendo, neste caso, ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela lei federal específica – art. 155-A, §§ 3º e 4º, do CTN; **C:** incorreta, pois a forma e as condições para o parcelamento são fixadas por lei específica de cada ente tributante, observando-se as normas gerais fixadas na lei complementar federal (CTN) – art. 155-A, *caput*, do CTN; **D:** incorreta, pois, embora, em regra, a incidência de juros e multas não seja excluída do parcelamento, é possível disposição legal em contrário – art. 155-A, § 1º, do CTN.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3) Supondo que tenha sido deferido, pela Secretaria de Fazenda de um Estado da Federação, a contribuinte devedor de tributo já vencido pedido de pagamento em parcelas do referido imposto, assinale a opção correta.

(A) O benefício concedido pela administração denomina-se moratória.
(B) O instituto tributário a ser utilizado pelo contribuinte para quitar a dívida caracteriza-se como remissão.
(C) O deferimento do pedido do contribuinte causa a extinção do crédito tributário.
(D) O deferimento do pleito causa a exclusão do crédito tributário.

A: correta, pois o parcelamento em questão é espécie de moratória, que suspende a exigibilidade do crédito tributário – art. 153, III, *b*, do CTN; **B:** incorreta, pois a remissão é o perdão do crédito tributário, que não se confunde com a moratória ou com parcelamento; **C** e **D:** incorretas, pois o parcelamento apenas suspende a exigibilidade do crédito tributário – art. 151, VI, do CTN.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3) O parcelamento do pagamento de dívida tributária contraída por pessoa jurídica

(A) não exclui, por si só, a aplicação de juros e multa.
(B) exige a edição de decreto que o possibilite.
(C) não pode ser concedido de forma geral.
(D) prescinde de despacho de autoridade administrativa.

A: correta, pois, em regra, a incidência de juros e multas não é excluída do parcelamento – art. 155-A, § 1º, do CTN; **B:** incorreta, pois o parcelamento, a exemplo de todos os benefícios fiscais, deve ser concedido por lei específica do ente tributante – art. 155-A, *caput*, do CTN e art. 150, § 6º, da CF; **C:** incorreta, pois o parcelamento pode ser concedido em caráter geral ou individual – art. 155-A, § 2º, c/c art. 152, I, do CTN; **D:** incorreta, pois o parcelamento em caráter individual é concedido por despacho da autoridade administrativa – art. 155-A, § 2º, c/c art. 152, II, do CTN.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.1) As hipóteses previstas no CTN para suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não incluem

(A) a medida liminar em ação judicial.
(B) o parcelamento.
(C) o pagamento parcial do tributo.
(D) o depósito do seu montante integral.

Veja a tabela anteriormente apresentada, no item 10.1, para memorização das modalidades de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Das alternativas, apenas a "C" indica algo que não suspende a exigibilidade do crédito – Art. 151 do CTN.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.1) Assinale a opção correta quanto às modalidades de suspensão e extinção do crédito tributário.

(A) O vencimento do crédito tributário, quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, deve ser estipulado em 10 (dez) dias após a notificação do lançamento.
(B) Considere a seguinte situação hipotética. Onofre é profissional autônomo e possui débitos de ISS relativo a sua atividade profissional e de IPTU, na condição de responsável por sucessão. Ambos os débitos estão vencidos e são de titularidade do mesmo sujeito ativo. Nessa situação, havendo pagamento parcial dos tributos, a autoridade competente para receber o pagamento deve determinar, em primeiro lugar, a imputação do débito de ISS e, depois, a do IPTU.
(C) A moratória, em caráter geral, pode ser concedida pela União somente quanto aos tributos de sua competência.
(D) A concessão de moratória em caráter individual gera direito adquirido.

A: incorreta, pois, inexistindo disposição na legislação tributária, o vencimento ocorre após 30 (trinta) dias contados da notificação do lançamento – art. 160 do CTN; **B:** correta, pois a imputação se dá primeiramente em relação ao débito por obrigação própria (contribuinte) e somente depois aos decorrentes de responsabilidade tributária – art. 163, I, do CTN; **C:** incorreta, pois há hipótese excepcionalíssima de moratória concedida pela União em relação a tributos de outros entes tributantes, quando simultaneamente concedida quanto aos tributos de competência federal e às obrigações de direito privado – art. 152, I, *b*, do CTN; **D:** incorreta, pois a moratória concedida em caráter individual (a exemplo da remissão, da isenção e da anistia) não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor – art. 155 do CTN.
Gabarito "B"

10.2. EXTINÇÃO

(Técnico Fiscal/Vila Velha-ES – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item:

(1) Considere-se que um crédito tributário do ICMS tenha sido constituído em janeiro de 2005. Nesse caso, a fazenda pública estadual competente tem o poder-dever de ajuizar ação de execução fiscal desse crédito até janeiro de 2010, sob pena de prescrição.

1: O prazo prescricional para a cobrança é de cinco anos, contados da constituição definitiva do crédito – art. 174 do CTN.
Gabarito 1C

(Magistratura/AC – 2008 – CESPE) Entre as formas de extinção do crédito tributário está a compensação. Relativamente às regras sobre esse instituto, assinale a opção incorreta.

(A) A compensação somente pode ser instituída por lei, sendo facultado que a norma determine as garantias necessárias à operação.
(B) A compensação mediante o aproveitamento de tributo objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo não é permitida, a menos que a ação seja julgada favorável a ele em duplo grau de jurisdição.
(C) Para promover a compensação, o sujeito passivo deverá oferecer créditos líquidos e certos contra a fazenda pública.
(D) Os créditos contra a fazenda pública utilizáveis na compensação podem ser tanto os vencidos como os vincendos.

A compensação depende de lei específica do ente tributante, que pode fixar condições e exigir garantias. O crédito do particular deve ser líquido e certo e pode ser vencido ou vincendo. Não se admite a compensação, com aproveitamento de tributo contestado judicialmente, antes do trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 170-A do CTN.
Gabarito "B"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Com base na CF e considerando que lei ordinária estadual tenha criado contribuição previdenciária e estabelecido em 10 anos o prazo prescricional do crédito tributário, assinale a opção correta.

(A) A lei estadual pode alterar o prazo de prescrição, tendo em vista a competência tributária.
(B) É inconstitucional a alteração do prazo prescricional, que deveria ser realizada por lei complementar estadual.
(C) É inconstitucional a alteração do prazo prescricional, pois a alteração deveria ser feita apenas por lei complementar federal.
(D) O prazo de prescrição em matéria tributária não tem previsão constitucional e, por isso, pode ser alterado por lei ordinária.
(E) A prescrição é matéria de lei complementar estadual, pois é regulamentada no CTN.

A: incorreto, pois o prazo prescricional é norma geral em matéria tributária e, nos termos da CF, é matéria reservada a lei complementar nacional (CF, art. 146, III); **B:** incorreto, pois o prazo prescricional é norma geral em matéria tributária e, nos termos da CF, é matéria reservada a lei complementar nacional (CF, art. 146, III); **C:** correto, pois o prazo prescricional é norma geral em matéria tributária e, nos termos da CF, é matéria reservada a lei complementar nacional (CF, art. 146, III, b); **D:** incorreto, pois o prazo prescricional é norma geral em matéria tributária e, nos termos da CF, é matéria reservada a lei complementar nacional (CF, art. 146, III); **E:** incorreto, pois o prazo prescricional é norma geral em matéria tributária e, nos termos da CF, é matéria reservada a lei complementar nacional (CF, art. 146, III).
Gabarito "C"

(Ministério Público/AM – 2008 – CESPE) Suponha que uma lei isente de IPTU os proprietários de imóveis nascidos há mais 60 anos. Nessa situação, tal isenção

(A) é extensiva à taxa de limpeza pública.
(B) é extensiva a eventual contribuição de melhoria que venha a ser instituída sobre o imóvel.
(C) deve ser efetivada por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado prove o cumprimento dos requisitos previstos na lei.
(D) não exige renovação anual.
(E) somente gera direito líquido e certo por meio de despacho da autoridade administrativa.

A e **B:** incorretas, pois os benefícios fiscais devem ser interpretados estritamente (literalmente, na dicção do CTN, art. 111); **C:** correta, pois a lei prevê a hipótese para a concessão do benefício, cabendo, a autoridade administrativa, analisar o caso concreto e conceder, apenas formalizando, para aqueles que satisfaçam as condições exigidas (CTN, art. 179); **D:** incorreta, pois as isenções pessoais devem ser renovadas a cada período de apuração do tributo (CTN, art. 179, § 1º); **E:** incorreta, pois o despacho da autoridade não gera direito adquirido (CTN, art. 179, § 2º).
Gabarito "C"

(Ministério Público/RO – 2008 – CESPE) Um estado da Federação deliberou em isentar o tributo de ISS de categoria profissional importante para a localidade, a fim de incentivar a ida de mais profissionais para aquela localidade. Dessa forma, instituiu um decreto e regulamentou a questão. Considerando a situação apresentada e o Sistema Tributário Nacional, assinale a opção correta.

(A) O ente da Federação não pode regulamentar isenção de qualquer tributo por meio de decreto, mesmo havendo lei concedendo o benefício.
(B) A isenção, para ser concedida, necessita de um ato normativo por parte do Poder Executivo local e por isso foi correto o procedimento do ente da Federação.
(C) Qualquer isenção ou subsídio relativos a impostos só poderão ser concedidos por meio de lei específica, que regule exclusivamente a respectiva matéria.
(D) O ente da Federação deveria ter regulamentado a concessão do benefício fiscal por lei, a qual não necessita ser específica.
(E) O tributo de ISS não pode ser isentado por estados, mas somente pela União.

A, **B** e **D:** incorretas e **C:** correta – a isenção exige lei específica que trate exclusivamente da matéria ou do tributo (art. 150, § 6º, da CF). A simples regulamentação pode ser feita por decreto do Executivo; **E:** incorreta – inviável a concessão de isenção heterônoma – art. 151, III, da CF. Somente o Município pode conceder, por lei própria, isenção relativa aos tributos de sua competência.
Gabarito "C"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Considerando que o Poder Legislativo de um estado da Federação discuta projeto de lei que conceda perdão às infrações tributárias cometidas por contribuinte que tenham praticado fraude perante a fiscalização tributária, assinale a opção correta.

(A) A concessão desse benefício seria legal, uma vez que se trata de anistia, a qual se aplica apenas aos casos de perdão às infrações tributárias.
(B) Seria ilegal a concessão desse benefício, uma vez que se trata de remissão.
(C) Seria ilegal a concessão desse benefício, uma vez que a concessão de anistia não pode abranger atos praticados com fraude.
(D) O Poder Legislativo estadual tem competência privativa para legislar a respeito de anistia, mesmo alterando o CTN.
(E) O benefício que se pretende conceder causa extinção do crédito tributário.

A: incorreto, pois a lei não permite a concessão da anistia para as infrações praticadas com fraude (CTN, art. 180); **B:** incorreto, pois, caso fosse permitido, seria, de fato, anistia, já que trata-se de exclusão do crédito; **C:** correto, pois a lei limita a concessão de anistia nos casos de atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele, assim como, salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas (CTN, art. 180); **D:** incorreto, pois tal competência decorre da própria competência tributária, sendo titulares todos os entes, em relação aos seus créditos; **E:** incorreto, pois a anistia é causa de exclusão do crédito tributário (CTN, art. 175).
Gabarito "C"

(Ministério Público/SE – 2010 – CESPE) É inadmissível um estado conceder anistia em caráter limitado

(A) a multas relativas ao ICMS.
(B) a multas de até determinado valor.
(C) a multas de contribuintes que tenham, no mínimo, certa idade.
(D) a multas de contribuintes de determinada região daquele Estado, em função de condições a ela peculiares.
(E) sob condição de o contribuinte pagar certo tributo no prazo fixado pela lei que conceder a anistia.

A, **B**, **D** e **E:** Incorretas, pois é possível anistia limitada às penalidades relativas a determinado tributo, até determinado montante, a determinada região do ente tributante e sob condição de pagamento do tributo em determinado prazo – art. 181, II, do CTN; **C:** Essa é a alternativa a ser indicada, pois o CTN não admite anistia concedida limitadamente em razão de idade mínima do contribuinte – art. 181, II, do CTN.
Gabarito "C"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Com base no Direito Tributário, julgue o item que se segue.

(1) Considere que Gustavo possua débitos vencidos relativos ao imposto sobre a renda correspondente aos períodos de 2003 e de 2005, que, juntos, totalizem R$ 9.000,00. Considere, ainda, que, intencionando regularizar sua situação perante o fisco, Gustavo efetue o pagamento de parte desse valor. Nessa situação hipotética, a autoridade tributária, ao receber o pagamento, deverá determinar a respectiva imputação, na ordem crescente dos prazos de prescrição.

1: assertiva correta, pois reflete a ordem de imputação prevista no art. 163, III, do CTN.
Gabarito 1C

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta acerca do instituto tributário do pagamento de certo crédito tributário.

(A) Quando o pagamento é realizado parcialmente, importa em presunção de pagamento das prestações em que se decomponha.
(B) Quando o pagamento é total, importa em presunção de pagamento de todos os outros créditos.
(C) Quando o pagamento é total, não importa em presunção de pagamento de outros créditos, mas apenas de créditos referentes a outros tributos.
(D) Quando o pagamento é parcial, importa na presunção de pagamento de créditos referentes a outros tributos.
(E) Quando o pagamento é total, não importa na presunção de pagamento de outros créditos referentes ao mesmo tributo ou a outros.

A, **B**, **C** e **D:** incorretas – não há essas presunções – art. 158, I e II, do CTN; **E:** essa é a assertiva correta, que reflete o dispositivo do CTN.
Gabarito "E"

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) O governador de determinado estado encaminhou à casa legislativa projeto de lei que perdoava o débito tributário principal, bem como suas penalidades, de determinados contribuintes. O projeto foi aprovado, e, posteriormente, transformado em lei. Assinale a opção correta acerca dessa situação.

(A) Uma vez que foi perdoada a dívida, incluindo-se as penalidades, é correto afirmar que se trata de isenção.
(B) Nesse caso, houve moratória, já que foi perdoado débito tributário principal.
(C) A lei pode autorizar o referido perdão, desde que atendido o único fundamento possível, que é a situação econômica do sujeito passivo.
(D) Trata-se, nesse caso, de anistia, uma vez que todo o débito está sendo perdoado.
(E) Somente o instituto da remissão pode se enquadrar nesse exemplo.

O perdão do crédito tributário (tributo e penalidades) é denominado remissão (art. 156, IV, do CTN). Deve ser concedida por lei, pelos fundamentos listados no art. 172 do CTN.
Gabarito "E"

(Cartório/DF – 2008 – CESPE) Com o fim de pleitear, judicialmente, a compensação dos créditos com débitos tributários que possui, uma empresa adquiriu, por cessão de direitos, créditos decorrentes de precatório judicial expedido contra ente público, razão por que pretende requerer a imediata suspensão da exigibilidade dos créditos tributários, mediante antecipação de tutela. Acerca da situação descrita acima, julgue os seguintes itens.

(1) A compensação é uma das hipóteses legais de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, desde que as partes sejam ao mesmo tempo credora e devedora uma da outra.
(2) A CF não prevê nenhuma forma de compensação de créditos decorrentes de precatórios com tributos cobrados pela entidade devedora, de forma que o pleito da empresa deverá ser indeferido.
(3) Segundo entendimento já sumulado do STJ, a compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.
(4) A lei pode, em determinadas condições, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a fazenda pública.
(5) Os créditos decorrentes de precatório judicial possuem caráter personalíssimo, de maneira que é inválida a sua cessão para terceiros, somente podendo ser compensados com débitos tributários do beneficiário original constante do título executivo judicial.

1: incorreta, pois a compensação é causa extintiva do crédito, não suspensiva; ademais, depende de lei específica do ente tributante, de modo que não é possível, em regra, a quitação de tributo pela apresentação de precatório; somente a inadimplência das parcelas previstas no art. 78 do ADCT tem o efeito liberatório do pagamento de tributos (§ 2º); por essas razões, não há verossimilhança que permita a antecipação de tutela pleiteada (suspensão do crédito); **2:** incorreta, já que não há previsão constitucional de compensação entre precatórios e tributos. No entanto, há poder liberatório de pagamento no caso de inadimplemento das parcelas previstas no art. 78 do ADCT, conforme o § 2º desse dispositivo; **3:** correta, nos termos da Súmula 212/STJ; **4:** assertiva correta, conforme o art. 170 do CTN; **5:** assertiva incorreta. O Judiciário vinha aceitando a cessão de precatórios. Com a EC 62/2009, essa possibilidade passou a constar do art. 100, § 13, da CF. Ademais, já havia a previsão específica do art. 78, *in fine*, do ADCT (parcelamento constitucional de até dez anos). A compensação, no entanto, depende de lei específica.
Gabarito 1E; 2E; 3C; 4C; 5E

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta com referência à suspensão e extinção do crédito tributário.

(A) Quando a União concede moratória em caráter geral, nada mais faz do que prorrogar o prazo do vencimento do débito tributário, que inclui a parcela referente ao principal e encargos advindos da sonegação fiscal.
(B) O contribuinte pode requerer judicialmente que o depósito administrativo do montante do débito tributário seja convertido em depósito judicial. Nesse caso, deferido o requerimento, extingue-se o crédito tributário.
(C) A concessão de medida liminar em ação judicial suspende a exigibilidade do crédito tributário, mas não a possibilidade de sua constituição pelo fisco.
(D) A possibilidade de compensação do crédito tributário da fazenda pública está submetida ao princípio da legalidade, em razão do que a multa moratória imposta pelo fisco não pode ser incluída nos tributos a serem compensados.
(E) Se a União requerer desistência da execução fiscal em virtude de edição de lei concedendo remissão ao débito tributário, subsistirá o pagamento de honorários pelo credor.

A: incorreta, pois a moratória não aproveita, em princípio, aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele – art. 154, parágrafo único, do CTN; **B:** incorreta, pois o depósito administrativo ou judicial apenas suspende a exigibilidade do crédito, não o extingue; **C:** correta. Se a liminar foi concedida antes da constituição do crédito, o fisco pode providenciar o lançamento (**deve** fazê-lo, caso entenda que o tributo é devido), pois o prazo decadencial não se interrompe; **D:** incorreta, não apenas porque as penalidades pecuniárias podem ser objeto da compensação, mas também por que isso não tem relação direta com a exigência de lei autorizativa; **E:** incorreta, pois não são devidos honorários, por inexistir sucumbência.
Gabarito "C"

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) No que se refere às causas de suspensão e extinção do crédito tributário, assinale a opção correta.

(A) A medida liminar em ação cautelar com depósito do montante integral suspende a exigibilidade do crédito tributário e impede o lançamento fiscal.
(B) A cessão de créditos tributários entre particulares autoriza o adquirente a compensá-los quando da apuração do tributo indireto, se da mesma natureza, independentemente da aquiescência do credor tributário.
(C) A compensação dos débitos tributários com créditos de outra natureza (confundindo-se credor e devedor) depende de lei autorizadora de cada ente com competência para instituição do tributo. Não basta a existência de lei federal autorizadora.
(D) Os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal podem ser compensados uns com os outros, ainda que de espécies diversas e destinações orçamentárias diferentes, circunstância em que poderá ser compensada a COFINS com a contribuição previdenciária.
(E) O pedido de restituição do pagamento tributário indevido na via judicial impossibilita a compensação entre créditos e débitos tributários do contribuinte.

A: incorreta, pois as causas de suspensão da exigibilidade, salvo se houver expressa determinação na liminar, não impedem a realização do lançamento tributário (CTN, art. 151); **B:** incorreta, pois a cessão de créditos, com posterior compensação, somente será permitida nos casos previstos em lei (CTN, art. 170); **C:** correta, pois o CTN somente estabelece as normas gerias sobre compensação, devendo, cada ente, regular o procedimento, no campo de sua competência, o que significa dizer que necessita de lei específica autorizadora (CTN, art. 170); **D:** incorreta, pois nos termos da legislação, somente se admite entre tributos de mesma espécies (Lei 8.383/1991, art. 66, § 1º); **E:** incorreta, pois há previsão expressa de compensação de créditos objeto de discussão judicial, desde que após o trânsito em julgado da decisão que reconhece a existência de indébito tributário (CTN, art. 170-A).
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.3) No que se refere à prescrição e à decadência no direito tributário, assinale a opção correta.

(A) A prescrição nunca se interrompe, sendo computada continuamente, desde seu termo inicial.
(B) Para os tributos sujeitos a lançamento por declaração e de ofício, o direito da Fazenda Pública de constituir seu crédito tributário extingue-se em cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
(C) A citação válida do devedor em ação de execução fiscal interrompe a decadência tributária.
(D) A Fazenda Pública dispõe do prazo de 5 (cinco) anos, contados do fato gerador, para cobrar crédito tributário.

A: incorreta, pois o art. 174, parágrafo único, do CTN traz hipóteses de interrupção da prescrição; **B:** correta, pois essa é a regra para contagem do prazo prescricional, conforme o art. 173, I, do CTN; **C:** incorreta, pois, atualmente, o simples despacho do juiz que ordena a citação em execução fiscal interrompe o prazo prescricional – art. 174, parágrafo único, I, do CTN e art. 8º, § 2º, da Lei 6.830/1980; **D:** incorreta, pois o prazo prescricional quinquenal para a cobrança do crédito começa com sua constituição definitiva (notificação do lançamento ou da decisão final administrativa), e não com o fato gerador – art. 174 do CTN.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.1) Dalton pagou, com cheque, uma multa tributária correspondente a 150% do valor de um imposto devido e o valor total de uma taxa.

Com relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que

(A) o pagamento da multa de 150% do imposto extingue a obrigação tributária principal relativa a esse imposto.
(B) o pagamento do valor total da taxa não importa em presunção de pagamento referente a outros tributos.
(C) o pagamento do valor total da taxa importa em presunção de pagamento de outros créditos referentes a essa taxa.
(D) as obrigações tributárias somente serão consideradas extintas após o débito na conta de Dalton.

A: incorreta, pois o pagamento da multa (penalidade pecuniária) não implica extinção do crédito relativo ao imposto (tributo) – art. 158 do CTN; **B:** correta, nos termos do art. 158, II, do CTN; **C:** incorreta, pois o pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos – art. 158, II, do CTN; **D:** imprecisa, pois o crédito é considerado extinto com o resgate do cheque pelo sacado (instituição financeira) – art. 162, § 2º, do CTN.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.3) Promove a extinção do crédito tributário relativo a imposto devido por contribuinte

(A) o depósito do montante integral da dívida, se efetuado em ação promovida pelo contribuinte.
(B) o advento de lei que crie isenção relativa ao referido imposto.
(C) o advento de lei que estabeleça anistia relativa ao referido imposto.
(D) a conversão, caso sobrevenha, de depósito em renda pública.

A: incorreta – art. 151, II, do CTN (*suspensão* do crédito); **B** e **C:** incorretas – art. 175, I e II, do CTN (*exclusão* do crédito); **D:** correta – art. 156, VI, do CTN (*extinção* do crédito).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.2) Ocorrido determinado fato gerador, Augusto deveria pagar o respectivo tributo. Entretanto, uma lei editada posteriormente ao fato deu por extinta, sem pagamento, metade da dívida das pessoas que se enquadravam na situação de Augusto. Passaram-se 6 (seis) anos, e o Fisco nem mesmo constituiu o crédito tributário contra Augusto, relativamente à outra metade do crédito. Nessa hipótese, configura-se a situação de extinção da dívida por

(A) transação e remissão.
(B) transação e prescrição.
(C) remissão e decadência.
(D) prescrição e compensação.

O perdão legal concedido em relação ao crédito tributário (penalidade e multas) denomina-se *remissão*. O decurso do prazo de 5 (cinco) anos sem a constituição do crédito implica *decadência* do direito de o Fisco lançar – arts. 172 e 173 do CTN.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.2) No que diz respeito à compensação do crédito tributário, assinale a opção correta.

(A) O CTN somente admite a compensação de créditos tributários com créditos líquidos, certos e vencidos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.
(B) Em conformidade com entendimento jurisprudencial já pacificado, ao Poder Judiciário é admitido deferir a compensação de créditos tributários em antecipação de tutela de mérito.
(C) O direito do contribuinte à compensação de créditos tributários não é autoaplicável, dependendo de lei.
(D) É lícita a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

A: incorreta, pois se admite também a compensação com créditos *vincendos* (ainda não vencidos) do sujeito passivo contra a Fazenda Pública – art. 170, *caput*, *in fine*, do CTN; **B:** incorreta, pois a compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar

ou por medida liminar cautelar ou antecipatória – Súmula 212/STJ ("A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória") e art. 170-A do CTN; **C:** correta, pois, diferentemente do que ocorre no âmbito privado, a compensação tributária depende de lei específica produzida pelo respectivo ente tributante – art. 170 do CTN; **D:** incorreta, pois é vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial – art. 170-A do CTN.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.1) Considere que Gilson possua os seguintes débitos vencidos para com a Fazenda Pública Municipal: imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), no valor de R$ 800,00; contribuição de melhoria, no valor de R$ 2.350,00; taxa de polícia, no valor de R$ 550,00. No caso de imputação do pagamento, a autoridade administrativa competente deverá extinguir os créditos tributários na seguinte ordem:

(A) ISS, contribuição de melhoria e taxa de polícia.
(B) ISS, taxa de polícia e contribuição de melhoria.
(C) Taxa de polícia, ISS e contribuição de melhoria.
(D) Contribuição de melhoria, taxa de polícia e ISS.

A imputação no pagamento de créditos tributários se dá na seguinte ordem: em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária (inc. I), primeiramente, às contribuições de melhoria, depois às taxas e por fim aos impostos (inc. II), na ordem crescente dos prazos de prescrição (inc. III) e na ordem decrescente dos montantes (inc. IV) – art. 163 do CTN. No caso, a ordem de imputação será (1º) contribuição de melhoria, (2º) taxa de polícia e (3º) ISS, de modo que a alternativa correta é a "D".
Gabarito "D"

10.3. EXCLUSÃO

(Auditor Fiscal/Teresina-PI – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item:

(1) A isenção do pagamento de ITBI a determinado contribuinte, definida em lei municipal, é exemplo de extinção da obrigação tributária.

1: A isenção e a anistia são as causas de exclusão do crédito tributário previstas no art. 175 do CTN.
Gabarito 1E

(Magistratura/CE – 2012 – CESPE) Para efetivar programa de desenvolvimento de áreas cujo solo permanece, em mais de 40%, alagado por pelo menos três meses ao ano, o estado Y editou norma concedendo a empresas que optassem pelo programa o direito a um crédito presumido de ICMS equivalente a 15% nas entradas interestaduais. De acordo com a norma, caberia à administração tributária verificar a ocorrência da situação e celebrar acordo entre o fisco e as empresas.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Para a concessão do referido benefício fiscal, a despeito das circunstâncias de urgência e calamidade eventualmente alegadas na justificativa da edição da norma, seria necessária a celebração de convênio entre o estado Y e os demais estados da Federação e o DF.
(B) Tratando-se de matéria que envolve tributos, o MP não tem legitimidade para, por meio de ação civil pública, impugnar os acordos que vierem a ser celebrados entre o fisco e as empresas.
(C) Considerando-se a situação precária das áreas incluídas no programa, a necessidade de gerar emprego e desenvolver a região, a concessão do benefício é legal, desde que tenha se dado por meio da edição de lei complementar.
(D) Caso o estado Y seja o único prejudicado no que se refere à arrecadação tributária, considerando-se o crédito presumido, não cabe aos demais estados agir para impugnar o benefício fiscal concedido.
(E) O benefício fiscal corresponde à remissão parcial do crédito tributário e, sendo o ICMS tributo de competência dos estados, é legítima a sua concessão, dado o princípio da independência tributária.

A: correto, pois a concessão de benefícios e isenções de ICMS dependem de celebração de convênios entre os entes (CF, art. 155, § 2º, XII, g); **B:** incorreto, pois nos termos da jurisprudência do STF, há essa legitimidade (STF, RE 576155/DF); **C:** incorreto, pois contrária a previsão constitucional, que confere a lei complementar a competência para regular a forma de concessão, não a concessão propriamente dita; **D:** incorreto, pelo descumprimento do requisito constitucional; **E:** incorreto, pois viola a regra constitucional de padronização de benefício de ICMS pela necessidade de convênio, nos termos de lei complementar (CF, art. 155, § 2º, XII, g).
Gabarito "A"

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) Constituem modalidades de exclusão do crédito tributário a

(A) isenção e a anistia.
(B) transação e a conversão do depósito em renda.
(C) remissão e o pagamento.
(D) moratória e a compensação.
(E) decadência e a prescrição.

O art. 175 do CTN prevê apenas a isenção e a anistia como modalidades de exclusão do crédito tributário.
Gabarito "A"

(Procurador do Município/Aracaju – 2008 – CESPE) Julgue o item que segue.

(1) A exclusão do crédito tributário decorrente de uma obrigação principal acarreta a dispensa do cumprimento das obrigações acessórias dela dependentes.

1: incorreta – A obrigação acessória não é afetada pela exclusão do crédito – art. 175, parágrafo único, do CTN.
Gabarito 1E

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) O governador de um estado, a fim de conceder isenção de ICMS para atacadistas de sua unidade da Federação, enviou projeto de lei para a casa legislativa, que acolheu o pleito e editou lei contendo vários dispositivos, incluindo matéria distinta da referente à isenção. Com referência a essa situação, assinale a opção correta.

(A) Não compete ao governador enviar ao Poder Legislativo projeto de lei contendo matéria referente a renúncia de receita.
(B) O governador desse estado não poderia ter enviado para a casa legislativa projeto contendo matéria sobre isenção de ICMS sem que antes houvesse deliberação sobre o assunto por parte dos outros estados e do DF, que deveriam anuir com a concessão.
(C) Na referida concessão da isenção do ICMS, observaram-se as normas pertinentes à concessão de benefícios legais.
(D) Para qualquer isenção de tributo, mesmo não sendo para o ICMS, é necessária deliberação no Conselho Fazendário (CONFAZ).
(E) O fato de a lei editada pela casa legislativa incluir assuntos não relacionados à isenção de ICMS não configura descumprimento de qualquer princípio tributário, já que todo o processo legislativo foi respeitado.

A isenção de ICMS depende de convênio interestadual – art. 155, § 2º, XII, *g*, da CF.
Gabarito "B"

(Procurador do Município/Aracaju – 2008 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, de acordo com as normas do direito tributário.

(1) Ocorre a isenção tributária quando, mesmo havendo fato gerador e obrigação tributária, exclui-se a constituição do crédito tributário.
(2) A União pode instituir isenções de tributos da competência municipal, desde que haja anuência do respectivo município.
(3) A concessão de isenção de um tributo municipal, em caráter individual, independe de solicitação administrativa do sujeito passivo.

1: correta – Essa é a concepção adotada pelo CTN: isenção como modalidade de exclusão do crédito tributário; **2:** incorreta – É vedada

a isenção heterônoma – art. 151, III, da CF. Ademais, a competência tributária é indelegável – art. 7º do CTN; **3:** incorreta – a isenção concedida em caráter individual depende de requerimento – Art. 179 do CTN.
Gabarito 1C, 2E, 3E

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Considerando que, para estimular o desenvolvimento da região Norte, a União lance programa concedendo isenção do IPI por dez anos às indústrias que ali se instalarem, podendo tal benefício ser prorrogado por mais cinco anos, assinale a opção correta.

(A) O benefício fiscal concedido poderá ser revogado antes de decorridos dez anos, por não estar sujeito ao princípio da anterioridade.
(B) Decorrido o prazo da concessão do benefício, as empresas terão direito à sua prorrogação, máxime para fazer frente aos custos advindos da instalação.
(C) A isenção não pode ser concedida apenas para uma região em detrimento das demais, pois fere a uniformidade geográfica dos tributos federais.
(D) Tratando-se de isenção concedida por prazo certo e sob condição onerosa, o contribuinte tem direito adquirido à sua fruição.
(E) Tratando-se de benefício concedido por prazo determinado, o contribuinte deverá fazer prova de que cumpre os requisitos exigidos, renovando-a anualmente perante a repartição fiscal, que deferirá ou não a continuidade da fruição.

A: incorreta, pois, em princípio, isenções concedidas por prazo certo e mediante condição onerosa não podem ser livremente revogadas, em prejuízo ao direito adquirido dos contribuintes – art. 178 do CTN e Súmula 544 do STF; **B:** incorreta, pois se a lei concessiva deixou claro que a prorrogação era apenas uma possibilidade, sem garantia ou vinculação específica, não há falar em direito dos contribuintes; **C:** incorreta, pois o princípio da uniformidade geográfica permite excepcionalmente a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País – art. 151, I, da CF; **D:** correta, conforme o art. 178 do CTN e a Súmula 544 do STF; **E:** incorreta, a rigor, o preenchimento das condições, durante o período fixado pela lei garante a fruição do benefício, de modo que o fisco deve apenas reconhecê-lo (não há discricionariedade que permita o "não deferimento", nesse caso). Nada impede, entretanto, que lei fixe obrigações acessórias relativas à comprovação do cumprimento dessas obrigações.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2010.1) Vera e Mara são contribuintes obrigados, solidariamente, por lei, a pagar, mensalmente, certo tributo. Em determinado mês, foi publicada lei que isentou do imposto, pessoalmente, as pessoas que sofriam de certa enfermidade, da qual Vera é portadora. Nessa situação hipotética,

(A) a isenção concedida a Vera exonera integralmente Mara de sua obrigação.
(B) a isenção concedida a Vera não exonera Mara, restando a esta a obrigação pelo saldo remanescente.
(C) a isenção dada a Vera não exonera Mara, restando a esta a obrigação integral.
(D) a referida lei é inconstitucional, dada a impossibilidade de concessão de isenção pessoal em caso de solidariedade de obrigados.

A: incorreta, pois os benefícios fiscais concedidos em caráter pessoal a um dos devedores solidários não aproveitam aos demais – art. 125, II, do CTN; **B:** correta, pois, nos termos do art. 125, II, do CTN, a isenção ou a remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo. No caso, como a isenção foi concedida pessoalmente, Mara deve arcar com o saldo; **C:** incorreta, pois Mara responde apenas pelo saldo, descontada a parcela isenta em favor de Vera; **D:** incorreta, pois se admite a concessão de isenção pessoal.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta no que se refere à exclusão de crédito tributário.

(A) A anistia dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.
(B) A isenção concedida por prazo certo e em função de determinadas condições poderá ser revogada ou modificada por lei.
(C) A anistia não pode ser concedida em caráter geral.
(D) A lei tributária que concede isenção deve ser interpretada restritivamente.

A: incorreta, até porque, em regra, os benefícios fiscais relativos ao crédito tributário não afastam as obrigações acessórias – art. 175, parágrafo único, do CTN; **B:** incorreta, pois a isenção concedida por prazo certo e em função de determinadas condições não pode ser revogada ou modificada em prejuízo daqueles que atenderam aos requisitos e têm direito ao benefício – art. 178 do CTN; **C:** incorreta, pois a anistia pode ser concedida em caráter geral ou limitadamente – art. 181, I e II, do CTN; **D:** correta. O art. 111, II, do CTN utiliza o termo *literalmente* e a doutrina refere-se a *estritamente*.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.3) A fixação, por lei complementar, de limite máximo para o estabelecimento de valor de remissão e anistia é constitucionalmente prevista para a contribuição

(A) específica de financiamento da seguridade social sobre o faturamento das empresas.
(B) social sobre o lucro líquido.
(C) destinada ao Programa de Integração Social.
(D) patronal sobre a folha de pagamento.

O art. 195, § 11, da CF prevê a fixação de limite, por lei complementar federal, para a remissão de contribuições sociais incidentes (i) sobre a folha de salários (= contribuição patronal) e outros pagamentos pela prestação de serviços e (ii) sobre o trabalhador e equiparados – art. 195, I, *a*, e II, da CF. **A:** incorreta, pois o limite pode ser estabelecido para contribuições *sociais*. Ademais, não se prevê limitação em relação à tributação sobre o faturamento; **B:** incorreta, pois a limitação não se refere ao lucro; **C:** incorreta, pois a contribuição para o PIS incide sobre o faturamento, inexistindo previsão de limites em relação a essa incidência; **D:** correta, conforme o art. 195, I, *a*, e § 11, da CF.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.3) Se determinado Município conceder isenção a todas as indústrias localizadas nos limites de seu território, essa isenção tributária

(A) constituirá hipótese de suspensão da exigibilidade de quaisquer créditos tributários relativos às indústrias.
(B) dispensará as indústrias do cumprimento das obrigações acessórias, como a emissão de notas fiscais.
(C) caracterizar-se-á como dispensa constitucional de tributo.
(D) não será extensiva às taxas, salvo disposição de lei em sentido contrário.

A: incorreta, pois a isenção é modalidade de *exclusão* do crédito tributário – art. 175, *caput* e inc. I, do CTN; **B:** incorreta, pois, em regra, os benefícios fiscais relativos ao crédito tributário não afastam as obrigações acessórias – 175, parágrafo único, do CTN; **C:** incorreta, pois a isenção é norma legal (veiculada por lei do ente tributante), e não constitucional (a imunidade é norma constitucional que afasta a competência tributária, não se confundindo com a isenção); **D:** correta, conforme o art. 177, I, do CTN.
Gabarito "D"

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES EM ESPÉCIE

11.1. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO E IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) Em cada uma das opções abaixo, apresenta-se uma situação hipotética acerca do imposto de importação (II), seguida de assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

(A) Determinada empresa especializada na venda em atacado de produtos de pequeno valor resolveu modernizar seus departamentos de almoxarifado e contabilidade e, para tanto, importou diversos computadores. Nessa situação, não incidirá II, em virtude de se tratar de produtos destinados ao ativo fixo, não considerados mercadoria.

(B) No desembaraço aduaneiro de mercadorias importadas por determinada empresa, o auditor fiscal desconfiou dos valores lançados nos documentos que lhe foram apresentados e constatou que estes eram inidôneos. Nessa situação, o fiscal poderá arbitrar validamente outros valores para incidência do II e condicionar a liberação das mercadorias ao oferecimento de garantia de pagamento.

(C) Uma empresa adquiriu mercadorias na China, preencheu declaração de importação e registrou-a nos órgãos estatais. Nessa situação, não lhe poderá ser exigido o II no desembaraço aduaneiro, porque foi regularmente registrada a operação.

(D) Ana Maria, retornando do exterior, excedeu a cota de isenção estabelecida para a importação de produtos de uso pessoal, declarando valores muito inferiores, o que foi constatado pelo fisco quando do ingresso na fronteira. Nessa situação, o fisco deverá aplicar a sanção de perdimento das mercadorias.

(E) Determinada empresa dirigiu-se a posto fiscal de fronteira para liberar mercadorias importadas e lá tomou ciência do aumento da alíquota do II. Nessa situação, a empresa deverá efetuar o pagamento do tributo com base na alíquota vigente na data da expedição da guia de importação.

A: incorreta, pois não há previsão de tal imunidade ou isenção na legislação; **B:** correta, pois se trata de situação típica para a utilização do arbitramento no lançamento de ofício (CTN, art. 148); **C:** incorreta, pois o desembaraço aduaneiro é fato gerador do II, sendo, portanto, válida a exigência do pagamento para o desembaraço; **D:** incorreta, pois na situação a fiscalização deverá realizar o lançamento de ofício, do valor do tributo e da multa, somente aplicando eventual pena de perdimento se o sujeito passivo não realizar pagamento e abandonar o bem (CTN, art. 149); **E:** incorreta, pois o fato gerador ocorrerá no momento do desembaraço aduaneiro, sendo, portanto, a alíquota vigente nesse momento a ser utilizada.
Gabarito "B"

11.2. IPI

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) A respeito do crédito e do princípio da não cumulatividade do IPI, assinale a opção correta.

(A) A indústria não pode creditar-se do valor do IPI relativo à energia elétrica consumida no processo de industrialização, por não se tratar de insumo ou matéria-prima que se incorpore à transformação do produto.

(B) Se uma indústria utilizar, no processo de industrialização, diversos bens onerados pelo IPI sobre os quais incidam diferentes alíquotas, quando da saída do produto dessa indústria, deverá ser utilizada a alíquota média, objetivando cumprir o princípio da não cumulatividade.

(C) Em razão da seletividade e essencialidade do produto é que poderá o industrial creditar-se do IPI referente aos insumos adquiridos com alíquota zero.

(D) A indústria pode creditar-se do IPI pago na aquisição de materiais destinados ao ativo permanente da empresa, para fazer face ao princípio constitucional da não cumulatividade.

(E) Não gera crédito do IPI o valor do tributo incidente sobre as embalagens recebidas para emprego em industrialização e acondicionamento.

A: assertiva correta, à luz da jurisprudência. Interessante notar que a aquisição da energia não é onerada pelo IPI, de modo que é inviável o creditamento, ainda que se admitisse tratar de insumo – ver RE 561.676 AgR/SC e Resp 112.345/RS; **B:** incorreta, pois a sistemática de cálculo do imposto devido leva em consideração os valores exatos relativos ao IPI incidente sobre as entradas; **C:** incorreta, pois, salvo disposição legal em contrário, os insumos sujeitos à alíquota zero, à não incidência, isentos ou imunes não dão ensejo ao creditamento – ver RE 561.676 AgR/SC; **D:** incorreta, pois admite-se o creditamento, em regra, apenas em relação às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem que se integram ao produto final ou são consumidos no processo de industrialização, salvo se compreendidos entre os bens do ativo permanente – art. 226, I, do Regulamento do IPI – RIPI (Decreto 7.212/2010); **E:** incorreta, pois permite-se o creditamento em relação aos materiais de embalagem, conforme comentário à alternativa anterior.
Gabarito "A"

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) Sobre determinado produto industrializado arrematado em leilão incidirá o IPI se o produto

(A) for de origem nacional.

(B) for de origem estrangeira e não tiver sido submetido ao devido desembaraço aduaneiro.

(C) for objeto de crime tributário.

(D) tiver sido apreendido ou abandonado.

(E) for de origem estrangeira e tiver sido submetido ao devido desembaraço aduaneiro.

O art. 46, III, do CTN dispõe que o IPI tem como fato gerador a arrematação do produto, quando apreendido ou abandonado e levado a leilão, razão pela qual a letra "D" é a melhor alternativa.
Gabarito "D"

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) Determinada empresa industrial que produz um único tipo de produto tributado com IPI e com ICMS adquire, para sua produção, dois tipos de insumos industrializados: um deles é isento de IPI e o outro, imune à tributação do referido imposto. Considerando os dispositivos constitucionais e a jurisprudência do STF aplicável ao caso e a inexistência de qualquer norma infraconstitucional a respeito dessa matéria, é correto afirmar que, na aplicação do mecanismo de não cumulatividade, a referida empresa

(A) pode deduzir, do IPI a pagar, o crédito presumido relativo ao insumo isento, mas não em relação ao insumo imune.

(B) pode deduzir, do IPI a pagar, o crédito presumido relativo ao insumo imune, mas não o relativo ao insumo isento.

(C) não pode deduzir qualquer crédito presumido, seja relativo ao insumo isento ou ao imune.

(D) pode deduzir, do IPI a pagar, apenas o valor do crédito real do ICMS pago nas operações de compra.

(E) pode deduzir, do ICMS a pagar, o crédito presumido relativo ao insumo imune, mas não o relativo ao insumo isento.

O STF pacificou o entendimento no sentido de que a entrada de produto isento, imune, sujeito à alíquota zero ou a não incidência **não** permite creditamento de IPI em favor do adquirente – ver RE 561.676 AgR/SC.
Gabarito "C"

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) Suponha que, em 28.12.2008, tenha sido publicada uma lei que, destinada a desestimular o uso de amianto, tenha elevado o IPI incidente sobre certos produtos industriais originários daquela substância e reduzido o IPI sobre os mesmos produtos quando fabricados com PVC. Suponha, ainda, que, em 25.01.2009, tenha sido publicada a aprovação, pelo Brasil, de um tratado internacional que isente de IPI os produtos que tenham como insumo o amianto e que as duas normas citadas traziam cláusula de vigência a iniciar-se na respectiva publicação. Nessa situação,

(A) as indústrias produtoras de caixas-d'água de amianto pagarão IPI elevado após 28.03.2009.

(B) as indústrias produtoras de caixas-d'água de PVC somente pagarão IPI reduzido sobre as vendas realizadas a partir de 28.03.2009.

(C) as indústrias produtoras de caixas-d'água de amianto pagarão IPI elevado entre 28.12.2008 e 24.01.2009.

(D) as indústrias produtoras de caixas-d'água de amianto pagarão IPI elevado entre 1.º.01.2009 e 24.01.2009.

(E) as indústrias produtoras de caixas-d'água de PVC pagarão IPI reduzido sobre as vendas realizadas em 1.º.01.2009.

A: incorreta, pois antes do decurso da anterioridade nonagesimal (28.03.2009), veio a isenção (25.01.2009), que tem aplicação imediata. Ou seja, a majoração nunca teve eficácia; **B:** incorreta, pois a isenção não se sujeita à anterioridade anual ou nonagesimal. Somente a instituição e a majoração de tributos submetem-se ao princípio, nos termos do art. 150, III, *b* e *c*, da CF. Assim, o benefício fiscal vale já em 25.01.2009, data da publicação do tratado que o concedeu; **C** e **D:** incorretas, pois a majoração do IPI, embora não se submeta à anterioridade anual, do art. 150, III, *b*, da CF, subordina-se à nonagesimal. Como visto no comentário à alternativa A, a majoração nunca teve eficácia, pois antes do prazo da nonagesimal veio a isenção; **E:** correta, essa é a assertiva correta, pois a redução do tributo não se sujeita à anterioridade anual ou à nonagesimal. Ou seja, vale desde a publicação da lei respectiva (28.12.2008), de modo que em 01.01.2009 as indústrias citadas já eram beneficiadas pela alíquota reduzida.

Gabarito "E"

11.3. IR

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) No que se refere ao imposto incidente sobre a renda e proventos de qualquer natureza, assinale a opção correta.

(A) As verbas pagas quando da rescisão de contrato de trabalho sem justa causa não estão sujeitas à sua incidência, por terem caráter indenizatório, o que não se dá com a quantia que ultrapassar tais limites por liberalidade do empregador.
(B) Não incide sobre o pagamento de horas extras, uma vez que se trata de verba indenizatória.
(C) O pagamento de férias não gozadas por necessidade de serviço não é produto de capital, do trabalho ou de combinação de ambos, mas representa acréscimo de capital e sujeita-se à incidência do tributo.
(D) O rateio do patrimônio entre os associados, no caso de liquidação de entidade imune, serve de base de cálculo para incidência desse imposto.
(E) As verbas recebidas em caráter indenizatório não são passíveis de tributação, o que não ocorre com os juros incidentes sobre elas.

A: correta, pois as indenizações, ainda que exclusivamente morais, não se adequam ao conceito de acréscimo patrimonial, previsto na legislação, na medida em que toda indenização representa ideia de recomposição, não de ganho (CTN, art. 43); **B:** incorreta, pois horas extras são remuneração, enquadrando-se no conceito de renda tributável (CTN, art. 43); **C:** incorreta, pois se trata de indenização e, como tal, não sujeita ao imposto sobre a renda (STJ, Súmula 125); **D:** incorreta, pois o rateio do patrimônio não significa acréscimo, já que o valor patrimonial da participação já integrava o patrimônio dos associados, podendo existir incidência apenas sobre o ganho de capital (diferença entre o valor de aquisição e o valor de alienação/liquidação); **E:** incorreta, pois os juros incidentes sobre a indenização tem a mesma natureza jurídica das verbas.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.1) Consoante o CTN, a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica corresponde ao montante da renda e dos proventos tributáveis. Nesse caso, não está prevista no CTN a base de cálculo na forma de lucro

(A) real.
(B) arbitrado.
(C) líquido.
(D) presumido.

O art. 44 do CTN prevê a cobrança do IR sobre o montante *real, presumido* ou *arbitrado* da renda ou dos proventos tributáveis. Não há previsão expressa de lucro líquido, razão pela qual a alternativa "C" deve ser indicada.

Gabarito "C"

11.4. ICMS

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) Uma unidade da Federação, para incrementar suas receitas tributárias, concedeu benefício fiscal no pagamento de ICMS, por meio de lei ordinária específica. Julgue os itens seguintes, com relação a essa situação hipotética.

(1) O ICMS é o único tributo que depende de acordo entre as unidades da federação para que se possa conceder tal benefício.
(2) A remissão tributária pode ser concedida para o ICMS, sem o acordo entre as unidades da Federação.
(3) O ato de concessão do benefício fiscal sem autorização no CONFAZ é considerado nulo.

1: Diferentemente de todos os outros tributos, os benefícios fiscais relativos ao ICMS não podem ser concedidos isoladamente pelos Estados ou pelo Distrito Federal, pois dependem de aprovação pelo Conselho Fazendário – CONFAZ, nos termos do art. 155, § 2º, XII, *g*, da CF; **2:** Qualquer benefício fiscal (incluindo a remissão) relativo ao ICMS depende de aprovação pelo Conselho Fazendário – CONFAZ, nos termos do art. 155, § 2º, XII, *g*, da CF; **3:** O benefício fiscal relativo ao ICMS depende de aprovação do Conselho Fazendário – CONFAZ, nos termos do art. 155, § 2º, XII, *g*, da CF, sob pena de nulidade.

Gabarito 1C, 2E, 3C

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) Julgue os seguintes itens acerca da ICMS.

(1) Os estados podem alterar a base de cálculo do tributo de ICMS por meio de lei complementar estadual.
(2) Isenção concedida ao ICMS não precisa aguardar o exercício seguinte para ter aplicação, desde que cumpra todos os requisitos constitucionais e legais dela exigidos.
(3) As alíquotas do ICMS interestadual são estabelecidas pelo estado que recebe as mercadorias, para poder cobrar a diferença entre essa e a alíquota interna.
(4) A alíquota interestadual de ICMS, via de regra, é menor que a alíquota interna de determinados estados.
(5) De acordo com a legislação tributária específica, aplicável ao ICMS, é possível a concessão de parcelamento do crédito tributário, independentemente do CONFAZ.
(6) O parcelamento do crédito tributário vencido de ICMS é possível até mesmo para contribuintes que foram pegos pelo fisco por condutas fraudulentas.
(7) O lançamento feito pelos contribuintes do ICMS é denominado direto, pois é realizado pelo próprio contribuinte.

1: A base de cálculo de todos os impostos previstos na Constituição Federal é fixada por lei complementar federal – art. 146, III, *a*, d CF; **2:** O princípio da anterioridade aplica-se apenas à instituição e à majoração de tributos, não à criação de benefício fiscal – art. 150, III, *a*, da CF; **3:** As alíquotas interestaduais do ICMS são fixadas pelo Senado Federal – art. 155, § 2º, IV, da CF; **4:** As alíquotas internas do ICMS, salvo deliberação em contrário do CONFAZ, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais – art. 155, § 2º, VI, da CF, ou seja, as alíquotas interestaduais, em regra, são superiores às internas; **5:** Qualquer benefício fiscal relativo ao ICMS deve ser objeto de convênio interestadual – art. 155, § 2º, XII, *g*, da CF; **6:** Em princípio, o parcelamento não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação, nos termos do art. 154, p. único, c/c art. 155-A, § 2º, ambos do CTN; **7:** Esse é o lançamento por homologação ou autolançamento. Lançamento de ofício ou direto é aquele realizado diretamente pelo fisco, sem participação do sujeito passivo.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5E, 6E, 7E

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Lei complementar estadual, de forma autônoma e sem outro fundamento anterior, instituiu benefício fiscal para os contribuintes do ICMS, em virtude da necessidade de se aumentar as receitas desse estado, o que ocasionou a redução da alíquota abaixo da alíquota mínima já estabelecida e cobrada nas operações geradoras do referido tributo e a diminuição da arrecadação de ICMS nos estados vizinhos. Com relação a essa lei, assinale a opção correta.

(A) A lei é inconstitucional, pois não pode o estado legislar a respeito de nenhum aspecto do ICMS.
(B) O ICMS é um tributo que tem importância nacional e, por isso, deve seguir regulamentação estabelecida na CF, o que não ocorreu no referido caso.

(C) Lei estadual poderia ter instituído o benefício fiscal descrito na hipótese, caso se tratasse de lei ordinária estadual.
(D) O ICMS é um imposto de competência estadual e, portanto, pode o estado instituir benefício fiscal na sua cobrança, independentemente de acordo feito com os estados e o DF.
(E) A lei é constitucional e válida, pois a diminuição da arrecadação de estados vizinhos com a concessão de benefício fiscal ao ICMS não gera a chamada guerra fiscal.

A: incorreto, pois a lei estadual pode legislar, com absolta liberdade e autonomia, acerca de uma série de aspectos do ICMS, salvo aqueles limitados pela própria CF; **B:** correto, pois a CF estabelece uma série de balizas que os Estados devem respeitar ao legislar sobre o ICMS (CF, art. 155, § 2º, XII); **C:** incorreto, pois tal benefício dependeria de regulamentação em lei complementar; **D:** incorreto, pois a concessão de benefício depende de lei complementar e de deliberação dos estados (CF, art. 155, § 2º, XII); **E:** incorreto, pois a concessão de benefício depende de lei complementar e de deliberação dos estados (CF, art. 155, § 2º, XII).
Gabarito "B"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Acerca do ICMS, segundo a CF e o CTN, assinale a opção correta.

(A) O tributo é de competência estadual e municipal.
(B) O tributo pode ser cobrado considerando a essencialidade das mercadorias objeto da operação comercial.
(C) O tributo é classificado como direto, pois é pago pelo consumidor final.
(D) Benefício fiscal poderá ser concedido em relação à sua cobrança, por meio de lei ordinária estadual, independentemente de acordo no Conselho Nacional de Política Fazendária.
(E) A alíquota interna do ICMS, via de regra, será inferior às alíquotas interestaduais.

A: incorreto, pois compete exclusivamente aos Estados (CF, art. 155); **B:** correto, pois o ICMS submete-se, de maneira facultativa aos estados, ao princípio da seletividade, com base na essencialidade (CF, art. 155, § 2º, III); **C:** incorreto, pois é classificado como indireto, já que permite a transferência do ônus financeiro; **D:** incorreto, pois a concessão de benefício depende de lei complementar e de deliberação dos estados (CF, art. 155, § 2º, XII); **E:** incorreto, pois a alíquota interna, como regra, é superior a alíquota interestadual (CF, art. 155, § 2º, VI).
Gabarito "B"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Julgue os seguintes itens, que dizem respeito ao sistema tributário nacional.

(1) Segundo jurisprudência do STF, é inconstitucional cobrar, das empresas aéreas nacionais, ICMS sobre a prestação de serviços de transporte aéreo internacional de cargas.
(2) Segundo jurisprudência do STJ, é ilegítima a cobrança do ICMS sobre o serviço de habilitação de telefone celular.

1: Assertiva correta. O STF julgou inconstitucional a incidência do ICMS sobre (i) transporte aéreo internacional de carga e (ii) transporte aéreo intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros, ao julgar a ADIn 1.600/UF. Ou seja, permite-se apenas a incidência de ICMS sobre o transporte aéreo intermunicipal e interestadual de cargas; **2:** assertiva correta, conforme a Súmula 350/STJ.
Gabarito 1C, 2C

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Quanto ao ICMS, assinale a opção correta.

(A) O ICMS pode incidir sobre a importação de produto do exterior, sendo legítima a sua cobrança antes de o produto circular no território nacional.
(B) O ICMS incide nas operações de exportação de mercadorias, cabendo o tributo ao estado de origem da mercadoria, sendo indiferente o estado de saída da mesma.
(C) A concessão de isenção do ICMS pelo estado está condicionada apenas à edição de lei complementar.
(D) A incidência ou não do ICMS sobre o serviço de transporte interno é de competência dos estados e independente de celebração de convênio.
(E) O estado pode efetuar o diferimento da incidência do ICMS da primeira para a próxima alienação, situação em que terá direito o adquirente original ao crédito do imposto de acordo com o princípio da não cumulatividade.

A: assertiva correta, pois o fato gerador do ICMS, no caso, é a entrada da mercadoria no território nacional, e não sua circulação subsequente – art. 155, § 2º, IX, *a*, da CF; **B:** incorreta, pois as exportações são imunes em relação ao ICMS – art. 155, § 2º, X, *a*, da CF; **C:** assertiva incorreta, pois a concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais depende de autorização do Confaz, não de lei complementar federal – art. 155, § 2º, XII, *g*, da CF; **D:** assertiva incorreta. Como dito nos comentários à alternativa anterior, para que o Estado afaste ou reduza a tributação relativa ao ICMS, ainda que atinente a serviços ou operações internas, é preciso autorização do Confaz, que se dá por meio de convênio interestadual; **E:** incorreta, pois a não incidência do ICMS (por conta do diferimento) impede o aproveitamento de crédito para compensação na operação subsequente – art. 155, § 2º, II, *a*, da CF.
Gabarito "A"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Acerca do ICMS, assinale a opção correta.

(A) O DF tem competência para instituir o ICMS sobre operações relativas à circulação de mercadorias, salvo se as referidas operações se iniciarem no exterior.
(B) O referido imposto incide sobre operações de que decorra transferência de propriedade de estabelecimento industrial.
(C) A lei veda a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro de mercadoria importada do exterior por pessoa física.
(D) Não incide ICMS na importação de automóveis por pessoa jurídica que não seja contribuinte do imposto.
(E) O ICMS não incide no caso de simples deslocamento de mercadorias, como móveis e eletrodomésticos, de um estabelecimento para outro, do mesmo contribuinte.

A: incorreta, pois o ICMS incide sobre importação de mercadorias – art. 155, § 2º, IX, *a*, da CF; **B:** incorreta, pois estabelecimento industrial, globalmente considerado, não é considerado mercadoria – art. 3º, VI, da LC 87/1996. Somente a operação de circulação de bens móveis destinados ao comércio sofre a incidência do ICMS; **C:** assertiva incorreta, pois mesmo a importação promovida por pessoa física, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, sujeita-se ao ICMS – art. 155, § 2º, IX, *a*, da CF; **D:** incorreta, pois a importação de mercadoria sempre se sujeita ao ICMS, independentemente de quem a promova (pessoa física, jurídica, contribuinte ou não do imposto); **E:** essa é a assertiva correta, conforme a Súmula 166/STJ.
Gabarito "E"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Ainda no que se refere ao ICMS, assinale a opção correta.

(A) O contribuinte tem direito à restituição de 50% do valor do ICMS recolhido por força de substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.
(B) A base de cálculo do ICMS, na hipótese de fornecimento de alimentação e bebidas em restaurante, é a soma do valor das mercadorias fornecidas.
(C) Não integra a base de cálculo do ICMS o valor correspondente a descontos concedidos ao contribuinte sob condição.
(D) É garantido ao sujeito passivo efetuar o estorno do ICMS que se tiver creditado na hipótese de a mercadoria que tiver entrado no estabelecimento extraviar-se.
(E) Ocorrendo prestação de serviços, com fornecimento de mercadorias, sem que haja preço previamente determinado, a base de cálculo do ICMS será o valor corrente do serviço no DF.

A: assertiva incorreta, pois o contribuinte tem direito à restituição do total recolhido ao fisco, no que se refere à substituição tributária, quando o fato gerador presumido não ocorrer – art. 150, § 7º, da CF; **B:** incorreta, pois a base de cálculo, no caso, é o valor total cobrado, incluindo o preço das mercadorias e do serviço prestado. Perceba que essa é a regra nos casos de serviços não incluídos na competência municipal e que são prestados com fornecimento de mercadoria – art.

155, § 2º, IX, *b*, da CF, Súmula 163/STJ; **C:** assertiva incorreta, pois somente os descontos incondicionais são excluídos da base de cálculo do ICMS – art. 13, § 1º, II, *a*, da LC 87/1996 e Súmula 457/STJ; **D:** assertiva correta, pois o contribuinte **deve** efetuar o estorno do crédito correspondente, nessa hipótese – art. 21, IV, da LC 87/1996. Perceba, entretanto, que não é preciso falar em *garantia* ao sujeito passivo, pois o estorno implica aumento do imposto a ser futuramente recolhido; **E:** incorreta, pois a base de cálculo é sempre o valor total da operação, a ser apurado pelo contribuinte ou, eventualmente, pela fiscalização – art. 155, § 2º, IX, *b*, da CF.

Gabarito "D"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Assinale a opção correta acerca da concessão de isenções do ICMS.

(A) Em convênios celebrados para a concessão de isenção do ICMS, é lícita a existência de cláusulas que se apliquem apenas a certa unidade da Federação.
(B) As concessões de isenções do ICMS efetivam-se nos termos de convênios celebrados entre os estados e o DF, mas a revogação das referidas isenções independe de convênio.
(C) Aos estados que se abstiverem de publicar decreto ratificando ou não os convênios celebrados, no prazo legal, não se aplicam os termos do ajuste.
(D) Os convênios sobre isenção do ICMS obrigam apenas as unidades da Federação que, regularmente convocadas, tenham participado da respectiva reunião.
(E) Cabe aos municípios conceder redução da base de cálculo do ICMS no que se refere à sua parcela na receita do referido imposto.

A: assertiva correta, conforme o art. 3º da LC 24/1975; **B:** incorreta, pois tanto a concessão como a revogação de isenções, incentivos e benefícios relativos ao ICMS depende de aprovação do Confaz, que se dá por meio de convênio interestadual – art. 155, § 2º, XII, *g*, da CF; **C:** incorreta, pois a omissão implica ratificação tácita do convênio – art. 4º, *caput*, *in fine*, da LC 24/1975; **D:** incorreta, pois os convênios interestaduais de ICMS vinculam todos os Estados e o Distrito Federal, inclusive aqueles que, apesar de regularmente convocados, não tenham participado da reunião – art. 7º da LC 24/1975; **E:** incorreta, pois a competência tributária relativa ao ICMS é privativa dos Estados e do Distrito Federal.

Gabarito "A"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) A respeito do ICMS e das obrigações tributárias a ele relativas, assinale a opção correta.

(A) Ao emitir nota fiscal, o responsável pelo recolhimento do ICMS pratica obrigação tributária principal.
(B) Reputa-se acessória a obrigação tributária imposta ao contribuinte, no sentido de tolerar atividades de fiscalização do recolhimento do ICMS.
(C) A obrigação tributária consistente no dever de manter escrita contábil referente ao ICMS decorre sempre da lei *stricto sensu*.
(D) Os contribuintes isentos do recolhimento do ICMS são dispensados de manter documentos fiscais relativos ao mencionado imposto.
(E) A abstenção de prestação de informações requeridas pelo fisco converte-se em obrigação tributária acessória, com relação à eventual penalidade pecuniária.

A: incorreta, pois a emissão da nota fiscal refere-se à obrigação tributária acessória. Obrigação principal tem por objeto pagamento de dinheiro ao fisco (tributo ou penalidade pecuniária) – art. 113 do CTN; **B:** essa é a assertiva correta, pois a obrigação acessória abarca todos os deveres não pecuniários relacionados à tributação, inclusive prestações negativas – art. 113, § 2º, do CTN; **C:** incorreta, pois o CTN, ao tratar das obrigações acessórias, faz referência à *legislação tributária*, que inclui normas infralegais – arts. 113, § 2º, e 115 do CTN. Por essa razão, apesar de discussões doutrinárias, há forte entendimento no sentido de que a instituição das obrigações acessórias não depende de lei em sentido estrito; **D:** incorreta, pois a inexistência de obrigação principal (dever de pagar tributos e penalidades) não implica, necessariamente, afastamento das obrigações acessórias; **E:** incorreta. Na verdade, o descumprimento da obrigação acessória faz surgir, nos termos da lei, penalidades pecuniárias (multas). Essas penalidades, por serem pecuniárias, são objeto de obrigação tributária principal – art. 113, § 3º, do CTN.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.2) Acerca do ICMS, assinale a opção correta.

(A) O ICMS não poderá ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias.
(B) Não caberá cobrança de ICMS quando houver mercadoria importada do exterior.
(C) O ICMS incide sobre os serviços de comunicação.
(D) O ICMS, de competência de Estado da Federação, incidirá sobre a prestação de serviço de transporte, ainda que o ônibus coletivo urbano não circule além do limite de um de seus Municípios.

A: incorreta, pois o ICMS poderá ser seletivo conforme a essencialidade da mercadoria ou do serviço – art. 155, § 2º, III, da CF; **B:** incorreta, pois o ICMS incide sobre a entrada de mercadoria do exterior – art. 155, § 2º, IX, *a*, da CF; **C:** correta, conforme o art. 155, II, da CF; **D:** incorreta, pois o ICMS incide, apenas, sobre transportes intermunicipais e interestaduais – art. 155, II, da CF. Se o ônibus não sair do Município (transporte intramunicipal), o serviço é onerado, exclusivamente, pelo ISS municipal.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.2) Assinale a opção correta acerca do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

(A) Lei complementar federal determina que o ICMS constitui imposto obrigatoriamente seletivo em razão da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
(B) A isenção do ICMS em determinada operação jamais acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
(C) Incide o ICMS sobre as operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive no fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
(D) O ICMS não incide sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, mas constitui fato gerador do imposto os serviços prestados a destinatários no exterior.

A: incorreta, pois o imposto *poderá* ser seletivo (é possibilidade, e não imposição – art. 155, § 2º, III, da CF), diferente do IPI, que *deverá* ser seletivo (art. 153, § 3º, I, da CF); **B:** incorreta, pois a isenção ou a não incidência, salvo disposição em contrário da legislação, implicará anulação dos créditos relativos às operações anteriores – art. 155, § 2º, II, *b*, da CF; **C:** correta – art. 155, II, da CF e art. 2º, I, da Lei Complementar 87/1996 ; **D:** incorreta, pois o ICMS não incide sobre serviços prestados a destinatários no exterior – art. 155, § 2º, X, *a,* da CF. O imposto estadual incide, apenas, no caso de serviço prestado no exterior (ou com prestação iniciada no exterior) para destinatário domiciliado ou estabelecido no Brasil – art. 155, § 2º, IX, *a*, da CF e art. 2º, § 1º, II, da Lei Complementar 87/1996.

Gabarito "C"

11.5. ITCMD

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) Acerca do imposto de transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, assinale a opção incorreta.

(A) É vedada a atualização de seu valor por índice de correção estadual.
(B) Deve ser calculado sobre o valor dos bens na data da avaliação.
(C) Não incide sobre os honorários do advogado contratado pelo inventariante.

(D) Não é exigível antes da homologação do cálculo do valor devido.
(E) É legítima sua incidência no inventário por morte presumida.

A: incorreta, devendo ser assinalada, já que se admite a atualização por índice de correção estadual – ver RE 97.459/RJ. **B:** correta, conforme a Súmula 113 do STF. **C:** correta, pois se a contratação do advogado pelo inventariante foi homologada pelo juiz, não incide o ITCMD sobre os honorários correspondentes – ver RE 63.082/SP. **D:** correta, conforme a Súmula 114 do STF. **E:** correta, nos termos da Súmula 331 do STF.
Gabarito "A"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) A respeito dos bens e da posse, assinale a opção correta.

(A) No estado de Pernambuco, a diferença do montante partilhado em virtude de separação judicial é isento do pagamento do ITCMD, desde que o casamento tenha ocorrido sob o regime de comunhão de bens.
(B) As sociedades anônimas sediadas em Pernambuco devem recolher o ITCMD incidente sobre transferência de ações, quando o montante da alienação for passível de tributação, sob pena de não ser averbada.
(C) O ITCMD é imposto de natureza pessoal, em razão do que a legislação pernambucana estabeleceu validamente a progressividade do tributo, observando o princípio da capacidade contributiva.
(D) Apenas após o encerramento do processo de inventário é que o estado de Pernambuco está legitimado para cobrança do ITCMD.
(E) O ITCMD estabelecido pela legislação pernambucana sobre a morte presumida é legítimo.

A: assertiva incorreta. No caso de separação de pessoas casadas no regime de comunhão universal, metade dos bens já pertencia a cada um dos cônjuges, de modo que, em princípio, a transmissão não se sujeita à tributação. Entretanto, se um dos cônjuges fica com mais da metade dos bens, ou seja, quando há *diferença* do montante partilhado, é porque houve doação, que se submete ao ITCMD, ou alienação onerosa, que, no caso de imóveis, sujeita-se ao ITBI municipal; **B:** incorreta, pois, em princípio, o Estado não poderia legislar, ainda que indiretamente, acerca da averbação de ações. Compete privativamente à União legislar acerca de direito comercial – art. 22, I, da CF; **C:** incorreta – o STF considera que os tributos incidentes sobre transmissão de bens têm natureza real, de modo que não admite a progressividade em razão da base da cálculo – ver a Súmula 656/STF, relativa ao ITBI municipal; **D:** incorreta, pois o ITCMD é exigível a partir da homologação do cálculo, ou seja, antes do encerramento do inventário – Súmula 114/STF; **E:** correta, pois é cabível a cobrança do ITCMD no caso de morte presumida – Súmula 331/STF.
Gabarito "E"

(OAB – CESPE – 2009.3) Caso o proprietário de um automóvel licenciado em Brasília – DF e de um apartamento no Rio de Janeiro – RJ faleça em São Paulo – SP e o respectivo inventário seja processado em Brasília, o imposto sobre transmissão *causa mortis* competirá ao

(A) DF, relativamente ao bem imóvel.
(B) Estado de São Paulo, relativamente ao bem imóvel e ao automóvel.
(C) Estado do Rio de Janeiro, relativamente ao bem imóvel.
(D) Estado de São Paulo, relativamente ao automóvel.

A e **B:** incorretas, pois o ITCMD relativo ao imóvel será devido ao Estado (ou ao Distrito Federal) em que o bem está localizado (no caso, ao Estado do Rio de Janeiro) – art. 155, § 1º, I, da CF; **C:** correta, conforme comentários anteriores; **D:** incorreta, pois o ITCMD relativo aos bens móveis é devido ao Estado (ou ao Distrito Federal) onde se processa o inventário (no caso, ao Distrito Federal) – art. 155, § 1º, II, da CF.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.2) Assinale a opção correta a respeito do ITCMD.

(A) O ITCMD é estabelecido com base na alíquota vigente ao tempo da abertura da sucessão.
(B) Compete ao Senado Federal fixar as alíquotas mínimas e máximas do ITCMD.
(C) Incidirá ITCMD sobre os honorários do advogado contratado pelo inventariante.
(D) A cobrança de ITCMD relativamente aos bens móveis e imóveis competirá ao Estado onde se processar o inventário.

A: correta, conforme a Súmula 112/STF ("O imposto de transmissão 'causa mortis' é devido pela alíquota vigente ao tempo da abertura da sucessão"); **B:** incorreta, pois o Senado Federal fixará, apenas, as alíquotas máximas do ITCMD, e não as mínimas – art. 155, § 1º, IV, da CF; **C:** incorreta, pois se a contratação do advogado pelo inventariante foi homologada pelo juiz, não incide o ITCMD sobre os honorários correspondentes – Súmula 115/STF ("Sobre os honorários do advogado contratado pelo inventariante, com a homologação do juiz, não incide o imposto de transmissão 'causa mortis'"); **D:** incorreta, pois relativamente aos bens imóveis o ITCMD competirá ao Estado (ou ao Distrito Federal) onde se localizar o bem – art. 155, § 1º, I, da CF.
Gabarito "A"

11.6. ISS

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) O fisco municipal, tendo verificado a ocorrência do fato gerador do ISSQN, promoveu o lançamento tributário, após o que lhe foi entregue pelo contribuinte a devida declaração, que apontava para um valor de crédito tributário menor que o cobrado. O contribuinte, então, ajuizou uma ação ordinária e obteve, liminarmente, o direito de depositar em juízo o valor do tributo que fora confessado e de pagar a diferença do imposto cobrado somente após o trânsito em julgado da ação. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O lançamento do ISSQN, no caso, ocorreu por homologação, e a decisão do juiz gerou suspensão do crédito tributário dos dois componentes do lançamento.
(B) Em regra, o lançamento do ISSQN é, por natureza, por homologação, e a decisão do juiz gerou suspensão do crédito tributário dos dois componentes do lançamento.
(C) O lançamento do ISSQN, nessa situação, ocorreu por homologação, e a decisão do juiz gerou suspensão do crédito tributário em relação ao imposto em litígio e extinção, quanto à parte confessada.
(D) O lançamento do ISSQN, no caso em tela, ocorreu de ofício e a decisão do juiz gerou suspensão do crédito tributário em relação ao imposto em litígio e extinção, quanto à parte confessada.
(E) Em regra, o lançamento do ISSQN é, por natureza, por homologação, e a decisão do juiz gerou extinção do crédito tributário dos dois componentes do lançamento.

A: incorreta, pois o lançamento do ISS foi de ofício, realizado pelo fisco antes da declaração do contribuinte. O depósito judicial suspendeu a exigibilidade do valor declarado e a decisão liminar do juiz suspendeu a exigibilidade da diferença entre o lançamento e a declaração do contribuinte; **B:** essa é a melhor alternativa. De fato, o lançamento do ISS é, em regra, feito por homologação. Entretanto, a jurisprudência entende que o próprio depósito judicial suspende a exigibilidade do crédito tributário (não é necessária, sequer, autorização prévia do juiz). Assim, não é exato afirmar que a decisão suspendeu a exigibilidade do total do valor lançado, embora o efeito prático seja o mesmo; **C:** incorreta, pois o lançamento foi de ofício e não houve extinção do crédito tributário, apenas suspensão de sua exigibilidade; **D** e **E:** incorretas, pois não houve extinção do crédito.
Gabarito "B"

Veja a seguinte tabela, com as hipóteses de tributação dos serviços prestados com fornecimento de mercadoria:

Fornecimento de mercadoria com prestação de serviço – Art. 1º, § 2º, da LC 116/2003 e art. 2.º, IV e V, da LC 87/1996		
Situação	**Incidência**	**Exemplos**
Serviço constante da lista da LC 116/2003, sem ressalva em relação à mercadoria	ISS sobre o preço total	Súmula 156/STJ. A prestação do serviço de composição gráfica, personalizada e sob encomenda, ainda que envolva fornecimento de mercadorias, está sujeita, apenas, ao ISS. Súmula 274/STJ. O ISS incide sobre o valor dos serviços de assistência médica, incluindo-se neles as refeições, os medicamentos e as diárias hospitalares.
Serviço constante da lista da LC 116/2003, com ressalva em relação à mercadoria	ISS sobre o preço do serviço e ICMS sobre o valor da mercadoria	Item 14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
Serviço não constante da lista da LC 116/2003	ICMS sobre o valor total da operação	Súmula 163/STJ. O fornecimento de mercadorias com a simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.

O STF decidiu, ainda que em cautelar (ADI 4.389/DF MC), que "o ISS não incide sobre operações de industrialização por encomenda de embalagens, destinadas à integração ou utilização direta em processo subsequente de industrialização ou de circulação de mercadoria. Presentes os requisitos constitucionais e legais, incidirá o ICMS."

11.7. IPVA

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) O governador de determinado estado da Federação enviou projeto de lei ao legislativo local estabelecendo acréscimo de 10% no valor do IPTU, a título de multa tributária, sempre que o adquirente deixar de registrar o contrato de compra e venda de um imóvel. O governador também enviou projeto relativo ao IPVA, prevendo desconto ao condutor de veículo automotor e embarcação que, no exercício anterior, não tiver cometido infração de trânsito ou na via marítima; além do aumento no valor do referido imposto, proporcional ao número de infrações cometidas, e multa tributária por cada ano em que não houver registro da transferência de propriedade do veículo, autorizando o secretário de fazenda a atualizar anualmente o valor venal dos automóveis. A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O projeto referente ao IPVA trata de extrafiscalidade tributária.

(B) Ao estado é vedado legislar acerca de multa incidente sobre o IPTU, por ser esta de competência do município em razão de ter natureza tributária.

(C) Por falta de legislação complementar federal relativa ao IPVA, o estado pode estabelecer normas gerais acerca de tal tributo, como fato gerador, base de cálculo e contribuinte, e, consequentemente, sua incidência ou não sobre embarcações.

(D) As questões referentes ao IPVA, por se tratar de legislação sobre trânsito, são de competência da União, não podendo ser exercidas pelo governador.

(E) O valor venal do automóvel é a base de cálculo do IPVA, entretanto, sua atualização não está sujeita ao princípio da legalidade estrita estabelecida para as normas tributárias.

A: a assertiva é questionável. Há, sem dúvida, intenção de influenciar a conduta dos cidadãos por meio da tributação (respeito à legislação de trânsito, por exemplo), o que indica extrafiscalidade. Entretanto, há intuito arrecadatório, o que indica a fiscalidade. De qualquer forma, a E é a melhor alternativa, pois claramente correta; **B:** incorreta – de fato, o Estado não pode legislar acerca do IPTU, que é tributo municipal (a competência tributária é privativa). A assertiva é incorreta, entretanto, porque a competência municipal decorre de disposição constitucional expressa (art. 156, I, da CF), e não da natureza tributária; **C:** incorreta – embora o Estado possa exercer a competência legislativa plena, por conta da omissão do Congresso Nacional (art. 24, § 3º, da CF), não pode ampliar a competência tributária fixada pela Constituição. O STF entende que não incide IPVA sobre embarcações ou aeronaves, pois isso não seria autorizado pelo art. 155, III, da CF – ver RE 134.509/AM; **D:** incorreta, pois a competência tributária é sempre privativa. Assim, somente o Estado pode legislar acerca do IPVA incidente sobre a propriedade de veículos em seu território; **E:** essa é a assertiva correta, pois a simples atualização monetária da base de cálculo, dentro dos limites dos índices inflacionários, não implica majoração do tributo e, portanto, pode ser veiculada por norma infralegal – art. 97, § 2º, do CTN.

Gabarito "E"

11.8. ITBI

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Comprador adquiriu imóvel residencial urbano em construção por contrato de compromisso de compra e venda registrado no cartório de títulos e documentos e o vendeu para terceira pessoa, mediante cessão de direitos sobre o contrato de compromisso de compra e venda, o qual foi registrado no cartório de registro de imóveis.

Acerca dessa situação e de acordo com a jurisprudência dominante do STJ, assinale a opção correta.

(A) O ITBI incide tanto no registro feito no cartório de títulos e documentos quanto no cartório de registro de imóveis.

(B) O fato gerador do ITBI é a transmissão da posse feita no cartório de títulos e documentos.

(C) Não há fato gerador do ITBI no caso em tela.

(D) O fato gerador do ITBI é a transmissão da propriedade, o que não ocorreu quando o contrato de compromisso de compra e venda foi registrado no cartório de títulos e documentos.

(E) Qualquer ato jurídico que manifeste a transmissão da propriedade é hábil para servir de fato gerador do ITBI, até mesmo uma procuração em causa própria devidamente registrada no cartório de títulos e documentos.

O ITBI incide sobre a transmissão onerosa, entre vivos, de bens imóveis e direitos reais, salvos os de garantia. Nos termos do entendimento do STJ, não incidirá ITBI na mera transmissão de direitos sobre contrato de compromisso de compra e venda, mas apenas na efetiva transmissão da propriedade. **A:** incorreto, pois ausente o fato gerador do tributo, nos termos da jurisprudência do STJ; **B:** incorreto, pois ausente o fato gerador do tributo, nos termos da jurisprudência do STJ; **C:** incorreto, pois há fato gerador do ITBI, apenas na transmissão da propriedade; **D:** correto, nos termos da jurisprudência do STJ; **E:** incorreto, pois a transmissão de propriedade somente ocorre com o registro no órgão competente (Registro de imóveis).

Gabarito "D"

12. TEMAS COMBINADOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta acerca da competência tributária.

(A) A União detém competência tributária residual e no seu exercício poderá editar lei em que a nova exação seja não cumulativa, desde que não tenha fato gerador ou base de cálculo próprios dos demais tributos discriminados na CF.

(B) A competência tributária da União sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores

mobiliário não a autoriza a tributar as operações de *factoring*, uma vez que em tal atividade há transferência de crédito sem direito de regresso, e a duplicata não paga não é devolvida ao credor original, como ocorre no setor financeiro.

(C) A União poderá estabelecer a incidência do imposto sobre importação da mercadoria nacional exportada que retornar por importação, já que lhe foi outorgada competência tributária sobre a origem do bem vindo do exterior, não importando o local de fabricação.

(D) O ônus tributário dos impostos indiretos recai no consumo, em razão do que é direito do industrial, quando adquirir insumos com alíquota de IPI menor do que a estabelecida para o produto final, fazer incidir esta última também na aquisição, cumprindo a não cumulatividade do imposto.

(E) A competência para instituir tributo é distinta da competência para efetuar sua fiscalização e cobrança; pode, por isso, ser delegada a condição de sujeito ativo da obrigação tributária e, consequentemente, a competência para lançar, fiscalizar e exigir o pagamento do tributo.

A: incorreta, pois a instituição de impostos residuais depende de lei complementar, assim como se impõe a utilização do princípio da não cumulatividade, o que não ficou claro no enunciado da alternativa (CF, art. 154, I); **B:** incorreta, pois a *factoring* é uma operação sujeita a incidência de IOF, nos termos da lei (Lei 9.532/1997, art. 58); **C:** incorreta, pois nos termos da lei, somente incidirá o II sobre importação de produtos estrangeiros (CTN, art. 19); **D:** incorreta, pois a não cumulatividade permite o creditamento do IPI pago nas operações subsequentes, independentemente de eventual diferencial de alíquotas (CF, art. 153, § 3º, II); **E:** correta, pois se trata exatamente da diferença entre os institutos da competência tributária, aptidão para legislar e instituir o tributo, e a capacidade tributária ativa, aptidão para a prática dos atos de fiscalização e exigência do tributo (CTN, art. 7º).

Gabarito "E"

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE – adaptada) Suponha que uma empresa de combustíveis, além de produzir álcool e combustíveis fósseis e realizar compras e vendas de petróleo e desses combustíveis no mercado internacional, também possua um laboratório que preste serviços de análise da qualidade de combustíveis para outras empresas. Nessa situação, assinale a opção que apresenta um tributo que deve ser aplicado à empresa e o seu correspondente fato gerador.

(A) taxa, pela prestação do serviço de análise laboratorial, desde que específico, divisível e efetivamente prestado

(B) IPI em razão da venda de gasolina para as distribuidoras

(C) contribuição de intervenção no domínio econômico, em razão da exportação de álcool

(D) contribuição de intervenção no domínio econômico, em razão da importação de petróleo

(E) contribuição social sobre faturamento relativo às exportações.

A: incorreta, pois não há prestação de serviço público, de modo que não é possível a cobrança de taxa – art. 145, II, da CF; **B:** essa alternativa é questionável. No caso de importação de produto industrializado, a legislação do IPI prevê a incidência no desembaraço aduaneiro (art. 35, I, do Decreto 7.212/2010 – RIPI) e também na saída subsequente no mercado interno (art. 35, II, do Decreto 7.212/2010 – RIPI), ainda que o importador não realize qualquer atividade industrial (art. 9º, I, do Decreto 7.212/2010 – RIPI). Há, entretanto, precedente do STJ pela não incidência do IPI na revenda do produto importado no mercado interno, pois seria bitributação – ver REsp 841.269/BA. Por esse último entendimento, adotado no julgamento citado, a alternativa B é incorreta; **C:** incorreta, pois há imunidade em relação a contribuições sociais e CIDE sobre receitas decorrentes de exportação – art. 149, § 2º, I, da CF (o dispositivo refere-se a não incidência, mas trata-se de verdadeira imunidade, ou seja, norma constitucional que afasta a competência tributária); **D:** essa é a assertiva correta, pois incide contribuições sociais e CIDE sobre importação de combustíveis – arts. 149, § 2º, II, e 177, § 4º, da CF; **E:** incorreta, pois não incide contribuição social sobre a receita decorrente de exportação (faturamento é receita operacional) – art. 149, § 2º, I, da CF. Adaptamos a questão, pois essa alternativa indicava "contribuição social sobre o lucro, em razão do faturamento, na hipótese de a empresa apurar seu imposto de renda sobre o lucro real". Diferentemente do que constava do gabarito oficial, essa assertiva é verdadeira. Isso porque o STF modificou seu entendimento inicial e fixou a jurisprudência no sentido de que a imunidade prevista no art. 149, § 2º, I, da CF não abrange a CSLL, já que esse tributo não incide especificamente sobre as receitas decorrentes da exportação – ver RE 564.413/SC. Ou seja, pela jurisprudência atual do STF, incide CSLL sobre o lucro (a exemplo do IR), ainda que ele decorra de receitas advindas da exportação (o mesmo julgamento reconheceu a incidência da CPMF, na hipótese).

Gabarito "D"

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) Entre as características de determinados impostos, estão a seletividade obrigatória, a não cumulatividade e a não incidência quando o bem ou o serviço destina-se ao exterior. Assinale a opção em que é apresentado imposto sobre o qual se aplicam as três características mencionadas.

(A) imposto sobre produtos industrializados

(B) imposto sobre a renda e proventos das pessoas jurídicas

(C) imposto sobre serviços de qualquer natureza

(D) imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou sobre operações relativas a títulos ou valores mobiliários

(E) imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços

---

A: assertiva correta, pois as três características aplicam-se ao IPI – art. 153, § 3º, I, II e III, da CF; **B** e **D:** incorretas, pois o IR e o IOF não têm nenhuma dessas características; **C:** assertiva incorreta, pois as alíquotas do ISS não são, necessariamente, seletivas, e o tributo é cumulativo. A tributação sobre exportação de serviços é excluída por lei complementar (art. 2º, I, da LC 116/2003, em conformidade com o art. 156, § 3º, II, da CF); **E:** incorreta, embora o ICMS seja não cumulativo e não incida sobre exportações, a seletividade das alíquotas é, em princípio, opcional, não obrigatória como no caso do IPI – art. 155, § 2º, I, III e X, *a*, da CF.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2010.1) Caso determinada empresa se dedique exclusivamente à produção de manufaturados destinados à exportação, a ela se imputa a obrigação de pagar

(A) a contribuição social sobre o faturamento, destinada à seguridade social (COFINS).

(B) a contribuição social destinada ao Programa de Integração Social (PIS).

(C) o IPI.

(D) o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

A e **B:** incorretas, pois as receitas decorrentes de exportação são imunes às contribuições sociais – art. 149, § 2º, I, da CF. O faturamento (base de cálculo para PIS/Cofins) é uma espécie de receita, relativa à operação da empresa (receita operacional); **C:** incorreta, pois o IPI não incide sobre a exportação de produtos (imunidade), consoante o art. 153, § 3º, III, da CF; **D:** correta, pois não há imunidade dos exportadores em relação ao imposto de renda.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2010.1) Contribuição cobrada de servidor público estadual e destinada ao custeio de seu plano de aposentadoria público deve ser recolhida

(A) à União, independentemente de qualquer situação e do ente com o qual o servidor mantenha o vínculo empregatício.

(B) ao Estado, se o servidor for mero detentor de cargo efetivo estadual e se o Estado não tiver regime previdenciário próprio.

(C) à União, se o servidor for mero detentor de cargo em comissão estadual (declarado em lei de livre nomeação e exoneração), independentemente de o Estado ter, ou não, regime previdenciário próprio.

(D) ao Estado, se o servidor for mero detentor de cargo temporário estadual, no caso de o Estado possuir regime previdenciário próprio.

A: incorreta, pois o servidor estadual recolhe contribuição previdenciária para o Estado a que se vincula (e não para a União), para custeio

do regime previdenciário próprio, nos termos do art. 149, § 1º, da CF. Ademais, o servidor detentor de cargo temporário e o ocupante de emprego público (celetista) contribuem obrigatoriamente para o regime geral da previdência social, consoante o art. 40, § 13, da CF; **B:** incorreta, pois todos os Estados devem implantar o regime previdenciário próprio para seus servidores efetivos, cobrando obrigatoriamente a contribuição previdenciária para o custeio – arts. 40, *caput,* e 149, § 1º, da CF; **C:** correta, pois o servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão estadual (quem não tem cargo efetivo) não é abrangido pelo regime previdenciário próprio e contribui, obrigatoriamente, para o regime geral da previdência social (a contribuição é paga para a União), consoante o art. 40, § 13, da CF; **D:** incorreta, pois o servidor ocupante exclusivamente de cargo temporário contribui obrigatoriamente para o regime geral da previdência social, mantido pela União, consoante o art. 40, § 13, da CF.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.3) Considere que João e Marcos tenham deliberado pela constituição de sociedade limitada, com atuação no segmento de transporte de cargas e passageiros na América do Sul. Nessa situação, dada a atividade social eleita, a sociedade será obrigada a recolher

(A) ISSQN no caso de transporte de passageiros entre dois Municípios de um mesmo Estado da Federação.
(B) imposto de importação no caso de transporte de passageiros iniciado em um país estrangeiro e encerrado no Brasil.
(C) ICMS no caso de transporte de passageiros realizado entre dois Municípios que se situem em diferentes Estados da Federação.
(D) IPI no caso de transporte de carga realizado estritamente nos limites territoriais de determinado município.

A: incorreta, pois incide o ICMS estadual sobre transportes intermunicipais e interestaduais – art. 155, II, da CF. Se o veículo não sair do Município (transporte intramunicipal), o serviço é onerado exclusivamente pelo ISS municipal; **B:** incorreta, pois o imposto de importação incide, apenas, sobre a entrada de produtos estrangeiros, não sobre a importação de serviços – art. 153, I, da CF; **C:** correta, conforme comentário à alternativa "A"; **D:** incorreta, pois o IPI incide sobre produtos industrializados, não sobre serviços – art. 153, IV, da CF.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.3) A contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública pode

(A) ser cobrada no mesmo exercício financeiro em que seja publicada a lei que a instituir.
(B) ser cobrada na fatura de consumo de energia elétrica.
(C) ser instituída pelos Estados e pelo DF.
(D) ter alíquotas máximas e mínimas fixadas pelo Senado Federal.

A: incorreta, pois a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública sujeita-se aos princípios da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal – art. 149-A, parágrafo único, da CF; **B:** correta, conforme previsão do art. 149-A, parágrafo único, da CF; **C:** incorreta, pois a competência para essa contribuição é, apenas, dos Municípios e do Distrito Federal, e não dos Estados – art. 149-A, *caput*, da CF; **D:** incorreta, pois o Senado Federal não tem competência para fixar alíquotas mínimas ou máximas dessa contribuição.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.1) A criação, pelo Estado, de nova contribuição de intervenção sobre o domínio econômico, incidente sobre a produção de veículos, implica a instituição de alíquota

(A) *ad valorem*, com base no faturamento, na receita bruta ou no valor da operação; ou específica, com base na unidade de medida adotada.
(B) *ad valorem*, com base na unidade de medida adotada; ou específica, com base no faturamento, na receita bruta ou no valor da operação.
(C) *ad valorem*, obrigatoriamente.
(D) específica, exclusivamente.

Importante salientar, inicialmente, que as CIDEs são da competência exclusiva da União – art. 149 da CF. Assim, quando o examinador se refere a Estado, deve-se se entender que o termo está sendo utilizado em seu sentido mais amplo (não ao Estado Unidade da Federação). As CIDEs, assim como as contribuições sociais, poderão ter como base de cálculo: (i) o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro (no caso de alíquota *ad valorem*) ou (ii) a unidade de medida adotada (no caso de alíquota específica) – art. 149, § 2º, III, da CF. **A:** correta, conforme comentário inicial; **B:** incorreta, pois as bases de cálculo estão invertidas em relação às alíquotas *ad valorem* e específica, conforme comentário inicial; **C** e **D:** incorretas, pois a CIDE pode ter alíquotas *ad valorem* ou específicas.

Gabarito "A"

13. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

(A) A União foi vencedora em ação indenizatória por danos causados ao seu patrimônio por João e na execução da sentença penhorou um automóvel. Dois meses após, o DF propôs executivo fiscal contra João, por créditos tributários de sua competência, vindo a ser penhorado o mesmo veículo. Nessa situação, o produto da venda judicial do automóvel deverá satisfazer o crédito da União em primeiro lugar.
(B) A União e o INSS ingressaram em juízo com execução fiscal de seus créditos contra devedor comum, cuja penhora recaiu sobre o mesmo bem. Nessa situação, o crédito do INSS terá preferência no produto da venda judicial do bem, quando se tratar de crédito tributário oriundo de fato que a lei defina como crime.
(C) Foi proposta execução fiscal e veio a ser penhorado bem de sociedade comercial que, posteriormente, teve falência decretada. Nessa situação, o bem ficará excluído da massa, garantindo sem restrições a fazenda pública.
(D) Determinada sociedade comercial teve falência decretada, e verificou-se que as contribuições previdenciárias descontadas dos salários de seus empregados deixaram de ser repassadas ao INSS, o qual promoveu execução fiscal. Nessa situação, tais valores podem ser penhorados pelo INSS antes do pagamento de qualquer crédito, respeitados os oriundos da relação trabalhista.
(E) Determinada sociedade comercial adquiriu bem imóvel gravado por hipoteca, devidamente registrada. Sobreveio inadimplência da dívida hipotecária e de dívidas tributárias da União. Ingressaram judicialmente, exigindo seus créditos, tanto o credor hipotecário quanto o ente público, e foi penhorado o imóvel. Nessa situação, na alienação judicial do bem, o crédito tributário terá preferência, apesar de o imóvel estar gravado com garantia real.

A: incorreta, pois o crédito estadual tem natureza tributária, o que lhe garante preferência em relação ao crédito federal, de natureza não tributária (CTN, art. 186 e 187); **B:** incorreta, pois ao se tratar de fato definido como crime, não teremos a incidência de tributo, já que não se admite fato gerador ilícito, fazendo com que eventual crédito do INSS seja de natureza não tributária (CTN, art. 3º); **C:** incorreta, pois os créditos tributários devem se sujeitar a hierarquia dos créditos na falência, não sendo, o credor tributário, o mais beneficiado nos pagamentos em processo de falência. Basta lembrar que todos os créditos extraconcursais, trabalhistas (limitados a 150 salários-mínimos), acidentes de trabalho e com garantia real recebem com prioridade em relação ao credor tributário (CTN, art. 186); **D:** incorreta, pois os créditos do INSS têm natureza tributária, sujeitam-se, então, as mesmas regras para a satisfação do crédito tributário (CTN, art. 186); **E:** correta, pois os créditos tributários têm preferência sobre quaisquer créditos, com exceção dos trabalhistas e acidentes de trabalho. Perceba-se que se a situação da empresa fosse de insolvência falimentar, ou seja, decretação de falência, a prioridade seria outra, passando o credor com garantia real a receber antes do credor tributário (CTN, art. 186).

Gabarito "E"

(OAB – CESPE – 2010.1) Assinale a opção correta acerca das garantias e privilégios do crédito tributário.

(A) De acordo com o CTN, as garantias atribuídas ao crédito tributário alteram a sua natureza bem como a da obrigação tributária correspondente.
(B) A cobrança judicial do crédito tributário, embora não se subordine a concurso de credores, está sujeita à habilitação em falência, recuperação judicial, inventário ou arrolamento.
(C) Denominam-se concursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores acontecidos durante processo falimentar, bem como após a extinção deste.
(D) No processo falimentar, o crédito tributário não prefere às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.

A: incorreta, pois a natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera sua natureza, nem a da obrigação tributária correspondente – art. 183, parágrafo único, do CTN; **B:** incorreta, pois a cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento – art. 187 do CTN; **C:** incorreta, pois os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência são extraconcursais (não entram no concurso de credores com os créditos anteriores à quebra) – art. 188, *caput*, do CTN; **D:** correta, conforme o art. 186, parágrafo único, I, do CTN. Gabarito "D"

Veja a seguinte tabela com a ordem de classificação dos créditos na falência (art. 83 da Lei de Falências e Recuperações – LF – Lei 11.101/2005):

Ordem de classificação dos créditos na falência (art. 83 da LF)
1º – os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, os decorrentes de acidentes de trabalho. Também os créditos equiparados a trabalhistas, como os relativos ao FGTS (art. 2º, § 3º, da Lei 8.844/1994) e os devidos ao representante comercial (art. 44, *caput*, da Lei 4.886/1965).
2º – créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado (será considerado como valor do bem objeto de garantia real a importância efetivamente arrecadada com sua venda, ou, no caso de alienação em bloco, o valor de avaliação do bem individualmente considerado).
3º – créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias.
4º – com privilégio especial (= os previstos no art. 964 da Lei 10.406/2002; os assim definidos em outras leis civis e comerciais, salvo disposição contrária da LF; aqueles a cujos titulares a lei confira o direito de retenção sobre a coisa dada em garantia e aqueles em favor dos microempreendedores individuais e das microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a LC 123/2006.
5º – créditos com privilégio geral (= os previstos no art. 965 da Lei 10.406/2002; os previstos no parágrafo único do art. 67 da LF; e os assim definidos em outras leis civis e comerciais, salvo disposição contrária da LF).
6º – créditos quirografários (= aqueles não previstos nos demais incisos do art. 83 da LF; os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento; e os saldos dos créditos derivados da legislação do trabalho que excederem o limite estabelecido no inciso I do *caput* do art. 83 da LF). Ademais, os créditos trabalhistas cedidos a terceiros serão considerados quirografários.
7º – as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas tributárias.
8º – créditos subordinados (= os assim previstos em lei ou em contrato; e os créditos dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício).

Lembre-se que os **créditos extraconcursais** (= basicamente os surgidos no curso do processo falimentar, que não entram no concurso de credores) são pagos com precedência sobre todos esses anteriormente mencionados, na ordem prevista no art. 84 da LF: **(i)** remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares, e créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência; **(ii)** quantias fornecidas à massa pelos credores; **(iii)** despesas com arrecadação, administração, realização do ativo e distribuição do seu produto, bem como custas do processo de falência; **(iv)** custas judiciais relativas às ações e execuções em que a massa falida tenha sido vencida; e **(v)** obrigações resultantes de atos jurídicos válidos praticados durante a recuperação judicial, nos termos do art. 67 da LF, ou após a decretação da falência, e tributos relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência, respeitada a ordem estabelecida no art. 83 da LF.

(OAB – CESPE – 2009.2) A alienação ou oneração de bens ou rendas por sujeito passivo em débito tributário inserido na dívida ativa para com a Fazenda Pública presume-se fraudulenta

(A) independentemente de dispor o devedor de outros bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida.
(B) ainda que o ato seja anterior à inscrição do débito na dívida ativa.
(C) se não tiverem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida.
(D) somente se o ato ocorrer quando já em execução a dívida ativa regularmente inscrita.

A: incorreta, pois, se o devedor dispor de outros bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida, não há presunção de fraude – art. 185, parágrafo único, do CTN; **B:** incorreta, pois a presunção de fraude ocorre nas alienações e onerações posteriores à inscrição do crédito em dívida ativa – art. 185 *caput*, do CTN; **C:** correta, conforme o art. 185 do CTN; **D:** incorreta, pois basta a inscrição do crédito em dívida ativa, sendo desnecessário o início da execução, para a presunção de fraude. Gabarito "C"

14. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, FISCALIZAÇÃO

(Auditor Fiscal/Teresina-PI – 2008 – CESPE) Tendo por base norma constitucional estadual, João, fiscal de tributos, reteve temporariamente mercadorias que estavam em poder de Maria, com o objetivo de arrolar bens encontrados em situação de ilícito tributário até a comprovação da posse legítima dos bens por parte de Maria. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

(1) Na situação descrita, João atuou no exercício do poder de polícia.
(2) A retenção da mercadoria constitui desrespeito ao princípio constitucional do devido processo legal e ao princípio constitucional do livre exercício de profissão, ofício ou trabalho.
(3) Como contribuinte, Maria sofreu coação indireta por parte de João, que objetivava satisfazer débitos com a fazenda pública.

1: Admite-se a retenção temporária de mercadorias por prazo razoável, estritamente necessário para análise da regularidade fiscal e para subsidiar eventual auto de infração. Veda-se, entretanto, a apreensão como meio coercitivo para a cobrança de tributos, o que não ocorreu, na hipótese – Súmula 323/STF; **2:** A retenção temporária, conforme descrito, não implica interferência inconstitucional nas atividades do fiscalizado, mas medida razoável para a eficácia e eficiência da atividade fiscalizadora; **3:** Não houve apreensão com intuito de forçar Maria a pagar débitos tributários, o que afasta a aplicação da Súmula 323/STF. Gabarito 1C, 2E, 3E

(Auditor Fiscal/Teresina-PI – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item:

(1) No que concerne ao IPTU, uma lei que regule a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da aplicação da legislação tributária aplica-se às pessoas naturais que gozem de imunidade tributária.

As entidades imunes sujeitam-se à fiscalização tributária – art. 194, p. único, do CTN.
Gabarito "C"

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) Com base no CTN, assinale a opção correta acerca da administração tributária.

(A) Se, em execução fiscal promovida contra um contribuinte, o termo de inscrição da dívida ativa não contiver em suas especificações informações a respeito da origem e da natureza do crédito tributário, e o contribuinte somente postular essa nulidade na interposição do recurso de apelação nos embargos à execução, nesse caso, deverá ser declarada a nulidade da inscrição e do processo de cobrança.
(B) Considere que a pessoa jurídica Zeugma pretenda participar de licitação promovida por ente público estadual. Para comprovação de sua habilitação jurídica, exigida pelo edital do certame, Zeugma deverá apresentar à comissão de licitações, além de outros documentos, certidão negativa de débitos tributários. Entretanto, Zeugma possui ação executiva fiscal promovida contra si, na qual foi efetivada a penhora e, consequentemente, a garantia do juízo. Nessa situação, Zeugma não estará habilitada para participar da licitação.
(C) Para atender às exigências da legislação tributária, os escritórios de contabilidade têm de manter os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal por dois anos, para somente após este período incinerá-los.
(D) Se, executado por débito fiscal, um contribuinte ajuizar embargos à execução em que sustente, entre outros argumentos, a tese de iliquidez do crédito tributário inscrito na dívida ativa, em virtude da fluência de juros de mora, nessa situação, com base no CTN, o referido argumento deverá ser acolhido pelo magistrado, determinando a extinção da execução.

A: essa é a melhora alternativa, pois a nulidade da inscrição pode ser corrigida pela emenda ou substituição da certidão da dívida ativa apenas até a sentença – art. 203 do CTN; **B:** incorreta, pois, havendo garantia da execução por penhora suficiente, é possível a expedição de certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do art. 206 do CTN, desde que, evidentemente, não haja outros débitos; **C:** incorreta, pois os livros devem ser mantidos até o final do prazo prescricional que, se não houver suspensão ou interrupção, é de cinco anos contados da constituição definitiva dos créditos – arts. 174 e 195, parágrafo único, do CTN; **D:** incorreta, pois a fluência dos juros de mora não afasta a liquidez do crédito inscrito em dívida ativa – art. 201, parágrafo único, do CTN.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3) O CTN veda a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício público sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o Estado de seus negócios ou atividades. Constitui exceção ao dever de sigilo fiscal a

(A) permuta de informações entre a União e Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos previstos em tratados, acordos ou convênios.
(B) permuta de informações entre quaisquer entidades do Poder Executivo federal, na forma estabelecida por lei ou convênio.
(C) requisição de autoridade administrativa ou judiciária, exclusivamente sobre litígios de natureza criminal.
(D) solicitação de autoridade administrativa no interesse da administração pública federal, em qualquer hipótese.

A: assertiva correta, conforme o art. 199, parágrafo único, do CTN: **B** e **D:** incorretas, pois as informações podem ser prestadas às autoridades da administração apenas se comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa. Ou seja, não é possível a permuta de informações entre *quaisquer* entidades do Poder Executivo federal ou *em qualquer hipótese*. Ademais, o intercâmbio de informações nesse caso está regulamentado no próprio CTN, e não em mera lei ordinária ou convênio (art. 198, § 2º, do CTN); **C:** incorreta, pois a autoridade judiciária pode solicitar ao Fisco informações sigilosas no interesse da justiça, não apenas no âmbito criminal – art. 198, § 1º, I, do CTN.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2) De acordo com a legislação tributária que dispõe a respeito do processo administrativo fiscal, o procedimento fiscal tem início

(A) com a apreensão de mercadorias, documentos ou livros.
(B) apenas com a lavratura do auto de infração.
(C) 30 (trinta) dias após o despacho aduaneiro de mercadoria importada.
(D) no momento em que decidir o fiscal de tributos, a seu livre arbítrio.

Nos termos do art. 7º Decreto 70.235/1972 (que regula o processo administrativo fiscal federal), o procedimento fiscal tem início com: o primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, cientificado o sujeito passivo da obrigação tributária ou seu preposto (inc. I), a apreensão de mercadorias, documentos ou livros (inc. II); ou o começo de despacho aduaneiro de mercadoria importada (inc. III). **A:** correta, conforme o art. 7º, II, do Decreto 70.235/1972; **B:** incorreta, pois a lavratura do auto de infração costuma ocorrer somente ao término do procedimento de fiscalização; **C:** incorreta, pois o início do despacho aduaneiro implica começo do procedimento fiscal; **D:** incorreta, pois não há arbitrariedade ou discricionariedade do fiscal, conforme comentários iniciais.
Gabarito "A"

15. DÍVIDA ATIVA, INSCRIÇÃO, CERTIDÕES

(Ministério Público/AM – 2008 – CESPE) Uma certidão positiva de dívida ativa sem efeitos de negativa, obtida do fisco estadual, corresponde a uma certidão de que conste a existência de créditos

(A) não vencidos.
(B) em curso de cobrança executiva, em que esteja em curso o exame de embargos à execução.
(C) cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória decretada.
(D) cuja exigibilidade esteja suspensa por decisão em mandado de segurança.
(E) cuja exigibilidade esteja suspensa por decisão em ação ordinária.

Perceba que o examinador refere-se a certidão positiva **sem** efeitos de negativa. Ou seja, é simples certidão positiva de débitos tributários (há débito exigível, em aberto). Atenção, não é certidão positiva **com** efeitos de negativa. As alternativas **A**, **C**, **D** e **E** descrevem hipóteses em que é possível a emissão de certidão positiva **com** efeitos de negativa (crédito não vencido ou com a exigibilidade suspensa) – art. 206 do CTN. A melhor alternativa é a B – os simples embargos à execução, sem garantia integral do débito, não permitem a extração de certidão positiva com efeito de negativa. Ver AgRg no REsp 1.030.569/RS.
Gabarito "B"

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) A fazenda pública de um estado da Federação, ao realizar a inscrição do crédito tributário na dívida ativa, não fez constar do termo de inscrição o domicílio conhecido do devedor. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da omissão de requisito legal no termo de inscrição mencionado.

(A) A hipótese de omissão de requisito legal no termo de inscrição de crédito tributário na dívida ativa é causa de nulidade absoluta.
(B) Qualquer omissão de requisito legal no termo de inscrição de crédito tributário na dívida ativa pode ser sanada, desde que essa falha seja sanada até a decisão de primeira instância.
(C) A omissão de requisitos legais no termo de inscrição de crédito tributário na dívida ativa é passível de ser sanada, a qualquer tempo.
(D) Considerando-se a omissão identificada como causa de nulidade, esta não poderá ser sanada.

(E) O termo de inscrição, por ser ato administrativo, não está sujeito a nulidade absoluta e, portanto, poderá ser alterado a qualquer tempo.

A omissão não prejudica a execução fiscal, desde que sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão – art. 203 do CTN.
Gabarito "B"

(Procurador do Estado/ES – 2008 – CESPE) Quanto à administração tributária e à dívida ativa tributária, julgue os itens seguintes.

(1) O servidor público da secretaria de fazenda estadual que obtiver, em razão de seu ofício, informações acerca da situação econômica de certo contribuinte tem o dever de sigilo quanto aos dados do contribuinte, exceto nos casos de solicitações de outras autoridades administrativas no interesse da administração pública.
(2) É lícita à fazenda pública federal e estadual a permuta de informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização dos tributos.
(3) Constitui dívida ativa tributária apenas o crédito proveniente de obrigação legal relativa a tributos, respectivos adicionais e multas.

1: incorreta – A exceção exige processo regularmente instaurado, com entrega pessoal dos dados à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo – art. 198, § 2º, do CTN. Ademais, há outras exceções, previstas nos demais parágrafos do art. 198 do CTN; **2:** incorreta – A permuta se dá por meio da União (não diretamente pelos Estados), nos termos de tratados ou convênios internacionais – art. 199, parágrafo único, do CTN; **3:** correta – Art. 201 do CTN e art. 2º, § 2º, da Lei 6.830/1980 – dívida ativa tributária, como diz o nome, refere-se aos créditos tributários, ou seja, tributos, penalidades pecuniárias e acréscimos correspondentes (correção monetária, juros e outros encargos).
Gabarito 1E, 2E, 3C

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) A respeito da dívida ativa, assinale a opção correta.

(A) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito de natureza tributária regularmente inscrita, cujo prazo para pagamento esteja esgotado.
(B) A fazenda pública está impedida de cobrar juros de mora de débito inscrito em dívida pública.
(C) Crédito tributário regularmente constituído pelo lançamento implica inscrição na dívida ativa.
(D) Auto de infração lavrado pelo fisco contra contribuinte justifica a sua inscrição na dívida pública.
(E) Inscrição na dívida ativa é mero procedimento administrativo e, por isso, não tem consequências jurídicas sobre a liquidez e certeza do crédito.

A: correta – art. 201 do CTN; **B:** incorreta – é possível a cobrança – art. 201, parágrafo único, do CTN; **C** e **D:** incorretas – o crédito constituído pelo lançamento será inscrito em dívida ativa pela autoridade competente, depois de esgotados os prazos de pagamento e de recursos administrativos; **E:** incorreta – A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída – art. 204 do CTN.
Gabarito "A"

(Procurador do Município/Aracaju – 2008 – CESPE) Acerca da dívida ativa, julgue os próximos itens.

(1) A presunção absoluta de fraude, no caso de alienação de bens ou rendas, ou o seu começo, por seu sujeito passivo, nasce desde a constituição definitiva do crédito tributário por meio da lavratura de auto de infração.
(2) A presunção de certeza e liquidez de que goza a dívida ativa regularmente inscrita é sempre relativa.
(3) Constitui dívida ativa tributária a proveniente do crédito tributário definitivamente constituído, mediante a lavratura de auto de infração tributária.
(4) A cobrança de juros de mora feita administrativamente pela fazenda pública não impede, de maneira nenhuma, a inscrição do título como dívida ativa e sua execução.

1: incorreta – A presunção de fraude tem início com a inscrição em dívida ativa e não é absoluta – art. 185, *caput* e parágrafo único, do CTN; **2:** correta – Art. 204, parágrafo único, do CTN: a presunção é relativa (pode ser ilidia por prova inequívoca); **3:** incorreta – O crédito definitivamente constituído (seja por lançamento comum ou por auto de infração) deve ser inscrito em dívida ativa pela autoridade competente, desde que esgotados os prazos de pagamento e de recursos administrativos – art. 201 do CTN; **4:** correta – Art. 201, parágrafo único, do CTN.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) O fisco federal, em operação realizada em feira permanente, lavrou auto de infração contra determinado contribuinte e cobrou o tributo federal sonegado com juros de mora e penalidades, tendo estipulado prazo de quinze dias para esse contribuinte realizar o pagamento ou impugnar a cobrança.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O débito apurado contra o contribuinte, ainda não inscrito, é considerado dívida ativa não tributária.
(B) A inscrição do débito é requisito essencial para que este seja considerado dívida ativa, pois assim não admitiria prova em contrário.
(C) Passado o prazo estipulado, não havendo o pagamento do tributo nem a impugnação do auto de infração, impõe-se a inscrição do débito na dívida ativa, o que dá ao crédito tributário presunção de certeza e liquidez, mesmo havendo incidência de juros de mora a serem calculados.
(D) O crédito tributário constituído é receita tributária originária, de caráter temporário, e, por isso, não é correto falar em dívida ativa.
(E) O crédito tributário, formalizado por meio do auto de infração lavrado pelo fisco federal, tem o condão de constituir o crédito em dívida ativa de natureza tributária.

A: incorreta, pois dívida ativa pressupõe inscrição, não apenas lançamento (CTN, art. 201); **B:** incorreta, pois a dívida ativa, inscrita, gera presunção relativa da regularidade do crédito, podendo tal presunção ser elidida (CTN, art. 204); **C:** correta, pela combinação das regras legais (CTN, art. 201, 202 e 204); **D:** incorreta, pois crédito tributário é receita derivada, já que decorrente de atividade econômica explorada por terceiro, não pelo próprio Estado; **E:** incorreta, pois o auto de infração nada mais é do que uma modalidade de lançamento de ofício, devendo, assim como todos os demais créditos, ser objeto de inscrição para podermos falar em dívida ativa (CTN, art. 149 e 201).
Gabarito "C"

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta acerca da dívida ativa.

(A) A dívida ativa não tributária resulta da constituição de crédito de natureza não fiscal, inscrita na repartição competente, cujo erro constatado no termo de inscrição causa nulidade absoluta.
(B) O detalhamento do cálculo dos juros de mora, quando da constituição do débito tributário, é requisito obrigatório e deve constar do termo de inscrição da dívida ativa tributária.
(C) A nulidade do termo de inscrição na dívida ativa é relativa e pode ser sanada até a decisão final do procedimento administrativo.
(D) A inscrição da dívida ativa é ato administrativo que propicia a cobrança judicial e tem efeito de prova que não pode ser ilidida por nenhuma outra.
(E) De acordo com a jurisprudência do STJ, é imprescindível processo administrativo fiscal e notificação prévia do contribuinte para inscrição na dívida ativa de débito declarado e não pago referente a contribuição previdenciária.

A: incorreta, pois a existência de eventual erro no termo causa nulidade relativa, podendo ser sanada, mediante substituição do termo, até eventual decisão de primeira instância (CTN, art. 203); **B:** correta, devendo constar, de maneira clara, a forma do cálculo dos juros moratórios (CTN, art. 202, II); **C:** incorreta, pois a eventual nulidade pode ser sanada até a decisão de primeira instância de processo judicial,

não apenas administrativo (CTN, art. 203); **D:** incorreta, pois apesar de ato administrativo, e, portanto, gozar de presunção de liquidez e certeza, essa presunção é relativa e pode ser afastada por prova em contrário (CTN, art. 204, parágrafo único); **E:** incorreta, pois o débito declarado e não pago pode ser imediatamente inscrito, já que a declaração do sujeito passivo tem o condão de constituir o crédito tributário (STJ, Súmula 436).
Gabarito "B"

(Magistratura Federal/2ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta com relação ao procedimento fiscal e à dívida ativa.

(A) A autoridade fiscal poderá efetuar apreensão temporária de mercadorias desacompanhadas de documento fiscal idôneo e retê-las até comprovação de legitimidade de sua posse pelo proprietário.
(B) Durante fiscalização tributária, poderá o fisco efetivar busca e apreensão de documentos nas dependências e no escritório de sociedade comercial, independentemente de autorização judicial e de seus proprietários, prepostos ou gerentes.
(C) Ao tomar conhecimento de contribuições sociais declaradas por empresa na declaração de contribuições e tributos federais, cujos valores não foram recolhidos no prazo estabelecido, deverá a autoridade fiscal notificá-la para efetuar o recolhimento do débito, sob pena de inscrição em dívida ativa, ficando suspenso o prazo prescricional.
(D) A autoridade fiscal deverá fazer constar da certidão de inscrição do débito tributário em dívida ativa o nome dos sócios-gerentes, corresponsáveis pela dúvida, pressuposto necessário para viabilizar o redirecionamento do executivo fiscal.
(E) A fazenda pública pode substituir a certidão de inscrição do débito fiscal em dívida ativa, quando aquela apresentar nulidade, apenas até a citação do devedor no executivo fiscal.

A: correta, pois nos termos da posição do STF, a apreensão de mercadoria, sem a correspondente documentação, não significa coerção para pagamento de tributo, não havendo, então, violação da regra, há muito posta, pela Súmula 323 do mesmo tribunal. Essa posição foi adotada pelo STF em ADIn específica (STF, ADIn 395-0/97); **B:** incorreta, pois a busca a apreensão de documentos em escritório da sociedade depende de ordem judicial ou concordância dos proprietários, prepostos ou gerentes; **C:** incorreta, pois a mera declaração do sujeito passivo tem o condão de constituir o crédito, podendo, com isso, ser imediatamente inscrito (STJ, Súmula 436); **D:** incorreta, pois a inexistência do nome dos sócios na CDA não impede a posterior verificação de responsabilidade pessoal, permitindo, com isso, aplicação da regra do CTN, art. 135, desde que garantida nova oportunidade de defesa e ainda não ocorrida a decadência ou prescrição; **E:** incorreta, pois por previsão expressa da lei, a certidão poderá ser substituída até a decisão de primeira instância na esfera judicial (CTN, art. 204).
Gabarito "A"

16. REPARTIÇÃO DE RECEITAS

(Auditor Fiscal/Teresina-PI – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item:

(1) Ao arrecadar o IOF sobre o ouro por operação, como ativo financeiro, realizada no município de Teresina, a União terá de destinar uma parcela da receita àquele município.

1: 70% da receita do IOF é destinado ao Município de origem do ouro, nos termos do art. 153, § 5º, II, da CF.
Gabarito 1C

(Magistratura/BA – 2012 – CESPE) Se lei não dispuser de forma contrária, a pessoa de direito público interno que vier a ser criada pelo desmembramento territorial de outra

(A) contará apenas com as receitas provenientes do Fundo de Participação dos Estados, se estado for, ou do Fundo de Participação dos Municípios, se for município, até que entre em vigor a sua própria legislação.
(B) aplicará a legislação tributária da pessoa da qual se desmembrou, até que a sua própria legislação entre em vigor.
(C) receberá parcelas das receitas dos impostos da pessoa da qual se desmembrou, proporcionalmente à sua população, até que entre em vigor a sua própria legislação.
(D) não poderá exigir tributo no exercício em que tiver ocorrido o desmembramento, em respeito ao princípio da anterioridade.
(E) receberá subvenção do governo federal até que entre em vigor a sua própria legislação.

A: incorreto, pois o desmembramento implicará em surgimento de novo sujeito ativo, com aquisição de competências tributárias próprias. Contudo, até que o novo ente edite suas leis e regras, as situações jurídicas, para não ficarem indefinidas, serão reguladas pelas leis da pessoa da qual se desmembrou, garantindo receitas próprias, independente de eventual participação em receitas de fundos específicos (CTN, art. 120); **B:** correto, pelos argumentos expostos (CTN, art. 120); **C:** incorreto, pois aplicará a legislação da pessoa que originou o desmembramento, como se própria fosse, não se falando, portanto, em participação na receita de terceiro; **D:** incorreto, pois isso implicaria em impossibilidade de custeio das atividades e da organização do estado, além do que não haverá criação de qualquer tributo novo, ou mesmo aumento, mas mera troca de sujeição ativa (CTN, art. 120); **E:** incorreto, pois a aplicação da legislação da pessoa que gerou o desmembramento implicará na manutenção de fontes de custeio e na desnecessidade de subvenção.
Gabarito "B"

(Magistratura/AC – 2008 – CESPE) Um sistema tributário envolve não apenas as atribuições para instituir tributos e as limitações ao poder de tributar, mas abrange, ainda, a repartição da receita arrecadada. Com relação a essa repartição, assinale a opção incorreta.

(A) Parte do produto da arrecadação do imposto estadual sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território de um município pertence a esse município.
(B) Parte do produto da arrecadação do imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação é distribuída entre os municípios do respectivo estado.
(C) Parte do produto da arrecadação do imposto federal sobre renda e proventos de qualquer natureza é distribuída igualmente entre estados e municípios.
(D) Parte da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico sobre petróleo, derivados e combustíveis é distribuída entre estados e municípios.

A: correta – 50% do IPVA pertence ao Município – art. 158, III, da CF; **B:** correta – 25% do ICMS pertence aos Municípios – art. 158, IV, da CF; **C:** incorreta, devendo ser assinalada – a distribuição não é igual, pois observa critérios relativos aos Fundos de Participação de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – art. 159, I, da CF: **D:** correta – 29% da CIDE sobre combustíveis pertence aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios – art. 159, III, da CF.
Gabarito "C"

(Magistratura/PI – 2008 – CESPE) Constitui tributo arrecadado pela União e que não é distribuído com as unidades da Federação

(A) a contribuição provisória sobre a movimentação financeira.
(B) a contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível.
(C) o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou sobre as operações relativas a títulos ou valores mobiliários ou relativas ao ouro, quando definido em lei como ativo financeiro.
(D) o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários ou relativas ao ouro, quando definido em lei como instrumento cambial.
(E) o imposto que venha a ser instituído pela União, no uso de sua competência residual.

A: correta – a receita da CPMF não era partilhada com outras unidades da Federação; **B:** incorreta – 29% da CIDE sobre combustíveis pertence

aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios – art. 159, III, da CF; **C** e **D:** incorretas – a receita do IOF sobre ouro é distribuída para Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma do art. 153, § 5º, I e II, da CF; **E:** incorreta – 20% da receita do imposto residual (art. 154, I, da CF) pertence aos Estados e ao Distrito Federal – art. 157, II, da CF.
Gabarito "A"

(Ministério Público/AM – 2008 – CESPE) Acerca da repartição da receita tributária, é correto afirmar que o estado do Amazonas

(A) tem direito a receber sua parcela sobre os 22,5% do produto da arrecadação do imposto de renda distribuídos aos estados na forma de fundo de participação.
(B) tem direito a receber sua parcela sobre os 22,5% do produto da arrecadação do IPI aos estados na forma de fundo de participação.
(C) tem direito a receber sua parcela sobre os 10% do produto da arrecadação do IPI, na proporção do que é arrecadado no estado, em relação ao total nacional.
(D) tem direito a receber sua parcela sobre os 29% do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível.
(E) deve distribuir 25% da receita do IPVA entre os municípios.

A e **B:** incorretas – a União entrega 21,5% (não 22,5%) da receita do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados para o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – art. 159, I, *a*, da CF; **C:** incorreta – 10% do IPI é transferido aos Estados e ao Distrito Federal na proporção das exportações de produtos industrializados realizadas – art. 159, II, da CF; **D:** correta – 29% da CIDE sobre combustíveis pertence aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios – art. 159, III, da CF; **E:** incorreta – 50% do IPVA (não 25%) pertence ao Município – art. 158, III, da CF.
Gabarito "D"

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Com relação à repartição das receitas tributárias, julgue o item a seguir.

(1) Os municípios têm participação direta quanto ao produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem ou mantiverem.

1: correta, pois os valores de IR retidos na fonte por Estados, Distrito Federal, Municípios e suas autarquias e fundações públicas, relativos a rendimentos pagos, são destinados aos próprios Estados, DF e Municípios, conforme os arts. 157, I, e 158, I, da CF.
Gabarito 1C

(OAB – CESPE – 2010.1) Acerca da disciplina constitucional da repartição das receitas tributárias, assinale a opção correta.

(A) Ao DF cabe metade da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício de sua competência residual ou extraordinária.
(B) Cabe aos Municípios, em qualquer hipótese, a integralidade do imposto sobre a propriedade territorial rural.
(C) Aos Municípios pertence a integralidade do produto da arrecadação do imposto de renda incidente na fonte sobre os rendimentos pagos, a qualquer título, por eles.
(D) A União deve repassar aos Estados 25% do produto da arrecadação do IPI.

A: incorreta. De acordo com o art. 157 da CF, "Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal: (...) II – vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I"; **B:** incorreta. Conforme dispõe o art. 158 da CF, "Pertencem aos Municípios: (...) II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III"; **C:** correta. De acordo com o art. 158 da CF, "Pertencem aos Municípios: I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem"; **D:** incorreta. De acordo com o disposto no art. 159 da CF, "A União entregará: I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (...) II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados".
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.2) As normas que regem a repartição das receitas tributárias determinam que pertencem aos Municípios 50% do produto da arrecadação do imposto

(A) de renda retido na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles ou por suas autarquias.
(B) sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
(C) sobre a propriedade predial e territorial urbana, relativamente aos imóveis neles situados.
(D) sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

A: incorreta, pois os Municípios ficam com a integralidade do IR retido na fonte – art. 158, I, da CF; **B:** correta, lembrando que o Município pode ficar com a integralidade do ITR (não apenas 50%) caso opte por fiscalizar e cobrar o tributo – art. 158, II, da CF; **C:** incorreta, pois o IPTU é da competência municipal e sua receita fica integralmente com o respectivo município (não há transferência); **D:** incorreta, pois apenas 25% da receita do ICMS é distribuída para os Municípios – art. 158, IV, da CF.
Gabarito "B"

17. AÇÕES TRIBUTÁRIAS

(Magistratura/PI – 2008 – CESPE) Ao receber uma petição inicial de um processo de execução fiscal, determinado juiz despachou por seu deferimento. Nessa situação, consoante as regras processuais aplicáveis ao caso, as consequências naturais do referido despacho não incluem a

(A) determinação da citação do executado.
(B) determinação da penhora, pois esta depende de recebimento de manifestação do executado.
(C) determinação do arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar.
(D) ordenação do registro da penhora ou do arresto, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas.
(E) ordenação da avaliação dos bens penhorados ou arrestados.

Art. 7º da Lei 6.830/1980 – o despacho que defere a inicial importa em ordem para citação, penhora (apenas se não houver pagamento ou garantia da execução), arresto (apenas se não houver domicílio ou dele se ocultar), registro (independentemente do pagamento de custas ou outras despesas) e avaliação.
Gabarito "B"

(Magistratura/PI – 2008 – CESPE) Para certas situações em que o fisco verifique risco de tornar-se ineficaz a execução fiscal, a legislação brasileira prevê a ação cautelar fiscal. É permitida ao fisco a utilização desse instrumento contra

(A) devedor que tenta contrair dívidas independentemente de comprometer a liquidez do seu patrimônio.
(B) devedor que, apesar de ter domicílio certo, intenta alienar os bens que possui.
(C) devedor que, apesar de ter domicílio certo, deixa de pagar a obrigação no prazo fixado.
(D) devedor que, notificado pela fazenda pública para que proceda ao recolhimento do crédito fiscal, deixa de pagá-lo no prazo legal, por obter suspensão da sua exigibilidade.
(E) devedor que possui débitos, ainda não inscritos em dívida ativa, que, somados, ultrapassem 30% do seu patrimônio conhecido.

A: incorreta – somente se comprometer a liquidez do patrimônio – art. 2º, IV, da Lei 8.397/1992; **B** e **C:** incorretas – apenas se não houver domicílio certo – art. 2º, I, da Lei 8.397/1992; **D:** incorreta – a suspensão da exigibilidade permite que o sujeito deixe de pagar – art.

2º, V, *a*, da Lei 8.397/1992; **E:** correta – art. 2º, VI, da Lei 8.397/1992.
Gabarito "E"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Julgue o seguinte item, que dizem respeito ao sistema tributário nacional.

(1) No curso de execução fiscal promovida contra sociedade empresária e seus sócios-gerentes, cabe a estes o ônus da prova para dirimir ou excluir a responsabilidade, via embargos do devedor, porquanto a certidão de dívida ativa goza de presunção *juris tantum* de liquidez e certeza.

1: A assertiva é correta, pois reflete a jurisprudência pacífica do STJ – ver REsp 1.104.900/ES (repetitivo).
Gabarito 1C

(Procurador do Estado/ES – 2008 – CESPE) Julgue o item seguinte.

(1) Caso a fazenda pública do estado de Goiás ajuíze ação de execução fiscal contra certo contribuinte e não sejam localizados bens penhoráveis, o processo deve ser suspenso por um ano, findo o qual se iniciará o prazo da prescrição quinquenal intercorrente.

1: correta – Art. 40 da Lei 6.830/1980 e Súmula 314/STJ.
Gabarito 1C

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Uma empresa de geração e distribuição de energia elétrica recolheu ICMS a maior relativamente aos meses de maio de 2002 e maio de 2003, e o cobrou de seus assinantes. Se o pagamento foi realizado, respectivamente, em junho de 2002 e junho de 2003, então

(A) nem a empresa nem os contribuintes têm, em 2009, direito a restituição alguma.
(B) os contribuintes têm direito, em 2009, à restituição de ambas as parcelas.
(C) os contribuintes têm direito, em 2009, à restituição apenas do valor recolhido a maior em 2003.
(D) a empresa tem, em 2009, direito à restituição de ambas as parcelas.
(E) a empresa tem, em 2009, direito à restituição apenas do valor recolhido a maior em 2003.

Nos termos do art. 166 do CTN, tributos indiretos, que por sua natureza comportam transferência do ônus financeiro ao adquirente da mercadoria (como o ICMS), somente serão restituídos em caso de pagamento indevido a quem prove haver assumido o respectivo encargo ou a quem este expressamente autorize. O direito de pleitear a restituição, porém, decai no prazo de 05 anos contados da data da extinção do crédito tributário (art. 168, I, do CTN), sendo considerada como tal, nos tributos lançados por homologação (como o ICMS), a data do pagamento antecipado (art. 3º da Lei Complementar nº 118/05). Portanto, no caso proposto, nem a empresa, nem os contribuintes, em 2009, terão direito a qualquer restituição.
Gabarito "B"

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) Constituída uma dívida tributária contra certo contribuinte, foi emitida a respectiva certidão de dívida ativa. Como o contribuinte não a pagou, o Estado ajuizou a devida ação de execução fiscal sem nada requerer em especial, quanto à citação. Nesse caso, e de acordo com a Lei de Execução Fiscal, o juiz deve, inicialmente, determinar a citação

(A) pelo correio, com aviso de recebimento, e a citação deve ser considerada feita na data da entrega da carta no endereço do executado.
(B) por oficial de justiça, e a citação será considerada feita quando da juntada aos autos do processo do mandado cumprido.
(C) pelo correio, com aviso de recebimento, e a citação deve ser considerada feita em 10 dias após a entrega da carta à agência postal.
(D) por oficial de justiça, e a citação deve ser considerada feita quando da data definida como de cumprimento do mandado.
(E) pelo correio, com aviso de recebimento, e a citação será considerada feita quando da juntada aos autos do processo do respectivo aviso de recebimento.

Nos termos do art. 8º, I e II, da Lei 6.830/1980, a citação é feita pelo correio, com aviso de recepção, se a Fazenda Pública não a requerer por outra forma, e considera-se realizada na data da entrega da carta no endereço do executado, ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 dias após a entrega da carta à agência postal.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.2) Assinale a opção correta com referência à cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública.

(A) A execução fiscal pode ser promovida contra o devedor, mas não contra o fiador.
(B) Em situação excepcional, a penhora poderá recair sobre estabelecimento empresarial.
(C) A dívida ativa da Fazenda Pública não abrange os juros de mora.
(D) A indicação, pelo executado, de bem imóvel à penhora prescinde de consentimento expresso do respectivo cônjuge.

A: incorreta, pois a execução fiscal poderá ser promovida contra: o devedor (inc. I), o fiador (inc. II), o espólio (inc. III), a massa (inc. IV), o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado (inc. V), e os sucessores a qualquer título (inc. VI) – art. 4º, II, da Lei 6.830/1980; **B:** correta, pois isso é expressamente admitido pelo art. 11, § 1º, da Lei 6.830/1980; **C:** incorreta, pois a dívida ativa abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato – art. 2º, § 2º, da Lei 6.830/1980; **D:** incorreta, pois é preciso o consentimento expresso do cônjuge – art. 9º, § 1º, da Lei 6.830/1980.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.3) Assinale a opção correta acerca do processo de execução fiscal, previsto na Lei n.º 6.830/1980.

(A) A dívida ativa da União será apurada e inscrita no conselho de contribuintes do Ministério da Fazenda.
(B) É lícito o ajuizamento de execução fiscal contra o fiador e os sucessores do devedor a qualquer título.
(C) Depende de requerimento expresso constante da petição inicial a produção de provas pela Fazenda Pública.
(D) O despacho do juiz que deferir a petição inicial importa, necessariamente, em ordem para arresto, se não for paga a dívida nem garantida a execução.

A: incorreta, pois a dívida será apurada e inscrita pela Procuradoria da Fazenda Nacional – art. 2º, § 4º, da Lei 6.830/1980; **B:** correta, conforme dispõe o art. 4º, II e VI, da Lei 6.830/1980, respectivamente; **C:** incorreta, pois a produção de provas pela Fazenda Pública independe de requerimento na petição inicial – art. 6º, § 3º, da Lei 6.830/1980; **D:** incorreta, pois o não pagamento da dívida ou a não apresentação de garantia implica simples penhora. O arresto ocorre, apenas, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar – art. 7º, II e III, da Lei 6.830/1980.
Gabarito "B"

18. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

(Técnico Fiscal/Vila Velha-ES – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item:

(1) No processo administrativo tributário, a intimação do sujeito passivo deve ser pessoal, por via postal ou por meio eletrônico.

1: Isso depende da legislação local, mas são comuns esses meios de intimação, a exemplo do previsto no art. 23, I a III, do Decreto 70. 235/1972.
Gabarito 1C

19. SIMPLES NACIONAL - MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP

(Fiscal de Tributos/Rio Branco-AC – 2007 – CESPE) Julgue os seguintes itens:

(1) Considere que determinada instituição bancária auferiu, no último ano-calendário, receita bruta no importe de R$

1.938.000,00. Nesse caso, essa instituição bancária pode ser enquadrada como uma empresa de pequeno porte.

(2) Considere que a Toque Suave Fábrica de Tecidos Ltda.–EPP possui filiais localizadas em várias cidades de um estado nordestino. Nesse caso, os tributos do simples nacional devem ser recolhidos por intermédio da matriz da Toque Suave Fábrica de Tecidos Ltda.–EPP.

1: As instituições financeiras listadas no art. 3º, § 4º, VIII, da LC 123/2006 não podem ser consideradas ME ou EPP; **2:** No caso de haver filiais, o recolhimento dos tributos no Simples Nacional se dá por intermédio da matriz – art. 21, § 1º, da LC 123/2006.
Gabarito 1E, 2C

20. CRIMES TRIBUTÁRIOS

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item:

(1) A não emissão de documento fiscal hábil que comprove a operação tributável, em que seja devido o tributo de ICMS, e o não recolhimento do mesmo no prazo estabelecido em lei podem caracterizar o crime contra a ordem tributária, apenas se se constatar o dolo do contribuinte e não a culpa pelo evento.

1: Art. 1º, V, da Lei 8. 137/1990 c/c art. 18, parágrafo único, do CP.
Gabarito 1C

(Magistratura/AC – 2008 – CESPE) Os crimes praticados por funcionário público contra a ordem tributária não incluem

(A) o recebimento, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, de vantagem indevida, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social.

(B) a utilização ou a divulgação de programas de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à fazenda pública.

(C) o extravio de livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento de que tenha a guarda em razão da função.

(D) o patrocínio, direto ou indireto, de interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público.

A: incorreta – art. 3º, II, da Lei 8.137/1990; **B:** correta – esse crime não se refere especificamente a funcionário público – art. 2º, V, da Lei 8.137/1990; **C:** incorreta – art. 3°, I, da Lei 8.137/1990; **D:** incorreta – art. 3º, III, da Lei 8.137/1990.
Gabarito "B"

21. TEMAS COMBINADOS E OUTRAS MATÉRIAS

Texto para as próximas questões

A Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), uma autarquia federal vinculada ao Ministério das Comunicações, é sediada no DF, mas, por exercer atividades em todo o território nacional, possui unidades regionais em vários pontos do país. Para estabelecer sua unidade no município Beta, no Espírito Santo (ES), a ANATEL decidiu adquirir um imóvel localizado no centro da cidade. Porém, o único imóvel disponível e adequado era o edifício Serra Negra, que ainda estava em construção e somente ficaria pronto em um ano. Frente a essa dificuldade, a autarquia optou por adquirir o prédio em construção e, provisoriamente, instalar sua unidade regional em um imóvel alugado. Assim, em agosto de 2000, a ANATEL alugou, pelo prazo de quinze meses, metade das salas de um edifício comercial de propriedade de Douglas Gonçalves, sendo que a outra metade desse imóvel era locada por Douglas ao Banco do Brasil S.A. (BB). Nesse mesmo mês, a ANATEL estabeleceu com a Incorporadora e Construtora Real Ltda. contrato de compromisso de compra e venda do edifício Serra Negra, que deveria ser entregue à Agência em 5/8/2001. Na celebração do compromisso de compra e venda, foi exigido da ANATEL o pagamento do imposto sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI), imposto cujo fato gerador é definido no Código Tributário Nacional (CTN) como a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, bem como de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.

No âmbito de Beta, o ITBI foi instituído pela Lei n.º 12/1999, uma lei ordinária municipal que estabelece como fato gerador do ITBI apenas a transmissão da propriedade por ato *inter vivos*, não definindo, como fato gerador, a transmissão do domínio útil nem de qualquer outro direito real. Embora essa lei disponha expressamente que o contrato de promessa de compra e venda não é fato gerador do ITBI, ela determina que o promitente comprador deve recolher o imposto relativo à futura transmissão da propriedade, garantindo-lhe o direito de restituição do valor pago, caso o contrato definitivo de compra e venda não seja celebrado. Além disso, a referida lei municipal define como contribuintes do ITBI o adquirente ou o cessionário do bem ou direito alienado e também determina que "o Transmitente ou o cedente respondem solidariamente pelo pagamento do imposto devido pelo contribuinte inadimplente". Entendendo ser inconstitucional a cobrança desse imposto, a ANATEL decidiu contestá-la judicialmente. Em fevereiro de 2001, o município Beta cobrou do BB o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre as salas alugadas de Douglas. A Receita Municipal argumentou que Douglas estava em atraso e que, como o CTN define como contribuinte do IPTU "o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título", texto esse que é repetido pela lei municipal que regula esse imposto, o tributo poderia ser cobrado do BB, dado que o locatário é detentor da posse direta do bem e, portanto, enquadra-se no conceito de "possuidor a qualquer título".

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) Em relação ao Sistema Tributário Nacional e à jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

(A) O ordenamento jurídico brasileiro admite a instituição de taxa para o custeio de serviços prestados por órgãos de segurança pública, na medida em que tal atividade, por ser essencial, pode ser financiada por qualquer espécie de tributo existente.

(B) As taxas cobradas em razão exclusivamente dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis são constitucionais, no entanto é inconstitucional a cobrança de valores tidos como taxa em razão de serviços de conservação e limpeza de logradouros e bens públicos.

(C) O STF firmou orientação no sentido de que as custas judiciais e os emolumentos concernentes aos serviços notariais e registrais não possuem natureza tributária, uma vez que não se enquadram em nenhuma das espécies tributárias previstas na CF.

(D) As normas relativas à prescrição e à decadência tributárias têm natureza de normas específicas de direito tributário, cuja disciplina é reservada a lei ordinária, sendo certo que as contribuições previdenciárias prescrevem em dez anos, contados da data da sua constituição definitiva.

(E) Os cemitérios que consubstanciam extensões de entidades de cunho religioso não estão abrangidos pela imunidade tributária prevista na CF, uma vez que as normas que tratam de renúncia fiscal devem ser interpretadas restritivamente.

A: incorreta, porque os serviços de segurança pública são prestados indistinta e genericamente a toda a coletividade (*uti universi*), ou seja, não se pode identificar quanto cada cidadão se utiliza deles (não é *uti singuli*, não são serviços específicos e divisíveis), de modo que não dão ensejo à cobrança de taxa. **B:** correta, conforme a Súmula Vinculante 19/STF. **C:** incorreta, porque o entendimento jurisprudencial é de que as custas e os emolumentos têm natureza tributária (são taxas). **D:** incorreta, pois a decadência e a prescrição são matérias reservadas à lei complementar federal – art. 146, III, *b*, da CF e Súmula Vinculante 8/STF. **E:** incorreta, já que conforme entendimento do STF, os cemitérios que consubstanciam extensões de entidades de cunho religioso estão abrangidos pela imunidade dos templos – art. 150 VI, *b*, da CF, ver RE 578.562/BA.
Gabarito "B"

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) Com relação às limitações do poder de tributar, assinale a opção correta.

(A) A decisão judicial que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício faz coisa julgada em relação aos posteriores, em respeito aos princípios da separação dos poderes e da autoridade da coisa julgada.
(B) Segundo entendimento jurisprudencial dominante do STF, a revogação de isenção tributária tem sido equiparada à instituição ou majoração de tributo, só podendo surtir efeitos no exercício financeiro seguinte.
(C) A aquisição de mercadorias no mercado interno por pessoa jurídica que possui imunidade tributária deve-se sujeitar à tributação pelo ICMS, ainda que os bens adquiridos passem a integrar o patrimônio da adquirente.
(D) A imunidade tributária recíproca prevista na CF não se estende às empresas públicas, ainda que atuem em regime de monopólio, pois tal benesse não é extensível ao setor privado.
(E) Lei complementar estadual que isente os membros do MP do pagamento de custas judiciais, notariais, cartorárias e quaisquer taxas ou emolumentos fere o princípio da igualdade de tratamento aos contribuintes.

A: incorreta, pois nos termos da Súmula 239/STF, a decisão que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores. **B:** incorreta. Prevalece o entendimento de que a isenção é simples exclusão do crédito tributário ou dispensa do pagamento. Significa que, quando há isenção, ocorre o fato gerador e surge a obrigação tributária, mas o contribuinte fica dispensado do pagamento. Essa é a doutrina adotada pelo texto do CTN. Por esse entendimento, a revogação da isenção não corresponde à instituição ou à majoração do tributo, de modo que não se submete ao princípio da anterioridade, exceto no caso de impostos sobre o patrimônio e a renda, porque nesses casos, há previsão legal no art. 104, III, do CTN. **C:** assertiva discutível. Há precedentes do STF cuja ementa indica essa ideia – ver AI 535.922 Ag/RS. Nesse sentido, a assertiva é correta. Entretanto, os precedentes da Suprema Corte referem-se a importações (em que a entidade imune é contribuinte de direito). Ademais, naquelas demandas, discutia-se a distinção entre tributos sobre o patrimônio e sobre a circulação de mercadoria, que foi considerada irrelevante para estudo da imunidade. É defensável, por outra aproximação, que o ICMS incida nas aquisições de mercadoria no mercado interno (em que a entidade imune é simples contribuinte de fato), pois contribuinte de direito, no caso, é o alienante da mercadoria (vendedor), e não a entidade imune (a imunidade recíproca não aproveita ao particular) – ver Súmula 591 do STF. **D:** incorreta, pois o STF entende que a imunidade recíproca se estende a empresas que prestam serviço público de prestação obrigatória e exclusiva pelo Estado, caso dos Correios e da Infraero – ver RE 407.099/RS. **E:** incorreta, pois se entende que os benefícios processuais concedidos por lei ao MP e à Fazenda Pública atendem à supremacia do interesse público. Ademais, não há falar em violação do princípio da igualdade de tratamento aos contribuintes, porque todos eles (os contribuintes) são tratados da mesma maneira.
Gabarito "C"

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) Acerca da repartição das receitas tributárias, assinale a opção correta.

(A) O repasse da quota constitucionalmente devida aos municípios a título de ICMS pode sujeitar-se à condição prevista em programa de benefício fiscal de âmbito estadual.
(B) Pertencem aos municípios 50% do produto da arrecadação do ICMS do estado.
(C) Pertence aos municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
(D) Pertencem aos estados 50% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir com base no exercício de sua competência residual que lhe é atribuída pela CF.
(E) A União entregará do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza 22,5% ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

A: incorreta, pois não se pode condicionar a transferência de receitas tributárias constitucionalmente previstas, salvo as exceções indicadas no próprio texto constitucional – art. 160 da CF. **B:** incorreta, já que os Municípios têm direito a 25% da receita do ICMS – art. 158, IV, da CF. **C:** correta, nos termos do art. 158, I, da CF. **D:** incorreta, dado que os Estados e o DF têm direito a 20% da arrecadação de eventual imposto da competência residual – art. 157, II, da CF. **E:** incorreta, pois a União entregará 21,5% da receita do IR ao Fundo de Participação dos Estados e do DF e 22,5% ao Fundo de Participação dos Municípios – art. 159, I, da CF.
Gabarito "C"

(Delegado/RN – 2009 – CESPE) A respeito dos institutos de direito financeiro, assinale a opção correta.

(A) É possível a edição de medidas provisórias para a abertura de créditos destinados a prover despesas correntes.
(B) Receita originária é caracterizada pelo constrangimento legal para sua arrecadação, tais como os tributos.
(C) Receita derivada é aquela que advém da exploração, pelo Estado, da atividade econômica.
(D) São iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo as leis que disponham sobre matéria orçamentária.
(E) Segundo a Lei n.º 4.320/1964, o exercício financeiro não coincidirá necessariamente com o ano civil.

A: incorreta, pois o art. 62, § 1º, I, *d*, da CF veda expressamente essa possibilidade (admite-se MP apenas para a abertura de crédito extraordinário, mas não para suplementar ou especial). **B:** incorreta, porque a assertiva refere-se à receita derivada (= que decorre do poder impositivo estatal). A receita originária decorre da exploração do patrimônio estatal, da prestação de serviços ou de outra atividade econômica. **C:** incorreta, pois a assertiva refere-se à receita originária, conforme comentário à alternativa anterior. **D:** assertiva discutível. Não há dúvida de que, nos termos do art. 165 da CF, compete privativamente ao chefe do Executivo a iniciativa para as leis do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais. Nesse aspecto, a alternativa está correta. Entretanto, o art. 61, § 1º, II, *b*, da CF, que indica ser de iniciativa privativa do Presidente as leis que disponham sobre *matéria tributária e orçamentária* aplica-se exclusivamente aos Territórios Federais (hoje inexistentes), conforme entendimento do STF – ver ADI 2.464/AP. De qualquer forma, o candidato deve indicar essa alternativa, por exclusão das demais. **E:** incorreta, visto que o exercício financeiro coincide com o ano civil (inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro do mesmo ano) – art. 34 da Lei 4.320/1964.
Gabarito "D"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) O montante da arrecadação tributária de um município estava abaixo do estabelecido para os gastos públicos pela LRF, o que levou o subsecretário da receita a tomar as decisões seguintes, visando o combate à sonegação e ao inadimplemento dos compromissos tributários.

Por portaria, majorou a multa aplicada a empresas pelo atraso no pagamento e antecipou o dia para recolhimento dos tributos, além de estabelecer correção monetária da base de cálculo sempre que o recolhimento do tributo ocorrer após vencido o prazo.

Por instrução normativa, estabeleceu multas por descumprimento de obrigações acessórias.

Suspendeu a fruição da isenção tributária nas atividades que enumera, pelo prazo de 90 dias. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Por afetar diretamente o planejamento físico e financeiro das empresas, a portaria não poderia alterar o dia do vencimento da obrigação tributária principal.
(B) A matéria veiculada pelo subsecretário é legislação tributária, não importando os meios utilizados para estabelecer as obrigações impostas.
(C) Tratando-se de suspensão de isenção tributária e não de seu indeferimento, tal ato é passível de veiculação por ato administrativo.
(D) As penalidades por descumprimento de obrigações acessórias podem ser estabelecidas por atos infralegais.

(E) A correção monetária da base de cálculo não implica majoração ou imposição tributária, sendo desnecessária a edição de lei para sua instituição.

A: incorreta, pois a data de vencimento dos tributos pode ser fixada por norma infralegal; **B:** assertiva incorreta, pois embora as portarias e instruções incluam-se no conceito de legislação tributária, não podem ser utilizadas para veicular qualquer espécie de norma – art. 100, I, do CTN; **C:** incorreta, pois a criação, alteração ou extinção de benefícios fiscais somente pode ser veiculada por lei – ver o art. 150, § 6º, da CF; **D:** incorreta, pois somente por meio de lei pode-se criar penalidades – art. 97, V, do CTN; **E:** assertiva correta, nos termos do art. 97, § 2º, do CTN. Gabarito "E"

(Procurador do Estado/ES – 2008 – CESPE) Acerca do direito tributário brasileiro, julgue os itens que seguem.

(1) No direito tributário brasileiro, há um desnivelamento hierárquico entre os tratados internacionais e a legislação tributária interna, pois, quando em vigor, os tratados internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna e devem ser observados pela que lhes sobrevenha.

(2) Considere que um decreto presidencial tenha majorado a alíquota do imposto sobre a importação de determinado bem de 10% para 200%. Nesse caso, por se tratar de tributo com função extrafiscal de controle da balança comercial, a referida majoração não fere o princípio do não confisco.

(3) A doutrina designa fato gerador continuado aquele cuja realização ocorre ao longo de um espaço de tempo, como no caso do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

(4) Considere a seguinte situação hipotética. Em razão do pagamento a menor do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICMS), a autoridade fazendária competente lavrou auto de infração contra a Êxito Papelaria Ltda., em maio de 1995. Regularmente notificada, a contribuinte apresentou defesa, que foi julgada em 15/10/1999, sendo que o edital de notificação da contribuinte foi publicado em 20/1/2000. O débito foi devidamente inscrito em dívida ativa em 10/1/2001 e o aforamento da ação de execução fiscal ocorreu em 12/5/2004. Ao tomar conhecimento da ação de execução fiscal, a Êxito Papelaria Ltda. opôs exceção de pré-executividade, alegando a prescrição, em 10/1/2005. Nessa situação, o juízo competente deve acolher as alegações da Êxito Papelaria Ltda., uma vez que ocorreu a prescrição do crédito tributário.

(5) Considere que, em virtude de erro na determinação da alíquota do imposto sobre serviços (ISS), certo contribuinte tenha efetuado o pagamento a maior do tributo e, em razão disso, ajuizou ação de repetição de indébito contra a fazenda pública municipal, tendo sido julgado procedente o pedido do contribuinte. Nesse caso, os juros moratórios serão devidos a partir do trânsito em julgado da decisão que conceder a repetição do indébito.

(6) Considere que certo contribuinte decida promover ação de repetição de indébito em razão do recolhimento indevido do ICMS, cujo fato gerador ocorreu em janeiro de 2007. Nesse caso, conforme a jurisprudência do STJ, o prazo para o contribuinte propor ação de repetição de indébito tributário será de dez anos a contar da ocorrência do fato gerador.

(7) O STF já decidiu que é ilegítima a incidência da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) sobre o faturamento das empresas distribuidoras de derivados de petróleo, pois as mesmas gozam de imunidade tributária.

(8) Caso certa entidade municipal leve a efeito a construção de uma ponte, no valor de R$ 7.200.000,00, que beneficie a população de duas cidades, uma vez que a distância percorrida pelas pessoas diminuirá de 30 km para 7 km, para efeitos de cobrança da contribuição de melhoria, a valorização dos imóveis beneficiados será presumida, cabendo aos contribuintes interessados fazer prova da inexistência da valorização imobiliária.

1: incorreta – O STF decidiu (em matéria não tributária) que o tratado ingressa no sistema jurídico nacional com força de lei ordinária federal; não pode regular matéria de competência exclusiva de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; os tratados comerciais (GATT, Mercosul etc.) não concedem benefícios fiscais relativos a tributos estaduais e municipais, apenas garantem tratamento isonômico ao similar importado; nesse sentido, pelo menos, não há superioridade hierárquica, o que afasta a aplicação do disposto no art. 98 do CTN; **2:** correta – A majoração é válida, desde que feita nos limites e nas condições previstas em lei – art. 153, § 1º, da CF; **3:** incorreta – Fato gerador continuado seria o do IPTU ou o do IPVA, como exemplos; **4:** incorreta – A execução fiscal iniciou-se dentro do prazo prescricional (12.5.2004), contado a partir do término do processo administrativo em 20.1.2000 (durante o qual a exigibilidade e o prazo para cobrança estavam suspensos); **5:** correta – Súmula 188/STJ; **6:** incorreta – A chamada "tese dos cinco mais cinco" ficou ultrapassada após a LC 118/2005. O prazo para repetição é de cinco anos contados do pagamento indevido; **7:** incorreta – As distribuidoras de petróleo não gozam de imunidade; **8:** incorreta – muitos entendem que, nos termos do art. 82, I, do CTN, a valorização imobiliária deve ser aferida e publicada previamente.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E, 7E, 8E

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) No que concerne às normas gerais de direito tributário, cada uma das opções abaixo apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta assertiva correta.

(A) Determinado município brasileiro estabeleceu, por portaria expedida pela secretaria municipal de fazenda, que a atualização monetária do IPTU seria feita com base no índice oficial de correção, acrescido de 0,5% ao mês. Nessa situação, é lícita a alteração feita por portaria, tendo em vista que não se trata de majoração de tributo.

(B) Certo município, interpretando dispositivo de norma federal, passou a não exigir o recolhimento de ISS sobre determinada atividade. Entretanto, após alguns anos, a autoridade fazendária municipal, revendo a interpretação originária, considerou incidente a exação sobre a referida atividade. Nessa situação, a conduta do contribuinte embasada pela interpretação anterior exclui a imposição de penalidade, cobrança de juros de mora e atualização monetária da base de cálculo do ISS.

(C) O Brasil celebrou convenção internacional alterando a alíquota dos impostos de importação e exportação de determinados produtos negociados entre os países signatários. Nessa situação, a alteração da legislação tributária interna dependerá da edição de lei ratificando os termos da convenção.

(D) Certa norma municipal estabelecia a incidência de multa moratória de 60% no caso de atraso no pagamento após o vencimento da obrigação não incluída em notificação fiscal de lançamento. João, sendo cobrado por débito tributário, discutia administrativamente a incidência da referida multa, sob a alegação de violação ao princípio do não confisco. Nessa situação, se, no curso do procedimento administrativo fiscal, for editada nova norma reduzindo o valor da multa moratória, sua eficácia não beneficiará João.

A: incorreta, pois o aumento acima do índice de inflação implica majoração real do tributo, e não simples manutenção do valor monetário da exação, o que somente poderia ser feito por lei – art. §§ 1º e 2º, do CTN e Súmula 160/STJ; **B:** essa é a assertiva correta. A interpretação do Município, consolidada em prática reiterada (= norma complementar, conforme o art. 100, III, do CTN) não pode alterar a tributação, por conta do princípio da legalidade. Nesse caso, vale a regra prevista em lei, de modo que os contribuintes devem recolher a diferença. Entretanto, até em atenção ao princípio da boa-fé, o recolhimento das diferenças será feito sem imposição de penalidades, de juros de mora ou de atualização da base de cálculo do tributo, conforme o art. 100, parágrafo único, do CTN; **C:** incorreta, pois o pelo Congresso Nacional e a promulgação pelo Presidente insere o tratado no sistema jurídico interno, sendo aplicável a norma tributária – art. 98 do CTN; **D:** incorreta, pois

a redução da penalidade tributária beneficia o infrator, desde que não haja julgamento definitivo, exatamente o caso descrito – art. 106, II, *c*, do CTN. A rigor, o judiciário entende que a *lex mitior* aproveita o infrator até a decisão definitiva na execução fiscal (ou seja, até mesmo após a decisão administrativa definitiva há retroatividade da norma mais benéfica em favor do infrator) – ver AgRg Ag 1.026.499/SP.

Veja a seguinte tabela, que indica a produção do tratado e sua introdução no sistema jurídico interno brasileiro (em princípio, não há "acordos executivos", sem referendo pelo Congresso Nacional, em matéria tributária):

1º O Presidente da República celebra o tratado, muitas vezes por meio de plenipotenciário – art. 84, VIII, da CF;
2º O Congresso Nacional referenda o tratado, aprovando-o por decreto legislativo – art. 49, I, da CF;
3º O Presidente ratifica o tratado, manifestando o consentimento aos demais países;
4º O Presidente promulga o tratado, por decreto, cuja publicação insere-o no sistema jurídico interno.

Gabarito "B"

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) Em cada uma das opções abaixo é apresentada uma situação hipotética acerca do crédito tributário, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção em que a assertiva está correta.

(A) Em determinado estado da Federação, o lançamento do ICMS era regido pela Lei X. Ocorre que, posteriormente, a referida norma foi revogada pela Lei Z, que atribuiu responsabilidade tributária por substituição. Nessa situação, a norma posterior será aplicável aos lançamentos referentes a fatos geradores ocorridos em data anterior à sua vigência, no que concerne à atribuição de responsabilidades a terceiros.

(B) Mariana, após entregar sua declaração anual de imposto de renda de pessoa física, percebeu um erro na inclusão dos valores dos rendimentos recebidos, que reduziria o valor do tributo devido. Nessa situação, Mariana somente poderá efetivar a retificação caso demonstre a existência do erro em que se funda.

(C) A concessão de moratória em caráter geral somente poderá abranger os créditos definitivamente constituídos à data da lei que estabelecer o favor.

(D) O município Y concedeu moratória em caráter individual a determinados contribuintes que satisfizessem certas condições estabelecidas em lei. A pessoa jurídica Gama, para quem foi inicialmente concedida a moratória em caráter individual, teve seu favor fiscal anulado em virtude de não ter cumprido as condições impostas legalmente. Nessa situação, inexistindo dolo ou simulação por parte do beneficiado, o prazo prescricional terá sido suspenso durante o período em que durou a moratória.

A: incorreta, pois, embora a norma que atribui responsabilidade a terceiro jamais retroage – art. 144, § 1º, *in fine*, do CTN; **B:** incorreta. Essa declaração do imposto de renda não se confunde com aquela atinente ao lançamento por declaração que exige comprovação do erro para a retificação – art. 147, § 1º, do CTN. A declaração do imposto de renda é simples obrigação acessória relativa a tributo lançado por homologação. Mariana pode corrigir a declaração em conformidade com a legislação federal aplicável, por meio eletrônico, sem qualquer justificativa e, inclusive, requerer a restituição do tributo que eventualmente tenha pago a maior, sujeitando-se, evidentemente, à fiscalização tributária; **C:** incorreta, pois pode haver disposição legal em contrário – art. 154 do CTN; **D:** assertiva incorreta, pois, se não houve dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele, o prazo entre a concessão da moratória e sua revogação (anulação) é computado para fins de prescrição – art. 155, II e parágrafo único, do CTN. Comentário: entendemos que não há alternativa correta, havendo erro na formulação da alternativa "B".

Gabarito Oficial "B" – Nosso gabarito "Nenhuma alternativa correta"

(Advogado – SERPRO – 2008 – CESPE) Considerando o que dispõem o Sistema Tributário Nacional e a Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os próximos itens.

(1) Empresa estatal dependente é aquela cuja maioria do capital social com direito a voto pertence, direta ou indiretamente, a ente da Federação do qual recebe recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

(2) A definição de tributo depende da destinação legal do produto de sua arrecadação.

(3) O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não tem natureza jurídica tributária.

1: correta, nos termos do art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101/00; **2:** incorreta, porque contraria frontalmente o disposto no art. 4º, II, do CTN; **3:** correta, nos termos da Súmula nº 353 do STJ.

Gabarito 1C, 2E, 3C

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) No que se refere aos princípios gerais do Sistema Tributário Nacional (STN) e à elaboração legislativa, assinale a opção correta.

(A) Antes da vigência da CF, a União concedia isenção de IPI por meio de decreto-lei, consoante admitido pela carta revogada. Tal benefício, pelo novo STN, só é passível de concessão por meio de lei, em razão de que sobreveio inconstitucionalidade formal superveniente.

(B) Haverá regularidade formal sempre que a União editar lei ordinária regulando a fruição das imunidades tributárias estabelecidas na CF.

(C) Apesar da discussão jurisprudencial, o STF firmou entendimento de que a concessão de benefício tributário somente pode ocorrer por meio de lei complementar e que a alteração posterior há de ser efetivada por essa modalidade legislativa, por ter sido opção política do legislador infraconstitucional.

(D) O STF passou a entender que os estados e o DF podem estabelecer outros meios não previstos expressamente no Código Tributário Nacional de extinção de seus créditos tributários, máxime porque podem conceder remissão, e quem pode o mais pode o menos.

(E) No STN [sistema tributário nacional], a lei complementar deve ser observada quanto à forma, não havendo exigência de sua vinculação no que diz respeito à matéria veiculada.

A: incorreta, pois os decretos-lei foram, em regra, recepcionados pelo sistema constitucional atual, desde que seus conteúdos não confrontassem a nova Constituição; **B:** assertiva incorreta, pois a regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar, dentre elas as imunidades, se dá por lei complementar federal – art. 146, II, da CF; **C:** incorreta, pois o benefício fiscal deve ser concedido, em regra, por lei ordinária. Caso o legislador conceda benefício por lei complementar, em relação a tributo que não exija essa forma, a lei será materialmente ordinária, podendo ser alterada ou revogada por lei ordinária posterior – ver RE 412.478/RJ AgR; **D:** correta, há, de fato, precedente isolado nesse sentido, em cautelar de Adin (ADI 2.405/RS MC). Mais recentemente, entretanto, o STF julgou a Adin 1.917/DF e afastou a dação em pagamento de bens móveis criada por lei do DF (nova modalidade de extinção), mas não por conta da legislação tributária, e sim porque violaria a exigência de licitação na aquisição de bens pelo poder público. Difícil afirmar que há uma orientação firme do STF em relação à matéria. De qualquer forma, essa é a melhor alternativa, por exclusão das demais; **E:** incorreta, pois a Constituição exige lei complementar para a veiculação de determinadas matérias, em especial, aquelas do art. 146 da CF.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta acerca do sistema tributário nacional.

(A) Cabe aos Municípios a instituição do IPVA.

(B) As contribuições de intervenção no domínio econômico incidirão sobre a importação de produtos estrangeiros.

(C) Cabe à lei ordinária federal estabelecer disposições gerais sobre prescrição tributária.

(D) É lícita a instituição de taxa cuja base de cálculo tenha o valor de operação de crédito.

A: incorreta, pois o IPVA é da competência dos Estados e do Distrito Federal – art. 155, III, da CF; **B:** correta, conforme o art. 149, § 2º, II, da CF; **C:** incorreta, pois a normas gerais de direito tributário (inclusive quanto à prescrição e à decadência) são veiculadas por lei complementar federal – art. 146, III, *b*, da CF; **D:** incorreta, pois a base de cálculo da taxa deve refletir o seu fato gerador, ou seja, deve estar relacionada com o custo da prestação do serviço ou do exercício do poder de polícia. O valor de operação de crédito não quantifica atividade estatal, de modo que não é base de cálculo própria de taxa, mas sim de imposto (taxas não podem ter bases de cálculo próprias de impostos) – art. 145, § 2º, da CF e art. 77, parágrafo único, do CTN.

Gabarito "B"

21. Direito do Trabalho

Hermes Cramacon e Luiz Carlos Michele Fabre*

1. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO E ESPÉCIES DE EMPREGADOS E TRABALHADORES

(Técnico Judiciário – TST – 2008 – CESPE) Quanto ao contrato de trabalho e aos requisitos da relação de emprego, julgue os itens subsequentes.

(1) Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal do serviço.
(2) Sempre que uma ou mais empresas, com personalidades jurídicas próprias, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo econômico, a empresa principal e cada uma das empresas subordinadas serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis em relação aos contratos de emprego.
(3) Considera-se empregado todo trabalhador que, ainda quando autônomo, prestar serviços remunerados a outrem em troca de sua mão de obra.
(4) Para que se configure o contrato individual de trabalho, é necessário que a relação de emprego tenha sido ajustada em acordo expresso.
(5) Só é lícita a alteração de condições estabelecidas em contratos individuais de trabalho por mútuo consentimento e desde que não resulte, direta ou indiretamente, em prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da referida alteração.

1: correta, art. 2º, *caput*, da CLT; **2**: correta, art. 2º, § 2º, da CLT; **3**: incorreta, um dos requisitos para a caracterização da figura do empregado é a subordinação, antítese da autonomia (art. 3º da CLT); **4**: incorreta, o contrato de trabalho pode ser tácito (art. 442 da CLT); **5**: correta, art. 468 da CLT.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E, 5C

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) No caso de nulidade de contratação do empregado, por ausência de prévia aprovação em concurso público, esse empregado tem direito a receber, com relação ao período em que trabalhou, o salário acordado entre empregador e empregado,

(A) bem como os valores referentes aos depósitos do FGTS, somente.
(B) os valores referentes aos depósitos do FGTS e a multa indenizatória de 40% sobre o FGTS.
(C) os valores referentes aos depósitos do FGTS e a anotação da CTPS.
(D) os valores referentes aos depósitos do FGTS, o aviso-prévio, o décimo terceiro salário, as férias proporcionais, o depósito e multa de 40% do FGTS, mas não se reconhece o vínculo de emprego.

A: opção correta, pois nos termos da Súmula 363 do TST, no caso em estudo, o obreiro fará jus ao recebimento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

Gabarito "A"

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Acerca do contrato individual de trabalho, seus conceitos, requisitos, classificação, sujeitos e responsáveis, assinale a opção correta.

(A) Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego, que envolve não eventualidade, pessoalidade, onerosidade e subordinação entre o empregado, que presta os serviços contratados, e o empregador, que o aproveita, dirige e remunera.
(B) O contrato individual de trabalho deve observar forma escrita e fixação de prazo de vigência, quando determinado, sob pena de ser considerado firmado por prazo indeterminado.
(C) O contrato de trabalho por prazo determinado não pode ser estipulado por mais de 90 dias, sendo admitida uma prorrogação, sob pena de ele passar a vigorar por prazo indeterminado.
(D) As empresas integrantes de mesmo grupo econômico são, entre si, subsidiariamente responsáveis.
(E) A mudança jurídica na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos empregados posteriormente admitidos.

A: correta, pois o conceito de contrato individual de trabalho está correto e de acordo com o disposto nos arts. 2º, 3º e 442 da CLT; **B:** errada, pois a alternativa não está de acordo com o art. 443, *caput*, da CLT; **C:** errada, pois a assertiva está em confronto com o art. 445 da CLT; **D:** errada, pois as empresas de um mesmo grupo econômico são solidariamente responsáveis por expressa disposição legal (art. 2º, § 2º, da CLT); **E:** errada, pois a mudança jurídica da empresa não afeta os contratos de trabalho com os empregados (art. 448 da CLT).

Gabarito "A"

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) Julgue os itens seguintes, que se referem ao contrato individual de trabalho.

I. Contrato individual de trabalho é o acordo, tácito ou expresso, que corresponde à relação de emprego, podendo estabelecer-se por prazo determinado ou indeterminado.
II. A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
III. Nos contratos individuais de trabalho, apenas é lícita a alteração das respectivas condições de trabalho quando decorram de mútuo consentimento e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, em prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente dessa garantia.
IV. Aos contratos por prazo determinado que contiverem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, aplicam-se, caso tal direito seja exercido por qualquer das partes, os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado.
V. No caso de paralisação temporária ou definitiva do trabalho motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, prevalecerá o pagamento da indenização, que ficará a cargo do governo responsável, se assim chamado à autoria pelo empregador quando de sua defesa perante a justiça do trabalho.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas os itens I e III estão certos.
(B) Apenas os itens II e V estão certos.
(C) Apenas os itens III e IV estão certos.
(D) Apenas os itens I, II e V estão certos.
(E) Todos os itens estão certos.

I: certo, pois o conceito de contrato individual de trabalho está de acordo com os arts. 442 e 443 da CLT; **II:** certo (art. 448 da CLT); **III:** certo (art. 468 da CLT); **IV:** certo (art. 481 da CLT); **V:** certo (art. 486 da CLT).

Gabarito "E"

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) Com base na CF, na CLT e na jurisprudência sumulada e consolidada do STF e do TST, assinale a opção correta quanto dos empregados públicos.

---

* **Hermes Cramacon** comentou as questões dos concursos de Defensoria, Procuradorias, Advocacia Pública e OAB, Analista TRT/8ª/2016, Procurador do Estado 2016. **Luiz Carlos Michele Fabre** comentou as demais questões de concursos jurídicos e de Técnico.

(A) A despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, ainda quando admitidos por concurso público, independe de ato motivado para a sua validade, excetuada a exigência de motivação como condição para a despedida quando gozar a empresa do mesmo tratamento destinado à Fazenda Pública em relação à imunidade tributária e à execução por precatório, além das prerrogativas de foro, prazos e custas processuais.

(B) O ingresso como empregado público prescinde de prévia aprovação em concurso público, exigência restrita ao ingresso como servidor público estatutário.

(C) Ao empregado público de empresa pública ou de sociedade de economia mista admitido após aprovação em concurso público é garantida a estabilidade no emprego.

(D) A contratação de empregado público, após a Constituição de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, resulta na nulidade do contrato e no direito do trabalhador a receber as verbas rescisórias decorrentes e o FGTS.

(E) A contratação irregular do trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional que se hajam beneficiado dos respectivos serviços.

A: correta, Orientação Jurisprudencial 247 da SDI 1 do TST; **B:** incorreta, conforme o art. 37, II, da CF; **C:** incorreta, de acordo a Súmula 390, II, do TST; **D:** incorreta. Veja Súmula 363 do TST; **E:** incorreta, Súmula 331, II, do TST.

Gabarito "A"

(Procurador do Município/Aracaju – 2008 – CESPE) A jurisprudência trabalhista tem orientado as responsabilidades em caso de terceirização de mão de obra, sobretudo quando envolvido, na condição de tomador dos serviços, o poder público. Também passou o Tribunal Superior do Trabalho (TST) a orientar, por Súmula, os casos de contratos nulos de emprego no âmbito do poder público, assim como seus efeitos. Acerca desse tema, julgue os itens seguintes.

(1) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilização subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, exceto quando o tomador for órgão da administração pública direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, quando, por conta da nulidade na contratação irregular à falta de prévio concurso público, nesse caso, apenas será responsabilizado com o pagamento dos salários inadimplidos e o FGTS do período trabalhado.

(2) No caso de haver sucessão de empregadores, quando mantido o negócio com estrutura jurídica diferenciada sem solução de continuidade na prestação dos serviços pelos trabalhadores, os anteriores empregadores podem ser responsabilizados subsidiariamente no caso de os novos não adimplirem as obrigações trabalhistas assumidas, ante os encargos que persistem pela terceirização de mão de obra ocorrida com a transação de transferência do negócio comercial.

(3) Por conta da exigência constitucional de prévio concurso público, no âmbito da administração pública não é possível considerar qualquer vínculo de emprego com o trabalhador que lhe haja prestado serviços por empresa interposta.

(4) No âmbito das relações privadas, é ilegal a terceirização de mão de obra, exceto se for o caso de trabalho temporário, serviços de vigilância e de conservação e limpeza ou serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador dos serviços, desde que não configurada a pessoalidade e a subordinação direta entre este e o trabalhador.

1: Errado, pois de acordo com o entendimento consolidado pelo TST a Administração Pública responde subsidiariamente em caso de figurar como tomadora de serviços, a teor da Súmula 331, IV, do TST: "IV – O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial"; **2:** Errado, pois, a princípio, os empregadores sucedidos não respondem pelas obrigações trabalhistas assumidas pelo novo empregador, exceto quando presente fraude ou mesmo situação de comprometimento das garantias empresariais deferidas ao contrato de trabalho, aptas a provocar a incidência da responsabilização subsidiária do empregador sucedido; **3:** Certo, pois a assertiva reflete o disposto na Súmula 331, II, do TST: "I – A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988)"; **4:** Certo, pois a assertiva reflete o disposto na Súmula 331, III, do TST: "III – Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta".

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito da terceirização e da responsabilidade subsidiária por débitos trabalhistas.

(A) A contratação irregular de trabalhador mediante a utilização de empresa interposta gera vínculo com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional.

(B) Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância, de conservação e limpeza, assim como serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistentes a pessoalidade e a subordinação direta.

(C) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é legal e não forma vínculo diretamente com o tomador dos serviços.

(D) A administração pública direta, as autarquias e as fundações públicas estão isentas de qualquer tipo de responsabilidade pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte de empresas prestadoras de serviços.

(E) Se for reconhecida, na sentença, a responsabilidade subsidiária entre a empresa tomadora e a prestadora dos serviços, o trabalhador poderá acionar qualquer delas para obter seu crédito.

A: opção incorreta, pois nos termos da Súmula 331, II, do TST em razão da necessidade de concurso público, art. 37, II, da CF a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional; **B:** opção correta, pois reflete o entendimento consubstanciado na Súmula 331, III, do TST; **C:** opção incorreta, pois nos termos da Súmula 331, I, do TST a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário da Lei 6.019/1974; **D:** opção incorreta, pois a administração pública direta e indireta poderá ser responsável pelas obrigações trabalhistas na forma do item V da Súmula 331 do TST; **E:** opção incorreta, pois na hipótese de responsabilidade subsidiária reconhecida deverá, em primeiro lugar, ser acionada a responsabilidade da devedora principal, ou seja, a empresa prestadora de serviços. Não tendo esta empresa condições de satisfazer o crédito, deverá ser acionada a tomadora de serviços. Importante lembrar que ambas as empresas devem participar da relação processual e constar do título executivo judicial, Súmula 331, item IV, do TST.

Gabarito "B"

(Analista – TRT/17ª – 2009 – CESPE) A respeito do direito do trabalho, julgue o item a seguir.

(1) Os empregados de empresas distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários têm direito à jornada de trabalho especial dos bancários.

1: errado, Súmula 119 do TST.

Gabarito 1E

(OAB – CESPE – 2010.1) Os requisitos necessários à caracterização do vínculo de emprego abrangem

(A) onerosidade, exclusividade, subordinação jurídica e alteridade.

(B) eventualidade, pessoalidade, onerosidade e subordinação jurídica.

(C) subordinação, não eventualidade, onerosidade e pessoalidade.

(D) dependência econômica, continuidade, subordinação e alteridade.

A: incorreta, pois a exclusividade não é pressuposto para a configuração do vínculo de emprego (CLT, art. 3º); **B:** incorreta, pois a eventualidade não é pressuposto para a configuração do vínculo de emprego, nos termos do art. 3º da CLT, mas sim a não eventualidade; **C:** correta, pois reflete o disposto no art. 3º da CLT; **D:** incorreta, pois a dependência econômica não é pressuposto do vínculo de emprego, nos termos do art. 3º da CLT.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.1) Assinale a opção correta de acordo com o contrato individual de trabalho regido pela CLT.

(A) O referido contrato somente poderá ser acordado de forma expressa.
(B) É exigida forma especial para a validade e eficácia do contrato em apreço, motivo pelo qual não é permitida a forma verbal.
(C) Um contrato de trabalho por prazo determinado de 2 (dois) anos poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período.
(D) No contrato mencionado, o contrato de experiência poderá ser prorrogado uma única vez, porém não poderá exceder o prazo de 90 (noventa) dias.

A: incorreta, pois o contrato de trabalho pode ser verbal ou tácito, art. 443 da CLT; **B:** incorreta, pois não se exige forma especial para o contrato de trabalho, admitindo-se a forma verbal, em conformidade com o art. 443 da CLT; **C:** incorreta, pois embora admita uma única prorrogação, o contrato de trabalho com prazo determinado não poderá ultrapassar o período de 2 (dois) anos, em conformidade com os arts. 445 e 451 da CLT; **D:** correta, pois reflete o disposto no art. 445, parágrafo único, da CLT.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.1) Não é cabível contrato de trabalho por prazo determinado em

(A) contrato de empreitada.
(B) contrato de experiência.
(C) Serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo.
(D) atividades empresariais de caráter transitório.

A: correta, pois o contrato de empreitada não é um contrato de trabalho propriamente dito, mas sim um contrato de natureza civil que vem esculpido nos arts. 610 a 626 do Código Civil. **B:** incorreta, pois o contrato de experiência é um contrato a termo, conforme estipula o art. 443, § 2º, "c", da CLT; **C:** incorreta, pois se trata de uma das situações que a CLT permite a contratação por prazo determinado, nos termos do art. 443, § 2º, "a", da CLT; **D:** incorreta, pois se trata de uma das situações que a CLT permite a contratação por prazo determinado, nos termos do art. 443, § 2º, "b", da CLT

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3) Assinale a opção correta no que se refere ao trabalhador avulso.

(A) Será enquadrado como trabalhador avulso aquele que prestar serviço sem vínculo de emprego, a diversas pessoas, em atividade de natureza urbana ou rural com a intermediação obrigatória do gestor de mão de obra ou do sindicato da categoria, como, por exemplo, o amarrador de embarcação.
(B) Exige-se a intermediação do sindicato na colocação do trabalhador avulso na prestação do serviço, razão pela qual deve esse trabalhador ser sindicalizado.
(C) O trabalhador avulso não é amparado pelos direitos previstos na legislação trabalhista, só tendo direito ao preço acordado no contrato e à multa pelo inadimplemento do pacto, quando for o caso.
(D) O trabalho avulso caracteriza-se pela pessoalidade na prestação do serviço, pois a relação é *intuitu personae*.

A: correta, pois reflete o disposto no art. 9º, VI, do Decreto 3.048/1999 e art. 12, VI, da Lei 8.212/1991; **B:** incorreta, pois embora deva haver a intermediação do sindicato na colocação do trabalhador na prestação de serviços, não é necessário que ele seja sindicalizado, pois não pode haver discriminação entre o empregado sindicalizado e o não sindicalizado, na medida em que, nos termos do art. 8º, V, da CF, ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato. Veja, também, o art. 5º, II, da Lei 12.023/2009; **C:** incorreta, pois a CF em seu art. 7º, XXXIV prevê a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo permanente e o trabalhador avulso; **D:** incorreta, pois não há pessoalidade na prestação de serviços, na medida em que será o OGMO o responsável pela distribuição dos trabalhadores.

Gabarito "A"

2. CONTRATO DE TRABALHO COM PRAZO DETERMINADO

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta com relação ao contrato individual de trabalho por prazo determinado.

(A) No contrato de experiência, é incabível aviso-prévio quando sua rescisão for antecipada.
(B) O contrato de experiência pode ser prorrogado, desde que respeitado o limite máximo de 90 dias.
(C) O contrato por tempo determinado não poderá exceder um ano, sendo possível uma única prorrogação.
(D) O contrato por tempo determinado poderá ser prorrogado mais de uma vez, desde que não exceda dois anos.

A: opção incorreta, pois em conformidade com a Súmula 163 do TST cabe aviso-prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência, na forma do art. 481 da CLT; **B:** opção correta, pois reflete a disposição contida na Súmula 188 do TST; **C:** opção incorreta, pois nos termos do art. 445, parágrafo único, da CLT não poderá ultrapassar 90 (noventa) dias; **D:** opção incorreta, pois nos termos do art. 451 da CLT poderá ser prorrogado somente uma única vez, desde que não ultrapasse o prazo de 2 (dois) anos estipulado no art. 445 da CLT.

Gabarito "B"

3. TRABALHO DA MULHER E DO MENOR

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) Com relação aos direitos constitucionais assegurados às mulheres trabalhadoras, assinale a opção correta.

(A) À gestante é assegurada licença com a duração de 120 dias, período que coincide com sua garantia de emprego e salário.
(B) É vedada a dispensa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, período que coincide com a licença-maternidade.
(C) À empregada gestante é assegurada licença com a duração de 120 dias, ficando vedada sua dispensa desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
(D) À empregada gestante é assegurada licença com a duração de cinco meses, ficando vedada sua dispensa desde a confirmação da gravidez até 120 dias após o parto.
(E) É vedada a dispensa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até o término do período de 180 dias da licença-maternidade.

A licença maternidade é de 120 dias (art. 7º, XVIII, da CF), ressalvadas as empregadas de empresas optantes pelo Programa Empresa Cidadã, criado pela Lei 11.770/2008, que tem acrescido períodos de 60 dias à licença maternidade. A garantia de emprego compreende o período desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto (art. 10, II, *b*, do ADCT).

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2010.1) Com relação às normas de proteção ao trabalho da mulher, inseridas na CLT, assinale a opção correta.

(A) O trabalho noturno terá salário superior ao diurno, com percentual de acréscimo de, no mínimo, 25%.
(B) Em caso de prorrogação do horário normal de trabalho, é obrigatória a concessão de descanso de, no mínimo, 15 (quinze) minutos antes do início do horário extraordinário do trabalho.
(C) Na admissão ao emprego, é facultado ao empregador exigir atestado ou exame para a comprovação de gravidez.
(D) Entre duas jornadas de trabalho, deve haver um intervalo de, no mínimo, 12 (doze) horas consecutivas destinadas ao repouso.

A: incorreta. Em conformidade com o art. 381, § 1.º, da CLT, "para os fins deste artigo, os salários serão acrescidos duma percentagem adicional de vinte por cento (20%) no mínimo"; **B:** correta. De acordo com o art. 384 da CLT: "Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, antes do início do horário extraordinário do trabalho." O referido dispositivo está inserido na Seção I do Capítulo III, denominado "Da proteção do trabalho da mulher"; **C:** incorreta. De acordo com o art. 373-A, inciso IV, da CLT, "é vedado: IV – exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego"; **D:** incorreta. De acordo com o art. 382 da CLT, "entre duas jornadas de trabalho, haverá um intervalo de 11 (onze) horas consecutivas, no mínimo, destinado ao repouso".

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.1) A respeito da proteção conferida ao menor trabalhador, assinale a opção correta.

(A) Não corre nenhum prazo prescricional contra os menores de 18 (dezoito) anos de idade.
(B) É vedado ao menor empregado firmar recibos legais pelo pagamento dos salários sem que esteja assistido pelos seus representantes.
(C) É lícita a quitação advinda da rescisão contratual firmada por empregado menor sem a assistência do seu representante legal.
(D) Excepcionalmente, é permitido o trabalho noturno de menores de 18 (dezoito) anos de idade, mas, em nenhuma hipótese, é admitido o trabalho de menores de 16 (dezesseis) anos de idade.

A: correta, pois reflete o disposto no art. 440 da CLT; **B:** incorreta, pois nos termos do art. 439, 1ª parte, da CLT é lícito ao menor firmar recibo de pagamento; **C:** incorreta, pois embora possa firmar recibo de pagamento, não poderá firmar quitação advinda de rescisão contratual, nos termos do art. 439, 2ª parte, da CLT; **D:** incorreta, pois ao menor é proibido o trabalho noturno, nos termos do art. 404 da CLT.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3) No que concerne ao trabalho da mulher, assinale a opção correta.

(A) A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário, devendo, mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28.º dia antes do parto e ocorrência deste.
(B) As empresas que tenham em seus quadros mais de 100 empregados são obrigadas a contratar, no mínimo, 20 (vinte) mulheres, em obediência à CF e à legislação ordinária.
(C) Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 25 (vinte e cinco) mulheres com mais de 16 (dezesseis) anos de idade são obrigados a dispor de local apropriado onde seja permitido às empregadas, no período da amamentação, deixar, sob vigilância e assistência, os seus filhos.
(D) Ao empregador é vedado empregar mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 25 quilos para o trabalho contínuo, exceto quanto à remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.

A: correta, corresponde ao disposto no art. 392, *caput* e § 1º, da CLT; **B:** incorreta, não há essa previsão na CF e em lei ordinária; **C:** incorreta, esse número é de, pelo menos, 30 (trinta) mulheres (art. 389, § 1º, da CLT); **D:** incorreta. São 20 (vinte) quilos para o trabalho contínuo ou 25 (vinte e cinco) para o trabalho ocasional (art. 390, *caput* e parágrafo único, da CLT).

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2) Se uma empresa de médio porte publicar, em jornal de grande circulação, anúncio oferecendo vagas para o cargo de secretário executivo e a contratação de pessoas do sexo feminino estiver condicionada à apresentação de documento médico que ateste que a pretendente à vaga não esteja em estado gestacional, nesse caso, a condição imposta no ato de contratação deverá ser considerada

(A) procedente, visto que as funções do cargo oferecido não são compatíveis com estado gestacional.
(B) procedente, dado que o poder de mando do empresário possibilita tal exigência para a contratação de pessoas do sexo feminino.
(C) improcedente, visto que representa um elemento limitador do acesso feminino ao mercado de trabalho.
(D) improcedente, sendo possível tornar-se regular mediante a concordância expressa do respectivo sindicato da categoria profissional.

Visando corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho, é vedado ao empregador exigir atestado ou exame de gravidez, na admissão ou permanência no emprego, nos termos do art. 373-A, IV, da CLT, razão pela qual a condição imposta deverá ser considerada improcedente.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.2) Com relação ao trabalho da mulher, a lei permite ao empregador

(A) recusar emprego em razão de situação familiar da mulher trabalhadora.
(B) exigir atestado de gravidez, para fins de admissão ou permanência no emprego.
(C) considerar o sexo como variável determinante para fins de ascensão profissional.
(D) publicar anúncio de emprego em que haja referência a determinado sexo para o desempenho de atividade que sabidamente assim o exija.

A: incorreta, pois nos termos do art. art. 373-A, I, da CLT tal prática é vedada ao empregador; **B:** incorreta, pois é vedado ao empregador exigir atestado de gravidez para fins de admissão ou permanência no emprego, art. 373-A, IV, da CLT; **C:** incorreta, pois é vedado ao empregador considerar o sexo como variável determinante para fins de ascensão profissional, art. 373-A, III, da CLT; **D:** correta, pois o art. 373-A, I, da CLT permite que se a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir, poderá haver referência ao sexo, idade, cor ou situação familiar.

Gabarito "D"

4. ALTERAÇÃO, INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

(Técnico Judiciário – TST – 2008 – CESPE) Com base na Constituição Federal de 1988 e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), julgue os itens seguintes acerca dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

(1) As férias devem ser usufruídas com a percepção de adicional correspondente, no mínimo, à terça parte do salário normal.
(2) As férias serão concedidas, por ato do empregador, nos doze meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.
(3) A prescrição do direito de reclamar a concessão das férias ou o pagamento da respectiva remuneração é contada a partir do término do período concessivo ou, se for o caso, da cessação do contrato de trabalho.

1: correta, art. 7º, XVII, da CF; **2**: correta, art. 134 da CLT; **3**: correta, trata-se do princípio da *actio nata* (art. 149 da CLT).

Gabarito 1C, 2C, 3C

(Técnico Judiciário – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Acerca dos direitos dos trabalhadores, sobretudo os considerados na Constituição Federal de 1988, julgue o seguinte item.

(1) O trabalhador terá direito a férias anuais remuneradas com adicional de, pelo menos, um terço do valor do salário normal.

Art. 7º, XVII, da CF.

Gabarito 1C

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Acerca das férias em direito do trabalho, segundo a Constituição Federal, a CLT e jurisprudência sumulada e consolidada do TST, julgue os itens a seguir.

I. A aquisição do direito às férias ocorre a cada ano de vigência do contrato de trabalho, sem ocasionar perda do direito à remuneração correspondente.
II. A concessão das férias deve ocorrer nos doze meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito, sendo a época definida pelo empregador, conforme seu interesse, ressalvado o direito de membros da mesma família gozarem férias no mesmo período, se assim desejarem e disso não resultar prejuízo para o serviço, e o direito do empregado estudante de ter coincididas suas férias do trabalho com o período de férias escolares.
III. O empregador deverá pagar em dobro a remuneração do período de férias sempre que elas forem concedidas após o período concessivo regular.
IV. As férias devem ser remuneradas com adicional de, pelo menos, um terço do valor do salário normal, inclusive sobre a parcela que eventualmente for convertida em pecúnia.
V. A prescrição do direito de reclamar a concessão das férias ou o pagamento da respectiva remuneração ou adicional é contada do término do período aquisitivo ou, se for o caso, da cessação do contrato de trabalho.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1.
(B) 2.
(C) 3.
(D) 4.
(E) 5.

São quatro itens certos. **I:** certo, pois a assertiva reflete o disposto no art. 129 da CLT; **II:** certo, pois a assertiva reflete o disposto no art. 136, §§ 1º e 2º, da CLT; **III:** certo, a assertiva reflete o disposto no art. 137, *caput*, da CLT; **IV:** certo, pois a assertiva reflete o disposto no art. 7º, XVII, da CF e da Súmula 328 do TST: "FÉRIAS. TERÇO CONSTITUCIONAL O pagamento das férias, integrais ou proporcionais, gozadas ou não, na vigência da CF/1988, sujeita-se ao acréscimo do terço previsto no respectivo art. 7º, XVII"; **V:** errado, pois a prescrição das férias, durante a fluência do contrato de trabalho, conta-se do término do período concessivo, conforme dispõe o art. 149 da CLT.

Gabarito "D"

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) No que se refere ao direito a férias, assinale a opção correta.

(A) Após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a empregada terá direito a férias em proporção conforme a quantidade de faltas que haja tido no período, não se considerando falta ao serviço a ausência da empregada durante o período de licença-maternidade.
(B) O período das férias será computado como tempo de serviço acrescido de um terço.
(C) A época da concessão das férias será a que melhor atenda aos interesses do empregado, inclusive, para fazê-las coincidir com férias da família ou com as férias escolares, quando for estudante.
(D) O empregado deve perceber, durante as férias, a remuneração média que lhe houver sido paga durante o período aquisitivo pertinente.
(E) A prescrição do direito de o empregado reclamar a concessão das férias ou o pagamento da respectiva remuneração é contado do término do período aquisitivo ou, se for o caso, da cessação do contrato de trabalho.

A: correta, pois a assertiva reflete o disposto nos arts. 130 e 131, II, da CLT; **B:** incorreta, pois embora o período de férias seja computado como tempo de serviço, não é acrescido de um terço para esse fim (art. 130, § 2º, da CLT); **C:** incorreta, pois a época das férias será a que melhor atenda aos interesses do *empregador*, conforme dispõe o art. 136, *caput*, da CLT; **D:** incorreta, pois a assertiva não reflete o disposto no art. 142, *caput*, da CLT; **E:** incorreta, pois a prescrição das férias, durante a fluência do contrato de trabalho, conta-se do término do período concessivo, conforme dispõe o art. 149 da CLT.

Gabarito "A"

(Analista – TRT/17ª – 2009 – CESPE) A respeito do direito do trabalho, julgue o item a seguir.

(1) Os dias de paralisação da prestação dos serviços em razão de greve, desde que os salários continuem a ser pagos, caracterizam interrupção do contrato de trabalho.

1: interrupção é a cessação temporária e restrita dos efeitos do contrato de trabalho, caracterizando-se pela ausência de prestação de serviços pelo empregado, a par da subsistência das principais obrigações a cargo do empregador, como o pagamento de salários.

Gabarito 1C

(OAB – CESPE – 2010.1) Com relação ao contrato de trabalho, assinale a opção correta.

(A) Constitui motivo para alteração do contrato de trabalho pelo empregador o afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar.
(B) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário nos dias em que estiver comprovadamente realizando prova de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
(C) A suspensão do empregado por mais de 15 (quinze) dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.
(D) Constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a condenação criminal do empregado proferida pelo juiz de primeiro grau.

A: incorreta, pois conforme o art. 472, *caput*, da CLT, o afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, não constituirá motivo para a alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador; **B:** correta. É o que reza, expressamente, o art. 473, inciso VII, da CLT: "O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário nos dias em que estiver comprovadamente realizando prova de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior"; **C:** incorreta. De acordo com o art. 474 da CLT, a suspensão do empregado por mais de 30 (trinta) dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho; **D:** incorreta, pois nos termos do art. 482, alínea "d", da CLT, somente a condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso ainda não tenha havido suspensão da execução da pena, é justa causa para rescisão do contrato de trabalho.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta acerca da hipótese de alteração do contrato mediante transferência do empregado, consoante o que dispõe a CLT.

(A) Via de regra, ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a anuência deste, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio.
(B) As despesas resultantes da transferência, segundo regra geral, serão rateadas entre o empregado e o empregador.
(C) É vedada a transferência do empregado na hipótese de extinção do estabelecimento em que ele trabalhar.
(D) Na hipótese de necessidade do serviço, o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, não sendo obrigado a pagar qualquer acréscimo salarial por isso.

A: correta, pois reflete o disposto no art. 469, *caput*, da CLT; **B:** incorreta, pois as despesas correrão por conta do empregador, nos termos do art. 470 da CLT. Veja, também, a Súmula 29 do TST; **C:** incorreta, pois nos termos do art. 469, § 2º, da CLT a transferência no caso de extinção do estabelecimento é lícita; **D:** incorreta, pois embora possa transferir o empregado, deverá pagar um adicional de, no mínimo, 25% dos salários que o empregado percebia naquela localidade, em conformidade com o art. 469, § 3º, da CLT. Veja, também, a OJ 113 da SDI-1 do TST.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3) Assinale a opção correta acerca da suspensão do contrato de trabalho para que o empregado participe de curso ou programa de qualificação profissional.

(A) A suspensão do contrato para tal fim poderá ocorrer por um período mínimo de 1 (um) e de, no máximo, 6 seis) meses.
(B) O empregado, mesmo não prestando serviços, continua a receber salário por ser tal suspensão considerada benefício que visa ao aprimoramento do profissional em favor do empregador.
(C) Se o empregado for dispensado durante a suspensão do contrato ou nos 3 (três) meses subsequentes ao seu retorno ao trabalho, terá direito ao percebimento de multa convencional cujo valor será, no mínimo, igual ao montante da última remuneração mensal anterior à suspensão.
(D) Não se exige previsão em acordo ou convenção coletiva para a realização de curso de qualificação profissional.

A: incorreta, pois a suspensão do contrato de trabalho poderá ser pelo período de 2 (dois) a 5 (cinco) meses, nos termos do art. 476-A, *caput*, da CLT; **B:** incorreta, pois a cargo do empregador, poderá receber ajuda compensatória, sem natureza salarial, nos termos do art. 476-A, § 3º, da CLT; **C:** correta, pois reflete o disposto no art. 476-A, § 5º, da CLT; **D:** incorreta, pois nos termos do art. 476-A da CLT exige-se que se faça por acordo ou convenção coletiva. Veja, também, o art. 476-A, § 1º, da CLT.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.2) Pedro foi eleito para exercer o cargo de diretor da sociedade anônima da qual já era empregado havia 12 (doze) anos. Segundo o estatuto da sociedade anônima, o mandato de diretor era de 2 (dois) anos. Segundo orientação do TST, nessa situação hipotética, durante o período em que Pedro estiver exercendo o cargo de diretor, seu contrato de trabalho ficará

(A) interrompido.
(B) suspenso.
(C) prorrogado.
(D) rescindido.

De acordo com o entendimento cristalizado na Súmula 269 do TST, o empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço desse período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.
Gabarito "B"

5. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Acerca da remuneração e do salário, assinale a opção correta.

(A) Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber, assim consideradas tanto as recebidas em decorrência de rateio dos valores a tal título cobradas nas notas de serviço pelo empregador em relação a seus clientes, como ainda aquelas importâncias espontaneamente dadas pelo cliente ao empregado.
(B) A remuneração engloba todas as importâncias pagas pelo empregador ao empregado.
(C) Integram o salário, não apenas a importância fixa estipulada, como também os valores a título de comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens, ressarcimento de despesas em viagem e os abonos pagos espontaneamente pelo empregador ao empregado.
(D) Além do pagamento em dinheiro, compreendem-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, a habitação, o vestuário e quaisquer outras prestações pecuniárias pagas *in natura* por força do contrato ou costume.
(E) Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade, considerado como de igual valor o trabalho que for feito com igual produtividade e perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não seja superior a dois anos, ainda quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira.

A: correta, pois a assertiva reflete o disposto no art. 457, *caput* e § 3º, da CLT; **B:** incorreta, pois a remuneração não engloba todas as importâncias pagas, a teor do disposto no art. 457, *caput*, da CLT; **C:** incorreta, pois a assertiva não reflete o disposto no art. 457, § 1º, da CLT; **D:** incorreta, pois a assertiva está em confronto com o disposto no art. 458, *caput*, da CLT; **E:** incorreta, pois a equiparação salarial não é aplicável quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira (art. 461, § 2º, da CLT).
Gabarito "A"

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) Acerca da remuneração pelo trabalho sob vínculo de emprego, assinale a opção incorreta.

(A) Compreendem-se, na remuneração do empregado, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador como contraprestação do serviço, também as gorjetas que receber.
(B) O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações, observada, para os que percebam valores variáveis, a garantia mínima correspondente ao salário mínimo.
(C) Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.
(D) Considera-se gorjeta a importância paga pelo cliente como adicional na conta cobrada pelo empregador e destinada à distribuição entre os empregados, não se caracterizando como tal, para fins de integração à remuneração, a verba paga pelo cliente, em caráter voluntário, diretamente ao empregado que o haja servido.
(E) Em caso de rescisão contratual, havendo controvérsia sobre o montante das verbas rescisórias, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador, à data do comparecimento à justiça do trabalho, a parte incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de 50%, entretanto, tal disposição não se aplica à União, aos Estados, ao DF, aos municípios e às suas autarquias e fundações públicas.

A: correta, pois a assertiva está de acordo com o art. 457, *caput*, da CLT; **B:** correta, pois a assertiva reflete o disposto no art. 7º, IV, da CF e art. 459, *caput*, da CLT; **C:** correta, pois a assertiva reflete o disposto no art. 460 da CLT; **D:** incorreta, pois a assertiva está contrária ao disposto no art. 457, § 3º, da CLT; **E:** correta, pois a assertiva está de acordo com o art. 467 da CLT.
Gabarito "D"

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) Ana e Clara foram contratadas pela Empresa Tudo Limpo Ltda. na mesma época. Ana, auxiliar de serviços de escritório, recebia remuneração de R$ 1.000,00 por mês, e Clara, supervisora de escritório, recebia salário de R$ 1.500,00. Ambas possuíam níveis de escolaridade e qualificação profissional semelhantes. Após um ano, Clara foi demitida sem justa causa e Ana foi designada para substituí-la na função de supervisora, mas continuou a receber salário de R$ 1.000,00, razão pela qual moveu reclamação trabalhista contra a empresa, pleiteando equiparação salarial com Clara.

A respeito da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

(A) É devida a equiparação salarial, já que Ana possuía a mesma qualificação técnica de Clara.
(B) É devida a equiparação salarial, pois não havia diferença de tempo de serviço superior a dois anos entre Ana e Clara.
(C) Não é devida a equiparação salarial, já que um dos requisitos da equiparação, a simultaneidade na prestação de serviços entre o paradigma e o trabalhador que requer a equiparação, não foi preenchido.

(D) Não é devida a equiparação, pois a empresa pode estabelecer, dentro do seu poder de mando, condições diferenciadas entre empregados.
(E) Não é devida a equiparação, mas, sim, o pagamento de diferenças salariais.

A: falso, pois não possuíam a mesma função; **B:** falso, Súmula 6, II e III, do TST; **C:** correto, Súmula 6, III, do TST; **D:** falso, a equiparação não é devida ante a ausência de requisitos; **E:** falso, art. 450 da CLT e Súmula 159, II, do TST.

Gabarito "C"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Salário é o valor econômico pago diretamente pelo empregador ao empregado em função de prestação de serviços, enquanto remuneração é o conjunto de pagamentos provenientes do empregador ou de terceiros, recebidos em decorrência da prestação de serviços subordinados. Acerca do assunto, assinale a opção correta.

(A) A participação nos lucros é verba de natureza salarial.
(B) A CLT permite que a totalidade do salário seja paga em utilidades, desde que seja benéfico para o empregado.
(C) O vale-transporte possui natureza salarial.
(D) Mora contumaz é o atraso ou sonegação de salários devidos ao empregado por período igual ou superior a três meses, sem motivo grave ou relevante.
(E) Os adicionais, acréscimos salariais decorrentes de trabalho em condições mais gravosas, não podem ser percebidos cumulativamente.

A: opção incorreta, pois a participação nos lucros ou resultados, habitualmente paga, nos termos do art. 3º da Lei 10.101/2000, não possui natureza salarial, não integrando a remuneração do empregado; **B:** opção incorreta, pois nos termos do art. 82, parágrafo único, da CLT a parte em dinheiro não poderá ser inferior a 30%; **C:** opção incorreta, pois nos termos do art. 2º, alínea *a*, da Lei 7.418/1985 vale-transporte não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos; **D:** opção correta, pois reflete o disposto no art. 2º, § 1º, do Decreto-lei 368/1968; **E:** opção incorreta, pois podem ser cumulados. Veja art. 457, § 1º, da CLT.

Gabarito "D"

(Analista – TRT/17ª – 2009 – CESPE) A respeito do direito do trabalho, julgue os itens a seguir.

(1) O trabalho executado em condições insalubres, se realizado em caráter intermitente, afasta o direito de recebimento do adicional de insalubridade.
(2) A totalidade do salário pode ser paga em utilidades, que são prestações in natura que a empresa fornece habitualmente aos empregados por força do contrato de trabalho.
(3) A ajuda de custo paga ao empregado para a cobertura de despesas na sua transferência para outra localidade integra o seu salário para todos os efeitos.

1: incorreta, Súmula 47 do TST; **2:** incorreta, art. 82 da CLT; **3:** incorreta, art. 457, § 2º, da CLT.

Gabarito 1E, 2E, 3E

(OAB – CESPE – 2009.2) Pedro exercia, na empresa Atlântico, havia cinco anos, cargo de confiança pelo qual recebia gratificação. Em razão de não ter atendido às metas determinadas pela nova direção da empresa, perdeu o cargo e retornou à função que ocupava originariamente. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Em razão do princípio da estabilidade financeira, a empresa não poderá retirar a gratificação de Pedro.
(B) Em razão do princípio da irredutibilidade salarial e por Pedro ter prestado serviços por 5 (cinco) anos no referido cargo de confiança, a empresa não poderá retirar-lhe a gratificação.
(C) Pedro não perderá a gratificação pelo cargo de confiança, visto que, após 3 (três) anos, ela é incorporada ao patrimônio jurídico do trabalhador.
(D) A empresa poderá retirar a gratificação que Pedro recebia pelo cargo ocupado.

A: incorreta, pois nos termos do art. 468, parágrafo único, da CLT, não é considerada alteração unilateral a determinação do empregador para que reverta o empregado ao cargo efetivo, anteriormente ocupado; **B:** incorreta, pois somente a gratificação recebida por 10 (dez) ou mais anos, não poderá ser retirada, em conformidade com a Súmula 372 do TST; **C:** incorreta, *vide* comentários da alternativa *b*; **D:** correta, pois como Pedro recebeu a gratificação por 5 (cinco) anos apenas, e nos termos da Súmula 372 do TST e art. 468, parágrafo único, da CLT a empresa poderá retirar a gratificação recebida por Pedro, não considerando alteração unilateral.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.2) Com relação aos conceitos de salário e remuneração, assinale a opção correta.

(A) A ajuda de custo paga ao empregado possui natureza salarial.
(B) A legislação brasileira autoriza o pagamento de salário complessivo, que é aquele em que todas as quantias a que faz jus o empregado são englobadas em um valor unitário, indiviso, sem discriminação das verbas pagas.
(C) As gorjetas pagas pelos clientes aos empregados de um restaurante integram o salário desses empregados.
(D) A participação dos empregados nos lucros ou resultados da empresa não possui caráter salarial.

A: incorreta, pois nos termos do art. 457, § 2º, da CLT as ajudas de custo não se incluem no salário; **B:** incorreta, pois em conformidade com a Súmula 91 do TST o salário complessivo, entendido como uma cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente vários direitos legais ou contratuais do trabalhador, é considerado nulo; **C:** incorreta, pois as gorjetas não integram o salário, mas sim a remuneração do empregado, nos termos do art. 457, *caput*, da CLT e Súmula 354 do TST); **D:** correta, pois em conformidade com o art. 3º da Lei 10.101/2000 (*vide* o cancelamento da Súmula 251 do TST).

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.2) A respeito do salário utilidade ou *in natura*, assinale a opção correta.

(A) O fornecimento de cigarro por indústria tabagista ao empregado que nela trabalhe é considerado salário *in natura*.
(B) A energia fornecida por empresa de energia elétrica ao empregado que nela trabalhe possui natureza salarial em qualquer situação.
(C) A habitação fornecida ao empregado, quando indispensável à realização do trabalho, não tem natureza salarial.
(D) O fornecimento, pela empresa, de veículo ao empregado, quando indispensável à realização do trabalho, será considerado salário *in natura*, o que deixará de ocorrer quando o veículo for também utilizado para atividades particulares do empregado.

A: incorreta, pois não é permitido o pagamento de salário com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas, nos termos do art. 458, parte final, da CLT. Ademais, a Súmula 367, II, do TST não considera o cigarro como salário utilidade; **B:** incorreta, pois a energia elétrica não será considerada como salário se fornecidos, quando indispensáveis para a realização do trabalho; **C:** correta, pois reflete o disposto no art. 458, § 2º, I, da CLT e Súmula 367, I, do TST; **D:** incorreta, pois se indispensável para a realização dos serviços, o veículo, ainda que utilizado para atividades particulares, não será considerado salário utilidade.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.1) Com relação ao décimo terceiro salário, assinale a opção correta.

(A) O empregador deverá proceder ao adiantamento da primeira parcela do décimo terceiro salário no mês de novembro de cada ano e ao da segunda parcela, em dezembro.
(B) Todos os empregados deverão receber o pagamento da primeira parcela do décimo terceiro salário no mesmo mês de cada ano, em face do princípio da igualdade.
(C) Na dispensa com justa causa, cabe o pagamento do décimo terceiro salário proporcional ao empregado.

(D) O pagamento da primeira parcela do décimo terceiro salário deverá ser feito entre fevereiro e novembro de cada ano, e o valor corresponderá à metade do salário percebido no mês anterior, não estando o empregador obrigado a pagar o adiantamento, no mesmo mês, a todos os seus empregados.

A: incorreta, pois nos termos do art. 2º da Lei 4.749/1965 o adiantamento deverá ser feito entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano; **B:** incorreta, pois o empregador não está obrigado a pagar o adiantamento, no mesmo mês, a todos os empregados, nos termos do art. 2º, § 1º, da Lei 4.749/1965; **C:** incorreta, pois em conformidade com o art. 3º da Lei 4.090/1965, o pagamento somente será devido em se tratando de dispensa sem justa causa; **D:** correta, pois reflete o disposto no art. 2º, *caput* e § 1º, da Lei 4.749/1965.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.1) Acerca da remuneração do trabalhador estipulada pela CLT e jurisprudência do TST, assinale a opção correta.

(A) Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam cinquenta por cento do salário percebido pelo empregado.
(B) Não integram o salário as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador.
(C) Não integram a remuneração do trabalhador as gorjetas incluídas nas notas de serviços e as oferecidas espontaneamente pelos clientes.
(D) O vale-refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, não tem caráter salarial nem integra a remuneração do empregado para qualquer efeito legal.

A: correta, pois reflete o disposto no art. 457, § 2º, da CLT; **B:** incorreta, nos termos do art. 457, § 1º, da CLT as comissões percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador, integram o salário; **C:** incorreta, pois nos termos do art. 457, *caput*, da CLT as gorjetas integram a remuneração do empregado; **D:** incorreta, pois nos termos da Súmula 241 do TST, o vale-refeição fornecido por força do contrato de trabalho tem natureza salarial.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3) Quanto à remuneração a ser paga no período de férias, assinale a opção correta de acordo com o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

(A) O empregado não receberá salário, pois nesse período houve o afastamento do exercício de sua atividade laboral.
(B) No salário pago por tarefa, para fins de apuração do valor do salário, toma-se a média da produção no período aquisitivo, aplicando-se o valor da tarefa do mês imediatamente anterior à concessão das férias.
(C) Para o salário pago por porcentagem, apura-se a média do que foi percebido nos doze meses que precederem à concessão das férias, sendo esta a remuneração do período de descanso.
(D) No salário pago por hora cujas jornadas sejam variáveis, a remuneração das férias será a média dos últimos seis meses, pagando-se a esse título o valor do salário vigente na data da sua apuração.

A: incorreta, pois durante as férias é devida a remuneração ao empregado, art. 142 da CLT; **B:** incorreta, pois será aplicado o valor da remuneração da tarefa na data da concessão das férias, nos termos do art. 142, § 2º, da CLT e não no valor da tarefa do mês imediatamente anterior, como consignado na assertiva; **C:** correta, pois reflete o disposto no art. 142, § 3º, da CLT; **D:** incorreta, pois nos termos do art. 142, § 1º, da CLT não será pago o valor do salário vigente na data da sua apuração, mas sim o valor do salário na data da concessão das férias.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.2) A configuração de equiparação salarial por identidade entre dois empregados não ocorre na hipótese de

(A) empregado e paradigma trabalharem para empregadores distintos.
(B) empregado e paradigma trabalharem na mesma localidade.
(C) inexistência de quadro de carreira na empresa.
(D) a diferença de tempo de serviço entre os empregados não ser superior a 2 (dois) anos.

A: correta, pois nos termos do art. 461 da CLT, um dos requisitos necessários para a equiparação salarial é o trabalhado prestado para o mesmo empregador; **B:** incorreta, pois "mesma localidade" é um dos requisitos caracterizadores da equiparação salarial disposta no art. 461 da CLT. O conceito de "mesma localidade" pode ser extraído na Súmula 6, X, TST; **C:** incorreta, pois inexistindo quadro de carreira e desde que presente os demais requisitos, ocorrerá a equiparação salarial (Súmula 6, I, do TST); **D:** incorreta, pois a diferença não superior a 2 (dois) anos de tempo de serviço dá ensejo ao pedido de equiparação salarial, nos termos do art. 461, § 1º, da CLT.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2) Desde que haja autorização prévia e por escrito do empregado, é lícito ao empregador efetuar desconto ou reter parte do salário no que se refere

(A) às horas em que este falta ao serviço para comparecimento necessário, como parte, à justiça do trabalho.
(B) aos valores relativos a planos de assistência odontológica e médico-hospitalar.
(C) à contribuição sindical obrigatória.
(D) aos salários correspondentes ao prazo do aviso-prévio quando o empregado pede demissão e não paga ao empregador o respectivo aviso.

A: incorreta, pois pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo, não poderá haver o desconto no salário do obreiro, nos termos do art. 473, VIII, da CLT; **B:** correta, pois reflete o disposto na Súmula 342 do TST; **C:** incorreta, pois a contribuição sindical não necessita de autorização prévia e por escrito do empregado, pois, nesse caso, o desconto é realizado independente de autorização, nos termos do art. 582 da CLT; **D:** incorreta, pois caso o empregado não cumpra o período de aviso-prévio, será descontado o respectivo valor independente de autorização prévia e por escrito do empregado, nos termos do art. 487, § 2º, da CLT.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.2) Conforme a legislação trabalhista, a redução salarial é

(A) vedada em qualquer hipótese.
(B) permitida, desde que prevista em convenção coletiva, apenas.
(C) permitida, desde que autorizada pelo empregado por escrito.
(D) vedada, salvo quando determinada em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

A: incorreta, pois é permitida por acordo ou convenção coletiva, nos termos do art. 7º, VI, da CF; **B:** incorreta, pois é permitida, também, por acordo coletivo de trabalho; **C:** incorreta, pois não é permitido por acordo individual escrito; **D:** correta, pois reflete o disposto no art. 7º, VI, da CF.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.1) Quanto ao salário *in natura*, assinale a opção correta.

(A) Devem ser considerados como salário pago os equipamentos fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho.
(B) O transporte de ida e volta para o trabalho bem como o vale-transporte têm natureza salarial.
(C) Compreendem-se no salário as prestações *in natura* que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.
(D) É permitido o pagamento do salário por meio de alimentação, habitação, vestuário e bebidas alcoólicas.

A: incorreta, pois nos termos do art. 458, § 2º, I, da CLT os equipamentos fornecidos para o desempenho do labor não são considerados como salário utilidade; **B:** incorreta, pois nos termos do art. 2º, a, da Lei 7.418/1985 não possui natureza salarial; **C:** correta, pois reflete

o disposto no art. 458, *caput*, da CLT; **D:** incorreta, pois de acordo com a parte final do art. 458 da CLT, não é permitido o pagamento do salário com bebidas alcoólicas.

Gabarito "C"

6. JORNADA DE TRABALHO

(Procurador do Estado/ES – 2008 – CESPE) Empresa prestadora de serviços na área de vigilância observa a escala de horários de 12 × 36 prevista em acordo coletivo de trabalho, sem a concessão dos intervalos intrajornadas mínimos previstos em lei, conforme autorização expressa contida no referido acordo coletivo. Considerando essa situação, julgue os itens subsequentes de acordo com a jurisprudência atual do TST.

(1) O intervalo intrajornada constitui medida de segurança, saúde e higiene no trabalho, não podendo ser eliminado ou reduzido sequer por acordo coletivo de trabalho. O período destinado ao intervalo deve ser remunerado com o acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal e possui natureza salarial.

(2) Quanto ao excesso de horas em cada dia de trabalho, não cabe a remuneração como extras das que ultrapassam a décima hora como hora extra, na medida em que elas foram compensadas.

1: correto, Súmula 437, II, do TST; **2:** errado, art. 59, § 2º, da CLT.

Gabarito 1C, 2E

(OAB – CESPE – 2010.1) Fábio, empregado da empresa Transportar Ltda., firmou, com seu empregador, acordo escrito em que ficou estabelecido que o excesso de horas trabalhadas em um dia seria compensado pela correspondente diminuição em outro dia, sem acréscimo salarial. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Independentemente de a compensação de jornada relativa à categoria profissional de Fábio ser expressamente proibida em norma coletiva, o acordo de compensação realizado entre as partes será válido, conforme entendimento jurisprudencial consolidado do Tribunal Superior do Trabalho.

(B) Fábio pode trabalhar 11 (onze) horas diárias durante uma semana a título de compensação na semana seguinte.

(C) Caso Fábio preste horas extras habituais, o acordo de compensação de jornada restará descaracterizado.

(D) Não havendo a compensação dentro do período de 1 (um) ano, Fábio terá direito ao pagamento das horas trabalhadas em excesso acrescidas do adicional de 50%.

A: incorreta, pois nos termos da Súmula 85, II, do TST o acordo individual para compensação de horas não será válido se houver norma coletiva em sentido contrário; **B:** incorreta, pois de acordo com o art. 59, § 2º, da CLT a jornada máxima é de 10 (dez) horas diárias; **C:** correta, pois reflete o entendimento consubstanciado na Súmula 85, IV, do TST, "A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário"; **D:** incorreta, pois nos termos da Súmula 85, III, do TST não haverá repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, sendo devido apenas o respectivo adicional.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta no que se refere ao acordo intrajornada.

(A) O intervalo mínimo intrajornada pode ser transigido em acordo escrito ou contrato coletivo.

(B) Mediante acordo escrito ou contrato coletivo, a duração do intervalo intrajornada pode ser superior a 2 (duas) horas.

(C) A ausência de intervalo intrajornada acarreta apenas multa administrativa imposta pela fiscalização do trabalho.

(D) O intervalo de descanso será computado na duração do trabalho.

A: incorreta, pois o intervalo mínimo não pode ser transigido, nos termos do art. 71 da CLT; **B:** correta, pois reflete o disposto na parte final do art. 71 da CLT; **C:** incorreta, pois não havendo a concessão de intervalo, nos termos do art. 71, § 4º, da CLT o empregador ficará obrigado a remunerar o respectivo período com um acréscimo mínimo de 50%, súmula 437, I, TST. **D:** incorreta, pois nos termos art. 71, § 2º, da CLT o período de intervalo não é computado na jornada de trabalho.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.3) Um empregado contratado em 25.05.2006 trabalhou, durante a primeira semana do mês de outubro de 2008, cumprindo jornada das 8(oito) horas às 17(dezessete) horas, com 30 (trinta) minutos de intervalo. Em 20.10.2008, o empregado cumpriu jornada das 16 (dezesseis) horas às 23 (vinte e três) horas, com 1 (uma) hora de intervalo, e, em 21.10.2008, reiniciou o labor às 8 (oito) horas, laborando até as 17(dezessete) horas, tendo gozado de intervalo de 1 (uma) hora. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Quanto à primeira semana do mês de outubro de 2008, foi regular a jornada de trabalho cumprida.

(B) Quanto ao labor em 20.10.2008 e em 21.10.2008, ao empregado é devido o pagamento de horas extras em decorrência de não ter sido observado o intervalo determinado por lei.

(C) Ao empregado não é devido o pagamento de nenhuma hora extra quanto ao labor em 20.11.2008 e em 21.10.2008.

(D) Ao empregado é devido o pagamento de somente 1 (uma) hora extra, considerando-se o labor entre 20.10.2008 e 21.10.2008.

A: incorreta, pois o empregado possui intervalo intrajornada de, no mínimo, 1 (uma) hora, em conformidade com o art. 71 da CLT; **B:** correta, pois não foi observado o intervalo interjornada de 11 (onze) horas previsto no art. 66 da CLT. Veja, também a OJ 355 da SDI-1 do TST; **C:** incorreta, pois deveria ser observado o intervalo interjornada de 11 (onze) horas, previsto no art. 66 da CLT; **D:** incorreta, pois o empregado terá direito ao recebimento de 2 (duas) horas extras (art. 66 da CLT).

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.1) Acerca da jornada de trabalho, assinale a opção correta.

(A) Se o empregador fornecer transporte ao empregado, no início ou no fim da jornada de trabalho, o tempo do percurso deve ser contado como hora *in itinere*, se o local de trabalho for de difícil acesso ou se não for servido por transporte público regular.

(B) O adicional de horas extras deve ser, no máximo, 50% superior à hora normal.

(C) O repouso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas deverá ser obrigatoriamente aos domingos.

(D) Os intervalos de descanso intrajornada devem ser, em qualquer caso, de 2 (duas) horas.

A: correta, pois reflete o disposto no art. 58, § 2º, da CLT; **B:** incorreta, pois o adicional é de "no mínimo" 50%, nos termos do art. 7º, XVI, da CF; **C:** incorreta, pois o descanso será "preferencialmente" aos domingos, nos termos do art. 7º, XV, da CF; **D:** incorreta, pois o intervalo varia de acordo com a jornada de trabalho, na medida em que para jornadas de trabalho inferior a 4 horas/dia, não há intervalo intrajornada; jornadas de 4 até 6 horas/dia, intervalo de 15 (quinze) minutos (art. 71, § 1º, da CLT); jornadas de trabalho superior a 6 horas/dia, intervalo de 1 (uma) hora, art. 71, *caput,* da CLT.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.1) João, motorista da Empresa de Ônibus Expresso Ltda., trabalhava na linha que ligava dois municípios, em um mesmo estado, distantes 400 km um do outro. Findo o contrato de trabalho sem justa causa, João ingressou com reclamação trabalhista contra a empresa, pleiteando o pagamento de horas extras. A empresa juntou aos autos os relatórios diários emitidos pelo tacógrafo do ônibus, afirmando

que tais relatórios comprovavam que João não laborava em jornada extraordinária. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

(A) O tacógrafo não comprova jornada de trabalho em nenhuma hipótese, pois serve, apenas, para controlar a velocidade do ônibus.
(B) O tacógrafo não serve como prova, pois não existe dispositivo na CLT que assim o classifique.
(C) O tacógrafo, sem a existência de outros elementos, não serve para controlar a jornada de trabalho do empregado que exerce jornada externa.
(D) O tacógrafo, por si só, é um elemento capaz de demonstrar a jornada de trabalho, já que é o espelho do tempo de duração da viagem, comprovando, assim, a jornada de trabalho.

A: incorreta, pois juntamente com outras provas, poderá servir de base para comprovação de jornada de trabalho; **B:** incorreta, pois embora a CLT não seja expressa quanto essa prova especificamente, o TST a admite, juntamente com outros elementos, nos termos da OJ 332 da SDI-1 do TST. Ademais, o art. 5º, LV, assegura a ampla defesa como direito constitucional assegurado a todos; **C:** correta, pois traduz o entendimento consolidado pelo TST por meio da Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 n. 332; **D:** incorreta, pois contraria o entendimento consubstanciado na OJ 332 da SDI-1 do TST, pois sozinho o tacógrafo não é capaz de demonstrar a jornada de trabalho.
Gabarito "C"

7. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

(Procurador do Estado/ES – 2008 – CESPE) Considere que, por tempo indeterminado, foi realizado contrato de trabalho entre uma pessoa jurídica de direito público e um indivíduo, admitido sem aprovação em concurso público, para prestar serviços de segunda a sexta, em jornada de onze horas. Com base nessa situação, julgue os itens a seguir, quanto aos efeitos atribuídos pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) à nulidade desse contrato de trabalho.

(1) O empregado mencionado terá direito ao pagamento de todas as horas trabalhadas, inclusive das que excedem a jornada normal prevista na legislação, mas sem o adicional de 50%, a título de horas extras, respeitado o valor do salário mínimo.
(2) No caso de ser dispensado sem justa causa, o empregado em pauta faz jus à concessão ou indenização do aviso-prévio.
(3) São devidos ao empregado os depósitos do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), uma vez que ele tem direito aos salários, mas sem a indenização de 40% sobre o valor depositado.

1: Certa, pois a assertiva reflete a posição consolidada na Súmula 363 do TST: "CONTRATO NULO. EFEITOS. A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS"; **2:** Errada, pois conforme consta da Súmula 363 o empregado não fará jus a outras verbas, somente ao pagamento da contraprestação pactuada, ou seja, da remuneração e depósitos do FGTS; **3:** Certa, pois de acordo com o teor da Súmula 363 o empregado fará jus aos valores referentes aos depósitos do FGTS, mas sem a indenização de 40%.
Gabarito 1C, 2E, 3C

(Procurador do Estado/ES – 2008 – CESPE) A respeito da contratação de empregados pela administração pública, julgue os próximos itens.

(1) A administração pública direta, autárquica e fundacional das esferas federal, estadual e municipal não pode livremente optar pelo regime de emprego público, uma vez que o STF restabeleceu a redação original de artigo da Constituição, que prevê o Regime Jurídico Único.
(2) Caso um empregado regularmente contratado por ente da administração pública seja desviado para função mais relevante e mais bem remunerada, ele não terá direito, nesse caso, ao pagamento das diferenças salariais em razão da nova função exercida.
(3) A despedida de empregado de sociedade de economia mista ou de empresa pública, em geral, só é válida se decorrente de ato motivado.

1: Certa, pois o art. 39, *caput*, da Constituição, em sua redação original, exigia que cada ente federativo instituísse um *regime jurídico único* aplicável a todos os agentes da sua administração direta, autárquica e fundacional, ou seja, um mesmo conjunto de regras e princípios jurídicos que regulasse a relação funcional desses agentes administrativos. A EC 19/1998, todavia, ao alterar o referido dispositivo constitucional, acabou com a obrigatoriedade de adoção do referido regime jurídico único, com o que a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município passaram a ter liberdade na escolha do regime de pessoal dos agentes administrativos da sua administração direta, autárquica e fundacional. Assim, com o fim da obrigatoriedade do regime jurídico único, as entidades políticas, as autarquias e as funções públicas passaram a poder compor seu quadro de pessoal se valendo de ambos os regimes de pessoal da Administração, o celetista e o estatutário. Ocorre que o Supremo Tribunal Federal, em 02.08.2007 (ADI 2135 MC/DF) proferiu decisão liminar suspendendo a vigência do *caput* art. 39 da Constituição, com a redação dada pela EC 19/1998, de modo a restabelecer provisoriamente, sua redação original e, portanto, a obrigatoriedade de adoção do regime jurídico único para o pessoal da Administração direta, autárquica e fundacional. Atualmente e até que o STF decida definitivamente a questão, em cada esfera da Federação deve obrigatoriamente ser adotado o mesmo regime jurídico para o pessoal da administração direta, autárquica e fundacional; **2:** Errada, pois o empregado terá direito à diferença salarial, mas não ao reenquadramento, conforme dispõe a Orientação Jurisprudencial 125 da SDI-I do TST: "DESVIO DE FUNÇÃO. QUADRO DE CARREIRA. O simples desvio funcional do empregado não gera direito a novo enquadramento, mas apenas às diferenças salariais respectivas, mesmo que o desvio de função haja iniciado antes da vigência da CF/1988"; **3:** Errada, pois a despedida de empregado público de Sociedade de Economia Mista e de Empresa Pública independe de ato normativo, com exceção apenas ao empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que depende de motivação em razão das prerrogativas que goza essa empresa, consoante entendimento consolidado pela Orientação Jurisprudencial 247 da SDI-I do TST: "SERVIDOR PÚBLICO. CELETISTA CONCURSADO. DESPEDIDA IMOTIVADA. EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. POSSIBILIDADE I – A despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, mesmo admitidos por concurso público, independe de ato motivado para sua validade. II – A validade do ato de despedida do empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) está condicionada à motivação, por gozar a empresa do mesmo tratamento destinado à Fazenda Pública em relação à imunidade tributária e à execução por precatório, além das prerrogativas de foro, prazos e custas processuais".
Gabarito 1C, 2E, 3E

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Considere que um empregado tenha faltado, sem apresentar justificativa, 12 dias consecutivos ao seu trabalho e que, após a ausência, tenha se reapresentado normalmente para dar continuidade ao trabalho. Nessa situação, justifica-se a rescisão por justa causa, em decorrência de

(A) abandono de emprego.
(B) incontinência de conduta.
(C) insubordinação.
(D) ato de improbidade.
(E) desídia no desempenho de suas funções.

A: opção incorreta, pois previsto no art. 482, alínea "i", da CLT, o abandono de emprego é presumido se o empregado deixa de comparecer em serviço por mais de 30 (trinta) dias; **B:** opção incorreta, pois prevista no art. 482, alínea "b", da CLT a incontinência de conduta refere-se ao comportamento desregrado ligado à vida sexual do obreiro, comportamento este que traz perturbações ao ambiente de trabalho, como por exemplo, visitas a sites pornográficos na *internet*; **C:** opção incorreta, pois prevista no art. 482, alínea "h", da CLT, a insubordina-

ção consiste no descumprimento de ordens pessoais de serviço; **D:** opção incorreta, pois previsto no art. 482, alínea "a", da CLT, o ato de improbidade revela mau-caráter, desonestidade, má-fé, que cause prejuízo ou até risco à integridade do patrimônio do empregador, como, por exemplo, furto ou roubo de bens da empresa; **E:** opção correta, pois prevista no art. 482, alínea "e", da CLT, a desídia aponta a falta de empenho, o desinteresse do empregado na execução do serviço.

Gabarito "E"

(OAB – CESPE – 2010.1) Considerando o disposto na CLT a respeito do aviso-prévio, assinale a opção correta.

(A) O valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso-prévio indenizado.
(B) Na despedida indireta, é incabível o aviso-prévio.
(C) O aviso-prévio é exigido somente do empregado, pois o empregador pode rescindir o contrato livremente, arguindo a subordinação existente na relação de emprego.
(D) O período de aviso-prévio não integra o tempo de serviço para os devidos efeitos legais.

A: correta, pois reflete o disposto no art. 487, § 5.º, da CLT: "O valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso-prévio indenizado."; **B:** incorreta, pois nos termos do art. 487, § 4.º, da CLT, é devido o aviso-prévio na despedida indireta; **C:** incorreta, pois nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 487 da CLT o aviso-prévio é devido pela parte que quer colocar fim no contrato, ou seja, é devido por ambas as partes, seja empregador, seja empregado; **D:** incorreta, pois a assertiva contraria o disposto no art. 487, § 1.º, da CLT. Veja, também, a OJ 82 da SDI 1 do TST.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.3) Acerca de rescisão de contrato de trabalho, assinale a opção correta.

(A) Para os casos de rescisão do contrato de trabalho de empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, a lei exige a assistência do sindicato ou da autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego para a validade do recibo de quitação, formalidade não exigida para o pedido de demissão.
(B) É eficaz a quitação genérica outorgada pelo empregado na rescisão contratual.
(C) Na hipótese de cumprimento do aviso-prévio, o pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato.
(D) Qualquer compensação no pagamento da rescisão contratual não poderá exceder o valor equivalente a 3 (três) meses de remuneração do empregado.

A: incorreta, pois nos termos do art. 477, § 1º, da CLT as formalidades também serão exigidas para o pedido de demissão; **B:** incorreta, pois nos termos do art. 477, § 2º, da CLT não é eficaz a quitação genérica. Veja, também, a Súmula 330 do TST; **C:** correta, pois reflete o disposto no art. 477, § 6º, *a*, da CLT; **D:** incorreta, pois nos termos do art. 477, § 5º, da CLT a compensação não poderá exceder a um mês da remuneração do empregado.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.2) Com base no entendimento do TST acerca da rescisão do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

(A) Nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência que contenham cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de seu término, não cabe aviso-prévio.
(B) A indenização de empregado que trabalha por comissão deve ser calculada com base na média das comissões recebidas nos últimos 12 (doze) meses de serviço.
(C) O empregado que rescinde antecipadamente o contrato por prazo determinado não está obrigado a indenizar o empregador.
(D) A pessoa jurídica de direito público que não observa o prazo para pagamento das verbas rescisórias não se submete à multa prevista no art. 477 da CLT.

A: incorreta, pois nos termos do art. 481 da CLT será devido o aviso-prévio. Esse é o entendimento cristalizado na Súmula 163 do TST; **B:** correta, pois reflete o disposto no art. 478, § 4º, da CLT; **C:** incorreta, pois nos termos do art. 480 da CLT o empregado deverá indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato resultarem; **D:** incorreta, pois por meio da orientação jurisprudencial 238 da SDI-1 o TST entende que a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias é aplicável à pessoa jurídica de direito público.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.3) Segundo a CLT, não representa hipótese de rescisão indireta

(A) a falta grave praticada pelo empregador contra o empregado, mesmo quando inexistente o requisito da imediatidade e da causalidade.
(B) a ofensa que o empregador dirija ao empregado, inclusive quando se tratar de hipótese de legítima defesa.
(C) o fato de empregador exigir serviços estranhos àquele para o qual o empregado foi contratado.
(D) o rigor excessivo no tratamento dispensado pelo superior hierárquico ao empregado.

A: incorreta, pois são requisitos para a rescisão indireta a imediatidade e o nexo causal; **B:** correta, pois em se tratando de legítima defesa, nos termos do art. 483, f, da CLT, não haverá falta grave do empregador; **C:** incorreta, pois nos termos do art. 483, a, da CLT trata-se de hipótese de rescisão indireta; **D:** incorreta, pois nos termos do art. 483, b, da CLT representa hipótese de rescisão indireta.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.3) No que se refere à culpa recíproca como causa de extinção do contrato de trabalho por tempo indeterminado, prevista no art. 484 da CLT, assinale a opção correta.

(A) O empregado não terá direito ao percebimento do aviso-prévio, das férias proporcionais e da gratificação natalina referente ao ano em que ocorrer a rescisão do pacto laboral.
(B) Caracterizada a culpa recíproca, possibilita-se o pagamento ao empregado, pelo empregador, de metade do aviso-prévio, do 13.º salário e das férias proporcionais.
(C) Tal instituto decorre de duas ações capazes de provocar, cada uma delas de per si, a dissolução do contrato de trabalho, sendo uma praticada pelo empregador e outra do empregado, sendo ambos os atos, ao menos, de natureza leve.
(D) A conduta do empregado que retruca a ofensa a ele dirigida pelo empregador não precisa ser grave nem guardar relação direta com a conduta ofensiva anterior.

A: incorreta, pois contraria a disposição contida no art. 484 da CLT e Súmula 14 TST; **B:** correta, pois nos termos do art. 484 da CLT havendo como causa de extinção do contrato de trabalho a culpa recíproca, o pagamento da indenização que receberia em caso de culpa exclusiva do empregador, será reduzida pela metade. O TST solidificou esse entendimento através da Súmula 14 que assim dispõe: "Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso-prévio, do décimo terceiro salário e das férias"; **C:** incorreta, pois somente as faltas graves do empregado e empregador, elencadas respectivamente nos arts. 482 e 483 da CLT, podem provocar a dissolução do contrato de trabalho; **D:** incorreta, pois necessita ser grave. *Vide* comentários da alternativa "C."

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.2) Antônio, contratado como vigilante noturno de uma instituição financeira, abandonou, em duas oportunidades distintas, sem justificativa, seu posto de trabalho, por cerca de 30 (trinta) minutos, para resolver questões particulares, fato comprovado por testemunhas. Na situação hipotética apresentada, a atitude de Antônio, para fins de despedida por justa causa, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é considerada(o)

(A) ato de improbidade.
(B) ato de indisciplina ou de insubordinação.
(C) desídia no desempenho de suas funções.
(D) abandono de emprego.

A: incorreta, pois ato de improbidade é aquele improbo, maldoso, desonesto, que cause prejuízo ou até risco à integridade do patrimônio do empregador, como por exemplo: roubo dentro da empresa (art. 482, *a*, da CLT); **B:** incorreta, pois a indisciplina consiste no descumprimento de ordens gerais de serviço, enquanto a insubordinação consiste no descumprimento de ordens pessoais de serviço (art. 482, *h*, da CLT); **C:** correta, pois a desídia elencada no art. 482, *e*, da CLT representa a hipótese em que o empregado deixa de prestar o serviço com zelo, interesse ou empenho, passando a laborar com negligência; **D:** incorreta, pois o abandono de emprego (art. 483, *i*, da CLT) configura-se por faltas reiteradas ao serviço, sem justo motivo e sem a autorização do empregador. Veja, também, a Súmula 32 do TST.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.2) A direção da empresa Vale Verde Ltda. divulgou, por meio de circular interna, a proibição de fumar nos ambientes fechados da empresa, tendo sido estabelecidos locais específicos para a prática do tabagismo. Jorge, empregado da empresa Vale Verde Ltda., fumante há mais de 20 anos, descumpriu tal norma, e, por diversas vezes, foi flagrado fumando nos ambientes fechados da empresa, tendo sido, nessas ocasiões, advertido pelo empregador. Considerando a situação hipotética acima e com base na legislação trabalhista, assinale a opção correta.

(A) A atitude de Jorge não se caracteriza como desobediência à determinação do empregador dado o grau de dependência em relação ao cigarro, já que ele é fumante há mais de 20 (vinte) anos.
(B) Como a atitude de Jorge não gera prejuízo para a empresa, mas apenas desconforto para seus colegas de trabalho, ele não pode ser punido por fumar em ambientes fechados da empresa.
(C) O ato de fumar nos ambientes fechados da empresa constitui motivo de despedida por justa causa por ato de indisciplina, uma vez que Jorge descumpriu uma ordem geral do empregador.
(D) A atitude de Jorge, que se caracteriza como incontinência de conduta ou mau procedimento, constitui motivo de dispensa por justa causa.

A: incorreta, pois representa ato de indisciplina, nos termos do art. 482, *h*, da CLT; **B:** incorreta, pois independente de prejuízos, Jorge descumpriu norma de caráter geral; **C:** correta, pois de fato indisciplina consiste no descumprimento de ordens gerais de serviço, art. 482, *h*, da CLT; **D:** incorreta, pois incontinência de conduta é o comportamento desregrado ligado à vida sexual do obreiro e mau procedimento comportamento incorreto ligado aos demais atos que não podem ser enquadrados em nenhuma das demais hipóteses do art. 482 da CLT.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.2) Aníbal foi eleito membro do conselho fiscal do sindicato representativo de sua categoria profissional em 20 de maio de 2008. No dia 20 de agosto de 2008, Aníbal foi demitido sem justa causa da empresa onde trabalhava. Segundo orientação do TST, nessa situação hipotética, a demissão de Aníbal

(A) foi regular, pois membro de conselho fiscal de sindicato não tem direito à estabilidade provisória porquanto não representa ou atua na defesa de direitos da categoria respectiva, agindo somente na fiscalização da gestão financeira do sindicato.
(B) foi irregular, pois Aníbal gozava de estabilidade provisória desde sua eleição ao cargo de conselheiro fiscal do sindicato.
(C) somente seria regular se houvesse a extinção da empresa.
(D) foi arbitrária, pois não houve nenhuma justificativa prévia ou inquérito capaz de provar justa causa para a demissão.

A: correta, pois reflete o entendimento consolidado na Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 n. 365 do TST; **B:** incorreta, pois o membro do conselho fiscal tem sua competência limitada à fiscalização da gestão financeira do sindicato, nos termos do art. 522, § 2º, da CLT e por esse motivo Aníbal não goza de estabilidade; **C:** incorreta, pois foi regular, de acordo com o exposto nas demais alternativas; **D:** incorreta, tendo em vista que Aníbal não possuía estabilidade e consequentemente não haveria motivo para inquérito judicial.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2) Assinale a opção correta com relação à rescisão do contrato de trabalho.

(A) No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho.
(B) A rescisão que ocorra até 30 (trinta) dias antes da data-base da categoria profissional não autoriza o pagamento das verbas rescisórias com o salário já corrigido.
(C) As verbas rescisórias incontroversas, devidas pelas pessoas jurídicas de direito público, deverão ser pagas na data da primeira audiência designada pelo juiz, sob pena de o empregador pagá-las com multa de 50% sobre o valor original.
(D) É válido, no contrato de trabalho que supere um ano de vigência, o pedido de demissão que, feito pelo empregado, não seja realizado no Ministério do Trabalho e Emprego nem tenha assistência de sindicato.

A: correta, pois reflete o disposto no art. 483, § 2º, da CLT; **B:** incorreta, pois nos termos da Súmula 314 do TST o pagamento das verbas rescisórias será feito com o salário já corrigido; **C:** incorreta, pois de acordo com o art. 467, parágrafo único, da CLT as pessoas jurídicas de direito público não se sujeitam à multa por incontroversa; **D:** incorreta, pois "só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social" (art. 477, § 1º, da CLT).

Gabarito "A"

8. ESTABILIDADE

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Acerca da estabilidade decenal, assinale a opção correta.

(A) O empregado que completou dez anos de serviço, na mesma empresa, em setembro de 2009 não pode ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.
(B) Aestabilidade contratual ou a derivada de regulamento de empresa são compatíveis com o regime do FGTS. Diversamente ocorre com a estabilidade decenal de que trata a CLT, que é renunciada com a opção pelo FGTS.
(C) Aequivalência entre os regimes do FGTS e da estabilidade prevista na CLT, além de jurídica, apresenta condão econômico, sendo devidos valores a título de reposição de diferenças.
(D) Quando a reintegração do empregado estável é desaconselhável, considerando o grau de incompatibilidade resultante do dissídio, especialmente quando é o empregador pessoa física, o tribunal do trabalho deve converter aquela obrigação em indenização.
(E) O tempo de serviço anterior à CF pode ser transacionado entre empregador e empregado, respeitado o limite mínimo de 80% da indenização prevista.

A: incorreta, pois só possuem estabilidade decenal aqueles que já tinham 10 anos de serviço até 04.10.1988, não sendo optantes do regime do FGTS; **B:** correta, pois com a criação do FGTS (pela Lei 5.107/1966, atualmente regulamentado pela Lei 8.036/1990), a estabilidade decenal passou a atingir somente os não optantes do sistema do FGTS. A CF/1988, por sua vez, tornou o regime do FGTS obrigatório. Com isso, só possuem estabilidade decenal aqueles que adquiriram 10 anos de serviço até 04.10.1988, não sendo optantes do regime do FGTS. Desta forma, a Constituição Federal aboliu o regime da estabilidade decenal; **C:** incorreta, pois não existe qualquer equivalência econômica; **D:** incorreta, pois nesses casos o tribunal do trabalho *poderá* converter a reintegração em indenização (art. 496 da CLT); **E:** incorreta, pois o limite mínimo da indenização prevista é de 60% (art. 14, § 2º, da Lei 8.036/1990).

Gabarito "B"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Considerando as estabilidades provisórias, julgue os itens a seguir.

(1) Suponha que Plínio seja eleito diretor esportivo do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Ensino de São Paulo. Nessa situação hipotética, caso Plínio seja o 15.º diretor da entidade, ele não será detentor de estabilidade sindical.

(2) Considere que uma empregada contratada em 20/11/2006 tenha engravidado no curso da relação de emprego, tendo seu filho nascido no dia 05/12/2008. Nessa situação, a estabilidade da empregada se extinguirá em 05/04/2009. **1:** Certo, pois o TST já firmou entendimento no sentido de que no máximo 7 membros do Sindicato gozam da estabilidade sindical, conforme interpretação do art. 522 da CLT; **2:** Errado, pois o artigo 10, II, "*b*" do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal/1988 confere à empregada gestante a estabilidade provisória, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, no caso até 05/05/2009.

Gabarito 1C, 2E

(OAB – CESPE – 2010.1) Paula firmou contrato de trabalho, por prazo indeterminado, com uma empresa, onde trabalhou pelo período de 3 (três) anos. Em 10.10.2008, foi sumariamente demitida, sem justa causa e sem receber qualquer valor rescisório ou indenizatório, embora estivesse com 2 (dois) meses de gestação. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Caso Paula não tenha informado ao empregador, na data da demissão, o seu estado gestacional, ela não fará jus a qualquer indenização decorrente da estabilidade garantida à gestante.

(B) Se ajuizar reclamatória trabalhista até o último dia do prazo prescricional, Paula terá garantido o direito de reintegração ao emprego.

(C) Caso ajuíze reclamatória trabalhista no último dia do prazo prescricional, Paula terá direito tão somente aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade garantido à gestante.

(D) Se for ajuizada reclamatória após o período da estabilidade garantido à gestante, Paula não terá direito a qualquer efeito jurídico referente à estabilidade.

A: incorreta, pois o desconhecimento, pelo empregador, do estado de gravidez da empregada não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade a que faz jus a mulher gestante, nos termos da Súmula 244, I, do TST; **B:** incorreta, pois terá direito à reintegração somente no período da estabilidade, de acordo com a Súmula 244, II, do TST; **C:** correta, pois a garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta ocorrer durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade, este é o entendimento cristalizado na Súmula 244, II, do TST; **D:** incorreta, *vide* comentários das alternativas anteriores.

Gabarito "C"

9. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Com relação ao Direito do Trabalho, julgue o item a seguir.

(1) Salvo quando houver sido instaurado procedimento especial para a ação fiscal com o objetivo de orientação sobre o cumprimento das leis de proteção ao trabalho e para a prevenção e o saneamento de infrações à legislação mediante termo de compromisso, toda verificação em que a autoridade administrativa competente para a fiscalização do trabalho concluir pela existência de violação de preceito legal deve corresponder a lavratura de auto de infração, sob pena de responsabilidade administrativa.

1: incorreto, art. 628 da CLT.

Gabarito 1E

10. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

10.1. SINDICATOS

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) De acordo com a CF, a natureza jurídica dos sindicatos é de pessoa jurídica de

(A) direito privado.
(B) direito público.
(C) direito social.
(D) natureza semipública.

A: opção correta, pois o sindicato é uma pessoa jurídica de direito privado, no formato de ASSOCIAÇÃO. Este entendimento foi, inclusive, confirmado na III Jornada de Direito Civil realizado pelo Conselho da Justiça Federal, que editou o Enunciado 142: "Os partidos políticos, os sindicatos e as associações religiosas possuem natureza associativa, aplicando-se lhes o Código Civil.", e ainda o Enunciado 144: "A relação das pessoas jurídicas de Direito Privado, constante do art. 44, incs. I a V, do Código Civil, não é exaustiva."

Gabarito "A"

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) Com base na CF, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na jurisprudência sumulada do STF e do TST, julgue os itens seguintes, com relação aos sindicatos.

I. A lei não pode exigir autorização estatal para a fundação de sindicato, sem prejuízo do registro perante o Ministério do Trabalho e Emprego, que não pode, sob tal atribuição, interferir ou intervir na organização sindical.

II. A contribuição destinada ao custeio do sistema confederativo de representação sindical deve ser aprovada pela assembleia geral do sindicato e alcança todos os integrantes da categoria profissional, mediante desconto em folha.

III. O sindicato pode atuar como substituto processual na defesa judicial dos interesses da categoria.

IV. Depois de aposentado, o filiado ao sindicato pode, apenas, participar das deliberações que digam respeito aos direitos dos aposentados da categoria.

V. O empregado candidato a cargo de direção ou de representação sindical adquire estabilidade no emprego desde o registro da respectiva candidatura até, se eleito, um ano após o final do mandato, exceto se cometer falta grave que motive a sua demissão por justa causa.

Estão certos apenas os i tens

(A) I, II e IV.
(B) I, III e V.
(C) I, IV e V.
(D) II, III e IV.
(E) II, III e V.

I: certo, pois a assertiva reflete o princípio da liberdade de fundação e de organização sindical, previstos no art. 8º, I, da CF. Importante lembrar que conforme entendimento consagrado na Orientação Jurisprudencial 15 da SDC do TST: "SINDICATO. LEGITIMIDADE "AD PROCESSUM". IMPRESCINDIBILIDADE DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. A comprovação da legitimidade 'ad processum' da entidade sindical se faz por seu registro no órgão competente do Ministério do Trabalho, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988"; **II:** errado, pois embora a contribuição confederativa, prevista no art. 8º, IV, da CF, tenha como finalidade custear o sistema confederativo, seja fixada na assembleia do sindicato e descontada em folha de pagamento, ela não pode ser exigida do não associado ao sindicato. Nesse sentido a Orientação Jurisprudencial 17 da SDC do TST: "CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES SINDICAIS. INCONSTITUCIONALIDADE DE SUA EXTENSÃO A NÃO ASSOCIADOS. As cláusulas coletivas que estabeleçam contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados, são ofensivas ao direito de livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurado, e, portanto, nulas, sendo passíveis de devolução, por via própria, os respectivos valores eventualmente descontados"; **III:** certo, pois o sindicato tem como uma de suas funções a de substituição processual, possibilitando a defesa dos interesses e direitos dos integrantes da categoria, conforme art. 8º, III, da CF; **IV:** errado, pois

o filiado aposentado tem direito de votar e ser votado, sem restrições, conforme art. 8º, VII, da CF; **V:** certo, pois a assertiva reflete o disposto no art. 8º, VIII, da CF e art. 543, § 3º, da CLT.

Gabarito "B"

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Acerca da organização sindical, sua natureza, criação, administração, atribuições e dissolução, julgue os itens seguintes.

(1) Conquanto caiba aos trabalhadores organizarem-se em sindicatos, o princípio da unicidade sindical revela que o Ministério do Trabalho e Emprego pode intervir nas entidades sindicais criadas em desacordo com a legislação ou que passem a funcionar fora da base territorial determinada, nesse caso podendo interferir para que haja o desmembramento do sindicato em desacordo ou mesmo sua extinção.

(2) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

(3) A estrutura sindical observa a seguinte ordem: sindicatos, federações e confederações sindicais.

1: o princípio da unidade sindical revela que é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município (CF, art. 8º, I). Ao Poder Público é vedado interferir ou intervir na organização sindical e a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente (CF, art. 8º, I), de modo que a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego, relativamente à inobservância do princípio da unicidade sindical, limita-se à negativa de registro ao sindicato que pretender sobrepor a sua base sindical à de outro da mesma categoria econômica ou financeira; **2:** art. 8º, III, da CF; **3:** até a Lei 11.648/2008 (que disciplina as Centrais Sindicais), era correta tal afirmação (CLT, art. 533).

Gabarito 1E, 2C, 3C

(OAB – CESPE – 2008.3) Segundo a CLT, as federações

(A) São entidades sindicais de grau superior que atuam em âmbito nacional.

(B) São entidades sindicais compostas de, ao menos, cinco sindicatos que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, sejam elas similares ou conexas.

(C) Têm como órgãos internos a diretoria e o conselho de representantes, apenas.

(D) Têm o seu presidente escolhido entre os seus membros, sendo ele eleito pelo conselho de representantes.

A: incorreta, pois atuam em âmbito estadual, *vide* art. 534, § 2º, da CLT; **B:** correta, pois as federações são entidades de grau superior organizadas nos Estados, formadas por número não inferior a cinco sindicatos, representando a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, em conformidade com o art. 534 da CLT; **C:** incorreta, pois são órgãos internos do sindicato: diretoria, conselho de representantes e conselho fiscal; **D:** incorreta, pois nos termos do art. 538, § 3º, da CLT o Presidente da federação será escolhido, pela diretoria, dentre os seus membros. Note que os membros do "conselho fiscal" serão eleitos pelo conselho de representantes, em conformidade com o art. 538, § 1º, da CLT.

Gabarito "B"

10.2. CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVO

(Técnico Judiciário – TRT/1ª – 2008 – CESPE) Considerando que determinada categoria profissional tem assegurada à gestante, por força de convenção coletiva, estabilidade no emprego por mais um mês além do período fixado na CF, assinale a opção correta.

(A) Dada a mencionada extensão da estabilidade no emprego, o período assegurado à gestante passou a ser de cinco meses a partir do parto.

(B) Diante do benefício atribuído, a licença-maternidade assegurada às gestantes da referida categoria profissional restou fixada em cinco meses.

(C) De fato, a categoria profissional não obteve nenhum benefício, uma vez que a convenção coletiva não tem o poder de prorrogar benefício constitucional.

(D) A convenção coletiva, por ser firmada entre sindicato e empresa, pode assegurar a extensão do benefício.

(E) A convenção coletiva é considerada uma fonte autônoma do direito do trabalho.

A e **B**: incorretas, pois a estabilidade desde a concepção até cinco meses após o parto já é garantida pelo art. 10, II, *b*, do ADCT; **C**: incorreta, pois a norma coletiva tem o condão de aprimorar o padrão heterônomo de direitos (CF, art. 7º, XXVI); **D**: incorreta, pois o instrumento firmado entre sindicato e empresa recebe o nome de acordo coletivo de trabalho, ao passo que a convenção coletiva de trabalho é instrumento intersindical (CLT, art. 611, *caput* e § 1º); **E**: correta, trata-se de fonte jurídica que retira fundamento de validade diretamente da Constituição (art. 7º, XXVI), sendo considerada autônoma porquanto enunciada diretamente pelas partes destinatárias, e não pelo Estado (o que, se fosse o caso, a caracterizaria como fonte heterônoma).

Gabarito "E"

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) Quanto às convenções e aos acordos coletivos de trabalho, assinale a opção correta.

(A) Os acordos coletivos são pactos firmados entre uma ou mais empresas e o sindicato representativo da respectiva categoria profissional.

(B) A convenção coletiva é modalidade de acordo de caráter normativo, firmado pelos sindicatos de empregados entre si.

(C) Os sindicatos não precisam participar das negociações coletivas de trabalho.

(D) O dissídio coletivo de natureza econômica poderá ser ajuizado por qualquer das partes, sem a prévia concordância da outra, quando uma delas se recusar à negociação coletiva ou arbitragem.

A: opção correta, pois reflete o disposto no art. 611, § 1º, da CLT; **B:** opção incorreta, pois nos termos do art. 611, *caput*, da CLT convenção coletiva é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho; **C:** opção incorreta, pois para a celebração da convenção coletiva é imprescindível a presença de sindicatos, art. 611, *caput*, da CLT; **D:** opção incorreta, pois conforme a redação do art. 114, § 2º, da CF, o dissídio coletivo de natureza econômica, somente poderá ser ajuizado com o consenso entre as partes envolvidas, uma vez não obtida a solução do conflito pela negociação coletiva ou se as partes se recusarem a realizar a arbitragem.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.1) No que concerne às convenções coletivas de trabalho, assinale a opção correta.

(A) Acordo coletivo é o negócio jurídico pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais do trabalho.

(B) Para ter validade, a convenção coletiva de trabalho deve ser, obrigatoriamente, homologada pela autoridade competente.

(C) Não é lícito estipular duração de validade superior a 2 (dois) anos para a convenção coletiva de trabalho.

(D) É facultada a celebração verbal de acordo coletivo de trabalho, desde que presentes, ao menos, duas testemunhas.

A: incorreta, o conceito trazido é de convenção coletiva (art. 611 da CLT); **B:** incorreta, pois não há necessidade de homologação, mas apenas o depósito da convenção coletiva no Ministério do Trabalho (art. 614 da CLT); **C:** correta art. 614, § 3º, da CLT; **D:** incorreta, *vide* parágrafo único do art. 613 da CLT: "As convenções e os Acordos serão celebrados por escrito, sem emendas nem rasuras, em tantas vias quantos forem os Sindicatos convenentes ou as empresas acordantes, além de uma destinada a registro".

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.3) Acerca de negociação coletiva de trabalho, assinale a opção correta.

(A) Convenção coletiva de trabalho é o acordo de caráter normativo no qual o sindicato de empregados estipula

condições de trabalho aplicáveis no âmbito de uma ou mais empresas.

(B) Tanto o acordo coletivo de trabalho quanto a convenção coletiva de trabalho têm prazo de vigência de, no máximo, 2 (dois) anos.

(C) Acordo coletivo de trabalho é o acordo de caráter normativo em que dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.

(D) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho não é obrigatória.

A: incorreta, pois nos termos do art. 611, *caput*, da CLT, convenção coletiva é o acordo de caráter normativo, entre um ou mais sindicatos de empregados e de empregadores, que irão definir as condições de trabalho que serão observadas em relação a todos os trabalhadores dessas empresas; **B:** correta, pois reflete o disposto no art. 614, § 3º, da CLT; **C:** incorreta, pois nos termos do art. 611, § 1º, da CLT é o pacto entre uma ou mais empresas com o sindicato da categoria profissional, em que são estabelecidas condições de trabalho, aplicáveis às empresas envolvidas; **D:** incorreta, pois contraria a disposição contida no art. 8º, VI, da CF e art. 613, I, da CLT.

Gabarito "B"

10.3. GREVE

(Procurador do Estado/ES – 2008 – CESPE) O direito de greve no serviço público está previsto na Constituição brasileira, podendo ser exercido nos termos e limites de lei específica. Acerca da interpretação desse dispositivo constitucional pelo STF, julgue o item abaixo.

(1) A greve no serviço público só é reconhecida como um direito para o empregado público nos termos da Lei de Greve existente para a iniciativa privada; os servidores públicos estatutários não podem exercê-la até que lei específica seja aprovada.

Falso, pois o STF decidiu (Mandados de Injunção 670 e 712) que dispositivos da Lei de Greve (Lei 7.783/1989), que rege o exercício de greve dos trabalhadores da iniciativa privada, também valem para as greves do serviço público.

Gabarito 1E

(Analista – TRT/1ª – 2008 – CESPE) Acerca da Lei de Greve, assinale a opção correta.

(A) A Lei de Greve permite o lockout, desde que o direito à percepção dos salários durante o período de paralisação seja assegurado aos trabalhadores.

(B) Observadas as condições previstas na legislação, a participação em greve interrompe o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante o período, ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da justiça do trabalho.

(C) Na greve, em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 48 horas da paralisação.

(D) Constitui abuso do direito de greve a manutenção da paralisação após a celebração de acordo, convenção ou decisão da justiça do trabalho.

(E) A Lei de Greve considera como serviço ou atividade essencial o ensino e a pesquisa.

A: art. 17 da Lei 7.783/89; **B:** art. 7º da Lei 7.783/89; **C:** art. 13 da Lei 7.783/89; **D:** art. 14 da Lei 7.783/89; **E:** atividade não arrolada no art. 10 da Lei 7.783/89.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.3) Suponha que os integrantes da categoria de empregados nas empresas de distribuição de energia elétrica, por meio de interferência da entidade sindical que os representa, pretendam entrar em greve, em vista de não ter sido possível a negociação acerca do reajuste salarial a ser concedido à categoria. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Não é assegurado a esses empregados o direito de greve.

(B) A atividade executada pelos integrantes dessa categoria profissional não se caracteriza como essencial.

(C) Frustrada a negociação, é facultada a cessação coletiva do trabalho, sendo afastada a possibilidade de recursos via arbitral.

(D) Caso a categoria decida pela greve, a entidade sindical deverá comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação.

A: incorreta, pois o direito à greve é garantido a todos os trabalhadores, nos termos do art. 9º CF e arts. 1º e 11 da Lei 7.783/1989; **B:** incorreta, pois nos termos do art. 10, I, da Lei 7.783/1989 o serviço de energia elétrica é considerada atividade essencial; **C:** incorreta, pois nos termos do art. 3º da Lei 7.783/1989, frustrada a negociação coletiva ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral, é facultada a cessação coletiva do trabalho; **D:** correta, pois está em conformidade com o disposto no art. 13 da Lei 7.783/1989.

Gabarito "D"

11. TEMAS COMBINADOS

(Procurador do Município/Aracaju – 2008 – CESPE) Acerca da remuneração, salário, alteração, interrupção, suspensão e rescisão do contrato de emprego, julgue os itens seguintes.

(1) O salário é irredutível, salvo o disposto em convenção coletiva de trabalho, sendo nulas as alterações nele empreendidas, para menor, por conta de acordo individual ou coletivo.

(2) Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação pelos serviços, também as gorjetas que receber, tanto espontaneamente oferecidas pelos clientes do empregador ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa, como adicional de conta do cliente, destinada à distribuição entre os empregados.

(3) No caso de paralisação, temporária ou definitiva, do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou pela promulgação de lei que impossibilite a continuação da atividade empresarial, a indenização ficará a cargo do governo responsável pelo ato ou lei impeditiva, quando chamado à autoria no processo judicial perante a justiça do trabalho, mediante requerimento contido na defesa do empregador.

(4) As despedidas imotivadas, feitas pelo empregador, garantem ao empregado, nos contratos por prazo indeterminado, indenização compensatória correspondente, como multa rescisória, a 40% do valor do FGTS devido.

1: Errada, pois a assertiva conflita com o disposto no art. 7º, VI, da CF, que estabelece que "o salário é irredutível, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo"; **2:** Certo, pois a assertiva reflete o disposto no art. 457, *caput* e § 3º, da CLT; **3:** Certo, pois a assertiva reflete o disposto no art. 486, *caput*, da CLT; **4:** Certo, pois a assertiva reflete o disposto no art. 18, § 1º, da Lei 8.036/1990.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Julgue os itens a seguir acerca do direito do trabalho.

I. O empregado demitido por justa causa perde o direito a receber 13.º salário proporcional.

II. As horas extras trabalhadas de forma habitual integram a base de cálculo do 13.º salário.

III. Em caso de encerramento do contrato de trabalho por culpa recíproca deve-se pagar ao trabalhador metade do 13.º salário devido.

IV. O 13.º salário não sofre a incidência do FGTS.

Estão certos apenas os itens

(A) I e IV.
(B) II e III.
(C) II e IV.
(D) I, II e III.
(E) I, III e IV.

I: opção correta, pois não há o pagamento de 13º salário proporcional, nos termos do art. 3º da Lei 4.090/1962; **II:** opção correta, pois sendo habitual integrará a remuneração do empregado, que serve de base de cálculo para o 13º salário, art. 1º, § 1º, da Lei 4.090/1962; **III:** opção correta, pois nos termos da Súmula 14 do TST reconhecida a culpa recíproca prevista no art. 484 da CLT, na rescisão do contrato de trabalho, o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso-prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais; **IV:** opção incorreta, pois nos termos do art. 15 da Lei 8.036/1990 o 13º salário sofre incidência do FGTS.

Gabarito "D"

(Analista – TST – 2008 – CESPE) No tocante a carteira de trabalho e previdência social (CTPS), julgue os itens que se seguem.

(1) Ao contratar empregado em localidade onde é emitida a CTPS, o empregador deve, obrigatoriamente, anotar no respectivo documento, no prazo de 48 horas, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver.

(2) A CTPS é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, excetuados os de caráter temporário.

(3) Esgotando-se o espaço destinado a registros e anotações, o interessado deve obter outra CTPS, hipótese na qual se conserva a série da anterior, alterando-se apenas o número respectivo.

(4) É autorizado ao empregador efetuar anotações desabonadoras ao empregado em sua CTPS.

1: art. 29, *caput*, da CLT; **2:** é assegurado ao trabalhador temporário o direito de registro de sua condição de temporário na CTPS (Lei 6.019/74, art. 12, §1º). Observação: no ano de aplicação da prova, entrou em vigor a Lei 11.718/2008, que acresceu o art. 14-A à Lei 5.889/73 (Lei do Trabalho Rural), prevendo-se a única possibilidade legal de relação de emprego sem anotação de CPTS (trata-se do contrato de trabalho rural por curto período ou de pequeno prazo, em que há a possibilidade de contratação de empregado mediante A) inclusão do trabalhador no GFIP e B1) anotação da CTPS e no livro de registro de empregados ou B2) contrato escrito em duas vias); **3:** na hipótese de obtenção de outra CPTS, mantêm-se o número e a série anterior (CLT, art. 21); **4:** é expressamente vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras ao empregado em sua CTPS (CLT, art. 29, §4º).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

22. Direito Processual do Trabalho

Hermes Cramacon e Luiz Carlos Michele Fabre*

1. JUSTIÇA DO TRABALHO E MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

(Técnico Judiciário – TRT/17ª – 2009 – CESPE) A respeito da organização da justiça do trabalho, julgue o item seguinte.

(1) Um quinto dos lugares no Tribunal Superior do Trabalho e nos tribunais regionais do trabalho será composto de membros do Ministério Público com mais de cinco anos de carreira e de advogados, também com mais de cinco anos de carreira, indicados em lista tríplice pelos órgãos de representação das respectivas classes.

1: incorreta, pois o requisito de tempo de carreira/advocacia é de dez anos (arts. 94, 111-A, I, e 115, I, da CF).

Gabarito 1E

(Técnico Judiciário – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, relativos aos serviços auxiliares da justiça do trabalho.

(1) Os distribuidores são designados pelo titular da vara do trabalho.

(2) Os serventuários que, sem motivo justificado, não realizarem os atos dentro dos prazos fixados serão descontados em seus vencimentos, em tantos dias quantos os do excesso.

(3) No caso de avaliação, o oficial de justiça avaliador tem, para cumprimento do ato, o prazo de cinco dias. Concluída a avaliação no aludido prazo, contados da data da nomeação do avaliador, deve seguir-se a arrematação, que é anunciada por edital afixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com a antecedência de vinte dias.

1: incorreta, pois os distribuidores são designados pelo Presidente do Tribunal Regional (art. 715 da CLT); **2:** correta, art. 712, parágrafo único, da CLT; **3:** incorreta, pois a avaliação será em dez dias (arts. 721, § 3º, e 888 da CLT).

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Procurador do Estado/ES – 2008 – CESPE) Acerca da ampliação da competência da justiça do trabalho promovida pela chamada reforma do Poder Judiciário (Emenda Constitucional n.º 45/2004), julgue os itens a seguir.

(1) As controvérsias entre os servidores públicos estatutários e as pessoas jurídicas de direito público sobre a aplicação do respectivo estatuto passaram para a competência da justiça do trabalho.

(2) Com a previsão expressa da competência para o julgamento de mandados de segurança quando o ato questionado envolver matéria sujeita à jurisdição trabalhista, haverá julgamento de recursos em mandados de segurança na subseção especializada do TST (SBDI-2) e também nas turmas desse tribunal.

(3) Os processos sobre indenização pelo empregador por dano moral ou patrimonial decorrentes de acidente do trabalho já sentenciados antes do advento da EC mencionada devem ser deslocados para a justiça do trabalho, em razão da nova competência.

1: Errada, pois segundo Amauri Mascaro Nascimento: "A competência da Justiça do Trabalho limita-se às demandas de servidores públicos civis regidos pela legislação trabalhista, caso em que há, na verdade, relação de emprego no serviço público. Exclui as lides de servidores públicos estatutários, que são os funcionários públicos. Essas regras, que continuam a prevalecer, foram em parte abaladas pelos debates, mas hoje readquiriram aceitação" (**Curso de Direito Processual do Trabalho**, 25ª edição, Saraiva, p. 291). A jurisprudência restou consolidada pela Súmula 137 do STJ que se mantém incólume mesmo diante da nova redação dada ao art. 114, I, da CF/1988 pela Emenda Constitucional 45/2004, consoante decisão liminar proferida pelo Ministro Presidente do STF, com efeito *ex tunc*, na ADI 3395 MC/DF, que suspendeu qualquer interpretação que inclua na competência da Justiça do Trabalho a apreciação de ação movida contra o Poder Público por servidor público subordinado ao regime estatutário; **2:** Certa, a assertiva está de acordo com o art. 114, IV, da CF e art. 3º, III, *a*, da Lei 7.701/1988; **3:** Errada, em razão da modificação da competência em relação às ações dessa natureza, o STJ editou a Súmula 367: "*Competência Vinculante – Processos já Sentenciados*. A competência estabelecida pela EC n. 45/2004 não alcança os processos já sentenciados".

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Com base na Lei Complementar n.º 75, em relação a organização, atribuições e carreira do Ministério Público da União, julgue os itens abaixo.

I. O Ministério Público do Trabalho integra o Ministério Público da União.

II. A carreira do Ministério Público do Trabalho compreende os cargos de procurador do trabalho, como nível inicial, procurador regional do trabalho, subprocurador-geral do trabalho e procurador-geral do Trabalho, como nível final.

III. Compete ao Ministério Público do Trabalho instaurar dissídio coletivo em caso de greve, quando a defesa da ordem jurídica ou o interesse público assim o exigir.

IV. O Ministério Público do Trabalho poderá atuar como árbitro em dissídios da competência da justiça do trabalho, quando assim solicitado pelas partes em litígio.

V. O procurador-geral do trabalho é o chefe do Ministério Público do Trabalho, que é nomeado pelo presidente da República após escolha feita pelo procurador-geral da República entre os indicados em lista tríplice pelo Colégio de Procuradores do Trabalho.

Estão certos apenas os itens

(A) I, II e III.
(B) I, II e V.
(C) I, III e IV.
(D) II, IV e V.
(E) III, IV e V.

I: correto, art. 128, I, "b", da CF e art. 24 da Lei Complementar 75/1993; **II:** falso, art. 86 da Lei Complementar 75/1993; **III:** correto, art. 114 da CF e art. 83, VIII, da Lei Complementar 75/1993; **IV:** correto, art. 83, XI, da Lei Complementar 75/1993; **V:** falso, art. 88 da Lei Complementar 75/1993.

Gabarito "C"

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Com base na Constituição Federal vigente, assinale a opção incorreta em relação à composição do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

(A) O TST deve ser composto, segundo a Constituição Federal, por 27 ministros.
(B) Entre os ministros do TST, 21 devem ser oriundos da magistratura de carreira.

---

* **Hermes Cramacon** comentou as questões dos concursos de Defensoria, Procuradorias, Advocacia Pública e OAB, Analista TRT/8ª/2016, Procurador do Estado 2016, **Luiz Carlos Michele Fabre** comentou as demais questões de concursos jurídicos e de Técnico.

(C) Os ministros são nomeados pelo presidente da República após aprovada sua escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
(D) Os ministros devem ser escolhidos entre brasileiros natos.
(E) O TST é integrado por, além de magistrados de carreira, advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, indicados pelos respectivos órgãos de representação de classe em listas sêxtuplas, depois reduzidas a listas tríplices pelo próprio TST para escolha do nome pelo presidente da República.

A e **C:** assertivas corretas (art. 111-A, *caput*, da CF); **B:** assertiva correta (art. 111-A, II, da CF); **D:** assertiva incorreta, devendo ser assinalada, pois a Constituição Federal enumera os cargos privativos de brasileiro nato em seu art. 12, § 3º, dentre os quais não está o de ministro do TST; **E:** correta (art. 111-A, I, da CF).

Gabarito "D"

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) A competência da justiça do trabalho, a partir da Emenda Constitucional n.º 45/2004, passou a envolver, no plano constitucional,

(A) a execução, de ofício, de imposto de renda decorrente das sentenças que proferir.
(B) os *habeas corpus*, quando envolvido, como paciente, juiz do trabalho.
(C) conflitos de atribuições entre delegacias regionais do trabalho.
(D) os mandados de segurança, quando o ato questionado envolver matéria de representação sindical.
(E) as ações que abarquem servidores públicos estatutários da administração direta e indireta da União, dos estados, do DF e dos municípios.

A: incorreta, pois a previsão constitucional trata apenas das contribuições sociais (art. 114, VIII, da CF); **B:** incorreta (art. 114, IV, da CF); **C:** incorreta (art. 114, V, da CF); **D:** correta (art. 114, III, da CF); **E:** incorreta, pois segundo Amauri Mascaro Nascimento: "A competência da Justiça do Trabalho limita-se às demandas de servidores públicos civis regidos pela legislação trabalhista, caso em que há, na verdade, relação de emprego no serviço público. Exclui as lides de servidores públicos estatutários, que são os funcionários públicos. Essas regras, que continuam a prevalecer, foram em parte abaladas pelos debates, mas hoje readquiriram aceitação" (**Curso de Direito Processual do Trabalho**, 25ª edição, Saraiva, p. 291). A jurisprudência restou consolidada pela Súmula 137 do STJ que se mantém incólume mesmo diante da nova redação dada ao art. 114, I, da CF/1988 pela Emenda Constitucional 45/2004, consoante decisão liminar proferida pelo Ministro Presidente do STF, com efeito *ex tunc*, na ADI 3395 MC/DF, que suspendeu qualquer interpretação que inclua na competência da Justiça do Trabalho a apreciação de ação movida contra o Poder Público por servidor público subordinado ao regime estatutário.

Gabarito "D"

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) Considere que, em uma comarca do interior do estado do Piauí, não abrangida pela competência de nenhuma das varas do trabalho, um juiz de direito tenha julgado uma reclamação trabalhista. Nessa situação, se houver interesse em recorrer da decisão, as partes devem interpor recurso ao

(A) TJPI.
(B) TRT da 22ª Região.
(C) TRF da 1ª Região.
(D) TRF da 5ª Região.
(E) TST.

Art. 112 da CF. Lembre-se de que o TRT da 22ª Região corresponde ao Estado do Piauí, mas seria desnecessário que o candidato tivesse conhecimento da região correspondente já que somente uma das alternativas contempla Tribunal Regional do Trabalho.

Gabarito "B"

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) As competências da justiça do trabalho não incluem o processamento e o julgamento de

(A) ações que envolvam o exercício do direito de greve.
(B) ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
(C) crimes contra a organização do trabalho.
(D) ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
(E) ações sobre representação sindical.

A: incorreta, pois se trata de competência da justiça do trabalho (art. 114, II, da CF); **B:** incorreta, pois se trata de competência da justiça do trabalho (art. 114, VII, da CF); **C:** correta, pois, de fato, os crimes contra a organização do trabalho não se incluem na competência da justiça do trabalho (nesse sentido: "compete à Justiça Federal julgar crimes contra a organização do trabalho, que envolvam a exposição da vida e saúde dos trabalhadores a perigo, redução à condição análoga de escravo, frustação de direito assegurado por lei trabalhista e omissão de dados da CTPS" – RE 541627/PA, rel. Min. Ellen Gracie, 14.10.2008); **D:** incorreta, pois se trata de competência da justiça do trabalho (art. 114, VI, da CF); **E:** incorreta, pois se trata de competência da justiça do trabalho (art. 114, III, da CF).

Gabarito "C"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) O sindicato representante de uma categoria funcional realizou processo eleitoral para a escolha de nova diretoria. Duas chapas inscreveram-se para concorrer ao pleito. Após a eleição, a chapa vencida constatou diversas irregularidades, e a comissão eleitoral, ignorando esses fatos, proclamou o resultado das eleições: declarou a outra chapa vencedora. Nessa situação hipotética, caso a chapa derrotada, ou algum candidato, tenha interesse em mover ação judicial para questionar a validade dessa eleição, deve mover a competente ação na justiça

(A) federal.
(B) comum estadual.
(C) eleitoral.
(D) do trabalho.
(E) militar.

A alternativa "D" é a opção correta, pois nos termos do art. 114, III, da CF as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores, são de competência da Justiça do Trabalho.

Gabarito "D"

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) Um grupo de empregados públicos ajuizou, perante a justiça do trabalho, reclamação trabalhista contra a empresa pública estadual em que atuavam como empregados, com pedido de liminar para antecipação de tutela, alegando que o presidente da empresa teria aplicado ilegalmente pena disciplinar de suspensão contra todos, sob o fundamento de descumprimento de normas regulamentares e desobediência a ordens superiores. O juiz do trabalho deferiu a liminar para suspender a punição aplicada, sob o fundamento de que a lei estadual que instituíra a empresa previa o regime jurídico celetista para seus empregados e também exigia a prévia instauração de inquérito administrativo para a aplicação de pena disciplinar. Segundo o juiz, a inexistência desse inquérito teria causado ofensa ao direito de ampla defesa e contraditório por parte dos empregados punidos, entendendo configurados os requisitos de plausibilidade jurídica e risco pela demora no provimento judicial. Considerando a situação hipotética acima e com base na CF, na CLT, na legislação específica e na jurisprudência sumulada e consolidada do STF e do TST, assinale a opção correta.

(A) A justiça do trabalho não detém competência para a causa porque a via própria para postular a suspensão do ato do administrador da empresa pública estadual seria o mandado de segurança e, não, a reclamação trabalhista, razão pela qual o juiz do trabalho deveria ter declinado da causa para a justiça estadual.
(B) A empresa pública pode impetrar mandado de segurança, perante o respectivo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), contra o ato do juiz do trabalho que deferiu a liminar antecipando a tutela requerida pelos empregados, visto que não há recurso interponível de imediato contra tal decisão judicial, antes de proferida a sentença que confirme, ou não, a liminar.

(C) O juiz do trabalho não detém competência para a causa porque, em se tratando de grupo de empregados públicos, a repercussão coletiva desloca a questão para o TRT respectivo, motivo pelo qual o juiz deveria ter declinado da causa para o TRT.

(D) A empresa pública pode ajuizar ação cautelar perante o TRT ao qual esteja vinculado o juiz prolator da decisão atacada, postulando a concessão de efeito suspensivo à liminar antes deferida.

(E) A empresa pública deve interpor recurso ordinário ao TRT contra a decisão proferida pelo juiz do trabalho, visto que, em se tratando de antecipação de tutela, os efeitos imediatos devolvem a questão, desde logo, a esse tribunal.

A: incorreta, pois a justiça do trabalho também é competente para julgar mandado de segurança quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição (art. 114, IV, da CF); **B:** correta, pois, de fato, na justiça do trabalho as decisões interlocutórias são irrecorríveis de imediato (art. 893, § 1º, da CLT). Nesse sentido a Súmula 414 do TST: "MANDADO DE SEGURANÇA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA (OU LIMINAR) CONCEDIDA ANTES OU NA SENTENÇA. I – A antecipação da tutela concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. A ação cautelar é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso. II – No caso da tutela antecipada (ou liminar) ser concedida antes da sentença, cabe a impetração do mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio. III – A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão da tutela antecipada (ou liminar)"; **C:** incorreta, eis que não existe essa previsão legal de deslocamento de competência para o TRT; **D:** incorreta, pois, como explicado acima, a medida cabível seria a impetração de mandado de segurança; **E:** incorreta, pois, como já explicado, as decisões interlocutórias, salvo algumas exceções, são irrecorríveis de imediato, sendo cabível, no caso, o mandado de segurança.

Gabarito "B"

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Acerca da Justiça do Trabalho, julgue os itens que se seguem.

(1) São órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e os tribunais regionais do trabalho (TRTs), que detêm competências originárias ou recursais, e os juízes do trabalho, integrantes do primeiro grau de jurisdição trabalhista, que processam e julgam as causas não previstas na competência originária dos referidos tribunais.

(2) O Tribunal Superior do Trabalho (TST) é composto por ministros escolhidos entre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade, nomeados pelo presidente da República após aprovados pela maioria absoluta do Senado Federal. A Constituição Federal vigente prevê que 21 (vinte e um) dos ministros sejam necessariamente oriundos da magistratura de carreira, indicados pelo TST ao presidente da República dentre juízes de tribunais regionais do trabalho; três dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, estes últimos seis a partir de listas tríplices encaminhadas ao presidente da República pelo TST, depois de reduzidas as listas sêxtuplas encaminhadas pelos órgãos de classe das respectivas corporações.

(3) A competência do Tribunal Superior do Trabalho é prevista em lei complementar, à qual cabe regular, ainda, o funcionamento do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

(4) A Justiça do Trabalho, atualmente, é dividida em vinte e quatro Regiões, cada qual possuindo um TRT e tantas varas do trabalho quantas criadas por lei, nas quais exercem sua jurisdição os juízes do trabalho, segundo os limites de competência territorial próprios. Os TRTs podem funcionar descentralizadamente, constituindo câmaras regionais, e instalar juízos itinerantes, observados os limites territoriais da respectiva jurisdição a que estão vinculados.

(5) Os juízes de direito podem, excepcionalmente, nos termos da lei, quando as respectivas comarcas não integrarem jurisdição de vara do trabalho, exercer jurisdição trabalhista, mas, nesse caso, o recurso interposto contra suas sentenças deve ser remetido ao tribunal de justiça estadual ao qual estejam vinculados, que absorve, por consequência, a jurisdição trabalhista em grau recursal.

1: correta, art. 111 da CF; **2:** correta, art. 111-A da CF; **3:** incorreta, a competência do TST é ditada pela Constituição e, ainda, por lei ordinária (art. 111-A, § 1º da CF), inexistindo norma que preveja o regulamento do funcionamento do CSJT. Quanto à Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, foi instituída pela Resolução Administrativa nº 1140/2006 do TST; **4:** correta, arts. 670 da CLT e 115, §§ 1º e 2º, da CF; **5:** incorreta, os recursos serão remetidos ao TRT, conforme art. 112 da CF.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

(Analista – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Em face dos serviços auxiliares da justiça do trabalho, julgue os itens a seguir.

(1) É facultado aos presidentes dos TRTs cometer a qualquer oficial de justiça ou oficial de justiça avaliador a realização dos atos de execução das decisões desses tribunais.

(2) Em todas as localidades onde existe vara do trabalho há um distribuidor, o qual deve fazer a distribuição segundo a ordem rigorosa de entrada.

(3) A secretaria da vara do trabalho é responsável pela contagem das custas devidas pelas partes, em seus respectivos processos.

(4) Caso inexista órgão específico destinado à distribuição de mandados judiciais no âmbito dos TRTs, nas localidades onde há mais de uma vara, a atribuição para o cumprimento do ato deprecado ao oficial de justiça ou ao oficial de justiça avaliador deve ser transferida a outro oficial, sempre que, após o decurso de nove dias, sem razões que o justifiquem, não tenha sido cumprido o ato, sujeitando-se o serventuário às penalidades da lei.

(5) Na falta ou no impedimento do oficial de justiça ou do oficial de justiça avaliador, o juiz da vara pode atribuir a realização do ato a qualquer serventuário.

(6) A realização das penhoras e demais diligências processuais não está entre as atribuições da secretaria da vara do trabalho.

1: correta, art. 721, § 4º, da CLT; **2:** incorreta, apenas nas localidades em que houver mais de uma vara do trabalho haverá distribuidor (art. 713 da CLT); **3:** correta, art. 711, *f*, da CLT; **4:** correta, art. 721, §§ 1º e 2º, da CLT; **5:** correta, art. 721, § 5º, da CLT; **6:** incorreta, art. 711, *h*, da CLT.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C, 5C, 6E

2. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Acerca da prescrição no processo trabalhista, assinale a opção correta.

(A) A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias não alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS, à medida que a prescrição fundiária é trintenária, observado o prazo de dois anos após o término do contrato de trabalho.

(B) A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição relativamente a pedidos relativos a todo o vínculo empregatício.

(C) Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrentes de alteração do pactuado, a prescrição é total, mesmo quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.

(D) Tratando-se de pedido de complementação de aposentadoria oriunda de norma regulamentar e jamais paga ao ex-empregado, a prescrição aplicável é a parcial.

(E) A ação movida por sindicato, na qualidade de substituto processual, interrompe a prescrição, ainda que tenha sido considerado parte ilegítima *ad causam*.

A: incorreta, pois a alternativa está em desacordo com a Súmula 206 do TST: "FGTS. INCIDÊNCIA SOBRE PARCELAS PRESCRITAS. A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS"; **B:** incorreta, pois a alternativa está em desacordo com a Súmula 268 do TST: "PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. AÇÃO TRABALHISTA ARQUIVADA. A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos"; **C:** incorreta, pois a alternativa está em desacordo com a Súmula 294 do TST: "PRESCRIÇÃO. ALTERAÇÃO CONTRATUAL. TRABALHADOR URBANO. Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei"; **D:** incorreta, pois a alternativa está em desacordo com a Súmula 326 do TST: "COMPLEMENTAÇÃO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA. PARCELA NUNCA RECEBIDA. PRESCRIÇÃO TOTAL. Tratando-se de pedido de complementação de aposentadoria oriunda de norma regulamentar e jamais paga ao ex-empregado, a prescrição aplicável é a total, começando a fluir o biênio a partir da aposentadoria"; **E:** correta, pois a assertiva está de acordo com a Orientação Jurisprudencial 359 da SDI-I do TST: "SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. SINDICATO. LEGITIMIDADE. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. A ação movida por sindicato, na qualidade de substituto processual, interrompe a prescrição, ainda que tenha sido considerado parte ilegítima *ad causam*".

Gabarito "E"

3. COMPETÊNCIA

(Técnico Judiciário – TRT/5ª – 2008 – CESPE) Acerca da organização e da competência da justiça do trabalho, julgue os itens a seguir.

(1) As ações que envolvem o exercício do direito de greve devem ser julgadas na justiça do trabalho.
(2) Nas comarcas que não sejam abrangidas pela jurisdição da justiça do trabalho, as demandas trabalhistas podem ser julgadas por um juiz de direito.
(3) O TRT da 5ª Região possui jurisdição nos estados da Bahia e de Sergipe.

1: correta, art. 114, II, da CF; **2:** correta, art. 112 da CF; **3:** incorreta, conforme o art. 674 da CLT, Sergipe constitui região autônoma (20ª Região).

Gabarito 1C, 2C, 3E

(Técnico Judiciário – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Julgue os itens a seguir.

(1) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, salvo quando essas envolverem, como parte, a administração pública, seja federal, estadual, distrital ou municipal.
(2) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as causas que envolvam representação sindical.
(3) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho, exceto quando se tratar de mandado de segurança.
(4) Competem aos tribunais do trabalho processar e julgar os dissídios coletivos apenas quando os trabalhadores estiverem em greve.

1: incorreta, pois estão abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 114, I, da CF); **2:** correta, art. 114, III, da CF; **3:** incorreta, pois compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os mandados de segurança, bem como as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho (art. 114, IV e VII, da CF); **4:** incorreta, pois o art. 114, § 2º, da CF não exige que os dissídios coletivos sejam processados e julgados apenas durante o período de greve

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Analista – TST – 2008 – CESPE) No que concerne a acidente do trabalho e moléstia profissional, julgue os seguintes itens.

(1) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano patrimonial decorrentes da relação de trabalho, nelas incluídas as ações nas quais o empregado pleiteia do empregador o pagamento de indenização material decorrente de acidente do trabalho.
(2) Ante a natureza jurídica cível da pretensão deduzida, compete à Justiça Comum processar e julgar as ações nas quais o empregado pleiteia do empregador o pagamento de indenização por danos morais decorrentes de acidente do trabalho.
(3) Falecendo o empregado em decorrência de acidente do trabalho, não corre prazo prescricional para ajuizamento de ação indenizatória por seus dependentes menores, enquanto durar a incapacidade civil absoluta.

1 e **2:** art. 114, VI, da CF, e Conflito de Competência 7204, julgado pelo STF; **3:** art. 198, I, do CC.

Gabarito 1C, 2E, 3C

(Analista – TRT/1ª – 2008 – CESPE) Em execução de sentença trabalhista, Lúcio adjudicou fração ideal de imóvel rural pertencente a Antônio e pediu ao juízo do trabalho que determinasse a imissão na posse. Antônio se opôs, por meio de uma série de incidentes e recursos, todos na justiça especializada. Inconformado com a delonga no trâmite da execução trabalhista, Lúcio manejou ação de imissão na posse perante a justiça comum estadual e obteve antecipação de tutela. Avisado da decisão da justiça comum estadual, o juízo do trabalho suscitou ao STJ conflito positivo de competência. Com relação à situação descrita e a aspectos referentes ao conflito de competência, assinale a opção correta.

(A) O conflito de competência mencionado não deveria ser conhecido pelo STJ, pois não cabe a ele julgar conflito positivo entre juiz do trabalho e juiz de direito.
(B) Compete ao STF julgar o conflito de competência entre TRF e o TST.
(C) A decisão do juízo do trabalho que suscitou o conflito positivo comportaria recurso.
(D) O conflito em questão teria de ser proposto no STF.
(E) É possível a configuração de conflito de competência entre TRT e a vara do trabalho a ele vinculada.

Art. 102, I, *o*, da CF.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2010.1) Na hipótese de um empregado desejar mover ação de reparação de perdas e danos causados pelo cálculo incorreto do benefício previdenciário por omissão ou equívoco do empregador, o processamento e o julgamento da demanda competirão

(A) à Justiça do Trabalho;
(B) à justiça federal;
(C) à justiça comum estadual;
(D) ao Ministério da Previdência Social.

A: correta, pois as ações de reparação de danos movidas contra o EMPREGADOR, a competência será da Justiça do Trabalho, por serem ações decorrentes da relação de trabalho, art. 114, VI, da CF; **B:** incorreta, pois a regra de competência da justiça federal vem disposta no art. 109 da CF; **C:** incorreta, pois apenas é de competência da justiça comum as ações movidas em face do INSS, art. 109, I, CF; **D:** incorreta, pois a competência é da Justiça do Trabalho.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2) Quanto à competência, é correto afirmar que a Justiça do Trabalho é competente para julgar

(A) as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes ou não de relação de trabalho;
(B) os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;

(C) as causas em que forem parte a instituição de previdência social e segurado;
(D) as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta.

A: incorreta, pois apenas o dano, moral ou patrimonial, decorrente da relação de trabalho é de competência da Justiça do Trabalho; **B:** incorreta, pois as hipóteses trazidas na questão são de competência da justiça federal, nos termos do art. 109, VI, da CF; **C:** incorreta, pois sendo parte na ação a previdência social, que constitui uma autarquia federal, a ação é de competência da justiça federal, exceto ações de acidente do trabalho que serão de competência da justiça estadual comum, nos termos do art. 109, I, CF; **D:** correta, pois assim dispõe o art. 114, I, CF. **Atenção:** Foi apreciada pelo STF a ADI 3395-6 que afastou toda e qualquer interpretação que inclua na competência da Justiça do Trabalho a apreciação de causas que sejam instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo. Apenas os empregados celetistas – empregados públicos – poderão intentar a ação na Justiça do Trabalho.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.1) Não dizem respeito à competência da Justiça do Trabalho as ações

(A) que tratem de representação sindical entre sindicatos;
(B) de natureza penal;
(C) que envolvam direito de greve;
(D) decorrentes da relação do trabalho.

A: correta, pois o art. 114, III, da CF prevê essa regra de competência; **B:** incorreta, devendo ser assinalada, pois a Justiça do Trabalho não possui competência penal; **C:** correta, pois o art. 114, II, da CF prevê essa regra de competência; **D:** correta, pois o art. 114, I, da CF prevê essa regra de competência.
Gabarito "B"

4. CUSTAS, EMOLUMENTOS E HONORÁRIOS

(Técnico Judiciário – TRT/5ª – 2008 – CESPE) A respeito das custas e emolumentos, julgue o seguinte item.

(1) Na justiça do trabalho, não são cobradas custas processuais.

1: incorreta, arts. 789 e 789-A da CLT.
Gabarito 1E

(Técnico Judiciário – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Julgue os itens a seguir.

(1) A gratuidade judiciária pode ser deferida pelo juiz ou pelo tribunal do trabalho apenas quando expressamente requerida pela parte interessada e mediante declaração de que não tem condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.
(2) A União é isenta do pagamento de custas. Entretanto, quando sucumbente, deve reembolsar as custas que a parte contrária haja, eventualmente, realizado nos autos.

1: incorreta, pois a gratuidade judiciária pode ser deferida a requerimento da parte interessada ou de ofício pelo juiz ou Tribunal do Trabalho (art. 790, § 3º, da CLT); **2:** correta, art. 790-A, I e parágrafo único, da CLT.
Gabarito 1E, 2C

(OAB – CESPE – 2008.1) Não se inclui entre os exemplos de pessoa isenta do pagamento de custas na Justiça do Trabalho, enumerados no art. 790-A da CLT, a

(A) Autarquia estadual.
(B) Fundação pública estadual que não explore atividade econômica.
(C) União.
(D) Empresa pública.

A: incorreta, pois a autarquia estadual consta no rol de isenções do art. 790-A, I, da CLT; **B:** incorreta, pois a fundação pública estatal que não explore atividade econômica consta no rol de isenções do art. 790-A, I, da CLT; **C:** incorreta, pois a União consta no rol de isenções do art. 790-A, I, da CLT; **D:** correta, pois as empresas públicas, com fundamento no art. 173, §§ 1º e 2º, da CF, não gozam do privilégio da isenção de custas.
Gabarito "D"

5. PARTES, ADVOGADOS, REPRESENTAÇÃO

(Técnico Judiciário – TRT/5ª – 2008 – CESPE) Considere a seguinte situação hipotética.

João atuava como advogado de Manoel em um processo trabalhista. O mandato concedido por Manoel a João ocorreu de forma tácita.

(1) Nessa situação, é permitido a João substabelecer o mandato a outro profissional para que este continue atuando no processo de Manoel.

1: incorreta, estabelece a OJ 200 da SDI-1 do TST que "é inválido o substabelecimento de advogado investido de mandato tácito".
Gabarito E

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) José moveu reclamação trabalhista contra uma autarquia do estado do Piauí. O juiz do trabalho julgou procedente a reclamação e condenou a autarquia. Joaquim, Procurador do Estado do Piauí, interpôs, então, recurso ordinário contra a decisão do juiz do trabalho em nome do estado do Piauí. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O estado do Piauí possui legitimidade para recorrer, uma vez que a autarquia pertence à administração direta do estado.
(B) O estado do Piauí possui legitimidade para recorrer, uma vez que a condenação deverá ser suportada pelos cofres públicos do estado.
(C) O estado do Piauí não possui legitimidade para recorrer, uma vez que não existe previsão legal para isso na CLT.
(D) O estado do Piauí não possui legitimidade para recorrer em nome da autarquia, pois esta é detentora de personalidade jurídica própria.
(E) A demanda jamais poderia ser discutida na justiça do trabalho, já que autarquias não podem ter em seus quadros, em nenhuma hipótese, empregados públicos regidos pela CLT.

O estado do Piauí não possui legitimidade para recorrer em nome de autarquia, conforme dispõe a Orientação Jurisprudencial 318 da SDI-**I:** "REPRESENTAÇÃO IRREGULAR. AUTARQUIA. Os Estados e os Municípios não têm legitimidade para recorrer em nome das autarquias detentoras de personalidade jurídica própria, devendo ser representadas pelos (...)". Porém, importante ressaltar que em alguns estados, como por exemplo no estado de São Paulo, há previsão constitucional da representatividade das autarquias pela Procuradoria do Estado (art. 99, I, da Constituição do Estado de São Paulo).
Gabarito "D"

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) Quanto às condições de validade do mandato e do substabelecimento conferidos ao advogado, assinale a opção correta segundo entendimento do TST.

(A) A partir da lavratura de instrumento público e, portanto, antes de este ser juntado aos autos, entende-se como ocorrida a revogação dos poderes outorgados ao advogado em mandato anterior
(B) A nova procuração, outorgada por uma das partes e juntada aos autos pela outra, implica revogação tácita do mandato anterior, pois demonstra a pretensão do outorgante em mudar a representação quanto ao advogado antes constituído.

(C) O substabelecimento de poderes, quando não houve, no mandato antes outorgado, autorização expressa para substabelecer, torna inválidos os atos praticados pelo advogado que sucede na causa.

(D) A juntada de nova procuração, outorgada pela parte e por ela juntada aos autos, sem ressalva quanto aos poderes conferidos ao antigo patrono, implica revogação tácita do mandato anterior.

A: opção incorreta, pois a revogação se dá com a juntada da procuração nos autos e não a contar da sua outorga. Veja OJ 349 da SDI 1 do TST; **B:** opção incorreta, pois a procuração deve ser juntada pela parte e não pela outra parte; **C:** opção incorreta, pois os atos serão considerados válidos, nos termos da Súmula 395, III, do TST; **D:** opção correta, pois reflete o disposto na OJ 349 da SDI 1 do TST.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.3) No que diz respeito à representação processual na Justiça do Trabalho, assinale a opção correta.

(A) Em regra, é possível, nas reclamações trabalhistas, o empregador ser representado por preposto, mesmo que este não seja empregado do reclamado.

(B) O empregador de microempresa ou empresa de pequeno porte pode ser representado por terceiros, ainda que estes não façam parte do quadro societário ou do quadro de empregados dessas empresas.

(C) O advogado pode, no mesmo processo em que esteja na condição de patrono do empregador, ser também seu preposto.

(D) Se, por doença, o empregado não puder comparecer pessoalmente em juízo, poderá ser representado por outro empregado, cabendo a este transigir, confessar e desistir da ação se assim o desejar.

A: incorreta, pois nos termos da Súmula 377 do TST, em regra, o preposto deve ser empregado do reclamado; **B:** correta, pois de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 123/2006, bem como a Súmula 377 do TST, admite que o micro ou pequeno empresário tenha como preposto qualquer terceiro, desde que tenha conhecimento dos fatos; **C:** incorreta, pois o art. 25 do Código de Ética da OAB dispõe ser proibido ao advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador; **D:** incorreta, pois a substituição objetiva, exclusivamente, o não arquivamento da reclamação.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.1) Segundo o posicionamento atual da jurisprudência, os sindicatos atuam na forma de

(A) substituição processual com ampla legitimidade ativa ad causam;

(B) substituição processual no processo de conhecimento, apenas;

(C) representação processual com ampla legitimidade ativa ad causam;

(D) representação processual no processo de conhecimento, apenas.

A: correta, pois o art. 8º, III, da CF consagra a substituição processual de forma ampla ao sindicato no processo do trabalho; **B:** incorreta, pois os sindicatos têm legitimidade processual para atuar na defesa de todos e quaisquer direitos subjetivos individuais e coletivos dos integrantes da categoria representada; **C:** incorreta, pois não se trata de hipótese de representação; **D:** incorreta, os sindicatos atuam como substitutos processuais, ou seja, pleiteiam em nome próprio, interesses alheios, não atuando, portanto, na forma de representação processual, ou seja, atuando em nome alheio e defendendo interesses alheios.

Gabarito "A"

6. NULIDADES

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Com relação às nulidades em processo do trabalho, é correto afirmar que a nulidade apenas será declarada se houver

(A) provocação da parte e dela resultar prejuízo manifesto àquela que a arguir, desde que não seja possível suprir a falta ou repetir o ato.

(B) provocação da parte que não lhe houver dado causa, resultar prejuízo manifesto à parte requerente e não se tratar de questão de ordem pública.

(C) provocação da parte que não lhe houver dado causa; resultar prejuízo manifesto à parte requerente; não for possível suprir a falta ou repetir o ato questionado; e houverem sido arguidas na primeira oportunidade que a parte interessada tinha em seguida ao ato ou falta, ressalvada, em qualquer situação, a hipótese de declaração de ofício em caso de nulidade fundada em incompetência do juiz ou tribunal.

(D) prejuízo à parte requerente, tratando-se de questão de ordem pública; não for possível suprir a falta ou repetir o ato questionado; houver sido arguida na primeira oportunidade em que a parte interessada tinha para manifestar-se nos autos.

(E) contaminação dos atos anteriores ou disso resultar prejuízo à parte que lhe houver dado causa, exceto quando a questão emergir de interesse público, hipótese em que o silêncio da parte não prejudicará que o próprio juiz ou tribunal anule todo o processo onde se verifique a nulidade insanável.

Arts. 794, 795, § 1º, e 796, *a* e *b*, da CLT.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.2) No que se refere às nulidades no processo do trabalho, assinale a opção correta de acordo com a CLT.

(A) Tratando-se de nulidade fundada em incompetência de foro, serão considerados nulos os atos ordinatórios.

(B) O juiz ou tribunal que declarar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.

(C) A nulidade será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.

(D) Não haverá nulidade quando dos atos inquinados resultar manifesto prejuízo às partes litigantes.

A: incorreta, pois nos termos do art. 795, § 1º, da CLT, apenas os atos decisórios serão considerados nulos; **B:** correta, pois reflete o disposto no art. 797 da CLT; **C:** incorreta, pois sempre que for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato, nos termos do art. 796, "a", da CLT a nulidade não será pronunciada; **D:** incorreta, pois em conformidade com o art. 794 da CLT os atos viciados que resultarem manifesto prejuízo para as partes serão declarados nulos.

Gabarito "B"

7. PROVAS

(Técnico Judiciário – TRT/1ª – 2008 – CESPE) Se, em uma reclamação trabalhista, antes de encerrada a instrução, a reclamada solicitar, por meio de seu procurador ou preposto, a reinquirição do reclamante, o juiz:

(A) deverá atender o requerimento, sob pena de ofensa ao direito à ampla defesa.

(B) poderá deferir essa pretensão, caso a entenda pertinente.

(C) não poderá deferir o requerimento.

(D) só poderá deferir o requerimento após ouvir novamente as testemunhas.

(E) só poderá atender o requerimento mediante julgamento de recurso, a ser aviado.

Arts. 765, 820 e 848 da CLT.

Gabarito "B"

(Técnico Judiciário – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Julgue o item a seguir.

(1) No processo do trabalho é admitida, em geral, a indicação de três testemunhas para cada uma das partes, exceto nas reclamações sob rito sumaríssimo, quando o número de testemunhas é limitado a duas por parte, ou nos inquéritos para apuração de falta grave, quando poderá chegar a seis testemunhas para cada parte.

1: correta, arts. 821 e 852-H, § 2º, da CLT.

Gabarito 1C

(Procurador do Estado/ES – 2008 – CESPE) De acordo com a jurisprudência do TST, julgue os itens a seguir, referentes ao ônus da prova no processo trabalhista.

(1) O empregador com mais de dez empregados está obrigado a registrar a jornada de trabalho de seus empregados, cabendo-lhe, portanto, em processo trabalhista, o ônus de apresentar esses registros; se não o fizer, o juiz deferirá de plano o pedido formulado na inicial, na medida em que não poderá aceitar a produção de prova em contrário.

(2) Os registros de ponto que apresentem horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir.

(3) O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado.

1: incorreta, a afirmativa não reflete o disposto na Súmula 338 do TST: "JORNADA DE TRABALHO. REGISTRO. ÔNUS DA PROVA. I – É ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho na forma do art. 74, § 2º, da CLT. A não apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário. II – A presunção de veracidade da jornada de trabalho, ainda que prevista em instrumento normativo, pode ser elidida por prova em contrário (...)"; **2:** Correta, pois a assertiva está de acordo com a Súmula 338, III, do TST: "(...) Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir"; **3:** Correta, pois a afirmativa está de acordo com a Súmula 212 do TST: "DESPEDIMENTO. ÔNUS DA PROVA. O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado".

Gabarito 1E, 2C, 3C

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) Quanto à prova das horas extraordinárias de trabalho na reclamação trabalhista, assinale a opção correta.

(A) Os cartões de ponto, apresentados pelo empregador e que demonstrem horários uniformes de entrada e saída do empregado, são válidos como meio de prova de que este não trabalhou além do horário normal, cabendo ao reclamante demonstrar as horas extras que alega ter prestado.

(B) O ônus da prova, quanto às horas extras de trabalho, será sempre do empregado.

(C) Os cartões de ponto, apresentados pelo empregador, que demonstrem horários uniformes de entrada e saída do empregado, não servem como meio de prova para demonstrar as horas extras prestadas por este, de modo que se inverte o ônus da prova, que passa a ser do reclamado.

(D) Os cartões de ponto, apresentados pelo empregador, que demonstrem horários uniformes de entrada e saída do empregado, não são válidos como meio de prova de que este não trabalhou além do horário normal, mas não eximem o reclamante de demonstrar que prestou horas extras.

A: opção incorreta, pois nos termos da Súmula 338, item III, do TST os cartões de ponto chamado de "britânicos" são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus que passará a ser do empregador; **B:** opção incorreta, pois a regra geral é que o ônus de prova das horas extras é do empregado, nos termos do art. 818 da CLT e art. 373, I, do CPC/2015, porém, como vimos na hipótese da Súmula 338, item III, do TST o ônus será do empregador; **C:** opção correta, pois reflete o entendimento consubstanciado na Súmula 338, item III, do TST; **D:** opção incorreta, pois nos termos da Súmula 338, item III, do TST, embora não sejam consideradas válidas como meio de prova, o ônus da prova é convertido ao empregador.

Gabarito "C"

(Analista – TRT/1ª – 2008 – CESPE) Ainda com respeito a testemunhas, assinale a opção correta.

(A) A testemunha que não comparecer será intimada, de oficio ou a requerimento da parte, ficando sujeita à condução coercitiva se a parte provar tê-la convidado.

(B) Em processo trabalhista, a parte pode comprometer-se a levar a testemunha à audiência, independentemente de intimação, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de ouvi-la.

(C) No procedimento sumaríssimo, será automaticamente intimada a testemunha que deixar de comparecer.

(D) O pagamento de salário ao empregado analfabeto deverá ser efetuado na presença de duas testemunhas.

(E) No procedimento sumaríssimo, a parte pode comprometer-se a levar a testemunha à audiência, independentemente de intimação, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de ouvi-la.

A: art. 825, parágrafo único, da CLT; **B** e **E:** art. 825 da CLT; **C:** art. 852-H, § 3º, da CLT; **D:** PN 58 do TST.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.3) Ao término de relação empregatícia, quando negados a prestação do serviço e o despedimento, o ônus da prova é do

(A) empregado, pois trata-se de prova da relação de emprego;

(B) empregado, por caber ao autor a demonstração dos fatos por ele alegados;

(C) empregador, pois vigora o princípio da continuidade da relação de emprego, que constitui presunção favorável ao empregado;

(D) empregador, pois cabe a este demonstrar, em qualquer caso, a prova dos fatos alegados por qualquer das partes, por vigorar, no processo do trabalho, o princípio do in dubio pro misero.

A: incorreta, pois nos termos do art. 818 da CLT e art. 373, I, do CPC/2015 cabe ao empregado demonstrar os fatos constitutivos do seu direito, ou seja, que é empregado; **B:** incorreta, pois quando o empregador nega a prestação de serviços e o despedimento, alega fato extintivo do direito do autor, hipótese em que o ônus é invertido ao empregador; **C:** correta, pois reflete o disposto na Súmula 212 do TST; **D:** incorreta, pois ao empregador/réu cabe a demonstração dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor, nos termos do art. 373, II, do CPC/2015. O princípio *in dubio pro misero* ou *in dubio pro operario*, é um princípio de direito material do trabalho e nos ensina que uma norma que admita diversas interpretações, deve ser interpretada da maneira que melhor favoreça o empregado. Esse princípio, no entanto, não é aplicável ao processo do trabalho e, consequentemente, não possui incidência no campo probatório.

Gabarito "C"

8. PROCEDIMENTO (INCLUSIVE, ATOS PROCESSUAIS)

(Técnico Judiciário – TRT/1ª – 2008 – CESPE) No caso de demanda submetida ao judiciário trabalhista e que tramite pelo rito sumaríssimo,

(A) as partes, caso haja perícia, terão vista do laudo no prazo sucessivo de cinco dias.

(B) será aberta a vista dos autos caso seja apresentada exceção de incompetência.

(C) as custas devidas serão fixadas no importe de 1% sobre o valor da causa.

(D) será admitida a oitiva de, no máximo, três testemunhas para cada uma das partes.

(E) o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa, caso não ocorra acordo.

A: incorreta. As partes serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de cinco dias (art. 852-H, § 6º, da CLT);

B: incorreta, nos termos do art. 852-G, da CLT, "serão decididos, de plano, todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo"; **C:** incorreta. As custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) (art. 789 da CLT); **D:** incorreta, pois admite-se a oitiva de até duas para cada parte (art. 852-H, § 2º, da CLT); **E:** correta, art. 847 da CLT.

Gabarito "E"

(Técnico Judiciário – TRT/1ª – 2008 – CESPE) Terminada a instrução do feito, a última tentativa conciliatória do julgador deve ocorrer:

(A) ao término do interrogatório das partes.

(B) antes das razões finais.

(C) depois das razões finais.

(D) logo após a oitiva da última testemunha apresentada.

(E) durante o tempo assegurado às partes para as razões finais.

Art. 850 da CLT.

Gabarito "C"

(Técnico Judiciário – TRT/5ª – 2008 – CESPE) Augusto moveu reclamação trabalhista contra determinada empresa. No dia designado para a audiência inaugural, Augusto chegou 15 minutos atrasado. Quanto à situação hipotética acima e às audiências, julgue o próximo item.

(1) Na situação considerada, não haverá nenhum prejuízo para Augusto, já que existe previsão legal de tolerância de 15 minutos para as partes.

1: incorreta, pois não há limite de tolerâncias para as partes, mas somente para o juiz (art. 815 da CLT).

Gabarito 1E

(Técnico Judiciário – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Julgue os itens a seguir.

(1) No processo do trabalho, apenas se admite a reclamação trabalhista oral, dado o princípio da oralidade.

(2) Quando o reclamante não comparecer à audiência inaugural, o juiz deve determinar o arquivamento do processo, mas se quem não comparecer, sem justificativa, for o reclamado, a pena aplicável é a de revelia e confissão.

(3) Se o valor dado à causa não exceder a 60 salários mínimos, as reclamações trabalhistas deverão seguir o rito sumaríssimo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

1: incorreta, pois "a reclamação poderá ser escrita ou verbal" (art. 840 da CLT); **2**: correta, art. 844 da CLT; **3:** incorreta, no procedimento sumaríssimo o valor da causa não excederá 40 (quarenta) vezes o salário mínimo (art. 852-A da CLT).

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Técnico Judiciário – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Quanto ao processo judiciário do trabalho, julgue os itens subsequentes.

(1) Nos dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da justiça do trabalho, são, na medida do possível, formuladas pelo juízo propostas de conciliação.

(2) Inexistindo acordo, o juízo conciliatório converte-se obrigatoriamente em arbitral e profere decisão na forma prescrita no título Do Processo Judiciário do Trabalho, da CLT.

(3) A fim de evitar o enriquecimento indevido da parte autora, a compensação ou a retenção pode ser arguida desde que não tenha sido proferida sentença monocrática.

1: incorreta, pois serão sempre sujeitos à conciliação (art. 764 da CLT); **2:** correta, art. 764, § 2º, da CLT; **3:** incorreta, pois "a compensação, ou retenção, só poderá ser arguida como matéria de defesa" (art. 767 da CLT).

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Procurador do Estado/PB – 2008 – CESPE) Considere-se que o empregado de certa empresa pública tenha ajuizado reclamação trabalhista, sob o rito sumaríssimo, postulando horas extras e reflexos não pagos, e atribuindo ao valor da causa o correspondente a quarenta salários mínimos.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta, com base na CF, na CLT, na legislação específica e na jurisprudência sumulada e consolidada do STF e do TST.

(A) O juiz deve indeferir a petição inicial, visto que não cabe reclamação trabalhista sob rito sumaríssimo contra empresa pública, que é parte integrante da administração pública indireta.

(B) A demanda não pode ser processada sob o rito sumaríssimo, por ter excedido o valor de alçada, cabendo prosseguir sob o rito comum das reclamações trabalhistas.

(C) A prova testemunhal deve limitar-se a três testemunhas por parte, cabendo ao reclamante e à reclamada providenciar o convite às testemunhas para oitiva, visto que o juiz só poderá determinar sua imediata condução coercitiva caso as testemunhas deixem de comparecer, após devidamente convidadas pela parte.

(D) No TRT, o relator e o revisor terão prazo máximo de 10 dias para liberar os autos ao julgamento do eventual recurso interposto contra a sentença do juiz do trabalho, que poderá ser apreciado por turma especializada para examinar os recursos ordinários interpostos nas demandas sujeitas ao rito sumaríssimo.

(E) O recurso de revista contra o acórdão do TRT apenas poderá ser admitido quando houver violação direta à CF pela decisão recorrida ou esta contrariar Súmula do TST.

A: incorreta, pois o art. 852-A, parágrafo único, da CLT não contempla a administração pública indireta; **B:** incorreta, de acordo o art. 852-A, *caput*, da CLT, o valor atribuído a causa não excedeu o valor de alçada; **C:** incorreta, tendo em vista que o máximo são duas testemunhas para cada parte (art. 852-H, § 2º, da CLT); **D:** incorreta, conforme o art. 895, § 1º, II, da CLT não há revisor; **E:** correta, pois em conformidade com o que dispunha no art. 896, § 6º, da CLT. Tal previsão, com o advento da Lei 13.015/2014 passou a ser disposta no § 9º do art. 896, que acrescentou mais uma hipótese de admissão: quando houver violação à súmula vinculante do STF.

Gabarito "E"

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Carlos ajuizou, perante a vara do trabalho, reclamação trabalhista, com valor de causa igual a vinte salários mínimos, pretendendo verbas salariais e rescisórias da empresa que fora sua anterior empregadora e, ainda, a responsabilização subsidiária da autarquia federal, à qual teria, por meio daquela empresa interposta, prestado serviços. A ação apresentou pedidos líquidos e endereço adequado das partes reclamadas. Assistido o trabalhador pelo sindicato da categoria obreira, postulou na petição inicial, ainda, honorários advocatícios em favor da entidade assistente, juntando declaração de que, não obstante perceba salário superior a dois salários mínimos, não tinha condições de suportar os ônus do processo sem prejuízo ao sustento próprio e ao de sua família. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

(1) A reclamação trabalhista deve seguir o rito sumaríssimo, devido ao valor dado à causa e à observância da exigência de pedido líquido e de correto endereçamento da parte reclamada, já que a autarquia federal apenas está sendo chamada a integrar a lide como responsável subsidiária, e não como devedora principal.

(2) Dada a irregularidade da prestação dos serviços terceirizados, seria correto que o juiz decidisse pela nulidade do contrato entre a autarquia e a empresa interposta e declarasse que o vínculo de emprego foi estabelecido diretamente entre Carlos e a autarquia.

(3) Nessa situação, não pode ser concedida gratuidade judiciária, já que somente quem percebe remuneração em valor igual ou inferior a dois salários mínimos faz jus a esse benefício. Por isso, também não cabe eventual condenação em honorários advocatícios, se Carlos for vencedor.

1: incorreta, art. 852-A, parágrafo único, da CLT; **2:** incorreta, Súmula 331, II, do TST; **3:** incorreta, art. 790, § 3º, da CLT, e arts. 14, § 1º, e 16 da Lei 5.584/70.

Gabarito 1E, 2E, 3E

(Analista – TRT/1ª – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta acerca do dissídio individual trabalhista.

(A) A alegação de prescrição pelo reclamado é considerada defesa direta de mérito.
(B) A alegação de fato impeditivo pelo reclamado constitui defesa direta de mérito.
(C) A compensação somente pode ser alegada como matéria de defesa.
(D) No procedimento comum, só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer. Não comparecendo a testemunha intimada, o juiz poderá determinar sua imediata condução coercitiva.
(E) A exceção de incompetência relativa é oferecida em separado e autuada e fica em apenso aos autos principais.

A: trata-se de matéria preliminar de mérito; **B:** trata-se de defesa indireta de mérito; **C:** art. 767 da CLT; **D:** art. 825, parágrafo único, da CLT; **E:** não há a prática do apensamento no processo trabalhista, sendo o procedimento da exceção de incompetência ditado pelos arts. 799 e 800 da CLT.

Gabarito "C"

(Analista – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Julgue o item subsequente, relativo ao processo judiciário do trabalho.

(1) É lícito às partes celebrar acordo que ponha termo ao processo, mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório.

1: correta, art. 764, §3º, da CLT.

Gabarito 1C

(OAB – CESPE – 2010.1) Com relação aos atos, termos e prazos processuais na justiça trabalhista, assinale a opção correta.

(A) Os atos processuais devem ser públicos, salvo quando o interesse social determinar o contrário, e terão de realizar-se nos dias úteis, no horário de expediente forense habitual.
(B) No processo trabalhista, os prazos são contados com a inclusão do dia em que se iniciam e do dia em que vencem.
(C) Os documentos juntados aos autos podem ser desentranhados sempre que a parte assim o requerer.
(D) Presume-se recebida, 48 horas após a sua postagem, a notificação para a prática de ato processual, sendo possível a produção de prova em contrário.

A: incorreta, pois o horário de prática dos atos processuais, em regra, é das 6 h às 20 h, conforme estabelece o art. 770 da CLT; **B:** incorreta, pois o art. 775 da CLT estabelece que seja excluído da contagem dos prazos o dia do começo e incluído o dia do vencimento, ao contrário do afirmado na assertiva; **C:** incorreta, pois o art. 780 da CLT estabelece que os documentos somente possam ser desentranhados dos autos depois de encerrado o processo; **D:** correta, pois de acordo com a Súmula 16 do TST presume-se recebida a notificação 48 (quarenta e oito) horas depois de sua postagem. Trata-se de presunção relativa – *iuris tantum* – que admite prova em contrário. Assim, o não recebimento ou a entrega da notificação após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2010.1) Em determinada reclamação trabalhista, o preposto da empresa reclamada não soube responder às perguntas formuladas pelo juiz e pelo advogado do reclamante na audiência de instrução e argumentou que não possuía conhecimento específico a respeito dos fatos que estavam sendo tratados no processo. O advogado da empresa juntou à contestação diversos documentos na audiência inaugural. Nessa situação hipotética,

(A) a prova pré-constituída nos autos pode ser considerada para o confronto com a confissão ficta;
(B) a empresa deve ser declarada confessa, independentemente de ter juntado defesa e documentos;
(C) o juiz, antes de aplicar a penalidade de confissão, deve determinar à empresa que apresente novas provas ao processo;
(D) o juiz deve designar nova audiência, determinando que a empresa nomeie preposto que conheça os fatos abordados no processo.

A: correta, pois nos termos da Súmula 74, item II, do TST, a prova pré-constituída deve ser levada em consideração pelo julgador para o confronto com a confissão ficta; **B:** incorreta, pois apesar de o preposto não ter sabido responder às perguntas por não ter conhecimento específico dos fatos discutidos no processo, a parte apresentou defesa e juntou documentos, que nesse caso, poderão servir de suporte ao julgador, entendimento consubstanciado na Súmula 74, item II, do TST; **C:** incorreta, pois o juiz não determinará a produção de novas provas. Deverá analisar as provas já existentes no processo; **D:** incorreta, pois não deve ser designada nova audiência.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2010.1) Assinale a opção correta relativamente à resposta do reclamado.

(A) Quando forem notificados para a ação vários reclamados, com diferentes procuradores, o prazo para a contestação será contado em dobro.
(B) De acordo com a CLT, o fato de o juiz ter parentesco por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau civil em relação à pessoa dos litigantes é causa de suspeição, devendo ser questionada, via exceção, no caso de não pronunciamento pelo próprio magistrado.
(C) A perempção, a conexão e a falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar, podem ser alegadas quando da discussão de mérito.
(D) Cabe ao reclamado manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial, presumindo-se verdadeiros os fatos não impugnados, ainda que em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.

A: incorreta, pois a regra do prazo em dobro para litisconsortes com procuradores distintos, disposta no art. 229 do CPC/2015, em conformidade com o art. 769 da CLT, não poderá ser aplicável ao processo do trabalho por se mostrar incompatível com o princípio da celeridade processual aplicável à justiça trabalhista. Nesse sentido, o TST solidificou entendimento através da Orientação Jurisprudencial 310 da SDI-1 do TST; **B:** correta, pois de acordo com o art. 801 "c" da CLT, o fato de o juiz ter parentesco por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau civil em relação à pessoa dos litigantes é causa de suspeição, devendo ser alegada pela parte, por meio de exceção de suspeição, no prazo da resposta/defesa; **C:** incorreta, pois nos termos do art. 337 do CPC/2015, a perempção, a conexão e a falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar, devem ser discutidas como preliminares ao mérito; **D:** incorreta, pois dispõe o art. 341, III, do CPC/2015, aplicado ao processo do trabalho por força do art. 769 do CLT, que cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial, presumindo-se verdadeiros os fatos não impugnados, exceto, entre outras situações, se estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.3) A respeito das comissões de conciliação prévia, assinale a opção correta.

(A) A provocação da comissão de conciliação prévia não suspende o prazo prescricional para a propositura da reclamação trabalhista.
(B) As comissões de conciliação prévia compõem a estrutura da Justiça do Trabalho.
(C) O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.
(D) A ausência da empresa na data designada para a tentativa de conciliação prévia implica a penalidade de revelia.

A: incorreta, pois de acordo com o art. 625-G da CLT, a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia, o prazo prescricional ficará suspenso e recomeçará a fluir, pelo que resta, a partir da tentativa frustrada de conciliação; **B:** incorreta, pois a Comissão de Conciliação Prévia não compõem a estrutura da Justiça do Trabalho. Nos termos

do art. 111 da CF são órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho, Os Tribunais Regionais do Trabalho e os juízes do trabalho; **C:** correta, pois nos termos do art. 625-E, parágrafo único, da CLT, o termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas. **D:** incorreta, pois a Lei n. 9.958/2000, que alterou e acrescentou os arts. 625-A a 625-H, na CLT, dispondo sobre a Comissão de Conciliação Prévia, não determinou a obrigatoriedade de o empregado comparecer à sessão de conciliação, facultando-lhe apenas encaminhar sua pretensão à Comissão de Conciliação Prévia, objetivando maior celeridade no recebimento de seus créditos trabalhistas.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.3) No que diz respeito à exceção de suspeição, assinale a opção correta.

(A) A suspeição será admitida se do processo constar que o recusante deixou de alegá-la anteriormente, quando já a conhecia, ou que, depois de conhecida, aceitou o juiz recusado ou, finalmente, se procurou, de propósito, o motivo de que ela se originou.
(B) Das decisões sobre exceções de suspeição, salvo, quanto a estas, se terminativas do feito, não caberá recurso, podendo, no entanto, as partes alegá-las novamente no recurso que couber da decisão final.
(C) Em razão do princípio do juiz natural, não cabe falar em suspeição do juiz na Justiça do Trabalho.
(D) Parentesco de terceiro grau civil, em relação à pessoa dos litigantes, não é motivo para o juiz dar-se por suspeito.

A: incorreta, pois naqueles casos, de acordo com o art. 801, parágrafo único, da CLT, a exceção de suspeição não será admitida; **B:** correta, pois de acordo com o art. 799, § 2º, da CLT, da decisão sobre a exceção de suspeição não caberá recurso, salvo quando terminativas de feito. É a regra da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias. Nesse caso, por não existir a possibilidade de recurso imediato, art. 893, § 1º, da CLT, deverá a parte alegá-la como preliminar no recurso cabível da decisão final; **C:** incorreta, pois o princípio do juiz natural se relaciona com a imparcialidade do juiz. É utilizado para assegurar a imparcialidade do juiz e encontra-se previsão no art. 5º, XXXVII e LIII, da CF; **D:** incorreta, pois de acordo com o art. 801, "c", da CLT, o parentesco por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau civil da CLT, é motivo de suspeição do juiz.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.1) A respeito das Comissões de Conciliação Prévia, assinale a opção correta.

(A) É obrigatória a instituição de tais comissões pelas empresas e sindicatos.
(B) As referidas comissões não interferem no curso do prazo prescricional.
(C) O termo de conciliação é considerado título executivo judicial.
(D) É vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros das comissões em apreço até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave.

A: incorreta, pois o art. 625-A da CLT ensina que não é obrigatória a instituição de Comissões de Conciliação Prévia, ao determinar que as empresas "podem" instituir referidas comissões; **B:** incorreta, pois nos termos do art. 625-G da CLT, havendo provocação da Comissão de Conciliação Prévia, o prazo prescricional é suspenso; **C:** incorreta, pois nos termos do art. 625-E, parágrafo único, da CLT, o termo de conciliação é considerado título executivo extrajudicial; **D:** correta, pois em conformidade com o art. 625-B, § 1º, da CLT é vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave. Para essa espécie de garantia de emprego não há necessidade de inquérito judicial para apuração de falta grave.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.3) A respeito da conciliação no processo trabalhista, assinale a opção correta.

(A) Sob pena de nulidade, a conciliação tem de ser buscada antes do oferecimento da defesa pelo réu e antes do julgamento do feito.
(B) O juiz deve propiciar a conciliação tão logo dê início à audiência; caso não seja esta alcançada, deve o magistrado passar à instrução e ao julgamento sem permitir nova possibilidade para a composição das partes.
(C) Encerrado o juízo conciliatório, as partes não mais podem celebrar acordo ante a ocorrência da preclusão.
(D) A decisão que homologa o acordo é irrecorrível para qualquer das partes e, quando for o caso, para a previdência social.

A: correta, pois no processo do trabalho a conciliação deve ser buscada pelo juiz em dois momentos. A primeira tentativa de conciliação ocorre após a abertura da audiência inaugural, antes do oferecimento da resposta/defesa pela reclamada, nos termos do art. 846 da CLT. A segunda tentativa de conciliação ocorre após a apresentação das razões finais, em conformidade com o art. 850 da CLT; **B:** incorreta, pois nos termos do art. 847 da CLT, não havendo acordo o juiz abrirá o prazo para apresentação de resposta/defesa. A fase de instrução não se inicia após tentativa de conciliação, como tenta induzir a assertiva, mas sim, após a defesa, nos termos do art. 848 da CLT; **C:** incorreta, pois a conciliação pode ser feita a qualquer momento, em conformidade com o art. 764, § 3º, da CLT; **D:** incorreta, pois a Previdência Social poderá apresentar recurso ordinário, exclusivamente, quanto às contribuições que lhe forem devidas, nos termos do art. 831, parágrafo único, da CLT.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3) Manuel, contratado por uma empresa de comunicação visual, no dia 18/9/2005, para prestar serviços como desenhista, foi dispensado sem justa causa em 3/11/2008. Inconformado com o valor que receberia a título de adicional noturno, férias e horas extras, Manuel firmou, no dia 11/11/2008, acordo com a empresa perante a comissão de conciliação prévia, recebendo, na ocasião, mais R$ 927,00, além do valor que a empresa pretendia pagar-lhe. A comissão de conciliação prévia ressalvou as horas extras. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Manuel não poderá reclamar na Justiça do Trabalho nenhuma parcela, visto que o acordo ocorreu regularmente.
(B) Manuel pode postular na Justiça do Trabalho o pagamento de horas extras, dada a ressalva apresentada pela comissão de conciliação prévia.
(C) A comissão de conciliação prévia não poderia firmar acordo parcial indicando ressalvas.
(D) O título decorrente da homologação somente pode ser questionado perante a comissão de conciliação prévia.

A: incorreta, pois Manuel poderá reclamar na Justiça do Trabalho as parcelas ressalvadas no termo de conciliação. O trâmite da conciliação prévia vem disposto no art. 625-D e parágrafos da CLT. Importante ressaltar que a Suprema Corte decidiu por maioria de votos – ADIs 2139 e 2160 –, que as ações trabalhistas podem ser submetidas ao judiciário trabalhista mesmo antes de submeter a questão à Comissão de Conciliação Prévia; **B:** correta, pois o art. 625-E, parágrafo único, da CLT, ensina que o termo de conciliação terá eficácia liberatória geral, não alcançando as parcelas expressamente ressalvadas no título, podendo a parte postular na Justiça do Trabalho seu pagamento; **C:** incorreta, pois não há vedação legal para a ressalva apontada. *Vide* art. 625-E, parágrafo único da CLT; **D:** incorreta, pois o título decorrente da conciliação poderá ser questionado, desde que haja nulidade, na medida em que nenhuma lesão ou ameaça de direito poderá ser afastado da apreciação pelo Poder Judiciário, em decorrência do princípio da inafastabilidade da jurisdição.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.1) João moveu reclamação trabalhista contra a Empresa Delta Ltda., pleiteando pagamento de adicional de insalubridade. Alegou, na inicial, que tinha contato permanente com o elemento A, nocivo à saúde. Realizada a perícia, ficou constatado que João trabalhava em condições nocivas, porém em contato permanente com o elemento B e, não, como afirmado na inicial, com o elemento A. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

(A) A ação deve ser julgada improcedente, visto que a prova dos autos não se coaduna com o pedido.

(B) Tendo a perícia concluído que João trabalhava em condições insalubres, o fato de ele ter apontado agente insalubre diverso não prejudica o pedido de adicional de insalubridade.
(C) A reclamação trabalhista movida por João deve ser extinta sem o julgamento do mérito, visto que o pedido se torna juridicamente impossível, em virtude de o elemento nocivo justificador do pedido não ter sido o mesmo detectado pela perícia.
(D) O juiz deve abrir prazo para que João reformule o pedido e substitua o agente nocivo.

A: incorreta, pois a ação não pode ser julgada improcedente, na medida em que o apontamento na petição inicial de agente diverso do apurado em perícia não prejudica o pedido de adicional de insalubridade. Isso porque apenas a perícia técnica poderá apontar qual é o elemento prejudicial à saúde do trabalhador; **B:** correta, pois reflete o disposto na Súmula 293 do TST; **C:** incorreta, pois o pedido de João não pode ser considerado "juridicamente impossível", na medida em que há em nosso ordenamento jurídico, a possibilidade de pedido de adicional de insalubridade. Nesse caso, a causa de pedir ficará atrelada quanto ao trabalho em local insalubre e não quanto ao agente em si; **D:** incorreta, pois não há necessidade de abertura de prazo para que João reformule seu pedido.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.3) Assinale a correta acerca do procedimento sumaríssimo.

(A) A ausência de pedido certo e determinado impõe, além do pagamento das custas sobre o valor da causa, o arquivamento da reclamação.
(B) No âmbito desse procedimento, não será possível a produção de prova técnica.
(C) Tal procedimento é aplicável aos dissídios individuais e coletivos, desde que o valor da causa não exceda quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do seu ajuizamento.
(D) Estão excluídas desse tipo de procedimento as demandas em que seja parte a administração pública direta, autárquica, fundacional ou sociedade de economia mista.

A: correta, pois o reflete o disposto no art. 852-B, I, da CLT, combinado com seu § 1º; **B:** incorreta, pois em conformidade com o art. 852-H, § 4º, da CLT, admite-se a prova técnica no procedimento sumaríssimo; **C:** incorreta, pois de acordo com o art. 852-A da CLT, apenas os dissídios individuais que não ultrapassarem 40 salários-mínimos serão submetidos ao procedimento sumaríssimo; **D:** incorreta, pois nos termos do art. 852-A, parágrafo único, da CLT estão excluídos do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, e não cita a sociedade de economia mista.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.2) A respeito do procedimento sumaríssimo no processo do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Cada parte poderá indicar até três testemunhas para a oitiva na audiência de instrução e julgamento.
(B) No procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a Súmula uniforme do TST ou por violação direta da CF.
(C) Ação trabalhista contra autarquia federal submete-se ao procedimento sumaríssimo desde que o valor daquela não exceda a quarenta salários-mínimos.
(D) A citação por edital será admitida no procedimento sumaríssimo caso as tentativas de citação por carta registrada e oficial de justiça não tenham logrado êxito.

A: incorreta, pois nos termos do art. 852-H, § 2º, da CLT cada parte poderá indicar duas testemunhas; **B:** correta, pois reflete o disposto no art. 896, § 6º, da CLT. Com o advento da Lei 13.015/2014 tal previsão vem expressa no § 9º do art. 896, com mais uma hipótese de cabimento: violação à súmula vinculante do STF; **C:** incorreta, pois de acordo com o art. 852-A, parágrafo único, da CLT, estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte as autarquias federais; **D:** incorreta, pois de acordo com o art. 852-B, II, da CLT, no procedimento sumaríssimo não se admite a citação por edital.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.1) Com relação ao procedimento sumaríssimo estipulado na CLT, assinale a opção correta.

(A) Nas reclamações enquadradas no referido procedimento, não é permitida a citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e do endereço do reclamado.
(B) Nas reclamações enquadradas no referido procedimento, o pedido pode ser ilíquido, desde que não seja possível a parte indicá-lo expressamente.
(C) O procedimento sumaríssimo é apropriado para reclamação trabalhista com valor de até sessenta vezes o salário-mínimo vigente na data do seu ajuizamento.
(D) O número máximo de testemunhas que cada uma das partes pode indicar é três, devendo elas comparecer à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação ou convite.

A: correta, pois de acordo com o art. 852-B, II, da CLT, no procedimento sumaríssimo não se admite a citação por edital; **B:** incorreta, pois nos termos do art. 852-B, I, da CLT, as causas submetidas ao procedimento sumaríssimo, o pedido deverá ser certo ou determinado. Importante ressaltar que o não atendimento a este requisito importará no arquivamento das reclamações com o pagamento de custas, em conformidade com o § 1º do art. 852-B da CLT; **C:** incorreta, pois de acordo com o art. 852-A da CLT serão submetidas ao procedimento sumaríssimo as causas cujo valor não exceda 40 salários mínimos; **D:** incorreta, pois nos termos do art. 852-H, § 2º, da CLT cada parte poderá indicar duas testemunhas.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.1) Antônio moveu reclamação trabalhista contra a Empresa Sol Ardente, tendo o valor total das verbas pleiteadas correspondido a R$ 6.500,00. Na audiência de conciliação, a empresa reclamada não compareceu, e o juiz percebeu que a citação não fora realizada porque o reclamante havia fornecido o endereço da reclamada de forma incompleta.

Nessa situação, o juiz deve

(A) determinar o retorno do processo à secretaria da vara para tentativa de localização da reclamada;
(B) determinar o arquivamento da reclamação trabalhista;
(C) abrir prazo para que o reclamante informe o endereço correto da reclamada, determinando a designação de nova audiência;
(D) aplicar a penalidade da revelia e confissão da reclamada.

A: incorreta, pois de acordo com o art. 852-B, II, da CLT cabe ao autor a indicação correta de endereço do reclamado; **B:** correta, pois nos termos do art. 852-B, II, da CLT, cabe ao autor a indicação correta de endereço do reclamado. O não atendimento a este requisito importará no arquivamento da reclamação, em conformidade com o art. 852-B, § 1º, da CLT; **C:** incorreta, pois não se admite no procedimento sumaríssimo a emenda da petição inicial, devendo o autor indicar o correto endereço; **D:** incorreta, pois as cominações da revelia apenas poderão ser aplicadas àquele reclamado que notificado não comparece à audiência inaugural.
Gabarito "B"

9. EXECUÇÃO

(Técnico Judiciário – TRT/1ª – 2008 – CESPE) Submetida uma demanda trabalhista à comissão de conciliação prévia, celebrou-se acordo. Entretanto, a reclamada não o cumpriu. Nessa situação,

(A) o acordo celebrado é um título executivo, como o são os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho.
(B) em face do não cumprimento de acordo, o trabalhador está de posse de um título executivo judicial.
(C) como foi celebrado em comissão de conciliação prévia, o acordo não é considerado título executivo.
(D) deverá ser fornecida ao trabalhador declaração de conciliação frustrada.
(E) somente o acordo realizado perante a justiça do trabalho é considerado um título executivo.

Art. 876 da CLT.
Gabarito "A"

(Técnico Judiciário – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Julgue os itens a seguir.

(1) A execução trabalhista pode ser promovida pelo interessado ou de ofício pelo juiz.

(2) Garantida a execução ou penhorados os bens, o executado, exceto quando se tratar da Fazenda Pública, terá o prazo de 10 dias para apresentar embargos.

1: correta, art. 878 da CLT; **2:** incorreta, pois garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação (art. 884 da CLT).

Gabarito 1C, 2E

(OAB – CESPE – 2009.3) Com relação ao princípio da inércia jurisdicional no âmbito da Justiça do Trabalho, assinale a opção correta.

(A) A execução poderá ser promovida de ofício.

(B) A execução, no âmbito da Justiça do Trabalho, terá início somente quando a parte interessada requerer o cumprimento da sentença.

(C) O juiz não pode promover, de ofício, a execução.

(D) Tratando-se de decisões dos tribunais regionais, a execução deverá ser promovida, necessariamente, pelo advogado da parte credora.

A: correta, pois nos termos do art. 878 da CLT, é permitido ao juiz iniciar *ex officio* a execução trabalhista; **B:** incorreta, pois como dispõe o art. 878 da CLT, é permitido ao juiz iniciar *ex officio* a execução trabalhista; **C:** incorreta, pois a opção contraria o disposto no art. 878 da CLT; **D:** incorreta, pois a opção contraria o disposto no art. 878 da CLT.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.1) Acerca da execução trabalhista regulamentada pela CLT, assinale a opção correta.

(A) Somente as partes poderão promovê-la.

(B) Poderá ser impulsionada ex officio pelo juiz.

(C) O prazo estipulado para o ajuizamento dos embargos à execução é de dez dias após garantida a execução ou penhorados os bens.

(D) Não poderão ser executadas ex officio as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos juízes e tribunais do trabalho e resultantes de condenação ou homologação de acordo.

A: incorreta, pois nos termos do art. 878 da CLT a execução trabalhista poderá ser promovida por qualquer interessado, ou *ex officio* pelo próprio Juiz ou Presidente ou Tribunal competente; **B:** correta, pois está em consonância com o disposto no art. 878 da CLT; **C:** incorreta, pois nos termos do art. 884 da CLT, o prazo para oferecimento dos embargos à execução é de 5 (cinco) dias; **D:** incorreta, pois a opção contraria o disposto no art. 876, parágrafo único, da CLT.

Gabarito "B"

10. COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) No que concerne à ação rescisória no processo do trabalho, julgue os seguintes itens.

(1) Prorroga-se, até o primeiro dia útil imediatamente subsequente, o prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória quando expira em férias forenses, feriados, finais de semana ou em dia em que não haja expediente forense.

(2) Compete originariamente à Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST julgar as ações rescisórias propostas contra as sentenças normativas desse tribunal.

1: Certo, pois o enunciado está de acordo com a Súmula 100, IV, do TST: "Prorroga-se até o primeiro dia útil, imediatamente subsequente, o prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória quando expira em férias forenses, feriados, finais de semana ou em dia em que não houver expediente forense. Aplicação do art. 775 da CLT"; **2:** Certo, pois o enunciado está de acordo com o art. 2º, I, *c*, da Lei 7.701/1988.

Gabarito 1C, 2C

(OAB – CESPE – 2009.1) Com base no que dispõe a CLT sobre a ação rescisória e à luz do entendimento do TST sobre a matéria, assinale a opção correta.

(A) Por falta de previsão legal, a ação rescisória é incabível no âmbito da Justiça do Trabalho.

(B) A ação rescisória é cabível no âmbito da Justiça do Trabalho e está sujeita ao depósito prévio de 20% do valor da causa, salvo o caso de miserabilidade jurídica do autor.

(C) É admissível o reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda mediante ação rescisória fundamentada em violação de lei.

(D) É dispensável a prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda para o processamento de ação rescisória, mesmo porque é admissível a ação rescisória preventiva.

A: incorreta, pois há previsão legal acerca da ação rescisória no art. 836 da CLT; **B:** correta, pois reflete o disposto no art. 836 do CLT; **C:** incorreta, pois de acordo com o entendimento cristalizado na Súmula 410 do TST, não se admite o reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda; **D:** incorreta, pois conforme entendimento consubstanciado na Súmula 299, I, do TST, é indispensável ao processamento da ação rescisória a prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda.

Gabarito "B"

11. INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Com referência ao inquérito para apuração de falta grave, assinale a opção correta.

(A) Para efeito de impetração de mandado de segurança, constitui direito líquido e certo do empregador a suspensão do empregado, ainda que detentor de estabilidade sindical, até a decisão final do inquérito em que se apure a falta grave a ele imputada.

(B) Cada uma das partes não pode indicar mais de três testemunhas.

(C) Mesmo se tiver havido prévio reconhecimento da estabilidade do empregado, o julgamento do inquérito pelo juízo prejudica a execução para pagamento dos salários devidos ao empregado, até a data da instauração do inquérito.

(D) Qualquer representante sindical somente pode ser dispensado por falta grave mediante a apuração em inquérito judicial.

(E) O prazo de decadência do direito do empregador de ajuizar inquérito em face do empregado que incorre em abandono de emprego é contado a partir do momento em que o empregado se afastou de suas atividades.

A: correta, pois a assertiva está de acordo com a Orientação Jurisprudencial 137 da SDI-II do TST: "MANDADO DE SEGURANÇA. DIRIGENTE SINDICAL. ART. 494 DA CLT. APLICÁVEL. Constitui direito líquido e certo do empregador a suspensão do empregado, ainda que detentor de estabilidade sindical, até a decisão final do inquérito em que se apure a falta grave a ele imputada, na forma do art. 494, "caput" e parágrafo único, da CLT"; **B:** incorreta, pois no caso de inquérito para apuração de falta grave cada parte pode indicar até 6 testemunhas (art. 821 da CLT); **C:** incorreta (art. 855 da CLT); **D:** incorreta, pois a estabilidade dos dirigentes sindicais encontra algumas limitações, conforme Súmula 369 do TST: "DIRIGENTE SINDICAL. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. I – É assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, ainda que a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo previsto no art. 543, § 5º, da CLT, desde que a ciência ao empregador, por qualquer meio, ocorra na vigência do contrato de trabalho I II – O art. 522 da CLT, que limita a sete o número de dirigentes sindicais, foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. III – O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente. IV – Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade. V – O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso-prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade, visto

que inaplicável a regra do § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho"; **E:** incorreta, pois o prazo para ajuizar inquérito é contado a partir do momento em que o empregado pretendeu seu retorno ao serviço (Súmula 62 do TST: "ABANDONO DE EMPREGO. O prazo de decadência do direito do empregador de ajuizar inquérito em face do empregado que incorre em abandono de emprego é contado a partir do momento em que o empregado pretendeu seu retorno ao serviço").

Gabarito "A"

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) O inquérito de apuração de falta grave é ação que busca rescindir o contrato de trabalho do empregado

(A) estável que praticou ato incompatível com sua atividade profissional, independentemente de enquadrar-se esse ato como justa causa.
(B) estável que praticou ato enquadrado como justa causa.
(C) não estável, quando o empregador deseja, antes da rescisão, apurar a prática de falta grave.
(D) não estável, quando o empregador deseja, antes da rescisão, suspendê-lo de suas funções, para apurar conduta de descumprimento de deveres e obrigações contratuais.

A opção correta é a letra "B", pois previsto nos arts. 853 a 855 da CLT, o inquérito judicial para apuração de falta grave é uma ação ajuizada pelo empregador, objetivando a resolução do contrato de trabalho de seu empregado, que não pode ser despedido arbitrariamente por ser detentor de estabilidade, por cometimento de falta grave. Deverá ser proposto nos seguintes casos: *a)* dirigente sindical, nos termos d art. 8º, VIII, da CF e art. 543, § 3º, da CLT; *b)* empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas, nos termos do art. 55 da Lei 5.764/1971; *c)* empregados membros do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, nos termos do art. 3º, § 7º, da Lei 8.213/1991 e *d)* empregados eleitos membros de comissão de conciliação prévia, nos termos do art. 625-B, § 1º, da CLT. Importante lembrar que para parte da doutrina – Sergio Pinto Martins, **Direito Processual do Trabalho**, p. 443 – para os *empregados eleitos membros de comissão de conciliação prévia*, não é necessário inquérito judicial para apuração de falta grave.

Gabarito "B"

12. DEMANDAS COLETIVAS (DISSÍDIO COLETIVO, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, AÇÃO DE CUMPRIMENTO)

(Procurador do Estado/ES – 2008 – CESPE) Em relação à tutela dos interesses metaindividuais na justiça do trabalho e levando em conta a jurisprudência do STF a respeito do assunto, julgue o item subsequente.

(1) A substituição processual pelo sindicato é ampla, não se restringindo às hipóteses expressamente previstas na legislação, podendo ocorrer até mesmo na fase de execução de sentença.

1: correto, pois o STF entendeu que o art. 8º, III, da CF estabelece a legitimidade extraordinária dos sindicatos, sendo esta ampla, abrangendo a liquidação e a execução dos créditos reconhecidos aos trabalhadores integrantes da categoria que representam (STF – RE/193503).

Gabarito 1C

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Em assembleia geral, após frustrada negociação coletiva com o sindicato patronal, os motoristas e cobradores de ônibus de empresas de transporte coletivo de certo município resolveram deflagrar movimento paredista. Comunicaram às empresas de transporte coletivo das quais eram empregados a deliberação pela greve e, no dia seguinte, após anúncio em jornais, rádio e televisão, pararam de trabalhar, mantendo, contudo, colegas incumbidos de trafegar com parte dos ônibus, nos horários de pico, exceto nas linhas que passam pelos lugares mais movimentados da cidade, que continuam sem atendimento de transporte público algum. Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

(1) A paralisação é legal porque a decisão sobre a oportunidade do exercício do direito de greve compete apenas aos trabalhadores, e, no caso, houve observância da exigência da comunicação prévia aos empregadores e à sociedade.
(2) O Ministério Público do Trabalho, à conta do interesse público e do serviço envolvido, pode ajuizar dissídio coletivo perante o competente TRT para decisão acerca do referido conflito.
(3) Eventual decisão do TRT acerca da abusividade da greve, julgando dissídio coletivo que tenha sido ajuizado, está sujeita a recurso de revista para o TST, cabendo, em tal caso, à respectiva Seção de Dissídios Coletivos o reexame da decisão regional.

1: incorreta, art. 13 da Lei 7.783/89; **2:** correta, art. 114, § 3º, da CF; **3:** incorreta, art. 895, II, da CLT.

Gabarito 1E, 2C, 3E

13. RECURSOS

(Técnico Judiciário – TRT/5ª – 2008 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, relativos aos recursos no processo do trabalho.

(1) O Código de Processo Civil (CPC) estabelece prazo em dobro para litisconsortes com procuradores distintos. Tal regra não se aplica ao processo do trabalho, pois é incompatível com o princípio da celeridade inerente ao processo trabalhista.
(2) O recurso cabível contra as decisões proferidas pelo juiz do trabalho em execuções é o agravo de petição.
(3) É admissível a interposição de recursos por fax, desde que os originais sejam juntados ao processo em cinco dias, contados a partir do dia subsequente ao término do prazo recursal.
(4) O depósito recursal é requisito de conhecimento do recurso ordinário.
(5) A apresentação das contrarrazões de um recurso é obrigatória.

1: correta, OJ 310 da SDI-1 do TST; **2:** correta, art. 897, *a*, da CLT; **3:** correta, art. 2º da Lei 9.800/99 e Súmula 387 do TST; **4:** correta, art. 899, § 1º, da CLT, Instrução Normativa 03/93 do TST e Súmula 128 do TST; **5:** incorreta, trata-se de um ônus processual previsto no art. 900 da CLT, mas não de um dever, pois a não apresentação, embora possa acarretar uma desvantagem no processo, não acarreta sanção.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C, 5E

(Técnico Judiciário – TRT/9ª – 2007 – CESPE) Com relação aos recursos, julgue os itens que se seguem.

(1) O princípio da proibição de reforma para pior consiste na vedação de que, no julgamento de um recurso, se possa retirar do único recorrente, no todo ou em parte, vantagem obtida no julgamento do grau inferior, em benefício do recorrido.
(2) O prazo recursal é peremptório; por isso, quando ocorrer a sua interrupção, o prazo já transcorrido antes da paralisação será computado na verificação da tempestividade do recurso, isto é, se reinicia a contagem pelo restante do prazo e não por inteiro.

1: correta, o princípio da *non reformatio in pejus* decorre do princípio dispositivo e do princípio da inércia, sendo corolário, outrossim, do efeito devolutivo (*tantum devolutum quantum apellatum*), e é excepcionado, segundo a doutrina, nas hipóteses do recurso produzir efeito translativo, assim denominada a possibilidade de conhecimento *ex officio* de matérias de ordem pública em sede recursal, ainda que implique em julgamento prejudicial ao recorrente; **2:** incorreta, pois a interrupção de prazos, como ocorre na hipótese de interposição de embargos de declaração, é conceito que se distingue da mera suspensão: no primeiro caso, a prática do ato interruptor acarreta, na forma que a lei determinar, o reinício do prazo, ao passo que no segundo, como é o caso dos embargos de declaração intempestivos (segundo entende Carlos Henrique Bezerra Leite), é aproveitado o prazo anterior.

Gabarito 1C, 2E

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta quanto ao atual entendimento do TST acerca do recurso prematuro.

(A) A apresentação do referido recurso, mesmo sendo considerada intempestiva, interrompe o prazo de interposição de outros recursos.

(B) O prazo recursal começa a fluir a partir do momento em que, tendo sido juntado aos autos o acórdão, a parte interessada dele toma conhecimento.
(C) A parte não precisa aguardar a publicação de decisão para que possa tomar conhecimento do seu teor e apresente recurso refutando os argumentos nela constantes, sendo este considerado fundamentado e apto a ser conhecido.
(D) Antes da publicação, a decisão não é considerada perfeita, mesmo quando a parte toma dela conhecimento sem ter havido ainda a intimação, pois a decisão inexiste juridicamente devido à ausência de comunicação formal. _

A: opção incorreta, pois o recurso intempestivo não interrompe o prazo para interposição de outros recursos; **B:** opção incorreta, pois o prazo se inicia com a publicação da decisão. Veja art. 272 do CPC/2015; **C:** opção incorreta, pois apenas com a publicação, veja art. 272 CPC/2015; **D:** opção correta. Veja arts. 269 e seguintes do CPC/2015.
Gabarito "D"

(Analista – TRT/17ª – 2009 – CESPE) Com relação aos recursos trabalhistas, julgue os itens subsequentes.

(1) Cabe agravo de petição, no prazo de oito dias, das decisões do juiz de primeiro grau nas execuções, e, considerando-se as peculiaridades do processo do trabalho e o princípio da proteção, é desnecessária a delimitação justificada dos valores impugnados.
(2) O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não recebe agravo de petição não suspende a execução da sentença.
(3) Compete à Seção de Dissídios Individuais (SDI) julgar em última instância os embargos interpostos às decisões divergentes das turmas, ou destas com decisão da SDI, ou com enunciado da Súmula e as que violarem literalmente preceito de lei federal ou da CF.

1: incorreta, art. 897, §1º, da CLT; **2:** correta, art. 897, § 2º, da CLT; **3:** incorreta, os embargos de nulidade (por violação a preceito de lei federal) foram suprimidos pela Lei 11.496/07.
Gabarito 1E, 2C, 3E

(OAB – CESPE – 2010.1) Em reclamação trabalhista, o advogado do reclamante interpôs recurso ordinário contra a sentença proferida pelo juiz de primeiro grau, que julgou improcedente o pedido de condenação em horas extras formulado pelo reclamante e indeferiu a oitiva das testemunhas arroladas, por entender que o depoimento do reclamante era suficiente para o julgamento da demanda. Argumentando a tese do cerceamento de defesa, o advogado formulou pedido de anulação dos atos processuais, sem requerer expressamente a análise, pelo tribunal, das horas extras negadas. Ao se julgar o recurso ordinário no TRT, foi reconhecido o cerceamento de defesa e condenada a empresa a pagar ao reclamante as horas extras pleiteadas. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito da decisão do TRT.

(A) O recurso ordinário devolve toda a matéria para a análise do TRT, logo, reconhecido o cerceamento de defesa, deve o tribunal analisar a questão das horas extras.
(B) Não cabe ao TRT fazer nova análise de prova em sede de recurso ordinário, portanto o tribunal não poderia ter estabelecido condenação em horas extras.
(C) Não tendo o advogado requerido análise das horas extras, o julgamento deve limitar-se ao que foi expressamente pedido, logo, não poderia o TRT estabelecer condenação em horas extras.
(D) O TRT agiu equivocadamente, visto que, reconhecido o cerceamento de defesa, deveria ter designado data para a oitiva de testemunhas, e, só então, analisar o pedido de condenação em horas extras.

A: incorreta, pois o recurso ordinário devolve para o Tribunal a análise das matérias impugnadas no recurso, chamado de princípio da devolutividade do recurso ou *tantum devolutum quantum appellatum*. Veja também art. 1013, § 1º, CPC/2015 e súmula 393 TST. **B:** incorreta, pois o TRT poderá fazer nova análise de prova, dada a natureza ordinária do recurso. A análise fática não poderá ser apreciada nos recursos de natureza extraordinária, como por exemplo, o recurso de revista e o recurso de embargos de divergência no TST; **C:** correta, pois reflete o princípio da devolutividade dos recursos, ou seja, a nova análise se limitará à matéria e fundamentos alegados no recurso; **D:** incorreta, pois caso o Tribunal entenda necessário a realização de diligências, deverá baixar os autos ao juiz de 1º grau. O pleito de horas extras, como não foi objeto de recurso, não poderá ser analisado pelo TRT.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2010.1) Considere que, em processo trabalhista, as empresas Delta e Echo sejam condenadas, de forma solidária, pelo juiz do trabalho, que ambas interponham recurso ordinário, que apenas Delta efetue o depósito recursal, e nenhuma delas pleiteie a exclusão da lide. Nessa situação hipotética, o recurso apresentado pela empresa Echo

(A) será deserto, em razão de não ter sido efetuado o depósito recursal;
(B) será intempestivo, em razão de não ter sido efetuado o depósito recursal;
(C) deverá ser conhecido, mas improvido, em razão de não ter sido efetuado o depósito recursal;
(D) estará apto a ser conhecido, visto que, sendo a condenação solidária, o depósito efetuado pela empresa Delta aproveita à empresa Echo.

A: incorreta, pois, de acordo com a Súmula 128, III, do TST, havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma das empresas aproveita as demais, desde que a empresa que efetuou o depósito não pleiteie sua exclusão da lide; **B:** incorreta, pois intempestividade não se relaciona com ausência de depósito, e sim com o prazo; **C:** incorreta, pois, como vimos, havendo condenação solidária e não pedindo a empresa exclusão da lide, o depósito de uma aproveitará a outra; **D:** correta, pois está em consonância com a Súmula 128, III, do TST.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta com referência aos recursos no processo do trabalho.

(A) As decisões proferidas pelos TRTs em processos de dissídios coletivos são irrecorríveis.
(B) Nos recursos de revista, assim como nos recursos especiais, o recorrente apenas poderá fundamentar a afronta a dispositivo de lei federal, cabendo ao STF a análise de afrontas à CF.
(C) O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados.
(D) Omissões e contradições podem ser questionadas por intermédio de embargos de declaração, que deverão ser opostos no prazo de oito dias, contados da publicação da sentença ou acórdão.

A: incorreta, pois a decisão proferida pelo TRT em dissídio coletivo ou individuais são recorríveis via recurso ordinário, com fulcro no art. 895, II, da CLT; **B:** incorreta, pois é possível a interposição de recurso de revista por afronta à CF, nos termos do art. 896, *c*, da CLT; **C:** correta, pois reflete o disposto no art. 897, § 1º, da CLT; **D:** incorreta, pois nos termos do art. 897-A, da CLT, o prazo para oposição de embargos de declaração é de 5 (cinco) dias.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta no que diz respeito à interposição de recurso sob o rito sumaríssimo.

(A) Em razão do princípio da celeridade, que norteia todo rito sumaríssimo, o prazo de interposição do recurso ordinário, em tal hipótese, é reduzido para 5 (cinco) dias.
(B) O parecer do representante do MP, se necessário, deve ser escrito e apresentado na sessão de julgamento do recurso.
(C) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a Súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.

(D) O recurso ordinário terá acórdão consistente unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente; caso a sentença seja confirmada pelos próprios fundamentos, a certidão de julgamento, na qual se registra tal circunstância, servirá de acórdão.

A: incorreta, pois nos termos do art. 895, I, da CLT, o prazo para interposição de recurso ordinário é de 8 (oito) dias; **B:** incorreta, pois nos termos do art. 895, § 1º, III, da CLT, o parecer do MP será oral; **C:** incorreta, pois em conformidade com o art. 896, § 9º, da CLT, o recurso de revista será cabível por contrariedade a Súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e violação direta da CF. Veja Súmula 442 do TST; **D:** correta, pois reflete o disposto no art. 895, § 1º, IV, da CLT.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.2) O art. 899 da CLT dispõe que os recursos trabalhistas devem ser interpostos por simples petição. Segundo entendimento pacífico da jurisprudência, no tratamento da necessidade de fundamentação dos recursos apresentados,

(A) o recurso deve ser fundamentado, visto que, na Justiça do Trabalho, exige-se que as razões ataquem os fundamentos da decisão recorrida;
(B) a fundamentação recursal será necessária somente se o pedido não delimitar com precisão o objeto da irresignação, impossibilitando compreender-se a controvérsia em toda sua extensão;
(C) não será necessária, ante a informalidade do processo trabalhista, a fundamentação dos recursos;
(D) apenas os recursos de natureza extraordinária, por expressa previsão constitucional, devem ser fundamentados, sob pena de não serem conhecidos.

A alternativa A está correta, pois a doutrina majoritária, assim como os Tribunais superiores confirmam a necessidade do oferecimento das razões que fundamentam o recurso, a fim de que o Tribunal conheça os motivos de sua interposição, bem assim para que não se permita a proliferação de recursos meramente protelatórios. Segundo alguns autores, a regra do *caput* do art. 899 da CLT, que admite interposição do recurso por simples petição não teria sido recepcionada pela nova ordem constitucional, estando derrogada, em face da garantia da ampla defesa prevista no art. 5.º, LV, e § 1º, da CF, que impõe a obrigatoriedade de fundamentação dos recursos com as razões de fato e de direito, para possibilitar o contraditório pela outra parte através de contrarrazões.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.1) O agravo de petição é o recurso cabível contra a decisão do juiz do trabalho, nas execuções. A respeito desse recurso, assinale a opção correta.

(A) A simples interposição do agravo de petição suspende a execução na sua totalidade.
(B) O prazo para a interposição do agravo de petição é de 10 (dez) dias.
(C) O julgamento do agravo de petição cabe ao juiz do trabalho da vara onde estiver em curso a execução.
(D) O agravo de petição somente será recebido se o agravante tiver delimitado, justificadamente, as matérias e os valores impugnados.

A: incorreta, pois nos termos do art. 897, § 1º, da CLT, somente as matérias e valores impugnados no agravo de petição serão suspensas, permitindo, inclusive, a execução definitiva das matérias e valores não especificados no recurso; **B:** incorreta, pois nos termos do art. 897, *a*, da CLT, o prazo para interposição do agravo de petição é de 8 (oito) dias; **C:** incorreta, pois nos termos do art. 897, § 3º, da CLT, o agravo de petição será apreciado pelo TRT competente; **D:** correta, pois reflete o disposto no art. 897, § 1º, da CLT.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.1) Considerando o recurso de embargos, após a edição da Lei n. 11.496/2007, assinale a opção correta.

(A) São incabíveis os embargos contra decisão proferida, em agravo, por Turma do TST, que tenham a finalidade de impugnar o conhecimento de agravo de instrumento.
(B) São cabíveis os embargos contra as decisões que, tomadas por turmas do TST, contrariarem a letra de lei federal e(ou) da CF.
(C) Cabem embargos para impugnar decisão não unânime prolatada em dissídio coletivo de competência originária do TST.
(D) Cabem embargos contra decisão proferida pelo tribunal pleno, salvo se a decisão estiver em consonância com Súmula ou jurisprudência uniforme do TST.

A: incorreta, pois a Súmula 353, item d, do TST, admite a interposição de embargos ao TST, em conformidade com o art. 894 da CLT, contra decisão proferida por uma Turma do TST, em agravo, com a finalidade de impugnar o conhecimento do agravo de instrumento; **B:** incorreta, pois não são cabíveis embargos ao TST no caso de decisão que contrariar lei federal ou Constituição Federal. Essa foi a mudança trazida pela Lei 11.496/2007, que retirou o cabimento dos embargos de nulidade; **C:** correta, pois reflete o disposto no art. 894, I, *a*, da CLT. Importante ressaltar que o recurso de embargos no TST é gênero, que comporta duas espécies, quais sejam: embargos infringentes, art. 894, I, "a", da CLT, cabível somente em dissídios coletivos e embargos de divergência, art. 894, II, da CLT, cabível apenas em dissídios individuais; **D:** incorreta, pois a alternativa se refere à hipótese de cabimento existente antes da edição da Lei 11.496/2007, que alterou a redação do art. 894 da CLT.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.2) Contra decisão definitiva proferida por TRT em mandado de segurança cabe

(A) recurso ordinário para o TST, no prazo de 8 (oito) dias;
(B) recurso ordinário para o TST, no prazo de 10 (dez) dias;
(C) agravo de instrumento para o TST, no prazo de 8 (oito) dias;
(D) agravo de instrumento para o TST, no prazo de 10 (dez) dias.

A: correta, em conformidade com o art. 895, II, da CLT e Súmula 201 do TST; **B:** incorreta, pois o prazo é de 8 (oito) dias; **C:** incorreta, pois o agravo de instrumento não é o recurso adequado para atacar decisão definitiva de TRT em mandado de segurança, na medida em que objetiva, exclusivamente, destrancar recurso que teve negado o seguimento; **D:** incorreta. *Vide* comentário alternativa C.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2) Nos processos que correm sob o rito sumaríssimo, o recurso de revista será cabível

(A) quando a decisão proferida pelo TRT violar disposição de lei federal;
(B) quando houver divergência jurisprudencial entre TRTs;
(C) quando houver contrariedade à Súmula de jurisprudência uniforme do TST e violação direta à CF;
(D) nos casos em que haja flagrante injustiça.

A: incorreta, pois nos termos do art. 896, § 9º, da CLT, não é cabível a interposição de recurso de revista por violação de lei federal, hipótese de cabimento reservada somente para o procedimento ordinário (art. 896, *c*, da CLT). Veja Súmula 442 do TST; **B:** incorreta, pois no procedimento sumaríssimo não se admite recurso de revista fundamentado em divergência jurisprudencial entre TRTs, hipótese de cabimento reservada somente para o procedimento ordinário (art. 896, "*a*" ou "*b*", da CLT); **C:** correta, pois refletia o disposto no art. 896, § 6º, da CLT. Com o advento da Lei 13.015/2014, tal previsão passou a ser contida no § 9º do art. 896, com mais uma hipótese de cabimento: ofensa à súmula vinculante do STF. Veja Súmula 442 do TST; **D:** incorreta, pois não se enquadra em nenhuma hipótese de cabimento do recurso de revista.

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.1) No que diz respeito ao recurso de revista, assinale a opção correta.

(A) Não é cabível a interposição de recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.
(B) O prazo para interposição do recurso de revista é de 10 (dez) dias.
(C) Tal recurso possui efeitos devolutivo e suspensivo em todos os casos.
(D) Esse recurso é cabível contra decisões proferidas pelos tribunais regionais do trabalho ou por suas turmas, em execução de sentença, em casos de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

A: incorreta, pois nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo as hipóteses de cabimento do recurso vêm esculpidas no art. 896, § 9º, da CLT. Veja Súmula 442 do TST; **B:** incorreta, pois nos termos do art. 6º da Lei 5.584/1970 c/c art. 893, III, da CLT, o prazo para interposição de recurso de revista, é de 8 (oito) dias; **C:** incorreta, pois, em regra, o recurso de revista será recebido no efeito devolutivo, nos termos do art. 896, § 1º, da CLT. Eventual pedido de feito suspensivo deverá ser feito em ação cautelar, em conformidade com a Súmula 414, I, parte final, do TST; **D:** correta, pois reflete o disposto no art. 896, § 2º, da CLT.

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.1) O prazo para a oposição de embargos de declaração, no processo do trabalho, é de

(A) 5 (cinco) dias.
(B) 8 (oito) dias.
(C) 10 (dez) dias.
(D) 15 (quinze) dias.

Art. 897-A da CLT: "Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias...".

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.1) No Tribunal Superior do Trabalho (TST), cabem embargos de decisões de turmas

(A) que divergirem entre si;
(B) contrárias à letra da lei federal;
(C) divergentes da decisão proferida pelo Tribunal Pleno;
(D) contrárias entre si quando a decisão recorrida estiver de acordo com Súmula ou orientação jurisprudencial do TST.

A: correta, pois nos termos do art. 894, II, da CLT, é possível a interposição de embargos de divergência; **B:** incorreta, pois após a edição da Lei 11.496/2007 foi excluída a possibilidade de interposição dos embargos de nulidade; **C:** incorreta, pois a alternativa trata da hipótese de cabimento de recurso de embargos anterior à publicação da Lei 11.496/2007; **D:** incorreta, pois nos termos do art. 894, II, da CLT, a decisão recorrida não pode estar em consonância com Súmula ou orientação jurisprudencial do TST ou súmula vinculante do STF.

Gabarito "A"

14. QUESTÕES COMBINADAS

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Com relação ao processo do trabalho, assinale a opção correta.

(A) Os juízos e tribunais do trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento célere das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.
(B) O direito processual comum será aplicado sempre que houver omissão no direito processual trabalhista.
(C) A compensação ou retenção pode ser arguida como matéria de defesa até o recurso interponível para o tribunal regional do trabalho (TRT).
(D) Se as partes resolverem conciliar-se, o juiz do trabalho deve suspender o processo e aguardar a homologação ou não do acordo pela Comissão de Conciliação Prévia, uma vez que é obrigatória a submissão àquele órgão extrajudicial.
(E) O princípio da simplicidade das formas não vigora no processo do trabalho quando as partes estão representadas por advogados, prevalecendo, no caso, o princípio da formalidade absoluta.

A: correta, pois a alternativa reflete o disposto no art. 765 da CLT; **B:** incorreta, já que nos casos omissos o direito processual civil será fonte subsidiária, exceto naquilo em que for incompatível (art. 769 da CLT e art. 15 CPC/2015); **C:** incorreta, pois a compensação e a retenção só poderão ser arguidas como matéria de defesa (art. 767 da CLT); **D:** incorreta, pois a conciliação é fase obrigatória no próprio processo e proposta pelo próprio juiz da causa (art. 764 da CLT); **E:** incorreta, pois o princípio da simplicidade das formas é sempre aplicado art. 188 do CPC/2015.

Gabarito "A"

(Advogado – SERPRO – 2008 – CESPE) No que se refere ao direito processual do trabalho, julgue os itens:

(1) No processo do trabalho, não é cabível a interposição de recurso adesivo.
(2) O prazo para a interposição do recurso ordinário é de 8 dias.
(3) Os crimes contra a organização do trabalho devem ser julgados por juiz federal.
(4) O recurso cabível contra as decisões proferidas pelo juiz do trabalho nas execuções é o agravo de petição.
(5) Uma reclamação trabalhista contra uma autarquia e cujo valor seja inferior a 40 salários mínimos será submetida ao rito sumaríssimo.
(6) Caso um trabalhador mova uma reclamação trabalhista contra sua empresa empregadora e, na data designada para a audiência, compareça o advogado da empresa, portando a procuração, mas o preposto não esteja presente, a empresa será considerada revel.
(7) Para figurar como preposto em uma audiência, em regra, não existe a necessidade de se comprovar que a pessoa é empregada da reclamada, mas, sim, que possui conhecimento dos fatos discutidos no processo.
(8) As empresas públicas são isentas do pagamento de custas na justiça do trabalho.
(9) A nulidade fundada em incompetência de foro deve ser declarada de ofício.
(10) A homologação de acordo é uma faculdade do juiz.

1: opção incorreta, pois nos termos da Súmula 283 do TST o recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho; **2:** opção correta, pois reflete o prazo estipulado no art. 895, I e II, da CLT; **3:** opção correta, pois reflete o disposto no art. 109, VI, da CF; **4:** opção correta, pois reflete o disposto no art. 897, *a*, da CLT; **5:** opção incorreta, pois nos termos do art. 852-A, parágrafo único, da CLT estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional; **6:** opção correta, pois reflete o entendimento consubstanciado na Súmula 122 do TST; **7:** opção incorreta, pois nos termos do art. 843, § 1º, da CLT e Súmula 377 do TST exceto quanto à reclamação de empregado doméstico, ou contra micro ou pequeno empresário, o preposto deve ser necessariamente empregado do reclamado; **8:** opção incorreta, pois as sociedades de economia mista e as empresas públicas não são isentas. Veja art. 173, § 2º, da CF e Súmula 170 do TST; **9:** opção correta, pois reflete o disposto no art. 795, § 1º, da CLT; 10: opção correta, pois reflete o entendimento consubstanciado na Súmula 418 do TST.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5E, 6C, 7E, 8E, 9C, 10C

(OAB – CESPE – 2009.2) No que concerne ao acordo homologado judicialmente, assinale a opção correta.

(A) O termo conciliatório transita em julgado na data da publicação da homologação judicial.
(B) O acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecorrível, salvo para a previdência social, quanto às contribuições que lhe forem devidas.
(C) Acordos judiciais não transitam em julgado, visto que podem sofrer alterações a qualquer tempo, conforme a vontade das partes.

(D) Cabe agravo de instrumento contra a decisão que homologa acordo.

A: incorreta, pois o termo de conciliação transita em julgado imediatamente, pois vale como decisão irrecorrível, nos termos do art. 831, parágrafo único, da CLT; **B:** correta, pois reflete o disposto no art. 831, parágrafo único, da CLT; **C:** incorreta, pois contraria o disposto no art. 831, parágrafo único, da CLT; **D:** incorreta, pois conforme o art. 831, parágrafo único, da CLT, a decisão que homologa o acordo é irrecorrível, só podendo ser objeto de impugnação via ação rescisória.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.2) Segundo orientação do TST, na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios, necessariamente, requer

(A) a assistência por sindicato, apenas;
(B) o benefício da justiça gratuita, apenas;
(C) a simples procuração do advogado juntada aos autos;
(D) a assistência por sindicato e o benefício da justiça gratuita, de forma concomitante.

A: incorreta, pois contraria o disposto na Orientação Jurisprudencial 305 da SDI-1 do TST; **B:** incorreta, pois contraria o disposto na Orientação Jurisprudencial 305 da SDI-1 do TST; **C:** incorreta, pois a procuração juntada aos autos em nada se confunde com o pedido de justiça gratuita; **D:** correta, pois reflete o entendimento cristalizado na Orientação Jurisprudencial 305 da SDI-1 do TST.

Gabarito "D"

23. Direito do Consumidor

André Barros, Gabriela R. Pinheiro, Roberta Densa e Wander Garcia*

1. CONCEITO DE CONSUMIDOR E RELAÇÃO DE CONSUMO

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) Considerando o CDC, assinale a opção correta.

(A) A habitualidade insere-se tanto no conceito de fornecedor de serviços quanto no de produtos, para fins de incidência do CDC.

(B) A relação jurídica locatícia é regida pelo CDC no que não contrariar a lei específica. Dessa forma, as cláusulas consideradas iníquas e abusivas constantes do contrato de locação podem ser revistas com base na legislação consumerista.

(C) O pagamento de contribuição de melhoria, por estar adstrito à realização de obra pública, insere-se no âmbito das relações de consumo.

(D) O produto recebido gratuitamente, como brinde, em decorrência da celebração de contrato de consumo, não é abrangido pelo CDC.

(E) A abertura de conta poupança, por caracterizar-se como operação tipicamente bancária, não está abrangida pela legislação consumerista.

A: correta, para que uma pessoa possa ser considerada como fornecedora de produtos ou serviços deverá ser profissional, isto é, deverá exercer sua atividade com habitualidade e mediante remuneração; **B:** incorreta, pois o STJ tem entendimento pacífico no sentido de que o Código de Defesa do Consumidor não é aplicável aos contratos locatícios, por serem regulados por legislação própria (STJ, REsp 605.295/MG, j. 20.10.2009); **C:** incorreta: a contribuição de melhoria tem a natureza jurídica de tributo e está relacionada à prestação de serviços públicos próprios (*uti universi*). Consequentemente não há que se falar na incidência do CDC (neste sentido: STJ, REsp 124.201/SP, j. 07.11.1997); **D:** incorreta, pois o CDC é aplicável aos brindes e amostras grátis (art. 39, III, CDC); **E:** incorreta, a atividade bancária é regida pelo Código de Defesa do Consumidor (art. 3º, § 2º do CDC).

Gabarito "A"

2. RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO E PRESCRIÇÃO

(OAB – CESPE – 2009.2) Com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção correta acerca da responsabilidade na prestação de serviços.

(A) O serviço é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

(B) O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, ou quando provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste.

(C) O fornecedor de serviço responderá pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços ou decorrentes de informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos somente se comprovada a sua culpa.

(D) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais deve ser apurada independentemente da verificação de culpa.

A: incorreta, art. 14, § 2º, do CDC; **B**: correta, art. 14, § 3º, I e II, do CDC; **C**: incorreta, art. 14, *caput*, do CDC; **D**: incorreta, art. 14, § 4º, do CDC.

Gabarito "B"

3. RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO E DECADÊNCIA

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue os seguintes itens quanto às disposições do CDC acerca de prescrição e decadência.

(1) Em conformidade com as disposições do CDC, a decadência aplica-se ao fato do produto ou serviço, também conhecido como acidente de consumo.

(2) Constitui hipótese de interrupção da decadência a denúncia oferecida por consumidor à Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) de Alagoas, sem que este formule qualquer pretensão e para a qual não há de cogitar resposta.

1: incorreta, pois a decadência (art. 26 do CDC) aplica-se ao vício do produto ou do serviço, ao passo que a prescrição (art. 27 do CDC) aplica-se ao defeito do produto ou do serviço, também conhecido como acidente de consumo; **2:** incorreta, a decadência só é obstada (suspensa) quando o consumidor reclama junto ao fornecedor, até a resposta negativa correspondente, e no curso de um inquérito civil, até seu encerramento (art. 26, § 2º, do CDC).

Gabarito 1E, 2E

4. PRÁTICAS COMERCIAIS

(Magistratura Federal/2ª região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta no que concerne às disposições do CDC.

(A) O CDC veda expressamente a utilização do *merchandising* e do *teaser*, por afrontarem o princípio da identificação obrigatória da publicidade.

(B) Segundo a jurisprudência hodierna, para atender as disposições do CDC, além do código de barras e do preço nas prateleiras, os supermercados devem colocar o preço em cada produto à venda.

(C) O fabricante do produto é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos, sendo necessária a existência de contrato típico de trabalho, para o reconhecimento do vínculo de preposição.

(D) O fornecedor que veicule propaganda de notável pontualidade e eficiência de seus serviços de entrega assume os riscos da atividade, como o atraso aéreo.

(E) Se o fornecedor de certo produto recusar cumprimento à oferta, ao consumidor é dado aceitar outro produto e rescindir o contrato, sendo-lhe vedado exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta.

A: incorreta. O Código de Defesa do Consumidor não contém disposição expressa proibindo a utilização do *merchandising* e do *teaser*, embora essas práticas possam representar violação ao princípio da identificação obrigatória da publicidade previsto no artigo 36, *caput*, do CD**C:** "A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal"; **B:** correta. Há entendimento do STJ no sentido de que "os donos de supermercados devem fornecer

* **Gabriela R. Pinheiro** comentou as questões dos concursos de Defensoria/DF – 2013 e Promotor de Justiça/PI – 2014. **Roberta Densa** comentou as questões de Juiz de Direto 2016. **André Barros** e **Wander Garcia** comentaram as demais questões.

ao Consumidor informações adequadas, claras, corretas, precisas e ostensivas sobre os preços de seus produtos à venda. O fato de já existir, em cada produto, o código de barras não é suficiente para assegurar a todos os consumidores estas informações. Para atender realmente o que estabelece o Código do Consumidor, além do código de barras e do preço nas prateleiras, devem os supermercados colocar o preço em cada produto" (STJ, MS 6.010/DF, j. 13.10.1999); **C:** incorreta. "O reconhecimento do vínculo de preposição não exige a existência de um contrato típico de trabalho, sendo suficiente a relação de dependência ou a prestação de serviço sob o interesse e o comando de outrem" (STJ, AgRg no REsp 1.215.794/SP, j. 07.08.2012); **D:** correta, "quando o fornecedor faz constar de oferta ou mensagem publicitária a notável pontualidade e eficiência de seus serviços de entrega, assume os eventuais riscos de sua atividade, inclusive o chamado risco aéreo, com cuja consequência não deve arcar o consumidor" (STJ, REsp 196.031/MG, j. 24.04.2001); **E:** incorreta. O artigo 35, I, do CDC, permite que o consumidor exija o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta.

Gabarito "B e D" (duas respostas certas)

(Magistratura Federal/2ª região – 2009 – CESPE) Antônio recebeu em sua residência inúmeras cartas de cobrança, emitidas pela concessionária de serviço público de fornecimento de energia elétrica, referente a parcelas que já haviam sido pagas. Ocorre que, apesar da adimplência de Antônio, o serviço de fornecimento de energia elétrica foi interrompido pela concessionária, o que o levou a pagar o débito indevido e ajuizar ação ordinária de repetição de indébito, com pedido de restituição em dobro do valor pago. Antônio pleiteou ainda, nessa mesma ação, declaração de abusividade de aumento tarifário.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Para a devolução em dobro do débito pago indevidamente, Antônio deverá comprovar a existência de má-fé da concessionária.

(B) Mesmo que fosse comprovado o inadimplemento de Antônio, a concessionária não poderia interromper o fornecimento de energia elétrica, em face da essencialidade do serviço prestado.

(C) A comprovação de que a interrupção do fornecimento de energia se deu em virtude de culpa exclusiva de terceiro não exclui a responsabilidade da concessionária.

(D) O pedido de declaração de abusividade do aumento tarifário possui natureza de direito ou interesse difuso.

(E) A cobrança não caracteriza vício de serviço, devendo ser afastado o prazo decadencial previsto no CDC para o ajuizamento da ação judicial.

A: incorreta, pois ao caso pode ser aplicada mesma orientação já adotada pelo STJ quanto ao serviço de esgoto: "A cobrança indevida do serviço público de esgoto enseja a repetição de indébito em dobro ao consumidor, independentemente da existência, ou não, da má-fé do prestador do serviço" (STJ, AgRg no REsp 1.212.378/SP, j. 08.02.2011); **B:** incorreta. "2. A Primeira Seção e a Corte Especial do STJ entendem legal a suspensão do serviço de fornecimento de energia elétrica pelo inadimplemento do consumidor, após aviso prévio, exceto quanto aos débitos antigos, passíveis de cobrança pelas vias ordinárias de cobrança. 3. Admitir o inadimplemento por um período indeterminado e sem a possibilidade de suspensão do serviço é consentir com o enriquecimento sem causa de uma das partes, fomentando a inadimplência generalizada, o que compromete o equilíbrio financeiro da relação e a própria continuidade do serviço, com reflexos inclusive no princípio da modicidade. 4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg nos EDcl no AREsp 57.598/RJ, j. 06.11.2012); **C:** incorreta. A culpa exclusiva de terceiro é excludente de responsabilidade civil por defeito do serviço (art. 14, § 3º, II, do CDC); **D:** incorreta, pois a declaração de abusividade do aumento tarifário possui natureza de direito ou interesse coletivo em razão da determinabilidade das pessoas prejudicadas; **E:** correta: "2. Nos termos do posicionamento consolidado na jurisprudência de ambas as Turmas componentes da Segunda Seção do STJ, o art. 26 do Código de Defesa do Consumidor dispõe sobre o prazo decadencial para a reclamação por vícios em produtos ou serviços prestados ao consumidor, não sendo aplicável à ação de prestação de contas ajuizada pelo correntista com o escopo de obter esclarecimentos acerca da cobrança de taxas, tarifas e/ou encargos bancários" (STJ, AgRg no REsp 1.111.745/RJ, j. 06.10.2011).

Gabarito "E"

24. Direito Ambiental

Alice Satin, Arthur Trigueiros, Eduardo Dompieri, Fabiano Melo, Marcos Destefenni e Wander Garcia*

1. HISTÓRICO E CONCEITOS BÁSICOS

((Ministério Público/RR – 2008 – CESPE) Quanto ao conceito de direito ambiental, julgue os seguintes itens.

(1) O direito ambiental é um direito sistematizador, que faz a articulação da legislação, da doutrina e da jurisprudência concernentes aos elementos que integram o ambiente.

(2) Até o advento da lei que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, não existia uma definição legal e(ou) regular de meio ambiente. A partir de então, conceituou-se meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

(3) De acordo com o que dispõe a Lei n. 6.938/1981, o meio ambiente é considerado como um equipamento público, de uso comum do povo, a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista a sua natureza histórica, pan-edênica, geracional, ubiquitária e transindividual, abrangendo as comunidades, os ecossistemas e a biosfera.

1 e **2:** estão corretas; o conceito de meio ambiente está no art. 3º, I, da Lei 6.938/1981; **3:** incorreta – a Lei 6.938/1981 considera o meio ambiente um patrimônio público, e não um equipamento público (art. 2º, I); além disso, a lei não traz a definição dada na afirmativa.

Gabarito 1C, 2C, 3E

2. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) O direito ambiental constrói-se sobre princípios que informam a aplicação da legislação ambiental. Muitos deles estão colocados no texto da legislação, outros são frutos de tratados e convenções internacionais. Considere que uma empresa de telefonia celular deseje implantar uma antena única em uma área de relevante interesse ecológico de um município, concentrando nela toda a transmissão da energia eletromagnética não ionizante e a certeza científica de que as ondas dos celulares e estações radiobase causam aquecimento no corpo dos seres que se encontram próximos a eles na razão do inverso do quadrado da distância. A respeito da situação hipotética acima e da incerteza de que há outros efeitos possíveis ainda não comprovados, assinale a opção correta.

(A) Pelo princípio da prevenção, não há necessidade de EIA/RIMA.

(B) Pelo princípio da precaução, não há necessidade de EIA/RIMA.

(C) Pelo princípio da proteção ambiental como um direito fundamental, não há necessidade de EIA se no local não há ocupação humana.

(D) Pelo princípio da função social da propriedade, só há necessidade de EIA se a área for pública.

(E) Pelo princípio da informação, cidadãos interessados podem obter informação a respeito da intensidade do campo eletromagnético gerado no local.

A e **B:** incorretas, pois, como há efeitos em que há *certeza* de significativo dano e efeitos em que há *incerteza* de significativo dano, aplicam-se, no caso, respectivamente, os princípios da prevenção e da precaução, para o fim de determinar que se faça EIA/RIMA; **C:** incorreta, pois a proteção se destina ao meio ambiente como um todo, pouco importando se, no local, não há ocupação humana; **D:** incorreta, pois, sendo pública ou privada, há necessidade do estudo, dada a potencialidade de significativo dano ambiental; **E:** correta, valendo salientar que o princípio da informação é reconhecido como um princípio ambiental, como se verifica do resumo constante no início deste item.

Gabarito "E"

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) A 1.ª Conferência Europeia sobre Meio Ambiente e Saúde, realizada em Frankfurt (1989), sugeriu à Comunidade Econômica Europeia uma Carta Europeia do Meio Ambiente e da Saúde prevendo que cada pessoa tem o direito de beneficiar-se de um meio ambiente que lhe permita usufruir do nível mais elevado possível de saúde e de bem-estar, além do direito de ser informada e consultada sobre os planos, decisões e atividades suscetíveis de afetar, ao mesmo tempo o meio ambiente e a saúde e do direito de participar no processo de tomada de decisões sobre tais assuntos. Paulo Affonso Leme Machado. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 76-7 (com adaptações). Sendo o direito à informação fundamental para o exercício de uma política do meio ambiente independente e atuante, a divulgação preliminar dos projetos que possam trazer danos ao ambiente é uma técnica ambiental eficiente neste sentido. Esse aspecto do procedimento administrativo propicia maior integração da comunidade com a administração, possibilitando uma contínua troca de informações. A partir dessas informações e do texto acima, é correto afirmar que o direito à publicidade ambiental

(A) impõe ao administrador o ônus de instituir procedimentos de oitiva comunitária nas regiões afetadas por atividades antrópicas ecologicamente impactantes, segundo as regras estabelecidas pelo Comitê de Gestão da Informação, órgão deliberativo e consultivo do CONAMA, responsável pela coleta, sistematização e divulgação das informações ambientais.

(B) impõe ao cidadão que deseja acessar as informações ambientais socialmente relevantes a necessidade de provar seu legítimo interesse na qualidade do meio ambiente, que, embora seja patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo, está sujeito ao regime da propriedade privada, não sendo, portanto, legítima a parte que não titulariza tal direito.

(C) dispõe que apenas as pessoas físicas podem, legitimamente, exercê-lo, sendo completamente vetado seu exercício às pessoas jurídicas.

(D) somente assegura às pessoas jurídicas a possibilidade de exercê-lo frente aos órgãos central, setoriais e seccionais, quando representadas pelo Ministério Público da União.

(E) dispõe que, para se solicitar informação de interesse particular ou de interesse geral ou coletivo (como é a matéria ambiental), não há necessidade de se comprovar a legitimidade do interesse; basta constarem os esclarecimentos relativos aos fins e razões do pedido.

O princípio da informação e da transparência das informações e atos é aquele pelo qual as pessoas têm direito de receber todas as informações relativas à proteção, preventiva e repressiva, do meio ambiente. Assim, pelo princípio, as pessoas têm direito de consultar os documentos de

* **Alice Satin** comentou as questões do concurso de Promotor de Justiça/PI – 2014. **Fabiano Melo** comentou as questões do concurso de Procurador do Estado 2016 e Juiz de Direito 2016. **Arthur Trigueiros**, **Eduardo Dompieri**, **Marcos Destefenni** e **Wander Garcia** comentaram as demais questões.

um licenciamento ambiental, assim como têm direito de participar de consultas e de audiências públicas em matéria de meio ambiente. Esse princípio está expresso, por exemplo, no art. 6º da Lei 11.428/2006 (Lei de Proteção da Mata Atlântica).

Gabarito "E"

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) Quanto ao princípio da informação, no âmbito do direito internacional, já se consolida o costume da troca de informações ambientais entre os países. A esse respeito, os juristas da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento salientaram que os dados ambientais devem ser publicados, haja vista que a informação serve para o processo de educação de cada pessoa e da comunidade, bem como oferece a possibilidade à pessoa de tomar posição ou pronunciar-se sobre a matéria informada. A esse respeito, no Brasil,

(A) a CF, ao tratar dos princípios que pautam as relações internacionais, afirma, taxativamente, que a não informação de eventos significativamente danosos ao meio ambiente por parte dos Estados merece ser considerada crime internacional a ser julgado pelo Tribunal Penal Internacional.
(B) a Declaração do Rio de Janeiro (1992) dispôs que, no nível nacional, é direito de todo indivíduo ter acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em sua comunidade.
(C) a informação ambiental deve ser transmitida de maneira que os informados tenham tempo suficiente para analisar a matéria e para agir diante da administração pública e do Poder Judiciário. Sobre esse aspecto, o decreto que regulamenta a Política Nacional de Meio Ambiente estabelece o prazo de 72 horas, a contar da data de publicação do relatório anual do CONAMA, para que os interessados e(ou) afetados pelas atividades potencialmente perigosas possam embargar as medidas propostas.
(D) o monitoramento das informações ambientais é competência exclusiva do poder público, dada a sua importância estratégica. Por essa razão, a lei que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente criou o Sistema Nacional de Informações Socioambientais (SISNISA), órgão consultivo e deliberativo ligado ao CONAMA e que é responsável pelo monitoramento dos dados ambientais coletados em território nacional.
(E) não existe, no ordenamento jurídico, obrigatoriedade de a administração pública divulgar preliminarmente informações de caráter ambiental, salvo quando provocada pelo Ministério Público ou arguida judicialmente por organizações não governamentais que atuem na área ambiental.

Vide o Princípio 10 da Declaração do Rio (produzida na ECO/92).

Gabarito "B"

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) Em 1992, reunida na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, votou, unanimemente, a chamada Declaração do Rio de Janeiro. Entre os 27 princípios que compõem esse documento, está o princípio da precaução. Acerca desse princípio, assinale a opção correta.

(A) O princípio da precaução é amplamente observado pelos Estados, de modo a proteger o meio ambiente sempre que houver certeza científica da ameaça de danos sérios ou irreversíveis ao mesmo.
(B) A doutrina do referido princípio considera que o mundo da precaução é um mundo onde os saberes são colocados em questão. A precaução nasce da diferença temporal entre a necessidade imediata de ação e o momento em que os conhecimentos científicos vão modificar-se. Ela visa gerir a espera da informação.
(C) A precaução caracteriza-se pela ação compensatória diante do risco ou do perigo.
(D) O risco ou perigo devem caracterizar-se pela ameaça séria e irreversível à diversidade biológica. Essa definição não engloba os efeitos das ações humanas sobre o meio ambiente, mas tão somente as decisões políticas oriundas da esfera federal.
(E) A CF estabelece duas categorias de risco. Os riscos aceitáveis incluem os que colocam em perigo apenas valores menores, como o manejo ecológico das espécies e a diversidade e integridade do patrimônio genético. Os riscos que atingem valores constitucionais protegidos, como o meio ambiente ecologicamente equilibrado e a função ecológica das bacias hidrográficas, pertencem à categoria dos riscos inaceitáveis.

Vide o Princípio 15 da Declaração do Rio (produzida na ECO/92).

Gabarito "B"

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta quanto ao princípio da precaução.

(A) Esse princípio foi criado na Conferência de Estocolmo, em resposta aos danos causados pelo vazamento de mercúrio na baía de Minamata e, por isso, os primeiros escritos doutrinários da época referiam-se a ele como o princípio de Minamata.
(B) Tal princípio teve origem no princípio da incerteza, da física quântica, e foi o tema central da Carta da Terra, redigida na abertura da Eco-92, na qual o jurista alemão Reinhardt Sttifelmann defendeu que, na atual sociedade de risco, só se podem tomar medidas ambientalmente impactantes com respaldo da ciência.
(C) Fundado no princípio da prevenção, o princípio da precaução aponta a inexistência de certezas científicas como pressuposto para a adoção de política liberal pautada pelo caráter não intervencionista do poder público nas atividades econômicas.
(D) Esse princípio fundamenta-se no direito penal secundário e diferencia-se do princípio da prevenção geral e da prevenção específica, pois espelha os aspectos garantistas dos direitos de terceira geração.
(E) Tal princípio constitui a garantia contra os riscos potenciais que não podem ser ainda identificados, devido à ausência da certeza científica formal, e baseia-se na ideia de que o risco de dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam prever esse dano.

A e **B:** incorretas, pois o princípio foi consagrado na ECO/92, constando como princípio 15 da Conferência sobre Mudanças Climáticas, elaborada por ocasião dessa importante conferência mundial sobre o meio ambiente, valendo salientar que a Conferência de Estocolmo aconteceu 20 anos antes (1972); **C:** incorreta, pois é justamente o contrário, ou seja, o princípio aponta que, em face de incertezas científicas, o Estado deve, sim, tomar medidas para evitar a degradação ambiental; **D:** incorreta, pois o princípio está relacionado a questões administrativas e ambientais, e não a questões penais; na prática, o princípio é utilizado para determinar licenciamentos e estudos, e para impedir a prática de certas atividades, envolvendo providências *administrativas* por parte do Estado, e não providências *penais*, que serão tomadas apenas nos casos em que se configurar algum ilícito penal; **E:** correta, nos termos da definição do princípio já exaustivamente trazida neste item.

Gabarito "E"

3. INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

3.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL E EIA/RIMA

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) O licenciamento ambiental, instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, é procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais. Acerca da configuração jurídica do licenciamento nos termos da Resolução n.º 237/1997 do CONAMA, é correto afirmar que

(A) o licenciamento é obrigatório somente para as atividades arroladas no anexo da Resolução n.º 237/1997.
(B) o licenciamento não consubstancia o exercício do poder de polícia.

(C) o licenciamento pode ser realizado por meio de uma única licença que agregue a concepção, instalação e operação do empreendimento.
(D) os prazos máximos de vigência para as licenças prévia, de instalação e de operação são distintos.
(E) o órgão ambiental não pode, por decisão motivada, modificar licenças já concedidas.

A: incorreta, pois o anexo traz rol exemplificativo dos casos em que a licenciamento ambiental deve ser realizado (art. 2º, § 2º, da Resolução CONAMA 237/1997), valendo salientar que qualquer atividade que possa causar dano ambiental deve ser objeto do procedimento; **B:** incorreta, pois o licenciamento é, sim, expressão do poder de polícia, pois visa condicionar as atividades privadas ao interesse público; **C:** incorreta, pois três licenças são necessárias, quais sejam, a prévia, a de instalação e a de operação (art. 8º da Resolução CONAMA 237/1997); **D:** correta, pois o prazo máximo da licença prévia é de 5 anos, o prazo máximo da licença de instalação é de 6 anos e o prazo máximo da licença de operação é de 10 anos (art. 18,da Resolução CONAMA 237/1997); **E:** incorreta, pois o art. 19 da Resolução CONAMA 237/1997 admite a modificação da licença expedida (além da suspensão e do cancelamento dela) quando houver violação da lei, omissão ou falsidade nas informações dadas para a concessão da licença e superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
Gabarito "D"

3.2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

(Magistratura Federal/2ª região – 2009 – CESPE) Quanto ao conceito, aos objetivos e às características de uma área de proteção ambiental, julgue os itens a seguir.

I. É uma área, em geral pequena, sem ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a preservação da vida silvestre.
II. Tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
III. Pode ser constituída em propriedades privadas.
IV. Possui sistema de planejamento com ordenamento territorial indefinido.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.
(B) I e III.
(C) I e IV.
(D) II e III.
(E) II e IV.

I: incorreta, pois, nos termos do art. 15 da Lei n. 9.985/2000, a Área de Proteção Ambiental (APA) *é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais*; **II:** correta, conforme o citado art. 15 da Lei n. 9.985/2000; **III:** correta, pois a APA, conforme o § 1º do art. 15, já citado, *a Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas*; **IV:** incorreta, pois é possível o ordenamento territorial. O § 1º do art. 15 estabelece: "podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental". O § 5º da Lei n. 9.985/2000 acrescenta: *A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.*
Gabarito "D"

4. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL E PROTEÇÃO JUDICIAL DO MEIO AMBIENTE

Texto para as próximas duas questões

De navio petroleiro que transitava pela costa brasileira, em razão de seu péssimo estado de conservação e de negligência de seus tripulantes, vazou grande quantidade de óleo, poluindo diversas praias do litoral de determinado estado.

O péssimo estado de conservação do navio já havia sido constatado pelos fiscais da autarquia responsável pela fiscalização ambiental. Contudo, o presidente dessa autarquia decidiu, contrariando a posição técnica dos fiscais, que o navio estava apto a navegar.

Posteriormente, apurou-se que o irmão do presidente da autarquia ambiental era um dos diretores da empresa dona do petroleiro, levantando-se a suspeita de favorecimento à empresa.

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

(A) Na situação apresentada, o MP pode instaurar inquérito policial para a apuração de delitos ambientais.
(B) Ao MP compete promover privativamente a ação civil pública para a defesa do meio ambiente.
(C) A CF conferiu ao MP o poder de expedir notificações, requisitar diligências investigatórias e documentos, a fim de instruir procedimento administrativo de sua competência.
(D) Caso não haja membro do MP lotado na comarca do local do dano, o procurador-geral poderá nomear bacharel em direito para que este desempenhe as funções de promotor ou procurador *ad hoc*.
(E) Caso o membro do MP lotado na comarca do local do dano não tenha experiência em direito ambiental, o procurador-geral pode removê-lo e lotar, na comarca, outro membro habilitado para a condução da apuração.

A: incorreta, pois o inquérito policial não será instaurado pelo Ministério Público, mas, sim, pela Polícia Judiciária– (art. 144 da CF; Lei 6.938/1981 – art. 5º do CPP). Todavia, e com fundamento no entendimento dos Tribunais Superiores, ao Ministério Público é possível a realização de investigação criminal, mas que não se confunde com a instauração do inquérito; **B:** incorreta, pois o Ministério Público não é o único legitimado ativo para aforar ação civil pública (art. 5º da Lei 7.347/1985); **C:** correta (art. 129, VI, da CF); **D:** incorreta. A assertiva, perdoe-nos, é absurda por si mesma. Inviável a existência de promotor ou procurador *ad hoc* em um Estado Democrático de Direito, inexistindo a figura do "promotor de exceção". Ainda que na comarca não haja Promotoria de Justiça, decerto será atendida por algum Membro do Ministério Público, ainda que lotado em outra comarca; **E:** incorreta, pelas mesmas razões trazidas na alternativa anterior. A falta de experiência de um membro do Ministério Público não constitui fundamento para o princípio do promotor natural ser malferido e, portanto, afastado.
Gabarito "C"

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Ainda com relação à situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

(A) Se, ao final da apuração, ficar constatado que a única responsabilidade do presidente da entidade ambiental foi deixar de praticar indevidamente ato de ofício, sua conduta não terá repercussão na esfera civil ou administrativa.
(B) O presidente da autarquia não pode responder por ato de improbidade administrativa por ser considerado agente político.
(C) Se for comprovado que o presidente da autarquia atentou contra os princípios da administração pública, ele estará sujeito à pena de perda de função pública e suspensão de direitos políticos pelo prazo de oito a dez anos, entre outras.
(D) Os responsáveis pelo navio não podem figurar na ação de improbidade administrativa por não exercerem cargos públicos.
(E) A ação de improbidade administrativa pode ser ajuizada pelo estado ou município interessado.

A: incorreta. A ação ou omissão do presidente, caso tenha contribuído para o dano ambiental, será punida administrativa e civilmente. Basta lembrar que a responsabilidade civil ambiental é objetiva, independendo da constatação de culpa (art. 14, § 1º, da Lei 6.938/1981); **B:**

incorreta. Os integrantes da administração pública indireta podem, sim, ser sujeitos ativos de ato de improbidade administrativa, na forma disciplinada pela Lei 8.429/1992 (arts. 1º e 2º); **C:** incorreta. Se os atos de improbidade administrativa importarem em violação aos princípios da administração pública (art. 11 da Lei 8.429/1992), as sanções cabíveis serão as seguintes: i) ressarcimento integral do dano, se houver; ii) perda da função pública; iii) suspensão dos direitos políticos de *três a cinco anos* (e não de oito a dez anos, tal como constante na assertiva, prazo este cabível quando o ato de improbidade traduzir-se em enriquecimento ilícito do agente ímprobo, nos termos do art. 9º da lei referida); iv) pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente; e v) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos (art. 12, III, da Lei 8.429/1992); **D:** incorreta. Podem ser sujeitos ativos de atos de improbidade não somente os agentes públicos, mas, também, todos aqueles que induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiem sob qualquer forma direta ou indireta (art. 3º da Lei 8.429/1992); **E:** correta (art. 17 da Lei 8.429/1992). A ação principal por ato de improbidade administrativa, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela *pessoa jurídica interessada*, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.

Gabarito "E"

5. BIOSSEGURANÇA E PROTEÇÃO DA SAÚDE HUMANA

(Magistratura Federal/2ª região – 2009 – CESPE) A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), integrante do Ministério da Ciência e Tecnologia,

(A) deve acompanhar o desenvolvimento e o progresso técnico e científico nas áreas de biossegurança, biotecnologia, bioética e afins, com o objetivo de aumentar sua capacitação para a proteção da saúde humana, dos animais, das plantas e do meio ambiente.

(B) é instância colegiada multidisciplinar de caráter consultivo e deliberativo, formada pelo Comitê Nacional de Biogestão e presidida pelo presidente do IBAMA.

(C) presta apoio técnico e de assessoramento ao governo federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional da Biodiversidade de OGMs e seus derivados, bem como no estabelecimento das diretrizes de controle dos procedimentos de clonagem do genoma humano.

(D) estabelece normas técnicas de segurança referentes à autorização para atividades que envolvam pesquisa e uso comercial do genoma humano em seu estado natural, bem como de OGMs e seus derivados.

(E) é responsável pelo processo de licenciamento das atividades de bioprospecção e exerce poder de polícia sobre os institutos de pesquisa que utilizam genes recombinantes em órgãos transplantados.

A: correta, pois é o que estabelece o art. 10, parágrafo único, da Lei n. 11.105/2005; **B:** incorreta. A composição da CTNBio está prevista no art. 11 da Lei n. 11.105/2005; **C:** incorreta, pois, nos termos do art. 6º, IV, da Lei n. 11.105/2005, é proibida a clonagem humana; **D:** incorreta, pois a CTNBio estabelece normas técnicas de segurança referentes à autorização para atividades que envolvam pesquisa e uso comercial de OGMs. Não é permitido, no Brasil, o uso comercial do genoma humano; **E:** incorreta, pois cabe à CTNBio deliberar se o OGM é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, nos termos do art. 16, § 1º, III, da Lei n. 11.105/2005. Não cabe a ela o licenciamento.

Gabarito "A"

6. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Acerca do gerenciamento costeiro, assinale a opção correta à luz da Lei n. 7.661/1988.

(A) Os municípios podem instituir, por meio de decreto, os respectivos planos municipais de gerenciamento costeiro, observadas as normas e as diretrizes do Plano Nacional.

(B) A falta ou o descumprimento, mesmo que parcial, das condições de licenciamento para remembramento do solo, com alterações das características naturais da zona costeira, pode ser sancionada com interdição, embargo ou demolição.

(C) Entende-se por praia apenas a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas.

(D) As praias são bens de uso especial do povo.

(E) De acordo com a lei, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro não pode criar unidades de conservação permanente na zona costeira.

A: incorreta, pois os Estados e Municípios poderão instituir, *por meio de lei* (e não decreto, como contido na assertiva!), os respectivos Planos Estaduais ou Municipais de Gerenciamento Costeiro, observadas as normas e diretrizes do Plano Nacional e o disposto nesta lei, e designar os órgãos competentes para a execução desses Planos (art. 5º, § 1º, da Lei 7.661/1988); **B:** correta (art. 6º, § 1º, da Lei 7.661/1988); **C:** incorreta. De acordo com o art. 10, § 3º, da Lei 7.661/1988, entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, *acrescida da faixa subsequente de material detrítico*, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, *até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema*; **D:** incorreta, pois as praias são bens públicos de uso comum do povo (art. 10, *caput*, da Lei 7.661/1988); **E:** incorreta. Conforme dispõe o art. 9º da Lei 7.661/1988, para evitar a degradação ou o uso indevido dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais da Zona Costeira, o PNGC (Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro) *poderá prever a criação de unidades de conservação permanente*, na forma da legislação em vigor.

Gabarito "B"

16. Direito da Criança e do Adolescente

Ana Paula Garcia, Eduardo Dompieri, Roberta Densa, Vanessa Tonolli Trigueiros e Wander Garcia*

1. CONCEITOS BÁSICOS E PRINCÍPIOS

(OAB – CESPE – 2009.2) Considerando o ECA, assinale a opção correta.

(A) Entre as medidas socioeducativas que podem ser aplicadas ao adolescente, estão a prestação de serviços à comunidade e a substituição de internação em estabelecimento educacional por multa.

(B) A medida aplicada por força de remissão não pode ser revista judicialmente, sob pena de ofensa à coisa julgada.

(C) Na interpretação do ECA, devem ser considerados os fins sociais a que o estatuto se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, bem como a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

(D) O adolescente civilmente identificado não pode ser submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, nem mesmo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.

A: incorreta, pois as medidas socioeducativas estão previstas no art. 112 do ECA; não existe previsão de substituição de internação por multa, até porque a multa não constitui modalidade de medida socioeducativa; **B:** incorreta, visto que, segundo estabelece o art. 128 do ECA, a medida decorrente de remissão poderá, sim, ser revista judicialmente, a qualquer tempo, desde que diante de pedido expresso do adolescente ou de seu representante legal, ou ainda do Ministério Público; **C:** correta, pois corresponde à redação do art. 6º do ECA; **D:** incorreta, pois regra geral, não poderá o adolescente civilmente identificado ser submetido a identificação compulsória, salvo para efeito de confrontação, desde que haja dúvida fundada. A identificação compulsória constitui, portanto, medida de caráter excepcional – art. 109 do ECA. *Vide* Lei 12.037/2009, que dispõe, entre outras coisas, sobre as hipóteses em que é permitida a identificação criminal do civilmente identificado (art. 3º).

Gabarito "C"

2. DIREITOS FUNDAMENTAIS

2.1. DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

(Magistratura/AL – 2008 – CESPE) Quanto à disciplina da adoção no ECA, assinale a opção correta.

(A) O adotando não pode contar com mais de 18 anos de idade na data do pedido de adoção, caso em que se aplicam exclusivamente as normas do Código Civil.

(B) Considerando que a adoção desliga o adotado de qualquer vínculo com seus pais e parentes, não há óbice legal que o impeça de contrair casamento com irmã de seu pai biológico.

(C) Caso Felipe tenha 16 anos de idade, seja órfão e necessite de cuidados especiais, ainda assim, ele não poderá ser adotado por sua avó nem por seus irmãos.

(D) Se Rogério, com 22 anos de idade, for casado com Carmem, de 17 anos, emancipada pelo casamento, sob o regime de separação absoluta de bens, esse casal não poderá adotar até que Carmem complete 18 anos de idade.

(E) A adoção deve ser precedida por, no mínimo, 30 dias de estágio de convivência com a criança ou com o adolescente.

A: incorreta, pois há exceção no art. 40 do ECA; **B:** incorreta (art. 41 do ECA); **C:** correta (art. 42, § 1º, do ECA); **D:** incorreta, pois, segundo a redação antiga do ECA (art. 42, § 3º), era suficiente que um dos cônjuges fosse maior, comprovada a estabilidade familiar, para que a adoção fosse possível; hoje, a afirmativa estaria correta, pois o ECA, com a redação da Lei 12.010/2009, exige, na adoção conjunta, que ambos adotantes tenham, pelo menos, 18 anos (art. 42, *caput*); em suma, segundo a nova lei, a alternativa "D" também poderia ser marcada pelo candidato; **E:** incorreta, pois, segundo o art. 46, *caput*, do ECA, compete ao juiz fixar o período de convivência do estágio probatório; o único caso em que há período mínimo de convivência (de 30 dias, por sinal), é o da ação por pessoa residente ou domiciliada no exterior (art. 46, § 3º, do ECA).

Gabarito "C"

(Ministério Público/AM – 2008 – CESPE) O ECA estabelece que o pátrio poder será exercido em igualdade de condições entre o pai e a mãe. Acerca dessa regra, assinale a opção correta.

(A) O novo Código Civil modificou o nome do instituto, que agora, em vez de pátrio poder, se denomina poder familiar.

(B) Em caso de divergência entre os pais, prevalecerá a vontade do mais velho entre eles.

(C) A falta ou a carência de recursos materiais da família constitui motivo suficiente para a colocação da criança, ou do adolescente, em família substituta.

(D) O processo de suspensão ou perda do pátrio poder é sumário e não depende de contraditório prévio.

(E) Uma vez suspensos os poderes inerentes à paternidade e à maternidade, não haverá sua restituição.

A: correto (art. 1.630 do CC); **B:** incorreto (art. 1.631, parágrafo único, do CC); **C:** incorreto (art. 23, *caput*, do ECA); **D:** incorreto (art. 24 do ECA); **E:** incorreto; não se deve confundir ***perda*** (art. 1.638 do CC) com ***suspensão*** (art. 1.637 do CC) do poder familiar; a suspensão permite a restituição dos poderes; a perda, não.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2010.1) Assinale a opção correta no que se refere à família substituta.

(A) A colocação em família substituta ocorrerá mediante guarda, tutela, curatela ou adoção, conforme a situação jurídica da criança ou adolescente, o que só poderá ser reconhecido e determinado pelo juiz da vara da infância e da adolescência.

(B) Sempre que possível, a criança ou adolescente deverá ser previamente ouvido, e a sua opinião, devidamente considerada.

(C) Na apreciação do pedido de adoção, o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade devem ser considerados, a fim de que sejam evitadas ou minoradas as consequências decorrentes da medida, o que não ocorre nos casos de guarda provisória e tutela, para cuja concessão o Conselho Tutelar considera requisito apenas a certidão de bons antecedentes da família substituta.

(D) Não se deferirá a colocação da criança ou do adolescente em família substituta à pessoa que apresente, por prazo superior a 180 dias, limitações em sua capacidade laborativa.

A: incorreta. De acordo com o art. 28, *caput*, do ECA: "A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção,

independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.". A curatela, assim sendo, não constitui modalidade de colocação em família substituta; **B:** correta. Sempre que possível, a criança e o adolescente deverão ser previamente ouvidos, e a sua opinião, devidamente considerada. É o que prescreve o art. 28, § 1º, do ECA; **C:** incorreta. Na apreciação do pedido, levar-se-ão em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de se evitarem ou minorarem as consequências decorrentes da medida (art. 28, § 3º, do ECA); **D:** incorreta. A lei se refere à pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado (ECA, art. 29).
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.2) No que se refere ao direito à convivência familiar e comunitária, assinale a opção correta com base no ECA.

(A) O pátrio poder não poderá ser exercido, simultaneamente, pelo pai e pela mãe. Em caso de discordância quanto a quem caberá titularizá-lo, a ambos será facultado o direito de recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.
(B) Na ausência dos pais, o pátrio poder poderá ser delegado, nessa ordem: ao irmão mais velho, desde que já tenha alcançado a maioridade, ao tio paterno ou ao avô paterno. Na ausência de qualquer um desses, o pátrio poder poderá, excepcionalmente, ser delegado à avó materna.
(C) Toda criança ou adolescente tem direito à educação no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a participação efetiva da mãe biológica no convívio diário com o educando, em ambiente livre da presença de pessoas discriminadas.
(D) Os filhos, havidos, ou não, da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

A: incorreta. A teor do que dispõe o art. 21 do ECA, o pátrio poder, atualmente denominado "poder familiar", será exercido conjuntamente pelo pai e pela mãe; **B:** incorreta. Na ausência dos pais, a criança e o adolescente serão colocados em família substituta, por meio dos institutos da guarda, da tutela ou da adoção; no caso da adoção, os novos pais passarão a exercer o poder familiar (antigo "pátrio poder"), devendo-se dar primazia à manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa (art. 39, § 1º, do ECA, com a nova redação dada pela Lei 12.010/2009); portanto, não há que se falar em delegação do poder familiar e também na ordem de preferência apresentada na alternativa; **C:** incorreta (art. 19 do ECA); **D:** correta (art. 20 do ECA).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.1) Com relação às disposições do ECA acerca da colocação da criança e do adolescente em família substituta, assinale a opção correta.

(A) A colocação da criança em família substituta, na modalidade de adoção, constitui medida excepcional, preferindo-se que ela seja criada e educada no seio saudável de sua família natural.
(B) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato e, uma vez deferida pelo juiz, não pode ser posteriormente revogada.
(C) Somente a adoção constitui forma de colocação da criança em família substituta.
(D) O guardião não pode incluir a criança que esteja sob sua guarda como beneficiária de seu sistema previdenciário visto que a guarda não confere à criança condição de dependente do guardião.

A: correta. De fato, as crianças devem permanecer no seio de sua família natural. Trata-se de direito tanto da família quanto da criança. Quando necessário, contudo, deverá ser colocada em família substituta. Essa é, pois, a tônica estabelecida pela Lei 12.010/2009, que prestigia a manutenção da criança e do adolescente junto à sua família natural (à sua falta, a extensa), dado que é este o ambiente considerado mais favorável ao seu bom desenvolvimento; **B:** incorreta. A guarda tem como característica o fato de poder ser revogada a qualquer momento, consoante dispõe o art. 35 da Lei 8.069/1990; **C:** incorreta. Em vista do disposto no art. 28, *caput*, da Lei 8.069/1990, constituem modalidades de família substituta, além da guarda, a tutela e a adoção; **D:** incorreta, visto que esta modalidade de colocação de criança em família substituta confere-lhe a condição de dependente para todos os fins, inclusive previdenciários, nos moldes do art. 33, § 3º, da Lei 8.069/1990.
Gabarito "A"

2.2. DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

(Magistratura do Trabalho – 1ª Região – 2010 – CESPE) De acordo com o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, na formação técnico-profissional do aprendiz, devem ser observados

(A) a garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular, a atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente e o horário especial para o exercício das atividades.
(B) o princípio da precaução, quanto ao desempenho de tarefas insalubres, o princípio da prevenção, nas atividades de baixo grau de periculosidade, e o princípio da integralização do desenvolvimento psicossocial do adolescente.
(C) a garantia de acessibilidade, a inclusão digital e o desenvolvimento integral da cidadania.
(D) o princípio do desenvolvimento integral, o princípio da autonomia e o princípio do empreendedorismo.
(E) a garantia de acesso aos centros de estudo e pesquisa, o bem-estar físico e psíquico e a livre consciência.

Art. 63, I, II e III, do ECA.
Gabarito "A"

3. POLÍTICA E ENTIDADES DE ATENDIMENTO

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) As entidades de atendimento que desenvolvem programas de abrigo para crianças e adolescentes devem

(A) providenciar, sempre que possível, a transferência dos grupos de irmãos desmembrados para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.
(B) preservar os vínculos familiares, dar atendimento personalizado em pequenos grupos, bem como desenvolver atividades em regime de coeducação.
(C) evitar, sempre que possível, o contato das crianças e dos adolescentes abrigados com a família de origem.
(D) participar das atividades políticas da localidade onde se encontrem inseridas.
(E) evitar a participação de pessoas da comunidade no processo educativo das crianças e dos adolescentes abrigados.

Atenção para a alteração pela Lei 12.010/2009 do instituto do "abrigo" para "acolhimento familiar". **A:** incorreta (art. 92, V e VI, do ECA); **B:** correta (art. 92, I e IV, do ECA); **C:** incorreta (art. 92, I, do ECA); **D:** incorreta, pois não existe essa previsão legal; **E:** incorreta (art. 92, IX, do ECA).
Gabarito "B"

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Entre outras obrigações, as entidades que desenvolvem programas de internação para menores devem

(A) observar os direitos e as garantias de que são titulares as crianças.
(B) oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal.
(C) comunicar às autoridades competentes todos os casos em que foi necessária a adoção de restrições a direitos que não tenham sido restringidos na decisão de internação de adolescentes.
(D) reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo mínimo de um ano, dando ciência dos resultados ao CONANDA.
(E) assegurar as medidas profiláticas e contraceptivas necessárias à visitação íntima.

A: incorreta, pois deverá observar os direitos e garantias de que são titulares os *adolescentes* (art. 94, I, do ECA); **B:** correta (art. 94, VII, do ECA); **C:** incorreta (art. 94, II, do ECA); **D:** incorreta, pois a reava-

liação deverá ocorrer com intervalo máximo de seis meses, dando-se ciência à autoridade competente (art. 94, XIV, do ECA); **E:** incorreta, pois não existe previsão legal para visitação íntima de adolescente em programa de internação.

Gabarito "B"

4. MEDIDAS DE PROTEÇÃO

(Magistratura/PI – 2011 – CESPE) No que se refere às medidas de proteção aplicadas a crianças e adolescentes, assinale a opção correta.

(A) As medidas de proteção são aplicadas às crianças; as socioeducativas, aos adolescentes.
(B) As medidas de proteção poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, mas não podem ser substituídas a qualquer tempo.
(C) O acolhimento, seja institucional ou familiar, equipara-se à internação, visto que afasta o menor do seio familiar.
(D) Deve-se verificar sempre a possibilidade de reintegração familiar do menor e, caso esta se mostre inviável, caberá ao conselho tutelar propor, no prazo de quarenta e cinco dias, ação de destituição do poder familiar.
(E) Somente a autoridade judiciária poderá determinar o afastamento do menor do lar e dos pais ou responsáveis, garantindo-lhes ampla defesa; a guia de acolhimento do menor deve ser expedida com todos os dados necessários sobre a família e os motivos do afastamento do convívio familiar.

A: incorreta, pois também é possível a aplicação de medidas de proteção aos adolescentes (art. 98 e art. 104, ambos do ECA); **B:** incorreta, pois as medidas de proteção podem ser substituídas a qualquer tempo (art. 99 do ECA); **C:** incorreta, pois o acolhimento institucional ou familiar não implica restrição da liberdade (art. 101, § 1°, do ECA); **D:** incorreta, pois cabe ao Ministério Público ajuizar a ação de destituição do poder familiar (art. 101, §§ 9° e 10°, do ECA); **E:** correta (art. 101, §§ 2° e 3°, do ECA).

Gabarito "E"

(Magistratura/PI – 2011 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito das medidas protetivas destinadas a crianças e adolescentes.

(A) As medidas protetivas não podem ser aplicadas de forma cumulativa.
(B) Não podem constar da guia de acolhimento da criança os motivos de sua retirada do convívio com a família de origem.
(C) O MP tem competência para determinar o afastamento da criança do convívio familiar, devendo comunicar o fato ao juiz competente em até quarenta e oito horas.
(D) Determinado o acolhimento familiar da criança ou do adolescente, deve o acolhido ser afastado da família de origem.
(E) Um dos princípios que norteiam a adoção de medidas protetivas é o da intervenção mínima das autoridades e das instituições.

A: incorreta, pois as medidas de proteção poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente (art. 99 do ECA); **B:** incorreta, pois deve constar da guia de acolhimento da criança os motivos de sua retirada (art. 101, § 3°, IV, do ECA); **C:** incorreta, pois o afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária (art. 101, § 2º, do ECA); **D:** incorreta, pois a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar da criança ou do adolescente (art. 101, § 4º, do ECA); **E:** correta (art. 100, parágrafo único, VII, do ECA).

Gabarito "E"

5. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E ATO INFRACIONAL – DIREITO MATERIAL

(Magistratura/PI – 2011 – CESPE) Com relação à prática de ato infracional, assinale a opção correta.

(A) A prestação de serviços à comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não inferior a seis meses.
(B) A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, presumindo-se que poderá ser fixada pelo tempo que o juiz da infância e da juventude considerar necessário.
(C) A aplicação do regime de semiliberdade deve ser reavaliada a cada seis meses e não comporta prazo máximo.
(D) As medidas socioeducativas só devem ser aplicadas em face da existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão.
(E) A concessão de remissão não impede que se aplique qualquer medida socioeducativa.

A: incorreta, pois a prestação de serviços à comunidade não pode exceder a seis meses (art. 117 do ECA); **B:** correta (art. 118, § 2°, do ECA); **C:** incorreta, pois a medida de semiliberdade não precisa ser reavaliada a cada seis meses, no máximo, como no caso da internação (art. 121, § 2°, do ECA); **D:** incorreta, pois a aplicação das medidas socioeducativas e protetivas pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, salvo no caso da advertência (art. 114, *caput* e parágrafo único, do ECA). Importante ressaltar que a remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade (art. 127 do ECA); **E:** incorreta, pois a remissão pode ser cumulada com medidas protetivas e socioeducativas, exceto a colocação em regime de semiliberdade e a internação (art. 127 do ECA).

Gabarito "B"

(Magistratura/ES – 2011 – CESPE) No que se refere a medida socioeducativa, assinale a opção correta.

(A) A medida de internação não comporta prazo determinado, devendo ser reavaliada a cada três anos.
(B) A medida de semiliberdade pode ser aplicada desde o início, quando, pelo estudo técnico, se verificar que é adequada e suficiente do ponto de vista pedagógico. A possibilidade de atividades externas é inerente a essa espécie de medida e depende de autorização judicial.
(C) Tratando-se de medida de obrigação de reparar o dano, o magistrado deve determinar a restituição da coisa ao seu verdadeiro proprietário, ainda que o ato infracional tenha sido praticado por criança.
(D) Não se computa, no prazo máximo de internação, o tempo de internação provisória.
(E) A aplicação da medida de liberdade assistida, uma das mais rigorosas, prevê a manutenção do adolescente em entidades de atendimento.

A: incorreta. A medida de internação não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses (art. 121, § 2°, do ECA). Todavia, em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos (art. 121, § 3°, do ECA). Ainda, caso se trate da internação-sanção (por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta), o prazo não poderá ser superior a três meses (art. 122, III e § 1°, do ECA); **B:** incorreta, pois a realização de atividades externas independe de autorização judicial (art. 120, do ECA); **C:** correta (art. 116, do ECA); **D:** incorreta, pois o prazo de internação provisória, que é de no máximo quarenta e cinco dias (art. 108, do ECA), será computado para o cálculo dos três anos máximos de internação; **E:** incorreta, pois a liberdade assistida é uma medida em meio aberto, em que o adolescente permanece junto à sociedade (art. 118, do ECA). Por sua vez, na internação, medida socioeducativa mais rigorosa, o adolescente permanece institucionalizado em entidades de atendimento (art. 121, do ECA).

Gabarito "C"

(Ministério Público/RR – 2008 – CESPE) Pedro, aos 14 anos de idade, foi encaminhado à vara da infância e da juventude, por tráfico de entorpecentes. A ele, que não tinha passagens anteriores pela vara da infância e da juventude, foi aplicada a medida de internação pelo prazo mínimo de um ano. Após o cumprimento da internação, o juiz aplicou a Pedro medida de semiliberdade e restringiu o direito de Pedro realizar visitas a familiares, instituindo um regime de visitas progressivas e condicionadas.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue os itens subsequentes.

(1) O ECA possibilita a Pedro a prática de atividades externas sob o regime de semiliberdade, sem necessidade de autorização judicial.
(2) A restrição imposta pelo magistrado às visitas de Pedro aos familiares constitui constrangimento ilegal, especialmente se desprovida de fundamentação.
(3) O regime de semiliberdade constitui típica medida de caráter socioeducativo, devendo ser priorizado o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários de Pedro.
(4) Visto que, na hipótese, Pedro praticou ato infracional sem grave ameaça ou violência e que não houve reiteração de outras infrações graves, e, ainda, que Pedro não deixou de cumprir, reiterada e injustificadamente, medida anteriormente imposta, não se justifica a imposição de medida de internação.
(5) Caso a decisão do magistrado em relação à internação de Pedro seja questionada em juízo, ela não pode ser sanada pela via do *habeas corpus*, pois tal instrumento processual não se aplica às situações que envolvam decisões tomadas por vara da infância e da juventude em detrimento da liberdade de criança ou adolescente.

1: correta, nos termos do art. 120, *caput*, do ECA; **2:** correta, pois até no regime de ***internação*** há o direito de visita semanal (art. 124, VII, do ECA); eventual suspensão temporária da visita depende de fundamentação, nos termos do art. 124, § 2º, do ECA; **3:** correta, pois, de fato, tal regime é uma medida de caráter socioeducativo (art. 112, V, do ECA), que, por ser um regime intermediário entre a internação e a liberdade, deve priorizar o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários do adolescente; **4:** correta, pois a internação só pode se dar nas hipóteses contempladas no art. 122 do ECA, que estabelece rol taxativo; **5:** errada, pois essa ação de índole constitucional se aplica a todas as pessoas, por óbvio (art. 5º, LXVIII, da CF); ademais, o próprio ECA faz referência ao *habeas corpus* para defender interesses de adolescentes (art. 201, IX).
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C, 5E

(Defensoria/ES – 2009 – CESPE) Julgue os itens subsequentes.

(1) A obrigação de reparar o dano causado com o ato infracional não é considerada uma medida socioeducativa, tendo em vista que o adolescente não responde civilmente por seus atos, sendo obrigação dos pais ressarcir a vítima de eventual prejuízo.
(2) A prestação de serviços comunitários é uma medida socioeducativa prevista no ECA que consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, independentemente da pena abstratamente cominada ao crime referente ao ato infracional.

1: incorreta, pois a obrigação de reparar o dano está expressamente prevista como modalidade de medida socioeducativa (arts. 112, II, e 116, do ECA); **2:** correta (art. 117 do ECA).
Gabarito 1E, 2C

(OAB – CESPE – 2009.3) Em relação às medidas socioeducativas previstas no ECA, assinale a opção correta.

(A) A medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade pode ser aplicada pelo prazo de até um ano.
(B) A advertência somente pode ser aplicada se houver provas suficientes da autoria e da materialidade da infração.
(C) As medidas socioeducativas de semiliberdade e de internação por prazo indeterminado não podem ser incluídas na remissão, sendo admissível sua aplicação somente após a instrução processual em sede de sentença de mérito.
(D) A obrigação de reparar o dano à vítima não constitui medida socioeducativa.

A: incorreta. A prestação de serviços à comunidade, prevista no art. 117 do ECA, não poderá exceder a seis meses; **B:** incorreta. Em face do disposto no art. 114, parágrafo único, do ECA, para a imposição da medida socioeducativa de *advertência*, a mais branda de todas, basta a prova da materialidade e *indícios suficientes da autoria*; já no que toca às outras medidas (obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação), é necessária a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração (art. 114, *caput*). Parte significativa da doutrina se insurge contra essa peculiaridade da medida socioeducativa de advertência; **C:** correta, nos termos do art. 127 do ECA; **D:** incorreta, nos termos do art. 116 do ECA.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta conforme as disposições do ECA.

(A) As eleições para o Conselho Tutelar, órgão com poderes jurisdicionais, são organizadas em âmbito municipal.
(B) Inclui-se, entre as medidas aplicáveis aos pais ou responsável do menor, o encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
(C) O prazo máximo previsto para a medida de internação é de três anos, devendo ser prefixado pelo magistrado na sentença.
(D) Não havendo arquivamento dos autos ou concessão de remissão, o membro do MP procederá à apresentação de denúncia contra o adolescente.

A: incorreta. O Conselho Tutelar constitui órgão não jurisdicional, nos termos do art. 131 do ECA. Além disso, conforme estatui a nova redação do art. 132 do mesmo Diploma, "em cada Município e em cada região administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha". Esse dispositivo foi alterado pela Lei 12.696/2012, que, além desta, promoveu, no âmbito do Conselho Tutelar, diversas alterações; **B:** correta (art. 129, III, do ECA); **C:** incorreta. De fato, a medida de internação terá como prazo máximo três anos, nos termos do art. 121, § 3º, do ECA; entretanto, tal medida, de caráter excepcional, não comporta prazo determinado, devendo, dessa forma, em conformidade com o preconizado no § 2º do art. 121 do ECA, ser reavaliada com a periodicidade de seis meses; **D:** incorreta. Denúncia é a peça inaugural que contém a acusação formulada pelo Ministério Público nas ações penais públicas. Não tem, pois, qualquer incidência no âmbito do ECA. Se o representante do Ministério Público deixar de promover o arquivamento ou a remissão, oferecerá *representação* à autoridade judiciária, nos termos do art. 182 do ECA.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.1) Acerca da medida socioeducativa de internação, prevista no ECA, assinale a opção correta.

(A) Comprovada a autoria e materialidade de ato infracional considerado hediondo, tal como o tráfico de entorpecentes, ao adolescente infrator deve, necessariamente, ser aplicada medida socioeducativa de internação.
(B) O adolescente que atinge os 18 anos de idade deve ser compulsoriamente liberado da medida socioeducativa de internação em razão do alcance da maioridade penal.
(C) No processo para apuração de ato infracional de adolescente, não se exige defesa técnica por advogado.
(D) A medida socioeducativa de internação não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada 6 meses.

A: incorreta (art. 122, ECA). Embora seja assemelhado a hediondo, a prática de ato infracional equiparado a tráfico de drogas não justifica, por si só, a internação do adolescente infrator. Nesse sentido: STJ, HC 165.704-SP, Rel. Min. Maria Thereza e Assis Moura, j. 2.9.2010. Consagrando esse entendimento, o STJ editou, recentemente, a Súmula n. 492: "O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação". Atenção: a Lei 12.594/2012, editada recentemente, alterou a redação do parágrafo primeiro do art. 122 do ECA; **B:** incorreta, pois a teor do art. 121, § 5º, da Lei 8.069/1990, a liberação será compulsória somente aos 21 anos; **C:** incorreta (art. 207 da Lei 8.069/1990); **D:** correta (art. 121, § 2º, da Lei 8.069/1990).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.2) Os irmãos Leo, com 18 anos de idade, Lúcio, com 17 anos de idade, e Lino, com 11 anos de idade, roubaram dinheiro do caixa de uma padaria. Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que

(A) Lúcio e Lino praticaram ato infracional e responderão a procedimento junto à Vara da Infância e Juventude, podendo ser aplicada, para ambos, medida socioeducativa de internação.
(B) Leo não será processado criminalmente por sua conduta, visto que os demais autores do fato são menores de idade e, nesse caso, as condições de caráter pessoal se comunicam.
(C) Leo, Lino e Lúcio serão processados criminalmente pelos seus atos, caso fique demonstrado que todos quiseram praticar o fato e possuíam plena capacidade de entender o caráter ilícito dele.
(D) Lúcio poderá, excepcionalmente, ficar submetido a medida socioeducativa de internação até completar 21 anos, idade em que a liberação será compulsória.

A: incorreta, pois Lino é criança e não está sujeito a medida socioeducativa (art. 105 da Lei 8.069/1990 – ECA); **B:** incorreta, pois Léo é adulto e, portanto, responderá criminalmente; **C:** incorreta, pois Lino ficará sujeito às medidas do art. 101 do ECA (medidas de proteção); Léo, às medidas criminais; e Lúcio, às medidas socioeducativas (art. 112 do ECA); **D:** correta (arts. 122, I, e 121, § 5º, ambos do ECA).
Gabarito "D"

6. ATO INFRACIONAL – DIREITO PROCESSUAL

(Magistratura/AC – 2008 – CESPE) Com relação à representação para aplicação de medida socioeducativa pelo Ministério Público, em casos de prática de ato infracional, à luz do ECA, assinale a opção correta.

(A) A representação depende de prova pré-constituída da autoria e materialidade, sob pena de ser rejeitada.
(B) O prazo máximo para a conclusão do procedimento para apuração de ato infracional, estando o adolescente internado provisoriamente, será de 45 dias, prorrogável uma única vez por igual período.
(C) O Ministério Público, caso entenda não ser o caso de oferecimento da representação para aplicação de medida socioeducativa, poderá promover o arquivamento dos autos ou conceder a remissão.
(D) Oferecida a representação, a autoridade judiciária designará audiência de apresentação do adolescente, somente após a qual decidirá sobre a decretação ou manutenção da internação.

A: incorreta (art. 182, § 2º, do ECA); **B:** incorreta, pois esse prazo é improrrogável (art. 183 do ECA); **C:** correta (art. 180 do ECA): **D:** incorreta, pois o despacho que designar a audiência deve decidir sobre a decretação ou manutenção, não se devendo aguardar a audiência para tal decisão (art. 184, *caput*, do ECA).
Gabarito "C"

(Ministério Público/RO – 2008 – CESPE) Paulo, nascido em 10 de outubro de 1990, em razão de ter praticado um pequeno furto, foi levado à presença do promotor de Justiça da Promotoria da Infância e da Juventude, que concedeu a ele a remissão, não dando início a procedimento judicial. Algum tempo depois, Paulo foi conduzido à vara da infância e da juventude devido à prática de lesão corporal de natureza leve. O magistrado, nessa ocasião, aplicou-lhe, ao final do processo judicial, medida socioeducativa de liberdade assistida. Em 5 de março de 2008, Paulo foi detido por ter praticado latrocínio contra João. Em razão disso, o promotor de justiça iniciou processo judicial e requereu a aplicação da internação, a qual foi deferida pelo juízo, que, no entanto, não fixou seu prazo total. Paulo iniciou o cumprimento da medida em 3 de junho de 2008. Acerca dessa situação hipotética e de seus desdobramentos jurídicos, assinale a opção correta.

(A) Agiu equivocadamente o representante do MP ao conceder remissão a Paulo, já que a concessão de remissão, como forma de exclusão do processo, só pode ser aplicada por autoridade judiciária.
(B) Como a remissão não pode prevalecer para efeito de antecedentes e a liberdade assistida foi a única pena aplicada a Paulo anteriormente, não estão presentes pressupostos para a aplicação da internação, sendo certo que apenas a reiteração no cometimento de outras infrações graves poderia justificar a sua aplicação.
(C) O juiz agiu corretamente ao não fixar prazo para a internação de Paulo, pois a medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.
(D) Paulo pode vir a ser liberado da internação apenas ao completar 21 anos de idade.
(E) Ao completar 18 anos de idade, Paulo deve ser removido para uma penitenciária comum, onde continuará cumprindo a sua pena.

A: incorreta, pois há três tipos de remissão e a remissão exclusão pode ser concedida pelo MP sem a autorização da autoridade judiciária, nos termos do art. 126 do ECA; confira: a) remissão exclusão, ministerial ou pré-processual: consiste no perdão que poderá ser feito pelo Ministério Público antes de iniciado o procedimento judicial para apuração do ato infracional, atendendo às circunstâncias, personalidade do agente e sua maior ou menor participação, gerando a exclusão do processo (art. 126, *caput*, do ECA); b) remissão suspensão: consiste na mitigação das consequências da prática de um ato infracional, que só poderá ser feita pela autoridade judiciária, no bojo de procedimento judicial de apuração do ato infracional, aplicando-se medida legal que não seja colocação em regime de semiliberdade e internação (arts. 126, parágrafo único, e 127, parte final, do ECA), ficando suspenso o processo até o seu adequado cumprimento, findo o qual este será extinto; c) remissão extinção: consiste no perdão ou na mitigação das consequências da prática de um ato infracional, que só poderá ser feita pela autoridade judiciária, no bojo de procedimento judicial de apuração do ato infracional, concedendo-se perdão puro e simples ou aplicando-se medida que se esgote por si mesma naquele momento, gerando a extinção do processo desde logo (arts. 126, parágrafo único, e 127, parte final, do ECA); **B:** incorreta, pois o latrocínio justifica a aplicação da internação (art. 122, I, do ECA); **C:** correta (art. 121, § 2º, do ECA); **D:** incorreta, pois é importante lembrar que o prazo máximo de internação é de 3 anos (art. 121, § 3º, do ECA) e que, no prazo máximo de 6 meses, sua manutenção deve ser reavaliada (art. 121, § 2º, do ECA); **E:** incorreta, pois a internação pode ocorrer até os 21 anos (art. 121, § 5º, do ECA).
Gabarito "C"

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) O MP ofereceu representação contra um adolescente pela suposta prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas, sendo a defesa do adolescente prestada por DP. Após instrução processual e apresentação das alegações finais pelas partes, foi prolatada sentença, sendo aplicada ao adolescente a medida socioeducativa de liberdade assistida pelo prazo mínimo de seis meses.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

(1) Comprovada a autoria e a materialidade do ato infracional, por se tratar de ato hediondo, necessariamente, deve ser aplicada a esse adolescente a medida socioeducativa de internação por prazo indeterminado.
(2) É admissível que a intimação da sentença em questão seja feita unicamente na pessoa do defensor.
(3) Por se tratar de ato infracional, o recurso contra essa sentença segue o sistema recursal do Código de Processo Penal.
(4) Nos processos afetos à justiça da infância e juventude, os recursos serão interpostos independentemente de preparo.

1: incorreta (art. 121, § 3º, do ECA); **2:** correta, pois a sentença que aplica medida que não seja de internação ou regime de semiliberdade, a intimação far-se-á unicamente na pessoa do defensor (art. 190, § 1º, do ECA); **3:** incorreta, pois o recurso seguirá o sistema recursal do Código de Processo Civil (art. 198 do ECA); **4:** correta (art. 198, I, do ECA).
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue os itens a seguir, relativos à medida socioeducativa de internação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

(1) Não se exige defesa técnica, por DP ou advogado, no processo para apuração de ato infracional de adolescente.

(2) É possível a aplicação de internação provisória pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias antes da sentença, quando houver indícios suficientes de autoria e materialidade do ato infracional e mostrar-se a necessidade imperiosa da medida.
(3) Para que seja constituída a defesa de adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, não basta a indicação do DP na audiência de apresentação, sendo exigida a outorga do mandato ao patrono.

1: incorreta, pois nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor (art. 207, *caput*, do ECA); **2:** correta (art. 108 do ECA); **3:** incorreta, pois será dispensada a outorga de mandato, quando se tratar de defensor nomeado ou, sido constituído, tiver sido indicado por ocasião de ato formal com a presença da autoridade judiciária (art. 207, § 3º, do ECA).
Gabarito 1E, 2C, 3E

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) No que se refere à medida de semiliberdade, julgue os itens subsequentes.

(1) Em caso de descumprimento reiterado e injustificado da medida de semiliberdade, é cabível ao juiz aplicar ao adolescente a denominada internação-sanção, pelo prazo de até três meses.
(2) É necessária a oitiva do adolescente antes de decretar-se a regressão da medida denominada internação-sanção.

1: correta (art. 122, III, § 1º, do ECA); **2:** correta, pois a determinação de regressão de medidas reclama a oitiva do menor infrator, para que se manifeste a respeito do descumprimento da medida de liberdade assistida originariamente determinada, e que deu causa à regressão à medida de internação mais rigorosa, em observância ao caráter educacional de exceção da legislação incidente e em observância ao princípio constitucional da ampla defesa.
Gabarito 1C, 2C

(OAB – CESPE – 2008.3) À luz do ECA, assinale a opção correta.

(A) A internação constitui medida privativa de liberdade e, dada essa condição, não é permitida ao adolescente interno a realização de atividades externas, como trabalho e estudo.
(B) A medida de internação poderá ser aplicada, ainda que haja outra medida adequada, se o MP assim requerer.
(C) Poderá ser decretada a incomunicabilidade do adolescente, a critério da autoridade competente, quando ele praticar atos reiterados de indisciplina.
(D) Em caso de internação, a autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de prejudicialidade aos interesses do adolescente.

A: incorreta, nos termos do art. 121, § 1º, do ECA (Lei 8.069/1990); **B:** incorreta. Ainda que o MP requeira, a medida socioeducativa de internação somente terá lugar se inexistir outra medida mais adequada – art. 122, § 2º, do ECA; **C:** incorreta. É vedada a incomunicabilidade do adolescente, salvo se, em determinada situação, o seu isolamento dos demais internos (colocação em ambiente separado) mostrar-se a medida mais adequada à segurança dele – art. 124, § 1º, do ECA; **D:** correta. Se a autoridade judiciária entender que existem motivos sérios e fundados que tornam a visita, inclusive dos pais ou responsável, prejudicial aos interesses do adolescente, poderá suspendê-la temporariamente – art. 124, § 2º, do ECA.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.3) Acerca do ECA, assinale a opção correta.

(A) Nos casos de ato infracional, a competência jurisdicional, em regra, será determinada pelo domicílio dos pais ou responsável pelo adolescente.
(B) O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, sob pena de responsabilidade.
(C) A representação feita pelo MP em face de adolescente dependerá de prova pré-constituída da autoria e materialidade do ato infracional.
(D) O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente, para oitiva e qualificação.

A: incorreta (art. 147, § 1º, do ECA); **B:** correta (art. 178 do ECA); **C:** incorreta (art. 182, § 2º, do ECA); **D:** incorreta (art. 171 do ECA).
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.3) Assinale a opção correta acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente.

(A) Caso não haja sentença condenatória, a internação pode ser determinada pelo prazo máximo de sessenta dias.
(B) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime, não sendo consideradas atos infracionais as contravenções penais.
(C) Para os efeitos dessa lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do resultado da conduta delitiva, ainda que outra seja a data da ação ou omissão.
(D) O adolescente somente será privado de sua liberdade em caso de flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

A: incorreta. Em vista do que dispõe o art. 108 da Lei 8.069/1990, a internação provisória não poderá durar mais de *quarenta e cinco dias*, prazo em que o processo deverá ser ultimado (art. 183, ECA). Findo esse prazo, o adolescente deverá ser imediatamente liberado. Há decisões, contudo, que entendem que, a depender da particularidade do caso concreto, é possível estendê-lo, notadamente quando é a defesa que dá causa à dilação. O descumprimento injustificado deste prazo configura o crime do art. 235, ECA; **B:** incorreta. Ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal (art. 103, ECA); **C:** incorreta. Para os efeitos do ECA, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato (art. 104, parágrafo único, ECA). Assim, cometido o ato poucos dias antes de o adolescente completar 18 anos (o disparo de uma arma de fogo em alguém, por exemplo) e produzido o resultado já quando o agente completou 18 anos (morte da vítima), valerá a data do fato e não a do resultado, de forma que o agente ficará sujeito a uma medida socioeducativa, é dizer, não responderá criminalmente. Incorporou-se, portanto, a *teoria da atividade*, consagrada no art. 4º do CP; **D:** correta, nos termos do art. 106, *caput*, da Lei 8.069/1990.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.2) Acerca dos direitos individuais previstos no ECA, assinale a opção correta.

(A) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade, senão em flagrante de ato infracional, por determinação judicial, ou para averiguação, por ordem de autoridade policial.
(B) A internação antes da sentença, ocorrida durante o procedimento de apuração do ato infracional, não tem prazo máximo pré-estabelecido, contudo o juiz deve justificar a demora excessiva, sob pena de constrangimento ilegal.
(C) Excetuando-se as hipóteses de dúvida fundamentada, o adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos oficiais.
(D) A internação antes da sentença, ao contrário do que ocorre com a prisão cautelar, prevista no processo penal, dispensa fundamentação em face das peculiaridades do procedimento de apuração do ato infracional e das condições especiais de desenvolvimento do adolescente.

A: incorreta. A detenção do adolescente para averiguação não está contemplada no art. 106 do ECA; **B:** incorreta. A internação provisória terá o prazo máximo de quarenta e cinco dias – art. 108 do ECA; **C:** correta. Regra geral, não poderá o adolescente civilmente identificado ser submetido a identificação compulsória, salvo para efeito de confrontação, desde que haja dúvida fundada. A identificação compulsória constitui, portanto, medida de caráter excepcional – art. 109 do ECA. *Vide* Lei 12.037/2009, que dispõe, entre outras coisas, sobre as hipóteses em que é permitida a identificação criminal do civilmente identificado (art. 3º); **D:** incorreta (art. 108, parágrafo único, do ECA).
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.2) Com relação ao procedimento de apuração do ato infracional, assinale a opção correta de acordo com o que dispõe o ECA.

(A) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que aplica medida socioeducativa, sendo possível o juízo de retratação.
(B) No recurso de apelação, antes de determinar a remessa dos autos à instância superior, o juiz poderá reformar a decisão proferida.
(C) Na ausência de advogado constituído, para resguardar o sigilo quanto à conduta do infrator, não se admite a nomeação de defensor *ad hoc*.
(D) A outorga de mandato é indispensável caso o defensor seja constituído ou nomeado, sendo a formalidade necessária em face das peculiaridades do procedimento.

A: incorreta (art. 198 do ECA); **B:** correta (art. 198, VII, do ECA); **C** e **D:** incorretas (art. 186 do ECA).
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.1) Acerca do procedimento de apuração do ato infracional e de execução das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

(A) A remissão, como forma de extinção ou suspensão do processo, pode ser aplicada em qualquer fase do procedimento ou depois de proferida a sentença.
(B) A representação do Ministério Público no que se refere à proposta de instauração de procedimento para aplicação de medida socioeducativa independe de prova pré-constituída de autoria e materialidade.
(C) Será competente o juiz da infância e juventude do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão e continência, inclusive nos casos de concurso com a jurisdição comum.
(D) A execução da medida de proteção poderá ser delegada à autoridade competente do lugar onde residem os pais da criança, desde que situado no mesmo estado da Federação do juízo processante.

A: incorreta, pois em desacordo com o art. 188 do ECA (antes da sentença); **B:** correta. Não depende de prova pré-constituída de autoria e materialidade (art. 182, § 2º, do ECA); **C:** incorreta, pois não reflete o disposto no art. 147, § 1º, do ECA; **D:** incorreta (art. 147, § 2º, do ECA).
Gabarito "B"

7. CONSELHO TUTELAR

(Ministério Público/AM – 2008 – CESPE) Acerca dos conselhos tutelares, assinale a opção correta.

(A) Em cada município haverá, no mínimo, um conselho tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, vedada a recondução. O candidato a membro do conselho tutelar não precisa, necessariamente, residir no município em que servirá como conselheiro.
(B) O conselho tutelar é órgão permanente e autônomo e jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
(C) É desejável, mas não obrigatório, que conste de lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do conselho tutelar.
(D) É vedado ao conselho tutelar auxiliar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
(E) São impedidos de servir no mesmo conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado. Estende-se o impedimento do conselheiro, do mesmo modo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do MP com atuação na justiça da infância e da juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

A: incorreta, pois se permite uma recondução (art. 132 do ECA). Ainda, com o advento da Lei 12.696/2012, o mandato do conselheiro tutelar passou a ser de 04 (quatro) anos; ademais, o candidato deve residir no Município (art. 133, III, do ECA); **B:** incorreta, pois é órgão não jurisdicional (art. 131 do ECA); **C:** incorreta. Constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares (redação do atual art. 134, parágrafo único, do ECA, de acordo com a Lei 12.696/2012); **D:** incorreta (art. 136, IX, do ECA); **E:** correta (art. 140 do ECA).
Gabarito "E"

8. MINISTÉRIO PÚBLICO

(Magistratura/PI – 2011 – CESPE) Assinale a opção correta com relação à atuação do MP nos procedimentos afetos à criança a ao adolescente.

(A) Na área do direito da criança e do adolescente, a falta de intervenção do MP pode acarretar a nulidade do processo, desde que requerida pelo interessado e se devidamente comprovado prejuízo processual.
(B) Cabe ao MP conceder remissão em qualquer fase do procedimento para apuração de ato infracional.
(C) No que tange à promoção e ao acompanhamento dos procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescente, a competência do MP é exclusiva.
(D) É facultativa a atuação do MP na área do direito da criança e do adolescente.
(E) O MP será intimado mediante publicação, sendo o prazo contado em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.

A: incorreta, pois será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado (art. 204 do ECA), sendo dispensada a comprovação do prejuízo processual, por se tratar de nulidade absoluta, que, em princípio, não admite convalescimento. Neste sentido: *"Trata-se de nulidade absoluta, porque a intervenção do Ministério Público se dá sempre em virtude do interesse público. A jurisprudência tem admitido, contudo, a conservação de atos se o órgão do Ministério Público, intervindo tardiamente, afirmar, com base nos elementos dos autos, que o interesse público foi preservado e que a repetição, esta sim, poderia ser prejudicial ao interesse especialmente protegido. É o que acontece, por exemplo, se um menor, autor, ganhou a demanda e somente em segundo grau de jurisdição do Tribunal determina a intimação do órgão do Ministério Público. Dependendo das circunstâncias, o órgão do Ministério Público no segundo grau pode entender que o interesse do menor foi preservado, considerando prejudicial a anulação, mantendo-se os atos já praticados"*. (Vicente Greco Filho, **Direito Processual Civil Brasileiro**, Ed. Saraiva); **B:** incorreta, pois o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, somente antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional (art. 126, *caput*, do ECA); **C:** correta (art. 201, II, do ECA); **D:** incorreta, pois, nos processos e procedimentos em que não for parte, o Ministério Público atuará obrigatoriamente na defesa dos direitos e interesses das crianças e dos adolescentes (art. 202 do ECA); **E:** incorreta (art. 203 do ECA).
Gabarito "C"

(Ministério Público/TO – 2012 – CESPE) Com base no que dispõe o ECA, assinale a opção correta em relação à proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes e à atuação do MP.

(A) O MP possui legitimidade para promover e acompanhar os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães. No entanto, com a criação da DP pela CF, o MP perdeu a legitimidade para ajuizar ações de alimentos.
(B) O MP não possui legitimidade para propor ACP para obrigar plano de saúde a custear tratamento quimioterápico, em qualquer centro urbano, a uma única criança conveniada a empresa prestadora do serviço de assistência médica.
(C) Em razão da ausência de previsão expressa no ECA, a DP não possui legitimidade para a propositura de ACP para a proteção dos direitos metaindividuais das crianças e dos adolescentes, possuindo, tão somente, legitimidade para o ajuizamento de ações individuais.
(D) Compete ao MP, entre outras atribuições, conceder a remissão, como forma de exclusão ou de suspensão do processo, e promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.

(E) As ações coletivas ajuizadas em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes devem ser propostas no foro do local onde ocorra a ação ou omissão, tendo o juízo do local competência absoluta para processar a causa, ressalvadas a competência da justiça federal e a competência originária dos tribunais superiores.

A: incorreta, por força do disposto no art. 201, III, do ECA; **B:** incorreta, por força no disposto nos art. 201, V, e art. 210, I, do ECA; **C:** incorreta. Muito embora a Defensoria Pública não esteja como colegitimada no art. 210 do ECA, o fato é que ela possui legitimidade para a propositura de ação civil pública, em razão do disposto no art. 5°, II, da Lei 7.347/1985. Todavia, quanto a tutela for de direitos coletivos ou individuais homogêneos, a legitimidade ficará restrita aos interesses dos necessitados. Por sua vez, se a tutela for de direitos difusos, não haverá restrição, já que os seus titulares são indeterminados. Neste sentido é o entendimento jurisprudencial: *Ementa PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COLETIVA. DEFENSORIA PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA. ART. 5º, II, DA LEI Nº 7.347/1985 (REDAÇÃO DA LEI Nº 11.448/2007). PRECEDENTE. 1. Recursos especiais contra acórdão que entendeu pela legitimidade ativa da Defensoria Pública para propor ação civil coletiva de interesse coletivo dos consumidores. 2. Esta Superior Tribunal de Justiça vem-se posicionando no sentido de que, nos termos do art. 5º, II, da Lei 7.347/1985 (com a redação dada pela Lei nº 11.448/2007), a Defensoria Pública tem legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar em ações civis coletivas que buscam auferir responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras Providências. 3. Recursos especiais não providos. Acórdão Origem: STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Classe: RESP – RECURSO ESPECIAL – 912849 Processo: 200602794575 UF: RS Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA Data da decisão: 26/02/2008 Relator(a) JOSÉ DELGADO*; **D:** incorreta, pois, antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo (art. 126, *caput*, do ECA); **E:** correta (art. 209 do ECA).

Gabarito "E"

9. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

(OAB – CESPE – 2008.1) Com relação às infrações administrativas e aos crimes praticados contra crianças e adolescentes, assinale a opção correta de acordo com o ECA.

(A) O agente que produz ou dirige representação televisiva ou cinematográfica utilizando-se de criança ou adolescente em cena pornográfica ou de sexo explícito pratica crime, que deve ser objeto de ação penal pública incondicionada.
(B) O médico ou enfermeiro que deixa de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, pratica crime, que só admite a modalidade dolosa e deve ser processado mediante ação penal pública condicionada à representação.
(C) O agente que submete criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento comete infração administrativa.
(D) O professor ou responsável por estabelecimento de ensino que deixa de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento e que envolvam suspeita de maus-tratos contra criança ou adolescente pratica crime.

A: correta (arts. 227 e 240 do ECA); **B:** incorreta (arts. 227 e 229 do ECA); **C:** incorreta (art. 232 do ECA); **D:** incorreta (art. 245 do ECA).

Gabarito "A"

10. CRIMES

(Magistratura/SE – 2008 – CESPE) Nos termos do ECA, assinale a opção incorreta.

(A) No crime de submeter criança à exploração sexual, constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de funcionamento do estabelecimento em que ocorreu o fato.
(B) Todos os crimes previstos no ECA são de ação penal pública incondicionada.
(C) A conduta de divulgar pela Internet fotografias ou imagens com pornografia infantil é crime material, ou seja, de resultado.
(D) É atípica a conduta de fornecer fogos de estampido ou de artifício que, pelo reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.
(E) O ator que, em representação televisiva, contracena com criança ou adolescente em cena vexatória pratica crime.

A: correta (art. 244-A do ECA); **B:** correta (art. 227 do ECA); **C:** incorreta (devendo esta ser assinalada), pois, neste caso, não é necessário à consumação do delito a produção de resultado naturalístico (art. 241-A do ECA); **D:** correta (art. 244 do ECA); **E:** correta (art. 240, § 1º, do ECA).

Gabarito "C"

(Defensoria/ES – 2009 – CESPE) Julgue o item subsequente.

(1) Todos os crimes praticados contra a criança e o adolescente previstos no ECA submetem-se à ação penal pública incondicionada.

1: correta. Art. 227 do ECA.

Gabarito 1C

11. DECLARAÇÕES E CONVENÇÕES

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Em setembro de 2000, os governos de 189 países assinaram a Declaração do Milênio, da qual se originaram os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). Essas nações comprometeram-se a alcançar tais objetivos até 2015. Pautados nos diversos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos que fazem parte da declaração, os ODMs estão orientados para erradicar a extrema pobreza e a fome; universalizar o ensino básico; promover a igualdade entre os sexos; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater a AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Sete dos oito ODMs têm como sujeitos de direitos as crianças e os adolescentes e como marco paradigmático a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC), que reconhece, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, posição econômica e nascimento, que toda criança tem direito à sobrevivência sadia, desenvolvimento pleno e proteção contra todas formas de discriminação, exploração e abuso. Quanto ao direito à identidade, à privacidade e à honra da criança, os Estados signatários da Declaração do Milênio, mencionada no texto acima, e signatários, por extensão, da CDC, comprometeram-se a

I. respeitar o direito da criança e a preservar a sua identidade, incluindo a nacionalidade, o nome e as relações familiares, nos termos da lei, sem ingerência ilegal.
II. assegurar assistência e proteção adequadas, no caso de uma criança ser ilegalmente privada de todos os elementos constitutivos da sua identidade ou de alguns deles, de forma que a sua identidade seja restabelecida o mais rapidamente possível.
III. proteger o direito das crianças contra intromissões arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou correspondência, bem como contra ofensas ilegais à sua honra e reputação.
IV. garantir o registro civil e o direito a nome e identidade a toda criança que necessite dos serviços públicos de educação e saúde, no prazo máximo de três anos a contar de seu nascimento.

Estão certos apenas os itens

(A) I e III.
(B) I e IV.
(C) II e IV.
(D) I, II e III.
(E) II, III e IV.

I: correta (artigo 8, ponto 1, da Parte 1 da Convenção sobre os Direitos da Criança); **II:** correta (artigo 8, ponto 2, da Parte 1 da Convenção sobre os Direitos da Criança); **III:** correta (artigo 16, pontos 1 e 2, da Parte 1 da Convenção sobre os Direitos da Criança); **IV:** incorreta, não existe essa previsão legal.

Gabarito "D"

26. Processo Coletivo

Marcos Destefenni, Vanessa Tonolli Trigueiros e Wander Garcia*

1. INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E PRINCÍPIOS

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Em um estado democrático de direito, no instante em que o legislador edita a lei, e o administrador ou o juiz a aplicam, colima-se alcançar o interesse da sociedade. Assim, como as atividades legislativas, administrativas ou jurisdicionais são exercidas sob a invocação do interesse da coletividade, é o próprio Estado que, por seus órgãos, chama a si a tarefa de dizer, em um dado momento, em que consiste o interesse de todos.

Hugo Nigro Mazzilli. **A defesa dos interesses difusos em juízo.** 20.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 45 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir.

(1) O interesse público primário pode ser identificado como o interesse social ou da coletividade, e o interesse público secundário, como o modo pelo qual os órgãos da administração veem o interesse público.

(2) O objeto dos interesses difusos é transindividual e tem natureza divisível.

(3) Interesses individuais homogêneos são aqueles de classe de pessoas determinadas ou determináveis, que compartilham prejuízos decorrentes de origem comum.

1: correta, pois o interesse público primário é o verdadeiro interesse público; o interesse público primário diferencia-se do interesse público secundário, pois este é o mero interesse das pessoas jurídicas estatais, independentemente de estarem voltadas à consecução dos interesses coletivos, ao passo que aquele é o verdadeiro interesse público. O não pagamento de precatórios diz respeito ao mero interesse da pessoa jurídica estatal, traduzindo-se em situação que atende ao interesse público secundário, mas que não atende ao interesse público primário, único interesse a ser buscado pelo Poder Público; **2:** errada, pois o objeto dos interesses difusos tem natureza indivisível (art. 81, parágrafo único, I, do CDC); **3:** correta, pois está em sintonia com o disposto no art. 81, parágrafo único III, do CDC).

Gabarito 1C, 2E, 3C

Confira quadro sobre a matéria em questão:

Interesses	Grupo	Objeto	Origem	Disposição	Exemplos
Difusos	indeterminável	Indivisível	situação de fato	Indisponível	Interesse das pessoas na despoluição de um rio
Coletivos	determinável	Indivisível	relação jurídica	disponível apenas pelo grupo	Interesse dos condôminos de edifício na troca de um elevador com problema
Individ. homog.	determinável	divisível	origem comum	disponível individualmente	interesse de vítimas de acidente rodoviário em receber indenização

2. COMPETÊNCIA, CONEXÃO, CONTINÊNCIA E LITISPENDÊNCIA

(Ministério Público/RO – 2008 – CESPE) Por meio de inquérito civil público, apurou-se dano ambiental em córrego que corta o município A (a montante) e o município B (a jusante). O promotor de justiça do município A entrou com ação civil pública (ACP) para reparação do dano e cessação da atividade poluidora. Dois dias depois, o promotor de justiça do município B também entrou com ACP com o mesmo conteúdo e objetivo. Considerando a situação hipotética apresentada e à luz da legislação federal da ACP, bem como da jurisprudência dominante, assinale a opção correta.

(A) Como o dano ocorreu no território de mais de uma comarca, as duas comarcas são competentes para julgamento da questão, que deverá ter pronunciamento duplo.

(B) Como o dano ocorreu no território de mais de uma comarca, resolve-se a questão da competência pela prevenção, sendo competente para o trato da questão o juiz que primeiro receber a inicial.

(C) Como o primeiro promotor de justiça que ajuizou a ACP foi o do município A, a ação deverá ser julgada nesse município somente.

(D) O tribunal de justiça deve avocar e julgar essa questão.

(E) Nesse caso, a matéria torna-se de competência do STJ.

Art. 2º, parágrafo único, da Lei 7.347/1985.

Gabarito "B"

* **Marcos Destefenni** comentou as questões dos concurso de Promotor de Justiça/PI – 2014 e Defensoria/DF – 2013. **Marcos Destefenni, Vanessa Tonolli Trigueiros** e **Wander Garcia comentaram** as demais questões.

3. LEGITIMAÇÃO, LEGITIMADOS, MINISTÉRIO PÚBLICO E LITISCONSÓRCIO

(Defensoria/ES – 2009 – CESPE) No que concerne à defesa judicial dos interesses transindividuais e à ação civil pública, julgue o item seguinte.

(1) O Ministério Público é parte legítima para propor ação civil pública com o objetivo de tutelar direitos individuais indisponíveis, como o de recebimento de medicamento de uso contínuo por pessoa idosa.

1: correta, por haver interesse social no caso. Confira: "A Jurisprudência mais recente das Turmas de Direito Público do STJ tem entendido que o Ministério Público tem legitimidade ativa *ad causam* para propor ação civil pública com o objetivo de proteger interesse individual de idoso, ante o disposto nos artigos 74, 15 e 79 do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03)" (EREsp 695.665/RS, DJ 12.05.2008).

Gabarito 1C

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Sociedade de economia mista não tem legitimidade para propor ação civil pública.

1: errada (art. 5.º, IV, da Lei 7.347/1985).

Gabarito 1E

4. OBJETO

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) É cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam contribuições previdenciárias cujos beneficiários possam ser individualmente determinados.

1: errada (art. 1.º, parágrafo único, da Lei 7.347/1985).

Gabarito 1E

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A ação civil pública não pode ter por objeto a condenação em dinheiro.

1: errada (art. 3.º da Lei 7.347/1985).

Gabarito 1E

5. COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO

(Ministério Público/AM – 2008 – CESPE) Acerca do termo de ajustamento de conduta, assinale a opção correta.

(A) O instrumento de transação, previsto na Lei dos Juizados Especiais, quando referendado pelo MP, equivale ao termo de ajustamento de conduta.

(B) A corrente doutrinária que identifica o termo de ajustamento de conduta com a transação realça o caráter típico que o instrumento assume nessa condição.

(C) A legitimidade ativa para a celebração do termo de ajustamento de conduta é concorrente e disjuntiva.

(D) O Poder Judiciário tem legitimidade para celebrar termo de ajustamento de conduta com a finalidade de evitar o litígio judicial.

(E) O termo de ajustamento de conduta é aceitável tanto na seara criminal, como na seara da improbidade administrativa.

A: incorreta, pois o acordo extrajudicial referendado pelo Ministério Público, previsto no art. 57, parágrafo único, da Lei 9.099/1995, diz respeito à composição de interesses que não se enquadram na categoria de difusos, coletivos e individuais homogêneos, de modo que esse tipo de acordo tem eficácia, no que tange à sua presunção de legitimidade, apenas em relação às partes que o assinaram; já o termo de ajustamento de conduta (TAC), tem eficácia, em relação à sua presunção de legitimidade, em relação à coletividade envolvida, o que não impede, todavia, que legitimados ao ingresso com ação coletiva e detentores de interesses individuais prejudicados questionem em juízo algum aspecto do compromisso firmado; ademais, o acordo previsto na Lei 9.099/1995 pressupõe a presença de advogado, ao passo que o TAC, não; por fim, no acordo previsto na Lei de Juizados Especiais é possível fazer concessões de direito material, ao contrário do que pode se dar num TAC; **B:** incorreta, pois tal corrente identifica o TAC como uma transação atípica, valendo lembrar das diferenças apontadas no comentário à alternativa "a" da presente questão; **C:** correta, pois a legitimidade ativa para a celebração do termo de ajustamento (assim como para o ingresso com ação civil pública) é *concorrente*, pois há mais de uma pessoa qualificada para agir, ou seja, há mais de um legitimado e não um legitimado exclusivo (no caso, qualquer órgão público pode celebrar o TAC) e *disjuntiva*, pois cada um dos legitimados concorrentes podem agir isoladamente, ou seja, sem necessidade de atuarem em conjunto; inclusive, é bom deixar claro que basta a presença de um órgão público, para a celebração de um TAC, não sendo necessária a participação do Ministério Público; **D:** incorreta, podendo o Poder Judiciário apenas homologar um TAC celebrado entre as partes, o que ocorre quando já há ação coletiva aforada e as partes resolvem encerrá-la por meio de um acordo; **E:** incorreta, pois, na esfera penal existe instituto próprio (transação penal) e na esfera da improbidade administrativa a transação é expressamente vedada (art. 17, § 1º, da Lei 8.429/1992).

Gabarito "C"

(Defensoria/ES – 2009 – CESPE) No que concerne à defesa judicial dos interesses transindividuais e à ação civil pública, julgue o item seguinte.

(1) A Defensoria Pública poderá tomar dos interessados compromisso de ajustamento da conduta destes às exigências legais, mediante cominações, tendo esse compromisso eficácia de título executivo extrajudicial.

1: correta, pois a Defensoria Pública, por ser um *órgão público*, tem legitimidade para tomar um Termo de Ajuste de Conduta – TAC (art. 5.º, § 6.º, da Lei 7.347/1985).

Gabarito 1C

27. Direito Financeiro

Fernando Castellani, Henrique Subi, José Renato Camilotti e Robinson Sakiyama Barreirinhas*

1. PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS

Veja a seguinte tabela com os mais importantes princípios orçamentários, para estudo e memorização:

Princípios orçamentários	
Anualidade	A lei orçamentária é anual (LOA), de modo que suas dotações orçamentárias referem-se a um único exercício financeiro – art. 165, § 5º, da CF
Universalidade	A LOA inclui todas as despesas e receitas do exercício – arts. 3º e 4º da Lei 4.320/1964
Unidade	A LOA refere-se a um único ato normativo, compreendendo os orçamentos fiscal, de investimento e da seguridade social – art. 165, § 5º, da CF e art. 1º da Lei 4.320/1964. Ademais, cada esfera de governo (União, Estados, DF e Municípios) terá uma única LOA para cada exercício, o que também é indicado como princípio da unidade
Exclusividade	A LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, admitindo-se a autorização para abertura de créditos suplementares e para contratação de operações de crédito – art. 165, § 8º, da CF
Equilíbrio	Deve haver equilíbrio entre a previsão de receitas e a autorização de despesas, o que deve também ser observado na execução orçamentária. Isso não impede a realização de *superávits* – ver art. 48, *b*, da Lei 4.320/1964 e art. 31, § 1º, II, da LRF (LC 101/2000)
Especificação, especialização ou discriminação	Deve haver previsão pormenorizada de receitas e despesas, não cabendo dotações globais ou ilimitadas – art. 167, VII, da CF e art. 5º da Lei 4.320/1964
Unidade de tesouraria	**As receitas devem ser recolhidas em caixa único, sendo vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais – art. 56 da Lei 4.320/1964**
Não afetação ou não vinculação da receita dos impostos	É vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, com as exceções previstas no art. 167, IV, da CF

((Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Assinale a opção correta acerca das normas constitucionais pertinentes a finanças públicas.

(A) Compete ao Poder Executivo publicar o relatório resumido da execução orçamentária no prazo de até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

(B) O PPA é instituído por lei que estabelece nacionalmente diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas correntes e outras delas derivadas.

(C) A LOA deve compreender o orçamento das empresas em que a União apenas diretamente detenha participação no capital social com direito a voto.

(D) Lei ordinária federal estabelecerá normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para instituição e funcionamento de fundos.

(E) Cabe ao presidente da República enviar ao Senado Federal os projetos de lei do PPA, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

A: assertiva correta, pois reflete o disposto no art. 165, § 3º, da CF; **B:** incorreta, pois o PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas de forma *regionalizada* para as despesas de **capital** (não para as despesas correntes), além de outras delas decorrentes e para as despesas relativas aos programas de duração continuada – art. 165, § 1º, da CF; **C:** incorreta, pois a LOA compreende o orçamento de *investimento* das empresas em que a União detenha, direta ou *indiretamente* (não apenas diretamente), a *maioria* do capital social com direito a voto – art. 165, § 5º, II, da CF; **D:** assertiva incorreta, pois essa competência é exercida por meio de lei *complementar* federal (não por simples lei ordinária), conforme o art. 165, § 9º, II, da CF; **E:** incorreta, pois os projetos relativos à LOA, à LDO e ao PPA são enviados ao Congresso Nacional (não apenas ao Senado), sendo apreciados pelas duas Casas (Câmara e Senado), na forma do regimento comum – art. 166, *caput* e § 6º, da CF.

Gabarito "A"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Ainda acerca dos orçamentos, julgue os itens que se seguem.

(1) O princípio da universalidade estabelece que todas as receitas e despesas devem estar previstas na LOA.

(2) O princípio da não afetação refere-se à impossibilidade de vinculação da receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, com exceção de alguns casos previstos na norma constitucional.

1: assertiva correta, pois, de fato, o art. 165, § 5º, da CF dispõe que a Lei Orçamentária Anual – LOA compreenderá os orçamentos fiscal, de investimento e da seguridade social, **incluindo todas as receitas e despesas** (= **princípio da universalidade)** – arts. 3º e 4º da Lei 4.320/1964; **2:** assertiva correta, pois o princípio da não afetação das receitas dos impostos, com as exceções, está previsto no art. 167, IV, da CF.

Gabarito 1C, 2C

(Magistratura Federal/2ª região – 2009 – CESPE) Com relação às normas de finanças públicas previstas na CF e ao direito financeiro, assinale a opção correta.

(A) O direito financeiro cuida do crédito público e da dívida pública.

(B) Cabe à lei complementar instituir o plano plurianual.

(C) À lei ordinária cabe dispor acerca do exercício financeiro da lei orçamentária anual.

(D) A despesa, a receita, o orçamento e o crédito públicos são objeto de estudo do direito financeiro.

(E) A compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e as condições operacionais plenas daquelas voltadas ao

---

* **Fernando Castellani** comentou as questões dos seguintes concursos: MP/PI/12, MP/RN/09, MP/RR/12 e MP/TO/12, **Henrique Subi** comentou as questões dos concursos de advocacia das empresas estatais, autarquias e agências reguladoras, **José Renato Camilotti** comentou as demais questões de Magistratura Federal e **Robinson Sakiyama Barreirinhas** comentou as questões dos concursos de Analista, Procuradorias, Magistratura e Ministério Público Estadual e dos seguintes concursos: MAGFED/1ª/09 e MAGFED/3ª/11.

desenvolvimento regional, não é matéria de norma geral a ser reservada à lei complementar.

A: incorreta. O Direito Financeiro não estuda o crédito e a dívida públicos, mas a **receita e a despesa** públicas; **B:** incorreta. O plano plurianual pode ser veiculado por lei ordinária (art. 165 da CF); **C:** incorreta. O exercício financeiro é matéria reservada à lei complementar (art. 165, § 9º, I, da CF); **D:** correta, conforme comentário à alternativa "A"; **E:** incorreta. Tal matéria deve ser veiculada necessariamente por lei complementar, nos termos do art. 163, VII, da CF.
Gabarito "D"

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Entre os princípios orçamentários, há o denominado princípio da unidade. Assinale a opção correspondente à definição correta desse princípio.

(A) Todas as receitas e despesas públicas devem ser incluídas na lei orçamentária.
(B) Todas as receitas e despesas públicas devem ser consignadas pelos seus valores brutos, vedadas as deduções de qualquer natureza.
(C) Os conceitos e critérios de elaboração da lei orçamentária devem ser uniformes ao longo do tempo.
(D) Cada ente federativo deve aprovar uma única lei orçamentária.

Veja os comentários às questões anteriores.
Gabarito "D"

2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E PLANO PLURIANUAL – PPA

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Acerca das normas constitucionais que regem os orçamentos, julgue o item a seguir.

(1) A LDO inclui as despesas de capital para os dois exercícios financeiros subsequentes.

1: incorreta, pois a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO é anual, ou seja, refere-se sempre a um único exercício financeiro (o subsequente em relação à sua aprovação), a exemplo da Lei Orçamentária correspondente – art. 165, § 2º, da CF.
Gabarito 1E

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) De acordo com o que estabelece a CF acerca das finanças públicas, julgue o item subsequente.

(1) Emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas, desde que sejam compatíveis com o plano plurianual.

1: assertiva correta, já que as emendas ao projeto de LDO somente poderão ser aprovadas quando forem compatíveis com o PPA – art. 166, § 4º, da CF.
Gabarito 1C

3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) A lei orçamentária anual exige que se aglutinem os orçamentos fiscal, de investimentos das empresas e da seguridade social em busca da inclusão de todas as rendas e despesas dos poderes, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta. A respeito desse princípio, assinale a opção correta.

(A) O princípio enunciado na hipótese é o da exclusividade.
(B) Trata-se do princípio do equilíbrio orçamentário.
(C) Cuida-se, no caso, do princípio da legalidade estrita.
(D) O princípio enunciado, analisado exclusivamente, é o da unidade.
(E) Trata-se do princípio da universalidade.

A lei orçamentária anual sujeita-se ao princípio da universalidade, por intermédio do qual todas as peças orçamentárias devem estar concentradas no mesmo diploma, facilitando seu controle e fiscalização. **A:** incorreto, pelos argumentos expostos; **B:** incorreto, pelos argumentos expostos; **C:** incorreto, pelos argumentos expostos; **D:** incorreto, pelos argumentos expostos; **E:** correto, pelos argumentos expostos;
Gabarito "E"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Assinale a opção correta quanto às normas vigentes relativas aos orçamentos públicos.

(A) Para fins de estimativa e de registro na LOA, prevalece a noção de receita corrente líquida, conforme definida na LRF.
(B) O presidente do TJP tem legitimidade para enviar à Assembleia Legislativa projeto de lei autorizando a abertura de crédito especial, para atender a despesas do Poder Judiciário estadual, que ainda não tenham dotação orçamentária específica.
(C) Se o Estado de Pernambuco apresentou receitas correntes de R$ 11,6 bilhões e despesas correntes de R$ 10 bilhões, em 2008, então a diferença deve ser considerada receita de capital, mas não integra o rol das chamadas receitas orçamentárias.
(D) Não há, na CF, vedação aos chamados orçamentos rabilongos.
(E) O Estado de Pernambuco pode constituir, por decreto do governador, o fundo especial da pobreza, para destinar recursos a programas de atendimento a pessoas desempregadas ou de baixa renda.

A: incorreta, pois é feita estimativa de *todas* as receitas previstas para o exercício financeiro, para elaboração da LOA, sem qualquer dedução, ou seja, não são consideradas apenas aquelas que compõem o conceito de receita corrente líquida para fins de LRF – arts. 30 e 91 da Lei 4.320/1964 e art. 2º, IV, da LRF; **B:** incorreta, pois somente o chefe do Poder Executivo (Presidente, Governadores e Prefeitos) pode apresentar ao Legislativo projetos de lei relativos a créditos adicionais – art. 166, *caput* e § 6º, da CF, aplicável também a Estados, Distrito Federal e Municípios pelo princípio da simetria; **C:** essa é a assertiva correta, pois o *superávit* do orçamento corrente é considerado receita de capital, de natureza extraorçamentária (não constitui item de receita orçamentária) – art. 11, §§ 2º e 3º, da Lei 4.320/1964; **D:** incorreta, pois a CF veda as chamadas "caudas", ou seja, não se admite a inclusão de matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa no corpo da Lei Orçamentária Anual. Como exceção ao princípio da exclusividade, admite-se apenas a autorização para abertura de créditos suplementares e para contratação de operações de crédito – art. 165, § 8º, da CF; **E:** incorreta, pois a instituição de fundos de qualquer natureza depende de prévia autorização legislativa (não podem ser abertos diretamente por simples decreto do Executivo) – art. 167, IX, da CF.
Gabarito "C"

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Assinale a opção correta acerca da proposta orçamentária.

(A) A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo compor-se-á exclusivamente de mensagem com a exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante.
(B) As receitas e despesas de capital serão objeto de um quadro de recursos e de aplicação de capital aprovado pelo Poder Legislativo, abrangendo, no mínimo, um quadriênio.
(C) Abrangem o quadro de recursos e de aplicação de capital as despesas e, como couber, também as receitas previstas em planos especiais aprovados em lei e destinados a atender a regiões ou setores da administração.

(D) O Poder Legislativo municipal deve elaborar lei orçamentária provisória, caso não receba a proposta orçamentária no prazo fixado na lei orgânica do respectivo município.

(E) São lícitas emendas ao projeto de lei de orçamento que visem alterar a dotação solicitada para despesa de custeio.

A: incorreta, pois a proposta orçamentária conterá, além da mensagem, o próprio projeto de lei do orçamento, tabelas explicativas e especificação dos programas de trabalho custeados por dotações globais. Ademais, a mensagem conterá também (além do que consta na assertiva) saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis, exposição e justificação da política econômico-financeira do governo, justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital – art. 22 da Lei 4.320/1964; **B:** incorreta, pois o Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital é aprovado por decreto do Executivo (não pelo Legislativo) e abrange no mínimo um triênio (não um quadriênio) – art. 23 da Lei 4.320/1964; **C:** assertiva correta, nos termos do art. 24, I, da Lei 4.320/1964; **D:** incorreta, pois a iniciativa da Lei Orçamentária é privativa do chefe do Executivo (Presidente, Governadores e Prefeitos) – art. 84, XXIII, da CF, aplicável aos Estados, DF e Municípios pelo princípio da simetria; **E:** incorreta, pois não se admite emenda que vise, alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto, a inexatidão da proposta – art. 33, *a*, da Lei 4.320/1964.

Gabarito "C"

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Acerca da natureza jurídica do orçamento e dos princípios orçamentários, assinale a opção correta.

(A) Segundo o jurista e economista alemão Hoennel, o orçamento representa extrinsecamente a forma de uma lei, mas seu conteúdo é de um mero ato administrativo.

(B) Gaston Jèze defende que o orçamento, em nenhuma de suas partes, pode ser entendido como uma lei, considerada em sua substância, embora tenha o aspecto formal e a aparência de uma lei, tratando-se, então, de um ato-condição para a realização das despesas e para a exigência dos tributos.

(C) A corrente liderada por Mayer considera o orçamento, em algumas de suas partes, como um simples ato administrativo, no que se refere às despesas públicas, e, em outras, como uma lei, no aspecto que autoriza a cobrança e a arrecadação dos tributos.

(D) O princípio da unidade destaca que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas da União, de qualquer natureza, procedência ou destino, inclusive a dos fundos, dos empréstimos e dos subsídios.

(E) A contratação de operações de crédito ofende o princípio da exclusividade da lei orçamentária, pois tem natureza de antecipação da receita e é medida extraordinária, não ingressando no orçamento fiscal.

A: incorreta, pois para a corrente de Hoennel, o orçamento não tem apenas a forma legal, mas também o conteúdo de lei; **B:** correta, pois descreve adequadamente o entendimento do Gaston Jèze, pelo qual o orçamento é ato-condição; **C:** incorreta, pois essa corrente considera que o orçamento é formalmente lei, mas não materialmente. A assertiva refere-se à corrente que segue a lição de Leon Duguit; **D:** incorreta, pois a assertiva refere-se ao princípio da *universalidade* – arts. 3º e 4º da Lei 4.320/1964; **E:** incorreta, pois a Constituição permite expressamente que a LOA contenha autorização para contratação de operações de crédito, como uma das exceções ao princípio da exclusividade (a outra exceção é a autorização para abertura de créditos suplementares) – art. 165, § 8º, da CF.

Gabarito "B"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Acerca das normas constitucionais que regem os orçamentos, julgue os itens a seguir.

(1) A LOA disporá sobre as alterações na legislação tributária.

(2) A LOA não conterá dispositivo estranho à fixação da receita e à previsão de despesa.

(3) A LOA poderá conter contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

(4) O orçamento é um ato administrativo da administração pública.

1: incorreta, pois a LOA prevê apenas receitas e despesas, além de autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito (princípio da exclusividade) – art. 165, § 8º, da CF. As alterações da legislação tributária devem ser previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – art. 165, § 2º, da CF; **2:** imprecisa, pois há duas exceções ao princípio da exclusividade (autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito) – art. 165, § 8º, da CF; **3:** assertiva correta, conforme o art. 165, § 8º, da CF; **4:** incorreta, pois o orçamento é veiculado por Lei – art. 165, § 5º, da CF.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

4. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Acerca da LRF, assinale a opção correta.

(A) No prazo de sessenta dias após a publicação dos orçamentos, as receitas previstas deverão ser desdobradas pelo Poder Executivo em metas semestrais de arrecadação, com a especificação em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação.

(B) Segundo a LRF, o benefício concernente à ampliação de incentivo de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, dependente de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, só entrará em vigor no primeiro dia do exercício seguinte.

(C) Na verificação do atendimento dos limites definidos na LRF, para despesas com pessoal, devem ser computadas despesas relativas a incentivos à demissão voluntária.

(D) É vedada a majoração de benefício relativo à seguridade social sem a indicação da fonte de custeio total, salvo benefício ou serviços de saúde, previdência e assistência social destinados aos servidores militares, ativos e inativos.

(E) É lícito aos entes da Federação disponibilizar a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referentes a recursos extraordinários.

A: incorreta, pois o prazo para o desdobramento é de *30 dias* (não 60) contados da publicação da LOA, e as metas de arrecadação são *bimestrais* (não semestrais) – art. 13 c/c art. 8º da LRF; **B:** incorreta, pois o benefício ou incentivo fiscal pode entrar em vigor imediatamente, desde que sejam atendidos os requisitos do art. 14 da LRF. Ou seja, não há exigência de que o benefício fiscal entre em vigor apenas no exercício seguinte; **C:** incorreta, pois os incentivos à demissão voluntária não entram no cômputo das despesas com pessoal para fins de limite – art. 19, § 1º, II, da LRF; **D:** incorreta, pois não há essa exceção à exigência de demonstração da fonte de custeio total, para que o benefício ou serviço da seguridade social seja criado, majorado ou estendido – art. 195, § 5º, da CF e art. 24, § 2º, da LRF; **E:** essa é a assertiva correta, conforme o art. 48-A da LRF.

Gabarito "E"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Acerca do que disciplina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens seguintes.

(1) A criação de ação governamental que acarrete despesa pública será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

(2) É condição prévia para empenho e licitação de serviços criados por ação governamental nova, a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com todos os tipos de orçamentos.

(3) Considera-se despesa obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

(4) A ação governamental que cria despesa por lei pode, a qualquer tempo, ser executada, antes mesmo de ser compensada com o acréscimo da receita naquele exercício, quando não devidamente prevista na lei orçamentária.

1: assertiva correta, nos termos do art. 16, I, da LRF; **2:** correta, pois, nos termos do art. 16, II, da LRF, a criação de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Trata-se de condição prévia para o empenho e a licitação correspondente – art. 16, § 4º, I, da LRF; **3:** assertiva correta, pois a despesa corrente derivada de lei, medida provisória *ou ato administrativo normativo* é considerada obrigatória de caráter continuado, desde que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios – art. 17 da LRF; **4:** incorreta, nos termos do art. 16, II, e § 4º, e art. 17, 5º, da LRF.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

5. RECEITAS

Veja a seguinte tabela, com a classificação das receitas por diversos critérios:

Classificações da Receita Pública			
Critério	**Espécies**	**Definição**	**Exemplos**
Previsão orçamentária	Orçamentária	Prevista (ou deveria) no orçamento	Tributos, transferências
	Extraorçamentária	À margem do orçamento	Depósitos, cauções, consignações, fianças, superávit, restos a pagar, operações de ARO
Origem	Originária	Decorre da exploração do patrimônio estatal e da prestação de serviço em regime privado	Recebimento de aluguel, preço pela venda de imóvel ou veículo da administração, juros em aplicações financeiras
	Derivada	Decorre da imposição legal	Tributos, multas
	Transferida	Auferida por outra entidade política e transferida para quem vai utilizá-la	Advinda dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios
Regularidade	Ordinária	Usual, comum	Tributos
	Extraordinária	Esporádica, eventual	Doações, preço pela venda de bem, imposto extraordinário
Categoria econômica	Corrente	Listagem no art. 11, § 1º, da Lei 4.320/1964 – muito próximo das receitas ordinárias	Tributos, transferências correntes
	De Capital	Listagem no art. 11, § 2º, da Lei 4.320/1964 – muito próximo das receitas extraordinárias	Decorrente de operação de crédito (empréstimo), preço pela alienação de bens, transferências de capital

Veja a seguinte tabela, para estudo e memorização da classificação das receitas por categorias econômicas – art. 11, § 4º, da Lei 4.320/1964:

RECEITAS	Correntes	Receita tributária (Impostos, Taxas, Contribuições de melhoria) Receita de contribuições Receita patrimonial Receita agropecuária Receita industrial Receita de serviços Transferências correntes Outras receitas correntes
	de Capital	Operações de crédito Alienação de bens Amortização de empréstimos Transferências de capital Outras receitas de capital

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Considerando que o governo de determinado estado da Federação, após a arrecadação de impostos, tenha criado um fundo para que essa receita seja destinada à manutenção do ensino fundamental, assinale a opção correta.

(A) A CF autoriza a União a fazer a vinculação em questão, mas não os estados.

(B) Essa possibilidade de vinculação é vedada pelo princípio orçamentário da exclusividade.

(C) O estado pode criar fundo com a referida vinculação de receita de imposto, bem como de receita proveniente de taxa.

(D) A vedação de vincular receita de imposto a fundo ou órgão tem exceção apenas quanto à prestação de garantias às operações de crédito por antecipação.

(E) O estado poderia criar essa vinculação à despesa para custear serviços públicos de segurança pública.

A: incorreta, pois a vinculação da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino é uma das exceções ao princípio da não vinculação ou não afetação, aplicável aos Estados e Municípios – art. 167, IV, c/c art. 212 da CF; **B:** incorreta, pois o princípio da exclusividade refere-se à vedação de que a LOA trate de matéria estranha à arrecadação de receita e à realização de despesas, com as exceções do art. 165, § 8º, da CF. Ademais, como visto, a assertiva trata de exceção válida ao princípio da não vinculação ou não afetação; **C:** assertiva correta, já que a receita de impostos pode ser excepcionalmente vinculada, como visto nos comentários anteriores, e não há vedação em relação a taxas; **D:** incorreta, pois são exceções ao princípio da não vinculação ou não afetação (I) a repartição do produto da arrecadação dos impostos, (II) a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, (II) para manutenção e desenvolvimento do ensino e (III) para realização de

atividades da administração tributária, (IV) a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, e (V) a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta – art. 167, IV, da CF; **E:** incorreta, pois não se trata de exceção ao princípio da não vinculação.

Gabarito "C"

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta, considerando que a União realize licitação para venda de terrenos públicos, exigindo caução dos concorrentes, a ser devolvida após o término do procedimento administrativo.

(A) Os valores pagos a título de caução não serão considerados como ingressos ou entradas nos cofres públicos.
(B) Segundo o conceito adotado no direito financeiro, a caução será considerada ingresso de valores provisórios e, portanto, não corresponderá a receita.
(C) O ingresso dos valores a título de caução será considerado como receita derivada, uma vez que é provisório.
(D) A caução corresponderá a um ingresso que tem a natureza de receita originária, não importando se é provisório.
(E) A situação hipotética é idêntica à cobrança de taxas pelo Estado, em virtude de estas servirem para custear os serviços pretendidos.

A: assertiva incorreta, pois trata-se de ingressos ou entradas nos cofres públicos, ainda que esses valores não se classifiquem como receitas públicas, já que terão que ser, em princípio, restituídos; **B:** assertiva correta. A *receita pública* é uma espécie de *ingresso* que se integra o patrimônio público, ampliando-o, sem qualquer ressalva, condição ou correspondência no passivo. Assim, o simples ingresso de valores que deverão, em princípio, ser restituídos ao particular não se classifica como receita pública; **C:** incorreta, pois, como visto, a caução não corresponde a receita pública, mas sim a simples ingresso ou entrada. Ademais, a classificação das receitas como originárias ou derivadas refere-se à sua origem (derivada de imposição legal ou originária da exploração do patrimônio público), não à eventual provisoriedade do ingresso nos cofres públicos; **D:** incorreta, conforme a segunda parte do comentário à alternativa anterior; **E:** incorreta, pois taxas são tributos, ou seja, prestações pecuniárias compulsórias, e que, especificamente, decorrem da prestação de serviço público ou do exercício do poder de polícia. Taxas, como todos os tributos, implicam receitas públicas derivadas. Não se confundem, portanto, com caução exigida para participação em licitações, que não são contraprestação por serviço público ou pelo exercício do poder de polícia.

Gabarito "B"

(Magistratura Federal/2ª região – 2009 – CESPE) Determinado comerciante resolveu aumentar a área de seu estabelecimento e, nos limites legais, passou a pagar, mensalmente, um valor ao ente da Federação para poder utilizar área pública contígua a seu estabelecimento.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A receita auferida pelo ente da Federação classifica-se como derivada, por ser advinda da exploração de atividade econômica.
(B) O ingresso do valor é temporário, uma vez que, em algum momento, o comerciante pode não mais utilizar a área pública e, por esse fato, não se trata de receita.
(C) O valor cobrado tem natureza de tributo e, por isso, o ingresso é receita originária.
(D) O ingresso do valor classifica-se como receita originária, uma vez que se trata de preço público.
(E) A concessão da área pública é atividade de exploração do patrimônio, cuja receita é derivada.

A: incorreta. A receita pública classifica-se em originária, quando decorrente da exploração de bens públicos, ou derivada, quando resultante de imposição de transferência de recursos pelos particulares. No caso, se o contribuinte paga pelo uso de uma área pública, estamos diante de uma receita originária; **B:** incorreta. As entradas são definitivas, quando o montante pago é transferido aos cofres públicos sem obrigação de devolução ou saída, ou temporárias, quando os valores apenas transitam pelo patrimônio público, sendo destinados à devolução ou à remessa para outro órgão. No caso, o fato do particular, em algum momento, deixar de usar a área pública não desnatura a entrada como definitiva; **C:** incorreta. Não se trata de tributo, mas sim de preço público (valor pago pela utilização facultativa de um bem público). Há, ainda, outro erro: mesmo se fosse tributo, esses são classificados como receitas derivadas; **D:** correta, conforme amplamente explicado nos comentários anteriores; **E:** incorreta. Trata-se, como já explicado, de receita originária.

Gabarito "D"

6. RENÚNCIA DE RECEITA

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Acerca do que disciplina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue o item seguinte.

(1) Considera-se aumento permanente de receita, para os fins de compensação do aumento da despesa, a concessão de crédito presumido para empresas.

1: incorreta, pois a concessão de crédito presumido para as empresas acarreta *renúncia* de receita, não o seu aumento – art. 14, § 1º, da LRF;

Gabarito 1E

7. PRECATÓRIOS

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Considerando que um cidadão tenha obtido na justiça, em virtude de sentença transitada em julgado, o reconhecimento do direito de receber de ente público valores a título de vencimentos, assinale a opção correta.

(A) Por se tratar de crédito alimentar, não será necessária a expedição de precatório.
(B) Trata-se de crédito que, por sua natureza, deve observar a ordem cronológica dos precatórios.
(C) O crédito previsto impõe preferência ao pagamento com relação aos créditos de outra natureza.
(D) Não serão devidos juros de mora para o crédito, independentemente de quando for efetuado o pagamento.
(E) O crédito dispensa a inclusão de verba necessária ao pagamento de seus débitos no orçamento das entidades de direito público.

A: incorreta, pois será emitido precatório alimentar, que deve ser pago preferencialmente, na forma do art. 100, § 1º, da CF; **B:** incorreta – a observância à ordem de pagamento dos precatórios não decorre, especificamente, da natureza do crédito, já que não pode haver quebra tampouco no caso dos alimentares; **C:** assertiva correta, conforme comentário à alternativa A; **D:** incorreta, pois são devidos juros de mora calculados a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao que o precatório deveria ter sido pago, em caso, portanto, de descumprimento do prazo de pagamento previsto no art. 100, § 5º, da CF; **E:** incorreta, pois deve haver inclusão da verba necessária ao pagamento do precatório apresentado até 1º de julho no orçamento do exercício seguinte, sob pena de sequestro do valor correspondente, a pedido do interessado – art. 100, §§ 5º e 6º, da CF.

Gabarito "C"

8. CONTROLE, FISCALIZAÇÃO, TRIBUNAIS DE CONTAS

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Com referência à fiscalização e ao controle do orçamento, assinale a opção correta.

(A) Compete ao TCU a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta, quanto à legalidade e economicidade, bem como quanto à aplicação das subvenções, ou seja, recursos destinados ao aumento do capital de empresas públicas.
(B) O TCU exerce função de jurisdição ao apreciar e julgar as contas do presidente da República, bem como dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público.
(C) A fiscalização operacional do orçamento diz respeito à própria execução do orçamento, pois o patrimônio compõe-se

dos bens pertencentes ao Estado, sejam eles de cunho econômico ou não, e as alterações patrimoniais devem ser fiscalizadas pelas autoridades públicas em benefício da preservação dos bens que integram o patrimônio público.

(D) O controle interno incumbe aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, cabendo a cada um manter um sistema de controle individual, de acordo com suas características próprias e, ao mesmo tempo, integrar o sistema com o dos outros poderes, a fim de que haja coordenação e uniformização de comportamentos e providências.

(E) Ao TCU compete realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, desde que haja prévia requisição do Senado Federal.

A: incorreta, pois a competência para o controle externo é do Poder Legislativo, com auxílio do TCU – arts. 70 e 71 da CF; **B:** incorreta, pois o TCU apenas aprecia as contas anuais do Presidente da República, mediante parecer prévio, competindo ao Congresso o julgamento – arts. 71, I e 49, IX, da CF; **C:** assertiva incorreta. A atuação dos Tribunais de Contas não se limita à análise da conformidade dos atos com as normas aplicáveis (= exame de conformidade), mas engloba também a apreciação da efetividade das políticas públicas no cumprimento das diretrizes constitucionais e legais (= exame de desempenho). A fiscalização operacional refere-se ao exame de desempenho, ou seja, à efetividade das políticas públicas, que não se reduz à fiscalização das alterações patrimoniais; **D:** essa é a assertiva correta, conforme o disposto no art. 74 da CF; **E:** incorreta, pois as inspeções e auditorias podem ser realizadas por iniciativa própria do TCU – art. 71, IV, da CF.
Gabarito "D"

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) No que concerne à fiscalização e ao controle interno e externo dos orçamentos, assinale a opção correta.

(A) A atuação do TCU é caracterizada pela atividade jurisdicional, cabendo a esse órgão até mesmo apreciar a constitucionalidade de atos do poder público.

(B) A decisão do TCU faz coisa julgada administrativa, não cabendo ao Poder Judiciário examiná-la e julgá-la.

(C) As sociedades de economia mista, integrantes da administração indireta federal, não estão sujeitas à fiscalização do TCU, haja vista seus servidores estarem sujeitos ao regime celetista.

(D) Ainda que as cerimônias festivas estejam previstas em lei orçamentária, o dispêndio excessivo com elas pode ter sua legitimidade questionada pelo TCU.

(E) Cabe ao TCU fiscalizar a aplicação de subvenções, que são auxílios governamentais concedidos apenas às entidades públicas.

A: incorreta, pois, embora o art. 73 da CF use o termo *jurisdição* para se referir ao TCU, o Tribunal não tem competência específica para apreciar a constitucionalidade de atos do poder público; **B:** incorreta, pois a decisão do TCU não impede a revisão pelo Judiciário, conforme o princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional – art. 5º, XXXV, da CF; **C:** incorreta, pois as entidades da administração indireta (autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas) também se sujeitam ao controle externo e à fiscalização do TCU – arts. 70 e 71 da CF; **D:** assertiva correta, pois qualquer dispêndio de recursos públicos sujeita-se ao controle externo e à fiscalização do TCU – arts. 70, parágrafo único, e 71 da CF; **E:** incorreta, pois as subvenções podem ser concedidas a entidades privadas, sujeitando-se também à fiscalização pelo TCU – art. 12, § 3º, da Lei 4.320/1964 e art. 70 da CF.
Gabarito "D"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Ainda acerca dos orçamentos, julgue o item que se segue.

(1) O controle externo do cumprimento orçamentário é feito, ordinariamente, pelo Poder Judiciário.

1: incorreta, pois o controle externo é competência do Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas – art. 71 da CF.
Gabarito 1E

28. Direito Econômico

Henrique Subi e Robinson Sakiyama Barreirinhas*

1. MINERAÇÃO

(Magistratura Federal/2ª região – 2009 – CESPE) Quanto à mineração, julgue os itens a seguir.

I. Mina é o depósito natural de uma ou mais substâncias úteis, incluindo os combustíveis naturais.

II. Jazida é o nome dado à mina explorada, notadamente quando há galerias de onde os homens extraem metais, combustíveis ou quaisquer substâncias minerais.

III. Lavra é o conjunto de operações coordenadas objetivando o aproveitamento industrial da jazida, desde a extração das substâncias minerais úteis que contiver, até o seu beneficiamento.

IV. Lavra garimpeira ou garimpagem é a atividade de aproveitamento de substâncias minerais garimpáveis, executada no interior de áreas estabelecidas para este fim.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e III.
(D) II e IV.
(E) III e IV.

I: incorreta. Mina é a jazida em lavra, ainda que suspensa (art. 6º, *in fine*, do Decreto 62.934/1968); **II:** incorreta. Jazida é toda massa individualizada de substância mineral ou fóssil de valor econômico aflorando à superfície ou existente no interior da terra (art. 6º do Decreto 62.934/1968); **III:** correta, nos termos do art. 45 do Decreto 62.934/1968); **IV:** correta, nos termos do art. 10 da Lei 7.805/1989.
Gabarito "E"

2. DIREITO ECONÔMICO INTERNACIONAL

(Magistratura Federal/2ª região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta quanto à solução de controvérsias no âmbito do MERCOSUL. Nesse sentido, considere que a sigla TAPR significa Tribunal Arbitral Permanente de Revisão.

(A) Quando controvérsia sobre a aplicação de decisão do Conselho do Mercado Comum envolver mais de cinco Estados-partes, o TAPR será integrado por três árbitros.
(B) Cada Estado-parte do MERCOSUL designará um árbitro titular e seu suplente para integrar o TAPR, por dois anos, renováveis por, no máximo, dois períodos consecutivos.
(C) A cidade de Buenos Aires é a sede oficial do TAPR do MERCOSUL.
(D) Os árbitros dos tribunais arbitrais *ad hoc* e os do TAPR serão nomeados entre pessoas com notável saber jurídico ou econômico, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade.
(E) Salvo disposição em contrário, os laudos dos tribunais arbitrais *ad hoc* devem ser cumpridos no prazo de um ano, a contar da notificação da parte obrigada.

A: incorreta. Essa formação ocorrerá se a controvérsia envolver dois Estados-partes (art. 20, 1, do Protocolo de Olivos, integrado à legislação nacional pelo Decreto 4.982/2004); **B:** correta, nos termos do art. 18, 2, do Protocolo de Olivos, integrado à legislação nacional pelo Decreto 4.982/2004; **C:** incorreta. A sede do TAPR é na cidade de Assunção, Paraguai (art. 38 do Protocolo de Olivos, integrado à legislação nacional pelo Decreto 4.982/2004); **D:** incorreta. Não há qualquer limitação nesse sentido no Protocolo de Olivos; **E:** incorreta. Nos termos do art. 29, 1, do Protocolo de Olivos, integrado à legislação nacional pelo Decreto 4.982/2004, os laudos deverão ser cumpridos no prazo em que os respectivos tribunais estabelecerem. Na sua falta, adota-se o prazo geral de 30 dias contados da notificação.
Gabarito "B"

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Com relação aos instrumentos de defesa comercial, assinale a opção incorreta.

(A) A medida *antidumping* estabelece a tarifação pecuniária imposta a mercadorias, produtos ou bens importados, comercializados com preço considerado sob margem de *dumping*.
(B) A medida a*ntidumping*, quando aplicada pela autoridade comercial, traduz-se em fator pecuniário de composição de valores entre o preço de exportação do produto estrangeiro e o respectivo valor da mercadoria similar ou concorrente, oriunda da indústria nacional.
(C) As medidas de salvaguarda, que devem ser transparentes e permanentes, visam à defesa da indústria e da produção doméstica, diante de exportações de mercadorias qualitativamente superiores ou com valores inferiores aos do produtor nacional.
(D) As medidas compensatórias visam contrabalançar o subsídio concedido, direta ou indiretamente, no país do exportador, para a fabricação ou transporte de qualquer produto cuja entrada no Brasil cause dano à indústria doméstica.
(E) Os direitos compensatórios poderão ser cobrados em caráter retroativo.

A e **B:** assertivas corretas, nos termos do art. 8º do Acordo *Antidumping* – Decreto 93.941/1987; **C:** assertiva incorreta, pois os Estados podem tomar medidas de salvaguarda para proteger **temporariamente** (nunca permanentemente, como consta da assertiva) sua indústria contra importações que a ameacem seriamente (não se trata de ilícito cometido na exportação, como subsídios indevidos ou *dumping*). Ademais, não se trata, necessariamente, de produtos qualitativamente superiores ou com valores inferiores aos do produtor nacional. A ameaça fica configurada e as salvaguardas são admitidas quando se constata que importações desse produto aumentaram em tais quantidades, em termos absolutos ou em relação à produção nacional, e em tais condições que causem ou ameacem causar prejuízo grave à indústria doméstica de bens similares ou diretamente concorrentes – arts. 1º e 9º do Acordo sobre Salvaguardas – Decreto 1.488/1995; **D** e **E:** assertivas corretas, conforme os arts. 2º e 5º, 5, do Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios – Decreto 93.962/1987 e o art. 8º da Lei 9.019/1995.
Gabarito "C"

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta com relação ao MERCOSUL.

(A) O atual estágio de integração do MERCOSUL é de mercado comum.
(B) O Tratado de Assunção, celebrado em 1991, conferiu personalidade jurídica internacional ao MERCOSUL.

* **Henrique Subi** comentou as questões do concurso de Defensoria/DF – 2013. **Henrique Subi** e **Robinson Sakiyama Barreirinhas** comentaram as demais.

(C) As decisões dos órgãos do MERCOSUL são tomadas por maioria, o que caracteriza a natureza flexível e gradual do processo.

(D) O Conselho do Mercado Comum é o órgão superior do MERCOSUL, que tem por incumbência a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção.

(E) Em caso de controvérsias no âmbito do MERCOSUL, deve ser aplicado o Protocolo de Brasília.

A: incorreta, pois o atual estágio do Mercosul é de união aduaneira, caracterizada pela adoção da tarifa externa comum; **B:** incorreta, pois o Protocolo de Ouro Preto (Decreto 1.901/1996, art. 34) consignou que o Mercosul passaria a ter personalidade jurídica de direito internacional; **C:** incorreta, pois as decisões são tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes – art. 16 do Tratado de Assunção (Decreto 350/1991) e art. 37 do Protocolo de Ouro Preto; **D:** essa é a assertiva correta, pois descreve o Conselho do Mercado Comum conforme o art. 3º do Protocolo de Ouro Preto; **E:** incorreta, pois, atualmente, o Protocolo de Olivos regula a solução de controvérsias no âmbito do Mercosul – Decreto 4.982/2004.

Gabarito "D"

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta, acerca do MERCOSUL.

(A) O MERCOSUL, criado pelo Protocolo de Recife como ente dotado de personalidade jurídica de direito público, apresenta estrutura orgânica intergovernamental, sendo suas decisões tomadas por votação, respeitando-se a maioria dos votos.

(B) Ao Conselho do Mercado Comum, órgão superior do MERCOSUL, cabem a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção, devendo esse conselho reunir-se, pelo menos, uma vez por bimestre, com a participação dos presidentes dos Estados-partes.

(C) Constituem órgãos do MERCOSUL, de capacidade decisória e natureza intergovernamental, o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do MERCOSUL, bem como o Tribunal Permanente de Revisão e o Parlamento do MERCOSUL.

(D) São funções e atribuições do Grupo Mercado Comum a propositura de projetos de decisões ao Conselho do Mercado Comum e o exercício da titularidade da personalidade jurídica do MERCOSUL.

(E) Quaisquer controvérsias entre os Estados-partes a respeito da interpretação, da aplicação ou do descumprimento das disposições contidas no Tratado de Assunção e dos acordos celebrados no âmbito desse tratado devem ser submetidas exclusivamente aos procedimentos de solução estabelecidos no Protocolo de Ouro Preto.

A: incorreta, pois o Mercosul foi criado pelo Tratado de Assunção, passou a ter personalidade jurídica de direito internacional com o Protocolo de Ouro Preto e suas decisões são tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes; **B:** incorreta, pois as decisões do Conselho do Mercado Comum são tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes – art. 37 do Protocolo de Ouro Preto; **C:** essa é a assertiva correta, conforme o art. 2º do Protocolo de Ouro Preto, o art. 18 do Protocolo de Olivos e o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul (Decreto 6.105/2007); **D:** incorreta, pois a titularidade da personalidade jurídica é exercida pelo Conselho do Mercado Comum – arts. 8º, III, e 14, II, do Protocolo de Ouro Preto; **E:** incorreta, pois, atualmente, o Protocolo de Olivos regula a solução de controvérsias no âmbito do Mercosul, sendo possível, em determinados casos, a submissão ao sistema de solução de controvérsias da OMC e de outros foros – arts. 1º e 2º do Protocolo de Olivos.

Gabarito "C"

(Magistratura Federal/5ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta no que concerne ao GATT e à OMC.

(A) O GATT foi promulgado em 1970 com a finalidade de expandir o comércio internacional e reduzir os direitos alfandegários, por intermédio de contingenciamentos, acordos preferenciais e barreiras pecuniárias.

(B) A cláusula de habilitação, um dos princípios do GATT, estabelece que todo e qualquer favorecimento alfandegário oferecido a uma nação deve ser extensível às demais.

(C) A OMC, fórum permanente de negociação para a solução de controvérsias quanto às práticas desleais e de combate a medidas arbitrárias de comércio exterior, foi criado pelo Acordo de Tóquio, de 1985, e está vinculado ao Fundo Monetário Internacional.

(D) O Conselho Geral é o órgão da OMC incumbido da resolução de disputas e mecanismos de revisão de política comercial. Dotado de função análoga à judiciária, esse conselho vale-se, via de regra, de mecanismos de composição extrajudicial, como a arbitragem.

(E) O sistema de solução de controvérsias da OMC conta com apenas três fases: formulação de consultas pelos Estados envolvidos, constituição de grupo especial e prolação de decisão.

A: incorreta, pois o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio – GATT é de 1947 – Decreto 313/1948. Ademais, visa exatamente **combater e vedar** contingenciamentos, acordos preferenciais e barreiras pecuniárias; **B:** incorreta, pois a assertiva refere-se à cláusula de tratamento geral de nação mais favorecida – art. I, 1, do GATT; **C:** incorreta, pois a OMC surgiu oficialmente em 1995 com o Tratado de Marrakesh. Ademais, não é vinculada ao FMI; **D:** essa é a assertiva correta. O Conselho Geral *(General Council)* é o órgão máximo da OMC e se reúne também como Órgão de Solução de Controvérsias *(Dispute Settlement Body)* e Órgão Revisor de Políticas Comerciais *(Trade Policy Review Body)*; **E:** incorreta, pois, a rigor, há diversos estágios no sistema de solução de controvérsias da OMS, ressaltando-se (i) a consulta, (ii) o painel e (iii) a apelação – Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias da OMC *(Understanding on the Rules and Procedures Governing the Settlement of Disputes,* conhecido como *Dispute Settlement Understanding – DSU).*

Gabarito "D"

29. Direito Previdenciário

Henrique Subi e Robinson Sakiyama Barreirinhas*

1. PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Em relação às disposições constitucionais relativas à previdência social, assinale a opção correta.

(A) É assegurada aposentadoria por idade no RGPS aos 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os professores de ambos os sexos.

(B) É assegurada aposentadoria por tempo de contribuição no RGPS aos 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher, reduzido tal prazo em cinco anos para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar.

(C) O sistema de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda deve ter alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do RGPS.

(D) Segundo previsão constitucional, exceto na hipótese de profissionais da saúde, é vedada a filiação ao RGPS, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

(E) As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada integram o contrato de trabalho e a remuneração dos participantes.

A: incorreta, pois a redução em cinco anos para os professores refere-se apenas ao tempo de contribuição, não à idade – art. 201, § 7º, I e § 8º, da CF; **B:** assertiva incorreta, pois a redução em cinco anos para os trabalhadores rurais e para os que exercem suas atividades em regime de economia familiar refere-se exclusivamente à idade, não ao tempo de contribuição – art. 201, § 7º, II, da CF; **C:** assertiva correta, pois reflete o disposto no art. 201, § 13, da CF; **D:** incorreta, pois não há essa exceção à vedação de filiação do participante de regime próprio de previdência ao RGPS – art. 201, § 5º, da CF; **E:** incorreta, pois as contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada **não integram** o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, **não integram** a remuneração dos participantes, nos termos da lei – art. 202, § 2º, da CF.

Gabarito "C"

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) A seguridade social deve ser compreendida como um sistema que procura solucionar riscos sociais que evidenciam necessidades específicas capazes de provocar graves desequilíbrios que comprometam a ordem social. Com relação à seguridade social brasileira, assinale a opção correta.

(A) A Lei Eloi Chaves é apontada como o marco inaugural da previdência social no Brasil, por ter sido a primeira iniciativa do poder público que visava amparar os trabalhadores contra os riscos sociais. Ela foi criada como seguro social e de acordo com o modelo bismarquiano.

(B) As instituições privadas têm livre acesso à prestação de serviços de assistência na área de saúde, e participam de forma complementar ao sistema único, sendo vedada, entretanto, a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções para essas instituições.

(C) Em obediência ao princípio da igualdade, corolário da dignidade da pessoa humana, não é possível a adoção de requisitos diferenciados para concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social.

(D) A previdência social pública brasileira organiza-se basicamente em regimes próprios, destinados aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, e regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória para os demais trabalhadores. Este, entre outros riscos sociais, dá cobertura aos eventos de doença, invalidez, morte, idade avançada e desemprego involuntário.

(E) O legislador constituinte originário, com objetivo de dar maior abrangência e cuidado possíveis à questão dos riscos sociais, estabeleceu que as ações presentes no Título da Ordem Social, da Constituição Federal, corresponderiam às iniciativas dos poderes públicos e da sociedade para proteção do direito ao bem-estar e da justiça social, representados pelas ações que integram a seguridade social.

A: incorreta. Embora seja marco da legislação securitária, não se trata da "primeira iniciativa do poder público", pois houve normas anteriores relativas a acidentes do trabalho, por exemplo; **B:** incorreta. É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções apenas às instituições privadas com fins lucrativos – art. 199, § 2º, da CF; **C:** incorreta. Há igualdade quanto aos requisitos para aposentadoria, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar – art. 201, § 1º, da CF; **D:** correta (arts. 40 e 201 da CF); **E:** incorreta. Apenas o Capítulo II desse Título da CF (Da Ordem Social) cuida da seguridade social, os demais tratam da educação, da cultura, dos esportes (Capítulo III), da ciência e tecnologia (Capítulo IV), da comunicação social (Capítulo V), do meio ambiente (Capítulo VI), da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso (Capítulo VII) e dos índios (Capítulo VIII).

Gabarito "D"

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Acerca das normas constitucionais relacionadas ao custeio da seguridade social, assinale a opção correta.

(A) Com o objetivo de incentivar a criação de empregos, a Constituição Federal eliminou qualquer restrição de acesso a benefícios fiscais ou creditícios, inclusive para empresas que estejam em débito com a seguridade social.

(B) Considerando os sucessivos déficit nas contas da previdência social, apesar da elevada carga tributária, a Constituição autoriza a instituição de novas fontes de custeio, desde que isso seja feito por lei complementar.

(C) As leis que criam as contribuições que financiam a seguridade social devem observar o chamado princípio da anterioridade nonagesimal, isto é, somente podem ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado. Além disso, tais normas não podem ser cobradas no mesmo exercício financeiro em que forem publicadas.

(D) A questão previdenciária tornou-se, nos últimos anos, fonte de preocupação constante em relação à necessidade de maior cobertura possível. Nesse sentido, o próprio texto constitucional estabelece norma programática com o

---

* **Henrique Subi** comentou as questões do concurso da Defensoria/DF – 2013, Analista TCE/PA/2016, Analista TCE/PR/2016, Procurador do Estado 2016. **Henrique Subi** e **Robinson Sakiyama Barreirinhas** comentaram as demais questões.

objetivo de alcançar os trabalhadores de baixa renda, bem como as donas de casa, autorizando a aplicação de alíquotas menores sem alterar, entretanto, os prazos de carência.

(E) Uma das principais fontes de renúncia fiscal que, de certa forma, agrava o deficit nas contas previdenciárias é a imunidade concedida às instituições de educação e de assistência social, estas, sem fins lucrativos.

A: incorreta. Empresas em débito com a seguridade social não podem receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios – art. 195, § 3º, da CF; **B:** correta (art. 195, § 4º, da CF); **C:** incorreta. As contribuições previdenciárias não se submetem à anterioridade comum, mas apenas à nonagesimal, ou seja, podem ser exigidas no mesmo exercício em que publicada a lei respectiva, observado o prazo mínimo de noventa dias – art. 195, § 6º, da CF; **D:** incorreta. O art. 201, § 13, da CF prevê também carências menores para esses beneficiários; **E:** incorreta. A imunidade (o texto constitucional usa o termo "isenção") abrange apenas as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei – art. 195, § 7º, da CF.

Gabarito "B"

(Procurador do Estado/ES – 2008 – CESPE) A seguridade social compreende um conjunto de ações destinadas a assegurar a saúde, a previdência e a assistência social. Sua organização pelo poder público, por meio de lei, deve observar alguns objetivos. Acerca da base para a organização da seguridade social, conforme previsto na Constituição brasileira, julgue os próximos itens.

(1) A seletividade e a distributividade dos benefícios e dos serviços da seguridade social referem-se à capacidade individual contributiva dos possíveis beneficiários, que determina a aptidão para usufruírem prestações da seguridade social.

(2) A administração da seguridade social possui caráter democrático mediante gestão quadripartite, com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

1: incorreta – Art. 194, parágrafo único, III, da CF. A seletividade refere-se à seleção (realizada pelo legislador) das necessidades básicas que serão atendidas pela seguridade social. Distributividade refere-se à justiça social advinda da distribuição solidária de recursos (dos que mais têm aos que mais necessitam). **2:** correta – Art. 194, parágrafo único, VII, da CF.

Gabarito 1E, 2C

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) Acerca do entendimento sumulado do STF no que se refere ao direito previdenciário, assinale a opção **incorreta**.

(A) Prescrição e decadência de crédito tributário são matérias que deverão ser regulamentadas por LC.

(B) É legítima a incidência de contribuição previdenciária sobre o décimo terceiro salário.

(C) Compete à justiça federal processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho.

(D) A imunidade tributária conferida pela CF a instituições de assistência social sem fins lucrativos somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.

A: correta – Súmula Vinculante nº 8 do STF; **B:** correta – Súmula nº 688 do STF; **C:** incorreta, devendo ser assinalada. A competência é da Justiça Estadual. Esse entendimento está sumulado pelo STJ (Súmula nº 15), não pelo STF; **D:** correta – Súmula nº 730 do STF.

Gabarito "C"

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) Quanto às disposições constitucionais da seguridade social, assinale a opção correta.

(A) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, sendo certo que o acesso a tais direitos ocorre mediante contribuição do beneficiário.

(B) Constitui um dos objetivos da assistência social a garantia de um salário mínimo de benefício mensal ao portador de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

(C) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao RGPS, é de filiação obrigatória, embasado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado e regulado por LC.

(D) A lei deve dispor sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, o processamento e a transfusão de sangue e seus derivados, permitindo-se a comercialização para o exterior.

A: incorreta. Dentre as três esferas que compõem a seguridade social (saúde, previdência social e assistência social), apenas a Previdência tem caráter contributivo. A saúde é garantida a todas as pessoas, sem exceção, e a assistência social a todos aqueles que cumpram os requisitos estabelecidos em lei; **B:** correta, nos termos do art. 203, V, da CF; **C:** incorreta. A previdência complementar é facultativa (art. 202 da CF); **D:** incorreta. É vedada qualquer forma de comercialização de órgãos, tecidos ou substâncias humanas (art. 199, § 4º, *in fine*, da CF).

Gabarito "B"

(Magistratura Federal - 1ª Região – 2009 – CESPE) Quanto aos princípios do sistema de seguridade social, assinale a opção correta.

(A) Segundo o princípio da equidade, quanto maiores forem as possibilidades de sinistro que determinada atividade acarrete, maior será o tributo social. Com base nesse princípio, a CF prevê que as contribuições sociais devidas pelo empregador, pela empresa e pela entidade a ela equiparada na forma da lei poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica, regra que não se aplica à base de cálculo.

(B) Com base no princípio constitucional da solidariedade, o legislador poderá garantir prioridade a determinadas prestações a serem garantidas ao beneficiário do sistema de seguridade social.

(C) Um dos objetivos fixados pela CF para a seguridade social é o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com a participação exclusiva dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e dos pensionistas nos órgãos colegiados.

(D) De acordo com o princípio da universalidade da cobertura, todas as situações que configurarem riscos sociais devem estar compreendidas no âmbito de proteção do sistema de seguridade.

(E) A CF estabelece expressamente que um dos objetivos do sistema de seguridade social é a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais. Entretanto, o legislador ordinário poderá estabelecer benefícios diferenciados para essas populações, em determinadas hipóteses.

A: assertiva incorreta, pois as contribuições sociais poderão ter alíquotas ou **bases de cálculo** (não apenas alíquotas) diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho – art. 195, § 9º, da CF; **B:** assertiva incorreta, pois se refere ao princípio da *seletividade* (art. 194, parágrafo único, III, da CF), não ao da solidariedade. Apesar de a CF fazer referência à solidariedade ao tratar do regime previdenciário dos servidores públicos (art. 40, *caput*), o princípio é também aplicável ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, segundo o qual diversas pessoas contribuem para assegurar e manter benefícios em relação a algumas pessoas eventualmente atingidas por contingências; **C:** incorreta, pois o Governo também participa da administração da seguridade social, ao lado dos trabalhadores, dos empregadores e dos aposentados – art. 194, parágrafo único, VII, da CF; **D:** assertiva correta, pois descreve adequadamente a *universalidade de cobertura*, que se refere às contingências cobertas pelo sistema – art. 194, parágrafo único, I, da CF; **E:** incorreta, pois não é possível o estabelecimento de distinções – art. 194, parágrafo único, II, da CF.

Gabarito "D"

2. CUSTEIO

(Técnico – INSS – 2008 – CESPE) Em cada um dos itens seguintes, apresenta-se uma situação hipotética referente à aplicação do conceito de salário de contribuição, seguida de uma assertiva a ser julgada.

(1) Maria, segurada empregada da previdência social, encontra-se afastada de suas atividades profissionais devido ao nascimento de seu filho, mas recebe salário-maternidade. Nessa situação, apesar de ser um benefício previdenciário, o salário-maternidade que Maria recebe é considerado salário de contribuição para efeito de incidência.

(2) Mateus trabalha em uma empresa de informática e recebe o vale-transporte junto às demais rubricas que compõem sua remuneração, que é devidamente depositada em sua conta bancária. Nessa situação, incide contribuição previdenciária sobre os valores recebidos por Mateus a título de vale-transporte.

(3) Luís é vendedor em uma grande empresa que comercializa eletrodomésticos. A título de incentivo, essa empresa oferece aos empregados do setor de vendas um plano de previdência privada. Nessa situação, incide contribuição previdenciária sobre os valores pagos, pela empresa, a título de contribuição para a previdência privada, a Luís.

(4) Tendo sido demitido sem justa causa da empresa em que trabalhava, Vagner recebeu o aviso prévio indenizado, entre outras rubricas. Nessa situação, não incide contribuição previdenciária sobre o valor da indenização paga, pela empresa, a Vagner.

(5) Claudionor recebe da empresa onde trabalha alguns valores a título de décimo terceiro salário. Nessa situação, os valores recebidos por Claudionor não são considerados para efeito do cálculo do salário de benefício, integrando-se apenas o cálculo do salário de contribuição.

(6) A empresa em que Maurício trabalha paga a ele, a cada mês, um valor referente à participação nos lucros, que é apurado mensalmente. Nessa situação, incide contribuição previdenciária sobre o valor recebido mensalmente por Maurício a título de participação nos lucros.

(7) Rodrigo trabalha na gerência comercial de uma grande rede de supermercados e visita regularmente cada uma das lojas da rede. Para atendimento das necessidades do trabalho que faz durante as viagens, Rodrigo recebe diárias que excedem, todos os meses, 50% de sua remuneração normal. Nessa situação, não incide contribuição previdenciária sobre os valores recebidos por Rodrigo a título dessas diárias.

1: correta. O salário-maternidade é uma exceção à regra de que os benefícios previdenciários não são alcançados pela incidência de contribuições (art. 28, § 2º, do PCSS); **2:** correta. Para não ser considerado salário de contribuição, o vale-transporte deve ser pago na forma da Lei 7.418/1985, ou seja, mediante a aquisição dos documentos representativos da viagem a serem entregues aos trabalhadores. Do contrário, nos termos do art. 28, § 9º, "f", do PCSS, será considerado salário de contribuição e, portanto, incidirá contribuição sobre o respectivo valor. Anote-se que o STF refuta a interpretação literal da lei, tendo entendimento de que, mesmo pago junto com as demais parcelas de natureza salarial, não deve incidir qualquer tributo sobre ele; **3:** correta. Para que seja excluído do cômputo do salário de contribuição, a previdência privada deve ser concedida a todos os empregados (art. 29, § 8º, "p", do PCSS). Note que, no exemplo, o benefício foi concedido somente para os empregados do setor de vendas, o que determina a incidência de contribuição previdenciária sobre o valor; **4:** incorreta. Desde a edição do Decreto 6.727/2009, que revogou a alínea "f" do § 9º do art. 214 do RPS, o aviso prévio, tanto trabalhado quanto indenizado, passou a integrar o salário de contribuição; **5:** correta. Os valores recebidos a título de 13º salário são considerados como salário de contribuição, sendo devida contribuição previdenciária sobre eles, porém não integram o cálculo do salário de benefício, ou seja, seu recebimento e pagamento das contribuições devidas não altera em nada o valor do benefício a ser pago ao segurado ou dependente (art. 28, § 7º, do PCSS); **6:** correta. A participação nos lucros e resultados da empresa somente não integrará o salário de contribuição se for paga nos moldes da Lei 10.101/2000, ou seja, uma ou duas vezes por ano (art. 28, § 9º, "j", do PCSS); **7:** incorreta. Se o valor pago a título de diárias para viagens superar o equivalente a 50% da remuneração do empregado, o respectivo valor, em sua totalidade, será considerado salário de contribuição (art. 28, § 8º, "a", do PCSS).

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5C, 6C, 7E

(Analista – INSS – 2008 – CESPE) Cada um dos itens que se seguem apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca da legislação previdenciária brasileira.

(1) Pedro trabalha em empresa que, anualmente, paga a seus empregados participação nos lucros, de acordo com lei específica. Em fevereiro de 2008, Pedro recebeu, por participação nos lucros de sua empresa referentes ao ano que passou, o equivalente a 10% de sua remuneração no mês de dezembro de 2007, incluindo 13º salário e férias. Nessa situação, o montante recebido a título de participação nos lucros integrará a base de cálculo do salário de contribuição de Pedro, deduzidos os valores referentes a 13º salário e férias.

1: incorreta. Nos termos do art. 28, § 9º, "j", da Lei nº 8.212/91 (PCSS), a parcela relativa à participação nos lucros e resultados da empresa, quando paga de acordo com a legislação específica (basicamente, com periodicidade máxima semestral) não integra o salário de contribuição.

Gabarito 1E

(Procurador do Município/Aracaju – 2008 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, relacionados à seguridade social e a seu custeio.

(1) A positivação do modelo de seguridade social na ordem jurídica nacional ocorreu a partir da Constituição de 1937, seguindo o modelo do bem-estar social, em voga na Europa naquele momento. No caso brasileiro, as áreas representativas dessa forma de atuação são saúde, assistência e previdência social.

(2) De acordo com o sistema de financiamento criado pela Constituição de 1988, as despesas previdenciárias urbanas não podem ser custeadas pelas contribuições devidas pelas empresas cujo fato gerador seja a aquisição de produção rural de pessoas físicas que exercem atividade individualmente ou em regime de economia familiar, pois a fonte de custeio desses segurados, ditos especiais, é específica.

1: incorreta – A Constituição do Estado Novo (1937) pouco dispôs a respeito da matéria, referindo-se, sucintamente, ao "seguro social". **2:** incorreta – A Constituição Federal não fixa essa vedação quanto à fonte de custeio – arts. 165, § 5º, III, e 195.

Gabarito 1E, 2E

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Em relação às contribuições destinadas à seguridade social e aos regimes de previdência, assinale a opção correta.

(A) As operações relativas a energia elétrica, a serviços de telecomunicações e a derivados de petróleo, combustíveis e minerais são imunes às contribuições representadas pela COFINS, pelo PIS e pelo FINSOCIAL.

(B) O STF fixou entendimento no sentido de que a contribuição destinada ao INCRA e ao FUNRURAL é devida apenas por empresa rural, porque se destina a cobrir os riscos aos quais está sujeita apenas a coletividade de trabalhadores do campo.

(C) O conceito de receita bruta sujeita à incidência da COFINS envolve apenas aquela decorrente da venda de mercadorias e da prestação de serviços, excluindo-se a soma das receitas oriundas do exercício de outras atividades empresariais.

(D) A norma constitucional segundo a qual nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total não se aplica aos planos privados de previdência social.

(E) A jurisprudência do STF é firme no sentido de afirmar a inexistência de direito adquirido a regime jurídico, motivo pelo qual não há direito à imunidade relativa a contribuições previdenciárias por prazo indeterminado, exceto quando o beneficiário comprovar as condições legalmente exigidas por três triênios consecutivos.

A: incorreta, pois não há imunidade, nesses casos; **B:** incorreta, pois o STF entende que a contribuição social não tem vinculação com o benefício, de modo que empresas urbanas devem recolher a contribuição ao Incra e ao Funrural – ver RE 211.442 AgR/SP; **C:** incorreta, pois o conceito de receita bruta sujeita à incidência da contribuição social a cargo da empresa envolve não só aquela decorrente da venda de mercadorias e da prestação de serviços, como também a soma das receitas oriundas do exercício de outras atividades empresariais – ver RE 371.258 AgR/SP; **D:** assertiva correta, nos termos dos arts. 195, § 5º, e 202 da CF; **E:** incorreta, pois o entendimento do STF não ressalva caso algum, nem mesmo a comprovação de condições a que se refere a assertiva – ver ADI 3.128/DF.

Gabarito "D"

(Procurador do Estado/CE – 2008 – CESPE) Com referência ao salário de contribuição, cada uma das opções a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

(A) Gilmar, em 2007, inscreveu-se facultativamente no RGPS. Nessa situação, o salário de contribuição de Gilmar deve seguir as faixas de salário-base, a exemplo do que ocorre com os contribuintes individuais.

(B) Telma é empregada doméstica e segurada da previdência social. Nessa situação, o salário de contribuição de Telma é o valor total recebido, incluindo os ganhos habituais na forma de utilidade, tais como alimentação e moradia.

(C) Genival foi demitido sem justa causa, tendo recebido da empresa todos os seus direitos. Nessa situação, em relação aos valores recebidos a título de aviso prévio, férias proporcionais e 13.º salário, também proporcional, não incide a contribuição previdenciária.

(D) Marcos trabalha em uma empresa que, entre outras vantagens, oferece programa de previdência complementar aberta, disponível a todos os empregados e dirigentes. Nessa situação, pelo fato de esses valores serem dedutíveis do imposto de renda da pessoa física beneficiária, a legislação previdenciária considera tais rubricas como salário de contribuição.

(E) Jéssica trabalha em uma empresa que paga vale-transporte em dinheiro. Nessa situação, os valores recebidos na condição de vale-transporte são considerados salário de contribuição.

A: incorreta. O salário de contribuição (base de cálculo) para o contribuinte facultativo é o valor por ele declarado, observados o mínimo e o máximo legal. Não se confunde com o salário de contribuição do contribuinte individual (que é a remuneração auferida no mês, observados os mesmos limites) – art. 28, IV, do PCSS; **B:** incorreta. O salário de contribuição (base de cálculo) para o empregado doméstico é o valor da remuneração registrada na CTPS (não inclui utilidades, como moradia e alimentação), observados o mínimo e o máximo legal – art. 28, II, do PCSS; **C:** incorreta. A contribuição previdenciária incide sobre as parcelas remuneratórias, como aviso prévio e 13º salário proporcional – art. 214, § 6º, do Decreto 3.048/1999; **D:** incorreta. Os valores pagos pela empresa, relativos à previdência complementar disponível a todos os empregados e dirigentes, não se submetem à contribuição previdenciária – art. 28, § 9º, *p*, do PCSS; **E:** correta. O vale-transporte pago em dinheiro submete-se à contribuição previdenciária – ver REsp 873.503/PR.

Gabarito "E"

3. SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA E DEPENDENTES

(Técnico – INSS – 2008 – CESPE) Ainda em relação à identificação dos segurados da previdência social, julgue os itens a seguir.

(1) Um síndico de condomínio que resida no condomínio que administra e receba remuneração por essa atividade é segurado da previdência social na qualidade de empregado.

(2) Um cidadão belga que seja domiciliado e contratado no Brasil por empresa nacional para trabalhar como engenheiro na construção de uma rodovia em Moçambique é segurado da previdência social brasileira na qualidade de empregado.

(3) Um adolescente de 14 anos de idade, menor aprendiz, contratado de acordo com a Lei n. 10.097/2000, apesar de ter menos de 16 anos de idade, que é o piso para inscrição na previdência social, é segurado empregado do regime geral.

(4) Um tabelião que seja titular do cartório de registro de imóveis em determinado município é vinculado ao respectivo regime de previdência estadual, pois a atividade que exerce é controlada pelo Poder Judiciário.

(5) Para a previdência social, uma pessoa que administra a construção de uma casa, contratando pedreiros e auxiliares para edificação da obra, é considerada contribuinte individual.

1: incorreta. O síndico remunerado é classificado como contribuinte individual (art. 12, V, "f", do PCSS – Lei 8.212/1991); **2:** correta, nos termos do art. 12, I, "c", do PCSS; **3:** correta. Para a previdência social, o aprendiz é caracterizado como segurado obrigatório na qualidade de empregado, nos termos do art. 6º, II, da IN RFB 971/2009; **4:** incorreta. O tabelião exerce atividade por delegação do Poder Público, não sendo considerado servidor público ocupante de cargo efetivo para ter acesso ao regime próprio de previdência social. O cartório que ele administra é equiparado a empresa e, portanto, o tabelião se enquadra como contribuinte individual (art. 12, V, "f", do PCSS); **5:** correta, nos termos do art. 9º, § 15, IX, do RPS.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5C

(Técnico – INSS – 2008 – CESPE) Em cada um dos itens subsequentes, é apresentada uma situação hipotética acerca da identificação dos segurados da previdência social, seguida de uma assertiva a ser julgada.

(1) Miguel, civil, brasileiro nato que mora há muito tempo na Suíça, foi contratado em Genebra para trabalhar na Organização Mundial de Saúde. Seu objetivo é trabalhar nessa entidade por alguns anos e retornar ao Brasil, razão pela qual optou por não se filiar ao regime próprio daquela organização. Nessa situação, Miguel é segurado obrigatório da previdência social brasileira na qualidade de contribuinte individual.

(2) Claudionor tem uma pequena lavoura de feijão em seu sítio e exerce sua atividade rural apenas com o auxílio da família. Dos seus filhos, somente Aparecida trabalha fora do sítio. Embora ajude diariamente na manutenção da plantação, Aparecida também exerce atividade remunerada no grupo escolar próximo à propriedade da família. Nessa situação, Claudionor e toda a sua família são segurados especiais da previdência social.

(3) Beatriz trabalha, em Brasília, na sucursal da Organização das Nações Unidas e não tem vinculação com regime de previdência estrangeiro. Nessa situação, Beatriz é segurada da previdência social brasileira na condição de contribuinte individual.

(4) Otávio, contador, é aposentado por regime próprio de previdência social e começou a prestar serviços de contabilidade em sua residência. Dada a qualidade de seus serviços, logo foi contratado para dar expediente em uma grande empresa da cidade. Nessa situação, Otávio não é segurado do regime geral, tanto por ter pertencido a um regime próprio, quanto por ser aposentado.

1: correta, nos termos do art. 12, V, "e", do PCSS; **2:** incorreta. Como Aparecida exerce outra atividade remunerada desvinculada da propriedade rural, ela não pode ser classificada como segurada especial (art. 12, § 7º, do PCSS); **3:** incorreta. Nesse caso, Beatriz enquadra-se como segurada empregada, nos termos do art. 12, I, "i", do PCSS; **4:** incorreta. O aposentado que exerce atividade remunerada, qualquer que seja a origem ou o tipo de sua aposentadoria, é segurado obrigatório da previdência social (art. 12, § 4º, do PCSS).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Técnico – INSS – 2008 – CESPE) Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

(1) Célia, professora de uma universidade, eventualmente, presta serviços de consultoria na área de educação. Por isso, Célia é segurada empregada pela atividade de docência e contribuinte individual quando presta consultoria. Nessa situação, Célia tem uma filiação para cada atividade.

(2) Osvaldo cumpriu pena de reclusão devido à prática de crime de fraude contra a empresa em que trabalhava. No período em que esteve na empresa, Osvaldo era segurado da previdência social. Nessa situação, Osvaldo tem direito de continuar como segurado da previdência social por até dezoito meses após o seu livramento.

(3) Alzira, estudante, filiou-se facultativamente ao regime geral de previdência social, passando a contribuir regularmente. Em razão de dificuldades financeiras, Alzira deixou de efetuar esse recolhimento por oito meses. Nessa situação, Alzira não deixou de ser segurada, uma vez que a condição de segurado permanece por até doze meses após a cessação das contribuições.

(4) Ronaldo, afastado de suas atividades laborais, tem recebido auxílio doença. Nessa situação, a condição de segurado de Ronaldo será mantida sem limite de prazo, enquanto estiver no gozo do benefício, independentemente de contribuição para a previdência social.

1: correta, nos termos do art. 12, § 2º, do PCSS; **2:** incorreta. O período de graça garantido ao segurado que deixa o sistema penitenciário é de 12 meses (art. 15, IV, do PBPS); **3:** incorreta. Para o segurado facultativo, o período de graça é de 06 meses (art. 15, VI, do PBPS), portanto Alzira perdeu a qualidade de segurada; **4:** correta. O segurado mantém essa qualidade sem limite de prazo enquanto estiver no gozo de benefício previdenciário (art. 15, I, do PBPS).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Analista – INSS – 2008 – CESPE) Cada um dos itens que se seguem apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca da legislação previdenciária brasileira.

(1) Germano, segurado especial do regime geral, contribui para o sistema na proporção do resultado da comercialização de sua produção. Nessa situação, Germano somente terá direito à aposentadoria por contribuição caso promova, pelo prazo legal, os devidos recolhimentos na qualidade de contribuinte individual.

(2) Regina é servidora pública, titular de cargo efetivo municipal. Nessa situação, caso deseje melhorar sua renda quando chegar o momento de se aposentar, Regina poderá filiar-se ao regime geral da previdência social.

1: correta. A proteção previdenciária conferida com segurado especial não abrange o benefício da aposentadoria por tempo de contribuição. Se o segurado pretender valer-se desse benefício, deve contribuir no mesmo montante do contribuinte individual (art. 39, II, da Lei 8.213/1991 – PBPS); **2:** incorreta. É proibida a inscrição como segurado facultativo de pessoa participante de regime próprio de previdência (art. 201, § 5º, da CF).

Gabarito 1C, 2E

(Técnico – INSS – 2008 – CESPE) Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

(1) Fernanda foi casada com Lucas, ambos segurados da previdência social. Há muito tempo separados, resolveram formalizar o divórcio e, pelo fato de ambos trabalharem, não foi necessária a prestação de alimentos entre eles. Nessa situação, Fernanda e Lucas, após o divórcio, deixarão de ser dependentes um do outro junto à previdência social.

1: correta. O ex-cônjuge somente mantém a qualidade de dependente se houver sido estipulado o pagamento de pensão alimentícia para um deles, vez que demonstrada a dependência econômica (art. 17, I, do RPS).

Gabarito 1C

(Técnico – INSS – 2008 – CESPE) É apresentada, em cada um dos itens que se seguem, uma situação hipotética relacionada a dependentes e a período de carência, seguida de uma assertiva a ser julgada.

(1) Célio, segurado empregado da previdência social, tem um filho, com 28 anos de idade, que sofre de doença degenerativa em estágio avançado, sendo, portanto, inválido. Nessa condição, o filho de Célio é considerado seu dependente, mesmo tendo idade superior a dezoito anos.

(2) Paulo é, de forma comprovada, dependente economicamente de seu filho, Juliano, que, em viagem a trabalho, sofreu um acidente e veio a falecer. Juliano à época do acidente era casado com Raquel. Nessa situação, Paulo e Raquel poderão requerer o benefício de pensão por morte, que deverá ser rateado entre ambos.

(3) César, segurado da previdência social, vive com seus pais e com seu irmão, Getúlio, de 15 anos idade. Nessa situação, o falecimento de César somente determina o pagamento de benefícios previdenciários a seus pais e a seu irmão se estes comprovarem dependência econômica com relação a César.

(4) Edson é menor de idade sob guarda de Coutinho, segurado da previdência social. Nessa situação, Coutinho não pode requerer o pagamento do salário-família em relação a Edson, já que este não é seu dependente.

(5) Gilmar, inválido, e Solange são comprovadamente dependentes econômicos do filho Gilberto, segurado da previdência social, que, por sua vez, tem um filho. Nessa situação, Gilmar e Solange concorrem em igualdade de condições com o filho de Gilberto para efeito de recebimento eventual de benefícios.

1: correta. O limite de idade de 21 anos para que o filho seja considerado dependente do segurado não se aplica aos filhos inválidos (art. 16, I, do PBPS); **2:** incorreta. Raquel, cônjuge do segurado, é dependente de primeira classe, ao passo que Paulo, pai, é dependente de segunda classe. A existência de dependente em classe mais privilegiada retira o direito dos demais à percepção do benefício (art. 16, § 1º, do PBPS). Com isso, apenas Raquel terá direito a recebê-lo; **3:** incorreta. A questão é perigosa, porque, realmente, a dependência econômica dos pais e dos irmãos deve ser comprovada (art. 16, § 4º, do PBPS). Ocorre que se os pais de César tiverem direito ao benefício, seu irmão, Getúlio, não poderá recebê-lo, porque a existência de dependente em classe mais privilegiada retira o direito dos demais à percepção do benefício (art. 16, § 1º, do PBPS); **4:** correta. O menor sob guarda não é dependente para fins previdenciários, somente o menor sob tutela (art. 16, § 2º, do PBPS); **5:** incorreta. O filho de Gilberto é dependente de primeira classe, ao passo que Gilmar e Solange, pais, são dependentes de segunda classe. A existência de dependente em classe mais privilegiada retira o direito dos demais à percepção do benefício (art. 16, § 1º, do PBPS). Portanto, apenas o filho de Gilberto teria direito ao recebimento de benefícios, não havendo qualquer rateio com Gilmar e Solange.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5E

Veja as seguintes tabelas, com os segurados obrigatórios do RGPS e os dependentes:

Segurados obrigatórios do RGPS – art. 11 do PBPS	
Empregado	– aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado; – aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas; – o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior; – aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a elas subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular; – o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio; – o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional; – o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais; – o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social; – o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social;
Empregado doméstico	– aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;
Contribuinte individual	– a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais ou atividade pesqueira, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos; ou ainda nas hipóteses dos §§ 9º e 10 deste artigo; – a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua; – o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa; – o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social; – o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado e o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria, o sócio gerente e o sócio cotista que recebam remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural, e o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração; – quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego; – a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não;
Trabalhador avulso	– quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento;
Segurado especial	– como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, exerça as atividades de produtor ou pescador, ou seja cônjuge, companheiro, filho ou equiparado, conforme o art. 11, VII, do PBPS.

Dependentes no RGPS – art. 16 do PBPS – a primeira classe com dependente exclui as seguintes
– o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente. A dependência econômica desses é presumida, a dos demais deve ser comprovada – § 3º. O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho, mediante declaração do segurado, e desde que comprovada a dependência econômica – § 2º; – os pais; – o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente.

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) A propósito dos segurados do RGPS, assinale a opção correta.

(A) É segurado obrigatório da previdência social, na qualidade de contribuinte individual, o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.

(B) O aposentado pelo RGPS que voltar a exercer atividade alcançada por esse regime será segurado obrigatório em relação a essa atividade e ficará sujeito às contribuições legais para custeio da seguridade social.

(C) Na qualidade de empregado, é segurado obrigatório da previdência social o brasileiro civil que trabalhe no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.

(D) O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa são segurados obrigatórios da previdência social, na qualidade de empregados.

(E) O servidor civil ocupante de cargo efetivo da União é vinculado ao RGPS, ainda que amparado por regime próprio de previdência social.

A: incorreta. A alternativa descreve um segurado obrigatório na qualidade de **empregado** (art. 12, I, *j*, do PCSS); **B:** correta, nos termos do art. 12, § 4º, do PCSS; **C:** incorreta. A alternativa descreve um **contribuinte individual** (art. 12, V, *e*, do PCSS); **D:** incorreta. São segurados obrigatórios como **contribuintes individuais** (art. 12, V, *c*, do PCSS); **E:** incorreta. Uma vez amparado por regime próprio de previdência, o servidor público ocupante de cargo efetivo está excluído do RGPS.
Gabarito "B"

4. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Veja as seguintes tabelas, para estudo e memorização dos períodos de carência e das prestações que independem de carência:

Períodos de Carência – art. 25 do PBPS	
– auxílio-doença e aposentadoria por invalidez	12 contribuições mensais
– aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial	180 contribuições mensais
– salário-maternidade para contribuintes individuais, seguradas especiais e facultativas	10 contribuições mensais. Em caso de antecipação do parto, o período é reduzido em nº de contribuições equivalentes ao nº de meses em que o parto foi antecipado. A segurada especial deve apenas comprovar atividade rural nos 12 meses anteriores ao início do benefício – art. 39, parágrafo único, do PBPS

Independem de Carência – art. 26 do PBPS
– pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente
– auxílio-doença e aposentadoria por invalidez (nos termos do inciso II)
– aposentadoria por idade ou por invalidez, auxílio-doença, auxílio-reclusão, pensão para o segurado especial, no valor de 1 salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período, imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido
– serviço social
– reabilitação profissional
– salário-maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica
– pensão por morte nos casos de acidente do trabalho e doença profissional ou do trabalho

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Em relação à pensão por morte, assinale a opção correta.

(A) No caso de morte presumida, a pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do requerimento.

(B) Os dependentes têm direito ao recebimento desse benefício se o segurado, à época do seu falecimento, já possuir os requisitos necessários para obter qualquer das aposentadorias do RGPS, mesmo que tenha perdido a condição de segurado.

(C) A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente; no entanto, qualquer inscrição ou habilitação legítima posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente produzirá efeito retroativo, sendo de responsabilidade do primeiro beneficiário arcar com os valores pretéritos em favor da parte legitimamente habilitada.

(D) Mediante prova do desaparecimento do segurado em consequência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus a pensão provisória. Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessará imediatamente, ficando os dependentes obrigados à reposição dos valores recebidos, mesmo na hipótese de boa-fé.

(E) Ainda que comprovada a necessidade econômica superveniente, a mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial não tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, conforme entendimento do STJ.

A: incorreta, pois no caso da morte presumida, a pensão é devida a partir da decisão judicial – art. 74, III, do PBPS; **B:** essa é a assertiva correta, pois reflete o disposto no art. 102, § 2º, do PBPS; **C:** incorreta, pois qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação – art. 76, *caput*, do PBPS; **D:** incorreta, pois os dependentes não são obrigados a restituir o recebido a título de pensão provisória, exceto em caso de má-fé – art. 78, § 2º, do PBPS; **E:** incorreta, pois a mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, comprovada a necessidade econômica superveniente – Súmula 336/STJ.
Gabarito "B"

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Em relação às datas de início dos pagamentos dos benefícios previdenciários, assinale a opção correta.

(A) Concluindo a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida ao segurado empregado doméstico a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade.

(B) A aposentadoria por idade será devida ao segurado contribuinte individual a partir da data do desligamento do emprego, quando requerida até essa data ou até noventa dias depois dela.

(C) A data de início da aposentadoria especial será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade.

(D) O auxílio-doença será devido ao segurado contribuinte individual a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade.

(E) O salário-maternidade é devido impreterivelmente à segurada da previdência social, com início no período entre trinta dias antes do parto e a data de ocorrência deste.

A: incorreta, pois a aposentadoria por invalidez do empregado doméstico será devida a contar da data do início da incapacidade ou da data da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de trinta dias – art. 43, § 1º, *b*, do PBPS; **B:** incorreta, até porque o empregado não é segurado contribuinte individual. A aposentadoria por idade para o segurado individual, a exemplo de qualquer outro que não seja empregado, é devida a partir da data do requerimento – art. 49, II, do PBPS; **C:** essa é a assertiva correta, conforme o art. 57, § 2º, do PBPS; **D:** incorreta, pois somente no caso de segurado empregado o auxílio-doença é devido a partir do 16º dia do afastamento das atividades (incumbe à empresa o pagamento de salário integral nos 15 primeiros dias). Para os demais segurados, incluindo o contribuinte individual, o auxílio-doença será devido a contar da data do início da incapacidade ou da data de entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de trinta dias. – art. 60 do PBPS; **E:** incorreta, pois o salário-maternidade é devido à segurada durante 120 dias, com início no período entre 28 dias antes do parto e a data de sua ocorrência – art. 71 do PBPS.
Gabarito "C"

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE) Maria, segurada obrigatória do RGPS, preenchia todos os requisitos para a obtenção da aposentadoria por tempo de serviço, de acordo com as exigências previstas na Lei n.º 8.213/1991. Entretanto, no momento de requerer a aposentadoria, ela desistiu. Pouco tempo depois, por não concordar mais com as ordens emitidas por seu empregador, Maria resolveu deixar o emprego. Após 38

meses sem contribuir para a previdência social, Maria sofreu um ataque cardíaco e faleceu, sem haver requerido aposentadoria. Nessa situação hipotética, com relação ao benefício da pensão por morte, os dependentes de Maria

(A) não terão direito de recebê-lo, nos termos da Lei n.º 8.213/1991, uma vez que Maria não havia requerido aposentadoria à previdência social.
(B) terão direito de recebê-lo, mas o seu valor, pelo fato de Maria ter cessado as contribuições, será reduzido em um terço.
(C) não terão direito de recebê-lo, pois Maria havia perdido a condição de segurada.
(D) terão direito de recebê-lo, sendo o seu valor reduzido pela metade.
(E) terão direito de recebê-lo, pois Maria havia preenchido todos os requisitos para requerer a aposentadoria por tempo de serviço.

Os dependentes de Maria têm direito à pensão por sua morte, pois a perda da qualidade de segurado (ocorrida após mais de 38 meses sem contribuição – art. 15, §§ 2º e 4º do PBPS) não prejudica o direito quando já haviam sido preenchidos todos os requisitos (art. 102, § 2º, do PBPS).
Gabarito "E"

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) Com base nas regras informativas do cálculo dos benefícios, assinale a opção correta.

(A) Nos casos de aposentadoria por invalidez em que o segurado necessite de assistência permanente de outra pessoa, o valor do benefício previdenciário não pode ser superior ao limite máximo do salário de contribuição na data inicial do benefício.
(B) O valor mensal dos benefícios de prestação continuada, incluindo o regido por norma especial e o decorrente de acidente do trabalho, é calculado com base no salário de benefício.
(C) Para cálculo do valor do salário de benefício do segurado empregado, são considerados todos os ganhos habituais deste, incluídas as utilidades concedidas pelo empregador, sobre os quais tenha havido contribuições previdenciárias, aí inserida a gratificação natalina.
(D) O fator previdenciário consiste em uma fórmula aritmética que considera os fatores idade e expectativa de sobrevida do segurado, exclusivamente por ocasião do pedido de aposentadoria, e se destina a fixar o tempo de contribuição remanescente para o segurado poder aposentar-se por tempo de serviço.
(E) O salário de benefício da aposentadoria por idade é apurado pela média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.

A: incorreta. Caso o aposentado necessite de acompanhamento permanente de outra pessoa, seu benefício será acrescido de 25%, podendo, com isso, superar o teto do benefício previdenciário (art. 45, parágrafo único, *a*, do PBPS); **B:** incorreta. Faltou à alternativa excluir o salário-maternidade e o salário-família, nos termos do art. 28 do PBPS; **C:** incorreta. A gratificação natalina (13º salário) é considerada salário de contribuição, porém não integra o cálculo do salário de benefício (art. 29, § 3º, do PBPS); **D:** incorreta. O objetivo do fator previdenciário é corrigir a distorção causada no equilíbrio atuarial do RGPS com aposentadorias precoces, enquanto a pessoa ainda tem capacidade para o trabalho. Com sua aplicação, quanto mais jovem for o segurado a se aposentar, mais será reduzido o valor de seu benefício; **E:** correta, nos termos do art. 29, I, do PBPS. Vale salientar que o fator previdenciário somente será utilizado se for benéfico para o segurado no caso de aposentadoria por idade.
Gabarito "E"

(Magistratura Federal – 5ª Região – 2009 – CESPE) Acerca dos benefícios previdenciários, assinale a opção correta.

(A) O valor da aposentadoria por invalidez de segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de valor específico pago em parcela fixa, que não será recalculada quando o benefício que lhe deu origem for reajustado.
(B) A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida pela lei, completar 65 anos de idade, se homem, e 60, se mulher, reduzindo-se tal prazo em 5 anos para os professores que pretendam receber o referido benefício e comprovem exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
(C) O segurado em gozo de auxílio-doença e insuscetível de recuperação para sua atividade habitual deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará esse benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, for aposentado por invalidez.
(D) A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação, pelo segurado, perante o INSS, do tempo de trabalho exigido pela lei, ainda que de forma intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado.
(E) A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do requerimento do benefício, no caso de morte presumida.

A: incorreta, pois o valor da aposentadoria por invalidez será majorado em 25% nessa hipótese, ou seja, em percentual que acompanha a variação do valor principal do benefício, não em montante fixo – art. 45, *caput* e parágrafo único, *b*, do PBPS; **B:** incorreta, pois a redução em cinco anos em favor dos professores refere-se ao tempo de contribuição, e não à idade – art. 201, § 8º, da CF; **C:** assertiva correta, art. 62 do PBPS; **D:** incorreta, pois, para fins de aposentadoria especial, o tempo de trabalho não pode ser ocasional nem intermitente – art. 57, § 3º, do PBPS; **E:** incorreta, pois em caso de morte presumida, o benefício será pago a partir da decisão judicial – art. 74, III, do PBPS.
Gabarito "C"

5. PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Em relação ao sistema de aposentadoria do servidor público, assinale a opção correta.

(A) O STJ firmou a compreensão de que não é exigível a indenização, ao regime geral de previdência social, do período exercido na atividade rural, anterior à filiação obrigatória, para cômputo em regime estatutário.
(B) Tratando-se de cargos de professor, é possível a acumulação de proventos oriundos de uma aposentadoria com duas remunerações quando o servidor foi aprovado em concurso público antes do advento da Emenda Constitucional n.º 20.
(C) A jurisprudência do STF pacificou-se no sentido de que o direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos, e de que é devida a incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
(D) A CF assegura o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. Com fundamento nessa norma, a jurisprudência do STF pacificou-se no sentido de ser viável estender aos servidores inativos as vantagens pecuniárias decorrentes de reposicionamento, na carreira, de servidores ativos.
(E) É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, permitindo-se, no entanto, a criação de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal.

A: incorreta, pois o STJ entende que é necessária a indenização ao RGPS em relação ao período de exercício de atividade rural anterior à filiação obrigatória, para cômputo em regime estatutário – ver AgRg no Ag 1.053.77/SP; **B:** assertiva correta, conforme a jurisprudência do STF – ver RE 489.776 AgR/MG; **C:** assertiva incorreta, pois, embora o STF tenha afastado o auxílio-alimentação em relação aos inativos

(ver AI 668.391 AgR/SC), não reconhece a possibilidade de cobrança de contribuição social sobre o terço constitucional de férias – ver RE 587.941 AgR/SC; **D:** incorreta, pois o STF afasta a possibilidade de estender aos inativos as vantagens pecuniárias decorrentes de reposicionamento de servidores ativos na carreira – ver RE 522.570 AgR/RJ; **E:** incorreta, pois é vedada também a existência de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X, da CF, quanto aos militares – art. 40, § 20, da CF.

Gabarito "B"

(Procurador do Estado/PE – CESPE – 2009) Assinale a opção correta acerca da organização e do funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos estados, do DF e dos municípios, dos militares dos estados e do DF.

(A) As alíquotas de contribuição dos servidores ativos dos estados, do DF e dos municípios para os respectivos regimes próprios de previdência social serão proporcionalmente inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União, devendo, ainda, ser observadas, no caso das contribuições sobre os proventos dos inativos e sobre as pensões, as mesmas alíquotas aplicadas às remunerações dos servidores em atividade do respectivo ente estatal.

(B) A União, os estados e o DF são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, sendo certo que, em relação aos municípios, a responsabilidade cabe ao estado-membro em que estejam localizados.

(C) O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos estados, do DF e dos municípios, exceto o militar dos estados e do DF, filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da Federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem.

(D) A União, os estados, o DF e os municípios publicarão, até sessenta dias após o encerramento de cada trimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso.

(E) A contribuição da União, dos estados, do DF e dos municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro dessa contribuição.

A: incorreta, pois a alíquota da contribuição para os regimes próprios dos servidores estaduais, distritais e municipais não poderá ser inferior à da contribuição dos servidores efetivos federais – art. 149, § 1º, da CF. A incidência sobre aposentadorias e pensões é prevista no art. 40, § 18, da CF. Ademais, as alíquotas para os inativos não precisa ser idêntica à dos ativos, embora não possa ser inferior, nem superior ao dobro – art. 2º da Lei 9.717/1998; **B:** incorreta, pois o Estado não tem responsabilidade em relação ao regime próprio dos servidores municipais – art. 2º, § 1º, da Lei 9.717/1998; **C:** incorreta, pois todos os servidores efetivos cedidos ficam vinculados ao regime de origem, sem exceção (nem mesmo para os militares estaduais e distritais) – art. 1º-A da Lei 9.717/1998; **D:** incorreta, pois o prazo para publicação do demonstrativo é de 30 dias (não sessenta) após o encerramento de cada bimestre (não trimestre) – art. 2º, § 2º, da Lei 9.717/1998; **E:** essa é a assertiva correta, pois reflete o disposto no art. 2º, *caput*, da Lei 9.717/1998.

Gabarito "E"

(Magistratura Federal – 5ª Região – 2009 – CESPE) A respeito do regime previdenciário do servidor estatutário, assinale a opção correta.

(A) Lei estadual de iniciativa parlamentar que trate apenas de aposentadoria de servidores públicos não é inconstitucional, visto que tal matéria não é privativa do chefe do Poder Executivo, sendo certo que a supressão de parcela de proventos de aposentadoria, concedida em desacordo com a lei, não ofende o princípio da irredutibilidade de vencimentos.

(B) Aos servidores vitalícios, ao contrário do que ocorre com os notários, registradores e demais servidores dos ofícios extrajudiciais, aplica-se a aposentadoria compulsória por idade, sendo extensivas aos inativos, desde que mediante lei específica, as vantagens de caráter geral outorgadas aos servidores em atividade.

(C) Atividades exercidas por servidores públicos em condições especiais que lhes prejudiquem a saúde podem ensejar a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, em termos definidos em lei complementar, cuja inexistência pode acarretar a aplicação da legislação própria dos trabalhadores regidos pelo RGPS.

(D) As funções de magistério limitam-se ao trabalho em sala de aula, excluindo-se as demais atividades extraclasse, de forma que, para efeitos de aposentadoria especial de professores, não se computa o tempo de serviço prestado em atividades como as de coordenação e assessoramento pedagógico.

(E) A União, os estados, o DF e os municípios, independentemente de instituírem regime de previdência complementar para os seus servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelos próprios regimes de previdência, o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

A: assertiva incorreta, pois as leis relativas à aposentadoria de servidores públicos são de iniciativa privativa do Chefe do Executivo (Presidente, Governadores e Prefeitos) – art. 61, § 1º, II, *c*, da CF, aplicável a Estados, ao DF e a Municípios pelo princípio da simetria; **B:** os servidores vitalícios também se submetem à aposentadoria compulsória – ver ADI 2.883/DF. Os tabeliães e notários, delegatários de serviço público, não se submetem à aposentadoria compulsória, a partir da EC 20/1998, pois o art. 40 da CF passou a fazer referência a servidores titulares de cargos efetivos, incluídos no regime previdenciário próprio (não é o caso dos delegatários) – ver ADI 2.602/MG. A assertiva é incorreta, entretanto, quanto à extensão para os inativos das vantagens concedidas aos servidores em atividade, já que isso não é mais previsto expressamente pela Constituição – art. 40, § 8º, com a redação dada pela EC 20/1998. Embora não analise as leis locais que concedem benefícios, o STF afasta a possibilidade de estender aos inativos as vantagens pecuniárias decorrentes de reposicionamento de servidores ativos na carreira – ver AgRg no RE 522.570/RJ; **C:** assertiva correta, conforme o art. 40, § 4º, III, da CF; **D:** incorreta, pois o STF decidiu que as funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico integram a carreira do magistério, desde que exercidos, em estabelecimentos de ensino básico, por professores de carreira, excluídos os especialistas em educação, fazendo jus aqueles que as desempenham ao regime especial de aposentadoria estabelecido nos arts. 40, § 5º, e 201, § 8º, da CF – ver o art. 67, § 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/1996) e a ADI 3.772/DF, sendo inaplicável ao caso o disposto na Súmula 726 do STF; **E:** incorreta, pois o teto do RGPS somente pode ser aplicado às aposentadorias e pensões dos servidores incluídos no regime próprio após a instituição do regime de previdência complementar – art. 40, § 14, da CF.

Gabarito "C"

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE) As Emendas Constitucionais n.ºs 20/1998, 41/2003 e 47/2005 implementaram reforma no regime de previdência dos servidores públicos. A respeito da regulamentação constitucional desse regime e das inovações promovidas pelas referidas emendas, assinale a opção incorreta.

(A) Desde que seja instituído regime de previdência complementar para os respectivos servidores titulares de cargo efetivo, a União, os estados, o DF e os municípios poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime próprio de previdência, o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

(B) O RGPS será aplicado aos servidores que, de forma exclusiva, ocupem cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como emprego público ou outro cargo temporário.

(C) Incide contribuição, com alíquota igual à estabelecida para os servidores titulares de cargos efetivos, sobre os

proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime próprio dos servidores públicos que superarem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante, na forma da lei.

(D) O regime de previdência complementar dos servidores titulares de cargo efetivo da União, dos estados e do DF poderá ser instituído por lei de iniciativa dos respectivos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

(E) A CF veda expressamente a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos.

A: assertiva correta, pois reflete o disposto no art. 40, § 14, da CF; **B:** correta, conforme o art. 40, § 13, da CF; **C:** assertiva correta, pois isso é previsto pelo art. 40, § 21, da CF; **D:** incorreta, devendo ser assinalada, pois o regime de previdência complementar de todos os entes deve ser instituído por lei de iniciativa privativa do respectivo Poder Executivo (Presidente, Governadores e Prefeitos) – art. 40, § 15, da CF; **E:** assertiva correta, pois a CF impõe o regime próprio único para os servidores efetivos de cada ente político – art. 40, § 20, da CF.
Gabarito "D"

6. AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Em relação a prescrição e decadência, a provas e a contagem recíproca de tempo de serviço previdenciários, assinale a opção correta.

(A) Segundo a jurisprudência do STF, no âmbito do direito previdenciário, os institutos da prescrição e da decadência de crédito tributário podem ser regulados por lei ordinária.

(B) Não sendo a prova material suficiente para comprovar o labor rural, excepcionalmente deve ser dada maior ênfase à prova testemunhal colhida na instância ordinária, quando esta é capaz de demonstrar, de forma idônea, harmônica e precisa, o labor rural exercido pelo autor.

(C) Segundo a jurisprudência do STJ, a sentença trabalhista será admitida como início de prova material, apta a comprovar tempo de serviço para fins previdenciários, ainda que não esteja fundada em elementos que evidenciem o labor exercido na função e o período alegado pelo trabalhador na ação previdenciária.

(D) A jurisprudência do STJ está alinhada no sentido de que a aposentadoria, direito patrimonial indisponível, não pode ser objeto de renúncia, revelando-se incabível a pretensão de contagem do respectivo tempo de serviço para a obtenção de nova aposentadoria, ainda que por outro regime de previdência.

(E) Para efeito de aposentadoria especial de professores, não se computa o tempo de serviço prestado fora da sala de aula, tendo essa regra, como única exceção, a hipótese de professor que comprove exercer a função de magistério na educação infantil.

A: incorreta, pois a matéria deve ser veiculada por lei complementar federal (arts. 173 e 174 do CTN, atualmente), nos termos do art. 146, III, *b*, da CF – Súmula Vinculante 8/STF; **B:** assertiva correta. Nos termos da Súmula 149/STJ, a prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário – art. 55, § 3º, do PBPS. Isso, entretanto, não impede o acolhimento da prova testemunhal ratificada pelo início de prova material – ver AR 3.644/SP; **C:** incorreta, pois o STJ entende que a sentença trabalhista será admitida como início de prova material, apta a comprovar o tempo de serviço, apenas se fundada em elementos que evidenciem o labor exercido na função e o período alegado pelo trabalhador na ação previdenciária. Não basta, portanto, simples sentença trabalhista homologatória de acordo, sem prova de que tenha havido, efetivamente, trabalho no período alegado – ver AgRg no REsp 1.128.885/PB; **D:** incorreta, pois o STJ admite a renúncia à primeira aposentadoria, nesse caso, por se tratar de direito patrimonial disponível, cabendo a contagem do respectivo tempo de serviço para a obtenção de nova aposentadoria, ainda que por outro regime, sem obrigação de devolução dos valores anteriormente recebidos – ver AgRg no REsp 328.101/SC; **E:** incorreta, pois o STF decidiu que as funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico integram a carreira do magistério, desde que exercidos, em estabelecimentos de ensino básico, por professores de carreira, excluídos os especialistas em educação, fazendo jus aqueles que as desempenham ao regime especial de aposentadoria estabelecido nos arts. 40, § 5º, e 201, § 8º, da CF – ver o art. 67, § 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/1996) e a ADI 3.772/DF, sendo inaplicável ao caso o disposto na Súmula 726/ STF.
Gabarito "B"

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE) A respeito das ações previdenciárias, que correspondem ao maior número de feitos nos juizados especiais federais cíveis, assinale a opção correta.

(A) A Lei n.º 10.259/2001 estabelece que, nas ações previdenciárias e nas relativas à assistência social, havendo designação de exame, as partes serão intimadas a apresentar quesitos e indicar assistentes no prazo de dez dias.

(B) Nas causas de competência do juizado especial federal cível, não haverá reexame necessário, salvo quando envolverem matéria previdenciária.

(C) Para evitar dano de difícil reparação, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, salvo quando estiver diante de questão previdenciária, como o cancelamento ou a suspensão indevida de benefício promovido pela autarquia previdenciária.

(D) Nos processos que tramitem perante o juizado especial federal cível, a lei ordinária fixa prazo diferenciado para a prática de atos processuais pelo INSS, inclusive quanto à interposição de recursos, sendo que a citação para audiência de conciliação deverá ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.

(E) Quando a orientação acolhida pela turma de uniformização, em questões de direito material ou processual, incluídas as matérias previdenciárias, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação do STJ, que dirimirá a divergência.

A: assertiva correta, nos termos do art. 12, § 2º, da Lei 10.259/2001; **B:** incorreta, pois nas causas que tramitam nos Juizados Especiais Federais não haverá reexame necessário, sem exceção para as previdenciárias – art. 13 da Lei 10.259/2001; **C:** incorreta, pois não há exceção em relação à questão previdenciária – art. 4º da Lei 10.259/2001; **D:** incorreta, pois, nos Juizados Especiais Federais, não há prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias – art. 9º da Lei 10.259/2001; **E:** incorreta, pois a manifestação do STJ, a respeito da orientação acolhida pela Turma de Uniformização, somente poderá ser provocada em questões de direito material, não de direito processual – art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001.
Gabarito "A"

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) A propósito do processo de justificação administrativa, assinale a opção correta.

(A) Em qualquer hipótese, a comprovação do tempo de serviço para fins previdenciários deve realizar-se com base em início de prova material, não sendo admitida a prova exclusivamente testemunhal.

(B) A homologação da justificação judicial processada com base em prova exclusivamente testemunhal dispensa a justificação administrativa, em vista da autoridade da coisa julgada constituída.

(C) A justificação administrativa deve ser admitida ainda que o fato a comprovar dependa de registro público de casamento, de idade ou de óbito.

(D) Contra a decisão da autoridade competente do INSS que opinar pela eficácia ou pela ineficácia da justificação administrativa não caberá recurso.

(E) O processamento da justificação administrativa traduz opção legal conferida ao interessado, ainda que exista outro meio capaz de configurar a verdade do fato alegado e de sua plausibilidade.

A: incorreta. Na hipótese de caso fortuito ou força maior é permitida a prova exclusivamente testemunhal (art. 55, § 3º, do PBPS); **B:** incorreta. A dispensa ocorre somente se a homologação for complementada com início de prova material (art. 144 do RPS); **C:** incorreta. A justificação é expressamente vedada nesse caso (art. 142, § 1º, do RPS); **D:** correta, nos termos do art. 147 do RPS; **E:** incorreta. Nos termos do art. 151 do RPS, somente será admitida a justificação administrativa se não houver outro meio de provar a verdade do fato alegado.
Gabarito "D"

(Magistratura Federal – 5ª Região – 2009 – CESPE) No que se refere às questões previdenciárias atinentes aos juizados especiais federais e à jurisprudência aplicável à espécie, assinale a opção correta.

(A) É vedada a cumulação do recebimento de pensão por morte de trabalhador rural com o de benefício de aposentadoria por invalidez.
(B) Exceto para efeito de carência, o tempo de serviço de segurados trabalhadores rurais anterior ao advento da Lei n.º 8.213/1991, sem o recolhimento de contribuições previdenciárias, pode ser considerado para a concessão de benefício previdenciário do RGPS.
(C) Em respeito ao critério objetivo, o simples fato de um imóvel ser superior a um módulo rural afasta a qualificação do proprietário desse imóvel como segurado especial, ainda que ele o explore em regime de economia familiar.
(D) Para fins de competência, o simples fato de a demanda ter sido ajuizada no juizado especial federal presume a renúncia tácita dos valores excedentes à quantia de sessenta salários mínimos.
(E) A justificação judicial destinada a instruir pedido perante órgãos da União deve ser processada e julgada perante juizado especial federal da capital do estado quando a comarca não for sede de vara federal.

A: incorreta, pois não há vedação à cumulação de uma aposentadoria com uma pensão – art. 124 do PBPS; **B:** correta, pois, nos termos da Súmula 24 da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais – TNU, o tempo de serviço do segurado trabalhador rural anterior ao advento da Lei 8.213/1991, sem o recolhimento de contribuições previdenciárias, pode ser considerado para a concessão de benefício previdenciário do RGPS, exceto para efeito de carência, conforme a regra do art. 55, § 2º, da Lei 8.213/1991; **C:** incorreta, pois o critério objetivo relacionado ao imóvel corresponde ao limite de até 4 módulos fiscais para a área explorada pelo produtor agropecuário – art. 11, VII, *a*, 1, do PBPS; **D:** incorreta, pois a renúncia ao valor excedente deve ser expressa, para que se fixe a competência do Juizado Especial Federal – ver STJ, CC 86.398/RJ; **E:** incorreta, pois compete à Justiça Estadual processar e julgar ação de justificação judicial para fins de habilitação de benefício previdenciário na hipótese em que o domicílio da justificante não for sede de Vara do Juízo Federal – ver CC 25.529/RJ e Súmula 32 do STJ. Ademais, quanto à ação de justificação para reconhecimento de união estável, há precedentes no sentido de que a competência é da Justiça Estadual, ainda que o intuito seja instruir pedido perante órgão federal – ver STJ, CC 48.127/SP.
Gabarito "B"

7. TEMAS COMBINADOS

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Em relação ao custeio da seguridade social, assinale a opção correta.

(A) O contribuinte individual que pretenda contar como tempo de contribuição, para fins de obtenção de benefício no RGPS ou de contagem recíproca do tempo de contribuição, período de atividade remunerada alcançada pela decadência deverá indenizar o INSS.
(B) O direito da seguridade social de apurar e constituir seus créditos extingue-se após dez anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído.
(C) Por se inserir na hipótese constitucional de competência residual da União, a instituição de contribuição para o seguro de acidente do trabalho dar-se-á por lei complementar.
(D) Segundo a jurisprudência do STF, norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade.
(E) Nas ações trabalhistas de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência de contribuição previdenciária, as sentenças judiciais ou os acordos homologados em que não figurarem, discriminadamente, as parcelas legais relativas às contribuições sociais só poderão ser exigidas em nova ação judicial autônoma a ser ajuizada pela fazenda nacional.

A: assertiva correta, pois o tempo de serviço só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios e multa – art. 96, IV, do PBPS; **B:** incorreta, pois o prazo decadencial para lançar e o prazo prescricional para cobrar contribuições sociais são de 5 anos cada, conforme a Súmula Vinculante 8/STF; **C:** assertiva incorreta. Somente a União pode instituir contribuições sociais em geral (art. 149, *caput*, da CF), de modo que não é exato falar em competência residual. De qualquer forma, o risco de acidente do trabalho deve ser atendido pelo RGPS, concorrentemente com o setor privado, na forma da lei – art. 201, § 10, da CF, o que é custeado primordialmente pelas receitas ordinárias da previdência social – por exemplo, ver art. 25, II, do Plano de Custeio da Seguridade Social – PCSS (Lei 8.212/1991). Interessante ressaltar que o seguro contra acidente do trabalho fica a cargo do empregador, nos termos do art. 7º, XXVIII, da CF; **D:** incorreta, pois a alteração do prazo de pagamento de tributos não se sujeita ao princípio da anterioridade – Súmula 669/STF; **E:** incorreta, pois compete ao juiz do trabalho executar, de ofício, as contribuições patronais e dos segurados (art. 195, I, *a*, e II, da CF) decorrentes das sentenças que proferir – art. 114, VIII, da CF.
Gabarito "A"

(Procurador de Contas TCE/ES – CESPE – 2009) Considere que, em fiscalização acerca da regularidade fiscal de determinada empresa em liquidação judicial, o liquidante tenha deixado de exibir, sem justificativa plausível, às autoridades do fisco alguns livros relacionados às contribuições previdenciárias. Nessa situação,

(A) o ordenamento jurídico protege com o sigilo os livros comerciais, devendo a autoridade fiscal buscar outros meios probatórios para embasar o lançamento.
(B) deverá a autoridade fiscal buscar autorização judicial para efetuar a busca e apreensão da documentação que entenda pertinentes ao ato.
(C) cabe ao juiz que estiver conduzindo o processo de liquidação deferir ou não o acesso das autoridades fiscais aos livros comerciais.
(D) não poderá ocorrer o lançamento fiscal dos valores relacionados às contribuições previdenciárias enquanto não for finalizado o procedimento de liquidação judicial.
(E) a Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá lançar de ofício a importância devida.

A: incorreta, pois não têm efeitos, contra a fiscalização tributária, quaisquer disposições legais que tratem do sigilo dos livros comerciais – art. 195 do CTN e art. 1.193 do CC; **B** e **C:** incorretas, pois o fisco tem o poder de apreender a documentação fiscal relativa à fiscalização em curso, independentemente de autorização judicial (art. 195 do CTN), podendo, conforme o caso, solicitar auxílio policial – art. 200 do CTN. É importante ressaltar, entretanto, que o STF tem entendimento no sentido de que a inviolabilidade da casa (art. 5º, XI, da CF) abrange as áreas não abertas ao público nos escritórios e estabelecimentos empresariais, de modo que, caso os livros e documentos lá se encontrem, será necessária autorização judicial – ver HC 93.050/RJ-STF; **D:** incorreta, pois a autoridade fiscal não se sujeita ao procedimento de liquidação judicial, no que se refere ao poder-dever de lançar o tributo; **E:** essa é a assertiva correta, conforme o comentário feito às alternativas anteriores.
Gabarito "E"

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) Acerca dos princípios e das regras de custeio da seguridade social, assinale a opção correta.

(A) Ressalvadas as situações excepcionais de força maior devidamente comprovadas, nenhum benefício ou serviço

pode ser instituído, majorado ou estendido a categorias de segurados sem a correspondente fonte de custeio.

(B) As contribuições sociais apenas são exigíveis depois de transcorridos noventa dias da vigência da lei que as tenha instituído ou majorado.

(C) O regime de solidariedade social é garantido pela cobrança compulsória de contribuições sociais, exigidas apenas de indivíduos segurados, bem como de pessoas jurídicas.

(D) O princípio do orçamento diferenciado impede que o orçamento da seguridade social seja confundido com o da União, a qual, todavia, em caráter excepcional, está autorizada a lançar mão de parte dos recursos destinados à seguridade social, mediante prévia autorização do Senado Federal.

(E) As contribuições sociais incidem sobre as aposentadorias e pensões concedidas no RGPS.

A: incorreta. Nem mesmo situações excepcionais podem afastar a incidência da regra da previsão da fonte de custeio, porque não há qualquer menção nesse sentido no art. 195, § 5º, da CF; **B:** correta, nos termos do art. 195, § 6º, da CF. As contribuições sociais, mesmo sendo tributos, escapam à obrigatoriedade da anterioridade anual, mas devem respeito à noventena; **C:** incorreta. Além dos segurados e das empresas, são também contribuintes da seguridade social os importadores e aqueles que exploram concursos de prognósticos; **D:** incorreta. Não há qualquer previsão constitucional nesse sentido. Muito ao contrário, a depender da fonte da receita, ela estará vinculada ao pagamento de benefícios previdenciários (art. 167, IX, da CF, por exemplo); **E:** incorreta. Trata-se de hipótese de imunidade às contribuições sociais prevista no art. 195, § 7º, da CF.

Gabarito "B"

30. Direito Internacional Público e Privado

Renan Flumian

1. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1.1. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO – TEORIA, FUNDAMENTOS E FONTES

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Ao longo da história, empregaram-se diversas denominações para designar o Direito Internacional. Os romanos utilizavam a expressão ius gentium (direito das gentes ou direito dos povos). Entretanto, pode-se afirmar que foi na Europa Ocidental do século XVI que o Direito Internacional surgiu nas suas bases modernas. A Paz de Vestfália (1648) é considerada o marco do início do Direito Internacional, ao viabilizar a independência de diversos estados europeus. O Direito Internacional Público surgiu com o Estado Moderno. Quando da formação da Corte Internacional de Justiça, após a II Guerra Mundial, indagou-se quais seriam as normas que poderiam instrumentalizar o exercício da jurisdição internacional (fontes do Direito Internacional Público). Assim, o Estatuto da Corte Internacional de Haia, no art. 38, arrolou as fontes das normas internacionais. Com relação ao Direito Internacional, julgue os itens a seguir.

(1) Os tratados internacionais constituem importante fonte escrita do Direito Internacional, a qual vale para toda a comunidade internacional, tenha havido ou não a participação de todos os países nesses tratados.

(2) O elemento objetivo que caracteriza o costume internacional é a prática reiterada, não havendo necessidade de que o respeito a ela seja uma prática necessária (*opinio juris necessitatis*).

1: errada. Um tratado só obriga as partes pactuantes (art. 35 da Convenção de Viena sobre Tratados). Tal princípio decorre da soberania dos estados e da autonomia da vontade. Aplica-se igualmente às organizações internacionais. E no caso de criação de direitos em favor de terceiros, é imperioso o respectivo consentimento, embora, nesse caso, possa ser tácito (art. 36 da Convenção de Viena sobre Tratados). Este princípio pode ser excepcionado, pois o artigo 38 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados defende que regras de um tratado podem tornar-se obrigatórias para terceiros estados quando se transformarem em costume internacional; **2:** errada. O costume internacional tem um elemento material ou objetivo, que é a prática reiterada em face de determinada situação. Mas isso não é suficiente para configurar o costume como fonte do direito internacional, pois há também o elemento subjetivo ou psicológico, que é a convicção de que essa prática é necessária, justa e correta (*opinio juris*).

Gabarito 1E, 2E

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) Em relação a atos unilaterais, assinale a opção correta.

(A) São aplicados pela Corte Internacional de Justiça como fontes do direito internacional, conforme disposto em seu estatuto.

(B) Criam apenas obrigações morais para os Estados.

(C) Esses atos são conhecidos também como *estoppel*.

(D) Comissão de Direito Internacional da ONU se dedicou a estudar tais atos.

(E) O Estado brasileiro mantém-se em oposição persistente ao costume que prescreve a existência desses atos.

Os atos unilaterais dos Estados não têm por base tratado ou costume prévios, mas sim a vontade estatal discricionária. Ao longo da história, tal expediente serviu de mecanismo para a criação de normas internacionais, ou seja, a criação de direitos e deveres desse Estado perante a sociedade internacional. Exemplo disso é a declaração, em 1945, do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, que indicava a jurisdição de seu país sobre a Plataforma Continental, o que logo após converteu-se em prática generalizada e deu origem a uma nova regra na seara do direito do mar. Outro exemplo é a abertura do rio Amazonas à navegação em 1866. Existem duas condições para que o ato unilateral de um Estado possa gerar direitos e obrigações na comunidade internacional, são elas: o ato unilateral deve ser público e o Estado deve ter a intenção de se obrigar pelo ato unilateral produzido (princípio de *estoppel*). Por fim, deve-se afirmar que a Comissão de Direito Internacional da ONU empreendeu inúmeros estudos sobre os atos unilaterais.

Gabarito "D"

Segue tabela para consolidar o assunto fontes do Direito Internacional Público.

FONTES	CARACTERÍSTICAS	OBSERVAÇÕES
Tratados /Convenções*	• Acordo formal destinado a produzir efeitos jurídicos • Forma escrita • Celebrados por pessoas jurídicas do direito internacional (Estados ou Organizações Internacionais) • Podem ser bilateral ou multilateral	• Convenção de Viena sobre Tratados de 1969
Costumes*	• Prática reiterada – elemento objetivo • Convicção quanto à obrigatoriedade da prática (opinio juris) – elemento subjetivo • Generalidade da prática	• Julgamento do caso da Plataforma Continental do Mar do Norte em 1969 – CIJ
Princípios Gerais do Direito*	• Axiomas valorativos • Valores compartilhados pela comunidade internacional • Forte grau de abstração e generalidade	Exemplos: • Princípio da não agressão; da solução pacífica de litígios; obrigações internacionais; igualdade soberana entre Estados; *res iudicata; pact sunt servanda*

Jurisprudência* **	• Decisões reiteradas • Proferida por órgãos internacionais de solução de controvérsias • Deliberações no mesmo sentido	Exemplos de Cortes que podem gerar jurisprudência: • CIJ (Corte Internacional de Justiça) • TPI (Tribunal Penal Internacional) • CIDH (Corte Internacional de Direitos Humanos)
Doutrina* **	• Estudos de especialistas em Direito Internacional	
Decisões de Organizações Internacionais	• Atos emanados de organizações internacionais (resoluções, recomendações, pareceres, decisões, regulamentos etc.) • Podem ser facultativas ou obrigatórias	
Atos Unilaterais de Estado	• Vontade unilateral do Estado, sem consulta a outros • Prática generalizada • Expressos ou tácitos	• 1945: Ato unilateral do Presidente dos EUA Harry Truman que indicava a jurisdição dos EUA sobre a Plataforma Continental

* Constam no rol de fontes do **artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça** (CIJ).

** Considerados meios auxiliares da determinação da regra jurídica (RESEK, Francisco)

1.2. TRATADO – TEORIA GERAL

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) O chefe de missão diplomática do país A no país B, por cerca de dois anos, negociou um tratado bilateral entre os dois Estados. Pouco antes de um novo governo assumir o poder no país B, o texto desse tratado foi adotado. Agora, o país B alega que o chefe da missão diplomática de A não possuía competência para tal ato. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O argumento de B é correto, pois o chefe da missão diplomática de A necessitava de plenos poderes.
(B) O argumento de B é correto, pois a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados prescreve que qualquer novo governo pode contestar a competência para concluir tratados.
(C) O argumento de B é incorreto, pois a competência para concluir tratados somente pode ser contestada em tratados multilaterais.
(D) O argumento de B é incorreto, pois chefes de missões diplomáticas podem adotar textos, assinar e ratificar quaisquer tratados entre o Estado acreditante e o Estado acreditado sem a necessidade de apresentação de plenos poderes.
(E) O argumento de B é incorreto, pois chefes de missões diplomáticas podem adotar o texto de um tratado entre o Estado acreditante e o Estado acreditado sem a necessidade de apresentação de plenos poderes.

Os representantes dos estados estarão aptos para proceder à assinatura de tratados desde que apresentem *plenos poderes* para tanto. A carta de plenos poderes é firmada pelo chefe de estado ou pelo ministro das relações exteriores. Cabe lembrar que a apresentação de plenos poderes é dispensada quando tratar-se de chefes de estado ou de governo, ministros das relações exteriores e chefes de missão diplomática.

Gabarito "E"

1.2.1. EXPRESSÃO DO CONSENTIMENTO

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE) Considere que os Estados A, B e C tenham assinado um tratado sobre cooperação em matéria científica. No tratado constava cláusula segundo a qual o instrumento somente entraria em vigor quando todos os Estados signatários o ratificassem. Os Estados A e B ratificaram-no, mas o Estado C, não. Nessa situação, os Estados A e B

(A) podem cobrar do Estado C a ratificação do tratado.
(B) podem cobrar do Estado C que respeite o preâmbulo do tratado.
(C) podem cobrar do Estado C que não frustre o objeto e a finalidade do tratado.
(D) podem exigir do Estado C que transforme o tratado em lei interna antes de ratificá-lo.
(E) não podem cobrar do Estado C nenhuma obrigação, pois este goza de autonomia absoluta nessa questão.

O artigo 18 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969 prevê a obrigação de o Estado não frustrar o objeto e a finalidade de um tratado antes de sua entrada em vigor, de modo que a assertiva em C é a correta. Em seus estritos termos, o Estado é obrigado a abster-se da prática de atos que frustrariam o objeto e a finalidade de um tratado, quando (i) tiver assinado ou trocado instrumentos constitutivos do tratado, sob reserva de ratificação, aceitação ou aprovação, enquanto não tiver manifestado sua intenção de não se tornar parte no tratado; ou (ii) tiver expressado seu consentimento em obrigar-se pelo tratado no período que precede a entrada em vigor do tratado e com a condição de esta não ser indevidamente retardada.

Gabarito "C"

1.2.1.1. RESERVA

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE) Um Estado pretende ratificar um tratado, mas, para fazê-lo, almeja adaptar alguns de seus dispositivos à interpretação que seus tribunais internos dão a determinado direito contido no tratado. Nessa situação, o instrumento mais adequado a ser utilizado por esse Estado é

(A) a denúncia.
(B) a cláusula *rebus sic stantibus*.
(C) a suspensão.
(D) o *jus cogens*.
(E) a reserva.

A reserva é um condicionante do consentimento. Ou seja, é a declaração unilateral do Estado aceitando o tratado, mas sob a condição de que certas disposições não valerão para ele. A reserva pode aparecer tanto no momento da assinatura do tratado como no da ratificação ou da adesão, momento em que o Congresso Nacional pode fazer ressalvas sobre o texto do tratado e até mesmo desabonar as reservas feitas por ocasião da assinatura do tratado. No primeiro caso, as ressalvas serão traduzidas em reservas no momento da ratificação pelo presidente da República e, no segundo caso, o presidente da República fica impedido de confirmar as reservas previamente feitas. E por razões óbvias, a reserva é fenômeno incidente sobre os tratados multilaterais. Cabe ressaltar que, de acordo com a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, um tratado pode proibir expressamente a formulação de reservas[1] (artigo 19, *a*, da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados) e que, se ele nada dispuser sobre o assunto, entende-se que as reservas a um tratado internacional são possíveis, a não ser que sejam incompatíveis com seu objeto e sua finalidade (artigo 19, *c*, da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados). Por fim, a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados também traz um conceito de reserva no seu artigo 2, parágrafo 1, *d*: "(...) 'reserva'

1 O Tribunal Penal Internacional (TPI) foi constituído na Conferência de Roma, em 17 de julho de 1998, onde se aprovou o Estatuto de Roma - tratado que não admite a apresentação de reservas.

significa uma declaração unilateral, qualquer que seja a sua redação ou denominação, feita por um Estado ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, ou a ele aderir, com o objetivo de excluir ou modificar o efeito jurídico de certas disposições do tratado em sua aplicação a esse Estado".

Gabarito "E"

1.2.2. TRATADOS NO BRASIL

(Magistratura Federal – 5ª Região – 2009 – CESPE) Considerando a jurisprudência atual do STF, assinale a opção correta quanto à relação entre tratado e norma de direito interno.

(A) O STF apregoa o primado do direito internacional em face do ordenamento nacional brasileiro.
(B) Tratados e convenções guardam estrita relação de paridade normativa com as leis delegadas editadas pelo Poder Executivo.
(C) Há sempre a primazia dos tratados internacionais de comércio exterior sobre as normas internas aduaneiras.
(D) O Decreto-lei n.º 911/1969, que permite a prisão civil do devedor-fiduciante, foi revogado pelo Pacto de San José da Costa Rica.
(E) Para decidir conflito entre tratado e norma de direito interno, além do critério da *lex posterior derogat priori*, o STF aplica, ainda, um outro, qual seja, o da *lex posterior generalis non derogat legi priori speciali*.

Depois de internalizado, o tratado é equiparado hierarquicamente à norma ordinária infraconstitucional.[2] Assim, as normas infraconstitucionais preexistentes ao tratado serão derrogadas quando com ele colidirem (critério cronológico) ou quando forem gerais e os tratados forem especiais (critério da especialidade). Percebe-se que por se tratar de normas de mesma hierarquia (o tratado e a lei interna), em caso de conflito deve-se utilizar os critérios de solução de antinomias aparentes. Por outro lado, é muito defendida a tese que confere prevalência ao tratado sobre a lei interna (especialmente com supedâneo nos artigos 27 e 46 da Convenção de Viena sobre Direitos dos Tratados), apesar de o tema não ser pacífico, em matéria tributária adotou-se expressamente a prevalência do tratado sobre o direito interno (artigo 98 do Código Tributário Nacional – CTN), determinando que a legislação tributária posterior ao tratado lhe deve obediência.

Gabarito "E"

1.3. ESTADO – SOBERANIA E TERRITÓRIO

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) A respeito do princípio do *uti possidetis* é correto afirmar que

(A) foi aplicado apenas no processo de descolonização da Ásia.
(B) não impede que se regulamentem fronteiras por meio de tratado.
(C) está presente em tratados internacionais, mas a Corte Internacional de Justiça nunca se referiu a ele.
(D) não se aplica a casos de disputas de fronteiras quando estas forem definidas por rios.
(E) é típica norma *jus cogens*.

Em poucas palavras, o princípio *uti possidetis* significa a posse real e efetiva sobre determinada área, o que autoriza sua junção ao domínio terrestre controlado pela soberania do estado. Já o *uti possidetis juris* prescinde de ocupação efetiva, ficando a análise somente nos aspectos jurídicos. O princípio *uti possidetis* foi muito utilizado para a determinação dos limites territoriais do Brasil,[3] em contrapartida ao clamor dos governos hispano-americanos que utilizavam o princípio *uti possidetis juris* para resolver suas contendas demarcatórias. E é lógico que o princípio *uti possidetis* não impossibilita a regulamentação das fronteiras por tratado, até porque trata-se de um critério para determinação das fronteiras (como o é o *uti possidetis juris*) e uma vez regulamentada as fronteiras passa-se a etapa de formalização do acordado via tratado. Portanto, o tratado é apenas uma autenticação da regra escolhida (tanto o *uti possidetis* como o *uti possidetis juris*) para determinação das fronteiras.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.3) No âmbito do direito internacional, a soberania, importante característica do palco internacional, significa a possibilidade de

(A) celebração de tratados sobre direitos humanos com o consentimento do Tribunal Penal Permanente.
(B) igualdade entre os países, independentemente de sua dimensão ou importância econômica mundial.
(C) um Estado impor-se sobre outro.
(D) a Organização da Nações Unidas dominar a legislação dos Estados participantes.

Soberania é o poder exclusivo que o Estado, representado geralmente pelo governo, detém de constituir direitos e impor deveres sobre um grupo de pessoas conjugadas num espaço terrestre delimitado pela jurisdição deste mesmo Estado. Este seria o âmbito interno da soberania, e como **âmbito externo pode-se indicar a condição de igualdade que todos os Estados possuem na comunidade internacional**.

Gabarito "B"

1.3.1. DOMÍNIO MARÍTIMO – CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DIREITO DO MAR

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) No Brasil, a exploração de petróleo na chamada camada pré-sal vincula-se a importantes noções do direito do mar. O domínio marítimo de um país abrange as águas internas, o mar territorial, a zona contígua entre o mar territorial e o alto-mar, a zona econômica exclusiva, entre outros. A respeito do direito do mar, do direito internacional da navegação marítima e do direito internacional ambiental, julgue os próximos itens.

(1) Na zona econômica exclusiva (ZEE), os Estados estrangeiros não podem usufruir da liberdade de navegação nem nela instalar cabos e oleodutos submarinos.
(2) Segundo a Convenção de Montego Bay, Estados sem litoral podem usufruir do direito de acesso ao mar pelo território dos Estados vizinhos que tenham litoral.

1: errada, pois todos os outros Estados gozam, na zona econômica exclusiva, das liberdades de navegação e sobrevoo e de colocação de cabos e dutos submarinos, bem como de outros usos do mar internacionalmente lícitos, relacionados com as referidas liberdades, tais como os ligados à operação de navios, aeronaves, cabos e dutos submarinos e compatíveis com as demais disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 (art. 58, § 1º); **2:** certa, pois em consonância com o texto do art. 125 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982.

Gabarito 1E, 2C

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) O direito de visita de navios de guerra em alto-mar pode ser exercido quando, nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, haja motivo razoável para suspeitar que um navio em alto-mar

(A) instale ilhas artificiais.
(B) exerça atividade terrorista.
(C) não tenha nacionalidade.
(D) pesque espécies em extinção.
(E) conduza investigação científica sem autorização.

A única assertiva que cuida de um motivo razoável para justificar o direito de visita é a "C". Essa assertiva reproduz o disposto no artigo 110.º, ponto 1, *d*, da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar.

Gabarito "C"

2 Conforme a ADI-MC 1.480/DF.

3 Desde o início do séc. XVIII, a extensão geográfica da Colônia nada mais tinha a ver com a incerta linha de Tordesilhas. Restava fazer conhecer de direito as novas fronteiras, uma questão a ser definida com a Espanha. Isso ocorreu através do Tratado de Madrid, entre as coroas portuguesas e espanhola, onde se reconheceu o princípio do uti possidetis, beneficiando os portugueses (Fausto, Boris. **História Concisa do Brasil**, Ed. USP, págs. 74/75).

1.3.2. IMUNIDADES – DIPLOMÁTICA, CONSULAR, DE JURISDIÇÃO E DE EXECUÇÃO

(Diplomacia - 2009 - CESPE) Nascida na ambiência político-jurídica da América Latina do século XIX, a possibilidade de concessão de asilo político é comumente acolhida como garantia facultada pelo Estado Democrático de Direito. Acerca dessa garantia no ordenamento jurídico brasileiro, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Questões pertinentes à concessão de asilo político não podem ser reguladas em medida provisória.
(2) O instituto jurídico do asilo político tem natureza constitucional e está inserido como direito e garantia fundamental, nos termos do art. 5.º da Lei Maior.
(3) O instituto jurídico do asilo político figura entre os princípios constitucionais que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.
(4) O instituto jurídico do asilo político tem natureza infraconstitucional e está positivado, com exclusividade e especialidade, em legislação ordinária.

O asilo territorial é o acolhimento pelo Estado, em seu território, de estrangeiro perseguido no seu país por causa de dissidência política, de delitos de opinião ou por crimes que, relacionados com a segurança do país, não configurem infração penal comum. O direito do Estado de conceder asilo tem fundamento em sua soberania e deve ser respeitado pelos outros Estados. Deve-se lembrar, ainda, que o Estado asilante tem o direito de negar o asilo por motivos de segurança nacional. Esse tipo de asilo é concedido pelo chefe de Estado. Já o asilo diplomático é o acolhimento pelo Estado, em sua representação diplomática, do estrangeiro que busca proteção. O asilo diplomático é considerado uma forma provisória do asilo territorial; todavia, não assegura automaticamente sua concessão, a qual terá de ser processada para que se examine o devido preenchimento de certas condições. Essa modalidade de asilo tem grande aceitação na América Latina, sobretudo em função de seu passado de instabilidade política. Os pressupostos do asilo diplomático são, em última análise, os mesmos do asilo territorial, isto é, a natureza política dos delitos atribuídos ao perseguido e a contemporaneidade da persecução. Por fim, os locais onde esse asilo pode ocorrer são as missões diplomáticas – não as repartições consulares – e, por extensão, os imóveis residenciais cobertos pela inviolabilidade nos termos da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, assim como, conforme costume, os navios de guerra porventura acostados ao litoral.
1: Certo. O art. 62 da CF regula a possibilidade de o Presidente da República usar medida provisória com força de lei em caso de relevância e urgência, e o §1º, I, do artigo 62 lista as matérias que não podem ser reguladas por medida provisória. Em relação à assertiva da questão, o Presidente da República não poderá regular a concessão de asilo político via medida provisória por expressa vedação do art. 62, §1º, I, *a*, da CF;
2: Errado. O instituto jurídico do asilo político tem natureza constitucional e é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil (art. 4º, X, da CF). Os outros princípios são: a) independência nacional; b) prevalência dos direitos humanos; c) autodeterminação dos povos; d) não intervenção; e) igualdade entre os Estados; f) defesa da paz; g) solução pacífica dos conflitos; h) repúdio ao terrorismo e ao racismo; e i) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Por fim, deve-se notar que o instituto jurídico do asilo político não está insculpido no artigo 5º da CF;
3: Certo (Reler o comentário sobre a assertiva anterior);
4: Errado. (Reler o comentário sobre a assertiva 2).
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) À luz da Convenção de Viena, assinale a opção correta acerca das relações diplomáticas.

(A) Os locais da missão diplomática são invioláveis, exceto em caso de calamidades.
(B) O Estado acreditado tem o dever de doar os locais destinados à missão diplomática.
(C) A residência particular do agente diplomático tem proteção diferenciada dos locais da missão diplomática.
(D) Em caso de conflito armado, os locais da missão diplomática devem ser protegidos pelo Estado acreditado.
(E) Os arquivos e os documentos da missão diplomática são invioláveis, exceto em caso de fundada desconfiança em relação ao Estado suspeito de atividade ilícita.

No âmbito da missão diplomática, tanto os membros do quadro diplomático de carreira quanto os membros do quadro administrativo e técnico gozam de ampla imunidade de jurisdição penal, civil e administrativa, esta última sendo a mais mitigada, que se estende aos membros da família quando estes vivam sob sua dependência e tenham sido incluídos na lista diplomática. São, ademais, fisicamente invioláveis e em caso algum podem ser obrigados a depor como testemunhas. Reveste-os, além disso, a imunidade tributária. São também fisicamente invioláveis os locais da missão diplomática com todos os bens ali situados, assim como os locais residenciais utilizados pelo quadro diplomático e pelo quadro administrativo e técnico para fins da missão e por conta do Estado acreditante – salvo o imóvel privado. Esses imóveis, e os valores mobiliários neles encontráveis, não podem ser objeto de busca, requisição, penhora ou medida qualquer de execução (imunidade de execução). Os arquivos e os documentos da missão diplomática são invioláveis onde quer que estejam. Nesse sentido é o artigo 22, ponto 2, da Convenção de Viena sobre Imunidades Diplomáticas (Decreto nº 56.435/1965), pois determina que o Estado acreditado (o que recebe o agente diplomático ou consular) tem a obrigação especial de adotar todas as medidas apropriadas para proteger os locais da missão contra qualquer dano e evitar perturbações à sua tranquilidade ou ofensas à sua dignidade. Em que pesem as imunidades diplomáticas, o Estado acreditado poderá a qualquer momento, e sem ser obrigado a justificar sua decisão, notificar o Estado acreditante de que o chefe da missão ou qualquer membro do pessoal diplomático da missão é *persona non grata* ou que outro membro do pessoal da missão não é aceitável. O Estado acreditante, conforme o caso, retirará a pessoa em questão ou dará por terminadas suas funções na missão. Uma pessoa pode ser declarada *non grata* ou não aceitável mesmo antes de chegar ao território do Estado acreditado (artigo 9º, ponto 1, da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas – Decreto nº 56.435/1965). Também é possível que o Estado acreditado não conceda o *agrément*. *Agrément* é o ato por meio do qual o Estado acreditado manifesta sua concordância com a nomeação de um agente diplomático por parte do Estado acreditante. Ademais, o Estado acreditado não precisa dar os motivos da recusa do *agrément* (artigo 4º, ponto 2, da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas – Decreto nº 56.435/1965).
A: incorreta, pois não existe a citada exceção; **B:** incorreta, pois não existe o citado dever; **C:** incorreta, pois tem o mesmo tratamento; **D:** correta, pois, de fato, o Estado acreditado possui dita responsabilidade; **E:** incorreta, pois não existe a citada exceção.
Gabarito "D"

1.3.3. EXCLUSÃO DO ESTRANGEIRO E VISTOS

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE) A medida que, para ser adotada contra estrangeiros, exige promulgação e publicação de decreto presidencial para ser efetivada (Lei n.º 6.815/1980) é

(A) a deportação.
(B) a expulsão.
(C) a extradição.
(D) o cancelamento de *laissez-passer*.
(E) o banimento.

Nos termos do artigo 66 do Estatuto do Estrangeiro, cabe exclusivamente ao Presidente da República resolver sobre a conveniência e a oportunidade da expulsão de estrangeiro, o que será feito por meio de decreto presidencial.
Gabarito "B"

1.4. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS – TEORIA GERAL

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta acerca das organizações internacionais.

(A) Podem ser membros dessas organizações apenas Estados.
(B) Suas imunidades de jurisdição e execução têm base no direito costumeiro.
(C) Sua capacidade para celebrar tratados é inerente a sua personalidade no direito internacional.

(D) Não podem ser responsabilizadas diretamente por seus atos.

(E) Estados que não sejam membros de determinada organização internacional podem opor-se à personalidade internacional dessa organização.

A: incorreta. As organizações internacionais (OIs) são constituídas pela vontade coletiva dos Estados ou por outras organizações internacionais, entre elas ou com Estados, e possuem personalidade jurídica de direito internacional; **B:** incorreta. As OIs também gozam de privilégios e imunidades, tal como os Estados. Todavia, enquanto os Estados possuem tais privilégios com fundamento no princípio da reciprocidade, as OIs e seus funcionários os têm como condição para o desempenho, com plena liberdade, das funções determinadas no seu Estatuto. Geralmente, os privilégios e as imunidades são disciplinados no denominado *acordo de sede*, concluído com o Estado ou Estados--hospedeiros. Neste(s) Estado(s) funcionará(ão) a sede da OI e seus centros de atividade. Um acordo de sede conhecido foi o firmado entre os EUA e a ONU em 1947. Sobre a matéria, é importante apontar que os privilégios e as imunidades das OIs e dos seus agentes somente são válidas nos Estados-membros. Todavia, os privilégios e as imunidades da ONU são válidas perante qualquer país, mesmo os não membros. Os privilégios e as imunidades de que as OIs podem beneficiar revestem natureza e extensão diversas e isto em função da natureza de cada OI e de suas correlatas competências. Mas, de um modo geral, podemos listar como imunidades e privilégios das OIs e seus agentes, os seguintes: **a)** imunidade de jurisdição;[4] **b)** inviolabilidade dos locais de atividade da organização internacional e o correspondente direito de assegurar a proteção desses locais; **c)** inviolabilidade de todos os bens da OI (não passíveis de requisição, confisco ou expropriação); **d)** garantia de livre comunicação com o exterior; **e)** inviolabilidade dos arquivos em qualquer circunstância e onde quer que se encontrem; e **f)** imunidades fiscais; **C:** incorreta. A personalidade jurídica internacional dos Estados, que é plena, e a personalidade jurídica internacional das organizações internacionais, que é de certa forma limitada. A limitação ocorre em função do reconhecimento da personalidade jurídica estar umbilicalmente associado aos objetivos perseguidos pela OI. Dito de outro modo, a personalidade jurídica internacional das OIs é um atributo instrumental à prossecução dos objetivos sobre os quais têm competência para realizar. Ou seja, a limitação ocorre em função de seus objetivos. Já os Estados têm personalidade jurídica internacional *de per si*; **D:** incorreta, já que a personalidade própria de determinada organização internacional implica possibilidade de responsabilidade direta por seus atos; **E:** correta. As OIs possuem personalidade jurídica e esta pode ser dividida em interna e internacional. A interna aparece em relação aos seus Estados-membros e aos Estados-hospedeiros. Já a internacional está relacionada aos direitos, obrigações e prerrogativas em relação aos outros sujeitos de direito internacional. A questão que suscita mais dúvidas é aquela referente à oponibilidade da personalidade jurídica internacional da OI em relação aos outros sujeitos de direito internacional. Ainda não existe um consenso em relação a todas OIs, mas pode-se afirmar, por exemplo, que a ONU e suas organizações especializadas ("constelação onusiana") têm personalidade jurídica internacional *erga omnes*, ou seja, extensível a todos os sujeitos de direito internacional, inclusive os Estados não membros. Tratando da personalidade jurídica internacional das OIs, de importância indiscutível mencionar o artigo 6º da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais: "A capacidade de uma organização internacional para celebrar tratados rege-se pelas regras dessa organização". Isto é, cada OI vai regular as características de sua personalidade jurídica. Todavia, cabe apontar que se o ato constitutivo de uma OI for omisso a esse respeito, isso não possibilitaria a contestação de sua personalidade jurídica (interna e internacional), pois a personalidade jurídica é um atributo de toda organização social (como a OI o é), pois sem ela não é possível agir em nome próprio no mundo do direito. Mas existe uma distinção entre a personalidade jurídica internacional dos Estados, que é plena, e a personalidade jurídica internacional das organizações internacionais, que é de certa forma limitada. A limitação ocorre em função do reconhecimento da personalidade jurídica estar umbilicalmente associado aos objetivos perseguidos pela OI. Dito de outro modo, a personalidade jurídica internacional das OIs é um atributo instrumental à prossecução dos objetivos sobre os quais têm competência para realizar. Ou seja, a limitação ocorre em função de seus objetivos. Já os Estados têm personalidade jurídica internacional *de per si*. E a personalidade jurídica internacional é fundamental para as OIs, pois, como dito, todas desempenham missões que implicam uma capacidade de ação autônoma nas relações internacionais, exercida a par ou mesmo à margem dos Estados-membros e, portanto, uma personalidade jurídica internacional distinta das destes. Ademais, o artigo 42 do CC assim dispõe: "São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público". Por fim e a título histórico, importante dizer que a personalidade jurídica das organizações internacionais foi reconhecida no parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça no caso *Folke de Bernadotte*:[5] "A Corte, em parecer consultivo de 11 de abril de 1949, deixa claro que em semelhante hipótese a própria organização sofre um dano em seus serviços, e à conta desse dano – que não se confunde com aqueles causados diretamente às vítimas e a seus sucessores – tem direito a uma reparação adequada. Transparece do texto a convicção de que, por igual, a organização, titular que é de personalidade jurídica distinta das de seus Estados componentes, pode acaso ser autora de um ilícito e sofrer as respectivas consequências. A responsabilidade internacional assim, pode envolver organizações internacionais tanto como autoras quanto como vítimas do ato ilícito segundo o direito das gentes".[6]

Gabarito "E"

1.4.1. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE) Considerando que a Assembleia Geral da ONU tenha solicitado parecer consultivo à Corte Internacional de Justiça a respeito da utilização de armas químicas em conflitos internacionais, assinale a opção correta.

(A) O parecer consultivo da Corte será obrigatório para todos os membros da ONU.

(B) Somente o Conselho de Segurança das Nações Unidas tem competência para solicitar parecer consultivo envolvendo conflitos internacionais.

(C) Parecer consultivo sobre a mesma temática pode ser solicitado diretamente por membro da ONU.

(D) Estados podem ser admitidos a comparecer no procedimento perante a Corte e apresentar exposições escritas e orais.

(E) O procedimento para apreciação de pareceres consultivos difere caso seja solicitado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Segurança.

A: incorreta, pois o parecer da Corte Internacional de Justiça – CIJ é consultivo, apenas, ou seja, não vinculante – artigo 96 da Carta da ONU e artigo 65 do Estatuto da CIJ; **B:** incorreta, pois a Assembleia Geral também poderá solicitar parecer consultivo da CIJ, sobre qualquer questão de ordem jurídica, assim como outros órgãos da ONU e entidades especializadas, que forem em qualquer época devidamente autorizados pela Assembleia Geral, sobre questões jurídicas surgidas dentro da esfera de suas atividades – artigo 96 da Carta da ONU; **C:** incorreta, pois os Estados-membros não podem solicitar, diretamente, parecer consultivo, conforme comentário sobre a alternativa "B"; **D:** correta, conforme o artigo 66, ponto 3, do Estatuto da CIJ; **E:** incorreta, pois não há essa distinção – artigos 65 a 68 do Estatuto da CIJ.

Gabarito "D"

1.5. SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) O fato de um Estado oferecer ajuda a outros dois Estados para resolver certa controvérsia, sem, contudo, interferir nas negociações, configura o meio de solução de controvérsias denominado

4 *Vide* RE 578543-MT/STF, rel. Min. Ellen Gracie.

5 Conde sueco e mediador da ONU na Palestina que, no exercício de suas funções, foi assassinado por extremistas israelenses em Jerusalém, em 1948.

6 REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público**. 11. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008. p. 269-270.

(A) mediação.
(B) conciliação.
(C) bons ofícios.
(D) inquérito.
(E) troca de notas.

A: incorreta. A mediação é um método de solução de controvérsias amistosa que envolve negociação entre os adversários, facilitada pela ação decisiva de um terceiro interessado. Decisiva porque o terceiro interessado propõe solução para a controvérsia. A escolha do mediador é feita em conjunto e por concordância dos adversários. O mediador recolhe informações sobre a disputa e os argumentos de cada parte para, ao final, confeccionar uma solução, a qual não obriga as partes; **B:** incorreta. A conciliação é um método de solução de controvérsias amistosa que envolve negociação entre os adversários, facilitada pela ação decisiva de um terceiro interessado. A conciliação é uma mistura de inquérito e mediação, pois engloba uma etapa de esclarecimento de fatos e outra de apresentação de solução para a controvérsia. Outra diferença com a mediação é o seu caráter mais formal. A conciliação toma corpo com a constituição da comissão de conciliadores, geralmente formada por três ou cinco pessoas, dentre as quais figuram representantes dos Estados em conflito e elementos neutros. A Comissão estabelecerá as regras que devem orientar o procedimento de conciliação. Percebe-se que seu exercício é coletivo, ou seja, não existe conciliador singular e as deliberações geralmente ocorrem por maioria. O relatório da comissão de conciliadores não é de todo obrigatório para as partes, mas existe certa expectativa sobre a sua aceitação. Por fim, é de suma importância apontar o Anexo Único da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, isto porque este traz a figura da conciliação obrigatória. Tal previsão já aparece em inúmeros tratados internacionais; **C:** correta. Bons ofícios é um método de solução de controvérsias amistosa que envolve negociação entre os adversários, facilitada pela ação instrumental de um terceiro interessado. Instrumental porque este terceiro interessado, o prestador de bons ofícios, não propõe solução para a controvérsia, apenas a facilita mediante a aproximação das partes. Fundamental saber que o prestador de bons ofícios pode ser um Estado, uma organização internacional ou até mesmo uma pessoa, desde que reúna prestígio e reputação, e depende da aquiescência dos contendores para atuar, sob pena de caracterizar intromissão indevida nos assuntos de outros Estados. Por fim, deve-se frisar que a prestação de bons ofícios se enquadra nas atribuições do Secretário-Geral da ONU. Um exemplo conhecido foi a oferta de bons ofícios do Secretário-Geral da ONU na crise dos mísseis em Cuba, em 1962; **D:** incorreta. Inquérito é um procedimento específico e preparatório de outro método de solução de controvérsias. Específico porque tem por função esclarecer a situação fática que ocasiona discordância e preparatório porque, como dito, antecede outros métodos (não só os meios diplomáticos) de solução pacífica de controvérsia internacional. Todavia, o inquérito pode constituir um método autônomo de investigação também, isto é, não necessariamente servir de etapa preparatória para outro método de solução de controvérsia internacional. O inquérito pode ser realizado por especialista ou por uma comissão de especialistas, o que é mais comum. Os membros desta comissão provêm geralmente de governos e organizações internacionais. Por fim, é importante frisar que a Assembleia Geral da ONU criou uma comissão de inquérito e conciliação para auxiliar na resolução de disputas que figurem Estados-membros ou órgãos onusianos; **E:** incorreta. Entendimento direto é um método de solução de controvérsias amistosa que envolve negociação entre os adversários, sem a presença de terceiros. O entendimento direto ocorre de maneira avulsa ou mediante utilização da comunicação diplomática já existente entre dois Estados. Materialmente, pode ser oral ou por meio de troca de notas entre chancelaria e embaixada.
Gabarito "C"

(Magistratura Federal – 2ª Região – 2009 – CESPE) O instrumento no qual as partes elegem a arbitragem internacional como forma de solução de possíveis litígios futuros caracteriza

(A) o compromisso arbitral.
(B) a qualificação prévia arbitral.
(C) a cláusula de eleição do foro.
(D) o reenvio prejudicial arbitral.
(E) a cláusula compromissória.

A assertiva dada como correta é a "E", porém, a assertiva "A" também pode ser considerada como correta. Vejamos o porquê. Arbitragem é o método de solução de controvérsias amistosa baseado na sentença arbitral confeccionada por árbitros escolhidos pelas partes. Antes de qualquer consideração, é fundamental frisar que a arbitragem é uma via jurisdicional, porém não judiciária, de solução pacífica de controvérsias internacionais. Como dito, os árbitros serão escolhidos pelas partes, que também descreverão a matéria conflituosa e determinarão o direito aplicável para o deslinde da disputa. Neste último caso, poderão permitir que os árbitros decidam *ex aequo et bono* (senso de justiça). Na prática, a base jurídica da arbitragem pode ser tanto a cláusula arbitral ou compromissória que figura no corpo de um tratado qualquer, como o compromisso arbitral prévio ou posterior ao conflito. Deve-se apontar que a estipulação da cláusula arbitral não dispensa a celebração do compromisso arbitral quando for necessário dispor sobre todos os aspectos necessários para a instalação e o bom funcionamento do tribunal arbitral. O compromisso arbitral é um tratado específico que vai regular todos os aspectos da arbitragem. Por exemplo, no compromisso ficam qualificadas as partes, estipulados os nomes dos árbitros e seus respectivos substitutos, determinado o objeto do litígio e o âmbito dos fatos controversos, como também as regras que regerão a instalação e o funcionamento do tribunal arbitral. Mais precisamente, os Estados escolhem um ou dois árbitros, os quais escolherão o presidente. Esses árbitros confeccionaram a sentença arbitral, que funciona como uma decisão jurídica, sendo obrigatória e definitiva. O fundamento dessa obrigatoriedade é o compromisso assumido pelas partes, onde se comprometeram em executar a sentença. Assim, em última análise, esse fundamento tem por base o princípio *pacta sunt servanda*. Mas o problema identificado é que a decisão arbitral tem que ser executada de boa-fé pelas partes, pois não existe a possibilidade de execução forçada, tal qual acontece no direito interno. Todavia, é importante esclarecer que o descumprimento da sentença arbitral configura ato ilícito internacional. Por fim, a sentença arbitral não é passível de recurso, ao menos que esteja previsto no compromisso arbitral e subordinado a descoberta de fatos novos, que não eram conhecidos na época em que a sentença arbitral foi proferida, que possam alterar a substância da decisão. Não obstante, é sempre possível que uma das partes entre com pedido de interpretação ou acuse de nulidade a sentença arbitral, desde que o árbitro incorra em falta grave, como, por exemplo, dolo, corrupção ou abuso ou desvio de poder.
Gabarito Oficial "E"/Gabarito nosso "NULO"

1.6. DIREITO COMUNITÁRIO E DA INTEGRAÇÃO

1.6.1. TEORIA GERAL

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) Pode-se fazer um paralelo entre a União Europeia e o MERCOSUL. Ambas as comunidades originam-se de processos de integração e buscam normatizar as suas relações por meio de um direito de integração. Entretanto, há enormes diferenças entre o direito regional do MERCOSUL e o direito comunitário europeu. Acerca desse tema, julgue os itens subsequentes, relativos ao direito de integração e ao MERCOSUL.

(1) O MERCOSUL garante, de forma semelhante à União Europeia, uma união econômica, monetária e política entre países.
(2) A adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados é um dos objetivos da criação do MERCOSUL.

1: errada. Os sistemas institucionais do Mercosul (união aduaneira) e da União Europeia (união econômica e monetária) são formal e materialmente muito distintos. Para clarificar este hiato vamos fazer algumas comparações: 1. *Finalidade Política*: a) União Europeia: projeto de integração política que utiliza mecanismos econômicos como instrumento para sua evolução; b) Mercosul: não visa uma integração política; c) balanço: na UE o mercado comum é o meio, já no Mercosul é a finalidade; 2. *Integração X Cooperação*: a) União Europeia: existe concessão de poderes soberanos dos estados para os órgãos de integração. Assim, ocorre a substituição dos interesses nacionais pelos interesses comuns; b) Mercosul: não existe concessão de poderes soberanos dos estados para os órgãos de integração. Assim, ocorre a preponderância dos interesses nacionais; c) balanço: na UE

tem-se integração e no Mercosul tem-se cooperação; 3. *Autonomia Institucional*: a) União Europeia: seus funcionários representam o interesse geral comunitário. Para se ter uma ideia, na UE, quatro de suas cinco instituições são compostas por funcionários "neutros" (Comissão, Parlamento, Corte de Justiça e Tribunal de Contas). No quinto órgão, o Conselho, apesar de seus integrantes serem funcionários dos estados-membros, eles estão obrigados a funcionar segundo as regras do sistema comunitário, ou seja, não podem deixar de lado o interesse do sistema comunitário; b) Mercosul: seus funcionários representam o interesse dos seus respectivos estados; c) balanço: na UE tem-se autonomia institucional, já no Mercosul não se tem autonomia institucional; 4. *Autonomia Legal*: a) União Europeia: as normas confeccionadas por suas instituições têm aplicação imediata e direta, além de ter prevalência sobre o direito nacional dos estados-membros e pode ser aplicada pelos juízes nacionais ordinários; b) Mercosul: as normas confeccionadas por suas instituições não têm aplicação imediata e direta, além de não terem prevalência sobre o direito nacional dos estados-membros e não poderem ser aplicadas pelos juízes ordinários nacionais. Ou seja, as normas confeccionadas no seio do Mercosul só obrigam os estados-membros e dependem de incorporação para ter vigência na ordem jurídica interna dos estados-membros, ademais de só serem aplicadas pelos tribunais arbitrais *ad hoc* previstos no sistema do Mercosul; c) balanço: na UE tem-se autonomia legal, já no Mercosul não se tem autonomia legal; **2:** certa. O Mercosul é uma união aduaneira, portanto, além dos países do bloco eliminarem as tarifas alfandegárias ou não alfandegárias entre eles, estabelecem as mesmas tarifas de importação (TEC – Tarifa Externa Comum) para o comércio internacional fora do bloco. Nesse sentido é a redação de um dos objetivos do Mercosul estabelecidos no art. 1º do Tratado de Assunção: "O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais".

Gabarito 1E, 2C

1.6.2. MERCOSUL

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE) Com relação à estrutura institucional do MERCOSUL, assinale a opção correta.

(A) O Conselho do Mercado Comum é o órgão executivo do MERCOSUL.
(B) O Conselho do Mercado Comum é integrado por ministros das relações exteriores, ministros da economia e ministros da justiça dos Estados-partes.
(C) O Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do MERCOSUL são órgãos de natureza intergovernamental.
(D) A Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL mudou de denominação para Parlamento do MERCOSUL, mas manteve o número de competências.
(E) É competência do Grupo Mercado Comum editar o Boletim Oficial do MERCOSUL.

A: incorreta, pois o Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercosul – artigo 10 do Protocolo de Ouro Preto (Decreto 1.901/1996). O Conselho do Mercado Comum é o órgão superior do Mercosul ao qual incumbe a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum – artigo 3 do Protocolo de Ouro Preto; **B:** incorreta, pois os Ministros da Justiça não integram o Conselho do Mercado Comum, mas apenas os Ministros das Relações Exteriores e da Economia – artigo 4 do Protocolo de Ouro Preto; **C:** correta, pois o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul são órgãos com capacidade decisória, de natureza intergovernamental – artigo 2 do Protocolo de Ouro Preto; **D:** incorreta, pois as competências da Comissão Parlamentar Conjunta eram bastante restritas – artigos 22 a 27 do Protocolo de Ouro Preto. Já o Parlamento do Mercosul (Parlasul) tem competência muito mais ampla, incluindo a elaboração de relatórios, declarações recomendações, além de poder manter relações institucionais com Parlamentos de terceiros Estados – artigo 4 do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul (Decreto 6.105/2007); **E:** incorreta, pois essa competência é da Secretaria Administrativa do Mercosul – artigo 32, II, *ii*, do Protocolo de Ouro Preto.

Gabarito "C"

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) No protocolo constitutivo do parlamento do MERCOSUL, está expressamente estabelecido o princípio de

(A) promoção do acesso a medicamentos.
(B) trato especial e diferenciado a países de economias menores.
(C) promoção da diversidade linguística.
(D) repúdio ao terrorismo.
(E) cooperação dos povos para o progresso da humanidade.

Um dos princípios do Parlamento do Mercosul é "A promoção do desenvolvimento sustentável no MERCOSUL e o trato especial e diferenciado para os países de economias menores e para as regiões com menor grau de desenvolvimento" (art. 3º, ponto 7, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul).

Gabarito "B"

1.7. DIREITO ECONÔMICO E DO COMÉRCIO INTERNACIONAL – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)

(Diplomacia - 2008 - CESPE) O Brasil é um dos mais frequentes usuários do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), a qual foi dinamizada e fortalecida com a adesão recente de importantes países. Com relação à OMC, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O sistema de solução de controvérsias da OMC corresponde à forma arbitral de composição de conflitos e, como tal, não é passível de pedido recursal.
(2) As decisões contidas nos relatórios dos *panels* só se aplicam mediante a manifestação favorável de todos os membros da organização, levando-se em consideração a regra basilar do direito internacional público, que é o consenso.
(3) As conclusões dos relatórios finais dos *panels* conformam decisões estritamente jurídicas e independem de qualquer convalidação política.
(4) Cuba e a República Popular da China, membros plenos da OMC, submetem-se ao sistema de solução de controvérsias dessa organização.

1: Errado. Um ponto importante das etapas componentes do sistema de solução de controvérsias é a limitação *ratione personae*, ou seja, apenas os Estados podem iniciar uma disputa na OMC, nunca os atores privados. As etapas processuais são as seguintes:
a) etapa de consultas: Antes de solicitar a criação de um painel junto à OMC, as partes em desacordo devem utilizar as consultas bilaterais – bons ofícios, conciliação e mediação – por provocação do reclamante. A etapa de consultas é obrigatória e deve durar 60 dias;
b) etapa de painéis: Se as consultas bilaterais não funcionarem, o reclamante poderá solicitar, por escrito, a criação de um painel junto à OMC, mas o reclamado tem o direito de impedir a instauração do painel na primeira reunião. O painel é formado a cada caso e é composto normalmente de três indivíduos independentes e altamente qualificados, que têm a missão de apreciar objetivamente a questão colocada e elaborar um parecer com a finalidade de aclarar se o reclamado descumpriu ou não as regras do comércio internacional estabelecidas pela OMC. O parecer deverá ser entregue às partes no prazo de seis meses contados da formação do painel e ao Órgão de Solução de Controvérsias no prazo de nove meses contados também da formação do painel. Os especialistas em direito e comércio internacional serão indicados por cada Estado-membro e deverão ser aprovados pelo Órgão de Solução de Controvérsias;
c) etapa de painéis II: Com o recebimento do parecer e sem a interposição do recurso de apelação, o Órgão de Solução de Controvérsias deve adotar o parecer no prazo de 60 dias, respeitando a regra do *consenso negativo*;
d) etapa da apelação: Qualquer parte pode notificar o Órgão de Solução de Controvérsias quanto à sua decisão de recorrer. O exercício do direito de recorrer fica condicionado ao respeito do prazo

temporal, qual seja, 60 dias contados do recebimento do parecer pelo Órgão de Solução de Controvérsias. Nesse caso, o Órgão de Apelação terá o prazo de 60 dias para confeccionar um parecer sobre a contenda comercial. A propósito, o Órgão de Apelação é um colegiado permanente que emite pareceres em sede de revisão e tem composição fixa (mandato de quatro anos, permitida uma reeleição), escolhida por consenso entre todos os membros da OMC. Os relatórios do Órgão de Apelação são adotados pelo Órgão de Solução de Controvérsias e aceitos incondicionalmente pelas partes em litígio, salvo se o Órgão de Solução de Controvérsias decidir por consenso, incluindo o reclamante e o reclamado, não adotar o relatório confeccionado pelo Órgão de Apelação;

e) etapa da implementação: Sendo aceita a reclamação, o reclamado apontado como infrator deve tomar as medidas necessárias para modificar a conduta censurada pelas regras da OMC, consoante determinado no parecer do painel ou do Órgão de Apelação. As medidas devem ser tomadas dentro de um prazo razoável, que não pode exceder 15 meses contados da adoção, pelo Órgão de Solução de Controvérsias, do parecer confeccionado pelo painel ou pelo Órgão de Apelação. Entretanto, o supracitado prazo pode ser prorrogado por decisão das partes;

f) etapa da retaliação: caso o Estado-membro reclamado não cumpra a decisão do Órgão de Solução de Controvérsias após o transcorrer de 30 dias contados do final do prazo razoável, o Estado reclamante pode solicitar a permissão para adotar retaliações comerciais em desfavor do reclamado e, assim, buscar a compensação dos prejuízos sofridos. O termo técnico é "suspensão de concessões", uma "autorização para o membro reclamante deixar de cumprir, em relação ao reclamado, obrigações decorrentes dos compromissos assumidos na OMC, em grau equivalente aos prejuízos decorrentes da infração às regras cometida pelo reclamado. Na prática, é uma autorização para impor retaliações comerciais";[7]

2: Errado. O sistema de solução de controvérsias da OMC tem a função de dirimir as disputas comerciais entre os Estados-membros e é basicamente dividido em cinco fases: consultas, painéis, apelação, implementação e retaliação. Esse sistema é fruto de normas, procedimentos e práticas elaborados desde o surgimento do GATT, em 1947. Destacamos que houve uma mudança da regra do *consenso positivo*, vigente no GATT, para a regra do *consenso negativo ou invertido*, norteadora do sistema de solução de controvérsias da OMC. Pela regra antiga, era necessário o consenso de todos os membros do GATT, inclusive o reclamado, para que um painel fosse instalado, um parecer técnico aprovado e para que retaliações comerciais fossem levadas a cabo pelo reclamante. Não é preciso apontar a dificuldade para esse sistema funcionar, pois quase sempre o reclamado votava contra as medidas que o prejudicariam. Assim, a regra antiga do consenso positivo impossibilitava, por razões políticas, o manuseio do importante sistema de solução de controvérsias da OMC. **Com a regra do *consenso negativo ou invertido,* todas essas etapas se tornaram praticamente automáticas, já que o painel só não será instalado se todos os Estados-membros da OMC, incluído o reclamante, forem contra. O mesmo se aplica** à **aprovação do parecer técnico e** à **permissão de adoção de retaliações comerciais**. Verifica-se, portanto, que essa automatização das etapas permite a prevalência das decisões jurídicas sobre as decisões políticas no seio da OMC;

3: Errado, pois, como dito no comentário anterior, o parecer técnico somente terá validade se ao menos um dos Estados-membros o convalidar. Portanto, percebe-se a presença de um juízo político na aceitação das conclusões dos relatórios finais dos painéis, mas, pela antiga regra do consenso positivo, o juízo político era determinante e apagava totalmente o caráter jurídico das decisões tomadas no âmbito do sistema de solução de controvérsias da OMC. Com a adoção da regra do consenso negativo ou invertido, a interferência política nas atividades do Órgão de Solução de Controvérsias foi em grande parte mitigada;

4: Certo. A OMC é uma organização internacional com sede em Genebra, na Suíça, e cuja função é zelar pelas normas que regem o comércio entre os países, no plano mundial ou quase mundial. Por isso, diz-se que é uma organização internacional especializada de vocação universal. De maneira mais ampla, a OMC é uma organização para a liberalização do comércio, um fórum para que os governos negociem acordos comerciais e um lugar para que resolvam suas diferenças comerciais. Ademais, é encarregada de aplicar um sistema de normas comerciais – o chamado *sistema de resolução de controvérsias da OMC*. O antigo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, 1947) era não uma organização internacional, mas sim um acordo temporário que teve vigência de 1948 a 1994, ano em que foi absorvido pelo conjunto institucional mais amplo e mais estruturado que é a OMC. Tal acontecimento se deu na *Rodada Uruguai* de negociações do GATT e tomou corpo mediante a Reunião Ministerial de Marrakech, entrando em vigor em 1º de janeiro de 1995, com a sua ratificação. Sua estrutura comporta um acordo-base (instituidor da OMC), **três anexos que disciplinam acordos obrigatórios (entre eles, a submissão do Estado-membro ao sistema de solução de controvérsias)** e um anexo que cuida de um facultativo. Portanto, tanto Cuba (entrou em 1995) quanto China (entrou em 2001) fazem parte da OMC e, consequentemente, parte do sistema geral de solução de controvérsias.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

(Magistratura Federal – 5ª Região – 2009 – CESPE) A OMC, organização que trata das regras sobre o comércio entre as nações, apresenta um sistema de solução de controvérsias criado para solucionar os conflitos gerados pela aplicação dos acordos a respeito do comércio internacional entre os seus membros. Recentemente, o debate sobre a aplicação dos tratados comerciais tem sido iluminado pelo princípio *in dubio mitius* ou *in dubio pro mitius*, cujo uso resulta em uma interpretação

(A) literal restritiva dos tratados.
(B) sistemática ampliativa dos tratados.
(C) sistemática restritiva dos tratados.
(D) literal ampliativa dos tratados.
(E) literal que pode favorecer o papel da OMC de criar novas normas distintas das previstas nos tratados.

In dubio mitius refere-se à interpretação literal restritiva dos tratados, em decorrência da soberania dos Estados. Parte da premissa de que, se o significado de um termo ou de uma disposição é ambíguo, deve ser interpretado de modo menos oneroso para a parte que assume a obrigação, ou que interfira menos com sua supremacia pessoal ou territorial, ou que envolva menos restrições gerais aplicáveis às partes.

Gabarito "A"

1.7.1. COMISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DE DIREITOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL – UNCITRAL

(Magistratura Federal – 5ª Região – 2009 – CESPE) Em um mundo globalizado, são cada vez mais frequentes os contratos internacionais de compra e venda de mercadorias (exportação e importação de mercadorias). Buscando uniformizar e regulamentar alguns aspectos do comércio internacional, a Comissão das Nações Unidas de Direito do Comércio Internacional (UNCITRAL) estabeleceu algumas cláusulas típicas de contratos internacionais, entre as quais destacam-se as *hardship clauses*, que tratam

(A) da língua usada nas cláusulas contratuais.
(B) da confidencialidade dos contratos.
(C) das cláusulas atributivas de jurisdição.
(D) dos efeitos danosos de mudanças ocorridas no ambiente institucional, político, comercial ou legal dos contratos.
(E) das cláusulas penais dos contratos.

Hardship é uma mudança econômica, financeira, legal ou de fatores tecnológicos que causa consequência econômica adversa e séria para a parte contratante, de modo a tornar mais difícil o cumprimento de suas obrigações contratuais. A cláusula *hardship* (*hardship clause*) permite que o contrato seja renegociado na hipótese desses eventos danosos ocorrerem.

Gabarito "D"

7 TIMM, Luciano Benetti; Ribeiro, Rafael Pellegrini; Estrella, Angela T. Gobbi. **Direito do Comércio Internacional**, pág. 123. Ed. FGV, 2009.

1.8. TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

(Magistratura Federal – 5ª Região – 2009 – CESPE) Com relação ao processo no Tribunal Penal Internacional (TPI), assinale a opção correta.

(A) Menores de dezoito anos podem ser processados no TPI.
(B) O TPI é regido pelo princípio da complementaridade.
(C) O TPI pode ter jurisdição sobre crimes ocorridos em qualquer território.
(D) No TPI, podem ser processados crimes ocorridos antes da entrada em vigor do estatuto desse tribunal.
(E) Toda *notitia criminis* deve ser admitida e julgada pelo TPI.

A: incorreta, pois o TPI não tem jurisdição em relação a pessoas menores de 18 anos ao tempo da alegada prática do crime – artigo 26 do Estatuto de Roma (Decreto nº 4.388/2002); **B:** correta, pois a jurisdição do TPI é complementar às jurisdições penais nacionais – artigo 1º do Estatuto de Roma; **C:** incorreta, pois o TPI poderá exercer seus poderes e funções nos territórios dos Estados-partes e, apenas excepcionalmente, por acordo especial, no território de qualquer outro Estado – artigo 4º, ponto 2, do Estatuto de Roma; **D:** incorreta, pois há irretroatividade *ratione personae*, nos termos do artigo 24, ponto 1, do Estatuto de Roma; **E:** incorreta, pois a *noticia criminas* passará por um processo de admissibilidade, na forma do artigo 17 do Estatuto de Roma.
Gabarito "B"

1.9. COMBINADAS E OUTROS TEMAS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

(Diplomacia - 2008 - CESPE) O Pacto de Paris de 1928, que passará à história com a conjugação dos nomes de seus firmatários, os ministros do exterior da França e dos Estados Unidos da América, simboliza importante avanço do direito das gentes. Acerca do conteúdo jurídico desse documento, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Esse pacto propugna pela abolição das guerras coloniais e de conquista.
(2) Esse documento obriga os países europeus a reconhecerem direitos soberanos dos Neo-Estados africanos.
(3) Esse pacto proscreve a guerra, para considerá-la a violação suprema do direito.
(4) Esse documento lança as bases da aliança atlântica e do pacto Anti-Komiterm.

0 Pacto de Paris, ou Pacto Kellogg-Briand, foi a principal resposta institucional contra a guerra de agressão, pois a Sociedade das Nações não avançou muito no que se refere à guerra. Nesse sentido, "o Pacto Kellogg-Briand mereceu algumas críticas por não haver coberto algumas das lacunas do Pacto da Sociedade das Nações, que permitiam o recurso à guerra, mas foi recebido com entusiasmo pela opinião pública mundial, para a qual a guerra havia sido colocada fora da lei (*outlawry of war*, ou *la mise de la guerre hors la loi)*, como se uma decisão semelhante pudesse efetivamente acabar como esta. Na verdade, o que se condenava era a guerra de agressão, permanecendo válida a guerra defensiva. Os acontecimentos de 1939 vieram demonstrar que a simples declaração, por solene que fosse, não seria de molde a evitar nova e cruenta guerra".[8] Desde tal momento, o princípio da não agressão foi incorporado – ao menos teoricamente – ao Direito Internacional Público, de que é exemplo sua inclusão entre os princípios informadores da ONU: da proibição de recorrer à ameaça ou ao emprego da força contra outros Estados.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Magistratura Federal – 5ª Região – 2009 – CESPE) A CF deu especial destaque ao direito internacional público, ao dispor a respeito dos princípios que devem nortear as relações internacionais brasileiras. Supondo que um país vizinho da América do Sul decretasse a prisão de um ex-presidente ditador, após o devido processo legal, e os EUA diplomaticamente condenassem essa decisão por simpatizarem com o ex-dirigente, o Brasil deveria

(A) agir da mesma forma que os EUA, tendo em vista a importância desse país no mundo.
(B) interferir na decisão daquele país vizinho, a fim de garantir a sua hegemonia política na América Latina.
(C) respeitar a decisão do país sul-americano, tendo em vista o princípio da independência nacional e da igualdade entre os Estados.
(D) agir da mesma forma que os EUA, visando ao princípio da concessão de asilo político.
(E) condenar a prisão por ser ela contrária ao princípio da prevalência dos direitos humanos.

A: incorreta, pois o Brasil deve se reger, nas relações internacionais, pelos princípios da independência nacional, da autodeterminação dos povos e da igualdade entre os Estados – artigo 4º, I, III e V, da CF; **B** e **E:** incorretas, pois o Brasil deve também observar o princípio da não intervenção – artigo 4º, IV, da CF. Ademais, tendo sido observado o devido processo legal, não parece haver, em princípio, violação de direitos humanos; **C:** correta, conforme os comentários anteriores; **D:** incorreta, pois a questão não se refere a asilo político.
Gabarito "C"

(Magistratura Federal – 5ª Região – 2009 – CESPE) No âmbito do direito internacional, cada vez mais são debatidos temas ligados ao domínio público internacional, conjunto de espaços cujo uso interessa a mais de um Estado ou à sociedade internacional como um todo. Nesse sentido, não é tema de domínio público internacional

(A) o espaço aéreo.
(B) o espaço sideral.
(C) o continente antártico.
(D) a Internet.
(E) a Sibéria.

Todas as assertivas referem-se a temas relacionados ao domínio público internacional, com exceção da Sibéria, que é região da Rússia.
Gabarito "E"

(Advogado da União/AGU – CESPE – 2009) No Direito Internacional, há necessidade de previsões normativas para os períodos pacíficos e para os períodos turbulentos de conflitos e litígios. A Carta das Nações Unidas e outras convenções internacionais procuram tratar dos mecanismos de resolução de conflitos, bem como disciplinam a ética dos conflitos bélicos e a efetiva proteção dos direitos humanos em ocasiões de conflitos externos ou internos. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir, relativos à jurisdição internacional, aos conflitos internacionais e ao direito penal internacional.

(1) Na Carta das Nações Unidas (Carta de São Francisco), admite-se que qualquer litígio seja resolvido por meio de conflitos armados, desde que autorizado pelo Conselho de Segurança da ONU.
(2) No Direito Internacional, há muito tempo, existem as cortes que atuam para a solução de conflitos entre os Estados, como é o caso da Corte Internacional de Justiça. Entretanto, há fato inédito, no Direito Internacional, quanto à criminalização supranacional de determinadas condutas, com a criação do TPI, tribunal *ad hoc* destinado à punição de pessoas que pratiquem, em período de paz ou de guerra, qualquer crime contra indivíduos.
(3) A ONU deve exercer papel relevante na resolução de conflitos, podendo, inclusive, praticar ação coercitiva para a busca da paz.

1: errada, pois a Carta da ONU proíbe o uso da força contra outros Estados – art. 2º, ponto 4, da Carta da ONU. Em seus estritos termos, todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas. Ademais, pode-se apontar alguns dos principais princípios gerais do direito internacional que corroboram tal proibição: princípio da não agressão; princípio da solução pacífica dos litígios; princípio da não intervenção em assuntos domésticos dos estados*; princípio da proibição de ameaça ou emprego de força*; princípio do respeito universal e observância dos direitos humanos e das

8 ACCIOLY, Hildebrando; Nascimento e Silva; Casella, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**, pág. 872. Ed. Saraiva, 19ª edição.

liberdades fundamentais para todos; **2:** errada, pois o TPI não é *ad hoc*, mas sim tribunal permanente – art. 1º do Estatuto de Roma. Ademais, sua competência não se refere a qualquer crime contra indivíduos, mas apenas aos mais graves, que afetam a comunidade internacional no seu conjunto, quais sejam, os crimes (i) de genocídio, (ii) contra a humanidade; (iii) de guerra e (iv) de agressão – art. 5º do Estatuto de Roma. No caso da agressão, a definição do crime e as condições para que o TPI exerça a competência foram fixadas apenas recentemente, na Conferência de Revisão do Estatuto de Roma – Kampala/Uganda, em 2010; **3:** certa. A ONU é uma organização internacional que tem por objetivo facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e a realização da paz mundial. Por isso, diz-se que é uma organização internacional de vocação universal. Conforme se depreende do conceito, os propósitos da ONU são: a) manter a paz e a segurança internacionais; b) desenvolver relações amistosas entre as nações; c) realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; e d) ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns. E os princípios são: a) da igualdade soberana de todos seus membros; b) da boa-fé no cumprimento dos compromissos da Carta; c) da solução de controvérsias por meios pacíficos; d) da proibição de recorrer à ameaça ou ao emprego da força contra outros estados; e) da assistência às Nações Unidas; f) da não intervenção em assuntos essencialmente nacionais. A ONU reúne quase a totalidade dos estados existentes. Entre estes, existem os membros originários e os eleitos. Estes últimos são admitidos pela Assembleia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança. E só poderão ser admitidos os estados "amantes da paz" que aceitarem as obrigações impostas pela Carta e que forem aceitos como capazes de cumprir tais obrigações. Importante sublinhar que apenas o Conselho de Segurança tem competência para agir preventiva ou corretivamente, utilizando-se até mesmo de força militar – mantida à sua disposição por membros das Nações Unidas – contra Estado ou movimento armado no interior de algum país (arts. 42 a 47 da Carta das Nações Unidas). O emprego de força militar suscita considerações à respeito da sua legitimidade[9]; entretanto, o art. 24, ponto 1, da Carta das Nações Unidas parece resolver essa questão: "A fim de assegurar uma ação pronta e eficaz por parte das Nações Unidas, os seus membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam em que, no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade, o Conselho de Segurança aja em nome deles". Ou seja, todos os estados-membros da ONU transferiram ao Conselho de Segurança a responsabilidade no que tange à manutenção da paz e da segurança internacionais. E também as decisões de uso de força militar tomadas nos últimos anos, com grande acolhida da maioria dos estados, parece ter tornado o uso da força militar, em casos extremos, para manutenção da paz e da segurança internacionais em costume internacional. Por fim, pode-se citar como exemplo recente a Resolução 1973 aprovada, em 2011, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e que permitia o emprego de força militar na Líbia pela OTAN. O objetivo era impedir o massacre de civis por tropas do então ditador Muamar Kadafi e, assim, garantir a paz internacional.

Gabarito 1E, 2E, 3C

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) Considerando, por hipótese, que o município de Natal ajuíze ação contra Estado estrangeiro na justiça federal de primeiro grau; que, após o regular trâmite processual, o juiz profira sentença desfavorável ao município, e que este deseje recorrer da decisão, o procurador do município, tendo em vista a distribuição de competências previstas na CF, deverá interpor

(A) apelação para o TRF.
(B) recurso ordinário para o STF.
(C) recurso ordinário para o STJ.
(D) recurso especial para o STJ.

O STJ tem competência para julgar em recurso ordinário as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País (art. 105, II, *c*, da CF).

Gabarito "C"

9 Pois o grande objetivo da ONU é a manutenção da paz e da segurança internacionais.

(OAB - CESPE – 2010.1) Acerca da condição jurídica dos estrangeiros e dos nacionais no direito brasileiro, assinale a opção correta.

(A) A CF dispõe expressamente sobre a possibilidade de expulsão do estrangeiro que praticar atividade nociva à ordem pública e ao interesse nacional, salvo se estiverem presentes, simultaneamente, os seguintes requisitos: cônjuge brasileiro e filho brasileiro dependente da economia paterna.
(B) O Brasil, por ter ratificado integralmente o Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional, tem o compromisso de entregar ao tribunal os indivíduos contra os quais tenham sido expedidos pedidos de detenção e entrega, mesmo que eles possuam, originariamente, nacionalidade brasileira.
(C) Os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos são automaticamente considerados brasileiros naturalizados, independentemente de qualquer outra condição ou exigência.
(D) É vedada a extradição de nacionais, salvo em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes, em terrorismo ou em crimes definidos, em lei, como hediondos.

A: incorreta. A expulsão é a saída compulsória, do território nacional, do estrangeiro que constituir perigo ou ameaça à ordem pública. Diferentemente de outras constituições brasileiras (por exemplo, a de 1946), a CF de 1988 não adota norma a respeito do tema, que é disciplinado pela Lei n.º 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro). Tal lei, no art. 65, dispõe que "é passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais". O parágrafo único do mesmo artigo prevê outros casos em que a expulsão do estrangeiro pode ocorrer, e o art. 75, II, dispõe que não se procederá à expulsão "quando o estrangeiro tiver: **a)** cônjuge brasileiro do qual não esteja divorciado ou separado, de fato ou de direito, e desde que o casamento tenha sido celebrado há mais de 5 (cinco) anos; ou **b)** filho brasileiro que, comprovadamente, esteja sob sua guarda e dele dependa economicamente". Assim, basta a existência de um desses requisitos para que não se proceda à expulsão; **B:** correta. O Brasil não somente aderiu ao Estatuto de Roma, como expressamente inscreveu a aceitação da jurisdição do Tribunal Penal Internacional, por meio da Emenda Constitucional n.º 45/2004, no § 4.º do art. 5.º da Constituição. A grande inovação do Estatuto de Roma foi a criação do instituto da *entrega* ou *surrender*, tratando-se da efetiva entrega de um Estado para o TPI, à pedido deste, de indivíduo que deva cumprir pena por prática de algum dos crimes tipificados no artigo 5º do Estatuto de Roma. A título comparativo, a extradição é a entrega de um Estado para outro Estado, à pedido deste, de indivíduo que em seu território deva responder a processo penal ou cumprir pena por prática de crime de certa gravidade. A grande finalidade do instituto da *entrega* é driblar o princípio da não extradição de nacionais e, logicamente, garantir o julgamento do acusado, pois o TPI não julga indivíduos à revelia. Ou seja, criou-se tal figura para permitir que o Estado entregue indivíduo que seja nacional seu ao TPI. Em outras palavras, a *entrega* nada mais é do que o cumprimento de ordem emanada do Tribunal Penal Internacional. A legitimidade de tal autoridade reside no fato do tribunal realizar os anseios de justiça de toda a comunidade internacional julgando e condenando autores de crimes tão nefastos para a humanidade. Assim, o Estado, como signatário do estatuto de Roma, deve cooperar e entregar seu nacional para ser julgado pelo TPI. A título comparativo, a *entrega* é de interesse de toda a comunidade internacional, ao passo que a *extradição* é de interesse do país requerente. O Brasil, com fundamento no artigo 5º, LI e § 4º, da CF, permite a entrega de nacional seu ao TPI, mas proíbe a extradição de nacional seu ao Estado requerente. Lembrando, com base no inciso LI supracitado, que existe uma exceção ao princípio da não extradição de nacionais no Brasil, trata-se do caso de brasileiro naturalizado que tiver comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. E a título de curiosidade, cabe lembrar que os EUA não reconhecem a jurisdição do TPI; **C:** incorreta. A nacionalidade é o vínculo político existente entre o estado soberano e o indivíduo. O art. 12 da CF regula a condição de brasileiro nato e naturalizado,

como também as situações de perda da nacionalidade brasileira. E consoante o inciso II do artigo 12, serão brasileiros naturalizados: **a)** os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral; e **b)** os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e **sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira**. A lei ordinária regulamentadora cria outra possibilidade de aquisição da nacionalidade brasileira e, para tanto, exige, no mínimo, quatro anos de residência no Brasil, idoneidade, boa saúde e domínio do idioma, lembrando que a naturalização só produzirá efeitos depois da entrega do certificado pelo juiz federal competente; **D:** incorreta. A extradição é a entrega de um Estado para outro Estado, à pedido deste, de indivíduo que em seu território deva responder a processo penal ou cumprir pena por prática de crime de certa gravidade. Um condicionante desta entrega é a confirmação de que os direitos humanos do extraditando serão respeitados. A grande finalidade da extradição é garantir, por meio da cooperação internacional, que a prática de crime não ficará sem punição. E o fundamento jurídico do pedido de extradição pode ser a existência de um tratado prevendo tal hipótese, ou, na falta deste, a declaração de reciprocidade funciona como suporte jurídico para a extradição. Deve-se ponderar que a extradição não é permitida quando relacionada à prática de crimes políticos, de imprensa, religiosos e militares. E se o indivíduo foi condenado à morte, a extradição só deve tomar curso se ficar assegurada a conversão da pena de morte em pena de prisão. Ademais, a maioria dos países não permite a extradição de nacional seu – neste sentido o artigo 5º, LI, da CF brasileira determina: "nenhum brasileiro será extraditado, **salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins**, na forma da lei".

Gabarito "B"

2. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

2.1. REGRAS DE CONEXÃO DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

(Magistratura Federal – 1ª Região – 2009 – CESPE – adaptada) A respeito das normas de direito internacional privado estabelecidas na Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a opção correta.

(A) O regime de bens obedece à lei do país em que os nubentes tiverem domicílio e, se este for diverso, à do último domicílio conjugal.
(B) Para qualificar os bens, aplicar-se-á a lei do país de que o proprietário for nacional.
(C) Compete à autoridade judiciária brasileira e, subsidiariamente, à do país em que for domiciliado o autor, conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.
(D) A dispensa expressa de homologação das sentenças meramente declaratórias do estado das pessoas foi revogada.
(E) A lei do domicílio do *de cujus* regula a capacidade para suceder.

A: incorreta, pois, em caso de diversidade de domicílios, aplica-se a lei do **primeiro** domicílio conjugal (não a do último, como consta da assertiva) – artigo 7º, § 3º, da LINDB; **B:** incorreta, pois a qualificação dos bens submete-se à lei do local onde estão situados – artigo 8º, *caput*, da LINDB; **C:** incorreta, pois a competência da autoridade judiciária brasileira é exclusiva, em relação a imóvel localizado no país – artigo 12, § 1º, da LINDB; **D:** correta, pois a disposição do artigo 15, parágrafo único, da LINDB, nesse sentido, foi revogada pela Lei 12.036/2009 (a assertiva foi adaptada); **E:** incorreta, pois a capacidade para suceder é regulada pela lei do domicílio do herdeiro ou legatário – artigo 10, § 2º, da LINDB.

Gabarito "D"

2.2. ARBITRAGEM

(Procurador – Banco Central – 2009 – CESPE) No que se refere à arbitragem no direito internacional, assinale a opção correta.

(A) A primeira arbitragem moderna no direito internacional foi instalada na I Conferência de Paz da Haia para resolver controvérsias entre Reino Unido e França.
(B) Assim como os meios judiciários, a arbitragem possui o caráter de permanência.
(C) O tribunal de reclamações entre Irã e Estados Unidos da América é de natureza arbitral.
(D) Arbitragens mistas são aquelas em que mais de dois Estados figuram na causa.
(E) Decisões arbitrais são meramente recomendatórias.

A: incorreta, pois a informação dada na assertiva não procede; **B:** incorreta, pois a arbitragem é uma forma alternativa de dirimir conflitos, mediante a qual as partes estabelecem em contrato ou simples acordo que vão utilizar o juízo arbitral para solucionar controvérsia existente ou eventual em vez de procurar o poder judiciário. Ora, a arbitragem é constituída para solucionar uma situação determinada e não tem caráter de permanência. Na prática, a base jurídica da arbitragem pode ser tanto a cláusula arbitral ou compromissória que figura no corpo de um tratado qualquer, como o compromisso arbitral prévio ou posterior ao conflito. Deve-se apontar que a estipulação da cláusula arbitral não dispensa a celebração do compromisso arbitral quando for necessário dispor sobre todos os aspectos necessários para a instalação e o bom funcionamento do tribunal arbitral; **C:** correta, pois o citado tribunal tem natureza arbitral; **D:** incorreta, pois a arbitragem mista é verificada se árbitros basearem suas decisões em regras jurídicas e critério de equidade; **E:** incorreta. A sentença arbitral, que funciona como uma decisão jurídica, é obrigatória e definitiva. O fundamento dessa obrigatoriedade é o compromisso assumido pelas partes, onde se comprometeram em executar a sentença. Assim, em última análise, esse fundamento tem por base o princípio *pacta sunt servanda*. Mas o problema identificado é que a decisão arbitral tem que ser executada de boa-fé pelas partes, pois não existe a possibilidade de execução forçada, tal qual acontece no direito interno. Todavia, é importante esclarecer que o descumprimento da sentença arbitral configura ato ilícito internacional. Por fim, a sentença arbitral não é passível de recurso, ao menos que esteja previsto no compromisso arbitral e subordinado a descoberta de fatos novos, que não eram conhecidos a época em que a sentença arbitral foi proferida, que possam alterar a substância da decisão. Não obstante, é sempre possível que uma das partes entre com pedido de interpretação ou acuse de nulidade a sentença arbitral, desde que o árbitro incorra em falta grave, como, por exemplo, dolo, corrupção ou abuso ou desvio de poder.

Gabarito "C"

2.3. CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE SOBRE PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS NO ESTRANGEIRO

(Magistratura Federal – 5ª Região – 2009 – CESPE) Maria, brasileira residente no Brasil, resolveu cobrar, em nome de seu filho Érick, a prestação de alimentos do pai dele, Hans, alemão residente na Alemanha. De acordo com a legislação brasileira e com a legislação internacional vigentes acerca da prestação de alimentos no estrangeiro, nessa situação hipotética,

(A) o demandante deve ser Maria.
(B) o demandado deve ser Érick.
(C) o tribunal ao qual tiver sido submetida a ação alimentar pode, para obter documentos ou provas, pedir a execução de uma carta rogatória.
(D) a execução de carta rogatória pode dar lugar ao reembolso de taxas ou de despesas de qualquer natureza.
(E) Maria não necessita comprovar a relação de parentesco entre Érick e Hans.

A: incorreta, pois o demandante é Érick (o filho) – artigo I, ponto 1, da Convenção de Nova Iorque sobre a Prestação de Alimentos no Estrangeiro de 1956 – (Decreto 56.826/1965); **B:** incorreta, pois o demandado é Hans (o pai) – artigo I, ponto 1, da Convenção; **C:** correta, conforme o artigo VII, *a*, da Convenção; **D:** incorreta, pois é o oposto. A execução da carta rogatória **não poderá** dar lugar ao reembolso de taxas ou de despesas de qualquer natureza – artigo VII, *d*, da Convenção; **E:** incorreta, pois a obrigação de prestar alimentos decorre, no caso, dessa relação de parentesco.

Gabarito "C"

31. Direitos Humanos

Renan Flumian

1. GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) A respeito do desenvolvimento histórico dos direitos humanos e seus marcos fundamentais, assinale a opção correta.

(A) Os direitos fundamentais surgem todos de uma vez, não se originam de processo histórico paulatino.
(B) Não há uma correlação entre o surgimento do cristianismo e o respeito à dignidade da pessoa humana.
(C) As gerações de direitos humanos mais recentes substituem as gerações de direitos fundamentais mais antigas.
(D) A proteção dos direitos fundamentais é objeto também do direito internacional.
(E) A ONU é o órgão responsável pela UDHR e pela Declaração Americana de Direitos.

A: incorreta, pois a amplitude de proteção conferida pelos direitos humanos é marcada por sua contínua majoração, o que os tornam direitos históricos, pois no evolver da história, novos direitos são reconhecidos como direitos humanos – processo não findo. A história dos direitos humanos é marcada pela luta por seu reconhecimento, umbilicalmente relacionada com a luta por justiça e liberdade; **B:** incorreta**.** A mais abrangente revolução de valores e de atitude ocorrida na História da Humanidade foi a operada pelo Cristianismo. Os princípios hoje tão aclamados da liberdade, da igualdade e da solidariedade apareceram pela primeira vez nos ensinamentos do Novo Testamento. Por exemplo, a liberdade está inserida no princípio do livre arbítrio, já a igualdade é verificada no princípio de que entre os cristãos, recebidos pelo batismo, não há diferença e a solidariedade é exteriorizada no mandamento cristão: "Amar o próximo como a si mesmo". Percebe-se que os princípios que fundamentaram as três primeiras gerações dos direitos humanos apareceram primeiramente por obra do cristianismo, o qual tem grande papel nessa milenar luta pela proteção da dignidade da pessoa humana; **C:** incorreta. A divisão dos direitos humanos em gerações, idealizada por Karel Vasak, tem por finalidade permitir uma análise precisa de sua amplitude, além de dar uma boa ideia sobre a causa de seu surgimento e seu contexto. A análise das gerações tem que ter por fundamento não a ótica sucessória (de substituição da anterior pela posterior), **mas sim a interacional (de complementação da anterior pela posterior); D:** correta. Em se tratando de interpretação e de aplicação das regras protetivas de direitos humanos, deve-se ter por fundamento o **princípio da primazia da norma mais favorável à vítima**. Tal princípio determina a busca da maior efetividade possível na proteção dos direitos humanos. Portanto, de um modo geral, os sistemas protetivos de direitos humanos global (geral e específico), regional (global e específico) e nacional interagem-se e complementam-se para melhor proteger o indivíduo dos abusos perpetrados contra sua dignidade humana. Deve-se fazer uma pequena distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais. A doutrina atual, principalmente a alemã, considera os direitos fundamentais como os valores éticos sobre os quais se constrói determinado sistema jurídico nacional, ao passo que os direitos humanos existem mesmo sem o reconhecimento da ordem jurídica interna de um país, pois estes possuem vigência universal. Mas, na maioria das vezes os direitos humanos são reconhecidos internamente pelos sistemas jurídicos nacionais, situação que os tornam também direitos fundamentais, ou seja, os direitos humanos previstos na constituição de um país são denominados direitos fundamentais; **E:** incorreta. Uma das preocupações da ONU é a proteção dos direitos humanos mediante a cooperação internacional. A Carta das Nações Unidas é o exemplo mais emblemático do processo de internacionalização dos direitos humanos ocorridos no pós-guerra. Aliás, é importante lembrar que este processo recente de internacionalização dos direitos humanos é fruto da ressaca moral da humanidade ocasionada pelo excesso de violações de direitos humanos perpetradas pelo nazifascismo. Mas o problema identificado na Carta das Nações Unidas é que ela não definia o conteúdo dos direitos humanos, assim, em 1948, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos com a função de bem definir o conteúdo dos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Resolução n. 217 A (III) da Assembleia Geral da ONU, em 10 de dezembro de 1948, por 48 votos a zero e oito abstenções. E em conjunto com os dois Pactos Internacionais, sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, constituem a "Carta Internacional de Direitos Humanos". A Declaração é fruto de um consenso sobre valores de cunho universal a serem seguidos pelos estados. E também do reconhecimento do indivíduo como sujeito direto do direito internacional. Todavia, o sistema protetivo americano foi instalado, em 1948, pela Carta da Organização dos Estados Americanos, esta, por sua vez, foi adotada na Nona Conferência Internacional Americana, que se reuniu em Bogotá, na Colômbia. Na mesma Conferência, foi adotada a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Percebe-se que o sistema protetivo americano não contava com nenhum mecanismo constritivo de proteção dos direitos humanos, mas apenas uma declaração (*soft law*) de que os estados-membros devem proteger os direitos humanos. Mas, em 22 de novembro de 1969, na Conferência de São José da Costa Rica, foi adotada a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), a qual só entrou em vigor em 18 de julho de 1978 (quando atingiu as 11 ratificações necessárias) e é o principal instrumento protetivo do sistema americano. No Brasil, a Convenção passou a ter vigência por meio do decreto 678 de 6 de novembro de 1992. E a Convenção instituiu como órgãos de fiscalização e julgamento, do sistema americano de proteção dos direitos humanos, a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, dotando, desta maneira, o sistema americano de mecanismos constritivos de proteção dos direitos humanos (*hard law*).

Gabarito "D"

2. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Os direitos fundamentais possuem determinadas características que foram objeto de detalhado estudo da doutrina nacional e internacional. A respeito dessas características, assinale a opção correta.

(A) O princípio da universalidade impede que determinados valores sejam protegidos em documentos internacionais dirigidos a todos os países.
(B) A irrenunciabilidade dos direitos fundamentais não destaca o fato de que estes se vinculam ao gênero humano.
(C) É característica marcante o fato de os direitos fundamentais serem absolutos, no sentido de que eles devem sempre prevalecer, independentemente da existência de outros direitos, segundo a máxima do "tudo ou nada".
(D) A imprescritibilidade dos direitos fundamentais vincula-se à sua proteção contra o decurso do tempo.
(E) A inviolabilidade evita o desrespeito dos direitos fundamentais por autoridades públicas, entretanto permite o desrespeito por particulares.

A: incorreta, pois é o contrário: a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 universalizou a noção de direitos humanos. Muito importante foi o papel da Declaração, pois antes disso a proteção dos direitos humanos ficava relegada a cada estado, que, com suporte em sua intocável soberania, tinha autonomia absoluta para determinar e executar as políticas relacionadas à proteção da dignidade da pessoa humana. Todavia, obras de horror, como o nazifascismo, demonstraram que a proteção do ser humano não pode ficar somente nas "mãos de governos". Assim, um dos grandes objetivos perseguidos com a criação da ONU foi o de buscar a proteção dos direitos humanos a nível universal. Grande passo foi dado neste sentido com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, "o direito a ter direitos" de Hannah Arendt passaria a ter tutela internacional. As críticas referentes à leitura de *universalização* por *ocidentalização* não devem proceder, isto porque os direitos humanos transcendem às criações

culturais no sentido lato (religião, tradição, organização política etc.) por serem adstritos à condição humana. Desta forma, particularidades regionais e nacionais devem ser levadas em conta, mas nunca devem impedir a proteção mínima dos direitos humanos, até porque estes fazem parte do *jus cogens*. Assim o *universalismo* derrota o *relativismo*; **B:** incorreta, pois é o contrário: por serem direitos adstritos à condição humana, estes não podem ser renunciáveis, pois formam o indivíduo na sua plenitude. Assim, são indisponíveis tanto pelo estado como pelo particular. Tal característica se confirma pelo fato de os direitos humanos fazerem parte do *jus cogens*, isto é, inderrogáveis por ato volitivo; **C:** incorreta, os direitos fundamentais encontram seus limites em outros direitos, também fundamentais, pois não existem direitos ilimitados e absolutos, mas sim a necessidade de proceder, caso a caso, a uma ponderação para buscar a efetivação, isto é, a aplicabilidade, sempre que estiverem em colisão. Portanto, diante de conflitos entre direitos fundamentais deve-se aplicar o princípio constitucional da proporcionalidade, o qual guiará, no caso concreto, para uma aplicação coerente do direito fundamental, levando em consideração a incidência que cada um deve ter e, desta maneira, preserva-se o máximo dos direitos e garantias fundamentais consagrados constitucionalmente. A título exemplificativo, mesmo o direito à vida é excepcionalmente relativizado, no caso da legítima defesa, por exemplo, ou, em alguns países, no caso da pena de morte; **D:** correta. Os direitos humanos são atemporais, pois estão adstritos à condição humana. Assim, os direitos humanos não são passíveis de prescrição, ou seja, não caducam com o transcorrer do tempo; **E:** incorreta, pois todos, autoridades públicas e particulares, devem respeitar os direitos humanos. Lembrando que os estados têm uma tripla obrigação para com todos os direitos humanos: de proteger (*to protect*), de respeitar (*to respect*) e de realizar (*to fulfill*). Ora, para proteger os direitos humanos, os estados também terão que punir os particulares que os desrespeitarem.

Gabarito "D"

3. SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

3.1. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) A UDHR foi redigida à luz das atrocidades cometidas durante a 2ª Guerra Mundial. Nesse documento, marco da proteção internacional dos direitos humanos, foi afirmado que

(A) o meio ambiente é um direito das presentes e futuras gerações.
(B) o Fundo Monetário Internacional não deve conceder empréstimos para países que usem mão de obra infantil.
(C) liberdade, igualdade e fraternidade são os três princípios axiológicos fundamentais em matéria de direitos humanos.
(D) sanções econômicas deverão ser aplicadas pela ONU às nações que não adotarem as recomendações da UDHR.
(E) deverá ocorrer intervenção humanitária pela ONU caso as nações não adotem as recomendações da UDHR.

A: incorreta, pois a Declaração Universal dos Direitos Humanos não faz referência ao meio ambiente equilibrado como direito humano, o qual se insere na dita terceira geração dos direitos humanos; **B:** incorreta, pois a Declaração Universal dos Direitos Humanos não faz referência nesse sentido; **C:** correta. A primeira geração trata dos direitos civis e políticos. A titularidade destes direitos é atribuída ao indivíduo, destarte, conhecidos são como direitos individuais. Seu fundamento é a ideia de **liberdade**. Interessante sobre tais direitos é a verificação de que a sua defesa foi feita sobretudo pelos EUA. Estes defendiam a perspectiva liberal dos direitos humanos, os quais foram consagrados no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. A segunda geração trata dos direitos sociais, culturais e econômicos. A titularidade destes direitos é atribuída à coletividade, destarte, conhecidos são como direitos coletivos. Seu fundamento é a ideia de **igualdade**. O grande motivador do aparecimento destes direitos foi o movimento antiliberal, notadamente após a Primeira Guerra Mundial. É importante apontar o papel da URSS, pois esta defendia veementemente a perspectiva social dos direitos humanos. Esta linha foi consagrada no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Cabe destacar que esses direitos aparecerem em primeiro lugar na Constituição Mexicana de 1917 e na Constituição da Alemanha de 1919 ("Constituição de Weimar"). A terceira geração trata dos direitos à paz, ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à propriedade do patrimônio cultural. A titularidade destes direitos (ditos difusos) é atribuída à humanidade. Seu fundamento é a ideia de **fraternidade**. Estes direitos provieram em grande medida da polaridade Norte/Sul. Dentro desta polaridade surgiu o *princípio da autodeterminação dos povos*, fundamento do processo de descolonização e de inúmeros outros exemplos, consoante aos já indicados acima, que exteriorizam a busca por uma nova ordem política e econômica mundial mais justa e solidária. Os direitos de terceira geração foram consagrados na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, e na Convenção sobre a Diversidade Biológica, de 1992; **D** e **E:** incorretas, pois na Declaração Universal dos Direitos Humanos não há previsão expressa nesse sentido.

Gabarito "C"

3.2. COMBINADAS DO SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Com relação aos mecanismos internacionais de proteção e monitoramento dos direitos humanos, assinale a opção correta.

(A) O Tribunal de Nuremberg não teve nenhum papel histórico na internacionalização dos direitos humanos.
(B) A ONU nasceu com diversos objetivos, como a manutenção da paz e segurança internacionais, entretanto a proteção internacional dos direitos humanos não estava incluído entre eles.
(C) Quando foi adotada e proclamada por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, a UDHR, por não ter sido aceito por todos os países, não teve importância histórica.
(D) Além da UDHR de 1948 não há outros documentos relevantes no âmbito da proteção internacional global dos direitos humanos.
(E) O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966 previu novas espécies de direitos humanos além daquelas previstas expressamente na UDHR de 1948.

A: incorreta. A ONU e a Declaração Universal dos Direitos Humanos criam um verdadeiro sistema de proteção global da dignidade humana. É importante ter em mente que este processo recente de internacionalização dos direitos humanos é fruto do pós-guerra e da ressaca moral da humanidade ocasionada pelo excesso de violações de direitos humanos perpetradas pelo nazifascismo. Cada estado estabelece suas próprias regras de direitos humanos ("direitos fundamentais") e executa sua própria política de proteção dos direitos humanos. Todavia, o que se percebe é a mitigação da soberania dos estados em função da característica de universalidade dos direitos humanos. Isto é, a comunidade internacional fiscaliza e opina sobre a situação dos direitos humanos em cada país, podendo até sancionar em determinadas situações. Sobre este processo de mitigação da soberania, é imprescindível apontar o papel do Tribunal de Nuremberg, pois com a instalação deste tribunal *ad hoc* ficou demonstrada a necessária flexibilização da noção de soberania para bem proteger os direitos humanos. E, por outro lado, ficou comprovado o reconhecimento de direitos do indivíduo pelo direito internacional; **B:** incorreta. A ONU é uma organização internacional que tem por objetivo facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e a realização da paz mundial. Por isso, diz-se que é uma organização internacional de vocação universal. Sua lei básica é a Carta das Nações Unidas, elaborada em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. Esta Carta tem como anexo o Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Percebe-se que uma das preocupações da ONU é a proteção dos direitos humanos mediante a cooperação internacional. A Carta das Nações Unidas é o exemplo mais emblemático do processo de internacionalização dos direitos humanos ocorridos no pós-guerra. Aliás, é importante lembrar que este processo recente de internacionalização dos direitos humanos é fruto da ressaca moral da humanidade ocasionada pelo excesso de violações de direitos humanos perpetradas pelo nazifascismo; **C:** incorreta. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Resolução n. 217

A (III) da Assembleia Geral da ONU, em 10 de dezembro de 1948, por 48 votos a zero e oito abstenções. E em conjunto com os dois Pactos Internacionais, sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, constituem a "Carta Internacional de Direitos Humanos"; **D:** incorreta. Reler o comentário à assertiva "C". Ademais, pode-se apontar alguns documentos que compõem o sistema global de proteção específica dos direitos humanos: Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, Convenção sobre os Direitos da Criança etc.; **E:** correta. O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos foi adotado, em 1966, pela Resolução 2.200 A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, mas devido à grande resistência que sofreu, somente adquiriu as ratificações necessárias para entrar em vigor no ano de 1976. Seu grande objetivo é tornar obrigatório, vinculante e **expandir** os direitos civis e políticos elencados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. É um exemplo de *hard law*. Lembrando que o Pacto foi ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992.

Gabarito "E"

4. SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO ESPECÍFICA DOS DIREITOS HUMANOS

4.1. REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE PRESOS

(Ministério Público/RO – 2008 – CESPE) Um delegado de polícia resolveu colocar na mesma cela de uma delegacia de polícia duas menores de idade infratoras junto com um suspeito de estupro qualificado por morte, todos ainda não condenados. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz das regras da ONU para o tratamento de pessoas presas, estabelecidas no 1º Congresso das Nações Unidas Sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes, realizado em Genebra, em 1955.

(A) As regras da ONU não precisam ser aplicadas no caso em tela, pois a delegacia de polícia não equivale ao conceito de estabelecimento prisional previsto nas regras mínimas para o tratamento de pessoas presas.
(B) No caso em apreço, não há violação a nenhuma das regras previstas para o tratamento de pessoas presas, tendo em vista que, para menores, não se aplica o referido estatuto da ONU e, sim, o ECA brasileiro.
(C) Há clara violação das regras mínimas da ONU devido à inobservância das categorias das pessoas presas, na situação em epígrafe.
(D) Não haverá violação das regras da ONU se forem fornecidos água e artigos de higiene necessários à saúde e à limpeza.
(E) Como as pessoas colocadas na mesma cela ainda não foram condenadas, as referidas regras não se aplicam.

A e **E:** incorretas. As Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos, adotadas pelo Primeiro Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, realizado em Genebra em 1955, aplicam-se a todos os presos, qualquer que seja a espécie de estabelecimento prisional ou a natureza da reclusão (prisão preventiva ou para os já condenados) – item 4 das Observações Preliminares; **B:** incorreta. Embora a prisão de jovens não seja o objeto essencial das Regras, há disposições aplicáveis (item 5 das Observações Preliminares); **C:** correta; em princípio, as menores não devem ser presas (item 5, ponto 2, das Observações Preliminares). De qualquer forma, as Regras preveem separação dos reclusos por categorias, tendo em consideração o respectivo sexo e idade, antecedentes penais, razões da detenção e medidas necessárias a aplicar (art. 8º das Regras); **D:** incorreta, pois ainda que sejam fornecidos água e artigos de higiene (exigência contida no item 15 das Observações Preliminares), haverá violação às regras da ONU.

Gabarito "C"

5. SISTEMA REGIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

5.1. SISTEMA INTERAMERICANO

5.1.1. CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS OU PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) A Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969 (Pacto de San José da Costa Rica)

(A) reproduziu a maior parte das declarações de direitos constantes do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
(B) foi adotada sem ressalvas pelo Brasil desde o seu início.
(C) proíbe o restabelecimento da pena capital nos países que a tenham abolido.
(D) não tratou do direito ao nome.
(E) indica a possibilidade de asilo no caso do cometimento de crimes comuns não vinculados à atividade política.

A: incorreta. Em 22 de novembro de 1969, na Conferência de São José da Costa Rica, foi adotada a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), a qual só entrou em vigor em 18 de julho de 1978 (quando atingiu as 11 ratificações necessárias) e é o principal instrumento protetivo do sistema americano. No Brasil, a Convenção passou a ter vigência por meio do decreto 678 de 6 de novembro de 1992. Na Convenção só é permitida a participação dos países-membros da OEA**. Ao longo da Convenção é possível a identificação de inúmeros direitos civis e políticos (ditos de primeira geração), nos moldes do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos**. A única menção aos direitos econômicos, sociais e culturais é encontrada no art. 26, o qual se limita a determinar que os estados se engajem em progressivamente implementar tais direitos (na sua dimensão negativa e positiva), ditos de segunda geração. Tal escolha (de só regular os direitos políticos e civis) foi direcionada para obter a adesão dos EUA à Convenção. Esta situação modificou-se com a adoção, na Conferência Interamericana de São Salvador, em 17 de novembro de 1988, do Protocolo Adicional à Convenção, conhecido como Protocolo San Salvador. A partir de então, tem-se uma enumeração dos direitos econômicos, sociais e culturais que os países americanos - membros da OEA – obrigaram-se a implementar; **B:** incorreta, pois o art. 2º do decreto 678 de 1992 dispõe sobre a declaração interpretativa do governo brasileiro: "O Governo do Brasil entende que os arts. 43 e 48, *d*, não incluem o direito automático de visitas e inspeções in loco da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, as quais dependerão da anuência expressa do Estado". Tal declaração interpretativa funciona como uma ressalva que limita os poderes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; **C:** correta, pois é o que determina o art. 4º, ponto 3, da Convenção Americana de Direitos Humanos; **D:** incorreta, pois o direito ao nome é tratado no art. 18 da Convenção Americana de Direitos Humanos; **E:** incorreta, pois o art. 22, ponto 7, da Convenção Americana de Direitos Humanos assim dispõe: "Toda pessoa tem o direito de buscar e receber asilo em território estrangeiro, em caso de **perseguição por delitos políticos ou comuns conexos com delitos políticos**, de acordo com a legislação de cada Estado e com as Convenções internacionais". Cabe lembrar que o asilo territorial é o acolhimento, pelo estado, em seu território, de estrangeiro perseguido no seu país por causa de dissidência política, de delitos de opinião, ou por crimes que, relacionados com a segurança do estado, não configurem infração penal comum. E, por sua vez, O asilo diplomático é o acolhimento, pelo estado, em sua representação diplomática, do estrangeiro que busca proteção.

Gabarito "C"

6. SISTEMA AMERICANO DE PROTEÇÃO ESPECÍFICA DOS DIREITOS HUMANOS

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Considere as situações hipotéticas abaixo apresentadas.

I. João agrediu fisicamente sua secretária, ex-companheira,

machucando-a com um soco no rosto por se recusar a sair com ele.

II. Sebastião forçou sua esposa a prática de atos libidinosos, causando-lhe enorme dor psicológica.

À luz da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Convenção de Belém do Pará, importante ferramenta de promoção da emancipação das mulheres, assinale a opção correta a respeito das situações descritas.

(A) Ambas as situações enquadram-se na definição de violência contra a mulher.
(B) Na situação I, não ficou caracterizada violência contra a mulher, pois a agressão se deu dentro do lar.
(C) Na situação II, não se caracterizou violência contra a mulher, pois a esposa tem obrigação conjugal de coabitação.
(D) Nenhuma das situações caracteriza violência contra a mulher.
(E) Na situação I, não há violência de gênero contra a mulher, mas, sim, uma violência comum prevista na legislação penal nacional.

A, **B**, **C**, **D** e **E:** a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), adotada em nove de junho de 1994, em Belém do Pará, no Brasil, e ratificada pelo Brasil em 16 de novembro de 1995, tem por fundamento a consciência de que a eliminação da violência contra a mulher é condição indispensável para seu desenvolvimento individual e social e sua plena e igualitária participação em todas as esferas de vida. Os estados-partes têm a obrigação de punir todas as formas de violência contra a mulher e de adotar políticas destinadas a prevenir e erradicar tal violência. E **violência contra a mulher entende-se por qualquer ato ou conduta baseado no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada** (art. 1º da Convenção). A Convenção, em seu art. 2º, define de maneira mais exata as três situações em que a violência contra a mulher pode ser configurada**: a)** dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual; **b)** na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar; e **c)** perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra. Percebe-se que a situação hipotética descrita na assertiva "I" enquadra-se perfeitamente na alínea *b* do art. 2º da Convenção e a situação hipotética descrita na assertiva "II" enquadra-se perfeitamente na alínea *a* do art. 2º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.
Gabarito "A"

7. DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

7.1. DIREITOS FUNDAMENTAIS - ARTIGO 5º DA CF

(Ministério Público/RO – 2008 – CESPE) Os direitos humanos na CF têm como função a limitação do poder e a promoção da dignidade da pessoa humana. Nesse contexto, assinale a opção correta a respeito dos direitos consagrados na CF à luz do texto constitucional e da jurisprudência do STF.

(A) O art. 5º da CF prevê que ninguém pode ser submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Entretanto, esse dispositivo não tem aplicabilidade imediata devido ao fato de não ter sido regulamentado no plano infraconstitucional.
(B) Os direitos à intimidade e à própria imagem formam a proteção constitucional à vida privada. Essa proteção da vida privada não abrange as pessoas jurídicas.
(C) O preceito constitucional que consagra a inviolabilidade do domicílio não admite hipóteses de exceção e invasão da cabana dos mais frágeis.
(D) A possibilidade de quebra de sigilo bancário diretamente por parte do MP, quando se tratar de envolvimento de dinheiro ou verbas públicas, foi aceita pelo STF com base no poder de requisição ministerial e na publicidade dos atos governamentais.
(E) A interceptação telefônica para captação e gravação de conversa telefônica por terceira pessoa, sem o conhecimento de quaisquer dos interlocutores ou da justiça, não afronta o texto constitucional.

A: incorreta. A norma constitucional que veda a tortura e o tratamento desumano ou degradante (art. 5º, III, da CF) é de eficácia plena. Ademais, todas as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata (artigo 5º, § 1º, da CF). Isto é, o juiz pode aplicar diretamente os direitos fundamentais, sem necessidade de qualquer lei que os regulamente. Tal regra tem por base o *princípio da força normativa da Constituição*, idealizado por Konrad Hesse, e "a ideia de que os direitos individuais devem ter eficácia imediata ressalta a vinculação direta dos órgãos estatais a esses direitos e o seu dever de guardar-lhes estrita observância"[1]; **B:** incorreta. O direito à intimidade em diversas vertentes (*v.g.* sigilo das comunicações) e à imagem são exemplos de direitos arrolados no art. 5º da CF que se referem também as pessoas jurídicas (art. 5º, X, da CF); **C:** incorreta. A inviolabilidade do domicílio comporta exceções, em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial (art. 5º, XI, da CF); **D:** correta. Tema que comporta posições divergentes tanto em sede doutrinária como jurisprudencial. O STF já decidiu em sentido contrário, ou seja, não admitindo a quebra de sigilo bancário diretamente pelo Ministério Público (ler RE 318.136 AgR/RJ). Mas o setor favorável a quebra do sigilo pelo MP fundamenta suas colocações principalmente no art. 129 da CF, na Lei Orgânica Nacional da Ministério Público (Lei 8.625/1993) e na LC 75/1993; **E:** incorreta. O sigilo telefônico não pode ser quebrado sem ordem judicial (art. 5º, XII, da CF).
Gabarito "D"

7.2. INCORPORAÇÃO DE TRATADOS NO DIREITO BRASILEIRO

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) A respeito da incorporação dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos ao direito brasileiro, assinale a opção correta.

(A) Antes da EC nº 45, não havia, na doutrina brasileira, menção ao fato de que os tratados internacionais sobre direitos humanos deveriam ter o status de norma constitucional.
(B) Após a EC nº 45, todos os tratados internacionais passaram a possuir status de norma constitucional.
(C) Após a EC nº 45, foi dado nova abordagem aos tratados internacionais sobre direitos humanos.
(D) Os tratados internacionais sobre direitos humanos não necessitam de aprovação pelo Congresso Nacional.
(E) O STF sempre considerou o tratado internacional sobre direitos humanos como norma constitucional superveniente.

A: incorreta, pois a EC 45/2004 veio exatamente acolher esse entendimento doutrinário, ao incluir o § 3º ao art. 5º da CF. O entendimento doutrinário tem por base o § 2º do art. 5º da CF: "Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte". Tal estipulação possibilita a ampliação progressiva dos direitos fundamentais, pois o Brasil poderá aumentar seu catálogo de direitos à medida que internaliza tratados internacionais de direitos humanos. Assim, a comunhão dos § § 1º e 2º do art. 5º da CF permite-nos concluir que um tratado de direitos humanos internalizado pelo Brasil faz parte de seu bloco de constitucionalidade e, assim, pode ser aplicado direta e imediatamente pelo juiz. Lembrando que o bloco de constitucionalidade é composto por todas as normas do ordenamento jurídico que possuem *status* constitucional; **B:** incorreta, pois com a edição da Emenda Constitucional n. 45, os tratados de direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais – conforme ao que determina o artigo 5º, § 3º, da CF. Ou seja, apenas tais tratados terão hierarquia constitucional;

1 MENDES, op. cit., p. 671.

C: correta, pois com a edição da Emenda Constitucional n. 45, os tratados de direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais – conforme ao que determina o artigo 5º, § 3º, da CF. Ou seja, tais tratados terão hierarquia constitucional; **D:** incorreta, pois todos os tratados, inclusive os de direitos humanos, só passarão a ter validade interna após terem sido aprovados pelo Congresso Nacional e ratificados e promulgados pelo Presidente da República. Lembremos ainda que a promulgação é efetuada mediante decreto presidencial; **E:** incorreta, pois apenas com a edição da Emenda Constitucional n. 45, os tratados de direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais – conforme ao que determina o artigo 5º, § 3º, da CF. Ou seja, tais tratados terão hierarquia constitucional. Muito se discutiu em relação à hierarquia dos tratados de direitos humanos que foram internalizados anteriormente à edição da EC n. 45. Mas em 3 de dezembro de 2008, o Min. Gilmar Mendes, no *RE* 466.343-SP, defendeu a tese da supralegalidade de tais tratados, ou seja, superior às normas infraconstitucionais e inferior às normas constitucionais. O voto do Min. Gilmar Mendes foi acompanhado pela maioria. Todavia, tal assunto desperta calorosas discussões, tome de exemplo que, no mesmo recurso extraordinário em que foi exarada a tese da supralegalidade, o Min. Celso de Mello defendeu o caráter constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente do quórum de aprovação.

Gabarito "C"

8. COMBINADAS E OUTROS TEMAS DE DIREITOS HUMANOS

(Defensoria/PI – 2009 – CESPE) Atualmente, os direitos e garantias fundamentais estão inseridos em distintos textos constitucionais de diferentes países. Tal presença é uma conquista histórica ocorrida por ações concretas realizadas no passado. A Carta das Nações Unidas de 1945, exemplo de uma dessas ações concretas, consolidou, junto com a UDHR, o movimento de internacionalização dos direitos humanos. Tendo em vista essa institucionalização, assinale a opção correta a respeito da estrutura normativa do direito internacional protetivo dos direitos humanos.

(A) A estrutura de proteção do direito internacional é concentrada na ONU.
(B) A proteção internacional pode ser vista, entre outros, em dois planos: sistema global (ONU) e sistema regional (OEA).
(C) A UDHR pertence ao sistema regional de proteção dos direitos humanos.
(D) O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos pertence ao sistema regional de proteção dos direitos humanos.
(E) O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais pertence ao sistema regional de proteção dos direitos humanos.

A: incorreta. O sistema regional de proteção (interamericano, europeu, africano, asiático e árabe) junta-se ao global (com suporte na ONU) para formar o sistema internacional de proteção dos direitos humanos. Percebe-se que em determinadas situações ocorrerá uma sobreposição de normas (oriundas do sistema global e do regional), todavia, isto não se reflete em problema, pois o que se busca é a substancial proteção dos direitos humanos. Destarte, o sistema que estiver melhor organizado para bem proteger o indivíduo naquele caso será o aplicado, ou seja, os sistemas não competem, mas sim se completam; **B:** correta, Reler o comentário à assertiva "A"; **C:** incorreta. A Declaração Universal dos Direitos Humanos pertence ao sistema global de proteção dos direitos humanos; **D** e **E:** incorretas, pois os dois Pactos Internacionais pertencem ao sistema global de proteção dos direitos humanos.

Gabarito "B"

32. Direito Eleitoral

Flávia Moraes Barros, Robinson Sakiyama Barreirinhas e Savio Chalita*

1. FONTES E PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL

(Analista – TRE/MA – 2009 – CESPE) Considerando-se uma eleição para o Senado Federal na qual são disputadas duas vagas, como as que ocorrerão em 2010, assinale a opção correta, segundo a disciplina das leis eleitorais.

(A) A eleição para o Senado Federal, nesse caso, combina o sistema majoritário com o proporcional.
(B) Devem ser eleitos os dois candidatos que receberem mais votos.
(C) Os votos dos candidatos de cada partido ou coligação devem ser somados para que se definam os eleitos.
(D) Os eleitos devem ser definidos de acordo com o sistema eleitoral proporcional adotado no Brasil.
(E) Devem ser eleitos os dois candidatos do mesmo partido ou coligação do candidato a governador que vencer as eleições.

Na eleição para o Senado Federal adotar-se-á o princípio majoritário. Logo, devem ser eleitos dois candidatos que receberem mais votos – arts. 46 da CF/1988 e 83 da CE

Gabarito "B"

2. DIREITOS POLÍTICOS, ELEGIBILIDADE E ALISTAMENTO ELEITORAL

((Ministério Público/RN - 2009 - CESPE) No Brasil, o alistamento e o voto são obrigatórios nos termos constitucionais. No que se refere a esse assunto, assinale a opção correta.

(A) O eleitor que não votar em duas eleições consecutivas terá cancelada a sua inscrição.
(B) O óbito do eleitor deve ser comunicado à justiça eleitoral pelos herdeiros necessários.
(C) A pluralidade de inscrições eleitorais é resolvida mediante o cancelamento de ofício das inscrições mais antigas.
(D) Qualquer eleitor tem legitimidade para requerer da justiça eleitoral a exclusão de eleitor que tiver suspensos os direitos políticos.
(E) Eleitor objeto de processo por alistamento fraudulento tem a sua inscrição suspensa cautelarmente.

A: incorreta, vez que o art. 7°, § 3°, do CE dispõe que será cancelada a inscrição do eleitor que não votar em 3 (três) eleições consecutivas, não pagar a multa ou não se justificar no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da última eleição a que deveria ter comparecido; **B:** incorreta, pois a comunicação deverá ser feita pelos Oficiais do Registro Civil competente, como se depreende da cogência trazida pelo art. 71, § 3°, do CE; **C:** incorreta, pois o cancelamento a ser feito será o da inscrição mais recente, conforme art. 40, I da Res. TSE 21.538/2003; **D:** correta, de acordo com o que dispõe o art. 71, § 1°, do CE; **E:** incorreta, uma vez que o art. 72 do CE dispõe que durante o processo e até a exclusão pode o eleitor votar validamente.

Gabarito "D"

3. INELEGIBILIDADE

(Magistratura/PI – 2008 – CESPE) A CF, no art. 14 e seus parágrafos, dispõe sobre casos de inelegibilidade, matéria regulamentada pela Lei Complementar n.º 64/1990, instituída com o fim de proteger a probidade administrativa e a moralidade para o exercício do mandato eletivo. A esse respeito, assinale a opção correta.

(A) Juiz de direito pode ser candidato, desde que se afaste de suas funções nos seis meses que precederem a eleição.
(B) Cunhado de prefeito pode candidatar-se a esse cargo, desde que o prefeito se afaste do cargo seis meses antes da eleição.
(C) Vice-governador, desde que tenha exercido o cargo de governador por menos de seis meses, pode ser candidato a governador.
(D) Oficial das Forças Armadas é inelegível em qualquer caso, inclusive na reserva.
(E) Sobrinho de prefeito pode ser candidato, desde que a vereador.

A: assertiva correta, conforme o art. 1º, II, *a*, 8, III, *a*, V, *a*, VI e VII, da LI. Especificamente para Prefeito e vice, o prazo de desincompatibilização é de 4 meses – art. 1º, IV, *a*, da LI; **B:** incorreta. O cunhado é parente afim impedido de se candidatar. Se o prefeito já tiver sido reeleito, sua renúncia não possibilita nova eleição e nem, portanto, eleição do cunhado – art. 14, § 7º, da CF e art. 1º, § 3º, da LI, ver Consulta 1.427/DF-TSE; **C:** incorreta, pois o vice-governador pode se candidatar a qualquer outro cargo, exceto se tiver sucedido ou substituído o governador nos 6 meses anteriores ao pleito – art. 1º, § 2º, da LI; **D:** incorreta, pois o militar alistável é elegível, nos termos e nas condições do art. 14, § 8º, da CF; **E:** incorreta, já que o sobrinho (parente de terceiro grau) não é inelegível por conta do tio prefeito – art. 14, § 7º, da CF e art. 1º, § 3º, da LI.

Gabarito "A"

4. PARTIDOS POLÍTICOS, CANDIDATOS

(Ministério Público/RN - 2009 - CESPE) Os partidos políticos, no sistema constitucional brasileiro e nos termos da Lei dos Partidos Políticos (Lei n.º 9.096/1995) e da Lei Eleitoral (Lei n.º 9.504/1997), constituem pessoa jurídica de direito privado e são elementos fundamentais da democracia brasileira. Com relação à disciplina do funcionamento dessas organizações, assinale a opção correta.

(A) Conforme imposição da Lei dos Partidos, o diretório nacional de partido político é composto por 101 pessoas.
(B) Não se permitem coligações partidárias na eleição majoritária para senador.
(C) Na mesma eleição, pode um partido fazer coligações distintas para governador e para deputado estadual.
(D) A verticalização é imposta pela Lei partidária e se aplica, no que couber, às eleições municipais.
(E) Compete aos partidos políticos organizar estrutura paramilitar para a proteção de seus candidatos.

De fato a única alternativa contendo a resposta correta é a assertiva C, uma vez que em consonância com o que dispõe o art. 6° da Lei 9.504/1997 ou seja, que é facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário. Neste sentido, vale trazer a conhecimento que nas eleições federais e estaduais, circunscrição será respectivamente o país e o Estado, como restou claro pelo Ministro Marco Aurélio em julgado perante o TSE (TSE, Recurso 11.991, Cl. 4ª, Rel. Min. Marco Aurélio).

Gabarito "C"

* **Savio Chalita** comentou as questões do concurso de Promotor de Justiça/PI – 2014, Juiz de Direito 2016, Analista TRE/PI/2016, **Flávia Moraes Barros**, **Robinson Sakiyama Barreirinhas** e **Savio Chalita** comentaram as demais questões.

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Acerca dos partidos políticos, é correto afirmar que

(A) têm autonomia para escolher livremente seus candidatos, mas não para estabelecer as regras relativas à estrutura, organização e disciplina que regem as agremiações partidárias.
(B) podem requerer a exclusão de qualquer eleitor inscrito ilegalmente e assumir a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida.
(C) após adquirirem personalidade jurídica, na forma da Lei civil, registrarão seus estatutos no tribunal regional eleitoral do estado em que estão sediados.
(D) têm direito a recursos do fundo partidário, bem como a propaganda gratuita no rádio, televisão, jornais e revistas impressas.

A: incorreta – art. 3º da Lei nº 9.096/95; **B:** correta – art. 66, II, CF/88 c/c 27, II, da Res. 21.538/03; **C:** incorreta – o registro deve ser feito junto ao Tribunal Superior Eleitoral – art. 7º da Lei nº 9.096/95; **D:** incorreta – só tem direito o partido registrado junto ao TSE – art. 7º, § 2º, da Lei nº 9.096/95.
Gabarito "B"

5. ELEIÇÕES, VOTOS, APURAÇÃO, QUOCIENTES ELEITORAL E PARTIDÁRIO

(Magistratura/AC – 2008 – CESPE) Com relação ao sistema eleitoral vigente no Brasil, nos termos da Constituição Federal, da Lei Eleitoral e do Código Eleitoral, assinale a opção correta.

(A) Para quaisquer cargos, o Brasil adota o sistema proporcional.
(B) As eleições para presidente e governador, nos estados menos populosos, podem ser realizadas em apenas um turno, ainda que nenhum candidato alcance maioria absoluta dos votos válidos.
(C) O sistema majoritário é adotado exclusivamente nas eleições municipais.
(D) O sistema brasileiro, para a eleição aos cargos de vereador e deputado, estadual ou federal, é o proporcional de listas abertas.

A, **C:** incorretas e **D:** correta – o sistema proporcional com listas abertas aplica-se às eleições para a Câmara dos Deputados, para as Assembleias Legislativas e Câmara Distrital, e para as Câmaras de Vereadores – arts. 45, 27, § 1º, e 32, § 3º, todos da CF; **B:** a eleição de presidente e governador depende sempre da maioria dos votos válidos – arts. 77, § § 2º e 3º, e 28, ambos da CF.
Gabarito "D"

Texto para as 2 próximas questões.

Em um município com 245 mil habitantes e 205 mil eleitores, compareceram às eleições municipais 190 mil eleitores. Apurados os votos para prefeito, verificaram-se 15 mil votos nulos e 10 mil em branco. Os votos válidos estavam assim distribuídos: 90 mil para o candidato do partido A; 50 mil para o candidato do partido B; e 25 mil para o candidato do partido C. Nesse município, que conta com 13 vereadores, o número de votos válidos computados, nas eleições, para o cargo de vereador, foi idêntico ao do cargo de prefeito, ou seja, 165.000 votos.

(Magistratura/PI – 2008 – CESPE) Considerando a situação hipotética acima e à luz da legislação eleitoral vigente no Brasil sobre a matéria, assinale a opção correta.

(A) Os dois candidatos a prefeito mais votados disputarão o segundo turno das eleições.
(B) Não haverá segundo turno das eleições porque votaram menos de 200 mil eleitores.
(C) Não haverá segundo turno nessas eleições porque os votos válidos somam menos de 200 mil.
(D) Não haverá segundo turno nessas eleições porque o candidato do partido A obteve mais de 50% dos votos válidos.
(E) Só haverá segundo turno se o município for capital de estado.

O Município tem mais de 200 mil eleitores (há 205 mil), de modo que é possível, em tese, haver segundo turno. No entanto, como o candidato do partido A conseguiu mais de metade dos votos válidos (mais que 82,5 mil votos), nessa eleição não haverá segundo turno – art. 29, II, c/c art. 77, ambos da CF.
Gabarito "D"

(Magistratura/PI – 2008 – CESPE) Supondo que não tenha havido coligação nas eleições para vereador em que concorrem 4 partidos e que o partido A tenha obtido 80 mil votos para esse cargo; o partido B, 60 mil votos; o partido C, 14 mil e o partido D, 11 mil votos, assinale a opção que apresenta as quantidades de vereadores que os partidos A, B, C e D elegerão, respectivamente, de acordo com os dispositivos do Código Eleitoral sobre quocientes partidário e eleitoral.

(A) 7, 5, 1, 0
(B) 7, 6, 0, 0
(C) 7, 4, 2, 1
(D) 6, 5, 1, 1
(E) 6, 5, 1, 0

O número de vereadores eleitos por cada partido é calculado em fases. Primeiramente, divide-se o número de votos conseguidos pela legenda (somando os votos recebidos pelos candidatos com aqueles dados diretamente à legenda) pelo quociente eleitoral (= 12.692 votos), chegando-se ao quociente partidário. Nesse primeiro passo, o partido A consegue 6 vagas (= 80.000 votos ÷ 12.692 = 6,303), o partido B consegue 4 vagas (= 60.000 votos ÷ 12.692 = 4,727), o partido C consegue apenas 1 vaga (= 14.000 votos ÷ 12.692 = 1,103) e o partido D não elege nenhum vereador, pois não atingiu o mínimo de votos equivalente ao quociente eleitoral (11.000 votos < 12.692) – arts. 107 e 108 do CE. Ocorre que a somatória dos vereadores eleitos, nesse primeiro passo (6 + 4 + 1 = 11), é menor que o total de vagas (11 < 13), sobrando 2 vagas a serem preenchidas. Essas duas últimas vagas são distribuídas entre os partidos que atingiram o quociente eleitoral (apenas A, B e C), conforme a regra do art. 109 do CE: divide-se o número de votos válidos dados ao partido pelo número de vagas conseguidas mais um, sendo que o partido que conseguir a maior média leva mais uma vaga – esse passo é repetido até que se preencham todas as vagas. Na prática, a primeira vaga extra é dada para o partido B, pois ele consegue a maior média, (**A:** 80.000 votos ÷ 6 vagas preenchidas no primeiro passo mais um = média de 11.428; **B:** 60.000 votos ÷ 4 vagas mais um = média de 12.000; e C = 14.000 ÷ 1 vaga mais um = média de 7.000). Agora, A tem 6 vagas, B tem 5 vagas e C continua com 1 vaga, sobrando ainda uma vaga para completar o total de 13. Essa última vaga é de A, pois é ele que passa a ter a maior média, calculada na forma do art. 109 do CE (**A:** 80.000 votos ÷ 6 vagas mais um = média de 11.428; **B:** 60.000 votos ÷ 5 vagas mais um = média de 10.000; C = 14.000 ÷ 1 vaga mais um = média de 7.000). Assim, ao final dos cálculos, o partido A conseguiu 7 vagas, B conseguiu 5 vagas, C conseguiu 1 vaga e D nenhuma.
Gabarito "A"

(Ministério Público/AM - 2008 - CESPE) A CF e o Código Eleitoral, ao tratarem das eleições para os diferentes cargos do Poder Legislativo, determinam que o sistema eleitoral brasileiro

(A) seja sempre proporcional, de listas abertas.
(B) seja distrital ou majoritário nas eleições municipais.
(C) varie de acordo com a circunscrição do pleito.
(D) seja, em regra, proporcional, de lista fechada.
(E) ocorra no sistema majoritário nas eleições para o Senado Federal.

O sistema proporcional com listas abertas aplica-se às eleições para a Câmara dos Deputados, para as Assembleias Legislativas e Câmara Distrital, e para as Câmaras de Vereadores – arts. 45, 27, § 1º, e 32, § 3º, todas da CF e art. 84 do CE. As eleições do Presidente, dos Senadores, dos Governadores e dos Prefeitos seguem o sistema majoritário – arts. 28, 29, I, 46, e 77, todos da CF.
Gabarito "E"

(Ministério Público/RN - 2009 - CESPE) O Brasil adota, com pioneirismo, o sistema eletrônico de votação. A respeito da disciplina legal de exercício do sufrágio e suas circunstâncias, assinale a opção correta.

(A) A urna eletrônica apresenta ao eleitor, para o primeiro voto, os painéis relativos às eleições majoritárias.
(B) O voto em trânsito é admitido, desde que justificada sua necessidade.
(C) Parente de candidato não pode ser indicado como fiscal de partido político.
(D) Servidores de uma mesma repartição pública são proibidos de integrar uma mesa receptora como presidente e mesário.
(E) Cada fiscal partidário somente pode atuar perante uma única seção eleitoral.

A: incorreta, uma vez que o art. 59, § 3°, da Lei 9.504/1997 dispõe que a eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, em seguida, os referentes às eleições majoritárias; **B:** incorreta, uma vez que não é preciso justificativa, basta que o eleitor se habilite perante qualquer cartório eleitoral no período de 15 de julho a 15 de agosto, com título de eleitor e documento de identificação. A votação poderá ser apenas para presidente da República e desincumbirá o eleitor de justificar o voto para votação aos demais cargos. O eleitor poderá votar em qualquer capital brasileira, conforme dispõe o art. 233-A do CE; **C:** incorreta, uma vez que a proibição não recai sobre o parentesco indicado. O art. 65 da Lei 9.504/1997 dispõe que a escolha de fiscais e delegados, pelos partidos ou coligações, não poderá recair em menor de dezoito anos ou em quem, por nomeação do Juiz Eleitoral, já faça parte de Mesa Receptora; **D:** correta, conforme disposição do art. 64 da Lei 9.504/1997; **E:** incorreta, pois o art. 65, § 1°, da Lei 9.504/1997 dispõe sobre a possibilidade do fiscal nomeado poder atuar com sua fiscalização em mais de uma Seção Eleitoral, no mesmo local de votação.
Gabarito "D"

(Ministério Público/RO - 2008 - CESPE) No que concerne à disciplina do processo eleitoral, nos termos definidos no Código Eleitoral, assinale a opção correta.

(A) Eleitor domiciliado no exterior poderá votar nas eleições municipais, desde que cadastrado tempestivamente na respectiva embaixada.
(B) As mesas eleitorais do exterior serão organizadas pela seção consular do TSE.
(C) Se, em determinada eleição, os eleitores anularem 25% dos votos e os votos anulados por fraude somarem 25% mais um, a justiça eleitoral deve anular a eleição e convocar outra.
(D) Quando houver recurso contra a diplomação de um candidato eleito, o seu mandato será suspenso, por se encontrar "sub judice".
(E) Nulidade do processo eleitoral não pode ser alegada por quem lhe deu causa ou por quem dela se aproveitou.

A: incorreta, uma vez que o eleitor domiciliado no exterior somente poderá votar nas eleições para Presidente e vice – art. 225 do CE; **B:** incorreta, pois as seções eleitorais serão instaladas nas sedes das Embaixadas e dos Consulados-gerais, em regra – art. 225, § 1º, do CE; **C:** incorreta. Somente há nova eleição se houver nulidade (o que não inclui votos anulados pelos eleitores) de votos correspondentes a mais de 50% do total – art. 224 do CE; **D:** incorreta. Enquanto o TSE não julgar o recurso interposto, o eleito exercerá plenamente o seu mandato – art. 216 do CE; **E:** correta (art. 219, parágrafo único, do CE).
Gabarito "E"

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Em relação à atuação da jurisdição eleitoral, assinale a opção correta.

(A) Cada seção eleitoral pode possuir quantas mesas receptoras forem necessárias à coleta de votos.
(B) Os integrantes das mesas receptoras devem obrigatoriamente ser eleitores da própria seção eleitoral.
(C) Um município pode concentrar diversas zonas eleitorais, conforme demarcação feita pelo respectivo tribunal regional eleitoral, que, entretanto, deve ser aprovada pelo TSE.
(D) Se o membro da mesa receptora que não comparecer ao local da realização do pleito sem justa causa for servidor público, a pena de multa prevista no Código Eleitoral será cobrada em dobro.

A: incorreta – deve haver uma mesa receptora para cada seção eleitoral – art. 119 CE; **B:** incorreta – os mesários serão **preferencialmente** eleitores da própria seção – art. 120, § 2º, da CE; **C:** correta – art. 30, IX, da CE; **D:** incorreta – se o faltoso for servidor público, a pena será de suspensão até 15 dias – art. 124, § 2º, da CE.
Gabarito "C"

6. PROPAGANDA ELEITORAL E RESTRIÇÕES NO PERÍODO ELEITORAL

(Magistratura/AL – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta quanto ao acesso gratuito de partido político à propaganda eleitoral no rádio e na TV no ano em que não ocorrem eleições.

(A) Em caso de aliança político-eleitoral, é admitida a participação em programa de propaganda partidária de pessoa filiada a outro partido.
(B) O partido deve-se referir necessariamente a um propósito eleitoral, desde que nacional.
(C) É proibida a propaganda eleitoral paga, seja em rádio, seja em TV.
(D) Eleições partidárias internas não podem ser divulgadas.
(E) Somente partido político que tenha superado a cláusula de barreira tem direito à propaganda eleitoral gratuita em ano não eleitoral.

A: incorreta – não é permitida a participação de pessoa filiada a outro partido – art. 54 da LE e art. 45, § 1º, I, da LPP; **B:** incorreta – não há essa restrição – art. 45, I a III, da LPP; **C:** correta – art. 44 da LE e art. 45, § 3º, da LPP; **D:** incorreta – é possível essa divulgação – art. 45, II, da LPP; **E:** incorreta – a cláusula de barreira foi declarada inconstitucional pelo STF – arts. 48 e 49 da LPP, ver ADIs 1.351/DF e 1.354/DF.
Gabarito "C"

(Ministério Público/RO - 2008 - CESPE) Quanto às restrições impostas pela Lei Eleitoral — Lei n.º 9.504/1997 — ao Poder Executivo em função da proximidade de eleições, assinale a opção correta.

(A) É vedado ao presidente da República usar cadeia nacional de rádio e TV no ano em que ocorrem eleições municipais.
(B) No ano eleitoral, deputados e senadores são proibidos de divulgar seu mandato com materiais custeados pela Casa Legislativa, ainda que limitados à sua cota.
(C) O uso de avião oficial pelo presidente candidato a eleição presidencial é permitido, inclusive em campanha eleitoral, condicionado a ressarcimento.
(D) O descumprimento por agente público das condutas vedadas pode implicar inelegibilidade, mas não configura improbidade.
(E) Nos três meses que antecedem o pleito, é vedado ao presidente da República realizar transferências voluntárias de recursos aos estados e municípios destinadas ao pagamento de obrigação formal preexistente relativa a obras em andamento.

A: incorreta, pois as vedações referem-se à esfera em que ocorre a eleição (municipal), não impedindo, em princípio, que o Presidente da República faça pronunciamento em rede nacional – art. 73, VI, *c*, da LE; **B:** incorreta, uma vez que, se não há excesso em relação à cota fixada pelos regimentos e normas internas, não há vedação – art. 73, II, da LE; **C:** correta (arts. 73, § 2º, e 76, § 1º, ambos da LE); **D:** incorreta; a prática de conduta vedada caracteriza ato de improbidade administrativa – art. 73, § 7º, da LE; **E:** incorreta; pois a vedação não se aplica em caso de obrigação formal preexistente relativa a obra em andamento – art. 73, VI, *a*, da LE.
Gabarito "C"

7. PRESTAÇÃO DE CONTAS, DESPESAS, ARRECADAÇÃO, FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Quanto a financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, é correto afirmar que

(A) as prestações de contas dos candidatos, tanto às eleições majoritárias quanto às proporcionais, deverão ser feitas pelo próprio candidato.
(B) qualquer eleitor poderá realizar gastos em apoio a candidato de sua preferência, nos valores e limites que julgar adequados, devendo o candidato favorecido prestar contas na forma disciplinada pela justiça eleitoral.
(C) é permitido, a partido e a candidato, receber doação em dinheiro, ou estimável em dinheiro, de entidade de classe ou sindical, até a quantia equivalente a 1.000 UFIR.
(D) comprovada a captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais, será negado diploma ao candidato, ou cassado, se já houver sido outorgado.

A: incorreta – nas eleições majoritárias, as prestações de contas serão feitas por intermédio do comitê financeiro e nas proporcionais, pelo comitê financeiro ou pelo candidato – art. 28, § § 1º e 2º, da Lei nº 9.504/97; **B:** incorreta – até a quantia de 1.000 UFIR, os gastos não estão sujeitos a contabilização, desde que não reembolsados – art. 27 da Lei nº 9.504/97; **C:** incorreta – é vedado receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou valor estimável em dinheiro, procedente de entidade de classe ou sindical – art. 24, VI, da Lei nº 9.504/97; **D:** correta – art. 30-A, § 2º, da Lei nº 9.504/97.
Gabarito "D"

8. COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

(Magistratura/AC – 2008 – CESPE) A respeito da organização e do funcionamento da justiça eleitoral, nos termos disciplinados no Código Eleitoral, assinale a opção correta.

(A) O juiz eleitoral é competente para proceder ao registro de candidatos às eleições municipais.
(B) A jurisdição eleitoral pode ser corretamente assinalada a um juiz do trabalho.
(C) Uma pessoa designada para o cargo de escrivão eleitoral não pode ser irmão de candidato às eleições que ocorrerem no mesmo período dessa designação. Não há, entretanto, qualquer restrição legal quanto à relação de matrimônio nesse caso.
(D) A expedição de títulos eleitorais e a transferência de domicílios eleitorais competem exclusivamente aos tribunais eleitorais.

A: correta – art. 35, XII, do CE; **B:** incorreta – a jurisdição eleitoral é exercida pelo juiz de direito – art. 32, *caput*, do CE; **C:** incorreta – há impedimento também quanto ao cônjuge candidato – art. 33, § 1º, do CE; **D:** incorreta – o juiz eleitoral tem competência para expedição de títulos e transferência de eleitores – art. 35, IX, do CE.
Gabarito "A"

(Analista – TRE/MA – 2009 – CESPE) Considerando a hipótese de que Antônio seja juiz federal e se candidate a juiz do TRE de determinada unidade da Federação, assinale a opção correta.

(A) É possível a pretensão de Antônio, desde que a sua indicação seja do STJ.
(B) É impossível a pretensão de Antônio, pois juiz de primeira instância não integra TRE.
(C) É impossível a pretensão de Antônio, pois juiz ou desembargador de TRF não integra TRE.
(D) Uma única vaga de TRE é destinada a juiz de TRF, onde houver.
(E) Desde que a indicação de Antônio seja do STF, é possível a pretensão desse magistrado.

Art. 120, § 1º, II, da CF/88.
Gabarito "D"

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Com relação aos instrumentos de combate ao abuso de poder nas eleições, assinale a opção correta.

(A) O recurso contra a expedição de diploma é cabível no prazo de quinze dias após a realização do pleito eleitoral.
(B) O prazo máximo para propositura da ação de impugnação de mandato eletivo é de trinta dias, contados da eleição.
(C) A captação ilícita de sufrágio se configura quando se está diante de ato ocorrido entre a convenção partidária para escolha dos candidatos e o dia da eleição, inclusive.
(D) É proibida a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral.

A: incorreta – sempre que a Lei não fixar prazo especial, 03 dias da publicação de ato, resolução ou despacho – art. 258 da CE; **B:** incorreta – prazo de 15 dias contados da diplomação – art. 14, § 10, da CF/88; **C:** incorreta – "desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive" – art. 41-A da Lei nº 9.504/97; **D:** correta – art. 39, § 7º, da Lei nº 9.504/97.
Gabarito "D"

9. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Com relação ao Ministério Público (MP) na jurisdição eleitoral, assinale a opção correta.

(A) Os procuradores regionais eleitorais poderão requisitar, de ofício, para auxiliá-los nas suas funções, membros do MP local, que terão livre assento nas sessões do tribunal respectivo.
(B) O MP Eleitoral possui competência para emitir parecer nos feitos eleitorais, mas não para pedir abertura de investigação judicial visando apurar a utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social em benefício de candidato, pois esta é uma competência exclusiva dos partidos políticos, coligações e candidatos.
(C) O representante do MP que, nos quatro anos anteriores ao pleito, tenha exercido atividade político-partidária, está impedido de impugnar o registro de candidato.
(D) A procuradoria regional junto a cada tribunal regional eleitoral (TRE) estará a cargo do procurador da República no respectivo estado e, onde houver mais de um, daquele que for designado pelo presidente do TRE.

A: incorreta – a requisição não é feita de ofício, mas mediante prévia autorização do Procurador-Geral, e os membros do MP local requisitados não terão assentos nas sessões do Tribunal – art. 27, § 4º, da CE; **B:** incorreta – art. 22 da LC/90; **C:** correta – art. 3º, § 2º, da LC 64/90; **D:** incorreta – nos Estados em que haja mais de um procurador, servirá como procurador regional junto a cada Tribunal Regional Eleitoral aquele que for designado pelo Procurador-Geral Regional – art. 27 da CE.
Gabarito "C"

10. AÇÕES, RECURSOS, IMPUGNAÇÕES

Veja a seguinte tabela resumida com as principais ações cíveis eleitorais e os recursos cabíveis:

Principais Ações Cíveis Eleitorais e Recursos		
	Cabimento – observações	**Prazo**
Ação de Impugnação de Registro de Candidatura - AIRC Art. 3º da Lei da Inelegibilidade – LI (LC 64/1990)	– Para impugnar registro de candidatura – Rito do próprio art. 3º e seguintes da Lei da Inelegibilidade – LI (LC 64/1990) – Súmula 11/TSE: no processo de registro de candidatos, o partido que não o impugnou não tem legitimidade para recorrer da sentença que o deferiu, salvo se se cuidar de matéria constitucional	5 dias da publicação do pedido de registro
Ação de Investigação Judicial Eleitoral – AIJE Art. 22 da LI	– Declaração de inelegibilidade por uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político – Rito do próprio art. 22 da LI – A legitimidade ativa para a representação é de qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral – Se for julgada procedente antes das eleições, há cassação do registro do candidato diretamente beneficiado. Se for julgada procedente após as eleições, o MP poderá ajuizar AIME e/ou RCED	Entre o registro da candidatura e a diplomação
Ação de Impugnação de Mandato Eletivo – AIME Art. 14, § 10, da CF	– Casos de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude – Rito da LI, mas a cassação de mandato tem efeito imediato (não se aplica o art. 15 da Lei de Inelegibilidade) – A AIME deve ser instruída com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, mas o TSE tem entendimento de que não se trata de prova pré-constituída, sendo exigidos apenas indícios idôneos do cometimento desses ilícitos – ver RESPE 16.257/PE-TSE	Em até 15 dias da diplomação
Recurso contra a Expedição de Diploma - RCED Art. 262 do CE	– Casos de inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato; errônea interpretação da Lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional; erro de direito ou de fato na apuração final, quanto à determinação do quociente eleitoral ou partidário, contagem de votos e classificação de candidato, ou a sua contemplação sob determinada legenda; concessão ou denegação do diploma em manifesta contradição com a prova dos autos, nas hipóteses do art. 222 do CE e do art. 41-A da LE – Não há requisito de prova pré-constituída – ver RCED 767/SP-TSE	3 dias contados da diplomação
Representação Arts. 30-A, 41-A, 73 a 77 da LE	Casos de: – ilícitos na arrecadação e nos gastos de campanha (art. 30-A da LE) – captação de sufrágio (compra de voto – art. 41-A da LE) – condutas vedadas a agentes públicos em campanhas (arts. 73 a 77 da LE) – Rito ordinário eleitoral (art. 22 da LI), ou rito sumário do art. 96 da LE para o caso das condutas vedadas – A demonstração da potencialidade lesiva é exigida apenas para a prova do abuso do poder econômico, mas não para a comprovação de captação ilícita de sufrágio (= compra de votos) – ver RCED 774/SP-TSE e RO 1.461/GO	– até 15 dias da diplomação, no caso de ilícitos na arrecadação e nos gastos de campanha – até a diplomação, no caso de captação ilícita de sufrágio – até a eleição, no caso das condutas vedadas – recursos contra a decisão em 3 dias
Ação Rescisória Eleitoral Art. 22, I, *j*, do CE	– Casos de inelegibilidade – Proposta no TSE – Possibilita-se o exercício do mandato eletivo até o seu trânsito em julgado	120 dias da decisão irrecorrível
Direito de resposta Art. 58 da LE	Casos de candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social	– 24 horas, horário eleitoral gratuito – 48 horas, programação normal de rádio e televisão – 72 horas, órgão de imprensa escrita – Recurso em 24 horas da publicação em cartório ou sessão
Recursos Inominados –Art. 96, § 4º, da LE –Art. 8º da LI –Arts. 29, II, e 265, c/c art. 169 do CE	Contra decisões de juízes e juízes auxiliares, atos e decisões das juntas eleitorais, e decisões em *habeas corpus* ou mandado de segurança	– 24 horas (art. 96, § 8º, da LE) da publicação em cartório ou sessão – 3 dias da publicação em cartório (art. 8º da LI)
Recurso Especial Art. 276, I, do CE	Contra decisões dos TREs proferidas contra expressa disposição de lei; ou quando ocorrer divergência na interpretação de Lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.	3 dias da publicação da decisão

Recurso Extraordinário contra decisão do TSE Art. 281 do CE	Violação à Constituição Federal	3 dias – art. 12 da Lei 6.055/1974, ver AI 616.654 AgR/SP-STF.
Agravo de Instrumento Arts. 279 e 282 do CE	Denegação de RESPE ou de RE	3 dias para peticionar mais 3 dias para formar o instrumento
Recurso ordinário para o TSE ou para o STF Arts. 276, II, e 281 do CE	Julgamentos originários dos TREs (sobre expedição de diplomas nas eleições federais e estaduais ou relativos a HC ou MS) ou do TSE	3 dias da publicação da decisão ou da sessão da diplomação

(Ministério Público/RN - 2009 - CESPE) Com relação aos recursos apresentados em processos eleitorais contra decisões da justiça eleitoral, assinale a opção correta.

(A) Os recursos são, em regra, preclusivos.
(B) O conhecimento do recurso pelo tribunal tem efeito suspensivo.
(C) Em caso de inelegibilidade, não deve ser conhecido recurso contra expedição de diploma.
(D) Recurso somente é submetido ao plenário do tribunal após manifestação escrita do MP, sob pena de nulidade da decisão.
(E) Recurso contra decisão que denega habeas corpus é de competência exclusiva do STF.

De fato, a única alternativa correta é apresentada pela assertiva A, vez que em consonância com o que dispõe o art. 26-C da LC 64/1990.
Gabarito "A"

11. CRIMES ELEITORAIS

(Ministério Público/RN - 2009 - CESPE) Com relação ao papel do Ministério Público Eleitoral nos processos relativos a crimes eleitorais, assinale a opção correta.

(A) Ocorrendo infração penal, o MP deve agir de acordo com o delito, e sua ação depende de representação do ofendido.
(B) Não são admitidas denúncias verbais, devendo a comunicação do delito ser subscrita por eleitor da mesma circunscrição em que ocorre a eleição.
(C) As infrações penais tipificadas no Código Eleitoral são de ação pública.
(D) Verificada infração penal, o MP conduz investigação reservada e propõe a ação caso o candidato acusado seja eleito.
(E) A inação do MP, quando provocado, é punida com o imediato afastamento do promotor responsável das lides eleitorais.

A: incorreta, uma vez que o art. 355 do CE dispõe que todas as infrações por ele definidas são de ação penal pública, não sendo necessário representação; **B:** incorreta, pois o art. 356, § 1°, do CE admite esta possibilidade; **C:** correta, conforme art. 355 do CE; **D:** incorreta, vez que o art. 357 do CE dispõe que verificada a infração penal, o Ministério Público oferecerá a denúncia dentro do prazo de 10 (dez) dias; **E:** incorreta, vez que o art. 357, § 3°, do CE disciplina que se o órgão do Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo legal representará contra ele a autoridade judiciária, sem prejuízo da apuração da responsabilidade penal.
Gabarito "C"

(Ministério Público/RN - 2009 - CESPE) Com relação às disposições legais inscritas no Código Eleitoral e aos crimes eleitorais, assinale a opção correta.

(A) Juiz de direito, ainda que não seja juiz eleitoral, pode ser considerado, para efeitos penais, membro da justiça eleitoral, caso colabore com as eleições.
(B) A liberdade de expressão assegurada aos candidatos exclui os crimes contra a honra do processo eleitoral.
(C) Cidadãos estrangeiros podem participar do processo eleitoral brasileiro, desde que autorizados por partido político regularmente registrado.
(D) O abandono do serviço eleitoral por mesário implica a prática de mera infração administrativa.
(E) É admitida a prova da verdade na hipótese de crime de calúnia contra chefe de Estado estrangeiro.

A: correta, já que o art. 283, § 1°, do CE dispõe que se considera funcionário público, para os efeitos penais, além dos indicados no presente artigo, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública; **B:** incorreta, uma vez que previstas as condutas contra a honra do art. 242, IX e 324, ambos do CE; **C:** incorreta, uma vez que o art. 14, § 2°, da Constituição Federal dispõe que não podem se alistar como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos; **D:** incorreta, vez que o art. 344 do CE traz a tipificação da recursa ou o abandono do serviço eleitoral sem justa causa, dispondo como pena a detenção até dois meses ou pagamento de 90 a 120 dias-multa; **E:** incorreta, uma vez que o art. 324, § 2º, II, do CE disciplina sobre a não admissão da prova da verdade nestas circunstâncias.
Gabarito "A"

12. TEMAS COMBINADOS E OUTRAS MATÉRIAS

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Com respeito aos partidos políticos, à propaganda e ao processo eleitoral, assinale a opção correta.

(A) As normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações serão estabelecidas, por meio de resoluções, pela justiça eleitoral.
(B) Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais até o dobro do número de lugares a preencher.
(C) Os partidos políticos poderão, quando imprescindível, em face da absoluta carência de recursos de eleitores da zona rural, fornecer-lhes refeições, correndo, nessa hipótese, as despesas por conta do fundo partidário.
(D) A propaganda eleitoral no rádio e na televisão deve restringir-se ao horário gratuito, vedada a veiculação de propaganda paga.

A: incorreta – art. 7º da Lei nº 9.504/97; **B:** incorreta – art. 10 da Lei nº 9.504/97; **C:** incorreta – art. 8º da Lei nº 6.091/74; **D:** correta – art. 44 da Lei nº 9.504/97.
Gabarito "D"

(Analista – TRE/GO – 2008 – CESPE) Acerca da diplomação dos eleitos e dos recursos eleitorais, assinale a opção correta.

(A) São preclusivos os prazos para interposição de recurso, mesmo quando nele se discute matéria constitucional.
(B) Tanto os candidatos eleitos como os respectivos suplentes receberão diploma no qual constará o nome do candidato, a legenda pela qual concorreu, o cargo para o qual foi eleito ou sua classificação como suplente.
(C) Enquanto o TSE não decidir o recurso interposto contra a expedição do diploma, o diplomado não poderá exercer o mandato em toda a sua plenitude.
(D) Somente caberá recurso contra a expedição de diploma nos casos de inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato e de errônea interpretação da Lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional.

A: incorreta – salvo quando neste se discutir matéria constitucional – art. 259 da CE; **B:** correta – art. 215, parágrafo único, da CE; **C:** incorreta – art. 216 da CE; **D:** Incorreta, vez que com a nova sistemática inaugurada pela Lei 12.891/2013, que revogou os incisos I ao IV do art. 262 do Código Eleitoral, o recurso contra expedição de diploma caberá somente nos casos de inelegibilidade superveniente ou de natureza constitucional e de falta de condição de elegibilidade.
Gabarito "B"

33. Direito Agrário

Henrique Subi e Wander Garcia*

1. ASPECTOS HISTÓRICOS

(Ministério Público/AM – 2008 – CESPE) Pode-se dizer que, no Brasil, a história do regime jurídico da propriedade imóvel iniciou-se pela instalação de sistema fundiário com raízes feudais, baseado nos institutos das capitanias hereditárias e das sesmarias. Esse regime foi progressivamente substituído pelo sistema liberal de propriedade privada, que ganhou maior visibilidade com a promulgação da Lei de Terras – Lei nº 601/1850 – e se consolidou com o advento do Código Civil de 1916. A respeito da posterior evolução desse processo, ao longo do século XX, no Brasil, assinale a opção correta.

(A) A propriedade imóvel recuperou progressivamente seu caráter de bem estatal, em detrimento da autonomia individual que caracteriza o direito privado.

(B) O Código Civil de 1916, por estabelecer um domínio privado composto por *jus utendi*, *fruendi* e *abutendi*, finalmente permitiu que fosse instituído um registro geral de terras privadas e uma legislação sobre hipotecas, já que, antes do advento da República, inexistia lei que autorizasse a livre disposição dos imóveis para formar garantia real.

(C) A crescente percepção dos aspectos sociais e econômicos relacionados aos direitos sobre coisas levou ao abrandamento doutrinário do caráter absoluto do direito de propriedade privada, compatibilizando-o com a ideia de função social da propriedade.

(D) A propriedade privada progressivamente deixou de ser um instituto predominantemente disciplinador de direito individual sobre bens corpóreos e passou a designar o poder do indivíduo sobre todos os elementos de seu patrimônio, permitindo a titularidade de créditos, contratos e outros direitos similares sob tal regime jurídico.

(E) A concepção da terra como unidade econômica essencialmente voltada para a produção de bens agrários fez que a legislação a respeito de direitos reais sobre imóveis se dividisse em dois códigos, o Código Civil, para imóveis urbanos, e o Estatuto da Terra, para imóveis rurais.

A: incorreta. A Constituição Federal estabelece de forma clara e com *status* de direito fundamental a propriedade privada; **B:** incorreta. A gravação de imóvel por ônus real remonta a tempos anteriores ao Código Civil; **C:** correta. De fato, a legislação brasileira, hoje, incluindo a Constituição Federal, o Estatuto da Terra e o Código Civil, abranda o caráter absoluto do direito de propriedade, para que este seja exercido em razão e nos limites da função social da propriedade; **D:** incorreta. É fato que bens incorpóreos também se submetem ao regime jurídico da propriedade, mas isso não se relaciona com a evolução do Direito Agrário; **E:** incorreta. O Código Civil é aplicado subsidiariamente às determinações constantes do Estatuto da Terra, não havendo a dicotomia sugerida pela alternativa.
Gabarito "C"

(Ministério Público/RO – 2008 – CESPE) A respeito das fases que demarcam a história da estrutura fundiária brasileira, assinale a opção correta.

(A) O período de sesmarias caracterizou-se por legislação colonial feita especialmente para o Brasil. Nesse período, a Coroa mantinha o domínio das terras e concedia apenas o seu uso aos sesmeiros, que deveriam confirmar a efetiva ocupação dos imóveis, tornando-os produtivos.

(B) O período das posses, que se iniciou com a independência do Brasil, implicou a revogação do sistema das sesmarias, que, entretanto, não foi substituído por institutos que disciplinassem a atribuição de domínio das terras, apesar de a Constituição de 1824 garantir o direito de propriedade.

(C) Com a edição da Lei de Terras – Lei n. 601/1850 –, o regime de posses foi afastado, tendo-se atribuído a propriedade de terras a todos que demonstrassem título anterior ou posse, permitindo-se também a usucapião de terras devolutas ainda não ocupadas.

(D) O Código Civil de 1916 consolidou o parâmetro republicano, estabelecendo um cadastro geral de terras, públicas e particulares, e determinando que elas deveriam ser inscritas, sem distinção, no Registro de Imóveis.

(E) A Constituição de 1988 inovou, ao instituir a ideia da função social da propriedade no direito brasileiro, pela qual a posição do proprietário compreende, além de direitos, deveres que condicionam a manutenção e o exercício dessas prerrogativas.

A ordem correta das fases históricas da estrutura fundiária no Brasil é a seguinte: a) regime das *sesmarias* (a partir de 1531 – quem cumpria os requisitos, recebia o domínio útil da coisa); b) regime das *posses* (época de grande insegurança, prevalecendo a lei do mais forte); c) regime da *propriedade privada* (iniciado com a Lei de Terras – Lei 601/1850). Incorretas, portanto, as alternativas "A" e "C" e correta a alternativa "B". A letra "D" está incorreta porque o Código Civil de 1916 não trouxe qualquer disposição nesse sentido. A alternativa "E" está incorreta porque o conceito de função social da propriedade é anterior à Constituição Federal de 1988, já podendo ser encontrado, por exemplo, no art. 2º, § 1º, do Estatuto da Terra.
Gabarito "B"

2. CONCEITOS E PRINCÍPIOS DO DIREITO AGRÁRIO

(Procurador do Estado/PI – 2008 – CESPE) Acerca das classificações legais aplicáveis ao imóvel rural, é correto afirmar que o conceito de

(A) propriedade familiar é basilar ao direito agrário, sendo sua extensão fixada por pluralidade de módulos rurais para cada região econômica.

(B) média propriedade rural se refere a imóveis com extensão de seis a quinze módulos rurais.

(C) pequena propriedade rural está compreendido entre um e quatro módulos rurais

(D) minifúndio se refere a imóvel de extensão inferior à propriedade familiar.

(E) latifúndio se define pelos imóveis com extensão superior à média propriedade rural.

A: incorreta, pois sua extensão é fixada em função da região e do *tipo de exploração* (art. 4º, II, da Lei 4.504/1964); **B:** incorreta, pois a média propriedade rural tem entre 4 e 15 módulos *fiscais* (art. 4º, III, da Lei 8.629/1993); **C:** incorreta, pois a pequena propriedade rural tem entre 1 e 4 módulos *fiscais* (art. 4º, II, da Lei 8.629/1993); **D:** correta (art. 4º, IV, da Lei 4.504/1964); **E:** incorreta (art. 4º, V, *b*, da Lei 4.504/1964).
Gabarito "D"

* **Henrique Subi** comentou a questão do concurso de Cartório/PI – 2013. **Henrique Subi** e **Wander Garcia** comentaram as demais;

3. USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL

(Ministério Público/AM – 2008 – CESPE) A usucapião rural constitucional

(A) não decorre do Código Civil, mas diretamente da CF, razão pela qual a ela não se aplica a concepção de prescrição aquisitiva.
(B) incidirá independentemente da natureza pública ou particular do imóvel. **(C)** não será reconhecida ao mesmo possuidor mais de uma vez.
(D) decorre de situação de posse qualificada, em que se exige, além do exercício de poderes inerentes ao domínio, o fato de tornar o imóvel rural produtivo.
(E) pode ser exercida por proprietário de imóvel, quanto à terra rural de até 50 hectares, contígua a sua gleba, se ele a possuir como sua por pelo menos cinco anos, sem oposição, nela fixando sua moradia.

A: incorreta, pois, além de na CF (art. 191), a usucapião rural está prevista no art. 1.239 do Código Civil, envolvendo, como em toda usucapião, a chamada prescrição aquisitiva; **B:** incorreta, pois só incide sobre bem privado (art. 191, parágrafo único, da CF); **C:** incorreta, pois não há essa limitação no texto constitucional (art. 191 da CF), ao contrário do que ocorre com a usucapião especial *urbana* (art. 183, § 2º, da CF). **D:** correta, pois a frase "exercício dos poderes inerentes ao domínio" traz o conceito de *posse*, a qual é exigida, sendo que o art. 191 exige que a terra se torne produtiva pelo trabalho do possuidor ou de sua família; **E:** incorreta, pois a usucapião especial rural não se aplica ao possuidor que já for proprietário de imóvel urbano ou rural.
Gabarito "D"

4. DESAPROPRIAÇÃO PARA A REFORMA AGRÁRIA

Texto para as próximas duas questões

Em 27.10.2006, Paulo e Lúcia, titulares da gleba denominada Fazenda Amapará, imóvel com tamanho correspondente a 50 módulos fiscais e no qual constam edificações, culturas e pastagens, subscreveram escritura pública de doação, pela qual transferem o imóvel, a título de adiantamento de legítima, aos seus cinco filhos, em partes iguais. Dois meses depois de lavrado o documento, foi editado decreto que declarou o imóvel como de interesse social, para fins de desapropriação para reforma agrária.

(Ministério Público/AM – 2008 – CESPE) Considerando a situação hipotética descrita no texto, assinale a opção correta.

(A) O decreto em questão pode ser editado pela unidade da Federação em que se situa o imóvel.
(B) Com a edição do decreto, os titulares perderam a posse direta do imóvel.
(C) A desapropriação poderá ser concretizada de forma amigável ou judicial.
(D) No procedimento judicial de desapropriação, a respectiva ação será proposta na justiça comum, em foro determinado pelo lugar do imóvel.
(E) O processo judicial de desapropriação se desenvolverá mediante rito sumário, com prazo de 10 dias para se contestar a ação.

A: incorreta, pois a competência para a desapropriação *por interesse social para fins de reforma agrária* é da União (art. 184, *caput*, da CF e art. 2º, *caput*, da Lei Complementar 76/1993); **B:** incorreta, pois o decreto é uma declaração da União de que esta pretende adquirir a coisa, não importando na perda da posse da coisa por parte de seus titulares; o expropriante pode, todavia, promover vistoria e avaliação do imóvel (art. 2º, § 2º, da Lei Complementar 76/1993); **C:** correta, pois a desapropriação pode se dar por acordo extrajudicial ou pelo ingresso com ação de desapropriação; em juízo, também poderá ser feito acordo (arts. 6º, § 5º, e 10, da Lei Complementar 76/1993); **D:** incorreta, pois havendo interesse da União, a ação correrá na Justiça Federal (art. 109 da CF e art. 2º, § 1º da Lei Complementar 76/1993); **E:** incorreta, pois, apesar de o rito ser sumário (art. 1º da Lei Complementar 76/1993), trata-se de *rito sumário de contraditório especial*, e o prazo para contestação é de 15 dias (art. 9º da Lei Complementar 76/1993).
Gabarito "C"

(Ministério Público/AM – 2008 – CESPE) Quanto aos critérios que serão utilizados para se decidir sobre a desapropriação judicial da gleba referida nos textos anteriores, assinale a opção correta.

(A) As benfeitorias necessariamente serão indenizadas em dinheiro, sendo vedado pagá-las em títulos da dívida agrária.
(B) Os títulos da dívida agrária entregues em pagamento do imóvel poderão ser resgatáveis em até dez anos, já que se trata de área de até três mil hectares.
(C) A referida gleba não poderá ser desapropriada se for devidamente provado que a sua exploração econômica é racional e atinge, simultaneamente, os graus exigidos de utilização da terra e de eficiência, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.
(D) O grau de utilização do imóvel é calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel, incluindo-se no conceito de área efetivamente utilizada aquelas de exploração extrativa vegetal ou florestal, bem como as de efetiva exploração de jazida mineral.
(E) O grau de eficiência na exploração do imóvel será calculado para produtos vegetais, com base na divisão entre a área efetivamente plantada de cada produto pelo índice de lotação estabelecido pelo órgão competente do Poder Executivo.

A: incorreta, pois as benfeitorias necessárias e úteis serão pagas em dinheiro, ao passo que as benfeitorias voluptuárias, não (art. 184, § 1º, da CF, art. 5º, § 1º, da Lei 8.629/1993 e art. 14 da Lei Complementar 76/1993); **B:** incorreta, pois, quanto a imóveis de até 3 mil hectares, os títulos poderão ser resgatados, a partir do segundo ano de emissão, *no prazo de 5 anos (art. 5º, § 4º, I, da Lei 8.629/1993)*; **C:** correta, nos termos do art. 6º da Lei 8.629/1993 e do art. 185, II, da CF, que proíbem a desapropriação de áreas produtivas; **D:** incorreta. A afirmativa é quase toda correta, porém a parte final – em que se diz que a efetiva exploração de *jazida mineral* inclui-se no conceito de *área efetivamente utilizada* – está incorreta, pois tal exploração não se encontra nesse conceito (art. 6º, § 3º, da Lei 8.629/1993); a área sob efetiva exploração mineral é considerada *não aproveitável* (art. 10, III, da Lei 8.629/1993); **E:** incorreta, por contrariar o disposto no art. 6º, § 2º, I, da Lei 8.629/1993.
Gabarito "C"

(Ministério Público/RO – 2008 – CESPE) Três proprietários de uma gleba, situada em zona de conflito agrário, foram notificados pelo INCRA, no mês de janeiro do corrente ano, a respeito de vistoria para levantamento de dados e informações, o que ocorreu no mesmo mês. No mês de junho, o imóvel foi ocupado por manifestantes que reivindicavam sua desapropriação para fins de reforma agrária. Em seguida, foi publicado decreto presidencial declarando o imóvel de interesse social para fins de desapropriação para reforma agrária. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) O decreto declaratório deve ser necessariamente precedido de procedimento administrativo em que a administração demonstre o interesse social necessário à desapropriação, garantindo-se, aos interessados, o contraditório e a ampla defesa.
(B) A ocorrência de ocupação do imóvel por manifestantes impede o prosseguimento da desapropriação, a qual somente poderá ser retomada se ocorrer posterior desocupação, ainda na vigência do decreto declaratório.
(C) Em razão da vistoria realizada, os condôminos estarão permanentemente impedidos de desmembrar a propriedade, sendo vedados, assim, os atos que busquem criar glebas menores que o limite permitido para essa espécie de desapropriação.

(D) Por decorrer de ato discricionário da administração, é vedada a apreciação e discussão quanto ao interesse social declarado, pelo que os interessados não poderão questionar a validade do decreto declaratório, seja na própria desapropriação ou mediante ação autônoma.

(E) A administração poderá celebrar acordo com os proprietários do imóvel declarado como de interesse social para fins de reforma agrária, desapropriando-o independentemente de prévia licitação ou propositura de ação judicial.

A: incorreta, pois não há contraditório e ampla defesa nessa fase pré-judicial, sendo necessário apenas comunicar por escrito o proprietário, de que haverá ingresso no imóvel para levantamento de dados e informações (art. 2º, § 2º, da Lei 8.629/1993); **B:** incorreta, pois "o imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações" (art. 2º, § 6º, da Lei 8.629/1993); **C:** incorreta, pois só não serão consideradas as modificações quanto ao domínio ocorridas até 6 meses da data da comunicação para o levantamento de dados e informações (art. 2º, § 4º, da Lei 8.629/1993); **D:** incorreta, pois, apesar do disposto no art. 9º da Lei Complementar 76/1993, é possível questionar a validade do decreto quanto às questões de legalidade deste na própria ação de desapropriação, sendo certo que, questões de alta indagação, como a violação ao princípio da moralidade, podem também ser discutidas em ação autônoma; **E:** correta, pois a desapropriação pode se dar por acordo extrajudicial ou pelo ingresso com ação de desapropriação; em juízo, também poderá ser feito acordo (arts. 6º, § 5º, e 10, da Lei Complementar 76/1993).

Gabarito "E"

34. Recursos Hídricos

Ana Paula Garcia, Henrique Subi e Rodrigo Saber*

1. POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) No que diz respeito à Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n. 9.433/1997), assinale a opção correta.

(A) Os planos de recursos hídricos são planos de curto prazo.
(B) Depende de outorga do poder público o uso de recursos hídricos para a satisfação de necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural.
(C) A competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União é do Poder Executivo federal, não podendo ser delegada.
(D) A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se, entre outros fundamentos, no de que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação dessa política e para atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
(E) A centralização da obtenção e produção de dados e informações é um dos princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

A: incorreta. Nos termos do art. 7º da Lei 9.433/1997, os Planos de Recursos Hídricos são planos de **longo** prazo; **B:** incorreta. Tal uso da água está expressamente dispensado da necessidade de outorga pelo art. 12, § 1º, I, da Lei 9.433/1997; **C:** incorreta. O art. 14 da Lei 9.433/1997 confere competência ao Poder Executivo federal e estadual (ou distrital) para a concessão da outorga do direito de uso da água e seu § 1º autoriza a delegação aos Estados ou DF da deliberação sobre recurso hídrico de domínio da União; **D:** correta, nos termos do art. 1º, V, da Lei 9.433/1997; **E:** incorreta. O art. 26, I, da Lei 9.433/1997 estabelece a descentralização da obtenção e produção de dados e informações como um dos princípios básicos do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.
Gabarito "D"

(Magistratura Federal/2ª região – 2009 – CESPE) A cobrança pelo uso de recursos hídricos visa

(A) instituir a água como bem econômico e impor ao usuário medidas restritivas de direitos quanto à outorga e à fruição dos recursos hídricos.
(B) incentivar a privatização dos mecanismos de distribuição da água, bem como das estações de tratamento.
(C) incentivar o reúso das águas servidas na produção de ração animal.
(D) estabelecer limites diários para a captação das águas superficiais.
(E) obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e das intervenções contempladas nos planos de recursos hídricos.

O art. 19 da Lei 9.433/1997 prevê três objetivos para a cobrança pelo uso de recursos hídricos: "I – reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; II – incentivar a racionalização do uso da água; e III – obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos".
Gabarito "E"

2. TEMAS COMBINADOS

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) A lei que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos enuncia que a água é um bem de domínio público. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

(A) Como a água é um dos elementos do meio ambiente, aplica-se a ela o enunciado da CF que qualifica o meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo.
(B) A água é um bem dominical do poder público e sua outorga implica a sua alienação parcial, para que seja exercido o direito de uso.
(C) Os recursos hídricos abrangem as águas superficiais – aquelas que são encontradas na superfície da terra (fluente, emergente e em depósito) –, mas não, as águas subterrâneas, que são as águas originadas do interior do solo (lençol freático).
(D) As águas pluviais, que procedem imediatamente das chuvas, pertencem ao dono do prédio onde caírem diretamente, sendo, no entanto, vetado o seu armazenamento, salvo se caírem em lugares ou terrenos públicos de uso comum.

A: correta (art. 1º, I, da Lei 9.433/1997 e art. 225, *caput*, da CF); **B:** incorreta, pois a água é um bem de domínio público, mas a sua outorga não implica alienação parcial; **C:** incorreta, pois os recursos hídricos abrangem também as águas subterrâneas (Lei 9.433/1997); **D:** incorreta, pois embora as águas pluviais procedam das chuvas, seu armazenamento não é vetado. Inclusive há um forte movimento no sentido de se incentivar projetos que contemplem a reutilização das águas pluviais (*vide* Projeto de Lei do Senado nº 411/2007).
Gabarito "A"

(Magistratura Federal/1ª Região – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta quanto à Política Nacional de Recursos Hídricos.

(A) A água é bem de domínio público, além de ser recurso natural limitado, dotado de valor econômico.
(B) A outorga de direito de uso, instrumento de gestão dos recursos hídricos, pode ser concedida por prazo não superior a 35 anos, renovável com alienação parcial das águas.
(C) Em caso de interrupção do abastecimento de água por mais de 72 horas, o poder público local poderá multar a empresa concessionária em decorrência da infração por ela praticada.
(D) A bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação do Sistema Nacional de Irrigação.
(E) O objetivo da PNRH é implementar os meios necessários para a cobrança pelo uso e pelo consumo de água no Brasil.

A: correta (art. 1º, I e II, da Lei 9.433/1997); **B:** incorreta, pois, apesar de o prazo máximo de outorga ser mesmo de 35 anos, renovável, não é possível alienar as águas, que são inalienáveis, podendo-se alienar apenas o direito ao seu uso (arts. 16 e 18 da Lei 9.433/1997); **C:** incorreta, pois a matéria não é tratada na PNRH (Lei 9.433/1997); sobre a interrupção dos serviços, *vide* o art. 40 da Lei 11.445/2007); **D:** incorreta, pois a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, e não do Sistema

* **Henrique Subi** comentou as questões dos concursos da Magistratura Estadual e do Ministério Público Estadual e **Ana Paula Garcia** comentou as demais questões. **Rodrigo Saber** comentou a questão de Juiz de Direito 2016.

Nacional de Irrigação (art. 1º, V, da Lei 9.433/1997); **E:** incorreta, pois a cobrança pelo uso da água é um instrumento da PNRH (art. 5º, IV, da Lei 9.433/1997), e não um objetivo desta (art. 2º da Lei 9.433/1997).
Gabarito "A"

(Magistratura Federal/2ª região – 2009 – CESPE) É objetivo do regime de outorga do direito de uso de recursos

(A) conceder direitos alternativos ao uso, ao consumo e à captação das águas servidas.
(B) assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício do direito de acesso a ela.
(C) autorizar a extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou como insumo de processo produtivo.
(D) aperfeiçoar o aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.
(E) regular os usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

Nos termos do art. 11 da Lei 9.433/1997, são objetivos da outorga do direito de uso de recursos hídricos: I - assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água; e II – assegurar o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. A alternativa "A" não encontra qualquer correspondência na legislação. As letras "C", "D" e "E" correspondem a usos de recursos hídricos que dependem da concessão da outorga (art. 12 da Lei 9.433/1997).
Gabarito "B"

36. Direito Urbanístico

Ana Paula Garcia, Henrique Subi, José Antonio Apparecido Junior e Wander Garcia*

1. ESTATUTO DAS CIDADES E INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Acerca das diretrizes gerais da política urbana, assinale a opção correta à luz do Estatuto da Cidade – Lei n. 10.257/2001.

(A) A desapropriação é instrumento de política urbana.
(B) O tombamento de imóveis não é considerado instrumento de política urbana.
(C) O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo suas diretrizes e prioridades estar incorporadas no plano plurianual e nas diretrizes orçamentárias, com exceção do orçamento anual.
(D) A lei que institui o plano diretor, aprovado por lei municipal, deve ser revista, pelo menos, a cada dois anos.
(E) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes.

A: correta, nos termos do art. 4º, V, "a", do Estatuto da Cidade; **B:** incorreta. O tombamento está expressamente incluído como um instrumento jurídico e político da política urbana no art. 4º, V, "d", do Estatuto da Cidade; **C:** incorreta. O plano diretor deve também ajustar-se à lei orçamentária anual (art. 40, § 1º, do Estatuto da Cidade); **D:** incorreta. A revisão é obrigatória a cada dez anos (art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade); **E:** incorreta. O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes (art. 41, I, do Estatuto da Cidade).
Gabarito "A"

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) No que concerne ao Estatuto da Cidade, assinale a opção correta.

(A) O Estatuto da Cidade é uma lei nacional de desenvolvimento urbano, exigida internacionalmente, e que regulamenta os instrumentos de política urbana que devem ser aplicados pelos municípios exclusivamente.
(B) Segundo o texto constitucional, o plano diretor é o instrumento básico, de âmbito regional, referente ao desenvolvimento e à expansão das cidades, e sua elaboração é atribuição dos estados.
(C) O plano diretor deve estabelecer diretrizes referentes a circulação, habitação, patrimônio histórico e genético e meio ambiente, bem como a outros aspectos relacionados com o desenvolvimento das cidades, como política educacional, taxa de mortalidade infantil e controle da natalidade.
(D) O Estatuto da Cidade é uma lei federal exigida constitucionalmente que regulamenta os instrumentos de política urbana que devem ser aplicados pela União, pelos estados e, especialmente, pelos municípios.

A: incorreta. O Estatuto da Cidade não estabelece obrigações apenas aos Municípios. Um exemplo disso são as obrigações trazidas à União, no bojo do art. 3º da lei; **B:** incorreta, pois a sua elaboração é competência do Município (art. 182, § 1º, da CF); **C:** incorreta, pois não é foco do Plano Diretor tratar do patrimônio genético, nem de políticas educacional e de saúde pública (art. 42 da Lei 10.257/01); **D:** correta (art. 182, § 1º, da CF e disposições da Lei 10.257/01).
Gabarito "D"

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) O plano diretor deve definir os critérios para a utilização dos instrumentos estabelecidos no Estatuto da Cidade. Esses critérios incluem os relativos a

(A) processo administrativo, parcerias público-privadas, concessão de licenças ambientais e alteração dos padrões de qualidade ambiental.
(B) outorga onerosa do direito de construir, operações urbanas consorciadas, transferência do direito de construir e zonas especiais de interesse social.
(C) outorga do direito de ocupação, licenciamento para a exploração dos recursos minerais, consórcios interestaduais, transferência de titulação do direito de propriedade rural e concessão de benefícios fiscais a associações de moradores.
(D) parcelamento do espaço aéreo, classificação das águas, localização dos sítios Ramsar e separação, coleta e processamento de material reciclável.

Art. 4º, V, *n*, *p*, *o* e *f*, do Estatuto da Cidade.
Gabarito "B"

(Procurador do Município/Natal-RN – 2008 – CESPE) De acordo com as diretrizes expressas no Estatuto da Cidade, no que se refere ao plano diretor, é essencial

(A) a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos econômicos e sociais, não apenas durante o processo de elaboração e votação, mas, sobretudo, na implementação e gestão das decisões.
(B) a participação das organizações não governamentais internacionais que atuam na defesa do meio ambiente no diagnóstico dos problemas socioambientais, no plano de manejo sustentável da reserva da biosfera, na criação das estações ecológicas, nos programas de reversão do superaquecimento global e na gestão das bacias hidrográficas.
(C) o engajamento da sociedade civil organizada e do movimento sindical na determinação da localização das zonas especiais de interesse social e na organização do acesso aos equipamentos públicos, bem como na escolha dos veículos utilizados no transporte dos portadores de necessidades especiais.
(D) o apoio dos partidos políticos, das agências de fomento, dos organismos internacionais e dos órgãos de segurança pública.

A: correta (arts. 40, § 4º, I, e 45, ambos do Estatuto da Cidade); **B** a **D:** incorretas, pois não estão contempladas na Lei 10.257/2001).
Gabarito "A"

* **Henrique Subi** comentou a questão do concurso de Cartório/RR – 2013. **Ana Paula Garcia**, **Henrique Subi** e **Wander Garcia** comentaram as demais questões. **José Antonio Apparecido Junior** comentou as questões Procurador do Estado 2016 e Juiz de Direito 2016.

38. Direito Educacional

Henrique Subi, Robinson Sakiyama Barreirinhas e Wander Garcia

1. NORMAS CONSTITUCIONAIS

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) Com base na legislação que trata de ensino, julgue o seguinte item.

(1) A educação infantil, por qualificar-se como direito fundamental de toda criança, não se expõe, em seu processo de concretização, a avaliações meramente discricionárias da administração pública, nem se subordina a razões de puro pragmatismo governamental.

1: Assertiva correta, pois a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive a educação infantil, implica vinculação para a autoridade competente, não discricionariedade, sob pena de responsabilidade em caso de não oferecimento ou de oferta irregular – 208, I e IV, e § 2º, da CF e arts. 5º, § 4º e 21, I, da LDB. Perceba que o atendimento de crianças de até 5 anos em creches ou pré-escolas (educação infantil), garantida pelo art. 208, IV, da CF, corresponde a direito subjetivo público, possibilitando inclusive a intervenção do Poder Judiciário – ver RE 554.075 AgR/SC.

Gabarito 1C

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) A respeito da autonomia universitária, julgue os itens seguintes.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. Antônio, militar do Exército brasileiro, foi transferido de ofício do Rio de Janeiro para Salvador, razão pela qual sua esposa e dependente, Maria, obteve vaga na Universidade Federal da Bahia no curso superior que frequentava em universidade particular carioca. Antes do término desse curso, Antônio foi novamente transferido, no interesse da administração, para o Distrito Federal, motivo pelo qual Maria pleiteou vaga na Universidade de Brasília. Nessa situação, o novo pleito de Maria não deve ser negado, independentemente de haver vaga ou da época do ano em que ocorreu, com fundamento na natureza da universidade particular de origem, pois se trata de fato irrelevante.

(2) Considere que determinado estudante tenha impetrado mandado de segurança contra ato omissivo do ministro da Educação em razão de seu diploma não ter sido expedido porque o curso de pós-graduação que esse estudante frequentou não estava credenciado no MEC. Nessa situação, o ministro não é autoridade competente para determinar a expedição do diploma, não detendo legitimidade passiva para a mencionada ação; a universidade tem autonomia específica para a prática desse ato.

(3) As universidades públicas federais, entidades da administração indireta, são constituídas sob a forma de autarquias ou fundações públicas. Seus atos, além de sofrerem a fiscalização do TCU, submetem-se ao controle interno exercido pelo MEC, porque tais universidades são subordinadas a esse ministério.

(4) A jurisprudência pátria, na hipótese em que houver conclusão de curso superior antes do trânsito em julgado da decisão em que se discuta a idoneidade do ato de matrícula do aluno, manifesta-se pela inaplicabilidade da teoria do fato consumado, uma vez que os requisitos legais devem ser analisados de forma definitiva pelo Poder Judiciário.

1: assertiva correta. O servidor federal estudante, civil ou militar, que for transferido de ofício, no interesse da administração (não a pedido, por interesse próprio), tem direito à matrícula em instituição de ensino congênere no local da nova residência, em qualquer época, independentemente de vaga. A mesma regra vale para cônjuge, companheiro, filhos, enteados e menores sob a guarda do servidor, com autorização judicial, que vivam com ele – art. 99 da Lei 8.112/1990 e art. 1º da Lei 9.536/1997. A regra das instituições congêneres implica transferência de entidade de ensino pública para outra pública ou de privada para outra privada, exceto se não houver no local da nova residência – ver ADI 3.324/DF e AgRg no REsp 1.103.539/PB. No caso descrito, a esposa do militar a ser transferido de ofício está matriculada em uma universidade pública (Federal da Bahia), de modo que tem direito a ingressar em outra universidade pública (= congênere) no local da nova residência, independentemente da existência de vaga. O fato de ela ter cursado, originariamente, universidade privada é, nesse contexto, irrelevante – ver REsp 877.060/DF, em que se tratou exatamente dessa situação (transferência da UFBA para a UNB, sendo que, originariamente, a aluna estudava em entidade privada); **2:** assertiva correta, conforme a interpretação dada pelo STF ao caso – ver RMS 26.369/DF; **3:** assertiva incorreta, no que se refere à subordinação. Embora vinculadas ao MEC, as universidades públicas federais não se subordinam ao Ministério, pois têm autonomia didático científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial – art. 207, *caput*, da CF. No mais, a assertiva é correta – art. 3º da Lei 7.596/1987, ver RMS 22.047 AgR/DF que trata exatamente dessa situação; **4:** incorreta, pois o STF adota a teoria do fato consumado, no caso – ver RE 429.906 AgR/SC.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) Com base na legislação que trata de ensino, julgue o seguinte item.

(1) A cobrança de matrícula como requisito para que o estudante possa cursar universidade federal viola disposto da CF, pois, embora configure ato burocrático, a matrícula constitui formalidade essencial para que o aluno tenha acesso à educação superior.

1: Assertiva correta. A Súmula Vinculante 12 do STF dispõe que a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal.

Gabarito 1C

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) Com base na legislação que trata de ensino, julgue o seguinte item.

(1) A jurisprudência do STF firmou-se no sentido da existência de direito subjetivo público de crianças de até cinco anos de idade ao atendimento em creches e pré-escolas. A referida corte consolidou, ainda, o entendimento de que é possível a intervenção do Poder Judiciário visando à efetivação desse direito constitucional.

1: Correta, pois é essa a jurisprudência do STF – ver RE 554.075 AgR/SC.

Gabarito 1C

(Procurador do Município/Boa Vista-RR – 2010 – CESPE) Considerando as disposições da CF quanto à matéria da educação, julgue os itens subsequentes.

(1) A CF dispõe que é direito público subjetivo o acesso ao ensino obrigatório e gratuito, sendo que a sua oferta irregular ou o não oferecimento pelo poder público é responsabilidade da autoridade competente.

(2) Em relação à organização da educação brasileira, a CF estabelece que a União, os estados, o DF e os municípios organizarão seus sistemas de ensino em regime de colaboração, cabendo aos municípios atuar, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil.

1: assertiva correta, pois reflete o disposto no art. 208, §§ 1º e 2º, da CF. A rigor, o não oferecimento ou a oferta irregular do ensino obrigatório pelo poder público **importa** responsabilidade da autoridade competente; **2:** correta, conforme o art. 211, *caput*, e § 2º, da CF.

Gabarito 1C, 2C

2. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) Em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), julgue o item seguinte.

(1) Os diplomas de mestrado e de doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades brasileiras que possuam cursos de mestrado e doutorado, reconhecidos e avaliados, ainda que não seja na mesma área de conhecimento.

1: Incorreta, pois a universidade que irá reconhecer o diploma estrangeiro deve possuir cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na **mesma** área de conhecimento e em nível equivalente ou superior – art. 48, § 3º, da LDB.

Gabarito 1E

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) Em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), julgue o item seguinte.

(1) Para efeitos de aposentadoria com redução de idade e tempo de contribuição garantida pela CF aos profissionais de educação, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

1: A assertiva é incorreta no que se refere aos profissionais vinculados ao regime geral da previdência social. Nesse caso, a redução de idade refere-se apenas ao tempo de contribuição, e não à idade do segurado – art. 201, § 8º c/c § 7º, I, da CF. No mais, a assertiva é correta – art. 67, § 2º, da LDB, art. 40, § 5º, da CF, ver ADI 3.772/DF, sendo inaplicável ao caso o disposto na Súmula 726/ STF.

Gabarito 1E

(Procurador Federal – 2010 – CESPE) Em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), julgue o item seguinte.

(1) A LDB preceitua que os alunos dos níveis fundamental e médio têm direito a um ano com, no mínimo, 200 dias letivos e 800 horas aula. De acordo com a jurisprudência do STJ, essa matéria não pode ser objeto de regulamentação por ato infralegal, na medida em que representa uma garantia dos estudantes.

1: Incorreta, pois o STJ reconheceu a validade de regulamentação infralegal das atividades dos professores (capacitação profissional e eventos de cunho educacional ou sindical), exatamente para garantir eficácia ao direito dos estudantes a essa carga horária mínima anual – RMS 29.183/RS, ver art. 24, I, da LDB.

Gabarito 1E

(Procurador do Município/Boa Vista-RR – 2010 – CESPE) Tendo como referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em vigor — Lei nº 9.394/1996 —, julgue os itens que se seguem.

(1) A LDB dispõe que os sistemas municipais de ensino compreendem as instituições de ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo poder público municipal; as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada; e os órgãos municipais de educação.

(2) O dever do Estado com a educação escolar pública, de acordo com a LDB, será efetivado mediante algumas garantias, entre as quais se explicita a garantia de vaga em escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima da residência de toda criança a partir do dia em que completar quatro anos de idade.

1: assertiva correta, nos termos do art. 18 da LDB; **2:** correta, conforme o art. 4º, X, da LDB.

Gabarito 1C, 2C

39. Língua Inglesa

Mark Hughes e Anthony Rosenberg

Free enterprise principle nowadays is subject to certain regulations imposed by States. This is reflected in the guidelines of the state economic policy applicable to specific areas of the market economy, such as hydrocarbon operations. Brazilian 1988 Constitution, in its first article, when dealing with the fundamental principles of the Brazilian Federative Republic, sets up the social value of the free initiative. This free initiative required by the Brazilian Constitution is not new to the Brazilian Constitutional Law. All previous Brazilian constitutions, except the Republican Constitution of 1891, have always considered the free initiative a reflection of human freedom, sometimes a way to build a more just and fraternal society. In Brazil, free competition and free enterprise have given rise to a constitutional principle, according to which the establishment of a monopoly in the free market is prohibited, as provided by article 5 of Law 4.137 about the repression of the economic power abuse, dated October 9, 1962. This prohibition is directly applied to economic monopoly while a legalized monopoly established exclusively in favor of the State is allowed in certain fields. Among these fields, we can mention the right to engage in prospecting and exploration for production, import, export and transportation of oil and natural gas as well as refining of national or foreign oil. Brazilian oil and gas regulation rests upon the concept that deposits are real property, distinct from the soil, to the effect of exploration and benefit. This is determined by the Federal Constitution of Brazil, being, nevertheless, granted the product of the mining to concessionaires.

Internet: <http://www.bomchilgroup.org/brasep97.html> (with adaptations).

(Advogado – PETROBRÁS – 2003 – CESPE) According to the text above, judge the following items.

(1) Free enterprises do not have to follow regulations.
(2) State economic policy can only deal with hydrocarbon operations.
(3) Brazil has some particular guidelines for certain areas of its market economy.
(4) Free initiative principles can be found in the Brazilian latest constitution.
(5) The Republican Constitution dated 1891 was the first one to account for the fundamental principles of the free initiative in Brazil.

(Interpretation) 1: Incorrect – The text explicitly says, "Free enterprise principle nowadays is subject to certain regulations imposed by States"; **2:** Incorrect – The text explicitly says, "state economic policy applicable to specific areas of the market economy, such as hydrocarbon operations", meaning that this is an example of one of the specific areas, but not the only one; **3:** Correct – The text explicitly says, "the guidelines of the state economic policy applicable to specific areas of the market economy"; **4:** Correct – The text explicitly says, "Brazilian 1988 Constitution, in its first article, when dealing with the fundamental principles of the Brazilian Federative Republic, sets up the social value of the free initiative"; **5:** Incorrect – The text explicitly says, "All previous Brazilian constitutions, except the Republican Constitution of 1891, have always considered the free initiative a reflection of human freedom", meaning the Republican Constitution did NOT account for the fundamental principles of the free initiative in Brazil;
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

(ADVOGADO – PETROBRÁS – 2003 – CESPE) Judge the following items.

(1) Free initiative is always a way to promote social solidarity.
(2) In accordance with article 5, Law 4.137, monopolies are forbidden, in Brazil.
(3) In Brazil, the state monopoly is allowed for some specific areas.
(4) Brazilian oil and gas deposits are state-owned.
(5) In Brazil, under no circumstances can concessions be granted to private enterprises regarding the exploration of mineral deposits.

(Interpretation) 1: Incorrect – The text explicitly says, "the free initiative a reflection of human freedom, sometimes a way to build a more just and fraternal society", not always; **2:** Correct – The text explicitly says, "the establishment of a monopoly in the free market is prohibited, as provided by article 5 of Law 4.137"; **3:** Correct – The text explicitly says, "a legalized monopoly established exclusively in favor of the State is allowed in certain fields"; **4:** Correct – The text says, "Brazilian oil and gas regulation rests upon the concept that deposits are real property, distinct from the soil, to the effect of exploration and benefit", meaning that the State can explore and benefit from its own oil and gas deposits; **5:** Incorrect – The text explicitly says, "This is determined by the Federal Constitution of Brazil, being, nevertheless, granted the product of the mining to concessionaires".
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5E

Text LI-I

PETROBRAS became the latest oil group to benefit from last year's surge in oil prices when the Brazilian company reported that net profits in 2000 had more than quadrupled to R$ 9.94 bn (US$ 4.97 bn) — the highest figure ever recorded by a Brazilian company.

The rise in net profits was the result of increases in production and the company's efforts to scale up bureaucracy.

Under the leadership of Henri Philippe Reichstul, who took over as president in 1999, PETROBRAS has embarked on a US$ 33 bn investment plan over five years to virtually double oil and gas production, clean up the company's financial affairs and expand abroad.

In August last year, PETROBRAS boosted its profile in the international investment community with a successful US$ 4 bn share offering, the largest made by a Brazilian company.

However, the group's efforts to modernize its image suffered a setback in December when the government forced it to abandon a plan to change its name to "PETROBRAX" which was designed to reflect its increasing international presence.

Internet: <http://news.ft.com/news/worldnews/americas> (with adaptations).

(ADVOGADO – PETROBRÁS – 2001 – CESPE) From text LI-I, it can be gathered that

(1) it took some time for PETROBRAS to benefit from 2000's increase in oil prices.
(2) in 2000, the relation between dollars and reais was, at least once, one to two, respectively.
(3) US$ 4.97 bn means four billion and ninety-seven dollars.
(4) never before last year, had any Brazilian company had the same financial performance as PETROBRAS did.
(5) PETROBRAS net profit added up to R$ 39.76 bn in 2000.

(Interpretation) 1: Gabarito: Correct / Nosso Gabarito: Incorrect – The text uses the word 'latest' to refer to Petrobras' benefits from the increase in oil prices. This term does not necessarily mean that the firm took a long time to benefit from the increase in prices, but rather that it was the most recent to record such benefits. It suggests that

other benefited before Petrobras, but there is nothing explicit in the text that refers to the amount of time Petrobras took to feel such benefits; **2:** Correct – The references to the amounts in both dollar and real account for a one to two exchange are (R$ 9.94 bn (US$ 4.97 bn)); **3:** Incorrect – US$ 4.97 means four billion and 970 million dollars; **4:** Correct – The text explicitly says, "the highest figure ever recorded by a Brazilian company", meaning that no other company had recorded such a figure; **5:** Incorrect – The text explicitly says, "net profits in 2000 had more than quadrupled to R$ 9.94 bn", meaning that the end result was R$ 9.94 bn.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

(ADVOGADO – PETROBRÁS – 2001 – CESPE) Based on text LI-I, it can be concluded that

(1) at least three factors contributed to the rise in PETROBRAS's net profits.
(2) Henri Philippe Reichstul became PETROBRAS's president the year before last.
(3) three goals were settled when Henri Philippe Reichstul took over PETROBRAS's presidency.
(4) PETROBRAS's name should be kept as it is according to a special group created to modernize its image.
(5) PETROBRAS not only got the highest profit ever recorded by a Brazilian company, but it was also the one to offer the largest share in Brazil.

(Interpretation) 1: Incorrect – The text explicitly says, "The rise in net profits was the result of increases in production and the company's efforts to scale up bureaucracy", which presents two factors, not three; **2:** Correct – The text explicitly says, "Under the leadership of Henri Philippe Reichstul, who took over as president in 1999"; **3:** Correct – The text explicitly says, "plan over five years to virtually double oil and gas production, clean up the company's financial affairs and expand abroad", which totals three goals; **4:** Incorrect - The text explicitly says, "the group's efforts to modernize its image suffered a setback in December when the government forced it to abandon a plan to change its name to "PETROBRAX", meaning the special group suggested the name change; **5:** Correct – The text explicitly says, "the Brazilian company reported that net profits in 2000 had more than quadrupled to R$ 9.94 bn (US$ 4.97 bn) — the highest figure ever recorded by a Brazilian company" and "In August last year, PETROBRAS boosted its profile in the international investment community with a successful US$ 4 bn share offering, the largest made by a Brazilian company".

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5C

Text LI-II

In 1995, the stated-owned PETROBRAS lost the oil monopoly it enjoyed since 1953 and is now starting to face competition. It still dominates almost every segment of the country's upstream and downstream oil industry. But the company is now changing at a fast pace. The new management is grafting modern structures onto the company by dividing it into business units, creating profit centers and introducing benchmarking* for all activities. Though, by law, the government must hold a controlling majority in the company, it plans to sell excess stock, raising a minimum of about US$ 2 billion.

*benchmarking – standard example or point of reference for making comparisons.

Internet: <http://www.buybrazil.org/econ.html> (with adaptations).

(ADVOGADO – PETROBRÁS – 2001 – CESPE) From text LI-II, it can be deduced that

(1) PETROBRAS lost the oil monopoly 48 years ago.
(2) PETROBRAS controls every segment of Brazil's up and downstream oil industry.
(3) PETROBRAS has always been facing competition.
(4) the new management is introducing slow changes in the company.
(5) the modern structures are based on decentralization of PETROBRAS's activities.

(Interpretation) 1: Incorrect – The text explicitly says, "In 1995, the stated-owned PETROBRAS lost the oil monopoly it enjoyed since 1953 and is now starting to face competition", meaning the loss was 42 years ago, not 48; **2:** Incorrect – The text explicitly says, "It still dominates almost every segment of the country's upstream and downstream oil industry", which is not every segment; **3:** Incorrect – The text explicitly says, "PETROBRAS lost the oil monopoly it enjoyed since 1953 and is now starting to face competition", meaning that the company didn't always face competition; **4:** Incorrect – The text explicitly says, "But the company is now changing at a fast pace. The new management is grafting modern structures onto the company"; **5:** Correct – The text explicitly says, "The new management is grafting modern structures onto the company by dividing it into business units", which means it is decentralizing its activities.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E, 5C

(Advogado – PETROBRÁS – 2001 – CESPE) In text LI-II,

(1) "stated-owned" (l.1) means owned by the state.
(2) "all activities" (ℓ.8) is the same as every activity.
(3) "Though" (ℓ.8) can be correctly replaced by Although.
(4) "must" (ℓ.9) is synonymous with can.
(5) "it" (ℓ.10) refers to PETROBRAS.

(Grammar) 1: Correct – The compound adjective has this meaning; **2:** Correct – 'all' is used for the plural form of the noun, while 'every' is used for the singular form; however, both refer to the group or plural idea; **3:** Correct – 'though' is synonymous with 'although'; however, it is more informal; **4:** Incorrect – The modal verb 'must', in the text, refers to obligation (the government must hold a controlling majority in the company); the modal verb 'can' is used to refer to ability or permission; **5:** Incorrect – The text explicitly says, "Though, by law, the government must hold a controlling majority in the company, it plans to sell excess stock', in which it refers back to the subject used in the first clause (the government).

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E

Because we live next door to the United States of America and share some of their programming and commercials, most moviegoers in Ontario are probably more familiar with the American system than our home-grown one. However, our systems are very different.

Films and trailers are classified in the United States of America by the Rating Board of the Motion Picture Association of America (MPAA), located in Los Angeles. This industry-sponsored Rating Board consists of 13. members who serve for varying periods of time. There are no special qualifications for Board membership except for having a shared parenthood experience, an intelligent maturity, and an ability to put themselves in the role of most American parents. The Board is funded through fees charged to producers and distributors for the ratings of their films.

The MPAA Rating Board members, like those of the Ontario Film Review Board (OFRB), do not classify movies on personal judgements of quality. Their judgements are based on specific guidelines in areas including theme, violence, language, nudity, sexuality, drug use, and others. Like the OFRB, they consider the film in its entirety, and take context into account in classification decisions.

The first main area of difference between the Ontario classification system and the American one is that the OFRB is a government body established by statute that requires distributors to submit their films for classification. In the United States of America, the rating system is a voluntary one that is administered by the movie industry through the MPAA.

Internet: <http://www.ofrb.gov.on.ca/english/page14.htm> (with adaptations).

(ADVOGADO – ANCINE – 2005 – CESPE) Based in the text above, judge the following items.

(1) Ontarians and Americans are always watching the same programming and commercials.
(2) Possibly the majority of Ontarians moviegoers know more about the American System of Films and Trailers Classification than about their own.
(3) "However" (ℓ5) means Nevertheless.
(4) American and Ontarian systems are entirely alike.
(5) No qualifications whatsoever are required to become a member of the MPAA.
(6) "Board" (ℓ14) refers to "MPAA" (ℓ8).
(7) Both MPAA and OFRB members classify movies according to their personal judgements of quality and some specific guidelines.

(Interpretation) 1: Incorrect – The text explicitly says, "Because we live next door to the United States of America and share some of their programming and commercials, most moviegoers in Ontario", The text doesn't state that all Ontarians always follow American programming; **2:** Correct – The text explicitly says, "most moviegoers in Ontario are probably more familiar with the American system than our home--grown one"; **3:** Correct – 'however' and 'nevertheless' are conjuncts that both refer to contrast (a meaning similar to the coordinating conjunction 'but'); **4:** Incorrect – The text explicitly says, "our systems are very different"; **5:** Incorrect – The text explicitly says, "There are no special qualifications for Board membership except for having a shared parenthood experience, an intelligent maturity, and an ability to put themselves in the role of most American parents", meaning there is no requirement for special qualification, but there are others; **6:** Incorrect – The text explicitly says, "the Rating Board of the Motion Picture Association of America (MPAA)", meaning that the 'Board' is part of the MPAA, but not the entire Association per se; **7:** Incorrect – The text explicitly says, "The MPAA Rating Board members, like those of the Ontario Film Review Board (OFRB), do not classify movies on personal judgements of quality";
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5E, 6E, 7E

(ADVOGADO – ANCINE – 2005 – CESPE) Judge the following items.

(1) Whereas the OFRB is a public institution, the American Rating System is private.
(2) "one" (ℓ29) refers to "rating system" (ℓ28).

(Interpretation) 1: Correct – The text explicitly says, "the OFRB is a government body" and "In the United States of America, the rating system is a voluntary one that is administered by the movie industry through the MPAA", meaning the former is a public institution (government) and the latter private (movie industry); **2:** Correct – The word 'one' represents the previous noun (rating system) so as not to repeat it in the same sentence.
Gabarito 1C, 2C

Food control systems: integrated farm-to-table concept

The objective of reduced risk can be achieved most effectively by the principle of prevention throughout the production, processing and marketing chain. To achieve maximum consumer protection, it is essential that safety and quality be built into food products from production through to consumption. This calls for a comprehensive and integrated farm-to-table approach in which the producer, processor, transporter, vendor, and consumer all play a vital role in ensuring food safety and quality.
It is impossible to provide adequate protection to the consumer by merely sampling and analyzing the final product. The introduction of preventive measures at all stages of the food production and distribution chain, rather than only inspection and rejection at the final stage, makes better economic sense, because unsuitable products can be identified earlier along the chain. The more economic and effective strategy is to entrust food producers and operators with primary responsibility for food safety and quality.
Government regulators are then responsible for auditing performance of the food system through monitoring and surveillance activities and for enforcing legal and regulatory requirements.
Food hazards and quality loss may occur at a variety of points in the food chain, and it is difficult and expensive to test for their presence. A well-structured, preventive approach that controls processes is the preferred method for improving food safety and quality. Many but not all potential food hazards can be controlled along the food chain through the application of good practices agricultural, manufacturing and hygienic.

Internet: <http://www.fao.org> (with adaptations).

(ADVOGADO – ANVISA – 2004 – CESPE) According to the text above, judge the following items.

(1) To improve food quality, it is really crucial that safety measures be implemented at the processing stage.
(2) In the farm-to-table approach, products are sold directly by farmers to consumers.
(3) Transporters and vendors won't play any significant role along the food production and distribution chain.
(4) Primary responsibility for food safety and quality should rest with producers and operators.
(5) Prevention eliminates all potential food hazards.

(Interpretation) 1: Correct – The text explicitly says, "To achieve maximum consumer protection, it is essential that safety and quality be built into food products from production through to consumption", which includes all stages between production and consumption, that is, processing, too; **2:** Incorrect – The text explicitly says, "This calls for a comprehensive and integrated farm-to-table approach in which the producer, processor, transporter, vendor, and consumer all play a vital role in ensuring food safety and quality", meaning that safety should be a recurring topic in every step of food processing. It does not mean that products are sold directly to consumers; **3:** Incorrect - The text explicitly says, "This calls for a comprehensive and integrated farm-to-table approach in which the producer, processor, transporter, vendor, and consumer all play a vital role in ensuring food safety and quality"; **4:** Correct – The text explicitly says, "The more economic and effective strategy is to entrust food producers and operators with primary responsibility for food safety and quality"; **5:** Incorrect – The text explicitly says, "Many but not all potential food hazards can be controlled along the food chain through the application of good practices", meaning that prevention does NOT eliminate ALL hazards.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5E

(ADVOGADO – ANVISA – 2004 – CESPE) Judge the following items, related to the text above.

(1) The sentence "it is essential that safety and quality be built into food products" (ℓ4-5) follows the same structure as it's vital that he go straight to the house.
(2) "their presence" (ℓ25) refers to food hazards and quality loss.

(Grammar) 1: Correct – The structure is known as a cleft sentence, which is used to emphasize the adjective (essential / vital). The structure requires the use of a subjunctive verb structure (be built into / go). Both sentences contain this format; **2:** Correct – The text says, "Food hazards and quality loss may occur at a variety of points in the food chain, and it is difficult and expensive to test for their presence" (to test for the presence of food hazards and quality loss).
Gabarito 1C, 2C

(ADVOGADO – ANVISA – 2004 – CESPE) In the text above,

(1) "achieve" (ℓ3) is to accomplish as "hazards" (ℓ23) is to security.
(2) "calls for" (ℓ6) means requires.
(3) "rather than" (ℓ13-14) could be correctly replaced by instead of with no change in meaning.

(Vocabulary) 1: Incorrect – 'achieve' is a synonym for 'accomplish', while 'hazard' means 'danger' or 'risk', and 'security' means 'safety'; **2:** Correct – The phrasal verb 'call for' means require; **3:** Correct – 'rather than' and 'instead of' are synonymous and interchangeable in this sentence.
Gabarito 1E, 2C, 3C

This text refers to the following three questions.

Godzilla's grandchildren

In Japan there is no kudos in going to jail for your art. Bending the rules, let alone breaking them, is largely taboo. That was one reason Toshinori Mizuno was terrified as he worked undercover at the Fukushima Dai-ichi nuclear-power plant, trying to get the shot that shows him in front of the mangled third reactor holding up a referee's red card. He was also terrified of the radiation, which registered its highest reading where he took the photograph. The only reason he did not arouse suspicion, he says, is because he was in regulation radiation kit. And in Japan people rarely challenge a man in uniform.

Mr. Mizuno is part of ChimPom, a six-person collective of largely unschooled artists who have spent a lot of time getting into tight spots since the disaster, and are engagingly thoughtful about the results.

It is easy to dismiss ChimPom's work as a publicity stunt. But the artists' actions speak at least as loudly as their images. There is a logic to their seven years of guerrilla art that has become clearer since the nuclear disaster of March 11th 2011. In fact, Noi Sawaragi, a prominent art critic, says they may be hinting at a new direction in Japanese contemporary art.

Radiation and nuclear annihilation have suffused Japan's subculture since the film *Gojira* (the Japanese Godzilla) in 1954. The two themes crop up repeatedly in manga and anime cartoons.

Other young artists are ploughing similar ground. Kota Takeuchi, for instance, secretly took a job at Fukushima Dai-ichi and is recorded pointing an angry finger at the camera that streams live images of the site. Later he used public news conferences to pressure Tepco, operator of the plant, about the conditions of its workers inside. His work, like ChimPom's, blurs the distinction between art and activism.

Japanese political art is unusual and the new subversiveness could be a breath of fresh air; if only anyone noticed. The ChimPom artists have received scant coverage in the stuffy arts pages of the national newspapers. The group held just one show of Mr. Mizuno's reactor photographs in Japan. He says: "The timing has not been right. The media will just want to make the work look like a crime."

Internet: <www.economist.com> (adapted).

(Diplomacia – 2012 – CESPE) According to the text, judge if the following items are right (C) or wrong (E).

(1) Toshinori Mizuno was more concerned with the radiation he was exposed to while he was at the nuclear-power plant than with the fact that his art challenged the Japanese established rules.

(2) Some Fukushima Dai-ichi employers have turned into political activists after the accident of 2011.

(3) The Japanese in general are enthusiastic about artists who get in trouble for breaking the traditional dogmas prevalent in the artistic milieu.

(4) Mr. Mizuno believes the radiation kit protected him from more than the radiation in the area.

(Interpretation) 1: Incorrect – It cannot be asserted that he was more afraid of the radiation. He was equally 'terrified' of both being caught and of the radiation (lines 3 and 7); **2:** Incorrect – The artists deliberately took jobs in order to gain access to the plant. They were not employees of the company before the accident; **3:** Incorrect – (Line 1) There is no kudos/acclaim/praise in Japan for going to jail for your art; **4:** Correct – (Line 10) He believes it also protected him from being challenged and from arousing suspicion due to Japanese deference to people in official uniforms.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2012 – CESPE) The words "mangled" (ℓ6) and "suffused" (ℓ23) mean respectively

(A) ruined and permeated.
(B) mutilated and obscured.
(C) subdued and covered.
(D) humongous and imbued.
(E) torn and zeroed in on.

(Vocabulary) A: Correct – Mangled means mutilated or ruined. Suffused means pervaded or permeated; **B:** Incorrect – Mutilated means mangled. Obscured means concealed or hidden; **C:** Incorrect – Subdued means calm or conquered. Covered is too physical to mean suffused; **D:** Incorrect – Humungous means enormous. Imbued means permeated; **E:** Incorrect – Torn is the past participle of tear – this could work as a synonym for mangled but not quite as strong. Zeroed in on means to target or to focus on.

Gabarito "A"

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Based on the text, it is correct to say that ChimPom

(A) adopts some artistic-political stance which is being largely ignored by the Japanese media nationwide.
(B) produces art which is dissonant with its members' attitudes.
(C) is unique in mixing art with political protest.
(D) is a large group of untrained artists whose work blend art and political activism.
(E) creates art which is avant-garde, and is setting the path of modern art in Japan.

(Interpretation) A: Correct – The group adopts a combination of art and politics, but it receives scant/little attention (line 36) from the stuffy/formal arts pages of national newspapers; **B:** Incorrect – Dissonant means unharmonious/disagreeing – as the members are so committed, this is a strange assertion to make; **C:** Incorrect – (Line 28) Kota Takeuchi is also an artist/activist and is not a member of ChimPom; **D:** Incorrect – Largely means mainly and does not refer to how many people are in the group; **E:** Incorrect – It is only stated that the group may be hinting at a new direction in Japanese contemporary art. Hinting at - to give a slight indication – setting the path then is too strong an assertion to agree with.

Gabarito "A"

This text refers to the following three questions.

Can a planet survive the death of its sun?
Scientists find two that did.

Natalie Batalha has had plenty of experience fielding questions from both layfolk and other scientists over the past couple of years — and with good reason. Batalha is the deputy principal investigator for the spectacularly successful Kepler space telescope, which has found evidence of more than 2,000 planets orbiting distant stars so far — including, just last week, a world almost exactly the size of Earth.

But Kepler is giving astronomers all sorts of new information about stars as well, and that's what an European TV correspondent wanted to know about during an interview last year. Was it true, she asked, that stars like the sun will eventually swell up and destroy their planets? It's a common question, and Batalha recited the familiar answer, one that's been in astronomy textbooks for at least half a century: Yes, it's true. Five or six billion years from now, Earth will be burnt to a cinder. This old news was apparently quite new to the European correspondent, because when she reported her terrifying scoop, she added a soupçon of conspiracy theory to it: NASA, she suggested, was trying to downplay the story.

It was not a proud moment for science journalism, but unexpectedly, at about the same time the European correspondent was reporting her nonbulletin, Kepler scientists did discover a whole new wrinkle to the planet-eating-star scenario: it's apparently possible for planets to be swallowed up by their suns and live to tell the tale. According to a paper just published in *Nature*, the Kepler probe has taken a closer look at a star called KOI 55 and identified it as a "B subdwarf", the red-hot corpse of a sunlike star, one that already went through its deadly expansion. Around it are two planets, both a bit smaller than Earth — and both so close to their home star that even the tiniest solar expansion ought to have consumed them whole. And yet they seem, writes astronomer Eliza Kempton in a *Nature* commentary, "to be alive and well. Which begs the question, how did they survive?"

How indeed? A star like the sun takes about 10 billion years to use up the hydrogen supply. Once the hydrogen is
37 gone, the star cools from white hot to red hot and swells dramatically: in the case of our solar system, the sun's outer layers will reach all the way to Earth. Eventually, those outer
40 layers will waft away to form what's called a planetary nebula while the core shrinks back into an object just like KOI 55.
If a planet like Earth spent a billion years simmering
43 in the outer layers of a star it would, says astronomer Betsy Green, "just evaporate. Only planets with masses very much larger than the Earth, like Jupiter or Saturn, could possibly survive."
46 And yet these two worlds, known as KOI 55.01 and KOI 55.02, lived through the ordeal anyway. The key to this seeming impossibility, suggest the astronomers, is that the
49 planets may have begun life as gas giants like Jupiter or Saturn, with rocky cores surrounded by vast, crushing atmospheres. As the star expanded, the gas giants would have spiraled inward
52 until they dipped into the stellar surface itself. The plunge would have been enough to strip off their atmospheres, but their rocky interiors could have survived — leaving,
55 eventually, the bleak tableau of the naked cores of two planets orbiting the naked core of an elderly star.

Internet: <www.time.com> (adapted).

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Based on the text, judge if the following items are right (C) or wrong (E).

(1) The recent discovery of a planet with some features very similar to those of the Earth is one of the interesting finds of the Kepler space telescope.

(2) The European TV correspondent reported a scientific find that had been long known as if it were a recent breakthrough.

(3) The researchers seem baffled by the recent find of the probe, since they did not expect planets to survive their sun's expansion and subsequent shrinkage.

(4) The article mocks the European TV correspondent's disinformation about astronomy.

(Interpretation) 1: Incorrect – The discovery was of 2,000 planets and their stars. The world similar in size to Earth was no more interesting than any other discovery made by Kepler. (lines 6-7) This could be just as easily argued to be correct – a tricky question and perhaps worth missing out; **2:** Correct – (Lines 13-16) It was old news, the scientist gave a familiar answer, it has been in astronomy books for at least half a century; **3:** Correct – Baffled/bewildered/confused – (line 22) to add a new wrinkle – to add a new unknown element. (Line 34) – Which begs the question – which poses the question – this would mean the scientists were confused or baffled; **4:** Incorrect – The article does mock the correspondent, i.e. to ridicule her. However, disinformation relates to deliberately giving out false information usually by governments or intelligence services. In this case it was not disinformation. It could be construed as poor use of information, but not disinformation.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2012 – CESPE) According to the text, judge if the items below about Natalie Batalha are right (C) or wrong (E).

(1) She is the chief researcher of the space project that involves the Kepler telescope.

(2) She was taken aback by the European TV correspondent's ignorance about the natural process of a star's living cycle.

(3) Natalie Batalha demonstrated how planets can survive the death of the star they orbit.

(4) Natalie Batalha is used to talking about her research to specialists and non-specialists alike.

(Interpretation) 1: Incorrect – She is the deputy principal investigator (line 4), therefore, she is not the chief. Deputy – an assistant to another; **2:** Incorrect – Taken aback means surprised/confused. No evidence to suggest how she reacted to the correspondent's ignorance; **3:** Incorrect – Astronomer Betsy Green (line 43) demonstrated this, not Natallie Batalha; **4:** Correct – (Lines 2-3) plenty of experience fielding questions/dealing with questions form scientists (specialists) and layfolk (non-specialists).

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Each of the options below presents a sentence of the text and a version of this sentence. Choose which one has retained most of the original meaning found in the text.

(A) "A star like the sun takes about 10 billion years to use up the hydrogen supply" (ℓ35-36) / **It would take a sunlike star around 10 billion years to supply the necessary hydrogen.**

(B) "Eventually, those outer layers will waft away to form what's called a planetary nebula while the core shrinks back into an object just like KOI 55" (ℓ39-41) / **Eventually, those outer layers will spew away to shape what's called a planetary nebula while the core shrinks back into an object just like KOI 55**.

(C) "Natalie Batalha has had plenty of experience fielding questions from both layfolk and other scientists over the past couple of years — and with good reason" (ℓ1-3) / **Natalie Batalha was quite adept at discerning which questions were made by layfolk or by other scientists over the past couple of years — and with good reason**.

(D) "at about the same time the European correspondent was reporting her nonbulletin, Kepler scientists did discover a whole new wrinkle to the planet-eating-star scenario" (ℓ21-24) / **at about the same time the European correspondent was reporting her nonbulletin, Kepler scientists did stumble upon a whole new crease to the planet-eating--star scene**.

(E) "This old news was apparently quite new to the European correspondent, because when she reported her terrifying scoop, she added a soupçon of conspiracy theory to it" (ℓ16-19) / **This old news was apparently quite new to the European correspondent, because when she reported her terrifying scoop, she added a dab of conspiracy theory to it.**

(Interpretation) A: Incorrect **– To 'use up' means consume completely; it is the opposite idea of to supply; B:** Incorrect – 'Waft away' means to go away gently. In contrast, 'spew away' means to violently/ with great force go away; **C:** Incorrect - Adept would mean skillful. It isn't clear if she was good at it or not, just that she had lots of experience. There is no evidence that she had to discern/distinguish which questions came from scientists or layfolk; **D:** Incorrect – Crease and wrinkle are synonyms in terms of clothes which are creased or wrinkled – crumbled. In this context, wrinkle means a problem. Stumble upon means to find by accident; **E:** Correct **– Soupçoun is a synonym of dab/a small amount.**

Gabarito "E"

This text refers to the following three questions.

While on their way, the slaves selected to go to the great House farm would make the dense old woods, for miles around, reverberate with their wild songs, revealing at once the
4 highest joy and the deepest sadness. (...) They would sing, as a chorus, to words which to many would seem unmeaning jargon, but which, nevertheless, were full of meaning to
7 themselves. I have sometimes thought that the mere hearing of those songs would do more to impress some minds with the horrible character of slavery, than the reading of whole
10 volumes of philosophy on the subject could do.
I did not, when a slave, understand the deep meaning of those rude and apparently incoherent songs. I was myself
13 within the circle; so that I neither saw nor heard as those without might see and hear. They told a tale of woe which was then altogether beyond my feeble comprehension; they were
16 tones loud, long, and deep; they breathed the prayer and complaint of souls boiling over with the bitterest anguish.
Every tone was a testimony against slavery, and a prayer to
19 God for deliverance from chains. The hearing of those wild notes always depressed my spirit, and filled me with ineffable sadness. I have frequently found myself in tears while hearing
22 them. The mere recurrence to those songs, even now, afflicts me; and while I am writing these lines, an expression of feeling has already found its way down my cheek. To those songs I

trace my first glimmering conception of the dehumanizing character of slavery. I can never get rid of that conception. Those songs still follow me, to deepen my hatred of slavery, and quicken my sympathies for my brethren in bonds. If any one wishes to be impressed with the soul-killing effects of slavery, let him go to Colonel Lloyd's plantation, and, on allowance-day, place himself in the deep pine woods, and there let him, in silence, analyze the sounds that shall pass through the chambers of his soul, and if he is not thus impressed, it will only be because "there is no flesh in his obdurate heart."

Frederick Douglass. **Narrative of the life of Frederick Douglass, an American slave**. Charleston (SC): Forgotten Books, 2008, p. 26-7 (adapted).

(Diplomacia – 2012 – CESPE) To state that the songs "told a tale of woe" (ℓ14) means that the songs

(A) were accounts of intertribal warfare.
(B) were hymns praising God.
(C) were delusions of grandeur of an African idyllic time.
(D) had to do with grief and sorrow.
(E) had the purpose of keeping slaves' minds away from their hard work.

(Vocabulary) A: Incorrect – There is no mention of warfare in this text; **B:** Incorrect – Not all hymns tell a tale of "woe", that is sadness and grief; **C:** Incorrect – "Woe" makes no reference to grandeur; **D:** Correct – "Woe" refers to deep distress, grief or sorrow; **E:** Incorrect – There is no reference as to the purpose of these songs. Gabarito "D"

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Based on the text, judge if the following items are right (C) or wrong (E).

(1) The music produced by the slaves had the power to incite them to rebel against their appalling condition.
(2) The author of the text ascribes his nascent political awareness regarding slavery to the tunes he heard the slaves sing.
(3) The narrator believes that his fellow slaves managed to translate their dire predicament into moving tunes.
(4) To outsiders, the music sung by the slaves would probably sound like babbling.

(Interpretation) 1: Incorrect – There is no mention of a connection between rebellion and the slave music; **2:** Correct – (Line 25) the author traces a first glimmering conception of how dehumanizing slavery was; **3:** Correct – They were fellow slaves as he describes them as brethren (line 28) and as being part of their circle (line 13). Dire means desperate/terrible. The author describes in lines 16-19 how the songs were a cry of anguish against their condition as slaves; **4:** Correct – Babbling means to make confusing or meaningless sounds. The author states in lines 6-7 the sound of the singing would be like unmeaning jargon. Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Regarding the text, judge if the items below are right (C) or wrong (E).

(1) The fragment "quicken my sympathies for my brethren in bonds" (ℓ28) means that the narrator is fast when it comes to forging emotional and spiritual bonds with his own real family through music.
(2) In "than the reading of whole volumes" (ℓ9-10), the omission of the definite article would not interfere with the grammar correction of the sentence.
(3) The relationship the word "within" (ℓ13) bears with "without" (ℓ14) is one of opposition.
(4) Although the slaves' songs touched the narrator's heart, the uncultured quality of their music sometimes annoyed him, as shown in the fragment "The hearing of those wild notes always depressed my spirit" (ℓ19-20).

(Interpretation) 1: Incorrect – The idea is not one of speed but one of intensity or awakening. That is, to make the author more deeply sympathetic or to revive the author's sympathies; **2:** Incorrect – If the definite article was omitted, the sentence would have to be changed to – than reading whole volumes – i.e. the preposition 'of' would also have to be omitted. Employing the preposition "of" after a noun (postmodification) usually requires the use of an article before said noun; **3:** Correct – In this context, it refers to a circle to be within/part of or to be without – not part of/outside the circle. It does not refer to without in terms of not possessing, i.e. to be without money; **4:** Incorrect – The songs did not annoy him, but stirred him. The wild notes were a representation of the slaves' sadness and the depression came from the salves' predicament, not the quality of their singing. Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

This text refers to the following three questions.

Darkness and light

Caravaggio's art is made from darkness and light. His pictures present spotlit moments of extreme and often agonized human experience. A man is decapitated in his bedchamber, blood spurting from a deep gash in his neck. A woman is shot in the stomach with a bow and arrow at point-blank range. Caravaggio's images freeze time but also seem to hover on the brink of their own disappearance. Faces are brightly illuminated. Details emerge from darkness with such uncanny clarity that they might be hallucinations. Yet always the shadows encroach, the pools of blackness that threaten to obliterate all. Looking at his pictures is like looking at the world of flashes of lightning.

Caravaggio's life is like his art, a series of lightning flashes in the darkness of nights. He is a man who can never be known in full because almost all that he did, said and thought is lost in the irrecoverable past. He was one of the most electrifying original artists ever to have lived, yet we have only one solitary sentence from him on the subject of painting — the sincerity of which is, in any case, questionable, since it was elicited from him when he was under interrogation for the capital crime of libel.

When Caravaggio emerges from the obscurity of the past he does so, like the characters in his own paintings, as a man in extremis. He lived much of his life as a fugitive, and that is how he is preserved in history — a man on the run, heading for the hills, keeping to the shadows. But he is caught, now and again, by the sweeping beam of a searchlight. Each glimpse is different. He appears in many guises and moods. Caravaggio throws stones at the house of his landlady and sings ribald songs outside her window. He has a fight with a waiter about the dressing on a plate of artichokes. His life is a series of intriguing and vivid tableaux — scenes that abruptly switch from low farce to high drama.

Andrew Graham-Dixon. **Caravaggio: a life sacred and profane**. New York – London: W. W. Norton & Company, 2010 (adapted).

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Based on the text, judge if the following items are right (C) or wrong (E).

(1) In the second paragraph, the author suggests that information collected under duress is not reliable.
(2) The text is built on images associated with darkness, which suggests that Caravaggio's life, as well as the quality of his art, was shadowy and shady.
(3) The author provides the opening paragraph with a cinematic quality for he attempts to create dynamic scenes.
(4) From the passage "He is a man who can never be known in full because almost all that he did, said and thought is lost in the irrecoverable past." (ℓ14-16) it can be correctly inferred that the author is of the opinion that the study of history is a futile attempt to reconstruct events from the past.

(Interpretation) 1: Correct – The information was elicited/brought about under interrogation. If interrogated, it is feasible to say the information was elicited under duress/under threat or coercion; **2:** Incorrect – This is a question with many possible interpretations. Shadowy can mean lacking substance or full of dark shadows. Shady can mean full of shade or being of dubious quality. If we accept the second definition in both cases, the question is clearly incorrect as Caravaggio's art is not of dubious quality. Perhaps it is too much to infer from the information in the text about his life or that darkness in the text represented him, his life

and his work. A difficult question requiring a deep understanding of the vocabulary used in the text and question; **3:** Correct – It is possible to say that in lines 3-7 the author provides a dynamic, open scene, similar to that of a film; **4:** Incorrect – This is too strong an assertion to agree with. We only have information about Caravaggio and not about history and its study on the whole.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2012 – CESPE) In line 5, "at point-blank range" means

(A) in a cold-blooded manner.
(B) summarily.
(C) without intention.
(D) fatally.
(E) within a short distance.

(Vocabulary) A: Incorrect – This means without pity/ruthlessly; **B:** Incorrect – This means quickly and without ceremony; **C:** Incorrect - This means by accident; **D:** Incorrect – This means causing death; **E:** Correct – To shoot someone at point-blank range means at a short distance.

Gabarito "E"

(Diplomacia – 2012 – CESPE) In the last paragraph of the text, the cause for Caravaggio's disagreement with the waiter was

(A) the sauce served with the artichokes.
(B) the inartistic appearance of the food.
(C) the unaffordable price of the plate.
(D) the frugality of the dish.
(E) the lack of freshness of the artichokes.

(Vocabulary) A: Correct – Dressing (noun) refers to a sauce usually for salads; **B:** Incorrect – No evidence; **C:** Incorrect – No evidence; **D:** Incorrect – Frugality refers to meanness/small portion; **E:** Incorrect – No evidence.

Gabarito "A"

As a new form of international diplomacy develops to deal with a number of emerging issues in which science and technology play a central role, the United Nations (UN) risks being relegated to the sidelines. The influence and effectiveness of diplomats and international civil servants will increasingly depend on the extent to which they can mobilize scientific and technical expertise in their work. This need not require the UN to acquire extensive in-house scientific competence, but the organization — especially the 10 office of the secretary general — must learn to tap advisory services to identify, mobilize, and use the best available expertise.

Although a large number of UN agencies, programs, and treaties rely on scientific and technological expertise for their work, they are not designed to receive systematic science advice as a key component of effective performance. In most cases, science is used in the UN to support special interests and political agendas that do not necessarily advance the goals of the organization. But this should not come as a surprise. The UN was founded and grew to prominence in the era of the Cold War, when much of diplomacy was devoted to dealing with threats arising from external aggression. Today, attention is turning to issues such as infectious diseases, environmental degradation, electronic crimes, weapons of mass destruction, and the impacts of new technologies, which in the past would have been the concern of individual nations but have now grown to international stature. The UN's capacity to deal with these questions must also grow.

What is notable about the UN is that it includes organizations that cater to a wide range of jurisdictions but not to the growing community of science advisors. Even agencies such as the UN Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) have done little to provide a platform for the world's science advisors. Specialized agencies such as UNESCO, the Food and Agriculture Organization, the World Health Organization, and the UN Industrial Development Organization relate to the UN secretary general's office through a bureaucratic hierarchy that is not responsive to timeliness. They are generally accountable to their governing bodies and are heavily influenced by the interests of activist states.

University of Texas at Dallas (with adaptations).

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Based on the text, judge the following items.

(1) Science and technology now play an important role in international diplomacy the same way as uncountable other emerging matters do.
(2) Diplomats and international civil servants must now increase their technical and scientific knowledge to cope with the new demands coming from emerging issues.
(3) Numerous UN agencies depend upon scientific and technological advice to carry out their tasks, however they are yet to be ready to receive systematic science consultancy as a crucial component of effectual performance.
(4) The present use of science by UN does not in every case act in its best interest so as to enforce its goals.
(5) When the UN began its activities, its sole concern had to do with dealing with issues concerning the Cold War.
(6) Problems that once were coped with by individual nations have now become international subjects which led the UN to devote its time to them.
(7) Due to the lack of world's science consultants, the UN specialized agencies would rather report to their governing staff to escape being influenced by the interest of the activist states.
(8) The gist of the text above can be said to be the importance of specialized advice to the UN in a new globalized era.

(Interpretation) 1: Incorrect – There is no clear evidence to substantiate this claim. "Other uncountable emerging matters" is so vague it's impossible to say they play the same role as science and technology; **2:** Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states the issue is about how diplomats and civil servants "*mobilize scientific and technical expertise in their work*". It is not about increasing knowledge, but rather about how they use and organize the scientific knowledge they have and receive; **3:** Correct – In the second paragraph, the text clearly states that a large number of UN agencies "***are not designed*** *to receive systematic science advice as a key component of effective performance";* **4:** Correct – In the second paragraph, the text clearly states that *"science is used in the UN to support special interests and political agendas that* ***do not necessarily advance*** *the goals of the organization";* **5:** Incorrect – In the second paragraph, the text clearly states that the *"UN was founded* (began) *and grew to prominence* (grew in important) *in the era of the Cold War, when much of diplomacy was devoted to dealing with threats arising from* ***external aggression****".* "External aggression", in this context, is not contained to issues related to the Cold War; **6:** Correct – In the second paragraph, the text clearly states that the UN's attention is now on issues *"which* ***in the past*** *would have been* ***the concern of individual nations*** *but have* ***now grown to international stature****";* **7:** Incorrect – In the third paragraph, the text states that the specialized agencies are, in fact, "*accountable to their governing bodies*", but the text does not confirm that this is due to the lack of the scientists, nor that it is to escape influence from activist states; **8:** Correct – The gist, or the general idea, conveyed in the text involves specialized information (scientific and technological) and the importance of dealing with it as the circumstances have become more international (new globalized era).

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E, 6C, 7E, 8C

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) the word "little" (ℓ34) means **not much**.
(2) the word "heavily" (ℓ41) is the opposite of **roughly**.

(Vocabulary) 1: Correct – The collocation "to do little" means "not to do much"; **2:** Correct – Within the context, the expression "heavily influenced" means "influenced a great deal" or "very much influenced". When "roughly" is used together with "influenced", it means "somewhat influenced", or "more or less influenced", taking on an aspect of opposition.

Gabarito 1C, 2C

A personal expression of regret from Pope Benedict XVI over a speech which offended Muslims has proved only partially successful in stemming a torrent of anti-Christian anger, and in some places violence, in the Islamic world. Speaking from the balcony of his residence at Castel Gandolfo outside Rome, the pontiff used his Sunday blessing on September 17th to say he was "deeply sorry" for the "reactions in some countries" to a speech he gave on Tuesday last week.

He insisted that the words of a medieval text he quoted — an outburst against Islam by a late Byzantine emperor — "do not in any way express my personal thought". In Turkey, where a papal visit planned for November has now been called into question, the top Muslim official said the Pope's expression of respect for Islam amounted to a "civilised position". But in many Muslim nations people grumbled that the Pope appeared to be regretting the reactions to the speech, but not the speech itself.

The Muslim Brotherhood, a powerful international association whose offshoots include the Palestinian movement Hamas, said the Pope's statement of regret was welcome but would not satisfy all Muslims. A wave of small protests and some violence continued over the weekend in several Muslim countries. On Sunday an Italian nun in Mogadishu, Somalia's capital, was shot dead at the entrance to a hospital; many feared a link to the papal row. Half a dozen churches in the West Bank were attacked, as the Palestinian prime minister, Ismail Haniya, appealed for restraint.

Internet: <www.economist.com> (adapted).

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Based on the text, judge the following items.

(1) Pope Benedict XVI succeeded in stopping the angry reaction against Christians.
(2) Many countries reacted against the Pope's speech.
(3) The Byzantine Emperor mentioned is still alive.
(4) The Pope's visit to Turkey has been questioned.
(5) For many the Pope's apology refers to people's reaction against his speech.
(6) Several Muslim countries reacted violently to Pope Benedict's speech during the weekend.

(Interpretation) 1: Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states: *"A personal expression of regret from Pope Benedict XVI over a speech which offended Muslims has proved* ***only partially successful*** *in stemming a torrent of anti-Christian anger"*. There was some success, but not total success; **2:** Incorrect - In the first paragraph, the text clearly states that the Pope was *"deeply sorry for the reactions in* ***some countries****"*, not many countries; **3:** Incorrect – In the second paragraph, the text clearly states: *"an outburst against Islam by a* ***late*** *Byzantine emperor"*. In this context, the word "late" means deceased or departed; **4:** Correct – In the second paragraph, the text clearly states: *"In Turkey, where a papal visit planned for November* ***has now been called into question****"*. In this context, the collocation "to call something into question" is synonymous with "to question"; **5:** Correct - In the second paragraph, the text clearly states: *"But in* ***many Muslim nations*** *people grumbled that the Pope appeared to be* ***regretting the reactions*** *to the speech,* ***but not the speech itself****"*; **6:** Correct – In the third paragraph, the text clearly states: *"A wave of small protests and some* ***violence*** *continued* ***over the weekend*** *in several Muslim countries"*.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5C, 6C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) "deeply sorry" (ℓ7) is the same as **dreadfully sorry**.
(2) "was shot dead" (ℓ26) means **was killed**.

(Vocabulary) 1: Correct – Within the context, "dreadfully" has the meaning of "extremely", which is synonymous with "deeply"; **2:** Correct – The collocation "to be shot dead" means that somebody shot the victim, and that the shot killed the victim.

Gabarito 1C, 2C

Raymond Mikesell, a professor of economics at the University of Oregon, died on Thursday September 14th at the age of 93. Mr Mikesell's old age brought with it a noteworthy achievement. He was thought to be the last surviving economist present at the conference in 1944 at Bretton Woods, New Hampshire, which saw the establishment of the post-war economic regime and with it the birth of the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank. As the annual autumn meeting of the two institutions gets underway in Singapore, Mr Mikesell's death is a reminder to the ageing figures of international finance that they may also have a natural lifespan.

The organisations were born into a world torn apart by war. The economists meeting at Bretton Woods also had sharp memories of the international financial crisis of the 1930s, when mercantilist policies and the failure of the international-payments system devastated world trade. They hoped to avert future crises by setting up multilateral institutions to act as a stabilising influence during the postwar reconstruction. The bank's first job was rebuilding Europe; the IMF oversaw the fixed exchange-rate system established at Bretton Woods. Later on the pair sought new roles as the stewards of global economic development and financial stability.

Now the IMF and World Bank have fewer jobs to do. Markets work better, as do other financial institutions. Helped by improved economic theory, the world has grown richer and more stable. As for helping the poorest, a multilateral model of giving poor countries money and advice for running their economies is under fire from both left and right. Conservatives argue that such interventions cause more problems than they solve. The left complains that developing nations get too little money and not enough control over how it is spent. Both sides fear that the institutions' structures are outdated, hinting, increasingly loudly, that retirement is due.

Idem, ibidem.

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) According to the text, it can be deduced that

(1) Professor Mikesell was 41 when he attended the Bretton Woods' Conference.
(2) the Bank's sole job was to rebuild Europe.
(3) the world richness and stability were supported by economic theory.

(Interpretation) 1: Incorrect – If Professor Mikesell died in 2006 (date of the text) at the age of 93, he was born in 1913. In 1944, when he attended the Bretton Woods' Conference, he would have been **31**, not 41; **2:** Incorrect – In the second paragraph, the text clearly states *"The bank's* ***first*** *job was rebuilding Europe"*. Rebuilding Europe was the "first" job, not the "only" job; **3:** Correct – In the third paragraph, the text clearly states: *"****Helped by improved economic theory****, the world has* ***grown richer*** *and* ***more stable****"*.

Gabarito 1E, 2E, 3C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) According to the text, the IMF and the World Bank

(1) began their activities in the late 40's..
(2) meet once a year.
(3) were born to solve the international financial crisis of the 1930's.
(4) were created to avoid new crises.

(Interpretation) 1: Incorrect – Essentially, these two institutions began work at the conference held in 1944, i.e. **before** the middle of the decade. Therefore, they did **NOT** start in the late 40's; **2:** Correct – In the first paragraph, the text clearly states: *"As the annual autumn meeting of the two institutions gets underway in Singapore,…"* The word "annual" means "once a year"; **3:** Incorrect –The institutions were set up in 1944. It was too late to solve the 1930's crisis; **4:** Correct – In the second paragraph, the text affirms that the institutions "*hoped to* ***avert future crises*** *by setting up multilateral institutions to act as a stabilising influence during the postwar reconstruction"*. The initial job was to

rebuild Europe, but the institutions became *"the stewards of global economic development and **financial stability**"*, meaning they would manage the economy to avoid financial crises.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) "economic" (ℓ7) is synonymous with economical.

(Vocabulary) 1: Incorrect – "Economic" is related to the economy, while "economical" is related with the idea of saving or not spending money.

Gabarito 1E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Mrs. Green calls at the Bank:

— I'd like to cash this check for fifty dollars for me, please.

— Have you an account with us?

— Yes, my husband and I have a checking account. I also want to deposit these other checks in our account at the same time.

— I see. Have you made out a deposit slip?

(Mrs Green hands teller deposit slip with checks for deposit) — I hope that I have made it out correctly.

— It seems to me all right. How do you want this other check cashed, Mrs. Green? Will five tens be all right?

— That will be fine. (Accepts bills) I also want to ask you about starting a savings account. My husband and I have been thinking of opening a small savings account in which we could perhaps put aside a few dollars each week.

— The procedure is very simple. You can open a savings account at any time with an initial deposit of five dollars or more. Five dollars is the minimum original deposit. After that you deposit or withdraw money as you wish. You bring your bank book with you each time and the deposit or withdrawal is entered in your book. The amount carries interest of 2½ % and the interest is added to your account every six months. That's about all there is to it. If you'd like to open an account you can talk with the manager or with one of his assistants. They will be glad to take care of you.

Dixson, **Everyday Dialogues**, p. 1-2 (adapted).

From the text above, it can be concluded that

(1) Mrs Green has already started a savings account.
(2) to start a savings account you cannot deposit more than five dollars.
(3) savings accounts carry interest of 2½% every other six months.
(4) the teller couldn't open the savings account.

(Interpretation) 1: Incorrect – Mrs. Green clearly asks about starting a savings account: *"I also want to ask you about **starting a savings account**"*; **2:** *Incorrect – The bank teller clearly explains that to start a savings account, the initial deposit is five dollars. The issue of depositing more is not mentioned, but, "five dollars is the **minimum original deposit**"*; **3:** *Incorrect – The teller clearly explains that "interest is added to your account every six months", which translates into two interest payments per year. The expression "every other six months" carries the idea that interest payments are made only once a year;* **4:** *Correct – The teller clearly states that "If you'd like to open an account you can **talk with the manager** or with one of his assistants." Candidates should infer that his referral to the manager or one of his assistants means that he himself could not open the savings account.*

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Juan Gonzales visits New York City and has to ask his way around:

1 — I'm sorry, sir. I'm trying to find my way to Columbia University. Can you direct me? This is my first time in New York City.
4 (Passerby, looking bewildered) — Let's see! Columbia University? That's in the Bronx, isn't it?
— I haven't the faintest idea. The only thing I know is
7 that someone told me it was "uptown".
— Yeah! That's right. It's in the Bronx. Well, you take the subway here. There's a station on the next corner. You
10 have to walk down the stairs and take the uptown train.

According to the text above, it can be deduced that

(1) Juan Gonzales had already been to New York.
(2) the passerby was sure that Columbia University was in the Bronx.
(3) "faintest" (ℓ6) is synonymous with **slightest**.
(4) "subway" (ℓ9) is the same as **underground**.

(Vocabulary) 1: Incorrect – Juan clearly states "*This is my **first time** in New York City"*; **2:** Incorrect – The passerby uses a tag question (isn't it?), which suggests a level of uncertainty concerning what he has said. *"That's in the Bronx, **isn't it**?"*; **3:** Correct – Within this context, the word "faintest" means almost none. "Slightest" means a small amount, or almost none. Hence, they are synonymous; **4:** Correct – "Subway" is the American term for "underground". The British use two terms: the "underground", and the "tube".

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

1 The experience of sending the Strykers to Baghdad indicates that more troops could help in the short term. A growing number of analysts in Washington, including
4 some conservative supporters of the Bush Administration, have called for a substantial increase in U.S. troop levels to stop Iraq's slide into civil war. But expanding the total U.S.
7 force in Iraq remains unlikely — military officials interviewed by TIME say that the U.S. command remains reluctant to make a major manpower boost. To some, that
10 reluctance is indicative of the leadership's broader failure to heed complaints about U.S. troop strength that have been voiced by officers in Iraq for more than three years. "I know
13 I could have used more forces," says a Lieut. Colonel who served in Iraq. "We could have held more territory... I asked, but I'm not sure the request ever made it."

Internet: <www.time.com> (adapted).

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Based on the text, it can be said that

(1) it is easy to know who was the "Lieut. Colonel" (ℓ13) mentioned.
(2) the Lieut. Colonel is in doubt whether he is going to get more troops.
(3) to solve Iraq's problem is just a matter of sending more troops.
(4) increasing US troop level is thought to be able to prevent a civil war in Iraq.
(5) the United States commanders hesitate about increasing man power in Iraq.

(Interpretation) 1: Incorrect – The title "Lieut. Colonel" is a reference to his rank, not to his name. He served in Iraq, but so did many other Lieut. Colonels. Who this Lieut. Colonel is remains a mystery; **2:** Correct – The Lieut. Colonel clearly states that he asked for more troops, *"but I'm **not sure** the request ever made it"*; **3:** Incorrect – *"A substantial increase in U.S. troop levels"* is an idea sustained by some analysts in Washington, but military officials have proved to be *"reluctant to make a major manpower boost."* There is no clear answer to solve Iraq's problem; **4:** Correct – The text clearly states that some analysts in Washington think that *"A substantial increase in U.S. troop levels **stop Iraq's slide into civil war**"*; **5:** Correct – The text clearly states that military officials have proved to be *"**reluctant** to make a major manpower **boost**."* Within this context, being "reluctant" is synonymous with "hesitate", while "increase" and "boost" have similar meanings.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) "in the short term" (ℓ2) is the opposite of in the long run.
(2) "have called" (ℓ5) is the same as have asked.
(3) "boost" (ℓ9) is the same as decrease.

(Vocabulary) 1: Correct – The collocation "in the long run" is synonymous with "in the long term", the opposite of "in the short term"; **2:** Correct – The phrasal verb "call for" can mean "ask for". Within the context of this text, the meanings are the same; **3:** Incorrect – The word "boost" in a synonym for "increase", not "decrease".
Gabarito 1C, 2C, 3E

1 The idea of the triumph of one people being the
tragedy of another is eloquently captured in Sandy Tolan's
book, **The Lemon Tree** — essential reading for anyone
4 seeking to understand the difficulty in resolving the Israeli-
Palestinian conflict. Tolan chronicles the true story of Dalia
Eshkenazi, whose family flees post-Holocaust Bulgaria in
7 1948 to live the Zionist dream of building a Jewish state in
the Holy Land. The new Israeli government provides them
with an abandoned Arab house in the town of Ramla, in
10 which she grows up. One summer morning in 1967, she's
sitting in the garden near the old lemon tree, when Bashir
Khairi knocks on the gate. Khairi is the son of the man who
13 planted the lemon tree; he was born in the house and lived
there until age 4, when he and his family, and hundreds of
others, were forced onto buses by Israeli soldiers and driven
16 to the West Bank, where they have lived as refugees ever
since.

Idem, *ibidem*.

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) According to the text, judge the following items.

(1) Reading Sandy Tolan's book is basic for those interested in solving the Israeli and Palestinian conflict.
(2) Sandy Tolan deals with the victory of Israel and the tragedy of Palestine.
(3) Bashir and Dalia were born in the same house.
(4) Bashir and Dalia have nothing in common.
(5) Bashir's father used to live in Dalia's house.
(6) Khairi's family abandoned their house in 1967.

(Interpretation) 1: Incorrect – The text states that Sandy Tolan's book is *"**essential** reading for anyone seeking to understand the difficulty in resolving the Israeli-Palestinian conflict."* This suggests that the book can help people understand and it is highly recommended. However, there is no reference to its level of difficulty, i.e., whether it is basic or complex; **2:** Correct – The text clearly states that *"the idea of the **triumph of one people** being the **tragedy of another** is eloquently captured in Sandy Tolan's"* book. The triumph is clearly attributed to the Israeli people later in the text, when it states Bashir Khairi and his family *"were **forced onto buses by Israeli soldiers**"*; **3:** Incorrect – The text clearly states that Bashir Khairi *"**was born in** **the house** and lived there until age 4"*, but Dalia, after fleeing post-Holocaust Bulgaria with her family, moves in and grows up there. She was not born there; **4:** Incorrect – The text clearly states that they grew up in the same house, albeit at different moments; **5:** Correct – The text affirms that Bashir Khairi lived in the house with his family, including his father, who planted the lemon tree there; **6:** Incorrect – The text clearly states that Bashir Khairi's family did not abandon the house; they were forced to leave. This happened well before 1967, because that is the year he returns and meets Dalia who, at this time, is living in the house. *"One summer morning **in 1967**, **she's sitting** in the garden near the old lemon tree, **when Bashir Khairi knocks on the gate**."*
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6E

(Preparação Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) In the text,

(1) "chronicles" (ℓ5) is the plural of **chronicle**.
(2) "he" (ℓ13) refers to "Khairi" (ℓ12).

(Grammar) 1: Incorrect – In this text, the word "chronicles" is being used as a verb, not a noun. It is in the 3rd person singular *"**Tolan** chronic**les** the true story"*; **2:** Correct – The word "he" is the subject of a secondary clause. The word "he" refers back to the subject in the first clause. The use of the semi-colon in this sentence creates a syntactic-semantic link between the two clauses, reinforcing the reference back to the first subject. "**Khairi** is the son of the man who planted the lemon tree; **he** was born in the house …".
Gabarito 1E, 2C

1 The democratic race has never seemed so intriguing or so close, with each election's results closely watched and delegates agreed, each vote really does seem to count this time around. Numbers of those turning out to the polls have reached new highs for a primary election, and one of the main drivers is the head-to-head race between Obama and Clinton. After Super Tuesday,
4 Clinton was in the lead and sitting pretty. But since then, election after election has turned to Obama's favor. Some big elections coming up include Texas and Ohio, both of which have Hillary in the lead.
But how different are these two candidates? People seem passionate about their candidates, but when looking at the two
7 side by side, they are overall very similar. There are some who hate Hillary, and would not want her to be president, but the same is not true for Obama. At the same time, if my candidate of choice wasn't elected president, I think I wouldn't be opposed to the other winning the nomination. Which raises the question of a joint ticket[1] between the two.
10 In the recent California debate Obama and Clinton were asked if they would consider a joint ticket, and both said yes. It seems interesting. They are both strong and successful and wouldn't back down[2] if the other didn't see eye-to-eye with them. That's the kind of relationship I want between my President and Vice President, if you pick a pair who agree on everything, what good
13 does that serve? What if no one is looking at the issue from another angle?
However, I would be worried about the two partnering together with the red states, I think together they can seem too liberal and might not be the winning ticket. I still think a middle of the road white male would be the best ticket for both. Although,
16 personally I would be all for a joint ticket.

[1] joint ticket – agreement.
[2] back down – to stop supporting a position.
Internet: <2008myvote.wordpress.com> (adapted).

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) According to the text, judge the following items.

(1) It is the first time that the democratic elections look so interesting.
(2) Never before has every single vote been so important for the democratic party.
(3) Clinton remains in the lead election after election.
(4) Obama and Clinton don't seem to share any characteristics.
(5) People hate both candidates the same way.
(6) It is indifferent for the author whether either Clinton or Obama wins the election.
(7) According to the author, it would be a good idea to have two candidates with the same point of view.

(Interpretation) 1: Correct – In the first sentence, the text clearly states that *"The democratic race **has never seemed so intriguing** or so close..."* The word "never" implies that the democratic elections that were held before were not as interesting as these [ones]. Therefore, this is the first time they seem so interesting; **2:** Correct – In the first sentence, the text clearly states that *"**each vote** really does seem **to count** this time around"*. The importance is reiterated in the second sentence when the author uses the term *"**head-to-head race**"*, showing how close the election is and, consequently, how important each vote is; **3:** Incorrect – The text clearly states that *"election after election **has turned to Obama's favor**"*, meaning Obama has been in the lead election after election; **4:** Incorrect – The text clearly states *"…but when looking at the two side by side, they are overall **very similar**"*. The similarities are reiterated later in the text, when the author claims *"They are **both strong and successful**"*; **5:** Incorrect - Some hate Hillary and do not want her to be president, whereas others hate Obama, but do not state they don't wish him to be president (lines 7-8); **6:** Gabarito Oficial – ANULADA / Nosso Gabarito – Correct – The author affirms that *"…if my candidate of choice wasn't elected president, I think I **wouldn't be opposed to the other winning the nomination**."* The author's lack of opposition to the other candidate can be construed as indifference; **7:** Incorrect – The author shows that he is against the idea of two candidates with the same point of view when he writes *"if you pick a pair who agree on everything, **what good does that serve**?"*

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E, 5E, 6ANULADA, 7E

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) In the text,

(1) "both of which" (ℓ.5) refers to "Texas and Ohio" (ℓ.5).
(2) "coming up" (ℓ.5) is synonymous with **happening soon**.
(3) "who" (ℓ.7) can be correctly replaced by **whom**.

(Vocabulary) 1: Correct – The collocation "both of which" works as a non-restrictive relative pronoun that refers back to a two-noun phrase (both = two). The only two-noun phrase in the sentence is Texas and Ohio; **2:** Correct – The phrasal verb "coming up" means "looming", "on the agenda", or "happening soon"; **3:** Incorrect – The word "who" in the sentence "*There are some **who** hate Hillary*" functions as a relative pronoun referring back to the word or idea "*some (people)*". However, it also functions as the subject of the verb "*hate*". The relative pronoun "whom" can never function as a subject, but rather as an object, e.g. an unpopular politician is Hillary, whom many people hate. In the example, "many people" is the subject of the transitive verb "hate". "Whom" represents the object of the transitive verb "hate" (Many people hate Hillary).

Gabarito 1C, 2C, 3E

The Golden State Gets Greener

Governor Arnold Schwarzenegger has signed Executive Order S-3-05 which establishes greenhouse gas (GHG) emission reduction targets for California. The California Air Resources Board, which oversees the state's pollution, has announced a sweeping plan designed to cut the state's current greenhouse gas emissions 30% by 2020.

The proposed rules come after two years of debate, public meetings, and consultations with scientists, economists, and policy experts from around the world. After accepting comments on the plan, the California Air Resources Board will vote on it 1 January 2009. If they approve it, regulations could be in place as early as January 2010. For his part, California Governor Arnold Schwarzenegger said at a Florida climate conference that he wants his state's citizens to prepare for the long haul. "America did not get into this mess overnight, and we are not going to get out of this mess overnight. We need to change our energy policies and our thinking, and stick with it". Its emission reduction goals put California in the forefront of efforts to regulate greenhouse gases.

The signature proposal is the greenhouse gas cap. It would target 85% of California's carbon dioxide and other greenhouse gas emissions, mainly from power plants, oil refineries, and factories. The reductions are roughly three times more aggressive than the eight-state Regional Greenhouse Gas Initiative adopted in the U.S. northeast, which goes into force next year.

If the rules are enacted, the state's greenhouse pollution in 2020 will equal its 1990 emissions. Over time, the plans could create jobs and tax revenue by growing new green industries like solar power, energy-efficient appliance manufacture, or alternative fuel development.

California also wants to contribute to global efforts to avert potential catastrophes such as sea level rise.

Eli Kintisch. **Science NOW. Daily News**. Internet: <www.sciencenow.sciencemag.org.> (adapted).

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) According to the text, it can be inferred that

(1) California's Air Resources Board is the state agency responsible for monitoring and regulating greenhouse gas emission sources in California.
(2) the proposal aims to improve air quality and reduce greenhouse gas emissions throughout the United States of America.
(3) one proposal goal is to reduce California greenhouse gas emissions to 1990 levels by 2010.
(4) the standards will reduce greenhouse gas emissions by 85 per cent relative to current models.
(5) reducing greenhouse gas emissions will be enough to avoid sea level rise.

(Interpretation) 1: Correct – In the first sentence, the California Air Resources Board is clearly stated as the agency "*which **oversees the state's pollution***" and which is responsible for the "***plan** designed to cut the state's current **greenhouse gas emissions** 30% by 2020*"; **2:** Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that the proposal "*would target 85% of **California's** carbon dioxide and other greenhouse gas emissions*". In the third paragraph, the proposal is also compared to "*the **eight-state** Regional Greenhouse Gas Initiative adopted **in the U.S. northeast***", suggesting that the proposal is not nationwide; **3:** Incorrect – In the fourth paragraph, the text clearly states that "*the state's greenhouse pollution **in 2020** will equal its 1990 emissions*", and not in 2010; **4:** Incorrect – In the third paragraph, the text states that the standards "*would **target 85%** of California's carbon dioxide and other greenhouse gas emissions"*. Targeting 85% of the state's emissions does not mean an 85% reduction. It means that 85% of the sources for emissions will be targeted by the standards, but there is no guarantee that they will all be reduced; **5:** Incorrect – In the fourth paragraph, the text clearly states that "*California also wants to **contribute to global efforts** to avert potential catastrophes such as sea level rise*", which means that the state will help. It does not mean that the state alone will be able to avoid the sea level rise.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5E

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) It is correct to conclude from the text that

(1) the Greenhouse Gas Initiative adopted in the U.S. northeast is more radical than California's plan for GHC reduction.
(2) California's plan to cut greenhouse gas emissions could create new jobs in coming years.
(3) global warming is expected to raise temperatures between 8 and 10.4 degrees in California if greenhouse gas emissions are not cut.
(4) greenhouse gas emissions are mainly from power plants.
(5) "**The Golden State**", in the title, refers to the State of California.

(Interpretation) 1: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that "*The reductions [planned in California] are roughly **three times more aggressive than** the eight-state Regional Greenhouse Gas **in the U.S. northeast***"; **2:** Correct – In the fourth paragraph, the text clearly states that "*Over time, the **plans** could **create jobs** and tax revenue by growing new green industries*"; **3:** Incorrect – In the text, there is no mention of how much global warming would raise temperatures; **4:** Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that greenhouse gas emissions are "*mainly from power plants, **oil refineries**, and **factories***", thus including more than just power plants; **5:** Correct – In the first paragraph, the only state mentioned in California, thus making the connection. Also, California is famously known as the Golden State.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) In the text,

(1) "which" (ℓ.2) refers to "Arnold Schwarzenegger" (ℓ.1).
(2) "has announced" (ℓ.4-5) can be replaced by **talked about**.

(3) "forefront" (ℓ18) means the same as **leading position**.
(4) "roughly" (ℓ23) could be replaced by **approximately**.
(5) "enacted" (ℓ27) means **not approved**.

(Vocabulary) 1: Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states that "*Arnold Schwarzenegger signed the **Executive Order S-3-05** **which** establishes greenhouse gas emission reduction targets for California*". The word "*which*" is a relative pronoun referring back to "*the Executive Order S-3-05*" and a subject for the verb "*establishes*". Schwarzenegger signed the Executive Order, but the order establishes the targets. This is a grammar question. Obviously, Schwarzenegger and his advisors wrote the order, but the word "which" tells you where they have been established; **2:** Incorrect – "The verb "to announce" means to proclaim to a large audience, to "publicize" or "make known". Meanwhile, "talk about" merely means to discuss, but not necessarily with a large audience; **3:** Correct – The word "forefront" comes from the combination of the word "fore" (before) and "front". Together, it is a synonym for "leader", or "leading position"; **4:** Correct – The word "roughly" is an informal synonym for the word "approximately"; **5:** Incorrect – The word "enact" means to "ratify" or "endorse". In Portuguese, this is often translated as "promulgar", which is, essentially, the opposite of "not approved".

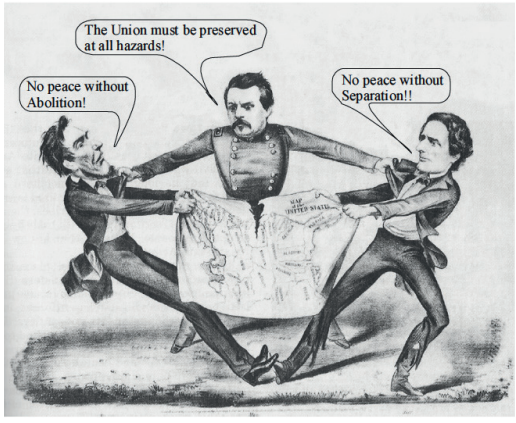
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

The election of 1864

Dissatisfaction over the Civil War split the Democratic Party. In the elections of 1864, many Democrats joined the Republicans to form the Union Party. This party chose the Republican Lincoln for the Presidency and Andrew Johnson of Tennessee, a former Democratic member of Congress but an opponent of the Confederacy, for the Vice-Presidency. The Democratic Party responded by naming General George B. McClellan as its candidate for the Presidency.

Antiwar feeling was running so high in 1864 that President Lincoln fully expected to be defeated. "We are now on the brink of destruction, and I can hardly see a ray of hope" he wrote to a friend.

The Union of northern states was fighting the Confederacy of southern states. The tide of the war turned in favor of the North shortly before the election. As a result, Lincoln won an overwhelming victory.



This cartoon from the 1864 election seems to favor McClellan, who tries to keep his opponent, Lincoln, and Jefferson Davis from pulling the Union apart. But the voters gave Lincoln 212 electoral votes to McClellan's 21.

Lewis Paul Todd. **Rise of the American Nation**. Liberty Edition, 1982 (adapted).

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Based on the information given by the text and shown in the picture above, judge the following items.

(1) The election of 1864 was conducted before the Civil War.
(2) In early 1864 Lincoln felt he would easily win re-election.
(3) The Confederates defeated the states located in the South of the United States.
(4) President Lincoln formed a new group called the National Union Party that included Republicans and Democrats.

(Interpretation) 1: Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that "*The tide of the war turned in favor of the North **shortly before** the election*", showing that the war had already begun before the elections were held. This is reinforced in the political cartoon, showing the obvious conflict between the North and South ***at the same time*** the elections were being held; **2:** Incorrect – In the second paragraph, the text clearly states that "*Antiwar feeling was running so high **in 1864** that **President Lincoln fully expected to be defeated***"; **3:** Incorrect – In the third paragraph, the text clearly states that "*The Union of northern states **was fighting** the Confederacy of southern states.*" The Confederates were the southern states; **4:** Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states that "*many Democrats joined the Republicans **to form the Union party**. This party **chose the Republican Lincoln** for the Presidency*". Hence Lincoln did not form the party.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) In the text,

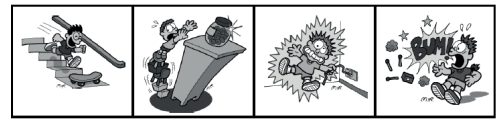
(1) "Dissatisfaction" (ℓ1) means Not happy.
(2) "chose" (ℓ4) is the simple past form of the verb to chase.
(3) "its candidate" (ℓ9) refers to the candidate of the Republican Party.
(4) "fully" (ℓ11) can be correctly replaced by completely.
(5) The suffix -ern in "northern" (ℓ14) and "southern" (ℓ15) occur with names of directions like North and South.
(6) "overwhelming" (ℓ17) is the opposite insignificant.

(Vocabulary) 1: Gabarito Oficial ANULADA / Nosso Gabarito – While the essence of the word "dissatisfaction" means "not happy", the different morphological classification may have been the reason this question was annulled. "Dissatisfaction" is a noun, while "not happy" is an adjective. Had the option been "unhappiness" or "disappointment", the question would have been correct; **2:** Incorrect – The word "chose" is the simple past form of the verb "to choose". The verb "chase" is a regular verb, and its simple past form is "chased"; **3:** Incorrect – In the first paragraph, the text clearly states that "*The **Democratic Party responded** by **naming General George B. McClellan as its candidate** for the Presidency*", showing that McClellan was the Democratic Party's candidate, and not the Republican candidate; **4:** Correct – In this context, the meaning of "fully" is synonymous with the meaning of "completely"; **5:** Correct – The suffix "-ern" is typically used with nouns of direction to make them adjectives. All the directions can receive the suffix: "eastern", "western". These words are usually capitalized when they are acting as names of places; when they are acting as directions, do not capitalize; **6:** Gabarito Oficial ANULADA / Nosso Gabarito – Incorrect – The word "overwhelming" in this context means "significant". The poor wording of the question may have been the reason it was annulled (…is the opposite **of** insignificant).

Gabarito ANULADA, 2E, 3E, 4C, 5C, 6ANULADA

Parents and guardians are bestowed with the responsibility of protecting and educating children from all the hazards that abound. It is not strange that children are often injured in a familiar environment, such as the home and its surroundings. Accidents could not be completely avoided, but their occurrence could be prevented. Home accidents can be avoided by child-proofing your home, as there are so many different home safety products available today.

Reasonable supervision by an adult, and the use of ordinary precautions against accidents, are outstanding as means of prevention. The pictures below illustrate some general instructions for parents and older children in order to prevent home accidents.



• Children should never play on stairs.
• Furniture must be moved away to prevent children placing
16 tep-stones such as a chair next to a window, climbing up and falling out.
• Prevent the child from sticking his small fingers in electric
19 sockets and electric fires.
• Keep matches and lighters where young children can't see them or reach them, and also install proper cover to sockets.
22 Children, being less aware of danger, are one of the most vulnerable groups. Younger children are more vulnerable indoors, while older ones are more at risk outdoors. There
25 appear to be gender types of accidents; males tend to have more accidents outdoors while females tend to have accidents indoors.

Internet: <www.familymagazinegroup.com> (adapted).

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) According to text, judge the items below.

(1) At their first years of age, children are more protected from accidents that typically happen in the interior of a house or building.
(2) Children injuries caused by domestic accidents are very common.
(3) Prevention of children injuries and accidents can be successfully achieved when home safety measures are taken.
(4) In general, children under adult supervision will suffer fewer injuries.
(5) Male and female do not usually have the same types of accidents.

(Interpretation) 1: Incorrect – In the last paragraph, the text clearly states that "*Younger children are* ***more vulnerable indoors***, while older ones are more at risk outdoors"; **2:** Correct – In the first paragraph, the text clearly states that "*It is not strange that children are* ***often injured in a familiar environment***, ***such as the home*** *and its surroundings*"; **3:** Correct – In the first paragraph, the text clearly states that "***Home accidents can be avoided by child-proofing your home***". This is reinforced in the second paragraph, where the text also clearly states that "Reasonable **supervision by an adult**, and the **use of ordinary precautions against accidents**, are outstanding as means of prevention." These ideas are given as ways to successfully prevent children from injuries and accidents; **4:** Correct – In the second paragraph, the text clearly states that "*Reasonable* ***supervision by an adult*** *(…) are* ***outstanding as means of prevention***"; **5:** Correct – In the last sentence, the text clearly states that "***males*** *tend to have* ***more accidents outdoors*** *while* ***females*** *tend to have* ***accidents indoors***."

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5C

(Preparação Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) In the text,

(1) "ordinary" (ℓ.10) could be replaced by **special** without any change in meaning.
(2) "their" (ℓ.6) is a possessive pronoun related to occurrence.
(3) "being less aware of danger" (ℓ.22) can be replaced by **not perceiving danger as readily**.
(4) both "Younger" (ℓ.23) and "older" (ℓ.24) indicate comparisons.
(5) "gender" (ℓ.25) refers to the kinds of accidents: indoor and outdoor accidents.

(Vocabulary) 1: Incorrect – The word "ordinary" is the opposite of "special"; **2:** Incorrect – "The word "their" is a possessive adjective, and it is related to the word "accidents" at the beginning of the sentence. Possessive adjectives are governed by the word they refer in terms of ownership: the occurrence of accidents = their occurrence; **3:** Correct – The expression "being less aware of danger" means "not noticing" or "not perceiving danger". The word "readily" means "easily"; **4:** Correct – The words "younger" and "older" contain the suffix "-er", which is used in English to make comparisons; **5:** Incorrect – The word "gender" in English is strictly used when referring to the "sex" (masculinity or femininity) of something or somebody. It is not used to discriminate whether things are "indoor" or "outdoor".

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

This text refers to the following items.

Blazing a trail with solar power

1 In a hangar outside Zurich, engineers are paring away at the obstacles to a very 21st century challenge: flying a plane around the world powered by nothing but the rays of
4 the sun. If the Solar Impulse project goes to plan, in 2011 a gangly aircraft with the wingspan of an Airbus A380 and the weight of a compact car will attempt to circle the globe in
7 about a month at an average speed of 43 m.p.h. (70 km/h), landing only five times along the way.

The challenge, says Piccard, is to keep going until
10 the next sunrise before the batteries are empty: "We have very little margin of error from night into day. Each dawn will be a moment of incredible suspense." For the 2011
13 flight, he and Boschberg will do alternating stints of five days and five nights between landings. A day on the ground spent charging in the sunlight should be enough to get the
16 plane back into the air the next morning for another stage in its globe-girdling journey.

It's a delicate enterprise, complicated by
19 meteorological challenges and the ungainliness of a plane this big and light. Even Piccard doesn't envision solar planes replacing today's airliners anytime soon, but that's not the
22 point. To reduce emissions, he believes, aviation will eventually need to wean itself from fossil fuels. "To make reasonable use of any alternative," he says, "we have to
25 become lighter and more aerodynamic to reduce consumption." Solar Impulse promises to generate an array of futuristic insights – and some old-fashioned thrills along
28 the way.

Internet: <www.time.com> (adapted).

(Técnico – ANAC – 2009 – CESPE) Judge the following items according to the text.

(1) A plane that can fly on solar power has been fully developed.
(2) The aircraft will fly powered only by the rays of the sun.
(3) The aircraft prototype, which is made of low-density carbon fiber, will be able to circle the globe in about a month.
(4) Despite being big, the airplane is quite heavy.
(5) Due to its aerodynamics, the airplane will reduce emissions.
(6) Solar planes will replace today's airliners in the future.
(7) The aircraft will fly at around 43 m.p.h.

(Interpretation) 1: incorrect – In line 1 the text states that engineers are, '**paring away at the obstacles to a very 21st century challenge**'. To pare away means to reduce or decrease bit by bit. Therefore the obstacles or problems still need to be overcome; **2:** correct – In line 2 the text states that the challenge is,'**flying a plane around the world powered by nothing but the rays of the sun**'. Nothing but the rays of the sun means using only the sun's rays; **3:** incorrect – The text does not mention what material the plane is made from; **4:** incorrect – The plane is big, (wingspan of an airbus – line 5) but it is in fact light (line 20); **5:** incorrect – The plan will reduce emissions due to what it uses for fuel i.e. solar power; **6:** incorrect – The text states in lines 20-24 that solar planes are not predicted to replace airliners any time soon and that the key issue is for airliners to reduce their reliance on fossil fuels; **7:** correct – (Line 7) An average speed of 43 m.p.h.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5E, 6E, 7C

(Técnico – ANAC – 2009 – CESPE) In the text,

(1) the expression "**Blazing a trail**" in the title can figuratively mean avant garde or inventive work in arts or sciences, evoking the literal meaning of going into new territory which has no marked paths.
(2) the adjective "gangly" (ℓ.5) means **too big** or **long**.
(3) the word "stints" (ℓ.13) refers to **an unbroken period of time doing a certain job or activity**.

(Vocabulary) 1: correct – to blaze a trail or to be a trailblazer refers to being innovative or pioneering; **2:** correct – It can mean tall, long or slender; **3:** correct – Stints means this.

Gabarito 1C, 2C, 3C

Foodborne illnesses* are a serious public health threat. Each year, approximately 76 million cases of foodborne illness occur in the United States alone, according to the Centers for Disease Control and Prevention (CDC). Of those cases of foodborne illness, more than 325,000 people are hospitalized and about 5,000 deaths occur.

Why Be Food Safe?

Preventing foodborne illness is one of the U.S. Department of Agriculture's (USDA's) top priorities. For more than 100 years, the USDA's Food Safety and Inspection Service (FSIS) has worked with our Nation's commercial suppliers to ensure that meat, poultry, and egg products are safe, wholesome, and correctly labeled and packaged for public consumption. And because research shows that improper handling, preparation, and storage of food can cause foodborne illness, FSIS has conducted – and is a key stakeholder in – many public education programs to prevent foodborne illness.

What is the Be Food Safe Campaign?

USDA developed the Be Food Safe Campaign in cooperation with the Partnership for Food Safety Education, FDA, and CDC because research shows that Americans are aware of food safety, but they need more information to achieve and maintain safe food handling behaviors. The Be Food Safe Campaign, which is grounded in social marketing, behavior change, and risk communications theories, is designed to provide educators with the tools to inform consumers about foodborne illness and raise the level of awareness of the dangers associated with improper handling and undercooking of food.

** Foodborne illnesses are defined as diseases, usually either infectious or toxic in nature, caused by agents that enter the body through the ingestion of food.*

Internet: <www.fsis.usda.gov> (adapted).

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) According to the text above, judge the following items.

(1) Americans are perfectly conscious of the danger of undercooked food.

(2) Foodborne sicknesses are the most serious public health problem.

(3) The CDC estimates that more than 50 million cases of foodborne illness are found in the USA every year.

(4) Foodborne disease prevention is among the most important concerns of the USDA.

(5) For more than a century, the FSIS has been concerned about three particularly important nutritional items.

(6) Public education programs are all that is required to prevent illness coming from food handling, preparation and storage.

(7) The Be Food Safe Campaign aims at making Americans aware of food safety problems.

(8) The Be Food Safe Campaign intends to provide more information to users about the diseases that can be caused by food.

(Interpretation) 1: incorrect – The text states in line 28 that the campaign seeks, **'to raise the level of awareness of the dangers associated with improper handling and undercooking of food'.** This statement and the fact that 5,000 people die per year illustrate that Americans are nto perfectly conscious about these dangers; **2:** incorrect – They are one of the U.S Department of Agriculture's top priorities but not necessarily the top priority (line 8); **3:** correct – (Line 2) According to the CDC approximately 76 million cases are found every year in the U.S.; **4:** correct – They are one of the U.S Department of Agriculture's top priorities. (line 8); **5:** correct – (line 9) **'For more than 100 years, the USDA's Food Safety and Inspection Service (FSIS) has worked with our Nation'scommercial suppliers to ensure that meat, poultry, and egg products are safe, wholesome, and correctly labeled and packaged for public consumption'; 6:** incorrect – Don't all these come back to forms of education; **7:** incorrect – It aims at giving educators they tools to help people change their habits; **8:** correct – **'to raise the level of awareness associated with the improper handling and undercooking of food'.** (line 28).

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5C, 6E, 7E, 8C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) In the text,

(1) "to ensure" (ℓ12) means to make (something) certain to happen.

(2) "which" (ℓ25) can be correctly replaced by what.

(Vocabulary) 1: correct – to ensure means to make sure or to guarantee something will happen; **2:** incorrect – 'Which' refers to the subject of the sentence 'the campaign'. What could not be used in this type of construction.

Gabarito 1C, 2E

Off the radar screen

Days after Air France's ill-fated Airbus A330 plunged mysteriously into the southern Atlantic Ocean four hours after leaving Rio de Janeiro for Paris on May 31st, rescuers were still searching for debris.

The wreckage is thought to lie up to some 3,700 metres below the waves, possibly in one of the many trenches that riddle the rocky undersea mountain range west of the Mid-Atlantic Ridge. Its exact location may not be known for several weeks.

One of the hazards of flying over oceans is the lack of radar coverage. Even the latest radar equipment can reach out no more than 550 kilometres (300 nautical miles) from land. Once out of radar range, pilots flying intercontinental routes make scheduled radio contact every half an hour or so with air-traffic control stations, behind or ahead of them, to report their positions. The rest of the time, no one knows exactly where they are.

A number of countries, especially those surrounded by oceans or by vast expanses of rugged wilderness are none too happy with this. America, Australia and Canada have been among the most active proponents of satellite navigation for commercial aircraft.

The Canadian authorities began operation of such a system in January. It uses what is known in aviation circles as ADS-B, short for automatic dependent surveillance-broadcast. The technology combines the precise position of the aircraft, as identified by global-positioning satellites, with data about its flight number, speed, direction and attitude (whether it is climbing, descending or turning).

Although ADS-B would not have prevented the crash into the Atlantic Ocean, it might well have helped locate the debris more quickly. Knowing the exact location of the accident would allow rescue craft to be on the scene within hours, pulling any survivors from the water. That too would be a great benefit of the new air-traffic-control technology.

Internet: <www.economist.com> (adapted).

(Analista – ANAC – 2009 – CESPE) Judge the following items about the ideas and the linguistic structures of the text above.

(1) America, Australia and Canada, which are surrounded either by oceans or rough wilderness are the most active proponents of satellite navigation for commercial aircraft.

(2) The automatic dependent surveillance broadcast would not have prevented the crash into the Atlantic, notwithstanding its technology which combines the precise position of the aircraft with data about its flight number, speed, direction as well as attitude.

(3) The word "ill-fated" (ℓ1) is synonymous with doomed.

(4) The verb to plunge in "Airbus A330 plunged mysteriously into the southern Atlantic Ocean" (ℓ1-2) means to thrust or throw (something or oneself) forcibly or suddenly downwards.

(5) The word "wreckage" (ℓ5) refers to the remaining parts of something that has been wrecked.

(6) The wreckage exact location is already known.

(Interpretation) 1: incorrect – The text states in lines 19-20 that '**America, Australia and Canada have been among the most active proponents',** this signifies they were not the only countries active; **2:** correct – The text states clearly in line 29 – the technology would not have prevented the crash. **Notwithstanding** means the same as **In spite of** and shows contrast or surprise; **3:** correct – Both have the meaning of being destined for misfortune; **4:** correct – To plunge is defined in the dictionary exactly in this way. Possible synonyms

would be: to drop or to fall; **5:** correct – Wreckage (noun) derives from something that has been wrecked; **6:** incorrect – In lines 4-5, the text says rescuers are still searching for the debris/wreckage. In line 5, the text states 'the wreckage is thought to lie' or that there is no certainty as to where it lies.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C, 5C, 6E

Shifting gears

That jet engines have evolved over the past few decades will be apparent to any seasoned air traveller. Early jet engines had narrow inlets and were very noisy, but as the diameter of the fans at the front increased, the engines became quieter. Compared with a rowdy 1960s jet, a modern turbofan is some 80% quieter and burns as little as half as much fuel – thus producing fewer greenhouse gases.

The aviation industry has set itself a tough target: a 50% reduction in fuel consumption by 2020, to cut CO_2 emissions in half. The solution devised by Pratt & Whitney (P&W), a division of United Technologies, is a "geared turbofan" engine called the PurePower PW1000G.

Some airlines, however, are wary of gearboxes. They worry that replacing a simple shaft with a complex gearbox will increase maintenance costs and make it more likely that something will go wrong.

Internet: <www.economist.com> (adapted).

(Analista – ANAC – 2009 – CESPE) Judge the following items about the ideas and the linguistic structures of the text above.

(1) The aviation industry will have a 50% reduction in fuel consumption by 2020, thus cutting CO_2 emissions in half.
(2) Besides producing fewer greenhouse gases, a modern turbofan is about 80% quieter than 1960 jets.
(3) The word "rowdy" (ℓ5) is synonymous with quiet.
(4) In "Some airlines, however, are wary of gearboxes" (ℓ15), "wary" is synonymous with cautious.

(Interpretation) 1: incorrect – 'Will have' implies it is a certainty. Line 9 of the text states "**the aviation industry has set itself a tough target.**" This means the target is desired, but not a certainty; **2:** correct – Besides means also or in addition. The turbofan will produce fewer gases in addition to being quieter; **3:** incorrect – Rowdy means loud or disorderly. Rowdy is an antonym of quiet; **4:** correct – To be wary means to be cautious.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C



USS Constitution under sail in Massachusetts Bay, 21 July 1997.

USS Constitution is a wooden-hulled, three-masted heavy frigate of the United States Navy. Named after the Constitution of the United States of America by President George Washington, she is the oldest commissioned vessel afloat in the world. Constitution, launched in 1797, was one of the six original frigates authorized for construction by the Naval Act of 1794 to be the Navy's capital ships, and so Constitution and her sisters were larger and more heavily armed than the standard run of frigate. Built in Boston, Massachusetts, her first duty with the newly formed United States Navy was to provide protection for American merchant shipping during the Quasi War with France and to defeat the Barbary pirates in the First Barbary War.

Her most famous era of naval warfare was the War of 1812 against Great Britain, when she defeated five British warships. From the battle with Guerriere, she earned the nickname of "Old Ironsides" because cannon balls glanced off her thick hull. She continued to actively serve the nation as flagship in the Mediterranean and African squadrons and circled the world in the 1840s. From 1853 to 1855 she patrolled the coast of Africa searching for illegal slave traders. During the American Civil War, the sailing frigate gave way to the progress of shipbuilding. For several years "Old Ironsides" was used as a training ship for the United States Naval Academy. Considered unfit to sea, the USS Constitution was rescued from destruction when Oliver Wendell Holmes's poem "Old Ironsides" launched a preservation movement in 1830. Retired from active service in 1881, she served as a receiving ship until designated a museum ship in 1907, and in 1931 she made a three year 90-port tour of the nation. The frigate was completely overhauled for its bicentennial in 1997 and it sailed under its own power, drawing international attention.

Now the oldest U.S. warship still in commission, Constitution remains a powerful reminder of the nation's earliest steps into dominance of the sea. The Naval Historical Center Detachment of Boston is responsible for planning and performing her maintenance, repair and restoration, keeping her as close to her 1812 configuration as possible. She is berthed at Pier 1 of the former Charlestown Navy Yard, at one end of Boston's Freedom Trail, and she is open to the public year round.

Internet: <www.wikipedia.org> (adapted).

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Based on the text above, judge the following items.

(1) Throughout the last 200 years as Constitution's purpose and function changed from fighting warship, to training vessel, to receiving ship, to dock side exhibit.
(2) USS Constitution was the first ship of line built in the United States to defend the young American nation.
(3) After minor repair USS Constitution celebrated its 200th birthday in 1997 making passage under her own sail in Massachusetts Bay.
(4) USS Constitution returned in 1931after a three-year world circumnavigation scheduled journey.

(5) Because of an inspirational poem, the USS Constitution was reported unseaworthy and condemned to be broken up, but the museum helped to raise funds for her overhauling.
(6) In 1934, Old Ironsides returns to her place of honor in Boston harbor after a national cruise to ninety American different cities.
(7) "wooden-hulled" (ℓ.1) and "three-masted" (ℓ.1), related to "USS Constitution", are examples of modifying compounds that are often hyphenated when preceding a noun.
(8) In the text, "glanced" (ℓ.8) can be replaced by bounced without any change in meaning.
(9) "actively serve" (ℓ.9) means assist at work.
(10) "was used" (ℓ.11) can be substituted by served, maintaining the same tense.

(Interpretation) 1: correct – All of the above purposes and functions are detailed in chronological order in the text above; **2:** incorrect – Line 4 states that the USS constitution was one of six original ships authorized for construction; therefore, she was not the first. In line 4 there is mention of the USS Constitution not being a standard run of frigate – this implies there were already standard frigates in operation; **3:** incorrect – The ship was **'completely overhauled'** line 5 – this signifies major not minor repairs; **4:** incorrect – The 1931 tour was of the nation i.e. the United States, not of the world; **5:** incorrect – The poem had no impact on considering the ship unseaworthy. The poem served to inspire a preservation movement: lines 13-14; **6:** correct – Line 14 – The three year national cruise began in 1931; therefore, 1934 was the end. The text does not mention any other destination after this apart from Boston; **7:** When compounded modifiers precede a noun, they are often hyphenated: part-time teacher, fifty-yard-wide field, fire-resistant curtains, high-speed chase. When those same modifying words come after the noun, however, they are not hyphenated: a field fifty yards wide, curtains that are fire resistant, etc. The second-rate opera company gave a performance that was first rate – Gabarito Oficial – Errado/ Nosso Gabarito – Correto; **8:** correct – To glance off as used in the text means the same as to bounce off; **9:** correct – To be in active service or actively serve means to assist at work, usually in the context of military operations; **10:** correct – Served can mean to act in a specific capacity – to serve as proxy/ to be used as a proxy.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5E, 6C, 7C, 8C, 9C, 10C

This text refers to the following items.

Japan and Korea are outstanding markets in terms of the world's advances in cellular telephony, where multimedia applications have surged into feverish popularity. Users in these countries have demanded velocity and high quality data transmission – such as images, videos and sounds – as the principal distinctive features for the cellular telephone. Although the industry in Brazil is not yet experiencing the same phase as in the Asian countries, innovative third generation services, aligned with world-class technology, are already present, with data transmission speeds of up to 2.4 Mbps.
In fact, in some cases, Brazil has held multimedia application launches simultaneously with the United States, tremendously increasing the economic and digital inclusion that cellular telephony has fomented in recent years. The heavy impact of mobile communication on Brazilian society can be measured by the expansion of the customer base, which has been growing at historic rates of 30% a year and now serves over 50 million customers. In other words, four out of every ten Brazilians have a cellular telephone.
The importance of mobile telephony has already surpassed that of the traditional fixed telephone system, because the cell phone actually fulfills the function of taking communication to all levels of the population. Its widespread network has opened gateways to regions that formerly had not been benefited by the implementation of a fixed telephone system, such as, for example, many rural areas that are now mobile telephone customers.
The responsibility that cellular telephony carries as an instrument for transforming people's lives tends to increase enormously in the short term. In Brazil, third generation CDMA 3G EVDO service is already offered and is able to provide handheld resources, similar to CD, DVD and TV, anywhere and at any time, based on Qualcomm's cutting edge CDMA technology.
Internet: <www.wirtel.co.uk> (with adaptations).

(Analista – ANATEL – 2006 – CESPE) Based on the text above, judge the following items.

(1) Japan and Korea are the two most important countries as far as mobile telephony market is concerned.
(2) All that Japanese and Korean peoples request in cellular telephony are images, video and sound.
(3) In terms of cellular telephony, Brazil is far behind the two Asian countries mentioned in the text.
(4) There are cases when Brazil and USA have launched multimedia applications at the same time.
(5) Six out of ten Brazilians don't have a cellular phone yet.

(Interpretation) 1: incorrect – The use of 'outstanding' means these markets are prominent or remarkable. These countries are great examples of the popularity of mobile phones, but not necessarily the most important; **2:** incorrect – Images, video and sound are given as examples of what people in Japan and Korea demand, which is velocity and high quality data transmission (line 5); **3:** incorrect – The text states, in line 8, that Brazil is not yet at the same phase as in Asian countries; it cannot be argued that Brazil is far behind. Indeed, examples are given throughout the text of the Brazilian market being highly developed; **4:** correct – Line 13 – Brazil has held simultaneous launches with the U.S.; **5:** correct – As line 20 states, 4 out of ten Brazilians have a mobile phone; it is possible to deduce this;
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5C

(Analista – ANATEL – 2006 – CESPE) Judge the following items.

(1) The mobile phone system aims at reaching every Brazilian social class.
(2) Cellular phones have substituted for the fixed telephone system.
(3) The more people use the cellular telephony the more responsibility it takes.

1: correct – In lines 24-25, the text states, **'the cell phone actually fulfills the function of taking communication to all levels of the population'**; **2:** incorrect – To substitute or replace the fixed telephone system is too strong a statement. Cellular phones have increased access to phones, not replaced fixed telephones; **3:** correct – Lines 30-32 – **The responsibility that cellular telephony carries as an instrument for transforming people's lives tends to increase enormously in the short term.** This can interpreted as when there is huge growth in the number of cellular phone users the companies bear more responsibility;
Gabarito 1C, 2E, 3C

(Analista – ANATEL – 2006 – CESPE) In the text,

(1) "In fact" (ℓ.12) means As a matter of fact.
(2) "is already offered" (ℓ.33) can be replaced by has already been offered without changing the meaning.

1: correct – These are synonymous. Actually can also be used although with a slightly less formal register; **2:** incorrect – "is already offered" uses simple present tense; whereas 'has already been offered' uses present perfect and carries the idea that the services were offered in the past and continues to be offered. M – I tend to think that this could be correct. The tenses are different, but I think the present perfect wouldn't changed the meaning. In essence, the service is available. The present perfect, in fact, tends to suggest that it was offered, but there is no reference to the present (It has been offered some time in the past). The simple present tense suggests that it is constantly offered. IN terms of meaning, I think they would be interchangeable.
Gabarito 1C, 2E

The need to transport large volumes of low-value loads across long distances while facing up to harsh competition in the international market led the Brazilian agricultural sector to be punished the hardest by the high costs of transportation and port fees. In 1995, for example, shipping a ton of soy from New Orleans cost just US$ 3.00

whereas the cost to ship the same product from the Brazilian port of Paranaguá exceeded US$ 14.00 and the cost to transport the product between the production regions of the US and the same port (an average of 2,000 km) by waterways was just US$ 16/t. In Brazil it exceeded US$ 80/t. In order to overcome the problem, the Brazilian Federal Government has decided to encourage the development of multimode transportation corridors based on the use of some waterways and on the privatization of railroads and ports.

Considering the prospects for the expansion of agricultural borders, plus the existing trade flows of production, and the main consumer markets (including potential markets) in developing and implementing the transportation policy, the Government has decided to establish five corridors: the Northwest, the Central-North, the Northeast, the Central-East, and the Southwest. The Government had already embarked on a process of rationalisation of the management of port labour (one of the lobbies responsible for the high port charges) and has accelerated concessions of private terminals in the main outlet ports. Since the enactment of the Harbour Law in 1993, more than 100 concessions of private and hybrid terminals have been granted.

Internet: <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/ingles/economia/agric/logist/apresent.htm> (with adaptations).

(Analista – ANTAQ – 2005 – CESPE) Based on the text above, it can be concluded that

(1) the Government has already rationalized the control of harbor work.
(2) ten years ago, shipping soy from the port of Paranaguá was more expensive than doing it from New Orleans.
(3) "prospects" (ℓ17) means likelihood.
(4) the cost of transportation is the only setback for the delivery of agricultural products.
(5) the use of waterways as a means of transportation of goods can be a costly initiative.

(Interpretation) 1: incorrect – (Line 23), **'The Government had already embarked on a process of rationalisation of the management of port labour'** This means the government has begun the process, but not that it has necessarily completed it; **2:** correct – Line 5 – In **1995, for example, shipping a ton of soy from New Orleans cost just US$ 3.00 whereas the cost to ship the same product from the Brazilian port of Paranaguá exceeded US$ 14.00**; **3:** correct – In this usage, these words can be considered synonyms; **4:** incorrect – Port fees are also considered a setback. A setback is a frustration or obstacle; **5:** correct Line 11 – The text clearly states that in the US, waterway transportation costs "US$ 16/t", while "in Brazil it exceeded US$ 80/t."

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5C

The U.N. and the sea grab of today

It was the Maltese delegate to the United Nations (U.N.) who spoke up first, in November 1967, to urge the members of the U.N. to use their collective clout to come to an agreement on fair and responsible use of the world's oceans. It took 15 years, but an agreement was eventually struck from a nine-year conference that produced the U.N. Convention on the Law of the Sea.

The treaty was completed in 1982 and came into force in 1994. Essentially, it codified already established customs, like the Law of the Sea. International waters remained international, "the common heritage of all mankind". Limitations were set on how much coastal water and seafloor a nation could claim as its own.

Other legislation determined by the convention included creating the concept of exclusive economic zones (EEZ). Territorial waters are extensions of a state's laws and right of defense; EEZs are extensions of a state's rights to resources offshore. The boundaries of an EEZ go well beyond territorial waters, extending 200 miles (322 km) from shore. All of the organic and mineral resources found in these waters are the exclusive domain of the coastal nation it belongs to.

Josh Clark. **Who owns the oceans?** Internet: <geography.howstuffworks.com> (adapted).

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) According to the text, judge the following items.

(1) According to the U.N. Convention on the Law of the Sea, the boundaries of an exclusive economic zone exceed territorial waters.
(2) It has taken nine years for an agreement on fair and responsible use of the world's oceans to be struck since the Maltese delegate to the United Nations spoke about it.
(3) The treaty on fair and responsible use of the world's oceans was struck in 1982 and came into force right away.
(4) Legislation determined by the U.N. Convention on the Law of the Sea included limitations on how much coastal water a nation could claim as its own.

(Interpretation) 1: correct – In paragraph 3, the text states, **'The boundaries of an EEZ go well beyond territorial waters'**. To exceed means to be more than, and to go well beyond means to be more than; **2:** incorrect – Paragraph 1 – It took 15 years for the agreement to be struck/made; **3:** incorrect – Although struck in 1982, the treaty came into force in 1994 (paragraph 2); **4:** correct – **'Limitations were set on how much coastal water and seafloor a nation could claim as its own'.** (Paragraph 2).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Text for the next items.

Sharks in the water

In the last year, Somalia's pirates have attacked 120 vessels in the Gulf of Aden, choking commerce in a critical shipping lane (the transit route for 20 percent of the world's oil), blocking aid supplies and driving up transport costs.

The last few weeks have shown how hard it will be to defeat the pirates on the high seas, which seems like the international community's approach. When British Marines tried to board a captured fishing dhow on Nov. 11, they had to go in with guns blazing and killed one possible hostage in the process. A week later, an Indian warship opened fire on what it thought was a pirate mother ship. But the target turned out to be a Thai fishing vessel. When pirates seized their most valuable prize ever on Nov. 15 – the Sirius Star supertanker holding 2 million barrels of Saudi crude – everyone kept their distance.

As this suggests, Somalia's seaborne bandits are making a mockery of all efforts to stop them. Pirates have only increased their efforts, ranging across an area bigger than the Mediterranean. The Sirius Star was taken 450 nautical miles southeast of Kenya, and with it, the Somalis now hold 300 hostages and 15 ships.

The Somalia's internationally recognized transitional government has invited foreign navies to do what's necessary to stop the pirates, even attacking them ashore if need be. The Security Council has affirmed that option. Moreover, nearly all of Somalia's pirates come from one region (Puntland), live in a single town (Boosaaso) and stash captured vessels in one of three ports (Eyl, Hobyo or Haradhere) – making interdiction that much easier. Andrew Linington of Nautilus UK, a seaman's union that has had many of its members taken hostage, says the international community "knows where the pirates are, they know the ports they use, they know the mother ships. Stopping them could be done," he says. But that would be expensive at a time when U.S. resources are tied up in Afghanistan and Iraq.

Rod Nordlant. **Sharks in the water**.
Internet: <www.newsweek.com> (adapted).

(Analista – ANTAQ – 2009 – CESPE) According to the text, it is correct to affirm that

(1) a supertanker was the pirates' most valuable capture.
(2) British Marines tried to board a captured pirate ship on Nov 11. In this process, a possible hostage was killed.
(3) an Indian warship attacked a supposed pirate mother ship which was, nevertheless, a fishing vessel.
(4) All of Somalia's pirates come from one region, what makes their interdiction quite easy.

(5) The efforts to stop the attacks have forced the pirates to shrink the area of their activities.
(6) Although the international community may know where the pirates are or the ports they use, interdicting them would be quite expensive for the U.S. at this moment.

(Interpretation) 1: correct – **'When pirates seized their most valuable prize ever on Nov. 15 – the Sirius Star supertanker holding 2 million barrels of Saudi crude.'** (paragraph 2); **2:** incorrect – Not clear that it was a pirate ship. The text states it was a fishing dhow (a traditional broad hulled fishing vessel); **3:** correct – **'…what it thought was a pirate mother ship. But the target turned out to be a Thai fishing vessel'**. Turned out, here, means found to be; **4:** incorrect – The text states, **'nearly all pirates come from one region'**. Therefore, it cannot be affirmed that they all do; **5:** incorrect – **'Pirates have only increased their efforts, ranging across an area bigger than the Mediterranean.'** (paragraph 2); **6:** correct – Interdicting them means to prevent/prohibit or destroy. The last line of the text states, **'Stopping them could be done," he says. But that would be expensive at a time when U.S. resources are tied up in Afghanistan and Iraq'**. Tied up means to be occupied or engaged for other purposes.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E, 6C

Text for the next items.

Food control systems: integrated farm-to-table concept

The objective of reduced risk can be achieved most effectively by the principle of prevention throughout the production, processing and marketing chain. To achieve maximum consumer protection, it is essential that safety and quality be built into food products from production through to consumption. This calls for a comprehensive and integrated farm-to-table approach in which the producer, processor, transporter, vendor, and consumer all play a vital role in ensuring food safety and quality.
It is impossible to provide adequate protection to the consumer by merely sampling and analyzing the final product. The introduction of preventive measures at all stages of the food production and distribution chain, rather than only inspection and rejection at the final stage, makes better economic sense, because unsuitable products can be identified earlier along the chain. The more economic and effective strategy is to entrust food producers and operators with primary responsibility for food safety and quality.
Government regulators are then responsible for auditing performance of the food system through monitoring and surveillance activities and for enforcing legal and regulatory requirements.
Food hazards and quality loss may occur at a variety of points in the food chain, and it is difficult and expensive to test for their presence. A well-structured, preventive approach that controls processes is the preferred method for improving food safety and quality. Many but not all potential food hazards can be controlled along the food chain through the application of good practices *i.e.* agricultural, manufacturing and hygienic.
Internet: <http://www.fao.org> (with adaptations).

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) According to the text above, judge the following items.

(1) In the farm-to-table approach, products are sold directly by farmers to consumers.
(2) Transporters and vendors won't play any significant role along the food production and distribution chain.
(3) Primary responsibility for food safety and quality should rest with producers and operators.
(4) Prevention eliminates all potential food hazards.

(Interpretation) 1: incorrect – The farm-to-table approach refers to an approach in which, **"the producer, processor, transporter, vendor, and consumer all play a vital role in ensuring food safety and quality'**. (line 7); **2:** incorrect – As in the question above, the farm-to-table approach identifies a clear role for transporters and vendors; **3:** correct – **'The more economic and effective strategy is to entrust food producers and operators with primary responsibility for food safety and quality'.** (line 16); **4:** incorrect – In line 25, the text states, **'many but not all potential food hazards can be prevented'.**
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) Judge the following items, related to the text above.

(1) The sentence "it is essential that safety and quality be built into food products" (ℓ4-5) follows the same structure as **it's vital that he go straight to the house**.
(2) "their presence" (ℓ25) refers to food hazards and quality loss.

(Grammar) 1: correct – this is using a subjunctive form where – 'he go' and 'be built' use the bare infinitive form of the verb. This is brought about by the structures "It is vital that" and "it is essential that"; **2:** correct – Line 23 is where we find the subject of 'their presence'.
Gabarito 1C, 2C

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) In the text above,

(1) "achieve" (ℓ3) is to **accomplish** as "hazards" (ℓ23) is to **security**.
(2) "calls for" (ℓ6) means **requires**.
(3) "rather than" (ℓ13-14) could be correctly replaced by **instead of** with no change in meaning.

(Vocabulary) 1: incorrect – Achieve and accomplish can be synonymous. However, hazard means a possible source of danger and security means to free from risk; **2:** correct – To call for action means to need or require action; **3:** correct – In this context, they can be correctly replaced.
Gabarito 1E, 2C, 3C

Text for the next items.

Law of public biddings

According to the Brazilian Federal Constitution, article 37, item XXI: "With the exception of the cases specified in law, public works, services, purchases and disposals shall be contracted by public bidding proceedings that ensure equal conditions to all bidders, with clauses that establish payment obligations, maintaining the effective conditions of the bid, as the law provides, which shall only allow the requirements of technical and economic qualifications indispensable to guarantee the fulfilling of the obligations." The regulatory law is Law Number 8666, 21st June, 1993.
The Law forbids preference to or differential treatment between Brazilian and foreign companies. However, when local and foreign competitors offer equivalent conditions in terms of price, quality and delivery time, the law ensures preference for: goods produced or supplied by a Brazilian firm of national capital; locally produced; and produced or supplied by Brazilian firms. The comments below are a very superficial highlight of some important topics of the law.
• Article 1 mentions the entities subject to the law: all the three branches; all the three levels of government (Federal, State, and Municipal); all agencies and foundations; all public companies, including those with private participation (this means that big businesses like PETROBRAS, Banco do Brasil and others are subject to the law).
• Article 3 mentions that the nationality of the bidders will be considered only as a tie-breaking criterion: otherwise, Brazilian and foreign companies compete equally. Also, article 3 states that all the bidding process is open to the public, except, of course, for the value of bidding while not disclosed.

16 • Article **4:** all bids are in national currency, except in the cases prescribed in article 42 (international purchases).
• Article 24 states the situations where bidding is not mandatory. Some examples: purchases of small value (as defined by law); emergency situations which put people or premises in risk; when previous bidding processes had no bidders; to purchase
19 or rent specific buildings; several others.
• Article 25 states situations when a bidding process is not feasible. Examples: there is only one possible contractor for a given product or service (electricity supply, for example); a professional is so outstandingly better than all the others that a
22 bidding competition would be meaningless.
• Article 45 states that, besides the price bid, technical factors may also define the winner.

Internet: <www.V-brazil.com/business> (adapted).

(Analista – TCU – 2009 – CESPE) Based on the above text, judge the following items about biddings regulated by Law Number 8666, 21st June, 1993.

(1) Contracts to deal with emergency situations may be awarded without a bidding process.
(2) However low a price bid may be, it still may not be the winner if technical factors are not up to standards.
(3) The Portuguese word for public biddings is alienações.
(4) In a public bidding, all conditions being the same, Brazilian companies have preference over foreign ones if there is a tie.

(Interpretation) 1: correct – The text in Article 24 (lines 17-18) clearly states that bidding is not mandatory in *"**emergency situations** which put people or premises in risk"*; **2:** correct – The text in Article 45 (line 23) clearly states that *"**besides the price bid, technical factors** may also define the winner"*; **3:** incorrect – The term "public biddings" is the informal term for government procurement; both are translated as "licitações" in Portuguese. "Alienações", depending on the area and the context, can be translated as "mortgage liens", "disposal/sale of assets", "divestment/divestiture" among many others; **4:** correct – The text clearly states that "The Law forbids preference to or differential treatment between Brazilian and foreign companies. However, **when local and foreign competitors offer equivalent conditions in terms of price, quality and delivery time, the law ensures preference for: goods produced or supplied by a Brazilian firm of national capital**; locally produced; and produced or supplied by Brazilian firms" (lines 6-8);

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Analista – TCU – 2009 – CESPE) Judge the following items.

(1) Public companies are exempt from the bidding process.
(2) Only bidders are allowed in all of the bidding process.
(3) By no means shall any bids be expressed in foreign currency.

(Interpretation) 1: incorrect – The text in Article 1 (lines 10-12) clearly mentions *"the entities subject to the law: all the three branches; all the three levels of government (Federal, State, and Municipal); all agencies and foundations; **all public companies**, including those with private participation (this means that big businesses like PETROBRAS, Banco do Brasil and others are subject to the law)."*; **2:** incorrect – The text in Article 3 (line 14-15) clearly states that *"Also, article 3 states that all the bidding process is **open to the public**, except, of course, for the value of bidding while not disclosed."*; **3:** incorrect – The text in Article 4 (line 16) clearly states that *"all bids are in national currency, **except in the cases prescribed in article 42** (**international purchases**)."*

Gabarito 1E, 2E, 3E

(Analista – TCU – 2009 – CESPE) In the text,

(1) "others" (ℓ.12) stands for other big businesses.
(2) "premises" (ℓ.18) means the building and land that a business or organization uses.
(3) "besides" (ℓ.23) can be correctly replaced by in addition to.
(4) "shall" (ℓ.2) can be correctly replaced by might.
(5) "those" (ℓ.11) refers to "public companies" (ℓ.11).

(Vocabulary) 1: correct – The word "others" refers back to **big businesses** which precedes the example: *"including those with private participation (this means that **big businesses** like PETROBRAS, Banco do Brasil and **others** are subject to the law)."*; **2:** incorrect – The word "premises" has two meanings: 1) the building and land that a business or organization uses; and 2) a basis or argument for reasoning – in the text, the second meaning is correct; **3:** correct – In the context of the sentence, these two adverbs are synonymous and interchangeable; **4:** incorrect – The modal verb "shall" in the text is used in the legal sense, meaning "must". In contractual language, "shall" is used to establish obligations. The modal verb "might" expresses an idea of probability, which is not common in this kind of text; **5:** correct – In the text, the plural pronoun "those" is used to refer back to the plural noun "public companies": *"(…) all **public companies**, including **those** with private participation".*

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5C

40. Língua Espanhola

Rodrigo Goyena Soares

Operadoras de telecomunicaciones invertirán 4.000 millones en Madrid

Las operadoras de telecomunicaciones invertirán 4.000 millones de euros en Madrid entre 2009 y 2016 para cambiar las viejas redes de cobre por fibra óptica y extender la banda ancha en la telefonía móvil, con el objetivo de conseguir velocidades de transmisión de entre 30 y 100 megas.

Las empresas ejecutarán esta inversión en el marco de un Plan Director de Infraestructuras de Telecomunicación que el Ayuntamiento de Madrid ha redactado en colaboración con ellas para conseguir que los beneficios de la sociedad de la información lleguen por igual a toda la ciudad y con criterios estéticos y de respeto al medio ambiente.

El Plan ha sido presentado hoy por el alcalde, Alberto Ruiz-Gallardón, ante numerosos representantes del sector, a los que ha expresado su voluntad de colocar a Madrid en este ámbito en "una situación de liderazgo en la Unión Europea" que le permita, además, competir con ciudades como Nueva York, Londres, Pekín o Singapur.

El Ayuntamiento de Madrid ha querido con este plan hacer compatible su derecho a velar por un desarrollo equilibrado y sostenible de la ciudad con el derecho de las operadoras a ocupar el dominio público para extender sus redes.

Las condiciones en que equilibrará ambos derechos se plasmarán en una Ordenanza para la Implantación de las Nuevas Tecnologías que actualizará la vigente desde 1999 y que ha comenzado su tramitación hoy mismo.

Esta Ordenanza reconocerá el "derecho" de los madrileños a acceder a la sociedad de la información y facilitará el despliegue de las redes necesarias "desde el máximo respeto a los criterios de integración urbanística y respeto medioambiental", según el alcalde.

Ruiz-Gallardón ha relacionado el desarrollo de esta tecnología con la aspiración de Madrid a organizar los Juegos Olímpicos de 2016 al decir que sólo una ciudad dotada de las más modernas tecnologías de telecomunicaciones puede convencer al COI de que merece acoger un acontecimiento de esa magnitud.

Internet: <www.finanzas.com> (con adaptaciones).

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) De acuerdo con las ideas del texto, juzgue los ítems siguientes.

(1) La sociedad de la información en el Madrid de hoy se caracteriza por la carencia de desigualdades.

(2) Las inversiones previstas en el Plan Director de Infraestructuras de Telecomunicación comenzarán a ser aplicadas en 2009.

(3) En el ámbito de las telecomunicaciones Madrid compite con Londres y Singapur.

(Interpretación) 1: incorrecto. En las líneas 7 a 13, el autor explica que el Plan Director de Infraestructura de Telecomunicación ha sido redactado con el fin de extender por igual los beneficios de la sociedad de la información a toda la ciudad, con lo cual se entiende que existen carencia de igualdad, y no de desigualdad; **2:** correcto. En la línea, se explica que las operadoras de telecomunicación invertirán 4.000 millones de euros en Madrid entre 2009 y 2016. En la línea 7, se comenta que esas empresas, es decir, las operadoras de telecomunicación, ejecutarán esa inversión en el marco del Plan Director; **3:** incorrecto. Según se lee en las líneas 14 a 19, el alcalde de Madrid ha expresado su voluntad de colocar la ciudad en situación de liderazgo ante Nuevo York, Londres, Pekín y Singapur. En otros términos, se busca competir con esas ciudades, y no hacer que participen en el ámbito de las telecomunicaciones de Madrid;

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) juzgue los ítems siguientes.

(1) Las operadoras de telecomunicación ocupan generalmente el espacio público de una forma desordenada y no respetan las condiciones medioambientales de la ciudad de Madrid.

(2) Se puede inferir que el alcalde de Madrid considera que El COI lleva en consideración el estado de las telecomunicaciones a la hora de decidir qué ciudad será sede de los Juegos Olímpicos.

(Interpretación) 1: incorrecto. En la línea 31, se explica que las condiciones de implantación de las nuevas tecnologías deberán respetar los criterios de integración urbanística y de respeto al medio ambiente; **2:** correcto. En las líneas 34 a 37, se comenta que Ruiz-Gallardón, el alcalde de Madrid, ha relacionado el desarrollo de la tecnología con la aspiración de Madrid a organizar los Juegos Olímpicos de 2016, con lo cual se deduce que el COI reconoce la importancia de la implementación de modernas tecnologías de telecomunicación.

Gabarito 1E, 2C

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Con respecto a las estructuras lingüísticas del texto, juzgue los siguientes ítems.

(1) La forma verbal "ha redactado" (ℓ9) puede ser reemplazada por redactó sin producir alteraciones semánticas o gramaticales en el texto.

(2) El uso del modo subjuntivo en la forma verbal "lleguen" (ℓ11) es debido al hecho de que es el núcleo verbal de una oración subordinada final.

(Gramática) 1: incorrecto. La substitución de la forma gramatical "ha redactado", en el pretérito perfecto compuesto, por "redactó", en el pretérito perfecto simple (o pretérito indefinido), implica un cambio de tiempo verbal; con lo cual, ocurre un cambio semántico, más allá del simple cambio gramatical; **2:** incorrecto. La forma verbal "lleguen" constituye ejemplo de uso del modo substantivo, pero no está inserida en una oración subordinada final;

Gabarito 1E, 2E

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) juzgue los siguientes ítems.

(1) El elemento "a" en la estructura "a los que" (ℓ16) introduce un complemento indirecto.

(2) El elemento "le" (ℓ18) tiene como antecedente "Alberto Ruíz-Gallardón" (ℓ15).

(3) En varios trechos del texto se utiliza el pretérito indefinido.

(Gramática) 1: correcto. La partícula "a" introduce, en este caso, un complemento indirecto; **2:** incorrecto. El elemento "le", en la línea 18, tiene como antecedente "Madrid", en la línea 17; **3:** incorrecto. El texto se caracteriza por utilizar el pretérito perfecto compuesto, y no el pretérito indefinido (o pretérito perfecto simple).

Gabarito 1C, 2E, 3E

Texto para los siguientes ítems.

La OCU reclama un mayor controlde los alimentos funcionales

La Organización de Consumidores y Usuarios (OCU) ha planteado abiertamente la necesidad de un mayor control y regulación legal de los alimentos funcionales. En boga desde hace dos décadas, centran su peculiaridad en propiedades supuestamente beneficiosas para la salud a través del enriquecimiento con determinados micronutrientes. Pese a ello, las etiquetas de muchos de ellos continúan siendo poco claras, lo que puede causar confusión entre los consumidores, por lo que se hace cada vez más necesario establecer algún tipo de control que garantice una información veraz. En opinión de José María Múgica, director de la OCU, muchos de los productos de esta categoría que actualmente pueden adquirirse en el mercado español utilizan fórmulas que permiten escapar a cualquier normativa. "Lo que pedimos es que se controlen las menciones que se pueden incluir en este tipo de productos y que pueden inducir a la confusión entre los consumidores".

Por ejemplo, cuando se habla de que un determinado producto adelgaza, se establece una relación de causa-efecto, mientras que si se especifica que el producto concreto ayuda a adelgazar, "se está jugando con las palabras", de modo que se traslada al consumidor el mensaje que espera, cuando en realidad "todo puede ayudar a adelgazar", dice Múgica.

Desde la organización consumerista se exige la regulación de los alimentos funcionales. En caso contrario, explica Múgica, en pocos años entraríamos en el mundo de los *alicamentos*, alimentos que pretenden tener cualidades terapéuticas y preventivas como algunos medicamentos, pero que deberán ser demostradas a través de análisis científicos.

La OCU lamenta, además, que muchas de las indicaciones contenidas en las etiquetas de los alimentos funcionales no son demostrables científicamente. Por otra parte, al igual que en los productos destinados al público infantil, recuerdan la obligatoriedad de mencionar los beneficios de la lactancia materna, en los funcionales debería incluirse un mensaje que recordara que la salud depende de una dieta variada y equilibrada. El objetivo es que no se traslade al consumidor la idea de que un alimento tiene un "efecto beneficioso y directo" sobre la salud, y evitar así que términos como salud o saludable no se empleen "con tanta alegría".

Los alimentos funcionales son "producto del márqueting". "En muchos momentos se hace pensar a los consumidores que unos productos son superiores a otros", señala el director de la OCU. Pero detrás de expresiones más o menos afortunadas, añade, la realidad acaba demostrando que en muchos casos se trata de simples "juegos de palabras". Por ejemplo, "con más sabor, ¿pero a qué?, o producto más rico, ¿en qué?".

Lo que sí ha conseguido la tecnología alimentaria es alcanzar estándares de calidad más homogéneos. Desde la OCU, explica Múgica, cuando se realizan análisis comparativos de productos en alimentación, con mucha frecuencia se observa una homogeneidad en los parámetros de calidad. Desde hace unos años han observado que las diferencias no se encuentran en el producto propiamente dicho, aspecto que ha propiciado la aparición en el mercado de una batería de productos enriquecidos con micronutrientes como elemento diferencial, fundamentalmente en los lácteos, zumos y cereales. "Y cada vez van a aparecer más", predice.

Internet: <http://www.madrimasd.org> (adaptado).

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) Según el texto, juzgue los siguientes ítems.

(1) Los alimentos funcionales son esenciales para la salud.

(2) En las etiquetas de un número significativo de productos funcionales, la información que se ofrece no está controlada por la OCU.

(3) Hay una base científicamente demostrada a la hora del márqueting de los productos funcionales.

(4) En términos de la condición y naturaleza de los productos funcionales, la tecnología alimentaria ha alcanzado una uniformidad.

(Interpretación) 1: incorrecto. En las líneas 1 a 4, se aclara que los alimentos deberían ser controlados y regulados debido a sus propiedades supuestamente beneficiosas para la salud. Además de esa suposición, se especifica que las etiquetas de los productos son poco claras y causan confusión; **2:** correcto. Si la OCU ha planteado abiertamente la necesidad de un mayor control y regulación legal de los alimentos funcionales, se supone que la información que se ofrece en las etiquetas no está controlada por la OCU. Además, en la línea 7, se comenta que los productos pueden adquirirse en el mercado español sin control de cualquier normativa; **3:** incorrecto. Por lo que se entiende en las líneas 21 a 23, el márqueting se vale de juegos de palabras, con los cuales se hace pensar que unos productos son superiores a otros. En ese sentido, no hay comprobación científica del contenido de dichos productos; **4:** incorrecto. En la línea 25, se aclara que la tecnología alimentaria ha conseguido alcanzar estándares de calidad más homogéneos, pero no una homogeneidad total. Más adelante, en la línea 26, se comenta que la homogeneidad se refiere a los parámetros de calidad, y no en la tecnología alimentaria (alterado/atualizado).

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) En cuanto a su clasificación, uso y significado en el texto,

(1) El verbo "garantice" (ℓ.5) está en modo indicativo.

(2) La partícula "se", en las expresiones "se habla" (ℓ.9), "se establece" (ℓ.9) y "se especifica" (ℓ.10), le da un carácter impersonal al verbo.

(3) Las palabras "los" (ℓ.13) y "unos" (ℓ.22) son ambas artículos en el plural.

(4) La expresión "con tanta alegría" (ℓ.19-20) se refiere a entusiasmo, júbilo y alborozo.

(5) la partícula subrayada en "van a aparecer" (ℓ.29) es una preposición que pertenece al segundo verbo.

(Gramática) 1: incorrecto. El verbo "garantice" está en el modo subjuntivo; **2:** correcto. La partícula "se", en esas situaciones, le agrega un carácter impersonal al verbo; **3:** correcto. Los artículos "los" (ℓ 13) y "unos" (ℓ.22) se refieren, respectivamente, a "alicamentos" y a "productos"; por lo tanto, están en el plural; **4:** incorrecto. Aunque "entusiasmo", "júbilo" y "alborozo" sean sinónimos de "alegría", en este caso, la expresión "con tanta alegría" se refiere "efecto beneficioso y directo" (ℓ.19); **5:** incorrecto. La partícula "a" no pertenece al segundo verbo, sino que introduce un verbo en el modo infinitivo.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5E

El Gobierno propondrá retrasar la edad de jubilación a los 67 años

El Gobierno presentó su propuesta de reforma de las pensiones, que contempla el retraso en la edad de jubilación entre las medidas para garantizar el mantenimiento del sistema a medio y largo plazo. Según fuentes del Ejecutivo, la edad laboral se ampliará de los 65 años actuales hasta los 67.

La medida, de salir adelante — tiene que ser debatida con patronal y sindicatos en la Comisión del Pacto de Toledo —, se aplicará de forma progresiva a partir de 2013, año en el que los que cumplan 65 deberán trabajar dos meses más, y en 2025 quedará totalmente implantada. Así, en 2025 habrá que seguir trabajando durante dos años más para poder percibir el 100% de la prestación. De cumplirse los planes del Ejecutivo, en 2025 España será el primer país de la Unión Europea donde todos los trabajadores se jubilarán a los 67 años.

La reforma, que el Gobierno espera aprobar en un plazo no demasiado largo, supone que han triunfado las tesis de la vicepresidenta y ministra de Economía, Elena Salgado, que en varias ocasiones se ha mostrado a favor de medidas que

permitan aumentar la llamada edad efectiva de jubilación — que establece la media a la que la gente se jubila y que está en 63,5 años en España — o bien mojarse y poner sobre la mesa una edad exacta de jubilación.

Internet: <www.elpaís.com> (con adaptaciones).

(Analista – PREVIC – 2011 – CESPE) Juzgue los ítems siguientes de acuerdo con el texto de arriba.

(1) Del texto es correcto inferir que muchos españoles se jubilan antes de completar la edad establecida para percibir el 100% de la prestación por jubilación.

(2) El vocablo "*mojarse*" (ℓ21) es utilizado en el texto en el sentido literal de derramar agua sobre sí mismo.

(3) Es correcto inferir del texto que, antes de la reforma propuesta por el Gobierno, para percibir el 100% de la prestación por jubilación hay que trabajar hasta los 65 años.

(4) La expresión "de salir adelante" (ℓ6) tiene sentido condicional.

(5) La Comisión del Pacto de Toledo está constituida exclusivamente por representantes de la patronal y de los sindicatos.

(6) Quien se jubile en 2013, si quiere percibir el 100% de la prestación por jubilación, deberá haber trabajado 65 años y dos meses.

1: correcta. **(Interpretación)** En las líneas 7, 8, 9, 10, 11, 12, se lee que los españoles tendrán que trabajar más para alcanzar el 100% de la prestación por jubilación. En la línea 21, se dice que la media de edad de jubilación en España es de 63,5 años. En la línea 4, se afirma que la edad actual de jubilación es de 65 años. De esas tres premisas se puede inferir que muchos españoles se jubilan antes de completar la edad establecida para percibir el 100% de la prestación por jubilación; **2:** incorrecta. **(Vocabulario)** El vocablo "mojarse", en la línea 21, está empleado en sentido figurado y quiere decir arriesgarse. **3:** correcta. **(Interpretación)** En la línea 5, se afirma que, por el presente sistema de jubilación, la población tiene que alcanzar la edad de 65 para percibir el 100% de las prestaciones. **4:** correcta. **(Vocabulario)** La expresión "de salir adelante", en la línea 6, significa "con la condición de que realmente se aplique". **5:** incorrecta. **(Interpretación)** En la línea 8, se afirma que la propuesta tiene que ser debatida con el patronal y los sindicatos de la Comisión del Pacto de Toledo, lo que no quiere decir que esa Comisión este constituida exclusivamente por representantes patronales y por sindicatos. **6:** incorrecta. **(Interpretación)** Según se lee en las líneas 5 y 14, los empleados que quieran percibir el 100% de las prestaciones de jubilación tendrán alcanzar la edad de 67 años trabajados.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C, 5E, 6E

Texto

Telecomunicaciones en Brasil

La historia de las telecomunicaciones en Brasil se remonta al siglo XIX y hasta el año de 1962 nada se había hecho para regularlas globalmente en el país. Ese año, con unas 1.200 compañías diferentes ofreciendo servicio telefónico, el Congreso brasileño promulgó el Código Brasileño de Telecomunicaciones que, entre otras cosas, creó el primer regulador nacional (CONTEL). También fue establecido un fondo para financiar infraestructuras, y se establecieron las bases para la formación de una compañía nacional que se hiciera cargo de las redes troncales. De esta forma nació EMBRATEL que, con la ayuda del fondo nacional, se embarcó en la interconexión de las redes existentes y la creación de otras nuevas.

En 1967 se estableció el Ministerio de Comunicaciones. El mismo reclamó para sí las contiendas reguladoras, hasta entonces dispersas en la estructura gubernamental brasileña, y se hizo cargo tanto de CONTEL como de EMBRATEL. En 1972 se concibió TELEBRÁS, una nueva compañía nacional que se hizo cargo de parte de los activos de EMBRATEL. El objetivo era mejorar la calidad del servicio local, aún muy deficiente. Mientras tanto otras compañías quedaban bajo régimen mixto, con participación privada.

TELEBRÁS rápidamente comenzó a comprar compañías (con ayuda del fondo gubernamental), y alrededor de los años 90 controlaba al menos el 90% de los teléfonos de Brasil, estando el resto repartidos entre cuatro compañías: tres bajo gobiernos locales y una privada. En 1995 se inició el proceso de modificar la constitución para abrir el marco legislativo, con el objetivo de liberalizar el mercado. En 1997 se instaura el nuevo regulador, ANATEL. En 1998 se produce la partición de TELEBRÁS y la creación de las llamadas Baby Bras que son privatizadas. La entrada de la competencia ha hecho posible que los cargos de acceso a la Red estén entre los más bajos de la región.

Internet: <www.baquia.com/com/legacy/8630.htmL> (con adaptaciones).

(Analista – ANATEL – 2006 – CESPE) Con relación a las ideas del texto, juzgue los siguientes ítems.

(1) A partir de la década de los 90 empieza una ínterligación entre las redes de telecomunicación.

(2) Hasta 1967 era poca la centralización gubernamental que existía de las compañías en las telecomunicaciones.

(3) CONTEL y ANATEL tenían las mismas funciones.

(4) El fondo nacional fue de poca ayuda para la compra de otras compañías.

(5) En cuanto a su empleo en el texto, es correcto afirmar que el presente de "creó" (ℓ6) es criar.

1: correcto. **(Interpretación)** Según se lee entre las líneas 28 a 30, a partir de 1990, específicamente en 1995, se estableció un marco legal para liberalizar el mercado de las telecomunicaciones. Bajo esa lógica administrativa, se establecieron, en la década siguiente, las bases para la formación de una compañía nacional que se hiciera cargo de las redes troncales, con lo cual, profundó la inter ligación entre redes de telecomunicación, según se lee en el primer párrafo; **2:** correcto. **(Interpretación)** Se deduce de la línea 14 que, luego del establecimiento del Ministerio de Comunicaciones, se centralizaron las contiendas reguladoras, lo que significa que, antes, había dispersión en la estructura brasileña de telecomunicación; **3:** correcto. **(Interpretación)** En la línea 31, se lee que ANATEL estableció el nuevo marco regulador y, en la línea 7, que CONTEL fue creada como entidad nacional reguladora de las telecomunicaciones. Se infiere, por lo tanto, que hay identidad funcional entre esos dos organismos; **4:** incorrecto. **(Interpretación)** En la línea 10, se advierte que EMBRATEL fue creada gracias al fondo nacional. Con ese nuevo organismo, se embarcó en la interconexión de las redes existentes y en la creación de otras nuevas; **5:** incorrecto. **(Gramática)** El presente de "creó" es crear;

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E

(Analista – ANATEL – 2006 – CESPE) juzgue los siguientes ítems.

(1) el vocablo "primer" (ℓ7) se puede intercambiar por primero sin alterar su significado.

(2) la palabra "aún" (ℓ21) equivale a todavía.

(3) la palabra "alrededor" (ℓ25) tiene el significado de contorno.

(4) el vocablo "bajo" (ℓ28) significa bajar.

1: incorrecto. **(Gramática)** El vocablo "primer", cuando empleado como adjetivo masculino, no puede ser reemplazado por "primero"; **2:** correcto. **(Vocabulario)** "Aún" y "todavía" son sinónimos en castellano; **3:** incorrecto. **(Vocabulario)** La palabra "alrededor" significa en torno a una persona o cosa, rodeándola completamente; **4:** incorrecto. **(Vocabulario)** En este caso, el vocablo "bajo" no deriva del verbo bajar, conjugado en el presente del indicativo. Se trata de la preposición "bajo", que indica, en la línea 28, situación de dependencia por subordinación.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

41. CONTABILIDADE

Fabrício de Oliveira Barros

1. TEORIA DA CONTABILIDADE

(Auditor Fiscal/Limeira-SP – 2006 – CESPE) Com fundamento na doutrina e na legislação contábil, julgue o item a seguir.

(1) Pelo critério da contraposição de receitas e despesas, todos os custos e despesas incorridos em relação à receita realizada de um determinado período devem ser registrados nesse mesmo período, incluindo-se provisões para revisões, reposições e garantias asseguradas em contratos de fornecimento de bens e prestação de serviços.

O artigo 9º da resolução CFC No 750 passou a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas."
Nessas despesas estão incluídas inclusive aquelas que serão objeto de desembolso no futuro, mas que são decorrentes da receita atual. É o caso das garantias, que, apesar de serem pagas em exercício futuro, serão registradas no momento da receita através do cálculo de provisões passivas.
Gabarito 1C

(Fiscal de Tributos Estaduais/AL – 2002 – CESPE) Com relação aos princípios fundamentais de contabilidade, julgue os itens a seguir.

(1) Na aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade a situações concretas, a essência das transações deve prevalecer sobre os aspectos formais.
(2) A continuidade ou não da entidade não deve ser necessariamente considerada quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais quantitativas e qualitativas.
(3) A avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes.
(4) De acordo com o regime de competência, as receitas consideram-se realizadas, nas transações com terceiros, quando estes efetuam o pagamento.
(5) Desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência.

1: A proposição da questão está de acordo com o definido no § 2º do artigo 1º da resolução CFC 750/93, conforme apresentado a seguir: § 2º - Na aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade há situações concretas, a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais;

2: A proposição da questão está em desacordo com o definido no do artigo 5º da resolução CFC 750/93, conforme apresentado a seguir: Art. 5º - O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.;

3: A proposição da questão está de acordo com o definido no do artigo 7º da resolução CFC 750/93, conforme apresentado a seguir: Art. 7º - O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

4: O item está errado, pois o pagamento não é o único momento em que as receitas são consideradas realizadas;

5: A questão descreve o princípio da oportunidade.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5C

(Analista de Contabilidade - Perito/MPU – 2010 – CESPE) O patrimônio não é objeto de estudo exclusivo da contabilidade, haja vista que ciências como a administração e a economia também se interessam pelo patrimônio, mas é a única que restringe o estudo do patrimônio a seus aspectos quantitativos.

O patrimônio é objeto de estudo exclusivo da Contabilidade. A economia estuda os fenômenos que envolvem a escassez e a administração estuda a atividade organizacional e empresarial. Apesar da clara correlação existente entre as três áreas, cada uma possui uma área de atuação distinta.
Gabarito "E"

(Analista de Contabilidade - Perito/MPU – 2010 – CESPE) Para o Conselho Federal de Contabilidade brasileiro, os conceitos de entidade contábil e de continuidade, mais do que princípios, são postulados, axiomas com base nos quais se constrói a teoria contábil.

Inicialmente, vamos diferenciar postulados, princípios e convenções. Apesar de a teoria contábil definir os conceitos de entidade e continuidade como Postulados, que seriam a base da doutrina contábil e portanto superiores aos Princípios, a resolução CFC 750/93 não apresenta esse conceito. Sendo assim, no Brasil, Entidade e Continuidade são princípios.
Gabarito "E"

(Analista Judiciário - Contabilidade/STM – 2010 – CESPE) Com relação à Ciência Contábil e suas características, julgue os itens que se seguem.

(1) No Brasil, a Ciência Contábil, desde as últimas alterações na Lei n.º 6.404/1976, vem se afastando da escola italiana, ao mesmo tempo em que se aproxima da escola norte americana.
(2) O objeto da contabilidade é o patrimônio, constituído pelo conjunto de bens, direitos e obrigações próprios de determinado ente.
(3) Patrimônio líquido é o conjunto de recursos controlados e utilizados pela entidade, fruto de suas transações passadas e cujo objetivo é a geração de benefícios futuros.

1: O Brasil não possui uma escola de pensamento contábil genuinamente brasileira. Pode-se dizer que em um primeiro instante, a nossa contabilidade foi baseada no método italiano e posteriormente migrou-se para o método norte-americano, na qual persiste até os dias atuais. A contabilidade no Brasil ainda sofre grande influência da legislação tributária, notadamente da legislação do imposto de renda. Pode-se afirmar com certeza que em algumas organizações, principalmente nas micro e pequenas empresas, na maior parte do tempo o contador se dedica a questões tributárias. Nas médias e grandes empresas normalmente existe um departamento ligado a questões fiscais para tratar do assunto. Assim a contabilidade se subdivide em contabilidade financeira, contabilidade fiscal, contabilidade gerencial, contabilidade de custos etc.

2: O artigo 2º da resolução CFC 750 define que o objeto da contabilidade é o patrimônio das entidades. O patrimônio é formado pelos bens, direitos e obrigações da entidade.

3: A questão apresentou o conceito de ativos.
Gabarito 1E, 2C, 3E

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) Considerando os princípios fundamentais de contabilidade e os conceitos gerais referentes ao patrimônio, julgue os itens a seguir.

(1) Enquanto o patrimônio compreende o conjunto dos recursos e aplicações de uma entidade, o capital autorizado corresponde ao montante dos aportes com que os acionistas já se comprometeram no boletim de subscrição.
(2) A situação em que o passivo a descoberto é igual ao passivo caracteriza um processo de liquidação, em que há dívidas remanescentes à realização dos bens e direitos do ativo.

(3) Considere que uma empresa tenha a representação patrimonial mostrada na tabela a seguir (valores em R$ 1.000,00).

ativo	valor	passivo	valor
bens	850	obrigações	1.200
direitos	150	patrimôniio líquido	200

Nessa situação, é correto afirmar que a empresa está insolvente, com falta de liquidez e a caminho da falência.

1: O capital autorizado é o limite estatutário de competência da assembleia geral ou do conselho de administração para aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social. Ou seja, trata-se de um valor máximo pré-definido para o capital social.

2: A situação descrita na questão é caracterizada pela inexistência de ativos, por esse motivo o passivo a descoberto é igual ao passivo. Nesse caso a empresa não possui mais condições de operar, visto que não possui mais ativos para realizar suas atividades, situação que caracteriza um processo de liquidação.

3: Na situação apresentada pela questão, é notório o fato que a empresa está com passivo a descoberto, visto que os ativos somam um total de R$1.000 e os passivos R$1.200. Isso não quer dizer no entanto que a empresa esteja insolvente, com falta de liquidez ou a caminho da falência.

Nessa situação seria possível que parte das obrigações fossem de longo prazo, permitindo tempo para a empresa continuar suas atividades e aumentar seus ativos. Nessa mesma situação a empresa não estaria com falta de liquidez, visto que só pagaria seus passivos no longo prazo.

O que é possível falar sobre a empresa apresentada na questão é que ela não se encontra numa situação muito confortável, já que o montante de seus ativos é inferior às obrigações.

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) Com referência aos fatos contábeis e à representação dos fenômenos patrimoniais e suas variações, julgue os itens que se seguem.

(1) O lançamento representado a seguir configura um fato permutativo.
D – lucros acumulados
C – capital a integralizar

(2) A conta adiantamentos de clientes tem por função o registro da receita diferida com o recebimento antecipado e definitivo do valor da venda de produtos ou serviços já fabricados e estocados, pendentes de entrega.

(3) Com o lançamento representado a seguir ocorre o reconhecimento da receita pelo regime de competência, relativo a serviços já prestados e registrados.
D – duplicatas a receber
C – serviços a faturar

1: As duas contas movimentadas pelo lançamento contábil apresentado pertencem ao patrimônio líquido. Sendo assim, não houve alteração do valor do patrimônio líquido, apenas uma movimentação de valores entre as contas, uma permuta de valores entre as contas.

2: A conta adiantamentos de clientes registra o recebimento dos clientes que contrataram os bens ou serviços, de parcelas em dinheiro antecipadamente à produção dos bens ou execução de tais serviços. Se os produtos já estão fabricados, pendentes apenas de entrega, não há que se falar em adiantamento de clientes.

3: O reconhecimento da receita pelo regime de competência é registrado na contabilidade com o crédito na conta de receita, o que não ocorreu no lançamento apresentado.

Gabarito 1C, 2E, 3E

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) De acordo com o sistema de partidas dobradas, um lançamento de primeira fórmula cujo registro a débito diminua o passivo pode ter como contrapartida um registro a crédito diminuindo o ativo.

O lançamento de primeira fórmula consiste em possuir apenas um débito e um crédito. Nesse caso, é realmente possível um lançamento cujo débito reduza o passivo e o crédito reduza o ativo, como por exemplo o pagamento de um empréstimo ou de qualquer outro passivo.

Gabarito "C"

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) No caso de uma inversão de lançamento, o balancete continua fechando, e, em qualquer caso, os totais não se alteram.

A inversão de um lançamento consiste em debitar a conta anteriormente creditada e creditar a conta anteriormente debitada, anulando assim o efeito do primeiro lançamento. No caso do lançamento de uma inversão o balancete continuaria fechando, uma vez que seriam efetuados débitos e créditos no mesmo valor (premissa que assegura o fechamento do balancete). Já os totais das contas, ou mesmo dos grupos de contas, se alterariam pois o lançamento da inversão debitará ou creditará seus saldos.

Gabarito "E"

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) Se uma empresa oferece um período de garantia e de revisões gratuitas pela venda de um produto, na elaboração da demonstração do resultado do exercício (DRE), pelo conceito do confronto das despesas, tais custos deverão ser apropriados no mesmo período da venda, por estimativa, e não no momento em que houver a substituição das peças ou revisão gratuita.

O princípio contábil do confronto das despesas com as receitas está intimamente ligado ao regime de competência. Esse princípio diz que toda despesa diretamente delineável com as receitas reconhecidas em determinado período, com as mesmas deverá ser confrontada.
Ora, quando as empresas vendem um produto já sabem que uma parte deles apresentará problemas técnicos. Quando a empresa se compromete a oferecer período de garantia e revisões gratuitas incorrerá em despesas, que deveriam ser confrontadas com as receitas geradas na venda dos produtos. A técnica contábil para permitir a confrontação dessas despesas com as receitas é a constituição de provisão passiva.

Gabarito "C"

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) A forma vertical adotada para a apresentação da demonstração do resultado do exercício (DRE) facilita a análise da composição e evidencia a formação dos vários níveis de resultados, confrontando as receitas e os correspondentes custos e despesas.

Definição perfeita da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Esse demonstrativo é mesmo apresentado verticalmente (uma conta abaixo da outra) e evidencia a formação dos vários níveis de resultado (receita líquida, lucro bruto, lucro líquido, etc).

Gabarito "C"

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE) Acerca dos princípios fundamentais de contabilidade e divulgação das demonstrações contábeis, julgue o seguinte item.

(1) Ocorrendo o registro dos ajustes a valor de mercado dos ativos advindos de operações de longo prazo, o princípio do registro pelo valor original não será obedecido.

1: O princípio do registro pelo valor original define que os componentes patrimoniais devem ter seu registro inicial efetuado pelo valor das transações. Existe a possibilidade de modificação desse valor com o passar do tempo, o que não representa modificação do valor original. É o caso da depreciação, amortização, provisões, etc. Esses ajustes entretanto deveriam ser apenas para ajustar o valor dos ativos para menor, em obediência ao princípio da prudência. O uso do valor de mercado não obedece a essa limitação por poder ajustar o ativo para maior ou para menor, representando uma não obediência ao princípio.

Gabarito 1C

(Analista de Comércio Exterior/MDIC – 2008 – CESPE) Com base nos princípios contábeis fundamentais e nos tipos de fatos contábeis, julgue os itens a seguir.

(1) Se uma empresa exportadora possuir créditos vincendos em moeda estrangeira e o real estiver valorizando-se em relação a essa moeda, nessa hipótese, combinando-se o entendimento sobre os princípios da oportunidade, do registro pelo valor original, da competência e da atualização monetária, é correto concluir que esses créditos, à data do balanço, deverão sofrer um ajuste para menor em sua escrituração.

(2) Caso um bem do ativo imobilizado, adquirido e registrado por R$ 300.000,00, já tiver acumulado uma depreciação correspondente a 40% de sua vida útil, nessa ocasião, a venda à vista desse bem por R$ 150.000,00 caracterizará um fato contábil misto diminutivo.

1: A valorização do real significa um ganho no poder de compra dessa moeda em relação às demais. Quando o real se valoriza em relação a outra moeda significa que essa se desvaloriza em relação ao real. Para representar uma empresa com créditos em moeda estrangeira vamos imaginar uma empresa que tenha contas a receber em dólar no montante de US$1.000,00. Se a moeda americana se desvalorizar e passar de R$2,00 para R$1,50 o contas a receber em dólar passará de R$2.000,00 para R$1.500,00, sendo necessário um ajuste a menor no montante de R$500,00.
2: Os fatos contábeis são assim classificados:

- **Permutativos**: não alteram o valor do Patrimônio Líquido, mesmo que represente troca de valores entre contas desse grupo.
- **Modificativos**: alteram o valor do Patrimônio Líquido para mais (aumentativo) ou para menos (diminutivo).
- **Mistos**: fatos simultaneamente permutativos e modificativos.

Os lançamentos da situação apresentada no item são assim representados:

Imobilizado				Depreciação acumulada			
Saldo Inicial	300.000,00	300.000,00	(1)	(1)	120.000,00	120.000,00	Saldo Inicial

Caixa			Resultado (Perda na alienação)		
(1)	150.000,00		(1)	30.000,00	

Considerando que a depreciação acumulada correspondia a 40% do valor do ativo imobilizado temos então um saldo de R$120.000,00 (40% x R$300.000,00).
O lançamento (1) representa a venda do ativo imobilizado. Nesse caso, a depreciação acumulada do bem deve ser zerada juntamente com a conta do ativo. Ao lançarmos a baixa do ativo e da depreciação e lançar a entrada do valor de venda no caixa ficará faltando um lançamento à débito no valor de R$30.000,00 para completar o total de débitos e créditos. Esse lançamento à débito representa a perda na alienação do imobilizado e está dentro do grupo de resultado não operacional.
Como o valor do Patrimônio Líquido foi alterado para menos podemos afirmar que o fato contábil foi modificativo diminutivo. Houve também um lançamento de troca de ativos, pois o ativo imobilizado foi trocado por caixa, representando um fato contábil permutativo. Esses fatos simultaneamente caracterizam um fato misto diminutivo.
Gabarito 1C, 2C

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE) De forma simplificada, o conceito de sistema está associado a um conjunto de elementos ordenados com determinado fim. A respeito dos sistemas de informação gerencial e contábil — SIG e SIC —, em uma empresa, assinale a opção correta.

(A) As informações de natureza contábil são de origem externa e expressas em valores monetários.
(B) Um dos requisitos exigidos para os sistemas de informações é definir o nível de acesso permitido a cada indivíduo na organização.
(C) O sistema de informações contábil, por ser o mais abrangente, compreende os demais sistemas de informações que fluem no âmbito de uma empresa.
(D) A tomada de decisões depende exclusivamente de informações que constem dos registros formais.

A letra "a" está incorreta pois as informações contábeis são de origem interna, ou seja, produzidos pela própria empresa através dos registros de suas operações.
A incorreção da letra "c" está no fato de que o sistema contábil não é o mais abrangente dentro os diversos utilizados pelas empresas. O sistema contábil é alimentado por dados dos demais sistemas, registrando apenas dados consolidados e de impacto no patrimônio da empresa.
Na letra "d" a incorreção reside no fato de que os administradores utilizam as mais variadas informações, internas ou externas, formais ou informais, atuais ou históricas.
A letra "b" está correta pois é o nível de acesso dos usuários que garante a segurança da informação. Cada usuário terá um perfil que o permitirá realizar apenas operações referentes a sua área de atuação.
Gabarito "B"

(Analista Administrativo - Contabilidade/ANTAQ – 2009 – CESPE) Na sistemática legal de reconhecimento dos efeitos inflacionários introduzida em 1976 pela Lei das Sociedades por Ações, procurava-se preservar a expressão monetária dos chamados itens monetários dos balanços e identificar, em cada conta de resultado, os ganhos e as perdas resultantes das modificações do poder de compra da moeda.

Os efeitos da inflação não afetam os itens monetários, pois esses são demonstrados em valores de poder aquisitivo atual. Já os itens não monetários, como o ativo imobilizado e estoques, são representados nas demonstrações financeiras por valores formados em exercícios sociais anteriores. É por esse motivo que, ao contrário do descrito na questão, os itens não monetários são atualizados pelos índices de medição da inflação.
Gabarito "E"

(Agente da Polícia Federal – 2012 – CESPE) Considere os eventos de I a V listados abaixo.

I. aquisição de veículo à vista para uso na atividade operacional;
II. baixa de bem inservível registrado no imobilizado;
III. apropriação da folha de pessoal do mês;
IV. registro da diminuição do valor de dívida a receber em função da variação monetária;
V. pagamento de obrigação com desconto.

Com base nas informações acima, julgue os itens a seguir, relativos à classificação dos fatos administrativos.

(1) Os eventos II, IV e V são classificados como fatos mistos, pois, além de provocarem variações no saldo patrimonial, representam a transposição de valores entre os grupos de contas patrimoniais.
(2) Os eventos I e III classificam-se como fatos permutativos e não afetam o saldo patrimonial da entidade.

1: Os eventos II, IV e V afetam as contas contábeis conforme demonstrado a seguir:
Evento II - baixa de bem inservível registrado no imobilizado
Débito – Despesa pela baixa de bem inservível
Crédito – Ativo Imobilizado
Por reduzir o patrimônio líquido, trata-se de um fato modificativo diminutivo.
Evento IV - registro da diminuição do valor de dívida a receber em função da variação monetária
Débito – Despesa com variações monetárias
Crédito – Empréstimos a receber (ativo)

Por reduzir o patrimônio líquido, trata-se de um fato modificativo diminutivo.

Evento V - pagamento de obrigação com desconto

Débito – Obrigações a pagar (passivo)

Crédito – Caixa

Crédito – Descontos ativos (receita)

Além de movimentar valores entre contas patrimoniais (ativo e passivo), o evento aumentou o patrimônio líquido (receita). Sendo assim, trata-se de um fato misto aumentativo.

2: Os eventos I e III afetam as contas contábeis conforme demonstrado a seguir:

Evento I - aquisição de veículo à vista para uso na atividade operacional

Débito – Veículos

Crédito – Caixa

O evento movimenta apenas contas patrimoniais, tratando-se de fato permutativo.

Evento III - apropriação da folha de pessoal do mês

Débito – Despesa de salários

Crédito – Salários a pagar

Por reduzir o valor do patrimônio líquido (despesa), trata-se de fato modificativo diminutivo.

Gabarito 1E, 2E

(Agente da Polícia Federal – 2012 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, a respeito dos princípios de contabilidade.

(1) Segundo o princípio da oportunidade, é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação, pois a falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância.

(2) De acordo com o princípio do registro do valor original, a atualização monetária não representa nova avaliação, mesmo gerando o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante aplicação de indexadores e outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda.

1: O parágrafo único do art. 6º da resolução CFC 750/93 define que "a falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação".

2: O inciso III do § 2º do art. 7º da resolução CFC 750/93 define que "a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período".

Gabarito 1C, 2C

(Agente da Polícia Federal – 2012 – CESPE) A respeito dos registros contábeis das provisões, julgue a afirmativa:

(1) As provisões retificadoras do ativo são constituídas debitando-se uma conta de despesa e creditando-se uma conta patrimonial que represente a respectiva provisão.

1: O objetivo das provisões retiradoras do ativo é ajustar o valor desses ao valor provável de realização. Para tanto, é necessário creditar a provisão, tornando assim seu saldo redutor ao ativo. A contrapartida (débito) é a conta de "despesa com provisão para devedores duvidosos".

Gabarito 1C

(Agente da Polícia Federal – 2012 – CESPE) Determinada entidade apresentou os seguintes eventos no mês de abril de 2012.

I. pagamento de R$ 4.200,00, no mês de abril de 2012, referentes a aluguel dos meses de abril e maio de 2012;

II. consumo e pagamento de despesas, em abril de 2012, com serviços de limpeza e conservação, relativos ao mês de abril de 2012, no valor de R$ 1.800,00;

III. recebimento, em abril de 2012, em dinheiro, por serviços prestados no mês de março de 2012, no valor de R$ 3.600,00;

IV. prestação de serviços, no mês de abril de 2012, para recebimento em maio de 2012, no valor de R$ 5.700,00.

À luz do regime de caixa e do regime de competência, julgue o item a seguir, relativos à apuração de resultado do mês de abril de 2012 da entidade considerada.

(1) Na apuração do resultado do mês de abril de 2012, não se consideram, tanto no regime de caixa quanto no de competência, os eventos III e IV, os quais repercutem na apuração do resultado, respectivamente, dos meses de março e maio.

1: Por se tratar de um recebimento, o evento III é considerado no regime de caixa. Já o evento IV é considerado apenas pelo regime de competência e tem como registro a receita de prestação de serviços no resultado do exercício (mesmo sem o efetivo recebimento no caixa).

Gabarito 1E

2. CONTABILIDADE GERAL

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) A propósito dos princípios fundamentais de contabilidade e dos fatos e lançamentos contábeis, julgue o item subsequente.

(1) Suponha que o responsável pela contabilidade de uma empresa registre a venda de um ativo fixo — com valor líquido contábil de R$ 60.000,00 — por R$ 80.000,00, metade à vista, metade a prazo. Esse fato representa uma variação mista aumentativa, que é caracterizada pela troca de ativos, com acréscimo de valor.

Os fatos contábeis são classificados como permutativos (movimentação entre contas contábeis sem alterar o valor do PL), modificativos (alteram o valor do PL) e mistos (simultaneamente permutativo e modificativo). Na situação proposta pela questão houve uma alteração no patrimônio líquido, visto que um ativo registrado na contabilidade por R$60.000 foi vendido por R$80.000. Essa diferença de R$20.000 representa um ganho na alienação de imobilizado e consequentemente um aumento no patrimônio líquido representando um fato modificativo aumentativo. Ao mesmo tempo, essa operação implicou uma alteração entre contas do ativo, do ativo fixo para o disponível e contas a receber, representando também um fato permutativo. Como essa operação representou simultaneamente um fato modificativo e permutativo, é possível dizer que ocorreu uma variação mista aumentativa.

Gabarito 1C

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) A respeito das normas contábeis aplicáveis a empresas da iniciativa privada, julgue o item seguinte.

(1) As normas contábeis vigentes no Brasil estabelecem que, quando as autoridades fiscais fazem exigências específicas relativas à apresentação das demonstrações contábeis de um contribuinte, este deve esclarecer, em nota explicativa, o efeito das alterações produzidas nas referidas demonstrações, por ocasião de sua divulgação e publicação.

A questão está errada, pois contraria o dispositivo do § 2o do artigo 177 da lei 6.404/76:

§ 2º A companhia observará exclusivamente em livros ou registros auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil e das demonstrações reguladas nesta Lei, as disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre a atividade que constitui seu objeto, que prescrevam, conduzam ou incentivem a utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem registros, lançamentos ou ajustes ou a elaboração de outras demonstrações financeiras.

O item afirma que a empresa deverá esclarecer em nota explicativa os efeitos das alterações produzidas nas demonstrações financeiras decorrentes de exigência das autoridades fiscais. Veja que a questão está afirmando que a empresa irá efetuar nas suas demonstrações ajustes exigidos pela autoridade fiscal e que tais ajustes devem ser explicados em nota. No entanto, a Lei 6.404/1976 define que a companhia não modificará sua escrituração mercantil para atender a legislação tributária.

Gabarito 1E

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) Julgue os itens de 1 a 5, relativos à contabilidade avançada.

(1) Uma empresa que ofereça, por certo prazo, garantia de manutenção e bom funcionamento de um equipamento que seja objeto do seu negócio, deve efetuar uma provisão para os prováveis dispêndios que terá em decorrência desse compromisso. Ainda que se trate de uma estimativa, tal valor deverá figurar no passivo do balanço patrimonial dessa empresa.

(2) As subvenções para investimentos recebidas pela empresa poderão ser convertidas em reserva de incentivos fiscais, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

(3) Com as modificações havidas no texto da Lei das Sociedades por Ações, substituiu-se, na representação do patrimônio líquido, a reserva de reavaliação pelos ajustes de avaliação patrimonial. Tais ajustes constituem contrapartidas tanto de aumentos como de diminuições no valor atribuído a componentes, seja do ativo, seja do passivo.

(4) No caso de incorporação de uma companhia à outra, o acionista dissidente não terá direito a retirar-se, mediante reembolso de suas ações, quando estas tiverem liquidez e dispersão no mercado. Há dispersão quando os acionistas controladores, também por meio de sociedades sob seu controle, detêm mais da metade das ações com direito a voto.

(5) Considere a seguinte situação hipotética. Para efeito de cálculo das saídas de caixa referentes às atividades operacionais de uma empresa comercial, estavam disponíveis os seguintes dados:

- saldo de fornecedores no início do período: R$ 1.600.000,00;
- saldo de fornecedores no final do período: R$ 2.300.000,00;
- estoque inicial de mercadorias: R$ 350.000,00;
- estoque final de mercadorias: R$ 550.000,00;
- custo das mercadorias vendidas: R$ 8.500.000,00.

Nessa situação, os pagamentos referentes às compras de mercadorias, feitos por essa empresa comercial a fornecedores, foram de R$ 9.400.000,00.

1: Quando a empresa se compromete a oferecer período de garantia e revisões gratuitas incorrerá em despesas, que deveriam ser confrontadas com as receitas geradas na venda dos produtos. A técnica contábil para permitir a confrontação dessas despesas com as receitas é a constituição de provisão passiva. Esse assunto foi apresentado inclusive pela CVM na Deliberação CVM nº 489/2005.

2: A lei 11.638/2007 incluiu à lei 6.404/76 o artigo 195-A, que apresenta a mesma definição da questão, conforme apresentado a seguir:

Art. 195-A. A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei).

3: A conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial passou a integrar o patrimônio líquido a partir das alterações introduzidas pela lei 11.941/2009, que substituiu o texto do § 3º do artigo 182 que tratava da reserva de reavaliação.

§ 3º Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 desta Lei".

4: A lei 6.404/76 não estabelece a restrição de haver liquidez e dispersão no mercado para o reembolso de suas ações. O conceito de dispersão diz respeito à pulverização das ações entre diversos acionistas, o que não ocorreria no caso dos controladores possuírem mais da metade das ações com direito a voto.

5: Considerando que o custo da mercadoria vendida representa a baixa (crédito) no estoque, é possível concluir que as compras no período foram de R$8.700.000, uma vez que esse seria o valor necessário para que a conta atinja o saldo final de R$550.000. Considerando que as compras foram a prazo, esse valor de compras seria creditado na conta fornecedores. A conta fornecedores por sua vez precisa ser debitada no montante de R$8.000.000 para atingir o valor final de R$2.300.000 informado na questão. Esse débito representa o pagamento a fornecedores, sendo esse valor diferente do proposto na questão. Apresentamos a seguir os lançamentos descritos:

Pagto. a fornecedores

Fornecedores			Estoque			
8.000.000	1.600.000	Saldo Inicial	Saldo Inicial	350.000	8.500.000	CMV
	8.700.000	Compras	Compras	8.700.000		
	2.300.000	Saldo Final	Saldo Final	550.000		

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) Acerca da aplicação dos regimes de apuração do resultado do exercício, julgue o item abaixo.

(1) Considere que, em um contrato de longa duração, orçado em R$ 1.000.000,00, ao final do primeiro exercício apenas 20% da obra tenha sido realizada. Considere, ainda, que, do custo total estimado de R$ 600.000,00, R$ 180.000,00 tenham sido incorridos. Nessa situação, de acordo com os critérios adotados nessas circunstâncias, na opção que permite a apuração do menor lucro no exercício, a receita a ser apropriada deverá ser de R$ 200.000,00.

É possível observar que apesar de ter realizado apenas 20% da obra, a empresa incorreu em 30% dos custos totais estimados (R$600.000 x 30% = R$180.000). Como a empresa precisa apropriar a receita para o resultado por já ter incorrido em custos, ela deverá fazer isso proporcionalmente ao percentual executado da obra, nesse caso R$200.000 (20% de R$1.000.000). Se ela fizesse a apropriação proporcionalmente aos custos incorridos, estaria reconhecendo indevidamente uma receita antes de realizar a execução do contrato.

Gabarito 1C

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) A respeito da Lei n.º 6.404/1976, alterada pela Lei n.º 11.638/2007, julgue os itens que se seguem.

(1) Em relação às ações preferenciais, o dividendo prioritário é cumulativo, a ação com dividendo mínimo não participa dos lucros remanescentes e a ação com dividendo fixo concorre com as ordinárias na distribuição do lucro, depois de assegurado a estas dividendo igual ao fixo.

(2) Os bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou utilizados com essa finalidade, antes classificados no ativo imobilizado, passaram a classificar-se no intangível.

1: A questão contraria o § 4o do artigo 17 da lei 6.404/76, que define que, salvo disposição em contrário no estatuto, o dividendo prioritário não é cumulativo, a ação com dividendo fixo não participa dos lucros remanescentes e a ação com dividendo mínimo participa dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas ser assegurado dividendo igual ao mínimo."

2: A lei 11.638 /2007 acrescentou ao artigo 179 da lei 6.404/76 o intangível como um novo grupo de contas dentro do ativo permanente. Nesse novo grupo serão classificados os direitos que tenham por objeto bens

incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. Sendo assim, os ativos intangíveis que anteriormente eram classificados no imobilizado passaram a ter seu próprio grupo de contas dentro do ativo permanente.
Gabarito 1E, 2C

(Agente Fiscal/Teresina-PI – 2008 – CESPE) Com relação à contabilidade e à legislação aplicável, julgue os seguintes itens:

(1) Os bens intangíveis, mesmo quando não integram o patrimônio contábil da entidade — como é o caso do fundo de comércio acumulado ao longo do tempo —, podem alcançar considerável valor econômico. Esse valor não está materializado na propriedade física, mas se traduz nos direitos de propriedade, no potencial de utilização e exploração legalmente conferidos aos seus titulares.

(2) Os bens recebidos em doação integram o ativo da empresa e são representados no balanço patrimonial. Esse é o caso de imóveis recebidos do poder público como incentivo à instalação de novos empreendimentos, que, se recebidos sem custos ou ônus, serão contabilizados por valor simbólico, cuja contrapartida constitui receita não operacional.

(3) Suponha que uma empresa tenha efetuado, ao final do exercício, o seguinte lançamento.
D – lucros acumulados
C – juros sobre o capital próprio
Nesse caso, a empresa está seguindo a orientação da CVM no que diz respeito à contabilização dos juros devidos aos acionistas, e efetuando um lançamento similar ao da atribuição dos dividendos.

(4) No Brasil, os juros embutidos nas vendas a prazo são destacados da receita bruta e contabilizados como receita financeira. O fato de sua apropriação estar em consonância com o prazo entre a realização da receita e o vencimento da obrigação do cliente decorre da adoção do regime de competência.

(5) Com as alterações promovidas na Lei das Sociedades por Ações a partir deste ano, a demonstração dos fluxos de caixa substituiu, exclusivamente para as companhias abertas, a demonstração das origens e aplicações de recursos, e a demonstração do valor adicionado passou a ser exigida para as sociedades de grande porte.

1: Os ativos intangíveis registrados na contabilidade são, de acordo com o artigo 179 da lei 6.404/76, "os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido". Nessa concepção, o fundo de comércio acumulado pela empresa ao longo do tempo não seria registrado na contabilidade, mesmo assim continuaria tendo um valor de mercado, possuindo sobre ele direitos de propriedade.
2: Os bens adquiridos por doação devem ser registrados por seu valor real ou de mercado. Cabe ressaltar que a lei 11.638/2007 revogou a alínea "d" do § 1º do artigo 182, a qual definia que as doações ou subvenções governamentais para investimentos seriam contabilizadas no patrimônio líquido. A partir da entrada em vigor da referida lei, essas operações passaram a ser contabilizadas de duas maneiras:
Doações e subvenções recebidas de forma incondicional (sem que nenhuma obrigação reste à empresa) – serão registradas diretamente no resultado.
Doações e subvenções que para se efetivarem dependem de eventos futuros – serão registradas no passivo para apropriação ao resultado quando do cumprimento das obrigações.
3: O Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP) é lançado na DRE como despesa financeira. Por considerar que tal tratamento distorce a apresentação da DRE, a CVM determinou que as companhias abertas façam a reversão do seu valor antes do lucro líquido, excluindo dessa forma o efeito do JSCP na DRE.
Como o JSCP é na verdade uma distribuição de lucros, o mais indicado é que seu valor seja evidenciado apenas na Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e não na DRE. O lançamento proposto na questão representa justamente o lançamento que reverte da Demonstração do Resultado o valor do JSCP.
4: Justamente pelo fato dos juros estarem embutidos no valor das vendas a prazo as empresas não destacam esse valor da receita bruta, contabilizando todo o valor da venda como receita de vendas.
5: O artigo 176 da lei 6.404/76 define que a demonstração dos fluxos de caixa será obrigatoriamente elaborada Companhia fechada com patrimônio líquido superior ou igual a R$ 2 milhões e pelas companhias abertas, sendo facultativa para as demais empresas. A demonstração de origens e aplicações de recursos não é mais exigida pela lei.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E

(Fiscal de Tributos/Vila Velha-ES – 2008 – CESPE) Com relação à doutrina e à legislação contábil em geral, julgue os itens a seguir.

(1) De acordo com a teoria da entidade, nas sociedades em que o controle está diluído e o sócio não pode dispor sumariamente do lucro ou retirar-se a qualquer momento, a equação patrimonial é representada corretamente a seguir: ativo = passivo + patrimônio líquido.

(2) Constituem contas patrimoniais retificadoras: provisão para férias e provisão de 13.º salário.

(3) Suponha que uma empresa tenha efetuado uma aplicação em fundo de renda fixa de curto prazo no valor de R$ 10.000,00, com rendimento mensal de 1% e imposto de renda na fonte — a ser retido apenas no resgate da aplicação — de 20%. Nesse caso, o ativo circulante, ao final do primeiro mês, deveria discriminar uma conta de imposto de renda retido na fonte diferido, no valor de R$ 20,00.

1: Em qualquer sociedade a equação patrimonial será Ativo=Passivo+Patrimônio Líquido;
2: Em qualquer sociedade a equação patrimonial será Ativo=Passivo+Patrimônio Líquido;
3: Ao contrário das provisões que representam retificações do ativo, como a provisão para devedores duvidosos, as provisões para férias e 13º salário são registradas no passivo. A deliberação CVM nº 489 apresenta a seguinte definição para as provisões passivas derivadas de apropriações por competência: "são passivos por mercadorias ou serviços que foram recebidos ou fornecidos, mas que não foram faturados ou acordados formalmente com o fornecedor, incluindo montantes devidos a empregados (por exemplo, os montantes relativos à provisão para férias), os devidos pela atualização de obrigações na data do balanço, entre outros. Embora às vezes seja necessário estimar o valor ou o tempo das provisões derivadas de apropriações por competência, o que poderia assemelhar-se conceitualmente a uma provisão, a diferença básica está no fato de que as provisões derivadas de apropriações por competência são obrigações já existentes, registradas no período de competência, sendo muito menor o grau de incerteza que as envolve".
Gabarito 1C, 2C, 3E

(Fiscal de Tributos/Vila Velha-ES – 2008 – CESPE) A propósito dos tipos de sociedades, julgue o próximo item.

(1) Na companhia ou sociedade anônima, quando o acionista adquire ações com ágio, sua responsabilidade está limitada ao valor patrimonial.

1: A lei 6.404/76 define no seu artigo 1º que "a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas".
Gabarito 1E

(Fiscal de Tributos/Rio Branco-AC – 2007 – CESPE) Com relação aos conceitos gerais de contabilidade, do patrimônio e da escrituração, julgue os itens a seguir.

(1) As informações de finalidades genéricas na contabilidade visam atender o maior número possível de usuários. Para relatórios de finalidade específica, é preciso selecionar as informações relevantes para os vários tipos de usuários, de acordo com os respectivos modelos de predição e tomada de decisões.

(2) Segundo a teoria contábil, passivos em geral constituem obrigações ou compromissos de uma entidade, no sentido de entregar dinheiro, bens ou serviços a uma outra entidade ou pessoa, o que não exclui o reconhecimento de perdas em potencial, que são registradas pelo seu valor esperado.

1: A contabilidade possui diversos usuários, tanto internos (administradores, gerentes, etc.) como externos (acionistas, emprestadores de recursos, credores em geral, integrantes do mercado de capitais, etc.). Cada usuário possui um interesse distinto, que pode ser atendido tanto por informações genéricas que podem ser úteis também a outros usuários ou por informações elaboradas para atender necessidades específicas;
2: O conceito de passivos apresentado pela questão está correto. Ao

tratar do reconhecimento de perdas em potencial, a questão está se referindo a provisões passivas. Essas provisões são bem detalhadas na deliberação CVM Nº 489/2005.
Gabarito 1C, 2C

(Tributos/Rio Branco-AC – 2007 – CESPE) Com base nos conceitos e critérios aplicáveis a contas, lançamentos e método das partidas dobradas, julgue o seguinte item:

(1) No plano de contas de uma indústria, classificam-se como contas de resultado produtos acabados, benfeitorias em bens de terceiros e gastos de expansão e ampliação.

1: Os produtos acabados representam o estoque da indústria e por esse motivo são registrados no ativo. As benfeitorias em bens de terceiros também são registradas no ativo, e amortizadas pelo prazo do contrato de locação. Os gastos de expansão e ampliação, que até o ano de 2008 eram registrados no ativo diferido, passaram a ser registrados como despesas do exercício após a edição da lei 11.941/2009.
Gabarito 1E

(Fiscal de Tributos/Rio Branco-AC – 2007 – CESPE) Com referência à composição e à apresentação do balanço, julgue os itens que se seguem.

(1) Nos termos da legislação societária, os juros creditados aos acionistas nos períodos de ampliação da capacidade operacional da empresa devem ser classificados no ativo diferido até a utilização plena das novas instalações.

(2) Suponha que uma empresa prestadora de serviços esteja com pendência decorrente de dúvida na interpretação da aplicação do ISS, junto ao fisco municipal, e que não tenha sido possível estimar o valor de um eventual débito contra essa empresa, embora haja razoável probabilidade de que o entendimento seja desfavorável a ela. Diante dessa situação, é correto afirmar que o contador, se tiver feito menção a esse fato em nota explicativa, agiu adequadamente.

1: A lei 11.941/2009 revogou todas as referências ao diferido na lei 6.404/76. A partir da sua edição, todos os itens que até então eram classificados no diferido devem ser lançados diretamente no resultado do exercício. A lei ressalta que o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 no ativo diferido que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização.

2: A deliberação CVM Nº 489/2005, que versa sobre provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas, define que nem todas as contingências passivas devem ser provisionadas, devendo seguir o esquema apresentado a seguir:

Probabilidade de ocorrência do desembolso		Tratamento contábil
Provável	Mensurável com suficiente segurança	Provisionar
	Não mensurável com suficiente segurança	Divulgar em notas explicativas
Possível		Divulgar em notas explicativas
Remota		Não divulgar em notas explicativas

Como a questão informa que não é possível estimar o valor do débito e que a probabilidade é de que o entendimento seja desfavorável a ela, o tratamento recomendável é a divulgação em notas explicativas.
Gabarito 1E, 2C

(Fiscal de Tributos/Rio Branco-AC – 2007 – CESPE) Com referência à composição e à apresentação da demonstração do resultado do exercício, julgue o item.

(1) As atualizações monetárias prefixadas são classificadas como variações monetárias, e não compõem as receitas/despesas financeiras.

1: As atualizações monetárias (prefixadas ou pós-fixadas) de itens do ativo ou do passivo são classificadas como receitas/despesas financeiras.
Gabarito 1E

(Auditor Fiscal/Vitória-ES – 2007 – CESPE) Com fulcro na doutrina contábil e na legislação societária, julgue os itens que se subseguem.

(1) No que se refere às companhias abertas, são consideradas em circulação todas as ações em poder dos acionistas majoritários e minoritários, que exerçam ou não funções de direção. Excluem-se dessa situação as ações em tesouraria.

(2) A provisão para redução a valor presente de valores a receber, embora não prevista, atualmente, na legislação brasileira, é preconizada pela doutrina contábil e consiste no desconto dos juros embutidos nos montantes esperados de recebimento futuro.

1: O § 2º do artigo 4º-A da lei 6.404/76 define que "consideram-se ações em circulação no mercado todas as ações do capital da companhia aberta menos as de propriedade do acionista controlador, de diretores, de conselheiros de administração e as em tesouraria";
2: A prova foi realizada antes das alterações promovidas na lei 6.404/76 pela lei 11.638/2007, e, portanto, informa que a legislação não previa a adoção da provisão para redução a valor presente. Cabe informar que a lei 11.638/2007 passou a prever a existência de tal provisão.
Gabarito 1E, 2C

(Auditor Fiscal/Vitória-ES – 2007 – CESPE) Com relação à constituição de reservas das companhias, julgue o próximo item.

(1) Considere que, após a apuração do resultado do exercício e antes da constituição das reservas, o patrimônio líquido de uma companhia fosse composto como a seguir.
capital social . . . . . R$ 5.000.000,00
reserva legal . . . . . R$ 1.000.000,00
outras reservas de lucros . . . . . R$ 500.000,00

Nessa situação, e sabendo-se que o lucro líquido do exercício foi de R$ 2.000.000,00, é correto concluir que a empresa poderá destinar R$ 100.000,00 à reserva legal.

1: As regras de constituição da reserva legal estão apresentadas no artigo 193 da lei 6.404/76. Nesse artigo está definido que, do lucro líquido, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. Como na companhia fictícia apresentada pela questão a reserva legal já é equivalente a 20% do capital social, não será constituída reserva.
Gabarito 1E

(Auditor Fiscal/Vitória-ES – 2007 – CESPE) A propósito da apuração dos resultados contábeis, julgue o item subsequente.

(1) O lucro ou prejuízo apurado com a venda de participações societárias classificadas no ativo circulante constitui ganho ou perda de capital e integra o resultado não operacional, na demonstração do resultado do exercício.

1: Se a participação não está registrada no subgrupo investimentos dentro do ativo permanente significa que essa não está destinada à manutenção da atividade da empresa, sendo assim, o resultado da sua venda não representa um ganho ou perda de capital.
Gabarito 1E

(Auditor Fiscal/Vitória-ES – 2007 – CESPE) Com base nos conceitos e critérios adotados em relação às demonstrações das origens e das aplicações de recursos e do fluxo de caixa, julgue o item que se segue.

(1) Considere que os dados disponíveis para a elaboração do fluxo de caixa do exercício de uma empresa apresente a situação a seguir.
saldo inicial de mercadorias . . . . . R$ 210.000,00
saldo final de mercadorias . . . . . .R$ 280.000,00
saldo inicial de fornecedores . . . . .R$ 190.000,00
saldo final de fornecedores . . . . . R$ 170.000,00
Nessa situação, e sabendo que o custo das mercadorias vendidas foi de R$ 1.350.000,00, é correto concluir que os pagamentos a fornecedores corresponderam a R$ 1.440.000,00.

1: Com base nos saldos apresentados pela questão, é possível montar os seguintes lançamentos:

	Estoques				Fornecedores		
Saldo Inicial	210.000	1.350.000	(1)	(3)	1.440.000	190.000	Saldo Inicial
(2)	1.420.000					1.420.000	(2)
Saldo Final	280.000					170.000	Saldo Final

	CMV			Caixa/Bancos		
(1)	1.350.000				1.140.000	(3)
Saldo Final	1.350.000					

Lançamento (1): Consiste no lançamento do custo da mercadoria vendida, que tem como crédito a conta de estoques, representando a baixa do estoque.
Lançamento (2): Esse lançamento representa a aquisição de estoques a prazo. Consiste no débito que fez com que o saldo final da conta de estoques atingisse o saldo final de R$280.000. A contrapartida desse lançamento é um crédito na conta fornecedores.
Lançamento (3): Consiste no débito que fez com que o saldo final da conta fornecedores atingisse o saldo final de R$170.000 ao final do período. Esse lançamento representa valores pagos no período. Sendo assim, sua contrapartida será a crédito da conta Caixa/Bancos.
Gabarito 1C

(Auditor Fiscal/Limeira-SP – 2006 – CESPE) Com fundamento na doutrina e na legislação contábil, julgue os itens a seguir.

(1) De acordo com a legislação das sociedades por ações, as demonstrações financeiras obrigatórias para todas as companhias fechadas são o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração das mutações patrimoniais e a demonstração das origens e aplicações de recursos.
(2) A retenção de lucros justificada por orçamento de capital pela companhia não pode ser constituída em detrimento do pagamento do dividendo obrigatório. Se os lucros não forem destinados a reservas, deverão ser distribuídos como dividendos.

1: O artigo 176 da lei 6.404/76 apresenta as disposições gerais sobre as demonstrações financeiras, e pode ser assim esquematizado:

Demonstrativo	Companhia fechada com patrimônio líquido inferior a R$ 2 milhões	Companhia fechada com patrimônio líquido superior ou igual a R$ 2 milhões	Companhia aberta
Balanço Patrimonial	SIM	SIM	SIM
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	SIM	SIM	SIM
Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA)	SIM	SIM	SIM
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	NÃO	SIM	SIM
Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	NÃO	NÃO	SIM

2: A resposta da questão é encontrada através da combinação dos artigos 196, que define que a assembleia-geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, e 198, que define que a destinação dos lucros para constituição das reservas de que trata o artigo 194 e a retenção nos termos do artigo 196 não poderão ser aprovadas, em cada exercício, em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório.
Gabarito 1E, 2C

(Agente de Tributos/MT – 2004 – CESPE) Julgue os itens a seguir, relativos à Contabilidade.

(1) Conforme a Lei n.º 6.404/76, as contas devem ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa. Nesse sentido, os elementos básicos do balanço são o ativo, que representa as aplicações de recursos, e o passivo, que representa as exigibilidades e obrigações.
(2) De acordo com a teoria de contas, as contas do ativo devem ser classificadas em ordem decrescente de grau de liquidez e as contas do passivo, em ordem crescente de prioridade de pagamento das exigibilidades.
(3) As demonstrações contábeis ou financeiras, que são regidas pela Lei n.º 6.404/76 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, informam a evolução dos fenômenos patrimoniais que, no fim do exercício social, evidenciam o resultado da atividade econômica exercida sobre o patrimônio no período.
(4) Considerando que o patrimônio é um conjunto de bens, direitos e obrigações, e sabendo que o mesmo possui personalidade, componentes e função, podendo ser mensurado e sendo capaz de mutar, é conceitualmente correto concluir que, se uma empresa é imponente, com edificações vistosas, instalações com jardins amplos e conservados e um volume grande de ativos, essa empresa possui um grande patrimônio, equivalentemente àquilo que ostenta.

1: A primeira parte da questão está correta, pois apresenta o texto literal do artigo 178 da lei 6.404/76. O erro da questão está em não apresentar o patrimônio líquido como elemento básico do balanço;
2: A classificação das contas do passivo é feita de forma decrescente de prioridade de pagamento;
3: A descrição dos demonstrativos contábeis está perfeita. Estes informam de que forma ocorreu a evolução patrimonial, sendo que a demonstração do resultado do exercício evidencia o resultado da atividade da empresa no período;
4: A primeira parte da questão está correta, pois define corretamente que o patrimônio é um conjunto de bens, direitos e obrigações. Sendo assim, mesmo uma empresa que tenha um grande volume de ativos pode ter também grandes valores em obrigações, o que tornaria seu patrimônio pequeno.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Agente de Tributos/MT – 2004 – CESPE) Com relação a plano de contas, julgue o item subsequente.

(1) Um plano de contas bem elaborado deve conter, além da relação das contas devidamente codificadas de forma estruturada e ordenada, a indicação das operações para as quais as contas foram previstas e como cada conta deve ser utilizada nas operações: debitada e(ou) creditada.

A indicação das operações para as quais as contas foram previstas representa a descrição das contas, que é muito importante para garantir a homogeneidade das transações que se enquadrarão em cada conta.

Gabarito 1C

(Fiscal de Tributos Estaduais/AL – 2002 – CESPE) A respeito da demonstração de resultado abaixo apresentada, julgue os seguintes itens.

demonstração do resultado (em R$ mil) do exercício social de 2001	
vendas brutas	125.800
tributos sobre as vendas	(23.273)
vendas líquidas	102.527
custo das mercadorias vendidas	(56.492)
lucro bruto	46.035
despesas administrativas	(12.500)
despesas comerciais	(10.750)
outras despesas e receitas	(1.250)
receitas/despesas financeiras	(8.750)
lucro antes de IR e CSLL	12.785
IR e CSLL	(4.347)
lucro líquido	8.438

(1) Na demonstração de resultado acima, as contas de receita possuem saldo devedor, e as de despesa, saldo credor.

(2) Em despesas administrativas, devem ser incluídas apenas as relativas a serviços de terceiros utilizados na administração da empresa.

(3) Seguindo os preceitos da Lei das Sociedades Anônimas, a empresa, após o lucro ou prejuízo líquido do exercício, deve demonstrar o seu montante por ação do capital social.

(4) As contas de resultado são transitórias, pois permanecem abertas ao longo do exercício social e são fechadas no encerramento dele, transferindo o seu saldo para a conta de lucros ou prejuízos acumulados diretamente ou utilizando uma conta transitória.

(5) As despesas financeiras são escrituradas em contrapartida de uma conta passiva, uma retificadora do passivo ou das disponibilidades.

1: As contas de despesa possuem saldo devedor e as contas de receita possuem saldo credor;

2: O salário dos funcionários está incluído nesse grupo de contas;

3: A Demonstração de Lucros ou Prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, se elaborada e publicada pela companhia, conforme definido no artigo 186 da lei 6.404/76;

4: A questão descreve corretamente o procedimento a ser adotado no encerramento de cada exercício social;

5: As despesas financeiras terão como contrapartida uma conta do passivo quando ainda não paga a despesa redutora do ativo quando se tratar de elemento passivo registrado como redutora do ativo (títulos descontados) ou contas de disponibilidade quando o pagamento for efetuado.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5C

(Fiscal de Tributos Estaduais/AL – 2002 – CESPE) Ainda com relação à contabilidade geral, julgue os itens abaixo.

(1) O princípio da prudência impõe a escolha da hipótese de que resulte maior patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais princípios fundamentais de contabilidade.

(2) Serão classificados como resultados de exercício futuro os adiantamentos de clientes recebidos por conta de bens ou serviços a entregar no futuro.

(3) A apuração do resultado de um exercício social é feita por meio de créditos às contas de receitas e débitos às contas de despesas, nos valores dos seus saldos, em contrapartida de uma conta transitória de apuração do resultado do período.

(4) Na destinação do resultado de uma companhia aberta, as participações de administradores, empregados e debenturistas devem ser registradas como despesa do período a que se referem.

(5) O balanço patrimonial evidencia a dinâmica patrimonial, enquanto a demonstração do resultado, a estática patrimonial.

1: O princípio da prudência impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, adotando o menor valor para os componentes do ativo e o maior para os do passivo;

2: Os adiantamentos de clientes representam um passivo para a empresa, registrados no passivo circulante ou exigível a longo prazo. O objetivo do resultado de exercícios futuros é abrigar receitas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros;

3: A apuração do resultado consiste no zeramento das contas de resultado contra uma única conta cujo saldo mostrará se a empresa apurou lucro (créditos maiores que débitos) ou prejuízo (débitos maiores que créditos). Para efetuar o zeramento das contas de resultado será necessário creditar as contas devedoras (despesa) e debitar as contas credoras (receitas);

4: O artigo 187 da lei 6.404/76 define quais itens devem ser apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício. Dentre esses estão as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

5: A Demonstração do Resultado apresenta as operações ocorridas durante todo o exercício e por esse motivo é considerado um demonstrativo dinâmico. Já o Balanço Patrimonial apresenta o saldo dos ativos e passivos em determinada data, em um momento estático.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5E

(Fiscal de Tributos Estaduais/AL – 2002 – CESPE) Considerando a contabilidade geral, julgue os itens a seguir.

(1) Nos razonetes, os movimentos devedores são apresentados do lado direito, e os credores, do lado esquerdo de quem olha.

(2) O balancete de verificação é uma relação de todas as contas com a movimentação devedora e credora, sem conter saldos.

(3) Ao assumir um empréstimo bancário com desconto do juro antecipado, referente a um período de seis meses, a empresa deve reconhecer a despesa financeira correspondente como despesa no ato da operação.

(4) A contabilidade depende de um plano para a sua escrituração, que é um conjunto de contas compatível com as necessidades de registro das transações da empresa em que cada conta deve ter uma função e as condições de funcionamento (quando deve ser debitada e creditada).

(5) Em uma empresa que adote o sistema de inventário periódico, o custo das mercadorias vendidas (CVM) pode ser encontrado pelo critério de cálculo: CVM = estoque inicial + compras - devoluções - estoque final.

1: A convenção contábil é a de registrar as contas devedoras do lado esquerdo e as contas credoras do lado direito;

2: O balancete de verificação tem como objetivo verificar se existe equilíbrio entre os saldos devedores e credores. A não apresentação dos saldos impediria essa verificação;

3: A apropriação da despesa deve ocorrer proporcionalmente ao período contratado, obedecendo ao regime de competência, mesmo que pago antecipadamente;
4: O plano descrito na questão é o plano de contas;
5: O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) é dado pela seguinte fórmula: CMV = Estoque inicial + Compras – Estoque final. Deve ser observado, no entanto, que as compras a serem consideradas devem ser líquidas das deduções (devolução de compras, abatimentos sobre compras e descontos incondicionais obtidos).
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5C

(Fiscal de Tributos Estaduais/AL – 2002 – CESPE) Ainda com referência à contabilidade geral, julgue os itens subsequentes.

(1) Os fatos contábeis modificativos alteram a situação líquida patrimonial.
(2) A diminuição de valor dos elementos do ativo imobilizado será registrada periodicamente nas contas de amortização, quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgastes ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

1: Os fatos contábeis modificativos são divididos em aumentativos (quando aumentam o valor do patrimônio líquido) e diminutivos (quando diminuem o valor do patrimônio líquido).

2: Os bens físicos elencados na questão sofrem depreciação, que conforme definido no § 2º do artigo 183 da lei 6.404/76, é a perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.
Gabarito 1C, 2E

(Analista de Contabilidade - Perito/MPU – 2010 – CESPE) O quadro abaixo apresenta, em reais, o balancete de verificação de determinada empresa referente ao mês de dezembro.

caixa e bancos	5.000
duplicatas a receber	55.000
estoques de mercadorias	25.000
Instalações	25.000
Fornecedores	50.000
salários a pagar	1.500
impostos a recolher	500
capital social integralizado	35.000
capital social a integralizar	10.000
vendas realizadas	250.000
impostos sobre vendas	60.000
custo das mercadorias vendidas	100.000
despesas gerais, administrativas e de vendas	57.000

Considere que, após o levantamento desse balancete, e antes do encerramento do referido mês, essa empresa realizou, ainda, as seguintes transações:

I. aquisição de um veículo, para transporte de mercadorias, no valor de R$ 45.000,00, financiado em 24 meses, com juros totais de R$ 11.000,00;
II. desconto de R$ 15.000,00 em duplicatas no banco, pelo qual a empresa recebeu crédito de R$ 14.500,00 para reforçar seu caixa;
III. integralização do capital restante em mercadorias pelos sócios da empresa.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

(1) A aquisição do veículo admite representação no passivo pela conta financiamentos, com saldo de R$ 56.000,00.
(2) O resultado apurado no mês de dezembro, após as transações I, II e III, e antes do recolhimento do imposto de renda, é de R$ 32.500,00.

1: Como o valor dos juros é prefixo, a empresa poderá, no momento da contratação do empréstimo, registrar o financiamento pelo seu valor total de R$56.000,00. No entanto, para adequar o valor do passivo, registrará em conta redutora os juros a incorrer no valor de R$11.000,00.

2: As informações da questão permitem apurar o resultado do mês de dezembro conforme apresentado a seguir:

Vendas realizadas	250.000
(-) Impostos sobre vendas	(60.000)
(=) Receita Líquida	**190.000**
(-) Custo das mercadorias vendidas	(100.000)
(=) Lucro Bruto	**90.000**
(-) Despesas gerais, administrativas e de vendas	(57.000)
(-) Despesas financeiras	(500)
(=) Lucro Líquido	**32.500**

Gabarito 1C, 2C

(Analista de Contabilidade - Perito/MPU – 2010 – CESPE) Alvo de constantes críticas, o custo histórico como base de valor sofreu alterações com a aprovação da Lei n.º 11.638/2007.

A Lei 11.638/2007 alterou os artigos 183 (critérios de avaliação dos ativos) e 184 (critérios de avaliação dos passivos) da Lei 6404/76. Na avaliação dos ativos o custo histórico perdeu espaço para outras formas de avaliação, tais como: valor de mercado, a valor presente e valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros.
Gabarito "C"

(Analista de Contabilidade - Perito/MPU – 2010 – CESPE) Um conglomerado econômico-financeiro, constituído pela soma dos patrimônios dos entes que o compõem, não constitui entidade contábil.

O artigo 4° da resolução CFC 750/93 trata do princípio da entidade. Seu parágrafo único define que "o Patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas numa unidade de natureza contábil".
Gabarito "C"

(Analista de Contabilidade - Perito/MPU – 2010 – CESPE) Considere que uma empresa, após sucessivos prejuízos, ao atingir passivos superiores a seus ativos, teve a falência decretada. Nessa situação, essa empresa ainda é uma entidade contábil.

Segundo o artigo 219 da Lei 6404/1976, a companhia será extinta pelo encerramento da liquidação ou pela incorporação ou fusão, e pela cisão com versão de todo o patrimônio em outras sociedades. Sendo assim, o fato de ter sua falência decretada não extingue a entidade contábil.
Gabarito "C"

(Analista de Contabilidade - Perito/MPU – 2010 – CESPE) A demonstração dos lucros e dos prejuízos acumulados, a do resultado do exercício, a dos fluxos de caixa, a do valor adicionado e o balanço patrimonial são obrigatórios para todas as sociedades anônimas que, na data do balanço, tenham patrimônio líquido superior a R$ 2,0 milhões.

O artigo 176 da lei 6.404/76 apresenta as disposições gerais sobre as demonstrações financeiras. As informações desse trecho do artigo 176 podem ser esquematizadas conforme apresentado no quadro a seguir:

Demonstrativo	Companhia fechada com patrimônio líquido inferior a R$ 2 milhões	Companhia fechada com patrimônio líquido superior ou igual a R$ 2 milhões	Companhia aberta
Balanço Patrimonial	SIM	SIM	SIM
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	SIM	SIM	SIM
Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA)	SIM	SIM	SIM
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	NÃO	SIM	SIM
Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	NÃO	NÃO	SIM

Como é possível observar, as companhias fechadas com patrimônio líquido superior a R$2 milhões não estão obrigadas a elaborar Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Gabarito "E"

(Analista de Contabilidade - Perito/MPU – 2010 – CESPE) O valor justo das aplicações em instrumentos financeiros, na ausência de mercado ativo, é obtido por meio do cálculo do valor líquido atual dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares.

A alínea "d" do § 1º do artigo 183 da lei 6.404/1976 define que na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro será utilizado: o valor que se pode obter em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares, o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares, ou o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação de instrumentos financeiros.

Gabarito "C"

(Analista de Contabilidade - Perito/MPU – 2010 – CESPE) O saldo das reservas de lucros para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, pode ultrapassar o saldo da conta capital social.

O artigo 199 da lei 6.404/76 define que "o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social". Como é possível observar, a lei não impõe limite para as reservas para contingências, podendo portanto ultrapassar o saldo da conta capital social.

Gabarito "C"

(Analista de Contabilidade - Perito/MPU – 2010 – CESPE) A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangível da companhia deve ser registrada periodicamente nas contas de depreciação, de amortização ou de exaustão, sendo vedada qualquer alteração nos critérios utilizados para a determinação da vida útil econômica estimada do bem e para o cálculo da redução de valor a contabilizar.

O § 3º do artigo 183 da lei 6.404/1976 define que a companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

Gabarito "E"

(Analista de Contabilidade - Perito/MPU – 2010 – CESPE) Uma empresa cujo processo produtivo dependa de matéria prima controlada por produtor monopolista é considerada empresa coligada da fornecedora de matéria prima, ainda que a participação de uma na outra seja ínfima.

O § 1º do artigo 243 da lei 6.404 define que são coligadas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa. O caso descrito na questão é um exemplo claro de influência, visto que a coligada depende da matéria prima do produtor.

Gabarito "C"

(Analista de Contabilidade - Perito/MPU – 2010 – CESPE) No balanço patrimonial, as contas de passivo são classificadas em dois grupos: circulante e não circulante. No grupo não circulante, inclui-se o patrimônio líquido.

O § 2º do artigo 178 da lei 6.404/76 define que no passivo as contas serão classificadas nos grupos circulante, não circulante e patrimônio líquido. Sendo assim o patrimônio líquido não está incluído no grupo não circulante.

Gabarito "E"

(Analista Judiciário - Contabilidade/STM – 2010 – CESPE) Segundo a Lei n./ 6.404/1976, registram-se no ativo imobilizado "os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens". A respeito desse assunto, julgue os itens seguintes.

(1) Marcas e patentes devem ser registradas no grupo ativo imobilizado pelo seu valor efetivo de aquisição, incluídos todos os custos.

(2) Veículos e imóveis de uso e máquinas para revenda são exemplos típicos do grupo ativo imobilizado.

1: A lei 11.638 /2007 acrescentou ao artigo 179 da lei 6.404/76 o intangível como um novo grupo de contas dentro do ativo permanente, classificando os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, sendo as marcas e patentes incluídas nesse grupo.
2: Os veículos e imóveis de uso são registrados no ativo imobilizado, no entanto, as máquinas para revenda serão registradas no estoque (ativo circulante).

Gabarito 1E, 2E

(Analista Judiciário - Contabilidade/STM – 2010 – CESPE) Acerca das demonstrações contábeis obrigatórias previstas na Lei n. 6.404/1976, julgue os itens a seguir.

(1) A demonstração de lucros e prejuízos acumulados é complementar à demonstração de mutações do patrimônio líquido.

(2) Para determinação do resultado do exercício, as receitas e os rendimentos recebidos no período devem ser confrontados com seus custos, despesas e encargos efetivamente desembolsados.

(3) No balanço, as contas de passivo são classificadas em circulantes e não circulantes, incluído, nessas últimas, o patrimônio líquido.

(4) Na demonstração do resultado do exercício, o lucro bruto é resultado da dedução dos custos dos produtos, mercadorias ou serviços da receita de vendas ou prestação de serviços, descontadas as devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas.

(5) Integra o rol de demonstrações obrigatórias o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração de fluxo de caixa, esta última em substituição à demonstração das origens e aplicações de recursos.

1: O artigo 176 da lei 6.404/76 define quais demonstrações financeiras devem ser elaboradas, dentre as quais está a demonstração de lucros e prejuízos acumulados. O § 2º do artigo 186 define, porém, que tal demonstração poder ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Sendo assim, uma demonstração não é complementar a outra, mas sim uma está contida na outra.

2: O artigo 9º da resolução CFC750/93 define que o Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. Essas despesas são as incorridas, mas não necessariamente desembolsadas.

3: O § 2º do artigo 178 da lei 6.404/76 apresenta como divisão do passivo os grupos: circulante, não circulante e patrimônio líquido. Sendo assim, o patrimônio líquido é um grupo distinto do não circulante.

4: Ao deduzir das receitas brutas as deduções de vendas (devoluções de vendas, vendas canceladas, abatimentos, descontos incondicionais e impostos sobre vendas) encontramos a receita líquida. Ao deduzirmos da receita líquida os custos dos produtos vendidos encontramos o lucro bruto.

5: O artigo 176 da lei 6.404/76 define as demonstrações financeiras a serem elaboradas ao final de cada exercício. O artigo pode ser esquematizado conforme apresentado no quadro a seguir:

Demonstrativo	Companhia fechada com patrimônio líquido inferior a R$ 2 milhões	Companhia fechada com patrimônio líquido superior ou igual a R$ 2 milhões	Companhia aberta
Balanço Patrimonial	SIM	SIM	SIM
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	SIM	SIM	SIM
Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA)	SIM	SIM	SIM
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	NÃO	SIM	SIM
Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	NÃO	NÃO	SIM

Sendo assim, é possível verificar que as demonstrações elencadas na questão integram o rol de demonstrações obrigatórias.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5C

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) Julgue os itens as seguir:

(1) Em um plano de contas convencional, os seguintes títulos são representados como contas retificadoras: custo da venda de bens do ativo fixo; COFINS sobre receitas operacionais; e abatimentos sobre compras.

(2) Na hipótese de ser provável uma perda resultante de processo trabalhista, a empresa deverá constituir provisão para as contingências, se o valor for conhecido, ou reserva de contingência, se o valor for calculável.

1: As contas apresentadas são retificadoras da receita bruta.

2: As provisões representam a expectativa de perda, seja o valor conhecido ou calculável, derivada de fatos geradores contábeis já ocorridos. Já a reserva de contingências consiste na destinação de parte do lucro com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável.

Na situação apresentada o registro será a constituição de provisão para contingências.

Gabarito 1C, 2E

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) Com relação à escrituração em geral, a seus livros e ao sistema de partidas dobradas e balancete de verificação, julgue os itens subsequentes.

(1) Considere que uma empresa tenha efetuado aplicação financeira de R$ 500.000,00, em 1.º/7/2007, com resgate em 3 meses. Considere ainda que essa aplicação estava sujeita a indexação e taxa de juros de 5% no período. Nessa situação, e sabendo-se que a variação do indexador foi de 2%, o lançamento correto de resgate, em 1.º/10/2007, é o apresentado a seguir.

D – bancos R$ 535.500,00

C – aplicações financeiras R$ 535.500,00

(2) Na escrituração relativa ao fundo fixo de caixa, a cada desembolso realizado, vão sendo efetuados lançamentos do tipo apresentado a seguir.

D – despesas gerais

C – bancos – conta movimento

(3) Considere que um contador tenha registrado indevidamente um adiantamento efetuado a fornecedor da maneira a seguir.

D – fornecedores

C – bancos

Nessa situação, o contador deverá efetuar o seguinte lançamento para corrigir o registro indevido.

D – adiantamentos a fornecedores

C – fornecedores

1: Durante o prazo de aplicação é necessário efetuar os registros contábeis da receita financeira (débito de aplicações financeiras e crédito de receita). O lançamento do resgate da aplicação consistirá em transferir os recursos da conta de aplicação financeira para a conta bancos, tornando a questão correta.

2: O objetivo do fundo fixo de caixa é justamente não ter que fazer lançamentos contábeis a cada desembolso. A contabilização desse caixa fixo consiste em definir um valor disponível para gastos, que periodicamente será prestado contas. Quando dessa prestação de contas serão efetuados os lançamentos nas contas das respectivas despesas realizadas. O lançamento nessa ocasião será mesmo o proposto na questão (débito de despesas gerais e crédito na conta banco movimentos). O erro da questão está em dizer que os lançamentos serão realizados a cada desembolso.

3: O lançamento correto do adiantamento efetuado a fornecedor seria:

D – Adiantamento a fornecedores

C – bancos

Como a conta fornecedores foi contabilizada indevidamente pelo 1º lançamento, seria necessário anular o efeito nessa conta efetuando um crédito (já que havia sido debitada anteriormente), tendo como contrapartida um débito na conta adiantamento a fornecedores.

Gabarito 1C, 2E, 3C

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) Com relação às demonstrações financeiras — levantamento, classificação e avaliação —, julgue os itens seguintes.

(1) As despesas antecipadas, classificáveis no ativo circulante, geram benefícios a serem usufruídos no exercício seguinte. Em geral, representam pagamentos antecipados, mas há casos em que não significam desembolso imediato de recursos, e, sim, valores ainda a pagar a curto prazo.

(2) De acordo com a legislação societária, adiantamentos de viagem para tratar dos negócios da empresa, efetuados a diretores, são classificados no ativo realizável a longo prazo.

1: O conceito apresentado de despesas antecipados está perfeito. Um exemplo de situação que não apresenta desembolso imediato seria o pagamento parcelado do prêmio de seguros.
2: O artigo 179 da lei 6.404/76 define que no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.
Conforme observado no texto da lei, apenas os negócios realizados com sócios (e outras partes interessadas) que não dizem respeito às atividades usuais da companhia devem ser registrados no realizável a longo prazo. As demais operações serão registradas de acordo com o seu prazo de realização.
Gabarito 1C, 2E

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) Considere a seguinte situação. A sociedade controladora X adquiriu ações da controlada Y,participação avaliada em R$ 300.000,00, que corresponde a 10% do patrimônio líquido de X e a 60% do capital de Y. Ao final do exercício, o patrimônio líquido de Y passou para R$ 600.000,00. Nessa situação, o valor contábil da participação não se alterou, permanecendo inalterada a proporção no capital de Y.

O artigo 248 da lei 6.404/76 define que no balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial.
Na questão, por se tratar de empresa controlada, o registro do investimento da empresa X em Y será avaliada por equivalência patrimonial. Se a participação é de 60% do capital de Y, então seu valor contábil será de R$360.000,00 (60% do patrimônio líquido de Y, que é de R$600.000,00). Como essa participação estava avaliada em R$300.000,00 a empresa X terá que fazer o registro de R$60.000,00 no ativo para completar o valor atual do investimento.
Gabarito "E"

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) As obrigações classificáveis no passivo exigível a longo prazo, sujeitas a indexação, serão atualizadas à data do balanço, com base na variação média do índice adotado para o contrato.

O artigo 184 da lei 6.404/76 trata dos critérios de avaliação dos elementos do passivo.
Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:
I. as obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive Imposto sobre a Renda a pagar com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço;
II. as obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço;
III. as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Conforme observado no texto da lei, as obrigações serão atualizadas para espelhar o saldo atualizado na data do balanço. Não há que se falar portanto em variação média, mas sim na cotação da data do balanço.
Gabarito "E"

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) Suponha que uma empresa constituía provisão para créditos de liquidação duvidosa regularmente à base de 3% sobre o saldo das contas a receber. Com o aumento da inadimplência no setor, resolveu aumentar esse percentual para 5%. Nesse caso, o contador da empresa procederá corretamente se lançar a diferença de 2% como ajuste de exercícios anteriores por mudança de critério contábil.

O § 1º do artigo 186 da lei 6.404/76 define como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.
Considerando que o aumento da provisão de 3% para 5% decorre de fato subsequente (o aumento da inadimplência), não há que se falar em ajuste de exercícios anteriores. Esse ajuste só seria necessário caso fosse detectado que na época que empresa utilizava o percentual de 3% essa estimativa estava errada e que deveria ser 5%.
Gabarito "E"

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) Ainda com relação às demonstrações financeiras, julgue os itens que se seguem.

(1) Uma entidade obrigada a elaborar a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA) poderá suprir essa exigência incluindo-a na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(2) Considere que uma empresa apresente, ao final do exercício, os saldos a seguir.
lucro líquido do exercício: R$ 500.000,00
capital social: R$ 800.000,00
reserva legal: R$ 140.000,00
reservas de capital: R$ 100.000,00.
Nesse caso, o valor mínimo da reserva a ser calculada obrigatoriamente sobre o resultado do exercício será igual a zero.

(3) O dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado, quando a assembleia-geral resolver introduzir disposição específica em estatuto que não defina percentual ou outras condições.

1: O § 2º do artigo 186 da lei 6.404/76 define que a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.
2: A reserva que a questão trata é a legal, que segue as regras de constituição definidas no artigo 193 da lei 6.404.
Art. 193. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.
§ 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.
§ 2º A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.
Existem portanto duas regras a serem observadas quando do cálculo da reserva legal. A primeira é o limite de 20% do capital social. Na questão, esse limite seria de R$160.000,00 (20% de R$800.000,00), o que permitiria que se continuasse constituindo a reserva legal até esse limite. No entanto, a segunda regra definida na lei diz que a companhia deixará de constituir a reserva legal quando o saldo dessa reserva somado ao montante de reservas de capital atingir 30% do capital social. Na questão, o somatório das duas reservas é igual a R$240.000,00, o que representa 30% do capital social. Por esse motivo a empresa não constituiria reserva sobre o resultado do exercício.
3: O artigo 202 da lei 6.404/76 define que o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento).
Gabarito 1C, 2C, 3C

(Analista Judiciário - Contabilidade/TJDFT – 2007 – CESPE)

Contas	Valor em R$
despesa de assinaturas	120
abatimento sobre compras	125
provisão para desvalorização de estoques	132
despesa de telefone	147
energia a pagar	175
devolução de compras	178
devolução de vendas	185
despesa de juros	214
receita financeira	251
despesas de impostos e taxas	332
Clientes	400
despesas de seguros	458
material de consumo	479
Fornecedores	489
telefone a pagar	748
despesa de energia	798
assinaturas antecipadas	870
despesa de depreciação	875
provisão para devedores duvidosos	900
salários a pagar	998
estoque final de mercadorias para revenda	1.140
empréstimos a pagar	1.147
impostos a recolher	1.149
receita antecipada	1.200
aluguel a pagar	1.478
aluguel antecipado	2.000
compra de mercadorias	2.180
seguros antecipados	2.210
imposto de renda e contribuição social a pagar	2.250
Reservas	2.250
Disponível	2.258
despesas de salários e encargos	3.250
imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	3.250
impostos sobre a venda	3.250
Máquinas	3.321
estoque inicial de mercadorias para revenda	3.325
móveis e utensílios diversos	4.178
investimento em ações de controladas	4.520
computadores e impressoras	6.658
depreciação acumulada	10.580
Veículos	20.580
receita de vendas	25.890
capital social	10.000
lucros ou prejuízos acumulados	??????

Considerando o balancete de verificação ao lado, julgue os itens a seguir, acerca do uso da contabilidade para o registro e a evidenciação das informações das empresas.

(1) O lucro líquido apurado corresponde a R$ 9.200,00.
(2) O valor do ativo permanente corresponde a R$ 28.677,00.
(3) O valor do custo da mercadoria vendida é igual a R$ 4.062,00.
(4) Caso a empresa possua saldo inicial de seguro antecipado de R$ 2.600,00 e de seguros a pagar de R$ 100,00, então o valor pago de seguro no período corresponderá a R$ 490,00.

1: Para resolver essa questão é necessário elencar dentre as contas acima quais que compõem o resultado do exercício, sendo essas:

Contas	Valor em R$
despesa de assinaturas	- 120
despesa de telefone	- 147
devolução de vendas	- 185
despesa de juros	- 214
receita financeira	- 251
despesas de impostos e taxas	- 332
despesas de seguros	- 458
despesa de energia	- 798
despesa de depreciação	- 875
despesas de salários e encargos	- 3.250
imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	- 3.250
impostos sobre a venda	- 3.250
receita de vendas	25.890

Além das contas elencadas acima devemos acrescentar o Custo da Mercadoria Vendida (CMV), que é obtido através do encontro de diversas contas. Como o CMV está cálculo na questão 53 a seguir não apresentaremos aqui esse cálculo, mas apenas o seu valor: CMV = 4.062. Somando as contas apresentadas obtemos que o resultado do período foi um lucro de R$9.200,00.

2: A resolução dessa questão depende de identificar corretamente todas as contas que compõem o ativo permanente, conforme apresentado a seguir:

Máquinas	3.321,00
Móveis e utensílios diversos	4.178,00
Investimento em ações de controladas	4.520,00
Computadores e impressoras	6.658,00
Veículos	20.580,00
(-) Depreciação acumulada	(10.580,00)
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	28.677,00

3:O custo da mercadoria vendida (CMV) é dado pela seguinte fórmula:
CMV = Estoque inicial + Compras – Estoque final.
O valor das compras é dado da seguinte forma:

Compras brutas
(+) Fretes
(+)Seguros
(-) Deduções (Devolução de compras, abatimentos sobre compras e descontos incondicionais obtidos)

Sendo assim, o valor das compras a ser considerado no estoque da empresa em questão é dado da seguinte forma:

Compra de mercadorias	2.180
(-) Abatimento sobre compras	(125)
(-) Devolução de compras	(178)
Total a ser registrado no estoque	1.877

Colocando os dados na fórmula do CVM, temos:

CMV = 3.325 + 1.877 – 1.140 = 4.062

Conforme demonstrado no cálculo acima o custo da mercadoria vendida é realmente de R$4.062,00.

4: A situação da questão pode ser representada pelos seguintes lançamentos:

	Seguros Antecipados				Seguros a Pagar		
Saldo inicial	2.600,00	390,00	(2)	(1)	100,00	100,00	Saldo inicial
Saldo Final	2.210,00					-	Saldo Final

Caixa/Bancos				Despesa de seguros	
	100,00	(1)	(2)	390,00	
	68,00	(3)	(3)	68,00	
	168,00	Total pago		458,00	

A questão apresenta uma situação hipotética onde a conta seguros a pagar teria um saldo inicial de R$100,00. Como nas contas elencadas no exercício não aparece essa conta devemos supor que o saldo final dela será igual a zero. Sendo assim precisa ter havido um pagamento de seguros no montante de R$100,00 para que a conta seja zerada, representado pelo lançamento **(1)**.
Como o saldo inicial para a conta de seguros antecipados é de R$2.600,00 e o saldo final é de R$2.210,00 podemos concluir que houve a apropriação de R$390,00 de seguros para o resultado do exercício, situação representada pelo lançamento **(2)**. Aqui não há que se falar em pagamento pois o fato do saldo estar lançado na conta seguros antecipados já se pressupõe que foram pagos antecipadamente, ou seja, em outro exercício.
O exercício informa também o saldo final da conta despesa de seguros tinha saldo de R$458,00. Como até o momento foi lançado apenas o montante de R$390,00 referente ao lançamento **(1)**, pressupõem-se que houve um outro lançamento a débito na conta de despesa de seguros no valor de R$68,00, para completar o saldo de R$458,00. Esse lançamento **(3)** só pode ter tido como contrapartida a conta caixa, uma vez que as contas seguros antecipados e seguros a pagar já estavam com os seus valor finais corretos.
Com base no exposto acima podemos concluir que o valor pago de seguro no período foi de R$168,00 (R$100,00 + R$68,00).
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Analista Judiciário - Contabilidade/TJDFT – 2007 – CESPE) A respeito dos lançamentos contábeis e de seus reflexos no patrimônio, julgue os itens subsequentes.

(1) O registro da provisão para desvalorização de estoques reduzirá o valor do ativo circulante e afetará o saldo do passivo circulante.

(2) O registro da venda de um veículo, que foi adquirido por R$ 40.000,00 e possuía saldo de depreciação acumulada de R$ 20.500,00, proporcionará um lucro de R$ 3.000,00 caso o valor de venda seja igual a R$ 22.500,00.

(3) O fluxo das atividades operacionais apresentado no demonstrativo dos fluxos do disponível não contempla o pagamento de parcelas vinculadas a seguros antecipados contratados pela empresa.

1: O lançamento da provisão corresponde a um crédito no estoque e débito em despesa. Esse lançamento em nada representa um passivo para a empresa, não fazendo sentido qualquer lançamento no passivo circulante.

2: Um veículo adquirido por R$40.000,00 e com depreciação de R$20.500,00 estaria registrado na empresa pelo valor líquido de R$19.500,00. Ora, se um bem cujo valor contábil é de R$19.500,00 é vendido por R$22.500,00 restará um resultado positivo na venda de R$3.000,00 (R$22.500,00 – R$19.500,00). Apresentamos a seguir os lançamentos da venda;

	Imobilizado				Depreciação acumulada		
Saldo Inicial	40.000,00	40.000,00	(1)	(1)	20.500,00	20.500,00	Saldo Inicial

	Caixa			Resultado (Ganho na alienação)		
(1)	22.500,00				3.000,00	(1)

3: O demonstrativo dos fluxos do disponível ou demonstração dos fluxos de caixa (DFC) passou a ser elencado no artigo 176 da lei 6.404/76 como uma demonstração financeira obrigatória a partir da lei 11.638/2007. Essa obrigatoriedade de elaboração da DFC é apenas para as companhias abertas e companhias fechadas com patrimônio líquido igual ou maior que R$2 milhões.
Conforme definido no inciso I do artigo 188 da lei 6.404/76 a DFC é dividida em no mínimo 3 fluxos.

I – demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:
a) das operações;
b) dos financiamentos; e
c) dos investimentos;

As atividades operacionais envolvem todas aquelas relacionadas com a produção e entrega de bens e serviços e os eventos que não sejam definidos como atividades de investimento ou financiamento, sendo o pagamento de seguros antecipados enquadrado nessa segunda categoria.
Gabarito 1E, 2C, 3E

(Analista Judiciário - Contabilidade/TJDFT – 2007 – CESPE)

Conta	saldo em (R$)	
	01/01/2008	31/01/2008
salários antecipados	6.500	3.200
receita de vendas	-	12.500
salários a pagar	7.500	5.200
aluguel antecipado	6.500	7.650
receita antecipada	8.500	6.230
clientes	3.200	5.400
fornecedores	3.250	4.800
custo da mercadoria vendida	-	6.200
despesa de aluguel	-	10.200
aluguel a pagar	9.850	6.580
despesa de energia	-	7.850
despesa de manutenção	-	6.658
despesa de depreciação	-	1.145
despesa financeira	-	652
despesa de salários	-	10.850
despesa de combustíveis	-	787
veículos	12.580	2.580
terrenos	6.580	5.252
energia a pagar	1.258	330
estoques	9.000	6.000

Considerando a tabela acima, que apresenta informações contábeis de uma empresa, julgue os itens de 1 a 6, acerca das inter-relações entre as contas e suas peculiaridades.

(1) O pagamento de salários no período corresponde a R$ 13.150,00.
(2) O pagamento de aluguel no período corresponde a R$ 13.470,00.
(3) A empresa recebeu de seus clientes o montante de R$ 8.030,00 no período avaliado.
(4) As compras do período totalizaram R$ 3.000,00.
(5) O montante pago a fornecedores corresponde a R$ 6.250,00.
(6) O valor pago referente a despesas com energia foi de R$ 8.778,00.

1: O primeiro passo para resolver esse tipo de questão é identificar quais contas estão relacionadas com o item que está sendo pedido.
O segundo passo consiste em lançar os saldos iniciais e finais de cada conta, sabendo que ocorreram débitos e créditos que transformaram os saldo iniciais em saldos finais. São esses lançamentos que nos informarão como ocorreram as movimentações nas contas contábeis.
Apresentamos a seguir os lançamentos contábeis ocorridos no período e a respectiva explicação.

Salários antecipados				Salários a pagar			
Saldo Inicial	6.500	3.300	(1)	(2)	2.300	7.500	Saldo Inicial
Saldo Final	3.200					5.200	Saldo Final

Despesa de salários				Caixa/Bancos			
(1)	3.300					2.300	(2)
(3)	7.550					7.550	(3)
Saldo Final	10.850					9.850	Total Pago

Lançamento (1): consiste no crédito que fez com que o saldo final da conta de salários antecipados fosse reduzida para R$3.200 ao final do período. O adiantamento de salários representa salários que já foram pagos em períodos anteriores. Sendo assim, sua baixa (por crédito) consiste apenas na apropriação para o resultado do exercício quando chega o momento que o funcionário deveria receber seu pagamento, mas não recebe pois já havia recebido anteriormente, e quita sua dívida perante a empresa. A contrapartida desse lançamento é um débito na conta despesa de salários.

Lançamento (2): consiste no débito que fez com que o saldo final da conta de salários a pagar fosse reduzida para R$5.200 ao final do período. Se a conta teve seu saldo reduzido significa portanto que houve pagamento de salários. A contrapartida desse lançamento é um crédito na conta Caixa/Bancos.

Lançamento (3): consiste no débito que fez com que o saldo final da conta despesa de salários atingisse o saldo de R$10.850 ao final do período. Esse lançamento representa valores pagos no período. Sendo assim, sua contrapartida será a crédito da conta Caixa/Bancos.
O pagamento de salários no período foi R$9.850.

2: Apuração do valor pago com aluguel:

Aluguel antecipado		
Saldo Inicial	6.500	
(1)	1.150	
Saldo Final	7.650	

Aluguel a pagar			
(2)	3.270	9.850	Saldo Inicial
		6.580	Saldo Final

Despesa de aluguel		
(3)	10.200	
Saldo Final	10.200	

Caixa/Bancos		
	1.150	(1)
	3.270	(2)
	10.200	(3)
	14.620	Total Pago

Lançamento (1): consiste no débito que fez com que o saldo final da conta de aluguel antecipado fosse aumentada para R$7.650 ao final do período. O adiantamento de aluguel representa valores que já foram pagos antes da empresa se beneficiar do uso do bem alugado. Sendo assim, seu aumento(por débito) consiste no pagamento de novos adiantamentos. A contrapartida desse lançamento é um crédito na conta Caixa/Bancos.
Lançamento (2): consiste no débito que fez com que o saldo final da conta de aluguel a pagar fosse reduzida para R$6.580 ao final do período. Se a conta teve seu saldo reduzido significa portanto que houve pagamento de aluguel. A contrapartida desse lançamento é um crédito na conta Caixa/Bancos.
Lançamento (3): consiste no débito que fez com que o saldo final da conta despesa de salários atingisse o saldo de R$10.200 ao final do período. Esse lançamento representa valores pagos no período. Sendo assim, sua contrapartida será a crédito da conta Caixa/Bancos.
O pagamento de aluguel no período foi R$14.620.

3: Apuração do valor pago a clientes:

Receita de vendas			Receita antecipada			
	2.270	(1)	(1)	2.270	8.500	Saldo Inicial
	10.230	(2)			6.230	Saldo Final
	12.500	Saldo Final				

Clientes				Caixa/Bancos		
Saldo Inicial	3.200	8.030	(3)	(3)	8.030	
(2)	10.230					
Saldo Final	5.400					

Lançamento (1): consiste no débito que fez com que o saldo final da conta de receita antecipada fosse reduzida para R$6.230 ao final do período. A receita antecipada representa um passivo da empresa pois essa já recebeu os recursos sem ainda ter entregue seu produto/serviço. À medida que os produto/serviço é entregue essa conta é baixada (debitada) contra o resultado, representando a constituição da receita de vendas. A contrapartida desse lançamento é um crédito na conta receita de vendas.

Lançamento (2): consiste no crédito que fez com que o saldo final da conta receita de vendas atinja o saldo de R$12.500 ao final do período. Esse lançamento representa as vendas da empresa, sendo sua contrapartida um débito na conta clientes.

Lançamento (3): consiste no crédito que fez com que o saldo final da conta clientes (que após o lançamento 2 ficou com saldo igual a R$13.430) atingisse o saldo de R$5.400 ao final do período. Esse lançamento representa valores pagos no período. Sendo assim, sua contrapartida será a crédito da conta Caixa/Bancos.

4: A conta estoque é movimentada por débitos referentes a compras e créditos referentes à baixa pela venda. O valor da baixa tem como contrapartida o custo da mercadoria vendida (CMV). O próprio exercício já informa que o CMV é igual a R$6.200. Para completar os lançamentos necessários para que o saldo da conta estoques atinja o valor final de R$6.000 é necessário um débito de R$3.200, referente às compras do período, conforme apresentado a seguir.

Estoques			
Saldo Inicial	9.000	6.200	CMV
Compras	3.200		
Saldo Final	6.000		

5: A conta fornecedores é movimentada por créditos referentes à contratação de novas operações a prazo (compras) e débitos referentes à baixa pelo pagamento da dívida. No item 64 calculamos o valor das compras (R$3.200). Para completar os lançamentos necessários para que o saldo da conta fornecedores atinja o valor final de R$4.800 é necessário um débito de R$1.650 (lançamento 1), representando o pagamento a fornecedores, conforme apresentado a seguir.

Fornecedores			
(1) 1.650		3.250	Saldo Inicial
		3.200	compras
		4.800	Saldo Final

Caixa/Bancos		
	1.650	(1)

6: Apuração do valor pago com energia:

Energia a pagar			
(1) 928		1.258	Saldo Inicial
		330	Saldo Final

Despesa de energia		
(2) 7.850		

Caixa/Bancos		
	928	(1)
	7.850	(2)
	8.778	Total Pago

Lançamento (1): consiste no débito que fez com que o saldo final da conta de energia a pagar fosse reduzida para R$330 ao final do período. Se a conta teve seu saldo reduzido significa portanto que houve pagamento de aluguel. A contrapartida desse lançamento é um crédito na conta Caixa/Bancos.
Lançamento (2): consiste no débito que fez com que o saldo final da conta despesa de energia atingisse o saldo de R$7.850 ao final do período. Esse lançamento representa valores pagos no período. Sendo assim, sua contrapartida será a crédito da conta Caixa/Bancos.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5E, 6C

(Analista Judiciário - Contabilidade/TJDFT – 2007 – CESPE) A respeito da apuração e destinação do lucro, julgue os itens a seguir.

(1) No caso de lucro insuficiente para a distribuição aos acionistas detentores de ações preferenciais, com prioridade na distribuição de dividendo cumulativo, a empresa poderá utilizar recursos das contas de reserva de capital e efetuar a distribuição.
(2) Para efeito de apuração do dividendo obrigatório, será desconsiderado o montante referente a reversão de reserva para contingência.

1: O artigo 200 da lei 6.404/76 define as situações que as reservas de capital poderão ser utilizadas, sendo essas:
I - absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros;
II - resgate, reembolso ou compra de ações;
III - resgate de partes beneficiárias;
IV - incorporação ao capital social;
V - pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.
Conforme observado no inciso V acima, uma das possibilidades de utilização das reservas de capital é para o pagamento de dividendos a ações preferenciais.
2: O artigo 202 da lei 6.404/76 trata de regras sobre o dividendo obrigatório. O artigo define que os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omisso, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:
I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:
a) importância destinada à constituição da reserva legal; e
b) importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;
II - o pagamento do dividendo determinado nos termos do inciso I poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar;
III - os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.
Como é possível observar na alínea "b" do inciso I, a reversão da reserva para contingências é considerada para efeito de apuração do dividendo obrigatório.
Gabarito 1C, 2E

(Contador/DFTRANS – 2008 – CESPE) Quanto à contabilização dos eventos patrimoniais e a sua correta evidenciação, segundo a Lei n.o 6.404/1976 e a legislação complementar, julgue o próximo item.

(1) O registro das doações ou subvenções governamentais para investimentos deve ser efetuado a crédito do resultado do exercício e a débito do ativo circulante.

1: A lei 11.638/2007 revogou a alínea "d" do § 1º do artigo 182, que definia que as doações ou subvenções governamentais para investimentos seriam contabilizadas no patrimônio líquido. A partir da entrada em vigor da referida lei essas operações passaram a ser contabilizadas de duas maneiras:

- Subvenções recebidas de forma incondicional (sem que nenhuma obrigação reste à empresa) – serão registradas diretamente no resultado.
- Subvenções que para se efetivarem dependem de eventos futuros – serão registradas no passivo para apropriação ao resultado quando do cumprimento das obrigações.

Gabarito 1E

(Contador/DFTRANS – 2008 – CESPE) Com relação à destinação do resultado das empresas, julgue o item subsequente.

(1) O limite máximo do saldo da reserva de lucros é o valor do capital social, excluída a soma das reservas para contingências, de lucros a realizar e da reserva de incentivos fiscais.

O artigo 199 da lei 6.404/76 define que o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.
Esse artigo foi alterado pela lei 11.638/2007, que acrescentou a reserva de incentivos fiscais. É importante lembrar que a conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial não integra os valores que a lei elenca para cálculo de eventual excedente de capital, por não se tratar de conta de reserva.
Gabarito 1C

(Contador/DFTRANS – 2008 – CESPE) Acerca da influência de tributos no patrimônio e dos indicadores das empresas, julgue os itens a seguir.

(1) A correta contabilização do imposto de renda retido de funcionários não onera a empresa. O imposto retido faz parte do saldo total de despesa de salário do funcionário, diferentemente do registro do PASEP. Caso a empresa efetue o desconto do funcionário, mas não recolha o valor aos cofres públicos, ocorrerá uma apropriação indébita por parte dessa empresa.

(2) A utilização dos créditos tributários advindos de operações de compra de mercadorias para a revenda reduz o valor a ser pago pela empresa no período. Assim, ao contabilizar o crédito tributário advindo de aquisição dessa natureza, a empresa adquirente debitará conta de seu ativo.

1: O imposto de renda retido dos funcionários corresponde à obrigação do funcionário em pagar o imposto. O contribuinte do imposto de renda é o titular da disponibilidade econômica ou jurídica da renda ou dos proventos de qualquer natureza, no caso o funcionário que recebeu o salário. No entanto, para fiscalizar melhor a arrecadação, a Receita Federal atribui às empresas esse recolhimento, que consiste na retenção do imposto na folha de pagamento do funcionário e repasse à Receita Federal. A empresa não incorre em qualquer despesa referente a esse valor. Justamente por se tratar de um recurso do funcionário, caso a empresa não repasse o valor descontado na folha de pagamento para a Receita Federal restará configurado o crime de apropriação indébita. O mesmo não ocorre com o PIS/PASEP pois esse tributo é de competência da empresa. O PIS/PASEP incidirá sobre a receita bruta ou sobre a folha de pagamento, a depender do enquadramento da empresa contribuinte, mas mesmo no caso da incidência ser sobre a folha de pagamento ainda continuará sendo uma despesa da empresa, sem qualquer desconto para o funcionário.
2: Ao adquirir mercadorias para revenda a empresa poderá utilizar o valor pago em tributos não cumulativos nas compras como crédito tributário nas vendas. Suponhamos o caso de uma empresa comercial que adquiriu mercadorias para revenda no valor de R$100, com ICMS de 18% (R$18 de imposto e R$82 de estoque). Ao vender essa mercadoria incidirá o ICMS sobre a receita de vendas, suponhamos que também de 18%. Se a empresa vender as mercadorias por R$150 incidirá sobre esse valor R$27 de ICMS (18% de R$150). Como nas mercadorias adquiridas já houve o pagamento de R$18 de ICMS, a empresa terá que pagar apenas a diferença: R$9 (R$27 – R$18).
Conforme verificado no exemplo acima, a empresa ao adquirir mercadorias lançara o valor do imposto não cumulativo em uma conta de impostos a recuperar no ativo, para representar o crédito tributário que será compensado no momento da venda.
Gabarito 1C, 2C

(Contador/DFTRANS – 2008 – CESPE) Quanto à avaliação e contabilização de ativos e investimentos societários no país, julgue os próximos itens.

(1) Os elementos patrimoniais denominados intangíveis compõem o saldo da conta do ativo permanente imobilizado e serão avaliados pelo custo de aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização.

(2) Os ajustes de avaliação patrimonial permanecerão no patrimônio líquido até a sua realização em receitas ou despesas. Esses ajustes correspondem a contrapartidas de aumento ou diminuição de valores atribuídos a elementos do ativo permanente em consequência da sua avaliação a preço de mercado.

(3) Os ajustes advindos de avaliação patrimonial de investimentos não permanentes utilizarão a conta de provisão para ajuste ao valor de mercado e não a conta de ajustes de avaliação patrimonial.

1: A lei 11.638 /2007 acrescentou ao artigo 179 da lei 6.404/76 o intangível como um novo grupo de contas dentro do ativo permanente, classificando os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. Sendo assim, os ativos intangíveis que anteriormente eram classificados no imobilizado passaram a ter seu próprio grupo de contas dentro do ativo permanente. A afirmativa está correta apenas no que diz respeito à amortização. O inciso VII do artigo 183 da lei 6.404/76 define que os direitos classificados no intangível, serão registrados pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização.
2: O § 3º do artigo 182 da lei 6.404/76 define que serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 desta Lei.
3: Esquematizando o inciso I do artigo 183 da lei 6.404/76 teremos, para investimentos não permanentes o seguinte quadro:

Ativo	Ajuste	Conta de ajuste
Destinados à negociação	Valor justo	Resultado
Disponíveis para venda	Valor justo	Ajustes de avaliação Patrimonial
Demais aplicações e direitos	Provisão	Resultado

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Analista de Controle Externo/TCE-AC – 2008 – CESPE) Tabela para as questões de 1 a 6

	saldo (em reais)	
conta	01/01/2007	31/12/2007
despesa de manutenção	-	2.100
salários a pagar	5.780	2.280
seguros antecipados	8.420	2.580
despesa de energia elétrica	-	3.200
material de consumo	10.500	3.200
contas a receber	12.000	6.000
seguros a pagar	3.210	6.580
adiantamento a fornecedores	6.200	8.100
receita antecipada	12.000	8.500
aluguel antecipado	3.250	8.870
despesa de aluguel	-	10.590
energia a pagar	28.540	12.420
despesa de seguros	-	12.450
adiantamento de salários	10.680	12.540
depreciação acumulada	10.520	12.580
Fornecedores	4.800	18.900
despesa de material de consumo	-	20.500
despesa de salários	-	32.500
estoque de mercadorias	45.800	32.800
custo da mercadoria vendida	-	33.580
máquinas e equipamentos	32.850	41.580
Veículos	45.800	52.604
receita de vendas	-	98.500

(1) Com base nessa tabela, é correto afirmar que o valor do recebimento de clientes, no ano 2007, é igual a
(A) R$ 95.000,00.
(B) R$ 98.500,00.
(C) R$ 101.000,00.
(D) R$ 104.500,00.
(E) R$ 110.500,00.

(2) O valor pago, em reais, aos funcionários no período é igual a
(A) 3.500.
(B) 32.500.
(C) 37.860.
(D) 45.040.
(E) 48.540.

(3) Assinale a opção que apresenta corretamente o valor pago em aluguéis no período.
(A) R$ 10.590,00
(B) R$ 16.210,00
(C) R$ 19.460,00
(D) R$ 22.710,00
(E) R$ 26.790,00

(4) Conclui-se da tabela que o valor referente a energia elétrica pago no período é igual a
(A) R$ 15.200,00.
(B) R$ 15.620,00.
(C) R$ 16.120,00.
(D) R$ 19.320,00.
(E) R$ 31.740,00.

(5) O valor pago aos fornecedores, no período, é igual a
(A) R$ 1.900,00.
(B) R$ 6.480,00.
(C) R$ 6.700,00.
(D) R$ 8.380,00.
(E) R$ 20.580,00.

(6) Assinale a opção que apresenta o valor correto referente aos seguros pagos no período.
(A) R$ 3.240,00
(B) R$ 6.610,00
(C) R$ 9.820,00
(D) R$ 12.450,00
(E) R$ 15.030,00

1: O primeiro passo para resolver esse tipo de questão é identificar quais contas estão relacionadas com o item que está sendo pedido. O segundo passo consiste em lançar os saldos iniciais e finais de cada conta, sabendo que ocorreram débitos e créditos que transformaram os saldos iniciais em saldos finais. São esses lançamentos que nos informarão como ocorreram as movimentações nas contas contábeis. Apresentamos a seguir os lançamentos contábeis ocorridos no período e a respectiva explicação.

Contas a receber			
Saldo Inicial	12.000	101.000	(3)
(2)	95.000		
Saldo Final	6.000		

	Receita antecipada		
(1)	3.500	12.000	Saldo Inicial
		8.500	Saldo Final

Receita de vendas		
	3.500	(1)
	95.000	(2)
	98.500	Saldo Final

	Caixa		
(3)	101.000		

Lançamento (1): a receita antecipada representa um passivo da empresa, pois essa já recebeu os recursos sem ainda ter entregue seu produto/serviço. À medida que o produto/serviço é entregue essa conta é baixada (debitada) contra o resultado, representando a constituição da receita de vendas. O saldo da conta receita antecipada reduziu (débito) em R$3.500 no período, sendo esse o valor creditado na receita de vendas referente a receitas antecipadas.

Lançamento (2): consiste no crédito que fez com que o saldo final da conta de receita de vendas fosse aumentada para R$98.500 ao final do período. Se a conta teve seu saldo aumentado significa portanto que houve venda de produtos/serviços. A contrapartida desse lançamento é um débito no contas a receber, partindo do principio que a venda foi a prazo. Poderíamos ter suposto que a venda foi à vista, mas isso não faria diferença para a resolução da questão.

Lançamento (3): consiste no crédito que ajusta o contas a receber para chegar ao saldo final de R$6.000. Se o saldo inicial do contas a receber era de R$12.000 e houve um débito de R$95.000 referente ao lançamento (2), o saldo provisório da conta ficou no valor de R$107.000. Como a questão informou que o saldo final seria de R$6.000, restou creditar a conta em R$101.000, tendo como contrapartida um débito no caixa. Esse débito representa o valor do recebimento de clientes no ano de 2007.

2: Segue o cálculo do valor pago aos funcionários:

Adiantamento de salários		
Saldo Inicial	10.680	
(1)	1.860	
Saldo Final	12.540	

	Salários a pagar		
(2)	3.500	5.780	Saldo Inicial
		2.280	Saldo Final

Despesa de salários		
(3)	32.500	

	Caixa	
	1.860	(1)
	3.500	(2)
	32.500	(3)
	37.860	Total Pago

Lançamento (1): a conta adiantamento de salários aumentou seu saldo de um período para o outro em R$1.860. Sendo esse valor a representação de nova concessão de adiantamento, sua contrapartida será um crédito no caixa.

Lançamento (2): consiste no débito que fez com que o saldo final da conta de salários a pagar atinja o valor de R$2.280. Por se tratar de um pagamento efetuado pela empresa, sua contrapartida (crédito) será na conta caixa.

Lançamento (3): consiste no débito que ajusta a despesa de salários para chegar ao saldo final de R$32.500. Como as contas de adiantamento de salários e de salários a pagar já estão com seus valores ajustados, a contrapartida desse lançamento de despesa será o caixa, representando o pagamento de salários.

O somatório dos três lançamentos na conta caixa totaliza R$37.860, sendo esse o valor pago aos funcionários no período.

3: segue o cálculo do valor pago em aluguéis:

Aluguel antecipado		
Saldo Inicial	3.250	
(1)	5.620	
Saldo Final	8.870	

Despesa de aluguel		
(2)	10.590	

Caixa		
	5.620	(1)
	10.590	(2)
	16.210	Total Pago

Lançamento (1): a conta aluguel antecipado aumentou seu saldo de um período para o outro em R$5.620. Sendo esse valor a representação de novo pagamento antecipado de aluguel, sua contrapartida será um crédito no caixa.

Lançamento (2): consiste no débito que ajusta a despesa de aluguel para chegar ao saldo final de R$10.590. A contrapartida desse lançamento de despesa será o caixa, representando o pagamento de aluguel.
O somatório dos dois lançamentos na conta caixa totaliza R$16.210, sendo esse o valor pago em aluguéis no período.

4: Segue o cálculo do valor a energia elétrica:

Energia a pagar			
(2)	19.320	28.540	Saldo Inicial
		3.200	(1)
		12.420	Saldo Final

Despesa de energia elétrica		
(1)	3.200	

Caixa		
	19.320	(2)

Lançamento (1): consiste no débito que ajusta a despesa de aluguel para chegar ao saldo final de R$3.200. A contrapartida foi lançada a crédito na conta de energia a pagar, mas nada impediria que tivesse sido lançada diretamente no caixa.

Lançamento (2): a conta energia a pagar ficou com saldo de R$31.740 após o lançamento (1). Como seu saldo final é de R$12.420, foi necessário efetuar um débito de R$19.320 na conta de energia a pagar, representando um pagamento do passivo e tendo como contrapartida um crédito no caixa, representando o pagamento.

5: Segue o valor pago aos fornecedores:

Estoque			
Saldo Inicial	45.800	33.580	CMV
(1)	20.580		
Saldo Final	32.800		

Fornecedores			
(3)	6.480	4.800	Saldo Inicial
		20.580	(1)
		18.900	Saldo Final

Adiantamento a fornecedores		
Saldo Inicial	6.200	
(2)	1.900	
Saldo Final	8.100	

Caixa		
	1.900	(2)
	6.480	(3)
	8.380	Total Pago

Lançamento (1): após lançar o valor do custo da mercadoria vendida (CMV) a crédito na conta de estoques, representando a baixa pela venda, a conta ficará com o saldo igual a R$12.220. Como o saldo final da conta estoque é de R$32.800, será necessário efetuar um débito de R$20.580, representando a aquisição e novas mercadorias, tendo como contrapartida um crédito na conta fornecedores.

Lançamento (2): consiste no débito que fez com que o saldo final da conta de adiantamento a fornecedores atingisse o valor de R$8.100. Por se tratar de um pagamento efetuado pela empresa a seus fornecedores, sua contrapartida (crédito) será na conta caixa.

Lançamento (3): após o lançamento (1), o saldo da conta de fornecedores ficou no valor de R$ 25.380. Como o saldo final dessa conta era de R$18.900, foi necessário fazer um débito no valor de R$6.480, representando o pagamento de fornecedores e tendo como contrapartida um crédito no caixa.

O somatório dos dois lançamentos na conta caixa totaliza R$8.380, sendo esse o valor pago aos fornecedores.

6: Segue o cálculo do valor pago a seguros:

Seguros antecipados			
Saldo Inicial	8.420	5.840	(1)
Saldo Final	2.580		

Seguros a pagar			
(3)	3.240	3.210	Saldo Inicial
		6.610	(2)
		6.580	Saldo Final

Despesa de seguros		
(1)	5.840	
(2)	6.610	
Saldo Final	12.450	

Caixa		
	3.240	(3)

Lançamento (1): a conta seguros antecipados reduziu seu saldo de um período para o outro em R$5.840. Essa redução (crédito) representa a transferência desse montante para a conta de despesa de seguros pelo tempo decorrido.

Lançamento (2): consiste no débito no valor de R$6.610 que ajusta a despesa de seguros para chegar ao saldo final de R$12.450. Como a conta de seguros antecipados já está com seu valor ajustado, a contrapartida desse lançamento de despesa será na conta de seguros a pagar, representando a contratação de novos seguros.

Lançamento (3): após o lançamento (2) o saldo da conta seguros a pagar ficou no valor de R$9.820. Como o saldo final apresentado pela questão era de R$6.580, foi necessário um lançamento a débito na conta no valor de R$3.240, representando o pagamento de parte dos seguros e tendo como contrapartida a conta caixa.

Gabarito 1C, 2C, 3B, 4D, 5D, 6A

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE) Com relação a contabilização e avaliação de itens do patrimônio das empresas, julgue o próximo item.

(1) O saldo de reserva para contingências não poderá ultrapassar o valor do capital social. Ao atingir esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

1: O artigo 195 da lei 6.404/76 trata das reservas para contingências e não apresenta nenhum limite para sua constituição.

Gabarito 1E

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE)

conta	valor (R$)	conta	valor (R$)
provisão para créditos de liquidação duvidosa	550	despesas operacionais	9.875
fretes sobre vendas	1.114	amortização acumulada	11.405
banco	1.140	investimentos em controladas	11.460
despesa de exaustão	2.112	mercadorias para revenda	11.470
caixa	2.214	títulos a receber de longo prazo	12.478
reservas	2.250	despesas com manutenção	12.547
despesas de depreciação	2.251	aplicações financeiras de curto prazo	12.580
fornecedores	3.221	estoque inicial de mercadorias	12.580
despesa de amortização	3.320	investimentos em coligadas	13.458
despesas financeiras	3.320	estoque final de mercadorias	14.580
provisão para desvalorização de estoques	3.320	minas de carvão	15.520
debêntures emitidas de curto prazo	3.325	compra de mercadorias	21.114
exaustão acumulada	3.325	depreciação acumulada	22.140
energia a pagar	4.450	investimento em ações	23.210

conta	valor (R$)	conta	valor (R$)
contas a pagar	5.547	prejuízos acumulados após a DRE	28.955
transporte de compras	6.320	marcas e patentes	32.418
contas a receber	7.458	capital social	32.520
material de consumo	7.748	empréstimos a pagar	32.540
seguros sobre compras	8.114	contas a pagar de longo prazo	32.580
móveis e utensílios	8.456	máquinas e equipamentos	44.112
abatimento de vendas	8.500	receita de vendas	75.200
tributos a recolher	8.579	financiamentos	75.800
ações de outras companhias para revenda	8.875		

Com base nas informações do balancete apresentado na tabela acima, julgue os itens a seguir.

(1) O ativo permanente totaliza R$ 150.844,00.
(2) O passivo circulante é igual a R$ 133.462,00.
(3) O capital circulante líquido apurado é positivo e igual a R$ 85.847,00.
(4) O custo das mercadorias vendidas é igual a R$ 34.662,00.

1: Para resolver todos os itens relacionados à tabela acima é necessário classificar todas as contas de acordo com os grupos do ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado. Essa classificação está apresentada a seguir:

conta	valor (R$)	Classificação das contas
provisão para créditos de liquidação duvidosa	550	Ativo Circulante (Redutora)
fretes sobre vendas	1.114	Resultado devedora
banco	1.140	Ativo Circulante
despesa de exaustão	2.112	Resultado devedora
caixa	2.214	Ativo Circulante
reservas	2.250	Patrimônio líquido
despesas de depreciação	2.251	Resultado devedora
fornecedores	3.221	Passivo Circulante
despesa de amortização	3.320	Resultado devedora
despesas financeiras	3.320	Resultado devedora
provisão para desvalorização de estoques	3.320	Ativo Circulante (Redutora)
debêntures emitidas de curto prazo	3.325	Passivo Circulante
exaustão acumulada	3.325	Ativo Permanente (Redutora)
energia a pagar	4.450	Passivo Circulante
contas a pagar	5.547	Passivo Circulante
transporte de compras	6.320	apenas para montar o CMV
contas a receber	7.458	Ativo Circulante
material de consumo	7.748	Ativo Circulante
seguros sobre compras	8.114	apenas para montar o CMV
móveis e utensílios	8.456	Ativo Permanente
abatimento de vendas	8.500	Resultado devedora
tributos a recolher	8.579	Passivo Circulante
ações de outras companhias para revenda	8.875	Ativo circulante
despesas operacionais	9.875	Resultado devedora
amortização acumulada	11.405	Ativo Permanente (Redutora)
investimentos em controladas	11.460	Ativo Permanente

conta	valor (R$)	Classificação das contas
mercadorias para revenda	11.470	Ativo circulante
títulos a receber de longo prazo	12.478	Ativo Realizável a longo prazo
despesas com manutenção	12.547	Resultado devedora
aplicações financeiras de curto prazo	12.580	Ativo Circulante
estoque inicial de mercadorias	12.580	apenas para montar o CMV
investimentos em coligadas	13.458	Ativo permanente
estoque final de mercadorias	14.580	Ativo circulante
minas de carvão	15.520	Ativo permanente
compra de mercadorias	21.114	apenas para montar o CMV
depreciação acumulada	22.140	Ativo Permanente (Redutora)
investimento em ações	23.210	Ativo Circulante
prejuízos acumulados após a DRE	28.955	Patrimônio líquido
marcas e patentes	32.418	Ativo permanente
capital social	32.520	Patrimônio líquido
empréstimos a pagar	32.540	Passivo Circulante
contas a pagar de longo prazo	32.580	Passivo exigível de longo prazo
máquinas e equipamentos	44.112	Ativo permanente
receita de vendas	75.200	Resultado credora
financiamentos	75.800	Passivo Circulante

Somando os valores das contas classificadas como ativo permanente e deduzindo o valor das contas retificadoras temos a seguinte estrutura do ativo permanente:

Ativo Permanente	125.424
Ativo Permanente (Redutora)	(36.870)
Ativo Permanente líquido	**88.554**

2: Nessas questões que exigem a classificação de contas contábeis, o Cespe tem adotado o raciocínio de que quando não for citado se a conta é de curto ou longo prazo será considerada como de curto prazo. É o caso, por exemplo, da conta "financiamentos" que na questão deve ser considerada como de curto prazo.
Somando as contas classificadas como passivo circulante é possível observar que o item está correto.

3: O capital circulante líquido é representado pela seguinte fórmula:

$$\text{Capital Circulante Líquido} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}}{}$$

O objetivo desse indicador é demonstrar a capacidade da empresa em pagar suas dívidas de curto com recursos também de curto prazo. Quanto maior o valor do índice melhor para a empresa.
O cálculo desse indicador na questão é assim apresentado:

Ativo Circulante líquido	85.405
Passivo Circulante	133.462
Capital Circulante Líquido	**(48.057)**

O ativo circulante líquido é encontrado diminuindo das contas classificadas como ativo circulante as contas redutoras.

O capital circulante líquido é negativo no montante de R$48.057, representando que os ativos de curto prazo não são suficientes para pagar os passivos também de curto prazo.

4: Conforme observado no item 98, o custo das mercadorias vendidas foi de R$ 33.548.

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE)

conta	01/03/2008	31/03/2008
adiantamento de salários	10.520	2.519
aluguel antecipado	12.500	6.300
custo das mercadorias vendidas	-	33.610
despesa de aluguel	-	6.500
despesa de salários	-	32.541
despesa de seguros	-	10.520
disponível	58.200	??
estoques	32.500	11.470
fornecedores	6.580	2.150
salários a pagar	12.580	25.120
seguros a pagar	3.200	1.100
seguros antecipados	5.520	3.210

Com base nas informações constantes da tabela acima, cujos valores estão em reais, julgue os itens que se seguem.

(1) O pagamento de salários no período corresponde a R$ 12.000,00.
(2) O pagamento de seguros no período corresponde a R$ 2.100,00.
(3) O pagamento a fornecedores no período corresponde a R$ 17.010,00.
(4) O saldo do disponível no final do período será de R$ 18.280,00.

1: O primeiro passo para resolver esse tipo de questão é identificar quais contas estão relacionadas com o item que está sendo pedido.
O segundo passo consiste em lançar os saldos iniciais e finais de cada conta, sabendo que ocorreram débitos e créditos que transformaram os saldo iniciais em saldos finais. São esses lançamentos que nos informarão como ocorreram as movimentações nas contas contábeis.
Apresentamos a seguir os lançamentos contábeis ocorridos no período e a respectiva explicação.

Adiantamento de salários			
Saldo Inicial	10.520	8.001	(1)
Saldo Final	2.519		

Salários a pagar		
	12.580	Saldo Inicial
	12.540	(2)
	25.120	Saldo Final

Despesa de salários		
(1)	8.001	
(2)	12.540	
(3)	12.000	
Saldo Final	32.541	

Disponível		
	12.000	(3)

Lançamento (1): consiste no crédito que fez com que o saldo final da conta de adiantamento de salários fosse reduzida para R$2.519 ao final do período. O adiantamento de salários representa salários que já foram pagos em períodos anteriores. Sendo assim, sua baixa (por crédito) consiste apenas na apropriação para o resultado do exercício quando chega o momento que o funcionário deveria receber seu pagamento, mas não recebe pois já havia recebido anteriormente, e quita sua dívida perante a empresa. A contrapartida desse lançamento é um débito na conta despesa de salários.

Lançamento (2): consiste no crédito que fez com que o saldo final da conta de salários a pagar fosse aumentada para R$25.120 ao final do período. Se a conta teve seu saldo aumentado significa portanto que houve a apropriação de novos valores de salários. A contrapartida desse lançamento é um débito na conta de despesa de salários.

Lançamento (3): consiste no débito que fez com que o saldo final da conta despesa de salários atingisse o saldo de R$32.541 ao final do período. Esse lançamento representa valores pagos no período. Sendo assim, sua contrapartida será a crédito da conta Caixa/Bancos.
2: a seguir a apuração do valor pago a seguros:

Seguros Antecipados			
Saldo Inicial	5.520	2.310	(1)
Saldo Final	3.210		

Seguros a pagar			
(2)	2.100	3.200	Saldo Inicial
		1.100	Saldo Final

Despesa de seguros		
(1)	2.310	
(3)	8.210	
Saldo Final	10.520	

Disponível		
	2.100	(2)
	8.210	(3)
	10.310	Total Pago

Lançamento (1): consiste no crédito que fez com que o saldo final da conta de seguros antecipados fosse reduzida para R$3.210 ao final do período. A antecipação de seguros representa o pagamento antes do usufruto da apólice pelo tempo contratado. Sendo assim, sua baixa (por crédito) consiste apenas na apropriação para o resultado do exercício à medida que o tempo do seguro contratado transcorre. A contrapartida desse lançamento é um débito na conta despesa de seguros.

Lançamento (2): consiste no débito que fez com que o saldo final da conta de salários a pagar fosse reduzido para R$1.100 ao final do período. Se a conta teve seu saldo reduzido significa portanto que houve o pagamento da dívida com seguros. A contrapartida desse lançamento é um crédito no disponível, representando a saída de recursos do caixa da empresa.

Lançamento (3): consiste no débito que fez com que o saldo final da conta despesa de salários atingisse o saldo de R$10.520 ao final do período. Esse lançamento representa valores pagos no período. Sendo assim, sua contrapartida será a crédito do disponível.
O somatório dos dois lançamentos no disponível totaliza R$10.310, sendo esse valor diferente do proposto na questão.

3: A seguir o valor pago a fornecedores:

CMV		
(1) 33.610		

Fornecedores			
(3) 17.010		6.580	Saldo Inicial
		12580	(2)
		2.150	Saldo Final

Estoque			
Saldo Inicial	32.500	33.610	(1)
(2)	12.580		
Saldo Final	11.470		

Disponível		
	17.010	(3)

Lançamento (1): consiste no lançamento de registro da baixa do estoque(crédito), cuja contrapartida é o registro do custo da mercadoria vendida (CMV). O CMV é dado no exercício, cujo valor é R$33.610.

Lançamento (2): consiste no débito que fez com que o saldo final da conta de estoques atinja o valor de R$11.470, valor que foi dado pelo exercício. Esse débito representa as compras do período, e sua contrapartida é um crédito na conta fornecedores.

Lançamento (3): consiste no débito que fez com que o saldo final da conta fornecedores atingisse o saldo de R$2.150 ao final do período. Esse lançamento representa valores pagos no período. Sendo assim, sua contrapartida será a crédito do disponível.

4: A resolução desse item exige que o candidato tenha acertado todos os lançamentos das questões 102, 103 e 104, uma vez que esses lançamentos afetaram o disponível da empresa. O candidato precisa também calcular os pagamentos referentes ao aluguel da empresa, que, apesar de não solicitado na questão, afeta o resultado da questão pois também foi uma operação realizada pela empresa e que afetou o saldo do disponível. Sendo assim, apresentamos a seguir os lançamentos referentes ao pagamento de aluguel.

Aluguel antecipado			
Saldo inicial	12.500	6.200	(1)
Saldo Final	6.300		

Despesa de aluguel		
(1)	6.200	
(2)	300	
Saldo Final	6.500	

Disponível		
	300	(2)

Lançamento (1): consiste no crédito que fez com que o saldo final da conta de aluguel antecipado fosse reduzido para R$6.300 ao final do período. O adiantamento de aluguel representa valores que já foram pagos em períodos anteriores. Sendo assim, sua redução (por crédito) consiste na transferência do saldo para o resultado do exercício. A contrapartida desse lançamento é um débito na conta de despesa de aluguel.

Lançamento (2): consiste no débito que fez com que o saldo final da conta despesa de alguel atingisse o saldo de R$6.500 ao final do período. Esse lançamento representa valores pagos no período. Sendo assim, sua contrapartida será a crédito da conta disponível.
É importante observar que a conta de aluguel a pagar não existe na empresa, representando um trabalho a menos para o candidato.

Considerando que toda movimentação contábil que afeta o disponível já foi calculada nos itens anteriores já é possível consolidar todas as informações e montar a variação do disponível no período.

Disponível			
Saldo Inicial	58.200	12.000	Salários
		10.310	Seguros
		17.010	Fornecedores
		300	Aluguel
Saldo Final	18.580		

O candidato que se esquecesse de calcular a variação do disponível resultante do pagamento de alugúeis encontraria exatamente o valor proposto pelo item, sendo induzido a marcar a questão como correta.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Analista de Controle Externo/TCU – 2008 – CESPE) Com base nos conceitos e aplicações concernentes à análise de demonstrações contábeis de empresas, com suporte na legislação específica e considerando as prescrições da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), julgue os itens 1 e 2.

(1) De acordo com o que prescreve a CVM, a liquidez refere-se às disponibilidades de caixa em diferentes períodos, independentemente dos compromissos financeiros, e a solvência remete à disponibilidade para fazer face a quaisquer obrigações remanescentes ou supervenientes.

(2) A estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis da CVM recomenda que as incertezas que envolvem certos eventos e circunstâncias sejam tratadas com prudência, não se superestimando ativos e receitas, e não se subestimando passivos e despesas. O limite da prudência deve ter em conta a neutralidade, a imparcialidade, de modo a evitar, por exemplo, a formação de reservas ocultas ou provisões excessivas.

1: A Deliberação CVM 539, de 14 de março de 2008, aprovou o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Essa deliberação assim define liquidez e solvência: Liquidez se refere à disponibilidade de caixa no futuro próximo, após considerar os compromissos financeiros do respectivo período. Solvência se refere à disponibilidade de caixa no longo prazo para cumprir os compromissos financeiros nos respectivos vencimentos. Como pode ser observado, os compromissos financeiros são considerados no conceito de liquidez. Já o conceito de solvência refere-se à disponibilidade de longo prazo, e não à qualquer obrigação como proposto na questão.
2: A Deliberação CVM 539 define que os preparadores de demonstrações contábeis se deparam com incertezas que inevitavelmente envolvem certos eventos e circunstâncias, tais como a possibilidade de recebimento de contas a receber de liquidação duvidosa, a vida útil provável das máquinas e equipamentos e o número de reclamações cobertas por garantias que possam ocorrer. Tais incertezas são reconhecidas pela divulgação da sua natureza e extensão e pelo exercício de prudência na preparação das demonstrações contábeis. Prudência consiste no emprego de um certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados. Entretanto, o exercício da prudência não permite, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, a subavaliação deliberada de ativos ou receitas, a superavaliação deliberada de passivos ou despesas, pois as demonstrações contábeis deixariam de ser neutras e, portanto, não seriam confiáveis.
Gabarito 1E, 2C

(Analista de Comércio Exterior/MDIC – 2008 – CESPE) Uma empresa obteve um empréstimo prefixado, no valor de R$ 500.000,00, com vencimento para 60 dias, à taxa de juros simples de 5% mensais e despesas bancárias de R$ 5.000,00. Nessa situação, o registro correto seria o seguinte.

D banco . . . . . R$ 495.000

D despesas de juros . . . . . R$ 5.000

C empréstimos obtidos . . . . . R$ 500.000

As despesas bancárias e as despesas de juros terão tratamento diferenciado na contabilidade. As despesas bancárias serão lançadas integralmente para o resultado do exercício no momento da contratação do empréstimo. Já as despesas de juros serão apropriadas ao resultado à medida que o prazo do empréstimo for passando, obedecendo o princípio da competência. O lançamento correto nesse caso seria:

D - Banco	495.000,00
D - Despesas bancárias	5.000,00
C - Empréstimos obtidos	500.000,00

A única diferença entre o lançamento correto e o proposto na questão é o débito de R$5.000.
Gabarito "E"

(Analista de Comércio Exterior/MDIC – 2008 – CESPE) As companhias fechadas, quando efetuarem transações financeiras com o exterior, estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e, consequentemente, terão de elaborar suas demonstrações contábeis em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

Não existe qualquer legislação obrigando companhias fechadas a seguirem as normas da CVM. O que existe é a possibilidade dessas empresas optarem por observar as normas expedidas pela CVM, conforme definido no §6º do artigo 177 da lei 6.404/76.
Gabarito "E"

(Analista de Comércio Exterior/MDIC – 2008 – CESPE) O fato de o aumento da inadimplência, em razão do aperto no crédito, fazer que uma empresa reestime as perdas prováveis para efeito de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, elevando seu percentual de 3% para 10%, caracteriza mudança de critério contábil, com quebra de consistência, e constitui ajuste de exercícios anteriores que deve ser representado na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.

Segundo o § 1º do artigo 186 da lei 6.404/76, serão considerados como ajustes de exercícios anteriores apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.Sendo assim, é possível observar que a situação descrita na questão não se enquadra como um ajuste de exercícios anteriores. A mudança no percentual da provisão para créditos de liquidação duvidosa ocorreu em relação a uma nova situação apresentada, que no caso foi o aumento da inadimplência. Quando a empresa aplicava 3% de provisão ela adotava o percentual adequado àquela época, sendo a alteração do percentual válida na nova situação. Seria o caso de efetuar ajuste de exercícios anteriores se a empresa descobrisse que a sua estimativa de 3% de provisão à época estava errada e que o correto seria um outro percentual.
Gabarito "E"

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE) Em determinados tipos de deliberação, a legislação das sociedades por ações exige quórum qualificado — metade, no mínimo, das ações com direito a voto — em suas assembleias gerais extraordinárias. Esse é o caso, por exemplo, na hipótese de

(A) aumento do dividendo obrigatório.
(B) incorporação de outra companhia.
(C) cisão parcial da companhia.
(D) criação de subsidiária.

Dos itens da questão, apenas a cisão está elencada no artigo 136 da lei 6.404/76 como uma das situações que exigem quórum qualificado.
Gabarito "C"

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE) Atualmente, de acordo com o tipo de sociedade por ações, é obrigatória a demonstração

(A) das origens e aplicações de recursos, para as grandes companhias.
(B) do valor adicionado, para as companhias abertas.
(C) dos lucros ou prejuízos acumulados, no caso das companhias fechadas, apenas se o patrimônio líquido for superior a R$ 2 milhões.
(D) dos fluxos de caixa, apenas para as companhias abertas.

O artigo 176 da lei 6.404/76 pode ser esquematizado conforme apresentado no quadro a seguir:

Demonstrativo	Companhia fechada com patrimônio líquido inferior a R$ 2 milhões	Companhia fechada com patrimônio líquido superior ou igual a R$ 2 milhões	Companhia aberta
Balanço Patrimonial	SIM	SIM	SIM
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	SIM	SIM	SIM
Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA)	SIM	SIM	SIM
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	NÃO	SIM	SIM
Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	NÃO	NÃO	SIM

O único item que atende a essa definição é o "B".
Gabarito "B"

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE) A data do reconhecimento da receita é um aspecto que sempre oferece alguma dificuldade e, por vezes, até, divergências. De acordo com os princípios e normas atinentes a esse assunto, assinale a opção correta.

(A) No caso das vendas já faturadas mas não entregues, os produtos correspondentes devem ser computados nos estoques.
(B) É irrelevante o prazo decorrido entre a emissão da nota fiscal e a entrega dos produtos.
(C) No caso de serviços, as receitas correspondentes pertencem ao período em que os contratos tiverem sido firmados.
(D) No caso de exportações, as diferenças supervenientes em razão de alteração na taxa de câmbio serão incorporadas à receita bruta.

A letra "b" está incorreta pois se as duas situações (emissão da nota e entrega dos produtos) ocorrer simultaneamente a receita será reconhecida imediatamente, caso contrário a receita somente será reconhecida no momento da entrega dos produtos.
A incorreção da letra "c" está no fato de que a receita nas empresas prestadoras de serviços será contabilizada à medida que o serviço for prestado, mesmo que só ocorra em período posterior a sua contratação.
Na letra "d", a incorreção reside no fato de que as alterações da taxa de câmbio serão contabilizadas como receitas ou despesas de variação cambial.
A letra "a" está correta pois o momento do reconhecimento da receita e correspondente baixa do estoque é o do fornecimento de tais bens ao comprador. Além disso, o estoque está fisicamente com a empresa, devendo permanecer como um ativo.
Gabarito "A"

(Analista Administrativo - Contabilidade/ANTAQ – 2009 – CESPE) Com relação à legislação societária, julgue os itens a seguir.

(1) As ações ordinárias das companhias fechadas poderão ser de diferentes classes, tendo como critérios a prioridade na distribuição de dividendos, a exigência de dispersão da propriedade e o direito de voto em separado para determinadas decisões.
(2) A operação de reembolso das ações poderá ser efetuada diretamente, mediante redução do capital, ou à conta de lucros ou reservas — exceto a legal —, caso em que as ações ficarão em tesouraria, para recolocação, no prazo máximo de 120 dias.
(3) Com as modificações promovidas recentemente na legislação societária, substituiu-se a demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR) pela demonstração dos fluxos de disponibilidades, mas esta é obrigatória somente para as companhias abertas com patrimônio líquido superior a R$ 2 milhões na data do balanço.

1: A primeira parte da questão está correta, as ações podem ser divididas em diferentes classes. Essa definição está apresentada no § 1º do artigo 15 da lei 6.404/76.
Já a segunda parte da questão, que trata dos critérios que definem as diferentes classes, está errada. O artigo 16 da lei 6.404/76 apresenta critérios de distinção das classes diferentes dos apresentados pela questão.
2: Os §§ 5º e 6º do artigo 45 da lei 6.404/76 apresentam as regras para reembolso de ações e definem que o valor de reembolso poderá ser pago à conta de lucros ou reservas, exceto a legal, e nesse caso as ações reembolsadas ficarão em tesouraria. Os artigos trazem também que se, no prazo de cento e vinte dias, a contar da publicação da ata da assembleia, não forem substituídos os acionistas cujas ações tenham sido reembolsadas à conta do capital social, este considerar-se-á reduzido no montante correspondente, cumprindo aos órgãos da administração convocar a assembleia-geral, dentro de cinco dias, para tomar conhecimento daquela redução.
3: O § 6º do artigo 176 da lei 6.404/76 define que a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é obrigatória para todas as companhias abertas e também para as companhias fechadas com patrimônio líquido superior ou igual a R$ 2 milhões.
Gabarito 1E, 2C, 3E

(Analista Administrativo - Contabilidade/ANTAQ – 2009 – CESPE) Com relação aos princípios fundamentais da contabilidade e às demonstrações contábeis das sociedades comerciais, julgue os itens seguintes.

(1) O aumento de capital nas companhias, com aproveitamento de lucros ou reservas, poderá ocorrer sem aumento do número de ações, com distribuição de ações novas ou com alteração do valor nominal das ações.
(2) Suponha que uma sociedade comercial tenha apresentado os seguintes saldos ao final do período:
-vendas de produtos: R$ 4.500.000,00;
-descontos condicionais a clientes: R$ 250.000,00;
-descontos incondicionais sobre vendas: R$ 350.000,00;
-IPI sobre vendas: R$ 900.000,00 (acrescido às vendas);
-ICMS sobre vendas: R$ 675.000,00 (embutido nas vendas).
Nesse caso, a receita líquida de vendas corresponderá a R$ 3.475.000,00.
(3) As obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, existentes à época do balanço, deverão ser mantidas pelo seu valor em moeda nacional à época da contratação da operação ou da última avaliação, se tiver havido valorização cambial no período, em consonância com o princípio da prudência.

1: O artigo 169 da lei 6.404/76 define que o aumento mediante capitalização de lucros ou de reservas importará alteração do valor nominal das ações ou distribuições das ações novas, correspondentes ao aumento, entre acionistas, na proporção do número de ações que possuírem.Na companhia com ações sem valor nominal, a capitalização de lucros ou de reservas poderá ser efetivada sem modificação do número de ações.

2: A receita líquida é apresentada a partir da seguinte fórmula:
Receita de vendas
(-) Devoluções de vendas
(-) Vendas Canceladas
(-) Abatimentos sobre vendas
(-) Descontos incondicionais (comerciais) concedidos
(-) Impostos e contribuições sobre vendas
(=) Receita líquida

Os descontos condicionais referem-se a antecipação de pagamento e portanto são registrados como despesa financeira, não entrando no cálculo da receita líquida. Pelo fato do IPI ter sido acrescido às vendas, este valor não deve ser incluído no cálculo da receita líquida. O cálculo da receita líquida da sociedade em questão fica assim apresentada:

Receita de vendas	4.500.000,00
(-) Descontos incondicionais (comerciais) concedidos	(350.000,00)
(-) Impostos e contribuições sobre vendas	(675.000,00)
(=) Receita líquida	3.475.000,00

3: O inciso II do artigo 184 da lei 6.404/76 define que o critério de conversão das obrigações em moeda estrangeira é à taxa de câmbio em vigor na data do balanço, divergente da metodologia informada na questão.
Gabarito 1C, 2C, 3E

(Analista Administrativo - Contabilidade/ANTAQ – 2009 – CESPE) Considere a seguinte situação hipotética.

A Cia. A, controladora de B, detém 26% das ações de B, e sua participação societária estava avaliada em R$ 5.200.000,00. No último balanço, o patrimônio líquido de B passou a ser de R$ 15.000.000,00. Nessa situação, considerando-se que a variação se deu por resultado apurado na controlada, a participação societária de A em B passará a ser avaliada em R$ 3.900.000,00, e o resultado de A foi afetado negativamente em R$ 1.300.000,00.

Se a participação na Cia B era de 26% e equivalia a R$5.200.000,00, isso significa que o patrimônio líquido de B no momento era de R$20.000.000,00. Se o patrimônio líquido de B passou a ser de R$15.000.000,00, ao aplicarmos o percentual de participação (26%) de A em B obteremos que o valor da participação passa a ser R$3.900.000,00. Esse redução de R$1.300.000,00 no ativo (investimento) da Cia A tem como contrapartida uma conta redutora do resultado do exercício (despesa – participação no resultado de coligadas e controladas pelo método de equivalência).
Gabarito "C"

(Analista Administrativo - Contabilidade/ANTAQ – 2009 – CESPE) Se uma empresa tiver aplicações temporárias em ações, sem cotação no mercado e sem liquidez, essa participação societária deverá ser classificada como um investimento a longo prazo.

Se o investimento não tem liquidez a empresa não conseguirá realizá-la no curto prazo, e portanto deve ser classificado como um investimento a longo prazo.
Gabarito "C"

(Analista Administrativo - Contabilidade/ANTAQ – 2009 – CESPE) Suponha que uma sociedade Alfa tenha participação em uma sociedade Beta, avaliada pelo custo de aquisição, e que esta, ao final do exercício, tenha feito, corretamente, o seguinte lançamento:

D – lucros acumulados

C – dividendos propostos a pagar

Nesse caso, a sociedade Alfa, em correspondência, deverá efetuar, corretamente, o seguinte lançamento:

D – bancos

C – receita de dividendos

A sociedade Beta efetuou o lançamento destinando parcela dos lucros para distribuição de dividendos corretamente (débito de lucros acumulados e crédito de dividendos propostos a pagar). Nesse caso, a sociedade Alfa poderia registrar o direito a receber em contrapartida a receita de dividendos. No lançamento proposto na questão, a sociedade Alfa debita a conta bancos, o que não pode ocorrer, pois a empresa Beta ainda não está pagando os dividendos, apenas registrando a intenção de distribuí-los.
Ao invés de debitar a conta bancos, a sociedade Alfa deveria debitar a conta dividendos a receber.
Gabarito "E"

(Analista Administrativo - Contabilidade/ANTAQ – 2009 – CESPE) Os lucros não destinados à formação ou ao aumento das reservas de lucros deverão ser utilizados para aumento de capital.

O inciso III do § 2º do artigo 178 da lei 6.404/76 define que o patrimônio líquido será dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. Com essa redação houve a supressão do trecho que trazia os lucros acumulados como parte da composição do patrimônio líquido.
O erro da questão está no fato de existir, além da possibilidade de constituição de reserva ou aumento do capital, a possibilidade de se distribuir o lucro do exercício.
Gabarito "E"

(Agente da Polícia Federal – 2012 – CESPE) No que se refere ao disposto no Comitê de Pronunciamentos Contábeis 04 – ativo intangível, julgue os itens seguintes.

(1) O valor amortizável de ativo intangível com vida útil indefinida deverá ser amortizado de modo a refletir o padrão de consumo, pela entidade, dos benefícios econômicos futuros.
(2) Não deve ser reconhecido como ativo o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado internamente.

1: O CPC 04 define que "ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado"
2: O CPC 04 define que o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado internamente "não é reconhecido como ativo porque não é um recurso identificável"
Gabarito 1E, 2C

(Agente da Polícia Federal – 2012 – CESPE)

Contas	Saldos
Bancos	40.000
Créditos a receber	25.000
Despesas de aluguéis	8.000
Empréstimos a pagar	38.500
Receitas de serviços	34.000
Despesas de água, luz e telefone	15.000
Estoque de material de consumo	20.000
Móveis e utensílios	12.000
Veículos	24.000
Capital	73.500
Despesas com material de consumo	2.000

Considerando que os dados acima, em reais, correspondem ao encerramento do primeiro exercício financeiro de determinada entidade, julgue os itens a seguir, acerca da composição do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício dessa entidade.

(1) A demonstração do resultado do exercício apresentou prejuízo de R$ 11.000,00.
(2) Os ativos e passivos somam, respectivamente, R$ 121.000,00 e R$ 38.500,00.

1: Separando apenas as contas de resultado é possível montar a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício:

Receitas de serviços	34.000,00
(-) despesas de água, luz e telefone	(15.000,00)
(-) despesas de aluguéis	(8.000,00)
(-) despesas com material de consumo	(2.000,00)
(=) Resultado do exercício	9.000,00

O resultado do exercício foi um lucro de R$9.000,00.

2: O ativo da empresa é composto pelas seguintes contas:

Contas	Saldos
Bancos	40.000,00
Créditos a receber	25.000,00
Estoque de material de consumo	20.000,00
Móveis e utensílios	12.000,00
Veículos	24.000,00
Total do ativo	121.000,00

Já o passivo é composto tão somente pela conta "empréstimos a pagar", no montante de R$38.500,00.

Gabarito 1E, 2C

3. CONTABILIDADE COMERCIAL

(Agente Fiscal/Teresina-PI – 2008 – CESPE) Com relação à contabilidade e à legislação aplicável, julgue o seguinte item:

(1) O ISS, proporcional ou fixo, e independentemente do tipo de receita sobre a qual incida, é uma conta de saldo devedor, cujo valor deve ser deduzido da receita bruta operacional.

1: O ISS fixo, aquele que é apurado sobre um valor fixo mensal independente da receita bruta, não tem característica de dedução da receita. Nesse caso, o ISS seria registrado na Demonstração do Resultado do Exercício como uma despesa.

Gabarito 1E

(Fiscal de Tributos/Rio Branco-AC – 2007 – CESPE) Com referência à composição e à apresentação da demonstração do resultado do exercício, julgue o item.

(1) O ISS incidente sobre receitas não operacionais, bem como sobre as demais receitas operacionais que não a receita bruta de vendas também constitui dedução da receita bruta.

1: Por não incidir sobre a receita bruta não há que se falar que esse tipo de ISS seja tratado na Demonstração do Resultado do Exercício como uma dedução à receita bruta. O seu tratamento será de despesa, após a apuração do lucro bruto.

Gabarito 1E

(Auditor Fiscal/Vitória-ES – 2007 – CESPE) Julgue o item seguinte, acerca de classificação das contas.

(1) A conta ISS a recolher, que integra o passivo circulante no plano de contas de uma empresa de prestação de serviços contribuinte do ISS sobre essas receitas, constitui a contrapartida da despesa com o ISS contabilizada como dedução da receita bruta.

1: O lançamento contábil do ISS é feito a débito da despesa e crédito do valor a recolher. Por ser um imposto cumulativo, diferentemente do ICMS, sua incidência não gera imposto a recuperar.

Gabarito 1C

(Auditor Fiscal/Vitória-ES – 2007 – CESPE) A propósito da apuração dos resultados contábeis, julgue o item subsequente.

(1) Considere que os saldos (em R$ 1,00) de algumas contas de determinada empresa, ao final do período, sejam os apresentados abaixo.

vendas 450.000
compras 280.000
ICMS s/ vendas 45.000
ICMS a recuperar. 25.000
abatimento s/ compras 10.000
comissões s/ vendas 18.000
devoluções de compras 15.000
descontos comerciais s/ vendas 20.000
estoque final 60.000

Com base nos dados apresentados, é correto concluir que o lucro operacional bruto dessa empresa foi de R$ 197.000,00.

1: Para calcular o valor do lucro bruto é necessário primeiramente calcular o custo da mercadoria vendida. Para isso é necessário apurar o valor ajustado das compras, conforme apresentado a seguir:

Compras	280.000,00
(-) Devolução de compras	(15.000,00)
(-) Abatimento sobre compras	(10.000,00)
(=) Compras líquidas	255.000,00

Se as compras foram no valor de R$255.000 e o estoque final de R$60.000, é possível concluir que o custo das mercadorias vendidas foi de R$195.000 (R$255.000 – R$60.0000). Organizando as demais informações apresentadas pela questão, apura-se a seguinte demonstração do resultado do exercício:

Receita de vendas	450.000,00
(-) ICMS sobre vendas	(45.000,00)
(-) Descontos comerciais sobre vendas	(20.000,00)
(=) Receita Líquida	385.000,00
(-) CMV	(195.000,00)
(=) Lucro bruto	190.000,00

A única conta fornecida pela questão não utilizada no cálculo do lucro bruto foi a comissão sobre vendas. Isso porque essa é uma conta de despesa, que entrará na Demonstração do Resultado do Exercício abaixo do lucro bruto.

Gabarito 1E

(Agente de Tributos/MT – 2004 – CESPE) Determinada empresa gerou, no mês de agosto de 2003, as seguintes operações com uma determinada mercadoria:

- em 2/8/2003, adquiriu 20 unidades dessa mercadoria ao preço de R$ 25,00 líquidos cada;
- em 6/8/2003, adquiriu 10 unidades ao preço de R$ 30,00 líquidos cada;
- em 10/8/2003, vendeu 18 unidades;
- em 16/8/2003, vendeu 8 unidades;
- em 23/8/2003, adquiriu 15 unidades da mercadoria ao preço de R$ 32,00 líquidos cada.

Com base no critério PEPS e considerando que essa empresa não tinha saldo inicial de estoque antes da realização das operações acima descritas, julgue os itens seguintes.

(1) O valor final dos estoques dessa empresa no mês de agosto de 2003 foi de R$ 600,00.
(2) O valor do CMV da referida empresa no mês de agosto de 2003 foi de R$ 680,00.

1: Com base nos dados apresentados pela questão, é possível montar a seguinte ficha de controle de estoques:

	Entradas			Saídas			Saldo		
Data	Qt.	Preço unitário (R$)	Total (R$)	Qt.	Preço unitário (R$)	Total (R$)	Qt.	Preço unitário (R$)	Total (R$)
02/08/2003	20	25,00	500,00				20	25,00	500,00
06/08/2003	10	30,00	300,00				20	25,00	500,00
							10	30,00	300,00
							30		800,00
10/08/2003				18	25,00	450,00	2	25,00	50,00
							10	30,00	300,00
							12		350,00
16/08/2003				2	25,00	50,00	4	30,00	120,00
				6	30,00	180,00			
				8		230,00			
23/08/2003	15	32,00	480,00				4	30,00	120,00
							15	32,00	480,00
							19		600,00

Como pode ser observado, o saldo final do estoque após as operações foi de R$600,00.

2: O custo da mercadoria vendida é dado pelo somatório das saídas do estoque, sendo no caso de R$ 680,00 (R$450,00 + R$230,00).

Gabarito 1C, 2C

(Agente de Tributos/MT – 2004 – CESPE) De acordo com a legislação fiscal, deve ser excluído do custo de aquisição de mercadorias para revenda e de matérias-primas o montante do ICMS recuperável destacado em nota fiscal. Portanto, deve-se registrar em conta própria de ICMS a recuperar ou a débito da C/C de ICMS, se for o caso, o montante desse imposto, independentemente de ter sido pago ou não. Considerando essas informações, julgue o item a seguir.

(1) Uma empresa que tenha realizado uma operação comercial de compra de mercadoria para revenda a prazo, no valor de R$ 10.000,00, com alíquota de 17% de ICMS já inclusa no preço da mercadoria e destacada na nota fiscal deve, de acordo com a legislação fiscal, registrar a seguinte contabilização dessa operação, em que os valores estão em R$.

D – compras/mercadorias..... 8.300,00

D – ICMS a recolher..... 1.700,00

C – fornecedores.....10.000,00

1: Para ficar correto, o lançamento apresentado deveria debitar "ICMS a recuperar" em vez de "ICMS a recolher". O ICMS a recolher representa um passivo da empresa, enquanto o ICMS a recuperar representa um ativo.

Gabarito 1E

(Analista Judiciário - Contabilidade/STM – 2010 – CESPE) Com relação aos procedimentos de escrituração contábil em empresas comerciais e industriais, julgue os itens subsequentes.

(1) Em uma empresa contribuinte do ICMS, o lançamento apresentado abaixo representa um aumento de R$ 40.000,00 em ativos e passivos.

D – Matéria-prima R$ 32.000,00

D – ICMS R$ 8.000,00

C – Fornecedores R$ 40.000,00

(2) Considere o lançamento a seguir.

D – Bancos conta movimento R$ 97.500,00

D – Juros passivos R$ 2.500,00

C – Duplicatas Descontadas R$ 100.000,00

Nesse lançamento, são utilizadas contas patrimoniais e de resultado e há redução da situação patrimonial líquida.

(3) O lançamento abaixo representa a transferência de estoque dentro de uma empresa industrial, em função do avanço no processo de industrialização.

D – Produtos acabados

C – Produtos em elaboração

1: O lançamento da questão representa a compra de matéria-prima a prazo. Como a empresa em questão é contribuinte do ICMS, ela poderá se creditar do imposto referente a esta compra. Sendo assim, o lançamento a ser efetuado registrará um débito na conta "ICMS a recuperar" no valor de R$8.000, um débito na conta "matéria-prima"no valor de R$32.000,00 e um crédito de R$40.000,00 na conta fornecedores.

2: As contas "banco conta movimento" e "duplicatas descontadas" são patrimoniais e "juros passivos" de resultado. Os "juros passivos" reduzem o valor do patrimônio líquido, o que representa uma redução da situação patrimonial líquida.

3: A conta estoque em uma empresa industrial será dividida nas seguintes contas: matéria-prima, produtos em elaboração e produtos acabados. A medida que os produtos forem sendo produzidos essas contas serão movimentadas. O lançamento em questão representa a conclusão da fabricação do produto, que será registrado a partir de então na conta "produtos acabados".

Gabarito 1C, 2C, 3C

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) Considere as operações a seguir, realizadas em um período, em ordem cronológica.

- venda de 3 unidades, a R$ 600,00 cada
- compra de 4 unidades, a R$ 350,00 cada
- venda de 2 unidades, a R$ 750,00 cada

Com base nesses dados, e supondo que o estoque inicial era de 5 unidades, a R$ 200,00 cada, é correto concluir que o custo das mercadorias vendidas, pelo critério da média ponderada móvel, foi de R$ 1.300,00.

Com base nos dados apresentados é possível montar o seguinte controle de estoques:

Entradas			Saídas			Saldo		
Qt	Preço unitário (R$)	Total (R$)	Qt	Preço unitário (R$)	Total (R$)	Qt	Preço unitário (R$)	Total (R$)
						5	200,00	1.000,00
			3	200,00	600,00	2	200,00	400,00
4	350,00	1.400,00				6	300,00	1.800,00
			2	300,00	600,00	4	300,00	1.200,00

O custo das mercadorias vendidas (CMV) é apresentado pelo somatório das saídas do estoque pelas vendas, que nesse caso foi de R$1.200,00.

Gabarito "E"

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) Considere os saldos a seguir, apresentados na escrituração de uma empresa, ao final do exercício.

vendas: R$ 180.000,00

compras: R$ 130.000,00

impostos sobre vendas: R$ 26.000,00

descontos comerciais sobre vendas: R$ 5.000,00

descontos financeiros sobre compras: R$ 3.000,00

conta corrente do ICMS: R$18.000,00

Nesse caso, e sabendo-se que os estoques inicial e final eram iguais, é correto concluir que o lucro bruto da empresa foi de R$ 22.000,00.

O lucro bruto é apresentado a partir da seguinte fórmula:

Faturamento bruto
(-) IPI
(=) Receita bruta
(-) Devoluções de vendas
(-) Vendas Canceladas
(-) Abatimentos sobre vendas
(-) Descontos incondicionais (comerciais) concedidos
(-) Impostos e contribuições sobre vendas
(=) Receita líquida
(-)CMV
(=) Lucro bruto

A informação de que os estoques inicial e final são iguais nos permite concluir que o custo das mercadorias vendidas é igual ao valor das compras.

Uma informação irrelevante e cujo objetivo é confundir o candidato é o valor dos descontos financeiros sobre compras. Os descontos financeiros referem-se à antecipação de pagamento. Quando concedidos (sobre vendas) representam despesas financeiras e quando obtidos (sobre compras) representam receitas financeiras. Em ambos os casos (receita ou despesa) não aparecem no lucro bruto por estarem abaixo deste na demonstração do resultado. A informação sobre conta corrente do ICMS também é irrelevante já que se trata de conta do ativo ou passivo.

Sendo assim, segue a resolução da questão:

Faturamento bruto	180.000,00
(-) IPI	-
(=) Receita bruta	180.000,00
(-) Devoluções de vendas	-
(-) Vendas Canceladas	-
(-) Abatimentos sobre vendas	-
(-) Descontos incondicionais (comerciais) concedidos	(5.000,00)
(-) Impostos e contribuições sobre vendas	(26.000,00)
(=) Receita líquida	149.000,00
(-)CMV	(130.000,00)
(=) Lucro bruto	19.000,00

Gabarito "E"

(Analista de Controle Externo/TCE-AC – 2008 – CESPE)

data	operação	quantidade	valor unitário (em R$)
01/08/2007	saldo inicial	10	8,00
01/08/2007	compra	25	8,30
05/08/2007	compra	15	8,20
10/08/2007	venda	36	16,80
12/08/2007	compra	8	8,10
15/08/2007	venda	6	17,00
17/08/2007	compra	6	8,50
20/08/2007	venda	10	18,10
23/08/2007	compra	5	8,30

A partir da ficha de controle de estoques acima, utilizando o sistema de controle de estoques permanente e o PEPS conclui-se que o percentual da margem bruta de lucro é

(A) inferior a 20%.
(B) superior a 21% e inferior a 30%.
(C) superior a 31% e inferior a 40%.
(D) superior a 41% e inferior a 50%.
(E) superior a 51%.

A questão envolve conceitos de estoque, demonstração do resultado e análise das demonstrações financeiras. O primeiro passo da resolução é montar a ficha de controle de estoque pelo método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai).

Entradas			Saídas			Saldo		
Qt	Preço unitário (R$)	Total (R$)	Qt	Preço unitário (R$)	Total (R$)	Qt	Preço unitário (R$)	Total (R$)
						10	8,00	80,00
25	8,30	207,50				10	8,00	80,00
						25	8,30	207,50
15	8,20	123,00				10	8,00	80,00
						25	8,30	207,50
						15	8,20	123,00
			10	8,00	80,00	14	8,20	114,80
			25	8,30	207,50			
			1	8,20	8,20			
8	8,10	64,80				14	8,20	114,80
						8	8,10	64,80
			6	8,20	49,20	8	8,20	65,60
					-	8	8,10	64,80
6	8,50	51,00				8	8,20	65,60
						8	8,10	64,80
						6	8,50	51,00
			8	8,20	65,60	6	8,10	48,60
			2	8,10	16,20	6	8,50	51,00
5	8,30	41,50				6	8,10	48,60
						6	8,50	51,00
						5	8,30	41,50
			CMV Total		426,70			

A composição da receita de vendas está a seguir apresentada:

data da venda	quantidade	valor unitário (em R$)	Total (em R$)
10/08/2007	36	16,80	604,80
15/08/2007	6	17,00	102,00
20/08/2007	10	18,10	181,00
TOTAL			**887,80**

O resultado do exercício a partir dos dados apresentados na questão ficou assim apresentado:

Receita líquida	887,80
(-) CMV	(426,70)
(=) Lucro Bruto	461,10

A margem bruta é representada pela seguinte fórmula:

$$\text{Margem bruta} = \frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Receita líquida}}$$

Com base na fórmula apresentada temos que a margem bruta da empresa está assim apresentada.

$$\text{Margem bruta} = \frac{461,10}{887,80} = 0,52$$

Gabarito "E"

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE) Considere as seguintes informações de uma empresa.

operação	modalidade	quantidade	valor (R$)	
			unitário	total
saldo inicial		30	32	960
compra	à vista	20	35	700
venda	a prazo	40	110	4.400
compra	a prazo	15	34	510
compra	a prazo	25	36	900
venda	à vista	35	120	4.200
compra	à vista	10	33	330
venda	a prazo	8	118	944

- a empresa concedeu abatimentos de R$ 80,00 nas vendas do dia 12;
- o saldo de despesas operacionais é de R$ 1.200,00 e foi pago no mês de março;
- o saldo de despesa de depreciação em março é de R$ 800,00;
- o saldo de despesas gerais e administrativas apropriadas no período é de R$ 2.850,00;
- o saldo do disponível no dia 1.º/3/2008 correspondia a R$ 12.658,00.

Com base na ficha de controle de estoques e nas informações complementares apresentadas acima, julgue os itens subsequentes.

(1) O CMV apurado com o UEPS e o controle permanente é de R$ 2.844,00.

(2) Ao se adotar o controle permanente mediante a utilização do PEPS, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social corresponde a R$ 1.876,00.

1: Para resolver o item é necessário efetuar o registro de todas as operações proposta na ficha de controle de estoques. É importante lembrar que a baixa dos itens vendidos ocorrerá pelo método UEPS, ou seja, as últimas unidades de estoque adquiridas serão as primeiras a serem vendidas.

Entradas			Saídas			Saldo		
Qt	Preço unitário (R$)	Total (R$)	Qt	Preço unitário (R$)	Total (R$)	Qt	Preço unitário (R$)	Total (R$)
						30	32,00	960,00
20	35,00	700,00				30	32,00	960,00
						20	35,00	700,00
			20	35,00	700,00	10	32,00	320,00
			20	32,00	640,00			
15	34,00	510,00				10	32,00	320,00
						15	34,00	510,00
25	36,00	900,00				10	32,00	320,00
						15	34,00	510,00
						25	36,00	900,00
			25	36,00	900,00	10	32,00	320,00
			10	34,00	340,00	5	34,00	170,00
10	33,00	330,00				10	32,00	320,00
						5	34,00	170,00
						10	33,00	330,00
			8	33,00	264,00	10	32,00	320,00
						5	34,00	170,00
						2	33,00	66,00

CMV	2.844,00

O custo da mercadoria vendida (CMV) é representado na ficha de controle de estoques pelo total de saídas, sendo nesse caso o valor de R$ 2.844,00.

2: A resolução desse item depende, além da elaboração da ficha de controle de estoques para obter o valor do CMV, da apuração da receita de vendas. Será necessário também considerar os valores de outros itens de resultado apresentados na questão.
A ficha de controle de estoques pelo método PEPS, as primeiras unidades de estoque adquiridas serão as primeiras a serem vendidas, está apresentada a seguir:

Entradas			Saídas			Saldo		
Qt	Preço unitário (R$)	Total (R$)	Qt	Preço unitário (R$)	Total (R$)	Qt	Preço unitário (R$)	Total (R$)
						30	32,00	960,00
20	35,00	700,00				30	32,00	960,00
						20	35,00	700,00
			30	32,00	960,00	10	35,00	350,00
			10	35,00	350,00			
15	34,00	510,00				10	35,00	350,00
						15	34,00	510,00
25	36,00	900,00				10	35,00	350,00
						15	34,00	510,00
						25	36,00	900,00
			10	35,00	350,00	15	36,00	540,00
			15	34,00	510,00			
			10	36,00	360,00			
10	33,00	330,00				15	36,00	540,00
						10	33,00	330,00
			8	36,00	288,00	7	36,00	252,00
						10	33,00	330,00

CMV	2.818,00

A receita de vendas decorrente das operações com mercadorias está apresentada a seguir:

Qt	Preço unitário (R$)	Receita de vendas
40	110,00	4.400,00
35	120,00	4.200,00
8	118,00	944,00
TOTAL		9.544,00

Com base nos dados já apresentados é possível montar a demonstração do resultado do exercício:

Receita de vendas	9.544,00
(-) Abatimento sobre vendas	(80,00)
(=) Receita líquida	9.464,00
(-) CMV	(2.818,00)
(=) Lucro bruto 6.646,00	
(-) Despesas operacionais	(1.200,00)
(-) Despesa de depreciação	(800,00)
(-) Despesas gerais e administrativas	(2.850,00)
(-) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.796,00

Como podemos observar, o valor do lucro antes do imposto de renda e contribuição social apurado é diferente do proposto pelo item.
É importante observar que as informações referentes à modalidade (à vista ou a prazo) e saldo do disponível não foram utilizadas.

Gabarito 1C, 2E

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE) Acerca da composição do custo das mercadorias vendidas e de seus reflexos no resultado com mercadorias, julgue os itens que se seguem.

(1) O montante pago a título de seguros e transportes sobre compras de mercadorias será incorporado ao valor do estoque de mercadorias disponíveis para revenda.

(2) O recebimento de mercadorias a título de bônus do fornecedor não afetará o saldo unitário das mercadorias disponíveis para venda, afetará apenas o saldo final, que será reduzido.

(3) O montante pago ao fornecedor a título de tributos recuperáveis será incorporado ao valor do estoque de mercadorias adquiridas para revenda.

1: O valor das compras, que será considerado para fins de entrada no estoque, é dado da seguinte forma:

Compras brutas

(+) Fretes (transporte sobre compras)

(+) Seguros

(-) Deduções
Devolução de compras;
Abatimentos sobre compras; e
Descontos incondicionais obtidos.

Sendo assim, o valor pago a título de seguros e transportes sobre compras de mercadorias será incorporado ao valor do estoque de mercadorias disponíveis para revenda.

2: Quando uma empresa recebe mercadorias a título de bônus ocorre um aumento na quantidade de itens disponíveis para venda. No entanto, como a empresa não incorreu em recursos para adquirir esses itens, não há que se falar em aumento no saldo financeiro da conta de estoques. O que ocorre nessa situação é exatamente o contrário do proposto pelo item. O saldo final de estoques não sofre qualquer alteração. A quantidade de itens disponíveis para a venda aumenta, importando na redução do valor unitário de cada item disponível para venda.

3: Ao adquirir mercadorias para revenda, as empresas podem utilizar o valor pago em tributos não cumulativos nas compras como crédito tributário nas vendas. Suponhamos o caso de uma empresa comercial que adquiriu mercadorias para revenda no valor de R$100, com ICMS de 18% (R$18 de imposto e R$82 de estoque). Ao vender essa mercadoria incidirá o ICMS sobre a receita de vendas, suponhamos que também de 18%. Se a empresa vender as mercadorias por R$150 incidirá sobre esse valor R$27 de ICMS (18% de R$150). Como nas mercadorias adquiridas já houve o pagamento de R$18 de ICMS a empresa terá que pagar apenas a diferença: R$9 (R$27 – R$18).

Como podem ser compensados com os valores de imposto a pagar, esses tributos recuperáveis precisam ser registrados separadamente da conta de estoque de mercadorias.

Gabarito 1C, 2E, 3E

(Analista de Comércio Exterior/MDIC – 2008 – CESPE) Uma empresa comercial, nas operações com mercadorias, apurou os valores, em reais, apresentados na tabela a seguir, relativos às suas compras e vendas (não considerados os valores de tributos).

compras (sem o transporte e o seguro)	5.000.000,00
transporte sobre compras	300.000,00
seguro sobre compras	200.000,00
vendas (correspondentes à metade das compras)	3.000.000,00
transporte sobre vendas (por conta da vendedora)	100.000,00
seguro sobre vendas (por conta da vendedora)	50.000,00

Nessa situação, sabendo-se que a empresa rateia o transporte e o seguro entre as suas aquisições e os estoques finais, é correto afirmar que o custo das mercadorias vendidas foi de R$ 2.750.000,00.

O valor das compras que irão compor o estoque é dado da seguinte forma:

Compras brutas

(+) Fretes

(+)Seguros

(-) Deduções
Devolução de compras;
Abatimentos sobre compras; e
Descontos incondicionais obtidos.

Sendo assim, o valor a ser considerado no estoque da empresa em questão é dado da seguinte forma:

Compras (sem o transporte e o seguro)	5.000.000,00
(+) Transporte sobre compras	300.000,00
(+) Seguro sobre compras	200.000,00
Total a ser registrado no estoque	**5.500.000,00**

A questão diz que a empresa obteve R$3.000.000,00 em receita de vendas correspondente à venda de metade das compras. Metade das compras é igual a R$2.750.000,00 (R$5.500.000,00÷2), o que representa o custo das mercadorias vendidas.

Gabarito "C"

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE) No encerramento do exercício de uma empresa comercial, apuraram-se, entre outros, os saldos a seguir.

- faturamento: R$ 700.000,00
- devoluções de vendas: R$ 35.000,00
- descontos comerciais sobre vendas: R$ 15.000,00
- IPI sobre vendas: R$ 50.000,00
- descontos financeiros sobre vendas: R$ 25.000,00
- ICMS sobre vendas: R$ 108.000,00
- comissões sobre vendas: R$ 30.750,00
- PIS (cumulativo) sobre vendas: R$ 9.900,00

Com base nesses dados, é correto afirmar que a receita líquida de vendas, nos termos das legislações comercial e tributária, é de

(A) R$ 522.750,00.
(B) R$ 532.100,00.
(C) R$ 426.350,00.
(D) R$ 482.100,00.

A receita líquida é apresentada a partir da seguinte fórmula:
Faturamento bruto
(-) IPI
(=) Receita bruta
(-) Devoluções de vendas
(-) Vendas Canceladas
(-) Abatimentos sobre vendas
(-) Descontos incondicionais (comerciais) concedidos
(-) Impostos e contribuições sobre vendas
(=) Receita líquida

Os valores de descontos financeiros sobre vendas e comissões sobre vendas não entram no cálculo da receita líquida pois são despesas. Sendo assim, segue a resolução da questão:

Faturamento bruto	700.000,00
(-) IPI	(50.000,00)
(=) Receita bruta	650.000,00
(-) Devoluções de vendas	(35.000,00)
(-) Vendas Canceladas	-
(-) Abatimentos sobre vendas	-
(-) Descontos incondicionais (comerciais) concedidos	(15.000,00)
(-) Impostos e contribuições sobre vendas	(117.900,00)
(=) Receita líquida	482.100,00

Gabarito "D"

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta com relação ao ICMS, um imposto incidente sobre o valor agregado em cada etapa do processo de produção e circulação, até o consumo final.

(A) O ICMS integra o preço de venda cobrado do comprador.

(B) O imposto a ser pago pelas empresas comerciais corresponde à diferença entre o que é pago na aquisição das mercadorias a serem revendidas e o que é cobrado na venda ao consumidor.

(C) O ICMS pago na aquisição das matérias-primas deve ser destacado e integra o custo dos produtos vendidos.

(D) O saldo devedor da conta corrente do ICMS indica o saldo do imposto a recolher.

A letra "b" está incorreta pois o imposto a ser pago pelas empresas comerciais corresponde à diferença entre o imposto a recuperar calculado sobre o valor das mercadorias adquiridas e o imposto calculado sobre o preço de venda ao consumidor. Cabe ressaltar que as alíquotas praticadas na compra e na venda podem ser diferentes.

A incorreção da letra "c" está no fato de que o ICMS pago na aquisição das mercadorias não integra o custo dos produtos vendidos, mas sim o imposto cálculo sobre o valor da venda. O ICMS da aquisição das mercadorias é registrado como um ativo da empresa, ICMS a recuperar, e quando confrontado com o valor do ICMS sobre a venda resulta no imposto a ser pago (caso onde o ICMS sobre vendas é maior que o ICMS a recuperar).

Na letra "d" a incorreção reside no fato de que o saldo devedor da conta corrente do ICMS representa um ativo das empresas, pois corresponde ao imposto a recuperar.

A letra "a" está correta pois o valor do ICMS já está embutido no preço do produto. Conforme explanada por Robinson Sakiyama Barreirinhas em seu Manual de Direito Tributário o ICMS é um "imposto por dentro". Ao contrário do que ocorre com o IPI, o valor do ICMS não é somado ao preço da operação.

Gabarito "A"

4. CONTABILIDADE DE CUSTOS

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) Com relação aos conceitos e aplicações de custos, julgue os próximos itens.

(1) Na comparação entre os sistemas de custeio direto e por absorção, a regra geral é que, sendo a quantidade produzida superior à vendida, as despesas, no período, tenderão a ser maiores com o custeio direto, e o lucro operacional, maior com o custeio por absorção.

(2) Em um departamento que produza um bem para o mercado interno e o mesmo bem, com características diferentes, para exportação, a remuneração do gerente constituirá custo direto em relação a cada tipo desse bem, e indireto em relação ao departamento.

1: No custeio por absorção todos os custos são alocados aos produtos. Já no custeio direto, apenas os custos diretos (identificados a cada produto sem necessidade de critério de rateio) são alocados ao produtos, os demais custos (indiretos) são lançados diretamente no resultado do exercício. Sendo assim, é possível concluir que no caso de uma empresa que produziu mais do que vendeu terá pelo custeio direto um valor menor de estoques do que se houvesse adotado o custeio por absorção, visto que nessa metodologia um volume menor de custos foi alocado aos produtos, pois os custos indiretos foram lançados diretamente ao resultado como despesa. Ainda pela mesma lógica, é possível concluir que se um volume maior de despesa é lançado no resultado do exercício quando a empresa utiliza o método do custeio direto, o lucro operacional obtido ao utilizar o custeio por absorção será maior que o obtido por esse método. Caso a quantidade vendida tivesse sido maior que a quantidade produzida no período, o resultado apresentado seria diverso.

Apresentamos a seguir um exemplo numérico da situação apresentada na questão:

Custo direto unitário	R$ 10,00	quantidade produzida	100
Custo indireto total	R$ 1.500,00	quantidade vendida	30
Custo total	R$ 25,00	Preço de venda	R$ 70,00

Demonstração do resultado do exercício

	Custeio direto	Custeio por absorção
Receita de vendas	2.100,00	2.100,00
(-) CMV	(300,00)	(750,00)
(-) Despesas	(1.500,00)	
(=) Lucro operacional	300,00	1.350,00

Na demonstração do resultado do exercício, é possível observar a diferença entre o valor do CMV em cada metodologia. Essa diferença se origina no fato de que o custo da mercadoria vendida no custeio direto é composto apenas pelos custos diretos multiplicados pela quantidade vendida, enquanto no custeio por absorção é utilizado o custo direto multiplicado pela quantidade vendida somado ao custo indireto, que foi absorvido pelo estoque através de critérios de rateio.

A despesa apresentada no custeio direto é referente ao custo indireto, que nessa metodologia é lançado diretamente no resultado do exercício. No custeio por absorção não foi considerado qualquer valor de despesa, pois todos os custos foram alocados aos produtos.

2: A remuneração do gerente só seria considerada custo direto caso fosse possível dividir de forma objetiva seu custo entre os diferentes produtos produzidos no departamento.

Gabarito 1C, 2E

(Fiscal de Tributos/Vila Velha-ES – 2008 – CESPE) Com relação à doutrina e à legislação contábil em geral, julgue o item a seguir.

(1) A depreciação incidente sobre os bens utilizados no processo de industrialização deve ser imputada à produção e computada no custo dos produtos vendidos, na demonstração do resultado do exercício.

1: A depreciação deve ser segregada em dois grupos: um será registrado como despesa, pois refere-se à depreciação de itens não ligados à produção de estoques, o outro será registrado como custo, pois refere-se à depreciação de itens ligados à produção de estoques.

Gabarito 1C

(Fiscal de Tributos Estaduais/AL – 2002 – CESPE)

Empresa Z	
capacidade de produção (em unidades)	400.000
nível de produção atual (em unidades)	350.000
custo e despesas unitários variáveis (em R$)	2,80
custo e despesa fixos total (em R$)	320.000,00
preço de venda (em R$)	4,20

A respeito de contabilidade avançada e dos dados da empresa Z, apresentados no quadro acima, julgue os itens que se seguem.

(1) A margem de contribuição unitária para a empresa Z menor que R$ 1,30.

(2) Para a empresa Z, o ponto de equilíbrio é alcançado com menos de 230.000 unidades.

(3) Caso a empresa Z apresente um crescimento de 20% nas suas vendas e de 10% nas suas despesas, deverá, certamente, apresentar lucro no período.

(4) A empresa Z poderia vender as 50.000 unidades corres-

pondentes à sua capacidade ociosa por R$ 3,00 e, ainda assim, aumentaria o seu resultado positivo.

(5) Caso a empresa Z apresente um giro do ativo (vendas brutas sobre o ativo operacional) de 120% e uma margem líquida (lucro líquido antes das despesas financeiras sobre as vendas brutas) de 20% terá um retorno do ativo operacional de 24%.

1: ANULADA;
2: O ponto de equilíbrio significa resultado do exercício (lucro/prejuízo) igual a zero. Considerando que com a venda de cada produto ingressa na empresa um valor líquido igual a R$1,40 (R$4,20 – R$2,80), para que seja possível pagar os custos e despesas fixas (R$320.000), é necessário vender 228.572 unidades;
3: Com o nível de produção atual de 350.000 unidades, a empresa apresenta um lucro de R$268.000. Nessa situação, sempre que o aumento das vendas for superior ao aumento das despesas, a empresa continuará a ter lucro, visto que as receitas, diretamente ligadas ao volume de vendas, crescerão em percentual superior às despesas;
4: Considerando que o valor de R$ 320.000 de custos e despesas fixos total não se alterará com esse aumento de produção, qualquer que seja o valor que a empresa queira vender seu produto acima do valor do custo unitário variável implicará o aumento do resultado positivo;
5: Se o giro do ativo é de 120%, é possível concluir a partir das vendas brutas (R$1.470.000,00) que o valor do ativo operacional é de R$ 1.225.009,62 (R$1.470.000,00 ÷ 120%). Se a margem líquida é de 20%, é possível concluir a partir das vendas brutas (R$1.470.000,00) que o valor do lucro líquido antes das despesas financeiras é de R$ 294.000,00 (R$1.470.000,00 x 20%).
Gabarito 1 ANULADA, 2C, 3C, 4C, 5C

(Fiscal de Tributos Estaduais/AL – 2002 – CESPE) A respeito da contabilidade de custos, julgue os itens subsequentes.

(1) Aluguel e depreciação pelo método linear são dois exemplos de custos indiretos, incluídos nos gastos gerais de fabricação, para apropriação aos produtos por meio e critério de rateio.
(2) O custo departamental é relevante para a qualidade do rateio de gastos indiretos de fabricação de produtos diversos, quando se tratar de uma indústria com mais de um processo de fabricação.
(3) Em um período de inflação elevada, o custo das mercadorias vendidas apurado segundo o critério de avaliação de estoques PEPS deve apresentar valor maior que aquele que seria apurado, caso se adotasse o critério UEPS.
(4) Um produto que receba mais custo de mão de obra direta que outro em um mesmo processo deverá, obrigatoriamente, receber proporção maior de gastos indiretos de fabricação.
(5) O sistema de custeio por absorção é utilizado, principalmente, para atender necessidades gerenciais; o custeio direto ou variável, para preparar o custo de estoques e de produtos vendidos das demonstrações contábeis oficiais objeto de divulgação.

1: Não existe a possibilidade de se dividir aluguel e depreciação de forma direta aos produtos e esses dois itens permanecerem fixos independente da quantidade produzida, necessitando, portanto, de um critério de rateio. É por esse motivo que esses itens são exemplos clássicos de custos indiretos;
2: O custo de operação de cada departamento que atende os departamentos de produção será rateado pelos produtos de forma proporcional ao esforço despendido na produção de cada produto;
3: A inflação elevada implica um aumento gradual dos preços, inclusive das mercadorias adquiridas pela empresa. Se o valor do estoque adquirido é cada vez maior, as últimas unidades adquiridas possuem valor maior que as primeiras. Sendo assim, caso a empresa use o método PEPS para avaliar seu estoque, as unidades levadas ao resultado como custo da mercadoria vendida serão as primeiras adquiridas, sendo essas as de menor valor. Caso a empresa adotasse o método UEPS, as unidades vendidas seriam as últimas adquiridas, sendo essas as de maior valor;
4: O critério de rateio dos custos indiretos é definido pela empresa e levará em conta as peculiaridades de cada cadeia produtiva. A afirmativa só estaria correta caso a empresa em questão adotasse como critério de rateio dos custos indiretos a proporção de mão de obra direta recebida por cada produto;
5: A ciência contábil exige que todo gasto considerado custo deve ser alocado ao produto, sendo essa a definição de custeio por absorção. Essa sistemática, apesar de exigida para as demonstrações contábeis oficiais objeto de divulgação, não atende as necessidades de informações gerenciais, pois aloca por critérios subjetivos o custo fixo (indireto). Por esse motivo, o sistema de custeio que melhor atende as empresas em suas necessidades gerenciais é o custeio direto.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E, 5E

(Analista Judiciário - Contabilidade/STM – 2010 – CESPE) Considere que determinada companhia metalúrgica fabricante de artefatos para cozinha tenha adquirido cinco toneladas de chapas de aço pelo valor de R$ 250.000,00, a serem pagos em trinta dias. Com base nessa situação, julgue os itens subsequentes.

(1) Tal transação afeta positivamente a situação patrimonial líquida da entidade.
(2) O momento adequado para contabilização da transação mencionada independe da data de entrada da mercadoria na metalúrgica.
(3) Nessa situação, configura-se um fato contábil modificativo aumentativo.
(4) Caso a transação esteja isenta de impostos, o evento será adequadamente representado na contabilidade por um lançamento de primeira fórmula.

1: A transação não afeta o patrimônio líquido, visto que aumenta o estoque (pela aquisição do bem) e aumenta o passivo exigível (pelo registro da dívida). Trata-se portanto de um fato contábil permutativo.
2: O momento adequado da contabilização é quando ocorre a contratação da compra, independentemente de momento que ocorrerá o pagamento ou o recebimento dos bens.
3: A situação configura um fato contábil permutativo, visto que movimenta contas contábeis sem afetar o valor do patrimônio líquido.
4: Lançamentos de primeira fórmula são aqueles formados por um débito e um crédito. O lançamento da questão será débito na conta estoques e crédito na conta fornecedores.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Contador/DFTRANS – 2008 – CESPE)

componente	valor (em R$)
custos variáveis unitários	2,10
despesas variáveis unitárias	1,70
custos fixos mensais	13.250,00
despesas fixas ao mês (incluindo R$ 8.000 de depreciação)	21.440,00
depreciação mensal fixa das máquinas da fábrica	6.200,00
preço de venda unitário	12,00

Considere que as informações da tabela acima digam respeito a uma empresa cuja capacidade de produção mensal é de 10.000 unidades. Considere também que o imposto sobre a receita é de 10% e que o imposto sobre o lucro é de 20%.

Com respeito à situação apresentada, julgue os itens de 94 a 98, acerca da utilização do custeio variável para o gerenciamento de empresas.

(1) O ponto de equilíbrio contábil mensal é superior a 5.950 unidades.
(2) O ponto de equilíbrio financeiro mensal é superior a 6.020 unidades.
(3) Com a produção e venda de 8.200 unidades, o lucro após impostos é de R$ 13.208,00.
(4) Caso a empresa resolva aumentar em 10% suas atividades, além da produção máxima, mantendo a mesma estrutura de custos, o grau de alavancagem operacional será de 4,20.

1: Equilíbrio contábil significa resultado do exercício (lucro/prejuízo) igual a zero. Se o lucro será igual a zero então a informação do imposto sobre o lucro não é relevante para esse item.
Para resolver esse item podemos seguir o seguinte roteiro:
1º passo: Achar a margem de contribuição para cada unidade do produto:

Preço de venda unitário	12,00	
(-) Imposto sobre a receita	(1,20)	(10% sobre o preço de venda unitário)
(-) Custos variáveis unitários	(2,10)	
(-) Despesas variáveis unitárias	(1,70)	
(=) Margem de contribuição unitária	7,00	

De posse dessa informação é possível saber com quanto cada unidade contribui para pagar os custos e despesas fixos.

2º passo: Definir o total de custos e despesas fixos:

Custos fixos mensais	13.250,00
Despesas fixas ao mês	21.440,00
Depreciação mensal fixa das máquinas da fábrica	6.200,00
Total de custos e despesas fixos	40.890,00

3º passo: Calcular quantas unidades precisam ser vendidas para pagar todos os custos e despesas fixos e gerar resultado igual a zero:

40.890,00 ÷ 7,00 = 5.841,4

A produção de 5.841 unidades seria suficiente para atingir o equilíbrio contábil, quantidade essa inferior às 5.950 unidades propostas no enunciado do item.
2: Equilíbrio financeiro significa variação no fluxo de caixa igual a zero, ou seja, não deve ser levado em consideração operações que não representam entradas ou saídas de caixa. A depreciação não deve ser considerada no cálculo, uma vez que trata-se de mero ajuste contábil e não representa desembolso para a empresa. Devem ser excluídas do cálculo da questão tanto a depreciação mensal fixa das máquinas da fábrica (R$6.200,00) quanto a depreciação incluída na despesa fixa (R$8.000,00).
Nesse item a informação sobre o imposto sobre o lucro também é irrelevante uma vez que o resultado contábil, pressuposto para utilizar a informação, foi negativo, como veremos mais adiante.
Sendo assim, o ponto de equilíbrio financeiro seria o resultado necessário para cobrir os custos e despesas fixas, excluídos da depreciação, e demonstrado a seguir:

Total de custos e despesas fixos	40.890,00
(-) Depreciação incluída nas despesas fixas	(8.000,00)
(-) Depreciação mensal fixa das máquinas da fábrica	(6.200,00)
Total de custos e despesas fixos	26.690,00

Utilizando os dados do item 94 sabemos que cada produto vendido contribui com R$7,00 para pagar esses custos e despesas fixos. Para obter quantos produtos seriam necessários vender é necessário dividir o total de custos e depesas fixos por essa margem de contribuição, conforme demonstrado a seguir:

26.690,00 ÷ 7,00 = 3.812,8

A produção de 3.812 unidades seria suficiente para atingir o equilíbrio contábil, quantidade essa inferior às 6.020 unidades propostas no enunciado do item.
3: Para responder essa questão o candidato poderia efetuar todo o cálculo da DRE utilizando a quantidade de 8.200 para multiplicar as informações unitárias. No entanto, considerando a importância de racionalizar o tempo de prova, é possível utilizarmos os cálculos dos itens anteriores para reduzir os cálculos desse item. É possível pegarmos da questão 94 o dado sobre a margem de contribuição unitária (R$7,00), pois nessa informação estão incluídas todos os itens variáveis da questão, e também o total dos custos e despesas fixos mensais (R$40.890,00). Com esses dados montaríamos uma demonstração de resultado com a seguinte estrutura:

Margem de contribuição (8.200 unidades x R$7,00)	57.400,00
(-) Total de custos e despesas fixas	- 40.890,00
(=) Lucro antes do imposto	16.510,00
(-) Imposto sobre o lucro (20% de R$ 16.510)	- 3.302,00
(=) Lucro Líquido	13.208,00

É possível observar que é necessário apurar uma prévia do resultado e calcular sobre ela o imposto sobre o lucro. Essa prévia foi chamada de "Lucro antes do imposto" e sobre ela incidiu o percentual de 20% definido na questão.
4: O Grau de Alavancagem Operacional (GAO) revela como a alteração no volume da atividade da empresa (variação na produção ou da receita de vendas) influi no lucro operacional. O GAO é determinado pela estrutura de custos da empresa. Apresenta maior capacidade de alavancar os lucros aquela empresa que apresentar maiores custos/despesas fixas em relação aos custos/depesas totais. O GAO é dado pela seguinte fórmula:

$$GAO = \frac{\text{Variação \% no lucro operacional}}{\text{Variação \% no volume da atividade}}$$

Façamos a análise desse item com base nos dados sobre a capacidade de produção mensal da empresa, de 10.000 unidades. Vejamos o que acontece com o lucro líquido, que nesse exemplo é equivalente ao lucro operacional (pois não existem itens não operacionais), ao aumentarmos a produção em 10%. Lembre-se que os custos e despesas fixas serão os mesmo. A seguir estão apresentados os cálculos comparativos entre a capacidade de produção mensal (10.000 unidades) e com o aumento de 10% (11.000 unidades).

Quantidade produzida	10.000	11.000
Margem de contribuição (quantidade x R$7,00)	70.000,00	77.000,00
(-) Imposto sobre a receita	(40.890,00)	(40.890,00)
(=) Lucro antes do imposto	29.110,00	36.110,00
(-) Imposto sobre o lucro (20%)	(5.822,00)	(7.222,00)
(=) Lucro Líquido	23.288,00	28.888,00

A variação apresentada no lucro líquido foi de 24,05%. Com essa informação temos todos os dados necessário para calcular o GAO da empresa.

$$GAO = \frac{\text{Variação \% no lucro operacional}}{\text{Variação \% no volume da atividade}} = \frac{24,05\%}{10\%} = 2,405$$

O GAO da empresa é de 3,476. Inferior ao valor de 4,20 informado no enunciado da questão.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Contador/DFTRANS – 2008 – CESPE) Ao se utilizar o custeio variável, é possível simular qual o orçamento de lucros da empresa ao longo do período de um ano. Além da simulação de resultados, é possível, ainda, verificar a incidência de rendimentos decrescentes em função do implemento de insumos. O sistema de custeio variável considera tanto os custos quanto as despesas variáveis para a apuração da margem de contribuição unitária.

O custeio variável é uma sistemática utilizada para tomada de decisão e que não pode ser utilizada pela contabilidade societária por tratar os custos fixos como se fossem despesas, ou seja, lançados diretamente no resultado do exercício. Essa metodologia de custeamento é bastante utilizada por acabar com o problemas trazidos pela apropriação dos custos fixos aos produtos, o que ocorre muitas vezes de forma arbi-

trária por não ser possível encontrar um critério mais adequado. Por se tratar de uma ferramenta gerencial pode ser adaptada para atender as necessidades do usuário da informação, permitindo, por exemplo, tratar custos e despesas variáveis como uma única espécie de gastos.
Gabarito "C"

(Analista de Controle Externo/TCU – 2008 – CESPE) Considerando-se que os custos de oportunidade não são evidenciados pelos sistemas contábeis convencionais, é correto afirmar que o tempo de espera de um usuário dos serviços públicos em uma fila de atendimento de uma repartição é um exemplo desse tipo de custo para o contribuinte que deixa de auferir uma renda que o exercício de sua atividade profissional lhe proporcionaria durante o tempo perdido na fila.

O conceito de custo de oportunidade foi originalmente empregado por Frederich Von Wieser para mensuração do valor econômico dos fatores de produção. Para ele, o custo de oportunidade de um fator de produção representa a renda líquida gerada por esse fator em seu melhor uso alternativo. Nesse sentido, ao ficar na fila, o contribuinte não está fazendo o melhor uso do seu tempo pois poderia estar trabalhando e consequentemente gerando renda, corretamente abordado na questão.
Gabarito "C"

(Analista Administrativo - Contabilidade/ANTAQ – 2009 – CESPE) Para efeito de determinação dos custos dos produtos e dos serviços, o método indireto real faz a ligação completa — integrada e coordenada — da contabilidade de custos com a contabilidade geral. Esse método adota o inventário periódico, em que se calculam as saídas dos estoques por meio da contagem e avaliação dos saldos inicial e final desses estoques.

O inventário periódico, apesar de menos recomendado para empresas comerciais por não permitir o conhecimento permanente do saldo do estoque e do custo da mercadoria vendida, é a melhor sistemática a se adotar em empresas industriais. Isso porque nas industrias é necessário que periodicamente se faça um corte na produção para verificar a quantidade produzida e em produção e confrontar com os insumos consumidos, permitindo assim identificar o custo unitário dos produtos. O método indireto real consiste em apurar a diferença entre as contas contábeis em um determinado período e assim definir quanto de insumos foram consumidos, confrontando com a quantidade produzida e obtendo assim o custo das unidades produzidas.
Gabarito "C"

(Analista Administrativo - Contabilidade/ANTAQ – 2009 – CESPE) A minimização dos custos de administração dos estoques depende de uma combinação entre seus custos de reposição e de manutenção. A fórmula adotada resulta no pedido econômico de estoques, que se traduz na quantidade máxima de unidades a ser solicitada para que a reposição se dê o menor número possível de vezes.

Na administração dos estoques, o administrador deve fazer uma ponderação entre o custo de estocagem e o custo de reposição. O ideal é estocar a menor quantidade possível para evitar os custos de estocagem e fazer pedidos de compra grandes o suficiente para diluir os custos de aquisição (frete, seguro, etc). Sendo assim, o pedido econômico de estoques consiste em adquirir a quantidade mínima de unidades, visando reduzir o custo de estocagem, a ser solicitada para que a reposição se dê o menor número possível de vezes.
Gabarito "E"

(Analista Administrativo - Contabilidade/ANTAQ – 2009 – CESPE) Sabendo-se que, em uma empresa industrial, os custos e despesas fixos são de R$ 540.000,00, e a margem de contribuição unitária, R$ 120,00, conclui-se que a empresa deverá produzir e vender, no mínimo, 4.500 unidades para que não haja prejuízo.

Cada produto vendido contribui com R$120,00 para pagar os custos e despesas fixos. Sendo assim, com a produção e venda de 4.500 unidades a empresa obterá uma margem de contribuição total de R$540.000,00. Esse valor é suficiente para pagar os custos e despesas fixos e impedir que a empresa tenha prejuízo.
O interessante é que se a questão falasse apenas em produzir e não "produzir e vender" a questão estaria errada, pois produção por si só não gera qualquer resultado para a empresa.
Gabarito "C"

(Analista Administrativo - Contabilidade/ANTAQ – 2009 – CESPE) Considere a hipótese de o ponto de equilíbrio contábil ter sido calculado com base em custos e despesas fixos que incluem depreciação e amortização, que não representarão desembolso. Nesse caso, é correto afirmar que o ponto de equilíbrio financeiro será obtido a um nível de produção superior ao calculado para a obtenção do equilíbrio contábil.

O ponto de equilíbrio contábil consiste no resultado do exercício igual a zero. A partir do ponto de equilíbrio contábil, basta excluir as contas que não envolvem desembolso para encontrar o ponto de equilíbrio financeiro.
Na questão, foi dito que existem despesas (depreciação e amortização) incluídas no ponto de equilíbrio contábil que não representam desembolso. Sendo assim, para encontrarmos o ponto de equilíbrio financeiro basta retirar essas despesas do cálculo. A retirada das despesas tornará necessário um valor menor de receitas (nível de produção inferior) para obter o ponto de equilíbrio financeiro.
Gabarito "E"

5. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Auditor Fiscal/ES – 2009 – CESPE) Com base nos conceitos e aplicações da análise das demonstrações contábeis, julgue os itens seguintes.

(1) Suponha que, em uma análise horizontal, se tenha comparado a evolução das despesas operacionais de uma empresa com a das vendas líquidas e que os valores correspondentes ao período-base tenham sido, respectivamente, de R$ 3.000.000,00 e R$ 1.200.000,00. Se, no período seguinte, o índice das despesas aumentou o dobro da proporção das vendas, tendo alcançado R$ 1.800.000,00, então o índice das vendas, nesse período, foi correspondente a 75.

(2) Considerando-se que, em uma empresa, a relação entre capitais de terceiros e capitais próprios seja igual a 0,5, é correto afirmar que essa empresa é fortemente capitalizada e que sua situação financeira é cômoda.

1: Se as despesas passaram de R$1.200.000 para R$1.800.000, significa que houve um aumento de 50%, ou seja, o índice na análise horizontal foi de 50. Se esse índice foi o dobro do índice das vendas, significa que as vendas aumentaram apenas 25%, ou seja, seu índice corresponde a 25;
2: A relação entre os capitais de terceiros e capitais próprios diz muito pouco sobre a situação financeira da empresa. Mesmo que a empresa tenha poucas dívidas em relação ao total do patrimônio líquido, como apresentado na questão, é possível que a situação financeira não seja boa, pois existe a possibilidade das dívidas serem de curto prazo enquanto os ativos sejam de longo prazo.
Gabarito 1E, 2E

(Auditor Fiscal/Vitória-ES – 2007 – CESPE) Com base nos conceitos e critérios adotados em relação às demonstrações das origens e das aplicações de recursos e do fluxo de caixa, julgue o item que se segue.

(1) Considere que uma dívida de ISS, vencida e registrada, foi renegociada com um município, mediante parcelamento de 5 anos. Nessa situação, é correto inferir que, à data do balanço, as parcelas vincendas após o encerramento do exercício subsequente, transferidas para o passivo exigível a longo prazo, propiciaram um aumento do capital circulante líquido da empresa devedora.

1: O capital circulante é apurado pela diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante. Sendo assim, ao transferir um valor registrado no passivo circulante para o passivo exigível, a empresa está melhorando (aumentando) o capital circulante líquido, pois estará reduzindo o passivo circulante.
Gabarito 1C

(Auditor Fiscal/Limeira-SP – 2006 – CESPE) Com fundamento na doutrina e na legislação contábil, julgue o item a seguir.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. Uma empresa

com estoque médio de R$ 1.000.000,00 apurou custo das vendas de R$ 5.000.000,00. As vendas foram de R$ 10.000.000,00. Para aumentar as vendas em 20%, a empresa teve de reduzir sua margem de lucro para 40%. Nessa situação, se mantido o mesmo quociente de rotação do estoque médio, conclui-se que o estoque médio será de R$ 1.440.000,00.

Como a empresa aumentou suas vendas em 20%, sua receita de vendas passou de R$10.000.000 para R$12.000.000. Como a margem de lucro reduziu para 40%, o lucro bruto passou a representar 40% da receita líquida, ou seja, R$4.800.000. Com base nessas informações, é possível concluir que o custo da mercadoria vendida foi de R$7.200.000 (R$12.000.000 – R$4.800.000). Como o estoque médio representava, e continuou representando, 20% do custo das vendas (R$1.000.000 de estoque médio para R$5.000.000 de custo das vendas), é possível concluir que o estoque médio é agora de R$1.440.000 (20% de R$7.200.000)

Gabarito 1C

(Agente de Tributos/MT – 2004 – CESPE) Julgue os itens a seguir, relativos à Contabilidade.

(1) Os quocientes de estrutura de capitais e de liquidez evidenciam a situação financeira, enquanto a situação econômica é evidenciada pelos quocientes de rentabilidade.

(2) A análise horizontal ou análise por índices, por meio da qual se evidencia a variação dos itens das demonstrações contábeis ao longo de um determinado período que tenha apresentado valores homogêneos, tem como principal objetivo acompanhar o desempenho de todas as contas que compõem a demonstração contábil analisada, verificando as tendências de retração ou de evolução em cada uma delas.

(3) O desenvolvimento de uma análise, tanto interna quanto externa, envolve os seguintes procedimentos: exame detalhado das demonstrações contábeis objeto da análise, coleta de dados, cálculos dos indicadores mediante aplicação de fórmulas já consagradas, interpretação dos quocientes, índices e coeficientes, análise vertical e horizontal, comparação com índices padrões e elaboração e apresentação de informações por meio de relatórios.

(4) A representação gráfica a seguir indica uma situação líquida favorável à empresa a que ela se refere.

ATIVO	PATRIMÔNIO
PASSIVO LÍQUIDO (SL)	

1: Os indicadores de estrutura de capitais e de liquidez permitem identificar se a situação financeira da empresa é favorável do ponto de vista do equilíbrio entre as entradas e saídas de recursos (situação financeira). Já os indicadores de rentabilidade informam se a empresa tem obtido os resultados esperados do ponto de vista de geração de receitas e maximização do investimento (situação econômica);
2: O principal objetivo da análise horizontal é permitir a análise da evolução histórica de cada conta que compõe as diversas demonstrações contábeis, ou seja, esta análise avalia o aumento ou a diminuição dos valores que expressam os elementos patrimoniais ou do resultado em um determinado período de tempo, podendo indicar a tendência de comportamento dessas contas;
3: A questão apresenta importantes etapas a serem seguidas para uma análise completa das demonstrações contábeis;
4: A situação apresentada na questão demonstra que o valor dos passivos é maior que o dos ativos, sendo essa uma situação desfavorável à empresa, pois a venda de todos os ativos não seria suficiente para liquidar os passivos.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

Demonstrações contábeis da empresa Y – duas questões a seguir

balanço patrimonial (em R$ mil)			
ativo	31/12/2001	passivo	31/12/2001
circulante	134.250	circulante	100.000
disponibilidades	1.250	fornecedores	45.000
contas a receber de vendas	85.000	pessoal e encargos a pagar	15.000
estoque de mercadorias	46.000	tributos a pagar	19.000
despesas do período seguinte	2.000	aluguéis e seguros a pagar	2.500
realizável a longo prazo	2.000	dividendos	15.000
empréstimos	2.000	empréstimos	3.500
permanente	102.000	patrimônio líquido	138.250
investimentos	15.000	capital social	100.000
imobilizado	85.000	reservas de capital	2.500
diferido	2.000	reservas de lucros	3.000
		lucros acumulados	32.750
total	238.250	total	238.250

Demonstração do resultado do exercício social de 2001 (em R$ mil)	
vendas brutas	850.000
(-) tributos sobre as vendas	(157.250)
(=) vendas líquidas	692.750
(-) custo das mercadorias vendidas	(381.705)
(=) lucro bruto	311.045
(-) despesas administrativas	(125.000)
(-) despesas comerciais	(112.000)
(-) outras despesas e receitas	(2.000)
(-) despesas financeiras	(1.000)
(=) lucro antes de IR e CSLL	71.045
(-) IR e CSLL	(24.155)
(=) lucro líquido	46.890

Demonstração das origens e aplicações (em R$ mil) de recursos do exercício de 2001	
origens	
recursos gerados pela operação	65.000
aumento do capital social	3.000
total	68.000
aplicações	
aquisição de controlada	15.000
aquisição de bens do imobilizado	38.500
dividendos	15.000
aplicações no diferido	2.000
total	70.500
variação do capital circulante líquido	(2.500)

(Fiscal de Tributos Estaduais/AL – 2002 – CESPE) Acerca de contabilidade avançada e das demonstrações contábeis da empresa Y, julgue os itens a seguir.

(1) O índice de rentabilidade do capital próprio da empresa Y é menor que 30%.
(2) Considerando, para a empresa Y, um ativo líquido de R$ 141.750 mil, o giro do ativo, calculado com a receita bruta, foi maior que 6.
(3) O lucro líquido, caso a empresa Y operasse sem capital de terceiros e despesas financeiras, seria de R$ 47.550 mil, considerando uma alíquota de IR e CSLL de 34%.
(4) A rentabilidade do capital próprio da empresa Y foi maior com dívida do que seria caso a dívida onerosa não existisse, porque o custo dela é inferior ao retorno do ativo, indicando uma alavancagem financeira positiva.
(5) O retorno do ativo líquido de R$ 141.750 mil, caso a empresa Y operasse sem dívida, seria de 33,5%.

1: A rentabilidade do capital próprio também é conhecida como retorno sobre o patrimônio líquido. Sua fórmula é dada pelo lucro líquido do exercício dividido pelo patrimônio líquido. Nesse caso, como valor do lucro líquido é R$46.890 e o patrimônio líquido R$138.250, temos uma rentabilidade do capital próprio de 33,9%;
2: O giro do ativo é calculado normalmente dividindo as vendas líquidas pelo valor do ativo. No entanto, a questão propõe algumas adaptações à fórmula original, sendo proposto dividir a receita bruta (R$850.000) pelo ativo líquido de R$141.750. O resultado dessa divisão é igual a 5,99;
3: Caso a empresa não tivesse despesas financeiras, o lucro antes do IR e CSLL seria de R$ 72.045. Ao aplicarmos sobre esse valor a alíquota de 34% proposta na questão encontraríamos o valor de R$24.495, referente ao IR e CSSL. O lucro líquido seria de R$47.550 (R$72.045 – R$24.495);
4: O grau de alavancagem financeira é dado pela divisão da rentabilidade do capital próprio com a utilização de capitais de terceiros (lucro líquido divido pelo patrimônio líquido) pela rentabilidade do capital próprio sem a utilização de capitais de Terceiros (lucro líquido mais despesas financeiras

dividido pelo ativo total). Se esse indicador se apresentar superior a 1,00, a alavancagem financeira é favorável (positiva). Com base nos dados apresentados pela questão, apresentamos a seguir o grau de alavancagem financeira da empresa Y:

$$\text{Grau de alavancagem financeira} = \frac{\text{Lucro líquido/PL}}{\text{(Lucro líquido + despesas financeiras)/ativo total}}$$

$$\text{Grau de alavancagem financeira} = \frac{46.890/138.250}{(46.890 + 1000) / 238.250} = \frac{0,34}{0,20} = 1,69$$

5: Se a empresa operasse sem dívida, seu lucro líquido seria de R$47.550, conforme cálculo já apresentado anteriormente no item 3 desta questão. Sendo assim, ao dividirmos esse valor pelo ativo líquido de R$141.750, obteríamos 33,5%.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5C

(Fiscal de Tributos Estaduais/AL – 2002 – CESPE) Ainda acerca das demonstrações contábeis da empresa Y, julgue os itens abaixo.

(1) De acordo com a demonstração das origens e aplicações de recursos, a empresa fez todas as suas aplicações utilizando somente recursos próprios.
(2) A demonstração das origens e aplicações de recursos evidencia uma variação negativa do capital circulante líquido, correspondendo a uma situação de capital circulante líquido negativo no balanço de final de período.
(3) A margem de lucro líquido sobre as vendas líquidas é superior a 6%.
(4) A margem de lucro bruto sobre as vendas líquidas é maior que 46%.
(5) A rentabilidade apresentada pela empresa é muito baixa, considerando o custo do dinheiro no mercado e a rentabilidade média das empresas no mercado.

1: Como pode ser observado na demonstração de origens e aplicações de recursos, a empresa utilizou como origem apenas recursos gerados pela operação (vendas) e aumento de capital, não tendo utilizado qualquer tipo de recurso de terceiros, como empréstimos e financiamentos;
2: A variação negativa no capital circulante líquido indica que o valor desse indicador é em 2001 menor em R$2.500 do que era em 2000. Como pode ser observado no balança patrimonial, o capital circulante líquido (ativo circulante – passivo circulante) é positivo em R$34.250;
3: A margem de lucro líquido é dada pelo lucro líquido dividido pelas receita líquida. Nesse caso, como o lucro líquido é igual a R$46.890 e a receita líquida é igual a R$692.750, temos que a margem de lucro líquido é igual a 6,8%;
4: A margem de lucro bruto é dada pelo lucro bruto dividido pelas receita líquida. Nesse caso, como o lucro bruto é igual a R$311.045 e a receita líquida é igual a R$692.750, temos que a margem de lucro bruto é igual a 44,9%;
5: A afirmativa está errada, pois não existem dados suficientes para poder fazer esse tipo de afirmativa.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) Uma dívida vencida, convertida em obrigação a longo prazo, aumenta o capital de giro próprio pela entrada de novos recursos.

O capital de giro próprio é representado pela seguinte fórmula:

$$\text{Capital de giro próprio} = \text{Patrimônio Líquido} - (\text{Ativo permanente} + \text{Realizável a longo prazo})$$

O objetivo desse indicador é demonstrar quanto do capital de giro da empresa é composto por recursos próprios.
A situação proposta na questão não afeta nenhum dos itens envolvidos no cálculo do capital de giro próprio, e por esse motivo não o afeta. O impacto da conversão da dívida vencida, e portanto no curto prazo, em obrigação de longo prazo afeta apenas o capital circulante líquido.

Gabarito "E"

(Contador/DFTRANS – 2008 – CESPE) Ao apurar o imposto de renda de pessoa jurídica, a empresa pode optar pelo seu pagamento ou por sua apropriação. No caso do pagamento imediato, a redução do índice de liquidez corrente será imediata. Caso a empresa opte pela apropriação, o índice de liquidez corrente será acrescido no momento do registro.

O índice de liquidez corrente é representado pela seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O objetivo desse indicador é demonstrar a capacidade da empresa em pagar suas dívidas de curto prazo. Quanto maior o valor do índice melhor para a empresa.
O pagamento imediato do imposto de renda, ou qualquer outro desembolso de caixa, reduz o ativo circulante da empresa, e consequentemente seu índice de liquidez corrente. Já a apropriação do imposto para pagamento futuro aumenta o passivo circulante, reduzindo a liquidez corrente. Ou seja, em ambos os casos ocorre variação no índice de liquidez corrente.

Gabarito "E"

(Contador/DFTRANS – 2008 – CESPE) Ao utilizar o índice de solvência, não se considera o volume de recursos disponível no patrimônio líquido da empresa. Desse modo, a análise restringe-se a recursos econômicos e obrigações de curto e longo prazo.

O índice de solvência é representado pela seguinte fórmula:

$$\text{Índice de solvência} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

O objetivo desse indicador é representar a capacidade de a empresa pagar suas dívidas de curto e longo prazo com os recursos totais do ativo. Quanto maior o valor do índice melhor para a empresa.
É possível observar que o índice de solvência não utiliza em sua fórmula o patrimônio líquido da empresa.

Gabarito "C"

(Contador/DFTRANS – 2008 – CESPE) A utilização do índice de liquidez geral proporciona a visualização da quitação de todas as obrigações da empresa de curto e longo prazo em função de seus recursos econômicos também de curto e longo prazo. Assim, é possível determinar se a empresa possui recursos suficientes para quitar todas as suas obrigações, desconsiderando-se a possibilidade de comercializar seu ativo fixo.

O índice de liquidez geral é representado pela seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

O objetivo desse indicador é demonstrar a capacidade da empresa em pagar suas dívidas de curto e longo prazo. Quanto maior o valor do índice melhor para a empresa.

Nesse indicador desconsidera-se o ativo permanente, uma vez que trata-se do grupo de ativos fixos cujo objetivo não é ser realizado para quitar dívidas.

Gabarito "C"

(Analista de Controle Externo/TCE-AC – 2008 – CESPE) Balance de verificação para as questões 1 a 6

nº	Conta	saldo (em R$)
1	outras despesas	1.200
2	fornecedores	1.470
3	energia a pagar	2.210
4	contas a pagar	3.200
5	investimento em ações	3.200
6	despesas antecipadas	3.340
7	disponível	8.000
8	despesas de depreciação	8.100
9	material de consumo	8.410
10	móveis e utensílios	8.450
11	participações em controladas	8.900
12	impostos a recolher	9.214
13	despesas financeiras	9.850
14	deduções da receita	10.000
15	provisão para contingências	10.020
16	despesas administrativas	12.500
17	estoque de mercadorias para revenda	12.500
18	contas a receber	12.580
19	salários a pagar	12.850
20	despesas tributárias	13.500
21	prédios	13.850
22	veículos	14.800
23	títulos a receber de longo prazo	15.980
24	máquinas e equipamentos	19.050
25	terrenos	21.500
26	custo da mercadoria vendida	25.000
27	casas	25.800
28	resultados acumulados após a DRE	29.004
29	receita de vendas	80.000
30	financiamentos a pagar de longo prazo	80.000
31	florestas	80.000
32	depreciação acumulada	100.500
33	fazendas	120.000
34	capital social	185.900

Para resolver todos os itens relacionados à tabela acima é necessário classificar todas as contas de acordo com os grupos do ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado. Essa classificação está apresentada a seguir:

Conta	saldo (em R$)	Classificação das Contas
outras despesas	1.200	Resultado devedora
fornecedores	1.470	Passivo Circulante
energia a pagar	2.210	Passivo Circulante
contas a pagar	3.200	Passivo Circulante
investimento em ações	3.200	Ativo Realizável a longo prazo
despesas antecipadas	3.340	Ativo Circulante
disponível	8.000	Ativo Circulante
despesas de depreciação	8.100	Resultado devedora
material de consumo	8.410	Ativo Circulante
móveis e utensílios	8.450	Ativo Permanente
participações em controladas	8.900	Ativo Permanente
impostos a recolher	9.214	Passivo Circulante
despesas financeiras	9.850	Resultado devedora
deduções da receita	10.000	Resultado devedora
provisão para contingências	10.020	Passivo Circulante
despesas administrativas	12.500	Resultado devedora
estoque de mercadorias para revenda	12.500	Ativo Circulante
contas a receber	12.580	Ativo Circulante
salários a pagar	12.850	Passivo Circulante
despesas tributárias	13.500	Resultado devedora
prédios	13.850	Ativo permanente
veículos	14.800	Ativo permanente
títulos a receber de longo prazo	15.980	Ativo Realizável a longo prazo
máquinas e equipamentos	19.050	Ativo permanente
terrenos	21.500	Ativo permanente
custo da mercadoria vendida	25.000	Resultado devedora
casas	25.800	Ativo permanente
resultados acumulados após a DRE	29.004	Patrimônio líquido
receita de vendas	80.000	Resultado credora
financiamentos a pagar de longo prazo	80.000	Passivo Exigível de Longo Prazo
florestas	80.000	Ativo Permanente
depreciação acumulada	100.500	Ativo Permanente (Redutora)
fazendas	120.000	Ativo Permanente
capital social	185.900	Patrimônio líquido

O somatório das contas por grupo está apresentado a seguir:

Grupo de contas	Total
Ativo Circulante	44.830
Ativo Realizável a longo prazo	19.180
Ativo Permanente	312.350
Ativo Permanente (Redutora)	(100.500)
Passivo Circulante	38.964
Passivo exigível de longo prazo	80.000
Patrimônio líquido	214.904
Resultado credora	80.000
Resultado devedora	(80.150)

(1) O índice de liquidez corrente apurado nesse balencete é

(A) inferior a 1,20.
(B) superior a 1,20 e inferior a 1,91.
(C) superior a 1,92 e inferior a 2,42.
(D) superior a 2,43 e inferior a 3,13.
(E) superior a 3,74.

(2) O índice de liquidez imediata apurado é

(A) inferior a 0,15.
(B) superior a 0,16 e inferior a 0,26.
(C) superior a 0,27 e inferior a 0,37.
(D) superior a 0,38 e inferior a 0,48.
(E) superior a 0,49.

(3) O índice de endividamento apurado é

(A) inferior a 22%.
(B) superior a 23% e inferior a 40%.
(C) superior a 41% e inferior a 58%.
(D) superior a 59% e inferior a 75%.
(E) superior a 76% .

(4) O capital circulante líquido apurado é

(A) inferior a R$ 6.000,00.
(B) superior a R$ 6.001,00 e inferior a R$ 7.000,00.
(C) superior a R$ 7.001,00 e inferior a R$ 8.000,00.
(D) superior a R$ 8.001,00 e inferior a R$ 9.000,00.
(E) superior a R$ 9.001,00.

(5) O índice de liquidez geral apurado é

(A) inferior a 0,15.
(B) superior a 0,16 e inferior a 0,26.
(C) superior a 0,27 e inferior a 0,37.
(D) superior a 0,38 e inferior a 0,48.
(E) superior a 0,49.

(6) Considerando-se que o estoque inicial da empresa corresponda a R$ 6.800,00, é correto concluir que o giro do estoque é

(A) inferior a 1,75.
(B) superior a 1,76 e inferior a 2,06.
(C) superior a 2,07 e inferior a 2,77.
(D) superior a 2,78 e inferior a 3,48.
(E) superior a 3,49.

1: O índice de liquidez corrente é representado pela seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O objetivo desse indicador é demonstrar a capacidade da empresa em pagar suas dívidas de curto prazo. Substituindo na fórmula os valores das contas apresentadas na questão teremos:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{44.830}{38.964} = 1,15$$

2: O índice de liquidez imediata é representado pela seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O objetivo desse indicador é demonstrar a capacidade da empresa em pagar suas dívidas de curto prazo com os recursos de curtíssimo prazo (caixa, bancos e aplicações de liquidez imediata). Substituindo na fórmula os valores das contas apresentadas na questão teremos:

$$\text{Liquidez imediata} = \frac{8.000}{38.964} = 0,20$$

3: O índice de endividamento é representado pela seguinte fórmula:

$$\text{Índice de endividamento} = \frac{\text{Passivo Total (Circulante + Exigível a Longo Prazo)}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

O objetivo desse indicador é demonstrar a proporção existente entre o capital de terceiros e o capital próprio. Substituindo na fórmula os valores das contas apresentadas na questão teremos:

$$\text{Índice de endividamento} = \frac{38.964 + 80.000}{214.904} = 0,55$$

4: O capital circulante líquido é representado pela seguinte fórmula:

$$\text{Capital Circulante Líquido} = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$$

O objetivo desse indicador é demonstrar a capacidade da empresa em pagar suas dívidas de curto com recursos também de curto prazo. Quanto maior o valor do índice melhor para a empresa. Substituindo na fórmula os valores das contas apresentadas na questão teremos:

$$\text{Capital Circulante Líquido} = 44.830 - 38.964 = 5.866$$

5: O índice de liquidez geral é representado pela seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

O objetivo desse indicador é demonstrar a capacidade da empresa em pagar suas dívidas de curto e longo prazo. Substituindo na fórmula os valores das contas apresentadas na questão teremos:

$$\text{Liquidez geral} = \frac{44.830 + 19.180}{38.964 + 80.000} = 0,53$$

6: O giro do estoque é representado pela seguinte fórmula:

$$\text{Giro do estoque} = \frac{\text{Custo da mercadoria vendida (CMV)}}{\text{Estoque médio}}$$

O objetivo desse indicador é demonstrar quantas vezes a empresa renova seu estoque no período analisado.
Substituindo na fórmula os valores das contas apresentadas na questão teremos:

$$\text{Giro do estoque} = \frac{25.000}{(6.800 + 12.500) \div 2} = 2,59$$

Gabarito 1A, 2B, 3C, 4A, 5E, 6C

(Analista de Controle Externo/TCE-AC – 2008 – CESPE) Balancete de verificação para as questões 1 e 2

contas	saldo (em R$)
capital social	87.874
clientes	6.520
contas a pagar	800
custo da mercadoria vendida	18.500
deduções da receita	9.000
depreciação acumulada	8.500
despesas administrativas	2.500
despesas antecipadas	3.340
despesas de depreciação	4.120
despesas financeiras	6.522
despesas tributárias	10.600
disponível	2.000
energia a pagar	3.200
estoque para revenda	9.500
financiamentos a pagar de longo prazo	30.000
fornecedores	1.200
impostos a recolher	3.200
investimentos em ações	2.100
máquinas e equipamentos	19.050
material de consumo	8.410
móveis e utensílios	8.450
outras despesas	3.200
participações em controladas	6.520
provisões para contingências	820
receita de vendas	60.000
resultados acumulados após a DRE	29.004
salários a pagar	14.100
terrenos	21.500
títulos a receber de longo prazo	12.300
veículos	21.000

O primeiro passo na resolução das questões relacionadas ao balancete é elaborar a demonstração do resultado do exercício, conforme apresentado a seguir:

Receita bruta	**60.000**
(-) Devoluções de vendas	(9.000)
(=) Receita líquida	**51.000**
(-)CMV	(18.500)
(=) Lucro bruto	**32.500**
(-) despesas administrativas	(2.500)
(-) despesas de depreciação	(4.120)
(-) despesas financeiras	(6.522)
(-) despesas tributárias	(10.600)
(-) outras despesas	(3.200)
(=) Lucro líquido	**5.558**

(1) A margem bruta apurada é
(A) inferior a 45%.
(B) superior a 46% e inferior a 56%.
(C) superior a 57% e inferior a 67%.
(D) superior a 68% e inferior a 78%.
(E) superior a 79%.

(2) A margem operacional é
(A) inferior a 20%.
(B) superior a 21% e inferior a 31%.
(C) superior a 32% e inferior a 42%.
(D) superior a 43% e inferior a 53%.
(E) superior a 54%.

1: A margem bruta é representada pela seguinte fórmula:

$$\text{Margem bruta} = \frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Receita líquida}}$$

Com base na fórmula apresentada temos que a margem bruta da empresa está assim apresentada.

$$\text{Margem bruta} = \frac{32.500}{51.000} = 0,64$$

2: A margem operacional é representada pela seguinte fórmula:

$$\text{Margem operacional} = \frac{\text{Lucro operacional}}{\text{Receita líquida}}$$

Como a questão não apresentou resultado não operacional, o lucro líquido equivale ao lucro operacional. Com base na fórmula apresentada temos que a margem bruta da empresa está assim apresentada.

$$\text{Margem operacional} = \frac{5.558}{51.000} = 0,11$$

Gabarito 1C, 2A

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE) Acerca da classificação dos itens patrimoniais, da sua movimentação e do reflexo desta no capital circulante líquido, julgue o item seguinte.

(1) O aumento do saldo do ativo permanente intangível advindo de pagamento por aquisição de marca provocará redução no capital circulante líquido imediatamente.

1: O capital circulante líquido é representado pela seguinte fórmula:

Capital Circulante Líquido = Ativo Circulante – Passivo Circulante

O objetivo desse indicador é demonstrar a capacidade da empresa em pagar suas dívidas de curto com recursos também de curto prazo.
A aquisição de ativo permanente com pronto pagamento ocasionaria uma redução no ativo circulante da empresa e consequente redução do capital circulante líquido.
Existe a possibilidade de ocorrerem operações envolvendo simultaneamente contas do ativo circulante e passivo circulante mas que não alterem o capital circulante líquido. Ex: recebimento de clientes, aquisição de mercadorias a vista ou a prazo, contratação de empréstimos, etc.
Gabarito 1C

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE) A respeito da constituição das provisões e dos seus reflexos na estrutura patrimonial, julgue os itens a seguir.

(1) O registro da provisão para desvalorização de estoques reduz tanto o capital circulante líquido como o resultado do exercício.
(2) O registro da provisão para contingências judiciais aumenta o capital circulante líquido e reduz o resultado do exercício. O pagamento das provisões já contabilizadas não afetará o capital circulante líquido.
(3) O registro da provisão para perda de investimentos afetará o saldo do ativo permanente e também o saldo do resultado do exercício de maneira negativa. O registro da perda de investimentos provisionada será a débito da provisão para perda de investimentos e a crédito da conta de investimento.

1: O estoque é um item que compõem o ativo circulante. Qualquer alteração no seu valor afetará o capital circulante líquido. A provisão para desvalorização de estoques reduz o saldo da conta estoques e consequentemente o capital circulante líquido. A contrapartida da provisão é uma conta de despesa no resultado do exercício.
2: As provisões para contingências compõem o passivo das empresas. O aumento do passivo circulante ocasiona uma redução no capital circulante líquido, o que torna o item errado. A contrapartida do registro da provisão é uma conta de despesa de provisão, que reduz o resultado do exercício.
A afirmativa de que o pagamento das provisões já contabilizadas não afeta o capital circulante líquido está correta, pois o pagamento implicará em uma redução do caixa (ativo circulante) e da provisão (passivo circulante) no mesmo montante.
3: O registro da provisão será feito a débito da conta de resultado, representando a despesa referente à diminuição do valor do ativo, e a crédito da conta de provisão, conta essa redutora do ativo. No momento que a perda se realizar não será necessário qualquer lançamento no resultado pois isso já ocorreu no momento do registro da provisão. Tampouco será necessário qualquer lançamento de caixa, uma vez que o registro da perda não representa qualquer desembolso. O lançamento a ser feito é a baixa da provisão (débito) contra o investimento (crédito).
Gabarito 1C, 2E, 3C

(Analista de Controle Externo/TCU – 2008 – CESPE) O balanced scorecard é uma ferramenta gerencial que reflete o desafio que uma organização tem de enfrentar para harmonizar os interesses de vários grupos em torno de objetivos diversos. Neste sentido, o desempenho social poderia ser objeto de um parecer de auditoria social, paralelamente ao tradicional parecer de auditoria financeira, aplicável ao desempenho financeiro.

Robert Kaplan, criador do Balanced Scorecard, definiu que o objetivo dessa ferramenta é "traduzir a missão e a Estratégia das empresas em um conjunto abrangente de medidas de desempenho que serve de base para um sistema de medição e gestão estratégica". Nesse conceito de abrangência de medidas de desempenho encontra-se o desempenho social, que pode ser objeto de parecer de auditoria, sem é claro eliminar a necessidade da auditoria financeira (de balanço).
Gabarito "C"

(Analista de Controle Externo/TCU – 2008 – CESPE) Considere que uma empresa apresente, em determinado período, os seguintes dados:

vendas líquidas . . . . . R$ 1.000.000,00
lucro operacional líquido . . . . . R$ 100.000,00
ativo operacional médio . . . . . R$ 500.000,00

Considere, ainda, que a administração dessa empresa, insatisfeita com o retorno sobre o investimento operacional, estabeleça como meta aumentá-lo em 50%. Nessa situação, para atingir tal objetivo, uma das opções da empresa será aumentar as vendas em 50%, mantendo a margem de lucro, sem novos investimentos.

A margem de lucro é representada pela seguinte fórmula:

$$\text{Margem de lucro} = \frac{\text{Lucro operacional líquido}}{\text{Vendas líquidas}}$$

Tendo essa fórmula em mente não é sequer necessário efetuar cálculos. Para manter a margem de lucro aumentando as vendas em 50% é necessário aumentar o lucro operacional líquido na mesma proporção, ou seja, em 50%.
Gabarito "C"

(Analista de Controle Externo/TCU – 2008 – CESPE) Se, ao analisar a margem operacional de uma empresa, um consultor verificar que essa margem se situa abaixo da média do setor, e se esse quociente for o mais sensível às variações do retorno sobre o investimento operacional, nessa situação, esse consultor deve sugerir, para a melhoria da rentabilidade da empresa, uma das seguintes opções: reduzir as despesas não operacionais; aumentar as vendas, ainda que a margem de lucro seja sacrifícada; ou ampliar a capacidade produtiva.

A margem operacional é representada pela seguinte fórmula:

$$\text{Margem operacional} = \frac{\text{Lucro operacional}}{\text{Receita líquida}}$$

As 3 operações propostas para melhorar a rentabilidade da empresa não surtiriam o efeito desejado. A redução das despesas não operacionais não afeta a margem operacional, pois tanto o lucro operacional quanto a receita líquida são apurados sem interferência dessas despesas. O aumento das vendas com margem de lucro sacrificada iria aumentar a receita líquida em proporção maior que aumentaria o lucro operacional, impactando em uma margem operacional menor. O aumento da capacidade produtiva implica no aumento das despesas com depreciação, reduzindo o lucro operacional e consequentemente a margem operacional.
Gabarito "E"

(Analista de Controle Externo/TCU – 2008 – CESPE) Caso uma empresa apure um lucro operacional de R$ 1.500.000,00, antes das despesas financeiras e dos tributos sobre os resultados, e tais despesas financeiras atinjam R$ 250.000,00, o índice de cobertura dessas despesas permite que se afirme que o lucro operacional dessa empresa seria capaz de cobrir cinco vezes esses encargos.

O índice de cobertura de juros é representado pela seguinte fórmula:

$$\text{Índice de cobertura de juros} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Despesas financeiras}}$$

O objetivo desse indicador é demonstrar o número de vezes que o lucro da empresa pode diminuir sem afetar a remuneração devida aos recursos de terceiros.
Sendo assim, obtemos o seguinte valor para o índice:

$$\text{Índice de cobertura de juros} = \frac{1.500.000}{250.000} = 6$$

Se o lucro operacional é capaz de cobrir 6 vezes os encargos financeiros, é capaz de cobrir 5 vezes.
Gabarito "C"

(Analista de Controle Externo/TCU – 2008 – CESPE) Na análise dos índices de liquidez, o analista de controle externo deve estar atento a certos aspectos que podem mascarar uma situação aparentemente favorável. Nesse sentido, ele deve considerar com mais rigor a exigibilidade efetiva dos passivos que a possibilidade de realização dos ativos e assegurar-se de que os prazos de realização dos ativos são maiores que os de vencimento dos passivos.

A liquidez de uma empresa é garantida tanto pela exibilidade efetiva dos passivos quanto pela possibilidade de realização dos ativos. Tendo os ativos prazos de realização superiores ao vencimento dos passivos a situação seria desfavorável para empresa. O analista de controle externo deve portanto considerar a exibilidade dos passivos com o mesmo rigor que a realização dos ativos, e assegurar-se que o prazo de realização dos ativos é inferior ao de vencimento dos passivos.
Gabarito "E"

(Analista de Controle Externo/TCU – 2008 – CESPE) Considere que uma empresa apresente, ao longo de três exercícios, a seguinte situação, relativa ao comportamento de suas despesas financeiras:

exercício 1 . . . . . R$ 150.000,00
exercício 2 . . . . . R$ 180.000,00
exercício 3 . . . . . R$ 360.000,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que, na análise horizontal, utilizando-se base móvel, o índice correspondente ao exercício 3 será igual a 200.

A análise horizontal é a comparação de uma conta em diferentes exercícios sociais. O uso da base móvel consiste na técnica de considerar como comparativo sempre o exercício imediatamente anterior. Na situação apresentada o exercício 3 seria comparado com o exercício 2. O valor da despesa financeira do exercício 3 (R$360.000) representa 200% da mesma despesa no exercício 2 (R$180.000) e por esse motivo índice seria de 200.
Gabarito "C"

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE) A reclassificação ou padronização das demonstrações contábeis é necessária nos procedimentos de análise econômico-financeira, com vistas a diminuir as diferenças nos critérios utilizados pelas empresas na apresentação dessas demonstrações. Assinale a opção correta com relação a um tipo de reclassificação usualmente efetuada.

(A) Os títulos descontados devem ser classificados no passivo exigível a longo prazo, para evidenciar a dependência da empresa em relação às instituições financeiras.
(B) As depreciações, na demonstração do resultado, devem destacar as parcelas que constituem custo e despesa, quando se trata de uma indústria.
(C) O capital a integralizar é representado no ativo, para que o capital social represente, no patrimônio líquido, o valor efetivamente à disposição da empresa.
(D) As dívidas vencidas e não pagas devem ser excluídas, para não distorcer o montante das obrigações a curto prazo.

Para fins de análise econômico-financeira o analista pode efetuar ajustes que permitam uma melhor percepção da situação da empresa, mesmo que esses ajustes não estejam previstos na legislação societária.
A letra "a" está incorreta pois a classificação dos títulos descontados no passivo é usual, mas precisa ocorrer de acordo com o prazo de vencimento desses títulos (curto prazo ou longo prazo).
A incorreção da letra "c" está no fato de que a reclassificação do capital a integralizar não é usual.
Na letra "d" a incorreção reside no fato de que as dívidas vencidas e não pagas ainda representam um passivo da empresa e jamais poderiam ser excluídas.
A letra "b" está correta pois essa segregação da depreciação em custos e despesas além de usual do ponto de vista da análise econômico-financeira, é o recomendado do ponto de vista da legislação societária.
Gabarito "B"

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE) O retorno sobre o patrimônio líquido pode ser representado como o produto de três fatores: retorno sobre as vendas; giro do ativo; e estrutura de capitais. Desse modo, utiliza-se a expressão a seguir, em que LL é o lucro líquido, PLm é o patrimônio líquido médio, VL é vendas líquidas, e Atm é o ativo total médio, para estabelecer a relação entre essas variáveis.

LL/ PLm = LL/VL × VL/Atm × Atm/PLm

A partir dessas informações, é correto afirmar que é possível melhorar esse indicador

(A) expandindo a capacidade de produção, mediante deslocamento de recursos para novos investimentos.
(B) convertendo ativos não operacionais em operacionais.
(C) aumentando as vendas na mesma proporção de um aumento dos estoques, mediante desimobilizações, sem alteração da margem de lucro.
(D) convertendo empréstimos dos sócios em aumento de capital.

A letra "a" está incorreta pois a expansão da capacidade de produção por si só não altera nenhum dos itens que compõem a fórmula do retorno sobre o patrimônio líquido.
A incorreção da letra "c" está no fato de que a conversão de ativos não operacionais em operacionais irá aumentar o valor da despesa de depreciação, e consequentemente reduzirá o resultado. Isso porque os ativos não operacionais não geram depreciação. A redução do resultado impactará em um retorno sobre o patrimônio líquido menor.
Na letra "d" a incorreção reside no fato de que converter empréstimos em aumento de capital irá aumentar o valor do patrimônio líquido. Esse aumento, mantido o valor do lucro líquido, impactará em um retorno sobre o patrimônio líquido menor.
A letra "c" está correta pois as desimobilizações reduzem o valor da despesa depreciação, aumento o lucro líquido. O aumento das vendas irá marjorar a receita e consequentemente o lucro líquido. Quanto maior lucro, mantido o mesmo patrimônio líquido, maior será o retorno sobre o patrimônio líquido.
Gabarito "C"

(Analista Administrativo - Contabilidade/ANTAQ – 2009 – CESPE) Sabendo-se que o lucro operacional de uma empresa antes das despesas financeiras de juros e dos tributos sobre o resultado foi de R$ 4.570.000,00 e que as referidas despesas de juros atingiram R$ 190.000,00, conclui-se que, pelo índice de cobertura de juros, o lucro operacional cobre as despesas financeiras por 25 exercícios sociais.

O índice de cobertura de juros é representado pela seguinte fórmula:

$$\text{Índice de cobertura de juros} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Despesas financeiras}}$$

O objetivo desse indicador é demonstrar o número de vezes que o lucro da empresa pode diminuir sem afetar a remuneração devida aos recursos de terceiros.
O lucro operacional da empresa em questão é de R$4.380.000,00 (R$4.570.000,00 – R$190.000,00), visto que as despesas financeiras estão dentro do lucro operacional. Sendo assim, obtemos o seguinte valor para o índice:

$$\text{Índice de cobertura de juros} = \frac{4.380.000,00}{190.000,00} = 23,05$$

Gabarito "E"

(Analista – ANAC – 2009 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, acerca da administração financeira.

(1) Para a apuração da necessidade de capital de giro, devem-se incluir os saldos das contas erráticas do ativo e passivo circulante.
(2) O valor anual equivalente (VAE) é a parcela periódica e constante necessária ao pagamento de uma quantia igual ao valor presente líquido (VPL) da opção de investimento em análise, ao longo de sua vida útil. Desse modo, o VAE transforma o valor atual do investimento ou o seu VPL em fluxo de receitas ou custos periódicos e contínuos, equivalentes ao valor atual, durante a vida útil do projeto.

1: A necessidade de capital de giro é encontrada pela seguinte fórmula: Ativo Cíclico - Passivo Cíclico. Contas erráticas dizem respeito ao Saldo de Tesouraria (Saldo em Tesouraria = Ativo Errático - Passivo Errático).
2: A questão apresenta o exato conceito do valor anual equivalente (VAE), que se refere à parcela anual, que trazida a valor presente é igual ao valor presente líquido (VPL).
Gabarito 1E, 2C

(Analista Administrativo - Contabilidade/ANTAQ – 2009 – CESPE) Dispõe-se dos seguintes dados obtidos das demonstrações contábeis de uma empresa comercial:

- fornecedores – saldo inicial: R$ 550.000,00;
- fornecedores – saldo final: R$ 850.000,00;
- CMV: R$ 3.400.000,00;
- EI de mercadorias: R$ 300.000,00;
- EF de mercadorias: R$ 400.000,00.

Com base nos dados acima e sabendo-se que correspondem a um período de 360 dias, conclui-se que o prazo médio de pagamento das compras é de 72 dias.

O prazo médio de pagamento das compras é representado pela seguinte fórmula:

$$\text{Prazo médio de pagamento das compras} = \frac{\text{Fornecedores (Média do período)}}{\text{Compras}} \times 360$$

O objetivo desse indicador é demonstrar o tempo médio que a empresa demora para pagar suas compras. Para encontrar o valor das compras é preciso organizar os valores de CMV, estoque inicial e estoque final, conforme apresentado a seguir:
CMV = Estoque inicial + Compras – Estoque final
3.400.000,00 = 300.000,00 +Compras – 400.000,00
Compras = 3.400.000,00 - 300.000,00 + 400.000,00
Compras = 3.500.000,00

O preenchimento da fórmula com os dados da questão está a seguir apresentado:

$$\text{Prazo médio de pagamento das compras} = \frac{(550.000{,}00 + 850.000{,}00)/2}{3.500.000{,}00} \times 360 = \mathbf{72}$$

Gabarito "C"

6. CONTABILIDADE PÚBLICA

(Analista – ANAC – 2009 – CESPE) Julgue os seguintes itens, que versam sobre a contabilidade aplicada ao setor público.

(1) A contabilidade aplicada ao setor público, assim como qualquer outro ramo da ciência contábil, obedece aos princípios fundamentais de contabilidade. Dessa forma, aplica-se, em sua integralidade, o princípio da competência, tanto para o reconhecimento da receita quanto para a despesa.

(2) Na contabilidade aplicada ao setor público, além do registro dos fatos referentes à execução orçamentária, exige-se a evidenciação dos fatos relativos à execução financeira e patrimonial. Desse modo, os fatos modificativos são levados à conta de resultado, e as informações contábeis permitem o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros de determinado exercício.

(3) Ao se efetuar o registro de despesas antecipadas, deve-se proceder ao registro do empenho, da liquidação e do pagamento em contas específicas no momento da ocorrência do fato gerador.

1: artigo 35 da Lei nº 4.320/1964 define que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. No entanto, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assim como qualquer outro ramo da ciência contábil, obedece aos Princípios Fundamentais de Contabilidade. Sendo assim, aplica-se o princípio da competência em sua integralidade, ou seja, tanto para o reconhecimento da receita quanto para a despesa. Assim, conclui-se que o artigo 35 da Lei nº 4.320/1964 refere-se ao regime orçamentário e não ao regime contábil aplicável ao setor público.
2: art. 104 da Lei nº 4.320/1964 define que "A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício". Para tanto, é necessário que, além do registro dos fatos ligados à execução orçamentária, efetue-se a evidenciação dos fatos ligados à execução financeira e patrimonial.
3: com o objetivo de evidenciar o impacto no Patrimônio, deve haver o registro da despesa em função do fato gerador, em observância aos Princípios da Competência e da Oportunidade. No entanto, em alguns casos, como no registro de despesas antecipadas, deve haver o registro do empenho, da liquidação e do pagamento em contas específicas antes da ocorrência do fato gerador.
Gabarito 1C, 2C, 3E

(Analista – ANAC – 2009 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, referentes à receita pública e a suas características.

(1) A receita orçamentária não efetiva, que constitui fato contábil permutativo, altera a situação líquida patrimonial no momento do seu reconhecimento. Nesse caso, além da receita orçamentária, registra-se, concomitantemente, conta de variação passiva para reforçar o efeito dessa receita sobre o patrimônio líquido da entidade.

(2) A receita orçamentária efetiva, no momento do seu reconhecimento, constitui fato contábil modificativo aumentativo, aumentando a situação líquida patrimonial da entidade.

(3) Em algumas transações realizadas no âmbito da União, dada a necessidade de autorização legislativa para sua efetivação, há o registro da receita orçamentária mesmo não havendo ingressos efetivos. Transações como aquisições financiadas de bens e arrendamento mercantil-financeiro, por serem consideradas operação de crédito, são registradas como receita orçamentária e despesa orçamentária.

(4) A receita orçamentária privada, executada por entidades privadas, deve estar prevista no orçamento anual, prescindindo, no entanto, de aprovação por ato de conselho superior ou outros procedimentos internos para sua consecução.

1: A Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela que não altera a situação líquida patrimonial no momento do seu reconhecimento, constituindo fato contábil permutativo.
2: A Receita Orçamentária Efetiva é aquela que, no momento do seu reconhecimento, aumenta a situação líquida patrimonial da entidade. Constitui fato contábil modificativo aumentativo.
3: O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional define duas formas de contabilização do *leasing* financeiro:
a) prever-se a despesa orçamentária com a aquisição financiada (despesa com investimento) no Orçamento Público em contrapartida a uma receita orçamentária de capital (Operação de Crédito), mesmo que não haja o ingresso efetivo dessa receita nos cofres públicos.
b) não constarão do Orçamento Público receitas orçamentárias que não possuam previsão de efetivo ingresso nos cofres públicos. Nesse caso, apenas a despesa com a amortização (e encargos correspondentes) do financiamento consta do orçamento do ente.
4: A Receita Orçamentária Privada é aquela executada por entidades privadas e que consta na previsão orçamentária aprovada por ato de conselho superior ou outros procedimentos internos para sua consecução. A questão está incorreta, pois afirma que tal receita prescinde (não necessita) de aprovação por conselho superior.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Analista – ANAC – 2009 – CESPE) No que se refere à destinação de recursos na contabilidade pública e a suas peculiaridades, julgue os itens a seguir.

(1) A criação de vinculações para as receitas deve ser pautada por mandamentos legais que regulamentam a aplicação de recursos, seja para funções essenciais, seja para entes, órgãos, entidades e fundos. Outro tipo de vinculação deriva de convênios e contratos de empréstimos e financiamentos, cujos recursos são obtidos com finalidade específica.

(2) A destinação ordinária de recursos consiste no processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

(3) Ocorre destinação desvinculada quando não há o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos.

1: O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público define destinação vinculada como "o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma".
2: O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público define destinação ordinária como "o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades".
3: No âmbito da contabilidade pública não existe o termo "destinação desvinculada".
Gabarito 1C, 2C, 3E

42. ECONOMIA

André Roncaglia de Carvalho

1. MICROECONOMIA

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Com base na análise das estruturas de mercado, crucial para o entendimento da formação dos preços nos diferentes setores da economia, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) A cartelização de determinado mercado é facilitada quando as firmas que o compõem são do mesmo tamanho e se confrontam com demandas elásticas.

(2) Alegar que as escolas públicas brasileiras, por serem muito pequenas, apresentam custos médios elevados é um raciocínio consistente com a existência de economias de escala na produção do ensino público.

(3) Nos mercados competitivos, a maximização dos lucros no curto prazo, que exige que o preço seja superior ao custo médio de produção, impede uma firma de operar com perdas.

(4) O fato de as passagens aéreas compradas com antecedência serem, em geral, mais baratas que as compradas de última hora é compatível com a suposição de que as companhias aéreas atuam como monopólios que praticam discriminação de preços.

1: Incorreta. Um dos aspectos determinantes do poder de mercado reside na baixa possibilidade de substituição do bem ofertado pela firma, o que lhe confere uma demanda pouco elástica, haja vista que, se o preço do bem for elevado, o consumidor não terá como substituí-lo por outro, garantindo uma receita maior ao produtor. Dessa forma, um cartel depende da baixa elasticidade da demanda, de forma que possa elevar o preço dos bens acima do nível de equilíbrio de mercado competitivo.
2: Correta. O argumento é consistente com a existência de economias de escala, segundo a qual o tamanho da firma produtora de bens afeta a produtividade da mesma (nesse caso, a escola pública produz o bem "ensino público"). Nesse caso, um aumento na área útil da escola permitiria uma diversificação das atividades, bem como um aumento no número de alunos. Como a educação tem um elemento indissociável da interação, supõe-se que um número maior de alunos implicará um custo médio menor, haja vista que, até determinado ponto, um aluno a mais na sala de aula, não aumenta proporcionalmente o custo do trabalho do professor. Logo, escolas maiores resultariam, segundo essa abordagem, em maior oferta de ensino público com custo médio reduzido.
3: Incorreta. O equilíbrio no mercado competitivo exige que o custo marginal seja igual à receita marginal, a qual equivale ao preço do bem dado pelo mercado. Dessa forma, a prevenção contra prejuízos, ou a maximização dos lucros, está associada ao custo marginal e não ao custo médio, o qual depende da tecnologia adotada, isto é, quanto de capital fixo (máquinas) e quanto de componentes variáveis (trabalho) é a utilizado na produção. para maximizar os lucros, não é necessário que a empresa tenho um custo médio inferior ao preço, mas sim que Rmg=Cmg. A comparação entre preço e custo médio diz respeito à permanência dessa empresa no mercado no longo prazo. Sendo ***P*** o preço e ***CTME***, o custo total médio de produção de uma empresa, se ***P > CTME***, a empresa continua produzindo no mercado; se ***P=CTME***, a empresa permanece no mercado, sendo que a sua produção é o mínimo exigido para sua permanência no mercado; caso ***P < CTME***, a empresa deixa o mercado no longo prazo, mas opera com perdas no curto prazo, onde está o erro do item.
4: Correta. A possibilidade de discriminação de preços caracteriza os monopólios, uma vez que a firma tem o poder de influenciar o preço de mercado. Nesse caso, trata-se de uma estratégia associada à elasticidade da demanda aos preços das passagens. Turistas costumam comprar passagens com antecedência, pois planejam suas férias e buscam preços mais baixos, o que indica a presença de alta sensibilidade a elevações nos preços. Por outro lado, os clientes que compram passagens de última hora geralmente são empresários e/ou executivos cujos compromissos não são plenamente previsíveis, o que os torna menos sensíveis ao preço cobrado pelas passagens. Assim, a firma tem o poder de discriminar o preço pago pelo seu serviço usando, dentre outros, o critério de antecedência do pagamento em relação à prestação do serviço. Um mercado competitivo ofereceria a esses clientes alternativas que impediriam uma elevação discriminatória de preços como essa, praticada pelas linhas aéreas[1].

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Com base na teoria microeconômica, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

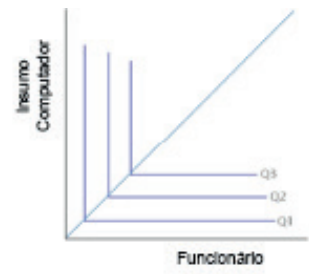
(1) Considere que um consumidor gaste toda a sua renda com a compra de bens e serviços. Nessa hipótese, não é possível que todos os bens da cesta de consumo desse consumidor sejam bens inferiores.

(2) Sabendo-se que a função de serviços administrativos de determinado órgão público exige um computador para cada funcionário, conclui-se que as isoquantas entre esses dois insumos são formadas por linhas retas paralelas, cuja inclinação é igual a – 1.

(3) Suponha que o aumento substancial dos preços cobrados para o estacionamento de veículos nas grandes cidades eleve a quantidade demandada de corridas de táxi nesses locais. Dessa forma, conclui-se que esse aumento de preços provoca um deslocamento ao longo da curva de demanda por serviços de táxi.

(4) Mudanças legislativas que facilitem a entrada de mão de obra estrangeira especializada na área de eletrônica contribuem para deslocar — para baixo e para a direita — a curva de oferta de longo prazo da indústria eletrônica.

1: Correta. Os bens inferiores são aqueles cuja demanda responde negativamente a um aumento na renda; ou seja, se a renda do consumidor aumentar, ele procurará consumir menos desse bem, dadas as condições inferiores de qualidade que os bens nessa categoria apresentam. Portanto, se o consumidor gasta toda a sua renda em bens e serviços é porque sua demanda incorpora bens como calçados, vestimentas, alimentos, dentre os quais há produtos que, quando sua renda aumentar, ele tenderá a comprar uma maior quantidade, o que define os bens normais. Vale ressaltar aqui que, se a cesta dele fosse composta apenas por bens inferiores, seria impossível completar a cesta após o aumento da sua renda. É obrigatório haver, pelo menos, alguns bens normais na composição de sua cesta.
2: Incorreta. Uma isoquanta representa todas as combinações técnicas de dois insumos que geram a mesma quantidade de bens produzidos. A situação apresentada pela questão nos indica que cada funcionário terá no mínimo um computador, o que nos sugere a presença de "insumos complementares", isto é, o funcionário apenas pode trabalhar se tiver um computador para lhe servir de apoio. Com efeito, a isoquanta correta assume a seguinte forma:



1 Vale a pena mencionar que, no gabarito preliminar, a banca do CESPE considerou esse item ERRADO e depois mudou o gabarito para CERTO. A justificativa oficial foi: "O item trata de um exemplo clássico de discriminação de preços com base nas elasticidades da demanda, praticada pelos monopolistas. Portanto, opta-se pela alteração do gabarito desse item".

A figura acima representa uma tecnologia de Leontief, a qual nos indica que, se a firma optar por produzir mais, terá de contratar uma unidade adicional de cada fator de produção, a saber, um funcionário e um computador, de forma a saltar da isoquanta Q1 para a isoquanta Q2. A reta que passa pelos pontos mais baixos das isoquantas denota o "caminho de expansão da produção". Finalmente, o formato indicado pela afirmativa, de retas paralelas com inclinação -1, representa uma tecnologia de insumos substitutos, segundo a qual um computador a mais implicaria um funcionário a menos, o que contradiz a descrição da tecnologia efetivamente adotada.

3: Incorreta. A questão trata de bens substitutos: carro próprio e corridas de táxi. Nesse caso, a elevação do preço do estacionamento implica custos mais elevados à utilização do carro próprio o que pressionaria o consumidor a buscar uma alternativa menos custosa. Assim, um aumento no preço do bem "estacionamento" levaria a um deslocamento da curva de demanda por "corridas de táxi" para a direita - uma vez que foi uma variável externa à relação preço-quantidade do bem "corrida de táxi" -, e não um deslocamento ao longo da curva, o que ocorreria apenas se o aumento na demanda decorresse de um aumento autônomo na oferta de "corridas de táxi", o que não se verifica pela leitura da questão.

4: Correta. Independentemente da tecnologia de produção adotada pela firma do referido setor de eletrônica, um aumento no insumo "trabalho" ocasiona um aumento na produção total, ainda que seu uso esteja sujeito à "lei" dos rendimentos marginais decrescentes, segundo a qual o aumento na utilização de um insumo, mantidas constantes as quantidades dos outros insumos, ocasiona rendimentos menores a cada unidade adicional do insumo utilizada pela produção. Portanto, mesmo sob a influência dessa "lei", a produção seria maior, aumentando a oferta total do setor.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2010 – CESPE) A análise das demandas individual e de mercado constitui um dos pilares da teoria microeconômica. Acerca desse assunto, julgue C ou E.

(1) A fixação de um preço mínimo para determinado produto agrícola resulta em excedentes agrícolas, que serão tanto mais elevados quanto mais inelástica for a curva de oferta de mercado do produto beneficiado por esse tipo de política.

(2) Supondo-se que, no Brasil, o uso de transporte coletivo seja um bem inferior, conclui-se que o efeito renda decorrente do aumento do preço das passagens de ônibus contribui para reforçar o efeito substituição, o que reduz a demanda por esse tipo de transporte.

(3) Campanhas publicitárias bem-sucedidas, além de deslocarem, para cima e para a direita, a curva de demanda de mercado do produto anunciado, contribuem, quando promovem a fidelização do cliente, para tornar essa curva mais preço-inelástica.

(4) Nos mercados competitivos, a escolha ótima a ser feita por determinado consumidor corresponde à escolha em que a taxa marginal de substituição entre dois bens quaisquer é igual para todos os consumidores.

1: Incorreta. Um preço mínimo é aquele estabelecido acima do preço de equilíbrio, conforme a figura abaixo. A Oferta 2 indica uma curva mais inclinada, portanto menos elástica. Nesse caso, a produção apenas responde a elevações de preço mais substanciais, ou seja, o produtor apenas produz uma unidade a mais se o preço subir razoavelmente. Como se vê no gráfico, o excesso de oferta é maior (quantidade demandada = 4 e quantidade ofertada = 10) no caso da Oferta 1, mais elástica, do que na Oferta 2, menos elástica (quantidade demandada = 4 e quantidade ofertada = 8).



2: Incorreta. O efeito renda deriva de um aumento ou uma queda do poder de compra do consumidor como resultado de uma elevação ou queda de preço de algum bem. No caso em questão, um aumento no preço do bem inferior gerará um efeito renda negativo, na medida em que o consumidor do transporte público consomirá menos deste serviço com a mesma renda. Como não há substituto para o transporte público, tem-se que o efeito substituição é, de fato, reforçado pelo efeito renda. A demanda pelo bem permanece a mesma, entretanto, por conta da ausência de substitutos próximos ao transporte público.

3: Correta. As campanhas publicitárias provocam o aumento da quantidade demandada de um bem, bem como torná-la mais insensível a variações do preço, por conta de uma fidelização do cliente. Assim, a elasticidade-preço da demanda é reforçada em outros produtos da cesta de consumo do agente econômico em proveito do bem que detém melhor campanha publicitária.

4: Correta. A taxa marginal de substituição representa a relação entre os valores de dois bens, dentro da estrutura de preferências de um consumidor. Em outros termos, trata-se de quanto um bem vale em termos do outro, o chamado preço relativo dos bens. Nesse sentido, imaginemos dois bens: arroz e cintos de couro; em que se trocam, no mercado, 2 quilos de arroz por um cinto de couro. Neste caso a taxa marginal de substituição é (5 kg de arroz / 1 cinto de couro). Em seguida, suponhamos que o cinto de couro custe R$ 20. Se isso ocorrer, cada quilo de arroz custará R$ 4. Se as preferências do consumidor diferirem desse preço relativo, estarei em uma situação sub-ótima, uma vez que haverá sempre a perda de um bem para se ter mais do outro. Por exemplo, imagine que trocaria 10 kg de arroz pelo mesmo cinto. Neste caso, a taxa marginal de substituição, cada quilo de arroz deveria custar R$ 2. Como o preço de mercado é R$ 4/kg, estou visivelmente trocando um bem de R$ 40 por outro de R$ 20, piorando a minha situação. É importante ressaltar que a renda não afeta a maneira como ordenamos a importância de cada bem, deixando inalterada a taxa marginal de substituição.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Considerando a teoria da produção e dos custos, que fornece importantes elementos para a análise da formação de preços em distintos ambientes de mercado, julgue C ou E.

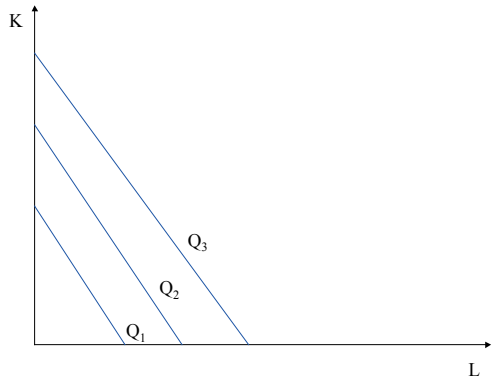
(1) Se, para determinada empresa, trabalhadores sem qualificação específica e máquinas executam exatamente o mesmo tipo de tarefa, então, para essa empresa, as isoquantas entre esses dois insumos podem ser representadas como linhas retas paralelas.

(2) A presença de substanciais economias externas de escala em determinada indústria é compatível com a existência de uma curva de oferta de longo prazo positivamente inclinada.

(3) O êxito de um cartel depende não apenas das similaridades — considerando-se tamanho e poder de mercado — entre as diferentes firmas que o compõem, mas também da demanda do mercado em que o cartel opera, a qual deve ser elástica em relação ao preço.

(4) Políticas de *dumping* adotadas por empresas que vendem seus produtos nos mercados internacionais a um preço inferior ao praticado no mercado doméstico podem ser consideradas ações próprias de monopolista discriminador de preços que visa à maximização de lucros.

1: Correta. Uma Isoquanta pode ser definida como o locus geométrico em que a combinação dos fatores de produção (capital e trabalho) geram, o mesmo nível de produto. No gráfico abaixo temos a representação de um mapa de Isoquantas (Q's). Em termos algébricos, temos a representação de uma função de produção dada por $Y(K,L) = aK + bL$. Sendo, a e b são constantes positivas que são parâmetros para se chegar aos graus de substituição entre capital (K) e trabalho(L). Considerando, como exemplo, $a = b = 1$, temos o caso em que uma unidade de trabalho substitui perfeitamente uma unidade de capital no processo produtivo. Considerando estes parâmetros, $a = b = 1$, a isoquanta seria dada por $\bar{Y} = K + L \xrightarrow{isoquanta} K = \bar{Y} - L$. Note que a isoquanta gerada por este tipo de planta de produção é uma reta, onde $\bar{Y}$ é um nível dado de produção por conta da definição de isoquanta.



2: Incorreta. A possibilidade de economia de escala diz que é possível que uma empresa diminua seu custo total médio com a elevação da produção, pois assim o custo fixo (condição de curto prazo) é diluído entre as unidades produzidas pelas empresas. Considerando a curva de custo marginal como representativa da curva de oferta da empresa, temos 3 casos possíveis no longo prazo.

- Se a empresa exibir retornos decrescentes de escala, a curva de custo marginal será crescente, pois uma elevação numa dada proporção 'x' % de capital e trabalho a produção crescerá menos que 'x', no entanto, o custo por adições de capital e trabalho será crescente, logo, o custo marginal será crescente.
- Se a empresa exibir retornos constantes de escala, a curva de custo marginal será constante a um nível positivo, pois uma elevação numa dada proporção 'x' % de capital e trabalho a produção crescerá exatamente igual a 'x' Neste caso, o custo por adições de capital e trabalho cresce a uma taxa constante, logo, o custo marginal será constante.
- Se a empresa exibir retornos crescentes de escala, a curva de custo marginal será decrescente, pois uma elevação numa dada proporção 'x' % de capital e trabalho a produção crescerá mais que 'x' Neste caso, a produção cresce mais rapidamente que o custo, logo, o custo marginal será decrescente.

Ressalta-se que economias de escalas estão associadas às condições de curto prazo (pois, necessita da hipótese de custo fixo) e retornos de escala estão associadas mais às condições de longo prazo, pois, considera-se a variação do capital da empresa (que, por hipótese, é dado no curto prazo).

3: Incorreta. Por problemas de coordenação, só faz sentido em falar de formação de cartel num ambiente em que haja poucas firmas operando no mercado e que as mesmas tenham poder de mercado, ou seja, em mercados caracterizados pela presença de Oligopólios, os quais apresentam poucos produtores, produtos homogêneos, formadores de preço (se houve coordenação entre eles) e há barreiras à entrada no mercado. Há dois casos de oligopólio: 1- as firmas produzem bens homogêneos; 2- as firmas produzem bens com algum grau de diferença, porém similares, aos dos seus concorrentes, perante aos demandantes. Contudo, a demanda do cartel é dada pelas demandas individuais de cada empresa que o compõe. O fato é que a demanda de mercado do cartel não importa para o sucesso do cartel, pois é dada a partir das demandas das empresas, o que se torna importante são as condições de oferta no mercado, ou seja, se a oferta de cada empresa que compõe o cartel mercado. As condições de oferta são importantes, pois ali estão as possibilidades das empresas 'passarem a perna' no cartel para maximizarem ainda mais os seus lucros considerando que as demais empresas do cartel mantenham as decisões propostas pelo cartel. A coordenação de um cartel é elemento chave para o seu sucesso, logo, a coordenação da oferta de cada firma se torna fundamental para o sucesso do cartel.

4: Correta. Neste caso, considera-se que o monopolista é discriminador de preço de terceiro grau. Este tipo de discriminação é um tipo de caso em que o monopolista tem mais de um mercado de atuação. Para o exemplo de dois mercados, as condições de lucro do monopolista são dadas pela soma da receita total que a firma aufere em cada mercado subtraindo-se o custo total de produção para os dois mercados.

$$\Pi = RT_1(Q_1) + RT_2(Q_2) - CT(Q)$$

onde: $Q=Q_1+Q_2$

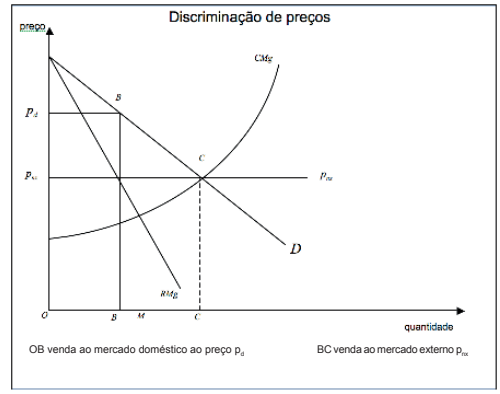
Onde as condições de primeira ordem formam o seguinte sistema:

$$\begin{cases} \dfrac{\partial \Pi}{\partial Q_1} = \dfrac{\partial RT_1}{\partial Q_1} - \dfrac{\partial CT(Q)}{\partial Q}\dfrac{\partial Q}{\partial Q_1} \\ \dfrac{\partial \Pi}{\partial Q_2} = \dfrac{\partial RT_2}{\partial Q_2} - \dfrac{\partial CT(Q)}{\partial Q}\dfrac{\partial Q}{\partial Q_2} \end{cases}$$

Logo, a maximização do lucro requer qu**e:**

$$\frac{\partial RT_1}{\partial Q_1} = \frac{\partial RT_2}{\partial Q_2} = \frac{\partial CT(Q_1+Q_2)}{\partial Q} \longrightarrow Rmg_1 = Rmg_2 = Cmg$$

A figura abaixo ilustra uma situação em que o produtor é monopolista no mercado interno (vendendo neste mercado ao preço Pd) e vende ser produto a um preço dado no mercado externo (Pnx). Note-se que o monopolista oferta no mercado interno até o ponto em que a sua receita marginal (do mercado interno) se iguala ao Pnx que é sua receita marginal no mercado externo, em tal ponto, passa a ser vantajoso o monopolista ofertar ao mercado externo até a condição em que a Pnx (receita marginal do mercado externo) se iguala ao custo marginal (Cmg), onde temos a condição $Rmg_1 = Rmg_2 = Cmg$.



Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Uma pequena economia apresenta demanda interna por certo bem descrita por Q = 1000 - 25 P, em que Q e P representam, respectivamente, quantidade (número de unidades) e preço do bem (em R$). Quando não há intercâmbio comercial com o resto do mundo, são consumidas 250 unidades do bem, entendendo o governo ser a oferta interna do bem insuficiente para permitir a satisfação de uma demanda potencialmente maior, haja vista que o preço praticado internacionalmente, no valor de R$ 10, é inferior ao observado no país. Nessa situação hipotética, para atender a uma demanda de 650 unidades, o governo deveria aplicar a tarifa *ad valorem* de importação correspondente a

(A) 10%.
(B) 20%.
(C) 30%.
(D) 40%.
(E) 50%.

Primeiramente, devemos organizar os dados do problema:

- Demanda interna sem intercâmbio – 250 unidades
- O preço de mercado sem intercâmbio com o resto do mundo é facilmente encontrado substituindo-se a demanda pela variável "Q" da equação, de sorte que 250 = 1000 - 25p, isto é, **p = 30.**

Assim, se o governo deseja atender a uma demanda estimada de 650 unidades, o preço do bem no mercado interno deverá ser 650 = 1000 – 25p, isto é, **p = 14**. Se o preço do bem no mercado internacional é de R$ 10, temos que o governo deve aplicar uma tarifa de 40% sobre o preço do bem no mercado internacional, ou seja, 10 x (1+ 40%) = 14. Portanto, a alternativa **D** é a correta.

Gabarito "D"

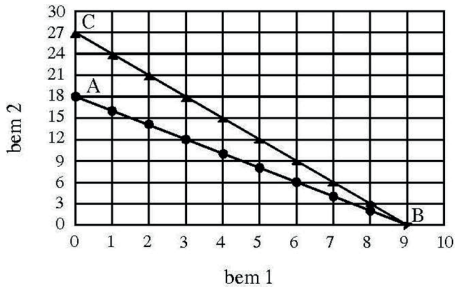
(Diplomacia – 2009 – CESPE) Para produzir Q unidades de certo bem, uma firma arca sempre com um custo fixo (CF) de R$ 100, além de um custo variável (CV) que depende da quantidade produzida, sendo marginalmente crescente e assim definido: $CV = 2\ Q^2$.

Nessa situação hipotética, o custo médio total (CMT) da firma na produção de 10 unidades é igual a

(A) R$ 12.
(B) R$ 20.
(C) R$ 30.
(D) R$ 50.
(E) R$ 100.

O custo total (CT) da firma é obtido pela somatória de seus custos fixos (CF) e seus custos variáveis (CV), de modo que a equação de custo total dessa firma é dada, segundo os dados do problema por:
$CT = CF + CV$
$CT = 100 + 2q^2$
Para 10 unidades, temos, portanto:
$CT = 100 + 2\ (10)^2$
$CT = 300$
O custo total médio (CTMe) também pode ser entendido como custo unitário, ou custo por unidade produzida, sendo encontrado por meio da divisão do custo total pela quantidade produzida. Logo, o custo total médio é dado por CT/Q = 300 / 10 = **R$ 30**. A alternativa C é a correta.
Gabarito "C"

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Em uma pequena economia, inicialmente, sem relações comerciais com o resto do mundo, certo consumidor dispunha de renda de R$ 36 e tinha preferências distribuídas entre dois bens: 1 e 2. A restrição orçamentária do referido consumidor é descrita, no gráfico acima, pela curva AB, cujos eixos representam quantidades (em unidades) dos bens 1 e 2. Posteriormente, em razão da eliminação de barreiras ao comércio, o consumidor se deparou com novas possibilidades de consumo, representadas no triângulo ABC.

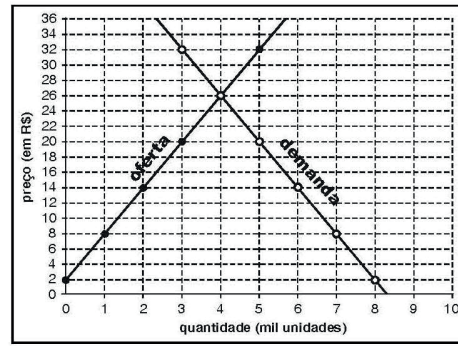


Considerando a situação hipotética apresentada e supondo que esse consumidor, sempre maximizando sua utilidade, escolhesse consumir 3 e 4 unidades do bem 1, respectivamente, antes e depois da abertura da economia, assinale a opção que apresenta, respectivamente, a diferença entre as quantidades do bem 2 consumidas depois e antes da abertura e a proporção entre os preços do bem 2 depois e antes da abertura.

(A) 1 e 1/3
(B) 1 e 2/3
(C) 1 e 1
(D) 3 e 1/3
(E) 3 e 2/3

Pelo enunciado sabemos que a abertura comercial trouxe melhoria à economia no que diz respeito ao nível de consumo, barateando, devido à concorrência externa, os bens disponíveis internamente.
O gráfico nos indica que a abertura beneficiou apenas o consumidor do bem 2, uma vez que aumentou a quantidade acessível de bens caso toda a renda fosse utilizada em seu consumo, como vemos pela rotação para cima da linha de possibilidades de consumo no eixo y. Ou seja, antes da abertura, o máximo que o consumidor conseguiria comprar com R$ 36 seria 18 unidades do bem 2; com a abertura comercial, a renda disponível do consumidor lhe permitira adquirir 27 unidades. Com isso, deduzimos que o preço do bem 2 sofreu redução.
Além disso, o gráfico nos informa que antes da abertura o consumidor escolheu 3 unidades do bem 1, de forma que consumira 12 unidades do bem 2. Após a abertura, passa a consumir 4 unidades do bem 1 e 15 unidades do bem 2. Com isso, eliminamos 3 alternativas, uma vez que apenas as opções D e E assinalam uma diferença de 3 unidades. Cumpre agora encontrar a variação no preço do bem 2.
Sabendo-se que a renda deve ser dividida entre o consumo dos dois bens, chegamos à igualdade orçamentária, dada por
Renda = Consumo do bem 1 + Consumo do bem 2
O consumo em valores monetários é dado pelo preço do bem multiplicado pela quantidade consumida, de sorte que
Renda = [p(1) x q(1)] + [p(2) x q(2)]
Para encontrar o preço do bem 2, basta supor que a quantidade do bem 1 seja nula e atribuir o valor máximo (limite superior do eixo y no gráfico) à quantidade do bem 2.
*Renda (**antes da abertura**) = [p(1) x q(1)] + [p(2)a x q(2)a]*
R$ 36 = 0p(1) + 18p(2)a
p(2)a = 2
O mesmo procedimento deve ser adotado para o segmento CB, o qual representa a cesta de consumo **depois** da abertura comercial.
*Renda (**depois da abertura**) = [p(1) x q(1)] + [p(2)d x q(2)d]*
R$ 36 = 0p(1) + 27p(2)
p(2)d = 1,33.
Dividindo p(2)d por p(2)a, temos que p(2)d equivale a **2/3 de p(2)a**, conforme no indica a alternativa E.
Gabarito "E"

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Considere uma pequena economia com as curvas, abaixo representadas, da oferta e da demanda internas de certo bem internacionalmente comercializado ao preço de R$ 14. Considere, ainda, que o governo cogite aplicar cada uma ou uma combinação das seguintes medidas de política comercial afetas ao bem: livre comércio, apoio ao produtor mediante subsídios à produção ou imposição de quota de importação ou de tarifa de importação.



Com base nessas condições hipotéticas, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Em livre-comércio com o resto do mundo, sem qualquer intervenção do governo, o preço do bem em equilíbrio seria de R$ 26, e a demanda do bem, na referida economia, equivaleria a 4 mil unidades.
(2) Caso o governo imponha apenas uma tarifa específica de importação, equivalente a R$ 6 por unidade importada, serão importadas 4 mil unidades, e o preço do bem em equilíbrio será de R$ 14.
(3) Caso o governo imponha apenas uma quota de importação de 2 mil unidades do referido bem, a parte da demanda atendida pela oferta interna será superior, em mil unidades, à parte provida pela importação.
(4) Caso o governo opte por manter o livre-comércio e, ao mesmo tempo, por apoiar o produtor doméstico mediante a provisão de subsídios específicos à produção doméstica equivalentes a R$ 12 por unidade, a demanda total será de 6 mil unidades, e a parte produzida internamente, 2 vezes superior à parte importada.

1: Incorreta. Em livre comércio com o resto do mundo, os preços internos tendem a convergir aos patamares vigentes no mercado internacional, uma vez que, dado o diferencial de preços (R$ 26 internamente e R$ 14 no mercado exterior), os importadores seriam incentivados a aumentar a oferta de bens até que os preços internos se equiparassem aos externos. O preço de mercado sem abertura comercial é de R$ 26;
2: Incorreta. Se o governo impuser uma tarifa de R$ 6, o preço do bem será de R$ 20 e a demanda a esse preço será de 5.000 unidades. Como a oferta interna, neste nível de preço, apenas garante 3.000 unidades, deduz-se que as importações suprirão as outras 2.000 unidades.
3: Correta. Se o governo permitir a importação de apenas 2.000 unidades, deduz-se que a diferença entre oferta e demanda deverá ter este mesmo valor. Pelo gráfico, notamos que isso ocorre quando o preço é R$ 20, de maneira que as importações permitidas (2.000 unidades) representam 2/3 do abastecimento interno (3.000 unidades).
4: Correta. Um subsídio governamental tem o efeito de reduzir o custo de produção de um determinado bem. Graficamente, o subsídio implica um deslocamento da curva de oferta para a direita até o preço cair na medida do subsídio. Neste caso, a curva de oferta se deslocaria até que o preço fosse R$ 14, ou seja, relativo a 6.000 unidades. Como a oferta interna, na ausência de subsídios, seria de 4.000 unidades, tem-se que as importações seriam, em contexto de livre comércio, de 2.000 unidades. Dessa forma, com o subsídio, a produção interna (6.000 unidades) representa duas vezes a quantidade importada. Em outras palavras, a produção interna engolfará, no gráfico, a diferença entre 6 mil e 2 mil unidades; enquanto a importação atenderá a 2 mil unidades. Portanto, a produção interna representará duas vezes a quantidade importada
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Considere as condições de equilíbrio de mercados em concorrência perfeita, de um lado, e, de outro, de mercados sujeitos ao monopólio. Considere, também, que, em ambas as condições, os produtores visem ao lucro (L), que resulta da maximização do excedente da receita total (RT) em relação ao custo total da produção (CT). Considere, ainda, que, ao maximizar o lucro, os produtores levem em consideração, entre outras variáveis, o preço (P), a quantidade produzida (Q), a receita marginal (RMg) e o custo marginal (CMg). Com base nessas considerações, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Em ambas as condições citadas, os preços equivalem ao custo marginal.
(2) Na condição de mercados sujeitos ao monopólio, a receita marginal (RMg) equivale ao custo marginal (CMg), ou seja, RMg = CMg.
(3) Em concorrência perfeita, o custo total médio (CT/Q) equivale ao custo marginal (CMg).
(4) Em concorrência perfeita, o preço é igual à receita marginal, mas inferior ao custo marginal, ou seja, P = RMg < CMg.

1: Incorreta. Em monopólio, o preço se encontra acima do custo marginal. A quantidade escolhida é aquela que iguala custo marginal e receita marginal. Como não há curva de oferta em monopólio, haja vista que a produção se ajusta à demanda, temos um lucro econômico positivo. Já em concorrência perfeita, o preço é igual ao custo marginal, que se equipara à receita marginal, de forma que o lucro econômico é zero.
2: Correta. Explicação teórica conforme item anterior.
3: A questão foi anulada por que está incompleta. O custo total médio pode ser igual, maior ou menor do que o custo marginal. A afirmativa não é conclusiva, o que impede aferir sua veracidade.
4: Incorreta. Conforme já mencionado no item (1), em concorrência perfeita, por definição, tem-se P = RMg = CMg. Caso o custo marginal seja maior do que a receita, o lucro econômico será negativo, expulsando do mercado as empresas menos produtivas, reduzindo a oferta e elevando os preços e a receita marginal, o que restaura a igualdade entre os termos.
Gabarito 1E, 2C, 3 ANULADA, 4E

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Considere-se que, em determinado mercado, a curva de demanda de um bem seja dada por *Qd* = 10 - 3p, e a curva de oferta desse mesmo bem seja dada por *Qo* = 5 + 2p, em que p seja o preço do bem. Nessas condições, é correto concluir que o equilíbrio nesse mercado será atingido para

(A) p = 1.
(B) p = 2.
(C) p = 3.
(D) p = 5.
(E) p = 10.

O preço de equilíbrio é aquele que iguala a oferta à demanda. Para encontrá-lo basta igualar as duas funções:
Qo = Qd
5 + 2p = 10 – 3p
5p = 5
p = 1
Assim, a alternativa correta é a letra A.
Gabarito "A"

(Diplomacia – 2008 – CESPE) A elasticidade preço da demanda de um bem é fundamental para se compreender a reação da quantidade demandada a mudanças em seu preço. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Quando o módulo da elasticidade preço de demanda de um bem é superior a 1, esse bem tem demanda elástica, e a receita total se reduz quando seu preço se eleva.
(2) Quando o módulo da elasticidade preço da demanda de um bem é igual a 1, a receita total não se altera quando há variações no preço.
(3) Bens que têm pequena participação no orçamento tendem a ter uma demanda inelástica em relação ao preço.
(4) Bens essenciais têm demanda elástica em relação ao preço.

1: Correta. Quando o módulo da elasticidade é maior do que 1, temos que uma elevação do preço do bem em 1% gera uma queda na quantidade demandada maior que 1% e, logo, o bem tem demanda elástica. Assim, quando o preço sobe, temos que o ganho de receita obtido com o aumento do preço é menor do que a perda de receita por conta da queda no volume vendido.
2: Correta. Pelo mesmo raciocínio descrito anteriormente, a elasticidade-preço da demanda é unitária, de forma que aquilo que se perderia com a queda no volume vendido é proporcional ao ganho de receita resultante do aumento do preço do bem.
3: Correto. Segundo a teoria econômica, quanto maior a importância do bem no orçamento, maior é a sua elasticidade. Assim, quanto menor for a importância relativa do bem, menor será a propensão do consumidor de reduzir o seu consumo, uma vez que a elevação do preço deste bem não tende a gerar grandes impactos no orçamento como um todo.
4: Incorreta. Os bens ditos essenciais são menos sensíveis ao preço cobrado pela sua aquisição. Por terem esse nome, os bens essenciais indicam importância primeira, de forma que o preço do bem não é variável relevante à decisão do consumidor. Exemplos de bens essenciais são água, energia elétrica, medicamentos, *hobbies* etc.
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

2. MACROECONOMIA

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Com base na teoria macroeconômica, assinale a opção correta.

(A) Os lucros das empresas estrangeiras reinvestidos no Brasil são contabilizados como crédito na conta capital e financeira do balanço de pagamentos brasileiro.
(B) Segundo o paradoxo da parcimônia, um aumento da poupança, no curto prazo, contribui para elevar o investimento e o nível de equilíbrio do produto interno bruto.
(C) As necessidades de financiamento no setor público, no conceito operacional, incluem a correção monetária, aplicando-se, portanto, a taxa de juros nominal sobre o estoque da dívida pública.
(D) Com o aumento dos depósitos à vista nos bancos comerciais, eleva-se o multiplicador monetário, o que contribui para a expansão da oferta de moeda.
(E) Em uma economia aberta, caso a propensão marginal para poupar seja igual a 0,25 e a propensão marginal para consumir bens importados, igual a 0,15, então o multiplicador keynesiano será igual a 10.

A opção correta é a afirmativa D. A dinâmica da criação e destruição de meios de pagamento atende a um requisito básico da contabilidade, o equilíbrio das partidas dobradas. Assim, deve-se encontrar uma equivalência entre a variação no passivo monetário do sistema monetário nacional e a diferença entre o passivo não monetário e as operações ativas do sistema monetário, segundo o esquema abaixo.

Balancete do Sistema Monetário	
Ativo	**Passivo**
(L) Reservas internacionais	(H) Papel moeda em poder do público
(N) Empréstimos ao Tesouro Nacional	(F) Depósitos a Vista do público junto aos Bancos Comerciais
(O) Empréstimos a outros órgão públicos e esferas de governo	*Passivo não monetário do Bacen*
(P) Empréstimos ao setor privado	(V) Depósitos do Tesouro Nacional
(R) Títulos públicos federais	(X) Recursos Externos
Aplicações dos bancos comerciais	(θ) Saldo líquido das demais contas
(B) Empréstimos	*Passivo não monetário dos bcos.comerciais*
b1- ao setor público	(G) Depósitos a prazo
b2- ao setor privado	(I) Recursos externos
(C) Títulos	(Ψ) Saldo líquido das demais contas
c1- Públicos	
c2- Privados	

- ↑ Operações Ativas > ↑ Passivo Não Monetário => ↑ Passivo Monetário
- ↓ Passivo Não Monetário > ↓ Operações Ativas => ↑ Passivo Monetário

O passivo monetário fará o ajuste dos saldos das operações ativas e da variação do passivo não monetário dos bancos; em suma, aumento dos depósitos à vista. O resultado é, portanto, um aumento na quantidade de moeda. Para facilitar o entendimento, consideremos um desconto de duplicata feito por uma empresa em um banco comercial. Conforme o balancete estilizado abaixo, os bancos ampliam suas operações ativas, comprando o título da empresa e, em troca, creditam na conta da mesma depósitos à vista para o seu uso (aumento do passivo monetário).

Ativo		Passivo	
+X	Δ Operações Ativas Δ Títulos públicos e particulares	**Δ Passivo Monetário**	**+ X**
		Δ Passivo Não Monetário	

Dito isso, podemos compreender, matematicamente, o que diz a afirmativa em questão. O multiplicador dos meios de pagamento é dado por:

$$m = \frac{1}{1 - d(1 - r)}$$

Sendo ***m*** o multiplicador, ***d*** a proporção entre depósitos à vista e o total de meios de pagamento (DV/M1), ***r*** a parcela dos depósitos à vista mantida sob forma de reservas bancárias (tanto no próprio caixa dos bancos, quanto sob forma de depósitos voluntários e involuntários junto à autoridade monetária. Portanto, quanto maior for o valor de ***d***, menor será o denominador e, assim, maior será o multiplicador dos meios de pagamento da economia.

A: Incorreta. "Lucros reinvestidos", de acordo com a definição do Banco Central, referem-se aos lucros gerados e não remetidos ao exterior. O registro no balanço de pagamentos corresponde ao momento em que a empresa informa ao Banco Central sua intenção de reinvestir no Brasil os lucros auferidos. O item está incorreto porque, na verdade, os lucros das empresas estrangeiras reinvestidos no Brasil são contabilizados como crédito na conta financeira do balanço de pagamentos brasileiro e não na CONTA CAPITAL E FINANCEIRA, dada a mudança de nomenclatura da Balança de Pagamentos brasileira. Vale ressaltar que lucros reinvestidos são contabilizados como débito na Balança de Rendas das transações correntes.

B: O paradoxo da parcimônia (ou da poupança) foi formulado pelo criador da macroeconomia, John Maynard Keynes, e sugeria uma inversão do sentido da causalidade entre poupança e investimento, tal qual o pensamento dominante à sua época, o qual defendia que a poupança determinava o investimento, uma vez que, dada a hipótese de mercados autorregulados, toda a poupança encontraria um uso adequado em alguma oportunidade de investimento. Keynes alterou a direção, defendendo que é o investimento que, ao gerar renda, ocasiona um aumento da poupança exatamente na medida para seu devido financiamento, uma vez que não se pode investir o que foi consumido. Portanto, a identidade entre poupança e investimento se mantém, porém com uma mudança substancial na relação causal entre as duas variáveis agregadas.

C: Incorreta. Dado o longo período de inflação no Brasil, o país aprender a conviver pacificamente com a elevação sistemática dos preços, por meio do mecanismo da correção monetária, criada pelo PAEG, durante o governo Castelo Branco (1964-1966). Durante a década de 1980, sob as agruras da crise da dívida externa, a inflação disparou a alturas inéditas, implicando aumentos progressivos no montante destinado ao pagamento do serviço de juros da dívida. Com isso, a correção monetária ocasionava um aumento autônomo da dívida pública, sem que fosse alimentada desregradamente pelo déficit público. Assim, criou-se uma taxonomia que separava o efeito da correção monetária do serviço da dívida, o conceito de déficit operacional. Portanto, a afirmativa é incorreta por que o conceito operacional desconta os efeitos da correção monetária, sendo o conceito nominal aquele que inclui a correção monetária, conforme o exemplo abaixo.

Contas Públicas - em bilhões

1 - Receita total (*)	**121,3**
1.1. Tributária	*80,0*
1.2. Previdência	*35,3*
1.3. Outras receitas correntes	*6,0*
2 - Despesa total	**148,0**
2.1. Pessoal e encargos	*52,0*
2.2. Benefícios da previdência	*38,0*
2.3. Juros nominais da dívida	*33,0*
a) Atualização monetária	*1,0*
b) Juros reais	*32,0*
3 - Resultado Nominal (= 1-2)	**-26,7**
4 - Resultado Operacional (=3-2.3.a.)	**-25,7**
5 - Resultado Primário (= 3-2.3.)	**7,3**

(*) líquidas das transferências constitucionais – Fundos de Participação e manutenção do programa de seguridade social

(E) Incorreta. O multiplicador keynesiano da renda, sem governo e numa economia aberta é dado por $\alpha = \frac{1}{1-c+m}$. Sendo (1-c) = s, e *s* denotando a propensão marginal a poupar, temos que, se *s=0,25* e m=0,15, teremos α = 2,5 e não 10, como alega a afirmativa.

Gabarito "D"

Texto para a próxima questão

Dados relativos às contas brasileiras do setor externo em 2010 (em bilhões de dólares)	
superávit do balanço de pagamentos	49,1
déficit em transações correntes	47,5
déficit na conta de serviços	31,1
remessa líquida de renda	39,6
investimentos estrangeiros diretos	48,5
investimentos brasileiros diretos no exterior	11,5
investimentos estrangeiros em carteira	67,8
saldo de outros investimentos brasileiros no exterior e outros investimentos estrangeiros no país	2,3
reservas internacionais (em 31/12/2010)	288,6
dívida externa total (em 31/12/2010)	255,7

(Diplomacia – 2011 – CESPE) A partir dos dados apresentados na tabela acima, divulgados pelo Banco Central do Brasil em 25/1/2011, assinale a opção correta.

(A) A principal contribuição para o déficit na conta de serviços provém de lucros e dividendos e, para as remessas líquidas, de aluguel de equipamentos e viagens internacionais.
(B) A dívida externa líquida brasileira é de US$ 32,9 bilhões.
(C) A balança comercial apresentou déficit no período considerado.
(D) Os investimentos estrangeiros diretos compreendem a formação e o aumento do capital de empresas, incluídas as aquisições de ações em bolsa.
(E) O Brasil obteve poupança externa no valor de US$ 47,5 bilhões.

A: Incorreta. Pela tabela, não é possível saber quais são os determinantes do déficit da conta de serviços, pois os dados não são mostrados.
B: Incorreta. A dívida externa líquida resulta da subtração das reservas internacionais da dívida externa total, de maneira que o resultado correto é (-)US$ 32,9 bilhões, ou seja, dívida líquida negativa.
C: Incorreta. Não se pode afirmar nada quanto à balança comercial, uma vez que não se conhecem os dados referentes às transferências unilaterais, a terceira conta que compõe o saldo em transações correntes. O acompanhamento empírico levaria o candidato a falsear automaticamente a afirmativa, uma vez que, desde o ano 2000, a balança comercial vem apresentando superávits crescentes.
D: Incorreta, pois os investimentos estrangeiros diretos se referem apenas a capital acionário, isto é, recursos aplicados diretamente no capital de empresas no país, com exceção do ramo de atividade denominado "portfolio" (anexos I a V da Resolução nº 1.289, de 20 de março de 1987), o qual inclui, além de investimentos em ações, aplicações nos Fundos de Renda Fixa - Capital Estrangeiro e Fundos de Privatização.
E: Correta, pois reflete uma identidade contábil: todo déficit em transações correntes deve ser financiado por um lançamento positivo na conta financeira. Como o déficit em conta corrente foi de US$ 47,5 bilhões, conclui-se, por truísmo, que a poupança externa foi no mesmo montante, embora com sinal positivo.
Gabarito "E"

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Com relação às contas nacionais, assinale a opção correta.

(A) No caso de um *superavit* na conta de transações correntes de um país, o balanço de pagamentos registrará o aumento líquido dos direitos do exterior, ou seja, trata-se de situação em que os residentes no exterior financiam o endividamento desse país.
(B) O produto nacional bruto (PNB) nominal mede o valor da produção aos preços vigentes no período em que o produto é produzido; a renda nacional, por sua vez, mede as receitas provenientes da venda da produção; logo, desconsiderando-se a depreciação e os impostos, o PNB e a renda nacional são, por definição, iguais.
(C) Um aumento no preço dos produtos importados necessariamente causa aumento no deflator do produto interno bruto (PIB).
(D) Caso esteja vendendo divisas estrangeiras e reduzindo sua oferta de moeda nacional, o BACEN poderá contrabalançar essa redução por meio de operações de venda de títulos no mercado, visto que os recursos auferidos por tais operações aumentarão a oferta de moeda na economia.
(E) A desvalorização da moeda acarreta necessariamente a melhora da balança comercial, tanto no longo quanto no curto prazos.

A: Incorreta. A alternativa seria correta se, em vez de "superávit", mencionasse "déficit". No primeiro caso, não há endividamento por parte do país, ao menos não como contrapartida de acordos comerciais, uma vez que o país consegue gerar as divisas necessárias para saldar suas compras do exterior. Outra substituição que tornaria a afirmativa verdadeira seria a de "superávit em transações correntes" por "superávit na conta de capital".
B: Incorreta. É o PIB que mede o valor nominal da produção aos preços vigentes. O PNB contabiliza a entrada e saída de rendas auferidas do processo produtivo, como os lucros das empresas estrangeiras remetidos ao exterior e a renda de estrangeiros residentes enviada a seu país de origem (ou de emigrantes de volta a seu país).
C: Correta. Dado que o cálculo do deflator do PIB mantém constantes as quantidades de bens e altera apenas os preços destes, podemos notar que uma elevação dos bens estrangeiros impulsiona a inflação interna, um processo chamado de *pass-through* inflacionário, ou importação da inflação por via do comércio exterior.
D: Incorreta. Para contrabalançar o enxugamento da liquidez resultante da venda de divisas estrangeiras, o Banco Central deveria comprar títulos públicos no mercado, cedendo moeda em troca da reapropriação dos títulos anteriormente vendidos, o que aumentaria a oferta de moeda.
E: Inconclusiva. A afirmativa é correta e incorreta, dependendo da estrutura de comércio de cada país, da elasticidade-preço e elasticidade-renda das demandas pelos produtos exportados, da pauta de importações e dos termos de troca entre as nações. Assim, a afirmativa é vaga o suficiente para estar correta e incorreta, uma vez que não define adequadamente sob quais condições o fenômeno em questão ocorreria.
ANULADA

(Diplomacia – 2010 – CESPE) A economia monetária analisa a oferta e a demanda de moeda, fundamentais para o estudo de importantes variáveis macroeconômicas, tais como taxa de juro e inflação. Com base nessa teoria, assinale a opção correta.

(A) No Brasil, os depósitos especiais remunerados, os depósitos de poupança e as quotas de fundos de renda fixa integram o agregado monetário M2.
(B) Caso as razões reservas/depósito e papel-moeda/depósitos sejam, respectivamente, iguais a 0,2 e 0,1, o multiplicador monetário será igual a 3,67.
(C) Embora o uso crescente de cartões de crédito e de cartões de débito automático reduza a demanda de precaução por moeda, diminuindo a razão de deter moeda por motivos precautórios, a disseminação do uso desses tipos de cartão não altera a demanda de transações de moeda.
(D) A redução, em 2008, pelo Banco Central americano (Federal Reserve – FED), da taxa de redesconto, de 3,50 para 3,25, indica que se visava reduzir o custo de crédito e, assim, estimular a economia.
(E) A hipótese clássica da neutralidade da moeda no longo prazo baseia-se na existência de velocidade crescente de circulação da moeda em relação direta com o aumento do nível da renda.

A alternativa correta é a letra D. Quando a autoridade monetária reduz a taxa de redesconto está penalizando menos a instituição financeira que recorre ao Banco Central para uma injeção de liquidez, uma vez que essa taxa é a cobrança pela alavancagem excessiva efetuada pelo banco, ou seja, o banco emprestou dinheiro em quantidade e a um prazo maiores do que poderia ter feito. Assim, quando a taxa de redesconto é reduzida, envia-se aos bancos um sinal para tomarem mais riscos, fornecendo mais crédito às empresas e famílias; logo, reduz-se o custo do crédito e, com isso, estimula-se a economia.
A opção A é incorreta por agregarem os fundos de renda fixa, os quais são incorporados apenas no M3, bem como por não contar o M1 como parte do M2. Segundo o Banco Central do Brasil, M2 = M1 + depósitos especiais remunerados + depósitos em poupança + títulos emitidos por instituições depositárias (depósitos a prazo, letras de câmbio, letras imobiliárias e letra hipotecárias) + depósitos para investimento. O M3, por sua vez é formado pelo M2 + quotas de fundos de renda fixa + operações compromissadas registradas na SELIC (operação de títulos públicos para efeitos de política monetária).
A alternativa B é errada, pois o multiplicador dos meios de pagamento é dado pela fórmula

$$m = \frac{\frac{PMPP}{DV} + 1}{\frac{PMPP}{DV} + \frac{R}{DV}}$$

em que "R" representa o total de encaixes dos bancos. Nesse caso, o exercício nos diz que R/DV = 0,2 e que a razão (PMPP/DV) é 0,1. Substituindo na fórmula os valores, chegaremos ao resultado 3,67. O problema é que a questão não nos diz se os depósitos são à vista ou se incluem os depósitos a prazo, de forma que não sabemos se se trata de M1 ou M2.
O item C é incorreto, pois o uso generalizado de cartão de crédito altera ambos os motivos (precaução e transação) da demanda por moeda, uma vez que substitui a moeda física por transações digitais. Assim, observa-se que o uso de meios eletrônicos de pagamento acelera a velocidade de circulação de moeda.
Por fim, a opção E é incorreta, uma vez que a proposição da neutralidade da moeda exige, como pressuposto, que a velocidade de circulação seja constante, de forma que, a partir da equação quantitativa de trocas MV = PT, tenhamos M => P, ou seja, um aumento na quantidade de moeda que circula pela economia gera aumentos proporcionais nos preços das mercadorias.
Gabarito "D"

(Diplomacia – 2009 – CESPE) A demanda agregada total (doméstica e externa) de uma economia aberta equivale ao seu produto interno bruto (PIB), sendo os seguintes os seus principais componentes: consumo, investimento, compras do governo e exportação líquida de bens e serviços. Supondo-se que essa economia gere um PIB anual de R$ 1 trilhão, mantenha uma taxa de investimento igual a 20% do PIB e que, nessa economia, o consumo e os gastos do governo sejam respectivamente 3,1 e 0,7 vezes superiores ao investimento, é correto concluir que o saldo exportador dessa economia será de

(A) R$ 38 bilhões.
(B) R$ 40 bilhões.
(C) R$ 76 bilhões.
(D) R$ 80 bilhões.
(E) R$ 102 bilhões.

Tomando nota dos dados, temos os seguintes valores:
PIB = R$ 1 tri
I = R$ 0,2 tri
G =0,7 x (I) = R$ 0,14 tri
C= 3,1 x (I) = R$ 0,62 tri
Pela ótica da demanda, temos qu**e:**
PIB = C + I + G + (X – M)
Substituindo os valores sem as unidades, para facilitar a operação algébrica, temos
1 = 0,62 + 0,2 + 0,14 + (X - M)
Rearranjando os termos, conclui-se que o saldo exportador (X-M) = R$ 0,04 tri, ou R$ 40 bilhões, conforme nos indica a alternativa B.
Gabarito "B"

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Considerando a contabilidade do balanço de pagamentos do Brasil e das contas nacionais, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Os juros registrados na conta de renda de transações correntes superavaliam os encargos da dívida externa brasileira, porque incorporam todos os gastos relacionados ao pagamento desses juros.
(2) A diferença entre a renda nacional bruta e a renda interna bruta é obtida por meio do somatório dos saldos da conta de renda e da conta de transferências unilaterais.
(3) Um *deficit* de 100 dólares na conta de transações correntes implica, necessariamente, a perda do mesmo valor nas reservas internacionais.
(4) Remessas de máquinas e equipamentos de uma companhia estrangeira para sua filial no Brasil não precisam ser registradas no balanço de pagamentos, visto que tal operação não envolve entrada ou saída de divisas.

1: Incorreta. Os serviços de juros não superavaliam porque são o registro preciso dos pagamentos dessa natureza efetuados pelo país.
2: Incorreta. A diferença é dada apenas pelo saldo das transferências unilaterais, as quais são emissões ou recebimentos de divisas sem qualquer contrapartida em serviços ou bens. Já a conta de renda, formada pelos lucros (remuneração do capital), juros (remuneração da poupança) e salários (remuneração do trabalho) exige uma contrapartida, seja de serviços financeiros, investimentos, capital intelectual etc.
3: Incorreta. Um déficit em transações correntes implica, pelo princípio das partidas dobradas, um crédito de mesmo montante na conta de capital e financeira, ficando as reservas internacionais inalteradas em função desse resultado.
4: Incorreta. Uma transferência de máquinas gera movimentação financeira e deve ser contabilizada como entrada de capital no país.
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2008 – CESPE) A tabela a seguir apresenta dados em unidades monetárias (u. m.) do país Alfa em determinado ano.

natureza	valor (em u. m.)
gastos das famílias	250
gastos correntes do governo	100
poupança bruta doméstica	120
variação dos estoques	10

As transações do país Alfa com o resto do mundo nesse mesmo ano são mostradas na tabela seguinte.

natureza	valor (em u. m.)
exportações de bens e serviços	20
importações de bens e serviços	40
remessas financeiras de emigrantes a seus familiares residentes no país Alfa	5
pagamentos de salários a não-residentes por empresas do país Alfa	10

Com base nessa situação hipotética, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) As poupanças dos residentes no país Alfa foram capazes de financiar todo o investimento realizado por esse país no ano considerado.
(2) No ano considerado, a Renda Nacional de Alfa foi superior à Renda Interna Bruta desse país.

(3) No ano considerado, a Renda Nacional de Alfa foi inferior à Renda Disponível Bruta desse país.

1: Incorreta. Por definição, o investimento é igual à poupança bruta doméstica. Neste caso, a poupança é insuficiente para suprir as necessidades de financiamento agregado do investimento, uma vez que o país sofre uma perda de poupança resultante do envio de rendas para o exterior por parte de não residentes (10) maior do que o recebimento de renda por parte de emigrantes do país Alfa.
2: Incorreta. A diferença entre Renda Nacional Bruta e Renda Interna Bruta é a renda líquida enviada ao exterior. Em termos matemáticos,
Renda Nacional Bruta = Renda Interna Bruta – Renda Enviada ao Exterior + Renda Recebida do Exterior
Como a renda enviada (pagamentos de salários a não residentes por empresas do país Alfa) é maior do que a renda recebida do exterior (remessas financeiras de emigrantes a seus familiares residentes no país Alfa), a Renda líquida enviada ao exterior é positiva, isto é, o envio é maior do que o recebimento. Com efeito, a renda nacional bruta é menor do que a renda interna bruta.
3: Incorreta. A renda disponível está associada a impostos diretos, desconto de lucros retidos, contribuições previdenciárias e transferências governamentais às famílias, dados que o problema não oferece ao candidato, inviabilizando a conclusão da afirmativa.
Gabarito 1E, 2E, 3E

3. ECONOMIA INTERNACIONAL

(Diplomacia – 2012 – CESPE) No que se refere à economia internacional e a questões a ela relacionadas, assinale a opção correta.

(A) Em economias que privilegiam a produção, tarifas são preferíveis a quotas, porque, embora reduzam o excedente do consumidor, deixam o do produtor inalterado.
(B) No modelo ricardiano das vantagens comparativas, os ganhos do comércio são explicados pelas diferenças da produtividade marginal relativa do fator trabalho entre os países.
(C) Considere que uma empresa mineradora brasileira compre empresa da área de mineração na Tailândia. Nessa situação, a transação deve ser registrada na conta capital da CCF (conta capital e financeira) do balanço de pagamentos brasileiro.
(D) Políticas fiscais expansionistas contribuem para a depreciação da moeda e para o aumento do investimento e das exportações líquidas.
(E) Como o contágio que caracterizou as crises de câmbio do período 1980-2000 deveu-se ao canal financeiro, não houve deterioração da balança comercial dos países afetados por esse fenômeno.

A alternativa correta é a afirmativa (B). O modelo ricardiano das vantagens comparativas busca mostrar que a diversificação da pauta exportadora é uma solução inferior aos países, uma vez que o comércio internacional permite um aumento da produtividade dos países que concentrarem sua produção nos bens em que apresentam maior capacidade produtiva, isto é, nos bens que custam menos horas de trabalho por unidade. A falha fundamental do modelo ricardiano está na desconsideração do (ou falta de ênfase no) fator tecnologia. Com efeito, o país deve produzir aquilo que lhe custa menos e importar o bem que apresentar maiores custos. Podemos usar o termo "custos comparativos" para sintetizar o problema, porque se trata das diferenças entre os custos comparativos dos países na produção de bens que os motivam a especializar-se em tal ou tal produto. Um país pode ter custos absolutos menores em todos os produtos, mas comparativamente, é melhor especializar-se em alguns, o que lhe permite fazer trocas com outros países. Aí vale ressaltar que o custo comparativo é uma síntese entre custos absolutos de produzir um bem e custos de oportunidades. Com isso, os países ganham com uma maior produtividade da economia mundial, melhorando o bem-estar daqueles envolvidos no comércio internacional. De forma esquemática, podemos entender a teoria das vantagens comparativas da seguinte maneira:

Teoria das Vantagens Comparativas

Quantidade de homens/hora para a produção de uma unidade de mercadoria

País/Produto	Tecidos	Vinho
Inglaterra	100	120
Portugal	90	80

□ Portugal detém vantagem absoluta em ambos os produtos

Vantagens Comparativas – Situação sem Comércio Internacional

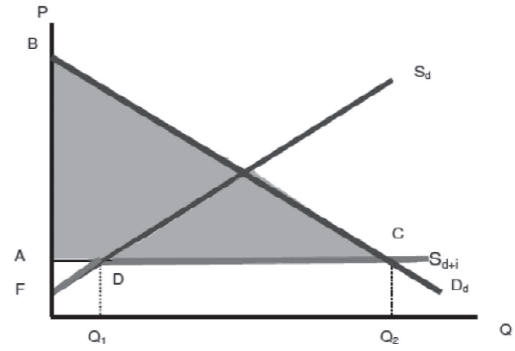
País/Produto	Tecido (unidade)	Vinho (unidade)
Inglaterra	0,83 unidade de vinho	1,2 unidade de Tecido
Portugal	1,13 unidade de vinho	0,89 unidade de tecido

□ Ambos os países se beneficiarão ao especializarem-se na produção da mercadoria em que possuem vantagem comparativa, exportando-a, e importando o outro bem.

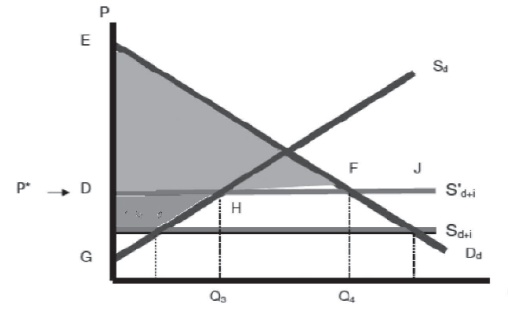
Se a troca ocorrer à taxa de 1 unidade de vinho para 1 unidade de tecido, ambos os países serão beneficiados.

- Inglaterra importa vinho por menos de 1,2 unidade de tecido e poupa 20 horas de trabalho
- Portugal importa tecido por menos de 1,13 unidade de vinho e poupa 10 horas de trabalho

A: Incorreta. **Tarifa é um imposto cobrado pelo país importador quando um bem importado cruza sua fronteira.** A aplicação de uma tarifa gera efeitos tanto sobre o excedente do consumidor quanto sobre o excedente do produtor, conforme a figura abaixo. A curva em vermelho representa a oferta da economia aberta. O triângulo retângulo mostra o excedente do consumidor, o qual pode consumir mais numa economia aberta, em que os produtores nacionais concorrem com os produtos importados, reduzindo os preços e permitindo um maior consumo por parte dos cidadãos. A imposição de uma tarifa, reduz o excedente do consumidor e aumenta o ganho do produtor (área verde do gráfico da direita).



Excedente do consumidor = ABC
Excedente do produtor = ADF



Excedente do consumidor = DEF
Preço de equilíbrio = P*
Curva de oferta = GHFJ

C: Incorreta. A referida transação deve ser debitada (uma vez que se trata de divisa abandonando o país) na rubrica Investimento Direto de Empresas Brasileiras no Exterior, a qual consta da Conta Financeira do Balanço de Pagamentos e não na Conta Capital.

D: Incorreta. Uma política fiscal expansionista, em regime de câmbio flutuante, leva a um aumento da renda que amplia a demanda por investimentos e por importações, ou seja, levam a uma queda das exportações líquidas, uma vez que essas dependem da renda do restante do mundo e da elasticidade-preço das exportações. Assim, mantidas constantes as exportações, o aumento das importações faz com que haja pressão sobre a demanda por moeda estrangeira, levando à desvalorização do câmbio, a qual pode ou não levar a uma melhoria nas exportações líquidas, a depender dos fatores mencionados. Além disso, é válido mencionar que que políticas fiscais expansionistas não têm eficácia em regime de câmbio flutuante. O aumento dos gastos obriga o governo a aumentar os juros para financiar o déficit das suas contas. O aumento dos juros contribui para atrair moeda estrangeira, apreciando a taxa de câmbio, o que resulta em uma diminuição das exportações líquidas.
E: Incorreta. Há uma solidariedade entre os fenômenos financeiros e comerciais do balanço de pagamentos, de maneira que se um é afetado, o outro deve ser ativado para compensar os desequilíbrios. Assim, o fato de as crises das décadas de 1980 e 2000 terem um caráter financeiro proeminente, a posição comercial do país é fundamental para que o mesmo consiga sair da crise, haja vista que é o comércio que provê as divisas que propiciarão o pagamento das dívidas, bem como garantirão a conversibilidade da moeda doméstica perante os demandantes de divisas. Nesse tocante, as crises financeiras geralmente têm antecedentes associados a uma abundância de influxos de capitais, os quais promovem uma forte valorização do câmbio, a qual induz a desequilíbrios comerciais e a um acúmulo de passivos perante o restante das economias do mundo. Quando é deflagrada a crise, esse passivo externo se realiza como restrição externa, obrigando as nações em crise a desvalorizar sua taxa de câmbio de forma a operar a transferência líquida de recursos ao exterior, uma vez que o valor relativo do trabalho naquele país sofre redução perante o exterior. Portanto, as crises financeiras estão intimamente relacionadas a desequilíbrios comerciais.
Gabarito "B"

(Diplomacia – 2011 – CESPE) A regulação dos fluxos externos está associada à utilização de instrumentos — cambiais ou não — considerados mais ou menos eficazes, conforme seus objetivos e suas respectivas circunstâncias. A respeito da utilização de tais instrumentos, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) A ausência de barreiras, em prol da liberalização das trocas externas, promove, entre outros benefícios, o aumento da autossuficiência dos países no que concerne à disponibilidade de bens e serviços e a redução dos riscos associados às oscilações nas quantidades produzidas e nos preços praticados.

(2) A obtenção de economias crescentes de escala é um dos benefícios indiretos do estabelecimento de restrições fitossanitárias, o qual, em razão de sua natureza concreta e objetiva, propicia retaliações internacionais.

(3) Um dos argumentos em favor da imposição de barreiras alfandegárias é o de que, com esse procedimento, se evita a exportação de empregos, que, igualmente, tende a ocorrer quando, por efeito da valorização do câmbio, as exportações de um país se tornam menos competitivas.

(4) De acordo com a teoria cambial básica, com taxas flutuantes e mercado similar ao de concorrência perfeita, os déficits no balanço de pagamentos provocariam apreciação real da taxa de câmbio, e os superávits, depreciação, o que conduziria ao equilíbrio do balanço de pagamentos.

1: Incorreta. A proliferação do comércio internacional tende a elevar a especialização produtiva nos países e, como consequência, a interdependência entre eles, de maneira que se aprofunda a necessidade de coordenação nas ações produtivas para que se evitem crises de abastecimento de bens específicos, tais como energia, alimentos, minérios etc.
2: Incorreta. As restrições fitossanitárias geram apenas reservas de mercado, as quais são, por definição, resultados ineficientes do ponto de vista econômico, por impedirem a livre concorrência e gerarem estratificação do mercado mundial pelo critério de adequação a essas normas.
3: Correta. Quando as exportações de um país se tornam menos competitivas, sua demanda agregada é reduzida, destruindo empregos na economia. Simultaneamente, outro país que produz o mesmo bem recebe uma demanda maior por ter custos de produção mais baixos, o que leva ao aumento de sua demanda agregada e, por conseguinte, à multiplicação de empregos nesse país. No caso das barreiras, deve-se considerar a exportação de empregos por meio da importação de bens, que ocorre quando se compram mais bens produzidos em outros países e deixa-se de comprar dos produtores nacionais. Isso desloca a demanda do mercado interno para o mercado externo, transferindo, portanto, impulso econômico para o exterior, com o que se desfazem empregos aqui e se criam novas vagas no país de onde se importa.
4: Incorreta. Sob taxas de câmbio flutuantes e livre comércio, o déficit comercial tende a elevar a taxa de câmbio nominal e, mantidos os preços internos e externos constantes, a aumentar a taxa de câmbio real. No caso de superávit comercial, ocorre o inverso.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Julgue (C ou E) os itens subsequentes, relativos a conceitos da economia internacional.

(1) Os aumentos do imposto sobre operações financeiras incidente sobre os investimentos estrangeiros constituem exemplos de controles de capitais de curto prazo, cujo objetivo é neutralizar os impactos decorrentes da volatilidade dos fluxos desse tipo de capital sobre os mercados cambial e de capitais.

(2) A imposição de tarifas, além de transferir recursos dos consumidores para o governo, conduz ao aumento dos preços dos bens domésticos e eleva a ineficiência na economia.

(3) Nos sistemas de câmbio fixo, as políticas monetárias expansionistas são particularmente eficazes para elevar a demanda agregada porque, nesses sistemas, o efeito deslocamento é minimizado.

(4) Por elevar o custo de oportunidade do consumo, a especialização constitui uma das bases do comércio internacional, o que contradiz a lei das vantagens comparativas.

1: Correta. Os fluxos de capitais podem ser divididos entre os de curto prazo (operações com títulos de renda fixa, contratos no mercado futuro, ações e bônus no mercado secundário) e os de longo prazo, estes geralmente associados a investimentos na produção, tais como compra de participação societária em empresas e investimentos diretos. A entrada desmedida de capitais de curto prazo tende a instabilizar o mercado de câmbio, pressionando a taxa de câmbio para baixo e dificultando as vendas de bens no exterior. O IOF permite que se discipline essa entrada por dar preferência ao capital produtivo de médio e longo prazos.
2: Correta. As tarifas de importação têm o efeito de favorecer o produtor nacional às custas do consumidor, pois criam um preço artificial para os bens protegidos contra a concorrência externa. Nesse sentido, a economia se torna menos eficiente, uma vez que o custo de vida se eleva sem gerar estímulos suficientes para melhorias na esfera da produção, tais como investimentos em tecnologia, treinamento da mão de obra, pesquisa e desenvolvimento etc.;
3: Incorreta, pois em um regime de câmbio fixo, a política monetária é passiva, ou seja, depende do comportamento das reservas internacionais que dão lastro à moeda doméstica. Com efeito, uma política monetária expansionista apenas pode ocorrer se houver um saldo positivo nas contas externas. Ademais, o efeito deslocamento é resultante da política de expansão de gastos públicos, os quais, mantido o nível de poupança agregada, geram uma elevação da taxa de juros, por meio da qual se "expulsa" o setor privado do consumo e do investimento, cuja poupança é destinada ao financiamento dos gastos do governo.
4: Incorreta em dois pontos: a especialização não aumenta o custo de oportunidade do consumo; isso é feito pela taxa de juros, cuja elevação implica disponibilizar ao consumidor uma alternativa ao consumo presente, desincentivando o consumo. O segundo erro se refere à doutrina das vantagens comparativas, em que é exatamente a especialização que permite aos países obter ganhos de produtividade, reduzindo custos e ampliando a produção mundial de bens, a qual aprimoraria o bem-estar mundial por meio do comércio entre nações.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2010 – CESPE) A globalização do espaço econômico torna o estudo da economia internacional cada vez mais relevante para o entendimento das relações de comércio entre as nações. A esse respeito, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o princípio das vantagens comparativas, a produção mundial total será maximizada se cada bem for produzido pelo país capaz de fazê-lo com os menores custos.

(B) De acordo com a visão de Prebisch, as recorrentes crises, nas nações periféricas, causadas pelo desequilíbrio dos balanços de pagamentos, decorreram, em parte, do fato de às elevadas elasticidades-renda da demanda de importações terem-se contraposto as baixas elasticidades-renda das exportações da periferia, o que contribuía para a deterioração dos termos de trocas desses países.

(C) Consoante a teoria da paridade do poder de compra, país cuja taxa de inflação é mais elevada que a que prevalece nas demais nações enfrenta pressões para apreciar a moeda nacional.

(D) O modelo clássico de comércio internacional, formulado no começo do século XIX, não pode ser aplicado ao comércio de serviços.

(E) No longo prazo, a adoção de barreiras comerciais, como, por exemplo, tarifas e quotas à importação, conduz ao aumento da taxa de câmbio real, o que favorece o aumento das exportações líquidas da economia e a redução do *deficit* de conta-corrente na economia.

A: Incorreta. O princípio das vantagens comparativas alega não que a produção mundial será maximizada, o que dependeria do avanço tecnológico em geral (premissa não adotada pelo modelo), mas sim que o bem-estar de todos aqueles envolvidos no comércio internacional é aprimorado pelos ganhos advindos da especialização produtiva, que reduz os custos em termos comparativos (custo absoluto + custo de oportunidade) e aumenta a produção mundial.
B: Correta. O problema dos termos de troca entre as nações do centro e da periferia estavam associados ao problema das elasticidades-renda dos produtos exportados e importados pelas nações periféricas. A exportação de bens primários é inelástica à renda, ou seja, conforme melhora o nível de renda no mundo, a demanda tende a se deslocar para os bens manufaturados. Estes, porém, eram importados pelos países periféricos, e não exportados. Assim, a melhoria do padrão de vida tenderia a implicar déficits estruturais cada vez maiores, dada a crescente demanda por bens manufaturados importados. Eis um traço da dependência da periferia em relação ao centro, abordados por Prebisch.
C: Incorreta. Segundo a teoria da paridade do poder de compra, um país que enfrenta inflação tem um custo de vida mais elevado e, portanto, tende a demandar mais bens comercializáveis do exterior. No entanto, nada sugere uma valorização do câmbio. Tudo o que a PPC faz é ponderar os indicadores de um país com relação ao custo de vida, ou seja, ao patamar de preços vigente em cada país, de forma que a comparação entre as nações seja mais precisa.
D: Incorreta. O princípio do livre comércio poderá ser aplicado a serviços como transporte, seguro, educação e hospedagem virtual, entre outros, se houver mobilidade de recursos e de fatores de produção. No entanto, nem todos os serviços podem ser transacionados (como os de cabeleireiro, manicure, pedreiro etc.), pois enfrentam barreiras geográficas à sua comercialização.
E: Incorreta. A adoção de barreiras comerciais implica uma elevação dos níveis dos preços internos abarcados pelas medidas de proteção. Com efeito, o que se nota é uma apreciação da taxa de câmbio real [câmbio nominal x (preços no exterior/preços domésticos)], a qual aumenta as importações e, por conseguinte, deteriora a balança comercial.
Gabarito "B"

(Diplomacia – 2010 – CESPE) No que concerne à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), julgue C ou E.

(1) A criação, pela ONU, da CEPAL — que depois inclui também a região do Caribe — contou, desde o início, com o decidido apoio dos EUA.

(2) As ideias de Raul Prebisch — o grande mentor da CEPAL — tiveram grande influência e contribuíram decisivamente para a convocação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês).

(3) Prebisch advogou para a América Latina um modelo de industrialização agressivamente voltado para a exportação, de modo a corrigir a deterioração dos termos de troca entre os países do Norte e do Sul.

(4) No Brasil, entre os economistas que trabalharam na CEPAL e foram influenciados por Prebisch, cabe mencionar Celso Furtado.

1: Incorreta. Criada em 1948, com a liderança do economista argentino Raúl Prebisch, a Cepal nasceu como uma proposta de emancipar economicamente os países da América Latina em relação aos países industrializados. Embora posteriormente tivessem aderido ao corpo de Estados-membros, os EUA dispensaram apoio ao projeto no início, muito embora a Comissão nascesse como resposta ao predomínio dos interesses comerciais dos EUA sobre os de seus vizinhos de continente. Atrelada ao ECOSOC, constitui uma agência especializada da ONU.
2: Correta. Como já dito, Prebisch é o grande idealizador e teórico da deterioração dos termos de troca que prejudicam os países latino-americanos em razão de sua estrutura econômica centrada em bens primários. Ao dividir o mundo em países centrais e periferia do sistema, Prebisch defendeu a importância das políticas regionais – mais adequadas às realidades sociais e econômicas dos países –, em contraposição à proposta de que o livre comércio, por si só, conduziria o mundo a uma convergência de padrões de vida, argumento ratificado pela UNCTAD.
3: Incorreta. Em seu famoso ensaio "O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas", Prebisch critica a falsa universalidade da ciência econômica, a qual se manifestaria na tentativa de aplicar na periferia categorias analíticas adequadas apenas à realidade socioeconômica dos países centrais. Dada essa inadequação, a Cepal defende a atuação deliberada do Estado como agente promotor do desenvolvimento econômico, por meio da formulação de políticas de desenvolvimento econômico (industrialização voltada ao mercado interno por meio da substituição de importações) que busquem diminuir o hiato entre centro e periferia. Para tanto, o Estado deveria dispor de um corpo técnico eficiente, sendo crucial, nesse tocante, a formação de um corpo de economistas atentos aos desafios peculiares ao desenvolvimento latino-americano.
4: Correta. Celso Furtado, contemporâneo de Raúl Prebisch, foi um ávido debatedor das ideias do economista argentino e com ele formou a dupla mais original em termos de pensamento sobre a América Latina. O debate igualmente fecundo e conflituoso entre os dois economistas coloca-os em equiparado grau de importância na história do pensamento econômico latino-americano.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Julgue (C ou E) os itens que se seguem, relativos a regimes cambiais.

(1) Em regime de câmbio fixo, o mercado define o valor da taxa de câmbio, e a autoridade monetária determina o nível das reservas internacionais do país.

(2) Em regime de câmbio fixo, a autoridade monetária tem poder limitado na determinação da política monetária.

(3) Em regime de câmbio flutuante, a oferta de divisas é determinada pelas exportações do país.

(4) Nos anos 90 do século XX, em alguns países da América Latina, foram usadas âncoras cambiais como instrumento de estabilização de preços.

1: Incorreta. A alternativa seria correta se indicasse o funcionamento do regime de câmbio flutuante. Em regime de câmbio fixo, cabe à autoridade monetária ofertar qualquer quantidade de divisas demandada pelo mercado à taxa vigente.
2: Correta. Nesse caso, a política monetária depende da quantidade de divisas internacionais, uma vez que são estas que determinam o lastro da moeda doméstica. Assim, o governo não pode expandir os meios de pagamentos autonomamente, porque isso implicaria uma alteração entre as quantidades de moeda nacional e internacional, levaria a uma desvalorização do câmbio e romperia, portanto, o regime de câmbio fixo.
3: Anulada, pois é parcialmente verdadeira. Além das exportações, os fluxos de capitais de curto e longo prazos também determinam a oferta de divisas internacionais no país em questão.

4: Correta. Argentina, México e Brasil são exemplos de países que utilizaram âncoras cambiais para promover planos de estabilização, muito embora o formato e os mecanismos adotados difiram entre as experiências. Por exemplo, a Argentina adotou o *currency board*, ou conselho da moeda, em que a moeda argentina tornou-se plenamente conversível ao dólar, resultando em um forte atrelamento da quantidade da atividade econômica à disponibilidade de divisas estrangeiras, que passaram a complementar a base monetária doméstica. A taxa de câmbio passou, portanto, a regular a política monetária, retirando do país um amplo espaço de manobra em termos de política econômica doméstica.

Gabarito 1E, 2C, 3ANULADA, 4C

4. HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Celso Furtado, ao analisar o desenvolvimento brasileiro da primeira metade do século XX, afirmou que houve um processo de articulação das distintas regiões do país em um sistema com um mínimo de integração. De acordo com esse autor,

(A) o processo de integração, subsequente ao de articulação, deveria ter-se orientado no sentido de exportar produtos antes absorvidos pelas regiões mais prósperas.

(B) o processo de industrialização teve início em períodos diferentes nas várias regiões brasileiras, tendo-se dispersado fortemente principalmente no pós-guerra.

(C) o fluxo de mão de obra da região de mais baixa produtividade para outra região de produtividade mais alta tendeu a pressionar os níveis salariais desta última, que se mantiveram, então, aquém da elevação da produtividade.

(D) os preços dos produtos essenciais eram relativamente baixos nas regiões de mais baixa produtividade, o que resultou em salários monetários relativamente baixos em função da produtividade.

(E) o rápido crescimento da economia cafeeira no período entre 1880 e 1930 reduziu significativamente as diferenças regionais de renda *per capita*.

A: Incorreta. Celso Furtado não destina grande atenção ao processo de articulação voltado para a exportação de excedentes. Além disso, é a exportação que dinamiza o desenvolvimento econômico, de forma que o crescimento voltado para fora tende a atrasar a articulação e a integração da economia brasileira em um mercado interno sólido e dotado de motores próprios.

B: Incorreta. A afirmativa é verdadeira quanto aos diferentes momentos de industrialização das regiões brasileiras. No entanto, mesmo com a criação da SUDENE em 1959 e os esforços empreendidos no desenvolvimento regional, foi apenas a partir de 1970 que se iniciou efetivamente uma distribuição espacial do investimento, na esteira do II Plano Nacional do Desenvolvimento, no governo Geisel. Assim, o fenômeno de desconcentração espacial da indústria se iniciou tardiamente no Brasil e continua em movimento, com resultados ainda tímidos.

C: Correta. Segundo Furtado, havia uma dinâmica de transferência interna da mão de obra disponível para o crescimento da economia. Conforme a produção do Sudeste crescia, dinamizada fundamentalmente pelo rápido avanço da lavoura cafeeira no oeste paulista, os salários tendiam a subir, atraindo fluxos migratórios dos engenhos do Nordeste e da decadente economia extrativa de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Com efeito, o salário médio aumentava, muito embora houvesse substancial diferença entre os salários pagos em São Paulo e os do restante do Brasil.

D: Incorreta. Ao contrário do que é afirmado, a baixa produtividade elevava os preços, implicando perda de poder aquisitivo por parte das camadas assalariadas.

E: Incorreta. O crescimento acelerado do setor cafeeiro, especialmente concentrado em São Paulo, orquestrou uma forte tendência à concentração de renda e do poder político no eixo Rio-São Paulo, a qual perdura até os dias de hoje.

Gabarito "C"

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Com respeito a temas da história econômica brasileira, julgue C ou E.

(1) A reforma monetária promovida por Rui Barbosa resultou em intenso processo de especulação financeira, obrigando o governo de Deodoro da Fonseca a adotar um conjunto de medidas conhecido como encilhamento.

(2) O Plano SALTE foi adotado por Getúlio Vargas, no seu período de governo, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento nas áreas de saúde, alimentação, transporte e energia.

(3) Pode-se considerar que o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por equipe liderada por Celso Furtado, fracassou em sua meta de reduzir a inflação e estimular o crescimento econômico.

(4) As sistemáticas valorizações cambiais da moeda brasileira, nos anos 80 do século passado, foram o principal instrumento do governo para produzir os *superavit* comerciais necessários ao equilíbrio do balanço de pagamentos, dado que a conta de transações correntes era fortemente deficitária em razão dos pagamentos associados à dívida externa.

1: Incorreta. O encilhamento não foi um conjunto de medidas, mas o resultado da política monetária de Rui Barbosa, que promulgou a abertura de quatro regiões bancárias facultadas a emitir moeda. Com efeito, a excitação tomou conta do mercado acionário, configurando o fenômeno do encilhamento, termo extraído das corridas de cavalo, em que a ansiedade que precede a largada acirra os ânimos tanto dos jóqueis quanto dos apostadores.

2: Incorreta. O Plano Salte foi formulado em 1949 pelo governo Eurico Gaspar Dutra e, por falta de recursos orçamentários, não chegou a ser implementado.

3: Correta. O Plano Trienal pretendia reduzir a inflação a 25% ao ano e manter o crescimento econômico de 7% ao ano, mas fracassou em ambas as frentes. Ao final de 1963, a inflação já beirava 40% e o crescimento econômico havia sido contraído de 6,3% em 1962 para 0,6%, mostrando a ineficácia do plano em meio ao conturbado período político vivido pelo país.

4: Incorreta. É bem verdade que os saldos negativos da conta corrente eram devidos ao pagamento dos serviços de juros da dívida externa, a qual havia assumido proporções insustentáveis após o segundo choque do petróleo em 1979 e na esteira da moratória mexicana de 1982. Porém, a política cambial do governo Figueiredo foi um ajuste externo recessivo, com duas maxidesvalorizações cambiais de 30% (1979 e 1983) acompanhadas de uma forte contração da demanda interna, a qual tinha o efeito de reduzir as importações. Somados esses fatores, verificou-se a retomada dos superávits comerciais já em 1981. Deve-se dividir o período em três etapas, a partir das orientações da política econômica, a saber: (1) Biênio 79-80: não houve ajuste recessivo. A maxidesvalorização do câmbio de 30% buscava atenuar os desequilíbrios no Balanço de Pagamentos, enquanto a inflação galopava. Ocorre uma expansão da fronteira agrícola, com base no programa "Plante que o João garante". Para Delfim Netto, então ministro do planejamento, o binômio formado pela desvalorização cambial e investimento agrícola seria suficiente para garantir crescimento com queda da inflação. Com efeito, evita recessão, mas ao custo de perda das reservas internacionais, agravando a situação. (2) Biênio 81-8**2:** reservas internacionais esgotam-se e o Brasil flerta com um iminente colapso. O governo recua e adota ajuste recessivo, pautado pelo contracionismo fiscal (aumenta impostos e queda de subsídios) e arrocho monetário (aumento juros e compulsório). Em 1982, o FMI, por pressão de banqueiros privados dos EUA (particularmente, Rockfeller), socorre o Brasil. A essa altura, é aberta a recessão vivida no Brasil, com uma inflação fora de controle e sérios problemas nas contas externas. Por fim, (3) Biênio 83-8**4:** nota-se uma recuperação do crescimento e melhoria das contas externas, com o fim do aperto monetário presidido pelo Banco Central norte-americano (Fed). Observa-se um amadurecimento dos investimentos do II PND (ex: Itaipu pronta em 1974, queda da dependência com o petróleo), o qual, somado ao ajuste recessivo precedente, inaugura substanciosos superávits comerciais até 1986, quando é implementado o Plano Cruzado.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2009 – CESPE) No que se refere à industrialização brasileira antes da Segunda Guerra Mundial, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Há consenso entre os historiadores econômicos a respeito dos efeitos favoráveis do encilhamento sobre a indústria brasileira.

(2) A produção industrial cresceu significativamente entre os anos 1915 e 1917 a despeito das dificuldades enfrentadas, pelo país, na importação de máquinas e equipamentos, em razão da Primeira Guerra Mundial.

(3) A crise de 1929 proporcionou maior influxo de investimentos estrangeiros no Brasil.

(4) A desvalorização cambial provocada pela crise de 1929 encareceu as importações de máquinas e equipamentos, o que resultou em declínio considerável da produção da indústria brasileira na década de 30 do século XX.

1: Incorreta. O encilhamento é um dos temas mais controversos na historiografia brasileira, dadas as múltiplas dimensões da realidade histórica em que se insere. Todavia, é razoavelmente estabelecido que o encilhamento implicou uma forte especulação financeira, a qual ocasionou posteriormente a falência de numerosas empresas, a maioria associada à nascente indústria brasileira. Deve-se ressaltar que o encilhamento se segue à Lei Bancária, de 1890, de Rui Barbosa, que outorgava aos bancos o direito de emitir moeda. A terceirização do meio circulante, malgrado os tetos de emissão e o lastro em títulos públicos, teriam redundado na crise do encilhamento. Rui Barbosa via na multiplicação monetária um meio de industrializar o país. Entretanto, é quanto aos resultados dessa política que vigora a divergência historiográfica.
2: Correta. A economia de guerra teve efeitos ambíguos sobre a indústria. Dadas as restrições para importar, a indústria expandiu-se com base em sua capacidade instalada, construída no período prévio de forte crescimento da economia mundial, entre 1906 e 1913, quando intensos investimentos foram efetuados no setor.
3: Incorreta. O estouro da bolha financeira em Wall Street em outubro de 1929 acarretou uma virulenta fuga de divisas estrangeiras do Brasil, levando à completa drenagem de nossas reservas já no início do ano de 1930. Por adotar o regime do padrão-ouro, por intermédio de caixa de estabilização, o governo Washington Luís se viu impotente diante da força dos eventos (interrupção dos fluxos de capital estrangeiro e brusca queda do preço do café no mercado internacional). Os desdobramentos forçaram o governo revolucionário de Getúlio Vargas a abdicar do regime de câmbio fixo no final de 1930.
4: Incorreta. A desvalorização cambial efetuada pelo novo governo empossado encareceu todos os produtos importados, entre os quais estavam as máquinas e os equipamentos industriais. Contudo, a política econômica desempenhou um papel mais importante, haja vista que, ao fomentar a produção interna por meio da defesa dos interesses cafeeiros, dinamizou a demanda interna que levou a indústria a utilizar a ampla margem de capacidade ociosa do ainda incipiente parque industrial brasileiro. Com efeito, a indústria cresceu substancialmente na década de 1930, apoiada pelo protagonismo estatal no planejamento da economia, ainda que de forma pouco sistemática.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Em **Formação Econômica do Brasil**, Celso Furtado analisa os efeitos diretos e indiretos da crise de 1929 sobre a economia brasileira. Segundo o autor, a política de defesa do setor cafeeiro implementada no período teria favorecido a rápida recuperação da economia: "É, portanto, perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira que se manifesta a partir de 1933 não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros".

Com relação à economia brasileira no período posterior à crise de 1929, assinale a opção que apresenta afirmativa consistente com a análise de Celso Furtado acima resumida.

(A) As alterações na política de defesa do setor cafeeiro introduzidas a partir da crise de 1929 tiveram como principal objetivo manter relativamente estável a demanda agregada pelos bens produzidos internamente, evitando-se, assim, a acumulação de estoques indesejados e a consequente redução nos níveis de produção.

(B) Dificuldades de importação associadas à conjuntura de crise nos países industrializados impediram o crescimento da produção industrial brasileira nos anos 30 do século passado, retardando o processo de industrialização no Brasil.

(C) A alta elasticidade-renda dos principais produtos brasileiros de exportação, associada à recuperação dos países industrializados, promoveu crescimento significativo dos saldos positivos na Balança Comercial brasileira a partir de 1936.

(D) De acordo com Celso Furtado, a alta elasticidade-preço da demanda pelo café permitiu aumento das receitas dos cafeicultores, a despeito de queda substancial nos preços do café.

(E) Os efeitos da política de defesa dos cafeicultores sobre o mercado cambial provocaram aumento na demanda dos brasileiros por bens produzidos internamente, incentivando o processo de substituição de importações na década de 30 do século passado.

A: Incorreta. O propósito da política econômica pós-crise de 1929 era solucionar o problema das contas externas, resultante da drenagem de divisas sofrida pelo país quando da irrupção da crise. Como o café era o principal produto exportado pelo país, era necessário defender a sua produção, sob pena de criar uma crise generalizada de abastecimento interno, bem como a irradiação da queda da demanda efetiva para outros setores da economia.
B: Incorreta. De acordo com a tese de Furtado, a redução das importações dos países centrais gerou o estrangulamento externo da economia brasileira, a qual se valeu dos mecanismos de defesa da cafeicultura, como a desvalorização da taxa de câmbio. Esta teve o resultado de socializar as perdas dos cafeicultores e manter o nível interno da renda, o que, por sua vez, consolidou o mercado interno como centro dinâmico da economia, substituindo os estímulos advindos do setor externo. Com efeito, segundo o autor, foi a crise das exportações que propiciou as condições para a maturação de um eixo industrial na condução da matriz produtiva nacional.
C: Incorreta. Residia exatamente na baixa elasticidade-renda dos bens primários o principal problema da exportação brasileira, uma vez que os países de renda elevada já estavam no nível de saturação do café, deixando pouco espaço para o aumento das vendas externas do produto.
D: Incorreta. A elasticidade-preço do café era, para Furtado, muito baixa, de modo que uma queda dos preços não levaria a um maior consumo por parte das economias centrais. Essa é uma das formas que o autor encontra para justificar a política de sustentação dos preços do café por parte do governo de Getúlio Vargas.
E: Correta. Essa é exatamente a tese de Furtado quanto ao deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira do setor externo para o mercado interno. É importante lembrar que Furtado menciona a transferência de capital não do setor externo para a indústria, mas daquele para o mercado interno, tanto para a produção de outras culturas agrícolas, como para o comércio, serviços e indústrias.
Gabarito "E"

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Graças ao crescimento acelerado dos preços na primeira metade dos anos 80 do século XX, o combate à inflação transformou-se em meta prioritária da política econômica do governo Sarney (1985- 1989), dando origem a três planos de estabilização consecutivos: o Plano Cruzado, o Plano Bresser e o Plano Verão. Os três planos mostraram-se incapazes de reduzir as taxas de inflação, que apresentaram variação negativa somente no ano de 1986. A taxa anual de crescimento dos preços, medida pelo IGP, praticamente dobrou de 1985 a 1987 e de 1987 a 1988. O fracasso desses planos tem sido atribuído, em especial, a interpretações errôneas e(ou) incompletas das verdadeiras causas da inflação.

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca dos planos econômicos citados.

(A) Para os formuladores do Plano Cruzado, os aumentos de preço resultavam basicamente do excesso de oferta de moeda. Para reverter o processo inflacionário, avaliavam que a principal medida a ser tomada seria dotar o Banco Central de independência.

(B) A política inflacionária do Plano Cruzado reduziu as expectativas de lucro dos empresários, provocando redução substancial na produção industrial com consequências adversas no nível de emprego.

(C) O diagnóstico da inflação que fundamentou o Plano Bresser atribuía a inflação em vigor não só à indexação geral da economia, mas também a um excesso de demanda. Com base nesse diagnóstico, o plano propunha tanto medidas políticas antiinflacionárias ortodoxas quanto heterodoxas.

(D) O Plano Verão foi um plano estritamente ortodoxo de combate à inflação.

(E) O severo ajuste fiscal ocorrido em 1989 contribuiu para o relativo sucesso do Plano Verão. As taxas de inflação foram substancialmente reduzidas em 1990.

A: Incorreta. O Plano Cruzado diagnostica a inflação como sendo exclusivamente inercial, isto é, decorrente da indexação generalizada dos preços. O problema da independência do Banco Central apenas veio à tona com a Medida Provisória que cria a URV, durante a segunda etapa do Plano Real, em 1994.

B: Incorreta. Ao contrário, o *boom* de consumo que se seguiu à implementação do plano se somou ao forte crescimento da economia, que já vinha acontecendo graças ao sucesso do ajuste externo promovido até 1984. Mesmo que posteriormente frustradas, as expectativas eram positivas no início do plano. A estratégia do choque heterodoxo criava entraves como a não neutralidade distributiva, isto é, preços relativos em desequilíbrio, uma vez que, no momento do congelamento, alguns preços haviam sido reajustados recentemente, enquanto outros estavam às vésperas do reajuste.

C: Correta. O Plano Bresser é um plano teoricamente híbrido, por contemplar heterodoxia (congelamento de preços) e ortodoxia (ajuste fiscal). Por questões associadas ao calendário político, o ajuste fiscal que sustentava o plano jamais foi implantado, frustrando os esforços do Ministro da Fazenda, que abandonou o cargo no início de 1988.

D: Incorreta. Assim como todos os outros planos, o Plano Verão foi um plano híbrido. Por ter incorporado a estratégia do congelamento de preços e salários, ele não pode ser definido como estritamente ortodoxo, muito embora medidas desse tipo já tenham sido tomadas como suporte aos mecanismos heterodoxos de controle de preços.

E: Incorreta. Não foi possível a efetivação do ajuste fiscal por ser ano eleitoral e o governo não dispor de apoio do poder legislativo para medidas impopulares. Com efeito, é incorreto afirmar que o suposto ajuste tenha contribuído com a queda da inflação. Ademais, a perturbada campanha eleitoral – as primeiras eleições presidenciais diretas desde 1960 – veio a dificultar ainda mais as medidas do Plano Verão, levando ao descontrole dos preços que, no início de 1990 já passavam dos 50% ao mês.

Para que o candidato ganhe clareza quanto ao intenso debate sobre as causas da inflação brasileira no início da década de 1980, elencamos as três as principais vertentes e suas respectivas propostas de terapia antiinflacionária, a saber:

i. **Pacto Social (Universidade de Campinas), visão marxista**: Inflação decorre da luta de classes. A renda mal distribuída ocasiona a luta por maiores salários, a partir de cujo sucesso ocorre um aumento do preço por parte dos produtores, para contrabalançar o aumento dos custos de produção, e assim sucessivamente. A inflação seria, segundo esta vertente, um problema estrutural, associado à distribuição da renda. Como solução, propõe-se o Pacto Social, no qual ambos os lados (empresários e trabalhadores) fariam concessões para se atingir uma distribuição adequada ao crescimento econômico sem inflação.

ii. **Visão ortodoxa, Fundação Getúlio Vargas:** Inflação deriva dos desequilíbrios fiscal e monetário (excesso de emissão e conta movimento do BB). A solução residiria na política fiscal austera e na política monetária disciplinada e restritiva.

iii. **Visão heterodoxa, UFRJ e parte da PUC-RJ**: Problema da inflação é sua inércia. A inércia inflacionária era mentida por causa da indexação dos contratos, que permitiam o repasse automático da inflação passada aos preços presentes. Ex: se 100% de inflação no Ano I, no Ano II, com repasse pela indexação, teríamos inflação do Ano I + inflação do Ano II, ou seja, 100% + inflação do Ano II. Solução: congelamento preços para conter indexação. Duas terapias nasceram desta escola. A primeira foi a proposta do **Choque Heterodoxo** de Francisco Lopes, o qual preconizava um congelamento de preços surpresa que zeraria a memória inflacionária, eliminando o aspecto inercial da inflação. Esta foi a proposta ancampada pelo Plano Cruzado. A segunda era o **Plano Larida** (André Lara Resende e Persio Arida) era a porposta desta escola e sugeria que a Inflação provinha do desequilíbrio fiscal e da inércia inflacionária. Propunha-se, portanto, indexação da moeda, e não dos preços. Esta foi base teórica para a formulação do Plano Real de 199**4:** 1 URV, no Ano I, = Cr$ 2000, no Ano I. Com correção pelo índice de preços, no Ano II, 1 URV = Cr$ 2.125, por exemplo. Logo, a ideia consistia em substituir, virtualmente, a moeda pelo sua unidade real de valor (URV), até que esta assumisse o poder liberatório na forma de meio circulante, como se deu no primeiro dia de julho de 1994.

Gabarito "C"

(Diplomacia – 2008 – CESPE) A crise deflagrada nos Estados Unidos da América no último trimestre de 1929 afetou as políticas econômicas implementadas e o desempenho da economia brasileira. Acerca desse tema, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A queda de renda nos Estados Unidos da América reduziu proporcionalmente a quantidade demandada de café brasileiro e provocou redução no volume de exportações brasileiras desse produto.

(2) Os efeitos da crise mundial sobre o comércio externo brasileiro não permitiram ao Governo Provisório qualquer interferência no mercado cambial brasileiro.

(3) No Brasil, a manutenção de uma política de defesa do setor cafeeiro, a despeito das alterações introduzidas em sua implementação na década de 1930, contribuiu para minorar os efeitos adversos da crise de 1929 sobre a renda nacional.

(4) Durante o período de recessão mundial, as atividades voltadas para o mercado interno brasileiro não cresceram, dada a inexistência de capacidade ociosa para o aumento da produção, entre outras condições desfavoráveis.

1: Incorreta. A demanda internacional pelo café era inelástica à renda e ao preço, de maneira que havia certa rigidez para a queda da demanda. Mesmo assim, houve diminuição das compras estrangeiras, porém em menor intensidade do que a queda da renda norte-americana.

2: Incorreta. Com vistas a produzir uma política de caráter anticíclico, Getúlio Vargas efetuou uma agressiva política de desvalorização cambial e de bloqueio de bens supérfluos, além de conceder ao Banco do Brasil o monopólio cambial. Poder-se-ia dizer que foi exatamente a crise que forçou a adoção de controles cambiais, em diametral oposição ao regime fundado no padrão-ouro que vigorava no Brasil até então. De 1906 a 1914, vigora a Caixa de Conversão, e de 1926 a 1930, tem-se a Caixa de Estabilização, ambas as experiências mais sistemáticas do regime do padrão-ouro no Brasil.

3: Correta. Trata-se do mecanismo de defesa da cafeicultura, de que fala Celso Furtado em capítulo de mesmo título. O efeito da socialização dos prejuízos advindos do quadro externo permitiu ao cafeicultor minorar suas próprias perdas, o que lhe garantiu rentabilidade pela lavoura produtiva e manteve o emprego no setor cafeeiro. Dada a ampla dependência do mercado interno em relação a esse setor, a manutenção de seu funcionamento irradiava impulsos por toda a economia, impedindo uma queda maior da atividade econômica.

4: Incorreta. Exatamente ao contrário do que afirma o item, havia elevada capacidade ociosa na indústria nacional, assim como um mercado interno com acesso bloqueado às importações de bens. Essa combinação permitiu a expansão e a consolidação do mercado interno como motor do crescimento econômico, de acordo com o processo que Furtado nomeou de "deslocamento do centro dinâmico" da economia brasileira.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2008 – CESPE) A análise da história econômica do Brasil é importante para se entender a situação da economia brasileira. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Na República Velha, a desvalorização cambial usada para proteger, em moeda nacional, os lucros do setor cafeeiro repassava, por meio da inflação, ao conjunto da sociedade as perdas do setor cafeeiro, o que resultou no que Celso Furtado denominou de socialização das perdas.

(2) No pós-guerra, a política econômica adotada pelo governo Dutra foi marcada por políticas fiscais e monetárias mais flexíveis conjugadas com políticas mais restritivas para o comércio exterior.

(3) De 1956 a 1963, as elevadas taxas de crescimento econômico coexistiram com reduções substanciais do deficit público e da inflação.

(4) Para aumentar a eficiência e a competitividade do sistema financeiro, a reforma do período 1964-1967, além de permitir a captação direta de recursos externos pelas empresas privadas nacionais, modificou a legislação, para facilitar remessas de lucros para o exterior, contribuindo, assim, para ampliar a abertura da economia ao capital externo.

1: Correta. A socialização das perdas se dava pelo encarecimento do produto importado, devido à desvalorização do câmbio. Em razão da relevância dos bens importados na estrutura de consumo das classes urbanas, pode-se argumentar que os cafeicultores ganhavam à custa dos consumidores que importavam bens, por meio da elevação dos preços destes.

2: Anulada. O motivo da anulação da está associado ao que alternativa diz sobre o governo Dutra, o qual é marcado por duas fases, tanto na política monetária e fiscal quanto na política cambial. No que se refere às questões monetárias e fiscais, o governo empreendeu enorme esforço de austeridade até 1949, relaxando, com a saída de Corrêa e Casto do Ministério da Fazenda, a política monetária a partir de então. No caso da política cambial, o câmbio foi mantido fixo – segundo os padrões do recém-assinado Acordo de Bretton Woods – até 1947, quando o governo, perante a forte saída de divisas internacionais, adotou os controles cambiais por via de licenças de importação. Portanto, a afirmativa é vaga e não abre possibilidades para uma avaliação criteriosa, o que pode ter sido a causa de sua anulação.

3: Incorreta. Entre 1956 e 1963, houve três governos: Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart. JK e Jango formularam planos econômicos diferentes, mas com efeitos fiscais idênticos, apesar das também diferentes magnitudes. Jânio Quadros não permaneceu tempo suficiente para chamar sua gestão fiscal de austera. Assim, a afirmativa é falsa por que, no período, observa-se um crescente descontrole fiscal, dadas a ineficiência e a irracionalidade do sistema tributário e a incontinência de gastos do governo de caráter desenvolvimentista (no caso de JK) e trabalhista (no caso de Jango). Esse descompasso entre receitas e despesas apenas viria a ser abordado com profundidade em 1964, com a formulação e posterior execução do Plano de Ação Econômica do Governo, no mandato militar do presidente Castelo Branco.

4: Correta. Uma das marcas principais das reformas efetuadas durante o PAEG foi o tratamento dispensado ao capital estrangeiro. Foi revogada a lei de remessa de lucros celebrada por João Goulart, a qual impunha severas restrições à saída de capitais. Assim, buscava-se uma complementação da poupança nacional por meio do ingresso de capitais estrangeiros, que aproveitaram as oportunidades na esteira do processo de internacionalização das empresas norte-americanas, na chamada Era de Ouro do capitalismo no pós-guerra, entre 1945 e 1970.

Gabarito 1C, 2ANULADA, 3E, 4C

5. ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

(Diplomacia – 2012 – CESPE) A respeito da economia brasileira, assinale a opção correta.

(A) O aumento das exportações de borracha e a expansão dos investimentos europeus nos países periféricos concorreram para o ciclo de crescimento econômico verificado, no Brasil, durante a Primeira República.

(B) Centrado na produção de bens duráveis, o rápido crescimento econômico brasileiro decorrente da implementação do Plano de Metas deveu-se à desaceleração dos investimentos em infraestrutura e à redução da produção de bens intermediários.

(C) A liberação das taxas de juros e a maxidesvalorização ocorridas em 1979, medidas implementadas, entre outras, no âmbito da política econômica heterodoxa promovida no País pelo economista Delfim Neto, concorreram para a drástica redução da inflação na década seguinte.

(D) A política de industrialização adotada no Brasil, embasada na substituição de importações, centra-se nas vantagens comparativas, o que a contrapõe à dualidade centro-periferia, defendida por Prebisch.

(E) O sucesso do Plano Real explica-se, sobretudo, pela valorização da moeda, particularmente eficaz na contenção dos preços dos bens não comercializáveis, substancialmente reduzidos na vigência desse plano.

A alternativa correta é a afirmativa (A). O final do século XIX é marcado pelo crescimento da cultura da borracha, com intenso movimento migratório de contingentes de trabalhadores buscando emprego na região norte do Brasil. Ademais, a estabilidade econômica obtida no governo de Campos Salles (1898-1902) por meio do rigoroso ajuste fiscal e contração monetária de Joaquim Murtinho ofereceram um ambiente econômico atrativo para os investimentos europeus. É válido relembrar que componente fundamental para essa atratividade residiu na contratação do *Funding Loan* (empréstimo de consolidação) de 1898, que contribuiu para estabilizar a economia, ao congelar o pagamento da dívida. É nesse momento que se observa a grande expansão econômica brasileira, a partir do governo de Rodrigues Alves (1902-1906), celebrando-se o auge do regime do padrão-ouro no país, até o deflagrar da primeira grande guerra em 1914.

B: Incorreta. Apesar da intensa controvérsia a respeito das causas da crise dos anos 1960, não se pode dizer que a mesma foi impulsionada por uma desaceleração dos investimentos em infraestrutura e no abastecimento de bens intermediários, o que implicaria ter sido aquela uma crise de oferta. Ao contrário, o que se nota é uma insustentabilidade da demanda efetiva em remunerar os vultosos investimentos empreendidos entre 1957 e 1961. Com efeito, é possível nomear a crise dos anos 1960, ao menos no plano estrutural da economia, como uma crise de escassez de demanda.

C: Incorreta. A política econômica de Delfim Netto à frente do ministério do Planejamento do governo Figueiredo não obteve sucesso em redirecionar a demanda agregada para o setor externo, de forma a eliminar a pressão sobre o Balanço de Pagamentos. A maxidesvalorização traduziu-se em inflação interna, a qual atuava para a redução da taxa de câmbio real da economia, dificultando a obtenção do resultado almejado. Adicionalmente, a política de "estatização" da dívida externa imprimiu severo descontrole sobre as contas públicas, culminando na total desordem monetária que se manifestou na ascensão inflacionário dos anos 1980.

D: Incorreta. O Programa de Substituição de Importações (PSI) foi um corolário da premissa cepalina, do qual Prebisch é o grande formulador, quanto à existência de uma progressiva deterioração dos termos de troca do setor externo dos países periféricos. Segunda essa visão, estes últimos apresentam uma pauta de exportações concentrada em poucos bens primários, cujos preços sofreriam queda relativa ao longo do tempo, conforme a tecnologia avançada dos países centrais colocasse estes na dianteira do comércio internacional por meio da venda de bens manufaturados, cujos preços tenderiam a aumentar ao longo do tempo, dada a sensibilidade da demanda por esses bens à melhoria da renda dos países. A estratégia da substituição de importações visava, portanto, à superação dessa "armadilha do atraso" a que estavam submetidos os países periféricos, haja vista que, nestes, não estariam reunidas as condições para um alcance espontâneo de sua matriz tecnológica em relação aos países centrais. Esse processo seria capitaneado pelo Estado na indução e no direcionamento dos investimentos com vistas à industrialização das economias, a qual diminuiria a dependência econômica e tecnológica dos países periféricos.

E: Incorreta. O Plano Real tem como sustentáculo principal de sua fase inicial (1994-1999) a valorização cambial. No entanto, sob essas condições os bens comercializáveis (manufaturas e produtos tangíveis em geral) são aqueles que sofrem maior queda de preços, uma vez que nesses mercados a produção industrial concorre com as importações de produtos. No caso dos bens não comercializáveis (em geral, serviços), a valorização do câmbio atua no sentido de permitir a majoração dos preços nesses setores, uma vez que os mesmos não sofrem com a concorrência externa. Uma vez reduzidos os preços dos comercializáveis, a renda real dos consumidores aumenta, liberando mais recursos a ser gastos com o setor de bens e serviços não comercializáveis, permitindo a estes, portanto, um aumento nos seus preços.

Gabarito "A"

(Diplomacia – 2011 – CESPE) A respeito do Plano Real, que se destacou, na economia brasileira, por ter sido eficaz no combate à inflação, assinale a opção correta.

(A) A queda duradoura da inflação foi facilitada pela redução da demanda agregada e pela expansão da entrada de capitais no período de vigência do plano.

(B) O sucesso desse plano deveu-se, em parte, à política monetária expansionista combinada com forte ajuste fiscal.

(C) Reservas elevadas, abertura comercial e valorização cambial contribuíram para restringir a alta dos preços internos.

(D) A política cambial caracterizou-se pela fixação da taxa de câmbio real bem como da taxa de câmbio nominal.

(E) O diagnóstico da inflação, no âmbito desse plano, excluía o caráter inercial da alta de preços no Brasil.

A: Incorreta, pois afirma que a queda da inflação foi auxiliada pela redução da demanda agregada, mas a verdade é que os planos de estabilização sempre são sucedidos por um aumento intenso da demanda por bens, o chamado processo de "remonetização da economia", em que as pessoas confiam na moeda e passam a usá-la para consumo.
B: Incorreta. Como a demanda reprimida durante os tempos de inflação tendia a se manifestar com virulência, a política monetária não foi expansionista, mas fortemente restringida e controlada, muito embora a liquidez da economia tivesse aumentado para atender a demanda básica pela nova moeda (no início do plano, a taxa de juros básica era de 8% ao mês). Assim, as reservas cambiais elevadas, combinadas à abertura comercial e a uma baixa taxa de câmbio, permitiriam a canalização do consumo para o comércio exterior e facilitaram o controle dos preços, uma vez que os produtores se veriam sob forte concorrência externa caso tentassem obter vantagens por meio da elevação dos preços.
C: Correta, pois define a "âncora" do Plano Real: o setor externo da economia.
D: Incorreta, pois não houve política de câmbio fixo, nem nominal nem real. A manutenção de câmbio real fixo implicaria o retorno da indexação do câmbio, o que contrariaria as diretrizes gerais do plano, que era fundamentalmente orientado a eliminar o caráter inercial da inflação, decorrente da prática de indexação dos preços, salários, câmbio e juros na economia.
E: Incorreta, pois o plano era fundamentalmente orientado a eliminar o caráter inercial da inflação, decorrente da prática de indexação dos preços, salários, câmbio e juros na economia.
Gabarito "C"

(Diplomacia – 2008 – CESPE) No que diz respeito à análise da economia brasileira contemporânea, assinale a opção correta.

(A) Apesar do aumento expressivo dos salários reais, a contenção da inflação no período do chamado milagre econômico foi possível graças à existência de capacidade ociosa na economia brasileira.

(B) Na década de 1980, grande parte do *deficit* em conta-corrente deveu-se ao aumento dos encargos da dívida externa, provocado pelos elevados juros vigentes no mercado externo.

(C) O insucesso do Plano Cruzado em conter, de forma duradoura, a inflação deveu-se principalmente à adoção de políticas monetárias restritivas, que culminaram na alta das taxas de juros reais e na valorização expressiva dos ativos financeiros.

(D) No início dos anos 90 do século XX, a coexistência de altas taxas de inflação com *deficits* fiscais operacionais elevados exemplifica o que se convencionou chamar de Efeito-Tanzi às avessas.

(E) No processo de abertura econômica no governo Collor, reduziram-se substancialmente as tarifas de importação e adotou-se o câmbio livre, porém não se alterou a miríade de barreiras não tarifárias que impunham sérias restrições ao comércio externo.

A: Incorreta. A política salarial adotada pelo regime militar já em 1965 indexava os salários sempre abaixo da inflação, implicando severas perdas reais aos trabalhadores.
B: Correta. A crise da dívida advém exatamente da incapacidade de honrar os pagamentos dos serviços de juros da dívida externa, obrigando o Brasil a buscar auxílio junto ao FMI, em uma reedição contemporânea dos *funding loans* do início do século XX.
C: Incorreta. O fracasso do Plano Cruzado está associado, entre outros fatores, à política econômica francamente expansionista, que gerou ampla liquidez na economia por meio de baixas taxas de juros e de um reajuste salarial responsável por injetar ânimo na demanda sem considerar o lado da oferta. É na lassidão fiscal e monetária que reside a causa do fracasso do plano.
D: Incorreta. O "efeito Tanzi às avessas" demonstra que, sob inflação crescente, o déficit público tende a diminuir, uma vez que as receitas são indexadas à inflação, ao passo que os gastos do governo são medidos em unidades monetárias e corroídos ao longo do ano. No início da década de 1990, o déficit operacional havia sido zerado, exatamente por conta do "efeito Tanzi às avessas".
E: Incorreta. Não só foram reduzidas abruptamente as tarifas de importação, como centenas de produtos tiveram suas alíquotas zeradas, o que resultou em uma rápida e virulenta abertura comercial do país.
Gabarito "B"

A economia brasileira tem como uma de suas características básicas o elevado grau de internacionalização de seu sistema produtivo. Desde o início do processo de industrialização, mais particularmente a partir de meados da década de 50, as filiais de empresas estrangeiras estabeleceram liderança em vários setores industriais. Mais recentemente, os investimentos estrangeiros verificados na década passada aumentaram ainda mais o grau de internacionalização do sistema produtivo brasileiro.

A. A. et al. Castro. (Org). *In*: **Brasil em desenvolvimento I, Economia, tecnologia e competitividade**. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 295 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007) Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes.

(1) O aumento da integração do mercado interno foi promovido pela industrialização em substituição às importações vividas anteriormente pelo país.

(2) Em cifras e volumes, a maior parte das exportações brasileiras ocorre com países da América do Sul devido às barreiras alfandegárias impostas por países de outros continentes.

(3) Nos últimos anos, se assistiu no país a um aumento do protecionismo comercial como forma de incentivar a modernização econômica, para facilitar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo.

1: Correto. O modelo que substituiu as importações entre 1930 e 1980 foi a estratégia de industrialização adotada na experiência desenvolvimentista vivida pelo Brasil. Com efeito, a fonte desse crescimento industrial estava focada na transferência de tecnologia por meio da incorporação das empresas estrangeiras ao parque industrial. Tais empresas centravam-se nos ramos com maior densidade de tecnologia e menor concorrência, como o setor de bens duráveis e o de bens intermediários e de capital.
2: Incorreto. Ao longo do período em questão, apenas durante a Segunda Guerra Mundial ocorreu uma elevação sensível da participação da América Latina na pauta de exportações brasileiras. Em geral, porém, Europa e Estados Unidos foram os principais destinos de nossas vendas naquele período, com predominância do último a partir do pós-guerra.
3: Incorreto. O que se observou no Brasil dos anos 1990 foi uma ênfase na ponta do comércio exterior relativa à concorrência, e não na ponta referente à competitividade. A rápida abertura comercial - efetuada por meio da queda sistemática das tarifas de importação – submeteu o empresário nacional a uma acirrada concorrência com empresas estrangeiras, atualizadas conforme o paradigma tecnológico dos anos 1990 e cujos custos de produção eram muito inferiores aos dos produtores brasileiros. Como resultado, a partir dessa década, ocorreu uma significativa entrada de empresas estrangeiras por meio da compra de companhias nacionais à beira da falência ou de empresas fortes, para a ampliação dos mercados nos quais essas grandes corporações atuam.
Gabarito 1C, 2E, 3E

6. MATEMÁTICA FINANCEIRA

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Com relação a regra de três, porcentagens e juros simples e compostos, cada um dos próximos itens apresenta uma situação-problema, seguida de uma assertiva a ser julgada.

(1) Cada grupo de empregados do setor de montagem de uma fábrica de veículos recebe gratificação, para ser dividida igualmente entre os membros do grupo, de R$ 150,00 por cada veículo montado, e um grupo de 5 desses empregados, trabalhando durante 6 horas, consegue montar 3 veículos. Além disso a quantidade de trabalho de cada empregado desse setor é a mesma para todos eles. Nessa situação, se um grupo de 15 desses empregados trabalhar durante 4 horas, ao final, cada empregado desse grupo receberá, de gratificação pelos veículos que conseguirem montar, mais de R$ 70,00.

(2) Determinado capital, aplicado à taxa de juros simples de 12% ao mês, ao final de 32 meses, produziu o montante de R$ 9.680,00. Nessa situação, o capital aplicado foi superior a R$ 1.900,00.

(3) De seu salário mensal, ao final de cada mês, um indivíduo conseguia economizar X reais. Então ele fez um plano de investimento desses X reais, à taxa de 5% de juros simples ao mês. No dia 1.º de janeiro de determinado ano e a cada dia 1.º dos meses seguintes, até o dia 1.º de novembro desse mesmo ano, ele investiu os X reais. Nessa situação, o montante dos investimentos, no dia 1.º de dezembro desse mesmo ano, corresponde a mais de 15X reais.

(4) Uma pessoa necessitará de R$ 48.800,00 daqui a um ano e, para isso, procurou uma instituição financeira que capta investimentos pagando 1,7% de juros compostos ao mês. Nessa situação, considerando 1,22 como valor aproximado para $1{,}017^{12}$, é correto afirmar que a quantia que essa pessoa deverá investir pelo prazo de 12 meses e obter o montante almejado é superior a R$ 38.000,00.

(5) Mário tomou um empréstimo de R$ 15.000,00, à taxa de juros compostos de 12% ao mês. Nessa situação, ao final do 3.º mês, a dívida de Mário será superior a R$ 20.000,00.

(6) Um capital, investido a determinada taxa mensal de juros compostos, produziu de juros, em dois meses, o equivalente a 44% do capital investido. Nessa situação, a taxa de juros foi superior a 21%.

1: Incorreta. A situação 1 é a retratada pelo exercício. Como a produtividade por trabalhador é a mesma, cada indivíduo acaba ganhando menos, não porque é menos produtivo, mas porque o grupo de 15 pessoas trabalhou menos horas, o que implicou um ganho menor do que $70 para cada. O raciocínio é o seguinte. Cinco empregados trabalhando por seis horas somam 30 horas-homem e, se produzirem 3 automóveis, tem-se que cada automóvel exige 10 horas-homem para ser montado. Como a gratificação é de $ 150 para cada automóvel, temos o resultado de $ 450 a ser divididos por 5 empregados, gerando o resultado de $ 90 por indivíduo que participara da produção. Na situação dois, trata-se de 15 homens trabalhando por 4 horas, o que implica 60 horas-homem. Mantida a produtividade, esse total significa a produção de 6 carros, os quais gratificam o grupo em $ 150, totalizando uma gratificação de $ 900, a qual, dividida pelos 15 integrantes, resulta em $ 60 para cada um.
A tabela abaixo dá os resultados. O candidato deve atentar para as operações que devem ser feitas, explicitadas dentro dos parênteses após a descrição em cada linha. Quando constar "dado", trata-se de elementos oferecidos pelo enunciado.

		Situação 1	**Situação 2**
A	Empregados	5	15
B	Gratificação do grupo por veículo produzido (dado)	150	150
C	Gratificação individual por veículo produzido (**B/A**)	30	10
D	Horas trabalhadas (dado)	6	4
E	Total horas trabalhadas pelo grupo (**E x A**)	30	**60**
F	Total de Veículos (dado)	3	**6**
G	Horas-homem por veículo (**F/E**)	10	10
H	Gratificação total de cada indivíduo (**F x C**)	90	**60**

2: Correta. A operação é a seguinte:
Valor Futuro = (Valor Presente) x [1+(*taxa de juros x número de períodos*)]
Assim, queremos saber qual o valor presente que, levado a juros simples por 32 meses, resultará no valor de $ 9.680. Substituindo na fórmula, teremos:

$$9.680 = (\text{Valor Presente}) \text{x } [1 + (0{,}12 \text{ x } 32)]$$

$$\text{Valor Presente} = \frac{9.680}{[1+(0{,}12 \text{ x } 32)]} = 2.000 \ (> 1.900).$$

3: Incorreta. Há duas formas de resolver esse exercício. A primeira é mais conceitual e envolve saber que, com juros simples, tudo o que devemos fazer é multiplicar a taxa de juros pelo número de meses que cada aplicação renderá até a data de vencimento que, segundo o enunciado, é 1º. de dezembro. Assim, Sabemos que uma aplicação feita em janeiro, terá 11 meses de rendimento até a referida data, de forma que o valor do primeiro investimento será de {*X* *[1+(0,05*11)]}= (X*1,55) (*o sinal asterisco significa multiplicação simples*). Em seguida, basta calcular os valores dos meses seguintes, os quais serão, pela mesma fórmula, respectivamente (X*1,50; X*1,45; X*1,40; X*1,35; X*1,30; X*1,25; X*1,20; X*1,15; X*1,10; X*1,05). Como o valor final será a somatória de todos eles, teremos: X*(1,55+1,50+1,45+1,40+1,35+1,30+1,25+1,20+1,15+1,10+1,05) = X * 14,30; logo, menor do que 15 vezes.
A segunda forma é mais didática. Supondo X = 100, para efeito de simplificação de cálculo numérico, chegamos ao valor final de cada aplicação, seguindo a fórmula acima. A tabela mostra os resultados.

Meses até o final do investimento **(a)**	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	**Total**
Mês corrente	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	
Valor Mensal do Investimento (**X=100**)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	
Taxa de Juros Simples (**b**)	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	
Valor da Aplicação Mensal **{X * [1+(b*a)]}**	155	150	145	140	135	130	125	120	115	110	105	**1430**

4: Correta. Substituindo na fórmula de juros compostos:
Valor Futuro = (Valor Presente) x (1 + *taxa de juros*)(número de períodos)
48.800 = (Valor Presente) x (1+0,017)^{12}

$$\frac{48.800}{(1+0,017)^{12}} = \text{(Valor Presente)} = 39.862,85\ (>38.000)$$

5: Correta. Novamente, basta substituir na fórmula de juros compostos.
Valor Futuro = (Valor Presente) x (1+taxa de juros)(número de períodos)
Valor Futuro = (15.000) x (1 + 0,12)^3
Valor Futuro = 21.073,92 (>20.000)
6: Incorreta. A resolução desse exercício é inteiramente conceitual. Aplicando-se a fórmula de juros compostos, teremos:
Valor Futuro = (Valor Presente) x (1 + *taxa de juros*)(número de períodos)
Queremos saber qual a taxa de juros que gera um valor de 44% do valor investido, ou seja, do valor presente. Rearranjando a fórmula, chegamos à seguinte igualdad**e:**

$$\frac{\text{Valor Futuro}}{\text{Valor Presente}} = (1 + \textit{taxa de juros})^{(\text{número de períodos})}$$

1,44 = (1 + taxa de juros)2 => $\sqrt{1,44}$ = (1+*taxa de juros*)
1,20 = (1+taxa de juros) => 1,20 – 1 = taxa de juros
O lado direito da equação deve ser igual a 1,44 (100% referente ao valor presente, mais os 44% referentes aos juros). Como passaram-se apenas 2 meses
1,44 = (1 + *taxa de juros*)^2 => $\sqrt{1,44}$ = (1 + *taxa de juros*)
1,20 = (1 + *taxa de juros*) => 1,20-1 = taxa de juros
Portanto, a , menor do que os 21% afirmados na alternativa.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E

7. TÓPICOS DE CONTABILIDADE

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Acerca da contabilização dos eventos de uma empresa comercial e seus reflexos nas demonstrações contábeis, julgue os itens subsequentes.

(1) O registro do adiantamento de salários ocorre somente na data de quitação da despesa de salários e não na data do adiantamento.
(2) A contabilização da distribuição de dividendos, com a transferência do montante aos sócios na mesma ocasião, proporciona um débito na conta de lucros ou prejuízos acumulados e um crédito no disponível da empresa.
(3) A comercialização de ativos permanentes somente será evidenciada na demonstração do resultado do exercício no caso de lucro obtido. No caso de perda na venda de imobilizado, o registro ocorrerá em conta de ativo permanente.
(4) A depreciação representa a parcela redutora do ativo em função do período de sua utilização. Sua correta contabilização proporcionará a obtenção do valor contábil do bem ao se interpretar o balanço patrimonial.
(5) A contratação de seguros antecipados não afeta o total do ativo circulante. A utilização do seguro, pago antecipadamente, durante o período de vigência, ocasionará um débito no resultado do exercício e um crédito na conta de seguros antecipados.

1: Incorreta. De acordo com o regime de competência, os registros contábeis são lastreados pelo acontecimento econômico dos eventos e não necessariamente pela liquidação financeira. Nesse caso o evento deverá ser registrado por meio do método de partidas dobradas, quando da realização do adiantamento.
2: A questão foi anulada, pois não existe procedimento padronizado para este lançamento contábil, podendo haver empresas que transitem com os dividendos pelo passivo circulante, tal como outras que realizem o pagamento direto.
3: Incorreta. De acordo com a estrutura proposta da demonstração de resultados trazida pelo pronunciamento CPC 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis), tanto o lucro quanto o prejuízo obtido pela venda de ativos permanentes, deverão ser evidenciados na DRE pelo seu valor líquido, ou seja, os ganhos subtraídas as perdas.
4: Correta. A depreciação refere-se ao desgaste dos bens em função da ação do tempo ou de sua utilização no intento da geração de fluxos de caixa das empresas, nesse sentido o seu saldo tem caráter redutor, buscando evidenciar a parcela consumida dos bens componentes do ativo imobilizado.
5: Correto, com ressalvas. Embora a questão esteja parcialmente correta, cumpre destacar que ativos circulantes e não circulantes são segregados em função da expectativa que se tem com relação à conversão de tais itens em disponibilidades financeiras. Com efeito, caso uma determinada empresa contratasse uma apólice de seguro, cujo prazo de vigência fosse superior a 12 meses, o excedente do período equivalente a este período deveria ser alocado no grupo do Ativo Não Circulante, subgrupo do Realizável a Longo Prazo, ocasionando, dessa forma, uma redução do ativo circulante, pois agora parte das disponibilidades financeiras estariam sendo transferidas para o Não Circulante na perspectiva de Seguros Antecipados.
Gabarito 1E, 2ANULADA, 3E, 4C, 5C

(Assistente de Chancelaria – 2008 – CESPE) Acerca da contabilização dos eventos de uma empresa comercial, julgue os itens seguintes.

(1) O registro de aquisição de ações de outras companhias sem a intenção de comercialização futura não afeta o total do ativo da empresa investidora.
(2) O registro do pagamento de despesas de salários apropriadas no período anterior proporcionará decréscimo no passivo e redução no patrimônio líquido.
(3) O registro da venda de mercadorias à vista, considerando o inventário periódico, ocasiona débito no resultado e crédito no estoque de mercadorias, além de débito no disponível e crédito na conta de receita de vendas.
(4) O registro do recebimento de doações e subvenções aumenta o valor do ativo disponível e o valor do resultado do exercício.
(5) O pagamento de despesas de impostos com a utilização de créditos tributários, no caso de a empresa não possuir créditos suficientes para quitar totalmente a obrigação tributária, ocorre com débito na conta de despesas de impostos, crédito na conta de impostos antecipados e crédito no disponível.

1: Correta. Quando uma empresa adquire ações com o intento ora mencionado, os valores apenas são transferidos do Ativo Circulante, para o Ativo Nâo Circulante, subgrupo Investimentos. **2:** Errada. As despesas foram apropriadas no período anterior, o que equivale dizer que o fator gerador contábil ocorreu também no período passado, logo o patrimônio líquido foi reduzido nessa mesma ocasião. Este atual evento financeiro, promove a redução do passivo, pois liquida-se uma dívida, acompanhado da redução do ativo circulante, em virtude da redução das disponibilidades financeiras. **3:** Errada. A baixa de estoque retratada nessa questão demonstra o atendimento a um modelo de estoque permanente, no qual a cada venda se realiza a diminuição do saldo de produtos estocados. No inventário periódico as vendas não geram lançamentos contábeis para diminuição do estoque, dado que tais baixas são feitas no final do período, quando é realizado o procedimento de inventário físico. **4:** Errada. Doações e Subvenções à luz do CPC 07 (Subvenção e Assistências Governamentais) não devem transitar pelo resultado e sim serem contabilizadas no patrimônio líquido na conta de Reservas Fiscais. **5:** Correta. Tendo que o enunciado nos diz que a empresa não possui créditos tributários suficientes para realizar a quitação integral da dívida, ocorre que o restante ela deverá pagar em espécie, sendo assim debita-se a despesa pelo reconhecimento do valor do tributo, credita-se a conta de impostos antecipados pela baixa dos ativos representantes dos créditos tributários e credita-se o passivo pelo montante excedente que deverá ser purgado nessa ocasião por disponibilidades financeiras.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

43. GEOGRAFIA

Felipe Ferreira Ramos

1. HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

1.1. A GEOGRAFIA MODERNA E A QUESTÃO NACIONAL NA EUROPA

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Com relação à geografia moderna, estruturada no século XIX, julgue (**C** ou **E**) os itens subsequentes.

(1) A guerra franco-prussiana é considerada episódio central para o desenvolvimento da geografia na França, visto que a derrota francesa foi creditada, em parte, à superioridade da reflexão e do conhecimento geográfico alemães.

(2) O surgimento de escolas nacionais decorreu da necessidade de criação de identidades culturais no âmbito da geografia e da dificuldade de integração entre geógrafos de nacionalidades distintas.

(3) A motivação colonial foi uma das bases do desenvolvimento dos estudos de geografia, visto que cada metrópole pesquisava o espaço das respectivas colônias.

(4) A geografia moderna, desenvolvida principalmente por autores alemães (e prussianos), foi impulsionada pelo processo de unificação nacional tardio da Alemanha.

1: Certo. A chamada Escola Francesa é posterior à Escola Alemã. Em meio ao processo de formação do Estado alemão, entre as diversas disciplinas estimuladas, estava a Geografia, que estudava não apenas o território alemão, como também aquele em seu entorno. Após a guerra, verificadas as vantagens que se podem obter por meio de um bom conhecimento geográfico, o Estado francês começou a incentivar estudiosos a desenvolverem no país um entendimento geográfico, principalmente sobre a França e suas colônias. O geógrafo francês Paul Vidal de La Blache, nesse sentido, desenvolve o conceito de gêneros de vida para contestar a teoria alemã de Friedrich Ratzel, segundo a qual a população nacional se deveria garantir um *espaço-vital*. O possibilismo de La Blache, em que os homens podem transformar o meio em que vivem, opõem-se, assim, ao determinismo de Ratzel, onde as relações homem e meio são determinadas pelas condições naturais;

2: Errado. O surgimento de escolas nacionais decorreu não da necessidade de formação de identidades culturais, mas da necessidade de conhecer o terreno dos Estados nacionais que se consolidavam. Embora tal conhecimento ajudasse a formar uma identidade cultural, não se pode afirmar que essa fosse a razão para a criação das escolas nacionais, já que se tratava mais de um contexto histórico de solidificação dos Estados nacionais, em que era necessário ter a maior quantidade possível de informações acerca dos componentes do Estado;

3: Certo. Entre os vários motivos que fomentaram o desenvolvimento da Geografia no final do século XIX, está a motivação colonial: cada metrópole estudava sua respectiva colônia tanto para fins militares (garantir a segurança e posse do território) como para fins econômicos (maximizar a potencialidade de suas terras);

4: Certo. A Alemanha, até sua unificação, em 1871 – considerada tardia em relação à dos demais Estados europeus –, era composta de vários Estados. No momento da unificação, a Geografia teve um papel importante para ajudar a definir o território do Estado que se formava. Os dois maiores expoentes da primeira geração da Geografia moderna foram os alemães Carl Ritter e Alexander von Humboldt. O primeiro concentrou-se no lado histórico e filosófico da nova ciência, enquanto o segundo dedicou-se mais ao entendimento da relação do homem com a natureza.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

Os primeiros anos da modernidade são marcados pela produção de uma enorme quantidade de dados e de informações dificilmente tratáveis de maneira sistemática pela ciência da época. A ausência de segmentação no seio da ciência impossibilitava a análise de certos temas particulares nascidos desses dados. Assim, a partir do início do século XIX, os domínios disciplinares específicos organizaram-se definindo seu objeto próprio em torno dessas questões.

Paulo César da Costa Gomes. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 149 (com adaptações).

(Diplomacia – 2010 – CESPE) A partir do texto acima, assinale a opção correta acerca da história do pensamento geográfico e da institucionalização da geografia como ciência.

(A) A institucionalização da geografia como disciplina acadêmica originou-se na França, com os estudos regionais empreendidos pelos herdeiros do Iluminismo do século XVIII, como Vidal de La Blache.

(B) A geografia firmou-se como domínio disciplinar específico na Antiguidade, com obras de geógrafos como Estrabão e Ptolomeu, que delimitaram o objeto de estudo próprio da nova disciplina que surgia: o espaço terrestre.

(C) Grande parte dos historiadores da geografia atribui a Alexander von Humboldt a responsabilidade pelo estabelecimento das novas regras do pensamento geográfico moderno, visto que ele rompeu com o enciclopedismo francês e abandonou as narrativas de viagens e as cosmografias.

(D) A geografia moderna tornou-se científica com a ascensão do possibilismo, cujos ideais, já em meados do século XIX, superaram as ideias deterministas e naturalistas em voga no início do século.

(E) A geografia científica, que surgiu a partir do século XIX, com as obras de Alexander von Humboldt e Carl Ritter, foi influenciada pelo saber geográfico anteriormente produzido e pelo sistema filosófico de Emmanuel Kant, que considerava a geografia uma ciência ao mesmo tempo geral/sistemática e empírica/regional.

A: Incorreto. A institucionalização da Geografia ocorreu na Alemanha, a partir da segunda década do século XIX, com os trabalhos de Alexander von Humboldt e Carl Ritter, herdeiros da filosofia de Emmanuel Kant, que já se preocupava com a necessidade de criar uma ciência geográfica. Os trabalhos do francês Vidal de La Blache surgiram como resposta à Geografia alemã após a guerra franco-prussiana;

B: incorreto. A Geografia nunca se firmou como domínio disciplinar na Antiguidade. Porém, Estrabão de fato se dedicou largamente à Geografia, escrevendo uma obra monumental intitulada "Geographia", em que descreve os diferentes locais do mundo que eram conhecidos em sua época. Ptolomeu, por sua vez, também estudioso de fatores geográficos, pouco fez para delimitar o objeto de estudo da Geografia, como o espaço terrestre, pois foi grande entusiasta da investigação dos astros. Ressalte-se ainda que a geografia já era matéria de estudo dos pré-socráticos séculos antes de Estrabão e Ptolomeu;

C: Incorreto. Alexander von Humboldt não rompeu com o enciclopedismo francês; ao contrário, sua grande obra, "Kosmos", é em grande parte uma continuação das ideias do século XVIII. Viajante incansável, Humboldt chegou a visitar até as Américas, onde trabalhou em relatos de sua expedição e dedicou-se à descrição do espaço que via, inaugurando a pesquisa de campo na nova disciplina;

D: Incorreto. A Geografia moderna surgiu na Alemanha décadas antes do possibilismo do francês Vidal de La Blache. Apesar de essa linha de pensamento exercer até hoje grande influência nos trabalhos geográficos, é incorreto dizer que o possibilismo, que nasceu como resposta ao determinismo de Friedrich Ratzel, tenha superado as ideias do alemão, visto que as duas correntes continuam presentes na academia;

E: Correto. A Geografia científica surgiu na Alemanha sob influência da obra filosófica de Emmanuel Kant, o que explica em parte o desenvolvimento das ideias deterministas pelos primeiros geógrafos modernos.

Gabarito E

1.2. AS PRINCIPAIS CORRENTES METODOLÓGICAS DA GEOGRAFIA

(Diplomacia – 2006 – CESPE) O geógrafo Milton Santos define espaço como *acumulação desigual de tempos*. Conforme sejam compatíveis com essa definição, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O espaço é fixo e permanente.
(2) O espaço atual não revela o passado – só o presente.
(3) O espaço transcende o contexto social.
(4) A cada momento da história, há um espaço diferente.

1: Errado. Em seu livro "Metamorfoses do espaço habitado", Milton Santos fala sobre a "remodelagem" do planeta no período que ele denomina "técnico-científico", em que o espaço vai se transformando de acordo com alterações comandadas pela natureza e especialmente pela sociedade;

2: Errado. Ainda em seu livro "Metamorfoses do espaço habitado", Milton Santos dedica o segundo capítulo à procura do objeto de estudo da Geografia: o espaço. Entre as inúmeras considerações feitas pelo geógrafo baiano, ressalta-se a afirmação de que o espaço pode ser considerado de três modos: em sentido absoluto; como espaço relativo; e como espaço relacional, percebido como conteúdo que revela outros tipos de relação, como a de tempo passado e presente;

3: Errado. É incorreto dizer que o espaço transcende o contexto social, pois, na verdade, o social é, junto com a natureza, um dos elementos constituintes do conceito de espaço para Milton Santos. O espaço contém diferentes formas, cada uma composta de partes da sociedade em movimento;

4: Certo. Para Milton Santos, o espaço é formado por um conjunto de objetos, naturais e sociais, e pela vida que anima tais objetos. Desse modo, o espaço muda ao longo da história, dependendo dos objetos existentes (por exemplo, as construções que os homens erguem) e das atividades exercidas nele e nas demais localidades naturais (por exemplo, um campo com fim recreativo ou com fim produtivo).

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Segundo Bertha Becker, "o rompimento da divisão do espaço e do poder mundiais em dois blocos e a distensão daí decorrente trouxeram à luz as diferenciações espaciais, significando a definição de territórios". Considerando essa análise e demais aspectos significativos do atual processo de globalização, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A globalização econômica ajuda a manter a unidade dos territórios nacionais rompida durante a Guerra Fria e marcada pelo esgotamento do padrão de acumulação e de relações de poder calcado tanto na centralização quanto na produção em larga escala.
(2) Entre as causas de instabilidade no mundo atual, estão a revolução científico-tecnológica e a crise ambiental.
(3) O Estado deixou de ser a principal representação política, e o território nacional tampouco é a única escala de referência de poder, lacunas que foram preenchidas pelo poder técnico-econômico.
(4) Nas novas relações geopolíticas entre Estado, território e movimentos sociais, estes, cujo expoente é o movimento ambientalista, apresentam-se como perenes.

1: Errado. A afirmativa alude ao mito da "aldeia global", de Marshall McLuhan, segundo o qual a globalização traria uma unicidade ao mundo, acabando com as fronteiras culturais e políticas entre os povos. Hoje, porém, observa-se que essa ideia não reflete a realidade, tendo em vista a instabilidade social gerada quando os interesses de atores externos são impostos à população de uma localidade. A globalização, nesse caso, não traz a "unidade dos territórios nacionais", mas ressalta a singularidade das localidades nacionais;

2: Certo. No livro Geografia: conceitos e temas, organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa, Bertha Becker explica como a revolução científico-tecnológica (que causou alterações na organização da produção e do trabalho) e a crise ambiental (que gerou mudanças e impôs novas formas de relacionamento com a natureza) distorceram a dinâmica sociopolítica e a organização do espaço e do território, provocando instabilidade e imprevisibilidade no mundo globalizado de hoje;

3: Certo. O gabarito oficial é taxativo ao dizer que o "Estado deixou de ser a principal representação política". Berta Becker defende que o Estado não pode mais ser considerado como unidade *exclusiva* de poder, pois tal entendimento omitiria a importância de outros atores, como empresas, organizações internacionais e movimentos da sociedade civil. É neste sentido que devemos interpretar a afirmativa do item: o Estado não perdeu sua importância, mas a viu relativizada em virtude dos novos atores da geopolítica atual. Também é interessante levar em conta o resto da afirmativa: segundo Becker, o território nacional de fato não é mais a única escala de referência de poder, juntando-se ao espaço a questão do tempo, isto é, da logística que potencializa a utilização do espaço territorial (é o que se deve entender por "poder técnico-econômico").

4: Errado. Os movimentos sociais não apresentam extensa longevidade, pois eles refletem os interesses e inquietações do momento. É falacioso também afirmar que os ambientalistas são expoentes entre os inúmeros movimentos sociais, visto que o tema ambiental entrou na agenda reivindicatória da sociedade civil apenas em meados do século XX, enquanto outras reivindicações sociais datam do final do século XVII.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

Texto para as próximas duas questões

A localidade opõe-se à globalidade, mas também se confunde com ela. O mundo, todavia, é nosso estranho. Pela sua essência, ele pode esconder-se; não pode, entretanto, fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares. No lugar, nosso Próximo, superpõem-se, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores, e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as nações e as realidades de espaço e de tempo.

No lugar – um cotidiano compartido entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições –, cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social individualiza-se; e, porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Milton Santos. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, p. 258 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Tendo o texto como referência inicial, assinale a opção incorreta.

(A) O entendimento do conteúdo geográfico permite perceber a relação entre o espaço e os movimentos sociais, construídos a partir dos objetos que nos cercam.

(B) Na atualidade, vive-se a mobilidade dos homens, que mudam de lugar, assim como de produtos, mercadorias, imagens e ideias, o que evidencia transformações na relação espaço-tempo.

(C) O entendimento de lugar como eixo de sucessões, eixo de tempos internos, de coexistências de tempo e espaço conduz às ideias de desterritorialização ou de desculturalização.

(D) O texto refere-se ao espaço cotidiano como marca identitária entre pessoas. Nesse sentido, o lugar, por se opor à globalidade, mantém a integridade, o que permite que sejam compostos espaços geográficos singulares.

(E) Enquanto a globalidade se identifica nos processos coletivos que se distribuem em diferentes espaços, o mundo é composto pela singularidade de cada local.

A: Correto. Entender o conteúdo geográfico, segundo Milton Santos, é justamente conseguir perceber a relação entre o natural e o social, sempre com ênfase nos fluxos sociais;

B: Correto. Podemos entender aqui o que Milton Santos chama de "meio técnico-científico-informacional", que começou após a Segunda Guerra Mundial e se consolidou nos anos 1970. A natureza deixa de ser a parte mais significativa do nosso meio ambiente, já que o domínio que exercemos sobre ela é considerável. É ele que permite, por exemplo, modificar o solo de uma região pouco fértil ou irrigar outra região seca. Assim, os homens não estão mais limitados a plantar "onde a natureza mandar";

C: Correto. Em seu livro "Metamorfose do espaço habitado", no segundo capítulo, Milton Santos define o *lugar* como um ponto no planeta onde se realizam algumas possibilidades do mundo, o que, em última análise, leva ao entendimento de que o mundo é formado por uma infinidade de pontos, que podem ser entendidos como pontos de *desterritorialização* e *desculturalização*;

D: Incorreto, devendo ser assinalada. A primeira frase do texto já afirma: "A localidade opõe-se à globalidade, mas também se confunde com ela". A análise de Milton Santos não se coaduna com os mitos da aldeia global, da redução das distâncias ou da morte do Estado, porém reconhece o fenômeno da globalização, o que torna difícil falar em oposição à globalidade e manutenção da integridade;

E: Correto. Milton Santos admite a contradição entre o local e o global, pois cada lugar é extremamente diferente dos outros, mas todos são ligados entre si de forma clara.

Gabarito D

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Milton Santos, em uma de suas obras, afirma que os países subdesenvolvidos conheceram pelo menos três formas de pobreza e, paralelamente, três formas de dívida social, na segunda metade do século passado. Segundo o autor, essas formas de pobreza, de dívida social, são a pobreza-marginalidade, a pobreza incluída e a pobreza estrutural globalizada. Essa classificação está atrelada ao processo de globalização perversa. Tendo em mente as características desse tipo de globalização, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Associada ao processo econômico da divisão social do trabalho internacional ou interna, a pobreza-marginalidade é considerada a doença da civilização e o consumo apresenta-se como centro da explicação das diferenças e das percepções das situações.

(2) A pobreza incluída iniciou-se como um processo associado a problemas privados, assistencialistas e locais, porém a globalização tem mudado o perfil dessa forma de pobreza.

(3) A pobreza estrutural globalizada impôs-se como natural nos tempos atuais, pois há uma produção globalizada da pobreza, mais presente, sem dúvida, nos países pobres.

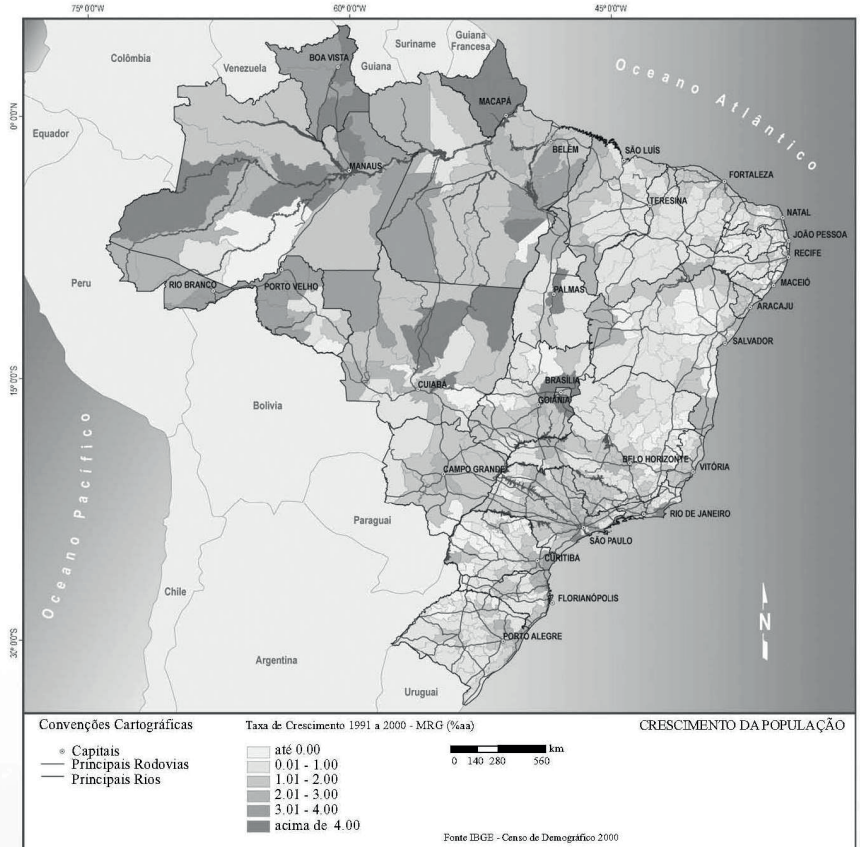
(4) Com relação à dívida social, os pobres já foram incluídos; posteriormente, foram marginalizados; e, atualmente, estão sendo excluídos.

1: Certo. Em seu livro "Por uma outra globalização", capítulo III, Milton Santos afirma que os países subdesenvolvidos passaram, ou passam, por no mínimo três tipos de pobreza: o primeiro tipo é o da "pobreza incluída", que o geógrafo caracteriza como "pobreza acidental", gerada em virtude de algum desastre natural ou fato parecido; o segundo tipo é identificado como a "doença da civilização", isto é, a marginalidade, a pobreza produzida pela estrutura econômica e pela divisão do trabalho (no plano internacional ou interno), aquela que se buscou sanar ao longo dos últimos séculos; o terceiro tipo de pobreza é o que existe hoje, "a pobreza estrutural", que Milton Santos define como uma "dívida social", uma pobreza globalizada;
2: Errado. A "pobreza incluída", primeiro tipo de pobreza identificada por Milton Santos, não teve seu perfil alterado pela globalização. Na verdade, pode-se afirmar que ainda existe a "pobreza acidental", como também é chamada, pois esta ocorre em virtude de forças maiores, como, por exemplo, uma safra ruim ou um desastre natural. Assim, sua solução é que pode ser "assistencialista e local", e não sua causa;
3: Certo. Para Milton Santos, a "pobreza estrutural" é o mal dos nossos tempos e caracteriza-se por ser global e resultar diretamente de um sistema de ações deliberadas. A crítica do geógrafo brasileiro à globalização refere-se ao entendimento da pobreza nos dias de hoje como algo "natural", o que banaliza a dívida social da qual são vítimas os que antes eram "incluídos", foram "marginalizados" e hoje são "excluídos";
4: Certo. A resposta está ainda no capítulo III do livro "Por uma outra globalização", em que, antes de falar do papel dos intelectuais como importantes atores para a criação de um discurso de inclusão, Milton Santos explica como os pobres, objeto da dívida social, já foram incluídos, passaram a marginalizados e hoje são excluídos, uma exclusão que obedece a um processo racional que a Geografia deve se esforçar para mudar.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

2. A GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO

2.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO



(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007 – CESPE) Com relação ao crescimento da população brasileira, ilustrado no mapa acima, e ao padrão de distribuição territorial dessa população, julgue os itens a seguir.

(1) Quanto à distribuição da população brasileira no território, verifica-se a ocorrência de um processo de interiorização de seu contingente.

(2) A construção de estradas teve influência direta nos fluxos de migração e no povoamento de determinadas áreas do país, favorecendo o surgimento de cidades.

(3) A região Norte apresenta, de acordo com o mapa, o maior contingente de população do país.

(4) O crescimento da população verificado em determinadas áreas está ligado ao processo de desconcentração das atividades industriais vivido pelo país na atualidade.

(5) A partir dos dados do mapa em questão, é correto inferir que o Sudeste deixou de ser uma região de saldo positivo em relação aos fluxos migratórios.

1: Certo. Verifica-se pelo mapa um crescimento populacional maior no interior do país, em especial em Boa Vista, Macapá, Rio Branco, Porto Velho, Cuiabá, Palmas, Brasília e Goiânia. O Censo de 2010, elaborado pelo IBGE, confirma que as taxas mais altas do crescimento populacional no Brasil encontram-se nas Regiões Norte e Centro-Oeste, devido, em grande parte, às migrações e ao processo de interiorização do país. As regiões Norte e Centro-Oeste são também as que apresentam as maiores taxa de crescimento urbano do país;
2: certo. A construção de estradas sempre ajuda para o aprofundamento dos fluxos migratórios e, como consequência, no povoamento de áreas da cercania por onde passa. No Brasil, vale lembrar a importância da rodovia BR-116 na intensificação dos fluxos migratórios do século passado, ao ligar o Nordeste do país ao Sul e Sudeste;
3: Errado. O mapa mostra não a quantidade de pessoas por região, mas a taxa de crescimento entre os anos 1991 e 2000. O Norte do país é uma das regiões menos habitadas do Brasil. Segundo o Censo 2010, os estados mais populosos do Brasil são: São Paulo; Minas Gerais; Rio de Janeiro; Bahia; Rio Grande do Sul; e Paraná, juntos concentram cerca de 58% da população total do País.;
4: Certo. Exemplo disso está no Norte do país, com a cidade de Manaus representada em uma tonalidade de cinza mais escura, e no Sudoeste, com a cidade de São Paulo representada em uma cor próxima ao branco, o que indica dois polos industriais do Brasil - o primeiro ser recente e o segundo ser mais antigo - com taxa de crescimento alta e baixa, respectivamente. O processo de desconcentração industrial, bem como a modernização da agricultura, incentiva o crescimento das cidades-médias, onde os custos do território e da mão de obra são mais baixo;
5: Errado. Apesar de não mostrar o fluxo migratório, o mapa apresenta dados de crescimento populacional que podem, no mínimo, ser um indício de que o Sudeste tem saldo positivo em relação aos fluxos migratórios, visto que as taxas de crescimento populacional são positivas na região. Para além do que refletem os dados do mapa, o Sudeste continua sendo um destino atrativo de migrantes, mesmo que hoje existam outros destinos para a migração nacional.

Gabarito: 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

2.2. OS GRANDES MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS E INTRANACIONAIS.

As migrações aparecem como característica permanente da espécie humana. Max Sorre afirma que a mobilidade é a lei que rege todos os grupos humanos, portanto, o estudo da circulação ocupa lugar importante na Geografia Humana. Nele está inserida a discussão das raças e das miscigenações, levando à definição das etnias.

A. Damiani. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 51 (com adaptações).

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Considerando o texto acima, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A abertura de fronteiras à entrada de migrantes é uma realidade em determinados países desenvolvidos, dada a carência de mão de obra em setores das atividades econômicas.

(2) A quantidade de fluxos migratórios vem diminuindo no contexto de mercado de trabalho globalizado, uma vez que a facilidade atual de circulação de mercadorias substitui a necessidade de movimentação dos trabalhadores.

(3) Com a miscigenação e o multiculturalismo – atualmente presentes em diversos países –, as diferenças étnicas deixaram de ser causa para migração e conflitos sociais.

(4) O Brasil apresenta tanto a saída de população como a entrada de migrantes estrangeiros em busca de emprego e melhor nível de qualidade de vida.

1: Certo. Enquanto países centrais da Europa têm fechado suas fronteiras para a entrada de imigrantes, e os Estados Unidos da América seguem pelo mesmo caminho, países desenvolvidos, como o Canadá ou a Nova Zelândia, abrem suas fronteiras a migrantes para que eles trabalhem em setores da economia em que há carência de mão de obra;
2: Errado. Não se pode falar em diminuição nos fluxos migratórios; o que há é uma alteração no padrão migratório, com a prevalência das migrações entre países periféricos, a chamada migração "sul-sul". A facilidade da circulação de mercadorias não deve ser vista como um fator que substitui a necessidade de movimentação dos trabalhadores. Tal movimentação está muito mais ligada a fatores de repulsão e atração de indivíduos (como desastres naturais, conflitos armados e subdesenvolvimento) do que a necessidades dos processos produtivos e comerciais (apesar de estes fazerem parte dos fatores de atração e repulsão). Vale assinalar ainda que a própria afirmativa acerca da globalização do mercado de trabalho é questionável, uma vez que a globalização, por um lado, facilita a circulação de bens, mas, por outro, vem colocando empecilhos à circulação de mão de obra;
3: Errado. No decorrer do século XX e no início do XXI, os incontáveis conflitos interétnicos que forçaram as populações perseguidas a fugir, foram um dos principais fatores de repulsão populacional. Ainda que o multiculturalismo esteja presente em muitas sociedades e em diversos discursos políticos, ele ainda não é uma realidade efetiva no mundo;
4: Certo. Considera-se hoje que, no Brasil, o saldo migratório aproxima-se de zero. Em outras palavras, há um "empate técnico" entre a quantidade de migrantes que entram e a dos que saem do país. Estima-se que atualmente existam cerca de 2 milhões de emigrantes brasileiros, com os maiores contingentes concentrados nos Estados Unidos, no Paraguai e no Japão, por ordem de grandeza.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

2.3. DINÂMICA POPULACIONAL E INDICADORES DA QUALIDADE DE VIDA DAS POPULAÇÕES

(Diplomacia – 2012 – CESPE) No que se refere ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro e às questões a ele relacionadas, assinale a opção correta.

(A) Nos grandes centros, os fatores que provocam doenças mudaram: antes eram circunscritos à falta de saneamento e de vacinação; no presente, à deterioração do meio ambiente urbano.

(B) As desigualdades espaciais no território nacional ainda são evidentes, e seu contínuo aumento se deve à concentração crescente da atividade industrial no centro-sul do país.

(C) A despeito do grande contingente de analfabetos ainda existente no Brasil, a taxa de anafalbetismo no país tende a diminuir.

(D) O maior empecilho ao combate da pobreza nas diferentes regiões do Brasil, representada pela baixa renda mensal, reside na má distribuição territorial dos recursos naturais que geram insumos econômicos para a atividade produtiva.

(E) A chamada migração de retorno — definida como volta ao espaço rural — constitui, na atualidade, o principal fluxo populacional, o que comprova que a desigualdade das condições de vida entre o campo e a cidade e entre a população urbana e a população rural diminuiu.

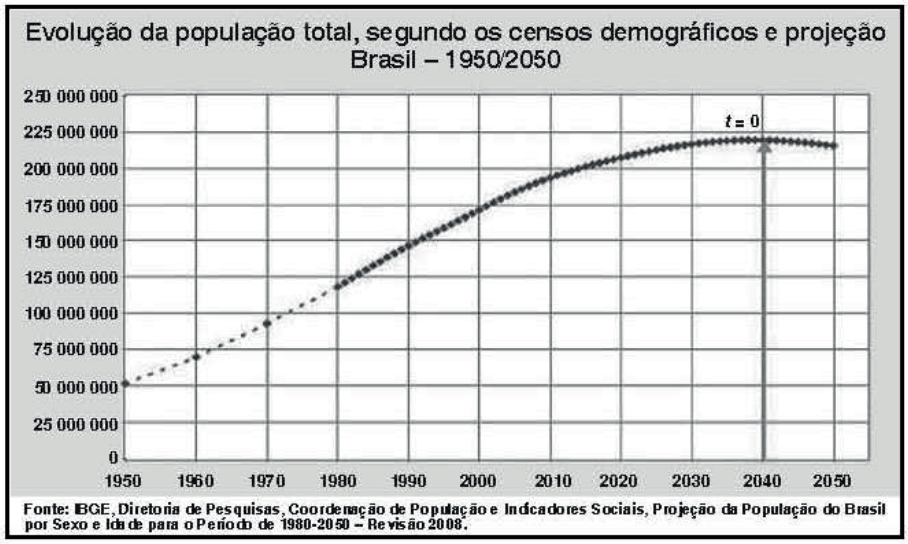
A: Incorreto. Não é possível afirmar que os fatores que provocam doenças nos grandes centros urbanos brasileiros sejam a deterioração do meio ambiente urbano (a própria afirmativa de que existe uma "deterioração do meio ambiente urbano" é pouco lúcida, já que o meio ambiente urbano é caracterizado por uma constante mutação), nem muito menos é correto afirmar que a falta de saneamento e vacinação deixaram de ser motivos de doenças nas cidades brasileiras. O *Atlas do Saneamento do IBGE* é uma ferramenta útil para a obtenção de números precisos da evolução dos índices de saneamento do país, deles pode-se concluir que, apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, o Brasil como um todo ainda carece de serviços básicos de saneamento.
B: Incorreto. As desigualdades espaciais ainda são uma realidade no país, todavia, é incorreto afirmar que estas sofrem um "*contínuo aumento*", ao contrário, as últimas décadas têm sido marcadas por um esforço do Estado brasileiro em descentralizar a atividade industrial do centro-sul do país. Até o final da década de 1970, a tentativa de descentralização da economia pelo Estado brasileiro parecia passar necessariamente por superintendências regionais, como a exemplo da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, criada em 1966, que por meio de diversos incentivos, fiscais e financeiros, buscava atrair investidores para a região) e da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959, cujos projetos incluíam a revitalização da agricultura da região, com tentativas de superar as fortes secas características do agreste nordestino). A partir da década de 1990, porém, o Estado brasileiro tem procurado qualificar a desconcentração econômica, optando por investir mais em zonas de maior competitividade.
C: Correto. Na geografia o analfabetismo é visto como uma questão a ser superada e não combatida, assim, diferente de outros males socioeconômicos, como, por exemplo, a pobreza ou o desemprego, acabar de vez com o analfabetismo é meta realizável no médio e longo prazo. Parte-se do princípio de que existe uma evolução irreversível no processo, que se fundamenta na premissa de que famílias que contam com pais alfabetizados não toleram filhos analfabetos, reduzindo de vez a taxa nacional de analfabetismo. Segundo dados do IBGE, o analfabetismo entre indivíduos maiores de 15 anos caiu de 13,6%, em 2000, para 9,6%, em 2010. Os estados do nordeste continuam com os piores índices, e as áreas rurais continuam concentrando mais analfabetos que os centros urbanos.
D: Incorreto. A afirmativa utiliza-se de uma visão determinista da geografia, isto é, que as características naturais são determinantes nos resultados econômicos e sociais da população que habita o território. A Banca do concurso já se manifestou inúmeras vezes contrária a tal visão determinista, bem como grande parte dos geógrafos brasileiros e daqueles que elaboram as políticas de gestão de recursos naturais. É também impreciso afirmar que há no Brasil uma "*má distribuição territorial dos recursos naturais*", embora inegável que nem toda região desfruta das mesmas riquezas naturais, é possível encontrar riquezas naturais por todo o território nacional.
E: Incorreto. O termo "*migração de retorno*" refere-se não à volta ao espaço rural, mas, sim, a um retorno do imigrante ao seu local de partida, isto é, trata-se de um conceito ligado mais à relação dos migrantes com seu local de origem, do que de eventuais contrastes entre condições de vida no campo e na cidade. Vale ressaltar que esta volta ao local de origem pode estar associada: ao fracasso do migrante em seu primeiro destino, o que o obriga a voltar; a um eventual sucesso, em que o indivíduo conseguiu consolidar seus objetivos econômicos e retorna vitorioso ao conforto de sua terra; ou, ainda, graças a melhoras nas condições de vida no seu local de retorno.
Gabarito C

Em todos os países da América Latina, a partir de meados da década de 70 do século passado, retoma-se a tendência de queda da mortalidade, tanto a geral como a infantil.

No caso do Brasil, como consequência da generalização dos serviços de saúde e do aumento da escolarização, começa a observar-se uma redução significativa nos padrões históricos da desigualdade regional relativa à mortalidade no país. Além desses fatores, a ampliação dos serviços de saneamento básico a áreas até então excluídas, os programas de saúde materno-infantil – sobretudo os voltados para o pré-natal –, a ampliação da oferta de serviços médico-hospitalares, as campanhas de vacinação, entre outras medidas, em muito colaboraram para a continuidade da redução dos níveis de mortalidade infantil e infantojuvenil, principalmente a partir dos anos 80 do século XX.

Oliveira Simões, 1997 (com adaptações).

(Diplomacia – 2009 – CESPE) O gráfico a seguir apresenta a evolução da população brasileira de acordo com os censos demográficos, além de uma projeção dessa evolução até o ano de 2050.



Tendo as informações apresentadas acima como referência, julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos à evolução da população brasileira.

(1) A projeção de desaceleração da taxa de crescimento da população brasileira evidenciada no gráfico tem como um de seus fatores a queda da fecundidade.

(2) Verifica-se, com base no gráfico, que, no Brasil, haverá aumento da mortalidade geral a partir de 2040, razão pela qual a população entrará em processo de decrescimento.

(3) Considerando-se o quadro de altas taxas de mortalidade infantil no Brasil no período compreendido entre 1950 e 1970, conclui-se que o crescimento populacional registrado no gráfico para esse período deveu-se principalmente aos grandes fluxos imigratórios.

(4) No momento histórico correspondente ao ponto mais alto da curva correspondente ao gráfico mostrado, a média etária do conjunto da população brasileira será inferior à atual.

1: Certo. A projeção do gráfico é de que, a partir de 2040, haja uma desaceleração na taxa de crescimento da população brasileira. Tal projeção reflete o que hoje vem sendo identificado como a "quinta fase" da transição demográfica. O modelo original de transição demográfica de uma nação pré-industrial elaborado pelo demógrafo norte-americano Warren Thompson nos anos 1920 consiste apenas em quatro fases: a primeira apresenta taxas de natalidade e mortalidade altas e é uma fase ainda pré-industrial; na segunda, com os avanços na medicina, as melhores condições sanitárias e a urbanização, a taxa de mortalidade cai, mas a taxa de natalidade permanece alta, o que leva a um rápido crescimento populacional, relacionado à Revolução Industrial; na terceira fase, a taxa de natalidade cai devido a métodos anticoncepcionais e ao aumento do planejamento familiar; e na quarta fase, as taxas de natalidade e mortalidade se estabilizam. A quinta fase, já amplamente aceita nos dias de hoje e prevista no gráfico, ocorre em diversos países desenvolvidos, sobretudo na Europa, e define-se pela redução da população, com uma taxa de mortalidade superior à de natalidade (morrem menos pessoas do que nascem), o que se explica pela diminuição da fecundidade feminina no país (nascem menos crianças por mulher), e não pelo aumento da taxa de mortalidade;

2: Errado. Como explicado no item anterior, a queda do crescimento demográfico previsto para 2040 associa-se à redução da taxa de fecundidade, e não no aumento da mortalidade geral;

3: Errado. Não é correto falar em "altas taxas de mortalidade infantil" nos períodos referidos, já que o próprio texto citado na questão afirma que houve "continuidade da redução dos níveis de mortalidade infantil" a partir dos anos 1980. Outro erro está em atribuir o crescimento populacional aos fluxos imigratórios do período de 1950 a 1970, quando na verdade observa-se um declínio nos fluxos migratórios para o Brasil a partir dos anos 1940, com uma ressalva necessária ao momento do pós-guerra;

4: Errado. A expectativa normal para o ponto mais alto da curva é que a média etária do conjunto da população brasileira seja superior à atual, pois trata-se do momento em que a taxa de mortalidade será mais baixa (as pessoas viverão mais, aumentando a idade média da população), assim como a taxa de natalidade (o número de novas crianças se reduzirá, também contribuindo para uma média etária mais alta).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005 – CESPE) Um dos principais desafios da sustentabilidade é o fato de que o tipo de mundo que criamos, principalmente a partir do século XX, poderá entrar em colapso. Por essa razão, há necessidade de mudanças. Essa constatação apresenta uma dimensão ambiental, em relação à deterioração dos sistemas ecológicos básicos para a manutenção da vida, e dimensões socioeconômicas, relacionadas à marginalização, já que parte crescente da comunidade humana, cerca de um bilhão e meio de pessoas, o equivalente a um quarto da população mundial, vive abaixo de padrões aceitáveis de qualidade de vida. Os modelos de consumo, os estilos de administração e o comportamento político não são adequados para uma comunidade de seis bilhões de pessoas. Considerando os processos de produção e de ocupação do território brasileiro, bem como problemas relacionados ao meio ambiente, julgue o item seguinte.

(1) Atualmente, o Brasil assemelha-se a muitos países desenvolvidos, pois, desde meados do século XX, vem avançando em aspectos econômico e social, graças à superação das desigualdades regionais, alcançada após a industrialização e a integração produtiva e financeira do mercado interno.

1: Errado. Além de ser delicado falar que o Brasil "assemelha-se a muitos países desenvolvidos", é impossível afirmar que o país superou as desigualdades regionais, considerando que em 2005, ano da prova, a região Norte representava 5% do PIB nacional; e a região Sudeste, mais de 50%.
Gabarito 1E

3. GEOGRAFIA ECONÔMICA

3.1. GLOBALIZAÇÃO E DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005 – CESPE) Julgue o item que se segue, referentes a geopolítica.

(1) Com a homogeneização crescente dos espaços, os lugares, e mesmo a região, já não são elementos essenciais para explicar a produção, o comércio ou a política mundiais.

1: Errado. O lugar é um dos elementos mais importantes para explicar a produção, o comércio ou a política mundiais, pois estes são, de certo modo, o elo entre todos os lugares do globo.
Gabarito 1E

3.2. FORMAÇÃO E ESTRUTURA DOS BLOCOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, referentes a geopolítica.

(1) O Brasil busca inserir-se na economia global a partir do reforço e da ampliação dos vínculos com a migração maciça de corporações transnacionais. Nesse sentido, como resultado do papel do Estado na regulação da atividade econômica e na formação da renda interna, o mercado nacional ganhou mais autonomia no contexto mundial.

(2) Alguns dos reflexos da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) foram o aumento de trocas entre corporações e o crescente processo de transnacionalização de empresas nacionais, fatos que levaram ao crescimento da participação do Brasil no comércio latino-americano.

(3) O Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), criado em 1994, favoreceu as trocas comerciais entre os países envolvidos e se consolidou como o primeiro passo para a mundialização da ação de empresas nacionais desses países.

1: Certo. A ampliação dos vínculos econômicos tem sido uma estratégia do Estado brasileiro a fim de se inserir definitivamente e com peso na economia global. Quanto maior for o número de empresas com interesses econômicos no Brasil, maior será a voz do país no contexto mundial, pois a geopolítica hoje está muito mais ligada a interesses de corporações transnacionais do que a conquistas territoriais, como ocorria outrora;
2: Errado. A Alca nunca foi criada, sendo apenas uma proposta dos Estados Unidos da América, a qual contou, inclusive, com oposição do Estado brasileiro, que considerava injustas as vantagens que o acordo traria para os diferentes países;
3: Certo. Existe um erro quanto ao ano de criação do MERCOSUL, 1991, e não 1994, porém, por se tratar de uma questão de geografia, o ano deve ser um detalhe ao analisar o item.
Gabarito 1C, 2E, 3C

3.3. ENERGIA, LOGÍSTICA E REORDENAMENTO TERRITORIAL PÓS-FORDISTA

O padrão locacional da indústria ao longo da industrialização brasileira foi centrípeto, concêntrico e hierárquico, seguindo a tendência de industrialização das economias capitalistas avançadas em explorar vantagens de escala da concentração espacial.

Lemos *et al*. **A organização territorial da indústria no Brasil**. IPEA, 2005.

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Com relação às indústrias no Brasil, julgue (C ou E) o item seguinte.

(1) As indústrias de alta tecnologia localizam-se, preferencialmente, onde existem sistema acadêmico e de pesquisa bem organizado, serviços urbanos modernos e base industrial.

1: Certo. Por via de regra, as indústrias de alta tecnologia situam-se perto de polos acadêmicos, universidades e instituições de pesquisa. A lógica é simples: aproveitar o conhecimento gerado em tais instituições para a produção industrial. No Brasil, as indústrias de alta tecnologia encontram-se majoritariamente no interior paulista, perto das duas maiores universidades do estado, USP e Unicamp, nas cidades de São Carlos e Campinas.
Gabarito 1C

Todas as fontes devem ser aproveitadas, dentro de suas especificidades. (...) o Plano Nacional de Energia 2030 mostra exatamente isso: a existência de só uma ou duas fontes não significa uma solução. O Brasil necessita, principalmente, daquelas fontes que geram energia em grande escala e têm alta disponibilidade, dando segurança ao sistema e tranquilidade aos consumidores.

Internet: <http://www.aben.com.br>.

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Com relação a fontes de energia, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) A exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas foi possível graças à tecnologia desenvolvida no Brasil, a qual, hoje, é exportada para outros países.

(2) Em razão de ter-se tornado autossuficiente em petróleo em 2006, o Brasil deixou de importar esse produto e seus derivados.

(3) Sendo o etanol uma fonte de energia limpa, sua produção e seu consumo não acarretam danos ambientais ou sociais.

(4) No Brasil, a biomassa tem sido bastante explorada para a geração de energia, o que resulta no fortalecimento da agroindústria brasileira.

1: Certo. Mais da metade da área dos blocos exploratórios da Petrobras encontra-se em águas com profundidade maior que 400 metros. A perspectiva de descobrir petróleo em tais profundidades levou a Petrobras, nos últimos anos, a aumentar cada vez mais suas atividades de pesquisa na área, de forma que a empresa brasileira é hoje referência mundial e vem assinando parcerias de exploração e produção de petróleo em águas brasileiras e estrangeiras;
2: Errado. O Brasil efetivamente se tornou autossuficiente em petróleo no ano de 2006; porém, tal feito não é o bastante para que o país deixe de importar esse recurso, visto que a qualidade do petróleo é tão importante quanto a quantidade explorada. O Brasil ainda é deficitário no que diz respeito ao petróleo leve, mas a expectativa é de que esse quadro venha a se alterar com o petróleo extraído da camada pré-sal;

3: Errado. O etanol não deve ser considerado "energia limpa". Na verdade, ele é uma alternativa mais limpa aos tradicionais combustíveis fósseis, mas sua produção e seu consumo geram danos ambientais (na produção, a prática de queimadas e a mecanização da colheita, assim como a emissão de CO2 no consumo, colaboram para a poluição do ar) e danos sociais (a produção em larga escala exige a concentração de grandes propriedades, o que contribui para o êxodo rural e o crescimento desregulado das cidades);
4: Certo. O etanol brasileiro é o exemplo mais nítido de tal exploração. Produzido a partir da biomassa da cana-de-açúcar, o bioetanol nacional tem ganhado espaço no mercado mundial, concorrendo com os biocombustíveis norte-americanos a base de milho e contribuindo para o crescimento da agroindústria brasileira.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

3.4. DISPARIDADES REGIONAIS E PLANEJAMENTO NO BRASIL

O Brasil, que sempre se caracterizou pela existência, em uma região ou em outra, de fronteira de povoamento, viu, com o processo de industrialização do campo, o aparecimento de fronteiras de modernização nas quais se verificaram profundas transformações socioespaciais. Ambos os tipos de fronteira suscitam novos centros de comercialização e beneficiamento de produção agrícola, de distribuição varejista e prestação de serviços ou, em muitos casos, de centros que já nascem como reservatórios de uma força de trabalho temporária.

R. L. Corrêa. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006, p. 323 (com adaptações).

(Diplomacia – 2012 – CESPE) A partir das informações apresentadas no texto acima, julgue(C ou E) os itens seguintes.

(1) A implantação, na região amazônica, de atividades industriais e agrárias exploradas por empresas públicas e privadas exemplifica o processo de desenvolvimento descrito no texto.
(2) Dado o processo de industrialização do campo, resultante da modernização das técnicas e das relações sociais de produção, a maior parte da força de trabalho da produção agrícola concentra-se nas grandes propriedades, o que reduz o índice de subemprego e atenua a baixa produtividade rural.
(3) Sob o impacto da globalização, as transformações mencionadas no texto provocam uma menor diferenciação entre os centros urbanos, que passam a desempenhar as mesmas funções na rede urbana, ou seja, a de reservatórios de força de trabalho temporária.
(4) Contraditoriamente, a criação de novos centros urbanos acentuou a concentração espacial da população brasileira,o que se evidencia na distribuição populacional ainda marcada por vazios populacionais e pela existência de um processo de fragmentação da rede urbana.

1) Certo. O desenvolvimento da região amazônica realiza-se por um esforço conjunto dos setores públicos e privados, que se fazem presente tanto no setor industrial quanto agrário, ambos setores de grande relevância para a economia amazônica. Nesse sentido, vale a pena mencionar os esforços do governo Lula, que em 2007 recriou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) como uma autarquia com a finalidade de promover o desenvolvimento includente e sustentável dos estados do Norte, bem como a integrá-los de forma competitiva na economia a nível nacional e internacional.
2) Errado. O processo de industrialização do campo faz com que a maior parte da mão de obra rural se concentre nas propriedades familiares. A concentração fundiária, com maior capacidade de investimentos, maquinário avançado, e técnicas mais eficientes de produção, vem, na verdade, reduzindo a sua força de trabalho relativa e contribuindo para aumentar o índice de subemprego nas áreas rurais.
3) Errado. Se é bem verdade que se pode considerar a globalização como fator que ajuda a destacar muitas semelhanças entre os diferentes centros urbanos, não é prudente, contudo, afirmar que ela provoca uma menor diferenciação entre os mesmos, como afirma o item, visto que o "mito da aldeia global", é rejeitado pela Geografia Crítica de Milton Santos, corrente teórica muitas vezes defendida nas questões elaboradas pela banca. No entanto, o erro categórico da afirmativa é dizer que os centros urbanos passam a desempenhar a mesma função na rede urbana, ao contrário, embora não se possa falar em uma lógica de especialização do território, deve-se ressaltar que cada centro urbano exerce uma função diferenciada de acordo com seu papel dentro da economia (o próprio conceito de "rede urbana" significa um conjunto funcionalmente articulado de cidades, em que cada cidade tem uma função diferente, havendo uma complementaridade entre elas). No Brasil, se tomarmos exemplos dentro do estado de São Paulo, fica claro que a função exercida pelo tecnopolo que é São José dos Campos não é a mesma daquela exercida pela cidade portuária de Santos, nem pelo importante centro do comércio agropecuário do país que é a cidade de Barretos. Vale lembrar que a urbanização no mundo periférico tem sido caracterizada pela "macrocefalia urbana", em que algumas cidades acabam assumindo todas as funções. A macrocefalia não é recente e, apesar de presente no Brasil, não caracteriza as tendências atuais do país. A partir de 1970, o Brasil passa por um processo de desmetropolização, com o crescimento maior das cidades-médias. As metrópoles do Brasil não estão encolhendo, mas algumas crescem abaixo da média nacional, em verdade, a maior parte das metrópoles nacionais crescem menos que as cidades médias. Reduzindo-se assim o processo de macrocefalia, as áreas metropolitanas acumulam menos funções, compartilhando-as com as cidades médias na rede urbana.
4: Errado. É impossível falar atualmente de um "*processo de fragmentação da rede urbana*", ao contrário, atualmente o processo que se verifica no Brasil é o de uma malha urbana que se adensa. Com o crescimento das cidades médias e a desaceleração do crescimento das grandes metrópoles, as cidades pequenas e os novos centros urbanos preenchem o espaço entre as mais antigas aglomerações urbanas, tornando pouco aceitável a afirmativa de que há uma acentuação na concentração espacial da população brasileira.
Gabarito 1C, 2E, 3E 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007 – CESPE) Os dados do Censo de 2000 não confirmaram a ideia do Centro-Sul brasileiro rico, mas apontam para uma disparidade intrarregional, bem como macrorregional, quando se compara essa região ao Norte e Nordeste brasileiros. Acerca dessas disparidades socioeconômicas, julgue os itens que se seguem.

(1) O processo de industrialização no Brasil promoveu a diminuição das disparidades socioeconômicas inter-regionais.
(2) A atual dinâmica econômica do país, apesar do crescimento do produto interno bruto (PIB) de outras regiões, revela uma concentração no Centro-Sul.
(3) O Norte e o Nordeste brasileiros são áreas agrícolas estagnadas economicamente, com baixo índice de renda *per capita*.

1: Errado. O processo de industrialização no Brasil não fez senão aumentar as disparidades socioeconômicas do país. O Sudeste, que comandou o processo de industrialização com o capital privado nacional, atraía migrantes de todo o país em busca de melhores condições de vida para cidades como São Paulo e Rio de Janeiro;
2: Certo. O Centro-Sul brasileiro continua concentrando a maior parte da atividade econômica do Brasil, mesmo com a crescente participação de outras regiões no PIB nacional, sendo possível afirmar que o comando da atividade econômica do país é exercido no Centro-Sul;
3: Errado. Não se pode falar em estagnação econômica nas áreas agrícolas do Norte e sobretudo do Nordeste, as quais, ao contrário, assumem um papel importante no agronegócio brasileiro e internacional, com a presença da soja no interior e da fruticultura no médio São Francisco, bem como no Vale do Açu.
Gabarito 1E, 2C, 3E

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Acerca da estrutura agrária e de questões ambientais atuais no Nordeste brasileiro, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Na região Nordeste, apesar da semiaridez predominante, é possível encontrar ilhas de umidade, nas quais se registra desenvolvimento agrícola intenso.
(2) Verifica-se que, nos últimos anos, houve aumento de área irrigada no Vale do São Francisco, o que está associado ao destaque dado à produção de frutas *in natura* para exportação.

(3) A escassez de chuvas durante as secas no Nordeste brasileiro reduz a produção agrícola e causa desemprego generalizado no campo. Esse condicionamento dos problemas sociais por questões ambientais é característico das regiões áridas e semiáridas de todo o mundo.

(4) O agreste nordestino, região de transição entre a zona da mata e o sertão, é a parte mais povoada do interior do Nordeste brasileiro, registrando-se variações populacionais nos períodos mais secos.

1: Certo. Os chamados brejos ou ilhas de umidade são comuns em meio à aridez da caatinga nordestina. O solo é fértil e proporciona intenso desenvolvimento agrícola, a exemplo da Serra de Baturité ou de Ibiapaba, no Ceará;
2: Certo. Os maiores exemplos de tal produção são as cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), às margens do rio São Francisco. É interessante lembrar a importância da Companhia de Desenvolvimento dos Vales São Francisco e Parnaíba (Codevasf) nos projetos de infraestrutura e irrigação do vale do São Francisco. Dos nove polos de desenvolvimento da região, sete resultaram em grande parte da irrigação promovida pela Companhia (norte de Minas, Guanambi, Formoso/Correntina, Barreiras, Irecê, Juazeiro/Petrolina e baixo São Francisco);
3: Errado. O item apresenta dois problemas fundamentais que não podem passar despercebidos: ao afirmar que os problemas sociais estão "condicionados" a questões ambientais, oferece uma justificativa determinista para os problemas do Nordeste, o que não é nem a explicação da banca nem do Estado para a condição atual da região; o segundo problema é que, ao dizer que esse determinismo é "característico" das demais regiões áridas e semiáridas do mundo, o texto negligencia regiões como o Estado de Israel, entre outras;
4: Certo. O agreste nordestino pode ser entendido como uma região de transição da Zona da Mata (região mais populosa e próspera do interior Nordeste, com o solo mais rico e as melhores condições ambientais) para o sertão (interior seco, com baixos índices de desenvolvimento humano e que sofre sistematicamente com as secas).
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

4. GEOGRAFIA AGRÁRIA

4.1. ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL E NO MUNDO

(Diplomacia – 2008 – CESPE) A análise da dinâmica da modernização da agricultura brasileira é importante para o entendimento da sociedade do Brasil contemporâneo. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Atualmente, observa-se, nas áreas de expansão da fronteira agrícola no Brasil, um sistema produtivo intenso e mecanizado, que gera poucos empregos diretos e baixo índice de urbanização e de migrações.

(2) Devido à consolidação da agricultura irrigada – parcialmente voltada para a exportação – e da produção moderna de grãos, bem como à modernização dos empreendimentos voltados para a produção de têxteis, a região Nordeste do Brasil apresenta, atualmente, bons índices de desenvolvimento no que se refere a indicadores sociais, superando, inclusive, índices do Centro-Sul.

(3) O cerrado brasileiro é um bioma propício à atividade agrícola, como comprova sua alta produtividade nas últimas décadas, graças, especialmente, à fertilidade do seu solo, que não exige corretivos.

(4) O fato de as indústrias deixarem de se concentrar no Sudeste do Brasil tem relação com o processo de modernização da agricultura brasileira.

1: Errado. Atualmente observa-se que a expansão da fronteira agrícola no Brasil baseia-se em diversas atividades econômicas. A Amazônia, como última fronteira agrícola do país, reflete bem os diferentes padrões e atividades envolvidos nesse processo: na pecuária, predomina uma produção extensiva e desenvolvida em grandes propriedades, com baixo nível de mecanização, enquanto a mineração gera uma quantidade de empregos diretos que não deve ser considerada baixa. A ideia de que os fluxos migratórios para as regiões relacionadas à expansão da fronteira agrícola são pequenos tampouco pode ser confirmada, visto que contraria o conceito de fronteira agrícola;
2: Errado. Apesar de nas últimas décadas participar de um processo sério de desenvolvimento social, fruto de investimentos em infraestrutura por parte do Estado, o Nordeste brasileiro ainda apresenta os índices de desenvolvimento mais baixos do país, enquanto o Centro-Sul continua a liderar os números nacionais;
3: Errado. O cerrado brasileiro é um bioma com solo deficiente em nutrientes, o que dificulta o plantio de bens agrícolas em suas terras. Apenas a partir dos anos 1970, com os trabalhos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, é que o cerrado tornou-se viável como local de produção agrícola e passou a se articular mais estreitamente com o mercado do Centro-Sul do país e com o resto do mundo;
4: Certo. A interiorização do país, que implica a desconcentração das indústrias do Sudeste, entre várias outras consequências, está intimamente ligada à modernização da agricultura brasileira. Quando pensamos na soja, por exemplo, que pode ser plantada no interior de Mato Grosso e Goiás graças ao desenvolvimento tecnológico, tal relação torna-se evidente, pois as áreas até então com pouca atividade econômica passam a gerar mais riquezas e a requerer mais bens industriais, tanto para o processo produtivo quanto para sua população.
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

O padrão locacional da indústria ao longo da industrialização brasileira foi centrípeto, concêntrico e hierárquico, seguindo a tendência de industrialização das economias capitalistas avançadas em explorar vantagens de escala da concentração espacial.

Lemos *et al*. **A organização territorial da indústria no Brasil**. IPEA, 2005.

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Com relação às indústrias no Brasil, julgue (C ou E) o item seguinte.

(1) O desenvolvimento da indústria e da agroindústria resultou na diferenciação e especialização do espaço regional brasileiro por meio da criação de novas estruturas produtivas, como observado na Amazônia brasileira.

1: Certo. O item refere-se indiretamente à Zona Franca de Manaus, modelo de desenvolvimento econômico implementado no coração da Amazônia com três diferentes polos econômicos: o comercial, cujo maior êxito ocorreu na década de 1980, quando o regime econômico ainda era o de uma economia fechada; o industrial, que é considerado a base da Zona Franca, possui cerca de 600 indústrias, gera mais de meio milhão de empregos e produz de geladeiras a celulares, passando por motocicletas; e o polo agropecuário, com projetos voltados para a alimentação, turismo, agroindústria e outros.
Gabarito 1C

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Acerca das transformações globais, nacionais e locais relacionadas ao desafio do desenvolvimento ambiental sustentável, julgue (C ou E) os itens a seguir.

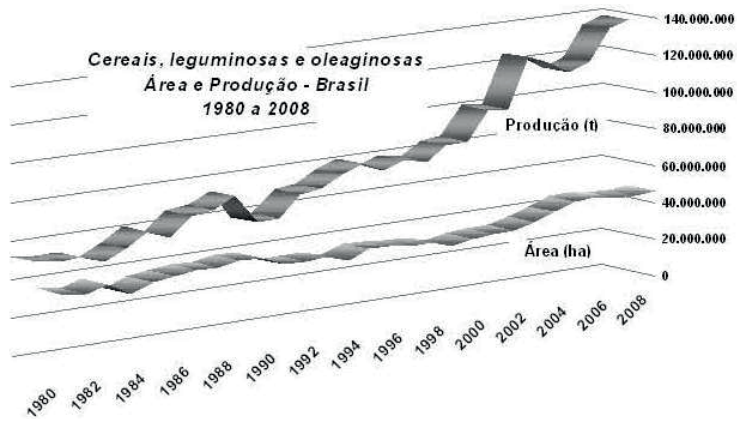
(1) A integração mundial do mercado dos produtos agropecuários favorece o comércio agroexportador do Brasil com outros países ou blocos de países, pois o mercado articula-se em torno de blocos que possuem interesses comerciais comuns.

(2) Na Amazônia, o crescimento do agronegócio e a expansão das culturas de *commodities* têm sido observados em um grande número de pequenas propriedades, o que se justifica por serem tais empreendimentos prioritários para a desconcentração da propriedade da terra.

(3) Influenciada pelo agronegócio, a agricultura familiar ou de subsistência praticada atualmente na Amazônia tem sido apoiada por inovações tecnológicas e pela utilização dos créditos ambientais subsidiados por políticas públicas de preservação, que objetivam recompensar o abandono da prática de derrubada ou queimada da floresta ou da vegetação secundária.

1: Errado. O mercado mundial de produtos agropecuários não favorece o comércio exportador do Brasil, que, ao contrário, na atual Rodada de Doha da OMC, é um dos principais atores a exigir um novo acordo em torno da agricultura;
2: Errado. Não é correto falar em "grande número de pequenas propriedades" no que se refere ao crescimento do agronegócio e à expansão das culturas de *commodities*, visto que esses empreendimentos ainda são fundamentalmente baseados nas grandes propriedades e têm como objetivo não a desconcentração de terra, mas sim interesses econômicos;
3: Errado. Não é correto associar "créditos ambientais subsidiados" pelo governo com agricultura familiar ou de subsistência, pois tal incentivo limita-se à agricultura em grande escala.
Gabarito 1E, 2E, 3E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007 – CESPE) Considerando que as informações contidas no gráfico abaixo ajudam no estabelecimento de algumas conclusões a respeito da produção agrícola nacional, julgue os itens seguintes.



(1) O aumento na produção, conforme mostrado no gráfico, é decorrente tanto do incremento da área cultivada quanto da modernização tecnológica da agricultura.
(2) Quanto à mecanização das áreas agrícolas, as características do relevo brasileiro, como no caso das chapadas, impedem o aumento em ritmo maior das terras incorporadas à agricultura.
(3) De modo geral, a expansão de determinados setores industriais no país tem demandado maior quantidade de produtos da agricultura, fomentando a agroindústria.

1: Certo. O gráfico mostra um pequeno aumento da área cultivada, mas o crescimento brutal da produção não é proporcional ao primeiro dado. Por isso, a maior eficiência agrária e o aproveitamento do espaço estão ligados, sobretudo, à modernização tecnológica da agricultura;
2: Errado. O cerrado do Centro-Oeste é o local onde se verificam, ao mesmo tempo, a maior concentração de chapadas do país e a constante modernização do agronegócio brasileiro. Portanto, não se poderia presumir que a afirmativa fosse correta;
3: Certo. Mesmo que o agronegócio represente apenas 6% do total do PIB brasileiro, ele tem participação importante em vários setores produtivos da economia nacional, como, por exemplo, na indústria de sucos de laranja, em que, para atender ao crescimento da demanda por essa bebida, a fábrica de sucos pressiona o produtor da fruta a aumentar seu cultivo.
Gabarito 1C, 2E, 3C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005 – CESPE) Julgue os itens subsequentes, relativos à agricultura no Brasil.

(1) O aproveitamento integral do calendário agrícola, o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações e a maior disponibilidade de crédito são alguns dos fatores que indicam o início do período técnico-científico-informacional na agricultura brasileira.
(2) A modernização da agricultura no Nordeste do Brasil vem ocorrendo em áreas contínuas e especializadas no cultivo de frutas, legumes e soja.
(3) As fronteiras agrícolas do Brasil, a partir da segunda metade do século XX, vincularam-se à expansão das vias de circulação, aos movimentos espontâneos de imigração e à colonização oficial e privada, à especialização da produção nos diversos ramos agropecuários e às diferenças quanto ao grau de tecnificação.

1: Certo. O conhecimento que permite elaborar um sistema de crédito mais acessível, bem como o aproveitamento integral do calendário agrícola com o encurtamento dos ciclos vegetais, são evidências de que a informação está tendo um papel estruturador do espaço geográfico. Da mesma forma, a velocidade da circulação de produtos e as demais modernizações específicas da agricultura são indícios de que a técnica está modificando o espaço geográfico tanto da cidade como do campo, caracterizando, assim, o chamado "período técnico-científico-informacional", termo cunhado pelo geógrafo Milton Santos;
2: Errado. A modernização da agricultura no Nordeste é uma realidade, porém não ocorre em áreas contínuas; o que há são "polos de modernidade", como no caso das cidades de Juazeiro e Petrolina, ilhas de modernidade no médio São Francisco;
3: Certo. A partir da segunda metade do século XX, o Brasil caminhou para se tornar o país integrado de hoje, e o papel da expansão da fronteira agrícola nesse processo não pode ser minimizado. Na verdade, trata-se de um movimento interdependente: ao mesmo tempo que era necessário preencher o vazio demográfico no Centro-Oeste, por exemplo, era preciso desenvolver uma atividade produtiva para a população que iria se instalar ali, produção essa que não se destinaria (ao menos não de imediato) à região recém-povoada. Assim, a expansão das vias de circulação de pessoas e sobretudo de mercadorias vincula-se intimamente à expansão da fronteira agrícola.
Gabarito 1C, 2E, 3C

4.2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA, USO DA TERRA E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO CAMPO BRASILEIRO

(Diplomacia – 2010 – CESPE) No que se refere ao espaço rural no Brasil, assinale a opção correta.

(A) A revalorização do espaço rural como lugar para se trabalhar e para se viver, uma das recentes transformações ocorridas no campo, não se relaciona diretamente com as demandas pela terra e com os assentamentos rurais.

(B) O Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), ao fragmentar o espaço rural, provocou a redução da produtividade agrícola e, como consequência, a redução da oferta de alimentos nas cidades de pequeno e médio porte.

(C) Na primeira metade do século XX, o espaço rural brasileiro caracterizou-se pelas grandes plantações cafeeiras, a que se seguiu a agricultura familiar com sua pluriatividade e o processo de modernização da base técnica na agropecuária, que caracterizou o final do século.

(D) A pluriatividade, realidade da nova concepção de espaço rural adotada pelo agronegócio, ainda não se incorporou à agricultura familiar, baseada na agricultura de subsistência.

(E) Historicamente, as políticas públicas, visando à exportação, privilegiaram a agricultura de larga escala, o que forçou o processo de modernização da agropecuária e contribuiu para o êxodo rural.

A: incorreta. A revalorização do espaço rural brasileiro não pode ser tida como consenso. Apesar disso, quando consideramos que ela existe, não podemos deixar de relacioná-la às demandas por terra e, como consequência, aos assentamentos rurais, visto que tal revalorização leva indiscutivelmente ao aumento da busca por terras rurais;

B: incorreta. O Pronaf é um programa de crédito rural voltado à agricultura familiar e aos assentados da reforma agrária. Ao contrário do que assinala a questão, ele deve ser considerado um programa de sucesso, pois oferece as taxas de juros mais baixas dos financiamentos rurais e tem os menores índices de inadimplência. O resultado é um aumento da oferta de alimentos nas cidades de pequeno e médio porte, onde os alimentos básicos são fornecidos pela agricultura familiar;

C: incorreta. A questão indica que houve uma substituição das grandes plantações cafeeiras pela agricultura familiar, algo que não se pode afirmar porque, apesar de a agricultura familiar representar mais de 80% dos estabelecimentos rurais, a área ocupada por ela não chega aos 25% da área total usada por estabelecimentos rurais. O que é inegável é o esforço do Estado ao longo das últimas décadas em aumentar a participação da agricultura familiar na economia, facilitando-lhe o crédito e quitando-lhe as dívidas;

D: incorreta. O termo "pluriatividade" é utilizado para explicar o fenômeno de diminuição do peso das atividades agrícolas na renda das famílias rurais. Se antes o agricultor plantava feijão e sua renda dependia inteiramente dos lucros obtidos com a safra do ano, hoje, além de lucrar com o feijão, é comum que a unidade familiar tenha um ou mais membros que se empenhem em alguma atividade extra-agrícola para trazer mais rendimentos à família, como ocorre com famílias em que um dos indivíduos é pedreiro, caseiro, jardineiro, faxineiro ou cozinheiro, por exemplo;

E: correta. Historicamente, a economia brasileira caracterizou-se pela agroexportação latifundiária, com as políticas públicas privilegiando as grandes plantações. Em meados dos anos 1960, um conjunto de transformações apontou para um novo padrão de desenvolvimento rural, a chamada "modernização conservadora", que, com a constituição do Complexo Agroindustrial (CAI), levou à modernização da agropecuária do país e contribuiu efetivamente, em maior ou menor grau, para o êxodo rural.

Gabarito E

5. GEOGRAFIA URBANA

5.1. PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE REDES DE CIDADES

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Julgue (C ou E) os itens que se seguem, relativos à região Nordeste do Brasil.

(1) Durante todo o século passado, a cidade de Recife exerceu papel preponderante na rede urbana nordestina, permanecendo, ainda neste século, como a única cidade global da região.

(2) A colonização da região que atualmente corresponde ao Nordeste do Brasil ocorreu, de modo geral, do litoral para o interior, relacionando-se a ocupação das zonas mais próximas do litoral à produção açucareira, e a de áreas mais interiores, à pecuária e à cultura do algodão.

(3) No Brasil, durante o período marcado pelo nacional desenvolvimentismo, os problemas identificados na região Nordeste estimularam a criação da Sudene pelo governo de Juscelino Kubitscheck, com o objetivo de implantar políticas de fomento regional.

(4) Durante o ciclo de produção da borracha na região amazônica, centenas de milhares de nordestinos transferiram-se para aquela região, em grande medida, em consequência de anos de grande seca no Nordeste.

1: Errado. É inegável que o Recife sempre exerceu um papel fundamental na rede urbana nordestina, porém é incorreto afirmar que a capital pernambucana é uma cidade global, termo empregado para estabelecer certa hierarquia no sistema econômico global, denominando uma cidade que concentre uma rede de atores cujas ações possam ter forte impacto na economia mundial. No Brasil, a cidade de São Paulo é um excelente exemplo das dimensões de uma cidade global, comparável a Tóquio, Nova Iorque e Londres;

2: Certo. O Nordeste brasileiro foi uma das primeiras regiões do Brasil a serem colonizadas pelos portugueses, que rapidamente começaram o plantio de cana-de-açúcar por lá. O açúcar logo tornou-se a espinha dorsal da economia e da sociedade nordestinas, concentrando a população da região no litoral, onde ficava a maior parte das terras mais propícias para a plantação de cana. O predomínio da cana, no entanto, não impossibilitou que outros setores prosperassem no lugar, apenas tirando-lhes o privilégio de estar no litoral e levando a pecuária e o algodão para o interior da região;

3: Certo. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi criada em 1959, no governo de Juscelino Kubitscheck, pelo economista Celso Furtado, secretário executivo da autarquia subordinada à presidência que foi a Sudene durante os primeiros anos. O órgão tinha o intuito de promover o desenvolvimento do Nordeste (região então definida como a que abrangia Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e parte de Minas Gerais), que não havia engrenado no processo de desenvolvimento no qual já estavam envolvidas as regiões do Centro-Sul;

4: Certo. A região do Nordeste é responsável pelos maiores fluxos migratórios inter-regionais do Brasil devido a fatores de repulsão como clima, economia estagnada e concentração de grandes propriedades nas mãos de poucos. No final do século XIX e início do século XX, o Nordeste sofria com as secas no mesmo período em que na Amazônia começava-se a extrair borracha. Assim, a proximidade das duas regiões e a perspectiva de uma vida melhor foram os fatores de atração que levaram milhares de nordestinos a tentar a sorte nos seringais amazônicos.

Gabarito 1E, 2C, 3C 4C

Em algum momento, daqui a um ou dois anos, uma mulher vai dar à luz na favela de Ajengunle, em Lagos, na Nigéria; um rapaz fugirá de sua aldeia, no oeste de Java, para as luzes brilhantes de Jacarta ou um fazendeiro partirá com a família empobrecida para um dos inumeráveis *pueblos jovenes* de Lima. O fato exato não importa e passará totalmente despercebido. Ainda assim, representará um divisor de águas na história humana, comparável ao Neolítico ou às revoluções industriais. Pela primeira vez, a população urbana da Terra será mais numerosa do que a rural.

Mike Davis. **Planeta Favela.** São Paulo: Boitempo, 2006, p. 13.

(Diplomacia – 2010 – CESPE) A partir desse texto e no que concerne à dinâmica de urbanização observada, no mundo, nas últimas décadas, julgue C ou E.

(1) Apesar de o continente africano apresentar importante fluxo migratório para áreas urbanas, a precariedade da situação econômica impede a formação, naquele continente, de importantes conurbações, dado o excessivo fluxo de emigrantes que se dirigem para os países ricos.

(2) A urbanização dos países pobres, a partir da segunda metade do século XX, ocorreu de maneira mais intensa que o processo de urbanização ocorrido na Europa Ocidental, no século XIX, o que explica a inclusão de cidades das regiões mais pobres do mundo entre as maiores cidades do planeta.

(3) Nos países pobres, a migração para as cidades deve-se à grande oferta de empregos formais em indústrias realocadas pelo processo de globalização, evidência de que o setor secundário da economia rapidamente suplanta, nos países de intensa migração interna, os setores primário e terciário.

(4) Comparando-se os dados referentes à população e ao produto interno bruto (PIB) relativos ao final da década de 90 do século XX com os correspondentes ao início do século XXI, observa-se que, coincidentemente, as cinco maiores aglomerações urbanas do planeta apresentam também os maiores PIBs.

1: Errado. O continente africano de fato apresenta um fluxo migratório para áreas urbanas, mas esse fluxo não impede a formação de conurbações (conjunto urbano constituído por uma cidade grande e uma aglomeração de cidades limítrofes; no Brasil, o exemplo mais expressivo é o de São Paulo e do ABC paulista, enquanto na África há o caso da capital nigeriana, Lagos). Outro dado a ser lembrado é que as migrações entre países pobres continuam proporcionalmente maiores do que as de países pobres para países ricos. Assim, um dos fluxos migratórios mais importantes no continente africano é aquele que vai da África central e meridional para a África do Sul;
2: Certo. O fenômeno da urbanização é o crescimento da população urbana em um ritmo superior ao crescimento da população rural, de forma que, ao pensarmos na urbanização de países como a Inglaterra – onde a população urbana demorou mais de 150 anos para ultrapassar a rural – e a compararmos com a de países do sudeste asiático – onde em menos de 50 anos a população urbana já ultrapassou em muito a rural –, fica fácil perceber a celeridade do processo nos países pobres que começaram seu projeto desenvolvimentista na segunda metade do século XX. Nota-se ainda que, entre as cidades mais populosas do mundo, figuram principalmente cidades do terceiro mundo (Bombaim, Xangai, Istambul, Nova Déli, Karachi, São Paulo, Moscou, Pequim, Jacarta e outras);
3: Errado. Nos países pobres, a migração para as cidades é feita, em geral, por indivíduos pouco qualificados para atuar no setor secundário, que costuma exigir um conhecimento técnico específico. Portanto, nesses países, o destino inicial da maioria dos migrantes que deixam suas atividades no setor primário em direção à cidade é o setor terciário do trabalho informal;
4: Errado. A lógica da pergunta não exige o conhecimento das maiores aglomerações urbanas do planeta nem de seus PIBs. O importante é ter em mente que a relação entre PIB e população raramente é proporcional: enquanto o PIB diz respeito à produção de determinada região, as aglomerações urbanas dizem respeito ao tamanho das cidades, sobretudo à quantidade de pessoas que vivem em determinada extensão territorial. Embora em alguns casos os dados coincidam (como no Brasil, em que a maior aglomeração urbana é também a que tem o maior PIB do país, São Paulo) por via de regra, as maiores aglomerações urbanas estão nos países em desenvolvimento e os maiores PIBs são os de países desenvolvidos.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

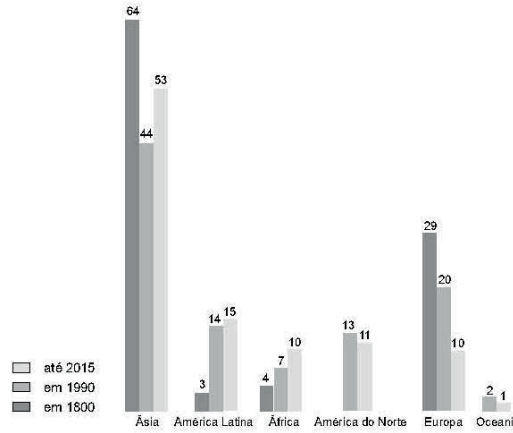
(Diplomacia – 2009 – CESPE) Rede urbana pode ser definida como um conjunto funcionalmente articulado que reflete e reforça as características sociais e econômicas de um território. Em cada região do mundo, a configuração da rede urbana apresenta especificidades. Com relação a redes urbanas no Brasil, julgue (C ou E) o item subsequente.

(1) O avanço das fronteiras econômicas, como a agropecuária na região Centro-Oeste e a mineral na região Norte, contribuiu para a expansão do sistema de cidades.

1: Certo. Ao longo do século XX, o Brasil passou por um processo de interiorização que vem contribuindo para a expansão do sistema de cidades do país. À medida que a população cresce e a necessidade de ocupar novos espaços se materializa, as fronteiras econômicas são levadas cada vez mais para o interior do país. Cabe lembrar, porém, que a fronteira agrícola ainda é uma realidade no Brasil, notadamente na Amazônia. Ao mesmo tempo, o processo de desmetropolização no qual nos encontramos vem aumentando a importância das cidades médias no país, ampliando o sistema de cidades.
Gabarito 1C

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Tendo o gráfico abaixo como referência e considerando o processo de urbanização do mundo contemporâneo, assinale a opção correta.

As 100 maiores cidades do mundo até 2015



(A) O aumento contínuo da participação da África e da América Latina no conjunto das cem maiores cidades do mundo ao longo do período representado no gráfico reflete o processo de globalização da economia, que enseja a inserção de países periféricos e a superação de seu passado colonial.

(B) O aumento da participação da América Latina no conjunto das cem maiores cidades do mundo indica o rápido processo de urbanização calcado na industrialização, que não se faz acompanhar de adequada e suficiente oferta de empregos urbanos no setor secundário da economia.

(C) O declínio na participação de determinados continentes é justificado pela interposição de barreiras à entrada de migrantes e, principalmente, pela diminuição de suas populações, tendo eles já realizado sua transição demográfica.

(D) No Brasil, o crescimento urbano e a urbanização foram alimentados por um forte êxodo rural e fluxos migratórios entre regiões, o que possibilitou melhor distribuição da população no território.

(E) O caráter urbano e metropolitano do Brasil, com o estabelecimento de bem distribuída rede de cidades, está restrito ao Sul e Sudeste do país, uma vez que estas foram as regiões que experimentaram o maior desenvolvimento industrial ao longo da história do país.

A: Incorreto. O fenômeno da macrocefalia – em que os centros urbanos são grandes demais e concentram a população mais carente, na maioria das vezes de forma desorganizada e pouco segura – é uma característica do desenvolvimento dos países do terceiro mundo,.e o aumento da participação dos continentes das antigas colônias no conjunto das cem maiores cidades do mundo está intimamente relacionado ao seu passado., Com a industrialização tardia desses países de terceiro mundo, todo o processo de urbanização foi acelerado e, em vez de surgirem, como na Europa e nos Estados Unidos, diversas cidades espalhadas pelo território, capazes de assimilar com o passar do tempo o crescimento da demanda por um espaço urbano, as pessoas se aglomeram em uma cidade que cresce de modo rápido e desordenado. Para exemplificar tal fenômeno, podemos comparar a população de 70 milhões da Alemanha e os apenas 4 milhões da cidade de Berlim aos 40 milhões de habitantes

da Argentina e os cerca de 15 milhões que vivem em Buenos Aires;
B: Correto. A atual urbanização da América Latina relaciona-se ao setor terciário da economia. Isso porque o êxodo rural, que leva migrantes do campo para a cidade, é um fenômeno que, nos países periféricos como um todo, atinge majoritariamente indivíduos com pouco conhecimento técnico para serem integrados ao setor secundário da economia; diante disso, ao chegarem às cidades, eles dedicam-se ao chamado setor terciário inferior;
C: Incorreto. O declínio de continentes como a América do Norte e a Europa no contingente das maiores cidades do planeta pouco ou nada tem a ver com questões de política migratória. Na realidade, esse declínio está ligado ao fato de os países desses continentes terem começado seu processo de urbanização nos séculos XVIII e XIX, o que lhes rendeu uma rede de cidades mais espalhadas e menor concentração urbana que as dos países da Ásia, África e América do Sul;
D: Incorreto. O crescimento urbano e a urbanização no Brasil não favoreceram a melhor distribuição da população no território nacional. Ao contrário, isso levou os migrantes da área rural a se concentrarem no Sudeste do país ou, em menor escala, nas grandes cidades de suas regiões (por exemplo: os migrantes do Ceará dividem-se entre os que podem deslocar-se até o Sudeste do Brasil e os que limitam sua migração à metrópole mais próxima, principalmente por motivos econômicos; em ambos os casos, tais migrações contribuem para concentrar a população, em vez de distribuí-la);
E: Incorreto. Não é possível falar em uma rede de cidades "bem distribuída" no Sudeste do país, pois basta lembrar a macrocefalia dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.
Gabarito B

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005 – CESPE) Julgue os itens seguintes, relativos a aspectos e definições que caracterizam o processo de urbanização brasileira.

(1) No Brasil, o processo de urbanização foi acelerado após a Segunda Guerra Mundial, apresentando mudanças no uso do território resultantes da integração dos meios de comunicação, o que facilitou fluxos de população, mercadorias e ideias. Os ritmos distintos dessa urbanização levaram às diferenciações regionais.
(2) A expansão urbana ocorrida nas últimas décadas caracterizou-se pela ocupação desordenada do solo. Contudo, por coincidir com significativa melhora das finanças públicas, esse processo foi acompanhado do atendimento das demandas sociais, razão pela qual foram minimizados os problemas das metrópoles.
(3) O fenômeno da metropolização, presente em diferentes estados brasileiros, se deu, geralmente, a partir da junção de municípios a uma grande cidade, concentradora de modernidade, de população e de recursos econômicos e financeiros.

1: Certo. A unificação do território brasileiro e a urbanização acelerada evidenciaram-se após a Segunda Guerra Mundial, havendo até então uma interligação entre as regiões do país extremamente precária. Assim, os investimentos em sistemas de transporte e comunicação, a construção de Brasília, o projeto do nacional-desenvolvimentismo e o Plano de Metas facilitaram os fluxos de pessoas, a aproximação de mercados e a circulação de ideias;
2: Errado. Não se pode falar em minimização dos problemas das metrópoles se as demandas sociais ainda não foram atendidas. As metrópoles brasileiras têm sérios problemas com a criminalidade, oriunda da marginalização das camadas mais pobres da sociedade;
3: Certo. A metropolização é uma realidade em todos os estados brasileiros. Nesse fenômeno, certas cidades crescem mais do que as outras e terminam por concentrar grande parte da atividade econômica e da população da região. A legislação brasileira adotou o conceito de região metropolitana para facilitar a administração dos municípios. Quando se pensa em uma cidade como o Rio de Janeiro, que conta com mais da metade de sua força trabalhadora residindo fora do município, fica clara a necessidade de tal instrumento legal para coordenar os fluxos da "migração pendular", onde uma metrópole polariza as atividades profissionais de todo um conjunto de municípios nos quais, em um movimento diário, pendular, milhares de indivíduos migram de um município para o outro.
Gabarito 1C, 2E, 3C

5.2. CONURBAÇÃO, METROPOLIZAÇÃO E CIDADES-MUNDIAIS

O padrão locacional da indústria ao longo da industrialização brasileira foi centrípeto, concêntrico e hierárquico, seguindo a tendência de industrialização das economias capitalistas avançadas em explorar vantagens de escala da concentração espacial.

Lemos *et al*. **A organização territorial da indústria no Brasil**. IPEA, 2005.

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Com relação às indústrias no Brasil, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A industrialização brasileira conheceu um processo de dispersão que, por ter ocorrido de forma ordenada, evitou a metropolização dos novos centros industriais.
(2) Depois de décadas de concentração econômica na cidade de São Paulo, observa-se um processo inverso, determinado, entre outras causas, pelas chamadas deseconomias de aglomeração.

1: Errado. A industrialização brasileira, assim como a da maioria dos países do terceiro mundo, não foi nada ordenada e não passou por um processo de dispersão; ao contrário, concentrou-se em demasia no Sudeste do país, notadamente em São Paulo. A metropolização do país foi uma realidade ao longo do século XX e hoje há, segundo o IBGE, 12 Metrópoles no Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre;
2: Certo. A industrialização do Brasil fundamentou-se em uma economia de aglomeração que, por diversos motivos, concentrou em São Paulo a maioria das indústrias do país. Hoje, porém, com o fenômeno da desmetropolização no país, a cidade de São Paulo está deixando de ser apenas um polo produtivo e passando a exercer muito mais a função de comando financeiro da economia nacional do que a de local primário da produção. Nesse contexto, as empresas estão deslocando cada vez mais fábricas para o interior do país atrás de preços mais cômodos para sua produção: é o fenômeno da "deseconomia de aglomeração".
Gabarito 1E, 2C

5.3. DINÂMICA INTRAURBANA DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Rede urbana pode ser definida como um conjunto funcionalmente articulado que reflete e reforça as características sociais e econômicas de um território. Em cada região do mundo, a configuração da rede urbana apresenta especificidades. Com relação a redes urbanas no Brasil, julgue (C ou E) o item subsequente.

(1) Ainda hoje, verifica-se a polarização exercida pelas metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo, por meio da concentração de indústrias e de serviços.

1: Certo. Apesar de essa polarização estar sendo reduzida, a concentração de indústrias e serviços nas duas maiores metrópoles do país ainda é uma realidade, assim como em boa parte dos países em desenvolvimento.
Gabarito 1C

5.4. O PAPEL DAS CIDADES MÉDIAS NA MODERNIZAÇÃO DO BRASIL

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Rede urbana pode ser definida como um conjunto funcionalmente articulado que reflete e reforça as características sociais e econômicas de um território. Em cada região do mundo, a configuração da rede urbana apresenta especificidades. Com relação a redes urbanas no Brasil, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) No século XXI, tem-se observado crescente fluxo migratório das cidades médias para as grandes metrópoles nacionais, que ainda se mantêm como os maiores polos de atração populacional do país.

(2) Tal como ocorre com países desenvolvidos e altamente industrializados, no espaço urbano brasileiro predominam as atividades do setor terciário, que emprega a maior a parte da população ativa.

1: Errado. O enunciado da pergunta refere-se às redes urbanas no Brasil, o que facilita a resposta, pois hoje o país passa por um processo de desmetropolização, que representa não o encolhimento das metrópoles – as quais seguem crescendo, ainda que a um ritmo menor que a média nacional –, mas o crescimento proporcionalmente maior das cidades médias, que se tornaram o novo polo de atração populacional do país. Enquanto a média nacional de crescimento populacional é de 1,17%, a cidade de São Paulo tem um crescimento de 1%, enquanto sua vizinha Ribeirão Preto apresenta um crescimento anual de 3%;
2: Certo. Dos três setores, efetivamente o terciário é aquele que mais emprega trabalhadores brasileiros, atraindo cerca de 70% da população economicamente ativa. Vale lembrar, porém, que há quem faça uma separação do setor terciário em superior (aquele a que pertencem advogados e médicos) e inferior (o que emprega camareiras e motoristas).
Gabarito 1E, 2C

6. GEOGRAFIA POLÍTICA

6.1. TEORIAS GEOPOLÍTICAS E PODER MUNDIAL

Na aurora dos tempos, os grupos humanos retiravam do espaço que os circundava, isto é, do pedaço da natureza que lhes cabia, os recursos essenciais à sua sobrevivência. Na medida em que a divisão do trabalho se acentua, uma parte cada vez maior das necessidades de cada grupo, de cada comunidade, tem de ser procurada na área geográfica de uma outra coletividade. A noção de espaço como suporte biológico dos grupos humanos, de suas atividades, exige agora uma interpretação menos literal. Essa noção não pode mais aplicar-se corretamente, com a expansão da área de atividade indispensável à existência, a um grupo isolado, mas à humanidade em geral.

Milton Santos. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Ed. Hucitec/EDUSP, 1978, p. 167 (com adaptações).

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Assinale a opção em que se expressa corretamente a ideia apresentada pelo autor nesse fragmento de texto.

(A) O imperialismo advém da necessidade de domínio tecnológico de meios naturais diferenciados.
(B) Os recursos naturais disponíveis para a coletividade são finitos, e o crescimento populacional inevitavelmente provoca seu escasseamento, gerando um desequilíbrio na relação entre a população e seu território.
(C) A concepção de Estado está intimamente relacionada à defesa dos recursos essenciais para a sobrevivência das sociedades, aspecto do qual decorrem as guerras, que são, por isso, inevitáveis.
(D) A situação de isolamento garante a uma comunidade a manutenção do equilíbrio na relação de um grupo humano com sua base espacial.
(E) Conforme as sociedades se tornam mais complexas, as relações humanas intensificam-se e a explicação da vida social, então, extrapola a escala local.

A: incorreta. Embora seja possível relacionar o segundo período do fragmento à ideia de imperialismo, não devemos considerar esse conceito como o ponto principal, uma vez que foi utilizado apenas de forma passageira para apresentar o verdadeiro objeto de análise do texto;
B: incorreta. O texto não trata de proporcionalidade entre a população mundial e o espaço físico do globo. Embora a noção de espaço seja uma das principais ideias contidas no texto, ela está relacionada não ao crescimento populacional, mas sim ao desenvolvimento técnico ou à evolução das relações entre os grupos;
C: incorreta. O Estado não é o objeto de análise do texto; ao contrário, pode-se argumentar que a "defesa dos recursos essenciais para a sobrevivência das sociedades" é função não mais de um único grupo, mas da "humanidade em geral";
D: incorreta. Em momento algum o texto fala em isolamento; em vez disso, indica que cada vez mais os diferentes grupos têm suas ações e necessidades complementadas por outras comunidades, de forma que a expansão no espaço físico das atividades de cada grupo é que eventualmente traria o equilíbrio da "humanidade em geral", e não de cada grupo individual;
E: correta. Nos primeiros dois períodos do texto, há uma breve descrição histórica de como eram as relações entre homem e natureza e entre os próprios homens. No terceiro período, Milton Santos problematiza essa interpretação em referência aos dias de hoje e, enfim, no quarto período, afirma que o entendimento das relações entre o homem e seu espaço não pode mais limitar-se ao espaço local de sua atuação, mas deve levar em conta a escala global. De forma simplificada, trata-se da relação indivisível das atividades praticadas entre as diferentes comunidades humanas: o caso da fabricação de um avião, por exemplo, cujas infinitas peças são produzidas em diversos locais, montadas em outro e vendidas para um terceiro lugar, circulando pelo mundo e servindo a diferentes sociedades, evidencia que "a explicação da vida social, então, extrapola a escala local".
Gabarito E

6.2. FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Julgue (C ou E) os próximos itens, relativos à formação histórica do território brasileiro.

(1) A formação histórica do território brasileiro iniciou-se com a assinatura do Tratado de Madri, que determinou, por meio da criação de uma linha imaginária, o primeiro limite territorial da colônia portuguesa nas Américas.
(2) No início do século XX, o governo brasileiro assegurou a posse de novas terras por meio de acordos diplomáticos que envolveram questões fronteiriças com a Argentina, Bolívia, Colômbia, Peru e Suriname, nos quais se destacou a figura do Barão do Rio Branco.
(3) Os séculos XVII e XVIII constituem marcos da exploração de imensas propriedades rurais, com limites mal definidos, doadas pela Coroa portuguesa a aristocratas portugueses.
(4) Mesmo após cinco séculos de ocupação e povoamento, a configuração atual do território brasileiro permanece conforme a implantação das capitanias hereditárias.

1: Errado. O item nomeia o Tratado de Madri, mas refere-se ao Tratado de Tordesilhas. O Tratado de Madri (1750) foi assinado entre Portugal e Espanha, tendo Portugal seus interesses defendidos pelo santista Alexandre de Gusmão que, utilizando por base o Mapa das Cortes, consagrou o princípio do *uti possidetis* (segundo o qual reconhecia-se a cada Coroa ibérica a posse dos territórios segundo a ocupação efetiva dos mesmos) e utilizou-se de rios e montanhas a fim de demarcar os limites entre as posses. Assim, o Tratado de Madri não se confunde com o Tratado de Tordesilhas que estabelecia, em 1494, um meridiano que vulgarmente veio a ser conhecido por "dividir o mundo entre Portugal e Espanha".
2: Errado. O gabarito provisório fornecido pelo CESPE dizia que a afirmativa estava certa, porém ele foi alterado devido à impossibilidade de afirmar que o Brasil "*assegurou a posse de novas terras*" em todos os casos citados, sendo a justificativa oficial do CESPE para a alteração da questão: "*A questão fronteiriça com a Argentina que assegurou ao Brasil a posse de novas terras foi resolvida em 1895. O Tratado de 1910 é para fins de demarcação, tendo em vista que as fronteiras com a Argentina já estavam definidas desde o final do século XIX, e não do início do século XX, conforme afirmado no item. Portanto, opta-se pela alteração do gabarito desse item*". Com relação à Bolívia não há dúvida de que o Barão do Rio Branco assegurou novas posses ao Brasil, pois o território em litígio com aquele país, que mais tarde viria a fazer parte do atual estado do Acre, há décadas era tido como boliviano. Com a Colômbia e o Peru poder-se-ia admitir que novas terras foram asseguradas, pois os tratados de 1907 e 1909 respectivamente, lidavam com territórios reclamados tanto pelo Brasil quanto por seus vizinhos. A impossibilidade de falar em novas posses está no que diz respeito à Argentina e ao Suriname: com relação à Argentina o erro é cronológico, visto que a atuação do Barão do Rio Branco para assegurar novas terras ao sul deu-se ainda no século XIX, na questão de Palmas, resolvida favoravelmente ao Brasil em 1895; já para o Suriname, que era então

colônia dos Países Baixos, o erro é afirmar que o Barão assegurou novas posses, uma vez que o acordo diplomático entre o Brasil e os Países Baixos datado de 5 de maio de 1906, nada mais é do que um compromisso entre os dois países visando a demarcação das fronteiras já definidas desde os século XVII.

3: Certo. Esse gabarito também foi alterado pelo CESPE que o considerou, inicialmente, Errado. A justificativa oficial dada pela banca foi: "*A dinâmica de doação de terras para exploração certamente prevaleceu na colônia entre os séculos XVI e XVIII. As grandes extensões de terras cedidas aos homens de bem da Corte pela monarquia portuguesa receberam o nome de sesmarias, que eram cedidas à aristocracia portuguesa; [...] deveria haver uma ocupação efetiva da terra produzindo mercadorias. Somente quem tivesse laço com alta ou baixa nobreza portuguesa era contemplado e era comum o aristocrata deter sozinho diversas sesmarias. As cartas de doação demonstram a desorganização, a irregularidade e a ilegalidade da definição de limites, dificultando o controle da demarcação. Esse sistema perdurou até 1822. Portanto, opta-se pela alteração do gabarito desse item.*" Vale ainda ressaltar que a ocupação do território brasileiro iniciou-se pelo litoral, mas aos poucos, em especial a partir do século XVII, foi adentrando e ocupando o interior do país. Inúmeros fatores contribuíram para explicar as peculiaridades da ocupação do território, o que facilita em muito a aceitação do item como certo, mas um fator que deve ser enfatizado para compreensão da afirmativa é a contribuição do Estado português para a ocupação do território da colônia que passa, naturalmente, pela distribuição da posse de terra. A Coroa portuguesa, tendo que lidar com a extrema dificuldade em administrar um território tão vasto quanto o Brasil, resolve, ainda no século XVI, doar "Capitanias Hereditárias" à nobres portugueses, seguindo uma lógica de terceirização da ocupação. Já no século XVII, com a ocupação do território mais avançada, a Coroa começa a comprar de volta tais capitanias hereditárias para transforma-las em "Capitanias Gerais", em um esforço para ter maior controle sobre a terra. Já no final do século XVIII, sob a administração do Marques de Pombal, Portugal extingue o sistema de capitanias hereditárias a fim de conseguir um controle ainda maior das terras do interior.

4: Errado. O sistema implementado pelas capitanias hereditárias extinguiu-se ainda no Brasil colônia. Vale resaltar que tal sistema ainda levava em consideração o meridiano estabelecido no Tratado de Tordesilhas, assim, no que diz respeito à ocupação do território segundo o sistema das capitanias hereditárias basta que o candidato se lembre do tradicional mapa de Tordesilhas em que uma linha reta corta o Brasil de norte a sul, mais ou menos da Ilha de Marajó até a atual Florianópolis, e que imagine as divisões entre as capitanias como linhas perpendiculares ao meridiano. Ao longo da história, além da superação do limite de Tordesilhas, que expandiu o mapa do Brasil consideravelmente para o oeste, as linhas artificiais das capitanias hereditárias foram sendo substituídas por limites mais naturais, tanto topográficos quanto demográficos.

Gabarito 1E, 2E, 3C 4E

Texto para as próximas duas questões

O Estado-nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial europeia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além-mar, do ouro, da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau-brasil, que abundava em nossas terras tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas e nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país tornou-se a primeira vítima: o pau-brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos.

Carlos Walter Porto Gonçalves. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. *In*: Becker et al. (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3a ed. São Paulo: Ana Blume–Hucitec, 2002, p. 312 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Tendo o texto como referência inicial e considerando aspectos históricos e geográficos marcantes da colonização brasileira, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) No início do processo da colonização brasileira (1530), a introdução das *plantations* de cana-de-açúcar marcou a forma de apropriação dos recursos naturais e a formação territorial do país.

(2) No Brasil atual, o latifúndio, uma das principais marcas socioambientais do período colonial, mantém-se como traço do poder.

(3) A Lei de Terras, promulgada no Brasil em 1850, tinha como similar, nos Estados Unidos da América (EUA), o *Homestead Act*, que democratizou o acesso à terra naquele país.

(4) A disponibilidade de vasta extensão de terras nas mãos de elites rurais respondeu, e ainda responde, às demandas do mercado mundial.

1: Certo. Apesar de as primeiras embarcações portuguesas terem chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização demorou cerca de 30 anos para se efetivar. A partir de 1534 foram feitas as primeiras doações de capitanias hereditárias (prática já adotada pelos portugueses na Madeira e em Cabo Verde), nas quais de imediato, a exemplo das experiências anteriores de Portugal, começou-se a plantar cana para a agromanufatura do açúcar. O termo "*plantations*" serve, assim, para descrever o sistema agrícola brasileiro dos primeiros anos de colonização, o qual baseava-se na monocultura latifundiária, explorava a mão de obra escrava e voltava-se para a exportação;

2: Certo. Um latifúndio é uma propriedade rural extensa, característica marcante da colonização brasileira, desde as doações de capitanias hereditárias até as de sesmarias, e importante na dinâmica da economia rural, já que é sinal de poder ser proprietário de tanta terra. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, 15,6% do total dos estabelecimentos rurais do país ocupam mais de 75% de toda a área rural, confirmando que a estrutura latifundiária persiste no país;

3: Errado. Realmente se pode dizer que o *Homestead Act* (1862) dos Estados Unidos democratizou o acesso à terra naquele país, atraindo a mão de obra do continente europeu para comprar terras do Estado norte-americano. Já o objetivo da Lei de Terras brasileira era justamente o contrário, pois visava prender o imigrante europeu às grandes propriedades e dificultar-lhe a compra de terras. Enquanto o *Homestead Act* fora elaborado com o intuito de "conquistar o oeste", a Lei de Terras brasileira surgiu como maneira de substituir a já escassa (e cara) mão de obra escrava pela mão de obra de imigrantes ingleses, sem que isso implicasse possíveis perdas aos latifundiários brasileiros;

4: Certo. No início do processo de colonização brasileiro, as grandes propriedades rurais eram voltadas para a exportação do açúcar. Essa estrutura econômica para a exportação sobreviveu ao declínio do açúcar e se impôs com a ascensão do café. Hoje, as vastas extensões de terras concentradas nas mãos de elites rurais acompanham a interiorização do país, de forma que o cultivo da soja e a pecuária nos estados centrais e do norte do país preservam a lógica da agroexportação presente na economia nacional desde o século XVI.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Considerando o assunto abordado no texto , julgue (C ou E) os itens seguintes, relativos à temática ambiental do Brasil.

(1) O empobrecimento dos solos, o desequilíbrio ecológico e a perda da biodiversidade tiveram início no período colonial.

(2) A rápida urbanização brasileira, principalmente a partir do século passado, é um dos fatores que têm contribuído para a degradação ambiental em diferentes biomas brasileiros.

1: Certo. O empobrecimento dos solos ocorreu desde os primórdios da colonização, devido ao fato de a cana-de-açúcar ser uma planta que cresce rapidamente, o que exige muito da terra. A monocultura também é associada a tal empobrecimento, bem como as eventuais queimadas. É possível considerar que em virtualmente todo processo de colonização há um desequilíbrio ecológico inevitável, uma vez que a presença de uma nova forma de vida em um ecossistema implica mudanças no ambiente. Quanto à perda da biodiversidade, o caso mais evidente é o do quase extinto pau-brasil, a ibirapitanga dos tupis;

2: Certo. A rápida urbanização, e o crescimento acelerado das metrópoles do país contribuíram para a degradação de diferentes biomas,

no século passado, os casos mais perceptíveis foram o da Amazônia, e do Cerrado, notadamente com as metrópoles Brasília e Goiânia, e demais cidades médias da região. Porém o bioma mais desmatado do país é a Mata Atlântica, que conta hoje com cerca de 10% de sua vegetação original.

Gabarito 1C, 2C

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Considerando o Brasil em sua divisão regional na década de 60 do século XX, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) O Sudeste do Brasil, região que emergira com o crescimento cafeeiro e com a industrialização, representava a área core do país naquele década.

(2) O Sul do país era uma região rica e populosa em razão do desenvolvimento da agricultura voltada para a exportação de alimentos e de matérias-primas para outras regiões do Brasil.

(3) O Nordeste pertencia às chamadas áreas deprimidas, embora apresentasse estrutura industrial incipiente, a qual lhe assegurava alguma autonomia econômica.

(4) No Centro-Oeste, na vegetação do bioma cerrado, iniciava-se o processo de desmatamento, resultante da abertura da fronteira agrícola e da urbanização.

1: Certo. A região do Sudeste emergiu com o cultivo do café e mais tarde com a industrialização, sendo inegável que na década de 1960 representava (como ainda representa, o que não invalida a afirmativa) o core do país. Tal fato pode ser traduzido pelo termo "região concentrada", escolhido por Milton Santos para denominar a região que concentra a maior quantidade de pessoas, dinheiro e meios técnico-científicos, definição em que se enquadram os estados do Sul e do Sudeste;
2: Certo. Na década de 1960, prevaleceu a divisão regional elaborada pelo IBGE em 1942, na qual São Paulo fazia parte da região Sul; apenas no último ano da década é que São Paulo foi incorporada à nova região Sudeste. Assim, é possível afirmar que, naquela época, o Sul era a região mais rica do país e com a maior densidade populacional, além de grande exportador de matérias-primas para o Brasil e o mundo;
3: Errado. Não é possível afirmar que havia no Nordeste uma "autonomia econômica" na década de 1960. A região apresentava de fato uma indústria incipiente, com investimentos em infraestrutura e na produção de bens de consumo, mas tais iniciativas estavam intrinsecamente ligadas aos interesses e às verbas provenientes do centro-sul do país. Como exemplo, há o progresso gerado pelos investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene, criada em 1959), que realmente surtiram efeito no decorrer dos anos 1960, mas cujos recursos ainda eram provenientes dos capitais do centro-sul;
4: Certo. Os anos 1960 começaram com a inauguração de Brasília e, consequentemente, com a migração e o desmatamento gerado nas cercanias da nova cidade. A "diáspora gaúcha", migração de populações rurais do Sul para terras também rurais do Centro-Oeste, especialmente do Mato Grosso, é outra característica do período que levou ao esperado desmatamento. Vale lembrar que a lavoura da soja aparece apenas nos anos 1970, não contribuindo para o fenômeno descrito no item.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Quanto à dinâmica da industrialização brasileira, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) A expansão da indústria brasileira, em diferentes estados do país, dá-se em estreita relação com a concentração demográfica.

(2) Transporte e estrutura agrária têm sido obstáculos à circulação de mercadorias e, portanto, empecilhos ao desenvolvimento industrial de certas áreas do país.

(3) As indústrias mais desenvolvidas do país localizam-se em áreas onde houve implantação de ferrovias de estradas de rodagem.

(4) Os estados que mais se destacaram na cumulação industrial na década de 60 do século XX foram Rio de Janeiro e São Paulo; os produtos eram daí exportados para a região Sul e para o eixo Norte-Nordeste.

1: Certo. A expansão da indústria brasileira em diferentes momentos históricos esteve relacionada à concentração demográfica, como se nota pela industrialização das cidades de Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e outras metrópoles do país. Não é prudente, no entanto, afirmar que tal relação é direta ou que uma é causa da outra. Na verdade, hoje podemos observar o caso da capital paulista, cuja concentração demográfica segue crescendo enquanto as indústrias têm deixado a cidade em direção ao interior do estado e do país;
2: Certo. Hoje já não se defendem como outrora as teses de "Localização industrial", de Alfred Webber – segundo as quais a indústria teria de se estabelecer no local mais próximo da matéria-prima, do mercado consumidor e da fonte energética –, uma vez que os avanços tecnocientíficos vêm permitindo a relativização dessa proximidade. No Brasil, além de as dificuldades de transporte devidas à extrema densidade vegetal de certas áreas do país atrapalharem a circulação de mercadorias e de matérias-primas e, portanto, o desenvolvimento industrial, a estrutura agrária latifundiária, em vez de contribuir para encurtar as distâncias, também gera empecilhos para a circulação de mercadorias;
3: Certo. Milton Santos, em parceria com Maria Laura Silveira, no livro "O Brasil: território e sociedade no início do século XXI", discorre sobre como as estradas de ferro, as rodovias, os portos e as usinas de eletricidade foram fundamentais para o desenvolvimento da indústria em certas regiões do país. No Sul e no Sudeste, esses avanços tecnológicos foram se incorporando ao meio natural e transformando-o aos poucos em um meio tecnocientífico. Por outro lado, na Amazônia, fortemente dominada pelo meio natural, verificou-se a enorme dificuldade que era conseguir estabelecer um sistema de estradas de ferro e rodovias, de modo que a industrialização não pôde ocorrer com o mesmo sucesso;
4: Errado. A construção de Brasília, em 1960, e a transferência da capital foram responsáveis pela alteração do eixo de exportação para o Centro-Oeste e marcaram o início do declínio econômico do Rio de Janeiro, que, vale lembrar, dividiu-se em dois, com a cidade do Rio de Janeiro tornando-se o estado da Guanabara. Em razão disso, a acumulação industrial deixou de ser uma realidade no estado fluminense.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Segundo Bertha Becker e Cláudio Egler, as premissas do projeto geopolítico do regime militar instaurado em 1964 não foram determinadas pela geografia do país nem se restringiram à apropriação física do território. O marco desse novo projeto foi a intencionalidade do domínio de vetor científico-tecnológico moderno para o controle de tempo e do espaço, entendido pelas Forças Armadas como condição para a constituição do Estado-nação na nova era mundial.

Considerando as observações apresentadas no texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir, tendo em vista a modernização conservadora e a reestruturação do território brasileiro.

(1) O projeto geopolítico de modernização brasileira, iniciado no pós-guerra, não atendia prioritariamente ao plano de ação das Forças Armadas.

(2) A integração territorial brasileira, na perspectiva da modernização conservadora, foi um recurso ideológico utilizado para ampliar o controle do território nacional e encobrir as políticas seletivas espaciais e sociais.

(3) A modernização brasileira gerenciou a pobreza por meio de políticas sociais massificadas e qualidade nos serviços oferecidos.

(4) A modernização conservadora reconheceu que eram necessárias a autonomia tecnológica e a instrumentalização de espaço como bases para a acumulação de riqueza e a legitimação do Estado; por isso, o espaço foi dotado de operacionalidade.

1: Certo. O presidente Dutra (1946-1951) manteve um alinhamento militar e ideológico com os Estados Unidos desde os primeiros dias de seu mandato, e tal alinhamento não condizia com o projeto geopolítico de modernização brasileira defendido pelos militares e nacionalistas da época, que pregavam maior independência para os projetos militares e desenvolvimentistas do país;
2: Certo. O termo "modernização conservadora", originalmente utilizado para descrever o processo capitalista na Alemanha e no Japão, é usado no Brasil para falar do desenvolvimentismo brasileiro do pós-1964, que se realizou sem retirar do poder a antiga sociedade pré-industrial. A integração territorial do regime militar, sob forte influência das teorias elaboradas pela Escola Superior de Guerra, pautava-se nos princípios de segurança e integridade do território nacional, e, a política adotada para assegurar esses fatores era a ocupação das regiões de fronteira.

O objetivo era ocupar e desenvolver os "espaços vazios", a chamada "fronteira oca", levando para as regiões dois elementos básicos para seu progresso: mão de obra e capital;
3: Errado. O velho jargão do regime militar, "Aumentar o bolo para depois dividi-lo", pode ser útil para pensar as políticas sociais da época. Na visão dos governos militares, o combate, a inflação e o aumento da competitividade da economia brasileira eram mais importantes para o país do que, por exemplo, o valor do salário real dos trabalhadores;
4: Certo. Podemos citar o caso da Amazônia, que foi peça fundamental na política de integração territorial do regime militar e no qual a instrumentalização do espaço com enorme emissão de títulos de propriedade tinha o intuito de ocupar de forma legal a região e combater a oposição, como a Guerrilha do Araguaia.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005 – CESPE) Acerca da organização e das características de espaços regionais brasileiros, julgue os próximos itens.

(1) A partir dos anos 70 do século XX, a região da Amazônia brasileira sofreu significativa mudança: à estruturação baseada nos rios e nas cidades nodais acrescentaram-se a implementação de rodovias e a melhoria de hidrovias e de redes de telecomunicações, o que favoreceu o aumento de fluxos migratórios e econômicos.

(2) A exploração das terras amazônicas tem favorecido estratégias geopolíticas, militares, demográficas e de desenvolvimento econômico congruentes com o paradigma do desenvolvimento sustentável, o que assegura a conservação da biodiversidade local, a melhoria das condições de vida de suas populações e a inserção dessa região na economia global.

(3) Os processos sociais e econômicos que interferiram na organização espacial brasileira a partir da década de 50 do século XX influenciaram a formação de três grandes regiões: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste, divisão geoeconômica que expressa, entre outros aspectos, as transformações operadas no capitalismo mundial e brasileiro.

(4) A região Nordeste do Brasil padece de vulnerabilidades socioeconômicas, geoambientais, científico-tecnológicas e político-institucionais. No campo geoambiental, considera-se como problema mais grave e insolúvel a escassez de recursos hídricos.

1: Certo. A década de 1970 foi o ponto culminante de uma política de integração da região Norte (Amazônia) ao resto do país, a qual já se delineava desde os anos 1950. Diversas políticas públicas foram implementadas nesse sentido, incentivando grandes projetos agropecuários e minerais, bem como a construção de estradas, tudo impulsionado pelos resultados da criação da Zona Franca de Manaus em 1967;
2: Errado. A exploração de terras amazônicas não vem sendo congruente com o paradigma do desenvolvimento sustentável, visto que grande parte dessa exploração é feita por meio do desmatamento e das queimadas, deixando as áreas em questão em um estado do qual não podem ser recuperadas. Do mesmo modo, falar em "conservação da biodiversidade local" não é correto, apesar dos esforços federais nesse sentido. É importante, porém, frisar que o Programa de Prevenção e de Controle do Desmatamento, implementado em 1995, vem provocando a queda substantiva no desmatamento: em 1995, 27000 km2 eram desmatados, 0,5% da Amazônia, hoje os números do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apontam para um desmatamento de 6000 km2, 0,12% do território da Amazônia brasileira;
3: Certo. Essa divisão corresponde à elaborada pelo geógrafo Pedro Geiger, em 1967, para melhor representar os complexos regionais do Brasil segundo regiões geoeconômicas. Anos depois, devido ao aumento significativo do agronegócio nos estados do Centro-Oeste e à alteração da dinâmica econômica, Milton Santos propôs uma divisão em quatro unidades: Região Amazônica, Nordeste, Centro-Oeste e Região Concentrada;
4: Errado. A transposição do rio São Francisco, independentemente dos possíveis efeitos negativos que produza, é uma solução para as secas do semiárido nordestino.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

7. GEOGRAFIA E GESTÃO AMBIENTAL

7.1. O MEIO AMBIENTE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: AVANÇOS CONCEITUAIS E INSTITUCIONAIS

(Diplomacia – 2012 – CESPE) A proteção à biodiversidade e aos ecossistemas ameaçados pela atividade humana tem mobilizado governos, agências multilaterais, organismos internacionais de financiamento e organizações não governamentais em direção à elaboração de políticas públicas e à definição de estratégias de conservação. Acerca dessa atual tendência da gestão ambiental, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Desde que a questão ecológica adquiriu importância econômica, as estratégias de gestão ambiental passaram a ser de competência exclusiva do Estado por meio de legislação pertinente, ressalvada a gestão de projetos de pesquisa e de conservação da natureza estabelecidos por agências de cooperação internacional sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

(2) Políticas ambientais internacionais têm estabelecido direcionamentos para a internacionalização de áreas de grande biodiversidade que se destinem à preservação da natureza, sob a gestão de instituição supranacional mantida com provisão de fundos oriundos de organismos internacionais.

(3) O modelo de gestão característico da política brasileira de recursos hídricos elegeu a bacia hidrográfica como unidade espacial de planejamento, visando à resolução de conflitos entre usuários, à solução de problemas de poluição das águas e à restrição, de modo a conservar a cobertura vegetal, do desmatamento de áreas de mananciais.

(4) A proteção do Cerrado, prevista nas metas do plano estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica, justifica-se pela necessidade de recuperação de áreas desmatadas ou degradadas pelas pastagens.

1: Errado. Política ambiental, como quase toda política social nos dias de hoje, não pode ser considerada como "*competência exclusiva do Estado*", ao contrário, a questão ecológica é uma que depende da intensa cooperação entre os diversos setores da sociedade. Organizações não governamentais desempenham um papel fundamental na preservação do meio ambiente e na divulgação de informações relevantes ao complexo debate ecológico que sustenta as estratégias de gestão ambiental. O erro categórico da questão, porém, encontra-se na afirmativa de que agências de cooperação internacional teriam competências maiores do que o Estado no que diz respeito à gestão de projetos de pesquisa e de conservação da natureza. Embora seja possível afirmar que a cooperação internacional entre Estado e agências internacionais exista, não se pode admitir que o Estado não tenha competência para elaborar e estabelecer seus projetos de pesquisa e, sobretudo, de conservação da natureza (vale lembrar o papel do Ministério do Meio Ambiente e de seus inúmeros órgãos vinculados como a Agência Nacional de Águas (ANA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ou ainda o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). É também errôneo atribuir ao crescente interesse econômico o maior empenho do Estado para lidar com a questão ecológica. Embora se possa aceitar que efetivamente a questão ecológica tenha adquirido nas últimas décadas maior relevância econômica, e que o Estado tem ampliado sua competência para atuar frente aos novos desafios ambientais, é inválido afirmar que exista uma correlação entre os dois fatos, visto que o interesse primário do Estado pela questão ecológica deve ser entendido antes de tudo como uma preocupação social e não econômica.
2: Errado. É impossível falar em qualquer tipo de política ambiental que sinalize para a "*internacionalização de áreas de grande biodiversidade*". Ao contrário, a atuação histórica do Estado brasileiro sempre foi contrária a tal possibilidade, sobretudo no que diz respeito a presença de interesses estrangeiros na floresta amazônica, e hoje, mais do que nunca, tal internacionalização não é cogitada em nenhuma instância do debate internacional.
3: Certo. O modelo de gestão de recursos hídricos no Brasil passa pelo sistema de *Comitês de Bacias Hidrográficas*, que fazem parte do "*Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos*", presentes no país desde 1988. Os Comitês objetivam conciliar os diversos interesses existentes relacionados às águas dos rios. Para tal, os Comitês

contam com uma composição "*diversificada e democrática",* sendo o seu colegiado formado por diferentes representantes da sociedade civil e dos poderes públicos. Além das competências citadas no item, podemos ainda elencar como competências dos comitês: a aprovação do *Plano de Recursos Hídricos da Bacia*; e ainda gerenciar mecanismos de cobrança pelo uso da água advinda dos rios da bacia. Por fim, vale ressaltar que os Comitês podem ser estaduais ou interestaduais.
4: Certo. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é resultado da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, (Rio 92), em que o Brasil assumiu compromissos para a preservação de seus biomas, inclusive do Cerrado (bioma brasileiro rico em biodiversidade, apesar do que pode levar a crer o senso comum). Nesse intuito, em 1994, o país adotou o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), que busca promover a conservação da biodiversidade e o uso sustentável de seus componentes nos biomas: Amazônia; Cerrado e Pantanal; Caatinga; Mata Atlântica e Campos Sulinos; Zona Costeira e Marinha. Vale, ainda, citar o *Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado*, de 2009, que elenca como causas do desmatamento do bioma a agricultura, a pecuária, bem como os danos advindos da demanda por carvão vegetal em regiões de Minas Gerais e do Mato Grosso do Sul.
Gabarito 1E, 2E, 3C 4C

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Em relação à questão ambiental internacional, assinale a opção correta.

(A) As primeiras tentativas de estabelecimento de tratados internacionais que regulassem a ação humana sobre o ambiente remontam a 1900, quando se realizou, em Londres, a Convenção para a Preservação de Animais, Pássaros e Peixes da África, cujo objetivo era discutir a caça indiscriminada nas então colônias europeias no continente africano.
(B) O Tratado Antártico, firmado em 1o de dezembro de 1959, é exemplo de que os interesses voltados para a questão ambiental superaram a disputa geopolítica bipolar no âmbito da Guerra Fria, destacando-se o papel central da Organização das Nações Unidas, que mediou a assinatura do referido acordo.
(C) A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, marcou a inclusão da temática ambiental na pauta de interesse mundial, o que se confirmou pelo comparecimento de grande número de chefes de Estado àquela reunião.
(D) O chamado Clube de Roma, a partir de uma releitura de Malthus, segundo o qual a produção de alimentos cresce em escala maior que a população, defendeu medidas de planejamento familiar nas décadas de 70 e 80 do século XX.
(E) Estabelecido em 1972 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) passou a funcionar em 1973, tendo sua autonomia sido minada com a criação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente, órgão independente que, sob supervisão do Banco Mundial, arrecadaria recursos para a preservação ambiental.

A: Correto. Antes da Convenção de Londres, houve diversas outras tentativas de regulamentar a ação humana sobre o meio ambiente, mas a Convenção de 1900 é uma das mais significativas por sua abrangência, assim como a Convenção de 1911 entre onze países sobre a preservação e proteção das focas, considerada por muitos o primeiro caso bem-sucedido de proteção internacional de um animal. Vale ainda ressaltar a dificuldade em estabelecer o início da preocupação ambiental dos homens, visto que, desde os tempos da antiga Babilônia e passando pela Revolução Industrial, percebe-se um interesse pela proteção ambiental, porém a questão normativa só começou a se materializar de forma cada vez mais internacional a partir do final do século XIX e início do século XX;
B: Incorreto. O Tratado Antártico, firmado efetivamente em 1959, não tem cunho ambiental. Seu propósito era deter as pretensões territoriais relativas ao continente ao mesmo tempo que permitia e regulamentava a exploração científica. A organização por trás das negociações do tratado não foi a ONU, mas o Conselho Internacional da União Científica. O Brasil aderiu ao tratado apenas em 1975, e em 1984 inaugurou a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF);
C: Incorreto. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (UNCHE), ou a Conferência de Estocolmo, é um marco internacional para a inclusão da temática ambiental na pauta de interesse mundial, sendo a primeira conferência multilateral sobre o meio ambiente, com a presença de 103 países, mas com pouquíssimos chefes de Estado. Nos anos 1950, a FAO promoveu duas conferências para discutir o uso do solo que indiretamente trataram do meio ambiente, e a UNESCO, em 1968, realizou uma Conferência Internacional de Especialistas em Biosfera, na qual se reconheceu a interdependência entre a sociedade humana e os sistemas naturais da Terra. Contudo, foi em Estocolmo que o debate internacional sobre o meio ambiente contou com a presença maciça dos Estados;
D: Incorreto. Malthus argumenta justamente o contrário, sendo um dos primeiros, ainda no século XVII, a propor a adoção de uma política de controle de natalidade, pois temia que o crescimento populacional não fosse acompanhado por um aumento da produção de alimentos. O Clube de Roma, criado em 1968 por cientistas, políticos e membros da sociedade civil, assumiu como sua principal bandeira o congelamento do crescimento demográfico e do capital industrial do planeta a fim de preservar o bem estar de todos. Essa tese foi severamente criticada por teóricos de países em desenvolvimento, que viam nela uma retórica ecologista que buscava limitar o crescimento do chamado terceiro mundo;
E: Incorreto. O Fundo Mundial para o Meio Ambiente em nada atrapalhou os trabalhos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Ao contrário, junto com o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o PNUMA é um dos três administradores do Fundo, que, formado por mais de 150 países, é um mecanismo financeiro internacional voltado para a preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.
Gabarito A

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Uma das reservas da biosfera existentes no Brasil, reconhecida pela Unesco em 1991, é a da Mata Atlântica, cuja área é de 350 mil km2. Acerca das características desse bioma e da utilização de reservas da biosfera, julgue (C ou E) o item subsequente.

(1) O conceito de reserva tem sido internacionalmente adotado, como forma de se destacar a necessidade de conservação, recuperação, desenvolvimento sustentável e, consequentemente, melhoria da qualidade de vida.

1: Certo. O conceito de reserva, que no debate político internacional é discutido por preservacionistas e conservacionistas (os primeiros defendem que o meio ambiente é intocável, sob o risco de extinção total de espécies da flora e fauna do planeta, e os segundos advogam o uso racional do meio ambiente, pautado na apropriação cautelosa da natureza pelo homem), vem tornando-se unanimidade nas ações ambientais dos Estados. No Brasil, duas figuras jurídicas foram criadas para limitar a exploração plena do meio ambiente: as Reservas Legais (área delimitada dentro de uma propriedade rural, onde a vegetação nativa deve ser obrigatoriamente mantida e preservada) e as Áreas de Preservação Permanente (onde, diferentemente das Reservas Legais, a vegetação não precisa ser nativa e o objetivo da preservação é assegurar a estabilidade geológica, a biodiversidade e o bem estar da população, assim como proteger os recursos hídricos, a paisagem e o solo). É importante lembrar que as APPs podem abranger tanto propriedades privadas como públicas.
Gabarito 1C

(Diplomacia – 2006 – CESPE) A propósito do tratamento internacional ao tema do meio ambiente nas três últimas décadas do século XX, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, ganhou relevo a tese que atribuía a existência dos problemas ambientais do planeta à explosão demográfica dos países pobres.
(2) O documento "Nosso Futuro Comum", produzido pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento e publicado em 1987, procurou isolar o tratamento da temática ambiental das questões demográficas e sociais.
(3) O desenvolvimento sustentável é aquele em que a maior parte da população mundial se vê privada do atendimento de suas necessidades básicas – alimento, vestuário, moradia e saneamento – para sustentar elevados níveis de consumo de uma parcela da população, concentrada nos países desenvolvidos.
(4) A Agenda 21 – programa de ações de curto, médio e longo prazos aprovado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 – prevê, além da adequação ambiental dos novos investimentos produtivos, a recuperação de áreas degradadas pelo uso predatório dos recursos naturais.

1: Certo. Nas reuniões preparatórias para a Conferência de Estocolmo, o Clube de Roma e técnicos do Massachusetts Institute of Technology (MIT) publicaram um relatório ("Limites para o crescimento") que teria grande influência na Conferência. Segundo esse documento, o crescimento da economia mundial e sobretudo o crescimento descontrolado dos países do terceiro mundo são os grandes responsáveis pelos impactos danosos ao meio ambiente;
2: Errado. O documento "Nosso futuro comum", publicado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, caracteriza-se fundamentalmente por defender a adoção do desenvolvimento sustentável e julgar que as questões demográficas e sociais são intrinsecamente ligadas aos desafios referentes ao meio ambiente. Entre as medidas defendidas pelo relatório, estão a contenção do crescimento demográfico, o controle da urbanização acelerada e desordenada, e a implementação de um programa voltado ao desenvolvimento social;
3: Errado. O desenvolvimento sustentável é um conceito apresentado pelo relatório "Nosso futuro comum", ou Relatório Bruntdland, de 1987, e que passa a ser mais empregado no início dos anos 1990, em especial após a Conferência Rio 1992. Ele abarca o comprometimento com gerações futuras sem abrir mão do desenvolvimento necessário para as gerações do presente. Quando falamos em desenvolvimento sustentável, falamos de uma política norteada pela máxima de não privar gerações futuras dos recursos dos quais dispomos hoje, ao mesmo tempo reconhecendo a importância do desenvolvimento para os dias atuais;
4: Certo. A "Agenda 21" é um dos cinco documentos normativos que resultaram da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. Trata-se de um plano de ação multitemático (entre seus tópicos, destacam-se o desmatamento, a biodiversidade e o financiamento para projetos) em que foram estabelecidas datas e orientações para diversos problemas ambientais.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

A cidade de Edo, atualmente Tóquio, tornou-se a capital do Japão em 1603. Sua população chegou a um milhão de habitantes, a maior cidade do mundo. Era uma cidade próspera, tanto do ponto de vista econômico como cultural, embora não dispusesse das tecnologias mais modernas da época. A razão desse sucesso pode ser, em parte, atribuída a movimentos de nutrientes entre o mar, a cidade e as áreas agrícolas, mediados pela ação humana.

A baía de Edo recebia grandes quantidades de nutrientes provenientes dos rios que desciam das montanhas e das águas usadas pela população urbana. Entretanto, pescadores e agricultores contribuíram para que as águas da baía não se tornassem eutrofizadas. Os primeiros, ao trazerem peixe fresco, algas e outros produtos marinhos para a população de Edo, eficientemente deslocavam, contra a gravidade, materiais de volta para as partes altas da região. Os agricultores coletavam regularmente os excrementos da população urbana e os transportavam, também contra a gravidade, para as terras onde praticavam a agricultura.

Embora o potencial dos excrementos humanos como fertilizantes tivesse sido reconhecido ocasionalmente pelos agricultores japoneses na Idade Média, seu uso sistemático começou durante a era Edo. De fato, a população fazia contratos com os agricultores para que estes retirassem regularmente o material acumulado nas latrinas e o levassem para as montanhas e terraços. Como pagamento, recebia vegetais frescos, grãos ou dinheiro. Essa troca desempenhou papel fundamental tanto na higienização da maior cidade do mundo, mesmo sem sistema de coleta e tratamento de esgotos, como no enriquecimento dos solos suburbanos, que não tinham fertilidade significativa antes da era Edo.

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Com o auxílio do texto acima, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Sustentabilidade é um conceito que envolve sinergia entre fenômenos naturais e ações humanas, como ilustra o desenvolvimento de Edo. Ali, ciclos naturais de nutrientes tornaram-se ativos parceiros nas atividades econômicas.

(2) Práticas modernas de tratamento de esgoto, como, por exemplo, aquelas que envolvem a tecnologia do lodo ativado, em que a matéria orgânica é decomposta aerobicamente por micro-organismos, permitem que os esgotos continuem a servir como fertilizantes de terras agrícolas.

(3) De acordo com o texto, o processo de eutrofização, decorrente do aumento da concentração de nutrientes, ocorreu em Edo graças à ação de pescadores e de agricultores.

(4) No texto, as referências à força da gravidade sugerem que processos como preparação do solo para agricultura, produção e distribuição de alimento requerem investimento de energia. Para realizar essas atividades, a agricultura moderna adota, em vez da energia obtida a partir da força muscular de homens e animais, a oriunda de combustíveis fósseis.

1: Certo. Sustentabilidade é o que se espera obter por meio do desenvolvimento sustentável, política de desenvolvimento que une os anseios de progresso do presente com o cuidado de preservar recursos naturais e o meio ambiente para gerações futuras. No texto verificamos a presença dessa ideia em trechos como "mediados pela ação humana (...)", "pescadores e agricultores contribuíram para que as águas da baía não se tornassem eutrofizadas" e "Essa troca desempenhou papel fundamental tanto na higienização da maior cidade do mundo, mesmo sem sistema de coleta e tratamento de esgotos, como no enriquecimento dos solos suburbanos, que não tinham fertilidade significativa antes da era Edo";
2: Errado. Além de conter erros técnicos quanto ao processo de decomposição da matéria orgânica, a tecnologia do lodo ativado não pode ser considerada moderna, visto que está prestes a completar cem anos de existência;
3: Errado. O texto afirma justamente o contrário: as ações dos pescadores e dos agricultores ajudaram a evitar o indesejado processo de eutrofização, isto é, o excesso de nutrientes em uma massa de água;
4: Certo. Todo trabalho que requeira qualquer tipo de movimento físico demanda o investimento de energia, e quanto maior for o esforço, como no caso do trabalho do campo, maior será a energia ou força muscular gasta para realizar a tarefa. Para maximizar os resultados e reduzir o esforço físico de homens ou animais, a agricultura moderna tem utilizado cada vez mais máquinas para realizar o trabalho duro do campo, e o combustível que nutre os tratores e caminhões no meio rural são os combustíveis fósseis, como o petróleo, por exemplo.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

7.2. MACRODIVISÃO NATURAL DO ESPAÇO BRASILEIRO: BIOMAS, DOMÍNIOS E ECOSSISTEMAS

Figura para as próximas duas questões



Internet: <www.ibge.gov.br

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Acerca dos domínios vegetacionais brasileiros, ilustrados no mapa acima, assinale a opção correta.

(A) O cerrado brasileiro, formação do tipo bioma savana adaptada a clima com sazonalidade bem marcada, apresenta-se estratificado em fitofisionomias, com formações de campos (limpo e sujo), estruturas de campo cerrado e cerrado em senso estrito e formações florestais conhecidas como cerradão.

(B) A Mata de Araucárias, formação típica do Sul do país, apresenta diversidade florestal bastante acentuada, caracterizada, principalmente, por indivíduos latifoliados (folhas largas) e aciculifoliados (folhas pontiagudas).

(C) A Mata Tropical, também conhecida como Mata Atlântica, caracterizava-se, originalmente, por formações bastante espaçadas e de baixa densidade florestal, o que permitia considerá-la como formação ombrófila, associada a climas chuvosos.

(D) A hileia amazônica, formação estratificada, subdivide-se em mata de igapó, de várzea e de terra firme, definidas com base em tipos de embasamento, sendo os sedimentares associados à mata de igapó, e os rochosos, às demais.

(E) A Caatinga possui solos bastante intemperizados, principalmente por desagregação química dos minerais, decorrentes de suas características climáticas e de vegetação.

A: correta. O cerrado é uma formação vegetal típica do clima tropical de duas estações, uma seca e outra chuvosa, daí a impossibilidade de manter o mesmo aspecto o ano inteiro. O cerrado apresenta dois tipos de campos, ou dois "andares": aqueles formados por árvores (geralmente inferiores a 15 metros de altura, com troncos de casca grossa e galhos retorcidos) e arbustos, os chamados campos limpos; e os formados apenas por plantas rasteiras, as gramíneas, os chamados campos sujos.; **B:** incorreta. A mata de araucárias, também conhecida como mata dos pinhais, é típica da região Sul do Brasil e do clima subtropical, porém apresenta pouca variedade vegetal, isto é, trata-se de uma floresta homogênea. Além disso, as folhas da mata de araucária não são latifoliadas, característica das folhas de florestas equatoriais; **C:** incorreta. A mata atlântica é uma das florestas mais ricas e densas do país, mas, por ter uma pluviosidade menor, não chega a ser tão densa quanto a Amazônia. Com uma extensão que abrange grande parte do litoral brasileiro (estima-se que ela ia do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, sendo completamente devastada pelo homem em alguns lugares, como o litoral de Pernambuco), a mata atlântica foi fonte de madeiras muito procuradas ao longo dos séculos, como o jacarandá, o cedro, a peroba, o ipê e o próprio pau-brasil; **D:** incorreta. A divisão em três subtipos da floresta amazônica é feita de acordo com o relevo e o efeito das enchentes sobre o terreno: Caa-Igapó, ou mata inundada, é conhecido como o primeiro degrau da floresta, localiza-se em uma área de sedimentação atingida constantemente pelas enchentes e caracteriza-se por conter as árvores mais baixas; a mata da várzea, o segundo degrau, de formação sedimentar e não rochosa, consiste nas áreas de inundação periódica, com árvores maiores que, no entanto, ainda não chegam às alturas máximas da floresta, sendo o lugar onde se concentram as seringueiras; e o terceiro degrau, Caa-Etê ou mata de terra firme, é o que apresenta os terrenos mais elevados (que por isso não estão sujeitos à inundação), constitui a parte mais densa da floresta e tem as maiores árvores, que chegam a 60 metros de altura; **E:** incorreta. A Caatinga, região do semiárido nordestino, caracteriza-se, como o cerrado, por uma estação de seca e outra de chuva. Em tempos de chuva, o solo verde das gramíneas surpreende, mas em época de seca, apresenta-se bastante pedregoso. O Brasil como um todo é marcado por solos intemperizados, no caso da Caatinga, porém, trata-se do intemperismo físico, ou mecânico, resultante de variações de temperatura na superfície terrestre.

Gabarito A

(Diplomacia – 2010 – CESPE) A partir do mapa, assinale a opção correta com relação às características dos biomas existentes no Brasil.

(A) O bioma Cerrado, o segundo maior do Brasil, corresponde a cerca de 20% do território nacional; as atividades econômicas desenvolvidas nessa área, em sua maioria ligadas ao setor primário, não alteraram de forma significativa sua vegetação original.

(B) O bioma Amazônia, com mais de 4 milhões de km², é muito importante para a estabilidade ambiental do planeta, pois ali estão fixadas trilhões de toneladas de carbono, sua massa vegetal libera toneladas de água para a atmosfera, via evapotranspiração, e seus rios descarregam cerca de 20% de toda a água doce despejada nos oceanos pelos rios existentes no mundo.

(C) O bioma Caatinga, o único exclusivamente brasileiro, ocupa cerca de 7% do território, com área total de aproximadamente 1.100.000 km², caracteriza-se por índices pluviométricos muito baixos, vegetação xerófila e grande amplitude térmica ao longo do ano.

(D) O bioma Mata Atlântica é um dos ecossistemas mais ameaçados do planeta, restando, atualmente, menos de 10% de sua cobertura original; sua constante degradação está associada tanto ao fato de estar localizado em área de intensa ocupação humana e de concentração de atividades econômicas quanto ao da inexistência de medidas legais para sua preservação.

(E) O bioma Pantanal caracteriza-se por elevadas precipitações distribuídas regularmente ao longo do ano, o que contribui para a formação de lagoas e inundação de vastas porções do território pantaneiro.

A: incorreta. A maioria das atividades econômicas desenvolvidas no cerrado, sobretudo as do setor primário, só obteve sucesso graças a alterações feitas na vegetação original. Vale lembrar o trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que criou tecnologias que permitiram o aproveitamento do solo ácido do cerrado para o plantio de soja e a atividade pecuária; **B:** correta. O bioma Amazônia é uma das áreas florestais contínuas mais extensas do mundo. O alto nível de pluviosidade e as altas temperaturas fazem da floresta um local de densa vegetação e infinitos tipos de fauna e flora. Ambientalistas de todo o mundo acreditam que a preservação da floresta amazônica seja em grande parte a resposta para os problemas ambientais que encaramos; **C:** incorreta. O bioma da caatinga é um inço exclusivamente brasileiro, situado no interior nordestino e cercado pelos biomas cerrado e mata atlântica. Seu índices pluviométricos são baixos, o que se comprova por sua vegetação majoritariamente composta de vegetais xerófilos, das famílias das cactáceas e bromeliáceas. No entanto, a amplitude térmica (isto é, a diferença entre a temperatura máxima e a mínima no decorrer do ano) não é grande; **D:** incorreta. Não se pode afirmar que inexistem medidas legais para a preservação da mata atlântica. Exemplo disso é a Lei No 11.428, de 22 de Dezembro de 2006, "Das Definições, Objetivos e Princípios do Regime Jurídico do Bioma Mata Atlântica"; **E:** incorreta. As chuvas no bioma do pantanal não são distribuídas regularmente ao longo do ano, havendo um período de estiagem e outro de intensas chuvas. O complexo do pantanal é formado por uma mistura de formações vegetais do cerrado, dos campos e da floresta amazônica, o que é resultado das variações do clima e do relevo de seu território, em que uma parte é constantemente inundada e outra passa por períodos de seca.

Gabarito B

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Uma das reservas da biosfera existentes no Brasil, reconhecida pela Unesco em 1991, é a da Mata Atlântica, cuja área é de 350 mil km2. Acerca das características desse bioma e da utilização de reservas da biosfera, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O grau de devastação sofrido pela Mata Atlântica explica-se, em parte, pela sua localização, que favoreceu o desenvolvimento dos ciclos econômicos e, mais recentemente, a indústria madeireira.

(2) Embora apresentem características comuns – como a densidade da cobertura vegetal e a grande biodiversidade – o bioma amazônico e a Mata Atlântica distinguem-se quanto à pluviosidade, uma vez que os índices pluviométricos daquele são muito superiores aos desta.

1: Certo. O bioma mata atlântica é o mais devastado do Brasil: estima-se que cerca de 90% da sua cobertura original foi destruída. Entre as muitas explicações que podem ser dadas para tal fato, a colonização litorânea no bioma da mata atlântica é uma das mais convincentes. Hoje, à medida que o país se interioriza cada vez mais, o bioma que mais sofre devastação é o cerrado; **2:** Errado. A pluviosidade não é um

fator que possa ser utilizado para distinguir os dois biomas, pois tanto a floresta amazônica quanto a mata atlântica são florestas tropicais, o que caracteriza a ambas como locais de alta pluviosidade.

Gabarito 1C, 2E

(Diplomacia – 2005 – CESPE) A respeito das bacias hidrográficas brasileiras e da água como recurso hídrico, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) As bacias do Atlântico Nordeste, Leste e Sudeste drenam as áreas menos populosas do país.
(2) As bacias hidrográficas brasileiras são dependentes das características ambientais dominantes relacionadas a precipitações no espaço e no tempo, tipo de geologia, solo dos terrenos e formas de ocupação que contribuem para o fornecimento de sedimentos para os rios.
(3) No Brasil, a bacia Amazônica ocupa mais da metade do território e conta com os seguintes divisores topográficos: planalto das Guianas, cordilheira dos Andes e planalto Brasileiro.
(4) A bacia do São Francisco atravessa os estados de Minas Gerais e Bahia, e apenas nas nascentes registram-se médias pluviométricas anuais acima de 1.000 mm; no restante da bacia, as médias são bastante baixas.

1: Errado. A bacia Atlântica do Sudeste é responsável pela drenagem das áreas mais populosas do Brasil, ou seja, São Paulo e Rio de Janeiro. A bacia Amazônica é a que drena a área menos populosa do país; **2:** Certo. Os rios brasileiros pertencem ao regime pluvial, isto é, são alimentados pela chuva e apresentam cheias de dezembro a março, período chuvoso do verão. A exceção é o rio Amazonas, que pertence ao regime complexo, passando por dois períodos de cheias, um ligado às chuvas e outro ao derretimento das geleiras dos Andes; **3:** Errado. É incorreto afirmar que a "bacia Amazônica ocupa mais da metade do território" brasileiro, considerando que o total desse território é estimado em torno de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e que a bacia Amazônica abarca por volta de 3,8 milhões de quilômetros quadrados; **4:** Errado. As médias pluviométricas nas nascentes da bacia do São Francisco são baixas, ao passo que, em trechos da bacia mais próximos do litoral, na Zona da Mata, os índices não podem ser considerados baixos.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2007 – CESPE) Considerando o mapa abaixo, julgue os próximos itens, sobre as interfaces existentes entre os aspectos naturais do território brasileiro, as atividades econômicas desenvolvidas, suas repercussões ambientais e formas de preservação.



IBAMA, 2000.

(1) No mapa, encontram-se representados todos os ecossistemas brasileiros, desconsideradas as áreas já desmatadas.
(2) Os regimes pluviométricos existentes no país influenciam na variedade de biomas encontrados no Brasil.
(3) O latossolo é um solo rico em nutrientes, o que justifica a presença de densas florestas ocupando grandes extensões do território brasileiro.
(4) Entre os biomas representados no mapa, o amazônico, caracterizado por sua cobertura florestal, é, percentualmente, o mais devastado em função das atividades agropecuárias praticadas.
(5) O estudo de impactos ambientais é um instrumento utilizado para a preservação dos recursos naturais do país, exigido para a implantação de determinadas atividades produtivas.
(6) A pecuária extensiva, praticada durante várias décadas no país antes da recente modernização agrícola, contribuiu para a degradação do solo em biomas brasileiros.

1: Errado. O mapa representa todos os biomas e não os ecossistemas brasileiros, considerando, inclusive, as áreas já desmatadas dos diferentes biomas, ou seja, a mata atlântica costeira, o cerrado e o interior da Amazônia. Vale ressaltar a diferença entre os dois termos, enquanto os biomas são unidades biogeográfica regionais, caracterizados por traços climáticos, fitogeográficos e topográficos comuns, os ecossistemas devem ser entendidos como um sistema integrado, onde elementos bióticos e abióticos interagem, e cujas dimensões podem variar consideravelmente, assim, não há uma escala definida para os ecossistemas; **2:** Certo. Podemos identificar três tipos de áreas pluviométricas no Brasil que contribuem para a variedade de biomas no território brasileiro: aquelas com índice pluviométrico superior a 3.000 mm por ano (no litoral do Amapá e nas escarpas da serra do Mar, em São Paulo); as com índices pluviométricos inferiores a 500 mm por ano, quantidade baixíssima e característica do sertão nordestino e do vale do médio São Francisco; e as áreas pluviométricas com índice entre 1.500 e 3.000 mm por ano; **3:** Errado. O latossolo não é rico em nutrientes, mas um solo pouco fértil de cor avermelhada presente em grandes extensões do cerrado brasileiro; **4:** Errado. O bioma brasileiro mais devastado é a mata atlântica, de cuja cobertura vegetal resta menos que a metade. O cerrado também deve ser lembrado, pois já teve mais da metade de sua área devastada. A Amazônia, hoje, pode ser entendida como o bioma em maior risco, porém não o mais devastado; **5:** Certo. Para atividades que venham a modificar o meio ambiente, a legislação exige, desde 1986, a elaboração de um documento técnico que avalie as consequências que tais atividades trarão o meio ambiente. Um desses instrumentos técnicos é o "Estudo de Impacto Ambiental" (EIA), feito pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ou pelo Órgão Estadual do Meio Ambiente; **6:** Certo. A pecuária é uma atividade rural que provoca danos tanto ao solo quanto às águas dos biomas onde é praticada. O sobrepastoreio do gado é responsável por um pisoteio excessivo que leva à compactação do solo, prejudicando seu uso para a lavoura e para o pastoreio futuro. A contaminação da água – com dejetos animais, por exemplo –, muitas vezes é outra consequência da pecuária.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E, 5C, 6C

7.3. POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Acerca das implicações e dos desdobramentos da questão ambiental em nível mundial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A gestão ambiental pública no Brasil caracteriza-se, fundamentalmente, por uma perspectiva corretiva, voltada para o controle da poluição, cujas ações se desenvolvem por meio de diversos instrumentos previstos na legislação vigente, como penalidades disciplinares ao não cumprimento das medidas necessárias.
(2) Nas origens do conceito de desenvolvimento sustentável, que permeia acordos aprovados entre governos, percebe-se a influência de discussões acerca da relação entre crescimento econômico e meio ambiente, como as que resultaram no relatório conhecido como Limites do Crescimento.
(3) A gestão ambiental envolve a discussão relativa ao papel do Estado e à soberania das nações, tendo os Estados o direito soberano de explorar seus recursos, de acordo com as próprias políticas ambientais e desenvolvimentistas, e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de assegurar que as atividades sob sua jurisdição ou controle não causem dano ao meio ambiente de outros Estados.

(4) Embora a implantação de sistemas agropastoris e o reflorestamento contribuam para o alcance das metas do Protocolo de Quioto, considera-se mais importante para o alcance dessas metas o desenvolvimento de políticas públicas de incentivo à utilização de combustíveis provenientes de fontes renováveis, objeto da criação de um mecanismo de desenvolvimento limpo.

1: Errado. A gestão ambiental pública no Brasil, segue hoje a estratégia da prevenção. Apesar de ter uma das legislações ambientais mais desenvolvidas do mundo, cuja infração pode implicar multas milionárias e até a prisão, a gestão ambiental brasileira, guia-se principalmente pelo conceito de desenvolvimento sustentável. A política corretiva, voltada para o controle, já foi adotada pelo país nos idos dos anos 1970 como uma reação à Conferência de Estocolmo, por meio da criação do primeiro órgão institucional voltado para a política ambiental, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema);

2: Certo. O relatório "Limites do crescimento" foi resultado dos trabalhos encomendados pelo Clube de Roma – grupo que estuda o meio ambiente e os efeitos das ações humanas sobre ele – e publicado em 1972. Também conhecido como "Relatório Meadows", devido à liderança de Dana Meados nos trabalhos, esse documento estabeleceu-se como um dos mais importantes sobre meio ambiente já publicados. Entre os temas abordados, encontramos a questão do futuro do desenvolvimento da humanidade e a do impacto que tal desenvolvimento terá no meio ambiente. O conceito de ecodesenvolvimento, elaborado pelo Relatório, é o antecessor direto do desenvolvimento sustentável. A partir do relatório do Clube de Roma começa-se a pregar a idéia de que utilizar os recursos naturais hoje não pode causar consequências irreversíveis às gerações futuras;

3: Certo. A gestão ambiental vai muito além da simples "política ambiental", englobando todo um entendimento relativo aos direitos do Estado sobre os recursos naturais do território. Historicamente, a posição defendida pelo governo brasileiro tem sido a de total poder de decisão sobre suas riquezas naturais e a de não intervenção de outros Estados nessas matérias, que são exclusividade do Estado soberano. A ressalva que se faz diz respeito às consequências ambientais para os países vizinhos, como poluição direta (notadamente das águas de rios e mares), desvios de águas fluviais e outras;

4: Errado. O Protocolo de Quioto versa sobre a redução de 5,2% da emissão dos gases de efeito estufa. Dessa forma, a implementação de sistemas agropastoris teriam o efeito contrário, visto que a pecuária é responsável pela emissão do gás metano.

Gabarito 1E, 2C, 3C 4E

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Uma das reservas da biosfera existentes no Brasil, reconhecida pela UNESCO em 1991, é a da Mata Atlântica, cuja área é de 350 mil km². Acerca das características desse bioma e da utilização de reservas da biosfera, julgue (C ou E) o item subsequente.

(1) No Brasil, a política ambiental está voltada para a proteção legal de florestas tropicais e de outros biomas, incluindo-se áreas de grande interesse ecológico, como as chamadas *paisagens de exceção*, de que o Pantanal é exemplo.

1: Certo. O termo "paisagens de exceção" foi cunhado pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Sáberem em seu livro "Brasil, paisagens de exceção: o litoral e o pantanal mato-grossense, patrimônios básicos", no qual o autor promove uma discussão ética a respeito da proteção e exploração desses dois biomas. Exemplos de medidas para a proteção legal de florestas tropicais e outros biomas do Brasil não faltam, já que, apesar da dificuldade que se encontra para a implementação de tais políticas, é indiscutível que o Estado brasileiro está cada vez mais empenhado em proteger seu patrimônio ambiental.

Gabarito 1C

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Acerca das transformações globais, nacionais e locais relacionadas ao desafio do desenvolvimento ambiental sustentável, julgue (C ou E) o item a seguir.

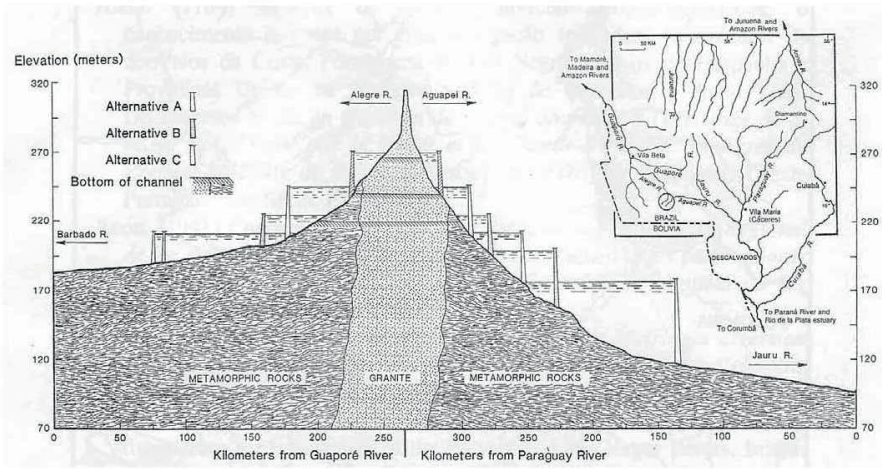
(1) Não é apenas a dimensão do desmatamento em curso na Amazônia que preocupa, mas também os prejuízos à biodiversidade advindos desse desmatamento, bem como o aumento da grilagem de terras públicas.

1: Certo. O prejuízo à biodiversidade advindo do desmatamento vem sendo o grande enfoque do discurso ambientalista no Brasil. A geógrafa Bertha Becker é renomada por ser uma das primeiras a defender a tese de que a Amazônia deve ser preservada, com o argumento de que as riquezas naturais da grande biodiversidade da floresta têm mais valor econômico a ser explorado do que qualquer lucro que a terra desmatada poderia trazer por meio da agricultura ou pecuária.

Gabarito 1C

A figura abaixo, que está relacionada à proposta de ligação entre as bacias do Amazonas e do Prata, mostra o istmo entre os rios Alegre e Aguapei, que quase se tocam, mas seguem separados, como cursos quase diametralmente opostos: o primeiro vai em direção ao norte, e o segundo, ao sul, unindo, dessa forma, as desembocaduras das duas grandes bacias a milhares de quilômetros uma da outra.

Hilgard O'Reilly. Sternberg. Proposals for a South American Waterway. **48th International Congress of Americanists**. University of Stockholm, 1995.



(Diplomacia – 2008 – CESPE) A partir da análise da figura acima, referente à perspectiva de integração das bacias do Prata e do Amazonas, assinale a opção correta a respeito das implicações de tal intervenção no território brasileiro.

(A) O estabelecimento da interconexão entre as bacias mencionadas deve ser visto como elemento de um sistema único de vias fluviais brasileiras, o que dispensa, portanto, acordos e cooperação internacionais.
(B) Os impactos ambientais relacionados à construção da hidrovia podem ser previamente identificados e cartografados, o que permite estabelecer medidas de mitigação e compensação dos possíveis efeitos deletérios ao meio ambiente.
(C) O sistema de navegação, uma vez implementado nesse território, poderá contribuir para o desenvolvimento econômico, provendo infraestrutura e servindo às atividades do bloco econômico regional do MERCOSUL.
(D) A perspectiva de realização de grandes investimentos nesse projeto, cujo objetivo é transportar apenas uma *commodity*, a soja, tem gerado dúvida quanto aos efetivos benefícios da construção da hidrovia.
(E) Uma vantagem identificável na implantação da hidrovia é o fato de ela não ameaçar ecossistemas florestais, visto que inexistentes naquela área, nem prejudicar outros biomas ricos em biodiversidade.

A: Incorreto. Devido ao fato de que ambas as bacias não se encontram exclusivamente em território brasileiro (a bacia do Amazonas estende-se pelo Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Bolívia e Brasil, enquanto a do Prata abrange áreas argentinas, bolivianas, paraguaias, uruguaias e brasileiras), qualquer projeto de integração entre elas precisaria do respaldo de um acordo internacional, por implicar consequências diretas aos territórios vizinhos; **B:** Incorreto. É possível especular previamente a respeito dos eventuais impactos ambientais resultantes da construção da hidrovia. Porém, qualquer conclusão não passará de hipóteses, pois não há como prever com grande precisão os impactos futuros, o que impede que se estabeleçam medidas de mitigação e compensação; **C:** Correto. A maior facilidade de transporte gerada pelo sistema de navegação seria, de fato, uma grande contribuição para as atividades econômicas e de integração dos países do Mercosul e dos países do bloco em parceria com os do norte do continente; **D:** Incorreto. Não há limitação à soja nos objetivos da integração das bacias. Ao contrário, os investimentos trariam benefícios diretos e indiretos tanto para os produtores das regiões quanto para as populações; **E:** Incorreto. Qualquer projeto de tamanha ambição acarretará prejuízos ambientais e sequelas a ecossistemas da redondeza. Basta pensar na fauna, notadamente as aves, que naturalmente se deslocará para as proximidades e, com sua presença, causará mudanças em seu novo habitat.
Gabarito C

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Considerando o assunto abordado no texto II, julgue (C ou E) os itens seguintes, relativos à temática ambiental do Brasil.

(1) A reflexão sobre o meio ambiente, com o objetivo de se alcançar o desenvolvimento sustentável, exige o estabelecimento de paradigmas que alterem a relação homem-natureza verificada desde o princípio colonial.
(2) A apropriação e a preservação de territórios e ambientes sem uso produtivo imediato é uma forma de controlar o capital natural para o futuro.

1: Certo. A ideia de desenvolvimento sustentável altera o paradigma dominante da relação entre o homem e a natureza, em que esta sempre foi tratada como um recurso à inteira disposição das necessidades daquele, , assegurando o progresso da humanidade. Hoje, o desenvolvimento sustentável prega uma prática mais moderada, a necessidade de controlar os desejos desenfreados que os homens nutrem pelo progresso. Esse conceito baseia-se na tese de que o uso da natureza pelo homem de hoje não pode impedir que o homem de amanhã desfrute das mesmas riquezas naturais; **2:** Certo. Essa é a visão defendida por Bertha Becker, que enfatiza a importância da valorização dos diferentes elementos da natureza num patamar superior ao da importância dada a seu uso imediato para fins produtivos. Em um exemplo concreto, mais vale conservar a biodiversidade da Amazônia do que utilizar a área para a pecuária ou agricultura, pois se considera a biodiversidade como uma fonte de informação inigualável para os avanços da biotecnologia.
Gabarito 1C, 2C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2005 – CESPE) Um dos principais desafios da sustentabilidade é o fato de que o tipo de mundo que criamos, principalmente a partir do século XX, poderá entrar em colapso. Por essa razão, há necessidade de mudanças. Essa constatação apresenta uma dimensão ambiental, em relação à deterioração dos sistemas ecológicos básicos para a manutenção da vida, e dimensões socioeconômicas, relacionadas à marginalização, já que parte crescente da comunidade humana, cerca de um bilhão e meio de pessoas, o equivalente a um quarto da população mundial, vive abaixo de padrões aceitáveis de qualidade de vida. Os modelos de consumo, os estilos de administração e o comportamento político não são adequados para uma comunidade de seis bilhões de pessoas. Considerando os processos de produção e de ocupação do território brasileiro, bem como problemas relacionados ao meio ambiente, julgue os itens seguintes.

(1) Um dos problemas que acometem a sociedade moderna industrializada é o de dispor inadequadamente resíduos sólidos que prejudicam diretamente o solo e a água (subterrânea e superficial). No Brasil, esse problema vem sendo sanado graças a políticas públicas voltadas para a criação, nos municípios, de aterros sanitários controlados.
(2) No Brasil, os problemas ambientais decorrentes da degradação urbana acarretam custos sociais que atingem mais acentuadamente a população pobre.
(3) Águas subterrâneas são aquelas que, no subsolo, ocupam as zonas saturadas dos aquíferos. No Brasil, os problemas relacionados com a superexploração dos aquíferos, a contaminação dos recursos hídricos e o comprometimento de drenagens foram resolvidos com a aplicação dos instrumentos criados pela Política Nacional dos Recursos Hídricos.
(4) A bacia do rio São Francisco tem uma história de uso e ocupação dos seus rios e afluentes marcada pela degradação. São algumas causas dessa degradação: a existência de siderúrgicas consumidoras de carvão mineral, o avanço da fronteira agrícola para o oeste baiano, que provoca a morte de rios tributários do rio São Francisco, e a presença da pecuária extensiva.
(5) O desenvolvimento da consciência ambiental e a vontade política fazem que o Brasil tenha, hoje, grande parte de seu território constituído por unidades de conservação de proteção integral com preservação da riqueza contida nesse território.

1: Errado. Não se pode falar que, no Brasil, a maioria dos aterros seja controlada. Pode-se dividir em três os tipos de locais destinados a receber a deposição final dos resíduos resultantes da ação humana: o aterro não controlado, que é popularmente conhecido como lixão e constitui o sistema menos desejado, pois não há tratamento para o chorume que sai do lixo nem preparação do solo para receber os resíduos; o aterro controlado, onde os resíduos são jogados diretamente no solo sem que este tenha sido impermeabilizado, mas em que há um sistema de controle mínimo para reduzir os impactos negativos do lixo no meio ambiente; e o aterro sanitário, onde o solo que recebe o lixo é impermeabilizado e há um sistema de caneletas para coletar o chorume a fim de enviá-lo para uma estação de tratamento de esgoto. No Brasil, dados apontam que por volta de 76% de todo o lixo acaba

nos aterros não controlados, 13% nos aterros controlados e apenas 10% estão nos aterros sanitários; somente o 1% restante passa por tratamento; **2:** Certo. No Brasil e no mundo, os problemas ambientais decorrentes da degradação urbana, como a impermeabilização do solo, a ausência de saneamento ambiental, a falta de tratamento de resíduos sólidos e a ocupação de locais inadequados para viver, como morros e mangues, afetam principalmente a população mais pobre; **3:** Errado. Não se deve falar em "superexploração dos aquíferos" brasileiros, visto que os maiores aquíferos do país, o Aquífero do Guarani e o recém-descoberto Aquífero do Alter Chão, ainda não são explorados. Da mesma forma, é incorreto afirmar que a contaminação das águas subterrâneas foi resolvida, pois os fertilizantes e químicos nos solos constituem uma das principais ameaças do agronegócio; **4:** Certo. A degradação da bacia do rio São Francisco é uma realidade histórica do país, relacionada quase exclusivamente ao seu uso e à sua ocupação pelo homem, desde os bandeirantes paulistas aos boiadeiros do Nordeste, bem como à presença de siderúrgicas, como indica o item; **5:** Errado. A consciência ambiental brasileira vem se aprofundando nas últimas décadas, mas é errôneo afirmar que grande parte do nosso território constitui-se de unidades de conservação, ainda mais com proteção integral. As discussões em torno do novo Código Florestal evidenciam que a vontade política permanece dividida em relação a como lidar com as novas questões ambientais.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5E

44. História do Brasil

Rodrigo Goyena Soares

1. O PERÍODO COLONIAL

1.1. A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA AMÉRICA PORTUGUESA

Segundo Frei Vicente do Salvador, em uma das ocasiões em que foi necessário pegar em armas para submeter os gentios da região do Cabo de Santo Agostinho, Duarte de Albuquerque Coelho organizou várias companhias de guerra. Em Olinda, servindo-se de "mercadores e moradores, porque eram de diversas partes do Reino", o donatário "ordenou outras três companhias": "que por capitão dos de Viana do Castelo fosse João Pais, dos do Porto, Bento Dias Santiago e dos de Lisboa, Gonçalo Mendes d'Elvas, mercador".

> Leonor F. Costa. **Redes interportuárias nos circuitos do açúcar brasileiro.** O trajecto de Gaspar Pacheco, um banqueiro de D. João IV. In: M. Cunha (Coord.). Do Brasil à metrópole. Efeitos sociais (séc. XVII-XVIII). Anais da Universidade de Évora, jul./2001, p. 15 (com adaptações).

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Tendo o texto acima como referência inicial, julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos à sociedade colonial brasileira:

(1) A despeito da importância econômica que desempenhavam, comerciantes e mercadores reinóis enfrentavam, no Brasil, grande dificuldade para alcançar representação política.

(2) Entre as cláusulas do Pacto Colonial incluía-se a da obrigatoriedade de que os mercadores portugueses, quando solicitados, colaborassem militarmente com as forças da metrópole.

(3) A centralização do poder político, refletida na concentração do aparato burocrático do império português em Lisboa, deu origem à monopolização do comércio colonial pelos mercadores lisboetas.

(4) As companhias de guerra configuravam soluções econômicas típicas do mercantilismo colonial português, estando as expedições de exploração dos novos territórios associadas à captura de mão de obra escrava indígena.

1: Certo. Três grandes grupos conformavam a população colonial, consoante Ilmar Mattos, em **O tempo saquarema:** i) Os colonizadores, que definiam os interesses da metrópole, ii) Os colonos, que implementavam, na colônia, as diretrizes da metrópole. iii) Os colonizados, que eram submetidos à exploração dos dois grupos anteriores. Os comerciantes e mercadores reinóis, de origem portuguesa e radicados na Colônia, contrapunham-se aos colonos, que eram os denominados "homens bons" ou, na acepção depreciativa dos reinóis, os mazombos. Os comerciantes e mercadores articulavam a economia colonial, visto que por suas mãos se agenciava o comércio entre a colônia e a metrópole. Sua relevância na economia coadunava-se com sua busca pela ampliação de sua representação política, a qual se confrontava com a participação dos "homens bons" nas Câmaras Municipais. Exemplo notório desse embate foi a Guerra dos Mascastes, de 1710 a 1711. Confrontaram-se os senhores de terras e de engenhos pernambucanos, concentrados em Olinda, e os comerciantes reinóis de Recife, chamados pejorativamente de *mascates*. Ademais, saliente-se que os comerciantes tinham dificuldade de representação política por serem denegridos socialmente, em um contexto de predominância da nobreza no poder. Há uma verdadeira estrutura social que descrimina o comerciante. Essa visão será alterada com as reformas pombalinas, no século XVII, que pretenderam estimular o comércio na colônia e acabaram por atender aos interesses políticos dos comerciantes locais. Na percepção de João Fragoso, em **Na trama das redes; política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII,** os grupos coloniais não eram forçosamente antônimos, o que não quer dizer que não houvessem embates entre eles. Nesse sentido, o autor advoga a existência de uma rede de diversos atores com acesso diferenciado aos recursos e à informação. Essas diferenças redundaram em teias de alianças, nas quais as redes de atores coloniais se imbricavam, forjando conflitos de interesses e relações de micropoder.

2: Errado. A historiografia recente salienta a inexistência de um Pacto Colonial consubstanciado por cláusulas elencando direitos e deveres das partes contratantes: não haveria um pacto, mas um conjunto de diretrizes unilaterais advindas de Lisboa. Com a implementação do Governo-Geral em Salvador da Bahia, em 1549, a metrópole assume um esforço de centralização do poder decisório. As políticas de colonização eram formuladas em Lisboa, que contava, na Colônia, com as figuras do ouvidor-mor, para a Justiça, do provedor-mor, para as finanças e os tributos, e do capitão-mor, para a defesa militar do território. Os mercadores portugueses, portanto, encontravam-se fora ao arranjo institucional elaborado pela metrópole, pare assegurar o êxito da empresa colonial;

3: Errado. Se é verdade que, por um lado, a centralização do poder político se refletiu na estrutura burocrática do império português, por outro, a monopolização do comércio colonial relaciona-se não à presença de mercadores lisboetas, mas à fundação em 1649, da Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil, ou, ainda, a criação, em 1682, da Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão. Essas políticas centralizadoras do comércio deram origem a conflitos nativistas, ou a revoltas antifiscalistas, na expressão historiográfica contemporânea, sendo a Revolta dos Beckman, no Maranhão, em 1684, e a Revolta de Vila Rica, em 1720, os casos mais emblemáticos. No século XVII, sob o governo do Marquês de Pombal e sob o reinado de Dom José I, serão fundadas, na esteira dos esforços centralizadores, a Companhia Geral do Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba. Os mercadores lisboetas, denominados comissários, articulavam os grandes proprietários ao comércio exterior, sob vigilância das Companhias de Comércio;

4: Errado. As companhias configuravam soluções econômicas típicas do mercantilismo colonial português, mas não se relacionam ao apresamento de mão de obra escrava indígena. A captura dos índios para a escravidão foi um dos objetivos, no século XVI, das expedições bandeirantes, das entradas e das monções. Em flagrante hostilidade aos jesuítas, as expedições operavam sob o pretexto falacioso de resgatar os índios da escravidão. A Companhia de Jesus, a seu turno, buscava catequizar o gentio, qual seja o índio, e não escravizá-lo. Padre Manual da Nóbrega ergueu-se como arauto dessa causa.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Acerca da cultura, economia e administração no período colonial da História do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir

(1) O colonizador português tolerou bem e conviveu harmoniosamente com as diferenças culturais da sociedade, evitando impor a hegemonia de sua cultura a indígenas e africanos.

(2) Antônio Vieira, de olhos no futuro, aconselhava o fortalecimento do poder monárquico luso, tendo como um dos instrumentos a máquina mercantil do Estado, com o fim de vencer a concorrência entre os impérios europeus.

(3) O padre João Antônio Andreoni, o Antonil, amante da estatística e do cálculo, escreveu obra importante acerca da economia colonial no Brasil.

(4) A colonização do Brasil, desde as origens, em 1500, até a transferência da Corte portuguesa, em 1808, orientou-se apenas pelo modelo estatal, sem recorrer ao setor privado ou à cooperação entre o setor público e o privado.

1: Errado. Os colonizados, constituídos por índios, africanos e homens livres pobres, foram submetidos à hegemonia econômica e cultural portuguesa. Embora Gilberto Freyre ressalte a miscigenação da sociedade colonial, as relações de poder eram estruturadas de forma unipolar. A exploração por parte dos colonizadores e dos colonos, por meio da ação dos jesuítas e da escravidão africana, ratificava a dominação portuguesa;
2: Certo. No século XVII, sob a vigência da União Ibérica, o padre Antônio Vieira, em **Os sermões,** evidenciou a necessidade de recuperar o poder político antes garantido exclusivamente a Lisboa. Além de sugerir o fortalecimento da máquina mercantil do Estado, o padre Vieira propôs a transferência da capital metropolitana para a colônia do Brasil;
3: Certo. O padre João Antônio Andreoni, o Antonil, notabilizou-se, em **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas,** pelas pesquisas estatísticas, nas quais realizava um levantamento das atividades econômicas da Colônia, tendo como foco norteador os lucros e os custos dos engenhos açucareiros. A Coroa portuguesa confiscou a obra por temor a despertar a cobiça de outros Estados europeus;
4: Errado. O primeiro esforço de colonização, consubstanciado pela criação de capitanias hereditárias, em 1532, constituiu uma iniciativa descentralizadora que buscou cooperar com o setor privado, para por em prática a ocupação, a exploração e a defesa da Colônia. A Carta de Doação e o Foral elencavam os direitos e os deveres dos donatários. Com os insucessos das capitanias – ressalvados os casos de São Vicente, de Pernambuco, e consoante alguns autores, da Baía de Todos os Santos – em 1549, Lisboa criou o Governo-Geral do Brasil, com sede em Salvador. A Tomé de Sousa, o primeiro governador geral, foi atribuída a tarefa de centralizar a organização colonial. Outro exemplo de expansão colonial não conduzida pelo modelo estatal diz respeito à ação dos jesuítas e dos bandeirantes. É de rigor ressaltar que, à época da Colônia e do Império, os bandeirantes eram denegridos e negligenciados pela historiografia. Capistrano de Abreu e Varnhagen resgataram o papel pioneiro e desbravador dos bandeirantes, assim como o fez Vianna Moog, em **Bandeirantes e pioneiros.** A Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, mistificará a figura dos expedicionários paulistas: é nesse momento que serão valorizadas as pinturas de Benedito Calixto retratando, de forma ficcional, o pioneirismo bandeirante.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

Texto V - para as próximas duas questões

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco e o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz e milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se ainda, grande número de agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos. A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As consequências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: Avelar e A. O. Cintra (org.). **Sistema político brasileiro:** uma introdução. Rio de Janeiro. Fundação Konrad. Adenauer Stilling. São Paulo: Fundação UNESP, 2004. p. 21

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Partindo das informações do texto V e considerando a estrutura econômica vigente no período colonial brasileiro, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O processo de colonização do Brasil, tal como o ocorrido nas demais colônias ibero-americanas, subordinou-se, em linhas gerais, ao processo de surgimento do capitalismo europeu de base mercantil e de sua afirmação ao longo da Idade Moderna.

(2) Latifúndio, escravidão e monocultura foram os traços definidor da colonização portuguesa em terras americanas, nela prevalecendo a produção voltada para o mercado externo.

(3) Infere-se do texto que a existência de um mecanismo definidor das relações de dominação e de dependência entre metrópoles e colônias – o pacto colonial – inviabilizava, na pratica, o desenvolvimento, na colônia, de atividades econômicas não diretamente voltadas para a exportação.

(4) A agroindústria açucareira nordestina monopolizou a economia colonial brasileira entre meados do século XVI e o transcurso do século seguinte, a despeito de não contar com fontes externas de financiamento e da falta de adequado mercado consumidor.

1: Certo. A colonização das colônias ibero-americanas estiveram subordinadas ao surgimento do capitalismo europeu de base mercantil, entendido como conjunto de medidas econômicas que buscavam estabelecer companhias de exploração e de extração das riquezas sob a forma de monopólios. O mercantilismo português e o espanhol caracterizaram-se, sobretudo, pelo bulionismo ou metalismo;
2: Certo. Embora Fernando Novais, em **História geral do Brasil,** assinale a coexistência de culturas produtivas, prevaleceram os latifúndios, como estrutura fundiária de produção, a escravidão, como modelo de mão de obra, e a monocultura, como paradigma produtivo;
3: Errado. Não haveria um Pacto Colonial propriamente dito, já que as relações de dominação eram unilaterais. Não havia consentimento colonial quanto as medidas administrativas adotadas pela centralidade da Coroa. As atividades econômicas não diretamente voltadas para a exportação, como a pecuária, foram as responsáveis por garantir o êxito das culturas voltadas para o mercado externo, como a do açúcar. Com efeito, a pecuária fornecia o vestuário, o transporte e a alimentação dos produtores de açúcar. Nesse sentido, o gado assegurou a interiorização do pais, via o leito do rio São Francisco, e sustentou a capacidade produtiva das atividades, como o açúcar, atreladas ao mercado externo;
4: Errado. A agroindústria açucareira não monopolizou a economia colonial brasileira durante os séculos XVI e XVII. Embora encontre nesse período seu apogeu, a pecuária e extração das drogas do sertão coexistiram com a produção do açúcar. Esta contou, ainda, com o financiamento holandês, que foi coibido pela Espanha à época da União Ibérica (1580-1640).
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E.

Texto II - para a próxima questão

O Estado-nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial europeia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além-mar, do ouro da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau-brasil, que abundava em nossas terras tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país tornou-se a primeira vítima: o pau-brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos.

Carlos Walter Porto Gonçalves. Formação sócio - espacial e questão ambiental no Brasil. *In*: Becker et al. (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Anna Blume – Hucitec, 2002, p. 312 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Partindo do tema tratado no texto II e considerando o início do processo de colonização do Brasil, julgue (C ou E) os itens subsequentes

(1) A posição portuguesa de dar início efetivo à colonização de suas terras americanas, trinta anos após a descoberta, deveu-se, fundamentalmente, a dois fatores: o perigo concreto de perdê-las para concorrentes europeus, como os franceses, e a sensível redução dos lucros do comércio oriental das especiarias.

(2) A colonização portuguesa processou-se conforme os padrões da época, ou seja, transferiu-se à iniciativa privada toda a responsabilidade de promover a ocupação da terra, defende-la e fazê-la produzir. Essa situação, marcada pela ausência do Estado no empreendimento colonial, perdurou até o memento da independência.

(3) A extração de pau-brasil garantiu o êxito da empreitada colonizadora por cerca de dois séculos, perdendo a primazia somente a partir das descobertas das jazidas auríferas no interior da colônia.

(4) Analisando o caso brasileiro, o texto focaliza um aspecto primordial da primeira fase do capitalismo, aquela em que a acumulação de capitais se dá, sobretudo, por meio da circulação das mercadorias.

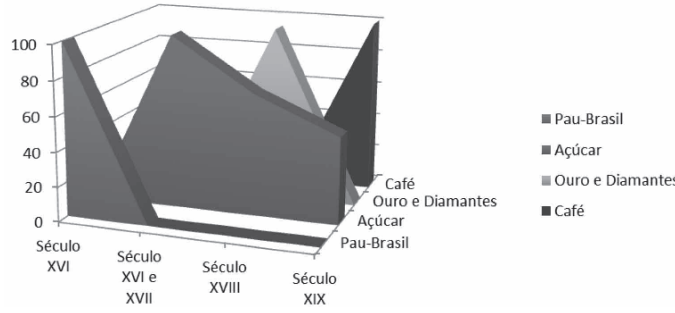
1: Certo. O início efetivo da colonização ocorreu a partir de 1532 com o estabelecimento das capitanias hereditárias e fundamentou-se tanto na avaliação dos possíveis lucros que poderia auferir a Colônia recentemente descoberta quanto na defesa territorial contra franceses e holandeses. No que concerne à exploração econômica, as capitanias hereditárias eram doadas, em formato de sesmarias, no intuito de encetar a produção agrícola e de transferir os lucros derivados da exploração à Coroa. Em relação à cobiça dos outros Estados europeus, a França e a Holanda buscaram contestar o Tratado de Tordesilhas, entendido como verdadeiro testamento de Adão. Os franceses, em 1555, fundaram a França Antártica, no atual Rio de Janeiro, e a França Equinocial, em 1612, no atual Maranhão. A Holanda, por sua vez, organizou um serie de expedições, entre 1624 e 1630, objetivando capturar as cidades de Salvador e de Recife. Os invasores foram derrotados pelos portugueses e seus aliados indígenas, no caso das ocupações francesas, e pela Insurreição Pernambucana, de 1654, no que diz respeito aos holandeses;
2: Errado. À iniciativa privada, malgrado o caráter anacrônico do termo, delegou-se as tarefas de ocupar, de explorar e de defender, entre os anos de 1532 e de 1549. O fracasso das capitanias hereditárias ensejou a interferência centralizadora da Coroa que, em 1549, implementou o Governo-Geral com sede em Salvador. Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral, contou com auxiliares nomeados pela Coroa. Eram esses o provedor-mor, o capitão-mor e o ouvidor-mor. A partir de então, a Coroa assumiu o ônus da colonização, retirando dos donatários a iniciativa privada antes concedida;
3: Errado. Consoante a tese dos ciclos econômicos de Roberto Simonsen, à exploração do pau-brasil seguiu-se, a partir de 1550, a produção agrícola vinculada à cana-de-açúcar. O pau-brasil, nesse sentido, não garantiu o êxito da empreitada colonizadora: foi rapidamente substituído por outras atividades econômicas mais rentáveis.

Ciclos Econômicos

No modelo dos ciclos econômicos de Roberto Simonsen, haveria um apogeu e um declínio das culturas de produção. Ao término de um ciclo, seria esse abandonado em proveito de outro em franca expansão. O gráfico a seguir ilustra o pensamento do autor. O eixo da ordenada indica o ápice e o declínio das culturas; o eixo da abscissa, a seu turno, indica o século de produção.

Críticas ao modelo dos ciclos econômicos

A crítica ao modelo dos ciclos econômicos, conforme ilustra o gráfico a seguir, indica que, à exceção do ciclo do ouro, não é de rigor assinalar o começo, o apogeu e o declínio de uma cultura. As culturas não teriam sido abandonadas em proveito de outras. Haveria uma coexistência de culturas ao longo dos séculos coloniais.



Atividades complementares

A análise das atividades complementares ratifica a tese que critica a teoria dos ciclos. O gráfico seguinte retrata uma simultaneidade de existência das atividades econômicas que conformavam a economia colonial.

Tipo de mão de obra e localização das principais culturas produtivas



Fonte: THERY, H. e APARECIDA DE MELLO, N., **Atlas do Brasil**, 2ª edição, Edusp, São Paulo, 2008. Página 39.

4: Certo. A circulação de mercadorias caracterizou a primeira fase do capitalismo. O período em questão não se singularizou pela acumulação de capitais com vistas a garantir o aumento do volume de poupança. A título de exemplo, o ciclo de pau-brasil articulou-se mediante o escambo entre portugueses e indígenas. O meio circulante monetário era, portanto, relativamente escasso.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Ao mencionar a existência de "centros mineradores" (l. 7-8), o texto V refere-se ao panorama econômico colonial predominante ao longo do século XVII. Relativamente a essa realidade, que apresenta aspectos distintos daqueles verificados na economia açucareira, julgue (C ou E) os itens subsequentes

(1) A descoberta das minas de ouro no interior da colônia decorreu, essencialmente, da ação dos bandeirantes, expressão clássica de movimento expansionista de uma região – neste caso, São Paulo – cujo elevado dinamismo econômico requeria incorporação de novas áreas ao seu processo de crescente desenvolvimento.

(2) Por suas características, a atividade mineradora possibilitou o aparecimento de núcleos urbanos, de uma estrutura social menos impermeável, quando comparada ao patriarcalismo nordestino, e de outras atividades econômicas voltadas para o abastecimento das áreas de mineração.

(3) Na mineração, diferentemente do ocorrido no Nordeste açucareiro, a presença do Estado metropolitano como agente econômico foi predominante, evidenciada pelo elevado nível de investimento financeiro na região, na exploração estatal das minas e na adoção de mecanismos diretos de arrecadação de impostos.

(4) A mineração contribuiu para o esvaziamento econômico do Nordeste e transferiu para o Centro-Sul o eixo político da colônia, de que seria exemplo marcante a mudança de capital de Salvador para o Rio de Janeiro.

1: Errado. As expedições bandeirantes procuravam capturar o gentio, resgatá-lo da ação dos jesuítas, aprisionar africanos foragidos e explorar as drogas do sertão e os metais preciosos. Não havia um dinamismo econômico inerente ao modo de exploração bandeirante, que não era produtivo, mas extrativo; a interiorização das expedições, nesse sentido, não se explica pela necessidade de incorporar novas áreas ao crescente desenvolvimento, mas pela procura do gentio, do escravo e do ouro. A historiografia recente aponta outras razões que estimulariam a formação das bandeiras na região paulista. Havia, no período, um comércio endógeno feito por jesuítas e portugueses na região de São Paulo, responsável pela produção de gêneros de subsistência que eram comerciados entre regiões da própria América portuguesa. John Monteiro, em **Os negros da terra,** assinala como os colonos da atual região paulista começaram a produzir trigo em larga escala e como eles vendiam esta produção a outras regiões da própria América Portuguesa. Como esse comércio não era tão lucrativo como os latifúndios açucareiros, não havia dinheiro para comprar escravos negros, estimulando a ação de bandeirantes na busca de índios para trabalhar nas fazendas paulistas de trigo, contrariando a lei de 1596, que proibia a mão de obra escrava indígena;

2: Certo. O ciclo do ouro caracterizou-se pelo rápido surgimento de núcleos urbanos, onde a mão de obra era menos estratificada do que na indústria açucareira. Aos escravos africanos somavam-se os escravos de serviço, os alforriados e os homens pobres livres. Ainda, a interiorização das atividades produtivas, liderada pelo ciclo do ouro, permitiu o deslocamento, para o Centro-Sul, da pecuária e a progressiva emergência de novas culturas nessas localidades;

3: Errado. Embora houvesse intervenção do Estado metropolitano no Nordeste açucareiro, configurado no exclusivo colonial, a ação regulamentadora metropolitana vincula-se mais ao ciclo da mineração. A ascendência da Coroa sobre o usufruto das minas fundamentou-se na instituição do quinto real, do imposto da capitação sobre a posse de escravos e da derrama, pelo meio da qual Lisboa confiscava posses

privadas caso não se atingisse o patamar extrativo de 1,5 tonelada de ouro por ano. A Coroa, contudo, não investiu diretamente na região, relegando à iniciativa privada o ônus da extração. Os lucros, sob a forma de impostos, eram encaminhados a Lisboa. A Guerra dos Emboabas, de 1708-1709, evidencia os embates entre as entidades privadas, no caso entre paulistas e nativos de províncias nordestinas, pela exploração do ouro e dos diamantes;

4: Certo. O deslocamento do centro produtivo para a região Centro-Sul, que se caracterizou pela transferência da pecuária e do açúcar, deu margem à transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro. A estrada real, que liga o porto do Rio de Janeiro e de Paraty aos centros de extração auríferos, permitia à Coroa maior fiscalização sobre o deslocamento do ouro e seu encaminhamento para a metrópole. Outrossim, com a sede do governo-geral no Rio de Janeiro, Lisboa garantia maior ascendência sobre as disputas territoriais platinas.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011 - CESPE) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos marcantes do processo de colonização do Brasil, julgue os itens seguintes.

(1) A mineração, além de ter gerado uma sociedade rigidamente estratificada e patriarcal, deslocou o centro das atenções econômicas para o interior da colônia, os chamados sertões, embora o poder político se mantivesse em Salvador, na Bahia.

(2) Primeiro movimento emancipacionista ocorrido no Brasil, a Inconfidência Mineira foi formada e liderada por representantes das camadas mais simples da população, a exemplo de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

(3) A conquista e a colonização das terras americanas, entre as quais o Brasil, inscreveram-se no contexto de expansão comercial e marítima europeia do início da Idade Moderna, processo pioneiramente liderado pelos países ibéricos.

(4) O texto sugere que a exploração econômica de uma colônia como o Brasil estava subordinada aos princípios gerais que conduziam as práticas mercantilistas vigentes na Europa, entre as quais se destacavam a balança de comércio favorável e o monopólio de comércio por parte da metrópole.

(5) Desenvolvida amplamente na região de São Vicente, a economia açucareira assentava-se no latifúndio, no atendimento prioritário da demanda interna e na exploração da mão de obra escrava indígena.

1: Errado. A sociedade oriunda do economia mineradora, cuja maior pujança ocorreu na primeira metade do século XVIII, caracterizou-se por uma incipiente flexibilização dos estratos sociais. Embora seja certo que houve deslocamento das atenções econômicas para o interior da Colônia, o poder político não se manteve em Salvador. Pelo contrário, em 1763, o Rio de Janeiro tornou-se a sede do governo colonial.

2: Errado. Por um lado, não há consenso historiográfico sobre o ineditismo da Inconfidência Mineira na série de movimentos emancipacionistas que caracterizaram o Brasil até 1822. Por outro, a Inconfidência Mineira foi um movimento essencialmente elitista.

3: Certo. A colonização das terras americanas advém do pioneirismo lusitano e hispânico na expansão das rotas comerciais. Em Portugal, a Revolução de Avis, de 1385, promoveu centralização do Estado, que, por sua vez, fomentou os incentivos à expansão marítima.

4: Certo. A colonização econômica do Brasil estava subordinada ao mercantilismo europeu. O mercantilismo define-se como um conjunto de práticas econômicas que objetivavam enriquecer o tesouro dos Estados por meio do robustecimento da balança comercial e da consolidação do exclusivo colonial. Há, portanto, intervenção do Estado na economia sob o regime mercantilista. Em largos traços, pode-se sustentar que houve quatro tipos de mercantismo: o ibérico ou bulhonista, que visava o acúmulo de metais; o francês ou colbertista, que dava destaque à produção de artigos de luxo; o britânico ou comercialista, que dava ênfase ao comércio; e o holandês ou cameralista, que dava destaque à instituição de Câmaras de Comércio monopolistas nas colônias.

5: Errado. As descrições correspondem mais a região de Pernambuco do que a de São Vicente, como então se chamava a atual região de São Paulo. Outros erros do item dizem respeito à mão de obra da região de São Vicente, que não era indígena, mas africana, e à economia, que era de exportação, e não atendia, somente, a demanda interna.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5E

Após as primeiras décadas, marcadas pelo esforço de garantir a posse da nova terra, a colonização começou a tomar forma. Como aconteceu em toda a América Latina, o Brasil viria a ser uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minérios de grande importância. A política da metrópole portuguesa consistirá no incentivo à empresa comercial, com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala e na grande propriedade. Ao lado da grande empresa colonial e do regime de grande propriedade, acrescentamos um terceiro elemento: o trabalho compulsório.

Boris Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2008, p. 47-8 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010 - CESPE) Considerando o fragmento de texto acima e o quadro geral vigente no período colonial brasileiro, julgue os próximos itens.

(1) A cana-de-açúcar foi o principal produto agrícola de exportação do Brasil no período colonial, com produção concentrada na região de São Vicente, substituindo a extração aurífera que entrara em decadência.

(2) No Brasil, a exploração do trabalho escravo ultrapassou a etapa de colonização e foi formalmente extinta apenas em fins do regime monárquico, com a Lei Áurea de 1888.

(3) Ao longo do século XVIII, a mineração consolidou a ocupação do litoral do Brasil e gerou uma sociedade impermeável e essencialmente ruralizada.

(4) A colonização do Brasil decorreu da expansão comercial e marítima europeia do início da Idade Moderna e subordinou-se às exigências de um nascente capitalismo de base comercial.

(5) No texto, sugere-se a existência de um tripé, sob o qual se assentou a colonização do Brasil, composto por latifúndio, monocultura e escravidão.

1: Errado. Embora a cana-de-açúcar ganhou destaque como produto de exportação do Brasil, não foi o principal artigo de comercialização durante a integridade do período colonial. Nem o único. A historiografia aponta o pau-brasil como primeiro produto de exportação. A extração aurífera, que superou a cana na pauta de exportações durante a primeira metade do século XVIII, substituiu a produção de açúcar. Ainda, malgrado a diversidade de regiões produtoras de cana-de-açúcar, não foi São Vicente, mas a região Nordestina, que se caracterizou pela produção do açúcar.

2: Certo. O regime escravocrata de produção econômica ultrapassou a etapa de colonização, ganhando ímpeto durante o Império. A extinção formal da escravidão ocorreu em 13 de maio de 1888, com a edição da Lei Áurea.

3: Errado. A mineração promoveu o adensamento da interiorização econômica do Brasil colonial, gerando uma sociedade menos impermeável – e, portanto, mais flexível em termos de mobilidade social –, e mais urbana. A cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, tornou-se o símbolo da urbanização promovida pelo ciclo da mineração.

4: Certo. A colonização do Brasil em muito se associou à expansão marítima ibérica e à subordinação ao capitalismo europeu de base mercantilista e comercial.

5: Certo. Embora não haja consenso na historiografia acerca desse tripé, pode-se afirmar que a colonização se assentou sobre as bases do latifúndio, do monocultura e da escravidão.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009 - CESPE) Acerca das características econômicas e sociais da América Portuguesa Colonial, julgue os seguintes itens.

(1) Nos séculos XVI e XVII, a América Portuguesa era escravocrata, rural e patriarcal.

(2) No período da economia açucareira, os portugueses lucravam na produção do açúcar, no seu refino e em sua distribuição na Europa.

(3) Na atividade açucareira, havia maior diversidade ocupacional (administradores, artistas, artesãos etc.) do que na economia de mineração, que era voltada para a extração de ouro.

(4) Os paulistas descobriram as minas de ouro e foram os primeiros a explorá-las.

1: Certo. A escravidão, a estrutura econômica agrária e o patriarcalismo foram características da América Portuguesa.
2: Errado. Ao passo que os portuguesas lucravam com a produção do açúcar, os holandeses dominavam o transporte, o refino e a distribuição do produto no continente europeu. Visto que comercializar era mais rentável do que produzir, os holandeses auferiram mais dividendos da empresa açucareira do que os portugueses.
3: Errado. A economia da mineração teve maior diversidade ocupacional do que a açucareira. Um dos vértices explicativos constitui a forte urbanização promovida pelo ciclo da mineração.
4: Certo. As ações desbravadoras dos bandeirantes culminaram na descoberta de jazidas de ouro nos atuais estados de Minas Gerais, de Goiás, do Mato Grosso e parte do Mato Grosso do Sul.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

1.2. O TRATADO DE MADRI E ALEXANDRE DE GUSMÃO

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta acerca da repercussão, na América portuguesa, das medidas adotadas por Portugal no período pombalino.

(A) Com o Tratado de Madri, assinado durante o reinado de D. José I, a Espanha reconheceu a soberania portuguesa sobre extensão territorial, na América, superior à delimitada pelo Tratado de Tordesilhas.
(B) A descentralização administrativa da América portuguesa foi uma das estratégias políticas pombalinas de constituição de um império em dois continentes, no intuito de preservar a integridade do Brasil.
(C) No período referido acima, Portugal reafirmou a sua soberania sobre a província do Maranhão ao reprimir a tentativa do aventureiro inglês Beckman de se apossar dessa província.
(D) O enfrentamento militar com os espanhóis no Brasil meridional culminou com a ocupação parcial do Rio Grande de São Pedro, pela Espanha, por mais de uma década.
(E) A Convenção de Sintra, assinada por Portugal e Inglaterra, por influência do Marquês de Pombal, possibilitou a consolidação da soberania inglesa na Guiana, no norte da Amazônia.

A: Incorreto. O Tratado de Madri foi assinado durante o reinado de Dom João V. Dom José I assume após a morte de Dom João V e inicia, junto com o Marquês de Pombal, processo de rejeição do Tratado de Madri, que culmina no Tratado de El Pardo, de 1761.
B: Incorreto. As políticas pombalinas foram centralizadoras. A título de exemplo, o Marquês é responsável por extinguir o Governo-Geral do Brasil e o Governo-Geral do Estado do Maranhão. Criou, no lugar, o Vice-Reino do Brasil. Pombal representava, em Portugal, a imagem do déspota esclarecido, que faz uso de algumas ideias iluministas com o intuito de promover a reforma, ou a um incremento do absolutismo. Nesse aspecto, Pombal contribui para centralizar o poder em Portugal.
C: Incorreto. A Revolta dos Beckman ocorreu em 1684, quase um século antes do período pombalino. A revolta foi liderada pelos irmãos Beckman, que não eram aventureiros ingleses.
D: Correto. Uma das razões da entrega de Colônia do Sacramento pelo Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777, foi a ocupação da região de Desterro e parte do Rio Grande de São Pedro pela Coroa espanhola, justamente, durante o período pombalino, que se estende de 1750 a 1777. Os espanhóis estavam em vantagem no Rio Grande do Sul e haviam subido até a Ilha de Santa Catarina.
E: Incorreto. A Convenção de Sintra, assinada em 30 de agosto de 1808, foi um acordo entre os comandantes dos Exércitos britânico e francês para regulamentar a evacuação de Portugal decorrente das invasões napoleônicas. A Inglaterra somente consolidaria sua presença na Guiana no início do século XIX.
Gabarito "D"

(Diplomacia – 2011 – CESPE) No que concerne à configuração territorial da América portuguesa, assinale a opção correta

(A) Em oposição às determinações da Coroa portuguesa, ao longo do século XVII, colonos partiram de Piratininga em busca de riquezas pelos sertões afora, o que foi decisivo para a configuração das fronteiras do Brasil e para a consolidação de São Paulo como importante polo econômico no período colonial.
(B) As tensões entre castelhanos e portugueses, no Novo Mundo, tiveram início com a decisão, tomada por Portugal, de ocupar vastas extensões de terra na bacia amazônica, já nas primeiras décadas do século XVI, e atingiram dimensão ainda mais violenta na vigência da União Ibérica (1580-1640).
(C) Ponto principal entre as diversas áreas de colonização portuguesa no extremo sul do Novo Mundo, a Colônia de Sacramento foi fundada para servir como base do comércio lusitano na região, e a necessidade de neutralizar a crescente importância econômica dessa colônia levou os espanhóis a fundarem Buenos Aires na outra margem do rio da Prata.
(D) A decisão castelhana de invadir a Colônia de Sacramento, motivada por interesses específicos da elite de Buenos Aires, foi tomada quando o estado de hostilidade entre Castela e Portugal, presente em grande parte da segunda metade do século XVIII, sinalizava evidente distensão.
(E) No período entre a assinatura dos tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777), as duas metrópoles ibéricas foram levadas ao confronto bélico na fronteira meridional do Brasil, cujo resultado beneficiou Portugal, que anexou à sua colônia territórios que, pelo disposto no Tratado de Tordesilhas, pertenciam à Espanha.

A: Incorreta, pois não consta informação acerca de uma oposição de fato entre as determinações da Coroa e a iniciativa privada de colonos; pelo contrário, Synesio Sampaio Goes Filho, em **Navegante, Bandeirantes, Diplomatas** – Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil, afirma que, no que concerne às bandeiras, "ficou provado que, em muitos casos, se confundem a participação do poder público com a da iniciativa privada" (p.90). Boris Fausto, em *História do Brasil*, afirma que, embora houvesse certa independência dos bandeirantes paulistas com relação à Coroa, "não se pode dizer, porém, que os interesses da Coroa e o bandeirismo estivessem inteiramente divorciados. Houve bandeiras que contaram com o direto incentivo da administração portuguesa e outras, não." (p.97). Note-se, ainda, que São Paulo não constitui um polo econômico no período colonial;
B: Incorreta, devido ao fato de que a ocupação da região norte não ocorreu, a princípio, em função de uma política definida pela Coroa portuguesa. A exploração colonial, como ressalta Boris Fausto, foi lenta e, de certa forma, independente da vontade da Coroa. A região atraiu a atenção dos portugueses por questões territoriais, em consequência da invasão do Maranhão pelos franceses em 1612, levando à fundação de Belém, em 1616. Esta viria a ser um ponto de apoio para a ocupação da bacia do Rio Amazonas, com a expedição de Pedro Teixeira, em 1637, que chegou até o Peru. Considerando as tensões entre as duas Coroas, um foco de instabilidade foi a fundação da Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, em 1680, pela armada do Governador-Geral D. Manuel Lobo, na margem oposta à Buenos Aires no rio da Prata. A União Ibérica (1580-1640) não caracterizou-se, contudo, pela escalada de tensões entre as Coroas;
C: Incorreta, por uma questão de ordem cronológica. A fundação da cidade de Nuestra Señora del Buen Ayre é de 1536, por Pedro de Mendoza. A partir dela, saiu a expedição de João de Salazar, que funda, em 1537, a cidade de Assunção, no rio Paraguai, que se tornaria importante polo regional espanhol para a expansão do império. Buenos Aires entrou em declínio e foi abandonada em 1541, para ser repovoada em 1580, em consequência da expedição de Juan Garay, saída de Assunção. O repovoamento de Buenos Aires a partir de então transforma a cidade na capital regional do regime espanhol. Em decorrência dessa expansão, o reino português, levado pela armada do Governador-Geral D. Manuel Lobo, funda, em 1680, a Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, na margem oposta do rio da Prata. Segundo Synesio Sampaio Goes Filho, "o Governo português tinha decidido pouco antes de 1680 fundar um estabelecimento na margem norte do grande rio: ocupar uma área livre – toda a margem esquerda do prata – e concorrer com os lucros do próspero contrabando efetuado por portugueses em Buenos Aires" (p.133);
D: Incorreta, por dois motivos. A primeira invasão da Colônia de Sacramento deu-se em 1680, logo em seguida ao início de suas primeiras edificações. A tomada foi desfeita no ano seguinte, e Colônia foi devolvida, graças a trâmites diplomáticos, a Portugal. Ela virá a ser invadida, mais uma vez, em 1704, e só será devolvida em 1715, como estabelecido pelo Tratado de Utrecht. Após uma tentativa falida em 1735, Buenos Aires toma Colônia pela terceira vez em 1762, para devolvê-la no

ano seguinte, de acordo com o Tratado de Paris. Finalmente, em 1776, Colônia é ocupada pela quarta vez e só voltará a Portugal quando este tiver o domínio da província Cisplatina, culminando na independência do Uruguai em 1828. A incorreção dessa afirmativa origina-se na afirmação que diz respeito à origem da ocupação, que não se deveu somente pelos interesses específicos da elite de Buenos Aires, mas a interesses mais amplos de teor hegemônico regional na bacia da Prata. A incorreção da afirmativa tem origem também na imprecisão acerca da hostilidade entre Portugal e Espanha: as decisões castelhanas de invadir Colônia do Sacramento foram tomadas em um momento de crescente tensão entre os reinos de Castelo e de Portugal;

E: Correta. O confronto bélico ao qual se refere a afirmativa diz respeito às duas tomadas de Colônia do Sacramento pelos espanhóis, em 1762 (para ser devolvida no ano seguinte) e em 1776, que levaram também à ocupação da Ilha de Santa Catarina e parte do sul do atual estado do Rio Grande do Sul. Quanto ao resultado que se faz referência na afirmação, Synesio Sampaio Goes Filho afirma que o Tratado de Santo Ildefonso "confirmava a inclusão no território nacional de praticamente toda a área dos famosos dois terços do Brasil extra-Tordesilhas" (p.194): com efeito, o diploma de Santo Ildefonso confirmava as posses portugueses no norte e no centro-oeste do Brasil.

Gabarito "E".

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Com referência aos ciclos econômicos e transformações ocorridas ao longo dos primeiros séculos da formação do Brasil, assinale a opção correta.

(A) A União das Monarquias Ibéricas (1580-1640) permitiu que as disputas entre portugueses e espanhóis fossem relativamente amenizadas na ocupação territorial da América do Sul.
(B) À medida que se expandia, a agroindústria açucareira forçava a ultrapassagem dos limites de Tordesilhas, ampliando o domínio territorial português em direção aos sertões ocidentais da Colônia.
(C) Eventuais atritos entre colonos espanhóis e portugueses foram irrelevantes para o processo de negociação de tratados de limites entre os Estados ibéricos. A rigor, esses acordos, assinados entre os séculos XVII e XVIII, respondiam prioritariamente a interesses estratégicos e a injunções da política europeia.
(D) Os tratados de limites firmados entre as coroas espanhola e portuguesa extinguiram-se no século XVIII.
(E) O ciclo dos currais e do gado, iniciado no sul do país, correspondeu a um dos capítulos mais importantes da ocupação territorial do Brasil no período colonial.

A: Correto. A superação do Tratado de Tordesilhas, de 1494, ocorreu devido a quatro fatores basilares: i) a fundação das missões jesuíticas, tanto no Sul como no vale amazônico, permitiu a ocupação de áreas originalmente pertencentes à Espanha, ii) a União Ibérica adensou a construção de cidades no que se acreditava ser a embocadura do Amazonas: o Forte do Presépio, de 1616, garantiu acesso português ao rio Tocantins. Para a Espanha era mais factível escoar o ouro da América via o que hoje é o Panamá, e mais tarde via Buenos Aires, do que transpassar os Andes e ganhar acesso ao Atlântico, iii) a pecuária garantiu, a um só tempo, o abastecimento do mercado interno e o acesso ao interior via o leito do rio São Francisco, iv) as expedições bandeirantes, que tiveram por escopo apresar o gentio, capturar africanos foragidos, extrair as drogas do sertão e os metais preciosos. A União Ibérica, portanto, permitiu que Portugal adentrasse o território continental em situação bélica relativamente amena com Espanha; essa expansão territorial, contudo, ao desrespeitar o Tratado de Tordesilhas, deu lugar, em 1750, ao Tratado de Madri, que objetivou estabelecer novo entendimento lindeiro entre Portugal e Espanha. Ressalte-se que a União Ibérica, entre 1580 e 1640, mesmo tendo resultado na invasão da Espanha continental a metrópole portuguesa, não afetou a administração das colônias portuguesas na América, já que a América portuguesa continuou tendo uma administração própria;
B: Incorreto. A agroindústria açucareira concentrou-se, sobremaneira, no litoral. A ampliação do domínio territorial português ocorreu devido à pecuária, que embora atrelada à indústria do açúcar, forneceu sustento a outras atividades econômicas. Os próprios bandeirantes esforçaram-se para levar o gado do litoral ao interior do continente;
C: Incorreto. Os atritos entre colonos espanhóis e portugueses estruturaram o processo de negociação de tratados de limites entre os Estados ibéricos. Os entendimentos lindeiros entre Espanha e Portugal têm início com o Tratado de Tordesilhas, em 1494, seguido do Tratado de Madri, de 1750, o de El Pardo, de 1761, de Santo Ildefonso, de 1777 e o de Badajoz, de 1801. O último foi um acordo de paz que deu fim à Guerra das Laranjas, mas teve consequências para as fronteiras dos países ibéricos. De forma sucinta, a tabela a seguir traça as características principais dos tratados acima referidos.

Tratado	**Questões lindeiras referentes a** • Sete Povos, originalmente de fundação espanhola • Colônia do Sacramento, fundada em 1680 por Portugal, com o objetivo o de garantir a presença lusitana no comércio da Bacia do Prata Região • Amazônica e Centro-Oeste	Conteúdo do Tratado	Resultado do Tratado
Tratado de Madri 1750 – Assinado por Alexandre de Gusmão, por Portugal, e por José de Carvajal y Lancaster, pela Espanha	Sete Povos: em posse de Portugal Colônia do Sacramento: em posse da Espanha Portugal garante a posse do Amazonas e do Centro-Oeste	O Tratado de Madri foi um ajuste global entre a Espanha, que havia descumprido o diploma de 1494 ao estender seus domínios na Ásia, e Portugal, que avançou na América. Resultou em uma permuta entre Sete Povos e Colônia do Sacramento	A resistência jesuíta, simbolizada pela Guerra Guaranítica, inviabilizou a permuta
Tratado de El Pardo, 1761 Assinado no reinado de Dom José I e no ministério de Pombal	Sete Povos: em posse da Espanha-Colônia do sacramento: em posse de Portugal	O Marquês de Pombal priorizou a Colônia do Sacramento. Ainda, expulsou os jesuítas, pois eram esses "um Estado dentro do Estado"	Anulação do Tratado de Madri de 1750
Tratado de Santo Ildefonso, 1777 – Assinado no reinado de Maria I, A "Viradeira"	Sete Povos: em posse da Espanha Colônia do sacramento: em posse de Espanha	Espanha ocupa a região de Desterro (atual Santa Catarina), já que, ao aproximar essa região de Sete Povos, poderia levar à retirada completa de Portugal do espaço em disputa	Em 1777, Portugal troca Colônia do Sacramento por Desterro. As fronteiras não foram demarcadas
Tratado de Badajoz, 1801. Tratado de paz que dá fim à Guerra das Laranjas. Não foi um tratado de limites	Sete Povos: em posse de Portugal Colônia do Sacramento: em posse da Espanha	Tratado de paz entre Espanha e Portugal	A Guerra das Laranjas entre Espanha e Portugal ocasionou a perda da Praça Forte de Olivença, que ficou em mãos espanholas. A retaliação portuguesa levou à anexação de Sete Povos.

D: Incorreto. Os tratados de limites tiveram vigência depois de declaradas as independências do Brasil e as dos países da América espanhola. Consoante a tese de Alexandre de Gusmão, Duarte da Ponte Ribeiro faz uso, no século XIX, do consagrado princípio de *uti possidetis,* para negociar os tratados de limites com o Peru, em 1851, com a Venezuela, em 1859 e com a Bolívia, em 1867. A América espanhola, a seu turno, advogou em benefício do Tratado de Santo Ildefonso, fazendo valer o princípio de *uti possidetis juris,* que preconiza o validade dos acordos jurídicos para demarcar as fronteiras, e não a posse efetiva do território;
E: Incorreto. O ciclo dos currais e do gado inicia-se no século XVII, no Nordeste. A penetração da pecuária aconteceu via o leito do rio São Francisco. A transmigração da pecuária para o Sul e o Sudeste ocorreu no século XVIII, quando se fez exponencial o crescimento demográfico de Minas Gerais, Goiás e parte de Mato Grosso do Sul devido ao ciclo do ouro. É de rigor, no que concerne às atividades econômicas da Colônia, salientar que a tese dos ciclos, proposta por Roberto Simonsen, não encontra respaldo histográfico na atualidade. Ilmar Mattos contesta a teoria dos ciclos para propor a tese da coexistência das culturas. Não haveria um apogeu e um declínio dessas traçável no tempo, exceção feita ao ciclo do ouro, o que realça a inter-relação econômica constante entre Colônia e Metrópole. Na expressão de Ilmar Mattos, esse sistema de relações consubstanciariam a "moeda colonial", cuja liga seria o monopólio da Coroa.

Gabarito "A"

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Em 1750, o brasileiro Alexandre de Gusmão, representante de Portugal, notabilizou-se nas conversações que resultaram na assinatura do Tratado de Madri. Entre outros méritos, Gusmão percebeu que, assim como os espanhóis jamais abdicariam da posse do estuário do Prata, os portugueses consideravam estratégico o estuário do Amazonas. O princípio do *uti possidetis*, defendido por Gusmão como critério geral para a negociação, significava, na prática, o seguinte:

(A) cada parte terá o que tiver sido previamente acordado.
(B) não pode haver posse se não houver propriedade.
(C) entre a cruz e a espada, a razão não pode prevalecer.
(D) o uso da força deslegitima o direito de posse.
(E) cada parte há de ficar com o que atualmente possui.

A expressão *uti possidetis* provém do princípio de direito romano *uti possidetis, ita possideatis*, o qual significa "como possuís, assim possuais". Em outras palavras, "quem possui de direito, possui de fato". O princípio, empregado por Alexandre de Gusmão, foi destacado nas negociações lindeiras posteriores por Duarte da Ponte Ribeiro, durante o Segundo Reinado, e pelo Barão do Rio Branco, na República Velha. O princípio de direito romano deu posse jurídica aos territórios nos quais habitavam portugueses e brasileiros. A título de exemplo, no caso do Tratado de Petrópolis, de 1903, o Barão do Rio Branco valeu-se do critério para realçar a posse efetiva do Acre.

Gabarito "E".

2. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

2.1. O BRASIL SEDE DO ESTADO MONÁRQUICO PORTUGUÊS

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Em 1808, a Família Real portuguesa transferiu-se para o Brasil. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

(A) Entre as grandes transformações ocorridas na Colônia, destaca-se o incremento do comércio com os Estados Unidos da América, primeira nação a reconhecer a independência do Brasil.
(B) A revogação do ato que proibiu a instalação de indústrias no Brasil e a abertura dos portos simbolizaram o fim do monopólio metropolitano.
(C) Na cidade do Rio de Janeiro, transformada na capital do Império luso, foi criada a primeira universidade nacional.
(D) D. João VI elevou, de imediato, o *status* da Colônia, que passou a ser parte integrante do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.
(E) O retorno de D. João VI a Lisboa teve o objetivo político de reinserir Portugal no Concerto Europeu.

A: Incorreto. Durante a Colônia, o comércio estava umbilicalmente vinculado à metrópole; nos últimos anos, contudo, e principalmente após a transmigração da coroa para o Rio de Janeiro, em 1808, a Inglaterra ganhou destaque na pauta comercial brasileira. A abertura dos portos e os Tratados de Navegação e de Comércio de 1810 foram articulados de maneira a favorecer os britânicos, que haviam prestado assistência a Lisboa em sua travessia do atlântico. Ainda, os primeiros Estados a reconhecerem a independência do Brasil foram Benin e Onin, atualmente regiões que conformam a Nigéria, visto que a manutenção do tráfico atlântico rendia dividendos às elites africanas;
B: Correto. O Período Joanino caracterizou-se pelo expressivo crescimento econômico do Rio de Janeiro e do Brasil. Com a abertura dos portos, em 1808, às nações amigas, a Inglaterra aumentou suas exportações e seus investimentos no Brasil. O fim do exclusivo colonial, além de constituir imposição britânica, também foi defendido por brasileiros, como José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, que era favorável ao ideário econômico liberal. A revogação do alvará de 1785 permitiu a produção de manufaturas na colônia. Ambos os atos simbolizam o fim do monopólio metropolitano;
C: Incorreto. As primeiras universidades do Brasil foram a Faculdade de Direito de Olinda (1827), transferida para Recife em 1854, a Faculdade de Direito de São Paulo (1827), a Faculdade de Medicina da Bahia (1815) e a Escola de Medicina do Rio de Janeiro (1813). A criação dessas universidades marca o início da independência acadêmica do Brasil, já que, anteriormente, as elites intelectuais brasileiras eram formadas na Universidade de Coimbra, em Portugal;
D: Incorreto. O surgimento do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves somente ocorre em 1815, na esteira do ideário conservador articulado no Congresso de Viena. Nesse sentido, coroou-se o Príncipe Regente Dom João VI, no Rio de Janeiro, e distribuíram-se títulos nobiliários de forma a angariar apoio político. Esses títulos significavam isenções fiscais. Cabe ressaltar, ainda, que a nobreza, no Brasil, era de mérito, e não hereditária;
E: Incorreto. Portugal participou do Concerto Europeu, que fora estruturado no Congresso de Viena em 1815. Na ocasião, o Conde de Palmela, representante português em Viena, negociou o casamento de Dom Pedro I com Leopoldina, que estava ligada aos Habsburgo e cuja irmã mantinha laços com Napoleão. Note-se, outrossim, que Leopoldina correspondia-se com Metternich frequentemente. A participação de Portugal em Viena também procurou exigir o reconhecimento prévio de Lisboa se qualquer de suas colônias proclamasse independência. É na esteira dessa exigência que surge a indenização brasileira de 1825 oferecida a Portugal.

Gabarito "B"

A política externa brasileira, no início do período independente, irá definir-se em função da herança colonial com suas estruturas sociais, do Estado bragantino com seus valores, conexões e desígnios, da emergência de um sistema internacional resultante da revolução industrial, do peso das forças reacionárias aglutinadas na Santa Aliança, dos estreitos vínculos ingleses transferidos pela metrópole, da transformação do continente americano em área de competição internacional.

Esses elementos de cálculo pesariam obviamente sobre o processo decisório quanto às relações exteriores. Outros dois devem-lhes ser somados: por um lado, a experiência e o conhecimento da realidade internacional, acumulados na corte do Rio de Janeiro, desde 1808, adquiridos na rotina do serviço diplomático, com as representações estrangeiras no Brasil e as representações luso-brasileiras no exterior; por outro lado, a importância atribuída às questões externas, na própria organização do Estado nacional, após a ruptura com Portugal.

Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. **História da Política Exterior do Brasil.** São Paulo: Ática, 1992, p. 20-1.

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a dimensão do significado da transferência da sede do Estado português para sua colônia americana, julgue (C ou E) os itens seguintes

(1) A decisão de transferir a sede do governo metropolitano vincula-se à tensa conjuntura da política europeia em princípios do século XIX, quando duas forças poderosas — a França napoleônica e a Inglaterra — disputam espaços e áreas de influência.

(2) A presença da corte bragantina no Rio de Janeiro alterou substancialmente a situação da colônia brasileira. O primeiro sinal dessa transferência, que se mostrou fundamental para o encaminhamento do processo de independência, foi a abertura dos portos ao comércio internacional, decisão que fazia desaparecer o eixo central do sistema colonial: o monopólio metropolitano.

(3) O fim do exclusivo de comércio (monopólio metropolitano) foi decisão difícil, visto que foi preciso vencer a implacável resistência britânica. Como país pioneiro e líder da Revolução Industrial, a Inglaterra temia perder o potencialmente promissor mercado brasileiro ante a concorrência de outras potências.

(4) Infere-se do texto que a política externa joanina bem como a que foi implementada pelo nascente Estado brasileiro afastaram-se paulatinamente de influências europeias, superaram condicionamentos históricos e abriram perspectivas na direção da crescente aproximação do Brasil com os vizinhos americanos.

1: Certo. A interiorização da metrópole no Rio de Janeiro, consoante expressão de Maria Odila Leite Dias, atrelou-se às guerras napoleônicas no continente europeu. O bloqueio continental decretado pela França, após a derrota de Trafalgar contra a Inglaterra, aproximou Portugal desta, e a Espanha daquela. Pelo Tratado de Fontainebleu de 1807, a Espanha cedia passagem às tropas napoleônicas para adentrar o território lusitano, forçando a Coroa de Lisboa a transmigrar para o Brasil, na esteira das recomendações anteriores de Dom Rodrigo de Sousa Continho, que foi ministro de Estado português entre 1796 e 1801. Pelo Tratado referido, Portugal seria dividido entre a Espanha, a França e Godoy, diplomata espanhol que articulou o acordo de passagem. A Inglaterra financiou e escoltou a transferência da Coroa para o Rio de Janeiro;

2: Certo. A transferência da Coroa caracterizou-se pelo expressivo crescimento econômico da Colônia, pela abertura dos portos às nações amigas e pelo fim do exclusivo colonial. Ainda, revogou-se o alvará de 1785, pelo meio do qual a produção de manufaturas ficava sob o monopólio metropolitano. Maria Odila Leite Dias, em **A Interiorização da metrópole,** descreve como a presença portuguesa no Rio de Janeiro provocou um enraizamento da corte na região do Centro Sul do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). Os membros da corte portuguesa transformaram o Rio de Janeiro, causando um significativo povoamento da cidade, que resultou em uma crise de abastecimento. A crise foi resolvida com o desenvolvimento de uma rede de comércio importante entre o Rio de Janeiro e as capitanias da região, o que favoreceu um adensamento dos interesses portugueses na América, além de fomentar uma transformação substancial na colônia brasileira. Os principais homens da corte portuguesa começam a investir na América, criando laços com os habitantes locais e com o comércio e desenvolvimento da região, fato que acaba postergando a volta da Corte e de Dom João VI para Lisboa;

3: Errado. A Inglaterra beneficiou-se pelo Tratado de Comércio e Navegação, visto que as tarifas alfandegárias aplicadas à Inglaterra foram estipuladas em 15%, enquanto a Portugal era aplicado o percentual de 16%. Às demais nações amigas, era imposta a tarifa de 24%. Note-se que a competitividade industrial britânica dava notável vantagem à Inglaterra em detrimento das demais nações; as tarifas, nesse sentido, ainda que tivessem sido aplicadas de forma homogênea a todos os Estados, não teriam prejudicado as exportações inglesas;

4: Errado. Consoante tese de Amado Cervo e de Clodoaldo Bueno, até a entrada em vigor da Tarifa Alves Branco, em 1844, a Colônia e o Brasil tiveram de administrar o imobilismo. Em outros termos, a política externa durante os anos finais da Colônia e os primeiros do Brasil independente estava umbilicalmente vinculada aos tratados de comércio com a Inglaterra. Ainda, o período que se estende de 1822 a 1851 é marcado por sucessivos atritos com os vizinhos americanos, notadamente os embates ligados à Guerra Cisplatina, em 1825, e a Guerra contra Rosas, em 1851.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

2.2. A INFLUÊNCIA DAS IDEIAS LIBERAIS E SUA RECEPÇÃO NO BRASIL

(Diplomacia – 2008 – CESPE) No período joanino (1808-1821), foi encaminhado o processo de Independência, visto que a situação política, econômica e jurídica do Brasil orientava-se nesse sentido. Assinale a opção INCORRETA acerca desse período.

(A) Importantes pensadores ou dirigentes portugueses haviam concebido, de tempos em tempos, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, a qual não ocorreu em 1807 apenas por pressão inglesa.

(B) A promoção das manufaturas era considerada como componente nocivo aos interesses de Portugal e, por tal razão, esteve ausente na política de D. João no Brasil.

(C) A Corte do Rio de Janeiro fez-se representar no Congresso de Viena, que traçou a ordem internacional após a era napoleônica.

(D) No Rio de Janeiro, D. João concebia a expansão ao norte e ao sul do Brasil, por meio de invasões de territórios sob dominação francesa ou espanhola, com o fim de robustecer o império luso na América.

(E) O retorno de D. João a Portugal, em 1821, ocorreu por exigência de Lisboa, onde se instalara um governo dito revolucionário.

A: Correto. O padre Antônio Vieira, no século XVII, assim como Dom Rodrigo de Souza Coutinho, no decurso das últimas décadas do século XVIII, propuseram a criação de um Império transoceânico governado pela dinastia dos Bragança, com sede no Rio de Janeiro. A proposta de Souza Continho ficou conhecida como projeto de um vasto e poderoso Império. A transmigração da Coroa e a interiorização da metrópole no Rio de Janeiro ocorreram na esteira das guerras napoleônicas, no continente europeu. Com a vitória inglesa na batalha de Trafalgar, Lord Nelson assegurou à Inglaterra supremacia marítima sobre a França. Napoleão, a seu turno, por meio do decreto de Berlim, articulou um bloqueio continental à Inglaterra, cujo escopo era beneficiar a indústria francesa no continente. O bombardeio de Copenhague pela Inglaterra, devido ao temor britânico quando a adesão da Dinamarca ao bloqueio continental, causou temor a Portugal, que vislumbrou, assim, a possibilidade de Lisboa ser o próximo alvo. Nesse sentido, pressões inglesas incitaram a aproximação de Lisboa e Londres. O Tratado de Fontainebleu, assinado em 1807, mediante o qual Portugal seria divido entre a Espanha e a França, levou Dom João VI a valer-se da proposta de Dom Rodrigo de Souza Coutinho e transferir, em 1807, a sede da Coroa para o Rio de Janeiro. Destarte, a transmigração de 1808 não foi uma fuga, pois havia projeto anterior, nem uma consequência exclusivamente advinda de pressões inglesas.

B: Incorreto, devendo ser assinalada. Em 1785, contrariando as disposições anteriormente implementadas pelo Marquês de Pombal, Maria I, "a Viradeira", adotou alvará proibindo a produção de manufaturas nas coloniais portuguesas. Com a transmigração da coroa, em 1807, Dom João VI revogou o alvará de 1785, dando início a expressivo crescimento econômico da colônia do Brasil.

C: Correto. O Conde de Palmela representou Portugal no Congresso de Viena, de 1815. Decorrente do pensamento restaurador, o Império é elevado a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

D: Correto. No que concerne às invasões de territórios sob dominação francesa, como resposta às guerras napoleônicas em Portugal, Dom João IV interveio, em 1809, na Guiana Francesa e tomou Caiena. A presença imperial durou até 1817, quando os acordos advindos do Congresso de Viena deram lugar à retirada das tropas imperiais de Caiena. No que diz respeito ao intervencionismo platino, duas investidas portuguesas apossaram-se de Montevidéu. A primeira, em 1811, é prontamente contestada pela Inglaterra, que antevendo possíveis desvios de comércio, aconselha Portugal a retirar-se da banda oriental. A segunda intervenção ocorre em 1816. Foi uma retaliação à perda da Praça Forte de Olivença, em 1801. O êxito da anexação leva à criação da Província Cisplatina, que será objeto de embate entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, em 1825.

E: Correto. A Revolução de 1820, no Porto, conclamava o regresso de Dom João VI a Portugal, embora fosse agenciada em benefício da limitação do poder real. A face conservadora do Vintismo, conforme título que se deu a revolução, exigia a vinculação do Brasil colônia a Portugal; em outras termos, optava-se pelo *status quo ante.* Fazendo

alusão às instáveis Repúblicas hispano-americanas, Dom João VI entregou o poder ao filho, Dom Pedro I: "antes para ti, meu filho, do que para um aventureiro", teriam sido as palavras do príncipe regente. O Vintismo terminou exigindo, também, a volta de Dom Pedro I a Portugal, fato que justificou, entre outras razões, a proclamação da independência do Brasil.

Gabarito "B"

2.3. A POLÍTICA EXTERNA. O CONSTITUCIONALISMO PORTUGUÊS E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

No Brasil, o processo interno da independência e os problemas internacionais suscitados apresentam mais pontos divergentes que semelhantes em relação ao restante da América Latina. Um século antes da Sociedade das Nações, primeira tentativa de conferir institucionalidade formal ao sistema internacional, a aceitação de um ator recém-independente no cenário mundial dependia, em última instância, do reconhecimento da legitimidade do novo participante pelas grandes potências.

Rubens Ricupero. **O Brasil no mundo**. In: Lilia Moritz Schwarcz (dir.). **História do Brasil nação: 1808-2010**, v. 1. Madri: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 139 (com adaptações).

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o contexto histórico da Independência do Brasil bem como aspectos marcantes do Primeiro Reinado (1822-1831), julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) O reconhecimento da independência do Brasil, diferentemente do que se verificou com as colônias espanholas na América, ocorreu mediante negociação tripartite, na qual se destacou a mediação da Inglaterra entre metrópole e ex-colônia.

(2) A Inglaterra demorou a reconhecer o Brasil independente, porque, a despeito da importância relativamente pequena do mercado brasileiro para as exportações britânicas e do fim do tráfico africano assegurado pelo governo de D. Pedro I, era forte a resistência das elites locais à renovação dos tratados de 1810, extremamente vantajosos para os ingleses.

(3) O trecho final do texto sugere que o reconhecimento do Estado nacional brasileiro pelos Estados Unidos da América (EUA) era condição essencial para que outras potências também o fizessem, devido à relevância de Washington no jogo de poder mundial e à amplitude de sua ação internacional na primeira metade do século XIX.

(4) Com a independência do Brasil, foram prejudicados tanto os setores dominantes da ex-colônia, dado o rompimento da ponte estabelecida com a Coroa portuguesa na abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, quanto as elites do Vale do Paraíba, dados os acordos celebrados com a Inglaterra e com Portugal para o reconhecimento do novo Estado, mediante os quais foi renovada a perspectiva de poder da aristocracia açucareira nordestina.

1: Certo. O reconhecimento da independência do Brasil ocorreu mediante negociação tripartite, isto é, entre Portugal, a Inglaterra e o Brasil. O item fala apenas da negociação tripartite, não menciona o reconhecimento britânico da independência do Brasil. O que se negocia é o reconhecimento da independência por parte de Portugal, que será efetivado em 29 de agosto de 1825 por intermédio de importante intervenção britânica. A Inglaterra, por outro lado, só reconhecerá a independência do Brasil em 1826, após negociar uma série de condições, entre as quais, as renovações dos Tratados Desiguais de 1810. Consoante Rubens Ricupero, no texto que inspira o item: "Existia, contudo, no caso brasileiro, uma dificuldade adicional específica, ausente nas demais situações das repúblicas hispânicas: os deveres e as inibições derivados da aliança anglo-lusitana. Essa particularidade terminaria por retardar o reconhecimento em comparação a alguns outros latino-americanos e imporia um caminho sui generis que não se repetiria em nenhum outro exemplo: o de um processo tripartite, pelo qual a negociação se efetivou não diretamente entre metrópole e ex-colônia, mas passando pela mediação da Inglaterra."

2: Errado. As elites locais não resistiram à renovação dos tratados de 1810. Pelo contrário, vislumbraram na continuidade contratual uma possibilidade de rápido reconhecimento por parte da Inglaterra. O expurgo de José Bonifácio, que se opunha a renovação dos tratados de 1810, foi símbolo dessa continuidade. O item também erra ao afirmar que o mercado brasileiro tinha pouca importância para a Inglaterra: de acordo com Rubens Ricupero, "Em 1825, as exportações inglesas ao Brasil correspondiam à metade das vendas aos Estados Unidos, quase ao total exportado às Antilhas britânicas e à metade de todos os bens importados pelo conjunto da América do Sul e do México, somados." (p.147).

3: Errado. À época do reconhecimento da independência do Brasil, os Estados Unidos não representavam um potência decisiva nas relações internacionais. O reconhecimento da Inglaterra, esse sim, seria decisivo. Note-se que os Estados Unidos foram um dos primeiros países a reconhecer a independência do Brasil, e a Inglaterra, um dos últimos.

4: Errado. A independência do Brasil não constitui uma ruptura da ponte estabelecida com a Coroa portuguesa. A própria política externa de Dom Pedro I será bragantina, e não voltada para os interesses brasileiros.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Assinale a opção correta com relação ao processo de independência do Brasil

(A) Um tipo de conflito de interesses que reapareceria em outros contextos da história do Brasil, centrado nas atribuições do Poder Executivo e do Legislativo, ocasionou a primeira grave crise política do nascente Estado nacional brasileiro e redundou na dissolução da assembleia constituinte encarregada de elaborar a primeira Constituição do país.

(B) O reconhecimento da independência brasileira pela Inglaterra ocorreu quase simultaneamente à decisão dos Estados Unidos da América (EUA) de reconhecer o nascimento do Estado brasileiro sob a liderança do antigo príncipe regente português. Em ambos os casos, condicionou-se o reconhecimento à abertura do mercado brasileiro ao comércio internacional.

(C) Os dois partidos políticos constituídos no início do Primeiro Reinado, o Conservador e o Liberal, ofereceram a Dom Pedro I o apoio e a estabilidade necessários para o seu governo, cenário de estabilidade política que desapareceu em face da violenta repressão do governo central a movimentos separatistas como a Cabanagem e a Sabinada.

(D) A emancipação política do Brasil, além de não ensejar grandes alterações na ordem econômica e social, preservou a monarquia, em meio aos vizinhos republicanos, situação somente possível devido à existência de uma elite política homogênea, detentora de sólida base social e de um projeto de nação consensualmente construído.

(E) A Cisplatina e a Bahia foram as províncias brasileiras nas quais se manifestou a resistência portuguesa, tendo o governo de Lisboa contratado comandantes militares estrangeiros, como, por exemplo, o oficial francês Pedro Labatut, para liderar as tropas lusas no confronto com as forças leais a Dom Pedro I.

A: Correto. A primeira crise política do Estado brasileiro ocorreu no episódio conhecido como a noite da agonia, na virada do dia 11 para o dia 12 de novembro de 1823. A Assembleia Constituinte opôs as facções partidárias brasileiras às portuguesas, embora, na época, o termo partido estivesse mais ligado ao conceito de ser partidário do que à noção atual de partido político. O partido brasileiro era liberal, preconizava a limitação do poder do Imperador e a instauração da tripartição dos poderes; o português, a seu turno, apoiava a união com Portugal e o fortalecimento da figura do Imperador, acorrentando-se, portanto, ao ideário absolutista. Essa dicotomia provém de um dupla origem. A primeira diz respeito à natureza da composição dos partidos. Enquanto o brasileiro era consubstanciado por proprietários, liberais e parte do clero, o português engolfava os representantes do comércio, dos militares e da burocracia. A segunda origem relaciona-se ao "Vintismo", ou Revolução Liberal do Porto, de 1820. Se, por um lado, os liberais do Porto aconselhavam a limitação do poder real e a consagração de uma Constituição liberal para a metrópole; por outro, revelou sua face conservadora ao reivindicar o arrefecimento

da autonomia do Brasil. A Crise de 1823 teve lugar, nessa ordem de ideias, após a rejeição de Dom Pedro I à Constituição da Mandioca, proposta brasileira que recomendava a adoção do critério censitário para as eleições. Símbolo desse rompimento é o distanciamento dos Andradas, que eram favoráveis à proposta brasileira. Durante a noite de agonia, Dom Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte e outorgou a Constituição de 1824, a revelia do partido brasileiro. Esse conflito de interesses centrado nas atribuições do Poder Executivo e do Legislativo reapareceu durante a crise que levou, em 7 de abril de 1831, a ascensão da Regência Trina Provisória, e no embate institucional que ocasionou, em novembro de 1891, a queda do primeiro presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Marechal Deodoro da Fonseca. Note-se, por último, que há um forte debate na historiografia sobre a existência dos partidos português e brasileiro. A historiografia recente sustenta que a separação de interesses entre brasileiros e portugueses é artificial. Vergueiro, por exemplo, era português e, no entanto, fazia parte das facções opostas a Dom Pedro I. No seio dos ditos brasileiros, note-se que Goncalves Ledo opunha-se a José Bonifácio: o primeiro defendia a prevalência do Legislativo sobre o Executivo, enquanto o segundo advogava a supremacia do Executivo;

B: Incorreto. O reconhecimento da independência do Estado do Brasil pela Inglaterra, à época sob Dom Pedro I e não sob a regência de Dom João VI, não ocorreu simultaneamente à decisão homônima dos Estados Unidos da América. O reconhecimento outorgado pelos EUA, em 1824, antecedeu o da Inglaterra, efetuado em 1826. No caso dos EUA, a decisão foi vinculada ao adensamento da Doutrina Monroe, formulada em 1823, que preconizava a não intervenção da Europa no continente americano e vice-versa. Originalmente, a Doutrina Monroe não se traduzia em superioridade imperialista dos EUA. Por sua vez, o reconhecimento da independência brasileira pela Inglaterra faz jus à política comercial britânica que visava perpetuar os tratados comerciais desiguais com o Brasil. Revalidadas em 1817, as cláusulas do Tratado de Navegação e Comércio de 1810, que estabeleciam privilégios alfandegários para a Inglaterra, foram objeto de discórdia com a Inglaterra em 1826. Os insucessos de Charles Stuart nas negociações com o Brasil levaram George Canning a substituí-lo por Gordon, que associou o reconhecimento da independência à renovação das preferencias alfandegárias de 1810. O êxito de Gordon afigurou-se no Tratado Anglo-Brasileiro de 1827;

C: Incorreto. Os partidos Conservador e Liberal surgem na esteira do embate político que marcou a Regência (1831-1840). Durante o Primeiro Reinado, a histografia salienta a existência das organizações partidárias brasileira e portuguesa, que representavam, respectivamente, a grande propriedade e o comércio. A instabilidade política que marcou o Primeiro Reinado adveio da incompatibilidade entre os interesses brasileiros e portugueses. Os movimentos ditos separatistas, como a Cabanagem e a Sabinada, surgiram após o avanço liberal (1831-1834), durante a Regência, que promoveu políticas de descentralização do poder;

D: Incorreto. Embora parte da historiografia sustente que a emancipação política do Brasil não engendrou maiores comoções na ordem econômica e social, não havia homogeneidade política, nem consensualidade no que concerna à construção da nação. A monarquia foi preservada, em meio aos vizinhos republicanos, mas o descontentamento da organização partidária brasileira promoveu o fim do Primeiro Reinado, cujo estopim foi a noite das garrafadas, em novembro de 1830. Durante o episódio, brasileiros enfrentaram-se aos portugueses, pois os acusavam de ter assassinado o jornalista brasileiro Libero Badaró. Em retaliação, Dom Pedro I demitiu o ministério brasileiro e nomeou o ministério dos marqueses, formado por portugueses. A resposta à demissão foi a revolta no Campo de Santana, que deu lugar ao 7 de abril de 1831 e à instauração da Regência;

E: Incorreto. Consoante Boris Fausto, "os conflitos mais importantes ocorreram no Sul do país e na Bahia. Na Província Cisplatina, atual Uruguai, as tropas portuguesas resistiram, mas acabaram se retirando em novembro de 1823. Aí começaria uma longa guerra pela independência uruguaia, mas já agora contra brasileiros e não contra os portugueses. Na Bahia, as lutas entre as tropas portuguesas, lideradas pelo general Madeira de Melo, e as favoráveis à Independência resultaram em centenas de mortos." (p.144). E ainda, "Papel importante na mobilização das tropas brasileiras foi desempenhado por comandantes europeus, entre os quais os comandante francês Pedro Labatut (..)" (p. 113). Ressalte-se, ainda, que a desanexação da Província Cisplatina, em 1828, após a Guerra Cisplatina, que envolveu o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, deu lugar ao surgimento da República Oriental do Uruguai.

Gabarito "A".

Não foi a independência do Brasil produto de um processo premeditado, linear e homogêneo, imbuído de uma consciência nacional profunda, transcorrido nos termos de uma simples oposição entre colônia e metrópole, ou entre Liberalismo e Absolutismo, estando suas bases já dadas desde a crise do Antigo Sistema Colonial, a transmigração da Corte portuguesa ou mesmo a revolução vintista. Se esses últimos fatos constituem, sem dúvida, marcos decisivos do processo, não o explicam de todo.

Marcello Octávio N. de C. Basile. **O Império brasileiro: panorama político**. In: Maria Yedda Linhares (Org.). **História Geral do Brasil**. 9ª ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 208 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009 - CESPE) Acerca do assunto abordado no texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) A independência brasileira, planejada pelo menos desde 1820 por José Bonifácio, somente pôde ser desencadeada com o apoio das elites, a partir de agosto de 1822.

(2) A Revolução antiliberal portuguesa de 1820, ao defender o retorno do absolutismo real e do exclusivismo comercial, levou a elite brasileira a aderir à ideia da independência.

1: Errado. Embora não seja possível datar o início do processo de independência em agosto de 1822, visto que a corrente historiográfica predominante advoga a data de 1808 como ponto nodal do processo de emancipação, pode-se sustentar que a independência se fez premente com o retorno de Dom João VI a Portugal, em 1821, e com o "dia do fico", em 9 de janeiro de 1822. Antes, portanto, de agosto de 1822.
2: Errado. A Revolução do Porto não era antiliberal. Pelo contrário, era liberal em suas feições metropolitanas, mas conservadora em seus matizes coloniais. Preconizava-se um estreitamento de vínculos administrativos entre o Portugal e o Brasil, mas não um retorno ao absolutismo real, nem muito menos ao exclusivismo comercial.

Gabarito 1E, 2E

3. O PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

3.1. A CONSTITUIÇÃO DE 1824

(Diplomacia – 2008 – CESPE) O processo de Independência do Brasil concluiu-se durante o Primeiro Reinado (1822-1831). Este foi, contudo, um período conturbado da história nacional em razão, entre outros fatores, de contradições da vida política interna e da política exterior. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens a seguir

(1) O Parlamento fez graves críticas a D. Pedro, por entender que ele sacrificou a expansão das manufaturas mediante acordos de comércio com países capitalistas mais avançados.

(2) A Constituição de 1824 consagrou democraticamente a vontade nacional, que se expressou por meio dos representantes junto à Assembleia Constituinte.

(3) A Constituição de 1824 descuidou da educação popular ao não fixar o preceito da gratuidade para o ensino primário.

(4) No Congresso do Panamá de 1826, em que se discutiu a ordem hemisférica, a delegação brasileira fez a defesa da guerra que o governo movia contra Buenos Aires pela posse da Província Cisplatina.

1: Certo. O Parlamento fez graves críticas a Dom Pedro I por renovar, em 1828, sob a Lei Bernardo Pereira de Vasconcelos, as tarifas alfandegárias de 1810, que davam preferências alfandegárias às manufaturas inglesas. A rigor, em 1828 equipararam-se as taxas aplicadas à Inglaterra àquelas destinadas às outras nações. O Reino Unido, não obstante, por ser mais competitivo devido à precocidade de Revolução Industrial continuou em posição de vantagem;
2: Errado. A Assembleia Constituinte de 1823, opôs as facções partidárias brasileiras às portuguesas. Símbolo da aproximação de Dom Pedro com o partido português foi a ruptura dos laços com os Andradas, que eram a favor da Constituição da Mandioca e do voto censitário. No episódio conhecido como "a noite da agonia", Dom Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte e outorgou a Constituição de 1824, o que não a torna democrática;

3: Errado. A Constituição de 1824, em suas disposições acerca da inviolabilidade dos direitos civis e políticos, instruía, em seu artigo 179, a gratuidade "da instrução pública [...] a todos os cidadãos", o que era, comparando-se com outras constituições europeias, uma novidade jurídica para o pleno desenvolvimento da cidadania;
4: Errado. O Brasil, assim com a Argentina, o Chile, o Paraguai, o Uruguai, o Haiti e os Estados Unidos, não participou do Congresso do Panamá de 1826. Idealizado por Simon Bolívar, que não compareceu ao Congresso por atender à intervenção no Peru, o encontro de Panamá ensejou a possibilidade de criar uma confederação de Estados americanos. Esse desejo já havia sido expressado por Bolívar na Carta da Jamaica, de 1815. Entre os princípios levados a cabo no Congresso, destacam-se a aliança para a promoção da paz no continente, a abolição da escravidão e o estabelecimento de um contingente militar, para articular e para equilibrar as Forças Armadas dos Estados envolvidos.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009 - CESPE) Julgue os seguintes itens, relativos à vida política do Império do Brasil.

(1) A primeira Constituição Brasileira foi imposta por D. Pedro I, fato que contribuiu para desencadear a revolta da Confederação do Equador.
(2) Nas lutas políticas do período regencial, o cerne do debate foram os temas da centralização ou descentralização política, do grau de autonomia das províncias e da organização das Forças Armadas.
(3) O parlamentarismo foi introduzido pela Constituição Liberal de 1847, que criou o cargo de presidente do conselho de ministros (equivalente a primeiro ministro), o qual seria indicado pelo imperador.

1: Certo. A primeira Constituição brasileira foi outorgada, e não promulgada, por Dom Pedro I em 1824. Em decorrência da dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823, grupos republicanos advogaram a cisão, por um lado, entre o Brasil e, por outro, o Ceará, do Pernambuco, do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Frei Caneca ergueu-se como arauto da Confederação do Equador, de 1824.
2: Certo. O item faz referência às revoltas que ocorreram durante a Regência, que questionavam, em parte, a centralização política do regime. Com a ausência do Rei e a chegada ao poder de representantes mais liberais, adotar-se-á uma série de medidas mais descentralizadoras, o que deu margem à eclosão dos levantes, dos quais muitos reivindicavam uma distensão da centralidade do poder em torno do Rei, representado pela Regência, com algum caráter emancipatório, no caso da Revolta Farroupilha. No que concerne às Forças Armadas, é importante destacar que, muito embora a regência tenha tido um regente provisório militar, Francisco de Lima e Silva, havia um certo receio com relação aos militares, associados aos portugueses e ao Rei, o que justificava a criação da Guarda Nacional, em agosto de 1831, para conter eventuais excessos por parte dos militares.
3: Errado. Não houve uma Constituição Liberal em 1847. Durante o Quinquênio Liberal (1844-1848) que precede o Período Saquarema, D. Pedro II cria o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, em 1847.
Gabarito 1C, 2C, 3E

3.2. QUADRO POLÍTICO INTERNO

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Com relação à Independência e às primeiras décadas da formação do Estado imperial no Brasil, assinale a opção correta.

(A) As tarifas aduaneiras impostas pelo Brasil no século XIX começaram a ser implementadas a partir de 1840 e impulsionaram o país, já no Império, para um programa de franca industrialização do tipo inglesa.
(B) José Bonifácio, "o Patriarca da Independência", deixou o legado de um pensamento voltado para a preservação da unidade política nacional.
(C) A crise regencial e a consolidação do Império ocorridas entre as décadas de 30 e 40 do século XIX não afetaram a harmonia entre centralização e descentralização do poder político e das instituições.
(D) O termo regressista, na acepção forjada por Bernardo Pereira de Vasconcelos, foi empregado, a partir de 1840, para qualificar a defesa do liberalismo político e do fortalecimento das autoridades provinciais.
(E) A Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834, aprovada em maio de 1840, fortaleceu o poder das assembleias legislativas provinciais.

A: Incorreto. As tarifas aduaneiras de cunho protecionista somente foram adotadas em 1844, com a Tarifa Alves Branco. Por meio dessa, estipulava-se que, se o produto importado tivesse semelhante no Brasil, seria adotada uma tarifa de 60% sobre o valor agregado do bem e, caso não tivesse semelhante, de 30%. Se é verdade que, por um lado, a Tarifa Alves Branco causou um surto industrial, justificado, ainda, pelo aumento do fluxo de capitais advindos do fim do tráfico negreiro, em 1850, e pela diversificação e urbanização resultantes do processo de expansão do café; por outro, a industrialização não foi perene, nem de tipo inglesa. Em 1860, a Tarifa Silva Ferraz revogou a Tarifa Alves Branco, abrindo espaço para a importação de bens industrializados. A concorrência com os produtos britânicos e a oposição das elites rurais à industrialização levaram ao fim do surto, simbolizado pelo declínio da Era Mauá. Consoante Caio Prado Júnior, a Inglaterra opôs-se ao projeto industrialista encetado com a Tarifa Alves Branco, visto que a edição da Bill Aberdeen, que outorgava aos britânicos o direito de afundar e capturar navios negreiros no Atlântico sul, teria sido uma resposta às leis protecionistas brasileiras de 1844;
B: Correto. José Bonifácio, "o Patriarca da Independência", preconizava uma monarquia constitucional, visto que seria a garantia da unidade política nacional. Chefiado por ele, o primeiro ministério nacional, de 1823, consolidou a independência, afirmando a necessidade de centralizar o poder. Bonifácio e seus irmãos, Martim Francisco e Antônio Carlos, opuseram-se veementemente à corrente exaltada da organização partidária brasileira: ao passo que aqueles defendiam a monarquia e a centralização, esta, sob os auspícios de Gonçalves Ledo, Clemente Pereira e Cunha Barbosa, advogava a autonomia provincial. Na compreensão de Bonifácio, a centralização teria sido determinante para a unidade nacional;
C: Incorreto. O período regencial foi marcado pela oposição à centralização do Império. O Ato Adicional de 1834 descentralizou o poder e outorgou maior autonomia às províncias. O Ato concedeu às Assembleias Legislativas Provinciais a faculdade de editar leis, tornou o Rio de Janeiro município neutro, suspendeu o Poder Moderador e transformou, por intermédio de eleições nas assembleias provinciais, a Regência Trina em Regência Una. Outra medida descentralizadora foi a reforma do Código do Processo Criminal, em 1832, que institui a figura do Juiz de Paz. Esse instituto aproximava a população da justiça, o que, segundo a obra **O juiz de paz na roça**, de Martins Pena, não impediu o desenvolvimento da corrupção local. Com a morte de Dom Pedro I, em 1834, os regressistas, ou restauradores, posicionaram-se contra o Ato Adicional, ensejando um conflito de interesses entre esses e os progressistas, ou moderados. Os exaltados, ou farroupilhas, a seu turno, fizeram eclodir as revoltas provinciais. As eleições de 1836 resultam no estabelecimento de maioria regressista na Câmara, o que pôs fim à regência de Feijó. Sob Araújo Lima, a Regência Una ganhou nova tonalidade centralizadora, ao reprimir as revoltas provinciais e ao decretar o Lei Interpretativa do Ato Adicional, em 1840, que retirava do Ato Adicional seu viço descentralizador. Emblemático dessa mudança de horizonte é o caso Bernardo Pereira de Vasconcelos, que foi liberal em 1820, tornou-se moderado em 1831, foi redator do Ato Adicional em 1834 e advogou em prol dos regressistas em 1835, pois atribuía à descentralização a responsabilidade pelas revoltas provinciais. Marco Morel, em **O período das Regências, 1831-1840**, combate a ideia segundo a qual o Brasil teria tido, sob a Regência, uma experiência republicana, visto que tanto os regressistas quanto os progressistas pregavam a unidade territorial, a monarquia e a escravidão;
D: Incorreto. O termo regressista, sinônimo de restaurador, caramuru ou corcunda, surge em 1834, com a morte de Dom Pedro I e o posicionamento dos restauradores contra o Ato Adicional. Composto pelas antigas elites portuguesas e pelos brasileiros conservadores, os regressistas preconizavam, até 1834, a volta de Dom Pedro I e a centralização do Estado;
E: Incorreto. A Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834, aprovada em maio de 1840, alterou o Ato Adicional no sentido centralizador.
Gabarito "B".

4. A REGÊNCIA (1831-1840)

4.1. CENTRALIZAÇÃO *VERSUS* DESCENTRALIZAÇÃO: REFORMAS INSTITUCIONAIS

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Durante a Regência (1831-1840), o Brasil passou por reformas institucionais que consolidaram o Estado Nacional, cuja política exterior tomou rumos distintos das orientações da época da Independência. Acerca da Regência e da nova política exterior no início do Segundo Reinado, julgue (C ou E) os itens seguintes

(1) O pensamento político e os dirigentes dividiam-se entre liberais e conservadores, sendo os primeiros defensores da centralização do poder e, os segundos, do federalismo.

(2) Entre os conservadores, Bernardo Pereira de Vasconcelos esteve presente na origem do partido político que defendia a centralização do poder do Estado.

(3) O debate parlamentar acerca da renovação dos tratados de comércio dividiu o pensamento nacional entre liberais e protecionistas, sendo estes últimos defensores da industrialização do país.

(4) Por força da lei de 1831 que definiu a competência dos regentes, tratados de qualquer natureza haveriam de passar pela prévia aprovação da Assembleia (Câmara e Senado) antes de serem ratificados.

1: Errado. O pensamento político organizou-se, finda a Regência, no embate bipolar entre liberais, ou luzias; e conservador, ou saquaremas. Ainda que, na expressão de Holanda Cavalcanti, "nada se assemelha mais a um saquarema do que um luzia no poder", havia divergências entre luzias e saquaremas. Os liberais preconizavam a descentralização de poder, que era uma exigência dos progressistas à época da Regência, e o protecionismo, como vislumbrou-se com a Tarifa Alves Branco de 1844. Os conservadores, a seu turno, aconselhavam a centralização do poder, na esteira do pensamento regressistas da Regência, e o livre-comércio, pois haveria reciprocidade e queda do preço dos importados. Cabe lembrar que, não obstante as dicotomias partidárias, havia convergência de pensamento entre luzias e saquaremas no que concerna à unidade territorial, à monarquia e à manutenção da escravidão. Por fim, os partidos republicanos de ordem provincial, surgidos depois de 1870, não eram vetados por Dom Pedro II;

2: Certo. Ao longo da Regência, Bernardo Pereira de Vasconcelos notabilizou-se por flexibilizar seu pensamento político, favorecendo, progressivamente, as máximas regressistas em detrimento das progressistas. Em 1820, Vasconcelos foi liberal: opôs-se a Dom Pedro I e responsabilizou-se pela abdicação de 7 de abril de 1831. No início da Regência, tornou-se chimango, ou moderado: foi redator do Ato Adicional de 1834. O ano de 1835 marcou sua ruptura com o pensamento liberal, pois acusava-o de ter promovido as forças e as revoltas descentralizadoras da segunda metade da Regência. Teria o novo conservador dito "fui liberal e lutei pela liberdade nova, nas mentes, mas ainda não na lei, agora é preciso fazer parar o carro da revolução";

3: Certo. O debate parlamentar acerca da renovação dos tratados de comércio dividiu o pensamento nacional entre conservadores, que advogavam liberalismo comercial, e liberais que, consoante o economista alemão Friedrich List, eram favoráveis ao protecionismo como vetor de proteção das indústrias nascentes. Note-se que o debate se trata do pensamento liberal tal como entendido pelos defensores do livre-comércio, e não pelo partido Liberal definido nos estertores da época regencial;

4: Certo. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, em **História da política exterior do Brasil,** salientam a importância da Assembleia durante a Regência no que concerna à aprovação de tratados internacionais. Os acordos internacionais eram assinados pelo Executivo, aprovados em dois turnos pela Assembleia e, finalmente, ratificados pelos regentes.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C.

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Enquanto a Europa vivia sua Era Revolucionária, o Brasil promovia sua independência política e buscava organizar-se como Estado nacional. A respeito dessa fase da história brasileira, assinale a opção incorreta

(A) Internamente liberal, a Revolução do Porto, em 1820, pôs fim ao absolutismo português e, simultaneamente, impôs a adoção de medidas para reverter o grau de relativa autonomia conquistado pela colônia brasileira. Daí ser essa revolução considerada fator determinante para a evolução dos acontecimentos que resultariam na declaração de independência do Brasil, em 1822.

(B) A onda liberal que levou às revoluções de 1830 na Europa também se fez presente no Brasil, embora adaptada às condições locais. Esse foi o quadro de adensamento da crise do Primeiro Reinado (1822-1831), que teve seu epílogo no afastamento (abdicação) de D. Pedro I.

(C) O embate entre os defensores do centralismo monárquico — concentração do poder na capital — e as posições federalistas, que advogavam mais autonomia das províncias, é fator significativo para a eclosão de movimentos em várias regiões do país, ao longo do período regencial.

(D) Ao contrário da Cabanagem, movimento armado conduzido pelas elites paraenses, a Revolução Farroupilha foi longamente sustentada pelo Rio Grande do Sul e caracterizou-se como um movimento essencialmente popular, do qual ricos estancieiros se recusaram a participar

(E) Em meio à crise política prolongada, que em larga medida foi alimentada pelo choque entre posições centralistas e federalistas, o período regencial chegou ao fim por meio de um golpe sem armas, materializado na antecipação da maioridade de D. Pedro II e na vitória dos defensores da monarquia parlamentar centralizada.

A: Correto. A dupla face do Vintismo, ou Revolução do Porto, de 1820, foi fator determinante para a evolução dos acontecimentos que resultariam na independência do Brasil. Se, por um lado, a Revolução era liberal na metrópole; por outro, mostrava-se conservadora na colônia.

B: Correto. As revoluções de 1830, na Europa, repercutiram no continente americano, promovendo novas revoltas e quedas de regime. No caso do Brasil, a crise do Primeiro Reinado desdobrou-se com a queda de Dom Pedro I e com o surgimento da Regência Trina Provisória, em 7 de abril de 1831. Para parte da historiografia, notadamente Raymundo Faoro e José Murilo de Carvalho, a verdadeira independência do Brasil foi consolidada nessa data.

C: Correto. O período regencial caracterizou-se pelo embate entre defensores da centralização e advogados das posições federalistas. O Ato Adicional de 1834 promoveu ampla descentralização, o que, na visão de Bernardo Pereira de Vasconcelos, teria ocasionado a eclosão de revoltas e de movimentos separatistas nas províncias.

D: Incorreto, devendo ser assinalado. A Cabanagem foi uma revolta popular, encabeçada por massas populares do Pará. A Revolução Farroupilha, em contraste, caracterizou-se como movimento elitista pela proclamação da República de Piratini. Note-se que, no caso das revoltas populares, a repressão foi mais violenta do que aquela impingida aos movimentos elitistas.

E: Correto. O episódio de 23 de julho de 1840 - denominado Golpe da Maioridade- objetivou dar o trono abandonado em 1831 a Dom Pedro II, à época com 14 anos. Vislumbrava-se no golpe sem armas o arrefecimento da forças centrífugas dissidentes e dos movimentos revoltosos nas províncias, visto que a consagração de Dom Pedro II no poder era exigência de algumas das revoltas. O Clube da Joana, ou Facção Áulica, liderado por Aureliano Coutinho, encarregou-se de preparar e influenciar o jovem Imperador para o exercício do poder. Note-se, outrossim, que foram os liberais que trouxeram Dom Pedro II ao poder de forma a alijar os conservadores instituídos no governo desde as eleições de 1836, que marcaram a ascensão de Araújo Lima à Regência.

Gabarito "D".

4.2. O ATO ADICIONAL DE 1834 E AS REVOLTAS PROVINCIAIS

D. Picucha Terra Fagundes, conte alguma coisa da sua vida.

(...)

Onde está seu marido? Enterrado em chão castelhano. Morreu na Cisplatina.

(...)

Dei tudo o que tinha pros Farrapos. Meus sete filhos. Meus sete cavalos. Minhas sete vacas. Fiquei sozinha nesta casa com um gato e um pintassilgo. E Deus, naturalmente.

(...)

E: o tempo continuava a andar num tranco lento de boi lerdo. Entrava inverno, saía inverno. E a guerra nada de acabar.

(...)

Ah! Ia me esquecendo de lhe dizer que tenho sete netos, todos homens.

Quando vejo eles, que já estão grandotes, sinto um calafrio pensando noutra guerra.

Erico Verissimo. **O tempo e o vento: o continente**. 31.ª ed., Porto Alegre: Editora Globo, 1995, p. 310-15.

(Diplomacia – 2012 – CESPE) O fragmento de texto acima remete a uma das mais duradouras guerras civis travadas no Brasil, a Farroupilha, ocorrida no Rio Grande do Sul, ao longo de uma década (1835-1845). Relativamente ao período conhecido como regencial, que se estende da abdicação de Pedro I (1831) ao Golpe da Maioridade (1840), assinale a opção correta.

(A) Acusado de montar um ministério que atendia exclusivamente aos interesses das elites locais, D. Pedro I perdeu o apoio da influente comunidade lusa no Brasil, o que fomentou clima de insegurança que tornou insustentável a manutenção do seu governo.

(B) A Constituição do Império (1824) foi modificada em aspectos essenciais poucos anos depois de iniciada a fase regencial, e o Ato Adicional de 1834 interrompeu a descentralização político-administrativa que se iniciava: as províncias, que deixaram de contar com assembleias legislativas, perderam a prerrogativa de elaborar suas próprias leis.

(C) No período regencial, além da Farroupilha, outros movimentos armados eclodiram no Brasil: no Grão-Pará, a Cabanagem; no Maranhão e no Piauí, a Balaiada; na Bahia, a Sabinada e a revolta dos Malês, esta referente a uma insurreição escrava planejada por africanos muçulmanos.

(D) A Noite das Garrafadas, episódio em que portugueses atacaram, no Rio de Janeiro, um grupo de brasileiros que prestava homenagem a D. Pedro I, culminou no assassinato de Líbero Badaró, jornalista que se tornara famoso pelos artigos que publicava em apoio ao imperador e em defesa da luta intransigente para a expulsão dos portugueses do Brasil.

(E) Na raiz da Guerra Farroupilha encontra-se a forte influência republicana dos países fronteiriços sobre estancieiros e charqueadores do Rio Grande do Sul, os quais, visando à expansão de seus negócios, exigiram do governo imperial a proibição da entrada, no mercado brasileiro, da carne salgada produzida no Uruguai e na Argentina.

A: Incorreto. O "Ministério dos Marqueses" formado por Dom Pedro I atendia aos interesses, na sua maioria, representados pela comunidade lusa no Brasil.

B: Incorreto. O Ato Adicional promoveu a descentralização político-administrativa. As Assembleias Legislativas ganharam a prerrogativa de elaborar suas próprias leis. É uma tendência dos primeiros anos da Regência, de 1831 a 1837, em que se prioriza medidas liberais e descentralizadoras.
C: Correto. Todas as revoltas elencadas estouraram durante a Regência.
D: Incorreto. Os artigos de Libero Badaró condenavam a promoção de interesses bragantinos no Brasil; portanto, não apoiavam ao Imperador. Líbero Badaró foi assassinado em São Paulo, alguns meses antes da Noite das Garrafadas, no contexto da oposição entre Portugueses e Brasileiros, que levará à queda de D. Pedro I.
E: Incorreto. A Farroupilha não teve, em suas raízes, forte influência republicana. Os revoltosos associaram-se a alguns republicanos de países vizinhos, mas não se pode afirmar que o republicanismo influenciou a revolta, sendo a descentralização política, com vieses independentistas, uma das grandes reivindicações dos farrapos.
Gabarito "C"

(Diplomacia – 2010 – CESPE) A década iniciada em 1830 caracterizou-se pela instabilidade política. A respeito do período regencial na história do Império Brasileiro, julgue (C ou E)

(1) No Pará, os cabanos proclamaram a independência da província e definiram que o novo governo assumiria a forma republicana.

(2) Na Bahia, a população, sob a liderança do médico Francisco Sabino Barroso, revoltou-se contra o recrutamento forçado para a formação de tropas que deveriam lutar no Rio Grande do Sul e instituiu a República Bahiense.

(3) No Maranhão, setores da classe média contrários ao sistema imperial insubordinaram-se e proclamaram a independência da província, optando pelo regime republicano.

(4) Os farroupilhas, no Rio Grande do Sul, rebelaram-se contra o sistema monárquico e, no manifesto de fundação do movimento, proclamaram a independência da província, tendo como objetivo econômico primordial inseri-la na economia internacional.

1: Anulado, devido à ambiguidade gerada pela expressão "o novo governo assumiria a forma republicana". Sob a liderança de Angelim, a Cabanagem, ocorrida no Pará de 1835 a 1840, foi uma revolta contra a situação de miséria. De origem popular, a rebelião buscou tomar o poder, mas encontrou severas dificuldades de organização, visto que não havia unanimidade quanto aos objetivos perseguidos. A Cabanagem não chegou a proclamar a independência da província de forma consensual;
2: Certo. A Sabinada, em 1837, na Bahia, opôs-se ao governo regencial e buscou instituir uma República que duraria até a maioridade de Dom Pedro II. Entre outras reivindicações, a revolta ergueu-se contra o recrutamento forçado para lutar no Rio Grande do Sul. Note-se que, como a Farroupilha, a Sabinada foi uma revolta elitista. As revoltas populares sofreram repressão mais violenta do que as elitistas. De forma análoga, as revoltas elitistas eram mais organizadas do que as populares; portanto, as proclamações de República estão mais vinculadas àquelas forças centrífugas do que a estas;
3: Errado. A Balaiada, que durou de 1838 a 1841, no Maranhão, foi uma revolta popular que preconizou a luta contra a miséria e a escravidão. Originou-se da crise econômica agrária da província e da queda dos preços do algodão. A concorrência com o algodão americano provocou perda de lucros dos agricultores, o que levou os trabalhadores a uma situação de miséria. A retomada dos preços do algodão brasileiro só ocorreu durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, entre os anos de 1861-1865;
4: Errado. A Farroupilha, que se estendeu de 1835 a 1845, derivou das dificuldades econômicas encontradas pelos produtores gaúchos de gado em concorrência com as facções argentinas e uruguaias. O objetivo dos farrapos era proteger seu mercado do produto estrangeiro, e não inserira província na economia internacional, na esteira do liberalismo econômico. A revolta buscou garantir o lucro dos estancieiros gaúchos e desembocou na proclamação da República de Piratini. As negociações de paz que se seguiram à derrota militar dos farrapos deram anistia aos revoltosos e os incorporaram ao Exército Imperial.
Gabarito 1 ANULADO, 2C, 3E, 4E.

O processo de descolonização, um tanto desacelerado pela transmigração da corte, revela-se na série de movimentos liberais e liberal-nacionais, desde as insurreições republicanistas no Nordeste, em 1817 e 1824, a Independência em 1822, prosseguindo depois na expulsão de Pedro I em 1831 e nos conflitos, levantes e revoluções do período regencial (1831-40). Quando Pedro II assumiu a Coroa com o golpe da maioridade em 1840, definiu-se a "paz" do Segundo Império. Nesse percurso, o novo Estado inseriu-se no sistema mundial de dependência sob a tutela inglesa.

Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: SENAC/SP, 2008, p. 306(com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010 - CESPE) Considerando o texto acima e o processo de independência e consolidação do Estado nacional brasileiro ao longo do século XIX, julgue os itens que se seguem.

(1) O período regencial, vigente em face da menoridade de Pedro II, transcorreu em absoluta paz em razão da convergência e da acomodação dos interesses das elites brasileiras.

(2) A hegemonia econômico-financeira britânica, indiscutível no transcurso do século XIX em outras partes do mundo, apenas tangencialmente se fez sentir na América Latina, incluindo o Brasil.

(3) A Conjuração (Inconfidência) Mineira e a Insurreição Pernambucana são exemplos de movimentos libertários que antecedem à proclamação da independência do Brasil.

(4) Por injunções da política europeia da época, a Corte portuguesa viu-se obrigada a transferir-se para a colônia brasileira, o que acabou por determinar a suspensão do elemento definidor do pacto colonial, ou seja, o monopólio de comércio.

1: Errado. O período regencial caracterizou-se pelo recrudescimento de insubordinações sociais e de sedições populares e elitistas. Não houve, portanto, acomodação dos interesses das elites brasileiras.
2: Errado. A presença econômico-financeira britânica na América latina se estendeu ao longo do século XIX. Empréstimos eram contraídos em casas bancárias inglesas, assim como a maior parte dos investimentos externos alocados no Brasil provinham de Londres.
3: Certo. Tanto a Inconfidência Mineira, de 1789, quanto a Insurreição Pernambucana, de 1817, podem ser considerados exemplos de movimentos libertários que antecederam a proclamação de independência do Brasil, em 1822.
4: Certo. Embora não haja consenso quanto à noção de pacto colonial, a transmigração da Coroa portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro acompanhou-se da abertura dos portos para as nações amigas.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

5. O SEGUNDO REINADO (1840-1889)

5.1. O ESTADO CENTRALIZADO; MUDANÇAS INSTITUCIONAIS; OS PARTIDOS POLÍTICOS E O SISTEMA ELEITORAL; A QUESTÃO DA UNIDADE TERRITORIAL

(Diplomacia 2007) No Brasil do Segundo Reinado (1840-1889), os partidos políticos, embora representassem as elites sociais, guiavam-se por programas próprios e diferenciados de governo. Com relação a esse período histórico, assinale a opção correta

(A) Os partidos políticos eram instáveis e de curta duração.
(B) A Liga Progressista formada na década de 60 do século XIX criticava o sistema parlamentar, o eleitoral e a centralização.
(C) Liberais e conservadores convergiram ao propor a substituição do regime monárquico pelo republicano.
(D) A chamada conciliação dos partidos, que ocorreu durante o período da Regência (1831-1840), perdurou por todo o Segundo Reinado.
(E) Em matéria de política exterior, liberais e conservadores manifestavam constante divergência.

A: Incorreto. Os partidos políticos, durante o Segundo Reinado, eram estáveis e de longa duração. Com efeito, os partidos conservador e liberal surgiram na esteira do regresso conservador, ainda na época regencial, e somente desestruturam-se com a queda do Império, em 1889.
B: Correto. A Liga Progressista, formada na década de 1860, reuniu liberais históricos e conservadores moderados. Encabeçada por Zacarias de Góes e Vasconcellos, por Teófilo Otoni e por Nabuco de Araújo, a Liga advogou o fim do Poder Moderador, a reforma do sistema parlamentar e eleitoral e a descentralização administrativa. Otoni, em **Circular aos eleitores de senador de Minas Gerais,** criticou severamente o sistema eleitoral. Vasconcelos, em **Da natureza e limites do Poder Moderador**, repudiou a existência do Poder Moderador. Tavares Bastos, em **Cartas do solitário**, opôs-se à centralização excessiva do Império. Outra questão salientada pelos membros da Liga foi a necessidade de impor a responsabilidade dos ministros por atos do Poder Moderador. A instabilidade da Liga Progressista decorreu da heterogênea composição da Câmara, que deu origem a seis gabinetes, e de questões da política externa. Com efeito, durante a Liga, ocorreu a ruptura de relações diplomáticas com a Inglaterra e a deflagração da Guerra do Paraguai.
C: Incorreto. Liberais e conservadores convergiam ao propor a monarquia como fórmula para a unidade territorial e a manutenção da escravidão.
D: Incorreto. O ministério da conciliação, de 1853 a 1856, permitiu a reunião de liberais e conservadores sob sete gabinetes de cunho conservador. Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, foi o articulador da conciliação: buscou garantir o respeito ao sistema político definido com vistas a assegurar a estabilidade governamental. A maior coesão interna permitiu ao Brasil voltar-se para as questões exteriores. Na acepção de Maria Yedda Linhares, o período caracterizou-se antes por ser uma articulação de homens do que uma conciliação de princípios. O falecimento do Marquês de Paraná deu fim ao ministério da conciliação.
E: Incorreto. Embora houvesse disputas entre liberais e conservadores no que concerna à política externa, ambos os partidos buscaram assegurar a integridade do território e evitar pretensões expansionistas.
Gabarito "B"

Texto - para a próxima questão

Com o início do Segundo Reinado, são plenamente restabelecidas a prerrogativa monárquica e a centralização administrativa. A Monarquia constitucional parlamentarista de quatro poderes se viu reforçada. Existiam dois grandes partidos monárquicos. O Partido Conservador consistia na aliança entre a burocracia, o grande comércio e a grande lavoura de exportação. O Liberal era formado por profissionais liberais urbanos e por agricultores ligados ao mercado interno e às áreas mais recentes de colonização. Pelo sistema eleitoral que vigoraria até 1889, estavam excluídos do direito de voto os escravos, os menores de 25 anos (com exceções), os criados de servir, os religiosos que vivessem em comunidade claustral e todos aqueles que não percebessem determinada renda líquida anual. Só poderiam ser eleitos parlamentares os cidadãos brasileiros com renda elevada que professassem a religião do Estado. A reforma eleitoral de 1881 ampliou a renda exigida para a condição de eleitor e proibiu o analfabeto de votar.

Em meio a esse sistema político é que seria processada a abolição da escravidão e decretada a Lei de Terras (1850). A apreensão do processo de abolição da escravidão envolve diversos níveis de análise, um dos quais diz respeito às dimensões macro-históricas e mundiais do processo. É nesse contexto que se entendem as pressões inglesas para a suspensão do tráfico atlântico para o Brasil. Contudo, não se pode esquecer que a sociedade brasileira não se resume e nem se esgota nas suas relações externas: ela possui também as suas estruturas internas, com lógica própria.

João Luís Fragoso e Francisco Carlos Teixeira da Silva. A política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis. *In*: Maria Yedda Linhares (org.). **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: *Campus*, 1996, p. 199-204 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Tendo o texto como referência inicial e considerando o sistema político em vigor no Segundo Reinado (1840-1889), assinale a opção incorreta

(A) Em seus contornos básicos, a organização política do Estado brasileiro foi estabelecida pela Constituição de 1824. Nela, a divisão dos poderes contemplava, além dos clássicos Executivo, Legislativo e Judiciário, um quarto poder, o Moderador, que ampliava o espaço de atuação do imperador.

(B) O parlamentarismo brasileiro, extinto com o advento do regime republicano, apresentava traços que fugiam claramente do esquema clássico europeu, notadamente do modelo inglês, razão pela qual era chamado de "às avessas". Exemplo disso era a prerrogativa do monarca de nomear e demitir livremente os ministros de Estado.

(C) Nada mais parecido com um liberal do que um conservador no poder. A frase famosa, pronunciada por uma importante personalidade política do Império, reforça a fragilidade doutrinária e ideológica dos dois grandes partidos brasileiros do Segundo Reinado, além de expressar um sistema de representação política elitista e excludente.

(D) Infere-se do texto que era reduzido o percentual de eleitores no conjunto da população brasileira, situação que tendia a ser revertida com as reformas eleitorais ocorridas nos anos finais do Império e que propiciaram a extensão da plena cidadania a uma parcela significativamente maior da sociedade.

(E) Pelas informações contidas no texto, chega-se à conclusão de que o sistema político vigente no Segundo Reinado caracterizava-se pela centralização, pela baixa representatividade e pela aliança entre Coroa, elite política, grande comércio e grande lavoura.

A: Correto. A Carta Constitucional outorgada de 1824 instituía, além da centralização, quatro poderes: i) o Executivo, que seria exercido pelo Imperador e pelos ministros por ele nomeados – a figura do presidente de gabinete surgiu em 1847; ii) o Legislativo bicameral, estruturado por senadores vitalícios, escolhidos em lista tríplice pelo Imperador e por deputados. A Câmara e o Senado conformavam a Assembleia Geral do Império; iii) o Judiciário, consubstanciado pelo Supremo Tribunal do Império; e iv) o Poder Moderador (PM), de atribuição exclusiva do Imperador e cuja origem adveio de Benjamin Constant, o francês que advogava a necessidade de interferência do PM nos outros poderes caso situações de ingovernabilidade ocorressem. Ainda, a Carta de 1824 manteve o instituto do padroado e do beneplácito, pelo meio do qual o Estado tinha primazia sobre a Igreja. Votavam homens livres, excluídos os escravos e alforriados, os maiores de 25 anos, exceção feita aos casados e aos bacharéis em direito. Em 1881, com a reforma Saraiva, as eleições tornavam-se diretas, proibidas aos analfabetos, e eleva-se o patamar censitário de 100 mil para 200 mil reis para a caracterização do eleitor;

B: Correto. O parlamentarismo brasileiro, à época do Império, distanciou-se do modelo inglês na medida em que o Imperador gozava da faculdade de nomear e de demitir os ministros de Estado, de dissolver a Câmara de Deputados e de indicar sua preferência por presidentes de gabinete;

C: Correto. Consoante Holanda Cavalcanti, *"nada se assemelha mais a um saquarema do que um luzia no poder*. A máxima denota a fragilidade doutrinaria dos dois grandes partidos. Na compreensão da personalidade política, não haveria fronteiras ideológicas entes os partidos, mas embates e adversidades entres os homens que os consubstanciavam;

D: Incorreto devendo ser assinado. A reforma eleitoral de 1881, denominada Lei Saraiva, reduziu substancialmente o número de eleitores, ampliando a característica excludente das eleições e a fragilidade da cidadania. No entendimento de José Murilo de Carvalho, até 1881, votava 10% da população. Com a reforma, esse percentual caiu para 2%;

E: Correto. A característica elitista do sistema político vigente no Segundo Reinado adveio, precisamente, da conjunção entre a centralização, as eleições manipuladas e a representação dos grandes interesses comerciais e fundiários a serviço da Coroa.

Gabarito "D"

5.2. POLÍTICA EXTERNA: AS RELAÇÕES COM A EUROPA E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA; AS QUESTÕES COM A INGLATERRA; A GUERRA DO PARAGUAI

(Diplomacia – 2009 – CESPE) O Império Brasileiro, a partir de 1850, redefiniu suas relações internacionais e envolveu-se em situações de tensão e conflitos na região platina da América do Sul. A partir de algumas dessas redefinições forjaram-se conceitos e práticas da política exterior do Brasil que perduraram até o início da República. A respeito desse tema, assinale a opção correta.

(A) Ao se transformar no principal mercado consumidor do café brasileiro, a Inglaterra, em contrapartida, ampliou o volume de manufaturados exportados para o Brasil, o que consolidou o grau de dependência comercial brasileira em relação à principal potência europeia no século XIX.

(B) Embora significativas, as tensões políticas entre o Brasil Imperial e a Inglaterra estiveram limitadas a duas questões interligadas: a do tráfico negreiro e a da abolição da escravatura no Brasil.

(C) Os Estados Unidos da América consolidaram-se, já na segunda metade do século XIX, como país parceiro do Brasil no contexto internacional, o que possibilitou a substituição, no reinado de Pedro II, da hegemonia britânica.

(D) A historiografia recente comprova que a Guerra da Tríplice Aliança esmagou o modelo original e distributivo da riqueza engendrado pelo humanismo autocrático de Solano López no Paraguai.

(E) No fim do período imperial e início da República no Brasil, as tensões platinas, que envolveram o Império Brasileiro, e o sucesso econômico do modelo agroexportador da Argentina contribuíram para acirrar a rivalidade entre os dois países, ainda que mantidos os laços de amizade.

A: Incorreto. A Inglaterra não era o principal mercado consumidor do café brasileiro. A Europa o era, em sua totalidade, porém, individualmente, os Estados Unidos auferiam maior dividendo. Por sua vez, o volume de manufaturas exportadas pela Inglaterra passou por fluxos e refluxos: o período de 1844 a 1860 caracterizou-se por maior protecionismo brasileiro, enquanto de 1810 a 1844 houve notável influxo de mercadorias britânicas;

B: Incorreto. Se o tráfico negreiro constituiu significativo foco de tensão entre o Brasil Imperial e a Inglaterra; a Questão Christie, outro caso de atrito, marcou a ruptura de relações diplomáticas entre ambos os países. A questão consubstanciou-se por dois episódios: o primeiro teve origem no naufrágio do navio inglês Príncipe de Gales, no sul do Brasil, que teve sua carga roubada. Christie, secretario da Foreign Office, exigiu indenizações, que, mediante arbitragem do Rei da Bélgica, foram consentidas pelo Brasil. O segundo diz respeito à prisão de dois oficias ingleses por arruaça pública. Apoiando-se nos Tratados de 1810, que davam extraterritorialidade judicial à Inglaterra, os britânicos exigiram a instauração de um Tribunal Especial. Negado pelo Brasil, a insistência inglesa ensejou a ruptura de relações. No que concerne às pressões inglesas contra o tráfico negreiro, cabe destacar os motivos que as explicam: i) existência de ideais liberais na Inglaterra: as petições dos trabalhadores da cutelaria solicitaram ao parlamento britânico medidas contra o tráfico, malgrado o benefício auferido pela existência da escravatura, moeda de troca com a cutelaria; ii) fim do tráfico nas colônias britânicas em 1807; iii) pressões dos colonos ingleses prejudicados pela existência da escravidão; iv) para a burguesia britânica, o trafico encarecia a matéria-prima, o que prejudicava suas industrias: com efeito, o alto custo da compra de escravos arrefecia a potencialidade de vendas dos produtores de manufaturas; v) afirmação da Inglaterra como potência mundial: não se vislumbrava no escravo um potencial consumidor, mas objetivava-se transformar o comprador de escravos em consumidor de manufaturas inglesas;

C: Incorreto. A hegemonia britânica não foi debelada, na segunda metade do século XIX, pelos Estados Unidos. O americanismo torna-se uma prioridade para o Brasil apenas no transcurso dos primeiros anos da República Velha; a Inglaterra, contudo, continuou participando no influxo de capitais para o Brasil, como ratifica o Funding Loan de 1898, sob a presidência de Campos Sales;

D: Incorreto. A historiografia que sustenta a característica distributiva de riquezas, o modelo de desenvolvimento autônomo e a franca industrialização do Paraguai data dos anos de 1960, sendo Júlio José Chiavenato o arauto dessa análise. Sob essa perspectiva, o Paraguai teria liderado uma verdadeira cruzada contra o analfabetismo, e a Inglaterra teria manipulado a Argentina e o Brasil para entrar na guerra, visto que retiraria dividendos do conflito. A historiografia de 1960 foi superada pelo revisionismo, que relembra o rompimento de relações entre o Brasil Imperial e a Inglaterra em 1863, no que se denominou Questão Christie. O viés analítico dessa historiografia privilegia a consolidação dos Estados Nacionais e desconstitui o argumento que vislumbra no Paraguai um modelo industrial. Outra análise diz respeito à historiografia tradicional, que caracteriza Solano López como um ditador de grandes ambições. O Paraguai, nessa ótica, teria invadido o Brasil em busca de uma saída para o Oceano Atlântico;
E: Correto. Finda a Guerra do Paraguai, o Brasil negocia um Tratado de Paz, em 1872, em separado com o Paraguai, pois temia as pretensões argentinas concernentes à anexação do Grande Chaco. Durante a década de 1870, o Paraguai tornou-se o foco de rivalidade entre o Brasil e a Argentina: a manutenção de tropas brasileiras até 1876, com o consentimento do presidente paraguaio Gill, coaduna-se na mesma lógica. A partir de 1880, inicia-se um período de distensão com os presidentes argentinos Avellaneda e Roca: o único atrito era a Questão de Palmas. Com a proclamação da República, Quintino Bocaiúva tece laços ideológicos de amizade com a Argentina. À aproximação entres ambos os países; contudo, não se ausentaram pressões quanto ao crescimento econômico argentino, que constituiria uma ameaça às relações exteriores do Brasil. Fernando Cardim destaca três grandes momentos no conjunto das relações entre o Brasil e a Argentina: i) 1822-1902: política platina; ii) 1902-1960: política hemisférica; e iii) 1960-2000: política globalista.
Gabarito "E"

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Julgue (C ou E) os itens seguintes, acerca da extensão atual do território nacional, bem como da fixação das fronteiras brasileiras.

(1) O arbitramento das fronteiras foi uma prática introduzida pelo Visconde do Uruguai no início do Segundo Reinado.
(2) A construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré incluía-se na problemática de estabelecimento dos limites entre Brasil e Bolívia.
(3) Em geral, os tratados de limites do século XIX buscavam atender também ao objetivo de aumento da navegação e do comércio com os vizinhos.
(4) A abertura do rio Amazonas à navegação internacional em 1866 resultou de acordo negociado com os EUA.

1: Errado. Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, conformou, na expressão de Ilmar Mattos, a trindade saquarema, com Eusébio de Queiroz e Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí. A obra do Visconde de Uruguai, no ministério dos negócios estrangeiros, consubstanciou-se pela intervenção no Uruguai, contra Oribe, presidente uruguaio, e contra Rosas, presidente da Confederação Argentina. Interessado em recuperar o Vice-Reino do Rio da Prata, Rosas buscou aproximar-se de Oribe, líder do partido blanco e contrário aos interesses do Brasil no Prata. Vislumbrando riscos de contágio republicano no Brasil e de fragmentação do sul do país, o Visconde do Uruguai preferiu a intervenção ao arbitramento. As políticas do Visconde derrubaram Oribe e impingiram à Argentina a derrota na batalha de Monte Caseros, evento que deu a Paulino José o título de Visconde. Com a queda de Oribe, fixou-se o Tratado de Limites 1851 com o Uruguai. Sob a presidência do favorável ao Brasil partido colorado, o Estado platino abriu o rio Uruguai à livre navegação. A medida era de grande importância para o Brasil, visto que garantia o acesso ao Mato Grosso via a bacia do Prata;
2: Correto. Pelo Tratado de Petrópolis, de 1903, o Brasil cedeu pequena porção do Mato Grosso à Bolívia em troca do Acre e da promessa de construção da ferrovia Madeira-Mamoré, que garantiria o escoamento da borracha boliviana pelo Atlântico. Em consórcio liderado por industriais americanos, a ferrovia foi quase integralmente concluída, mas com a queda do preço da borracha, não obstante, abandonou-se sua manutenção. Os interesses brasileiros no Acre provieram de uma dupla razão: i) a região era habitada por brasileiros e ii) apresentava vastos recursos naturais para a exploração de borracha e de petróleo. Sob arrendamento à empresa americana Bolivian Syndicate, consoante tese de Synesio Sampaio Goes Filho, a região constituía um vazio soberano que representava uma ameaça ao Brasil, considerando-se a política do Big Stick dos EUA. Nesse sentido, o Barão do Rio Branco indenizou, primeiramente, a empresa norte-americana e, em seguida, entabulou as negociações com a Bolívia. Uma serie de revoltas no Acre, tendo na independência declarada por Gálvez seu maior exemplo, impulsionou o Brasil a resolver prontamente a disputa territorial com a Bolívia. O princípio de *uti possidetis* foi o fundamento norteador da questão;
3: Certo. Os Tratados de limites com o Uruguai, o Peru, a Venezuela e a Bolívia buscavam atender ao objetivo de garantir a navegação brasileira no continente, assim com ampliar as relações comerciais. No caso do Uruguai, objetivava-se assegurar o acesso ao Mato Grosso via o rio Uruguai. No caso da Peru e da Venezuela, a livre navegação do rio Amazonas permitiria ampliar as relações comerciais com os vizinhos andinos;
4: Errado. A abertura do rio Amazonas à navegação internacional, em 1866, foi um ato unilateral brasileiro. Objetivava-se angariar o apoio dos Estados vizinhos sul-americanos contra Solano López, presidente do Paraguai em guerra contra o Brasil.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

5.3. A QUESTÃO DA ESCRAVIDÃO. CRISE DO ESTADO MONÁRQUICO

Texto - para as próximas duas questões

Com o início do Segundo Reinado, são plenamente restabelecidas a prerrogativa monárquica e a centralização administrativa. A Monarquia constitucional parlamentarista de quatro poderes se viu reforçada. Existiam dois grandes partidos monárquicos. O Partido Conservador consistia na aliança entre a burocracia, o grande comércio e a grande lavoura de exportação. O Liberal era formado por profissionais liberais urbanos e por agricultores ligados ao mercado interno e às áreas mais recentes de colonização. Pelo sistema eleitoral que vigoraria até 1889, estavam excluídos do direito de voto os escravos, os menores de 25 anos (com exceções), os criados de servir, os religiosos que vivessem em comunidade claustral e todos aqueles que não percebessem determinada renda líquida anual. Só podiam ser eleitos parlamentares os cidadãos brasileiros com renda elevada que professassem a religião do Estado. A reforma eleitoral de 1881 ampliou a renda exigida para a condição de eleitor e proibiu o analfabeto de votar.

Em meio a esse sistema político é que seria processada a abolição da escravidão e decretada a Lei de Terras (1850). A apreensão do processo de abolição da escravidão envolve diversos níveis de análise, um dos quais diz respeito às dimensões macro-históricas e mundiais do processo. É nesse contexto que se entendem as pressões inglesas para a suspensão do tráfico atlântico para o Brasil. Contudo, não se pode esquecer que a sociedade brasileira não se resume e nem se esgota nas suas relações externas: ela possui também as suas estruturas internas, com lógica própria.

João Luís Fragoso e Francisco Carlos Teixeira da Silva. A política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis. *In*: Maria Yedda Linhares (org.). **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: *Campus*, 1996, p. 199-204 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Considerando o tema abordado no texto, a presença da escravidão na formação histórica do Brasil e o processo abolicionista, que se estende por boa parte do século XIX, além de seus desdobramentos na configuração da sociedade brasileira contemporânea, assinale a opção correta.

(A) Ao mencionar as dimensões macro-históricas do processo abolicionista, o texto certamente se refere ao aparecimento do capitalismo como sistema dominante mundial. Não obstante, à Inglaterra interessava a manutenção de relações sociais de produção pré-capitalistas em determinadas regiões, com o propósito de para elas exportar seu excedente de mão de obra.

(B) As pressões inglesas contra o tráfico de escravos surgiram logo após a independência do Brasil e assumem crescente intensidade. Antes de 1822, as relações britânicas com Portugal concentravam-se nas trocas comerciais e não havia espaço - e interesse - para outro tipo de imposição.

(C) Exemplo emblemático de pressão britânica para forçar o fim do tráfico de escravos africanos para o Brasil foi a decretação do Bill Aberdeen, em 1845, pelo qual a marinha inglesa estava autorizada a aprisionar navios negreiros, desde que houvesse anuência de uma corte internacional.

(D) Transparece do texto que o consenso no Brasil colonial em torno da existência da escravidão foi gradativamente desaparecendo à medida que se aproximava a independência, o que explica a relativa celeridade do processo abolicionista no período monárquico.

(E) Com o olhar de hoje mirando o passado, pode-se afirmar que as leis abolicionistas, em especial a que extinguiu por completo a escravidão, conhecida como Lei Áurea, falharam em um ponto crucial: o de estabelecer mecanismos que superassem a subalternidade própria da condição de cativo e promovessem a plena inserção dos africanos e de seus descendentes na sociedade brasileira.

A: Incorreto. O processo abolicionista não está diretamente vinculado à consolidação do capitalismo como sistema dominante mundial, visto que argumentos de teor moral também fundamentavam o fim da escravidão. Não interessava à Inglaterra a manutenção de relações sociais pré-capitalistas; pelo contrário, a burguesia inglesa advogava o fim do tráfico negreiro, visto que encarecia a matéria-prima e desviava o capital empregado pelos cafeicultores brasileiros de eventuais aquisições de bens manufaturados;

B: Incorreto. Os Tratados de Aliança e Amizade, de 1810, entre Inglaterra e Portugal, previam e exigiam o fim do trato negreiro. Em 1827, o Tratado Anglo-Brasileiro reafirmou a necessidade de abolir o tráfico e estipulou um prazo de três anos para a consagração jurídica da medida. Em 1831, a Lei Feijó declarou o fim do trato, mas rapidamente se tornou a *lei para inglês ver*, já que, devido às pressões dos cafeicultores e dos homens de grosso trato, a decisão não vingou;

C: Incorreto. O Bill Aberdeen, de 1845, decretado pelo secretário da Foreign Office, Lord Aberdeen, associou o tráfico à pirataria. A lei, portanto, dava o direito à marinha inglesa de capturar e afundar navios negreiros. Consoante visão de Caio Prado Júnior, teria sido o Bill Aberdeen uma resposta britânica à Tarifa Alves Branco, de 1844. O Bill Aberdeen provocou o aumento do tráfico, já que se vislumbrava próximo o fim da escravidão. No ano de 1850, em nítido manifesto em benefício da soberania nacional, foi decretada a Lei Eusébio de Queirós, que declarava ilegal o tráfico no Brasil. A medida buscou também arrefecer o espectro do haitianismo, já revelado na Revolta do Malês, em 1835. Os efeitos da lei de 1850 são quatro: i) aumento do preço do escravo; ii) intensificação do tráfico interno, intra e interprovincial, sobretudo do Nordeste para o Sudeste do país; iii) concentração espacial da escravidão no Sudeste; e iv) deterioração da legitimidade da escravidão, deixando os primeiros vestígios para a abolição, de 1888. O Amazonas e o Ceará, com efeito, aboliram a escravidão antes da Lei Áurea. Note-se, por fim, que o Bill Aberdeen não mencionava tipo algum de anuência de uma corte internacional;

D: Incorreto. À época da independência, a escravidão intensificou-se e perpetuou-se ao longo do regime subsequente. A escravidão foi característica persistente do Brasil imperial. Consoante Maria Yedda Linhares e José Murilo de Carvalho, a abolição estaria diretamente vinculada à queda da monarquia. Não houve, portanto, celeridade do processo abolicionista;

E: Correto. O fim da escravidão não significou a plena inserção do ex-escravo na sociedade de classes. Na visão de Florestan Fernandes, persistiram as condições de semiescravidão, consubstanciadas por estigmas e preconceitos sociais, que alijaram o negro dos processos de socialização. Na segunda metade só século XIX, a legislação abolicionista, conformada pela Lei Eusébio de Queirós, de 1850, pela Lei do Ventre Livre, de 1871, pela Lei Saraiva-Cotegipe, de 1885 e pela Lei Áurea, de 1888, não se preocupou em tornar efetiva a inserção dos africanos e dos seus descendentes na sociedade brasileira. Note-se, contudo, que a Lei do Ventre Livre previa um Fundo Provisório de Emancipação para a alforria, que não teve impactos reais.

Gabarito "E".

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Mencionada no texto, a Lei de Terras de 1850 também se relaciona à forma pela qual o processo abolicionista foi conduzido no Brasil do século XIX. Sabendo-se que essa lei obrigava o registro de todas as terras efetivamente ocupadas e impedia a aquisição de terras devolutas (desocupadas), exceto a realizada por compra, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A Lei de Terras dificultava, quando não impedia propriamente, o acesso à propriedade da terra por parte do trabalhador livre pela evidente razão de que lhe faltavam os recursos financeiros para comprá-la.

(2) Pelo que dispunha, a Lei de Terras de 1850 cristalizava uma realidade do início da colonização, ou seja, a concentração da propriedade fundiária em mãos de poucos.

(3) Se prejudicava o trabalhador livre pobre, dificultando-lhe o acesso à terra, assim como o ex-cativo, a Lei de Terras apresentava-se como forte atrativo à mão de obra imigrante europeia, que, ao contrário dos nacionais, geralmente possuía recursos suficientes para a aquisição de pequenas e médias propriedades rurais.

(4) A Lei de Terras foi combatida por setores da aristocracia rural justamente porque ameaçava a sobrevivência da grande lavoura e a posição privilegiada dos grupos sociais envolvidos nessa atividade econômica.

1: Certo. A Lei de Terras objetivava dificultar o acesso à propriedade aos escravos alforriados, aos imigrantes e aos trabalhadores livres. Perpetuou, nesse sentido, a lógica da grande propriedade fundiária;

2: Certo. A Lei de Terras, ao excluir a possibilidade de trabalhadores livres tornarem-se pequenos proprietários, consolidou a estrutura fundiária em mãos de poucos;

3: Errado. O imigrante europeu, assim como os trabalhadores livres nacionais e os ex-cativos, não possuía recursos suficientes para se tornar proprietário. O impedimento à aquisição de terras devolutas excluía a possibilidade de posse por usucapião, medida ainda atualmente em vigor. Restava ao imigrante a associação com o Estado em regime de subvenção e o sistema de parceria com o fazendeiro. Ambos os sistemas de atração de mão de obra colocavam o imigrante europeu em situação de semiescravidão no Brasil;

4: Errado. A Lei de Terras beneficiou os setores da aristocracia rural, visto que garantiu as sobrevivência da grande lavoura e os privilégios fundiários dos grandes proprietários.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009 - CESPE) Julgue os próximos itens, relativos a aspectos socioeconômicos do Império do Brasil.

(1) A chamada Lei Eusébio de Queirós, de 1850, proibia o tráfico negreiro apenas formalmente, pois se manteve inalterada a entrada de africanos no Brasil.

(2) As economias cafeeiras do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista tinham em comum o dinamismo capitalista caracterizado pela introdução da mão de obra assalariada, mas se diferenciavam quanto ao destino da produção: a do vale era principalmente para o mercado interno, e a do Oeste Paulista, basicamente para exportação.

1: Errado. A Lei Eusébio de Queirós, de 1850, culminou no arrefecimento completo do tráfico de escravos no Brasil. A última embarcação negreira registrada no país data de 1852; houve, portanto, alteração na entrada de africanos no Brasil, contrariamente a Lei Feijó, de 1831, que não logrou deter o ingresso de escravos.

2: Errado. As economias cafeeiras do Vale da Paraíba e do Oeste Paulista não tinham em comum o dinamismo capitalista caracterizado pela introdução de mão de obra assalariada. Se decerto o Vale da Paraíba era o baluarte escravocrata-conservador, o Oeste Paulista, malgrado o influxo de imigrantes europeus e asiáticos, tampouco logrou assentar o dinamismo capitalista das economias industrializadas. Ainda, ambos os mercados eram precipuamente voltados para a agroexportação.

Gabarito 1E, 2E

5.4. AS QUESTÕES RELIGIOSA, MILITAR E ABOLICIONISTA. SOCIEDADE E CULTURA: POPULAÇÃO, ESTRUTURA SOCIAL, VIDA ACADÊMICA, CIENTÍFICA E LITERÁRIA

O Primeiro Reinado assinala breve, mas importante, período de composição entre o elemento nacional avançado e o nacionalismo português. A Regência foi provavelmente a fase mais rica da história do Brasil como manifestação popular e tomada de consciência. Foi um período turbulento, em contraste com o longo Segundo Reinado, de relativa paz e da estabilidade sob o comando de Pedro II. Explicam essa ordem as lutas da Regência, susto dos políticos: percebem a necessidade de compor-se, mesmo com os de outras correntes, para sobrevivência do regime. O conservadorismo não é só do Partido Conservador, mas do Liberal também.

Francisco Iglésias. **História geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989, p. 157-61 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011 - CESPE) Julgue os próximos itens, tendo o texto acima como referência inicial e considerando o processo histórico brasileiro ao longo do século XIX.

(1) Um exemplo clássico da atitude política vigente no Segundo Reinado — a necessidade de compor-se, como se afirma no texto — foi a criação do Gabinete da Conciliação, no qual liberais e conservadores repartiam entre si as cadeiras no ministério.

(2) A instituição do regime republicano livrou o Brasil das características políticas do Império, ou seja, a Primeira República perdeu o caráter elitista, conservador e oligárquico que marcou a trajetória do regime deposto pelo golpe de Estado comandado pelo marechal Deodoro da Fonseca.

(3) O bipartidarismo, criado no Império, manteve-se ao longo da Primeira República, tendo desaparecido apenas com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, na Revolução de 1930.

(4) A independência do Brasil correspondeu a uma radical ruptura com a antiga metrópole, o que explica a inexistência de políticos lusitanos no governo de Pedro I.

(5) No texto, faz-se alusão à manifestação popular e à tomada de consciência no período regencial, que podem ser exemplificadas, entre outros episódios, pelas revoltas armadas que estouraram no país afora, como a Sabinada, a Balaiada, a Cabanada e a Farroupilha.

1: Correto. O Ministério da Conciliação, que vigorou entre 1853 e 1856 sob os comandos de Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, caracterizou-se por ser um momento de apaziguamento de rivalidades entre liberais e conservadores.
2: Errado. A passagem da Monarquia para a República não promoveu arrefecimento das características elitista, conservadora e oligárquica da sociedade brasileira de então. Pelo contrário, parte significativa da historiografia acusa a República de ter adensado essas características.
3: Errado. O bipartidarismo ruiu nos derradeiros anos do Império, nos quais se formaram as bases dos partidos republicanos estaduais. Esses, a seus respectivos turnos, deram agência à vida política republicana. A Revolução de 1930 operou novo ordenamento partidário, no qual arrefeceram as agremiações políticas da Primeira República, e surgiram outras, de teor nacional.
4: Errado. A independência do Brasil insere-se mais em um lógica de continuidade política do que de ruptura. Prova disso, Dom Pedro I era filho de Dom João VI. Ainda no âmbito da Corte, permaneceram empossados no Brasil ministros e conselheiros ligados à antiga metrópole.
5: Certo. O período regencial é compreendido por parte da historiografia como momento de tomada de consciência política a respeito do sentido da independência do Brasil. Não raro, essa corrente enxerga no 7 de abril de 1831, isto é, na queda de Dom Pedro I, a real emancipação brasileira. Ainda, durante a Regência, estourou uma série de sedições populares - elitistas, por vezes, e marcadamente centrífugas, por outras -, entre as quais tiveram destaque a Sabinada, a Balaiada, a Cabanada e a Farroupilha.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5C

5.5. ECONOMIA: A AGROEXPORTAÇÃO; A EXPANSÃO ECONÔMICA E O TRABALHO ASSALARIADO; AS POLÍTICAS ECONÔMICO-FINANCEIRAS; A POLÍTICA ALFANDEGÁRIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Durante o Segundo Reinado (1840-1889), Europa e Estados Unidos da América (EUA) desempenharam importante papel na formação interna e inserção internacional do Brasil. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) Ao término do Segundo Reinado, os EUA deram alento à economia agrícola ao substituírem os europeus como grandes consumidores do café brasileiro.

(2) William Trousdale, representante inglês no Rio de Janeiro na década de 1850, discordava da pressão norte-americana sobre D. Pedro II para a abertura do rio Amazonas à navegação internacional.

(3) No seio do partido liberal brasileiro, havia defensores da industrialização do país, a ser realizada com o auxílio de política alfandegária protecionista, proposta que entrava em choque com as pretensões britânicas a favor do livre-comércio.

(4) Quando a escravidão entrou em crise, as diplomacias de Brasil e Argentina alinharam-se e rivalizaram com a dos Estados Unidos da América, tendo em vista a captação, na Europa, de imigrantes que proveriam de mão de obra as suas lavouras.

1: Errado. Ao término do Segundo Reinado, os EUA ergueram-se como maiores consumidores do café brasileiro, substituindo a Inglaterra como principal mercado importador. O continente europeu, contudo, permaneceu sendo o destino que auferiu maiores dividendos aos exportadores de café brasileiros.
2: Errado. William Trousdale, secretário das relações exteriores dos Estados Unidos, advogou a abertura do rio Amazonas à navegação internacional, o que realmente ocorreu, em 1866, finda a Guerra de Secessão nos Estados Unidos. As relações com os Estados Unidos, embora tivessem tido bom trânsito devido ao precoce reconhecimento da independência do Brasil, sofreram desequilíbrios à época do expansionismo norte-americano.
3: Certo. O partido liberal brasileiro constituía um foco protecionista de resistência ao livre-comércio advogado pela Inglaterra. Vislumbrava-se na proteção alfandegária uma forma de proteger as indústrias nascentes brasileiras e de aumentar o orçamento do Estado, que derivava, em sua quase totalidade, dos tributos advindos da alfândega. A Tarifa Alves Branco, de 1844, é um exemplo emblemático desse pensamento protecionista. Consoante tese de Caio Prado Júnior, o Bill Aberdeen, de 1845, foi uma represália inglesa à Tarifa de 1844.
4: Errado. Tanto o Brasil quando a Argentina promoveram políticas de atração de imigrantes desde a década de 1850, quando a escravidão, no Brasil, começou a entrar em crise devido a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico negreiro. As diplomacias do Brasil, da Argentina e dos Estados Unidos rivalizavam entre elas, não havendo alinhamento qualquer, visto que os Estados buscavam atrair maior contingente imigrante em seus respectivos solos. No caso brasileiro, a imigração de europeus justificava-se, economicamente, pela lógica econômica das lavouras e, moralmente, pelas políticas de branqueamento da população em voga nos estertores do século XIX. Existiam duas modalidades de obtenção de mão de obra: i) a imigração subvencionada, que era custeada pelo Estado e obrigava o imigrante a permanecer na fazenda de destino; e ii) o sistema de parceria financeira entre os fazendeiros e os imigrantes: ficavam estes atrelados àqueles até que suas dívidas fossem ressarcidas. Devido ao tratamento em regime de semiescravidão impingido aos seus nacionais, a Itália e a Alemanha proibiram a imigração ao Brasil. Por último, a Lei de Terras, de 1850, restringia o acesso à propriedade, visto que a transferência de terras devolutas teria de ser feita mediante a compra e a venda, e não nas modalidades de usucapião ou de doação. Sem recursos financeiros, nem os escravos libertos nem os imigrantes poderiam ter acesso à propriedade da terra no Brasil.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2007 – CESPE) No Brasil, a instabilidade da política alfandegária prevaleceu no século XIX - estendendo-se até o advento da República – e foi uma das causas da baixa industrialização. A respeito das tarifas praticadas e do comércio exterior brasileiro nesse período, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Os tratados de comércio da época da Independência do Brasil inauguraram um período de baixas tarifas, o que provocou *déficit* na balança comercial brasileira.

(2) Na década de 40 do século XIX, o pensamento industrialista se impôs à política de comércio exterior, abrindo possibilidades para a criação de manufaturas.

(3) Os Estados Unidos da América (EUA) dificultavam a importação do café por meio das altas tarifas que aplicavam à entrada do produto brasileiro no país.

(4) No Brasil, durante as décadas finais da Monarquia, o *deficit* do comércio exterior contribuiu para a queda desse regime.

1: Certo. Os Tratados de Navegação e de Comércio com a Inglaterra inauguraram um período de baixas tarifas e de subsequente déficit na balança comercial. A Tarifa Alves Branco, contudo, representava uma ruptura nessa lógica;
2: Certo. A Tarifa Alves Branco, de 1844, representava a expressão do protecionismo industrialista brasileiro advogado pelo partido liberal. A proteção às indústrias nascentes propiciou um breve surto industrial. Com efeito, em 1860, a Tarifa Silva Ferraz reduziu as barreiras alfandegárias, o que favoreceu as manufaturas inglesas;
3: Errado. Os Estados Unidos constituíram o principal mercado importador de café brasileiro. No contexto do advento da República, o Tratado Blaine-Mendonça, de 1891, articulou-se no sentido de garantir a exportação de café e de açúcar brasileiros aos Estados Unidos em troca da importação de manufaturas norte-americanas;
4: Errado. Em grandes traços, a balança comercial brasileira permaneceu positiva até 1860, quando sofreu um influxo de importações. A partir de 1874, contudo, o saldo comercial foi nitidamente favorável ao Brasil. Os Estados Unidos e a Europa eram os principais mercados importadores de produtos brasileiros; essencialmente bens agrícolas. O debate historiográfico acerca da crise do Segundo Reinado aponta quatro questões explicativas: a religiosa, a servil, a republicana e a militar. Pandiá Calógeras e Emília Viotti da Costa, nos anos de 1960, deram importância igual às quatro questões. Boris Fausto, na década de 1990, preferiu o viés explicativo que prioriza as questões republicana e militar. José Murilo de Carvalho, mais recentemente, reabilitou a relevância da questão servil. Outra corrente, encabeçada por Ângela de Castro Gomes, advoga a existência de uma corrente de pensamento, denominada, geração de 1870, que teria influenciado diretamente, por oportunismo ou possibilismo, a queda do Império.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E.

(Diplomacia – 2005 – CESPE) A única alteração importante verificada no cenário econômico colonial, à época da independência, foi o desenvolvimento da cultura do café. A propósito desse e de outros aspectos relativos ao sentido histórico dos acontecimentos de 1822, assinale a opção correta.

(A) O surgimento do Estado nacional brasileiro em 1822, em face da decisão do príncipe regente, configurou-se como um indiscutível processo revolucionário, visto que foram rompidos padrões essenciais que sustentaram os três séculos de dominação colonial.

(B) A manutenção das relações escravistas de produção, mesmo que após a independência, explica-se pela configuração, naquele momento, do capitalismo mundial, o qual, impulsionado pelos negócios britânicos, exigia a expansão do consumo nas regiões periféricas do sistema.

(C) A novidade trazida pelo café consistia na incorporação de conceitos e métodos capitalistas modernos nas fazendas do Vale do Paraíba, o que explica a posição de liderança do produto na pauta de exportações brasileiras já na década 30 do século XIX.

(D) O texto reitera o caráter inovador e, sob determinado prisma, revolucionário do café no contexto da economia brasileira na primeira metade do século XIX, a começar pela mudança que esse cultivo impôs nas formas de trabalho e pelo volume de sua exportação.

(E) A onda revolucionária que tomou conta da Europa a partir da Revolução Francesa e que se expressou nos movimentos de 1820, 1830, 1848 também repercutiu no Brasil, a exemplo da própria independência – na esteira da revolução do porto – e da abdicação de D. Pedro I, em 1831.

A: Incorreto. O surgimento do Estado nacional brasileiro não rompeu com as estruturas produtivas que sustentaram os três séculos de dominação colonial. A estrutura produtiva guardou assuas características fundiária e monoexportadora. Não se tratou, ainda, de uma revolução, visto que Dom João VI legou a seu filho, Dom Pedro I, a Coroa do Brasil;
B: Incorreto. Os ingleses combateram, desde os Tratados de 1810, o trato negreiro no Brasil. A manutenção das relações escravistas de produção, nesse sentido, em muito contrastava com a emergência, na Europa, de uma classe trabalhadora assalariada, que consumia bens e acumulava capitais;
C: Incorreto. A estrutura produtiva do café reproduziu a forma colonial de produção, baseada na mão de obra escrava e no latifúndio. A incorporação de métodos capitalistas de produção deu-se progressivamente a partir de 1850, com a emergência do trabalho imigrante –sobretudo nas fazendas de café do Oeste Paulista, e não na conservadora região dos Barões do café do Vale do Paraíba - e a proibição do tráfico negreiro. Ainda, o café constitui-se como principal produto na pauta de exportações a partir da segunda metade do século XIX;
D: Incorreto. Foi somente na segunda metade do século XIX que o café incorpora mudanças nas formas de trabalho e assume liderança no volume de exportações. O surgimento da cultura, por volta de 1830, atrelou-se à estrutura fundiária e escravista de produção;
E: Correto. As ondas revolucionários de 1820, de 1830 e de 1848 repercutiram, no Brasil, respectivamente, na Revolução do Porto, de 1820, na abdicação de Dom Pedro I, em 1831 e na Revolução Praieira, em 1848.
Gabarito "E".

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Considerando a revolução do processo histórico do Brasil, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A importância do café na história brasileira transcende o aspecto totalmente econômico, sendo também decisivo o seu papel para a configuração político-institucional do país, que se tornara independente em 1822.

(2) Quanto ao modelo de Estado a ser implantado a partir da independência, havia convergência de pontos de vista entre as elites brasileiras, unidas pelo compromisso inarredável de garantir a unidade do país.

(3) As riquezas geradas pelo café foram importantes para que se assegurasse a estabilidade política do Império, particularmente visível entre 1850 e 1870, além de respaldarem os investimentos no país e os empréstimos contraídos no exterior.

(4) A ação empreendedora de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, marcada, do principio ao fim, pelo êxito e pelos lucros expressivos, somente foi possível porque a economia cafeeira produzia os capitais necessários ao financiamento das atividades industriais requeridas pelo moderno capitalismo.

1: Certo. Para além se seu papel estrutural na economia do Brasil independente, o café moldou as relações de poder e configurou a política do país. Os barões de café do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, exerceram notável influência na política econômica e escravista durante o Segundo Reinado. Os cafeicultores do Oeste paulista, por sua vez, tiveram papel fundamental no arrefecimento da escravidão, na queda da monarquia e na consolidação da República;
2: Errado. Não havia consenso entre as elites brasileiras quanto ao modelo de Estado a ser implantado a partir da independência. Exemplo notável dessa ausência de convergência política foi a proclamação da Confederação do Equador, em 1824. Sob a liderança de Pernambuco, o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba romperam a incolumidade do território nacional ao desvincularem-se da Coroa e proclamarem uma Constituição semelhante a da República da Colômbia. A Confederação opunha-se ao autoritarismo de Dom Pedro I, consubstanciado pelo Poder Moderador e pela noite da agonia, que dissolveu a Assembleia Constituinte e outorgou a carta constitucional de 1824. O movimento foi debelado e seu líder, o Frei Caneca, fuzilado. Note-se que o exército de Dom Pedro I era composto por mercenários, o que denota a ausência de nacionalidade no seio das forças armadas;

3: Certo. O café garantiu estabilidade econômica e política ao Império na medida em que os dividendos alfandegários auferidos da exportação do bem agrícola permitiam à Coroa respaldar os investimentos no país e assegurar os empréstimos contraídos no exterior;
4: Errado. O surto industrial consubstanciado pelos empreendimentos capitalistas de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, derivou de investimentos britânicos, e não de empréstimos diretamente vinculados à produção de café. Ainda, se a Tarifa Alves Branco, o fim do tráfico negreiro e a urbanização do Rio de Janeiro permitiram a expansão dos empreendimentos do Barão; a Tarifa Silva Ferraz, a concorrência britânica e as elites rurais brasileiras pautaram o fim da Era Mauá. Note-se, ainda, que os investimentos de Irineu Evangelista de Souza não eram direcionados à indústria pesada, mas às iniciativas capitalistas, como a criação de estaleiros, de bancos e de companhias de gás e de navegação. A falência de Mauá, para além das razões acima apontadas, deveu-se ao desequilíbrio orçamentário da inédita construção da linha telegráfica que ligava o Brasil à Europa.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

6. A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889- 1930)

6.1. A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E OS GOVERNOS MILITARES

A transição do Império para a República, proclamada em 1889, constituiu a primeira grande mudança de regime político ocorrida desde a Independência. Republicanistas "puros", como Silva Jardim, defendiam uma mudança de regime que, a exemplo da França, tivesse como resultado maior participação da população na vida política nacional. Mas, vitoriosos, os republicanos conservadores, como Campos Sales, mantiveram o modelo de exclusão política e sociocultural sob nova fachada. Ao "Parlamentarismo sem povo" do Segundo Reinado, sucedeu uma República praticamente "sem povo", ou seja, sem cidadania democrática.

Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota. **História do Brasil**: uma interpretação. São Paulo: Editora SENAC, 2008, p. 552 (com adaptações).

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos marcantes da história brasileira entre o regime monárquico do século XIX e a Primeira República, julgue (C ou E) os itens seguintes

(1) A Revolução de 1930 rompeu com as deterioradas estruturas da República Velha ao encampar a consistente ideologia do tenentismo e alçar ao poder Getúlio Vargas, cuja expressão política se restringia ao Rio Grande do Sul.
(2) Apesar de o republicanismo ter sido assimilado e apoiado por grande parte da opinião pública brasileira, fato comprovado com a eleição de significativa bancada de deputados do Partido Republicano nas últimas décadas do Império, a implantação do novo regime ocorreu por golpe de Estado liderado por oficiais do Exército.
(3) O caráter excludente da Primeira República, apontado no texto, expressava-se, entre outros aspectos, no sistema eleitoral vigente, marcado pelo reduzido número de eleitores e pelas fraudes recorrentes, como a adulteração de atas eleitorais, problemas estruturais que a reforma constitucional - aprovada no governo Artur Bernardes - com a introdução do voto secreto, não foi capaz de tangenciar.
(4) Embora com características bastante peculiares, que lhe imprimiram o rótulo de parlamentarismo às avessas, o regime parlamentarista implementado no Brasil, durante o Segundo Reinado, aproximava-se nitidamente do modelo inglês, dada a adoção do Poder Moderador, exercido pelo presidente do Conselho de Ministros.

1: Errado. A Revolução de 1930, embora tenha rompido a estrutura oligárquica da República Velha, foi posta em prática pela Junta Militar do Rio de Janeiro, que não era tenentista. Malgrado a congregação dos interesses tenentistas na Aliança Liberal, chapa composta por Getúlio Vargas e João Pessoa, também se beneficiava essa do apoio das dissidências oligárquicas de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba. O próprio Getúlio Vargas era parte dessas oligarquias. Nas eleições de 1930, Júlio Prestes obteve 57% dos votos, enquanto a expressividade política de Vargas restringiu-se ao Rio Grande do Sul;
2: Errado. O republicanismo, nos últimos anos do Império, não foi assimilado nem apoiado por grande parte da opinião pública brasileira. Consoante célebre análise de Aristides Lobo, o povo teria assistido à proclamação da República *bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar"*. As eleições imperiais continuavam a dar maioria aos partidos consagrados, o Liberal e o Conservador, embora tenham surgido os partidos republicanos provinciais legais a partir de 1870, data de publicação do Manifesto Republicano. A implantação do novo regime ocorreu após a derrubada do gabinete de Ouro Preto por Deodoro da Fonseca;
3: Errado. O voto secreto foi institucionalizado, no Brasil, pelo Código Eleitoral de 1932, que criou a Justiça Eleitoral. O Código também introduziu o voto feminino e o sistema de representação proporcional. A característica excludente da Primeira República expressava-se nas fraudes articuladas pela Comissão de Verificação dos Poderes. Nas palavras de Victor Nunes Leal, *"inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena todo-poderosa dos mesários realizava milagres portentosos";*
4: Errado. O parlamentarismo às avessas, implementado durante o Segundo Reinado, dava ao Poder Moderador a faculdade de dissolver a Câmara de Deputados. Ainda, o Imperador, que exercia o Poder Moderador, estruturava o Conselho de Estado e elegia em lista tríplice senadores vitalícios e, por fim, nomeava e demitia o Presidente do Conselho de Ministros; se a nomeação fosse rejeitada pela Câmara, era essa dissolvida pelo Imperador. O modelo brasileiro aproxima-se da máxima de Guizot segundo a qual o Rei reina, governa e administra. No modelo inglês, o gabinete advinha das eleições que davam maioria partidária na Câmara Baixa. Assim, consoante Thiers, o Rei reina, mas não governa. O parlamentarismo brasileiro, portanto, distanciava-se do modelo britânico.
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

6.2. A CONSTITUIÇÃO DE 1891. O REGIME OLIGÁRQUICO: A "POLÍTICA DOS ESTADOS"; CORONELISMO; SISTEMA ELEITORAL; SISTEMA PARTIDÁRIO; A HEGEMONIA DE SÃO PAULO E MINAS GERAIS

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Com relação ao período da Primeira República brasileira, que vigorou até 1930, julgue (C ou E).

(1) Sob inspiração norte-americana, o regime republicano brasileiro adotou o presidencialismo e substituiu o unitarismo do Império pelo federalismo.
(2) Em sintonia com os interesses da oligarquia cafeeira, o primeiro governo republicano adiou, ao máximo, a instalação da Assembleia Constituinte.
(3) No que se refere à política externa, ao longo de todo esse período, prevaleceram as relações econômicas e financeiras com a Europa, em detrimento de uma possível opção americanista.
(4) Durante a gestão do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, todas as disputas fronteiriças herdadas do Império foram definidas favoravelmente ao Brasil.

1: Certo. A Constituição promulgada de 1891 retomava o modelo republicano dos Estados Unidos. Não por acaso, os Estados Unidos do Brasil, por curta duração, adotou a bandeira norte-americana com as cores verde e amarelo. Note-se que a Constituição federalista e republicana instituía o Estado laico, os direitos políticos para os homens alfabetizados maiores de 21 anos e a tripartição dos poderes. As mulheres e os analfabetos não votavam. O Executivo presidencialista operava junto ao Legislativo constituído em Câmara Alta e Baixa. O poder Judicial, por sua vez, assemelhava-se ao da Carta de 1824, embora tenha surgido o Supremo Tribunal Federal, para dirimir eventuais embates entre Estados;
2: Errado. Ao governo provisório, que se estendeu de novembro de 1889 a fevereiro de 1891, sucedeu o governo constitucional, até novembro de 1891. O Marechal Deodoro da Fonseca, durante o governo constitucional, foi eleito por eleições indiretas. Em 1890, reuniu-se o

Congresso Nacional Constituinte, cujo desdobramento foi a Constituição de 1891. Homem da caserna, Deodoro não conseguiu apoio político no Congresso. Ao fechá-lo, Deodoro foi destituído e o Marechal Floriano Peixoto assumiu o poder;
3: Errado. A Primeira República marcou a inflexão americanista da política externa brasileira. Não ocorreu um distanciamento completo com a Europa, mas a opção pelos Estados Unidos foi prioritária. O marco inaugural dessa aproximação foi o Tratado Blaine-Mendonça, de 1891, pelo meio do qual os Estados Unidos garantiriam acesso ao café e ao açúcar brasileiros e o Brasil, em contrapartida, abriria suas fronteiras às manufaturas americanas. Além de reordenar o equilíbrio do poder externo, o diploma de 1891 foi, para Deodoro, uma forma de barganhar o apoio político de um Congresso pouco satisfeito com o Executivo. Esse apoio derivaria da composição do Legislativo fortemente representado pelo nordeste açucareiro. Os frutos dessa aproximação foram colhidos na defesa americana às forças leais a Floriano Peixoto, na Revolta da Armada, contra Custódio de Melo, que obteve alento das embarcações portuguesas. Em nítido distanciamento com a Europa, Floriano rompeu com Portugal depois do episódio. Se com Quintino Bocaiuva o americanismo assume um viés ideológico, com o Barão do Rio Branco ressaltou-se a vertente pragmática. O Presidente Cleveland deu ganho de causa ao Brasil contra a Argentina na questão de Palmas, e o secretario de Estado dos Estados Unidos, Elihu Root, visitou o Brasil por ocasião da III Conferência Interamericana no Rio de Janeiro, em 1906. O discurso do Barão do Rio Branco, que ressaltou, na conferência, a influência europeia no continente sul-americano, poderia ser interpretado como uma política pendular visando suscitar a atenção americana para a importância da região. Note-se, finalmente, a conversão da legação brasileira em Washington em Embaixada, no ano de 1905, ato que teve imediata correspondência americana. Joaquim Nabuco foi o primeiro embaixador brasileiro em Washington;
4: Errado. Durante a gestão do Barão do Rio Branco, no Ministério das Relações Exteriores, a questão de Palmas, com a Argentina; a questão da Guiana, com a França, e a questão do Acre, com a Bolívia, foram resolvidas favoravelmente ao Brasil. A questão do Pirara, no entanto, foi prejudicial ao Brasil. Diferenças estruturais marcam esses litígios lindeiros. Se Palmas, Amapá e Acre tinham por base, respectivamente, os tratados de Madri (1750), de Utrecht (1713) e de Ayacucho (1867), a questão do Pirara não possuía a mesma solidez de diplomas jurídicos: fundou-se nos princípios de *inchoate title* e de *watershed doctrine*, segundo os quais, respectivamente, a posse intermitente é fator de posse definitiva e a bacia de origem de um rio determina sua propriedade. Ainda, o litígio do Pirara não se valeu do princípio de *uti possidetis* - quem possui de fato, possui de direito - que estruturou as outras questões. Por último, a questão do Pirara foi agenciada por Joaquim Nabuco, enquanto as outras, pelo Barão do Rio Branco, o que não significa que aquele fora menos qualificado que este, já que o próprio Barão, consoante tese de Álvaro Lins, teria salientado que Palmas e Amapá eram exceções, e o Pirara, a regra.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2009 – CESPE) A história da Primeira República, ou República Velha, no Brasil, foi marcada por tensões políticas e econômicas relevantes para o entendimento da Revolução de 1930. A respeito desse período e de suas contradições, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Inspirado na Carta inglesa, o marco constitucional de 1891 reproduziu a deformação política do voto censitário, mantendo herança do Império e adotando fundamentos de constituição europeia.
(2) Na República Velha, a economia agroexportadora, tecnologicamente moderna, apresentou elevada produtividade e introduziu as bases sustentáveis para o amplo processo de industrialização iniciado pelos próprios agroexportadores nessa fase histórica.
(3) Nesse período, as oligarquias políticas dos estados, congregadas em partidos políticos, atuavam, na prática, em torno de bases, interesses e projetos locais e regionais.
(4) Nessa quadra histórica do Brasil, adotou-se sistema eleitoral que, na prática, submetia-se ao controle dos chefes políticos locais, sobretudo no campo, o que ficou conhecido como *voto de cabresto*.

1: Errado. A Carta Constitucional de 1891 inspirou-se no modelo presidencialista dos Estados Unidos. No que concerne aos direitos políticos, a carta Instaurou o voto para os homens alfabetizados. Ainda, instituiu a laicidade, a tripartição de poderes e a organização federativa do Estado. A República, nesse sentido, rompeu com a herança do Império;
2: Errado. A economia agroexportadora da República Velha não era tecnologicamente moderna, nem produtiva. Sua rentabilidade variava em função do preço internacional do café, produto que apresentava baixa elasticidade-preço da demanda e baixa elasticidade-renda da demanda. O Convênio de Taubaté, de 1906, representou uma articulação financeira entre os governos estaduais e o federal para garantir, com cobertura da União, os empréstimos externos destinados a comprar os excessos da produção e sustentar, por conseguinte, o preço do café. Embora Amaury Gremaud veja no surto industrial de 1914-1918 o marco da industrialização do Estado, Celso Furtado atribui o início da industrialização brasileira exclusivamente ao governo Vargas. Nesse sentido, ainda que a importação de máquinas, a escassez de manufaturas na Europa, devido a Primeira Guerra Mundial, e o tênue deslocamento de interesses dos agricultores para a indústria tenham contribuído para lançar as bases da produção de manufaturados no Brasil, a industrialização começou apenas a partir de 1930;
3: Certo. A política dos governadores, instaurada na gestão Campos Sales, constituía uma articulação personalista entre o Presidente da República e as oligarquias regionais, que garantiam a eleição dos candidatos oficiais no Congresso, o que permitia a aprovação das leis de interesses do Executivo. A base local, portanto, atrelava as famílias oligárquicas à União. No caso de dissidências, o sistema engessava e o Executivo da União e dos Estados enfrentavam situações de ingovernabilidade e de disputa personalista. A Comissão de Verificação de Poderes, azeite na máquina da política dos governadores, estava vinculada ao Legislativo, que se encarregava de oficializar os resultados das eleições. As fraudes eram constantes;
4: Certo. As oligarquias, além de vincularem-se ao Executivo nacional, teciam laços com os coronéis locais. Em um complexo sistema de favores fundados na relação de compadrio descrito por Victor Nunes Leal, em *Coronelismo, enxada e voto*, os coronéis submetiam o sistema eleitoral aos seus interesses e àqueles das oligarquias. Os votos dos eleitores que iam ao encontro das demandas dos coronéis eram conhecidos como *votos de cabresto*. Caso houvesse indisciplina, os jagunços encarregavam-se de impingir sua violência aos eleitores.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

Texto - para as próximas duas questões.

O oligarca é um coronel como outro qualquer - ou um representante dele - que se mantém no poder pela liderança, pelo autoritarismo, pelas obrigações que impõe e pelos favores que concede a seus aliados – os favores concedidos não procedem somente dos seus bens pessoais, mas aproveitam-se das rendas e do poder do Estado para uma política individual. Sem isso e as obrigações que se impõem, dificilmente se manteria no poder. Os favores concedidos não procedem somente dos seus bens pessoais, mas aproveitam-se das rendas e do poder do Estado para uma política individual.

Edgard Carone. **A República velha**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978, p. 269-70 (com adaptações).

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Tomando o texto como referência inicial, julgue (C ou E) os itens seguintes, acerca do Brasil da Primeira República (1889-1930).

(1) O regime político adotado favorecia o exercício do poder a serviço dos interesses nacionais em detrimento dos interesses individuais dos dirigentes.
(2) Durante esse período, o conceito de propriedade separava os bens da classe fundiária do bem público gerido pelo Estado.
(3) Os dissidentes encontravam, nesse período, concretas possibilidades de ascensão política, em razão da mobilidade social.
(4) Nesse período, estreito vínculo estabeleceu-se entre governo e partido, envolvendo lealdade entre ambos, porém sobrepondo os interesses deste aos daquele.

1: Errado. O exercício do poder, durante o regime político adotado na Primeira República, era profundamente individual e personalista. José Murilo de Carvalho, em **Os bestializados,** salienta a característica excludente da República de 1889. Os cidadãos teriam sido manipulados pelos coronéis locais e pelas oligarquias regionais, não podendo exercer o poder que, consoante a Constituição de 1891, lhes foi conferido juridicamente pelo instituto do voto;
2: Errado. O período caracterizou-se pela confusão entre bem público e privado. As oligarquias apropriavam-se do bem público para seu interesse próprio, distorcendo a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a efetividade que deveriam constituir a essência da administração pública;
3: Errado. A estrutura de poder, na República Velha, era essencialmente estática. Poucas famílias controlavam o poder do Estado e a mobilidade social ficava restrita às vontades dessas classes dominantes. A família Accioli, no Ceará, assim como os Tarrasca, em Minas Gerais, são exemplos dessas oligarquias fundiárias;
4: Certo. O poder era exercido pelos partidos republicanos vinculados aos Estados. Estabelecia-se, assim, laços de lealdade entre os grupos dominantes e o governo, que, a rigor, era cooptado pelo sistema de alianças partidárias instituídas no poder.
Gabarito 1E, 2E, 3E,4C

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Ainda tomando o texto como referência inicial, julgue (C ou E) os itens subsequentes, relativos ao Brasil da Primeira República.

(1) O regime oligárquico favorecia, também no cenário político, o domínio das famílias socialmente hegemônicas.
(2) Durante a Primeira República, apesar do regime político, observam-se, por vezes, sucessões de oligarquias nos estados da Federação.
(3) Borges de Medeiros manteve-se como detentor do poder oligárquico no governo do Rio Grande do Sul por mais de duas décadas.
(4) Nesse período, os governantes eram, na maioria das vezes, dominados por indivíduos, famílias ou grupos.

1: Certo. As famílias socialmente hegemônicas articulavam-se de forma a perpetuar-se no poder. Em **A invenção republicana,** Renato Lessa evidencia a institucionalização do sistema oligárquico de poder mediante três variáveis: a gestão do Estado pelos atores políticos coletivos; as relações de poder entre a União e os Estados; e a articulação de interesses entre Executivo e Legislativo. As oligarquias dos Tarrasca, em Minas Gerais; dos Medeiros, no Rio Grande do Sul; dos Accioli, no Ceará; dos Nery, no Amazonas; dos Rosa e Silva, no Pernambuco; e do Partido Republicano Paulista, em São Paulo, moldavam o quadro político da República Velha, participando ativamente das variáveis de poder mencionadas por Renato Lessa;
2: Certo. A contradição essencial, em termos conceituais, da Primeira República diz respeito à inexistência, consoante José Murilo de Carvalho, de uma *res publica* - ou coisa pública - atrelada à emanação do poder pelos cidadãos. A República era sucessivamente tomada pelas oligarquias como se de um bem privado se tratasse. Não haveria uma cidadania plena, mas em negativo; em outros termos, expressava-se por intermédio de revoltas e agitações populares, mas não era demandante e ativa no exercício do voto;
3: Certo. A oligarquia dos Medeiros perpetuou-se no poder, no Rio Grande do Sul, por mais de duas décadas. Com efeito, Borges de Medeiros exerceu a presidência gaúcha de 1898 a 1922;
4: Certo. O exercício do poder, no decurso da República Velha, foi essencialmente personalista.
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C

Texto para a próxima questão

Em 3 de outubro de 1930, o presidente da República, Washington Luís, foi deposto por um movimento armado dirigido por civis e militares de três estados da federação, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Terminava, assim, a Primeira República. O episódio ficou conhecido como a Revolução de 30, - embora tenha havido, e ainda haja, muita discussão sobre o uso da palavra "revolução" para descrever o que aconteceu.

A Primeira República caracterizava-se pelo governo das oligarquias regionais, principalmente das mais fortes e organizadas, como as de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A partir da segunda década do século, fatos externos e internos começaram a abalar o acordo oligárquico. Entre os externos, devem-se mencionar a Grande Guerra, a Revolução Russa e a quebra da Bolsa de Nova York em 1929.

José Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 89 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006 – CESPE) A partir da caracterização da Primeira República (1889-1930) apresentada no texto, além de outros aspectos significativos da etapa inicial do regime republicano brasileiro, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A implantação da República foi um golpe de Estado que assinala, formal e diretamente, a entrada dos militares no primeiro plano do cenário político brasileiro, presença que se tornou comum na trajetória republicana, mesmo quando eles não estavam à frente do governo.
(2) Apesar da reconhecida habilidade política que demonstraram possuir, obtendo considerável apoio no Congresso Nacional, os governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto enfrentaram dificuldades incontornáveis, razão pela qual não conseguiram cumprir seus respectivos mandatos.
(3) Especialmente a partir do governo Campos Sales, o "acordo oligárquico" mencionado no texto ganhou densidade, sendo bem representado pela Política dos Estados, também conhecida como Política dos Governadores, por meio da qual o atendimento às demandas das oligarquias estaduais era a contrapartida ao apoio político dado aos seus representantes, que momentaneamente ocupavam o governo federal.
(4) A manutenção regular e sem maiores sobressaltos do pacto oligárquico requeria a realização de eleições periódicas, com voto secreto, embora não universal, já que o sistema censitário excluía da condição de eleitores as mulheres, os analfabetos e os pobres.

1: Certo. A implantação da República é explicada, em parte, pela questão militar, que foi um conjunto de atritos entre o gabinete de Ouro Preto e o Clube Militar, que era formado por oficiais tarimbeiros, veteranos da Guerra do Paraguai, e pela Mocidade Militar. Os primeiros exigiam maior reconhecimento do Exército, que haveria sido desfavorecido em favor da Marinha. Os segundos advogavam o positivismo e a ordem republicana. A união entre tarimbeiros e a Mocidade Militar forjou o golpe que findou o Segundo Reinado. Note-se que o Marechal Deodoro era um tarimbeiro da ala monarquista enquanto a Mocidade era formada por classes baixas e médias. À radicalização da Mocidade juntou-se o oportunismo dos tarimbeiros, o que permitiu a queda do gabinete de Ouro Preto e a proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Não havia, ainda, homogeneidade no seio da Mocidade Militar: os revolucionários agrupavam-se sob a liderança de Silva Jardim; os republicanos históricos, sob Quintino Bocaiúva: e os evolucionistas, sob Aristides Lobo. A Primeira República marcou o início da incursão militar no poder, que se perpetuou, com fluxos e refluxos, ao longo do século XX na trajetória republicana brasileira;
2: Errado. O Marechal Deodoro da Fonseca notabilizou-se por repetidos atritos com o Congresso Nacional, o que ocasionou sua renúncia depois da tentativa de alijar o poder legislativo de suas funções. O Marechal Floriano Peixoto, a seu turno, reabriu o Congresso e restabeleceu as garantias constitucionais embargadas pela decretação de estado de sítio durante o governo de Deodoro. Por outro lado, Floriano interveio no sistema federalista ao depor os governadores que apoiaram Deodoro quando decretou a dissolução do Congresso. Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro, era vice de Deodoro e, malgrado a ordem constitucional que compelia a realização de novas eleições caso o presidente não completasse 24 meses de governo – o que foi o caso de Deodoro -, manteve-se no poder até 1894, em nítido embate com o Congresso Nacional. Durante seu governo, Floriano combateu com êxito a Revolta da Armada e a Revolução Federalista;
3: Certo. Em **A invenção republicana,** Renato Lessa salienta o fim dos anos entrópicos e a institucionalização da Política dos Estados com o advento do governo de Campos Sales. Ao compromisso de não intervenção do governo federal interpôs-se a articulação de interesses entre as oligarquias estaduais de maior envergadura, como as de

São Paulo e Minas Gerais, o que garantiria a estabilidade do regime. A Comissão de Verificação dos Poderes asseguraria o controle das eleições e a manutenção das elites oligárquicas no poder. As demandas estaduais seriam, portanto, atendidas pela federação, em uma simbiose de interesses entre os municípios, os Estados e a União;
4: Errado. O pacto oligárquico sofreu três maiores sobressaltos: i) nas eleições de 1910, quando Rui Barbosa reuniu os interesses da Bahia e de São Paulo contra o Marechal Hermes da Fonseca, que contava com o apoio do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Rui Barbosa, em sua campanha civilista, denunciava a articulação coronelista do poder sob os auspícios dos militares; ii) nas eleições de 1922, quando Arthur Bernardes, com o apoio de São Paulo e de Minas Gerais, confrontou Nilo Peçanha, que reunia os interesses do Rio de Janeiro, de Pernambuco, do Pará e do Rio Grande do Sul. As dissidências tenentistas enfrentaram-se a Arthur Bernardes, visto que, segundo o episódio das cartas falsas, teria criticado o Exército e exaltado o pacto oligárquico; e iii) nas eleições de 1930, que abalaram a ordem institucionalizada por Campos Sales e deram fim à Primeira República. Durante o regime instituído em 1889, o voto era secreto e universal masculino; não era, portanto, censitário. A exigência de alfabetização está diretamente vinculada com a baixa participação eleitoral, o que, em outros termos, reflete as fragilidades educacionais do período. Contrariamente à Carta de 1824, a Constituição Federal de 1889 não instituía a obrigatoriedade do ensino primário gratuito.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E.

O estabelecimento da República, a bem da verdade o estabelecimento da Federação, permitiu que as diversas oligarquias locais ascendessem ao poder, no seu âmbito regional, e assumissem o controle da máquina administrativa, em particular da fiscalidade, construindo mecanismos para sua eternização no poder. Essa era a alma do coronelismo.

Hamilton de Mattos Monteiro. Da República Velha ao Estado Novo. *In:* Maria Yedda Linhares (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro:Campus, 1996, p. 233 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010 - CESPE) Considerando o texto acima e os aspectos marcantes da República brasileira em suas primeiras décadas, julgue os itens subsequentes.

(1) O coronelismo foi fenômeno político exclusivo da Primeira República e, em certa medida, um tipo de prática política razoavelmente democrática.
(2) Embora oligárquica, a Primeira República caracterizou-se por eleições livres, fiscalizadas pela justiça eleitoral, e por estar assentada no voto secreto.
(3) As crises que se multiplicaram na década de 20 do século passado anunciavam o colapso da Primeira República, processo que se completou com a Revolução de 1930.
(4) O federalismo constituiu-se em diferença marcante em relação ao Império, cuja estrutura unitária conferia amplos poderes ao governo central.

1: Errado. O coronelismo não foi fenômeno político exclusivo da Primeira República. Antecedeu-a, durante o Império, e ultrapassou-a, com a renovação política promovida pela Revolução de 1930. Vitor Nunes Leal define o coronelismo como *"complexa estrutura de poder que tem início no plano municipal, exercido com hipertrofia privada (a figura do coronel) sobre o poder público (o Estado), e tendo como caracteres secundários o mandonismo, o filhotismo (ou apadrinhamento), a fraude eleitoral e a desorganização dos serviços públicos - e abrange todo o sistema político do pais, durante a República Velha"*. Não há, portanto, semelhança entre coronelismo e prática democrática.
2: Errado. A Primeira República, além de oligárquica, não se caracterizou por eleições livres, nem secretas. O voto secreto, no Brasil, foi institucionalizado em 1932 por intermédio da promulgação do primeiro Código Eleitoral.
3: Certo. As sucessivas crises políticas e econômicas que pautaram o andar da década de 1920 deram claros sinais de desgaste da Primeira República. O processo de arrefecimento desse regime completou-se com a Revolução de 1930.
4: Certo. A centralização politico-administrativa do Império cedeu lugar ao federalismo da Primeira República, que acresceu o poder executivo e o legislativo aos Estados federados.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

6.3. A CRISE DOS ANOS 20 DO SÉCULO XX: TENENTISMO E REVOLTAS

Texto para a próxima questão.

Em 3 de outubro de 1930, o presidente da República, Washington Luís, foi deposto por um movimento armado dirigido por civis e militares de três estados da federação: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Terminava, assim, a Primeira República. O episódio ficou conhecido como a Revolução de 30, embora tenha havido, e ainda haja, muita discussão sobre o uso da palavra "revolução" para descrever o que aconteceu.

A Primeira República caracterizava-se pelo governo das oligarquias regionais, principalmente das mais fortes e organizadas, como as de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A partir da segunda década do século, fatos externos e internos começaram a abalar o acordo oligárquico. Entre os externos, devem-se mencionar a Grande Guerra, a Revolução Russa e a quebra da Bolsa de Nova York em 1929.

José Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 89 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Ainda considerando o assunto abordado no texto, o termo revolução, embora questionado, é de uso frequente na historiografia brasileira quando se trata de denominar o movimento que, em 1930, depôs Washington Luís e alçou o gaúcho Getúlio Vargas à chefia do governo federal. No que respeita à crise que abalou o pacto oligárquico e que culminou com a vitória do movimento armado dirigido por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A predominância econômica de São Paulo e de Minas Gerais tinha correspondência na hegemonia política que exerciam, popularmente sintetizada na expressão Política do café-com-leite. Não havia, contudo, unanimidade quanto a essa liderança nacional, razão pela qual as sucessões presidenciais, não raro, geravam dissensões entre setores das oligarquias.
(2) Os anos 20 do século passado assistiram ao aprofundamento da crise que corroeu o pacto oligárquico. O movimento tenentista, do qual decorreram duas insurreições armadas (em 1922, no Rio e em 1924, em São Paulo) e a própria Coluna Prestes, demonstra o grau de crescente insatisfação com os costumes políticos típicos do regime vigente nessa época.
(3) Antecedendo Washington Luís, o período de governo do mineiro Artur Bernardes transcorreu em estado de sítio em praticamente todo o período, em clara demonstração do esgotamento do modelo político em que se assentava a Primeira República.
(4) Por não ser um país industrializado, o Brasil passou incólume pela Crise de 1929 e, apenas tangencialmente, sentiu o impacto da grande depressão econômica do início dos anos 1930, o que explica o sucesso da política econômica adotada pelo governo Vargas.

1: Certo. A institucionalização da Política do café-com-leite não significou sua perpetuação sem sobressaltos durante a Primeira República. As eleições de 1910 e de 1930 ratificaram a frágil unanimidade quanto a essa liderança nacional e as dissensões entes setores das oligarquias;
2: Certo. Os levantes tenentistas, consubstanciados pelos episódios de 18 do Forte, em 1922, e pela Revolução Paulista, de 1924, denotam as insatisfações dos militares de baixa patente do Exército quanto ao pacto oligárquico;
3: Certo. O governo do mineiro Arthur Bernardes transcorreu em estado de sítio, visto que os levantes tenentistas causaram grandes abalos à estrutura oligárquica. Embora Washington Luís, eleito pelo Partido Republicano Paulista, o tenha sucedido, a articulação do poder entre São Paulo e Minas Gerais esgotou-se, já que as oligarquias paulistas

não tolerariam outro regime, como o de Bernardes -economicamente ortodoxo no que concerna às políticas de valorização do café. Em outras palavras, se a insatisfação do tenentismo adensou o esgotamento do modelo política da Primeira República, os atritos entre as oligarquias também se desdobram na corrosão do sistema político;
4: Errado. Malgrado a inexistência de laços causais entre a eclosão da crise em outubro de 1929 e as conturbadas eleições de 1930, cujos candidatos adversários formaram suas respectivas chapas, em maio do mesmo ano, o *crack* de Nova Iorque derrubou os preços do café em 90%, quando 70% das exportações do Brasil derivavam desse produto. As políticas de estoque e queima do café adotadas por Vargas agiam no sentido de preservar o preço do produto; a prioridade do governo, contudo, era a industrialização do país.
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

Com a queda da monarquia, em 1889, ainda que preservada a dominação oligárquica, o novo regime acaba beneficiando-se dos efeitos modernizadores decorrentes da abolição da escravatura (1888) sobre o desenvolvimento da economia cafeeira, que se dinamiza com a introdução do trabalho livre e de imigrantes europeus. Com a Primeira República, extingue-se o sistema censitário, mas os analfabetos são excluídos totalmente do direito ao voto.

As primeiras pressões democratizantes buscando alterar a ordem liberal excludente se desencadeiam apenas na década de 20, quando se inicia a crise da República Velha, que, com a Revolução de 1930, submerge no centro de suas próprias contradições. As insurreições sucessivas dos tenentes e a Coluna Prestes permitem, mais tarde, que a Aliança Liberal, com a Revolução de 1930, transcenda à mera disputa regionalista e se transforme em um projeto nacional que busca legitimidade nas camadas médias urbanas, superando os limites ideológicos das oligarquias dissidentes.

Essas aspirações crescentes do Brasil urbano serão em parte frustradas, após 1930, pela conjugação de duas tendências antiliberais – o estatismo crescente e o pensamento autoritário. A radicalização político-ideológica dos anos críticos, entre 1934 e 1938, solapa o consenso revolucionário e produz efeitos perversos. Na república populista, após o Estado Novo de Vagas, persiste o mesmo padrão dominante da lógica liberal e da práxis autoritária. A estruturação partidária de 1945 a 1966 foi dominada pela hegemonia dos partidos conservadores.

Hélio Trindade. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. *In*: Carlos Guilherme Mota (org.). **Viagem incompleta:** a experiênciabrasileira (1500-200) : a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000, p. 357-64 (com adaptações).

(Diplomacia – 2004 – CESPE)A partir do texto acima, j u lgue o item que se seguem, relativo à evolução histórica do Brasil republicano.

(1) A década de 20 do século passado assinalou o acirramento da crise que levou a República Velha ao fim. Além das cisões interoligárquicas, de que a própria Aliança Liberal seria símbolo, movimentos sociais – mesmo aqueles carentes de organicidade e de coesão doutrinária – emergem na contestação às deterioradas estruturas vigentes no país, como foi o caso do tenentismo.

1: Certo. A década de 1920 caracterizou-se pelo surgimento de movimentos tenentistas, que acirraram a crise final da República Velha. Razões endógenas e exógenas ao regime explicam a corrosão de suas bases. Internamente, as cisões entre os grupos oligárquicos conduziram a uma ruptura do pacto de rotatividade no poder e, portanto, de governabilidade. Externamente, as classes baixas e médias, em harmonia com os tenentes e oficiais de baixa patente, encabeçavam movimentos cujo escopo era duplo: revelar o caráter excludente da República e debelar a ação dos grupos dominantes.
Gabarito 1C

6.4. A POLÍTICA EXTERNA: A OBRA DE RIO BRANCO; O PAN-AMERICANISMO; A II CONFERÊNCIA DE PAZ DA HAIA (1907); O BRASIL E A GRANDE GUERRA DE 1914; O BRASIL NA LIGA DAS NAÇÕES

O Tratado de Madri, de 1750, firmado entre os reis de Portugal e Espanha para pôr fim às disputas fronteiriças acerca de seus domínios na América do Sul, estabeleceram, em seu preâmbulo, os princípios que instruíram a negociação da linha divisória: "... se atenda com cuidado a dois fins: o primeiro e principal é que se assinalem os limites dos dois domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem deem ocasião a disputas, como são a origem e o curso dos rios, e os montes mais notáveis; o segundo é que cada parte há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência comum, e para que os confins fiquem, quanto for possível, menos sujeitos a controvérsias".

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Tanto no período colonial brasileiro quanto no período independente, as fronteiras do Brasil com seus vizinhos da América do Sul foram objeto de acordos. À luz do texto, assinale a opção correta acerca do processo de estabelecimento das fronteiras do Brasil.

(A) Ao longo dos séculos, o uso da força prevaleceu sobre a negociação diplomática quando se tratou de fixar as fronteiras do Brasil.
(B) O Barão do Rio Branco criou a doutrina do *uti possidetis,* aplicada nas negociações de limites.
(C) Durante a Monarquia brasileira, estabeleceu-se, como um dos critérios de negociação, a ocupação efetiva do território no momento da independência.
(D) O Tratado de Limites concluído em 1851 entre Brasil e Bolívia foi considerado, posteriormente, como modelo de negociação.
(E) Os limites entre Brasil e Argentina foram arbitrados em laudo exarado pelo rei da Itália.

A: Incorreto. Os fronteiros do Brasil, tanto no período colonial como independente, foram, em grande medida, matéria de negociação diplomática. Com a América espanhola, destacam-se os Tratados de Madri, de 1750, de El Pardo, de 1761, de Santo Ildefonso, de 1777 e de Badajoz, de 1801. Em relação ao período independente, as obras de Duarte da Ponte Ribeiro, durante o Império, assim como as do Barão do Rio Branco, durante a República, consubstanciaram-se pela negociação pacífica. Exemplo notório da prevalência da diplomacia sobre a guerra foi a indicação do Barão do Rio Branco para o prêmio Nobel da Paz, convite rejeitado pelo chanceler brasileiro;
B: Incorreto. A doutrina do *uti possidetis* foi sustentada pelo Brasil desde o Tratado de Madri. Alexandre de Gusmão notabilizou-se por fazer recurso do instituto do direito romano, criando um precedente que foi advogado pelo Brasil nas questões lindeiras dos primeiros anos republicanos;
C: Correto. O princípio de *uti possidetis* salienta que a posse efetiva garante a posse de direito. Consagrado o princípio pelo Tratado de Madri, os Estados independentes da América espanhola, e especialmente a Colômbia, combateram-no advogando o princípio de *uti possidetis iuris,* consoante o qual a posse teria de dar-se, exclusivamente, com base em diplomas jurídicos;
D: Incorreto. O Tratado de Limites concluído entre o Brasil e o Peru, em 1851, pautou-se pelo princípio de *uti possidetis* e pela negociação diplomática acerca da livre navegação do rio Amazonas. O Tratado de 1859, com a Venezuela, valeu-se dos mesmos critérios de negociação. A obra de Duarte da Ponte Ribeiro, nesse sentido, gozou de amplo êxito, exceção feita ao Tratado de Ayacucho, de 1867, com a Bolívia. Em plena Guerra do Paraguai, o Brasil Imperial optou pela abertura do rio Amazonas à navegação internacional, em 1866, de forma a angariar apoio político das demais nações sul-americanas em detrimento do Paraguai. As negociações com a Bolívia, nesse sentido, careciam do poder de barganha no que diz respeito à navegação do rio Amazonas. Parte da literatura atribui ao Tratado de 1867 com a Bolívia as futuras

dificuldades lindeiras com esse país andino, que somente foram resolvidas pelo Tratado de Petrópolis, de 1903;
E: Incorreto. A Questão de Palmas, que opôs o Brasil à Argentina, foi objeto de arbitragem pelo presidente dos EUA, Grover Cleveland. O Barão do Rio Branco fundamentou-se no artigo V do Tratado de Madri, de 1750, para certificar a posse brasileira da região de Palmas. A Argentina, a seu turno, preconizou a base jurídica do Tratado de Santo Ildefonso, consoante o qual a região de Sete Povos ficara sob o domínio da coroa espanhola. O fundamento geográfico, que alicerçava a validade da fronteira fluvial entre os Estados, foi o princípio basilar na avaliação de Cleveland. A rivalidade em torno da disputa alcançou seu paroxismo anos antes, em 1890, quando o então chanceler Quintino Bocaiuva, em gesto de fraternidade republicana, advogou a divisão do território em duas partes iguais. A realização da proposta, rejeitada pelo Congresso brasileiro, ligaria o Rio Grande do Sul ao Brasil por uma estreita faixa de terra de 200 km, o que, considerando a disputa gaúcha entre federalistas e republicanos, questionaria a inclumidade do território brasileiro. O êxito do negociador brasileiro, o Barão do Rio Branco, aproximou-o da possibilidade de assumir o comando do Itamaraty, ao passo que, nitidamente contrariado, o chanceler argentino, Zeballos, valeu-se do fracasso para dar início a uma escalada de tensões entre os Estados fronteiriços.
Gabarito "C"

7. A ERA VARGAS (1930-1945)

7.1. O PROCESSO POLÍTICO E O QUADRO ECONÔMICO FINANCEIRO

(Diplomacia – 2009 – CESPE) As crises sucessivas dos anos 20 do século passado anunciavam o esgotamento da Primeira República, cujo colapso foi precipitado pela Revolução de 1930, que deu início à Era Vargas, cuja última etapa foi o Estado Novo (1937-1945), período ostensivamente ditatorial. A respeito desse período da história do Brasil, assinale a opção correta.

(A) Os anos 20 do século passado foram marcados pelos levantes tenentistas, que, reprimidos na primeira tentativa (Forte de Copacabana, Rio de Janeiro, 1922), obtiveram duas expressivas vitórias militares contra as forças federais - em São Paulo, em 1924, e com a Coluna Prestes, entre 1925 e 1927.
(B) O consenso em torno da candidatura presidencial de Vargas, em 1929, sendo João Pessoa candidato a vice-presidente, refletia a convergência de interesses entre os grupos políticos dominantes em São Paulo e Minas Gerais, fortalecia a "política do café-com leite" e afastava o perigo de ruptura institucional.
(C) Característica marcante da Era Vargas foi, desde o início, a crescente ampliação da capacidade de intervenção do Estado na economia, na sociedade e na condução da política nacional, que restringia o poder das oligarquias regionais e a força do federalismo.
(D) O clima de crescente radicalização e mobilização ideológica, em meados da década de 30 do século passado, quando a irrupção do novo fenômeno de uma política de massas tomou conta do Brasil, teve, na Ação Integralista Brasileira e na Aliança Nacional Libertadora, respectivamente, os principais expoentes das posições políticas de esquerda e de direita.
(E) A uniformidade de posições que caracterizava o Estado Novo e que dera a Vargas a sustentação política para editar as leis de proteção ao trabalho, como a CLT, também se manifestou na esfera militar, o que explica a decisão de entrar na guerra contra o nazi-fascismo pouco depois de iniciado o conflito mundial.

A: Incorreto. Os levantes tenentistas foram sucessivamente reprimidos pelas forças federais. No episódio conhecido como a Revolta dos 18 do Forte, de 1922, o governo de Epitácio Pessoa combateu a insatisfação de 17 tenentes, que se opuseram as forças legalistas. Sobreviveram apenas Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Na compreensão de José Murilo de Carvalho, o tenentismo, conformado por oficiais de baixa e média patente do Exército brasileiro, levantou-se contra a própria situação dos tenentes no seio dos Forças Armadas, contra a perenização das oligarquias no poder, contra o voto de cabresto e secreto, e em benefício da reforma na educação pública. Em 1924, Miguel Costa, apesar de ser um oficial de alta patente, liderou a Revolução Paulista. Bombardeada a cidade de São Paulo pelas forças legalistas, Costa fugiu para Foz, onde surgiu a Coluna Miguel Costa-Prestes. Embora a Coluna não tenha conhecido derrotas, ficou distante do objetivo basilar de controlar o Rio de Janeiro. Nesse sentido, não é de rigor salientar uma vitória militar. Miguel Costa abandonou a Coluna no exílio, na Bolívia, e foi tão somente a partir de 1930 que Prestes se declarou comunista;
B: Incorreto. A Revolução de 1930 deriva do apoio de Washington Luís ao paulista Júlio Prestes, que se opôs, nas eleições desse ano, ao mineiro Antônio Carlos e à chapa encabeçada por Vargas e por João Pessoa como vice. O embate caracterizou o rompimento da política do café com leite, visto que a Aliança Liberal, que congregava as dissidências oligárquicas de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba, era contrária ao candidato paulista. Júlio Prestes ganhou com 57% dos votos, mas o crime passional que levou à morte de João Pessoa foi usado como pretexto para impedir a posse do candidato eleito e para dar início à Revolução de 1930;
C: Correto. As primeiras medidas de Vargas foram agenciadas em benefício do arrefecimento das forças oligárquicas regionais. Na esfera municipal, aumentou-se a repressão ao coronelismo, promoveram-se cassações políticas e criou-se a Justiça Eleitoral, atrelada ao Judiciário. Substituiu-se, nesse sentido, a Comissão de Verificação de Poderes, que empregava a degola para evitar a diplomação dos eleitos contrários aos interesses da República. No nível estadual, Vargas promoveu políticas de repressão aos Estados indisciplinados. Nomeou, para esse fim, interventores vinculados à União. No âmbito federal, reprimiu-se a política do café com leite;
D: Incorreto. A Ação Integralista Brasileira era a principal expoente das posições políticas de direita e a Aliança Nacional Libertadora, de esquerda. A primeira era nacionalista, pregava o militarismo corporativista, o anticomunismo e o antiliberalismo. Plínio Salgado era seu arauto. A Aliança Nacional Libertadora – que não se confunde com a Aliança Libertadora Nacional, fundada durante a Ditadura de 1964 – preconizava, por sua vez, a suspensão da dívida externa, a intervenção do Estado na economia, o anti-imperialismo, o antifascismo e a reforma agrária. Tinha na figura de Prestes seu o principal líder. Os embates entre a AIB e a ANL ocasionaram a criação da Lei de Segurança Nacional, que se contrapunha ao lema "todo poder à ANL", de cunho leninista;
E: Incorreto. A uniformidade de posições do Estado Novo derivou mais da censura imposta pelo governo, por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda, do que de uma real unidade política. A sistematização do programa oficial do governo, coordenada em forma de palestras ministradas por Antônio Marcondes Filho, deu origem à "A hora do Brasil", com exibições radiofônicas diárias. Na visão de Francisco Weffort, seria uma manipulação de Vargas das massas populares. Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, não obstante, salientam uma lógica de reciprocidade entre os trabalhadores, que apoiavam Vargas, e o chefe do Executivo, que agia em benefício daqueles. Note-se, outrossim, que a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial caracterizou-se, na expressão de Gerson Moura, pela equidistância pragmática de sua política externa. Em outras palavras, o apoio incondicional do Brasil aos Aliados ocorreu tardiamente. O rompimento de relações diplomáticas teve lugar em 1942, assim com a declaração de guerra. O envio de tropas, constituídas sob a Força Expedicionária Brasileira, somente aconteceu em 1944.
Gabarito "C"

7.2. A CONSTITUIÇÃO DE 1934. A CONSTITUIÇÃO DE 1937: O ESTADO NOVO

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito do Estado Novo, implantado pela Constituição de 1937.

(A) Comparada à Constituição de 1934, a nova carta apresentava como característica nítida a descentralização do poder.
(B) O Plano Cohen serviu de pretexto para o reforço do autoritarismo.
(C) A Lei de Segurança Nacional, até hoje vigente, foi proposta após a instauração da nova carta.
(D) Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira, foi um dos grandes beneficiados pelo novo regime político.
(E) Imediatamente após a implantação do Estado Novo, Getúlio Vargas substituiu todos os governadores de estado.

A: Incorreto. A Constituição de 1937 era fortemente centralizadora.

Permitia ao presidente do Executivo nacional a nomeação de interventores estaduais em qualidade de cargos de confiança. Não diferia, nesse sentido, da Carta de 1934. A queima das bandeiras estaduais, na Praça XV, que deu origem à emergência da literatura regionalista, é símbolo do repúdio ao estadualismo. Ressalte-se, não obstante, que todas as Constituições republicanas do Brasil mantiveram a estrutura federativa de governo;
B: Correto. O Plano Cohen foi forjado por Olímpio Mourão Filho com o objetivo de combater uma hipotética segunda intentona comunista – a primeira ocorrera em 1935 - orquestrada por um judeu comunista. Embora o plano de contenção carecesse de veracidade, Vargas utilizou-o para dar o golpe silencioso, pois sem oposição, de 30 de setembro de 1937. Mourão Filho, que não teve ligação com a difusão do documento, foi preso por atuar sem autorização do governo;
C: Incorreto. A Lei de Segurança Nacional de 1935 definia crimes militares de orientação política e contra a segurança do Estado. A Lei de Segurança Nacional em vigor assegurava a segurança nacional em caso de desordem e desacato à lei na esfera estadual;
D: Incorreto. Embora Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), tenha beneficiado-se da nomeação para o Ministério da Educação no início do Estado Novo, disputas entre o governo e a AIB levaram à ruptura de entendimentos, que culminou no Levante Integralista, de 1938. Com efeito, Vargas fechou os partidos, entre os quais a AIB, e proibiu a maçonaria;
E: Incorreto. Os interventores instituídos por Vargas surgem na Revolução de 1930; não houve, portanto, imediata substituição dos governadores de Estado com a implantação do Estado Novo em 1937.
Gabarito "B".

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Getúlio Vargas governou o Brasil entre 1930 e 1945. Esses quinze anos da Era Vargas sintonizaram o país com a história mundial, seja pela adoção de nova concepção de Estado, crescentemente centralizadora e autoritária, seja pela participação direta na Segunda Guerra, ou, ainda, pela decisão de modernizar a economia brasileira. Assinale a opção que NÃO apresenta aspectos marcantes desse período.

(A) Se, na Primeira República, a questão social era vista como "caso de polícia", com Vargas, o Brasil adota a moderna concepção de direitos sociais, de que seriam exemplos exponenciais as sucessivas leis trabalhistas que dão origem, em pleno Estado Novo, à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
(B) As negociações que envolveram a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contribuíram para que o país decolasse relativamente à indústria pesada, ponto de partida para a moderna industrialização. Símbolo desse processo foi a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), com a construção da usina de Volta Redonda.
(C) Rompendo com os padrões conservadores da Primeira República, a liderança de Getúlio Vargas distinguiu-se por opções claras e lineares, não hesitando em colocar-se ao lado dos países que combateram as potências do Eixo na Segunda Guerra.
(D) Para concretizar o golpe de 1937, origem do ditatorial Estado Novo, Vargas contou com o apoio das lideranças militares, além de se valer do clima de radicalização ideológica que, acompanhando o panorama europeu, era protagonizado pelas forças políticas de esquerda e de direita - esta majoritariamente conduzida pela Ação Integralista Brasileira.
(E) Visto por muitos como manifestação brasileira dos vários fascismos que vicejaram na Europa dos anos 1930, o Estado Novo suprimiu o Poder Legislativo, cassou o registro dos partidos políticos, asfixiou a federação, estabeleceu férrea censura e fez uso contínuo da repressão e de instrumentos de propaganda do regime e de seu líder máximo.

A: Correto. José Murilo de Carvalho, em **Cidadania no Brasil: o longo caminho**, destaca o arrefecimento dos direitos sociais, na Primeira República, sem prejuízo para a consolidação, ao menos jurídica, dos direitos políticos e civis. Nesse sentido, não surpreende que as questões sociais fossem vistas como casos de polícia. A lógica adotada, no Estado Novo, inverteu-se: foram privilegiados os direitos sociais em detrimentos dos civis e dos políticos. Exemplo notório desse favorecimento é a lei de Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que instituía direitos mínimos, o salário mínimo e a obrigatoriedade de possuir a carteira profissional;
B: Correto. A aproximação com os EUA foi negociada, durante a era Vargas, de forma a obter investimentos para o desenvolvimento da indústria pesada nacional. A Companhia Siderúrgica Nacional é o maior símbolo dessa política de barganhas;
C: Incorreto, devendo ser assinalado. Consoante expressão de Gerson Moura, o Brasil adotou a estratégia de equidistância pragmática, até 1940, privilegiando ora os países do Eixo, ora os Estados Aliados. Nesse sentido, em discurso a bordo do porta-aviões Minas Gerais, em 11 de junho de 1940, por ocasião da comemoração do aniversário da Batalha do Riachuelo, Vargas insinuou uma aproximação maior com os regimes fascizantes. Os EUA, em resposta, outorgaram ao Brasil a possibilidade de desenvolver a indústria pesada nacional, o que associou definitivamente o país aos Aliados;
D: Correto. O golpe de 1937 contou com o apoio das lideranças militares e da Ação Integralista Brasileira. O Plano Cohen, nesse sentido, refletiu a simbiose ideológica entre Vargas e as alas militares. No plano interno, destacava-se o iminente risco de nova intentona comunista, que reproduziria os anseios não concretizados daquela de 1935.**E:** Correto. A Constituição de 1937, de autoria de Francisco Campos, o "Chico Ciência", previa a instituição da República, do federalismo e da tripartição de poderes; previa-se, não obstante, uma votação para referendá-la, o que, ao não ocorrer, legou plenos poderes ao Executivo. Outras características da Carta de 1937 engolfam a previsão da decretação de estado de sítio, de defesa e de emergência: esses institutos jurídicos agiam no sentido de reforçar a figura do presidente, que governava por decretos-lei sem interferência do Legislativo. Suprimido o Poder Legislativo, cassados os registros dos partidos políticos e asfixiada a federação devido à consagração da figura do interventor, o controle de imprensa e os instrumentos de propaganda, em sintonia com os regimes fascizantes da Europa, eram articulados pelo Departamento de Imprensa e Propagando (DIP). O Departamento de Administração e Serviço Público (DASP), por sua vez, fazia a gestão do pessoal vinculado ao governo.
Gabarito "C".

7.3. O CONTEXTO INTERNACIONAL DOS ANOS 1930 E 1940; O BRASIL E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Em discurso a bordo do porta-aviões Minas Gerais, no dia 11 de junho de 1940, Vargas referiu-se às "decadentes democracias" e enalteceu os regimes de força. Em 22 de agosto de 1942, o Brasil rompeu com o Eixo e cedeu bases militares aos EUA. À luz desses antecedentes, assinale a opção que, segundo os estudiosos desse período crítico, é mais condizente com a política externa do Governo Vargas.

(A) diplomacia omissa e pendular.
(B) protagonismo regional.
(C) pragmatismo equidistante.
(D) dependência mediadora.
(E) terceira via.

A política externa do Estado Novo, sob os auspícios de Oswaldo Aranha, definiu-se, na expressão de Gerson Moura, pela equidistância pragmática. Embora, F.D. Roosevelt tenha, desde 1933, posto em prática a política de boa vizinhança, o Brasil, de 1937 a 1940, oscilou entre dois modelos de alinhamento. Com a Alemanha, os incrementos no comércio de compensação suscitou a preocupação dos Estados Unidos, que praticavam, com o Brasil, o modelo liberal de comércio. Essa política de barganhas teria incitado os Estados Unidos a promover o desenvolvimento do Brasil em troca de seu alinhamento, sendo a construção da Companhia Siderúrgica Nacional o exemplo mais emblemático. A historiografia recente, contudo, destaca um precoce alinhamento pragmático do Brasil com os EUA. A cessão das bases de Natal e de Fernando de Noronha, assim como a borracha exportada para os americanos, foram concessões feitas com vistas a multiplicar os investimentos americanos no Brasil. A discurso de Vargas no porta-aviões Minas Gerais, em 1940, no qual não se fez menção explícita à Alemanha ou a Itália, teria sido uma retórica de persuasão

voltada para incitar os EUA a não arrefecer os recursos destinados ao Brasil. Nesse sentido, é sintomática a expansão de investimentos do Eximbank após junho de 1940. A partir de então, o Brasil rompeu, em 1942, relações com o Eixo, declarou guerra no mesmo ano e enviou tropas a Europa, em 1944.

Gabarito "C"

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009 - CESPE) Quanto ao processo político brasileiro no século XX, julgue os itens subsequentes.

(1) Durante a Primeira República, os estados tinham ampla autonomia política e financeira.

(2) A Revolução de 1930 colocou no poder Getúlio Vargas, que nele permaneceu como ditador por quinze anos, no chamado Estado Novo. Deposto em 1945, Vargas voltou à presidência pelo voto popular em 1950, mas suicidou-se em 1954, antes de concluir o mandato.

(3) Uma das causas do golpe militar de 1964 foi a tentativa do presidente João Goulart de implementar o Programa de Reformas de Base de caráter socialista, que propunha a coletivização das terras.

1: Correto. O tipo de federalismo adotado durante a Primeira República dava amplas competências aos Estados federados, notadamente a cobrança de tributos oriundos das exportações. Os Estados tinham autonomia militar, em que podiam criar seus próprios exércitos; judiciária, com os tribunais de justiça estaduais; eleitoral, para a eleição de prefeitos e de presidentes de estado; finalmente, os estados tinham autonomia para contrair empréstimos externos.
2: Errado. A Revolução de 1930, embora inaugurasse período de restrição política, tanto no que concerne aos Estados como às liberdades individuais, não encetou uma ditadura de quinze anos ininterruptos. Prova disso é a promulgação da Constituição de 1934, que somente em 1937, com a instituição do Estado Novo, veio a ser tolhida em suas bases democráticas.
3: Errado. Embora o Programa de Reformas de Base faça parte do receituário econômico adotado por João Goulart, o que não agradava as alas liberais-conservadoras, não se entabulou processo de coletivização das terras. A reforma agrária de João Goulart buscou promover a redistribuição das terras, nas bases da propriedade privada, e não a coletivização agrária, conforme se acusou Goulart no âmbito das Forças Armadas.

Gabarito 1C, 2E, 3E

7.4. INDUSTRIALIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Em seu primeiro governo (1930-1945), Getúlio Vargas concebeu o desenvolvimento do Brasil pela via da industrialização. Acerca desse assunto, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) A resistência à mudança econômica provinha dos militares, porque ainda estavam ligados às elites fundiárias da Primeira República.

(2) A recessão do capitalismo levou ao malogro o projeto industrial de Getúlio Vargas.

(3) A aliança com os EUA, no contexto da Segunda Guerra Mundial, foi utilizada por Getúlio Vargas para promoção da indústria.

(4) Nessa fase da industrialização, tendo outras prioridades, Getúlio Vargas não cuidou dos direitos trabalhistas.

1: Errado. A resistência à mudança econômica provinha das antigas elites fundiárias, que Vargas buscou debelar nos três níveis de governo. Os militares, consoante tese de José Murilo de Carvalho, em **As Forças Armadas na Primeira República,** eram instituições totais, na expressão de Erving Goffman. Em outros termos, possuíam vida autônoma, percebendo-se alianças e dissidências no seio das Forças Armadas, que, por conseguinte, não eram homogêneas em seus interesses políticos. Os oficiais de baixa e média patente do Exército notabilizaram-se pelos levantes tenentistas dos anos de 1920. Conformado por classes baixas e médias em ascensão, o inchaço do contingente militar, especialmente no Exército, promoveu dissidências, que buscavam combater a perpetuação das oligarquias no poder;
2: Errado. O Brasil foi um dos últimos países a ser afetado pela crise de 1929 e um dos últimos a sair. Em face ao cenário recessivo de 1929, duas possibilidades apresentavam-se a Vargas. A primeira eximia o governo de intervir no balanço de pagamentos, o que teria acarretado a queda das importações e, subsequentemente, da arrecadação fiscal. A segunda preconizava a intervenção estatal na economia para emitir moeda de forma a comprar e queimar café, para sustentar seu preço internacional, e contrair empréstimos externos para o mesmo fim, caso a emissão não fosse suficiente. A adoção da segunda vertente por Vargas denuncia, na compreensão de Celso Furtado, um keynesianismo precoce, visto que a **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda** é de 1936. A politica anticíclica de Vargas, ainda, advogou a adoção de medidas protecionistas, de crédito às exportações e de ampliação dos subsídios governamentais. O surgimento da política de industrialização por substituição de importações, nesse sentido, visava menos reduzir as importações do que substituí-las pelo adensamento da cadeia produtiva interna. Importar-se-iam bens de capital para ampliar a produção interna como forma de debelar a recessão imposta pela crise de 1929;
3: Certo. Na expressão de Gerson Moura, a política externa de Vargas, de 1937 a 1940, caracterizou-se pela equidistância pragmática. O Brasil oscilou entre o alinhamento com os EUA e com a Alemanha de forma a angariar investimentos para a promoção da indústria nacional. A preferência pelo modelo norte-americano, a partir de 1940, decorreu do pragmatismo político que vislumbrava nessa aliança maior adensamento da cooperação econômica. Em 1941, Franklin D. Roosevelt ordena ao Eximbank a liberação de recursos para o financiamento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no Brasil. Para os EUA, seria mais vantajoso privilegiar o desenvolvimento industrial do Brasil do que se obrigar, eventualmente, a ocupar o Nordeste, região cobiçada nos planos expansionista da Alemanha fascista;
4: Errado. É precisamente nessa fase de industrialização que Vargas, na visão de Ângela de Castro Gomes, consolida *a invenção do trabalhismo.* Em 1940, criou-se o salário mínimo. Em 1943, a legislação trabalhista foi sistematizada na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que ampliou os direitos sociais e sindicais. A divulgação da CLT ocorreu mediante a radiodifusão, tendo Alexandre Marcondes Filho participado ativamente na "Hora do Brasil", as celebrações dos aniversários do Estado Novo e os comícios do 1 de Maio.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2005 – CESPE) O histórico padrão econômico seguido pelo Brasil somente "começou a ser desmontado após 1930". No que concerne ao papel da Revolução de 30 no contexto da experiência republicana brasileira, julgue (C ou E) os itens que se segue.

(1) A Revolução de 30 rompeu com a hegemonia política em mãos da burguesia do café ao longo de toda a Republica Velha. A perda de poder político das antigas elites, substituídas por novos grupos ascendentes, foi a tônica do período iniciado com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

(2) Na década de 20, acentuou-se o quadro de crise crescente que prenunciava o colapso da Republica Velha, de que são exemplos notáveis, entre outros, as revoltas tenentistas e o prolongado estado de sitio que vigorou sob a presidência de Artur Bernardes.

(3) Foi flagrante o impacto sobre a economia brasileira da quebra da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida em outubro de 1929. Ao atingir vigorosamente o café, contribuiu para o agravamento da crise institucional que desaguou na deposição do presidente Washington Luís.

(4) Sob os efeitos da depressão dos primeiros anos da década de 30, o governo Vargas propôs a reorientação da economia brasileira, estimulando a diversificação agrícola e, sobretudo, sinalizando para a necessária adoção de uma política industrial que inserisse o país no ritmo da economia mundial.

1: Errado. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder não se caracterizou pelo arrefecimento completo das antigas elites rurais. As sucessivas políticas de valorização do café, agenciadas após a Revolução de 1930, denotaram a coordenação governamental da política agrícola. Exemplos emblemáticos são os institutos brasileiros do café, do álcool e do açúcar. Vargas, no que concerne a sua procedência política, fazia parte das estruturas oligárquicas de poder, embora tenha buscado debelá-las após 1930;
2: Certo. A emergência do tenentismo no episódio dos 18 do Forte, em

1922, e na Revolução Paulista, em 1924, levaram o regime de 1889 a seus estertores finais. A crise eleitoral e 1930, a seu turno, foi o estopim para o surgimento de uma nova estrutura política de poder;
3: Certo. Embora a crise de 1929 não esteja na raiz do término da República Velha, contribuiu substancialmente para o agravamento da crise institucional. A vertiginosa queda no preço do café atiçou o conflito entre as elites rurais e os movimentos dissidentes;
4: Certo. Sob os efeitos da crise de 1929, o governo de Vargas propôs o reordenamento produtivo brasileiro, ao incentivar, a um só tempo, a diversificação agrícola e a adoção de uma política industrial, consubstanciada na industrialização por substituição de importações. A análise de Celso Furtado assinala o início da industrialização no advento da Revolução de 1930. A Teoria dos Choques Adversos, não obstante, advoga a existência de focos industriais durante a República Velha. Consoante essa teoria, choques externos à economia brasileira – como o cambial, o comercial e o estrutural, configurado pela Primeira Guerra Mundial - teriam ensejado a industrialização do pais. Nesse sentido, o Estado não teria papel basilar na industrialização da produção. Furtado, em nítido contraste, caracteriza esses focos industrias como surtos não planejados e, portanto, efêmeros: o Estado, por conseguinte, seria a garantia da implantação de um processo de industrialização de longo prazo.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

7.5. SOCIEDADE E CULTURA

(Diplomacia – 2006 – CESPE) O Estado Novo caracterizou-se pela prática intensa de políticas territoriais, o que exigiu a modernização do aparato estatal. Julgue (C ou E) se as medidas apresentadas nos itens seguintes foram adotadas para essa modernização do Estado.

(1) atualização das informações sobre o país, com a realização de um recenseamento nacional.
(2) definição de regionalização oficial do território nacional.
(3) criação de legislações a respeito do uso e da conservação de recursos naturais, como água, florestas e minerais.
(4) aprimoramento da estrutura de representação política, com a consolidação de práticas democráticas de decisão.

1: Certo. O Estado Novo buscou sistematizar as informações demográficas, econômicas e geográficas do Brasil, ampliando as competências do IBGE, criado em 1934;
2: Certo. A primeira regionalização oficial do território nacional data de 1945. Adotou-se o princípio de regiões naturais, consoante a regionalização realizada, no âmbito acadêmico, por Delgado de Carvalho, em 1913. As regiões econômicas atuais realizadas pelo IBGE datam de 1969;
3: Certo. O Estado Novo foi responsável pela criação do Código de Águas, do Código de Minas e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA);
4: Errado. O Estado Novo caracterizou-se pelo adoção de instituições autoritárias de poder. O Congresso Nacional foi fechado e os registros políticos dos partidos cassados. Os interventores, nomeados pelo presidente da República, substituíram os governadores estaduais antes eleitos.
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

8. A REPÚBLICA LIBERAL (1945-1964)

8.1. A NOVA ORDEM POLÍTICA: OS PARTIDOS POLÍTICOS E ELEIÇÕES; A CONSTITUIÇÃO DE 1946

Texto - para as próximas duas questões.

Com a queda do Estado Novo, grupos organizados passaram a defender projetos de sociedade, de economia, de organização social e de cultura. Retomar a tradição liberal interrompida com a Revolução de 1930 ou dar continuidade às políticas públicas intervencionistas era a discussão que passou a dominar os debates. Nacionalismo, industrialização com base em bens de capital, proposta de fortalecimento de um capitalismo nacional, criação de empresas estatais em setores estratégicos e valorização do capital humano com redes de proteção social permitiram que, na década de 50, os próprios comunistas aderissem às propostas dos trabalhistas.

Outro projeto seduziu as elites empresariais, políticas e militares, além das classes médias conservadoras. Esse projeto liberal-conservador tinha na UDN seu principal instrumento político e caracterizava-se, entre outros aspectos, pelo antigetulismo, pelo moralismo e pelo anticomunismo. Durante toda a experiência democrática brasileira, entre 1945 e 1964, ambos os projetos disputaram a preferência do eleitorado. No entanto, três momentos resultaram em situações de grande conflito: a crise de agosto de 1954, o golpe preventivo liderado pelo general Lott em novembro de 1955 e a Campanha da Legalidade de 1961.

Jorge Ferreira. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. *In*: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (orgs.). **O Brasil Republicano:** o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 303-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Considerando o contexto histórico do regime liberal-conservador brasileiro, vigente entre 1946 e 1964, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Iniciado no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, o governo do marechal Eurico Gaspar Dutra assinalou, entre outros aspectos, a inserção do Brasil nas teias da Guerra Fria, que então se inaugurava. Entre as decisões tomadas pelo país no período, citam-se o apoio à diplomacia norte-americana, o rompimento de relações com a União Soviética e a cassação do registro do Partido Comunista, com a consequente perda do mandato dos parlamentares.
(2) O desfecho trágico da crise de agosto de 1954 teve profunda repercussão política, embora seus efeitos tenham-se diluído nos meses seguintes. Com o suicídio do presidente Vargas, desarticularam-se as forças políticas trabalhistas, fator decisivo para o resultado alcançado nas eleições presidenciais do ano seguinte.
(3) Os Anos JK trouxeram, do ponto de vista da administração pública, a inovação do planejamento, consubstanciado no Plano de Metas. A repressão política foi compensada pelas fartas realizações do período, as quais estimularam a autoestima nacional, e, graças à austeridade fiscal e monetária, a inflação manteve-se em níveis irrisórios.
(4) Líder populista e carismático, típico exemplo de político de esquerda gerado pela histórica desigualdade latino-americana, Jânio Quadros venceu por pequena diferença de votos as eleições de 1960, a despeito da cerrada oposição que lhe foi movida pelas elites empresariais e políticas do país.

1: Certo. Em 1947, George Kennan, diplomata norte-americano, lançou a doutrina da contenção, que preconizava o arrefecimento da expansão do comunismo. Em claros sinais de alinhamento com os EUA, o Brasil aderiu prontamente ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e não reconheceu a República Popular da China, estabelecida, em 1949, por Mao Zedong. O rompimento das relações diplomáticas com a URSS, em 1947, não está diretamente vinculado ao alinhamento com EUA; tratou-se de um reflexo da política interna na externa, visto que, no mesmo ano, o PCB e seus membros foram cassados. O governo de Dutra e a chancelaria de Raul Fernandes buscavam, com o alinhamento, ampliar os investimentos dos EUA no Brasil. O fracasso dessa política de barganhas é retratado, na expressão de Gerson Moura, em **Sucessos e ilusões**, pelo alinhamento sem recompensas. Em 1950, Raul Fernandes entregou ao embaixador dos EUA no Rio de Janeiro, Herschel Johnson, o memorando da frustação, no qual o Brasil fazia transparecer suas insatisfações com o alinhamento aos EUA;
2: Errado. O desfecho trágico da crise de agosto de 1954 deu lugar a um renovado viço das forças políticas trabalhistas. Os EUA e a UDN foram acusados pelo suicídio de Vargas. A sede da UDN foi invadida e a embaixada norte-americana atacada. O PCB aliou-se artificialmente aos seguidores de Vargas. Nas eleições de 1955, o PTB associou-se ao PSB, para apoiar a candidatura de JK. Note-se que, entre as causas

que levaram ao suicídio de Vargas, a historiografia salienta: i) a crise do aumento de 100% do salário mínimo; ii) a demissão forçada de João Goulart do Ministério do Trabalho; iii) o manifesto dos coronéis contra Vargas; iv) a Força Aérea Brasileira e a instauração da República do Galeão; v) as pressões da UDN; e vi) as pressões dos EUA contra o monopólio instituído da Petrobras;
3: Errado. Não há consenso historiográfico sobre a existência de um real planejamento consubstanciado no Plano de Metas. Ao passo que, por um lado, parte da historiografia aponta para a improvisação e a ausência de um orçamento fixo; por outro, não se descuidou de salientar a materialidade do Plano. Os anos de JK não se caracterizaram pela repressão política. No contexto econômico, as contas do governo entraram em déficit e ampliou-se a dívida externa. A inflação disparou e as acusações de corrupção fizeram-se presentes. Não por acaso, a campanha de Jânio Quadros advogava o saneamento das contas públicas, o controle da inflação e o combate à corrupção;
4: Errado. Jânio Quadros foi eleito, em 1960, por uma ampla coligação liderada pela UDN, partido urbano encabeçado pelas elites empresariais. Nessas eleições, Jânio obteve esmagadora vitória contra o Marechal Henrique Lott, mas não conseguiu eleger seu vice, Milton Campos. Ao antigetulismo de Quadros somou-se ao petebismo do vice-presidente eleito, João Goulart. A chapa Jan-Jan, como ficou conhecida, marcou o início da situação de ingovernabilidade que caracterizou o curto governo de Quadros, de janeiro a agosto de 1961.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Tendo o texto como referência inicial e considerando aspectos marcantes do processo histórico brasileiro entre 1945 e 1964, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) A instituição do monopólio estatal do petróleo, simultaneamente à criação da PETROBRAS, decorreu de ampla campanha de mobilização popular (“o petróleo é nosso”), momento singular em que, pela primeira e única vez, defensores dos projetos nacional-desenvolvimentista e liberal-conservador se uniram, convictos do caráter estratégico daquela decisão para o futuro do país.

(2) Sob o ponto de vista econômico, o governo JK se opôs à política getulista, o que explica, em larga medida, o rompimento, em sua sucessão, da aliança PSD–PTB, fato facilitador da vitória do oposicionista Jânio Quadros, candidato escolhido pela UDN.

(3) A renúncia de Jânio à presidência da República, poucos meses depois de iniciado seu governo, jogou o país em grave crise política, na qual se fez presente a perspectiva de guerra civil. Acusado de esquerdista e de comprometido com o radicalismo sindical, o vice-presidente, João Goulart, teve sua posse contestada pelos adversários do getulismo, representados, naquela tensa conjuntura, pelos três ministros militares.

(4) Considerada por alguns como solução de compromisso e, por outros, como golpe branco, a adoção do parlamentarismo possibilitou a Jango assumir a chefia do Estado. O retorno ao presidencialismo, por força do plebiscito de 1963, permitiu a Goulart executar seu programa reformista, excetuando-se a reforma agrária.

1: Questão anulada. A anulação foi justificada pela banca do CESPE com base na ideia que a UDN teria chegado a apresentar um projeto substitutivo aquele que criaria a Petrobras. Em 1953, o Senado outorgou o monopólio estatal do petróleo, exceção feita às distribuidoras e às refinarias anteriores ao ano referido. A criação subsequente da Petrobras derivou de intensa campanha nacional-desenvolvimentista, a qual aliaram-se alguns setores liberais-conservadores, encabeçados pela UDN. Nesse sentido, a UDN participou da campanha “o petróleo é nosso”. A união entre nacionais-desenvolvimentistas e liberais-conservadores ocorreu novamente na política brasileira. Exemplo disso é a aproximação da ala denominada “Bossa Nova” com JK. A “Bossa Nova” era um grupo dissidente da “Banda de Música”, composta por udenistas radicais, dentre os quais Carlos Lacerda;
2: Errado. O governo JK não se opôs à política getulista; tendo, em certa medida, prosseguido o pensamento intervencionista característico de Vargas. A sucessão de JK articulou-se na campanha formada pelo PSD e pelo PTB, na qual foram lançados os nomes de Marechal Henrique Lott, para a presidência, e de João Goulart, para a vice-presidência;
3: Certo. As incompatibilidades entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional levaram à crise de agosto de 1961, na qual Jânio fracassou ao tentar comprovar a fidelidade do poder Legislativo ao seu governo. Inspirado em Nasser, presidente do Egito de 1954 a 1970, que ameaçava renunciar nos casos nos quais o Congresso a ele se opusesse, Quadros tentou aplicar a fórmula no Brasil e, sem êxito, renunciou. A sociedade brasileira polarizou-se, de um lado, entre o PTB e os sindicalistas urbanos, que advogavam a legalidade constitucional; e, de outro, entre a UDN e os três ministros militares, que preconizavam o golpe. A solução foi negociada no Congresso Nacional. Emendou-se a Constituição Federal de 1946 com a adoção do parlamentarismo: João Goulart seria o chefe do Estado e Tancredo Neves, do governo. O plebiscito de 1965 daria ao povo o direito de eleger o sistema de governo. Ao antecipá-lo, em 1963, João Goulart promoveu a restauração do presidencialismo e o fim do parlamentarismo, que contou com três primeiros-ministros, Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima;
4: Errado. A volta ao presidencialismo permitiu a Goulart retomar suas reformas de base; entre elas, a agrária, a urbana, a bancária e a educacional. Em março de 1964 assinou-se a Lei da Reforma Agrária, pelo meio da qual se indenizariam as desapropriações com títulos da dívida pública. O rápido apoio das Ligas Camponesas, encabeçadas por Francisco Julião, às reformas de Goulart levaram ao paroxismo as tensões com as facções militares. Essa polarização, que deu lugar ao golpe de abril de 1964, surgiu no fracasso das negociações de Jango com o Congresso e da subsequente preferência do presidente por angariar apoio político diretamente nas ruas, por meio de comícios, para aprovar suas leis. O quadro a seguir lista os fatores de radicalização política:
Gabarito 1 Anulada, 2E, 3C, 4E

Texto – para as próximas duas questões

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade da década de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema “50 em 5”.

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). **Relações internacionais:** visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005 – CESPE) A crise final do regime instaurado em 1946 ocorreu, nos convulsionados primeiros anos da década de 60, expresso no texto VI. Assinale a opção correta acerca do período de quase duas décadas de normalidade democrática vivida pelo país, após a derrocada da ditadura getulista.

(A) Em meio à estrutura partidária que comandou o processo político brasileiro a partia de 1946, o Partido Social Democrático (PSD), criado à revelia de Vargas, notabilizou-se pela defesa de um agressivo reformismo e pelo combate ao tradicional clientelismo fisiológico herdado da República Velha.

(B) Entre as grandes agremiações partidárias existentes nesse período, nenhuma se comprometeu mais com o desenvolvimento autárquico do país, avesso a qualquer forma de associação com capitais estrangeiros, que a União Democrática Nacional (UDN).

(C) A trajetória eleitoral do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

foi ascensional e, quanto mais o partido se livrara de seus componentes fisiológicos, acentuando uma consistência ideológica que o identificava crescentemente com a defesa de posições nacionalistas e reformistas, mais ampliava sua base eleitoral e sua representação parlamentar.

(D) O Brasil não teve participação no período áureo da Guerra Fria, sequer indireta. Isso se explica, provavelmente, pela pouca visibilidade internacional do país naquela conjuntura.

(E) No pós-Segunda Guerra, o Brasil avançou em seu projeto de modernização econômica, em larga medida sustentado pela industrialização, a qual, por mais paradoxal que possa parecer, não se fez acompanhar de urbanização que modificasse a fisionomia do país.

A: Incorreto. O Partido Social Democrático (PSD) não surgiu à revelia de Vargas, visto que os eleitos por esse partido eram, na maioria, antigos interventores do Estado Novo. Tampouco o PSB combateu o tradicional clientelismo fisiológico herdado da República Velha, já que sua base de apoio eram os proprietários rurais. As principais lideranças do PSD articulavam-se com Dutra e JK;
B: Incorreto. A União Democrática Nacional (UDN) tinha por base de apoio as classes médias urbanas, os profissionais liberais e os setores empresariais; não era, portanto, avesso a qualquer forma de associação com capitais estrangeiros. A exceção a essa lógica comportamental constituiu a campanha "o petróleo é nosso, quando a UDN associou-se ao nacional-desenvolvimentismo para garantir o monopólio da Petrobras. A UDN conglomerava lideranças como as de Carlos Lacerda, de Afonso Arinos e de Raul Fernandes;
C: Correto. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) contava com o apoio dos sindicatos urbanos e dos empresários urbanos. Sua ascensão configurou-se pela homogeneidade ideológica em defesa de posições nacionalistas e reformistas, em nítida oposição à UDN. Vargas fundou-o em 1946 e contou, ainda com o respaldo de João Goulart e de Leonel Brizola;
D: Incorreto. O Brasil participou da Guerra Fria, consoante Gelson Fonseca Jr., como potência média, capaz de afetar a estrutura das relações internacionais, mas não de a determinar ou a influenciar – retomando conceitos de Robert Keohane. Ao passo que os governos de Dutra e de Castelo Branco advogaram maior alinhamento com os EUA; sob a gestão de Quadros/Goulart, Geisel e Figueiredo optou-se por um padrão de inserção principista e pragmático, orientado pela autodeterminação dos povos e pela diversificação de parcerias;
E: Incorreto. Na virada dos anos de 1960 para os de 1970, o Brasil tornou-se um país majoritariamente urbano, com especial destaque para o crescimento exponencial das metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro. O processo de urbanização seguiu estreitamente o de industrialização.
Gabarito "C".

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Relativamente ao "esforço de modernização nacional" que, conforme o texto VI, a Era Vargas o iniciara e os anos 50 o impulsionaram, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce, surgidas na Era Vargas, expressavam um projeto de desenvolvimento que, ante a carência de capitais privados nacionais, requeria a forte presença do Estado como agente econômico.

(2) A criação da Petrobras, em 1953, coroou um processo de ampla mobilização popular, marcado pela convergência de pontos de vista entre o poder público, os partidos políticos e o conjunto do empresariado brasileiro.

(3) Os Anos JK inauguraram uma forma inovadora de administração pública em que grupos executivos, em ação paralela à dos ministérios e à dos órgãos administrativos tradicionais, puderam planejar e propor, com muito mais desenvoltura, ações menos sujeitas às amarras burocráticas.

(4) O Plano de Metas de JK teve em Brasília a nova capital construída em tempo recorde na área central do país, sua meta síntese, entendida como indutora da interiorização do desenvolvimento nacional.

1: Certo. A Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce surgiram na esteira dos investimentos do Eximbank, no Brasil, como forma de angariar o apoio nacional na Segunda Guerra Mundial. Devido à escassez dos capitais públicos e privados nacionais, o governo Vargas não se eximiu da faculdade de captar recursos externos para promover o desenvolvimento interno.**2:** Errado. A campanha o petróleo é nosso caracterizou-se pelo embate político entre os denominados nacionalistas e os pejorativamente chamados de entreguistas. Eram as forças varguistas opondo-se aos liberais conservadores, que iam de encontro ao monopólio brasileiro do petróleo. A UDN, paradoxalmente, optou por alinhar-se com a ideologia nacionalista na campanha em questão; **3:** Certo. Os anos de JK garantiram maior celeridade do processo democrático na medida em que o Congresso era formado pela base aliada ao presidente, qual seja a do PSB e do PTB. Ainda, a criação de grupos executivos, que propunham metas de industrialização, arrefeceu a morosidade burocrática, visto que não se vinculavam ao processo legislativo. Ainda, o Conselho de Desenvolvimento Econômico assegurou maior participação da sociedade civil no processo decisório; **4:** Certo. A meta síntese, consubstanciada na construção da nova capital, asseguraria a interiorização do país. Seria a força centrípeta das rodovias radiais, da expansão do emprego e da indústria e do desenvolvimento dos vazios territoriais.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

A chegada de Vargas ao poder deu início a uma nova fase da história política brasileira. O enfraquecimento da oligarquia cafeeira, o fortalecimento dos setores urbanos industriais, as pretensões políticas dos estados de segunda grandeza, o descontentamento militar, enfim, todo esse conjunto de fatores conduziu à articulação de novo pacto político. Nesse contexto, Vargas assumiu o poder, situando-se como uma espécie de árbitro dos conflitos. Com o afastamento de Vargas, em 1945, a realização de eleições gerais e a elaboração de novo texto constitucional, as principais forças políticas puderam pactuar a montagem do regime democrático.

Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Sarmento. **A república brasileira: pactos e rupturas**. In: Ângela de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi e Verena Alberti (Orgs.). **A república no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002, p. 462, 473 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010 - CESPE) Com base no texto acima e nos aspectos marcantes da Era Vargas (1930-45) e do processo histórico brasileiro pós-1945, julgue os itens a seguir.

(1) A Era Vargas marca o início do processo de efetiva modernização econômica do país, com a implantação da indústria de base, que teve, na Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, seu grande símbolo.

(2) As principais forças políticas que atuaram no Brasil, entre 1946 e 1964, podem ser sintetizadas nos três grandes partidos do período: PSD, UDN e PTB.

(3) Por meio da ruptura institucional de 1964, instalou-se no Brasil um período de exceção, com vinte e um anos de regime militar.

(4) Com Geisel, o regime autoritário fortalece-se, fecha-se ainda mais e há a edição do Ato Institucional n.º 5, que amplia os poderes discricionários do Poder Executivo.

(5) A eleição direta de Fernando Collor marca o fim do regime militar.

(6) A Era Vargas teve início com a vitória do político gaúcho nas eleições de 1930.

(7) Embora com tendência à centralização político-administrativa, a Era Vargas desconheceu um período claramente ditatorial.

1: Certo. A Era Vargas, embora não tenha, em suas primórdios, abandonado as políticas de modernização agrária, destacou-se pelo adensamento da modernização industrial. A indústria de base foi o alvo principal dos investimentos públicos, constituindo a Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, erguida em 1941, seu grande símbolo.
2: Certo. O período da República Liberal, que se estendeu de 1946 a 1964, teve como forças partidárias maiores a UDN, caracterizada pelo pensamento liberal conservador, o PSD, cujo estrato social eram o gru-

pos rurais, e o PTB, que aglomerou as camadas urbanas trabalhadoras.
3: Certo. A ruptura institucional de 1964, isto é, o golpe militar, deu início ao período de constituição de mecanismos de controle político e de repressão pública. Estendeu-se até 1985, quando iniciou-se o processo de redemocratização.
4: Errado. O governo Geisel caracterizou-se por uma abertura lenta, gradual e segura. Foi, portanto, o princípio da distensão política, que culminou na redemocratização de 1985. O AI-5, mencionado no item, foi aprovado em dezembro de 1968, durante o governo Costa e Silva. Em agosto de 1978, durante o governo Geisel, o AI-5 é revogado pela Emenda Constitucional nº11.
5: Errado. A eleição indireta de Tancredo Neves, composta em conjunção com José Sarney, marcou o início do processo de redemocratização. E a eleição de Collor, assim como seu impeachment, são marcas da consolidação do regime democrático.
6: Errado. Nas eleições de 1930, Getúlio Vargas, representante da Aliança Liberal, perdeu para Júlio Prestes, do Partido Republicano Paulista. A Era Vargas tem início, portanto, no dia 3 de outubro de 1930, quando eclodiram os primeiros levantes, no Rio Grande do Sul, contra as oligarquias que conformavam a Primeira República.
7: Errado. A Era Vargas, especialmente no que se refere ao Estado Novo, caracterizou-se pela instituição de mecanismo de controle político e de repressão pública, conformando, portanto, período ditatorial.
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E, 6E, 7E

8.2. INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Considerando a política econômica do governo Juscelino Kubitschek (JK), classificado como nacional-desenvolvimentista, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) O governo JK promoveu ampla atividade do Estado tanto no setor de infraestrutura quanto no que diz respeito ao incentivo direto à industrialização.
(2) Ao manter a Instrução 113 da SUMOC, baixada no governo Café Filho, JK fortaleceu as empresas nacionais em detrimento das estrangeiras.
(3) O caráter nacionalista que caracterizou esse nacional desenvolvimentismo resultou no robustecimento do Estado empresário em detrimento do capital privado.
(4) O Plano de Metas, implementado nesse governo, fortaleceu o capital nacional, por meio de compras públicas, sem deixar de incentivar a entrada de capital estrangeiro no país.

1: Certo. O governo JK caracterizou-se por promover ampla industrialização do Estado. O Programa de Metas tinha por base a ampliação de investimentos em transportes, em energia, em siderurgia, em alimentação, saúde e educação (o último trinômio recebeu menos de 3% do orçamento). O financiamento ordenou-se em um tripé econômico segundo o qual o governo se encarregaria dos investimentos em infraestrutura, o capital privado nacional se destinaria à produção de bens não duráveis e o capital estrangeiro à de bens duráveis;
2: Errado. A Instrução número 113 da Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC), instituída pelo governo Café Filho e sob Eugênio Gudin, no Ministério da Fazenda, previa a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, o que favoreceu as empresas estrangeiras. As empresas nacionais foram desfavorecidas em face ao crescente investimento estrangeiro direto das matrizes para as filiais instaladas no Brasil. O governo de JK manteve a instrução 113 da SUMOC, vislumbrando nessa uma alavanca para industrialização promovida pelo capital estrangeiro;
3: Errado. O desenvolvimentismo de JK não arrefeceu a possibilidade do capital privado de participar no processo de industrialização do país. Pelo contrário, foi esse um coadjuvante basilar no tripé econômico adotado pelo governo;
4: Correto. O capital nacional e o capital estrangeiro complementaram-se no processo de industrialização. Constate-se que se, por um lado, o governo de JK se notabilizou pelo crescimento econômico, pela interiorização do pais com a meta-síntese e a construção de Brasília, pelo avanço industrial e pelo desenvolvimento regional; por outro, a inflação e a dívida externa cresceram exponencialmente durante o período. Com efeito, o financiamento do Plano de Metas ordenou-se pela captação de dívida externa, pela raspagem das caixas previdenciárias e pela emissão de moeda.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C.

(Diplomacia – 2006 – CESPE) A ideia de modernização no Brasil ganha forte ímpeto durante o governo JK. Em cada item a seguir, julgue (C ou E) se o item apresenta uma realização do governo JK.

(1) instalação da indústria automobilística.
(2) construção da hidrelétrica de Itaipu.
(3) instalação da Companhia Siderúrgica Nacional.
(4) construção da rodovia Belém-Brasília.

1: Certo. O governo de JK promoveu o adensamento do parque automobilístico brasileiro. O desenvolvimento de rodovias radiais, longitudinais, transversais, diagonais e de ligação, assim como a criação de Brasília, ratificam a preferência pela expansão do uso do automóvel;
2: Errado. A criação da hidrelétrica de Itaipu, em consórcio binacional entre o Brasil e o Paraguai, logo ampliado pelo acordo tripartite de 1979 à Argentina, data de aio de 1974. O governo JK foi o responsável pela criação da Hidrelétrica de Três Marias, na região do rio São Francisco;
3: Errado. A Companhia Siderúrgica Nacional foi criada em 1942 pelo governo Vargas;
4: Certo. A rodovia Belém-Brasília constitui uma rodovia radial presente no Plano de Metas de JK.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

O Estado brasileiro, dilapidado por elites espertas e sob o peso burocrático, quebrou no final dos anos 80. Sua máquina apodreceu em várias partes. É quase impossível imaginar que o Estado volte a ter o papel que desempenhou no passado, seja no regime democrático de 1945-1964, seja no regime militar; mas é quase impossível também imaginá-lo reduzido ao Estado mínimo.

Bóris Fausto. **História do Brasil**. 2ª ed.,
São Paulo, 1995, p. 555 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009 - CESPE) Considerando o assunto tratado no texto acima, julgue os itens a seguir.

(1) Tanto no regime militar, quanto na década de 50 do século XX, houve forte presença do Estado na atividade econômica e na regulação da economia.
(2) Com o objetivo de acelerar a industrialização da economia brasileira, o governo de Juscelino Kubitschek concedeu grandes facilidades para o capital estrangeiro.
(3) O esforço industrializante do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) fortaleceu os vínculos entre empresas estatais e o capital estrangeiro.

1: Certo. A década de 1950 caracterizou-se, na esteira do pensamento econômico de Getúlio Vargas, pela forte incidência do Estado nas atividades econômicas. O regime militar, instituído em 1964, embora deslocasse a política econômica da heterodoxia para a ortodoxia, serviu-se do Estado para regular a economia. Havia, nesse sentido, uma finalidade econômica ortodoxa demarcada por instrumentos heterodoxos de regulação.
2: Certo. O financiamento dos investimentos promovidos durante o governo de Juscelino Kubitschek deu-se conforme o que se convencionou denominar de tripé econômico. O governo arcaria com os investimentos em infraestrutura; o capital estrangeiro, com a produção de bens duráveis, conforme ratifica a instalação da Volkswagen no Brasil; e o capital privado nacional, com a produção de bens não duráveis.
3: Errado. Desmantelou-se a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) durante o segundo governo de Vargas, o que se traduziu por arrefecimento dos investimentos externos no país. A criação de Petrobrás, em 1953, embora derivada dos projetos da CMBEU, operou-se com base no capital público nacional. Tamanha foi a campanha para a instituição do monopólio público do petróleo que inclusive a UDN, de características liberais-conservadores, aderiu ao projeto que fez da Petrobrás uma empresa estatal.
Gabarito 1C, 2C, 3E

8.3. POLÍTICA EXTERNA: RELAÇÕES COM OS EUA; A GUERRA FRIA; A "OPERAÇÃO PAN-AMERICANA"; A "POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE"; O BRASIL NA ONU

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Acerca da Política Externa Independente (1961-1964), julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O Chanceler San Tiago Dantas concebia o desenvolvimento com menor dependência externa, advogando uma diplomacia atenta ao interesse nacional.

(2) Convocado para opinar na Organização dos Estados Americanos, o Brasil votou contra o bloqueio naval imposto a Cuba pelos Estados Unidos da América em 1962.

(3) Um dos traços da Política Externa Independente era a autonomia decisória brasileira, a ser mantida nos órgãos multilaterais, com o objetivo de serem defendidos os interesses do desenvolvimento.

(4) O regime militar brasileiro (1964 a 1985), aberto ao ocidentalismo e à interdependência econômica, política e de segurança entre as nações à época da Guerra Fria, abandonou definitivamente os princípios da Política Externa Independente.

1: Certo. Conjuntamente com Afonso Arinos, Hermes Lima, Lins e Silva e Araújo de Castro, San Tiago Dantas conformou a essência da Política Externa Independente (PEI). Chanceler durante os anos de 1961 a 1962, San Tiago Dantas advogou uma diplomacia voltada para a autonomia, o desenvolvimento, a autodeterminação, a descolonização, o pragmatismo e a diversificação de parcerias. Ao todo, o norte da PEI era a defesa desideologizada do interessa nacional. Sua gestão foi marcada pela abstenção do Brasil na votação que buscava suspender Cuba da OEA, pela retomada das relações diplomáticas, em 1961, com a URSS e pela criação da COLESTE – Comissão Especial de Coordenação de Comércio com o Leste Europeu. Em 1963, à frente do Ministério da Fazenda, San Tiago Dantas promoveu o acordo Dantas-Bell, que ensejava condicionar a ajuda econômica dos EUA à estabilização macroeconômica do Brasil e ao pagamento das indenizações às empresas encampadas, em clara adequação aos princípios de economia ortodoxa;
2: Errado. Em outubro de 1962, o Brasil apoiou o bloqueio naval, ou quarentena, impingido a Cuba. Vislumbrava-se na medida a única saída pacifica à crise dos mísseis. Nesse sentido, o voto favorável do Brasil não constitui uma ruptura dentro do ideário da PEI, mas uma continuação em benefício da pacificação de um conflito que poderia assumir dimensões nucleares;
3: Certo. O princípio basilar da PEI orientou-se em torno da inserção internacional autônoma do Brasil, que agiria à margem da idealização do conflito bipolar. Repelindo o conceito de fronteiras ideológicas, o Brasil, sob a PEI, procurou inserir-se na estrutura das relações internacionais sem alinhar-se a quaisquer das duas potências hegemônicas. Deu-se, no que concerna à diversificação de parcerias, continuidade à política externa iniciada por JK, sob a chancelaria de Macedo Soares, Negrão de Lima e Horácio Lafer;
4: Errado. O regime militar, exceção feita ao governo de Castelo Branco e a chancelaria de Vasco Leitão da Cunha e Juracy Magalhães, deu continuidade à inserção autônoma desenvolvida pela PEI. Se, por um lado, Castelo Branco retomou os conceitos de alinhamento automáticos com os Estados Unidos, de fronteiras ideológicas como padrão de atuação na estrutura bipolar das relações internacionais e de círculos concêntricos, que visava garantir a erradicação do comunismo nas esferas do Estado, da região e do mundo; por outro, os governos seguintes retomaram a PEI sob a diplomacia da prosperidade (Costa e Silva), o pragmatismo ecumênico e responsável (Ernesto Geisel) e o universalismo (Figueiredo). Nesse sentido, pode-se dizer, consoante Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, que o governo Castelo Branco foi um passo fora da cadência na característica autônoma da política externa brasileira, assim iniciada por JK e consolidada com a PEI.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Quanto às relações entre Brasil e EUA durante a República Liberal (1945-1964), assinale a opção incorreta.

(A) Na maior parte desse período, prevaleceu o bom entendimento político entre os dois governos.

(B) Os EUA voltavam sua política exterior para o combate ao comunismo, e o Brasil para a promoção de seu desenvolvimento.

(C) O acordo bilateral de cooperação denominado Comissão Mista foi o principal responsável pela construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.

(D) A Política Externa Independente promoveu o universalismo brasileiro em detrimento do alinhamento na Guerra Fria.

(E) O fornecimento brasileiro de minerais estratégicos aos EUA foi elemento importante nas negociações bilaterais durante a década de 50 do século XX.

A: Correto. Durante o período, privilegiou-se ora um alinhamento automático com os EUA, no decorrer da gestão Dutra, ora um desenvolvimento associado, com JK; ora um não alinhamento, no exercício da Política Externa Independente;
B: Correto. Em um contexto de Guerra Fria, os Estados Unidos buscaram articular a estrutura das relações internacionais de forma a adensar o combate ao comunismo. O Brasil, por sua vez, vislumbrava na bipolaridade um meio de aprofundar o desenvolvimento nacional;
C: Incorreto, devendo ser assinalado. A Comissão Mista Brasil-EUA para o desenvolvimento econômico (CMBEUA) foi criada no final da década de 1950 com o escopo de elaborar estudos e projetos de infraestrutura, assim como garantir financiamento para esses. Em contraste com a Comissão Técnica Mista Brasil-EUA, de 1947, também conhecida como Missão Abbink, a CMBEUA financiou projetos no Brasil, ainda que de pequeno vulto. O surgimento do BNDE, em 1952, possui estreito vínculo com a Comissão. Muitos projetos, ainda, foram aproveitados por JK. A Usina Siderúrgica de Volta Redonda em nada coincide com a CMBEUA, visto que foi criada em 1942, na esteira da cooperação entre o Brasil e os Estados para o desenvolvimento e para a segurança internacional em tempos de guerra;
D: Correto. A PEI fundamentou-se no não alinhamento, na autonomia, na não ingerência, na autodeterminação dos povos e na diversificação de parcerias;
E: Correto. O acordo bilateral Brasil-EUA para venda de minerais estratégicos, entre os quais as areias monazíticas, foi de grande importância em um contexto no qual a URSS detonou sua primeira bomba nuclear, em 1949. O governo de Vargas almejava ampliar os investimentos norte-americanos no Brasil com o acordo, mas recebeu apenas cerca de 300 milhões de dólares pelos minérios.
Gabarito "C"

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade da década de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). **Relações internacionais:** visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005 – CESPE) O texto VI lembra que a Política Externa Independente (PEI) "refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das área periféricas". A esse respeito, assinale a opção correta.

(A) A política exterior dos governos de Jânio Quadros e de João Goulart pautava-se pelo atrelamento a Washington, condição imposta pela radicalização ideológica interna do momento e pelas contingências da Guerra Fria.
(B) A PEI, ainda que não possa ser classificada como revolucionária, buscou conquistar espaços em um mundo que se transformava rapidamente e em que as áreas periféricas do capitalismo procuravam encontrar meios para a superação do subdesenvolvimento.
(C) O grupo que internamente, à direita ou à esquerda, lutaram pela conquista do Estado como instrumento para a implementação de seus projetos não se apropriaram do tema política externa. Certamente, isso se deveu à pouca importância atribuída ao tema ao longo da história brasileira.
(D) Os grupos políticos que lutavam pelas reformas de base hostilizaram a PEI justamente por considerá-la tímida em excesso ante uma ordem internacional injusta e reprodutora das desigualdades sociais e regionais.
(E) O texto confirma a tese de que a PEI, apesar de sua retórica atraente aos embates ideológicos que então se travavam no Brasil, teve importância não mais que secundária nos embates parlamentares que antecederam – e prepararam – o cenário para o golpe de 1964.

A: Incorreto. A política externa de Jânio Quadros e de João Goulart consubstanciou a Política Externa Independente, que preconiza o não alinhamento, a autonomia no cenário estrutural de Guerra Fria, a autodeterminação dos povos e a diversificação de parcerias. Nesse sentido, não houve atrelamento à política externa de Washington;
B: Correto. Um dos pilares da PEI foi a diversificação de parcerias. No plano hemisférico, estreitaram-se as relações com o Chile, o Peru e o Paraguai, no governo Quadros. Com o Chile, firmou-se uma Declaração Conjunto com vistas a promover a autonomia externa e a incrementar o comércio entre ambos os países. Com o Peru, previu-se a criação da BR-029, no intuito de ligar o Acre ao Peru e promover o escoamento dos produtos brasileiros via o oceano pacífico. Com o Paraguai, um acordo de cooperação para uso pacifico da energia nuclear foi assinado. No governo Goulart, as relações com o Uruguai, com a Bolívia e com o México adensaram-se. Vislumbrou-se perseverar no construção da ALALC e, no caso da Bolívia, dar prosseguimento aos Acordos de Roboré, pelo meio dos quais se estipulava a criação da ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra. Ainda, a Argentina firmou-se como parceira estratégica do Brasil. Os encontros de Uruguaiana, entre Quadros e Frondizi, deram margem à criação de uma Comissão Mista para a cooperação econômica e ao Convênio de Amizade e Consulta, aberto à adesão de outros Estados. Outro exemplo emblemático de diversificação de parcerias é o estreitamento de relações com a África. Abriram-se diversas embaixadas no continente, criou-se, no Brasil, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos e a divisão da África no seio do Itamaraty, sob chefia de Ítalo Zappa. As políticas de aproximação com a África evidenciam-se, também, no cenário interno. Quadros anelou consolidar a as raízes africanas do Brasil; nesse sentido, nomeou Raimundo de Souza Dantas para a embaixada em Acra, em Gana, e o professor Milton Santos, para representante da Casa Civil na Bahia;
C: Incorreto. A política externa, na esteira da análise de Robert Putnam, tem incidências na determinação e condução da política interna, assim como a recíproca é verdadeira. No caso do Brasil, especificamente no período em questão, a política externa polarizou as forças de esquerda e de direita no contexto interno;
D: Incorreto. Os grupos políticos que lutavam pelas reformas de base, entre os quais o presidente João Goulart, consubstanciavam as alas cepalinas no Brasil, corrente que se assemelhava aos princípios basilares da PEI;
E: Incorreto. A retórica da PEI buscou desideologizar, sem êxito, os embates políticos ligados à Guerra Fria. A UDN e as forças de direita usaram-na, por um lado, para polarizador os atritos parlamentares e, por outro, para preconizar um alinhamento com os EUA. Não é por acaso que a política externa de Castelo Branco, governo militar que sucedeu a Goulart, aproximou ideologicamente Brasília de Washington.
Gabarito "B"

9. O REGIME MILITAR (1964-1985)

9.1. A CONSTITUIÇÃO DE 1967 E AS MODIFICAÇÕES DE 1969

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Entre os instrumentos legais do Regime Militar no Brasil, os atos institucionais destinavam-se ao fortalecimento do Poder Executivo. Acerca desse assunto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Com o Ato Institucional nº 1, de 1964, o presidente Castelo Branco dissolveu o Congresso, que não mais se reuniu durante seu mandato.
(2) A reforma eleitoral que extinguiu os partidos políticos então existentes e criou apenas dois, ARENA e MDB, precedeu a Constituição de 1967.
(3) O Ato Institucional nº 5 deu impulso à repressão a movimentos e lideranças de esquerda.
(4) As eleições diretas para presidente da República foram restabelecidas antes de expirar o mandato de João Batista Figueiredo, o último general-presidente.

1: Errado. O Ato Institucional I, de 1964, ordenou as cassações de mandatos eletivos dos políticos não alinhados ao regime militar; manteve, contudo, o Congresso aberto e os partidos políticos vigentes à época. Durante a gestão Castelo Branco, o Congresso foi fechado em 1966-1967 para a aprovação da Constituição de 1967. Note-se que, em contraste com o Estado Novo, o regime de 1964 fechou o Congresso apenas em três ocasiões: entre 1966 e 1967, em 1968, com a edição do Ato Institucional V e em 1977, por ocasião do denominado Pacote de Abril, sob a gestão Ernesto Geisel;
2: Certo. O Ato Institucional II, de 1966, instaurou o bipartidarismo articulado entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Os antigos PSD e UDN atrelaram-se a ARENA, enquanto o PTB preferiu o MDB. O pluripartidarismo foi restaurado em 1979;
3: Certo. O Ato Institucional V fechou o Congresso Nacional, fortaleceu o Executivo - outorgando maior possibilidade de intervenção nos Estados e Municípios -, suspendeu o *habeas corpus,* decretou a incomunicabilidade dos presos políticos por dez dias e instaurou a pena de morte por crimes políticos. Consoante tese de Elio Gaspari, o AI V institucionalizou a *ditadura escancarada.* Sem formas de resistência legal, os movimentos de resistência, exemplificados pela Luta Armada e pelo MR8, orquestraram a rebeldia à opressão. A título de exemplo, destaque-se o sequestro dos embaixadores dos EUA, da Suíça, da Alemanha e do Japão organizados como moeda de troca para a libertação de presos políticos.
4: Errado. As eleições diretas para presidente da República foram restabelecidas em 1989. Durante a gestão Figueiredo, contudo, o movimento das *Diretas Já* organizou-se em decorrência à rejeição legislativa ao projeto de emenda constitucional Dante de Oliveira, que instituiria as eleições diretas para a presidência. Note-se que a autorização de realizar eleições diretas para governadores estaduais, em 1982, ampliou a possibilidade a ação dos movimentos de resistência, o que deu alento tanto à Emenda Dante de Oliveira como ao movimento das *Diretas Já.*
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

No início de 1964, havia claros sinais de que a ordem constitucional seria superada por conspirações golpistas. Restavam dúvidas, entretanto, sobre o lado do espectro político que daria o golpe. A aliança civil-militar que depôs Jango pode ser entendida como uma conjugação de forças que, a partir de motivações distintas, convergiram para um único objetivo imediato. Nos anos em que Costa e Silva exerceu a presidência, consumou-se o divórcio entre os projetos civis e militares. O governo Médici foi marcado por extremo autoritarismo. Geisel empenhou-se em estabelecer canais de contato com lideranças civis, preconizando a tese de uma transição gradual, mas segura, rumo à democracia. Após a derrota da emenda das eleições diretas, transferiu-se o objetivo da mobilização popular para o projeto da candidatura indireta de Tancredo Neves.

Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Sarmento. A República brasileira: pactos e rupturas. *In:* Angela de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi e Verena Alberti (Coord.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, p. 482-92 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011 - CESPE) Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, a respeito da história republicana brasileira na segunda metade do século XX.

(1) Além de inesperado, o golpe que depôs João Goulart foi articulado e conduzido por lideranças das três forças armadas, sem nenhuma ingerência de políticos civis.

(2) O Ato Institucional n.º 5 significou o início do processo de abertura política, com o abrandamento do caráter autoritário do regime militar.

(3) A eleição de Tancredo Neves se fez dentro do Colégio Eleitoral, instrumento que, criado pelo regime militar, serviu para decretar o fim do autoritarismo.

(4) A primeira etapa da redemocratização, a partir de 1985, foi marcada pela crise econômica, com inflação em alta e crescimento rápido e excessivo da dívida externa.

(5) A trajetória política republicana, a partir de 1946, foi marcada por crises: um presidente suicidou-se (Getúlio Vargas), outro teve a posse contestada (Juscelino Kubitschek) e um terceiro renunciou com poucos meses de governo (Jânio Quadros).

1: Errado. Não há consenso sobre a característica inesperada do Golpe de 1964. Tampouco é de rigor salientar que não houve ingerência qualquer de políticos civis no golpe, especialmente se considerarmos que alguns membros da UDN tendiam mais para o lado da intervenção militar contra João Goulart do que para o respeito a legalidade democrática. Para além do apoio político civil, cabe ressaltar que os militares receberam respaldo significativo de grupos da sociedade civil, como da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A Campanha das Mulheres pela Democracia (CAMDE) organizou a Marcha da Família com Jesus pela Liberdade, pedindo o golpe de Estado. Verifica-se, portanto, um viés civil no golpe de 1964, caracterizando a Ditadura Civil-Militar.
2: Errado. O Ato Institucional número 5 foi, provavelmente, o ápice da repressão política que caracterizou o regime militar. Por meio dele, concedeu-se poder ao Presidente da República para dar recesso à Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara de vereadores; outorgou-se poder ao Presidente da República para intervir nos estados e municípios, sem respeitar as limitações constitucionais; brindou-se poder ao Presidente da República para suspender os direitos políticos, pelo período de 10 anos, de qualquer cidadão brasileiro; deu-se poder ao Presidente da República para cassar mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores; proibiu-se manifestações populares de caráter político; suspendeu-se o direito de *habeas corpus* (em casos de crime político, crimes contra ordem econômica, segurança nacional e economia popular); e impôs-se a censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas.
3: Certo. Após a rejeição, em 1984, da emenda Dante de Oliveira no Congresso, que advogava a instituição das eleições diretas para Presidente da República, Tancredo Neves foi eleito por intermédio do Colégio Eleitoral, criado preteritamente pelo regime militar.
4: Certo. A redemocratização, malgrado as esperanças socioeconômicas a ela associadas, não se traduziu em arrefecimento da inflação e na retomada do crescimento. Paralelamente, a dívida externa não fez senão crescer durante o período.
5: Certo. As três crises mencionadas correspondem aos períodos evocados.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009 - CESPE) Julgue os itens que se seguem, a respeito do processo político brasileiro a partir de 1964.

(1) O regime militar foi fascista, pois mobilizou e organizou as massas em seu apoio e construiu um partido político, a ARENA.

(2) A Constituição Federal de 1988 garantiu a extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias.

(3) As primeiras eleições diretas para presidente da República, em 1989, foram feitas em meio à crise econômico-financeira, e, no segundo turno, enfrentaram-se Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva.

1: Errado. O regime militar de 1964 não foi fascista. Não se caracterizou pela mobilização e pela organização das massas. Tampouco constituiu um partido único. Malgrado períodos de maior repressão política, de ruptura partidária, de cerceamento do poder Legislativo e de cerceamento às liberdades individuais, o regime militar manteve o bipartidarismo, constituído pela ARENA o pelo MDB e, a partir da eleição de Ernesto Geisel, a faculdade de existência de uma oposição partidária. Não há proximidade, nesse sentido, entre o regime militar brasileiro e os fascismos europeus das décadas de 1930 e de 1940.
2: Certo. A Constituição de 1988 buscou estender os direitos civis, sociais e políticas a todos os cidadãos, incluídas as minorias étnicas, por esse motivo ficou também conhecida como "Constituição Cidadã".
3: Certo. As primeiras eleições diretas para Presidente da República ocorreram em 1989, quando findava o mandato de José Sarney, que havia sucedido o Presidente Tancredo Neves, eleito indiretamente. Na contenda eleitoral de 1989, enfrentaram-se Fernando Collor de Mello, pelo Partido da Reconstrução Nacional, e Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores.
Gabarito 1E, 2C, 3C

9.2. O PROCESSO DE TRANSIÇÃO POLÍTICA

(Diplomacia – 2012 – CESPE) A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo. A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia. Quando, após anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo.

A partir do fragmento de texto acima, reproduzido do discurso do deputado Ulysses Guimarães no ato de promulgação da Constituição Federal (CF) em 5/10/1988, assinale a opção correta acerca da Carta Magna e do processo de redemocratização vivido pelo país com o fim do regime militar.

(A) À medida que os trabalhos constituintes avançavam, foram sendo criadas as condições políticas para a superação dos antagonismos ideológicos que marcaram o início do governo Sarney. Da convergência entre posições de esquerda e de direita surgiu um grupo político, denominado Centrão, ao qual coube o comando da redação final do texto da Carta de 1988.

(B) A eleição direta de Tancredo Neves para presidente e de José Sarney para vice-presidente assinalou o fim da breve transição política que possibilitou o reencontro do país com a democracia. Tendo recebido autêntica consagração popular, essa chapa eleitoral, formada por correntes políticas distintas que se uniram em torno da Aliança Liberal, foi bem aceita pelo sistema de poder até então vigente, não tendo havido maiores resistências entre setores militares.

(C) Símbolo da redemocratização brasileira, a CF determinou a volta das eleições diretas para a presidência da República, transformou em diretas as eleições para governadores estaduais, que foram escolhidos, por quase duas décadas, pelos detentores do poder federal, praticamente à revelia do sentimento majoritário da população local, e passou a permitir candidaturas avulsas, ou seja, as apresentadas independentemente de agremiações partidárias.

(D) A CF, que o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, chamou de Constituição Cidadã, estendeu o direito de voto aos analfabetos e aos jovens entre dezesseis e dezoito anos de idade, mantendo a obrigatoriedade do voto a todos os brasileiros alistados como eleitores, sacramentou o fim da censura, admitida apenas para as obras artísticas voltadas precipuamente para o público infantil, e tornou a tortura crime inafiançável.

(E) A Carta de 1988 identifica os princípios fundamentais que regem o país em suas relações internacionais, entre os quais se incluem a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a concessão do asilo político, a solução pacífica dos conflitos, a cooperação entre os povos e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

A: Incorreto. Não houve superação, durante a Constituinte de 1988, dos antagonismos ideológicos que marcaram o início do governo de Sarney. As rivalidades tenderam a polarizar-se entre os grupos progressistas e os conservadores. Os conservadores, que assumiram a maior fatia da Assembleia Constituinte, formaram o Centro Democrático, ou Centrão, e tiveram notável influência na redação final da Constituição.
B: Incorreto. A chapa formado por Tancredo Neves e por José Sarney não contou com autêntica consagração popular, visto que foi eleita indiretamente. Tampouco se pode afirmar que houve consolidação democrática após a eleição de Tancredo Neves, visto que faleceu antes de assumir o comando do Palácio do Planalto. Por último, é incorreto afirmar que não houve resistência dos círculos militares à aliança entre Tancredo Neves e José Sarney.
C: Incorreto. A Constituição não significou o retorno das eleições diretas para Governador de Estado, visto que em 1982 os mandatários estaduais já haviam sido eleitos diretamente. A Constituição tampouco permitiu candidaturas avulsas; pelo contrário, obrigou os candidatos a filiarem-se a agremiações partidárias.
D: Incorreto. Pelo artigo 220, §2, proíbe-se toda e qualquer forma de censura de natureza política, ideológica e artística. O controle parental de obras voltadas para o público infantil não constitui uma censura propriamente dita.
E: Correto. Os princípios que regem as relações internacionais do Brasil estão elencados no artigo 4º da Constituição de 1988.
Gabarito "E"

Pode-se considerar a Constituição de 1988 como o marco que eliminou os últimos vestígios formais do regime autoritário, processo de abertura que, iniciado em 1974, levou mais de treze anos para desembocar em um regime democrático. Por que a transição foi tão longa e quais as consequências produzidas pela forma como se realizou? Vale lembrar que a estratégia adotada para a transição foi a de ser "lenta, gradual e segura". Ela só poderia ser modificada, no seu ritmo e na sua amplitude, se a oposição tivesse força suficiente para tanto ou se o desgaste do próprio regime autoritário provocasse seu colapso. Nem uma coisa nem outra aconteceu. Tivemos assim uma longa "transição transada", cheia de limites e incertezas.

Boris Fausto. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 526 (com adaptações).

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o processo de transição do poder militar ao civil no Brasil contemporâneo, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A Constituição de 1988, marco jurídico-político da nova ordem democrática, promoveu clara valorização do ideal de cidadania, e, após mais de duas décadas de vigência, a Carta é questionada por ter ampliado consideravelmente a autonomia dos entes federados, em especial no que concerne ao campo fiscal, com a redução da área de atuação do poder central nesse importante setor.

(2) Dado o desgaste da política econômica conhecida como milagre econômico, o regime militar sofreu derrota nas eleições legislativas de 1974, tendo a oposição consentida, filiada ao MDB, conquistado maioria no Senado.

(3) Fundamental para a composição da Aliança Democrática, vitoriosa na eleição presidencial de 1985, a cisão do partido governista levou seus principais dirigentes à aliança formal com o PMDB, da qual surgiu a chapa Tancredo Neves (PMDB) e José Sarney (PDS).

(4) O início do processo de abertura política do regime militar associa-se ao governo de Geisel. O processo de distensão, marcado por avanços e recuos, esteve sob ameaça até o final do governo de Figueiredo, como demonstram os ataques a bancas de jornais e o atentado no Riocentro.

1: Errado. A Constituição de 1988, marco da promoção da cidadania, não ajustou a estrutura fiscal em benefício dos entes federados. Malgrado tênues mudanças, a repartição dos tributos entre a União, os Estados e os Municípios permanece vinculado à reforma tributária do Programa de Ação Econômico do Governo, o PAEG, posto em prática durante o governo Castelo Branco;
2: Gabarito oficial: Correto. Nosso gabarito: Errado. O desgaste econômico e o primeiro choque do petróleo restringiram a legitimidade dos governos militares, o que redobrou as forças de oposição filiadas ao MDB. As eleições de 1974 deram ao MDB 60% das vagas do Senado, mas não a maioria, já que, na ocasião, renovou-se apenas 1/3 da Câmara Alta. A resposta de Geisel veio com a publicação da Lei Falcão, que restringia a participação dos candidatos no horário eleitoral, e com o Pacote de Abril, de 1977, que reordenou as circunscrições eleitorais de forma a dar mais peso ao Nordeste, onde a ARENA detinha maior sustento, e instituiu a figura do Senador Biônico, eleito indiretamente por intermédio do Colégio Eleitoral;
3: Errado. As eleições de 1985 agenciaram a chapa da Aliança Democrática, composta por Tancredo Neves, lançado pelo PMDB, e por José Sarney, do PFL. O PDS, por sua vez, lançou a chapa Paulo Maluf e Aureliano Chaves. Em janeiro de 1985 registrou-se vitória esmagadora do PMDB;
4: Certo. O processo de abertura política do regime militar começou em 1974, com o governo Geisel. A transição lenta, gradual e segura foi marcada por avanços e recuos. Se as eleições de 1974 ampliaram a margem de ação do MDB, o Pacote de Abril a restringiu. Em 1979, Figueiredo anistiou os presos políticos, assim com os militares que poderiam vir a ser condenados por crimes contra os direitos humanos. No mesmo ano, instaurou-se o pluripartidarismo, e surgiram partidos não atrelados à estrutura institucional, como o PT. Em 1981, o atentado no Riocentro, ainda não esclarecido, alertou a população sobre os fluxos e refluxos da ditadura. Por fim, as eleições de 1982 ampliaram a participação da oposição nos governos dos Estados, como o de São Paulo, onde Franco Montoro venceu pelo PMDB.
Gabarito 1E, 2C, Nosso Gabarito 2E, 3E, 4C

Se é certo que o processo de abertura, no Brasil, durante os governos Geisel e Figueiredo, foi impulsionado, no primeiro momento, pelas contradições do aparelho militar, não devemos ignorar o papel exercido pela oposição e pelas associações tradicionais na defesa das liberdades democráticas. Com uma visão mais ampla e, portanto, menos conjuntural, convém lembrar também as transformações da sociedade e das formas de organização gestadas no curso do governo militar.

Bóris Fausto; Fernando J. Devoto. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 454-5 (com adaptações).

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Tendo o texto como referência inicial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Faziam parte das associações de defesa das liberdades democráticas, entre outras, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Movimento Democrático Brasileiro, o Partido Trabalhista Brasileiro, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

(2) Entre as transformações da sociedade ocorridas nesse período, pode-se citar o surgimento de importante movimento operário na região do chamado ABC, em São Paulo.

(3) É exemplo de contradição no aparelho militar a posição dos jovens oficiais, que, já influenciados por ideias de modernização política, mostravam-se contrários à censura prévia da imprensa, medida adotada por Geisel, o qual, por sua vez, agira pressionado pela alta oficialidade que havia participado diretamente do golpe de 1964.

(4) O governo Geisel não conseguiu vencer a forte resistência provinda do setor contrário à abertura política, o que se evidenciou pelo recrudescimento das torturas de presos políticos. Coube ao governo seguinte, o do general Figueiredo, controlar esse setor e criar as condições para o retorno à democracia, o que ocorreu com a extinção do Ato Institucional nº 5 e com a assinatura do ato de anistia política.

1: Errado. Se a Ordem dos Advogadas do Brasil, lançando a candidatura de Raimundo Faoro à presidência da República, o Movimento Democrático Brasileiro, o Partido Trabalhista Brasileiro e a Conferência Nacional de Bispos faziam parte das associações de defesa das liberdades democráticas, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), assim como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foram entidades anticomunistas fundadas em 1959, com o objetivo

de opor-se ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado para divulgar as ciências sociais no Brasil. Os embates entre, de um lado, o IBAD e o IPES e, de outro, o ISEB levaram à extinção deste em 1964. Ao passo que Hélio Jaguaribe, pelo ISEB, promovia a divulgação de teses consideradas precocemente estruturalistas, o IBAS e o IPES agenciaram intensa campanha radiofônica, televisiva e jornalística em prol da queda de João Goulart e da Revolução de 1964;
2: Certo. A região do ABC paulista, em outras palavras, o trinômio sindical constituído pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, foi responsável pelo surgimento do Partido dos Trabalhadores, que não estava vinculado aos tradicionais partidos representados até então nas esferas do poder. O líder sindical Luiz Inácio Lula Da Silva ergueu-se como candidato dos operários, lançando sua candidatura para a presidência nas eleições de 1989 contra Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional;
3: Errado. Embora alguns jovens oficiais apoiassem a liberalização do sistema repressivo, não foi contra Geisel que a insatisfação desses dirigiu-se. Os fluxos e refluxos da abertura política promovida por Geisel em 1974, caracterizados pelo que se convencionou denominar abertura lenta, gradual e segura agiram de encontro à linha dura, que se opunha a ala castelista, ou sorbonista, encabeçada pela presidência de 1974 a 1979. Motivos internos e externos explicam a abertura política de Geisel. Internamente, pressões do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), da Igreja católica e da Comunhão Eclesiástica de Base, que se coadunava com a Teologia da Libertação de Leonardo Boff, estimulavam a presidência a arrefecer a censura e a repressão sistemática. Ainda, a própria estrutura repressiva desgovernou-se, o que seria uma perda de controle das Forças Armadas. Emblemático desse descontrole é caso do Capitão Guimaraes, que teria vinculado suas funções à máfia e ao jogo de apostas. Externamente, Dom Helder Câmara denunciou as violações aos direitos humanos no Brasil, e a presidência de Jimmy Carter, nos EUA, lançou uma campanha pela promoção dos direitos humanos na América latina. De forma a conciliar a linha dura com os castelistas, Geisel promoveu uma serie de medidas liberalizantes e autoritárias a um só tempo. Entre as liberalizantes, destacaram-se o fim da censura prévia, a demissão de ministros linha dura e o fim do AI 5. Entre as autoritárias, a Lei Falcão, de 1976, e o Pacote de Abril, de 1977. Constate-se que, na historiografia contemporânea, Carlos Fico esvazia de sentido a cisão entre os castelistas e os militares da linha-dura: haveria, consoante o autor, mudanças de personalidades e de contextos socioeconômicos, que teriam influências decisivas na fluxos e refluxos liberalizantes e autoritários;
4: Errado. Embora seja certo que a anistia foi decretada sob a presidência de Figueiredo, o governo Geisel encabeçou o processo de abertura lenta, gradual e segura. O próprio AI V foi extinto em 31 de dezembro de 1978. Note-se, outrossim, que malgrado a distensão encetada por Geisel, o pluripartidarismo e as eleições diretas surgiram somente na década de 1980.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

9.3. A ECONOMIA

(Diplomacia – 2010 – CESPE) A combinação de extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação ficou conhecida como "milagre brasileiro", no auge do regime militar, entre 1969 e 1973. A respeito desse tema, julgue (C ou E).

(1) O crescimento econômico da época foi acompanhado por vigorosa política de recomposição dos salários, decisiva para a ampliação do mercado interno brasileiro.
(2) Um dos pilares do "milagre" foi a farta contratação de empréstimos externos, prática igualmente seguida por outros países em desenvolvimento.
(3) A significativa diminuição do volume do comércio exterior verificada nos anos do "milagre" foi compensada pela inédita expansão do consumo interno.
(4) Os resultados positivos do período deveram-se, em larga medida, à situação econômica mundial caracterizada pela ampla disponibilidade de capitais.

1: Errado. O impulso econômico dado por intermédio do consumidor vincula-se ao aumenta da massa salarial, e não à recomposição dos salários. Em outras palavras, a ampliação do mercado interno brasileiro ocorreu devido à multiplicação dos salários totais, oriundos da queda da taxa de desemprego, e não do aumento dos salários. Houve achatamento salarial no período. O crescimento do emprego adveio do aumento do emprego no Nordeste e do trabalho assalariado feminino. Nesse sentido, é de rigor notar que houve concentração de renda ao lado da oferta. Os únicos a terem os soldos aumentados foram os trabalhadores qualificados, por serem mais escassos que os não qualificados;
2: Certo. Os cinco pilares do "milagre" foram: i) o incentivo às empresas privadas via aumento de crédito e captação de dívida externa: ii) fortalecimento das empresas estatais por meio de redução de administração direta, captação de dívida externa e financiamento do BND**E:** iii) aumentos dos investimentos do governo em transporte, energia e telecomunicação: iv) robustecimento do mercado consumidor: e v) política de crédito do setor externo e de minidesvalorizações cambiais.
3: Errado. O setor externo expandiu-se, visto que foi o quinto pilar do "milagre";
4: Certo. Em contexto internacional de alta liquidez do sistema financeiro, a economia brasileira beneficiou-se da poupança externa para promover o crescimento interno. Os outros dois antecedentes exógenos ao "milagre" dizem respeito à reforma tributária e financeira do PAEG, qual seja ao saneamento da economia brasileira. No período do "milagre", o Brasil cresceu a uma taxa média de 11% ao ano. O balanço de pagamentos foi superavitário no período devido ao crescimento mundial, ao amadurecimento dos investimentos dos períodos anteriores e às políticas de minidesvalorizações cambiais. A seu turno, a inflação permaneceu sob controle devido à alta capacidade ociosa da indústria, à queda da demanda agregada promovida pela política salarial, aos subsídios à indústria e à agricultura - que fizeram cair os preços dos insumos básicos - e à política de controle de preços pelo Conselho Interministerial de Preços, que tabelava os produtos comercializados.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo e pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo de máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). Relações internacio-nais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Ao se referir aos "atos de força que depuseram Goulart", o texto VI remete ao golpe de Estado que se deu início ao regime militar vigente no país por cerca de duas décadas. Julgue (C ou E) os itens seguintes, relativos a esse período.

(1) Vencido o primeiro desafio econômico, que era controlar a espiral inflacionária, o regime militar adotou uma política de desenvolvimento que, nos primeiros anos, logrou êxito considerável – eram os tempos do "milagre econômico", nos quais o Brasil ostentou índices de crescimento compatíveis com os obtidos pela China nos dias de hoje.
(2) A política econômica conduzida por Delfin Neto assegurou notável sucesso entre 1969 e 1973, sustentando-se, internamente, no rígido controle dos salários e, externamente, na fácil captação de recursos, os quais preenchiam o vazio da baixa poupança nacional.

(3) No conflagrado Oriente Médio, um novo conflito entre árabes e judeus propiciou o uso político do petróleo. A histórica majoração dos preços do barril do petróleo, em 1973, repercutiu imediatamente na economia mundial e, em países periféricos como o Brasil, cujo modelo de desenvolvimento em muito dependia do petróleo importado e de capitais externos, a repercussão foi ainda mais intensa.

(4) A última fase do regime militar, correspondente ao governo do general João Figueiredo, caracterizou-se pela aguda instabilidade política, muito embora a inflação estivesse sob controle e os índices de crescimento econômico fossem bastante expressivos.

1: Certo. O governo de Castelo Branco, no que concerne à política econômica, instituiu o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que teve êxito na recuperação do crescimento econômico e na redução da inflação. À ortodoxia dos objetivos, associou-se a heterodoxia dos métodos. A intervenção do Estado na economia, mediante as reformas tributária e financeira, ocasionou o aumento dos investimentos e da poupança, dando viço renovado à expansão do PIB. O "milagre econômico", que caracterizou o governo de Médici, alicerçou-se nas reformas do PAEG. A expressão "milagre" deve-se à taxa anual de crescimento econômico de 11%, ao controle da inflação e a estabilidade do balanço de pagamentos;
2: Certo. Delfim Neto, ministro da Fazenda no governo de Médici, assegurou o controle da inflação mediante a política de achatamento salarial e de controle de preços, consubstanciada no Conselho Interministerial de Preços. Externamente, o fortalecimento das empresas privadas contou com a Lei de Mercado de Capitais, que facilitou a captação de recursos externos;
3: Certo. O Choque do Petróleo de 1973, que derivou da Guerra do Yom Kippur, quadriplicou o preço do barril, atingindo Estados, como o brasileiro, fortemente ancorados na matriz energética petroleira. Visto que o petróleo possuía, no Brasil, uma demanda inelástica ao preço, o impacto de 1973 resultou no aumento da inflação e na queda do crescimento, atingindo, outrossim, a capacidade de captar recursos externos. Nesse sentido, os programas energéticos vinculados ao Proálcool foram articulados de forma a reduzir a dependência referente ao petróleo;
4: Errado. O governo do general Figueiredo caracterizou-se pelo agravamento da inflação e pelas baixas taxas de crescimentos, no biênio 1979-1980. As políticas expansionistas de Delfim Neto foram substituídas pelo contracionismo fiscal e monetário. Nesse sentido, o biênio 1981-1982 ensejou o ajuste recessivo que permitiu a retomada do crescimento econômico, ainda que de forma instável, nos anos de 1983 e de 1984.
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

9.4. POLÍTICA EXTERNA: RELAÇÕES COM OS EUA; O "PRAGMATISMO RESPONSÁVEL"; RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA, RELAÇÕES COM A ÁFRICA; O BRASIL NA ONU

De meados da década de 60 até o final da de 70 do século passado, o Brasil ascendeu rapidamente na escala global de distribuição de poder econômico relativo, e, com isso, suas ambições e seu padrão de relacionamento com a economia mundial mudaram. Essas transformações, que ocorreram de forma mais complexa durante a presidência de Ernesto Geisel (1974-1979), inserem-se em um contexto de declínio relativo dos EUA e de distensão da Guerra Fria, os quais proporcionaram as condições para a adoção de uma política econômica externa cuja tônica era a diversificação de parcerias sob o signo da promoção do desenvolvimento econômico.

Raphael Coutinho da Cunha e Rogério de Souza Farias. **As relações econômicas internacionais do governo Geisel (1974-1979).** *In:* **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília: IBRI, jul.-dez./2011, p. 46 (com adaptações).

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o contexto histórico a que ele se reporta, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Os avanços e recuos verificados na estratégia de abertura política formulada por Geisel e Golbery refletiam, respectivamente, o sentimento oposicionista, que começava a ganhar força na sociedade brasileira, e a linha-dura, com fortes pressões de áreas integrantes do sistema de poder contrárias a qualquer forma de distensão do regime.

(2) Aparadas as arestas com alguns importantes e tradicionais parceiros, como França e Itália, o Brasil assinou, com a Alemanha, acordo nuclear que previa a implantação de centrais nucleares, o reprocessamento de combustíveis e a produção de reatores nucleares, com respectivas instalações e componentes, mas vetava, em face das pressões norte-americanas, a prospecção, o tratamento e o enriquecimento do urânio.

(3) A diplomacia econômica praticada pelo governo Geisel com a finalidade de promover o desenvolvimento pretendia reduzir as vulnerabilidades do país aos contingenciamentos da economia internacional, orientando-se pela busca de diversificação de parcerias, o que explica a aproximação do Brasil com a América Latina, a África e a Europa Oriental, entre outros parceiros.

(4) Ao longo do regime militar instaurado, no Brasil, em 1964, a política externa brasileira para a África, a partir do governo Costa e Silva e principalmente do governo Geisel, subordinou-se aos imperativos econômicos; assim, a necessidade de abrir novos mercados para produtos industrializados e de obter fornecimento de petróleo, que levou o Brasil a reconhecer todas as ex-colônias portuguesas, superou os interesses estritamente políticos, assentados no desejo de afastar o país do modelo calcado na defesa de posições colonialistas.

1: Certo. A abertura *lenta, gradual e segura* promovida por Geisel caracterizou-se por avanços e recuos, o que deixava transparecer os desentendimentos entre os castelistas e a linha-dura.
2: Errado. Geisel substituiu o acordo nuclear com os Estados Unidos, de 1972, por outro com a República Federal da Alemanha, em 1975, no qual se previa, além da construção de reatores nucleares, o tratamento e o enriquecimento do urânio. A grande diferença entre o primeiro acordo e o segundo é que neste previa-se a transferência de tecnologia nuclear.
3: Certo. A diversificação de parcerias foi prioridade da política externa do Pragmatismo Responsável e Ecumênico de Geisel. Após a Revolução dos Cravos de 1974, adensaram-se as relações entre o Brasil e os países lusófonos africanos, agora emancipados de Portugal. Também permitiu uma maior aproximação com países africanos, que não apreciavam as relações de proximidade entre o Brasil e o Portugal de Salazar. A política externa de Geisel perseverou, ainda, na lógica de aproximação com a América Latina e com a Europa Oriental.
4: Errado. O Brasil somente reconheceu as independências dos países da África portuguesa após a Revolução dos Cravos, de 1974, e o consequente fim do regime salazarista. Nesse sentido, embora houvesse aproximação econômica entre o Brasil e a África portuguesa antes da queda de Salazar, não houve primazia dos interesses econômicos sobre os políticos.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Durante a década de setenta do século XX, o Brasil formulou uma política externa direcionada para o continente africano. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

(A) O Brasil manteve na ONU seu apoio ao colonialismo português até por volta de 1973.

(B) Depois da então URSS, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola.

(C) No final do governo Geisel, o Brasil, perseguindo objetivos políticos contrários à prática de segregação racial, rompeu relações com a República da África do Sul.

(D) O alinhamento da política brasileira com o governo dos Estados Unidos da América no contexto da Guerra Fria impediu maior aproximação do Brasil com os regimes de orientação socialista no continente africano.

(E) Com a completa descolonização dos territórios portugueses ainda na primeira metade da década em questão, formalizou-se o acordo diplomático constitutivo da Comunidade Luso-Afro-Brasileira, precursora da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A: Gabarito oficial: correto. Nosso gabarito: incorreto. Se a retórica brasileira no que concerne ao colonialismo português na África foi nitidamente condenatória, em especial durante a Política Externa Independente e sob a gestão dos chanceleres Magalhães Pinto e Gibson Barboza, as ações na ONU traduziram-se em abstenções no que diz respeito às descolonizações dos países lusófonos da África. O que não quer dizer que o Brasil apoiou o colonialismo português. Em claro sinal de aproximação com a África, Gibson Barboza visitou novos países africanos que conquistaram suas independências de forma pacífica. A partir de abril de 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal, o Brasil reconheceu prontamente a independência de Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique;
B: Incorreto. O Brasil foi o primeiro Estado a reconhecer a independência da Angola sem que a característica comunista do MPLA tenha tido incidências na decisão. Da mesma forma, o Brasil reconheceu rapidamente as independências de Guiné-Bissau e de Moçambique. O caráter pragmático e ecumênico de Ernesto Geisel e de seu chanceler Azeredo da Silveira evidenciou-se na desvinculação do caráter ideológico dos novos Estados africanos no ato de reconhecimento. Não se trata, portanto, de uma aproximação com a URSS ou de em desalinhamento com os EUA, mas de uma postura autônoma;
C: Incorreto. Desde a primeira legação brasileira em Pretória, instaurada em 1948, as relações com a África do Sul nunca foram rompidas, o que não quer dizer que não tenham passado por fluxos e refluxos. Segundo Pio Penna Filho, ao longo da década de 1960 e até o final de 1970, o Brasil assumiu postura leniente com a apartheid sul-africano. Com efeito, em pleno regime segregacionista, a África do Sul permaneceu o maior parceiro comercial africano do Brasil. É somente a partir do governo Figueiredo que a intensidade das relações arrefece devido à promoção de sanções econômicas do Conselho de Segurança da ONU contra a África do Sul. Note-se, contudo, que os primeiros abalos entre o Brasil e a África do Sul tem origem no governo Geisel, quando o Brasil apoiou, na ONU, resolução condenando o apartheid e o sionismo;
D: Incorreto. A Política Externa Independente, de Quadros e Goulart, a Diplomacia da Prosperidade, de Costa e Silva e o Pragmatismo Responsável e Ecumênico, de Geisel, denotam o não alinhamento com os EUA no que tange à aproximação do Brasil com os regimes de orientação socialista no continente africano. A título de exemplo, na gestão Afonso Arinos, são abertas representações diplomáticas no Senegal, na Etiópia, na Nigéria e na Costa do Marfim. O próprio Arinos vai ao encontro de Leopold Sédar Senghor, presidente do Senegal e considerado na literatura poeta da negritude. Ainda, Raimundo de Souza Dantas, primeiro embaixador negro do Brasil, é nomeado para a delegação de Acra, capital de Gana. O redirecionando das relações com a África é marcado pelo surgimento da Divisão da África, no Itamaraty, sob os auspícios de Ítalo Zappa;
E: Incorreto. A descolonização dos territórios portugueses ocorre a partir de 1974, ano da Revolução dos Cravos, em Portugal. A Comunidade Luso-Afro-Brasileira foi uma resposta ao convite português para formar uma Comunidade Luso-Brasileira. Os primeiros gestos em benefício da independência da África portuguesa traduziram-se no fim dessa Comunidade, visto que Portugal não teria mais a anteriormente sustentada pela Comissão missão civilizadora. Durante o governo Médici, Delfim Netto, na Fazenda, advogou em prol só *status quo* português na África, pois vislumbrava um mercado que ligaria o Brasil ao Portugal via a África, enquanto Gibson Barboza, no Itamaraty, preconizou a descolonização. A CPLP em nada coincide com a Comunidade Luso-Afro-Brasileira, já que, criada em 1996, procura afirmar uma união cultural entre as nações independentes de língua portuguesa.
Gabarito Oficial "A", Nosso Gabarito não há alternativa correta

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Acerca da política exterior do regime militar, nos diferentes governos do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O governo de Costa e Silva recuperou princípios básicos da Política Externa Independente.
(2) O entendimento político entre Brasil e EUA resultou em importante acordo de cooperação nuclear entre os dois países à época do governo de Ernesto Geisel.
(3) O chanceler brasileiro Azeredo da Silveira teve importante atuação no contencioso brasileiro-argentino acerca do aproveitamento dos rios da bacia do Prata para fins energéticos.
(4) No governo Castelo Branco, lançaram-se as bases para a criação de uma comunidade dos países de língua portuguesa.

1: Certo. Sob o governo de Costa e Silva, a chancelaria de Magalhães Pinto caracterizou-se pela adoção da denominada diplomacia da prosperidade. Retomando os princípios básicos da Política Externa Independente (PEI), Costa e Silva aproximou-se dos países do terceiro mundo, advogando a contestação à bipolaridade, o não alinhamento e a autonomia nacional. Sintomático do reatamento com a PEI, em 1968, durante a II Conferência da UNCTAD, em Nova Delhi, o Brasil demandou a revisão da ordem internacional, aliou-se à Índia e destacou a necessidade de privilegiar os foros multilaterais. Outro símbolo do não alinhamento é o discurso de Araújo de Castro, em 1971, na ONU, no qual destacou o congelamento do poder mundial decorrente do Tratado de Não Proliferação, de 1968: o Estado que tivesse aderido ao Tratado ser-lhe-ia vedada a possibilidade de obter o armamento nuclear, enquanto os países nucleares afirmariam seu supremacia;
2: Errado. A diplomacia pragmática e ecumênica de Ernesto Geisel e seu chanceler, Azeredo da Silveira, distanciou-se dos EUA no que concerne à cooperação nuclear. Se, por um lado, o governo de Médici assinou um acordo com os EUA, em 1972, com vistas a construir três usinas nucleares em Angra dos Reis pela empresa norte-americana Westinghouse Company; por outro, as pressões dos EUA para forçar o Brasil a aderir ao TNP incentivaram Azeredo da Silveira a aproximar-se da República Federal da Alemanha (RFA). Em 1975, assinou-se o acordo nuclear com a RFA, que previa a construção de oito usinas e transferência de tecnologia. A aproximação com o governo alemão decorreu, igualmente, da condenação do Brasil ao teste nuclear da Índia, em 1974. A desaprovação levou o Brasil a romper o acordo Brasil-Índia, de 1968, para o uso pacífico de materiais nucleares;
3: Certo. Em 1973, o Tratado de Itaipu ocasionou o crescimento de tensões com a Argentina, no que ficou conhecido como o contencioso Itaipu-Corpus. A construção de Itaipu, consoante tese argentina, inviabilizaria a hidrelétrica de Corpus. A escalada de tensões levou ao fechamento de fronteiras em 1977. Nesse contexto, Azeredo da Silveira levou a questão à ONU, na qual o Brasil obteve o apoio da maioria dos Estados, inclusive dos países árabes, que denunciavam a aproximação entre Argentina e Israel e aplaudiam a condenação brasileira ao sionismo. O contencioso Itaipu-Corpus foi resolvido em 1979, por ocasião da assinatura do Tratado Tripartite entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai, no qual se previa o aproveitamento comum do potencial hidrelétrico do rio Paraná;
4: Errado. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Surgiu da proposta de José Sarney, que vislumbrava na Comunidade um instrumento de promoção cultural entre os Estados soberanos. No governo Castelo Branco, propôs-se a criação de uma comunidade afro-luso-brasileira, que garantiria, a um só tempo, a missão civilizadora de Portugal na África e a liderança do Brasil no Atlântico Sul. Os contrastes entre as propostas não permitem tecer laços de causalidade ou de identidade entre elas.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

10. O PROCESSO DEMOCRÁTICO A PARTIR DE 1985

10.1. TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS. IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO. MUDANÇAS SOCIAIS. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Acerca das origens e consequências do Plano Cruzado, concebido durante a Presidência de José Sarney, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) O Plano Cruzado destinou-se basicamente a acelerar o crescimento do país.
(2) O Plano Cruzado foi concebido por economistas como um plano ortodoxo de combate à inflação segundo modelo recomendado pelo FMI.
(3) À implantação do Plano Cruzado seguiu-se forte e imediata retração do consumo.
(4) O Plano Cruzado impediu o retorno de altas taxas de inflação até o término do mandato de José Sarney.

1: Errado. O Plano Cruzado destinou-se fundamentalmente a combater a inércia inflacionária. O Plano previa: i) o congelamento dos preços, dos salários e da taxa de câmbio por tempo indeterminado; ii) a proibição da indexação; iii) a reforma monetária com a substituição do cruzeiro pelo cruzado; iv) a zeragem do índice de preços; v) o congelamento dos

salários em valores corrigidos e dos preços em valores correntes, o que significou um aumento do poder de compra; e vi) um gatilho salarial, caso a inflação acumulada atingisse mais de 20% ao ano;
2: Errado. O Plano Cruzado foi concebido por economistas puramente heterodoxos e em nada se aproximava do modelo recomendado pelo FMI;
3: Errado. O congelamento dos preços e o aumento do poder de compra fizeram o consumo aumentar exponencialmente. Foi precisamente esse aumento, conjugado ao congelamento de preços, que casou o desabastecimento da economia, forçando o governo a expandir as importações. O desequilíbrio comercial e o aumento do consumo obrigou o governo de Sarney a lançar, em 1987, o plano cruzadinho e o cruzado II: ambos previam o aumento da fiscalidade com vistas a arrefecer o consumo;
4: Errado. Embora o Plano Cruzado tenha conhecido um êxito inicial, empurrando a inflação para a média de 10%, a periodicidade dos reajustes de preços, a burla empresarial ao congelamento decretado e o desequilíbrio comercial provocaram a flexibilização dos princípios basilares do Plano Cruzado, o que ocasionou o retorno da inflação ainda no governo de José Sarney.
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

10.2. EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Com base em razões históricas conhecidas, pode-se dizer que o perfil diplomático brasileiro apresenta características próprias. Entre essas características, inclui-se;

(1) legitimidade do aparelho de Estado na condução da política externa.
(2) desconfiança precoce dos foros multilaterais, demonstrada pela retirada da Liga das Nações em 1926.
(3) tendência à hegemonia mais do que à cooperação, à luz da experiência histórica.
(4) continuidade em detrimento de eventuais rupturas, o que contribui para um perfil de estabilidade.

1: Certo. A condução da política externa brasileira pauta-se pelo respeito aos princípios democráticos e à legitimidade do aparelho de Estado resguardado pelo princípio da soberania popular;
2: Errado. O Brasil tem apreço pelos foros multilaterais desde o surgimento desses. Exemplo notório é a participação de Rui Barbosa na II Conferência de Haia, em 1907, na qual o Brasil defendeu o principio de igualdade soberana dos Estados. A preferência por entidades multilaterais advém do caráter inclusivo dessas instituições, o que garante representativa extraordinária e, portanto, legitimidade maior às decisões tomadas. Membro fundador da Ligas das Nações, o desligamento do Brasil, em 1926, é exceção na longa tradição multilateralista do Brasil. O arrefecimento da participação nos foros multilaterais, nos anos 1920, está mais vinculado à preferência pela busca de alternativas ao poder dos Estados centrais do que ao menoscabo pelo conceito de multilateralismo;
3: Errado. O Brasil, consoante Gelson Fonseca Júnior, empenha a garantia de legitimidade internacional de seus pleitos e a coerência de suas ações. Para tanto, evita possuir excedentes de poder, na expressão do chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro. O Brasil prefere a cooperação internacional e a inserção pacifica na ordem mundial. É nesse sentido que Roberto Abdenur atribui ao país o conceito de articulador de consensos. A experiência histórica faz jus à inserção principista do Brasil, que garante a promoção da paz e do desenvolvimento. Desde o Império, e devido à suficiência congênita do seu território, o Brasil tem erradicado tendências hegemônicas na formulação de suas políticas internacionais;
4: Certo. A continuidade da política externa brasileira torna-a uma política de Estado, e não de governo. Garante, assim, confiabilidade no longo prazo, ressaltando seu legado histórico. Raros são os momentos de ruptura, como foi o caso da política externa de Castelo Branco, sob a chancelaria de Vasco Leitão da Cunha e Juracy Magalhães, que constituíram, na expressão de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, um passo fora da cadência na condução dos negócios externos. A regra, consoante os autores, seria a política externa de Quadros, de Goulart, de Costa e Silva, de Médici, de Geisel e de Figueiredo. A heterogeneidade desses governos evidencia a característica autônoma do Itamaraty, confirmando sua identificação a uma política permanente de Estado.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

10.3. MERCOSUL

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Com referência à política externa brasileira, julgue (C ou E).

(1) O MERCOSUL, criado pelo Tratado de Montevidéu, em 1991, inscreve-se na tradição da ALALC, que, por sua vez, deu origem à ALADI, em 1980, formando um quadro normativo dirigido à construção de uniões aduaneiras.
(2) A Política Externa Independente foi idealizada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, que enfatizou a autonomia da diplomacia do Brasil ao romper relações com o FMI.
(3) O Brasil tem-se notabilizado, cada vez mais, como prestador de cooperação técnica, que passou a ser direcionado, sobretudo, para os países do Oriente Médio, em respeito aos compromissos assumidos na Cúpula América do Sul - Países Árabes.
(4) O Brasil tem como política reconhecer como terrorista qualquer organização que seja assim considerada por países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas.

1: Errado. O Mercosul, criado pelo Tratado se Assunção, em 1991, tem lastro jurídico no Acordo de Complementação Econômico 18 da ALADI. Esses acordos de alcance parcial permitem a conclusão de acordos de integração regional no seio da ALADI: foi essa possibilidade que flexibilizou e aprofundou a integração entre diferentes blocos, visto que a ALALC, que precedeu a ALADI, não autorizava a existência de um guarda-chuva normativo. Cabe lembrar, ainda, que a ALALC foi criada pelo Tratado de Montevidéu, em 1960, e a ALADI, pelo Tratado de Montevidéu de 1980;
2: Errado. A expressão Política Externa Independente (PEI) surge em artigo publicado, na revista *Foreign Policy,* por Jânio Quadros, que enfatizava o não alinhamento às potências da Guerra Fria, a autonomia da política externa brasileira, a autodeterminação dos povos e o desenvolvimento dos países do sul. Consoante José Humberto Brito Cruz, a PEI teria uma fase voluntarista, sob Arinos, uma fase institucionalizada, sob San Tiago Dantas, e uma face moderada, sob Hermes Lima e Araújo de Castro. No que concerna à política externa de Juscelino Kubitschek, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno nomeiam-na "rumo à política externa contemporânea", demarcando-a no fulcro de um alinhamento e de um desenvolvimento associado.
3: Errado. O Brasil tem se notabilizado como prestador de cooperação técnica direcionada sobretudo aos países africanos. Na esteira da II Cúpula América do Sul-África (ASA), na Venezuela, estabeleceu-se um Grupo de Trabalho voltado para a ciência e a tecnologia. No caso específico do Brasil, Angola e Moçambique são destaques no que concerne à transferência de tecnologias por meio da Embrapa e da Fio Cruz;
4: Errado. O reconhecimento de grupos terroristas pelo Brasil é decisão discricionária do Executivo, não havendo alinhamento automático no que diz respeito ao terrorismo com os Estados com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas.
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E.

45. História Mundial

Leonardo Gill Correia Santos

1. ESTRUTURAS E IDEIAS ECONÔMICAS

1.1. DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL AO CAPITALISMO ORGANIZADO: SÉCULOS XVIII A XX

(Diplomacia – 2012 – CESPE) A respeito da Revolução Industrial na Europa e de fatos a ela relacionados, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) A disseminação da economia industrial na Europa Continental foi facilitada pelos grandes fluxos de investimentos internacionais que surgiram dos excedentes de capitais, com o objetivo de boas oportunidades de negócios, o que permitiu a injeção de capitais no sistema financeiro europeu e de tecnologias no processo de industrialização.

(2) A expansão da Revolução Industrial na Europa favoreceu o surgimento de movimentos políticos e sociais, alguns deles relacionados ao rápido processo de urbanização que se verificou no continente a partir do século XIX.

(3) A economia industrial no continente europeu foi dinamizada, entre outros importantes fatores, pela inexistência, até a década de 60 do século XIX, de políticas protecionistas de comércio exterior.

(4) O retardo do desenvolvimento da economia industrial nos países da Europa Continental, comparativamente ao da Grã-Bretanha, deveu-se à precária cultura liberal empreendedora e às dificuldades econômicas advindas de conflitos armados.

1: Certa. Trata-se de uma descrição adequada do processo de industrialização da Europa continental. O item trata da expansão do capitalismo industrial pela Europa, que foi feito com compensado fluxo de investimentos proveniente dos excedentes de capital. No caso específico da Inglaterra, o excedente veio da produção agrícola anterior à industrialização. Apesar de a produção agrícola inglesa ter perdido espaço na economia britânica após o desenvolvimento do processo industrial, ela também foi beneficiada pela modernização industrial. Para possibilitar a expansão do processo industrial na Europa continental, os excedentes de capitais provenientes da industrialização britânica foram importantes. É correto, desse modo, falar em investimentos estrangeiros no processo de expansão industrial na Europa. Sem esses excedentes, não haveria como promover uma modernização nos transportes, fator importante ao processo de industrialização, do qual o desenvolvimento das ferrovias é exemplo emblemático. A expansão ferroviária necessitou de amplos investimentos de capitais e de mão de obra para poder atingir rincões na França e nos territórios alemães. É o que confirma Demétrio Magnoli, em **Relações Internacionais – Teoria e História**, "A dinâmica do capitalismo industrial foi impulsionada pela produção de mercadorias. No século XIX, especialmente, a Revolução Industrial alastrou-se da Inglaterra para a Europa continental. As forças produtivas na Europa projetaram sua influência sobre o espaço mundial gerando uma nova divisão internacional do trabalho. [...] No capitalismo industrial, os investimentos no exterior tornaram-se elemento estruturante da divisão internacional do trabalho. O pano de fundo desse novo estágio foi o desenvolvimento dos transportes terrestres, com as ferrovias, oceânicos, com os navios a vapor, e das comunicações, com o telégrafo. A onda de investimentos no exterior foi liderada pela Grã-Bretanha – seguida longinquamente pela França, Alemanha, Holanda e pelos Estados Unidos – e semeou portos, ferrovias, usinas elétricas, sistemas de iluminação pública [...]. O investimento no exterior precedia e preparava o caminho para a exportação de mercadorias industriais. A renda proporcionada pelos investimentos era, frequentemente, reaplicada no exterior." (p. 54);

2: Certa. O socialismo é um exemplo de movimento político que tem sua origem na industrialização. Há duas origens, complementares uma à outra. A origem prática é oriunda do movimento operário, que surge com a revolução industrial e as péssimas condições sociais dos trabalhadores, e que tem como exemplo mais emblemático e exitoso a formação dos sindicatos na Inglaterra. A outra origem do socialismo é teórica, iniciada pelo francês Gracchus Babeuf (1760-1797), condenado à morte por sua participação na Conspiração dos Iguais (1796), ao pregar a abolição da propriedade privada. Seguiram os socialistas utópicos, como Saint-Simon (1760-1825) e sua seita, os saint-simonistas, Charles Fourrier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858). Finalmente, os socialistas científicos, como Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), fizeram uma análise mais ampla e unificaram as duas origens do movimento, o que lhe deu mais força. Portanto, não se pode negar a origem desse movimento político na revolução industrial. O movimento operário critica as consequências nefastas do processo, como as más condições de trabalho dos trabalhadores e as fortes desigualdades que o processo gerou. Acerca do rápido processo de urbanização como catalizador de movimentos sociais e políticos, pode-se afirmar que contribui para mudar as relações sociais entre os indivíduos, ao torná-las mais dinâmicas e mais efetivas: é mais fácil organizar-se, politico e socialmente, em um meio urbano do que no meio rural; além disso, a urbanização também amplifica a circulação das ideias. O movimento socialista nasce no meio urbano, e suas principais ideias são, posteriormente, aplicadas no meio rural. Vale citar Eric Hobsbawm, em **A Era das Revoluções**, que afirma que as consequências mais sérias da Revolução Industrial "foram sociais: a transição da nova economia criou a miséria e o descontentamento, os ingredientes da revolução social. E, de fato, a revolução social eclodiu na forma de levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades, produzindo as revoluções de 1848 no continente e os amplos movimentos cartistas na Grã-Bretanha." (pp.74-75);

3: Errada. Seria um equívoco falar de livre-comércio antes de 1860 na Europa. A expansão industrial pressionava pela abolição do protecionismo, mas não foi fácil aos empreendedores das fábricas adquirirem tais medidas. Na Inglaterra, é conhecido o embate entre os industriais, que preferiam o livre comércio, e os produtores rurais, que defendiam medidas protecionistas. As Leis do Trigo, as *Corn Laws*, são adotadas em 1815 com o fim de proteger a produção britânica de grãos contra a concorrência de produtores agrícolas da Europa continental. Em contraposição, os industriais britânicos preferiam a liberalização do comércio. Acreditavam no princípio da reciprocidade, que previa que os países europeus adotariam o livre-comércio para os produtos britânicos, o que facilitaria as exportações dos manufaturados ingleses, notadamente, os têxteis. Liderados, a princípio, pelo economista clássico David Ricardo (1772-1823), os industriais britânicos passam a pressionar o governo pela abolição das Leis do Trigo. As *Corn Laws* serão abolidas, apenas, em 1846, ano em que a Inglaterra adota o livre-comércio. Inicia-se, com a iniciativa britânica, um período de liberalização generalizada, que durará mais ou menos um quarto de século, de 1850 a 1875. De acordo com Hobsbawm, em **A Era do Capital**, "Abertamente, apenas a Inglaterra (depois de 1846) havia abandonado o protecionismo de forma total, mantendo taxas alfandegárias – pelo menos teoricamente – apenas por razões fiscais. Não obstante, excetuada a eliminação ou redução de restrições etc. nas vias navegáveis internacionais como o Danúbio (1857) e o Sound entre a Dinamarca e a Suécia, além da simplificação do sistema monetário internacional, pela criação de grandes zonas monetárias [...], uma série de "tratados de livre-comércio" derrubou substancialmente as barreiras de tarifas entre as nações industriais líderes na década de 1860." (p. 70). A tendência ao livre-comércio do período será afetada pela Grande Depressão (1873-1896) e pela corrida imperialista, o que motivará um retorno ao protecionismo na década de 1870;

4: Certa. De fato, o conservadorismo, por um lado, e a Revolução Francesa, seguida das guerras napoleônicas, por outro, geraram dificuldades para uma expansão rápida e eficaz da Revolução Industrial. Na Europa continental, diferentemente da Grã-Bretanha, o modelo absolutista, apesar da Revolução Francesa ter abalado suas bases, reinstalou-se após o Congresso de Viena. Esse modelo caracterizava-se por uma maior intervenção do Estado, nesse caso, do monarca, na economia, portanto,

na circulação de capitais, o que dificulta o fluxo de investimentos. As guerras também contribuem para causar entraves à circulação de capitais necessária à industrialização, por criar barreiras físicas entre os Estados: é de imaginar-se a precária circulação de mercadorias entre a França e a Prússia, a Áustria e a Rússia, em 1815, principalmente pela crise gerada pelas guerras. Referente ao modo como as guerras afetam a expansão da industrialização, Hobsbawm, em **A Era das Revoluções**, é enfático: "Fora da Grã-Bretanha, o período da Revolução Francesa e de outras guerras trouxe relativamente pouco avanço imediato, exceto nos Estados Unidos [...]. As bases de uma boa parte da indústria posterior, especialmente da indústria de equipamento pesado, foram lançadas na Europa napoleônica, mas muito pouco sobreviveu ao fim das guerras, que trouxe a crise para toda a parte. No todo, o período que vai de 1815 a 1830 foi um período de reveses ou, na melhor das hipóteses, de recuperação lenta." (pp. 275-276). Sobre os modelos arcaicos e a escassa cultura liberal dos monarcas europeus, Hobsbawm também contribui, após listar uma série de dificuldades a aceitar modelos mais liberais, o que justificaria os modelos mais conservadores: "..., o desenvolvimento industrial tinha que funcionar de um modo bastante diferente do modelo britânico. Assim, em todo o continente europeu, o governo tinha um controle muito maior sobre a indústria, não apenas porque já estivesse acostumado a isso, mas porque tinha que fazê-lo." (p. 281).

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia – 2010 – CESPE) A Revolução Industrial começou na Inglaterra na segunda metade do século XVIII. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

(A) Como a Inglaterra foi pouco beneficiada pela Revolução Comercial, a Revolução Industrial veio a oferecer-lhe oportunidade para recuperar seu relativo atraso econômico.
(B) À época, a população inglesa era equivalente, em número, à da França, embora a Inglaterra tivesse dimensões bem menores.
(C) O carvão, o ferro — as duas grandes riquezas da Inglaterra — já eram fartamente exploradas no início da Revolução.
(D) O fato de ter um sistema financeiro ainda precário não impediu que a Inglaterra levasse adiante seu processo de industrialização.
(E) A Inglaterra não dispunha de recursos agrícolas e florestais suficientes para as suas necessidades.

A: Incorreta, pois não se pode falar de um atraso econômico na Inglaterra antes da Revolução Industrial. Na Europa inteira, houve um período de avanço comercial durante o século XVIII, embora desigual e favorável apenas a uma pequena elite agrária. A Grã-Bretanha estava a frente desse crescimento, como afirma Hobsbawm, em **A Era das Revoluções:** "Mas parece claro que até mesmo antes da revolução a Grã-Bretanha já estava, no comércio e na produção *per capita*, bastante à frente de seu maior competidor em potencial, embora ainda comparável a ele em termos de comércio e produtos totais." (p. 52). Edward McNall reforça essa ideia, em **História da Civilização Ocidental**, volume 2: "A economia inglesa havia progredido mais que a de qualquer outro país em direção à abundância." (p. 524);
B: Incorreta. A população francesa superava a população britânica. De acordo com Edward McNall Burns, em **História da Civilização Ocidental**, volume 2: "Na Inglaterra, a população cresceu de aproximadamente 4 milhões de habitantes em 1600 para cerca de 6 milhões em 1700 e 9 milhões em 1800. A população francesa passou de 17 milhões em 1700 para 26 milhões um século depois." (p. 514);
C: Incorreta. Primeiro, considerando o ferro, a produção britânica, como afirma Hobsbawm, não parece ser importante: "em 1780, [...] a demanda civil da metalurgia permanecia modesta, e a militar, embora compensadoramente vasta graças a uma sucessão de guerras entre 1756 e 1815, diminui vertiginosamente depois de Waterloo. Certamente, não era grande o bastante para fazer da Grã-Bretanha um enorme produtor de ferro." (p. 70-71). Portanto, não só a Indústria metalúrgica britânica não era extremamente desenvolvida, como tampouco representava uma fonte de riqueza para a Grã-Bretanha. O carvão, por outro lado, por ser uma das únicas e mais importante fonte de energia na época, movimentava a indústria de mineração desde o século XVI na Grã-Bretanha. Tratava-se de fato de uma importante indústria britânica antes mesmo da Revolução Industrial e, como afirma Hobsbawm, "a mineração não exigiu nem sofreu uma importante revolução tecnológica no período que focalizamos." (p. 71);
D: Incorreta, pois a Inglaterra tinha um sistema financeiro, se não avançado, pelo menos atingindo o mínimo necessário para organizar a sua Revolução Industrial, isto é, não foi um sistema econômico precário que lançou as bases econômicas para a Revolução. De acordo com Hobsbawm, em **A Era das Revoluções:** "Nem havia qualquer dificuldade quanto à técnica comercial e financeira pública ou privada. [...] por volta do final do século XVIII, a política governamental estava firmemente comprometida com a supremacia dos negócios. Velhas leis em contrário tinham de há muito caído em desuso e foram finalmente abolidas – exceto quando envolviam a agricultura – em 1813-35." (p. 81);
E: Correta. De fato, Inglaterra teve de importar praticamente toda a matéria prima para alimentar a sua principal indústria, a têxtil. A sua estrutura agrária era dominada, desde a Revolução de 1689, por poucos proprietários, criando um sistema precário e fortemente desequilibrado. Considerando os recursos florestais, a escassez britânica em áreas de florestas foi que também motivou, em parte, a estruturação da indústria de minério de carvão.

Gabarito "E"

Texto para a próxima questão

Quando as 5 mil pequenas lâmpadas iluminaram a fachada do Palácio da Eletricidade, por ocasião da inauguração da Exposição Universal de Paris (1900), causando assombro à multidão que assistia ao espetáculo, comprovou–se o triunfo da ciência e a soberania da máquina. A luz vencera o limite da noite e instaurava as 24 horas como o novo tempo da cidade.

A arte afastava–se do mundo burguês à procura de nova clientela, capaz de um ato de fruição total. Era preciso tornar-se autêntica e, para isso, ela precisava eliminar dos seus efeitos específicos quaisquer outros que pudessem ter sido tomados por empréstimo. Era necessário tornar–se "autárquica", "pura"

A busca incessante dessa pureza motivou os artistas do início do século XX, o que resultou na produção de obras que deram corpo a uma notável revolução cultural.

P. E Grinberg e A. A. Luz. Revoluções artístico-culturais no século XX. *In*: F.C. Teixeira da Silva (coord). **Séculos sombrios: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Tomando o texto III como referência inicial e considerando o cenário econômico mundial na passagem do século XIX ao século XX, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) As transformações verificadas no sistema produtivo capitalista, a partir de meados do século XIX, tiveram na substituição do ferro e do carvão pelo aço e pela eletricidade o ponto de partida para a configuração da moderna industrialização.
(2) As últimas décadas do século XIX assistiram à disseminação da crença burguesa em um progresso ilimitado, do qual as exposições universais – tal como a citada no texto – eram símbolos poderosos.
(3) A inexistência de crises mais pronunciadas no sistema capitalista, ao longo da metade do século XIX, reforçava o ponto de vista de governos e de grandes empresários no tocante à perenidade do desenvolvimento material que estava em marcha.
(4) Assinada pelo Papa Leão XIII em 1891, encíclica Rerum Novarum, primeira grande manifestação oficial da Igreja Católica para elaboração de uma doutrina social-cristã, ao mesmo tempo em que atacava firmemente os excessos da exploração capitalista, expressava sutil apoio às teses socialistas.

1: Certa. Trata-se da passagem da Primeira Revolução Industrial para a Segunda. A utilização do aço, mais maleável que o ferro, e da eletricidade, mais eficaz e menos poluente que o carvão, marca essa evolução. Outro elemento comumente citado nessa passagem é a utilização da turbina a vapor, no lugar da máquina a vapor, e o uso de combustíveis líquidos, derivados do petróleo, no lugar do carvão. O desenvolvimento da siderurgia é também uma das características principais da Segunda Revolução Industrial, assim como a química, que passa a ocupar um espaço mais importante na indústria;

2: Certa. As exposições universais tinham, como objetivo central, celebrar o progresso da ciência através de aquisições tecnológicas. Eram grandes eventos, nos quais os expositores não buscavam, somente, expor novas máquinas, eram momentos para intercambiar tecnologias e difundir as inovações entre um grande público. Também existe um viés político por trás das exposições universais: eram eventos itinerantes, organizados, a cada ano, em alguma cidade (não necessariamente capitais) distinta da Europa, com o intuito de exaltar a grandeza nacional pela ciência e tecnologia. A exposição universal realizada em Paris, em 1889, foi uma das mais celebres, já que marcou a inauguração da Torre Eiffel, hoje símbolo histórico e turístico da cidade;
3: Errada. Entre 1873 e 1896, uma grande crise atingiu o mundo inteiro, sendo conhecida como a Grande Depressão de 1873 (o termo depois foi usado para classificar a crise de 1929; 1873 ficou conhecida como a Longa Depressão de 1873). De acordo com Hobsbawm, em **A Era dos Impérios**, "Ao estudar a economia mundial em 1889, ano de fundação da Internacional Socialista, um ilustre especialista americano observou que ela se caracterizara, desde 1873, por agitação sem precedentes e depressão do comércio. Sua peculiaridade mais digna de nota, escreveu ele, foi sua universalidade; afetando tanto nações que se envolveram em guerras como as que mantiveram a paz; as que têm uma moeda estável com padrão ouro como as que têm moeda instável...; as que vivem num sistema de livre comércio de matérias-primas e aquelas onde há restrições comerciais, maiores ou menores." (p. 57-58);
4: Errada. A Encíclica do Papa Leão XIII, a *Rerum Novarum* não ataca diretamente os excessos do capitalismo, pelo contrário, defende a propriedade privada dos meios de produção. Tampouco defende teses socialistas, atacando, por exemplo, o direito à greve. A encíclica adota um discurso mais moderado ao pedir para que os empregadores tratem os seus trabalhadores com mais dignidade e afirma estar de acordo com a formação de sindicatos cristãos. A Encíclica é, no entanto, revolucionária para a época no fato de defender a justiça social pela promoção dos direitos, algo inédito na Igreja católica.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

1.2. CARACTERÍSTICAS GERAIS E PRINCIPAIS FASES DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA (DESDE APROXIMADAMENTE 1780)

A história mundial contemporânea, iniciada no último terço do século XVIII, apresenta-se como uma sucessão de sistemas mundiais intercalados por fases de transição e configuração de novas lideranças. Assim, de 1776 (ano da independência dos EUA e da publicação de A Riqueza das Nações, de Adam Smith) a 1890, a Pax Britânica, embasada na Revolução Industrial e regulada pelo liberalismo, deu início ao mundo dominado pelas potências anglo-saxônicas.

Paulo G. Fagundes Visentini e Analúcia Danilevicz Pereira. **História do mundo contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 10 (com adaptações).

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos da história econômica mundial, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) O processo de colonização vigente nas décadas finais do século XIX integra um contexto de expansão do sistema produtivo, do qual resultam a busca de mercados consumidores, de matéria-prima industrial e de bases estratégicas, bem como o surgimento de áreas propícias ao investimento de capitais e ao recebimento dos contingentes populacionais excedentes das metrópoles.

(2) Em A Riqueza das Nações, Adam Smith critica o mercantilismo, alinhando-se, nesse aspecto, com os fisiocratas franceses, mas deles se afastando ao sustentar que ao Estado compete conduzir e proteger a economia nacional na disputa por mercados com outros países.

(3) Ao longo do século XIX, nas regiões economicamente mais dinâmicas, capitalismo e sociedade industrial consolidaram-se em meio a um cenário de crescente urbanização, de formação e expansão do mercado de trabalho assalariado, de uma economia cada vez mais permeada por bens industrializados, de concentração e centralização da riqueza e dos capitais em grandes empresas, e de um mercado em franco processo de mundialização.

(4) Maior potência industrial do século XIX, a Inglaterra, que optou pela mediação política de autoridades locais em suas colônias, não se beneficiou da corrida imperialista na mesma proporção alcançada por seus concorrentes diretos, como a Alemanha.

1: Certa. O item descreve as principais motivações do novo movimento de expansão colonial, ocorrido a partir da metade do século XIX. De acordo com Lenin (1870-1924), o imperialismo é uma fase superior do capitalismo, em que os Estados passam a buscar novas frentes para desenvolver o capital, seja pela ampliação do mercado consumidor, seja pela abertura de novas áreas de investimento. É o contexto da Segunda Revolução Industrial, que, em função do desenvolvimento de melhores métodos de produção, passa a verificar grandes excessos produtivos, o que leva à necessidade de escoar os excedentes em novos mercados consumidores e de buscar matérias primas, notadamente, petróleo, aço e borracha, levando, por exemplo, ao desenvolvimento do ciclo da borracha no Norte do Brasil, em fins do século XIX. O ciclo da borracha, no Brasil, inicia-se no fim do século XIX e dura até mais ou menos a década de 1920. Na Europa, a "bike-mania" faz aumentar a demanda por borracha para pneus de bicicleta, motivando uma forte entrada de capitais na região, contribuindo para o desenvolvimento de cidades como Belém e Manaus. O ciclo entra em decadência na década de 1920 quando as colônias britânicas passam a concorrer com os seringais brasileiros. Finalmente, a imigração pode ser associada a esse processo também. Havia uma forte pressão demográfica na Europa, cuja população passa de 266 milhões, em 1850, a mais de 400 milhões, em 1900. As colônias seriam receptor desses excessos populacionais. Vale lembrar que, com a Segunda Revolução Industrial e a produção excedentária, aparecem, na Europa, os índices crescentes de desemprego. A saída de contingentes populacionais permite um alívio sobre a demanda de emprego, confirmado pela ausência de grandes crises de subemprego durante o período;
2: Errada. Uma das premissas principais da economia clássica, cujo um dos maiores representantes foi o economista escocês Adam Smith (1723-1790), é a defesa da não intervenção do Estado na economia. O não intervencionismo havia sido defendida anteriormente pelos fisiocratas, que associavam a economia à uma lei natural da física, portanto, autorregulada. Adam Smith desenvolve essa ideia ao criar a primeira teoria do comércio internacional, a lei das vantagens absolutas. Para Smith, a lei do mercado rege as relações econômicas e o Estado, ao tentar influenciar a economia, só causaria distorções. Por isso, Adam Smith é um dos primeiros defensores do liberalismo econômico, associado com a expansão comercial seguida pela Grã Bretanha, ainda no século XVIII;
3: Certa. O item descreve o processo de urbanização ocorrido nas regiões que foram atingidas pela primeira leva de industrialização. De fato, a industrialização acelera o processo de urbanização, ao incrementar a concorrência com o campo, atraindo mão de obra às cidades. O aumento da produção industrial também gerou aumento da circulação de bens, portanto, da circulação de capital, o que levou ao desenvolvimento de altos investimentos, não somente internos, mas no exterior. É comum observar o período como um princípio de mundialização, ao analisar a crescente importância do comércio internacional na riqueza dos países;
4: Errada. A Inglaterra tinha o maior império colonial do mundo em fins do século XIX e princípio do século XX, portanto, não se pode afirmar que não se beneficiou com a corrida imperialista. A Alemanha, por outro lado, não obteve muitos benefícios na expansão imperialista da virada do século. O seu Chanceler principal, Otto von Bismarck (1815-1898), optou por uma política voltada para a consolidação interna da Alemanha, a Realpolitik, imposta pela Prússia. Bismarck demite-se em 1890, atitude que abre espaço para uma mudança na política expansionista da Alemanha, voltada para fora do país, a Weltpolitik, ou "política mundial", defendida pelo novo kaiser Guilherme II (1859-1941), a partir de 1897. A política expansionista que a Alemanha inicia vai de fato ao encontro com o imperialismo britânico, mas a Alemanha não vai se beneficiar da mesma forma do imperialismo que a Grã Bretanha. Como afirma José Flávio Sombra Saraiva, em **História das Relações Internacionais** Contemporâneas, "Os interesses coloniais econômicos da Alemanha, na África, eram e continuam sendo marginais durante todo o século XIX, embora projeções difusas do valor potencial das colônias tenham contribuído, na crise de 1873-1896, para popularizar as ideias imperialistas. Bismarck nunca se deixou transformar, ao longo de seu governo, em um defensor convicto da aventura colonial nem escondeu [...] sua rejeição a esse tipo de política mundial e sua clara preferência por uma política continental." (p. 110).
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

No final do século XVIII e no início do XIX, após a introdução do bastidor hidráulico de Arkwright, uma onda de avanços técnicos impulsionou a segunda Revolução Industrial, movida a eletricidade, produtos químicos e óleos. Juntas, essas descobertas tornariam as indústrias mais limpas e eficientes do que as fábricas da etapa anterior, movidas a vapor e a carvão. E as novas técnicas alavancariam o comércio de maneira inimaginável. No final do século XIX, barcos a vapor, telégrafos e motores elétricos multiplicavam-se: Arkwright não podia ter previsto nada disso quando patenteou sua máquina fiandeira em 1769. Em um século e meio, o mundo mudou de forma irreversível nas esferas comercial, social e política.

Patrícia S. Daniels e Stephen G. Hyslop. **Atlas da História do Mundo.** National Geographic, São Paulo: Abril, 2004, p. 242-3 (com adaptações).

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Tendo o texto acima como referência e considerando o significado histórico da Revolução Industrial, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Infere-se do texto que as incessantes inovações tecnológicas estão presentes no transcurso da Revolução Industrial, o que altera o tipo de força motriz que impulsiona a moderna industrialização e, certamente, contribui para a ampliação da capacidade produtiva e para a expansão do comércio mundial.

(2) O processo de industrialização iniciado na Grã-Bretanha, na segunda metade do século XVIII, acelerou a substituição de antigas formas de produção pelo capitalismo, que se consolidava como sistema econômico dominante, com a atividade fabril suplantando o trabalho doméstico e a crescente prevalência do trabalho assalariado.

(3) As novas condições sociais geradas pela Revolução Industrial constituíram fermento de ondas revolucionárias que convulsionaram a Europa, notadamente em 1848.

(4) Entre as transformações irreversíveis mencionadas no texto, produzidas pelo avanço da industrialização, o cenário existente em fins do século XIX assinalava a proibição do trabalho infantil e feminino, a regulamentação da jornada de trabalho e o surgimento dos serviços previdenciários, em meio a uma sociedade que lentamente se urbanizava.

1: Certa. A Revolução Industrial não foi um evento pontual na história, mas um processo que teve diferentes fases, e a Inglaterra, por ter sido o primeiro país, esteve, durante o século XIX, à frente desse processo. De acordo com o texto, primeiro, observa-se que, enquanto os outros países iniciavam seus processos de industrialização, a Inglaterra já havia iniciado a sua Segunda Revolução industrial, por intermédio de avanços técnicos (eletricidade, química e óleos). Esses avanços modificam o tipo de força motriz, da máquina a vapor para o motor a explosão, com uso de novos combustíveis. Finalmente, essa alteração na produção traz melhorias produtivas (indústrias mais limpas e mais eficazes) e permite a expansão do comércio global (novas técnicas alavancariam o comércio). Portanto, a resposta está correta pelo diálogo com o texto;
2: Certa. Essa afirmativa pode ser relacionada com o processo de industrialização do setor têxtil na Grã-Bretanha. Quando a indústria iniciou-se, teve a concorrência ainda de artesãos. A medida que a indústria têxtil mostrava-se mais eficaz, ele foi suplantando a produção doméstica, atraindo os trabalhadores para as fábricas. De acordo com Edward McNall Burns, em **História da Civilização Ocidental**, volume **2:** "A tecelagem, porém, continuou a ser uma indústria doméstica até que a invenção de um tear mecânico barato e prático convenceu os empresários de que poderiam poupar dinheiro transferindo o processo das casas dos artesãos para as fábricas." (p. 518);
3: Certa. Sem dúvida que boa parte das novas contestações sociais tiveram suas origens nas novas formas de produção advindas com a Revolução Industrial. Embora alguns levantes na Europa em 1848 tiveram um cunho nacionalista ou liberal, pode-se dizer que a Primavera dos Povos também estava dotada de reivindicações sociais originadas nesse mesmo processo. O historiador Burns, em **História da Civilização Ocidental**, volume 2, afirma que: "No entanto, os fatos de 1848 provaram que havia então na França um outro elemento – talvez seja ainda impróprio dar-lhe o nome de consciência de classe – de que os governos não se davam conta. Se a Europa de meados do século XIX viu a classe média mais próxima do que nunca do centro do poder, viu também os trabalhadores chegando rapidamente, vindos da periferia. Suas barricadas podiam, se necessário, ser destruídas, e suas exigências deixadas de lado, mas apenas a um risco cada vez mais grave para o estado. Para florescer, o liberalismo burguês teria não só de aceitar fingidamente as exigências dos trabalhadores, mas em certa medida também atendê-las." (p. 569);
4: Errada. Podemos afirmar que sim, por um lado, havia um certo avanço na regulação do trabalho das mulheres, mas não sua proibição, como vemos em Hobsbawm, em **A Era dos Impérios**: "Tornou-se óbvia a mudança na posição e nas expectativas sociais das mulheres durante as últimas décadas do século XIX, embora os aspectos mais visíveis da emancipação feminina ainda estivessem, em larga medida, confinados às mulheres das classes médias." (p. 283-284). Da mesma forma, o trabalho infantil passou por uma série de regulações, sendo proibido em vários países, mas não na maioria até meados do século XX (e ainda...). As regulamentações das jornadas apareceram timidamente nessa época em alguns países, o que não se pode afirmar acerca dos serviços previdenciários. Finalmente, acerca do processo de urbanização, não se pode afirmar que, em fins do século XIX, havia um o processo lento de urbanização. A Inglaterra, por exemplo, já em 1850, alcançava um nível de população urbana superior a 50%. Em outros países europeus, os processos de urbanização chegariam aos mesmos níveis da Inglaterra ainda no século XIX.
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Com relação ao peso da industrialização no desenvolvimento do capitalismo, do século XVIII aos nossos dias, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) A fase inicial da industrialização, predominantemente inglesa, a partir do século XVIII, foi marcada pela produção de bens de consumo, especialmente os têxteis, e pela utilização do ferro e do carvão como base do processo produtivo.

(2) Embora emitindo sinais que apontavam para a universalização futura do capitalismo, a industrialização ascendente ao longo do século XIX foi monopolizada pela Inglaterra e manteve-se adstrita à Europa Ocidental.

(3) Novas formas de produção de energia, como a hidrelétrica, e novos combustíveis, como o petróleo, tiveram discreta participação no ciclo industrial que, já no final do século XIX, colocava o motor a explosão no centro do processo industrial.

(4) As formas de indústrias desenvolvidas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI modificaram o paradigma da linha clássica de produção em favor da produção informatizada e com alto grau de automação e tecnologia.

1: Certa. Trata-se de uma descrição resumida da primeira Revolução Industrial na Grã-Bretanha. Acerca dos bens de capitais, a Revolução Industrial inglesa foi a primeira a mecanizar o processo de produção e criar o consumo de massa. Pelo lado dos bens de consumo, a primeira indústria a surgir foi a do setor têxtil; pelos bens de capitais, as matérias-primas que vieram a suprir a demanda da própria produção, foi a indústria mineradora de carvão e ferro;
2: Errada. A Europa continental iniciara seu processo de industrialização seguindo a liderança britânica. Não se pode afirmar que foi um processo exclusivamente europeu. Os EUA são um exemplo de industrialização importante fora da Europa: com o início da marcha para o Oeste e da descoberta de novas fontes de riqueza, a industrialização dominou boa parte do território americano, e a Guerra de Secessão mostra esse alcance, com uma indústria de guerra como suporte para o conflito. Outro exemplo importante extraeuropeu seria o Japão da Era Meiji, que iniciara um processo de industrialização por volta de 1860;
3: Errada. A resposta está incorreta por dois aspectos. O primeiro concerne o motor a explosão que, inventado na sua forma industrial pelo alemão Nikolaus Otto em 1862, o motor substituiria a máquina a vapor em pouco tempo na segunda metade do século XIX, adotado principalmente pela indústria de transporte. O petróleo viria a ser a nova fonte de energia para esse tipo de motor, do qual, ainda no século XIX, não podemos falar de uma discreta participação no ciclo industrial. A própria introdução do motor a explosão exigia uma nova fonte de energia, diferente do carvão, mais eficiente e mais limpa, embora os combustíveis líquidos, derivados do petróleo, tenham sido inventados para servir a turbina a vapor, uma primeira evolução da máquina a vapor.

A energia hidrelétrica também aparece nessa época, mas nesse caso, podemos ainda falar de uma discreta participação, pois sua importância seria mais significativa no século XX;
4: Certa. Essa afirmativa é melhor analisada pela geografia. De fato, a tendência da última revolução, ou Revolução da Informação, é de criar uma automação dos meios de produção, feito através da informática. A robótica é um dos fatores mais importantes da moderna industrialização. Para tanto, seria necessário fontes de energia mais eficazes e mais limpas. A Terceira Revolução Industrial, como é conhecida a Revolução da Informação, tem por características principais o uso de novas fontes de energia, como a nuclear e as energias renováveis, como a eólica e a solar. Verifica-se, também, o uso mais incisivo de fontes desenvolvidas durante a Segunda Revolução Industrial, mas que não foram amplamente utilizadas, como é o caso das hidroelétricas e dos combustíveis derivados do petróleo (gasolina e diesel). Finalmente, na Revolução da Informação, o advento da informática e do uso de satélites permite a ascensão de novos meios de comunicação, caracterizada pela ampla utilização de meios de comunicação móveis.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Texto para a próxima questão.

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução europeia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

Eric J. Hobsbawm. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Compreender o processo histórico protagonizado pelo século XIX e seus desdobramentos no século seguinte requer, em meio a tantos outros aspectos essenciais, o exame da trajetória seguida pelo capitalismo. A propósito desse cenário histórico, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A partir de meados do século XIX, o sistema capitalista adquire feições novas. Sem perder suas características fundamentais e definidoras, como a propriedade privada dos meios de produção e o objetivo da acumulação, ele se torna crescentemente monopolista e financeiro.

(2) A tendência à concentração de empresas e à centralização de capitais altera, na prática, as antigas formas de concorrência e elimina o antigo discurso liberal assentado no livre-cambismo, na liberdade dos mares e na condenação às práticas protecionistas.

(3) Instituição poderosa, com larga ascendência sobre governos e sociedades, a Igreja Católica adota, com o Papa Leão XIII, a corajosa atitude de expor sua doutrina social em um contexto de grave crise social — a depressão econômica dos anos 1870. O conteúdo da encíclica **Rerum Novarum** representava um convite aos católicos a combater o "capitalismo materialista" e, em decorrência, a apoiar pontos centrais do marxismo, em remota preparação ao advento da Teologia da Libertação, cem anos mais tarde.

(4) O equilíbrio de poder entre as potências europeias tende a se romper à medida que se acirra a competição por áreas de influência e pelo domínio de territórios pelo mundo afora. Crises sucessivas, em que questões políticas, econômicas e militares se confundem com distintas expressões de nacionalismo, preparam o terreno para a eclosão da Grande Guerra de 1914.

1: Certa. Trata-se de uma descrição do capitalismo na segunda metade do século XIX, quando se dá o início a Segunda Revolução Industrial. Pelos avanços técnicos da tecnologia, há um aumento na eficiência da produção, mas, pela lógica do capitalismo de manutenção da propriedade privada dos meios de produção, esses avanços ficam restritos aos agentes mais adiantados no processo industrial. Isso promove a criação de monopólios. Além disso, para escoar os excedentes da produção, também nessa época, são criados os Impérios coloniais. Com as transferências de capitais para financiar investimento em produção de matéria prima e para manter o estoques da acumulação, é nessa época que se desenvolvem, com maior pertinência, os sistemas financeiros internacionais, embora sem a complexidade nem a dimensão do sistema atual;
2: Errada. O acúmulo de capitais e de empresas é uma prática aceitável do liberalismo. Vale lembrar que foi com o liberalismo econômico que a Revolução Industrial pode ocorrer. Como afirma Hobsbawm, em **A Era do Capital**, "Certamente, os contemporâneos teriam dado ênfase à contribuição de um outro fator: a liberação da iniciativa privada, o motor que, todos concordam, promoveu o progresso da indústria. Nunca houve um consenso mais esmagador entre economistas ou políticos e administradores inteligentes no que toca à receita para o crescimento da sua época: o liberalismo econômico. As barreiras institucionais que sobreviveram ao livre movimento dos fatores de produção, à livre iniciativa ou a qualquer coisa que concebivelmente pudesse vir a tolher sua operacionalidade lucrativa caíram diante de uma ofensiva mundial." (p. 62);
3: Errada. A Encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII aparece em 1891, fora do contexto descrito na afirmativa. Ela não apoia o marxismo, mas algumas medidas sociais, como proteção da dignidade dos trabalhadores e permite a criação de sindicatos cristãos. Finalmente, ela não combate o capitalismo em nenhum aspecto, pelo contrário, é favorável à manutenção da propriedade privada, com argumentos retirados dos escritos bíblicos;
4: Certa. O equilíbrio de poderes na Europa às vésperas da Primeira Guerra Mundial não conseguia mais sustentar-se. A unificação alemã trouxera uma potência forte no meio de uma dinâmica estruturada há muito tempo e que contava com a Prússia apenas como potência. Além disso, o cálculo da balança de poder europeu fazia-se a nível mundial, com o advento dos impérios coloniais. Será nos impérios que as crises vão ocorrer: Fachoda e Suez (1898), crises marroquinas (1905-1911). As crises, conjugadas com uma corrida aos armamentos e com uma política de Alianças (modelo bismarckiano) instável, além dos desequilíbrios econômicos entre nações constituem o cenário de instabilidade da Europa às vésperas da Primeira Guerra.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

1.3. A PROSPERIDADE NO SEGUNDO PÓS-GUERRA

A ideia de uma União Europeia, de uma forma ou de outra, não era nova. O século XIX havia experimentado na Europa Central uma variedade de uniões alfandegárias, com diferentes graus de sucesso, e, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, ocasionalmente, falava-se com idealismo a respeito da noção de que o futuro da Europa estava na convergência das diversas partes. A própria Primeira Guerra Mundial, longe de dissipar essas visões otimistas, parece ter-lhes conferido mais vigor: conforme Aristide Briand insistia, chegara o momento de superar rivalidades passadas e pensar e falar como europeu, sentir-se europeu.

Tony Judt. Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 166 (com adaptações).

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a temática por ele abordada, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Exemplo de êxito daquilo que o texto identifica como "variedade de uniões alfandegárias", o Zollverein foi o passo inicial e decisivo para o processo de unificação política alemã. Liderada pela burguesia austríaca, a crescente integração econômica dos Estados germânicos isolou a aristocracia junker e deu suporte à estratégia bismarckiana.

(2) Ao lançar o Comecon (Conselho de Ajuda Mútua), o governo de Moscou pretendia estabelecer um mercado comum que integrasse as economias da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e dos países do Leste Europeu, estando essa decisão inserida no contexto de confronto ideológico, que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial, e de reconstrução econômica da Europa Ocidental, capitaneada pelo Plano Marshall.

(3) Com o indispensável apoio do governo francês, representado por Raymond Poincaré e Aristide Briand, o britânico Lloyd George propôs, alguns anos depois de terminada a Primeira Guerra, um plano para a estabilização política e a reconstrução da Europa, no qual não se admitia a moratória do pagamento das reparações ditadas pelo Tratado de Versalhes.

(4) A assinatura de tratados como o de Roma e o de Maastricht resultou de um longo processo de integração europeia, iniciado no pós-Segunda Guerra, tendo o fim da Guerra Fria possibilitado, dada a remoção dos obstáculos geopolíticos que impunham limites à expansão do espaço comunitário, um novo ciclo de ampliação do número de países integrantes da União Europeia.

1: Errada. O item equivoca-se ao falar da burguesia austríaca na liderança do processo de unificação política da Alemanha. De fato, o Zollverein contribui para unir os Estados germânicos, mas foi liderada pela burguesia prussiana. O Zollverein foi uma união aduaneira dos Estados Alemães, que teve início em 1818, quando o rei Frederico Guilherme III da Prússia (1770-1840) suspende as aduanas internas de seu território. Em pouco tempo, a união foi estendida para outros Estados Alemães, estabelecendo-se, em 1833, em torno da Prússia e excluindo a Áustria. Não parece haver dúvidas para os analistas sobre a importância do Zollverein como passo inicial para a unificação, que passa primeiro por uma fase de união econômica, para em seguida, sob o auspício de Bismarck (1815-1898), passará por uma fase mais militar. Também é errado afirmar que Bismarck isolou a aristocracia junker, família nobre prussiana que detinha o poder do exército no Estado. O poderio militar foi necessário para Bismarck assegurar os territórios ao Norte, contra a Dinamarca, em 1864, ao Sul, contra a Áustria, em 1866, e ao Oeste, contra a França, em 1870;

2: Certa. O COMECON, Conselho de Assistência Econômica Mútua, foi lançado em 18 de janeiro de 1949 em Moscou. Inicialmente, foram partes do Conselho a URSS, a Bulgária, a Tchecoslováquia, a Romênia, a Polônia, a Hungria e a Albânia. A República Democrática da Alemanha, criada em outubro de 1949, integra o Conselho em 1950. Mongólia (1962), Cuba (1972) e Vietnã (1978) completam a composição do Conselho. É, de fato, uma união comercial de países do bloco associado à União Soviética, destinada a fomentar o comércio intrabloco, após a introdução do Plano Marshall ter causado um desequilíbrio no comércio tradicional entre países da Europa Ocidental, de um lado, e da Europa do Leste, do outro. Por isso, pode-se afirmar que o COMECON insere-se no contexto da guerra ideológica. De acordo com Demétrio Magnoli, em **Relações Internacionais – Teoria e História**, "A configuração dos blocos antagônicos [na Guerra Fria] destruiu a tradicional divisão europeia do trabalho. O comércio entre Oeste e Leste do continente foi asfixiado. Nesse contexto, a criação do Comecon tinha a finalidade de acelerar a organização de uma divisão internacional do trabalho no interior do bloco soviético. [...] O Comecon alcançou sua finalidade principal, que consistia em isolar economicamente o bloco soviético da Europa Ocidental." (p. 139);

3: Errada. O item confunde dois períodos do pós-Primeira Guerra: o período das negociações do Tratado de Versalhes (1919) e o período das distensões das punições da Alemanha, com um processo de aproximação entre Paris e Berlim. Com referência ao primeiro período, David Lloyd George (1863-1945) foi primeiro ministro britânico, de 1916 a 1922. Ele esteve envolvido com as negociações da Conferência de Paz, iniciada em 18 de janeiro de 1919, e apoiava o projeto do presidente norte-americano, Woodrow Wilson (1856-1924), que defendia um programa mais idealista para a paz, definido em seus Quatorze Pontos. A contraposição viria da França, com o primeiro ministro Georges Clemenceau (1841-1929), que representava a ala que queria punições severas para a Alemanha. O segundo período ocorre ao longo da década de 1920, após as Conferências de Paz, quando inicia-se um momento de abrandamento das punições, principalmente após 1925. No período, não houve um plano que envolvesse estabilização política e reconstrução da Europa, como afirma o item, o que ocorreu no pós-Segunda Guerra. Houve, após a Primeira Guerra e as Conferências de Paz, planos e acordos de conciliação, como afirma Sombra Saraiva, em **História das Relações Internacionais** Contemporâneas, "que foram a Conferência de Londres, o Plano Dawes, os acordos de Locarno, a admissão da Alemanha na Sociedade de Nações, o Plano Young de 1929 e a evacuação da Renânia em 1930, cinco anos antes do previsto." (p. 143). Finalmente, o item afirma que no plano não se admitia a moratória do pagamento das reparações. Na verdade, o plano Dawes, do vice-presidente norte-americano Charles Dawes (1865-1951), constitui uma espécie de ajuda à Alemanha, para restabelecer-se economicamente, ao mesmo tempo que arcava com suas dívidas de guerra, conforme afirma Sombra Saraiva: "O Plano Dawes (1924-29) descarregou na Alemanha investimentos da ordem de 2,5 bilhões de dólares de origem americana e outros 2,5 bilhões de outras origens. Com isso, a Alemanha pagou somente à França um bilhão de dólares de reparações." (pp. 143-144);

4: Certa. É possível afirmar que houve uma evolução entre o Tratado de Roma e o de Maastricht. O Tratado de Roma, assinado em 1957, cria duas comunidades europeias, a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Euratom, a primeira com o fim de integrar as economias dos seus membros (RFA, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Holanda) e criar uma união aduaneira, e a segunda para ter uma política nuclear comum. Em fevereiro de 1992, é assinado o Tratado de Maastricht entre os doze (os Seis com a Alemanha unificada, mais Grã-Bretanha, Irlanda, Dinamarca, Portugal, Espanha e Grécia), que transforma a CEE em União Europeia, com a intenção de estabelecer uma política de segurança e econômica comum. Há, portanto, no período referido no item, entre 1957 e 1992, a vigência da CEE. De fato, a assinatura de Maastricht é resultado de um longo processo de integração, que teve distintos momentos de negociação, passando por períodos de euro-otimismo ou de euroceticismo. O fim da Guerra Fira é importante nesse aspecto pois permite a expansão da UE ao Leste da Europa. O primeiro caso foi com a unificação alemã, que integrou a República Democrática da Alemanha à União. Depois, com a ampliação ao Leste dos anos 2000, a União passa de 15 para 27 países em menos de 10 anos, integrando economias que antes estavam separadas do espaço comunitário celebrado pelos países da Europa Ocidental.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcado pela reconstrução europeia e japonesa, pela Guerra Fria, pela descolonização e pela internacionalização da hegemonia americana. Foi, também, um período de enorme crescimento produtivo nos países desenvolvidos. O fato é que os primeiros trinta anos do pós-guerra constituíram uma era única na história contemporânea. A espantosa recuperação do mundo capitalista, quanto ao crescimento econômico e avanços tecnológicos, revolucionou as pautas de consumo e comportamento até então existentes. A interdependência gradual dos mercados, combinando-se com um Estado que assumia tarefas econômicas e sociais, propiciou o que Hobsbawm definiu como "o grande salto". Era o Estado regulador ou de bem-estar social.

Enrique Serra Padrós. **Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social**. *In*: Daniel AarãoReis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha (Orgs.). **O Século XX: o tempo das crises — revoluções, fascismos e guerra**s. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 229-236 (com adaptações).

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Tendo o texto acima como referência e considerando a realidade histórica mundial que se segue à Segunda Guerra Mundial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Dois fatores foram decisivos para que se concretizasse a descolonização afro-asiática: o fortalecimento dos movimentos nacionais pela independência — a despeito de projetos e estratégias distintos que, não raro, defendiam — e o declínio europeu que a guerra evidenciara, sobretudo em relação à perda de poder das antigas potências coloniais.

(2) Os EUA souberam tirar proveito da expressiva queda na produção industrial e agrícola europeia durante a Segunda Guerra: sua produção industrial triplicou — em 1946, o país já respondia por metade da produção mundial — e a renda *per capita* mais que duplicou, o que indica o caminho

definido, no texto, como "internacionalização da hegemonia americana".

(3) Embora desprovido de base teórica que orientasse suas ações, o Estado do pós-Segunda Guerra, classificado, no texto, como regulador ou de bem-estar social, teve êxito graças ao aumento da produção, da renda e do emprego, enquanto se comprimia a demanda como forma de impedir a volta da inflação.

(4) Foram extraordinárias a recuperação europeia e a japonesa na agricultura após 1945: modernização tecnológica e uso intensivo de máquinas aumentaram consideravelmente a produtividade no campo, fato potencializado, no Japão, pela reforma agrária iniciada durante a ocupação norte-americana.

1: Certa. O processo de descolonização na África e na Ásia ocorreu em função de um conjunto de fatores mais ou menos simultâneos que, isolados, talvez não tivessem tanto êxito, nem teriam permitido transformações tão importantes. Se por um lado temos os movimentos nacionais, um fator endógeno aos povos que buscavam sua independência, por outro, o declínio político e econômico europeu, como fator exógeno, permitiu que os movimentos atingissem seus objetivos. No livro **História das Relações Internacionais**, organizado por José Flávio Sombra Saraiva, ressalta-se a importância desses fatores para a descolonização: "A atmosfera doméstica das metrópoles desempenhou papel fundamental nas descolonização, mas ela não explica a força dos nacionalismos afro-asiáticos." (p. 221). É importante ressaltar que esses dois fatores foram importantes, porém não foram exclusivos. Na mesma obra, sobressai-se ainda a importância do contexto de Guerra Fria para permitir que a descolonização ocorresse, mais uma vez, não sendo um fator único e exclusivo. O importante, na realidade, são que esses fatores atingem diferentes níveis geográficos: "Assim, é um conjunto de fatores políticos, econômicos, estratégicos e ideológicos que operaram sempre em três níveis – no das metrópoles, no internacional e no colonial – que oferece as pistas para a compreensão da emergência afro-asiática nas relações internacionais do final dos anos 1950 e na década de 1960." (p. 221);

2: Certa. Os dados econômicos correspondem aos dos EUA no imediato pós-Guerra. De fato, o modelo de produção industrial americano, inspirado no fordismo, fora levado à Europa pouco depois, mas antes, esta precisaria passar por um processo de reconstrução. Para Hobsbawm, esse processo não foi tão impressionante para os EUA, pois simplesmente continuaram uma tendência do que já vinha sendo feito desde a década de 1930, após a Grande Depressão. Em **A Era dos Extremos**, ele afirma: "Para os EUA, que dominaram a economia do mundo após a Segunda Guerra Mundial, ela [a expansão econômica] não foi tão revolucionária assim. [...] Não sofreram danos, aumentaram seu PNB em dois terços (Van der Wee, 1987, p.30), e acabaram a guerra com quase dois terços da produção industrial do mundo." (p. 254). Hobsbawm utiliza a ideia de que, o que ocorria no mundo pós-Segunda Guerra, era o que ocorria nos EUA antes de 194**5:** "por assim dizer, uma globalização da situação dos EUA pré-1945, tomando esse país como um modelo de socialidade industrial capitalista." (p. 259). O historiador afirma, referente ao crescimento da renda per capita, que houve um aumento considerável, que pode ser comparável à cifra da afirmativa: "Bens e serviços [nos EUA] antes restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massa, como no setor de viagens a praia ensolarada. [...] O que antes era luxo tornou-se o padrão de conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone." (p. 259);

3: Errada. Como vimos, a situação econômica do pós-Segunda Guerra é de globalização do modelo americano para o resto do mundo. O modelo aplicado era o do keynesianismo da década de 1930, ou o de bem-estar social, que consistia em aumentar os gastos do governo, o que estimula a economia, aumentando a renda dos agentes e, em consequência, a demanda. Não se trata de comprimir a demanda, mas de estimulá-la. Foi essa a ideia que ilustrou a "globalização" do capitalismo americano no pós-guerra, ligado ao estímulo da demanda, principalmente de artigos que antes eram visto como luxo, tornando-se artigos comuns, consumidos em massa. A base teórica, no caso do pós-Segunda Guerra Mundial, é o próprio keynesianismo, o que desmente a ausência de uma base teórica verificado na afirmativa. Vale ressaltar uma definição do bem-estar ao qual a afirmativa faz referência, segundo Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**: "Estados de Bem-estar no sentido literal da palavra, quer dizer, Estados em que os gastos com a seguridade social – manutenção de renda, assistência, educação – se tornaram a *maior parte* dos gastos públicos totais [...]." (p. 278);

4: Certa. O Japão já havia iniciado um processo de reforma agrária durante a Era Meiji, no século XIX, mas, como a afirmativa fala apenas de uma reforma, e não da primeira reforma, podemos deduzir que se trata da reforma empreendida durante a ocupação americana, conhecida como "Comando Supremo das Forças Aliadas". De fato, trata-se de um processo modernizador, com ajuda americana, que trouxe o capitalismo, tanto na Europa como no Japão, para o campo, aumentando a produtividade nesse setor.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

1.4. O "WELFARE STATE" E SUA CRISE

(Diplomacia – 2008 – CESPE) A noção de "Estado do bem-estar" é importante no capitalismo na segunda metade do século XX. Relativamente ao tema, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) O "Estado do bem-estar" seguiu um modelo universal, sendo a versão alemã a de maior êxito e de maior visibilidade internacional.

(2) Foram elementos cruciais ao desenvolvimento do "Estado do bem-estar": responsabilidade social da produção capitalista, proteção dos mais fracos, acesso das classes trabalhadoras à educação pública de qualidade, moradia e saúde para todos.

(3) Acusado, por linhagens políticas liberais, nas últimas décadas do século XX, de ter produzido sociedades preguiçosas e acomodadas, o "Estado do bem-estar" assistiu à corrosão do consenso que alimentara sua sustentação social e viabilidade política em países como a Inglaterra do pós-Segunda Guerra Mundial.

(4) A noção clássica de Adam Smith de conjugação da ordem econômica à forma política do Estado encontra, na ideia de "Estado do bem-estar", certa hierarquia na qual a primeira se subordina à segunda.

1: Errada. O "Estado de bem-estar" dificilmente seguiu um modelo universal, pois cada país que o adotou aplicou-o de maneira distinta. Não se fala de um modelo universal, mas de sistemas de Estado de bem-estar social, ou Estado previdenciário. Depois, o modelo alemão, iniciado por Bismarck, na Prússia, pode ter sido o primeiro exemplo de um modelo de Estado de bem-estar moderno, mas não foi modelo que teve mais êxito, nem maiores seguidores. A própria expressão "Estado de Bem Estar Social" origina-se no pós-Guerra, primeiramente, na Inglaterra e seria anacrônico aplicar a expressão ao modelo alemão. Nesse caso, o modelo que teve maior visibilidade internacional foi o modelo dos EUA pós-Grande Depressão. Depois da Segunda Guerra Mundial, modelos inspirados no *Welfare State* estadunidense, mas teorizados no pensamento do britânico John M. Keynes, foram utilizados na reconstrução europeia, no que Hobsbawm chama de "globalização da situação dos EUA pré-1945, tomando esse país como modelo de socialidade industrial capitalista." (p. 259), em **A Era dos Extremos**;

2: Certa. Trata-se das bases do "Estado de bem-estar. Economicamente, a teoria que dá fundamento ao modelo é o keynesianismo, de John M. Keynes (1883-1946), que motiva a intervenção do Estado na economia, com a criação de empregos via aumento de gastos públicos, o que aumenta a renda dos trabalhadores, estimulando a demanda agregada. Os elementos citados na afirmativa foram sem dúvida cruciais, mas não quer dizer que eles foram adotados por todos os sistemas de bem-estar. Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**, falar sobre "Estados de Bem-estar no sentido literal da palavra, quer dizer, Estados em que os gastos com a seguridade social – manutenção de renda [responsabilidade social da produção capitalista], assistência [proteção dos mais fracos, moradia e saúde] e educação [acesso das classes trabalhadoras à educação pública de qualidade] – se tornaram a *maior parte* dos gastos públicos totais [...]." (p. 278);

3: Certa. A afirmativa faz uma análise sobre as críticas aos sistemas de bem-estar feitas nas últimas décadas do século XX. De fato, no início da década de 1980, há uma espécie de corrente que percebe nesses sistemas uma espécie de vício social, que contribuiu para degradar as estruturas da sociedade. Foi nesse período, essencialmente, que se criou modelos neoliberais para substituir as aquisições do "Estado de bem-estar". De acordo com Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**: "Encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderada-

mente social-democrata, quando as políticas econômicas e sociais da Era de Ouro pareceram fracassar. Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. Entre esses, Reagan e a confiante e temível sra. Thatcher na Grã-Bretanha (1979-90) eram os mais destacados. Para essa nova direita, o capitalismo assistencialista patrocinado pelo Estado das décadas de 1950 e 1960, não mais escorado, desde 1973, pelo sucesso econômico, sempre havia parecido uma subvariedade de socialismo da qual, em sua ótica, a URSS era o lógico produto final. A Guerra Fria reaganista era dirigida não contra o "Império do Mal" no exterior, mas contra a lembrança de F. D. Roosevelt em casa: contra o Estado do Bem-estar Social, e contra qualquer outro Estado interventor." (p. 245);
4: Certa. A afirmativa remonta aos conceitos da economia. Adam Smith, por um lado, defendia a separação da economia e da política, pelo simples fato que, antes, a subordinação da primeira à segunda havia levado os Estados à crises comerciais, durante os anos do Mercantilismo (sec. XV ao XVIII). A intervenção do Estado na economia motivava enormes déficits comerciais pelo acúmulo de metais preciosos. Ao sustentar a separação dos dois, Adam Smith demonstra que as duas devem estar conjugadas e não subordinada, o Estado deve fiscalizar a economia, e não necessariamente, ditar as suas linhas principais. A economia possui uma mão invisível que, em tempos de crise, permite a sua regulação automática. É dessa ideia que Adam Smith surge como mentor e criador do liberalismo econômico. No sistema de "Estado do bem-estar", é o contrário que se defende, a política deve intervir na economia, esta deve estar submissa àquela, pelo simples fato que a economia pode entrar em situações de crise estrutural que, por ela mesmo, não consegue sair. É uma negação do liberalismo de Smith, do *laissez-faire* dos clássicos. O "Estado do bem-estar" é a intervenção do político na economia para motivar os agentes e a própria economia.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

Texto para a próxima questão

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945?) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). **Relações internacio-nais:** visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Considerando a conjuntura apresentada no texto, verifica-se que, passados cerca de trinta anos, a realidade mundial era muito distinta da existente naqueles convulsionados anos 60. No que concerne ao novo quadro histórico que começou a ser consolidado na década de 80 do século XX, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Nos anos 80, havia uma nítida convergência das posições do governo dos EUA e do governo do Reino Unido. Com efeito, a Era Reagan-Thatcher notabilizou-se pela ação moderada e tolerante na política externa e, sob a ótica da economia, por ter levado ao extremo a defesa do Estado do Bem-Estar Social.

(2) Em uma economia que mais e mais aprofundava seu caráter global, a formação de blocos regionais e continentais passou a ser uma tendência, o que se justifica, entre outras motivações, pela necessidade de juntar forças para a atuação em um mercado acentuadamente competitivo.

(3) Brasil e Argentina, quando governados, respectivamente, por Sarney e Raúl Alfonsín, iniciaram um processo de aproximação cujo desdobramento foi a constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul), que incorporou dois outros sócios – Paraguai e Uruguai.

(4) Há consenso entre os especialistas para explicar as dificuldades aparentemente intransponíveis encontradas pela União Europeia (EU) em seu esforço para se transformar em um bloco continental poderoso. Para esses observadores, a falha da EU consistiu em voltar-se exclusivamente para as questões econômicas, deixando de lado aspectos políticos, sociais e culturais.

1: Errada. A convergência entre Ronald Reagan (1991-2004) e Margaret Thatcher (1925) nas posições políticas, no entanto, não foi como a afirmativa mostra. As intervenções externas não foram moderadas, como na Guerra das Malvinas, entre a Argentina e a Inglaterra, ou particularmente determinados, como Reagan e sua *Strategic Defense Initiative* (mais popularmente conhecida como Guerra nas Estrelas), onde rechaçou medidas comumente aceitas no Estado do Bem-estar americano em prol da indústria militar nacional. É o momento do neoliberalismo, como afirma Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**: "Encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social-democrata, quando as políticas econômicas e sociais da Era de Ouro pareceram fracassar. Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. Entre esses, Reagan e a confiante e temível sra. Thatcher na Grã-Bretanha (1979-90) eram os mais destacados. Para essa nova direita, o capitalismo assistencialista patrocinado pelo Estado das décadas de 1950 e 1960, não mais escorado, desde 1973, pelo sucesso econômico, sempre havia parecido uma subvariedade de socialismo da qual, em sua ótica, a URSS era o lógico produto final. A Guerra Fria reaganista era dirigida não contra o "Império do Mal" no exterior, mas contra a lembrança de F. D. Roosevelt em casa: contra o Estado do Bem-estar Social, e contra qualquer outro Estado interventor." (p. 245);
2: Certa. Trata-se de uma justificativa para a integração dos mercados em blocos regionais. Com suas limitações, os blocos econômicos, até então, tinham melhor poder de negociação e para enfrentar os efeitos da globalização, o que não é uma verdade unânime. Em **História das Relações Internacionais**, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), há uma descrição acerca da criação dos blocos: "Mas o processo de globalização encontra paralelo, ou compensação, no outro fenômeno característico do período, conhecido como regionalização, isto é, a formação de blocos econômicos preferenciais (sob formas de zonas de livre-comércio, uniões aduaneiras ou mercados comuns) em subsistemas geográficos regionais. A tendência desenvolveu-se a partir de meados dos anos 1980, quando a então Comunidade Econômica Europeia, superando anos de recessão e de "euroesclerose", lançou as bases, mediante o Ato Único Europeu de 1986, de ambicioso programa de eliminação de todos os entraves à constituição de um vasto mercado unificado, com calendário fixado para dezembro de 1992." (p. 308);
3: Certa. Raúl Alfonsín (1927-2009) e José Sarney (1930) foram os presidentes respectivos de Argentina e Brasil no período de redemocratização. Após as tensões entre os dois países durante a década de 1970, os dois iniciam um processo de reconciliação, que materializou-se na Declaração de Iguaçu, de 1985. O encontrou deveria promover uma aproximação bilateral entre os dois países e trazer alguma resolução sobre a questão da energia nuclear. É criada a Comissão Nuclear Mista Brasil-Argentina. A aproximação foi mais profunda, pois lançou as bases para, na década de 1990, promover uma integração econômica regional, o Mercosul;
4: Errada. A UE tem, além da sua dinâmica puramente econômica, um viés político forte. Um dos pilares de Maastricht, por exemplo, foi a criação de uma política externa de segurança comum que, muito embora repleta de vicissitudes e com poucos avanços, é um setor político importante. A integração social também é forte, por exemplo, com a criação de um esboço de uma nacionalidade europeia e da livre

circulação das pessoas no interior do espaço da União. Assim, a integração não é puramente econômica, mas abrange outros setores. Sobre os problemas e as dificuldades de uma integração mais abrangente, vale ressaltar que não há um consenso para explicar as dificuldades do processo de integração europeu.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

2. REVOLUÇÕES

2.1. AS REVOLUÇÕES BURGUESAS

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Assinale a opção correta com relação às transformações institucionais introduzidas pela Revolução Francesa.

(A) A concessão de voto universal, independentemente de renda.
(B) A tentativa bem-sucedida de aprovação de um código civil, já em 1789.
(C) A separação entre Igreja e Estado, uma das principais reformas da Assembleia Nacional no ano de 1789.
(D) A instituição de um sistema de compra de cargos públicos, em substituição ao sistema hereditário existente no Antigo Regime.
(E) A conscrição maciça de homens solteiros entre 18 e 25 anos, medida precursora do recrutamento militar obrigatório.

A: Incorreto. A revolução francesa de 1789 instaura o voto censitário indireto para eleger listas na Assembleia dos Estados Gerais. O voto universal masculino será adquirido pelo Conselho provisório em 11 de agosto de 1792, mas terá pouca efetivação na eleição da Convenção Nacional daquele ano, marcada pelo Terror. Caberá à Constituição do Ano I, de 1793, a aceitação do sufrágio universal masculino, com os Jacobinos no poder. Ele será refutado, retornando ao voto censitário em 1795, pela Constituição do ano III, com o retorno dos girondinos. Retomado *de jure* em 1799 na Constituição do ano VIII, que cria o Consulado, o sufrágio universal masculino de nada servirá diante das listas pré-determinadas nas altas instituições do governo. Finalmente refutado, mais uma vez, na Restauração de 1815, ele só será usado em 1848, para eleger Luís Napoleão Bonaparte, presidente francês que fará um golpe de Estado em 1851, culminando no II Império. O sufrágio universal masculino está, de certa forma, assegurado e entrará e vigor durante a III República (1871-1940). O direito de voto só será atribuído às mulheres em 1944;
B: Incorreta, existia uma vontade, já na sociedade do Antigo Regime, de unificar o material normativo francês em um único código, para assim, limitar o poder dos monarcas e dos juízes. Depois da Revolução, tratando-se de uma prioridade, várias comissões foram criadas (os 3 projetos de Jean-Jacques Régis de Cambacérès, em 1793, 1794 e 1796) para codificar essas normas, sem êxito, nas Assembleias Revolucionárias. Com a chegada de Napoleão na liderança do Consulado e com a estabilização das turbulências revolucionária, uma comissão foi criada com o dever de unificar os códigos. O Código Civil francês foi promulgado no dia 21 de março de 1804;
C: Incorreta. A Constituição Civil do Clero, de 1790, torna funcionários públicos os membros do alto clero, o que será revogado com a Concordata napoleônica, de 1801, que põe fim a Constituição Civil do Clero. A separação efetiva entre o Estado e a Igreja Católica, só ocorreu na França com as leis sobre a laicidade, ou lei de separação das Igrejas e do Estado, no dia 9 de dezembro de 1905. O que a Revolução conseguiu, em matéria da Igreja católica, foi o fim dos privilégios eclesiásticos e a liberdade de culto;
D: Incorreta. Não existe ocorrência de que houve uma mudança na maneira como os cargos públicos e os títulos de Nobreza eram atribuídos. Muito embora a essência da Revolução de 1789 era dar fim aos privilégios aristocráticos, a meritocracia só passou a suplantar os títulos hereditários sob Napoleão;
E: Correta. A Convenção da Revolução decide, no dia 23 de fevereiro de 1793, o "Levante de Massa" (*Levée en Masse*) de 300.000 homens, solteiros ou viúvos, entre 18 e 25 anos, para servir o exército revolucionário francês, que acabara de ter grandes perdas diante de forças externas reacionárias à Revolução. É importante ressaltar aqui que as medidas mais radicais da Revolução foram as medidas jacobinas, contrastando com as mais girondinas, mais moderadas.

Gabarito "E"

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Acerca do movimento revolucionário de 1848, julgue C ou E.

(1) A publicação do Manifesto Comunista, de Marx e Engels, tornou-se, rapidamente, a referência ideológica do movimento revolucionário em toda a Europa.
(2) Na França, a burguesia, a nobreza e os setores populares mais conservadores consideravam o sobrinho de Napoleão, Luís Napoleão, eleito presidente em 1849 e proclamado Imperador em 1851, um "domador de revoluções".
(3) Em algumas regiões, o movimento de 1848 assumiu, rapidamente, características nacionalistas: na Hungria, o governo provisório efetivamente declarou a independência do Império austro-húngaro, o qual só recuperou os territórios perdidos com a ajuda de tropas russas.
(4) A Inglaterra foi pouco atingida pela onda revolucionária de 1848, pois já vinha adotando medidas liberais.

1: Errada. Apesar do Manifesto Comunista, publicado em 21 de fevereiro de 1848, surgir antes do movimento revolucionário europeu do mesmo ano, conhecido como a Primavera dos Povos, as ideias nele contido, somente, popularizaram-se depois do ano de 1850, de acordo com Edward McNall Burns, em **História da Civilização Ocidental**, volume 2 (p. 550). O mesmo autor ressalta o movimento nacionalista como um dos motivadores da revolução de 1848: "A história das revoluções de 1848 na Europa central pode ser entendida com mais facilidade em termos de dois temas principais: o primeiro foi a luta de várias nacionalidades, principalmente dentro do Império Austríaco, para afirmar sua própria autonomia; o segundo foi a disputa entre as forças do liberalismo e do nacionalismo na Alemanha." (p. 584). Portanto, salvo as "duas revoluções" na França, que estas sim tiveram uma certa "consciência de classe" como catalizador, não se pode falar de uma origem comunista nas revoluções de 1848 (a própria primeira revolução na França, de fevereiro, foi guiada pela burguesia liberal, que logo se opôs ao movimento social de junho). Hobsbawm ressalta, em uma nota de rodapé de **A Era do Capital**, sobre o Manifesto Comunista, que "é justo dizer que suas reverberações políticas fora dos pequenos círculos revolucionários alemães foram insignificantes até que foi republicado no início da década de 1870." (p. 28);
2: Errada. A afirmativa não está totalmente errada, pois a simpatia da população francesa por Luís Napoleão era alta de fato, em todas as classes sociais: fora eleito em 1848, dissolveu a Assembleia legislativa em 1851 e realizou um plebiscito, que ratificou o golpe com uma maioria importante da população francesa. No poder, ele favoreceu todas as classes, por isso que afirmar que ele foi um "domador de revolução" está errado. Segundo Burns, em **História da Civilização Ocidental**, volume 2: "Embora atendesse aos interesses da burguesia, Napoleão não deixava também de cortejar a favor dos trabalhadores. Encorajou a criação de hospitais e instituiu um programa de assistência médica gratuita. Além disso, permitiu a existência de sindicatos [...] e em 1864 promulgou leis para legalização de greves." (p. 569-570). Embora não fosse um revolucionário, como afirma Hobsbawm em **A Era do Capital**, ele aderiu aos ideais da revolução de 1848, ao conceder esses direitos sociais: "Evidentemente não era um revolucionário no sentido social, mas também não era um conservador" (p. 49) Finalmente, é de rigor ressaltar a cisão ocorrida na França em 1848 que mostra a divergência de interesses entre os burgueses e os proletários. Na primeira Revolução, em 1848, havia um acordo entre ambos setores para a queda do Monarquia de Julho de Luís-Filipe. Com a ocorrência das Jornadas de Julho, as divergências acentuam-se entre burgueses e proletários. Parte da burguesia via em Luís Napoleão uma forma de conter os interesses dos proletários, mas não necessariamente um antirrevolucionário;
3: Errada. A resposta está praticamente correta, exceto por uma parte. Dificilmente poderia falar-se em Áustria-Hungria na época, pois só passou a existir em 1867, com o compromisso austro-húngaro entre as nobrezas das duas monarquias. O correto seria usar "Império Austríaco". Por outro lado, a experiência húngara da Primavera dos Povos foi excepcional e quase rendeu a independência à nação. Hobsbawm, em **A Era do Capital**, fala da experiência única da Hungria na Primavera dos Povos: "Sozinha entre as revoluções de 1848, a húngara não caiu e nem de longe pareceu cair devido a fraqueza ou conflitos internos, mas pela esmagadora conquista militar. É evidente que as probabilidades de evitar tal conquista eram nulas depois que todo o resto ruíra." (p. 41);
4: Certa. Hobsbawm ressalta, em **A Era do Capital**, que, nos países com avançado processo de industrialização, a revolução de 1848 teve pouca influência: "A revolução triunfou através de todo o centro do

continente europeu, mas não na sua periferia. Esta incluía [...] países já industrializados, como a Inglaterra e a Bélgica, cujo jogo político já estava sendo feito de acordo com regras diferentes." (p. 29).

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

Texto para a próxima questão.

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução europeia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

Eric J. Hobsbawm. **A Era das Revoluções: Europa 1 789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

(Diplomacia – 2006 – CESPE) O texto se reporta ao período da história do mundo ocidental conhecido como Era Revolucionária. Em linhas gerais, entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX, assiste-se ao confronto entre as forças sociais que se batiam pela superação do Antigo Regime e as que defendiam a manutenção dele, ainda que sob condições e intensidade variáveis. Nesse contexto, com referência à Revolução Francesa, assinale a opção correta.

(A) O que aconteceu na França a partir de 1789 foi a explosão do sentimento generalizado de repulsa a um absolutismo crescentemente anacrônico, ainda que amenizado pelo reformismo assumido pela dinastia Bourbon, a qual empreendera estratégia de conferir ao regime ares de pretensa modernidade — o despotismo esclarecido.

(B) Entende-se a Revolução Francesa como um processo que não se esgota rapidamente, com períodos de maior ou menor intensidade do fervor revolucionário. De todas as fases desse processo, a Convenção Nacional, dominada pelos jacobinos, foi a que conferiu caráter mais radical à Revolução, de que são exemplos o fim da monarquia, a adoção do sufrágio universal e o grande número de execuções de adversários.

(C) O pensamento iluminista, mesmo restrito a alguns países da Europa ocidental no transcurso do século XVIII, foi decisivo para a eclosão da Era Revolucionária. Entre seus principais expoentes, Voltaire se destaca, por ter formulado a teoria da separação dos poderes, fundamental para a contestação ao Estado absolutista.

(D) Por simbolizar a luta contra o despotismo, a Revolução Francesa foi alvo da reação conjunta dos defensores do Antigo Regime, na qual se sobressaiu a Inglaterra, a quem convinha a manutenção da estrutura de poder absolutista para a expansão de negócios financeiros e para a abertura de mercados para seus produtos industrializados.

(E) Graças a Napoleão Bonaparte, liderança que emergiu na última fase da Revolução Francesa, o processo revolucionário iniciado em 1789 adquiriu feições de movimento essencialmente popular, como demonstra o isolamento político da classe burguesa.

A: Incorreta, pois na França não se pode dizer que houve despotismo esclarecido. A primeira parte da afirmativa descreve de maneira correta o sentimento na França antes de 1789, embora não seja possível falar de um absolutismo anacrônico na Europa. Por outro lado, a dinastia dos Bourbon, personificada na imagem do rei Luís de XVI (1754-1793), não promoveu reformas que promovessem ideais iluministas no Estado, nem é um dos mais conhecidos praticante do despotismo esclarecido, encontrado, de maneira mais pertinente, em outros monarcas, como na dinastia dos Habsburgos. Como afirma Hobsbawm, em **A Era das Revoluções:** "Mas na maioria dos países de "despotismo esclarecido" essas reformas ou eram inaplicáveis, e portanto meros floreios teóricos, ou então improváveis de mudar o caráter geral de suas estruturas político-sociais; ou ainda fracassaram em face da resistência das aristocracias locais e de outros interesses estabelecidos, deixando o país recair em uma versão um pouco mais limpa do seu antigo Estado. Na França elas fracassaram mais rapidamente do que em outras partes, pois a resistência dos interesses estabelecidos era mais efetiva." (p. 86-87);
B: Correta, pois descreve o período mais instável da Revolução, a República Jacobina. A Convenção Nacional (1792-1795) segue a Assembleia Constituinte (1789-1791) e a Monarquia Constitucional (1791-1792), período mais moderado da Revolução, com predominância dos girondinos no poder. O rei Luís XVI havia fugido de Paris, o que promoveu uma radicalização do movimento e a prisão do rei e da sua família. A Áustria declara então guerra à França, e os revolucionários ganham a batalha de Valmy, em 1792, a Convenção é declarada no dia seguinte (21 de setembro de 1792). Uma maioria girondina é eleita, o que dá início à uma República Girondina, até o dia 2 de junho de 1793, quando os jacobinos promovem um golpe de Estado, com a intervenção dos sans-cullotes e da Guarda Nacional. Uma Assembleia Constituinte é eleita e faz a Constituição do Ano I (24 de junho de 1793), com amplas aquisições sociais, tais como o sufrágio universal masculino, o fim da monarquia e a criação da Iª República. A figura de Maximilien de Robespierre (1758-1794) é destaque entre os Jacobinos na Convenção. É dele a ordem de execução do rei e sua esposa. A Convenção cria o Comitê de Salvação Pública para perseguir e julgar os dissidentes da Revolução, criando o ambiente de terror, como ficou conhecido o período da Convenção. Robespierre passa a usar o Comitê em seu favor ao promover a perseguição de seus opositores, como Georges Danton (1758-1794), da ala mais moderada dos jacobinos. Esse período de terror levará a uma reação conservadora, com o golpe do 9 Thermidor do Ano II (27 de julho de 1794), feito pelos Girondinos, unidos contra Robespierre. Em 1795, a Constituição do Ano III é declarada, inaugurando um período mais conservador da Revolução;
C: Incorreta. A resposta está correta na sua primeira parte, e Voltaire (1694-1778) também teve sua importância durante o Iluminismo ao publicar o **Dicionário Filosófico** (1764), entre outras obras. Defendeu a liberdade de expressão e de opinião. A separação dos poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário é uma teoria de Montesquieu (1689-1755), princípio defendido em sua obra de 1748, **O Espírito das Leis**;
D: Incorreta, pois a Inglaterra, na verdade, manteve-se, desde o início, favorável ao liberalismo político, pelo qual o capitalismo poderia ser difundido. Um Estado absolutista típico do Antigo Regime, onde havia forte intervencionismo na economia, dificilmente poderia ser benéfico à Inglaterra em plena expansão do capitalismo industrial. Como afirma o texto de Hobsbawm associado ao item, a Inglaterra tinha aversão aos regimes conservadores e absolutistas da Europa. Para a Inglaterra, o absolutismo era sinônimo de mercantilismo, o que ia de encontro aos ideias do livre comércio desenvolvidos por Adam Smith e sustentáculo da Revolução Comercial;
E: Incorreta. O período da Revolução que trata de estabelecer medidas mais populares foi o segundo período, como visto acima, durante a Convenção Nacional (1792-1795), com a aquisição do sufrágio universal masculino e a declaração da Iª República. Napoleão surge como uma liderança depois do Consulado, no terceiro período da Revolução (1795-1799), quando esta toma ares mais conservadores.

Gabarito "B"

Texto para a próxima questão

Quando as 5 mil pequenas lâmpadas iluminaram a fachada do Palácio da Eletricidade, por ocasião da inauguração da Exposição Universal de Paris (1900), causando assombro à multidão que assistia ao espetáculo, comprovou-se o triunfo da ciência e a soberania da máquina. A luz vencera o limite da noite e instaurava as 24 horas como o novo tempo da cidade.

A arte afastava-se do mundo burguês à procura de nova clientela, capaz de um ato de fruição total. Era preciso tornar-se autêntica e, para isso, ela precisava eliminar dos seus efeitos específicos quaisquer outros que pudessem ter sido tomados por empréstimo. Era necessário tornar-se "autárquica", "pura"

A busca incessante dessa pureza motivou os artistas do início do século XX, o que resultou na produção de obras que deram corpo a uma notável revolução cultural.

P. E Grinberg e A. A. Luz **Revoluções artístico-culturais no século XX**. *In*: F.C. Teixeira da Silva (coord). **Séculos sombrios: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Considerando-se os dados estritamente cronológicos, a exposição a que se refere o texto, ocorreu no último ano do século XIX. Tempo das revoluções, como é conhecido, o século XIX é também assinalado por grandes representações, a exemplo do industrialismo, do liberalismo, do nacionalismo e do socialismo. Julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos ao quadro revolucionário de fins do século XVIII e da primeira metade do século XIX.

(1) A Revolução Francesa, iniciada em 1789, conheceu longa e complexa travessia em suas etapas. Ao ser concluída, com a era napoleônica, estavam parcial ou totalmente destruídas muitas das bases sobre as quais se assentava o Antigo Regime.

(2) Historicamente, a independência das 13 colônias inglesas da América do Norte, em 1776, a qual integra o cenário em que se desenrolou a Revolução Francesa, exerceu notória influência nos movimentos de emancipação política das colônias ibéricas no continente americano.

(3) Na Europa, ondas revolucionárias em 1820, 1830 e 1848 demonstram não ser sido tarefa simples o aniquilamento do Antigo Regime, o qual, após o vendaval revolucionário francês, ganhou certo fôlego restauracionista com a queda de Napoleão Bonaparte.

(4) Pode-se afirmar que o processo revolucionário vivido pela Europa Ocidental apresentava, até 1848, clara simetria entre suas duas frentes – a econômica, representada pela Revolução Industrial, e a política, representada pelas revoluções liberais. A partir de 1848, a unidade, e a bandeira do liberalismo burguês assumiu contornos cada vez mais conservadores.

1: Certa. Embora o Congresso de Viena seja uma tentativa de trazer de volta as bases do Antigo Regime, dificilmente as reformas promovidas pela Revolução Francesa poderiam ser removidas. Há, certamente, um período de retrocesso, mas os ideais revolucionários, principalmente os fundamentos do liberalismo político, seriam, de fato, adquiridos. Para o historiador francies Ernest Labrousse (1895-1988), o período de 1794 a 1814, Com Napolenao no poder, é conhecido como a **Era da Consolidação**, na qual os ideais da Revolução consolidam-se, e dificilmente o absolutismo do Antigo Regime poderia institucionalizar-se mais uma vez na Europa;
2: Certa. Trata-se de relacionar dois eventos importantes da segunda metade do século XVIII: a Independência Americana (13 colônias) de 1776 e da Revolução Francesa de 1789. As Revoluções dos direitos humanos tiveram forte influências nos processos de emancipação das colônias ibéricas na América e são recorrentemente citadas como acontecimentos que motivaram os levantes revolucionários;
3: Certa. Em 1815, o Congresso de Viena tenta dar um fim aos avanços adquiridos pela Revolução, promovendo o período de Restauração na Europa. O Congresso apoiava-se em 4 princípios basilares: legitimidade, intervenção, compensação e equilíbrio. Além do viés diplomático, que criará o equilíbrio europeu, mantendo a paz entre as grandes potências na Europa, Viena também motiva uma base militar, criando a Santa Aliança, que tinha por objetivo controlar os movimentos revolucionários na Europa. O aspecto militar da reunião não teve o mesmo êxito que seu aspecto diplomático, pois não conseguiu evitar as revoluções que se seguiram na Europa. Ao mesmo tempo, as diversas ondas revolucionárias demonstram que tampouco foi fácil eliminar as instituições e os hábitos do Antigo Regime;
4: Certa. É verdade que o século XIX representou uma revolução generalizada, sob todos os aspectos. No começo, a Revolução parte de uma imensa maioria, o Terceiro Estado francês, que englobava pequena e alta burguesia, que exige direitos de representatividade contra uma minoria de nobres e do clero. Com as aquisições das diferentes ondas revolucionárias durante o século, aparecem divergências dentro de grupos antes coesos, que lutavam por uma mesma causa. O exemplo disso é a Revolução de 1848 na França: a alta burguesia se une aos trabalhadores e à baixa burguesia em fevereiro para derrubar a monarquia de julho, mas se vira contra eles em junho, durante as Jornadas de Junho, que terminou no massacre do general Cavaignac. Burns, em **História da Civilização Ocidental**, volume 2, mostra como é essa evolução conservadora da burguesia: "temos de reconhecer o papel capital da classe média liberal. Sob Luís Filipe, ela veio a sentir a negligência que era voltada a si própria e a seus interesses específicos. Sendo-lhe negada expressão política direta, devido à severa limitação do eleitorado, ela se bandeou para a esquerda, aliando-se a radicais que, por si sós, provavelmente não teriam qualquer chance de sucesso duradouro. No entanto, assim que Luís Filipe abdicou, a classe média liberal pôs-se a imaginar se o «sucesso» não traria o desastre atrás de si. E assim, ela mudou novamente de lado, dessa vez para a direita, onde se viu confrontada com a perspectiva misteriosa mas não de todo sem atrativos de Luís Napoleão." (p. 568).
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C

2.2. REVOLUÇÕES NO SÉCULO XX: RÚSSIA E CHINA

A Revolução de Outubro teve repercussões muito mais profundas e globais que sua ancestral, pois, se as ideias da Revolução Francesa, como é hoje evidente, duraram mais que o bolchevismo, as consequências práticas de 1917 foram maiores e mais duradouras que as de 1789. A Revolução de Outubro produziu, de longe, o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna. Sua expansão global não tem paralelo desde as conquistas do Islã em seu primeiro século.

Eric Hobsbawm. **Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 62 (com adaptações).

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Tendo o texto acima como referência inicial, julgue (C ou E) os itens seguintes, relativos aos impactos internacionais da Revolução Russa, de 1917.

(1) A adoção da união antifascista permitiu que se rompesse, nos anos 20 e 30 do século XX, parte do isolamento sectário dos comunistas ortodoxos da Europa, propiciando-lhes a busca de apoio de massa tanto entre trabalhadores quanto entre intelectuais.

(2) Na Ásia e na América Latina, a organização dos partidos comunistas após a Revolução Russa reproduziu, sem adaptações culturais e políticas, o modelo organizacional do Partido Comunista Russo.

(3) Os impactos da Revolução Russa foram relevantes, mas não a ponto de acarretarem a imposição de uma disciplina de revolucionários profissionais a seus militantes, como evidenciam as resistências, na Terceira Internacional Comunista, ao modelo revolucionário soviético.

(4) Menos de quarenta anos após a chegada de Lênin ao poder, os modelos socialistas inspirados na Revolução de Outubro fundamentavam os governos aos quais estava submetido aproximadamente um terço da população do mundo.

1: Certa. Trata-se de uma frase copiada, em parte, do livro **A Era dos Extremos**, de Eric Hobsbawm: "Em suma, ser um socialrevolucionário cada vez mais significava ser um seguidor de Lenin e da Revolução de Outubro, e cada vez mais um membro ou seguidor de algum partido comunista alinhado com Moscou; e tanto mais, quando, após o triunfo de Hitler na Alemanha, esses partidos adotaram a política de união antifascista, que lhes permitiu sair do isolamento sectário e conquistar apoio de massa tanto entre os trabalhadores quanto entre os intelectuais." (p. 80). Nesse caso, existe um pequeno problema de datação, pois a afirmativa fala de "anos 20 e 30" e Hobsbawm afirma que isso aconteceu, em parte "após o triunfo de Hitler na Alemanha", isto é, em 1933. O fato é que Hobsbawm usa uma afirmação gradativa, "cada vez mais" e "tanto mais", e podemos, dessa maneira, imaginar que esse movimento venha ocorrendo antes da chegada de Hitler ao poder, mas intensificou-se com as eleições de 1933;

2: Errada. Houve adaptações culturais e regionais ao modelo organizacional dos partidos comunistas na Ásia e na América Latina. No Brasil, por exemplo, em 1922, foi criado o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O Brasil ainda não tinha passado por um processo de industrialização, nem tinha ainda uma malha urbana estruturada, o que obrigou o PCB a excluir o viés revolucionário, para adotar a via eleitoral como forma de defender seus ideais. Posto na ilegalidade no mesmo ano de sua criação pelo presidente Epitácio Pessoa (1865-1942), o PCB é obrigado a criar uma organização legal, o Bloco Operário Camponês (BOC). O suporte do comunismo no campo é algo distinto do que ocorreu com o Partido Comunista Soviético. Da mesma forma, o Partido Comunista Chinês teve de refugiar-se no campo para enfrentar os nacionalistas de Kuomintang. Nesse caso, a disparidade é ainda mais evidente entre as organizações partidárias, verificado na III Internacional Comunista, em Moscou, quando os Soviéticos apoiaram Chang Kai-chek e os nacionalistas nem detrimento dos comunistas de Mao;
3: Errada. De acordo com Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**, havia uma aceitação generalizada da Terceira Internacional Comunista do modelo de "revolucionários profissionais": "Com raras exceções, os partidos socialistas e trabalhistas continham grandes blocos de opinião que favorecia a entrada na nova Terceira Internacional Comunista, que os comunistas fundaram para substituir a Segunda Internacional (1889-1914), desacreditada e despedaçada pela guerra mundial a que não conseguira resistir." (p. 75). Em outras palavras, a Revolução Russa pode não ter conseguido criar o seu "corpo de ativistas absolutamente comprometidos e disciplinados", objetivo principal da Internacional, no entanto, não houve resistência ao modelo revolucionário soviético;
4: Certa. Mais uma vez, a afirmativa tira boa parte de sua inspiração de **A Era dos Extremos** de Hobsbawm: "Apenas trinta ou quarenta anos após a chegada de Lenin à Estação Finlândia em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes diretamente derivados dos "Dez dias que abalaram o mundo" (Reed, 1919) e do modelo organizacional de Lenin, o Partido Comunista." (p. 62).

Gabarito 1C, 2E, 3E 4C

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Com relação à vitória comunista na China em 1949, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) O Partido Comunista, liderado por Mao Tsé-tung (Mao Zedong), assumiu a vanguarda do movimento revolucionário.
(2) A revolução chinesa somente se tornou possível com o apoio ativo, desde 1936, da União Soviética à estratégia de luta armada do Partido Comunista chinês.
(3) O movimento revolucionário contou sobretudo com o apoio da classe operária urbana.
(4) A despeito da crise ocorrida em 1960, o regime comunista chinês manteve laços políticos estreitos com a União Soviética.

1: Certa. Foi Mao e o Partido Comunista Chinês (PCC) que levaram adiante a Revolução na China. Se as diferentes forças que disputavam o poder na China (o Nacionalista do Kuomintang de Chang Kai-chek, o PCC e os senhores de guerra) se reuniram para lutar juntos contra a invasão Japonesa da Manchúria entre 1937 e 1945, no que ficou conhecido como Frente Única Chinesa, estas facções separam-se ao fim da Segunda Guerra, e o PCC deve refugiar-se no campo. Será no interior da China, em uma guerra de guerrilha que o PCC vai encontrar o seu respaldo e sua popularidade, nos 4 anos de guerra contra os nacionalistas, até a Revolução de 1949, que consagra a chegada do PCC e de Mao ao poder na China. O Kuomintang refugia-se em Taiwan;
2: Errada. A URSS observava o movimento comunista e o PCC na China com pouco entusiasmo. Depois da derrota do Eixo, quando o PCC é obrigado a voltar-se para o campo e iniciar a guerrilha contra o Kuomintang, a URSS não fornece apoio aos comunistas chineses, que devem levar a ação sozinhos, numa guerra civil que motivará o suporte popular ao movimento. A Longa Marcha promovida por Mao e os comunistas, feita entre 1934 e 1935, inspirada em coluna de Luís Carlos Prestes (1898-1990) promoverá uma aliança entre o PCC e campesinato. O apoio popular será de fato importante para a Revolução, pois será um fator condicionante à uma estratégia de guerrilha vitoriosa. Só depois da Revolução chinesa de 1949 é que há uma aproximação de fato da União Soviética com o PCC. Este, finalmente no poder, promoverá uma reforma agrária inspirada no modelo das fazendas soviéticas, promoverá programas de planos quinquenais e incitará uma certa modernização, ainda voltada para a agricultura e para a indústria de base, associadas à produção de energia hidrelétrica e ao transporte ferroviário. Em 1950, Mao visita Moscou e assina o Tratado de Amizade, de Aliança e de Assistência Mútua com a União Soviética;
3: Errada. Mais uma vez, é crucial ressaltar a importância do apoio popular do campesinato para o êxito da Revolução Chinesa de 1949. O PCC teve de refugiar-se duas vezes para o campo: uma primeira vez em 1927, na primeira cisão com o Kuomintang de Chang Kai-chek, consequência do fracasso da insurreição comunista em zonas urbanas, o que deu início, em 1934, a Longa Marcha pelas regiões do interior da China; e uma segunda vez, após 1945, quando iniciou-se a terceira Guerra Civil chinesa (1945-1949) (a primeira foi de 1924 a 1927 e a segunda de 1927 a 1937). O que separa a derrota de 1927 e a vitória de 1949 é, sem dúvida o apoio popular dado à guerrilha comunista, adquirido durante a Longa Marcha. Hobsbawm afirma, em **A Era dos Extremos**: "o caminho da guerrilha para o poder inevitavelmente levava a sair das cidades e centros industriais, onde estava a força tradicional dos movimentos trabalhistas, e ir para o interior rural. Mais precisamente, uma vez que a guerra de guerrilha se mantém com mais facilidade no mato, montanhas, florestas ou terrenos semelhantes, em território de população escassa, distante das principais populações. Nas palavras de Mao, o campo iria cercar a cidade para conquistá-la." (p. 86);
4: Errada. Foi significante a ruptura entre Mao Tsé-tung (1893-1976) e o líder soviético Nikita Krushev (1894-1971) entre o fim da década de 1950 e durante a de 1960. Não foi uma ruptura pontual, mas uma separação processual, cujas crises foram acumulando-se. A origem vem da antiga desconfiança que Mao mantinha da URSS, quando durante a Terceira Internacional, os soviéticos preferiram apoiar os nacionalistas de Chang Kai-chek em vez do PCC. Em seguida, com Mao no poder e depois de uma reaproximação com Stalin, a morte do ditador soviético vai trazer Krushev, que, numa preocupação revisionista fomentará a cisão entre a URSS e a China. Primeiro, Kruschev, preocupado em melhorar as relações com os EUA, denuncia Stalin no discurso secreto do 20º encontro do Partido Comunista da URSS, em 1956, conhecido como "Sobre o culto à personalidade e suas consequências", a denúncia de Stalin será atribuída, por extensão, ao próprio Mao. A ruptura com as políticas de Stalin e a reabertura com os ideais marxista-leninistas promovida por Krushev não serão bem recebidas na República Popular da China. Segundo, a URSS não reage as aproximações entre os EUA e a República da China (Taiwan). Em abril de 1962, Moscou mostrar-se-á favorável à Índia no conflito sino-indiano pela questão do Tibete e, por outro lado, Mao criticará a URSS de ceder ao imperialismo americano na crise dos mísseis, em Cuba. Em 1963, uma animada troca de declarações alimenta a cisão sino-soviética, com as cartas revisando os ideais comunistas. A partir de 1964, a disputa será sobre qual Estado é o líder do comunismo no mundo. Nesse mesmo ano, a China testa a bomba A e em 1967 a bomba H, programa nuclear que os chineses desenvolveram sem ajuda formal dos soviéticos, que se recusaram a transferir tecnologia nuclear para a China. Uma questão territorial piora ainda mais a situação entre as duas potências, sobre as ilhas nos rios Amur e Ussuri, na fronteira entre a URSS e RPC, ao norte. Todos essas pequenas crises deterioram as conexões entre Pequim e Moscou, e não se pode falar de laços estreitos entre as duas capitais na década de 1960.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão

Para alguém que observasse o mundo dos anos 1960 e o comparasse com o de 1870 ou 1880, nada seria mais impressionante, talvez, que a mudança que se operou na estrutura das relações internacionais. A explicação mais óbvia para essa mudança é a exaustão da Europa em duas guerras mundiais. Isto, somado à ascensão dos EUA e, paralelamente, à ascensão da Rússia no plano das potências mundiais foram, de fato, os acontecimentos decisivos que propiciaram o advento de um novo período na política mundial.

Quando, no início de 1917, o presidente Wilson proclamou que "não deve haver um equilíbrio de poder, mas uma comunidade de poder, não rivalidades organizadas, mas uma paz comum organizada", ele estava anunciando, com efeito, que a velha estrutura de relações internacionais ficara obsoleta em uma época de política em escala mundial.

Depois da revolução bolchevista na Rússia, tomou forma tangível a divisão do mundo em dois grandes blocos de potências rivais, inspirados por ideologias manifestamente inconciliáveis. Wilson e Lenin sabiam, desde o princípio, que estavam competindo pelo sufrágio da humanidade; e foi para impedir que Lenin ganhasse o monopólio dos planos de edificação do mundo de pós-guerra que, em janeiro de 1918, Wilson publicou os seus famosos Quatorze Pontos. "Wilson ou Lenin", escreveu o socialista francês Albert Thomas; "democracia ou bolchevismo... uma escolha a fazer".

Geoffrey Barraclough. **Introdução à história contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 90-113 (com adaptações).

(Diplomacia – 2007 – CESPE) O texto indica o impacto da Revolução de Outubro de 1917 no plano das relações internacionais. Relativamente a esse acontecimento, que marcou a maior parte da trajetória histórica do século XX, assinale a opção correta.

(A) O processo revolucionário, que culminou com a chegada de Lenin ao poder, foi possível, entre outros fatores igualmente significativos, graças à unidade político-ideológica apresentada pelo movimento socialista russo.

(B) A primeira etapa do processo revolucionário russo foi cumprida já em fevereiro de 1917, quando ocorreu a implantação do regime parlamentar, que reforçava o caráter esclarecido do czarismo, o qual se afastara do modelo despótico clássico desde meados do século XIX.

(C) De Lenin a Stalin, a implantação do modelo econômico socialista fez-se de forma gradativa e, apesar das naturais dificuldades, não conheceu fase de retrocesso nem passou por eventuais adaptações ao longo do percurso.

(D) A morte de Lenin, em plena depressão econômica causada pela crise de 1929, possibilitou a vitória do ideal trotskista de revolução permanente e de universalização do socialismo sob modelo soviético.

(E) Os "dois grandes blocos de potências rivais", mencionados no texto, foram marcantes em grande parte no século XX e, para além das disputas político-militares e econômicas, expressavam nítido antagonismo ideológico.

A: Incorreta, pois não havia uma unidade político-ideológica na Rússia. Os socialistas estavam divididos entre Mencheviques e Bolcheviques. Os primeiros, com tendências mais moderadas, viam uma chegada no poder de maneira gradual, utilizando o pragmatismo para atuar politicamente. Esse grupo representava os interesses da minoria da população, ainda que fossem maioria no partido. Eles viam a Rússia como feudal, e, por essa razão, a revolução deveria ser do tipo burguês. Os segundos eram mais radicais e consideravam-se os portadores dos interesses da maioria da população. Dotados de marxismo, queriam juntar os proletários e os camponeses com o fim de fazer uma Revolução pontual, o que provocaria a queda do regime. Para eles, a Rússia era vista como capitalista, e, por isso, deveria ser posto em prática uma revolução proletária. Foram os Soviets, com maioria Bolchevique, que conseguiram levar o projeto adiante, quando a primeira Revolução eclodiu, em fevereiro de 1917, apesar de não serem os únicos a participar dessa primeira revolução, que englobava os socialistas (Mencheviques e Bolcheviques), liberais e kadetes. Um governo Provisório liberal-burguês instalou-se, mas houve um notável vazio de poder, preenchido pelos Soviets, organizações de trabalhadores que atuavam como conselheiros políticos. Em 24 de outubro de 1917, o golpe Bolchevique é dado, em função da recusa do governo provisório de cessar os conflitos com a Alemanha, criando a Revolução de Outubro;
B: Incorreta. O Czar Nicolau II cai em fevereiro de 1917, o que constitui o fim da dinastia dos Romanov. A Revolução de fevereiro cria um governo provisório dividido entre liberais e socialistas, impregnado pelos Soviets, organizações de trabalhadores;
C: Incorreta, pois há uma divergência entre Lenin (1870-1924) e Stalin (1878-1953). O primeiro, no poder entre 1917 e 1923, mostra um socialismo mais moderado, depois de realizar as reformas de base (reforma agrária e fim de propriedade privada dos meios de produção), Lenin aparece um pouco menos radical, criando uma Nova Política Econômica, ou NEP, em 1921, que permitia a pequena iniciativa privada e a entrada de capitais estrangeiros. Para Lenin, o contexto do fim do Comunismo de Guerra pedia esse pequeno retrocesso necessário. Após a morte de Lenin, em 1924, a NEP entra em decadência para ser extinta em 1928, com a chegada de Stalin no topo do Partido Comunista. Este promoverá um fortalecimento do Estado, com grande intervenção na economia, organizando metas em planos quinquenais de industrialização intensiva, financiados pela produção agrícola. Dessa forma, é difícil falar de um constância entre as políticas econômicas entre Lenin e Stalin;
D: Incorreta. Lenin morrera em 1924 (fora do poder desde 1922), antes da crise de 1929. Trotsky (1879-1940), que defendia um modelo parecido com o de Lenin, de abertura política e econômica gradual (ver NEP acima) foi expulso da direção do regime por Stalin e obrigado a exilar-se no México. Foi o modelo de Stalin que triunfou, do intervencionismo e dos planos quinquenais. Curiosamente, a URSS não será atingida pela Grande Depressão. De acordo com Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**: "O trauma da Grande Depressão foi realçado pelo fato de que um país que rompera clamorosamente com o capitalismo pareceu imune a ela: a União Soviética. Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultra-rápida e maciça sob seus novos Planos Quinquenais. De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em 1929 para 18% em 1938 [...]. E mais, não havia desemprego." (p. 100);
E: Correta. Trata de uma descrição da divergência entre EUA e URSS. De fato, após a Primeira Guerra, essa divergência será menos importante do que no pós-Segunda Guerra, pois os modelos ainda estão em processo de consolidação. A estrutura dual será mais incisiva e mais significativa no pós-Segunda Guerra, num contexto de bipolaridade da Guerra Fria e de expansão de seus respectivos modelos, o capitalismo e o comunismo.
Gabarito "E"

2.3. REVOLUÇÕES NA AMÉRICA LATINA: OS CASOS DO MÉXICO E DE CUBA

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Julgue (C ou E) os itens que se seguem, relativos aos impactos da Revolução Russa na América Latina e no Caribe.

(1) A Revolução Cubana já nasceu dirigida por militantes vinculados aos partidos comunistas da Europa oriental e aos interesses estratégicos da URSS na América Latina e no Caribe.

(2) As lutas do general César Augusto Sandino contra fuzileiros navais norte-americanos, em fins da década de 20 do século passado, base da posterior Revolução Sandinista, na Nicarágua, foram marcadas por forte influência da Internacional Comunista.

(3) A tensão ideológica e política da Guerra Fria e, em especial, os interesses soviéticos e dos partidos comunistas tiveram grande impacto na América Latina e culminaram na Revolução Cubana.

(4) Embora tenha existido algum comunismo romântico na América Latina das primeiras décadas do século XX, e mesmo uma revolução social e política do peso da Revolução Mexicana, poucos grupos políticos absorveram o caminho da guerrilha comunista na região naquela quadra histórica.

1: Errada. Os militantes cubanos eram, a princípio, guiados por um movimento nacionalista. A própria Revolução Cubana tinha um caráter nacionalista. O regime aproximou-se de da URSS e do comunismo após o embargo americano ao açúcar cubano. Segundo Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**: "várias revoluções autóctones, em que os comunistas não tomaram parte, chegaram ao poder com energia própria, notadamente em Cuba (1959) e Argélia (1962).";
2: Errada. Sem dúvida a guerra de guerrilha levada pelo general Augusto Sandino (1895-1934) na Nicarágua entre 1927 e 1933 inspirou a Revolução Sandinista de 1979. No entanto, a guerrilha sandinista teve como objetivo lutar contra o imperialismo americano no país, que interferia ativamente na política nicaraguense desde o século XIX. Augusto Sandino aliou-se aos liberais em 1926, contra o governo conservador imposto pelos americanos, mas diferenciou-se dos liberais ao não aceitar uma negociação com os Estados Unidos. A guerrilha sandinista dura de 1926 até 1934, quando os americanos se retiram do conflito;

3: Errada. É correto afirmar que havia uma tensão ideológica inspirada pela Guerra Fria, que motivava a perseguição de grupos e partidos de esquerda na América Latina. Não é correto afirmar que essa tensão e a própria Guerra Fria foram as causas da Revolução Cubana, que, como já vimos, tinha um cunho nacionalista, independente da tensão entre os dois blocos. A Revolução Cubana ocorreu, de fato, como oposição ao regime do ditador Fulgência Batista e pelo contexto estrutural cubano de forte desigualdade social;
4: Certa. É verdade que o apogeu da guerra de guerrilha comunista verificou-se, apenas, no auge da Guerra Fria na América Latina. De acordo com Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**: "Depois que tenentes rebeldes brasileiros como Luís Carlos Prestes passaram das caminhas no sertão para o comunismo, em fins da década de 1930, nenhum grupo esquerdista importante escolheu o caminho da guerrilha em outra parte, a menos que contemos a luta do general César Augusto Sandino contra os fuzileiros navais americanos na Nicarágua (1927-33), que iria inspirar a revolução sandinista cinquenta anos depois." (p. 85).
Gabarito 1E, 2E, 3E 4C

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Acerca da Revolução Mexicana de 1910 e da política mexicana no Século XX, julgue C ou E.

(1) A expressão porfiriato refere-se ao longo período em que Porfírio Diaz dominou a política mexicana, até 1911. O porfiriato pode ser descrito como um período de estabilidade e expansão econômica, mas também de repressão e de injustiça social crescentes.
(2) Depois da ascensão, em 1911, de Pancho Villa à presidência do país, registrou-se um surto de desenvolvimento industrial paralelo ao processo de reforma agrária.
(3) A Constituição de 1917, fruto do processo revolucionário, continua sendo a Constituição dos Estados Unidos Mexicanos.
(4) Representante do continuísmo dos regimes surgidos após a Revolução Mexicana, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) mantém-se no poder até os dias atuais.

1: Certa. O porfiriato foi o período em que Porfirio Diaz (1830-1915) esteve à frente das decisões políticas no México, entre 1876 e 1911. Durante esse período, com ajuda de capital estrangeiro, principalmente britânico, agregado a um modelo político liberal característico de Porfirio Diaz, houve uma expansão considerável da economia, que ajudou a promover a indústria no país, além de um sistema ferroviário importante, assim como uma rede de telégrafos. Esse desenvolvimento favoreceu apenas uma parte da população, aumentando, de fato, as desigualdades sociais. A questão no campo, por exemplo, foi um dos fatores que aumentaram as desigualdades e também levaram à Revolução de 1910. Porfirio Diaz iniciou a desapropriação das terras dos caudilhos internos do México, em prol da elite rural, favorecendo a concentração fundiária. Para conter os movimentos no campo, Porfirio Diaz criou uma polícia conhecida como "Rural", com o intuito de detectar e eliminar opositores ao regime. Vemos então a contradição do porfiriato que a afirmativa realça, por um lado expansão econômica, por outro, insatisfação social e política;
2: Errada. Em 1911, na verdade, o presidente eleito foi Francisco Madero (1873-1913), que iniciou os primeiros levantes contra o porfiriato em 1910. Pancho Villa (1878-1923) era um bandoleiro e traficante de gado, atuando no norte do México, que liderou as revoltas campesinas nessa região. A Revolução mexicana deixa o meio urbano, ligado às elites urbanas, e passa a ser também uma rebelião rural, onde ocorreram os conflitos mais sangrentos. Da mesma forma que atuava Pancho Villa ao norte, ao sul, Emiliano Zapata (1879-1919) tornou-se a liderança. Finalmente, seria difícil dizer que iniciou-se um processo de industrialização, que já vinha ocorrendo antes da Revolução. Quanto a reforma agrária, Madero comprometeu-se com Zapata iniciar um processo de melhorias no campo, dando um início depois de sua eleição a um processo de reformas no campo. O chefe revolucionário Emiliano Zapata não concordou com as reformas, não reconheceu a eleição de Madero e propôs o Plano de Ayala, com o lema "Tierra y Libertad", que promovia uma ampla reforma agrária. Tratava-se de engajar uma tomada, pelas armas, das posses dos proprietários de terras pelos campesinos. As propostas de Madero e de Zapata não conseguiram ser realizadas durante a década de instabilidade da Revolução (1911-1919). Finalmente, a reforma agrária mexicana foi concretizada durante a presidência de Lázaro Cárdenas (1895-1970), entre 1934 e 1940;
3: Certa. A Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos foi ratificada dia 31 de janeiro e promulgada dia 5 de fevereiro de 1917. A Constituição consegue retomar os ideais políticos do processo revolucionário, como o liberalismo político, uma legislação trabalhista avançada e a reforma agrária;
4: Errada. O PRI conseguiu manter-se no poder dos Estados Unidos do México entre 1929 e 1989, quando o partido não conseguiu ser eleito para o governo do estado da Baixa Califórnia, quando o governador Ernesto Ruffo Appel, do PAN (*Partido Acción Nacional*), levou a eleição. Em 1997, o partido perdeu a maioria absoluta na Câmara dos Deputados. Finalmente,o PRI conseguiu eleger presidentes consecutivos, no México, entre 1929 e 2000. Em 2000, o representante da *Alianza por el Cambio* (junção do PAN com o PVEM – *Partido Verde Ecologista de México*), Vicente Fox, consegue ser eleito até 2006, quando outro representante do PAN, Felipe Calderón, é eleito e mantém atualmente o cargo. A historiografia considera a eleição de um novo partido ocorrida em 2000 como Transição Democrática no México.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

3. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: MODELOS E INTERPRETAÇÕES

3.1. O CONCERTO EUROPEU E SUA CRISE (1815-1918): DO CONGRESSO DE VIENA À SANTA ALIANÇA E À QUÁDRUPLA ALIANÇA, OS PONTOS DE RUPTURA, OS SISTEMAS DE BISMARCK, AS ALIANÇAS E A DIPLOMACIA SECRETA

(Diplomacia – 2012 – CESPE) A respeito da ordem internacional decorrente do Congresso de Viena, encerrado em 1815, assinale a opção correta.

(A) A partir de 1815, a ordem internacional, uma espécie de condomínio de poder pautado pela força, favoreceu o equilíbrio e a estabilidade no continente europeu ao longo do século XIX.
(B) Entre 1815 e 1848, embora divergissem em determinados aspectos relacionados à ordem, as grandes potências europeias, fazendo uso do direito de intervenção coletiva, agiram em concerto, do que decorre a expressão Concerto de Viena.
(C) A Ordem de Viena definiu um arranjo de poder com dois eixos claramente delimitados: o formado por Inglaterra e Prússia, consideradas potências liberais, e o constituído por Áustria, França e Rússia, consideradas potências conservadoras.
(D) O princípio geral do equilíbrio entre as potências europeias valia tanto para a geopolítica quanto para a esfera econômica do continente.
(E) Uma das principais características da ordem que se construiu a partir de 1815 e perdurou até o final do século XIX foi a ausência de guerras entre as grandes potências europeias.

A: Incorreta, pois é difícil falar em equilíbrio no continente europeu após 1815 e que o condomínio de poder era pautado pela força. A ordem internacional que se instala, a ordem de Viena, ou ordem de Metternich (1773-1859), que dura até 1848, estabelece uma certa estabilidade entre as grandes potências, o que não significa que há equilíbrio entre elas, muito menos que a estabilidade será pautada pela força. O equilíbrio era desejado pela Grã-Bretanha e pela Áustria, os quais tinham que se afrontar ao expansionismo da Prússia e da Rússia. A integração da França, como país vencido, nas negociações, permite ao sistema uma garantia de estabilidade, mas os desequilíbrios entre as nações são patentes. É importante mencionar que, contrariamente ao que afirma o item, o "condomínio de poder" que surge na Europa não foi pautado pela força. Havia a Santa Aliança, uma instituição intervencionista que objetivava a manutenção do equilíbrio europeu imposto pelas potências. A instituição falhou, ao não conseguir evitar os levantes revolucionários que se seguiram. No contexto europeu, pode-se falar em equilíbrio de potências, estabelecido pela balança de poder, não pela força, por isso fala-se de um "equilíbrio instável";

B: Correta. Consiste em uma definição da ordem de Viena. Essa questão apela ao rigor de conceitos acerca do Concerto de Viena. O Concerto constrói-se com o Congresso de 1815. De fato, havia uma divergência entre as diferentes percepções da ordem que as potências do Concerto mantinham. Se por um lado, a Inglaterra, em plena expansão industrial, defendia uma ordem internacional liberal, pautada no comércio internacional e, principalmente, pelo equilíbrio entre as nações, por outro lado, a Rússia e a Prússia defendiam uma ordem mais conservadora, refletida na Santa Aliança, que tinha um viés mais expansionista. O Concerto mantem-se estável, apesar das ondas revolucionárias na Europa. Henry Kissinger (1923) sustenta, em *Diplomacia*, que a Primavera dos Povos, de 1848, prova que o Concerto de Viena não tem como se sustentar e seu fim inicia-se com a partida de Metternich, um de seus principais arquitetos, do cargo de Chanceler austríaco. A Questão Oriental acaba, definitivamente, com o Concerto de Viena, ao opor o Urso (Rússia) e a Baleia (Inglaterra) sobre a questão dos estreitos que juntam o mar Negro e o Mediterrâneo, acessos do Império Russo a mares quentes. A Guerra da Crimeia ocorre em 1856. No lugar do Concerto de Viena ergue-se uma instituição mais ampla e menos estável, baseada nas concorrências imperiais, com novos atores na balança de poder europeia. Outros autores, como José Flávio Sombra Saraiva, sugerem que o Concerto Europeu mantém-se por mais tempo, tendo a Guerra da Crimeia como um "turning point", que inicia a decadência do sistema, e o colapso dá-se, somente, com o advento da Primeira Guerra Mundial;
C: Incorreta. De fato houve dois eixos estabelecidos pela Ordem de Viena. Não se pode falar que eram "claramente delimitados", pois foi um arranjo tácito, que se estabeleceu muito mais por interesses comuns do que por acordos formais. As questões da Polônia e da Saxônia divergem as opiniões. A Rússia, representada pelo Czar Alexandre I (1777-1825), deseja obter o poder sobre a Polônia, em um projeto expansionista, o que seria um problema para a Inglaterra. Esta deseja manter o domínio sobre os mares e, desejando a manutenção de um equilíbrio na Europa continental, observa o expansionismo da Rússia com certa desconfiança. Prússia e Áustria ficam no meio das disputas entre as duas potências. O representante austríaco, Metternich, manifesta-se contra os expansionismos russos e prussianos e alia-se aos interesses da Inglaterra, a favor do equilíbrio. A Prússia, cujo representante Hardenberg (1750-1822) havia recebido proposta secreta de receber a Saxônia pelo seu apoio à tentativa de controle do expansionismo Russo, manifesta-se contra a posição austro-britânica e se aproxima do Czar Alexandre I e da ideia de expansionismo. Há, portanto, dois eixos com interesses divergentes: Áustria e Inglaterra, que desejam um equilíbrio entre as nações europeias e manutenção de seu *status quo*; Prússia e Rússia, que se manifestam a favor da reforma do sistema e do expansionismo. O item confunde os dois blocos. A França, nesse tocante, terá um papel importante, pois sua integração como potência vencida nas negociações é crucial para a estabilidade do sistema de Viena. O seu representante, Talleyrand (1754-1838), vai articular habilmente o conceito de legitimidade para justificar a presença da França, e favorece, em um primeiro momento, o projeto britânico-austríaco de equilíbrio na Europa continental;
D: Incorreta, pois, como foi analisado anteriormente, o equilíbrio geopolítico existe, porém, é precário. Depois, há de ressaltar que não havia um equilíbrio econômico. Não se pode comparar Áustria ou Prússia com uma Inglaterra em plena expansão comercial. Até em matéria de modelos econômicos é difícil a comparação, pois os Estados da Europa Continental mantinham-se relativamente fechados, ainda em arcaicos modelos protecionistas, enquanto que a Inglaterra expandia os frutos da sua industrialização. É importante mencionar que o crescimento germânico, na segunda metade do século XIX, será um fator de instabilidade, pois passará a ser um forte concorrente ao modelo britânico;
E: Incorreta, pois houve guerras entre as grandes potências. A Independência grega, na década de 1820, é marcante nesse aspecto, assim como a Guerra da Crimeia, de 1856, ao opor França e Inglaterra de um lado, contra a Rússia, de outro. Em 1866, a Guerra Austro-Prussiana marca a unificação germânica sem uma presença incisiva da Áustria-Hungria. A Guerra Franco-Prussiana, de 1870, opôs a Prússia, do Chanceler Bismarck (1815-1898), e a França, de Napoleão III (1808-1873), e concluiu o processo de unificação germânica. É evidente que os conflitos não são da mesma ordem que as Guerras Napoleônicas, de onde pode-se concluir uma ilusão estabilizadora emanada do Congresso de Viena. Como já foi mencionado anteriormente, o Concerto Europeu, que se mantem ao longo do século XIX, constitui um equilíbrio instável de poder.

Gabarito "B"

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Do ponto de vista da importância diplomática do Congresso de Viena (1814/1815), julgue C ou E.

(1) Permitiu, como exercício pleno de diplomacia parlamentar, ativa participação de todos os delegados presentes na Conferência.

(2) Lançou as bases do chamado Concerto Europeu, que assegurou maior estabilidade ao continente europeu no período que vai até 1914.

(3) Foi a partir de então que se formou o conceito de "grandes potências", considerado por vários autores como precedente histórico da categoria "Membros Permanentes" do Conselho de Segurança da ONU.

(4) Não logrou resolver o problema da ordem de precedência do corpo diplomático, o que provocou conflitos protocolares com sérias implicações políticas.

1: Errada. O Congresso de Viena foi um encontro pouco democrático pois, mesmo com uma ampla gama de representantes de principados europeus, as decisões foram tomadas por um seleto grupo de representantes, como afirma Edward McNall Burns, em **História da Civilização Ocidental**, volume **2:** "Embora as principais decisões do congresso fossem tomadas por representantes das grandes potências, a ele compareceram dignatários de quase todos os principados da Europa." (p. 552);
2: Certa. O Concerto Europeu, originado no Congresso de Viena, foi uma estrutura do sistema internacional que vigorou durante o século XIX, e com a característica principal de um equilíbrio entre as grandes potências. De fato, verificaram-se poucos conflitos entre as nações hegemônicas da época, no cenário europeu. De acordo com Henry Kissinger, em *Diplomacia*: "Durante quarenta anos, nenhuma guerra opôs as grandes potências e, após a guerra da Crimeia de 1854, não houve nenhum conflito generalizado durante sessenta anos." Argumento é reforçado por Hobsbawm, em **A Era das Revoluções:** "Na verdade, exceto pela Guerra da Crimeia, não houve nenhuma guerra que envolvesse mais do que duas grandes potências entre 1815 e 1914." (p. 146). É importante afirmar que a Guerra da Crimeia não é um conflito sistêmico, isto é, ocorrido dentro do sistema de Concerto Europeu;
3: Certa. Na obra **A Era das Revoluções**, de Eric Hobsbawm, o autor fala sobre as grandes potências e a origem do conceito: "entendia-se que as cruciais decisões nesses congressos [após o Congresso de Viena] fossem tomadas pelas «grandes potências» (o próprio termo é uma invenção desse período). O "concerto da Europa" - outro termo que surgiu então – não correspondia, por exemplo, a uma ONU, mas sim aos membros permanentes do seu Conselho de Segurança (CSNU)." (p. 150) É verdade que o autor faz, apenas, uma comparação com o atual CSNU, no entanto, podemos imaginar que essa comparação, pelo peso histórico do Concerto Europeu, carrega em si um teor de antecedente histórico;
4: Errada. Houve uma tentativa, no Congresso de Viena, de resolver o problema da precedência diplomática, isto é, tentar estabelecer uma ordem hierárquica entre os chefes de missões diplomáticas. Até então, a maneira como era organizada a precedência diplomática modificava-se de acordo com o país. Durante o Congresso de Viena, criou-se o primeiro regulamento que definia essa precedência, conhecido como *Règlements of Vienna Congress*, que criou o cargo de embaixador, por exemplo.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

Texto para a próxima questão

Poucas vezes, a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução europeia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de vinte anos para derrotar a primeira.

Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848. A primeira ocorreu em 1820-24. Na Europa, ela ficou limitada principalmente ao Mediterrâneo, com a Espanha, Nápoles e a Grécia como seus epicentros. A Revolução Espanhola reavivou o movimento de libertação na América Latina.

A segunda onda revolucionária ocorreu em 1829-34 e afetou toda a Europa a oeste da Rússia e o continente norte-americano, pois a grande época de reformas do presidente Jackson deve ser entendida como parte dela. Ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos cinquenta anos seria a grande burguesia de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis. Ela determina, também, uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã- Bretanha e na França e dos movimentos nacionalistas em grande número de países na Europa.

A terceira e maior das ondas revolucionárias foi a de 1848. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos que essa conflagração espontânea e geral. O que, em 1789, fora o levante de uma só nação era, agora, assim parecia, a primavera dos povos de todo um continente.

Eric J. Hobsbawm. **A era das revoluções**. Rio deJaneiro: Paz e Terra, 1981, p. 127-30 (com adaptações).

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Tendo o texto como referência inicial e considerando o quadro histórico do século XIX no Ocidente, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Apesar das ondas revolucionárias pós-1815, os governos reunidos no Congresso de Viena conseguiram manter o equilíbrio europeu, isto é, evitaram guerras de âmbito continental, como as que se seguiram à Revolução Francesa.

(2) O processo de expansão do capitalismo, a partir de meados do século XIX, fez-se à margem dos Estados nacionais, conduzido que foi pela iniciativa privada. Isso explica a reduzida intensidade das crises que envolveram os países europeus ao longo da corrida imperialista, quadro que tendeu a modificar-se apenas a partir dos anos 1930, devido ao impacto da grande depressão econômica.

(3) A onda revolucionária de 1848 evidenciou um aspecto historicamente decisivo daquele momento, isto é, o fato de as burguesias liberais terem assumido, resolutamente, a partir de então, as bandeiras revolucionárias da democracia social e de um socialismo mais atenuado, que não se confundia com aquele proposto por Marx e Engels.

(4) A partilha da África, decidida na Conferência de Berlim (1885), símbolo marcante dos princípios, métodos e objetivos da expansão capitalista, reiterou o caráter quase exclusivamente anglo-francês da competição por novas colônias na passagem do século XIX ao XX, já que praticamente inexistiam, à época, potências que com Inglaterra ou França pudessem rivalizar.

1: Anulada. "Uma vez que o comando da questão solicitava que fosse considerado o "quadro histórico do século XIX" e não apenas a primeira metade desse século, a assertiva de que, nesse período, "os governos reunidos no Congresso de Viena conseguiram manter o equilíbrio europeu" é controversa. Assim, fez-se necessária a anulação do item." (justificativa do CESPE). A afirmativa parece certa, pois o Congresso de Viena lança as bases do Concerto Europeu, que manteria uma paz relativa até a Primeira Guerra Mundial, com exceção da Guerra da Crimeia de 1854, como afirma Hobsbawm, em **A Era das Revoluções:** "Na verdade, exceto pela Guerra da Crimeia, não houve nenhuma guerra que envolvesse mais do que duas grandes potências entre 1815 e 1914." (p. 146);

2: Errada. A expansão do capitalismo teve participação importante dos Estados nacionais. Para Lenin, o imperialismo é a fase superior do capitalismo, quando os Estados passam a participar do processo de expansão do capitalismo. O imperialismo que vigorou na segunda metade do século XIX foi promovido pelos Estados como uma maneira de escoar o excesso da produção. A expansão do capitalismo através do imperialismo é resultado direto da Segunda Revolução Industrial, e não se pode dizer que foi feita sem participação dos Estados. Não será um período ausente de crises entre impérios, e crises de grande intensidade em alguns casos, entre França, Alemanha e Grã-Bretanha, que levariam, em parte, à Primeira Guerra Mundial;

3: Errada. O exemplo que contradiz essa afirmativa é o da burguesia francesa no âmbito das revoluções de 1848. A França passa por dois momentos revolucionários: em fevereiro de 1848, que termina na caída da Monarquia de Julho de Luís Filipe I (1773-1850), e em julho de 1848, que termina com a tomada de Paris e as intervenções sangrentas do general Eugène Cavaignac (1802-1857). A notável participação da burguesia, conjugada com a indefinição ideológica do liberalismo, mostra a sua articulação para chegar no poder. Nas jornadas de fevereiro, a burguesia alia-se à esquerda para fazer cair o regime de Luís Filipe I, levando a primeira Revolução, no entanto, nega-se a apoiar as "Jornadas de Junho" da imensa maioria de trabalhadores, voltando-se para a direita conservadora, impedindo uma Primavera dos Povos mais social na França. De acordo com Edward McNall Burns, em **História da Civilização Ocidental**, volume **2:** "temos de reconhecer o papel capital da classe média liberal. Sob Luís Filipe, ela veio a sentir a negligência que era voltada a si própria e a seus interesses específicos. Sendo-lhe negada expressão política direta, devido à severa limitação do eleitorado, ela se bandeou para a esquerda, aliando-se a radicais que, por si sós, provavelmente não teriam qualquer chance de sucesso duradouro. No entanto, assim que Luís Filipe abdicou, a classe média liberal pôs-se a imaginar se o "sucesso" não traria o desastre atrás de si. E assim, ela mudou novamente de lado, dessa vez para a direita, onde se viu confrontada com a perspectiva misteriosa mas não de todo sem atrativos de Luís Napoleão." (p. 568);

4: Errada. Difícil imaginar a expansão dos impérios sem Alemanha, Itália, Portugal, Bélgica e Espanha. Além disso, os EUA também estiveram presentes. Grã-Bretanha e França tinham os maiores impérios, mas isso não significava que eram exclusivamente rivais. A Alemanha, recentemente unificada vinha adquirindo representatividade significativa no âmbito europeu e tornava-se, gradativamente, uma rivalidade importante para a Grã-Bretanha.

Gabarito 1ANULADA, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão.

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução europeia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

Eric J. Hobsbawm. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Relativamente ao "revolucionarismo endêmico" a que o texto se refere, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Com a derrota de Bonaparte, os países vitoriosos reuniram-se em Viena, em 1815, dispostos a restaurar o *status quo* vigente na Europa antes de 1789, o que pode ser entendido como tentativa de dar sobrevida ao Antigo Regime.

(2) A decisão de se criar a Santa Aliança, emanada do Congresso de Viena, subordinava-se, fundamentalmente, a dois objetivos: sufocar, na Europa, novas tentativas revolucionárias que pudessem surgir no rastro da Revolução Francesa e impedir que, na América, se concretizassem os ensaios emancipacionistas das colônias.

(3) A trajetória política vivida pelo Brasil, da independência aos primeiros anos do Segundo Reinado, apresenta semelhanças com o quadro de sucessivas ondas revolucionárias que atingiram parte considerável da Europa na primeira metade do século XIX. Disso é exemplo a Revolução Praieira, cujo sentido social se aproxima do ideário das revoluções europeias de 1848.

(4) Quando a Era Revolucionária se esgotou, em 1848, o mapa político e social europeu em muito se aproximava do cenário pré-1789, o que demonstra ter sido o impacto da industrialização bem mais aparente que real para a configuração da nova sociedade liberal e burguesa.

1: Certa. O Congresso de Viena de 1815, onde se reuniram as nações que derrotaram Napoleão, mostra um interesse em dar um fim à onda revolucionária. Trata-se de um encontro entre representantes de monarcas simpatizantes do Antigo Regime: com a exceção do britânico Castlereagh (1769-1822) e provavelmente do francês Talleyrand (1754-1838) (que foi chanceler da França em todos os períodos desde Luís XVI), os representantes das monarquias do Antigo Regime eram Metternich (1773-1859) da Áustria, Hardemberg (1750-1822) da Prússia, e o próprio Czar Alexandre I (1777-1825). Eram representantes das dinastias do Antigo Regime, e, considerando os seus personalismos, é possível afirmar que o projeto de Restauração implementado pelo Congresso de Viena é uma tentativa de ressuscitar o Antigo Regime;
2: Certa. A Santa Aliança foi a base militar que emanou do Congresso de Viena. Sua função era, a princípio, ser um corpo militar que pudesse bloquear qualquer levante revolucionário, após 1815. Como o Congresso tratava de criar uma ordem que pudesse proteger as Monarquias do Antigo Regime, a Santa Aliança viu uma ameaça nos processos de independência em andamento na América Latina, nas colônias espanholas principalmente. O Congresso de Aix-la-Chapelle de 1818 delega à França a autoridade para intervir, que não teve êxito, talvez pelo fato da Inglaterra não ter apoiado a iniciativa. A Doutrina Monroe de 1823 foi de certa forma, um recado diplomático para a Santa Aliança. O fracasso da Santa Aliança ainda pode ser visto no êxito das revoluções que aconteceram na Europa depois de 181**5:** na década de 1820, na década de 1830 e em 1848;
3: Certa. As revoltas na Europa faziam-se sentir no Brasil depois de 1822. A Revolução Liberal do Porto, de 1820, forçou um retorno antecipado da família real em 1821, que levaria, indiretamente, à independência de 1822; as "Três Gloriosas" da França de 1830, que provocaram a queda de Carlos X e instaurou a Monarquia de Julho, de certa forma, suscitaram o mal-estar com a monarquia de D. Pedro I e a "noite das garrafadas", iniciando um processo interno de revoltas e forçando a renúncia do Imperador em 1831. Em 1848 não foi diferente. De acordo com Boris Fausto, em **História do Brasil**, "em 1848, surgiu em Pernambuco a Revolução Praieira. A denominação deriva de um jornal liberal – o **Diário Novo** – cuja sede ficava na Rua da Praia, no Recife. É importante lembrar que 1848 não foi um ano qualquer, pois nele uma série de revoluções democráticas varreu a Europa. [...] Como novidade [entre as reivindicações dos praieiros], aparece a defesa do sufrágio universal, ou seja, do direito de voto para todos os brasileiros, admitidas algumas restrições, como idade mínima para votar e ser votado, mas sem a exigência de um mínimo de renda." (p. 178-179);
4: Errada. O impacto da industrialização foi importantíssimo para 1848 e, como em 1815, o pós-Revolução mostrou que as demandas por reformas da Primavera dos Povos teriam de ser acatadas um momento ou outro. Na França, apesar de em 1851 voltar a um Império, o sufrágio universal foi utilizado para eleger Luís Napoleão Bonaparte, por exemplo.
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2000) Na Batalha de Trafalgar, as forças navais britânicas obtiveram importante vitória, mas perderam seu comandante. Horatio Nelson, que faleceu em virtude de ferimentos recebidos durante o confronto. Qual das seguintes alternativas melhor descreve o contexto dessa batalha?

(A) Guerra de independência dos Estados Unidos.
(B) Primeiro Guerra Mundial.
(C) Desembarque na Normandia.
(D) Guerra das canhoneiras no Yantzé.
(E) Guerras napoleônicas.

O comandante Horatio Nelson (1758-1805) foi um importante oficial da Marinha Britânica. A Batalha de Trafalgar foi uma das mais importantes para a Inglaterra, receosa de bloquear os avanços de Napoleão. Em Trafalgar, ao largo da Costa do Sul da Espanha, Nelson, com uma frota menor do que os navios franceses e espanhóis, consegue vencer. Não foi o primeiro feito do comandante, a Batalha do Nilo foi também importante, em 1798. A descrição trata, portanto, dos feitos dos ingleses contra os projetos expansionistas de Napoleão Bonaparte (1769-1821), coroado imperador em 1804, Napoleão I.

A: Incorreta. A Guerra de Independência dos EUA ocorreu entre 1775 e 1783 e opôs a Coroa Britânica e colonos das 13 colônias britânicas da América do Norte. A Inglaterra vinha de um longo conflito contra a França que, apesar de ter vencido a Guerra dos 7 anos (1756-1763), sentia agora os altos custos de manter o conflito. O Parlamento Britânico decide cobrar a conta do conflito dos colonos, criando uma estrutura de impostos nas 13 colônias. Estas, apesar de independentes entre si, mantinham alguma identidade cultural religiosa e linguística. A estrutura tributária não agrada aos colonos, que passaram a boicotar os produtos britânicos, que será sentido em Londres, revogando todas as leis, com exceção da Lei do Chá, de 1773. Os colonos afirmam que a taxação é injusta, pois ninguém representava os interesses das colônias no parlamento britânico. A ideia da representação teve efeitos em todas as 13 colônias, que passa a criar milícias de oposição. Finalmente a guerra inicia-se, em 1775, que num primeiro, por falta de coordenação, será favorável aos britânicos. Num segundo momento, com um amplo apoio popular às tropas do comandante George Washington e dos Franceses (Marquês de Lafayette, 1757-1834), há uma reviravolta favorável aos colonos, na Batalha de Yorktown, 1781. A Inglaterra reconhece a Independência em 1783, com o Tratado de Versalhes;
B: Incorreta. A Primeira Guerra Mundial ocorre entre 1914 e 1918;
C: Incorreta. O Desembarque da Normandia, do dia 6 de junho de 1944, o "Dia D", é um marco importante da Segunda Guerra Mundial, dia da entrada dos americanos na frente europeia da Guerra, pelas praias francesas da Normandia;
D: Incorreta. A Guerra das Canhoneiras do Yantzé faz referência aos ataques que navios de guerra de diferentes bandeiras sofreram sobre o rio Yantzé. Em 1937, um navio americano, o Panay, que fazia uma patrulha sobre o rio foi atacado por bombardeiros Japoneses. Os EUA exigiram reparações, o que foram pagas pelo Japão. Em 1949, um navio de guerra britânico, o Amethyst, voltava para Shanghai, para proteger a embaixada britânica durante a guerra civil chinesa. O navio fora atacado por batalhões do Exército de Liberação Nacional, o braço armado das tropas comunistas que tomariam o poder ainda naquele ano. Não há necessariamente uma guerra nesse caso, são mais conflitos isolados;
E: Correta. Pela descrição no começo dos comentários.
Gabarito "E"

3.2. AS RIVALIDADES COLONIAIS

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Em 1866, o Primeiro Ministro britânico Disraeli declarou que a Inglaterra era uma potência mais asiática do que europeia. Com efeito, no final do século XIX, o equilíbrio europeu começou o processo de transição para o equilíbrio do poder em escala mundial, com a influência crescente de atores extraeuropeus. A respeito desse tema, julgue C ou E.

(1) Em 1904, como resultado da primeira guerra entre uma potência europeia e uma potência asiática, a Rússia vitoriosa deteve temporariamente a ascensão japonesa.
(2) Ao saírem de seu isolamento, os Estados Unidos da América (EUA) dirigiram sua expansão para o Pacífico, tendo criado uma esquadra autônoma para aquela zona.
(3) O Japão se beneficiou mais do que a Inglaterra com a inédita aliança bilateral estabelecida em 1902.
(4) A política norte-americana da Porta Aberta (*Open Door*), em relação à China, significou a intenção dos EUA de se eximir de interferências nas disputas em curso por zonas da influência em território chinês.

1: Errada. A Guerra Russo-Japonesa de 1904 marca a ascensão e o reconhecimento do Japão entre as potências dominantes (impérios), pois saiu vitorioso do conflito, contrariamente ao afirmado no item, além de ter sido uma vitória humilhante, de acordo com a maioria dos historiadores. A origem da Guerra deu-se por conflitos entre os países por interesses adversos em territórios da Manchúria e da Coreia. Essa guerra marca o início da decadência do Império Russo do Czar Nicolau II que, em 1905, enfrentou revoltas de operários, de camponeses, da marinha e do exército, além de greves generalizadas organizadas por jovens líderes socialistas;
2: Certa. O isolamento dos EUA citado na afirmativa refere-se à política do presidente James Monroe e que predominou na América durante o século XIX, conhecida como a Doutrina Monroe, de 1823. Essa doutrina marcava o isolacionismo do continente americano com

relação às expansões imperiais europeias da mesma época. Como afirma Hobsbawm, em **A Era dos Impérios**, a doutrina "manifestava hostilidade a qualquer outra colonização ou intervenção política de potências europeias no hemisfério ocidental". (p. 90). Durante o século XIX, a ideologia americana definida pelo Destino Manifesto motivou a expansão da fronteira americana para o Oeste, chegando até o Pacífico. Essa caminhada, conjugada com a vitória do Norte na Guerra de Secessão (1861-1865), levou a fronteira do capitalismo americano até o outro oceano, o que entregou aos EUA acesso aos dois oceanos. Esse avanço estratégico, acompanhado de uma reforma modernizadora do poder naval americano, promovida pelo oficial da marinha Alfred Mahan, mostra a expansão americana para o Pacífico (embora não somente, pois os EUA também atuaram no Caribe, principalmente em Cuba, na Guerra Hispano-Americana de 1898). Hobsbawm mostra também a atuação americana no Pacífico: "agora havia mais dois jogadores: os EUA – que, embora ainda evitando envolvimento com problemas europeus, desenvolviam um expansionismo ativo no Pacífico – e o Japão." (p. 435). Ao voltar-se para o Pacífico, os EUA:

• interviram no Havaí, anexando o território em 1898, de acordo com as Newlands Resolution;

• aquisição das ilhas Filipinas em 1898, em função da derrota espanhola em Cuba, de acordo com o acordo de Paris. Iniciou-se, em seguida, uma guerra contra as próprias Filipinas, que havia recentemente declarado independência da Espanha, conhecida como Guerra Filipino-Americana (1899-1902), vencida pelos americanos;

• promoveram a *open door policy* com a China, em 1899-190**0:** com a repartição iminente da China por Estados Europeus e pelo Japão, os EUA viram seus interesses na China ameaçados, e passaram a enviar cartas às grandes potências europeias com demandas para não interferirem na integridade chinesa e nos tratados portos da Manchúria (cartas do Secretário de Estado americano John Hay);

• foram mediadores do conflito Russo-Japonês, de 1905, cujo encerramento foi assinado pelas partes em 5 de setembro de 1905, em Portsmouth, New Hampshire.

• interviram no Panamá, em 1903-1904, favoráveis à independência do país centro-americano com relação à Colômbia, mostrando o interesse americano no futuro canal, passagem estratégica para conectar os dois oceanos;

3: Certa. A Aliança Anglo-Japonesa de 12 de fevereiro de 1902 foi uma resposta ao jogo de alianças estabelecido na Europa. Um mês depois, a Rússia, até então potência concorrente da Grã-Bretanha, promoveu alianças com a França e a Alemanha. Berlim desistiu de aliar-se ao regime czarista, a França assinou um acordo bilateral com a Rússia em 16 de março de 1902. Ao eclodir a Guerra Russo-Japonesa, a França manteve-se fora do conflito, pois a sua entrada justificaria a entrada da Grã-Bretanha, em um conflito que não seria favorável a ambos países, o que desestabilizaria o equilíbrio europeu, já em crise e a beira de um conflito. O Japão pode, com facilidade, derrotar a Rússia em crise, sem o apoio francês, o que promoveu a sua ascensão entre as grandes potências imperialistas da época;

4: Errada. Pelo contrário, os EUA promoveram *Open Door Policy* com intenção de defender seus interesses na China frente à repartição que os países europeus faziam dos países asiáticos. Assegurando os "Tratados Portuários" (*Port Treaties*), ou tratados desiguais, através das cartas do Secretário de Estado John Hay, os EUA estavam bem presente nas intervenções imperiais na China.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

3.3. A QUESTÃO BALCÂNICA (INCLUINDO ANTECEDENTES E DESENVOLVIMENTO RECENTE)

No início da década de 1920, a maior parte do que fora antes de 1914 o Império Russo dos czares emergiu intacto como império, mas sob o governo dos bolcheviques e dedicado à construção do socialismo mundial. Foi o único dos antigos impérios dinásticoreligiosos a sobreviver à Primeira Guerra Mundial, que despedaçara tanto o Império Otomano — cujo sultão era califa de todos os muçulmanos — quanto o Império Habsburgo, que mantinha relação especial com a Igreja romana.

Eric Hobsbawm. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 362 (com adaptações).

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Considerando os aspectos marcantes da história do século XX a que se refere o texto acima, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Consequência significativa da Grande Guerra de 1914, o desmoronamento do Império Turco abriu caminho para a nova configuração geopolítica do Oriente Médio, uma das mais estratégicas regiões do mundo contemporâneo.

(2) A desintegração do Império Austro-Húngaro, advinda da Primeira Guerra, permitiu o surgimento de novos Estados no leste europeu, o que livrou a região das pretensões expansionistas eslavas e, sobretudo, germânicas.

(3) Infere-se do texto que a Revolução de Outubro, cujo ideal era a construção de sociedade diferente e oposta ao capitalismo, rompeu com o passado da Rússia czarista e abdicou do projeto de constituição de uma entidade multiétnica, que abrangeria a totalidade da grande extensão territorial do país.

(4) Tensões nacionalistas semelhantes às que levaram ao desmonte de impérios existentes até a Primeira Guerra, a exemplo do Otomano e do Habsburgo, surgiram ou reapareceram em fins dos anos 80 do século passado, quando ocorreram o desmantelamento da União Soviética e o colapso da experiência do socialismo real na Europa do Leste.

1: Certa. O Império Otomano estava em declínio e mantinha, até o fim do século XIX, o apoio dos britânicos, preocupados em isolar a Rússia das passagens estratégicas de Bósforo e de Dardanelos. No início da Primeira Guerra, o Império possuía poucos territórios na Europa, a maior parte de suas terras encontrava-se no Oriente Médio e no Norte da África. Com a perda na Primeira Guerra, é assinado, em 1920, o tratado de Sèvres, que criava mandatos franceses na Síria e no Líbano e mandatos britânicos na Mesopotâmia e na Palestina. O tratado também determinava que a Anatólia Central fosse esfera de influência da Itália. Para o Império do Sultão, ficava Constantinopla, além do Norte e o Centro da Ásia Menor. Logo em seguida, as ações de Mustafá Kemal (Atatürk) revogariam as determinações do tratado, ao invadir a Armênia (o que teria causado o genocídio Armênio), ao expulsar os italianos da Anatólia e ao retomar parte do território europeu, que havia sido entregue à Grécia. Tomaram Constantinopla e proclamaram a República, o que levou a revisão de Sèvres, e a criação do tratado de Lausanne (Suíça), que entregaria os territórios conquistados pelos revolucionários aliados de Atatürk. Lausanne não tocou em nada na região que nos interessa aqui, pois os mandatos britânicos e franceses serão importantes para o desenho geopolítico do Oriente Médio contemporâneo;

2: Errada. Por um lado, a Primeira Guerra deu origem a novos Estados, porém, as problemáticas dos nacionalismos nos arredores do antigo Império Austro-Húngaro renderam guerras e conflitos até hoje inacabados. Primeiro, sobre a questão balcânica, Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**, mostra como a nova modelagem geopolítica da região estava destinada ao fracasso: "Todos os eslavos do Sul (= iugoslavos) pertenciam a um Estado, assim como os eslavos do norte das terras tchecas e eslovacas. Como se poderia esperar, esses casamentos sob mira de espingarda não se mostraram muito firmes. A propósito, com exceção das remanescentes Áustria e Hungria, privadas da maioria – mas na prática não inteiramente todas – de suas minorias, os novos Estados sucessores, tirados da Rússia ou do império habsburgo, não eram menos multinacionais que seus antecessores." (p. 41). Sobre as expansões germânicas, verifica-se que, como o tratado de Versalhes havia criado o Corredor de Danzig (Corredor Polonês), que separava a Prússia Oriental do resto da Alemanha, criando uma saída marítima para a Polônia, uma parte da população alemã ficara separada do território. Hitler, ao assumir o poder, utiliza a bandeira do germanismo para dar início a um processo de expansão da Alemanha, sob a justificativa de "colocar todos os alemães sob a égide de seu Reich" (Burns, **História da Civilização Ocidental**, volume 2, p.723), anexando a Áustria em março de 1938. Em seguida, "Hitler declarou que a região dos Sudetos (Tchecoslováquia) era uma parte natural do Reich e que pretendia ocupá-la" (p. 723) e derrota a Tchecoslováquia. "Após a extinção da Tchecoslováquia, Hitler exigiu a abolição do Corredor Polonês [...]. O Corredor continha uma grande população alemã, que, segundo declarou Hitler, devia ser reintegrada à Alemanha." (p. 724). Dessa forma, não se pode falar que o leste europeu ficara livre, após a Primeira Guerra, das pretensões expansionistas dos nacionalismos eslavos ou germânicos;

3: Errada. Na verdade, a Revolução de Outubro propunha-se a expandir-se internacionalmente, além das fronteiras da Rússia. A afirmativa está correta no que se refere a romper com o passado czarista. O equívoco aparece na "abdicação de uma entidade multiétnica", primeiro porque a Revolução é feita na Rússia inteira e segundo porque é ela que mantém o Estado unificado, como afirma Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**: "a Revolução Bolchevique preservou a maior parte da unidade territorial multinacional do velho Estado czarista pelo menos por mais 74 anos." (p. 71). Em seguida, é importante ressaltar que o projeto dos Bolcheviques era de expandir a Revolução de Outubro para o resto do mundo e, muito embora ela não tenha ocorrido como Lenin havia planejado, há de convir que ela influenciou um número importante de revoluções pelo mundo, como afirma Hobsbawm: "A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado da história moderna. [...] Após trinta ou quarenta anos após a chegada de Lenin à Estação Finlândia em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes diretamente derivados dos "Dez dias que abalaram o mundo" (rede, 1919) e do modelo organizacional de Lenin, o Partido Comunista." (p. 62);

4: Certa. É possível traçar um paralelo entre os dois acontecimentos. O historiador francês Maurice Vaïsse, em *Les Relations Internationales depuis 1945*, propõe uma análise sobre o tema, além de fazer um recorrido sucinto sobre os diferentes movimentos (tradução livre): "A falência dos regimes da Europa do Leste foi acompanhada da ressureição dos nacionalismos e dos problemas das fronteiras. [...] Brutalmente, a Europa reencontra seus demônios de 1914 e redescobre que o império dos Habsburgos, que agrupava todos os povos da Europa central, tinha suas vantagens. O sobressalto polonês fundou-se em grande parte na base da nação polonesa, ligada à Igreja católica. Na Hungria, manifestações nacionalistas ocorreram no dia 14 de março de 1989 na ocasião da morte da imperatriz Zita, última rainha da Hungria. Na Romênia, a minoria húngara (3 milhões de pessoas) presente na Transilvânia, antiga província húngara, reivindica sua autonomia. As minorias romenas agitam-se na Moldávia ex-soviética. Surgem tensões entre Húngaros e Eslovacos. O caso mais dramático é o da Iugoslávia. [...] Na Iugoslávia, o lento desmantelamento do sistema comunista a partir da morte de Tito em 1980 foi acompanhado de um ressurgimento dos nacionalismos e das paixões que a firmeza de Tito conseguira dominar ao fim da Segunda Guerra Mundial, ao impor um Estado federal com seis repúblicas e duas províncias autônomas. [...] Finalmente, a Tchecoslováquia, criada ao fim da Primeira Guerra Mundial nas ruínas da Áustria-Hungria, explodem em uma República Tcheca e uma Eslováquia, que se divorciam pacificamente (1º de janeiro de 1993), após setenta e quatro anos de vida em comum.' (p. 184-185). Finalmente, é necessário deter-nos sobre o conceito de "socialismo real" abordado na afirmativa. Trata-se da experiência socialista que foi praticada em algum momento. Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**, consagra um capítulo inteiro para pormenorizar sobre as experiências socialistas no pós-guerra: "Essa era a parte do mundo [onde o socialismo existiu de fato] cujos sistemas sociais em determinada altura da década de 1960 vieram a ser chamados, na terminologia da ideologia soviética, de países de "socialismo realmente existente"; um termo ambíguo que implicava, ou sugeria, que podia haver outros e melhores tipos de socialismo, mas na prática esse era o único que funcionava de fato." (p. 364).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

3.4. CAUSAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A Belle Époque terminou subitamente em 28 de junho de 1914, dia do assassinato de Francisco Ferdinando, herdeiro do trono da Áustria-Hungria, pelo jovem sérvio Gavrilo Princip. Aquele ato de terror perpetrado em Sarajevo, nos turbulentos Bálcãs, empurrou as potências para a guerra geral que ninguém desejava.

Demétrio Magnoli e Elaine Senise Barbosa. Liberdade versus igualdade. In: O mundo em desordem (1914-1945), v. I. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 21-2 (com adaptações).

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o contexto histórico que antecedeu a Primeira Grande Guerra, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Ao término da Primeira Guerra, além de sofrer as consequências dos milhões de mortos e inválidos, a Europa viu-se devedora dos EUA, tendo perdido a primazia na economia mundial e, ainda, assistiu a manifestações de muitas de suas colônias, que reivindicavam a alteração de suas relações com as metrópoles.

(2) Comprovada a participação direta do governo sérvio no assassinato do sucessor ao trono austro-húngaro, o governo da Áustria radicalizou sua posição em relação ao de Belgrado. Ao apresentar seu ultimato à Sérvia, a Áustria demonstrou, ainda que de maneira sutil, apoio ao movimento nacionalista eslavo na região balcânica.

(3) Entre os contextos de crise que impeliram as potências para a guerra, destacam-se a criação da Entente Cordiale anglo-francesa e a reação alemã à sua criação, manifestada nas pretensões de Berlim em relação ao Marrocos, em claro sinal de que a Alemanha desejava barrar a expansão francesa no norte da África.

(4) A Belle Époque, destruída pela guerra, é definida como o espírito que prevaleceu na Europa antes de 1914, compartilhado por todos os estratos sociais e assentado nos sonhos otimistas e grandiosos provocados pela prosperidade e pelos avanços tecnológicos da Segunda Revolução Industrial.

1: Certa. É difícil estabelecer um número aproximado de vítimas ao cabo da Primeira Guerra Mundial. Além das vítimas militares, muitos civis também são contabilizados, o que faz da Primeira Guerra um dos primeiros conflitos com um número de civis mortos comparável às perdas militares. Entre as vítimas associadas diretamente com as operações de guerra, o total oscila em torno de 10 milhões. A estimativa pode aumentar ao considerarmos as vítimas indiretas, de mortes causadas pela fome ou por doenças (principalmente a gripe espanhola), elevando a cifra para 16 milhões. Entre os inválidos de guerra, a cifra é avaliada nos arredores de 20 milhões. A consequência social da guerra será um importante fator de instabilidade para as próximas décadas. Entre as consequências políticas e econômicas, a ascensão norte-americana está entre as mais importantes. Os EUA já vinham firmando-se entre as potências mundiais, e o conflito apenas confirmou essa tendência. Além disso, a redução da produção europeia transferiu muitos mercados para os EUA, o que leva, ao cabo da guerra, a Europa a tornar-se devedora dos EUA. Acerca desse tema, José Flávio Sombra Saraiva, em **História das Relações Internacionais** Contemporâneas, confirma a informação: "Ao término da guerra, os Estados Unidos e o Japão exportavam, respectivamente, 37% e 8% a mais, ao passo que a Grã-Bretanha e a França registravam quedas de 33% e 14% em suas exportações. A Alemanha perdera 83% de seus haveres no exterior como reparações de guerra: à França 58% e à Grã-Bretanha 25%. Os europeus tornaram-se devedores dos Estados Unidos, invertendo-se a situação de inferioridade econômica, financeira e política." (pp.135-136). Outra consequência política que o item menciona são as primeiras reivindicações nas colônias. A Primeira Guerra Mundial, ao estabelecer uma nova balança de poder mundial, em que se confirma que o antigo centro de poder, a Europa, está em processo de decadência no sistema internacional, vai promover demandas por mudanças da situação de submissão das colônias europeias com relação à metrópole. Em alguns casos, pode-se falar em descolonização, mas, para a grande maioria, é mais correto falar em reivindicações por maior autonomia, por maior independência ou por tratamento de igualdade. Não haverá um grande movimento em prol da descolonização, como ocorrerá após a Segunda Guerra, serão, apenas, manifestações, como afirma o item. De acordo com Sombra Saraiva, "O anticolonialismo [pós-Primeira Guerra] era frágil: movimentos pacíficos como os liderados por Mahatma Gandhi, na Índia, e Achmed Sukarno, na Indonésia, movimentos ideológicos como os deflagrados pelos princípios de Wilson e pela Terceira Internacional. Os colonialistas europeus pouco tinham ainda com que se preocupar." (p. 154);

2: Errada. O atentado contra Francisco Ferdinando (1863-1914) foi perpetrado por um jovem nacionalista bósnio, Gavrilo Princip (1894-1918), membro do grupo terrorista a Mão Negra. A participação do governo Sérvio nunca fora comprovada, mas a Áustria percebeu a oportunidade de entrar em conflito com a Sérvia, "para acabar com o que considerava como "irredentismo eslavo"." (Paulo G. Fagundes Visentini e Analúcia Danilevicz Pereira, em **História Mundial Contemporânea** (1776-1991), p.156). De fato, era o nacionalismo eslavo que motivava a entrada da Áustria em conflito contra a Sérvia. A expansão do nacionalismo eslavo, o pan-eslavismo, utilizado pela Rússia em suas pretensões na Europa Oriental, ia de encontro ao movimento expansionista que a Áustria

usava, o pan-germanismo. O encontro dos dois movimentos contribui à elevação das tensões regionais, e o assassinato do príncipe herdeiro austríaco foi o elemento que deu o estopim ao conflito. Portanto, o item equivoca-se também ao afirmar que a Áustria deu alguma forma de apoio ao nacionalismo eslavo;
3: Certa. A aproximação inesperada entre Grã-Bretanha e França na Entente Cordiale, de 1904, só pode ser entendida na lógica de alianças do período. Hobsbawm, em **A Era dos Impérios**, analisa a improbabilidade dessa aproximação. Por um lado, a Grã-Bretanha não tinha, historicamente, estabelecido oposição à Prússia ou ao novo Império Alemão; por outro lado, a mesma Grã-Bretanha havia sido antagonista da França em quase todos os conflitos na Europa desde 1688, e ainda, mesmo superada essa tensão franco-britânica, Paris e Londres se enfrentavam, havia algum tempo, na corrida imperial por territórios além da Europa, notadamente, no Egito e no Marrocos. Há uma explicação realista por trás da aproximação franco-britânica que culmina na Entente Cordiale. Nas últimas décadas do XIX, a diplomacia europeia passa a ser feita em outros horizontes, o que reestruturou a balança de poder europeia, permitindo alianças inéditas, em prol do equilíbrio que tanto buscava a Grã-Bretanha. A ascensão germânica e a política de alianças que vinha exercendo também contribuiu para a reunião inédita. Como afirma Sombra Saraiva, em **História das Relações Internacionais** Contemporâneas, a Entente não era, propriamente, uma aliança, senão que um "acerto para o apaziguamento dos conflitos coloniais na África do Norte e na Indochina" (p. 117). A reação da Alemanha levou à primeira crise marroquina, de 1905, quando o imperador Guilherme II vai ao Marrocos para tentar reafirmar a independência do país com relação à França. A atitude do imperador deve ser entendida tanto no contexto de oposição à Entente como no âmbito de uma tentativa de barrar o expansionismo francês no norte da África. Guilherme II convoca uma conferência internacional para avaliar o *status* do Marrocos, o que custará uma derrota diplomática à Alemanha. O imperador não terá êxito na Conferência de Algeciras, em 1906, quando o Marrocos é reconhecido como domínio informal da França, graças ao apoio britânico. A Entente sai fortalecida da Conferência e será ampliada, com a entrada da Rússia, em uma Tríplice Entente, em 1907;
4: Errada. Não se pode falar em um sentimento de otimismo generalizado para todas as classes sociais na Europa antes de 1914. A Segunda Revolução trouxe prosperidade, mas não de forma igualitária, tornando o termo *belle époque* aplicável ao período somente a uma classe, a burguesia industrial. De fato, os trabalhadores passaram a sentir o efeito do crescimento, com períodos de significativa queda do salário real, em função das variações nos preços. De maneira irônica, em **A Era dos Impérios**, o historiador Eric Hobsbawm explica a variação dos preços: "Arguiu-se que essa mudança nos termos de troca [mudança favorável aos agricultores nos preços relativos com relação à indústria] pode explicar a passagem de uma queda de preços notável em 1873-1896 a uma impressionante alta dessa época até 1914 – e depois. Talvez. Mas o certo é que essa mudança nos termos de troca pressionou os custos de produção industriais e, portanto, sua lucratividade. Felizmente para a "beleza" da belle époque, a economia estava estruturada de maneira a transferir essa pressão dos lucros para os operários. O aumento rápido do salário real, tão característico da Grande Depressão [1873-1896], desacelerou visivelmente. Na França e na Grã-Bretanha, houve uma queda efetiva do salário real entre 1899 e 1913. Isso foi uma das causas da tensão e das explosões sociais ressentidas dos últimos anos anteriores a 1914." (p. 85).
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2011 – CESPE) A Primeira e a Segunda Guerras Mundiais foram objeto de interpretações historiográficas divergentes, que se estendem aos dias atuais. Acerca desse debate historiográfico, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Em reação às acusações franco-britânicas de que a Alemanha seria a única responsável pela ocorrência dos dois conflitos mundiais do século XX, historiadores alemães defenderam consensualmente, na última década, a tese segundo a qual as provocações feitas pelo czar russo, no início do século XX, teriam assegurado à Alemanha o direito de legítima defesa.

(2) Após a Segunda Guerra Mundial, surgiram, na historiografia alemã — como a de Fritz Fischer — acerca da recente história política europeia, interpretações que destacavam a importância, para a eclosão dos dois conflitos mundiais, do desequilíbrio de poder europeu, resultante da ascensão da Alemanha no final do século XIX.

(3) A chamada linha Maginot, estratégia defensiva posta em prática pela França no período que antecedeu ao início da Primeira Guerra Mundial, embora contestada inclusive por alguns oficiais franceses, contribuiu para retardar a invasão do país pelas tropas alemãs na Segunda Guerra.

(4) A Primeira e a Segunda Guerras Mundiais foram explicadas fundamentalmente, pelos historiadores do século XX, como resultado exclusivo da atitude belicosa alemã.

1: Errada. A historiografia alemã acerca das responsabilidades sobre os dois conflitos mundiais remontam à década de 1960, quando um debate vívido entre os historiadores Fritz Fischer (que responsabiliza a Alemanha, no que concerne à 1ª Guerra Mundial) e Egmont Zechlin (que mostra que a guerra originou-se por causa das Alianças regionais) delimitou a questão. Não há consenso quanto à questão de uma legítima defesa alemã em relação à Rússia. Por outro lado, além da perspectiva de Fisher e de Zechlin, muitas teses foram levantadas pela historiografia sobre a origem da Primeira Guerra Mundial (lista das mais conhecidas): a tese de George Kennan sobre os desequilíbrios causados pelo sistema de alianças; a rivalidade colonial na África e no Oriente; a corrida naval da Inglaterra e da Alemanha; a posição marxista acerca das rivalidades econômicas; a questão dos nacionalismos nos Balcãs, dado o apoio russo à Sérvia; a posição de Gherard Ritter, sobre a postura militar das grandes potencias; e a tese que acusa o Plano Schlieffen como motivador da Guerra;
2: Certa. É a própria tese de Fischer, que afirma que o desequilíbrio de poder na Europa causado pelo poder da Alemanha em fins do século XIX e princípio do século XX foi um dos fatores que levou aos conflitos mundiais. Ele não acreditava na tese de uma guerra preventiva lançada pela Alemanha para defender os seus aliados, mas sim num projeto planejado anteriormente e com o objetivo de dominar a Europa;
3: Errada. A linha Maginot constitui uma sequência de fortaleza e de fortificações construída pela França após a Primeira Guerra Mundial em algumas lugares ao longo de suas fronteiras com a Bélgica, Luxemburgo, Alemanha, Suíça e Itália. As fortificações foram inúteis para conter o avanço alemão na Segunda Guerra Mundial e constituem um fracasso estratégico. Não existe uma estratégia francesa de defesa propriamente dita anterior à Primeira Guerra Mundial, com exceção das posições na fronteira alemã. A França manteve sua fronteira com a Bélgica desprotegida dada a neutralidade deste país nos conflitos, neutralidade mantida graças ao apoio britânico. Na Primeira Guerra, a estratégia alemã, conhecida como o Plano Schlieffen, serviu para invadir a França pela Bélgica. Na Segunda Guerra, a mesma estratégia foi utilizada, e a rápida vitória alemã mostra a ineficiência da Linha Maginot;
4: Errada. As causas, tanto da Primeira como da Segunda Guerra Mundial, não podem ser associadas somente à atitude alemã. Segundo Eric Hobsbawm, em **A Era dos Impérios**, "Portanto, descobrir as origens da Primeira Guerra Mundial não equivale a descobrir "o agressor". Ele repousa na natureza de uma situação internacional em processo de deterioração progressiva, que escapa cada vez mais ao controle dos governos. Gradualmente, a Europa foi se dividindo em dois blocos opostos de grandes nações." (p. 431). A tendência da historiografia no século XX, com algumas exceções, é analisar a origem dos conflitos a partir do contexto geral da Europa e não a partir da tendência belicosa de uma nação. Em **A Era dos Extremos**, o autor cita a incapacidade de cooperação dos Estados-Nação: "Contudo, um outro fator entrelaçou os fios da política nacional numa única teia internacional: a consistente e cada vez mais espetacular debilidade dos Estados democráticos liberais [...]; a sua incapacidade ou falta de vontade de agir, individualmente ou em conjunto, para resistir ao avanço de seus inimigos." (p. 148).
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Acerca do processo histórico que desencadeou a I Guerra Mundial, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A ascensão econômica e política do Império Austro-Húngaro levou-o a confrontar os interesses ingleses nos Bálcãs. O assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, em Sarajevo, permitiu que se atribuísse ao imperialismo britânico a responsabilidade pelo clima de tensão regional, e constituiu o marco inicial da guerra.

(2) A expansão econômica da Alemanha levou-a a competir com a Inglaterra e com a França.

(3) Na França, o governo do presidente Poincaré, acossado por reivindicações nacionalistas, encontrou na guerra uma alternativa para desviar as atenções dos problemas internos.

(4) No início, a guerra reforçou a coesão nacional no Império Austro-Húngaro e na Rússia.

1: Errada. Primeiro, dificilmente pode-se falar de uma ascensão política e econômica no Império Austro-Húngaro. Segundo, e mais importante, não se pode falar de um interesse direto britânico na região dos Bálcãs. De fato, a Grã-Bretanha tinha outros objetivos antes da Primeira Guerra, como afirma Burns, em **História da Civilização Ocidental**, volume **2:** "Seus grandes objetivos eram: (1) manter as linhas vitais de comunicação do império; (2) conservar desimpedidas as vias marítimas para suas fontes de importação e os seus mercados estrangeiros; e (3) manter o equilíbrio entre as nações do continente europeu, a fim de que nenhuma dela jamais se tornasse bastante forte para atacar a Grã-Bretanha." (p. 665). De acordo com o mesmo autor, era outro império que mantinha interesses na região balcânica, a Rússia, por ser uma região geograficamente estratégica, e que, de certa forma, será um dos primeiros países a reagir ao atentado contra o arquiduque austríaco: "Uma grande ambição da Rússia consistia em obter o controle dos estreitos de Bósforo e dos Dardanelos. A realização dessa antiga meta impediria que a esquadra russa ficasse imobilizada no mar Negro em caso de guerra. Além disso proporcionaria acesso pleno ao Mediterrâneo e, provavelmente, o controle de Constantinopla. A Turquia seria eliminada da Europa e a Rússia tornar-se-ia herdeira dos Bálcãs." (p. 665). Nesse caso, é possível afirmar que a Inglaterra tinha algum interesse nos Bálcãs, que era bloquear as pretensões russas na região, mas essa afirmativa pode ser relativizada. A rivalidade entre as duas nações foi importante durante a primeira metade do século XIX, mas o declínio do império russo, sentido no início do século XX, marcado pela derrota contra o Japão na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), limitou a expansão russa. Dessa forma, a Grã-Bretanha não buscaria mais com o mesmo rigor bloquear os avanços russos, a não ser que causassem instabilidades continentais. Finalmente, um último fator que mostra a atuação russa na região balcânica, é o pan-eslavismo, um tipo de nacionalismo que queria reunir todos os eslavos da Europa no mesmo Estado. Burns afirma assim: "Argumentava-se [...] que a Rússia, como o mais poderoso dos estados eslavos deveria atuar como guia e protetor das nações eslavas menores dos Bálcãs. O pan-eslavismo não era apenas o ideal de alguns nacionalistas ardentes, mas fazia parte da política oficial do governo russo. Muito contribuiu para explicar a atitude agressiva da Rússia em todas as disputas que surgiram entre a Sérvia e a Áustria." (p. 666-667);

2: Certa. A unificação alemã trouxe um novo competidor de peso para o equilíbrio europeu, que havia conseguido manter o século XIX em um certo patamar de estabilidade, contrabalanceando o peso das nações e levando a uma instabilidade da estrutura informal. O crescimento econômico da Alemanha vai ter uma influência no jogo de poder a nível europeu e mundial. A economia de uma nação, no período que separa os séculos XIX e XX, passa a ser um fator determinante para que seja reconhecida como potência. De acordo com Hobsbawm, em **A Era dos Impérios**, "Agora era impossível conceber uma "grande nação" que não fosse ao mesmo tempo uma "grande economia" [...]." e continua sobre a Alemanha "cujo assombroso crescimento industrial lhe conferiu um peso internacional incomparavelmente que o que tiver a Prússia." (p. 438). O historiador ainda questiona o fato de esse crescimento ter levado a um desequilíbrio de poder evidente que pudesse trazer ameaças efetivas, e encontrou uma justificativa no jogo de alianças: "A Grã-Bretanha defendeu ao máximo a preservação do *status quo* e a Alemanha sua modificação – inevitavelmente, mesmo se não intencionalmente, às custas da Grã-Bretanha. Nessas circunstâncias e dada a rivalidade econômica entre as indústrias dos dois países, não admira que a Grã-Bretanha considerasse a Alemanha o mais provável e perigoso de seus adversário potenciais. Era lógico que [a Grã-Bretanha] se aproximasse da França e [...] da Rússia [...]." (p. 442);

3: Errada. O presidente Raymond Poincaré (1860-1934) assumiu a presidência da França entre 1913 e 1920. Durante esse período, a França teve problemas internos, associados com as reivindicações de partidos de esquerda, com muitas greves ligadas aos partidos socialistas. Estes haviam conseguido algumas vitórias durante a Terceira República na França (1870-1940), mas sentiam que sua representatividade permanecia inferior. Nos anos anteriores à Primeira Guerra, muitas greves eclodiram, o que levou à uma instabilidade social, manifestada pela radicalização dos partidos de esquerda. Em geral, esses partidos defendiam o pacifismo e eram contra a guerra, manifestado principalmente na figura de Jean Jaurès (1859-1914), assassinado por um nacionalista, Raoul Villain. Os nacionalistas, ao contrário do que é dito na afirmativa, eram favoráveis à guerra, e mostravam o seu apoio ao conflito reivindicando a retomada da região da Alsácia-Lorena, entregue à Alemanha 1870, ao fim da guerra Franco-Prussiana (região estratégica, rica em minérios de carvão e de aço). Serão os nacionalistas que alimentarão esse sentimento de revanchismo presente na França de 1914, que levará a nação à guerra. Não se trata, portanto, de desviar as atenções da população, como afirma o item;

4: Certa. Os desdobramentos dos nacionalismos na região balcânica foram um dos fatores que motivaram a guerra. A Rússia via-se como defensora dos eslavos da Europa, instigada pelo pan-eslavismo, o que justifica, de certa forma, a atitude russa na região após o atentado contra o arquiduque Francisco Ferdinando. De acordo com Burns, em **História da Civilização Ocidental**, volume **2:** "o pan-eslavismo não era apenas o ideal de alguns nacionalistas ardentes, mas fazia parte da política oficial do governo russo. Muito contribuiu para explicar a atitude agressiva da Rússia em todas as disputas que surgiram entre a Sérvia e a Áustria." (p. 666-667). Para completar esse pensamento e argumentar sobre o Império Austro-Húngaro, Hobsbawm, em **A Era dos Impérios**, também descreve acerca dos entusiasmos nacionalistas verificados neste império multinacional e na Rússia, ao falar sobre os ânimos nacionais e como surgiu apoio ao conflito logo do início da Primeira Guerra Mundial: "Mas os governos se enganaram no que tange a um ponto crucial: foram pegos de surpresa, assim como os que se opunham à guerra, pela extraordinária vaga de entusiasmo patriótico com que seus povos pareciam mergulhar num conflito no qual ao menos 20 milhões de pessoas seriam mortas ou feridas, [...]. Na Áustria não foi só o povo dominante que foi abalado por uma breve onda de patriotismo. Como reconheceu o líder socialista austríaco Victor Adler: "mesmo entre as nacionalidades, lutar na guerra era uma espécie de libertação, uma esperança de que algo diferente viria". Até na Rússia, onde haviam sido previstos um milhão de desertores, todos, salvo poucos milhares dos 15 milhões, obedeceram à convocação." (p. 449-450).

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

Texto para a próxima questão

O período que se segue à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914; de 1924-28 1931-33, com grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929; de 1932-33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

J.J de Arruda. **A crise do capitalismo.** D. A. Reis, Filho. J; Ferreira. C. Zenha (orgs) *In* **O século XX.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2000, p. 22 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Não são poucos os historiadores que veem na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o fim do historicamente longo século XIX. Quer pela complexidade de suas causas, quer por seus efeitos profundos, um dos quais a vitória bolcheviques na Rússia, a Grande Guerra assinala o epílogo de uma era e o início propriamente dito do século XX. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Entre os fatores determinantes para a eclosão do conflito mundial em 1914 podem ser destacados o exacerbado nacionalismo – não raro revestido das cores da xenofobia – e as disputas ditadas pelos interesses imperialistas.

(2) A rápida ascensão da Alemanha no pós-1870 constituiu fator desestabilizante no cenário europeu. Ainda que tenha mantido permanente aliança econômica com a Grã-Bretanha, sua disputa com a França por influência política criou condições à guerra.

(3) A expressão "paz armada" consagrou-se como a melhor caracterização do cenário europeu nos anos imediatamente anteriores a 1914. Nesse contexto, por temerem as con-

sequências da guerra, os diversos Estados renunciaram à velha prática da diplomacia secreta visto que esta os amarraria a uma perigosa teia de acordos militares.

(4) Impulsionada pelas circunstâncias da guerra, que explicitaram ainda mais a grave situação interna da Rússia, a Revolução Russa de 1917 significou a primeira grande fissura na unidade capitalista que a Revolução Industrial e as revoluções liberais burguesas haviam começado a edificar desde as últimas décadas do século XVIII.

1: Certa. Os nacionalismos estão entre os fatores que motivaram a Guerra. Na Europa do Leste, a questão dos Bálcãs, onde se inicia o conflito, por sinal, é palco de muitos territórios associados às nacionalidades, muitas delas com divergências de fronteiras. O panslavismo, movimento que queria reunir todas as populações eslavas da Europa num só território, tem o apoio da Rússia, que também se considera um povo eslavo. Internamente, os movimentos nacionalistas também têm seus desdobramentos, como acontece na França, onde o movimento nacionalista, favorável ao conflito, entra em confronto com os comunistas, de tendências pacifistas, como Jean Jaurès, assassinado pouco antes do início dos conflitos. No nível das disputas imperiais, será nesse contexto que as crises que motivarão a guerra mais tarde, ocorrerão: Fachoda e Suez (1898) e as crises marroquinas (1904-1911);
2: Errada. Não houve acordo econômico entre a Grã-Bretanha e a Alemanha entre 1870 e 1914. Por outro lado, também está errada a afirmativa acerca da disputa por influência política com a França. Havia sentimento de revanchismo na França desde a Guerra Franco-Prussiana de 1870, quando o território então francês da Alsácia Lorena foi adquirido pelos alemães. Nos jogos de aliança do sistema bismarckiano havia uma vontade de criar alianças suficientemente poderosas a ponto de dissuadir o inimigo, mas não a ponto de levar ao conflito. Talvez os desequilíbrios econômicos e as divergências imperiais tenham sido mais importantes nesse aspecto ao advento da Guerra;
3: Errada. A diplomacia secreta foi um dos fatores que também motivaram a guerra. A "paz armada" do período pré-guerra existiu quando o sistema de alianças tentou equilibrar-se, as nações das alianças tentando equiparar-se em termos de material bélico. Mas a diplomacia secreta continuou existindo, e foi o primeiro ponto que Wilson criticou ao final da Guerra, no seu famoso discurso dos Quatorze Pontos;
4: Certa. A afirmativa traça de maneira sucinta o aspecto simbólico da Revolução Russa de 191**7:** modificar os padrões das revoluções anteriores em todos os seus aspectos, políticos, econômicos e socioculturais. Também houve uma conjunção de fatores, que não datam necessariamente do período de guerra (revoltas populares de 1905 e falência da dinastia dos czares), mas é verdade que o contexto de guerra amplifica as razões que levam à Revolução, argumento conrifmado pelo Tratado de Brest-Litovsk, assinado em 3 de março de 1918 entre a Rússia e as Potências Centrais (Alemanha, Áustria-Hungria, Império Otomano e Bulgária), que reconhece a retirada da Rússia do conflito.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

3.5. OS 14 PONTOS DE WILSON

(Diplomacia – 2010 – CESPE) O historiador Geoffrey Barraclough considera que os "14 Pontos" do Presidente Wilson podem ser interpretados como resposta à revolução mundial concebida por Lenin. Agrega que os dois líderes apresentam traços em comum. A propósito, julgue (C ou E) os pontos que os aproximam:

(1) o papel de "profetas da nova ordem internacional".
(2) rejeição do "equilíbrio de poder".
(3) reconhecimento de que negociações secretas são, às vezes, indispensáveis.
(4) coincidência ideológica, com ênfase democrática.

1: Certa. Sem dúvida, havia um paralelo entre o apelo de Lenin e a mensagem de Wilson, que constituirão, em seguida, as duas grandes tendências da ordem internacional mundial. De acordo com Eric Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**: " E de fato a primeira reação do Ocidente ao apelo bolchevique aos povos para celebrarem a paz – e a publicação, por eles, dos tratados secretos em que os aliados haviam dividido a Europa entre si – foram os Catorze Pontos do presidente Wilson, que jogava a carta nacionalista contra o apelo internacional de Lenin." (p. 73);
2: Certa. Para ambos, o equilíbrio de poder informal não funcionou na Europa, e foi o que levou à Primeira Guerra. A iniciativa de Wilson, a última dos Catorze Pontos, de criar uma Liga de Nações vinha nesse sentido, para que os países que não fossem decisivos no "equilíbrio de poder" pudessem ser representados. De acordo com Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**, afirma que: "Quanto ao mecanismo para impedir outra guerra mundial, era evidente que desmoronara absolutamente o consórcio de «grandes potências» europeias que se supunha assegurá-lo antes de 1914. A alternativa, exortada a obstinados politiqueiros europeus pelo presidente Wilson, com todo o fervor liberal de um cientista político de Princeton, era estabelecer uma «Liga de Nações» [...]." (p. 41). Lenin tampouco tinha uma opinião favorável ao equilíbrio anterior a 1914, o que se verifica, na suas críticas ao imperialismo e à diplomacia secreta europeia;
3: Errada. Tanto Lenin quanto Wilson se mostraram desfavoráveis quanto à diplomacia secreta anterior a 1914. O primeiro ponto de Wilson nos Catorze Pontos é a "Exigência da eliminação da diplomacia secreta em favor de acordos públicos". Lenin também, como afirma Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**, ao falar sobre as descobertas dos bolcheviques das cartas que dividiam o mundo entre as potências europeias: "Os bolcheviques descobrindo esses documentos sensíveis nos arquivos czaristas, haviam-os prontamente publicado para o mundo ler, e portanto exigia-se um exercício de redução de danos.";
4: Errada. Não há uma coincidência ideológica entre os discursos. Por um lado, Lenin defendia uma revolução mundial, com base na eliminação da propriedade privada dos meios de produção, por outro lado, Wilson elaborava um sistema baseado no liberalismo político, com base no consenso de uma Liga das Nações. Da mesma forma, não se verifica uma ênfase democrática nos discursos. Os Quatorze Pontos de Wilson realçam o aspecto do liberalismo político, baseado no consenso, mas não se pode afirmar de um teor democrático em seu discurso. Por parte de Lenin, no início da Revolução, pode-se falar de um ideal democrático, mas que dificilmente tomaria lugar numa Rússia instável, com a Revolução em andamento. Hobsbawm, em **A Era dos Extremos** (p. 69) expõe o dilema de Lenin, que era o de como justificar a entrega do poder aos bolcheviques sem parecer um golpe antidemocrático, como a historiografia "anticomunista" tratou de mostrar a transição do Governo Provisório para o Partido Bolchevique.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

3.6. A PAZ DE VERSALHES E A ORDEM MUNDIAL RESULTANTE (1919-1939)

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Acerca da política internacional do período pós-Primeira Guerra Mundial, assinale a opção correta.

(A) O Protocolo de Genebra, negociado e aprovado pela Liga das Nações, regulamentou a segurança coletiva, instituiu o arbitramento compulsório sobre temas de desarmamento e regulou, até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as relações entre as potências no que se refere a temas de segurança.
(B) A Liga das Nações foi criada com o objetivo de solucionar pacificamente controvérsias e o de promover a cooperação internacional para o desenvolvimento econômico.
(C) Os Tratados de Locarno, de 1925, além de permitirem a admissão da Alemanha na Liga das Nações, garantiram-lhe as fronteiras e favoreceram a reintegração da Renânia ao território alemão.
(D) Expressão do idealismo que contagiou as relações internacionais no período pós-Primeira Guerra Mundial, o Pacto Briand-Kellogg prescreveu a renúncia à guerra como instrumento das políticas nacionais.
(E) Em 1926, o Brasil, que pleiteava um assento permanente no Conselho da Liga das Nações, retirou-se dessa organização em razão da inclusão da Alemanha, por acreditar que esse país não estava ainda plenamente reabilitado e não dispunha das condições necessárias para atuar em favor da garantia da paz mundial.

A: Incorreta. O Protocolo de Genebra também é conhecido como Protocolo para a Proibição do Uso em uma Guerra de Asfixiantes, Venenos ou outros Gases, e de Métodos Bacteriológicos, de 17 de junho de 1925. O protocolo proíbe o uso de agentes químicos e bacteriológicos em qualquer tipo de conflito, entre os seus signatários. O item está errado

primeiro por afirmar que esse Protocolo regulamentou a segurança coletiva, o que não é verdade, pois se limita ao uso de armas químicas, muito utilizadas na Primeira Guerra. De fato, é uma extrapolação das atribuições do Protocolo de Genebra. Um outro erro verifica-se ao afirmar que foi aprovado pela Liga das Nações. Na verdade, ele foi negociado por fora e incorporado à lista de tratados da Liga, em setembro de 1929. Sobre o desarmamento, em 1932, haverá uma Conferência sobre a redução dos armamentos, que reuniu 61 países. Os avanços foram escassos, é consenso falar de um fracasso da Conferência. Finalmente, também sobre segurança coletiva e desarmamento, há uma menção, em **História das Relações Internacionais** Contemporâneas, de José Flávio Sombra Saraiva, em que comenta sobre uma reunião que ficaria conhecida como Protocolo de Genebra. A reunião, programada dentro dos quadros da Sociedade das Nações, deveria ter ocorrido em 1924, momento em que ainda havia um certo otimismo por parte das nações com relação à Sociedade: "Uma tentativa de regulamentar a segurança coletiva malogrou em 1924, com o denominado Protocolo de Genebra: a assembleia aprovou o arbitramento obrigatório, ligado à segurança e ao desarmamento, convocou uma conferência de desarmamento que não se realizou e o protocolo foi abandonado." (p. 142). O item parece referir-se a essa Conferência, mas estaria errado de qualquer forma, pois a reunião não se realiza e não institui o arbitramento compulsório, nem regulamenta a segurança coletiva;

B: Incorreta. Não parece haver, dentro dos quadros da Liga das Nações, um aspecto que promoveria a cooperação internacional para o desenvolvimento econômico. De fato, a Liga tinha como objetivo principal promover a segurança coletiva entre os membros, objetivos, portanto, políticos, e não há menção sobre um objetivo econômico inerente à instituição. Sobre os objetivos que levaram à criação da Liga, Sombra Saraiva fala em "promover o desarmamento, a paz e a segurança mútua de seus membros, 55 no início, que compreendiam três quartos da população mundial." (p. 142), em **História das Relações Internacionais** Contemporâneas;

C: Incorreta, pois os Tratados de Locarno não garantem a reintegração da Renânia à Alemanha. De fato, na Conferência de Locarno, ocorrida entre 5 e 16 de outubro de 1925, estabelecem-se os Tratados com o mesmo nome. Com afirma o item, os Tratados garantem as fronteiras da Alemanha de acordo com o estabelecido pelo Tratado de Versalhes e aceitam sua adesão à Liga das Nações, apesar da sua admissão só se tornar efetiva após a retirada do Brasil da instituição, que havia posto um veto em março de 1926. O Brasil retira-se em julho e a Alemanha é integrada ao Conselho da Liga das Nações. A França permanece na Renânia. Ocupada ao cabo da Primeira Guerra, a zona é considerada estratégica para a França, por ser a região fronteiriça e pelas suas riquezas em minério de carvão. As tropas francesas permanecem na Renânia depois de Locarno e do Pacto Briand-Kellogg, de 1928, só se retirando da zona em junho de 1930. No Tratado de Versalhes, de 1919, estipulava-se que a Renânia deveria ser desmilitarizada até 1935, no entanto, englobado pela ampla distensão do Tratado, que ocorreu a partir de 1925, graças aos esforços do Ministro de Relações Exteriores alemão, Gustav Streseman (1878-1929), a região foi desmilitarizada pelos aliados em 1930. Para todos os efeitos, não foi graças aos Tratados de Locarno ou ao Pacto Briand-Kellogg;

D: Correta. De fato, reconhece-se um momento mais idealista, com certas esperanças com relação à paz entre as nações na Europa no período que vai de 1926 a 1929, ano da crise. Houve uma aproximação entre os Ministros de Relações Exteriores alemão e francês, respectivamente, Gustav Streseman e Aristide Briand (1862-1932). Ambos recebem, em 1926, o Prêmio Nobel da Paz, por seus esforços na realização do Tratado de Locarno. O Pacto Briand-Kellogg (do Ministro norte-americano, Frank Kellogg (1857-1937)) é um símbolo do apogeu desse período. Firmado em 27 de agosto de 1928, o acordo torna a guerra ilegal. O Artigo I do Pacto afirma que (tradução livre) "as partes solenemente declaram, em nome de seus respectivos povos, que condenam o recurso à guerra para a solução de controvérsias internacional, e a ela renunciam, como um instrumento de política nacional nas suas relações uns com os outros.";

E: Incorreta. Há uma imprecisão importante nesse item. De fato, o Brasil retira-se da organização, mas não por considerar que a Alemanha não estava plenamente reabilitada. Havia uma vontade por parte do Brasil em tornar-se membro permanente do Conselho da Liga das Nações. Desde a criação da Liga, o Brasil vinha sendo eleito sucessivas vezes ao cargo de membro não permanente do Conselho. Surgem evidências de que o Brasil não mais será eleito, pois seriam criados postos rotativos para os membros não permanentes do Conselho. Como único representante da América, o Brasil passa a tentar legitimar a sua candidatura como membro permanente do Conselho. Ao mesmo tempo, na Europa, uma aproximação pacificadora entre a França e a Alemanha promove a integração desta nas instâncias internacionais, como medida de promover a paz e a estabilidade na Europa, depois das punições de guerra do Tratado de Versalhes. Um exemplo dessa aproximação passa pela integração da Alemanha na Liga das Nações, com direito a integrar o Conselho como membro permanente. O Brasil, a priori, não se opunha à integração alemã, afirmando o seu apoio em correspondências bilaterais entre Berlim e Rio, em setembro de 1924. Fato é que o Brasil aspirava ao mesmo posto, acreditando em uma adesão coletiva ao cargo, com o objetivo de obter prestígio internacional e garantir a sua autonomia, pois fora da Liga, "só tinham prestígio e autoridade os países que impunham respeito aos demais pelo poder militar, situação econômica e financeira." (Amado Cervo, História da Política Exterior do Brasil, p.223). Ao perceber que não obteria apoio dos outros membros permanentes, e que os mesmos membros haviam discutido a adesão da Alemanha sem apoio correspondente ao Brasil, o presidente Artur Bernardes (1875-1955) e seu Chanceler, Félix Pacheco (1879-1935), ordenam o representante brasileiro na liga, Afrânio de Melo Franco (1870-1943) a vetar a adesão alemã, em março de 1926. Foi muito mais pela atitude das potências europeias, em um exemplo claro da diplomacia secreta que tanto criticara o ex-presidente norte-americano Woodrow Wilson (1856-1924), de discutir a portas fechadas a adesão alemã, na Conferência de Locarno (1924), que o Brasil confirma sua retirada da instituição, em junho-julho de 1926. Consoante Eugênio Vargas Garcia, em Cronologia das Relações Internacionais do Brasil, "Por discordar da condução dos trabalhos na comissão de estudos, o governo brasileiro prepara uma exposição de motivos, com duras críticas à Liga, e notifica a retirada do Brasil da Liga das Nações." (p. 103). Amado Cervo, em História da Política Exterior do Brasil, faz uma exposição mais exaustiva das motivações reais do Brasil em abandonar a instituição: "De fato, quando fora consultado pela Alemanha a respeito da inclusão desta no Conselho [...], manifestou simpatia, entendendo que sua entrada não seria exclusiva. [...] Insurgiu-se contra a doutrina de que só as grandes potências deveriam figurar no quadro dos membros permanentes, o que não se coadunava com o caráter universal da Liga." (p. 225).

Gabarito "D"

Texto para a próxima questão

Para alguém que observasse o mundo dos anos 1960 e o comparasse com o de 1870 ou 1880, nada seria mais impressionante, talvez, que a mudança que se operou na estrutura das relações internacionais. A explicação mais óbvia para essa mudança é a exaustão da Europa em duas guerras mundiais. Isto, somado à ascensão dos EUA e, paralelamente, à ascensão da Rússia no plano das potências mundiais foram, de fato, os acontecimentos decisivos que propiciaram o advento de um novo período na política mundial.

Quando, no início de 1917, o presidente Wilson proclamou que "não deve haver um equilíbrio de poder, mas uma comunidade de poder, não rivalidades organizadas, mas uma paz comum organizada", ele estava anunciando, com efeito, que a velha estrutura de relações internacionais ficara obsoleta em uma época de política em escala mundial.

Depois da revolução bolchevista na Rússia, tomou forma tangível a divisão do mundo em dois grandes blocos de potências rivais, inspirados por ideologias manifestamente inconciliáveis. Wilson e Lenin sabiam, desde o princípio, que estavam competindo pelo sufrágio da humanidade; e foi para impedir que Lenin ganhasse o monopólio dos planos de edificação do mundo de pós-guerra que, em janeiro de 1918, Wilson publicou os seus famosos Quatorze Pontos. "Wilson ou Lenin", escreveu o socialista francês Albert Thomas; "democracia ou bolchevismo. uma escolha a fazer".

Geoffrey Barraclough. **Introdução à história contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 90-113 (com adaptações).

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Infere-se do texto que "o advento de um novo período na política mundial", no final do primeiro parágrafo, vincula-se, entre outros aspectos, ao(à)

(A) fato de que a supremacia das potências europeias, na passagem do século XIX ao XX, deixara de sofrer as contestações tão comuns à época da expansão imperialista.
(B) surgimento de novos atores importantes no cenário internacional, a exemplo da Rússia, dos EUA e, no Extremo Oriente, do Japão.
(C) Grande Guerra de 1914, responsável pela exclusão definitiva das potências derrotadas, como a Alemanha, das principais decisões mundiais.
(D) substituição dos Estados nacionais pelas grandes corporações transnacionais na condução do processo de disputas por mercados consumidores e por áreas de investimentos.
(E) recrudescimento da posição de liderança inconteste do sistema capitalista por parte dos países mais industrializados da Europa Ocidental, à frente dos quais se apresentavam França e Inglaterra.

A: Incorreta, pois o advento desse novo período, como o texto afirma, refere-se à aparição de novos atores importantes para a configuração da estrutura do sistema internacional. A aparição das novas potências implica, indiretamente, o declínio da velha estrutura de equilíbrio europeia. Essa estrutura era alvo da crítica tanto de Wilson como de Lenin;
B: Correta, pois é da aparição das novas potências que trata o texto. "O advento de um novo período na política mundial" corresponde à aparição dos EUA, triunfante da Primeira Guerra, da Rússia como URSS, líder da Revolução, e do Japão, cada vez mais presente nas relações internacionais;
C: Incorreta. Embora o tratado de Versalhes impõe severa sanções à Alemanha, não se pode dizer que a exclui do cenário internacional, muito menos de maneira definitiva. Em 1926, ainda sentindo os efeitos da Guerra, a Alemanha é incluída na Liga das Nações, como membro do Conselho, para sair em 1933, com a ascensão de Hitler;
D: Incorreta, pois não se pode afirmar que as relações transnacionais, no período entre guerras ou pós-Segunda Guerra, sobrepunham a atuação dos Estados ainda. Essa tendência é mais recente, década de 1980 e princípios do século XXI, e ainda é controversa. No período citado, ainda é importante a presença dos Estados no centro do sistema internacional;
E: Incorreta, pois a Inglaterra, tanto no entre guerras, como no pós-Segunda Guerra, entra em um declínio formal, aceitado por ela, que concede as independências de suas colônias de maneira negociada. A França também perde o seu império, em alguns casos, consequência de guerras de independência (Indochina e Argélia). O pós-Guerra é marcado pela ascensão rápida do Japão, com um processo de reconstrução rápido, e posteriormente, a chegada da Alemanha também será significativo, após a unificação e 1989, como o país com a melhor balança comercial da Europa. Finalmente, é importante afirmar que, no período citado não houve um retorno da posição de liderança do sistema capitalista. O texto refere-se à ascensão da Rússia ao nível de potência mundial, que durante quase todo o século XX, esteve em oposição ao modelo capitalista e à propriedade privada, adotando a socialização dos meios de produção.
Gabarito "B"

Texto para a próxima questão

O período que se segue à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914; de 1924-28 1931-33, com grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929; de 1932-33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

J.J de Arruda. **A crise do capitalismo.** D. A. Reis, Filho. J; Ferreira. C. Zenha (orgs) *In* **O século XX.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2000, p. 22 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005 – CESPE) O curto período entre as duas guerras mundiais do século em XX (1919-1939) testemunhou a crise profunda do modelo econômico e político liberal. No que concerne a esse quadro histórico, julgue (C ou E) os itens, ainda considerando o texto.

(1) A humilhante derrota militar da Alemanha, que chegou ao fim da Primeira Guerra invadida e ocupada pelas tropas inimigas, determinou a queda do regime monárquico nesse país e ascensão ao poder das forças socialistas – República de Weimar.
(2) A entrada dos EUA na etapa final do conflito (1917) foi decisiva para selar a derrota dos chamados impérios centrais. Terminada a guerra, esse país viu-se na inovadora condição de grande credor internacional, com excepcionais condições de se transformar em potência mundial.
(3) Sob o ponto de vista político, a crise do estado liberal que se seguiu à Grande Guerra de 1914 materializou-se, sobretudo, na ascensão de regimes totalitários, dos quais as mais diversas formas de fascismo seriam exemplos exponenciais.
(4) As práticas intervencionistas, às quais o texto alude, decorreram da necessidade imperiosa de se enfrentar a Grande Depressão que se seguiu à Crise de 1929 e foram implementadas por quase todos os países. A esse respeito, notável exceção se deu nos EUA, onde nem mesmo o New Deal conseguiu arranhar os sólidos princípios liberais, que sempre caracterizaram a economia e as instituições políticas norte-americanas.

1: Errada. Não foi o fim da Guerra que permitiu a ascensão do socialismo, os ideais já existiam antes de 1918, com Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Karl Liebknecht (1871-1919), dois comunistas que, antes da guerra, fundaram a Liga Espartaquista, virando um partido no pós-guerra, o KPD. A Liga Espartaquista, junto com o PSD e UPSD (partidos socialdemocratas), reivindicavam o armistício e a queda da monarquia. Será a socialdemocracia alemã que, após a fuga do rei Guilherme II para a Holanda, constituirá um governo provisório, o Conselho dos Comissários do Povo, em 10 de novembro de 1918 e que irá declarar o armistício em 11 de novembro. Os Espartaquistas não apoiaram o Conselho, denunciando o seu continuísmo com o regime anterior. Uma república provisória é declarada em 10 de janeiro de 1919, e será algo, junto com o movimento Espartaquista de uma contrarrevolução, levada por grupos de direitas e por militares veteranos da guerra. Rosa e Karl são assassinados, o que deu fim à tentativa de revolução socialista na Alemanha. A Constituição é declarada em 11 de agosto 1919 e assim surge a República de Weimar, que aceita a democracia, mas nos moldes liberais;
2: Certa. Os EUA saíram como grandes vencedores da guerra em todos os aspectos. A sua entrada foi fundamental para selar o conflito e depois, para definir as linhas da Paz. Durante o conflito, os EUA recebem um montante financeiro para o esforço de guerra que, liberado no sistema capitalista liberal, contribui, em parte, para transformá-los em potência econômica mundial no pós-guerra. Em **História das Relações Internacionais**, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), a ideia está bem explicada: "A Primeira Guerra Mundial provocou um remanejamento nas posições de certas nações como potências econômicas. Os Estados Unidos, que já eram a primeira potência industrial em 1914, haviam-se tornado, em 1919, os primeiros também como potência comercial e financeira, dispondo de grandes estoques de ouro. Entre as moedas importantes, somente o dólar conservaria a conversibilidade no pós-guerra." (p. 135);
3: Certa. A ascensão dos fascismos no pós-guerra vem da crise do liberalismo. A ideologia liberal não conseguira evitar a guerra de 1914, nem a Grande Depressão de 1929, e os argumentos para alimentar regimes radicais, dotados de exaltação nacional, estavam prontos. Hobsbawm chama esse período, em **A Era dos Extremos**, de "A queda do liberalismo";
4: Errada. O *New Deal* adota medidas intervencionistas para estimular a demanda. A ideia por trás do *New Deal* era fornecer um pacote de medidas para estimular a criação de empregos (grandes construções, empréstimos para empresários e investidores). Isso criaria e aumentaria a renda dos trabalhadores, que passariam a demandar mais, isto é, um aumento na demanda agregada. Esse aumento é que causa o efeito multiplicador e estimula a economia, em sintonia com as teses keynesianas.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

3.7. AS CAUSAS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Texto para a próxima questão

O período que se seguiu à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914; de 1924-28 1931-33, com grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929; de 1932-33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

J.J de Arruda. **A crise do capitalismo.** D. A. Reis, Filho. J; Ferreira. C. Zenha (orgs) *In* **O século XX.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2000, p. 22 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005 – CESPE) O texto faz do ano de 1939 – não por acaso, o que assinala o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – seu marco cronológico final. A propósito desse conflito, cujo caráter mundial é bem mais acentuado do que o daquele que o antecedeu, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Entre os múltiplos fatores que levaram à Segunda Guerra, um dos mais determinantes foi a acentuada desestruturação da economia mundial, que, mal recuperada dos efeitos da Primeira Guerra, sucumbiu ao quadro de profunda depressão advinda do crash financeiro nova-iorquino

(2) Apesar de nãoexpansionistas, os regimes nazifacistas contribuíram para que a Segunda Guerra Mundial acontecesse ao insistirem nos métodos econômicos intervencionista e nos maciços investimentos militares.

(3) Nos encontros entre os líderes aliados, na etapa final da Segunda Guerra, traçou-se a estratégia de uma nova ordem internacional, na qual ficaram nítidas a força e a intenção dos vitoriosos de conter o poderio dos integrantes do Eixo.

(4) Apesar de ter participado diretamente do conflito, ao ceder bases aéreas e navais no Nordeste, ao constituir a Força Aérea Brasileira (FAB) e ao enviar para a Itália os contingentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), o Brasil do Estado de Novo getulista passou ao largo dos efeitos democratizantes trazidos pelo término da guerra, com a derrota do totalitarismo nazifascista.

1: Certa. O crash financeiro de 1929 foi uma das causas estruturais da Segunda Guerra Mundial. Para solucionar a crise, foi necessário abandonar em parte o liberalismo, mas nenhum modelo econômico que se seguiu estabeleceu qual o limite da intervenção do Estado na economia. Como resposta, muitos países adotaram regimes radicais para responder a crise, o que gerou a instabilidade pré-guerra. O recrudescimento do protecionismo, em função da intervenção mais importante do Estado na economia, também foi um fator de instabilidade que motivaram o conflito;
2: Errada. Não se pode dizer que os regimes nazifascistas não eram expansionistas. Hitler, ao chegar ao poder, inicia um processo de unificação de todas as nações alemãs, a começar pela Áustria, seguido da Tchecoslováquia e, por fim, da Polônia, para reaver os territórios alemães separados pela saída de Danzig, o que motivou uma ação em resposta, pelas forças aliadas, iniciando o conflito em 1939;
3: Certa. Stalin, Roosevelt e Churchill, ou seus respectivos ministros de relações exteriores, mantiveram reuniões mais ou menos regulares durante a Guerra. Antes do fim da Guerra, em Teerã, novembro de 1943, os três líderes já vinham discutindo o que deveria ser feito para vencer a Alemanha. Na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, Stalin determinou sua zona de influência no pós-guerra, a Europa do Leste, e foi esboçada a divisão da Alemanha entre as nações aliadas. Com o fim da Guerra, em Potsdam (julho-outubro de 1945) foi decidido, entre os três, o que seria feito com os nazistas (Criação da Corte de Nuremberg) e implementou-se a divisão da Alemanha. De certa forma, as conferências trilaterais criam a nova ordem que entrará em vigor no pós-guerra, com as zonas de influências e os interesses bem determinados;
4: Errada. A afirmativa está correta ao falar sobre a participação do Brasil na guerra, mas equivoca-se ao afirmar que a queda dos regimes fascistas na Europa não teve efeitos democratizantes no Brasil. Foi muito mais em função da contradição interna do Estado, lutando em prol da democracia contra ditaduras na Europa, mas mantendo um regime do tipo autoritário. Essa contradição motivou a opinião pública no Brasil, que demandava uma maior abertura com a queda dos regimes na Europa. Um golpe de Estado, feito por militares, derrubou o Estado Novo de Getúlio em 29 de outubro de 1945.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

3.8. AS CONFERÊNCIAS DE MOSCOU, TEERÃ, YALTA, POTSDAM E SÃO FRANCISCO E A ORDEM MUNDIAL DECORRENTE

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Julgue (C ou E) os itens que se seguem, relativos à Conferência de Yalta, que, realizada em fevereiro de 1945, reuniu Roosevelt, Stalin e Churchill.

(1) Stalin buscava uma base territorial para promover, no imediato pós-guerra, ações desestabilizadoras contra governos da Europa ocidental.

(2) Roosevelt e Churchill, diante da pressão de Stalin, aceitaram formalmente a criação de uma área de influência soviética na Europa oriental.

(3) Em Yalta, houve acordo quanto às zonas de ocupação da Alemanha derrotada.

(4) Ao perseguir sua hegemonia na Europa oriental, a URSS buscava proteção contra eventuais ações militares vindas do Ocidente.

1: Errada. As ações de Stalin, em Yalta (4 a 11 de fevereiro de 1945), objetivavam zonas de influência aos arredores da URSS, e não necessariamente a Europa ocidental. De fato, é nessa conferência que é traçado a divisão de zonas de influências, separação que mostrará sua importância durante a Guerra Fria. Primeiro, Yalta determina o que seria feito com a Alemanha, que a URSS recebe a parte Leste, com o enclave de Berlim. Além disso, uma porção importante da Conferência foi dirigida ao destino da Polônia, que deveria criar sua organização política, comanditada pela URSS. Para realçar as ações de Stalin na Europa do Leste, Maurice Vaïsse, em *Les Relations Internationales depuis 1945*, afirma que (tradução livre): "A política externa da URSS se fundamenta em uma obsessão da segurança, decorrente de sua vulnerabilidade a um eventual ataque atômico americano e de sua convicção de uma hostilidade do mundo capitalista. Ela tem o comportamento de uma cidade sitiada e a vontade de estender sua zona de influência sobre toda a Europa oriental, o que ela faz na Alemanha do Leste, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Albânia, Bulgária e Romênia. [...] [o desmantelamento de partidos nãomarxistas nos arredores da URSS] É na verdade um instrumento da política soviética. Trata-se de apertar os laços em volta da URSS." (p. 20);
2: Errada. A resposta está errada por um detalhe, o uso do termo "formalmente" na afirmativa. As demandas de Stalin em Yalta eram uma demanda de um reconhecimento informal, tácito, de suas zonas de influência do que uma aceitação formal, relatada. De fato, a influência da União Soviética na Europa oriental já existia de fato, mas teve de ser acatada, embora não em um documento formal, em Yalta, onde se dá início ao desenho das zonas de influências da Guerra Fria. Além de que, não se trata de uma reunião com todas as partes envolvidas, mas das nações que estavam vencendo a guerra até o momento. Há de convir que esse reconhecimento não foi feito sem nenhuma contrapartida. Em troca, a URSS de Stalin deveria entrar em guerra contra o Japão, o que ajudaria os EUA na frente Pacífica da Segunda Guerra, e que Stalin concordou em fazer no prazo de três meses após a derrota da Alemanha;
3: Certa. Com a derrota praticamente evidente da Alemanha, as potências que estavam até agora vencendo a guerra deveriam selar um destino para o futuro do país. De acordo com Maurice Vaïsse, em *Les Relations Internationales depuis 1945* (tradução livre): "*A Alemanha* seria ocupada pelos exércitos das três grandes potências, as quais são atribuídas de uma zona de ocupação, conforme o suposto avanço das tropas aliadas em território alemão. Os Soviéticos receberão o Mecklemburgo, a Pomerânia, o Brandeburgo, a Alta Saxônia, a Turíngia e os territórios situados mais ao Leste. Os Britânicos ocuparíam o Nordeste da Alemanha, incluído o vale do Ruhr. Berlim constituiria uma ilha a parte, enclavada na zona de ocupação soviética. A condição

que a zona de ocupação francesa seja tomada entre as zonas inglesas e americanas, Stalin aceita que a França seja potência ocupante por inteira e faça parte da Comissão de controle interaliada com direitos iguais aos dos outros." (p. 8). Vale ressaltar que os Americanos teriam de administrar províncias ao Sul, entre a Baviera e a Hesse, além de alguns pontos estratégicos no norte;

4: Certa. A Conferência de Yalta cria as zonas de influências das potências que venceram a Segunda Guerra Mundial. Há uma preocupação evidente por parte de Stalin de assegurar a influência da União Soviética sobre os países situados nas suas fronteiras, principalmente da Polônia (onde um governo provisório comunista fora criado), Bulgária e Romênia.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

3.9. BRETTON WOODS

Em 1945, o sistema econômico-financeiro mundial apresentava-se profundamente desorganizado. Elementos de continuidade misturavam-se às evidentes rupturas provocadas pela guerra, tanto com referência aos diferentes agentes públicos e privados, Estados e empresas, quanto à hierarquia e à natureza das relações que eles mantinham entre si. Sob a influência predominante dos EUA, e também em grande parte sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), erguia-se uma nova ordem mundial, que, baseada em um liberalismo renovado, perpassava tanto a disciplina monetária quanto as regras do comércio internacional. Em um mundo politicamente dividido e economicamente heterogêneo, a reconstrução liberal não conseguiu derrubar todas as barreiras que teimavam em dividir a economia mundial.

Serge Berstein e Pierre Milza. **História do Século XX**. V. 2: 1945-1973 – o mundo entre a guerra e a paz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007, p. 14 (com adaptações).

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Tendo o texto como referência inicial e considerando o quadro da economia mundial nas duas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, assinale a opção correta.

(A) Brasil, México e Argentina, identificados como economias periféricas, encontraram, no pós-1945, em relação ao desenvolvimento industrial, mais obstáculos que os demais países devido a dois fatores básicos: irrelevante acumulação de divisas durante o conflito e reduzida participação nas exportações mundiais.

(B) O sistema monetário internacional, definido em Bretton Woods para fazer frente à profunda desorganização econômico-financeira do mundo em 1945 e cuja divisa-chave foi o dólar norte-americano, foi administrado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), instituição especialmente criada para tal fim.

(C) Em face da destruição causada pelo conflito, a reconstrução dos países industrializados da Europa e da Ásia, a exemplo do que ocorreu no Japão, foi dificultada em razão de o potencial industrial em 1945 ser inferior ao existente no início da guerra.

(D) Dado o poderio militar e político da URSS, conquistado em razão do considerável avanço tecnológico, do dinamismo das economias satélites do Leste Europeu e de sua expressiva participação nas exportações globais, os países socialistas desempenharam um novo papel no plano econômico.

(E) O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), criado para refrear a tendência de extrema liberalização das relações econômicas no pós-1945, apoia-se na defesa de práticas protecionistas bem como tende a flexibilizar o trato de atitudes comerciais como o *dumping*.

A: Incorreta, pois, pelo menos no caso brasileiro, houve acúmulo de divisas no exterior durante os anos de guerra e expansão industrial no pós-guerra. As economias europeias fecham-se durante os anos de conflito, o que permite ao Brasil, que havia intensificado o processo de industrialização durante os anos de 1930, com o aumento geral dos preços durante a guerra, tornar suas exportações competitivas. O aumento de exportações gera um acúmulo de divisas, o que contribuiu à manutenção do processo de industrialização em fins da década de 1940 e ao longo dos anos do desenvolvimentismo. É o que afirma Amado Cervo, em História da Política Exterior do Brasil: "Os saldos da balança de comércio foram favoráveis. A guerra, assim, aumentou as reservas brasileiras não só em razão do crescimento das exportações, como também pelas dificuldades que ela criou às importações. Deve-se ainda observar que durante o conflito houve utilização intensiva de maquinaria nacional. Estudo feito na época previu a necessidade de importar para renovar equipamentos tão logo terminasse a guerra, já que esta impedia as reposições e, concomitantemente, fazia aumentar a produção de manufaturados." (p. 258);

B: Correta. O sistema monetário internacional que predominou nos anos pós-guerra foi estabelecido na Conferência de Bretton Woods, ocorrida em julho de 1944. Há um enfrentamento entre dois planos distintos, o do britânico John Maynard Keynes (1883-1946) e o do estadunidense Harry Dexter White (1892-1948); Keynes defendia um plano centrado em um moeda internacional, independente do dólar, como padrão de paridade para as moedas, e a possibilidade de intervenção política na economia, enquanto que White sustentava a centralidade da moeda americana, para a convertibilidade internacional de divisas, em torno de faixas rígidas de convertibilidade, sem a possibilidade de medidas de política econômica nacional. Resultou o projeto norte-americano favorecido na conferência, em que o dólar torna-se a moeda de referência, em um sistema de câmbio fixo, em que os bancos centrais devem concentrar seus esforços para que as moedas fiquem em uma faixa em torno de 1% de sua paridade oficial. Para administrar o sistema financeiro que se estabeleceu foi criado o Fundo Monetário Internacional (FMI), uma espécie de fundo de estabilização para evitar grandes oscilações do sistema financeiro internacional. O historiador francês Maurice Vaïsse, em Les Relations Internationales depuis 1945, propõe uma explicação sobre como funcionava o fundo (tradução livre): "O FMI, que funciona como um caixa de assistência mútua, é criado para consolidar o sistema. [...] Financiado por seus membros, cada um deve subscrever uma quota proporcional ao seu peso econômico (1/4 em ouro, 3/4 em moeda nacional), o FMI concede aos países que passam por um déficit temporário em seu balanço de pagamentos créditos em forma de direitos de saque. Em um prazo entre três a cinco anos, os países credores devem reembolsá-lo. Podem, dessa forma, continuar participando das trocas internacionais sem limites excessivos para os seus nacionais." (p. 18);

C: Incorreta. É difícil falar em dificuldade de reconstrução no pós-Segunda Guerra, período conhecido como a Era de Ouro pelos britânicos e norte-americano ou como Les Trentes Glorieuses ("os trinta anos gloriosos") pelos franceses. De fato, a indústria dos países europeus e do Japão é afetada pela guerra, o que, no entanto, não influenciou o potencial industrial dos países, rapidamente auxiliado no pós-guerra pela ajuda norte-americana do Plano Marshall, inserido na lógica da Doutrina Truman. O Japão também passa por ajuda semelhante, que o leva a um crescimento recorde nos anos de 1960. Sobre o crescimento dos países europeus, José Flávio Sombra Saraiva, em **História das Relações Internacionais** Contemporâneas, confirma o crescimento do período: "O cerne da reanimação, que transformou o curso das relações internacionais como um todo, foi o soerguimento econômico da Europa Ocidental. O crescimento foi diferenciado de país para país e quase nunca alcançou a Europa do Leste, exceto para algumas poucas regiões onde o investimento soviético procurou mostrar ao Ocidente a capacidade de construção de riqueza da economia planificada. À exceção dos países europeus da orla do Mediterrâneo, os europeus ocidentais souberam mobilizar o passado industrial, a estruturar moderna do trabalho e a riqueza produzida antes da guerra para promover a reconstrução econômica. O Plano Marshall teve sua quota de participação nesse processo, uma vez que havia sido dirigido apenas para países que apresentassem características econômicas que alicerçassem possibilidades de revigoramento." (p. 215). Sobre o Japão, Eric Hobsbawm fala do seu crescimento acelerado no pós-guerra, em **A Era dos Extremos**: "Os EUA financiaram a duplicação da produção de manufaturas do Japão, e não por acaso 1966-70 foram os anos de pico do crescimento japonês – não menos que 16% ao ano." (pp.270-271);

D: Incorreta. Não se pode falar, do bloco socialista, em dinamismo das economias satélites, nem em expressiva participação nas exportações. Há de fato um crescimento acelerado na União Soviética até o fim da década de 1950, comparável e até superior ao crescimento da Europa

Ocidental em alguns casos. Mas não se pode falar que foi em função do considerável avanço tecnológico. O desenvolvimento econômico da URSS foi sustentado pela produção agrícola. Como afirma Maurice Vaïsse, em Les Relations Internationales depuis 1945, (tradução livre) "Os anos de 1960 traduzem-se por uma desaceleração do desenvolvimento econômica da URSS, que não pode superar seus problemas agrícolas e não consegue ultrapassar seu atraso na produção de bens de consumo. Apesar das promessas de Krushev, para quem o nível de vida da União Soviética deveria alcançar e passar o do Oeste, há na URSS além de um atraso nessa seara, um deslocamento tecnológico em expansão." (p. 94). Em seguida, ao analisar as economias dos países sob influência soviética, verifica-se, no período, momentos de crises e cisões internas. Em outubro de 1956, a Polônia é a primeira a reagir, o que inicia um processo de distanciamento entre Varsóvia e Moscou. Na mesma época, a Hungria faz um levante contra o Pacto de Varsóvia, que é fortemente reprimido pelas forças soviéticas, em novembro de 1956. Mais adiante, a construção do muro de Berlim é sinal desse esfacelamento, assim como a Primavera de Praga, em 1968, fortemente reprimida, também reforça a falta de dinamismo econômico dos satélites do Leste Europeu;

E: Incorreta. O GATT surge com o fim de promover o livre-comércio internacional. Era uma alternativa à malograda Organização Internacional do Comércio, oriunda da Carta de Havana, que não funcionou por não ter tido respaldo dos EUA e outros assinantes. O GATT, que é, na verdade, um acordo geral, viria para substituir a Carta, e estabelece as boas condutas comerciais. Entre os princípios sustentados pelo GATT estão o da nação mais favorecida (universalidade das tarifas para todos os parceiros comerciais), da reciprocidade, da não discriminação (dos bens em circulação doméstica), da transparência e da liberalização gradual das barreiras econômicas, o que, apesar de haver algumas exceções, constitui o oposto ao que o item afirma. O Acordo Geral funcionará por rodadas de negociação. A Rodada do Uruguai, entre 1986 e 1994, lança as negociações que começa a dar uma abertura à institucionalização do GATT 47, substituído pelo GATT 94, mais conhecido como Organização Mundial do Comércio, OMC.

Gabarito "B"

3.10. O PLANO MARSHALL

Texto para a próxima questão

O período que se segue à Grande Guerra pode ser decomposto em três grandes fatias: de 1919 a 1924-28, quando todos os países europeus procuraram liquidar os resquícios deixados pela guerra e voltar às condições econômicas normais, equivale dizer, às condições dominantes em 1914; de 1924-28 1931-33, com grande surto de prosperidade, que trazia, no seu bojo, os elementos da crise detonada nos EUA em 1929; de 1932-33 a 1939, quando os governos se empenharam no esforço coletivo para superar a crise, desenvolvendo práticas intervencionistas não adotadas até então.

J.J de Arruda. **A crise do capitalismo.** D. A. Reis, Filho. J; Ferreira. C. Zenha (orgs) *In* **O século XX.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 2000, p. 22 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Quando a Segunda Guerra chegou ao fim, a realidade mundial era outra, bem distante da que existia antes de 1939. A aliança entre norte-americanos e soviéticos durante o conflito, vital para a derrota do Eixo nazifascista, desfez-se e foi substituída pela acirrada disputa por zonas de influência em escala planetária. A propósito desse novo quadro mundial, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) O Plano Marshal foi uma decisão estratégica tomada pelos EUA, tendo em vista a recuperação de uma Europa devastada pela guerra. Embora não discriminasse nenhuma área, tendo concedido empréstimos aos países do Leste, Washington evidenciava seu interesse em proteger as economias capitalistas europeias de eventual tentação de seguir o modelo socialista soviético.

(2) A Organização das Nações Unidas (ONU), cujo desenho básico fora traçado ainda durante a Segunda Guerra, nasceu para repetir, com pequenas e superficiais alterações, a vitoriosa trajetória da Liga das Nações, organismo surgido no pós-Primeira Guerra por sugestão do presidente norte-americano Woodrow Wilson.

(3) A vitória de Mao Tse-tung, depois de longa guerra civil entre comunistas e nacionalistas do Kuomintang, possibilitou a proclamação da República Popular da China, em 1949. Extensão territorial, gigantismo demográfico e força militar da nova potência comunista asiática foram levados na devida conta pelos EUA para que, de imediato, o regime de Mao fosse reconhecido e seu país tomasse assento no Conselho de Segurança da ONU.

(4) O colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ao final da década de 80, deveu-se às contradições internas de um regime incapaz mesmo de admitir a necessidade de reformas que dinamizassem a economia e trouxessem mais transparência às ações políticas.

1: Errada. O plano Marshall foi o viés econômico da doutrina Truman, que promovia uma participação efetiva à recuperação dos países europeus ao fim da guerra. A ideia era evitar que esses países caíssem na tentação do comunismo. O item está incorreto porque o plano Marshall era direcionado aos países da Europa Ocidental, ou melhor, aos aliados, mais a Alemanha (República Federal da Alemanha) e a Itália, como consta em **História das Relações Internacionais**, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "A tradução econômica da doutrina [Truman] apareceu no mesmo ano de 1947, sob a forma de um plano do secretário de Estado George Marshall. Assustado com o aumento dos votos para os comunistas nas eleições europeias no imediato pós-guerra, ao entender que isso significava uma debilidade das democracias ocidentais frente à penetração soviética, Marshall anunciou um conjunto de ações que orientariam a presença norte-americana na reconstrução econômica da Europa Ocidental." (p. 200-201);

2: Errada. Na verdade, a ideia por trás da ONU era evitar o fracasso da Liga das Nações. De fato, há uma diferença básica entre uma organização e outra. Enquanto a Liga das Nações tomava suas decisões por unanimidade, isto é, todos tinham poder de veto, a ONU eliminou essa característica, criando o voto majoritário na Assembleia Geral e estabelece uma hierarquia dentro da organização: os países vencedores da Guerra, serão membros permanentes do Conselho de Segurança, instituição decisiva dentro da organização, e somente eles têm direito ao veto;

3: Errada. Os EUA decidiram apoiar os nacionalistas ao cabo da guerra e deram o poder de veto para ilha de Formosa, onde Chang Kai-chek e os nacionalistas do Kuomintang refugiaram-se depois que a China derivou em direção ao Comunismo, em 1949, fundando a República Popular da China. Somente em 1972, com a influência do Secretário de Estado Americano, Henry Kissinger (1923) e do presidente Richard Nixon (1913-1994) é que os EUA vão aproximar-se da República Popular da China, reconhecê-la e promover a sua entrada no Conselho de Segurança da ONU como membro permanente;

4: Errada. O colapso da URSS, na verdade, foi provocado, entre outras causas, por reformas internas ao regime. A União Soviética não conseguira acompanhar a guerra nas estrelas de Reagan, que arrefeceu o Estado de Bem-Estar americano. Gorbatchev (1931), então Secretário Geral do Partido Comunista soviético, percebe que não conseguirá acompanhar a expansão militar dos EUA e promove a ideia de que é necessário modernizar a URSS: ele promove duas reformas, a Perestroika (reforma econômica, promovendo abertura) e a Glasnost (reforma política). Foram então motivações externas que provocaram as reformas internas e promoveram o colapso da União Soviética. Deve-se considerar, igualmente, que a URSS vivia uma importante crise econômica e havia uma pressão interna das elites que demandavam uma reforma do Estado soviético.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

3.11. A GUERRA FRIA: A NOÇÃO DE BIPOLARIDADE (DE TRUMAN A NIXON)

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Em 1947, a política externa americana ganhou contornos definidos com a Doutrina Truman. Com relação a esse assunto, julgue C ou E.

(1) A Doutrina Truman constitui uma manifestação clara de que os EUA pretendiam restringir seu envolvimento com os problemas europeus à esfera da assistência material e financeira.

(2) A Doutrina Truman demonstrava preocupação imediata com a situação na Grécia e na Turquia, países estrategicamente importantes para a política externa dos EUA.

(3) A Doutrina Truman recomendou a criação da Organização Europeia de Cooperação Econômica, o que, de fato, ocorreu em 1948.

(4) Por seu tom conciliatório, a Doutrina Truman indicava que, para os EUA, a expansão comunista não constituía uma ameaça.

1: Errada. A Doutrina Truman, de 1949, mostra que os EUA querem participar do esforço de reconstrução europeu com a condição de que os Estados da Europa do Leste evitem a ascensão de forças comunistas em sua política. Por isso, a Doutrina Truman não se limitou somente aos aspectos econômicos, ela teve uma influência muito mais abrangente. O viés econômico da Doutrina Truman foi o Plano Marshall, que foi distribuído aos países aliados da Europa Ocidental, à Alemanha (República Federal da Alemanha) e à Itália, com a condição de que esses países não se deixassem influenciar, politicamente, pelos ideais comunistas ou pelas forças da União Soviética. Nesse âmbito, não se pode dizer que foi, apenas, uma assistência econômica;

2: Certa. Até então, era a Grã-Bretanha que vinha fornecendo ajuda financeiras aos dois países, en encontrava dificuldades para tanto. A Grécia e a Turquia constituíam regiões estratégicas para o bloco ocidental, mantendo posições de relevo no mar Mediterrâneo, principalmente no controle dos estreitos de Bósforo e Dardanelos. **História das Relações Internacionais**, organizado por José Flávio Sombra Saraiva, mostra bem essa ideia: "A Doutrina Truman foi a primeira clara formulação política com caráter universalista dos Estados Unidos nos tempos de guerra fria. Foi concebida às pressas, de maneira atabalhoada, em 1947, no contexto das dificuldades da Grã-Bretanha em manter a ajuda aos regimes anticomunistas instalados na Grécia e na Turquia. [...] A crise política na Grécia, tomada pela guerra civil e por uma monarquia decrépita, foi o pretexto para o nascimento de um conjunto de ideias e doutrinas típicas da guerra fria." (p. 200-201);

3: Errada. A criação da OECE foi inciativa dos europeus que teriam que repartir o pacote de ajuda do Plano Marshall. Os países europeus, no pós-Segunda Guerra, para evitar o ocorrido ao cabo da Primeira Guerra, passaram a promover uma cooperação maior em vez de trocar acusações e alimentar revanchismos. No contexto de maior cooperação, planejaram uma organização que pudesse gerenciar os recursos da ajuda do Plano Marshall. De acordo com Maurice Vaïsse, em *Les Relations Internationales depuis 1945*, (tradução livre) "Ao criar em 16 de abril de 1948 a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE) encarregada de repartir a ajuda americana, os Europeus se engajam na via da cooperação. [...] O outro grande mérito da OECE consiste em liberar as trocas intraeuropeias, caracterizadas até então pela sua organização arcaica e pela existência de restrições às trocas." (p. 19-20). Em 1961, a OCDE transformou-se na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico;

4: Errada. A Doutrina Truman via a expansão do comunismo em direção à Europa como uma ameaça, e é aqui onde o item está errado. Claro que o presidente americano não usou o termo «ameaça», mas não faltaram eufemismos para evitar a palavra. Vale ressaltar que, em Moscou, a Doutrina e seu viés econômico, o Plano Marshall, foram vistos como uma afronta e é a partir deles que se marca o início da cisão europeia entre blocos antagonistas. Em **História das Relações Internacionais**, organizado por José Flávio Sombra Saraiva, é possível deduzir o que a Doutrina Truman esconde por trás: "O discurso de Truman no Congresso [Americano em 12 de março de 1974] foi uma peça primorosa da dimensão messiânica que os Estados Unidos dariam à guerra fria. O presidente insistiu que todas as nações teriam que enfrentar uma escolha fundamental entre duas formas de vida. A primeira, aquela que primava pelas instituições livres e governos representativos. A segunda, a sustentada na vontade da minoria sobre a maioria. Para Truman, apesar de muitas escolhas não estarem sendo conduzidas de forma livre, restava ainda a possibilidade de a política exterior dos Estados Unidos apoiar «os povos livres que estão resistindo ao jugo de minorias armadas ou pressões externas». A doutrina, fundamentada na concepção de liderança dos norte-americanos, expunha a crença de que se o país fracassasse na missão, haveria perigo à paz e a segurança da nação." (p. 201)

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

Seis décadas após o fim da Segunda Guerra, a Aliança do Atlântico, firmada entre a Europa e os Estados Unidos, estava em desalinho. De certo modo, a situação era o resultado previsível do fim da Guerra Fria — embora pouca gente desejasse seu desmantelamento, a organização, em seu estado presente, não fazia muito sentido.

A Aliança fora criada para compensar a incapacidade da Europa Ocidental de se defender sem a ajuda norte-americana. O fracasso contínuo dos governos europeus em constituir a sua própria força militar eficaz foi responsável pela sobrevivência da organização. Dez anos depois da assinatura do Tratado de Maastricht, a União Europeia (UE) estava prestes a estabelecer uma Força de Reação Rápida, composta por 60 mil indivíduos, para realizar intervenções e missões de paz.

Tony Judt. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.773-4 (com adaptações).

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o cenário histórico mundial desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi a aliança militar celebrada entre os EUA e países da Europa Ocidental no contexto da bipolaridade que marcou as relações internacionais no pós-Segunda Guerra e explicitou a condição de superpotências mundiais dos EUA e da URSS.

(2) Certamente por cálculo estratégico, mas também para não ampliar os gastos de uma economia em relativo estado de escassez, o governo soviético — sob o comando de Stalin e seus sucessores, até a década de 60 do século passado — optou por não criar estrutura militar semelhante à OTAN, embora mantivesse elevados investimentos na produção de arsenal nuclear e na corrida espacial.

(3) Sugere-se, no texto, que, decorridos mais de sessenta anos desde o fim da Segunda Guerra, subsistem as condições que motivaram a criação da OTAN.

(4) No processo de constituição do bloco europeu, sacramentado em Maastricht, as questões militares foram suprimidas, dada a prioridade máxima conferida à unificação econômica e a seus desdobramentos políticos, sociais e culturais.

1: Certa. A OTAN foi criada em 4 de abril de 1949, ainda no início da Guerra Fria, quando o sentimento de bipolaridade já era evidente. As potências vencedoras, principalmente a URSS, haviam feito um esforço para que suas zonas de influências fossem reconhecidas nos acordos ao fim da Segunda Guerra Mundial, o que mostrava a constituição eminente de blocos ideológicos antagonistas. Os países da Europa ocidental, no imediato pós-Guerra, em pleno processo de reconstrução, teriam dificuldade de assegurar sua segurança caso fossem atacados, de onde surge a ideia de uma Aliança de assistência mútua em caso de ataque a um dos membros;

2: Errada. Uma instituição parecida com a OTAN fora criada do lado soviético, conhecida como o Pacto de Varsóvia, de 14 de maio de 1955. Trata-se também de um Tratado de Amizade, de Cooperação e de Assistência mútua, firmado entre a URSS e outros Estados de sua zona de influência: Polônia, Alemanha Oriental, Romênia, Albânia, Bulgária, Hungria e Tchecoslováquia. O Pacto foi assinado depois da integração da Alemanha Ocidental à OTAN;

3: Errada. Se nos baseamos somente no texto, "a organização, em seu estado presente, não fazia muito sentido", vemos que as condições mudaram desde a criação da OTAN. De fato, após a queda do muro de Berlim, em 1989, e o fim do Pacto de Varsóvia, em 1991, a Guerra Fria não existia mais, a Organização perdeu seu sentido original. É correto afirmar, por outro lado, que a OTAN agora destina-se a combater outras ameaças aos Estados da Aliança. Desde 1989, primeiro a Organização

ampliou a quantidade de seus membros, atingindo, na última década, países que, antigamente, faziam parte do Pacto de Varsóvia. A OTAN também teve importância nos conflitos originados com a separação da antiga Iugoslávia, notadamente na Bósnia, em 1995, e no Kosovo, em 1999. Os ataques às Torres Gêmeas, em 2001, motivaram o artigo 5 da Carta da OTAN, referente à Assistência Mútua, o que levou os membros, em uma demonstração de solidariedade aos EUA, a entrarem em guerra contra o Afeganistão, mas as operações foram dominadas pela atuação americana. Somente em 2003, após algumas crises internas relacionadas à guerra no Iraque, os membros da Organização entraram em acordo para liderar a ISAF, ou Força Internacional de Assistência e de Segurança, a missão de guerra no Afeganistão, estabelecida pela resolução 1386 da ONU. Em 2011, a OTAN foi utilizada na Líbia, onde os países membros deram apoio logístico aéreo aos rebeldes na guerra civil contra o General Kadafi. Verifica-se, nesse contexto, que a natureza da OTAN e sua justificativa foram modificadas e adaptadas às novas realidades da segurança internacional e ameaças aos seus Estados membros;

4: Errada. O tratado de Maastricht, de 7 de fevereiro de 1992, cria a União Europeia e instaura o sistema de pilares. O primeiro pilar trata de questões comunitárias, ou seja, de decisões supranacionais, portanto, questões comerciais, na qual os Estados cederam em nome da supranacionalidade. O segundo pilar trata de questões ligadas à segurança, ou, como é conhecido esse pilar, da Política Externa de Segurança Comum. Sabendo que dificilmente haveria uma concertação tão automática entre os países quanto a que existe no primeiro pilar, as decisões neste pilar permaneceram a caráter intergovernamental, portanto, tomadas por unanimidade. O segundo pilar torna a afirmativa incorreta, pois há, de fato, uma questão militar que, embora precária e delicada, é um pilar inteiro do tratado que cria a União Europeia. É necessário lembrar que, na base, mesmo se a comunidade nasceu em torno da indústria pesada do aço e do carvão, a ideia de uma união integradora vinha de um projeto pacifista que pudesse reunir as indústrias pesadas (e por consequente, indústria de guerra) dos países rivais do continente, França e Alemanha, portanto, um acordo pacifista. Finalmente, o terceiro pilar de Maastricht cria uma cooperação policial e judiciária entre os Estados membros.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão

A condição norte-americana de superpotência consolidou-se realmente no momento da rendição da Alemanha e do Japão e da realização das conferências de Yalta e Potsdam, que selaram o encerramento da guerra. O crescimento do poderio soviético e a decadência das velhas potências europeias formavam o pano de fundo para que Washington assumisse finalmente a vocação de liderança do Ocidente capitalista.

A hegemonia global dos Estados Unidos da América (EUA) traduzia-se nas esferas econômica e estratégica. Os conglomerados transnacionais americanos tornam-se grandes investidores. Na condição de credores das nações capitalistas, os EUA organizam programas voltados para a reconstrução europeia (Plano Marshall) e asiática (Plano Colombo). Os acordos de Bretton Woods transformavam o dólar em "moeda do mundo", ao estabelecerem um sistema de paridade fixa e convertibilidade entre o dólar e o ouro. Cria-se uma nova arquitetura financeira global, cujos instrumentos eram o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Guerra Fria trouxe o desenvolvimento do armamentismo nos EUA e na União Soviética, assim como, em menor escala, nos países europeus e na China. O esforço armamentista originou também o chamado Complexo Industrial-Militar, que liga o Pentágono aos conglomerados industriais fabricantes de equipamentos bélicos e atua no Poder legislativo por meio de poderosos *lobbies*.

Demétrio Magnoli. **O Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2004, p. 71-2 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006 – CESPE) No que respeita ao novo tempo nas relações internacionais que marcou a construção dos cenários posteriores à Segunda Guerra Mundial, como expresso no texto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) O processo de declínio da Europa Ocidental, iniciado com a Grande Guerra de 1914, consolida-se quando a Segunda Guerra Mundial chega ao fim. Expressões dessa nova realidade pós-1945 seriam, entre outras, a emergência de dois polos de poder mundial — os EUA e a URSS — e a descolonização afro-asiática.

(2) Sucessivos encontros entre as principais lideranças aliadas, no decorrer da Segunda Guerra, não foram capazes de, pelo menos, delinearem o novo sistema mundial que prevaleceria após o conflito. Foi preciso que a URSS dominasse a tecnologia nuclear para receber a concordância do Ocidente para seu propósito de fazer do Leste europeu área de sua influência direta.

(3) As posições terceiro-mundistas ganharam visibilidade internacional a partir de meados dos anos 1950. Nesse sentido, a Conferência de Bandung desempenhou o importante papel de catalisador das aspirações de jovens nações africanas e asiáticas em busca de ação mais autônoma em relação às duas superpotências, sentimento que também se difundiu por outras áreas periféricas do planeta.

(4) O êxito do Plano Marshall deve-se menos ao montante de dólares liberados por Washington do que à abrangência da área em que foi desenvolvido. Lançado bem antes da oficialização da ruptura entre EUA e URSS, geradora do esquema bipolar que sustentou a Guerra Fria, o programa de recuperação europeia patrocinado por Washington contemplou também a URSS e os países do Leste europeu.

1: Certa. O fato de que a URSS e os EUA tiveram que intervir ao lado dos países europeus mostra a que ponto é o grau de declínio das antigas potências ocidentais. Ambos Estados vinham despontando, antes mesmo da guerra, sinais de que seriam potências no futuro. Outro sinal do declínio das antigas potências foi a desestruturação de seus antigos impérios coloniais;

2: Errada. Na verdade, antes de usar a arma atômica contra o Japão, os EUA precisavam do apoio soviético na frente do Pacífico. Stalin aproveitou a situação e na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, determina quais seriam as zonas de influências soviéticas, ao leste europeu;

3: Certa. De acordo com **História das Relações Internacionais**, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "Bandung marcou o início da manifestação espetacular de um terceiro grupo de Estados nas relações internacionais. Procuraram nortear, desde os primeiros momentos, sua vontade pela equidistância em relação aos dois mundos – o do liberalismo capitalista ocidental e o da economia socialista planificada. Sua força residia, portanto, na busca de uma outra alternativa de inserção internacional, mais independente e autônoma, menos alinhada e dependente." (p. 221);

4: Errada. O Plano Marshall fazia parte da Doutrina Truman, destinado à recuperação dos países aliados na Segunda Guerra Mundial. A ideia do plano era evitar que os países virassem economias comunistas após a guerra, durante os esforços de reconstrução. A Alemanha Ocidental recebeu parte da ajuda, assim como a Itália também. Não consta que nem a URSS nem os países em sua esfera de influência tenha desfrutado da ajuda.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

Texto para a próxima questão

A condição norte-americana de superpotência consolidou-se realmente no momento da rendição da Alemanha e do Japão e da realização das conferências de Yalta e Potsdam, que selaram o encerramento da guerra. O crescimento do poderio soviético e a decadência das velhas potências europeias formavam o pano de fundo para que Washington assumisse finalmente a vocação de liderança do Ocidente capitalista.

A hegemonia global dos Estados Unidos da América (EUA) traduzia-se nas esferas econômica e estratégica. Os conglomerados transnacionais americanos tornam-se grandes investidores. Na condição de credores das nações capitalistas,

os EUA organizam programas voltados para a reconstrução europeia (Plano Marshall) e asiática (Plano Colombo). Os acordos de Bretton Woods transformavam o dólar em "moeda do mundo", ao estabelecerem um sistema de paridade fixa e convertibilidade entre o dólar e o ouro. Cria-se uma nova arquitetura financeira global, cujos instrumentos eram o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Guerra Fria trouxe o desenvolvimento do armamentismo nos EUA e na União Soviética, assim como, em menor escala, nos países europeus e na China. O esforço armamentista originou também o chamado Complexo Industrial-Militar, que liga o Pentágono aos conglomerados industriais fabricantes de equipamentos bélicos e atua no Poder legislativo por meio de poderosos *lobbies*.

Demétrio Magnoli. **O Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2004, p. 71-2 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Tendo o texto como referência inicial e considerando o panorama mundial do pós-Segunda Guerra, julgue os itens seguintes.

(1) Presença marcante nas duas guerras mundiais do século XX, W. Churchill notabilizou-se pelo esforço de aproximar Truman (EUA) e Stalin (URSS) no pós-1945, cruzada que levou o líder britânico a ser laureado, nos anos 1950, com o Prêmio Nobel da Paz.

(2) Ao passo que, na primeira metade do século XIX, a Doutrina Monroe sublinhava o interesse dos EUA no hemisfério americano, a Doutrina Truman, formulada em 1947, transferia para a Europa o centro da política externa norte-americana, definindo na contenção do expansionismo soviético o eixo da estratégia a ser seguida por Washington.

(3) Sistemas militares da Guerra Fria, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia surgiram quase que simultaneamente e, no caso do último, a força coercitiva de Moscou garantiu a presença de todos os países comunistas europeus.

(4) A Crise dos Mísseis, em 1962, trouxe para o continente americano toda a carga de dramaticidade que envolvia o sistema bipolar do pós-Segunda Guerra. Após tensas negociações secretas, a URSS concordou em retirar os armamentos instalados em Cuba ante o compromisso norte-americano de não mais investir na derrubada do regime cubano.

1: Errada. Churchill foi importante no desenrolar da Primeira Guerra, atuando no front no estreito de Dardanelos e na França. Durante a Segunda Guerra, foi primeiro ministro britânico e, sem dúvida, teve papel importante na aproximação da URSS e dos EUA. O problema é que ele nunca recebeu o Prêmio Nobel da Paz, tendo recebido o Nobel de Literatura, em 1953, com a justificativa oficial: "for his mastery of historical and biographical description as well as for brilliant oratory in defending exalted human values";
2: Certa. Trata-se do viés político da doutrina Truman. O presidente Truman, ao ver as dificuldades dos Britânicos para manter a Grécia e a Turquia fora da esfera da URSS e do comunismo, decide ajudar a Europa Ocidental para evitar que as forças comunistas possam influenciar politicamente a região. De acordo com **História das Relações Internacionais**, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "A Doutrina Truman foi a primeira clara formulação política com caráter universalista dos Estados Unidos nos tempos da guerra fria. [...] O presidente [em seus discurso no Congresso americano no dia 12 de março de 1947] insistiu que todas as nações teriam que enfrentar uma escolha fundamental entre duas formas de vida. A primeira, aquela que primava pelas instituições livres e governos representativos. A segunda, a sustentada na vontade da minoria sobre a maioria. [...] A tradução econômica da doutrina apareceu no mesmo ano de 1947, sob a forma de um plano do secretário de Estado George Marshall. Assustado com o aumento dos votos para os comunistas nas eleições europeias no imediato pós-guerra, ao entender que isso significava uma debilidade das democracias ocidentais frente à penetração soviética, Marshall anunciou um conjunto de ações que orientariam a presença norte-americana na reconstrução econômica da Europa Ocidental." (p. 200-201);
3: Errada. Na verdade, os sistemas militares não foram quase simultâneos, e não há dúvida que um é resposta do outro. A OTAN é criada em 1949 e o Pacto de Varsóvia, em 1955. Por um lado, o item está incorreto porque o Pacto de Varsóvia surge em um segundo momento da Guerra Fria, depois da morte de Stalin. A afirmativa também erra ao afirmar que todos os países comunistas europeus aderiram ao Pacto. Na verdade, a Iugoslávia de Tito não se alinhou com Moscou, preferindo a neutralidade. Tito havia rompido com Stalin em 1948 e desejava seguir sua política de maneira autônoma com relação ao Comunismo da URSS;
4: Certa. A crise dos mísseis em Cuba foi, de fato, o momento em que a Guerra Fria atingiu o continente americano de maneira mais incisiva. Cuba virara-se para o Leste depois que os EUA iniciara um embargo sobre sua produção de açúcar. Em seguida, dissidentes cubanos e opositores de Castro exilados, com apoio logístico e tático da CIA, invadiram a Baía dos Porcos, em 1961, com a intenção de derrubar o regime cubano. A ação foi controlada e desmantelada pelos próprios cubanos, mas gerou desconfiança com relação aos EUA. Em retaliação, a URSS dispôs mísseis nucleares em Cuba, próximo ao território americano. Inicia-se uma crise que durará treze dias, em que Kennedy tentará estabelecer algum diálogo com Krutschev, para evitar assim uma catástrofe maior. As duas potências entram em acordo, levando a retirada do armamento de Cuba, mesmo contra a vontade de Castro. A condição estabelecida foi o compromisso dos EUA. A crise mostra um o aspecto estratégico da Détente, que é o poder da dissuasão nuclear.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

3.12. A "DÉTENTE"

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Considerando as negociações sobre armamentos estratégicos, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) As negociações entre os EUA e a União Soviética na década de 70 do século XX resultaram no estabelecimento de determinados limites para a produção de armas estratégicas.

(2) O Tratado de Não Proliferação Nuclear, cujo objetivo era evitar que os países não signatários desenvolvessem armas nucleares, foi um dos acordos decorrentes do avanço das negociações entabuladas no contexto do Plano Salt.

(3) O Plano Salt, acrônimo de Strategic Arms Limitation Talks, representou o marco inicial das negociações entre soviéticos, de um lado, e norte-americanos e britânicos, de outro.

(4) A década de 80 do século XX, marcada pela dedicação das superpotências ao manejo dos conflitos existentes na periferia do sistema internacional, iniciou-se, diferentemente da anterior, sob o signo da estabilidade, resultante da superação da corrida armamentista e da eliminação dos riscos da disseminação nuclear.

1: Anulada. A priori, a resposta estava certa, mas o item foi anulado devido a erro material em alguns dos cadernos de prova. Houve uma aproximação entre EUA e URSS, iniciada na década de 1960 e ampliada na década seguinte, conhecida como a era da *détente*, de 1962 (ou 1969) a 1979. Acerca desse período, a definição que Sombra Saraiva oferece em **História das Relações Internacionais** Contemporâneas é completa: "Além de adversários, os Estados Unidos e a União Soviética apresentaram-se como parceiros. Esse foi o ineditismo histórico que permite separar a década de 1970 dos anos rígidos da guerra fria e do período da coexistência pacífica. A confrontação deixaria de ser direta para ser transportada para conflitos localizados na Ásia, na África e no Oriente Próximo." (p. 233). O controle e a limitação da armas nucleares é uma das características principais do período e da aproximação entre Moscou e Washington. Um primeiro passo foi dado com o Tratado de Não Proliferação de armas nucleares, assinado em 1º de julho de 1968. O TNP congelava o desenvolvimento de armas nucleares aos seus membros, pois impedia os países que ainda não tivessem feito testes de realizá-los. O Tratado é criticado tanto por países centrais quanto por países periféricos, em que pesava a crítica brasileira, acusando-o de promover um congelamento do poder mundial, tese do embaixador brasileiro Araújo Castro (1919-1975). Finalmente, o item faz referência à aproximação da década de 1970, que concerne um segundo marco da aproximação entre os dois lados, o acordo Salt, de *Strategic Arms Limitation Talks,* de maio de 1972. Mais uma vez, Sombra Saraiva faz

uma abordagem interessante sobre o acordo: "Em maio de 1972 era assinado, em Moscou, por Nixon e Brejnev, o acordo Salt, que previa o congelamento, por cinco anos, do desenvolvimento e da produção de armas estratégicas, bem como o controle sobre os mísseis intercontinentais e lançadores balísticos submarinos. Era a segunda vez que os dois países realmente assumiam a responsabilidade internacional pelo controle dos armamentos nucleares. Ampliava-se, de fato, a política de détente." (p. 235);

2: Errada. Há dois erros nesse item. Primeiro, o Tratado de Não Proliferação Nuclear, de julho de 1968, visava o congelamento do desenvolvimento de armas nucleares dos Estados signatários do Tratado. Não havia meios previstos, no âmbito do TNP, para atingir terceiros Estados. Por isso, até hoje, Israel, Índia e Paquistão não assinaram o Tratado para poder desenvolver livremente os seus respectivos programas nucleares. A Coreia do Norte assina o Tratado em 1985, mas retira-se em 2003. Há pressões sobre esses países contra o desenvolvimento de programas nucleares, mas não é feito por instrumentos oriundos do TNP. Vale mencionar que o Brasil ratificou o Tratado em 1998, envolvido em um período em que o país buscava a renovação de suas credencias na comunidade internacional, em uma lógica que o embaixador Gelson Fonseca Jr. definiu como a busca de autonomia pela participação. O segundo erro consiste no fato de que o item relaciona o TNP e o Plano Salt de maneira equivocada, ao afirmar que as negociações do Tratado estavam envolvidas no contexto do Plano Salt. Na verdade, são dois momentos distintos da *détente*, o TNP é anterior ao Plano Salt. Outra diferença essencial entre os dois programas consiste no fato de que o TNP pretende estabelecer uma lógica multilateral, envolvendo diversas partes, para, dessa forma, ampliar o controle sobre a proliferação de armas nucleares, enquanto que o Plano Salt envolve, apenas, os EUA e a URSS, uma lógica bilateral em que os dois lados comprometeram-se em limitar o seu arsenal de armamento estratégico;

3: Anulada. Mais uma vez, o item foi anulado devido a erro material em alguns dos cadernos de prova, mas, em um primeiro momento, foi considerado errado. De fato, o Salt, cujas negociações iniciaram em junho de 1968, deram lugar a um Tratado assinado em maio de 1972, em Moscou. Primeiro, o acordo Salt, de maio de 1972, não foi o primeiro marco da negociação entre os dois lados, função exercida pelo Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, assinado em julho de 1968 pelos EUA, pela URSS e pela Grã-Bretanha, entre as potências nucleares e por outros países não nucleares. Segundo, o Salt aproximou as duas potências principais da Guerra Fria, os norte-americanos e os soviéticos, simbolizado pelo encontro, em Moscou, de Richard Nixon (1913-1994) e de Leonid Brejnev (1906-1982). Era uma aproximação bilateral, sem espaço para outras potências nucleares, contrariamente ao que afirma o item ao envolver a Grã-Bretanha no processo. Na verdade, o erro do item é confundir o TNP e o Plano Salt, e estaria certo se, em vez de Salt, estivesse mencionado o TNP;

4: Errada. A década de 1980 marca um recrudescimento das tensões da Guerra Fria. As crises econômicas da década de 1970 contribuem para acirrar a disputa Leste-Oeste: as crises do petróleo, o abandono do padrão dólar/ouro, a euroesclerose. Na política internacional, o ano de 1979 marca o fim da *détente* com várias crises: em janeiro, ocorre a revolução iraniana, e em dezembro, tropas soviéticas invadem o Afeganistão. O enfrentamento dos blocos foi marcado até a metade da década de 1970 por enfrentamentos indiretos, em regiões distantes de Moscou ou Washington, a exemplo da Guerra do Vietnã (1961-1975). As diversas crises políticas e econômicas, sentidas a partir de 1975, promoveram uma nova corrida armamentista. Com a chegada do presidente Ronald Reagan (1911-2004) no Executivo norte-americano, os EUA adotam uma estratégia que passa pelo aumento de investimentos em armamentos, conhecida como *Strategic Defense Initiative*, popularmente conhecido como projeto "Guerra nas Estrelas". Na URSS, há consenso de que era necessário uma modernização para alcançar os níveis dos investimentos norte-americanos em matéria de armamentos. O custo será muito alto para Moscou, além de estar passando por uma crise econômica interna, o que levará o novo Secretário Geral do Partido Comunista, Mikhail Gorbatchev (1931), a lançar uma série de reformas, que levarão ao colapso da União Soviética e ao fim da Guerra Fria. Portanto, não se pode afirmar que a década de 1980 iniciou-se com a superação da corrida armamentista e a eliminação da ameaça nuclear, quadro este que se assemelha mais com o fim da década.

Gabarito 1ANULADA, 2E, 3ANULADA, 4E

4. COLONIALISMO, IMPERIALISMO, POLÍTICAS DE DOMINAÇÃO

4.1. A NOVA EXPANSÃO EUROPEIA

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Com relação ao colonialismo europeu no século XIX, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A disputa entre Portugal e Bélgica pelas riquezas minerais de Angola exemplifica a influência determinante exercida pela corrida colonial sobre a política continental, com a qual se envolveram as potências europeias no período de 1871 a 1890.

(2) A Conferência de Berlim, realizada entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, consagrou o princípio da ocupação declarada de áreas em litígio, garantindo a soberania ao país que ocupava o território.

(3) O novo colonialismo europeu, identificado a partir do último terço do século XIX, retomou a corrida por possessões coloniais, motivado pelos mesmos interesses e inspirado pelas mesmas dinâmicas políticas, religiosas, civilizacionais e econômicas que marcaram o século XVI.

(4) A corrida colonialista do final do século XIX, para a qual serve de exemplo de ordem econômica o capitalismo industrial, necessitado, naquele momento, de ampliar o fornecimento de matérias-primas e de aumentar o mercado consumidor, resultou da conjunção de vários processos, entre os quais se incluem fatores de natureza estratégica e ideológica.

1: Errada. Angola não foi uma região disputada entre as potências europeias na partilha imperialista, que ocorre na segunda metade do século XIX. O Congo, por outro lado, foi uma região de importantes controvérsias. Foi a disputa entre França, Portugal, Bélgica e Grã-Bretanha pela manutenção do livre-comércio na bacia do Congo que levou, inclusive, à reunião da Conferência de Berlim, conhecida também como *Kongokonferenz* em alemão. Outra fonte de disputa no novo imperialismo português relaciona-se, desta vez, com o imperialismo britânico. De fato, a Grã-Bretanha, ao assegurar o protetorado da Nyasalândia, impede um projeto expansionista português, que visava o domínio de um corredor entre Angola e Moçambique. Por fim, há um problema cronológico no item. Seria mais correto afirmar que, em um primeiro momento da expansão imperialista, entre 1876 e 1890, não havia reflexos da política continental sobre a corrida colonial. Em um segundo momento, a partir de 1890, os efeitos da política continental serão sentidos na corrida colonial, que passa a influenciar, de maneira análoga, as tensões na Europa, como será o caso da Guerra dos Boeres, de 1899. É o que afirma José Flávio Sombra Saraiva, em **História das Relações Internacionais** Contemporâneas: "Do ponto de vista das relações internacionais, as atividades imperiais das principais potências europeias, no final do século XIX, dividem-se em dois períodos marcantes: a) o período até 1890, em que as ambições coloniais dos Estados europeus não redundavam em muitas tensões entre as potências. Pelo contrário, a expansão no ultramar servia, enquanto ainda existisse território suficiente para dividir, como válvula de segurança para as pressões na Europa. As rivalidade coloniais desenvolveram-se neste período de forma relativamente independente da situação na Europa; b) a partir de 1890, quando o mundo estava de fato dividido, a concorrência colonial aumentava e as tensões fora e dentro da Europa misturavam-se cada vez mais. A partir de 1890, a política europeia mundializou-se (GIRAULT, 1979) e a concorrência colonial elevou as tensões na Europa." (pp.98-99);

2: Errada. Na verdade, a Conferência de Berlim consagra outro conceito chave na partilha colonial pelas potências, o critério de ocupação efetiva. O conceito estabelece a necessidade de uma relação mais profunda, com ligações com a administração local, para garantir a colonização de uma potência sobre um território. Por isso não se pode falar em uma simples ocupação, como o item menciona. De acordo com José Flávio Sombra Saraiva, em **História das Relações Internacionais** Contemporâneas: "Os participantes definiram condições mais duras, segundo as quais as aquisições coloniais seriam reconhecidas pelos outros Estados europeus. Por fim, decidiu-se a chamada ocupação efetiva como critério-chave de reconhecimento de domínio colonial pelas potências europeias. Com isso, a presença mais informal, baseada no comércio legítimo, não serviria mais para definir domínio colonial." (p. 100);

3: Errada. Há uma singularidade no "novo colonialismo" que não havia na expansão colonial do século XVI. Primeiro, o colonialismo transforma-se em imperialismo, e, de acordo com Sombra Saraiva, há divergência entre os autores se o período imperialista, que se finda com a guerra em 1914, tem início em 1871 ou em 1890. Em termos econômicos, o modelo mercantilista, assegurado pelo "exclusivo colonial" no antigo colonialismo, dá lugar, no imperialismo do século XIX, a um modelo mais centrado na expansão do capitalismo, em um contexto de industrialização. A Segunda Revolução Industrial criou excedentes de capitais que necessitavam ser aplicados, o que tornou as colônias receptores de grandes investimentos. Politicamente, a princípio, como analisado em item anterior, as pressões sobre as colônias servem para atenuar eventuais pressões no continente e, somente a partir de 1890, que haveria efeitos das tensões coloniais sobre a política continental. Não havia essa mesma pressão na busca pelo colonialismo no século XVI, tanto que a Espanha, um Estado bastante envolvido no colonialismo antigo, quase não se envolve na corrida colonial do século XIX. É importante ressaltar uma importância primordial do comércio, portanto, da economia, na colonização antiga, que não se encontra na leva moderna. De fato, como ressaltam Paulo G. Fagundes Visentini e Analúcia Danilevicz Pereira, em **História Mundial Contemporânea** (1776-1991), a motivação econômica do novo imperialismo era secundária, o que tornava a motivação política-estratégica da nova expansão mais importante. De fato, tratava-se, para alguns países, notadamente, a Grã-Bretanha, de uma tentativa para reequilibrar a balança de poder europeia, fortemente abalada com a ascensão da Alemanha unificada. Uma outra diferença crucial entre os dois períodos coloniais encontra-se na motivação civilizadora. No novo imperialismo, foi importante o darwinismo social, baseado na teoria da evolução das espécies, de Charles Darwin (1809-1882). Acreditava-se na superioridade do homem branco e que o europeu tinha um dever civilizatório, o que justificaria a expansão colonial. A motivação civilizatória do período colonial antigo era quase inexistente. No antigo colonialismo, a pressão religiosa, no contexto de expansão da fé cristã e de expulsão dos infiéis, era mais importante, apesar de um viés civilizador;

4: Certa. Esse item explica as motivações por trás da corrida colonial ocorrida em fins do século XIX. Mais uma vez, o argumento das necessidades do capital aparece como uma vertente importante. De fato, a produção excedentária da Segunda Revolução Industrial gerou excessos de capitais, que necessitavam ser aplicados em novas frentes, o que constitui uma das motivações principais ao novo colonialismo. Além disso, a utilização de novos métodos de produção, adquiridos mediante avanços técnicos, cria a necessidade de novas matérias primas, como o petróleo, o aço e a borracha. O argumento da busca de mercado consumidor também é muito utilizado, apesar de ser bastante contestado, ao considerar-se que as colônias tinham pouco peso no comércio mundial da época. É o que afirma Sombra Saraiva, em **História das Relações Internacionais** Contemporâneas: "Contrariando teorias econômicas do imperialismo, que interpretam o colonialismo da época de 1871 a 1914 como estratégia necessária do capital à procura de possibilidades de investimento ou de mercados de exportação, as colônias, então recém-conquistadas, desempenhavam um papel secundário no mercado mundial." (p. 87).

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

Texto para a próxima questão

O século XX coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno — sujeito e trabalho —, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. Tais utopias não nasceram no século XX, mas este foi o laboratório mais distendido de todas elas, o campo concreto de experimento de suas virtualidades, das suas figuras e de sua imaginação. Talvez por isso o século XX exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX foi o salto definitivo da humanidade para o futuro, para a história entendida como transformação permanente e fluxo contínuo do tempo em direção a um tempo de abundância e liberdade, perspectiva avalizada pela sistemática ampliação das promessas da ciência, da tecnologia, das novas modalidades de organização social e da produção material. Um século, portanto, de mandamentos utópicos que sacrificaram o passado e seus mitos, mudaram o ritmo da vida e ocidentalizaram a Terra, tornando-a mais homogênea e seduzida por semelhantes imagens de futuro. Nesse sentido, nada mais próximo e nada mais distante do século XIX do que o século XX.

Rubem Barboza Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. *In*: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (orgs.). **Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 16 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006 – CESPE) No quadro mais amplo da contemporaneidade, o texto aproxima e distingue tendências do século XIX e do século XX. Nesse contexto, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A Revolução Industrial consolida novas relações de produção e, ao promover a expansão imperialista, contemplando novas formas de dominação colonial, estende a atuação do moderno capitalismo às mais distantes regiões do planeta.

(2) Ao contrário da Ásia e, particularmente, da África, ambas repartidas entre as principais potências ocidentais, a América Latina praticamente não sofreu a ação do imperialismo, o que se explica pelo fato de, em larga medida, as antigas colônias ibéricas terem conquistado sua independência na primeira metade do século XIX.

(3) Liberalismo e socialismo são duas das grandes representações do século XIX que estendem sua presença no século seguinte. Ao passo que o socialismo foi empunhado por setores da burguesia comprometidos com a justiça social e com uma face mais humanizada do capitalismo, o liberalismo mostrou, desde o primeiro momento, ser o abrigo natural dos grupos democrático-radicais.

(4) Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, as disputas imperialistas e o jogo de interesses conflitantes entre as grandes potências europeias inscrevem-se entre os fatores determinantes, mas não únicos, para a eclosão da Grande Guerra de 1914.

1: Certa. O item pode ser analisado sob a perspectiva de Lenin acerca do imperialismo. O pensador russo afirmava que o imperialismo é a fase superior do capitalismo. De fato, o contexto no qual a expansão imperialista se dá é a Segunda Revolução Industrial. Esse período é marcado por crises (1873-1896), ainda incipientes, de excesso de produção. O imperialismo justifica-se nesse contexto, com o repasse do capital excedente de produção para as colônias e pelo aproveitamento dos recursos coloniais;

2: Errada. Como ressaltam muitos historiadores, a independência da América Latina no século XIX foi política, mas não econômica. Durante boa parte do século, embora em contradição com as linhas da doutrina Monroe, a Inglaterra pode exercer sua influência sobre os países latino-americanos autônomos. Com a Segunda Revolução Industrial, os países europeus necessitavam de uma quantidade maior de matérias primas, boa parte presente fora da Europa. A América Latina, endividada com as guerras de independência, foi o palco para a entrada de capitais europeus, que investiram em infraestrutura de transporte e de logística nesses países. Os jogos imperiais foram motivo de conflito entre países latino-americanos, como as duas guerras do Pacífico entre Chile e Bolívia. Há que ressaltar uma última ideia. A Inglaterra, na segunda metade do século XIX, deixa a América Latina em segundo plano, muito embora os países ainda mantivessem dívidas com ela, e inicia a sua empreitada em suas novas colônias, na África e na Ásia, onde sua atuação era mais direta. A saída da Inglaterra do palco latino-americano é marcado pela chegada de um novo ator, os EUA, que, no final do século XIX e princípios do século XX, praticava uma política mais ofensiva e mais imperialista, o Big Stick, do presidente Theodore Roosevelt (1858-1919);

3: Errada. Primeiro, não se pode dizer qual classe social associou-se de maneira exclusiva com uma ideologia ou outra. Segundo, as associações estão equivocadas. O liberalismo na Europa associou-se mais com setores da burguesia urbana em sua maioria, com tendências a esquerda ou a direita, mas sempre em oposição à autoridade ou ao *status quo.* O socialismo foi adotado por operários emanados do processo de industrialização. As ideias de democracia estiveram presentes em ambas ideologias e ambos grupos, em função das tendências do momento;
4: Certa. Mais uma afirmativa que trata do desequilíbrio de poderes como uma das causas da Primeira Guerra, que levou à crises nos impérios e às divergências de interesse. Entre os outros fatores que podem ser citados estão as questões dos nacionalismos na Europa do Leste, principalmente a questão dos eslavos nos Bálcãs. Também estão os contextos de militarizações e de corridas aos armamentos praticados em quase todos os países europeus. Em muitos casos, fatores internos também foram importantes. O revanchismo francês com relação à Guerra Franco-Prussiana de 1870 foi um forte motivador de nacionalismo nesse país.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Na segunda metade do século XIX, o imperialismo – inclusive por sua vertente neocolonialista – atesta o grau de desenvolvimento do capitalismo e sua incessante busca de conquista dos mercados mundiais. A respeito desse processo de expansão, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O surgimento de uma Alemanha unificada, a partir de 1870, adicionou elemento novo e potencialmente explosivo na acirrada competição por colônias e mercados encetadas pelas potências industrializadas. Esse novo elemento está a raiz de sucessivas crises que, em princípios do século XX, desnudaram a precariedade do equilíbrio de poder e do quadro de paz existente na Europa.

(2) A Conferência de Berlim, em fins da década de 80, tratou da partilha da África entre os grandes Estados europeus. Digna de destaque foi a preocupação registrada no documento oficial do encontro, qual seja, a de se respeitada a identidade étnico-cultural dos povos africanos no momento da definição das fronteiras coloniais.

(3) A fragilidade do Estado chinês, imerso em profunda crise interna, facilitou a presença, nesse país, do imperialismo ocidental na segunda metade do século XIX. Em pouco tempo, boa parte do litoral da China passou ao controle das potências ocidentais e, graças a tratados desiguais, a elas foi conferido o direito de extraterritorialidade.

(4) Foge aos padrões tradicionais a forma pela qual o Japão reagiu às pressões externas para que abrisse seu mercado ao comércio internacional. A Era Meiji, iniciada nesse contexto de expansão do capitalismo, significou a decisão de se proceder à modernização do país, inserindo-o na nova economia mundial, sem que se abdicasse da soberania.

1: Certa. A afirmativa mostra claramente o efeito da Alemanha unificada para a balança de poder europeia. Ela também ressalta o fato de que não foi o único fator que estimulou o rompimento da balança de poder. A Segunda Revolução Industrial havia aumentado o potencial produtivo de cada país, levando a excesso de produção. Esse excesso passa a ser escoado para os impérios coloniais. Tanto os excessos de produção como as dimensões dos impérios coloniais foram importantes para causar um desequilíbrio importante na balança de poderes europeias. As crises iniciam-se nos fins do século XIX, como em Suez e Fachoda, em 1898;
2: Errada. A identidade étnico-cultural dos povos colonizados não foi um tema abordado durante a Conferência de Berlim. Tratou-se de uma partilha que não necessariamente respeitou as especificidades das populações autóctones, e os efeitos serão sentido, por exemplo, no período da descolonização, com graves e violentos conflitos tribais pelos territórios independentes. Uma justificativa realçada durante a Conferência de Berlim foi o dever civilizatório que os europeus tinham de levar às populações colonizadas, consideradas inferiores aos homens brancos. O dever civilizatório que justifica moralmente a expansão imperialista ficará conhecido como "Fardo do Homem Branco", de acordo com Rudyard Kipling (1865-1936);
3: Certa. As crises internas da China haviam causados problemas para a dinastia presente. O levante dos Boxers, uma sociedade secreta contra a presença dos estrangeiros, entre 1899 e 1901 é um exemplo comumente citado. A dinastia Qing estava enfraquecida desde a rebelião Taiping, entre 1851 e 1864, o que permitiu a entrada de potências estrangeiras, que repartiram regiões da Manchúria, através de tratados desiguais, não sem antes uma intervenção americana em prol da política *Open door*, criando zonas de influência na Manchúria; **4:** Certa. O Japão inicia um processo de industrialização e de abertura por volta de 1860, que ficará conhecido com a era Meiji. Foi o único país da Ásia a passar por um processo tão avançado e, com exceção dos EUA, foi o único fora da Europa, de onde extrai o seu caráter exclusivo.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

4.2. A PARTILHA DA ÁFRICA E DA ÁSIA

(Diplomacia – 2011 – CESPE) O conceito de imperialismo é polissêmico, tendo sido utilizado pela historiografia mundial em referência a diferentes processos históricos. Acerca do imperialismo formal no final do século XIX e início do século XX, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Os *indirect rules*, forma de ocupação territorial anglo-francesa na Ásia e na África, constituíram o modelo hegemônico de expansão imperialista europeia nas denominadas áreas periféricas.

(2) Segundo Rosa Luxemburgo e Lênin, o imperialismo representava forma colonial de capitalismo, fusão do capitalismo industrial com a formação de oligopólios.

(3) Durante o século XIX, o imperialismo europeu na África foi caracterizado pela ocupação gradual de grandes extensões territoriais, diferentemente do que ocorreu, nesse período, na América Latina.

(4) Ao contrário do que aparentava, o imperialismo formal, que caracterizou o final do século XIX, foi uma continuação histórica de processo anterior, que, já em curso na história do Atlântico Sul desde os tempos do mercantilismo, permitia a acumulação capitalista por meio do mercado de escravos e especiarias.

1: Errada. Os *indirect rules* são um modelo de governo especificamente britânico, usados em parte de suas colônias. Eles têm por característica um modelo mais ou menos autônomo, que dava certa liberdade a um líder local, este diretamente ligado à administração britânica. Esses líderes recebiam vantagens comerciais e deveriam zelar pela coleta de impostos. Em troca, a sua hegemonia e a sua segurança no local eram asseguradas. Os *indirect rules* foram aplicados no Quênia, em territórios do sul da Nigéria, em Uganda, em muitos territórios da Ásia que hoje constituem parte da Índia, Bangladesh e Mianmar, e em territórios do Golfo Pérsico. Ver HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence, *The Invention of Tradition*, Cambridge University Press;
2: Certo. De acordo com Eric Hobsbawm, em **A Era dos Impérios**, "O cerne da análise leninista [...] era que as raízes econômicas do novo imperialismo residiam numa nova etapa específica de capitalismo que, entre outras coisas, levava à "divisão territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas", configurando um conjunto de colônias formais e informais e de esferas de influência." (p. 93). Rosa Luxemburgo, em *A Acumulação do Capital*, afirma que "Na acumulação primitiva, isto é, nos primórdios históricos do capitalismo na Europa, fins da Idade Média até a metade do século XIX, a apropriação em massa dos camponeses constitui, na Inglaterra e no continente, o meio mais importante para se transformar maciçamente em capital os meios de produção e as forças de trabalho. Na política colonial moderna, porém, o capital realiza atualmente a mesma tarefa numa escala muito maior.";
3: Certa. A história da África durante o século XIX foi completamente diferente da história da América Latina. A primeira era colonizada pelas nações europeias, num contexto de expansão do capitalismo, que culminará na Conferência de Berlim de 1885, sobre a repartição dos grandes impérios. A América Latina, por outro lado, iniciou o século com um processo gradual de independência que, com a exceção do Império brasileiro, fragmentou em diversas nações o Império espanhol das américas, que se transformariam em Repúblicas;
4: Errada. O mercantilismo era um modelo econômico que promovia a acumulação de metais como fonte de riqueza principal das nações. O sistema mercantilista faliu antes mesmo da constituição dos grandes impérios do final do século XIX.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

4.3 O PROCESSO DE DOMINAÇÃO E A REAÇÃO NA ÍNDIA, CHINA E JAPÃO

(Diplomacia – 2009 – CESPE) No que concerne ao domínio de potências coloniais na Ásia, no início do século XX, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) A China, civilização milenar e até então com estrutura política própria, foi dividida em protetorados sob domínio das potências ocidentais, ficando o imperador com sua autoridade restrita a Pequim e arredores.

(2) O Japão preservou sua independência ao promover modernização de grande envergadura, assimilando métodos e costumes ocidentais.

(3) A tentativa de modernização promovida pela imperatriz Tsenhi, na Reforma dos Cem Dias, gerou tensões que provocaram sua deposição, tendo a Revolução de 1911, que proclamou a República, posto fim à dinastia Manchu na China.

(4) O novo poderio militar japonês ficou comprovado na guerra de 1904-1905 contra a Rússia.

1: Errado. Na verdade, a China foi dividida em zonas de influências entre as potências, não em protetorados. As potências em questão são França, Grã-Bretanha, Rússia, Itália, Alemanha, EUA e o Japão, este último passara recentemente por um processo de ocidentalização. Depois, foi a imperatriz regente Tzu-hsi (ou Tsenhi) (1835-1908), viúva do imperador, que permaneceu no poder na hora da repartição, embora a China encontrava-se enfraquecida politicamente na época. Enfraquecida politicamente, a imperatriz teve que ceder a entrada dos estrangeiros e a criação de esferas de influência;
2: Certo O Japão iniciou um processo de Ocidentalização em meados do século XIX, que permitiu que se tornasse uma potência imperial. De acordo com Hobsbawm, em **A Era dos Impérios**: "O próprio Japão não rompera séculos de isolamento para adotar hábitos e ideias ocidentais – e se tornar uma grande potência moderna, como seria demonstrado em breve pela prova conclusiva do triunfo e das conquistas militares?" (p. 53); "apenas o Japão foi bem sucedido nessa tarefa difícil, e em 1900 tornou-se um lobo entre os lobos." (p. 387);
3: Errado. A Reforma dos Cem dias foi feita em 1898 pelo imperador Guangxu, sobrinho da imperatriz Tsenhi. Os seguidores da imperatriz, ala mais conservadora e xenófoba, promoveram um golpe ao cabo dos cem dias, o que transferiu o poder efetivo para a imperatriz, embora Guangxu permanecesse o imperador de fato até sua morte em 1908, destituído de todos os seus privilégios. O imperador Pu Yi (1906-1967) assume, aos dois anos de idade, sendo forçado a abdicar em 1912, em decorrência da Revolução que instaurou a República. Pu Yi foi o último imperador da China e o último da Dinastia Qing (ou Manchu), no poder desde 1644;
4: Certo. Como já fora comentado, o Japão, ao romper o seu isolamento e ao iniciar um processo de ocidentalização, comprovou o seu poderio militar na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Embora tivesse assinado um acordo com a Grã-Bretanha em 1902, uma Aliança militar, esta não teve participação no conflito, deixando o Japão derrotar a Rússia por conta própria.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

4.4. A DESCOLONIZAÇÃO

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Assinale a opção correta acerca do processo de independência das colônias de Portugal na África.

(A) O poder da Organização das Nações Unidas na administração de conflitos internacionais foi determinante para o fim dos conflitos de independência na chamada África portuguesa.

(B) O tardio processo de descolonização das colônias portuguesas na África, ao contrário do que ocorreu em momentos anteriores, como no da independência de países como Nigéria, Senegal e Tanzânia, é atribuído à capacidade militar e estratégica mantida pelos portugueses em suas possessões.

(C) No movimento das independências africanas da década de 60 do século XX, as lutas nacionalistas, associadas a fatos novos relacionados à degradação da administração portuguesa na África e à crise do regime político luso, estão entre as causas da ruptura de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe com a metrópole.

(D) O clima de tensão na África austral, resultante da interferência da CIA e das forças soviéticas, além da presença de equipamentos e soldados cubanos na região, levou o Brasil a atuar como mediador das crises e propor a repartição dos Estados recém-nascidos, tornando-os satélites ora de uma superpotência, ora de outra.

(E) A Guerra Fria, já em declínio nos anos 70 do século passado, foi fator pouco relevante no contexto da independência das colônias portuguesas na África.

A: Incorreta, pois mesmo com as Sanções da ONU contra o colonialismo, Portugal mantinha suas colônias na África. O evento crucial para a independência das colônias africanas de Portugal foi a Revolução dos Cravos, de 25 de abril de 1974, que derruba o Estado Novo português. O regime já vinha enfraquecendo, desde a morte de Salazar, em 1970, e debilitado pelas guerras de independência em suas colônias;
B: Incorreta, pois é sabido que o exército português vinha tendo um custo elevado para manter as suas colônias. Mesmo sem parecer ter problemas, a estratégia portuguesa não conseguia fazer frente ao novo contexto de guerrilha que se instalava aos poucos nas suas colônias, e foi nesses conflitos que surgiram os dissidentes do exército que promoveram a Revolução dos Cravos em 1974. De acordo com Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**: "O golpe de oficiais radicais que revolucionou Portugal foi engendrado nas longas e frustrantes guerras contra guerrilhas de libertação colonial na África, que o exército português vinha travando desde inícios da década de 1960, sem maiores problemas, a não ser na pequena colônia de Guiné-Bissau, onde o talvez mais hábil de todos os líderes libertadores africanos, Amílcar Cabral, os levara a um impasse no fim daquela década." (p. 436);
C: Correta, pois foram os dois fatores que levaram às independências das colônias portuguesas: a Revolução dos Cravos de 1974 e as guerras de independência. Embora a afirmativa mencione movimentos nacionalistas e a maioria deles com tendências de esquerda, podemos associar também ao nacionalismo por serem movimentos de libertação nacional;
D: Incorreta. Embora a presença de membros da CIA em Angola, apoiando a UNITA, e de soldados cubanos, apoiando o MPLA, sejam confirmadas. Nessa questão, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em 1975. A atitude faz parte de uma política externa brasileira mais universalista, desenvolvida durante os militares sob o termo de "Pragmatismo Responsável e Ecumênico";
E: Incorreta. Primeiro porque a Guerra Fria não estava em declínio, senão que em um período de Détente. Segundo, e em complemento à primeira afirmação, o exemplo de Angola mostra-se relevante, pois foi palco de um conflito indireto, quando o UNITA, apoiado pela CIA, enfrentou o MPLA, apoiado por Cuba e pelo bloco Soviético. Nesse caso, o contexto da Guerra Fria foi importante na independência das colônias portuguesas.

Gabarito "C"

Síria e Líbano tornaram-se independentes em 1945; Índia e Paquistão, em 1947; Birmânia, Ceilão (Sri Lanka), Palestina (Israel) e Índias Ocidentais Holandesas (Indonésia), em 1948. Em 1946, os Estados Unidos da América (EUA) concederam *status* formal de independência às Filipinas, que haviam ocupado desde 1898.

Eric Hobsbawm. **Era dos Extremos:** o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 214-5 (com adaptações).

(Diplomacia – 2010 – CESPE) A partir do fragmento de texto acima e considerando o processo de descolonização no século XX, assinale a opção correta.

(A) Além da descolonização em massa, a Segunda Guerra Mundial foi responsável pelo colapso de grandes impérios, como o alemão e o turco otomano.

(B) As independências da Síria e do Líbano, no imediato pós-Segunda Guerra, privaram a Grã-Bretanha de duas de suas mais ricas e estratégicas colônias.

(C) A ocupação americana do Japão, além de breve, não interferiu na reorganização política do Império nipônico.

(D) As colônias asiáticas que hoje correspondem a Vietnã, Laos e Camboja foram as que ofereceram resistência mais duradoura à dominação estrangeira.

(E) A figura de Ho Chi Minh está diretamente vinculada à Revolução Chinesa de 1949, em especial, por sua liderança na Grande Marcha, na década de 30 do século XX.

A: Incorreta, pois o colapso desses impérios se deu no fim da Primeira Guerra Mundial. A Alemanha, como disposto no tratado de Versalhes (1919), teve que renunciar do seu império colonial. Além disso, o tratado também estipula uma séria de perdas territoriais para a Alemanha, como a devolução da Alsácia e da Lorena para a França, e a criação do polêmico corredor de Danzig, separando a Prússia Oriental do resto da Alemanha. O Império Turco Otomano ruiu logo depois da guerra, como determinado pelo tratado de Sèvres (1920), que desmembrou o território em vários mandatos entre os vencedores da guerra. As forças de Mustafá Kemal tentaram impedir a sua aplicação, e começaram uma sangrenta jornada para recuperar alguns territórios, declarando a República em 1922, depondo o Sultão. Em 1923, o tratado de Lausanne substituiu o de Sèvres, reconhecendo à Turquia os territórios que haviam contestado as tropas de Kemal, redução considerável do antigo Império Turco Otomano;

B: Incorreta, pois o Líbano e parte da Síria ficaram sob mandato francês depois da Primeira Guerra Mundial, de acordo com o estabelecido pelo tratado de Sèvres. A independência de ambos foi concedida, com ressalvas, pela França em 1943, e as tropas francesas livres (tropas do General de Gaulle, que estavam na Síria) retiraram-se em 1946. Os ingleses, por outro lado, tinham mandatos sobre o Sul da Síria, a Transjordânia, a Palestina e o Iraque. Os mandatos também serão entregues no pós-Segunda Guerra;

C: Incorreta. De acordo com Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**, a permanência dos EUA no Japão teve uma influência política importante para a reorganização institucional deste: "os EUA simplificaram as coisas em dois países ex-inimigos seus, Japão e Itália, criando o que equivalia a um sistema unipartidário permanente. Em Tóquio, encorajou a fundação do Partido Liberal-Democrata (1955) [...]. A consequência nesses dois países foi a de estabilizar os comunistas (no Japão, socialistas) como o maior partido de oposição e instalar um regime de governo de corrupção institucional em escala tão sensacional que, quando finalmente revelada em 1992-3, chocou até mesmo os italianos e japoneses." (p. 236);

D: Correta. De fato, foi a região que, no pós-Segunda Guerra, fez mais oposição à colonização. De acordo com Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**: "Só em partes do Sudeste Asiático essa descolonização política sofreu séria resistência, notadamente na Indochina francesa (atuais Vietnã, Camboja e Laos), onde a resistência comunista declarara independência após a libertação, sob a liderança do nobre Ho Chi Minh. Os franceses, apoiados pelos britânicos e depois pelos EUA, realizaram uma desesperada ação para reconquistar e manter o país contra a revolução vitoriosa. Foram derrotados e obrigados a se retirar em 1954, mas os EUA impediram a unificação do país e mantiveram um regime satélite na parte Sul do Vietnã dividido. Depois que este, por sua vez, pareceu à beira do colapso, os EUA travaram dez anos de uma grande guerra, até serem por fim derrotados e obrigados a retirar-se em 1975, depois de lançar sobre o infeliz país um volume de explosivos maior do que o empregado em toda a Segunda Guerra Mundial." (p. 215);

E: Incorreta, pois como vimos no item anterior, Ho Chi Minh está vinculado à Guerra da Indochina, e não a China. A figura correta nesse caso é a de Mao Tsé-Tung, líder comunista que realizou, na década de 1930 a Grande Marcha, marcando a separação entre os nacionalistas chineses do Kuomintang e os comunistas do Partido Comunista Chinês.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Ao chegar ao fim, a Segunda Guerra Mundial desvelava um novo cenário mundial. Ao declínio europeu e à emergência de um sistema internacional bipolar, soma-se o movimento de independência na Ásia e na África. Relativamente a esse processo de descolonização, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) A descolonização ocorre em meio ao novo quadro internacional, no qual despontam, de um lado, os EUA e sua hegemonia sobre o mundo capitalista e, de outro lado, o prestígio alcançado pela URSS à frente do nascente bloco socialista.

(2) O processo de descolonização foi marcado pelo ambiente de tensão próprio da Guerra Fria, mas não pode ser a esta debitada influência exclusiva sobre as motivações e a forma de condução da luta pela emancipação das colônias.

(3) As semelhanças verificadas na descolonização de regiões distintas, como a África Negra, o Magreb, o Sudeste Asiático, o Oriente Próximo e o Extremo Oriente, explicam-se pela uniformidade da ação imperialista nessas áreas.

(4) Tendo em conta que a libertação nacional era objetivo comum, não se verificam diferenças significativas no pensamento e na ação de líderes como Nehru (Índia), Lumumba (Congo), Nasser (Egito) e Ho Chi Minh (Vietnã).

1: Certa. A afirmativa descreve o quadro estrutural da Guerra Fria. De fato, é nesse período que ocorre a maior parte das descolonizações, em duas fases distintas, entre 1945 e 1955 (primeira fase) e entre 1955 e 1962 (segunda fase), vale ressaltar que uma terceira fase também ocorreu, com as independências tardias, relativa às antigas colônias portuguesas (a partir de 1975). A divisão do mundo em blocos, como descritos na afirmativa, vai contribuir em parte para o sucesso do processo de independência dos antigos impérios europeus na África e na Ásia;

2: Certa. De fato, a Guerra Fria vai ter influência importante no processo de descolonização, mas não necessariamente será a única causa que motivou os povos dos regimes coloniais contra às suas respectivas metrópoles. Também são importantes os fatores internos aos regimes coloniais, como levantes nacionalistas ou crises sociais entre os povos dominados e dominadores. Outro fator importante, sem dúvida, foi o declínio das metrópoles, os antigos impérios haviam sofrido graves perdas políticas e econômicas e apenas conseguiam manter os seus regimes. Esse contexto, agregado ao contexto de guerra fria, é que possibilita o processo de descolonização. Conforme consta em **História das Relações Internacionais**, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), "A atmosfera doméstica das metrópoles desempenhou papel fundamental na descolonização, mas ela não explica a força dos nacionalismos afro-asiáticos. Estes, por sua vez, não se desenvolveram, na maioria dos casos, à revelia de apoios de grupos políticos e da opinião pública metropolitanos. [...] A presença mais ativa dos Estados Unidos e da União Soviética em alguns países e regiões era compensada pela quase total indiferença em outros." (p. 221). A parte mais interessante desse contexto foi que configurou-se um novo sistema, do ponto de vista dos países do terceiro mundo, caso das novas nações que surgiram. Em vez de alinharem-se no conflito ideológico da Guerra Fria, o terceiro mundo abriu espaço para outro tipo de inserção internacional, no que ficou conhecido como "Movimento dos Não Alinhados", materializado na Conferência de Bandung de 1955: "Sua força residia, portanto, na busca de uma outra alternativa de inserção internacional, mais independente e autônoma, menos alinhada e dependente." (p. 221);

3: Errada. Os processos de descolonizações foram diferentes na maioria dos casos. Uma primeira diferença advinha do tipo de colonização realizada pela metrópole: a colonização limitada, empregada pelos britânicos na Ásia e Oriente Médio principalmente, mantinha poucos colonos brancos na colônia, geralmente corpos militares, com o simples objetivo de assegurar os negócios locais e proteger a integridade territorial; a colonização total, usada pelos franceses e belgas na África e na Ásia, consistia em enviar civis com suas famílias, além de militares, e criar vínculos mais fortes por parte do colonizador com o território colonizado. Por esse motivo, é possível afirmar que nos processos de independência das colônias ligadas à França, os conflitos foram mais violentos (caso das guerras na Indochina e na Argélia), e os processos da Grã-Bretanha, mais consensuais e negociados (caso da Índia e da África do Sul);

4: Errada. Certo que o objetivo de todos era, de fato, a libertação nacional do jugo imperialista, no entanto, não o fizeram em contexto similares, muito menos empregando métodos ou ideologias parecidos. O jovem Lumumba (1925-1961), no Congo belga, tinha ideias socialistas, mas estava motivado pela febre nacionalista para render a independência do seu país; após a independência (30 de junho de 1960), os desdobramentos internos e as divergências pelo poder levam à internacionalização do conflito, num contexto de Guerra Fria, até a morte de Lumumba, em 1961. Nehru (1889-1964), na Índia, seguirá uma ideologia parecida, com tendências socialistas, mas o método empregado por ele será bem mais pacífico, muito embora o qualificativo seja contestado por alguns adversários; vira primeiro ministro depois da independência (15 de agosto de 1947) e permanece como chefe do governo até a sua morte. Nasser (1918-1970) vinha de uma linhagem militar, e conseguira

uma popularidade importante no Egito, o que contribuiu para construir uma imagem carismática entre a população; no entanto, o Egito já era independente desde 1922 da Grã-Bretanha, que conseguira o mandato sobre o território logo após o desmantelamento do Império Otomano (1920); a sua popularidade vinha das lutas pela república, contra a monarquia (república declarada em 18 de junho de 1953) e pela sua atitude na Guerra de Suez (1956), quando nacionalizou o canal, o que gerou um conflito contra Grã-Bretanha e a França, que Nasser vence. Ho Chi Minh (1890-1969), voltado para o comunismo como ideologia, depois da Segunda Guerra, luta contra os franceses e torna o Vietnã do Norte independente em 1954, e incita os Vietcongs a fazerem o mesmo no Vietnã do Sul, que culmina na unificação em julho de 1976.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Entre as numerosas transformações trazidas pela Segunda Guerra Mundial, destacou-se a emergência da África e da Ásia, assinalada pela libertação das antigas colônias localizadas nesses continentes. A respeito desse processo de descolonização, decisivo para a configuração da nova realidade mundial pós-1945, assinale a opção correta.

(A) No processo de independência da Índia, destacou-se a ação política de Mahatma Gandhi, que tinha por princípio a não violência, expressa na resistência pacífica aos dominadores britânicos. Quando assumiu o cargo de primeiro-ministro, em face das dissensões políticas internas, Gandhi optou pela renúncia.

(B) Embora pacífico em praticamente todas as suas fases, o processo de independência da Indochina culminou na Guerra do Vietnã, região que, sucessivamente dominada por norte-americanos, japoneses e franceses, se tornou independente em face da ação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

(C) O atual Iraque, alvo de invasão militar norte-americana que culminou na prisão e na morte de Saddam Hussein, foi uma criação artificial do pós-Segunda Guerra, por imposição de Moscou, com a intenção de estabelecer, no Oriente Médio, uma área de influência soviética quando a Guerra Fria se apresentava mais ativa.

(D) Depois de nove anos de guerra, que deixou número expressivo de vítimas e que assinalou a firme disposição francesa de não abrir mão de sua colônia, a Argélia conquistou a independência em 1962, em meio a uma conjuntura emancipacionista que envolveu parte significativa do continente africano.

(E) O império colonial português na África foi um dos primeiros a desintegrar-se, provavelmente pelo fato de que ele jamais se submetera às condições impostas pelo moderno capitalismo de base acentuadamente financeira e crescentemente globalizado.

A: Incorreta. A primeira parte está correta sobre Gandhi (1869-1948), líder espiritual e político do processo de independência indiano. A segunda parte descreve, em parte, a carreira política de Nehru (1889-1964), que foi primeiro ministro de 1947 até sua morte. A afirmativa também erra nesse ponto, que, mesmo com as divergências de poder internas à Índia, principalmente a questão do Paquistão, Nehru manteve-se no poder até sua morte;
B: Incorreta. A guerra da Indochina não foi um processo pacífico, nem para os Franceses, nem para os Ingleses e muito menos para os americanos. A Indochina era uma colônia francesa que, durante a Segunda Guerra Mundial, fora dominada pelos japoneses, e os franceses motivaram as populações locais contra o ocupante. Depois da Segunda Guerra, a Indochina inicia, com Ho Chi-Minh uma guerra pela independência do país, que ele adquire dos franceses depois da vitória de Dien Bien Phu, em 1954. A vitória é dada e a França reconhece a independência na Conferência de Genebra, dividindo a Indochina em 4 partes: Vietnã do Sul (República do Vietnã), Vietnã do Norte (República Democrática do Vietnã), Laos e Camboja. O Vietnã do Norte de Ho Chi-Minh adota o comunismo e estabiliza-se, enquanto que o Vietnã do Sul é entregue a um governo instável, apoiado pelas potências ocidentais. O Vietnã do Norte passa a tentar incorporar o Sul para criar um Estado único, através de um plebiscito, que o Sul recusa. Inicia então uma guerra dos Vietcongs (Comunistas no Sul), apoiados pelo Vietnã do Norte, contra o próprio Estado do Vietnã do Sul, que logo atrairá os EUA para o conflito, com o argumento de evitar um efeito dominó comunista na Ásia do Sudeste. A guerra de guerrilha que se inicia dos Vietcongs contra os EUA culmina em um conflito violento, favorável ao Vietnã do Norte. A guerra termina em 1975 e a unificação é feita em 1976, e o novo Estado passa a ser a República Socialista do Vietnã;
C: Incorreta. A Grã-Bretanha adquire os territórios do Iraque por mandato depois do desmembramento do Império Otomano, ao fim da Primeira Guerra Mundial (Tratado de Sèvres de 1920). Em 1932, a independência do país é negociada com a Grã-Bretanha, com o fim do mandato, e no mesmo ano é reconhecida, passando o Estado a fazer parte da Liga das Nações;
D: Correta. A Guerra da Argélia cria um antecedente importante para os processos de independência na África como um todo. A França exercia uma colonização "total" em suas colônias, com a instalação de civis com suas famílias, além dos militares. Em 1953, havia 600 mil franceses "Pieds Noirs" morando na Argélia, e dada a maior penetração dessa sociedade na vida pública, o processo de independência foi complicado e violento. A opinião pública na França dividir-se-á, visto o contexto instável da IV República (1946-1958). O FLN (Frente de Liberação Nacional pró-independência), a partir de 1953, inicia uma guerra de guerrilha, em resposta aos grupos paramilitares terroristas franceses atuando entre 1950 e 1953 (OAS-Organização da Armada Secreta). Após um *referendum* em 1961 na França, a independência é adquirida em 1962;
E: Incorreta. O império colonial português foi o último a cair, conhecido como processos de descolonização tardia. As independências só serão adquiridas depois da Revolução dos Cravos, que pôs fim ao Estado Novo de Salazar (morto de 1971). Guiné Bissau foi a primeira nação a emergir, seguido por Angola e Moçambique. Os dois últimos países entrarão em dinâmicas da Guerra Fria e serão palco de enfrentamentos indiretos.

Gabarito "D"

Texto para a próxima questão

Os acontecimentos que convulsionaram o país na primeira metade dos anos 60 e que culminaram com os atos de força que depuseram Goulart não podem ser adequadamente compreendidos sem que se leve em conta o processo de transformação experimentado pelo Brasil desde 1930. Com efeito, a Era Vargas (1930-1945?) havia iniciado o esforço de modernização nacional que, sob a ditadura do Estado Novo (a partir de 1937), atingira dimensão mais acentuada. Essa modernização foi bastante impulsionada na segunda metade de 50: era o desenvolvimentismo dos anos JK, sintetizado no Plano de Metas e consagrado pelo lema "50 em 5".

Nessa conjuntura, a Política Externa Independente refletia um quadro internacional favorável à obtenção de margens mais amplas de autonomia por parte das áreas periféricas – com a consolidação das independências na Ásia, o surto de descolonização na África e o advento de novas posições (pan-africanismo, pan-arabismo, neutralismo, pacifismo) alicerçadas no conceito de Terceiro Mundo – e, ante a acentuada radicalização interna, passou a ser alvo da máxima atenção dos grupos em choque.

A. J. Barbosa. Parlamento, política externa e o golpe de 1964. In: E. C. de R. Martins (Org.). **Relações internacionais:** visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003, p. 251 e 254 (com adaptações).

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Na conjuntura mundial de que trata o texto, uma das mais significativas manifestações de que um novo cenário nascia dos escombros da Segunda Guerra Mundial foi a emergência afro-asiática. Com efeito, enquanto Moscou e Washington concebiam o mundo como condomínio a ser disputado por dois síndicos poderosos, consolidava-se o processo de afirmação nacional na Ásia e, na África, avançava o movimento anticolonial. Tendo em vista esses acontecimentos, julgue (C e E) os itens subsequentes.

(1) Considera-se o ano de 1947 a data simbólica do início da dissolução dos impérios coloniais: é a data da independência da Índia e de sua partilha entre hindus e mulçumanos, que resultou na criação do Paquistão.

(2) O processo de emancipação dos novos povos colonizados não seguiu um modelopadrão, variou de região para região e foi contingenciado por fatores diversos, entre os quais, os métodos utilizados pelo colonizador e as condições internas de cada colônia.
(3) Nas colônias ou nas metrópoles, não foram poucos os intelectuais que assumiram a luta emancipacionista. Nesse sentido, um exemplo se impõe: o de Jean-Paul Sartre, que se notabilizou como a grande voz da consciência europeia contra o colonialismo.
(4) Na Conferência de Bandung (Indonésia, 1955), 29 países procuraram materializar o conceito de Terceiro Mundo, pronunciaram-se pelo neutralismo em face do sistema bipolar e comprometeram-se a apoiar a luta pela libertação dos povos ainda colonizados.

1: Certa. O processo de descolonização ocorreu primeiro na Ásia, iniciando na década de 1940 em alguns países. Para tanto, os exemplos da Índia e do Paquistão são cruciais, em 1947, constituindo um precedente para futuros processos;
2: Certa. Os processos de descolonizações foram diferentes na maioria dos casos. Uma primeira diferença advinha do tipo de colonização realizada pela metrópole: a colonização limitada, empregada pelos britânicos na Ásia e Oriente Médio principalmente, mantinha poucos colonos brancos na colônia, geralmente corpos militares, com o simples objetivo de assegurar os negócios locais e proteger a integridade territorial; a colonização total, usada pelos franceses e belgas na África e na Ásia, consistia em enviar civis com suas famílias, além de militares, e criar vínculos mais fortes por parte do colonizador com o território colonizado. Por esse motivo, é possível afirmar que nos processos de independência das colônias ligadas à França, os conflitos foram mais violentos (caso das guerras na Indochina e na Argélia), e os processos da Grã-Bretanha, mais consensuais e negociados (caso da Índia e da África do Sul). Os fatores internos em cada colônia também condicionarão a maneira como o processo desenvolver-se-á. Os movimentos, exaltados pelo nacionalismo e/ou, embora sempre em segundo plano, por ideais emergidos das dinâmicas da Guerra Fria, motivaram também processos de descolonização distintos;
3: Certa. A opinião pública nas metrópoles foi importante para aceitar o processo de descolonização. No caso francês, o filósofo Jean-Paul Sartre (1905-1980) mostrou-se liderança, principalmente no caso da Argélia. Na sua revista *Les Temps Modernes*, ele se mostra favorável à independência e ao direito de autodeterminação dos povos. A manutenção dos exércitos militares tinha um alto custo, o que não tinha respaldo positivo na opinião pública. Quando os apoiadores da Frente de Liberação Nacional passam a ser julgados, Sartre toma partido em favor dos rebeldes. Sua atitude será alvo de ataques da oposição, quando grupos de extrema direita, favoráveis à manutenção da Argélia como território francês, farão atentados terroristas contra ele e a edição da revista;
4: Certa. Na Conferência de Bandung, 1955, os países que desejavam manter uma equidistância com relação aos dois lados da Guerra Fria, reuniram-se para mostrar suas intenções. É em Bandung que surge a ideia de um movimento de não alinhados com as ideologias dos blocos soviético ou americano.
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C

4.5. A CONFERÊNCIA DE BANDUNG

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Tal como oficialmente apresentada, a Conferência de Bandung, realizada em 1955, procurou criar um novo bloco que tivesse capacidade de ação política internacional diante dos dois polos de poder dominantes. A bússola que orientaria essa terceira força seria, conforme a declaração assinada ao final do encontro, a busca da paz por meio da cooperação internacional. Julgue (C ou E) os itens que se seguem, concernentes a esse contexto histórico do mundo pós-1945.

(1) A Conferência de Bandung consagrou uma linha política de não alinhamento, ou seja, uma opção diplomática de equidistância em relação ao sistema bipolar que emergiu depois da Segunda Guerra Mundial.
(2) O êxito do espírito de Bandung deveu-se, sobretudo, à capacidade de superação de divergências históricas entre países asiáticos e africanos, de que seria exemplo emblemático a cordial e amistosa convivência entre Índia e Paquistão após a conquista das respectivas independências.
(3) A Conferência de Bandung condenou explicitamente toda e qualquer forma de colonialismo, identificado como um mal que devia ser extinto imediatamente, por ser visceralmente contrário à Carta das Nações Unidas e aos direitos humanos.
(4) Na Ásia do pós-Segunda Guerra, os dois países mais populosos do mundo percorreram trajetórias distintas no caminho de sua afirmação: enquanto a Índia optou pelo reformismo liberal, a China assumiu a via revolucionária de esquerda, concretizada com a proclamação da República Popular em 1949.

1: Certa. É essa a premissa mesmo do Movimento dos Não Alinhados e da Conferência de Bandung. Em **História das Relações Internacionais**, de José Flávio Sombra Saraiva (org.), "Bandung marcou o início da manifestação espetacular de um terceiro grupo de Estados nas relações internacionais. Procuraram nortear, desde os primeiros momentos, sua vontade pela equidistância em relação aos dois mundos – o do liberalismo capitalista ocidental e o da economia socialista planificada. Sua força residia, portanto, na busca de uma outra alternativa de inserção internacional, mais independente e autônoma, menos alinhada e dependente." (p. 221);
2: Errada. A Índia, que adquiriu a independência em 1947, tem em Nehru um dos principais líderes de Bandung. No entanto, a independência indiana foi marcada por divergências internas, principalmente de ordem religiosa, que levará o país ao conflito por duas vezes contra o Paquistão, as guerras indo-paquistanesas, em 1965 e 1971. A primeira foi em função da fronteira da Cachemira, e a segunda, em função do apoio que a Índia prestou ao Paquistão Oriental (Bangladesh), quando de sua independência, em 1971. A Cachemira é, até hoje, uma região instável e contestada entre os dois países, e inclusive foi, em parte, responsável pelo aumento das tensões dos dois países, que levou à nuclearização de ambos;
3: Certa. Na Conferência, houve a redação de dez princípios que foram aprovados pela unanimidade. Entre esses princípios estão a nãoingerência e a nãointervenção, assim como o direito à autodeterminação dos povos. Muito embora não se encontre a palavra colonialismo, podemos deduzir do direito à autodeterminação que a prática é condenável. Os princípios fazem sempre referência à Carta da ONU, que é mencionada três vezes, para realçar o fato que os princípios de Bandung estão calcados na Carta, e é dela que se pode extrair a noção de direitos humanos;
4: Certa. A Índia declara a República com uma Constituição parlamentar, em 26 de janeiro de 1950, o que mostra o seu aspecto liberal, como é afirmado em **História das Relações Internacionais**, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "A força espiritual da independência da Índia e o experimento do parlamentarismo lá adotado tornariam a transição indiana modelar. " (p. 222). A China, por outro lado, após a Segunda Guerra, entra em uma sangrenta guerra civil, em que o Parido Comunista Chinês, liderado por Mao, refugia-se para o campo e inicia uma guerra de guerrilha contra os Nacionalistas do Kuomintang. Finalmente, após adquirir apoio da população, o PCC chega ao poder em 1949, depois da Revolução Chinesa.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

4.6. O NÃO ALINHAMENTO

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Com relação à evolução da Guerra Fria, julgue C ou E.

(1) Desde sua criação, o bloco comunista consolidado no Pacto de Varsóvia manteve-se coeso, sem crises internas.
(2) Após o fracasso da intervenção americana no Vietnã, o apoio abrangente do Bloco Ocidental a Israel na Guerra do Yom Kippur (1973) demonstrou a unidade do Ocidente.
(3) Entre os principais chefes de Estado que fundaram o Movimento dos Não Alinhados, na Conferência de Bandung, encontravam-se Nehru (Índia), Sukarno (Indonésia), Nasser (Egito), Tito (Iugoslávia) e Fidel Castro (Cuba).
(4) Mais do que em razão de disputas territoriais no subcontinente indiano, três guerras sucessivas (sino-indiana, em 1962, e indo-paquistanesas, em 1965 e 1971) evidenciaram a intensidade da Guerra Fria naquela região.

1: Errada. O Pacto de Varsóvia (1955-1991) foi uma aliança militar feito pelas repúblicas socialistas do Leste europeu junto com a URSS, feita em parte para contrabalancear os avanços da OTAN na Europa. Se a aliança manteve-se coeso durante praticamente todo esse período, não foi por falta de instabilidades internas, principalmente na Europa Oriental, onde ocorreram os maiores levantes, como a Primavera de

Praga, de 1968. De acordo com Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**: "Politicamente, a Europa Oriental era o calcanhar de Aquiles do sistema soviético, e a Polônia (e também, em menor medida, a Hungria) seu ponto mais vulnerável. Após a Primavera de Praga, ficou claro [...] que os regimes satélites comunistas haviam perdido legitimidade como tal na maior parte da região. Tinham sua existência mantida por coerção do Estado, apoiado pela ameaça soviética, ou, na melhor das hipóteses – como na Hungria –, dando aos cidadãos condições materiais e relativa liberdade muito superiores à média leste-europeia, mas que a crise econômica tornava impossível de manter." (p. 460);
2: Errada. Em realidade, o conflito aumenta o isolamento dos EUA, se considerarmos que na década de 1970, inicia-se um novo período, conhecido como Segunda Guerra Fria. De acordo com Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**: "e se o Vietnã não bastasse para demonstrar o isolamento dos EUA, a guerra do Yom Kipur de 1973 entre Israel – que os americanos permitiram tornar-se seu mais estreito aliado no Oriente Médio – e as forças de Egito e Síria, abastecidas pelos soviéticos, mostrou isso de forma mais evidente. Pois quando Israel, duramente pressionado, com poucos aviões e munição, apelou aos EUA para mandar suprimentos depressa, os aliados europeus, com a única exceção do último bastião do fascismo pré-guerra, Portugal, se recusaram até mesmo a permitir o uso das bases aéreas americanas em seu território para esse fim." (p. 241-242);
3: Errada. Entre os líderes, de fato, estavam Nehru, Sukarno e Nasser, que presidiram a sessão. Josip Tito e Fidel Castro não participaram da conferência específica de Bandung, mas estavam nas outras sessões, e também vieram a ser secretários gerais do Movimento dos Não Alinhados. Na verdade, Fidel ainda não estava no poder em 1956, visto que a Revolução Cubana só ocorreu em 1959;
4: Errada. Os conflitos citados não fazem parte da Guerra Fria. São conflitos originados por questões territoriais. O primeiro, a Guerra Sino-indiana, de 1962, deu-se porque a China decidiu modificar suas fronteiras no Himalaia e constitui, até os dias atuais, uma região contestada por ambos países. O segundo, a Segunda Guerra Indo-Paquistanesa, de 1965, tem sua origem na região contestada da Cachemira. O conflito foi levado até a ONU, que criou uma resolução para parar os combates e assinaram, sob a mediação da URSS, o retorno às fronteiras como elas estavam, efetivado a partir de 1966. Da mesma forma, a região da Cachemira ainda é contestada pelos dois países. Finalmente, a Terceira Guerra Indo Paquistanesa, de 1971, desta vez, contra o Paquistão Oriental, deu origem a Independência do Bangladesh. Nenhum dos três conflitos tem um vínculo direto com a Guerra Fria, como afirma Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**: "A última zona de conflito era mais facilmente isolável da Guerra Fria, apesar das tentativas paquistanesas de envolver os americanos, que fracassaram até a guerra afegã da década de 1980. Daí o Ocidente pouco saber e menos ainda lembrar das três guerras regionais: a sino-idiana de 1962, pela mal definida fronteira entre os dois países, vencida pela China; a indo-paquistanesa de 1965 (convenientemente vencida pela Índia); e o segundo conflito indo-paquistanês de 1971, resultado da separação do Paquistão Oriental (Bangladesh), que a Índia apoiou." (p. 351).
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

5. A EVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA NAS AMÉRICAS

5.1. A CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES NACIONAIS E DOS ESTADOS NA AMÉRICA LATINA

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Com relação aos processos políticos, econômicos e sociais das Américas, bem como às relações internacionais nos séculos XIX, XX e XXI, assinale a opção correta.

(A) Nos EUA, onde se desenvolveram processos históricos internos muito diversificados ao longo do século XIX, registra-se transformação pouco acentuada na sociedade individualista de pequenos produtores, a qual caracterizou o período que antecedeu e sucedeu a Guerra de Secessão.

(B) No século XX, a América Latina moveu-se, de forma pendular, entre autonomia e dependência nas relações com as superpotências globais: em um primeiro momento, com Inglaterra e França e, em um segundo momento, com os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

(C) A América Latina aderiu aos movimentos não alinhados na Guerra Fria, como os liderados, nas décadas de 60 e 70 do século XX, por Nasser, no Egito, e Tito, na antiga Iugoslávia.

(D) Ao conceito de América do Sul, que se sustenta em realidade geográfica e particularidade histórica associada à formação de fronteiras e dos Estados nacionais, vem sendo agregada conotação política, desde a passagem do século XX para o século XXI.

(E) Embora bastante diferenciadas em suas formas históricas de colonização, as Américas revelam uma unidade ideológica e política que agrega, ainda hoje, um Norte mais desenvolvido e um Sul em processo de desenvolvimento.

A: Incorreta, pois é conhecida, antes da Guerra de Secessão (1861-1865) americana, as grandes mudanças na sociedade estadunidense. Por motivos religiosos (retomada de um fundamentalismo religioso, conhecido como Grande Despertar), econômicos (descoberta de ouro na Califórnia), sociais (crescimento demográfico) e políticos (conquista de territórios novos), deu-se a Marcha para o Oeste, que expandiu, durante a primeira metade do século XIX a fronteira americana até o Oceano Pacífico. Essa marcha marca também uma mudança na sociedade com o advento de novas fontes de riqueza (como o ouro e o petróleo), e o desenvolvimento de tecnologias para a indústria. A expansão do capitalismo para o Oeste foi uma transformação considerável da sociedade americana;
B: Incorreta. Dado que a influência da Inglaterra na América Latina limita-se ao século XIX, com a exceção da Argentina; a França, idem, em um grau inferior. Os EUA, por outro lado, tinham políticas definidas para a América Latina, como o Big Stick, desenvolvida pelo presidente Theodore Roosevelt, ou a Política da Boa Vizinhança, de Franklin D. Roosevelt. Pode-se dizer que as políticas americanas tiveram maior influência na primeira metade do século, com oposições pontuais, como as tergiversações de Getúlio Vargas, promovendo uma equidistância pragmática nas relações com os EUA e com a Alemanha. Essa hegemonia foi contestada durante a Guerra Fria pela URSS e pelos países latino-americanos;
C: Incorreta. Devido ao fato que os países da América Latina não necessariamente se juntaram ao movimento dos não alinhados na Guerra Fria. O Brasil mesmo posicionou-se como Estado observador, sem ser um participante de fato do movimento. É importante ressaltar que Tito tampouco estava presente na Conferência, vindo a participar dos próximos encontros. A Conferência de Bandung, o primeiro encontro, conhecida como *African-Asian Conference*, evidencia a ausência de países da América Latina. Entre os principais líderes, além de Nasser, estavam Jawaharlal Nehru da Índia e Kwame Nkrumah do Ghana;
D: Correta. Embora seja possível contestar a ideia de um "conceito de América do Sul", a sua existência se dá pelos fatores definidos na afirmativa. Além disso, ele vem ganhando uma conotação cada vez mais politizada agregada ao seu processo histórico, quando vemos a multiplicação dos encontros e dos processos de integração formais na região, como a UNASUL;
E: Incorreta. Por que dificilmente pode-se falar numa unidade ideológica ou política quando se fala na América como um todo. Verifica-se, de maneira mais assertiva, um Norte mais desenvolvido e um Sul em processo de desenvolvimento, mas esse processo não é homogêneo, existindo diferenças importantes dentro da própria classificação Norte/Sul.
Gabarito "D"

Texto para a próxima questão

Poucas vezes, a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução europeia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de vinte anos para derrotar a primeira.

Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848. A primeira ocorreu em 1820-24. Na Europa, ela ficou limitada principalmente ao Mediterrâneo, com a Espanha, Nápoles e a Grécia como seus epicentros. A Revolução Espanhola reavivou o movimento de libertação na América Latina.

A segunda onda revolucionária ocorreu em 1829-34 e afetou toda a Europa a oeste da Rússia e o continente norte-americano, pois a grande época de reformas do presidente Jackson deve ser entendida como parte dela. Ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos cinquenta anos seria a grande burguesia de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis. Ela determina, também, uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã- Bretanha e na França e dos movimentos nacionalistas em grande número de países na Europa.

A terceira e maior das ondas revolucionárias foi a de 1848. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos que essa conflagração espontânea e geral. O que, em 1789, fora o levante de uma só nação era, agora, assim parecia, a primavera dos povos de todo um continente.

Eric J. Hobsbawm. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127-30 (com adaptações).

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Considerando as duas primeiras ondas revolucionárias do século XIX, citadas no texto, e sua vinculação, direta ou indireta, com o continente americano, assinale a opção correta.

(A) Fatores internos, ainda que existentes, tornaram-se irrelevantes para a desintegração do sistema colonial ibérico frente à influência exercida pela conjuntura revolucionária europeia no processo de independência latino-americana, conforme sugerido pelo texto.

(B) Entre os grandes libertadores da América espanhola, Simon Bolívar notabilizou-se pelo destemor com que se lançou à luta para emancipar a atual Argentina e pela convicção de que a prosperidade da América subordinava-se à existência de Estados plenamente autônomos.

(C) A onda revolucionária de 1848, por sua amplitude e espontaneidade, foi amplamente exitosa em suas aspirações populares, tanto na Europa — com o fim do sistema eleitoral censitário — quanto na América — com as reformas de Jackson (EUA).

(D) Semelhantemente ao ocorrido quando da invasão da Península Ibérica pelas tropas francesas de Napoleão (1808), a Revolução Espanhola de 1820 contribuiu para o recrudescimento da luta pela independência das colônias latino-americanas.

(E) Inexistência de mercado interno expressivo e impossibilidade de aplicação de capitais pela via de empréstimos aos Estados são dois poderosos motivos que explicam o reduzido impacto da expansão capitalista europeia, ocorrida na segunda metade do século XIX, sobre a América Latina.

A: Incorreta. Os movimentos internos tiveram importância. A primeira onda revolucionária descrita encaixa-se aqui, pois foi quando os movimentos de emancipação na América Espanhola passaram a ter êxito. Logo das invasões napoleônicas na península ibérica, um primeiro levante havia ocorrido, sem êxito, em circunstâncias distintas, dado a falta de uma articulação madura entre as elites políticas "crioulas" locais. Além disso, a Inglaterra ainda estava muito ocupada a época em conter os avanços expansionistas de Napoleão I. Nesse segundo momento, após 1815, com a Inglaterra aplicando sua política de *Splendid isolation* com relação às relações europeias e com um diálogo mais importante entre as elites locais, as revoltas de independência tiveram um outro destino, levando às emancipações das colônias americanas da Espanha;
B: Incorreta, trata-se de uma descrição de Simón Bolívar (1783-1830) que erra ao afirmar que ele fora responsável pela independência da Argentina. No Sul, a figura de José de San Martin (1778-1850) foi mais importante, liderando processos de emancipação na Argentina e Chile (neste último caso, feita conjuntamente com o militar Bernardo O'Higgins (1778-1842). A figura de Bolívar será importante nos processos ao Norte, com as independências da Grã-Colômbia (atuais Venezuela, Colômbia e Equador) e Bolívia. Os dois líderes também foram importantes na independência do Peru;
C: Incorreta. Por duas razões. Primeiro porque não se pode dizer que foi a Revolução de 1848 que terminou com o voto censitário. Mesmo que o sufrágio universal masculino tenha sido usado na França em 1848 para eleger Luís Napoleão Bonaparte como presidente, o mesmo não se pode afirmar das outras nações europeias. O próprio Luís Napoleão utilizará o sufrágio para ratificar, por plebiscito, o seu golpe de 1851. Segundo, não se pode dizer que as reformas do presidente Andrew Jackson (1767-1845) tenham sido influenciadas pela onda revolucionária de 1848. As reformas de Jackson foram implementadas durante a sua presidência (1829-1837). Elas almejavam ampliar a participação eleitoral nos EUA. É dessas reformas que Alexis de Tocqueville (1805-1859) se inspira para escrever *De la Démocratie en Amérique* (1835-1840);
D: Correta, pois foi a Revolução de 1820 na Espanha que trouxe de volta os ânimos da primeira leva de independência, na década de 1810. A Revolução restaura a Constituição de Cádiz de 1812, revogada em 1814, quando do retorno dos Bourbons e de Fernando VII ao poder. A Constituição pode parecer liberal na Europa, mas será considerada conservadora nas Colônias e promoverá a onda revolucionária que levará às independências. É correto afirmar que, em 1812, a Constituição tinha tido outro efeito nas colônias, ao promover os primeiros levantes. Até então, o processo de independência da América Espanhola não era visto como algo incontornável. Em 1820, a situação é distinta, dada a uma melhor articulação entre as elites nas colônias. As independências fizeram-se, dessa forma, em consequência da Revolução de 1820 e da adoção da Constituição de Cádiz;
E: Incorreta. Não se pode falar de um impacto inferior da expansão do capitalismo na América Latina. Pode-se dizer que ele foi desigual, em função de uma fraca e incipiente industrialização nas nações que surgiram depois de 1820, de economias ainda atreladas ao sistema de grande propriedade agrícola e de Estados com fronteiras ainda indefinidas. É possível afirmar que a ausência de um mercado interno também influenciou a repartição desigual do impacto do capitalismo, mas não se pode afirmar que houve pouca entrada de capitais na América Latina durante esse período, marcado pelo forte endividamento dos Estados. Os processos de independência aumentaram a dívida externa das nações, com as retribuições às colônias e com financiamento dos conflitos de independência. Durante a segunda metade do século XIX, a Revolução industrial consolidadava-se na Europa e a necessidade de matérias primas atraiu grandes investimentos europeus na América Latina. A entrada de capitais serviria, por exemplo, à construção de ferrovias. É importante ressaltar que a entrada de investimentos europeus motivaram, inclusive, conflitos regionais, como as guerras do Pacífico, entre Chile, Peru e Bolívia. Dessa forma, a expansão do capitalismo na América Latina teve um impacto considerável.
Gabarito "D"

5.2. A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA NA AMÉRICA LATINA

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Seguindo uma tendência que a África e a Ásia levaram ao extremo, também a América Latina teve sua trajetória marcada pela radicalização política nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A onda de regimes políticos nacionalistas e reformistas na América Latina, iniciada com a Revolução Mexicana, que Cárdenas retomou a partir de 1934, ressurgiu na década de 50 do século passado, especialmente na Guatemala e na Bolívia.

(2) Vitoriosa em 1959, a Revolução Cubana, comandada por Fidel Castro, assumiu, em 1961, o caráter socialista de inspiração marxista e aprofundou os processos de coletivização de terras, nacionalização de empresas e monopolização do poder político.

(3) O Chile protagonizou a experiência latino-americana, inédita até então, de adoção do socialismo pela via eleitoral, que se deu com a vitória de Salvador Allende. Em 1973, um golpe de Estado pôs fim ao governo socialista e mergulhou o país em uma das mais ferozes ditaduras do Cone Sul.

(4) A chegada dos sandinistas ao poder nicaraguense, graças à vitória nas eleições de 1979 e ao apoio ostensivo de Washington, encerrou o ciclo de uma das mais duradouras ditaduras latino-americanas, a de Somoza.

1: Certa. O presidente Lázaro Cárdenas (1895-1970) esteve no poder no México entre 1934 e 1940. Durante esse período retoma os ideais da Revolução Mexicana de 1910 e promove uma serie de reformas nacionalistas, como nacionalização de empresas estrangeiras. A política de boa vizinhança dos EUA (1938) irá amenizar as dívidas contraídas, Cárdenas fará uma negociação. Além disso, ele organiza um reforma agrária de acordo com os ideais da Revolução, que era a vontade do líder revolucionário campesino Zapata. E para exaltar esse nacionalismo, Cárdenas promove a retomada histórica e cultural da Revolução, observado no Muralismo de Diego Rivera (1886-1957). Na Guatemala da década de 1950, o presidente Jacobo Arbenz (1913-1970) tenta também fazer uma reforma agrária e promover reformas no país, mas teve de enfrentar a oposição das poderosas multinacionais presentes no país. Por causa desse conflito, os EUA, por intermédio da CIA e grupos de oposição, promoveram um golpe que o tirou do poder em 1954, e ajudaram a instalar um ditadura no país. Na Bolívia foi a figura de Víctor Paz Estenssoro (1907-2001) que personifica o movimento nacionalista, com sua chegada ao poder em 1952 (vindo do MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário). Ele promove uma reforma agrária no país assim como a nacionalização das minas de estanho;

2: Certa. É uma descrição da evolução da Revolução Cubana de 1959. Os EUA criam um embargo ao açúcar cubano, o que motiva a aproximação de Fidel com a União Soviética e a adoção de ideais comunistas, como descrito na afirmativa;

3: Certa. A eleição de Salvador Allende (1908-1973) chega à presidência chilena pela via democrática em 1970 com a Unidade Popular (UP), partido de esquerda. Ele promove reformas de cunho socialistas, com as nacionalizações das minas de cobre. As medidas de Allende não agradarão a todas as correntes políticas e a oposição generalizada leva à uma ingovernabilidade. O golpe é dado dia 11 de setembro de 1973 por Pinochet (1915-2006) e inicia uma ditadura até 1990, uma das mais violentas da América latina;

4: Errada. Os sandinistas não são eleitos, eles tomam o poder da família Somoza (Luís Somoza) em 1979, que estava na presidência desde 1936, no que ficou conhecido como a Revolução Sandinista. Depois da tomada do poder, os sandinistas, inspirados na figura de Augusto Sandino (1895-1934), iniciam reformas de cunho socialista moderado, como nacionalizações e reforma agrária, e atraem a atenção e o apoio da classe média. Os "Contras", um grupo de oposição nicaraguense, com o apoio tático e financeiro dos EUA, promovem ataques terroristas para desestabilizar o regime dos sandinistas. Mesmo com a condenação da atitude dos EUA na Nicarágua pela ONU, a guerra civil irá devastar o país, no que hoje é um dos países menos desenvolvidos da América.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

Texto para a próxima questão

A condição norte-americana de superpotência consolidou-se realmente no momento da rendição da Alemanha e do Japão e da realização das conferências de Yalta e Potsdam, que selaram o encerramento da guerra. O crescimento do poderio soviético e a decadência das velhas potências europeias formavam o pano de fundo para que Washington assumisse finalmente a vocação de liderança do Ocidente capitalista.

A hegemonia global dos Estados Unidos da América (EUA) traduzia-se nas esferas econômica e estratégica. Os conglomerados transnacionais americanos tornam-se grandes investidores. Na condição de credores das nações capitalistas, os EUA organizam programas voltados para a reconstrução europeia (Plano Marshall) e asiática (Plano Colombo). Os acordos de Bretton Woods transformavam o dólar em "moeda do mundo", ao estabelecerem um sistema de paridade fixa e convertibilidade entre o dólar e o ouro. Cria-se uma nova arquitetura financeira global, cujos instrumentos eram o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Guerra Fria trouxe o desenvolvimento do armamentismo nos EUA e na União Soviética, assim como, em menor escala, nos países europeus e na China. O esforço armamentista originou também o chamado Complexo Industrial-Militar, que liga o Pentágono aos conglomerados industriais fabricantes de equipamentos bélicos e atua no Poder legislativo por meio de poderosos *lobbies*.

Demétrio Magnoli. **O Mundo Contemporâneo**.
São Paulo: Atual, 2004, p. 71-2 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Resguardadas as condições específicas de cada país e os aspectos singulares e próprios de seus processos históricos, é possível proceder-se à síntese da experiência latino-americana nas últimas cinco décadas. Relativamente a esse quadro geral, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Regimes autoritários, normalmente chefiados por militares, prevaleceram entre os anos 60 e 80 do século passado. Mantendo sua condição de "Suíça da América Latina", o Uruguai conseguiu ser a exceção democrática em um Cone Sul dominado por governos ditatoriais.

(2) Líder de movimento armado similar ao empreendido pelos guerrilheiros de Sierra Maestra, Salvador Allende foi o primeiro presidente socialista da América do Sul. Com sua queda, em 1973, o país mergulhou em uma das mais truculentas ditaduras do período, que foi chefiada pelo general Augusto Pinochet.

(3) Na Argentina, sucessivos golpes militares interromperam a experiência reformista em curso desde o final dos anos 1950 e conseguiram minar, possivelmente em definitivo, a força política que o peronismo historicamente possuíra no país.

(4) De maneira geral, o fim do ciclo autoritário na América Latina coincidiu com o esgotamento do modelo econômico por ele adotado. Não por outra razão, o retorno à democracia se fez acompanhar por novo surto de prosperidade econômica, razão direta da redução dos níveis de desigualdade social na região.

1: Errada. O Uruguai teve uma ditadura militar, entre os anos de 1973 e 1985;

2: Errada. Allende não foi líder guerrilheiro. Era socialista, da Unidade Popular (UP) e foi eleito democraticamente em 1970. Saiu do poder em 1973, depois do golpe de Pinochet;

3: Errada. A Argentina teve, de 1950 em diante, 4 golpes militares, 1955, 1962, 1966 e 1976. O primeiro deles tira Juan Domingos Perón (1895-1974) do poder. Militar de carreira, entrou na política, ironicamente, através de um golpe militar em 1943, liderado pelo GOU (*Grupo de Oficiales Unidos*, do qual Perón faz parte), contra o presidente Ramón Castillo (1873-1944). Chega ao poder em 1946, por intermédio de dissidência dentro do exército. Exerce uma presidência aprovando medidas extremamente populares, que lhe dará renome entre os trabalhadores. O fato é que, mesmo com todos os golpes que sucederam, graças a essas medidas populares, o peronismo resistiu e até hoje perdura na política nacional. Perón é eleito presidente em 1952, seu segundo mandato, e cai com o golpe de 1955, o que obriga a exilar-se na Espanha. Ele volta em 1973 e é eleito no mesmo ano, até morrer em 1974, deixando no poder a vice-presidente, sua esposa, Isabel Perón, que cai com o golpe de 1976. O peronismo ainda é uma força política importante na argentina, englobando partidos e sindicatos da esquerda até a direita;

4: Errada. A maioria dos países, ao caírem as ditaduras, encontravam-se em crises econômicas. Não é por acaso que os anos de 1980 ficaram conhecidos como a "década perdida". Tomando o exemplo brasileiro, não se pode falar de um surto de prosperidade: a inflação só seria controlada com o Plano Real, de 1994. Em seguida, na maior parte dos países, adotou-se medidas neoliberais seguindo o modelo do Consenso de Washington. Os modelos contribuíram por um momento com uma estabilização econômica, mas não conseguiram reduzir as desigualdades. Em **História das Relações Internacionais**, de José Flávio Sombra Saraiva (org.): "Dominada pela crise e estagnação durante a maior parte dos anos 1980, a América Latina começou lentamente a recuperar-se de seus principais problemas econômicos (dívida e inflação) na transição democrática de meados da década. Mas, ainda

no final do século, a região não conseguiu desfazer-se de suas mais perversas mazelas sociais, consubstanciadas, em grande número de países, nas altas taxas de desigualdade na distribuição de renda, nos baixos níveis de educação formal e na carência generalizada dos valores da cidadania." (p. 310).

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

6. IDEIAS E REGIMES POLÍTICOS

6.1. GRANDES CORRENTES IDEOLÓGICAS DA POLÍTICA NO SÉCULO XIX: LIBERALISMO E NACIONALISMO

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Com relação ao século XIX e ao movimento liberal, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Bastante singulares, os movimentos liberais dos jovens universitários na Alemanha, em 1820, arrefeceram-se ao longo do século XIX, em favor da superação do dilema entre unidade e liberalismo, como defendeu Bismarck na discussão sobre renúncia às liberdades parlamentares.

(2) A unificação italiana, de pilar liberal, sob a liderança de Cavour, espraiou-se pela monarquia piemontesa, não tendo essa orientação ideológica, contudo, predominado em toda a península itálica.

(3) A trajetória do liberalismo, no transcurso do século XIX, caracterizou-se por ambiguidade conceitual e prática, ora defendendo projetos reformistas, ora assumindo posições revolucionárias.

(4) Na Europa, o liberalismo tomou forma, particularmente na década de 20 do século XIX, nas reformas democráticas e no combate às conspirações militares em defesa do Antigo Regime.

Respostas 1, 3 e 4, o livro do historiador francês René Rémond, **O Século XIX**, será importante para resolver as perguntas: REMOND, René, **O Século XIX**, São Paulo: Cultura, 1993, pp. 25-48.

1: Certa. De acordo com o historiador francês René Rémond, em **O Século XIX**, o movimento liberal tem uma história particular, o que leva a acreditar que, em um primeiro momento, o liberalismo será efetivado na Alemanha. Duas ondas favoráveis ao liberalismo apareceram de fato na Alemanha ainda fragmentada, em 1820 com o movimento universitário, e na década seguinte, em consequência da Revolução de 1830 na França. O movimento chegará ao seu apogeu em 1848, com a experiência do Parlamento de Frankfurt. A chegada de Bismarck na chancelaria da Prússia em 1862 marca o declínio do movimento liberal alemão, devido ao fato de que o novo chanceler tem como objetivo prioritário a unificação da Alemanha. Uma das condições que ele estabelece é que os liberais escolham entre o liberalismo e a unificação, dado que até o momento, os liberais viam a unificação viável através do liberalismo. A condição de Bismarck cria um dilema, que leva uma maioria a aceitar a cisão entre unidade e liberalismo, optando pela unidade e renunciando às liberdades parlamentares. Ainda de acordo com Rémond, o liberalismo só voltará à Alemanha na República de Weimar;

2: Certa. De fato, a ideologia predominante na unificação italiana foi a liberal, compartilhada por Camillo Benso, conde de Cavour, antigo diretor do jornal *Il Risorgimiento*, e por Vítor Emanuel II, rei da Sardenha, do norte da Itália. Junto com um grupo de pequenos industriais da região, dentre os quais, o pensador Massimo D'Azeglio, principal difusor das ideias liberais, viam no modelo liberal francês de 1791 de Monarquia Constitucional um exemplo a seguir. Frente às ideias liberais, afirmavam-se as aspirações do abade Vincenzo Gioberti, que pregava um ideal federal presidido pelo papa. Finalmente, um movimento levado por jovens revolucionários conhecido como "Jovem Itália", liderada por Giuseppe Mazzini, defendia ideais democráticos e republicanos em um projeto romântico. Este último teve êxito entre a pequena e média burguesia italiana de Milão, Veneza e Roma;

3: Certa. Mais uma vez, o historiador francês René Rémond, em **O Século XIX**, afirma que a genialidade do liberalismo, que permitiu sua permanência e vigência como ideologia ao longo do século, reside na ambiguidade entre a posição revolucionária e a postura reformista: "eles (liberais) nada farão do que revelar dois aspectos complementares dessa mesma doutrina, ambígua por si mesma, que rejeita o Antigo Regime e que não quer a democracia integral, que se situa a meio caminho entre esses dois extremos e cuja melhor definição é, sem dúvida, o apelido dado à Monarquia de Julho: «o justo meio».[...] visto da direita, parece revolucionário e, visto da esquerda, parece conservador."(p. 34);

4: Errada. A afirmativa está errada por dois motivos. O primeiro, como afirma Rémond, é que não há uma conciliação entre democracia e liberalismo: "O liberalismo tomará todo o cuidado para não entregar ao povo o poder de que o povo privou o monarca. Ele reserva esse poder para uma elite, porque a soberania nacional, de que os liberais fazem alarde, não é a soberania popular, e o liberalismo não é a democracia; tornamos a encontrar, numa perspectiva que agora esclarece de modo decisivo, essa distinção capital, esse confronto entre liberalismo e democracia, que dominou toda uma metade do século XIX." (p. 32). O segundo derruba a cisão entre liberalismo e conspirações militares entendida na afirmativa, pois havia no liberalismo específico da década de 1820 um teor militar importante: "O liberalismo toma a forma de conspirações militares. O exército, na época, é o lar do liberalismo, mas também seu instrumento, por não ter perdido a lembrança das guerras napoleônicas, de que sentia saudades." (p. 35-36).

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Quanto aos vários sentidos de que se revestiu historicamente a noção de liberalismo político, assinale a opção **incorreta**:

(A) rejeição sistemática ao *status quo*.
(B) valorização dos direitos individuais.
(C) defesa intransigente da liberdade.
(D) faculdade de escolha sem coerção.
(E) conformidade com a lei.

A: Incorreta, pois o liberalismo favorecia, politicamente, os interesses da classe média liberal. René Rémond, em **O Século XIX** mostra como o liberalismo político, uma ideologia que exprime os interesses da classe média burguesa, favorece a sua manutenção no poder: "A burguesia fez a Resolução e a Revolução entregou-lhe o poder; ela pretende conservá-lo, contra a volta de uma aristocracia e contra a ascensão das camadas populares. A burguesia reserva para si o poder político pelo censo eleitoral. Ela controla o acesso a todos os cargos públicos e administrativos. Desse modo, a aplicação do liberalismo tende a manter a desigualdade social." (p. 31);

B, **C**, **D**, **E:** Corretas, pois trata-se de uma enumeração dos valores e ideais do liberalismo.

Valorização dos direitos individuais: "Trata-se de uma filosofia social individualista, na medida em que coloca o indivíduo à frente da razão de Estado, dos interesses de grupo, das exigências da coletividade; o liberalismo não conhece nem sequer os grupos sociais, e basta lembrar a hostilidade da Revolução no que dizia respeito às ordens, a desconfiança lhe inspirava o fenômeno da associação, sua repugnância para reconhecer a liberdade de associação, de medo que o indivíduo fosse absorvido, escravizado pelos grupos." (René Rémond, em **O Século XIX**, p. 27);

Defesa intransigente da liberdade: "O liberalismo é também uma filosofia política inteiramente orientada para a ideia de liberdade, de acordo com a qual a sociedade política deve basear-se na liberdade e encontrar sua justificativa na consagração da mesma. Não existe sociedade viável – e, com muito mais razão, legítima – senão a que escreve no frontispício de suas instituições o reconhecimento da liberdade." (René Rémond, em **O Século XIX**, p. 27);

Faculdade de escolha sem coerção: "Em reação contra o método da autoridade, o liberalismo acredita na descoberta progressiva da verdade pela razão individual. Fundamentalmente racionalista, ele se opõe ao jugo da autoridade, ao respeito cego pelo passado, ao império do preconceito, assim como aos impulsos do instinto." (René Rémond, em **O Século XIX**, p. 27);

Conformidade com a lei: "o agenciamento do poder deve ser definido por regras de direito consignadas nos textos escritos e cujo respeito será controlado por jurisdições, sendo as infrações deferidas a tribunais e sancionadas. Este é um dos papeis do parlamentarismo: exercer o controle sobre o funcionamento regular do poder." (René Rémond, em **O Século XIX**, p. 29).

Gabarito "A"

(Diplomacia – 2010 – CESPE) A propósito da famosa Encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, julgue C ou E.

(1) O papa Leão XIII, responsável pelo documento, condenou explicitamente o regime capitalista.

(2) A Encíclica admitia a luta de classes, pois considerava iníqua a propriedade privada.
(3) A Encíclica apelava aos empregadores para que respeitassem a dignidade dos operários.
(4) Dada a própria natureza do sistema industrial, a Encíclica considerava inútil a ação dos sindicatos.

Para responder a pergunta, pode-se fazer uso da própria Carta Encíclica *Rerum Novarum – do Papa Leão XIII sobre a condição dos operários*, disponível no site do Vaticano em diversas línguas, incluindo português.
1: Errada. O papa Leão XIII não criticou o capitalismo de maneira explícita, mas os seus efeitos sobre as classes sociais mais pobres. De acordo com Edward McNall Burns, em **História da Civilização Ocidental**, volume **2:** "[o papa Leão XIII] Tampouco se dispôs a ir além de recomendar aos capitalistas e empregadores que fossem mais generosos no reconhecimento dos direitos dos trabalhadores." (p. 636);
2: Errada. A afirmativa está errada por dois motivos. O primeiro erro refere-se à questão da luta de classes, que a própria Encíclica opõe-se, em uma de suas partes: "Não luta, mas concórdia de classes". Ela afirma que a luta de classes não tem sentido em "é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível." Ela estabelece a ideia de concordância entre as classes: "A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, dum conflito perpétuo só podem resultar confusão e lutas selvagens." O segundo erro vem da ideia de propriedade privada, que a Encíclica aceita como algo natural do ser humano: "o primeiro fundamento a estabelecer por todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo é a inviolabilidade da propriedade particular";
3: Certa. Como já citamos no primeiro item, a Encíclica pede apenas que os empregadores fossem mais generosos com os direitos de seus trabalhadores. Em um momento, a Encíclica pede aos patrões que "não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do Cristão";
4: Errada. Na verdade, a Encíclica utiliza a própria Bíblia para incitar a criação de sindicatos cristãos e para promover as suas ações: "A experiência que o homem adquire todos os dias da exiguidade das suas forças, obriga-o e impele-o a agregar-se a uma cooperação estranha. […] É nas Sagradas Letras que se lê esta máxima: «Mais valem dois juntos que um só, pois tiram vantagem da sua associação. Se um cai, o outro sustenta-o. Desgraçado do homem só, pois; quando cair, não terá ninguém que o levante». E estoutra: «O irmão que é ajudado por seu irmão, é como uma cidade forte». Desta propensão natural, como dum único germe, nasce, primeiro, a sociedade civil; depois, no próprio seio desta, outras sociedades que, por serem restritas e imperfeitas, não deixam de ser sociedades verdadeiras."

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

Texto para a próxima questão

Poucas vezes, a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução europeia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de vinte anos para derrotar a primeira.

Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848. A primeira ocorreu em 1820-24. Na Europa, ela ficou limitada principalmente ao Mediterrâneo, com a Espanha, Nápoles e a Grécia como seus epicentros. A Revolução Espanhola reavivou o movimento de libertação na América Latina.

A segunda onda revolucionária ocorreu em 1829-34 e afetou toda a Europa a oeste da Rússia e o continente norte-americano, pois a grande época de reformas do presidente Jackson deve ser entendida como parte dela. Ela marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos cinquenta anos seria a grande burguesia de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis. Ela determina, também, uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã- Bretanha e na França e dos movimentos nacionalistas em grande número de países na Europa.

A terceira e maior das ondas revolucionárias foi a de 1848. Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos que essa conflagração espontânea e geral. O que, em 1789, fora o levante de uma só nação era, agora, assim parecia, a primavera dos povos de todo um continente.

Eric J. Hobsbawm. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127-30 (com adaptações).

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o contexto histórico ao qual ele se reporta, assinale a opção incorreta.

(A) As ondas revolucionárias citadas no texto refletem, ao lado de outros fatores, o choque entre as forças comprometidas com o Antigo Regime e as identificadas com o anseio de transformações na sociedade europeia na primeira metade do século XIX.
(B) O segundo período do texto revela um dos principais objetivos do Congresso de Viena, qual seja, o de impedir a repetição da experiência libertária que a França protagonizara a partir de 1789 e que Bonaparte, a despeito de sua vocação imperial, disseminara pela Europa.
(C) Tendo ficado imune às ondas revolucionárias que convulsionaram a Europa continental, a Grã-Bretanha recusou-se a aceitar as determinações do Congresso de Viena e, internamente, a promover reformas em suas instituições políticas.
(D) A Revolução Constitucionalista do Porto, de 1820, inscreveu-se no contexto da primeira onda revolucionária europeia e, em seus desdobramentos, provocou o retorno de D. João VI a Portugal e a adoção de medidas recolonizadoras pela metrópole, o que impulsionou o processo de independência do Brasil.
(E) O Nacionalismo já se manifestava nas ondas revolucionárias mencionadas no texto e teve, nas unificações alemã e italiana, na segunda metade do século XIX, dois de seus símbolos mais expressivos.

A: Correta, pois estabelece um paralelo entre os dois lados que se enfrentariam, ao longo da primeira metade do século XIX: de um lado, a Restauração, do outro, a Revolução;
B: Correta. O Congresso de Viena consagra o sistema de Metternich, refletindo o equilíbrio de poder na Europa, que manteria uma paz relativa até 1914. A reunião informal de diplomatas marca o início da Restauração, série de medidas reacionárias à Revolução de 1789, para terminar com a sua disseminação, principalmente, de seus ideais iluministas e liberais;
C: Incorreta. O representante britânico, o Visconde de Castlereagh, defende os interesses da Inglaterra, que era estabelecer um mecanismo que garantisse o equilíbrio continental. Ao ser atingido, a Europa continental entraria em relativa estabilidade, o que possibilitaria à Inglaterra explorar seu império e expandir o capitalismo, a produção da sua revolução industrial. Nesse embate, a única nação que poderia impedir a plena expansão dos interesses britânicos seria a Rússia, representada pelo Czar Alexandre I, império forte que poderia ameaçar a Inglaterra. Finalmente, o Congresso, salvo algumas exceções, impõe o Sistema de Metternich, o Concerto Europeu, que estabelecerá o equilíbrio de poderes na Europa até 1914, quando o sistema falha em impedir a Guerra. A Inglaterra, de certa forma, atinge seu objetivo. O outro objetivo, que era restaurar o Antigo Regime, a Santa Aliança, ordem militar criada no Congresso, da qual a Inglaterra não participou, fracassara em suas poucas atuações. Com a Europa estabilizada, a Inglaterra inicia o seu *Splendid Isolation*, uma política externa que redireciona suas prioridades e seus interesses para outros continentes;
D: Correta. Trata-se de uma descrição dos eventos da Revolução liberal de Porto, e é dessa descrição que pode ser encaixada na primeira fase das Revoluções. Com a família real no Brasil, Portugal passa a ser uma entidade dependente das ordens vindas do Rio de Janeiro. A abertura dos portos de 1808 e os tratados de 1810 foram sentidos de maneira negativa em Porto e Lisboa, cidades portuárias. Assim, um primeiro levante deu-se em Lisboa, em 1817. Em 24 de agosto de 1820, a Revolução eclode em Porto, com a instalação de uma Junta Provisória que, mais tarde, quando a insurreição atingir Lisboa, fará uma única Junta

Provisional do Supremo Governo do Reino, com o intuito de promover uma constituinte. Em janeiro de 1821, uma Constituição provisória entra em vigor. A família real volta em 1821, com Dom João VI à frente e Dom Pedro tendo permanecido no Brasil. A estratégia de Dom João era utilizar o Brasil como barganha, dado que as reivindicações dos revolucionários baseavam-se no retorno ao Império centralizado em Lisboa, caso a Constituição não lhe fosse favorável. O Brasil tornar-se-ia independente nesse caso. Por esse motivo, a Revolução do Porto impulsionou o processo de independência do Brasil;
E: Correta. As unificações alemã e italiana utilizarão de premissas presentes nos movimentos do nacionalismo como justificativa para motivar as populações. De fato, nesse caso, não serão necessariamente revoluções que motivarão as unificações, mas processos lentos de aceitação de um governo único.
Gabarito "C"

Texto para a próxima questão.

Poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou, ainda, a catástrofe pior de uma revolução europeia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de 20 anos para derrotar a primeira, até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.

Eric J. Hobsbawm. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 127.

(Diplomacia – 2006 – CESPE) O espírito revolucionário que acompanha o século XIX, "tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo", como afirma o texto, foi embalado pelas grandes ideias que arrebataram, naquele contexto histórico, o Ocidente, em especial a Europa: liberalismo, nacionalismo e socialismo. A respeito desse cenário, no qual se gesta o século XX, assinale a opção correta.

(A) O sentimento nacional, que aflora sobretudo com a Revolução Francesa, amplia-se na medida em que o movimento social e as lutas políticas se intensificam. Exemplo especial disso foi a luta pela independência da Grécia, na primeira metade do século XIX, causa a que aderiram combatentes libertários oriundos de várias nações.

(B) Os socialistas aparecem na cena política europeia participando de movimentos revolucionários ou insurrecionais, a partir do momento em que as obras de Marx e Engels são mais divulgadas e estudadas, o que acontece nas décadas finais do século XIX.

(C) Movimento anarquista, a Comuna de Paris (1870) constituiu-se, concreta e objetivamente, no "assalto ao poder" por parte do operariado, utopia que tanto estimulava as ações dos grupos socialistas. O êxito do movimento, que levou pânico às elites europeias, garantiu aos revolucionários o controle da capital da França até às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

(D) As unificações políticas da Alemanha e da Itália foram alcançadas graças à mobilização popular e à força de movimentos sociais. Esse fato explica o viés pacifista e levemente socialista que ambos os Estados passaram a ostentar, em flagrante oposição à realidade da época.

(E) A unificação política da Alemanha seguiu trajetória singular. Ela se fez a despeito da mais absoluta ausência de unidade econômica entre os Estados germânicos e da adoção do mais extremado liberalismo.

A: Correta. O nacionalismo foi um dos movimentos mais importantes do século XIX e intensificou-se com a ideologia do liberalismo, em que o ideal da liberdade era visto como um sentimento romântico a seguir--se, principalmente nos casos de povos oprimidos. A independência da Grécia é evidência desse fato, como vemos nos quadros de Delacroix (1798-1863), um dos mais famosos sendo "O Massacre de Quios" (1824). De acordo com Hobsbawm, em **A Era das Revoluções**, "a perene luta dos pastores de ovelhas e dos heróis-bandoleiros contra *qualquer* governo efetivo se fundiu com as ideias do nacionalismo da classe média e da Revolução Francesa: a luta grega pela independência (1821-1830). Portanto, não foi por acaso que a Grécia se tornou o mito inspirador dos nacionalistas e liberais de todo o mundo. Pois somente na Grécia todo um povo se insurgiu contra o opressor de uma maneira que poderia ser identificada de forma plausível com a causa da esquerda europeia; e, por sua vez, o apoio da esquerda europeia, encabeçada pelo poeta Byron, que lá morreu, foi uma considerável ajuda para a conquista da independência grega." (p. 200);
B: Incorreta. O socialismo tem uma origem ideológica e outra prática, e ambas remontam a bem antes dos escritos de Max e Engels. Movimentos na Inglaterra durante a primeira metade do século XIX aparecem com a criação de sindicatos (Unions) e com as reivindicações do Cartismo, cujos líderes serão condenados a morte. Na ideologia, houve o que se pode chamar de socialismo utópico, surgido do esforço intelectual de pensadores na primeira metade do século XIX. Inspirados das ideias de Gracchus Babeuf (1760-1797), eles desenvolveram ideais socialistas, como a alteração da propriedade privada. São famosos os socialistas utópicos como Saint-Simon (1760-1820), Charles Fourier (1772-1837), Robert Owen (1771-1858) e os britânicos da Fabian Society. Só a partir de 1848, Marx e Engels verão um potencial prático e um ideológico que é necessário unir para criar os ideais socialistas como são conhecidos;
C: Incorreta, pois a Comuna de Paris de 1871 durou apenas alguns meses, de março até maio, quando foi fortemente reprimida pelas tropas do presidente provisório Adolphe Thiers (1797-1877), com o apoio da Prússia. O levante se deu em reação a derrota francesa contra a Alemanha na Guerra Franco-Prussiana de 1870;
D: Incorreta. Embora seja possível afirmar que a parte descritiva esteja certa com relação à Itália. A unificação alemã deu-se graças a autoridade de Bismarck, que a forçou a unificação com conflitos e jogos diplomáticos com seus vizinhos. Por outro lado, em ambos os casos não se pode falar de um viés pacífico: se por um lado, Bismarck teve de enfrentar a Dinamarca, a Áustria e a França, a Itália teve duas frentes, no Norte com o Piemonte e no Sul com Garibaldi, além de receber apoio financeiro, prático e logístico de Napoleão III contra a Áustria;
E: Incorreta. Por dois motivos. O primeiro é a que afirma uma ausência de unidade econômica, pois nos Estados alemães, desde 1834, foi criado o Zollverein, ou a união aduaneira. Dissolvido em 1866, em função da Guerra Austro-Prussiana, ele retorna em 1867, incluindo os Estados do Sul, integrados à Prússia. O segundo erro é afirmar que Bismarck adota o liberalismo. Bismarck chega à chancelaria da Prússia em 1862, a pedido do rei Guilherme I, para resolver os dilemas acerca da cobrança de impostos no Parlamento de Frankfurt: os liberais não aceitavam a unificação imposta, mas através do liberalismo. A autoridade de Bismarck impõe aos parlamentares a condição da unidade nacional em detrimento do liberalismo.
Gabarito "A"

6.2. A CONSTRUÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS: A ALEMANHA E A ITÁLIA

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Entre os movimentos nacionalistas que se destacaram na Europa do século XIX, poucos poderiam rivalizar, em termos de importância, com as unificações alemã e italiana. Fatores internos e externos se conjugaram para que, ao fim de complexo processo de luta, Alemanha e Itália surgissem como Estados nacionais. A propósito desses acontecimentos, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Absorvido pela política interna da Prússia, o chanceler Otto von Bismarck não empreendeu projetos na área econômica que pudessem contribuir para a Alemanha como um todo.

(2) Para reduzir custos e ampliar a possibilidade de alianças externas, Bismarck optou por não investir na modernização do exército prussiano, apostando na via diplomática e na ação política para isolar a Áustria, cujo interesse era a manutenção de uma Alemanha fragmentada.

(3) A guerra de 1870 contra a França surpreendeu o chanceler Bismarck, que considerava o conflito empecilho perigoso a seus planos de unificação da Alemanha.

(4) Na Itália, o processo de unificação, que teve em Mazzini e Garibaldi lideranças exponenciais, envolveu necessariamente confrontos externos, até porque seu território era alvo de interesses múltiplos, a exemplo dos interesses austríacos, dos pontifícios e dos franceses.

1: Errada. O chanceler Bismarck (1815-1898) chegou ao cargo em 1862, na Prússia, para resolver um problema relativo aos impostos. Realista político, Bismarck via a Prússia como a região que iria liderar a unificação alemã, e para isso, a região tinha de permanecer unida, para mostrar-se forte. No parlamento da Prússia, desde 1859, os liberais haviam atingido uma maioria e impediam a aprovação de projetos que aumentasse a parte do orçamento destinada aos gastos militares. O rei da Prússia, Guilherme I (1797-1888) entrega a chancelaria para Bismarck, resolver esse impasse. Resolveu o dilema mostrando autoridade e centralismo de poder, em prol do poder da Prússia e em detrimento do liberalismo. Dessa forma, conseguiu a aprovação de várias propostas de impostos no parlamento. Não se pode dizer bem se ele empreendeu políticas econômicas, antes da unificação, que contribuíssem para a Alemanha como um todo, no entanto, depois da unificação, ele promoveu a criação de tarifas alfandegárias para proteger a nascente indústria alemã, ainda repartida de maneira desigual pelo território. Finalmente, não se pode afirmar que Bismarck esteve absorvido pela política interna da Prússia, dado que sua *Realpolitik* consistia em unificar todos os Estados alemães sob a liderança da Prússia, o mais poderoso de todos. E foi Bismarck que conseguiu tal façanha, em apenas 8 anos na chancelaria, além de resolver os problemas internos da Prússia, como o dilema entre nacionalismo unificador ou nacionalismo liberal, que divergia os liberais no parlamento da Prússia. Bismarck forçou a unificação em detrimento do liberalismo;

2: Errada. A unificação alemã foi marcada pelo reforço do exército e por conflitos em suas fronteiras, ações que promoveriam a unificação da nação alemã. Sua chegada à chancelaria da Prússia foi para resolver o dilema acerca do aumento dos gastos militares, do qual era favorável, mas o parlamento, de maioria liberal, opunha-se. Bismarck, que era a favor da modernização do exército, tratou de conseguir a força a aprovação do projeto, entre outros impostos que ele conseguiu criar. Para o seu projeto unificador, com a Prússia na liderança, Bismarck sabia que a Áustria (Áustria-Hungria desde 1867) não deveria estar integrada à Alemanha, o que enfraqueceria o poder prussiano. Primeiro, Bismarck convida a Áustria, em 1864, para ajudá-lo contra a Dinamarca pela tomada do Schleswig e do Holstein. Como havia planejado, a Áustria reivindicou um dos territórios, o que motivou um conflito entre os dois reinados, em 1866, a Guerra das Sete Semanas, marcada pela Batalha de Sadova (3 de julho de 1866). A Prússia leva o conflito facilmente, o território da Venécia é entregue à Itália e a Áustria fica de fora dos projetos de Bismarck, além de não ser mais nenhum empecilho à unificação alemã;

3: Errada. Bismarck via no conflito contra a França um mal necessário à unificação dos Estados alemães. De fato, os Estados alemães do Sul, como Bavária, Baden e Wurttemberg, próximos da fronteira com a França, ainda não tinham aceitado integrar-se ao projeto unificador alemão de Bismarck. Em um jogo diplomático brilhante, o chanceler consegue motivar os franceses a entrarem em guerra contra a Prússia. O rei Guilherme I foi de encontro ao embaixador francês em Ems, cidade da Prússia, para discutirem sobre uma questão da sucessão ao trono espanhol, que os Hohenzollerns tinham interesse. O embaixador recusa a proposta do rei, e Guilherme I envia uma mensagem para Bismarck para contar o ocorrido, mensagem que ficou conhecida como o "despacho d'Ems". O chanceler difunde parte da mensagem, e as palavras do rei não agradaram aos franceses. Bismarck ainda aproveitou para tornar público documentos que afirmavam intenções de invasão dos Franceses sobre a Renânia, região estratégica alemã, para assim, exaltar os ânimos nacionalistas alemães. A Guerra Franco-Prussiana, declarada pela França em 19 de julho de 1870, motivou os Estados do Sul em favor da Prússia, completando a unificação. Iniciou-se em 2 de agosto de 1870 e terminou-se em 4 de setembro. A guerra foi um êxito das jogadas diplomáticas de Bismarck, que além de vencer facilmente, recebeu a Alsácia-Lorena da França e terminou o seu projeto de unificação alemã;

4: Certa. A afirmativa retoma as grandes linhas da unificação italiana. Apesar de ter sido levado adiante pelos liberais, com o conde de Cavour (1810-1861) à frente do processo, os ideais democráticos e republicanos de Mazzini (1805-1872) motivavam os jovens revolucionários românticos do "Jovem Itália", ideais que tiveram ecos favoráveis na pequena e média burguesia de Milão, Veneza e Roma. Garibaldi também terá sua importância, mas como um homem de ação, na unificação, por empreender campanhas e batalhas pelo Sul da Itália. Carismático e romântico, ele será visto mais tarde, junto com Mazzini, Cavour e Vítor Emanuel II (1820-1878) como os principais homens da unificação italiana. A Itália terá uma série de confrontos externos que lhe serão necessários na unificação. Napoleão III (1808-1873) será um de seus maiores articuladores, demonstrando, muitas vezes, atitudes contraditórias. Após o atentado de Orsini, em 14 de janeiro de 1858, o Imperador encontra Cavour em 21 de julho de 1858, e compromete-se a ajudar as tropas do Piemonte. Sua ajuda será essencial contra a Áustria, nas batalhas de Magenta e Solferino, respectivamente, 4 e 24 de junho de 1859, que renderá a Lombardia ao Piemonte. Garibaldi, ao Sul, junto com a Expedição dos Mil, haviam desembarcado na Sícilia em 11 de maio de 1860, tomam Nápoles e Palermo, em setembro, e ameaçam entrar em Roma. A atitude é condenada por Napoleão III, que defendia, acima de qualquer ideal nacionalista, o catolicismo e os Estados Pontifícios de Roma. Napoleão III retira as tropas francesa que empurravam os piemonteses ao Norte contra a Áustria, e ameaça Garibaldi. Em 1862, Garibaldi é obrigado a recuar frente aos territórios papais, a pedido de Vítor Emanuel II, e ambos assinam a "Convenção de Setembro" em 1864, na qual Garibaldi compromete-se em não entrar em Roma. Finalmente, a Venécia é entregue à Itália após a Batalha de Sadova, em 1866. Restam apenas os Estados Pontifícios, que serão integrados à Itália em 1870, depois da derrota de Napoleão III contra Bismarck.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

6.3. GRANDES CORRENTES IDEOLÓGICAS DA POLÍTICA NO SÉCULO XX: DEMOCRACIA, FASCISMO, COMUNISMO

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Com relação aos regimes políticos autoritários no século XX e às ideologias concorrentes nesses regimes e nos de caráter democrático, assinale a opção correta.

(A) O ideário liberal e democrático serviu, no século XX, como alternativa política aos regimes fechados, muito embora tenha havido dificuldades para serem universalizadas suas características por todo o mundo.

(B) Como fenômeno histórico, o fascismo esgotou-se com a derrota na Segunda Guerra Mundial, e seu ideário, ainda que amainado e diluído em formas menos radicais, não encontra condições para sobreviver desde então.

(C) Os regimes de caráter autoritário — tanto os de direita, como o fascismo italiano, quanto os de esquerda, como o socialismo real soviético — foram discretos na utilização de técnicas da propaganda como forma de fomento à sua legitimidade.

(D) O regime nazista manteve-se na Alemanha, mesmo com baixa adesão das classes populares e elevada reação dos setores tradicionais da política alemã.

(E) Mesmo sofrendo o impacto da crise econômica e política das décadas de 1920 e 1930, o continente americano conseguiu reagir aos efeitos da crise sem apelar para a solução autoritária ou adotar regimes mais acentuadamente centralizados, o que significou manter praticamente intactas as instituições liberais.

A: Correta. Essa afirmativa mostra como o ideário liberal foi aceito de melhor maneira durante o século XX, através da democracia. Embora possa ser afirmada que constituía uma alternativa aos regimes centralizados, não confirma que tivera êxito o modelo. Ao fim da Primeira Guerra, muitos Estados aceitam a democracia liberal como modelo político, como parte do processo de transformação que a Guerra promovera. Deve-se ressaltar que ainda existiam impérios na África e na Ásia, com modelos políticos particulares, diferentes, em sua maioria, das democracias liberais das metrópoles. Além disso, o período entreguerras marca o recrudescimento do modelo liberal democrático, com a ascensão de regimes centralizados e, muitas vezes, autoritários. Hobsbawm chega ao ponto de mencionar, em um dos capítulos de **A Era dos Extremos**, a queda do liberalismo (p. 113-143) e fala da dificuldade de manter um regime pouco atraente: "a política liberal era vulnerável porque sua forma de governo característica, a democracia representa-

tiva, em geral não era uma maneira convincente de governar Estados, e as condições da Era da Catástrofe raramente asseguraram as condições que a tornavam viável, quanto mais eficaz." (p. 140). Mesmo assim, a liberal democracia foi um modelo alternativo aos regimes fechados;
B: Incorreta. Não se pode falar do fim do fascismo com o fim da Segunda Guerra Mundial. Alguns Estados ainda mantiveram a população sob o fascismo mesmo depois da Guerra. É o caso da Espanha de Franco, cujo Caudilho esteve no poder entre 1939 e 1975, com um partido surgido na década de 1960, o *Fuerza Nueva*, que não tem mais tanta relevância assim. O Estado Novo de Salazar também tinha alguns traços fascistas, embora alguns historiadores questionam o caráter fascista do ditador português. Na América Latina, nos anos de 1970, principalmente, e na década de 1980, em alguns casos, algumas ditaduras militares adotavam ideais e elementos fascistas. Eram, sobretudo, regimes autoritários. Ainda assim, é difícil afirmar que o fascismo, como fenômeno histórico, encontra dificuldade de manter-se. O que de fato houve foi uma decadência de sua forma política de Estado. Como fenômeno social, ainda é possível encontrar grupos que se autodenominam "neofascistas", muito embora com pouca representatividade, mas com peso social importante. Outra ideia é a de Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**, que faz uma reflexão sobre o radicalismo religioso, os "fundamentalistas", que ele não afirma serem uma forma de fascismo, mas a comparação é suficiente para dar uma ideia de sua opinião. De fato, para o autor, "O Breve Século XX foi uma era de guerras religiosas" (p. 541), e que, em tempos de crises e em movimentos de massa, os dogmatismos podiam levar aos extremos políticos, como nos fascismos do período entre guerra: "Não pela primeira vez, a combinação de nulidade intelectual com uma forte e mesmo desesperada emoção de massa se mostrava politicamente poderosa em tempo de crise, insegurança e [...] Estados e instituições em desintegração. Como os movimentos de ressentimento do entre guerras, que tinham gerado o fascismo, os protestos religioso-políticos num mundo em desintegração [...] forneciam o húmus em que podiam crescer forças políticas efetivas." (p. 545-546);
C: Incorreta, pois a propaganda foi um instrumento essencial dos regimes fascistas, para divulgar as ideologias e manter certa estabilidade social na população. A propaganda atingia vários níveis, desde a difusão da informação nos meios de comunicação, até o doutrinamento nas escolas, com materiais que provocavam a glorificação ao movimento e ao líder;
D: Incorreta. Embora a chegada de Hitler à chancelaria da República de Weimar fora controversa, em 1933, ele recebeu amplo apoio popular em um plebiscito ratificando a sua decisão de unir a presidência e a chancelaria alemã, com 90% dos votos;
E: Incorreta. Embora a resposta esteja certa até a última afirmativa. De fato, em resposta à crise de 1929, os governos não deixaram os regimes caírem na centralização ou em regimes políticos autoritários. Não significa que mantiveram instituições liberais intactas, pelo contrário, tratou-se de negar o liberalismo econômico. Até então, a solução para momentos de crise econômica era o famoso *laissez faire* dos clássicos, que acreditavam na resolução automática das crises. Logo verificou-se um tipo de desemprego independente do nível de renda demandado pelos agentes de trabalho, isto é, a oferta de emprego não era suficiente para suprir a demanda, havia mão de obra ociosa. A saída da crise foi abandonar o liberalismo econômico, em todos os países, e promover o intervencionismo do Estado na economia, o que corresponde a um aumento acelerado dos gastos públicos, que estimulava a mão de obra pela criação do emprego, o que aumentava a renda dos agentes, para assim aumentar a demanda agregada e estimular a economia.
Gabarito "A"

Texto para a próxima questão

Para alguém que observasse o mundo dos anos 1960 e o comparasse com o de 1870 ou 1880, nada seria mais impressionante, talvez, que a mudança que se operou na estrutura das relações internacionais. A explicação mais óbvia para essa mudança é a exaustão da Europa em duas guerras mundiais. Isto, somado à ascensão dos EUA e, paralelamente, à ascensão da Rússia no plano das potências mundiais foram, de fato, os acontecimentos decisivos que propiciaram o advento de um novo período na política mundial.

Quando, no início de 1917, o presidente Wilson proclamou que "não deve haver um equilíbrio de poder, mas uma comunidade de poder, não rivalidades organizadas, mas uma paz comum organizada", ele estava anunciando, com efeito, que a velha estrutura de relações internacionais ficara obsoleta em uma época de política em escala mundial.

Depois da revolução bolchevista na Rússia, tomou forma tangível a divisão do mundo em dois grandes blocos de potências rivais, inspirados por ideologias manifestamente inconciliáveis. Wilson e Lenin sabiam, desde o princípio, que estavam competindo pelo sufrágio da humanidade; e foi para impedir que Lenin ganhasse o monopólio dos planos de edificação do mundo de pós-guerra que, em janeiro de 1918, Wilson publicou os seus famosos Quatorze Pontos. "Wilson ou Lenin", escreveu o socialista francês Albert Thomas; "democracia ou bolchevismo... uma escolha a fazer".

Geoffrey Barraclough. **Introdução à história contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 90-113 (com adaptações).

(Diplomacia – 2007 – CESPE) O período entre as duas guerras mundiais do século XX foi marcado pela radicalização política. A instalação de regimes totalitários em vários países europeus contribuiu para o acirramento das tensões, que, ao lado de outros fatores, colaborou decisivamente para a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A respeito desse quadro histórico, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) Embora tenha participado da aliança vitoriosa na Primeira Guerra Mundial, a Itália afastou-se das democracias liberais na medida em que, já na década de 20 do século passado, o país se tornou vítima dos métodos violentos do fascismo, que não encontrou resistência organizada.

(2) Na Alemanha, o totalitarismo nazista aproximava-se dos demais regimes fascistas, entre outros fatores, pela adoção do racismo como política de Estado.

(3) Espanha, Portugal, Polônia, Iugoslávia e Hungria são exemplos de Estados europeus que adotaram regimes ditatoriais de cunho fascista que não sobreviveram à vitória dos Aliados, derrubados nos anos que se seguiram ao imediato pós-Segunda Guerra Mundial.

(4) Nas Américas, enquanto o new deal, de Roosevelt, reiterava a aposta dos EUA na viabilidade do modelo ultraliberal de capitalismo, a experiência brasileira sob o regime de Vargas, no Estado Novo, apontava para a crescente presença estatal na economia.

1: Certa. A afirmativa trata da ascensão do fascismo na Itália. Sai da Guerra vitoriosa, mas não recebe as indenizações que lhe eram devidas, e as dissidências internas vão motivar a chegada de Mussolini (1883-1945) no poder em 1922, nomeado primeiro ministro. O fascismo logo torna-se culto diário na Itália, impregnando a sociedade, que não ofereceu muita resistência organizada; **2:** Errada. Não era pelo racismo, mas por outras características que o nazismo se aproximava do fascismo. Havia uma diferença crucial entre fascismo e nazismo, era que o primeiro concentrava os esforços na exaltação do Estado, e o segundo tinha por interesse a glorificação do ser. É no fascismo que se busca uma utopia, enquanto que o nazismo queria criar uma raça superior. Por essa razão, as ideologias diferem, e o racismo é uma prática exclusiva do nazismo;
3: Errada. Os dois únicos Estados em que podemos ver algo de fascismo, ainda que a afirmativa seja controversa e muitos estudos estão em processo de revisão, são Portugal de Salazar, com o Estado Novo (1933-1974) e a Espanha de Franco (1939-1975). Ambos regimes, neutros durante a Segunda Guerra, resistiram ao conflito e perduraram por aproximadamente 30 anos, e caíram em função de dinâmicas internas, sem intervenções estrangeiras. Iugoslávia era uma monarquia, até ser invadida durante a Guerra pelas forças do Eixo, e retomada em 1945 pelas tropas de Tito, que transformaram as diversas nações em uma federação comunistas, sem muitos traços de fascismo. Polônia também cai num regime comunista após a Guerra, instaurado pela URSS, que tampouco pode-se dizer fascista, e praticamente o mesmo, salvo algumas distinções, pode ser afirmado com relação à Hungria;
4: Errada. O New Deal de Roosevelt foi uma série de medidas intervencionistas na economia americana, que será consagrado, mais tarde, como modelo keynesiano, que nada tem de liberalismo. A crise estrutural de 1929 mostrou que a mão invisível e o *laissez-faire* dos clássicos não conseguia resolver a crise, e justificou assim a interven-

ção estatal na economia. O mesmo ocorre no Brasil de Vargas em que o Estado passa a intervir na economia, ordenando as queimas dos estoques, por exemplo.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

Texto para a próxima questão

O século XX coincidiu com a máxima expansão das categorias fundamentais do mundo moderno — sujeito e trabalho —, eixos que presidiram a atualização e exasperaram os limites do liberalismo e do socialismo, as duas grandes utopias da modernidade. Tais utopias não nasceram no século XX, mas este foi o laboratório mais distendido de todas elas, o campo concreto de experimento de suas virtualidades, das suas figuras e de sua imaginação. Talvez por isso o século XX exiba uma característica única e contraditória: parece ter sido o mais preparado e explicado pelos séculos anteriores e, simultaneamente, o que mais distanciou a humanidade de seu passado, mesmo o mais próximo, decretando o caráter obsoleto de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios.

O século XX foi o salto definitivo da humanidade para o futuro, para a história entendida como transformação permanente e fluxo contínuo do tempo em direção a um tempo de abundância e liberdade, perspectiva avalizada pela sistemática ampliação das promessas da ciência, da tecnologia, das novas modalidades de organização social e da produção material. Um século, portanto, de mandamentos utópicos que sacrificaram o passado e seus mitos, mudaram o ritmo da vida e ocidentalizaram a Terra, tornando-a mais homogênea e seduzida por semelhantes imagens de futuro. Nesse sentido, nada mais próximo e nada mais distante do século XIX do que o século XX.

Rubem Barboza Filho. **Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)**. *In*: Alberto Aggio e Milton Lahuerta (orgs.). **Pensar o século XX: problemaspolíticos e história nacional na América Latina**.São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 16 (com adaptações).

(Diplomacia – 2006 – CESPE) A partir das observações formuladas no texto, julgue (C ou E) os itens subsequentes, considerando o desenrolar do século XX.

(1) Os regimes totalitários de direita comandaram os destinos de muitos países europeus, entre os anos 20 e 40 do século XX. O discurso nazifascista condenava o capitalismo, preconizando forte controle do Estado e das instituições políticas liberais e democráticas, consideradas incapazes de oferecer resposta rápida e satisfatória às demandas de uma sociedade em crise profunda.

(2) A Revolução Russa de 1917, com a coletivização dos meios de produção e o Estado posto a serviço dos trabalhadores, inaugura uma nova forma de utopia, que exerceria forte impacto na história do século XX, qual seja, a construção de uma sociedade distinta daquela que atendia aos interesses do capitalismo. A experiência soviética, contudo, ruiu em fins do século XX, não sem antes ter sido alvo de questionamento e de crítica, inclusive de setores da esquerda, quanto ao modelo político totalitário que adotara.

(3) Na Segunda Guerra Mundial, o Japão aliou-se à Alemanha, tal como já fizera na Primeira Guerra.

(4) Entre as características marcantes do século XX, uma enquadra-se perfeitamente no que o texto identifica como o fim "de formas de vida e sociabilidade consolidadas durante milênios". Trata-se do fenômeno da urbanização, a alterar radicalmente, entre outros aspectos próprios da sociedade de massas, modos de pensar, consumir, morar, vestir-se, comunicar-se e locomover-se.

1: Certa. A afirmativa descreve o argumento do nazismo para justificar sua chegada ao poder. De fato, o liberalismo era percebido como um fator principal à origem da hiperinflação que havia acometido a Alemanha durante a crise de 1929. O nazismo afirmava que era necessário abandonar o liberalismo, inclusive seus ideais políticos, e a democracia, para assim poder mudar a sociedade;
2: Certa. A Revolução realmente pretendia criar um sociedade diferente, livre do capitalismo. Num primeiro momento, os seus líderes, entre os quais Lenin e Trotsky, pareciam querer abrandar a coletivização dos meios de produção, em um modelo um pouco mais aberto, conhecido como a NEP. Com a morte de Lenin e a chegada de Stalin ao poder, esse processo de abertura é abandonado e Trotsky é obrigado a exilar-se. Com uma radicalização do socialismo de Stalin, o regime será duramente criticado até mesmo de dentro da URSS, pela própria esquerda. Em 1980, na Polônia, estoura o movimento sindical Solidariedade, contrário ao regime político e econômico da União Soviética, liderado pelo futuro presidente polonês, Lech Walesa. A própria queda do regime, levada pelas reformas de Gorbatchev, comunista, mostra que nem mesmo a esquerda tolerava as linhas diretórias da União Soviética;
3: Errada. De fato, o Japão aliou-se à Alemanha na Segunda Guerra. Na Primeira Guerra, consequência da aliança com os Ingleses de 1902, o Japão alia-se à Grã-Bretanha e à França, contra a Alemanha;
4: Certa. De fato, a urbanização entra nessa lógica. O século XIX marca um processo de urbanização importante, em função da Revolução Industrial, e as relações do homem com o campo serão modificadas para sempre.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

6.4. DITADURAS E REGIMES FASCISTAS

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Na Península Ibérica, a transição de regimes autoritários (Salazarismo, em Portugal, e Franquismo, na Espanha) para a democracia realizou-se em processos quase simultâneos, na década de 70 do século passado. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

(A) O principal fator da queda do Salazarismo, em Portugal, e do Franquismo, na Espanha, foi a perda dos respectivos Impérios coloniais desses países.

(B) Na Espanha, a transição para a democracia realizou-se em contexto de depressão econômica, ao passo que, em Portugal, ocorreu em momento de crescimento e modernização da economia.

(C) Tanto o Salazarismo quanto o Franquismo foram estabelecidos por meio de guerras civis violentas.

(D) A Revolução dos Cravos foi liderada por setores militares insatisfeitos com o rumo da guerra colonial empreendida por Portugal. E Na Espanha, a Revolução que encerrou o regime ditatorial franquista foi liderado por Juan Carlos I, coroado em 1975.

A: Incorreta, pois antes de tudo, pouco pode-se falar sobre o império colonial do Franquismo, com exceção do Saara Ocidental (cujo processo de descolonização estava em processo avançado no momento da transição). A ditadura espanhola não caiu em função da fatores de instabilidade internos. Houve um processo estável de transição em direção a uma democracia, a "Transição Espanhola", que substituiu a ditadura por uma monarquia parlamentar. O Salazarismo caiu em função de um levante revolucionário, conhecido como Revolução dos Cravos, em 1974, originário nos meios militares insatisfeitos com as campanhas militares nas colônias, e só depois disso foi que o império colonial português se desfaleceu;
B: Incorreta. Por um lado, a Espanha havia aberto a sua economia em 1968 e inicia um processo de crescimento. Por outro,por mais que seus índices de desenvolvimento econômico estivessem entre os menos desenvolvidos da Europa (evidenciado pelas cifras da emigração), Portugal vinha passando por um processo de crescimento econômico desde começos da década de 1950, mas ainda era essencialmente agrícola, e era da vontade de Salazar de mantê-lo assim. A indústria portuguesa estava marcada por monopólios, fruto de uma política corporativista, o que contribuiu para criar uma elite industrial e aumentar os índices da desigualdade gerada no campo, sem contar que boa parte do orçamento português estava destinado para financiar as guerras coloniais. Não se pode falar de uma modernização da economia portuguesa no período de transição para a democracia;
C: Incorreta. A afirmativa pode fazer referência à Guerra Civil Espanhola (1936-1939) que terminou com a vitória do general Francisco Franco, representante dos nacionalistas, sobre os republicanos. Já o Estado Novo português, pelo lado do Salazarismo, foi instaurado de forma mais pacífica, num processo de transição tranquila a partir da Ditadura Nacional (1926-1933). O General Óscar Carmona é eleito presidente em 1928 (sufrágio direto, lista única), chama o professor de finanças públicas da Faculdade de Direito de Coimbra, Antônio Salazar, para ser

seu ministro de Finanças. Obtendo êxito nas mídias e entre a população em geral e com uma melhoria da administração financeira, Salazar criou a União Nacional em 1930, que modelaria o regime que viria a seguir. Elimina gradualmente a oposição da esquerda e elabora, sem comandar uma constituinte, uma Nova Constituição em 1932, aprovada por referendo popular em 1933. A chegada de Salazar foi, nesse contexto, pacífica, não podemos afirmar, em nenhum momento, que houve uma guerra civil, muito menos violenta;
D: Correta. Os dissidentes e desertores da guerra colonial portuguesa foram os organizadores da Revolução dos Cravos. A primeira reunião desse grupo deu-se em Bissau, capital da Guiné-Bissau, em 1973. Pouco depois, inicia-se um desentendimento entre as forças armadas e o regime de Salazar, que culminará a Revolução, em 25 de abril de 1974. O governo na Espanha já estava programado para ser entregue a Juan Carlos, herdeiro da dinastia Bourbon, logo da morte de Franco. Juan Carlos foi coroado em 1975, poucos dias depois da morte de Franco, e iniciou um processo de implementação de uma série de reformas políticas, em um momento delicado, com vários setores em oposição e o aumento do terrorismo, até chegar a constituinte de 1978. A Constituição foi ratificada no mesmo ano, criando uma Monarquia Parlamentaria, instaurando a democracia na Espanha.
Gabarito "D"

7. A VIDA CULTURAL

7.1. O MOVIMENTO ROMÂNTICO

O Romantismo representa uma crítica à modernidade, isto é, à civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno). Podemos dizer que, desde sua origem, o Romantismo é iluminado pela dupla luz da estrela da revolta e do "sol negro da melancolia" (Nerval). O elemento central dessa estrutura — da qual dependem todos os outros — é uma contradição, ou oposição, entre dois sistemas de valor: os do Romantismo e os da realidade social dita moderna.

M. Löwy e R. Sayre. **Revolta e melancolia** — o romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 34-5 (com adaptações).

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Tendo o texto acima como referência e considerando as questões por ele suscitadas, assinale a opção correta.

(A) O Romantismo apoiou no idealismo, na imaginação e na fuga para o exótico, entre outras bases estéticas, a sua reação crítica à realidade capitalista.
(B) Apoiado em valores filosóficos de afirmação da subjetividade e do idealismo, o Romantismo promoveu uma estética de equilíbrio e racionalidade.
(C) O Romantismo celebrou esteticamente a urbanidade e os avanços tecnológicos alcançados com a industrialização europeia verificada durante o século XIX.
(D) O Romantismo reunia a revolta contra estruturas estéticas e filosóficas medievais e a melancolia diante dos fundamentos ideológicos da modernidade, ou seja, combinava alienação com fetichismo da mercadoria.
(E) Movimento que apregoava a alienação, o Romantismo desvinculou-se das transformações sociais pelas quais a Europa passou durante o século XIX.

A: Correta, pois lista três características principais do Romantismo. De fato, o movimento artístico que dominou as artes durante boa parte da primeira metade do século XIX veio em contraposição à lógica racional capitalista, como mostra a citação da colocação de Löwy e Sayre: "O Romantismo representa uma crítica à modernidade, isto é, à civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno)." O idealismo é uma característica marcante, através do qual os jovens românticos tentavam superar o ideal capitalista da burguesia, conforme escreve Eric Hobsbawm, em **A Era das Revoluções:** "Entretanto, já que a sociedade burguesa triunfara de fato nas revoluções francesas e industrial, o Romantismo inquestionavelmente se transformou em seu inimigo instintivo, e pode muito justamente ser considerado como tal." (p. 409). A imaginação também sustenta a mesma crítica, no que os Românticos chamaram de alienação humana o caso extremo de imaginação. Hobsbawm, ao falar dos socialistas utópicos, para quem também eram românticos, afirma: "Os primeiros seguidores de Saint-Simon (embora não o seu líder) e especialmente Fourier dificilmente podem ser considerados outra coisa que românticos. O resultado mais duradouro desta crítica romântica [crítica social da sociedade burguesa] foi o conceito de "alienação" humana, que iria desempenhar um papel crucial em Marx, e a insinuação da perfeita sociedade do futuro." (p. 413). Finalmente, o exótico também foi usado pelos românticos para criticar a sociedade burguesa capitalista, seja pelo medievalismo ou pelo orientalismo, numa busca para fora do seu tempo e do seu espaço. Mais uma vez, Hobsbawm, ao falar dos românticos conservadores da primeira geração: "A estável ordem social da idade feudal, o lento produto orgânico das eras, colorido de heráldica, envolto pelos sombrios mistérios das florestas de contos de fada e coberto pelo dossel do inquestionável céu cristão era o evidente paraíso perdido dos oponentes conservadores da sociedade burguesa, cujo gosto pela devoção, a lealdade e um mínimo de cultura entre os mais modestos a Revolução Francesa havia aguçado." (pp. 415-416);
B: Incorreta. Por mais que haja um questionamento sobre o aspecto antirracional do Romantismo, não se pode dizer que promoveu a estética do racionalismo. A moderação e o equilíbrio são características que se associam mais ao Classicismo, movimento de pensamento anterior ao Romantismo e contra o qual os românticos se opunham. Havia uma estética dos excessos e do sentimentalismo que os românticos gostavam de ressaltar, em franca oposição ao meio-termo, à burguesia "classe média". De acordo com Hobsbawm, em **A Era das Revoluções**, "Entretanto, embora não seja absolutamente claro quais eram os propósitos do Romantismo, é bastante evidente o que ele combatia: o meio termo. Qualquer que seja o seu conteúdo, era um credo extremista. Os artistas e pensadores românticos, no sentido mais estrito, são encontrados na extrema esquerda, como o poeta Shelley, ou na extrema direita, como Chateaubriand e Novalis, saltando da esquerda para a direita, como Wordsworth, Coleridge e numerosos defensores desapontados da Revolução Francesa, saltando do monarquismo para a extrema esquerda como Victor Hugo, mas quase nunca entre os moderados ou liberais ingleses do centro racionalista, que de fato eram fiéis mantenedores do "classicismo"." (p. 408);
C: Incorreta. Não há registro de que o Romantismo tenha celebrado a urbanização, nem os avanços tecnológicos. O romântico queria buscar o vínculo do homem com a natureza, e não com a cidade, um centro que contribuía para diluir o indivíduo e dissocia-lo do mundo. A sua oposição aos avanços tecnológicos pode verificar-se na sua oposição ao homem burguês, aquele que celebra os avanços da industrialização, pois é de onde extrai o seu capital. De acordo com Hobsbawm, em **A Era das Revoluções**, " A ansiedade que se convertia em obsessão nos românticos era a recuperação da unidade perdida entre o homem e a natureza. O mundo burguês era profunda e deliberadamente antissocial." (p. 414);
D: Incorreta. O ideal medieval era uma busca dos românticos, em contraposição à antiguidade clássica associada ao classicismo. A Idade Média era ao Romantismo um período ideal, com uma estética sombria e melancólica, além da exaltação de ideais de lealdade e de devoção. De acordo com Hobsbawm, em **A Era das Revoluções**, "Três fontes abrandaram a sede da perdida harmonia entre o homem e o mundo: a Idade Média, o homem primitivo [ou, o que dá no mesmo, o exotismo e o "povo" (folk)], e a Revolução Francesa. [...] A estável ordem social da idade feudal, o lento produto orgânico das eras, colorido de heráldica, envolto pelos sombrios mistérios das florestas de contos de fada e coberto pelo dossel do inquestionável céu cristão era o evidente paraíso perdido dos oponentes conservadores da sociedade burguesa, cujo gosto pela devoção, a lealdade e um mínimo de cultura entre os mais modestos a Revolução Francesa havia aguçado." (pp.415-416);
E: Incorreta, pois muitas vezes, o Romantismo esteve associado às revoluções e aos grandes eventos do século XIX. Muitos jovens românticos, como o poeta britânico Lorde Byron (1788-1824), participaram da Guerra de Independência da Grécia. Outros estiveram envolvidos com as revoluções do século, contribuindo para dar uma imagem romântica à Revolução: "No continente europeu, a ligação entre a arte romântica e a revolução antecipada na década de 1820 só se tornou realidade durante e depois da Revolução Francesa de 1830. Isto também é verdade a propósito do que talvez possa ser chamado de visão romântica da revolução e estilo romântico de ser revolucionário, cuja expressão mais conhecida é o quadro de Delacroix Liberdade nas barricadas (1831)." (Hobsbawm, **A Era das Revolu-**

ções, pp.421-422). Em um momento, de acordo com Hobsbawm, o jovem Romântico se politiza e passa a participar mais ativamente da política, como é visto no período entre as Três Gloriosas (1830) e a Primavera dos Povos (1848): "A mais surpreendente consequência desta união do Romantismo com a visão de uma nova e mais elevada Revolução Francesa foi a avassaladora vitória da arte política entre 1830 e 1848. Raramente houve um período em que mesmo os artistas menos "ideológicos" tenham sido mais universalmente partidários, frequentemente considerando o serviço à política como seu dever primordial." (p. 422).

Gabarito "A"

A atitude romântica teve, no Romantismo, a sua expressão mais completa, mas não se restringe a ele; o romântico vige até os dias de hoje. Não se trata de fenômeno exclusivamente alemão, mas na Alemanha ganhou marcas tão especiais que, no estrangeiro, volta e meia, confundem-se cultura alemã e atitude romântica.

Rüdiger Safranski. **Romantik. Eine deutsche Affäre**. München: Carl Hanser, 2007, p. 12 (Trad. com adaptações).

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Considerando o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta a respeito do movimento romântico.

(A) Alguns escritores europeus da segunda metade do século XIX, tais como Johann Wolfgang von Goethe, Charles Baudelaire e James Joyce, pertenceram à chamada geração ultrarromântica, marcada por atitude pessimista em relação à vida, gosto pelo macabro e pela vida boêmia.

(B) Foi característica marcante do Romantismo literário a simpatia pela Antiguidade Clássica, sobretudo pela cultura latina, cujos padrões estilísticos os escritores oitocentistas procuraram emular.

(C) As composições de Wolfgang Amadeus Mozart figuram como exemplos da música romântica, em razão da ênfase na expressão das emoções individuais, da preferência pela música instrumental, da opção frequente por grandes orquestras e da desvalorização da música sacra.

(D) Diversos artistas e estetas românticos adotaram uma postura crítica diante do ideário iluminista ao enfatizarem a intuição, os sentimentos individuais, a imaginação, o mistério, em detrimento do racionalismo, do universalismo e do otimismo típicos dos iluministas.

(E) Artistas ligados ao Romantismo alemão propunham aproximar dos seus congêneres europeus a literatura, a música e as artes plásticas produzidas nos países de língua alemã, o que, somado à atitude de desligamento em relação ao mundo cotidiano e à política, imunizou esse movimento contra o crescente nacionalismo da cena cultural europeia.

A: Incorreta. Por confundir os períodos de vivência dos escritores e o de suas respectivas correntes. Goethe (1749-1832) é um escritor romântico da primeira metade do século XIX, e está entre os primeiros românticos alemães. Já o poeta francês Charles Baudelaires (1821-1869) dificilmente encaixa-se em uma corrente literária específica, com um grau de dificuldade elevado, pode-se afirmar que teve influências do romantismo, mas não pertence ao movimento, sendo associado mais ao simbolismo. James Joyce (1882-1941), romancista e poeta irlandês, tampouco insere-se em um movimento específico, muito menos com o romantismo;
B: Incorreta, pois o Romantismo, em oposição evidente ao classicismo, retoma temas associados à Idade Média. O medievalismo foi tema recorrente dos românticos, que viam, nos valores do Cavaleiro, um exemplo de evasão. O classicismo apoiava-se na racionalidade do ser, verificada na antiguidade grega. Em oposição, o romantismo encontrava seu sustento na era medieval, na evasão e no improviso do ser;
C: Incorreta. Embora seja difícil enquadrar o gênero musical de Mozart (1756-1791), o seu estilo não se verifica como romântico, associa-se muito mais ao classicismo. O primeiro argumento é dado em função do período em que viveu, anterior ao romantismo alemão. Em seguida, é sabido que Mozart compôs muitas obras sacras, em oposição ao afirmado na alternativa;
D: Correta. A afirmativa descreve o ideal romântico, mais associado com a subjetividade dos sentimentos, em oposição à objetividade racional do iluminismo;
E: Incorreta, pois é sabido que o romantismo associou-se com o crescente nacionalismo e foi utilizado por meios políticos como catalizador dos movimentos nacionais na Itália e na Alemanha.

Gabarito "D"

7.2. AS VANGUARDAS EUROPEIAS

(Diplomacia – 2009 – CESPE) No que se refere a aspectos das manifestações culturais da civilização ocidental contemporânea, assinale a opção **incorreta**.

(A) Com variações devidas à passagem do tempo e às individualidades nacionais, o Romantismo, que dominou a Europa, na primeira metade do século XIX, pode ser entendido como um movimento de valorização da subjetividade.

(B) Embora essencialmente nacionalista, o Romantismo tornou-se um movimento internacional, em escala europeia e, mesmo, mundial.

(C) Entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX, como reflexo das transformações estruturais em curso — ou seja, do avanço da industrialização e da sociedade urbana de massa —, verificou-se a perda das referências tradicionais, o que favoreceu a inovação e a experimentação nas artes.

(D) Nas décadas de transição entre os séculos XIX e XX, período da grande expansão neocolonialista do imperialismo, a criação artística europeia prosperou vigorosamente, sem abrir espaço a influências provindas da Ásia, da África ou mesmo das Américas.

(E) Considerado uma das importantes inovações artísticas formais surgidas antes da Primeira Guerra Mundial, o Dadaísmo buscava surpreender ou escandalizar os admiradores da arte burguesa convencional.

A questão foi anulada, por haver uma ambiguidade no item E. De acordo com a justificativa: "A primeira manifestação concreta do Dadaísmo se deu, efetivamente, durante a Primeira Guerra Mundial. Há, portanto, erro na parte inicial da opção relativa a esse movimento artístico, o que invalida a questão em seu conjunto. A Banca examinadora decide pela anulação da questão." Se buscamos que outra alternativa pode ter erro, pode ser o item D. Em muitos movimentos artísticos europeus de vanguardas, encontram-se influências africanas e asiáticas. De acordo com Hobsbawm, em **A Era dos Impérios**: "O imperialismo ocasionou um aumento notável do interesse ocidental em formas de espiritualidade derivadas do Oriente, ou que diziam ser, e às vezes conversões a elas. [...] No campo da arte, e especialmente das artes visuais, as vanguardas ocidentais trataram as culturas nãoocidentais em total pé de igualdade. Na verdade, inspiraram-se preponderantemente nelas nesse período. Isso é verdade não só em relação a artes que se pensava representarem civilizações sofisticadas, por mais exóticas que fossem (como a japonesa, cuja influência nos pintores franceses foi marcante), mas em relação às encaradas como "primitivas", notadamente as da África e da Oceania." (p. 120-121).

Gabarito ANULADA

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Para o surrealista André Breton, "a beleza tem que ser convulsiva para deixar de sê-lo". Uma arte que se concentrava na visão interna é o que se depreende da afirmativa de Picasso de que a arte "não é o que você vê, mas o que você sabe que está lá". Considerando esses pontos de vista e o cenário cultural do Ocidente nas primeiras décadas do século XX, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Ainda que com temas recorrentes, a arte do início do século XX caracterizava-se, entre outros aspectos, pela rapidez com que os estilos se sobrepunham.

(2) A preocupação em retratar grandes eventos históricos, seguindo a trilha aberta pelos românticos do século XIX, em vez das cenas da vida quotidiana, marca a pintura do início do século XX.

(3) Infere-se das citações de Breton e Picasso, acima repro-

duzidas, que, na visão desses artistas, a arte do século XX deveria ser desafiadoramente realista.

(4) O Cubismo é o exemplo por excelência de um estilo artístico bem recebido pelo grande público e cuja aceitação transcendeu, de imediato, os meios mais familiarizados com a pintura.

1: Certa. Uma das características do "modernismo" era sua constante ruptura com o passado. A cisão permanente motivava a criação de novos estilos, cada vez que um estilo passava a representar o passado. E dessa constante ruptura emanava parte do gênio artístico da época, entre outros. De acordo com Hobsbawm, em **A Era dos Impérios**: "O que fez os artistas de *avant-garde* seguirem em frente não foi, portanto, uma visão de futuro, mas um visão invertida do passado. De fato, eles eram com frequência, como na arquitetura e na música, eminentes praticantes de estilos derivados da tradição, os quais abandonaram apenas porque, como o ultrawagneriano Schonberg, sentiram-se incapazes de suportar modificações adicionais. [...] Há muito tempo os pintores estavam conturbados pela inadequação das antigas convenções à representação da realidade externa e de seus próprios sentimentos, porém – fora os que iniciaram a "abstração" total, às vésperas da guerra (notadamente os da *avant-garde* russa) – acharam difícil deixar de pintar *algo*. A *avant-garde* tentou várias direções, mas, de maneira geral, optou tanto por aquilo que pareceu, a observadores como Max Raphael, a supremacia da cor e da forma sobre o conteúdo, como pela busca única de um conteúdo nãofigurativo sob a forma de emoção ("expressionismo") ou por várias maneiras de demolir os elementos convencionais da realidade representacional e remontá-los segundo diferentes tipos de ordem ou desordem (cubismo)." (p. 327);

2: Errada. Na verdade, a pintura do início do século XX rejeita o antigo. Os pintores dos movimentos de vanguarda negam a maneira como os movimentos anteriores a eles observam o passado, como afirma Hobsbawm, em **A Era dos Impérios**: "Em certo sentido, a *avant-garde* acusou tanto os tradicionalistas como os modernistas *fin-de-siècle* daquilo que Marx acusara os revolucionários de 1789-1848, ou seja, de "invocar os espíritos do passado a seu serviço e tomar emprestados seus nomes, lemas de batalha e trajes para apresentar a nova cena de história mundial sob esse disfarce consagrado pela tradição e com essa linguagem emprestada". Só que eles não tinham uma linguagem nova, ou não sabiam como seria. Pois qual era a linguagem para expressar o novo mundo, especialmente quando seu único aspecto identificável (for a tecnologia) era a desintegração do antigo? Esse era o dilema do "modernismo" no início do novo século." (p. 326-327);

3: Errada. Um dos dilemas do período era o seu diálogo com a realidade. Não se trata de buscar pela realidade, mas sim de buscar o real. Esse questionamento havia surgido já com o impressionismo, em que se tratava de representar o «real» de outras formas que pela sua realidade visual. De acordo com Hobsbawm, em **A Era dos Impérios**: "As dificuldades para tornar a realidade «real", em sentido "científico" ou objetivo, levaram os pintores impressionistas, por exemplo, muito além da linguagem visual da conformidade representativa, embora, como o sucesso demonstrou, não além da compreensão do leigo. O impressionismo levou seus seguidores consideravelmente longe, ao pontilhismo de Seurat (1859-1891) e à procura da estrutura básica como oposta à aparência da realidade visual, com os cubistas, que, reivindicando a autoridade de Cézanne (1839-1906), pensaram poder discernir em algumas formas geométricas tridimensionais." (p. 323);

4: Errada. Ao falar sobre a maneira como foram recebidos as vanguardas europeias, entre as quais o cubismo, Hobsbawm afirma que não necessariamente foram bem recebidas. De fato, havia um grau de abstração alto no movimento que não refletia os gostos das massas, nem o dos grupos que, por assim dizer, frequentavam os meios artísticos. Em **A Era dos Extremos**, sobre o período das vanguardas, afirma-se que: "jamais devemos esquecer que, durante todo esse período, continuou isolada dos gostos e preocupações das massas do próprio público ocidental, embora agora o invadisse mais do que esse público em geral admitia. A não ser por uma minoria um tanto maior que antes de 1914, não era do que maioria das pessoas real e conscientemente gostavam." (p. 181).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

7.3. O MODERNISMO

Na pós-modernidade, a cultura expandiu-se a ponto de se tornar praticamente coextensiva à própria economia, não apenas como base sintomática de algumas das maiores indústrias do mundo, mas de maneira muito mais profunda, uma vez que todo objeto material ou serviço imaterial vira, de forma inseparável, uma marca trabalhável ou produto vendável. A cultura, nesse sentido, como inevitável tecido da vida no capitalismo avançado, é agora a nossa segunda natureza. Enquanto o Modernismo extraía seu propósito e energias da persistência do que ainda não era moderno, do legado de um passado ainda pré-industrial, o Pós-modernismo é a superação dessa distância, a saturação de cada poro do mundo com o soro do capital.

Perry Anderson. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 13 (com adaptações).

(Diplomacia – 2011 – CESPE) A partir do texto acima, julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos à dinâmica cultural dos séculos XX e XXI.

(1) Os teóricos que se dedicam à análise da estética da pós-modernidade consideram-na basicamente um esforço coletivo de retomada da atitude vanguardista de rejeição do mundo da mercadoria e do espetáculo.

(2) O modernismo europeu é o primeiro movimento estético derivado de vanguardas estéticas organizadas por grupos marginalizados da periferia do capitalismo, tais como aqueles que organizaram, no Brasil, em 1922, a Semana de Arte Moderna.

(3) Uma faceta do alcance utópico da plasticidade das formas modernistas revela-se na arquitetura, que impõe a experiência estética ao cenário urbano cotidianamente degradado.

(4) As vanguardas europeias do início do século XX caracterizaram-se pela atitude de rompimento formal com estruturas estéticas cristalizadas da arte ocidental.

1: Errada. O pós-modernismo, surgido na década de 1960, apareceu como uma reação ao modernismo e a atitude vanguardista. O ideal era negar qualquer forma de julgamento de valor nas artes, assumindo que a arte não necessariamente deveria buscar, mais uma vez, uma estética comum. Além disso, foi nessa época que desenvolveu-se o mercado da arte, atingindo preços exorbitantes nos ateliês de Londres e, logo em seguida, Nova York;

2: Errada. O modernismo surgiu na Europa, antes da semana de Arte moderna de 1922, na última década do século XIX. Duas escolas são atribuídas à origem do Modernismo, na França, o impressionismo e o simbolismo. Esse modernismo europeu, por outro lado, vai ter certa influência na semana de 1922;

3: Certa. Fato reconhecido que a arquitetura modernista revelou o aspecto utópico do modernismo, no entanto, somente depois da década de 195**0:** "Só depois da Segunda Guerra Mundial o chamado Estilo Internacional de arquitetura modernista transformou o cenário urbano, [...]. Com algumas exceções, o grosso dos prédios públicos, inclusive de projetos habitacionais de municipalidades da esquerda, que se poderia esperar simpatizassem com a nova arquitetura de preocupações sociais, mostravam pouco sinal de sua influência, a não ser uma aparente antipatia pelo enfeite." (Hobsbawm, **A Era dos Extremos**, p.185);

4: Certa. A ideia das vanguardas europeias era romper com o modelo estético determinado. Trata-se de uma reforma na maneira de ver a arte e, principalmente, de transmitir a arte, com o advento das performances.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

Texto para a próxima questão

Quando as 5 mil pequenas lâmpadas iluminaram a fachada do Palácio da Eletricidade, por ocasião da inauguração da Exposição Universal de Paris (1900), causando assombro à multidão que assistia ao espetáculo, comprovou – se o triunfo da ciência e a soberania da máquina. A luz vencera o limite da noite e instaurava as 24 horas como o novo tempo da cidade.

A arte afastava–se do mundo burguês à procura de nova clientela, capaz de um ato de fruição total. Era preciso tornar-se autêntica e, para isso, ela precisava eliminar dos seus efeitos específicos quaisquer outros que pudessem ter sido tomados por empréstimo. Era necessário tornar–se "autárquica", "pura"

A busca incessante dessa pureza motivou os artistas do início do século XX, o que resultou na produção de obras que deram corpo a uma notável revolução cultural.

P. E Grinberg e A. A. Luz **Revoluções artístico-culturais no século XX**. *In*: F.C. Teixeira da Silva (coord). **Séculos sombrios: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações)

(Diplomacia – 2005 – CESPE) Com o auxílio do texto julgue (C ou E) os itens seguintes, considerando o século XIX com o laboratório em que foi gerado o século XX, a despeito das singularidades de cada um dos períodos.

(1) O Romantismo, espécie de escoradouro de aspirações e perplexidade típicas do século XIX, encontrou, nas primeiras décadas do século XX, o espaço ideal para se expandir, particularmente, na literatura, na música erudita e nas artes plásticas.

(2) Apesar de reduzido impacto científico, a teoria da relatividade, exposta pelo físico alemão Albert Einstein em 1905, repercutiu intensamente no campo da produção artística, estimulando o surgimento de obras sintonizadas com a concepção de um espaço estático e inflexível, de que decorreram trabalhos essencialmente subordinados ao formalismo acadêmico, ao conformismo burguês e à utilização de cores suaves.

(3) Nos anos 20 do século passado, o cinema mudo alcançou seu apogeu. Hollywood despontou com uma produção marcante, em que se destacaram a comédia - aponte-se o sucesso de Charles Chaplin – e as chamadas superproduções, que tiveram em Cecil B. de Mille sua mais fulgurante estrela.

(4) Provavelmente em razão da crise que sobreveio à Primeira Guerra Mundial, os anos 20 do século passado foram marcadamente pobres em produção literária, não se registrando textos que tenham merecido a atenção dos leitores e influenciando as gerações seguintes.

1: Errada. O movimento que surge no início do século XX, o modernismo, tenta evitar inspirações no tradicionalismo e na história, apesar de ser conectado de certa forma à subjetividade do ser humano, é um movimento objetivo e mais racional. Nega o sentimentalismo e o tradicionalismo presentes no romantismo;

2: Errada. A teoria da relatividade de Einstein (1879-1955) não teve um impacto científico reduzido, pelo contrário, ela inaugura uma nova forma de ver e analisar a ciência. Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**, realça a importância da teoria: "A maravilhosa teoria da relatividade de Einstein, que descrevia a gravidade como uma manifestação da curvatura do espaço-tempo, na verdade introduziu uma perturbadora dualidade na natureza: "de um lado estaca o palco – o espaço-tempo curvo, a gravidade; de outro, os atores – os elétrons, os prótons, os campos eletromagnéticos – e não havia ela entre eles" (Weinberg, 1979, p. 43). Durante os últimos 40 anos de sua vida, Einstein, o Newton do século XX, mourejou para produzir uma "teoria de campo unificada" que unisse eletromagnetismo e gravidade, mas não conseguiu – e agora havia mais duas classes de força, aparentemente não relacionadas na natureza, sem relações aparentes com o eletromagnetismo e a gravidade." (p. 521-522);

3: Certa. O cinema, inventado pelos irmãos Lumières, em 1895, inaugurou o cinema como uma nova arte. Os artistas das vanguardas logo usariam dessa arte para criar trabalhos, e de fato, o apogeu do cinema mudo deu-se na década de 1920, depois da Primeira Guerra. Segundo Hobsbawm, em **A Era dos Extremos**: "O cinema foi cooptado pela vanguarda durante algum tempo durante a Primeira Guerra, depois de inexplicavelmente ignorado por ela. Não apenas se tornou essencial admirar essa arte, e notadamente sua maior personalidade, Charles Chaplin, como também os próprios artistas de vanguarda se lançaram na realização cinematográfica, mas especialmente na Alemanha de Weimar e na Rússia soviética, onde na verdade dominaram a produção." (p. 182);

4: Errada. O item está errado pois é possível falar de uma produção literária importante ocorrida no pós-Primeira Guerra e, principalmente, na década de 1920. Muitos autores, decepcionados com os horrores da guerra e com o fato de que os armistícios não foram sinais de paz efetiva, promoverão a criação de grandes obras literárias, dentro de movimentos artísticos específicos, dos quais destacam-se o Futurismo, o Dadaísmo, o Surrealismo. O Manifesto Surrealista de André Breton (1896-1966) surgiu em 1924. Na Alemanha, Erich Maria Remarque (1898-1970) publica *Nada de Novo no Front* em 1929 e, junto com Hermann Hesse (1877-1962), que publicou *Sidarta* em 1922, constituem o bloco alemão. Os norte-americanos Ernest Hemingway (1899-1961) e F. Scott Fitzgerald (1896-1940) publicarão, respectivamente, *Adeus às Armas* (1929) e *O Grande Gatsby* (1925). Finalmente, não se pode afirmar que essas obras não terão influência nas gerações seguintes. Pelo contrário, as vanguardas do pós-Guerra, principalmente o Dadaísmo e o Surrealismo, serão movimentos importantes para a constituição de correntes artísticas literárias no futuro, tendo o Tropicalismo da década de 1960 no Brasil um exemplo.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

46. Política Internacional

Priscilla Negreiros

A prova de Política Internacional é uma das mais importantes do concurso de admissão à carreira diplomática, tanto por introduzir ao candidato temáticas que estarão no dia a dia da profissão do diplomata, quanto pelo peso quantitativo na nota final que é dedicado a esta matéria. Nos últimos dois concursos (2011 e 2012), o Teste de Pré-Seleção (TPS), organizado pela banca do CESPE, dedicou mais de 11 questões à Política Internacional, que tratam dos mais variados: relações multilaterais, bilaterais, conhecimentos sobre a dinâmica da política mundial, política externa brasileira, regimes internacionais, entre outros. Percebe-se uma preferência da Banca do CESPE por questões de atualidade e diretamente relacionadas com a agenda de prioridades do Ministério das Relações Exteriores. A leitura de jornais e revistas sobre política externa é, portanto, essencial na preparação do candidato à prova e à carreira.

A correção das questões de Política Internacional, desde a prova de 1997 até 2012, tem como objetivo sanar as dúvidas dos candidatos, mas também servir como elemento de estudo e revisão. Todas as informações apresentadas neste capítulo foram baseadas em livros recomendados pelo Instituto Rio Branco e fontes oficiais de informação (MRE, MDIC, FUNAG, entre outros). Atualmente, o concurso não indica mais uma bibliografia específica para a prova de Política internacional, mas algumas obras, citadas abaixo dos comentários das questões, podem ser úteis para a preparação do concurso.

O índice de questões está baseado no edital de 2012 e foi feita uma tentativa de organizar todas as questões comentadas por temática. Como diversas questões agrupam temas distintos, foi preferível não desagrupar as questões para manter a semelhança com a prova elaborada pelo CESPE. Deste modo, vale ressaltar que alguns itens não correspondem totalmente ao título do capítulo. Foi feita também uma tentativa de contabilizar o número de vezes que cada item é cobrado pela Banca. O número é aproximativo, porquanto, como se explicou anteriormente, as questões tratam de temas diversos.

Boa prova e boa preparação.

1. Relações Internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos

(Diplomacia – 2012 – CESPE) De acordo com a perspectiva racionalista da Escola Inglesa das Relações Internacionais, assinale a opção correta.

(A) Deve-se crer no valor da cooperação em um mundo marcado por uma tradição que se vale fortemente tanto das noções de legitimidade democrática quanto do direito natural como fontes para o funcionamento das instituições e do sistema internacional.

(B) O Estado nacional representa o ator por excelência das relações internacionais, sendo as demais instituições meras derivações dos interesses e interações do governo no plano internacional.

(C) A ação internacional dos Estados e dos demais atores é pautada pela perspectiva teleológica da realização de objetivos, sendo a moral um conceito subjetivo de quem exerce o poder.

(D) Diversos atores, além do Estado nacional, articulam-se em alianças com o propósito de construir uma hegemonia no sistema internacional.

(E) As relações internacionais devem-se pautar pelo pacifismo de líderes como Gandhi e por doutrinas como a dos "Quakers" norte-americanos ou dos cristãos primitivos, e nunca pelo uso da força.

A: Correta. A Escola Inglesa é uma das escolas teóricas de Relações Internacionais e possui tal dominação por ser originada por estudiosos da *London School of Economics* durante os anos 1950. Os seus principais membros fundadores são Martin Wight, A.W. Manning, Hedley Bull e Michael Donelan. Apesar de existir alguma discordância sobre o termo Escola Inglesa (principalmente pelo termo "Inglesa"), atualmente é consenso que estes autores constituem uma escola autônoma de relações internacionais, na qual o elemento unificador de seus teóricos é o conceito de Sociedade Internacional. Sobre a questão da prova, a primeira coisa que deve ser realçada é a expressão "perspectiva racionalista" no *caput* da pergunta. A Escola inglesa pode ser explicada por duas principais correntes que unificam seus pensadores em uma só Escola: a primeira é sobre como esses estudiosos enxergavam o estudo teórico das Relações Internacionais; e a segunda sobre como eles definiam a sociedade internacional. Quando o *caput* da questão faz menção à **visão racionalista da Escola Inglesa**, pressupõe-se que se esteja perguntando sobre como os estudiosos dessa escola enxergam o movimento racionalista nas relações internacionais, ou seja, como eles definem e subdividem o mundo teórico das Relações Internacionais. Nesse sentido, vale ressaltar que a Escola Inglesa é uma fervorosa defensora da visão historicista das Relações Internacionais. Martin Wight, um dos principais teóricos da Escola, sugeriu que todo pensamento teórico nas Relações Internacionais decorre de uma das três tradições fundadas por Maquiavel, Kant ou Grotius, o que ele chamou respectivamente de realismo, revolucionalismo ou racionalismo. Segundo Wight, os realistas, baseados no trabalho de Maquiavel, entendiam o sistema internacional como uma luta permanente de todos contra todos, na qual a soberania do Estado seria o elemento de maior importância; já os revolucionários, herdeiros do pensamento kantiano, acreditariam que o imperativo da paz existiria no sistema internacional, centralizando o indivíduo como ator mais relevante; e, enfim, os **racionalistas**, herdeiros da filosofia de Grotius, acreditariam que a existência de um conjunto de regras e normas organizadas na forma do Direito Internacional é que permitiria os Estados de conviverem, sem alcançar a paz perpétua, mas também sem se encontrar em um estado permanente de desconfiança e insegurança. A visão racionalista, portanto, é vista por muitos autores como a escola intermediária entre o Realismo e o Liberalismo, porque adota conceitos de ambas. O racionalismo será a linha teórica seguida pelos estudiosos da Escola Inglesa e ela propõe, como afirma o item, que a cooperação em uma sociedade internacional, marcada por noções de legitimidade democrática e do direito natural, é essencial para o funcionamento das instituições e do sistema internacional. Ou seja, quanto mais os Estados compartilham valores, maior a capacidade de cooperação entre eles. Sobre a visão da Escola em relação ao conceito de Sociedade Internacional, vale ressaltar que os estudiosos da Escola acreditavam que quando um grupo de Estados se vê obrigado a levar em conta o comportamento de outros Estados em suas políticas e passam a conduzir diálogo constante e criar regras comuns, esses Estados criaram uma Sociedade Internacional. A sociedade internacional adota, portanto, o direito internacional como norma de relacionamento de determinado grupo de Estados. No entanto, para que exista essa ordem, os Estados devem compartilhar valores, inclusive culturais.

B: Incorreta. O item está incorreto porque essa visão não representa a visão racionalista da Escola Inglesa das Relações Internacionais, mas a visão Realista das Relações Internacionais. Segundo os realistas, o Estado é o ator central do sistema internacional, sendo as relações internacionais marcadas principalmente pela anarquia de poder.

C: Incorreta. O item está incorreto porque a Escola Inglesa não defende a moral como um conceito subjetivo de quem exerce o poder, como explicado no item A.

D: Incorreta. O item está incorreto porque, apesar de os atores no sistema internacional, segundo a visão racionalista da Escola Inglesa,

articularem-se em alianças, o propósito desses Estados não é construir uma hegemonia internacional. A articulação dos Estados em torno de um conjunto de normas e regras organizadas na forma do Direito Internacional, segundo a Escola Inglesa, tem o objetivo de permitir a convivência dos Estados no sistema internacional, sem alcançar a paz perpétua, mas também sem propiciar um estado permanente de desconfiança e insegurança.
E: Incorreta. O item está incorreto porque a visão racionalista da Escola Inglesa não faz menção a líderes pacifistas como mentores das relações internacionais. Os autores ligados à Escola Inglesa fazem menção, principalmente, às normas e ao Direito Internacional como os principais meios que regem a sociedade internacional e a relação entre os Estados.
Gabarito "A"

(Diplomacia – 2011 – CESPE) De acordo com a perspectiva construtivista no estudo das relações internacionais, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Elementos de instabilidade no cenário internacional, tais como guerras, degradação ambiental, desrespeito aos direitos humanos e grandes disparidades econômicas, decorrem da compreensão deficiente que os agentes têm do sistema internacional, não podendo ser atribuídos à defesa de interesses políticos e econômicos egoístas ou particulares.

(2) O cenário internacional é caracterizado por agentes políticos e instituições sociais que predeterminam o resultado das interações entre esses agentes e instituições. Desse modo, o formulador de políticas dispõe de limitado leque de opções de política externa ou internacional.

(3) O comportamento dos agentes políticos internacionais — Estados, organismos internacionais e organizações não governamentais, por exemplo — pode ser previsto pela análise racional e dedutiva, sendo as instituições dotadas dos mesmos atributos psicológicos e cognitivos dos indivíduos.

(4) O caráter anárquico do sistema internacional pode ser superado pelo uso criterioso da razão e pela formação de novas identidades resultantes de esforços em prol da cooperação e da interdependência.

1: Errado. A teoria construtivista começou a popularizar-se nos anos 1990, principalmente sob a perspectiva de **Alexander Wendt**, autor do livro "Social theory of International politics", como alternativa às teorias positivistas, o Neo Realismo e o Neoliberalismo, e às teorias pós-positivistas, a Teoria Crítica e o Pós-Modernismo. O item está incorreto, porque segundo a teoria Construtivista, elementos de instabilidade no cenário internacional não são resultado da falta de compreensão dos agentes, mas são consequência da formação dos interesses de cada Estado do sistema. Para os construtivistas, **o interesse Estatal é determinado pela construção de sua identidade**, portanto, cada Estado possui seu processo de construção social e história que moldará sua identidade e formará seus interesses. Não há, portanto, uma deficiência na compreensão do sistema internacional, apenas, já que cada Estado sofre um processo distinto na formação de sua identidade, existe uma tendência de formação de divergências graças a uma formação identitária diferente. Diferente do que defende o realismo, que determina que a convivência entre Estados será conflituosa, ou o liberalismo, que defende que a convivência entre Estados será cooperativa, para os construtivistas as relações de cooperação ou conflito dependem do processo de formação destes Estados. Outro erro do item é que o construtivismo reconhece que o Estado pode definir seus interesses de maneira egoísta, na verdade, para os construtivistas isso ocorre em função da identidade do Estado e não é uma determinação exógena, como afirmam os neorrealistas. Os Estados não são egoístas, porque assim manda sua natureza (afirmação realista), eles são egoístas por determinantes domésticos como, por exemplo, o nacionalismo.
2: Errado. Os construtivistas acreditam que o sistema internacional é um conjunto de pensamentos e normas organizado por determinados grupos em uma época e um lugar particular. **O sistema internacional não é um objeto estático**, ou uma realidade objetiva. Ao contrário do que afirma o item, o cenário internacional não é predeterminado, ele é resultado de uma **interação co constitutiva entre agente e estrutura.** Não há, portanto, na visão construtivista qualquer antecedência ontológica entre agente ou estrutura, sendo ambos coconstituídos uns dos outros, sem nenhuma precedência, nem no tempo e nem na capacidade de influência. O formulador de políticas (agente), portanto, não dispõe de limitado leque de opções de política externa e internacional, já que a dinâmica entre a estrutura e os agentes é contínua, permitindo uma constante mudança e possibilidades de ação. Um exemplo da vasta possibilidade de ação é a mudança de política na Europa, que permitiu, nos anos 1950, modificar a autopercepção dos franceses, ingleses e alemães e iniciar um processo duradouro de integração regional.
3: Errado. O erro deste item é afirmar que o comportamento dos agentes políticos internacionais pode ser previsto por uma análise racional e dedutiva. Segundo os construtivistas, **o sistema internacional é intersubjetivo**, ou seja, não é formado de forma racional e objetiva, sendo uma construção social desenvolvida ao longo da história. As estruturas-chave do sistema de Estados são, portanto, intersubjetivas ao invés de materiais. Os interesses e as identidades dos Estados são construídos por essas estruturas sociais e não determinadas pela natureza humana ou pela política doméstica (SAFARI, Gilberto. Teoria das Relações Internacionais, p. 260). Não se pode determinar de maneira categórica que um Estado terá uma relação conflituosa com outro Estado, como afirma o realismo, já que o processo de relação entre Estados depende do processo de formação de identidade entre eles.
4: Certo Os realistas acreditam que a anarquia é inerente ao sistema internacional e que há uma desconfiança permanente entre os Estados que levará a conflitos. Já os liberais concordam com a existência de uma anarquia internacional, mas ela pode ser mutável por uma lógica de cooperação entre os Estados. Ao contrário das visões liberal e realista, que acreditam que há uma lógica na anarquia, os construtivistas acreditam que a anarquia não possui uma lógica única, podendo reverter-se tanto a uma lógica de conflitos quanto a uma de cooperação, dependendo do que os Estados querem fazer dela. A afirmação está correta, porque, segundo a teoria construtivista, a anarquia é uma construção social, e pode ser mudada e transformada em processos de interação entre agentes e estrutura, se esse for o desejo dos Estados. Segundo Wendt, **a anarquia é aquilo que os Estados fazem dela**.
Gabarito 1E, 2E, 3E 4C

(Diplomacia – 2010 – CESPE) A partir da perspectiva teórica realista das relações internacionais, julgue C ou E.

(1) As relações internacionais articulam-se, fundamentalmente, em torno dos Estados.

(2) Questões de defesa nacional ocupam o topo da agenda diplomática dos Estados.

(3) A cooperação entre organismos internacionais e entidades transnacionais constitui aspecto central da consolidação de uma agenda de paz e segurança.

(4) Costuma-se invocar Tucídides e Hobbes como patronos das teses que fundamentam a tradição realista, o que não se aplica a Maquiavel, considerado pai da política moderna.

1: Certo. O realismo surge como uma resposta ao movimento liberal e às falhas deste grupo em prevenir a escalada de violência que resultou da Segunda Guerra Mundial. Durante os anos 1920, bases teóricas do liberalismo foram aplicadas para justificar a criação da Liga das Nações e de políticas em torno do direito internacional. **Edward Carr** foi um dos primeiros analistas realistas e publicou, em 1939, o livro "Vinte Anos de Crise: 1919-1939", no qual criticava a visão liberal das Relações Internacionais empreendida nos anos 1920. Outro expoente da teoria realista deste período foi **Hans Morgenthau** com seu livro "A política entre nações: a luta pelo poder e pela paz", publicado em 1948, e que cria as bases teóricas da teoria realista moderna. Entre as principais bases da teoria realista está o seu caráter Estado-cêntrico, como afirma o item, o Estado é o único ator relevante das relações internacionais (CARR, E.), segundo esta corrente. O Estado é visto, portanto, independente de suas eventuais divisões de política interna. Vale ressaltar que o Estado tem duas funções precisas: manter a paz dentro de suas fronteiras e garantir a defesa no caso de uma agressão externa. O grupo de indivíduos que atua nas relações internacionais faz em prol do Estado que representa e trabalha em um modelo de "bola de bilhar", ou seja, em uma abstração dos processos internos, destacando-se exclusivamente a dinâmica entre as "bolas" e não o processo de motivação interna. O Estado será, portanto, um ator unitário e racional, agindo de maneira uniforme e homogênea e em defesa do interesse nacional.
2: Certo. De acordo com a visão realista, **a questão da segurança é prioritária nas relações entre os Estados**. Diferente dos liberais, que valorizam o direito internacional, os realistas acreditam que é o poder que rege as relações entre os Estados, que pode ser tanto

o poder militar (*high politics*), quanto o poder econômico (*low politics*) ou o poder de persuasão. Segundo os realistas, a anarquia internacional, consiste na coexistência de múltiplos Estados soberanos que tendem a lutar permanentemente pela sua sobrevivência, desconfiando uns dos outros. Como consequência desse cenário, a sobrevivência e a defesa nacional ocupam o topo da agenda dos Estados, como afirma o item.

3: Errado. O item está incorreto porque, segundo a teoria realista, a paz mundial é apenas possível por meio do equilíbrio e da balança de poder. A **balança de poder**, termo utilizado principalmente pela vertente realista, representa situações em que os Estados, com fundamento em seu interesse nacional, decidem juntar-se a uma grande potência com o objetivo de equilibrar o poder desta potência. Da mesma forma, os Estado também podem julgar estarem ameaçados pelo poderio de uma grande potência e decidirem juntar-se com outros Estados menos poderosos para tentar equilibrar o poder daquela potência. A necessidade de estabelecer um equilíbrio de poder, com o objetivo de assegurar a sobrevivência de seu Estado seria a justificativa realista para a existência de cooperação em organismos internacionais. Vale ressaltar que são os liberais que defendem, como afirma o item, que a cooperação entre organismos internacionais e entidades transacionais constitui aspecto central da consolidação de uma agenda de paz e segurança.

4: Errado. O item está incorreto, porque Maquiável é também considerado um patrono da tese que fundamenta a visão realista clássica, juntamente com Tucídides e Hobbes.

Tucídides (471 a.C- 400 a.C): narra a história da Guerra do Peloponeso, conflito entre Atenas e Esparta em 431 a.C., e em sua descrição chama atenção para vários elementos que foram retomados pela análise das relações internacionais: negociações, alianças, guerras. Segundo Tucídides, o crescimento de Atenas, em termos econômicos e militares, trouxe uma insegurança às regiões vizinhas, que se sentiram ameaçadas pela crescente potência em expansão. A busca de balancear o poder, ou seja, a tendência de Estados juntarem-se à outros Estados para equilibrar o poder no cenário internacional, já estaria presente no trabalho de Tucídides. Além disso, da obra de Tucídides pode-se tirar outras conclusões, como que os Estados buscam sempre maximizar seu poder, dirigidos pelos seus interesses e pela questão da segurança.

Maquiável (1469-1527): a principal obra de Maquiavel, "O Príncipe", relata a força do Estado para impor a ordem e como as grandes potências tem como objetivo dominar e ganhar mais poder no cenário internacional.

Hobbes (1588-1679): com a obra "Leviatã", Hobbes serve de fundamento a teoria realista ao defender que o homem não é intrinsecamente benevolente, mas é, em sua essência, centralizador e competitivo. Segundo Hobbes, a sociedade em seu estado de natureza representa a guerra de todos contra todos, no qual a batalha é latente, mesmo se não estiver ocorrendo no momento.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

An institution is a relatively stable set or "structure" of identities and interests. Such structures are often codified in formal rules and norms, but these have motivational force only in virtue of actors' socialization to and participation in collective knowledge. Institutions are fundamentally cognitive entities that do not exist apart from actors' ideas about how the world works. This does not mean that institutions are not real or objective, that they are "nothing but" beliefs. As collective knowledge, they are experienced as having an existence "over and above" the individuals who happen to embody them at the moment. In this way, institutions come to confront individuals as more or less coercive social facts, but they are still a function of what actors collectively "know".

Alexander Wendt, Anarchy is what states make of it. In: **International Organization**, vol. 46, n.o 2, 1992, p. 395.

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Com base no texto acima e considerando as instituições e suas características, assinale a opção correta.

(A) O texto reflete uma perspectiva construtivista, uma vez que realça aspectos subjetivos constitutivos das instituições e a relação entre os atores dessas instituições, suas percepções e ideias, e as estruturas de identidades e interesses que as conformam.

(B) O texto aborda as instituições de um ponto de vista preponderantemente liberal, pois valoriza a dimensão coletiva das instituições e os seus vínculos com a codificação de normas e regras definidoras de regimes internacionais.

(C) De forma neorrealista, o texto reporta-se aos componentes estruturais que definem as instituições internacionais e à preponderância da ação coercitiva dessas instituições sobre os atores que as integram.

(D) Ao fazer a distinção entre a existência das instituições e as ideias e crenças dos atores acerca delas, o texto defende a separação e a autonomia dos aspectos objetivos e subjetivos que conformam as instituições.

(E) Segundo o texto, dissocia-se a existência das instituições das ideias e do conhecimento que os atores desenvolvem acerca delas.

A: Correta. O primeiro indício de que o item está correto é o autor do texto indicado na questão, Alexander Wendt, é um teórico das relações internacionais que defende a perspectiva **construtivista**. O construtivismo surgiu como teoria das relações internacionais entre os anos 1980 e 1990 e envolve dois debates principais: sobre o lugar das ideias e dos valores na análise dos eventos sociais e sobre a antecedência ontológica entre agente e estrutura. Entre as principais premissas da teoria construtivista, pode-se destacar três que são comuns a maioria dos autores: (1) que o mundo não é predeterminado, mas construído a partir da ação dos agentes, ou seja, o mundo é uma construção social; (2) que não há qualquer antecedência ontológica entre agentes e estrutura. Ambos são coconstituídos uns dos outros e nenhum precede o outro nem no tempo nem na capacidade de influência; (3) que não se pode descartar as causas materiais, mas são as ideias e os valores que regem a relação do agente com o mundo material, desempenhando uma função central na formulação do conhecimento sobre este mesmo mundo. Na metade dos anos 1990, o construtivismo passou a ocupar um lugar de destaque nas Relações Internacionais, principalmente com a obra de Alexander Wendt em 1999 com a obra *"Social Theory of International Politics"*. Segundo Wendt, a anarquia não possui apenas uma lógica única de conflitos e competição, como acreditam os realistas. Pelo contrário, **a anarquia pode reverter tanto lógica de conflitos quanto de cooperação, dependendo do que os Estados querem fazer dela.** O item está, portanto, correto já que o texto sobrepõe os aspectos constitutivos das instituições e as relações entre os atores – percepções e ideias. Outros autores importantes para o construtivismo são Friedrich **Kratochwil e** Nicholas **Onuf.**

B: Incorreta. O item está incorreto porque o texto não possui características da teoria liberal. A **tradição liberal** nas relações internacionais, que foi fundamentada a partir da visão kantiana sobre a razão e o iluminismo, tem principalmente a preocupação de explicar a relação entre indivíduo, sociedade e governo. A liberdade do indivíduo é a preocupação central da teoria, além da criação de uma sociedade ordenada que assegure aos indivíduos as melhores condições para o exercício de sua liberdade. As instituições internacionais têm, portanto, papel primordial na redução dos conflitos e na mudança da natureza da política internacional segundo a teoria liberal. A fundação de instituições como a Liga das Nações em 1919 e a Organização das Nações Unidas em 1945 ilustram a teoria, que propõe a ênfase nos ganhos absolutos dos Estados e na ideia de governança global.

C: Incorreta. A **teoria neorrealista** das relações internacionais surge no início dos anos 1980, em um período marcado por fortes crises econômicas e pelo aparecimento de novos atores de relevância, como empresas multinacionais, organizações internacionais e ONGs. Neste contexto, Kenneth Waltz publica em 1979, o "*Theory of International Politics*", com intenção de estabelecer uma nova análise realista do contexto internacional. Waltz trabalhou sua análise em bases mais científicas, estabelecendo explicações para a continuidade e repetições das guerras. Segundo Waltz, a existência de uma anarquia internacional é a causa da permanente recorrência à guerra.

D: Incorreta. De acordo com o trecho acima, as instituições são um conjunto de ideias e interesses que são codificadas em normas postas em ação pela socialização e participação social dos atores. Os atores têm uma participação acima e além das instituições e, como define a teoria de Wendt, ambos são coconstituídos, não havendo antecedência ontológica entre agente e estrutura. O texto não faz, portanto, como afirma o item, a distinção entre a existência da instituição e as ideias em torno delas.

E: Incorreta. O texto afirma exatamente o oposto, associando a existência de instituições com um conjunto de ideias e interesses que serão codificadas em normas e postas em ação pela participação dos atores.
Gabarito "A"

(Diplomacia – 2002 – CESPE) Em política internacional, a consagrada expressão inglesa *"balance of power"* caracteriza habitualmente uma situação definível nos seguintes termos:

(A) Equilíbrio da balança de pagamentos de dois ou mais países em estado de concorrência pelo poder hegemônico.
(B) Equilíbrio do comércio entre países dentro de uma área de mercado comum.
(C) Correspondência entre o poder militar e o poder econômico de potências nucleares.
(D) Oscilação entre ganhos e perdas de poder de uma potência mundial.
(E) Um certo equilíbrio na distribuição do poder mundial.

E: Correta. O conceito de balança de poder (ou *balance of power*) foi recorrentemente invocado por teóricos realistas e escritores dedicados ao estudos das relações internacionais. A balança de poder é normalmente relacionada à ideia de *raison d'etat,* ou interesse do Estado, e é ligada à herança teórica de Maquiavel e Hobbes, muito estudados pela teoria realista das relações internacionais. Como afirma o item, a balança de poder caracteriza certo equilíbrio na distribuição do poder mundial e pressupõe a estabilidade entre o poder e a dominação dos Estados. Segundo os realistas, a balança de poder representa uma situação em que os Estados mais fracos, com fundamento em seu interesse nacional, decidem juntar-se a uma grande potência (***bandwagoning***) ou, esses mesmos Estados, ao se verem ameaçados pelo poder de uma grande potência, se juntam a outros Estados para tentar equilibrar o poder daquela potência (***balancing***). Para Hans Morgenthau, teórico realista das relações internacionais, a balança de poder é necessária para garantir a estabilidade de forças do sistema internacional. Já Kenneth Waltz, outro teórico realista das relações internacionais, acredita que a balança de poder é algo inerente a qualquer sistema internacional.
Sugestão de Leitura: Nogueira, João Pontes. Messari, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
Gabarito "E"

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, referentes à teoria realista das relações internacionais.

(1) O realismo clássico, inspirado, em parte, na teoria da seleção natural darwiniana, defende a ideia de que a hegemonia e a sobrevivência dos Estados nacionais derivariam da competição no cenário internacional e a de que os mais aptos seriam premiados.
(2) A referida teoria baseia-se, em grande medida, no princípio da antropomorfização dos Estados nacionais, no sentido de que estes podem ser caracterizados como entidades possuidoras de atributos psicológicos humanos, tais como honra, decepção e desejo de glória e poder.
(3) De acordo com a teoria realista, as relações entre os Estados nacionais são mantidas por considerações de autointeresse e de poder, não havendo espaço para a verdadeira cooperação ou coordenação política entre os países.
(4) A mencionada teoria preconiza que a anarquia é uma circunstância contingente, e não uma condição necessária do sistema internacional, podendo os Estados organizarem-se em uma sociedade de nações amparada por regras universal e consensualmente estabelecidas.

1: Certo. Darwin sustentava a ideia de que as espécies estão expostas a uma luta constante pela sobrevivência, e essa luta se efetivaria a partir da *seleção natural*, princípio segundo o qual uma espécie é *selecionada*, ou ela apenas sobreviverá, se ela conservar as características favoráveis à sua sobrevivência e descartar as desfavoráveis. Diversos autores do realismo clássico retomaram a ideia de seleção natural de Darwin para explicar a hegemonia de algumas potências no cenário internacional. Segundo o autor realista Hans Morgenthau, em A política entre as nações, particularmente sob a influência das filosofias sociais de Darwin e Spencer, as ideologias relacionadas ao imperialismo adotaram argumentos de ordem biológica para explicar, na política internacional, a superioridade militar de uma nação forte sobre uma mais débil. Segundo esses autores, esta última está fadada a tornar-se o objeto de poder da primeira.
2: Certo. Segundo a concepção hobbesiana de estado de natureza, a natureza humana é egoísta, incontrolável e ambiciosa, buscando sempre a realização de seus interesses individuais. Sendo que Hobbes serviu de inspiração para muitos teóricos realistas das relações internacionais, houve uma antropomorfização – atribuição de características humanas a seres inanimados – do Estado como ator racional, egoísta e ambicioso no contexto internacional. O item está, portanto, correto, já que a teoria realista refere-se aos Estados nacionais como entidades possuidoras de atributos psicológicos humanos, tais como honra, decepção e desejo de glória e poder.
3: Errado. O item está incorreto porque a teoria realista aceita a existência de cooperação e coordenação entre os Estados. Apesar de a maioria dos autores da teoria realista defenderem que nenhum Estado pode contar com outro para defender seus interesses e sua sobrevivência, isso não exclui a possibilidade de haver cooperação no cenário internacional. O mecanismo de balança de poder, muito presente na teoria realista de relações internacionais, prevê o estabelecimento de alianças que contemplem os interesses nacionais dos Estados. No entanto, a vigilância deve ser permanente porque a qualquer momento a cooperação pode ser rompida em nome do interesse nacional.
4: Errado**.** Para a teoria realista, a anarquia é o conceito central. Segundo os realistas, a anarquia é a ausência, no cenário internacional, de uma autoridade suprema que possa determinar e implementar regras de conduta. O item está incorreto porque a anarquia no modelo realista não é contingente, mas característica inerente do sistema internacional. Diferentemente do plano doméstico, no plano internacional não existe um único soberano que possua o monopólio do uso legítimo da força. Desse modo, o modelo internacional reflete o modelo hobbesiano de estado de natureza, no qual cada Estado estaria buscando sua sobrevivência, existindo um estado de permanente desconfiança entre os Estados. No entanto, os realistas acreditam que existe cooperação nas relações internacionais, principalmente em matéria de segurança, pela balança de poder.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008 – CESPE) As relações internacionais vêm se desenvolvendo em todo o mundo como uma disciplina que cresce e constrói seu ambiente cognitivo próprio. Com relação a esse assunto, julgue os itens.

(1) As relações internacionais são estudadas desde a Antiguidade, em obras clássicas da Grécia antiga.
(2) O único desenvolvimento consolidado da disciplina encontra-se no chamado mundo anglo-saxônico.

1: Certo**.** As relações entre os Estados são estudadas desde a Antiguidade em obras clássicas da Grécia antiga, como é o caso do trabalho de Tucídides, A Guerra do Peloponeso, que conta a história da guerra entre gregos e os povos do Peloponeso, liderados por Esparta. Igualmente, obras como Utopia, de Thomas More, e os escritos de Maquiavel, Hobbes e Montesquieu são leituras que apresentam a perspectiva das relações entre Estados. A disciplina de relações internacionais, no entanto, surgiu apenas após a Primeira Guerra Mundial, tornando-se matéria indispensável para o entendimento do cenário atual. Vale ressaltar que o primeiro departamento de Relações Internacionais é criado em 1917 na Universidade escocesa de Aberystwyth, com a preocupação normativa de organizar uma disciplina em torno da questão da guerra e, mais precisamente, com a finalidade de livrar a humanidade de seus efeitos nefastos.
2: Errado. O item está incorreto, porque a disciplina de Relações Internacionais se desenvolveu em diversos países, além do mundo anglo-saxão. Destaca-se a **escola francesa** das relações internacionais com Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle. Segundo José Sombra Saraiva, Pierre Renouvin foi pioneiro no estudo da história das relações internacionais com a publicação de *Histoire de Relations Internationales* em 1953. A proposta era construir uma nova leitura das relações entre os povos segundo os próprios problemas da vida internacional, ou seja, ele rompe com a história sustentada no fato político e na personalidade do príncipe. Já Jean-Baptiste Duroselle**,** com a obra *Tout empire périra,* impunha o conhecimento histórico no centro dos estudos das Relações Internacionais, ao mesmo tempo em que expandia a disciplina relacionando-a com questões econômicas e financeiras. Outras escolas como a **escola italiana** – com estudos de Frederico Chabod e Mario Toscano – e a escola suíça – com a pesquisa e o plano de estudos do Institut de Hautes Études Internationales – são escolas de destaque.
Gabarito 1C, 2E

2. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: EVOLUÇÃO DESDE 1945, PRINCIPAIS VERTENTES E LINHAS DE AÇÃO

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Assinale a opção correta acerca da política externa brasileira durante o período militar (1964-1985).

(A) O Brasil recusou-se, nessa época, a aderir ao Tratado de Não Proliferação Nuclear, tendo denunciado nas Nações Unidas o chamado congelamento do poder mundial pelas duas superpotências à época — EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) —, o que, então, refletiu o distanciamento brasileiro em relação ao conflito leste-oeste.

(B) O Brasil manteve elevado grau de autonomia em relação ao conflito leste-oeste, privilegiando, à época, as relações sul-sul, por meio, por exemplo, do exercício da liderança, nas Nações Unidas, do Movimento dos Países não Alinhados e do G-77.

(C) Durante esse período, o país manteve-se incondicionalmente alinhado com os EUA, tendo rompido relações diplomáticas com Cuba e com a China continental, no governo Castello Branco, e tendo votado, no governo Médici, contra a admissão da China no sistema das Nações Unidas.

(D) O Brasil privilegiou, no período militar, as relações hemisféricas, notadamente com os países da América do Sul.

(E) A autonomia do Brasil em relação ao conflito leste-oeste evidenciou-se quando, no governo de Castello Branco, o país se recusou a destacar tropas para a Força Interamericana de Paz na República Dominicana, ação de interesse norte-americano em sua luta contra o comunismo na América Latina.

A: Correto. O item está correto e reflete a atuação brasileira, principalmente, a do governo Costa e Silva na área de segurança coletiva e desenvolvimento. O Brasil fez forte oposição ao Tratado de Não Proliferação Nuclear, proposto pelos Estados Unidos e União Soviética, com a alegação que o TNP consolidava a desigualdade tecnológica. O Brasil argumentava que o Tratado impedia o acesso à tecnologia nuclear e que ele deveria estar acompanhado de propostas concretas sobre o desarmamento total das grandes potências. Como suas reivindicações não foram atendidas, o Brasil não aderiu ao tratado. Magalhães Pinto, chanceler brasileiro no período, considerava o TNP discriminatório. Segundo ele, as prioridades brasileiras sobre a não proliferação nuclear eram a renúncia às armas nucleares e a obtenção de tecnologia nuclear para fins pacíficos. Como afirma o item, esse período marca um afastamento do Brasil do conflito Leste-Oeste e uma maior autonomia da política externa do país. Vale ressaltar a atuação do diplomata brasileiro Araújo Castro, que foi chanceler no governo de João Goulart e, mais tarde, Chefe da Missão Permanente do Brasil junto à ONU em Nova Iorque. Araújo Castro destacou-se por elaborar a tese sobre o "congelamento do poder mundial" e posicionar o Brasil contra este congelamento. Segundo ele, "No cenário das Nações Unidas, perante a Assembléia Geral e perante o Conselho Econômico e Social, o Brasil tem procurado caracterizar o que agora se delineia claramente como firme e indisfarçada tendência no sentido do *congelamento do poder mundial*. E quando falamos de poder, não falamos apenas de poder militar, mas também do poder político, poder econômico, poder científico e tecnológico". (*Araújo Castro*, Editora Universidade de Brasília, 1982).
B: Incorreto. O Brasil, como afirma o item, manteve um grau de autonomia em relação ao conflito Leste-Oeste. No entanto, o Brasil priorizava um discurso Norte-Sul e não Sul-Sul, como afirma o item. Mesmo se no período ocorreu um adensamento das relações do Brasil com os países do Sul, estas eram complementares às do Norte. Segundo Amado Cervo, o Brasil buscou no Norte recursos financeiros e tecnologia e, em escala reduzida, dispôs-se a repassá-los ao Sul. O comércio internacional foi o elo entre hemisférios. Neste sentido, o Brasil participou como observador do Movimento dos países Não Alinhados, a partir de 1968, e do G77, que agrupava países em desenvolvimento que reivindicavam por uma nova ordem econômica global.
C: Incorreto. O item está incorreto, primeiramente, porque não houve alinhamento incondicional do Brasil com os Estados Unidos durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Inicialmente, com o golpe de 1964, Castello Branco e seu chanceler Vasco Leitão da Cunha, adotaram uma política de alinhamento com os EUA priorizando os temas de segurança coletiva, bipolaridade e abertura econômica. A partir de 1967, no entanto, percebe-se a volta a uma política externa universalista, baseada nos interesses nacionais brasileiros e em uma maior autonomia frente ao conflito Leste-Oeste. Como afirma o item, em 1964, durante o governo Castello Branco, houve o rompimento das relações diplomáticas com Cuba, por motivos ideológicos, mas está incorreta a afirmação que o Brasil rompeu relações diplomáticas com a República Popular da China durante o governo Castello Branco, já que o Brasil nem possuía relações diplomáticas com a China continental, reconhecendo a ilha de Taiwan como República da China. O estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China ocorrerá no ano de 1974, durante o governo Geisel e sob a liderança do chanceler Azeredo da Silveira, com o fechamento da Embaixada brasileira em Twain e o início do relacionamento oficial com a República Popular da China. Ainda durante o governo Médici, segundo Amado Cervo, o Brasil apoiava a permanência das duas Chinas na ONU e a permanência da República da China (Taiwan) no Conselho de Segurança.
D: Incorreto. O item está incorreto, porque a partir de 1967, o Brasil adotou uma política externa voltada ao universalismo que não tinha o objetivo de estabelecer áreas prioritárias de relações, mas de estabelecer relações positivas com as regiões que pudessem oferecer vantagens para o comércio brasileiro. Embora ainda importantes, as relações com EUA foram perdendo peso relativo, em razão do declínio internacional americano no período, mas, sobretudo porque o Brasil ampliou o leque de parceiros. A política brasileira passa, portanto, por um período de universalização. Sobre as relações hemisféricas durante o período, pode-se perceber uma aproximação com a América Latina. Segundo Amado Cervo, a América Latina tinha um papel importante na estratégia de inserção mundial brasileira. Em 1967, em uma reunião da OEA em Montevidéu aprovou-se a criação de um Mercado Comum Latino-Americano a ser implementado no prazo de 15 anos. Em 1969, o Tratado da Bacia do Prata (Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia) tinha a finalidade de promover a integração física, mas os desentendimentos brasileiros e argentinos sobre o aproveitamento dos rios prejudicaram as negociações. Durante o governo Médici, estabelece-se um tratado enérgico com o Paraguai sobre a construção de Itaipu. Com a Bolívia, no mesmo período, estabelece-se uma Ata de cooperação na compra de gás. Com a Colômbia estabelecem-se estudos para a criação de uma companhia binacional do carvão. Com o Uruguai, o Brasil estabelece projetos de desenvolvimento das bacias Mirim e do Rio Jaguarão. As relações com o hemisfério, durante este período, estavam pautadas, principalmente, na cooperação na área de infraestrutura. Já no governo Geisel, os órgãos multilaterais regionais começam a ganhar forma, principalmente sob o auspício do Sistema Econômico Latino- Americano (SELA) da OEA. Outro tratado importante do período foi o assinado em 1978 com os países da Bacia Amazônica nos moldes do Tratado da Bacia do Prata com Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela: o Tratado de Cooperação Amazônico.
E: Incorreto. O período do governo Castello Branco, tratado como "um passo fora da cadência" por Amado Cervo, marca a volta das relações de alinhamento com os Estados Unidos. A partir de 1961, o Brasil começa a destacar-se por uma política externa mais universalista, que ficou conhecida como a Política Externa Independente (PEI). No entanto, com o início da ditadura militar no país, o Brasil volta a adotar uma política externa mais ideológica e a acompanhar as ações do bloco ocidental hegemônico. Neste sentido, o Brasil começa a priorizar o princípio da segurança coletiva, com o objetivo de criar um ambiente mais favorável aos investimentos americanos. O item está incorreto, primeiramente, porque durante o período Castello Branco não houve autonomia brasileira em relação ao conflito leste-oeste. Ademais, após a crise na República Dominicana em 1965, o Brasil participou das forças interamericanas de paz que intervieram no país. Em maio de 1965 o chanceler Vasco Leitão da Cunha decidiu participar da intervenção de acordo com o pedido feito pela OEA, e isto acaba renovando o ativismo brasileiro, no sentido de tornar coletiva a segurança continental.

Gabarito "A"

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Em 2008, comemoram-se cinquenta anos do lançamento da Operação Pan-Americana (OPA), que teve início com a troca de cartas pessoais entre os presidentes Juscelino Kubitschek e Eisenhower, em 28 de maio e 5 de junho de 1958. A respeito da OPA, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) O objetivo central da OPA foi o combate ao subdesenvolvimento econômico da América Latina, visto como o principal problema do continente.

(2) A OPA era uma proposta de cooperação internacional baseada na tese de que o fim da miséria e o desenvolvimento seriam as maneiras mais eficazes de se evitar a penetração de ideologias exógenas e antidemocráticas.

(3) No entendimento de seus formuladores, a OPA poderia servir de paradigma para iniciativas semelhantes fora do hemisfério, com base na tese de que, também em outras regiões do mundo, a promoção do desenvolvimento serviria ao propósito de conter o comunismo.

(4) Desde o seu lançamento, a OPA teve seus objetivos encampados por Washington, o que assegurou o êxito imediato dessa operação diplomática.

1: Certa. A Operação Pan-Americana (OPA) foi uma proposta de cooperação internacional entre a América Latina e os Estados Unidos que, como afirma o item, visava a lutar contra o subdesenvolvimento econômico na América Latina. O objetivo da Operação, proposta pelo então presidente brasileiro Juscelino Kubitschek em 1958, foi combater não apenas o subdesenvolvimento econômico, mas o subdesenvolvimento em sentido global. O lançamento da iniciativa aconteceu logo após a malsucedida visita do vice-presidente americano Richard Nixon à América Latina, na qual houve demonstrações de antiamericanismo em diversos países do continente. Além disso, havia no continente uma ampla insatisfação com as linhas de cooperação para o desenvolvimento levadas a cabo pelos Estados Unidos. A OPA teve início pela troca de cartas pessoais entre Juscelino e o então presidente americano Dwight Eisenhower. A OPA consistia na aplicação de capital privado em áreas atrasadas do continente, no aumento de volume de crédito das entidades internacionais, na assistência técnica, entre outros. Juscelino enfatizava a importância dos capitais públicos, em razão do elevado montante necessário para os setores básicos e os de infraestrutura.

2: Certa. A OPA, que era uma proposta de cooperação internacional de âmbito hemisférico, insistia na tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam as maneiras mais eficazes de se evitar a penetração de ideologias exôgenas e antidemocráticas no continente. A cooperação seria uma solução para países atrasados. Juscelino Kubistchek, idealizador da proposta, argumentava que a cooperação econômica daria força ao pan-americanismo, tornando-se um escudo à penetração de ideologias estranhas. JK situava a OPA, portanto, contra a ameaça antidemocrática do bloco soviético. É importante ressaltar que JK sempre se referia ao desenvolvimento da América Latina como um todo, e não apenas ao desenvolvimento brasileiro.

3: Certa. De acordo com as diretrizes da OPA, o subdesenvolvimento em geral, e não apenas na América Latina, abria a possibilidade de atuação do "inimigo", ou seja, da União Soviética. Além disso, o ideal comunista deslocava-se cada vez mais do confronto direto para uma estratégia de «penetração interna». Este fato era mais preocupante tendo em vista o progresso material e tecnológico do bloco «totalitário» e seu possível efeito propagandístico. Assim, a OPA propunha a associação entre o desenvolvimento econômico e a segurança. Mesmo se a OPA foi uma operação focada no continente latino-americano, esse era um paradigma que poderia servir em outros lugares do mundo, onde os Estados Unidos já efetuavam ajuda econômica.

4: Errada. O item está incorreto, porque desde início da OPA, a reação dos EUA foi de frieza em relação ao projeto. Os americanos evitavam, assim, assumir compromissos que implicassem mudanças na orientação já traçada sobre a relação com os países latino-americanos. Segundo os EUA, a questão do subdesenvolvimento latino-americano deveria ser respondida com empréstimos de instituições de crédito já existentes no continente e não com ajuda privada americana. É errôneo afirmar, no entanto, que a OPA não produziu resultados concretos. O resultado imediato da OPA, no contexto da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi a criação de uma Comissão Especial incumbida de dar execução aos projetos da OPA – nesta comissão o chefe da delegação brasileira foi Augusto Frederico Schmidt. Outro importante resultado da OPA foi a criação do **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID),** em 1958, com a função de promover projetos de desenvolvimento na região. Ainda, a fundação da **Associação Latino-Americana de Livre Comércio** (ALALC) em 1960 pelo Tratado de Montevidéu, teve também suas raízes na OPA e tinha como objetivos ampliar e estabilizar o intercâmbio comercial na região, desenvolver novas atividades, aumentar a produção e instaurar um processo de substituição de importações na região. Enfim, a **Aliança para o Progresso**, proposta por Kennedy em 1961, em resposta à crise cubana, foi também um resultado positivo da OPA. Um dos grandes responsáveis pela política exterior no período, Osvaldo Aranha, criticava a falta de conversão da OPA em resultados práticos e defendia que nenhum país se desenvolveria apenas via empréstimos. Aranha propunha um crescimento que não excluísse a agricultura e a reforma agrária. Com efeito, a OPA não avançava pela falta de projetos concretos.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Considerando a relevância da III Conferência de Chanceleres Americanos (Rio de Janeiro, 1942) para o destino dos países latino-americanos em face da Segunda Guerra Mundial e o próprio contexto histórico do conflito, assinale a opção correta.

(A) O presidente Roosevelt aceitou, com relativo conformismo, o predomínio das visões de neutralidade dos países latino-americanos em relação ao conflito que envolvera os EUA na guerra europeia.

(B) A transferência gradual do eixo de poder mundial da Europa para os EUA, bem como as oportunidades de investimento em projetos de industrialização e desenvolvimento, animaram países como o Brasil a buscar barganhas e negociar brechas na ordem internacional, durante a Segunda Guerra Mundial.

(C) Países como a Argentina, mesmo ante a relevância econômica de suas exportações de couros, cereais e carnes para países beligerantes, sentiam-se animados a optar, na Conferência do Rio de Janeiro, pelo alinhamento com os EUA e seus aliados na guerra.

(D) A visão da harmonia pan-americana, ideia que migrara do século XIX para o século XX no ideário político das Américas, teve discreta presença nos debates da III Conferência de Chanceleres Americanos.

(E) A agenda da integração latino-americana, criada no contexto da Conferência do Rio de Janeiro, decorreu da percepção de que essa era a única saída política diante da hegemonia hemisférica norte-americana.

A: Incorreta. O item está incorreto, porque os Estados Unidos queriam o imediato e unânime rompimento da América Latina com o Eixo durante a Reunião de Chanceleres no Rio de Janeiro em 1942. A guerra europeia havia provocado um recuo da presença comercial alemã na América Latina, o que estimulou a ofensiva ideológica e política americana na região. A entrada dos Estados Unidos na guerra, em 1941, levou os americanos à convocação da Conferência de Chanceleres no Rio de Janeiro em 1942, com objetivo de criar uma "unidade continental" e persuadir as lideranças latino-americanas a declarar guerra aos inimigos americanos.

B: Correta. Os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial já eram um dos maiores parceiros econômicos brasileiros e já mostravam a sua força internacionalmente. Em relação à América Latina, os Estados Unidos procuraram aumentar sua influência na região sob a política da Boa Vizinhança do Presidente Roosevelt. Para isso, os americanos criaram o *Office of the Coordination of Inter-American Affairs,* estabelecendo um complexo programa de persuasão ideológica e penetração cultural pela imprensa, cinema e o *american way of life* nos Estados Latino-americanos. No Brasil, o sucesso de personagens como Zé Carioca e de Carmem Miranda, nos EUA, assim como a organização do famoso filme de Orson Welles, *It's All true*, enquadra-se neste esforço de aproximação com a América do Sul. Gerson Moura define a política externa brasileira no período, entre 1935 e 1941, como a **"equidistância pragmática"**, já que o Brasil tentou tirar proveitos dos interesses americanos na região ao mesmo tempo que continuava a negociar com os alemães. Em 1938, Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, proclama a neutralidade brasileira na guerra. A indefinição sobre qual lado o Brasil entraria na guerra promovia vantagens econômicas ao país. O desenvolvimento nacional, segundo Vargas, dependia do aproveitamento das jazidas de minério de ferro. Iniciou-se, portanto, uma **barganha para construir a siderúrgica de Volta Redonda** e para **equipar as Forças Armadas**. Após a entrada americana na guerra em 1941, os EUA convocam uma Reunião de Consulta dos Chanceleres latino-americanos, no Rio de Janeiro em **1942**. O Eixo pressionava o Brasil para manter sua neutralidade, mas com a promessa de vantagens econômicas dos EUA, **o Brasil rompe relações com o Eixo no ano 1942.**

C: Incorreta. O item está incorreto, porque houve resistência tanto argentina, quanto chilena durante a Conferência dos Chanceleres de 1942 em adotar uma resolução que determinasse o rompimento

das relações dos países latino-americanos com os países do Eixo. A resolução, resultado da Conferência de 1942 apenas recomendou o rompimento das relações. A Argentina somente declarou guerra ao Eixo em maio de 1945, depois da capitulação alemã em Paris. Já o Chile declarou a ruptura com o Eixo em janeiro de 1943.
D. Incorreta. O item está incorreto porque o sentimento pan-americano ganhou uma nova força no período e foi o grande protagonista da III Reunião de Chanceleres Latino-Americanos. As conferências pan-americanas, influenciada pela política da Boa Vizinhança, pregavam o princípio da solidariedade hemisférica repudiando qualquer tipo de intervencionismo para resolver os problemas da região. Entre as principais conferências do período, destacam-se:
• **Conferência de Buenos Aires de 1936**: é aprovado um mecanismo de consulta entre os países do hemisfério, além de estabelecer o princípio de que uma ameaça a um país da região significava uma ameaça a todos.
• **Conferência de Lima de 1938**: ampliou o sistema de consulta entre os países da região, mas não conseguiu estabelecer um tratado de segurança continental, que foi barrado pela Argentina.
• **Conferência de Consultas do Panamá em 1939:** foi uma reunião em função da guerra europeia que definiu a neutralidade do continente.
• **Conferência de Havana de 1940:** decidiu que qualquer agressão de um Estado não americano contra um Estado americano seria considerada agressão contra todos os Estados americanos.
E. Incorreta. O item está incorreto, inicialmente, porque a agenda de integração latino-americana não foi criada no contexto da Conferência do Rio de Janeiro, existindo outras importantes conferências na região, como mencionado no comentário do item anterior. Além disso, não existia a percepção, durante a Segunda Guerra, que a hegemonia americana era a única saída. O Chile e a Argentina, por exemplo, optaram pela neutralidade durante grande parte do conflito, mantendo relações econômicas e política com o Eixo. O Brasil também manteve relações com o Eixo e, para aderir à bandeira americana, obteve ganhos econômicos e de infraestrutura.
Gabarito "B"

Sugestão de Leitura: Gerson MOURA. Autonomia na Dependência. / Gerson MOURA Sucessos e Ilusões.

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Acerca das principais linhas de ação e vertentes da política externa brasileira desde 1967, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) A partir de 1967, o governo Costa e Silva procedeu a uma reformulação das diretrizes fundamentais da política externa brasileira, determinando um curso que permaneceria inalterado, em sua essência, até o final do regime militar. A unidade de ação que se verifica a partir de então embasou-se na importância central conferida à doutrina de fronteiras ideológicas, que, como condicionante das estratégias a serem adotadas, definia as prioridades externas.

(2) Alguns aspectos do "pragmatismo responsável" adotado pelo governo Geisel, como a busca da autonomia decisória na política externa, encontravam antecedentes em ideias e práticas políticas anteriores ao regime militar brasileiro.

(3) A dívida externa assumiu relevância na ação internacional do Brasil a partir do início da década de 1980, sendo tratada de acordo com duas estratégias: a primeira, de orientação economicista, afastava a diplomacia das negociações acerca do tema e favorecia a busca de soluções monetaristas, negociadas bilateral e diretamente com a comunidade financeira internacional; a segunda, configurada no Consenso de Cartagena de 1984, propugnava um tratamento político da questão que equacionasse o pagamento da dívida com o crescimento econômico da América Latina. Prevaleceu, desde o início, esta última estratégia.

(4) A política externa brasileira era formulada, a partir do início da década de 1970, com a finalidade última de serem superadas dependências e de ser reforçada a autonomia do país. A área energética foi alvo de medidas que se enquadravam nessa linha de ação, sendo exemplo de tais medidas o acordo de cooperação nuclear com a República Federal da Alemanha firmado em 1975.

1: Errada . A primeira parte do item, que afirma que o Governo Costa e Silva (1967-69) "procedeu a uma reformulação das diretrizes fundamentais da política externa brasileira, determinando um curso que permaneceria inalterado, em sua essência, até o final do regime militar", está correta e é exatamente o que afirma Amado Luiz Cervo em "História da Política Externa Brasileira". De acordo com Amado Cervo, a partir de 1967, a política externa brasileira destinou a impulsionar o **desenvolvimento de forma autônoma**. A nova doutrina, instaurada no governo Costa e Silva, denominada "Diplomacia da Prosperidade", foi exposta pelo chanceler José de Magalhães Pinto em 1967. Os objetivos da nova política eram eliminar os conceitos de bipolaridade e de segurança coletiva e colocar a ação diplomática a serviço do desenvolvimento, mediante o máximo de aproveitamento das oportunidades que o setor externo podia oferecer. O item está incorreto porque a política externa do período Costa e Silva não se baseou na "doutrina de fronteiras ideológicas", ao contrário, ela tinha um sentido realista, com isenção ideológica e visava ampliar a pauta de exportações brasileiras, a cooperação científica e aumentar o fluxo financeiro do país, sem considerar alianças ideológicas. O Brasil rejeita, nesse período, o poder associado à potência hegemônica ocidental – os Estados Unidos e associa-se aos poderes emergentes. Exemplos desta nova postura brasileira foram percebidos na atuação reivindicatória diante do Terceiro Mundo, em 1968, durante a II UNCTAD; na formulação da política nuclear brasileira que visava a obtenção de tecnologia para fins pacíficos; além da forte presença brasileira em foros multilaterais.
2: Certa. A definição "**pragmatismo responsável"** apareceu pela primeira vez no discurso do presidente Ernesto Geisel em março de 1974, quando o presidente batizou a política externa de seu governo de Pragmatismo Ecumênico e Responsável. Azeredo da Silveira, que foi o chanceler brasileiro durante os anos Geisel, anunciou em 1975, em uma reunião no Congresso Nacional que o "raciocínio simplista [que] alimentou a Guerra Fria, favoreceu a repartição do mundo em blocos, estimulou os alinhamentos automáticos e criou o não alinhamento militante. Não sumiram as ambições hegemônicas; o direito à autodeterminação tem sido conquistado em oposição à ordem internacional vigente e não ajudado por ela. O Brasil se recusa a ver o mundo por essas óticas distorcidas que justificam os privilégios de umas poucas nações em detrimento dos legítimos interesses das demais". Azeredo retoma, como afirma o item, ideias e práticas políticas anteriores ao regime militar brasileiro para formular o Pragmatismo Responsável. O pragmatismo da política externa brasileira encontra suas raízes na Política Externa Independente (PEI) de Afonso Arinos e San Tiago Dantas, que foi instaurada em 1961 durante o governo de Jânio Quadros e João Goulart. Tanto a PEI quanto o pragmatismo responsável de Geisel eram contra os alinhamentos automáticos em política externa e pregavam a superação dos conflitos Leste-Oeste, para uma predominância dos conflitos Norte-Sul.
3: Errada. Um grande problema da década de 1980 foi o endividamento externo. Como afirma o item, a questão da dívida externa foi vista sob duas óticas distintas. A primeira foi a **visão economicista** – ligada ao Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento e o Banco Central - para o problema. Este grupo tinha inclinações monetaristas e acreditava que a melhor estratégia para resolver os problemas financeiros brasileiros seria negociar diretamente com a comunidade financeira uma solução. A **segunda estratégia era levada a cabo pelo Itamaraty** e pregava um **tratamento político** ao problema de endividamento econômico, a exemplo do que ocorreu anteriormente com países europeus endividados no pós-Segunda Guerra Mundial O item está incorreto porque a visão que predominou no tratamento da dívida foi a economicista. O Itamaraty, que havia sido um dos grandes motivadores da negociação multilateral da dívida externa, ajudou na organização do Consenso de Cartagena em 1984. O foro reuniu 11 países da região responsáveis por 80% das dívidas externas do continente e tinha o objetivo de negociar melhores condições de pagamento da dívida externa do bloco. No entanto, como o Itamaraty foi inibido em sua defesa a uma solução política para a questão da dívida externa latino-americana, o Consenso de Cartagena já nasceu débil.
4: Certa. O contexto da política externa brasileira dos anos 1970 é marcado pela diversificação de parceiros comerciais e pelo não alinhamento com os EUA. Havia, no entanto, certa dependência tecnológica brasileira em relação aos americanos, que precisava ser superada. Diante da lentidão na transferência de tecnologia atômica, para fins pacíficos, por parte dos Estados Unidos, o Brasil assina em **1975 o Acordo de Cooperação Nuclear com a Alemanha,** para diversificação das fontes de energia. O acordo de 1975 com a Alemanha previa a implementação

de 8 usinas nucleares; a prospecção e tratamento de urânio; a produção e instalação de reatores nucleares; além do enriquecimento do urânio e o processamento de combustíveis.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

Dois fatos ocorridos em 1945 marcaram a história brasileira. Chegavam ao fim a Segunda Guerra Mundial e a Era Vargas. A partir daí, o país se redemocratizava, fazia avançar seu projeto de modernização econômica, rapidamente se urbanizava, ao tempo em que convivia com uma ordem internacional de pronunciada tensão que atingia o continente americano, particularmente, entre fins da década de 50 do século passado e o decênio seguinte. Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu sob o autoritarismo do regime militar, período que não deve ser entendido como uniforme e homogêneo, tanto na política interna quanto na externa. A partir de 1985, com a nova experiência democrática, o país passou a conviver com outra realidade mundial e nela procurou inserir-se, mantendo princípios permanentes de sua política internacional e fazendo uso de mecanismos e instrumentos próprios do novo contexto global.

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Tendo as informações acima como referência inicial e considerando as principais vertentes e linhas de ação da política externa brasileira, de 1945 aos dias atuais, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Com a eleição do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o Brasil alinhou-se à estratégia político-militar norte-americana, voltada, no contexto da Guerra Fria, para conter as forças consideradas inimigas do Ocidente democrático.

(2) Na primeira metade dos anos 60 do século passado, a Política Externa Independente procurou expressar um ponto de vista internacional do Brasil, entendido como instrumento essencial à conquista do desenvolvimento nacional e não submetido aos interesses das potências hegemônicas.

(3) O terceiro governo do ciclo militar, sob a liderança de Ernesto Geisel, adotou a linha do pragmatismo responsável, a qual, sob nova roupagem, retomava os padrões da política externa de Castelo Branco, fundamentada no relacionamento especial com os EUA e na conveniência de se distanciar de outros polos de poder no âmbito do capitalismo.

(4) O estreitamento das relações com a Argentina de Alfonsín, ocorrido durante o governo Sarney, ainda que não tenha resultado em aproximação mais objetiva, que redundasse em acordos econômicos entre Brasil e Argentina, teve o mérito de superar históricas rivalidades, atenuadas, apenas circunstancialmente, por ambos os regimes militares.

1: Certa. Segundo Amado Cervo, a política externa do governo Dutra ficou conhecida pelo alinhamento e desenvolvimento associado aos Estados Unidos. A Guerra Fria, que se instaurou depois da Segunda Guerra Mundial, acentuou uma bipolaridade ideológica que dividiu entre os EUA e a URSS o poder de influência sobre o mundo. A América Latina estava sob a hegemonia econômica e cultural americana, o que resultou em um alinhamento com os EUA. No que se refere ao Brasil, depois do sucesso da política externa do período Vargas - que havia conseguido empréstimos americanos para construção da Companhia Siderúrgica Nacional, entre outros feitos - o Brasil esperava alcançar uma aliança privilegiada com os americanos e garantir novos empréstimos para o país. Os chanceleres brasileiros no período, **Raul Fernandes e João Neves da Fontoura**, comandaram uma política de alinhamento, acompanhando o voto americano nas Conferências da ONU e nas iniciativas dos EUA para a região. Exemplo desta política foi a criação em 1947 do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que defendia que "um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado americano será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos" e a criação da Organização dos Estados Americanos em 1948 que, segundo Gerson Moura, representava a consolidação da influência americana na região. O alinhamento brasileiro também se refletia no combate ao comunismo internacional e resultou em 1947 no rompimento de relações diplomáticas com a URSS. Esta decisão foi tomada pelo chanceler Raul Fernandes depois de um desentendimento entre o Brasil e a URSS e não teve apoio dos EUA.

2: Certa. A política externa dos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) provinha de um conjunto de ideais nacionalistas e desenvolvimentistas que vão constituir a **Política Externa Independente (PEI),** como ficou conhecida. Apesar da PEI não qualificar um projeto institucionalizado, ela foi um processo e um conjunto de políticas pragmáticas que visavam a mundialização das relações internacionais e comerciais do Brasil, a luta pelo desenvolvimento, pelo desarmamento, a autodeterminação dos povos e a não intervenção, sem o comprometimento com objetivos ideológicos, além de ressaltar um desejo do Brasil de participar nas decisões internacionais. A PEI tinha uma visão universal e enfatizava as relações não mais no contexto da Guerra Fria, Leste-Oeste, mas na órbita das relações Norte-Sul, procurando obter vantagens desta conjuntura sem promover qualquer alinhamento com as potências hegemônicas. O objetivo da PEI era, portanto, o desenvolvimento nacional pela via universal. Entre os grandes formuladores da PEI é essencial citar o nome de Afonso Arinos, San Tiago Dantas e Araújo Castro, todos chanceleres durante os governos Jânio-Jango. Entre as políticas promovidas durante a PEI, destaca-se a abertura política para o continente africano, a possibilidade de comércio com o Extremo-Oriente e o Sudoeste asiático, assim como a opção de restaurar relações com o bloco comunista.

3: Errada. A política externa de Geisel foi projetada em um pragmatismo ecumênico e responsável. Segundo o próprio Geisel em seu discurso ao poder legislativo de 1975, "No caso do Brasil, sua política externa é baseada no que chamamos de 'pragmatismo responsável', no ecumenismo e num princípio que consideramos essencial: o princípio de não intervenção em assuntos internos de outros Estados (...). A política exterior brasileira é pragmática porque procura considerar a realidade internacional tal como ela se apresenta, e é responsável porque é ética". Com Geisel, o Brasil teve que multiplicar seu contato com outras nações, diversificar os mercados para seus produtos e buscar novas fontes de financiamento e tecnologia. O chanceler e grande visionário da política do período foi Azeredo da Silveira. Ao contrário do que afirma o item, a política de Geisel não se baseava em um relacionamento especial com os EUA, ele procurou diversificar seu envolvimento com outros países desenvolvidos (Europa Oriental e Japão) ou mesmo com o Terceiro Mundo (América Latina e África). O item possui outro erro ao afirmar que a política externa de Geisel retoma os padrões da política de Castello Branco. O período Castello Branco, que teve Vasco Leitão da Cunha e Juracy Magalhães como chanceleres, ficou conhecido como o "passo fora da cadência" (Amado Cervo), por haver ocorrido um desmantelamento do PEI e a volta de uma aproximação com os Estados Unidos. Outro erro importante do item é que o governo Geisel (1974-1979) não foi o terceiro governo do ciclo militar, ele foi o quarto, depois de Castelo Branco (1964-1966); Costa e Silva (1967-1969); Emílio Médici (1969-1974).

4: Errada. Não obstante o estreitamento de relações entre a Argentina e o Brasil ter ocorrido no governo de José Sarney na presidência brasileira e Alfonsín na presidência argentina nos anos 1980, o item está incorreto porque esta aproximação resultou em uma série de acordos econômicos. Entre os principais acordos do período estão a Declaração de Iguaçu de 1985, que assume compromisso de aprofundamento das relações econômicas entre os países; o PICE (Programa de Integração e Cooperação Econômica) que já previa negociações setoriais para promover uma progressiva eliminação tarifária; e, em 1988, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento com conteúdo vinculante que estabelecia um prazo de 10 anos para a eliminação das tarifas no comércio bilateral. Essa aproximação econômica é apontada como antecedentes da criação do MERCOSUL.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010 – CESPE) Entre as características da política externa brasileira contemporânea, inclui-se

(1) a menor participação em organismos multilaterais, em prol de uma atuação diplomática mais unilateral, com o Brasil buscando atuar no cenário internacional de maneira mais autônoma, especialmente em temas como segurança coletiva, meio ambiente e direitos humanos.

(2) a intensificação da denominada diplomacia presidencial.

(3) a maior aproximação comercial com a China, em relação à década passada, evidenciada pelo fato de esse país ter recentemente assumido a condição de principal parceiro comercial do Brasil.

(4) a maior integração sul-americana, com a extensão de programas como o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) para os demais países sul-americanos.

(5) a expansão da cooperação científica e técnica prestada pelo Brasil a países asiáticos e africanos, por intermédio, por exemplo, da criação de Laboratórios Virtuais (LabEx) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em países desses continentes.

1: Errado. A política externa brasileira, ao contrário do que afirma o item, tem forte histórico de participação em organismos multilaterais. Segundo Flávia Campos Mello, desde o final do século XIX, a política externa brasileira tem participação ativa em instituições e foros multilaterais. O Brasil esteve presente durante a segunda Conferência Internacional da Paz, realizada em Haia em 1907, além da Conferência de Paz de Versalhes em 1919, o que lhe garantiu presença na Liga das Nações. No pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil também marcou presença ativa durante a Conferência de Bretton Woods de 1944 e como membro fundador da ONU na reunião em São Francisco em 1945. Sobre as características da política externa brasileira contemporânea, em relação ao multilateralismo, vale destacar o papel protagonista brasileiro em diversos foros multilaterais como a Organização Mundial do Comércio, nas diversas instâncias da Organização das Nações Unidas (ONU), no Mercosul, na UNASUL, entre outras. Além disso, a aspiração brasileira a um papel protagonista nos foros multilaterais é particularmente expressa na candidatura do país a um assento permanente no Conselho de Segurança no contexto de Reforma da ONU.
2: Certo. A diplomacia presidencial caracteriza a participação ativa de presidentes na condução, execução e formulação da política externa. A diplomacia presidencial ganhou ênfase nos últimos anos dada à frequência que se recorre aos chefes de Estado e governo em áreas que eram comuns a atuação de chanceleres. Segundo o cientista político Guilhon de Albuquerque, no Brasil, a diplomacia presidencial iniciou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso, no qual a participação desse Chefe de Estado em assuntos de política externa foi muito ativa. O governo Luiz Inácio Lula da Silva também foi referenciado pela forte atuação presidencial em assuntos de política externa, tendo alguns temas de prevalência como a política Sul-Sul e as relações regionais.
3: Certo. A China, como afirma o item, desde 2009, consolidou-se como a principal parceira comercial brasileira em comércio e investimento. Houve, em 2011, um intercâmbio comercial de **US$77 bilhões**, sendo que o Brasil exportou para esse país US$44 bilhões. Em relação à China, o Brasil possui alto superávit que chegou a US$11,5 bilhões em 2011. Sobre relações políticas, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a China em 1974, em um momento de diversificação de parcerias internacionais por parte do Brasil. Segundo Henrique Altemani, dentro do projeto da política externa brasileira, que tem forte atuação nos fóruns multilaterais, a reaproximação com a China era fundamental para dar credibilidade e legitimidade à ação brasileira. Durante os anos 1980, houve importantes avanços na relação bilateral entre China e Brasil, verificado nas visitas dos Presidentes brasileiros João Figueiredo, em 1984, e José Sarney, em 1988 à China. O Brasil tinha motivações econômicas ao aproximar-se da China, com expectativas de contratos para as exportações brasileiras diante do impressionante crescimento da economia chinesa ao longo da década de 1980. Além disso, segundo o diplomata Oswaldo Biato Junior, havia a expectativa que uma relação estratégica entre os países fortaleceria as teses brasileiras nos foros internacionais, nos quais China e Brasil compartilhavam posições em matérias de não proliferação nuclear, de Agenda para a Paz e o Desenvolvimento, de relações Norte-Sul, de defesa do meio ambiente e de transferência de tecnologia. Em 1988, foi assinado o "Protocolo de Pesquisa e Produção Conjunta de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres" (CBERS), projeto mais expressivo de cooperação científica e tecnológica entre dois países em desenvolvimento. Nesse sentido, em 1993, durante a gestão Itamar Franco, foi estabelecida a Parceria Estratégica entre a China e o Brasil, com o objetivo de elevar as relações bilaterais a um novo patamar, ampliando planos de cooperação econômica e política. As relações sino-brasileiras no início do século XXI foram de maior proximidade ainda, como afirma o item, dada a intensificação do comércio entre os dois países. Entre as principais parcerias entre os dois países, vale destacar o engajamento conjunto no fortalecimento da reforma de instituições internacionais - FMI, Banco Mundial - a partir do BRICS e do G20 financeiro, no BASIC – na área de meio ambiente –, na parceira na área de ciência, tecnologia e inovação em matéria de energia, tecnologia espacial, entre outros.
4: Errado. O item está incorreto porque o FOCEM é um fundo criado para a convergência estrutural dos membros do MERCOSUL, não incluindo os demais países da América do Sul. O Fundo foi criado em dezembro de 2004 e entrou em funcionamento em junho de 2005. O FOCEM tem o objetivo de financiar projetos para melhorar a infraestrutura das economias menores e das regiões menos desenvolvidas do Mercosul, além de impulsionar a produtividade econômica dos Estados-partes, promover o desenvolvimento social, especialmente nas zonas de fronteira, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional do bloco. O FOCEM totaliza US$100 milhões em contribuições não reembolsáveis. Os aportes são feitos em quotas semestrais dos Estados-Partes do Mercosul, na proporção histórica do PIB de cada um deles: o Brasil com 70%, Argentina com 27%; Paraguai, com 1%; e o Uruguai, com 2%. A distribuição é inversamente proporcional: Paraguai com 48%, Uruguai com 32%, Argentina com 10%, Brasil com 10%. A participação da Venezuela ainda será definida. Atualmente o maior beneficiário é o Paraguai, com 17 projetos. O Brasil tem 5 projetos em seu território: a criação da Biblioteca da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu; a ampliação do sistema de esgoto sanitário de Ponto Porã (MT); o adensamento e complementação automotiva do Mercosul; a qualificação de fornecedores da cadeia produtiva de petróleo e do gás; a construção do esgoto sanitário em São Borja (RS).
5: Certo. O item está correto já que a EMBRAPA está promovendo a expansão da cooperação técnica e científica para países africanos e asiáticos por intermédio de vários programas, dos quais a criação de Laboratório Virtuais (Labex). O objetivo dos Laboratórios Virtuais é promover o conhecimento mútuo do estado da arte das ciências agrárias, além de enriquecer a cooperação científica, tecnológica e de inovação. Atualmente, a EMBRAPA possui laboratórios virtuais na Coreia do Sul, na China, no Senegal, em Gana, no Mali, em Moçambique, além de França, Reino Unido, Panamá, Equador, Colômbia, Venezuela e Estados Unidos. A iniciativa, que visa fomentar a cooperação científica com outros países, teve início em 1998, com a abertura do Labex Estados Unidos.

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010 – CESPE) Com relação à política externa independente dos governos de Jânio Quadros e João Goulart (1960-1964), julgue os itens subsequentes.

(1) Por intermédio da Aliança para o Progresso, contemporânea do presidente John Kennedy, repudiou-se o intervencionismo norte-americano nos assuntos hemisféricos, visto que essa aliança era tida como deletéria aos esforços de autodeterminação dos países latino-americanos e caribenhos.

(2) O ingresso do Brasil no Movimento dos Países Não Alinhados (MPNA) e a sua participação, juntamente com Cuba, da Primeira Cúpula desse movimento, em 1961, em Belgrado, foram motivados pela política externa dos governos em tela.

(3) Nesse período, a intensificação das relações comerciais com todos os países ensejou o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética e com Cuba.

(4) A política externa de ambos os governos preconizava o direito de Cuba à autodeterminação, especialmente em relação à preservação das conquistas da Revolução de 1959 e ao seu direito de adotar um sistema de partido único.

(5) No sistema da Organização dos Estados Americanos (OEA), admitia-se a presença de Cuba, de pleno direito; entretanto, recusava-se a política de isolamento da ilha, defendida pelos EUA na VIII Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores dos países americanos, em Punta del Este, em 1961.

1: Errada. A Aliança para o Progresso foi um Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado pelos Estados Unidos e 22 outros países do hemisfério – entre eles o Brasil – com a assinatura da Carta de Punta del Este em agosto de 1961. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento, cabendo aos EUA auxiliar financeiramente, com uma parte minoritária do financiamento dos programas. A administração dos fundos norte-americanos competia em sua maior parte à United States Agency for International Development (USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). O projeto de cooperação interamericana já havia sido proposto em 1958 pelo presidente Juscelino Kubitschek com a Operação Pan-Americana (OPA) sem que houvesse participação ativa dos EUA. Com a vitória da

revolução em Cuba, em janeiro de 1959, foi evidenciando aos olhos dos formuladores da política hemisférica de Washington a necessidade de se mostrarem mais sensíveis às crescentes reivindicações de desenvolvimento econômico, progresso social e democracia, levantadas pela América Latina. O item está incorreto porque a Aliança para o Progresso não era vista como prejudicial aos esforços de autodeterminação dos países latino-americanos e caribenhos, além de não repudiar qualquer intervencionismo americano na região.

2: Errada**.** A Primeira Conferência de Chefes de Estado ou de Governo de Países Não Alinhados em Belgrado, em 1961, que criou o Movimento de Países Não Alinhados, ao contrário do que afirma o item, contou com a presença de 23 países afro-asiáticos, um latino-americano – Cuba – e um europeu, a Iugoslávia. O Brasil não participou oficialmente do Movimento de Países Não Alinhados, mas esteve presente apenas com o *status* de membro Observador. O movimento dos Países Não Alinhados colocou em destaque a temática do desenvolvimento econômico dos países do Sul e passou a mobilizar ações coordenadas dos povos do Sul de distintas regiões, ao fim da década de 1950, com intuito de fazer prevalecer esse tema na agenda internacional. O Movimento surgiu em consequência da Conferência de Bandung de 1955, que foi considerada como um marco em relação à formação identitária dos países de Terceiro Mundo. Em Bandung, pela primeira vez, ocorreu um grande encontro de Cúpula que reunia Estados de Terceiro Mundo sem a participação de Estados europeus, dos EUA e da URSS. O "Terceiro Mundo" passava a agir menos como objeto e mais como ator coletivo, defendendo agenda própria internacional.

3: Errada. O período que comporta os governos de Jânio Quadros e João Goulart, na área de política externa, é visto como uma unidade, apesar de o Ministério das Relações Exteriores ter tido mais de cinco titulares em menos de três anos. O período ficou conhecido pela implementação da Política Externa Independente que possuía caráter pragmático, pois buscava os interesses do país sem preconceitos ideológicos. Nesse período, como afirma o item, houve uma intensificação comercial com parceiros menos tradicionais, como países socialistas e africanos. O item está incorreto porque, apesar de existir a retomada das relações com a União Soviética, as relações diplomáticas com Cuba foram rompidas apenas em 1964 e retomadas em 1986. Sobre a URSS, o **restabelecimento das relações diplomáticas ocorre em 1961**, no governo João Goulart, trabalho que se deveu aos esforços do chanceler San Tiago Dantas. Desta forma, nota-se nos anos 1960 um aquecimento das relações comerciais URSS-Brasil com novos acordos de comércio e pagamentos entre os países e a concessão recíproca de nação mais favorecida no comércio e navegação. Em **1962**, cria-se a **Comissão para a Coordenação do comércio com o Leste Europeu (COLESTE**) e no ano seguinte a **Comissão Mista URSS-Brasil, de 1963.** Sobre Cuba, o Brasil já tinha relações diplomáticas com esse país desde 1906. As relações são rompidas em 1964 em razão da entrada da ditadura militar brasileira e são apenas retomadas em 1986.

4: Errada. Como afirma o item, a política externa do período Jânio-Jango por ver a possibilidade de comércio com o extremo-oriente e o sudoeste asiático, assim como a necessidade de restaurar relações com o bloco comunista, defendia a autodeterminação no caso cubano. O item está incorreto porque o Brasil não defendia o direito de Cuba adotar um sistema de partido único, apenas pregava a autodeterminação e a não intervenção, recusando-se em apoiar os EUA em uma possível invasão a Cuba. Na Organização dos Estados Americanos, o Brasil adotou uma posição conciliatória. San Tiago Dantas propôs a elaboração do estatuto das relações entre Cuba e o hemisfério, o que fortificaria o princípio da não intervenção e criaria a possibilidade de, por não ser regime democrático, neutralizar o regime cubano. No entanto, Cuba foi excluída da OEA em 1962. Brasil, Chile, Argentina, México, Equador e Bolívia, grupo conhecido como "The Outer Six" se abstiveram. O Brasil divergiu quanto às sanções à Cuba, mas continuava concordando com o restante das posições americanas quanto à condenação do comunismo internacional.

5: ANULADA. Cuba foi excluída da OEA em 1962 durante a Conferência de Punta del Este sob os auspícios do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar). O objetivo da Conferência era considerar "as ameaças à paz e à independência política dos Estados Americanos". A Conferência estava centrada na situação política do governo de Cuba, cujo líder, Fidel Castro, havia declarado adesão ao marxismo-leninismo. O item está incorreto, porque não se admitia mais a presença de Cuba na OEA a partir de 1962.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E, 5ANULADA

3. O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL

(Diplomacia – 2010 – CESPE) O Brasil considera prioritários a estabilidade política e o fortalecimento institucional da integração na América do Sul. Acerca desse assunto, julgue C ou E.

(1) Após a aprovação, pelo Senado Federal, em dezembro de 2009, do protocolo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, resta apenas a ratificação por parte do Paraguai para que o processo de incorporação daquele país à União Aduaneira seja concluído, ratificação essa que tende a ser facilitada pelo fato de o Paraguai fazer parte da chamada aliança bolivariana, dado o perfil político de esquerda do Presidente Fernando Lugo.

(2) O Estado Plurinacional da Bolívia, novo nome oficial da Bolívia, constitui o reconhecimento do pluralismo étnico no país e da necessidade de sua afirmação por meio de políticas públicas em matérias como educação e saúde, resultado da valorização do patrimônio cultural tradicional indígena, uma das prioridades do governo do presidente boliviano Evo Morales.

(3) A polêmica questão da instalação de bases norte-americanas na Colômbia tem sido discutida em reuniões do MERCOSUL, instância regional de escopo não apenas econômico-comercial, mas também estratégico-militar.

(4) Tradicionalmente, os peronistas são favoráveis à integração da Argentina com o Brasil, tema que constitui uma das prioridades de Estado na Argentina, mantendo sua continuidade apesar das diferenças de ênfase e de estilo dos governos de Carlos Menem, Eduardo Duhalde, Néstor Kirchner e Cristina Kirchner, presidentes que se incluem na tradição peronista.

1: Errado. O item está incorreto porque o Paraguai não faz parte da aliança bolivariana. Fernando Lugo, o então presidente Paraguaio faz parte da *Alianza Patriótica para el Cambio*, grupo paraguaio com perfil político de centro esquerda, mas que não possui a maioria do Congresso. O grupo que tem a maioria dos congressistas é o Partido Colorado, grupo de caráter nacionalista e conservador. A Venezuela entrou com o processo de adesão ao MERCOSUL em dezembro de 2005 e foi aprovada como membro pleno do bloco em julho de 2012. O Paraguai, no momento que o item foi elaborado, havia sido o único Estado que ainda não tinha ratificou o protocolo, impedindo a entrada da Venezuela. Após a crise política que abalou o Paraguai em junho de 2012 e resultou na deposição do então presidente Fernando Lugo e na posse de seu vice, Federico Franco, o Paraguai foi suspenso do MERCOSUL, o que possibilitou a entrada da Venezuela ao bloco. O governo brasileiro condenou o rito sumário de destituição do mandatário do Paraguai, decidido em 22 de junho de 2012, argumentando que não foi adequadamente assegurado o amplo direito de defesa do presidente deposto, comprometendo a democracia no país.

2: Certo. Eleito em 2005, o presidente Juan Evo Morales Ayma foi o primeiro presidente indígena a subir ao governo da Bolívia. Morales se elegeu com um pouco acima de 50% dos votos, pelo o *Movimiento al Socialismo* (MAS), partido que ajudou a criar. Em 2009, Evo Morales efetuou um referendo para a aprovação de uma nova constituição ao país, aprovada por mais de 60% da população. Entre os principais pontos estabelecidos pela nova Constituição boliviana está a mudança do nome do país de República da Bolívia para Estado Plurinacional de Bolívia e o reconhecimento dos direitos indígenas (estabelecimento de cotas para parlamentários indígenas, direito a autonomia e ao autogoverno indígena e propriedade exclusiva dos indígenas dos recursos florestais de sua comunidade). Ainda, o artigo 268 da nova Constituição declara o direito boliviano sobre o território que lhe dê acesso ao Oceano Pacífico e a solução da questão sob meios pacíficos.

3: Errado. O item está incorreto, porque as discussões sobre a construção de bases militares americanas na Colômbia não foram discutidas no MERCOSUL, mas no âmbito da UNASUL. Em 2009, a Colômbia e os Estados Unidos firmaram um acordo de cooperação militar para auxiliar no combate dos grupos terroristas ligados ao narcotráfico colombiano. O acordo dá a possibilidade aos Estados Unidos de operarem em sete bases no território colombiano, com a presença de mais de 800 militares e 600 civis, além de investimentos para a adaptação de caças norte-americanos. O Acordo gerou mal-estar entre os vizinhos, entre eles Brasil e Venezuela, que incitaram

um debate sobre a questão no âmbito da UNASUL, durante a Reunião em Quito, no Equador em agosto de 2009 no Conselho. No entanto, o rompimento de relações entre Equador e Colômbia meses antes da Cúpula impossibilitou a presença do então presidente Álvaro Uribe nos debates. O tema foi debatido em agosto de 2009, dias depois da Reunião de Quito, durante a Cúpula de Bariloche, na Argentina. Houve outras reuniões de chanceleres para tratar sobre o tema, sem nenhum resultado concreto. O Acordo entre a Colômbia e os EUA está em vigor e faz parte do projeto Plano Colômbia, de cooperação econômica, mas principalmente militar entre os dois países.

4: Certo. O **movimento peronista** é um movimento político criado entorno da figura política de Juan Domingo Perón, que existe desde os anos 1940 na Argentina. Não se trata de um único partido político, mas de uma ideologia que proclama a comunicação direta entre o líder e as massas, a favor do trabalhador e dos direitos sociais. Perón foi presidente da Argentina entre 1946-1955, quando aprovou uma série de leis trabalhistas, além de intervenções públicas na economia. Perón consolidará seu movimento político através do justicialismo, que previa uma política paternalista. A segunda mulher de Perón, Evita Perón, foi um grande símbolo do peronismo, conhecida como *"la madre de los descamisados"*. Mesmo após a morte de Perón, o movimento continuou forte na Argentina, agregando grupos de ideologias opostas. O item está correto ao afirmar que Carlos Menem, Eduardo Duhalde, Néstor Kirchner e Cristina Kirchner se incluem na tradição peronista. Um presidente argentino que não se incluiu nesta tradição foi Raul Afonsín, primeiro presidente eleito após o fim da ditadura militar em 1983, que era da UCR (*Unión Cívica Radical*) e advogou o estreitamento de laços entre Brasil e Argentina.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

3.1. INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL.

(Diplomacia – 2011 – CESPE) A respeito das dificuldades verificadas no processo de integração sul-americana, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) As divergências político-ideológicas entre o governo venezuelano e os de diversos outros países sul-americanos, como os da Colômbia, do Peru e do Chile, motivaram crises diplomáticas entre Caracas e os governos desses países, tendo a eleição do conservador Sebastián Piñera, em março de 2010, no Chile, levado ao rompimento das relações Venezuela-Chile.

(2) Não há consenso entre os países da região no que se refere à adoção de uma norma comum para seus sistemas de televisão digital, tendo Argentina e Uruguai, por exemplo, adotado a norma europeia, ao passo que Brasil e Paraguai optaram pelo modelo nipo-brasileiro.

(3) Chile e Peru divergem no que concerne à delimitação dos seus limites laterais marítimos — o Peru reivindica área oceânica na região do Pacífico fronteiriça entre os dois países, pleito não reconhecido pelo Chile

(4) .Constituem obstáculo político à consolidação dessa integração as negociações de acordos entre Chile, Colômbia, Peru e Uruguai para o estabelecimento de áreas de livre-comércio com os EUA, tendo sido interrompidas as negociações uruguaias nesse sentido após o Brasil ter-se comprometido a ampliar programas no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em benefício dos sócios menores.

1: Errado. Mesmo se existem algumas divergências ideológicas entre o governo venezuelano de Hugo Chávez e outros Estados latino-americanos, não houve, como afirma o item, rompimento das relações diplomáticas entre o Chile e a Venezuela depois da eleição de Sebastián Piñera à presidência chilena em 2010.

2: Errado. A Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai, Equador, Peru, Colômbia, Venezuela e Uruguai já adotaram a norma de televisão digital nipo-brasileira. A adoção do sistema japonês de televisão digital com as remodelações brasileiras, denominado sistema ISDB-T (*Integrated Services Digital Broadcasting Terrestial*), frente aos formatos americano e europeu, segue a tendência dos países sul-americanos. A norma nipo-brasileira potencializará o desenvolvimento de programas e projetos entre o Brasil e outros países da América do Sul, além de trazer uma maior cooperação tecnológica e produtiva, e de ser um importante mercado para o Brasil. Essas informações estão disponíveis no Resumo Executivo 2003-2010, publicado na página do Ministério das Relações Exteriores.

3: Certo. Há uma forte controvérsia sobre a delimitação de limites marítimos entre o Chile e o Peru de uma região de mais de 37 mil km2 no Oceano Pacífico. O governo peruano argumenta que o Chile e o Peru nunca firmaram um tratado específico de limites marítimos, apenas acordos que delimitavam a exploração e conservação de riquezas marítimas (1952 e 1954), que não são correspondentes a um tratado de limites. Os antecedentes do conflito remontam aos anos 1980, com o surgimento de notas diplomáticas sobre o assunto. O governo chileno argumenta que o limite marítimo entre ambos os países já foi delimitado pelos tratados internacionais de 1952 e 1954 e não existe questão pendente. Em 2008, o Peru apresentou uma instância contra o Chile na Corte Internacional de Justiça (CIJ), intitulado *Case concerning maritime delimitation between the Republic of Peru and the Republic of Chile* (http://www.icj-cij.org/docket/index.php?p1=3&p2=3&case=137). Segundo a demanda peruana na CIJ, o Peru possui direito soberano exclusivo nas zonas marítimas localizadas à 200 milhas marinhas de sua costa (zona atualmente ocupada e explorada pelo Chile). O caso ainda não foi resolvido e espera a resolução da Corte Internacional de Justiça.

4: Certo. Com o impasse nas negociações da ALCA e de uma Zona de Livre comércio no hemisfério, os Estados Unidos voltou-se para a negociação de tratados bilaterais de livre comércio. Na América do Sul, o primeiro acordo desse tipo, que está em vigor desde 2004, foi assinado com o Chile. Em 2006, os Estados Unidos concluíram tratados de livre comércio com a Colômbia e o Peru, o que resultou, na prática, na implosão da Comunidade Andina de Nações, sacramentada pela saída da Venezuela em 2006 (BATISTA JR., Paulo Nogueira. A América do Sul em movimento. Rev. Econ. Polit. 2008, vol.28, n.2, pp. 226-238). Sobre o caso uruguaio, o país assinou com os Estados Unidos um Acordo Marco de Comércio e Investimentos (Tifa, pelas siglas em inglês) em 2007. Os principais interesses uruguaios neste acordo são o aumento das exportações de carnes, lácteos, têxteis e software para os Estados Unidos, mas não existe ainda nenhuma negociação em pauta para um Tratado de Livre Comércio. A existência de disparidades de natureza estrutural entre os membros do MERCOSUL sempre foi reconhecida pelas instituições do bloco. O Brasil comprometeu-se em ampliar programas no âmbito do MERCOSUL para auxiliar os sócios menores. A criação do FOCEM (Fundo de convergência Estrutural do MERCOSUL) é um exemplo de ações do bloco visando auxiliar países menores. O Fundo tem como objetivo "financiar programas para promover a convergência estrutural; desenvolver a competitividade; promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração".

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia – 2010 – CESPE) A respeito de temas importantes para o Brasil no que se refere a relações internacionais, julgue C ou E.

(1) A UNASUL é um organismo político internacional formado pela junção das estruturas do MERCOSUL e da Comunidade Andina, que deverão desconstituir-se, segundo calendário estabelecido por seus Estados Partes, a fim de se consolidar a nova entidade regional.

(2) A reunião de Cúpula dos Países da América Latina e do Caribe (CALC), ocorrida em Salvador em dezembro de 2008, foi a primeira reunião de mandatários de toda a América Latina e Caribe sem o envolvimento de atores extrarregionais.

(3) Firmado no início da década de 90 do século XX, o Acordo 4+1, ou Acordo do Jardim de Rosas, representa o primeiro compromisso entre os EUA e os países do MERCOSUL, que participaram das negociações individualmente, e não como um bloco.

(4) O Brasil e outros países em desenvolvimento pleiteiam ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. A esse respeito, há, entre os países, amplo consenso de que os candidatos naturais a representantes da América Latina, África e Ásia são, respectivamente, Brasil, Nigéria, Japão e Índia.

1: Errada. O item está incorreto, porque a UNASUL não é resultado da junção do MERCOSUL e da Comunidade Andina. A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), institucionalizada pelo Tratado de Brasília em 2008, nasceu em substituição à CASA (Comunidade Sul-Americana de Nações), que foi proposta pelo governo brasileiro em 2004. A organização é formada, atualmente, pelos doze países da América do Sul. Diferente do MERCOSUL e da Comunidade Andina, que têm objetivos mais econômicos e voltados à criação de um mercado comum entre seus membros, a UNASUL tem como objetivo principal a articulação no âmbito político, cultural, social, econômico. A UNASUL prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, como temas prioritários da organização. A UNASUL conta hoje com oito conselhos ministeriais: a) Energia; b) Saúde; c) Defesa; d) Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN); e) Desenvolvimento Social; f) Problema Mundial das Drogas; g) Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; h) Economia e Finanças. A UNASUL conta ainda com dois Grupos de Trabalho: a) Integração Financeira (agora subordinado ao Conselho de Economia e Finanças); e b) Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos, em cujo âmbito estuda-se a possibilidade de criar mecanismo de arbitragem, Centro de Assessoria Legal e código de conduta para membros de tribunais arbitrais (MRE). Em março de 2011 entrou em vigor o Tratado de Brasília, ato constitutivo da UNASUL, após a ratificação do Uruguai, que completou as nove ratificações necessárias para a entrada em vigor do Tratado. O Brasil ratificou o tratado da UNASUL em julho de 2011.

2: Errada. O item no gabarito preliminar foi publicado como Certo, mas no gabarito final foi modificado para Errado, já que a Cúpula dos Países da América Latina e do Caribe (CALC) realizou-se na Costa do Sauipe/BA, e não em Salvador/BA, como afirma o item. A I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), organizada na Costa do Sauipe em 2008, foi uma iniciativa brasileira, que reuniu os 33 países que compõe a América Latina e Caribe, em torno de uma agenda conjunta da região. O tema desta reunião da CALC foi integração e desenvolvimento sustentável e, ao final da Cúpula, foi adotada a Declaração de Salvador, na qual foi destacada a importância da integração regional. Entre os resultados da I CALC está a adoção de 5 declarações especiais sobre as Ilhas Malvinas, sobre o bloqueio econômico imposto a Cuba, sobre o apoio à solicitação do SICA para que o Panamá continue a receber os benefícios do SGP+, sobre o apoio à Bolívia e sobre a iniciativa da CALC frente à crise financeira mundial.

3: Errada. Este item também foi considerado Certo no gabarito preliminar, mas modificado para Errado no gabarito final, já que a participação dos países no Acordo do Jardim de Rosas se deu em bloco, e não de forma individual, como afirma o item. O chamado Acordo Jardim de Rosas, ou acordo 4+1, foi assinado em 19 de junho de 1991, no Jardim de Rosas da Casa Branca, em Washington, entre o **MERCOSUL** e os **EUA.** O acordo inseria-se nas negociações levadas a cabo pelos Estados Unidos para a criação de uma Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA) no início dos anos 1990. O acordo marca, na história das relações comerciais interamericanas, a primeira vez que os Estados Unidos negociaram um acordo comercial com um bloco econômico latino-americano, tendo preferência, até o momento, pelas negociações bilaterais. O Acordo Jardim de Rosas resultou na criação de um Conselho Consultivo sobre Comércio e Investimento com mandato para identificar oportunidades nessas áreas.

4: Errada. O item está incorreto, porque não há um amplo consenso sobre os candidatos à reforma do Conselho de Segurança. Em 2004, foi formado o **G4** (Brasil, Alemanha, Japão, Índia) com o objetivo de propor: novas possibilidades de reforma do Conselho de Segurança da ONU e a inclusão dos 4 participantes do grupo como membros permanentes. A proposta do G4 incluía a criação de mais 10 assentos – 6 cadeiras permanentes e 4 não permanentes. Como resultado da formação do G4, formou-se outro grupo, com o objetivo de fazer oposição aos países do G4, conhecido como **Unidos pelo Consenso** com a Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Itália, Malta, México, Paquistão, República da Coreia, San Marino e Turquia. É notável que a maioria dos membros deste grupo possui rivalidades com os candidatos à cadeira permanente – Argentina e o México são contrários à candidatura brasileira; o Paquistão contra a indiana; Itália e Espanha contra a alemã. Os outros países que não possuem intenção de estabelecer uma liderança regional seriam apenas contra o estabelecimento de uma. Outro erro no item, é que além da Nigéria, a África do Sul e o Egito são candidatos pelo continente africano a uma das vagas permanentes ao Conselho de Segurança, sem definição de quem seria o candidato natural.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

Tratado de Cooperação Amazônica

(Preâmbulo)

As Repúblicas da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela, conscientes da importância que para cada uma das partes têm suas respectivas regiões amazônicas como parte integrante de seus territórios, animadas do propósito comum de conjugar esforços que vêm empreendendo, tanto em seus respectivos territórios como entre si, para promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia, que permita uma distribuição equitativa dos benefícios desse desenvolvimento entre as partes contratantes para elevar o nível de vida de seus povos a fim de lograr a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais, cônscias de que tanto o desenvolvimento socioeconômico como a preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado e que a cooperação entre as Partes Contratantes servirá para facilitar o cumprimento destas responsabilidades, continuando e ampliando os esforços conjuntos que vêm realizando em matéria de conservação ecológica da Amazônia, seguras de que a cooperação entre as nações latino-americanas em matérias específicas que lhes são comuns, contribui para avançar no caminho da integração e solidariedade de toda a América Latina, persuadidas de que o presente Tratado significa o início de um processo de cooperação que redundará em benefício de seus respectivos países e da Amazônia em seu conjunto, resolvem subscrever o presente Tratado.

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Assinale a opção que contempla um dos objetivos do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado em 1978.

(A) Estimular a ocupação da região amazônica, com obras de infraestrutura e concessão de incentivos fiscais.
(B) Estabelecer uma moratória comum aos países amazônicos em face dos empréstimos contraídos para obras na região.
(C) Promover um modelo de desenvolvimento da região que hoje se poderia denominar de sustentável.
(D) Impedir o avanço de frentes colonizadoras na região reforçando as fronteiras regionais.
(E) Impedir a bioprospecção por países externos à região.

A: Incorreto. O item está incorreto porque o Tratado de Cooperação Amazônico não tem como objetivo estimular a ocupação da região com a concessão de incentivos fiscais. O Pacto, assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978, pelos 8 países da região: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, tem como objetivo estabelecer um instrumento jurídico para promover um modelo de complementação econômica e melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região.

B: Incorreto. O item está incorreto, porque não há qualquer acordo entre os membros do TCA que preveja a moratória comum aos países amazônicos.

C: Correto. O Tratado de Cooperação Amazônico tem como objetivo central, a promoção do desenvolvimento harmônico da Amazônia, com o intuito de estabelecer um equilíbrio entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente. Em 1995, os países membros do TCA criaram uma Secretaria Permanente com personalidade jurídica e sede em Brasília, com objetivo de fortalecer a organização. A decisão, implementada em 1998 com a aprovação do Protocolo de Emenda ao TCA, criou a Organização dos Estados Amazônicos (OTCA).

D: Incorreto. A iniciativa de criar um Tratado de Cooperação que abarcasse os países amazônicos nasceu de uma proposta brasileira, que não tinha a intenção, como afirma o item, de impedir o avanço de frentes colonizadoras na região. O objetivo era institucionalizar o processo de cooperação regional que já vinha se desenvolvendo desde os anos

1960. De acordo com o texto do Tratado, é competência exclusiva dos países da região o desenvolvimento e proteção da Amazônia. Além disso, foi reforçado o princípio da soberania sobre a conservação dos recursos naturais na região.
E: Incorreto. Como foi afirmado no comentário do item anterior, o TCA tinha como objetivo reforçar a integração regional dos países amazônicos, prevendo o incremento da pesquisa científica e tecnológica, o intercâmbio de informações, além do estabelecimento de infraestrutura e o incremento do comércio fronteiriço. O item está incorreto, porque não há qualquer menção sobre o impedimento a bioprospecção na região.
Gabarito "C"

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010 – CESPE) A integração política e econômica da América do Sul consiste em uma das prioridades da política externa brasileira, o que pode ser evidenciado pela

(1) convergência política, técnica e macroeconômica entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA) e a Comunidade Andina (CAN).

(2) convocação, em agosto e setembro de 2000, da primeira reunião de presidentes da América do Sul, em Brasília.

(3) indicação, no artigo 4.º, parágrafo único, da Constituição Federal (CF), de que o Brasil deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América do Sul.

(4) criação do Programa de Substituição Competitiva de Exportações, por meio do qual se buscou impulsionar o comércio entre o Brasil e os países sul-americanos, substituindo, quando possível e de forma competitiva, importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes de países da América do Sul.

(5) instituição da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), durante a reunião de presidentes sul-americanos, cujo objetivo é conectar projetos de transporte, energia e comunicações entre os doze países sul-americanos.

1: Errada. O item está incorreto porque a ALBA, o MERCOSUL e a CAN não tentam convergência macroeconômica entre eles, atuando independentemente, apesar de firmarem acordos políticos e econômicos entre organizações. A Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA) é uma organização regional da América Latina e do Caribe com bases doutrinárias de esquerda. A ALBA foi criada em Havana em dezembro de 2004 por um acordo entre a Venezuela e Cuba. Em 2006, a Bolívia entrou na organização, seguida pela Nicarágua e por Honduras, respectivamente em 2007 e 2008. Atualmente, além dos países mencionados, fazem parte da organização Antígua e Barbuda, República Dominicana, São Vicente e Granada e Equador. A proposta da ALBA não é estabelecer uma integração econômica neoliberal, mas focar na luta contra a pobreza, na exclusão social e no combate ao analfabetismo nos países membros do bloco. Já os membros da Comunidade Andina (CAN) formam um bloco econômico, atualmente com 4 países sul-americanos (Bolívia, Equador, Peru, Colômbia), que estão localizados na região dos Andes e têm como propósito a integração econômica e social. O Pacto Andino foi fundado em 1969, pelo Acordo de Cartagena, pela Bolívia, Chile, Equador e Peru, e, em 1973, a Venezuela também aderiu ao acordo. O Chile se retirou do acordo em 1976 e a Venezuela em 2006. Inicialmente o grupo era conhecido como Pacto Andino, mas em 1997 mudou de nome para Comunidade Andina de Nações. Como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a CAN tem o objetivo de formar um mercado comum entre seus membros, estimulando um regionalismo aberto. Vale ressaltar que muitos analistas consideram que a CAN perdeu muito do seu potencial integracionista com a saída da Venezuela do bloco em 2006. O MERCOSUL e a CAN possuem acordo de complementação econômica firmado no seio da ALADI (ACE 59) desde 2005 e há planos para o aprofundamento desse acordo. Além do acordo econômico, o MERCOSUL e a CAN possuem um Acordo de Residência com Bolívia e Chile, que permitirá residência interregional de imigrantes dos países envolvidos pela CAN, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru; pelo Mercosul, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; além do Chile; esse acordo aguarda autorização do Executivo para entrar em vigor.
2: Certa. A primeira reunião de presidentes da América do Sul foi realizada em agosto e setembro de 2000, em Brasília, a convite do então presidente Fernando Henrique Cardoso. O evento contou com a participação dos Chefes de Estado dos doze países da região: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, além da participação dos Presidentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Andina de Fomento (CAF). Essa reunião de presidentes foi um marco histórico por ser a primeira na história da América do Sul. Os Presidentes trataram de temas como democracia, comércio, infraestrutura de integração, drogas ilícitas e delitos conexos, informação e tecnologia. O encontro de Brasília teve por objeto e consequência o fortalecimento do processo de integração no conjunto da América Latina e Caribe. Vale ressaltar que resultou desse encontro um programa específico centrado na integração das redes de infraestrutura da Região, conhecido como a IIRSA.
3: ANULADA. Segundo o artigo 4º da Constituição Federal de 1988, "A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (I) independência nacional; (II) prevalência dos direitos humanos; (III) autodeterminação dos povos; (IV) não intervenção; (V) igualdade entre os Estados; (VI) defesa da paz; (VII) solução pacífica dos conflitos; (VIII) repúdio ao terrorismo e ao racismo; (IX) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; (X) concessão de asilo político." O parágrafo único anuncia "**A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações**". O item foi, provavelmente, anulado porque afirma que o Brasil "deve buscar" a integração e não "buscará" como está escrito na CF, o que deve ter provocado ambiguidade de interpretação.
4: Certa. O Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), que foi criado em 2003 pelo Governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tinha a premissa de fortalecer a integração política e socioeconômica da América do Sul. O objetivo do PSCI é impulsionar o comércio entre os países da região e o Brasil, substituindo, quando possível, as importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes de países da região. Entre as principais ações já tomadas estão: assinatura de memorando que cria um grupo de trabalho (GET) com o objetivo de discutir os impasses, monitorar o comércio e facilitar as importações de produtos provenientes de outros países sul-americanos; o lançamento do guia "Como Exportar para o Brasil"; financiamento de pesquisa de mercado para produtos exportáveis dos países sul-americanos para o Brasil; Publicação da revista "América do Sul: Integração Competitiva", Rodadas de negócio bilaterais e multilaterais; entre outros.
5: Certa. A iniciativa da IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) surgiu no ano 2000 durante a Reunião de Presidentes da América do Sul realizada na cidade de Brasília. Os mandatários da reunião concordaram, naquele momento, em realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica sul-americana, incluindo a modernização da infraestrutura regional e ações específicas para estimular a integração. Esse compromisso se traduziu em um Plano de Ação formulado na reunião de Ministros de Transporte, Energia e Telecomunicações da América do Sul realizada na cidade de Montevidéu em dezembro de 2000, na qual as principais linhas de atuação da IIRSA foram determinadas. Nesse projeto de ação foram formulados os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) da IIRSA, que postularam novas referências geoeconômicas para a planificação territorial sul-americana, e os Processos Setoriais de Integração (PSIs) que têm como objetivo identificar os obstáculos normativos, operativos e institucionais que impedem o uso das infraestruturas básicas na região. Os projetos do IIRSA concentram-se em 10 eixos regionais, nas áreas de transporte, energia e comunicação.
Gabarito 1E, 2C, 3ANULADA, 4C, 5C

As disputas políticas entre os países sul-americanos estão afastando o investimento e atrapalhando a integração. No centro das brigas entre os vizinhos, existe de tudo: demarcações de terra, acesso ao mar, energia... Segundo analistas, discursos populistas, estilos de governo avessos a críticas e a ambição por um poder eterno também alimentam os atritos regionais.

Correio Braziliense, 14/12/2008, p. 22 (com adaptações).

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008 – CESPE) Considerando o assunto abordado no texto acima, julgue os itens que se seguem.

(1) A América do Sul apresenta-se como um elemento de valor positivo e útil à política externa brasileira e às visões que o Brasil tem acerca do papel dessa região no mundo complexo em que se vive.

(2) A integração da América do Sul objetiva apenas promover fluxos comerciais e atrair investimentos para essa região.

(3) O Brasil é país interessado na integração sul-americana em razão tanto do aspecto altruísta da integração quanto das oportunidades de criação de uma área economicamente desenvolvida e socialmente justa.

(4) O tema da energia bem como os aspectos de desenvolvimento de infraestrutura e de logística sulamericana são temas fundamentais dos programas de integração em curso na América do Sul.

1: Certo. A América do Sul é prioridade da política externa brasileira, sendo a estabilidade política e o fortalecimento institucional da integração no continente temas de destaque. O item está correto ao afirmar que a América do Sul é um elemento de valor positivo e útil à atual política externa brasileira. Vale recordar que a atual ênfase na América do Sul tem como um dos seus marcos principais a primeira reunião de Cúpula entre os presidentes sul-americanos, ocorrida em Brasília entre agosto e setembro de 2.000. Na Cúpula de Brasília, entre outras deliberações, foram lançadas as sementes do projeto da IIRSA (Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), que sinaliza o resgate de uma visão mais estratégica e menos "comercialista" dos vínculos regionais. Entre as outras organizações que visam à integração da América do Sul destaca-se o MERCOSUL e a UNASUL.
2: Errado. *(ver o comentário sobre item 1)*
3: Certo. Para o Brasil, um maior vínculo político entre os países sul-americanos, o adensamento das relações comerciais e de investimentos e a cooperação em diversas áreas contribuirão, entre outros, para: o desenvolvimento socioeconômico da América do Sul e a preservação da paz na região. O item está correto ao afirmar que o Brasil está interessado na integração sul-americana em razão tanto do aspecto altruísta da integração quanto das oportunidades de criação de uma área economicamente desenvolvida e socialmente justa. Além desse objetivo, destacam-se o desenvolvimento do mercado interno sul-americano, o aumento da competitividade dos países no mercado internacional e o fortalecimento da capacidade de atuação do Brasil em outros foros internacionais.
4: Certo. Como afirma o item, a energia, bem como os aspectos de desenvolvimento de infraestrutura e de logística na região sul-americana, são temas fundamentais dos programas de integração em curso na América do Sul. Sobre a infraestrutura e o sistema logístico, destaca-se a iniciativa da IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), que surgiu no ano 2.000 durante a Reunião de Presidentes da América do Sul realizada na cidade de Brasília. Os mandatários da reunião concordaram naquele momento em realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica sul-americana, incluindo a modernização da infraestrutura regional e ações específicas para estimular a integração. Esse compromisso se traduziu em um Plano de Ação formulado na reunião de Ministros de Transporte, Energia e Telecomunicações da América do Sul, realizada na cidade de Montevidéu em dezembro de 2.000, na qual as principais linhas de atuação da IIRSA foram determinadas. Nesse projeto de ação foram formulados os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) da IIRSA, que postularam novas referências geoeconômicas para a planificação territorial sul-americana, e os Processos Setoriais de Integração (PSIs) que têm como objetivo identificar os obstáculos normativos, operativos e institucionais que impedem o uso das infraestruturas básicas na região. Os projetos da IIRSA concentram-se em 10 eixos regionais, nas áreas de transporte, energia e comunicação. Sobre a energia, destacam-se diversos projetos bilaterais empreendidos pelo Brasil na região, como a interconexão elétrica com o Uruguai e o gasoduto Brasil-Bolívia. Além disso, o Brasil, nos últimos anos, tem atuado fortemente na promoção dos biocombustíveis na região.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

3.2. O MERCOSUL: ORIGENS DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NO CONE SUL: OBJETIVOS, CARACTERÍSTICAS E ESTÁGIO ATUAL DE INTEGRAÇÃO

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Julgue (C ou E) os itens a seguir, relativos ao MERCOSUL.

(1) O Parlamento do MERCOSUL permite a formação de grupos políticos integrados por, pelo menos, 10% dos parlamentares se todos se originarem de um mesmo Estado-membro, ou compostos por, pelo menos, cinco parlamentares, caso seus membros sejam oriundos de mais de um Estado-membro.

(2) A Ata de Buenos Aires, assinada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em 1990, fixou, para 1994, a formação de um mercado comum entre os quatro países.

(3) São de responsabilidade do Grupo Mercado Comum, órgão superior do MERCOSUL, a direção do processo de integração dos Estados-membros e a tomada de decisões políticas.

(4) O Programa MERCOSUL Social e Participativo, instituído, em 2008, por decreto do presidente Lula, assegura a livre circulação de trabalhadores e o exercício de suas atividades laborais nos Estados-membros, sem necessidade de vistos de trabalho.

Os itens dessa questão não foram anulados por erro de conteúdo da Banca, mas porque algumas provas do CESPE do ano de 2012 vieram com erro material na ordenação dos itens em determinados cadernos de provas, o que provocou as anulações.
1: Certo (anulada). O item está correto e descreve como poderão se organizar os grupos políticos no Parlamento do Mercosul. Os grupos políticos do Parlamento do Mercosul seguem modelo análogo ao Parlamento europeu, pelo qual, em vez de se unirem pelos interesses nacionais, deputados de vários partidos políticos de toda a União Europeia juntam-se em grupos supranacionais que representam interesses comuns. Os parlamentários do Mercosul podem constituir-se de acordo com suas afinidades políticas, integrados, como afirma o item, com mínimo de 10% da composição do Parlamento, se representam apenas um Estado parte, e cinco parlamentares, se representam mais de um Estado parte. Vale ressaltar que um parlamentar não poderá pertencer simultaneamente a mais de um grupo político.
2: Errado **(anulada).** O item está incorreto porque a Ata de Buenos Aires foi assinada em julho de 1990 pelo presidente brasileiro Fernando Collor e o seu homólogo argentino Carlos Menem, não contando com a participação do Paraguai e do Uruguai. Efetivamente, como afirma o item, a Ata de Buenos Aires reduziu o prazo para a criação de um mercado comum para quatro anos e meio, estabelecendo para dezembro de 1994 o prazo antes previsto para 1998 pelo Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, de 1988. A Ata deu ênfase à coordenação de políticas macroeconômicas e às reduções tarifárias generalizadas, lineares e automáticas, como principal metodologia para a conformação do Mercado Comum, como afirma a própria Ata em seu artigo 3º. Em dezembro de 1990, Argentina e Brasil assinam junto à ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), um acordo de complementação econômica (ACE 14), que regeria as suas relações econômicas e comerciais até a criação de uma união aduaneira. O Uruguai e o Paraguai tornam-se, em seguida, signatários desse acordo e promovem, em 26 de março de 1991, a assinatura do Tratado de Assunção (entre os quatro países), o que criou o MERCOSUL.
3: Errado **(anulada).** O item está incorreto porque não é responsabilidade do GRUPO DO MERCADO COMUM, mas do **CONSELHO DO MERCADO COMUM** à direção do processo de integração dos Estados-membros e a tomada de decisões políticas.
Segue, em seguida, uma tabela de resumo sobre os principais órgãos do MERCOSUL e suas respectivas funções:

Órgãos decisórios	
• Conselho do Mercado Comum (CMC)	É o órgão superior do MERCOSUL, que trata da condução política do bloco e dos objetivos do processo de integração. Está constituído pelos Ministros das Relações Exteriores; e pelos Ministros de Economia, ou seus equivalentes dos Estados Partes. Reúne-se, pelo menos, uma vez por semestre com os Presidentes dos Estados Partes. A Presidência é exercida por rotação dos Estados Partes, em ordem alfabética, por um período de seis meses. O CMC se manifesta através de Decisões, as quais são **obrigatórias** para os Estados Partes, tomadas por consenso.
• Grupo Mercado Comum (GMC)	É o órgão executivo do MERCOSUL, mas tem algumas funções legislativas com o acordo do CMC. O GMC está integrado por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios de Economia e dos Bancos Centrais dos Estados Partes. Dentre suas funções e atribuições se destacam: propor projetos de Decisão ao CMC; tomar as medidas necessárias para dar cumprimento às Decisões adotadas pelo CMC. O GMC se pronuncia através de Resoluções, as quais são **obrigatórias** para os Estados Partes, tomadas por consenso.
• Comissão de Comércio do Mercosul (CCM)	É o órgão encarregado de assistir o GMC; está integrada por quatro membros titulares e quatro alternos por Estado Parte e coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores. Dentre suas funções e atribuições se destacam: zelar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum; propor ao GMC normas ou modificações às normas existentes em matéria comercial e aduaneira. A CCM se manifesta através de Diretrizes, as quais são obrigatórias para os Estados Partes.
Órgãos parlamentares	
• Parlamento do Mercosul	É o órgão unicameral, consultivo e permanente de representação dos povos do MERCOSUL, com sede na cidade de Montevidéu, no Uruguai. O Parlamento do Mercosul substituiu a Comissão Parlamentar Conjunta em 2006, ano de sua criação. O Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL prevê que, a partir do ano 2014, estará plenamente integrado pelos representantes eleitos por eleição direta, universal e secreta. Suas principais funções são: (1) elaborar relatórios sobre a situação dos Direitos Humanos no MERCOSUL; (2) propor novas regras ao Conselho do Mercado Comum; (3) fortalecer os mecanismos e medidas de democracia participativa nos Estados Partes; (4) Emitir declarações sobre questões diversas relacionadas ao processo de integração.
Órgão Jurisdicional	
• Tribunal Permanente de Revisão	Criado pelo Protocolo de Olivos em 2002 para aprimorar o sistema de Solução de Controvérsias no MERCOSUL. Tem como função a revisão jurídica dos laudos emitidos em primeira instância pelos tribunais *ad hoc*, a análise das questões de direito tratadas na controvérsia e suas interpretações jurídicas desenvolvidas. Pode atuar como única instância caso seja acordado de forma categórica pelas partes na controvérsia e nos casos referidos a situações excepcionais de urgência. Seus laudos têm caráter definitivo, podendo apenas ser colocado um embargo de declaração sobre seu conteúdo ou forma de cumprimento. O Tribunal está integrado por cinco juízes, designados um por cada Estado Parte e o quinto, que deve ser nacional do MERCOSUL, é eleito por unanimidade. O TPR pode emitir opiniões consultivas sob solicitação dos Estados Partes, os órgãos decisórios do MERCOSUL, os Tribunais Superiores de cada Estado Parte ou o Parlamento do MERCOSUL. O TPR tem sede na cidade de Assunção, República do Paraguai, onde funciona também sua Secretaria.
Outros órgãos principais	
• Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP)	É um órgão auxiliar do Conselho do Mercado Comum, tem por finalidade ampliar e sistematizar a cooperação política entre os Estados Partes.
▫ Alto Representante do Mercosul	É uma personalidade política destacada, nacional de um dos Estados Partes, com reconhecida experiência em temas de integração, designada pelo Conselho do Mercado Comum (CMC) por um período de três anos, que desempenha suas funções levando em consideração o interesse geral do MERCOSUL e o aprofundamento do processo de integração. O primeiro representante do Mercosul foi o brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães, que foi substituído pelo brasileiro Ivan Ramalho.
• Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul (CCMASM)	Órgão auxiliar do CMC e integrado por Representantes de cada Estado Parte com competência nas temáticas sociais. Dentre suas funções se destacam: elaborar propostas de trabalho relativas ao Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL que oportunamente aprove o CMC; implementar as ações que lhe forem indicadas pelo CMC, no marco do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL.
• Foro Consultivo Econômico e Social (FCES)	É o órgão de caráter consultivo que representa os setores econômicos e sociais - empresários, trabalhadores e consumidores - dos Estados Partes. Apresenta recomendações ao GMC
Reuniões de Ministros	
• Reuniões de Ministros do MERCOSUL	Atualmente o MERCOSUL conta com Reuniões em nível ministerial dos seguintes ministérios: Altas Autoridades de Direitos Humanos; Economia e Presidentes de Bancos Centrais; Agricultura; Cultura; Educação; Indústria; Interior; Justiça; Meio Ambiente; Minas e Energia; Ciência, Tecnologia e Inovação; Desenvolvimento Social; Saúde; Trabalho; Turismo. As reuniões são normalmente semestrais.
Institutos	
• Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH)	Tem o objetivo de fortalecer o estado de direito nos Estados Partes, através do desenho e seguimento de políticas públicas em Direitos Humanos, e contribuir para a consolidação dos Direitos Humanos como eixo fundamental da identidade e desenvolvimento do MERCOSUL. O IPPDH tem sua sede permanente na cidade de Buenos Aires, República Argentina

• Instituto Social (ISM)	Tem sua sede permanente na cidade de Assunção, Paraguai. Suas funções são: proporcionar colaboração técnica no desenho e planejamento de projetos sociais, promover a pesquisa visando apoiar a tomada de decisões no desenho e na implementação de políticas e programas sociais, promover a realização de encontros internacionais, regionais, e nacionais sobre temas sociais, dentre outras. Funciona no âmbito da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL.
• Instituto MERCOSUL de Formação (IMEF)	É um órgão acadêmico com sede na cidade de Montevidéu para a capacitação e especialização na temática da integração regional, em especial do processo de integração do MERCOSUL.
Órgão técnico-administrativo	
• Secretaria do Mercosul	É o órgão responsável pela prestação de serviços, organização de reuniões e apoio técnico aos demais órgãos da estrutura institucional do MERCOSUL. Tem sua sede na cidade de Montevidéu, Uruguai.

* As informações contidas na tabela foram tiradas do site da presidência pró-tempore argentina http://www.mercosur.gov.ar/ (consultado em setembro de 2012)

4: Errado **(anulada).** O Programa Mercosul Social e Participativo, que foi instituído em 6 de outubro de 2008, tem o objetivo de divulgar as iniciativas do governo relacionadas ao Mercosul, debater temas da integração e encaminhar sugestões da sociedade civil. O Programa é formado por representantes dos Ministérios brasileiros que atuam no Bloco, além de lideranças de organizações sociais convidadas, de setores como agricultura familiar, pequenas e médias empresas, mulheres, meio ambiente, juventude, trabalhadores urbanos e do campo, direitos humanos, economia solidária, saúde, educação, cooperativismo, cultura e povos indígenas, entre outros. A criação do Programa Mercosul Social e Participativo intensificou as relações entre os governos e a sociedade civil dos países membros, lançando um conjunto de diretrizes para regulamentar temáticas da cidadania, da participação e dos direitos. O item está incorreto porque, apesar de representar um avanço, não coube a esse programa assegurar a livre circulação de trabalhadores do Mercosul sem a necessidade de visto. No que tange à livre circulação de pessoas no MERCOSUL, o programa tem como objetivo facilitar o exercício profissional temporário e permanente como forma de ampliar as oportunidades de emprego dos trabalhadores em um espaço regional integrado, além de acelerar o processo de reconhecimento de diplomas e certificados de formação emitidos por universidades de ensino da região. Vale ressaltar, que somente pode trabalhar no Brasil, de acordo com a lei brasileira, o estrangeiro que obtenha um visto ou residência que lhe conceda o direito de trabalhar. Turistas, por exemplo, não podem trabalhar no Brasil.

Gabarito 1, 2, 3 e 4 ANULADAS

(Diplomacia – 2011 – CESPE) A agenda da integração no marco do MERCOSUL tem sido caracterizada pela centralidade dos temas econômico-comerciais. No entanto, o objetivo de integração profunda, tal como disposto no Tratado de Assunção, requer que se projete a integração para além da dimensão econômica. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) O Acordo Multilateral de Seguridade Social do MERCOSUL, a Declaração Sociolaboral e o Protocolo de Integração Cultural são exemplos de instrumentos que consagram princípios e compromissos referentes à integração em matérias não econômicas, alcançados durante a primeira década do MERCOSUL.

(2) Sob a forma de reuniões especializadas, as primeiras iniciativas de integração nos campos da educação, da justiça, da ciência e tecnologia e do meio ambiente ocorreram no período de transição 1991-1994.

(3) Os temas não econômicos, dada sua importância para a almejada integração sob a forma de um mercado comum, sempre estiveram articulados funcionalmente à agenda da integração comercial, sendo tratados em subgrupos de trabalho específicos e vinculados ao Grupo Mercado Comum.

(4) Na vigência do MERCOSUL, multiplicaram-se os acordos na área educacional e duas importantes decisões foram tomadas: na educação básica, houve a uniformização dos currículos e da duração das três etapas que a compõem — educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; na educação profissional e superior, optou-se pelo reconhecimento automático de certificados e diplomas, assegurando aos seus detentores o direito de exercer a profissão nos países do bloco.

1: Certo. O item está correto, já que os três acordos mencionados são exemplos de documentos que consagram a integração não econômica e foram elaborados na primeira década da fundação do MERCOSUL.

Acordo Multilateral de Seguridade Social do MERCOSUL: foi firmado em **1997** e insere-se no projeto de Integração Regional do MERCOSUL. Foi a primeira norma com conteúdo sociolaboral do bloco e criou o Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL. O acordo só entrou em vigor em 2005, e assegurou o direito à Seguridade Social (previdência) aos trabalhadores que prestaram serviços em qualquer dos Estados Parte, tendo os mesmos direitos e obrigações dos nacionais dos Estados Parte.

Declaração Sociolaboral: foi assinada em **1998**, sendo uma das primeiras resoluções que reconheceu a necessidade de dotar o processo de integração regional do MERCOSUL de uma dimensão sociolaboral. Os Estados Parte comprometeram-se com essa declaração em adotar medidas com o objetivo de estabelecer normas e procedimentos comuns relativos à circulação dos trabalhadores nas zonas de fronteira e a executar as ações necessárias a fim de melhorar as oportunidades de emprego e as condições de trabalho e de vida desses trabalhadores.

Protocolo de Integração Cultural: elaborado em **1996**, esse protocolo insere-se no projeto de integração cultural do MERCOSUL. Desde a fundação do bloco, há debates sobre a necessidade da integração cultural e da institucionalização destas trocas entre os membros do MERCOSUL. Em 1995, pela primeira vez, se fez referência ao MERCOSUL Cultural e institucionalizaram-se reuniões periódicas de Ministros da Cultura. Em 1996, foi criado o Parlamento Cultural do MERCOSUL (Parcum), com o objetivo de criar uma estrutura institucional e apoio legislativo ao MERCOSUL Cultural. O objetivo principal do órgão era compatibilizar as legislações culturais dos países visando a harmonização normativa que favorecesse a livre circulação de bens e serviços culturais, a proteção e difusão do sistema cultural, a defesa dos direitos de propriedade intelectual, além de outros temas. Nesse mesmo ano, os presidentes da região aprovaram a criação do selo "MERCOSUL Cultural" e assinaram o "Protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL".

2: Errado. O primeiro gabarito marcava o item como Certo, mas como as áreas da justiça e da educação foram contempladas efetivamente sob a forma de Reuniões de Ministro, e não de Reuniões Especializadas, decidiu-se pela mudança do gabarito. Foram constituídas, entre 1991 e 1994 no Mercosul, Reuniões Especializadas (ciência e tecnologia, turismo, meio ambiente, entre outras), bem como Reuniões de Ministros nos mais diferentes setores (Justiça, Educação, Cultura, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Economia e de presidentes dos bancos centrais). A primeira **Reunião Especializada sobre Ciência e Tecnologia** ocorreu em 1993. Em 1992, ocorreu a **Reunião Especializada de Meio Ambiente** – REMA, com a finalidade de analisar a legislação vigente nos Estados Partes e propor ações visando proteger o meio ambiente. Em dezembro de 1991 o Conselho do Mercado Comum criou a **Reunião de Ministros da Educação (RME) dos Países Membros do MERCOSUL,** órgão incumbido da coordenação das políticas educacionais do bloco.

3: Errado. O item está incorreto, porque inicialmente os subgrupos que foram criados pelo Tratado de Assunção, em 1991, eram destinados exclusivamente à coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e ao aprofundamento da união aduaneira. Esses grupos eram: Assuntos Comerciais; Assuntos Aduaneiros; Normas Técnicas; Política Fiscal e Monetária Relacionadas com o Comércio; Transporte Terrestre; Transporte Marítimo; Política Industrial e Tecnológica; Política Agrícola; Política Energética; Coordenação de Políticas Macroeconômica. Estes subgrupos funcionaram até 1995, sendo substituídos por 11 novos subgrupos, ligados não apenas a temas comerciais, que são: Comunicações; Mineração; Regulamentos Técnicos; Assuntos Financeiros; Transportes e Infraestrutura; Meio Ambiente; Indústria; Agricultura; Energia; Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social; Saúde.
4: Errado. O Setor Educacional do MERCOSUL (SEM) foi criado a partir da assinatura do protocolo de intenções por parte dos ministros da Educação. Desde sua criação reconheceu-se a importância da educação como estratégia para o desenvolvimento da integração econômica e cultural do MERCOSUL, o que culminou com a criação do Comitê Coordenador Técnico do Sistema de Informação e Comunicação. O item está incorreto, primeiramente, porque não houve um processo de uniformização dos currículos do MERCOSUL. O reconhecimento automático de certificados e diplomas do MERCOSUL também não existe. O que existe são protocolos facilitadores do reconhecimento e da equiparação de estudos, da livre circulação de estudantes, do intercâmbio de docentes universitários e da formação de recursos humanos em nível de pós-graduação.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Considerando os interesses e as perspectivas brasileiras em relação ao MERCOSUL e a evolução recente desse bloco, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Com o propósito de agilizar e desburocratizar o intercâmbio comercial no âmbito do MERCOSUL, o Brasil concebeu e implantou, em conjunto com a Argentina, mecanismo de pagamento em moeda local, o qual pode ser ampliado para os demais países do bloco.

(2) A prioridade brasileira conferida à consolidação e à expansão do MERCOSUL expressou-se no apoio às iniciativas de aprimoramento institucional do bloco, das quais são exemplos recentes a criação do Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM) e do Parlamento do MERCOSUL.

(3) As dificuldades políticas e institucionais do MERCOSUL, a fragilidade de seus instrumentos comerciais e o recrudescimento do protecionismo nos países-membros levaram à continuada retração da corrente de comércio do Brasil com o bloco nos últimos cinco anos.

(4) Com a criação da União Sul-Americana de Nações (UNASUL), os instrumentos e as disciplinas comerciais do MERCOSUL deverão ser gradativamente transferidos para aquele organismo, a fim de se evitar a duplicidade de regras e facilitar a criação de uma área de livre comércio em toda a América do Sul.

1: Certa . Com objetivo de reduzir os custos financeiros nas transações comerciais, o Conselho do Mercado Comum aprovou o **"Sistema de Pagamento em Moedas Locais" em 2007** para o comércio entre os Estados Partes do MERCOSUL. O Sistema de Pagamentos em Moeda Local já está em funcionamento para operações entre o Brasil e a Argentina desde 2008, mas não se trata de um sistema obrigatório. A utilização do Sistema de Pagamentos em Moeda Local tem como objetivo facilitar a troca comercial entre os membros do bloco, evitando operações de câmbio específicas e a conversão do produto em dólar. O acordo visa criar "um sistema bilateral de pagamentos em moedas locais, cujo objetivo é facilitar as transações entre os dois países em moedas locais e reduzir as transferências em divisas (dólares dos Estados Unidos) entre si".
2: Certa. Importantes reformas foram efetuadas no MERCOSUL no ano de 2006, com o objetivo de consolidar o bloco. Como afirma o item, foi criado **o Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM)** com objetivo de tratar as assimetrias intrabloco em benefício às economias menores do MERCOSUL. O Fundo financia projetos com o objetivo de promover a convergência estrutural; o desenvolvimento da competitividade; a promoção da coesão social. O Fundo é formado por contribuições anuais dos Estados Partes que totalizam cem milhões de dólares. As contribuições dos Estados Partes foram estabelecidas segundo as seguintes percentagens: Argentina: 27%, Brasil: 70%, Paraguai: 1% e Uruguai: 2%.Os recursos são distribuídos de forma inversamente proporcional ao montante das contribuições realizadas: Paraguai: 48%, Uruguai: 32%, Argentina: 10% e Brasil: 10%. O **Parlamento do MERCOSUL** foi outra iniciativa do bloco criada em 2006, que passou a funcionar em substituição à Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), que tinha sido criada no Protocolo de Ouro Preto em 1994. O Parlamento do MERCOSUL foi criado não como órgão de representação dos Parlamentos dos Estados Partes, mas como órgão de representação dos povos, independente e autônomo. Conforme previsto na Decisão CMC Nº 23/05, a partir de 2014, o Parlamento do MERCOSUL estará integrado por representantes eleitos por sufrágio universal, direto e secreto.
3: Errada. Apesar de uma suposta crise do MERCOSUL entre 1999 e 2002, o item está incorreto já que não há retração da corrente de comércio intrabloco nos últimos anos. Em 1999, decorrente das crises econômicas internacionais, o Brasil decidiu pela maxidesvalorização do real com o fim da âncora cambial brasileira. É categórico neste período o aumento substancial de contenciosos comerciais envolvendo os países do bloco, principalmente a Argentina e o Brasil. No entanto, a partir de 2004, o Brasil assume uma postura do grande incentivador da integração sul-americana, relançando o processo de integração. A iniciativa brasileira incentivou as relações comerciais que continuaram a serem importantes na pauta comercial dos países do bloco e não foram retraídas no período. Outro exemplo importante da fortificação institucional do MERCOSUL nos últimos anos foi a criação do FOCEM em 2006, destinado a diminuir as assimetrias intrabloco. O comércio no MERCOSUL chegou a 40 bilhões de dólares em 2011.
4: Errada. A União Sul-Americana de Nações (UNASAL) e o MERCOSUL são organizações de vocação regional independentes e complementares, estando o item, portanto, incorreto. A **UNASUL** é formada pelos doze países da América do Sul e o tratado constitutivo da organização foi aprovado durante Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 23 de maio de 2008. Diferente do MERCOSUL, que foi instituído como um acordo econômico entre 4 países, a UNASUL tem o objetivo de estimular a cooperação política e social entre os países do bloco, não sendo, portanto, um tratado econômico. O Tratado Constitutivo da UNASUL entrou em vigor em março de 2011 com a ratificação do Uruguai (o Brasil ratificou o Tratado em julho de 2011). A UNASUL conta hoje com oito conselhos ministeriais: a) Energia; b) Saúde; c) Defesa; d) Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN); e) Desenvolvimento Social; f) Problema Mundial das Drogas; g) Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; h) Economia e Finanças; e ainda com dois Grupos de Trabalho: a) Integração Financeira (agora subordinado ao Conselho de Economia e Finanças); e b) Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos, em cujo âmbito estuda-se a possibilidade de criar mecanismo de arbitragem, Centro de Assessoria Legal e código de conduta para membros de tribunais arbitrais.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Acerca de fatos relacionados à criação e ao desenvolvimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O crescimento do intercâmbio comercial entre os estados-membros está direcionado para a região Sul do Brasil, tendo em vista a grande extensão territorial do país e os altos custos decorrentes do transporte de mercadorias.

(2) Nascido da aproximação política entre os governos de Montevidéu e Assunção, em meados dos anos 80 do século passado, o MERCOSUL concretizou-se a partir do momento em que Argentina e Brasil aderiram ao projeto, superando sólidas e históricas rivalidades.

(3) O MERCOSUL constitui uma barreira aos investimentos de empresas transnacionais na indústria e em serviços, o que favorece o fortalecimento das economias no interior do bloco, a fim de se superar o tardio processo de industrialização vivido por seus estados-membros.

(4) Como os demais blocos econômicos formados nas décadas finais do séculos XX, o MERCOSUL surge com o propósito de oferecer aos seus membros, entre outros objetivos, condições mais favoráveis de inserção na economia mundial crescentemente globalizada e competitiva.

1: Errada. A pauta comercial brasileira em relação aos países do bloco do Mercosul apresenta especificidades que podem ser atribuídas, principalmente, à existência de **diferentes estruturas produtivas entre os países do bloco**. De acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC) o Brasil exporta para os países do Mercosul principalmente produtos manufaturados, enquanto a sua pauta de importação em relação aos países do bloco se concentra em produtos primários. De acordo com dados do MDIC, a balança comercial brasileira é superavitária em relação aos países do Mercosul desde 2004 e em 2001 teve um saldo positivo de 8,4 bilhões. Do ponto de vista regional brasileiro e do comércio entre o Mercosul e as regiões do país, que é a questão abordada pelo item, os **estados brasileiros possuem pautas distintas de exportação e importação em relação aos países do bloco**. Cada estado ou região mantém relações específicas, em termos de comércio externo, com os países do MERCOSUL, e cada um sofre impactos diferenciados ao longo desse processo. As regiões do Brasil onde, naturalmente, concentra-se as maiores atenções no âmbito desse comércio — devido à proximidade e à capacidade produtiva — **são as do Sul e Sudeste.** O item está incorreto, porque não é a região Sul que concentra a maior troca comercial intrabloco. Apesar de ser uma região com importantes ligações comerciais com os países do MERCOSUL, pela pauta comercial brasileira, é ainda a região Sudeste que mais efetua trocas comerciais com os países do Mercosul (dados IPEA). Há, portanto, uma predominância das regiões Sul e Sudeste, com quase 90% de participação nos totais exportados e importados do país, enquanto que a região Nordeste tem a terceira maior participação, com taxas variando entre 7% e 8%. Em relação aos estados, é também clara a predominância dos estados do Sul e Sudeste: São Paulo, seguido do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná.

2: Errada. O item está incorreto, porque o MERCOSUL não é resultado da aproximação política entre o Uruguai e o Paraguai, mas principalmente da aproximação, durante os anos 1980, do Brasil e da Argentina, nos respectivos governos de José Sarney e Raúl Alfonsín. Os primeiros acordos entre Argentina e Brasil surgiram ainda no contexto do regime militar com a assinatura do Acordo Tripartite em 1979 que resolvia os problemas diplomáticos entre ambos os países na questão da construção da hidrelétrica de Itaipu pelo Brasil. Em 1980, há a assinatura de um importante acordo nuclear entre Brasil e Argentina que indica uma nova era nas relações entre os países. A aproximação comercial ocorrerá definitivamente com a Declaração de Iguaçu em 1985, que assume o compromisso de aprofundar as relações econômicas entre os países. Em 1986, com a instituição do Programa de Integração e Cooperação Econômica e, posteriormente, em novembro de 1988, com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, foi firmado o interesse na formação de um espaço econômico comum entre a Argentina e o Brasil. O Tratado de 1988 tinha o objetivo de fixar uma zona de livre comércio em um prazo de 10 anos, que vai ser antecipado, em 1990, com a Ata de Buenos Aires, que será o último instrumento de caráter apenas bilateral dos antecedentes do MERCOSUL. Em dezembro de 1990, Argentina e Brasil assinam junto à ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), um acordo de complementação econômica (ACE 14), que regeria as suas relações econômicas e comerciais até a criação de uma união aduaneira. O Uruguai e o Paraguai tornam-se, em seguida, signatários desse acordo e promovem, em 26 de março de 1991, a assinatura do Tratado de Assunção (entre os quatro países), o que criou o MERCOSUL.

3: Errada. O item está incorreto, porque o MERCOSUL não constitui uma barreira ao investimento de empresas transnacionais na indústria e serviços, ao contrário, o comércio extra-Mercosul, entre os países do bloco e outros países, constitui importante elemento da integração regional. A criação de blocos econômicos tem como objetivo a dinamização da economia regional para uma inserção global mais eficiente, e não teria como finalidade constituir uma barreira ao investimento de empresas transnacionais. A redução de tarifas alfandegárias e restrições ao comércio, que caracterizam o processo de formação de blocos regionais, têm a tendência de tornar as economias intrablocos mais competitivas e, igualmente, favorece a troca com as economias extra-bloco. No que se refere, por exemplo, às importações vindas do resto do mundo para os países do Mercosul, elas foram bastante dinâmicas desde a fundação do bloco.

4: Certa. De acordo com José Augusto Guilhon Albuquerque, a noção de blocos econômicos surge no início dos anos 1990 a partir da expectativa de que, com o fim da polarização política e militar vigente durante a Guerra Fria, os interesses econômicos predominariam nas relações internacionais. A formação de blocos econômicos, portanto, estaria baseada na ideia de fortalecimento econômico regional para uma atuação mais assertiva internacionalmente, dada a forte competição do comércio mundial. A criação do MERCOSUL em 1991 insere-se, portanto, nessa lógica de regionalização. Outros importantes blocos econômicos foram criados ou aprofundados no período, como a criação da União Europeia em 1992, o estabelecimento do NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) em 1994, entre outros.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

Sugestão leitura: ALBUQUERQUE, JOSÉ AUGUSTO GUILHON. O Brasil e os chamados blocos regionais. São Paulo Perspec. [online]. 2002, vol.16, n.1 [cited 2012-01-21], pp. 30-36 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) O bom relacionamento com os países sul-americanos representa dimensão prioritária da política externa brasileira, que tem o MERCOSUL, desde os anos 90 do século XX, como um instrumento privilegiado para a integração regional. Contudo, ao longo da presente década, novas iniciativas de alcance regional despontaram, alterando o panorama da política de integração na América do Sul. A respeito desse assunto, julgue os itens seguintes.

(1) Os recorrentes conflitos comerciais com a Argentina e as divergências com o Paraguai e o Uruguai, relacionadas ao tratamento das assimetrias econômicas, resultaram em importante inflexão na política brasileira para a América do Sul, que deixou de privilegiar o MERCOSUL como núcleo articulador da integração regional em favor da Iniciativa de Integração da Infraestrutura da América do Sul, da Comunidade Sul-Americana de Nações e, mais recentemente, da UNASUL.

(2) Nos últimos anos, o MERCOSUL ficou relegado a uma posição secundária no contexto da política regional brasileira, preservando importância apenas na esfera comercial, visto que questões políticas e de segurança regional e outras áreas de cooperação passaram a ser tratadas no contexto da UNASUL.

(3) O MERCOSUL diferencia-se da UNASUL, como iniciativa de integração, porque seu objetivo último é a constituição de um mercado comum entre seus membros, por compreender uma rede de acordos comerciais de alcance extrarregional, e também por sua agenda no campo não econômico, que inclui as áreas de educação, cultura, justiça, meio ambiente e previdência social, razões pelas quais a consolidação e o aprofundamento do bloco constituem objetivo prioritário da política regional brasileira.

(4) Iniciativas como o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL e o Parlamento do MERCOSUL sinalizam a disposição do governo brasileiro de aprofundar o processo de integração no plano sub-regional de modo concomitante à construção de um arcabouço institucional genuinamente sul-americano representado pela UNASUL.

1: Errado. O item está incorreto porque não houve inflexão política entre o MERCOSUL e a IIRSA, parte da UNASUL, sendo ambas organizações regionais complementares. Um dos pilares mais importantes da UNASUL concentra-se na integração da infraestrutura sul-americana. O projeto IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) foi lançado no ano 2.000, com objetivo de estabelecer projetos, além de uma metodologia na área de infraestrutura da região da América do Sul. O advento da UNASUL em 2008 serviu de catalisador para o reestabelecimento da IIRSA. A necessidade de aprofundar a discussão dos projetos e, sobretudo, de buscar alternativas em nível político e não apenas técnico para a questão crucial do financiamento levou à criação, em agosto de 2009, por decisão presidencial, do Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (Cosiplan), que gerencia atualmente a IIRSA. A IIRSA é financiada pelos membros da UNASUL, além de instituições financeiras multilaterais regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo para o Desenvolvimento do Prata (FONPLATA), e principalmente pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) do Brasil. Os projetos da IIRSA concentram-se em 10 eixos regionais, nas áreas de transporte, energia e comunicação. A UNASUL,

ao contrário do que afirma o item, tem objetivos distintos do MERCOSUL, sendo esse último um órgão regional que tem maior enfoque nas relações econômicas regionais e na criação de um mercado comum entre seus membros. Sobre o tratamento das assimetrias econômicas no âmbito do MERCOSUL, vale ressaltar a criação do FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL). O Fundo foi criado em dezembro de 2004 e entrou em funcionamento em junho de 2005. O FOCEM tem o objetivo de financiar projetos para melhorar a infraestrutura das economias menores e das regiões menos desenvolvidas do MERCOSUL, além de impulsionar a produtividade econômica dos Estados partes, promover o desenvolvimento social, especialmente nas zonas de fronteira, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional do bloco. O FOCEM totaliza US$ 100 milhões em contribuições não reembolsáveis. Os aportes são feitos pelos Estados Partes do MERCOSUL em quotas semestrais, na proporção histórica do PIB de cada um deles: o Brasil com 70%, Argentina com 27%; Paraguai, com 1%; e o Uruguai, com 2%. A distribuição é inversamente proporcional: Paraguai com 48%, Uruguai com 32%, Argentina com 10%, Brasil com 10%. A participação da Venezuela ainda será definida. O item está igualmente incorreto porque o Brasil não deixou de privilegiar o MERCOSUL como núcleo articulador da integração regional e exagera ao falar das divergências entre os membros do Mercosul, que, por mais que existam de fato, não correspondem a um fator de fragilidade do Grupo. O MERCOSUL e a UNASUL são dois projetos que caminham concomitantemente, em complementaridade.

2: Errado. O item está incorreto porque o MERCOSUL não ficou relegado à posição secundária no contexto da política regional brasileira, ao contrário, o MERCOSUL continua prioritário para a política externa brasileira. Além disso, o MERCOSUL não trata apenas de questões comerciais, sendo um importante fórum regional de convergência política, tratando de várias temáticas como educação, cultura, políticas sociais, entre outros. Nesse sentido, não é correto afirmar que a UNASUL substituiu o MERCOSUL, sendo ambas as organizações complementares. A UNASUL tem como objetivo principal a articulação no âmbito político, cultural, social, econômico. A UNASUL prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente como temas prioritários da organização. A UNASUL conta hoje com oito conselhos ministeriais: a) Energia; b) Saúde; c) Defesa; d) Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN); e) Desenvolvimento Social; f) Problema Mundial das Drogas; g) Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; h) Economia e Finanças. A UNASUL conta ainda com dois Grupos de Trabalho: a) Integração Financeira (agora subordinado ao Conselho de Economia e Finanças); e b) Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos, em cujo âmbito estuda-se a possibilidade de criar mecanismo de arbitragem. Em março de 2011 entrou em vigor o Tratado de Brasília, ato constitutivo da UNASUL, após a ratificação do Uruguai, que completou as nove ratificações necessárias para a entrada em vigor do Tratado. O Brasil ratificou o tratado da UNASUL em julho de 2011.

3: Certo. O item está correto e resume as diferenças entre o MERCOSUL e a UNASUL, tema muito cobrado pelo CESPE em provas relacionadas ao concurso de ingresso à carreira diplomática.

4: Certo. O item está correto, já que tanto o FOCEM como o Parlamento do MERCOSUL têm o objetivo de aprofundar o processo de integração no plano regional. Vale ressaltar que a UNASUL é um processo de integração e aprofundamento regional concomitante ao MERCOSUL.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

3.3. A UNIÃO SUL-AMERICANA DE NAÇÕES: OBJETIVOS E ESTRUTURA

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Acerca da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), assinale a opção correta.

(A) O Congresso Nacional brasileiro ainda não ratificou o Tratado Constitutivo da UNASUL.

(B) No Tratado Constitutivo da UNASUL, é prevista a integração comercial dos países-membros mediante a constituição de uma zona de livre-comércio de bens e serviços, cujas tarifas de importação consolidadas são válidas em todo o território sulamericano.

(C) A integração comercial acordada entre os Estados-membros dessa União ainda não se estabeleceu de fato, dado o não pronunciamento do Congresso Nacional paraguaio a respeito da adesão da Venezuela ao bloco.

(D) Conforme consta no Protocolo Adicional sobre Compromisso com a Democracia, a UNASUL poderá estabelecer, em caso de ruptura da ordem democrática de um Estado-membro, o fechamento parcial ou total de suas fronteiras terrestres e a suspensão do fornecimento de energia a esse Estado.

(E) Os países que fazem parte desse bloco deverão realizar eleições diretas, em 2013, para a escolha dos representantes parlamentares que integrarão o Parlamento da UNASUL, sediado em Cochabamba.

A: Incorreta. O item está incorreto porque o Congresso Nacional brasileiro ratificou o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) no Senado Federal, em 7 de julho de 2011, o que permite a participação do Brasil como membro pleno da UNASUL. O Congresso Nacional aprovou o tratado por meio do Decreto Legislativo nº 159, de 13 de julho de 2011; o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação junto ao Governo da República do Equador em 15 de julho de 2011; e este entrou em vigor, no plano jurídico externo, para a República Federativa do Brasil, em 14 de agosto de 2011. O Tratado Constitutivo da UNASUL foi assinado em Brasília em 23 de maio de 2008 e entrou em vigor em março de 2011, depois que nove países ratificaram o tratado.

B: Incorreta. O item está incorreto porque não está prevista a constituição de uma zona de livre-comércio de bens e serviços no tratado constitutivo da UNASUL. A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), institucionalizada pelo Tratado de Brasília em 2008, nasceu em substituição à CASA (Comunidade Sul-Americana de Nações), que foi proposta pelo governo brasileiro em 2004. A organização é formada, atualmente, pelos doze países da América do Sul. Diferente do Mercosul e da Comunidade Andina, que têm objetivos mais econômicos e voltados à criação de um mercado comum entre seus membros, a UNASUL tem como objetivo principal a articulação no âmbito político, cultural, social e econômico. Não é prioridade da União constituir um mercado comum, mas priorizar o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, como temas prioritários da organização. A UNASUL conta hoje com oito conselhos ministeriais: a) Energia; b) Saúde; c) Defesa; d) Infraestrutura e Planejamento; e) Desenvolvimento Social; f) Problema Mundial das Drogas; g) Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; h) Economia e Finanças. A UNASUL conta ainda com dois Grupos de Trabalho: a) Integração Financeira (agora subordinado ao Conselho de Economia e Finanças); e b) Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos, em cujo âmbito se estuda a possibilidade de criar mecanismo de arbitragem. Em março de 2011 entrou em vigor o Tratado de Brasília, ato constitutivo da UNASUL, após a ratificação do Uruguai, que completou as nove ratificações necessárias para a entrada em vigor do Tratado. O Brasil ratificou o tratado da UNASUL em julho de 2011.

C: Incorreta. O item está incorreto e tenta confundir a UNASUL com o MERCOSUL. Diferentemente do MERCOSUL, que tem objetivos mais econômicos e voltados à criação de um mercado comum entre seus membros, a UNASUL tem como objetivo principal a articulação no âmbito político, cultural, social e econômico. Não é prioridade da UNASUL constituir um mercado comum, mas priorizar o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, como temas prioritários da organização. A Venezuela faz parte da UNASUL e agora também do MERCOSUL. A Venezuela entrou com o processo de adesão ao MERCOSUL em dezembro de 2005 e foi aprovado no bloco em julho de 2012, após a suspensão temporária do Paraguai, em razão dos acontecimentos políticos que destituíram o então presidente Fernando Lugo de seu cargo. Fernando Lugo foi substituído por Federico Franco, seu vice, após votação no Congresso nacional que perdurou por apenas uma semana. O Governo brasileiro condenou o rito sumário de destituição do mandatário do Paraguai, decidido em 22 de junho, alegando que não foi adequadamente assegurado o amplo direito de defesa ao presidente constitucionalmente eleito. O Brasil considera que o procedimento adotado compromete pilar fundamental da democracia, condição essencial para a integração regional. Foi decido, desse modo, a suspensão do Paraguai do Mercosul, com base no Protocolo de Ushuaia de 1998.

D: Correta. O Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL sobre o Compromisso com a Democracia foi assinado em novembro de 2010, na Cúpula de Georgetown, e trata da chamada "cláusula democrática", por meio da qual os estados-membros reforçam seu compromisso com a promoção, defesa e proteção da ordem democrá-

tica na América do Sul. Segundo o artigo 4º desse tratado: " O Conselho de Chefes de Estado e de Governo, ou na falta deste, o Conselho de Ministros das Relações Exteriores, poderá estabelecer, em caso de ruptura ou ameaça de ruptura da ordem democrática, entre outras, as medidas detalhadas abaixo, destinadas a restabelecer o processo político institucional democrático. Estas medidas entrarão em vigor na data de adoção da respectiva decisão: (a) suspensão do direito de participar nos diferentes órgãos e instâncias da UNASUL, bem como do gozo dos direitos e prerrogativas decorrentes do Tratado Constitutivo da UNASUL**; (b) fechamento parcial ou total das fronteiras terrestres, incluindo a suspensão e/ou limitação do comércio, transporte aéreo e marítimo, comunicações, fornecimento de energia, serviços e abastecimento**; (c) promover a suspensão do Estado afetado no âmbito de outras organizações regionais e internacionais; (d) promover, ante terceiros países e/ou blocos regionais, a suspensão dos direitos e/ou prerrogativas do Estado afetado; (e) adoção de sanções políticas e diplomáticas adicionais.

E:Incorreta. O item está incorreto porque, apesar de existir a previsão de formação de um Parlamento para a UNASUL com sede em Cochabamba, ainda não foi criado o tratado específico que determine sua criação. Segundo o artigo 17 do Tratado Constitutivo da UNASUL: "A formação de um Parlamento Sul-americano com sede na cidade de Cochabamba, Bolívia, será matéria de um Protocolo Adicional ao presente Tratado". Esse artigo foi o mais controvertido para a aprovação do Tratado Constitutivo pelo Congresso brasileiro, já que muitos congressistas o consideravam redundante em função da existência dos parlamentos do MERCOSUL e da Comunidade Andina.

Gabarito "D"

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Em maio de 2008, foi realizada, em Brasília, a Reunião Extraordinária de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo que resultou na criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Sobre esse tema, julgue C ou E.

(1) A UNASUL constitui um bloco regional financeiro-comercial voltado à proteção dos mercados sul-americanos diante da concorrência de bens e serviços procedentes de economias industrializadas, principalmente Estados Unidos da América, Europa e Japão.

(2) Um dos objetivos da UNASUL é apoiar a implantação de infraestrutura física regional que permita a intensificação dos fluxos de comércio, o aprimoramento de prestação de serviços e a redução dos tempos e do custo do trânsito de bens, pessoas e serviços entre os países membros.

(3) A UNASUL tem como prioridade eliminar as assimetrias existentes na região, contribuindo, inclusive, para que os países membros passem a estabelecer com o Brasil um comércio superavitário.

(4) Constitui meta da UNASUL gerar condições políticas propícias para que os países sul-americanos atuem de forma uníssona em foros multilaterais, tais como a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

1: Errada. O item está incorreto porque a UNASUL não constitui um bloco regional financeiro-comercial. A UNASUL é uma organização internacional, com personalidade jurídica desde 2011, cujo objetivo é promover a integração regional, com base na convergência de interesses em torno da consolidação de uma identidade própria e do desenvolvimento econômico e social da região.

2: Certa. Um dos pilares mais importantes da UNASUL concentra-se na integração da infraestrutura sul-americana. O projeto IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) foi, neste sentido, lançado no ano 2000, com objetivo de estabelecer projetos, além de uma metodologia na área de infraestrutura da região da América do Sul. O advento da UNASUL em 2008 serviu de catalisador para a reestruturação da IIRSA. A necessidade de aprofundar a discussão dos projetos e, sobretudo, de buscar alternativas em nível político e não apenas técnico para a questão crucial do financiamento levou à criação, em agosto de 2009, por decisão presidencial, do Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (Cosiplan), que gerencia atualmente a IIRSA. A IIRSA é financiada pelos membros da UNASUL, além de instituições financeiras multilaterais regionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo para o Desenvolvimento do Prata (FONPLATA), e principalmente pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) do Brasil. Os projetos da IIRSA concentram-se em 10 eixos regionais, nas áreas de transporte, energia e comunicação.

3: Errada. O item está incorreto, porque não é objetivo da UNASUL que seus Estados membros estabeleçam um comércio superavitário com o Brasil. Entre os principais objetivos da organização destacam-se àqueles presentes no artigo 3º do Tratado Constitutivo: o fortalecimento do diálogo político entre os Estados Membros que assegure um espaço de concertação para reforçar a integração sul-americana e a participação da UNASUL no cenário internacional; o desenvolvimento social e humano com equidade e inclusão para erradicar a pobreza, superar as desigualdades na região e avançar no acesso universal à educação, à seguridade social e aos serviços de saúde; o desenvolvimento de uma infra infraestrutura para a interconexão da região (como mencionado no item anterior); a integração energética, bem como a industrial e produtiva; o intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa; a cooperação setorial como um mecanismo de aprofundamento da integração sul-americana, mediante o intercâmbio de informação, experiências e capacitação.

4: Errada. O item está incorreto porque a UNASUL não tem como meta atuar de forma uníssona nos foros multilaterais. Mesmo que a UNASUL promova a concertação política entre seus membros, o objetivo é estabelecer uma maior integração regional e não uma atuação comum em foros internacionais. Além disso, membros da UNASUL, como a Argentina e o Brasil divergem em temas como a reforma do Conselho de Segurança. Exemplos de atuação conjunta em foros multilaterais é a atuação do Grupo dos Vinte (G20 comercial), criado na OMC, durante a Conferência de Cancún, que defende posições comuns na área agrícola, ou o grupo G4, que reúne a Alemanha, Japão, Índia e Brasil, e defende uma posição comum sobre a Reforma das Nações Unidas, mais especificamente a reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

4. A POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA; A ARGENTINA E O BRASIL

(Diplomacia – 2010 – CESPE) A aproximação Brasil-Argentina, a partir de 1985-86, teve, entre outras, a seguinte motivação:

(1) o interesse puramente econômico, sobretudo da liberalização comercial.

(2) o compromisso de criar o MERCOSUL, estabelecendo-se, desde logo, uma tarifa externa comum.

(3) a disposição para cooperarem mutuamente na área de energia nuclear.

(4) o acordo prévio de incorporar ao processo o Uruguai e o Paraguai, mas de excluir o Chile.

1: Errado. O item está incorreto, porque os anos 1980 marcam uma aproximação política, econômica, além de aproximações na área de cooperação nuclear. Em fins de novembro de 1985, o Presidente do Brasil, José Sarney, e o Presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, assinaram a Declaração do Iguaçu, que cria documentos essenciais da nova etapa de construção da estabilidade estrutural e econômica entre Brasil e Argentina. Na mesma ocasião é assinada a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, que sublinha a vocação pacífica dos projetos nucleares. Esses acordos mostravam uma maior cooperação política entre os países.

2: Errado. O item está incorreto, porque a aproximação de 1985-1986 entre a Argentina e o Brasil ainda não tinha o objetivo de criar um mercado comum nos moldes do MERCOSUL. Podem-se destacar dois tratados principais no período: a **Declaração de Iguaçu de 1985** e a **Ata para a Integração de 1986**. O "Programa para a Integração Argentino-Brasileira", firmado em 1986 era um acordo bilateral que tinha como objetivo a criação de um espaço econômico comum com a abertura dos respectivos mercados e o estímulo progressivo dos setores de cada país.

3: Certo. A Declaração Conjunta sobre Energia Nuclear, assinada pelos Presidentes Sarney e Alfonsín, em Foz do Iguaçu, em novembro de 1985, foi o primeiro passo para a reativação da cooperação bilateral entre o Brasil e a Argentina. Três questões são levantadas nas negociações da declaração: a importância da tecnologia nuclear para o desenvolvimento dos dois países; o reconhecimento explícito de que ambos enfrentavam dificuldades crescentes no suprimento de equipamentos e materiais nucleares; e a reafirmação dos propósitos exclusivamente pacíficos da colaboração. Foi criado, consequentemente, um Grupo de

Trabalho conjunto sob a responsabilidade das chancelarias e integrados por membros das respectivas comissões e empresas nucleares.
Sugestão de leitura: VARGAS, Everton Vieira. Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do Mercosul. Rev. bras. polít. int. [online]. 1997, vol.40, n.1, pp. 41-74.
4: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque a incorporação do Uruguai e do Paraguai ao processo de integração ocorreu apenas na década de 1990, com a Assinatura do Tratado de Assunção em 1991. Entre 1985 e 1986, os acordos tinham uma predominância bilateral entre Brasil e Argentina. Além disso, não houve em momento algum acordo prevendo a exclusão do Chile do processo. O Chile é membro observador do Mercosul desde 1996.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2007 – CESPE) A formação do MERCOSUL se deu em razão de uma tendência histórica, em que diversos fatores concorreram para estimular a cooperação entre Brasil e Argentina. Acerca desse processo, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O regime militar brasileiro iniciou entendimentos com o governo argentino no sentido de evitar uma possível corrida nuclear.
(2) Em 1986, os presidentes Sarney e Alfonsín foram os signatários do Tratado de Assunção, que criou o MERCOSUL.
(3) A globalização da década de 90 do século XX acentuou assimetrias entre os sistemas produtivos do Brasil e os da Argentina.
(4) O acordo destinado à criação da zona de livre comércio entre MERCOSUL e União Europeia foi concluído durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

1: Certa. Em 1979, o Brasil e a Argentina já delimitavam as bases da normalização das relações na região. A solução da "Questão de Itaipu", no mesmo ano, proporcionou a melhora do relacionamento bilateral. Sobre a questão nuclear, é importante ressaltar que os anos 1970, durante os governos militares brasileiro e argentino, houve forte estímulo de desenvolvimento de tecnologias nuclear. O Brasil, por exemplo, firmou um importante acordo com a Alemanha Ocidental em 1975 para a compra de oito reatores nucleares, afirmando sua intenção de enriquecer urânio. Da mesma maneira, a Argentina iniciava no período a instalação de usinas nucleares, o que gerava uma forte disputa regional pela liderança nuclear, além de suspeitas em relação à possibilidade de construção de armas nucleares em algum dos dois países. Argentina e Brasil iniciaram, no entanto, no fim dos anos 1970, uma maior cooperação na área nuclear com o objetivo de diminuir as desconfianças mútuas. A primeira etapa destes acordos foi a avaliação mútua dos respectivos programas nucleares, e o consequente **Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, firmado em maio de 1980.** O acordo serviu como marco inicial da cooperação bilateral na área nuclear e representou um passo importante na relação de ambos os países. Com a redemocratização na Argentina (1983) e no Brasil (1985), os objetivos de aproximação foram se consolidando, o que resultou na **Declaração de Iguaçu em 1985**, que tinha o objetivo duplo de criar um Grupo de Trabalho de Alto Nível bilateral e firmar compromissos de cooperação pacífica nuclear. Durante a década de 1980 foram firmados outros acordos sobre cooperação nuclear, com destaque para a **Declaração de Iperó de 1988**, que abriu a discussão sobre a possibilidade de um novo Tratado de Tlatelolco (1967), que estabelecesse salvaguardas próprias da integração bilateral. Na década de **1990,** no âmbito da integração nuclear, destacam-se **a Declaração de Fiscalização Mútua**, firmada em novembro de 1990, que marca a terceira etapa da cooperação bilateral nuclear entre Brasil e Argentina, criando um Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC) e a possibilidade de inspeções recíprocas. Em **1991**, firma-se o Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, em Guadalajara, México, criando a **Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)**, com personalidade jurídica e sede no Rio de Janeiro.
2: Errada. O item está incorreto, porque o **Tratado de Assunção data de 1991** e foi assinado pelos presidentes Fernando Collor, do Brasil; Carlos Menem, da Argentina, Andrés Rodriguez, do Paraguai e Luis Alberto Lacalle, do Uruguai. O acordo que foi assinado em 1986, pelos presidentes José Sarney e Raul Alfonsín, foi a **Ata para Integração Brasileiro-Argentina** que instituiu o **Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)**. O PICE estabelecia o princípio da simetria e previa tratamentos preferenciais frente a terceiros mercados, adotando a estratégia de integração gradativa por setores industriais. O PICE foi uma marca importante no processo de integração regional e sua evolução resultou no Tratado de Integração Brasil-Argentina dos anos 1988. Na primeira fase do PICE foram firmados 12 protocolos, com o objetivo de fortificar trocas comerciais e promover mecanismos de assistência recíproca, além de promover o fim das barreiras tarifárias no comércio bilateral.
3: Certa. Apesar do MERCOSUL ter estimulado de forma significativa o comércio bilateral entre Brasil e Argentina, o item está correto ao afirmar que a abertura econômica promovida em ambos sistemas produtivos nos anos 1990, acentuaram simetrias. A abertura econômica promovida pela Argentina foi muito mais rápida que a brasileira. Nos anos 1990, grande parte das barreiras tarifárias às importações foi removida do comércio argentino, efetuando uma liberalização geral do comércio, como demandava o Consenso de Washington. Já no Brasil, o processo de abertura foi muito mais lento, com um maior protecionismo, movido pelas preocupações sobre o imenso parque industrial brasileiro. Essas assimetrias foram destacadas, principalmente, durante as negociações de liberalização do comércio estabelecidas no MERCOSUL e na negociação sobre uma Tarifa Externa Comum para o bloco.
4: Errada. O item está incorreto, porque não foi concluído qualquer tratado de livre comércio entre MERCOSUL e União Europeia. As negociações entre MERCOSUL e União Europeia iniciaram-se em 1995, com a assinatura do "Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação", com objetivo de implementar um programa de liberalizarão progressiva dos fluxos comerciais recíprocos. O Acordo-Quadro, de natureza ampla e aberta, contemplava objetivos de aproximação e cooperação nas mais variadas áreas (comércio, meio ambiente, transportes, ciência e tecnologia e combate ao narcotráfico, entre outros), além de responder à investida americana na América consubstanciada pela ALCA. As negociações para um acordo de livre comércio iniciaram-se em 1999, entre MERCOSUL +Chile e União Europeia. Foram realizadas, até 2004, 16 reuniões do Comitê de Negociações Birregionais (CNB). No entanto, diante de impasses na negociação em 2004, o processo de estabelecimento de uma zona de livre comércio Mercosul-UE perdeu o ímpeto. Em 2010, após uma reunião em Madri intrablocos, as negociações foram relançadas.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

Sugestão: OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. Rev. bras. polít. int. [online]. 1998, vol.41, n.1, pp. 5-23.

(Diplomacia – 2007 – CESPE) A respeito da política externa argentina na primeira década do século XXI, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) ( ) Mesmo com o esgotamento do realismo periférico que orientou a política externa argentina durante o governo Menem, o objetivo primordial de manter relacionamento privilegiado com os EUA permanece inalterado na Argentina da atualidade.
(2) ( ) No governo de Nestor Kirshner, a política externa argentina tem sido subordinada à necessidade de se restabelecerem condições para a retomada do equilíbrio econômico, o que explica a prioridade conferida às relações com os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o alinhamento com as políticas preconizadas pelos organismos econômicos multilaterais.
(3) ( ) No plano regional, é prioridade para a Argentina a consolidação do MERCOSUL. Isso se manifesta no decidido apoio argentino às iniciativas de se solucionarem os litígios mantidos com os demais membros do bloco.
(4) ( ) Alinhados ideologicamente, Brasil e Argentina tratam, de forma convergente, de temas globais, como o enfrentamento do terrorismo internacional e a reforma do Conselho de Segurança da ONU.

1: Errada. O **"realismo periférico"** foi uma doutrina de política externa adotada durante o Governo de Carlos Menem (1989-1999) e Fernando de La Rua (1999-2001) na Argentina. O pilar desta política era que o **alinhamento com os Estados Unidos** seria uma das precondições

para o desenvolvimento da economia argentina. A doutrina foi a resposta encontrada pelo governo argentino para o dilema da crise da dívida externa nos anos 1980 e a estagnação do modelo de Estado desenvolvimentista. O termo "realismo periférico", para qualificar esta política, surgiu na obra de **Carlos Escudé** de 1991, que fazia uma análise histórica da política externa dos governos argentinos que, segundo o autor, "executavam políticas de poder sem poder, acreditando aplicar uma teoria realista a sua política exterior, mas sem possuir a posição de uma grande potência e continuando a ser uma potência periférica" (Escudé, *Realismo Periférico*. Buenos Aires: Planeta, 1992, p. 18). Segundo Escudé, já que a Argentina era um país periférico na política internacional, enfrentar grandes potências, como os Estados Unidos, acarretava grandes custos. Seria necessário, portanto, vincular-se de forma direta com essa potência, atuando de forma realista, mas periférica. A reformulação da política foi então construída na premissa que traria ganhos econômicos à Argentina e de que era necessário romper com os erros do passado. Escudé teve influência direta na política externa argentina do período já que era assessor do então Ministro das Relações Exteriores, Guido di Tella. Durante os anos 1990, a Argentina adotou posições diplomáticas norteadas pelo **Consenso de Washington** (que propunha medidas liberais de comércio aos países em desenvolvimento), que caracterizaram a abertura comercial e financeira, privatizações, esforços para controlar a inflação e gastos do governo federal. A **crise de 2001**, no entanto, significou o fim do realismo periférico na política externa argentina, afinal, ela foi constituída com a justificativa de trazer o crescimento econômico e prosperidade para a Argentina e garantir o apoio dos EUA no desenvolvimento nacional. A crise de 2001 foi, no entanto, uma das piores crises econômicas da história argentina e acabou com a política externa de alinhamento. A economia argentina só voltou a ganhar uma maior estabilidade após a eleição do Presidente Ernesto Kirschner em 2003. Seu governo marcou a retomada do crescimento e a estabilização política na Argentina, mas a área diplomática ficou marcada pelos atritos com o Brasil, o Chile e os Estados Unidos. O item está, portanto, certo em sua primeira parte, ao afirmar que o realismo periférico orientou a política argentina durante o governo Menem, mas erra ao afirmar que o relacionamento privilegiado com os Estados Unidos foi mantido. Kirschner adotou durante seu governo uma retórica bastante crítica à ordem econômica global e aos Estados Unidos, o que alimentou as tensões entre os dois países. É interessante notar que os principais líderes americanos quando de passagem pela América do Sul não visitaram a Argentina nos anos Kirschner, embora tenham estado em países como o Uruguai, o Paraguai e o Brasil.

2: Errada. A política externa durante o governo Kirschner teve que atuar sob um contexto de isolamento argentino do mercado internacional de capitais, fruto da crise econômica de 2001 e da moratória da dívida argentina. Essa variante, ao contrário do que afirma o item, acabou isolando a Argentina das grandes potências econômicas e dando como alternativa ao governo Néstor Kirchner a busca de afinidades com outras economias do continente como a Venezuela de Hugo Chávez. Foram evidenciados vários acordos entre Buenos Aires e Caracas desde 2003, o que foi mantido no governo de Cristina Kirchner, esposa e sucessora. No comércio internacional, a estratégia argentina foi atuar conjuntamente com o Brasil na OMC nas questões sobre agricultura. Igualmente, as relações dentro do MERCOSUL melhoraram e pode-se constar forte avanço do peso do bloco na política argentina.

3: ANULADA. Este item foi anulado com a justificativa que houve erro material ao inserir-se na prova uma versão não finalizada do item que, por essa razão, era passível de questionamentos. Assim, fez-se necessária a anulação do item.

4: Errada. As relações entre a Argentina e o Brasil durante os primeiros anos da administração Kirchner foram marcados por pontos de discordância e pontos de cooperação. As pretensões de Brasília em assumir um papel de liderança regional não agradaram aos argentinos, mas houve importante cooperação em temas do comércio internacional (Mercosul e OMC) e na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). O item está incorreto, portanto, porque não houve alinhamento ideológico entre ambos os países e convergência em todos os temas da agenda bilateral. Buenos Aires não apoiou o protagonismo internacional brasileiro em sua ambição de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, em sua participação no G8 e em fóruns da OCDE, ou mesmo no lançamento da Comunidade de Nações Sul-Americanas (União de Nações Sul-Americanas - UNASUL, a partir de 2008). Além disso, houve o veto de Kirchner sobre uma possível moderação brasileira da crise das *papeleras* com o Uruguai. Uma famosa frase que teria sido proferida pelo então presidente argentino em 2005 mostra o incômodo argentino "Há um lugar na Organização Mundial do Comércio, o Brasil quer; há um lugar na ONU, o Brasil quer; há um lugar na FAO, ... Eles quiseram até eleger o papa". Apesar de certas discordâncias, houve cooperação na guerra global contra o terrorismo liderada pelos Estados Unidos após os ataques terroristas de 11 de setembro 2011. Kirchner e Lula cooperaram conjuntamente sobre a questão da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, apoiando a ação policial e de inteligência na área, como no Fórum 3+1 e no grupo de trabalho dedicado ao tema do terrorismo no Mercosul.

Gabarito 1E, 2E, 3ANULADA, 4E

(Diplomacia – 2000 - CESPE) Entre as iniciativas abaixo, identifique qual não marcou a política externa argentina durante a presidência de Carlos Menem (1989-1999):

(A) a aproximação com os Estados Unidos.
(B) A retirada da Argentina do Movimento dos Não Alinhados.
(C) A apresentação de proposta de criação, no âmbito das Nações Unidas, dos "capacetes brancos", força que atuaria em casos de crise humanitária.
(D) A solução de importantes disputas territoriais com o Chile.
(E) O lançamento do processo de integração bilateral com o Brasil, que posteriormente levaria à constituição do Mercosul.

A: Correta. "Acreditando ter encontrado atalho para alçar a Argentina ao Primeiro Mundo, Menem optou por adotar as recomendações do Consenso de Washington e alinhar-se à superpotência vencedora da Guerra Fria" (CANDEAS, W.). A Argentina, portanto, aliou-se aos Estados Unidos, adotando uma política externa de alinhamento em matérias econômicas, de segurança, entre outras.

B: Correta. A decisão argentina de sair do Movimento de Países NãoAlinhados durante o governo Menem rompe com a atuação tradicional da política externa argentina. Ela faz parte do ideal argentino dos anos 1990 de ingressar no Primeiro Mundo e alcançar uma maior aproximação com os Estados Unidos. Como enfatizou o próprio Presidente Menem em uma entrevista: *"debemos buscar nuestra inserción en el grupo de naciones del Primer Mundo (...) Argentina debe encarar una retirada gradual, sin estridencias, pero persistente, del llamado "Movimiento de No Alineados". En América Latina, debe aceptarse que nada logrará a espaldas o en contra de los Estados Unidos de América"* (Sopena Germán. Entrevista com Carlos Menem. Diario La Nación. 30.Septiembre.1989, p. 9)

C: Correta. A Argentina buscou, nos anos 1990, uma agenda bilateral de caráter prático com os EUA em relação a temas que eram sensíveis para os norte-americanos como segurança, narcotráfico, meio ambiente, corrupção, governança. A Comissão dos "Capacetes Brancos", criada em outubro de 1993 e vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, tinha como objetivo a prestação de ajuda humanitária e auxílio técnico em situações de crises internacionais como furacões, maremotos, terremotos, entre outros. A proposta atraiu a atenção dos americanos que ofereceram apoio, endossando junto às Nações Unidas o projeto. Até os dias atuais, a Comissão tem trabalhado com frequência em parceria com o sistema ONU e em Operações de Paz.

D: Correta. Alfonsín resolveu umas das mais graves questões de fronteira com o Chile, a disputa pelas ilhas do canal Beagle. Em 1979 foi estipulado uma mediação papal para o conflito, que acabou favorecendo, em seu laudo de 1984, o Chile. Em 1984, o governo Alfonsín levou a um plebiscito o laudo do Vaticano que favorecia o país vizinho. A maioria da população optou pelo sim e o governo chileno tomou posse do território que quase havia levado os dois países à guerra em 1979. Alfonsín via a resolução da disputa no Beagle como um modo de afastar os militares de um tema sensível, fortalecendo assim a redemocratização. No entanto, os conflitos só foram definitivamente resolvidos durante a administração Menem na Argentina com a assinatura dos últimos acordos que estabeleceram a paz na região.

E: Incorreta. O item está incorreto porque o lançamento do processo de integração bilateral com o Brasil não ocorreu sob a presidência de Carlos Menem na Argentina, mas sob a presidência de Raul Alfonsín. Mesmo se não houve o lançamento da iniciativa durante o mandato de Menem, seu governo foi marcado pela manutenção nas negociações que resultaram no MERCOSUL, em 1991, pelo Tratado de Assunção.

Em 1990, os presidentes Menem e Fernando Collor assinam a "Ata de Buenos Aires", que previa a conformação do espaço econômico comum em cinco anos, reduzindo para 1995 o prazo anterior (1998) previsto pelo Tratado de Integração de 1988. Sobre essa base será assentada a primeira fase do Mercosul.

Sugestão de Leitura: Candeas, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. Rev. Bras. Polít. Int. 48 (1): 178-213 [2005]

Gabarito "E"

5. A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA E RELAÇÕES COM O BRASIL

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Julgue (C ou E) os seguintes itens, a respeito das relações entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA).

(1) No plano energético, muito embora esses dois países tenham assinado, em 2007, acordo para incentivar a produção e o consumo de biocombustíveis, persistem dificuldades para o acesso do etanol brasileiro ao mercado norte-americano, em decorrência de elevadas tarifas e taxas de importação incidentes sobre o produto brasileiro.

(2) As divergências entre Brasil e EUA, visíveis ao final da Segunda Guerra Mundial, aguçaram-se com o afastamento bilateral durante o período militar no Brasil, com as discordâncias em torno da constituição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e com os desentendimentos que prevaleceram, de parte a parte, durante o governo do presidente Lula.

(3) A despeito das divergências existentes entre os dois países durante a presidência de George W. Bush, o Brasil apoiou os EUA na chamada guerra contra o terror, deflagrada após os atentados de 11 de setembro de 2001, e na intervenção no Iraque, em 2003.

(4) No âmbito comercial, as medidas *antidumping* de caráter discricionário, a fixação de quotas, as tarifas altas e as barreiras técnicas impostas ao Brasil pelos EUA vêm afetando as exportações brasileiras; ao mesmo tempo, o Brasil enfrenta restrições para importar daquele país determinadas tecnologias necessárias para o desenvolvimento de setores econômicos não tradicionais.

1: Certo. O Brasil e os Estados Unidos, como afirma o item, assinaram em março de 2007, um Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis, com o objetivo de expansão da cooperação no setor de biocombustíveis. O Memorando tratava sobre a promoção de objetivos comuns de segurança energética, desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente. Além disso, o memorando, assinado durante a visita do então Presidente George W. Bush pela América Latina, visava impulsionar a cooperação entre os dois países em novas tecnologias para biocombustíveis e estimular investimentos do setor privado. O Memorando foi expandido em 2008 com a inclusão de mais cinco países da África, da América Central e do Caribe, interessados em desenvolver suas indústrias domésticas de biocombustíveis. Atualmente já são nove os beneficiados da cooperação Brasil-EUA (Guatemala, Honduras, Jamaica, Guiné-Bissau, Senegal, El Salvador, Haiti, República Dominicana e São Cristóvão e Névis). No entanto, persistem ainda dificuldades para o acesso ao etanol brasileiro no mercado norte-americano, que não foram resolvidas com os acordos. A produção do etanol brasileiro, obtido a partir da cana de açúcar, é mais barata do que a do etanol americano, obtido através de milho. Até dezembro de 2011, os americanos cobravam a tarifa de 54 centavos de dólar por galão (ou 14 centavos por litro) para o etanol importado. Depois de mais de 30 anos de subsídios e tarifas, o Congresso americano decidiu deixar de renovar a tarifa imposta à importação de etanol e de subsídios ao produto. Vale ressaltar, no entanto, que devido problemas na safra de cana de açúcar, o mercado brasileiro não cobre a demanda interna, tendo que importar etanol.

2: Errado. Para analisar o item, facilita o estudo dividir os períodos determinados sobre a relação bilateral Brasil-EUA. O primeiro período citado foi o final da Segunda Guerra, no qual o item está incorreto ao afirmar que houve afastamentos nas relações bilaterais. Segundo Monica Hirst, o **período do pós-Segunda Guerra** marca um importante alinhamento brasileiro à política levada a cabo em Washington. Os Estados Unidos continuaram, durante este período, sendo os maiores parceiros comerciais e fornecedores de investimentos no país. O segundo período, **durante o governo militar**, está igualmente incorreto, afinal, mesmo se houve uma prevalência da autonomia brasileira nas relações bilaterais entre EUA e Brasil e, consequentemente, um afastamento, este período não foi uniforme. Durante os anos de Castello Branco no poder (1964-67) ocorrerá o que Amado Cervo chamará de "passo fora da cadência", ou o alinhamento brasileiro em relação aos Estados Unidos. A partir de 1967, há uma prevalência da autonomia brasileira e de uma política mais universalista. Sobre o terceiro período e as **negociações na ALCA**, houve discordâncias entre o Brasil e os Estados Unidos sobre temas de fundamental importância para o Brasil e outros países participantes, como a inclusão da legislação **antidumping** e subsídios agrícolas no acordo, o que acabou levando ao congelamento das negociações para uma Área de Livre Comércio nas Américas. Enfim, o último período, que ressalta a prevalência **de desentendimentos durante o governo Lula entre Brasil e os Estados Unidos**, pode ser qualificado (de acordo com outras provas do CESPE que tratam sobre o tema) como um período de esfriamento das relações, já que o Brasil divergiu dos EUA na grande maioria das votações na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Segundo Cristina Pecequillo, em seu artigo intitulado "*A New Strategic Dialogue: Brazil-US Relations in Lula's Presidency (2003-2010)*", as relações entre Brasil e Estados Unidos no período são consequência da volta do multilateralismo como meta da política externa brasileira, além da nova inserção brasileira no contexto internacional.

3: Errado. Depois dos atentados terroristas do 11 de setembro de 2001, os EUA seguiram em um projeto de Guerra Contra o Terror levado ao cabo pelo Governo de George W. Bush, que resultaram nas operações militares no Afeganistão em 2001 e no Iraque em 2003. Em 2002, a Estratégia de Segurança Nacional, que ficou conhecida como a Doutrina Bush, determinava a possibilidade de ação de modo preventivo e preemptivo. A posição brasileira, logo após os ataques terroristas às Torres Gêmeas e ao Pentágono em 2001, foi o de engajamento na luta contra o terrorismo, demonstrada no voto a favor da aprovação da resolução 1373, do Conselho de Segurança, que foi adotada sob o auspício do Capítulo VII da Carta da ONU e estabelecia o Comitê Antiterrorismo (CAT). Dentre do Comitê, o Brasil é um dos Estados com atuação mais ativa. O item está incorreto, no entanto, porque o Brasil não apoiou a intervenção no Iraque em 2003. Em 2001, durante a intervenção no Afeganistão, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso não expressou apoio formal à atuação americana, mesmo que houvesse o entendimento de que a ação era apoiada pelo Conselho de Segurança (CUNHA, Ciro Leal. Terrorismo internacional e a política externa brasileira após o 11 de setembro. FUNAG, 2009 p.138). Já em relação à Guerra do Iraque em 2003, o então Presidente Lula, em seu discurso à nação de 20/03/2003 (*www.itamaraty.gov.br*) lamentou a intervenção no Iraque, em particular, o recurso à força e sem autorização expressa do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A posição brasileira quanto à resposta ao terrorismo é a preferência por respostas multilaterais ao tema.

4: Certo. De acordo com o Resumo Executivo de 2003-2010 publicado pelo Ministério das Relações Exteriores, a manutenção de um protecionismo seletivo a favor de setores como agricultura e manufaturas tradicionais, tanto nos cronogramas de redução tarifária como na recusa em negociar regionalmente subsídios agrícolas e práticas abusivas de *antidumping* é uma das discordâncias entre Brasil e Estados Unidos no campo comercial.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2008 – CESPE) As relações do Brasil com alguns dos seus principais parceiros passaram por ajustes a partir da década de noventa do século passado. Acerca desse assunto, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) Apesar de ainda apresentarem aspectos a serem aperfeiçoados, as relações entre Brasil e Estados Unidos da América têm-se caracterizado, a partir de meados da década citada, pelo esforço de ambos os países no desenvolvimento de uma agenda bilateral positiva.

(2) Em razão do protecionismo agrícola da União Europeia, as relações do Brasil com os países da Europa Ocidental não registraram, no período citado, qualquer evolução importante, seja no que se refere ao relacionamento econômico, seja no que diz respeito ao diálogo político.

(3) Assistiu-se a intenso processo de atualização e dinamização das relações econômicas do Brasil com a Ásia a partir da década mencionada, sendo esse relacionamento de alta prioridade para o Brasil. Contudo, ao contrário do que hoje ocorre nas relações entre a América do Sul e os países Árabes, ainda não existe, no plano birregional, foro específico para o diálogo entre países da América Latina e da Ásia.

(4) Na década de noventa do século XX, o processo de integração regional começou por iniciativa do Uruguai e do Paraguai, aos quais se juntaram o Brasil e a Argentina, para constituir o MERCOSUL.

1: Certo. Mônica Hirst define os anos 1990 no que cabe às relações Brasil- Estados Unidos como um período de ajustamento. Se por um lado, as críticas americanas sobre a falta de ajuste da economia brasileira aos princípios do Consenso de Washington e as relações comerciais entre os países trazia algumas tensões nas relações bilaterais. Por outro, a redemocratização brasileira permitiu uma inserção internacional brasileira mais assertiva em temas de direitos humanos, meio ambiente e não proliferação nuclear. As relações com os Estados Unidos neste período, como afirma o item, caracterizam-se por uma aproximação e uma interação cordial entre ambos os países.

2: Errado. A partir dos anos 1990, as relações bilaterais entre Brasil e União Europeia promoveram uma cooperação cada vez maior. No campo econômico, as relações foram extremamente importantes, tanto em termos comerciais quanto financeiros e, se tomarmos o continente em sua totalidade, a Europa foi a região que mais interagiu com o Brasil no período. As relações comerciais entre o Brasil e a União Europeia encontram problemas em relação às barreiras tarifárias e não tarifárias impostas aos produtos agrícolas por parte da União Europeia, ligados à Política Agrícola Comum (PAC). No entanto, esses problemas não impediram negociações comerciais. Em 1995 é negociado um Acordo entre União Europeia e Mercosul que buscava estabelecer uma área de livre comércio. Além deste objetivo econômico concreto, as negociações tinham um caráter de convivência de valores. Ao contrário do que afirma o item, o período mostrou uma importante evolução no campo político no que diz respeito a promoção e a defesa da democracia e dos direitos humanos. Neste campo, o diálogo mais importante foi estabelecido no âmbito do MERCOSUL e trouxe, indiretamente, o fortalecimento do Brasil como ator internacional.

3: Errado. Durante os anos 1990, o Leste Asiático passou a representar uma área de expressão estratégica no processo de inserção internacional brasileira com conteúdo tanto econômico quanto político (ALTEMANI). O Japão, a Coreia do Sul e a China eram economias com forte destaque no período, e o Brasil passa, portanto, a visualizar a região asiática como espaço especial de atuação. A atuação brasileira na Ásia passa a ser prioritária para o Brasil. O item está, no entanto, incorreto, porque em 1999 foi institucionalizado, por uma iniciativa de Cingapura e do Chile, o **Fórum de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL**) com o objetivo de promover diálogo político e econômico e a cooperação entre os países membros, sendo entendido como potencial instrumento para reforçar a presença de ambas as regiões no cenário internacional. O Fórum constitui o mecanismo mais abrangente de cooperação envolvendo a Ásia do Leste e a América Latina e reúne 34 países: 18 da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela) e 16 da Ásia do Leste (Brunei, Camboja, China, Cingapura, Coreia do Sul, Filipinas, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Mongólia, Mianmar, Tailândia, Vietnã, Austrália e Nova Zelândia). Já foram realizadas quatro Reuniões de Chanceleres, sendo que a primeira delas aconteceu em Santiago, no Chile, em 2001, e estabeleceu três Grupos de Trabalho (Política, Cultura, Educação e Esporte - sob a copresidência de Colômbia e Coreia do Sul; Economia e Sociedade - sob a copresidência de Equador e Filipinas; e Ciência e Tecnologia - copresidido por Brasil e Nova Zelândia). A II Reunião Ministerial ocorreu em 2004, em Manila, e tratou de temas de interesse de ambas as regiões como terrorismo, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro, entre outros. A III Reunião ocorreu em Brasília em 2007 e enfatizou a necessidade de combate a pobreza e da promoção do sistema multilateral de comércio. Enfim, a IV e última Reunião ocorreu em 2010 em Tóquio, onde foi aprovada a criação de um secretariado virtual, que ficou à cargo da Coreia. Vale ressaltar que atualmente 17% das exportações brasileiras vão para a China e mais de 1/5 do comércio total brasileiro é com a Ásia. Em dezembro de 2011, o Brasil assinou o Tratado de Amizade e Cooperação com a ASEAN, tornando-se o único país latino-americano a aproximar-se formalmente do bloco do sudeste asiático. O atual embaixador do Brasil para a ASEAN é o senhor Paulo Alberto Da Silveira Soares.

4: Errado. O item está incorreto, porque o MERCOSUL não é resultado da aproximação política entre o Uruguai e o Paraguai, mas principalmente da aproximação, durante os anos 1980, do Brasil e da Argentina, nos respectivos governos de José Sarney e Raúl Alfonsín. Os primeiros acordos entre Argentina e Brasil surgiram ainda no contexto do regime militar com a assinatura do Acordo Tripartite em 1979 que resolvia os problemas diplomáticos entre ambos os países na questão da construção da hidrelétrica de Itaipu pelo Brasil. Em 1980, há a assinatura de um importante acordo nuclear entre Brasil e Argentina que indica uma nova era nas relações entre os países. A aproximação comercial ocorrerá definitivamente com a Declaração de Iguaçu em 1985, que assume o compromisso de aprofundar as relações econômicas entre os países. Em 1986, com a instituição do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) e, posteriormente, em novembro de 1988, com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, vem sendo firmado o interesse na formação de um espaço econômico comum entre a Argentina e o Brasil. O Tratado de 1988 tinha o objetivo de fixar uma zona de livre comércio em um prazo de 10 anos, que vai ser antecipado, em 1990, com a Ata de Buenos Aires, que será o último instrumento de caráter apenas bilateral dos antecedentes do Mercosul. Em dezembro de 1990, Argentina e Brasil assinam junto à ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), um acordo de complementação econômica (ACE 14), que regeria as suas relações econômicas e comerciais até a criação de uma união aduaneira. O Uruguai e o Paraguai tornam-se, em seguida, signatários desse acordo e promovem, em 26 de março de 1991, a assinatura do Tratado de Assunção (entre os quatro países), o que criou o MERCOSUL.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

6. RELAÇÕES DO BRASIL COM OS DEMAIS PAÍSES DO HEMISFÉRIO

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Com relação à primeira Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), sediada pelo Brasil, em dezembro de 2008, na Costa do Sauipe, na Bahia, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A CALC decidiu, nessa reunião, estabelecer formalmente uma Organização dos Estados da América Latina e do Caribe, denominada OEALC.

(2) Houve, na conferência, amplo apoio à proposta de reingresso de Cuba no sistema interamericano, além de manifestações de condenação do embargo comercial dos Estados Unidos, incluindo-se pedidos para o fim da aplicação de medidas restritivas como a Lei Helms- Burton, que impõe sanções a empresas e países que fizerem negócios com Cuba.

(3) Os chefes de Estado e de Governo integrantes da Cúpula decidiram intensificar o diálogo, a interação e a sinergia entre os mecanismos regionais e sub-regionais de integração na região, por meio de projetos comuns e temas prioritários para os países envolvidos.

(4) Durante a reunião da CALC, os líderes ressaltaram a urgência de se promover uma conclusão exitosa da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, como garantia da realização dos objetivos de desenvolvimento, mediante um acordo equilibrado e equitativo para o acesso a mercados para agricultura e produtos industriais.

1: Errada. Com objetivo de fortalecer as relações entre os países da região, o Brasil propôs, em 2008, sediar I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauipe, Bahia. A I Cúpula contou com a participação dos trinta e três países que compõem a América Latina e o Caribe: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Colômbia, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. O item está incorreto, porque não foi determinado estabelecer nenhuma organização formal entre os países da América Latina e Caribe durante esta reunião.

2: Certa. Durante a I CALC organizada na Costa do Sauipe, na Bahia, os Chefes de Estado e de Governo adotaram a "Declaração de Salvador", que destacou a importância da integração regional, da cooperação, do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Além desta declaração, os representantes adotaram 5 declarações especiais: um comunicado sobre a "Questão das Ilhas Malvinas"*; **uma** **Declaração Especial sobre a necessidade de pôr fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelo governo dos Estados Unidos da América a Cuba, incluindo a aplicação da chamada Lei Helms-Burton**; Comunicado de apoio à solicitação do Sistema de Integração Centro--Americano (SICA) à Comissão Europeia para continuar outorgando ao Panamá o Regime de Benefícios do SGP+; Comunicado de apoio à Bolívia; Iniciativa da CALC frente à Crise Financeira Mundial.
3: Certa. A "Declaração de Salvador", resultado da I CALC, especifica em seus termos, a decisão de cooperação entre os mecanismos regionais e sub-regionais de integração. Entre as decisões mais importantes consta a intensificação do diálogo, da interação e da sinergia entre os mecanismos regionais e sub-regionais de integração na América Latina e no Caribe; a articulação de projetos comuns e complementares; o fortalecimento da cooperação entre as secretarias dos mecanismos regionais e sub-regionais de integração e propiciar a realização de reuniões e a interação frequente entre as secretarias; o estabelecimento de temas prioritários para a colaboração de mecanismos regionais e sub-regionais de integração e encomendar um estudo sobre as possibilidades de complementação.
4: Certa. A Declaração de Salvador também ressaltou a urgência de uma conclusão exitosa da rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) que garanta a realização dos objetivos de desenvolvimento, mediante um acordo equilibrado e equitativo em acesso a mercados para agricultura e produtos industriais. Recordaram a necessidade de respeitar o critério de reciprocidade e de garantir espaço para que os países em desenvolvimento possam implementar suas políticas industriais. Reiteraram, ademais, que os países desenvolvidos devem eliminar os subsídios a suas exportações agrícolas e reduzir de maneira efetiva os subsídios que outorgam a seus produtores agrícolas. Condenaram esta prática abusiva de concessão de subsídios agrícolas que geram e amplificam as distorções no comércio mundial, deslocam os produtos mais competitivos dos países em desenvolvimento e desestimulam o investimento e a produção agrícola, o que representa um risco para a segurança alimentar e nutricional da população dos países em desenvolvimento mais vulneráveis. Coincidiram, enfim, na importância de atender as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, em particular das economias pequenas, a fim de permitir sua efetiva inserção no comércio mundial (Declaração de Salvador).
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Considerando a trajetória recente e a atual agenda das relações entre Brasil e América Central, assinale a opção correta.

(A) A prioridade conferida à América do Sul, a baixa densidade das relações econômicas, as diferentes posições acerca de estratégias comerciais e o reconhecimento de que a América Central e o Caribe estão sob direta influência dos Estados Unidos da América são fatores que justificam o limitado investimento diplomático brasileiro nos países centro-americanos e caribenhos, nos últimos anos.

(B) A aproximação entre o MERCOSUL e o Sistema de Integração Centro-Americano tem conotação eminentemente política, visto que, além de ser reduzida a corrente de comércio entre os dois blocos, as trocas comerciais encontram-se amparadas em regime preferencial no marco do Sistema Geral de Preferências entre Países em Desenvolvimento (SGP-D).

(C) A prioridade conferida pelo governo brasileiro às relações com Cuba representa sério obstáculo para o diálogo político e para a aproximação econômica do Brasil com os países centro-americanos e caribenhos, que ora priorizam as relações com os Estados Unidos da América.

(D) As perspectivas para o incremento das relações do Brasil com os países centro-americanos apoiam-se no expressivo incremento do comércio, no crescente fluxo de investimentos brasileiros para aquela região, na ampliação da cooperação técnica, científica e educacional e na cooperação para a estruturação de mercados para os biocombustíveis.

(E) As perspectivas de expansão do comércio brasileiro com os países centro-americanos estão associadas, no curto prazo, à conclusão das negociações da Área de Livre Comércio das Américas.

A: Incorreta. A América Central e o Caribe foi, durante muito tempo, uma zona tradicionalmente marginal para a política externa brasileira. No entanto, durante o governo Lula a influência política e econômica do Brasil cresceu substantivamente na região. O item está incorreto, porque nos últimos anos houve um forte aprofundamento das relações comerciais e políticas com a América Central e Caribe. Além do mercado interno, a região oferece um acesso privilegiado ao mercado dos EUA graças aos acordos existentes de Livre Comércio entre a região e os americanos, como o Acordo de Livre Comércio com a América Central e a República Dominicana (Cafta-DR). Esses acordos permitem que os produtos brasileiros entrem sem taxas no mercado americano. Houve, nos último anos, um expressivo aumento do fluxo de investimentos brasileiros na região, em construção de estradas, hidrelétricas, termoelétricas, destilarias de biocombustível e fábricas de roupas e tecidos. No campo político, das 35 embaixadas criadas durante o governo Lula, oito estão na região da América Central e Caribe (São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, Dominica, Santa Lúcia, Granada, Bahamas e Belize).
B: Incorreta. O item está incorreto porque a aproximação entre o MERCOSUL e o Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) tem um caráter prioritário econômico. Em 2004, na Guatemala, foi lançada a ideia de se iniciarem negociações de livre-comércio entre o MERCOSUL e o SICA, durante a visita do então Ministro Celso Amorim. Fazem parte do SICA: Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana. Em 2005, foi realizada a Cúpula Brasil-SICA, na Cidade da Guatemala e, em maio de 2008, uma nova Cúpula ocorreu na cidade de São Salvador, em El Salvador. Nesta última, os presidentes do Brasil e dos países do SICA registraram no Comunicado Conjunto da Reunião o seu apoio ao processo de aproximação entre o MERCOSUL e o SICA e convocaram reunião exploratória para o segundo semestre de 2008. Assim, em setembro de 2008, durante a Presidência Pró-tempore brasileira do MERCOSUL, foi organizada, em Brasília, reunião MERCOSUL-SICA para examinar a possibilidade de aproximação econômico-comercial entre os dois blocos. Esta aproximação ainda está em negociação no seio do bloco (MRE).
C: Incorreta. O item está incorreto, porque não existe uma priorização das relações com Cuba dentro do contexto caribenho e o comércio entre o Brasil e a região vem aumentando a cada ano. O mercado da América Central e Caribe é principalmente marcado pela presença de países como Estados Unidos, México, membros da União Europeia, China e Japão.
D:Correta. Em termos econômicos, o intercâmbio do Brasil com os países centro-americanos e o México cresceu de US$ 3,8 bilhões em 2002 para US$ 6,7 bilhões em 2009 (aumento de 74,5%). Já com os países caribenhos, o intercâmbio comercial cresceu de US$ 933 milhões em 2002 para US$ 5,5 bilhões em 2009 (aumento de 495,4%) (MDIC). Além da questão econômica, as relações do Brasil com a região se concentram em outros temas, como obras de infraestrutura e concessão de crédito a empresas brasileiras que participam de projetos na região; promoção de intercâmbio de experiências e transferência de tecnologias relacionadas a programas de biocombustíveis e à eficiência energética; aperfeiçoamento das políticas de saúde locais; promoção ao acesso universal e de qualidade aos serviços básicos de educação – com ênfase para treinamento e à transferência de tecnologia em habilidades críticas de aviação, treinamento de recursos humanos nos campos da administração portuária e marítima, e treinamento de pessoal nas áreas de tecnologia da informação e da comunicação – a educação é umas das prioridades da cooperação técnica (CARICOM). Outras atividades na área agrícola incluem a instalação da Embrapa Américas no Panamá, que apoiará iniciativas voltadas ao desenvolvimento de competências, à segurança alimentar, entre outros temas. Na área energética destaca--se a promoção dos biocombustíveis em países centro-americanos e caribenhos. Entre os acordos firmados, destaca-se o Memorando de Entendimento entre Brasil e Estados Unidos sobre biocombustíveis, que prevê cooperação com Honduras, Guatemala, El Salvador, Jamaica, Haiti, República Dominicana e São Cristóvão e Névis.
E: Incorreta. As negociações para a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas – ALCA –, começaram com a Primeira Cúpula das Américas, em Miami, em dezembro de 1994. Esse fato, ao contrário do que afirma o item, irá alavancar novas estratégias, posições e aproximações do governo brasileiro em suas relações com a região

do América Central e Caribe. Desta maneira, desde 1994, registra-se o interesse brasileiro pelos dois principais foros da sub-região caribenha: o CARICOM, que o Brasil participa da Conferência de Chefes de Governo desde 1994, como país convidado e, desde 2004, o Brasil participa como membro observador junto a essa organização. Na Associação de Estados do Caribe, o Brasil foi admitido como observador em 1996. Outros encontros políticos relevantes entre as regiões ocorreram com a I e a II Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (Calc), em dezembro de 2008, em Salvador, e em fevereiro de 2010, em Cancun, da qual participaram os chefes de Estado e de Governo. Estas Cúpulas, que ocorreram pela iniciativa brasileira, foram as primeiras reuniões não patrocinadas por potências fora da região. Na Cúpula da de Cancun, decidiu-se criar a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

Gabarito "D"

7. A POLÍTICA EXTERNA FRANCESA E RELAÇÕES COM O BRASIL

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Considerando as relações entre Brasil e França, assinale a opção correta.

(A) A França concordou em flexibilizar as regras de sua política agrícola, reduzindo os subsídios aos seus produtores, e em retomar as negociações entre MERCOSUL e União Europeia no que concerne à agricultura, o que reflete o momento político e comercial favorável às negociações daquele país com o Brasil e os demais países do bloco sul-americano.

(B) Os dois países concordam em relação ao princípio da não intervenção em assuntos domésticos de outros países, notadamente no que se refere a questões relativas a direitos humanos e ao uso pacífico da energia nuclear, tendo, ambos, votado, recentemente, contra sanções a terceiro país, no tocante ao uso de energia nuclear, impostas por resolução das Nações Unidas.

(C) O Brasil anunciou oficialmente sua intenção de adquirir, a partir de 2012, 36 caças franceses do modelo Rafale para a modernização da Força Aérea Brasileira.

(D) A França apoia o aumento do número de membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a inclusão de pelo menos cinco novos países, entre os quais o Brasil.

(E) O Brasil apoia a proposta da França — país atualmente no exercício da presidência do G-20 — no que se refere à utilização de mecanismo de regulação dos preços dos produtos agrícolas e à criação de estoque mundial de alimentos, com o objetivo básico de controlar a volatilidade e a especulação com os preços desses produtos.

A: Incorreto. O item está incorreto porque a França é a mais conhecida defensora do protecionismo agrícola europeu e não concordou em flexibilizar os subsídios de seus agricultores. A PAC (Política Agrícola Comum) data do Tratado de Roma de 1957, mas foi implementada apenas em 1962. Existia, desde antes da criação da PAC uma convicção da classe política francesa de que a manutenção da renda agrícola, mesmo a alto custo, era benéfica para o conjunto da sociedade, e não apenas em termos econômicos, na medida em que contribuía para a estabilidade política e social do país. O PAC dominou mais de 44% do orçamento da União Europeia em 2011 e tem como objetivo aumentar a produtividade agrícola europeia, garantir a segurança alimentaria, além da estabilização da produção, dos mercados e dos preços. Nesse sentindo, os agricultores beneficiam de ajudas diretas e indiretas. A **França é o país que mais se beneficia com a PAC** recebendo aproximadamente 17% do orçamento destinado a este programa (2009). As negociações entre **Mercosul e a União Europeia** iniciaram-se entre 1992 com o Acordo Bilateral de Cooperação Interinstitucional entre os dois blocos, que promovia uma cooperação bilateral em matéria política e de integração regional. O acercamento político-institucional avançou paralelamente ao incremento acelerado do comércio inter-regional, que teve importantes altas no período e, em dezembro de 1995, foi assinado o Acordo Marco de Cooperação Inter-Regional de Cooperação UE – Mercosul, que entrou em vigor em 1999. Em 2000, as partes deram início a negociações com vista a um acordo de associação assente em três pilares: reforço do diálogo político, intensificação da cooperação e criação de uma zona de comércio livre até 2005. No entanto, as negociações foram suspensas em 2004 pelas divergências comerciais. Em maio de 2010, apesar da oposição da França e alguns outros membros do bloco, houve uma retomada das negociações comerciais para a assinatura de um tratado de livre comércio. O Mercosul concordou negociar temas ligados à compras governamentais, propriedade intelectual, serviços e investimentos, enquanto a União Europeia comprometeu-se em fazer esforços para liberalizar seu setor agrícola (MDIC).

B: Incorreto. O item está incorreto porque o Brasil e a França divergem sobre as recentes sanções impostas ao Irã quanto a Resolução 1929, aprovada em 2010, pelo Conselho de Segurança. Enquanto a França votou a favor da Resolução, a então embaixadora brasileira junto às Nações Unidas, Maria Luiza Ribeiro Viotti, justificou o voto brasileiro determinando que a solução passava pelo diálogo e não por "decisões coercitivas como sanções". Segundo a embaixadora, a resolução ia de encontro com os esforços brasileiros e turcos de engajar o Irã em uma solução negociada sobre seu programa nuclear e por isso o Brasil votava contra a resolução. O Brasil intermediou, junto com a Turquia, a Declaração de Teerã, assinada em maio de 2010, que previa o direito ao uso pacífico da energia nuclear ao Irã se este país fornecesse garantias de que o programa iraniano era inteiramente pacífico.

C: Incorreto. O item está incorreto porque não houve anúncio oficial que o Brasil compraria 36 caças franceses de modelo RAFALE. Desde 2009, existem negociações sobre a venda de 36 aviões de combate ao Brasil, em um objetivo de reequipar a Aeronáutica brasileira. Além dos franceses, o Brasil também estava pesquisando os aviões suecos e americanos de combate. Ainda não foi tomada nenhuma posição oficial do governo quanto à compra de aviões.

D: Correto. Durante a visita da então ministra das Relações Exteriores da França Michele Alliot-Marie, em fevereiro de 2011, a França reafirmou o apoio francês à Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e que o Brasil fosse um dos países que ocupasse o cargo de membro permanente. O apoio francês à reforma do Conselho de Segurança já é antigo e data de 1997, quando na 51ª Assembleia Geral da ONU foi apresentando um projeto de alteração do CS com o seguinte delineamento: mais cinco membros permanentes, sem direito a veto, e mais quatro rotativos – a França havia manifestado pouco antes sua concordância com a mudança, em que se incluíam Alemanha, Japão e mais três países do Sul. (ARRAES, Virgilio. O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. **Rev. Bras. Polít. Int**. 48 (2): 152-168 [2005])

E: Incorreto. O item está incorreto, primeiramente, porque a França, que foi presidente pró-tempore do G20 financeiro no ano de 2011, descartou a proposta de regular os preços das commodities durante as reuniões do G20, cobrando apenas uma maior transparência sobre os estoques de alimentos. O debate sobre a regulação dos preços dos produtos agrícolas insere-se no forte aumento nos preços das commodities desde 2002 e uma preocupação generalizada sobre o impacto do aumento de preços na questão da segurança alimentar e na inflação. O Brasil é contra qualquer mecanismo para controlar ou regular os preços das commodities, já que, segundo posição oficial brasileira, o melhor meio para se assegurar preços acessíveis de alimentos, no longo prazo, é estimular o aumento da produção.

Gabarito "D"

8. A UNIÃO EUROPEIA E O BRASIL

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Considerando a evolução recente das relações entre Brasil e União Europeia (UE), julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) As relações UE–Brasil têm, no campo dos investimentos, uma de suas mais vigorosas dimensões, dada a condição do Brasil, entre os países emergentes, de grande receptor de investimentos diretos da União Europeia.

(2) O grande êxito da parceria estratégica UE–Brasil, apresentada durante a primeira reunião de cúpula bilateral, em julho de 2007, foi a superação dos impasses que impediam a conclusão da Rodada de Doha.

(3) As medidas protecionistas adotadas pela União Europeia e dirigidas particularmente aos produtos agrícolas têm levado à gradual redução, no último lustro, das exportações brasileiras para o mercado comunitário e à diminuição do *superavit* comercial alcançado pelo Brasil no comércio com aquele bloco.

(4) As diferentes posições do Brasil e da União Europeia em relação aos compromissos de redução das emissões de CO2 e aos impactos ambientais resultantes do aumento do uso de biocombustíveis e da energia nuclear não obstruem o diálogo político acerca de mudança climática e de segurança energética.

1: Certo. Em 2009, cinco dos países que mais investiram no Brasil fazem parte da União Europeia: Países Baixos, Espanha, Alemanha e França, que, juntos, responderam por 45% do ingresso de capital estrangeiro no País naquele ano. O estoque de investimentos diretos europeus no Brasil, que em 2000 alcançava cerca de US$ 61 bilhões, chega a quase US$ 200 bilhões atualmente. (dados MRE).
2: Errado. A I Cúpula União Europeia-Brasil foi realizada em Lisboa em 2007 e nesta ocasião as partes estabeleceram uma Parceria Estratégica e um diálogo político. Foi reafirmado, durante a reunião, um forte empenho de ambas as partes na conclusão da Rodada Doha da OMC, afirmando um compromisso em alcançar um acordo ambicioso, abrangente e equilibrado, mas, diferente do que afirma o item, não houve a superação dos impasses que impedem a conclusão da reunião, nem um debate sobre os fortes subsídios levados a cabo pela União Europeia, no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), que faz parte das maiores reivindicações do Brasil. A II Cúpula ocorreu no Rio de Janeiro em 2008 e discutiu temas como promoção da paz e da segurança por meio do fortalecimento do sistema multilateral; promoção da parceria econômica, social e ambiental; promoção da cooperação em ciência, tecnologia e inovação; promoção da cooperação regional e da cooperação triangular em benefício de países em desenvolvimento; intercâmbio nas áreas de educação e cultura; e aproximação das sociedades civis. Na III Cúpula Brasil-União Europeia, que ocorreu em Estocolmo em 2009, foram tratados temas relevantes da agenda internacional, como a mudança do clima, medidas para se reduzir os efeitos da crise financeira internacional, o processo de paz no Oriente Médio e a questão nuclear iraniana. Avançou-se na implementação das recomendações do Plano de Ação no que tange aos Diálogos Setoriais e ao aprofundamento da cooperação nas áreas técnicas de interesse mútuo. Durante a IV Cúpula no Brasil em julho de 2010, que celebrou os 50 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Comunidade Econômica Europeia (1960), foram assinados o Acordo sobre Certos Aspectos da Aviação Civil e o Acordo sobre Segurança da Aviação.
3: Errada. A Europa se consolidou como o segundo maior parceiro comercial do Brasil; o fluxo comercial bilateral saltou de US$ 36 bilhões, em 2003, para US$ 100 bilhões, em 2011, o que coloca a Europa como forte parceiro comercial, atrás da Ásia e pouco à frente da América Latina e Caribe. O item está incorreto já que o Brasil é superavitário em relação ao bloco desde 2000 e o superávit não sofreu uma alteração substantiva nos últimos anos.
4: Certa.O Brasil e a União Europeia, como afirma o item, têm posições distintas na negociação sobre mudanças climáticas. Os **Estados que eram membros da UE antes d**e 2004 fazem parte do Anexo 1 da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas**, o que significa que terão de reduzir, em conjunto, as suas emissões de gases com efeito de estufa em 8%** entre 2008 e 2012. O Brasil, país emergente, não tem metas obrigatórias de redução de emissão de gases de efeito estufa. Esta distinta situação traz divergências nas posições destes atores. Enquanto o Brasil defende a não determinação de metas obrigatórias para países que não estão no Anexo 1, a UE defende uma ampliação e aprofundamento das metas. Isso não impede, no entanto, negociações e proposições de ambos os grupos. Em 2008, durante a XIV Conferência das Partes (COP) em Poznan, a UE propôs um plano com metas próprias de combate às mudanças climáticas. Os grandes compromissos do plano são a redução de 20% das emissões de gases que provocam o efeito estufa até 2020, a redução do consumo de energia em 20% e a utilização de energia renovável em 20% do total que é consumido (projeto que ficou conhecido como 3x20). Para alcançar as metas de redução de emissões, as indústrias começarão a pagar pelos direitos de emissão que até agora recebiam de graça. O Brasil, durante a mesma COP em Poznan, também fez a proposta de reduzir voluntariamente 70% do desmatamento com base no ano de 1990, e trabalhar sob auspício de um Plano Nacional de Mudanças Climáticas. O trabalho propositivo tanto da UE quanto do Brasil mostram a possibilidade de diálogo político, mesmo com a atuação divergente no regime de mudanças climáticas
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

Tratados constitutivos e Adesão da Integração Europeia

TRATADO /ANO	MEMBROS	PRINCIPAIS PONTOS
Tratado de Paris /1951	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo.	• Cria a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). • Tinha o objetivo de criar uma integração econômica entre as indústrias de carvão e aço • Robert Schumman e Jean Monnet foram um dos grandes entusiastas do projeto
Tratado de Roma /1957	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo	• Cria a Comunidade Econômica Europeia (CEE) – união aduaneira • Cria a Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM).
Tratado de Fusão /1965 (ou Tratado de Bruxelas)	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo	• Instituiu uma Comissão e um Conselho únicos para as três Comunidades Europeias então existentes (CECA, CEE e EURATOM)
Ato Único Europeu/ 1987	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986)	• Relança o processo de construção europeu com vista a concluir a realização do mercado comum • Institui o Conselho Europeu, que oficializa as conferências dos Chefes de Estado e de Governo •Estabelece pela primeira vez medidas supranacionais nas áreas de educação, meio ambiente.
Tratado de Masstrich /1992	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986)	• Congrega em um todo, que designa por União Europeia, as três Comunidades (Euratom, CECA e CEE) e as cooperações políticas institucionalizadas nos domínios da política externa, da defesa, da polícia e da justiça. • CEE passa a ser designada por Comunidade Europeia • Cria a União Econômica e Monetária, • Institui novas políticas comunitárias (educação, cultura, cooperação para o desenvolvimento e coesão) • Alarga as competências do Parlamento Europeu (procedimento de codecisão).

Tratado de Amsterdam /1997	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986) + Áustria, Finlândia e Suécia (1995)	• Permitiu alargar as competências da União mediante a criação de uma política comunitária de emprego; • Permitiu a comunitarização de uma parte das questões que eram anteriormente da competência da cooperação no domínio da justiça e dos assuntos internos; • Criou medidas destinadas a aproximar a União dos seus cidadãos e a possibilidade de formas de cooperação mais estreitas entre alguns Estados-Membros (cooperações reforçadas). • Alargou o procedimento de codecisão, bem como a votação por maioria qualificada, e introduziu a simplificação e a uma nova numeração dos artigos dos tratados.
Tratado de Nice /2001	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986) + Áustria, Finlândia e Suécia (1995)	• Incidiu principalmente na reforma das Instituições a fim de assegurar o funcionamento eficaz da União Europeia na sequência do seu alargamento em 2004 e 2007 para 27 Estados Membros. • Trata da composição da Comissão, da ponderação dos votos no Conselho e do alargamento dos casos de votação por maioria qualificada. • Simplificou e facilitou igualmente o recurso ao procedimento de cooperação reforçada e torna mais eficaz o sistema jurisdicional.
Tratado de Lisboa /2007	França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo + Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) + Grécia (1981) + Espanha e Portugal (1986) + Áustria, Finlândia e Suécia (1995) + República Checa, Estônia, Chipre, Letônia, Lituânia, Hungria, Malta, da Polônia, da Eslovênia e Eslováquia (2004) + Bulgária e Romênia (2007)	• Aumenta o Poder do Parlamento Europeu em matérias de legislação e orçamento • Cidadãos podem apresentar propostas de lei à Comissão (1 milhão de assinaturas) •zPermite a possibilidade de um Estado membro sair da União Europeia • Votação de maioria qualificada – o cálculo baseado na dupla maioria: maioria dos Estados membros e da população. • Cria a Função de Presidente do Conselho Europeu • Cria a função do Alto Representante para Negócios Estrangeiros

9. A ÁFRICA E O BRASIL

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Acerca das relações Brasil-África durante o governo Lula, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

(1) Embora o comércio entre o Brasil e a África tenha aumentado exponencialmente nesse período, o Brasil registrou déficit nessa relação comercial, em decorrência da política de substituição competitiva de importações, que outorga preferências comerciais a países africanos.

(2) Nesse período, além de ter investido recursos da Agência Brasileira de Cooperação na África, o governo brasileiro perdoou dívidas de diversos países africanos.

(3) Durante a Segunda Cúpula América do Sul-África, realizada, em 2009, na Venezuela, os líderes dos dois continentes reafirmaram seu apoio à reforma e ampliação do Conselho de Segurança da ONU e às candidaturas do Brasil e da Nigéria, que pleiteiam vaga para compor o conselho ampliado.

(4) A política de distribuição de imagens do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres foi ampliada nos países africanos, onde foram, ainda, construídas estações receptoras.

1: Errada. O governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) realçou as relações do Brasil com a África alcançando bases de caráter mais permanente. Segundo José Sombra Saraiva, o fato de o Brasil ter dado ênfase a sua política africana, durante os oito anos de governo Lula, elevou-a a uma política de Estado, superando as oscilações de idas e vindas dos períodos anteriores. O Brasil, nesse período, aumentou os investimentos no continente, sua presença comercial, além da atuação política com a abertura de 16 embaixadas (Botsuana, Zâmbia, Mali, Mauritânia, Guiné, Burkina Fasso, Benin, Togo, San Tomé e Príncipe, Camarões, Guiné Equatorial, Congo, Sudão, Etiópia, Tanzânia, Namíbia), o que é respondido pela reciprocidade africana, já que Brasília abriga 34 embaixadas ou missões permanentes africanas, sendo superada nas Américas apenas pelos Estados Unidos. Sobre o comércio, a primeira parte do item está correta, já que, de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2003 o comércio total entre a África e o Brasil era de aproximadamente 6 bilhões de dólares, alcançando, em 2011, a soma de 27 bilhões de dólares. O Brasil também acumula déficits comerciais com a África desde 2003, mas o item está incorreto porque esse déficit não é decorrente da política de substituição competitiva de importações, que outorga preferências comerciais a países africanos. Na verdade, o déficit é resultado, principalmente, do comércio com a Nigéria, o maior parceiro comercial brasileiro no continente africano, seguido da África do Sul. A pauta comercial de importação do Brasil com a Nigéria é composta principalmente de petróleo, o que provocou um déficit de 7,1 bilhões de dólares em 2011 na balança comercial brasileira com esse país.

2: Certa. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) é responsável pela cooperação técnica brasileira, principalmente, pela cooperação Sul-Sul. A cooperação Sul-Sul inicia-se por meio de demandas à ABC por Governos estrangeiros ou organismos internacionais. A ABC é responsável pelo envio de missões técnicas aos países em desenvolvimento, com o objetivo de coletar informações e preparar programas técnicos. A Agência atua hoje com mais de 70 instituições brasileiras e com as Embaixadas do Brasil e, embora a maioria das demandas de cooperação esteja concentrada nas áreas de agricultura, saúde, educação e formação profissional, o leque de projetos da ABC na África, por exemplo, contempla outras áreas como tecnologia da informação, artesanato, cooperativismo, empreendedorismo, direitos

humanos, desenvolvimento urbano, cultura, esportes, entre outros. Sobre os projetos da ABC na África, o grupo que mais recebe ajuda técnica brasileira são os países africanos com língua oficial portuguesa, sendo que a cooperação brasileira prestada para Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde corresponde a 55% do volume de recursos alocados em projetos de cooperação técnica na África. Além disso, como afirma o item, outra iniciativa particularmente relevante na ação brasileira de cooperação com a África referiu-se ao perdão de dívidas externas dos países africanos. Esse perdão foi feito de forma condicionada ou voluntária e representou US$ 1,25 bilhões perdoados entre 1996 e 2006. Desse valor, US$ 931,8 milhões, que representam 74,25% da dívida, foram condicionados. Essa anistia de dividendos ocorreu através de duas condições utilizadas separadamente: a mais usual foi a troca da dívida pela compra de produtos brasileiros selecionados, de forma a impulsionar o comércio entre os países; a segunda forma de condicionamento, proposta pelo Brasil na 33ª Conferência Geral da UNESCO (em 2005) e aprovada por unanimidade pelos 96 ministros presentes, foi a troca da dívida externa por investimentos correspondentes em educação.

3: Errada. A primeira Cúpula América do Sul-África (ASA) foi realizada em Abuja, na Nigéria, em novembro de 2006, por iniciativa do Brasil e da Nigéria. A origem do mecanismo remonta à visita do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva à Nigéria, em 2005, quando o então presidente nigeriano, Olusegun Obasanjo, manifestou interesse em estabelecer um mecanismo de aproximação dos países africanos com o Brasil. O Presidente brasileiro acolheu de imediato a iniciativa, mas sugeriu a criação de um mecanismo que também incluísse os demais países da América do Sul. Da reunião de Abuja em 2006, resultaram a Declaração de Abuja e o Plano de Ação e a Resolução criando o "Fórum de Cooperação América do Sul - África" (ASACOF). O Plano de ação prevê o encontro de chanceleres do grupo a cada dois anos e encontros ministeriais. O segundo encontro, como afirma o item, ocorreu na Venezuela, em 2009, na Isla Marguerita, e resultou na "Declaração do Estado de Nueva Esparta". O item está incorreto porque, apesar do documento final da reunião fazer menção à necessidade de reformar o Conselho de Segurança para garantir a maior participação de países em desenvolvimento, não houve qualquer apoio explícito ao Brasil e nem à Nigéria. Vale ressaltar que além da Nigéria, a África do Sul e o Egito são candidatos pelo continente africano nos debates sobre a reforma do Conselho de Segurança, sem definição de quem seria o candidato natural. Vale ressaltar, ainda, que a União Africana, a priori, manifesta-se contra o projeto de reforma promovido pelo Brasil no âmbito do G4. Em 2005, momento auge de proposição da reforma, a União Africana opõe-se aos debates na Assembleia Geral da ONU pelo fato da proposta do G4 não contemplar em seu projeto o poder de veto.

4: Certa. O *China-Brazil Earth Resources Satellite* – CBERS - é um dos elementos mais importantes da relação bilateral sino-brasileira e, como afirma o item, teve a sua distribuição de imagens ampliada aos países africanos, onde foram construídas estações receptoras. Em julho de 1988, durante uma visita do presidente José Sarney à China, os governos do Brasil e da República Popular da China assinaram acordo para dar início a um programa de desenvolvimento de dois satélites avançados de sensoriamento remoto. O Projeto CBERS reúne capacidade técnica e recursos financeiros dos dois países com o objetivo de construir satélites conjuntamente, que permitiram uma maior independência na aquisição de imagens terrestres. O primeiro satélite (CBERS-1) foi lançado em 1999, o segundo (CBERS-2), em 2003, e o terceiro (CBERS-2B) foi lançado em 2007. O lançamento dos primeiros satélites teve a união de recursos financeiros e tecnológicos entre o Brasil e a China, mas com um sistema de responsabilidades distinto, com 30% de investimento brasileiro e 70% de investimento chinês. Brasil e China executam, desde 2009, o projeto "CBERS for Africa", com o objetivo de distribuir gratuitamente imagens dos satélites a países africanos, a partir de estações de recepção de sinais instaladas na África do Sul, no Egito, na Espanha (Ilhas Canárias) e no Quênia. Em novembro de 2011, foi assinado um acordo para que o Gabão também recebesse dados do satélite CBERS-3, que está previsto para ser lançado pelo Brasil e China, em 2012. Também há previsão de lançamento do CBERS-4 para 2014.

Recomendação bibliográfica: SARAIVA, José Sombra. África parceira do Brasil Atlântico. *Editora Fino Traço*, Belo Horizonte, 2012.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

10. A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA, DA ÍNDIA E DO JAPÃO; RELAÇÕES COM O BRASIL

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito das relações diplomáticas entre Brasil e China.

(A) A década de 40 do século passado, quando foi instalada a embaixada da China no Brasil, marcou o início das relações diplomáticas entre esses dois países.

(B) A recuperação do exercício da soberania chinesa sobre Macau gerou um impasse diplomático entre Brasil e China, em razão de o governo brasileiro ter reconhecido Macau como Estado independente.

(C) A aproximação política do Brasil com a China durante o governo do presidente Itamar Franco se fez conforme a diretriz da política internacional brasileira de buscar e fortalecer parcerias com países que adotassem posições similares às do governo brasileiro em fóruns multilaterais.

(D) O vice-presidente João Goulart visitou a China, em 1961, com o objetivo de buscar o apoio daquele país contra o golpe militar que se preparava no Brasil.

(E) O Brasil foi favorável à admissão da República Popular da China na ONU como legítima ocupante do assento reservado a Taiwan.

A: Incorreto. O item está incorreto porque não foi instalado uma Embaixada chinesa no Brasil nos anos 1940. As primeiras tentativas de aproximação entre a China e o Brasil ocorrem ainda no século XIX, quando o Brasil buscava mão de obra para trabalhar nas lavouras locais em reação ao fim do tráfico de escravos de 1850. Isso motivou o deslocamento de uma missão brasileira para a China em 1879. Apesar de não existir a concretização dessa corrente imigratória, em decorrência da proibição formal da China em permitir a imigração para o Brasil, foi assinado entre os países um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1881 e o Brasil abriu um consulado em Shangai em 1883. Vale ressaltar que a não permissão chinesa da imigração de sua mão de obra ocorreu em consequência à experiência negativa das correntes migratórias anteriores para o Peru, Cuba e Estados Unidos. Até a década de 1940 foram escassos os contatos bilaterais em razão dos diversos conflitos internos e externos que afetaram a China até a primeira metade do século XX. Em 1943, foi firmado um Acordo de Amizade Brasil-China com bases comerciais que demonstra aproximação e boa vontade com a China durante a guerra. "Em decorrência do Acordo, o Brasil eleva à categoria de embaixada a sua missão diplomática na China, em abril daquele ano." (Eugênio Vargas Garcia, Cronologia das Relações internacionais do Brasil, p.119). A ideia de Vargas era tentar se aproximar dos países vitoriosos da Guerra para tentar legitimar a demanda por uma posição de destaque na ONU. Algo parecido será feito em 1945, com a URSS. As relações serão interrompidas, no governo Dutra, com a URSS, em 1947, e com a China Popular, em 1949, no contexto da Guerra Fria e do alinhamento automático brasileiro com os EUA. Com a República Popular da China (RPC), o Brasil retoma relações em agosto de 1974, quando podemos afirmar que, de fato, iniciam-se as relações diplomáticas entre Brasil e RPC. (Biato Junior, p.40).

B: Incorreto. O item está incorreto porque não houve impasse entre o Brasil e a China sobre a recuperação chinesa do território de Macau nos anos 1990. Colonizado por portugueses no século XVI, Macau foi o primeiro entreposto europeu na região asiática. Em 1887 é assinado um Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português, no qual é reconhecida e legitimada pela China a ocupação perpétua de Macau e das suas dependências pelos portugueses. No entanto, após a Revolução chinesa de 1949, a cidade portuguesa de Macau sofreu diversas tentativas de motim perpetradas por residentes chineses pró-comunismo, sendo o maior deles o Motim 1-2-3, que ocorreu em 1966 e forçou Portugal a renunciar a sua ocupação perpétua sobre Macau. Após a Revolução dos Cravos de 1974, que acabou com o salazarismo em Portugal, foi declarada a independência imediata de todas as províncias portuguesas ultramarinas. A China, no entanto, rejeitou a transferência imediata com receio da adaptabilidade do comunismo na região. Em 1987, após a assinatura de um acordo entre a China e Portugal – a Declaração Conjunta Sino-Portuguesa sobre a Questão de Macau – foi acordado que Macau seria uma Região Administrativa Especial pertencente à China a partir de 1999, mas que contaria com uma série de medidas que garantiriam liberdades políticas e econômicas durante cinquenta anos na região.

C: Correto. Durante os anos 1980, houve importantes avanços na

relação bilateral entre China e Brasil dada as visitas dos Presidentes brasileiros João Figueiredo, em 1984, e José Sarney, em 1988, à China. O Brasil tinha motivações econômicas ao aproximar-se da China, com expectativas de contratos para as exportações brasileiras, diante do impressionante crescimento da economia chinesa ao longo da década de 1980. Além disso, como afirma o item, segundo o diplomata Oswaldo Biato Junior, havia a expectativa que uma relação estratégica entre os países fortaleceria as teses brasileiras nos foros internacionais, nos quais China e Brasil compartilhavam posições em matérias de não proliferação nuclear, de Agenda para a Paz e o Desenvolvimento, de relações Norte-Sul, de defesa do meio ambiente e de transferência de tecnologia. Em 1988 foi assinado o "Protocolo de Pesquisa e Produção Conjunta de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres" (CBERS), projeto mais expressivo de cooperação científica e tecnológica entre dois países em desenvolvimento, que o governo brasileiro tinha a intenção de dar prosseguimento. Nesse sentido, em 1993, durante a gestão Itamar Franco, foi estabelecida a Parceria Estratégica entre a China e o Brasil, com o objetivo de elevar as relações bilaterais a um novo patamar, ampliando planos de cooperação econômica e política.
D: Incorreto. Durante os anos 1960, o governo da República Popular da China, atraído pela "Política Externa Independente", adotada pelo então Presidente Jânio Quadros, realizou diversas tentativas de aproximação com o governo brasileiro. A maior delas foi o convite para que o então vice-presidente da República João Goulart visitasse a China frente a uma missão comercial. O item está incorreto porque o objetivo de João Goulart não era buscar apoio contra o golpe militar brasileiro, mas aumentar as relações comerciais entre a China e o Brasil em um contexto de diversificação das parcerias brasileiras. Dessa visita resultou um acordo interbancário e autorização para que o governo da China instalasse um escritório comercial no Brasil. Essas tentativas foram abortadas após o golpe militar de 1964, principalmente depois do incidente diplomático de 1964, no qual foram presos os integrantes chineses da missão comercial que tentava instalar-se no Rio de Janeiro. Esse episódio resultou na denúncia chinesa do tratado militar e do esfriamento das relações bilaterais por um período de dez anos.
E: Incorreto. O Brasil após a Revolução Chinesa de 1949 rompe as relações diplomáticas com a China continental, fechando o consulado em Shangai e abrindo uma embaixada em Taipei (atual capital de Taiwan), em 1952. Apesar de algumas tentativas, no contexto da Política Externa Independente, de estabelecer relações comerciais com a China continental, será apenas na década de 1970 que as relações diplomáticas sino-brasileiras serão restabelecidas. A chegada de Richard Nixon à presidência americana em 1969 marca uma mudança na política externa americana no período. Segundo Henry Kissinger, então Secretário de Estado americano, Nixon estabeleceu uma política externa menos ideológica. Nixon, ao contrário de seus antecessores, priorizou os interesses nacionais americanos ao invés de centralizar sua política externa no combate ao comunismo internacional. Nesse contexto, há uma aproximação sino-americana que caracteriza um período de *détente* na Guerra Fria. Em 1971, ocorre uma votação na Organização das Nações Unidas para que a China continental recupere seu assento permanente no Conselho de Segurança, que estava sendo ocupado por Taiwan. O item está incorreto, porque o Brasil não foi favorável à admissão da República Popular da China no Conselho. O Brasil, junto com outras 34 nações, votou contra a entrega àquele país do assento permanente, no entanto, a República Popular da China foi admitida no Conselho de Segurança. Em 1971, o Brasil retoma relações comerciais com a China em decorrência do envio de uma missão comercial à Feira de Cantão. O governo brasileiro começa a mudar de atitude em relação à sua política chinesa e, em 1974, após a vinda de uma missão comercial chinesa ao Brasil, o país estabelece relações diplomáticas com a China.
Gabarito "C"

Recomendação bibliográfica: BIATO JUNIOR, OSWALDO. A Parceria Estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectiva (1993-2006). Brasília. FUNAG, 2010.

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito das relações entre Brasil e Índia.

(A) No contexto da Guerra Fria, a maior proximidade da Índia com a URSS e a ativa inserção do Brasil no contexto ocidental dificultaram a articulação política entre ambos os países em foros multilaterais como a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, o G-77 e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio.

(B) As diferentes posições que ambos assumem quanto à não proliferação e ao controle de armamentos e de tecnologias sensíveis têm dificultado a cooperação bilateral entre esses países na área de segurança e defesa.

(C) A agenda da cooperação bilateral entre os dois países prioriza o campo da ciência e da tecnologia, especialmente no que concerne às áreas de biotecnologia, tecnologia da informação e nanotecnologia.

(D) Apesar do crescimento observado, em anos recentes, no fluxo de comércio bilateral entre esses dois países, verifica-se o predomínio, na pauta comercial, do comércio de produtos de baixo valor agregado.

(E) O substancial incremento do fluxo de investimentos diretos entre ambos os países, principalmente nos últimos três anos, acompanhou, na mesma medida, o aumento da corrente de comércio bilateral.

O item foi anulado por que não há opção correta. A primeira opção correta apontada pelo concurso foi a letra D, mas a evolução do comércio bilateral no último ano entre Brasil e Índia atesta a prevalência de produtos semimanufaturados e manufaturados, fato que invalida a opção considerada correta no gabarito oficial preliminar.
A: Incorreta. A primeira parte do item está correto ao afirmar que a Guerra Fria trouxe uma maior proximidade entre a Índia e a União Soviética. A relação entre os dois países inseriu-se no projeto soviético de aproximação com o Terceiro Mundo, mediante cooperação econômica e transferência de tecnologia. A Índia foi um dos maiores beneficiados desta estratégia soviética, que geopoliticamente interessava tanto aos soviéticos, com um possível contrapeso à China na região, quanto para os indianos, como uma aliança em relação aos interesses e conflitos com o Paquistão. O item está incorreto, no entanto, porque não houve ativa inserção do Brasil no contexto ocidental. Já nos anos 1960, durante a Guerra Fria e no auge da Política Externa Independente (PEI), o Brasil adotou uma posição de não alinhamento no conflito Leste-Oeste, o que estimulou uma maior convergência de posições com países do Terceiro Mundo. Neste contexto, observou-se no período, e mais particularmente depois da visita de Indira Gandhi ao Brasil em 1968, uma maior aproximação dos laços bilaterais entre Brasil e Índia, mesmo que ainda tímida. Já as relações multilaterais apresentaram uma agenda extensa e intensa com a colaboração nos fóruns políticos, econômicos e científicos. Ambos os países não estavam de acordo com a estrutura internacional do comércio e, dentro do contexto do GATT, faziam parte de grupos de liderança de países em desenvolvimento que eram contra a entrada do tema de serviços e propriedade intelectual na agenda de negociações. Em 1964, com a criação UNCTAD e do Grupo dos 77, Índia e Brasil tiveram atuação multilateral sobre os temas de desenvolvimento. No âmbito do G77, ambos os países reivindicavam uma maior inserção econômica internacional, atuando de forma conjunta.
B: Incorreta. Nos anos 1970, o Brasil e a Índia adotaram uma postura idêntica sobre o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), assinado em 1968. Ambos concordavam que o tratado, ao definir países nucleares e países não nucleares, congelava o poder mundial com as grandes potências já detentoras de armas nucleares. Neste sentido, uma série de atos de cooperação nuclear iniciou-se, ainda em 1968, com a visita de Indira Gandhi ao Brasil, e com a assinatura do primeiro acordo de comércio entre Brasil e Índia, além de um acordo de cooperação para a utilização pacífica de energia nuclear. Este último acordo foi, no entanto, denunciado em 1974, quando a Índia efetuou seu primeiro teste de arma nuclear. Na década de 1990, com o fim da Guerra Fria, houve uma mudança no foco da política externa tanto da Índia quanto do Brasil, e percebe-se o aumento das relações bilaterais entre os países. Em 1995, com a visita do então Presidente Fernando Henrique Cardoso ao país, foi firmado um Memorando de entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a Comissão de Energia Atômica da Índia. Esse acordo foi denunciado em 1998, após novos testes nucleares indianos. **Apesar da trajetória divergente tomada pela Índia e o Brasil em relação aos armamentos nucleares, esse fato não dificulta a cooperação entre os países na área de segurança e defesa, como afirma o item**. No que se refere à indústria militar, houve acordos de venda de aviões da Embraer para a Força Aérea indiana indicando a possibilidade para uma possível cooperação nuclear na área civil. No campo da segurança convencional, é possível observar também, uma forte cooperação no campo de segurança alimentar e saúde, principalmente no âmbito do IBAS. Em 2009, a Missão da *Defence R&D Organization*, do Ministério da Defesa da Índia, visitou a EMBRAER e

o Projeto SIVAM, além de ocorrer a abertura da Aditância Militar do Brasil em Nova Delhi. Estes foram eventos importantes que marcaram a atuação bilateral dos países em matéria de segurança e defesa (MRE). De acordo com o Resumo Executivo publicado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a cooperação Brasil-Índia no âmbito da Defesa foi ampliada com a criação do Comitê Consultivo de Defesa, que desenvolve projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento em diversos setores abrangidos na Estratégia Nacional de Defesa brasileira.
C: Incorreta. Este item está incorreto, porque ainda não é a prioridade da relação bilateral Índia-Brasil a cooperação na área de Ciência e Tecnologia. De acordo com a Declaração Conjunta Brasil-Índia, elaborada em Brasília, no dia 15 de abril de 2010, ambos os países reiteraram a necessidade de reforçar, de forma concreta, a cooperação bilateral em Ciência e Tecnologia, Energia Nuclear, Espaço e Defesa para benefício mútuo. Observaram, igualmente, que Biotecnologia, Tecnologia da Informação, Ciência Marinha e Nanotecnologia têm sido identificadas como áreas com grande potencial de cooperação. Ou seja, essas áreas são ainda identificadas como possíveis áreas de cooperação e, até a aplicação da prova do CESPE em 2011, não representavam a maior prioridade nas relações. De acordo com o Resumo Executivo 2003-2010, elaborado pelo MRE, na área de ciência e tecnologia, ao amparo do acordo de cooperação firmado em 2006, foi acordado um programa conjunto de pesquisa e desenvolvimento industrial e identificados projetos em biotecnologia, química, pesquisa climática, espaço, energias renováveis, física e novos materiais.
D: Incorreta. Como afirmado anteriormente, esse deveria ser o item correto, mas foi anulado já que, nos anos recentes, não se verifica mais o predomínio de produtos de baixo valor agregado na pauta de comércio Brasil-Índia. De acordo o Ministério do Desenvolvimento, a pauta comercial brasileira entre a Índia e o Brasil, nos últimos anos concentra-se em produtos manufaturados e semimanufaturados.
E: Incorreta. O comércio bilateral que quase triplicou nos últimos três anos, passando de US$ 3 bilhões para US$ 7,8 bilhões entre 2007 e 2010. No entanto, o item está incorreto porque os investimentos diretos entre ambos os países não acompanhou este aumento de comércio.
Gabarito "ANULADA"

(Diplomacia – 2008 – CESPE) A Índia destaca-se como parceira de crescente importância política e econômica para o Brasil. Considerando o atual estágio e a agenda das relações bilaterais, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) Brasil e Índia mantêm ativo diálogo político e empenham-se na coordenação de posições em foros multilaterais. Atuam conjuntamente, por meio do G-20, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), e integram o G-4, grupo que propugna a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

(2) A cooperação bilateral, em matéria de defesa e tecnologias nuclear e aeroespacial, é impossibilitada pelo fato de a Índia não ser signatária do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e, ao contrário do Brasil, não ter aderido ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (RCTM), que proíbe a cooperação com países não membros.

(3) No campo energético, destacam-se o Programa de Trabalho sobre Biocombustíveis e os acordos entre a Petrobras e empresas indianas para atuarem conjuntamente na exploração, produção e comercialização de gás, petróleo e derivados em ambos os países e em outras regiões.

(4) Nos últimos anos, observa-se forte incremento do intercâmbio comercial entre Brasil e Índia, o que tem estimulado a expansão do Acordo MERCOSUL-Índia, instrumento que ampara o comércio bilateral.

1: Certa. As relações bilaterais entre a Índia e o Brasil eram, há até alguns anos atrás, pouco significativas para a política externa brasileira. Uma aproximação, iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso, foi fortemente estimulada durante o Governo Lula, que propunha uma política externa baseada na diversificação de parcerias. Em 2003, ambos os países lideraram o grupo de países em desenvolvimento durante as negociações da Rodada Doha em Cancun, no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Essa liderança resultou na criação do **G20 comercial** e na convergência da atuação de ambos os países sobre a questão agrícola. Pouco tempo depois, o Brasil e a Índia entraram no **G4** (Índia, Brasil, Japão e Alemanha) e fizeram uma aliança formal para propor sua entrada como membros permanentes no **Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Além destes grupos, a Índia e o Brasil fazem parte do **G20 financeiro**, defendendo a posição conjunta sobre a Reforma do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial; são integrantes do **IBAS** (Fórum de Diálogo Brasil, Índia, África do Sul) estabelecido em junho de 2003; do **BRICS** (Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul) formado oficialmente em 2006; do **BASIC** (Brasil, Índia, África do Sul e China) que converge sobre o tema de mudanças climáticas e defende a posição conjunta de que os países do Anexo 1 da Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas devem ser mantidos; de **Operações de Paz**, já que a Índia enviou tropas de apoio à missão da MINUSTAH no Haiti sob a liderança brasileira; e, em termos econômicos, do acordo de complementação econômica elaborado entre a Índia e o Mercosul.
2: Errada. Ao contrário do que afirma o item, a cooperação bilateral em matéria de defesa e tecnologia nuclear não é impossibilitada pelo fato que a Índia não participa do Tratado de Não Proliferação Nuclear, o Brasil possui apenas ressalvas sobre esta questão. No acordo bilateral assinado entre o Brasil e Índia em 2007, a cooperação na área de defesa e cooperação em tecnologia nuclear para fins pacífico foi citada no comunicado conjunto, mas ficou de fora dos acordos assinados entre os países. Por ocasião da visita do então Presidente Fernando Henrique Cardoso ao país em 1996, foi assinado o Memorando de Entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a da Índia. No entanto, o instrumento foi denunciado em 1998 e nunca implementado, após os testes nucleares realizados pela Índia no mesmo ano. O item está ainda mais incorreto, porque o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (RCTM), do qual o Brasil faz parte desde 1995, não proíbe a cooperação com os países não membros. O RCTM não impede programas espaciais nacionais ou cooperação internacional, desde que os programas não envolvam a contribuição para gerar armas de destruição em massa.
3: Certa. Em 2002 os governos, brasileiro e indiano, deram início à cooperação técnica bilateral no campo do etanol. Desde 2007, como afirma o item, a Petrobras, em parceria com empresas indianas, fez um acordo para explorar, produzir e comercializar petróleo, gás e derivativos tanto no Brasil quanto na Índia. Além disso, há uma troca importante de informação em temas de tecnologia e no programa de bicombustíveis, um claro exemplo de cooperação sul-sul.
4: Errada. A primeira parte do item está correta ao afirmar que houve um incremento nas relações bilaterais entre Brasil e Índia. O intercâmbio comercial teve crescimento de 630% nos últimos oito anos, passando de US$ 1,2 bilhão em 2002 para o patamar de US$ 7,7 bilhões em 2010 (MDIC). Entre janeiro e outubro de 2011, a corrente de comércio bilateral alcançou a soma de US$ 8,05 bilhões. No entanto, não é o acordo entre o Mercosul-Índia de complementação econômica que ampara o comércio bilateral. Em 2008, data da elaboração da prova, o Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercosul e a Índia ainda não havia sido concluído, já que ele entrou em vigor apenas dia 1 de julho de 2009. O ACP é a etapa intermediária para um Acordo de Livre Comércio e trata-se de um acordo de preferências tarifárias fixas. O escopo do acordo abrange aproximadamente 450 produtos de cada lado, totalizando cerca de 900 linhas tarifárias. Os 450 itens incluídos pela Índia distribuem-se entre o setor químico (120 itens), máquinas, caldeiras e aparelhos mecânicos (90 itens), têxteis (40 itens) e peles e couros (35 itens). Além de um texto base, contendo regras sobre comércio de bens, valoração aduaneira, antidumping e medidas compensatórias, barreiras técnicas ao comércio e medidas sanitárias e fitossanitárias, o Acordo possui anexos sobre regras de origem, salvaguardas preferenciais e solução de controvérsias. Em novembro de 2009 ocorreu a primeira Reunião em Montevidéu com o Comitê do ACP Mercosul-Índia, que demonstraram a vontade de aprofundar o ACP.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Assinale a opção correta, levando em conta a evolução e a agenda recente das relações entre Brasil e China.

(A) Apesar do sensível incremento observado na presente década, o relacionamento econômico bilateral enfrenta restrições decorrentes de questões políticas, como a da posição brasileira em relação a Taiwan e a do tratamento dos direitos humanos por parte do governo chinês.

(B) A despeito das diferentes estaturas demográficas, econômicas e militares desses países, a condição comum de grandes potências emergentes e os interesses convergentes em relação aos principais temas da agenda global

facilitam a coordenação de posições do Brasil e da China nos principais fóruns multilaterais, como o das Nações Unidas e o da Organização Mundial do Comércio.

(C) Nos últimos anos, houve mudança do padrão de comércio bilateral, tendo a China obtido saldos positivos em setores mais intensivos em tecnologia, enquanto o Brasil manteve *superavit* no setor de produtos primários, como alimentos e recursos minerais.

(D) A partir de 2003, observou-se continuado decréscimo no comércio entre Brasil e China, mas com saldos favoráveis à China, o que foi compensado com o massivo ingresso, no Brasil, de investimentos diretos chineses.

(E) A cooperação no campo aeroespacial é uma das dimensões mais importantes e tradicionais das relações sino-brasileiras e tem por objetivo o desenvolvimento de tecnologias e de capacidades conjuntas de produção e lançamento de foguetes e de satélites de múltiplas aplicações.

A: Incorreta. Em 2009, a República Popular da China passou a ser o principal parceiro comercial brasileiro, ultrapassando na soma das exportações e importações uma posição mantida por 80 anos pelos Estados Unidos (ALTEMANI), sendo responsável por 13,2% das exportações brasileiras neste ano. Houve, portanto, como afirma o item, um importante incremento nas relações comerciais entre a China e o Brasil na última década. No entanto, o relacionamento econômico dos países não enfrenta restrições relacionadas a questões políticas. Em 2004, em uma declaração do então Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, o Brasil concordou com a postura chinesa de que Taiwan e o Tibet seriam partes inseparáveis do território chinês e manifestou seu repúdio a ações unilaterais de movimentos separatistas. Em relações aos direitos humanos, o Brasil evita tratar do tema e não fez um repúdio direito a falta de tratamento dos direitos humanos pelos chineses.

B: Incorreta. Não obstante as diferenças em relação aos sistemas políticos, brasileiro e chinês, além das diferentes estaturas econômicas, demográficas e militares, o Brasil e China aproximaram-se no campo da política externa, demonstrando interesses comuns neste setor. Ambos defendem a determinação em assegurar a autonomia internacional, a ênfase na soberania nacional e integridade territorial, opondo-se assim a qualquer tipo de interferência externa nos assuntos internos. Além disso, ambos os países defendem a responsabilidade comum em relação à cooperação multilateral Sul-Sul, em especial em oposição ao protecionismo comercial dos países desenvolvidos. No entanto, ao contrário do que afirma o item, estes **países não convergem nos fóruns multilaterais da OMC e nas Nações Unidas.** Uma das grandes críticas da parceria política entre o Brasil e a China é o não apoio explícito da China no interesse brasileiro em assumir uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Durante a visita da presidenta Dilma Rousseff ao país, em abril de 2011, a China declarou seu apoio à reforma do Conselho de Segurança, mas não deixou explicito que é a favor das aspirações brasileiras em possuir um assento permanente no Conselho. Mesmo em relação à OMC, a aliança do Brasil e da China no G20 parece limitar-se ao tema da agricultura, pela diferenciação de suas trajetórias econômicas e produtivas. Um exemplo é a adesão da China ao *Information Technology Agreement*, enquanto o Brasil se recusa a assiná-lo. Além disso, o G20 financeiro é outra instância na qual há o embate entre os interesses chineses e brasileiros, com a constante crítica brasileira à política chinesa de desvalorização do Yuan.

C: Correta. As relações comerciais sino-brasileiras aumentaram a partir da década de 1990 devido a abertura econômica do Brasil e o avanço das reformas econômicas na China. No entanto, a pauta da balança comercial dos países sofreu significativas modificações desde o incremento das relações econômicas até hoje. Os principais produtos exportados para a China são a soja, minério de ferro, laminado e semimanufaturados de ferro e aço, além de automóveis e peças para veículos. Em suma, a maior parte das exportações brasileiras concentra-se em produtos primários. Apesar de a China ter sido uma importante exportadora de manufaturados de baixa qualidade durante os anos 1990, o país importa, hodiernamente, produtos de tecnologia, principalmente no setor de telecomunicações, além de microcomputadores, automóveis e produtos relacionados à informática.

D: Incorreta. O item está incorreto porque a partir dos anos 2000 houve um incremento significativo nas relações comerciais entre a China e o Brasil e, em 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro. A balança comercial brasileira é superavitária em relação à China desde 2008 (MDIC – dados 2008-2011), tendo saldos favoráveis ao país. Além disso, em relação aos investimentos diretos chineses no Brasil, houve um aumento importante desde 2010, explicado pela vontade dos chineses de investirem em mercados emergentes.

E: Incorreta. Como afirma o item, a parceria sino-brasileira na área de cooperação técnica e científico-tecnológica, com o trabalho conjunto para o desenvolvimento de satélites (*China-Brazil Earth Resources Satellite* – CBERS), é um dos elementos mais importantes da relação bilateral. Em julho de 1988, durante uma visita do presidente José Sarney à China, os governos do Brasil e da República Popular da China assinaram um acordo para iniciarem um programa de desenvolvimento de dois satélites avançados de sensoriamento remoto. O Projeto CBERS reúne capacidade técnica e recursos financeiros dos dois países com o objetivo de construir satélites conjuntos para permitir uma maior independência na área de imagens. O primeiro satélite (CBERS-1) foi lançado em 1999 e o segundo (CBERS-2) em 2003, com objetivo de detectar e fiscalizar o desmatamento da região. Já o terceiro (CBERS-2B) foi lançado em 2007 e deu início a um novo programa de monitoramento da Amazônia. O lançamento dos primeiros satélites teve a união de recursos financeiros e tecnológicos entre o Brasil e a China, mas com um sistema de responsabilidades distinto, com 30% de investimento brasileiro e 70% de investimento chinês. O item está incorreto, porque o lançamento do satélite não é feito de maneira conjunta, sendo ainda a China a responsável por esta etapa do acordo. Foi feito um novo acordo em 2002 para o lançamento de mais dois satélites, os CBERS-3 e 4, com novas cargas úteis e uma nova divisão de investimentos de recursos entre o Brasil e a China - 50% para cada país. O acordo tem forte importância no contexto da cooperação Sul-Sul tanto para a China quanto para o Brasil.

Gabarito "C"

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Uma das mais antigas civilizações da humanidade, a China tornou-se comunista em 1949, aproximou-se e afastou-se da URSS, conheceu momentos críticos e, a partir da morte de Mao Zedong e da ascensão de Deng Xiaoping (anos 1970-1980), promoveu significativa mudança de rota. Incorporou-se ao sistema político internacional ao ser admitida na ONU e, mais recentemente, ao entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC), às normas que presidem a economia global. A respeito da experiência chinesa, julgue (C ou E) os itens abaixo.

(1) A experiência atualmente vivida pela China não difere, em seus aspectos estruturais e definidores, daquela conduzida por Gorbachev na extinta URSS, ou seja, faz-se a adequação entre a abertura econômica e a liberalização política do regime.

(2) A ação externa da China centra-se na conquista de mercados em todos os continentes como forma de vencer a reduzida dimensão de seu mercado interno e sustenta-se no incentivo às importações e na elevação de sua massa salarial.

(3) A presença de uma comitiva recorde, composta por mais de 400 empresários, que acompanharam o presidente Lula em sua viagem à China, em 2004, aponta para o interesse objetivo de estreitamento dos laços comerciais entre os dois países. Nesse sentido, observa-se que, enquanto o Brasil é o principal exportador mundial de soja, a China é a maior importadora desse produto.

(4) Diferentemente do que ocorria no auge da Guerra Fria, as relações entre China e Taiwan apresentam-se, na atualidade, bem menos tensas, o que pode ser explicado pelo pragmatismo que tem conduzido as ações de ambos os governos, sobretudo no que se refere aos interesses econômicos.

1: Errada. O item está incorreto ao afirmar que não houve diferenças entre a abertura econômica e política da URSS nos anos 1980 àquela realizada pela China, no mesmo período. Quando **Mikhail Gorbatchev** assumiu o poder na União Soviética em 1985, o país acabava de passar por uma era que ficou conhecida como a "era da estagnação". O governo de Breznev, antecessor de Gorbachev na Secretaria Geral do Partido, foi marcado por baixo crescimento econômico, corrupção e crise. A URSS estava caminhando para uma ruptura sistemática e uma mudança no funcionamento do regime era demanda recorrente das elites soviéticas. Com Gorbatchev no poder, foram tomadas, a partir de 1986, medidas de abertura econômica e política do governo, com o objetivo de revigorar

o Estado, a sociedade e a economia. As principais medidas do governo soviético foram a **Perestroica** (propunha a reestruturação do regime por reformas econômicas) e a **Glasnost** (propunha a abertura política e a transparência do regime, permitindo a liberdade de expressão), além das medidas de descentralização para reduzir o peso da burocracia central. Já a abertura chinesa, ocorreu de forma mais gradual e sob a liderança de **Deng Xiaping**, que assumiu a Secretária Geral do Partido em 1978, três anos após a morte de Mao Tse Tung. Os chineses introduziram medidas de abertura econômica e política, como os soviéticos, mas a reforma chinesa continuou autoritária, não permitindo uma verdadeira liberalização política no país. Gorbatchev não agradava todos os membros da elite soviética e não tinha forte respaldo popular, enquanto, no caso chinês, as elites apoiavam Deng e suas reformas. Ainda, a repressão aos grupos que se opunham ao regime chinês continuou vigorando (protestos na Praça da Paz Celestial em 1989), enquanto a Glasnost na URSS permitiu a liberdade de expressão e a ascensão de uma oposição ao regime vigente. Na URSS as reformas econômicas foram feitas com pouco planejamento e uma abertura abrupta do regime acabou dando fim ao Estado soviético. No caso chinês, as reformas foram feitas pelo mecanismo das **Zonas Econômicas Exclusivas**, que abriram o mercado chinês de maneira controlada e gradativa. Durante dez anos de abertura econômica, os investimentos estrangeiros poderiam apenas atuar nestas Zonas Econômicas Exclusivas associando-se com alguma empresa nacional, estatal ou coletiva do país, trazendo novas tecnologias à China e exportando toda a produção das empresas estrangeiras. Desse modo, a China praticou abertura e protecionismo, em um modelo considerado de sucesso. Enquanto houve o colapso da URSS em 1991, a China ascendeu como potência emergente.

2: Errada. Segundo Maurício Carvalho Lyrio, apesar da dimensão demográfica chinesa, o mercado interno chinês é pequeno, visto a fragilidade da classe média. A questão do mercado consumidor chinês se concentra principalmente na política de abertura econômica instituída pela China nos anos 1980, que optou pela não abertura do mercado chinês às empresas estrangeiras. Quem produzia para o mercado chinês eram as próprias empresas chinesas e por isso o item está incorreto ao afirmar que houve um incentivo às exportações. A abertura da economia e a diversificação da indústria na China, além do seu ingresso na OMC em 2001, ampliaram as possibilidades de comércio com esse país, que, atualmente, é um grande importador de matérias-primas.

3: Certa. O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva visitou à China em maio de 2004 e recebeu um apoio inédito por parte do empresariado brasileiro que foi representado por mais de 400 pessoas na comitiva. A resposta do governo chinês veio em novembro do mesmo ano com a visita do presidente Hu Jintao ao Brasil. Essas visitas e referências de alto nível indicam o interesse e a vigência de uma nova fase ascendente nas relações entre Brasil e o continente asiático, e em especial, no interesse de ampliação do relacionamento com a China. A visita ocorreu no ano do aniversário de 30 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China, e foi marco da criação da COSBAN (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação) com o objetivo de impulsionar o mercado bilateral. Entre outras parcerias comerciais e investimentos de destaque é possível ressaltar o papel da Embraer no mercado de aviação regional, com a instalação de uma fábrica em Harbin em parceria com a Avic, empresa chinesa. O Conselho Empresarial Brasil-China, composto por algumas das empresas de maior expressão dos dois países, tem o objetivo de fomentar a realização de missões empresariais e a promoção de uma imagem mais atualizada do Brasil na China. De acordo com os dados atualizados de 2009, 31,4% da pauta exportadora brasileira para China é composta de soja em grãos. O Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de soja, juntamente com os EUA e a China é a maior consumidora do produto no mundo, como afirma o item.

4: Certa. A complexa relação entre a República da China (Taiwan) e a República Popular da China está enraizada na complexa Guerra Civil chinesa que durou de 1946 a 1948 e terminou com a fuga, em 1949, do Partido Nacionalista para a ilha de Taiwan. Desde então, prevalece o conflito entre a insistência de Taiwan em manter seu status soberano, agindo como Estado independente, apesar de não reconhecido, e a posição da China continental com sua política "Uma só China", que considera Taiwan como parte inseparável do China. Durante a Guerra Fria, como afirma a questão, e principalmente durante os anos da Guerra da Coreia, em 1950, os Estados Unidos começaram a apoiar a causa taiwanesa e um verdadeiro clima de tensão prevaleceu na região até 1979, quando os EUA reconheceram a República Popular da China. Desde 1990, Taiwan não questiona sua soberania, mas a China não exclui, no entanto, a possibilidade do uso da força para que Taiwan volte ao seu comando. Desde os anos 2000, e ainda mais categoricamente em 2008, com a eleição do presidente taiwanês Ma Ying-Jeou, houve uma clara melhora das relações entre a China e Taiwan. A ascensão econômica chinesa promoveu certa marginalização do caso taiwanês e incentivou as relações econômicas entre as regiões. Em 2010 houve a assinatura de um **Acordo Quadro de Cooperação Econômica (ECFA)** que prevê a isenção de taxas para "mais de 800 produtos e serviços", proporcionando um aumento anual de 100 000 milhões de dólares no comércio bilateral, adiantou no início da semana um jornal de Pequim. Foi o acordo mais importante desde a Guerra Civil e marcou o pragmatismo nas relações entre China e Taiwan.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2011 – CESPE) Julgue os próximos itens, a respeito das relações do Brasil com os países do leste da Ásia.

(1) Brasil e Japão mantêm alto grau de coordenação política no cenário internacional, sobretudo no que se refere às ações do Grupo dos 4 (G-4) para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

(2) No âmbito da cooperação em ciência e tecnologia, Brasil e China decidiram recentemente interromper o programa espacial "Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres" (CBERS), mantido entre ambos os países desde a última década do século passado.

(3) No âmbito das relações do Brasil com os países da península coreana, o Brasil abriu, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, embaixada em Pyongyang, ocasião em que apoiou as reivindicações territoriais norte-coreanas em relação à Coreia do Sul e o direito norte-coreano de desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos.

(4) A China consolidou-se, desde 2009, como o segundo principal destino das exportações brasileiras, logo depois da União Europeia, considerando-se este bloco como um todo.

1: Certo. As relações Brasil e Japão datam do século XIX e caracterizam-se pela forte cooperação, amizade e confiança. Os importantes fluxos de imigrantes japoneses para o Brasil no começo do século e o exponencial crescimento da economia e da tecnologia japonesa nos anos 1970 e 1980 foram elementos essenciais para a aproximação do Japão e do Brasil. Durante a ditadura militar brasileira, o Brasil foi um dos países com maior recepção de investimentos e transferência de tecnologia japonesa. No mesmo período, o Japão tornou-se um dos maiores importadores de *commodities* brasileiras e parceiro em relação aos interesses estratégicos de desenvolvimento do governo brasileiro no período. O maior projeto de parceria era sobre cooperação em desenvolvimento agrícola no Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), concebido em 1974. Os anos 1980, no entanto, foram caracterizados pela diminuição dos investimentos japoneses no Brasil devido, principalmente, à crise econômica enfrentada pelo Brasil no período e ao interesse japonês pelo comércio com outros países asiáticos. As relações nipo-brasileiras tiveram um impulso importante a partir de 2005, explicado pelas diversas iniciativas que ocuparam o diálogo bilateral, como a formação do G4, que reúne Brasil, Japão, Alemanha e Índia, todos os quatro países que aspiram a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além disso, sobre as relações bilaterais Brasil-Japão, vale destacar a parceria no sistema digital de televisão nipo-brasileiro, que gera forte comércio entre os países. Finalmente, vale ressaltar que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Japanese International Cooperation Agency (JICA) estão fomentando e desenvolvendo projetos agrícolas em Moçambique, conhecido como o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical do Moçambique, ou ProSavana, algo parecido ao que foi feito pelo PRODECER na década de 1970.

2: Errado. O projeto CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) foi criado em julho de 1988, durante uma visita do presidente José Sarney à República Popular da China. Nesse momento, ambos os Estados assinaram um acordo para dar início a um programa de desenvolvimento de dois satélites avançados de sensoriamento remoto. O Projeto CBERS reúne capacidade técnica e os recursos financeiros dos dois países. Para o Brasil, o engajamento nesse projeto marcou o início de uma nova etapa do programa espacial brasileiro e serviu como fator estratégico para a diversificação de parcerias no campo da

ciência e da tecnologia. Na China, a implementação do projeto CBERS ficou a cargo da CAST (Academia Chinesa de Tecnologia Espacial) e no Brasil, do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que pertence ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O item está incorreto, porque o programa CBERS não foi interrompido. Ao contrário, durante a visita oficial do Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da República Popular da China, Wen Jiabao, no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 2012, foi confirmada, na Declaração Conjunta Final, a decisão de lançar os Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres CBERS-03, em 2012, e CBERS-04, em 2014, e em estimular o trabalho conjunto para a distribuição internacional dos dados daqueles satélites.

3: Errado. Desde março de 2001, quando ocorreu a formalização do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e a Coreia do Norte, em Nova York, mediante comunicado conjunto assinado pelos Chefes de Missão na ONU, relações de maior proximidade estão sendo estabelecidas entre o Brasil e a Coreia do Norte. Como afirma o item, foi aberta durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, mais especificamente em maio de 2009, uma Embaixada Residente do Brasil em Pyongyang. No entanto, o item está incorreto, porque o Brasil, ao abrir a Embaixada, não apoiou as reivindicações territoriais norte-coreanas em relação à Coreia do Sul e o direito norte-coreano de desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos. Vale ressaltar que o Brasil foi o primeiro país não socialista das Américas a abrir uma embaixada em Pyongyang. Segundo Arnaldo Carrilho, Embaixador designado para assumir o posto na Coreia do Norte em 2009, o Brasil é favorável à unificação das duas Coreias.

4: Certo. A China, como afirma o item, desde 2009, consolidou-se como a principal parceira comercial brasileira em comércio e investimento. Houve, em 2011, um intercâmbio comercial de **US$ 77 bilhões** com o Brasil, sendo que o Brasil exportou para esse país US$ 44 bilhões. Em relação à China, o Brasil possui alto superávit que chegou a US$11,5 bilhões em 2011. Se considerarmos a União Europeia como um grupo, ela ultrapassa a China em relação ao destino das exportações brasileiras, alcançando US$ 53 bilhões em 2011. O comércio total entre a União Europeia e o Brasil foi de US$ 99 bilhões em 2011, e o Brasil é superavitário em US$ 6 bilhões.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

11. ORIENTE MÉDIO: A QUESTÃO PALESTINA; IRAQUE; IRÃ

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Com relação às revoltas populares que culminaram com a derrubada de regimes políticos na Tunísia, Egito e Líbia e deflagram guerras civis em outros países do Oriente Médio, julgue (C ou E) os seguintes itens.

(1) A estratégia adotada por Kofi Annan, ex-secretário-geral da ONU e enviado especial das Nações Unidas para instar as partes em conflito a depor as armas e buscar um acordo pacífico, tem-se mostrado bem-sucedida no convencimento das partes em relação a um cessar-fogo temporário.

(2) O Conselho Nacional Sírio, principal força da oposição ao regime de Bashar Al-Assad, tem feito apelos por uma intervenção militar internacional para depor o dirigente Sírio e permitir a tomada do poder pelos rebeldes.

(3) Em fevereiro de 2011, o Conselho de Segurança da ONU rejeitou proposta de resolução que instava os dois lados do atual conflito armado na Síria a cessarem imediatamente a violência e a guerra civil em razão do único veto à resolução, dado pela Rússia, um dos cinco membros permanentes do Conselho com direito a veto.

(4) Em tentativa anterior do Conselho de Segurança das Nações Unidas de aprovar resolução contra o regime de Bashar al-Assad, em outubro de 2011, o Brasil posicionou-se, juntamente com as potências ocidentais membros permanentes do Conselho, favoravelmente à aprovação da resolução.

1: Errado. Koffi Annan, ex-secretário da Organização das Nações Unidas (ONU), foi designado como mediador conjunto da ONU e da Liga Árabe para negociar a paz e o cessar fogo na Síria. Os conflitos na Síria começaram em março de 2011 após forte repressão a manifestações pacíficas na cidade de Deraa, no Sul da Síria. Desde então, a intensa repressão do governo de Bashar Al-Assad gerou uma situação crítica de violência no país, que é considerada internacionalmente como uma situação de ameaça à paz e segurança internacional. Desde março de 2011, vários grupos de oposição se formaram na Síria, dos quais os principais são o Conselho Nacional Sírio, principal interlocutor da oposição síria, e o Exército Sírio Livre, formado por um conjunto de militares que abandonaram o poder central de Bashar Al-Assad. A comunidade internacional fez várias tentativas de negociação com o governo sírio com o objetivo de cessar o conflito interno e de garantir o respeito aos direitos humanos do povo sírio, mas que, até setembro de 2012, não obteve sucesso. Entre essas tentativas, foi aprovada, por meio da resolução 2.042 do Conselho de Segurança da ONU de 14 de abril de 2012, a nomeação de Kofi Annan como emissário especial conjunto da Liga Árabe e da ONU para intermediar o fim da violência na Síria. A resolução apresenta e dá apoio ao que ficou conhecido como **Plano Annan**, que determinou as seis principais propostas da missão: (1) alcançar o comprometimento do governo sírio de que ele participará de um processo político liderado pelo povo sírio, e que ele reconhecerá a autoridade da ONU para fazer mediação desse processo; (2) alcançar um comprometimento de cessar-fogo; (3) garantir a ajuda humanitária e, mais especificamente, uma pausa diária das hostilidades de duas horas para que seja feita a entrega de ajuda humanitária; (4) garantir a liberdade dos presos políticos; (5) garantir a liberdade dos jornalistas e uma política de vistos não discriminatória; (6) garantir a liberdade de associação. O item está incorreto porque o Plano Annan não foi bem-sucedido no convencimento das partes em relação ao cessar fogo temporário. Em agosto de 2012, Kofi Annan decidiu não renovar seu mandato como mediador do conflito sírio pela falta de sucesso de suas tentativas anteriores.

2: Certo. Como afirma o item, o Conselho Nacional Sírio, principal força da oposição ao regime de Bashar Al-Assad, fez diversos apelos por uma intervenção militar internacional para depor o dirigente Sírio e permitir a tomada do poder pelos rebeldes. O Conselho Nacional Sírio é uma coalização síria de oposição ao governo de Bashar Al-Assad e está baseada em Istambul, na Turquia. Entre as principais demandas do Conselho estão os direitos humanos, a independência judicial, a liberdade de imprensa, a democracia e o pluralismo político na Síria.

3: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque não houve proposta de resolução do Conselho de Segurança em fevereiro de 2011, já que as revoltas políticas na Síria tomaram proporções violentas apenas a partir de março deste ano. Além disso, das resoluções do Conselho de Segurança sobre o caso da Síria, duas foram vetadas por dois membros permanentes do Conselho de Segurança, China e Rússia, e não apenas pela Rússia, como afirma o item. A primeira resolução vetada pelos russos e chineses, em 4 de outubro de 2011, foi apresentada pela França, Alemanha, Portugal e Reino Unido contra o governo sírio, acusado de promover a repressão sistemática e violenta a protestos por abertura política no país. Além disso, os demais países do BRICS - Brasil, Índia e África do Sul - que participavam como membros não permanentes do Conselho de Segurança, também se abstiveram durante a mesma votação. A decisão dos russos e chineses foi justificada pelo não acordo desses países com o uso da força pela comunidade internacional para resolver o impasse sírio. Em 4 de fevereiro de 2012, outra resolução do Conselho de Segurança, que pedia a renúncia do presidente sírio Bashar Al-Assad, foi vetada pela Rússia e pela China. A última resolução vetada foi a do dia 19 de julho de 2012 que propunha punições econômicas e diplomáticas com supedâneo no Capítulo 7 da Carta da ONU, que eventualmente poderia levar a uma ação militar.

4: Errado. O item está incorreto porque o Brasil absteve-se na votação da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas do dia 4 de outubro de 2011. A justificativa do voto brasileiro, feita pela embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, não apresentou uma crítica direta ao conteúdo do projeto de resolução, mas criticou o processo de negociação do Conselho de Segurança. Maria Viotti exaltou em seu discurso a ausência de maiores e mais longos esforços na negociação de uma resolução que representasse uma única voz para o Conselho. A decisão acompanha a histórica resistência brasileira contra o uso da força no cenário internacional. Vale ressaltar, sobre a questão da Síria, que o Brasil é um dos principais apoiadores do Plano Annan. O Brasil manteve sua embaixada na Síria, em Damasco, até julho de 2012, quando retirou, por via terrestre, os seus representantes, deixando apenas um funcionário para orientar os brasileiros na Síria e entrar em contato com as missões diplomáticas no Líbano e na Jordânia.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2008 – CESPE) Com a realização da Conferência de Annapolis, em 26 de novembro de 2007, articulada pelo governo norte-americano, pretendeu-se promover a retomada das negociações de paz entre Israel e a Autoridade Palestina, paralisadas durante sete anos. Considerando a questão palestina e a atual conjuntura no Oriente Médio, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) A união dos palestinos em torno do Hamas, facção política radical e hostil a Israel, no comando da Autoridade Palestina desde janeiro de 2006, teve como consequência a radicalização por parte do governo israelense, por meio de ataques preventivos e de medidas restritivas à movimentação de pessoas na Faixa de Gaza.

(2) As principais questões em torno das quais há divergências entre israelenses e palestinos e que se mantêm na agenda das negociações de paz são a forma de um futuro Estado palestino, a divisão de Jerusalém e o destino dos refugiados palestinos exilados.

(3) O decidido alinhamento e o apoio dos Estados Unidos da América a Israel impedem aquela potência de atuar como articuladora junto à Autoridade Palestina e a alguns países árabes, como Síria e Líbano, razão pela qual o governo norte-americano tem procurado o engajamento, nas negociações, de outros atores que considera politicamente influentes na região.

(4) Os ataques israelenses no sul do Líbano em 2006 e o recente fechamento das fronteiras na Faixa de Gaza, apesar de provocarem vivas reações da opinião pública internacional, não foram objeto de manifestações formais das Nações Unidas.

1: Errado. O item está incorreto, porque não houve uma união geral dos palestinos em torno do Hamas, mesmo que eles tenham ganhado as eleições legislativas em 2006, e, ademais, eles não estão no comando da Autoridade Palestina. Os Acordos de Oslo I (1993) e II (1995) estabeleceram autonomia palestina na Faixa de Gaza e em parte da Cisjordânia, além de instituírem a Autoridade Nacional Palestina (ANP) como entidade política e administrativa para os territórios ocupados. No âmbito dos Acordos de Oslo, a OLP reconheceu a existência do Estado de Israel e foi reconhecida por Tel Aviv como a legítima representante do povo palestino. Nesse contexto, Yasser Arafat, então Presidente do Comitê Executivo da OLP e membro do Fatah (partido político palestino), elege-se primeiro presidente da ANP, em 1996. Desde a morte do ex-líder palestino Yasser Arafat em 2005, é Mahamoud Abbas que assumiu a presidência da Organização de Libertação Palestina (OLP), outro membro do Fatah. Há onze partidos na Palestina, dentre os quais os principais são Fatah e Hamas. Em janeiro de 2006, o movimento Hamas, que não reconhece a existência do Estado de Israel, ganhou a maioria dos votos nas eleições para um novo Conselho Executivo Palestino. Estas eleições foram as primeiras legislativas, desde 1996, já que os conflitos entre Israel e Palestina impediam a realização das mesmas. Abbas pediu, após a eleição, que o então primeiro-ministro da Palestina Ahmed Qorei (FATAH), resigna-se do cargo, e assume-se Ismail Haniya do Hamas, como novo líder de governo. Em resposta a vitória do Hamas, Israel suspendeu a transferência de ingressos fiscais aos palestinos, além das principais doações externas, incluindo a ajuda dos EUA e da União Europeia. Houve um período de desentendimento entre as facções Hamas e Fatah e um ambiente de guerra se degenerou na região da Faixa de Gaza. No segundo semestre de 2006, fortes ataques militares na região provocaram bombardeamentos e várias mortes. A negociação para o fim dos conflitos na faixa de Gaza ocorreu apenas em janeiro de 2007.

2: Certo. Estes temas estiveram presentes nas principais rodas de negociações sobre o conflito e ainda estão na pauta do debate. Além destes temas, estão presentes recorrentemente nas negociações para paz, a questão dos assentamentos israelenses em território palestino ocupado, o reconhecimento do Estado Palestino, o traçado das fronteiras, a libertação de prisioneiros, a segurança de Israel e os recursos hídricos, além da questão dos direitos humanos na região.

Refugiados Palestinos: o estabelecimento do Estado de Israel em 1948 foi acompanhado de hostilidades que resultaram em mais de 750 mil refugiados palestinos que fugiram para outros países árabes da região ou ainda para regiões mais longínquas. Com a guerra de 1967, mais 500 mil refugiados, de acordo com números da ONU, tiveram que fugir de suas casas. Em 1949, foi criado o Organismo de Obras Públicas e Socorro das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (OOPS), que inicialmente tinha sede em Beirute, no Líbano, e tem como objetivo proporcionar socorro imediato aos refugiados palestinos. Desde 1996, a sede do OOPS foi transferida para Gaza e conta hoje com mais de 4,4 milhões de refugiados palestinos inscritos na Organização. Uma das maiores reivindicações palestinas é o direito de retorno dos refugiados palestinos aos territórios ocupados, que não recebem autorização do governo israelense.

Divisão de Jerusalém: a primeira resolução 181 da ONU de 1947 previa que Jerusalém seria desmilitarizada e ficaria sob a égide do Conselho de Administração das Nações Unidas, que prepararia um estatuto para a cidade e elegeria um governador. As hostilidades que seguiram não permitiram, todavia, que a resolução fosse aplicada. Israel ocupou o setor ocidental de Jerusalém e a Jordânia o setor oriental. Na guerra de 1967, Israel ocupou Jerusalém e declarou a cidade como capital do país, o que não foi reconhecido pelo Conselho de Segurança. Desde então, a maioria dos debates sobre a negociação da paz na região envolve a questão do estatuto de Jerusalém e sua divisão.

3: Errado. O item está incorreto, porque os Estados Unidos foram muitas vezes importantes articuladores nas negociações de paz entre Israel e Palestina. Os acordos finais das negociações de Olso, de 1993 e 1995, foram assinados em Washington sob auspícios dos Estados Unidos. Além disso, em 2007, depois que o presidente Abbas dissolveu o governo da Unidade Nacional palestino e declarou o Estado de exceção, depois da tomada política da Faixa de Gaza pelo grupo Hamas, houve o estímulo de uma nova negociação de paz. Os Estados Unidos e a União Europeia, na ocasião, decidiram aumentar sua ajuda aos palestinos. Em junho de 2007, o então presidente americano George Bush convocou a Conferência de Annnapolis, Maryland, com a presença do Primeiro Ministro de Israel Ehud Olmert e o Presidente da Palestina, Mahmoud Abbas. Ademais, os Estados Unidos fazem parte do Quarteto, grupo formado em 2002, para monitoramento do processo de paz, formado pela Organização das Nações Unidas (ONU), Estados Unidos, União Europeia e Federação Russa.

4: Errado. O item está incorreto, porque houve manifestações da comunidade internacional relativas a ambos os conflitos. O conflito no sul do Líbano em julho de 2006, envolveu Israel, o Líbano e principalmente as forças do Hezbollah, grupo político fundamentalista libanês que não aceita a existência do Estado de Israel. O estopim do conflito ocorreu após a captura e morte de três soldados israelenses na fronteira ao sul do Líbano pelo Hezbollah e a exigência da parte do grupo que prisioneiros libaneses fossem soltos das prisões israelenses. Além disso, o Hezbollah enviou mísseis ao norte do território de Israel. A resposta israelense veio com bombardeamentos ao sul do Líbano e de Beirute. O cessar-fogo foi determinado pela resolução 1701 de 11 de agosto de 2006 do Conselho de Segurança. No caso da Faixa de Gaza e do bloqueio israelense à região, tanto o Conselho de Segurança quanto o Conselho de Direitos Humanos da ONU se manifestaram contra a situação. Em 2007, o Conselho de Direitos Humanos criou uma Comissão para verificar os fatos na Faixa de Gaza.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Múltiplos fatores conjugam-se para fazer do Oriente Médio foco permanente de tensão e de conflitos, cujas repercussões não ficam restritas à região. No que concerne a esse quadro, que o início do século XXI não altera em relação ao que o antecedeu, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Apesar do apoio do conjunto dos Estados árabes à decisão da ONU (1947) de encerrar o mandato britânico na Palestina e promover a partilha do território em dois Estados, apenas o de Israel materializou-se, razão pela qual não se dissipa a instabilidade na região.

(2) Bem mais que eventual importância estratégico-militar, o problema representado pela definição do status de Jerusalém é mais amplo e mostra-se até hoje incontornável: internacionalizada pela ONU, reivindicada como capital por israelenses e palestinos e sede das três grandes religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo).

(3) O fundamentalismo islâmico teve no Irã depois da revolução xiita de 1979 um polo irradiador, que identificou no Ocidente seu principal inimigo, representado pelos EUA e seu histórico aliado regional, Israel.

(4) Nas duas vezes em que atacaram militarmente o Iraque, em 1991 e na atualidade, os EUA encontraram vigorosa resistência da população local, em larga medida incentivada pela reprovação à política de Washington manifestada pelo conjunto dos Estados árabes.

1: Errada. A Palestina, antes de 1947, era um território administrado pelo Reino Unido com um mandato que havia sido definido pela Sociedade das Nações em 1922. Com o final da Segunda Guerra Mundial, a numerosa imigração judia para a região, que tinha forte oposição dos habitantes árabes, e o início de debates sobre a possível criação de dois Estados no território palestino, começou preocupar os mandatários. Em abril de 1947, cinco Estados árabes (Arábia Saudita, Egito, Iraque, Líbano e Síria), falando em nome do Estado palestino, tentaram, sem sucesso, pedir o fim do mandato britânico e a fundação do Estado palestino. Surge, assim, a atuação da ONU para tentar mediar o conflito. Foi criado neste período a **UNSCOP (Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina)** para investigar todas as questões relativas ao problema da Palestina e a imigração judaica. A Comissão, ao final das investigações, elaborou **um Plano de Partilha**, mas não conseguiu consenso na sua aprovação. Em um segundo período de sessões, no mesmo ano de 1947, a Assembleia Geral adotou a resolução 181 de 29 de novembro de 1947, aprovando, com algumas modificações, o Plano de Partilha da UNSCOP que previa o fim do mandato inglês, a criação de um Estado árabe e um judeu, a divisão do território Palestino em 8 partes (3 para o lado israelense, 3 para o lado judeu, um que seria a cidade de Jaffa - enclave entre o território judeu e palestino; e Jerusalém, que ficaria sob a administração das Nações Unidas). O item está incorreto, porque esta **decisão da ONU não foi aceita pelos Estados árabes e os árabes palestinos**, que alegaram que a resolução violava as disposições da Carta das Nações Unidas, a qual outorgava o direito da população de decidir sobre seu próprio destino.
2: ANULADA. No item, afirma-se que **Jerusalém** é a "sede das três grandes religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo)". Diferentes acepções da palavra "sede" fazem com que o item apresente ambiguidade insuperável. Assim, fez-se necessária a anulação do item. (justificativa do CESPE para a anulação do item).
3:Certa. Em **1979, a Revolução Iraniana** derrubou o Xá Mohammad Reza Pahlevi do comando do país e instaurou uma República teocrática Islâmica sob o comando do **Aiatolá Khomeini**. Inicialmente a revolução não teve caráter islâmico, constituindo-se em greves gerais e manifestações contra o regime de Reza Pahlevi. Após as medidas econômicas de 1976, que promoveram uma abertura da economia iraniana ao Ocidente, um forte período de crise e inflação instaurou-se no país. Entre 1975 e 1976, Reza Pahlevi havia feito importantes reformas laicas, que haviam desagradado profundamente os grupos religiosos. A abertura pró-Ocidente, no entanto, era acompanhada de fortes repressões e censura aos opositores do governo Pahlevi. A insatisfação geral da população iraniana resultou em uma série de greves em todos os setores em 1978 e a repressão do governo apenas incitou mais a população a continuar a lutar. Em janeiro de 1979, o Xá Reza Pahlevi deixa o governo iraniano e exila-se nos EUA, deixando as portas abertas para o retorno ao Irã do Imã Khomenini, que estava no exílio havia 15 anos. Khomenini, ao voltar ao Irã, Proclama a República Islâmica do Irã e a revolução ganha um teor fundamentalista com a instituição do Conselho Revolucionário Islâmico. Khomenini, aos poucos, começa a adotar medidas fundamentalistas como o limite da liberdade de expressão, a declaração da ilegalidade do governo civil, a Sharia (lei islâmica) como lei do país, entre outros. Pelo fato que os EUA haviam concedido asilo ao Xá Reza Pahlevi e estavam por trás de várias das medidas pró-Ocidente anteriores à revolução, os americanos e Israel, principal aliado americano na região, tornaram-se os **inimigos da revolução**. O incidente mais conhecido envolvendo os dois países foi o sequestro dos membros da Embaixada norte-americana de Teerã em 1979 que durou até 1981.
4: Errada. O item está incorreto, porque houve participação militar de países árabes, como a Arábia Saudita e o Egito, durante a Guerra do Golfo, na qual os Estados Unidos atacaram militarmente o Iraque em 1991. Já a Guerra do Iraque em 2003, levada a cabo pelo governo do então presidente americano George W. Bush, não teve apoio da maioria da comunidade internacional.

Gabarito 1E, 2ANULADA, 3C, 4E

12. A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Com relação à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a questões a ela relacionadas, julgue (C ou E) os próximos itens.

(1) Um dos primeiros passos para a formação da CPLP foi dado com a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

(2) É permitido a país cujo idioma oficial não seja a língua portuguesa participar da CPLP na condição de observador associado.

(3) Nas reuniões que antecederam a formação da CPLP, processo que se estendeu por algumas décadas, diferentes governos brasileiros marcaram posição contrária à criação dessa comunidade.

(4) A cooperação entre os Estados-membros da CPLP não se restringe à seara política, abrangendo vários outros domínios, como saúde, ciência e tecnologia, cultura e desporto.

1: Certo. A fundação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) foi pensada em 1989, quando, pela iniciativa do então presidente brasileiro José Sarney, reuniram-se diversos países de língua portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe) em São Luís do Maranhão, para pensar as bases de uma comunidade lusófona. O Instituto institucionalizou-se apenas em 1999, durante a VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa – CPLP, realizada em São Tomé e Príncipe. Durante a reunião foram definidas as orientações para a implementação do IILP com intuito de torná-lo o organismo promotor da língua portuguesa. Nessa mesma ocasião, foi escolhida a cidade de Praia, capital da República de Cabo Verde, como sede do Instituto. Os objetivos fundamentais do IILP são "a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais". Vale ressaltar que, em abril de 2010, foi organizada em Brasília a 1ª Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial. Nessa ocasião, foi elaborada uma pauta concreta de trabalho para a IILP até 2012.
2:Certo. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) é formada por oito países membros, cuja língua oficial ou uma das línguas oficiais do Estado parte é o português. São eles: a República de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa, a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Democrática de Timor-Leste. Em julho de 1998, foi criado o Estatuto do Observador no seio da CPLP, com o escopo de alargar as colaborações extracomunitárias à comunidade. Em 2005, no Conselho de Ministros da CPLP reunido em Luanda, foram estabelecidas as categorias de Observador Associado e de Observador Consultivo. Os Observadores Associados são Estados que podem participar, sem direito a voto, nas Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo, bem como no Conselho de Ministros. Os Estados que pretendam adquirir o Estatuto de Observador Associado tem de partilhar os respectivos princípios orientadores sobre a promoção das práticas democráticas, a boa governação e o respeito dos direitos humanos, mesmo que não reúnam as condições necessárias para serem membros de pleno direito da CPLP, ou seja, mesmo que não tenham o português como idioma oficial. Os três membros associados são República da Guiné Equatorial, a República de Maurício e a República do Senegal, sendo que, apenas a Guiné Equatorial tem o português como língua oficial. Sobre os Observadores Consultivos, trata-se de entidades e organizações civis associadas à Comunidade que têm o objetivo de difundir a língua portuguesa e cooperar com as atividades da organização.
3: Errado. O item está incorreto porque os diferentes governos que antecederam a criação da CPLP, em 1996, foram entusiastas e grande incentivadores da Comunidade. Como dito anteriormente, foi durante o governo de José Sarney, em 1989, que se reuniram diversos países de língua portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe) em São Luís do Maranhão para pensar as bases de uma comunidade lusófona. Posteriormente, durante os anos 1990, a política externa brasileira ganhou caráter regionalista, em resposta a uma necessidade

de ganhar maior competitividade no mercado global. O Brasil, neste período, assume uma postura em prol do multilateralismo com uma atuação mais assertiva internacionalmente. Nesse contexto, o projeto da CPLP ganhou o apoio irrestrito e entusiasta do então presidente Itamar Franco, o que redundou, em 1996, na fundação da CPLP durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso.
4: Certo. Segundo o Estatuto da organização, a CPLP é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. A CPLP, portanto, goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia financeira. Entre os principais objetivos da organização estão: (1) a concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; **(2) a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;** (3) a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Diplomacia – 2007 – CESPE) A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada oficialmente em 1996, decisão que contou com vigorosa participação brasileira. Terceira língua do Ocidente, apenas superada pelo inglês e pelo espanhol, no que concerne a número de falantes, o português é a identidade linguística que une os integrantes da Comunidade. Relativamente ao processo de constituição e de funcionamento da CPLP, assinale a opção correta.

(A) O primeiro grande desafio a ser vencido por meio da criação dessa comunidade foi a inexistência de uma tradição histórica de trocas e de formas de relacionamento, no passado colonial, entre a metrópole ibérica, o Brasil e as colônias portuguesas na África.
(B) O discurso predominante na Política Externa Independente da primeira metade da década de 60 do século passado, que conferia peso hegemônico ao confronto entre Leste e Oeste, praticamente inviabilizou a aproximação do Brasil com o continente africano e a possível criação de uma comunidade integrada pelas antigas colônias portuguesas.
(C) A independência das colônias portuguesas na África, que ocorreu no contexto da revolução que derrubou o salazarismo, coincide, no Brasil, com uma fase do regime militar marcada pela adoção de uma política externa mais aberta, que incluía o incremento de relações políticas e econômicas com a África.
(D) A política externa adotada pelo governo Itamar Franco, estrategicamente voltada para o alinhamento ideológico com os EUA e para o estreitamento de laços comerciais com a emergente Ásia, em muito retardou o processo de instituição oficial da CPLP.
(E) Embora defensores da ideia de se criar a CPLP, o português Mário Soares e o brasileiro José Aparecido de Oliveira notabilizaram-se pela defesa da tese de que a Comunidade somente poderia ser instituída quando a estabilidade política e econômica fosse plenamente alcançada pelos países que a integrariam.

A: Incorreta. O projeto de criar a Comunidade de Estados de língua portuguesa, ao contrário do que afirma o item, baseia-se na existência de uma tradição histórica tanto no passado colonial quanto na evolução da presença brasileira no continente. O Brasil, que foi também colônia portuguesa, divide com os outros Estados da CPLP não apenas a língua, mas o fato de ter, entre sua população, vários descendentes da África portuguesa, que vieram ao Brasil enquanto perdurou a escravidão negra.
B: Incorreta. A Política Externa Independente (PEI), inaugurada nos governos de Jânio Quadros em 1961 e João Goulart (1961-64), ao contrário do que afirma o item, possibilitou a aproximação com o continente africano, já que propunha uma política mais universalista e de diversificação de parceiros. Segundo Amado Cervo, o Brasil tinha o projeto de ser o elo entre a África e o Ocidente no período.
C: Correta. Com o advento da Revolução dos Cravos, em 1974, e o consequente fim do regime autoritário de Antônio Salazar em Portugal, as relações do Brasil com a África evoluíram mais consideravelmente. As independências das colônias portuguesas na África entre 1974 e 1975 foram apoiadas pelo Brasil, que ficou conhecido por ser o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1974. Além disso, o Brasil favorecia a autonomia dos novos Estados e a consolidação de relações amistosas e equânimes desses com Lisboa. Neste período, sob a égide dos governos militares de Emílio Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), as relações do Brasil com as colônias portuguesas na África registram um substancial aprofundamento. Pela via da política do pragmatismo responsável, iniciada no Governo Geisel, o Brasil tornou-se parceiro privilegiado de países africanos, com destaque especial para a Nigéria, para os países da África austral e para as ex-colônias portuguesas.
D: Incorreta. A política externa do governo Itamar Franco não foi marcada, como afirma o item, por um alinhamento com os EUA e pelo estreitamento de relações comerciais com os emergentes da Ásia. A política externa brasileira dos anos 1990 é caracterizada, principalmente, por uma onda regionalista, em resposta a uma necessidade de ganhar maior competitividade no mercado global. O Brasil neste período assume uma postura em prol do multilateralismo com uma atuação mais assertiva como ator internacional. Neste contexto, surgiu o projeto da criação da CPLP, que teve o apoio irrestrito e entusiasta do então presidente Itamar Franco, ainda que fundada em 1996, na presidência de Fernando Henrique Cardoso. As negociações foram extensas, pois foi necessário convencer setores lusitanos, que não queriam dividir suas influências sobre suas antigas colônias, além dos países africanos, que suspeitavam que a instituição pudesse dar margem para um novo colonialismo.
E: Incorreta. O brasileiro José Aparecido de Oliveira ocupava o cargo de Embaixador em Lisboa, durante a presidência de Itamar Franco, e foi um dos grandes articuladores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Com o apoio de Mário Soares, ex-presidente de Portugal, que também era um grande entusiasta do projeto, José Aparecido convenceu os novos países a respeito da necessidade de confiar na CPLP, visto que a presença brasileira neutralizaria a suspeita de que a instituição viesse a ser instrumento do novo colonialismo. O item está, portanto, incorreto.
Gabarito "C"

13. A AGENDA INTERNACIONAL E O BRASIL

13.1. O MULTILATERALISMO DE DIMENSÃO UNIVERSAL: A ONU; AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS; OS ÓRGÃOS MULTILATERAIS

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Diversos autores têm imputado ao final da Guerra Fria e ao advento da globalização um recrudescimento do multilateralismo, consubstanciado em uma série de conferências da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciada nos anos 90 do século passado. A respeito desse assunto, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) A Conferência Internacional das Nações Unidas para Financiamento ao Desenvolvimento, realizada em 2002, aprovou o documento intitulado Consenso de Monterrey, entre cujos dispositivos consta a recomendação de aplicação, por parte dos países industrializados, de 0,7% do seu produto interno bruto em programas de ajuda ao desenvolvimento, o que vem sendo cumprido, de maneira geral, por grande parte desses países.
(2) Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 1992), acordou-se que os países participantes deveriam adotar condutas com base em uma série de princípios políticos e filosóficos acerca da preservação do meio ambiente no plano multilateral, entre os quais, o reconhecimento das necessidades especiais dos países em desenvolvimento, a promoção do consumo responsável e o compromisso dos governos de reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa.
(3) A Declaração de Viena sobre os Direitos Humanos, emanada da conferência homóloga convocada pela ONU, em 1993, consagrou, em relação a esses direitos, os princípios da universalidade, da indivisibilidade, da objetividade e da não seletividade, que foram subscritos pela delegação brasileira no transcurso da conferência.

(4) Malgrado o importante avanço do tratamento multilateral de temas como meio ambiente e direitos humanos, o multilateralismo fracassou no plano econômico, devido à não observância de boa parte das decisões do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio bem como à paralisação da Rodada de Doha e à crise financeira global que se instalou ao final do século XX.

1: Errado. Como afirma o item, a Conferência Internacional das Nações Unidas para Financiamento ao Desenvolvimento foi realizada, em 2002, com a presença de mais de 50 Chefes de Estado e de Governo, e aprovou documento intitulado o Consenso de Monterrey. Desde sua adoção, o Consenso de Monterrey tornou-se uma das maiores referências no domínio da ajuda internacional ao desenvolvimento. O Consenso teve 6 principais pilares sobre a ajuda internacional: mobilização financeira de recursos domésticos para desenvolvimento; mobilização internacional para o desenvolvimento; o comércio internacional como possibilidade de desenvolvimento; aumento da cooperação financeira e técnica na ajuda ao desenvolvimento; tratamento das dívidas externas; coerência e consistência do sistema monetário internacional no apoio ao desenvolvimento. Desde os anos 1970, é internacionalmente reconhecido pela ONU que a ajuda pública ao desenvolvimento derivada dos países ricos deveria evoluir para 0,7% da Renda Nacional Bruta desses países. O Consenso de Monterrey reafirmou essa demanda para que países desenvolvidos alcançassem o objetivo de dedicar 0,7% do RNB à ajuda pública ao desenvolvimento e que países em desenvolvimento dedicassem 0,15% a 0,20% de sua RNB ao mesmo objetivo. O item está incorreto porque este objetivo não vem sendo cumprido pela maioria dos países. De acordo com o OCDE, em 2010, apenas a Dinamarca (0,9% RNB), Luxemburgo (1,09%RNB), Noruega (1,1%RNB), Holanda (0,81%RBM) e Suécia (0,97%RNB) conseguiram alcançar este objetivo. Outros países como Estados Unidos, França, Alemanha e Suíça, são alguns do que ainda dedicam menos de 0,7% de sua Renda Nacional Bruta para a ajuda ao desenvolvimento.

2: ANULADO. Este item foi anulado por haver imprecisão quanto à diferença qualitativa entre a natureza dos compromissos assumidos em 1992 e 1998 sobre a necessidade de se limitar a emissão de gases causadores do efeito estufa.

3: Certa. A Conferência de Viena sobre Direitos Humanos foi organizada em 1993 e não contou com a forte presença de Chefe de Estados. Depois da Conferência de Teerã de 1968, a Conferência de Viena foi a segunda Conferência Internacional sobre Direitos Humanos e a primeira depois do fim da Guerra Fria. O embaixador brasileiro Gilberto Saboia foi o chefe do Comitê de Redação da Convenção. O resultado da Conferência de Viena foi o documento intitulado Declaração e Plano de Ação de Viena, que tinha uma preocupação específica com a proteção dos direitos humanos, e não a simples promoção ou normatização legal dos direitos humanos, já amplamente regulados pelos instrumentos vigentes. Como afirma o item, a Declaração consagrou os princípios da universalidade, indivisibilidade, da objetividade e não seletividade dos direitos humanos. De acordo com o parágrafo 5 da Declaração: *"Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase. Embora particularidades nacionais e regionais devam ser levadas em consideração, assim como diversos contextos históricos, culturais e religiosos, é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sejam quais forem seus sistemas políticos, econômicos e culturais"*.

4: Errada. O item está incorreto, primeiramente, porque não houve a não observância de boa parte das decisões do Órgão de Soluções de controvérsias da OMC. O Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial do Comércio (OMC) tem se revelado um instrumento efetivo para lidar com problemas comerciais globais e para aportar um grau mais elevado de segurança jurídica nas relações multilaterais. O OSC é órgão jurisdicional e possui quatro etapas distintas em seu processo decisório, de acordo com as determinações da OMC: consultas; painel; apelação; e implementação. Todas estas fases são confidenciais e apenas as partes ou terceiros interessados, também Estados, podem ter acesso aos autos. A efetividade do Órgão de Solução de Controvérsias mostra-se tanto no cumprimento dos prazos para a solução dos litígios quanto em relação ao alto índice de cumprimento das decisões jurídicas pelos membros da organização. Ao contrário do que ocorria no GATT, no qual era necessário que todos os membros aceitassem o relatório para que ele fosse adotado (consenso positivo), no OSC da OMC, há uma necessidade de consenso negativo, o que facilita a adoção dos relatórios e traz mais legitimidade para o sistema. Além disso, a análise feita pelo painel mostra forte apego jurídico e uniforme ao longo das decisões, o que estimula a participação de países em desenvolvimento no sistema. Mesmo existindo algumas críticas ao sistema, não se pode afirmar que as decisões do órgão não foram observadas. Ainda, o item está incorreto por uma **incoerência temporal**, já que a questão diz que a crise financeira global ocorreu ao final do século XX, e, ao contrário do que afirma o item, a crise data de 2008-2009.

Gabarito 1E, 2ANULADA, 3C, 4E

13.2. DESENVOLVIMENTO

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) A oferta de cooperação internacional desponta, no presente, como importante vertente da política externa brasileira. Considerando as prioridades, os objetivos e as ações da cooperação internacional brasileira, julgue os itens que se seguem.

(1) Desde a criação da Agência Brasileira de Cooperação, o Brasil vem consolidando gradualmente sua posição de ofertante de cooperação e reduzindo, concomitantemente, sua condição de país receptador da cooperação internacional.

(2) A América do Sul e os países lusófonos do continente africano são as regiões prioritárias para a política brasileira de cooperação internacional, estando as ações brasileiras concentradas nas áreas de ensino profissional, agricultura e saúde, em especial o combate à AIDS.

(3) Considerando sua crescente projeção no contexto internacional, cujo propósito é melhorar os níveis de cooperação com os principais países ofertantes, o Brasil tem aproximado sua política de cooperação aos parâmetros e às diretivas emanadas de instâncias internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a OCDE.

1: Certo. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) foi fundada em setembro de 1987, por meio do Decreto Nº 94.973, como parte integrante da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), vinculada ao Ministério das relações Exteriores (MRE). Atualmente, conforme estabelecido no Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, compete à Agência Brasileira de Cooperação planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais. Além disso, ela trata das relações entre o Brasil e os países em desenvolvimento, incluindo ações no campo da capacitação para a gestão da cooperação técnica e disseminação de informações. A ABC atua, no âmbito do MRE, vinculada à Subsecretaria-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial. Como afirma o item, a criação da ABC ocorreu em um momento de grandes mudanças nos fluxos de cooperação internacional para o desenvolvimento, no qual o Brasil reduziu seu papel de receptor para grande ofertante de cooperação internacional. Vale destacar que a ABC, diferentemente de outras organizações de cooperação, coordena tanto a cooperação recebida de países desenvolvidos, quanto a cooperação ofertada a países em desenvolvimento.

2: Certo. Como afirma o item, apesar de não serem os únicos países com os quais o Brasil estabelece cooperação internacional, a América do Sul e os países lusófonos do continente africano são as regiões prioritárias para a política brasileira de cooperação internacional, estando as ações brasileiras concentradas nas áreas de ensino profissional, agricultura e saúde, em especial o combate à AIDS. Sobre os projetos da ABC na África, o grupo que mais recebe ajuda técnica brasileira são os países africanos com língua oficial portuguesa, sendo que a cooperação brasileira prestada para Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde corresponde a 55% do volume de recursos alocados em projetos de cooperação técnica na África.

3: Errado. O item está incorreto porque, apesar da crescente projeção brasileira no contexto internacional, o propósito brasileiro não é melhorar a cooperação com os maiores países ofertantes. A política de cooperação brasileira tem um propósito de cooperação horizontal que incentive a cooperação Sul-Sul. Além disso, o item está incorreto porque o Brasil não está de acordo com os parâmetros de cooperação propostos pela OCDE. O Brasil não é "contra" a as diretrizes da OCDE, mas não aceita avaliar sua cooperação Sul-Sul com base em critérios definidos por países doadores tradicionais que refletem as práticas típicas da cooperação Norte-Sul, marcadas por condicionalidades políticas e por uma visão parcial do

que se entende por "transparência" e "apropriação". O que o Brasil tem defendido em foros internacionais é que uma avaliação sobre o impacto da cooperação Sul-Sul se dê em cima dos ganhos sociais e econômicos dos países beneficiários dessas parcerias, conjugado a uma análise de absorção e sustentabilidade (essa posição foi exposta por Márcio L. Corrêa, Coordenador Geral de Cooperação Técnica Multilateral Agência Brasileira de Cooperação em novembro/2010).

Gabarito 1C, 2C, 3E

13.3. MEIO AMBIENTE

(Diplomacia – 2010 – CESPE) As relações entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente, que se destacam na agenda de governos e organismos internacionais, têm sido objeto de diversas iniciativas no plano multilateral nas últimas décadas. A respeito desse tema, julgue C ou E.

(1) No plano multilateral, as primeiras iniciativas de se tratar em conjunto as questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e ao meio ambiente ocorreram em 1964, na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, que incluiu, na sua agenda, o tema sobre a poluição decorrente do crescimento da atividade industrial.

(2) A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, consagrou o direito da humanidade a um meio ambiente saudável e estabeleceu diretrizes para a aplicação de medidas ambientais, sempre acompanhadas da ressalva da liberalização do comércio internacional, prevista pelo GATT (Acordo Geral de Comércio e Tarifas).

(3) As discussões realizadas no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992, focalizaram, fundamentalmente, questões associadas à poluição, à dilapidação dos recursos naturais e à perda da biodiversidade e resultaram em um conjunto de compromissos relacionados à proteção de ecossistemas e de espécies ameaçadas de extinção, os quais correspondem aos compromissos da Agenda 21.

(4) O Protocolo de Quioto fixou as metas de redução de emissão de gases que provocam o efeito estufa, a serem cumpridas pelos países industrializados e, progressivamente, adotadas pelos países em desenvolvimento, tendo sido essa a medida principal para a consolidação de um regime global sobre mudança climática.

1: Errado. O item está incorreto porque a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) de 1964 não tratava de temas ligados ao meio ambiente, mas sobre a inserção dos países chamados de Terceiro Mundo no comércio internacional.

2: Errado. O item está incorreto, porque a Conferência de Estocolmo, que tinha como título, Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente Humano, e não Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, não fazia menção aos preceitos do livre comércio. A Conferência foi marcada por promover a indivisibilidade entre o homem e o meio ambiente e ocorreu por iniciativa da ECOSOC em relação às preocupações com a poluição e as chuvas ácidas. Participaram da reunião 113 Estados, mas com pouca presença de chefes de Estado. Durante esta Conferência surge o conceito do **ecodesenvolvimento,** que foi desenvolvido por Maurice Strong, vinculando a ideia de meio ambiente ao desenvolvimento. Segundo o conceito, é possível apenas cuidar do desenvolvimento no longo prazo se houver preocupação com o meio ambiente no curto prazo. Entre os resultados da Conferência configura-se a Declaração das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, que tratava da poluição como um problema de todos, além de estabelecer um Plano de Ação, que previa a criação do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), com o objetivo de coordenar as ações internacionais de proteção ao meio ambiente.

3: Errado. Este item está incorreto, porque a Agenda 21, que constituiu um dos grandes marcos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, não estabeleceu compromissos, mas um programa de ação para os governos, agências da ONU, agências e desenvolvimento e setores independentes para iniciar um processo de transição em direção ao desenvolvimento sustentável. A agenda 21 não foi aprovada formalmente durante a Reunião de 1992, mas ela foi um instrumento que chamou muito atenção durante os debates. A Agenda é dividida em 40 capítulos, distribuídos em 4 seções: Dimensões Sociais e Econômicas, Conservação e Gerenciamento de Recursos para o desenvolvimento, Fortalecimento do Papel dos Maiores Grupos e Meios de Implantação. A Agenda trata praticamente de todos os assuntos relacionados com o desenvolvimento sustentável, como a dinâmica demográfica, a crise urbana nos países em desenvolvimento (incluindo habitação, saneamento e poluição urbana), uso da terra, energia e transportes sustentáveis, transferência de tecnologias, produtos químicos, oceanos, padrões de produção e consumo, e necessidade de erradicação da pobreza no mundo. Ela faz uma relação direta entre desenvolvimento econômico e meio ambiente, além de propor a implementação de suas diretrizes no âmbito global, nacional e regional.

4: Errado. O item está incorreto, porque não foram criadas metas para os países em desenvolvimento nem mesmo metas progressivas, no Protocolo de Quioto. As metas de redução de emissão de gases estufa foram apenas determinadas para os países industrializados e presentes no anexo 1 da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4E

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Em relação às mudanças climáticas, julgue C ou E.

(1) A comunidade internacional, de forma geral, considerou satisfatórios os resultados da COP 15 (15.ª Conferência das Partes da Convenção das Mudanças Climáticas), realizada em Copenhague, em dezembro de 2009.

(2) O Brasil teve participação de destaque na COP 15, onde negociou ativamente o Acordo de Copenhague e defendeu a constituição de fundo para se financiarem, em países pobres, com recursos canalizados por meio de organismos multilaterais, inclusive do sistema das Nações Unidas, ações em que se empreguem tecnologias concernentes ao aquecimento global.

(3) O Brasil, que defende o princípio de "responsabilidades comuns, mas diferenciadas", vem cumprindo diversos pontos da agenda ambiental, pois quase toda a energia consumida no país provém de fontes renováveis, o governo se comprometeu a desenvolver ações para diminuir a emissão de CO2 no país e a adotar um Plano de Mudanças Climáticas, para a redução do desmatamento da Amazônia.

(4) Por iniciativa brasileira, os países amazônicos, no que se refere à agenda de mudanças climáticas, adotaram a mesma posição, qual seja a de defender a necessidade de conservação da cobertura vegetal como compensação pelo aumento das emissões de CO2 causado pela industrialização urbana nesses países.

1: Errado. O item está incorreto porque a **15ª Conferência das Partes (**COP-15**)**, realizada no contexto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), não conseguiu a adoção de um documento final por consenso, adotando apenas um Acordo não vinculante, o Acordo de Copenhagen. A ONU considerou os acordos insuficientes, e inclusive o Papa pronunciou-se demonstrando insatisfação com o alcance dos acordos.

2: Certo. Como afirma o item, o Brasil tem tido um papel de liderança no debate internacional sobre mudanças climáticas. Durante a 15ª Conferência das Partes em Copenhagen, atuou ativamente na negociação do Acordo de Copenhagen e defendeu a constituição de um Fundo para financiar países pobres. Foi prometido 30 bilhões de dólares para o Fundo, que seria pagos principalmente pelos Estados Unidos, Japão e União Europeia, a serem liberados entre 2010 e 2012. O Brasil não apenas apoiou a criação do Fundo, mas o então presidente Luis Inácio Lula da Silva prometeu uma contribuição financeira brasileira, se faltasse dinheiro.

3: Errado. No gabarito preliminar o item foi considerado Certo, mas foi mudado para Errado no gabarito final, porque apenas cerca de 45% da matriz energética brasileira, e não quase toda a energia consumida no país, provém de fontes renováveis, fato que contraria a afirmação feita no item. O governo brasileiro durante a COP-15 em Copenhagen assumiu o compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa de 36,1% a 38,9% até 2020, lei que foi aprovada pelo Congresso Nacional e transformando em lei. As ações brasileiras baseiam-se nas mudanças no sistema da agricultura brasileira; mudança no sistema siderúrgico brasileiro; mudança e aprimoramento da nossa matriz energética, que

já é uma das mais limpas do mundo, e assumimos o compromisso de reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% até 2020.
4: Errado. O item está incorreto porque o Brasil ainda não alcançou uma governança regional sobre temas relacionados ao meio ambiente, não existindo ainda uma posição comum entre os países do Tratado de Cooperação Amazônico sobre mudanças climáticas.
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2007 – CESPE) A questão ambiental logrou inscrever-se na agenda do mundo contemporâneo e ocupar posição relevante no cenário da política internacional. Em meio a opiniões divididas quanto aos efeitos da degradação ambiental e às possíveis soluções para problema de tamanha magnitude, há consenso quanto ao fato de que o aquecimento global é real e preocupante. Relativamente a esse tema, assinale a opção incorreta.

(A) A partir da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, ocorrida em 1992, chegou-se ao Protocolo de Kyoto, que, tendo sido assinado e ratificado pelo conjunto dos Estados integrantes da ONU, estabelece limites para a emissão de gases que ampliam o efeito estufa.
(B) O Brasil foi o autor da proposta conhecida como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), estando relacionados a aterros sanitários os dois primeiros projetos aprovados pelo país para a obtenção de créditos internacionais em troca da redução da emissão de gases poluentes.
(C) Nos últimos anos, o processo de alteração climática decorrente do efeito estufa, que é um fenômeno natural, vem-se acelerando mediante a ação do homem, pelo aumento descontrolado da emissão de gases poluentes na atmosfera, sobretudo pela indústria e pelos automóveis.
(D) Dono de uma das mais ricas biodiversidades e da maior floresta tropical do planeta, o Brasil confirmou sua adesão a importantes convenções e protocolos internacionais, entre os quais se destacam os relativos ao comércio de substâncias tóxicas, ao banimento gradual de poluentes orgânicos nocivos ao meio ambiente e às normas para a utilização segura de produtos transgênicos.
(E) A aprovação pelo Congresso Nacional é condição indispensável para que sejam ratificados acordos internacionais negociados pelo Poder Executivo em matéria ambiental.

A: Incorreta. A primeira parte do item está correta, já que **Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas** foi um dos cinco acordos negociados no âmbito da Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992. Foi previsto na Convenção Quadro de Mudanças Climáticas, que, após a CNUMAD, promover-se-iam Conferências entre os Estados Partes (COP) para negociar sobre a temática de mudanças climáticas mais profundamente. O Protocolo de Kyoto foi, portanto, resultado da III COP, que ocorreu no Japão, na cidade de Kyoto em 1997. O primeiro erro do item está na afirmação que o Protocolo de Kyoto foi assinado e ratificado pelo conjunto dos integrantes da ONU. Segundo o artigo 22 do Protocolo, ele só poderá ser ratificado pelos Estados Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, e não por todos os membros da ONU, como afirma o item. Além disso, ele não foi ratificado nem por todos os membros da Convenção-Quadro, que conta hoje com 195 ratificações, enquanto o Protocolo possui atualmente 193 Estados Partes (192 Estados e um grupo regional, a União Europeia) – sendo que os EUA não ratificaram o Protocolo. O Protocolo de Kyoto determinou um tratamento diferenciado para as partes do acordo definindo em seu artigo 3, metas específicas para países presentes no Anexo 1 da Convenção (39 países desenvolvidos incluindo a Comunidade Econômica Europeia). A meta para os países do Anexo I era de reduzir as emissões de gases estufa em 5% sobre o que esses Estados emitiam em 1990, no período de 2008 a 2012. Existiu, portanto, o estabelecimento de limites para a emissão de gases estufa, como afirma o item, mas ele não foi feito para todos os Estados Partes no Tratado. Durante a 17ª COP que ocorreu em Durban em 2017, foi acertado a extensão do Protocolo de Kyoto até 2017. A Rússia, o Japão e o Canadá anunciaram, neste encontro, seu desvinculo com o acordo.
Gabarito "A"

Sugestão de leitura: "A Ordem Ambiental Internacional" de Wagner Costa Ribeiro.

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Em dezembro de 2009, ocorre a Conferência das Nações Unidas acerca das mudanças climáticas — Conferência de Copenhague ou COP-15 —, na qual devem ser lançadas as bases de um regime internacional para o tema. Considerando as posições brasileiras a respeito das mudanças climáticas, julgue os itens que se seguem.

(1) As recentes descobertas de jazidas de petróleo na camada pré-sal, na costa brasileira, ao mesmo tempo em que atenuaram a ênfase da diplomacia brasileira nos biocombustíveis, aproximaram o Brasil das posições dos países europeus e dos Estados Unidos da América com relação às metas de redução das emissões de CO_2 e de outros gases causadores do efeito estufa.
(2) O país endossa, desde o Protocolo de Quioto, o princípio de responsabilidade comum entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento no combate ao aquecimento global, razão pela qual defende o estabelecimento de metas universais de redução de emissões de CO_2 e de outros gases causadores do efeito estufa, como base de um regime internacional para o tema.
(3) Com base no princípio de responsabilidade comum mas diferenciada, o Brasil propugna aliar medidas de redução do desmatamento aos compromissos de redução da emissão de gases poluentes e causadores do efeito estufa e, ao mesmo tempo, defende que os países desenvolvidos também assumam compromissos nesse mesmo sentido e que sejam condizentes com seus respectivos níveis de emissão.

1: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque as recentes descobertas de jazidas de petróleo na camada pré-sal não atenuaram a ênfase da política externa brasileira em relação aos biocombustíveis, visto como tema prioritário. Sobre os biocombustíveis, a preocupação brasileira é relacionar os biocombustíveis com o desenvolvimento sustentável, conforme seus três pilares (econômico, ambiental e social). O objetivo brasileiro é o reconhecimento do etanol como *commodity* energética. Além disso, outro erro do item é afirmar que o Brasil se aproximou das posições dos países europeus e dos Estados Unidos da América em relação às metas de redução de emissões. O Brasil, desde a 15ª Conferência das Partes, a COP-15, que se realizou em Copenhague, em dezembro de 2009, atua em convergência com o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) em relação à temática das mudanças climáticas. O BASIC defende, principalmente, princípios da equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, em relação à temática das mudanças climáticas. Sobre o Protocolo de Quioto, o grupo defende que cortes significativos de emissões de gases de efeito estufa sejam feitos por países desenvolvidos, e que sejam comensuráveis com as recomendações do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e com o objetivo de restringir o aumento de temperatura em no máximo 2ºC, o que foi reconhecido durante a COP-16 de 2010 em Cancun, México.
2: Errado. Ao contrário do que afirma o item, o Brasil, no âmbito do Protocolo de Quioto, defende o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Esse princípio está em consonância com o princípio da equidade ao tratar os desiguais de maneira desigual, de forma a igualá-los materialmente com os Estados desenvolvidos. O Brasil, juntamente com o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia, China), defende o estabelecimento de metas quantificadas de redução de emissões para os Estados-parte do Anexo I da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Nesse sentido, o item está igualmente incorreto ao afirmar que o Brasil defende o estabelecimento de metas universais de redução de emissões de CO_2 e de outros gases causadores do efeito estufa.
3: Certo. O item está correto porque o Brasil adota o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, tanto para a redução do desmatamento quanto em relação aos compromissos de redução da emissão de gases poluentes e causadores do efeito estufa. O Brasil, nesse sentido, vem promovendo, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, o estabelecimento de um sistema de incentivos financeiros para países que reduzam emissões de gases de efeito estufa oriundos do desmatamento. Além disso, defende que os países desenvolvidos também assumam compromissos nesse mesmo sentido e que sejam condizentes com seus respectivos níveis de emissão de gases de efeito estufa.
Gabarito 1E, 2E, 3C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2008 – CESPE) As questões ambientais e de mudanças climáticas chamam atenção do Brasil há algum tempo. Julgue os itens subsequentes, acerca desse tema.

(1) As posições do Brasil com relação às mudanças observadas no clima do planeta e às propostas de soluções para uma Terra mais limpa são consideradas conservadoras pelos organismos internacionais.

(2) Pressões de grupos e interesses internacionais exercem influência sobre discussões acerca da Amazônia e de seu desmatamento.

(3) As convenções internacionais produzidas por conferências da ONU a respeito de novos regimes para o melhoramento do clima estão sendo facilmente ratificadas pelos Estados nacionais.

(4) O Brasil tem cumprido as metas com relação à temática não apenas do clima, mas também da pobreza e de combate à fome, sendo um exemplo quanto a esse último aspecto.

1: Errado. As posições do Brasil na área de mudança climática não são consideradas conservadoras; pelo contrário, o Brasil é extremamente propositivo nessa área. Nos últimos anos, o Brasil tem tido um papel de liderança no debate internacional sobre mudanças climáticas. Durante a 15ª Conferência das Partes em Copenhagen, atuou ativamente na negociação do Acordo de Copenhagen e defendeu a constituição de um Fundo para financiar países pobres. Foi prometido 30 bilhões de dólares para o Fundo que seriam pagos principalmente pelos Estados Unidos, pelo Japão e pela União Europeia, a serem liberados entre 2010 e 2012. O Brasil não apenas apoiou a criação do Fundo, mas o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu uma contribuição financeira brasileira, se faltasse dinheiro.
2: Certo. A Amazônia desperta, como afirma o item, forte interesse da comunidade internacional tanto por suas questões ambientais, já que ela abriga uma imensa diversidade biológica – 15% de todas as espécies de planta e animais conhecidas no mundo – quanto pelo enorme potencial econômico, oriundos dos recursos que se encontram na floresta tropical. Além disso, diversas organizações não governamentais nacionais e internacionais participam do forte debate da sociedade civil brasileira sobre desmatamento e a exploração econômica da região.
3: Errado. O item está incorreto porque as convenções internacionais produzidas por conferências da ONU a respeito de novos regimes para o melhoramento do clima **não** estão sendo facilmente ratificadas pelos Estados nacionais. Um exemplo categórico é o Protocolo de Kyoto, que estabeleceu metas verificáveis sobre a emissão de gases causadores do efeito estufa. O Protocolo, criado em 1997, em Kyoto, apenas entrou em vigor em 2005, após a ratificação da Rússia, atingindo o número mínimo de ratificações, o que corresponderia a 55% das emissões de gases em 1997. O Protocolo prevê que suas metas sejam cumpridas entre 2008 e 2012, ano em que o acordo expirará. Atualmente, diversas tentativas de chegar a um acordo estão sendo empreendidas, com grandes dificuldades de negociação de um novo acordo que substitua Kyoto. Exemplo dessa dificuldade é não adesão dos EUA, o maior emissor do mundo atualmente, com 25% das emissões.
4: Certo. Vale destacar, sobre a temática do clima, que além de o Brasil cumprir suas metas, o país assumiu a posição de vanguarda entre os países em desenvolvimento durante a COP-15, realizada em Copenhagen em 2009, ao apresentar metas ambiciosas de redução de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE). O compromisso brasileiro assumido na COP 15 foi legislado na Política Nacional de Mudanças Climáticas, que está em fase de regulamentação. Já o combate contra a pobreza e contra a fome se insere entre os compromissos brasileiros relacionados aos Objetivos do Milênio (ODM). Resultado da **Declaração do Milênio** das Nações Unidas adotada em setembro de 2000, os **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** (ODM) enumera uma série de objetivos concretos (meio ambiente, saúde, desenvolvimento social, direito das crianças, das mulheres, entre outros) que foram tratados em diversas Cúpulas internacionais durante os anos 1990. A Declaração traz, portanto, uma série de indicadores quantitativos que têm o intuito de medir as ações dos Estados nesses temas. O Brasil, a menos de cinco anos para terminar o prazo estipulado pelas Nações Unidas para que sejam atingidos os ODM, já atingiu alguns dos Objetivos com uma década ou mais de antecedência. Entre as principais áreas estão o combate à pobreza – com a eliminação de um quarto da população pobre do país – e o combate contra a fome – o país diminui em 50% a parcela da população que passa fome. A intenção brasileira é erradicar o problema da fome até 2015.

Gabarito 1E, 2C, 3E,4C

13.4. COMÉRCIO INTERNACIONAL E ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)

(Diplomacia – 2012 – CESPE) No que tange ao panorama atual do comércio internacional do Brasil, assinale a opção correta.

(A) As exportações brasileiras têm-se beneficiado do preço dos produtos primários no mercado internacional, refletindo a demanda elevada dos EUA, China e países asiáticos em geral.

(B) A balança comercial brasileira tem-se mostrado marcadamente superavitária, há vários anos, dada a diversificação de mercados e da pauta exportadora, incorporando equilibradamente produtos agrícolas, *commodities*, produtos industrializados e serviços.

(C) As exportações de produtos manufaturados e semimanufaturados têm perdido espaço na balança comercial brasileira desde os anos 90 do século XX, com consequente diminuição do valor correspondente a esses setores na balança comercial.

(D) A crise econômica nos EUA e na Europa não tem afetado significativamente as exportações brasileiras a esses destinos, permanecendo os valores e volumes exportados em níveis semelhantes aos dos últimos três anos.

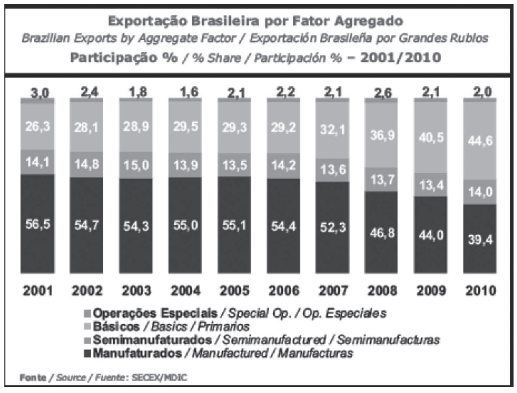
(E) As recentes medidas do governo argentino, que impõem restrições à compra de produtos importados, impactaram negativamente as exportações brasileiras ao país vizinho, o que contribuiu para gerar, pela primeira vez em muitos anos, déficit na balança comercia brasileira em relação aos países da América Latina.

Os itens dessa questão não foram anulados por erro de conteúdo da Banca, mas porque algumas provas do CESPE do ano de 2012 vieram com erro material na ordenação dos itens em determinados cadernos de provas, o que provocou as anulações. Como a Banca anulou esta questão antes de divulgar o gabarito preliminar, será feito um gabarito opcional comentado.
A: Incorreta (anulado) A primeira parte do item, que afirma que as exportações brasileiras têm se beneficiado do aumento do preço dos produtos primários, está correta. O aumento do preço das commodities responde a diversos fatores, como a financeirização do mercado de *commodities*, os desequilíbrios entre a oferta e a demanda associados ao efeito-China – aumento exponencial da demanda chinesa por produtos primários –, a crescente utilização de cereais na produção de biocombustíveis, entre outros fatores. O item está incorreto porque apesar de haver uma elevação da demanda chinesa, não houve elevação correspondente da demanda americana por produtos primários. Vale ressaltar que as exportações brasileiras para os EUA são compostas principalmente de produtos semimanufaturados e manufatores que, em 2011, equivaleram a 16,9 bilhões de dólares, enquanto os produtos básicos totalizaram 8,7 bilhões. (dados MDIC).
B: Correta (anulada). Como afirma o item, a Balança comercial brasileira, desde o ano 2000 é superavitária, principalmente, pela diversificação de parcerias e da pauta exportadora (olhar tabela abaixo). Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), em 2011, o comércio exterior brasileiro registrou corrente total de comércio efetuada pelo país em US$ 482,3 bilhões, com aumento de 25,7% em relação a 2010, quando atingiu US$ 383,7 bilhões. Em comparação com 2010, as vendas de produtos básicos cresceram 36,1%; os semimanufaturados e os manufaturados cresceram, respectivamente, 27,7% e 16,0%. O grupo de produtos industrializados respondeu por metade do total exportado pelo Brasil no ano de 2011. Além disso, desde 2009, a porcentagem relativa aos bens agrícolas e aos bens manufaturados tem sido equilibrada. Em 2009, segundo o MDIC, 57,4% dos produtos exportados brasileiros foram semimanufaturados ou manufaturados, e 40,5% foram produtos básicos. Em 2010, a porcentagem de produtos básicos foi de 44% e de semimanufaturas e manufaturados de 53,4%.

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (2001-2011)

ANO	SALDO COMERCIAL	COMÉRCIO TOTAL
2001	2.684.834.605	113.888.351.437
2002	13.195.998.836	107.681.307.234
2003	24.877.655.445	121.528.788.705
2004	33.841.883.137	159.513.114.395
2005	44.928.809.227	192.129.560.571
2006	46.456.628.726	229.158.310.336
2007	40.031.626.580	281.266.519.080
2008	24.957.675.295	370.927.210.523
2009	25.272.399.817	280.717.085.793
2010	20.146.857.897	383.683.712.773
2011	29.796.830.554	482.282.318.982

* Fonte: MDIC



* Essa tabela foi retirada da publicação "*Conhecendo o Brasil em Números"* do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior - DEPLA, da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, publicada em 2011. (acesso: www.mdic.gov.br) .

C: Incorreta (anulada). O item está incorreto, como prova a tabela acima referente às importações brasileiras. As exportações de produtos manufaturados e semimanufaturados não têm perdido espaço na balança comercial brasileira desde os anos 1990, mas mantido participação estável. Vale ressaltar que desde 2008, dada à alteração dos preços das *commodities*, entre outros motivos, a porcentagem de exportação de produtos básicos vem aumentando. O aumento da participação dos produtos básicos na pauta exportadora brasileira gera diversas discussões na opinião pública que apontam o perigo da "doença holandesa". A "doença holandesa" ficou conhecida durante a década de 1960 quando as receitas de exportação de commodities da Holanda, dado ao "boom" dos preços do gás, sofreram substancial aumento, afetando, em um segundo momento, fortemente a competitividade do setor industrial.

D: Incorreta (anulada). O item está incorreto porque a crise econômica, que se iniciou em 2008 nos Estados Unidos, e a crise europeia do Euro têm afetado as exportações brasileiras. Para o Brasil, o efeito imediato da crise foi a alta súbita e expressiva do dólar americano, resultado da venda maciça de ações por grupos especuladores que trataram de repatriar divisas para cobrir perdas nas bolsas de valores de origem. Consequência disso foi a falta de crédito no mercado mundial, o que acabou prejudicando empresas exportadoras brasileiras. Além disso, ao contrário do que afirma o item, os valores e volumes exportados para os Estados Unidos sofreram alterações desde 2008. Entre 2008 e 2009, o comércio total entre Brasil e Estados Unidos sofreu uma baixa significativa de US$53 bilhões, em 2008, para US$35,6 bilhões, em 2009. Houve recuperação desse comércio em 2010, somando US$46,3 bilhões e alcançando o recorde de US$59,7 bilhões em 2011. Além disso, desde 2009, o Brasil acumula déficits comerciais com os Estados Unidos. Em relação à União Europeia, ocorreu também uma diminuição da corrente de comércio total com o Brasil entre 2008 e 2009, que passou de US$82,5 bilhões, em 2008, para US$63,3 bilhões, em 2009. Como ocorreu com os EUA, nos anos de 2010 e 2011, houve uma recuperação desse comércio, alcançando em 2010 US$82,2 bilhões e, em 2011, US$99 bilhões.

E: Incorreta (anulada). Sobre as medidas protecionistas argentinas, trata-se de restrições à importação de mercadorias e de discriminação entre produtos estrangeiros e locais feitos pelo governo de Cristina Kirchner, com o objetivo de assegurar mercado para a indústria local e gerar empregos e riqueza para os argentinos, além de responderem à necessidade do país de gerar recursos para honrar os compromissos com sua dívida externa. O item está incorreto porque, apesar das medidas protecionistas argentinas, não houve déficit na balança comercial brasileira em relação aos países da América Latina, que permaneceu superavitária para o Brasil. Segundo dados do MDIC, o saldo comercial positivo para o Brasil em relação à América do Sul chegou ao valor de US$14 bilhões, em um total de comercial de US$76 bilhões.

Gabarito ANULADA

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Julgue (C ou E) os itens subsequentes, relativos à Organização Mundial do Comércio (OMC).

(1) São desafios centrais para a conclusão da Rodada de Doha a definição de modalidades de liberalização e redução de subvenções para produtos agrícolas, bem como o fechamento de acordo sobre o acesso a mercados para produtos não agrícolas.

(2) A eclosão da crise financeira em setembro de 2008 e o seu aprofundamento, que resultaram no estancamento do comércio internacional e na suspensão das negociações da Rodada de Doha, geraram condições para o recrudescimento do protecionismo em escala global.

(3) Os acordos da OMC versam, principalmente, sobre comércio de bens e de serviços e aspectos de direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio, ficando todos os países*membros* sujeitos às disposições e aos compromissos neles estabelecidos.

(4) A diversificação de agentes, pautas comerciais e modalidades de comércio bem como a complexidade dos instrumentos e das medidas que conformam as políticas comerciais justificam a necessidade de compromissos e disciplinas multilaterais que orientem as ações dos governos e os agentes comerciais no campo do comércio internacional.

1: Certa. A Rodada Doha é uma rodada de negociações no âmbito da OMC e iniciou-se no Quatar no ano de 2001 com o nome de Rodada do Desenvolvimento. O mandato negociador da rodada estipulado em 2001 é muito amplo e envolve um número importante de temas, com o objetivo de contabilizar os interesses comerciais dos 154 países membros da OMC. Entre os principais temas e objetivos de negociação estão: redução dos picos tarifários, altas tarifas, escalada tarifária e barreiras não tarifárias em bens não agrícolas – *Non-Agricultural Market Access* – NAMA; discussão de temas relacionados à agricultura (subsídios, apoio interno, redução de tarifas e crédito à exportação; negociar a liberalização progressiva em serviços, conforme estabelecido nas discussões do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços – GATS; ampliação do Acordo TRIMs – *Trade Related Investment Measures*, (investimentos em bens); discussão sobre a interação entre comércio e política de concorrência; negociação sobre maior transparência em compras governamentais; condução negociações que aprimorem as disciplinas dos Acordos sobre antidumping, subsídios e medidas compensatórias, preservando seus conceitos básicos (fonte: MDIC). Além destes temas, inclui-se a discussão sobre bens ambientais, propriedade intelectual e o aperfeiçoamento das regras no sistema geral de solução de controvérsias.

2: Errada. Mesmo se a eclosão da crise financeira em 2008 gerou um processo de recrudescimento de pressões protecionistas, o item está incorreto, primeiramente, porque não houve estancamento da economia mundial e porque a **Rodada Doha não foi suspensa**. Iniciada em 2001, a Rodada Doha de negociações em matéria de comércio internacional passa por um período de paralisia desde 2008, em razão dos impasses nas negociações, principalmente no que tange aos temas de agricultura e produtos não agrícolas (NAMA). Segundo a posição oficial do Itama-

raty, no cenário atual de crise econômica e de consequente aumento das pressões protecionistas, a conclusão da Rodada torna-se ainda mais necessária, por fortalecer a credibilidade da OMC e do sistema multilateral de comércio. As negociações não se encontram, portanto, suspensas, passam apenas por um período de impasse.
3: Certa. Os acordos da OMC versam principalmente sobre bens agrícolas e não agrícolas, serviços e propriedade intelectual. Desde a criação da OMC, em 1995, e mesmo durante as negociações da Rodada do Uruguai (1986-1995), as negociações multilaterais de comércio são orientadas pelo princípio do ***single undertaking***. O princípio propõe que cada item da negociação é parte indivisível de todo o pacote da negociação e não pode ser acertado separadamente - "Nada é acordado até que tudo seja acordado". O princípio do *single undertanking* vai de encontro com o funcionamento do **GATT à la carte**, que previa a possibilidade que os Estados da negociação aceitassem apenas os acordos que lhes interessassem, não tendo obrigação de aceitar o pacote todo. Na OMC, todos os países ficam sujeitos aos compromissos estabelecidos nos tratados, como afirma o item. É por esse motivo que as negociações da OMC são mais difíceis e lentas do que aquelas feitas no GATT 47.
4: Certa. O item define a realidade atual do comércio internacional com uma vasta diversificação de agentes, pautas comerciais e modalidades de comércio.
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Considerando os interesses brasileiros na Rodada de Doha da OMC, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) Nas negociações acerca de acesso a mercados, o Brasil objetiva a eliminação ou a redução de restrições tarifárias e nãotarifárias que incidem sobre suas exportações de bens, de forma geral, priorizando o tratamento dos fatores que restringem e distorcem o comércio agrícola.

(2) Dada a participação majoritária do setor terciário na composição de seu Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil almeja o aumento de sua participação nas exportações mundiais de serviços, defendendo, por conseguinte, ampla liberalização dessa modalidade de comércio.

(3) Por dispor de um parque industrial amplo e diversificado, embora com diferenças setoriais quanto aos níveis de competitividade, o Brasil posiciona-se contrariamente ao aprofundamento de compromissos relativos a reduções tarifárias para produtos manufaturados.

(4) O Brasil propugna maior transparência na aplicação de medidas contra práticas desleais de comércio, em particular, medidas antidumping e antisubsídios, que afetam suas exportações para os países desenvolvidos.

1: Certa. O termo "acesso a mercado" está relacionado a medidas e instrumentos que afetam a entrada de produtos de um país em outros países, tais como as restrições e/ou limitações à importação (tarifas, quotas tarifárias, quotas de importação), com influência direta na competição entre produtos importados e domésticos. A negociação sobre acesso a mercados no âmbito da OMC foi colocada em pauta no mandato negociador da Rodada Doha, em 2001, em relação ao acesso a mercados agrícolas e não agrícolas. O Brasil, que é um forte importador de produtos primários, dá maior ênfase à negociação de produtos agrícolas no âmbito da OMC. Em relação ao setor agrícola, foi colocada na pauta a necessidade de uma redução significativa dos subsídios à produção agrícola e uma redução, com vistas à eliminação dos subsídios à exportação no setor. O item está, portanto, correto, já que o Brasil tem uma posição em geral a favor da eliminação das restrições ao acesso a mercados, priorizando-a principalmente na questão da agricultura.
2: Errada. Apesar de o Brasil ter uma forte participação do setor terciário no conjunto do seu PIB (de acordo com o IBGE, este setor concentrou em 2009 68,5% do PIB), o item está incorreto ao afirmar que o Brasil defenda ampla liberalização dessa modalidade de comércio na OMC. O instrumento jurídico que discute questões de serviços na OMC é o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), firmado em 1994, como um dos anexos do Acordo Constitutivo da OMC. Os compromissos em acesso a mercados foram definidos no GATS por meio da modalidade de «lista positiva». Por essa modalidade, os países especificam em listas nacionais anexas ao GATS, quais os setores que pretendem liberalizar e qual o nível e condições de acesso a mercados nos diferentes modos de prestação. Durante a negociação sobre o mandato negociador da Rodada Doha iniciada em 2001, o GATS foi considerado um acordo superficial, pois não impõe compromisso efetivo de liberalização desse comércio. O mercado de serviços, no entanto, é dominado pelos países desenvolvidos, o que traz certa desconfiança dos países em desenvolvimento sobre a maior abertura deste mercado. O Brasil, juntamente com estes países em desenvolvimento, não defende uma ampla liberalização do setor como afirma o item.
3: Errada. O comércio de produtos manufaturados, que representa mais de 73% do comércio mundial de mercadorias, é negociado na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio no âmbito do acordo de Acesso a Mercados de Bens Não Agrícolas (conhecidas por sua sigla em inglês, NAMA – *Non-Agricultural Market Access*). O NAMA envolve basicamente a liberalização do comércio de produtos manufaturados e interessa principalmente aos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento têm manifestado duas preocupações estratégicas sobre o tema: garantir maior acesso de seus principais produtos de exportação aos mercados dos países desenvolvidos e aumentar, ou ao menos preservar, o espaço de manobra para perseguir políticas de fomento à industrialização. O item está incorreto porque o Brasil não é contrário ao aprofundamento do NAMA. Mesmo se as tarifas brasileiras para produtos não agrícolas são extremamente altas (uma média de 31%), o país está aberto para negociações no setor. É comum que as negociações sobre o NAMA façam contrapartida às negociações agrícolas, já que o NAMA interessa aos países desenvolvidos e a liberalização agrícola interessa, principalmente, aos países em desenvolvimento. Em 2008, durante a reunião mini-ministerial que ocorreu em Genebra, o Brasil aceitou um corte importante nas tarifas dos produtos não agrícolas em troca da diminuição do subsídio agrícola. O acordo, no entanto, não foi possível pela falta de consenso em outros temas.
4: Certa. O item está correto e define a política comercial brasileira em relação aos subsídios e às políticas de dumping.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens subsequentes, acerca das negociações da Rodada de Doha e da OMC.

(1) Diante do contexto descrito no texto acima, a atuação do Brasil nas negociações da Rodada de Doha tem-se pautado fundamentalmente no esforço de conciliar os interesses e as posições dos países emergentes e dos países desenvolvidos, com vistas a se alcançar a conclusão exitosa das negociações.

(2) O Brasil recorre crescentemente aos acordos regionais e arranjos preferenciais, a exemplo do Sistema Global de Preferências Comerciais, para se resguardar do eventual desmoronamento do sistema multilateral de comércio que o fracasso da Rodada de Doha possa implicar.

(3) O Brasil responde à escalada do protecionismo valorizando instâncias da própria OMC, particularmente o sistema de resolução de disputas comerciais, ao procurar resguardar a normativa multilateral como recurso em face de políticas e práticas comerciais consideradas desleais.

(4) O Brasil reconhece pragmaticamente o impasse das negociações e recorre, nessa circunstância, aos expedientes descritos no texto em tela para reagir às práticas comerciais dos demais países.

1: Errado. Esse item demanda esforço de interpretação de texto, já que se inicia com "Diante do contexto descrito no texto acima". O contexto descrito no texto faz referência aos mecanismos utilizados pelos Estados membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) para contornar as normas cada vez mais restritivas impostas ao comércio internacional. Segundo as autoras, os acordos da OMC não trazem maior equidade ao comércio internacional, eles restringem as margens de manobras comerciais e abrem espaço para exceções e flexibilizações que surgem em forma de *waivers* – exceção legal pela qual os membros da OMC podem autorizar excepcionalmente um país a derrogar as obrigações anunciadas nos Acordos da OMC – extensões, solicitações de prorrogação ou interpretações criativas. O item está incorreto porque diante do conteúdo do texto não se pode interpretar que o Brasil, nas negociações da Rodada Doha, tem-se pautado fundamentalmente no esforço de conciliar os interesses e as posições dos países emergentes e dos países desenvolvidos, com vistas a se alcançar a conclusão exitosa das negociações. Conquanto essa afirmação esteja correta, ela não representa o conteúdo do texto em referência.

2: Errado. O item está incorreto porque, apesar de o Brasil recorrer a acordos regionais e a arranjos preferenciais, isso não é feito com a intenção de resguardar um eventual desmoronamento do sistema multilateral do comércio. A possível não conclusão da Rodada Doha não representaria, necessariamente, o fim do sistema multilateral de comércio já que diversos outros acordos multilaterais em voga na instituição continuariam válidos, assim como o Sistema de Solução de Controvérsias da Organização. Segundo Paulo Roberto de Almeida em seu artigo intitulado "Acordos minilaterais de integração e de liberalização do comércio: uma ameaça potencial ao Sistema Multilateral de Comércio", a construção normativa do sistema multilateral de comércio registrou evolução paradoxal já que, por um lado, houve o reforço dos princípios tradicionais de nação mais favorecida, de tratamento nacional, de reciprocidade, de transparência e de igualdade de direitos e de obrigações; e, por outro lado, ocorreu o aprofundamento dos arranjos regionais. Nesse sentido, o item está incorreto, igualmente, porque os acordos regionais e preferenciais atuam concomitantemente com o sistema multilateral de comércio. Vale ressaltar, sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento, que este foi constituído em abril de 1988 por um acordo entre o Grupo dos 77, que inclui o Brasil, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). O SGPC tem o objetivo de promover e ampliar os laços comerciais entre os países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, não somente em benefício próprio, mas também em benefício do comércio global. No Brasil, o Acordo entrou em vigor em maio de 1991.

3: Certo. O item está correto já que dentro do Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) – sistema que julga contenciosos relacionados ao comércio internacional – o Brasil é um dos Membros mais atuantes, contabilizando participação em 104 casos (até janeiro de 2012). O Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC tem se revelado um instrumento efetivo para lidar com problemas comerciais globais e para aportar um grau mais elevado de segurança jurídica nas relações multilaterais. O OSC é órgão jurisdicional e possui quatro etapas distintas em seu processo decisório, de acordo com as determinações da OMC: consultas; painel; apelação; e implementação. Todas essas fases são confidenciais e apenas as partes ou terceiros interessados, também Estados, podem ter acesso aos autos. A efetividade do OSC mostra-se tanto no cumprimento dos prazos para a solução dos litígios, como em relação ao alto índice de cumprimento das decisões jurídicas pelos membros da organização. Ao contrário do que ocorria no GATT, no qual era necessário que todos os membros aceitassem o relatório para que ele fosse adotado (consenso positivo), no OSC da OMC, há uma necessidade de consenso negativo, o que facilita a adoção dos relatórios e traz mais legitimidade para o sistema. Além disso, a análise feita pelo painel mostra forte apego jurídico e uniforme ao longo das decisões, o que estimula a participação de países em desenvolvimento no sistema.

4: Errado. O item está incorreto porque o Brasil não está recorrendo a mecanismos para contornar as normas da OMC para responder aos impasses das negociações da Rodada Doha.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

13.5. SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Acerca da atual crise econômica internacional, julgue C ou E.

(1) Além de envolver grandes bancos e o sistema financeiro internacional, a crise atual tem sido considerada uma crise de paradigmas, em particular da certeza de que os mercados podem autorregular-se e recuperar o equilíbrio automaticamente, dispensando a intervenção do Estado.

(2) Diante da crise, as instituições de Bretton Woods não conseguiram propor soluções concretas por ocasião da reunião de Cúpula do G 20 realizada em Londres em 2009.

(3) Como membro do G-20, o Brasil insistiu na necessidade de se prover a economia mundial com créditos para o desenvolvimento, incrementar a regulação financeira, desenvolver políticas anticíclicas e combater os paraísos fiscais.

(4) Apesar de discordar da resistência de países ricos em realizar reformas nos organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, o Brasil comprou títulos emitidos pelo Fundo em 2009.

1: Certa. A atual crise econômica e financeira disseminou-se, em outubro de 2008, com a falência do Banco americano Lehman Brothers, no que ficou conhecido como a **Crise dos *Subprimes***. A crise iniciou-se pela insolvência de empréstimos, em razão de uma disseminação de empréstimos imobiliários de risco a famílias americanas de baixa renda social que não tinham o poder real de reembolso dos créditos. Os créditos *subprime,* como ficaram conhecidos, eram destinados a famílias que não possuíam necessariamente garantias para se beneficiarem de taxas de juros preferenciais, mas somente taxas menos preferenciais, por isso o nome "*subprime"*. Esses créditos *subprime* eram créditos hipotecários, no qual o bem imobiliário era tomado como garantia em caso de problemas de pagamento. A propagação da crise ocorreu, principalmente, porque os bancos que criaram esses créditos os transformaram em derivativos negociáveis no mercado financeiro, que passaram a ser vendidos para outros bancos e instituições financeiras. Esses derivativos, que possuíam os créditos *subprime* como lastro, apesar de constituírem-se como títulos de alto risco de insolvência, foram avaliados na época com a melhor nota do mercado financeiro AAA (segurança máxima). A alta da taxa de juros aplicada pelo Federal Bank (FED) em 2006, com o objetivo de reduzir a inflação americana, dificultou o pagamento dos empréstimos e os bancos começaram a tomar os bens imobiliários de garantia, gerando uma bolha imobiliária. A falência do Banco *Lehman Brothers* foi o estopim da crise mundial. Os bancos americanos haviam negociado os "títulos podres" (que tinham derivativos ligados aos créditos *subprime*) com bancos do mundo inteiro, criando uma espiral de insolvência generalizado. Como afirma o item, a crise resultou em um questionamento generalizado sobre o papel do Estado na regulação dos tramites bancários e na capacidade do mercado de encontrar seu equilíbrio sem a intervenção estatal.

2: Certa. A Reunião do G20, realizada em Londres em abril de 2009, resultou no *Global Plan for Recovery and Reform*, no qual foi reconhecida a crise econômica mundial e a necessidade de enfrentá-la. Entre os principais pontos abordados no documento, ressaltou-se a necessidade de garantir a estabilidade econômica mundial. Sobre a atuação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, foi proposto, durante a reunião, 1 trilhão de dólares para combater a crise pelos membros do G20. O item está correto porque apesar da proposta de aumentar em 1 trilhão os fundos do FMI para combate a crise, não foi proposta nenhuma medida concreta de reforma do Fundo durante a reunião. Segundo reportagem publicada na revista The Economist do dia 8 de abril de 2009, intitulada "*Banking on the Fund*": "*The IMF must find a way to be both insurer and policeman. For that it needs more reform. A priority is to give emerging economies more clout. The G20 has promised to increase their "quotas" or shares in the fund; a quicker solution would be to cut the majorities needed for big decisions, to remove what is in effect an American veto. The fund also needs to distinguish more clearly between its two roles.*"

3: Certo. O Brasil foi um dos grandes apoiadores dos trabalhos do G20 e atuou como um dos principais atores no processo de consolidação do grupo como o principal foro para lidar com temas econômicos internacionais. O item está correto e reproduz as demandas brasileiras no âmbito do G20:

4: Certa. O Brasil adquiriu, em outubro de 2009, 10 bilhões em bônus do Fundo Monetário Internacional, assumindo pela primeira vez a posição de credor no Fundo.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4C

(Diplomacia – 2008 – CESPE) O ciclo de crises financeiras que ocorreu durante a segunda metade da década de noventa do século XX suscitou discussão acerca da necessidade de se reformar o sistema financeiro internacional, almejando-se a prevenção de crises e a mitigação de seus impactos macro e microeconômicos nos planos domésticos. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) A criação do Fórum para Estabilidade Financeira no G-7, a Convenção da Basileia-2 e a instauração do Comitê sobre Sistema Financeiro Global no marco do Banco Internacional de Compensações (BIS) foram iniciativas tomadas, no plano institucional, para o fortalecimento do sistema financeiro internacional.

(2) Em razão dos impactos negativos dos fluxos de capitais de curto prazo, o Banco de Compensações Internacionais orientou os Bancos Centrais dos países a adotarem medidas de controle de entrada de capitais para se evitarem a alta volatilidade do capital e seus impactos negativos sobre as economias nacionais.

(3) Em consonância com o objetivo de fortalecer a estabilidade do sistema financeiro internacional por meio da melhoria da gestão bancária, o Comitê da Basileia introduziu parâmetros para a avaliação e o gerenciamento de riscos de mercado e riscos operacionais.

(4) A adoção de rígidos controles cambiais para conter os efeitos negativos das fortes oscilações do valor do dólar norte-americano e do euro, referências para as transações econômicas internacionais, faz parte das prescrições do Fundo Monetário Internacional e do Comitê da Basileia para o enfrentamento das crises financeiras.

1: Certa

Fórum de Estabilidade Financeira (G7): Em fevereiro de 1999, os ministros das finanças e os presidentes dos bancos centrais do G7 decidiram instituir o Fórum de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Forum* – FSF) com os objetivos de avaliar a vulnerabilidade do sistema financeiro internacional; identificar atividades para a promoção da estabilidade financeira internacional por intermédio da melhoria do intercâmbio de informação e da cooperação internacional na supervisão e vigilância financeiras. O apoio administrativo ao FSF é prestado por um secretariado localizado no Banco Internacional de Compensações (BIS- *Bank for International Settlements*). O Brasil faz parte do Fórum desde 2009.

Convenção da Basileia II: foi o segundo Acordo da Basileia, que institui recomendações sobre leis bancárias e regulações. O Acordo é resultado do trabalho do Comitê da Basileia em Supervisão Bancária – um dos comitês do Banco Internacional de Compensações (BIS), que é formado pelos presidentes dos bancos centrais das principais nações industrializadas (o Brasil faz parte deste comitê). O BIS é uma organização internacional criada em 1930 que congrega representantes de 55 países. Além de atuar como banco tradicional acolhendo depósitos de bancos centrais, o BIS também funciona como instância de cooperação monetária internacional. A II Convenção da Basileia foi publicada em junho de 2004 e tinha como objetivo criar um sistema regulatório para os Bancos Centrais dos Estados partes. O Acordo foi elaborado para substituir o Acordo de Basileia I, elaborado em 1988, e tem o objetivo central de diminuir os riscos operacionais dos bancos privados. Foi estabelecido, portanto, padrões estatísticos para mensuração de risco de crédito, risco operacional e risco de mercado. O acordo possui três pilares principais que são: o de requerimento de capitais; o de supervisão; e o de transparência e disciplina de mercado. O Brasil aderiu a esta Convenção. Atualmente está sendo negociado o III Acordo da Basileia.

Comitê sobre Sistema Financeiro Global: este Comitê também atua no âmbito do BIS. Ele foi estabelecido em 1971 com um mandato inicial de monitorar os mercados bancários internacionais. O enfoque inicial eram as implicações das políticas monetárias no rápido crescimento dos depósitos *off-shore* e nos mercados de empréstimos. No entanto, as mudanças e os diversos questionamentos sobre o sistema financeiro internacional e sua estabilidade, mudaram a estrutura do Comitê. Ele teve seu mandato revisado e, em 1999, o Comitê mudou seu nome para Comitê sobre Sistema Financeiro Global. O Brasil também faz parte deste Comitê. Atualmente, o mandato consiste em identificar os possíveis problemas no sistema financeiro global e promover uma melhora no funcionamento e na estabilidade destes mercados.

2: Errada. O item está incorreto porque o Banco Internacional de Compensações não orientou os países a estabelecer um controle de capitais. Além disso, com a crise financeira de 2008-2009, o FMI começou a recomendar a alguns países o controle para evitar maiores impactos econômicos. O controle de capitais é efetuado na forma de impostos sobre a entrada ou saída de aplicações financeiras do país. Esses impostos podem assumir a forma de requerimentos não remunerados de depósitos no Banco Central por um prazo determinado e tem a função principal regulamentar o fluxo de entrada e saída na balança de capitais de um país. O Fundo Monetário Internacional (FMI), responsável pela supervisão do sistema financeiro e monetário internacional, sempre defendeu a preferência pela remoção de controles de capital, isto é, pela liberalização dos movimentos internacionais de capital. O Fundo reconhecia, no entanto, que controles limitados e temporários, para certos tipos de economias, pudessem ser esporadicamente utilizados em economias em crise. Após a crise Asiática de 1997, a visão ortodoxa de que o controle de capitais seria algo ruim para as economias começou a ser questionada, já que nações como a China e a Índia, que tinham mantido o controle de capitais durante a crise, foram menos prejudicadas se comparadas com as nações que seguiram as recomendações do FMI. Durante a crise econômica de 2008-2009, no entanto, o FMI aprovou a utilização de controle de capitais no tratamento da crise para algumas nações, como a Islândia. Vários países como o Brasil, a Coreia do Sul, Taiwan e a Rússia utilizaram deste método para tratarem dos problemas da crise econômica. Em abril de 2011, o FMI publicou o seu primeiro guia que regulava o uso de controle de capitais. Em novembro de 2011, na reunião do G20 financeiro em Cannes, foi concordado que uma maior liberdade do uso de controle de capital deveria ser permitida aos países em desenvolvimento.

3: Certa. O item está correto, já que o II Acordo da Basileia propõe precisamente o estabelecimento de parâmetros estatísticos para mensuração de risco de crédito, risco operacional e risco de mercado. O **II Acordo da Basileia** foi definido em 3 principais pilares de ação. O Primeiro Pilar lida com a manutenção do capital regulatório (é o capital econômico mínimo exigido pelos órgãos reguladores, que tem como objetivo reduzir perdas inesperadas de crises sistêmicas), que é calculado em relação a três componentes principais de risco que um banco enfrenta: risco de crédito, risco operacional e risco de mercado. O Segundo Pilar cria uma resposta regulatória ao primeiro pilar, inserindo instrumentos de supervisão e fiscalização para que o Banco possa lidar com riscos sistêmicos, riscos estratégicos, riscos de liquidez, entre outros. Ele dá ao banco o poder de rever seu sistema de administração de riscos. O Terceiro Pilar tem o objetivo de propagar uma disciplina de mercado e uma maior transparência, com base na divulgação de dados, com detalhes sobre a amplitude da aplicação das normas, os riscos que estão expostos os bancos, o processo, além da adequação da instituição aos riscos.

4: Errada. O item está incorreto porque não houve a prescrições de adoção de rígidos controles cambiais para conter os efeitos negativos das oscilações do dólar americano. Ao contrário do que afirma o item, o FMI prevê a conduta do câmbio flutuante desde os anos 1970, não alterando sua posição após as crises financeiras dos anos 2000.

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) A crise financeira internacional desencadeada em setembro de 2008 trouxe, em seu bojo, o questionamento do papel dos organismos tradicionais que regem as relações econômicas internacionais e suscitou discussão acerca da necessidade de novas estruturas de governança econômica global. A partir dessa informação, julgue os próximos itens.

(1) Para o Brasil, é prioritário integrar os principais fóruns que tratam dos grandes temas econômicos globais, sendo considerados objetivos estratégicos da política exterior brasileira o ingresso do país na OCDE e o aprofundamento de sua participação no G-8, ao lado da China, da Índia, do México e da África do Sul.

(2) A crise econômica gerou para o Brasil a necessidade de propugnar nova arquitetura institucional para o tratamento das questões financeiras globais, em que se privilegie o G-20, que, no entendimento do governo brasileiro, melhor expressa a atual configuração da economia mundial e a importância dos países emergentes.

(3) A crítica brasileira à atuação dos organismos criados em razão da conferência de Bretton Woods, em particular o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, no contexto de crises econômicas e das ingerências consideradas nocivas na condução de políticas macroeconômicas, fundamenta a posição favorável do Brasil à criação de mecanismos alternativos de governança econômica global, como o BRIC.

1: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque não é prioridade da política externa brasileira o ingresso na OCDE. Desde a década de 1990, o Brasil tem ampliado o seu relacionamento com a OCDE por meio de adoção de normativas e diretrizes alinhadas às da organização, além da participação como membro pleno ou observador em vários dos comitês da OCDE (Comitês do Aço, de Comércio, da Concorrência, da Agricultura, de Investimentos e Empresas Multinacionais e de Gestão Pública). Em 2007, a organização fez o primeiro convite de ingresso para o Brasil, no entanto, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, a OCDE é um "clube dos ricos", e o ingresso brasileiro poderia reduzir a autonomia nacional quanto às políticas de desenvolvimento adotadas na esfera doméstica. Além disso, os altos custos tributários de adesão seriam prejudiciais ao Brasil. A experiência malsucedida do México, único país latino-americano, junto ao Chile, que integra a OCDE, seria ainda fator adicional contrário à campanha pela entrada do Brasil.

O item está incorreto, igualmente, porque a participação brasileira no G8 não ocorre apenas ao lado da China, Índia, México e África do Sul, mas junto com o G20. Com a crise econômica sistêmica que se agravou após a falência do Banco *Lehman Brother* em 2008, percebeu-se a necessidade de uma ampliação do sistema de coordenação internacional, que estava concentrado no G8. A diplomacia brasileira, junto com outros países em desenvolvimento, defendia que o G20 fosse mais efetivo, sendo órgão mais representativo e legítimo para tratar de temas econômicos globais. Já era uma reivindicação da França e da Grã-Bretanha, antes da eclosão da crise econômica global em 2008, a participação nas reuniões do G8 do grupo conhecido como G5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul). Em novembro de 2008, no auge da crise financeira, foi realizada em Washington a primeira cúpula dos Presidentes e Primeiros-Ministros dos países do G20. Em 2 de abril de 2009, em Londres, realizou-se a segunda reunião. A terceira reunião foi realizada em novembro em Pittsburgh. A quarta no Canadá, em junho de 2010, e em Seul, em novembro de 2010. O último encontro ocorreu na França, em Cannes, em novembro de 2011. Durante a cúpula de Pittsburgh foi decidido que o G20 substituiria o G8 como principal fórum de cooperação econômica internacional.

2: Certo. O item está correto (ver comentário do item 1)

3: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque o Brasil não defende a criação de mecanismos alternativos de governança econômica global, mas sim a reforma dos órgãos de Bretton Woods – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. A reforma da governança do FMI começou em 2006, quando os países membros se declararam a favor da redistribuição das quotas-parte e do poder de voto na instituição. Em 2008, foi concluído o primeiro passo do processo de reforma de quota e de voz no FMI. A participação brasileira foi aumentada, aproximadamente, de 1,4% para 1,7%, tendo sido um dos países a receber maior aumento de quotas. Em outubro de 2010, o G20 financeiro chegou a um acordo sobre a reforma do FMI em decorrência do qual a participação do País foi mais uma vez majorada. Além disso, o item está incorreto porque o BRIC não é um mecanismo alternativo às instituições de Bretton Woods. O BRICS é um acrônimo para designar o grupo formado pelos países Brasil, Rússia, Índia, China e, mais recentemente, África do Sul. O termo BRIC apareceu pela primeira vez, em 2001, em um estudo elaborado por Jim O'Neill do Banco Goldman Sachs, intitulado "*Building Better Global Economics BRICS*". Esse estudo mostrava como as economias deste grupo de países iriam igualar às economias do grupo do G6 (Alemanha, EUA, Japão, Grã-Bretanha, França e Itália) em alguns anos. As primeiras reuniões entre chanceleres do BRICS ocorreram à margem da Assembleia Geral da ONU, nos anos de 2006 e 2007, e a primeira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo ocorreu em 2009, em Ecaterimburgo. O BRICS tem uma vasta agenda, que toca temas políticos, econômicos, de cooperação intrabloco e securitários. Na esfera econômica, o grupo dá ênfase à reforma das instituições financeiras internacionais, além de focar em importantes temas políticos como a reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, o combate ao terrorismo internacional, o combate à pobreza e o desenvolvimento sustentável.

Gabarito 1E, 2C, 3E

13.6. DESARMAMENTO E NÃO PROLIFERAÇÃO

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Com relação ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e ao Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT), assinale a opção correta.

(A) O Irã, diferentemente do Brasil, recusou-se a adotar o Protocolo Adicional do TNP, por considerá-lo instrumento para franquear suas instalações nucleares aos inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).
(B) Israel e Irã não estão impedidos de realizar testes nucleares, visto que ambos não são signatários do CTBT.
(C) O TNP não inclui o Irã, que se opôs às regras de inspeção estabelecidas ao país, nem a Coreia do Norte, que anunciou sua retirada do tratado em 2003.
(D) O Brasil é signatário original tanto do TNP quanto do CTBT.
(E) Israel não é signatário do TNP.

A: Incorreto. O principal instrumento internacional multilateral de controle de armas nucleares é o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) de 1968. Dentro do acordo do TNP estava delimitado a possibilidade da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) fiscalizar a produção nuclear dos Estados membros. Nos anos 1990, no entanto, depois da Guerra do Golfo e da descoberta de programas secretos de fabricação de armas nucleares no Iraque - que era signatário do TNP - e na Coreia do Norte, a AIEA percebeu a necessidade de instituir um instrumento para ampliar as capacidades investigativas da Agência. O **"Programa 93+2" ou Protocolo Adicional do TNP** começou a ser escrito em 1993 e tinha a intenção de ser implementado em dois anos (por isso o nome "93+2), no entanto, só foi aprovado em 1997. O Protocolo Adicional prevê a possibilidade de visitas surpresa aos Estados pela AIEA e o fim da necessidade de autorização do Estado investigado com 30 dias de antecedência. Além disso, o Protocolo também estabelece grande liberdade de trânsito para os fiscais e o controle de radioatividade para verificar se houve uso de material nuclear, o que antes não era permitido. O Protocolo adicional de 1997 é facultativo e não foi ratificado por todos os Estados-parte do TNP. O item está incorreto porque, ao contrário do que afirma o item, o Brasil recusou a adoção do Protocolo Adicional. Já o Irã assinou o Protocolo Adicional em 2003, mas ainda não o ratificou.

B: Incorreto. Tanto Israel quanto o Irã assinaram o **Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares** (CTBT), que foi criado em 1996, mas ainda nenhum dos países ratificou o tratado. O item está incorreto, porque, apesar de não ratificarem o CTBT, o Irã faz parte do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) de 1968 que determina a não proliferação nuclear, ou seja, quem não tem armas nucleares não pode desenvolver um programa para desenvolvê-las, causando um "congelamento" da situação tal que estava naquele ano. Além disso, o TNP determina o uso pacífico da energia nuclear, o que impediria qualquer tipo de teste de armas nucleares. Sobre o CTBT, vale ressaltar o Tratado ainda não entrou em vigor, já que seu artigo seu Artigo XIV determina que ele só será válido depois da ratificação dos 44 países listados nominalmente no Anexo 2 do Tratado. O último país que ratificou o tratado foi à Indonésia em 2011. Os países que ainda não ratificaram o Tratado são: China, Índia, Paquistão, Republica Democrática da Coreia, Irã, Estados Unidos da América, Egito e Israel. Vale recordar que o CTBT é um dos tratados do complexo regime internacional multilateral de não proliferação nuclear e desarmamento que incluem: o Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP); os Acordos para Aplicação de Salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e seus Protocolos Adicionais; os Tratados de Criação de Zonas Livres de Armas Nucleares (ZLANs); o Grupo de Supridores Nucleares (Nuclear Suppliers' Group – NSG), o qual determina regras para o comércio de materiais e tecnologias com possível envolvimento nuclear; a Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear, entre outros. A interligação do CTBT com outros tratados nucleares é tão evidente que, no documento final da VI Conferência de Revisão do TNP de 2000, no qual foram adotados os "13 passos práticos" para o desarmamento e a não proliferação nuclear, a importância da entrada em vigor do CTBT era o primeiro desses passos.

C: Incorreto. O item está incorreto porque o Irã ratificou em 1970 o Tratado de Não Proliferação Nuclear e, desse modo, permite inspeções ao país, apesar de limitar o acesso dos funcionários da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). No entanto, a Coreia do Norte, que aderiu ao TNP em 1985, anunciou sua retirada do TNP em janeiro de 2003, como afirma o item.

D: Incorreto. O item está incorreto porque o Brasil não foi signatário original do Tratado de Não Proliferação Nuclear de 1968. O Brasil alegava que o Tratado impedia o acesso à tecnologia nuclear e que ele deveria estar acompanhado de propostas concretas sobre o desarmamento total das grandes potências. Como suas reivindicações não foram atendidas, o Brasil não aderiu ao tratado. Magalhães Pinto, chanceler brasileiro no período, considerava o TNP discriminatório e alegava que as prioridades brasileiras sobre a não proliferação nuclear eram a renúncia às armas nucleares e a obtenção de tecnologia nuclear para fins pacíficos. Além disso, o Brasil alegava que não precisava assinar o TNP, pois havia assinado, em fevereiro 1967, o Tratado de Tlatelolco, que determinava a proscrição de armamento nuclear na América Latina, Tratado que Brasília considerava mais rígido que o regime instaurado pelo TNP. O TNP só será ratificado pelo Brasil em 1998 na presidência de Fernando Henrique Cardoso. Já o Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) foi assinado pelo Brasil em 1996 e ratificado em 1998 após tramite legislativo.

E: Correto. O Tratado de Proliferação Nuclear (TNP) possui 190 Estados-parte, com exceção de Israel, como afirma o item, Índia, Coreia do Norte e Paquistão. Esses Estados ou não ratificaram o Tratado ou saíram dele em algum momento, não tendo vinculação jurídica com seus propósitos.

Gabarito "E"

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Julgue (C ou E) os itens seguintes, considerando as posições assumidas pelo Governo brasileiro em relação ao desarmamento e a não proliferação de armas.

(1) A preocupação e o interesse com o desenvolvimento tecnológico autônomo levaram o Brasil a manter-se, entre os anos sessenta e oitenta do século XX, à parte dos principais regimes de nãoproliferação e de controle de tecnologias sensíveis, posição esta revista a partir dos anos noventa do século XX, em razão de imperativos políticos e econômicos ditados pela necessidade, de parte do Brasil, de redefinir as bases de sua inserção internacional e de garantir acesso a insumos essenciais ao seu desenvolvimento econômico e científico-tecnológico.

(2) Apesar de ter assinado e ratificado o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e de submeter-se ao regime de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Nuclear, o Governo brasileiro tem-se revelado preocupado com o caráter discriminatório do TNP e com eventuais restrições ao desenvolvimento autônomo de tecnologia nuclear para fins pacíficos, o que justifica a recusa do Brasil em assinar o Protocolo Adicional ao TNP.

(3) Durante o período da Guerra Fria, embora distanciado dos principais focos de tensão e da corrida armamentista, o Brasil prestou importante contribuição, no plano conceitual, à discussão multilateral sobre desarmamento no contexto da Comissão de Desarmamento das Nações Unidas, tendo também atuado ativamente em tal matéria no contexto do Conselho de Segurança, nas ocasiões em que o integrou na condição de membro não permanente.

(4) As dificuldades e os atrasos no desenvolvimento do Programa Aeroespacial Brasileiro decorrem do bloqueio ao acesso às tecnologias imposto pelos países desenvolvidos e pelos regimes de controle de tecnologias sensíveis — como o Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis, não adotado pelo Brasil —, o que justifica os esforços do Governo brasileiro de procurar superar tais dificuldades por meio da cooperação sul-sul.

1: Certa. O Brasil participa ativamente de questões ligadas ao regime nuclear desde os anos 1930-40, principalmente, como fornecedor de matéria-prima, já que o país possui uma reserva importante de urânio. Durante os anos 1950, vários institutos de pesquisa foram criados e equipados com reatores experimentais, laboratórios e grupos de estudos, mostrando a intenção brasileira de obter tecnologia nuclear. A criação do **CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), nos anos 1950**, ilustra este objetivo de fomentar a obtenção de tecnologia nuclear. Em **1952**, o Brasil faz um acordo com os EUA para a **cessão de materiais estratégicos em troca de tecnologia nuclear**. Como afirma o item, a preocupação com o desenvolvimento tecnológico autônomo na área nuclear, deixou o Brasil à parte dos maiores regimes de desarmamento. É importante lembrar que em 1971, durante o governo Médici, o Brasil assinou com os EUA um acordo para a construção de 3 usinas de energia nuclear em Angra dos Reis. Logo após o primeiro teste nuclear indiano, em 1974, os EUA começam a efetuar uma forte pressão para que o Brasil assinasse o **Tratado de Não Proliferação Nuclear de 1968**, utilizando do acordo de 1971 como um meio de pressão para alcançar seu objetivo. O Brasil, no entanto, durante o governo Geisel e sob o mandato do chanceler Azeredo da Silveira, já tinha consciência da necessidade de superação da dependência tecnológica, o que resultou na assinatura do **Acordo Nuclear Brasil-Alemanha de 1975** para transferência tecnológica nuclear para fins pacíficos. O acordo previa a construção de oito novas usinas nucleares e dava uma certa independência do Brasil em relação ao desenvolvimento tecnológico. A partir da década de 1990, no entanto, o Brasil redefine sua inserção internacional e assume uma postura menos defensiva na área nuclear. Os primeiros passos desta mudança de atitude brasileira foram o acordo entre Brasil e Argentina de 1985, conhecido como a Declaração de Iguaçu, com um objetivo conjunto de criar um Grupo de Trabalho Conjunto de alto nível, presidido pelos Ministros de Relações Exteriores dos dois países e firmar os compromissos de cooperação nuclear pacífica. Com a redemocratização brasileira, a nova Constituição de 1988 proíbe a existência de armas nucleares no Brasil. Durante os anos 1990, o Brasil cria a **ABACC (Agência Brasileira e Argentina de Contabilidade e Controle)**, que propõe um sistema duplo de salvaguardas; ratifica o Tratado de **Tlatelolco** de 1967, que cria uma zona livre de armas nucleares na América Latina em 1994, além de **ratificar o Tratado de Não Proliferação Nuclear em 1998**, mostrando uma mudança importante de sua atuação política.

2: ANULADA. O item foi anulado, dada a designação incorreta da Agência Internacional de Energia Atômica, que no item está designada como Agência Internacional de Energia Nuclear. Segundo o CESPE, esta leitura prejudicou o julgamento do item, razão pela qual a banca examinadora decidiu pela sua anulação. Pode-se comentar, no entanto, os motivos da recusa brasileira em assinar o **Protocolo adicional do TNP**. O principal instrumento internacional multilateral de controle de armas nucleares é o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Dentro do acordo do TNP estava delimitada a possibilidade da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) fiscalizar a produção nuclear dos Estados membros. Nos anos 1990, no entanto, depois da Guerra do Golfo e da descoberta de programas secretos de fabricação de armas nucleares no Iraque (que é signatário do TNP) e na Coreia do Norte, a AIEA percebeu a necessidade de instituir um instrumento para ampliar as capacidades investigativas da Agência. O **"Programa 93+2" ou Protocolo Adicional do TNP** começou a ser escrito em 1993 e tinha a intenção de ser implementado em dois anos (por isso o nome "93+2), no entanto, só foi aprovado em 1997. O Protocolo Adicional prevê a possibilidade de visitas surpresa aos Estados pela AIEA e o fim da necessidade de autorização ao Estado com 30 dias de antecedência para a entrada da agência. Além disso, o Protocolo também estabelece grande liberdade de trânsito para os fiscais e o controle de radioatividade para verificar se houve uso de material nuclear, o que antes não era permitido. O Protocolo adicional de 1997 é facultativo e não foi ratificado por todos os Estados Partes do TNP. A posição oficial brasileira para não assinar o Protocolo Adicional é que enquanto não houver progressos no desarmamento nuclear mundial, o Brasil não irá assinar. Além disso, o país já está comprometido pela sua Constituição de não desenvolver armas nucleares.

3: Certa. **A Comissão de Desarmamento das Nações Unidas** foi criada em 1952 pela resolução da Assembleia Geral sob o auspício do Conselho de Segurança da ONU e com um mandato para tratar sobre questões de desarmamento. A Comissão possui um corpo deliberativo com a função de considerar e elaborar recomendações em vários assuntos no campo do desarmamento e no acompanhamento das decisões deste setor. O Brasil trabalhou, como afirma o item, ativamente na Comissão de Desarmamento e no Conselho de Segurança, sempre adotando uma posição a favor do desarmamento e da não proliferação de armas nucleares.

4: Errada. O item está incorreto porque o Brasil faz parte de **Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis** desde 1995 e não houve bloqueio ao acesso de tecnologias, apenas o afastamento da cooperação internacional ao projeto brasileiro. O Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR) foi criado em 1987 pela França, Alemanha, Itália, Japão, Grã-Bretanha, Canadá e Estados Unidos, com o objetivo de conter a proliferação de sistemas de transporte de armas nucleares, além de aviões especializados em transportar mísseis ou armas de destruição em massa. O Brasil começou a fazer parte do sistema em 1995 quando aderiu ao grupo e, consequentemente, assumiu certos compromissos, como o limite em desenvolver lançadores de alcance de 300 km. O **Programa Espacial Brasileiro** está sendo desenvolvido, desde 1961, quando se iniciou a formação de cientistas em ciências espaciais e o estudo sobre a infraestrutura física, como a utilização da Barreira do Inferno em Natal/RN. O primeiro esboço do Programa Espacial brasileiro foi, no entanto, elaborado em 1979 na Missão Espacial Completa Brasileira (MECB). Previa-se a construção de dois satélites de coleta de dados e dois de observação da Terra. Esses satélites seriam projetados e desenvolvidos pelo então Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), vinculado na época ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e lançados do Brasil pelos Veículos Lançadores de Satélites (VLS). O centro de lançamento seria estabelecido em Alcântara, no Maranhão, com posição privilegiada para tais atividades por estar próximo a linha do equador. O grande objetivo, na época, era adquirir a tecnologia de satélites e foguetes a partir de projetos simples e com o auxílio internacional, em especial da França. O caráter dual do projeto brasileiro (civil e militar), no entanto, afastou a parceria internacional, resultando em inúmeros atrasos no projeto. O primeiro satélite brasileiro, o Satélite de Coleta de Dados 1 (SCD-1), foi lançado em 1993 por um foguete americano, 14 anos após a decisão de construí-lo. Enfim, a falta da parceria internacional, somada a um contexto internacional desfavorável, além da falta de

recursos e a indecisão governamental, atrasou os projetos. Em 1997 e 1998, ocorreram duas tentativas de lançamento do modelo do VLS, mas ambas as tentativas foram fracassadas. Em 1999, foi lançado, a partir da China, o primeiro Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (Cbers-1). Uma nova tentativa de lançamento brasileira foi feita em 2003, novamente frustrada.

Gabarito 1C, 2ANULADA, 3C, 4E

13.7. TERRORISMO

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Considerando as questões de segurança e sua presença na agenda da política externa brasileira, além de aspectos relacionados ao terrorismo no plano global, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Em fins do século passado, uma inovação surgiu no campo de ação do terrorismo, o homem-bomba, cuja origem pode ser entendida como derivação da revolução iraniana de 1979 e que foi utilizada pela primeira vez com a finalidade de alcançar efeitos significativos em 1983, pelo Hezbollah, no Líbano, contra alvos norte-americanos.

(2) A participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, a Estratégia Nacional de Defesa e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano atestam a articulação entre a política externa e a política de defesa alcançada, no Brasil, na última década.

(3) A ênfase atribuída pela diplomacia brasileira ao desarmamento e ao controle de armas no âmbito das Nações Unidas foi atenuada em razão da necessidade de modernização e reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras e do desenvolvimento de tecnologias de uso dual.

(4) Os ataques às Torres Gêmeas de Nova Iorque, ocorridos em setembro de 2001, marcaram o início de uma escalada do terrorismo internacional, que, perdurando até o presente, está associada à ocupação do Iraque pelos EUA, à campanha no Afeganistão bem como às reações a esses eventos em diferentes regiões.

1: Certo. Existe alguma divergência sobre a origem do homem-bomba e uma restrita bibliografia que lida com o tema. No entanto, alguns autores, como Robert A. Pape e Christoph Reuter, mostram a importância dos ataques terroristas efetuados pelo Hezbollah em Beirute, durante a Guerra Civil Libanesa em 1982. Esses ataques são importantes não apenas pela quantidade de mortos, mas também por marcarem o início de uma escalada do terrorismo internacional, mais especificamente do fenômeno do homem-bomba. Robert Pape, politólogo americano da Universidade de Chicago, que estudou todos os ataques suicidas entre 1980 e 2004, marca o ataque de 1982 no Líbano como o primeiro de uma série de levantes suicidas. Em outubro de 1983, durante a Guerra Civil Libanesa (1975-1990), dois carros bomba atacaram a sede das Forças Militares americanas e francesas em Beirute, matando mais de 300 soldados de ambas as nacionalidades. Foram homens-bomba que detonaram cada um dos carros e o ataque foi um dos mais significativos, com um grande contingente de mortos. Segundo Christoph Reuter, jornalista e autor do livro *"My Life Is a Weapon: A Modern History of Suicide Bombing*", foi a Guarda Revolucionária iraniana que trouxe para o Líbano a expertise dos ataques terroristas com homens-bomba. O ataque de 1983, com autoria do Hezbollah, marca, segundo o autor, uma inflexão na história do ataque terrorista, já que foi o Hezbollhah, durante estes ataques, que criaram a marca de "mártires" aos homens-bomba. Depois dos ataques de 1983 no Líbano, guerrilhas no mundo inteiro adotaram tanto o termo mártir quanto o *modus operandi* do homem-bomba.

2: Certo. A ênfase dada à questões de terrorismo, ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, com o apoio brasileiro à Resolução 1373, e sua ativa participação no Comitê Contra o Terrorismo, mostram o início de uma atuação mais efetiva do Brasil em relação a temas de segurança e terrorismo. Durante o segundo mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva, iniciado em 2007, a iniciativa brasileira no comando da MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), como afirma o item, atesta esta maior atuação brasileira em questões de defesa. Além disso, as negociações com as Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC), em 2009, pela libertação de reféns, a mediação do conflito no Irã sobre sua produção nuclear, além da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano no âmbito da UNASUL, são exemplos de ações da política externa brasileira nos últimos anos articuladas com a política de defesa. A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano no âmbito da UNASUL, em 2008, foi uma proposta brasileira com o objetivo de promover a cooperação entre os membros da organização em temas de segurança, além da coordenação de políticas de defesa, o intercâmbio entre membros das respectivas Forças Armadas e a participação conjunta em operações de paz da ONU. A justificativa brasileira para a criação do Conselho era que a reunião de coordenação na área de defesa e segurança que poderia evitar crises como a ocorrida entre Colômbia e Equador em 2008.

3: Errado. O item está incorreto porque a ênfase ao controle de armas e ao desarmamento, dada pela diplomacia brasileira no âmbito das Nações Unidas, corresponde ao tema das armas nucleares e não tem relação direta com o reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras. Desde que o Brasil faz parte do Tratado de Tlatelolco de 1967 (ratificado em 1994), o país está proibido de engajar-se em atividades com armas nucleares. Além disso, a Constituição brasileira de 1988 compromete o país a não desenvolver armas nucleares. A desnuclearização total é o conceito central da posição oficial brasileira sobre o tema. Além disso, outro erro do item é afirmar que houve uma atenuação da ênfase da diplomacia brasileira sobre o desarmamento. Ao contrário do que afirma o item, o Brasil é um grande defensor do desarmamento.

4: Errado. A visão apresentada por este item defende o pensamento da vertente que acredita que os atentados do 11 de setembro apenas mudaram a agenda internacional e não foram significativos, em termos numéricos, no aumento do terrorismo. Muitos autores especialistas na questão não concordam com essa visão. O item está incorreto porque os anos 1990 já marcaram um aumento do número de ataques terroristas a nível mundial. O que Samuel Huntington chamou de "**Choque das Civilizações**", representou, com o fim da Guerra Fria, uma escalada de conflitos e guerras civis no contexto internacional. Os ataques do Hezbollah no Líbano e a eminência da Al Qaida nos anos 1990, mostram que os ataques do **11 de setembro** apenas enfatizaram o tema do terrorismo na agenda internacional, mas o fenômeno já estava em ascendência. Desde o começo dos anos 1990, o Conselho de Segurança trata regularmente de questões relacionadas ao terrorismo. Nesse período, suas ações tomavam forma de sanções contra Estados que tinham ligação com grupos terroristas: Líbia (1992), Sudão (1996) e os Talibãs (resolução 1333). Em 1999, com sua resolução 1269, o Conselho de Segurança convocou todos os países a colaborar para prevenir atos terroristas. Antes dos atos terroristas do 11 de setembro de 2001, havia sido criado o **Comitê 1267**, composto pelos membros do Conselho e que tinha a função de acompanhar as sanções impostas ao Talibã e depois contra a Al Qaida em 2000. A partir de 2001, com os ataques terroristas às Torres Gêmeas de Nova Iorque, houve uma centralidade da temática na agenda internacional e uma maior disposição da comunidade internacional em reforçar as medidas de prevenção e repressão ao fenômeno. Com a resolução 1373 do Conselho de Segurança, que foi adotada por consenso, os países concordaram em criar o Comitê antiterrorismo (CAT), no intuito de criar uma maior colaboração no combate ao terrorismo. A intervenção no Afeganistão em 2001 marcou, igualmente, uma nova maneira de lidar com a questão, incentivando intervenções militares preventivas, o que ficou conhecido como a Doutrina Bush.

Gabarito 1C, 2C, 3E 4E

Sugestão de leitura: VILLA, Rafael Antonio Duarte and VIANA, Manuela Trindade. Security issues during Lula's administration: from the reactive to the assertive approach. **Rev. bras. polít. int.** [online]. 2010, vol.53, n.spe [cited 2012-01-30], pp. 91-114 .

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Os atentados de 11 de setembro de 2001 recolocaram as questões relativas à segurança no topo da agenda internacional e suscitaram reações e percepções diferenciadas acerca da forma de enfrentar o terrorismo internacional. Acerca desse tópico, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

(1) O Brasil solidarizou-se com os EUA e abriu-se à participação efetiva no combate global ao terrorismo, defendendo o fortalecimento das instituições multilaterais como medida válida para tal fim.

(2) Ao se opor às ações militares deflagradas pelos EUA no Afeganistão e no Iraque, o Brasil restringiu seu engajamento no combate ao terrorismo internacional ao que determinam a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

(3) A alegação dos EUA de que a região da tríplice fronteira abriga indivíduos vinculados a organizações terroristas provocou maior aproximação do Brasil às posições daquele país no combate ao terrorismo e fortalecimento da cooperação bilateral entre Brasil e EUA.

(4) Ao enfatizar a necessidade de se fortalecerem os mecanismos multilaterais globais e regionais para o enfrentamento do terrorismo global, o Brasil não se opôs aprioristicamente a intensificar e aprofundar a cooperação com os EUA.

1:Certa. Depois dos atentados do 11 de setembro em 2001, nos Estados Unidos, o terrorismo tornou-se o principal tema de agenda na área de segurança internacional nos fóruns multilaterais. A Resolução 1373 do Conselho de Segurança em 2001 foi uma das mais importantes resoluções sobre o terrorismo e criou o Comitê Antiterrorista (CAT) que determina a entrega de relatórios anuais pelos Estados partes relacionados à temática do terrorismo e buscando um sistema de cooperação mundial sobre o tema, com a estipulação de mecanismos de combate ao terrorismo e compartilhamento de informações. O Brasil tanto na resolução, quanto na atuação no CAT mostrou solidariedade com a temática e ativa participação. O Brasil é parte de 12 Convenções da ONU que tratam sobre o tema de terrorismo e de 3 da Organização de Estados Americanos. Além disso, o Brasil apresentou todos os relatórios ao CAT, sendo um dos poucos Estados a estar totalmente em dia com o Comitê. A atuação brasileira, no entanto, acompanha a ressalva do apoio brasileiro da defesa do combate ao terrorismo pela via multilateral e de acordos com os princípios do direito internacional.

2: Errada. Ao contrário do que afirma o item, o Brasil não manifestou oposição às ações militares no Afeganistão em 2001, mas lamentou o início da Guerra no Iraque em 2003, ambas lideradas pelos Estados Unidos da América. No entanto, ao contrário do que afirma o item, o Brasil não restringiu seu combate ao terrorismo internacional na Organização dos Estados Americanos ou no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. O Brasil, em 2004, ratificou a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, adotada em 2002 pela OEA. Além disso, o Brasil foi responsável pela iniciativa de invocar o TIAR no pós 11/9 para a rediscussão do sistema interamericano de segurança e pelo lançamento da resolução "Ameaça Terrorista nas Américas". A resolução, no âmbito do órgão de consulta do TIAR, considerou os atentados aos Estados Unidos um ataque aos países americanos e determinou a assistência de todos para enfrentar o terrorismo. Nota-se o interesse brasileiro, a partir desta iniciativa, em relacionar a reação aos ataques do 11/9 a uma lógica jurídica e multilateral. Celso Lafer, então chanceler, negou logo a ideia do envio de tropas ao Afeganistão, relembrando a tradição brasileira de participar apenas em Operações de paz que não estão sob auspício do capítulo VII da Carta da ONU.

3: Errada. Em 2005, no relatório anual dos EUA sobre o controle internacional de narcóticos, a região da Tríplice fronteira entre Brasil, a Argentina e o Paraguai foi colocada em suspeita como região de atividade terrorista, sobretudo de financiamento. O Governo dos EUA decidiu apresentar formalmente nomes de pessoas e instituições que, em seu entendimento, estariam envolvidas em atividades supostamente ligadas ao financiamento do terrorismo. A apresentação da mencionada lista de nomes foi objeto de ampla discussão entre as delegações do Brasil, da Argentina, do Paraguai e dos EUA, por ocasião da V Reunião do Grupo 3 + 1 sobre a segurança na Tríplice Fronteira, realizada em dezembro de 2006, em Buenos Aires. Ao contrário do que afirma o item, as denúncias americanas não provocaram uma maior aproximação entre o Brasil e a posição americana sobre terrorismo. O Governo brasileiro entende que, à luz das informações disponíveis, não há indícios da ocorrência, naquela região, de atividades ligadas ao terrorismo ou a seu financiamento. Tal posição é compartilhada pelos Governos da Argentina e do Paraguai, conforme o comunicado conjunto adotado ao final da reunião de Buenos Aires.

4: Certa. O item resume a posição do Brasil em matéria de segurança internacional e terrorismo. A defesa da centralidade do multilateralismo e do direito internacional – inclusive por meio de uma reforma ampliadora do CSNU – faz parte das posições brasileiras sobre o tema. Não obstante esta posição ganhar força durante a Guerra do Iraque e a Guerra do Afeganistão, a cooperação brasileira no trato com os EUA sobre o tema de terrorismo continuou vigorando.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2009) Na presente década, o enfrentamento ao terrorismo internacional tornou-se preocupação de segurança na agenda global, impulsionado, em grande medida, pelos atentados de 11/9/2001 e pelas pressões norte-americanas por um firme engajamento da comunidade internacional em tal sentido. Com relação a esse assunto, julgue os itens seguintes.

(1) A recusa brasileira em assumir o terrorismo como ameaça prioritária à segurança nacional reflete a preocupação do país de contrapor-se às propostas e ações unilaterais norte-americanas nesse campo e de valorizar a cooperação multilateral no plano global e no regional.

(2) Ao ratificar a Convenção Interamericana de Combate ao Terrorismo firmada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, o Brasil, de maneira pragmática, optou por concentrar regionalmente seus esforços de cooperação na luta contra o terrorismo, por não se considerar alvo ou palco privilegiado do terrorismo internacional.

(3) O Brasil acompanha a tendência contemporânea de privilegiar a repressão à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo como dimensão importante da cooperação internacional para o enfrentamento ao terrorismo, participando na condição de membro do Grupo de Ação Financeira e do Grupo de Ação Financeira da América do Sul.

1: Errado. O item está incorreto porque não houve recusa brasileira em assumir o terrorismo como ameaça prioritária à segurança nacional. Depois dos atentados do 11 de setembro em 2001, nos Estados Unidos, o terrorismo tornou-se o principal tema de agenda na área de segurança internacional nos fóruns multilaterais. A Resolução 1373 do Conselho de Segurança em 2001 foi uma das mais importantes resoluções sobre o terrorismo e criou o Comitê Antiterrorista (CAT), que determina a entrega por parte dos Estados partes de relatórios anuais relacionados à temática do terrorismo e buscando um sistema de cooperação mundial sobre o tema, com o estabelecimento de mecanismos de combate ao terrorismo e compartilhamento de informações. Ao contrário do que afirma o item, o Brasil, tanto na resolução, quanto na atuação no CAT, mostrou solidariedade com a temática e ativa participação. O Brasil é parte de 12 Convenções da ONU que tratam sobre o tema de terrorismo e de 3 da Organização de Estados Americanos. Além disso, o Brasil apresentou todos os relatórios ao CAT, sendo um dos poucos Estados a estar totalmente em dia com o Comitê. A atuação brasileira, no entanto, acompanha a ressalva do apoio brasileiro da defesa do combate ao terrorismo pela via multilateral e de acordos com os princípios do direito internacional. O Brasil afirma que a matriz do terrorismo está relacionada à questão social, isto é, o subdesenvolvimento gera terrorismo (e outros problemas), o que leva o Brasil a reconhecer apenas um grupo terrorista, a Al-Qaeda. Além disso, o país critica a forma unilateral como a questão é, às vezes, tratada, privilegiando fóruns multilaterais para tratar o tema. Vale ressaltar que a postura do Brasil com relação ao terrorismo pode ser verificada na Constituição de 1988: o art.4, VIII, afirma o repúdio ao terrorismo como um dos princípios chaves das relações internacionais brasileiras, e o art.5, XLIII, considera o terrorismo como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

2: Errado. O item está incorreto porque o Brasil não optou por concentrar regionalmente seus esforços ao combate do terrorismo internacional, ao contrário, a atuação brasileira a nível global no combate ao terrorismo é destaque na ONU. Vale ressaltar que o Brasil, em 2004, ratificou a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, adotada em 2002 pela OEA. Além disso, o Brasil foi responsável pela iniciativa de invocar o TIAR no pós 11/9 para a rediscussão do sistema interamericano de segurança e pelo lançamento da resolução "Ameaça Terrorista nas Américas". A resolução, no âmbito do órgão de consulta do TIAR, considerou os atentados aos Estados Unidos um ataque aos países americanos e determinou a assistência de todos para enfrentar o terrorismo. Nota-se o interesse brasileiro, a partir desta iniciativa, em relacionar a reação aos ataques do 11/9 a uma lógica jurídica e multilateral.

3: Certo. O item está correto já que o Brasil vê o combate à lavagem de dinheiro internacional como meio de ação contra o terrorismo. Nesse sentido, o Brasil participa de duas organizações intergovernamentais: o Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI/FATF) e o Grupo de Ação Financeira da América do Sul contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFISUD). O GAFI/FATF foi criado em 1989 e é uma organização intergovernamental cujo propósito é desenvolver e promover

políticas nacionais e internacionais de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. O objetivo da organização é elaborar políticas visando a gerar a vontade política necessária para realizar reformas legislativas e regulatórias nessas áreas. Já o GAFISUD é um órgão regional no estilo do GAFI/FATF que atua na América do Sul. É composto por 10 países-membros, 5 países-associados e diversas organizações observadoras. Seu propósito é estimular seus membros a combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo na região, por meio do compromisso de melhorar permanentemente as políticas nacionais e os mecanismos de cooperação internacional dos países da América do Sul. O Brasil é membros de ambos os grupos.

Gabarito 1E, 2E, 3C

13.8. NARCOTRÁFICO

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta acerca do posicionamento do Estado brasileiro no que se refere ao combate ao narcotráfico.

(A) No documento final da Primeira Cúpula das Américas, realizada em 1994, há item específico a respeito do combate às drogas ilícitas.

(B) O Sistema de Vigilância da Amazônia foi desativado em 2003, por não ter atingido um de seus principais objetivos, o controle da entrada de entorpecentes ilícitos no Brasil.

(C) O Brasil não possui acordo específico de combate ao narcotráfico com a Colômbia, ainda que na região em que se encontra esse país se registre uma das maiores produções mundiais de entorpecentes.

(D) A Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas é o mais recente tratado internacional de combate ao tráfico ilícito de entorpecentes assinado pelo Brasil.

(E) Em 1970, Brasil e Argentina firmaram acordo de cooperação para o combate ao narcotráfico e para a prevenção contra o uso de drogas.

A: Correto. A Primeira Cúpula das Américas ocorreu em 1994, na cidade de Miami, e tinha o objetivo de estimular a cooperação hemisférica centrada em quatro eixos principais (1) fortalecimento da democracia; (2) integração econômica e livre comércio – com vistas a estabelecer uma área de livre comércio para as Américas; (3) erradicação da pobreza e da discriminação; e (4) promoção do desenvolvimento sustentável. Como afirma o item, no documento final da I Cúpula, foi feito referência ao combate ao problema das drogas ilícitas e crimes conexos. O artigo 6º do documento atesta: "*Os problemas das drogas ilícitas e das atividades criminosas conexas representam séria ameaça às sociedades, às economias de livre mercado e às instituições democráticas do Hemisfério. O uso de drogas impõe imensos custos sociais; o dinheiro e a renda do tráfico de drogas representam uma drenagem efetiva do crescimento econômico; e os grandes traficantes de drogas e as organizações criminosas põem em perigo a segurança dos nossos povos por meio da corrupção, intimidação e violência. Embora o tráfico de drogas continua a ser fonte importante meio de fundos ilícitos, a indústria da lavagem de dinheiro abrange cada vez mais ganhos de todos os tipos de atividade criminosa. Para enfrentar esses problemas, é essencial adotar uma abordagem integrada e equilibrada que inclua o respeito a soberania nacional. Por essas razões, é necessária uma ampla estratégia coordenada em âmbito hemisférico para reduzir o uso e a produção de entorpecentes que inclua novos métodos de aplicação da lei capazes de interromper as redes de tráfico de drogas e de lavagem de dinheiro e de processar as pessoas envolvidas em tais atividades. Neste contexto, os Governos tomam nota da Reunião de Cúpula de San Antonio, de 1992, endossam as iniciativas da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas e concordam em trabalhar em conjunto para formular uma estratégia de combate aos entorpecentes para o Século XXI."* As declarações e planos de ação aprovados nas Cúpulas subsequentes (Santiago, 1998, e Quebec, 2001, além da Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável de Santa Cruz de la Sierra, 1996, e da Cúpula Especial de Monterrey, 2004) elaboraram reiteradamente sobre os três tópicos de cunho eminentemente político, enquanto as negociações para a conformação da Área de Livre Comércio (ALCA) seguiram curso paralelo, com a expectativa de que convergiriam para sua conclusão na IV Cúpula, realizada em Mar del Plata, em 2005, o que não se concretizou. Hoje, a vertente comercial das cúpulas foi, na prática, abandonada. A última Cúpula das Américas ocorreu em Cartagena em abril de 2012 com o tema "Conectando as Américas: Sócios para a Prosperidade", com ênfase em pobreza e desigualdade; gestão e redução de risco de desastres; acesso e utilização de tecnologias; segurança cidadã e delinquência organizada transnacional; e integração física regional. O tema das drogas foi colocado em pauta pelos países da América Central que propunham debater a legalização de determinadas drogas no ambiente, alegando o fracasso do combate baseado na repressão. O tema foi discutido, mas não houve consenso.
B: Incorreto. O Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) é uma rede de coleta e processamento de informações organizada por um programa governamental multiministerial, o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), cujos objetivos são a defesa e a garantia da soberania brasileira na Amazônia Legal, além da sistematização e otimização das ações governamentais na região. O Sipam-Sivam foi concebido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) nos anos 1990, e entrou em vigor em 1997. Em 2002, foi instituído, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Censipam, vinculado à Presidência da República, para gerenciar o Sistema e inaugura o primeiro Centro Regional em Manaus. O controle da entrada de entorpecentes no Brasil, além da identificação e localização de centros de armazenamento de drogas, localização de pistas de pouso clandestinas e extração ilegal de minérios e madeiras, entre outras, são alguns dos objetivos do projeto. O item está incorreto porque o SIVAM não foi desativado em 2002 por não ter atingido seu objetivo no controle de entorpecentes. Na verdade, ele foi transformado em CESINPAM, saindo do controle da Defesa Civil para o controle da Casa Civil.
C: Incorreto. O item está incorreto porque o Brasil possui diversos acordos específicos de combate ao narcotráfico com a Colômbia, como o Acordo de Assistência Recíproca para a Prevenção do Uso e Tráfico Ilícitos de Substâncias Estupefacientes e Psicotrópicas de 1981; o Ajuste sobre Cooperação Judiciária Complementar ao Acordo de Assistência Recíproca para a Prevenção do Uso e Tráfico Ilícito de Substâncias Estupefacientes e Psicotrópicas de 1991; o Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Ilegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1997; o Acordo de Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais de 1997; além de o Acordo por Notas Reversais para a Constituição do Grupo de Trabalho Bilateral para a Repressão da Criminalidade e do Terrorismo de 2003.
D: Incorreto. O item está incorreto porque a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas foi criada em 1971 e promulgada no Brasil em 1972, não sendo o tratado mais recente sobre combate às drogas assinado pelo Brasil. A Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas estabelece um sistema de controle internacional para substâncias psicotrópicas, e surgiu em reação à expansão e diversificação do espectro do abuso de drogas nos anos 1970. A Convenção criou formas de controle sobre diversas drogas sintéticas tanto em relação à preparação, quanto ao uso e ao comércio de psicotrópicos.
E: Incorreto. O narcotráfico é um tema relativamente novo na agenda de cooperação entre os países sul-americanos, apesar da incidência do fenômeno na região. Foi no início dos anos 1990 que as questões relativas ao narcotráfico entraram na agenda regional. O item está incorreto porque Brasil e Argentina assinaram em 1995, e não na década de 1970, um acordo de cooperação para o combate ao narcotráfico e a prevenção ao abuso de drogas, no qual ambos os países comprometiam-se conjuntamente a intensificar ações de repressão ao tráfico em áreas de fronteiras, a intercambiar informações e a promover a cooperação entre seus respectivos órgãos policiais responsáveis pela repressão ao tráfico de entorpecentes.

Gabarito "A"

13.9. A REFORMA DAS NAÇÕES UNIDAS

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Nos últimos anos, a reforma da ONU ganhou lugar de destaque na agenda global, mobilizando esforços diplomáticos de toda a comunidade internacional. No que concerne a esse processo de reforma, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) Tendo alcançado consenso acerca de questões políticas e institucionais, como a redefinição das competências do Secretariado Geral, do Conselho de Segurança e das agências especializadas do Sistema Nações Unidas, o processo de reforma concentrasse, no presente, no tratamento de questões administrativas, financeiras e de recursos humanos, assumindo conotação preponderantemente técnica.

(2) O dissenso a respeito da ampliação do Conselho de Segurança e o exercício do veto por parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança têm impedido o avanço das reformas.

(3) Com a eleição e a posse do novo Secretário-Geral da ONU, reabriram-se automaticamente as negociações relativas à reforma do Conselho de Segurança, que haviam sido suspensas com o término do mandato de Koffi Annan.

(4) O estabelecimento do Conselho de Direitos Humanos e o da Comissão de Construção da Paz representam avanços concretos no processo de reforma da ONU.

1: Errada. A Organização das Nações Unidas foi fundada em 26 de junho de 1945 com 50 Estados membros. No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, era necessário um novo organismo internacional que assegurasse a paz e fizesse valer o direito internacional. Atualmente, com 192 Estados Associados e um contexto internacional completamente modificado, a necessidade de uma reforma institucional na ONU foi colocada novamente em pauta. Ao assumir a Secretária-Geral da Organização em 1997, Kofi Annan decidiu promover a agenda da reforma e publicou, no mesmo ano, relatório chamado '***Renewing the United Nations: a programme for reform***'. Entre os temas debatidos, sob o amplo título "reformas da ONU", ressaltam-se: a reforma do CSNU, o processo de revitalização da Assembleia Geral e o fortalecimento do ECOSOC, além das negociações sobre coerência do sistema e das reformas administrativas. Em 2005, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, decidiu convocar um painel com 16 pessoas com experiência e conhecimento sobre os órgãos das Nações Unidas para analisar e criar propostas para a reforma do sistema onusiano. O Painel entregou ao Secretário-Geral da ONU um documento intitulado "**Um mundo mais seguro: nossa responsabilidade comum**", que propunha 101 recomendações a serem submetidas aos membros da ONU. Mesmo se algumas reformas foram alcançadas, como na Secretaria Geral com a criação do posto de Vice-Secretário-Geral e o surgimento de um departamento de assuntos econômicos e sociais – resultante da fusão de três departamentos existentes -, **um consenso sobre as reformas institucionais e políticas é cada vez mais difícil.** O item está incorreto, portanto, ao afirmar que um consenso sobre questões políticas e institucionais foi alcançado, ao contrário, essas reformas não encontraram uma resolução definitiva e continuam em pauta. A questão da Reforma do Conselho de Segurança é o projeto mais difundido entre as reformas e continua sem consenso (explicação abaixo).

2: Errada. A atual estrutura do **Conselho de Segurança** apresenta quinze membros: os cinco permanentes com poder de veto (Estados Unidos, Rússia, China, Inglaterra e França) e dez membros rotativos, eleitos para um período de dois anos, sem direito a reeleição. Em **2005**, o então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan apresentou o projeto ***"In larger freedom: towards development, security and human rights for all"***. O relatório apresenta **dois modelos de reforma**. O primeiro propõe a criação de seis novos assentos permanentes, mas sem direito a veto (de acordo com distribuição regional: dois para África, dois para Ásia, um para Europa e outros e um para América Latina e Caribe) e três assentos não permanentes, com mandato de dois anos, não renováveis. O segundo modelo propõe a criação de oito assentos não permanentes, com mandato de quatro anos e com direito a reeleição, e um assento não permanente nos moldes atuais (mandato de dois anos, sem reeleição). Foi apenas em setembro de 2008, pela primeira vez, que a Assembleia Geral aprovou por consenso, que os membros deveriam dar início a uma negociação para a reforma do Conselho de Segurança, mas que não produziu efeitos práticos. Além destas propostas, outras duas foram elaboradas em vista de reformar o Conselho de Segurança. Uma proposta foi feita pelo grupo formado **por Alemanha, Brasil, Índia e Japão (G4)**, que estão mais alinhados com a primeira proposta e têm feito demandas fortes por uma ampliação de assentos permanentes. O outro grupo, chamado **"Unidos pelo consenso",** reúne, no entanto, países que se opõe ao G4, como Itália, Espanha, México, Argentina, Paquistão e Coreia do Sul. Estes países defendem que para uma reforma legítima seria necessário o consenso mais amplo possível, afirmando que os modelos apresentados pelo painel representam propostas, mas não soluções finais e que, dentre as duas opções, o segundo modelo seria mais flexível e permitiria uma representação mais justa. O item está incorreto porque, apesar do dissenso a respeito da ampliação do Conselho de Segurança, em nenhum momento ocorreu uma votação no próprio Conselho para aprovar qualquer reforma, não ocorrendo o exercício do veto pela parte de nenhum membro permanente. A reforma do Conselho de Segurança tem que ser primeiramente votada na Assembleia Geral e, em seguida, aprovada pelo Conselho.

3: Errada. Desde 1995, na gestão de Boutros Boutros-Ghali como Secretário-Geral da ONU, a reforma da ONU já estava em pauta com a criação do Grupo de Trabalho para Fortalecimento das Nações Unidas. Em 1996, foi criado um grupo que apresentou o primeiro relatório sobre o tema, intitulado ONU21 (ONU para o Século XXI). Durante o mandato de Kofi Annan, de 1997 a 2006, a reforma continuou sendo objeto de destaque, sendo desenvolvidos no período amplos debates que, além de discutir a modernização do sistema de trabalho da Organização, apresentaram vários projetos para reformar o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral e diversos outros órgãos da instituição. O item está incorreto porque com o fim do mandato de Kofi Annan em 2006, não houve o encerramento das negociações sobre o tema. O sul-coreano Ban Ki-moon, que assumiu o posto em 2007, continuou a reforma como item prioritário na agenda da organização.

4: Correta. Em 2005, quando as Nações Unidas comemoraram sessenta anos, foi realizada uma reunião de Cúpula da Organização, com cerca de 170 chefes de Estado e de governo. Celebrada para rever a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio, a Cúpula de 2005 também constituiu oportunidade para avançar o debate sobre reformas institucionais das Nações Unidas. As duas grandes decisões da Cúpula relacionadas à reforma da ONU foram a **criação da Comissão de Consolidação da Paz** e a transformação da **Comissão de Direitos Humanos em Conselho de Direitos Humanos**.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

14. O BRASIL E A FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Ainda com referência ao período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, julgue C ou E.

(1) O FMI e o BIRD emanaram da Carta de Havana (1947). Por sua vez, o GATT foi criado pelo Acordo de Bretton Woods (1944), tendo sido o Brasil um dos 23 signatários originais.

(2) O Congresso dos EUA aprovou o estabelecimento da Organização Internacional do Comércio (OIC), que depois evoluiu para a atual Organização Mundial do Comércio (OMC).

(3) A União Europeia (UE) foi criada pelo Tratado de Roma de 1957.

(4) A tese advogada pela CEPAL no sentido da industrialização da América Latina foi seguida, com maior ou menor êxito, pelos países da região.

1: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) não emanaram da Carta de Havana de 1947, mas dos Acordos de Bretton Woods de 1944. A Carta de Havana foi resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Emprego, celebrada em Havana, em Cuba, que tinha o objetivo de criar a Organização Internacional do Comércio (OIC). No entanto, esta organização nunca entrou em vigor, já que a Carta não foi ratificada pelo Congresso dos Estados Unidos. No entanto, a necessidade da existência de um organismo internacional que regulamentasse as regras comerciais a nível mundial era reconhecida. Por essa razão, foi aproveitada e aprovada por 23 Estados a Parte IV da Carta de Havana, que dizia respeito à política comercial. As suas disposições, conhecidas por Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT), entraram em vigor a 1 de Janeiro de 1948. Para que o GATT pudesse entrar em vigor rapidamente, elaborou-se um Protocolo de Aplicação Provisória para a aplicação do GATT. Realizaram-se, no âmbito do GATT, oito rondas de negociações comerciais multilaterais destinadas a reforçar a liberalização do comércio mundial. No encerramento da 8ª Ronda do Uruguai, existiam já 123 partes contratantes do GATT, número que, no início de 1995, já tinha aumentado para 128. O item está, portanto, incorreto também, porque o GATT não foi resultado dos Acordos de Bretton Woods.

2: Errado. O item está incorreto porque o Congresso Americano não aprovou o estabelecimento da Organização Internacional do Comércio, estabelecida pela Carta de Havana de 1947. A Organização Mundial do Comércio foi criada apenas em 1995, com o fim da oitava rodada de negociações do GATT, a Rodada do Uruguai, iniciada em 1986.

3: Errado. O item está incorreto porque a União Europeia foi criada apenas em 1992 com o Tratado de Maastrich. Em 1957, pelo Tratado de Roma foi criada a Comunidade Econômica Europeia (CEE), que

congregava inicialmente a França, a Alemanha, a Itália e os países do Benelux, com o objetivo de alcançar uma maior integração por intermédio de trocas comerciais, tendo em vista a expansão econômica. Em 1956, foi proposta a criação de um mercado comum europeu e a criação de uma comunidade de energia atômica. Em março de 1957, foram assinados em Roma dois tratados, o primeiro instituiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e o segundo a Comunidade Europeia da Energia Atômica, mais conhecida sob a designação de Euratom. A CEE tinha o objetivo de criar uma união aduaneira e um mercado comum. Após a assinatura do Tratado de Maastricht, em 1992, a CEE passa a constituir a União Europeia, exprimindo a vontade dos Estados-Membros de alargar as competências comunitárias a domínios não econômicos. A União Europeia só adquiriu personalidade jurídica com o Tratado de Lisboa em 2007.

4: Certo. A tese advogada pela CEPAL foi lançada, em 1950, com a publicação de um estudo intitulado "O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas". Segundo a CEPAL, o sistema econômico internacional estaria dividido entre o centro (países industrializados que exportam produtos manufaturados) e a periferia (países como os da América Latina, que exportam produtos primários). Com o desenvolvimento tecnológico, o centro é capaz de absorver seus benefícios integralmente, já que possui forças sindicais e instituições comerciais desenvolvidas. Na periferia, no entanto, as empresas e os trabalhadores têm menos poder e devem submeter-se aos clientes do centro e estabelecer preços mais baixos aos seus produtos. A degradação dos termos de troca entre países industrializados e países em desenvolvimento é a base da teoria cepalina que argumenta que a tecnologia e o desenvolvimento do comércio internacional acabam por beneficiar apenas o centro, privando a periferia de benefícios. Depois desta constatação, a Cepal transformou-se no alicerce do ativismo dos países periféricos no seio das Nações Unidas e criou a escola latino-americana de pensamento econômico. Durante seus anos na CEPAL, Raul Presbich, o mentor da teoria cepalina, adotou o ideal da política de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), doutrina que prega a industrialização pelo desenvolvimento da produção interna via controle das importações. Segundo o pensamento cepalino, essa política permitiria o desenvolvimento e a acumulação de capitais internos que gerariam um processo de desenvolvimento autossustentável aos países latino-americanos. Como afirma o item, ela foi seguida, com maior ou menor êxito, pelos países da região.

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2010 – CESPE) Com relação ao quadro econômico e social subsequente ao fim da Segunda Guerra Mundial, julgue C ou E.

(1) O chamado "Sistema de Bretton Woods" — que previa a paridade do dólar com o ouro — perdurou até a Primeira Guerra do Golfo, no início dos anos noventa.

(2) Em resposta ao Plano Marshall, a URSS criou o Conselho de Ajuda Econômica Mútua (COMECON) em 1949, voltado para a Europa Oriental mas que, a partir dos anos 70, estendeu-se à Mongólia, Cuba e Vietnã.

(3) Ao defender o papel regulador do Estado na economia e nas relações sociais, estimulando a demanda e o aumento da produção, da renda e do emprego, a doutrina keynesiana forneceu sustentação para o Estado do bem-estar social.

(4) O Plano Marshall, também denominado Programa de Recuperação Europeia, foi bem recebido pela então URSS, sobretudo porque se destinava ao conjunto da Europa e não apenas a alguns países.

1: Errado. O item está incorreto porque o sistema de Bretton Woods perdurou até 1971, quando o presidente americano Richard Nixon determinou o fim da paridade dólar-ouro. Nos anos 1960, percebe-se uma importante evasão de capitais dos EUA durante reconstrução europeia e um forte índice de inflação (causado principalmente pela recorrente criação de moeda durante a Guerra do Vietnã e da necessidade de manter a liquidez mundial). Esses fatores trouxeram certa desconfiança em relação ao dólar como ativo de reserva de valor internacional e um descontentamento dos países europeus sobre a hegemonia da moeda americana. Alguns Estados começaram a adotar o ouro como reserva de valor e criaram alternativas como o Direito Especial de Saque, moeda definida pelo FMI em paridade com o ouro (1968). Em 1971, Richard Nixon decretou o fim da paridade dólar-ouro, o que levou ao fim do sistema Bretton Woods.

2: Errado. O item foi considerado Certo no gabarito preliminar, mas foi modificado para Errado no gabarito final já que a Mongólia foi admitida no COMECON em 1962 e não nos anos 1970, como se afirma no item. O Conselho de Ajuda Econômica Mútua (COMECON) foi criado em 1949, por um *communiqué* feito entre Albânia, Bulgária, Tchecoslováquia Polônia, Romênia, Hungria e URSS. O objetivo do COMECON não era estabelecer uma integração econômica, mas propor uma cooperação econômica entre seus membros para criar uma maior independência dos países ligados à URSS em relação aos países capitalistas. O COMECON foi uma resposta a criação da OECE (Organização Europeia de Cooperação Econômica), criada para supervisionar a ajuda econômica americana oferecida pelo Plano Marshall. O Plano Marshall foi um plano americano de ajuda econômica com o objetivo de reconstruir economicamente a Europa no pós-Segunda Guerra Mundial. O item está incorreto porque foi a partir dos anos 1960 que o COMECON começou a estender-se para países fora da Europa Oriental com a entrada da Mongólia em 1962. Cuba aderiu em 1972 e a República Socialista do Vietnã em 1978.

3: Certo. A doutrina keynesiana foi criada pelo economista britânico John Mayard Keynes a partir da publicação, em 1936, do livro Teoria Geral sobre Emprego, Juros e Moeda. Keynes tinha o objetivo de questionar as teorias econômicas clássicas que acreditavam que o desenvolvimento econômico estava atrelado ao princípio do Estado mínimo e da não intervenção do Estado na economia. Segundo o pensamento keynesiano, é a demanda que cria a oferta de produtos e serviços. Ao contrário dos clássicos, que acreditavam que toda a oferta geraria uma demanda na mesma proporção, a visão keynesiana defendia que em período de crise, os consumidores reduziam a demanda efetiva e as antecipações negativas podiam piorar o quadro econômico. A teoria keynesiana defende que apenas o Estado é capaz de relançar a economia e restituir uma demanda efetiva. Para fazê-lo o Estado deve aumentar seus gastos ou utilizar da política monetária a curto prazo. Essa ideia de intervenção do Estado na economia, como afirma o item, forneceu uma sustentação ao conceito de Bem-Estar Social, já que seria um benefício para a sociedade a intervenção estatal. O Estado de Bem-Estar Social, ou Welfare State, como é conhecido, designa a prática de um Estado assistencial que garante padrões mínimos de saúde, educação, renda, habitação para seus cidadãos. Não obstante, alguns direitos sociais terem surgido entre o século XVIII e XIX, o conceito de Estado de Bem-Estar Social surgiu apenas após a Segunda Guerra Mundial, com a ampliação dos serviços assistências por parte do Estado e o aumento dos direitos sociais. A Grã-Bretanha foi o Estado que iniciou o processo do Welfare State ao aprovar uma série de leis em 1942 para a área da saúde e da educação.

4: Errado. O item está incorreto porque o Programa de Recuperação Europeia, que ficou conhecido como o Plano Marshall, não foi bem recebido pela União Soviética, que acabou criando em 1949 um Plano de cooperação econômica para os países sob influência soviética conhecido com o Conselho de Ajuda Econômica Mútua (COMECON) em resposta (ver item 1 desta questão).

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Diplomacia – 2006 – CESPE) Ainda com referência ao cenário mundial do pós-Segunda Guerra Mundial, julgue os itens seguintes.

(1) Bretton Woods, Dumbarton Oaks, Ialta, Potsdam e São Francisco foram algumas das mais importantes reuniões ocorridas na etapa final da Segunda Guerra, quando aspectos fundamentais da ordem econômica e política, a vigorar após a cessação das hostilidades, foram fixadas mediante arranjos diplomáticos e militares.

(2) Após o fim da Segunda Guerra, já em clima de paz, a Conferência de Bretton Woods criou duas importantes instituições: o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

(3) Impedir a conversibilidade das moedas e restringir as facilidades de câmbio, como instrumentos necessários ao equilíbrio das finanças mundiais, eram, em síntese, os principais objetivos determinantes para a criação do FMI, os quais marcam sua atuação até hoje.

(4) Há consenso entre os especialistas de que o fracasso do sistema financeiro criado em Bretton Woods decorre de seu conservadorismo original e de sua pouca criatividade, responsáveis pelos sucessivos sobressaltos e pelo crescente fechamento da economia mundial pós-1945.

1: Certa

CONFERÊNCIA	ANO	DESCRIÇÃO
Bretton Woods	Julho / 1944	Tinha o objetivo de regularizar e estabelecer regras internacionais para o sistema monetário e econômico mundial. Os acordos de Bretton Woods ficaram conhecidos pela fundação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e por estabelecer regras de uma política monetária com uma taxa de câmbio fixa ao dólar, cujo valor seria estabelecido a partir da paridade dólar-ouro, em uma base fixa de 35 dólares por onça do ouro.
Dumbarton Oaks	Outubro / 1944	Conferência realizada nos Estados Unidos. Marca os acordos entre China, Estados Unidos, Grã-Bretanha e URSS sobre os objetivos, estrutura e funcionamento de uma possível organização mundial, que viria a ser a ONU em 1945. Foi uma reunião de caráter prático que estabeleceu as bases da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social e da Corte Internacional de Justiça, além do Secretariado, que foi também previsto. O método de voto do Conselho de Segurança não foi decidido durante estas reuniões, mas foi elaborado um primeiro rascunho do que seria a Carta da ONU.
Ialta	Fevereiro / 1945	Consagrou a divisão entre aliados ocidentais e a União Soviética. Participaram da Conferência, realizada na região da Ucrânia, com a presença Franklin Roosevelt (EUA), Josef Stalin (URSS) e Winston Churchill (Grã-Bretanha). Ialta ficou conhecida pela repartição informal das zonas de influência entre Leste e Oeste. A conferência marcou a influência da URSS na Europa Oriental – a imposição soviética sobre a Romênia e a Bulgária acelerou o pessimismo de Roosevelt e Churchill durante a conferência.
São Francisco	Abril / 1945	Marca o nascimento da Organização das Nações Unidas e teve a presença de 50 Estados, entre os países que haviam declarado guerra à Alemanha e ao Japão durante a Segunda Guerra Mundial. Foi assinada a Declaração das Nações Unidas, que se tornou um dos grandes instrumentos de regulação das relações internacionais, com 19 capítulos e 111 artigos
Potsdam	Entre julho e outubro / 1945	A Conferência de Potsdam reuniu URSS, EUA e Grã-Bretanha e marcou a divisão da Alemanha em 4 áreas de influência e estabeleceu uma ordem pós-guerra. Potsdam cuidou também da questão da Polônia e das tropas de Stálin que se instalaram no país. Vale lembrar que, em Potsdam, Churchill é substituído por Clement Atlee, e Roosevelt por Henry Truman.

2: Errada. O item está incorreto porque a Conferência de Bretton Woods não ocorreu ao final da Segunda Guerra Mundial, mas em julho de 1944, um ano antes do fim da guerra. Como afirma o item, duas importantes instituições foram criadas durante a Conferência: o **Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (**BIRD), que foi criado para promover o desenvolvimento econômico a longo prazo trabalhando também com o financiamento de projetos de infraestrutura. A expressão Banco Mundial designa unicamente o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID). O Grupo Banco Mundial compreende além do BIRD e da AID, outras três agências: a Sociedade Financeira Internacional (SFI), a Agência Multilateral de Garantia ao Investimento (AMGI) e o Centro Internacional de Solução de Controvérsias relativos a Investimento. A outra instituição criada pelos Acordos de Bretton Woods foi o **Fundo Monetário Internacional**, que tem como objetivo prevenir crises econômicas mundiais e remediar problemas no balanço de pagamentos dos países membros. Ambas as instituições são agências especializadas das Nações Unidas e exercem funções complementares.
3: Errada. Ao contrário do que afirma o item, o FMI, criado em 1944, adotou um modelo de câmbio fixo e estipulou uma conversibilidade do dólar em termos de ouro. A manutenção das taxas de câmbio, que estariam atreladas ao dólar, poderia ser ajustada, com o acordo do FMI, para corrigir problemas de "desequilíbrio fundamental" na balança de pagamentos dos países membros da organização. Além de estimular um padrão na conversibilidade de moedas, o FMI propunha a equilíbrio entre as moedas. Como os EUA eram o único país superavitário no período entre guerras e porque ele possuía mais 2/3 das reservas mundiais de ouro, o dólar americano passou a desempenhar função de moeda central do sistema. Em 1971, no entanto, Richard Nixon estipulou o fim da paridade dólar-ouro e ocorreu o fim do sistema Bretton Woods e do sistema de câmbio fixo.
4: Errada. Apesar do fim do sistema Bretton Woods em 1971, com o fim da paridade dólar-ouro, o sistema foi essencial para a estabilização e o controle do sistema financeiro internacional durante o pós-Guerra. O sistema de Bretton Woods foi o primeiro exemplo de uma ordem monetária completamente negociada que tinha como objetivo regulamentar a governança monetária global, estabelecendo um sistema inovador de regras, instituições e procedimentos. Não obstante, o fim do sistema de paridade ouro-dólar em 1971, a regulação do sistema financeiro mundial e importantes financiamentos na área de desenvolvimento continuam a ser feitos pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – instituições que nasceram do sistema Bretton Woods. Além disso, após 1945, não houve fechamento da economia mundial, mas uma maior abertura.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E

15. A DIMENSÃO DA SEGURANÇA NA POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

(Diplomacia – 2007 – CESPE) No período pós-Guerra Fria, observa-se crescente ativismo da ONU no tocante às operações de paz. Com relação à participação do Brasil nessas operações, assinale a opção correta.

(A) Com o fim da Guerra Fria, as missões de paz perderam sua conotação ideológica, o que permitiu ao Brasil delas participar, pela primeira vez, com o envio de observadores militares e policiais civis ao Timor Leste.
(B) Em consonância com os princípios norteadores de sua política externa e de sua tradição diplomática, o Brasil privilegia o engajamento em missões que objetivam coibir graves violações dos direitos humanos, prevenir genocídios e prestar assistência em crises humanitárias.
(C) O exercício do comando político e militar da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) consolida a liderança e a intensa participação brasileira em missões de paz.
(D) Com o fim da Guerra Fria, a participação brasileira nas missões de paz da ONU intensificou-se em relação às décadas anteriores e tornou-se mais diversificada quanto às formas de colaboração prestada e às responsabilidades assumidas.
(E) O Brasil restringe sua participação a missões conduzidas em países em que não existam quaisquer interesses brasileiros em questão.

A: Incorreta. Durante a Guerra Fria, com o mundo dividido em dois blocos antagônicos, o veto recorrentemente paralisava o processo decisório do Conselho de Segurança, trazendo uma forte inoperância do sistema de segurança coletiva previsto na Carta das Nações Unidas. O item está incorreto porque durante o período de 1947 e 1987, foram criadas 13 Operações de Paz, e o Brasil participou de 6 destas operações, entre a primeira missão realizada em Suez em 1957. Com o fim da Guerra Fria, a distensão política entre a URSS e os EUA teve impacto no papel das Nações Unidas no setor de segurança e um período de forte atividade da ONU no campo da manutenção da paz, ocorrendo desde 1988 mais de 48 operações de paz. O Brasil efetivamente, como afirma o item, participou das Missões de Paz no Timor Leste que ocorreram em 1999 (UNTAET) e 2002 (UNMISET).
B: Incorreta. De acordo com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança tem a função de manter a paz e a segurança internacional, podendo, caso necessário, utilizar de medidas que impliquem o uso da força, como no caso de graves violações aos direitos humanos e genocídios. Ao contrário do que afirma o item, o Brasil não tem tradição em participar de força multinacionais autorizadas pelo capítulo VII do Conselho de Segurança. O Brasil participou, no entanto, em algumas missões sob o auspício do capítulo VII, como a Missão ao Timor Leste em 1999.
C: Incorreta. A MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti) representa uma mudança quanto à participação brasileira em Operações de Paz. Tradicionalmente, o Brasil participa enviando tropas e militares, sem qualquer posição de liderança. O item está incorreto porque o exercício do comando de uma missão de manutenção de paz é um fato único na história brasileira neste tipo de operação.
D: Correta. Com o aumento do número de Operações de paz ao final da Guerra Fria, a participação do Brasil também aumentou consideravelmente no período (ver lista abaixo). Durante os anos 1960, a contribuição brasileira estava concentrada principalmente na cessão de militares, por exemplo, no envio de tropas para atuar no Egito (UNEF I) e na prestação de serviços de apoio aéreo no Congo (ONUC). Durante os anos 1990, no entanto, a contribuição brasileira ganhou um novo impulso, colocando a disposição das operações, civis e militares procedentes dos Três Poderes e dos Estados e Distrito Federal, além da cessão de 11 oficiais das Forças Armadas para servir no Departamento de Operações de Paz da ONU.
E: Incorreta. O item está incorreto porque uma das características da participação do Brasil em missões de paz é que ela se dá principalmente em países da América Latina e em países de língua portuguesa. Mesmo se esta ideia não é uma regra da atuação brasileira, ela reflete uma ligação cultural, linguística e de aproximação que mostrariam o interesse brasileiro nesta atuação. Durante a década de 1990, a política externa brasileira foi marcada pela ampliação de sua atuação regional e o aumento nas Operações de Paz mostra coerência na busca deste objetivo.

Missões de Paz que o Brasil participou com efetivo policial ou militar:

UNEF I (Faixa de Gaza/Sinai) -1956

ONUCA (Congo) -1960

UNSF (Nova Guiné Ocidental) -1962

UNFICYP (Chipre) – 1964

UNIPOM (Índia / Paquistão) – 1965

DOMREP (República Dominicana) – 1965

UNAVEM I /II /III (Angola) – 1988 /1991 / 1995

ONUCA (América Central) - 1989

ONUSAL (El Salvador) – 1991

UNPOFOR (Ex-Iugoslávia) – 1992

UNTAC (Camboja) – 1992

ONUMOZ (Moçambique) – 1992

UNOMIL (Libéria) – 1993

UNAMIR (Ruanda) – 1993

UNIMUR (Uganda-Ruanda) – 1993

UNCRO (Croácia) 1995 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU

UNPREDED (República Ex-Iugoslávia da Macedônia) 1995

UNTAES (Croácia)1996 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU

UNMOP (Península de Prevakla) 1996

MINUGUA (Guatemala) 1997

MONUA (Angola) 1997

UNTAET (Timor Leste) 1999 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU

UNMISET (Timor Leste) 2002 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU

UNMIL (Libéria) 2003 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU

MINUSTAH (Haiti) 2004 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU

UNOCI (Costa do Marfim) 2004 – sob o Capítulo VII da Carta da ONU

Gabarito "D"

Sugestão: "O Brasil e as Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas" de Paulo Roberto Campos Tarrise da Fontoyra (editora FUNAG) "O Brasil e as operações de Paz" Eugênio Diniz In. Relações Internacionais do Brasil – temas e agendas. (Editora Saraiva)

16. O BRASIL E AS COALIZÕES INTERNACIONAIS: O G-20, O IBAS E O BRIC

(Diplomacia – 2012 – CESPE) Com relação ao BRICS, ao BASIC e ao IBSA e a assuntos correlatos, assinale a opção correta.

(A) O BRICS, o BASIC e o IBSA, embora tenham membros em comum e discutam temas transversais recorrentes, como mudança do clima e desenvolvimento sustentável, resultam de iniciativas distintas, com lógicas institucionais diferentes.

(B) O BRICS teve posição similar com relação às abstenções relativas às intervenções no Oriente Médio decididas pelo Conselho de Segurança da ONU que arrefece o conflito de interesses entre Estados Unidos da América (EUA), Israel e Irã.

(C) O BRICS tem atuado de forma decisiva e consensual em relação a vários temas, tais como a indicação do diretor geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2011, a ampliação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), a reforma de instituições internacionais, a começar pelas duas de Bretton Woods, e a mudança do clima global.

(D) O baixo grau de institucionalização do BRICS, a desigualdade econômica e militar existente entre seus membros e o conflito de 1962 entre China e Índia constituem obstáculos às negociações desse agrupamento.

(E) Brasil e África do Sul, ambos membros do BRICS, interromperam seus respectivos programas de tecnologia nuclear de uso militar na mesma época e pela mesma razão — a pressão política exercida pelas grandes potências nucleares que compõem o Conselho de Segurança da ONU.

A: Correta. O BRICS, BASIC e o IBSA são coalizões ou ententes diplomáticas que, conquanto possuam países membros em comum, têm objetivos e lógicas institucionais distintas.
O **BRICS** (antigamente denominado BRIC) é um acrônimo para designar o mecanismo informal de concertação política formado pelos países Brasil, Rússia, Índia, China e, mais recentemente, desde sua III Cúpula em Sanya (China), em abril de 2011, África do Sul. O termo BRIC apareceu pela primeira vez em 2001 em um estudo elaborado por Jim O'Neill do Banco Goldman Sachs, intitulado "*Building Better Global Economic BRICS*". Esse estudo mostrava como as economias desse grupo de países iriam igualar às economias do grupo do G6 (Alemanha, EUA, Japão, Grã-Bretanha, França e Itália) em alguns anos. As primeiras reuniões entre chanceleres do BRICS ocorreram à margem da Assembleia Geral da ONU, nos anos de 2006 e 2007 e a primeira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo ocorreu em 2009, em Ecaterimburgo, Rússia. O BRICS tem uma vasta agenda, que toca temas políticos, econômicos, de cooperação intrabloco e securitários. Na esfera econômica, o grupo dá ênfase à reforma das instituições financeiras internacionais, além de focar em importantes temas políticos como a reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, o combate ao terrorismo internacional, o combate à pobreza e o desenvolvimento sustentável.
Já o **BASIC** surgiu em 2007 foi extremamente importante durante a 15ª

Conferência das Partes, a COP-15, que se realizou em Copenhague, em dezembro de 2009. O grupo é um mecanismo de coordenação entre Brasil, África do Sul, Índia e China (BASIC), que trata sobre as negociações em curso no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). O BASIC defende, principalmente, princípios da equidade e das responsabilidades comuns, porém, diferenciadas em relação à temática das mudanças climáticas. Sobre o Protocolo de Quioto, o grupo defende que cortes significativos de emissões de gases de efeito estufa sejam feitos por países desenvolvidos, e que sejam comensuráveis com as recomendações do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e com o objetivo de restringir o aumento de temperatura em no máximo 2ºC, reconhecido durante a COP-16 de 2010 em Cancun, México.

O **IBAS** (Brasil, África do Sul e Índia) é um fórum de concertação política e econômica criado em 2003 pela Declaração de Brasília, o primeiro documento do grupo. A partir de 2006 foram instituídas Cúpulas anuais de Chefes de Estado e Governo do IBAS, sendo a primeira em 2006, em Brasília; a segunda em 2007 em Tshwane; a terceira em Nova Deli em 2009; a quarta em Brasília em 2010 e a última em 2011 em Tshwane. Com o passar dos anos, o IBAS abarcou diversas iniciativas em 4 áreas principais: (I) coordenação política; (II) cooperação setorial com 16 grupos de trabalho; (III) Fundo IBAS para pobreza e fome; (IV) cooperação de outros setores (parlamentos, cortes constitucionais, sociedade civil), etc. Em 2011, com a Declaração de Tshwane, os Chefes de Estado e de Governo o IBAS posicionaram-se em relação a conflitos no Oriente Médio, mais especificamente o conflito na Síria, ao mandarem uma delegação, em agosto de 2011, para tentar discutir a atual situação no contexto da Primavera Árabe na região. Além disso, o IBAS posiciona-se em relação à Palestina, apoiando a entrada do Estado na ONU e sobre outros assuntos regionais.

B: Incorreta. Todos os membros do BRICS durante o ano de 2011 estiveram presentes na composição do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. China e Rússia, como membros permanentes, e Brasil, Índia e África do Sul como um dos dez membros não permanentes, sendo que o mandato de dois anos do Brasil terminou ao final de 2011 e o da Índia e da África do Sul ao final de 2012. Nesse contexto, os países membros do BRICS participaram de diversas decisões do Conselho em 2011 relativas à situação no Oriente Médio, resultante, principalmente, das agitações políticas que assolaram a região, o que ficou conhecido como "Primavera Árabe". A "Primavera Árabe" iniciou-se na Tunísia, em dezembro de 2010, e consistiu em uma série de revoltas políticas em diversos países da região (Egito, Líbia, Síria, Iêmen), que buscaram, de modo geral, a democracia. O item está incorreto porque os países do BRICS não tiveram posição similar em relação a todas as abstenções sobre o Oriente Médio – com ênfase para a Resolução 1973 do Conselho de Segurança que tratava da situação na Líbia e teve a abstenção do Brasil, China, Alemanha, Índia e Rússia; mas a África do Sul, juntamente com os membros da União Africana, votou a favor da resolução. Além disso, essa posição não arrefeceu o conflito de interesses entre os EUA, Israel e o Irã, como afirma o item. Vale ressaltar sobre a Resolução 1973, de 17 de março de 2011, que ela foi uma das resoluções mais importantes do século XXI, considerada pelo então Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, como "uma decisão histórica". A resolução autorizou o uso da força sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, possibilitando a criação de uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia. A resolução, que foi autorizada com o intuito de proteger civis, autorizava os membros usarem de "todos os meios necessários" para fazê-lo. O Brasil, além dos outros membros que se abstiveram, argumentou que os termos da resolução eram demasiado vagos, podendo ser utilizada não apenas para proteger civis. Nesse contexto, o Brasil propôs o conceito de Responsabilidade ao Proteger, conceito que complementaria o conceito de Responsabilidade de Proteger, institucionalizado pela ONU em 2005.

C: Incorreta. Conquanto o BRICS tenha atuado de forma decisiva em relação a vários temas, o item está incorreto porque o agrupamento não concordou consensualmente em relação à ampliação do Conselho de Segurança da ONU e à mudança do clima global. Sobre a indicação de um novo diretor geral para o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2011, todos os países do BRICS apoiaram a francesa Cristine Lagarde para chefia do FMI. Depois de escândalos sexuais envolvendo o antigo chefe do FMI, Dominique Strauss-Kahn renunciou a seu posto, abrindo espaço para a disputa entre a francesa Cristine Lagarde e o mexicano Agustin Carstens à presidência do Fundo. Cristine Lagarde ganhou o apoio dos países do BRICS, além da União Europeia e dos Estados Unidos. Sobre a ampliação do Conselho de Segurança, o BRICS reafirma a necessidade de uma reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança, para assegurar maior eficácia, eficiência e representatividade de modo a que possa melhor enfrentar os desafios globais da atualidade. No entanto, a China ainda não declarou um apoio direito às aspirações brasileiras a um assento permanente no Conselho de Segurança, apesar de apoiar as aspirações brasileiras, sul-africanas e indianas em desempenhar papel de maior importância nas Nações Unidas. Sobre a reforma das instituições internacionais, o BRICS concorda com a necessidade de reforma nas regras de votação das quotas nas instituições de Bretton Woods - o FMI e o Banco Mundial - tornando-se um importante grupo de concertação sobre esse tema. No entanto, sobre as mudanças climáticas, o BRICS tem divergências internas. Brasil, África do Sul, Índia e China fazem parte do BASIC, que defende responsabilidades comuns, porém diferenciadas para países em desenvolvimento. A Rússia, no entanto, faz parte dos países que possuem metas obrigatórias, não apoiando os mesmos objetivos dos outros membros do BRICS.

D: Incorreta. O item está incorreto porque o baixo grau de institucionalização dos BRICS, a desigualdade econômica e militar entre os membros e o conflito de 1962 entre China e Índia não constituem obstáculos às negociações desse agrupamento. Sobre a guerra sino-indiana de 1962, vale ressaltar que se tratou de uma disputa fronteiriça na região do Himalaia, causada pela falta de consenso sobre os limites entre os Estados. Houve um cessar-fogo unilateral feito pelos chineses no mesmo ano de 1962. Atualmente, o comércio sino-indiano é muito significativo e as relações políticas estão estabilizadas, não sendo um fator de desestabilização para o BRICS.

E: Incorreta. O item está incorreto porque o Brasil nunca teve oficialmente um programa de energia nuclear para uso militar. Já a África do Sul iniciou seu programa nuclear na década de 1970, realizando dois testes de bombas nucleares em 1976 e 1977. A África do Sul, no entanto, foi o primeiro país a renunciar e a desmantelar o seu arsenal nuclear em 1991, durante seu processo de adesão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP).

Gabarito "A"

(Diplomacia – 2011 – CESPE) Julgue (C ou E) os itens subsequentes, relativos ao papel e à importância das coalizões internacionais no marco da política externa brasileira.

(1) O governo brasileiro tem privilegiado o IBAS como foro de consulta e diálogo político a respeito de questões vinculadas à promoção do desenvolvimento e da cooperação internacional e tem evitado envolver-se em questões controversas da política internacional, assumindo ser esse papel reservado a outras instâncias, como o BRIC.

(2) O interesse do Brasil na consolidação do G-20 como principal foro internacional para o diálogo político sobre coordenação econômica, em substituição ao G-8, está embasado na maior representatividade e na crescente importância que o G-20 vem assumindo em questões relacionadas à cooperação econômico-financeira e à estabilidade econômica global.

(3) O IBAS é mecanismo privilegiado para o incremento da cooperação sul-sul e para a construção de posições comuns aos três países-membros no que concerne à reforma de organismos internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional e o Conselho de Segurança da ONU.

(4) De acordo com avaliação do governo brasileiro, o G-20 e o BRIC (foro Brasil-Rússia-Índia-China) não estão funcionalmente articulados, pois respondem a objetivos diferenciados, estando o primeiro precipuamente voltado para a redefinição dos mecanismos de governança global no plano econômico, e o segundo, para a abordagem de temas da política e da segurança internacional, como, por exemplo, o da mudança climática e o da questão nuclear.

1: Errado. O IBAS (Brasil, África do Sul e Índia) é um fórum de concertação política e econômica criado em 2003 pela Declaração de Brasília, o primeiro documento do grupo. A partir de 2006 foram instituídas Cúpulas anuais de Chefes de Estado e Governo do IBAS, sendo a primeira em 2006, em Brasília; a segunda em 2007 em Tshwane; a terceira em Nova Deli em 2009; a quarta em Brasília em 2010 e a última em 2011 em Tshwane. Com o passar dos anos o IBAS abarcou diversas iniciativas em 4 áreas principais: (I) coordenação política; (II) cooperação setorial com 16 grupos de trabalho; (III) Fundo IBAS para

pobreza e fome; (IV) cooperação de outros setores (parlamentos, cortes constitucionais, sociedade civil), etc. O item está incorreto porque o IBAS não tem evitado envolver-se em questões de política internacional. Em 2011, com a Declaração de Tshwane, os Chefes de Estado e de Governo o IBAS posicionaram-se em relação a Síria, ao mandarem uma delegação em agosto de 2011 para tentar discutir a atual situação no contexto da Primavera Árabe na região. Além disso, o IBAS posiciona-se em relação à Palestina, apoiando a entrada do Estado na ONU e sobre outros assuntos regionais.

2: Certo. Com a crise econômica sistêmica que se agravou após a falência do Banco *Lehman Brother* em 2008, percebeu-se a necessidade de uma ampliação do sistema de coordenação internacional, que estava concentrado no G8. A diplomacia brasileira, junto com outros países em desenvolvimento, defendia que o G20 seria mais efetivo, sendo mais representativo e legítimo para tratar de temas econômicos globais. Já era uma reivindicação da França e da Grã-Bretanha, antes da eclosão da crise econômica global em 2008, a participação nas reuniões do G8 do grupo conhecido como G5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul). Em novembro de 2008, no auge da crise financeira, foi realizada em Washington a primeira cúpula dos Presidentes e Primeiros-Ministros dos países do G20. Em 2 de abril de 2009, em Londres, realizou-se a segunda reunião. A terceira reunião foi realizada em novembro em Pittsburgh. A quarta ocorreu no Canadá, em junho de 2010. A quinta ocorreu em Seul, em novembro de 2010. O último encontro ocorreu na França, em Cannes, em novembro de 2011. Durante a cúpula de Pittsburgh foi decidido que o G20 substituiria o G8 como principal fórum de cooperação econômica internacional. O Grupo dos 20 inclui, além dos membros do G7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá), os quatro membros da categoria dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) e mais África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Coreia do Sul, Indonésia, México, Turquia e União Europeia.

3: Errado. O item está incorreto porque apesar do IBAS fazer declarações conjuntas sobre a convergência no tema da Reforma do Conselho de Segurança e do Fundo Monetário Internacional, o IBAS não é o fórum privilegiado para tratar sobre estes temas. O tema da reforma do Sistema Financeiro Internacional e principalmente do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, é abordado pelos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Sobre a reforma do Fundo Monetário Internacional, o aumento do peso dos BRICS político e economicamente foi extremamente importante na direção de um aumento da participação dos BRICS no poder decisório do FMI, demanda importante do grupo no âmbito do G20 financeiro.

4: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque a atuação do BRICS e do G20 financeiro pode ser relacionada, mesmo que não sejam fóruns oficialmente articulados. De acordo com a professora Maria Regina Soares de Lima, no tema das negociações financeiras globais, a consolidação do G20 financeiro como principal fórum de coordenação econômica mundial foi resultado da atuação dos BRICS e da sua capacidade de definir uma agenda específica. Como afirma o item, o objetivo do G20 é a coordenação dos mecanismos de governança global no plano econômico, no entanto, o item infere outro erro ao limitar a capacidade de ação dos BRICS às questões de política e segurança internacional. Atualmente, os principais temas da agenda do BRICS são crise financeira e econômica, assuntos do FMI, reservas de divisas e o estímulo do comércio intra-BRIC, finanças, investimentos, agricultura e segurança energética, além de cooperações na educação, esporte, ciência e tecnologia, entre outros.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Diplomacia – 2009 – CESPE) Reformas nas instituições políticas e econômicas internacionais têm sido objeto de debate bem como têm aumentado as articulações entre diversos grupos de países. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

(A) A ampliação do G-8, grupo dos sete países mais ricos do mundo, aos quais se juntou a Rússia, tem sido cogitada por diversos países, mas enfrenta a resistência dos próprios membros do G-8, que não têm aceito manter mecanismos de diálogo com países em desenvolvimento.

(B) O grupo informal de países denominado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), embora citado em análises e estudos econômicos, ainda não propôs ações conjuntas nem promoveu encontro dos quatro países integrantes, agrupados sob sigla criada por economistas de um banco de investimentos internacional.

(C) O G-20 financeiro, que reúne as maiores economias industrializadas e emergentes do mundo, totalizando cerca de 85% do PIB mundial, foi criado em 2008 para discutir a crise econômica global.

(D) Órgão máximo da ONU responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais, o Conselho de Segurança tem sido arguido quanto a representatividade e eficácia, situação agravada pelo fato de o Conselho não poder tomar decisões nem agir em nome de todos os Estados-membros da Organização.

(E) Criado em 1944, na Conferência de *Bretton Woods*, o Fundo Monetário Internacional (FMI) dispõe de um processo decisório concentrado nos países que detêm maior número de quotas no Fundo, o que acarreta desequilíbrio entre a representação dos interesses desses países e a dos países em desenvolvimento.

A: Incorreta. O grupo denominado G8 nasceu em 1975, durante a presidência francesa de Valéry Giscard d'Estaing, que convidou os líderes da Alemanha, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Itália para uma reunião no castelo de Rambouillet perto de Paris. O objetivo da reunião, na época, era discutir dos temas internacionais da atualidade, como a crise mundial do petróleo, em uma reunião informal. Foi decidido, na época, que o evento seria anual e o Canadá foi convidado no ano seguinte (G7). Em 1997, a Rússia se juntou ao grupo, transformando-se no grupo dos sete países mais desenvolvidos, mais a Rússia – exatamente como afirma o item da questão. O G8 era um grupo informal de coordenação que discute temas de interesse global. Com a crise econômica sistêmica que se agravou após a falência do Banco *Lehman Brother* em 2008, percebeu-se a necessidade de uma ampliação do sistema de coordenação internacional, que estava concentrado no G8. A diplomacia brasileira – junto com outros países em desenvolvimento – defendia que o G20 seria mais efetivo. O item está incorreto porque **não houve resistência dos membros do G8 quanto à participação de países em desenvolvimento no processo de coordenação global**. Já era mesmo uma reivindicação da França e da Grã-Bretanha, antes da eclosão da crise econômica global, a participação nas reuniões do G8 do grupo conhecido como G5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul). Em novembro de 2008, no auge da crise financeira, foi realizada em Washington a primeira cúpula dos presidentes ou primeiros-ministros dos países do G20. Em 2 de abril de 2009, em Londres, realizou-se a segunda. A terceira reunião foi realizada em novembro em Pittsburgh. A quarta no Canadá, em junho de 2010, e em Seul, em novembro de 2010. O último encontro ocorreu na França, em Cannes, em novembro de 2011. Durante a cúpula de Pittsburgh foi decidido que o G20 substituiria o G8 como principal fórum de cooperação econômica internacional. O Grupo dos 20 inclui, além dos membros do G7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá), os quatro membros da categoria dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) e mais África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Coreia do Sul, Indonésia, México, Turquia e União Europeia.

B:Incorreta. Como afirma o item, o BRICS (antigamente denominado BRIC) é um acrônimo para designar o grupo formado pelos países Brasil, Rússia, Índia, China e, mais recentemente, África do Sul. Os cinco países são considerados potências emergentes, contando com 40% da população mundial e estando entre as 10 maiores economias mundiais. O termo BRIC apareceu pela primeira vez em 2001 em um estudo elaborado por Jim O'Neill do Banco Goldman Sachs, intitulado "*Building Better Global Economic BRICs"*. Esse estudo mostrava como as economias deste grupo de países iriam igualar as economias do grupo do G6 (Alemanha, EUA, Japão, Grã-Bretanha, França e Itália) em alguns anos. Além disso, o estudo previa que as quatro economias compreenderiam mais de 14% da produção mundial até o fim da década. Em 2011, eles já correspondem a 19% da produção global. As primeiras reuniões entre chanceleres dos BRIC ocorreram à margem da Assembleia Geral da ONU, nos anos de 2006 e 2007. O item está incorreto porque desde 2009, o BRIC organiza Cúpulas anuais, com a presença de Chefes de Estado e Governo, com o objetivo de discutir temas globais e estabelecer uma convergência de posições sobre temas diversos. A primeira cúpula ocorreu em Yekaterinbourg, na Rússia, em junho de 2009. A segunda Cúpula ocorreu em abril de 2010, em Brasília, conjuntamente com a IV Reunião de chefes de Estado e de Governo do Ibas. Durante esta Cúpula, houve uma institucionalização das cúpulas anuais dos BRIC e a convergência em diversos temas, como políticos e econômico-financeiros. Em abril de 2011, ocorreu a III Cúpula dos

BRICS em Sanya, na China, que foi a primeira Cúpula desde a adesão da África do Sul em dezembro de 2010.
C: Incorreta. O item está incorreto porque desde 1999 os ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais das 20 principais economias do mundo reuniam-se regularmente para examinar questões sistêmicas da economia global – formando o que é conhecido como G20 financeiro (para diferenciá-lo do G20 comercial formado no âmbito da OMC). Com a crise financeira de 2008-2009, por iniciativa brasileira, o grau de representação do grupo foi elevado a encontro em nível de chefes de Estado e Governo. Assim, em novembro de 2008, foi realizada em Washington a I Cúpula de Líderes do G-20, evidenciando a importância que o Grupo havia conquistado. A legitimidade do agrupamento materializou-se com a designação, em Pittsburgh, em setembro de 2009, do G-20 como principal foro para debate de temas econômico-financeiros. (Resumo Executivo Política Externa 2003-2010).
D: Incorreta. De acordo com o **Capítulo V** da Carta das Nações Unidas, que discute as funções e poderes destinados ao **Conselho de Segurança** (CS), o CS, com o objetivo de assegurar a pronta e efetiva ação em matéria de manutenção da paz e da segurança, **tem conferido por todos os Membros da Organização das Nações Unidas o poder de tomar resoluções**, que estão de acordo com os princípios e propósitos das Nações Unidas, e estas decisões tem força vinculante sobre os membros da ONU (artigo 24, 25 e 26 da Carta das Nações Unidas). O item está, portanto, incorreto, mesmo que exista atualmente um debate sobre a legitimidade de ação do Conselho, que possui apenas 5 membros permanentes e com poder de veto.
E: Correta. O **sistema de voto no Fundo Monetário Internacional**, criado em 1944 com os Acordos de *Bretton Woods*, não segue o padrão de alguns organismos internacionais, "um país, um voto", e utiliza de um sistema de **voto ponderado** – quanto maior a quota-parte do país no FMI (determinada pela magnitude do PIB do país), maior capacidade de voto possui esse país dentro do Fundo. As quotas determinam, portanto, de quanto será o pagamento para que o país possa ingressar no FMI, a magnitude do financiamento que esse país pode receber e seu número de votos no organismo. Quanto maior for o PIB, maior pode ser a quota – os Estados Unidos de América, por exemplo, possuem a maior quota-parte do FMI, atualmente em 17,5% do total de quotas; já Palau, a menor economia do Fundo, possui 0,001% das quotas. Há uma revisão geral das quotas a cada 5 anos, mas para que seja aprovado o aumento de quotas para determinado país é necessária a aprovação de 85% dos votos (os EUA, consequentemente, são o único país com poder de veto, já que tem 17,5% de quotas-parte). A reforma da governança do FMI começou em 2006, quando os países membros se declararam a favor da redistribuição das quotas-parte e do poder de voto na instituição. Em 2008, foi concluído o primeiro passo do processo de reforma de quota e voz no FMI. A participação brasileira foi aumentada de aproximadamente 1,4% para 1,7%, tendo sido um dos países a receber maior aumento de quotas. Em outubro de 2010, o G20 financeiro chegou a um acordo sobre a reforma do FMI em decorrência do qual a participação do País foi mais uma vez majorada. Juntamente com Rússia, Índia e China, os países que formam o Bric, o Brasil passará a figurar entre os dez maiores quotistas do FMI. Trata-se de passo significativo na direção de um FMI mais representativo do peso dos países em desenvolvimento.
Gabarito "E"

17. O BRASIL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL

(Diplomacia – 2011 – CESPE) No que concerne à dimensão sul-sul da atual política brasileira de cooperação internacional, julgue (C ou E) os itens seguintes.

(1) O governo brasileiro tem priorizado o engajamento na cooperação triangular, considerando-o recurso indispensável à consolidação da presença internacional do Brasil, à manutenção da condição de país que oferece cooperação no plano global e à vinculação da cooperação norte-sul à cooperação sul-sul.

(2) Em razão de sua presença e importância no plano da cooperação internacional, particularmente no contexto da cooperação sul-sul, o Brasil tem envidado esforços para ajustar tanto suas ações quanto a avaliação dessas ações aos princípios consagrados na Declaração de Paris e aos parâmetros internacionalmente reconhecidos e formulados pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

(3) Ao oferecer cooperação aos países em desenvolvimento, o Brasil objetiva conquistar assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e expandir sua presença comercial na América Latina e na África.

(4) A partir de 2003, houve incremento da cooperação internacional prestada pelo Brasil e um alinhamento mais efetivo dessa cooperação aos objetivos e às prioridades da política externa do país, destacando-se a promoção da multipolaridade e o adensamento das relações com os países da América do Sul e da África.

1: Errado. O item está incorreto porque o governo brasileiro no âmbito da cooperação Sul-Sul tem priorizado o engajamento bilateral. O Brasil efetua, no entanto, cooperações triangulares, com o objetivo de potencializar o impacto das ações de desenvolvimento, mas não é a prioridade em cooperação. Outro erro do item está na afirmação que a cooperação norte-sul está vinculada à cooperação Sul-Sul. A cooperação Sul-Sul demonstra um desprendimento da cooperação norte-sul e não uma vinculação. O Brasil mantém relações importantes de cooperação técnica no âmbito Sul-Sul com América Latina, Caribe e África, com atuações pontuais na Ásia (Timor-Leste, Afeganistão e Uzbequistão), Oriente Médio (Líbano e Territórios Palestinos) e Oceania. Em 2008, foram aprovados 236 projetos que beneficiaram 58 países em desenvolvimento. A cooperação Sul-Sul bilateral brasileira está concentrada, principalmente, áreas de agricultura (incluindo produção agrícola e segurança alimentar), formação profissional, educação, justiça, esporte, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, prevenção de acidente de trabalho, desenvolvimento urbano, biocombustível, transporte aéreo e turismo. Outras áreas como cultura, comércio exterior e direitos humanos, estão contempladas em projetos e atividades de concepção mais recente (http://www.abc.gov.br/).
2: Errado. A Declaração de Paris, aprovada em março de 2005, é um acordo com o objetivo de acentuar os esforços de harmonização, alinhamento e gestão da ajuda pública ao desenvolvimento. A Declaração determina que a avaliação da ajuda pública ao desenvolvimento deve basear-se em resultados avaliados por um conjunto de indicadores. Como afirma o item, o documento é reconhecido pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento no âmbito da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento). O Brasil não é "contra" a Declaração de Paris, mas não aceita avaliar sua cooperação Sul-Sul com base em critérios definidos por países doadores tradicionais que refletem as práticas típicas da cooperação Norte-Sul, marcadas por condicionalidades políticas e por uma visão parcial do que se entende por "transparência" e "apropriação". O que o Brasil tem defendido em foros internacionais é que uma avaliação sobre o impacto da cooperação Sul-Sul se dê em cima dos ganhos sociais e econômicos dos países beneficiários dessas parcerias, conjugado à uma análise de absorção e sustentabilidade. (essa posição foi exposta por Márcio L. Corrêa que é Coordenador Geral de Cooperação Técnica Multilateral Agência Brasileira de Cooperação em novembro/2010)
3: Errado. O item está incorreto porque a estratégia de cooperação Sul-Sul brasileira não tem fins lucrativos e está desvinculada de interesses comerciais. Segundo a Agência Brasileira de Cooperação, a estratégia da cooperação técnica prestada pelo Brasil está centrada no fortalecimento institucional de países em desenvolvimento, condição fundamental para que a transferência e a absorção dos conhecimentos sejam efetivadas. Além disso, de acordo com discurso proferido pelo então chanceler Celso Amorim em 2004, o objetivo de estabelecer a cooperação Sul-Sul é também de realizar alianças estratégicas com nações emergentes.
4: Certo. A ideia de cooperação Sul-Sul não é recente e o objetivo de uma maior aproximação entre países do Sul pode ser identificado como um tipo de cooperação horizontal, com objetivo de estabelecer uma concertação que diminua as desigualdades dos países em desenvolvimento. Como afirma o item, a cooperação sul-sul, a partir de 2003, teve um importante incremento no Brasil e um alinhamento mais efetivo desta cooperação com os interesses da política externa brasileira, com um aprofundamento das relações com os países africanos e da América do Sul.
Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C

(Diplomacia – 2007 – CESPE) Nos últimos anos, a política externa brasileira tem enfatizado a importância do diálogo político e da cooperação sul-sul em resposta às disparidades de poder e às crescentes assimetrias internacionais. A respeito das iniciativas brasileiras voltadas para o diálogo político e a cooperação sul-sul, julgue (C ou E) os itens a seguir.

(1) O Brasil prioriza parcerias que reflitam afinidades e laços históricos e culturais, razão pela qual os países lusófonos apresentam-se como os mais importantes parceiros e interlocutores dos brasileiros no presente.

(2) Por atenderem prioritariamente ao interesse da promoção do desenvolvimento, as iniciativas brasileiras de cooperação privilegiam ações econômicas.

(3) As ações brasileiras tanto se amparam em eixos bilaterais quanto se desenvolvem por meio de coalizões e arranjos de alcance e composição variáveis.

(4) As ações de cooperação brasileiras conjugam temas tradicionais — econômicos, técnicos e científicos — com o tratamento de questões como inclusão e equidade social, combate à fome e à pobreza, segurança alimentar, promoção de direitos humanos e igualdade de gênero.

1: Errado. O item está incorreto, primeiramente, porque apesar do Brasil dar ênfase às parcerias com países de língua portuguesa, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), fundada em 1996, esses países não se apresentam como os mais importantes parceiros e interlocutores do Brasil no momento. A política Sul-Sul, como consta na questão, é uma das grandes prioridades do governo e trata-se de estabelecer uma maior cooperação entre países em desenvolvimento, também conhecida como **cooperação horizontal**. A cooperação Sul-Sul define-se, portanto, na atuação da cooperação brasileira em diferentes continentes, como a África, América do Sul e Caribe, Oceania e Ásia, sem priorizar necessariamente os países de língua portuguesa.
2: Errado. Embora a cooperação sul-sul brasileira também prime pelo desenvolvimento via ações econômicas, o Brasil prioriza a adoção de atuações não comerciais no âmbito de sua ação sul-sul, como forma de promover a autonomia dos parceiros envolvidos no processo. As ações de cooperação internacional consistem na transferência de conhecimentos técnicos, por meio de consultorias, treinamentos e eventual doação de equipamentos e materiais. Além das áreas tradicionais de interesse brasileiro, como agricultura, educação, treinamento técnico e meio ambiente, o Brasil aumentou suas iniciativas na área de prevenção do trabalho infantil e em áreas sociais que envolvem violência social, pobreza, direitos humanos, igualdade de gênero, além de assuntos relacionados a cidadania e inclusão digital.
3: Certo. O item está correto já que, embora a vertente bilateral Sul-Sul seja a modalidade prioritária de cooperação técnica prestada pelo Brasil, parcerias triangulares com organismos internacionais também são possíveis. Em ambos os casos, cooperação bilateral ou triangular, a cooperação deve incluir os princípios da cooperação sul-sul brasileira, ou seja, "*demand driven*", incondicionalidades, uso de recursos locais e serem sem fins lucrativos. O Brasil já desenvolve cooperação técnica trilateral com o Japão, a Alemanha, os Estados Unidos, a Itália, a Austrália, o Reino Unido e a França. Desenvolveu projetos com o Canadá e a Espanha. Assinou recentemente Memorando de Entendimento sobre cooperação técnica trilateral com Israel, Egito e Austrália. O Brasil desenvolve também cooperação técnica trilateral com organismos internacionais, tais como OIT, FAO, PMA, UNFPA, UNESCO e UNODC.
4: Certo. Este item está correto e resume a vocação da cooperação brasileira, que é conduzida e financiada, principalmente, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A cooperação Sul-Sul inicia-se por meio de demandas à ABC por Governos estrangeiros ou Organismos Internacionais. A ABC é responsável pelo envio de missões técnicas aos países em desenvolvimento com o objetivo de coletar informações e preparar programas técnicos. A Agência atua hoje com mais de 70 instituições brasileiras assim que as embaixadas do Brasil e embora a maioria das demandas de cooperação esteja concentradas nas áreas de agricultura, saúde, educação e formação profissional, o leque de projetos da ABC na África, por exemplo, contempla outras áreas como tecnologia da informação, artesanato, cooperativismo, empreendedorismo, direitos humanos, desenvolvimento urbano, cultura, esportes, entre outros. Hoje a ABC conta com 81 projetos.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

18. QUESTÕES COMBINADAS

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010 – CESPE) Em relação ao processo de globalização e às características do sistema internacional contemporâneo, julgue os itens a seguir.

(1) Com o objetivo de realizar a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), o processo de globalização vem sendo conduzido pela ONU de modo multilateral, sobretudo com o avanço das discussões entre as potências.

(2) A globalização é caracterizada pela supremacia econômica, cultural, política e militar dos EUA, que a exercem de maneira isolacionista e unilateral.

1: Errado. Conquanto a primeira parte do item esteja correta, ele foi considerado incorreto porque não houve avanço das discussões entre as potências sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Organização das Nações Unidas foi fundada em 26 de junho de 1945 com 50 Estados membros. No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, era necessário um novo organismo internacional que assegurasse a paz e fizesse valer o direito internacional. Atualmente, com 193 Estados Associados e um contexto internacional completamente modificado, a necessidade de uma reforma institucional na ONU foi colocada novamente em pauta. Ao assumir a Secretária-Geral da Organização em 1997, Kofi Annan decidiu promover a agenda da reforma e publicou, no mesmo ano, relatório chamado '***Renewing the United Nations: a programme for reform***'. Entre os temas debatidos, sob o amplo título "reformas da ONU", ressaltam-se: a reforma do CSNU, o processo de revitalização da Assembleia Geral e o fortalecimento do ECOSOC, além das negociações sobre coerência do sistema e das reformas administrativas. Em 2005, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, decidiu convocar um painel com 16 pessoas com experiência e conhecimento sobre os órgãos das Nações Unidas para analisar e criar propostas para a reforma do sistema onusiano. O Painel entregou ao Secretário-Geral da ONU um documento intitulado "**Um mundo mais seguro: nossa responsabilidade comum**", que propunha 101 recomendações a serem submetidas aos membros da ONU. Mesmo se algumas reformas foram alcançadas, como na Secretaria Geral com a criação do posto de Vice-Secretário-Geral e o surgimento de um departamento de assuntos econômicos e sociais – resultante da fusão de três departamentos existentes –, **um consenso sobre as reformas institucionais e políticas é cada vez mais difícil.** O item está incorreto, portanto, ao afirmar que houve um avanço nas discussões entre as potências, ao contrário, essas reformas não encontraram uma resolução definitiva e continuam em pauta. A questão da Reforma do Conselho de Segurança é o projeto mais difundido entre as reformas e continua sem consenso.
2: Errado. A globalização é um processo caracterizado pela intensificação dos fluxos econômicos, políticos e culturais no âmbito internacional. Ela é resultante da facilidade dos meios de comunicação e transporte entre os países, e diz respeito à forma que os Estados e as pessoas interagem. Diversos autores, como Samuel Huntington, acreditam que a globalização seja um meio de propagação e expansão da cultura ocidental, e isso conduziria necessariamente a um "choque de civilizações". Segundo Huntington, a expansão dos fluxos de interação entre povos levaria a expansão da cultura ocidental para outras culturas, o que geraria resistência e guerras. Outra contradição da globalização seria a perda da soberania do Estado frente às organizações supra-nacionais, já que haveria uma propagação das mesmas em resultado do aumento da velocidade de recursos e informação. Apesar das contradições em relação ao fenômeno, a globalização não é exercida pela atuação unilateral e isolacionista dos EUA na matéria, mas pela interação constante entre pessoas e diversos outros Estados. O item está incorreto porque a globalização não é caracterizada pela supremacia americana.
Gabarito 1E, 2E

(Bolsa-Prêmio/Itamaraty – 2010 – CESPE) Com relação à política de apoio e diálogo do Itamaraty com as comunidades brasileiras no exterior, julgue os itens seguintes.

(1) Entre os programas implementados pelo Itamaraty, incluem-se o Conselho de Cidadãos, os Consulados Itinerantes e o Programa de Assistência aos Presos Brasileiros no Exterior.

(2) Na criação do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBR), preconizou-se a eleição, para a Câmara

de Deputados no Brasil, de até quatro representantes, entre os brasileiros maiores de 16 anos permanentemente domiciliados no exterior.

(3) A prestação de assistência ao cidadão brasileiro no exterior é dispensada aos nacionais brasileiros, residentes temporários ou permanentes no exterior, independentemente de estarem ou não documentados ou de estarem ou não em situação regular em relação à legislação do país ou dos países em que se encontrem.

1: Certo. Desde 2007, com a criação da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), pelo Decreto nº. 5.979/06, foi renovada a atenção dada pelo governo brasileiro aos brasileiros que vivem no exterior. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, essa decisão justificou-se não apenas pelo crescimento das comunidades brasileiras fora do país, mas também pela intensificação do fluxo de viajantes entre o Brasil e outros países. A mudança do perfil do Brasil, de país de imigração para emigração, bem como a maior projeção brasileira no cenário internacional, contribuíram para esses dois desenvolvimentos, que resultaram no aumento do número de demandas junto à rede consular brasileira e exigiram medidas para o seu adequado atendimento (MRE). Como afirma o item, entre os programas implementados pelo Itamaraty, incluem-se o Conselho de Cidadãos, os Consulados Itinerantes e o Programa de Assistência aos Presos Brasileiros no Exterior. Sobre o Conselho de Cidadãos, trata-se de um foro informal e apolítico de aconselhamento dos Consulados do Brasil no exterior, de composição rotativa, com o objetivo de aproximar os nacionais que vivem em países estrangeiros e a rede consular, estabelecendo a ponte entre o Governo e a Sociedade Civil no exterior. Os primeiros Conselhos Cidadão surgiram em 2011 nas cidades de Genebra, Zurique, Barcelona e Atenas com membros eleitos pelas comunidades locais. Sobre os Consulados Itinerantes, são missões feitas por consulados, por vice-consulados e por setores consulares de embaixada a cidades e regiões distantes de suas sedes, destinadas à prestação de serviços consulares às comunidades brasileiras no exterior. Já o Programa de Assistência aos Presos Brasileiros no Exterior, trata-se de auxilio jurídico à família de presos brasileiros no exterior.

2: Errado. O Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBE) é um projeto com o objetivo de alcançar maior interlocução entre o Governo brasileiro e sua população no exterior, conforme foi decidido nas Conferências "Brasileiros no Mundo" realizadas no Rio de Janeiro, em julho e outubro de 2009. O CRBE é um sistema consultivo criado para atingir o objetivo de ser um sistema fácil e democrático que permita a participação da comunidade brasileira no exterior. O item está incorreto porque o CBRE não tem a função de eleger candidatos para a Câmera de Deputados, mas é um Conselho com 16 membros eleitos pela comunidade brasileira no exterior que tem como objetivo assessorar o Ministério das Relações Exteriores em assuntos de interesse das comunidades brasileiras no exterior. A distribuição das vagas do CRBE são: quatro para as Américas do Sul e Central; quatro para a América do Norte e Caribe; quatro para a Europa; e quatro para a Ásia, África, Oriente Médio e Oceania. As eleições para representantes do CRBE são feita pelo MRE e os membros terão mandato de dois anos cada.

3: Certo. Como afirma o item, a prestação de assistência ao cidadão brasileiro no exterior é dispensada aos nacionais brasileiros, residentes temporários, ou permanentes no exterior, independentemente de estarem ou não documentados ou de estarem ou não em situação regular em relação à legislação do país ou dos países em que se encontrem. Se um imigrante brasileiro em situação irregular procurar o Consulado ou a Embaixada brasileira, por ser um cidadão brasileiro, ele será orientado e auxiliado sem que informações sejam repassadas às autoridades locais.

Gabarito 1C, 2E, 3C

19. OFICIAL DE CHANCELARIA

Texto para os itens das duas questões seguintes

Estrangeiras de olho no Brasil

Eles querem nossos alunos. O Brasil se tornou recentemente um mercado estratégico para universidades estrangeiras, principalmente norte-americanas e australianas. Não, elas não vão oferecer cursos aqui. Estão montando escritórios, promovendo eventos e oferecendo bolsas com o objetivo de levar os jovens a fazer graduação fora do país. "Queremos os melhores estudantes de todo o mundo e o Brasil, com China e Índia, é um dos nossos focos", diz o diretor de assuntos internacionais da Universidade de Yale. A Universidade de Harvard confirmou na semana passada que já alugou um escritório na Avenida Paulista e que os trabalhos começam no início de julho. "Não haverá cursos aqui. O Brasil é destaque na internacionalização da universidade", diz o diretor do escritório brasileiro. Uma bolsa específica para brasileiros em Harvard já começou neste ano. As universidades estrangeiras também deixam claro que o tamanho do Brasil importa nessa decisão estratégica. O país tem atualmente cerca de 9 milhões de alunos no ensino médio, etapa anterior ao ensino superior, com 4,1 milhões de estudantes. Alguns cursos, no entanto, não têm validação automática no ensino superior brasileiro, como Medicina e Arquitetura. As universidades públicas têm autonomia para reconhecer ou não os diplomas e os currículos cursados no exterior.

O Estado de S. Paulo, 19/6/2006 (com adaptações).

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Tomando o texto como referência inicial, julgue os itens seguintes, quanto às relações entre educação e desenvolvimento nos Estados Unidos da América (EUA) e no Brasil nos últimos anos.

(1) O Brasil, país tipicamente periférico, necessita criar, no exterior, recursos humanos em todas as áreas do conhecimento, como forma de incrementar o desenvolvimento nacional.

(2) A formação de graduandos universitários no Brasil é predominantemente realizada, em termos quantitativos, pelas universidades públicas.

(3) A educação básica no Brasil, apesar de enfrentar problemas inerentes à sua infraestrutura e à base salarial pouco adequada às responsabilidades dos professores no processo de formação, vem incorporando gradualmente número crescente de alunos.

(4) A educação média e superior em países como os EUA, com ênfase em valores e sistema de pensar e agir vinculados à cultura norte-americana, é perfeitamente compatível com a formação da cidadania brasileira e é muito superior à média da formação educacional em países como o Brasil.

(5) As universidades públicas brasileiras devem, ante a relevância da formação de graduação nos EUA, reconhecer automaticamente diplomas de lá advindos.

1: Errado. O item está incorreto porque o Brasil não necessita criar no exterior recursos humanos em todas as áreas. O texto acima não faz esta afirmação. Na verdade, o texto explicita que universidades estrangeiras, principalmente as americanas, estão oferecendo bolsas para estudantes brasileiros com intuito de atrair os melhores estudantes nacionais para suas universidades.

2: Errado. O item está incorreto porque o texto acima não faz essa afirmação. Na verdade, o texto faz referência às universidades públicas para afirmar que são elas que fazem as revalidações de diplomas estrangeiros no Brasil. Além disso, dos 4,1 milhões de estudantes universitários brasileiro apenas uma pequena porcentagem vai para as universidades públicas, que possuem vestibulares mais competitivos.

3: Certo. O item está correto já que a educação básica no Brasil, apesar de enfrentar problemas inerentes à sua infraestrutura e à base salarial pouco adequada às responsabilidades dos professores no processo de formação, vem incorporando gradualmente número crescente de alunos. Segundo o Censo Escolar, em 2010, 51,5 milhões de estudantes foram matriculados na educação básica pública e privada no país. Desse total, 85,4% estudam nas redes públicas.

4: Errado. O item está incorreto porque os valores e o sistema de pensar norte-americano diferem do brasileiro e não são compatíveis com a cultura nacional, apesar de possuírem semelhanças em alguns aspectos. Além disso, é errôneo considerar a formação americana superior a países como o Brasil.

5: Errado. O item está incorreto porque as universidades públicas brasileiras não devem, apesar da relevância da formação de graduação nos EUA, reconhecer automaticamente diplomas de lá advindos. Como é adotado para diversos países, o Brasil demanda que as universidades públicas reconheçam diplomas estrangeiros para analisar sua

compatibilidade com os requisitos demandados pelo Ministério da Educação. Vale ressaltar que diversos projetos de cooperação para facilitar o reconhecimento dos diplomas estrangeiros estão em tramites de negociação, com destaque para os acordos com o MERCOSUL, que têm o intuito de aprimorar o processo de integração regional.

Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E, 5E

(Oficial de Chancelaria – 2006 – CESPE) Ainda tomando o texto como referência inicial, julgue os itens a seguir, relativos ao processo de internacionalização do Brasil.

(1) A internacionalização do Brasil, pela via da adaptação do país à economia da globalização, leva inexoravelmente à abertura de mercados a interesses e projetos estratégicos de países mais avançados economicamente.

(2) A formação de coalizões internacionais como o G20 explicita que países do porte do Brasil busquem maneiras de participar das disputas em torno dos mercados globais de forma ativa e não apenas reativa.

(3) A internacionalização do Brasil, em todos os campos, inclusive no âmbito educacional, vem sendo apenas nociva aos interesses nacionais.

(4) A disputa por mercados, seja em torno de produtos materiais seja em torno de bens culturais imateriais, não é aspecto novo da formação da vida capitalista, no percorrer de longo caminho histórico desse sistema de produção, consumo, comercialização e financiamento.

(5) A ideia de transnacionalização das economias nacionais é um fenômeno intrinsecamente nocivo ao desenvolvimento de potencialidades dos Estados, sejam elas do centro sejam da periferia do sistema econômico global.

1: Certo. A globalização é um processo caracterizado pela intensificação dos fluxos econômicos, políticos e culturais no âmbito internacional. Ela é resultante da facilidade dos meios de comunicação e transporte entre os países, e diz respeito à forma que os Estados e as pessoas interagem. Como afirma o item, ao internacionalizar-se nos anos 1990, o Brasil integrou-se ao processo de globalização que resultou na abertura dos seus mercados a interesses e projetos de países mais avançados economicamente. Isso não significa, no entanto, que a economia brasileira ao internacionalizar-se tenha cedido aos interesses dos países desenvolvidos. Vale destacar que o Brasil é um dos países mais atuantes da Organização Mundial do Comércio, que estabelece as normas do comércio internacional, defendendo seus interesses perante os membros da organização, entre eles os países desenvolvidos.

2: Certo. O item está correto porque o G20, além de outras coalizões como o IBAS, BRICS, G20 comercial e G20 financeiro, BASIC são meios de o Brasil atuar no cenário internacional de forma ativa, buscando alcançar seus interesses.

3: Errado. Não é correto afirmar que a internacionalização do Brasil é nociva para o país no âmbito educacional. O Brasil, por meio de diversos programas oficiais, vem promovendo o intercâmbio de estudantes brasileiros em universidades estrangeiras. Um dos principais programas do Governo de Dilma Rousseff na área educacional é precisamente um programa de incentivo ao intercâmbio na área das Ciências. O programa Ciência sem Fronteiras busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC).

4: Certo. Bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas em determinado país. Podem ser considerados bens imateriais os conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; as manifestações literárias, as musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; os rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, além de mercados, feiras, santuários. Como afirma o item, a disputa pelo mercado de bens materiais e imateriais é característica constante da formação capitalista, estando presentes em todas as fases desse processo.

5: Errado. A transnacionalização das economias nacionais, ao contrário do que afirma o item, não é um fenômeno intrinsicamente nocivo ao desenvolvimento de potencialidades do Estado. Apesar de existirem linhas antiglobalização que acreditam que a transnacionalização econômica é prejudicial aos Estados, é errôneo afirmar que isso é prejudicial a todos os Estados, tanto Estados de centro quanto de periferia.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

47. Direito do Idoso

Ana Paula Garcia e Anna Carolina Bontempo

1. DIREITOS FUNDAMENTAIS

(Ministério Público/AM – 2008 – CESPE) Ao completar 55 anos de idade, Antônio procurou a secretaria municipal de transportes do seu município para fazer uma carteirinha de idoso que lhe desse o direito de utilizar gratuitamente o sistema público de transporte coletivo da sua cidade. Sua cidade não tem lei própria regendo o acesso a esse tipo de serviço, mas Antônio havia ouvido falar que o Estatuto do Idoso asseguraria tal direito. Acerca da situação hipotética acima descrita, assinale a opção incorreta.

(A) Antônio não se enquadra no conceito de idoso, pois não tem ainda 60 anos.
(B) Aos maiores de 65 anos é que está assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos ou semiurbanos, segundo o Estatuto do Idoso.
(C) O idoso não precisa fazer uma carteirinha em qualquer órgão para ter benefício de gratuidade no sistema público de transporte coletivo municipal, pois, para tanto, basta que apresente qualquer documento pessoal que faça prova da sua idade.
(D) Ao estatuir a gratuidade dos transportes públicos urbanos e semiurbanos por meio de lei, o Estado fica obrigado a rever automaticamente os contratos mantidos com as empresas de transportes, antes de implementar o direito, tendo em vista o ônus financeiro que a previsão normativa acarretará.
(E) A norma do Estatuto do Idoso que confere o direito de gratuidade dos transportes públicos urbanos e semiurbanos repete norma constitucional que é de eficácia plena e de aplicabilidade imediata.

A: correta, pois a assertiva reflete o disposto no art. 1º do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003); **B:** correta, pois a assertiva reflete o disposto no art. 39, *caput*, do Estatuto do Idoso; **C:** correta, pois a assertiva reflete o disposto no art. 39, § 1º, do Estatuto do Idoso; **D:** incorreta (devendo ser assinalada), pois o benefício deve ser implementado independentemente de qualquer revisão contratual entre o Estado e a empresa de transporte, já que a gratuidade foi determinada por norma constitucional (art. 230, § 2º, CF) e infraconstitucional (art. 39, *caput*, do Estatuto do Idoso) sem qualquer ressalva; **E:** correta, pois a assertiva reflete o disposto no art. 230, § 2º, da CF.
Gabarito "D"

(Ministério Público/ES – 2010 – CESPE) Uma médica, ao atender um senhor com 84 anos de idade, no pronto-socorro de um hospital público, observou uma série de ferimentos e hematomas espalhados pelo corpo do idoso, o que a fez suspeitar de que este vinha sendo vítima de maus tratos. Nessa situação hipotética, a médica deverá

(A) notificar unicamente a autoridade policial para que esta acione o MPE/ES, a quem cabe oferecer a denúncia ao Conselho Nacional do Idoso.
(B) comunicar o fato à autoridade policial e só então, munida com o boletim de ocorrência, abrir uma representação no conselho municipal do idoso.
(C) comunicar, obrigatoriamente, a suspeita de maus-tratos a qualquer um dos órgãos legalmente indicados para recebê-la, quais sejam: o MP, a autoridade policial ou os conselhos municipal ou estadual do idoso ou, ainda, o Conselho Nacional do Idoso.
(D) comunicar o fato diretamente ao conselho estadual do idoso, por ser este o único órgão competente para receber tais denúncias.
(E) abrir uma representação no MPE/ES, para que este, com exclusividade, acione o Conselho Nacional do Idoso.

A: incorreta, pois o artigo 19 do Estatuto do Idoso traz um rol amplo de órgãos que devem ser comunicados quando da suspeita ou confirmação de violência praticada contra idoso, não **restringindo** à autoridade policial; **B:** incorreta, tendo em vista que pode-se comunicar **diretamente** o Conselho Municipal do Idoso; **C:** correta, pois reflete o disposto no art. 19 do Estatuto do Idoso; **D:** incorreta, o Conselho Estadual do Idoso **não** é o único órgão competente para receber tais denúncias; **E:** incorreta, visto que pode-se comunicar **diretamente** o Conselho Nacional do Idoso.
Gabarito "C"

(Ministério Público/SE – 2010 – CESPE) A atenção integral à saúde dos idosos implica um conjunto articulado e contínuo de ações e serviços, para prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo atenção especial às doenças que os afetem preferencialmente. De acordo com o Estatuto do Idoso, a prevenção e a manutenção da saúde dos idosos efetivam-se pelo

(A) Programa Nacional de Bem-Estar da Terceira Idade, desenvolvido em parceria pelos Ministérios da Saúde e da Justiça, visando proteger os idosos em situação de risco por meio de ações e projetos públicos e(ou) privados de gerontologia social focados na efetivação de seus direitos como cidadãos.
(B) incentivo fiscal concedido às empresas que empreguem mais de 85 idosos e lhes garantam renda mensal de um e meio salário-mínimo, acrescida de vale-refeição, vale-transporte e assistência médico-odontológica.
(C) acompanhamento psicológico e psiquiátrico que vise elevar a autoestima dos idosos submetidos a abandono e a maus-tratos, bem como orientação religiosa ecumênica, que busque prepará-los para a fase final da vida.
(D) financiamento de veículos automotores que possam facilitar seu deslocamento diário e o acesso aos serviços públicos.
(E) atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o poder público, tanto no meio urbano quanto no rural.

A assertiva E está correta, pois reflete o disposto no art. 15, § 1º, IV, do Estatuto do Idoso. As demais alternativas não são formas efetivas de prevenção e manutenção da saúde dos idosos, previstas na legislação.
Gabarito "E"

(Defensor Público/RO – 2012 – CESPE) Considerando o disposto no Estatuto do Idoso, assinale a opção correta.

(A) A *priori*dade assegurada ao idoso que figure como parte ou interveniente na tramitação de processos judiciais cessa obrigatoriamente com a morte dele.
(B) A proteção ao idoso é direito personalíssimo, sendo obrigação do Estado e da sociedade assegurá-lo.
(C) A inserção do idoso em cursos especiais que visem integrá-lo à vida moderna é uma das medidas de prevenção e manutenção da saúde do idoso.
(D) Ao idoso é assegurada a gratuidade dos transportes públicos urbanos em serviços seletivos prestados paralelamente aos serviços regulares.
(E) As entidades denominadas Casa Lar são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com todas as pessoas idosas nelas abrigadas.

A: incorreta, pois a prioridade na tramitação processual *não* cessará com a morte do beneficiado (art. 71, § 2º, do Estatuto do Idoso); **B:** incorreta, pois o envelhecimento é direito personalíssimo e a sua proteção é direito social (art. 8º do Estatuto do Idoso); **C:** incorreta, pois trata-se de direito

à educação e à inserção do idoso em cursos especiais (art. 21, § 1º, do Estatuto do Idoso). As medidas de prevenção e manutenção da saúde do idoso estão previstas no art. 15, § 1º, I a V, do diploma legal em tela; **D:** incorreta, pois não é assegurada a gratuidade nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares (art. 39 do Estatuto do Idoso); **E:** correta (art. 35 do Estatuto do Idoso).
Gabarito "E"

(Defensor Público/SE – 2012 – CESPE) Considerando as regras estabelecidas no Estatuto do Idoso acerca do direito à saúde e a alimentos, assinale a opção correta.

(A) Os serviços de saúde públicos são obrigados a proceder à notificação compulsória nos casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos, e a comunicar o fato ao MP e à DP, entre outros órgãos.
(B) Como a obrigação alimentar é solidária, é facultado ao idoso escolher aquele que assumirá, entre os prestadores, a obrigação.
(C) Não se admite, em face do sistema de proteção estabelecido em favor do idoso, a transação em ação judicial cujo objeto seja a concessão de alimentos à pessoa idosa.
(D) O dever do poder público de fornecer, em caráter gratuito, medicamentos ao idoso restringe-se aos denominados medicamentos de uso continuado.
(E) Cabe à previdência social prover os alimentos do idoso na ausência de condições econômicas dele próprio ou de sua família.

A: incorreta, pois a Defensoria Pública não está entre os órgãos que devem ser comunicados (art. 19, I a V, do Estatuto do Idoso); **B:** correta (art. 12 do Estatuto do Idoso); **C:** incorreta, pois as transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil (art. 13 do Estatuto do Idoso); **D:** incorreta, pois o fornecimento gratuito de medicamentos não se restringe aos de uso continuado (art. 15, § 2º, do Estatuto do Idoso); **E:** incorreta, pois impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social (art. 14 do Estatuto do Idoso).
Gabarito "B"

(Defensor Público/SE – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta com referência aos direitos inerentes à pessoa do idoso.

(A) Nos programas habitacionais públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o limite de reserva de 3% das unidades habitacionais residenciais para atendimento à pessoa idosa.
(B) As entidades governamentais de atendimento que descumprirem as determinações do Estatuto do Idoso estarão sujeitas, independentemente da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, a multa e advertência, entre outras penalidades.
(C) É exaustivo o rol de competências atribuídas ao MP pelo Estatuto do Idoso.
(D) Segundo a jurisprudência, o dispositivo legal que veda a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade não implica presunção de ilegalidade e abusividade de toda e qualquer cláusula contratual que estabeleça o reajuste de mensalidade de plano de saúde com base na mudança da faixa etária do idoso.
(E) O MP não tem legitimidade ativa para propor ACP com o objetivo de proteger interesse individual do idoso.

A: incorreta, pois não o percentual não é limitado a 3% (três por cento) (art. 38, I, do Estatuto do Idoso); **B:** incorreta, pois entidades governamentais não estão sujeitas à multa (art. 55, I, a a d, do Estatuto do Idoso); **C:** incorreta, pois não se trata rol exaustivo (art. 74, § 2º, do Estatuto do Idoso); **D:** correta. O § 3º do art. 15 do Estatuto do Idoso proíbe a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade. No entanto, frisa-se que STJ, em recente julgado, relativizou a literalidade do dispositivo legal em apreço, vejamos: "DIREITO CIVIL. CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CLÁUSULA DE REAJUSTE POR MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. INCREMENTO DO RISCO SUBJETIVO. SEGURADO IDOSO. DISCRIMINAÇÃO. ABUSO A SER AFERIDO CASO A CASO. CONDIÇÕES QUE DEVEM SER OBSERVADAS PARA VALIDADE DO REAJUSTE. (...) 4. Não se deve ignorar que o Estatuto do Idoso, em seu art. 15, § 3º, veda 'a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade'. Entretanto, a incidência de tal preceito não autoriza uma interpretação literal que determine, abstratamente, que se repute abusivo todo e qualquer reajuste baseado em mudança de faixa etária do idoso. Somente o reajuste desarrazoado, injustificado, que, em concreto, vise de forma perceptível a dificultar ou impedir a permanência do segurado idoso no plano de saúde implica na vedada discriminação, violadora da garantia da isonomia.
5. Nesse contexto, deve-se admitir a validade de reajustes em razão da mudança de faixa etária, desde que atendidas certas condições, quais sejam: a) previsão no instrumento negocial; b) respeito aos limites e demais requisitos estabelecidos na Lei Federal 9.656/1998; e c) observância ao princípio da boa-fé objetiva, que veda índices de reajuste desarrazoados ou aleatórios, que onerem em demasia o segurado. (...)." (STJ, REsp 866840/SP, 4ª T., j. 07.06.2011, rel. Min. Luis Felipe Salomão, rel. p/ acórdão Min. Raul Araújo, DJe 17.08.2011) (grifo nosso)[1]; E: incorreta, pois compete ao Ministério Público instaurar ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso (art. 74, I, do Estatuto do Idoso).
Gabarito "D"

(Defensor Público/SE – 2012 – CESPE) Com base no decreto que estabelece critérios para o exercício do direito ao transporte coletivo gratuito interestadual pelo idoso e do que regulamenta a Política Nacional do Idoso, assinale a opção correta.

(A) No exercício do direito ao transporte gratuito interestadual, o idoso está dispensado dos procedimentos de identificação de passageiros exigidos no momento do embarque.
(B) Compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Política Urbana, promover gestões para viabilizar linhas de crédito para o acesso a moradias para o idoso junto a entidades relacionadas com os investimentos habitacionais, sejam elas públicas ou privadas.
(C) Para que o idoso exerça o seu direito ao desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens que excederem as vagas gratuitas previstas para o transporte interestadual, basta a comprovação da idade, mediante a apresentação do original de qualquer documento pessoal de identidade que contenha foto.
(D) A legislação veda a comercialização, pela empresa de transporte, dos assentos reservados para o transporte gratuito de idosos.
(E) O benefício da reserva de duas vagas gratuitas no sistema de transporte coletivo interestadual para o idoso se estende às tarifas de pedágio e de utilização dos terminais, que não podem ser cobradas.

A: incorreta, pois é necessário que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade para ter acesso à gratuidade (art. 39, § 1º, do Estatuto do Idoso); **B:** correta (art. 8º, II, do Decreto 1.948/1996); **C:** incorreta, pois a lei não exige que o documento pessoal tenha foto (art. 39, § 1º, do Estatuto do Idoso); **D:** incorreta, pois conflita com o disposto no art. 3º, § 4º, do Decreto 5.934/2006); **E:** incorreta, pois o benefício em tela não se estende às tarifas de pedágio e de utilização dos terminais (art. 3º, § 1º, I a III, do Decreto 5.934/2006).
Gabarito "B"

(Defensor Público/TO – 2013 – CESPE) Com base no Estatuto do Idoso, assinale a opção correta.

(A) Constitui crime tipificado no Estatuto do Idoso desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar a pessoa idosa, por qualquer motivo, sendo a pena aumentada de metade caso a vítima se encontre sob os cuidados ou responsabilidade do agente.
(B) O profissional de saúde que deixe de comunicar à autoridade competente os casos de crime contra o idoso de que tem conhecimento incorre em infração penal tipificada no Estatuto do Idoso.

1 **Informativo** 476 do STJ.

(C) A obrigação de prestar alimentos ao idoso é subsidiária, devendo recair em seus parentes mais próximos em grau.
(D) Aos serviços de saúde públicos compete comunicar as autoridades sanitárias, mas não a autoridade competente, dos casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos.
(E) É dever do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa o direito à liberdade, que compreende, entre outros aspectos, a prática de esportes e de diversões, respeitadas as peculiaridades e condições em decorrência da idade.

A: incorreta, pois a pena será aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente (art. 96, § 2º, do Estatuto do Idoso); **B:** incorreta, pois trata-se de infração administrativa prevista no art. 57 do Estatuto do Idoso; **C:** incorreta, pois a obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores (art. 12 do Estatuto do Idoso); **D:** incorreta, pois os referidos casos deverão obrigatoriamente ser comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos: autoridade policial; Ministério Público; Conselho Municipal do Idoso; Conselho Estadual do Idoso; Conselho Nacional do Idoso (art. 19, I a V, do Estatuto do Idoso); **E:** correta (art. 10, § 1º, IV, do Estatuto do Idoso).
Gabarito "E"

(Defensor Público/BA – 2010 – CESPE) Julgue os itens a seguir, relativos às normas aplicáveis aos idosos.

(1) Entende-se por modalidade asilar o atendimento, em regime de internato, ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover a própria subsistência, de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social.
(2) O envelhecimento constitui direito personalíssimo, e a sua proteção, direito social, nos termos da legislação vigente.
(3) O primeiro critério de desempate em concurso público deve ser o de idade, dando-se preferência ao candidato de idade mais elevada.
(4) Deverá ser incentivada, como diretriz da política nacional do idoso, a permanência, em instituições asilares de caráter social, dos idosos portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente.
(5) É assegurado ao idoso o direito de dispor de seus bens, proventos, pensões e benefícios, salvo seja comprovada judicialmente sua incapacidade ou o idoso ultrapasse 85 anos de idade.

1: certa, pois a alternativa reflete o disposto no art. 3º, *caput*, do Decreto 1.948, de 3 de julho de 1996; **2:** certa, pois a alternativa reflete o disposto o art. 8º do Estatuto do Idoso; **3:** certa, pois a alternativa reflete o disposto no art. 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso; **4:** errada, pois é vedada a permanência de idosos portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente em instituições asilares de caráter social (art. 4º, parágrafo único, da Lei 8.842/1994); **5:** errada, pois não há previsão legal que impeça o idoso que ultrapasse 85 anos de idade de dispor de seus bens, salvo nos casos de incapacidade judicialmente comprovada (art. 10, § 1º, da Lei 8.842/1994).
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E

2. MEDIDAS DE PROTEÇÃO

(Ministério Público/RO – 2010 – CESPE) A respeito da Política Nacional do Idoso, assinale a opção correta.

(A) A família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação política, por meio de organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação da gestão dos programas de auxílio-alimentação instituídos pela Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.
(B) O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos. Portanto, o apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento constitui uma das diretrizes da política em apreço.
(C) É obrigatória a permanência de portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente em instituições asilares de caráter social, estando sujeito a sanções civis, penais e administrativas o dirigente de entidade de atendimento ao idoso que a obstar.
(D) A centralização político-administrativa da capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços é condição essencial e indispensável para a viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações.
(E) A priorização do atendimento a idosos em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família, deverá respeitar as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre os meios rural e urbano, sendo, portanto, obrigatório o estabelecimento de um processo de triagem que impeça a permanência dos idosos oriundos do meio rural nos núcleos urbanos.

A: incorreta, pois a família, a comunidade, a sociedade e o Estado têm obrigação de assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (art. 3º do Estatuto do Idoso); **B:** correta (arts. 3º, II, e 4º, IX, da Lei 8.842/1994); **C:** incorreta, pois é vedada a permanência de portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente em instituições asilares de caráter social (art. 4º, parágrafo único, da Lei 8.842/1994); **D:** incorreta, pois a previsão é a *descentralização* político administrativa (art. 4º, IV, V e I, respectivamente, da Lei 8.842/1994); **E:** incorreta, pois não é obrigatório o processo de triagem que impeça a permanência dos idosos oriundos do meio rural nos núcleos urbanos. Há apenas princípios a serem observados pelo Poder Público na aplicação da lei (art. 3º, V, da Lei 8.842/1994).
Gabarito "B"

3. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO

(Ministério Público/ES – 2010 – CESPE) As entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso estão sujeitas à inscrição de seus programas

(A) exclusivamente no conselho municipal do idoso, que deverá efetuar a primeira vistoria das instalações em conjunto com a vigilância sanitária.
(B) no Ministério da Saúde.
(C) na promotoria do idoso.
(D) junto ao órgão competente da vigilância sanitária e do conselho municipal da pessoa idosa e, em sua falta, junto ao conselho estadual ou ao Conselho Nacional da Pessoa Idosa.
(E) diretamente junto ao conselho estadual da pessoa idosa, pois os conselhos municipais não têm competência para efetuar a inscrição.

A: incorreta, pois a inscrição dos programas pode ser realizada nos órgãos indicados no art. 48, parágrafo único, do Estatuto do Idoso, não se tratando de competência exclusiva do Conselho Municipal do Idoso; **B:** incorreta, pois o Ministério da Saúde não está no rol do art. 48, parágrafo único, do Estatuto do Idoso; **C:** incorreta, pois a Promotoria do Idoso não está no rol do art. 48, parágrafo único, do Estatuto do Idoso; **D:** correta, pois reflete o disposto no art. 48, parágrafo único, do Estatuto do Idoso; **E:** incorreta, pois o Conselho Municipal da Pessoa Idosa é competente para efetuar a inscrição, conforme o art. 48, parágrafo único, do Estatuto do Idoso.
Gabarito "D"

(Ministério Público/RO – 2010 – CESPE) Quanto à apuração judicial de irregularidades em entidade de atendimento ao idoso, assinale a opção correta.

(A) Em se tratando de afastamento definitivo de dirigente de entidade não governamental, a autoridade judiciária oficiará à autoridade administrativa imediatamente superior ao afastado, fixando-lhe prazo de trinta dias úteis para proceder à substituição.

(B) O procedimento de apuração judicial de irregularidades terá início mediante petição fundamentada de pessoa interessada ou iniciativa do MP, sendo que, havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, mediante decisão fundamentada, ouvido o MP, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade ou outras medidas que julgar adequadas, para evitar lesão aos direitos do idoso.

(C) Na apuração judicial de irregularidades, apresentada a defesa, o juiz designará obrigatoriamente audiência de instrução e julgamento no prazo máximo de cinco dias úteis.

(D) Somente em casos excepcionais poderá a autoridade judiciária fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas, após o recolhimento da multa imposta ao dirigente da entidade ou ao responsável pelo programa de atendimento.

(E) Quando ocorrerem irregularidades que impliquem o afastamento provisório dos dirigentes da entidade de atendimento, esta será passível de fechamento imediato, seguido do remanejamento compulsório dos atendidos para o SUS.

A: incorreta, pois, em se tratando de afastamento provisório ou definitivo de dirigente de entidade governamental, a autoridade judiciária oficiará a autoridade administrativa imediatamente superior ao afastado, fixando-lhe prazo de *24 (vinte e quatro) horas* para proceder à substituição (art. 68, § 2º, do Estatuto do Idoso); **B:** correta, pois a assertiva reflete o disposto nos arts. 65 e 66 do Estatuto do Idoso; **C:** incorreta, pois apresentada a defesa, o juiz procederá na conformidade do procedimento sumário previsto no Código de Processo Civil ou, se necessário, designará audiência de instrução e julgamento, deliberando sobre a necessidade de produção de outras provas (arts. 68, *caput*, e 69, do Estatuto do Idoso); **D:** incorreta, pois, antes de aplicar qualquer das medidas, a autoridade judiciária poderá fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas (art. 68, § 3º, do Estatuto do Idoso); **E:** incorreta, pois não existe essa previsão no Estatuto do Idoso.

Gabarito "B"

(Defensor Público/AC – 2012 – CESPE) Considerando o que dispõe a Portaria nº 73/2001 com relação aos modelos de projetos e programas de atenção à pessoa idosa no Brasil, assinale a opção correta.

(A) O Atendimento Integral Institucional não se destina a idosos portadores de doença mental incapacitante.

(B) De acordo com o projeto Família Acolhedora, cada família poderá receber até dois idosos em situação de abandono, ou que não tenham familiares, ou que estejam impossibilitados de conviver com sua família de origem.

(C) A modalidade de projeto denominada república de idosos constitui alternativa de residência para idosos independentes, organizada em grupos, sendo vedado o sistema de autogestão.

(D) Os centros de convivência não podem utilizar a rede privada de saúde.

(E) O projeto Assistência Domiciliária consiste em serviço de atendimento em domicílio a pessoas idosas, exclusivamente público.

A: correta, pois Atendimento Integral Institucional é aquele prestado em uma instituição asilar, prioritariamente aos idosos sem famílias, em situação de vulnerabilidade, oferecendo-lhes serviços nas áreas social, psicológica, médica, de fisioterapia, de terapia ocupacional, de enfermagem, de odontologia e outras atividades especificas para este segmento social (item 9.1 da Portaria MPAS/SEAS 73/2001); **B:** incorreta, pois cada família só poderá receber um idoso (item 3.5 da Portaria MPAS/SEAS 73/2001); **C:** incorreta, pois não é permitida a autogestação (item 4.1 da Portaria MPAS/SEAS 73/2001); **D:** incorreta, pois os Centros de Convivência poderão usar a rede pública ou privada de saúde, de educação, de esportes e de cultura (item 5.4 da Portaria MPAS/SEAS 73/2001); **E:** incorreta, pois caracteriza-se por ser um serviço de atendimento público ou privado (item 8.1 da Portaria MPAS/SEAS 73/2001).

Gabarito "A"

(Defensor Público/ES – 2012 – CESPE) No que se refere ao direito do idoso, julgue os itens a seguir.

(1) Para fins de reserva de vaga gratuita para idoso, não são consideradas embarcação do serviço convencional de transporte interestadual de passageiros as embarcações que operem travessias em lagoas abertas ao público.

(2) As instituições para idosos em geral devem oferecer assistência psicológica, serviço social, apoio jurídico e administrativo.

(3) A modalidade de atendimento apoio a pessoa idosa inclui a residência em república, importante alternativa de residência para idosos independentes.

(4) O idoso que pretenda viajar utilizando o chamado bilhete de viagem do idoso deverá comprovar sua idade, por meio de documento pessoal, e sua renda, que não pode ultrapassar um salário-mínimo.

(5) Compete ao Conselho Nacional dos Direitos do Idoso promover, em parceria com organismos governamentais e não governamentais nacionais e internacionais, a identificação de sistemas de indicadores que sirvam de base para o estabelecimento de metas e procedimentos para o monitoramento das atividades relacionadas ao atendimento ao idoso.

1: incorreta, pois o art. 3º, § 1º, III, do Decreto 5.934/2006 prevê a extensão da gratuidade também ao transporte interestadual aquaviário; **2:** correta (item 4.1 da Portaria GM/MS 810/1989); **3:** correta (anexo II da Portaria SEAS 2.854/2000); **4:** incorreta, pois a renda deve ser igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos (art. 40, I, do Estatuto do Idoso); **5:** correta (art. 2º, parágrafo único, III, do Decreto 5.109/2004).

Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E, 5C

(Defensor Público/RO – 2012 – CESPE) Considerando as diversas modalidades de projetos relacionados aos serviços de atenção ao idoso no Brasil, assinale a opção correta à luz da Portaria MPAS/SEAS nº 73/2001.

(A) A modalidade Atendimento Integral Institucional é uma alternativa de programa de atenção integral às pessoas idosas que, por suas carências familiares e funcionais, não podem ser atendidas em seus próprios domicílios ou por serviços comunitários.

(B) A modalidade Casa Lar é uma alternativa de atendimento que visa à boa convivência do idoso com a comunidade, contribuindo para otimizar a sua participação, interação e autonomia.

(C) A modalidade República consiste no fortalecimento de atividades associativas, produtivas e promocionais, contribuindo para a autonomia, o envelhecimento ativo e saudável, a prevenção do isolamento social, a socialização e o aumento da renda própria do idoso.

(D) A modalidade I do Projeto Centro Dia destina-se a idosos independentes para atividades da vida diária, ainda que requeiram o uso de algum equipamento de autoajuda.

(E) A modalidade Centro de Convivência consiste em serviço de internação temporária, público ou privado, de atendimento ao idoso dependente de cuidados biopsicossociais sistematizados, no período máximo de sessenta dias.

A: incorreta, pois Atendimento Integral Institucional "é aquele prestado em uma instituição asilar, prioritariamente aos idosos sem famílias, em situação de vulnerabilidade, oferecendo-lhes serviços nas áreas social, psicológica, médica, de fisioterapia, de terapia ocupacional, de enfermagem, de odontologia e outras atividades especificas para este segmento social". (item 9.1 da Portaria MPAS/SEAS 73/2001); **B:** correta (item 7.1 da Portaria MPAS/SEAS 73/2001); **C:** incorreta, pois trata-se de Atendimento em Centro de Convivência (item 5.1 da Portaria MPAS/SEAS 73/2001). "A república de idosos é alternativa de residência para os idosos independentes, organizada em grupos, conforme o número de usuários, e cofinanciada com recursos da aposentadoria, benefício de prestação continuada, renda mensal vitalícia e outras. Em alguns casos a República pode ser viabilizada em sistema de autogestão." (item 4.1 da Portaria MPAS/SEAS 73/2001); **D:** incorreta, pois a definição refere-se à Modalidade I do Atendimento Integral Institucional (item 9.1.1 da Portaria MPAS/SEAS 73/2001); **E:** incorreta, pois tal

definição refere-se ao Programa Residência Temporária (item 1.1 da Portaria MPAS/SEAS 73/2001). "Atendimento em centro de convivência consiste no fortalecimento de atividades associativas, produtivas e promocionais, contribuindo para autonomia, envelhecimento ativo e saudável prevenção do isolamento social, socialização e aumento da renda própria." (item 5.1 da Portaria MPAS/SEAS 73/2001).

Gabarito "B"

4. ACESSO À JUSTIÇA

(Ministério Público/PI – 2012 – CESPE) No que se refere à tutela de pessoas idosas pelo MP, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência pertinente ao tema.

(A) O MP tem legitimidade para propor ACP cuja finalidade seja obter provimento jurisdicional que assegure internação hospitalar a pessoa idosa acometida de grave doença.
(B) A ACP não figura entre os instrumentos aptos para a defesa de direitos dos idosos pelo MP.
(C) O MP não tem legitimidade para propor ação judicial destinada a garantir o fornecimento de medicação para suprir a necessidade de idoso carente.
(D) A intervenção do MP em ação que envolva o benefício previdenciário do idoso é obrigatória.
(E) O fato de pessoa idosa figurar na demanda torna imprescindível a oitiva do *parquet*.

A: correta (art. 74, I, do Estatuto do Idoso); **B:** incorreta, pois conflita com o art. 74. I, do Estatuto do Idoso; **C:** incorreta, pois não existe esta obrigatoriedade na legislação; **D:** incorreta, pois não há exigência legal de oitiva do *parquet.*

Gabarito "A"

(Defensor Público/RO – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta acerca do Estatuto do Idoso e de suas disposições.

(A) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado de sentença condenatória favorável a pessoa idosa sem que o autor lhe promova a execução, deverá fazê-lo o MP.
(B) Compete à DP atuar como substituto processual do idoso em situações de risco.
(C) O referido estatuto regula o direito das pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.
(D) O MP, quando não figurar como autor da ação, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei em todos os processos que envolvam interesses de pessoa idosa.
(E) O direito a transporte urbano gratuito é restrito ao idoso cadastrado nos órgãos estaduais responsáveis pelo transporte urbano.

A: correta (art. 87 do Estatuto do Idoso); **B:** incorreta, pois compete ao Ministério Público (art. 74, III, do Estatuto do Idoso); **C:** incorreta, pois o Estatuto do Idoso regula os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos (art. 1º); **D:** incorreta, pois o Ministério Público atuará somente na defesa dos direitos e interesses de que cuida o Estatuto do Idoso, nos termos do seu art. 75; **E:** incorreta, pois a lei não vincula a gratuidade a qualquer tipo de cadastro nos órgãos estaduais, bastando que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade para ter acesso à gratuidade (art. 39, § 1º, do Estatuto do Idoso)[2].

Gabarito "A"

(Defensor Público/SE – 2012 – CESPE) Com base no tratamento dado pela legislação e pela jurisprudência à pessoa idosa, assinale a opção correta.

(A) Segundo a legislação de regência, aos maiores de sessenta e cinco anos é assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, facultando-se à empresa de transporte o estabelecimento de prévio procedimento de cadastro do idoso para que o direito ao passe livre possa ser legitimamente exercido.
(B) É obrigatória a intervenção do MP em todas as demandas cujo objeto sejam os interesses da pessoa idosa.
(C) Incorrerá em ilegalidade o órgão público que reservar 5% das vagas de seu estacionamento para pessoas idosas a ele vinculadas, visto que o Estatuto do Idoso assegura a reserva, para os idosos, de 5% das vagas nos estacionamentos públicos, circunstância que impede a Administração Pública de limitar o uso de vagas de estacionamento localizado em área própria de órgão público a pessoas idosas a ele vinculadas.
(D) Caso um advogado maior de sessenta e cinco anos de idade seja contratado para ajuizar ação de qualquer natureza, o processo judicial tramitará em regime de prioridade, já que a regra que estabelece o benefício da prioridade na tramitação processual favorece não apenas o idoso que seja parte da relação jurídica processual, como também o que atua como causídico.
(E) De acordo com o STJ, o benefício da prioridade na tramitação processual contempla todos os idosos que figurem como parte ou como intervenientes nos procedimentos judiciais, razão pela qual abrange o idoso que intervenha no processo em todas as formas de intervenção de terceiros.

A: incorreta, pois a lei não vincula a gratuidade a qualquer tipo de cadastro, bastando que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade para ter acesso à gratuidade (art. 39, § 1º, do Estatuto do Idoso)[3]; **B:** incorreta, pois o Ministério Público atuará somente na defesa dos direitos e interesses de que cuida o Estatuto do Idoso, nos termos do seu art. 75; **C:** incorreta, pois a lei assegura a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso (art. 41 do Estatuto do Idoso); **D:** incorreta, pois a prioridade somente é válida para idoso que atue como parte ou interveniente (art. 71 do Estatuto do Idoso); **E:** correta. Nesse sentido, transcreve-se decisão do STJ: "PROCESSUAL CIVIL - PRIORIDADE NA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL - IDOSOS (MAIORES DE 65 ANOS) - ABRANGÊNCIA DO BENEFÍCIO - INTERVENÇÃO DE TERCEIRO - ASSISTÊNCIA. 1. O art. 1.211-A do CPC, acrescentado pela Lei nº 10.173/2001, contemplou, com o benefício da prioridade na tramitação processual, todos os idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos que figurem como parte ou interveniente nos procedimentos judiciais, abrangendo a intervenção de terceiros na forma de assistência, oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide ou chamamento ao processo. 2. Recurso especial provido." (STJ, REsp 664899/SP, j. 03.02.2005, 2ª T., rel. Min. Eliana Calmon, DJ 28.02.2005, p. 307) (grifo nosso).
Ressalta-se que o Novo Código de Processo Civil estabelece, em seu art. 1.048, I, que "terão prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, os procedimentos judiciais: I - em que figure como parte ou interessado ***pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos***."

Gabarito "E"

2 A título de ilustração, recentemente o Estado do Rio de Janeiro obriga o idoso a realizar cadastro no "RioCard" para ter o benefício da gratuidade, esta determinação foi objeto de discussão perante o Superior Tribunal de Justiça, que reconheceu a legalidade do ato administrativo que exige prévio cadastramento, sob pena de lesão à ordem e à economia públicas: "Pedido de suspensão de liminar e de sentença. Lesão à ordem e à economia públicas. Os idosos não pagam o transporte coletivo, mas estão sujeitos a cadastramento; a decisão que os libera dessa exigência dificulta o controle e a administração do município sobre o transporte público, causando lesão à ordem e à economia públicas. Agravo regimental não provido." (STJ, AgRg na SLS 1070/RJ, Corte Especial, j. 06.10.2010, rel. Min. Ari Pargendler, DJe 14.12.2010) (grifo nosso). A decisão em tela revela um retrocesso da Corte, já que é claramente contrária ao que determina a legislação.

3 A título de ilustração, recentemente o Estado do Rio de Janeiro obriga o idoso a realizar cadastro no "RioCard" para ter o benefício da gratuidade, esta determinação foi objeto de discussão perante o Superior Tribunal de Justiça, que reconheceu a legalidade do ato administrativo que exige prévio cadastramento, sob pena de lesão à ordem e à economia públicas: "Pedido de suspensão de liminar e de sentença. Lesão à ordem e à economia públicas. Os idosos não pagam o transporte coletivo, mas estão sujeitos a cadastramento; a decisão que os libera dessa exigência dificulta o controle e a administração do município sobre o transporte público, causando lesão à ordem e à economia públicas. Agravo regimental não provido." (STJ, AgRg na SLS 1070/RJ, Corte Especial, j. 06.10.2010, rel. Min. Ari Pargendler, DJe 14.12.2010) (grifo nosso). A decisão em tela revela um retrocesso da Corte, já que é claramente contrária ao que determina a legislação.

(Defensor Público/TO – 2013 – CESPE) Considerando o disposto no Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso, assinale a opção correta.

(A) A competência para as ações referentes ao direito do idoso é relativa.
(B) Transitada em julgado a sentença condenatória do poder público, favorável ao idoso, deverá o juiz determinar a remessa de peças à autoridade competente, para apuração de responsabilidades, e, ainda, promover a execução, intimando o Ministério Público para assumir o polo ativo.
(C) Os crimes definidos no Estatuto do Idoso são de ação penal pública incondicionada, e a eles não se aplicam as escusas absolutórias do Código Penal, quando praticados em detrimento de cônjuge, ascendente e descendente.
(D) Consoante a Política Nacional do Idoso, para ser considerada idosa a pessoa deve ter idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.
(E) Toda instituição prestadora de serviço ao idoso tem direito à assistência judiciária gratuita.

A: incorreta, pois a competência é absoluta (art. 80 do Estatuto do Idoso); **B:** incorreta, pois o Ministério Público somente iniciará a execução decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória favorável ao idoso sem que o autor lhe promova a execução (art. 87 do Estatuto do Idoso); **C:** correta (art. 95 do Estatuto do Idoso); **D:** incorreta, considera-se idoso a pessoa maior de sessenta anos de idade (art. 2º da Lei 8.842/1994); **E:** incorreta, pois somente as instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço ao idoso terão direito à assistência judiciária gratuita (art. 51 do Estatuto do Idoso).
Gabarito "C"

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, referentes à defesa dos idosos.

(1) Compete ao MP referendar transações envolvendo interesses e direitos dos idosos dispostos no Estatuto do Idoso.
(2) Nos processos e procedimentos em que não for parte, o MP deve atuar obrigatoriamente na defesa dos direitos e interesses previstos no Estatuto do Idoso, hipótese em que terá vista dos autos antes das partes e não poderá juntar documentos.
(3) O MP pode atuar como substituto processual do idoso em situação de risco, quando os direitos reconhecidos no Estatuto do Idoso forem ameaçados em razão de sua condição pessoal.

1: certa, pois a alternativa reflete o disposto no art. 74, X, do Estatuto do Idoso; **2:** errada, pois nesses casos o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes e poderá juntar documentos, nos termos do art. 75 do Estatuto do Idoso; **3:** certa, pois a alternativa reflete o disposto no art. 74, III, do Estatuto do Idoso.
Gabarito 1C, 2E, 3C

5. CRIMES

(Defensor Público/RO – 2012 – CESPE) Ainda com relação ao Estatuto do Idoso, assinale a opção correta.

(A) Ao indivíduo que se aproprie de pensão de pessoa idosa, dando-lhe aplicação diversa da de sua finalidade, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099/1995.
(B) Considere que Pedro desdenhe de seu pai, Antônio, de sessenta anos de idade, chamando-o de "velho gagá" na frente de seu grupo de amigos. Nessa situação, embora cometa crime, Pedro ficará isento de pena.
(C) Suponha que Rosa, contratada pela família Castro para cuidar de Jonas, idoso de setenta e cinco anos de idade, o exponha a perigo, privando-o do cuidado indispensável à saúde, o que lhe ocasiona a morte. Nessa situação, Rosa comete crime sujeito a pena de seis a doze anos de reclusão.
(D) O MP, os Estados, a OAB e a DP são legitimados, concorrentemente, para a propositura de ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos que afetem direitos dos idosos.
(E) Se o idoso internado em unidade hospitalar pública não estiver em condições de optar pelo tratamento de saúde que lhe seja mais favorável, inexistindo curador ou familiar conhecido, a DP deve ser comunicada do fato, a fim de adotar as providências cabíveis.

A: correta (art. 94 c.c. art. 102 do Estatuto do Idoso); **B:** incorreta, pois a situação em tela constitui crime apenado com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa (art. 96, § 1º do Estatuto do Idoso); **C:** incorreta, pois a pena é de reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos (art. 99, § 2º, do Estatuto do Idoso); **D:** incorreta, pois a Defensoria Pública não tem legitimidade (art. 81, I a IV, do Estatuto do Idoso); **E:** incorreta, pois não cabe à Defensoria Pública tomar quaisquer providências (art. 17, parágrafo único, I a IV, do Estatuto do Idoso).
Gabarito "A"

6. POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO/CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO

(Defensor Público/TO – 2013 – CESPE) Considerando o disposto no Decreto Federal nº 5.109/2004 e no Decreto Federal nº 1.948/1996, assinale a opção correta.

(A) O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) reúne-se mensalmente em caráter ordinário e, extraordinariamente, por convocação do seu presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.
(B) Ao Ministério da Cultura, em conjunto com seus órgãos e entidades vinculadas, compete estimular e apoiar a admissão do idoso na universidade.
(C) Os ministérios envolvidos na Política Nacional do Idoso devem promover, conforme as suas atribuições e competências, a capacitação de recursos humanos para o atendimento do idoso, podendo, para tanto, firmar convênios tanto com instituições governamentais quanto com organismos não governamentais.
(D) A modalidade não asilar de atendimento ao idoso denominada centro de convivência consiste em local destinado ao desenvolvimento, pelo idoso, de atividades produtivas, que lhe propiciem elevar sua renda.
(E) O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) consiste em órgão colegiado de caráter meramente consultivo.

A: incorreta, pois o CNDI reúne-se bimestralmente (art. 12 do Decreto 5.109/2004); **B:** incorreta, pois compete ao Ministério da Educação e do Desporto, em articulação com órgãos federais, estaduais e municipais de educação (art. 10, III, do Decreto 1.948/1996); **C:** correta (art. 15 do Decreto 1.948/1996); **D:** incorreta, pois trata-se da modalidade denominada Oficina Abrigada de Trabalho (art. 4º, IV, do Decreto 1.948/1996); **E:** incorreta, pois trata-se de órgão colegiado de caráter deliberativo (art. 1º do Decreto 5.109/2004).
Gabarito "C"

(Defensor Público/AC – 2012 – CESPE) A respeito da PNI, assinale a opção correta.

(A) A lei não permite a permanência, em instituições asilares de caráter social, de idoso portador de doença que exija assistência médica contínua.
(B) Os conselhos nacional, estaduais, municipais e do DF do idoso são órgãos temporários e deliberativos.
(C) Nos programas habitacionais, os órgãos e entidades públicos que atuam na área de habitação e urbanismo devem destinar ao idoso, em regime de doação, unidades na modalidade de casas-lares.
(D) Nos casos de comprovada incapacidade do idoso para gerir seus bens, cabe ao Conselho Nacional do Idoso nomear-lhe um curador especial.
(E) Na aplicação da lei que dispõe sobre a PNI, é vedado ao poder público observar as diferenças econômicas, sociais e regionais, sob pena de afronta ao princípio da igualdade.

A: correta (art. 4º, parágrafo único, da Lei 8.842/1994); **B:** incorreta, pois os conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso são órgãos permanentes, paritários e deliberativos (art. 6º da Lei 8.842/1994); **C:** incorreta, pois devem destinar ao idoso, em regime de comodato, unidades na modalidade de casas-lares (art. 10, V, a, da Lei 8.842/1994); **D:** incorreta, pois cabe ao juiz nomear curador especial (art. 10, VII, § 2º, da Lei 8.842/1994); **E:** incorreta, pois deve o Poder Público observar as diferenças econômicas, sociais e regionais (art. 3º, V, da Lei 8.842/1994).
Gabarito "A"

(Defensor Público/AC – 2012 – CESPE) Com base no que dispõe o Decreto nº 4.227/2002 acerca do CNDI, assinale a opção correta.

(A) A presidência do CNDI cabe ao representante do Ministério da Saúde.
(B) Nas ausências simultâneas do presidente e do vice-presidente do CNDI, cabe ao conselheiro mais idoso o exercício da presidência desse conselho.
(C) O CNDI está vinculado à estrutura básica do Ministério da Saúde.
(D) Compete ao CNDI a criação dos conselhos de direitos do idoso nos Estados, no DF e nos Municípios.
(E) Integram o CNDI, entre outros representantes, o do Ministério da Justiça, o do Ministério das Comunicações e o do Ministério da Fazenda.

A: incorreta, pois o Presidente e o Vice-Presidente do CNDI serão escolhidos, mediante votação, dentre seus membros, por maioria simples, e designados pelo Ministro de Estado da Justiça (art. 5º do Decreto 4.227/2002); **B:** correta (art. 5º, § 1º, do Decreto 4.227/2002); **C:** incorreta, eis que está vinculado à estrutura básica Ministério da Justiça (art. 2º do Decreto 4.227/2002; **D:** incorreta, pois compete ao CNDI estimular e apoiar tecnicamente a criação de conselhos de direitos do idoso nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios (art. 3º, IV, do Decreto 4.227/2002); **E:** incorreta, pois conflita com o art. 4º, I, II e III, do Decreto 4.227/2002.
Gabarito "B"

(Defensor Público/AC – 2012 – CESPE) Com base no Decreto nº 1.948/1996, que regulamenta a Lei nº 8.842/1994, acerca da PNI, assinale a opção correta.

(A) A coordenação da PNI é da competência da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.
(B) Compete ao Ministério da Fazenda prestar atendimento ao idoso, preferencialmente nas áreas de arrecadação e fiscalização, visando à prestação de informações e cálculo de contribuições individuais.
(C) É vedado aos ministérios envolvidos na PNI celebrar convênio com instituições não governamentais para promover a capacitação de recursos humanos voltados ao atendimento ao idoso.
(D) Ao Ministério da Cultura compete criar programa estadual e municipal para garantir ao idoso a participação no processo de produção de bens culturais.
(E) O centro de convivência constitui o local destinado ao atendimento, em regime de internato, ao idoso que não dispõe de condições de prover sua própria subsistência.

A: correta (art. 16 do Decreto 1.948/1996); **B:** incorreta, pois compete ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (art. 5º, II, do Decreto 1.948/1996); **C:** incorreta, pois é permitido aos ministérios envolvidos na PNI celebrar convênio com instituições não governamentais para promover a capacitação de recursos humanos voltados ao atendimento ao idoso (art. 15, parágrafo único, do Decreto 1.948/1996); **D:** incorreta, pois compete ao Ministério da Cultura (art. 12 do Decreto 1.948/1996); **E:** incorreta, pois constitui local destinado à permanência diurna do idoso, onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania (art. 4º, I, do Decreto 1.948/1996).
Gabarito "A"

(Defensor Público/SE – 2012 – CESPE) Com base na lei que trata da Política Nacional do Idoso e da portaria que a aprova, assinale a opção correta.

(A) É de responsabilidade do gestor estadual promover a revisão e o aprimoramento das normas de funcionamento de instituições geriátricas e similares.
(B) Os conselhos nacional, estaduais, do DF e municipais do idoso são órgãos de caráter deliberativo, e não consultivo.
(C) Figura entre as competências da União, exercidas por intermédio do ministério responsável pela assistência e promoção social, a promoção de articulações interestaduais e intermunicipais necessárias à implementação da Política Nacional do Idoso.
(D) Competem ao Ministério da Justiça a elaboração e a implementação de programas de preparo para futuros aposentados nos setores públicos e privados.
(E) O apoio a estudos e pesquisas não está inserido entre as diretrizes essenciais para o alcance do propósito da Política Nacional de Saúde do Idoso.

A: incorreta, pois é de responsabilidade do Gestor Federal – Ministério da Saúde (item 4.2 da Portaria 1.395/1999); **B:** correta (art. 6º da Lei 8.842/1994); **C:** incorreta, pois tal hipótese não figura como competência da União (art. 8º, I a V, da Lei 8.842/1994); **D:** incorreta, pois compete ao Ministério do Trabalho e Emprego (item 4.1, C, da Portaria 1.395/1999); **E:** incorreta, pois trata-se de diretriz prevista no art. 4º, IX, da Lei 8.842/1994.
Gabarito "B"

(Defensor Público/AC – 2012 – CESPE) Constitui diretriz da PNI, prevista na Lei nº 8.842/1994,

(A) realização de concurso público para áreas de atendimento ao idoso, tais como na de geriatria.
(B) participação direta do idoso na formulação e avaliação das políticas a ele relacionadas.
(C) centralização político-administrativa.
(D) priorização do atendimento asilar do idoso.
(E) priorização do atendimento, em órgãos públicos e privados prestadores de serviço, ao idoso desabrigado e sem família.

E: correta, pois reflete o disposto no art. 4º, VIII, da Lei 8.842/1994. As demais alternativas não são diretrizes da Política Nacional do Idoso.
Gabarito "E"

(Defensor Público/RO – 2012 – CESPE) Na implementação da Política Nacional do Idoso, compete aos órgãos e entidades públicos na área de promoção e assistência social

(A) criar e estimular a manutenção de programas de preparação para a aposentadoria nos setores público e privado com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento do idoso.
(B) prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação de entidades não governamentais.
(C) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos jovens.
(D) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, para informar a população sobre o processo de envelhecimento.
(E) adotar e aplicar normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, com fiscalização pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

A: incorreta, pois trata-se de competência na área de trabalho e previdência social (art. 10, IV, c, da Lei 8.842/1994); **B:** correta (art. 10, I, a, da Lei 8.842/1994); **C:** incorreta, pois trata-se de competência na área de cultura, esporte e lazer (art. 10, VII, d, da Lei 8.842/1994); **D:** incorreta, pois trata-se de competência na área de educação (art. 10, III, d, da Lei 8.842/1994); **E:** incorreta, pois trata-se de competência na área de saúde (art. 10, II, c, da Lei 8.842/1994).
Gabarito "B"

7. TEMAS VARIADOS

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Com relação aos direitos dos idosos segundo a Lei n. 10.741/2003, assinale a opção correta.

(A) As transações relativas à prestação de alimentos a idosos, na forma da lei civil, podem ser celebradas perante o promotor de justiça ou defensor público, que as referendam, passando a ter efeito de título executivo judicial nos termos da lei processual civil.
(B) O poder público deve garantir ao idoso prioridade no recebimento da restituição do imposto de renda.
(C) Incumbe ao poder público fornecer medicamentos aos idosos gratuitamente, com exceção dos de uso continuado.
(D) Aos maiores de 60 anos de idade fica assegurada a gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos, nacionais e internacionais.
(E) É dever do poder público criar varas especializadas e exclusivas do idoso.

A: incorreta, pois é o Estatuto do Idoso (art. 13) e não a "lei civil" que disciplina as **transações** relativas a alimentos; ademais, após o referendo citado, tais transações passam a ter efeito de título executivo *extrajudicial* e não *judicial*; **B:** correta (art. 3º, parágrafo único, IX, do Estatuto do Idoso); **C:** incorreta, pois a lei não faz ressalva quanto aos medicamentos de uso contínuo (art. 15, § 2º, do Estatuto do Idoso); **D:** incorreta, pois o art. 39 do Estatuto do Idoso somente garante a gratuidade aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos; **E:** incorreta, pois trata-se de **faculdade** do Poder Público, de acordo com o art. 70 do Estatuto do Idoso.
Gabarito "B"

(Ministério Público/TO – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta com referência ao Estatuto do Idoso e ao que ele dispõe.

(A) Entre os direitos reconhecidos legalmente ao idoso no domínio de suas faculdades mentais inclui-se o de ele optar pelo tratamento de saúde que julgar mais favorável.
(B) Apesar de exercer uma função protetiva em relação ao idoso, o referido estatuto não define um sistema claro de defesa dos interesses da pessoa idosa na condição de pessoa humana.
(C) Todos os direitos reconhecidos ao idoso, incluída a gratuidade nos transportes coletivos urbanos e semiurbanos, aplicam-se aos indivíduos que alcancem sessenta anos de idade ou mais.
(D) No tocante à defesa dos direitos dos idosos em juízo, guardam competência subsidiária em relação ao MP e à OAB a União, os estados, o DF e os municípios.
(E) Associações particulares podem figurar em juízo na defesa dos interesses dos idosos, desde que autorizadas por assembleia convocada para tal finalidade.

A: correta (art. 17 do Estatuto do Idoso); **B:** incorreta, pois o Capítulo III, do Título V, do Estatuto do Idoso traz um sistema de proteção judicial dos interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos; **C:** incorreta, pois embora o Estatuto do Idoso regule os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (art. 1º), alguns direitos somente se aplicam às pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, como no caso da gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos (art. 39 do Estatuto do Idoso). No caso das pessoas entre 60 e 65 anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições da gratuidade; **D:** incorreta, pois a legitimidade é concorrente entre esses entes ou órgãos, de acordo com o art. 81 do Estatuto do Idoso; **E:** incorreta, pois é dispensada a autorização da assembleia, se houver prévia autorização estatutária, de acordo com o disposto na art. 81, IV, do Estatuto do Idoso.
Gabarito "A"

(Defensor Público/BA – 2010 – CESPE) Em relação ao Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003), julgue os itens.

(1) Aos crimes previstos nesse estatuto e cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse quatro anos aplica-se o procedimento previsto na Lei 9.099/1995 e, subsidiariamente, no que couber, aplicam-se as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.
(2) As transações relativas a alimentos em favor do idoso poderão ser celebradas perante o promotor de justiça ou defensor público, que as referendarão, passando elas a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
(3) O Estatuto do Idoso garante aos maiores de 65 anos de idade a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos; no entanto, tal norma foi declarada inconstitucional pelo STF, na medida em que foi criada despesa para as empresas de transporte, sem previsão da devida compensação financeira, o que traria prejuízos graves às concessionárias, a ponto de representar risco ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão entre a administração e os concessionários.
(4) Considere a seguinte situação hipotética. João e Maria, maiores de setenta anos de idade, carentes, moram juntos e não possuem meios para prover sua subsistência nem podem tê-la provida por sua família. A Maria foi assegurado o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social. Nessa situação, João fica impedido de receber o mesmo benefício, dado o não atendimento, pelo casal, do requisito da renda familiar per capita.

1: errada, pois o STF julgou parcialmente procedente Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.096-5, para dar interpretação conforme a Constituição, com redução de texto, ao art. 94 do Estatuto do Idoso: "AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 39 E 94 DA LEI 10.741/2003 (ESTATUTO DO IDOSO). RESTRIÇÃO À GRATUIDADE DO TRANSPORTE COLETIVO. SERVIÇOS DE TRANSPORTE SELETIVOS E ESPECIAIS. APLICABILIDADE DOS PROCEDIMENTOS PREVISTOS NA LEI 9.099/1995 AOS CRIMES COMETIDOS CONTRA IDOSOS. 1. No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.768/DF, o Supremo Tribunal Federal julgou constitucional o art. 39 da Lei 10.741/2003. Não conhecimento da ação direta de inconstitucionalidade nessa parte. 2. Art. 94 da Lei n. 10.741/2003: interpretação conforme à Constituição do Brasil, com redução de texto, para suprimir a expressão "do Código Penal e". Aplicação apenas do procedimento sumaríssimo previsto na Lei n. 9.099/1995: benefício do idoso com a celeridade processual. Impossibilidade de aplicação de quaisquer medidas despenalizadoras e de interpretação benéfica ao autor do crime. 3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente para dar interpretação conforme à Constituição do Brasil, com redução de texto, ao art. 94 da Lei n. 10.741/2003." (julgamento em 03/09/2010); **2:** certa, pois a alternativa reflete o disposto no art. 13 do Estatuto do Idoso; **3:** errada, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 37.68, proposta com o intuito de reconhecer a constitucionalidade do art. 39, *caput*, da Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), que estabelece a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos para os maiores de 65 anos; **4:** errada, pois ao idoso e à pessoa portadora de deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, é garantido um salário-mínimo mensal, independentemente da renda familiar, conforme disposto no art. 2º, I, e, da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/1993).
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

48. Direito da Pessoa com Deficiência

Anna Carolina Bontempo e Leni Mouzinho*

1. POLÍTICA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (LEI 7.853/1989 E DEC. 3.298/1999)

(Ministério Público/ES – 2010 – CESPE) As diretrizes da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência incluem:

(A) a oportunização, ao portador de deficiência, de qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho, bem como a adoção de estratégias de articulação com órgãos públicos, entidades privadas e organismos internacionais para a implantação dessa política de integração;
(B) o estabelecimento de mecanismos que favoreçam o desenvolvimento das pessoas portadoras de deficiência e a sua inclusão parcial nos programas governamentais de saúde e seguridade social;
(C) a ampliação de alternativas de absorção econômica das pessoas portadoras de deficiência e seu efetivo atendimento dentro de um modelo de assistência protecionista;
(D) a propiciação, ao portador de deficiência, do acesso ao mercado de trabalho mediante uma política de incentivos fiscais e linhas de crédito;
(E) a viabilização da participação política das pessoas portadoras de deficiência mediante a representação sindical.

A: correta (art. 6º, II e V, Decreto 3.298/1999); **B:** incorreta, pois é assegurada a inclusão social sem restrições de programas (art. 6º, I, Decreto 3298/1999); **C:** incorreta, pois conflita com art. 6º, VI, Decreto 3.298/1999; **D:** incorreta, pois a lei não estabelece política de incentivos fiscais e linhas de crédito (art. 6º, V, Decreto 3.298/1999); **E:** incorreta, pois conflita com o art. 6º, IV, Decreto 3.298/1999, já que tal participação se dará por intermédio das entidades representativas da pessoa portadora de deficiência e não por intermédio de representação sindical.
Gabarito "A"

(Ministério Público/ES – 2010 – CESPE) Os instrumentos da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência incluem:

(A) a elaboração do Plano Nacional de Integração Estratégica do Portador de Deficiência, visando garantir a efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de integração social;
(B) o fomento à formação de recursos humanos para adequado e eficiente atendimento das pessoas portadoras de deficiência, bem como a fiscalização do cumprimento da legislação pertinente a essas pessoas;
(C) a articulação de políticas governamentais e políticas de Estado em torno da elaboração de medidas protecionistas aptas a tutelar eficientemente os inválidos de toda ordem;
(D) a criação de dispositivos que facilitem a importação de equipamentos e o fomento aos acordos de cooperação técnica em biotecnologia de próteses enxertadas;
(E) o fomento à criação de núcleos interdisciplinares de pesquisa em transplante de órgãos e desenvolvimento de tecidos e cartilagens artificiais.

A alternativa B está correta, pois reflete o disposto no art. 8º, II e V Decreto 3.298/1999. As demais alternativas não são instrumentos da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
Gabarito "B"

(Ministério público/RO – 2010 – CESPE) Os objetivos da Política Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência incluem:

(A) o apoio à formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência e a criação do banco de fomento para a aquisição de órteses, próteses e equipamentos de transportes para portadores de mobilidade reduzida;
(B) o investimento na construção de condomínios fechados destinados ao uso exclusivo dos portadores de deficiência em todas as unidades da Federação, bem como a produção de veículos de transporte público adaptados às suas necessidades, de uso exclusivo e circulação obrigatória durante as vinte e quatro horas do dia;
(C) o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade, bem como o desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais das pessoas portadoras de deficiência.
(D) o apoio à formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência e, também, o cadastramento de voluntários para pesquisa com células-tronco embrionárias;
(E) a articulação de entidades governamentais e não governamentais, em nível federal, estadual, do DF e municipal com a Secretaria de Inclusão Social do Trabalhador da Organização Internacional do Trabalho, visando garantir efetividade aos programas de prevenção, de atendimento especializado e de integração social, bem como o estabelecimento de padrões diferenciados de qualidade de vida para os maiores de sessenta anos.

A alternativa C está correta, pois reflete o disposto no art. 7º, I e III, do Decreto 3.298/1999. As demais alternativas não são objetivos da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
Gabarito "C"

(Ministério Público/RR – 2008 – CESPE) A respeito dos direitos das pessoas com deficiência, julgue os itens subsequentes de acordo com o que prescreve a Lei n. 7.853/1989.

(1) É garantida a pessoas com deficiência capazes de se integrarem ao sistema regular de ensino a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares.
(2) O poder público está obrigado a adotar medidas efetivas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, removendo ou evitando óbices às pessoas com deficiência, para o acesso destas a edifícios, logradouros e meios de transporte.
(3) Ao Ministério Público é permitido avaliar a conveniência de intervir nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.
(4) A Coordenadoria Nacional para a Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) constitui órgão federal autônomo, ao qual compete manter, com os estados, municípios, DF e Ministério Público, estreito relacionamento, objetivando a concorrência de ações destinadas à integração social das pessoas com deficiência. Cabe, também, à CORDE provocar a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe informações sobre fatos que constituam objeto de ações civis, mediante indicação de elementos de convicção.

* **Anna Carolina Bontempo** comentou a questão do concurso para **Defensoria/DF – 2013. Anna Carolina Bontempo e Leni Mouzinho** comentaram as demais questões.

1: correta (art. 2º, parágrafo único, I, *f,* da Lei 7.853/1989); **2:** correta (art. 2º, parágrafo único, V, *a,* da Lei 7.853/1989); **3:** incorreta, pois a intervenção do Ministério Público é obrigatória (art. 5º da Lei 7.853/1989); **4:** correta (art. 12, V e VI, da Lei 7.853/1989).

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

(Ministério Público/SE – 2010 – CESPE) Os princípios que norteiam a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência incluem:

(A) o desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural, bem como o estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da CF e das leis, lhes propiciem bem-estar pessoal, social e econômico;

(B) o respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos, bem como o acesso garantido aos programas de eugenia, esterilização e seleção genética dos embriões sadios

(C) o acesso à reprodução assistida e ao aborto terapêutico realizado pelo SUS em caso de comprovada anomalia fetal;

(D) o estabelecimento de instrumentos e técnicas operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência a reabilitação neurológica por meio do acesso ao transplante de células-tronco embrionárias

(E) a implementação de zonas urbanas de uso residencial alternativo voltadas exclusivamente para as pessoas portadoras de deficiência.

A alternativa A está correta, pois reflete o disposto no art. 5º, I e II, do Decreto 3.298/1999. As demais alternativas não são princípios que norteiam a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Gabarito "A"

2. ACESSIBILIDADE (LEIS 13.146/2015 E 10.098/2000 DEC. 5.296/2004)

(Ministério público/RO – 2010 – CESPE) O atendimento prioritário dado às pessoas portadoras de deficiência compreende:

(A) a distribuição de brindes e descontos na aquisição de equipamentos de informática, bem como a disponibilização de pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla;

(B) o tratamento diferenciado, que inclui, entre outros: assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis, mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de cadeirantes, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;

(C) serviço obrigatório de acompanhante para portadores de mobilidade reduzida nos espaços públicos destinados ao lazer, às compras e à alimentação;

(D) menu em braile, tradutor para língua brasileira de sinais, e canil para cães-guia em centros comerciais, teatros, cinemas e restaurantes.

(E) a criação de juizados especiais do portador de deficiência nos tribunais de justiça dos estados.

A alternativa B está correta, pois reflete o disposto no art. 6º, § 1º e incisos do Decreto n. 5.296/2004. As demais alternativas não são hipóteses de atendimento prioritário dado às pessoas portadoras de deficiência. Com relação ao atendimento prioritário, o novo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), estabelece no art. 9º que "a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de: I – proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; II – atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público; III – disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas; IV – disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque; V – acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis; VI – recebimento de restituição de imposto de renda; VII – tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências".

Gabarito "B"

(Defensor Público/TO – 2013 – CESPE) Ainda com relação ao direito das pessoas com deficiência, assinale a opção correta de acordo com o Decreto nº 5.296/2004.

(A) Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo, ou nos localizados nas vias públicas, serão reservados, pelo menos, 4% do total de vagas para veículos que transportem pessoa portadora de deficiência física ou visual, sendo assegurada, no mínimo, uma vaga, em locais próximos à entrada principal ou ao elevador, de fácil acesso à circulação de pedestres, com especificações técnicas de desenho e traçado conforme o estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade.

(B) Para atender ao disposto na referida norma, o Poder Executivo determinou taxativamente a isenção de tributos para a importação de equipamentos que, destinados à adequação do sistema de transporte coletivo às necessidades dos portadores de deficiência, não sejam produzidos no país.

(C) Consoante a referida norma, classifica-se como deficiência mental o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, manifestado antes dos dezoito anos e com limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas.

(D) Considera-se deficiência auditiva, para os fins do referido decreto, a perda unilateral ou bilateral, parcial ou total, de quarenta decibéis ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz e 2.000 Hz.

(E) Para os fins do referido decreto, as fontes públicas não são consideradas mobiliário urbano, conceituado como o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não altere substancialmente tais elementos.

A: incorreta, pois serão reservados, pelo menos, *2% (dois por cento)* do total de vagas (art. 25 do Decreto 5.296/2004). Nesse mesmo sentido, o novo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), estabelece que as vagas devem equivaler a 2% (dois por cento) do total, garantida, no mínimo, 1 (uma) vaga devidamente sinalizada, conforme art. 47, § 1º; **B:** incorreta, pois compete ao Poder Executivo, com base em estudos e pesquisas, verificar a viabilidade de redução ou isenção de tributo (art. 45, I, do Decreto 5.296/2004); **C:** correta (art. 5º, § 1º, I, *d*, do Decreto 5.296/2004); **D:** incorreta, pois considera-se deficiência auditiva "perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz" (art. 5º, § 1º, I, *b*, do Decreto 5.296/2004); **E:** incorreta, pois as fontes públicas são consideradas mobiliário urbano (art. 8º, IV, do Decreto 5.296/2004).

Gabarito "C"

(Defensor Público/TO – 2013 – CESPE) Com base no disposto na Lei nº 10.048/2000 e no Decreto nº 5.296/2004, bem como no dispositivo constitucional sobre o direito das pessoas com deficiência, assinale a opção correta.

(A) O tratamento diferenciado previsto no Decreto nº 5.296/2004 inclui, entre outros, pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas.

(B) Nos serviços de emergência dos estabelecimentos públicos e privados de atendimento à saúde, a prioridade deve sempre ser dada a pessoas com deficiência.

(C) É constitucionalmente prevista a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como a integração social exclusiva do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho.

(D) As empresas de ônibus estão obrigadas a reservar assentos às pessoas portadoras de deficiência, devendo o proprietário da empresa que descumprir a determinação legal responder criminalmente pela omissão.
(E) Os logradouros e sanitários públicos e particulares, assim como os edifícios públicos e particulares, devem obedecer a normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, específicas para o atendimento das necessidades das pessoas portadoras de deficiência.

A: correta (art. 6º, § 1º, IV, do Decreto 5.296/2004); **B:** incorreta, pois a prioridade fica condicionada à avaliação médica em face da gravidade dos casos a atender (art. 6º, § 3º, do Decreto 5.296/2004); **C:** incorreta, pois a integração social não é exclusiva, abrangendo adolescente e jovem com deficiência (art. 227, § 1º, II, da CF/1988); **D:** incorreta, pois trata-se de infração administrativa, cuja pena é de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) (art. 6º, II, da Lei 10.048/2000); **E:** incorreta, pois a lei não abrange os logradouros e sanitários particulares (art. 4º da Lei 10.048/2000).
Gabarito "A"

3. SAÚDE MENTAL

(Ministério Público/RN – 2009 – CESPE) Acerca da proteção e dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, assinale a opção correta com base na Lei n. 10.216/2001.

(A) A internação psiquiátrica involuntária de pessoa portadora de transtorno mental deve ser comunicada à autoridade judiciária local, no prazo de 48 horas a partir do momento em que tenha acontecido, pelo responsável técnico do estabelecimento onde tenha ocorrido, devendo esse procedimento ser adotado quando da respectiva alta.
(B) De acordo com a legislação vigente, a internação compulsória de pessoa portadora de transtorno mental é determinada pelo MP estadual, que considera, quanto à salvaguarda do paciente, as condições de segurança do estabelecimento, dos demais internados e dos funcionários.
(C) Internação involuntária é a determinada pela justiça.
(D) Internação compulsória é aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro.
(E) É direito da pessoa portadora de transtorno mental ter a presença de médico, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária.

A: incorreta, pois a internação involuntária deverá, no prazo de 72 horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual, conforme o disposto no art. 8º, § 1º, da Lei 10.216/2001; **B:** incorreta, pois a internação compulsória é determinada pelo juiz competente, de acordo com o art. 9º da Lei 10.216/2001; **C:** incorreta, pois internação involuntária é aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro (art. 6º, II, da Lei 10.216/2001); **D:** incorreta, pois internação compulsória é aquela determinada pela Justiça (art. 6º, III, da Lei 10.216/2001); **E:** correta (art. 2º, V, da Lei 10.216/2001).
Gabarito "E"

4. ACESSO À JUSTIÇA

(Ministério Público/SE – 2010 – CESPE) Além do MPU, podem propor ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência:

(A) exclusivamente os estados, os municípios e o DF;
(B) somente as associações constituídas há mais de um ano, nos termos da lei civil;
(C) as autarquias, empresas públicas, fundações ou sociedades de economia mista cadastradas no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência;
(D) as associações constituídas há mais de um ano, nos termos da lei civil, os estados, os municípios e o DF, bem como autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas portadoras de deficiência;
(E) os estados, as entidades de classe e as organizações da sociedade civil de interesse público reconhecidas e monitoradas pela Secretaria de Ações Afirmativas da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais do Ministério da Justiça.

A alternativa D está correta, pois reflete o disposto no art. 3º da Lei 7.853/1989. As demais alternativas não trazem os legitimados para propor ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência.
Gabarito "D"

5. TUTELA PENAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Defensor Público/TO – 2013 – CESPE) Acerca do direito das pessoas com deficiência, conforme a Lei nº 7.853/1989, assinale a opção correta.

(A) Recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial, quando possível, a pessoa portadora de deficiência constitui crime punível com pena de reclusão e multa.
(B) Recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil constitui crime punível com pena de prisão simples.
(C) Obstar, sem justa causa, o acesso de alguém a qualquer cargo público, por motivos derivados de sua deficiência, constitui crime punível com pena de detenção.
(D) Recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer natureza, por motivos derivados da deficiência que porte, consiste em infração administrativa punível com multa.
(E) Negar a alguém, sem justa causa, emprego ou trabalho, por motivos derivados de sua deficiência, constitui infração penal punível apenas com pena de multa.

A: correta (art. 8º, IV, da Lei 7.853/1989); **B**, **C**, **D** e **E:** incorretas, pois são crimes apenados com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa (art. 8º, I, II, III e VI, da Lei 7.853/1989). O novo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) alterou toda redação do art. 8º da Lei 7.853/1989, passando a vigorar com o seguinte teor: "Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa: I – recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência; II – obstar inscrição em concurso público ou acesso de alguém a qualquer cargo ou emprego público, em razão de sua deficiência; III – negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa em razão de sua deficiência; IV – recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial à pessoa com deficiência; V – deixar de cumprir, retardar ou frustrar execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei; VI – recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil pública objeto desta Lei, quando requisitados. § 1º Se o crime for praticado contra pessoa com deficiência menor de 18 (dezoito) anos, a pena é agravada em 1/3 (um terço). § 2º A pena pela adoção deliberada de critérios subjetivos para indeferimento de inscrição, de aprovação e de cumprimento de estágio probatório em concursos públicos não exclui a responsabilidade patrimonial pessoal do administrador público pelos danos causados. § 3º Incorre nas mesmas penas quem impede ou dificulta o ingresso de pessoa com deficiência em planos privados de assistência à saúde, inclusive com cobrança de valores diferenciados. § 4º Se o crime for praticado em atendimento de urgência e emergência, a pena é agravada em 1/3 (um terço)."
Gabarito "A"

6. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

(Defensoria/DF – 2013 – CESPE) Julgue os itens que se seguem, relativos aos direitos das pessoas com necessidades especiais, dos idosos e das vítimas de violência doméstica familiar.

(1) Conforme o diploma legal que regulamenta os mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a notificação da ofendida a respeito dos atos processuais relativos ao agressor, em especial daqueles referentes ao seu ingresso e saída da prisão, dispensa a intimação do DP em relação ao mesmo ato.

(2) Segundo o que dispõe o Estatuto do Idoso, as transações relativas a alimentos referendadas pela DP configuram título executivo extrajudicial.

(3) De acordo com a jurisprudência do STJ, não se reconhece a surdez meramente unilateral o caráter de necessidade especial, razão pela qual o seu portador deverá disputar as vagas de ampla concorrência em concurso público, e não as destinadas aos portadores de deficiência física.

1: incorreta, pois a ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, *sem prejuízo* da intimação do advogado constituído ou do defensor público (art. 21 da Lei 11.340/2006); **2:** correta (art. 13 do Estatuto do Idoso); **3:** incorreta, pois a Corte Especial do STJ, no julgamento do MS 18.966/DF, em voto-vencedor de relatoria do Ministro Humberto Martins, decidiu que a **surdez unilateral** não possibilita a seu portador concorrer a vaga de concurso públicos nas destinadas aos portadores de deficiência (MS 18.966/DF, Rel. Ministro Castro Meira, Rel. p/ Acórdão Ministro Humberto Martins, Corte Especial, DJe 20.03.2014).1

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Ministério público/PI – 2012 – CESPE) No que se refere à defesa das pessoas portadoras de deficiência, à proteção ao patrimônio cultural e à ordem urbanística, assinale a opção correta.

(A) O conceito de ordem urbanística, reconhecida como direito coletivo em sentido amplo, abrange o direito à terra urbana, a moradia e a saneamento ambiental, mas não a transporte e prestação de serviços públicos.

(B) Não podem ser objetos de ação judicial de natureza coletiva a reparação do dano nem a determinação do cumprimento da lei em caso de violação ao direito do portador de deficiência de ter assento preferencial em qualquer meio de transporte coletivo.

(C) O direito urbanístico é difuso, ainda que se trate de dano que atinja apenas alguns bairros.

(D) Segundo a jurisprudência, é obrigatória a intervenção do MP como *custos legis* na ação judicial que tenha por objeto a defesa do interesse de deficiente físico cuja nomeação em concurso público tenha sido negada.

(E) Como o valor cultural do bem é anterior ao seu tombamento, é cabível a proposição de ACP para responsabilizar o particular pela conservação do patrimônio, independentemente de qualquer ato do poder público que estabeleça a necessidade de sua proteção.

1 Nesse sentido: ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. VAGAS DESTINADAS A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. SURDEZ UNILATERAL. DECRETO N. 3.298/1999 ALTERADO PELO DECRETO N. 5.296/2004. APLICAÇÃO AO EDITAL COM AMPARO NORMATIVO. PRECEDENTES DO STF E STJ.

1. A controvérsia dos autos gira em torno de saber se pode ou não ser considerada a surdez unilateral - tal como comprovada e expressamente consignada no acórdão recorrido - como circunstância determinante para que o portador assegure o ingresso em cargo público para o qual concorreu pela reserva de vagas destinadas aos portadores de deficiência.

2. O Decreto 5.296/2004 alterou a redação do art. 4º, II, do Decreto 3.298/1999 e excluiu da qualificação "deficiência auditiva" os portadores de surdez unilateral, e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal frisou a validade da referida alteração normativa. Precedente: AgRg no MS 29.910, Relator Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, *DJe* 01.08.2011.

3. Tendo em vista o novo posicionamento do STF quanto à matéria, a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça formou-se no sentido de que os portadores de deficiência auditiva unilateral não podem ser enquadrados como pessoas com deficiência, e assim, não se enquadram nas reservas de vagas. Precedentes: MS 18.966/DF, Rel. Min. Castro Meira, rel. p/ acórdão ministro Humberto Martins, Corte Especial, *DJe* 20.03.2014; AgRg no REsp 1.374.669/RJ, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, *DJe* 19.05.2014; REsp 1.307.814/AL, Rel. Min. Ari Pargendler, Primeira Turma, *DJe* 31.03.2014. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 510.378/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, j. 05.08.2014, *DJe* 13.08.2014)

A: incorreta, pois conflita com o art. 2º, I, da Lei 10.257/2001, já que "transporte e prestação de serviços públicos" integram o conceito de ordem urbanística; **B:** incorreta, pois conflita com o art. 1º, IV, da Lei 7.347/1985 c/c. 3º da Lei 7.853/1989; **C:** incorreta. Nesse sentido, Carvalho Filho, diferencia os Direitos transindividuais e coletivos na defesa da ordem urbanística: "Dentro da categoria dos interesses transindividuais, os relativos a ordem urbanística podem qualificar-se quer como difusos, quer como coletivos. Serão difusos quando tiverem maior generalidade e abrangência no que toca aos componentes do grupo; além disso, não haverá qualquer relação jurídica entre eles, sendo meramente circunstancial o agrupamento. É o caso, por exemplo, de ação para impedir construção que provoque gravame urbanístico para todo o bairro. Podem, no entanto, configurar-se como coletivos; nesse caso, os indivíduos serão determináveis em tese e entre eles próprios, ou relativamente a terceiros haverá uma relação jurídica base. É a hipótese de ação que vise a tutela de interesses urbanísticos de um condomínio, ameaçados por algum tipo de ofensa oriunda de ações do setor público ou privado." (Carvalho Filho, José dos Santos. **Comentários ao Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2006. p. 47.); **D:** correta. Vejamos julgado do Superior Tribunal de Justiça: "Agravo regimental. Recurso especial. Processo civil. **Concurso público. Negativa de nomeação. Deficiente físico. Direito individual indisponível. Intervenção obrigatória do Ministério Público, como custos legis.** Nulidade. Ocorrência. Retorno dos autos à origem. 1. A intervenção do Ministério Público fundamentada na qualidade de parte dotada de capacidade civil deve envolver direitos indisponíveis ou de tamanha relevância social que evidenciem a existência de interesse público no feito (art. 82, III, do CPC – art. 178, I e III, do NCPC). **2. Nas causas que tratam da negativa de nomeação de portador de deficiência física com fundamento na ausência de capacitação física indispensável ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido, que envolvem exame de ofensa a direito individual indisponível de deficiente físico a ingressar no serviço público, é obrigatória a intervenção do Parquet.** 3. Agravo regimental provido, para dar provimento ao recurso especial e declarar a nulidade do processo pela ausência de intervenção ministerial em primeira instância, determinando-se o retorno dos autos ao Juízo de 1º grau para regular prosseguimento do feito. (AgRg no REsp 565084/DF, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 24.08.2009, *DJe* 14.09.2009)" (grifo nosso); **E:** incorreta, pois inexistindo qualquer ato do Poder Público formalizando a necessidade de proteger o bem tombado, é descabida a responsabilização do proprietário pela não conservação do patrimônio, sendo este o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça: "Processo civil. Administrativo. Ação civil pública. Tombamento provisório. Equiparação ao definitivo. Eficácia. 1. O ato de tombamento, seja ele provisório ou definitivo, tem por finalidade preservar o bem identificado como de valor cultural, contrapondo-se, inclusive, aos interesses da propriedade privada, não só limitando o exercício dos direitos inerentes ao bem, mas também obrigando o proprietário às medidas necessárias à sua conservação. O tombamento provisório, portanto, possui caráter preventivo e assemelha-se ao definitivo quanto às limitações incidentes sobre a utilização do bem tutelado, nos termos do parágrafo único do art. 10 do Decreto-Lei 25/1937. **2. O valor cultural pertencente ao bem é anterior ao próprio tombamento. A diferença é que, não existindo qualquer ato do Poder Público formalizando a necessidade de protegê-lo, descaberia responsabilizar o particular pela não conservação do patrimônio. O tombamento provisório, portanto, serve justamente como um reconhecimento público da valoração inerente ao bem.** 3. As coisas tombadas não poderão, nos termos do art. 17 do Decreto-Lei 25/1937, ser destruídas, demolidas ou mutiladas. O descumprimento do aludido preceito legal enseja, via de regra, o dever de restituir a coisa ao **status quo ante**. Excepcionalmente, sendo manifestamente inviável o restabelecimento do bem ao seu formato original, autoriza-se a conversão da obrigação em perdas e danos. 4. À reforma do aresto recorrido deve seguir-se à devolução dos autos ao Tribunal **a quo** para que, respeitados os parâmetros jurídicos ora estipulados, prossiga o exame da apelação do IPHAN e aplique o direito consoante o seu convencimento, com a análise das alegações das partes e das provas existentes. 5. Recurso especial provido em parte. (REsp 753534/MT, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 25.10.2011, *DJe* 10.11.2011)" (grifo nosso – ver **Informativo** 152).

Gabarito "D"

(Ministério Público/RR – 2012 – CESPE) A respeito da proteção aos deficientes físicos e do direito urbanístico, assinale a opção correta.

(A) Verificado que determinado loteamento não esteja devidamente registrado, deverá o adquirente do lote, sem suspender o pagamento das prestações restantes diretamente ao vendedor, efetuar a notificação do loteador para suprir a falta.

(B) As ACPs destinadas à proteção de interesses difusos das pessoas portadoras de deficiência poderão ser propostas por sociedade de economia mista, independentemente da inclusão, entre as finalidades institucionais, da proteção das pessoas portadoras de deficiência, na medida em que essa modalidade de proteção é universal.

(C) Exceto em relação às demandas de natureza individual, o MP deve intervir obrigatoriamente nas ações públicas em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.

(D) O funcionário público que obstar, por qualquer causa, o acesso de alguém a determinado cargo público, por motivos derivados de sua deficiência, responderá pelo delito de prevaricação previsto no CP.

(E) O município tem o poder-dever de agir para fiscalizar e regularizar loteamento irregular, pois é o responsável pelo parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, atividade vinculada, e não discricionária.

A: incorreta, pois o adquirente deve suspender o pagamento, segundo o art. 38 da Lei 6.766/1979; **B:** incorreta, pois a sociedade de economia mista **deve ter inclusa**, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas portadoras de deficiência (art. 3º da Lei 7.853/1989); **C:** incorreta, pois é também obrigatória a intervenção do Ministério Público nas *ações individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas*, de acordo com o disposto no art. 5º da Lei 7.853/1989; **D:** incorreta, pois não trata-se de crime de prevaricação (art. 319 do CP) e sim de crime previsto no art. 8º, II, da Lei 7.853/1989; **E:** correta (art. 40 da Lei 6.766/1979). Nesse sentido, vejamos posicionamento do Superior Tribunal de Justiça: "Processual civil e administrativo. Recurso especial. Julgamento antecipado da lide. Não ocorrência de cerceamento ao direito de ampla defesa e ao contraditório. Alegação de violação aos arts. 302, III, 331, § 2º, 332, 333, I e II do Código de Processo Civil. Ausência de prequestionamento. Súmula 211 do STJ. Ação civil pública. Loteamento irregular. Município. Poder-dever. Art. 40 da Lei 6.766/1979. Precedentes do STJ. 1. Hipótese em que o Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou ação civil pública contra o Município, a Associação de Ocupantes e dois sócios, objetivando a regularização do loteamento, que foi julgada procedente para condenar os requeridos à realização de obras necessárias à infraestrutura do loteamento irregular, dentre outras cominações. 2. A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos como violados (302, III, 331, § 2º, 332, 333, I e II do Código de Processo Civil) torna inadmissível o recurso especial. Incidência das Súmulas 282 do STF e 211/STJ. **3. É pacífico o entendimento desta Corte Superior de que o Município tem o poder-dever de agir para fiscalizar e regularizar loteamento irregular, pois é o responsável pelo parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, atividade essa que é vinculada, e não discricionária. Precedentes: REsp 432.531/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Franciulli Netto, *DJ* 25.04.2005; REsp 448.216/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, *DJ* 17.11.2003; REsp 131.697/SP, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, *DJ* 13.06.2005.** 4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido. (REsp 1170929/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 20.05.2010, *DJe* 27.05.2010)" (grifo nosso).

Gabarito "E"

(Defensor Público/ES – 2012 – CESPE) No que se refere ao direito das pessoas portadoras de deficiência, julgue os próximos itens.

(1) O atendimento prioritário refere-se ao tratamento diferenciado às pessoas portadoras de deficiência, incluindo-se o serviço prestado por guia-interprete às pessoas surdo-cegas.

(2) O aconselhamento genético inclui-se entre os direitos básicos assegurados pelo poder público às pessoas portadoras de deficiência.

(3) Ao promover arquivamento de inquérito civil que verse sobre interesses relacionados às pessoas portadoras de deficiências, o MP deverá remeter, para reexame, os autos ou as respectivas peças ao Conselho Superior do Ministério Público.

(4) Nos termos da legislação pertinente, a paralisia cerebral e a ostomia são consideradas deficiências mentais.

(5) De acordo com determinação legal, a DP, de forma concorrente com os conselhos estaduais dos direitos da pessoa portadora de deficiência, tem legitimidade para acompanhar e sugerir medidas para o cumprimento das normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência.

1: correta (art. 6º, § 1º, III, do Decreto 5.296/2004); **2:** correta (art. 2º, parágrafo único, II, *a*, da Lei 7.853/1989); **3:** correta (art. 6º, § 1º, da Lei 7.853/1989); **4:** incorreta, pois são deficiências físicas (art. 5º, § 1º, I, *a*, do Decreto 5.296/2004); **5:** incorreta, pois a Defensoria Pública não está no rol de legitimados do art. 4º do Decreto 5.296/2004.

Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E

(Defensor Público/RO – 2012 – CESPE) Com base no que dispõe o Decreto nº 3.298/1999, que trata do direito das pessoas portadoras de necessidades especiais, assinale a opção correta.

(A) Para o preenchimento de cargos como pessoa portadora de deficiência, em empresa com cem ou mais empregados, não será considerada habilitada para o exercício do cargo pessoa portadora de deficiência que não tenha se submetido a processo de habilitação ou reabilitação, ainda que capacitada para o exercício da função.

(B) O período de capacitação para o trabalho vivenciado por pessoa portadora de deficiência em oficina protegida terapêutica, se superior a noventa dias, enseja vínculo empregatício.

(C) Para o processo de reabilitação do portador de deficiência, qualquer que seja a natureza, o agente causal ou o grau de severidade da deficiência, está previsto o provimento de órteses, próteses, bolsas coletoras e orientação psicológica, mas não o de medicamentos, que não contribuem para minimizar a deficiência.

(D) Os programas de educação superior devem incluir, em seus currículos, disciplinas relacionadas à pessoa portadora de deficiência.

(E) A colocação competitiva, processo de contratação regular, de acordo com a legislação trabalhista e previdenciária, requer a adoção de procedimentos especiais para a inserção laboral de pessoa portadora de deficiência.

A: incorreta, pois considera-se pessoa portadora de deficiência habilitada aquela que, não tendo se submetido a processo de habilitação ou reabilitação, esteja capacitada para o exercício da função (art. 36, § 3º, do Decreto 3.298/1999); **B:** incorreta, pois o período de adaptação e capacitação para o trabalho de adolescente e adulto portador de deficiência em oficina protegida terapêutica *não* caracteriza vínculo empregatício (art. 35, § 6º, do Decreto 3.298/1999); **C:** incorreta, pois é considerado parte integrante do processo de reabilitação *o provimento de medicamentos* (art. 20 do Decreto 3.298/1999); **D:** correta (art. 27, § 2º, do Decreto 3.298/1999); **E:** incorreta, pois o processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, *independe* da adoção de procedimentos especiais para sua concretização (art. 35, I, do Decreto 3.298/1999).

Gabarito "D"

49. Direito de Trânsito

Wander Garcia e Eduardo Dompieri

1. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI Nº 9.503/1997)

1.1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E CONCEITOS BÁSICOS

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Julgue os itens a seguir, relativos a conceitos utilizados para a interpretação do CTB.

I. Caminhonete – veículo misto destinado ao transporte de passageiros e carga no mesmo compartimento.

II. Ilha – obstáculo físico, colocado na pista de rolamento, destinado à ordenação dos fluxos de trânsito em uma interseção.

III. Tara – peso próprio do veículo, acrescido dos pesos da carroçaria e equipamento, do combustível, das ferramentas e acessórios, da roda sobressalente, do extintor de incêndio e do fluido de arrefecimento, expresso em quilogramas.

IV. Veículo de grande porte – veículo automotor destinado ao transporte de carga com peso bruto total máximo superior a 10.000 kg e de passageiros, superior a vinte passageiros.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 0.
(B) 1.
(C) 2.
(D) 3.
(E) 4.

I: incorreta, pois a caminhonete não é veículo destinado ao transporte de passageiros e carga no mesmo compartimento, mas destinado ao transporte de carga com peso bruto até 3,5 mil quilogramas (Anexo I da Lei 9.503/1997); **II:** correta, nos termos do Anexo I da Lei 9.503/1997; **III:** correta, nos termos do Anexo I da Lei 9.503/1997; **IV:** correta, nos termos do Anexo I da Lei 9.503/1997.

Gabarito "D"

1.2. SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Julgue os itens subsequentes com respeito ao SNT.

I. Os órgãos e entidades componentes do SNT respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

II. O SNT é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos estados, do DF e dos municípios que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.

III. Compõem o SNT: o Contran, os conselhos estaduais de trânsito (Cetran) e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal (Contrandife), os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos estados, do DF e dos municípios, os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos estados, do DF e dos municípios, a PRF, as polícias militares dos estados e do DF e as juntas administrativas de recursos de infrações.

IV. As Câmaras Temáticas, órgãos técnicos vinculados ao Contran, são integradas por especialistas e têm como objetivo estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões daquele colegiado.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 0.
(B) 1.
(C) 2.
(D) 3.
(E) 4.

I: correta (art. 1º, § 3º, da Lei 9.503/1997); **II:** correta (art. 5º da Lei 9.503/1997); **III:** correta (art. 7º da Lei 9.503/1997); **IV:** correta (art. 13, *caput*, da Lei 9.503/1997).

Gabarito "E"

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Com relação ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT), julgue os itens a seguir.

(1) O Conselho Nacional de Trânsito é o órgão máximo do SNT.
(2) A Polícia Rodoviária Federal (PRF) compõe o SNT.

1: correta (art. 7º, I, da Lei 9.503/1997); é bom ressalvar que o Contran é o órgão máximo normativo e consultivo do SNT; há, também, o órgão máximo executivo de trânsito (art. 19 da Lei 9.503/1997); **2:** correta (art. 7º, V, da Lei 9.503/1997).

Gabarito 1C, 2C

(Policial Rodoviário Federal – 2002 – CESPE) Considerando o CTB, julgue o item seguinte.

(1) Considerando que o CTB determina que compete à PRF, no âmbito das rodovias e estradas federais, aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, é correto afirmar, com base no referido código, que o policial rodoviário federal pode multar um motorista por excesso de velocidade e, para conferir celeridade ao procedimento, receber em mão o dinheiro relativo à multa, oferecendo ao infrator recibo devidamente assinado.

1: incorreta, pois o art. 20 da Lei 9.503/1997 não prevê que a PRF, por seus policiais, recebam em mãos o dinheiro relativo à multa aplicada.

Gabarito 1E

(Policial Rodoviário Federal – 1998 – CESPE) Em relação a composição e competência do Sistema Nacional de Trânsito, assinale a alternativa

(A) Os Cetran, Conselhos Estaduais de Trânsito, são órgãos máximos normativos e consultivos do Sistema Nacional de Trânsito;
(B) Estabelecer as diretrizes da Política Nacional de Trânsito é, entre outras, competência da Polícia Rodoviária Federal;
(C) É competência do Contran, Conselho Nacional de Trânsito, zelar pela uniformidade e cumprimento das normas contidas no Código de Trânsito Brasileiro;
(D) Compete às Jari, Juntas Administrativas de Recursos de Infrações, dirimir conflitos sobre circunscrição e competência do trânsito no âmbito dos Municípios;
(E) Compete às Câmaras Temáticas julgar os recursos interpostos pelos infratores.

A: incorreta, pois são órgãos normativos, consultivos e coordenadores (art. 7º, II, da Lei 9.503/1997), mas não são o órgão máximo normativo e consultivo do SNT, já que o Contran é quem tem essa incumbência (art. 7º, I, da Lei 9.503/1997); **B:** incorreta, pois essa competência é do Contran (art. 12, I, da Lei 9.503/1997); **C:** correta (art. 12, VII, da Lei 9.503/1997); **D:** incorreta, pois essa é competência do Cetran (art. 14, IX, da Lei 9.503/1997); **E:** incorreta, pois essa competência é das JARI (art. 17, I, da Lei 9.503/1997).

Gabarito "C"

(Policial Rodoviário Federal – 1998 – CESPE) Considere algumas das atribuições de órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional de Trânsito:

I. Estabelecer procedimentos sobre a aprendizagem e habilitação de condutores de veículos, a expedição de documentos de condutores e licenciamento de veículos;
II. Organizar a estatística geral de trânsito no território nacional, definindo os dados a serem fornecidos pelos demais órgãos e promover sua divulgação;
III. Efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;
IV. Realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e de terceiros.

São de competência da Polícia Rodoviária Federal:

(A) somente I;
(B) somente I e III;
(C) somente II e III;
(D) somente III e IV;
(E) I, II, III e IV.

I: incorreta, pois essa competência é do Contran (art. 12, X, da Lei 9.503/1997); **II:** incorreta, pois essa competência é do órgão máximo executivo de trânsito da União (art. 19, X, da Lei 9.503/1997); **III:** correta (art. 20, IV, da Lei 9.503/1997); **IV:** correta (art. 20, II, da Lei 9.503/1997).

Gabarito "D"

1.3. NORMAS GERAIS DE CIRCULAÇÃO E CONDUTA

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Assinale a opção que está em harmonia com as normas gerais de circulação previstas no CTB.

(A) Embora seja recomendável que, antes de colocar o veículo em circulação nas vias públicas, o condutor verifique a existência de combustível suficiente para chegar ao local de destino, não há no CTB previsão expressa a esse respeito.
(B) O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação deve ocorrer pelo lado direito da via, não se admitindo exceções quanto a isso.
(C) Quando uma pista de rolamento comportar várias faixas de circulação no mesmo sentido, são as da esquerda as destinadas ao deslocamento dos veículos mais lentos e de maior porte, quando não houver faixa especial a eles destinada, e as da direita, destinadas à ultrapassagem e ao deslocamento dos veículos de maior velocidade.
(D) O trânsito de veículos sobre passeios e calcadas só poderá ocorrer para que se adentre ou se saia dos imóveis ou áreas especiais de estacionamento e tal restrição não se aplica aos acostamentos.
(E) Quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem, no caso de rotatória, aquele que estiver circulando por ela.

A: incorreta, pois há previsão sim desse dever (art. 27 da Lei 9.503/1997); **B:** incorreta, pois a própria lei admite exceções a essa regra, desde que devidamente sinalizadas (art. 29, I, da Lei 9.503/1997); **C:** incorreta, pois os veículos mais lentos e de maior parte devem trafegar pela direita (e não pela esquerda), ficando a faixa da esquerda (e não da direta) destinada à ultrapassagem e ao deslocamento dos veículos de maior velocidade; **D:** incorreta, pois a regra em questão abrange os passeios, as calçadas e os acostamentos (art. 29, V, da Lei 9.503/1997); **E:** correta (art. 29, III, *b*, da Lei 9.503/1997).

Gabarito "E"

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Acerca da condução de veículos de tração animal e da circulação de animais isolados ou em grupo nas vias, assinale a opção correta de acordo com o CTB.

(A) Os veículos de tração animal terão de ser conduzidos pelo lado esquerdo da pista, sempre que não houver faixa especial a eles destinada.
(B) Os animais isolados ou em grupos só podem circular nas vias quando conduzidos por um guia, e, para facilitar os deslocamentos, os rebanhos não devem ser divididos em grupos.
(C) Os animais que circularem pela pista de rolamento deverão ser mantidos junto ao bordo da pista.
(D) A circulação de animais sobre pontes de rodovias federais, quando em grupo, só pode ocorrer com total paralisação do trânsito de veículos.
(E) Compete à PRF, no âmbito das rodovias e estradas federais, aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, mas não os valores provenientes da remoção de animais, pois tal competência cabe à autoridade de trânsito estadual.

A: incorreta, pois tais veículos, caso não haja faixa especial a eles destinadas, devem ser conduzidos pelo lado direito da pista (e não esquerdo), junto à guia da calçada (meio-fio) ou acostamento; **B:** incorreta, pois os rebanhos devem sim ser divididos em grupos de tamanho moderado e separados uns dos outros por espaços suficientes para não obstruir o trânsito (art. 53, I, da Lei 9.503/1997); **C:** correta (art. 53, II, da Lei 9.503/1997); **D:** incorreta, pois não há regra dessa natureza na Lei 9.503/1997; ao contrário, a orientação da lei é que os rebanhos de animais devem ser divididos em grupos de tamanho moderado e separados um dos outros por espaços suficientes para **não obstruir o trânsito** (art. 53, I, da Lei 9.503/1997); **E:** incorreta, pois a competência da PRF também se dá quanto aos valores devidos em razão da remoção de animais (art. 20, III, da Lei 9.503/1997).

Gabarito "C"

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Quanto às regras de circulação no trânsito e aos documentos de porte obrigatório, julgue os itens seguintes.

(1) Apenas os veículos prestadores de serviços de utilidade pública podem usar luzes intermitentes rotativas vermelhas.
(2) O condutor de veículo automotor, natural de país estrangeiro e nele habilitado, desde que penalmente imputável no Brasil, ou seja, possua 18 anos de idade, poderá dirigir no território nacional quando amparado por convenções ou acordos internacionais, ratificados e aprovados pelo Brasil e, igualmente, pela adoção do princípio da reciprocidade, no prazo máximo de 180 dias, respeitada a validade da habilitação de origem.

1: incorreta, pois não só os veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento e as ambulâncias podem usar tais luzes, como também os de polícia, fiscalização e operação de trânsito, tudo a demonstrar que uma gama variada de serviços públicos pode ser valer dessa autorização prevista na lei, que não se limita aos serviços de utilidade pública em sentido estrito (art. 29, VII, da Lei 9.503/1997); **2:** correta (art. 142 da Lei 9.503/1997).

Gabarito 1E, 2C

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Um veículo parado no leito da via pode atrapalhar o fluxo de veículos, além de possibilitar a ocorrência de acidentes. Por esse e outros motivos, o CTB prescreve as providências a serem tomadas para a imediata sinalização de advertência, como estabelecida pelo Contran. Acerca dessas providências, assinale a opção correta.

(A) A imobilização de veículo no leito viário, em situação de emergência, deverá ser sinalizada imediatamente, podendo o veículo, bem sinalizado, permanecer na via por, no máximo, uma hora.
(B) Na condição citada, o condutor deverá acionar de imediato as luzes de advertência (pisca-alerta) e colocar o triângulo de sinalização, ou equipamento similar, preso junto ao para-choque traseiro do veículo.

(C) Na situação considerada, o equipamento de sinalização de emergência deverá ser instalado perpendicularmente ao eixo da via, e em condição de boa visibilidade.

(D) Na ausência do triângulo de segurança, a resolução referida indica a utilização de galhos vegetais para sinalização do veículo imobilizado no leito da via, já que ambos os dispositivos cumprem formalmente o mesmo objetivo.

(E) Ônibus ou caminhões imobilizados temporariamente no leito viário devem usar pelo menos dois triângulos para sinalização dos veículos.

A: incorreta, pois não há essa limitação temporal na Resolução Contran 36/1998 (as resoluções podem ser encontradas no seguinte *link*: http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm); **B:** incorreta, pois o triângulo ou equipamento similar deve ser colocado à distância mínima de 30 metros da parte traseira do veículo (art. 1º, *caput*, Resolução Contran 36/1998); **C:** correta (art. 1º, parágrafo único, da Resolução Contran 36/1998); **D:** incorreta, pois, na ausência do triângulo, a Resolução determina a colocação de um **equipamento** similar, não se podendo dizer que galhos vegetais são equipamentos simulares (art. 1º, *caput*, Resolução Contran 36/1998); **E:** incorreta, pois não há tal previsão na Resolução Contran 36/1998.

Gabarito "C"

(Policial Rodoviário Federal – 2004 – CESPE) Julgue os itens a seguir quanto a regras de circulação de veículos à luz da legislação de trânsito brasileira.

(1) Em uma rodovia, ao sentir sono, o condutor de um veículo automotor deve imediatamente estacionar o veículo no acostamento, sinalizando adequadamente.

(2) Em um cruzamento não sinalizado de uma via coletora com uma arterial, terá preferência de passagem o veículo que vier pela esquerda de um dos dois condutores envolvidos.

(3) O condutor de um veículo automotor que estiver circulando pela faixa central de uma via de três faixas, ao perceber que outro veículo à sua retaguarda tem o propósito de ultrapassá-lo, deve deslocar-se para a faixa da direita, sem acelerar a marcha.

(4) Considere a seguinte situação hipotética.
Cristina, que conduzia seu automóvel em uma rodovia com duplo sentido de direção e pista única, provida de acostamento, precisava fazer uma conversão à esquerda, para acessar a entrada de sua chácara, em um trecho onde não havia sinalização específica para retorno.
Nessa situação, Cristina deveria aguardar no acostamento, à direita, para cruzar a pista com segurança.

(5) Considere a seguinte situação hipotética.
Antônio, ao constatar a indicação do semáforo autorizando-o a atravessar uma via arterial pela faixa de pedestres, percebeu a aproximação de uma ambulância devidamente identificada, com alarme sonoro e iluminação intermitente acionados.
Nessa situação, de acordo com o CTB, Antônio poderá atravessar a via normalmente, pela faixa, uma vez que a prioridade referida no Código para as ambulâncias exclui as faixas de travessia de pedestres.

(6) Não havendo linha regular de ônibus, o transporte remunerado de passageiros em veículos de carga, entre localidades de origem e destino que estiverem situadas em municípios limítrofes de um mesmo estado, poderá ser autorizado eventualmente e a título precário, desde que cumpra os requisitos estabelecidos pelo Contran.

1: incorreta, pois o acostamento é a parte da pista destinada à parada ou estacionamento de veículos em caso de emergência, bem como à circulação de pedestres e bicicletas, quando não houver local apropriado para esse fim (vide Anexo I da Lei 9.503/1997); o sono vai além de uma situação de emergência, pois é um estado duradouro e que reclama que o motorista descanse com calma; no caso, o indicado é o motorista buscar áreas de descanso, quando houver, ou locais para hospedagem e repouso; **2:** incorreta, pois, ressalvadas as exceções (ex.: rotatórias – art. 29, III, *b*, da Lei 9.503/1997), a preferência, em caso de não sinalização, é do condutor que vier pela direta (art. 29, III, *c*, da Lei 9.503/1997); **3:** incorreta, pois, considerando que o condutor está na faixa do meio, a faixa à direta é destinada aos veículos mais lentos e de maior porte e a da esquerda destinada à ultrapassagem (art. 29, IV, da Lei 9.503/1997); o condutor deve, assim, ficar onde está, aguardando que o outro veículo o ultrapasse pela esquerda; **4:** correta (art. 37 da Lei 9.503/1997); **5:** incorreta, pois os pedestres também têm de respeitar a prioridade da ambulância (art. 29, VII, *b*, da Lei 9.503/1997); **6:** correta (art. 108 da Lei 9.503/1997 e Resolução Contran 82/1998).

Gabarito 1E, 2E, 3E, 4C, 5E, 6C

(Policial Rodoviário Federal – 2002 – CESPE) Julgue os itens a seguir, relativos à circulação de veículos automotores e à conduta dos motoristas no trânsito em vias terrestres nacionais.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. Fabrício conduzia o seu veículo no sentido norte-sul, em pista urbana sinalizada com faixa descontínua e desprovida de acostamento. Nessa via coletora, os veículos circulavam nos dois sentidos, cada qual dispondo de apenas uma faixa de rolamento. Fabrício pretendia entrar à esquerda, em via perpendicular, atravessando o sentido oposto àquele em que transitava. Nessa situação, Fabrício deverá sinalizar, indicando a intenção de entrar à esquerda, e, na hipótese de não haver fluxo de veículos no sentido sul-norte, deverá ceder passagem aos veículos que se deslocam na retaguarda do seu, aguardando que o ultrapassem, para, após, efetuar a conversão.

(2) Considere a seguinte situação. O eixo rodoviário oeste, em Brasília – DF, é uma via composta de duas pistas separadas por canteiro – uma para deslocamento no sentido sul-norte e outra, norte-sul –, cada pista dispondo de duas faixas de trânsito. A velocidade máxima permitida para o deslocamento de veículos é de 60 km/h e não existe faixa exclusiva para ônibus. Nessa situação, é correto concluir que o condutor de um veículo que circule na faixa da direita de uma daquelas pistas, ainda que se desloque a 50 km/h, não estará obrigado nem a acelerar nem a ceder passagem ao condutor que o siga e evidencie o propósito de ultrapassá-lo. Todavia, ainda que se desloque a 60 km/h pela faixa da esquerda, o condutor deverá tomar a faixa da direita, na mesma situação de intenção de ultrapassagem mencionada.

(3) Considere o que dispunha o art. 83 do CTB de 1966, revogado pela Lei n.º 9.503/1997:
"É dever de todo condutor de veículo: (...) Guardar distância de segurança entre o veículo que dirige e o que segue imediatamente à sua frente. Penalidade: Grupo 2".
Sabe-se que, sob a vigência daquela norma, a justiça paulista proferiu julgamento que foi ementado nos seguintes termos:
No trânsito pelas avenidas muito movimentadas, não é possível obedecer estritamente à distância de segurança, pois, se alguém o faz, imediatamente é pressionado pelo condutor que trafega à sua retaguarda, ou então é ultrapassado por outro motorista que se coloca à sua frente, anulando a disposição regulamentar.
Tais informações justificam o fato de o novo CTB não exigir que o condutor guarde distância frontal de segurança entre o veículo do condutor e o que se lhe segue à frente.

1: incorreta, pois Fabrício deverá aproximar-se o máximo possível de seu eixo ou da linha divisória da pista (art. 38, II, da Lei 9.503/1997), o que é incompatível com deixar que os veículos que estão atrás o ultrapassem, já que a ultrapassagem pela esquerda ficará inviável; vale lembrar que, durante a manobra de mudança de direção, o condutor deverá ceder passagem aos pedestres e ciclistas, aos veículos que transitem em sentido contrário pela pista da via da qual vai sair, respeitadas as normas de preferência de passagem (art. 38, parágrafo único, da Lei 9.503/1997); **2:** correta; a pista da direita é destinada à ultrapassagem e ao deslocamento dos veículos de maior velocidade (art. 29, IV, da Lei 9.503/1997); assim, estando o veículo na pista direita, não há que se falar em deixar ou ceder passagem a veículo que vem atrás, que podem muito bem ultrapassá-lo pela esquerda; também não

deve permanecer na faixa da esquerda mesmo a 60 km por hora, se alguém desejar ultrapassá-lo, pois essa faixa é a destinada às ultrapassagens; se o condutor que vem atrás vai ou não transgredir os limites de velocidade, é questão que importa às autoridades de trânsito, não podendo um condutor querer fazer "justiça com as próprias mãos", bloqueando a passagem de alguém que vem em alta velocidade querendo ultrapassá-lo; **3:** incorreta, pois o art. 29, II, da Lei 9.503/1997 dispõe que o condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos.

Gabarito 1E, 2C, 3E

(Policial Rodoviário Federal – 2002 – CESPE) Considere as seguintes situações hipotéticas, envolvendo veículos, velocidades e vias desprovidas de sinalização regulamentadora de velocidade:

- **I.** trólebus (ônibus elétrico) transitando a 50 km/h em uma via local;
- **II.** motocicleta transitando a 80 km/h em via arterial;
- **III.** micro-ônibus transitando a 108 km/h em uma via de trânsito rápido;
- **IV.** ônibus transitando a 108 km/h em uma rodovia;
- **V.** caminhão transitando a 80 km/h em uma via arterial;
- **VI.** camioneta transitando a 95 km/h em uma estrada;
- **VII.** automóvel transitando a 100 km/h em uma estrada;
- **VIII.** caminhão transitando a 60 km/h em uma via coletora.

Com relação às situações descritas acima, julgue os itens a seguir, de acordo com o CTB.

- **(1)** O tipo de veículo que transita nas vias mencionadas nas situações I, II, III e V é irrelevante para efeito de definição da velocidade máxima permitida.
- **(2)** As situações correspondentes aos dois maiores percentuais de excesso de velocidade são as de números I e VI.
- **(3)** Somente nas situações I, VI e VII teria cabimento medida administrativa de recolhimento do documento de habilitação.
- **(4)** As infrações descritas nas situações III e IV são de natureza diversa: grave e gravíssima, respectivamente.
- **(5)** A infração descrita na situação VIII sujeita o infrator à penalidade de apreensão do veículo.

1: correta, pois em todas situações mencionadas (I, II, III e V) a velocidade está acima da permitida para as vias, que são 30 km/h na via local, 60 km/h na via arterial e 80 km/h nas vias rápidas (art. 61, § 1º, I, *a, b* e *d*, da Lei 9.503/1997); **2:** incorreta, pois o excesso de velocidade no item VI é de 58,33% (diferença entre 60 km/h e 95 km/h, por conta do art. 61, § 1º, II, *b*, da Lei 9.503/1997) e o excesso de velocidade no item VII, por exemplo, é de 66,66% (diferença entre 60 km/h e 100 km/h, por conta do art. 61, § 1º, II, *b*, da Lei 9.503/1997); **3:** correta; o art. 218, III, da Lei 9.503/1997, prevê a apreensão do documento de habilitação quando a velocidade for mais de 50% superior à máxima permitida; no item I, o excesso de velocidade é de 66% (diferença entre 30 Km/h e 50 km/h, por conta do art. 61, § 1º, I, *d*, da Lei 9.503/1997; nos itens VI e VII, conforme se viu, os excessos são de 58,33% e 66,66%; assim, todos esses três casos têm excesso superior a 50%, justificando a medida de recolhimento do documento de habilitação; **4:** incorreta; no item III, o excesso de velocidade é de 35% (diferença entre 80 km/h e 108 km/h, por conta do art. 61, § 1º, I, *a*, da Lei 9.503/1997); no item IV o excesso de velocidade é de 20% (diferença entre 90 km/h e 108 km/h, por conta do art. 61, § 1º, II, *a*, 2, da Lei 9.503/1997); assim, temos infração grave no primeiro caso (velocidade superior à máxima em 20% até 50%) e infração média no segundo caso (velocidade superior à máxima em até 20%); assim, temos infrações grave e média (art. 218, II e I, da Lei 9.503/1997), respectivamente, e não grave e gravíssima; **5:** incorreta, pois, apesar de o excesso de velocidade na situação ser de 50% (diferença entre 40 km/h e 60 km/h, por conta do art. 61, § 1º, I, *c*, da Lei 9.503/1997), a apreensão do veículo não está prevista nos casos de excesso de velocidade do art. 218 da Lei 9.503/1997; são casos que ensejam apreensão os seguintes: direção sem CNH, com CNH ou permissão cassada ou com suspensão do direito de dirigir, ou referente a categoria diferente da do veículo conduzido (v. art. 162), dirigir com espírito de emulação (art. 173), eventos para exibir manobras ou exibição de manobras perigosas e outros atos (arts. 174 e 175), transposição de bloqueio viário policial (art. 210), barulhos que perturbem o sossego (art. 229), casos previstos no art. 230, I a VI, e X, e 231, VI, falsificação/adulteração de habilitação/identificação do veículo (art. 234), recusa de entrega de documentos à autoridade de trânsito (art. 238), retirada indevida de veículo retido para regularização (art. 239), 244, IX, bloqueio de via com veículo (art. 253).

Gabarito 1C, 2E, 3C, 4E, 5E

(Policial Rodoviário Federal – 2002 – CESPE) Julgue os seguintes itens, relativos ao trânsito nas vias brasileiras, segundo o CTB.

- **(1)** Considere a seguinte situação. Há algum tempo, já na vigência do atual CTB, alguns telejornais mostraram um senador argentino, em um posto da PRF no estado do Rio Grande do Sul, recebendo uma multa por excesso de velocidade. À ocasião, agindo em conformidade com o comando superior, os policiais condicionaram o prosseguimento do trânsito do veículo, em direção a Camboriú – SC, ao prévio recolhimento da multa.
  Nessa situação, o procedimento adotado estava em consonância com o CTB, que proíbe o trânsito, pelo território nacional, de veículos licenciados no exterior sem prévia quitação de débitos de multa por infrações de trânsito cometidas no Brasil.
- **(2)** Considere a seguinte situação hipotética. Em julho de 1999, após o levantamento das informações necessárias, o órgão competente deliberou construir uma ondulação transversal em determinada rodovia, de modo que, no segmento, a velocidade máxima fosse reduzida. Ademais, em outro segmento, seria colocado um sonorizador.
  Nessa situação, a colocação da ondulação e do sonorizador não contrariará a legislação de trânsito, mas terá de ser realizada em consonância com os padrões e critérios estabelecidos pelo Contran.
- **(3)** Uma mãe que necessite conduzir os seus quatro filhos, com idades entre cinco e nove anos, não poderá transportá-los, todos de uma só vez, em um carro com capacidade para quatro passageiros, pois o CTB proíbe expressamente que crianças com idade inferior a dez anos sejam transportadas no banco dianteiro.
- **(4)** Em uma via rural de pista dupla, a circulação de bicicletas, no segmento que atravesse aglomerado urbano, só poderá ocorrer no sentido contrário ao do fluxo dos veículos automotores se o trecho for dotado de ciclofaixa.

1: incorreta; na verdade, o que a Lei 9.503/1997 proíbe não é a circulação de veículos no território nacional sem prévia quitação de débitos, mas a saída do veículo do território nacional sem essa quitação, respeitado o princípio da reciprocidade entre os países envolvidos (art. 119, parágrafo único, da Lei 9.503/1997); **2:** correta (art. 94, parágrafo único, da Lei 9.503/1997); **3:** incorreta, pois a Resolução Contran 391/2011 (que altera a Resolução Contran 277/2008) permite que crianças com idade inferior a 10 anos sejam transportadas no banco dianteiro (com uso de dispositivo de retenção adequado ao seu peso e altura), quando a quantidade de crianças com esta idade exceder à lotação do banco traseiro, que é justamente o caso da questão; essa autorização também existe quando o veículo for dotado exclusivamente de banco dianteiro e quando o veículo for dotado originalmente (fabricado) de cintos de segurança subabdominais (dois pontos) nos bancos traseiros; **4:** correta (art. 58, parágrafo único, da Lei 9.503/1997).

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Policial Rodoviário Federal – 1998 – CESPE) Visando à segurança dos usuários de motocicletas, o Código de Trânsito Brasileiro determina o uso das seguintes equipamentos, e define o tipo de infração que sua desobediência causa:

- **(A)** descanso com travas e luz de marcha a ré / infração média;
- **(B)** agasalho de couro e freio hidrovácuo / infração grave;
- **(C)** capacete com viseira ou com óculos de proteção e faróis acesos / infração gravíssima;
- **(D)** odômetro parcial e total e porta-bagagens / infração grave;
- **(E)** almofada acolchoada para carona e espelho côncavo / infração leve.

C: correta. Art. 244 da Lei 9.503/1997.

Gabarito "C"

1.4. PEDESTRES E CONDUTORES DE VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS

As ações de respeito para com os pedestres

- Motorista, ao primeiro sinal do entardecer, acenda os faróis. Procure não usar a meia-luz.
- Não use faróis auxiliares na cidade.
- Nas rodovias, use sempre os faróis ligados. Isso evita 50% dos atropelamentos. Seu carro fica mais visível aos pedestres.
- Sempre, sob chuva ou neblina, use os faróis acesos.
- Ao se aproximar de uma faixa de pedestres, reduza a velocidade e preste atenção. O pedestre tem a preferência na passagem.
- Motorista, atrás de uma bola vem sempre uma criança.
- Nas rodovias, não dê sinal de luz quando verificar um trabalho de radar da polícia. Você estará ajudando um motorista irresponsável, que trafega em alta velocidade, a não ser punido. Esse motorista, não sendo punido hoje, poderá causar uma tragédia no futuro.
- Não estacione nas faixas de pedestres.

Internet: <http://www.pedestres.cjb.net> (com adaptações).

(Policial Rodoviário Federal – 2002 – CESPE) À luz das informações contidas no texto e da legislação de trânsito, julgue os itens a seguir.

(1) A propósito do incremento da segurança do trânsito advindo do adequado uso dos faróis dos veículos, conforme referido no terceiro tópico, é correto afirmar que, exceto ao cruzar e seguir outros veículos, o uso de luz alta à noite é obrigatório nas vias não iluminadas, urbanas ou rurais.

(2) A par da recomendação aos motoristas contida no terceiro tópico – cuja inobservância, durante o dia, não caracteriza infração de trânsito –, os pedestres devem observar a regra, também desprovida de sanção, de que devem circular pelos bordos da pista, na ausência de acostamento, em fila única, no sentido contrário ao deslocamento de veículos.

(3) Não é absoluta a preferência, referida no quinto tópico, dos pedestres que atravessam a via sobre as faixas delimitadas para esse fim, já que, havendo sinalização semafórica no local, eles só poderão atravessar a via quando o sinal luminoso autorizar. Entretanto, é absoluta a preferência em faixas onde não estejam posicionados agentes de trânsito nem semáforos, requerendo-se, contudo, que os pedestres deem um sinal de advertência aos motoristas antes de iniciarem a travessia.

(4) Se a faixa de pedestres estiver localizada em uma esquina, o condutor que desobedecer à ultima recomendação do texto não cometerá dupla infração, haja vista as infrações relativas às condutas descritas no tipo infracional "estacionar o veículo" não serem cumulativas.

1: correta, nos termos do art. 40, II, da Lei 9.503/1997, **2:** correta, nos termos do art. 68, § 3º, da Lei 9.503/1997, **3:** errada, pois não existe a obrigatoriedade ao pedestre de dar um sinal de advertência aos motoristas antes de iniciar a travessia (art. 70 da Lei 9.503/1997); **4:** errada, pois, nos termos do art. 266 da Lei 9.503/1997, serão aplicadas cumulativamente as penalidades.

Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E

(Policial Rodoviário Federal – 2002 – CESPE) Em frente a uma mercearia, há um cartaz que diz o seguinte.

Entregam-se pedidos feitos por telefone.

As entregas são feitas por Alberto, que utiliza uma bicicleta para realizar o serviço.

A partir da situação descrita, julgue os itens a seguir.

(1) Alberto somente poderia conduzir o referido veículo pelo passeio caso houvesse sinalização adequada autorizando esse tipo de circulação.

(2) Caso houvesse grande movimentação de pessoas em um passeio em que não fosse expressamente permitido conduzir bicicletas, configuraria infração de trânsito o fato de Alberto, mesmo não estando montado na bicicleta, empurrá-la sobre o referido passeio.

(3) Se Alberto conduzir sua bicicleta pelos bordos de uma pista de rolamento, em sentido contrário ao dos carros, então ele cometerá infração para a qual a lei não prevê penalidade específica e, portanto, se um agente de trânsito flagrar Alberto cometendo essa infração, deverá ser-lhe imposta a multa aplicada às infrações de natureza leve.

(4) Se Alberto estivesse montado em sua bicicleta, ele não teria prioridade de passagem, em relação aos automóveis, em uma faixa de pedestres sem sinalização semafórica, prioridade essa que somente lhe caberia caso ele não estivesse montado na bicicleta e estivesse empurrando-a.

1: correta, nos termos do art. 59 da Lei 9.503/1997, **2:** errada, pois o ciclista desmontado empurrando a bicicleta equipara-se ao pedestre em direitos e deveres, nos termos do art. 68, § 1º, da Lei 9.503/1997, **3:** errada, pois nos termos do art. 247 da Lei 9.503/1997, configura infração "Deixar de conduzir pelo bordo da pista de rolamento, em fila única, os veículos de tração ou propulsão humana e os de tração animal, sempre que não houver acostamento ou faixa a eles destinados: Infração - média; Penalidade - multa."; **4:** correta, pois somente quando o ciclista estiver desmontado empurrando a bicicleta será equiparado ao pedestre em direitos e deveres.

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

1.5. EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Educação para o trânsito: RS, ES e DF integram o Rumo à Escola

1 Buscando implementar a temática do trânsito nas escolas de ensino fundamental, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) implantou o projeto Rumo à Escola.
4 Até o momento, 165 escolas das capitais de 11 estados estão integradas ao projeto. Nessa quarta-feira (27/2), integram o programa o Rio Grande do Sul e o Espírito Santo. No dia 28,
7 será a vez do DF e, em 14 de março, de São Paulo.
Após sua implementação em São Paulo, o projeto terá concluído a adesão de sua primeira de três etapas. No dia 21
10 de março, está prevista uma teleconferência nos estados contemplados pelo programa.

Internet: <http://www.mj.gov.br>. Acesso em: 10/3/2002 (com adaptações).

(Policial Rodoviário Federal – 2002 – CESPE) Considerando o texto acima e o CTB, julgue o item seguinte.

(1) Os programas de educação para o trânsito deveriam ensinar que constitui infração de trânsito um pedestre atravessar uma rodovia em local proibido. Nesse sentido, se um policial observar a prática desse ilícito, deverá autuar o infrator, que pode ser punido com multa, sanção essa que, em nenhum caso, poderá ser convertida em advertência escrita ou em participação do infrator em curso de segurança viária.

1: Errada. De acordo com o disposto no art. 254, VI, da Lei 9.503/1997, constitui infração a atitude descrita do pedestre, de atravessar a rodovia em local proibido. Tal infração é considerada leve e prevê a penalidade de multa. A multa, nesses casos, de acordo com o art. 267, § 2º, da mesma Lei, poderá ser transformada na participação do infrator em cursos de segurança viária, a critério da autoridade de trânsito.

Gabarito 1E

1.6. SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta relativa à sinalização de trânsito.

(A) A sinalização vertical, quando classificada de acordo com sua Função, compreende a sinalização de regulamentação, a sinalização de perigo e a sinalização de indicação.

(B) A sinalização vertical é um subsistema da sinalização viária cujo meio de comunicação está na posição vertical, normalmente em placa, fixado ao lado ou suspenso sobre a pista, transmitindo mensagens de caráter permanente e, eventualmente, variáveis, por meio de legendas e(ou) símbolos pré-reconhecidos e legalmente instituídos.
(C) A forma padrão do sinal de regulamentação é a circular, e as cores são amarela e preta.
(D) A forma padrão dos sinais de perigo é a quadrada, em que nenhuma das bordas fica na posição paralela ao solo.
(E) A sinalização horizontal é um subsistema da sinalização viária que se utiliza de linhas, marcações, símbolos e legendas, pintados ou apostos sobre o pavimento das vias, e que não possuem qualquer poder de regulamentação.

A: incorreta, pois a sinalização vertical é classificada de acordo com sua função, compreendendo os seguintes tipos: sinalização de regulamentação, sinalização de **advertência** e sinalização de indicação (item 1 da Resolução 160/2004 do Contran - Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro); **B:** correta, pois a definição está de acordo com o item 1 da Resolução 160/2004 do Contran - Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro; **C:** incorreta, pois a forma padrão do sinal de regulamentação é a circular, mas cores são **vermelha, preta e branca** (item 1.1.1 da Resolução 160/2004 do Contran - Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro); **D:** incorreta, pois a forma padrão dos sinais de **advertência** é quadrada, **devendo uma das diagonais ficar na posição vertical** (item 1.2.1 da Resolução 160/2004 do Contran - Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro); **E:** incorreta, pois a sinalização horizontal em alguns casos específicos tem poder de regulamentação (item 2 da Resolução 160/2004 do Contran - Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro).
Gabarito "B"

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Com referência aos sinais de trânsito mostrados nas figuras abaixo.


Figura 1


Figura 2


Figura 3


Figura 4

Julgue os itens que se seguem.

I. Em sua forma original, todos os sinais mostrados têm a cor de fundo amarela e as bordas na cor preta.
II. As figuras 1 e 4 ilustram sinais de advertência.
III. O sinal ilustrado na figura 1 alerta o condutor quanto à existência de obras no leito da via de circulação.
IV. O sinal mostrado na figura 2 faz parte dos sinais de indicação.
V. A figura 3 ilustra uma marca de sinalização horizontal.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1.
(B) 2.
(C) 3.
(D) 4.
(E) 5.

I: incorreta, pois os sinais das figuras 1 e 4 configuram exceção quanto às cores das placas de advertência. No sinal da figura 1, o fundo e a orla externa são na cor laranja, e, no sinal da figura 4, possui símbolo nas cores preta, vermelha, amarela e verde (item 1.2.1 da Resolução 160/2004 do Contran - Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro); **II:** correta, pois as duas placas configuram sinais de advertência (item 1.2.3 da Resolução 160/2004 do Contran - Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro); **III:** correta, pois a figura 1 é um sinal de obras, classificada como marca de sinalização vertical de advertência (item 1.2.3 da Resolução 160/2004 do Contran - Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro); **IV:** incorreta, pois o sinal mostrado na figura 2 é um sinal de advertência – sentido único (item 1.2.3 da Resolução 160/2004 do Contran - Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro); **V:** incorreta, pois a figura 3 ilustra uma marca de sinalização vertical de advertência (Cruz de Santo André – item 1.2.3 da Resolução 160/2004 do Contran - Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro).
Gabarito "B"

(Policial Rodoviário Federal – 1998 – CESPE) A utilização de sinais sonoros é importante para o desempenho das funções do policial rodoviário. Ao emitir dois silvos breves, o patrulheiro determina que o motorista:

(A) siga com atenção e, quando for necessário, diminua a marcha do veículo;
(B) siga com atenção e observe com cautela a aproximação de veículo da Polícia:
(C) pare para a fiscalização de documentos ou outro fim;
(D) diminua a marcha devido à aproximação de ambulância;
(E) acenda a lanterna, obedecendo ao sinal sonoro.

O sinal sonoro de dois silvos breves é empregado para indicar parada obrigatória (item 7 da Resolução 160/2004 do Contran - Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro).
Gabarito "C"

(Policial Rodoviário Federal – 1998 – CESPE) As placas quadradas, com uma das diagonais em posição vertical, com símbolos e legendas pretos e fundo amarelo têm a seguinte classificação e objetivo:

(A) de advertência – alertam para as condições potencialmente perigosas;
(B) de regulamentação – indicam proibições e obrigações;
(C) indicativas – informam direções e distâncias;
(D) especiais – apontam a ocorrência de situação de emergência;
(E) educativas – educam condutores e pedestres quanto ao seu comportamento no trânsito.

A: correta. As placas quadradas, que devem ficar com uma das diagonais na posição vertical e com as cores associadas amarela e preta, são aquelas para sinalização de advertência, que tem por finalidade alertar os usuários da via para condições potencialmente perigosas, indicando sua natureza (item 1.2 da Resolução 160/2004 do Contran - Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro).
Gabarito "A"

1.7. ENGENHARIA DE TRÁFEGO, DA OPERAÇÃO, DA FISCALIZAÇÃO E DO POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Acerca da regulamentação do Contran para utilização de sistemas automáticos não metrológicos de fiscalização, nos termos do CTB, assinale a opção correta.

(A) O sistema automático não metrológico de fiscalização não precisa ter sua conformidade avaliada pelo Inmetro, ou entidade por ele acreditada.
(B) A imagem detectada pelo sistema automático não metrológico de fiscalização deve permitir a identificação do veículo e, no mínimo, registrar a placa do veículo e o dia da infração, não sendo necessário, portanto, constar o horário da infração.
(C) A imagem detectada pelo sistema automático não metrológico de fiscalização deve permitir a identificação do veículo, mas não é necessário registrar o local da infração.
(D) Compete à autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via dispor sobre a localização, instalação e operação de sistema automático não metrológico de fiscalização. Quando utilizado esse tipo de sistema na fiscalização, é obrigatória a presença da autoridade ou do agente da autoridade de trânsito no local da infração.
(E) Antes de efetivar o uso do sistema para a fiscalização de infrações decorrentes da inobservância de sinalização, a autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via deverá verificar se a sinalização de regulamentação de trânsito exigida pela legislação está em conformidade com essa legislação.

A: incorreta, pois precisa sim (art. 2º, I, da Resolução Contran 165/2004); **B:** incorreta, pois é necessário sim que REGISTRE o horário da infração (art. 4º, I, *b*, da Resolução Contran 165/2004); **C:** incorreta, pois é necessário que CONSTE o local da infração (art. 4º, II, *a*, da Resolução Contran 165/2004); **D:** incorreta, pois não é obrigatória tal presença (art. 5º, parágrafo único, II, da Resolução Contran 165/2004); **E:** correta (art. 7º da Resolução Contran 165/2004).

Gabarito "E"

1.8. DOS VEÍCULOS

1.8.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Assinale a opção correta com relação à metodologia de aferição do peso de veículos estabelecida em resolução pertinente do Contran.

(A) Para efeito da classificação do veículo, o comprimento total é aquele medido do ponto mais avançado da extremidade dianteira do veículo ao ponto mais avançado da sua extremidade traseira, não incluídos os acessórios.

(B) A fiscalização de peso dos veículos deve ser feita por equipamento de pesagem (balança rodoviária) ou, na impossibilidade, pela verificação de documento fiscal.

(C) Quando o peso verificado estiver acima do peso bruto total ou do peso bruto total combinado, estabelecido para o veículo, acrescido da tolerância de 5%, aplicar-se-á a multa somente sobre a parcela que exceder essa tolerância, desde que não ultrapasse o limite de 10% do peso máximo permitido, sendo, nesse caso, possível que o veículo prossiga a viagem depois de efetuado o pagamento.

(D) Nos casos em que não for possível, no local da fiscalização, o remanejamento ou transbordo da carga, por ser esta perecível, o veículo deverá ser recolhido ao depósito, com a carga, e só serão liberados o veículo e a carga após sanada a irregularidade e pagas todas as despesas de remoção e estada.

(E) O agente da autoridade de trânsito competente designado para Lavrar o auto de infração decorrente de excesso de peso não poderá ser servidor civil celetista.

A: incorreta, pois os acessórios são incluídos na contagem do comprimento total do veículo (art. 1º da Resolução Contran 258/2007); **B:** correta (art. 4º da Resolução Contran 258/2007); **C:** incorreta, pois o veículo, como regra, somente poderá prosseguir viagem depois de efetuar o transbordo (art. 7º da Resolução Contran 258/2007); vale lembrar que existe uma regra de transição relacionada ao assunto, qual seja, "Fica permitida até 31 de dezembro de 2013 a tolerância máxima de 7,5% (sete e meio por cento) sobre os limites de peso bruto transmitido por eixo de veículo à superfície das vias públicas" (art. 17 da Resolução Contran 258/2007, com nova redação determinada pela Resolução Contran 430/2013); **D:** incorreta, pois, a critério do agente e observadas as condições de segurança, poderá ser dispensado o remanejamento ou transbordo de produtos perigosos, produtos perecíveis, cargas vivas e passageiros (art. 8º, § 2º, da Resolução Contran 258/2007); **E:** incorreta, por se tratar do exercício de poder de polícia, de rigor que o ato seja praticado por autoridade pública.

Gabarito "B"

(Policial Rodoviário Federal – 2004 – CESPE) Considerando a terminologia e a tipificação de veículos automotores, bem como os requisitos para que estes circulem em vias públicas, julgue os itens subsequentes.

(1) O CTB classifica os veículos em: automotores, elétricos, de propulsão humana, de tração animal, reboques e semirreboques.

(2) Os veículos elétricos não são automotores e, portanto, o seu condutor, ao atropelar um pedestre, não comete crime de trânsito, sendo julgado apenas conforme o Código Penal.

(3) Características, especificações básicas, configuração dos veículos e condições essenciais para registro, licenciamento e circulação serão estabelecidas pelo Sistema Nacional de Trânsito por intermédio do Contradife.

(4) Um veículo só poderá transitar pela via pública quando atender aos requisitos e condições de segurança estabelecidos no CTB e em normas do Detran.

(5) O Contran reconhece como acessórios os sistemas de segurança para veículos automotores que, pelo uso de bloqueio elétrico ou mecânico ou por meio de dispositivo sonoro, visem dificultar o seu roubo ou furto. O dispositivo sonoro do sistema poderá emitir sons contínuos ou intermitentes de advertência por período superior a 1 minuto, desde que não ultrapasse a 3 minutos.

1: correta (art. 96, I, da Lei 9.503/1997); **2:** incorreta, pois é automotor, nos termos dos arts. 120, *caput*, 130, *caput*, 140, *caput*, 141, *caput*, e 155, *caput*, da Lei 9.503/1997; **3:** incorreta, pois a competência é do Contran (art. 97 da Lei 9.503/1997); **4:** incorreta, pois os veículos devem obedecer ao CTB (da Lei 9.503/1997) e às normas do Contran (art. 103, *caput*, da Lei 9.503/1997) e não do Detran; **5:** incorreta, pois o dispositivo sonoro do sistema não poderá emitir sons contínuos ou intermitentes de advertência por um período superior a 1(um) minuto (art. 2º, II, da Resolução Contran n. 37/1998).

Gabarito 1C, 2E, 3E, 4E, 5E

1.8.2. SEGURANÇA DOS VEÍCULOS

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Acerca do transporte de passageiros em veículos de carga, assinale a opção incorreta.

(A) O transporte de passageiros em veículos de carga, remunerado ou não, poderá ser autorizado eventualmente e a título precário.

(B) A autorização para transporte de passageiros em veículos de carga não pode ser concedida para viagem cuja data ultrapasse a validade do CRLV.

(C) As migrações internas decorrentes de assentamento agrícola de responsabilidade do governo e as viagens por motivos religiosos, quando não houver condições de atendimento por transporte de ônibus, são hipóteses tratadas como exceção para fins de transporte de passageiros em veículos de carga.

(D) São duas as condições mínimas para a concessão de autorização para o transporte de pessoas em veículos de carga: carroceria, com guardas altas em todo o seu perímetro, fabricadas em material de boa qualidade e resistência estrutural, e cobertura com estrutura em material de resistência adequada.

(E) Para o transporte de passageiros em veículos de carga não poderão ser utilizados os denominados basculantes e os boiadeiros.

A: correta, pois tal transporte pode ser autorizado se obedecidas as normas da Lei 9.503/1997 e do Contran (art. 108 da Lei 9.503/1997); **B:** correta (art. 2º, § 1º, da Resolução Contran 82/2008); **C:** correta (art. 2º, § 2º, II e III, da Resolução Contran 82/2008; **D:** incorreta, devendo ser assinalada; isso porque há uma terceira condição para essa concessão, qual seja, que haja bancos com encosto, fixados na estrutura da carroceria (art. 3º, I a III, da Resolução Contran 82/2008); **E:** correta (art. 6º da Resolução Contran 82/2008).

Gabarito "D"

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE – adaptada) Acerca dos requisitos de segurança necessários à circulação de combinações para transporte de veículos (CTV), estabelecidos na Resolução n.º 305/2009 do Contran, assinale a opção correta.

(A) As CTV, construídas e destinadas exclusivamente ao transporte de veículos, cujas dimensões excedam aos limites regulamentares não poderão circular nas vias públicas.

(B) O conceito mais completo para CTV é aquele segundo o qual esta se constitui do veículo ou da combinação de veículos adaptados especialmente para o transporte de automóveis, vans, ônibus e caminhões.

(C) A circulação de CTV deverá ocorrer obrigatoriamente sempre do amanhecer ao por do sol e sua velocidade máxima será de 80 km/h.

(D) A AET, expedida pela autoridade competente, terá validade máxima de um ano e somente será concedida após vistoria técnica da CTV, expedida pelo órgão executivo rodoviário da União, que fornecerá o cadastro aos órgãos e entidades executivas rodoviárias dos estados, do DF e dos municípios.

(E) A partir do momento em que é concedida autorização especial de trânsito para CTV pelo órgão administrativo, o proprietário e o condutor do veículo se tornam isentos de eventuais danos que o veículo venha causar à via, à sua sinalização e a terceiros em decorrência do seu peso bruto total e(ou) das suas demais dimensões.

A: incorreta, pois poderão circular nas vias desde que portem Autorização Especial de Trânsito – AET (art. 1º, *caput*, da Resolução 305/2009); **B:** incorreta, pois o conceito de CTV abrange os veículos ou combinação de veículos, adaptados ou "construídos" especialmente para o transporte de veículos e chassis (art. 1º, § 1º, da Resolução Contran 305/2009); **C:** incorreta, pois há exceções a essa restrição (art. 4º, §§ 1º a 4º, da Resolução Contran 305/2009); **D:** correta (art. 6º, *caput*, da Resolução Contran 305/2009); **E:** incorreta, pois não haverá tal isenção de responsabilidade do proprietário por danos causados (art. 9º da Resolução Contran 305/2009).
Gabarito "D"

1.8.3. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Entre as autoridades públicas apresentadas nas opções a seguir, aquela cuja placa em veículo de representação pessoal usa as cores verde e amarela da Bandeira Nacional é o

(A) presidente de tribunal federal.
(B) governador de estado.
(C) procurador-geral da República.
(D) oficial general das Forças Armadas.
(E) prefeito.

De acordo com o art. 115, § 2º, da Lei 9.503/1997, o procurador-geral da República é uma das autoridades cuja placa em veículo de representação usa as cores verde e amarela.
Gabarito "C"

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) A Resolução nº 32/1998 do Contran aprovou modelos de placa para veículos de representação de diversas autoridades. Acerca dessas placas, assinale opção correta.

(A) Os prefeitos municipais podem determinar os modelos de placas de veículos oficiais utilizados por ele e sua equipe, o que se explica pelo princípio da separação dos poderes.
(B) Os modelos de placas dos veículos oficiais de representação de governador de estado ou do DF serão, necessariamente, diferentes dos modelos de seus vices.
(C) Os modelos de placas de representação para veículos oficiais dos ministros dos tribunais serão utilizados mediante solicitação dos presidentes dessas cortes.
(D) Nos veículos oficiais utilizados por prefeitos municipais, as placas terão fundo vermelho e letras e números em branco, sendo opcional o emblema da unidade federativa.
(E) A resolução mencionada permite que as dimensões das placas de veículo oficial sejam livremente escolhidas pela autoridade que utilizará o veículo.

A: incorreta, pois a Resolução 32/1998, mencionada, do Contran, é que tem essa competência, nos termos, inclusive, do disposto no art. 115, § 3º, da Lei 9.503/1997; **B:** incorreta, pois devem ser utilizados os mesmos modelos (art. 2º da Resolução 32/1998); **C:** correta (art. 2º da Resolução 32/1998); **D:** incorreta, pois é necessário o emblema e o fundo preto (anexo da Resolução 32/1998); **E:** incorreta, pois o anexo da Resolução 32/1998 traz as medidas a serem observadas.
Gabarito "C"

(Policial Rodoviário Federal – 2002 – CESPE) À luz do CTB, julgue os itens a seguir.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. Roberto solicitou que Helena parasse seu carro em frente ao caixa eletrônico de um determinado banco, para que ele sacasse algum dinheiro. Helena, então, parou em frente a uma placa que proibia o estacionamento e, enquanto Roberto enfrentava a fila do banco, ela esperou dentro do carro, com o pisca-alerta ligado.
Nessa situação, como Helena está esperando dentro do carro com o pisca-alerta ligado, não se configura estacionamento, mas parada, e, portanto, um agente de trânsito não pode multá-la por ter estacionado em local proibido.

(2) Se uma camioneta fizer um percurso de 250 km tendo como velocidade media 80% da velocidade máxima permitida para veículos desse tipo em rodovias federais onde não exista sinalização regulamentadora, então ela percorrerá o trajeto em menos de três horas.

(3) Considere a seguinte situação hipotética. Após a aprovação de Gil em concurso vestibular para ingresso na Universidade Federal de Minas Gerais, seus pais quiseram presenteá-lo com um automóvel. Dirigiram-se, então, ao órgão executivo de trânsito competente, objetivando efetivar a troca da placa do veículo usado que haviam adquirido. Foram informados, então, que a placa iniciada pelas letras GIL, seguida dos números correspondentes ao ano do nascimento do filho, não estava mais afeta a um veículo em circulação, já que, em decorrência da destruição havida em acidente, fora dada baixa no respectivo registro.
Nessa situação, mesmo com a baixa do registro anterior, não será possível atender à solicitação dos pais de Gil.

1: incorreta; a Lei 9.503/1997 define como estacionamento a "imobilização de veículos por tempo superior ao necessário para embarque ou desembarque de passageiros" (Anexo I); já a parada é a "imobilização do veículo com finalidade e pelo tempo estritamente necessário para efetuar embarque ou desembarque de passageiros"; no caso em tela, como Helena ficou esperando Roberto enfrentar a fila de um banco, caracteriza-se verdadeiro estacionamento, de modo que a assertiva é incorreta (art. 47, *caput*, da Lei 9.503/1997); **2:** correta; o limite para o local é de 110 km/h (art. 61, § 1º, II, *a*, 1, da Lei 9.503/1997) e, 80% desse limite, equivale a 88 km/h, que, mantidos por 3 horas, importam em 264 km; assim, é correto dizer que em menos de 3 horas serão percorridos 250 km; **3:** correta, pois, segundo o art. 115, § 1º, "os caracteres das placas serão individualizados para cada veículo e o acompanharão até a baixa do registro, sendo vedado seu reaproveitamento"; como o reaproveitamento é vedado, não será possível atender à solicitação dos pais de Gil.
Gabarito 1E, 2C, 3C

1.9. REGISTRO DE VEÍCULOS

(Policial Rodoviário Federal – 2004 – CESPE) Todo veículo deve ser registrado perante órgão executivo de trânsito do estado ou do Distrito Federal. Para obter o Certificado de Registro de Veículo (CRV), é preciso estar com o carro em ordem e submetê-lo a vistorias obrigatórias. No tocante à expedição do CRV e de outros certificados, julgue os itens seguintes.

(1) Considere a seguinte situação hipotética.
João é proprietário de um automóvel fabricado no ano de 1970, que, com o passar do tempo, teve algumas de suas características originais de fabricação alteradas.
Nessa situação, João poderá obter Certificado de Originalidade para fins de registro de veículo de coleção.

(2) É obrigatória, para a expedição do CRV, a apresentação da nota fiscal fornecida pelo fabricante ou revendedor, ou documento equivalente, expedido por autoridade competente.

(3) Ao ser transferida a propriedade do veículo, o CRV acompanha o veículo, segundo a regra de que o acessório segue o principal.

(4) Será obrigatória a expedição de novo CRV quando, entre outras hipóteses, for alterada qualquer característica do veículo.
(5) O comprovante de quitação de débitos relativos a tributos, encargos e multas é documento exigido para a expedição de novo CRV.
(6) Quando o proprietário de um veículo mudar de residência no mesmo município, deverá comunicar, no prazo máximo de 15 dias, o novo endereço e aguardar o novo licenciamento para alterar o Certificado de Licenciamento Anual.

1: incorreta, pois o veículo de coleção é aquele fabricado há mais de 30 anos e que conserva suas características originais de fabricação, o que não ocorreu no caso (Anexo I da Lei 9.503/1997); **2:** correta (art. 122, I, da Lei 9.503/1997); **3:** incorreta, pois será expedido novo CRV em caso de transferência da propriedade (art. 123, I, da Lei 9.503/1997); **4:** correta (art. 123, III, da Lei 9.503/1997); **5:** correta (art. 128 da Lei 9.503/1997); **6:** incorreta, pois a comunicação deve se dar em 30 dias (art. 123, § 2º, da Lei 9.503/1997).
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E

(Policial Rodoviário Federal – 1998 – CESPE) Considere as seguintes situações:

I. Transferência de propriedade do veículo;
II. Mudança do Município de domicílio do proprietário do veículo;
III. Alteração de qualquer característica do veículo;
IV. Mudança de categoria do veículo.

É obrigatória a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo nas situações:

(A) I e II somente;
(B) II e III somente;
(C) III e IV somente;
(D) I e IV somente;
(E) I , II , III e IV.

E: Correta. Todas as situações estão previstas no art. 123 da Lei 9.503/1997, como casos que obrigam a expedição de novo CRV.
Gabarito "E"

1.10. CONDUÇÃO DE ESCOLARES

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) José Carlos pretende abrir uma pequena empresa para prestar serviço de condução de escolares. Para ser condutor de veículo destinado à condução de escolares, José Carlos deve satisfazer cumulativamente alguns requisitos. A propósito dessa situação hipotética, assinale a opção que reúne os requisitos que, segundo o CTB, José Carlos deve preencher.

(A) Ter 18 anos, ser habilitado na categoria D, não ter cometido infração média ou ser reincidente em infrações leves durante os doze últimos meses, ser aprovado em curso especializado, nos termos de regulamentação do Contran.
(B) Ter 21 anos, ser habilitado na categoria C, não ter cometido infração gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os seis últimos meses, ser aprovado em curso especializado, nos termos de regulamentação do Contran.
(C) Ter 25 anos, ser habilitado na categoria D, não ter cometido infração grave ou ser reincidente em infrações leves durante os doze últimos meses, ser aprovado em curso especializado, nos termos de regulamentação do Contran.
(D) Ter 21 anos, ser habilitado na categoria D, não ter cometido infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses, ser aprovado em curso especializado, nos termos de regulamentação do Contran.
(E) Ter 21 anos, ser habilitado na categoria C, não ter cometido infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações leves durante os seis últimos meses, ser aprovado em curso especializado, nos termos de regulamentação do Contran.

D: Correta. Art. 138, V, da Lei 9.503/1997.
Gabarito "D"

(Policial Rodoviário Federal – 1998 – CESPE) Considere as seguintes afirmativas sobre veículo a condução de escolares:

I. deve estar registrado como veículo de carga;
II. seu condutor deve ter idade mínima superior a dezoito anos;
III. seu condutor deve ser habilitado na categoria D;
IV. seu condutor não pode ter cometido infração grave ou gravíssima nos últimos doze meses;
V. seu condutor não pode ser reincidente em infrações leves nos últimos seis meses.

Pode-se concluir que:

(A) somente I e IV estão corretas;
(B) somente II e III estão corretas;
(C) somente III e IV estão corretas;
(D) somente II, III,IV e V estão corretas;
(E) todas estão corretas.

I: incorreta, pois deve estar registrado como veículo de *passageiros* (art. 136, I, da Lei 9.503/1997); **II:** incorreta, pois a idade mínima é de 21 anos (art. 138, I, da Lei 9.503/1997); **III:** correta (art. 138, II, da Lei 9.503/1997); **IV:** correta (art. 138, IV, da Lei 9.503/1997); **V:** incorreta, pois o condutor não pode ser reincidente **em infrações médias** no período de **doze** meses (art. 138, IV, da Lei 9.503/1997).
Gabarito "C"

1.11. HABILITAÇÃO

(Policial Rodoviário Federal – 2004 – CESPE) No tocante à Carteira Nacional de Habilitação (CNH), segundo o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e respectivas resoluções, julgue os itens subsequentes.

(1) O condutor com mais de 65 anos de idade deve renovar seus exames de aptidão física e mental a cada 4 anos.
(2) O CTB oportuniza o prazo de 30 dias, contados da data do vencimento da CNH, para a renovação da habilitação. A infração de trânsito estará caracterizada quando o condutor estiver dirigindo com a CNH vencida além do prazo exigível para a renovação.
(3) São requisitos para o condutor obter a CNH: idade mínima de 18 anos, conclusão do primeiro ciclo do ensino fundamental e carteira de identidade ou equivalente.
(4) Para habilitar-se à condução de veículo automotor, o interessado tem de submeter-se aos seguintes exames: de aptidão física e mental, de legislação de trânsito (escrito), de noções de primeiros socorros e de direção veicular, sendo utilizado neste último um veículo da categoria para a qual o condutor quer se habilitar.
(5) Cópias autenticadas da CNH e da Permissão para Dirigir são consideradas documentos válidos quando se está conduzindo um veículo automotor.
(6) Após os exames de habilitação, o candidato aprovado recebe uma permissão para conduzir veículos por dois anos. Ao final desse período, a CNH será expedida se o condutor não houver cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima, ou se não for reincidente em infração de natureza média.

1: incorreta, pois deve renovar tais exames a cada 3 anos (art. 147, § 2º, da Lei 9.503/1997); **2:** correta (art. 162, V, da Lei 9.503/1997); **3:** incorreta, pois basta ler e escrever, não sendo necessária a conclusão de ensino fundamental (art. 140, II, da Lei 9.503/1997); **4:** correta (art. 147 da Lei 9.503/1997); **5:** incorreta, pois a CNH e a Permissão para Dirigir somente terão validade para condução de veículo quando apresentada em original (art. 159, § 5º, da Lei 9.503/1997); **6:** incorreta, pois a CNH será expedida ao término de 1 ano (e não de 2 anos), mantidos os requisitos mencionados na afirmativa (art. 148, § 3º, da Lei 9.503/1997).
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5E, 6E

1.12. INFRAÇÕES

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) De acordo com o CTB, constitui infração gravíssima

(A) atirar do veículo ou abandonar na via objetos ou substâncias.
(B) deixar o condutor de prestar socorro à vítima de acidente de trânsito quando solicitado pela autoridade e seus agentes.

(C) dirigir veículo com CNH ou permissão para dirigir de categoria inferior à exigida para a condução do veículo que esteja conduzindo.
(D) ter o veículo imobilizado na via por falta de combustível.
(E) estacionar o veículo nas esquinas e a menos de cinco metros do bordo do alinhamento da via transversal.

A: incorreta, pois essa infração é média (art. 172 da Lei 9.503/1997); **B:** incorreta, pois essa infração é grave (art. 177 da Lei 9.503/1997); **C:** correta (art. 162, III, da Lei 9.503/1997); **D:** incorreta, pois essa infração é média (art. 180 da Lei 9.503/1997); **E:** incorreta, pois essa infração é média (art. 181, I, da Lei 9.503/1997).
Gabarito "C"

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) A respeito das infrações de trânsito, julgue os itens a seguir.

(1) É considerada infração de trânsito o uso irregular do cinto de segurança, como, por exemplo, a colocação do cinto por debaixo do braço.
(2) A fiscalização de velocidade com radar móvel só pode ocorrer onde não houver variação de velocidade nos últimos dez quilômetros.

1: incorreta, pois a infração prevista é de "deixar" de usar o cinto, e não colocá-lo de forma irregular (art. 167 da Lei 9.503/1997); a a lei deveria prever como infração de trânsito o uso irregular do cinto de segurança, mas não o fez; quanto ao uso de dispositivos no cinto de segurança que travem, afrouxem ou modifiquem o seu funcionamento normal, a Resolução Contran 278/2008 deu um jeito na questão, proibindo essa conduta e dizendo que ela configura o art. 230, IX, da Lei 9.503/1997, que considera infração conduzir o veículo "sem equipamento obrigatório ou estando este ineficiente ou inoperante"; a pena para o caso é de multa e retenção do veículo para regularização, e a infração é grave; **2:** incorreta, pois essa fiscalização só pode ocorrer onde não houver variação de velocidade em trechos menores que 5 (cinco) quilômetros (art. 6º, § 1º, da Resolução 396/2011).
Gabarito 1E, 2E

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Resolução do Contran estabelece um calendário determinando os prazos finais em que os veículos devem renovar o licenciamento anual. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

(A) O órgão executivo de trânsito de um município pode estabelecer um calendário diverso do definido pelo Contran, desde que não haja um calendário definido pelo órgão executivo estadual.
(B) O órgão executivo de trânsito de um estado pode estabelecer um calendário diverso do definido pelo Contran para a renovação do licenciamento dos veículos registrados sob sua circunscrição, desde que o prazo final para a renovação seja anterior a 1º de julho.
(C) Para efeito de autuação e aplicação de penalidades referentes a não renovação de licenciamento anual de veículos, quando o veículo se encontrar em unidade da Federação diferente daquela em que estiver registrado, serão adotados os prazos estabelecidos pela resolução pertinente do Contran.
(D) De acordo com o referido calendário, o último dia de janeiro é o prazo final para a renovação do licenciamento dos veículos cujas placas de identificação terminem em 0 e 1.
(E) De acordo com o referido calendário, o último dia de junho é o prazo final para a renovação do licenciamento dos veículos cujas placas de identificação terminem em 6.

A: incorreta (art. 2º da Resolução Contran 110/2000); **B:** incorreta, pois há de se obedecer aos limites do art. 1º da Resolução Contran 110/2000; **C:** correta (art. 2º da Resolução Contran n. 110/2000); **D:** incorreta, pois com final 0 é até dezembro, e com final 1 é até setembro (art. 1º da Resolução Contran 110/2000); **E:** incorreta, pois com final 6 é até novembro (art. 1º da Resolução Contran 110/2000).
Gabarito "C"

(Policial Rodoviário Federal – 2004 – CESPE) Com referência a velocidade, julgue os itens subsequentes.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. Paulo, em uma via urbana arterial desprovida de sinalização regulamentadora de velocidade, conduzia seu automóvel a 60 km/h, velocidade indicada em radar eletrônico instalado adequadamente no local onde se realizava uma *blitz*. Nessa situação, por estar trafegando a uma velocidade 50% superior à máxima permitida na via, Paulo cometeu uma infração de natureza gravíssima.
(2) O CTB define 4 tipos de vias urbanas e limites de velocidade diferentes para cada uma delas. As rodovias e estradas são consideradas vias rurais.
(3) O excesso de velocidade é causa de aumento de pena nos delitos de trânsito.
(4) A velocidade máxima permitida para cada tipo de via, quando indicada por sinalização, poderá determinar velocidades superiores ou inferiores aos limites estabelecidos, de acordo com as suas características técnicas e as condições de trânsito.
(5) Considere a seguinte situação hipotética. Joana conduzia sua camioneta em uma rodovia com condições normais de circulação, em um trecho que não apresentava regulamentação de velocidade. Cuidadosa com a carga frágil que transportava – louças de porcelana –, desenvolvia uma velocidade de 50 km/h.
Nessa situação, Joana transgrediu o estabelecido no CTB.
(6) Considere a seguinte situação hipotética. Por meio de equipamento de detecção provido de registrador de imagem, verificou-se que um veículo transitava em velocidade superior à máxima permitida para o local. Posteriormente, constatou-se que o veículo estava registrado em nome de uma representação de organismo internacional. Nessa situação, a autoridade de trânsito deverá remeter, no prazo máximo de 30 dias, contados da data do cometimento da infração, a Notificação da Autuação ao proprietário do veículo, na qual deverão constar a tipificação, o local, a data e a hora do cometimento da infração.

1: incorreta, pois a velocidade máxima, no caso, é de 60 Km/h (art. 61, § 1º, I, *b*, da Lei 9.503/1997); **2:** correta (art. 61, § 1º, I e II, da Lei 9.503/1997); **3:** incorreta, pois o excesso de velocidade não aumenta a pena de infrações, mas impõe aplicação de uma pena autônoma adicional, já que quando o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as respectivas penalidades (art. 266 da Lei 9.503/1997); **4:** correta (art. 61, § 2º, da Lei 9.503/1997); "**5:** correta, conforme os arts. 62 e 61, II, a, 1, do CTB". **6:** incorreta, pois a notificação, no caso, será remetida ao Ministério das Relações Exteriores, para providências cabíveis e cobrança de valores, no caso de multa (art. 282, § 2º, da Lei 9.503/1997).
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C, 5C, 6E

No tocante à embriaguez, o CTB estabelece o seguinte:

CAPÍTULO XV DAS INFRAÇÕES

1 Art. 161. Constitui infração de trânsito a inobservância de qualquer preceito deste Código, da legislação complementar ou das resoluções do Contran, sendo
4 o infrator sujeito às penalidades e medidas administrativas indicadas em cada artigo, além das punições previstas no Capítulo XIX.
7 (...)
Art. 165. Dirigir sob a influência de álcool, em nível superior a seis decigramas por litro de sangue, ou de
10 qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica:
Infração – gravíssima;
13 Penalidade – multa (cinco vezes) e suspensão do direito de dirigir;
Medida administrativa – retenção do veículo até a
16 apresentação de condutor habilitado e recolhimento do documento de habilitação.

A tabela abaixo ilustra o nível máximo de alcoolemia – presença de álcool no sangue – aceitável para os motoristas em alguns países.

país	alcoolemia legal
Alemanha	0,5 mg/mL
Áustria	0,8 g/L
Estados Unidos da América (EUA)	0,1 g/100 mL
França	0,8 mg/mL
Holanda	0,5 mg/mL
Inglaterra	8 mg/100 mL

Lúcio N. G. Mourão *et al.* A embriaguez e o trânsito: avaliação da nova lei de trânsito no que se refere à abordagem da embriaguez. In: **Rev. Psiq. Clín.**, 27, p. 2.

(Policial Rodoviário Federal – 2002 – CESPE) A partir do texto e considerando o CTB, julgue os itens que se seguem.

(1) Se um agente de trânsito constatar que um condutor apresenta oito decigramas de álcool por litro de sangue, ele deve recolher o documento de habilitação desse condutor e reter seu veículo até que se apresente um outro condutor habilitado para conduzir o automóvel.

(2) Considere a seguinte situação hipotética. Gustavo, motorista devidamente habilitado, levou seu primo Wilson a um churrasco na casa de um amigo comum, onde o primeiro bebeu um pouco além da conta. Porém, apesar de ter consciência de que Wilson não tinha Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nem Permissão para Dirigir, Gustavo sabia que o primo tinha habilidade para dirigir e, percebendo que seus reflexos estavam alterados pelo álcool, Gustavo repassou a Wilson as chaves do carro e pediu que ele os levasse de volta para casa.
Nessa situação, Gustavo incorreu não apenas na prática de uma infração gravíssima às leis de trânsito, mas também em um crime que pode ser punido com pena restritiva de liberdade.

1: correta (art. 165 c/c o art. 306, § 1º, I, da Lei 9.503/1997); **2:** correta (art. 163 c/c o art. 310, da Lei 9.503/1997).
Gabarito 1C, 2C

(Policial Rodoviário Federal – 2002 – CESPE) Julgue o item seguinte.

(1) Se Maurício, esquecendo-se de que havia um defeito no marcador do nível de combustível de seu automóvel, deixasse que o combustível de seu veículo acabasse e, com isso, desse causa a que o automóvel ficasse imobilizado na via, então Maurício cometeria infração leve, à qual deveria ser aplicada pena de multa e medida administrativa de retenção do veículo.

1: incorreta, pois a infração é média, cabendo multa e remoção do veículo (art. 180 da Lei 9.503/1997).
Gabarito 1E

(Policial Rodoviário Federal – 1998 – CESPE) Fazer ou deixar que se façam reparos em um veículo na via pública, salvo nos casos de impedimento absoluto de sua remoção e em que o veículo esteja devidamente sinalizado, em pista de rolamento de rodovias e vias de trânsito rápido, acarreta as seguintes punições:

(A) remoção do veículo, multa e infração grave;
(B) remoção do veículo, multa, apreensão dos documentos, infração gravíssima;
(C) apreensão do veículo, multa, recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação, infração grave;
(D) apreensão do veículo, multa e infração leve;
(E) remoção do veículo, multa e infração leve.

A: correta. No caso, o art. 179, I, impõe remoção do veículo e multa, e a infração é considerada grave.
Gabarito "A"

(Policial Rodoviário Federal – 1998 – CESPE) Ao constatar o mau estado de conservação de um veículo, em uma rodovia, o patrulheiro rodoviário deve:

(A) multar o condutor e liberar o veículo;
(B) advertir o condutor e remover o veículo;
(C) multar o condutor e apreender o veículo;
(D) multar o condutor e reter o veículo para regularização;
(E) advertir o condutor e recolher o Certificado de Registro.

D: correta. Segundo o art. 230, XVIII, da Lei 9.503/1997, o caso impõe multa e retenção de veículo para regularização.
Gabarito "D"

(Policial Rodoviário Federal – 1998 – CESPE) O condutor de veículo que estiver envolvido em acidente com vítima, que deixar de prestar ou providenciar socorro, podendo fazê-lo, configura uma ação:

(A) grave, com multa (5 vezes) e suspensão do direito de dirigir;
(B) gravíssima, com multa (5 vezes) e suspensão do direito de dirigir;
(C) grave, com multa (3 vezes) e suspensão do direito de dirigir;
(D) gravíssima, com multa (3 vezes) e suspensão do direito de dirigir;
(E) gravíssima, com multa (4 vezes)'e recolhimento do documento de habilitação.

B: correta. Segundo o art. 176, I, a infração é gravíssima, com multa (5 vezes) e suspensão do direito de dirigir. Apesar da a alternativa não mencionar, haverá também o recolhimento do documento de habilitação.
Gabarito "B"

1.13. PENALIDADES

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE - adaptada) No que se refere às penalidades e medidas administrativas previstas na legislação de trânsito, julgue os itens a seguir.

(1) Se um infrator das normas de trânsito for apenado com suspensão, notificado da penalidade e ainda não tiver entregado a habilitação, não estará com o direito de dirigir suspenso, pois a suspensão só se inicia com o recolhimento do documento de habilitação.

(2) Um veículo apreendido fica sob custódia do órgão de trânsito por tempo indeterminado.

(3) A remoção do veículo normalmente ocorre por infrações de estacionamento irregular, ou, ainda, por falta de combustível ou reparo do veículo na via pública.

(4) Quando o condutor do veículo se recusar a realizar qualquer um dos procedimentos previstos para verificação do teor alcoólico, e verificar-se, mediante os notórios sinais e sintomas de embriaguez, que o condutor se encontra sob influência de álcool, deve ser preenchido termo específico.

1: correta, valendo salientar que a aplicação da sanção de suspensão do direito dirigir depende de processo administrativo e decisão fundamentada, assegurando-se direito de defesa, nos termos do art. 265 da Lei 9.503/1997 e da Resolução Contran 182/2005; **2:** incorreta, pois a custódia se dará pelo prazo de até 30 dias (art. 262 da Lei 9.503/1997), valendo salientar que a restituição dos veículos só ocorrerá mediante prévio pagamento de multas, taxas e despesas com remoção e estada, além de outros encargos previstos na lei; a Resolução Contran 53/1998 estabelece os procedimentos e os critérios quanto aos prazos de custódia; **3:** correta (arts. 179, 180 e 181 da Lei 9.503/1997); **4:** correta (art. 5º, § 2º, da Resolução 432/2013).
Gabarito 1C, 2E, 3C, 4C

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Um caminhão que transportava carga perigosa foi abordado por um PRF. Durante a abordagem, o PRF constatou irregularidade administrativa que ensejava a apreensão do veículo e seu recolhimento ao depósito. Diante dessa situação, assinale a opção correta acerca dos critérios para a realização da apreensão do veículo e seu recolhimento ao depósito, conforme resolução do Contran.

(A) Cabe ao PRF emitir termo de apreensão do veículo, que discriminará os equipamentos obrigatórios eventualmente ausentes, o estado geral da lataria e da pintura, os danos

causados por acidente, se for o caso, a identificação do proprietário e do condutor, quando possível, e dados que permitam a precisa identificação do veículo. A discriminação dos objetos que se encontrem no veículo é opcional.

(B) O termo de apreensão do veículo deve ser preenchido pelo PRF, em duas vias: a primeira via será entregue ao proprietário ou condutor do veículo apreendido e a segunda, ao órgão ou entidade responsável pela custódia do veículo.

(C) Por ser documento do proprietário do veículo, o PRF não deverá recolher o CRLV.

(D) Caso a penalidade aplicada ao abordado pelo PRF tenha sido aplicada em razão de infração para a qual seja prevista multa agravada com fator multiplicador de três vezes, então o prazo da custódia será de 21 a 30 dias.

(E) Desde que o veículo ofereça condições de segurança para circulação em via pública, o PRF poderá dispensar sua retenção imediata.

A: incorreta, pois a discriminação dos objetos que se encontrem no veículo também é obrigatória (art. 2º, I, da Resolução Contran 53/1998); **B:** incorreta, pois esse termo deve ser preenchido em três vias (e não em duas); a terceira via ficará com o agente de trânsito responsável pela apreensão (art. 2º, § 1º, da Resolução Contran 53/1998); **C:** incorreta, pois haverá sim o recolhimento do CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo), nos termos do art. 2º, § 3º, da Resolução Contran 53/1998); **D:** incorreta, pois nesse caso o prazo de custódia será de 11 a 20 dias (art. 3º, II, da Lei 9.503/1997); **E:** correta (art. 270, § 1º, da Lei 9.503/1997).

Gabarito "E"

(Policial Rodoviário Federal – 1998 – CESPE) Nos feriados prolongados, ocorrem com frequência grandes engarrafamentos nas rodovias, devido à prática perigosa de transitar pelo acostamento para ultrapassar veículos em marcha lenta. Atento ao perigo dessa ação, o policial rodoviário poderá aplicar multa com multiplicador de:

(A) 5 vezes;
(B) 2 vezes ;
(C) 3 vezes:
(D) 4 vezes;
(E) 5 vezes.

C: correta. De acordo com o art. 193 da Lei 9.503/1997, a multa é aplicada, no caso, com multiplicador de 3 vezes.

Gabarito "C"

(Policial Rodoviário Federal – 1998 – CESPE) O motorista que tem o hábito de usar o acostamento para ultrapassar veículos retidos em engarrafamentos está cometendo simultaneamente duas infrações, sujeitando-se a:

(A) 230 UFIR em multas e perda de 8 pontos;
(B) 360 UFIR em multas e perda de 9 pontos;
(C) 540 UFIR em multas e perda de 15 pontos;
(D) 660 UFIR em multas e perda de 12 pontos;
(E) 840 UFIR em multas e perda de 10 pontos.

D: correta. De acordo com o art. 193, andar pelo acostamento constitui infração gravíssima, com multa multiplicada por 3. Ademais, como houve ultrapassagem de veículo, há outra infração, de natureza grave, com multa simples (art. 202, I, da Lei 9.503/1997). Sendo assim, aplica-se multa de 180 UFIRs (art. 258, I, da Lei 9.503/1997) multiplicada por 3 (chegando-se a 540 UFIRs), mais multa de 120 UFIRs (art. 258, II, da Lei 9.503/1997), de maneira que ficará em 660 UFIRs. Quanto à pontuação soma-se 7 pontos (da infração gravíssima), mais 5 pontos (da infração grave), totalizando 12 pontos (art. 259, I e II, da Lei 9.503/1997).

Gabarito "D"

(Policial Rodoviário Federal – 1998 – CESPE) São classificadas como **médias**, com a penalidade de multa e medida administrativa de retenção do veículo, as seguintes infrações:

(A) lotação excedente e motor desligado ou desengrenado, em declive;
(B) documento de habilitação ou identificação do veículo falsificado ou adulterado;
(C) luzes apagadas à noite e registro do veículo não cadastrado;
(D) usar facho de luz alta em vias providas de iluminação pública ou neblina;
(E) rebocar outro veículo com cabo flexível, salvo em casos de emergência.

A: correta (art. 231, VII e IX, da Lei 9.503/1997); **B:** incorreta, pois essa infração é gravíssima (art. 234 da Lei 9.503/1997); **C:** incorreta, pois a falta de luz é infração grave (art. 225 da Lei 9.503/1997); **D:** incorreta, pois é infração leve (art. 224 da Lei 9.503/1997); **E:** incorreta, pois, apesar de ser infração média, só cabe multa no caso (art. 236 da Lei 9.503/1997).

Gabarito "A"

(Policial Rodoviário Federal – 1998 – CESPE) Em uma "Barreira Eletrônica" situada em rodovia de mão dupla, um veículo é flagrado e fotografado. Além de ultrapassar a velocidade máxima acima de 20%, registrou-se que estava na contramão, ultrapassando outro veículo que respeitou a sinalização. Considerando que no trecho da barreira há uma marcação dupla amarela contínua, o motorista do veículo infrator está sujeito às seguintes penalidades,

(A) 180 UFIR em multas e perda de 8 pontos;
(B) 300 UFIR em multas e perda de 12 pontos;
(C) 530 UFIR em multas e perda de 21 pontos;
(D) 720 UFIR em multas e perda de 14 pontos;
(E) 860 UFIR em multas e perda de 12 pontos.

B: correta. No caso tem-se uma infração grave com multa simples (velocidade – art. 218, II, da Lei 9.503/1997) e outra gravíssima com multa simples (ultrapassagem – art. 186, II), multa de 120 e 180 UFIRs (art. 258, II e I, da Lei 9.503/1997), respectivamente, totalizando 300 UFIRs, e pontuação de 5 e 7 pontos (art. 259, II e I, da Lei 9.503/1997, respectivamente), totalizando 12 pontos.

Gabarito "B"

1.14. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

(Policial Rodoviário Federal – 1998 – CESPE) Ao deter um motorista que, na via pública, exibiu manobra perigosa, o policial efetua o recolhimento do documento de habilitação do infrator, mediante:

(A) prontuário;
(B) nota fiscal;
(C) recibo;
(D) cálculo de encargos;
(E) depósito de multa.

C: correta. Art. 272 da Lei 9.503/1997.

Gabarito "C"

(Policial Rodoviário Federal – 2002 – CESPE) À luz da legislação de trânsito, julgue o item a seguir.

(1) Em uma *blitz*, se o condutor ouvir o policial emitir sinal de apito consistente de três silvos breves, então deverá, em atendimento ao comando, interromper o funcionamento do veículo e apresentar os documentos pessoais e de registro do veículo à fiscalização.

1: incorreta, pois a parada obrigatória é determinada por dois silvos breves e não três (item 7 da Resolução Contran 160/2004).

Gabarito 1E

1.15. PROCESSO ADMINISTRATIVO

1.15.1. AUTUAÇÃO

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Em uma capital brasileira foi instalado um aparelho eletrônico que registra e processa dados decorrentes do fluxo de automóveis em velocidade acima do permitido para o local. Esse equipamento registrou duas infrações na manhã do dia 12/8/2008, uma praticada por condutor de veículo registrado em nome de repartição consular de carreira e outra praticada por condutor de veículo registrado em nome de sociedade de arrendamento mercantil.

Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Comprovada a ocorrência de infração por equipamento audiovisual, aparelho eletrônico ou por outro meio ainda

que não seja regulamentado pelo Contran, será lavrado o auto de infração de trânsito que deverá conter os dados mínimos definidos pelo CTB.

(B) O auto de infração, nesse caso, será lavrado posteriormente pela autoridade de trânsito por anotação em documento próprio.

(C) A comprovação da infração ocorrida exige referendo por agente da autoridade de trânsito.

(D) No caso de veículo registrado em nome de repartição consular de carreira, a notificação da autuação deverá ser remetida ao Ministério das Relações Exteriores, para as providências cabíveis, passando a correr os prazos a partir da entrega ao referido ministério.

(E) No caso de veículo registrado em nome de sociedade de arrendamento mercantil, o órgão ou entidade de trânsito deverá encaminhar a notificação da autuação diretamente a esta, que, para os fins da resolução pertinente do Contran, equipara-se ao proprietário do veículo.

A: incorreta, pois é necessário que os equipamentos sejam regulamentados pelo Contran (art. 2º, *caput*, da Resolução Contran 404/2012); **B:** incorreta, pois o auto de infração pode ser lavrado pela autoridade de trânsito também por anotação em documento próprio ou por meio eletrônico (art. 2º, § 1º, da Resolução Contran 404/2012); **C:** correta (art. 2º, § 3º, da Resolução Contran 404/2012); **D:** incorreta, pois a notificação deve ser enviada para o endereço constante do registro do veículo (art. 17 da Resolução Contran 404/2012), sem prejuízo de comunicação ao Ministério das Relações Exteriores, para as providências cabíveis, no caso, para a cobrança da multa (art. 282, § 2º, da Lei 9.503/1997); **E:** incorreta, pois o possuidor do veículo também é considerado equiparado a proprietário, devendo receber a notificação em contratos de vigência igual ou superior a 180 dias (art. 7º, parágrafo único, da Resolução Contran 404/2012).

Gabarito "C"

(Policial Rodoviário Federal – 2002 – CESPE) Considerando o CTB, julgue o item que se segue.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. Um policial rodoviário federal identificou que um carro movia-se além da velocidade máxima permitida na via e ordenou ao condutor que parasse. Porém, essa ordem não foi obedecida e o policial, embora não tivesse conseguido identificar o motorista, anotou a placa do veículo.
Nessa situação, com base no CTB, o policial não deve lavrar auto de infração, mas lavrar ocorrência policial, para que a autoridade competente possa apurar a autoria da infração.

1: incorreta, pois o policial rodoviário federal deve lavrar o auto de infração correspondente ao excesso de velocidade, pois tem competência para tanto (art. 20, III, da Lei 9.503/1997); porém, não poderá lavrar a ocorrência criminal, pois a PRF não tem competência para exercer a polícia judiciária.

Gabarito 1E

1.15.2. JULGAMENTO DAS AUTUAÇÕES E PENALIDADES

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Acerca do processo administrativo referente à aplicação de penalidades por infrações de trânsito, julgue os próximos itens.

(1) Quando o veículo não possui placa, ou seja, ainda não é registrado, o auto de infração é considerado irregular.

(2) Em relação à lavratura do auto de infração é a notificação da penalidade que completa o ato.

1: incorreta; nesse caso deve-se lavrar o autor de infração identificando o carro por meio do seu número de chassis, bem como por outros elementos úteis à sua identificação (art. 280, III, da Lei 9.503/1997); não fosse assim, as infrações previstas no art. 230, IV e V, da Lei 9.503/1997 (conduzir veículo sem placas ou sem registro) nunca seriam objeto de autuação; **2:** incorreta, pois são necessárias a notificação da autuação e também da aplicação da pena decorrente da autuação, nos termos da Súmula STJ 312.

Gabarito 1E, 2E

1.16. CRIMES DE TRÂNSITO

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) De acordo com o CTB, assinale a opção correta acerca das ações penais por crimes cometidos na direção de veículos automotores.

(A) Em nenhuma hipótese se admite a aplicação aos crimes de trânsito de disposições previstas na lei que dispõe sobre os juizados especiais criminais.

(B) A suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pode ser imposta como penalidade principal, mas sempre de forma isolada, sendo vedada a aplicação cumulativa com outras penalidades.

(C) A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor tem a duração de dois anos.

(D) Transitada em julgado a sentença condenatória, o réu será intimado a entregar à autoridade judiciária, em 24 horas, a permissão para dirigir ou a CNH.

(E) Ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se ele prestar pronto e integral socorro àquela.

A: incorreta, pois contraria o disposto no art. 291, *caput*, do CTB, que estabelece que as disposições previstas na Lei 9.099/1995 (Juizado Especial Criminal) terão incidência no âmbito das infrações penais de menor potencial ofensivo contempladas no Código de Trânsito Brasileiro; **B:** incorreta, posto que não reflete o teor do art. 292 do CTB; **C:** incorreta, o art. 293, *caput*, do CTB estabelece que esta penalidade será imposta pelo prazo de dois meses a cinco anos; **D:** incorreta, pois o art. 293, § 1º, do CTB fixa o prazo de *quarenta e oito horas* para o réu promover a entrega de sua permissão para dirigir ou a CNH; **E:** correta, pois corresponde ao que estabelece o art. 301 do CTB.

Gabarito "E"

(Policial Rodoviário Federal – 2004 – CESPE) O CTB, em seu art. 311, censura a conduta de trafegar em velocidade incompatível com a segurança nos locais considerados pelo legislador como perigosos, elegendo essa conduta como criminosa e impondo-lhe a pena de detenção de 6 meses a 1 ano ou multa. Acerca desse assunto, julgue os itens que se seguem.

(1) Velocidade incompatível é aquela desenvolvida acima da máxima permitida para o local de acordo com a sinalização das placas.

(2) O CTB indica os locais próximos a escolas, estações de embarque e desembarque de passageiros, logradouros estreitos e hospitais como locais considerados perigosos.

(3) Para a consumação do delito tipificado no referido artigo, é necessário que ocorra dano, ou seja, as pessoas sejam lesionadas ou mortas em virtude da velocidade incompatível.

(4) A prova da velocidade incompatível pode ser feita por testemunhas, não se exigindo a prova de radares ou equivalentes.

1: incorreta, a incompatibilidade da velocidade empreendida há de ser aferida em razão das peculiaridades do local em que trafica o condutor; **2:** correta, pois corresponde ao que estabelece o art. 311 do CTB; **3:** incorreta, por se tratar de crime de perigo concreto, é desnecessária, à consumação do crime tipificado no art. 311 do CTB, a ocorrência de dano; **4:** correta, na medida em que a legislação não impõe, para a comprovação deste crime, que a incompatibilidade da velocidade empreendida pelo condutor com o local em que transita seja aferida por sistema de radar ou qualquer outra forma de controle eletrônico de velocidade.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Policial Rodoviário Federal – 2004 – CESPE) Os efeitos do álcool sobre condutores de veículos automotores têm dado causa a sérios prejuízos advindos de acidentes de trânsito. Com relação à embriaguez no trânsito, julgue os itens a seguir.

(1) A conduta de dirigir veículo automotor sob a influência de álcool, em nível superior ao permitido, não configura, necessariamente, crime perante a lei brasileira, sendo

punida administrativamente como infração gravíssima, com penalidade de multa e suspensão do direito de dirigir. Para ser enquadrada na categoria de crime, a embriaguez do condutor deve expor a dano potencial a incolumidade de outrem.

(2) A embriaguez pode ser constatada por provas técnicas e periciais, como exame de sangue e teste em bafômetro e, ainda, por prova testemunhal.

1: correta a assertiva, ao tempo em que a questão foi elaborada, já que em conformidade com a redação original do art. 306 do CTB, que contemplava, no seu texto, a expressão "expondo a dano potencial a incolumidade de outrem". Com a redação conferida a este dispositivo pela Lei 11.705/2008, que eliminou do tipo penal tal expressão, doutrina e jurisprudência firmaram entendimento no sentido de que o crime do art. 306 passou a ser de perigo abstrato, sendo, portanto, desnecessário que a conduta do motorista expusesse a dano potencial a incolumidade de terceiro. Mais recentemente, a redação deste dispositivo foi novamente alterada, desta vez pela Lei 12.760/2012, que, no entanto, não modificou a natureza do crime de embriaguez ao volante, que continua a ser de perigo abstrato; **2:** correta, a redação original do art. 306 do CTB, em vigor quando da elaboração desta questão, continha a expressão "sob a influência de álcool", o que autorizava que a prova da embriaguez fosse feita por vários meios, desde que admitidos em direito. Com a entrada em vigor da Lei 11.705/2008, que alterou a redação do art. 306 do CTB, passou-se a exigir que a comprovação da embriaguez somente se desse por meio do bafômetro ou do teste de alcoolemia. Foram excluídos, com isso, outros meios de prova. Essa situação mudou com a edição da Lei 12.760/2012, que conferiu nova redação ao art. 306 do CTB, que passou a admitir, para a comprovação da embriaguez, outros meios de prova, além do bafômetro e do exame de sangue.
Gabarito 1C, 2C

(Policial Rodoviário Federal – 2004 – CESPE) Uma das preocupações do policial rodoviário federal ao chegar a um local de acidente de trânsito com vítima é preservar o local para que se realize a perícia, a fim de identificar e responsabilizar o(s) verdadeiro(s) culpado(s) pelo acidente. Com relação à preservação do local de um acidente de trânsito, julgue os itens seguintes.

(1) Constitui crime modificar o estado do lugar, das coisas ou das pessoas para eximir de responsabilidade o verdadeiro culpado do acidente.

(2) Não constitui crime alterar o local do acidente para que haja socorro de vítimas.

(3) Não constitui crime alterar a posição de veículo acidentado para evitar que ocorra outro acidente.

1, **2**, **3:** corretas. Crime previsto no art. 312 do CTB.
Gabarito 1C, 2C, 3C

(Policial Rodoviário Federal – 2002 – CESPE) Sobre os crimes de trânsito, julgue os itens a seguir.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. Ao passar em frente a uma parada de ônibus, conduzindo o seu veículo em avançada hora da madrugada, Tício avistou um desafeto. Assim, retornou na avenida, de modo a passar novamente em frente ao inimigo. Quando se aproximava, então, da parada, acelerou o veículo, arremessando-o contra o pedestre, causando-lhe morte instantânea.
Para essa situação, há, no CTB, tipo específico que descreve a conduta de Tício, no qual se prevê, ainda, o atropelamento ocorrido em calçada como causa de aumento de pena do homicídio.

(2) Considere a seguinte situação hipotética. Um grupo de amigos decidiu realizar um *racha*, às três horas da madrugada, na avenida Afonso Pena, principal via da região central de Belo Horizonte – MG. Acionada, uma equipe de policiais chegou rapidamente ao local, logrando deter Rodrigo, um dos participantes, em flagrante. Nessa situação, ao receber a respectiva denúncia, o juiz poderá decretar medida cautelar de ofício, independentemente de requerimento do Ministério Público ou de representação da autoridade policial, para efeito de suspender a habilitação de Rodrigo.

(3) Não comete o crime de omissão de socorro descrito no CTB o condutor de veículo que, passando pelo local de acidente automobilístico imediatamente após a sua ocorrência, deixa de prestar socorro imediato às vítimas ou de solicitar auxílio de autoridades públicas.

1: incorreta, a conduta descrita no enunciado se amolda ao tipo penal do art. 121 do CP - homicídio doloso, ao qual não se aplica a causa de aumento prevista no art. 302, parágrafo único, II, do CTB, cuja incidência somente se dá no âmbito do homicídio e lesão corporal de trânsito, que são crimes necessariamente culposos; **2:** correta, pois corresponde ao que estabelece o art. 294 do CTB; **3:** correta, somente responderá pelo crime previsto no art. 304 do CTB (omissão de socorro) o condutor do veículo envolvido em acidente com vítima que não tenha a ele dado causa (agido com culpa). Se for o causador do acidente, deverá ser responsabilizado, se omitir socorro, pelo crime de homicídio/lesão corporal com a incidência da causa de aumento prevista no art. 302, parágrafo único, III, do CTB. Agora, se alguém presenciar acidente de trânsito e deixar de prestar socorro imediato às vítimas ou de solicitar auxílio de autoridades públicas, incorrerá nas penas do crime do art. 135 do CP (omissão de socorro).
Gabarito 1E, 2C, 3C

(CESPE) Guiando o seu automóvel na contramão de direção, em outubro de 2010, Tício é perseguido por uma viatura da polícia militar. Após ser parado pelos agentes da lei, Tício realiza, espontaneamente, o exame do etilômetro e fornece aos militares sua habilitação e o documento do automóvel. No exame do etilômetro, fica constatado que Tício apresentava concentração de álcool muito superior ao patamar previsto na legislação de trânsito. Além disso, os policiais constatam que o motorista estava com a habilitação vencida desde maio de 2009. Com relação ao relatado acima, é correto afirmar que o promotor de justiça deverá denunciar Tício

(A) apenas pelo crime de embriaguez ao volante, uma vez que o fato de a habilitação estar vencida constitui mera infração administrativa.

(B) apenas pelo crime de direção sem habilitação, pois o delito de embriaguez ao volante só se configura quando ocorre acidente de trânsito com vítima.

(C) apenas pelo crime de direção sem habilitação, uma vez que o perigo gerado por tal conduta faz com que o delito de embriaguez ao volante seja absorvido, em razão da aplicação do Princípio da Consunção.

(D) pela prática dos crimes de embriaguez ao volante e direção sem habilitação

A: correta. Ao conduzir seu veículo automotor em via pública, na contramão de direção e com concentração de álcool no sangue em quantidade bem superior ao estabelecido no art. 306 da Lei 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro, Tício incorreu nas penas do supracitado dispositivo. De outro lado, por estar com a habilitação vencida, Tício deverá responder tão somente pela infração administrativa prevista no art. 162, V, da Lei 9.503/1997. É que o crime do art. do art. 309 do CTB – direção sem habilitação - refere-se somente à conduta de dirigir veículo automotor sem *permissão* ou *habilitação* ou, ainda, na hipótese de estar *cassado* o direito de dirigir. O legislador não cuidou de incluir no tipo penal a conduta consistente em dirigir com a habilitação *vencida*, o que, como já dito, configura infração no âmbito administrativo. Este é o entendimento que tem prevalecido na doutrina e na jurisprudência.
Gabarito "A"

(CESPE) Assinale a opção correta no que se refere aos crimes de trânsito.

(A) Responde por crime de trânsito o agente que viola a suspensão de dirigir veículo automotor.

(B) O indivíduo que, pilotando uma lancha em alto mar, mata, culposamente, uma pessoa comete, de acordo com a Lei nº 9.503/1997, que trata dos crimes de trânsito, crime de homicídio culposo.

(C) O agente que, dirigindo automóvel, causa, culposamente, lesão corporal na vítima e deixa de prestar socorro a ela responde tanto pelo crime de lesão corporal culposa tratado nos crimes de trânsito quanto por crime de omissão de socorro.

(D) Responde como coautor pelo crime de homicídio o pai ou responsável que empresta veículo automotor a menor de idade que, acidentalmente, atropele e mate uma pessoa.

A: correta, conduta prevista no art. 307, Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro); **B:** incorreta, só responde pelo crime do art. 302 (homicídio culposo) do Código de Trânsito aquele que estiver na direção de veículo automotor. Aquele que, pilotando uma lancha, mata, culposamente, responde pelo crime de homicídio do Código Penal (art. 121, § 3º); **C:** incorreta. Neste caso, incidirá a causa de aumento de pena prevista no art. 302, parágrafo único, III, por força do que dispõe o parágrafo único do art. 303, ambos do Código de Trânsito; **D:** incorreta, pois, por essa conduta, o pai ou responsável responderá pelo crime capitulado no art. 310 do Código de Trânsito.
Gabarito "A"

(CESPE) Acerca dos crimes previstos na legislação especial brasileira, assinale a opção incorreta.

(A) O condutor que for condenado por qualquer dos delitos previstos no Código de Trânsito Brasileiro ficará obrigado a se submeter a novos exames para que possa voltar a dirigir.
(B) Admite-se a concessão do perdão judicial ao acusado de homicídio culposo na direção de veículo, ainda que o instituto não esteja previsto no Código de Trânsito Brasileiro.
(C) A competência para processar e julgar os crimes de porte ilegal e tráfico internacional de armas é da justiça comum estadual.
(D) O porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é crime inafiançável, salvo se a arma de fogo estiver registrada em nome do agente.

A: incorreta, devendo ser assinalada. A Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) não impõe ao condenado pelos crimes nela previstos a obrigação de se submeter a novos exames como condição para que possa voltar a dirigir; **B:** correta, de fato, o *perdão judicial*, embora não previsto no Código de Trânsito, pode, sim, ser aplicado ao crime de homicídio culposo praticado na direção de veículo automotor (art. 302 da Lei 9.503/1997); **C:** correta (art. 109 da CF); **D:** correta. O STF, no julgamento da ADIn 3.112-1, de 10.05.2007, reconheceu a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 14 da Lei 10.826/2003, que vedava a concessão de fiança ao autor do crime do art. 14 do Estatuto do Desarmamento.
Gabarito "A"

2. PERFIL CONSTITUCIONAL E FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO DPRF

Texto para as duas questões seguintes.

A Polícia Rodoviária Federal foi criada pelo presidente Washington Luiz, em 1928, com a denominação de polícia de estradas. Somente em 1935 organizaram-se os serviços de vigilância das rodovias Rio – Petrópolis, Rio – São Paulo e União Indústria, quando foi criado o primeiro quadro de policiais rodoviários, denominados, à época, inspetores de trânsito. Em 1945, com a criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), nascia a denominação de Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Com o advento da Constituição de 1988, a PRF foi institucionalizada e integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, cabendo-lhe o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Desde 1990, a PRF está integrada à estrutura do Ministério da Justiça. Atualmente, ela está presente em todo o território nacional, estruturada em 21 superintendências regionais, 5 distritos regionais, 150 delegacias e 400 postos de fiscalização, e a administração central está localizada em Brasília.

Zander Cavalcante Arruda. **Evolução histórica, organização estrutural e hierárquica do Departamento de Polícia Rodoviária Federal**. Brasília: MJ/DPRF/CGRH/CE, 2009, p. 6, 8 e 13 (com adaptações).

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Considerando o texto acima como referência inicial e com base nos aspectos marcantes da trajetória da PRF, julgue o item que segue.

(1) A partir da promulgação da Constituição de 1988, a PRF ficou impedida de fazer uso de radares fotográficos no combate ao excesso de velocidade nas rodovias brasileiras.

1: incorreta, pois não há qualquer tipo de proibição a esse respeito desse assunto na Constituição Federal.
Gabarito 1E

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Considerando o texto acima como referência inicial e com base nos aspectos marcantes da trajetória da PRF, julgue os itens que seguem.

(1) A atual PRF tem uma longa história iniciada ainda nos tempos da Primeira República ou República Velha.
(2) O surgimento dos policiais rodoviários ocorreu quando o Brasil passou a contar com grandes rodovias nas mais diversas regiões do país.
(3) A PRF tem essa denominação desde o momento em que passou a compor os quadros do Ministério da Justiça.
(4) Nas primeiras décadas de existência da PRF, o Rio de Janeiro era a capital do Brasil.
(5) Para garantir a uniformidade de procedimentos no desempenho de sua missão, a PRF está organizada de forma centralizada e unitária, desconhecendo a existência de unidades administrativas.
(6) Atualmente, o número de postos de fiscalização é bem mais que o dobro que o quantitativo de delegacias da PRF existentes no país.

1: correta; a Primeira República (ou República Velha) se estendeu entre a proclamação da República (em 1889) e a Revolução de 1930, que depôs o Presidente Washington Luís; dessa forma, a PRF foi mesmo criada na Primeira República, já que o ano de 1928 (mencionado no texto) está contido entre os anos 1889 e 1930; **2:** incorreta, pois apenas a partir da segunda metade dos anos 1940, após a transformação do DNER em autarquia, é que surgiram os projetos de grandes rodovias, sendo que a Rio/Bahia foi concluída em 1963, a nova Rio/SP, em 1951, a SP/Porto Alegre e a Rio/Belo Horizonte, na segunda metade dos anos 50, dentre outras; **3:** incorreta, pois o texto é claro no sentido de que a PRF foi integrada ao Ministério da Justiça em 1990, e a denominação PRF data de 1945; **4:** correta; a PRF foi criada em 24 de julho de 1928 (dia da Polícia Rodoviária Federal), com a denominação judicial de "Polícia de Estradas"; em 23 de julho de 1935 foi criado o primeiro quadro de policiais, denominado, à época, de "Inspetores de Tráfego" e em 1945, já com a expressão "Polícia Rodoviária Federal", a corporação foi vinculada ao hoje extinto DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem); em 1988, a PRF foi integrada, pela Constituição, ao Sistema Nacional de Segurança Pública, e, desde os anos 1990, a PRF integra a estrutura organizacional do Ministério da Justiça, como Departamento de Polícia Rodoviária Federal; dessa forma, considerando que a PRF existe, ainda que com outra denominação, desde 1928, é correto dizer que nas primeiras épocas de sua existência do Rio de Janeiro era capital do Brasil, lembrando que foi capital até 1960, quando Brasília passou a ocupar esse posto; **5:** incorreta, pois há grande desconcentração no âmbito da PRF; só para se ter ideia, a PRF está presente em todo território nacional, estruturada em 21 Superintendências Regionais, 5 Distritos Regionais, 150 delegacias e 400 postos de fiscalização; **6:** correta, pois, como se viu, há 400 postos de fiscalização e 150 delegacias.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C, 5E, 6C

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Com relação às normas sobre segurança pública, meio ambiente e família, a CF dispõe que

(A) a Polícia Federal, a PRF e a polícia ferroviária federal são consideradas, juntamente com as polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército.
(B) o meio ambiente é bem de uso especial, que a administração pública pode utilizar para a realização de suas atividades e a consecução de seus fins.
(C) a PRF exerce as funções de polícia de fronteira e o policiamento ostensivo das rodovias federais.

(D) são penalmente inimputáveis apenas menores de dezesseis anos, sujeitos às normas da legislação especial.
(E) a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes é considerada entidade familiar.

A: incorreta, pois apenas as polícias militares e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares e reserva do Exército (art. 144, § 6º, da CF); **B:** incorreta, pois o meio ambiente é um bem de uso comum do povo (art. 225, *caput*, da CF); ademais, a Administração Pública não pode utilizar-se indiscriminadamente do meio ambiente para a realização de suas atividades, salvo quando houver previsão legal nesse sentido, como no caso de servidão administrativa; **C:** incorreta, pois compete à PF (Polícia Federal) as funções de polícia de fronteira (art. 144, § 1º, III, da CF); a PRF (Polícia Rodoviária Federal) só tem competência para o patrulhamento ostensivo das rodovias federais (art. 144, § 2º, da CF) **D:** incorreta. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial (art. 228 da CF); **E:** correta. Entende-se, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (art. 226, § 4º, da CF).
Gabarito "E"

(Policial Rodoviário Federal – 2004 – CESPE) No que concerne à segurança pública, julgue o seguinte item.

(1) De acordo com a atual Carta Política, a PRF é um órgão transitório da segurança pública, destinado ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

1: incorreta, pois a PRF não é um órgão transitório, mas um órgão permanente (art. 144, § 2º, da CF).
Gabarito 1E

3. LEI Nº 9.654/1998

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) Acerca das previsões da Lei n. 9.654/1998, que cria a carreira de PRF, assinale a opção correta.

(A) O ocupante do cargo de PRF permanecerá no local de sua primeira lotação por um período mínimo de dois anos, exercendo atividades de natureza estritamente operacional voltadas ao patrulhamento ostensivo e à fiscalização de trânsito compatíveis com a sua experiência e aptidões.
(B) Os ocupantes de cargos da carreira de PRF não estão sujeitos à dedicação exclusiva às atividades do cargo, o que torna possível a cumulação do cargo com outra atividade privada.
(C) A carreira de que trata a Lei n. 9.654/1998 é composta do cargo de PRF, estruturada nas classes de inspetor, agente e escrivão.
(D) A implantação da carreira de PRF ocorreu mediante transformação de milhares de cargos efetivos de patrulheiro rodoviário federal, do quadro geral do Ministério da Justiça, em cargos de PRF.
(E) O regime de trabalho dos PRFs é de 44 horas semanais.

A: incorreta, pois deve permanecer na sua primeira lotação, preferencialmente, por um período mínimo de três anos (art. 3º, § 4º, da Lei 9.654/1998); **B:** incorreta, pois os ocupantes de cargos da carreira de Policial Rodoviário Federal ficam sujeitos a integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo (art. 7º da Lei 9.654/1998); **C:** incorreta, pois a carreira é composta do cargo de Policial Rodoviário Federal e estruturada nas classes Terceira, Segunda, Primeira e Especial, sendo que a classe Terceira tem padrões de I a III, a classe Segunda, de I a VI, a classe Primeira, de I a VI, e a classe Especial, de I a III (Anexo I-A da Lei 9.654/1998, incluído pela Lei 12.775/2012); **D:** correta; o art. 1º, parágrafo único, da Lei 9.654/1998, dispõe que "A implantação da carreira far-se-á mediante transformação dos atuais dez mil e noventa e oito cargos efetivos de Patrulheiro Rodoviário Federal, do quadro geral do Ministério da Justiça, em cargos de Policial Rodoviário Federal"; **E:** incorreta, pois é de 40 horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes da carreira de policial rodoviário federal (art. 9º da Lei 9.654/1998).
Gabarito "D"

4. DECRETO Nº 1.655/1995

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) As competências da PRF, no âmbito das rodovias e estradas federais, **não** incluem

(A) realizar o patrulhamento ostensivo, mediante a execução de operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros.
(B) aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas.
(C) realizar o patrulhamento ostensivo das ferrovias federais que margeiam as rodovias federais.
(D) integrar-se a outros órgãos e entidades do SNT para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação.
(E) coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal.

A: correta, pois há previsão dessa competência (art. 20, II, da Lei 9.503/1997; art. 1º, I, do Decreto 1.655/1995); **B:** correta, pois há previsão dessa competência (art. 20, III, da Lei 9.503/1997; art. 1º, III, do Decreto 1.655/1995); **C:** incorreta, devendo a alternativa ser assinalada, pois essa competência é a Polícia *Ferroviária* Federal (art. 144, § 3º, da CF); **D:** correta, pois há previsão dessa competência (art. 20, X, da Lei 9.503/1997); **E:** correta, pois há previsão dessa competência (art. 20, VII, da Lei 9.503/1997).
Gabarito "C"

(Policial Rodoviário Federal – 2008 – CESPE) A Polícia Rodoviária Federal foi criada pelo presidente Washington Luiz, em 1928, com a denominação de polícia de estradas. Somente em 1935 organizaram-se os serviços de vigilância das rodovias Rio – Petrópolis, Rio – São Paulo e União Indústria, quando foi criado o primeiro quadro de policiais rodoviários, denominados, à época, inspetores de trânsito. Em 1945, com a criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), nascia a denominação de Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Com o advento da Constituição de 1988, a PRF foi institucionalizada e integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, cabendo-lhe o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Desde 1990, a PRF está integrada à estrutura do Ministério da Justiça. Atualmente, ela está presente em todo o território nacional, estruturada em 21 superintendências regionais, 5 distritos regionais, 150 delegacias e 400 postos de fiscalização, e a administração central está localizada em Brasília.

Zander Cavalcante Arruda. **Evolução histórica, organização estrutural e hierárquica do Departamento de Polícia Rodoviária Federal**. Brasília: MJ/DPRF/CGRH/CE, 2009, p. 6, 8 e 13 (com adaptações).

Considerando o texto acima como referência inicial e com base nos aspectos marcantes da trajetória da PRF, julgue os itens que seguem.

(1) Integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, a PRF tem, entre suas atribuições, prevenir e reprimir o tráfico de armas e de drogas ilícitas.
(2) O combate à exploração sexual de menores, ao trabalho escravo, ao contrabando e aos crimes ambientais inscreve-se entre as atribuições conferidas à PRF.

1: correta (art. 1º, X, do Decreto 1.655/1995); **2:** correta (art. 1º, IX e X, do Decreto 1.655/1995).
Gabarito 1C, 2C

(Policial Rodoviário Federal – 2004 – CESPE) Acerca da competência da PRF, julgue os itens a seguir.

(1) Considere a seguinte situação hipotética.
A PRF veio a ser comunicada, por telefone, da ocorrência de um acidente automobilístico, sem vítimas de morte, em uma rodovia federal. Imediatamente após a comunicação, policiais rodoviários federais foram até o local do acidente, onde verificaram que um dos motoristas envolvidos na colisão, devidamente habilitado e portador dos documentos do veículo automotor, estava aparentemente embriagado. Nessa situação, à PRF caberá realizar perícia, levantamento do local ou boletim de ocorrência, bem como teste de dosagem alcoólica no condutor do veículo. Se for constatado que o motorista dirigia o veículo sob influência de álcool, em dosagem superior a seis decigramas por litro de sangue, caberá aos policiais rodoviários federais lavrar o auto de infração e, como medidas administrativas, reter o veículo até a apresentação de condutor habilitado e recolher o documento de habilitação do infrator.

(2) No âmbito das rodovias federais, havendo necessidade, caberá à PRF realizar, sob a coordenação do órgão competente, a escolta nos deslocamentos de presidente da República, ministros de Estado e diplomatas estrangeiros.

1: correta (art. 1º, V, do Decreto 1.655/1995); **2:** correta (art. 1º, VIII, do Decreto 1.655/1995).
Gabarito 1C, 2C

(Policial Rodoviário Federal – 2002 – CESPE) À luz da legislação de trânsito, julgue o item a seguir.

(1) A perseguição dos dois homens que fugiram para dentro da mata, suspeitos de terem praticado roubo, poderia ser realizada pelos policiais rodoviários federais, sem violação da competência legalmente atribuída à PRF.

1: correta, nos termos do art. 1º, X, do Decreto 1.655/1995.
Gabarito 1C

50. Legislação Institucional de Carreiras

Gabriela Rodrigues, Marcos Destefenni, Maria do Carmo Milani, Renan Flumian, Rodrigo Saber e Sávio Copetti*

1. MINISTÉRIO PÚBLICO

(Promotor de Justiça/AC – 2014 – CESPE) Considere que um promotor de justiça de determinado estado da Federação tenha requisitado a instauração de inquérito policial e que, no curso da investigação, o delegado constate indício de que membro do MPU tenha cometido infração penal. Nessa situação, com base na Lei Complementar 75/1993,

(A) os autos deverão ser remetidos ao procurador-geral da República para as providências pertinentes.
(B) o membro do MPU deverá ser indiciado, e o delegado continuará a investigação.
(C) o promotor de justiça deverá continuar a investigação.
(D) o procurador de justiça do estado deverá dar continuidade à investigação.
(E) o procurador regional da República deverá dar continuidade à investigação.

A alternativa correta é a "A", pois assim estabelece o art. 18, parágrafo único, da Lei Complementar 75/1993. As demais alternativas, portanto, estão incorretas.
Gabarito "A"

(Promotor de Justiça/AC – 2014 – CESPE) Com base na Lei Complementar Estadual 8/1983, um membro do MP do estado do Acre só perderá seu cargo se condenado por crime

(A) cometido com abuso de poder, à pena privativa de liberdade.
(B) contra honra, à detenção por mais de dois anos.
(C) cometido com violação do dever inerente à função, à reclusão por mais de quatro anos.
(D) contra o patrimônio, independentemente da pena prevista.
(E) contra a administração da justiça, independentemente da pena prevista.

Assim estabelece o art. 35, I, da Lei Complementar Estadual 8/1983. Aliás, estabelece o citado dispositivo legal: "Art. 35. Depois de dois anos de efetivo exercício, só perderão o cargo os membros do Ministério Público Estadual: I – se condenados à pena privativa de liberdade por crime cometido com abuso de poder ou violação do dever inerente à função pública; II – se condenado por outro crime à pena de reclusão, por mais de dois anos, ou de detenção por mais de quatro anos; e III – se proferida decisão em processo administrativo onde lhe seja assegurada ampla defesa".
Gabarito "A"

(Promotor de Justiça/PI – 2014 – CESPE) Se um promotor de justiça do estado X instaurar inquérito civil e o arquivar, o arquivamento poderá ser revisto, com base na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/1993), pelo

(A) juízo da vara competente para o caso.
(B) vice-procurador-geral de justiça.
(C) Colégio de Procuradores de Justiça.
(D) Conselho Superior do Ministério Público.
(E) presidente do tribunal de justiça do referido estado.

A: incorreta, pois a revisão se dá no âmbito do próprio Ministério Público; **B:** incorreta, pois a atribuição, nos termos do art. 30 da Lei 8.625/1993, é do Conselho Superior do MP; **C:** incorreta, conforme tópico anterior; **D:** correta, pois assim estabelece o art. 30 da Lei 8.625/1993: "Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público rever o arquivamento de inquérito civil, na forma da lei"; **E:** incorreta, conforme comentários anteriores.
Gabarito "D"

(Ministério Público/PI – 2012 – CESPE) À luz da CF, assinale a opção correta a respeito do MP.

(A) O MP é, conforme se depreende do disposto na CF, nacional e unitário, caracterizando-se, ainda, por possuir individualidade.
(B) O julgamento do Procurador-Geral de justiça do MPE, em se tratando de infrações penais comuns ou de crimes de responsabilidade, cabe ao Poder Legislativo estadual.
(C) Em sua atuação, o MP vela somente pelo interesse público secundário.
(D) O presidente da República não consta do rol de legitimados para propor ao Congresso Nacional projeto de lei que disponha sobre normas gerais de organização dos MPEs.
(E) O dispositivo constitucional que considera o MP uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado não é considerado cláusula pétrea.

A: correta, pois o enunciado está de acordo com os arts. 127 e 128 da CF, que reconhecem a existência do Ministério Público, órgão permanente e essencial, mas também reconhecem a existência de pelo menos dois Ministérios Públicos: o da União e os dos Estados; **B:** incorreta, pois, conforme o art. 128, § 4º, da CF, os Procuradores-Gerais poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo. O julgamento do PGJ, por crime comum, é de competência do Tribunal de Justiça, conforme o art. 123, III, "c", da Constituição do Estado do Piauí; **C:** incorreta, pois o MP vela pelo interesse público primário; **D:** incorreta, pois, nos termos do art. 61, § 1º, II, "d", da CF, o poder de inciativa é privativo do Presidente da República; **E:** incorreta, pois o caráter permanente e essencial do MP indica que se trata de cláusula pétrea.
Gabarito "A"

(Ministério Público/PI – 2012 – CESPE) No tocante aos princípios institucionais do MP, assinale a opção correta.

(A) De acordo com a doutrina dominante, com fundamento no princípio da independência funcional, não há óbice a que um membro do MP assuma posicionamento contrário ao adotado pelo seu antecessor na mesma relação processual.
(B) O caráter dos princípios institucionais do MP consagrados na CF não é normativo, em razão da sua abstração e da ausência dos pressupostos fáticos aptos a delimitar a sua aplicação.
(C) O princípio da unidade, segundo o qual o MP constitui uma instituição única, autoriza que integrantes do MP do trabalho exerçam, em situações excepcionais, atribuições inerentes aos MPEs e vice-versa.
(D) Se dois membros do MP assumirem posições divergentes em relação ao mesmo fato, o princípio da unidade cederá lugar ao princípio prevalente da independência funcional.
(E) Segundo a jurisprudência do STF, o MP que atua junto aos tribunais de contas, em razão da sua peculiar natureza jurídica, não está sujeito ao princípio da unidade.

A: correta, pois, de fato, o princípio da independência funcional garante a liberdade na formação da convicção dos membros do MP; **B:** incorreta, pois os princípios institucionais têm caráter normativo. Existem normas-regras e normas-princípios, todas dotadas de força normativa;

* **Marcos Destefenni** comentou as questões dos concursos de Promotor de Justiça/PI – 2014 e Promotor de Justiça/AC. **Rodrigo Saber** comentou as questões do concurso de Defensoria/DF – 2013. **Gabriela Rodrigues**, **Marcos Destefenni**, **Maria do Carmo Milani**, **Renan Flumian** e **Sávio Copetti** comentaram as demais questões.

C: incorreta, pois a unidade significa que "os membros do Ministério Público integram um só órgão sob a direção de um só chefe" (Hugo Nigro Mazzilli. *Regime Jurídico do Ministério Público*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p 132). E referido princípio não autoriza que integrantes de um MP exerçam atribuições de outro ramo do MP ou de outro MP; **D:** incorreta, pois se houver divergência entre membros do MP, originando um conflito de atribuições, caberá ao chefe da instituição dirimir o conflito, de tal forma que não se pode dizer que o princípio da unidade cede lugar ao princípio da independência. Na verdade, há uma independência do ponto de vista funcional, mas não do ponto de vista administrativo. Por isso, cabe ao chefe da instituição dizer quem tem atribuição, embora não possa determinar a forma de atuação do membro do MP; **E:** incorreta, pois o STF (ADI 789/DF) reconheceu a existência de um MP *especial*, junto ao Tribunal de Contas. Portanto, o MP junto ao Tribunal de Contas integra um só órgão *especial* e está sujeito ao princípio da unidade.

Gabarito "A"

(Ministério Público/PI – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta a respeito das funções institucionais do MP.

(A) Quando a atuação do delegado for incompleta, o MP poderá presidir inquéritos policiais.
(B) As funções institucionais do MP podem ser exercidas por pessoas não integrantes da carreira mediante autorização expressa do respectivo Procurador-Geral.
(C) O MP é o titular da ação penal pública.
(D) Entre as funções do MP não se inclui a defesa judicial e extrajudicial dos direitos e interesses das populações indígenas, incumbência essa a cargo da AGU.
(E) É taxativo o rol das funções institucionais do MP previstas no texto constitucional.

A: incorreta, pois o MP pode realizar investigações, mas não presidir inquéritos policiais; **B:** incorreta, pois as funções institucionais do MP não podem ser exercidas por pessoas não integrantes da carreira (CF, art. 129, § 2º); **C:** correta, pois é o que estabelece o art. 129, I, da CF; **D:** incorreta, pois a assertiva afronta o disposto no art. 129, V, da CF; **E:** incorreta, pois o rol do art. 129 da CF tem caráter exemplificativo, como aponta o inciso IX do mencionado dispositivo constitucional.

Gabarito "C"

(Ministério Público/PI – 2012 – CESPE) Em relação às garantias dos membros do MP, assinale a opção correta.

(A) A garantia da inamovibilidade do membro do MP é absoluta.
(B) De acordo com a Emenda Constitucional n. 45/2004, é permitido que membro do MP se dedique à atividade político-partidária.
(C) Segundo a jurisprudência do STF, é constitucional lei complementar estadual que estenda o auxílio-moradia a membros aposentados do MPE.
(D) Segundo a jurisprudência do STJ, é ilegal ato do Procurador-Geral de justiça estadual que negue a membro do MP a acumulação de férias por mais de dois períodos de trinta dias consecutivos.
(E) O membro do MP que atua perante o juízo de primeiro grau de jurisdição, seja no âmbito federal, seja no âmbito estadual, não tem legitimidade para oficiar em tribunais superiores.

A: incorreta, pois a garantia não é absoluta. A inamovibilidade é excepcionada por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa (CF, art. 128, § 5º, I, "b"); **B:** incorreta, pois a CF, no art. 128, § 5º, II, "e", proíbe o membro do MP de se dedicar à atividade político-partidária; **C:** incorreta, pois o STF decidiu pela inconstitucionalidade, conforme Informativo n. 619: "Membros inativos do Ministério Público estadual e auxílio-moradia. ADI – 3661. O Plenário, por maioria, julgou procedente pedido formulado em ação direta proposta pelo Procurador-Geral da República para declarar a inconstitucionalidade do § 3º do art. 3º da Lei Complementar 24/1989, introduzido pela Lei Complementar 281/2003, ambas do Estado de Rondônia. O dispositivo adversado versa sobre a extensão de auxílio-moradia a membros inativos do Ministério Público rondoniense. Verificou-se afronta ao art. 127, § 2º, da CF. Ademais, asseverou-se que nem todos os benefícios concedidos aos servidores em atividade seriam compatíveis com a situação do aposentado, como seria o caso da gratificação paga durante o exercício em locais adversos. Na linha dessa jurisprudência, mencionou-se o Enunciado 680 da Súmula do STF ("O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos"). Reputou-se que o auxílio-moradia seria devido apenas a membros do *parquet* que exercessem suas funções em local onde não existisse residência adequada. O Min. Luiz Fux ressaltou que a Lei Complementar 281/2003 valer-se-ia da Lei Complementar federal 93/1993 para estender aos inativos o auxílio-moradia nela disposto como se eles estivessem em exercício. Vencido o Min. Marco Aurélio que mantinha o preceito por entendê-lo constitucional. Precedente citado: ADI 778/DF (*DJU* de 19.12.1994). ADI 3783/RO, rel. Min. Gilmar Mendes, 17.03.2011. (ADI-3783)"; **D:** incorreta, pois o STJ considerou o ato legal, conforme noticia o Informativo 354 "A Turma negou provimento ao recurso por entender que é legal o ato da Procuradoria-Geral de Justiça estadual que considerou não ser possível a acumulação de mais de dois meses de férias e cancelou os atos que deferiam o gozo de períodos excedentes a esses e determinou a permanência dos promotores de justiça em serviço no mês de setembro de 2003. A Lei Orgânica do Ministério Público disciplina que as férias dos membros do Ministério Público sejam iguais à dos magistrados, cabendo a cada lei orgânica estadual regular a concessão. Assim o Estado-membro aprovou a Lei Complementar 19/1994, que, em seu art. 168, dispõe de forma análoga ao art. 66, § 1º, da Lei Complementar 35/1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional). O ato da referida Procuradoria-Geral de Justiça apenas aplicou a legislação cabível e corrigiu o vício de atos anteriores que deferiam fruição de férias atingidas pela caducidade. RMS 20.361-PB, Rel. Min. Jane Silva (Desembargadora convocada do TJ-MG), julgado em 06.05.2008"; **E:** correta, pois, de fato, cada membro do MP tem suas atribuições, sendo vedada a atribuição para atuar perante os tribunais àqueles que atuam perante a primeira instância.

Gabarito "E"

(Ministério Público/PI – 2012 – CESPE) Em relação ao CNMP, assinale a opção correta.

(A) Segundo a jurisprudência do STF, o CNMP pode, por meio de resolução, fixar novo teto remuneratório para membros e servidores do MP, passando-o de 90,25% para 100% do subsídio dos ministros do STF.
(B) O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil é membro, com direito a voto, do CNMP.
(C) Compete ao Senado Federal processar e julgar os membros do CNMP acusados da prática de crime de responsabilidade.
(D) Compete ao CNMP escolher em votação aberta, entre os integrantes das carreiras do MPU e dos MPEs que atuem perante o segundo grau de jurisdição, o corregedor nacional do MP.
(E) O CNMP é composto por dez membros nomeados para um mandato de quatro anos pelo presidente da República, depois de aprovada a sua escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo admitida uma recondução.

A: incorreta, pois o STF entendeu inconstitucional a resolução que fixa teto remuneratório (ADI 3.831 MC/DF): "*Ação direta de inconstitucionalidade – Resolução n. 15, de 4 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público – Afronta ao art. 37, inc. XI, § 12, da Constituição da República*. 1. A Resolução n. 15, de 4 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público, cuida dos percentuais definidores do teto remuneratório dos membros e servidores do Ministério Público. 2. A Resolução altera outras normas de igual natureza, anteriormente vigentes, possibilitando a) ser ultrapassado o limite máximo para a remuneração dos membros e servidores públicos do Ministério Público dos Estados até agora fixado e b) estabelecer-se novo padrão remuneratório para aqueles agentes públicos. 3. Descumprimento dos termos estabelecidos no art. 37, inc. XI, da Constituição da República pelo Conselho Nacional do Ministério Público, por contrariar o limite remuneratório máximo definido constitucionalmente para os membros do Ministério Público dos Estados Federados. 4. Necessidade de saber o cidadão brasileiro a quem paga e, principalmente, quanto paga a cada qual dos agentes que compõem os quadros do Estado. 5. Possível inconstitucionalidade formal, pois a norma expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público cuida também da alteração de percentuais a serem aproveitados na definição dos valores remuneratórios dos membros e servidores do

Ministério Público dos Estados, o que estaria a contrariar o princípio da legalidade específica para a definição dos valores a serem pagos a título de remuneração ou subsídio dos agentes públicos, previsto no art. 37, inc. X, da Constituição da República. 6. Possível não observância dos limites de competência do Conselho Nacional do Ministério Público, que atuou sob o argumento de estar cumprindo os ditames do art. 130-A, § 2º, da Constituição da República. 7. Suspensão, a partir de agora, da eficácia da Resolução n. 15, de 4 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público, mantendo-se a observância estrita do quanto disposto no art. 37, inc. XI e seu § 12, no art. 39, § 4º, e no art. 130-A, § 2º, todos da Constituição da República. 8. Medida cautelar deferida."; **B:** incorreta, pois, nos termos do art. 130-A, V, da Constituição Federal, o CNMP é integrado por dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; **C:** correta, pois é o que estabelece o art. 52, II, da CF; **D:** incorreta, pois, de acordo com o art. 130-A, § 3º, da CF, a votação é secreta ; **E:** incorreta, pois, de acordo com o art. 130-A, *caput*, da CF, *o Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.*

Gabarito "C"

(Ministério Público/PI – 2012 – CESPE) Com base na Lei Nacional Orgânica do Ministério Público (Lei n. 8.625/1993), assinale a opção correta.

(A) A propositura de ação civil para a decretação da perda do cargo de membro do MPE/PI depende de autorização prévia do seu Conselho Superior.
(B) A Corregedoria-Geral qualifica-se como órgão de execução do MPE/PI.
(C) Na hipótese de o chefe do Poder Executivo omitir-se no exercício de seu direito de escolher o Procurador-Geral de justiça, tomará posse e entrará em exercício, perante o Colégio de Procuradores de Justiça, o membro do MP mais votado na lista tríplice.
(D) Ao Colégio de Procuradores de Justiça compete designar membros do MPE/PI para integrar organismos estatais afetos a sua área de atuação.
(E) Compete ao Procurador-Geral de justiça decidir sobre o vitaliciamento de membros do MP.

A: incorreta, pois, de acordo com o art. 38, § 2º, da LONMP, *a ação civil para a decretação da perda do cargo será proposta pelo Procurador-Geral de Justiça perante o Tribunal de Justiça local, após autorização do Colégio de Procuradores, na forma da Lei Orgânica*; **B:** incorreta, pois a Corregedoria-Geral é órgão da administração superior (LONMP, art. 5º, IV); **C:** correta, pois é o que estabelece o art. 9º, § 4º, da LONMP; **D:** incorreta, pois a mencionada atribuição é do PGJ (art. 10, IX, "c", da LONMP); **E:** incorreta, pois a competência é do CSMP (art. 15, VII, da LONMP).

Gabarito "C"

(Ministério Público/TO – 2012 – CESPE) No que se refere à abrangência do MP, às suas funções institucionais e às garantias de seus membros, assinale a opção correta com base na CF.

(A) O exercício de atividade político-partidária é permitido aos membros do MP, mas é vedado aos membros da magistratura.
(B) O MP dispõe de autonomia funcional e administrativa, podendo propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos.
(C) Vitaliciedade é uma vantagem instituída pela CF em benefício dos membros do MP, admitindo-se, contudo, a sua remoção por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do próprio MP.
(D) O MP abrange exclusivamente o MPF, os MPs dos estados da Federação, o do DF e o dos territórios.
(E) Os membros do MP são inamovíveis, salvo por motivo de interesse público ou administrativo e mediante decisão, devidamente fundamentada, da maioria simples dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

A: incorreta, pois a CF, no art. 128, § 5º, II, "e", proíbe o membro do MP de se dedicar à atividade político-partidária; **B:** correta, pois a Constituição Federal, ao garantir ao Ministério Público a autonomia funcional e administrativa, permite-lhe editar atos relativos ao seu quadro de pessoal. A autonomia também é garantida pelo art. 3º, VI, da LONMP; **C:** incorreta, pois a alternativa descreveu a *inamovibilidade* prevista no art. 128, § 5º, I, *b*, da CF, e não a vitaliciedade; **D:** incorreta, pois afronta a organização do MP dada pelo art. 128 da CF. Por exemplo, o MP abrange o MP da União; **E:** incorreta, pois a garantia da inamovibilidade só é excepcionada por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa (CF, art. 128, § 5º, I, "b".

Gabarito "B"

2. DEFENSORIA PÚBLICA

2.1. FUNÇÕES E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

(Defensoria/DF – 2013 – CESPE) Julgue os itens seguintes, relativos aos princípios institucionais e as funções da DP/DF.

(1) Por não estar explicito na CF ou na Lei Complementar 80/1994, o principio do defensor natural não é aceito pela jurisprudência dos tribunais superiores, de modo que o assistido pode escolher, entre os DPs lotados na unidade de competência de atuação de sua causa, o que atuara em sua defesa.
(2) A DP deve priorizar a solução extrajudicial de litígios, contando, para isso, com o instituto da arbitragem como técnica de composição e administração de conflito.
(3) Uma das funções do referido órgão é convocar audiências públicas para discutir assuntos como ofensa aos direitos do consumidor ou abusos sexuais sofridos, por exemplo, por vítimas de tráfico de pessoas, podendo, ainda, promover ACP e patrocinar ação penal privada a favor de vitimas desses tipos de crimes.
(4) A previsão da independência funcional do DP no desempenho de suas atribuições constitui garantia de que ele pode atuar segundo suas próprias convicções, de modo que esteja protegido de possíveis ingerências políticas ou pressão hierárquica, o que favorece uma atuação imparcial.

1: Errada. O princípio do defensor natural é regularmente aceito e previsto na Lei Complementar 80/1994, em seu artigo 4º-A, IV; **2:** Certa. A alternativa está de acordo com a previsão contida no artigo 4º, II, da Lei Complementar n. 80/1994; **3:** Errada. A Defensoria Pública deve convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais, sendo que o assunto atinente a abusos sexuais, em sentido lato, não necessariamente está atrelada a uma de suas funções. **4:** Certa. A independência funcional, prevista no artigo 3º da Lei Complementar n. 80/1994, como um princípio institucional, assegura a plena liberdade de ação do defensor perante todos os órgãos da administração pública, especialmente o Judiciário, eliminando qualquer possibilidade de hierarquia diante dos demais agentes políticos do Estado.

Gabarito 1E, 2C, 3E, 4C

(Defensor Público/RO – 2012 – CESPE) Acerca do poder de requisição do DP e das funções institucionais da DP, assinale a opção correta.

(A) Com exceção do *habeas cor*pus, do mandado de injunção, do *habeas data* e do mandado de segurança, qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas dos órgãos de execução da DP deve ser promovida pelo órgão responsável pela representação judicial do respectivo ente federativo.
(B) Constituem crimes a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura de ação civil pública, quando requisitados por membro da DP para a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais e da mulher vítima de violência doméstica e familiar.

(C) É vedado à DP executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, salvo se devidas por qualquer ente público, caso em que devem ser destinadas a fundos geridos pela DP para aplicação, exclusiva, no aparelhamento da DPE e em programas de capacitação profissional de seus membros e servidores.

(D) O dispositivo legal que confere a qualidade de título executivo extrajudicial ao instrumento de transação referendado pelo DP não se aplica aos acordos sobre alimentos, por representar direito indisponível.

(E) São funções institucionais da DP, entre outras, o exercício da curadoria especial nos casos previstos em lei e a promoção prioritária da solução extrajudicial dos litígios, com vistas à composição entre os conflitos de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos.

A: incorreta. Uma das funções institucionais da defensoria é exatamente impetrar *habeas corpus*, mandado de injunção, *habeas data* e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução (art. 4º, IX, da LC 80/1994); **B:** incorreta, pois não existe previsão nesse sentido se referindo à requisições da DP. Mas cabe apontar que o art. 10 da Lei 7.347/85 tipifica como crime as condutas descritas na assertiva, desde que requisitadas pelo Ministério Público. E pelo princípio da tipicidade penal, não é dado alargar por analogia a incriminação de condutas; **C:** incorreta. A redação correta do art. 4º, XXI, da LC 80/1994 é a seguinte: "executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública e destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores"; **D:** incorreta, pois também é aplicável aos acordos sobre alimentos (art. 4º, § 4º, da LC 80/94); **E:** correta, pois reproduz corretamente o disposto nos incisos II e XVI do art. 4º da LC 80/1994.

Gabarito "E"

(Defensor Público/AC – 2012 – CESPE) De acordo com o que dispõe a Lei Complementar n.º 80/1994, é função da DP

(A) impetrar *habeas corpus*, mandado de injunção, *habeas data* e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução.

(B) promover, prioritariamente, a solução judicial dos litígios, mediante todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos de seus assistidos.

(C) executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, exceto as devidas pelos entes públicos, e destiná-las a fundos geridos pela instituição.

(D) promover, nos casos em que o resultado da demanda possa beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes, ação civil pública para a tutela de direitos difusos e coletivos, mas não de direitos individuais homogêneos.

(E) acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, tendo ou não o preso constituído advogado.

A: correta, pois em consonância com o art. 4º, IX, da LC 80/1994; **B:** incorreta, pois a redação correta do art. 4º, II, da LC 80/1994 é a seguinte: "promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos"; **C:** incorreta, pois a redação correta do art. 4º, XXI, da LC 80/1994 é a seguinte: "executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as a fundos geridos pela Defensoria Pública e destinados, exclusivamente, ao aparelhamento da Defensoria Pública e à capacitação profissional de seus membros e servidores"; **D:** incorreta, pois a redação correta do art. 4º, VII, da LC 80/1994 é a seguinte: "promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes"; **E:** incorreta, pois a redação correta do art. 4º, XIV, da LC 80/1994 é a seguinte: "acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado".

Gabarito "A"

(Defensor Público/SE – 2012 – CESPE) Em relação às atribuições e ao poder de requisição do DP, assinale a opção correta.

(A) A competência para requisitar força policial com o escopo de assegurar a incolumidade física dos membros da DPU ameaçados em razão do desempenho de suas atribuições institucionais é do DPG.

(B) No exercício de suas atribuições, os DPs têm o poder de requisitar de autoridade pública ou de particulares informações, esclarecimentos e documentos, no interesse do assistido, ainda que sigilosos.

(C) O poder de requisição dos membros da DPE, como prerrogativa funcional, restringe-se às autoridades da unidade federada onde eles exerçam suas funções.

(D) Entres os poderes de requisição inerentes às atribuições do DP, encontram-se expressamente as diligências para apresentação do preso, definitivo ou provisório, na sede da DP ou em outro local indicado pelo requisitante, com a finalidade de entrevista pessoal e reservada, e, igualmente, a colheita de informações acerca das condições de alojamento e da integridade física de detentos e presidiários, sob pena de serem responsabilizados, na forma da lei, o diretor da unidade penitenciária, seu preposto e agentes que impeçam, sob qualquer pretexto, o exercício dessa prerrogativa.

(E) A requisição de informações e de documentos dirigidos às autoridades públicas no interesse do assistido somente poderá ser dirigida às autoridades administrativas, vedado o exercício da prerrogativa em relação aos órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Legislativo, por existirem ações próprias para esse fim.

A: correta, pois em consonância com o disposto no art. 8º, XIX, da LC 80/94; **B:** incorreta. A redação correta do art. 8º, XVI, da LC 80/94 é a seguinte: "requisitar de qualquer autoridade pública e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à atuação da Defensoria Pública"; **C:** incorreta, pois não existe a referida restrição; **D:** incorreta, pois não existe a previsão expressa de tais poderes; **E:** incorreta, pois a requisição vale tanto para as autoridades administrativas, como para os órgãos do Poder Judiciário e o Poder Legislativo (o que se denota da expressão "de qualquer autoridade pública e de seus agentes", do inciso XVI do art. 8º da LC 80/1994).

Gabarito "A"

(Defensor Público/SE – 2012 – CESPE) Com base nos princípios institucionais da DP e na legislação de regência, assinale a opção correta.

(A) As leis complementares que regem a DP vedam expressamente que as intimações dirigidas aos DPs ocorram em prazo inferior a quarenta e oitos horas contado do ato judicial a ser praticado.

(B) Ao DP é vedado, expressamente, nos termos da legislação complementar federal, dispensar a intimação pessoal mediante entrega dos autos com vista, por ser prerrogativa funcional do defensor, e não pessoal.

(C) As leis complementares federal e estadual que regem a DP asseguram expressamente aos membros da DP a prerrogativa do prazo em dobro em qualquer processo, juízo ou grau de jurisdição, inclusive no âmbito dos juizados especiais.

(D) Por constituir prerrogativa funcional, a concessão do prazo em dobro em qualquer processo, juízo ou grau de jurisdição, inclusive na instância administrativa, assegurada aos membros da DP, não poderá ser dispensada, em nenhuma hipótese, pelo DP.

(E) Asseguram-se ao DP o acesso, em qualquer repartição policial ou judicial, a autos de flagrante ou inquérito, a tomada de apontamentos, a coleta de informações úteis para a defesa de interesse do assistido e a prática de atos necessários à coleta de provas.

A: incorreta, pois não existe previsão nesse sentido; **B:** incorreta, pois não existe previsão nesse sentido; **C:** incorreta. Conforme jurisprudência dominante, a intimação pessoal e o prazo em dobro não vigoram nos juizados especiais, logo, a contagem será simples e a intimação também não será pessoal. A questão foi assim resolvida porque o art. 44, I, da LC 80/94 estabelece norma geral e a Lei 10.259/2001, no seu art. 9º, estabelece norma especial, portanto, a regra da especialidade prevalece, sendo corroborada pelo principio da celeridade; **D:** incorreta. Trata-se de prerrogativa que tem a estrita função de auxiliar o defensor na realização de seu mister. Logo, quando for apropriado abrir mão dessa prerrogativa funcional, o defensor poderá dispensá-la; **E:** correta. Assertiva em conformidade com o disposto no art. 44, VIII, da LC 80/94.
Gabarito "E"

(Defensor Público/SE – 2012 – CESPE) Com base na Lei Complementar Federal n.º 80/1994, que dispõe sobre a organização da DP, assinale a opção correta.

(A) São funções institucionais da DP a promoção da defesa dos direitos fundamentais, sociais, econômicos, culturais e ambientais de todos os nacionais e estrangeiros residentes no país.

(B) É prerrogativa privativa do DPG federal representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos e postular perante seus órgãos.

(C) É função institucional expressa da DP o exercício da defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente e do idoso.

(D) As funções institucionais da DP devem ser exercidas exclusivamente em face das pessoas jurídicas de direito público.

(E) É atribuição privativa do DPG federal convocar audiências públicas para a discussão de matérias relacionadas às suas funções institucionais.

A: incorreta. A redação correta do art. 4º, X, da LC 80/94 é a seguinte: "promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela"; **B:** incorreta. Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos e postular perante seus órgãos é uma função institucional da DP como um todo e não prerrogativa privativa do DPG (art. 4º, VI, da LC 80/94); **C:** correta. Assertiva em conformidade com a redação do 4º, XI, da LC 80/94; **D:** incorreta. As funções institucionais da DP podem ser exercidas também em face das pessoas jurídicas de direito privados e dos particulares (o que se deduz da interpretação do § 2º do art. 4º da LC 80/1994, ao prescrever que as funções institucionais da DP serão exercidas "*inclusive* contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público"); **E:** incorreta. Convocar audiências públicas é uma função institucional da DP como um todo e não atribuição privativa do DPG (art. 4º, XXII, da LC 80/94).
Gabarito "C"

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Com relação à competência dos órgãos da DPE/AL, julgue seguinte item.

(1) Compete à corregedoria geral da DPE/AL instaurar processo disciplinar contra os membros da DPE/AL.

1: errada. A Corregedoria-Geral é órgão de fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Instituição. Entretanto, cabe ao Defensor Público-Geral de Alagoas instaurar processo disciplinar contra os membros da Defensoria Pública de Alagoas, consoante ao que determina o art. 6º, VI, da Lei Delegada 23/2003 do Estado de Alagoas. Tal regra provém do art. 8º, X, da LC 80/1994, o qual diz respeito às atribuições do Defensor Público-Geral da União e contém a mesma previsão.
Gabarito 1E

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Com relação à competência dos órgãos da DPE/AL, julgue seguinte item.

(1) Encontra-se no âmbito de competência do Conselho Superior da DPE/AL recomendar correições extraordinárias.

1: correta. Cabe ao Conselho Superior da Defensoria Pública de Alagoas, dentre suas competências, recomendar correições extraordinárias (art. 18, XI, da Lei Delegada 23/2003 do Estado de Alagoas). Tal regra provém do art. 10, XIII, da LC 80/1994, o qual diz respeito à competência do Conselho Superior da Defensoria Pública da União e contém a mesma previsão.
Gabarito 1C

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Com relação à competência dos órgãos da DPE/AL, julgue seguinte item.

(1) O exercício de atividades decisórias é vedado ao Conselho Superior da DPE/AL.

1: errada, pois o art. 102 da LC 80/1994 dispõe que: "Ao Conselho Superior compete exercer as atividades consultivas, normativas e **decisórias** a serem previstas na lei estadual".
Gabarito 1E

2.2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

(Defensoria/DF – 2013 – CESPE) De acordo com a Lei Complementar 80/1994, julgue os itens que se seguem.

(1) O corregedor-geral da DP/DF e eleito por voto direto, plurinominal, secreto e obrigatório, e os membros do Conselho Superior da DP/DF são eleitos por todos os membros da carreira em votação direta, plurinominal, secreta e de participação não obrigatória.

(2) As funções institucionais da DP/DF são exercidas por meio dos DPs, que compõem núcleos dirigidos pelo defensor publica-chefe, designado pelo DPG entre membros estáveis da carreira, com mais de trinta e cinco anos de idade, para mandato de dois anos.

(3) Cabe ao DPG, membro nato do Conselho Superior da DP/DF, aplicar a pena de remoção compulsória aos DPs, se aprovada pelo voto de dois terços do conselho, assim como instaurar processo disciplinar contra membros e servidores da DP e proferir decisões em sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

(4) A DP/DF e organizada da mesma forma que a DPU, ao passo que as DPs estaduais contam com organizações diversas em estado, estabelecidas em leis complementares estaduais.

1: Errada. O corregedor-geral da Defensoria Pública do Distrito Federal é indicado dentre os integrantes da classe mais elevada da carreira pelo Conselho Superior e nomeado pelo Presidente da República, para mandato de dois anos (art. 60 da Lei Complementar 80/1994). Já a composição do Conselho Superior da Defensoria Pública do Distrito Federal deve incluir obrigatoriamente o Defensor Público-Geral, o Subdefensor Público-Geral e o Corregedor-Geral, como membros natos, e, em sua maioria, representantes estáveis da Carreira, 2 por categoria, eleitos pelo voto direto, plurinominal, secreto e obrigatório (não facultativo), de todos os integrantes da Carreira (art. 57 da Lei Complementar 80/1994). **2:** Errada. Não há necessidade de serem estáveis, nem previsão de idade e mandato, conforme dispõe o artigo 63 da Lei Complementar n. 80/1994. **3:** Certa. Item de acordo com os incisos IX, X e XVII do art. 56 da Lei Complementar 80/1994. **4:** Certa em termos. A Defensoria Pública do Distrito Federal tem sua organização feita pela Lei Complementar 80/1994, assim como a Defensoria Pública da União, cabendo aos Estados elaborarem suas próprias Leis Complementares para tanto. Entretanto, a organização de cada uma delas (União e Distrito Federal) são um tanto quanto diferentes, conforme assim dispõe a própria Lei Complementar 80/1994.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4C

(Defensor Público/TO – 2013 – CESPE) Com base na Lei Complementar n.º 80/1994 e na Lei Complementar Estadual n.º 55/2009, assinale a opção correta.

(A) A DP da União tem por chefe o Defensor Público-Geral Federal, nomeado pelo presidente da República, entre membros estáveis da carreira maiores de trinta e cinco anos de idade, escolhidos em lista tríplice formada pelo voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório de seus membros, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, vedada a recondução.

(B) A composição do Conselho Superior da DP da União deve incluir obrigatoriamente o Defensor Público-Geral Federal, o Subdefensor Público-Geral Federal, o Corregedor-Geral Federal e o Ouvidor-Geral Federal, como membros natos, e, em sua maioria, representantes estáveis da carreira, dois por categoria, eleitos pelo voto direto, plurinominal, obrigatório e secreto de todos integrantes da carreira.

(C) O corregedor-geral da DP da União, nomeado pelo presidente da República para mandato de dois anos, pode ser destituído, antes do término do mandato, por proposta do Defensor Público-Geral, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Conselho Superior da DP da União.

(D) Incumbe ao Conselho Superior da DP do Estado do Tocantins autorizar os afastamentos dos DPs e dos demais servidores.

(E) Incumbe ao Defensor Público-Geral encaminhar ao chefe do Poder Executivo a lista tríplice para a escolha do Defensor Público-Geral da DP do Estado do Tocantins.

A: incorreta. A redação correta do art. 6º, *caput*, da LC 80/1994 é a seguinte: "A Defensoria Pública da União tem por chefe o Defensor Público-Geral Federal, nomeado pelo Presidente da República, dentre membros estáveis da Carreira e maiores de 35 (trinta e cinco) anos, escolhidos em lista tríplice formada pelo voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório de seus membros, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, precedida de nova aprovação do Senado Federal"; **B:** incorreta. A redação correta do art. 9º, *caput*, da LC 80/1994 é a seguinte: "A composição do Conselho Superior da Defensoria Pública da União deve incluir obrigatoriamente o Defensor Público-Geral Federal, o Subdefensor Público-Geral Federal e o Corregedor-Geral Federal, como membros natos, e, em sua maioria, representantes estáveis da Carreira, 2 (dois) por categoria, eleitos pelo voto direto, plurinominal, obrigatório e secreto de todos integrantes da Carreira"; **C:** incorreta. A redação correta do art. 12, parágrafo único, da LC 80/1994 é a seguinte: "O Corregedor-geral poderá ser destituído, antes do término do mandato, por proposta do Defensor PúblicoGeral, pelo voto de dois terços dos membros do Conselho Superior, assegurada ampla defesa"; **D:** incorreta, pois é uma incumbência do Defensor Público-Geral (art. 4º, IV, da LC 55/2009 do Estado de Tocantins); **E:** correta, pois em conformidade com a redação do art. art. 4º, XIX, *a*, da LC 55/2009 do Estado de Tocantins.

Gabarito "E"

(Defensor Público/SE – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta com relação às disposições constitucionais acerca da DP.

(A) A garantia da inamovibilidade e da independência funcional dos membros da DP é assegurada, de forma expressa, apenas nas constituições estaduais.

(B) À DPE é assegurada a iniciativa de sua proposta orçamentária, ainda que tal garantia não esteja expressamente prevista na constituição estadual.

(C) A CF assegura, de forma expressa, a assistência judiciária aos necessitados, em todos os graus, prestada necessariamente pela DP, instituição essencial à função jurisdicional do Estado.

(D) O benefício da assistência jurídica integral e gratuita, nos termos expressos da CF, deve ser prestado, pela DP, preferencialmente aos nacionais e desde que comprovem insuficiência de recursos.

(E) A organização da DP é definida de forma expressa na CF, competindo à União aparelhar a DPU, a DP do DF e as DPEs.

A: incorreta. O art. 134, § 1º, da CF/1988 expressamente prevê a garantia da inamovibilidade. E o art. 134, § 2º, da CF/1988 garante expressamente a autonomia funcional dos defensores; **B:** correta. Ler o art. 134, § 2º, da CF/1988; **C:** incorreta. O art. 5º, LXXIV, da CF/1988 apenas dispõe expressamente que: "O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos"; **D:** incorreta. Não existe distinção entre nacionais e estrangeiros (art. 5º, LXXIV, da CF/1988); **E:** incorreta. A Lei complementar federal organizará as DPs da União, do DF e dos territórios. Quanto aos Estados, a Lei complementar federal apenas estabelecerá normas gerais. Nesse sentido, estabelece o art. 134, § 1º, da CF/1988: "Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais"

Gabarito "B"

(Defensor Público/AC – 2012 – CESPE) Acerca do defensor público-geral do estado, do Conselho Superior e do corregedor-geral do estado, assinale a opção correta.

(A) O Conselho Superior da DP, composto por membros da carreira eleitos para mandato de dois anos, é presidido pelo defensor público-geral do estado, detentor de voto de qualidade em todas as matérias.

(B) O presidente da entidade de classe de maior representatividade dos membros da DPE tem assento e voz, bem como direito a voto nas reuniões do Conselho Superior.

(C) O corregedor-geral da DPE é indicado entre os integrantes da classe mais elevada da carreira, em lista tríplice elaborada pelo Conselho Superior, e nomeado pelo chefe do Poder Executivo para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

(D) Antes do término de seu mandato, o corregedor-geral da DPE poderá ser destituído por proposta do chefe do Poder Executivo, aprovada pela maioria absoluta dos membros do Conselho Superior.

(E) Caso o chefe do Poder Executivo estadual não efetive a nomeação do defensor público-geral do estado nos quinze dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, será investido automaticamente no cargo o DP mais votado para exercício do mandato.

A: incorreta. A redação correta do art. 9º, § 1º, da LC 80/1994 é a seguinte: "O Conselho Superior é presidido pelo Defensor Público-Geral, que, além do seu voto de membro, tem o de qualidade, exceto em matéria de remoção e promoção, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos"; **B:** incorreta. A redação correta do art. 101, § 5º, da LC 80/1994 é a seguinte: "O presidente da entidade de classe de maior representatividade dos membros da Defensoria Pública do Estado terá assento e voz nas reuniões do Conselho Superior"; **C:** incorreta. A redação correta do art. 104 da LC 80/1994 é a seguinte: "A Corregedoria-Geral é exercida pelo Corregedor-Geral indicado dentre os integrantes da classe mais elevada da Carreira, em lista tríplice formada pelo Conselho Superior, e nomeado pelo Defensor Público-Geral para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução"; **D:** incorreta. A redação correta do art. 104, § 1º, da LC 80/1994 é a seguinte: "O CorregedorGeral poderá ser destituído por proposta do Defensor PúblicoGeral, pelo voto de dois terços do Conselho Superior, antes do término do mandato"; **E:** correta, pois em conformidade com o disposto no art. 99, § 4º, da LC 80/1994.

Gabarito "E"

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) As promoções na carreira de DP do estado são efetivadas por ato do DPG do estado, obedecidos, alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento, sendo defesa recusa à promoção por antiguidade.

1: errada, pois as promoções na carreira de DP do estado são efetivadas por ato do **Governador do Estado** (art. 40, § 4º, da Lei Delegada 23/2003 do Estado de Alagoas).

Gabarito 1E

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Ao contrário dos membros da magistratura, os DPs não estão obrigados a residir na localidade onde exercem suas funções.

1: errada, pois trata-se de um dos deveres dos DPs (art. 54, I, da Lei Delegada 23/2003 do Estado de Alagoas).
Gabarito 1E

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Caso um DP do estado do Alagoas esteja respondendo a processo administrativo disciplinar, para se aplicar a pena de remoção compulsória, será necessário prévio parecer do Conselho Superior.

1: correta. A remoção compulsória é aplicada sempre que a falta praticada, pela sua gravidade e repercussão, tornar incompatível a permanência do faltoso no órgão em que tiver exercício. O art. 120 da LC 80/1994 assim determina: "A remoção compulsória somente será aplicada com **prévio parecer do Conselho Superior**, assegurada ampla defesa em processo administrativo disciplinar". Lembrando que a LC 80/1994 organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados.
Gabarito 1C

2.3. GARANTIAS, PRERROGATIVAS, DEVERES, PROIBIÇÕES E IMPEDIMENTOS

(Defensoria/DF – 2013 – CESPE) Com relação as garantias e prerrogativas dos DPs do DF, julgue os itens subsequentes.

(1) Se for preso em flagrante por autoridade policial, o DP terá o direito de que sua prisão seja comunicada ao DPG e a algum membro de sua família ou pessoa por ele indicada.
(2) Estando incomunicável o preso assistido pelo DP do DF, dependera de prévio agendamento o exercício da prerrogativa do DP de comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos.
(3) Ainda que seja prerrogativa do DP receber o mesmo tratamento reservado aos magistrados e aos demais titulares dos cargos das funções essenciais a justiça, caso os vencimentos dos membros do MP sejam reajustados, esse reajuste não será automaticamente estendido aos DPs.

1: Certa. Conforme o art. 89, II, da Lei Complementar n. 80/1994, trata-se de prerrogativa conferida ao Defensor Público. **2:** Errado. Alternativa em desacordo com a prerrogativa prevista no inciso VII do art. 89 da Lei Complementar n. 80/1994; **3:** Certo. Esta prerrogativa está prevista no inciso XIII do art. 89 da Lei Complementar n. 80/1994, mas a isonomia de vencimentos não encontra respaldo legal.
Gabarito 1C, 2E, 3C

(Defensor Público/SE – 2012 – CESPE) No que tange às garantias e prerrogativas do DP, assinale a opção correta.

(A) É prerrogativa expressa dos membros da DPE, entre outras, ter vista pessoal, sem ressalvas, dos processos fora dos cartórios e secretarias.
(B) São prerrogativas expressas do membro da DPE, entre outras, a possibilidade de manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota e a de ser ouvido como testemunha, em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente.
(C) Os DPEs detêm a prerrogativa de comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda que estes estejam presos ou detidos, mesmo incomunicáveis, sendo imprescindível prévio agendamento com a autoridade administrativa responsável pela custódia.
(D) A prerrogativa dos membros da DPE de contagem em dobro de todos os prazos não se estende à instância administrativa.
(E) A garantia da independência funcional e da inamovibilidade é concedida aos membros da DPE, após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado da respectiva corregedoria.

A: incorreta. A redação correta do art. 128, VII, da LC 80/1994 é a seguinte: "ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais"; **B:** correta, pois em consonância com os incisos IX e XIV do art. 128 da LC 80/1994; **C:** incorreta. A redação correta do art. 128, VI, da LC 80/1994 é a seguinte: "comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, independentemente de prévio agendamento"; **D:** incorreta. A redação correta do art. 128, I, da LC 80/1994 é a seguinte: "receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos"; **E:** incorreta. Apenas a estabilidade é conferida após três anos de efetivo exercício (art. 41 da CF/1988). A garantia da independência funcional e da inamovibilidade é concedida desde o princípio (art. 134, § 2º, da CF/1988).
Gabarito "B"

(Defensor Público/RO – 2012 – CESPE) Conforme previsão expressa da Lei Complementar n.º 80/1994, constitui prerrogativa de membro da DPE

(A) receber intimação pessoal em qualquer processo, sempre mediante a entrega dos autos com vista.
(B) ser recolhido, após sentença condenatória transitada em julgado, à prisão especial ou à sala especial de Estado Maior.
(C) ter o mesmo tratamento reservado aos magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça.
(D) ser processado e julgado, nos crimes comuns e de responsabilidade, pelo órgão judiciário de 2.º grau.
(E) ser preso somente por ordem judicial escrita ou em razão de flagrante de crime inafiançável.

A: incorreta. A redação correta do art. 44, I, da LC 80/1994 é a seguinte: "receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos"; **B:** incorreta. A redação correta do art. 44, III, da LC 80/1994 é a seguinte: "ser recolhido a prisão especial ou a sala especial de Estado Maior, com direito a privacidade e, após sentença condenatória transitada em julgado, ser recolhido em dependência separada, no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena"; **C:** correta, pois reproduz corretamente a redação do art. 44, XIII, da LC 80/1994; **D:** incorreta, pois não existe nem sequer prerrogativa parecida; **E:** A redação correta do art. 44, II, da LC 80/1994 é a seguinte: "não ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor PúblicoGeral".
Gabarito "C"

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Acerca das prerrogativas e impedimentos dos membros da DPE/AL, julgue o seguinte item.

(1) O DP é dispensado de revista e tem franco acesso aos locais sob a fiscalização da polícia.

1: correta, pois reflete a redação do art. 53, VII, da Lei Delegada 23/2003 do Estado de Alagoas.
Gabarito 1C

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Acerca das prerrogativas e impedimentos dos membros da DPE/AL, julgue o seguinte item.

(1) O DP não pode exercer suas funções em processo no qual tiver emitido à parte contrária parecer verbal sobre o objeto da demanda.
Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética relativa à competência e às atribuições da DPE/AL, seguida de uma assertiva a ser julgada.

1: correta, pois reflete a redação do art. 56, VI, da Lei Delegada 23/2003 do Estado de Alagoas.
Gabarito 1C

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Acerca das prerrogativas e impedimentos dos membros da DPE/AL, julgue o seguinte item.

(1) Marcelo procurou a DP com o objetivo de ajuizar ação negatória de paternidade, declarando não ter condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado

sem prejuízo próprio ou de sua família. Nessa situação, ajuizada a ação, o DP poderá adotar medidas para que seja apurado o estado de carência do assistido, caso desconfie que a situação financeira de Marcelo não condiz com a assistência judiciária.

1: correta, pois é um dever do defensor público representar ao Defensor Público-Geral sobre as irregularidades de que tiver ciência, em razão do cargo (art. 45, III, da LC 80/1994).
Gabarito 1C

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Acerca das prerrogativas e impedimentos dos membros da DPE/AL, julgue o seguinte item.

(1) Carla entrou em contato com Marta visando obter indenização por danos materiais que esta causou em seu veículo, além dos danos morais que entendia cabíveis. Marta, entendendo que os danos morais exigidos por Carla eram absurdos, procurou a DPE/AL. Nessa situação, pode a DP promover, extrajudicialmente, a conciliação entre Carla e Marta.

1: correta, pois promover, extrajudicialmente, a conciliação entre as partes em conflito de interesses é uma das funções institucionais da Defensoria Pública (art. 3º, I, da Lei Delegada 23/2003 do Estado de Alagoas).
Gabarito 1C

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Acerca das prerrogativas e impedimentos dos membros da DPE/AL, julgue o seguinte item.

(1) Pedro procurou a DPE/AL visando ajuizar ação para eximir-se de pagar IPVA, cuja cobrança entendia equivocada. Nessa situação, por tratar-se de ação que será ajuizada contra pessoa jurídica de direito público, é defeso à DP patrocinar a ação.

1: errada, pois as funções institucionais da Defensoria Pública do Estado serão exercidas inclusive contra as pessoas jurídicas de direito público (art. 3º, parágrafo único, da Lei Delegada 23/2003 do Estado de Alagoas). E cabe lembrar que uma dessas funções institucionais é exatamente atuar na defesa dos interesses do necessitado promovendo, respondendo, reconvindo e recorrendo, em ações cíveis (art. 3º, II, da Lei Delegada 23/2003 do Estado de Alagoas).
Gabarito 1E

(Defensor Público/AL – 2009 – CESPE) Acerca das prerrogativas e impedimentos dos membros da DPE/AL, julgue o seguinte item.

(1) Rafael ajuizou ação de investigação de paternidade patrocinada pela DPE/AL. O juiz julgou improcedente o pedido, decisão que foi mantida pelo tribunal em sede de apelação. Nessa situação, se for cabível a interposição de recurso especial, deverá a atuação ser deslocada para a Defensoria Pública da União.

1: errada. Não é necessário o incidente de deslocamento porque interpor recurso especial, quando cabível, é um dever do defensor público estadual (art. 54, VII, da Lei Delegada 23/2003 do Estado de Alagoas).
Gabarito 1E

2.4. JUSTIÇA GRATUITA – LEI 1.060/1950

(Defensoria/DF – 2013 – CESPE) Julgue os itens seguintes, que versam sobre a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

(1) A parte que requerer benefício da assistência judiciária poderá fazê-lo na própria petição inicial ou a qualquer momento nos autos, podendo a parte contrária, em qualquer fase da lide, pedir sua revogação, se a requerente não tiver apresentado firma reconhecida no pedido.

(2) A DP, instituição essencial a função jurisdicional do Estado, incumbem à orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, o que inclui a prestação de assistência judicial e extrajudicial a pessoa física, mas somente assistência judicial a pessoa jurídica, conforme matéria sumulada pelo STJ.

1: Errada. A parte contrária pode impugnar tal benefício em razão da hipossuficiência ou não da outra parte, mas não em virtude da falta de reconhecimento de firma do pedido (art. 4º da Lei n. 1.050/60). **2:** Errada. A Defensoria Pública pode atuar em prol de pessoa jurídica seja em âmbito judicial ou extrajudicial, conforme dispõe o art. 4º, V da Lei Complementar n. 80/1994.
Gabarito 1E, 2E

(Defensor Público/ES – 2012 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Presume-se ser pobre, até que se prove o contrário, aquele que afirma não estar em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família, sob pena de pagamento de até dez salários mínimos.

1: errado, pois a redação correta do art. 4º, § 1º, da Lei 1.060/1950 é a seguinte: "Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais".
Gabarito 1E

(Defensor Público/ES – 2012 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A assistência judiciária compreende as isenções de despesas com peritos e com a realização do exame de código genético (DNA) requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade.

1: certo. A justiça gratuita (Lei 1.060/1950) é um direito subjetivo à dispensa provisória do pagamento de despesas (custas, emolumentos e honorários) processuais. Cabe ponderar que o examinador utilizou o termo assistência judiciária erroneamente, pois a assertiva cuida do benefício da justiça gratuita.
Gabarito 1C

(Defensor Público/ES – 2012 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) São devidos honorários advocatícios a DPE/ES quando esta atua contra município, ainda que este se localize no respectivo ente federativo, por haver compatibilidade lógica da obrigação.

1: certo. A Súmula 421 do STJ assim estatui: "Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença". A DPE/ES pertence ao Estado do Espírito Santo, logo, quando atuar contra município capixaba terá direito aos honorários advocatícios.
Gabarito 1C

(Defensor Público/RO – 2012 – CESPE) Assinale a opção correta com base no disposto na Lei n.º 1.060/1950.

(A) Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos da lei, devendo a impugnação do direito à assistência judiciária ser feita nos autos da ação principal, suspendendo-se o curso do processo.

(B) A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas judiciais e honorários de advogado fica obrigada a pagá-las, desde que comprovado, a qualquer tempo, que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

(C) Fazem jus aos benefícios da referida norma os nacionais ou estrangeiros, residentes ou não no país, que necessitarem recorrer à justiça penal, civil, militar, eleitoral ou do trabalho, em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias.

(D) A assistência judiciária compreende a isenção das despesas com a realização do exame de código genético (DNA) que seja requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade.

(E) Os depósitos previstos em lei para a interposição de recurso não estão inseridos nas isenções decorrentes da assistência judiciária, cujo pedido deverá ser julgado de plano pelo juiz, sempre de forma motivada.

A: incorreta, pois a impugnação do direito ao benefício da justiça gratuita não suspende o curso do processo e será feita em autos apartados (art. 4º, § 2º, da Lei 1.060/1950); **B:** incorreta. A redação correta do art. 12 da Lei 1.060/1950 é a seguinte: "A parte beneficiada pela isenção do pagamento das custas ficará obrigada a pagá-las, desde que possa fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, se dentro de cinco

anos, a contar da sentença final, o assistido não puder satisfazer tal pagamento, a obrigação ficará prescrita"; **C:** incorreta. A redação correta do art. 2º da Lei 1.060/1950 é a seguinte: "Gozarão dos benefícios desta Lei os nacionais ou estrangeiros residentes no país, que necessitarem recorrer à Justiça penal, civil, militar ou do trabalho"; **D:** correta, pois em conformidade com a redação do art. 3º, VI, da Lei 1.060/1950; **E:** incorreta, pois os depósitos referidos na assertiva estão inseridos nas isenções (art. 3º, VII, da Lei 1.060/1950).
Gabarito "D"

(Defensor Público/SE – 2012 – CESPE) No que diz respeito ao direito à assistência jurídica pública e às distinções entre DP e justiça gratuita, assinale a opção correta.

(A) A assistência judiciária deferida e prestada pelo DP antecede a prática de atos processuais.
(B) O deferimento da assistência jurídica contempla a isenção de despesas apenas em relação aos atos judiciais.
(C) A revogação do benefício da assistência judiciária resulta na condenação automática do assistido em custas processuais e honorários advocatícios, devendo estes ser revertidos em favor da DP.
(D) O deferimento da assistência jurídica gratuita passa por duplo juízo de admissibilidade: o administrativo, na esfera da DP, e o judicial, com a homologação do pedido pelo juiz.
(E) Admite-se que o DP continue o patrocínio da causa, mesmo quando o assistido tenha o benefício da justiça gratuita revogado por decisão judicial.

A: incorreta. A assistência judiciária está ligada à prática de atos processuais, logo não antecede, mas ganha forma na própria prática de atos processuais. A assistência jurídica (gênero) engloba: a) representação judicial ou perante juízo ou tribunal (assistência judiciária); b) prática de atos jurídicos extrajudiciais; c) consultoria jurídica: aconselhamento, informação e orientação em matéria de direito; **B:** incorreta. A assertiva cuida do benefício da justiça gratuita e não da assistência judiciária. E esse benefício é bem abrangente, logo não se restringe aos atos judiciais (ler o art. 3º da Lei 1.060/1950); **C:** incorreta. A revogação do benefício da justiça gratuita **não** implica na condenação automática do assistido; **D:** incorreta, pois não existe uma etapa administrativa de juízo de admissibilidade (art. 5º da Lei 1.060/1950); **E:** correta. O benefício da justiça gratuita e a assistência da defensoria são institutos distintos e a ausência de um no caso prático não prejudica a concessão do outro. Ademais, cabe reforçar que a Defensoria atende três classes de necessitados. A primeira é composta pelos necessitados sob o ponto de vista econômico (função típica da defensoria). Já a segunda é composta pelos necessitados sob o ponto de vista jurídico (função atípica. Ex.: réu no processo criminal que não constitui advogado, podendo até ser economicamente capaz), Por fim, a terceira classe é composta pelos necessitados sob o ponto de vista organizacional (função atípica. Ex.: tutela coletiva).
Gabarito "E"

2.5. COMBINADAS E OUTROS TEMAS

(Defensor Público/AC – 2012 – CESPE) Considerando o que dispõe a Lei Complementar n.º 80/1994 sobre os objetivos, as garantias e funções da DP e sobre a ouvidoria-geral da DP, assinale a opção correta.

(A) A ouvidoria-geral é órgão de administração superior da DPE.
(B) À ouvidoria-geral compete participar, com direito a voz, do Conselho Superior da DPE.
(C) Inclui-se entre os objetivos da DP a orientação jurídica dos necessitados, prestada em todos os graus.
(D) Aos membros da DP é garantido sentar-se no mesmo plano dos magistrados.
(E) O instrumento de transação referendado por um DP vale como título executivo judicial.

A: incorreta. A ouvidoria-geral é órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado (art. 105-A da LC 80/1994); **B:** correta, pois em conformidade com o disposto no art. 105-C, IV, da LC 80/1994; **C:** incorreta, pois segundo o art. 3º-A da LC 80/1994, os objetivos da DP são: a) a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais; b) a afirmação do Estado Democrático de Direito; c) a prevalência e efetividade dos direitos humanos; d) a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório; **D:** incorreta. O que a LC 80/1994 assevera é que os defensores têm a prerrogativa de ter o mesmo tratamento reservado aos magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça (art. 44, XIII); **E:** incorreta, pois vale como título executive **extrajudicial** (art. 4º, § 4º, da LC 80/1994).
Gabarito "B"

(Defensor Público/BA – 2010 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Para fins da isenção do pagamento de custas e outras despesas processuais previstas na Lei de Assistência Judiciária, considera-se necessitado todo aquele que ganha até três salários-mínimos.

1: errada. Na Lei de Assistência Judiciária, considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família (art. 2º, § 2º, da Lei 1.060/1950).
Gabarito 1E

(Defensor Público/BA – 2010 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) São órgãos de execução da Defensoria Pública do Estado da Bahia a Coordenadoria das Defensorias Públicas Especializadas, a Coordenadoria das Defensorias Públicas Regionais, as DPs especializadas e as DPs regionais.

1: correta. Art. 12 da LC 26/2006 do Estado da Bahia: "São Órgãos de Execução da Defensoria Pública: I - a Coordenadoria das Defensorias Públicas Especializadas; II - a Coordenadoria das Defensorias Públicas Regionais; III - as Defensorias Públicas Especializadas; IV - as Defensorias Públicas Regionais; V - os Defensores Públicos".
Gabarito 1C

(Defensor Público/BA – 2010 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) É atribuição da Defensoria Pública do Estado da Bahia, e não, da Procuradoria-Geral do Estado, a execução de verbas de sucumbência das causas em que atuarem os seus membros.

1: correta, pois reflete a redação do art. 265 da LC 26/2006 do Estado da Bahia.
Gabarito 1C

(Defensor Público/BA – 2010 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O exercício do cargo de defensor público é expressamente indelegável e privativo de membro da carreira.

1: correta, pois reflete a redação do art. 4º, § 10, da LC 80/1994.
Gabarito 1C

(Defensor Público/BA – 2010 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O estágio probatório dos membros da Defensoria Pública do Estado da Bahia compreende o período de dois anos, a contar da data da posse, durante o qual o defensor público será avaliado por meio de relatórios individualizados, elaborados pela Corregedoria-Geral, e enviados, semestralmente, para a apuração do atendimento, ou não, dos requisitos necessários à confirmação de sua vitaliciedade no cargo.

1: errada. O art. 100 da LC 26/2006 do Estado da Bahia assim determina sobre o estágio probatório: "A contar da data da posse, durante o **período de 03 (três) anos**, o Defensor Público será avaliado por meio de relatórios individualizados, elaborados pela Corregedoria-Geral e enviados semestralmente, para a apuração do atendimento ou não dos requisitos necessários à confirmação de sua **estabilidade** no cargo". Lembrando que as garantias dos membros da Defensoria Pública são**: I** - a independência funcional no desempenho de suas atribuições; **II** - a inamovibilidade; **III** - a irredutibilidade de vencimentos; e **IV** - a estabilidade (art. 43 da LC 80/1994).
Gabarito 1E

(Defensor Público/BA – 2010 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Segundo a jurisprudência do STJ, quando a discussão sobre a concessão do benefício da gratuidade de justiça é travada nos autos principais e nestes decidida, o recurso cabível será o de apelação; se travada em autos apartados e neles decidida, caberá recurso de agravo de instrumento.

1: errada. A Lei de Assistência Judiciária, no seu art. 17, determina que caberá apelação das decisões proferidas em consequência de sua aplicação, ou seja, independentemente de ser travada nos autos principais ou em autos apartados.
Gabarito 1E

(Defensor Público/BA – 2010 – CESPE) Acerca da DP, de acordo com a CF, e da atuação da DP no estado da Bahia, julgue o seguinte item.

(1) A DP tem o monopólio da assistência jurídica integral e gratuita prestada pelo Estado.

1: correta, pois essa assertiva tem por base determinação constitucional (art. 134 c/c 5º, LXXIV, ambos da CF/1988). Ademais é reforçada pelo art. 2º da LC 26/2006 do Estado da Bahia.
Gabarito 1C

(Defensor Público/BA – 2010 – CESPE) Acerca da DP, de acordo com a CF, e da atuação da DP no estado da Bahia, julgue o seguinte item.

(1) O defensor público-geral do estado da Bahia é escolhido e nomeado pelo governador do estado, entre os integrantes da carreira com mais de 35 anos de idade, constantes de lista sêxtupla elaborada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.

1: errada. O Defensor Público-Geral do Estado da Bahia é escolhido e nomeado pelo Governador do Estado, entre os integrantes da carreira com mais de 35 anos de idade, constantes de lista **tríplice** elaborada pela **Comissão Eleitoral**, que foi instituída pelo Conselho Superior da Defensoria Pública (art. 16, § 6º, da LC 26/2006 do Estado da Bahia c/c art. 99 da LC 80/1994).
Gabarito 1E

(Defensor Público/BA – 2010 – CESPE) Acerca da DP, de acordo com a CF, e da atuação da DP no estado da Bahia, julgue o seguinte item.

(1) A Constituição estadual incumbiu à Defensoria Pública do Estado da Bahia a promoção, em juízo ou fora dele, da defesa dos direitos e das garantias fundamentais de todo cidadão, especialmente dos servidores públicos estaduais processados, civil ou criminalmente, no regular exercício do cargo.

1: errada, pois a redação do art. 144, § 2º, da Constituição do Estado da Bahia assim determina: "A Defensoria Pública promoverá, em juízo ou fora dele, a defesa dos direitos e as garantias fundamentais de todo cidadão, **especialmente dos carentes, desempregados, vítimas de perseguição política, violência policial ou daqueles cujos recursos sejam insuficientes para custear despesas judiciais**".
Gabarito 1E

(Defensor Público/BA – 2010 – CESPE) Acerca da DP, de acordo com a CF, e da atuação da DP no estado da Bahia, julgue o seguinte item.

(1) A CF veda aos membros da DP o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

1: correta, pois reflete parte da redação do art. 134, § 1º, da CF/1988.
Gabarito 1C

3. ANVISA

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Considerando que a ANVISA é uma autarquia federal, julgue o item a seguir.

(1) A ANVISA não é imune ao pagamento de taxas instituídas pelos estados e pelo Distrito Federal.

1: certa, pois o art. 150, VI, da Constituição Federal prevê a imunidade tributária apenas para os impostos. Portanto, as taxas estão excluídas dessa regra. Neste passo, o § 2º estende tal determinação às autarquias instituídas e mantidas pelo Poder Público.
Gabarito 1C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Considerando que a ANVISA é uma autarquia federal, julgue o item a seguir.

(1) Compete aos técnicos administrativos da ANVISA a formulação e a avaliação de planos, programas e projetos relativos às atividades de regulação realizadas pela agência.

1: errada (art. 1º da Lei 9.782/1999).
Gabarito 1E

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Considerando que a ANVISA é uma autarquia federal, julgue o item a seguir.

(1) Aplicam-se à ANVISA os princípios administrativos da moralidade, da eficiência e da autotutela.

1: certa, pois tais princípios aplicam-se a todos os entes administrativos. Considerando que a ANVISA é uma pessoa jurídica de direito público da administração indireta classificada como autarquia, submete-se ao regime jurídico da administração pública com todos os seus princípios e regras.
Gabarito 1C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Considerando que a ANVISA é uma autarquia federal, julgue o item a seguir.

(1) A ANVISA é uma entidade da administração indireta federal, dotada de personalidade jurídica própria.

1: certa, pois de fato a ANVISA é uma pessoa jurídica de direito público integrante da administração pública indireta federal.
Gabarito 1C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Considerando que a ANVISA é uma autarquia federal, julgue o item a seguir.

(1) A ANVISA é subordinada ao Ministério da Saúde (MS).

1: errada, pois ela é apenas vinculada ao Ministério da Saúde, conforme art. 3º da Lei 7.082/1999.
Gabarito 1E

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Considerando que a ANVISA é uma autarquia federal, julgue o item a seguir.

(1) O cargo de presidente da ANVISA é privativo de brasileiros natos.

1: errada, na medida em que a lei exige apenas que o presidente seja brasileiro, não fazendo diferenciação entre brasileiro nato ou naturalizado, nos termos do art. 10, parágrafo único, da Lei 9.782/1999.
Gabarito 1E

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Considerando que a ANVISA é uma autarquia federal, julgue o item a seguir.

(1) Um concurso público de provas e títulos para o provimento de cargos técnicos efetivos na ANVISA é uma modalidade de licitação que adota o tipo melhor técnica.

1: errada, pois não se deve confundir concurso público como o meio para ingresso na carreira e concurso como uma das modalidades de licitação.
Gabarito 1E

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Considerando que a ANVISA é uma autarquia federal, julgue o item a seguir.

(1) Violaria a Constituição Federal um decreto do presidente da República que extinguisse a ANVISA e transferisse as competências dessa agência para um órgão do MS.

1: certa, pois o Presidente da República não pode extinguir órgão público por meio de decreto, nos termos do art. 84, VI, "a", da CF.
Gabarito 1C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Considerando que a ANVISA é uma autarquia federal, julgue o item a seguir.

(1) A ANVISA é imune ao pagamento de imposto sobre propriedade predial e territorial urbana referente a imóveis utilizados para o exercício de suas competências legalmente definidas.

1: certa, de acordo com o art. 150, VI, "a", da CF e art. 150, § 2º, da CF. A Constituição Federal prevê a imunidade recíproca de impostos entre os entes federativos, sendo que essa benesse também é estendida às autarquias.
Gabarito 1C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Considerando que a ANVISA é uma autarquia federal, julgue o item a seguir.

(1) É vedada a acumulação de um cargo de técnico administrativo na ANVISA com um cargo de técnico administrativo no MS, independentemente de haver compatibilidade de horários.

1: certa, pois a Constituição Federal veda a cumulação remunerada de cargos públicos, permitindo-a apenas em hipóteses excepcionais previstas no art. 37, XVI.
Gabarito 1C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Considerando que a ANVISA é uma autarquia federal, julgue o item a seguir.

(1) Compete ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos praticados pela ANVISA que invistam servidores em cargos de provimento efetivo.

1: certa, de fato compete ao TCU apreciar para fins de registro apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, nos termos do art. 71, III, da CF.
Gabarito 1C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Considerando que a ANVISA é uma autarquia federal, julgue o item a seguir.

(1) O convite e o pregão são modalidades licitatórias que podem ser utilizadas pela ANVISA tanto com relação à aquisição de bens quanto à contratação de serviços.

1: errada, pois o pregão apenas pode ser utilizado para a aquisição de bens e não para a contratação de serviços, conforme art. 1º da Lei 10.520/2002).
Gabarito 1E

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) A Lei n.º 8.080/1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, dispõe acerca das condições de promoção, proteção e recuperação da saúde e acerca da organização e do funcionamento dos serviços correspondentes. Com base nessa lei, julgue o seguinte item.

(1) As ações de vigilância sanitária fazem parte das atividades que se destinam à promoção e à proteção da saúde dos trabalhadores de qualquer ramo econômico ou social.

1: certa, na medida em que o art. 6º, § 3,º da Lei 8.080/1990 reproduz essa assertiva.
Gabarito 1C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) A Lei n.º 8.080/1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, dispõe acerca das condições de promoção, proteção e recuperação da saúde e acerca da organização e do funcionamento dos serviços correspondentes. Com base nessa lei, julgue o seguinte item.

(1) A vigilância sanitária abrange o controle da prestação de serviços relacionados com a saúde.

1: certa, pois entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, consoante art. 6º, § 1º, da Lei 8.080/1990.
Gabarito 1C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Acerca da organização e do funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido na Constituição Federal, e da Lei Orgânica da Saúde, julgue o seguinte item.

(1) As normas e a execução das ações de vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras são de competência dos estados e municípios.

1: errada, pois as normas e a execução das ações de vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras são de competência da direção nacional do SUS, conforme art. 16, VII da Lei 8.080/1990).
Gabarito 1E

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Acerca da organização e do funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido na Constituição Federal, e da Lei Orgânica da Saúde, julgue o seguinte item.

(1) As ações e os serviços do SUS devem ser organizados de forma regionalizada, devendo, portanto, existir mais de uma direção em cada nível de governo.

1: errada, pois a direção é única, nos termos dos arts. 8º e 9º da Lei 8.080/1990.
Gabarito 1E

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) A participação da comunidade é considerada fundamental para o bom funcionamento do SUS. A respeito desse tema e com base na Lei n.º 8.142/1990, julgue o item seguinte.

(1) A representação dos usuários do SUS nos conselhos e conferências de saúde é um direito previsto na referida lei.

1: certa, pois a assertiva reproduz literalmente o disposto no art. 1º, §§ 2º e 4º da Lei 8.142/1990.
Gabarito 1C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) No que se refere à vigilância sanitária, julgue o seguinte item.

(1) A normalização, o controle e a fiscalização de produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde são atribuições específicas dos estados e municípios, segundo o princípio da descentralização.

1: errada, pois Compete à União no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde: (art. 2º, III, da Lei 9.782/1999).
Gabarito 1E

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) No que se refere à vigilância sanitária, julgue o seguinte item.

(1) Sua abrangência envolve o controle de bens de consumo relacionados à saúde apenas na sua fase de produção.

1: errada, pois sua abrangência envolve o controle de bens de consumo relacionados a todas as fases de produção de bens, nos termos do art. 8º, § 3º, da Lei 9.782/1999.
Gabarito 1E

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) No que se refere à vigilância sanitária, julgue o seguinte item.

(1) Cosméticos e perfumes são objeto de controle e fiscalização da ANVISA.

1: certa, pois consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência: cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes, consoante art. 8º, § 1º, III, da Lei 9.782/1999.
Gabarito 1C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) No que se refere à vigilância sanitária, julgue o seguinte item.

(1) A ANVISA tem entre suas competências o controle e a fiscalização das embalagens de alimentos industrializados.

1: certa, pois consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência: alimentos, inclusive bebidas, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares, limites de contaminantes orgânicos, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários, nos termos do art. 8º, § 1º, II, da Lei 9.782/1999.
Gabarito 1C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Julgue o item seguinte.

(1) É competência da ANVISA monitorar a evolução dos preços de medicamentos, equipamentos, componentes, insumos e serviços de saúde.

1: certa, pois compete à Agência monitorar a evolução dos preços de medicamentos, equipamentos, componentes, insumos e serviços de saúde, conforme art. 7º, XXV, da Lei 9.782/1999.
Gabarito 1C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Julgue o item seguinte.

(1) Dada a natureza multissetorial de suas atividades, a ANVISA vincula-se diretamente à Presidência da República.

1: errada, pois a ANVISA vincula-se ao Ministério da Saúde, consoante art. 3º da Lei 9.782/1999.
Gabarito 1E

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Julgue o item seguinte.

(1) A ANVISA pode arrecadar e administrar a taxa de fiscalização de vigilância sanitária.

1: certa, pois compete à Agência: administrar e arrecadar a taxa de fiscalização de vigilância sanitária, conforme art. 7º, VI, da Lei 9.782/1999.
Gabarito 1C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Os órgãos, tecidos humanos e veterinários para uso em transplantes ou reconstituições são objeto de controle pela ANVISA.

1: certa, pois consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência os órgãos, tecidos humanos e veterinários para uso em transplantes ou reconstituições, nos termos do art. 8º, § 1º, VIII, da Lei 9.782/1999.
Gabarito 1C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A avaliação, o registro e a fiscalização de produtos, atividades e projetos relacionados a organismos geneticamente modificados são competências do Ministério de Ciência e Tecnologia e da ANVISA.

1: errada, pois tal atribuição não se encontra no rol de competências do art. 8º, § 1º, da Lei 9.782/1999.
Gabarito 1E

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Imunobiológicos e suas substâncias ativas, sangue e hemoderivados já são considerados bens e produtos submetidos ao controle e à fiscalização sanitária pela ANVISA.

1: certa, pois consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência imunobiológicos e suas substâncias ativas, sangue e hemoderivados, conforme (art. 8º, § 1º, VII, da Lei 9.782/1999.
Gabarito 1C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Acerca do código de ética da ANVISA, julgue o seguinte item.

(1) É permitido ao servidor da ANVISA retirar da repartição pública, mesmo sem expressa autorização legal, documentos pertencentes ao patrimônio público, desde que estes sejam utilizados como material de pesquisa ou como fonte de informações a outro órgão público, empresa ou estabelecimento sujeitos à vigilância sanitária.

1: A assertiva é incorreta, pois o art. 8º, III, do Código de Ética da ANVISA veda que o servidor retire da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento ou bem pertencente ao patrimônio público.
Gabarito 1E

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Acerca do código de ética da ANVISA, julgue o seguinte item.

(1) Um dos objetivos do Código de Ética da ANVISA é preservar a imagem e a reputação do servidor, cuja conduta ética deve estar de acordo com as normas estabelecidas no referido código.

1: A assertiva é correta, pois reflete a regra estabelecida no art. 2º, III, do Código de Ética da ANVISA.
Gabarito 1C

(Técnico – ANVISA – 2007 – CESPE) Acerca do código de ética da ANVISA, julgue o seguinte item.

(1) O servidor da ANVISA deve abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação à lei.

1: A assertiva é correta, pois reflete a regra disposta no art. 6º, XIV, do Código de Ética da ANVISA.
Gabarito 1C

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) Acerca da Lei nº 8.080/1990 – Lei Orgânica da Saúde, julgue o seguinte item.

(1) A utilização da epidemiologia para estabelecer prioridades, alocar recursos e orientar ações e serviços públicos de saúde e serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) é uma regra que poderá ser colocada de lado com o objetivo de preservar a autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.

1: A assertiva é incorreta. Na realidade, as ações e serviços públicos de saúde e serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) possuem como princípios básicos tanto a utilização da epidemiologia para estabelecer prioridades, alocar recursos e a orientar programas, como a preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral, conforme estabelece o art. 7º, III e VII, da Lei nº 8.080/1990.
Gabarito 1E

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) Acerca da Lei nº 8.080/1990 – Lei Orgânica da Saúde, julgue o seguinte item.

(1) O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e na execução de políticas econômicas e sociais que objetivem a redução de riscos de doenças e de outros agravos. Consiste também no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação, não excluindo desse campo os deveres das pessoas, das famílias, das empresas e da sociedade.

1: A assertiva é correta, pois está em conformidade com o art. 2º, *caput* e §§ 1º e 2º da Lei nº 8.080/1990.
Gabarito 1C

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) Acerca da Lei nº 8.080/1990 – Lei Orgânica da Saúde, julgue o seguinte item.

(1) Os fatores determinantes e condicionantes da saúde incluem a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

1: A assertiva é correta, pois reflete a regra disposta no art. 3º, *caput*, da Lei nº 8.080/1990.
Gabarito 1C

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) Acerca da Lei nº 8.080/1990 – Lei Orgânica da Saúde, julgue o seguinte item.

(1) A vigilância sanitária deve ser entendida como um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente,

se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo, e o controle da prestação de serviços que se relacionem direta ou indiretamente com a saúde.

1: A assertiva é correta, pois está em conformidade com a regra disposta no art. 6º, § 1º, I e II, da Lei nº 8.080/1990.
Gabarito 1C

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) A respeito da Lei nº 8.142/1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS, julgue os itens seguintes.

(1) A Conferência de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, é órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários. Esse órgão atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

(2) Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal (DF), para receberem os recursos do Fundo Nacional de Saúde alocados como cobertura das ações e serviços de saúde, deverão constituir fundo de saúde, conselho de saúde e plano de saúde, fornecer relatórios de gestão, incluir contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento e constituir comissão de elaboração do plano de carreira, cargos e salários com previsão de dois anos para a sua implantação.

1: A assertiva é incorreta. A definição contida na questão se refere ao Conselho de Saúde, e não à Conferência de Saúde (art. 1º, § 2º, Lei nº 8.142/1990). Segundo a Lei nº 8.142/1990, em seu art. 1º, § 1º, a "Conferência de Saúde reunir-se-á cada 4 anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por este ou pelo Conselho de Saúde." **2:** A assertiva é correta, pois está em conformidade com o que estabelece o art. 4º da Lei nº 8.142/1990.
Gabarito 1E, 2C

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O SUS é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da Administração Direta e Indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, além das instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde. A iniciativa privada poderá participar do SUS em caráter complementar.

1: A assertiva é correta, consoante dispõe a regra exposta no art. 4º da Lei nº 8.080/1990.
Gabarito 1C

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A identificação e a divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde, previstos na Lei nº 8.080/1990, não são objetivos nem competência do SUS.

1: A assertiva é incorreta, pois o art. 5º, I, da Lei nº 8.080/1990 elege como um dos objetivos do Sistema único de Saúde a identificação e a divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.
Gabarito 1E

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) As ações e os serviços de saúde executados pelo SUS são, conforme determina a Lei nº 8.080/1990, organizados de forma global e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

1: A assertiva é incorreta, pois as ações e os serviços de saúde executados pelo SUS são, conforme determina o art. 8º da Lei nº 8.080/1990, organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.
Gabarito 1E

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Os recursos para a cobertura das ações de saúde a serem implementados pelos Municípios, pelos Estados e pelo DF são, de acordo com a Lei nº 8.142/1990, repassados de forma regular e automática na razão de 35% aos municípios, cabendo o restante aos Estados e ao DF.

1: A assertiva é incorreta. Os incisos do art. 35 da Lei nº 8.080/1990 determinam os critérios a serem combinados, segundo análise técnica de programas e projetos, para o estabelecimento dos valores a serem distribuídos aos Municípios, Estados e DF para a cobertura das ações de saúde. Os critérios são: "I - perfil demográfico da região; II - perfil epidemiológico da população a ser coberta; III - características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área; IV - desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior; V - níveis de participação do setor saúde nos orçamentos estaduais e municipais; VI - previsão do plano quinquenal de investimentos da rede; VII - ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo."
Gabarito 1E

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) A respeito da Lei nº 9.782/1999, que instituiu o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), julgue o seguinte item

(1) No âmbito desse sistema, a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras é de competência exclusiva dos Estados, do DF e dos Municípios.

1: A assertiva é incorreta. De acordo com o art. 2º, IV, da Lei nº 9.782/1999, compete à União, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, "exercer a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, podendo essa atribuição ser supletivamente exercida pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios".
Gabarito 1E

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) A respeito da Lei nº 9.782/1999, que instituiu o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), julgue o seguinte item

(1) Cabe à União estimular a cooperação técnica e financeira entre os Estados, o DF e os Municípios, por intermédio do Ministério da Saúde, da ANVISA e dos demais órgãos e entidades do Poder Executivo federal cujas áreas se relacionem com o sistema.

1: A assertiva é incorreta. O art. 2º, VI, da Lei nº 9.782/1999 diz competir à União no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária "prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios". O § 1º do referido dispositivo legal estabelece, porém, que a competência da União será exercida da seguinte forma: "I - pelo Ministério da Saúde, no que se refere à formulação, ao acompanhamento e à avaliação da política nacional de vigilância sanitária e das diretrizes gerais do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; II - pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVS, em conformidade com as atribuições que lhe são conferidas por esta Lei; e III - pelos demais órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, cujas áreas de atuação se relacionem com o sistema".
Gabarito 1E

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) A respeito da Lei nº 9.782/1999, que instituiu o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), julgue o seguinte item

(1) O SNVS é executado por instituições da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do DF e dos Municípios que exerçam atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização na área de vigilância sanitária.

1: A assertiva é correta, consoante dispõe a regra contida no art. 1º da Lei nº 9.782/1999.
Gabarito 1C

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) A respeito da Lei nº 9.782/1999, que instituiu o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), julgue o seguinte item

(1) Embora a ANVISA seja uma autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde, ela não possui independência administrativa e financeira, mas confere estabilidade aos seus dirigentes.

1: A assertiva é incorreta, pois a natureza de autarquia especial conferida à Agência é caracterizada pela independência administrativa, estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira (art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 9.782/1999).
Gabarito 1E

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) A respeito da Lei nº 9.782/1999, que instituiu o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), julgue o seguinte item

(1) Para os dirigentes da ANVISA, não há restrição para a prática de atividades profissionais que decorram de vínculos contratuais mantidos com entidades públicas destinadas ao ensino e à pesquisa, inclusive com as de direito privado a elas vinculadas.

1: A assertiva é correta, consoante dispõe a regra contida no art. 13, § 2º, da Lei nº 9.782/1999.
Gabarito 1C

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) No que se refere ao regimento interno da ANVISA, julgue o seguinte item.

(1) Incumbe à ANVISA regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam riscos à saúde pública, de forma autônoma e independente da legislação em vigor.

1: A assertiva é incorreta, pois não está em compasso com a regra estabelecida no art. 8º, *caput*, da Lei nº 9.782/1999 ("Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública."). Vide art. 3º do Regimento Interno da ANVISA.
Gabarito 1E

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) No que se refere ao regimento interno da ANVISA, julgue o seguinte item.

(1) Poderá ser precedido de audiência pública qualquer processo decisório que implicar a efetiva afetação de direitos sociais do setor de saúde ou dos consumidores, decorrente de ato administrativo da ANVISA ou de anteprojetos de lei propostos por ela.

1: A assertiva é correta. Vide art. 51, *caput*, do Regimento Interno da ANVISA.
Gabarito 1C

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) No que se refere ao regimento interno da ANVISA, julgue o seguinte item.

(1) Para monitorar a evolução dos preços de medicamentos, equipamentos, componentes, insumos e serviços de saúde, a ANVISA poderá requisitar informações relativas a produção, insumos, matérias-primas, vendas e quaisquer outros dados em poder de pessoas, de direito público ou privado, que se dediquem às atividades de produção, distribuição e comercialização desses bens e serviços.

1: A assertiva é correta, pois está em conformidade com o que dispõe o art. 7º, XXV, *a, da* Lei nº 9.782/1999 ("requisitar, quando julgar necessário, informações sobre produção, insumos, matérias-primas, vendas e quaisquer outros dados, em poder de pessoas de direito público ou privado que se dediquem às atividades de produção, distribuição e comercialização dos bens e serviços previstos neste inciso, mantendo o sigilo legal quando for o caso"). Vide art. 2º, XXIII, *a*, do Regimento Interno da ANVISA.
Gabarito 1C

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) No que se refere ao regimento interno da ANVISA, julgue o seguinte item.

(1) A ANVISA não poderá dispensar de registro os produtos imunobiológicos, inseticidas, medicamentos e outros insumos estratégicos, ainda que adquiridos por intermédio de organismos multilaterais internacionais para uso em programas de saúde pública pelo Ministério da Saúde e suas entidades vinculadas.

1: A assertiva é incorreta, pois contraria o disposto no art. 8º, § 5º, Lei nº 9.782/1999 ("A Agência poderá dispensar de registro os imunobiológicos, inseticidas, medicamentos e outros insumos estratégicos quando adquiridos por intermédio de organismos multilaterais internacionais, para uso em programas de saúde pública pelo Ministério da Saúde e suas entidades vinculadas"). Vide art. 2º, § 8º, do Regimento Interno da ANVISA.
Gabarito 1E

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) Considerando a legislação que rege a ANVISA, julgue o item seguinte.

(1) Os servidores da ANVISA são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

1: A assertiva é incorreta. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária foi criada pela Lei nº 9.782/1999. É uma autarquia sob regime especial, ou seja, uma agência reguladora caracterizada pela independência administrativa, estabilidade de seus dirigentes durante o período de mandato e autonomia financeira. Os servidores da Anvisa se submetem ao Regime Jurídico Estatutário (art. 6º, Lei nº 10.871/2004).
Gabarito 1E

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) Considerando a legislação que rege a ANVISA, julgue o item seguinte.

(1) O presidente da ANVISA é escolhido pelo Presidente da República, após aprovação pelo Congresso Nacional.

1: A assertiva é incorreta, pois não reflete o disposto no art. 10, da Lei nº 9.782/1999, que assim estabelece: "A gerência e a administração da Agência serão exercidas por uma Diretoria Colegiada, composta por até cinco membros, sendo um deles o seu Diretor-Presidente. Parágrafo único. Os Diretores serão brasileiros, indicados e nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia do Senado Federal nos termos do art. 52, III, *f*, da Constituição Federal, para cumprimento de mandato de três anos, admitida uma única recondução".
Gabarito 1E

(Analista – ANVISA – 2004 – CESPE) Considerando a legislação que rege a ANVISA, julgue o item seguinte.

(1) Considere que uma servidora tenha atingido, em processo de ascensão funcional, o último padrão de uma classe em sua carreira. Nessa situação, a essa ascensão funcional dá-se a designação de progressão.

1: A assertiva é correta. A progressão funcional é o crescimento funcional do servidor estável no exercício do cargo de provimento efetivo, nos níveis e referências do cargo, na classe da carreira, ou na carreira, conforme o plano de cargos ou carreira e vencimentos estabelecido para o órgão ou entidade, estruturado de forma vertical e horizontal, fundamentado na qualificação e no desempenho profissional.
Gabarito 1C

4. AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE (ANS)

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Tendo em vista os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), descritos na Lei Orgânica de Saúde, julgue o item seguinte.

(1) O atendimento integral ao paciente é um princípio do SUS estendido a todas as suas unidades. Um hospital privado, mesmo que conveniado, não possui essa obrigatoriedade.

1: errada, pois esta obrigatoriedade aplica-se tanto ao hospital público quanto ao privado, nos termos do art. 7º, II, da Lei 8.080/1990.
Gabarito 1E

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Tendo em vista os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), descritos na Lei Orgânica de Saúde, julgue o item seguinte.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. Durante sua viagem de férias, um cidadão residente e domiciliado na cidade de Niterói – RJ procurou o serviço do SUS da cidade de Florianópolis – SC. Ao apresentar seus documentos na recepção, recebeu a informação de que não seria atendido na unidade, pois não era residente na cidade. Recebeu, ainda, a orientação para procurar um serviço privado da região. Nessa situação, está caracterizado o desrespeito ao princípio da universalidade do acesso.

1: certa , conforme art. 7º, I, da Lei 8.080/1990. O princípio da universalidade caracteriza a saúde como um direito de cidadania, ao ser definido pela Constituição Federal como um direito de todos e um dever do Estado. Nesse sentido, abrange a cobertura, acesso e o atendimento nos serviços do SUS e exprime a ideia de que o Estado tem o dever de prestar esse atendimento a toda a população brasileira.
Gabarito 1C

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Tendo em vista os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), descritos na Lei Orgânica de Saúde, julgue o item seguinte.

(1) Uma das formas de participação da comunidade no SUS em cada estado da Federação dá-se por meio da conferência estadual de saúde, que, ao se reunir, deve avaliar a situação da saúde no estado e, com base nesses resultados, apontar diretrizes para a construção de políticas de saúde direcionadas para resolver os problemas identificados.

1: certa (art. 7º, VIII, da Lei 8.080/1990). A Conferência de Saúde é o fórum de debate, entre todos os segmentos da sociedade representada por meio de entidades, com a finalidade de avaliar a situação de saúde do Estado, fixar diretrizes da política de saúde, definir e priorizar propostas para melhorar a qualidade dos serviços de saúde do Estado, proporcionando à população melhor qualidade de vida.
Gabarito 1C

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Tendo em vista os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), descritos na Lei Orgânica de Saúde, julgue o item seguinte.

(1) Considere que, à assembleia de um conselho municipal de saúde, foi apresentada proposta de alteração de sua composição. O conselho passaria a ser integrado apenas por cinco representantes de trabalhadores e cinco representantes de entidades comunitárias. Nessa situação, a proposta, mesmo que aprovada, não pode ser implementada por estar em desacordo com a determinação legal que coloca a representação de usuários, trabalhadores, gestores e prestadores de serviços como componentes de um conselho de saúde.

1: certa, pois o Conselho de Saúde é órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, consoante art. 1º, § 2º, da Lei 8.142/1990.
Gabarito 1C

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Tendo em vista os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), descritos na Lei Orgânica de Saúde, julgue o item seguinte.

(1) A organização e a implementação do Subsistema de Saúde Indígena devem ser executadas e financiadas pela União. Os serviços de saúde indígena devem considerar as especificidades da cultura indígena e sua realidade local, além de oferecer abordagem diferenciada em sua implementação. Como integrante do SUS, esse sistema deve observar os princípios da descentralização, da hierarquização e da regionalização.

1: certa, pois a assertiva reproduz literalmente o disposto nos arts. 19-C, 19-F e 19-G da Lei 8.080/1990.
Gabarito 1C

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Acerca da organização, da direção, das competências e das atribuições do SUS, julgue o seguinte item.

(1) A direção do SUS é única e exercida em cada esfera de governo. No âmbito da União, a direção do SUS é exercida pelo Ministério da Saúde; nos estados e no DF, por secretarias de saúde ou órgãos equivalentes, e, no âmbito municipal, por secretarias municipais de saúde ou órgãos equivalentes.

1: certa, pois a assertiva reproduz literalmente o disposto no art. 9º, I, II e III, da Lei 8.080/1990.
Gabarito 1C

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Acerca da organização, da direção, das competências e das atribuições do SUS, julgue o seguinte item.

(1) Cabem ao Ministério da Saúde, como órgão de gestão federal do SUS, a prerrogativa de elaborar normas técnicas para todo o país, o estabelecimento de padrões de qualidade em serviços e a construção de parâmetros necessários para a avaliação no setor de saúde. Aos estados, ao DF e aos municípios cabe a implementação dessas ações.

1: errada, pois a competência é da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme art. 15, V, VI, da Lei 8.080/1990.
Gabarito 1E

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Acerca da organização, da direção, das competências e das atribuições do SUS, julgue o seguinte item.

(1) As secretarias municipais de saúde devem executar os serviços e as ações de vigilância epidemiológica restritos aos municípios. Entretanto, em casos especiais que representem risco à saúde da população em território nacional, bem como em casos de epidemias, o Ministério da Saúde pode executar ações de vigilância epidemiológica em qualquer parte do território nacional.

1: certa, pois à direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete executar serviços de vigilância epidemiológica. Entretanto, a União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional, conforme arts. 18, IV, *a*, e. 16, parágrafo único, da Lei 8.080/1990.
Gabarito 1C

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Os serviços de saúde suplementar ao SUS são regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de forma a buscar a defesa do interesse público sobre o setor e contribuir para o desenvolvimento de ações de saúde no Brasil. A respeito das competências da ANS, julgue o item abaixo.

(1) Considere a seguinte situação hipotética.
Carlos, que sofreu um acidente automobilístico durante um passeio de final de semana e foi atendido em uma unidade pública de saúde, possui plano de saúde privado que prevê internação hospitalar.
Nessa situação, o hospital que atendeu Carlos poderá cobrar o atendimento da operadora à qual ele é vinculado, desde que a ANS, reguladora dos serviços suplementares, defina a forma para ressarcimento ao serviço público.

1: certa, no exercício de sua competência a ANS fixa as normas para ressarcimento aos SUS nesse tipo de situação, consoante art. 4º, VI, da Lei 9.961/2000.
Gabarito 1C

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Considerando a Lei nº 9.656/1998, julgue o seguinte item.

(1) Cinco anos após a contratação de uma operadora privada de serviços de saúde, um indivíduo apresentou uma doença que foi considerada pela operadora como preexistente. Nessa situação, o indivíduo não terá o tratamento garantido pela operadora, que fica isenta de prestar a assistência necessária.

1: errada, pois é vedada a exclusão de cobertura às doenças e lesões preexistentes à data de contratação após vinte e quatro meses de vigência do aludido instrumento contratual, cabendo à respectiva operadora o ônus da prova e da demonstração do conhecimento prévio do consumidor ou beneficiário, nos termos do art. 11 da Lei 9.656/1998.
Gabarito 1E

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Considerando a Lei nº 9.656/1998, julgue o seguinte item.

(1) Fernanda tomou conhecimento de um novo procedimento de emagrecimento que vem sendo implementado em uma clínica de estética da cidade. Ao procurar a clínica, foi informada de que o seu plano de saúde privado não prevê a realização desse procedimento, de objetivo estético. Nessa situação, a operadora do plano de saúde de Fernanda não é obrigada a pagar os custos do procedimento de emagrecimento.

1: certa, pois o plano-referência de assistência à saúde não cobre procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim, conforme art. 10, II, da Lei 9.656/1998.
Gabarito 1C

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Considerando a Lei nº 9.656/1998, julgue o seguinte item.

(1) Mateus, internado na enfermaria de clínica médica de um hospital particular, foi informado de que sua internação completara 7 dias e de que este era o período máximo autorizado em seu novo contrato com a operadora. Nessa situação, a partir do sétimo dia, Mateus terá de custear sua internação, pois a operadora de planos de saúde pode limitar o prazo de internação em clínica básica, desde que previsto em contrato.

1: errada, pois é vedada a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, em qualquer hipótese, durante a ocorrência de internação do titular, consoante art. 13, parágrafo único, III, da Lei 9.656/1998.
Gabarito 1E

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Considerando a Lei nº 9.656/1998, julgue o seguinte item.

(1) Recentemente, Fátima teve diagnosticado câncer no intestino; procurou o hospital indicado pelo seu plano de saúde e recebeu o tratamento necessário. O contrato de Fátima com a operadora do plano de saúde não prevê a cobertura de despesas com medicamentos. Nessa situação, todo medicamento utilizado como quimioterapia deve ser custeado por Fátima, pois a operadora não está obrigada a arcar com essa despesa.

1: errada, pois quando o tratamento incluir internação hospitalar é garantido ao paciente cobertura de exames complementares indispensáveis para o controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões e sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar, nos termos do art. 12, II, *d*, da Lei 9.656/1998.
Gabarito 1E

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Considerando a Lei nº 9.656/1998, julgue o seguinte item.

(1) Após ter rescindido seu contrato de trabalho com a empresa, Paulo foi informado de que poderia continuar como beneficiário, por 6 meses, do plano de saúde coletivo que recebia de sua antiga empresa. Nessa situação, caso queira continuar como beneficiário, Paulo deve, nos termos da lei, assumir a parcela de pagamento pela qual a empresa era responsável.

1: certa, pois no caso da rescisão do contrato sem justa causa, é assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral, conforme art. 30 da Lei 9.656/1998).
Gabarito 1C

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Considerando a Lei nº 9.656/1998, julgue o seguinte item.

(1) Ao chegar ao hospital conveniado com o seu plano de saúde, Maria foi informada de que não havia leito disponível em enfermaria para a sua internação. Seu contrato prevê internação em enfermaria coletiva. Nessa situação, Maria será internada em quarto privado do hospital, tendo que arcar apenas com a diferença dos valores.

1: errada, pois havendo indisponibilidade de leito hospitalar nos estabelecimentos próprios ou credenciados pelo plano, é garantido ao consumidor o acesso à acomodação, em nível superior, sem ônus adicional, nos termos do art. 33 da Lei 9.656/1998.
Gabarito 1E

(Técnico – ANS – 2005 – CESPE) Considerando a Lei nº 9.656/1998, julgue o seguinte item.

(1) Um casal que vem tentando a concepção de seu primeiro filho há mais de 5 anos, sem sucesso, tomou conhecimento de um novo método de inseminação artificial, disponível em uma clínica de reprodução humana no município em que o casal mora. Nessa situação, o casal não poderá recorrer ao seu plano de saúde privado para o custeio de tal tratamento, pois a operadora não está obrigada a oferecer tal serviço.

1: certa, pois o plano-referência de assistência à saúde não cobre procedimento de inseminação artificial., consoante art. 10, III, da Lei 9.656/1998.
Gabarito 1C

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) Acerca da Lei nº 8.080/1990, julgue o seguinte item.

(1) A iniciativa privada poderá participar do sistema de forma complementar. Empresas privadas formadas com a participação de capital estrangeiro estão excluídas do processo.

1: A assertiva é correta. O art. 4º, § 2º, da Lei nº 8.080/1990 estabelece que a iniciativa privada poderá participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde. Já o art. 23, *caput*, do mesmo diploma legal veda a participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde, salvo através de doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos.
Gabarito 1C

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) Acerca da Lei nº 8.080/1990, julgue o seguinte item.

(1) A omissão na referida lei sobre a possibilidade de os municípios estabelecerem consórcios intermunicipais gerou práticas as mais díspares no sistema, o que motivou recente projeto de lei específico sobre o tema.

1: A assertiva é incorreta. A Lei nº 8.080/1990, diferentemente do que explicita a questão, regulamenta, em seu art. 10, a possibilidade de os municípios constituírem consórcios para o desenvolvimento das ações e serviços de saúde.
Gabarito 1E

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) Acerca da Lei nº 8.080/1990, julgue o seguinte item.

(1) Originalmente, a Lei nº 8.080/1990 não incluiu o subsistema de atendimento e internação hospitalar. Ele foi objeto de nova lei editada apenas no ano de 2002.

1: A assertiva é incorreta. Em verdade, a Lei nº 10.424/2002 acrescentou um novo capítulo à Lei nº 8.080/1990 (Capítulo VI – Do Subsistema de Atendimento e Internação Domiciliar – art. 19-I, §§ 1º, 2º e 3), estabelecendo, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o atendimento e a internação domiciliar.
Gabarito 1E

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) Acerca da Lei nº 8.080/1990, julgue o seguinte item.

(1) O subsistema de vigilância sanitária é de competência exclusiva da União e suas ações estão concentradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de forma similar à saúde suplementar, regulada exclusivamente pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

1: A assertiva é incorreta. As atribuições que competem à União no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária estão arroladas nos incisos do art. 2º da Lei nº 9.782/1999. A competência da União nessa área será exercida pelo Ministério da Saúde, pela ANVISA e pelos demais órgãos e entidades do Poder Executivo Federal na forma indicada no art. 2º, § 1º, I, II e III da citada lei. A ANVISA, no âmbito do sistema de vigilância sanitária, e a ANS, na seara da saúde suplementar, possuem diversas

atribuições definidas por leis específicas, com o objetivo de, em suma, regular e controlar os setores pertinentes às suas áreas de atuação.
Gabarito 1E

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) A respeito da Lei nº 9.656/1998, julgue o seguinte item.

(1) Ao estabelecer disposições para todas as empresas privadas que operam planos de assistência à saúde, essa lei deixou de fora da regulamentação e, portanto, da ação da ANS, uma importante quantidade de planos operados por institutos públicos e destinados basicamente a servidores em diversos Estados e Municípios do País.

1: A assertiva é correta. Realmente a Lei nº 9.656/1998 somente dispõe sobre os planos e seguros privados de saúde, conforme revela o art. 1º, *caput*, da referida Lei, a saber: "Art. 1º Submetem-se às disposições desta Lei as pessoas jurídicas de direito privado que operam planos de assistência à saúde, sem prejuízo do cumprimento da legislação específica que rege a sua atividade, adotando-se, para fins de aplicação das normas aqui estabelecidas, as seguintes definições (...)".
Gabarito 1C

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) A respeito da Lei nº 9.656/1998, julgue o seguinte item.

(1) Nessa lei não está incluída a obrigatoriedade do plano-referência. Essa obrigatoriedade foi objeto de normatização quando da criação da ANS, por meio da RDC 08/2000.

1: A assertiva é incorreta. O art. 10 da Lei nº 9.656/1998 instituiu o plano-referência de assistência à saúde, com cobertura assistencial médico-ambulatorial e hospitalar realizados exclusivamente no Brasil.
Gabarito 1E

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) A respeito da Lei nº 9.656/1998, julgue o seguinte item.

(1) A ANS deve ser regida por um contrato de gestão, negociado entre o diretor-presidente da ANS e o Ministro da Saúde. Esse contrato deve ser aprovado pelo Senado Federal, órgão igualmente responsável pela aprovação prévia dos nomes dos dirigentes da ANS, para posterior nomeação por ato do presidente da República.

1: A assertiva é incorreta. A Lei nº 9.961/2000 criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar, autarquia sob o regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro - RJ, com prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território nacional. Trata-se de um órgão de regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que garantam a assistência suplementar à saúde. A administração da ANS, por força do que dispõe o art. 14, *caput*, da Lei nº 9.961/2000, será regida por um contrato de gestão negociado entre seu Diretor-Presidente e o Ministro de Estado da Saúde e aprovado pelo Conselho de Saúde Suplementar, no prazo máximo de cento e vinte dias seguintes à designação do Diretor-Presidente da autarquia.
Gabarito 1E

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) Considerando a legislação do setor de saúde no Brasil, em especial o capítulo da saúde na Constituição da República e a Lei nº 8.142/1990, julgue os itens subseqüentes.

(1) A Constituição buscou romper, no Brasil, com o tipo de acesso aos serviços públicos de saúde condicionado à situação de trabalho do usuário.

1: A assertiva é correta. A Constituição Federal de 1988 garante a todos os cidadãos o direito à saúde, por força de vários dispositivos constitucionais, onde está prescrito em vários deles, que a saúde é um direito de todos e dever do Estado (art. 196). O direito à saúde é assegurado constitucionalmente e se destina à proteção de cada cidadão brasileiro, de tal modo que deve ser entendido como primordial em qualquer situação. Se não bastasse tal proteção, temos ainda o art. 6º de nossa Carta Magna, que reza ser a saúde um direito social inerente a todo cidadão brasileiro. Demonstra-se, assim, a absoluta imposição constitucional de o Estado garantir a todos e, portanto, a qualquer um indiscriminadamente, o acesso a tudo que se encontra relacionado à saúde, de modo a não poder abster-se de forma alguma a cumprir tal mister que lhe fora constitucionalmente imposto.
Gabarito 1C

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) Julgue o seguinte.

(2) Antes da criação do SUS, um cidadão sem carteira de trabalho assinada não tinha acesso a serviços públicos de saúde, exceto em condições de emergência médica.

2: A assertiva é incorreta. Antes da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), o Ministério da Saúde (MS), com o apoio dos Estados e Municípios, desenvolvia quase que exclusivamente ações de promoção da saúde e prevenção de doenças. A grande atuação do Poder Público na área da saúde era desenvolvida pelo denominado Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), autarquia do Ministério da Previdência e Assistência Social. A assistência à saúde desenvolvida pelo INAMPS beneficiava apenas os trabalhadores da economia formal, com "carteira assinada", e seus dependentes. As ações médico-hospitalares também eram prestadas às demais parcelas da população, definidas como indigente
Gabarito 2E

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) Julgue o seguinte.

(3) A Lei nº 8.142/1990 estabelece que o Conselho Nacional de Saúde tem caráter provisório e deve reunir-se para atuar em situações de crise sanitária.

3: A assertiva é incorreta. Consoante dispõe o art. 1º, § 2º, da Lei nº 8.142/1990, "o Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo".
Gabarito 3E

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) Julgue o seguinte.

(4) Por meio da Lei nº 8.142/1990, atribuiu-se a condição de *status* público ao CONASS e ao CONASEMS.

4: A assertiva é correta. Vide art. 1º, § 3º, da Lei nº 8.142/1990.
Gabarito 4C

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) Julgue o seguinte.

(5) A representação dos usuários nas conferências de saúde, nos termos da referida lei, é proporcionalmente igual à observada para a composição dos conselhos de saúde.

5: A assertiva é correta, pois está em conformidade com a regra disposta no art. 1º, § 4º, da Lei nº 8.142/1990.
Gabarito 5C

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) Julgue o seguinte.

(6) A Lei nº 8.080/1990 foi elaborada após a Lei nº 8.142/1990, e produz maior detalhamento de itens relacionados ao modelo de atenção à saúde.

6: A assertiva é incorreta. A Lei nº 8.142/1990 foi publicada, e em entrou em vigor, após a edição da Lei nº 8.080/1990.
Gabarito 6E

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) Julgue o seguinte.

(7) A Lei nº 8.142/1990 cuida dos recursos do Fundo Nacional de Saúde relacionados a despesas de custeio do sistema, mas também inclui as despesas de capital feitas pelo Ministério da Saúde.

7: A assertiva é correta, conforme estabelece o art. 2º, I, da Lei nº 8.142/1990.
Gabarito 7C

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) Julgue o seguinte.

(8) Quando estabelece a possibilidade de os Municípios formarem consórcios para a execução de ações de saúde, a Lei nº 8.142/1990 não autoriza que para tal sejam remanejadas parcelas de transferências do Ministério da Saúde.

8: A assertiva é incorreta, pois não encontra respaldo na regra insculpida no art. 3º, § 3º, da Lei nº 8.142/1990.
Gabarito 8E

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) Julgue o seguinte.

(9) Ao estabelecer a saúde como direito de todos e dever do Estado, a Constituição determina, nos arts. de 196 a 200, o fim do modelo de cidadania regulada em termos institucionais.

9: A assertiva é correta. O direito à saúde foi demarcado na Constituição Federal de 1988 como direito público subjetivo, ao qual corresponde o dever dos Poderes Públicos desenvolverem as políticas que venham a garanti-lo. Como direito de todos, a saúde não requer nenhum requisito para sua fruição, devendo ser universal e igualitário o acesso às ações e serviços de saúde. Traduz-se em distribuição de responsabilidades pelas ações e serviços de saúde entre os vários níveis de governo, a partir da noção de que, quanto mais perto do fato a decisão for tomada, maiores as chances de acerto.
Gabarito 9C

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) Julgue o seguinte.

(10) A Constituição, em seu art. 197, declara de relevância pública as ações e serviços de saúde e retira a competência da iniciativa privada na prestação desses serviços.

10: A assertiva é incorreta. O art. 197 da Constituição Federal assim estabelece "São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado". Já o art. 199 da Constituição Federal regulamenta a participação da iniciativa privada nas ações e serviços de saúde.
Gabarito 10E

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) Julgue o seguinte.

(11) A Constituição determina que as ações e serviços públicos de saúde integrem uma rede hierarquizada e constituam um sistema único de acordo com diretrizes que incluem a participação da comunidade.

11: A assertiva é correta, consoante a regra contida no art. 198, III, da Constituição Federal.
Gabarito 11C

(Analista – ANS – 2005 – CESPE) Julgue o seguinte.

(12) No art. 200 da Constituição, são estabelecidas as competências do SUS. Essas competências não incluem incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico.

12: A assertiva é incorreta. O art. 200, V, da Constituição Federal prevê, como uma das atribuições do SUS, a incrementação, em sua área de atuação, do desenvolvimento científico e tecnológico.
Gabarito 12E

5. ANATEL

(Técnico – ANATEL – 2009 – CESPE) Quanto ao Código de Ética da ANATEL, julgue o seguinte item.

(1) É vedado ao servidor da ANATEL permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, interesses de ordem pessoal ou discriminação de qualquer natureza interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com seus colegas, superiores ou subordinados hierárquicos. Não pode ele, tampouco, fazer uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.

1: A assertiva é correta, pois está em consonância com a regra disposta no Título III, 2, "b" e "c", do Código de Ética da ANATEL.
Gabarito 1C

(Técnico – ANATEL – 2009 – CESPE) Quanto ao Código de Ética da ANATEL, julgue o seguinte item.

(1) O servidor da ANATEL não deve se submeter a exigências ou postulações de superiores hierárquicos, ou de contratados, ou de interessados que busquem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens; deve, outrossim, preservar a identidade institucional da agência, não utilizando seu nome, marcas e símbolos sem estar devidamente autorizado para isso.

1: A assertiva é correta, pois está em consonância com o teor disposto no Título III, 1, "c" e "l", do Código de Ética da ANATEL.
Gabarito 1C

(Técnico – ANATEL – 2009 – CESPE) Quanto ao Código de Ética da ANATEL, julgue o seguinte item.

(1) De acordo com o postulado ético da integridade, espera-se que os servidores da ANATEL sejam íntegros em suas ações e retos em suas manifestações políticas e que redimensionem suas crenças e valores de acordo com a missão corporativa da ANATEL.

1: A assertiva é incorreta, pois segundo o Código de Ética da ANATEL, Título II, "i", o postulado ético da integridade exige que o servidor seja íntegro em suas ações, de modo a escolher a melhor e a mais vantajosa opção para o bem comum.
Gabarito 1E

(Técnico – ANATEL – 2009 – CESPE) Quanto ao Código de Ética da ANATEL, julgue o seguinte item.

(1) A autenticidade e a impessoalidade são postulados éticos pelos quais deve ser pautada a conduta dos servidores da ANATEL.

1: A assertiva é correta, pois a autenticidade e a impessoalidade são postulados éticos que devem ser observados pelos servidores, conforme prevê o Título II, "c" e "f", do Código de Ética da ANATEL.
Gabarito 1C

(Técnico – ANATEL – 2009 – CESPE) Quanto ao Código de Ética da ANATEL, julgue o seguinte item.

(1) O postulado ético da publicidade determina que os servidores da ANATEL sejam sempre transparentes nas suas ações, considerando que a publicidade de todo e qualquer ato administrativo constitui requisito do comportamento ético.

1: A assertiva é incorreta, pois não reflete integralmente o disposto no Título II, "d", do Código de Ética da ANATEL, que assim reza: "Publicidade: seja transparente nas suas ações. Tenha sempre em conta que a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito do comportamento ético, excetuados os casos a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso".
Gabarito 1E

(Técnico – ANATEL – 2004 – CESPE) Considerando o regimento interno da ANATEL, julgue o seguinte item.

(1) A presidência executiva da ANATEL, além de articular com órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tem também, entre as suas atribuições, a de implementar políticas setoriais relativas ao desenvolvimento industrial e tecnológico do setor de telecomunicações.

1: A assertiva é correta, pois está em conformidade com a regra disposta no art. 125 do Regimento Interno da ANATEL.
Gabarito 1C

(Técnico – ANATEL – 2004 – CESPE) Considerando o regimento interno da ANATEL, julgue o seguinte item.

(1) A consulta pública, um dos procedimentos administrativos que contam com a participação da sociedade, destina-se a submeter minuta de ato normativo a comentários e sugestões do público em geral, bem como documento ou assunto de interesse relevante.

1: A assertiva é correta, uma vez que reflete a regra contida no art. 45, *caput*, do Regimento Interno da ANATEL.
Gabarito 1C

(Técnico – ANATEL – 2004 – CESPE) Considerando o regimento interno da ANATEL, julgue o seguinte item.

(1) O ouvidor da ANATEL participa das reuniões do Conselho Diretor, porém sem direito a voto.

1: A assertiva é correta, pois está em conformidade com a regra estabelecida no art. 181, II, do Regimento Interno da ANATEL.
Gabarito 1C

(Técnico – ANATEL – 2004 – CESPE) Considerando o regimento interno da ANATEL, julgue o seguinte item.

(1) O procurador-geral da ANATEL não poderá delegar o recebimento de intimações, citações e notificações judiciais relativos à ANATEL.

1: A assertiva é incorreta, pois o art. 182, parágrafo único, do Regimento Interno da ANATEL autoriza que o Procurador-Geral da Agência delegue competência para a prática de determinados atos expressamente indicados no referido dispositivo regimental, como o recebimento de intimações, citações e notificações judiciais relativos à Agência.
Gabarito 1E

(Técnico – ANATEL – 2004 – CESPE) Considerando o regimento interno da ANATEL, julgue o seguinte item.

(1) A súmula expedida pelo Conselho Diretor, além de ser um de seus instrumentos deliberativos, expressa a interpretação da legislação de telecomunicação, porém sem vincular o servidor da ANATEL, já que este está jungido ao princípio da legalidade.

1: A assertiva é incorreta. A Súmula expedida pelo Conselho Diretor expressa interpretação da legislação de telecomunicações, apresentando, inclusive, efeito vinculativo, conforme estabelece o art. 3º, II, do Regimento Interno da ANATEL.
Gabarito 1E

(Técnico – ANATEL – 2004 – CESPE) Considerando o regimento interno da ANATEL, julgue o seguinte item.

(1) A resolução do Conselho Diretor da ANATEL expressa a deliberação da agência em relação a petição, requerimento ou recurso de terceiros, de interesse individual ou coletivo.

1: A assertiva é incorreta pois, conforme dispõe o art. 3º, I, do Regimento Interno da ANATEL, a Resolução do Conselho Diretor "expressa decisão quanto ao provimento normativo que regula a implementação da política de telecomunicações brasileira, a prestação dos serviços de telecomunicações e o funcionamento da Agência". O item indicado na assertiva se refere, na realidade, ao instrumento deliberativo denominado "Despacho" (art. 3º, V).
Gabarito 1E

(Técnico – ANATEL – 2004 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A ANATEL, por ser uma agência reguladora e gozar de independência administrativa, não se submete ao controle do Tribunal de Contas da União, especialmente no que se refere a procedimentos licitatórios no setor de telecomunicações.

1: A assertiva é incorreta. A ANATEL é pessoa jurídica de direito público, uma autarquia sob regime especial que integra a Administração Pública Federal. Submete-se, portanto, ao controle do Tribunal de Contas da União que, por atribuição constitucional, é o órgão encarregado na realização do controle de todos os atos e decisões da Administração Pública, sobretudo daqueles que tem efeito direto sobre o dispêndio de verbas públicas.
Gabarito 1E

(Técnico – ANATEL – 2004 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O serviço de valor adicionado não é serviço de telecomunicação, pois consiste em uma atividade que acrescenta a esse serviço novas utilidades relacionadas a acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações.

1: A assertiva é correta, pois reflete a regra disposta no art. 61, "caput" e § 1º da Lei nº 9.472/1997.
Gabarito 1C

(Técnico – ANATEL – 2004 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O serviço de telecomunicação prestado em caráter público não pode ser prestado mediante autorização.

1: A assertiva é correta. O art. 63, parágrafo único, da Lei nº 9.472/1997 assim determina: "Serviço de telecomunicações em regime público é o prestado mediante concessão ou permissão, com atribuição a sua prestadora de obrigações de universalização e de continuidade". O art. 131, *caput*, da Lei 9.472/1997 também deixa expresso que a exploração de serviço sob o regime privado dependerá de autorização da ANATEL.
Gabarito 1C

(Técnico – ANATEL – 2004 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) É obrigação da concessionária, caso explore mais de uma modalidade de serviço de telecomunicação, manter registros contábeis separados para cada tipo de serviço.

1: A assertiva é correta, pois está em consonância com a regra disposta no art. 96, II, da Lei nº 9.472/1997.
Gabarito 1C

(Técnico – ANATEL – 2004 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A extinção da autorização de serviço de telecomunicações implicará a reversão dos bens para a União.

1: A assertiva é incorreta. A Lei 9.472/1997, em seu art. 102, estabelece que apenas a extinção da concessão transmitirá automaticamente à União a posse dos bens reversíveis.
Gabarito 1E

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Acerca da Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472/1997), julgue o próximo item.

(1) O peticionamento pelos usuários de serviços de telecomunicações para reclamarem seus direitos contra prestadores de serviço perante o órgão regulador não dependerá da assistência de advogado.

1: A assertiva é correta, consoante dispõe o art. 3º, XI, da Lei nº 9.472/1997. Convém mencionar que o direito de petição tem assento constitucional, encontrando-se previsto no art. 5º, XXXIV, *a*, da Constituição Federal.
Gabarito 1C

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O presidente da ANATEL poderá convocar audiência pública para o debate de matéria de interesse geral mediante comunicação na imprensa oficial. As manifestações na audiência dependerão de inscrição prévia bem como da comprovação de mais de 5 anos de experiência na área de telecomunicações.

1: A assertiva é incorreta, pois segundo dispõe o art. 43 do Regimento Interno da ANATEL, a participação e a manifestação em audiência pública não dependerão de inscrição prévia, sendo facultado o oferecimento de documentos ou arrazoados.
Gabarito 1E

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O servidor da ANATEL deve pautar sua conduta por normas que possibilitem a associação da ética com a prática cotidiana, de maneira que possa ser por elas orientado no exercício de suas atividades. Cabe, portanto, ao servidor, entre outras medidas, comunicar imediatamente a seus superiores hierárquicos todo e qualquer ato ou fato contrário aos interesses da instituição, bem como denunciar a prática de atividades heterodoxas em seu ambiente de trabalho.

1: A assertiva é incorreta. Os servidores da ANATEL devem nortear-se pelos princípios éticos, sobretudo da dignidade, do decoro, do zelo, da disciplina e da consciência, devendo seus atos, comportamentos e atitudes serem direcionados para a preservação da honra e da tradição dos seus serviços em prol do interesse público, despertando o respeito e a confiança da sociedade em geral. A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor. O Código de Ética dos Servidores da ANATEL, em seu Título III, "n", estabelece caber ao servidor comunicar imediatamente a seus superiores hierárquicos todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público e ao próprio Código de Ética. Tal diploma não eleva como dever ético a conduta de denunciar, especificadamente, as práticas de atividades heterodoxas em seu ambiente de trabalho. É óbvio, pois, que o servidor deve denunciar toda e qualquer tipo de atividade, independente de sua natureza, que implique em ofensa ao interesse público e aos valores éticos e morais.
Gabarito 1E

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A conduta dos servidores da ANATEL deve estar comprometida com os postulados de legalidade, eficiência e impessoalidade. Isso significa que suas atividades devem ser desempenhadas dentro dos limites legais, de forma célere, racional e econômica, e que seu relacionamento com colegas, superiores hierárquicos e com o público deve ser marcado pela impessoalidade, neutralidade, imparcialidade e distanciamento.

1: A assertiva é incorreta. A conduta dos servidores da ANATEL, segundo seu Código de Ética, deve estar comprometida não somente com os postulados de legalidade, eficiência e impessoalidade, mas também com os princípios da publicidade, moralidade, autenticidade, pontualidade, cordialidade e integridade. A eficiência, a ser observada pelo servidor consiste no desempenho de suas atividades por meio da obtenção de resultados úteis, eficazes, racionais e econômicos. Já a legalidade requer que o servidor conheça a legislação e demais normas que regem suas atividades, cumprindo-as fielmente. A impessoalidade, por sua vez, exige que o servidor seja impessoal e que desempenhe suas atividades sem qualquer espécie de preconceito e sem dar tratamento preferencial a qualquer pessoa, física ou jurídica.
Gabarito 1E

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Deve o servidor da ANATEL preservar o sigilo de informações privilegiadas das quais tenha conhecimento, bem como abster-se de divulgar, por qualquer meio, críticas a colegas, superiores, subordinados hierárquicos ou à instituição.

1: A assertiva é correta, em virtude do que dispõe o Título III, 1, "e" e "g" do Código de Ética dos Servidores da ANATEL.
Gabarito 1C

(Analista – ANATEL – 2006 – CESPE) Quanto ao Código de Ética da ANATEL, julgue os itens seguintes.

(1) É dever do servidor da ANATEL preservar o sigilo de informações privilegiadas das quais tenha conhecimento, abstendo-se de divulgar, por qualquer meio, críticas a colegas, superiores, subordinados hierárquicos ou à instituição, cabendo-lhe, contudo, o dever de divulgar informações acerca da Agência e responder por esta em defesa de sua imagem institucional e credibilidade ante o público externo.

(2) Ao servidor da ANATEL cabe preservar a identidade institucional da Agência; para tanto, o servidor não pode utilizar o nome, as marcas e os símbolos da Agência sem estar devidamente autorizado para isso.

1: A assertiva é incorreta, pois o Código de Ética, Título III, 1, "f" estabelece que os servidores da ANATEL devem divulgar informações ou responder pela Agência, somente quando autorizados; **2:** A assertiva é correta, pois está em conformidade com o Título III, 1, "c" do Código de Ética dos Servidores da ANATEL.
Gabarito 1E, 2C

(Analista – ANATEL – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Considere que, de decisão a ser adotada pela ANATEL, decorra a necessidade de edição de atos normativos. Nesse caso, é correto afirmar que esses atos normativos somente produzirão efeito após publicação no Diário Oficial da União, e os atos de alcance particular só produzirão efeitos após a publicação e a correspondente notificação.

1: A assertiva é correta, consoante dispõe a regra estabelecida no art. 41 da Lei nº 9.472/1997.
Gabarito 1C

(Analista – ANATEL – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A fixação das dotações orçamentárias da ANATEL, na lei orçamentária anual, e a programação orçamentária e financeira de execução dessas dotações poderão ser objeto de limites nos valores para movimento e empenho, nos termos de decisão do Poder Executivo, com base em políticas de contingenciamento de recursos.

1: A assertiva é incorreta, pois está em conflito com a regra estabelecida no art. 15 da Lei nº 9.472/1997.
Gabarito 1E

(Analista – ANATEL – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Cabe ao conselho diretor da ANATEL, por decisão aprovada por maioria de votos, instituir ou eliminar a prestação de modalidade de serviço no regime público, concomitantemente, ou não, com sua prestação no regime privado.

1: A assertiva é incorreta, pois o art. 18, I, da Lei nº 9.472/1997 atribui ao Poder Executivo, por meio de decreto, a instituição ou eliminação da prestação de modalidade de serviço no regime público, concomitantemente ou não com sua prestação no regime privado.
Gabarito 1E

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O usuário de serviços de telecomunicações tem o dever de comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos por prestadores de serviço de telecomunicações.

1: A assertiva é correta, pois reflete o disposto no art. 4º, III, da Lei nº 9.472/1997.
Gabarito 1C

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A ANATEL é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério das Comunicações, que desempenha a função de órgão regulador das telecomunicações.

1: A assertiva é incorreta, pois não se trata de uma empresa pública federal. A ANATEL é uma entidade que integra a Administração Pública Federal indireta, encontrando-se submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações (art. 8º da Lei nº 9.472/1997).
Gabarito 1E

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Compete à ANATEL implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Telecomunicações.

1: A assertiva é correta, consoante dispõe a regra contida no art. 19, I, da Lei nº 9.472/1997.
Gabarito 1C

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Os serviços de telecomunicações de interesse coletivo estarão sujeitos aos condicionantes necessários para que sua exploração não prejudique os serviços de interesse restrito.

1: A assertiva é incorreta. O art. 62, *caput* da Lei nº 9.472/1997 define que, em relação à abrangência dos interesses a que atendem, os serviços de telecomunicações classificam-se em serviços de interesse coletivo e serviços de interesse restrito. Ocorre que, diferentemente do que foi afirmado na questão, são os serviços de interesse restrito que estarão sujeitos aos condicionamentos necessários para que sua exploração não prejudique o interesse coletivo (parágrafo único do art. 62 da Lei nº 9.472/1997).
Gabarito 1E

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Instrumentos de política creditícia, fiscal e aduaneira podem ser adotados para estimular a fabricação e o desenvolvimento no país de produtos relacionados às telecomunicações.

1: A assertiva é correta, em virtude da regra disposta no art. 78, *caput* da Lei nº 9.472/1997.
Gabarito 1C

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O prazo máximo de concessão do serviço de telecomunicações será de vinte anos, sem possibilidade de prorrogação.

1: A assertiva é incorreta, pois destoa da regra contida no art. 99, *caput*, da Lei nº 9.472/1997, que assim estabelece: "O prazo máximo da concessão será de vinte anos, podendo ser prorrogado, uma única

vez, por igual período, desde que a concessionária tenha cumprido as condições da concessão e manifeste expresso interesse na prorrogação, pelo menos, trinta meses antes de sua expiração".
Gabarito 1E

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A autorização de serviço de telecomunicações terá sua vigência sujeita a termo final, não se extinguindo por cassação ou caducidade.

1: A assertiva é incorreta, pois não reflete a regra contida no art. 138, *caput*, da Lei nº 9.472/1997, a saber: "A autorização de serviço de telecomunicações não terá sua vigência sujeita a termo final, extinguindo-se somente por cassação, caducidade, decaimento, renúncia ou anulação".
Gabarito 1E

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Permissão de serviço de telecomunicações é o ato administrativo pelo qual se atribui a alguém o dever de prestar serviço de telecomunicações no regime público e em caráter permanente.

1: A assertiva é incorreta. Permissão de serviço de telecomunicações, conforme prescreve o art. 118, parágrafo único, da Lei nº 9.472/1997, "é o ato administrativo pelo qual se atribui a alguém o dever de prestar serviço de telecomunicações no regime público e em caráter transitório, até que seja normalizada a situação excepcional que a tenha ensejado". Insta mencionar que, em conformidade com o disposto no *caput* do referido dispositivo, "será outorgada permissão, pela Agência, para prestação de serviço de telecomunicações em face de situação excepcional comprometedora do funcionamento do serviço que, em virtude de suas peculiaridades, não possa ser atendida, de forma conveniente ou em prazo adequado, mediante intervenção na empresa concessionária ou mediante outorga de nova concessão".
Gabarito 1E

(Analista – ANATEL – 2009 – CESPE) Sobre regulação e agências reguladoras, julgue os itens seguintes.

(1) As agências reguladoras serão dirigidas em regime de colegiado, por um conselho diretor ou diretoria composta por conselheiros ou diretores, sendo um deles o seu presidente, o Diretor-Geral ou Diretor-Presidente.
(2) O mandato dos conselheiros e dos diretores das agências reguladoras terá o prazo fixado na lei de criação de cada agência.

1: A assertiva é correta, pois está em conformidade com o disposto no art. 4º da Lei nº 9.986/2000; **2:** A assertiva é correta, pois está em conformidade com o disposto no art. 6º, *caput*, da Lei nº 9.986/2000.
Gabarito 1C, 2C

6. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME (MDS)

(Administrador – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A assistência social tem a contributividade como um de seus princípios fundamentais.

1: errada, pois a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, conforme art. 203 da CF e art. 1º da Lei 8.742/1993.
Gabarito 1E

(Administrador – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A bolsa-escola e a bolsa-alimentação são benefícios da previdência social voltados à garantia dos direitos sociais das populações carentes.

1: errada. A bolsa-escola e a bolsa-alimentação não são benefícios da previdência social. Nesse passo, a previdência social está inserida num contexto maior, qual seja, o da seguridade social. Assim, a seguridade social, nos termos do art. 194 da CF, "compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos promovidos pelo Poder Público, e não benefícios previdenciários.
Gabarito 1E

(Administrador – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A renda básica de cidadania é um benefício cujo valor independe do nível de renda familiar do beneficiário.

1: certa, pois a renda básica de cidadania se constituirá no direito de todos os brasileiros residentes no País e estrangeiros residentes há pelo menos 5 (cinco) anos no Brasil, não importando sua condição socioeconômica, receberem, anualmente, um benefício monetário, conforme art. 1º da Lei 10.835/2004).
Gabarito 1C

(Administrador – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Compete ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) o estabelecimento da política nacional de assistência social.

1: certa (art. 27, II, "c", da Lei 10.683/2003).
Gabarito 1C

(Administrador – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Seria inconstitucional lei federal que limitasse a concessão da bolsa-família a brasileiros natos.

1: certa, uma vez que limitar o benefício apenas a brasileiros natos iria de encontro ao princípio da igualdade, previsto no art. 5º da CF. O *caput* do dispositivo em comento assegura a isonomia tanto a brasileiros quanto aos estrangeiros residentes no país. E, repare, não faz distinção quanto a brasileiros natos ou naturalizados. Nessa linha de raciocínio, o art. 12, § 2º, é enfático ao afirmar que "a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos ou naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição". Daí, nas únicas oportunidades em que o constituinte quis criar exceções o fez de forma expressa (ex.: art. 12, § 3º, da CF).
Gabarito 1C

(Administrador – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A Constituição da República atribui ao presidente da República competência para decretar a quebra do sigilo bancário de servidores públicos da União, quando há fundada suspeita do cometimento de crime de corrupção.

1: errada, pois tal atribuição não está no rol taxativo do art. 84 da CF.
Gabarito 1E

(Administrador – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) É dever do Estado brasileiro manter programas suplementares de alimentação voltados para crianças matriculadas na rede pública de ensino fundamental.

1: certa, pois o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, nos termos do art. 208, VII, da CF.
Gabarito 1C

(Administrador – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A carência de recursos materiais é razão insuficiente para justificar a perda do pátrio poder de uma mãe sobre uma filha de cinco anos de idade.

1: certa, pois a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar, consoante art. 23 da Lei 8.069/1990.
Gabarito 1C

(Administrador – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A FCM é uma fundação privada voltada a proporcionar atendimento médico a populações carentes. Nessa situação, a legislação brasileira exige que a FCM inscreva-se no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

1: errada, pois o funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso, conforme art. 9º e § 4º, da Lei 8.742/1993.
Gabarito 1E

(Administrador – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Alberto é um cidadão de 75 anos de idade. Nessa situação, o Estatuto do Idoso considera Alberto juridicamente incapaz e, por isso, exige que lhe seja nomeado um tutor para cuidar dos seus interesses patrimoniais.

1: errada, pois o Estatuto do Idoso não traz essa previsão. Se Alberto estiver no pleno gozo de suas faculdades mentais, não pode ser considerado incapaz apenas em decorrência da sua idade. O rol dos juridicamente incapazes está nos arts. 3º e 4º do CC.
Gabarito 1E

(Administrador – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A ABC é uma entidade assistencial que recebeu da União transferência corrente destinada à cobertura de despesas de custeio. Nessa situação, a referida transferência é considerada uma subvenção social.

1: certa, pois consideram-se subvenções, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, nos termos do art. 12, § 3º, I, da Lei 4.320/1964.
Gabarito 1C

(Administrador – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) No processo de participação nas políticas públicas, ações pró-ativas da sociedade civil dispensam a participação do Poder Legislativo como fiscalizador do Poder Executivo.

1: errada, pois mantém-se a exigência de participação do Poder Legislativo como fiscalizador do Poder Executivo, conforme art. 49, X, da CF.
Gabarito 1E

(Administrador – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Nos regimes democráticos, a sociedade civil se organiza para apresentar demandas sociais que podem se transformar em propostas de políticas públicas.

1: certa. Nesse sentido, a Constituição Federal prevê a possibilidade de projetos de lei de iniciativa popular, a fim de que a população se mobilize em defesa dos seus direitos , nos termos do art. 14, III; art. 27, § 4º; art. 29, XII, e art. 61, § 2º, da CF).
Gabarito 1C

(Administrador – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A sociedade civil deve estar capacitada para as práticas de controle social sobre políticas públicas de grande abrangência nacional e que envolvem grandes somas de recursos públicos.

1: certa. O controle social é entendido como a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento, e no controle das ações da Administração Pública. De fato, é imprescindível que a sociedade civil esteja capacitada para desenvolver esta tarefa, mormente no que tange a grandes somas de recursos públicos, pois quando a sociedade está atenta à atuação dos gestores e fiscaliza a aplicação do dinheiro público, as chances de ocorrerem desvios e vantagens tendem a diminuir.
Gabarito 1C

(Administrador – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A formulação e a implementação das políticas públicas devem ser garantidas apenas pelos atores da sociedade civil, pois cabe ao Poder Executivo apenas o papel de aprová-las.

1: errada. Em verdade as políticas públicas são definidas por meio de Lei aprovadas pelo Poder Legislativo e implementadas pelo Poder Executivo. À sociedade civil cabe fiscalizar a concretização dos projetos já aprovados e participar ativamente da criação de novas políticas que atendam aos anseios sociais.
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Compete ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) o estabelecimento da política nacional de segurança alimentar e nutricional.

1: certa, pois nos termos do art. 27, II, *b*, da Lei 10.683/2003, um dos assuntos que constitui competência da área do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é política nacional de segurança alimentar e nutricional.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) São legalmente consideradas crianças todos os cidadãos brasileiros menores de 14 anos de idade.

1: errada, pois considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, conforme art. 2º da Lei 8.069/1990.
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) São modalidades de concorrência pública a tomada de preços, a licitação e o contrato administrativo.

1: errada. A questão mistura uma série de conceitos. Licitação é um procedimento, em regra obrigatório, utilizado pela Administração Pública para a aquisição/alienação de bens, serviços e obras. Existem algumas modalidades de licitação, entre elas a concorrência pública e a tomada de preço. Assim como toda tratativa, tal aquisição/alienação precisa ser formalizada, o que neste caso se faz por meio de um contrato administrativo.
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – MDS – 2006 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O Estado tem obrigação de oferecer apoio alimentar a gestantes que dele necessitem.

1: certa, pois incumbe ao poder público propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem, conforme art. 8º, § 3º, da Lei 8.069/1990.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – MDS – 2006 – CESPE) Cada um dos próximos itens é composto por uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

(1) A União promoveu campanha publicitária na televisão, com o objetivo de divulgar que têm direito a um salário-mínimo mensal todos os idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Nessa situação, a referida campanha caracteriza cumprimento pelo Estado brasileiro do dever de conferir ampla divulgação aos benefícios ligados à assistência social e aos respectivos critérios de concessão.

(2) A ACC é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, voltada ao amparo de crianças carentes. Nessa situação, a ACC é legalmente considerada uma entidade de assistência social.

1: certa, haja vista que a assistência social tem por objetivos a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, sendo que sua atuação é regida pelo princípio da divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão, nos termos do art. 2º, I, *e*, e art. 4º, V, da Lei 8.742/1993.
2: certa, pois consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei 8.742/93 bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. Neste passo, dentre o rol de beneficiários inclui-se as crianças carentes, nos termos dos art. 2º, I, *b*,e art. 3º da Lei 8.742/1993.
Gabarito 1C, 2C

7. MINISTÉRIO DA SAÚDE E SUS

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE)
Julgue o seguinte item.

(1) A CF estabelece as competências do SUS, entre as quais se incluem executar ações de saúde do trabalhador e colaborar na proteção do ambiente do trabalho.

1: certa, pois ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei, executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador, colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho, dentre outras atribuições, termos do art. 200, II e VII, da CF.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE)
Julgue o seguinte item.

(1) De acordo com a legislação do SUS, em relação aos consórcios constituídos por municípios para desenvolverem em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam, é vedado o remanejamento, entre esses municípios, de recursos humanos ou financeiros para a cobertura dessas ações e serviços.

1: errada, pois os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam, nos termos do art. 10 da Lei 8.080/1990.
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE)
Julgue o seguinte item.

(1) São objetos da legislação sobre gestão da saúde a participação da comunidade na gestão do SUS e as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

1: certa, pois a participação da comunidade é uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde, nos termos dos arts. 198, III, da CF e art. 7º, VIII, da Lei 8.080/1990. Já as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde estão prevista nos arts. 34 e 35 da Lei 8.080/90.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE)
Julgue o seguinte item.

(1) De acordo com a referida lei, o princípio da integralidade de assistência é entendido especificamente como o conjunto de serviços curativos individuais exigidos para cada caso em determinado momento, em todos os níveis de complexidade do sistema.

1: errada, pois o princípio da integralidade de assistência é aquele entendido como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE)
Julgue o seguinte item.

(1) Essa legislação prevê a conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos estados, do DF e dos municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população.

1: certa, pois assertiva reproduz literalmente art. 7º, XI, da Lei 8.080/1990.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE)
Julgue o seguinte item.

(1) Apesar de amplamente discutidas, a regionalização e a hierarquização da rede de serviços de saúde não encontram suporte na legislação referida, uma vez que conflitam com o princípio da descentralização e da direção única na esfera municipal.

1: errada, pois a regionalização e a hierarquização da rede de serviços de saúde têm pleno suporte em lei, uma vez que integram o princípio da descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo, conforme art. 7º, IX, *b*.
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE)
Julgue o seguinte item.

(1) A universalidade de acesso aos serviços de saúde, a preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral e a igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie, são princípios e diretrizes do SUS previstos na lei mencionada.

1: certa, pois a assertiva traz os princípios elencados no art. 7º, I, III e IV, da Lei 8.080/1990.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE)
Julgue o seguinte item.

(1) Essa legislação prevê o direito dos sujeitos à confidencialidade da atenção à saúde e das informações dela originadas e detalha as normas e procedimentos para a proteção da identidade dos pacientes.

1: errada, pois em verdade um dos princípios é o da divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário, conforme art. 7º, V e VI, da Lei 8.080/1990).
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE)
Julgue o seguinte item.

(1) A capacidade de resolução dos serviços, em todos os níveis de assistência, é um dos princípios do SUS, o qual se refere à rede de serviços de saúde pública exclusivamente, uma vez que é vetada à iniciativa privada a participação no SUS, ainda que em caráter complementar.

1: errada, pois o SUS executa ações e serviços de saúde tanto de forma direta como mediante complementação da iniciativa privada, nos termos dos arts. 8º e 24 da Lei 8.080/1990).
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE)
Julgue o seguinte item.

(1) A conferência de saúde e o conselho de saúde são instâncias colegiadas do SUS em cada esfera de governo e constituem meios formais de participação da comunidade na gestão do SUS.

1: certa, pois o Sistema Único de Saúde (SUS) contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas: a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde, conforme art. 1º *caput*, §§ 1º e 2º, da Lei 8.142/1990.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE)
Julgue o seguinte item.

(1) Segundo as normas legais pertinentes, a conferência de saúde se reunirá a cada quatro anos, contará com a representação de vários segmentos sociais e terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas por seu conselho.

1: certa, pois a Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde. Ademais terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pelo respectivo conselho, consoante art. 1º, §§ 1º e 5º, da Lei 8.142/1990.
Gabarito 1C

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Essa legislação prevê que a representação dos usuários nos conselhos de saúde e nas conferências de saúde será obrigatória e paritária em relação a cada um dos demais segmentos sociais representados, a saber: setor público e setor privado.

1: errada, pois a representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos, nos termos do art. 1º, § 4º, da Lei 8.142/1990).
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) No que se refere ao controle da execução da política de saúde em seus aspectos econômicos e financeiros, a atuação do conselho de saúde tem caráter extraordinário e está condicionada à deliberação das conferências de saúde.

1: errada, pois a atuação do conselho de saúde tem caráter permanente e deliberativo, consoante art. 1º, § 2º, da Lei 8.142/1990.
Gabarito 1E

(Agente Administrativo – Ministério da Saúde – 2008 – CESPE) De acordo com a Lei nº 8.142/1990, para receberem os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para cobertura das ações e serviços de saúde, os municípios, os estados e o DF deverão atender a uma série de requisitos. A respeito desses requisitos legais, julgue os itens subsequentes.

(1) Para recebimento dos recursos mencionados, no município, no estado ou no DF deverá haver um fundo de saúde e um plano de saúde.

(2) A comprovação de realização da conferência de saúde a cada quatro anos compõe a lista de requisitos exigidos para o recebimento dos referidos recursos.

(3) A existência de plano de carreira, cargos e salários aprovado e efetivamente implantado é requisito imprescindível para recebimento dos recursos citados.

(4) A existência de conselho de saúde, constituído segundo critérios previstos na legislação pertinente, é requisito para que um município receba recursos para a cobertura de ações e serviços de saúde.

1: certa, pois para receberem tais recursos os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com fundo de Saúde, plano de saúde, dentre outros requisitos, nos termos do art. 4º, I e III, da Lei 8.142/1990.
2: errada, pois esta exigência não está no rol do art. 4º da Lei 8.142/1990.
3: errada, pois o que é imprescindível é a existência de uma comissão de elaboração de plano de carreira, cargos e salários, e não propriamente a existência do plano aprovado e efetivamente implantado (art. 4º, VI, da Lei 8.142/1990).
4: certa, pois a assertiva reproduz literalmente o previsto no art. 4º, II, da Lei 8.142/1990.
Gabarito 1C, 2E, 3E, 4C

8. INSS

(Analista – INSS – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A importância da proteção social justifica a ampla diversidade da base de financiamento da seguridade social. Com o objetivo de expandir ou de garantir a seguridade social, a lei poderá instituir outras fontes de financiamento, de acordo com o texto constitucional.

1: certa. O art. 195, § 4º, da CF autoriza a instituição de outras fontes, por meio de lei, para garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I. Nesse passo, o STF entende que a instituição de contribuições já previstas no texto constitucional deverá ser feita por Lei Ordinária, enquanto que para novas contribuições haverá a necessidade da instituição de Lei Complementar.
Gabarito 1C

(Analista – INSS – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O princípio da distributividade na prestação de benefícios e serviços tem sua expressão maior na área de saúde, dado o amplo alcance conferido pela intensa utilização do Sistema Único de Saúde.

1: errada. O princípio da distributividade (art. 194, III, da CF) tem por fim orientar a ampla distribuição de benefícios sociais ao maior número de necessitados. Tem relevante expressão na área da saúde, não pelo amplo alcance conferido pela intensa utilização do SUS, mas sim devido ao art. 196 da CF, que garante que a assistência médica será acessível indistintamente.
Gabarito 1E

(Analista – INSS – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, que constitui um sistema único, organizado de acordo com as diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação da comunidade.

1: certa, pois a assertiva reproduz literalmente o disposto no art. 198 da CF§).
Gabarito 1C

(Analista – INSS – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) De acordo com o princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, uma das condições para a aposentadoria por idade do trabalhador rural é a exigência de que atinja 65 anos de idade, se homem, ou 60 anos de idade, se mulher.

1: errada. O princípio da uniformidade e equivalência tem como objetivo central equiparar os direitos dos trabalhadores rurais e urbanos, de modo que ficam proibidas quaisquer distinções arbitrárias. Contudo, em prestígio ao princípio da igualdade e sabedor das condições especiais em que trabalham os obreiros rurais, o constituinte previu no art. 201, § 7º, II, uma redução de cinco anos para a aposentadoria por idade desta classe de trabalhadores. Assim, a regra geral da aposentadoria por idade é: homens, 65 anos; mulheres: 60 anos. Na hipótese de trabalhadores rurais subtrai-se cinco anos, logo, homens se aposentam com 60 anos e mulheres com 55 anos de idade.
Gabarito 1E

(Analista – INSS – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Uma das causas da rápida alteração do perfil demográfico brasileiro é a melhoria das condições de saúde e dos índices de qualidade de vida, assim como a diminuição da mortalidade infantil, o que determina maior longevidade. Esses fatores não influenciam o sistema previdenciário brasileiro, haja vista sua organização em um sistema solidário, embasado em regime financeiro de repartição.

1: errada, pois, justamente devido ao atributo da solidariedade, o sistema previdenciário brasileiro sofre grande influência no que concerne à mudança do perfil demográfico. Nesse passo, importante salientar que o princípio da solidariedade não está expresso na Constituição Federal, mas é amplamente aceito pela doutrina e jurisprudência. Considerando que no Regime Geral da Previdência Social os trabalhadores ativos contribuem para a manutenção dos trabalhadores inativos, alterado o perfil demográfico a quantidade de trabalhadores ativos/inativos também se altera, influenciando diretamente na organização de todo o sistema.
Gabarito 1E

(Analista – INSS – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) As técnicas de financiamento dos gastos previdenciários podem ser classificadas em regime de repartição simples (benefício definido), regime de capitalização (contribuição definida) e regime de repartição de capitais.

1: certa. Esta divisão estava originariamente prevista no art. 28 do Decreto 81.240/1978, qual atualmente foi revogado pelo Decreto 4.206/2002, que também foi revogado pelo Decreto 4.942/2003. Tais técnicas nada mais são do que um desdobramento do regime geral da previdência social.
Gabarito 1C

(Analista – INSS – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O trabalho informal é fenômeno evidente nas grandes metrópoles brasileiras e a inserção previdenciária das pessoas nessa situação é um dos fatores que desequilibram as contas da previdência social.

1: certa, pois devido à informalidade torna-se impossível o enquadramento dos trabalhadores e a sua filiação previdenciária. Isso significa que a administração não tem condições de formalizar a participação deste trabalhador perante a previdência e exigir-lhe contribuições sociais.
Gabarito 1C

9. TCU

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) A CF conferiu ao TCU a competência para julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, porém não atribuiu a esse tribunal competência para aplicar sanções aos responsáveis quando constatada a ocorrência de ilegalidade de despesa ou de irregularidade de contas, por se tratar de competência exclusiva do Congresso Nacional.

1: errada, pois é de competência do TCU aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário, nos termos do errada (art. 71, VIII, da CF).
Gabarito 1E

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Apesar de ser órgão que auxilia o Poder Legislativo no controle externo, o TCU pode realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

1: certa, pois compete ao TCU realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nos termos do art. 71, IV, da CF e art. 38, I, da Lei 8.443/1992).
Gabarito 1C

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) No exercício de suas competências constitucionais, o TCU deve observar, em todo e qualquer procedimento, o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa.

1: errada, pois nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, conforme Súmula Vinculante nº 3.
Gabarito 1E

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Com relação à natureza, competência e jurisdição do TCU, julgue os seguintes itens.

(1) As funções exercidas pelo TCU situam-se no âmbito do controle externo, como um dos aspectos da fiscalização da administração pública, prerrogativa constitucional do Poder Legislativo.

(2) A função corretiva exercida pelo controle externo manifesta-se por meio de atos tais como a sustação imediata de contratos considerados irregulares, que deve ser comunicada ao Congresso Nacional, para que este determine as medidas cabíveis.

1: certa, pois a assertiva reproduz literalmente o disposto no art. 70 da CF, art. 1º da Lei 8.443/1992 e art. 1º do Regimento Interno do TCU.
2: errada. No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.. Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito, consoante art. 71, §§ 1º e 2º, da CF.
Gabarito 1C, 2E

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Acerca da organização e do funcionamento do TCU, julgue os itens a seguir.

(1) Do terço dos ministros do TCU cuja escolha incumbe ao presidente da República, apenas um é de sua livre escolha, pois os demais são indicados entre os auditores e os membros do Ministério Público junto ao tribunal.

(2) O TCU, ainda que na qualidade de órgão auxiliar do Congresso Nacional, dispõe de uma Secretaria de Controle Interno, que, entre outras competências, está incumbida de apoiar o controle externo e, até, representar ao presidente do tribunal em caso de ilegalidade ou irregularidade constatada.

1: certa, pois a assertiva reproduz literalmente o disposto no art. 73, § 2º, I, da CF, art. 72, I, da Lei 8.443/1992, art. 34, I, do Regimento Interno.
2: certa, pois a assertiva reproduz literalmente o disposto nos arts. 41, § 1º, e 65 da Lei 8.443/1992).
Gabarito 1C, 2C

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Com relação aos tipos de fiscalização exercidos pelo TCU, julgue os itens subsequentes.

(1) Ratificando disposições dos anos anteriores, a lei de diretrizes orçamentárias de 2009 prevê a suspensão de obras e serviços com indícios de irregularidades graves, que devem ser apontados em informação prestada pelo TCU. Esses indícios são caracterizados por situações que constituam graves desvios em relação a princípios tais como a publicidade e a eficiência, aplicáveis à administração pública.

(2) Quando a União repassa recursos aos demais entes da Federação mediante convênios ou instrumentos congêneres, o TCU examina as prestações de contas dos órgãos ou das entidades repassadores, mas não pode examinar as contas de entes beneficiários dos recursos relativos àquelas transferências em obediência ao princípio da autonomia federativa.

1: certa, pois a assertiva reproduz literalmente o disposto no art. 96, IV, *c*, da Lei 11.768/2008.
2: errada, pois o TCU tem competência para fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, nos termos do art. 71, VI, da CF, art. 5º, VII, da Lei 8.443/1992 e art. 1º, XIX, do Regimento Interno do TCU.
Gabarito 1C, 2E

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) A respeito das deliberações e dos recursos no âmbito do TCU, julgue os itens que se seguem.

(1) Os responsáveis cujas contas sejam julgadas irregulares, ainda que estejam sob apreciação do TCU, integrarão uma relação que será encaminhada à justiça eleitoral e estarão impedidos de candidatar-se ou tomar posse até a decisão do tribunal em instância final.

(2) Caberá embargo de declaração à decisão proferida em processo de prestação de contas em que o responsável se julgar prejudicado em virtude de terem sido suas contas julgadas irregulares, diferentemente das de seus antecessores, em circunstâncias semelhantes.

1: errada, pois para que sejam impedidos de candidatar-se ou tomar posse deve ter havido decisão irrecorrível do órgão competente, consoante art. 1º, I, *g*, da Lei Complementar 64/1990.
2: certa, pois da decisão proferida em processo de tomada ou prestação de contas cabe recurso de embargos de declaração, nos termos do art. 32, II, da Lei 8.443/1992.
Gabarito 1E, 2C

(Técnico – TCU – 2009 – CESPE) Quanto ao processo em geral, julgue os próximos itens.

(1) Na hipótese de as contas serem julgadas irregulares por dano ao erário decorrente de ato de gestão antieconômica, o TCU deverá condenar o responsável ao pagamento do valor atribuído ao dano injustificado, atualizado e acrescido de juros.

(2) O relator pode determinar o arquivamento dos processos cujas contas sejam consideradas iliquidáveis, isto é, nos casos em que o julgamento do mérito for materialmente impossível por motivos alheios à vontade do responsável.

1: errada, pois na hipótese de as contas serem julgadas irregulares por dano ao erário decorrente de ato de gestão antieconômica o Tribunal providenciará a imediata remessa de cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, conforme art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 e art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.
2: certa, pois a assertiva reproduz literalmente o disposto nos arts. 21 e 22 da Lei 8.443/1992 e art. 211, *caput* e § 1º, do Regimento Interno do TCU.
Gabarito 1E, 2C

10. TRIBUNAIS SUPERIORES

(Analista – STF – 2008 – CESPE) O STF autorizou a extradição do traficante colombiano Juan Carlos Abadia para os Estados Unidos da América, onde ele responde a processo por lavagem de dinheiro, tráfico internacional de cocaína e homicídio.

Internet: <www.globo.com> (com adaptações).

A partir do texto acima e de acordo com o regimento interno do STF, julgue os itens seguintes.

(1) De acordo com o texto do regimento interno, a análise do pedido de extradição pelo STF independe da prisão do extraditando.

(2) A prisão para extradição será determinada pelo ministro-relator do STF, após ouvir o procurador-geral da República, ao qual foi distribuído o pedido, como medida cautelar e preparatória para a extradição.

(3) No processo de extradição, não se suspende, nem no recesso, nem nas férias, o prazo fixado por lei para o cumprimento de diligência determinada pelo relator ou pelo Tribunal.

(4) Tendo em vista que o *habeas corpus* é uma garantia constitucional dos brasileiros e dos estrangeiros residentes no Brasil, não cabe esse remédio constitucional contra a decisão que ordena a prisão do extraditando.

Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal atualizado até a Resolução 514/2013.
1: errado, o art. 208 do Regimento Interno do STF (RI-STF) determina como requisito da extradição que o extraditando seja preso e colocado à disposição do Tribunal; **2:** errado. Sobre a prisão para extradição, dispõe o *caput* do art. 82 da Lei 6.815/1980, alterado pela Lei 12.878/2013, que "o Estado interessado na extradição poderá, em caso de urgência e antes da formalização do pedido de extradição, ou conjuntamente com este, requerer a prisão cautelar do extraditando por via diplomática ou, quando previsto em tratado, ao Ministério da Justiça, que, após exame da presença dos pressupostos formais de admissibilidade exigidos nesta Lei ou em tratado, representará ao Supremo Tribunal Federal". Vide também o art. 209 do RI-STF; **3:** certo, art. 214 do RI-STF; **4:** errado, o art. 188 do RI-STF não prevê a referida restrição ao *habeas corpus*, cabendo o remédio constitucional sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
Gabarito 1E, 2E, 3C, 4E

(Analista – STF – 2008 – CESPE) Acerca da organização e da competência do STF, na forma de seu regimento interno e de acordo com a EC n. 45/2004, julgue os próximos itens.

(1) Para ser homologada pelo STF, a sentença estrangeira deve, entre outros requisitos, ser proferida por juiz competente, ter citado as partes ou terem sido verificados validamente a revelia e o trânsito em julgado, estar autenticada pelo cônsul brasileiro e acompanhada de tradução oficial.

(2) Caso a presidência do Tribunal não tenha recusado liminarmente o recurso extraordinário que não apresentou a preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, caberá ao relator fazê-lo.

(3) Compete ao presidente do STF designar magistrados para atuação como juiz auxiliar do STF em auxílio à presidência e aos ministros, sem prejuízo dos direitos e vantagens de seu cargo, além das que são atribuídas aos juízes auxiliares do Conselho Nacional de Justiça.

1: errado, não há nenhum outro requisito exigido pelo art. 217 do RI-STF; **2:** certo, art. 327, § 1º, do RI-STF; **3:** certo, art. 13, XVI-A, do RI-STF.
Gabarito 1E, 2C, 3C

(Analista – STF – 2008 – CESPE) Ainda a respeito da organização do STF e da sua competência, nos termos do regimento interno, julgue os itens a seguir.

(1) Cada comissão deverá ser presidida pelo mais antigo de seus integrantes.

(2) Os ministros do STF são nomeados e empossados pelo presidente da República.

(3) Em mandado de segurança, reclamação, extradição, conflitos de jurisdição e de atribuições, proceder-se-á à redistribuição, se a requerer o interessado; quando o relator estiver licenciado por mais de 30 dias e em *habeas corpus*, a redistribuição poderá ser feita, mesmo que o período de licença seja inferior a 30 dias.

1: certo, art. 29 do RI-STF; **2:** errado, os ministros são nomeados pelo Presidente da República (art. 84, XIV, CF), mas a posse é atribuição do Presidente do Tribunal (art. 13, X, e art. 15 do RI-STF); **3:** certo, art. 68 do RI-STF.
Gabarito 1C, 2E, 3C

(Analista – STJ – 2008 – CESPE) Julgue os itens a seguir, que dispõem acerca do Regimento Interno do STJ.

(1) O processamento e julgamento dos feitos em que se discute a responsabilidade civil do Estado cabe à Segunda Seção.

(2) Processos cujo objeto é o questionamento de licitação devem ser julgados na Primeira Seção.

(3) Nas seções, as reuniões devem contar com a presença da maioria absoluta de seus integrantes.

(4) O julgamento dos mandados de segurança terá prioridade sobre o de todos os outros feitos.

Regimento Interno do STJ – atualizado até a Emenda Regimental 14, de 05/12/2011.
1: errado, cabe à primeira seção (art. 9º, § 1º, VIII, do Regimento Interno do STJ (RI-STJ); **2:** certo, art. 9º, § 1º, I, do RI-STJ; **3:** certo, art. 176 do RI-STJ; **4:** errado, o art. 177 do RI-STJ indica outros feitos que também terão prioridade de julgamento.
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4E

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item, com base no Regimento Interno do TST.

(1) A antiguidade dos ministros do TST, para efeitos legais e regimentais, é regulada: pela data da posse; pela data da nomeação; pelo tempo de investidura na magistratura da Justiça do Trabalho; pelo tempo de serviço público federal; e pela idade, quando houver empate pelos demais critérios.

1: certo, art. 9º do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (RI-TST).
Gabarito 1C

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item, com base no Regimento Interno do TST.

(1) O corregedor-geral e o ouvidor-geral da Justiça do Trabalho exercem cargos de direção do TST, sendo nomeados pelo presidente desse Tribunal, após aprovação do Senado Federal.

1: errado, o corregedor-geral exerce cargo de direção, mas é eleito pelo Tribunal Pleno e não nomeado pelo presidente do Tribunal (arts. 29 e 68 do RI-TST).
Gabarito 1E

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item, com base no Regimento Interno do TST.

(1) Os ministros do TST receberão o tratamento de Excelência e usarão, nas sessões, as vestes correspondentes ao modelo aprovado. Após aposentadoria, os ministros do TST conservarão o título e as honras correspondentes ao cargo, salvo no exercício de atividade profissional.

1: certo, art. 10 do RI-TST.
Gabarito 1C

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item, com base no Regimento Interno do TST.

(1) O corregedor-geral da Justiça do Trabalho não concorre à distribuição de processos, embora, quando não estiver ausente em função corregedora, participe, com direito a voto, de sessões de órgãos judicantes do TST dos quais integre a composição.

1: certo, art. 38 do RI-TST; **5:** errado, o prazo da convocação é de 48 horas (art. 20 do RI-TST).
Gabarito 1C

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item, com base no Regimento Interno do TST.

(1) Durante o período de férias, o presidente do TST ou seu substituto poderá convocar, com antecedência de 24 horas, sessão extraordinária do órgão competente para julgamento de ações de dissídio coletivo, de mandado de segurança e de ação declaratória alusiva a greve que requeiram apreciação urgente.

1: errado, o prazo da convocação é de 48 horas (art. 20 do RI-TST).
Gabarito 1E

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item, com base no Regimento Interno do TST.

(1) Os processos de competência originária e recursal do TST serão distribuídos por classe, na ordem cronológica de ingresso no Tribunal, observadas a competência e a composição dos órgãos judicantes, concorrendo ao sorteio todos os ministros do Tribunal, exceto os membros da direção e os presidentes das turmas.

1: errado, o art. 89 do RI-TST determina unicamente como exceção os membros da direção e não os presidentes das turmas.
Gabarito 1E

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item, com base no Regimento Interno do TST.

(1) Competem exclusivamente às turmas do TST julgar, entre outros, os recursos de revista interpostos contra decisão em grau recursal dos tribunais regionais do trabalho (TRTs), assim como os agravos de instrumento contra as decisões dos presidentes de TRT que deneguem seguimento a recurso de revista.

1: certo, art. 72, I e II, do RI-TST.
Gabarito 1C

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item, com base no Regimento Interno do TST.

(1) Para atender a finalidades específicas, poderão ser instituídas, pelo Tribunal Pleno, comissões temporárias, que serão desconstituídas quando cumprido o fim a que se destinavam.

1: certo, art. 48 do RI-TST.
Gabarito 1C

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item, com base no Regimento Interno do TST.

(1) O Ministério Público do Trabalho (MPT) atua nas sessões do TST, representado por seu procurador-geral e por subprocurador-geral, que têm assento à direita do ministro-presidente do respectivo órgão julgador. Os procuradores regionais do MPT, mediante delegação do procurador-geral, podem apenas oficiar nos autos em que caiba ser exarado parecer pelo MPT.

1: errado, o art. 82 do RI-TST não restringe a atuação dos procuradores regionais.
Gabarito 1E

(Analista – TST – 2008 – CESPE) Julgue o seguinte item, com base no Regimento Interno do TST.

(1) Não são remetidos a parecer da Procuradoria-Geral do Trabalho os autos de processos oriundos de ações originárias nas quais essa Procuradoria for autora, nem aqueles de remessa facultativa pelo relator que versem sobre matéria pacificada na jurisprudência, ou para os quais seja exigida urgência no julgamento.

1: certo, art. 83, § 2º, I e II, do RI-TST.
Gabarito 1C

(Analista – TST – 2003 – CESPE) Quanto ao TST, julgue o seguinte item.

(1) O TST é formado por dezessete ministros, nomeados pelo presidente da República após o nome de cada um haver sido aprovado pelo Senado Federal. Se, em determinada ocasião, o tribunal estiver com três vagas em seu quadro, cada nome a ser encaminhado em lista ao chefe do Poder Executivo deverá ser aprovado por, no mínimo, oito ministros.

1: certo, art. 4º,§ 1º e § 2º, II do RI-TST(resposta na data da prova). Atualmente o TST é formado por vinte e sete ministros – art. 3º do RI-TST.
Gabarito 1C

(Analista – TST – 2003 – CESPE) Quanto ao TST, julgue o seguinte item.

(1) Compete aos TRTs compor e remeter ao TST as listas sêxtuplas com os nomes dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) concorrentes à vaga de ministro do TST destinada ao Ministério Público.

1: errado, art. 5º do RI-TST. Caberá ao Presidente do TST dar ciência à Procuradoria Geral do Trabalho e ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, respectivamente, para formação e encaminhamento de lista sêxtupla ao Tribunal, que escolherá, dentre os nomes que a compõem, os que integrarão a lista tríplice a ser encaminhada ao Presidente da República.
Gabarito 1E

(Analista – TST – 2003 – CESPE) Quanto ao TST, julgue o seguinte item.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. Maria e Carmem são ministras do TST, ambas empossadas em 5/5/2003. Maria tem quarenta anos e foi nomeada em 17/3/2003, ao passo que Carmem tem 45 anos e foi nomeada em 2/4/2003. Nessa situação, nos termos regimentais, Maria deverá ser considerada ministra de maior antiguidade em relação à ministra Carmem.

1: certo, art. 9º do RI-TST.
Gabarito 1C

(Analista – TST – 2003 – CESPE) Quanto ao TST, julgue o seguinte item.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. Os ministros A, B e C são, respectivamente, presidente, vice-presidente e corregedor-geral do TST. Um ano antes do prazo previsto para o término de seu mandato, o ministro A morreu. Nessa situação, o ministro B assumirá a presidência do tribunal e deverá convocar sessão do Plenário para se eleger apenas o ministro que assumirá o cargo de presidente até o término previsto do mandato do ministro falecido.

1: errado, art. 30, § 1º, do RI-TST. A eleição será para todos os cargos e realizada nos trinta dias seguintes (ao da vacância) e os eleitos tomarão posse em sessão solene na data marcada pelo Tribunal Pleno.
Gabarito 1E

(Analista – TST – 2003 – CESPE) Em relação à polícia e às comissões do TST, julgue os itens seguintes.

(1) A Constituição da República atribui ao Ministério Público (MP) e não ao Poder Judiciário a competência para promover a ação penal e supervisionar as investigações necessárias a esse fim. Em consequência e estritamente de acordo com o Regimento Interno do TST (RITST), sempre que ocorrer infração penal nas dependências do órgão, deve o presidente do TST limitar-se a comunicar o fato ao MP.

(2) A presidência de cada uma das comissões previstas no RITST caberá ao ministro eleito pelos componentes da respectiva comissão.

1: errado, art. 35, XIV, do RI-TST. O presidente do Tribunal instaurará inquérito quando caracterizada infração à lei penal; **2:** errado, art. 47, § 2º, do RI-TST. A Presidência das comissões caberá ao Ministro mais antigo que as compuser.

Gabarito 1E, 2E

(Analista – TST – 2003 – CESPE) A respeito de competências no TST e especialmente as da Seção Administrativa do TST, julgue os seguintes itens.

(1) Assim como ocorre em outros tribunais superiores, o Plenário do TST não tem competência de natureza verdadeiramente jurisdicional, uma vez que esta foi redistribuída às seções e ao órgão especial do TST.

1: errado, art. 68, VI a X, do RI-TST. Existem matérias de natureza jurisdicional dentre as matérias de competência do Plenário do TST.

Gabarito 1E

(Analista – TST – 2003 – CESPE) As competências do Plenário são eminentemente administrativas. Nem todas as decisões dos TRTs em matéria administrativa comportam recurso administrativo dirigido à Seção Administrativa do TST. No atinente ao MPT e à Secretaria-Geral do TST, julgue os itens em seguida.

(1) A intervenção do MPT nos processos em curso no TST ocorre, basicamente, em três gêneros de casos: aqueles em que a lei ou o próprio RITST assim o determine, aqueles em que o relator considere que o MPT deva analisar a necessidade de manifestar-se na causa, em virtude da relevância dela, e aqueles em que o próprio MPT requeira tal intervenção, por julgar presente interesse público no feito.

(2) Se um filho de um ministro em atividade no TST for empossado, em virtude de aprovação em regular concurso público, no cargo de auxiliar judiciário do quadro desse tribunal, ele poderá ser nomeado para ocupar cargo em comissão no órgão, desde que não tenha de servir junto ao referido ministro.

1: certo, art. 83 do RI-TST; **2:** certo, art. 286 do RI-TST.

Gabarito 1C, 2C

(Analista – TST – 2003 – CESPE) A respeito da distribuição e da uniformização da jurisprudência no TST, julgue os itens subsequentes.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. O ministro Carlos Silva, que tem 68 anos de idade e já conta com tempo de serviço suficiente para aposentar-se, protocolizou, em 5 de agosto de 2003, o requerimento de aposentação. Nessa situação, os processos distribuídos ao ministro, sessenta dias antes da protocolização do requerimento e ainda não julgados, deverão ser distribuídos a outros ministros.

(2) No TST, não é juridicamente cabível a instauração de incidente de uniformização de jurisprudência com base em acórdãos dissidentes proferidos por TRTs de regiões distintas.

1: errado, art. 89, parágrafo único, do RI-TST. Os processos não são distribuídos ao Ministro a partir da data de apresentação do pedido de aposentadoria; **2:** certo, o incidente de uniformização de jurisprudência é cabível para decisões proferidas por integrantes do mesmo tribunal (arts. 476 a 479 do CPC [corresponde ao art. 926 do NCPC]).

Gabarito 1E, 2C

(Analista – TST – 2003 – CESPE) No que tange a atos processuais e a processos, julgue os itens que se seguem.

(1) Considere a seguinte situação hipotética. Um indivíduo era parte em processo com trâmite no TST e seu advogado substabeleceu em outro patrono a procuração que receberá, com reserva de iguais poderes para si. O novo advogado constituído requereu a juntada do substabelecimento e informou que, dali em diante, ambos os profissionais estariam habilitados a representar a parte. Nessa situação, as intimações que tiverem de ser feitas nesse processo a partir da juntada do substabelecimento serão consideradas válidas se ostentarem o nome de qualquer um dos advogados, não sendo imprescindível que o nome de ambos apareça na publicação.

(2) Compete ao STF julgar o mandado de segurança impetrado contra ato do presidente do TST.

(3) Se estiver em tramitação processo de competência da Seção de Dissídios Individuais e uma das partes suscitar a inconstitucionalidade de lei relevante para o julgamento da causa, deverá a seção apreciar a arguição de inconstitucionalidade, após ouvido o Ministério Público, antes de ela ser levada à apreciação do Plenário; isso significa que a questão de inconstitucionalidade não será necessariamente submetida ao julgamento do Pleno.

1: certo, art. 179 do RI-TST; **2:** errado, art. 69, I, *b*, do RI-TST. A competência é do Órgão Especial; **3:** certo, arts. 244 e 245 do RI-TST.

Gabarito 1C, 2E, 3C

(Analista – TSE – 2006 – CESPE) Acerca da organização e das atribuições do TSE, previstas em disposições de seu Regimento Interno (RI-TSE) e na Constituição Federal, assinale a opção correta.

(A) A escolha dos membros do TSE obedece ao critério da nomeação pelo presidente da República, não estando previsto no RI-TSE o critério da eleição em escrutínio secreto.

(B) Integram a composição do TSE, com sede na capital da República, dois ministros do STF.

(C) Desde o advento da Constituição de 1988, quando foi extinto o Tribunal Federal de Recursos, membros do STJ passaram a compor o TSE.

(D) O presidente e o corregedor-geral eleitoral do TSE devem ser eleitos entre os dois ministros do STF, para servirem por quatro anos, contados da posse.

A: incorreta, art. 1º, I, do RI-TSE; **B:** incorreta, art. 119, I, a, da Constituição Federal; **C:** correta, art. 119, I, *b*, da Constituição Federal; **D:** incorreta, art. 3º do RI-TSE c/c art. 119, parágrafo único, da Constituição. O Presidente será eleito dentre os ministros do STF e o Corregedor-Geral dentre os ministros do STJ e deverão servir por dois anos.

Gabarito "C"

(Analista – TSE – 2006 – CESPE) Quanto ao processo no TSE, assinale a opção correta.

(A) Somente por maioria absoluta dos juízes do tribunal poderá ser declarada a invalidade de lei ou ato contrário à Constituição.

(B) O RI-TSE não admite recurso para dirimir divergência na interpretação de lei entre TREs.

(C) Os recursos devem ser interpostos ao TSE mediante a assinatura do respectivo termo, não se admitindo a juntada de novos documentos.

(D) É defeso ao relator, sem a ratificação do colegiado, negar seguimento a pedido ou recurso que esteja em confronto com súmula ou com a jurisprudência dominante do TSE ou do STF ou outro tribunal superior.

A: correta, a maioria absoluta dos juízes é exigência contida no art. 30 do RI-TSE; **B:** incorreta, o recurso para dirimir divergência de lei entre os Tribunais Regionais Eleitorais está expressamente previsto no art. 22, 3, do RI-TSE c/c art. 121, § 4º, II, da CF; **C:** incorreta, art. 35, § 2º, do RI-TSE; **D:** incorreta, art. 36, § 7º, do RI-TSE.

Gabarito "A"

(Analista – TSE – 2006 – CESPE) Ainda considerando o RI-TSE, assinale a opção correta.

(A) Na contagem dos prazos referidos no RI-TSE, não se aplicam regras de direito comum.
(B) Cônjuge, companheiro ou parente de terceiro grau civil, inclusive, de qualquer dos ministros, efetivos ou substitutos, pode ser nomeado seu assessor ou auxiliar.
(C) Não se admite processo de cancelamento de registro de partido que tenha por base representação ou denúncia de eleitor, que podem ser feitas apenas por procurador-geral eleitoral ou representante de partido.
(D) Nos casos omissos no RI-TSE, aplicar-se-á, subsidiariamente, o Regimento Interno do STF.

A: incorreta, art. 32 do RI-TSE; B: incorreta, art. 2º, § 4º, do RI-TSE; C: incorreta, art. 79 do RI-TSE; D: correta, art. 94 do RI-TSE.
Gabarito "D"

(Analista – STM – 2011 – CESPE) Acerca STM, julgue o seguinte item.

(1) Em razão de seu foro privilegiado, um oficial-general que, em gozo de férias, cometa crime comum deverá ser processado e julgado originariamente pelo STM.

1: errado, o foro é privilegiado apenas para os crimes militares (art. 73, *d*, do Estatuto dos Militares – Lei 6.880/80).
Gabarito 1E

(Analista – STM – 2011 – CESPE) Acerca STM, julgue o seguinte item.

(1) O oficial-general da Marinha que for nomeado ministro do STM passará, automaticamente, a ser militar da reserva.

1: errado, será considerado em serviço ativo, quando por mais de seis meses permanecer como ministro do STM (art. 81, V, do Estatuto dos Militares – Lei 6.880/80).
Gabarito 1E

(Analista – STM – 2011 – CESPE) Acerca STM, julgue o seguinte item.

(1) Compete ao STM o julgamento dos feitos originários de conselho de justificação.

1: certo, (art. 48, § 2º, do Estatuto dos Militares – Lei 6880/80).
Gabarito 1C

(Analista – STM – 2011 – CESPE) Acerca STM, julgue o seguinte item.

(1) Se um processo distribuído no STM estiver na fase relativa ao aguardo de inclusão em pauta para julgamento e surgir questão prejudicial a esse processo, a competência para resolvê-la será do respectivo relator.

1: certo, (art. 8º, parágrafo único, da LOJM – Lei de Organização Judiciária Militar – Lei 8.457/92 – atualizada até abril de 2010).
Gabarito 1C

(Analista – STM – 2011 – CESPE) Julgue os itens seguintes, relativos aos órgãos de primeira instância da justiça militar.

(1) Os juízes militares integrantes de conselho especial de justiça podem ser do mesmo posto, desde que tenham maior antiguidade que a do acusado.
(2) Os conselhos de justiça têm competência para decretar prisão preventiva de acusado.
(3) O oficial que se encontre na situação de agregado à respectiva Força Armada pode ser sorteado para compor conselhos de justiça pelo período máximo de um mês.
(4) Oficial de carreira das Forças Armadas que sirva no estado do Maranhão pode compor conselho de justiça da 8.ª Circunscrição Judiciária Militar.
(5) A auditoria de correição é exercida, em cada circunscrição judiciária militar, pelo respectivo juiz-auditor mais antigo.

1: certo (art. 23 da LOJM); **2:** certo, (art. 28, I, da LOJM); **3:** errado (art. 19, § 3º, *b*, da LOJM); **4:** certo (arts. 2º, *h* e 91, da LOJM); **5:** errado (art. 12 da LOJM).
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C, 5E

(Analista – STM – 2011 – CESPE) Julgue os itens subsecutivos, referentes aos magistrados da justiça militar.

(1) Os ministros civis do STM são substituídos por juiz-auditor corregedor, ou, na falta deste, por juiz-auditor sorteado pelo presidente do STM entre os cinco mais antigos.
(2) Juiz-auditor pode afastar-se de suas funções para realizar cursos, a critério do STM, por um período de até dois anos, contando o tempo de afastamento como de efetivo exercício.

1: errado (art. 62, III, da LOJM); **2:** certo (art. 49, X, da LOJM).
Gabarito 1E, 2C

(Analista – STM – 2011 – CESPE) Com relação aos serviços auxiliares no âmbito da justiça militar, julgue os itens que se seguem.

(1) Mensalmente, os diretores de secretarias das auditorias devem fornecer aos respectivos juízes-auditores a relação de inquéritos e demais processos que se encontrarem parados em suas respectivas secretarias.
(2) A aplicação de pena disciplinar aos servidores auxiliares da justiça militar da União pode preceder-se de advertência.
(3) Caso o diretor-geral da Secretaria do STM aplique pena disciplinar a servidor que lhe seja subordinado, o recurso da penalidade deverá ser encaminhado ao vice-presidente do STM.
(4) Para ocupar cargo em um dos três primeiros níveis do grupo-direção e assessoramento superior do quadro da Secretaria do STM, o servidor deve ser ocupante de cargo de nível superior do respectivo quadro.

1: errado (art. 79, XV, da LOJM); **2:** certo (art. 87 da LOJM); **3:** errado (art. 85, *c*, c/c o art. 88, parágrafo único, da LOJM); **4:** errado, devem ser atendidos os demais requisitos do art. 74 da LOJM).
Gabarito 1E, 2C, 3E, 4E

(Analista – STM – 2011 – CESPE) Acerca de serviços auxiliares da justiça militar da União, julgue os itens que se seguem.

(1) Compete privativamente ao presidente do STM aplicar pena de suspensão a servidor da justiça militar da União.
(2) Servidor de secretaria que atue em processo específico subordina-se ao juiz que trabalhar nesse processo.
(3) Durante uma audiência, compete ao servidor técnico judiciário que estiver trabalhando no processo lavrar procuração *apud acta*.
(4) O servidor do STM que for negligente no cumprimento dos deveres do seu cargo poderá ser punido disciplinarmente sem prévia advertência.

1: errado (art. 85, § 1º, da LOJM); **2:** certo (art. 78 da LOJM); **3:** certo (art. 80, III, da LOJM); **4:** certo (art. 87 da LOJM).
Gabarito 1E, 2C, 3C, 4C

(Analista – STM – 2011 – CESPE) No que se refere aos órgãos de primeira instância da justiça militar, julgue os itens a seguir.

(1) O conselho especial de justiça deve constituir-se para cada processo e dissolver-se após a sua conclusão. Já o conselho permanente de justiça, após a sua constituição, deve funcionar durante três meses consecutivos.
(2) Caso um oficial superior e um sargento sejam acusados do mesmo crime militar, por coautoria, o correspondente processo deverá tramitar perante o mesmo conselho especial de justiça, a despeito da diferença hierárquica existente entre os militares.
(3) Compete ao juiz-auditor decidir acerca de livramento condicional.
(4) Em quaisquer circunstâncias, veda-se aos conselhos especiais e permanente de justiça funcionar fora das sedes das respectivas auditorias.

1: certo (art. 23, § 1º, e art. 24 da LOJM); **2:** certo (art. 23, § 3º, da LOJM); **3:** certo (art. 30, XIV, da LOJM); **4:** errado (art. 17 da LOJM).
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E

(Analista – STM – 2011 – CESPE) Com relação aos magistrados da justiça militar, julgue os itens a seguir.

(1) De acordo com disposições legais, não há impedimento de juiz-auditor do STM servir conjuntamente com um primo legítimo que seja membro do Ministério Público Militar.
(2) Candidato aprovado em concurso para a magistratura da justiça militar dispõe do prazo de trinta dias, contados da publicação do ato de provimento no órgão oficial, improrrogáveis, para tomar posse.
(3) Caso dois oficiais-generais tomem posse, simultaneamente, como ministros do STM, no desempate da antiguidade a ser considerada entre eles, nos novos cargos, deve-se levar em consideração a antiguidade na carreira militar.

1: certo (art. 61 da LOJM); **2:** errado (art. 40, parágrafo único, da LOJM); **3:** certo (art. 50, parágrafo único, I, da LOJM).
Gabarito 1C, 2E, 3C

(Analista – STM – 2011 – CESPE) A respeito dos serviços auxiliares da justiça militar, julgue os itens a seguir.

(1) Um dos requisitos para que servidor ocupe cargo de segundo nível do grupo-direção e assessoramento superior do quadro da secretaria da correspondente auditoria é ter experiência para o respectivo exercício.
(2) O presidente do STM tem competência para aplicar pena disciplinar de suspensão a servidor auxiliar da justiça militar da União, contudo, apenas no limite máximo de trinta dias.
(3) Compete aos diretores da Secretaria do STM expedir certidão de pregões e de fixação de editais.

1: errado (art. 74, § 1º, da LOJM); **2:** errado (art. 85, § 1º, da LOJM); **3:** errado (art. 81, VIII, da LOJM).
Gabarito 1E, 2E, 3E

(Analista – STM – 2011 – CESPE) Julgue os itens seguintes, referentes ao Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União.

(1) É permitido ao servidor do STM manter sob a sua subordinação hierárquica um primo.
(2) Servidor do STM que exerça cargo em comissão classificado como CJ-1, ao realizar transferência patrimonial para um filho, deverá informá-la à comissão de ética da Justiça Militar da União.
(3) Autoridade da justiça militar da União pode consultar, posteriormente, a comissão de ética caso tenha dúvida sobre ato específico da gestão de bens que tenha realizado, para que não incida em desvio ético.
(4) As informações referentes ao patrimônio da autoridade da justiça militar da União devem ser disponibilizadas para consulta pública de qualquer cidadão que assim o desejar. Qualquer restrição nesse sentido caracteriza desvio ético.
(5) A ausência de publicidade nos atos administrativos enseja, necessariamente, comprometimento ético.
(6) Servidor do STM que exerce sua função de forma estranha à finalidade pública não contraria dever fundamental, caso siga as formalidades legais e não cometa violação expressa à lei.

1: certo (art. 7º, XV, do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União); **2:** certo (art.10 do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União); **3:** errado (art. 10, § 2º, do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União); **4:** errado (art. 10, § 3º, do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União); **5:** errado (art. 4º do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União); **6:** errado (art. 6º, XV, do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União).
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4E, 5E, 6E

(Analista – STM – 2011 – CESPE) Julgue os próximos itens, a respeito da comissão de ética da justiça militar da União.

(1) A comissão de ética deve contar, em sua composição, necessariamente, com um servidor do quadro permanente, designado pelo ministro presidente.
(2) A presidência da comissão de ética cabe ao secretário de controle interno.
(3) É vedado aos membros da comissão se manifestar publicamente sobre situação específica que possa ser ainda objeto de deliberação na comissão de ética.
(4) Membro da comissão de ética que venha a ser indiciado civilmente deverá ser automaticamente excluído da comissão.
(5) Os integrantes da comissão de ética deverão, durante o desempenho das atividades de membro da comissão, se afastar do exercício de outras funções.

1: certo (art. 20 do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União); **2:** certo (art. 20, § 2º, do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União); **3:** certo (art. 33 do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União); **4:** errado (art. 21 do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União); **5:** errado (art. 24 do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União).
Gabarito 1C, 2C, 3C, 4E, 5E

(Analista – STM – 2011 – CESPE) Acerca de procedimentos apuratórios da comissão de ética, julgue os itens subsequentes.

(1) Servidor do STM que cometer desvio ético que se caracterize também como crime estará sujeito, na esfera da comissão de ética, à pena máxima que lhe poderá ser aplicada, a censura.
(2) No procedimento apuratório da comissão de ética, devem ser garantidos o contraditório e a ampla defesa ao indiciado.
(3) O servidor convocado para prestar informações sobre um desvio ético poderá se recusar a prestá-las, por não se tratar, necessariamente, de uma transgressão legal.
(4) Recurso de decisão proferida pela comissão de ética que não seja reconsiderado em até cinco dias deverá ser encaminhado ao presidente do STM.

1: certo (art. 43 e art. 44 do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União); **2:** certo (art. 36 do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União); **3:** errado (art. 41 do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União); **4:** certo (art. 45, § 2º, do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União).
Gabarito 1C, 2C, 3E, 4C

11. LEGISLAÇÃO APLICADA AO MPU

11.1. PRINCÍPIOS

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Considerando a organização, a estrutura e os princípios que orientam as atribuições do Ministério Público da União (MPU), julgue os itens a seguir.

(1) Pelo princípio da indivisibilidade, há possibilidade de um procurador substituir outro no exercício de suas funções.
(2) O princípio do promotor natural decorre da independência funcional e da garantia da inamovibilidade dos membros da instituição.

1: certo, seguindo o que estiver previsto em lei, pois quem atua é o órgão (Ministério Público), não seus membros em particular. Importante notar, também, que a indivisibilidade só existe dentro do mesmo Ministério Público. V. art. 127, § 1º, da CF; **2:** certo. De acordo com o STF, o princípio do promotor natural decorre implicitamente da Constituição. Impede as escolhas casuísticas de promotores ou procuradores para atuarem em um processo específico, vale dizer, que seja designado um "promotor de exceção" (assim como a CF proíbe o "juiz de exceção").
Gabarito 1C, 2C

(Analista – MPU – CESPE) Em decorrência do princípio da indivisibilidade do Ministério Público, é correto afirmar que:

(A) os membros do Ministério Público de um Estado podem exercer suas funções em outro Estado, mediante designação especial do Procurador-Geral da República.
(B) os membros do Ministério Público de um Estado podem ser substituídos uns pelos outros, não havendo vinculação ao processo judicial do Promotor de Justiça que oficiou primeiramente.

(C) todos os Ministérios Públicos do País submetem-se a uma só Chefia, a saber, o Procurador-Geral da República.
(D) os membros do Ministério Público da União podem ser transferidos, a pedido ou por iniciativa da Procuradoria-Geral da República da carreira de um ramo para a de outro.
(E) não pode existir mais de um membro do Ministério Público com idênticas atribuições.

A indivisibilidade decorre do princípio da unidade. Pelo princípio da indivisibilidade, o ato é praticado pela instituição "Ministério Público", e não por cada membro individualmente. Por isso, não há que falar em vinculação de determinado promotor a um processo, podendo haver substituição entre eles, sem que disso resulte qualquer problema (art. 127, § 1º, da CF, art. 4º da LC 75/1993 e art. 1º, parágrafo único, da Lei 8.625/1993).
Gabarito "B"

11.2. NORMAS CONSTITUCIONAIS

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O procurador-geral da República será nomeado pelo presidente da República, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

1: errado. O PGR é nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução. V. art. 128, § 1º, da CF.
Gabarito 1E

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Aos membros do MPU é vedado o exercício da advocacia, proibição que não se estende aos ministérios públicos estaduais.

1: errado. O art. 128, § 5º, II, *b*, da CF refere-se tanto ao MPU quanto aos Ministérios Públicos Estaduais.
Gabarito 1E

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) As funções institucionais do MPU definidas pela Constituição Federal são enumeradas de modo taxativo.

1: errado. Não reflete o disposto no art. 129, IX, da CF.
Gabarito 1E

(Técnico – MPU – CESPE) É função institucional privativa do Ministério Público o (a):

(A) defesa judicial dos interesses ligados aos povos indígenas;
(B) promoção de ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;
(C) promoção de ação penal pública;
(D) promoção de ação direta de inconstitucionalidade;
(E) ajuizamento da promoção de ação popular.

A: incorreta. A função prevista no art. 129, V, da CF, não é privativa do Ministério Público; **B:** incorreta. Podem propor ACP os órgãos arrolados no art. 5º da Lei 7.347/1985; **C:** correta. Art. 129, I, da CF; **D:** incorreta. Podem propor ADIn os órgãos e entidades listados no art. 103 da CF; **E:** incorreta. A ação popular pode ser intentada por qualquer cidadão (art. 5º, LXXIII, da CF).
Gabarito "C"

(Técnico – MPU – CESPE) Suponha que, na data marcada para a realização de um julgamento pelo júri, em que é imprescindível a participação do membro do Ministério Público, o juiz tenha tido ciência de que o único promotor da comarca está enfermo e não pode comparecer ao tribunal do júri. Nessas circunstâncias, assinale a opção correta.

(A) O juiz pode, querendo, nomear o advogado mais antigo da comarca para desempenhar as funções do Ministério Público naquele júri específico.
(B) O juiz pode, querendo, nomear algum professor direito, que resida na comarca, mesmo que não seja membro do Ministério Público, para fazer as vezes deste.
(C) O juiz deve nomear um advogado, à sua escolha, para atuar, naquele caso, como membro do Ministério Público.
(D) O juiz deve nomear três advogados, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, para atuarem, naquele caso, como membros do Ministério Público.
(E) Alguém que não pertença à carreira do Ministério Público não pode desempenhar as funções do Ministério Público no caso.

A Constituição veda a designação de promotores *ad hoc* (art. 129, I, c/c § 2º, da CF).
Gabarito "E"

(Técnico – MPU – CESPE) Um membro do Ministério Público da União (MPU) que oficie perante um tribunal que não seja o STF e que cometa um crime comum deverá ser processado e julgado perante:

(A) o STF;
(B) o STJ;
(C) o tribunal em que oficie, qualquer que seja esse tribunal;
(D) o juiz federal de primeira instância;
(E) o juiz de direito, qualquer que seja o delito.

Art. 105, I, "a", da CF.
Gabarito "B"

(Analista – MPU – CESPE) O Ministério Público de um dos Territórios brasileiros é uma instituição:

(A) funcionalmente independente, mas com autonomia parcial por estar adstrita ao Território.
(B) permanente e essencial à função jurisdicional local.
(C) com atribuição restrita à área geográfica do respectivo Território.
(D) com orçamento vinculado ao da União, já que os Territórios são autarquias federais.
(E) inexistente.

O Ministério Público abrange o Ministério Público da União (integrado pelo MPF, MPT, MPM e MPDFT) e o Ministério Público dos Estados (art. 128, I e II, da CF). Se existissem Territórios no Brasil, estariam abrangidos na competência do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, inexistindo um Ministério Público próprio para cada Território.
Gabarito "E"

(Analista – MPU – CESPE) A Constituição de um dos Estados brasileiros delimitou em quarenta vagas o número de desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça. O número de vagas atribuídas ao Ministério Público será igual a:

(A) zero.
(B) quatro.
(C) oito.
(D) treze.
(E) quatorze.

De acordo com o art. 125 da CF, os Estados devem organizar a Justiça Estadual observando os princípios da Constituição. Assim, por analogia ao art. 107, I, da CF, um quinto dos desembargadores do referido Tribunal de Justiça deve ser formado por advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e por membros do Ministério Público Estadual com mais de dez anos de carreira. Um quinto de quarenta magistrados é igual a oito, que deve ser dividido entre advogados e membros do Ministério Público, sob pena de a representação ser superior a um quinto. Daí o resultado final ser igual a quatro.
Gabarito "B"

(Técnico – MPU – CESPE) A(s) via(s) normativa(s) adequada(s) para a veiculação dos estatutos dos Ministérios Públicos da União e Estaduais é(são):

(A) a Constituição Federal.
(B) as Constituições Federal e Estaduais, respectivamente.
(C) uma única lei complementar federal.
(D) leis complementares federal e estaduais, respectivamente.
(E) leis ordinárias federal e estaduais, respectivamente.

Art. 128, § 5º, da CF.
Gabarito "D"

(Técnico – MPU – CESPE) Um Procurador da República que ingressou na carreira do Ministério Público Federal em 1989 pode:

(A) exercer a advocacia.
(B) exercer cargo em comissão, fora do âmbito do Ministério Público, desde que esteja em disponibilidade.
(C) dirigir, como sócio-gerente, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada.
(D) ser promovido ao cargo de Juiz de Tribunal Regional Federal, após dez anos na carreira.
(E) ocupar, concomitantemente às funções ministeriais, um único cargo público de magistério.

Art. 29, § 3º, do ADCT. **A:** incorreta. Exercício vedado pelo art. 128, § 5º, II, *b*, da CF; **B:** incorreta. Exercício vedado pelo art. 128, § 5º, II, *d,* da CF; **C:** incorreta. Exercício vedado pelo art. 128, § 5º, II, *c,* da CF; **D:** Não existe "promoção" do MPF para o TRF, podendo os membros ingressarem no Tribunal pelo "quinto constitucional", observadas as regras previstas na Constituição (art. 107, I, da CF); **E:** correta. Art. 128, § 5º, II, *d*, da CF.
Gabarito "E"

11.3. NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) As funções eleitorais do Ministério Público Federal perante os juízes e juntas eleitorais serão exercidas pelo promotor eleitoral.

1: certo. Art. 78 da LC 75/1993.
Gabarito 1C

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) Cabe ao procurador-geral da República, como chefe do Ministério Público Federal, decidir, em grau de recurso, conflitos de atribuições entre órgãos componentes da estrutura do Ministério Público Federal.

1: certo. Art. 49, VIII, da LC 75/1993.
Gabarito 1C

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Julgue o seguinte item.

(1) O procurador-geral da República exerce a função de procurador-geral eleitoral.

1: certo. Art. 73 da LC 75/1993.
Gabarito 1C

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) Julgue os seguintes itens.

(1) O presidente da República, no uso de suas atribuições de chefe de Estado, nomeia o procurador-geral de justiça nos estados, o procurador-geral militar e o procurador-geral do trabalho.
(2) A destituição do procurador-geral de justiça do Distrito Federal e territórios exige a deliberação da maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

1: errado. O Presidente da República nomeia o Procurador-Geral da República, que é Chefe do Ministério Público da União (MPU = MPF + MPT + MPM + MPDFT – v. art. 128, I e § 1º, da CF e art. 25 da LC 75/1993). O Procurador-Geral da República, por sua vez, nomeia o Procurador-Geral Militar e o Procurador-Geral da Trabalho (art. 26, IV, da LC 75/1993). Como o Ministério Público dos Estados não integra o MPU (art. 128, II, da CF), o Procurador-Geral da cada estado não pode ser nomeado pelo Procurador-Geral da República (e, com mais razão, nem mesmo pelo Presidente da República, pois haveria afronta ao princípio federativo). Nesse caso, de acordo com o art. 9º da Lei 8.625/1993 "Os Ministérios Públicos dos Estados formarão lista tríplice, dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento"; **2:** errado. De acordo com o art. 9º, § 2º, da Lei 8.625/1993, "A destituição do Procurador-Geral de Justiça, por iniciativa do Colégio de Procuradores, deverá ser precedida de autorização de um terço dos membros da Assembleia Legislativa". No caso do DF, por um terço dos membros da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
Gabarito 1E, 2E

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) A respeito das funções do MPU e das garantias de seus membros, julgue os itens que se seguem.

(1) A promoção de membros do MPU ocorre por antiguidade ou merecimento, independentemente de solicitação, interesse público ou autorização do órgão colegiado.
(2) Compete ao colégio de procuradores da República elaborar, mediante votação obrigatória, lista tríplice para a composição de todos os tribunais superiores.

1: errado. As promoções ocorrem, alternadamente, por antiguidade e merecimento (art. 199 da LC 75/1993). Entretanto, além da presença de interesse público, o interessado pode renunciar ou recusar a promoção (art. 199, § § 3º e 4º, da LC 75/1993), havendo indispensável participação do Conselho Superior (V. por exemplo, art. 200, *caput* e § 3º e art. 202, §§ 1º e 4º, ambos da LC 75/1993); **2:** errado. Conforme prevê o art. 53 da LC 75/1993, "Compete ao Colégio de Procuradores da República: I - elaborar, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, a lista sêxtupla para a composição do Superior Tribunal de Justiça, sendo elegíveis os membros do Ministério Público Federal, com mais de dez anos na carreira, tendo mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade; II - elaborar, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, a lista sêxtupla para a composição dos Tribunais Regionais Federais, sendo elegíveis os membros do Ministério Público Federal, com mais de dez anos de carreira, que contém mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade, sempre que possível lotados na respectiva região".
Gabarito 1E, 2E

(Analista – MPU – 2010 – CESPE) A partir da definição do MPU como instituição permanente com incumbências claras e relacionadas aos fundamentos da República, criou-se estrutura organizacional dotada de características próprias. Acerca desse tema, julgue os itens seguintes.

(1) A participação de membros do Ministério Público do Trabalho em comissões técnicas ou científicas relacionadas à instituição ocorre mediante a designação do procurador-geral do trabalho, ouvido o conselho superior respectivo.
(2) Os promotores de justiça e os promotores de justiça adjuntos devem oficiar junto às varas da justiça do Distrito Federal e territórios.
(3) Para concorrer à lista tríplice do Ministério Público do Distrito Federal, o membro desse ministério tem como elemento de eliminação apenas o seu tempo de exercício nas funções de carreira.

1: certo. Art. 91, XIV, *b,* da LC 75/1993; **2:** certo. Arts. 178 e 179 da LC 75/1993; **3:** errado. Não reflete o disposto no art. 156, § 1º, da LC 75/1993: "Concorrerão à lista tríplice os membros do Ministério Público do Distrito Federal com mais de cinco anos de exercício nas funções da carreira e que não tenham sofrido, nos últimos quatro anos, qualquer condenação definitiva ou não estejam respondendo a processo penal ou administrativo".
Gabarito 1C, 2C, 3E

(Analista – MPU – CESPE) A transferência de servidores do quadro funcional de um para o de outro ramo do Ministério Público da União (MPU):

(A) é legalmente vedada.
(B) é inaceitável, embora a legislação seja omissa tendo em vista que esse procedimento fraudaria a existência de concurso público para o provimento de cargos.
(C) é possível. mas somente por ato de iniciativa do administrador.
(D) é possível, mas sendo o caso de transferência a pedido do servidor, exige-se o prazo mínimo de dois anos na unidade em que o requerente tenha sido lotado por força do provimento inicial do cargo da carreira.
(E) independe da existência de vaga no órgão de destino.

De acordo com o art. 28 da Lei 11.415/2006, "Ao servidor integrante das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União será permitida movimentação, no mesmo ramo, a critério do Procurador-Geral respectivo, ou entre ramos diversos, a critério do Chefe do Ministério Público da União, para ocupação de vagas, no próprio Estado e no Distrito Federal, ou entre as diversas Unidades da Federação, consoante os seguintes critérios: I - concurso de remoção a ser realizado anualmente entre os Servidores das Carreiras do Ministério Público da União ou previamente a concurso público de provas ou de provas e títulos das

Carreiras do Ministério Público da União, descrito em regulamento, que será editado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência desta Lei; II - permuta, em qualquer período do ano, entre dois ou mais servidores das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, descrita em regulamento, que será editado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência desta Lei."

Gabarito "C"

(Analista – MPU – CESPE) Em decorrência de sua autonomia administrativa é assegurado ao MPU:

(A) propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos de membros da Instituição, mas não lhe compete propor a criação de cargos de serviços auxiliares , cuja iniciativa é privativa do Presidente da República.
(B) organizar os seus serviços auxiliares, desde que o faça observando as diretrizes definidas pelo Ministro da Administração e Reforma do Estado.
(C) prover, privativamente, os cargos de suas carreiras.
(D) não se submeter a controle externo para efeito de fiscalização operacional e patrimonial.
(E) realizar os seus concursos públicos e dar posse aos aprovados, desde que inexista decreto do Presidente da República impedindo contratação no âmbito da Administração Pública.

Art. 127, § 2º, da CF, art. 22 da LC 75/1993 e art. 3º da Lei 8.625/1993.

Gabarito "C"

(Técnico – MPU – CESPE) O membro do Ministério Público da União pode perder o cargo,

(A) a qualquer tempo, por decisão do Procurador-Geral do ramo a que esteja vinculado, ouvido o Conselho Superior.
(B) a qualquer tempo, por decisão do Procurador-Geral da República, ouvido o Conselho Superior.
(C) a qualquer tempo, mas somente por decisão judicial transitada em julgado.
(D) durante o estágio probatório, por decisão da maioria absoluta do Conselho Superior respectivo.
(E) após o vitaliciamento, por decisão de dois terços do Conselho Superior respectivo.

MPF: Art. 57, XX; MPT: art. 98, XVIII; MPM: art. 131, XVIII e MPDFT: art. 166, XVIII, todos da LC 75/1993.

Gabarito "B"

(Técnico – MPU – CESPE) É possível que dois ou mais membros do Ministério Público encontrem-se em situação de conflito de atribuição. Em outros termos. podem estar em desacordo quanto a qual deles deva oficiar em determinado processo ou desencadear determinadas providência. Esses conflitos de atribuição, entre membros de um mesmo ramo do Ministério Público da União são decididos pelo(a) respectivo(a).

(A) Câmara de Coordenação e Revisão, cabendo recurso para o Procurador-Geral.
(B) Conselho Superior, em pronunciamento definitivo.
(C) Conselho Superior, cabendo recurso para o Procurador-Geral.
(D) Conselho Superior. cabendo recurso para o Procurador-Geral da República.
(E) Procurador-Geral.

O PGR é autoridade competente para resolver conflito de atribuição entre membros de ramos diferentes do MPU (art. 26, VII, da LC 75/1993). Entre membros do mesmo ramo do MPU, a decisão cabe à Câmara de Coordenação e Revisão, com recurso para o Procurador-Geral respectivo. Confiram-se os seguintes artigos da LC 75/1993: MPF: art. 62, VII, e art. 49, VIII; MPT: art. 103, VI, e art. 91, VII; MPM: art. 136, VI, e art. 124, VI; MPDFT: art. 171, VIII, e art. 159, VI. Os conflitos de atribuições entre membros de um Ministério Público Estadual são resolvidos pelo Procurador-Geral (art. 10, X, da Lei 8.625/1993).

Gabarito "A"

(Técnico – MPU – CESPE) É atribuição privativa do Ministério Público:

(A) promover a ação civil pública.
(B) promover a ação penal pública.
(C) controlar as contas públicas.
(D) promover a ação direta de inconstitucionalidade.
(E) requisitar a abertura de inquérito policial.

A: incorreta. Podem propor ACP os órgãos listados no art. 5º da Lei 7.437/1985; **B:** correta. Art. 129, I, da CF; **C:** incorreta. O Ministério Público não possui essa atribuição; **D:** incorreta. Podem propor ADIn todos os órgãos e entidades arrolados no art. 103 da CF; **E:** incorreta. Não reflete o disposto no art. 5º, II, do CPP.

Gabarito "B"

51. Ética Profissional

Arthur da Motta Trigueiros Neto

1. ATIVIDADE DE ADVOCACIA E MANDATO

(OAB – CESPE – 2010.1) Em obediência ao que dispõe o Estatuto da Advocacia e da OAB, o advogado que, por motivos pessoais, não mais deseje continuar patrocinando determinada causa deve

(A) renunciar ao mandato e continuar representando seu cliente por trinta dias, salvo se este constituir novo advogado antes do término do prazo.
(B) fazer um substabelecimento sem reservas de poderes para outro advogado e depois comunicar o fato ao cliente.
(C) comunicar ao cliente a renúncia ao mandato e funcionar no processo nos dez dias subsequentes, caso outro advogado não se habilite antes.
(D) comunicar ao cliente a desistência do mandato e indicar outro advogado para a causa, o qual deve ser, obrigatoriamente, contratado pelo cliente.

A: opção incorreta. O prazo é de dez dias após a ciência ao cliente (Lei 8.906/1994, art. 5.º, § 3.º); **B:** opção incorreta. O advogado pode fazer substabelecimento sem reservas ao advogado que o cliente indicar. Nunca o contrário (Lei 8.906/1994, art. 5.º, § 3.º); **C:** opção correta. Depois da ciência do cliente, o advogado responde por até dez dias, mas, se outro advogado ingressar no processo antes, o anterior se desobriga (Lei 8.906/1994, art. 5.º, § 3.º); **D:** opção incorreta. O advogado pode até indicar outro profissional, mas deve, primeiro, comunicar o cliente, sendo a decisão sempre do cliente (Lei 8.906/1994, art. 5.º, § 3.º).
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2010.1) Prescinde-se de constituição de advogado regularmente inscrito na OAB para o ajuizamento de ação na 1.ª instância da justiça do trabalho, ação, no valor de até vinte salários-mínimos, no juizado especial cível,

(A) e *habeas corpus*.
(B) *habeas corpus* e ação popular.
(C) *habeas corpus* e mandado de segurança.
(D) e mandado de segurança.

A: correta. Não se exige a capacidade postulatória para a impetração de *habeas corpus* em qualquer instância ou tribunal (art. 1.º, I, § 1.º, da Lei 8.906/1994). Importante frisar que também não haverá necessidade de intervenção de advogado nas instâncias ordinárias da Justiça do Trabalho (*vide* Súmula 425 do TST), nas causas de até 20 (vinte) salários-mínimos, em 1ª instância, nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais (art. 9º da Lei 9.099/1995) e nos Juizados Especiais Cíveis Federais (art. 10 da Lei 10.259/2001); **B:** incorreta. Qualquer cidadão pode ser autor de ação popular, porém, deve constituir advogado para ingressar em juízo (Lei 8.906/1994, art. 1.º, I); **C:** incorreta. O mandado de segurança é ajuizado por quem tem capacidade postulatória, ou seja, advogado (Lei 8.906/1994, art. 1.º, I, § 1.º); **D:** incorreta. *Vide* justificativa apresentada na opção C.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

(A) As funções de diretoria e de gerência jurídicas em qualquer empresa pública, privada ou paraestatal, inclusive em instituições financeiras, são privativas de advogado, permitindo-se, entretanto, seu exercício por quem não esteja inscrito regularmente na OAB.
(B) Considera-se efetivo exercício da atividade de advocacia a participação anual mínima em cinco atos privativos da profissão de advogado, em causas ou questões distintas.
(C) Procurador de Estado está desobrigado de inscrever-se na OAB, visto que sua capacidade postulatória já deriva da própria assunção desse cargo público.
(D) Os honorários de sucumbência a que o advogado empregado faça jus, como regra, devem integrar o salário ou remuneração e, por isso, devem ser considerados para efeitos trabalhistas ou previdenciários.

A: incorreta, visto que se considera atividade privativa de advocacia a assessoria, consultoria e direção jurídica, seja esta última em empresas públicas, privadas ou paraestatais, nos termos do art. 1º, II, do Estatuto da OAB (Lei 8.906/1994 – EAOAB) e art. 7º do Regulamento Geral; **B:** correta, pois, de fato, de acordo com o art. 5º do Regulamento Geral, o efetivo exercício da advocacia decorre da participação anual mínima em cinco atos privativos da advocacia (sobre atividades privativas de advogado, ver art. 1º do EAOAB); **C:** incorreta, pois o Procurador do Estado, assim como os integrantes da Advocacia Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, das Defensorias Públicas da União e dos Estados, das autarquias e fundações públicas, consoante dispõem o art. 9º do Regulamento Geral e art. 3º, § 1º, do EAOAB, são advogados públicos, deles sendo exigida a inscrição nos quadros da OAB; **D:** incorreta, pois os honorários de sucumbências configuram verba eventual, motivo pelo qual não integram o salário do advogado empregado para fins trabalhistas ou previdenciários (art. 14 do Regulamento Geral).
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.2) No que concerne à capacidade postulatória do advogado, assinale a opção correta.

(A) O advogado que renunciar à procuração que lhe foi outorgada fica obrigado a representar o outorgante pelo prazo de dez dias, a contar da notificação da renúncia, ainda que outro advogado o substitua.
(B) A procuração para o foro confere, em geral, poderes especiais ao advogado.
(C) Em caso de urgência, pode o advogado postular em juízo sem procuração, devendo apresentá-la no prazo de quinze dias.
(D) Caso o advogado não junte procuração, o juiz mandará intimá-lo para que a apresente imediatamente, sob pena de indeferimento da petição inicial.

A: incorreta. A renúncia, que é causa de extinção do mandato judicial por ato do advogado, irá obrigá-lo a prosseguir na representação de seu cliente pelo prazo de 10 dias, a contar da notificação do ato, salvo se, antes do término de referido prazo, for substituído por outro advogado (art. 5º, § 3º, da Lei 8.906/1994 – EAOAB); **B:** incorreta, pois, como o próprio nome sugere, a procuração para o foro em geral confere ao advogado os poderes necessários a postular em qualquer instância, mas não lhe confere poderes especiais, os quais deverão constar expressamente na procuração (art. 5º, § 2º, da Lei 8.906/1994 – EAOAB); **C:** correta, pois, de fato, se o advogado afirmar urgência, ficará momentaneamente desobrigado a juntar aos autos a procuração. Contudo, deverá juntá-la no prazo de 15 dias, prorrogável por igual período (a prorrogação não é automática!), nos termos do art. 5º, § 1º, da Lei 8.906/1994 – EAOAB; **D:** incorreta, visto que caberá ao advogado, no primeiro momento em que representar o cliente em juízo, anexar aos autos à procuração. Porém, em caso de urgência, poderá fazê-lo sem procuração por até 15 dias, quando, então, deverá juntá-la. Tal prazo poderá ser prorrogado por igual período por despacho do juiz, consoante dispõe o art. 37 do CPC. Caso não o faça, o advogado não será intimado para que apresente o instrumento de mandato. Ao contrário, os atos por ele praticados serão reputados inexistentes.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.2) Acerca do exercício da advocacia, assinale a opção correta.

(A) A única petição que o estagiário pode assinar sozinho é a de solicitação de preferência no julgamento do processo.
(B) Com a instituição das defensorias públicas nos Estados e no DF, regidas por lei específica, os defensores públicos não podem exercer atividade de advocacia e, por isso, não se sujeitam à Lei n. 8.906/1994.

(C) Os procuradores da fazenda nacional, por serem funcionários públicos, não se sujeitam à Lei n. 8.906/1994.
(D) Ao estagiário devidamente inscrito na OAB é permitido praticar os atos privativos de advogado, desde que em conjunto com o advogado e sob sua responsabilidade, podendo assinar isoladamente petição de juntada de documentos.

A: incorreta, visto que, de acordo com o art. 29 do Regulamento Geral, o estagiário, isoladamente, somente poderá realizar as seguintes atividades: I) realizar carga de processos; II) obter certidões cartorárias; III) elaborar petição de juntada de documentos e; iv) realizar serviços extrajudiciais, desde que munido de procuração; **B** e **C:** incorretas, visto que, de acordo com o art. 3º, § 1º, da Lei 8.906/1994 – EAOAB e art. 9º do Regulamento Geral, os integrantes da Advocacia Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, das Defensorias Públicas da União e dos Estados, das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados e Municípios, bem como das autarquias e fundações públicas, por serem considerados advogados públicos, sujeitam-se aos ditames do EAOAB, sem prejuízo de suas próprias leis de regência (leis orgânicas). Assim, o fato de os defensores públicos não poderem exercer a atividade privada da advocacia não induz pensar que não se sujeitam ao Estatuto da OAB; **D:** correta, pois, de acordo com o art. 3º, § 2º, do Estatuto da OAB, em conjunto e sob a supervisão de um advogado, o estagiário poderá praticar os atos privativos de advocacia (art. 1º do EAOAB), atentando-se ao art. 29 do Regulamento Geral (*vide* comentário à alternativa A).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.3) Acerca das disposições relativas a mandato judicial previstas no Código de Ética e Disciplina da OAB, julgue os itens subsequentes.

I. A revogação do mandato judicial por vontade do cliente desobriga-o do pagamento das verbas honorárias contratadas, sendo, em razão disso, retirado do advogado o direito de receber eventuais honorários de sucumbência.
II. Tanto o mandato judicial quanto o extrajudicial devem ser outorgados coletivamente aos advogados que integrem a sociedade de que façam parte e exercidos no interesse do cliente, respeitada a liberdade de defesa.
III. Os mandatos judicial e extrajudicial não se extinguem pelo decurso de tempo, desde que permaneça a confiança recíproca entre o outorgante e o seu patrono no interesse da causa.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item I está certo.
(B) Apenas o item III está certo.
(C) Apenas os itens I e III estão certos.
(D) Apenas os itens II e III estão certos.

I: incorreto (art. 14 do CED). A revogação do mandato não irá desobrigar o cliente de pagar ao advogado os honorários contratados, nem impedirá que ele receba a verba de sucumbência, ainda que proporcionalmente; II: incorreto (art. 15 do CED e art. 15, § 3º, do Estatuto da OAB – Lei 8.906/1994). O mandato judicial, em caso de sociedade de advogados, deve ser constituído com a participação dos sócios da sociedade. Em outras palavras, a procuração será outorgada individualmente aos sócios, e não à sociedade; III: correto (art. 16 do CED). De fato, o mandato judicial não "caduca" pelo decurso do prazo. Basta que permaneça a confiança recíproca entre cliente e advogado.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.2.SP) Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética relacionada à Lei n. 8.906/1994 – Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) –, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

(A) Adelaide constituiu uma associação e pretende levar o ato de constituição a órgão competente. Nessa situação, para que o ato seja registrado, ele terá, obrigatoriamente, de estar assinado por advogado.
(B) Ronaldo, bacharel em direito não inscrito na OAB, foi preso, em operação da Polícia Federal, em março de 2008, por determinação de juiz federal. Nessa situação, Ronaldo não pode impetrar *habeas corpus* perante o TRF, por não exercer a profissão de advogado.
(C) Eduardo foi funcionário de uma empresa de seguros por mais de 25 anos e, em março de 2008, recebeu a comunicação de sua demissão. Irresignado, ele pretende ingressar com reclamação trabalhista perante a justiça do trabalho. Nessa situação, para ingressar com a ação na justiça, Eduardo deverá, obrigatoriamente, contratar um advogado.
(D) Carlos é bacharel em direito e, tendo sido aprovado no exame de ordem, foi inscrito na OAB. Nessa situação, ele não pode ingressar com ação de indenização nos juizados especiais, pois o acesso aos juizados é restrito ao cidadão comum.

A: correta, pois, de acordo com o art. 1º, § 2º, da Lei 8.906/1994, os atos constitutivos de pessoas jurídicas somente serão admitidos a registro se visados por advogados (há duas exceções apenas: microempresas e empresas de pequeno porte!); **B:** incorreta, pois a impetração de *habeas corpus*, consoante prevê o art. 1º, § 1º, da Lei 8.906/1994, não exige capacidade postulatória; **C:** incorreta, visto que o art. 791 da CLT garante a reclamante e reclamado, ao menos nas instâncias ordinárias (*vide* Súmula 425 do TST), o *jus postulandi*, dispensando-se, pois, a intervenção nos atos processuais de advogados; **D:** incorreto, visto que o advogado poderá atuar perante os juizados especiais, muito embora sua intervenção seja dispensável nas causas em primeira instância cujo valor não supere vinte salários-mínimos (art. 9º da Lei 9.099/1995).
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2.SP) Assinale a opção correta acerca da atividade da advocacia prevista no Estatuto da Advocacia e da OAB.

(A) Um estagiário de advocacia regularmente inscrito na OAB/SP está apto a assinar sozinho as contestações e reconvenções dos processos do escritório em que atua.
(B) Alegação final apresentada em audiência por advogado suspenso do exercício profissional é considerada ato nulo.
(C) A procuração, instrumento indispensável para o exercício profissional da advocacia, habilita o advogado para a prática de todos os atos judiciais em prol do seu cliente, sendo sua imediata apresentação exigida até nos casos de urgência.
(D) Ao renunciar ao mandato de cliente, já no dia seguinte, o advogado estará sem a representação do referido cliente, eximindo-se de qualquer responsabilidade sobre a causa.

A: incorreta. O estagiário, isoladamente, somente poderá realizar as atividades constantes no art. 29 do Regulamento Geral. Não poderá, sem a supervisão e atuação conjunta de um advogado, subscrever sozinho contestações e reconvenções, visto que tais atos postulatórios são privativos de advocacia (art. 1º, I, do Estatuto da OAB); **B:** correta. De acordo com o art. 4º, parágrafo único, da Lei 8.906/1994 – Estatuto da OAB, os atos praticados por pessoa incompatível, por advogado impedido, nos limites do impedimento, e por advogado suspenso, são considerados nulos; **C:** incorreta, pois, em caso de afirmação de urgência, nos termos do art. 5º, § 1º, da Lei 8.906/1994, poderá o advogado atuar sem procuração, devendo, contudo, juntá-la aos autos em 15 dias, prorrogáveis por igual período, por despacho do juiz (art. 37 do CPC); **D:** incorreta, pois, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei 8.906/1994, caberá ao advogado prosseguir na representação judicial de seu ex-cliente pelo prazo de 10 dias, salvo se outro advogado substituí-lo nesse interregno.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.1) João, administrador de empresas desempregado, e Júlio, mecânico, por não disporem dos recursos financeiros necessários à constituição de advogado, resolveram ingressar em juízo pessoalmente. João impetrou *habeas corpus* em favor de seu irmão Jânio, e Júlio ingressou com ação no juizado especial civil.

Tendo como referência essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Apenas na impetração de *habeas corpus* é possível ingressar em juízo pessoalmente, prescindindo-se da constituição de advogado.
(B) Em ambas as circunstâncias descritas, seria impossível ingressar em juízo sem constituir advogado.

(C) Para ingressar com ação no juizado especial civil sem constituir advogado, é necessário que se comprove formação universitária.
(D) Tanto na impetração de *habeas corpus* quanto no juizado especial civil, em causas cujo valor seja inferior a vinte salários-mínimos, é possível ingressar em juízo pessoalmente, prescindindo-se da constituição de advogado.

De acordo com o art. 1º, I, do Estatuto da OAB (Lei 8.906/1994 – EAOAB), a postulação em juízo é atividade privativa de advocacia. Contudo, são admitidas algumas exceções, especialmente em razão do julgamento da ADIn 1.127-8 pelo STF, a saber: I) impetração de *habeas corpus* em qualquer instância ou tribunal (art. 1º, § 1º, do EAOAB); II) postulação nas causas de até 20 (vinte) salários-mínimos, em primeira instância, nos Juizados Especiais Cíveis estaduais (art. 9º da Lei 9.099/1995), bem como nos Juizados Especiais Federais (art. 10 da Lei 10.259/2001), também em primeiro grau de jurisdição, até o limite de alçada (sessenta salários-mínimos); III) *jus postulandi* na Justiça do Trabalho (*vide* art. 791 da CLT e Súmula 425 do TST).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.1.SP) Alberto, estagiário de renomado escritório de advocacia da capital paulista, está inscrito na OAB/SP desde março de 2008 e acompanha os processos do escritório, sob a responsabilidade de um advogado, perante as varas cíveis da primeira instância da capital, bem como no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP). Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a norma em vigor.

(A) Alberto pode assinar petição de juntada de documento em processo em curso perante qualquer vara cível da capital, sem a assinatura conjunta do advogado por ele responsável.
(B) Mesmo com autorização do advogado responsável, Alberto não pode retirar autos em cartório.
(C) Por estar regularmente inscrito na OAB como estagiário, Alberto pode participar, sem a presença do advogado responsável, das audiências do escritório que estejam em curso nas varas cíveis de primeira instância.
(D) Alberto pode assinar isoladamente apenas as contrarrazões de apelação perante o TJ/SP, não lhe sendo permitido fazer qualquer sustentação oral nos julgamentos.

A: correta, nos termos do art. 29, § 1º, III, do Regulamento Geral (o estagiário, mesmo sozinho, poderá elaborar petição de juntada de documentos); **B:** incorreta, nos termos do art. 29, § 1º, I, do Regulamento Geral (o estagiário poderá fazer carga dos autos judiciais, desde que, é claro, tenha procuração ou substabelecimento nos autos); **C:** incorreta, visto que o art. 29 do Regulamento Geral não traz essa possibilidade (o estagiário somente pode participar de audiências se estiver com o advogado responsável pela causa); **D:** incorreta, visto que o art. 29 do Regulamento Geral não permite a um estagiário a assinatura isolada de contrarrazões de apelação (apenas de petição de juntada de documentos!).
Gabarito "A"

2. DIREITOS DO ADVOGADO

(OAB – CESPE – 2009.2) No que se refere aos direitos e deveres do advogado, assinale a opção correta.

(A) O advogado devidamente inscrito na OAB só pode advogar no Estado onde tenha homologado sua inscrição.
(B) O advogado pode ter vista, mesmo sem procuração, de qualquer processo, administrativo ou judicial, que não esteja sujeito a sigilo, podendo copiá-lo e anotar o que bem entender.
(C) Ao falar em juízo, durante uma audiência, o advogado deve permanecer de pé.
(D) O advogado que desejar falar com magistrado deve agendar previamente um horário, devendo estar presente à audiência com, pelo menos, quinze minutos de antecedência.

A: incorreta, pois o advogado, nos termos do art. 7º, I, da Lei 8.906/1994, poderá exercer a advocacia em todo o território nacional. Contudo, fora do seu Estado de inscrição, se passar a exercer a advocacia com habitualidade (mais de cinco causas em cada ANO), deverá requerer inscrição suplementar (art. 10, § 2º, da Lei 8.906/1994 e art. 26 do Regulamento Geral); **B:** correta, conforme dispõe o art. 7º, XIII, da Lei 8.906/1994; **C:** incorreta, visto que, de acordo com o art. 7º, VII, da Lei 8.906/1994, poderá permanecer sentado ou em pé, bem como ausentar-se sem licença prévia; **D:** incorreta, pois, nos termos do art. 7º, VIII, da Lei 8.906/1994, o advogado poderá dirigir-se aos magistrados e com eles falar sem qualquer necessidade de prévio agendamento. É dever dos magistrados atender os advogados, respeitada, é verdade, a ordem de chegada.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.1) Manuel foi constituído advogado para patrocinar os interesses de Lúcio em uma ação de divórcio litigioso. Durante o trâmite processual, surgiu a acusação de que Lúcio seria bígamo, tendo sido instaurada ação penal para apurar o referido crime. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto da OAB.

(A) Não existe óbice para que Manuel seja testemunha na ação penal, visto que somente é advogado de Lúcio na ação cível, vigorando o dever de sigilo profissional apenas nesta ação.
(B) Manuel não pode recusar-se a depor, caso seja arrolado como testemunha de acusação na ação penal e Lúcio consinta com o seu depoimento.
(C) Caso seja arrolado como testemunha, Manuel deve testemunhar na ação penal, independentemente de autorização de Lúcio, visto que não pode eximir-se da obrigação de depor.
(D) Manuel tem o direito de recusar-se a depor como testemunha, caso tenha tomado ciência dos fatos em razão do exercício profissional.

Nos termos do art. 7º, XIX, da Lei 8.906/1994, o advogado pode (e deve!) recusar-se a prestar depoimento como testemunha, especialmente na hipótese de haver tomado ciência dos fatos em razão do exercício profissional. Mesmo que o cliente o autorizasse a depor, ainda assim, deveria recusar-se a fazê-lo, consoante dispõe o art. 26 do Código de Ética e Disciplina (CED).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.1) De acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, o advogado deve apresentar procuração para

(A) comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares.
(B) examinar, em órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo ou da administração pública, autos de processos em andamento.
(C) retirar autos de processos findos, no prazo previsto em lei.
(D) ingressar livremente em qualquer assembleia ou reunião de que participe o seu cliente.

A: incorreta, nos termos do art. 7º, III, da Lei 8.90619/94 (poderá comunicar-se com seus clientes, ainda que presos, mesmo sem procuração); **B:** incorreta, nos termos do art. 7º, XIII, da Lei 8.906/1994 (poderá examinar autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração); **C:** incorreta, pois, de acordo com o art. 7º, XVI, da Lei 8.906/1994, poderá retirar autos de processos findos, no prazo legal, mesmo sem procuração; **D:** correta, visto que, de acordo com o art. 7º, VI, "d", da Lei 8.906/1994, o advogado poderá ingressar em assembleia ou reunião de que participe seu cliente, desde que munido de poderes especiais.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.1) Acerca dos direitos do advogado previstos no Estatuto da OAB, julgue os seguintes itens.

I. O advogado pode retirar-se, após trinta minutos do horário designado, independentemente de qualquer comunicação formal, do recinto onde esteja aguardando pregão para ato judicial e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a sessão.
II. O advogado preso em flagrante delito de crime inafiançável tem o direito à presença de representante da OAB para lavratura do respectivo auto, sob pena de a prisão ser considerada nula.

III. É direito do advogado ver respeitada a inviolabilidade de seu escritório e residência, bem como de seus arquivos, correspondência e comunicações, salvo em caso de busca e apreensão determinadas por magistrado e acompanhadas de representante da OAB.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 0.
(B) 1.
(C) 2.
(D) 3.

I: incorreta (art. 7º, XX, da Lei 8.906/1994), visto que a retirada do advogado deverá ocorrer mediante comunicação escrita; II: incorreta, pois, nos termos do art. 7º, IV, da Lei 8.906/1994, o advogado preso em flagrante por crime inafiançável somente terá direito de ver presente um representante da OAB à lavratura do auto se referido crime tiver sido cometido por motivo ligado à advocacia; III: incorreta, pois, nos termos do art. 7º, II, da Lei 8.906/1994, invioláveis são o escritório e os instrumentos de trabalho do advogado, e não sua residência (pegadinha!).
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3) De acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, ao advogado que exerça, em Brasília, a advocacia criminal perante o TJDFT, o STJ e o STF é assegurado

(A) ingressar livremente nas delegacias de polícia no horário de expediente, desde que na presença do delegado responsável.
(B) adentrar as salas de audiências de primeiro grau, desde que lhe seja dada autorização do magistrado que estiver respondendo pela respectiva vara.
(C) ingressar livremente na sala de sessões desses tribunais até mesmo além dos cancelos que dividem a parte reservada aos desembargadores e ministros.
(D) dirigir-se aos juízes criminais de primeiro grau em seus gabinetes de trabalho sempre em horário previamente agendado ou em outra condição que os tribunais determinarem.

A: incorreta (art. 7º, VI, *b*, da Lei 8.906/1994 – o advogado pode ingressar livremente em delegacias de polícia no horário de expediente, com ou sem a presença do delegado responsável); **B:** incorreta (art. 7º, VI, *b*, da Lei 8.906/1994 – é direito do advogado ingressar livremente nas salas de audiência, independentemente de qualquer autorização); **C:** correta (art. 7º, VI, *a*, da Lei 8.906/1994); **D:** incorreta (art. 7º, VIII, da Lei 8.906/1994 – não pode o advogado ficar limitado a prévio agendamento ou qualquer outra condição para dirigir-se aos magistrados).
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.3) Márcio, advogado em Brasília, pretende examinar, sem procuração, um processo administrativo, em curso na Câmara dos Deputados, que não está sujeito a sigilo. Nessa situação hipotética, à luz do Estatuto da OAB, Márcio

(A) poderá examinar os autos do processo administrativo, tomar apontamentos e obter cópia deles.
(B) está legalmente impedido de examinar os autos do processo administrativo visto que não dispõe de procuração da parte interessada.
(C) poderá examinar os autos do processo, mas não obter cópia deles, visto que não dispõe de procuração.
(D) está legalmente impedido de examinar os autos do referido processo visto que, sem procuração, só é permitido examinar autos de processo perante os órgãos do Poder Judiciário.

Nos termos do art. 7º, XIII, da Lei 8.906/1994 (Estatuto da OAB), examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3.SP) Assinale a opção correta de acordo com o Regulamento Geral da OAB.

(A) O desagravo público depende da concordância do ofendido.
(B) Advogado inscrito na Seccional do DF e que tenha até três ações na justiça em São Paulo deverá, obrigatoriamente, fazer a inscrição suplementar na OAB/SP.
(C) Delegado da polícia federal é legitimado para requerer desagravo público, a ser promovido pelo conselho seccional, em favor de advogado, inscrito na OAB, que tenha sido ofendido em razão do exercício profissional.
(D) O compromisso perante o conselho seccional da OAB para fins de requerimento da inscrição principal no quadro de advogados poderá ser feito por procuração.

A: incorreta (art. 7º, § 5º, da Lei 8.906/1994 e art. 18, § 7º, do Regulamento Geral – o desagravo público independe de requerimento ou mesmo de anuência do advogado ofendido no exercício da profissão); **B:** incorreta (art. 10, § 2º, da Lei 8.906/1994 e art. 26 do Regulamento Geral – o advogado poderá atuar em Estado diverso daquele em que tenha inscrição principal, desde que respeitado o limite máximo de cinco causas por ano, sendo certo que a partir da sexta causa, deverá providenciar inscrição suplementar); **C:** correta (art. 18, *caput*, do Regulamento Geral – qualquer pessoa poderá deflagrar o desagravo público em razão de ofensas praticadas contra advogados em razão do exercício profissional ou de cargo ou função na OAB); **D:** incorreta (art. 20, § 1º, do Regulamento Geral – o compromisso perante o Conselho Seccional é ato personalíssimo, não podendo ser feito por procuração).
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.2) No que diz respeito aos direitos e prerrogativas dos advogados, julgue os seguintes itens.

I. As autoridades, os servidores públicos e os serventuários da justiça devem dispensar ao advogado, no exercício da profissão, tratamento compatível com a dignidade da advocacia e condições adequadas ao seu desempenho.

II. Não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público (MP).

III. Compete exclusivamente ao presidente do Conselho Federal conhecer de fato que possa causar ou tenha causado violação de direitos ou prerrogativas do advogado.

IV. São direitos dos advogados, entre outros, o de exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional, bem como o de comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, salvo quando estes forem considerados incomunicáveis.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1.
(B) 2.
(C) 3.
(D) 4.

I: correta (art. 6º, parágrafo único, da Lei 8.906/1994 – Estatuto da OAB – EAOAB); II: correta, conforme preceitua o art. 6º do EAOAB); III: incorreta (art. 15 do Regulamento Geral – Compete ao Presidente do Conselho Federal, do Conselho Seccional ou da Subseção, ao tomar conhecimento de fato que possa causar, ou que já causou, violação de direitos ou prerrogativas da profissão, adotar as providências judiciais e extrajudiciais cabíveis para prevenir ou restaurar o império do Estatuto, em sua plenitude, inclusive mediante representação administrativa); IV: incorreta (art. 7º, I e III, da Lei 8.906/1994 – o advogado poderá comunicar-se com seus clientes, mesmo sem procuração, ainda que considerados incomunicáveis).
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.2) Otaviano, advogado regularmente inscrito na OAB/GO, aguardava pregão para ato judicial. Após três horas do horário designado, certificou-se de que a autoridade que deveria presidir o ato não havia comparecido. Nessa situação hipotética, Otaviano estaria autorizado a

(A) retirar-se do recinto mediante comunicação protocolizada em juízo.
(B) retirar-se do recinto mediante representação do presidente da seccional.
(C) embargar o referido ato mediante moção de repúdio do presidente da seccional.
(D) requerer a suspensão do referido ato mediante representação ao tribunal de justiça.

De acordo com o art. 7º, XX, da Lei 8.906/1994 (Estatuto da OAB), poderá o advogado retirar-se do recinto em que esteja aguardando a realização de ato judicial, desde que o magistrado que deva presidi-lo encontre-se ausente por pelo menos 30 (trinta) minutos (ou 15 minutos, em se tratando da Justiça do Trabalho – art. 815, parágrafo único, da CLT), devendo comunicar sua retirada mediante petição devidamente protocolizada.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.1) Acerca do desagravo público e das disposições do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, julgue os itens subsequentes.

I. O inscrito na OAB, quando ofendido comprovadamente em razão do exercício profissional ou de cargo ou função da OAB, tem direito ao desagravo público promovido pelo conselho competente, de ofício, a seu pedido ou de qualquer pessoa.

II. Na sessão de desagravo, o presidente lê a nota a ser publicada na imprensa, encaminhada ao ofensor e às autoridades e registrada nos assentamentos do inscrito, bem como no livro-tombo do Conselho Nacional de Imprensa.

III. O desagravo público, como instrumento de defesa dos direitos e prerrogativas da advocacia, não depende de concordância do ofendido, que não pode dispensá-lo, devendo ser promovido a critério do conselho.

IV. O relator não pode propor o arquivamento do pedido, ainda que a ofensa seja eminentemente pessoal, visto que a opinião pública poderá relacioná-la com o exercício profissional ou com as prerrogativas gerais do advogado. O arquivamento só é possível quando for configurada crítica de caráter doutrinário, político ou religioso.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item III está certo.
(B) Apenas os itens I e III estão certos.
(C) Apenas os itens II e IV estão certos.
(D) Todos os itens estão certos.

I: correta, pois corresponde ao disposto no art. 18 do Regulamento Geral; II: incorreta (art. 18, § 5º, do Regulamento Geral – a nota a ser publicada na imprensa será encaminhada ao ofensor e às autoridades, bem como será registrada nos assentamentos do advogado, mas não será registrada no "livro-tombo" do Conselho Nacional de Imprensa, como mencionado na assertiva); III: correta, em consonância com o art. 18, § 7º, do Regulamento Geral); IV: incorreta (art. 18, § 2º, do Regulamento Geral – poderá ser requerido pelo relator o arquivamento do pedido de desagravo público caso a ofensa seja eminentemente pessoal, visto que a prerrogativa em questão pressupõe que o advogado tenha sido ofendido em razão do exercício profissional ou de cargo ou função exercida na OAB).

Gabarito "B"

3. INSCRIÇÃO NA OAB

(OAB – CESPE – 2010.1) Assinale a opção correta de acordo com as disposições do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

(A) O compromisso que o requerente à inscrição nos quadros da OAB deve fazer perante o conselho seccional, a diretoria ou o conselho da subseção é indelegável, haja vista sua natureza solene e personalíssima.
(B) Toda vez que figurar como indiciado em inquérito policial, por qualquer espécie de infração, o advogado deve ser assistido por um representante da OAB, sem prejuízo da atuação de seu defensor.
(C) É vedado ao requerente pleitear inscrição nos quadros da OAB sem ter, regularmente registrado, diploma de bacharel em direito, não suprindo sua falta nenhum outro documento.
(D) O estagiário inscrito na OAB pode praticar, isoladamente, todos os atos próprios de advogado, desde que sua inscrição esteja regular.

A: correta. É o que se extrai do art. 20, *caput* e seu § 1º, do Regulamento Geral; **B:** incorreta. O art. 16 do Regulamento Geral afirma que tal assistência de representante da OAB nos inquéritos policiais ou nas ações penais em que o advogado figurar como indiciado, acusado ou ofendido, só ocorrerá quando o fato a ele imputado decorrer do exercício da profissão ou a este vincular-se; **C:** incorreta. O requerente à inscrição no quadro de advogados, na falta de diploma regularmente registrado, poderá apresentar certidão de graduação em direito, acompanhada de cópia autenticada do respectivo histórico escolar (art. 23 do Regulamento Geral); **D:** incorreta. Praticamente todos os atos de advocacia, previstos no art. 1.º do Estatuto, podem ser praticados por estagiário inscrito na OAB, mas devem ser feitos em conjunto com o advogado ou o defensor público. Apenas alguns poucos atos podem ser, isoladamente, praticados por estagiários (De acordo com o art. 29, § 1.º, do Regulamento Geral "O estagiário inscrito na OAB pode praticar isoladamente os seguintes atos, sob a responsabilidade do advogado: I – retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga; II – obter junto aos escrivães e chefes de secretarias certidões de peças ou autos de processos em curso ou findos; III – assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais ou administrativos").

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.3) Célio, advogado regularmente inscrito na OAB/SC, tem escritório próprio de advocacia em Florianópolis, onde atua na área trabalhista e na do direito do consumidor. No ano de 2006, atuou excepcionalmente como advogado em quatro ações de indenização perante o TJDFT. Em 2007, ajuizou quinze ações em face da mesma empresa perante o TRT, em Brasília – DF, e, em 2008, atuou como advogado constituído em mais de dez causas. Na situação hipotética apresentada, Célio, de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da OAB,

(A) cometeu infração disciplinar por ter exercido, em 2006, a advocacia fora de seu domicílio de inscrição.
(B) está obrigado, desde 2007, à inscrição suplementar na Seccional da OAB/DF.
(C) está dispensado de comunicar à OAB o exercício da advocacia perante o TRT.
(D) está impedido de requerer a inscrição suplementar na OAB/DF, dada a regular inscrição na OAB/SC.

Considerando o disposto no art. 10, § 2º, da Lei 8.906/1994 (Estatuto da OAB), caberá ao advogado promover a inscrição suplementar perante o Conselho Seccional do Estado em que passar a exercer habitualmente a advocacia, assim entendida a partir da sexta causa do advogado no mesmo ano. Assim, até cinco causas (o que chamamos, por brincadeira, de "test drive"), o advogado está liberado para atuar em Estados diversos ao da sua inscrição principal. Porém, ultrapassado o limite quantitativo mencionado, deverá promover sua inscrição suplementar, sob pena de exercício ilegal da profissão. Na questão ora analisada, Célio estará obrigado, a partir de 2007, a ter inscrição suplementar perante a OAB/DF, visto que, em referido período, ajuizou 15 ações perante o TRT, em Brasília, e, em 2008, foi constituído em outras dez causas, extrapolando, pois, o "test drive" que a OAB lhe garante.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.2) Assinale a opção correta acerca da inscrição do advogado nos quadros da OAB.

(A) Promotor de justiça aposentado pode solicitar inscrição nos quadros da OAB como advogado.
(B) Oficial das Forças Armadas formado em curso de direito e aprovado no exame de ordem pode solicitar inscrição nos quadros da OAB como advogado.
(C) Considere que Juan, cubano, bacharel em direito por faculdade de seu país de origem, fixe residência no Brasil. Nessa situação hipotética, Juan pode requerer inscrição, como advogado, nos quadros da OAB, desde que revalide seu diploma no Brasil.
(D) Considere que Hugo, venezuelano, após revalidar, no Brasil, diploma de bacharel em direito obtido no Equador, requeira sua inscrição, como advogado, na OAB, sem ter sido aprovado no exame de ordem, sob o argumento de que, em seu país, inexiste tal exigência. Nesse caso específico, a OAB poderá dispensá-lo do exame.

A: correta (art. 8º, V, da Lei 8.906/1994 – se o Promotor já estiver aposentado, terá deixado de exercer uma atividade incompatível, motivo pelo qual poderá solicitar sua inscrição na OAB); **B:** incorreta, visto que os militares na ativa (leia-se: os ocupantes das Forças Armadas), por serem incompatíveis com a advocacia (art. 28, VI, da Lei 8.906/1994), não terão sua inscrição deferida na OAB (art. 8º, V, do Estatuto da OAB); **C** e **D:** incorretas (art. 8º, § 2º, da Lei 8.906/1994 – ao bacharel em direito no estrangeiro, impor-se-á, além da revalidação de seu diploma, a satisfação dos demais requisitos exigidos para a inscrição, dentre eles, a aprovação no exame de ordem).

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.2) Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta assertiva correta com relação à inscrição do advogado na OAB.

(A) Marcelo, advogado, e Ana, juíza federal substituta, são casados entre si e residem em Manaus – AM. Ana foi transferida para Roraima, para assumir a titularidade de uma vara naquele estado. Nessa situação, Marcelo, ao mudar seu domicílio profissional para Roraima, não será obrigado a requerer a transferência de sua inscrição na OAB para aquele estado.

(B) André, advogado, foi convidado a assumir temporariamente cargo incompatível com a advocacia. Nessa situação, caso pretenda aceitar o convite, André deverá requerer o cancelamento de sua inscrição na OAB.

(C) José, advogado, tem sua inscrição principal na OAB/DF e também atua na comarca de Luziânia – GO, onde advoga para uma empresa, assumindo mais de seis causas por ano nessa comarca. Nessa situação, José deve requerer sua inscrição suplementar na OAB/GO.

(D) Paulo, advogado, obteve aprovação em concurso público e passou a exercer cargo incompatível com a advocacia. Nessa situação, para que ocorra o cancelamento de sua inscrição, somente Paulo poderá comunicar o fato à OAB.

A: incorreta (art. 10, § 3º, da Lei 8.906/1994 – caso haja mudança efetiva do domicílio profissional para outro Estado, deverá o advogado requerer a transferência de sua inscrição principal para o Conselho Seccional respectivo); **B:** incorreta (art. 12, II, da Lei 8.906/1994 – o exercício de atividade incompatível em caráter temporário enseja o licenciamento, mas não o cancelamento da inscrição); **C:** correta (art. 10, § 2º, da Lei 8.906/1994 e art. 26 do Regulamento Geral– o exercício habitual da advocacia perante Conselho Seccional diverso ao da inscrição principal obriga o advogado a promover sua inscrição suplementar); **D:** incorreta (art. 11, § 1º, da Lei 8.906/1994 – poderá o cancelamento da inscrição ser promovido de ofício pela OAB ou mediante comunicação).

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.3) De acordo com o Estatuto da OAB, o documento de identidade profissional, na forma prevista no Regulamento Geral, é de uso

(A) facultativo, pois não constitui prova de identidade civil para fins legais.

(B) obrigatório no exercício da atividade de advogado ou de estagiário e constitui prova de identidade civil para todos os fins legais.

(C) obrigatório no exercício da atividade de advogado, porém facultativo para os estagiários.

(D) obrigatório no exercício da atividade de advogado ou de estagiário, embora não constitua prova de identidade civil para fins legais.

Nos termos do art. 13 da Lei 8.906/1994 (Estatuto da OAB), o documento de identidade profissional, na forma prevista no regulamento geral, é de uso obrigatório no exercício da atividade de advogado ou de estagiário e constitui prova de identidade civil para todos os fins legais.

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.2) Suponha que Laércio, advogado regularmente inscrito na OAB/RJ e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, esteja atuando em doze causas na cidade de Belo Horizonte. Nessa situação, Laércio deve

(A) requerer ao Poder Judiciário – com a devida comunicação protocolada junto às respectivas seccionais envolvidas – a transferência de foro, baseando-se no princípio processual do *lex fori regit actus*.

(B) associar-se a um escritório de advocacia cuja sede se situe na cidade de Belo Horizonte, sob pena de exclusão dos quadros da OAB.

(C) pedir a transferência de sua inscrição para a OAB/MG, sob pena de multa e suspensão.

(D) pedir sua inscrição suplementar na OAB/MG, sob pena de exercício ilegal da profissão e sanção disciplinar.

Nos termos do art. 10, § 2º, da Lei 8.906/1994 (Estatuto da OAB) e art. 26 do Regulamento Geral, Laércio deverá solicitar sua inscrição suplementar à OAB/MG, visto que está advogando com habitualidade (mais de cinco causas por ano).

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.1.SP) Assinale a opção correta no que se refere à advocacia pública, prevista no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

(A) Um consultor jurídico de estado da Federação regularmente inscrito na respectiva Seccional da OAB sujeita-se ao regime do Código de Ética e Disciplina da OAB e não pode integrar cargos de diretoria da Seccional.

(B) Os defensores públicos federais não estão obrigados à inscrição na OAB por não exercerem a advocacia.

(C) Um procurador de Estado exerce a advocacia pública e está obrigado à inscrição na OAB, contudo não pode compor qualquer órgão de Conselho Seccional em que esteja inscrito, por incompatibilidade.

(D) Os advogados da União são obrigados à inscrição na OAB para o exercício de suas atividades.

A: incorreta (art. 9º, parágrafo único, do Regulamento Geral – membros da advocacia pública podem ter cargos na OAB); **B:** incorreta (arts. 9º e10 do Regulamento Geral – defensores públicos são advogados públicos e, portanto, obrigados à inscrição na OAB); **C:** incorreta (art. 9º, parágrafo único, do Regulamento Geral – membros da advocacia pública podem ter cargos na OAB); **D:** correta, em consonância com os arts. 9º e 10 do Regulamento Geral.

Gabarito "D"

4. SOCIEDADE DE ADVOGADOS

(OAB – CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB.

(A) O sócio de sociedade de advogados que cause danos a clientes deve responder por seu ato comissivo ou omissivo, sendo tal responsabilidade pessoal, não havendo implicações para a pessoa jurídica.

(B) Falecendo o advogado durante o curso de um processo, os honorários de sucumbência serão integralmente recebidos pelo profissional que o suceder na causa.

(C) Na situação em que advogados se reúnam em sociedade civil, devem as procurações ser outorgadas individualmente a cada causídico, com a indicação da sociedade de que façam parte.

(D) É proibido que a sociedade de advogados ostente, na razão social, o nome de sócio falecido. Assim, em caso de falecimento de algum sócio, deve-se, obrigatoriamente, providenciar a alteração do registro da sociedade.

A: incorreta, pois a sociedade também responde com seu patrimônio (art. 17 da Lei 8.906/1994); **B:** incorreta (art. 24, § 2º, da Lei 8.906/1994 – os honorários de sucumbência, em caso de falecimento do advogado, serão transmitidos aos sucessores ou representantes legais); **C:** correta, corresponde ao disposto no art. 15, § 3º, da Lei 8.906/1994; **D:** incorreta (art. 16, § 1º, da Lei 8.906/1994 – admite-se a continuidade do uso de nome de sócio falecido, desde que haja expressa previsão no ato constitutivo da sociedade de advogados).

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.2) A respeito das sociedades de advogado, assinale a opção correta.

(A) Considere que Rogério e Daniel sejam sócios na XYZ Advogados, com sede em Belém – PA, e que André convide Rogério para integrar a equipe de sua sociedade, a MNP Advocacia, com sede em Santarém – PA. Nessa situação, não há qualquer impedimento ao fato de Rogério integrar a MNP Advocacia, uma vez que a sede das referidas sociedades está situada em cidades diferentes.

(B) A sociedade de advogados só adquire personalidade jurídica após o registro na seccional da OAB em cuja base territorial estiver situada a sede da sociedade.

(C) As procurações podem ser outorgadas à sociedade de advogados, bastando que se faça menção ao registro dos advogados que a compõem.

(D) A personalidade jurídica da sociedade de advogados é adquirida com o seu registro na junta comercial.

A: incorreta (art. 15, § 4º, da Lei 8.906/1994 – não pode um advogado ser sócio de duas sociedades na mesma base territorial, ou seja, no mesmo Estado da federação); **B:** correta, conforme previsão do art. 15, § 1º, da Lei 8.906/1994: **C:** incorreta, visto que, nos termos do art. 15, § 3º, da Lei 8.906/1994, a procuração deverá ser outorgada individualmente aos sócios, devendo constar no referido instrumento a sociedade de que façam parte; **D:** incorreta, visto que a sociedade de advogados adquire personalidade jurídica após o registro dos atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede (art. 15, § 1º, da Lei 8.906/1994), e não na Junta Comercial ou qualquer Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Lembre-se que a sociedade de advogados não tem natureza jurídica de sociedade empresária!

Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2009.1) No que concerne à sociedade de advogados, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o Estatuto da OAB, a sociedade de advogados adquire personalidade jurídica quando do registro dos atos constitutivos perante a junta comercial em cuja base territorial tiver sede.

(B) Advogados sócios da mesma sociedade profissional podem representar em juízo clientes de interesses opostos, desde que mantenham o decoro e a autonomia funcional.

(C) Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

(D) É possível registrar no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas sociedade que inclua, entre outras finalidades, a atividade de advocacia.

A: incorreta (art. 15, § 1º, da Lei 8.906/1994 – o registro deve ser feito no Conselho Seccional em cuja base territorial tiver sua sede); **B:** incorreta, contraria o disposto no art. 15, § 6º, da Lei 8.906/1994; **C:** correta, de acordo com o art. 15, § 4º, da Lei 8.906/1994; **D:** incorreta, pois é *proibido* o registro na hipótese versada na alternativa em comento (art. 16, § 3º, da Lei 8.906/1994).

Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.3) No tocante à sociedade de advogados, assinale a opção correta.

(A) A sociedade de advogados pode associar-se com advogados apenas para participação nos resultados, sem vínculo de emprego.

(B) Com o falecimento do sócio que dava nome à sociedade de advogados, o conselho seccional deverá notificar de imediato os demais sócios para a alteração do ato constitutivo, independentemente de previsão de permanência do nome do sócio falecido.

(C) Os advogados associados não respondem pelos danos causados diretamente ao cliente, sendo essa responsabilidade exclusiva dos sócios do escritório.

(D) Ainda que condenado judicialmente por dano causado a cliente, o advogado não deverá sofrer qualquer sanção disciplinar no âmbito da OAB.

A: correta (art. 39 do Regulamento Geral – os advogados associados não são sócios ou empregados da sociedade de advogados, mas, apenas, "parceiros", que auferirão uma participação nos resultados dos trabalhos realizados em nome da sociedade); **B:** incorreta, pois, nos termos do art. 16, § 1º, da Lei 8.906/1994, o nome do sócio falecido poderá continuar na razão social da sociedade desde que haja expressa previsão no ato constitutivo; **C** e **D:** incorretas, pois dispõem de modo diverso do previsto no art. 40 do Regulamento Geral.

Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2.SP) João Braz e Antônio Geraldo são advogados inscritos na Seccional de São Paulo. Em janeiro de 2002, eles tornaram-se sócios de um escritório de advocacia, que foi registrado na Seccional da OAB de São Paulo com o nome Antônio Geraldo Advogados Associados. Após seis anos de trabalho como sócio de João Braz, Antônio Geraldo faleceu. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta no que se refere à sociedade de advogados.

(A) Obrigatoriamente, a razão social do escritório deveria conter, o nome dos dois sócios, ou seja, João Braz e Antônio Geraldo Advogados Associados.

(B) Antes da morte de Antônio Geraldo, João Braz poderia ter integrado outra sociedade de advogados, desde que o escritório tivesse filial na mesma área territorial da Seccional de São Paulo.

(C) O registro de constituição do escritório Antônio Geraldo Advogados Associados deve ser feito no Conselho Federal da OAB.

(D) Após a morte de Antônio Geraldo, o escritório poderá permanecer com o mesmo nome, se houver previsão dessa possibilidade no ato constitutivo da sociedade.

A: incorreta, visto que o art. 38 do Regulamento Geral e art. 16, § 1º, da Lei 8.906/1994 admitem que o nome da sociedade seja composto pelo nome de pelo menos um dos sócios, completo ou abreviado, não se exigindo, portanto, o nome de todos os sócios; **B:** incorreta, pois não pode o sócio de uma sociedade integrar outra sociedade na mesma base territorial (leia-se: mesmo Conselho Seccional), conforme art. 15, § 4º, do Estatuto da OAB; **C:** incorreta (art. 15, § 1º, do Estatuto da OAB – o registro deve ser feito perante o Conselho Seccional); **D:** correta (art. 16, § 1º, do Estatuto da OAB e art. 38 do Regulamento Geral).

Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.1.SP) Assinale a opção correta quanto à sociedade de advogados.

(A) A sociedade de advogados que incluir no seu quadro de sócio bacharel em direito sem inscrição na OAB não obterá o registro no Conselho Seccional da OAB.

(B) Pessoa jurídica de direito privado que contratar os serviços de uma sociedade de advogados outorgará poderes mediante procuração em nome do sócio majoritário, e, não individualmente, a cada advogado da sociedade.

(C) Considere que A, B, C e D sejam sócios da mesma sociedade de advogados e que X e Z sejam empresas clientes da sociedade. Nesse caso, havendo uma demanda com interesses opostos, a sociedade poderá representar, em juízo, os interesses de ambas as empresas com a condição de que os advogados sócios A e B defendam, em juízo, a empresa X, e os advogados sócios C e D defendam a empresa Z.

(D) Quatro advogados podem associar-se em uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, tendo como objeto a atividade da advocacia e registrando-a na respectiva junta comercial.

A: correta (art. 16, *caput*, da Lei 8.906/1994 – somente advogados inscritos na OAB podem integrar a sociedade de advogados); **B:** incorreta (art. 15, § 3º, da Lei 8.906/1994 – a procuração deve ser outorgada individualmente aos sócios, com menção à sociedade que integram); **C:** incorreta (art. 15, § 6º, da Lei 8.906/1994 – sócios de mesma sociedade não podem defender clientes com interesses conflitantes); **D:** incorreta (arts. 15, § 1º, e 16, § 3º, ambos da Lei 8.906/1994 – a sociedade de advogados deverá ser registrada no Conselho Seccional em que se estabelecer a sede, sendo vedada a assunção de qualquer forma mercantil).

Gabarito "A"

5. ADVOGADO EMPREGADO

(OAB – CESPE – 2010.1) Assinale a opção correta acerca da situação do advogado como empregado, de acordo com as disposições do Estatuto da Advocacia e da OAB.

(A) O advogado empregado não está obrigado à prestação de serviços profissionais de interesse pessoal, fora da relação de emprego.
(B) Nas causas em que for parte empregador de direito privado, os honorários de sucumbência serão devidos a ele, empregador, e não, aos advogados empregados.
(C) Considera-se jornada de trabalho o período em que o advogado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens no âmbito do escritório, não sendo consideradas as horas trabalhadas em atividades externas.
(D) A relação de emprego, no que se refere ao advogado, não retira a isenção técnica inerente à advocacia, mas reduz a independência profissional, visto que o advogado deve atuar de acordo com as orientações de seus superiores hierárquicos.

A: correta, assim dispõe o art. 18, parágrafo único, do EOAB; **B:** incorreta. Em tal situação, os honorários serão devidos aos advogados empregados (EOAB, art. 21, *caput*), salvo se houver disposição em contrário, conforme admitiu o STF no julgamento da ADIN 1.194; **C:** incorreta. O conceito de jornada de trabalho deve englobar tanto o período em que o advogado empregado esteja à disposição do empregador no âmbito do escritório quanto aquele em que esteja realizando atividades externas (EOAB, art. 20, § 1.º); **D:** incorreta. A relação advocatícia de empregado não implica redução da independência profissional (EOAB, art. 18).
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.2) Com relação ao advogado empregado, assinale a opção correta.

(A) Considere que Fabiana, advogada da empresa SW, tenha ganhado processo para seu empregador. Nessa situação, caso haja honorários de sucumbência, estes devem ser repassados à empresa, haja vista que Fabiana já é remunerada para defender os interesses da empresa SW.
(B) Considere que Daniel, advogado empregado do banco Z, tenha sido chamado à sala do diretor-presidente e lá recebido ordem para fazer contestação do processo de separação desse diretor-presidente. Nessa situação, Daniel não está obrigado a prestar seus serviços profissionais, visto que a causa é de interesse pessoal do diretor-presidente, sem relação com o contrato de trabalho.
(C) Considere que Marcos, advogado empregado do banco X, tenha recebido ordem para elaborar parecer favorável em um contrato manifestamente ilegal. Nesse caso, por ser empregado do banco, ele não possui independência profissional para fazer, por convicção, parecer contrário ao referido contrato.
(D) O advogado empregado, no exercício da profissão, não pode ter regime de trabalho superior a trinta horas semanais, independentemente de acordo coletivo ou de contrato de dedicação exclusiva.

A: incorreta, pois, em regra, a sucumbência pertencerá ao advogado, mesmo que empregado (art. 21, *caput,* do Estatuto da OAB). Contudo, o STF, no julgamento da ADIN 1.194, relativizou a regra rígida de que a sucumbência sempre pertence ao advogado, afirmando tratar-se de direito disponível, motivo pelo qual admite acordo em sentido contrário; **B:** correta, visto que, nos termos do art. 18, parágrafo único, do Estatuto da OAB, o advogado empregado não pode ser obrigado a prestar serviços estranhos àqueles estabelecidos no contrato de trabalho; **C:** incorreta, pois o art. 18, *caput*, do Estatuto da OAB, garante ao advogado empregado sua isenção técnica e independência profissional, motivo pelo qual não pode ser compelido, ainda que na qualidade de empregado, a elaborar manifestação sobre a validade de um contrato manifestamente ilegal; **D:** incorreta, pois os arts. 20, *caput*, da Lei 8.906/1994 e art. 12 do Regulamento Geral preveem de modo diverso: a jornada do advogado empregado "não poderá exceder a duração diária de quatro horas contínuas e a de vinte horas semanais, salvo acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva". No caso de dedicação exclusiva, "serão remuneradas como extraordinárias as horas trabalhadas que excederem a jornada normal de oito horas diárias".
Gabarito "B"

6. HONORÁRIOS

(OAB – CESPE – 2010.1) Referentemente à cobrança de honorários advocatícios, assinale a opção correta.

(A) A ação de cobrança de honorários prescreve em cinco anos, sendo o prazo contado, necessariamente, a partir do vencimento do contrato, cuja juntada é imprescindível.
(B) O prazo prescricional da ação de cobrança de honorários depende do tipo de trabalho profissional contratado e é contado a partir do trânsito em julgado da decisão que os fixar.
(C) O advogado substabelecido com reserva de poderes pode cobrar honorários proporcionais ao trabalho realizado, sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.
(D) A decisão judicial que arbitrar honorários e o contrato escrito que o estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência e na liquidação extrajudicial, entre outras situações.

A: incorreta. Além do vencimento do contrato, podem haver outros marcos iniciais do prazo prescricional (art. 25 do Estatuto – I) vencimento do contrato; II) trânsito em julgado da sentença que houver fixado os honorários; III) ultimação dos serviços extrajudiciais; IV) renúncia ou revogação do mandato; V) desistência ou transação) **B:** incorreta. O prazo é de 5 anos e tem outros marcos iniciais (art. 25 do Estatuto – *vide* comentário à alternativa A); **C:** incorreta. Tal cobrança não pode ser feita sem a referida intervenção (art. 26 do Estatuto); **D:** correta. É o que estabelece o art. 24 do Estatuto.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.1) Assinale a opção correta com relação aos honorários advocatícios.

(A) Nos honorários sucumbenciais, impostos por decisão judicial, estão incluídos os contratuais, salvo se estipulado o contrário no contrato entre advogado e cliente.
(B) De acordo com o Estatuto da OAB, é imprescritível a ação de cobrança de honorários contratuais, ainda que o contrato preveja prazo certo para tanto.
(C) Os honorários sucumbenciais são devidos ao advogado pela parte perdedora da ação, podendo o causídico, inclusive, promover a execução ou cumprimento da sentença, conforme o caso, nos próprios autos da causa em que atuou.
(D) Na execução contra a fazenda pública, é vedado ao advogado pleitear ao juízo a expedição de precatório de crédito de honorários contratuais de forma separada do valor devido ao cliente.

A: incorreta (art. 22, *caput*, da Lei 8.906/1994 – repare na partícula "e"); **B:** incorreta, visto que a prescrição da pretensão à cobrança dos honorários ocorre no prazo de cinco anos, consoante dispõe o art. 25 da Lei 8.906/1994; **C:** correta (arts. 23 e 24, § 1º, da Lei 8.906/1994); **D:** incorreta (art. 23 da Lei 8.906/1994).
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.3) Acerca dos honorários profissionais previstos no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

(A) O trabalho do advogado e o tempo necessário ao serviço profissional são elementos que devem ser atendidos para a fixação dos honorários advocatícios.
(B) Os honorários advocatícios são tabelados nacionalmente e obedecem ao critério de fixação de preços com base no valor da causa, não tendo relevância a condição econômica do cliente.
(C) Os honorários advocatícios para as causas de família e do direito do trabalho podem ser previstos em contrato escrito ou verbal.
(D) A cobrança judicial dos honorários advocatícios deve ser feita pelo próprio profissional contratado.

A: correta, conforme dispõe o art. 36, II, do CED; **B:** incorreta (arts. 36, IV, do CED e 58, V, da Lei 8.906/1994 – os honorários são tabelados por ato dos Conselhos Seccionais, que são os órgãos estaduais da OAB, sendo levado em consideração, dentre outras situaç a condição econômica do cliente): **C:** incorreta (art. 35, *caput*, do CED – os honorários serão estabelecidos por escrito); **D:** incorreta, pois, de acordo com o art. 43 do CED, deverá o advogado credor de honorários renunciar ao mandato e se fazer representar por outro advogado em eventual ação de cobrança ou de execução de honorários.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2.SP) Segundo as disposições do Código de Ética e Disciplina da OAB, o advogado inscrito na OAB há vinte anos, ao fixar seus honorários advocatícios, deve observar

(A) a forma de contrato oral prevista para os advogados inscritos há mais de dez anos na OAB.
(B) o impedimento da adoção da cláusula *quota litis* para honorários representados por pecúnia.
(C) a possibilidade de participação em bens particulares do cliente mediante contrato verbal ou escrito.
(D) sua competência profissional e seu renome.

A: incorreta (art. 35 do CED – a regra é a fixação dos honorários em contrato escrito); **B:** incorreta (art. 38 do CED – os honorários podem ser estabelecidos na forma *quota litis*, fixados em um percentual do proveito econômico da causa, não podendo, somados à sucumbência, superar os ganhos do cliente); **C:** incorreta (art. 38, parágrafo único, do CED – a participação do advogado em bens particulares do cliente é tolerada excepcionalmente, desde que comprovadamente o cliente não disponha de recursos financeiros e desde que haja expressa autorização em contrato escrito); **D:** correta (art. 36, VII, do CED – os honorários advocatícios deverão ser fixados com moderação, atendidos, dentre outros, a competência e o renome do profissional).
Gabarito "D"

7. INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS

(OAB – CESPE – 2009.3) Considere que Salvador, advogado regularmente inscrito na OAB, tenha sido eleito deputado estadual e tomado posse. Considere, ainda, que, durante o mandato parlamentar, Salvador tenha sido constituído por Manoel e ingressado em juízo com uma ação trabalhista contra a empresa privada XYZ. Nessa situação, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, o ato processual praticado por Salvador é considerado

(A) anulável, pois qualquer parlamentar está impedido de advogar.
(B) nulo, visto que o advogado está no exercício de atividade incompatível com a advocacia.
(C) anulável, devendo o advogado ser punido pela OAB.
(D) plenamente válido.

O art. 4º, parágrafo único, da Lei 8.906/1994 (Estatuto) estabelece que são nulos os atos praticados por advogado impedido, suspenso, licenciado ou que exerça atividade incompatível com a advocacia. Porém, os deputados estaduais não estão impedidos ou em situação de incompatibilidade com a advocacia. Apenas os membros das Mesas do Poder Legislativo estão em situação de incompatibilidade (art. 28, I, da Lei 8.906/1994).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.3.SP) Quanto à incompatibilidade e ao impedimento do advogado, assinale a opção correta.

(A) Auditor-fiscal de secretaria estadual da fazenda que desempenhe função de lançamento, arrecadação ou fiscalização de tributos está impedido de exercer a advocacia contra a União.
(B) Bacharel em direito que exerce as funções de assessor de gabinete de desembargador está em situação de impedimento para o exercício da advocacia.
(C) Servidor da justiça do trabalho não possui capacidade postulatória, por exercer função incompatível com a advocacia.
(D) Militares, de qualquer natureza, que estejam na reserva são impedidos do exercício da advocacia.

A: incorreta, trata-se de incompatibilidade (art. 28, VII, da Lei 8.906/1994); **B:** incorreta, trata-se de incompatibilidade (art. 28, IV, da Lei 8.906/1994); **C:** correta, pois, de fato, trata-se de incompatibilidade (art. 28, IV, da Lei 8.906/1994); **D:** incorreta, visto que a incompatibilidade não existe para quem esteja em reserva, mas só para os que estão na atividade (art. 28, VI, da Lei 8.906/1994).
Gabarito "C"

8. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

(OAB – CESPE – 2010.1) De acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, tem efeito suspensivo recurso contra

(A) decisão não unânime proferida por conselho seccional.
(B) decisão que trate de eleições de membros dos órgãos da OAB.
(C) suspensão preventiva decidida pelo Tribunal de Ética e Disciplina.
(D) cancelamento da inscrição obtida com falsa prova.

A: correta. Todos os recursos têm efeito suspensivo, exceto quando tratam de eleições, suspensão preventiva do TED e cancelamento de inscrição obtida com falsa prova (art. 77 do Estatuto); **B**, **C** e **D:** incorretas. *Vide* justificativa apresentada na opção A.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.3) A punição disciplinar dos advogados compete ao

(A) conselho seccional do estado onde a infração for cometida, ainda que não seja o local onde o advogado tenha a inscrição principal ou suplementar, desde que a infração não seja praticada perante o Conselho Federal.
(B) conselho seccional do estado onde o advogado tenha inscrição principal ou onde tenha inscrição suplementar, indistintamente.
(C) conselho seccional do estado onde o advogado tenha sua inscrição principal.
(D) conselho seccional do estado onde se tome, primeiramente, conhecimento da infração.

De fato, nos termos do art. 70 da Lei 8.906/1994 (Estatuto), compete ao conselho seccional do lugar da infração (e não do lugar em que o advogado tenha inscrição), punir o advogado infrator.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta acerca do processo disciplinar a que se sujeitam os advogados inscritos na OAB.

(A) No processo disciplinar, a pena de suspensão só pode ser imposta após decisão irrecorrível, não se mostrando lícita qualquer espécie de suspensão preventiva.
(B) De acordo com o Estatuto da OAB, o processo disciplinar contra advogado deve tramitar, de regra, com a publicidade devida a qualquer feito.
(C) É possível a revisão do processo disciplinar caso haja erro de julgamento ou condenação baseada em falsa prova.
(D) Apenas o Conselho Federal pode punir disciplinarmente o advogado inscrito na OAB.

A: incorreta, visto que o art. 70, § 3º, da Lei 8.906/1994, admite a suspensão preventiva do advogado caso venha a praticar um grave ato com repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, cabendo ao Tribunal de Ética e Disciplina (TED) do local de inscrição (e não do local da infração, nesse caso!) suspender o advogado, pelo prazo de até 90 dias; **B:** incorreta (art. 72, § 2º, da Lei 8.906/1994 – os processos disciplinares tramitam em sigilo, somente tendo acesso a ele as partes, seus procuradores e, em caso de impugnação judicial, o juiz competente); **C:** correta, corresponde ao disposto no art. 73, § 5º, da Lei 8.906/1994; **D:** incorreta (art. 70 da Lei 8.906/1994 – o Conselho Seccional é, em regra, o órgão com poder punitivo, mas caberá ao Conselho Federal punir o advogado em caso de a infração ter sido praticada perante referido órgão, ou, ainda, caso o infrator seja Presidente de Conselho Seccional ou membro do próprio Conselho Federal).
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.1) Acerca do processo disciplinar regulamentado no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

(A) Ao relator do processo compete determinar a notificação do representado para a defesa prévia, no prazo de 10 dias, devendo ser designada a defensoria pública em caso de revelia ou quando o representado não for encontrado.
(B) O interessado e o representado deverão incumbir-se do comparecimento das respectivas testemunhas, a não ser que prefiram intimações pessoais, o que deverá ser requerido na representação e na defesa prévia.
(C) Apresentadas as razões finais, o relator profere parecer preliminar e o voto, a ser submetido ao tribunal, a cujo presidente cabe, após o recebimento do processo instruído, inserir o processo na pauta de julgamento.
(D) Caracteriza-se a litigância de má-fé caso se comprove que os interessados no processo tenham nele intervindo de modo temerário, com intuito de emulação ou procrastinação.

A: incorreta (art. 52, *caput*, do CED – 15 dias, cabendo prorrogação, a critério do relator); **B:** correta, conforme (art. 52, § 2º, do CED); **C:** incorreta (art. 53, *caput* e § 1º, do CED – após as razões finais, o relator proferirá seu parecer preliminar e remeterá os autos, devidamente instruídos, ao Tribunal de Ética e Disciplina, a quem caberá, na figura de seu presidente, designar um relator); **D:** incorreta (art. 58 do CED – "falta de ética", e não "litigância de má-fé").
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.3) Acerca dos procedimentos relativos ao processo disciplinar, previstos no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

(A) No processo disciplinar, a representação contra advogados poderá ser anônima a fim de se evitar qualquer perseguição.
(B) O processo disciplinar deverá ser arquivado pelo presidente do conselho seccional caso o representado seja revel ou seja impossível encontrá-lo.
(C) A representação contra presidente de conselho seccional é processada e julgada pelo Conselho Federal da OAB.
(D) O arquivamento das representações feitas perante os conselhos seccionais deverá ser precedido de autorização do presidente do Conselho Federal da OAB.

A: incorreta (art. 51, *caput*, do CED – é vedada a representação anônima ou apócrifa, vale dizer, sem assinatura); **B:** incorreta (art. 52, § 1º, do CED – em caso de revelia, caberá ao presidente da Subseção ou do Conselho Seccional indicar ao advogado acusado um defensor dativo); **C:** correta, em consonância com o disposto no art. 51, § 3º, do CED; **D:** incorreta (art. 51, § 2º, do CED – trata-se de medida que deverá ser tomada pelo presidente da Subseção ou do Conselho Seccional).
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.3.SP) Assinale a opção correta em relação ao processo disciplinar na OAB.

(A) Na omissão do Regulamento Geral e do Código de Ética e Disciplina, o Estatuto da OAB determina a aplicação subsidiária das regras do direito processual civil nas hipóteses de processo disciplinar.
(B) Os prazos ficam suspensos durante os recessos do Conselho, reiniciando-se sua contagem no primeiro dia útil seguinte ao seu término.
(C) Notificado o advogado para manifestação, a contagem do prazo se iniciará 48 horas após a juntada do aviso de recebimento dos correios.
(D) Os prazos do Estatuto são unificados e, em qualquer caso, são de 15 dias, seja para defesa, razões finais, recursos, seja para juntada do original das peças interpostas via fac-símile.

A: incorreta (art. 68 da Lei 8.906/1994 – ao processo disciplinar, em caso de omissão da legislação específica, aplicar-se-á a legislação processual penal comum, sendo que, para os demais processos, aplicar-se-ão, nessa ordem, as regras de processo administrativo e processo civil); **B:** correta, pois de acordo com o art. 139, § 3º, do Regulamento Geral; **C:** incorreta (art. 69, §§ 1º e 2º, da Lei 8.906/1994). A contagem do prazo irá se iniciar no primeiro dia útil seguinte, a partir da notificação do recebimento, em se tratando de comunicação por ofício reservado ou notificação pessoal. Em se tratando de publicação na imprensa oficial, o prazo fluirá a partir do primeiro dia útil seguinte; **D:** os prazos para manifestações e recursos, de fato, são de 15 dias (art. 69 da Lei 8.906/1994); todavia, quando o recurso é interposto via fac-simile ou similar, o original deve ser entregue até 10 (dez!) dias da data da interposição. *Vide* também o art. 139, § 1º, do Regulamento Geral.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.3.SP) Ainda no que tange ao processo disciplinar, assinale a opção correta.

(A) Uma vez aplicada sanção no âmbito da OAB, exclui-se qualquer comunicação às autoridades competentes caso o fato constitua crime.
(B) Todos os processos disciplinares dos advogados inscritos na OAB em todo o território nacional serão recebidos no conselho seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração e encaminhados ao Conselho Federal para imediato julgamento.
(C) O prazo para defesa prévia é improrrogável.
(D) O processo disciplinar na OAB tramita em sigilo até o seu término, contudo terão acesso às informações dos autos as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente.

A: incorreta, pois "A jurisdição disciplinar *não* exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes" (art. 71 da Lei 8.906/1994); **B:** incorreta. O julgamento também é feito no Conselho Seccional, exceto se a infração tiver sido cometida perante o Conselho Federal, que será por este julgada (art. 70 da Lei 8.906/1994); **C:** incorreta. Esse prazo pode ser prorrogável por motivo relevante (art. 73, § 3º, da Lei 8.906/1994); **D:** correta. É o que prevê o art. 72, § 2º, da Lei 8.906/1994.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.2) Ainda com relação ao tribunal de ética e disciplina da OAB, assinale a opção correta.

(A) Cabe ao tribunal de ética e disciplina da OAB suspender preventivamente o advogado que, por mais de três anos consecutivos, não regularizar suas pendências com a Receita Federal.
(B) O processo disciplinar instaura-se somente por representação do ofendido, não sendo possível fazê-lo de ofício.
(C) Quando, além da infração disciplinar, configurar como crime ou contravenção o fato de que o advogado seja acusado, o julgamento do infrator na justiça comum dependerá de comunicação de tal fato pelo tribunal de ética e disciplina da OAB.
(D) O processo disciplinar perante a OAB tramita em sigilo até que se encerre, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente.

A: incorreta, visto que não existe essa previsão (art. 70, § 3º, da Lei 8.906/1994); **B:** incorreta (art. 72 da Lei 8.906/1994 e art. 51 do Código de Ética – o processo disciplinar pode ser instaurado de ofício, ou mediante representação, que não poderá ser anônima); **C:** incorreta (art. 71 da Lei 8.906/1994 – as instâncias administrativa e comum são independentes); **D:** correta, consoante disposição do art. 72, § 2º, da Lei 8.906/1994.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.1) Com relação ao trâmite do processo disciplinar previsto no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a opção correta.

(A) O processo somente pode ser instaurado mediante representação da pessoa interessada.
(B) O processo tramita em sigilo até o seu término, tendo acesso às suas informações apenas as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente.
(C) Apenas o relator tem acesso às informações do processo.
(D) O prazo para a defesa prévia no processo é improrrogável.

A: incorreta (art. 72 da Lei 8.906/1994 – o processo também pode ser instaurado de ofício); **B:** correta,conforme o art. 72, § 2º, do Estatuto; **C:** incorreta (art. 72, § 2º, da Lei 8.906/1994 – durante o processo disciplinar, apenas as partes, procuradores e autoridade judiciária competente têm acesso, tramitando, no mais, em sigilo, o qual, evidentemente, não existirá ao relator); **D:** incorreta (art. 73, § 3º, da Lei 8.906/1994 – a critério do relator, se houver situação de relevância, o prazo de defesa prévia poderá ser prorrogado).
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.1.SP) Assinale a opção correta no tocante ao Código de Ética e Disciplina da OAB.

(A) O processo disciplinar perante aos conselhos seccionais pode ser instaurado de ofício por qualquer de seus conselheiros ou mediante representação anônima dos clientes que se sintam prejudicados por seus advogados constituídos.
(B) Ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB compete julgar os processos disciplinares dos advogados inscritos nas Seccionais. As consultas, em tese, sobre ética profissional devem ser processadas e respondidas pelo presidente da Seccional.
(C) Representação contra presidente de Conselho Seccional deve ser processada e julgada pelo Conselho Federal da OAB e, não, pelo plenário do tribunal de Ética e Disciplina da sede local.
(D) A representação em face de conselheiro federal deve ser processada e julgada pelo Pleno do Conselho Seccional em que esteja inscrito o conselheiro.

A: incorreta, visto que, consoante preconiza o art. 72, *caput*, da Lei 8.906/1994 e art. 51 do CED, não se admite a instauração de processo disciplinar por representação anônima (ou apócrifa, leia-se, sem assinatura); **B:** incorreta (art. 56 do CED – caberá ao TED responder a consultas sobre ética profissional formuladas por advogados); **C:** correta (art. 51, § 3º, do CED – trata-se de verdadeiro "foro privilegiado"); **D:** incorreta (art. 51, § 3º, do CED – caberá ao Conselho Federal processar e julgar representações em face de Presidentes de Conselhos Seccionais e membros do próprio Conselho Federal).
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.1.SP) Assinale a opção correta de acordo com a norma em vigor.

(A) A punição disciplinar dos inscritos na OAB compete exclusivamente ao Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Federal da OAB.
(B) Os processos disciplinares contra advogados inscritos na OAB são públicos e não tramitam em sigilo, em respeito ao princípio da publicidade.
(C) As decisões do Tribunal de Ética e Disciplina são soberanas, não estando sujeitas a revisão.
(D) Recebido o processo disciplinar, o Tribunal de Ética e Disciplina deve determinar a notificação do advogado representado para apresentar defesa prévia no prazo de 15 dias.

A: incorreta (art. 70, § 1º, da Lei 8.906/1994 e art. 51, § 3º, do CED – competirá, em regra, aos Conselhos Seccionais em que forem praticadas as infrações disciplinares a punição aos infratores, com exceção àqueles casos em que caberá ao Conselho Federal o processo e julgamento); **B:** incorreta (art. 72, § 2º, da Lei 8.906/1994 – durante o trâmite dos processos disciplinares, somente as partes, procuradores e juiz competente, em caso de impugnação judicial, terão acesso aos seus termos); **C:** incorreta (arts. 73, § 5º, 75 e 76 da Lei 8.906/1994 – as decisões do TED não são soberanas, desafiando os recursos competentes); **D:** correta, segundo previsão contida no art. 52 do CED.
Gabarito "D"

9. DEVERES DOS ADVOGADOS, INFRAÇÕES E SANÇÕES

(OAB – CESPE – 2010.1) Acerca das infrações e sanções disciplinares, assinale a opção correta.

(A) Considere que uma advogada inscrita na OAB receba, adiantadamente, honorários contratuais de seu cliente, mas não preste o serviço jurídico contratado. Nessa situação hipotética, a advogada tem direito à quantia recebida, visto que sua conduta não configura locupletamento à custa do cliente.
(B) Cometerá infração disciplinar o advogado que receber dinheiro de cliente para pagar parcelas de financiamento e proceder, sem autorização, à compensação com honorários que ele alegue devidos.
(C) Considere que um advogado, após ser notificado pelo juiz para devolver os autos que retenha além do prazo, não atenda ao mandado, tampouco ao de busca e apreensão. Nessa situação hipotética, embora não incida em nenhuma infração disciplinar perante a OAB, deverá o advogado arcar com o ônus processual de sua conduta.
(D) O advogado que esteja em débito com plurais contribuições e multas perante a OAB e que, mesmo regularmente intimado, mantenha-se inadimplente, deverá responder por infração disciplinar e pelo crime de charlatanismo.

A: incorreta. O Conselho Federal da OAB, inclusive, já reproduziu ementa esclarecedora da questão: "Advogado que recebe honorários advocatícios contratados adiantadamente, mas não presta serviços jurídicos a que se obrigou e nem devolve a quantia recebida para a prestação daqueles serviços, comete a infração prevista no art. 34, inciso XX, do Estatuto da Advocacia da OAB. Tal atitude configura locupletamento às custas do cliente" (Recurso n. 2007.08.05780-05/3.ª Turma-SCA); **B:** correta. *Vide* art. 35, § 2.º, do CED, enquadrando-se a tipificação da sanção no art. 36, inciso II, ou, até mesmo, no inciso XX do art. 34, ambos do Estatuto; **C:** incorreta. O advogado comete a infração tipificada no inciso XXII do art. 34 da Lei 8.906/1994; **D:** incorreta. Nesse caso, o advogado deve responder, tão só, pela infração tipificada no inciso XXIII do art. 34 da Lei 8.906/1994.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2010.1) Mário, advogado regularmente inscrito na OAB, foi condenado pela prática de crime hediondo e, após a sentença penal transitada em julgado, respondeu a processo disciplinar, tendo sofrido, como consequência, penalidade de exclusão da Ordem. Considerando a situação hipotética apresentada e o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a opção correta.

(A) Ainda que se reabilite criminalmente, Mário não poderá mais se inscrever na OAB, visto que não preenche o requisito de idoneidade moral.
(B) Serão considerados inexistentes os atos privativos de advogado praticados por Mário após a exclusão, dado o impedimento do exercício do mandato em razão da sanção disciplinar aplicada.
(C) A penalidade de exclusão somente poderia ter sido aplicada caso Mário tivesse recebido três suspensões.
(D) Supondo-se que o processo disciplinar tenha ficado paralisado por mais de três anos, aguardando o julgamento, a pretensão à punibilidade de Mário estaria prescrita e ele não poderia ser excluído da Ordem.

A: incorreta. Após um ano de bom comportamento, o advogado poderá requerer a reabilitação, que, nesse caso, depende também da reabilitação criminal (arts. 11, § 3º, e 41 do Estatuto); **B:** incorreta. São nulos os atos praticados (arts. 4º e 42 do Estatuto); **C:** incorreta. Independentemente da suspensão, com a condenação por crime infamante, o advogado já poderia ser excluído (art. 38, II, do Estatuto); **D:** correta. É o que estabelece o art. 43, § 1º, do Estatuto, tratando-se da chamada "prescrição intercorrente".
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.2) Antônio, advogado que nunca fora punido disciplinarmente, está respondendo, na OAB, a processo disciplinar sob a acusação de violação de sigilo profissional. Nessa situação hipotética, se for condenado, Antônio deverá ser punido com a pena de

(A) exclusão.
(B) suspensão.
(C) censura.
(D) multa.

De acordo com o art. 36, I, c/c art. 34, VII, da Lei 8.906/1994, Antonio deverá ser punido com a pena de censura.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.2) Com relação a infrações cometidas por advogados e às sanções disciplinares a eles aplicadas, assinale a opção correta.

(A) O Tribunal de Ética e Disciplina não pode instaurar, de ofício, processo sobre ato considerado passível de configurar, em tese, infração a princípio ou a norma de ética profissional.
(B) É possível a instauração, perante o Tribunal de Ética e Disciplina, de processo disciplinar, mediante representação apócrifa, contra advogado.
(C) Não constitui infração disciplinar a recusa, sem justo motivo, do advogado a prestar assistência jurídica, quando nomeado por decisão judicial diante da impossibilidade da defensoria pública, visto que ninguém pode ser compelido a trabalhar sem remuneração.
(D) São consideradas condutas incompatíveis com a advocacia a prática reiterada de jogo de azar não autorizado por lei e a embriaguez habitual sem justo motivo.

A e **B:** incorretas, pois, nos termos do art. 72 da Lei 8.906/1994 e art. 51 do Código de Ética, admite-se a instauração de processo disciplinar de ofício, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a instauração mediante representação anônima; **C:** incorreta, pois tal recusa constitui infração disciplinar (art. 34, XII, da Lei 8.906/1994); **D:** correta (art. 34, parágrafo único, *a*, da Lei 8.906/1994, muito embora a lei não mencione que a embriaguez habitual deva ocorrer sem "justo motivo". Qual seria um justo motivo para beber desbragadamente?).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.1) Mário, advogado, foi contratado por Túlio para patrocinar sua defesa em uma ação trabalhista. O pagamento dos honorários advocatícios ocorreu na data da assinatura do contrato de prestação de serviços. No dia da audiência, Mário não compareceu nem justificou sua ausência e, desde então, recusa-se a atender e retornar as ligações de Túlio. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) A conduta de Mário caracteriza infração disciplinar punível com suspensão, o que acarreta ao infrator a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de trinta dias a doze meses.
(B) A conduta de Mário caracteriza infração disciplinar de locupletamento à custa do cliente, cuja sanção legal é a suspensão até que a quantia seja devolvida ao cliente lesado.
(C) Mário, que descumpriu compromisso profissional, manteve conduta incompatível com a advocacia, desprestigiando toda a ordem de advogados, razão pela qual pode receber a sanção de advertência.
(D) Mário abandonou a causa trabalhista sem motivo justo, conduta que caracteriza infração disciplinar grave, iniciando-se o processo disciplinar, necessariamente, com a representação do juiz da causa, que deve certificar o abandono.

O advogado deverá ser suspenso do exercício da advocacia, nos termos do art. 37, I, c/c art. 34, XX, ambos do Estatuto. A suspensão, em regra, varia de trinta dias a doze meses, podendo, contudo, nas hipóteses do art. 34, XXI e XXIII, do Estatuto, perdurar até que o advogado quite sua dívida, que deverá ser corrigida monetariamente (art. 37, § 1º, da Lei 8.906/1994).
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.1) Acerca das infrações e sanções disciplinares, segundo o Estatuto da OAB, assinale a opção correta.

(A) A sanção disciplinar de suspensão não impede o exercício do mandato profissional, mas veda a participação nas eleições da OAB.
(B) O pedido de reabilitação de sanção disciplinar resultante da prática de crime independe da reabilitação criminal, visto que a instância administrativa independe da penal.
(C) A multa, variável entre o mínimo correspondente ao valor de uma anuidade e o máximo de seu décuplo, é aplicável cumulativamente com a censura ou suspensão, em caso de circunstâncias agravantes.
(D) A pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em cinco anos, contados da data de ocorrência dos fatos.

A: incorreta (art. 37, § 1º, da Lei 8.906/1994 – a pena de suspensão impede o exercício da advocacia em todo o território nacional); **B:** incorreta, visto que o art. 41, parágrafo único, da Lei 8.906/1994, exige a prévia reabilitação criminal como condição para o deferimento da reabilitação perante a OAB, desde que a sanção disciplinar tenha decorrido da prática de crime; **C:** correta (art. 39 da Lei 8.906/1994 – a pena de multa é considerada acessória, visto que será aplicada cumulativamente com a censura ou suspensão, desde que existente circunstância agravante, tal como a reincidência); **D:** incorreta (art. 43 da Lei 8.906/1994 – a prescrição "geral" de cinco anos começa a fluir a partir da constatação oficial do fato pela OAB, e não a partir do cometimento ou da ocorrência da infração disciplinar).
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.3.SP) Assinale a opção correta relativamente ao Estatuto da Advocacia e da OAB.

(A) A aplicação da sanção disciplinar de exclusão a um advogado necessita da manifestação favorável de dois terços dos membros do conselho seccional competente.
(B) Os advogados aos quais forem aplicadas as sanções disciplinares de exclusão poderão exercer a advocacia em outros estados da Federação, desde que façam a inscrição suplementar e que obtenham autorização condicional do presidente do respectivo conselho seccional.
(C) A multa a um advogado é aplicável exclusivamente nos casos de sanções disciplinares mais graves, como a exclusão.
(D) Em nenhum caso de aplicação da sanção disciplinar de censura ocorrerá registro nos assentamentos do advogado inscrito na OAB.

A: correta (art. 38, parágrafo único, da Lei 8.906/1994 – a pena de exclusão, por ser a mais grave de todas, exige um quorum qualificado, diversamente das demais sanções disciplinares, que poderão ser impostas por maioria); **B:** incorreta (art. 42 da Lei 8.906/1994 – uma vez imposta a pena de exclusão, o advogado ficará impossibilitado de exercer a advocacia em todo o território nacional); **C:** incorreta (art. 39 da Lei 8.906/1994 – a multa será acessória à censura ou suspensão, desde que exista circunstância agravante); **D:** incorreta, nos termos do art. 35, parágrafo único, da Lei 8.906/1994 (repare que o registro no assentamento existirá; o que não acontecerá é a publicidade disso).
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.1) Um advogado regularmente inscrito na OAB percebeu que os conflitos existentes entre uma cliente que representa e o esposo dela devem-se à dificuldade deste em expressar a ela o seu afeto. Tendo profunda convicção religiosa quanto à indissolubilidade dos laços conjugais, o causídico resolveu, por livre e espontânea vontade, intervir no conflito do casal, convidando o esposo de sua cliente para tomar uma cerveja em sua companhia, ocasião em que estabeleceu entendimento, em relação à causa, com este, sem que sua cliente o tivesse autorizado a fazê-lo. Na situação acima descrita, a conduta do referido advogado

(A) constituiu infração disciplinar tão somente pelo fato de o advogado utilizar-se de meio impróprio – a ingestão de bebida alcoólica – para a obtenção do entendimento com a parte adversa.
(B) foi perfeitamente regular, pois fundamenta-se na utilização de métodos alternativos para a resolução de conflitos.
(C) não constituiu infração disciplinar, posto que o advogado agiu em defesa dos interesses de sua cliente.
(D) constituiu infração disciplinar, visto que o advogado estabeleceu entendimento com a parte adversa sem autorização de sua cliente.

De acordo com o art. 34, VIII, da Lei 8.906/1994, comete infração ético-disciplinar o advogado que, estabelecer entendimento com a parte adversa sem autorização do cliente ou ciência do advogado adverso. Ressalte-se que referida infração será punida com a pena de censura (art. 36, I, do Estatuto).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.1) João, advogado, dotado de reconhecida inteligência e fluente oratória, ao substituir um colega de escritório acometido por mal súbito, teve apenas alguns minutos antes da audiência para tomar ciência do pleito. Lançando mão de informações colhidas no corredor do fórum acerca das preferências doutrinárias do juiz da causa, resolveu improvisar sua defesa, fantasiando sobre determinado manuscrito que teria sido elaborado por Hans Kelsen em seu leito de morte, em que este teria defendido tese inédita sobre a aplicabilidade da norma em questão, conseguindo, com isso, impressionar o referido magistrado e intimidar o adversário com a profundidade de seus conhecimentos jurídico-filosóficos. Na situação hipotética apresentada, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, João

(A) não incorreu em infração disciplinar, visto que não deturpou o teor de nenhum dispositivo legal ou documento, tendo, apenas, inventado uma estória fantasiosa sobre Kelsen.
(B) incorreu em infração disciplinar, posto que o Estatuto da OAB proíbe o uso do argumento *pacta non sunt servanda*.
(C) incorreu em infração disciplinar, visto que deturpou o teor de citação doutrinária para confundir o adversário e (ou) iludir o juiz da causa.
(D) não incorreu em infração disciplinar, pois agiu amparado pelo princípio da ampla defesa.

Conforme dispõe o art. 34, XIV, da Lei 8.906/1994, incorre em infração ético-disciplinar o advogado que deturpar o teor de dispositivo de lei, de citação doutrinária ou de julgado, bem como de depoimentos, documentos e alegações da parte contrária, para confundir o adversário ou iludir o juiz da causa. Trata-se de infração que será punida com a pena de censura (art. 36, I, do Estatuto).
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.1) Considere que uma advogada regularmente inscrita na OAB e que tem como cliente uma vidente recolhida à prisão em função da prática reiterada do crime de estelionato, acreditando no dom premonitório de sua cliente, tenha solicitado e recebido desta considerável quantia em dinheiro para que pudesse apostar no jogo do bicho, cujo resultado havia sido supostamente antecipado pela vidente. Quanto à conduta da advogada em questão, assinale a opção correta.

(A) A advogada não incorreu em infração disciplinar, pois o jogo em questão consiste em contravenção que vem sendo historicamente tolerada pelas autoridades constituídas.
(B) Como o Estatuto da Advocacia e da OAB só prevê punição para o advogado que frequentar cassinos clandestinos, onde, além da prática da contravenção, há, com frequência, o concurso de crimes, tais como a exploração do lenocínio e o tráfico de drogas, a advogada não incorreu em infração disciplinar.
(C) A advogada incorreu em infração disciplinar, pois feriu dispositivo do Estatuto da Advocacia e da OAB, que proíbe ao advogado o recebimento de qualquer importância de seu constituído sem emitir recibo e informar à Seccional sobre o valor recebido.
(D) Por ter solicitado e recebido de sua cliente importância para aplicação ilícita ou desonesta, já que o chamado jogo do bicho é uma contravenção penal, a advogada incorreu em infração disciplinar.

De acordo com o art. 34, XVIII, da Lei 8.906/1994, praticará infração ético-disciplinar o advogado que solicitar ou receber de constituinte qualquer importância para aplicação ilícita ou desonesta. Sendo o jogo do bicho uma contravenção penal, portanto, um ato ilícito, terá a advogada incorrido na infração referida, a qual será punida com a pena de suspensão (art. 37, I, do Estatuto).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.1) Considere que um advogado que nunca tenha sido punido disciplinarmente seja processado pela OAB, sob a acusação de violação de sigilo profissional, e venha a ser condenado. Nessa situação, deve-se aplicar pena de

(A) censura.
(B) exclusão, com retenção de honorários.
(C) suspensão.
(D) multa progressiva.

De acordo com o art. 36, I, c/c art. 34, VII, ambos da Lei 8.906/1994, o advogado que violar o sigilo profissional (*vide* arts. 25 a 27 do CED) será punido com a pena de censura.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.1) O Tribunal de Ética e Disciplina da OAB prevê, considerada a natureza da infração ética cometida, a suspensão temporária da aplicação das penas de advertência e censura impostas, desde que o infrator

(A) seja primário e, dentro do prazo de 120 dias, passe a frequentar e conclua curso, simpósio, seminário, ou atividade equivalente, sobre ética profissional do advogado, realizados por entidade de notória idoneidade.
(B) assine termo de compromisso para a prestação de serviços comunitários voltados ao atendimento das demandas judiciais da população de baixa renda, mesmo não sendo primário.
(C) seja primário e sofra de doença incurável ou contagiosa.
(D) seja primário e, dentro do prazo de 120 dias, passe a frequentar e conclua curso de formação em civismo constitucionalista.

O art. 59 do CED prevê que, considerada a natureza da infração ética cometida, o Tribunal pode suspender temporariamente a aplicação das penas de advertência e censura impostas, desde que o infrator primário, dentro do prazo de 120 dias, passe a frequentar e conclua, comprovadamente, curso, simpósio, seminário ou atividade equivalente, sobre Ética Profissional do Advogado, realizado por entidade de notória idoneidade.
Gabarito "A"

10. OAB E ELEIÇÕES

(OAB – CESPE – 2010.1) Ao conselho da subseção compete

(A) representar a OAB no Conselho de Segurança do MERCOSUL.
(B) fiscalizar as funções e atribuições do conselho seccional.
(C) instaurar e instruir processos disciplinares, para julgamento pelo Conselho Federal.
(D) receber pedido de inscrição nos quadros de advogado e estagiário, instruindo e emitindo parecer prévio, para decisão do conselho seccional.

A: incorreta. Não existe tal competência para o conselho da subseção; **B:** incorreta. Ao conselho da subseção compete exercer as funções e atribuições do conselho seccional; **C:** incorreta. Ao conselho da subseção compete instaurar e instruir processos disciplinares, para julgamento pelo Tribunal de Ética e Disciplina. Se o processo for de competência do Conselho Federal, deverá, desde o início, tramitar perante referido órgão; **D:** correta. Compete ao conselho da subseção receber pedido de inscrição nos quadros de advogado e estagiário, instruindo e emitindo parecer prévio, para decisão do Conselho Seccional (art. 61, parágrafo único, *d*, da Lei 8.906/1994).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.3) Assinale a opção correta acerca das caixas de assistência dos advogados.

(A) As caixas de assistência dos advogados, no âmbito dos Estados, têm personalidade jurídica própria, não podendo sofrer intervenção dos respectivos conselhos seccionais.
(B) O estatuto da Caixa de Assistência dos Advogados deve ser aprovado pela diretoria dessa entidade e registrado pelo presidente na secretaria estadual da fazenda.
(C) A coordenação nacional das caixas de assistência é o órgão de assessoramento do Conselho Federal da OAB para a política nacional de assistência e seguridade dos advogados.
(D) A Caixa de Assistência dos Advogados tem caráter nacional e é administrada pelo presidente do Conselho Federal da OAB.

A: incorreta (art. 62, § 7º, da Lei 8.906/1994 – as Caixas de Assistência podem sofrer intervenção dos respectivos Conselhos Seccionais em caso de descumprimento de suas finalidades); **B:** incorreta (art. 62, § 1º, da Lei 8.906/1994 – o estatuto da Caixa de Assistência deve ser registrado perante o Conselho Seccional); **C:** correta, conforme dispõe o art. 126 do Regulamento Geral; **D:** incorreta, pois a Caixa de Assistência tem caráter regional, sendo criada e administrada pelos Conselhos Seccionais (art. 62 da Lei 8.906/1994).
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2009.3) No que se refere às eleições na OAB, assinale a opção correta.

(A) São permitidas candidaturas isoladas ou que integrem mais de uma chapa.
(B) Estagiários inscritos na OAB poderão integrar chapas que tenham em seus programas a Comissão OAB Jovem.
(C) Os advogados que compõem a comissão eleitoral poderão integrar as chapas concorrentes, estando apenas o presidente da comissão impedido de integrá-las.
(D) Para integrar uma chapa, o advogado deverá exercer efetivamente advocacia há mais de cinco anos, excluído o período de estagiário.

A: incorreta (art. 131 do Regulamento Geral – são vedadas as candidaturas isoladas!); **B:** incorreta, pois só advogado pode participar da chapa (art. 131, § 2º, *a,* do Regulamento Geral); **C:** incorreta (art. 129, *caput*, do Regulamento Geral – advogados que integrem a comissão eleitoral não podem participar das chapas concorrentes); **D:** correta, pois está de acordo com o art. 131, § 2º, f, do Regulamento Geral.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2009.3) Compete ao presidente do Conselho Federal da OAB

(A) aplicar penas disciplinares, no caso de infração cometida no âmbito do Conselho Federal.
(B) alienar ou onerar bens móveis.
(C) presidir o Órgão Especial, com direito a voto de qualidade, no caso de empate.
(D) definir os critérios para despesas com transporte e hospedagem dos conselheiros, membros das comissões e convidados.

Nos termos do art. 100, V, do Regulamento Geral, compete ao presidente do Conselho Federal aplicar as sanções disciplinares no caso de infração cometida no âmbito do Conselho Federal.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3) Acerca da CNA, assinale a opção correta à luz do Regulamento Geral e do Estatuto da Advocacia e da OAB.

(A) Os advogados inscritos na CNA, são considerados seus membros efetivos, com direito a voto.
(B) A CNA é órgão consultivo máximo do Conselho Federal da OAB, tendo por objetivo a eleição do presidente e da diretoria desse Conselho.
(C) A comissão organizadora da CNA é designada pelo secretário-geral da OAB e integrada por professores renomados no cenário jurídico nacional.
(D) As conclusões da CNA são compiladas em atos normativos de cumprimento obrigatório pelos conselhos seccionais da OAB.

A: correta, pois, de fato, os advogados inscritos na Conferência Nacional dos Advogados – CNA são considerados membros efetivos, com direito a voto (art. 146, I, do Regulamento Geral); **B:** incorreta, pois o objetivo da CNA é "o estudo e o debate das questões e problemas que digam respeito às finalidades da OAB e ao congraçamento dos advogados" (art. 145 do Regulamento Geral); **C:** incorreta. A comissão é "designada pelo Presidente do Conselho, por ele presidida e integrada pelos membros da Diretoria e outros convidados" (art. 147 do Regulamento Geral); **D:** incorreta (art. 145, § 3º, do Regulamento Geral) – as conclusões da CNA são *recomendações*.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3.SP) O advogado Jairo, com o objetivo de oferecer serviços jurídicos para captar causas ou clientes, criou um sítio profissional na Internet, no qual incluiu dados com referências a valores dos serviços profissionais, tabelas e formas de pagamento. Em seguida, contratou uma empresa de publicidade para confeccionar adesivos com os dizeres "sem advogado não se faz justiça" e a indicação de seu número de telefone. Jairo, que advoga há 40 anos, é profissional renomado na área de direitos humanos. Em março de 2008, recebeu de um conselho seccional da OAB a comenda Medalha Rui Barbosa. O presidente desse conselho também o homenageou, atribuindo ao novo prédio da sede do conselho o nome de Jairo. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta no que se refere à legislação da OAB.

(A) A Medalha Rui Barbosa é a comenda máxima conferida às grandes personalidades da advocacia brasileira pelo Conselho Federal da OAB e não pelos conselhos seccionais.
(B) Os prédios, salas e dependências dos órgãos da OAB poderão receber nomes de pessoas vivas.
(C) As formas de pagamento e os valores dos serviços profissionais deverão estar claros no anúncio dos serviços oferecidos pelos advogados, de maneira a não caracterizar concorrência desleal.
(D) Como a Internet é um veículo de comunicação universal, o conteúdo disponível no sítio do advogado não está na esfera de controle da OAB.

A: correta, corresponde à previsão contida no art. 152 do Regulamento Geral; **B:** incorreta, pois *não* poderão receber o nome de pessoas vivas (art. 151, parágrafo único, do Regulamento Geral); **C:** incorreta (art. 31, § 1º, do CED – não se pode divulgar em anúncios do advogado os valores de serviços a serem prestados); **D:** incorreta, pois não há essa limitação no art. 28 e ss. do CED.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3.SP) Assinale a opção correta a respeito dos fins e da organização da OAB.

(A) A competência para processar e julgar ações do interesse ativo ou passivo da OAB é da justiça federal.
(B) O Instituto dos Advogados Brasileiros inspirou a criação da OAB, que se consolidou a partir da CF.
(C) Os conselhos seccionais da OAB são autarquias especializadas vinculadas aos respectivos estados membros em que estiverem sediadas.
(D) A criação das subseções da OAB requer autorização do presidente nacional da OAB, que definirá a abrangência de atuação em um ou mais municípios.

A: correta. De fato, a competência é da justiça federal (*vide*, p. ex., o CC 44.304/SP, *DJ* 26.03.2007, do STJ); **B:** incorreta. O Instituto dos Advogados Brasileiros foi criado em 1843 com o objetivo de "organizar a Ordem dos advogados, em proveito geral da ciência e da jurisprudência"; no entanto, a Ordem se consolidou muito antes da CF de 1988; só para se ter ideia, o antigo estatuto da advocacia é de 1963 (Lei 4.215/1963); sobre a história da OAB *vide* o seguinte *link*: http://www.oab.org.br/hist_oab/index_menu.htm; **C:** incorreta. Os conselhos seccionais são órgãos da OAB (art. 45, II, da Lei 8.906/1994), não tendo vinculação alguma com os estados membros em que estiverem sediados; para fins operacionais, esses conselhos têm personalidade jurídica (art. 45, § 2º, da Lei 8.906/1994); **D:** incorreta, pois a criação e a área de abrangência de subseções são de competência privativa do Conselho Seccional (arts. 58, II, e 60, ambos da Lei 8.906/1994).
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3.SP) Assinale a opção correta relativamente ao Regulamento Geral do Estatuto da OAB.

(A) Presidente de conselho seccional da OAB tem direito a voto nas sessões das câmaras do Conselho Federal da OAB.
(B) Suponha que Bernardo tenha sido agraciado com a medalha Rui Barbosa em agosto de 2005. Nessa situação, a partir dessa data, Bernardo poderá participar das sessões do Conselho Pleno, com direito a voz.

(C) Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros tem direito a voto nas sessões das câmaras e do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB.
(D) As comissões permanentes do Conselho Federal serão integradas exclusivamente por conselheiros federais.

A: incorreta. Embora o Presidente de conselho seccional da OAB possa comparecer às sessões do Conselho Federal, terá apenas direito a voz, mas não a voto (art. 52, *caput*, do EAOAB e art. 62, § 3º, do Regulamento Geral); **B:** correta, consoante disposição contida no art. 63 do Regulamento Geral; **C:** incorreta, pois tem apenas direito a voz (art. 63 do Regulamento Geral); **D:** incorreta. As comissões podem ter integrantes que não sejam conselheiros federais (art. 64, parágrafo único, do Regulamento Geral).
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.3.SP) Com relação às subseções da OAB, assinale a opção correta.

(A) Conflitos de competência entre duas ou mais subseções serão dirimidos pelo conselho seccional, com recurso ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB.
(B) Subseção com 300 advogados efetivamente domiciliados na sua base territorial poderá instituir conselho, cujo número de membros e cuja competência serão fixados pelo conselho seccional.
(C) A área territorial das subseções não poderá abranger mais de 5 municípios e deverá contar com o número mínimo de 20 advogados nela profissionalmente domiciliados.
(D) Dada a característica da autonomia administrativa, os conselhos seccionais jamais poderão intervir nas subseções.

A: incorreta. O recurso será dirigido ao Conselho Federal (art. 119 do Regulamento Geral); **B:** correta. A partir de 100 advogados já é possível a criação do conselho (art. 60, §§ 3º e 4º, da Lei 8.906/1994); **C:** incorreta, pois não há limitação ao número de municípios e a quantidade de advogados domiciliados em cada base territorial é 15, e não 20 (art. 60, § 1º, da Lei 8.906/1994); **D:** incorreta. Se houver violação do Estatuto da OAB e de seu Regimento, mediante o voto de 2/3 dos membros, os Conselhos Seccionais poderão intervir nas subseções (art. 60, § 6º, da Lei 8.906/1994).
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.2) No que se refere à CNA, assinale a opção correta.

(A) A CNA é dirigida por uma comissão organizadora, designada pelo presidente do Conselho Federal, por ele presidida e integrada pelos membros da diretoria e por outros convidados.
(B) Cabe ao Conselho Federal definir a distribuição do temário, os nomes dos expositores, a programação dos trabalhos, os serviços de apoio e infraestrutura e o regimento interno da CNA.
(C) As sessões da CNA são dirigidas por um presidente e um relator, escolhidos pelo Conselho Federal.
(D) Durante o funcionamento da conferência, a comissão organizadora é representada pelo relator, que tem poderes para cumprir a programação estabelecida e decidir as questões ocorrentes e os casos omissos.

A: correta. A Conferência Nacional dos Advogados é órgão consultivo máximo do Conselho Federal da OAB e, de fato, tem a característica apontada na alternativa (art. 147 do Regulamento Geral); **B:** incorreta. Cabe à comissão organizadora, não ao Conselho Federal (art. 147, § 2º, do Regulamento Geral); **C:** incorreta. A escolha é feita pela comissão organizadora, não pelo Conselho Federal (art. 149, § 1º, do Regulamento Geral); **D:** incorreta. A comissão é representada pelo presidente, não pelo relator (art. 148 do Regulamento Geral).
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2) Com relação ao Conselho Federal da OAB, assinale a opção correta.

(A) As delegações de cada unidade federativa são compostas por seis conselheiros federais e dois suplentes.
(B) Os presidentes dos Conselhos Seccionais participam do plenário do Conselho Federal, podendo votar em desacordo com os respectivos conselheiros federais quando abordadas questões referentes às garantias do exercício da advocacia.
(C) O Conselho Federal compõe-se dos conselheiros federais, integrantes das delegações de cada unidade federativa, e dos seus ex-presidentes, na qualidade de membros honorários vitalícios.
(D) O Conselho Federal atua por meio da diretoria, da presidência, do plenário, de quatro câmaras técnicas e do órgão especial recursal.

A: incorreta, "cada delegação é formada por *3* conselheiros federais" (art. 51, § 1º, da Lei 8.906/1994); **B:** incorreta. Os presidentes dos Conselhos Seccionais não podem votar, pois só possuem direito a voz (art.52, da Lei 8.906/1994); **C:** correta, segundo prevê o art. 51, I e II, da Lei 8.906/1994; **D:** incorreta, pois o Conselho Federal atua por meio da diretoria, presidência, Conselho Pleno, Órgão Especial do Conselho Pleno, primeira, segunda e terceira Câmaras, bem como pelas comissões permanentes e temporárias (art. 64 do Regulamento Geral.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.2) Entre as competências do Conselho Federal, inclui-se a de

(A) autorizar a criação, o reconhecimento e(ou) credenciamento dos cursos jurídicos no Brasil.
(B) instaurar, de ofício, processo de cassação dos presidentes vitalícios acusados de enriquecimento ilícito.
(C) autorizar, por maioria simples das delegações, a oneração ou alienação de seus bens imóveis por meio de seu presidente.
(D) dispor sobre a identificação dos inscritos na OAB e sobre os respectivos símbolos privativos.

A: incorreta, pois cabe ao Conselho Federal "*colaborar* com o aperfeiçoamento dos cursos jurídicos, e *opinar*, previamente, nos pedidos apresentados aos órgãos competentes para criação, reconhecimento ou credenciamento desses cursos" (art. 54, XV, da Lei 8.906/1994); **B:** incorreta. Não existe essa competência; **C:** incorreta, a autorização é por maioria absoluta e não há previsão que seja feita pelo seu presidente (art. 54, XVI, da Lei 8.906/1994); **D:** correta, corresponde ao art. 54, X, da Lei 8.906/1994.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.2) As competências do órgão especial do Conselho Pleno incluem a deliberação sobre

I. recurso contra decisões das câmaras, apenas quando não tenham sido unânimes ou contrariem o estatuto, o regulamento geral, o código de ética e disciplina e os provimentos.
II. recurso contra decisões do presidente da República ou do ministro chefe da Casa Civil.
III. consultas escritas, formuladas em tese, relativas às matérias de competência das câmaras especializadas ou à interpretação do estatuto, do regulamento geral, do código de ética e disciplina e dos provimentos, devendo todos os conselhos seccionais serem cientificados do conteúdo das respostas.
IV. conflitos ou divergências entre órgãos da OAB.
V. determinação ao conselho seccional competente para instaurar processo, quando, em autos ou peças submetidos ao conhecimento do Conselho Federal, encontrar fato que constitua infração disciplinar.

Estão certos apenas os itens

(A) I, II e III.
(B) I, III e IV.
(C) II, IV e V.
(D) III, IV e V.

I: incorreto, pois também caberá recurso de decisão *unânime* que contrarie a Constituição, as leis, o Estatuto, decisões do Conselho Federal, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina ou os Provimentos (art. 85, I, do Regulamento Geral); II: incorreto. Não existe essa previsão; III: correto, conforme previsão do art. 85, IV, do Regulamento Geral; IV: correto. É o que dispõe o art. 85, V, do Regulamento Geral; V: correto: Corresponde ao disposto no art. 85, VI, do Regulamento Geral.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.2) Acerca da composição e do funcionamento dos tribunais de ética e disciplina da OAB, assinale a opção correta.

(A) Compete privativamente a cada conselho seccional definir a composição e o funcionamento dos tribunais de ética e disciplina, bem como a escolha dos membros desses tribunais.
(B) Os membros dos tribunais de ética e disciplina são eleitos a cada triênio, por votação direta, excluindo-se desta os estagiários.
(C) A composição desses tribunais depende de parecer expedido pela plenária do Conselho Federal.
(D) O presidente do tribunal de ética e disciplina é escolhido pelo colegiado do Conselho Federal, em votação secreta.

Segundo o art. 58, XIII, da Lei 8.906/1994, que dispõe competir privativamente ao Conselho Seccional definir a composição e o funcionamento do Tribunal de Ética e Disciplina, e escolher seus membros.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2.SP) Assinale a opção correta em relação ao Estatuto da Advocacia e da OAB.

(A) A tabela de honorários advocatícios é fixada pelo Conselho Seccional e tem validade em todo o território do respectivo estado da Federação.
(B) O julgamento dos recursos interpostos em face de questões decididas pelo presidente do Conselho Seccional da OAB de São Paulo é da competência privativa do Conselho Federal da OAB.
(C) É da competência do presidente de cada Conselho Seccional a eleição de lista de advogados para preenchimento dos cargos de desembargadores estaduais, a ser encaminhada ao tribunal de justiça do estado, para preenchimento de vaga reservada pelo quinto constitucional.
(D) Os conselheiros seccionais têm prioridade perante os demais advogados inscritos na Seccional para figurar nas listas de composição de escolha de desembargador estadual, para preenchimento de vaga reservada pelo quinto constitucional.

A: correta, conforme art. 58, V, da Lei 8.906/1994; **B** e **C:** incorretas, pois nas hipóteses versadas nas alternativas, a competência é do Conselho Seccional (arts. 76 e 58, XIV, da Lei 8.906/1994); **D:** incorreta, pois é "vedada a inclusão de membros do próprio Conselho e de qualquer órgão da OAB" nas listas de composição de cargos nos tribunais judiciários (art. 58, XIV, da Lei 8.906/1994).
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2.SP) Assinale a opção correta acerca do Conselho Federal da OAB.

(A) O Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB é presidido pelo seu vice-presidente.
(B) O Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB é composto pelos conselheiros federais mais antigos de cada delegação.
(C) O Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal é composto por três conselheiros federais de cada unidade da Federação.
(D) O conselheiro federal de cada delegação que participar do Órgão Especial do Conselho Pleno não poderá integrar o Conselho Pleno.

De acordo com o art. 84 do Regulamento Geral: "O Órgão Especial é composto por um Conselheiro Federal integrante de cada delegação, sem prejuízo de sua participação no Conselho Pleno, e pelos ex-presidentes, *sendo presidido pelo Vice-Presidente* e secretariado pelo Secretário-Geral Adjunto".
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.2.SP) Assinale a opção correta acerca das disposições do Conselho Federal, previstas no Regulamento Geral da OAB.

(A) As câmaras do Conselho Federal têm a mesma competência para julgamento e são presididas pelos conselheiros federais mais antigos do Órgão Especial do Conselho Pleno.
(B) À Primeira Câmara compete decidir o recurso de advogado impedido do exercício da advocacia.
(C) Os recursos dos advogados que respondem a processo disciplinar serão julgados pela vice-presidência do Conselho Federal.
(D) Compete à Segunda Câmara do Conselho Federal decidir os recursos relativos ao processo eleitoral da OAB.

A: incorreta. As Câmaras não possuem a mesma competência para julgamento e são assim presididas: o Secretário-Geral preside a primeira; o Secretário-Geral Adjunto preside a segunda e o Tesoureiro preside a terceira (arts. 87 a 89 do Regulamento Geral); **B:** correta, consoante art. 88, I, *c*, do Regulamento Geral; **C:** incorreta, pois são julgados pela segunda câmara (art. 89, I, do Regulamento Geral); **D:** incorreta, a competência é da terceira câmara (90, I, do Regulamento Geral).
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.2.SP) Assinale a opção correta com relação às subseções da OAB.

(A) Conflito de competência entre subseções do estado de São Paulo deverá ser decidido pelo Conselho Federal da OAB.
(B) As áreas territoriais das subseções deverão abranger, no máximo, um município.
(C) As subseções são órgãos da OAB vinculados ao respectivo Conselho Seccional, que fixa a sua competência territorial.
(D) As subseções não têm autonomia administrativa.

A: incorreta, pois será decidido pelo Conselho Seccional. O recurso voluntário é que será decidido pelo Conselho Federal (art. 119 do Regulamento Geral); **B:** incorreta, poderá abranger um ou mais municípios (art. 60, § 1º, da Lei 8.906/1994); **C:** correta, de acordo com previsão contida no art. 60, *caput*, da Lei 8.906/1994; **D:** incorreta. As subseções possuem autonomia (art. 60, *caput*, da Lei 8.906/1994).
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.2.SP) No que diz respeito às eleições na OAB, assinale a opção correta.

(A) É obrigatório o comparecimento de todos os advogados inscritos e licenciados da OAB às eleições dos conselhos seccionais.
(B) Advogado com inscrição suplementar deverá votar obrigatoriamente na sede da inscrição principal.
(C) Para concorrerem às eleições, os atuais ocupantes de cargos de diretoria, presidência e vice-presidência deverão se licenciar dos seus mandatos três meses antes das eleições.
(D) Advogado inscrito na OAB e com três anos de exercício de advocacia não pode integrar chapa para concorrer a cargo eletivo no Conselho Seccional.

A: incorreta. O § 1º do art. art. 63 da Lei 8.906/1994 não indica os advogados licenciados; **B:** incorreta, "o advogado com inscrição suplementar *pode* exercer opção de voto, *comunicando ao Conselho onde tenha inscrição principal*" (art. 134, § 4º, do Regulamento Geral); **C:** incorreta, pois não é necessária a licença (art. 131, § 7º, do Regulamento Geral); **D:** correta, pois, para integrar a chapa, o advogado deve exercer há mais de 5 anos a profissão, excluído, dessa contagem, o período de estágio (art. 131, § 2º, *f*, do Regulamento Geral).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.2.SP) Assinale a opção correta acerca da competência do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB.

(A) Cabe ao Tribunal de Ética e Disciplina a promoção, junto aos cursos de direito, de discussões relativas à ética profissional, com o objetivo de formação da consciência dos futuros profissionais.
(B) A instauração de processo acerca de infração a norma de ética profissional se inicia com o requerimento de interessados, não cabendo ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB fazê-lo de ofício.
(C) Não compete ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB responder a consultas relativas à ética profissional.
(D) Mediação e conciliação não são aplicáveis às questões relativas à dissolução de sociedade de advogados.

A: correta, em consonância com o art. 50, II, do CED; **B:** incorreta, pois o processo pode ser instaurado de ofício (art. 72 da Lei 8.906/1994); **C:** incorreta, pois essa competência é atribuída ao Tribunal de Ética (art. 49 do CED); **D:** incorreta, pois a mediação e conciliação são aplicáveis no caso apresentado (art. 50, IV, *c*, do CED).
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.1.SP) Acerca da competência do Conselho Seccional e das Subseções, assinale a opção correta.

(A) As Subseções dos Conselhos Seccionais têm competência para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual em face da Constituição Estadual perante o tribunal de justiça do estado.
(B) Um Conselho Seccional da OAB pode ajuizar mandado de segurança coletivo em defesa de seus inscritos, independentemente de autorização pessoal dos interessados.
(C) Um Conselho Seccional da OAB pode ajuizar ação direta de inconstitucionalidade de lei federal em face da Constituição Federal perante o STF.
(D) O presidente do Instituto dos Advogados de cada unidade da federação terá direito a voto nas sessões dos Conselhos Seccionais que deliberarem sobre o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual em face da Constituição Federal.

A: incorreta, pois a competência é do Conselho Seccional, não das Subseções (art. 105, V, *a*, do Regulamento Geral); **B:** correta, em conformidade com o art. 105, V, *c*, do Regulamento Geral; **C:** incorreta. Pode ajuizar "ação direta de inconstitucionalidade de *lei*s ou *atos normativos estaduais* e *municipais*, *em face da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Distrito Federal*" (art. 105, V, *a*, do Regulamento Geral); **D:** incorreta. Não existe essa previsão.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.1.SP) Considerando o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a opção correta.

(A) A participação de Conselho Seccional da OAB em evento internacional de interesse da advocacia depende de expressa autorização do presidente da respectiva Seccional.
(B) O Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB é integrado pelos conselheiros federais das delegações e conselheiros seccionais de cada unidade da Federação.
(C) O pedido de criação de um curso de direito depende de parecer opinativo da Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB.
(D) O conselheiro federal que integrar o Órgão Especial do Conselho Pleno não terá assento nas sessões do Conselho Pleno.

A: incorreta. A autorização deve ser dada pelo Presidente Nacional (art. 80 do Regulamento Geral); **B:** incorreta, o Conselho é integrado pelos conselheiros federais e ex-presidentes (art. 74 do Regulamento Geral); **C:** correta, é o que prevê o art. 83 do Regulamento Geral; **D:** incorreta, pois o conselheiro, nessa hipótese, *terá* assento nas sessões do Conselho Pleno (art. 84, *caput*, do Regulamento Geral).
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.1.SP) Assinale a opção correta em relação ao Estatuto da OAB.

(A) Cidadão norte-americano que seja graduado em direito por universidade nos Estados Unidos da América pode inscrever-se diretamente como advogado na OAB/SP, independentemente de aprovação no exame de ordem.
(B) Um ex-presidente do Conselho Federal da OAB tem direito a voz nas sessões do Conselho Federal.
(C) Presidente de Conselho Seccional de estado da Federação tem lugar reservado nas sessões do Conselho Federal, juntamente com a delegação de seu estado e com direito a voto.
(D) As Seccionais da OAB têm imunidade tributária para o IPTU, mas devem declarar e pagar anualmente o imposto de renda.

A: incorreta, pois deverá prestar o exame de ordem no Brasil (art. 8º, IV, da Lei 8.906/1994); **B:** correta, é um direito previsto no art. 51, § 2º, da Lei 8.906/1994 e art. 62, § 1º, do Regulamento Geral; **C:** incorreta, só tem direito a voz (art. 52 da Lei 8.906/1994); **D:** incorreta, pois há também a imunidade tributária no tocante ao imposto de renda (art. 45, § 5º, da Lei 8.906/1994).
Gabarito "B"

11. ÉTICA DO ADVOGADO

(OAB – CESPE – 2010.1) Júlio e Lauro constituíram o mesmo advogado para, juntos, ajuizarem ação de interesse comum. No curso do processo, sobrevieram conflitos de interesse entre os constituintes, tendo Júlio deixado de concordar com Lauro com relação aos pedidos. Nessa situação hipotética, deve o advogado

(A) optar, com prudência e discernimento, por um dos mandatos, e renunciar ao outro, resguardando o sigilo profissional.
(B) manter com os constituintes contrato de prestação de serviços jurídicos no interesse da causa, resguardando o sigilo profissional.
(C) assumir, com a cautela que lhe é peculiar, o patrocínio de ambos, em ações individuais.
(D) designar, com prudência e cautela, por substabelecimento com reservas, um advogado de sua confiança.

Conforme preceitua o art. 18 do CED: "Sobrevindo conflitos de interesse entre seus constituintes, e não estando acordes os interessados, com a devida prudência e discernimento, optará o advogado por um dos mandatos, renunciando aos demais, resguardado o sigilo profissional". Assim, a alternativa correta é a "A".
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.3) Considerando o disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB e no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

(A) A lei prevê, expressamente, o termo prescricional para a ação de prestação de contas pelas quantias que o advogado recebe de seu cliente ou de terceiros por conta deste.
(B) De acordo com o Código de Ética, o advogado deve recusar-se a depor como testemunha em processo no qual tenha atuado, salvo quando autorizado pelo cliente.
(C) Os prazos recursais no processo disciplinar seguem as disposições do CPP.
(D) Em nenhuma hipótese, o Código de Ética permite a participação de advogado em bens particulares de clientes comprovadamente sem condições pecuniárias.

A: correta, corresponde ao disposto no art. 25-A da Lei 8.906/1994; **B:** incorreta. Ainda que autorizado pelo cliente, o advogado deve recusar-se a depor (art. 26 do CED); **C:** incorreta (art. 69 da Lei 8.906/1994 – o prazo é de quinze dias); **D:** incorreta (art. 38, parágrafo único, do CED – tolera-se excepcionalmente a participação do advogado em bens particulares do cliente, desde que este comprovadamente não disponha de recursos financeiros, e, ainda, se houver expressa autorização em contrato).
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.2) O Código de Ética e Disciplina da OAB não admite que o advogado

(A) renuncie ao mandato no curso de um processo, ainda que comunique ao cliente, via carta com AR, essa decisão.
(B) cobre honorários por valores acima dos fixados pela tabela de honorários da OAB.
(C) inclua, em anúncio de sua atividade, qualificação de mestre em direito privado e membro efetivo de instituto de advogados.
(D) condicione, ao término da causa, a devolução dos documentos do cliente mediante o pagamento dos honorários devidos.

A: incorreta (art. 45 do CPC e art. 5º, § 3º, da Lei 8.906/1994 – pode haver a renúncia unilateralmente pelo advogado, que deverá, porém, comunicar seu cliente de tal ato, preferencialmente por carta com aviso de recebimento, bem como comunicar ao juízo); **B:** incorreta, art. 41 do CED (salvo motivo justificado, não se admite a fixação de honorários abaixo dos valores estipulados nas tabelas de honorários); **C:** incorreta, pois pode incluir tais informações (art. 29 do CED); **D:** correta, pois o Código de Ética e Disciplina não admite a condição descrita na alternativa (art. 9º do CED).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.3) Acerca do que dispõe o Código de Ética e Disciplina da OAB a respeito das relações do advogado com seus clientes, julgue os itens a seguir.

I. Sobrevindo conflitos de interesse entre constituintes e não estando acordes os interessados, deve o advogado, com a devida prudência e discernimento, optar por um dos mandatos, renunciando aos demais, resguardado o sigilo profissional.

II. O advogado, ao postular, judicial e extrajudicialmente, em nome de terceiros, contra ex-cliente ou ex-empregador, deve resguardar o segredo profissional e as informações reservadas ou privilegiadas que lhe tenham sido confiadas.

III. Os advogados integrantes da mesma sociedade profissional ou reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca podem representar em juízo clientes com interesses opostos quando houver compatibilidade de interesses.

IV. O advogado deve abster-se de patrocinar causa contrária à ética, à moral e aos bons costumes, bem como atuar em demandas coletivas que questionem as autoridades constituídas ou a validade de ato jurídico em que tenha colaborado, orientado ou conhecido em consulta; da mesma forma, deve declinar seu impedimento ético quando tenha sido convidado pela outra parte, se esta lhe houver revelado segredos ou obtido seu parecer.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.
(B) I e IV.
(C) II e III.
(D) III e IV.

I: correto, segundo disposição do art. 18 do CED; II: correto, corresponde à previsão contida no art. 19 do CED; III: incorreto, pois os advogados não podem representar clientes que tenham interesses opostos (art. 17 do CED); IV: incorreto (art. 20 do CED). Referido dispositivo não menciona deva o advogado abster-se de patrocinar causa contrária aos *bons costumes*, tal como consta na assertiva, mas, sim, à ética, à moral ou à validade de ato jurídico em que tenha colaborado.
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2008.3) Mário, advogado regularmente inscrito na OAB – GO, foi constituído pela professora municipal Maria da Penha para atuar no processo de separação litigiosa contra Caio Tício, abastado fazendeiro. Ao perceber o desequilíbrio financeiro entre as partes e o efeito nefando do poder econômico de Caio, Mário resolveu revelar ao juízo, sem a autorização prévia de Maria da Penha, confidências feitas por ela a respeito da vida privada de Caio. Considerando a situação hipotética apresentada e o que dispõe o Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

(A) Mário deve pedir, preliminarmente, que sua constituinte e Caio se retirem da sala e deve informar, oralmente, o juiz acerca dos motivos que o levaram a divulgar as informações comprometedoras, e, durante a audiência de instrução e julgamento, será conferido a Caio o direito de resposta.
(B) As confidências feitas a Mário por Maria da Penha poderiam ser utilizadas, nos limites da necessidade da defesa, desde que mediante autorização da constituinte.
(C) Mário só poderia comunicar tais informações ao juiz, de modo sigiloso e sem conhecimento das partes.
(D) Mário deve garantir que as informações a respeito da vida particular de Caio cheguem, de forma anônima, ao conhecimento do juízo, sem que nenhum dos envolvidos possa saber de onde partiu a denúncia.

Nos termos do art. 27 do CED, somente o advogado poderá revelar confidências que lhe tenham sido feitas pelo cliente desde que este o autorize, e nos limites das necessidades da defesa.
Gabarito "B"

(OAB – CESPE – 2008.2) Paulo, advogado regularmente inscrito na OAB/PR, descobriu que seu potencial cliente João omitira-lhe o fato de já ter constituído o advogado Anderson para a mesma causa. Na situação apresentada, supondo-se que não se trate de medida judicial urgente e inadiável nem haja motivo justo que desabone Anderson, Paulo deve

(A) denunciar João ao Conselho Federal por litigância de má-fé.
(B) notificar Anderson por intermédio da Comissão de Ética e Disciplina da OAB para que este se manifeste no prazo de quinze dias corridos e, caso Anderson não se manifeste, continuar defendendo os interesses de João em consonância com os preceitos éticos da advocacia.
(C) denunciar Anderson ao Tribunal de Ética da OAB por omissão culposa, estando este sujeito a censura.
(D) recusar o mandato, de acordo com imposições éticas, haja vista a existência de outro advogado já constituído.

De acordo com o art. 11 do CED, salvo situação de urgência, o advogado não poderá aceitar procuração caso já exista advogado constituído nos autos.
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.1) Antônio, advogado inscrito na OAB, participa semanalmente de um programa de televisão, esclarecendo dúvidas dos telespectadores a respeito de relações de consumo. Nessas oportunidades, além de divulgar os telefones de um instituto de defesa do consumidor que oferece assistência jurídica aos seus associados a preços módicos, fundado e dirigido por ele mesmo, Antônio aconselha os telespectadores a comparecer ao referido instituto. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta com base no Código de Ética e Disciplina da OAB.

(A) Antônio deve deixar de participar do programa de televisão, visto que o Código de Ética e Disciplina da OAB proíbe essa participação aos advogados regularmente inscritos na Ordem, salvo em noticiários e, exclusivamente, para fins informativos, sendo vedados pronunciamentos ilustrativos, educacionais ou instrutivos.
(B) Antônio deve continuar a divulgar os telefones do referido instituto de defesa do consumidor, pois o Código de Ética e Disciplina da OAB impõe ao advogado o dever da transparência, de acordo com o princípio da publicidade e da livre expressão, sendo, portanto, permitidas todas as formas de manifestação pública do profissional regularmente inscrito na Ordem.
(C) Antônio deve abster-se de responder com habitualidade consulta sobre matéria jurídica, nos meios de comunicação social, com o intuito de promover-se profissionalmente.
(D) Antônio deve, tão somente, abster-se de debates sensacionalistas.

A aparição do advogado em meios de comunicação de massa (ex.: rádio e televisão) deve ser eventual, com finalidade ilustrativa, educacional e informativa, nos termos dos arts. 32 e 33 do CED, não podendo, pois, fazer verdadeira captação de clientela por meio de autopromoção. O tripé da publicidade na advocacia é: discrição, moderação e informação!
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.1) Viola o Código de Ética e Disciplina da OAB o advogado que

I. divida seus honorários em parcelas mensais e induza o cliente a assinar notas promissórias, com os respectivos valores e vencimentos.
II. receba, a título de patrocínio pela ação reivindicatória de um imóvel, automóvel de cliente que não disponha de dinheiro para efetuar o pagamento dos honorários.
III. distribua livreto com mensagens bíblicas às famílias das vítimas de um acidente aéreo, tendo o cuidado de inserir seu cartão profissional entre as páginas do livreto, de maneira que o cartão só possa ser percebido por quem folheie o livreto.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item II está certo.
(B) Apenas os itens I e II estão certos.
(C) Apenas os itens I e III estão certos.
(D) Todos os itens estão certos.

I: correta. Não é possível a emissão de título de crédito (art. 42 do CED) e, muito menos, levá-los a protesto; II: incorreta. O art. 38, parágrafo único, do CED, admite a participação do advogado em bens particulares do cliente, situação que é tolerada excepcionalmente, desde que comprovadamente não disponha de recursos para pagamento em dinheiro, prática esta que não viola o CED; III: correta. O art. 7º do CED veda a captação ou inculcação de clientela.
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.1.SP) No que se refere ao sigilo profissional e às relações com o cliente previstos no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

(A) Considere que o advogado A assine contrato de honorários advocatícios com seu cliente. Nessa situação, caso este indique o advogado B para trabalhar no mesmo processo, deverá o advogado A aceitar a indicação, conforme previsão do Código de Ética.
(B) Prolatada a sentença, presume-se a cessação do mandato constituído ao advogado.
(C) Caso um advogado receba um mandado de intimação para prestar depoimento em processo judicial no qual tenha atuado como procurador, ele poderá recusar-se a depor, dado o dever de guardar sigilo sobre fatos relativos ao seu ofício.
(D) As confidências feitas pelo cliente não podem ser utilizadas pelo advogado na defesa, visto que tal utilização constitui violação do direito à intimidade do cliente.

A: incorreta, uma vez que "o advogado não é obrigado a aceitar a imposição de seu cliente que pretenda ver com ele atuando outros advogados, nem aceitar a indicação de outro profissional para com ele trabalhar no processo" (art. 22 do CED); **B:** incorreta (art. 10 do CED). Em verdade, há presunção de cessação do mandato constituído ao advogado quando *concluída a causa ou arquivado o processo,* e não com a prolação da sentença, tal como afirmado na assertiva; **C:** correta, pois em conformidade com o art. 26 do CED; **D:** incorreta. Tais confidências *podem* ser utilizadas, desde que o cliente autorize e nos limites da necessidade da defesa (art. 27 do CED).
Gabarito "C"

(OAB – CESPE – 2008.1.SP) Assinale a opção correta com relação ao Código de Ética e Disciplina da OAB.

(A) Com a criação da Rádio e TV Justiça, os anúncios dos serviços profissionais dos advogados passaram a ser veiculados exclusivamente por esses canais.
(B) Um ministro aposentado de tribunal superior pode mencionar, em seu anúncio de serviços profissionais de advocacia, para captar clientes, o cargo que ocupou, uma vez que não mais exerce função pública.
(C) Um advogado que mudar a sede profissional de seu escritório para sua residência poderá anunciar seus serviços utilizando-se de outdoor.
(D) Um advogado regularmente inscrito na OAB pode anunciar seus serviços profissionais indicando, juntamente com seu nome e número de inscrição na OAB, os títulos de mestrado e doutorado conferidos por instituição de ensino superior reconhecida.

A: incorreta (art. 29 do CED – é vedada a veiculação de anúncios em rádio e TV); **B:** incorreta. Não deve mencionar qualquer cargo, função pública ou relação de emprego que tenha exercido em seu anúncio de serviços profissionais (art. 29, § 4º, do CED); **C:** incorreta (art. 30 do CED – a publicidade do advogado deve ser discreta e moderada, sendo *vedada* a utilização de *outdoor*); **D:** correta, segundo dispõe o art. 29, § 1º, do CED.
Gabarito "D"

12. QUESTÕES DE CONTEÚDO VARIADO

(OAB – CESPE – 2009.1) Acerca da advocacia, assinale a opção incorreta.

(A) O advogado é indispensável à administração da justiça, razão pela qual qualquer postulação perante órgãos do Poder Judiciário é atividade privativa de advogado, sem exceção.
(B) No processo judicial, ao postular decisão favorável ao seu constituinte, o advogado contribui para o convencimento do julgador, constituindo seus atos múnus público.
(C) O advogado estrangeiro somente poderá exercer atividade de advocacia no território brasileiro se estiver inscrito na OAB.
(D) Para a inscrição como advogado, é necessário, entre outros requisitos, prestar compromisso perante o Conselho.

A: incorreta, devendo ser assinalada, pois há uma série de exceções a essa regra; por exemplo, o Ministério Público tem capacidade postulatória, assim como qualquer pessoa, em se tratando de *habeas corpus*, e o interessado, na reclamação trabalhista e no juizado especial cível; **B:** correta (art. 2º, § 2º, da Lei 8.906/1994); **C:** correta (art. 3º da Lei 8.906/1994); **D:** correta (art. 8º, VII, da Lei 8.906/1994).
Gabarito "A"

(OAB – CESPE – 2009.1) Acerca do exercício da advocacia, assinale a opção correta.

(A) O advogado que passar a sofrer de doença mental incurável deve licenciar-se por prazo indeterminado.
(B) O advogado que passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia terá sua inscrição suspensa até desincompatibilizar-se.
(C) Todos os membros dos Poderes Legislativo e Judiciário exercem atividade incompatível com a advocacia.
(D) O advogado é responsável pelos atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa, respondendo ilimitadamente pelos danos causados aos clientes em decorrência da ação ou omissão.

A: incorreta: art. 12, III, da Lei 8.906/1994 ("curável"); **B:** incorreta: art. 11, IV, da Lei 8.906/1994 ("cancela-se"); **C:** incorreta. A alternativa não é adequada para todos os membros do Poder Legislativo (art. 28, I, da Lei 8.906/1994); **D:** correta: art. 32 da Lei 8.906/1994; a responsabilidade pessoal do advogado é ilimitada inclusive quando este atua por meio de pessoa jurídica, hipótese em que o patrimônio da pessoa jurídica deve ser esgotado em primeiro lugar (art. 17 da Lei 8.906/1994 e art. 40 do Regulamento Geral).
Gabarito "D"

(OAB – CESPE – 2008.3.SP) Ministro aposentado do STJ propôs, na qualidade de parte e advogado, ação de cobrança contra Maria das Graças. Em 19.09.2008, Maria das Graças, procuradora do estado do Rio de Janeiro, foi citada por intermédio de oficial de justiça para apresentar contestação. O advogado de Maria das Graças, João das Neves, é defensor público aposentado e pretende candidatar-se ao cargo de presidente de seccional da OAB. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta referente à legislação da OAB.

(A) Defensores públicos estão sujeitos à inscrição na OAB para o exercício de suas funções, entretanto estão dispensados do pagamento das anuidades fixadas.
(B) Defensores públicos da União exercem a advocacia pública, mas não os procuradores de Estado, que podem advogar em causas particulares.
(C) João das Neves, como ex-integrante da advocacia pública, é elegível e pode integrar qualquer órgão da OAB.
(D) Ministro aposentado do STJ pode advogar nas primeiras e segundas instâncias das justiças estadual e federal, mas é impedido de exercer a advocacia no TST.

A: incorreta, pois não estão dispensados do pagamento das anuidades fixadas (art. 3º, § 1º, da Lei 8.906/1994), bem como arts. 55, *caput*, e 10, ambos do Regulamento Geral; **B:** incorreta. Os procuradores do Estado também exercem advocacia pública; há Estados que admitem que seus procuradores *também* exerçam advocacia privada, mas, por força do art. 30, I, do EAOAB, jamais poderiam advogar contra a Fazenda Pública que os remunere (impedimento); **C:** correta. De fato, o art. 131, § 2º, do Regulamento Geral não traz restrições para a elegibilidade de ex-integrante da advocacia pública. Ao contrário, o art. 9º, parágrafo único, do Regulamento Geral, deixa claro que os integrantes da advocacia pública são elegíveis, podendo integrar qualquer órgão da OAB. Assim, ainda que João das Neves integrasse qualquer carreira de advocacia pública, ainda assim poderia candidatar-se a cargo na OAB (ex.: Conselheiro Seccional); **D:** incorreta. Não há esse tipo de limitação; a CF somente impede que o juiz exerça a advocacia no juízo ou no tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo (art. 95, parágrafo único, V).

Gabarito "C"